00100.056821/2018-18

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIII SUP. B AO Nº 57, QUINTA-FEIRA, 3 DE MAIO DE 2018

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Presidente

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)
1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)
2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel (PT-CE)
1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)
2º Secretário

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
3º Secretário

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)
4ª Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)
2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochael
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro
Coordenadora de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Ata da 5ª Reunião, Ordinária, realizada em 13 de março de 2018 7
Ata da 6ª Reunião, Ordinária, realizada em 20 de março de 2018 61
Ata da 7ª Reunião, Ordinária, realizada em 27 de março de 2018 62
Ata da 8ª Reunião, Ordinária, realizada em 3 de abril de 2018 63
Ata da 9ª Reunião, Ordinária, realizada em 10 de abril de 2018 130
Ata da 10ª Reunião, Ordinária, realizada em 17 de abril de 2018 131
Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2018 172
Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de abril de 2018 189

1.2 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de março de 2018 190
Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de abril de 2018 231
Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de abril de 2018 289
Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de abril de 2018 322
Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de abril de 2018 365

1.3 – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de março de 2018 393
Ata da 9ª Reunião, Ordinária, realizada em 21 de março de 2018 394
Ata da 10ª Reunião, Ordinária, realizada em 4 de abril de 2018 472

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 11ª Reunião, Ordinária, realizada em 11 de abril de 2018 533

Ata da 12ª Reunião, Ordinária, realizada em 18 de abril de 2018 592

1.4 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de março de 2018 645

Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de março de 2018 674

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de março de 2018 695

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de abril de 2018 717

Ata da 9ª Reunião, Ordinária, realizada em 10 de abril de 2018 730

Ata da 10ª Reunião, Conjunta, realizada em 11 de abril de 2018 (realizada em conjunto com a 11ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo) 760

1.5 – COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de março de 2018 800

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de abril de 2018 825

Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de abril de 2018 831

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de abril de 2018 895

1.6 – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de fevereiro de 2018 904

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de fevereiro de 2018 906

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de fevereiro de 2018 946

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de fevereiro de 2018 948

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de fevereiro de 2018 950

Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de fevereiro de 2018 952

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de fevereiro de 2018 981

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de fevereiro de 2018 982

Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de fevereiro de 2018 984

Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de março de 2018 1012

Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de março de 2018 1014

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de março de 2018 1027

Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de março de 2018 1073

Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de março de 2018 1075

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de março de 2018 1127
Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de março de 2018 1173
Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de março de 2018 1175
Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de março de 2018 1176
Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de março de 2018 1178
Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de março de 2018 1180

1.7 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de fevereiro de 2018 1222
Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de março de 2018 1253
Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de março de 2018 1284
Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de março de 2018 1305
Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de março de 2018 1331
Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de março de 2018 1380
Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de março de 2018 1419
Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de março de 2018 1442
Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de março de 2018 1459
Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de abril de 2018 1521
Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de abril de 2018 1552
Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de abril de 2018 1599
Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de abril de 2018 1666
Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de abril de 2018 1711

1.8 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de março de 2018 1759
Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de março de 2018 1778
Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de abril de 2018 1780
Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2018 1797

1.9 – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de março de 2018 1828
Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de março de 2018 1891
Ata da 8ª Reunião, Ordinária, realizada em 21 de março de 2018 1929

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.056821/2018-18

Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de abril de 2018 1960

Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de abril de 2018 2008

Ata da 11ª Reunião, Conjunta, realizada em 11 de abril de 2018 (realizada em conjunto com a 10ª Reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte) **(vide item 1.4)**

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de abril de 2018 2013

1.10 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de março de 2018 2048

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de abril de 2018 2081

Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de abril de 2018 2082

1.11 – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de março de 2018 2120

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de abril de 2018 2132

1.12 – COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Ata da 11ª Reunião, realizada em 9 de abril de 2018 2161

Ata da 12ª Reunião, realizada em 23 de abril de 2018 2162

Ata da 13ª Reunião, realizada em 25 de abril de 2018 2163

1.13 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de março de 2018 2167

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE MARÇO DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e quatorze minutos do dia treze de março de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Tasso Jereissati e Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Simone Tebet, Valdir Raupp, Romero Jucá, Waldemir Moka, Airton Sandoval, José Pimentel, Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Paulo Paim, Regina Sousa, Paulo Rocha, Dalirio Beber, Ronaldo Caiado, José Agripino, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Omar Aziz, Sérgio Petecão, José Medeiros, Lúcia Vânia, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro, Pedro Chaves, Cidinho Santos e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Rose de Freitas, Fernando Bezerra Coelho, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, José Serra, Otto Alencar, Ciro Nogueira, Wellington Fagundes e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 3ª Reunião, que é aprovada. Em seguida, comunica aos membros que a comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso nº 5 de 2018, de 26 de fevereiro de 2018, do Banco Central do Brasil, encaminhando o demonstrativo das emissões do real referentes ao mês de janeiro de 2018, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas; Aviso nº 16/MF, de 29 de janeiro de 2018, do Ministério da Fazenda, encaminhando o relatório sobre o Programa de Recompras de Títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa dentro das Operações de Administração de Passivo realizadas no quarto trimestre de 2017; Ofício "S" nº 7 de 2018, de 28 de fevereiro de 2018, do Ministério da Fazenda, encaminhando o endereço eletrônico por meio do qual podem ser acessados os demonstrativos das operações de crédito analisadas no âmbito daquele ministério, mensalmente, bem como as tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e Aviso nº 6 de 2018, de 1º de março de 2018, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão nº 372/2018, proferido pelo plenário daquela Corte em 28/2/2018, nos autos do processo nº TC 000.533/2018-1, que trata do cálculo dos percentuais individuais de participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a vigerem no exercício de 2018, na distribuição dos recursos da Cide-combustíveis, acompanhado do voto e do relatório que o fundamentam. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Antes de iniciar a parte deliberativa usa da palavra o Senador Lindbergh Farias. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 66, de 2011 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o exercício da atividade profissional de Guarda-Vidas." **Autoria:** Deputada Laura Carneiro. **Relatoria:** Sen. Sérgio Petecão. Após leitura do relatório, fez uso da palavra os (as) Senadores (as) Lídice da Mata e Lindbergh Farias. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta, e contrário ao PLC 42 de 2013. **Resultado:** O presidente da comissão, senador Tasso Jereissati, concede vista coletiva da matéria, nos termos regimentais. A Senadora Lídice da Mata faz uso da palavra para solicitar que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Comissão, Senador Tasso Jereissati, receba grupo de produtores de cacau e fabricantes de chocolate. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 629, de 2011 - Não Terminativo -** que: "Altera os arts. 3º e 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para incluir o apoio cultural ao Serviço de Radiodifusão Comunitária entre os projetos aptos a receber recursos incentivados." **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Sen. Lúcia Vânia. **Relatório:** Favorável ao projeto, com duas emendas apresentadas. Após leitura do relatório, fizeram uso da palavra os (as) Senadores (as) Simone Tebet, Flexa Ribeiro, Ataídes Oliveira, Hélio José e Paulo Paim. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com as emendas nºs 3 e 4 - CAE. **Observação:** A Matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 407, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, no que dispõe sobre os quóruns para concessão e revogação de isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Hélio José. **Relatoria:** Sen. Lúcia Vânia. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido da relatora, para reexame. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, de 2012 - Não Terminativo -** que: "Estabelece diretrizes para aplicação dos recursos financeiros públicos administrados pela Caixa Econômica Federal, no contexto da Política Nacional de Desenvolvimento Regional." **Autoria:** Senador Benedito de Lira. **Relatoria:** Sen. Garibaldi Alves Filho (*Ad hoc*), substituiu Sen. Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Favorável ao projeto, com três emendas apresentadas. Após leitura do relatório, fez uso da palavra o Senador Omar Aziz. **Resultado:** Reunida a comissão nesta data, o presidente da comissão, senador Tasso Jereissati, designa o senador Garibaldi Alves Filho relator "ad hoc" da matéria. A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com as emendas nºs 1, 2 e 3 - CAE. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 622, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e nº 10.848, de 15 de março de 2004, para estabelecer prazo para os descontos nas tarifas de uso de transmissão e de distribuição para fontes de geração de energia elétrica, eliminar a possibilidade de a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) custear tais descontos e definir parâmetros de cálculo do preço de contratação da geração distribuída de energia elétrica." **Autoria:** Senador Otto Alencar. **Relatoria:** Sen. Tasso Jereissati (*Ad hoc*), substituiu Sen. Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Reunida a comissão nesta data, o vice-presidente da comissão, senador Garibaldi Alves Filho, designa o senador Tasso Jereissati relator "ad hoc" da matéria. A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, nos termos da emenda nº 1 – CAE (Substitutivo). **Observação:** A Matéria vai à Comissão de Serviços de Infraestrutura. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 320, de 2013 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a celebração de convênios entre a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, em face da realização de eventos de grande repercussão." **Autoria:** Senador Alfredo Nascimento. **Relatoria:** Sen. Pedro Chaves. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, nos termos da emenda nº 2 – CAE (Substitutivo). **Observação:** A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cidadania. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 13 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências, para alterar o valor da alíquota de correção da conta vinculada." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Sen. Paulo Rocha. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 7, de 2009 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre os depósitos bancários das entidades beneficiárias das contribuições sociais de interesse de categorias profissionais ou econômicas." **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatoria:** Sen. Ataídes Oliveira. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. Após leitura do relatório, fez uso da palavra os (as) Senadores (as) Flexa Ribeiro, Lídice da Mata, Sérgio Petecão, Simone Tebet, Armando Monteiro e Omar Aziz. **Resultado:** O presidente da comissão, senador Tasso Jereissati, concede vista à senadora Simone Tebet, nos termos regimentais. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 317, de 2011 - Terminativo -** que: "Altera as Leis nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, nº 8.001, de 13 de março de 1990, e nº 9.648, de 27 de maio de 1998, para substituir 50% da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos destinada aos Municípios por participação no resultado da exploração de recursos hídricos de novas usinas hidroelétricas." **Autoria:** Senador Blairo Maggi. **Relatoria:** Sen. Fernando Bezerra Coelho (*Ad hoc*), substituiu Sen. Benedito de Lira. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** A comissão rejeita o projeto, por 13 votos contrários, nenhum voto favorável e nenhuma abstenção. A presença do Presidente da Comissão conta para efeito de quórum (art. 51 RISF). **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 377, de 2012 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre o sistema de direcionamento de crédito e suas fontes de recursos." **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatoria:** Sen. Humberto Costa. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** A comissão rejeita o projeto, por 14 votos contrários, nenhum voto favorável e nenhuma abstenção. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 502, de 2013 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, para associar a base de cálculo da Taxa de Fiscalização de Funcionamento do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (FISTEL) às metas de qualidade no atendimento ao usuário fixadas pelo órgão regulador." **Autoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatoria:** Sen. Dalirio Beber (*Ad hoc*), substituiu Sen. José Pimentel. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com a Emenda nº 1-CCT e com uma emenda apresentada. **Resultado:** A comissão aprova o projeto e as emendas nºs 1 – CCT/CAE e 2 - CAE, por 14 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 393, de 2014 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, que constitui fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e dá outras providências, para determinar que, dos recursos repassados ao BNDES pelo Tesouro Nacional, ao menos 20% (vinte por cento) sejam destinados ao financiamento de obras e de aquisição de equipamentos por hospitais comunitários e beneficentes." **Autoria:** Senador Paulo Bauer. **Relatoria:** Sen. Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** A comissão rejeita o projeto, por 13 votos contrários, nenhum voto favorável e nenhuma abstenção. A presença do Presidente da Comissão conta para efeito de quórum (art. 51 RISF). **ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 427, de 2014 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para incluir o acesso à internet entre os objetivos de aplicação dos recursos do Fundo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Universalização dos Serviços de Telecomunicações e estabelecer a aplicação anual de percentuais mínimos desses recursos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste." **Autoria:** Senador Anibal Diniz. **Relatoria:** Sen. Sérgio de Castro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Jorge Viana. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo apresentado. Após leitura do relatório, fez uso da palavra o Senador Omar Aziz. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta para análise da Emenda nº 3, de autoria do Senador Armando Monteiro. **ITEM 14 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 7 de 2018** que: "Nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, requeiro que seja realizada por esta Comissão de Assuntos Econômicos uma audiência pública com o objetivo de debater os impactos da reforma tributária dos Estados Unidos da América sobre a economia brasileira." **Autoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho e Senador Garibaldi Alves Filho. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 7/2018 – CAE. **ITEM 15 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 8 de 2018** que: "Nos termos do Artigo 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de audiência pública, com a presença do Sr. Felipe Salto, diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente no âmbito do Senado Federal, a fim de debater sobre o acompanhamento fiscal realizado pela referida instituição, nos termos da Resolução do Senado Federal nº 42 de 2016." **Autoria:** Senador Tasso Jereissati. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 8/2018 – CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 9 de 2018** que: "Requeiro, nos termos regimentais, a criação de grupo de trabalho de propostas que reduzam os spreads bancários, com foco nos efeitos produzidos pelas inovações tecnológicas que induzam o aumento da competição no mercado financeiro." **Autoria:** Senador Armando Monteiro. **Resultado:** Incluída a Matéria extra-pauta, a comissão aprova o Requerimento nº 9/2018 – CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 17 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 11 de 2018** que: "Requeiro com fundamento no inciso II, do art. 93, do Regime Interno do Senado Federal a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos destinada a debater o tema: Inovação e Competição: Novos caminhos para redução dos spreads bancários (custos e margens da intermediação financeira), com a presença dos seguintes convidados:" **Autoria:** Senador Armando Monteiro. **Resultado:** Incluída a Matéria extra-pauta, a comissão aprova o Requerimento nº 11/2018 – CAE, com a inclusão do nome do Senhor Paulo Solmucci, Presidente da União Nacional das Entidades de Comércio e Serviço - UNECS. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 10 de 2018** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores, com o tema "O impacto na economia brasileira da recente sobretaxa americana às importações de aço e de alumínio", com a participação dos seguintes especialistas no tema: i. Alexandre de Campos Lyra, Presidente do Instituto Aço Brasil; ii. Marco Polo de Mello Lopes, Diretor-Executivo do Instituto Aço Brasil; iii. Mauro Borges Lemos, ex-Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil; iv. Dr. Mariano Francisco Laplane, Professor da Universidade Estadual de Campinas." **Autoria:** Senador Lindbergh Farias. **Resultado:** Incluída a Matéria extra-pauta, a comissão aprova o Requerimento nº 10/2018 – CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 19 - Minuta de Projeto de**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resolução Nº , de 2018 que : "Altera a Resolução do Senado Federal nº 42, de 2016, que cria a Instituição Fiscal Independente no âmbito do Senado Federal." **Autoria:** Sen. Tasso Jereissati. **Resultado:** Aprovada a apresentação ao Plenário do Senado.. **2ª Parte - Deliberação relatório de avaliação de política pública**. **Finalidade:** Deliberação do relatório de avaliação de políticas públicas de conteúdo local nos setores de petróleo e gás natural, telecomunicações, defesa e transportes. (Art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal) RELATOR: SENADOR LINDBERGH FARIAS 1) Apreciação do relatório em decorrência do Requerimento nº 17/2017 - CAE, Avaliar a política pública nos termos do art. 96-B do RISF; do Requerimento nº 23/2017 - CAE, plano de trabalho do Relator; RQE 133/2017 - CAE, seminário na cidade do Rio de Janeiro; e RQE 154/2017 - CAE, audiência pública. 2)Em 22/09/2017, foi realizado Seminário destinado a avaliar as políticas públicas de exigência de conteúdo nacional nos setores de petróleo e gás natural, sob a presidência do Senador Lindbergh Farias, no Clube de Engenharia, na cidade do Rio de Janeiro. O evento contou com a participação do Pedro Celestino, Presidente do Clube de Engenharia; David Kupfer, Professor Doutor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ; Bruno Plattek de Araújo, Representante da Associação de Funcionários do Banco Nacional do Desenvolvimento - BNDES; José Velloso Dias Cardoso, Presidente da Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos - ABIMAQ; Luiz Pinguelli Rosa, Cooppe/UFRJ e Ex-Presidente da Eletrobrás; Fátima Giovanna Covielo Ferreira, Diretora de Economia da Associação Brasileira da Indústria Química - ABIQUIM; Renato Corona Fernandes, Gerente do Departamento de Competitividade e Tecnologia da FIESP - Decomtec; Luiz Miguel Falcão, Representante do Ministério da Industria, Comércio Exterior e Serviços - MDIC; Edson Carlos Rocha da Silva, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói; Jesus Cardoso, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro - Sindimetal Rio; Jandira Feghali, Deputada Federal - PCdoB/RJ; Arthur Ragusa Guimarães, Diretor de Formação do Sindicato Unificado dos Petroleiros do Estado de São Paulo - Sindipetro SP; Manoel Sales, Diretor-executivo de Formação Política e Sindical do Sindicato dos Metalúrgicos de Angra dos Reis; Luiz Sérgio Nóbrega de Oliveira, Deputado Federal - PT/RJ; Sérgio Luiz Camacho Leal, Secretário-executivo do Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore - SINAVAL; e Marcel Silvano, Vereador PT - Macaé. 3) Realizada, em 04/12/2017, audiência pública com a presença dos senhores Brigadeiro-do-Ar Paulo Eduardo Vasconcellos, Chefe da 6ª Subchefia do Estado-Maior da Aeronáutica; Contra-Almirante (EN) André Luis Ferreira Marques, Diretor de Desenvolvimento Nuclear da Marinha (DDNM); e Luciana Acioly, Técnica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. **Resultado:** Adiado, a pedido do senador Lindbergh Farias. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e onze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Tasso Jereissati

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/03/13

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 3ª Reunião.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos para conhecimento.

Banco Central – Aviso nº 5, de 2018, de 26 de fevereiro de 2018.

Ministério da Fazenda – Aviso nº 16, de 29 de janeiro de 2018.

Ofício "S" nº 7, de 2018.

Do Tribunal de Contas da União – Aviso nº 6, de 2018.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu apresentei um requerimento a V. Exª para que a gente consiga construir uma audiência conjunta com a Comissão de Relações Exteriores sobre a questão do aço e do alumínio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui eu sugiro uma mesa sobre o impacto, na economia brasileira, da recente sobretaxa americana às importações do aço e do alumínio. Ofereço, inclusive, os nomes que estão aí para serem discutidos depois, Presidente: Alexandre de Campos Lyra, Presidente do Instituto Aço Brasil; Marco Polo de Mello Lopes, Presidente Executivo do Instituto Aço Brasil; Mauro Borges Lemos, ex-Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil; Dr. Mariano Francisco Laplane, Professor da Universidade Estadual de Campinas.

Eu acho esse tema, Sr. Presidente, gravíssimo. V. Exª também é membro da Comissão de Relações Exteriores. Acho que este Senado precisa se debruçar sobre o tema. O impacto na economia brasileira é gigantesco. O Canadá acaba excluído porque faz parte do Nafta. Então, o Brasil é o País mais prejudicado com essa política do Presidente norte-americano Donald Trump, e eu acho que nós devemos debater isso com profundidade aqui.

Inclusive, eu apresento também hoje um projeto de decreto legislativo que susta a tramitação congressual de acordos bilaterais firmados entre Brasil e Estados Unidos, para que este Congresso não vote acordos bilaterais – hoje, há um em pauta – entre Brasil e Estados Unidos antes de solucionarmos essa crise. Não dá para aceitar.

E eu fico vendo... Este Governo fala em tanta abertura... Nós zeramos o imposto de importação para toda a cadeia de petróleo e gás, e vão eles e fecham na siderurgia?

Na semana passada, votamos aqui o Acordo de Céus Abertos entre a aviação norte-americana e a aviação brasileira.

Então, eu acho que este Congresso precisa debater esse tema, que é seríssimo.

Proponho a V. Exª, Presidente Tasso Jereissati, que a gente construa essa audiência pública em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Pois não, Senador Lindbergh.

Nós votaremos esse seu requerimento.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, uma última questão. Desculpe.

Na segunda parte da reunião, há a leitura da política pública, de que fui Relator, sobre conteúdo local, mas, estudando o assunto e lendo-o detalhadamente ontem, eu senti a necessidade de fazer alguns acréscimos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sei que já deveria ter votado isso aqui – tinha colocado na pauta em outros momentos –, mas eu peço a V. Exª mais uma semana, porque senti, na leitura atenta do material que foi construído com assessoria, a várias mãos, a necessidade de incorporar outros pontos.

Peço, novamente, a V. Exª essa gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Pois não, Senador Lindbergh.

Então, fica para a próxima semana a leitura da política pública que foi coordenada pelo Senador Lindbergh Farias.

Passamos à leitura dos próximos itens.

Item 1.

ITEM 1

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 66, de 2011

- Não terminativo -

Dispõe sobre o exercício da atividade profissional de Guarda-Vidas.

Autoria: Deputada Laura Carneiro.

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, de 2013

- Não terminativo -

Regulamenta a profissão de Salva-Vidas.

Autoria: Deputado Nelson Pellegrino

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta, e contrário ao PLC 42 de 2013.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CAS.

2. A matéria será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O Senador Sérgio Petecão não se encontra presente, mas estou sendo avisado de que S. Exª estaria chegando.

Vamos, então, passar para o item seguinte, que é de autoria do Senador Paulo Paim, que se encontra presente, e está sob a relatoria da Senadora Lúcia Vânia...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – S. Exª também está chegando.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – ... que pediu para que aguardássemos, pois está chegando também.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O item 3 também está sob a relatoria da Senadora Lúcia Vânia, de modo que vamos aguardar a sua presença.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, de 2012

- Não terminativo -

Estabelece diretrizes para aplicação dos recursos financeiros públicos administrados pela Caixa Econômica Federal, no contexto da Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

Autoria: Senador Benedito de Lira.

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho. (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad hoc*: Senador Garibaldi Alves Filho

Relatório: Favorável ao projeto, com três emendas apresentadas.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em decisão terminativa.

2. Em 27/02/2018, foi concedida vista coletiva da matéria.

Como o Senador Fernando Bezerra Coelho não se encontra presente, pergunto ao Senador Garibaldi Alves se faria a gentileza de, funcionando como Relator *ad hoc,* proceder à leitura desse relatório. (*Pausa.*)

Passo a palavra, então, ao Senador Garibaldi Alves, ilustre representante do grande Estado do Rio Grande do Norte.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN. Como Relator.) – Agradeço, Sr. Presidente.

Trata-se do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2012, do Senador Benedito de Lira, que estabelece diretrizes para aplicação dos recursos financeiros públicos administrados pela Caixa Econômica Federal, no contexto da Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 235, de 2012, de autoria do Senador Benedito de Lira, que "estabelece diretrizes para aplicação dos recursos financeiros públicos administrados pela Caixa Econômica Federal, no contexto da Política Nacional de Desenvolvimento Regional".

O art. 1º do projeto dispõe que a Caixa Econômica Federal (CEF) respeitará as diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e concederá prioridade à promoção do desenvolvimento nas áreas de atuação das Superintendências do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), da Amazônia (Sudam) e do Centro-Oeste (Sudeco).

O art. 2º estabelece que a Caixa aplicará proporções crescentes na concessão de empréstimos e financiamentos, até alcançar o mínimo de 45% do total de recursos públicos sob sua administração, provenientes do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e de outros fundos federais, às áreas de atuação da Sudene, da Sudam e da Sudeco.

O art. 3º determina que os encargos financeiros incidentes sobre os contratos de empréstimos e financiamentos realizados nas áreas de atuação das superintendências regionais de desenvolvimento deverão ser equivalentes aos menores encargos financeiros vigentes para operações similares concedidas pela Caixa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 4º, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, prevê que a Caixa enviará às comissões temáticas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal que tratam de assuntos ligados ao desenvolvimento regional, semestralmente, relatório circunstanciado acerca do cumprimento da lei.

O art. 5º dispõe que, quando não for atingido o limite mínimo de que trata o art. 2º, os valores não aplicados ficarão acumulados para empréstimos e financiamentos, no exercício seguinte, nas áreas de atuação das superintendências regionais de desenvolvimento.

Por fim, o art. 6º contém a cláusula de vigência da lei, que se dará a partir de sua publicação.

Passo à análise, Sr. Presidente.

A análise diz que o Regimento Interno do Senado Federal (RISF) estabelece, em seu art. 99, inciso I, que cabe à CAE opinar sobre aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente.

O Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2012, dispõe, portanto, sobre critérios de aplicação de recursos financeiros públicos sob administração da Caixa Econômica Federal, sem criar novas despesas.

Tomo a liberdade de passar às considerações finais.

Com o escopo de aperfeiçoar o projeto, Sr. Presidente, apresento as seguintes emendas.

A primeira, supressiva dos três parágrafos do art. 1º, que elencam os Municípios e Estados abrangidos pela Sudene, pela Sudam e pela Sudeco, respectivamente.

Revela-se mais acertado do ponto de vista da técnica legislativa relegar o rol dos entes federativos a um único diploma legal, preferencialmente o que institui a Superintendência de Desenvolvimento, a fim de evitar a dispersão normativa que poderia haver, caso mais de uma lei listasse os integrantes da Superintendência.

Ademais, o §1º do art. 43 da Constituição Federal determina que lei complementar disporá sobre as condições de integração de regiões em desenvolvimento e sobre a composição dos organismos que executarão, na forma da lei, os planos regionais.

A segunda emenda recai sobre art. 2º do PLS nº 235, de 2012, cujo *caput* prevê que a Caixa aplicará proporções crescentes do montante total dos recursos financeiros públicos sob sua administração na concessão de empréstimos e financiamentos para as áreas de atuação da Sudene, da Sudam e da Sudeco. A nosso ver, essa redação pode dar margem a interpretações ambíguas. Com efeito, haveria ilegalidade, por exemplo, caso os percentuais aplicados nas áreas de atuação das três superintendências caíssem, ainda que se mantivessem acima do mínimo fixado no parágrafo único desse dispositivo. Por essa razão, a emenda proposta substitui o *caput* do art. 2º do PLS nº 235, de 2012,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo conteúdo de seu parágrafo único, que é, de fato, o dispositivo em que se fixam: i) um percentual mínimo a ser aplicado nas áreas de atuação da Sudene, da Sudam e da Sudeco; e ii) um prazo para alcançá-lo.

Na mesma emenda, ajusta-se também o percentual fixado. O dispositivo proposto prevê que quarenta e cinco por cento do total de recursos públicos sob administração da Caixa Econômica Federal, provenientes do FGTS, do FAT e de outros fundos federais, sejam destinados às áreas de atuação da Sudene, da Sudam e da Sudeco.

Ocorre que, caso sejam somados os percentuais das três regiões envolvidas, chega-se ao percentual de 44%, após arredondamento de 43,56%, segundo dados do IBGE.

Por essa razão, e considerando que deve ser observado o critério da proporcionalidade na aplicação dos recursos em questão, conforme impõe o art. 10, inciso III, da Lei nº 8.036, de 1990, que dispõe sobre o FGTS ("Art. 10. O Conselho Curador fixará diretrizes e estabelecerá critérios técnicos para as aplicações dos recursos do FGTS, visando: [...] III - evitar distorções na aplicação entre as regiões do País, considerando para tanto a demanda habitacional, a população e outros indicadores sociais"), a emenda é pela adoção do percentual de 44%.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Finalmente, nessa mesma emenda, excluem-se da base de cálculo do percentual fixado os recursos do FAT destinados ao custeio do Programa de Seguro-Desemprego e ao pagamento do abono salarial.

A última emenda é meramente redacional.

O voto, Sr. Presidente.

De acordo com o parecer elaborado pelo Senador Fernando Bezerra Coelho, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 235, de 2012, na forma das emendas às quais já fiz referência, Sr. Presidente.

Eis o voto favorável.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório do Senador Fernando Coelho, cujo Relator *ad hoc* foi o Senador Garibaldi Alves.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sr. Presidente, o Senador Garibaldi Alves acabou de fazer um relatório, e nós somos da Região Norte. Há realmente, se você for ver o investimento que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico fez no Brasil, a Região Norte e a Região Nordeste sempre ficaram bem aquém quanto àquilo que foi investido na região mais desenvolvida do País. Com essa medida, a Caixa Econômica passa a ter algumas obrigatoriedades para que a gente possa investir nos lugares que mais precisam de investimento.

Então, a gente viu agora e está assistindo a muitos investimentos feitos em grandes empresas com juros subsidiados que deram prejuízos ao País. E aquelas regiões menos favorecidas infelizmente não tiveram as condições necessárias para adquirir esses juros subsidiados principalmente numa região como a Norte, em que hoje a pauta é o desenvolvimento sustentável, em que você tem que aplicar pesquisa, você tem que aplicar conhecimento, tecnologia, para gerar desenvolvimento e gerar dessa forma riqueza para aquela população que vive ali.

Então, quero parabenizar o autor do projeto e o relatório feito agora há pouco pelo Senador Garibaldi Alves, que vem tirar uma injustiça que há muito tempo se comete, principalmente com as regiões menos favorecidas deste País.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Omar.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Eu agradeço ao Senador Omar Aziz. Agora, o mérito é do Senador Fernando Bezerra Coelho, porque eu fui apenas Relator *ad hoc*.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Ele não veio, porque deixou com você. O que vale é a sua palavra.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Obrigado. (*Risos.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – A palavra do Senador Garibaldi Alves é que vale.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Não pela palavra, mas pela entonação dada pelo Senador.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Obrigada, não mereço tanto.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Encerrada a discussão.

Colocado em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado relatório, que passa a constituir o parecer da CAE favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 a 3 da CAE.

A matéria vai à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Eu tinha me comprometido com o Senador Petecão...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Não há mais? (*Pausa.*)

Item nº 1, voltamos. Eu achei que nós tínhamos quórum e queria pedir para votarmos os projetos terminativos, mas um Senador se retirou e nós não temos quórum para terminativos. Voltamos ao item nº 1, de autoria da Deputado Laura Carneiro e do Deputado Nelson Pellegrino. O Relator é o Senador Sérgio Petecão.

Com a palavra o Senador.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC. Como Relator.) – Presidente, agradeço pela sua compreensão. Eu me atrasei um pouquinho, mas vamos lá.

Relatório.

Deu entrada para exame nesta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 66, de 2011 (nº 1.685/2003, na Casa de origem), da Deputada Laura Carneiro, que objetiva regulamentar o exercício da atividade profissional de guarda-vidas.

O PLC nº 66, de 2011, define, em seus artigos 1º, 2º e 3º, as características e requisitos para o exercício da profissão. Já o art. 4º dispõe sobre o credenciamento para o exercício da profissão, e, nos arts. 5º e 6º, são estabelecidas as atribuições profissionais do guarda-vidas. Por fim, o art. 7º delimita a responsabilidade pela contratação do profissional e da contratação de seguro pelo empregador e o art. 8º estabelece a vigência a partir da data da publicação da lei.

Eu vou tentar resumir aqui, Presidente, mas na verdade o meu voto é: do exposto, o voto é pela aprovação do PLC nº 66, de 2011, com a emenda abaixo, e pela consequente rejeição do PLC nº 42, de 2013.

Eu vou tentar explicar. Na verdade, há duas propostas: há uma proposta da Deputada Laura Carneiro, e há também uma proposta do Deputado Nelson Pellegrino, que inclusive esteve no meu gabinete. Conversamos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vanessa, só um pouquinho! Senão, eu não consigo prosseguir. E até porque este projeto lhe interessa.

A proposta do Deputado Nelson é interessante, só que não há como colocá-la em prática. O que ele quer? Ele quer que cada embarcação – e, aí, eu estou me atendo à minha região; não posso fazer um projeto, legislar para a Bahia – tenha um guarda-vidas, uma pessoa dentro... Agora imaginem quantos barcos nós temos ali na Região Amazônica! Seria obrigatório que cada embarcação daquelas tivesse um guarda-vidas para manter a segurança. Isso, sem falar na situação dos clubes. Ele quer que cada clube delimite um espaço e que ali seja obrigatório haver um guarda-vidas. O projeto dele é interessante, só que é fora da realidade do nosso País, pelo menos neste momento.

Já a proposta da Deputada Laura atinge mais em termos gerais, para que nós possamos legalizar a profissão.

Daí o meu voto, Presidente. É mais nesse sentido.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Obrigado, Senador Sérgio Petecão.

Com a palavra, para iniciar a discussão, a Senadora...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA. *Fora do microfone*.) – Eu peço vista.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu pediria vista também, Sr. Presidente.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Eu peço vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Foi pedida vista coletiva para o projeto...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Na verdade, Senador Petecão, foi um pedido do autor do projeto, que me ligou, o Deputado Nelson Pellegrino. Ele queria discutir mais, porque foi um dos autores, e por isso nós estamos pedindo vista coletiva.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Queria falar, Senadora?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA. Para discutir.) – Na mesma direção, Sr. Presidente, eu pedi vista em função da importância desse projeto. Todos nós que moramos e que temos um grande litoral nos nossos Estados sabemos da importância dessa regulamentação.

Recentemente, na Bahia, no final do ano passado, nós tivemos um grande acidente, com mortes inclusive, o que demonstrou que apenas a obrigatoriedade do colete salva-vidas nas embarcações não se revela suficiente para proteção à vida do cidadão.

Mais recentemente ainda, no início deste ano, numa creche pública em Salvador, houve a morte de uma criança de dois anos de idade na piscina. E creio que justamente por ser o segundo lugar em acidentes mortais no País, o afogamento é que traz a importância de debatermos essa questão.

Por isso mesmo, faço esse pedido de vista até para apelar que nesse espaço de tempo nós possamos conversar novamente com o Senador Petecão para ver se encontramos um meio termo que nos garanta uma proteção maior da vida do cidadão.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senadora Lídice.

Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Presidente, apenas para tentar esclarecer. Eu não sou contra a regulamentação, não é isso. O problema é que a Bahia está querendo criar uma lei fora da realidade. É impossível colocar em cada embarcação, seja no Mato Grosso, seja no Amazonas, seja no Acre... Como nós vamos colocar esse projeto em prática? Como nós vamos, em todos os clubes e piscinas deste País, criar uma legislação para que haja um guarda-vida? Lá na piscina da sua casa vai ter que ter um guarda-vida, dentro dessa proposta dela.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Falo da proposta que a colega está defendendo, a proposta do Pellegrino. Já a proposta da outra Deputada, que é essa a que estou dando parecer favorável, ela não quer legislar em causa própria, para a questão da Bahia não, ela é mais específica, ela pega o País todo. É nessa linha.

Não estamos aqui, de forma alguma, sendo contra a regulamentação dos colegas salva-vidas. É porque é impossível colocar essa proposta em prática.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Petecão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi pedida vista coletiva.

Nós passaremos então essa discussão para a nossa próxima reunião.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA. Pela ordem.) – Comunico a V. Exª e apelo ao meu querido amigo o Senador Flexa Ribeiro... Nessa última sexta-feira, nós estivemos na cidade de Ilhéus, na Bahia, em uma grande reunião com os produtores rurais de cacau da região e também com os fabricantes de chocolate. Foi uma reunião muito representativa, Senador Omar.

Na próxima semana, no dia 21, nós teremos aqui um seminário sobre a produção de chocolate no Brasil, na Comissão de Desenvolvimento Regional, com dois painéis, com cerca de 12 convidados.

E se encontra aqui nesta Comissão projeto de minha autoria que torna obrigatório o percentual de 35% de amêndoa de cacau no chocolate. Esse é um projeto com o apoio de um debate muito intenso na região a respeito desse assunto.

Na próxima semana, nós vamos ter aqui esses representantes todos que vão participar. Como se trata da última semana antes da Semana Santa, que é um momento privilegiado da venda de chocolate no mundo, e também no País de forma especial, estaremos fazendo uma ação de mobilização aqui no Senado Federal na defesa desse projeto e na defesa dos fabricantes de chocolate do Brasil.

Eu gostaria, portanto, de solicitar a V. Exª uma audiência para que V. Exª recebesse uma comissão desses produtores de cacau e fabricantes de chocolate que virão, para que possamos debater – nós vamos trazer chocolate também – e combinar com V. Exª uma data para colocar em votação o nosso projeto. Não é terminativo nesta Comissão, portanto, seria muito importante aprová-lo para que desse segmento e fosse para a Comissão terminativa.

Eu agradeço muito.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Faremos nossa audiência quando V. Exª determinar, com o maior prazer.

Eu gostaria de, aproveitando o quórum... Por favor, deixe-me pedir a todos os Senadores aqui um obséquio. Estamos com quórum... Este ano nós não conseguimos votar nenhum projeto terminativo e eu queria aproveitar que nós estamos com quórum para votar pelo menos aqueles terminativos que já foram lidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – É exatamente isso, Sr. Presidente. O item 8, por exemplo, de minha relatoria, se possível...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Com certeza, mas eu vou dar prioridade àqueles que já foram lidos, se todos concordarem. Então, iríamos ao item 9, que é do Senador Blairo Maggi e foi lido aqui. O Relator foi o Senador Benedito de Lira, lido *ad hoc* pelo Senador Fernando Bezerra Coelho. Vou só lembrar qual é o item nº 9.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 317, de 2011

- Terminativo -

Altera as Leis nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, nº 8.001, de 13 de março de 1990, e nº 9.648, de 27 de maio de 1998, para substituir 50% da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos destinada aos Municípios por participação no resultado da exploração de recursos hídricos de novas usinas hidroelétricas.

Autoria: Senador Blairo Maggi

Relatoria: Senador Benedito de Lira (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad hoc:* Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatório: Pela rejeição do projeto.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com parecer favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 a 3-CMA.

2. Em 07/11/2017, foi lido o relatório e encerrada a discussão.

O autor foi o Senador Blairo Maggi. O Senador Fernando Bezerra foi o Relator *ad hoc*, cujo relatório foi pela rejeição do projeto. Já foi lido, discutido e está em votação.

Aqueles que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Iniciaremos a votação. O painel está aberto.

(*Procede-se à votação.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Votando "sim" nós estamos acompanhando o voto do Relator pela rejeição?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Quem vota com o Relator vota "não".

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Quem vota com o Relator, pela rejeição, vota "não"?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Vou repetir: quem vota com o Relator vota "não", já que o relatório é pela rejeição.

Queria aproveitar, enquanto os Senadores votam, para dar as boas-vindas ao Senador Airton Sandoval, que comparece hoje pela primeira vez, com grande honra para nós, a esta Comissão. (*Pausa.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Não. Quem vota com o Relator vota "não". Como o projeto é pela rejeição, quem vota com o Relator vota "não". (*Pausa.*)

Todos os Senadores já votaram?

Temos quórum, exatamente 14 votos. Vamos abrir o painel.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – NÃO, 13 votos; SIM, zero.

Abstenção: zero.

Com mais a minha presença, 14 votos.

Fica rejeitado o projeto. A Comissão, então, rejeita o projeto.

Vamos ao item nº 10.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 377, de 2012

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dispõe sobre o sistema de direcionamento de crédito e suas fontes de recursos.

Autoria: Senador Alvaro Dias.

Relatoria: Senador Humberto Costa.

Relatório: Pela rejeição do projeto.

Observações: *1. Em 17/09/2013, foi concedida vista coletiva da matéria.*

O item nº 10 é do Senador Alvaro Dias. O Relator foi o Senador Humberto Costa.

Também já foi lido, já foi discutido.

Se alguém mais quer discutir...

Lembro que o projeto é terminativo.

Alguém mais quer discutir? (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, a matéria está em votação.

Vamos abrir o painel.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Portanto, quem vota como Relator vota "não", já que o projeto foi pela rejeição. (*Pausa.*)

Senadora, pode ficar cinco minutos aqui por favor? (*Fora do microfone.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Está havendo a votação ainda, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Está.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Eu peço desculpas a V. Exª, porque eu estava dando uma entrevista aqui atrás, para não incomodar meus colegas Parlamentares, que se incomodam muito com a nossa fala aqui, mas cheguei a tempo para votar.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu estou solicitando a todos os Senadores, porque nós não votamos nenhum terminativo, que nós aproveitemos para votar os projetos terminativos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos votando o item 10, de autoria do Senador Alvaro Dias. (*Pausa.*)

Vamos abrir o painel?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Projeto rejeitado por 14 votos NÃO. Portanto, o projeto foi rejeitado.

Passamos ao item 11, também terminativo, necessitando de quórum qualificado.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Eu tenho que sair, vamos votar logo.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Peço à Senadora Vanessa um pouco da sua paciência.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 502, de 2013

- Terminativo -

Altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, para associar a base de cálculo da Taxa de Fiscalização de Funcionamento do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (FISTEL) às metas de qualidade no atendimento ao usuário fixadas pelo órgão regulador.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria: Senador José Pimentel (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Dalirio Beber

Relatório: Pela aprovação do projeto, com a Emenda nº 1-CCT e com uma emenda apresentada.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com parecer favorável ao projeto, com a emenda n.º 01-CCT.

2. Em 06/02/2018, lido o relatório, foi encerrada a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto já foi discutido, mas se alguém quiser fazer alguma intervenção está facultada a palavra.

Não havendo quem queira discutir, vamos iniciar a votação.

Aberto o painel para que iniciemos a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Agora, como o relatório foi favorável, Srs. Senadores, quem vota com o Relator vota "sim". Quem vota com o Relator vota "sim." (*Pausa.*)

Todos os Senadores já votaram?

Senadora Vanessa, já votou?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – Já, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senadora Lídice? (*Pausa.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sr. Presidente, há aqui o item 13, que fala sobre o Fust.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Para o item 13, foi apresentada uma emenda pelo Senador Armando Monteiro, e, por consequência, ele volta para o Relator, que é o Senador Jorge Viana.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Pois é. Eu pediria aos colegas Senadores e às colegas Senadoras... Isso que vem acontecendo com o Fust é um absurdo! Já foram arrecadados mais de R$20 bilhões de 2001 até hoje, e o investimento feito na telecomunicação é irrisório! É vergonhoso, Sr. Presidente!

Enquanto o Brasil todo não tem esse investimento, e esse Fundo foi criado para esse investimento, nesses anos todos tem havido um desvio de finalidade. A verdade é que o Governo vem prevaricando em relação a essa questão tão importante hoje, que é a comunicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu não conheço a emenda do Senador Armando, mas acho de uma importância muito grande darmos agilidade a esse projeto para que possamos, a partir de 2020, contar com esses recursos diretamente na atividade fim, para que o usuário brasileiro, principalmente na questão da internet, possa ter acesso de qualidade e em todos os locais do Brasil.

Se esses investimentos tivessem sido feitos desde 2001, quando foi criado o Fust, hoje nós não teríamos uma das piores redes de internet do mundo, com que não se comunica direito. Então, é necessário que demos uma agilidade a isso.

Eu peço para ver se podemos votar isso na próxima reunião, na próxima quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Está nas mãos agora do Senador Jorge Viana, porque, como houve a emenda...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – O Jorge Viana está interessado, porque a região dele, o Acre, tem muitos problemas nessa área também e não há investimentos.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Tenho certeza de que o Senador Jorge Viana dará a celeridade necessária.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – O.k.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Presidente Tasso.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu queria só encerrar a votação.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Presidente Tasso, antes de V. Exª encerrar a votação... Eu tenho de me retirar, porque tenho um compromisso pela Procuradoria da Mulher; afinal de contas, estamos no mês de março, que é um mês muito dedicado ao debate sobre a mulher.

Mas eu não poderia sair, Presidente Tasso Jereissati, sem antes fazer um registro importante: hoje, dia 13 de março, nós temos uma aniversariante entre nós. A Senadora Lídice comemora aniversário...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito bem! Muito relevante!

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Então, eu quero fazer esta homenagem à Senadora Lídice pelo seu aniversário. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Ah, sim!

Queria, Senadora Lídice, com certeza, em nome de todos os Senadores desta Comissão e, com certeza, em nome de todos os Senadores desta Casa, dar-lhe os nossos votos de muitas felicidades e, principalmente, de muita saúde.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA. *Fora do microfone*.) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Vamos encerrar a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O projeto foi aprovado com 14 votos favoráveis.

A Comissão aprova o projeto e as Emendas de nºs 1 e 2-CAE.

Ainda temos quórum. Assim, peço aos Srs. Senadores que não se retirem, porque passaremos à última matéria já lida.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 393, de 2014

- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, que constitui fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e dá outras providências, para determinar que, dos recursos repassados ao BNDES pelo Tesouro Nacional, ao menos 20% (vinte por cento) sejam destinados ao financiamento de obras e de aquisição de equipamentos por hospitais comunitários e beneficentes.

Autoria: Senador Paulo Bauer.

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho.

Relatório: Pela rejeição do projeto.

Observações: *1. Em 07/11/2017, foi lido o relatório e encerrada a discussão.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Fernando Bezerra foi o Relator, como disse, e o seu relatório já foi lido.

Foi encerrada a discussão.

O relatório é pela rejeição.

Evidentemente, se algum Senador quiser se pronunciar, está aberta a palavra. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira se pronunciar, está em votação.

Iniciada a votação, os Srs. Senadores já podem votar.

Novamente esclareço que quem vota com o Relator vota "não".

Mais uma vez, para que fique bem claro: quem vota com o Relator vota "não", porque o relatório foi pela rejeição do projeto.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senadora Lúcia Vânia, por obséquio...

Senador Armando Monteiro...

Lembro novamente que o voto com o Relator é o voto "não". (*Pausa.*)

Acho que todos os Srs. Senadores já votaram.

Vamos encerrar a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O projeto, então, foi rejeitado por 13 votos a zero.

A Comissão rejeita o projeto.

Vamos ao item 8.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 7, DE 2009

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dispõe sobre os depósitos bancários das entidades beneficiárias das contribuições sociais de interesse de categorias profissionais ou econômicas.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatoria: Senador Ataídes Oliveira

Relatório: Pela rejeição do projeto.

Observações: *1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao projeto.*

Quero lembrar que estamos com quórum ainda. Então, se o Senador Ataídes fizer uma leitura...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO. *Fora do microfone*.) – Farei o resumo do resumo!

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Se fizer um resumo, com certeza nós vamos contar com a compreensão dos Srs. Senadores e vamos segurar o quórum ainda para esta votação.

Em seguida, concederei a palavra a V. Exª, Senador Paulo Paim, com todo o prazer. É que não votamos ainda nenhum projeto terminativo neste ano.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tranquilo, Presidente!

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Estou com a palavra, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Está com a palavra.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO. Como Relator.) – Será, portanto, Sr. Presidente, o mais resumido possível.

O PLS nº 7, de 2009, de autoria do nosso amigo Senador Flexa Ribeiro, dispõe, em seu art. 1º, que a disponibilidade de todos os recursos oriundos de tributos que são destinados às entidades do Sistema S, como o Sesi, o Sesc, o Senai, o Senac, o Incra, a Diretoria de Portos e Costas do Ministério da Marinha (DPC), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), o Fundo Aeroviário, o Senar, o Sest e o Senat... Esses recursos, Sr. Presidente, hoje, ultrapassam os R$30 bilhões aplicados no mercado financeiro. De acordo com a legislação vigente, essas aplicações só poderão ser efetuadas junto aos bancos estatais ou de economia mista, como é o caso do Banco do Brasil e da Caixa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Econômica. Neste projeto, o colega Flexa Ribeiro coloca que isso poderia também ser estendido ao Basa e ao BNB, que é o Banco do Nordeste do Brasil.

Portanto, eu rejeito o projeto, uma vez que essa montanha de dinheiro... Estamos falando de R$30 bilhões, que hoje estão disponíveis. Se são aplicados nesses bancos estatais e lastreados em títulos do Governo Federal, o risco é muito menor. E, falando já sobre o sistema, nós sabemos que é um sistema extremamente vulnerável, sem transparência.

Peço vênia ao nosso querido amigo para rejeitar esse projeto dele. Espero que os nossos Senadores e as nossas Senadoras votem também pela rejeição desse projeto, porque esse rio de dinheiro aplicado nesses dois bancos... Eles não estão perdendo rentabilidade nenhuma, Sr. Presidente!

E digo mais: se porventura esse projeto não for rejeitado, requeiro que esse projeto não seja terminativo aqui, que ele seja encaminhado à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC). Mas espero que ele seja rejeitado.

Portanto, Sr. Presidente, meu voto é pela rejeição do Projeto de Lei nº 7, de 2009, repito, com toda a vênia ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Peço a palavra para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O relatório do Senador Ataídes, portanto, foi pela rejeição do projeto do Senador Flexa Ribeiro.

Coloco-o em discussão.

Passo a palavra, para iniciar a discussão, ao Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Para discutir.) – Presidente, Senador Tasso Jereissati; Srªs Senadoras; Srs. Senadores, o parecer do Senador Ataídes é pela rejeição da proposta que fiz.

A minha proposta tem o objetivo de fortalecer os bancos regionais, que são bancos oficiais. Assim como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica são bancos oficiais, o Banco do Nordeste e o Basa – um da Região Nordeste e outro da Amazônia – são bancos oficiais.

Então, eu não entendo o Senador Ataídes, Senador de um Estado da Região Norte, Tocantins. Nós temos mais – Senador Ataídes – é que fortalecer os bancos regionais para que eles possam dar atendimento ao desenvolvimento daquelas regiões.

Então, como diz o Senador Petecão, são bancos de fomento. Quanto mais recursos eles tiverem, mais possibilidades de aplicação eles terão nessas duas regiões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu peço aos meus pares que apoiem o projeto, que possamos, então, aprovar o projeto e não o rejeitar, como pretende o Relator, Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Retorne-me, Sr. Presidente, mais uma vez, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO. Para discutir.) – Primeiro, nós temos um parecer. Eu não quis ler, Sr. Presidente, atendendo ao pedido de V. Exª para que nós aprovássemos esse projeto pela rejeição.

Primeiro, nós temos um parecer do TCU que recomenda que essas aplicações sejam tão somente feitas na Caixa Econômica e no Banco do Brasil. Segundo, Basa, com todo nosso respeito, não tem capilaridade, não tem agências no País, isso é fato. E, por outro lado, nós devemos seguir evidentemente o que está aí.

Então, eu volto a repetir: o Sistema S não tem transparência, acabou de ser preso um bandido lá, no Rio de Janeiro, ele está extremamente vulnerável, nós não podemos brincar com esses R$30 bilhões. E esta Comissão de Assuntos Econômicos tem uma responsabilidade muito grande. O Sistema S é uma bomba que está para explodir, então, nós não podemos brincar com isso. Larguem esse dinheiro na Caixa Econômica e no Banco do Brasil, que é o melhor que pode ser feito.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Para discutir.) – Senador Ataídes, ainda no raciocínio de V. Exª, eu não conheço o parecer do TCU que é contrário ao depósito do Sistema S no Basa e no Banco do Nordeste.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Eu envio a V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Não sei qual é a motivação do TCU para ser contrário.

Segundo, o projeto é autorizativo, não quer dizer que obrigatoriamente se vai aplicar no Basa, depositar no Basa e no Banco do Nordeste. Autoriza que possa ser feito isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terceiro, não tem nada a ver a utilização dos recursos dos R$30 bilhões – de que V. Exª fala com tanto alarde – com o que existe no Sistema S. Não tem nada a ver com a aplicação desses recursos. Nós estamos nos referindo apenas a permitir que eles sejam depositados nos bancos regionais, só isso. Como eles serão aplicados é, primeiro, a preocupação os dirigentes do Sistema S; segundo, dos bancos regionais, que farão, como o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste, a aplicação correta desses recursos para auxiliar o desenvolvimento das nossas regiões, Senador Ataídes.

Então, eu insisto, Senador Tasso, que o projeto é apenas autorizativo, ou seja, o Sistema S pode depositar nesses dois bancos regionais.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Com a palavra, Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu acho primeiro que a ideia do Senador Flexa é uma ideia muito meritória e fortalece os bancos regionais. Parece-me que há uma motivação e uma observação a respeito da falta de transparência do Sistema S que não será resolvida com essa proposição, e, sim, com outro tipo de regulamentação e de legislação que venha a exigir uma transparência maior dessas instituições.

E é nesse sentido que eu considero que o projeto do Senador Flexa Ribeiro merece o apoio. Ele não é obrigatório, ele abre possibilidade para que sejam fortalecidos os bancos regionais. O fato de ele não ter capilaridade no conjunto do País também não tem nenhuma importância, já que ele não impede que exatamente o Banco do Brasil e a Caixa Econômica, que são bancos de grande capilaridade, se mantenham também recebendo esses recursos.

Portanto, Sr. Presidente, nesse sentido, eu voto com o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Obrigado.

Senador Armando, a palavra será concedida ao Senador Petecão, à Senadora Simone, que já a tinha pedido, e, em seguida, a V. Exª.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC. Para discutir.) – Presidente, na verdade, ouvindo atentamente o Senador Flexa e ouvindo os demais colegas, eu penso que a proposta do Senado Flexa não é de liberar; é para não tirar oportunidade de que esses bancos também possam disputar o mercado. Agora, quando o Senador Ataídes diz que o Banco da Amazônia não tem estrutura, o que seria de nós na Amazônia, se não fosse esse Banco da Amazônia, principalmente dos pequenos produtores?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quero aqui prestar o meu apoio à proposta do Senador Flexa e dizer que eu acho que a proposta do Senador Flexa, muito pelo contrário, não tem nada nem a favor nem contra o Sistema S, porque eu vejo que o seu foco é o Sistema S e aqui o foco do Senador Flexa é criar para a nossa região mais uma condição para que o nosso pequeno produtor e médio produtor possa acessar o crédito.

Então, o meu voto vai com V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Petecão.

Senadora Simone.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. Para discutir.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu gostaria de levantar uma questão anterior ao mérito: uma vez que o projeto é terminativo nesta Comissão, nós temos que analisar também a questão da legalidade e da constitucionalidade. Primeiro, eu quero dizer que a ideia do Senador Flexa é uma ideia que agrada a todos nós. Quisera o Centro-Oeste tivesse um banco de fomento, um banco regional! Esta é uma outra discussão.

A discussão preliminar que eu faço – e eu não tenho a resposta aqui, talvez por isso eu peça vista ou peça que o Senador Ataídes revise o seu parecer, até trazendo talvez essa informação – é de que, na realidade, o Sistema S refere-se a entidades paraestatais. Consequentemente, eles recebem verbas e contribuições parafiscais que nada mais são do que recursos públicos.

Dentro desse aspecto, eu não sei como está hoje a legislação no que se refere à obrigatoriedade desses depósitos e ao gerenciamento desses recursos nos bancos oficiais federais (Caixa Econômica e Banco do Brasil). Esse é um ponto que eu acho que requer uma atenção, para vermos de que forma isso está hoje sedimentado na legislação – a princípio, é dessa forma – e quais são os posicionamentos jurisprudenciais dos tribunais.

Esse é um passo, até para que a gente possa, percorrido isso e analisada a possível constitucionalidade e legalidade do projeto, entrar no mérito, que é: deve-se ou não garantir todos os depósitos ou todo o gerenciamento desse recurso, que é um recurso significativo, na mão de repente de gerentes de bancos, que vão manusear valores significativos?

Repito: acho que a ideia é interessante e que o projeto merece, inclusive, melhor análise. De repente, ele pode ser aproveitado, Senador Flexa. Ele está um pouco aberto. Ele simplesmente permite tudo, de qualquer forma, sem nenhum critério de fiscalização. Mas antes disso eu pediria ao Senador Ataídes para, se possível, trazer essa informação em relação aos dados do Tribunal de Contas da União nesse aspecto mais da legalidade. Percorrido, ultrapassado esse obstáculo – é constitucional, é legal –, nós no mérito daríamos a decisão em relação ao projeto, às vezes até contribuindo com emendas para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que pudéssemos adaptar o projeto. E poderíamos começar não abrindo tudo, mas permitindo algum tipo de atividade ou de depósito nesses bancos regionais.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Pelo que entendi, Senadora Simone, V. Exª pede vista, é isso?

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Eu pergunto, primeiro, ao Senador Ataídes se ele teria intenção ou se ele ainda tem, dentro do que nós argumentamos, a possibilidade de dar uma reanalisada no projeto em relação não só à questão da constitucionalidade – porque isso pode matar o projeto –, mas também em relação ao mérito, para que nós pudéssemos aperfeiçoá-lo, no sentido de não abrir tanto, mas de repente de abrir uma brecha para que os bancos regionais pudessem receber esses depósitos.

Do contrário, se ele achar que não, que o parecer é esse, eu peço vista, sim, Sr. Presidente.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Sr. Presidente, veja só: nós temos um parecer do TCU que orienta que essas aplicações – e nós não estamos falando de milhões; nós estamos falando de R$30 bilhões – sejam feitas junto à Caixa Econômica ou ao Banco do Brasil, a título lastreado no Governo Federal. Isso significa um risco muito zero. Imagine um gestor, lá no Norte do País, com três bilhões em caixa, fazendo essa aplicação, Sr. Presidente. A coisa é muito séria.

Repito: eu estou muito preocupado com o Sistema S. E, se esse projeto não for aqui aprovado, essa rejeição, eu peço que ele vá à Comissão de Controle e Fiscalização do Senado Federal. Eu já faço esse requerimento. Nós estamos já confeccionando esse requerimento aqui, para que V. Exª o coloque em votação, a fim de que o projeto vá àquela Comissão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Ataídes.

Passo ao Senador Armando Monteiro... (*Fora do microfone.*)

Mas antes eu só gostaria de fazer um esclarecimento, Senador Armando.

Não quero – como não devo – me imiscuir na discussão, mas lembro à Senadora Simone Tebet e ao Senador Ataídes que esses bancos regionais são bancos federais.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Federais!

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eles são bancos federais, assim como os outros.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Isso é de conhecimento, Sr. Presidente. É claro!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – É porque a Senadora Simone Tebet falou que pode ser que seja obrigatório que esses recursos sejam colocados em bancos federais.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Mas não há capilaridade, não há agências!

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Não é que não tem agência.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu não estou discutindo o mérito, estou esclarecendo que são bancos federais.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. Para discutir.) – Sr. Presidente, me pareceu muito correta a ponderação da Senadora Simone.

No mérito, sou totalmente convergente com a proposta do Senador Flexa, porque se trata de bancos federais que têm efetivamente todas as prerrogativas de um banco estatal federal, e isso propiciaria uma melhor distribuição desses recursos – lembrando que o Sistema S tem departamentos regionais, cada federação de indústria tem um departamento regional. Portanto, essa maior distribuição dos recursos em termos espaciais é algo que faz sentido.

O argumento da capilaridade é frágil, o Banco do Nordeste tem 230 agências, então é algo absolutamente frágil.

Com relação à conhecida já desta Casa indisposição, a crônica indisposição que o Senador Ataídes tem com o sistema – e a todo momento coloca questões no ar como, por exemplo, dizer que o sistema é uma bomba, que não há transparência, etc. –, eu acho que essas coisas não devem ser confundidas. Esse é um debate que pode e deve ser feito.

Eu fui dirigente do sistema, Senador, durante muitos anos. Não tenho receio desse debate. E quero dizer que algo que se construiu ao longo de décadas, todo sistema pode ser aperfeiçoado, é susceptível de aperfeiçoamento. Mas o balanço do sistema é amplamente positivo, do ponto de vista da sua contribuição, a formação do capital humano do País. E vejo o Senador Ataídes sempre muito centrado na ideia de que o sistema tem excedente financeiro.

Ora, Senador Tasso, ainda bem que o sistema tem excedente financeiro, que tem reservas técnicas, que tem provisões para o cumprimento da sua missão. Pior seria se esse sistema tivesse um desequilíbrio estrutural e evidente, estivesse sem recursos para poder financiar as suas atividades que são tão essenciais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, quero me somar àquilo que a Senadora Simone trouxe. Vamos analisar melhor os aspectos legais dessa questão e, aí, sim, Senador Flexa, construirmos, quem sabe, uma proposta.

Mas, desde já, no mérito, tenho uma posição convergente com a proposta de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Omar.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM. Para discutir.) – Sr. Presidente, sobre o projeto do Senador Flexa Ribeiro, acho que estamos chegando a um consenso, só para dar uma aprimorada. Mas nem sempre é falta de recursos, vamos deixar claro.

Muitas vezes, na nossa região, não há uma assistência técnica para fazer um projeto que possa ser aprovado pelo banco, existe essa dificuldade. E há ainda as questões ambientais muito rígidas na nossa região para implantar um projeto.

Muitas vezes o Basa disponibiliza R$700 milhões, R$800 milhões para o setor primário, e a gente não consegue aprovar um projeto do Basa, por falta de assistência técnica, por falta de aprovação de projetos ambientais para que a gente possa ter esses recursos.

Em si, acho que o Senador Flexa Ribeiro tem razão quando se propõe a fazer uma flexibilização nessa questão. Lá no Estado do Amazonas, por exemplo, estão fechando agências do Basa. E lá eles pegam um mapa e acham, pelo mapa, que uma cidade é perto da outra. Não, são horas ou dias de viagem para você ir de uma cidade a outra. Então, fecharam várias agências do Basa, infelizmente.

Nós temos uma deficiência muito grande, no nosso Estado, para se fazer esse financiamento. E volto a repetir que a atividade fim, que é o setor primário no pequeno e no médio produtor, tem muita dificuldade de conseguir recurso, por falta de assistência técnica e por falta de projetos ambientais que possam garantir essa questão.

Essa flexibilização é boa, mas eu tenho de concordar com a Senadora Simone. Acho que devemos amarrar um pouquinho essas questões, para não deixar na mão de absolutamente uma pessoa para tomar essas decisões e mais tarde nós inviabilizarmos a instituição financeira, porque a partir do momento em que você deixa, delega isso para um gerente, futuramente poderá acontecer o que está acontecendo hoje com o ex-presidente do BNDES, com o ex-presidente da Petrobras, com o ex-presidente do Banco Central e assim por diante. Então, nós não podemos cometer esse erro. É o meu pensamento.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Só mais um segundo, Sr. Presidente, por derradeiro.

Se alguém conhece do Sistema S, no Brasil, com toda modéstia é bom que se diga que eu conheço. Eu tenho inclusive um livro escrito sobre o Sistema S e sou um defensor desse Sistema S.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O colega Monteiro colocou que 30 bilhões hoje disponíveis nesse sistema é uma coisa natural. Isto é um absurdo! Não existe banco, não existe empresa nenhuma que tenha como disponibilidade uma avalanche de bilhões como essa, num sistema que tem por objetivo principal qualificar a mão de obra do trabalhador – porque a nossa mão de obra é uma catástrofe! É bom que se diga – e levar lazer e saúde às pessoas.

Agora, recentemente, nós vimos a prisão daquele gestor lá do Rio de Janeiro, Orlando Diniz, que eu acho que vai pegar uns 15 anos de cadeia. Por ali...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Senador, aí eu queria perguntar a V. Exª...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Eu estou com a palavra, Senador. Eu estou com a palavra.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – ... se quando um Parlamentar é pilhado numa irregularidade, V. Exª se sente atingido?

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Eu estou com a palavra, Sr. Presidente? Eu estou com a palavra? Eu estou com a palavra?

Eu estou com a palavra, Sr. Presidente. Permita-me.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Pois não, Senador.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Então, não dá para admitir que um sistema como esse, de que eu sou defensor, que tem aí algo em torno de 30 bilhões aplicado nesse mercado financeiro, e que lá no Rio de Janeiro foi preso aquele cidadão que vai pegar no mínimo 15 anos de cadeia, que esse sistema seja discutido aqui nesta Comissão de Assuntos Econômicos com tanta naturalidade, Sr. Presidente.

Eu sei, eu não devo permanecer no Senado Federal porque o meu objetivo... Eu sou empresário e quero governar o Estado do Tocantins. Mas se esse sistema não for observado carinhosamente, vai ser a maior bomba de corrupção neste País. Eu tenho dito isso porque não há transparência, não há controle e são mais de 22 bilhões arrecadados de dinheiro público todo ano, Sr. Presidente!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Só um minuto, por favor, Senador Flexa. Vou lhe passar a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pelo que eu entendi, há um pedido de vista da Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Mas damos a palavra ao Senador...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Não vai haver votação agora por causa...

E, neste caso, o requerimento...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – E o meu requerimento, Sr. Presidente? Eu gostaria que fosse à CTFC.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – É que o requerimento de V. Exª, pelo que entendi, é no sentido de que, caso não seja aprovado...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Então, eu o melhoro...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Foi pedida vista.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Eu gostaria, independentemente, que ele fosse à CTFC. Eu gostaria, Sr. Presidente.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Esse requerimento – estou sendo informado pela Secretaria – tem de ser apresentado...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – No plenário.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Mas V. Exª, como Presidente, pode.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Não!

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu estou sendo informado de que a competência é do Plenário.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Mas está no Regimento Interno. Permita-me: o Regimento Interno permite que o Presidente tenha essa autonomia.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Flexa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pegue o Regimento, por favor.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, o Senador Ataídes, que se refere ao malfeito que foi encontrado no Rio de Janeiro...

Eu acho que aqueles que praticarem malfeitos – e não é só no Sistema S, não, mas em qualquer órgão – devem pegar não 15 anos, Senador Ataídes, mas prisão perpétua. Isso porque não há como serem mantidos esses malfeitos que estão sendo mostrados à sociedade.

Agora, nós não estamos discutindo, no projeto que eu apresentei, o Sistema S, nós não estamos discutindo isso. A V. Exª, que tem ao longo de seu mandato aqui, de forma contundente, estudado a questão do Sistema S, sugiro que abramos uma discussão para o Sistema S. O projeto que eu apresentei apenas autoriza que o Sistema S, os recursos do Sistema S, possam ser também depositados nos bancos regionais, só isso. Não diz como se vai aplicar... Não há isso. A aplicação, se o gerente lá do interior, como V. Exª disse, com 3 bilhões... Não é mérito do projeto que eu apresentei. Quem tem de fiscalizar o gerente lá do interior é o Banco Central. Não é o caso aqui discutir o Sistema S.

A Senadora Simone já solicitou vista. Eu acho que ela pode, então, aprofundar a questão da constitucionalidade ou não do projeto. Eu vou me permitir, se a Senadora Simone concordar, junto com a Senadora, estudar realmente se ele pode voltar na semana que vem para que nós o aprovemos, porque eu acho que, no mérito, ele é muito importante para as nossas regiões em desenvolvimento.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado.

Foi pedida vista.

Passamos, então, ao item nº 2.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso! Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Paulo Paim.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A Senadora Lúcia Vânia está presente. Se pudéssemos...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Isso, já é esse projeto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Já estamos colocando, Senador Paulo Paim, que está aqui desde cedo, aguardando pacientemente a vez do seu projeto.

Passamos, então, ao item nº 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 629, de 2011

- Não terminativo -

Altera os arts. 3º e 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para incluir o apoio cultural ao Serviço de Radiodifusão Comunitária entre os projetos aptos a receber recursos incentivados.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Relatoria: Senadora Lúcia Vânia.

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas apresentadas.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com parecer favorável ao projeto.

2. A matéria será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

Senadora Lúcia Vânia com a palavra.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO. Como Relatora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 629, de 2011, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera os arts. 3º e 18 da Lei nº 8.313, de 1991 (Lei de Incentivo à Cultura), para incluir o apoio cultural ao Serviço de Radiodifusão Comunitária entre os projetos aptos a receber recursos incentivados.

O projeto está organizado em três artigos. O art. 1º prevê a inclusão de alínea "f" no inciso II do art. 3º da referida lei, com o objetivo de incluir o apoio cultural ao Serviço de Radiodifusão Comunitária como item passível de receber fomento à produção cultural e artística, no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 2º, por sua vez, propõe acrescentar alínea "i" ao §3º do art. 18 da mesma lei, de forma que o apoio cultural ao Serviço de Radiodifusão Comunitária seja incluído na relação de itens que podem ser deduzidos no Imposto de Renda.

Por fim, o art. 3º traz a cláusula de vigência, prevendo que a proposta, caso transformada em lei, entre em vigor na data de sua publicação.

Na justificação, o autor esclarece que as limitações legais ao financiamento das atividades das rádios comunitárias sempre trouxeram dificuldades para manutenção desses serviços. A proposta em tela teria como objetivo, assim, minimizar os problemas de financiamento dessas rádios, que não foram equacionados pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que instituiu o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

O projeto foi aprovado, sem alterações, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e, após apreciação da presente Comissão, a matéria seguirá para análise da Comissão de Educação, Cultura e Esporte para decisão terminativa.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

Análise.

Sr. Presidente, eu acho que o tema está bem esclarecido, cada Senador tem o relatório em mãos, eu só me reservaria o direito de ler o voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 629, de 2011, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº – CAE
(PLS nº 629, de 2011)
Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 629, de 2011, a seguinte redação:
“Art. 1º O inciso IV do art. 3º da Lei no 8.313, de 23 de dezembro de 1991, passa a viger acrescido da alínea *d*, com a seguinte redação:
“Art. 3º .....
.....
IV - .....
.....
d) apoio ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, desde que, no mínimo, 80% da programação seja de caráter cultural.
.....” (NR)
EMENDA Nº – CAE
(PLS nº 629, de 2011)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dê-se à alínea *i* do §3º do art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, acrescida pelo Projeto de Lei do Senado nº 629, de 2011, a seguinte redação:

"Art. 18. .....

.....

§ 3º .....

.....

i) apoio ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, desde que, no mínimo, 80% da programação seja de caráter cultural." (NR)

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

A matéria está em discussão.

A Senadora Simone e o Senador Flexa pediram ao mesmo tempo, evidentemente que a preferência é para a Senadora Simone Tebet.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sem dúvida.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. Para discutir.) – Vou ser breve. Eu gostaria, primeiro, de parabenizar o Senador Paim pela iniciativa, até corajosa, porque nós estamos falando de recursos que têm que ser compartilhados e divididos, e também a Senadora Lúcia Vânia, que aprimorou o projeto.

Eu sou muito suspeita porque eu nasci numa casa onde meu avô escutava rádio ao pé do ouvido. Por isso eu falo que, de todos os veículos de comunicação, esse é o mais íntimo, porque a gente ouve perto do coração. E eu tinha no meu pai uma referência de alguém que admirava – apesar da televisão, da internet, e dos *smartphones* – e entendia ser o rádio o veículo mais democrático e participativo, que realmente é.

Quando o Senador Paim traz a esta Casa, ao Senado Federal, a importância de uma rádio comunitária, nós temos de louvar a iniciativa, porque, para tudo o que falamos de positivo de uma rádio, nós temos de dobrar, triplicar quando falamos de rádio comunitária, pois, ao contrário de outros veículos de comunicação, e mesmo da rádio comum, a rádio comunitária não vem de cima para baixo; ela vem de baixo para cima. Ela não apenas fala; ela ouve a comunidade, o bairro e seus problemas, as suas adversidades. Ela está ali no dia a dia.

Mas nós não podemos nos esquecer de que, quando ela foi criada 20 anos atrás – vai fazer exatamente 20 anos –, a rádio comunitária tinha um objetivo que era apenas o de comunicação. Hoje, nós sabemos que não fazemos comunicação sem um mínimo de recurso. Ela não pode visar ao lucro, ela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

não vai ter lucro, mas ela precisa ter o mínimo de condição de pagar àquele que vai mexer na caixa de som, àquele que vai falar, enfim, àquele que vai pagar a água e a luz do estabelecimento.

Portanto, eu quero parabenizar o Senador Paim, mas principalmente a Senadora Lúcia Vânia, porque ela tira uma preocupação que todos nós teríamos ao se utilizar dinheiro do fundo da cultura, desde que comprovadamente 80% da programação dessa rádio comunitária esteja voltada para a comunidade, levando cultura, diversão e entretenimento.

Nesse sentido, eu parabenizo o autor e a Relatora do presente projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senadora Simone.

Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Para discutir.) – Presidente Tasso Jereissati, quero também parabenizar o autor, Senador Paulo Paim, a Senadora Lúcia Vânia, pelo relatório, e a fala da Senadora Simone, realçando o trabalho das rádios comunitárias.

Todos nós reconhecemos a importância das rádios comunitárias, em especial numa região como a nossa, a Região Amazônica, em que elas têm um papel preponderante.

Agora, não dá para escondermos o sol com a peneira de não reconhecermos aquilo que a Senadora Simone colocou: como essas rádios comunitárias vão se sustentar se não é permitido a elas que façam comerciais e sim apoio cultural? Agora, o Senador Paim acrescenta já uma parte dos recursos para a cultura que possam ser aplicados pela rádio comunitária.

Talvez, Senadora Simone, Senador Paim, Senadora Lúcia Vânia, nós possamos estudar uma alteração na legislação referente às rádios comunitárias, para que elas possam também acessar atividade comercial dos anúncios e que não tenham fins lucrativos, que sejam proibidos os fins lucrativos e que haja um controle.

O que acontece no interior, pelo menos no meu Estado, é que as rádios comunitárias acabam se tornando uma rádio comercial, porque, primeiro, não há fiscalização nesse sentido; segundo, elas precisam, como bem disse a Senadora Simone, se sustentar. Então, vamos aproveitar o projeto do Senador Paulo Paim para que nós possamos rever a legislação com relação às rádios comunitárias.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Flexa.

Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO. Pela ordem.) – Só para acrescentar à fala do Senador Flexa: existe, Senador Flexa, no próprio Ministério das Comunicações, um estudo já para normatizar as rádios comunitárias num sentido maior.

Eu acredito que essa contribuição do Senador Paulo Paim é fundamental, mas nós vamos ter uma adequação dentro dessa linha que V. Exª coloca.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO. Para discutir.) – Obrigado, Sr. Presidente.

O nosso querido Estado de Tocantins, Sr. Presidente, tem 277 mil quilômetros quadrados de terras, um pouco menos do que o Estado do Pará do nosso querido Senador Flexa Ribeiro. E lá nós não temos internet; não temos, principalmente na região mais ao norte, que é o Bico do Papagaio, televisão. Ali, todas as informações são passadas através dessas rádios comunitárias.

Eu visitei diversas delas, Sr. Presidente, e pude constatar que algumas tinham cerca de 1,5m² de área. E, ali, um jovem – ou até mesmo um senhor – sentado numa cadeirinha levava informações para as pessoas, informações relevantes sobre saúde, educação, segurança. E, nesse 1,5m², os tijolos nem reboco tinham. Estou falando isso em relação a diversas rádios comunitárias. Essa já era uma preocupação enorme.

Portanto, eu quero parabenizar o Senador Paulo Paim por essa iniciativa, bem como a Relatora, Senadora Lúcia Vânia, que agora está se referindo à normatização. De fato, nós precisamos dar condições de trabalho a esse pessoal e, digo mais, dar a eles também o direito de captar recursos no seu Município, evidentemente sem fins lucrativos.

Portanto, esse projeto é extraordinário e deveria... Eu não tenho aqui a data, Sr. Presidente...

De quando é esse projeto, Senador Paim? De quando ele é?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – É de 2011.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Portanto, Sr. Presidente, agora eu peço novamente – e acho que está previsto no Regimento – que esse projeto tenha uma tramitação urgente e que, assim, vá diretamente ao Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu requeiro, portanto, de V. Exª...

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Ele é terminativo na Comissão de Educação.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Mas eu pediria, Sr. Presidente, que ele fosse dirigido diretamente ao Plenário dada a sua importância.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

Aqui, Senador Hélio José.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE. *Fazendo soar a campainha*.) – Pois não.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF. Para discutir.) – Sr. Presidente, embora eu não seja membro desta Comissão, eu não poderia deixar de estar presente a este debate, até porque, como Vice-Presidente da Frente Parlamentar Mista em defesa das rádios comunitárias do nosso País, eu precisava estar aqui para cumprimentar a Abraço (Associação Brasileira das Radiodifusão Comunitárias), toda a sua diretoria que está aqui, especialmente a de Brasília, nas pessoas do Divino Cândido e do Ronaldo Martins.

Quero dizer que esse projeto é de uma importância capital, porque, realmente, a penúria em que vivem as rádios comunitárias, como relatado aqui pelo Senador Ataídes, é uma situação clara e evidente para todos aqueles que visitam as rádios comunitárias.

Hoje, no Brasil inteiro, quem mais comunica são as rádios comunitárias. Por isso que, na Medida Provisória nº 747, nós fizemos uma série de procedimentos e conseguimos salvar da extinção mais de cinco mil rádios comunitárias, algumas inclusive aqui do Distrito Federal. E fizemos uma série de projetos que colaboram com projetos como esse do nobre Senador Paulo Paim, que está de parabéns por este projeto aqui, pela sensatez deste projeto. De parabéns também está a Senadora Lúcia Vânia pelo relato aqui colocado!

Na Comissão de Educação, há um projeto de minha autoria visando ao fim da extinção da taxa da Ecad para as rádios comunitárias.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Não, esse é outro.

As rádios comunitárias, por serem umas das maiores difusoras de cultura no Brasil e por não terem fim lucrativo, não têm motivação nenhuma, porque não têm dinheiro nem para se manterem. E não o têm para pagar o Ecad, porque elas já divulgam gratuitamente todos os artistas brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esse projeto é de minha autoria e está na Comissão de Educação. A relatoria é da Senadora Fátima Bezerra. Espero que, o mais brevemente possível, ele seja rodado.

Além desse projeto, há outro projeto de minha autoria que o Senador Paulo Paim deve relatar na CCJ e que prevê que as rádios comunitárias possam ter duas frequências, uma diferente da outra, para não haver sombreamento de uma rádio com outra vizinha, ficando aquela parte da população sem ouvir a rádio comunitária. E prevê que, em Municípios longínquos, como os que aqui foram relatados pelo nobre Senador Ataídes Oliveira, haja um raio de abrangência bem maior, haja uma fonte ou um gerador de radiação maior para esse tipo de rádio, porque é o único meio de comunicação que aquela população tem. E prevê também, como a nossa nobre Senadora Lúcia Vânia coloca, algumas necessidades em manutenção.

O Senador Ataídes colocou aqui a importância da captação municipal, porque as nossas pequenas quitandas e drogarias, os mercados pequenos nas cidades não têm como fazer a divulgação nas redes comerciais. Era preciso ver uma forma de eles divulgarem isso nas nossas rádios comunitárias.

Meu nobre Senador Tasso Jereissati, Presidente da CAE, meus agradecimentos por permitir minha intervenção aqui, sem que eu seja membro desta Comissão. Eu não podia me fazer ausente, até porque há um projeto de minha autoria que é seguinte a este. Estou aqui apoiando as rádios comunitárias.

Muito obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Hélio José.

Então, com a palavra o nobre autor desse projeto tão aplaudido por todos aqui, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – O Presidente Floriceno Paixão, que já faleceu, dizia: "Projeto bom é projeto aprovado."

Eu quero falar o mínimo possível. Quero só agradecer. Todos os Senadores já advogaram o projeto. Mesmo aqueles que não falaram diziam que ele era importante.

A Senadora Lúcia Vânia teve uma grandeza enorme, dialogou com todos os setores, com os líderes que estão atrás desse projeto há mais de 15 anos. Lá é que começou a discussão, até que o apresentamos.

E, aqui, foi colocado com muita clareza: são pequenos espaços de 1,5m² ou, quando muito, de 2m² que não têm como se manter! Ficam tomando chimarrão ali e, ao mesmo tempo, falando com a comunidade. Eles falam ali, na base mesmo, para o nosso povo, para toda a nossa gente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quero só fazer um agradecimento a todos e, especialmente, é claro, à Relatora, Senadora Lúcia Vânia. A emenda que ela faz, reconheço, preenche e tira toda e qualquer dúvida com relação à questão da cultura, quando diz que 80% do investimento deverão ser feitos na área cultural.

Então, agradeço a todos e, especialmente, à Senadora e a V. Exª, Senador Tasso Jereissati. É claro que, se puder levá-lo para o Plenário, os líderes – estão todos ali atrás – gostariam. Não sei se é regimental.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – É regimental.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Parabéns, Paim!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns a todos que o defenderam!

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Encerrada a discussão, coloco-o em votação.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 3 e 4 da CAE.

Senador Ataídes, sou informado aqui pela Secretaria que, pelo Regimento, nós não temos...

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Veja, se nós temos pressa nesse projeto e esse projeto é terminativo na Comissão de Educação, cuja Presidente é a Senadora Relatora Lúcia Vânia, é óbvio que, assim que chegar à Comissão de Educação, ela vai avocar e vai votar muito mais rapidamente semana que vem do que se tentarmos pautar em plenário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu acho que existe uma dúvida aqui junto à Secretaria, Senador, e, sendo uma questão com esses precedentes em que a própria Senadora Lúcia Vânia é Presidente da Comissão, acho que não custa nada evitar essa discussão, até pelo próprio projeto, para que não possa vir a ser questionado em momento algum.

Agradeço a sua atenção, Senador Ataídes.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Senador Armando.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, eu solicitaria a inclusão extrapauta dos dois requerimentos que encaminhei, ambos relacionados com a questão dos *spreads* bancários: um para a constituição de um grupo de trabalho que vai focar muito o tema da inovação e da competição nessa área, lembrando o papel hoje das *fintechs*, de novas plataformas que têm sido criadas, e um requerimento de uma audiência pública que vai poder ouvir importantes atores e lideranças, que eu tenho certeza de que poderão dar uma contribuição a esse debate, inclusive sobre o tema das cooperativas de crédito.

Tudo isso vai ao encontro daquela agenda microeconômica que V. Exª tão bem fixou aqui, nesta Comissão, especialmente quanto ao tema de redução dos *spreads* bancários e, por consequência, da taxa de juros, algo muito oportuno neste momento. A Selic caiu substancialmente e as taxas de juros ainda se encontram extremamente elevadas. Ou seja, as margens de intermediação financeira são elevadíssimas e, portanto, mecanismos que estimulem e incentivem a competição e a concorrência, decerto, resultarão em benefícios para todo consumidor e toda atividade econômica do País. Lembrando que esta Casa já aprovou o cadastro positivo, o aperfeiçoamento do cadastro positivo, que é outro passo importante nessa agenda.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador. Com certeza.

Nós vamos colocar em votação agora o item 6, de autoria do Senador Alfredo Nascimento, cujo Relator é o Senador Pedro Chaves, e, em seguida, colocaremos os requerimentos de V. Exª.

Portanto, item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 320, de 2013

- Não terminativo -

Dispõe sobre a celebração de convênios entre a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, em face da realização de eventos de grande repercussão.

Autoria: Senador Alfredo Nascimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Pedro Chaves

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com parecer favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CE.

2. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Com a palavra o Relator, Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PRB - MS. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente, o nosso bom-dia!

Em exame nesta Comissão de Assuntos Econômicos(CAE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 320, de 2013, de autoria do Senador Alfredo Nascimento, que acrescenta o art. 50-A à Lei nº 12.663, de 5 de junho de 2012, conhecida como Lei Geral da Copa, por dispor sobre as medidas relativas aos eventos Copa das Confederações FIFA 2013 e Copa do Mundo FIFA 2014, dentre outros assuntos, para prever que a União tome a iniciativa de celebrar convênios com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, com o objetivo de estabelecer o funcionamento e a atuação efetiva de órgãos administrativos e judiciais nos locais onde sejam realizados eventos de repercussão nacional (art. 1º do PLS).

O dispositivo se aplica a eventos esportivos, artísticos, religiosos, culturais e de lazer, entre outros, e se destina a garantir a segurança e o bem-estar dos participantes (art. 1º, parágrafo único, do PLS).

O art. 2º da proposta constitui a cláusula de vigência da lei.

Vou imediatamente à análise, Sr. Presidente.

Análise.

Nos termos do art. 99, incisos I e III, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente.

De acordo com o art. 48, III, da Constituição Federal (CF), cabe ao Congresso Nacional legislar sobre todas as matérias de competência da União. A matéria objeto do PLS nº 320, de 2013, está incluída entre essas competências e não incorre em vício de iniciativa de que trata os art. 61 da Constituição Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposição atende, em geral, aos atributos exigidos pela boa técnica legislativa, estando em consonância com os ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Do ponto de vista econômico, não há óbice em relação à aprovação da matéria, visto que ela não implica aumento ou diminuição da receita ou despesa da União ou de seus entes federados, não conflita com o Plano Plurianual, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias ou com o Orçamento Anual, nem repercute, de qualquer modo, sobre os respectivos orçamentos, apenas fomenta a iniciativa da União na celebração dos respectivos instrumentos de cooperação nas áreas que menciona.

Entretanto, há que se ressaltar o fato de que a Lei nº 12.663, de 5 de junho de 2012, dispõe sobre as medidas relativas apenas aos seguintes eventos: Copa das Confederações FIFA 2013, Jornada Mundial da Juventude 2013 e Copa do Mundo FIFA 2014. Portanto, no nosso entendimento, o dispositivo está inadequadamente inserido nesta lei, motivo pelo qual propomos emenda substitutiva no sentido de eliminar essa falha, sem, contudo, alterar-lhe o mérito.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2013, nos termos do seguinte substitutivo:

> EMENDA Nº – CAE
> PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 320, DE 2013 (SUBSTITUTIVO)
> Dispõe sobre a celebração de convênios entre a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, em face da realização de eventos de grande repercussão.
> O CONGRESSO NACIONAL decreta:
> Art. 1º A União tomará a iniciativa de celebrar convênios com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, com o objetivo de estabelecer o funcionamento e a atuação efetiva de órgãos administrativos e judiciais nos locais onde sejam realizados eventos de repercussão nacional.
> Parágrafo único. O disposto no *caput* se aplica a eventos esportivos, artísticos, religiosos, culturais e de lazer, entre outros, e se destina a garantir a segurança e o bem-estar dos participantes.
> Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das comissões.

Senador Pedro Chaves, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – A matéria está agora em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o relatório do Senador Pedro Chaves.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 2.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Requerimento de autoria do Senador Armando Monteiro.

EXTRAPAUTA

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 9, de 2018

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, a criação de grupo de trabalho de propostas que reduzam os spreads bancários, com foco nos efeitos produzidos pelas inovações tecnológicas que induzam o aumento da competição no mercado financeiro.

Autoria: Senador Armando Monteiro

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Em votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento nº 11, também de autoria do Senador Armando Monteiro.

EXTRAPAUTA

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 11, de 2018

- Não terminativo -

Requeiro com fundamento no inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos destinada a debater o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tema: Inovação e Competição: Novos caminhos para redução dos spreads bancários (custos e margens da intermediação financeira), com a presença dos seguintes convidados:

Autoria: Senador Armando Monteiro

Requer a presença dos seguintes convidados: Sr. Otávio Ribeiro Damaso, Diretor de Regulação do Banco Central; Srª Ana Carla Abrão, sócia da consultoria Oliver Wyman; Sr. Augusto Lins, Presidente da Abipag (Associação Brasileira de Instituições de Pagamentos); Sr. Raphael Guarilha (*head* de inovação da Stone), que vai falar sobre *block*...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – *Blockchain*.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – *Blockchain*. Eu não sou da área!

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Mas não o compromete.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Prossigo: Sr. Ênio Meinen, representante da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

O requerimento está em discussão. (*Pausa.*)

Está, agora, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 14.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Armando Monteiro e Senador Sandoval, eu gostaria de parabenizar o Senador Garibaldi pelo sotaque britânico ao pronunciar *blockchain*.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Não confie muito.

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 7, de 2018

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, requeiro que seja realizada por esta Comissão de Assuntos Econômicos uma audiência pública com o objetivo de debater os impactos da reforma tributária dos Estados Unidos da América sobre a economia brasileira.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O Senador Fernando Bezerra e o Alexandre estão me lembrando aqui que sou o segundo subscritor.

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 8, de 2018

- Não terminativo -

Nos termos do Artigo 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de audiência pública, com a presença do Sr. Felipe Salto, diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente no âmbito do Senado Federal, a fim de debater sobre o acompanhamento fiscal realizado pela referida instituição, nos termos da Resolução do Senado Federal nº 42 de 2016.

Autoria: Senador Tasso Jereissati

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento de nº 8, de 2018.

EXTRAPAUTA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 18

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 10, de 2018

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores, com o tema "O impacto na economia brasileira da recente sobretaxa americana às importações de aço e de alumínio", com a participação dos seguintes especialistas no tema:

I. Alexandre de Campos Lyra, Presidente do Instituto Aço Brasil;

II. Marco Polo de Mello Lopes, Diretor-Executivo do Instituto Aço Brasil;

III. Mauro Borges Lemos, ex-Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil;

IV. Dr. Mariano Francisco Laplane, Professor da Universidade Estadual de Campinas.

Autoria: Senador Lindbergh Farias

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Srªs e Srs. Senadores, no intuito de estabelecer normas para o acompanhamento fiscal e com isso ampliar a transferência das contas públicas, proponho a apresentação de um Projeto de Resolução para que a Instituição Fiscal Independente, através do seu diretor-executivo, compareça a esta Comissão semestralmente, para apresentar evolução do quadro fiscal brasileiro, inclusive das receitas, despesas, dívida pública, renúncias fiscais e outras variáveis econômico-financeiras relevantes, com base nos trabalhos publicados pela instituição.

O trabalho desenvolvido pela instituição tornou-se uma referência no debate público e acadêmico sobre economia e contas públicas, por meio dos seus relatórios de acompanhamento fiscal, estudos especiais e notas técnicas, além de artigos em jornais e revistas de grande circulação.

Em votação o Projeto de Resolução de autoria da própria Comissão de Assuntos Econômicos.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a apresentação do Projeto de Resolução permaneçam como estão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

A matéria vai ao plenário do Senado Federal.

(Matéria não lida:

EXTRAPAUTA

ITEM 19

MINUTA DE PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº, DE 2018

Altera a Resolução do Senado Federal nº 42, de 2016, que cria a Instituição Fiscal Independente no âmbito do Senado Federal.

Autoria: Senador Tasso Jereissati

Em votação a inclusão do Sr. Paulo Solmucci para participar do debate sobre inovação e competição, novos caminhos para a redução dos *spreads* bancários, de autoria do Senador Armando Monteiro.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam a inclusão do Sr. Paulo Solmucci, Presidente da Unecs (União Nacional de Entidades do Comércio e Serviços), permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada.

Item 5 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 622, de 2015

- Não terminativo -

Altera as Leis nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e nº 10.848, de 15 de março de 2004, para estabelecer prazo para os descontos nas tarifas de uso de transmissão e de distribuição para fontes de geração de energia elétrica, eliminar a possibilidade de a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) custear tais descontos e definir parâmetros de cálculo do preço de contratação da geração distribuída de energia elétrica.

Autoria: Senador Otto Alencar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad hoc*: Senador Tasso Jereissati

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado.

Observações: *1. A matéria será apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa.* Na ausência do Senador Fernando Bezerra Coelho, peço ao Senador Tasso Jereissati, Presidente desta Comissão, que possa fazer a sua leitura.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE. Como Relator.) – Muito obrigado, Senador Garibaldi Alves.

Trata-se do Projeto de Lei do Senado que tem como objetivo estabelecer prazos para os descontos nas tarifas de uso de transmissão e de distribuição para fontes de geração de energia elétrica, eliminar a possibilidade da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) custear tais descontos, e definir parâmetros de cálculo do preço da contratação da geração distribuída de energia elétrica.

Convicto de que sociedade se beneficiará com as modificações propostas na medida em que haverá desoneração das atividades econômicas e promoção da competição no mercado de energia entre as fontes renováveis em questão, peço a V. Exª permissão para deixar de ler toda a análise e ir direto ao voto.

Tecidas todas as considerações que aqui estão relatadas, vota-se pela aprovação do PLS nº 622, de 2015, na forma do substitutivo anexo.

> EMENDA Nº /2018 – (CAE)
> PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 622, DE 2015
> Altera as Leis nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e nº 10.848, de 15 de março de 2004, para estabelecer prazo para os descontos nas tarifas de uso de transmissão e de distribuição para fontes de geração de energia elétrica, eliminar a possibilidade de a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) custear tais descontos e definir parâmetros de cálculo do preço de contratação da geração distribuída de energia elétrica.

Este é, portanto, o nosso voto: pela aprovação, com as emendas aqui colocadas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o relatório feito pelo Senador Tasso Jereissati, Relator *ad hoc* – leu o relatório do Senador Fernando Bezerra Coelho –, permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto nos termos da Emenda nº 1.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião convocando outra para a próxima semana no horário regimental.

(*Iniciada às 10 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 11 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte de março de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Tasso Jereissati, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Eduardo Braga, Waldemir Moka, Airton Sandoval, José Pimentel, Acir Gurgacz, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Paulo Rocha, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Otto Alencar, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro, Telmário Mota, Vicentinho Alves e Dário Berger. Deixam de comparecer os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Garibaldi Alves Filho, Rose de Freitas, Simone Tebet, Fernando Bezerra Coelho, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Ricardo Ferraço, José Serra, Ronaldo Caiado, José Agripino, Omar Aziz, Ciro Nogueira, Lúcia Vânia, Lídice da Mata e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos RQE 9/2018, de autoria do Senador Armando Monteiro, e RQE 11/2018, de autoria do Senador Armando Monteiro. **Finalidade:** Audiência pública destinada a debater o tema: "Inovação e Competição: Novos caminhos para redução dos spreads bancários (custos e margens da intermediação financeira)". **Participantes:** Ana Carla Abrão, Sócia da consultoria Olyver Wyman; Paulo Solmucci, Presidente da União Nacional de Entidades do Comércio e Serviços - UNECS; Augusto Lins, Presidente da Associação Brasileira de Instituições de Pagamentos - Abipag; Raphael Guarilha, Chefe de Inovação da Stone. Ênio Meinen, Representante da Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB. O Presidente concede a palavra aos participantes para suas exposições iniciais. Os senadores fazem uso da palavra para formularem suas questões. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Tasso Jereissati

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/03/20

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e quinze minutos do dia vinte e sete de março de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Tasso Jereissati, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Simone Tebet, Valdir Raupp, Fernando Bezerra Coelho, Elmano Férrer, Waldemir Moka, Airton Sandoval, José Pimentel, Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Ricardo Ferraço, José Serra, Ronaldo Caiado, José Agripino, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia, Lídice da Mata, Wellington Fagundes, Armando Monteiro, Telmário Mota, Pedro Chaves, Dário Berger, Ana Amélia e Roberto Muniz. Deixam de comparecer os Senadores Roberto Requião, Rose de Freitas, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Otto Alencar, Omar Aziz, Ciro Nogueira e Vanessa Grazziotin. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Destinada à prestação de contas do andamento das ações coordenadas pelo Poder Executivo que afetam a agenda da produtividade e da melhoria do ambiente de negócios. **Participante:** Eliseu Padilha, Ministro-chefe da Casa Civil. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e três minutos. O Presidente concede a palavra ao Ministro para sua exposição inicial. Os senadores fazem uso da palavra para formularem suas questões. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 5ª e 6ª reuniões, que são aprovadas. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Tasso Jereissati

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/03/27

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE ABRIL DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e dezenove minutos do dia três de abril de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Tasso Jereissati e Flexa Ribeiro, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Simone Tebet, Valdir Raupp, Eduardo Braga, Waldemir Moka, Airton Sandoval, Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel, Acir Gurgacz, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa, Paulo Rocha, Ricardo Ferraço, Ronaldo Caiado, José Agripino, Ataídes Oliveira, Dalirio Beber, José Medeiros, Lúcia Vânia, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Cristovam Buarque, Wellington Fagundes, Armando Monteiro, Telmário Mota, Pedro Chaves, Cidinho Santos e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Garibaldi Alves Filho, Rose de Freitas, Fernando Bezerra Coelho, Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, José Serra, Otto Alencar, Omar Aziz e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a presidência declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 7ª Reunião, que é aprovada. Em seguida, comunica aos membros que a comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso nº 327-GP/TCU de 2018, de 16 de março de 2018, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão nº 288/2018, proferido pelo plenário daquela Corte em 21/2/2018, nos autos do processo nº TC 025.774/2016-6, da relatoria do Ministro Aroldo Cedraz, que tratam de Relatório de Auditoria Financeira realizado em cumprimento ao Acórdão nº 3.608/2014 – Plenário, tendo como objeto as demonstrações financeiras consolidadas do Ministério da Fazenda referentes a 31/12/2016; Aviso nº 360-GP/TCU de 2018, de 28 de março de 2018, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 628/2018, proferido pelo plenário daquela Corte em 21/03/2018, nos autos do TC-024.399/2016-7, da relatoria do Ministro Weder de Oliveira, que tratam de Solicitação do Congresso Nacional originária do Ofício nº 87/2016/CAE/SF, de 16/8/2016, enviado pela Senadora Gleisi Hoffmann, que encaminha o Requerimento 21/2016-CAE, de iniciativa dos Senadores José Aníbal e Ricardo Ferraço; Aviso nº 9 de 2018 (Aviso 21/2018-BCB na origem), de 26 de março de 2018, do Banco Central do Brasil, encaminhando o demonstrativo das emissões do real referente ao mês de fevereiro de 2018, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas e Correspondência PRE. nº 310/2017, de 13 de dezembro de 2017, da Câmara Municipal de Paracatu – MG, encaminhando relatório acerca de explicações referentes a corte de recursos orçamentários dos Institutos Federais e Universidades com sede em Paracatu-MG, para as providências cabíveis. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 66, de 2011 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o exercício da atividade profissional de Guarda-Vidas." **Autoria:** Deputada Laura Carneiro. **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta, e contrário

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao PLC 42 de 2013. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2011, com a emenda nº 2 – CAE, e contrário ao Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2013. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 61, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Altera os arts. 580 e 585 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a contribuição sindical devida pelos agentes ou trabalhadores autônomos, pelos profissionais liberais e pelas pessoas jurídicas ou equiparadas." **Autoria:** Deputado Laercio Oliveira. **Relatoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 93, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Cria cargos efetivos no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo." **Autoria:** Tribunal Superior Eleitoral. **Relatoria:** Senador Armando Monteiro. **Relatório:** Favorável ao projeto. Após leitura do relatório, fez uso da palavra os (as) Senadores (as) Ataídes Oliveira, Armando Monteiro, Marta Suplicy, Vanessa Grazziotin, Wellington Fagundes, Lídice da Mata, Simone Tebet, Roberto Requião, Airton Sandoval, José Medeiros, Flexa Ribeiro, José Pimentel, Jorge Viana e Raimundo Lira. **Resultado:** Rejeitado o relatório do Senador Otto Alencar, por 15 votos contrários, 4 favoráveis e nenhuma abstenção. O Presidente designa o Senador Armando Monteiro relator do vencido, nos termos do art. 128, do RISF. É aprovado Parecer Vencedor, que passa a constituir o Parecer da CAE, contrário ao Projeto. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 341, de 2014 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.858, de 13 de abril de 2004, para dispor sobre a oferta de protetores solares a baixo custo para a população." **Autoria:** Senador Kaká Andrade. **Relatoria:** Senadora Lídice da Mata (*Ad hoc*) substituiu a Senadora Gleisi Hoffmann. **Relatório:** Pelo sobrestamento da matéria até envio de resposta a ofício ao Ministério da Saúde. **Resultado:** A comissão aprova o relatório preliminar, pelo sobrestamento da matéria e pelo envio de ofício ao Ministério da Saúde. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 367, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera dispositivos da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para restringir a concessão de incentivo fiscal a projetos que possuam viabilidade comercial, e vedar a aprovação de projetos que incitem a prática de crimes" **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Relatoria:** Senador José Medeiros. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 143, de 2017 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre débitos com a Fazenda Nacional relativos às contribuições previdenciárias de responsabilidade dos Municípios." **Autoria:** Senador Eduardo Amorim. **Relatoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela prejudicialidade do projeto (votação simbólica). **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 14, de 2013 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 7º da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, para ampliar o limite do montante global de operações de crédito que poderão ser realizadas nos exercícios financeiros de 2013 e 2014." **Autoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Senador Senador Roberto Requião. **Relatório:** Contrário ao projeto. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, contrário ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projeto. **ITEM 8 - PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 22, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Altera a Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, para vedar prorrogação ou reabertura do prazo para exercício da autorização para contratação de operação de crédito." **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Senador Senador Roberto Requião. **Relatório:** Favorável ao projeto. Após leitura do relatório, fez uso da palavra os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 7, de 2009 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre os depósitos bancários das entidades beneficiárias das contribuições sociais de interesse de categorias profissionais ou econômicas." **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatoria:** Senador Ataídes Oliveira. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 147, de 2010 - Terminativo -** que: "Autoriza a União a indenizar os aposentados e pensionistas vinculados a entidades fechadas de previdência complementar abrangidos pelos planos de benefícios patrocinados por empresas aéreas; altera a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005; determina a promoção de transação judicial ou extrajudicial por parte da União nas ações judiciais propostas por empresas aéreas contra a União e nas ações judiciais promovidas pelos assistidos e beneficiários de planos de benefícios de entidades fechadas de previdência complementar vinculadas a empresas de transporte aéreo, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Ataídes Oliveira. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 656, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera o art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, para fixar novo prazo para a aprovação de projetos beneficiados com redução do imposto sobre a renda e adicionais nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE." **Autoria:** Senador Eunício Oliveira. Após leitura do relatório, fez uso da palavra os (as) Senadores (as) Eduardo Braga, Simone Tebet, Flexa Ribeiro, Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Senador Armando Monteiro. **Relatório:** Pela aprovação com três emendas apresentadas. **Resultado:** O presidente da comissão, senador Tasso Jereissati, concede vista coletiva da matéria, nos termos regimentais. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 105, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera o art. 40 da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, que dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, para extinguir os juros e as multas de mora nas execuções fiscais suspensas em razão da não localização de bens do devedor sobre os quais possa recair a penhora." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. **ITEM 13 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 12 de 2018** que: "Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 10, de 2018-CAE, aprovado em 13/03/2018, que a audiência pública nesta Comissão em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores, com o tema: "O impacto na economia brasileira da recente sobretaxa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

americana às importações de aço e de alumínio", inclua como convidados: Sr. Roberto Gianetti da Fonseca, Presidente da Kaduna Consultoria e Ex-Secretário Executivo da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) e Ex-Presidente da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex) Sr. José Augusto Fernandes, Diretor de Políticas e Estratégias da CNI Sr. Milton Rego, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Alumínio" **Autoria:** Senador Armando Monteiro. **Resultado:** O Presidente da Comissão declara prejudicado o Requerimento nº 12/2018 - CAE. **ITEM 14 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 13 de 2018** que: "Na qualidade de relatora do Projeto de Lei do Senado nº 452/2017 e, com fundamento no art. 112, § 1º, da Lei nº 13.473/2017 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018), tendo em vista as disposições do art. 113 do ADCT e dos arts. 16 e 17 da LRF, requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal e art. 216, I do Regimento Interno do Senado Federal, que seja solicitado ao Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento Social informações sobre a estimativa do impacto anualizado da implementação das regras contidas no aludido projeto de Lei." **Autoria:** Senadora Lídice da Mata. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 13/2018 - CAE. **ITEM 15 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 14 de 2018** que: "Requeremos, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos com a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura para debater a situação das concessões rodoviárias federais e, em particular, a polêmica questão das gestões dos investimentos e obras rodoviárias realizadas pelos concessionários, assim como, a fiscalização e o controle tarifário do setor e as ações de controle externo feitas pelo Tribunal de Contas da União nos respectivos contratos de concessão. Para tanto, sugerimos os seguintes convidados: Exmo. Sr. Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil; Diretor-Presidente da ANTT; Representante do TCU responsável pela análise das execuções dos contratos de concessão rodoviária; o Sr. Carlos Campos, coordenador de infraestrutura econômica do Ipea e o Representante da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR). Sem prejuízo de quaisquer outros convidados que ambos os colegiados acharem por bem convidar." **Autoria:** Senadora Lídice da Mata e Senador Wellington Fagundes. Após leitura do requerimento, fez uso da palavra os Senadores Wellington Fagundes e Pedro Chaves. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 14/2018 - CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 15 de 2018** que: "Nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, I do Regimento Interno do Senado Federal, solicito a realização de Audiência Pública para debater o teor do PLS 367 de 2017, que altera dispositivos da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991 (Lei Rouanet), para restringir a concessão de incentivo fiscal a projetos que possuam viabilidade comercial, e vedar a aprovação de projetos que incitem a prática de crimes ou atentem contra a moral pública." **Autoria:** Senador Humberto Costa e Senadora Lídice da Mata. Após leitura o requerimento, fez uso da palavra a Senadora Lídice da Mata. **Resultado:** A Comissão aprova o Requerimento nº 15/2018 - CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 17 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 16 de 2018** que: "Nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aditamento ao RQE 10/2018, que "Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores, com o tema 'O impacto na economia brasileira da recente sobretaxa americana às importações de aço e de alumínio", que sejam incluídos os seguintes convidados: 1) Jose Tavares de Araujo Jr – Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (CINDES); 2) Marcello Estevão – Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda; e 3) Hussein Kalout – Secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República;" **Autoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho e Senador Flexa Ribeiro. Após leitura do requerimento, fez uso da palavra o Senador Flexa Ribeiro. **Resultado:** A Comissão aprova o Requerimento nº 16/2018 - CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 17 de 2018** que: "Proposta Plano de Trabalho. A questão orçamentária e reflexos econômicos da crise da segurança pública." **Autoria:** Senador Armando Monteiro. **Resultado:** A Comissão aprova o Requerimento nº 17/2018 - CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 19 - Minuta de Projeto de Resolução Nº , de 2018** que : "Institui o Conselho de Avaliação das Políticas Tributárias." **Autoria:** Sen. Ricardo Ferraço. Após leitura do requerimento, fez uso da palavra o Senador Ricardo Ferraço. **Resultado:** Aprovada a apresentação ao Plenário do Senado.. **2ª Parte - Reunião de Trabalho**. **Finalidade:** Deliberação do relatório de avaliação de políticas públicas de conteúdo local nos setores de petróleo e gás natural, telecomunicações, defesa e transportes. (Art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal) RELATOR: SENADOR LINDBERGH FARIAS 1) Apreciação do relatório em decorrência do Requerimento nº 17/2017 - CAE, avaliar a política pública nos termos do art. 96-B do RISF; do Requerimento nº 23/2017 - CAE, plano de trabalho do Relator; RQE 133/2017 - CAE, seminário na cidade do Rio de Janeiro; e RQE 154/2017 - CAE, audiência pública. 2)Em 22/09/2017, foi realizado Seminário destinado a avaliar as políticas públicas de exigência de conteúdo nacional nos setores de petróleo e gás natural, sob a presidência do Senador Lindbergh Farias, no Clube de Engenharia, na cidade do Rio de Janeiro. O evento contou com a participação do Pedro Celestino, Presidente do Clube de Engenharia; David Kupfer, Professor Doutor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ; Bruno Plattek de Araújo, Representante da Associação de Funcionários do Banco Nacional do Desenvolvimento - BNDES; José Velloso Dias Cardoso, Presidente da Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos - ABIMAQ; Luiz Pinguelli Rosa, Cooppe/UFRJ e Ex-Presidente da Eletrobrás; Fátima Giovanna Covielo Ferreira, Diretora de Economia da Associação Brasileira da Indústria Química - ABIQUIM; Renato Corona Fernandes, Gerente do Departamento de Competitividade e Tecnologia da FIESP - Decomtec; Luiz Miguel Falcão, Representante do Ministério da Industria, Comércio Exterior e Serviços - MDIC; Edson Carlos Rocha da Silva, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói; Jesus Cardoso, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro - Sindimetal Rio; Jandira Feghali, Deputada Federal - PCdoB/RJ; Arthur Ragusa Guimarães, Diretor de Formação do Sindicato Unificado dos Petroleiros do Estado de São Paulo - Sindipetro SP; Manoel Sales, Diretor-executivo de Formação Política e Sindical do Sindicato dos Metalúrgicos de Angra dos Reis; Luiz Sérgio Nóbrega de Oliveira, Deputado Federal - PT/RJ; Sérgio Luiz Camacho Leal, Secretário-executivo do Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore - SINAVAL; e Marcel Silvano, Vereador PT - Macaé. 3)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Realizada, em 04/12/2017, audiência pública com a presença dos senhores Brigadeiro-do-Ar Paulo Eduardo Vasconcellos, Chefe da 6ª Subchefia do Estado-Maior da Aeronáutica; Contra-Almirante (EN) André Luis Ferreira Marques, Diretor de Desenvolvimento Nuclear da Marinha (DDNM); e Luciana Acioly, Técnica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. **Resultado:** Adiado, a pedido do senador Lindbergh Farias. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Tasso Jereissati

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 7ª Reunião.

Srªs Senadoras e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Comunico o recebimento dos seguintes documentos, para conhecimento.

Aviso nº 327, de 16 de março de 2018, do Tribunal de Contas da União.

Aviso nº 360, de 28 de março de 2018, do Tribunal de Contas da União.

Aviso nº 9, de 2018, do Banco Central do Brasil.

Correspondência nº 310, de 13 de dezembro de 2017, da Presidência da Câmara Municipal de Paracatu, Minas Gerais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 1

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 66, de 2011

- Não terminativo -

Dispõe sobre o exercício da atividade profissional de Guarda-Vidas.

Autoria: Deputada Laura Carneiro.

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, de 2013

- Não terminativo -

Regulamenta a profissão de Salva-Vidas.

Autoria: Deputado Nelson Pellegrino.

Relatoria: Senador Sérgio Petecão.

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta, e contrário ao PLC 42 de 2013.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo; pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e pela Comissão de Assuntos Sociais.

2. Em 13/3/2018 foi concedida vista coletiva da matéria. (*Pausa.*)

O relatório já foi lido e foi concedida vista coletiva. Contudo, ainda não temos quórum para colocar a matéria em votação. (*Pausa.*)

Item nº 2.

O Relator, Senador Valdir Raupp, pediu para retirar de pauta o item nº 2.

Correto, Senador?

(É a seguinte a matéria retirada:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 61, de 2016

- Não terminativo -

Altera os arts. 580 e 585 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a contribuição sindical devida pelos agentes ou trabalhadores autônomos, pelos profissionais liberais e pelas pessoas jurídicas ou equiparadas.

Autoria: Deputado Laercio Oliveira

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao projeto.

)

Item nº 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 93, de 2017

- Não terminativo -

Cria cargos efetivos no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.

Autoria: Tribunal Superior Eleitoral.

Relatoria: Senador Otto Alencar.

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório já foi lido e foi concedida vista coletiva. A matéria já foi discutida. No entanto, nós ainda não temos quórum suficiente para deliberar. (*Pausa.*)

A matéria é não terminativa, mas precisamos ter o quórum mínimo. Nós estamos com 11 Senadores e precisamos de 14. Esclareço: não para votar, mas, para poder deliberar, nós precisamos ter 14 presenças aqui.

Eu sugiro que, como isso vai acontecer com todos os próximos projetos, nós aguardemos o quórum. (*Pausa.*) Os itens que não foram lidos eu vou continuar chamando e solicitar relatores, aproveitando os que estão presentes.

Vamos ao item 11, porque está presente o Relator, que é o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, para proceder à leitura.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Um minuto só, Senador Armando, por obséquio, só para fazer a leitura.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 656, de 2015

- Terminativo -

Altera o art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, para fixar novo prazo para a aprovação de projetos beneficiados com redução do imposto sobre a renda e adicionais nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.

Autoria: Senador Eunício Oliveira

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Pela aprovação com três emendas apresentadas.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com parecer favorável ao projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Armando Monteiro tem a palavra.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vem à análise desta Comissão, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 656, do Senador Eunício Oliveira, que altera o art. 1º da medida provisória, para fixar novo prazo para a aprovação de projetos beneficiados com redução do imposto sobre a renda nas áreas de atuação da Sudam e da Sudene.

O art. 1º do PLS nº 656 prorroga, de 31 de dezembro de 2018 para 31 de dezembro de 2023, o prazo para protocolo e aprovação de projetos por parte de empresas que objetivem beneficiar-se da redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais calculados com base no lucro da exploração. A redução aplica-se às pessoas jurídicas que tenham projetos de instalação, ampliação, modernização ou diversificação considerados, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional nas áreas já referidas.

O art. 2º do PLS em tela contém a cláusula de vigência, que se dará a partir da data da publicação da lei.

Na justificação do PLS em comento, argumenta-se que os incentivos fiscais contribuíram para a implantação de diversos empreendimentos nas áreas de atuação da Sudam e da Sudene. Esses empreendimentos promoveram a criação de empregos e contribuíram para o desenvolvimento econômico e social das Regiões Norte e Nordeste do País. Porém, a limitação do prazo para requerer o benefício fiscal em 31 de dezembro de 2018 é motivo de grande apreensão por parte do setor produtivo, que percebe a possibilidade de terem seus projetos inviabilizados, com evidentes prejuízos para as economias regionais.

A proposição foi distribuída à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa. Na CDR, o PLS nº 656, de 2015, obteve parecer favorável à aprovação. Não foram apresentadas emendas à proposição.

O PLS nº 656, de 2015, ao fixar um novo prazo para a aprovação de projetos beneficiados com a redução do imposto sobre a renda e adicionais nas áreas de atuação da Sudam e da Sudene, é, indiscutivelmente, objeto de análise desta Comissão.

A matéria sob exame não apresenta vícios de constitucionalidade formal, uma vez que, de acordo com o inciso IX do art. 21 da Constituição Federal, compete à União elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social. O assunto não figura entre as competências privativas da Presidência da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Constituição de 1988 consagrou, no inciso III de seu art. 3º, a redução das desigualdades regionais como um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. Além disso, entre os princípios gerais da atividade econômica indicados no art. 170 da Constituição, está a preocupação com as elevadas disparidades regionais. Já o inciso I do art. 151 admite o uso de incentivos fiscais para promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do País. Não resta, assim, nenhuma dúvida de que a Constituição Federal registra o firme desejo de promover a redução das desigualdades regionais que marcam, infelizmente, o processo de formação econômica do Brasil, admitindo para isso políticas consentâneas com a realização desse objetivo.

Passamos, então, à análise do mérito da proposição, cuja essência, como já foi aqui referido, é prorrogar, por mais cinco anos, o prazo para a aprovação de projetos beneficiados com a redução de 75% do imposto sobre a exploração nas áreas de atuação da Sudam e da Sudene.

Além disso, a prorrogação desse incentivo permite que as empresas também possam utilizar o instrumento da depreciação acelerada dos bens adquiridos pela redução de 75% do Imposto de Renda de pessoa jurídica, desde que a unidade produtora do empreendimento esteja localizada em microrregiões menos desenvolvidas nas áreas de atuação já referidas.

A redução dos tributos é um dos principais instrumentos utilizados nas políticas de desenvolvimento regional, porque estimula a formação de capital fixo nas regiões cujos indicadores econômicos são inferiores à média do País.

Esse é um ponto importante, Sr. Presidente. Hoje, existe uma pletora de iniciativas e de projetos de lei – nós chegamos a levantar aqui que são mais de 13 projetos – que pretendem estender esses incentivos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – ...a outras regiões do País, inclusive a regiões onde já há uma renda média, uma renda *per capita* muito superior à das Regiões Norte e Nordeste.

Portanto, há de se atentar para essa questão. Os incentivos só se justificam essencialmente quando se destinam a promover a elevação de renda em regiões que já padecem de uma disparidade da renda.

Com isso, é possível reverter, ao menos em parte, a tendência natural de concentração da atividade econômica nas regiões que já dispõem de uma infraestrutura econômica desenvolvida. Nessas regiões, as empresas detêm uma série de vantagens, seja porque estão próximas de seus fornecedores e de seu mercado consumidor, seja porque contam com mão de obra qualificada e com melhores recursos para promover o próprio escoamento da produção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os incentivos fiscais seguramente contribuíram para a redução das desigualdades ao longo das últimas décadas. Em particular, os incentivos concedidos às empresas instaladas nas regiões em que atuam a Sudam e a Sudene concorreram para que os diferenciais de renda entre essas regiões e o restante do País ficassem um pouco menores. Mesmo nos momentos em que não foi possível reduzir as desigualdades, essas Superintendências contribuíram para evitar o aprofundamento do fosso econômico e social que infelizmente separa as Regiões Norte e Nordeste das regiões mais desenvolvidas do Brasil.

Apesar dos esforços empreendidos ao longo das últimas décadas, os indicadores econômicos e sociais das Regiões Norte e Nordeste ainda são inferiores aos do restante do País. Há uma enorme quantidade de dados capazes de amparar essa afirmação, mas basta dizer que, de acordo com o nosso IBGE, o PIB *per capita* da Região Nordeste corresponde a menos da metade da média nacional. No caso da Região Norte, o PIB *per capita*, Senador Flexa, alcança apenas 65% do PIB *per capita* do Brasil.

Esses indicadores mostram que ainda não é possível prescindir desses instrumentos usados para garantir maior atratividade nos investimentos. A insegurança jurídica decorrente dessa incerteza pode ser revertida com a ampliação do prazo para a aprovação de projetos beneficiados com a redução já referida.

Ao analisar o marco vigente, é importante também aprimorar alguns de seus aspectos, especialmente no que diz respeito aos chamados recursos para reinvestimento.

Esses recursos foram originalmente previstos no art. 19 da Lei nº 8.167, de 1991, que facultava às empresas que tivessem empreendimentos em operação na área de atuação da Sudene e da Sudam depositar, para reinvestimento, 40% do valor do imposto de renda devido, acrescido de 50% de recursos próprios. A liberação desses recursos, que deviam ser depositados no Banco da Amazônia S. A. (Basa) e no Banco do Nordeste do Brasil S. A. (BNB), respectivamente, era condicionada à aprovação, pelas Superintendências de Desenvolvimento Regional, dos respectivos projetos técnico-econômicos de modernização ou complementação de equipamento.

Posteriormente, o inciso I do art. 2º da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, reduziu o percentual do imposto de renda devido para 30% no período entre 1º de janeiro de 1998 e 31 de dezembro de 2003. Finalmente, o art. 3º da MPV nº 2.199-14, de 2001, manteve o percentual de 30% e estendeu a fruição desse benefício até 31 de dezembro de 2018 para os empreendimentos dos setores da economia considerados prioritários para o desenvolvimento regional. Esses setores – que envolvem atividades agroindustriais, industriais, de turismo e de infraestrutura, por exemplo – foram definidos por meio de decretos no âmbito das próprias superintendências.

Assim observamos, em primeiro lugar, que para manter a compatibilidade legal é preciso estender, também no caso dos recursos para reinvestimento, o prazo original de 31 de dezembro de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2018 para 31 de dezembro de 2023, nos moldes do que foi feito pelo art. 69 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012.

Independentemente dessa extensão de prazo, sabe-se que uma parte dos recursos para reinvestimento não tem sido utilizada pelas empresas. Estima-se que, no final de 2016, o saldo de recursos para reinvestimento decorrente desses depósitos no BASA e no BNB havia alcançado um total de R$650 milhões.

No caso dos recursos que permanecerem sem uso por mais de cinco anos até o final de 2018, estamos definindo que a parcela decorrente da renúncia fiscal do imposto de renda seja revertida em favor da União. Com isso, pretende-se contribuir para o processo de ajuste fiscal pelo qual passa o País.

Já quanto aos recursos cujos depósitos ainda não completaram cinco anos, estamos propondo uma espécie de flexibilização de seu uso. As condições atuais da economia brasileira têm restringido o acesso das empresas das regiões Norte e Nordeste a recursos para capital de giro. Há, assim, uma contradição: embora haja um grande montante para reinvestimento no BASA e no BNB, as empresas têm enfrentado uma enorme dificuldade para obtenção de capital de giro.

Além disso, é importante mencionar que as Regiões Norte e Nordeste têm apresentado taxas de desemprego acima da média nacional.

Diante desse quadro, parece oportuno propor uma emenda ao PLS nº 656, de 2015, para que as empresas possam pleitear até 50% dos recursos depositados no BNB ou BASA para capital de giro, desde que o percentual restante seja destinado à aquisição de máquinas e equipamentos novos a serem usados no processo produtivo. Assim, ao destinarmos no mínimo 50% desses recursos para a renovação do parque fabril, estamos contribuindo para que as regiões já referidas possam elevar seus níveis de produtividade, ao mesmo tempo que se oferece um fôlego financeiro que será importante para impulsionar a recuperação econômica e os empregos nas regiões menos desenvolvidas após o período de grave recessão econômica que o País atravessou.

Naturalmente, os incentivos pressupõem algum nível de renúncia fiscal. E, para atender ao que dispõe a Emenda Constitucional nº 95, de 2016, esse relatório apresenta o impacto orçamentário e financeiro plurianual dessa prorrogação, que representa cerca de 2%... Senador Flexa, o impacto orçamentário e fiscal da renúncia representa apenas 2% do total de renúncias hoje existentes e concedidas pela União – 2% apenas, Senador Tasso; algo equivalente a R$6 bilhões.

Entretanto, do ponto de vista da análise custo-benefício, parece-nos que esse balanço, Senador Eduardo Braga, é altamente favorável em função dos seus impactos sobre o desenvolvimento regional, tão carente de instrumentos de fomento e incentivo de caráter nacional. Por exemplo, no ano passado, os incentivos, somente na área da Sudene, corresponderam a investimentos de R$64,6 bilhões, que geraram 140 mil postos de trabalho, sendo que, destes, 27 mil são novos empregos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passamos, então, ao voto.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do projeto de lei com as emendas já referidas, que são as três que pude aqui relatar.

Era esse, Sr. Presidente, o relatório.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Sr. Presidente, para discutir também.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Armando Monteiro.

A matéria está em discussão.

A palavra está com o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM. Para discutir.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, eminente Relator Armando Monteiro... Primeiro, Presidente, quero cumprimentar V. Exª e o Senador Armando Monteiro, porque havia toda uma apreensão nas nossas Regiões, tanto no Norte como no Nordeste, em função da iminente revogação dos incentivos fiscais pelo fim do prazo estabelecido anteriormente, 31 de dezembro de 2018, o que traria grande desconforto e grande dificuldade econômica para a Região Norte e para a Região Nordeste.

Tenho aqui comigo, inclusive, Sr. Presidente, um *e-mail* encaminhado pelo Centro da Indústria do Estado do Amazonas que relatava exatamente essa situação de grande preocupação com a ausência de uma política que pudesse aprovar as extensões do benefício até 2023.

Além disso, quero cumprimentar o Relator, Senador Armando Monteiro, pela iniciativa das emendas propostas. Creio que as emendas – tanto a Emenda nº 1, quanto a nº 2, quanto a nº 3 – vêm exatamente em um momento em que o Brasil começa uma retomada do crescimento econômico, e há uma necessidade de capital de giro e uma necessidade de modernização do parque industrial tanto do Norte quanto do Nordeste para fazermos frente à competitividade e à produtividade internacional.

Destaco uma preocupação de que sejamos competitivos inclusive com as zonas francas estabelecidas no Mercosul, o que significa que precisamos estar atentos com relação à matéria.

Gostaria de colocar, Sr. Presidente, não apenas o meu voto favorável, mas dizer da importância de o fazermos com urgência e emergência, porque esta matéria ainda precisará tramitar na Câmara dos Deputados. Portanto, ao ser aprovada nesta Casa, na Comissão de Assuntos Econômicos, ainda deverá tramitar e ser votada na Câmara dos Deputados. Tudo isso num período em que temos eleições gerais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no País e quando teremos Copa do Mundo e São João, proximamente. Portanto serão momentos de difícil quórum, a não ser exatamente nos esforços concentrados que teremos no Congresso Nacional.

Quero cumprimentar a sensibilidade de V. Exª por ter pautado esta matéria com a emergência e a urgência necessárias; cumprimentar o Senador Armando Monteiro pela recomendação à aprovação e pelas emendas apresentadas, pertinentes, que trarão benefícios ao trabalhador, às Regiões Norte e Nordeste e ao nosso País, o Brasil.

Portanto, declaro o meu voto favorável à aprovação do projeto com as modificações apresentadas, sem deixar de reconhecer a iniciativa do Senador Eunício, que apresentou o projeto de lei.

Eu havia apresentado um projeto de lei anteriormente, que foi prejudicado pela edição de uma medida provisória que acabou estendendo o prazo para 2018, e aí ficou o projeto do Senador Eunício Oliveira. E aqui eu quero fazer o reconhecimento pela iniciativa do projeto e a necessidade de que o aprovemos com urgência e emergência, para o bem do Norte e do Nordeste, e para o bem do Brasil, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Eduardo.

Com a palavra a Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. Para discutir.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Antes de mais nada, parabenizo o autor do projeto e o Senador Armando Monteiro como Relator, que o aprimorou não só no sentido técnico e jurídico, mas no sentido real do mérito, ao estender outros benefícios aos Estados da Sudam e da Sudene, com relação a esse projeto.

Mas lamentavelmente eu terei de pedir vista, Sr. Presidente. Já conversei com o Senador Armando Monteiro. Não tenho nenhuma intenção de procrastinar, muito pelo contrário. Acho que temos condições de tentar chegar a um acordo até a semana que vem. Será vista coletiva, pois sei que alguns a pedirão. Que possamos realmente votar na semana que vem, porque precisamos tentar mais uma vez incluir os Estados que estão hoje na área de atuação da Sudeco.

É preciso relembrar que quando foi criado esse benefício de 75% do Imposto de Renda sobre o lucro de exploração das empresas, a Sudeco não tinha sido recriada. Depois da recriação da Sudeco, houve uma medida provisória para prorrogar... Eu não sei se foi para prorrogar esses incentivos, e o Congresso Nacional incluiu naquele momento, em 2012, os Estados da Sudeco, para que tivessem os mesmos benefícios fiscais em relação ao Imposto de Renda. Acontece que a Presidente à época vetou, sob alguns argumentos que hoje não mais existem. Um deles, inclusive, era de que o PIB desses Estados do Centro-Oeste eram maiores do que os dos Estados do Norte e do Nordeste. É verdade, só que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não podemos nos esquecer que Mato Grosso – não Mato Grosso do Sul, mas Mato Grosso – tem hoje um PIB *per capita* maior do que a média nacional, maior do que o de Mato Grosso do Sul, maior do que o de Goiás, e é beneficiado pelo incentivo do Imposto de Renda de 75% porque faz parte, pela Amazônia Legal, da área de atuação da Sudam. Ficaram, portanto, de forma injusta a meu ver, dois Estados de fora: Goiás e Mato Grosso do Sul. O único argumento, que era o argumento *per capita*, deixa de existir. O outro, que seria um possível prejuízo aos Estados do Nordeste, eu não tenho como entender.

Eu venho de duas gestões municipais e fui a prefeita que mais levou indústrias, de todos os Municípios à época, em sua administração. Percorri muitos Estados brasileiros atrás da indústria e constatei – isso está comprovado – que o empresário hoje coloca duas contas na ponta do lápis além da questão da carga tributária: a matéria-prima e a logística, o custo do frete.

E aqui nós temos como confirmar e comprovar com dados – o IBGE mostra isso – que a matéria-prima, principalmente no Mato Grosso do Sul, é muito distinta da matéria-prima dos Estados do Norte e do Nordeste. Hoje, por conta de o Estado do Mato Grosso do Sul não ter esses incentivos no Imposto de Renda, nós exportamos o boi sangrando para a China e para os países asiáticos e europeus. Nós não temos uma indústria de *wet-blue* – acho que uma única, não sei, foi fechada. Não temos uma indústria do semielaborado nem do produto elaborado, que é o calçadista.

Realmente, nós precisamos de incentivos para competir com os Estados do Sudeste e não vamos, de forma alguma, prejudicar o Norte e o Nordeste colocando neste projeto os dois Estados, Goiás e Mato Grosso do Sul. Sei da maior boa vontade do Senador Armando, entendi perfeitamente a preocupação que ele tem, mas acho que esta semana, nestes sete dias, poderá ser fundamental para que nós possamos, quem sabe, chegar a um acordo e sensibilizar esse coração gigantesco do Senador Armando Monteiro no sentido de incluir Goiás e Mato Grosso do Sul nesse processo. (*Risos.*)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – O coração é imenso.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Sr. Presidente, eu peço vista e também tenho que dizer aqui que falo a pedido do Senador Caiado pelo Estado de Goiás.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Portanto, vista coletiva.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Presidente, se V. Exª me permite...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – É que o Senador Flexa já havia pedido a palavra para discutir. Em seguida falará V. Exª, Senadora Vanessa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Para discutir.) – Presidente, o pedido de vista da Senadora Simone vai abrir a oportunidade de conversarmos com o Relator, o Senador Armando Monteiro.

Quero, primeiro, parabenizar o Relator pelo parecer que fez, que é, na sua totalidade, importante para as duas regiões, tanto a Norte quanto a Nordeste. Eu vou conversar, Senador Armando, com V. Exª sobre dois aspectos em relação aos quais me parece que podemos avançar.

Conversava há pouco com o Senador Armando sobre o porquê de ele estar prorrogando esse incentivo por 5 anos e não por mais tempo. A cada 5 anos nós vamos ter que novamente prorrogar o incentivo, porque as nossas regiões, lamentavelmente, não avançam em relação ao seu desenvolvimento diferenciado, para bem menos, das outras regiões.

O Estado do Pará, Senador Armando, era, lá no século XIX, o oitavo PIB *per capita* do Brasil. Hoje, lamentavelmente, é o 23º. É um Estado riquíssimo, só que a União é madrasta em relação ao Estado do Pará, fica sempre de costas, em especial nos governos recentes.

O Pará, todos nós sabemos, e não só o Pará, mas Mato Grosso e os Estados exportadores de produtos primários perdem pela Lei Kandir a possibilidade de receita nessa exportação.

Estamos lutando, e o Senador Wellington estava aqui há pouco, que também é outro lutador em relação a terminar com a Lei Kandir. Não há mais sentido de a Lei Kandir existir porque ela foi criada lá atrás, em 1996. E todas as vezes que eu me coloco contrário à Lei Kandir, Senador Tasso, as pessoas dizem assim: "Ah, mas quem criou a Lei Kandir foi Fernando Henrique Cardoso." Realmente foi Fernando Henrique Cardoso, em uma época em que o Brasil tinha sua balança comercial negativa, deficitária, então era preciso incentivar a exportação. Isso não ocorre mais. Hoje, a balança comercial é superavitária. Então, é importante que se possa atender esses Estados.

O Governo Federal não quer olhar para isso. Ele considerou o limite de 4 bilhões para ressarcir esses prejuízos dos Estados, que são infinitamente insuficientes para essa compensação.

Então continuamos aqui: prorrogamos por cinco anos, aí vamos prorrogar por mais cinco. O Projeto Luz para Todos, quero chamar a atenção dos Srs. Senadores, termina em 31 de dezembro de 2018. Não vai cumprir o objetivo de quando foi criado, que era de atender, universalizar a energia para todos os brasileiros.

O meu Estado, o Estado do Pará, é exportador de energia, Senadora Vanessa, e ainda tem hoje 170 mil famílias que não têm direito a energia. E ele vai terminar agora. Então, não pode, tem que prorrogar. E não adianta prorrogar para 2019, para 2020, a prorrogação tem de ser feita até atingir o objetivo do programa, que é universalizar a energia. Quando atingir, ele é extinto. É o mesmo caso aqui dos incentivos. Esse é o primeiro ponto, Senadora Simone e Senador Armando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O outro ponto que eu também quero revisitar com o Senador Armando e com a Senadora Simone é quando ele faz uma alteração importantíssima no sentido de que esses recursos que são depositados no Basa e no Banco do Nordeste de 30% do lucro de operação das empresas incentivadas possam ser usados não só para investimento, como hoje é permitido, mas também para custeio. Com isso vão liberar.

Estou sendo informado, Senador Tasso, que há R$650 milhões depositados nos dois bancos sem serem utilizados porque as empresas nessa crise não querem investir. E não se podendo aplicar, a não ser para investimento, os recursos ficam esterilizados.

O Senador Armando, com competência, coloca no seu parecer que esses recursos podem também ser usados para capital de giro. Mas aí é que eu quero conversar com o Senador Armando sobre o que ele diz: "Se não forem usados..." Ou seja, se mesmo assim não forem usados, esses recursos retornam para o Tesouro. Não tem sentido isso! Esses recursos são para desenvolver as Regiões Norte e Nordeste. Nós temos de ver, Senador Armando, de que forma, se esses recursos não forem usados, eles retornem para a União. Pode até ser, mas a União fica com esses recursos, obrigada a aplicá-los, proporcionalmente, em cada Região, para o desenvolvimento dessa Região e não, para pagar juros ou compor o déficit primário do Brasil.

Eram essas as observações, Senador Armando.

Novamente quero parabenizar V. Exª e o Senador Eunício, que é o autor do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado.

Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Para discutir.) – Sr. Presidente, primeiramente quero dizer que há muito tempo nós contestamos o fato de que todas as leis que prorrogam os incentivos da Sudam e da Sudene apenas prorrogam por um período de cinco anos. A lei anterior, que nós aprovamos, também previa cinco anos. Há uma limitação, em um conjunto de leis no Brasil, sobretudo a Lei de Responsabilidade Fiscal, em relação a isso. Mas penso, Senador Armando, que nós precisamos rapidamente começar a rediscutir não só a Lei de Responsabilidade Fiscal, mas uma série de outras leis que coloca limites ao bom funcionamento do serviço público.

Eu recebo, no dia de hoje, a notícia de que, por exemplo, a Universidade Federal do meu Estado, Sr. Presidente, só dispõe de recursos orçamentários para pagar as contas de água e luz até o mês de julho. Tudo o que for investido a partir daí, ultrapassará a Lei do Teto, o limite do teto estipulado pela Constituição Federal. E, se a Universidade Federal não tiver compensação de outros Ministérios e de outros órgãos, ela simplesmente vai paralisar ou terá de demitir servidores ou cancelar contratos com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empresas terceirizadas, sem as quais dificilmente as atividades de educação, de pesquisa e de extensão conseguem ter fluxo normal.

Enfim, Senador Armando, eu compreendo V. Exª. Há limitação, mas eu acho que temos de ir pensando, daqui para frente, o que fazer e como tratar alguns incentivos fiscais.

Ouvimos – e principalmente nós, Senadora Simone, que vimos do Estado do Amazonas – muitas críticas: "Ah, o Amazonas custa tanto para o Brasil." Acho que está na hora de nós invertemos a lógica da análise.

Recentemente – digo, há poucos anos –, o Brasil foi denunciado perante a Organização Mundial do Comércio pela União Europeia por uma série de incentivos concedidos, entre os quais o Inovar Auto, a legislação da informática, que garante incentivo em todo Território nacional, outros incentivos e também a Zona Franca de Manaus. Pois bem, em uma primeira análise, foi a própria União Europeia que retirou a denúncia em relação à Zona Franca de Manaus. Por conta de quê? Por conta não só do desenvolvimento regional, que é necessário, mas sobretudo do impacto que isso causa no meio ambiente, nesta que é a floresta mais importante, que é o bioma mais importante para o Planeta.

Não há dúvida nenhuma, do ponto de vista científico, de que o ciclo das águas exatamente depende muito do desenvolvimento da Floresta Amazônica, ela define o ciclo das águas no mundo.

Por que a Noruega incentiva tanto o Brasil? Por que a Noruega é o país que mais investe, por exemplo, no Fundo Amazônia? Porque ela tem interesses imparciais? É óbvio que não! Porque a Noruega sabe que, para manter as suas águas geladas, depende da preservação da Amazônia.

Por que a Noruega é o país que mais investe, por exemplo, no Fundo Amazônia? Porque ela tem interesses imparciais? É óbvio que não. Porque a Noruega sabe que, para manter as suas águas geladas, depende da preservação da Amazônia. Aliás, eu acho que não tem nem um pouco de preocupação em relação a nós, porque, se tivesse, Senador Flexa, não estaria fazendo o que está fazendo no Estado do Pará, de forma clandestina, criminosa, uma empresa norueguesa joga rejeitos de exploração de minério... Não me lembro aqui exatamente do nome, mas é uma empresa norueguesa. E vocês vejam que a Noruega é o país que mais se vangloria de defender o meio ambiente, mas, até agora, o país deve formalmente uma explicação muito maior para nós do que aquelas que vem dando.

Eu me recordo de que, agora recentemente, por um problema ambiental que tivemos na Amazônia, eles ameaçaram retirar os recursos, de não mais investir no Fundo Amazônia; porém, quando é a hora de eles repararem os danos causados, é mais complicado.

Enfim, eu só quero cumprimentar o Senador Armando Monteiro pelo relatório e dizer, Senador Armando – V. Exª tem sido muito dedicado às questões do desenvolvimento regional –, que nós sabemos que nenhum país do mundo, sobretudo com as características do Brasil, consegue um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvimento mais igualitário... Porque não basta desenvolver; é preciso diminuir significativamente as desigualdades regionais. O nosso País é marcado pelas desigualdades sociais e também regionais. O seu Ceará sofre tanto, Senador, quanto o meu Amazonas, e quem sofre é a nossa gente, é o nosso povo. Então, são incentivos fundamentais para que a gente possa minimamente contribuir.

Eu acho que não haverá problemas para aprovar esse projeto, mas penso que, daqui para a frente, Senador Flexa, com a mesma preocupação levantada por V. Exª, a gente deve pensar em algo mais consolidado, que seja parte de uma política de Estado. E não pode ser uma política de Estado visto que há algo tão importante, há limitadores como esse de apenas trabalhar por cinco anos. Cinco anos é muito pouco! Para nós, na Zona Franca, que temos um tipo de incentivo diferente, isso seria impensável, por isso que prorrogamos por mais 50 anos na própria Constituição. Contudo, mesmo em se tratando de incentivos da Sudam e da Sudene, cinco anos é muito pouco.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Obrigado, Senadora Vanessa.

O projeto foi relatado com as suas emendas tem vista coletiva e será votado na próxima terça-feira.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – SR. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, embora não tenhamos quórum suficiente para avançarmos na pauta, podemos analisar matérias mais simples. Assim, eu queria solicitar a V. Exª a antecipação do item 15, dando-lhe assim prioridade, porque se trata de um requerimento apenas para que nós possamos fazer uma audiência pública conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, a fim de debater a situação das concessões rodoviárias federais, em particular a polêmica questão das gestões dos investimentos e obras rodoviárias realizadas pelos concessionários, assim como a fiscalização e o controle tarifário do setor e as ações de controle externo feitas pelo Tribunal de Contas da União nos respectivos contratos de concessão.

É uma proposição que, se não me engano, conta com o apoio do Senador Wellington, que também gostaria de usar da palavra.

Trata-se, como disse, de um requerimento rápido... Para que nós pudéssemos votar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Pois não, Senadora Lídice.

O SR. AIRTON SANDOVAL (PMDB - SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Wellington e Senador Sandoval, apenas para esclarecer que nós já havíamos lido dois ou três itens não terminativos. Eu darei, em função do quórum, prosseguimento a esses dois ou três itens que já foram lidos, que são não terminativos. Nós temos capacidade de votá-los. Em seguida, com o maior prazer, colocaremos os requerimentos de V. Exª.

Senadora Simone.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Apenas, se V. Exª me permitir, Sr. Presidente, gostaria de reparar uma injustiça que fiz. Eu citei o nome do Senador Caiado, mas não posso deixar de mencionar que o pedido de vista também tem a manifestação da Senadora Lúcia Vânia, que é a precursora de todas nós no que se refere à causa do desenvolvimento regional do Centro-Oeste, lembrando inclusive que a Senadora Lúcia Vânia foi a Relatora da recriação da Superintendência do Centro-Oeste. Então, é apenas para reparar a injustiça que havia cometido.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Wellington, deseja se pronunciar? (*Pausa.*)

Não?

Senador Sandoval.

O SR. AIRTON SANDOVAL (PMDB - SP) – Sr. Presidente, de acordo com o requerimento da Senadora Lídice da Mata, V. Exª já indicou que nós vamos votar essas matérias que estão prontas. O meu interesse seria no item 3 desta pauta, que é muito importante para São Paulo, para o Tribunal Eleitoral de São Paulo, a Justiça Eleitoral de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Apenas confirmo o que já falei: que nós daremos seguimento a esses itens e, em seguida, ao requerimento da Senadora Lídice.

Item 1.

ITEM 1

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 66, de 2011

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Dispõe sobre o exercício da atividade profissional de Guarda-Vidas.

Autoria: Deputada Laura Carneiro

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, de 2013

- Não terminativo -

Regulamenta a profissão de Salva-Vidas.

Autoria: Deputado Nelson Pellegrino

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta, e contrário ao PLC 42 de 2013.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo; pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e pela Comissão de Assuntos Sociais.

2. Em 13/3/2018 foi concedida vista coletiva da matéria.

Esse relatório já foi lido, discutido e concedida vista coletiva.

Se existe alguém que queira discutir ainda, está liberada a palavra. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, votaremos.

Está em votação o relatório do Senador Sérgio Petecão.

Aqueles que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do Senador Sérgio Petecão, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao PLC nº 66, de 2011, com a Emenda nº 2-CAE, e contrário ao PLC nº 42, de 2013, e à Emenda nº 1-CAS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria, portanto, vai à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

O item 2 foi retirado de pauta.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 61, de 2016

- Não terminativo -

Altera os arts. 580 e 585 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a contribuição sindical devida pelos agentes ou trabalhadores autônomos, pelos profissionais liberais e pelas pessoas jurídicas ou equiparadas.

Autoria: Deputado Laercio Oliveira

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao projeto.)

Item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 93, de 2017

- Não terminativo -

Cria cargos efetivos no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.

Autoria: Tribunal Superior Eleitoral

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Favorável ao projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao projeto.

O relatório já foi lido e concedida vista coletiva.

A matéria está em discussão.

Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Qual é o projeto, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – É o item 3, Projeto de Lei da Câmara nº 93, que cria...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – É relatado pelo Senador Otto?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Será relatado pelo Senador Otto.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – A matéria está em discussão.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO. Pela ordem.) – Desse projeto, na reunião anterior, eu pedi vista, uma vez que tenho uma preocupação enorme com o custo Brasil, com o equilíbrio das contas públicas no País, mas fui revê-lo com mais carinho. Somos sabedores de que a grande crise que existe neste País é a crise política, em que os nossos tribunais, seja o Tribunal Regional Eleitoral, seja o Tribunal Superior Eleitoral, têm tido uma função extraordinária. Portanto, Sr. Presidente, recuo daquele princípio, dito na semana retrasada, de que eu iria votar contra esse projeto. Irei votar a favor do projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero aproveitar para registrar a presença aqui do Presidente do TRE de São Paulo, Dr. Carlos Eduardo Cauduro Padin, que muito nos honra com sua presença.

Não havendo mais quem queira discutir...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Com a palavra o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu já havia me manifestado desde o primeiro momento, colocando aqui uma preocupação que não se cinge a essa demanda específica, mas à necessidade de no Brasil nós discutirmos a reforma do Estado brasileiro amplamente, porque é um Estado que a sociedade não tem mais condição de financiar.

Há um estudo recente que demonstra que o Poder Judiciário no Brasil, onde se consagrou o modelo de especialidades – Tribunal do Trabalho, Tribunal Eleitoral –, corresponde a 1,3% do PIB nacional. Isso representa seis vezes o gasto relativo, por exemplo, de países como a Argentina, para não ir muito longe. Então, é curioso que, diante de uma realidade como essa, nós ainda estejamos discutindo aqui a ampliação do quadro de uma área da Justiça brasileira.

Eu gostaria de colocar uma pergunta que tem muito a ver com a conjuntura do País. Nem vou entrar no mérito de que essa proposta não se fez acompanhar da estimativa de impacto orçamentário, de acordo com o que preceitua, inclusive, a Lei nº 98, mas eu diria o seguinte: agora, a sociedade brasileira está constatando, Senador Wellington, que a demanda da Justiça do Trabalho diminuiu extraordinariamente com a vigência da nova legislação. É impressionante como houve uma queda na demanda e no número de processos, o que se explica, sobretudo, a partir de uma definição muito interessante que a nova lei consagrou, que é a questão da sucumbência. Se você litiga de má-fé, é evidente que o ônus tem de recair, ao final, sobre quem fez a chamada litigância de má-fé.

Aí vem a minha pergunta, Senador Tasso. A Justiça do Trabalho custa R$18 bilhões ao País. Pergunto: ao diminuir a demanda de forma extraordinária, como vem acontecendo, vão se reduzir os quadros da Justiça do Trabalho no Brasil? Nós vamos promover uma redistribuição desses quadros de modo a eventualmente atender a demandas em outras áreas da Justiça brasileira ou nós vamos ficar, ao final, cristalizando essa estrutura de gastos que vem tornando o Estado brasileiro "infinanciável"? Não há como financiar esse Estado.

E aí eu queria dizer que evidentemente não me traz conforto aqui me colocar contra uma demanda que pode pontualmente se justificar, mas, por uma questão de princípio, Senador Tasso, e levando em conta esse quadro de imensas restrições que o País atravessa, onde falta dinheiro para universidade, falta dinheiro para pesquisa, falta dinheiro para o atendimento das necessidades básicas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais elementares, nós vamos estar ao final propondo aqui aumento da estrutura de gastos de um segmento da Justiça brasileira?

Então, Presidente, eu me permito fazer essa manifestação com todo o respeito que devo à própria instituição e aos colegas que têm, evidentemente, outro ponto de vista.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Sr. Presidente...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Não sou membro da Comissão, mas eu poderia me manifestar?

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – V. Exª me permite, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senadora Marta; em seguida, Senador Ataídes.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu concordo, Senador Armando Monteiro. V. Exª, como sempre, traz uma reflexão que vem a propósito. Agora, infelizmente, a realidade que estamos vivendo é esta. O Tribunal de São Paulo desde 2005 não teve investimento. Nós tivemos um crescimento creio que de 4,5 milhões de eleitores entre 2005 e 2015. Não há como funcionar mais. Eu também sou absolutamente avessa, e o Presidente teve uma certa dificuldade de me convencer de que era a melhor coisa, mas neste momento eu acredito que seja. Eu espero que, em momentos menos turbulentos, nós possamos agir exatamente na linha que V. Exª está colocando. Inclusive esse exemplo do Trabalho é realmente impensável. Havia tanto trabalho, e agora vai acontecer o que com as pessoas que tinham tanto trabalho? Essa é minha posição.

Eu quero pedir a todos os meus pares que levem em consideração essa questão do Estado de São Paulo, em que isso é realmente muito importante para que possamos ter uma eleição.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senadora.

Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO. Para discutir.) – Sr. Presidente, com relação ao projeto em epígrafe, eu já me manifestei, mas o Senador Monteiro levanta essa questão da Justiça do Trabalho. Como sempre, nós temos as nossas divergências com relação ao Sistema S, mas eu sempre tenho o prazer de ouvi-lo pela competência, pela coerência que lhe é peculiar.

Eu fui relator da receita deste corrente ano, e lá, quando eu vi, Senador Monteiro, os R$18 bilhões da Justiça do Trabalho que V. Exª declinou, questionei imediatamente, sabendo eu que neste ano nós teríamos algo em torno de 60%, 70% de redução nessas ações trabalhistas. Falo isso como advogado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que fui no início da minha vida, professor de Direito do Trabalho e há 30 anos gerando emprego neste País. Mas, quando eu me referi a mexer naquele valor de R$18 bilhões, eu fui quase trucidado aqui dentro do Congresso Nacional.

Eu vejo, Senador Monteiro, que nós temos condições de mudar isso através de lei. E eu vou propor, Senador Monteiro, um projeto de lei para que nós façamos essa redução.

Acho que hoje algo em torno de R$8 bilhões para a Justiça do Trabalho seria uma importância adequada, e não esses R$18 bilhões, fora as receitas pessoais que eles têm. E V. Exª tem falado muito sobre esse custo Brasil. Nós temos que baixar esse custo Brasil.

Portanto, eu quero dar essa informação de que eu irei entrar com um projeto em curtíssimo prazo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado.

Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu serei breve também.

Não quero aqui que essa minha fala seja vista, Presidente Tasso, como uma questão de bairrismo, uma manifestação bairrista, porque eu sei que, assim como São Paulo necessita de cargos no Poder Judiciário – e aqui parece que nós estamos tratando da Justiça Eleitoral –, o Brasil inteiro necessita disso.

Ocorre, Sr. Presidente, que, com a aprovação – e eu repito –, com aprovação da emenda constitucional do teto, todos os Poderes, inclusive o Poder Judiciário, foram instados a também promover, onde seja e onde for possível, a devida economia. Então, todos os órgãos públicos estão promovendo economia. Imagino eu que obviamente isso esteja no radar.

Entretanto, Sr. Presidente, olhe a contradição, olhe a contradição que nós estamos vivendo. Nós estamos vivendo na iminência, no Estado do Amazonas, do fechamento de duas varas da Justiça Federal localizadas nos Municípios de Tabatinga e de Tefé. Ou seja, a metade da jurisdição da Justiça Federal no Estado do Amazonas está vivendo a iminência de ser fechada. Essa é uma decisão que nós estamos tentando reverter, a Bancada do meu Estado do Amazonas.

Tabatinga, Presidente, é um Município irmão, ou seja, é o Município contíguo a um Município da Colômbia que é capital do Estado do Amazonas na Colômbia chamado Leticia; é uma localidade que fica numa tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia; é uma localidade extremamente violenta, por onde entra droga, por onde entra armamento, por onde se faz tráfico de mercadorias de toda ordem. Pois a vara está para ser fechada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em Tefé, é a mesma coisa: médio Solimões, uma área extremamente difícil, um Município importante para o nosso Estado e para a nossa Região. Estão na iminência de fechar essas varas federais.

Então, eu quero questionar aqui, Sr. Presidente. Nós temos um estudo já de muito tempo, que mostra, do ponto de vista inclusive do próprio número de processos, a quantidade que nós temos de magistrados, de procuradores, de defensores públicos em todas as Regiões do Brasil comparativamente ao Norte e ao Nordeste. E é lamentável, é lamentável o número muito pequeno que nós temos no Amazonas. Eu não quero aqui me colocar contra o Estado de São Paulo, não, mas eu acho que as duas propostas poderiam caminhar juntas. Acho que nós podemos colocar: vamos criar vagas ali, mais cargos, mas não vamos permitir, vamos ver na lei. As varas federais do Estado do Amazonas não podem, em hipótese alguma, ser fechadas.

Vejam, será que, para abrir novas vagas no Estado de São Paulo, é a esse custo do fechamento de vagas no Estado do Amazonas?

Então, eu concordo e acho que a gente precisa debater mais essa matéria pela sensibilidade que ela representa, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Wellington Fagundes.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Presidente, eu estou inscrita, não?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT. Para discutir.) – Sr. Presidente, é extremamente complexo estarmos aqui a discutir uma proposição que, na verdade, é feita pelo TRE de São Paulo dentro do orçamento que cabe àquela unidade. É claro que se precisaria discutir aqui o tamanho do Estado, e não há como discutir isso se não for através de uma reforma profunda, ou seja, o peso do Estado. Nós temos uma Justiça Eleitoral permanente.

O que o Senador Armando falou aqui da Justiça trabalhista é uma realidade que nós aqui, o Congresso Nacional, votamos, e penso que vai permitir exatamente esse enxugamento, a diminuição de uma Justiça trabalhista também extremamente pesada, em que o volume de processos é algo inimaginável e o custo desses processos chega a ser maior do que as indenizações – isso constatado pelo próprio Trabalho Superior do Trabalho. Portanto, é exatamente o gesto de votar aqui uma reforma que já permitirá que se possa discutir a diminuição do tamanho da Justiça trabalhista.

Eu quero colocar que, inclusive, o Deputado Paulo Freire, do meu Partido, de São Paulo, nos procurou mostrando essa situação da necessidade do Estado de São Paulo. Penso que a adequação disso será feita dentro do orçamento do Estado de São Paulo. Portanto, eu vou encaminhar, de minha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parte, o voto favorável, mas também corroborando aqui com a necessidade de que possamos discutir o tamanho dessa Justiça Eleitoral que nós temos condições de bancar. Aliás, acabamos de votar uma minirreforma em que os custos, principalmente para a própria Justiça trabalhista e para nós, os políticos, os candidatos, os partidos, vão onerar muito, porque o detalhismo da prestação de contas vai fazer com que muitos candidatos que não tiverem uma banca de advogados, uma banca de contadores e, aliás, mais marqueteiros, o que é algo à parte, ganhem a eleição e não a levem, exatamente pelo excesso da burocracia. E não sei se isso foi a própria Justiça Eleitoral que provocou. Eu creio que é muito mais um papel nosso, do Congresso Nacional, ao votar uma Justiça, ou seja, uma legislação extremamente complexa, que leva à necessidade de se contratarem auditores e todo tipo de profissional, levando também a Justiça Eleitoral a um peso muito grande.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado.

Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA. Para discutir.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu quero chamar atenção para a seguinte questão: o projeto cria 96 cargos de analista judiciário, 129 cargos de técnico judiciário, 24 cargos em comissão e 121 funções comissionadas, todas no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo. Nada tenho contra. Quero ver se o da Bahia tem necessidade de criação de novos cargos. Agora, há uma incoerência aqui muito grande naqueles que votaram e aprovaram a chamada PEC 95/2016...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – A Emenda nº 95.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – ... que eu não votei e sou contra, porque acho que ela vai atingir justamente os serviços prestados pelo Brasil ao seu povo, inclusive os serviços da justiça. Eu fui contra, portanto, o meu voto será coerente.

Mas a LOA de 2018 já deixa claro que o limite de gasto do Poder Judiciário está acima do limite permitido pela PEC 95. O que isso significa? Que, para garantir que novos investimentos sejam feitos no Poder Judiciário, haverá de se cortar orçamento do Poder Executivo, que já está bastante ameaçado nas áreas de educação, de saúde, de assistência social: o Bolsa Família e tudo o mais.

Eu sou contra a PEC e acredito que um próximo governo eleito neste País, que tenha compromisso com o povo brasileiro, haverá de revogar esta emenda constitucional que é contra o interesse do povo brasileiro. E por isso votarei a favor, porque acredito que é necessário derrubar esta PEC e rediscutir o orçamento do País.

Vi muito Senador dizendo aqui, no dia da votação da PEC, que era isso mesmo, o Brasil iria começar agora a discutir o orçamento de forma séria, que agora seria preciso discutir de onde tirar para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

garantir para a educação e a saúde. Não é isso que eu estou vendo. Acho que alguns já estão fazendo autocrítica do que fizeram, porque, quando diz respeito ao interesse do seu Estado, ao interesse de alguma categoria que traz algum nível de ligação com os Senadores, há mudanças.

Eu continuarei defendendo a posição que tive antes, votando pelo fim desta PEC que levará cada dia mais a uma pior prestação dos serviços de saúde, educação e assistência social ao povo brasileiro; que levará a uma diminuição de serviços prestados pelo Poder Judiciário para levar justiça ao povo brasileiro.

Então, como disse o Senador Wellington, com esta lei que nós criamos agora, que se baseou na decisão do Supremo de tirar o financiamento empresarial de campanha, portanto com um fundo especial eleitoral, muito mais importante se tornarão os controles dos tribunais; por isso, será necessária maior contratação.

Eu fico aqui surpresa com aqueles que votaram pela PEC e hoje defendem essa posição, que é absolutamente contraditória com a posição que tiveram antes. Aliás, para minha surpresa, o Senador... Uma das grandes surpresas que tive aqui no Senado foi o meu caro e respeitado Senador Ataídes, que se trata de um professor do Direito do trabalho e foi enfaticamente contra o direito do trabalhador neste País, votando aqui com a reforma trabalhista. Então, certamente esta é a Casa que reflete a política brasileira: a Casa das contradições – cada dia mais, eu aprendo com essas contradições.

Mas eu continuarei, portanto, mantendo a minha posição. Sou contra essa PEC dos gastos, essa PEC que está levando a um impasse no serviço público no País, no orçamento público, e faz com que agora, para investir no Poder Judiciário, nós tenhamos que abrir mão de coisas importantes no Poder Executivo. Eu sou contra. Não abrirei mão dessas políticas públicas e, portanto, como votei contra a PEC, vou manter, coerentemente, a minha posição.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Obrigado, Senadora Lídice.

Senadora Simone.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. Para discutir.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu vou ser bem objetiva.

Eu concordo com muito do que foi dito pelos colegas. Parabenizo, inclusive, a iniciativa do Senador Armando de começar esta discussão trazendo o grande vilão, que é o tamanho do Estado, e o tamanho do Estado que queremos. Hoje nós temos um verdadeiro paquiderme, o Estado é um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

verdadeiro paquiderme, enorme, pesado, que impede, inviabiliza todas as políticas públicas que queremos para garantir a tão sonhada justiça social e a igualdade neste País.

Agora, quero chamar atenção para o seguinte. Primeiro, o projeto não é terminativo e, segundo, eu vou me ater, e por isso eu tenho que decidir... Eu também sou contra a criação de cargos, eu acho que precisamos remodelar a estrutura e não ficar votando projetos de forma seccionada aqui, mas quero só relembrar que estamos falando de um projeto de iniciativa do Tribunal Superior Eleitoral, que trata de um orçamento, de uma certa forma, só para que entendam, estadual. Nós estamos falando do TSE como responsável pela iniciativa, porque o autor é o TSE, sobre o orçamento do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo. E, aí, todos os demais tribunais regionais eleitorais, em tendo orçamento ou dotação orçamentária, poderão também apresentar ou não a ampliação de cargos para que nós possamos ter, conforme a Senadora Vanessa Grazziotin, a justiça e impedir o fechamento de setores de varas eleitorais.

Então, eu me atenho a três itens do parecer. Primeiro: o Senador Otto alega que o impacto orçamentário e financeiro do TRE de São Paulo é modesto, menos de 10%. Segundo, complementando: há mais de dez anos que não se tem uma reestruturação – eu estou colocando apenas que nós estamos falando de um impacto regional, ou estadual; segundo, eu estou trabalhando em cima do parecer, há previsão orçamentária. Terceiro: atende a Emenda Constitucional 95 e, segundo o próprio Relator, apresentou-se, sim, a estimativa de impacto orçamentário e financeiro das medidas apresentadas.

Diante disso e por não ser terminativo, embora seja contra a criação de cargos públicos, eu voto favoravelmente, porque entendo que, sob aspectos técnicos, os elementos estão postos e, no mérito, no plenário nós vamos discutir a respeito.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR. Para discutir.) – Presidente, estamos na hora do espanto. No Paraná, ontem, a Assembleia votou um projeto do Judiciário que estabeleceu o pagamento extra de um terço do salário para cada juiz que estivesse trabalhando numa função que não fosse a função original, por exemplo numa câmara, para cada promotor que acumulasse uma função, que se acrescentasse à função originária de onde ele estava lotado. São R$8,9 mil por função.

Seria mais ou menos, Senador Tasso, se aqui no Senado nós, Senadores, recebêssemos um terço do salário pela participação nas comissões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui nós teríamos uma verdadeira festa. Temos um número de 27 ou 30 Parlamentares nesta Comissão, cada um receberia um terço, e receberia um terço também nas outras comissões em que participasse. É uma loucura isso.

Eu não vou fazer uma análise técnica da reivindicação do Tribunal de São Paulo, não sei se ela é necessária ou não. Mas eu sei, Senador, que nós cortamos R$10 do salário mínimo para diminuir a despesa nacional. E eu sei também que o Banco Central anunciou esses dias que o Produto Interno Bruto do Brasil caiu 0,57% em janeiro em relação a dezembro. O que significa isso, Senador Tasso? Em números, foram R$37 bilhões a menos.

Então, eu acho que nós estamos numa incongruência. Estamos fechando de um lado e abrindo do outro. É a briga pelo auxílio-moradia. Não sei se não deveria ser um pouco melhor o salário dos juízes, mas o que eu sei é que existe um Congresso Nacional que estabelece o salário dos funcionários públicos, e esse auxílio é um artifício.

Eu acho que – não o caso específico do Tribunal de São Paulo; insisto que eu não avalio tecnicamente a necessidade – estamos na contramão. E a aprovação disso é uma desmoralização para esta Comissão e para o Senado.

Nós estamos com o PIB caindo. Nós tivemos um aumentozinho no ano passado em função de uma safra super, e essa safra não cria nenhum emprego, porque quem cria emprego é a indústria. Ela viabiliza o acúmulo da renda, a concentração da renda. Então nós estamos no caminho errado. No mínimo, essa proposta é inoportuna. E eu acho que é um verdadeiro absurdo votarmos essa proposta neste momento.

O meu voto será contra, por coerência, porque, como disse a Senadora Lídice, nós estamos cortando o salário do povo, nós estamos aumentando a carga horária, nós estamos criando o salário intermitente, as pessoas não conseguem nem contribuir com o valor correspondente a um salário mínimo para a aposentadoria. Então, não há por que criarmos cargos, não há por que aumentarmos despesa. O corte no Brasil tem que começar nas corporações mais responsáveis. O corte tinha que começar aqui na nossa Casa, no Judiciário, no Executivo.

Mas parece que não é bem assim, as emendas absurdas continuam à vontade, não trabalhamos com programa mais. E eu não tenho alternativa a não ser, em nome da coerência, da responsabilidade, encaminhar e votar absolutamente contra essa inoportuna e desmoralizante medida que está sendo votada nesta Comissão.

O SR. AIRTON SANDOVAL (PMDB - SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Um minuto, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos seguindo a discussão. Em seguida, volto a palavra, porque ainda há o Senador José Medeiros e em seguida V. Exª.

Senador Sandoval.

O SR. AIRTON SANDOVAL (PMDB - SP. Para discutir.) – Sr. Presidente, esse projeto é de autoria do Tribunal Superior Eleitoral. O Relator foi o Senador Otto Alencar, esse grande Senador da Bahia, que traz um parecer favorável ao projeto.

Eu quero chamar atenção dos nobres pares: a última lei que criou cargo no TRE de São Paulo foi de 2005. Desde lá, houve um crescimento muito grande do eleitorado no Estado de São Paulo. Foi superior a 15%, Sr. Presidente. Foram 4,6 milhões de eleitores nesse período de dez anos. O que aqui se está fazendo é dar condições ao TRE de São Paulo de cumprir a sua missão, que é das mais importantes da democracia.

Aqui não se fala em nenhuma vantagem para juiz. Aqui se estão criando cargos de assessores, não se estão criando cargos e nenhuma vantagem para juiz. E mais: isso não vai mexer em orçamentos da educação e da saúde, em nada; vai mexer apenas no orçamento do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo. Esse aumento de gastos, Sr. Presidente, nobres colegas, significa algo em torno de 8,5%.

Eu sou de uma cidade do interior. Eu imagino a luta daqueles servidores do cartório eleitoral para dar conta dos seus serviços, inclusive dessa questão da digital e de mudar as prestações de contas dos partidos, as prestações de contas dos candidatos, Sr. Presidente. E eles têm de dar conta em um prazo extremamente exíguo.

Aqui, nós não estamos querendo aumentar despesas da União. Eu tenho certeza absoluta de que o Tribunal vai fazer isso dentro do seu orçamento, que vai cumprir as suas funções dentro do seu orçamento, sem prejudicar ninguém, nem nada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador.

O Senador Medeiros deseja se pronunciar?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT. Para discutir.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento os meus eminentes pares e o Presidente do Tribunal de São Paulo.

Sr. Presidente, a discussão sobre a PEC 95 teve seu momento apropriado aqui na Casa. Nós a discutimos, e creio que estamos agora no nível em que deveríamos sempre ter estado, que é justamente o Brasil discutindo as prioridades. O orçamento de uma nação não é muito diferente do orçamento de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma casa. Você precisa discutir prioridade no orçamento pessoal, e o Brasil nunca discutiu. Eu sinto que as viúvas do gasto ilimitado se sentem muito aflitas porque havia gasto para tudo, era *à volonté*. Com isso, nós estávamos partindo para uma "venezuelização".

Eu respeito aqueles que entendem que existe um moto-contínuo na economia, aqueles que defendem e entendem que a economia deve viver aos trancos sempre. Keynes defendia que, uma vez ou outra, dever-se-ia dar um tranco na economia, pôr mais gás para ver se ela pegava, e essa turma gostou tanto que quer a economia viva sempre aos trancos e defende que o Brasil não tenha o mínimo controle das suas contas. Mas não é assim que funciona. Se a gente tivesse um pé de dinheiro, isso poderia funcionar, mas não temos.

E aí chegamos ao seguinte patamar, ao momento em que finalmente o Brasil, a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal brasileiro está discutindo se devemos criar cargos no Tribunal de São Paulo ou não, por causa da nossa questão orçamentária. Eu não tenho dúvida de que estamos aqui inclusive fazendo história. Parece-me que esta é a primeira discussão que estamos tendo. Quiçá vamos fazer outras, Senadora Simone Tebet! Vamos começar a discutir realmente o País que queremos, diante do raciocínio de que nós temos que ter responsabilidade orçamentária. E aí, sim, nossas contas vão passar a ter.

Alguém pode dizer: "Isso é uma sandice, vai começar a faltar dinheiro para tudo." Vai começar a faltar dinheiro, óbvio, porque nós não temos dinheiro para tudo. Nós não somos, infelizmente, uma nação rica.

Quem sabe, com esse controle, nós vamos começar a nos organizar, nós vamos começar a tratar de temas, por exemplo, Senadora Simone Tebet, como o da mineração, Senador Tasso Jereissati? Nossas jazidas estão quase todas debaixo de algumas reservas, Senador Armando Monteiro, e nossos órgãos dizem que nós não podemos explorar. De repente vamos ter de começar a explorar nossas riquezas.

Mato Grosso, por exemplo, é o maior produtor de *commodities* e produz um pouquinho de minério, mas esse pouquinho que explora a mineração já está quase superando o que produz em agricultura. E lá não pode fazer nada, por quê? "Olha, não pode, aqui é reserva indígena." De repente, vamos ter que começar a tratar desses temas todos com base em quê? Com base nesses assuntos que estamos tratando aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, com base na responsabilidade orçamentária. Então, eu reputo e destaco a importância do tema que nós estamos discutindo aqui.

Sobre o tema em tela, os tribunais já têm orçamento próprio. Se esse vai criar mais cargos, será dentro, vai fritar o porco na própria banha. Então, não estou vendo aumento, que vai ter de passar mais dinheiro. Vai ter que criar cargos. Agora, é óbvio que o Presidente vai ter que se virar com o seu próprio orçamento lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, não vejo dificuldade na aprovação disso aí, porque ele não vai, vamos dizer assim, nomear cargos que o tribunal não vai dar conta de pagar. Eu não tenho dificuldade de votar esse projeto diante do que me trouxeram aqui. Eu não creio também que o Tribunal iria querer enganar a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado.

Dito isso, Senador Tasso Jereissati, encerro, colocando aqui meus protestos contra o desrespeito que está havendo, Senadora Simone Tebet, contra o Senado Federal brasileiro em relação ao que a gente aprova aqui. Ontem ouvi uma fala do Ministro Barroso que me afligiu muito, Senador Agripino – V. Exª tem muita experiência nesta Casa. Já é a segunda vez que o Ministro se pronuncia assim. Está se relativizando muito o que se aprova no Senado. Ontem ele disse, pela segunda vez, que o papel do Senado Federal é um papel representativo. Portanto, cabe ao Supremo Tribunal relativizar – praticamente isto: relativizar – o que se faz aqui, ou seja, as leis não têm mais valor, é o que eles entenderem lá. Então, eu queria deixar essa ressalva aqui, porque nós precisamos começar a acender uma luz de alerta a respeito disso, sob pena de o ordenamento jurídico brasileiro não ter mais valor algum.

Veja o senhor que isso está se banalizando tanto que ontem um servidor de cargo comissionado resolveu anular a reforma trabalhista que nós tínhamos feito aqui. Simplesmente, de posse de um parecer técnico, disse que o que nós tínhamos aprovado aqui não valia nada. Ainda bem que o Executivo teve a presença de espírito de demiti-lo de pronto. Mas essas coisas são as raposinhas que acabam com todo o trigal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Não havendo mais quem queira discutir, fica encerrada a discussão.

Em votação o relatório do Senador Otto Alencar.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, já houve pedido de vista?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Já, já! Na semana passada, foi concedida vista coletiva.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Seis estão contra.

Portanto, faremos votação nominal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – Não, não é preciso, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE. *Fazendo soar a campainha*.) – Eu gostaria que houvesse a atenção dos Srs. Senadores.

Nós passamos à votação nominal.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Peço-lhe só um minuto, por favor, Senadora Marta.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Nós passamos à votação nominal, ou, se formos contar, conforme o que foi aqui avaliado pela Secretaria, todos os Senadores presentes votariam a favor, porque não se pronunciaram contra. Não é isso? Portanto, ou é essa posição, ou é a votação nominal.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Posso fazer um adendo?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – É claro!

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu gostaria que os meus pares pensassem um pouco. Não é paranoia, mas, quando se fala em São Paulo, começa sempre a mesma coisa. Ou agora estamos ampliando a discussão sobre quem votou a favor do teto ou não votou a favor do teto etc. Eu gostaria que pensassem que, desde 2005, o Tribunal de São Paulo não tem nenhum investimento. Nesse período, Senador Pimentel – sei da sua posição e o respeito, como sempre o respeitei –, nós temos mais 4,5 milhões de eleitores, e o Tribunal não tem condição de funcionar.

Então, nós estamos votando uma coisa aqui... Veio cada um falar aqui do seu Estado, da sua dificuldade eleitoral, do seu problema. Outros falaram de desembargadores e de juízes que triplicam os seus salários. Tudo isso é verdade. Agora, por que São Paulo tem de pagar o pato numa situação dessas? Fico também muito impressionada, porque, cada vez que se sai do parâmetro do bom senso, fica-se no parâmetro político macro, em que tudo fica ideologizado, ou se fica no parâmetro de que, em São Paulo, isso não pode ser feito, porque nos outros Estados isso não foi feito.

Esse recurso, essa necessidade vai ser coberta pelo Estado de São Paulo. Nós temos uma eleição, o Tribunal tem dificuldade de executar essa eleição, e São Paulo tem um elevado número de habitantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não podemos imaginar que vai acontecer um milagre e que eles vão conseguir fazer isso sem recurso. Temos de pensar que isso vem desde 2005. É muito tempo!

Então, vou pedir a consideração dos meus pares. Não temos a necessidade de fazer essa votação nominal. Como disse a Senadora Simone, aqui o projeto não é terminativo. Que vençamos mais essa etapa! E, no plenário, faremos uma discussão com o Senado inteiro, não somente com os que estão aqui presentes.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Com a palavra o Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sr. Presidente, a minha dúvida é a mesma dos meus pares que me antecederam. É preciso que o próximo Presidente – Deus queira que seja o Governador Alckmin! – enfrente isso, para fazer todas as reformas de que o Brasil precisa, todas, todas!

O corporativismo avança para que elas não sejam feitas, mas há necessidade de arrumar este Brasil. De que tamanho nós queremos este País? Como está não funciona. A sociedade brasileira não tem como financiar esse, como foi dito aqui, acho que pela Senadora Vanessa, paquiderme do tamanho que está.

Eu queria só consultar a Senadora Marta Suplicy: Senadora Marta, eu estou vendo aqui no parecer... Eu já li e reli o parecer do eminente Senador Otto Alencar e V. Exª já fez referência por duas vezes, pelo menos, à necessidade de serem contratados esses 370 novos funcionários para o TRE de São Paulo para que possam trabalhar na eleição agora, de 2018. É isso?

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eles não serão contratados de imediato, será aos poucos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Então, Senadora, se não há essa urgência...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Mas há, porque há anos tem que contratar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Se não há urgência para que... Porque eu estava entendendo haver necessidade para as eleições de 2018. Não há tempo hábil para que seja feito isso. Tem que fazer concurso para poder aprovar esses novos funcionários...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Mas tem que começar, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Então, nós não vamos ter essa dificuldade agora, em 2018.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Mas tem que começar o concurso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Vamos discutir com mais tempo. Eu sugeriria, Senador Tasso, que pudéssemos retirar de pauta o projeto. Já que não podemos pedir vista, vamos retirar de pauta. Vamos conversar com a Senadora Marta, com o Senador Sandoval, para que possamos realmente votar conscientes, como devem ser todos os nossos votos aqui. Não dá mais para votar: "Ah, porque vai atender isso, vai atender aquilo." Nós temos que olhar primeiro para o Brasil, depois votarmos os projetos que aqui passam.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Para discutir.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esse projeto de lei prevê a contratação de 121 funções comissionadas, ou seja, sem concurso. Com que finalidade?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Sem concurso.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sem concurso. Cento e vinte e uma, quase a metade...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – Não, há mais vinte e poucas também comissionadas.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – São 24 cargos comissionados e 121 funções comissionadas. A diferença entre eles é que o cargo comissionado obrigatoriamente tem que ser concursado, e a função comissionada é de livre nomeação daquele que quer contratar o seu apadrinhado político, para ser muito direto.

Por isso, nós tivemos um concurso público, em 2007, em que admitimos seis mil, quinhentos e poucos funcionários concursados para cuidar das varas eleitorais. Lembramos que, até ali, as varas eleitorais eram conduzidas por funcionários cedidos pelas prefeituras e pelos governos estaduais, trazendo uma insegurança política e jurídica muito forte a esse processo.

Para superar isso, foi feito um concurso público, e todos os chefes de cartório eleitoral em qualquer comarca do Brasil passaram a ser funcionários concursados da União. Aqui, nós estamos dando um tratamento diferenciado a um tribunal que não é diferente dos outros, que pode perfeitamente fazer convênio com outro setor do Poder Judiciário que tem funcionários suficientes para serem cedidos nessas horas de dificuldade, sem precisar do concurso. Sem esquecer que, no início de 2016, o Congresso Nacional aprovou três leis criando a chamada bolsa preguiça para o Poder Judiciário federal. Ou seja, todo juiz que tiver na sua comarca, sob a sua jurisdição, mais de 1,5 mil processos passa a ter um prêmio por ter processo acumulado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tinha assistido, ao longo da história do Brasil e da meritocracia, a que nós devíamos premiar aquele que mais produz. Mas, não! Veio um projeto de lei de iniciativa do Poder Judiciário, e, no iniciozinho de 2016, nós aprovamos numa correria, sem maior debate – inclusive com meu voto, porque não atentei para essa particularidade –, beneficiando os juízes da Justiça Federal, da Justiça do Trabalho e também da Justiça Militar. E esses mesmos juízes hoje estão fazendo greve constante para não exercerem a atividade jurisdicional bem e a tempo.

Por isso, Sr. Presidente, eu não tenho condições de votar a criação de 121 cargos comissionados de livre nomeação no momento em que todo o Brasil passa por uma dificuldade muito forte.

Portanto, meu voto é "não".

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Pimentel.

Nós temos aqui a seguinte opção: votamos agora... Senadora Simone e Senadora Vanessa, nós temos a seguinte alternativa: votamos agora, colocamos em votação nominal – apesar de que nós vamos ter que ter 14 e temos 13 Senadores presentes, teremos que esperar mais um Senador – ou...

O SR. AIRTON SANDOVAL (PMDB - SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Abriríamos a votação e esperaríamos mais um pouco.

O SR. AIRTON SANDOVAL (PMDB - SP) – Sr. Presidente, há um requerimento do Senador Flexa Ribeiro de adiar a votação para a gente discutir uma forma de atender... Inclusive...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Nós já temos quórum. Votamos agora ou atendemos o requerimento do Senador Flexa de tirar de pauta?

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Não há mais quórum. O Airton está saindo.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Então, colocamos em votação.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Quero anunciar que votarei contra.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Colocamos em votação. Vou pedir para abrir o painel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – O José Medeiros está fugindo ali, Presidente.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Não está fugindo, não. Acho que essa situação tem um complô de vocês trazerem gente para não votar o que é importante para São Paulo. É uma coisa...

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Sr. Presidente, enquanto o quórum se restabelece, V. Exª me permite?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Claro.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Vamos abrir o painel.

Abrindo o painel, por favor.

Está aberto o painel.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senadores, está aberto o painel.

Colocado em votação.

Os Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, na verdade, eu coloquei aqui a minha posição, mas mediante os argumentos do Senador Pimentel (*Fora do microfone.*) eu gostaria, realmente – conversei com o Senador Flexa –, que a gente adiasse a votação.

Como já está no processo de votação, vou manifestar o meu voto contrário exatamente pela argumentação do Senador Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – A Senadora Simone queria falar alguma coisa?

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Não, Sr. Presidente. Seria na mesma linha do Senador Wellington. Como eu falei, sou contra a criação de cargos, mas, nesse caso específico do Tribunal Eleitoral, nós estamos falando não só de cargos regionalizados, mas da possibilidade de o Tribunal encaminhar também a abertura de criação de novos cargos, de preferência efetivos, para outros Estados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Federação brasileira, como, por exemplo, o Estado do Amazonas, o que é uma solicitação da Senadora Vanessa.

Só não podemos esquecer o seguinte: dentro da tese da Senadora Marta de que há 12 anos não se criam cargos no Estado que é o maior colégio eleitoral do Brasil, que é São Paulo; diante de uma eleição que se avizinha, que vai ser uma das mais difíceis em todos os aspectos, e uma das mais importantes da história republicana deste País; diante de novidades que surgiram, como *fake news*, discussão se haverá voto impresso ou não; enfim, toda essa estrutura dos Tribunais Regionais Eleitorais...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Mas não é para agora.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Mas nós temos criação de cargos comissionados, que podem ser nomeados agora. Estão no orçamento. É possível a nomeação de cargos nesse aspecto.

Diante de tudo isso, diante dessa incógnita – é apenas a incógnita... Eu não tenho aqui nenhuma paixão para votar a favor ou contra, nem sou do Estado de São Paulo, mas quero votar bem, quero votar de acordo com a minha consciência, com dados, com informações. Eu havia lido no parecer do Senador Otto que havia o estudo do impacto econômico-financeiro. O Senador Armando me alerta que não; que há o estudo da estimativa do impacto só do ano de 2017. Então, diante de todas essas dúvidas, eu acho que uma semana não faria diferença para efeito de resultado de votação, mas faria muita diferença para efeito do voto consciente de cada um dos Srs. Senadores.

Mas, se houver quórum e V. Exª determinar, eu também voto. Eu ainda não votei, Sr. Presidente.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu creio...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Presidente...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Presidente, só relembrando um fato que aconteceu outro dia no plenário do Senado Federal; relembrando e traçando um caminho que nós não podemos mais seguir. De repente, não mais que de repente, o item 7, que era um convênio internacional, um acordo de céus livres, foi passado do sétimo lugar para o primeiro. Nós tínhamos no plenário seis Senadores. Eu não sabia nem o que era a matéria, mas o Senador Lindbergh levantou uma questão, pediu adiamento para ser discutida, que ninguém sabia exatamente o que era esse convênio com os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estados Unidos de céus abertos. Eu me inteirei rapidamente, votei contra, o Lindbergh votou contra, o Senador Paim votou contra. Não lembro se alguém mais votou. Eram três votos.

Aí, chegou a Senadora Vanessa no plenário. O então Presidente da Mesa, Senador João Alberto, declarou aprovado com base no número de presenças no painel. Nós tínhamos seis Senadores no plenário. Então, eu pedi verificação de votação. Eu, o Senador Paim me acompanhou, o Senador Lindbergh me acompanhou, a Senadora Vanessa que estava entrando me acompanhou na verificação de votação.

O Senador João Alberto ignorou o pedido de verificação de votação, fingia que não escutava o que eu estava dizendo ao microfone, no plenário, e deu por aprovado o tal acordo de céus abertos dos Estados Unidos, em que o Brasil abre mão inclusive da fiscalização de voos Brasil-Estados Unidos. Nós não fiscalizamos a idade do avião, o tipo do avião, o horário e o preço. Revogou, entre outras coisas, a própria Anac, a agência reguladora brasileira.

Eu fui ao Supremo Tribunal Federal. Isso está na mão eu não sei de que ministro. Não acompanhei mais o processo no Supremo. Mas, na última semana, o Senador Eunício promulgou, ignorando o pedido de verificação e aprovando sem voto.

Isso não pode acontecer no Senado! E muito menos numa Comissão presidida por V. Exª. Não tem cabimento essa votação, uma aprovação alterada em cima de verdadeiros *fakes* de desinformação.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – V. Exª propõe... Faltam dois votos para se atingir o quórum. V. Exª propõe que se adie a votação?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Não. Já deu. Eu proponho que se resolva a votação de uma vez por todas.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Falta mais um. Quatorze votam. Se o Senador Humberto votar... Já votou, Senador? Falta um voto. Eu já estou nos treze.

Votou, Senadora Simone? (*Pausa.*)

Eu vou aguardar mais cinco minutos, encerrarei a votação e adiarei para a semana que vem. (*Pausa.*)

Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Sr. Presidente, é só para chamar atenção das Srªs e dos Srs. Senadores, pedindo o apoio para um requerimento que irei apresentar logo em seguida a esta votação, numa pauta extra, pedindo a inclusão... Por que esta pauta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

extra, Presidente? Porque V. Exª deve colocar, logo após esta votação, a votação do item 5 em pauta. E, se não aprovarmos este requerimento, ele fica sem sentido, após a aprovação do item 5.

Então, eu queria pedir o apoio e a atenção da Senadora Simone Tebet; da Senadora Marta Suplicy; do Senador Requião e do Senador Armando; do Senador Flexa; da Senadora Vanessa, porque se trata de um projeto que altera dispositivos da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que é a Lei Rouanet, para restringir a concessão de incentivo fiscal a projetos que possuam viabilidade comercial e vedar aprovação de projetos que incitem a prática de crimes ou atentem contra a moral pública. Ora, Sr. Presidente, a Lei Rouanet existe justamente para incentivar projetos, e, na área cultural, é muito difícil estabelecer qual é o projeto que tem possibilidade de sucesso comercial, até porque o sucesso comercial é algo um pouco diferente de vender um produto material. A cultura... Há até grandes grupos ou cantores que, em princípio, são sucesso comercial, mas que, eventualmente, na apresentação de um espetáculo, podem não obter sucesso comercial.

E esse sucesso comercial se inicia justamente...

(*Soa a campainha.*)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

E esse sucesso comercial se inicia justamente na busca do patrocínio, que é garantida pela Lei Rouanet. Além do mais, Sr. Presidente, quando diz "vedar a aprovação de projetos que incitem a prática de crimes ou atentem contra a moral pública", qual é o nível, o que é que define o que é moral pública?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE. *Fazendo soar a campainha*.) – Existe uma Senadora se pronunciando. Peço, por favor, o silêncio dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras e das autoridades aqui presentes.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Especialmente dos assessores de Lideranças, que estão buscando Senadores fora para ver se revertem o processo de votação.

Então, eu queria só chamar atenção para isto: o projeto define "vedar a aprovação de projetos que incitem a prática de crimes ou atentem contra a moral pública". Sr. Presidente, isso é o retorno da censura à cultura brasileira, porque obviamente não pode haver incitação de crime em lugar algum. Agora, atentar contra a moral pública... Quem é que define o que é moral e o que não é moral?

Objetivamente, este é um projeto que visa o restabelecimento de um processo de censura no Brasil. Quem é que vai decidir isso? Um conselho, que vai determinar no Ministério da Cultura o que é moral pública e o que não é moral pública? Nós estamos, realmente, com muito respeito aos dois

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadores, tanto ao autor, que respeito muito, quanto ao Senador Relator... Este projeto é uma grave ameaça no sentido do retorno da censura no Brasil.

Por isso, logo após a votação, eu vou solicitar a V. Exª a aprovação de uma pauta extra para que nós possamos solicitar uma audiência pública com os produtores culturais do Brasil, para que eles possam participar desse processo e nós possamos ouvir aqueles que fazem a cultura no País, porque este projeto é extremamente perigoso para a cultura nacional.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senadora Lídice.

Senador Raimundo Lira. (*Pausa.*)

Senador Caiado. (*Pausa.*)

Eu pediria ao Senador Raimundo Lira para votar. (*Pausa.*)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Pois não, Senador.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Pela ordem.) – Estão chegando alguns colegas agora, e nós estamos votando uma matéria que, por mais que não seja terminativa, abre precedente.

De fato, eu não posso deixar de me manifestar. Nós fomos levados – nós votamos contra – a votar uma PEC que proíbe aumento de gastos públicos. E agora, neste momento, nós estamos aqui votando, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, um aumento de cargos comissionados no Tribunal Eleitoral de São Paulo, é isto no fundo: aumentando despesa do Judiciário, aumentando despesas públicas, criando centenas de cargos comissionados no Tribunal Eleitoral de São Paulo.

Não acho adequado. Ou nós vamos voltar atrás e desfazer a PEC do teto de gastos, que tanto mal está fazendo a setores essenciais da vida pública nacional, ou então vamos votar contra essa matéria que, simplesmente, visa a aumentar as despesas do Tribunal Eleitoral de São Paulo, criando cargos comissionados às dezenas, chegando a possibilidade de chegar a uma centena.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Presidente, eu gostaria também de me manifestar.

Senador Viana, não é bem assim a história que estamos votando hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Jorge Viana, desde 2005 o Tribunal de São Paulo não tem investimento. A população cresceu mais de 4 milhões. Esse recurso não vem da União, é do Tribunal, o Tribunal tem condição. E os cargos não são criados todos numa canetada, mas aos poucos.

Agora, nós temos de fazer o cadastro de eleitor, tem que mudar o voto para digital, são várias coisas para fazer, e o Tribunal não tem condições. E agora eu venho aqui ouvir um monte de coisa, que é porque não se pode criar cargo. É evidente que não se pode criar cargo, é evidente que os desembargadores, que os juízes, como disse o Senador Requião, estão aumentando profusamente tudo que não podem aumentar, agora isso não tem a ver com o ambiente político que estamos vivendo. Tem a ver com o Estado mais rico do Brasil que toda vez que vem aqui pedir uma cooperação há uma reação enorme. E eu percebo que é uma reação enorme principalmente do Norte e do Nordeste que parece que não entendem as necessidades de São Paulo.

É muito triste isso que está acontecendo. Eu vejo que foi bem arrumado para virem vários Senadores aqui só para votarem contra. E não é algo ideológico, eu nem sei o que é, mas tem que pensar fora de todo esse âmbito de turbulência e radicalização que nós estamos vivendo no País. Essa é uma necessidade do Estado de São Paulo extremamente importante.

Senador Flexa, não vai ser uma canetada com todos os nomes, não. Será aos poucos. Nós temos que fazer cadastro, há muita coisa para ser feita. Quantos habitantes o nosso Estado tem! E eu acho que numa canetada hoje, numa votação, vai ser impedido o Estado de se colocar à altura de uma eleição, não necessariamente vai dar tempo para essa, mas para as próximas, porque nós vamos ter próximas eleições e para o Estado está cada vez mais difícil.

Isso vem da época ainda em que eu era prefeita. Iam lá conversar e dizer que não tinham condição, e a prefeitura tinha que emprestar gente. Quer dizer, eu saí em 2004, e vocês vejam que depois do pouquinho que foi feito nunca mais foi feito.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu pergunto se posso...

Há ainda alguém para votar? (*Pausa.*)

O Senador Medeiros ainda vai votar? (*Pausa.*)

Há ainda algum Senador que não votou?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Como é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – É do Senador Sandoval que ela está falando.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Todos os Srs. Senadores já votaram?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Todos que estão aqui já votaram.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Posso encerrar a votação?

O Senador Raimundo Lira já votou?

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – Já, mas eu gostaria de fazer uma consideração.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Pois não, Senador.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – Eu quero dizer à minha querida amiga, Senadora Marta, que, em todas as oportunidades que ela solicitou a minha solidariedade em assuntos que são importantes para São Paulo, eu estive com ela – em todas as oportunidades! Então, eu pediria apenas a S. Exª que excluísse a palavra "Nordeste", porque eu sou nordestino e tenho um apreço, um carinho, enfim, estudei em São Paulo.

Recordo que naquela questão mesmo dos combustíveis, que iria dar um prejuízo de R$300 milhões a São Paulo, eu me solidarizei com V. Exª. Estarei sempre pronto a estar ao lado de São Paulo naquilo que eu acho que é importante para São Paulo e para o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Raimundo Lira, V. Exª ainda não votou. Vai votar?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Já votou?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Raimundo Lira, o seu nome não está aparecendo no painel.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Sr. Presidente, em nome do direito de defesa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Sr. Presidente, só para dizer à Senadora Marta que eu a respeito enormemente e acho que ela é uma Senadora muito competente e, como tal, está defendendo os interesses do seu Estado. Agora, não está em nós nenhum sentimento de revide a São Paulo nessa questão – de jeito nenhum! E, especialmente no meu caso, haja vista que agora, no fim desta semana, o Governador de São Paulo será do meu partido, Sr. Presidente. É verdade que desloca um pouco aí 24 anos de poder dos tucanos...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Deveria ter pensado nisso antes.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Mas eu não tenho por que, não teria por que, não há nenhuma perseguição. Imaginem os pequenos perseguindo os grandes! Isso é uma coisa muito difícil de acontecer.

Então, dificilmente, contam-se as vezes aqui em que voto diferentemente da Senadora Marta, mas, neste episódio, infelizmente, peço a ela licença para votar contra.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado.

Vou encerrar a votação. (*Pausa.*)

Encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Foram 15 votos contrários e 4 votos favoráveis.

Fica, portanto, rejeitado o relatório.

Vencido o Relator, designo para sucedê-lo, nos termos do art. 128 do Regimento Interno do Senado, o Senador Armando Monteiro, como Relator do vencido. (*Pausa.*)

Coloco em votação o relatório do contrário.

Com a palavra o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. Como Relator.) – Encaminhamos, portanto, agora, o voto "sim", que é pelo relatório do vencido.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Isso.

Coloco em votação o relatório. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já foi decidido.

Vencido o Relator.

Já está designado o Relator, que já fez o seu voto.

Está rejeitado o projeto.

O relatório do Senador Armando Monteiro passa a constituir o parecer da CAE.

Eu gostaria só de fazer uma observação aqui.

Querida Senadora Marta, eu queria fazer uma observação apenas: não faça essa injustiça com o Nordeste brasileiro! Boa parte do Nordeste vive em São Paulo. Às vezes, eu até já não sei quem é paulista! Todos nós somos paulistas. Não existe nenhuma atitude contrária especialmente a São Paulo. Não faça isso!

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Presidente, já fui Prefeita de São Paulo e já tentei passar coisas para São Paulo como Prefeita.

O sentimento que expressei aqui hoje não é um sentimento relativo a essa votação, mas é um sentimento de cidadã do maior Estado brasileiro, que tem um nível de pobreza do qual vocês não têm ideia! Aí vocês vão falar: "Mas você não tem ideia do que nós temos no Nordeste!" Eu tenho ideia, sim, do que acontece no Nordeste. Vocês, colegas Senadores, é que nunca foram, no meu Estado, aos bolsões de miséria. Não é pobreza, é miséria! É miséria que São Paulo tem também!

Então, fico sempre... Estou falando até de um sentimento antigo. Quando fui Prefeita, não conseguíamos os empréstimos, não conseguíamos nada, porque era São Paulo. Mas acho que um dia a gente ganha; noutro dia, a gente perde. Não há problema. Nós continuamos as nossas discussões, como sempre.

Obrigada pela simpatia.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Atendendo ao pedido da Senadora Lídice, vamos ao item 15.

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 14, DE 2018

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requeremos, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos com a Comissão de Serviços de Infraestrutura para debater a situação das concessões rodoviárias federais e, em particular, a polêmica questão das gestões dos investimentos e obras rodoviárias realizadas pelos concessionários, assim como a fiscalização e o controle tarifário do setor e as ações de controle externo feitas pelo Tribunal de Contas da União nos respectivos contratos de concessão. Para tanto, sugerimos os seguintes convidados: Ex^{mo} Sr. Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil; Diretor-Presidente da ANTT; representante do TCU responsável pela análise das execuções dos contratos de concessão rodoviária; o Sr. Carlos Campos, Coordenador de Infraestrutura Econômica do Ipea; e o representante da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR), sem prejuízo de quaisquer outros convidados que ambos os Colegiados acharem por bem convidar.

Autoria: Senadora Lídice da Mata

Consulto a autora desse requerimento se deseja fazer uso da palavra. Parece-me que ela já se pronunciou, mas pergunto se deseja se pronunciar novamente. (*Pausa.*)

Com a palavra o Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Eu o assinei, eu o subscrevi. Eu gostaria de fazer constar isso.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – É de autoria da Senadora Lídice da Mata e do Senador Wellington Fagundes. O.k.! Está consignado, Senador.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – No momento adequado, gostaria de usar a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Se puder, agora.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Pois não.

Sr. Presidente, eu penso que esse requerimento proposto pela Senadora Lídice é extremamente oportuno, visto que estamos vivendo um momento de muita pressão na questão das concessões no Brasil. Pela segunda vez, a Câmara dos Deputados rejeitou a medida provisória no sentido da renegociação das concessões, por isso eu acho oportuno estarmos discutindo aqui, independente do mérito.

Eu só queria rapidamente dizer que o Brasil, Sr. Presidente, tem um percentual de rodovias concedidas acima da média de outros países que se utilizam da mesma política e está chegando a um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

limite do modelo. É a conclusão a que chegou o estudo do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) conduzido pelos pesquisadores Carlos Campos Neto, Sérvulo Vicente Moreira e Lucas Varjão Motta, que estão comparando modelos de concessões rodoviárias pelo mundo todo.

O primeiro grupo de países analisados é no continente americano e inclui Chile, México, Colômbia e Estados Unidos. Os pesquisadores fizeram um quadro comparativo mostrando as diferenças das principais características de cada um dos modelos atualmente vigentes em cada país, e uma das características comum a todos os países apontados no trabalho é que as concessões rodoviárias estão em evolução, ou seja, passam por revisões de marcos regulatórios para serem aperfeiçoadas, considerando os equívocos que levaram a problemas nos primeiros modelos de todos esses países.

Sobre o Brasil, os pesquisadores mostram que o País foi o que mais avançou nesse tipo de modelo de parceria e que por isso o limite de trechos rodoviários que podem interessar ao setor privado por conta do fluxo de veículos parece estar próximo, situando-se em torno 25% da malha federal, assim afirmam os pesquisadores, informando que o número já está próximo dos 15%, a média no mundo não chega a 2,5%.

Aqui o estudo vai aprofundando, por isso eu penso que esta audiência pública será extremamente importante, porque a maioria novas concessões, aliás, as concessões sob esse regime estão praticamente todas com a grande possibilidade de cair.

No meu Estado de Mato Grosso, nós temos uma concessão – Mato Grosso e Mato Grosso do Sul – da BR-163, que é a estrada troncal de todo o País. Então, no Mato Grosso do Sul temos aproximadamente 800km e no Mato Grosso também 800km, da divisa de Mato Grosso do Sul até a cidade de Sinop. Hoje estamos praticamente vivendo uma situação de limbo.

O Governo Federal, através do BNDES, não liberou os financiamentos, e também as empresas não fizeram os investimentos necessários. Com isso, nós temos a cobrança de pedágio. O serviço ao usuário ainda está algo relativamente bom, mas, de qualquer forma, aquilo que é a expectativa do usuário de ver uma estrada duplicada, com as melhorias necessárias, não está acontecendo. E esses contratos já estão todos eles finalizando. No caso do Mato Grosso, inclusive, a empresa já estava praticamente vendida para uma grande investidora de fora, e, se não aprovarmos uma alternativa que traga segurança jurídica – inclusive, sou o autor da PEC 39, exatamente na questão da segurança jurídica –, com certeza, todas essas concessões cairão.

E, aí, o próprio Ministério dos Transportes não está preparado para assumir novamente essas estradas e investimentos, como praças de pedágio e tantas outros que foram feitas, no caso o próprio serviço ao usuário, que é hoje feito nessas concessões cobrando um investimento não adequado, mas, de qualquer forma, a prestação ao usuário está sendo feita. Ou seja, diminuiu muito o número de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acidentes nessas áreas concessionadas. Então, nós precisamos exatamente discutir para saber o peso disso, aonde podemos chegar e a solução a ser encontrada.

Por isso, eu subscrevi o requerimento, junto com a Senadora Lídice da Mata, e quero aqui parabenizá-la porque, tenho certeza – agora, mudou o Ministro dos Transportes –, essa será uma oportunidade também com o novo Ministro para discutir isso mais no médio e no longo prazo. Por isso, eu peço aqui a aprovação desse requerimento para que a gente possa fazer essa reunião o mais brevemente possível.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Ainda em debate o requerimento da Senadora...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – É só uma observação. Eu fiz um requerimento na mesma linha na Comissão de Infraestrutura. Então, eu quero propor, Senador, até que a gente faça as duas Comissões em conjunto: a CAE e a Comissão de Infraestrutura.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – O requerimento da Senadora Lídice é a audiência em conjunto das duas Comissões.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PRB - MS) – Sr. Presidente, eu fico um pouco preocupado com essa renegociação da concessão dada a essas empresas. A CCR, por exemplo, começou na 163 a fazer uma parte da sua obra e disse que não teve caixa e exigiu reajuste e tudo mais. E, na verdade, o Governo está falando em relicitação. Então, eu gostaria de saber do Senador Wellington se, na ideia da relicitação, as empresas que não cumpriram seus contratos, que já estão vencendo, poderiam participar ou têm alguma relação com isso.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, posso responder?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA. *Fora do microfone*.) – Pode.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, respondo à indagação do Senador Pedro Chaves. Na verdade, se isso for devolvido, vai haver um transtorno muito grande, porque isso vai ser judicializado. Então, essa é a nossa preocupação. Até haver uma nova

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

licitação, nós vamos ter no mínimo três, quatro, cinco anos. E, é claro, aquela empresa que devolver porque não cumpriu o contrato estará inabilitada para participar de novas licitações.

No caso do Mato Grosso do Sul, nós temos uma empresa que está lá, a CCR, uma empresa especializada na área de concessões, e não está fazendo o investimento exatamente porque não tem o financiamento, não tem outro envolvimento. Então, é uma empresa referência no Brasil, mas que, com certeza, nessa devolução, vai judicializar, e isso vai realmente complicar muito mais.

Eu gostaria de pedir também, Sr. Presidente, como aqui há o requerimento, a inclusão desses pesquisadores do Ipea, representando o Ipea, que estão pesquisando essa área específica. Eu já citei o nome deles aqui: Carlos Campos Neto, Sérvulo Vicente Moreira e Lucas Varjão Motta. Ou os três ou um deles, representando o Ipea, especificamente nessa área, para que a gente possa ter também essa visão do Ipea aqui em todos os levantamentos e pesquisas feitos.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Em votação.

Senadoras e Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento, de autoria da Senadora Lídice e do Senador Wellington.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Temos um item não terminativo...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Eu pedi uma questão de ordem, enquanto nós falávamos, naquela votação anterior, para pedir a inclusão de um requerimento extrapauta que solicita uma audiência pública sobre o PLS nº 367, de 2017, já que ele está na pauta... Se não me engano foi retirado agora, mas considero que votar esse projeto sem ter uma audiência pública seria muito danoso, porque é o projeto que modifica a Lei Rouanet.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senadora Lídice, o Senador Medeiros, que é o Relator deste projeto, pediu para retirá-lo da pauta de hoje. Colocarei de qualquer maneira, mas gostaria de colocar, aproveitando ainda a presença dos Senadores aqui, três itens da pauta que são não terminativos e que nós poderíamos lê-los.

Então, o item nº 4, do Senador Kaká Andrade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 341, de 2014

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.858, de 13 de abril de 2004, para dispor sobre a oferta de protetores solares a baixo custo para a população.

Autoria: Senador Kaká Andrade

Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann

Relatório: Pelo sobrestamento da matéria até envio de resposta a ofício ao Ministério da Saúde.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Senadora Lídice da Mata, V. Exª poderia ser a Relatora *ad hoc* do item nº 4, de autoria do Senador Kaká Andrade, cuja Relatora é a Senadora Gleisi Hoffmann?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA. Como Relatora.) – Pois não, Sr. Presidente.

Vamos direto à análise do projeto.

Compete à Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do que dispõe o art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, opinar, entre outras coisas, sobre os aspectos econômicos e financeiros de qualquer matéria que lhe seja submetida.

O Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2014, se propõe a alterar a Lei nº 10.858, de 13 de abril de 2004, para autorizar a Fundação Oswaldo Cruz a disponibilizar a oferta de protetores solares a baixo custo para a população. A Fundação Oswaldo Cruz é uma instituição federal vinculada ao Ministério da Saúde. Criada em 1900, ela é considerada a mais importante instituição de ciência e tecnologia na área de saúde da América Latina. A lei em questão foi regulamentada pelo Decreto nº 5.090, de 20 de maio de 2004, que, entre outras coisas, institui o Programa Farmácia Popular do Brasil.

Iniciando a análise da proposta pelo ângulo jurídico, temos a observar que o PLS foi redigido com base em boa técnica jurídica. A alteração proposta não introduz elementos estranhos aos dispositivos da lei. Em qualquer caso, o aprofundamento da análise jurídica do PLS caberá à Comissão de Assuntos Sociais, que deliberará em caráter terminativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A nosso ver, o PLS está propondo o aperfeiçoamento de um programa federal, algo que está de acordo com as atribuições do Congresso Nacional, conforme definidas no art. 48 da Carta Magna.

Outra questão importante diz respeito à compatibilização do PLS com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Como o PLS propõe uma expansão do Programa Farmácia Popular, é razoável supor que ele crie despesa. Assim sendo, ele precisaria satisfazer o disposto no art. 16 da LRF, que exige, em casos dessa natureza, a apresentação de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que a lei entrar em vigor e nos dois subsequentes.

A essa regra soma-se o disposto no *caput* do art. 117 da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017), onde se lê:

> Art. 117. As proposições legislativas e respectivas emendas, conforme art. 59 da Constituição Federal, que, direta ou indiretamente, importem ou autorizem diminuição de receita ou aumento de despesa da União, deverão estar acompanhadas de estimativas desses efeitos no exercício em que entrarem em vigor e nos dois subsequentes, detalhando a memória de cálculo respectiva e correspondente compensação, para efeito de adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com as disposições constitucionais e legais que regem a matéria.

Por essas razões, é lícito afirmar que a estimativa deveria constar da documentação que acompanha a proposição. Como a estimativa em questão deve ser elaborada pelo Poder Executivo, ela pode ser solicitada, pelo Presidente da CAE, nos termos do que dispõe o §1º do mencionado art. 117 da LDO, de 2017:

> §1º Os órgãos dos Poderes, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União encaminharão, quando solicitados por Presidente de órgão colegiado do Poder Legislativo, dispensada deliberação expressa do colegiado, no prazo máximo de sessenta dias, o impacto orçamentário e financeiro relativo à proposição legislativa, na forma de estimativa da diminuição de receita ou do aumento de despesa, ou oferecerão os subsídios técnicos para realizá-la.

A exigência em questão foi reafirmada pelo art. 113 do ADCT (Novo Regime Fiscal), instituído pela PEC do Teto dos Gastos Públicos (PEC nº 55, de 2016), que também exige estimativa de impacto financeiro-orçamentário das propostas legislativas.

Quanto ao mérito do projeto, temos a dizer que a alteração pretendida não está em desacordo com o espírito da Lei nº 10.858, de 2004. Aliás, mesmo em sua redação atual, a lei deixa alguma margem para a inclusão dos protetores solares ao mencionar, em seu artigo 1º, que a lei objetiva “assegurar à população o acesso a produtos básicos e essenciais à saúde a baixo custo”.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O autor do projeto, em sua justificação, foi muito eloquente em mostrar que o uso de protetores solares é essencial para a saúde de muitos brasileiros. O projeto tornaria explícito algo que está levemente subentendido na Lei nº 10.858, de 2004. Ela beneficiaria especialmente os brasileiros que possuem, em suas características fenótipas, a pele clara, e cujo trabalho ou estilo de vida os expõem ao sol durante grande parte do dia.

Entretanto, em face do mencionado conflito com a Lei de Responsabilidade Fiscal e demais normas voltadas para as finanças públicas, julgamos mais prudente solicitar as informações exigidas e, enquanto esperamos que elas cheguem, requerer o sobrestamento da matéria. Embora, Sr. Presidente, os dermatologistas digam que, mesmo aqueles que não têm pele clara necessitam dessa proteção para a saúde.

Voto, Sr. Presidente.

Em face do exposto, manifestamo-nos pelo sobrestamento da matéria e pelo envio de ofício do Presidente desta Comissão de Assuntos Econômicos ao Ministro da Saúde, conforme minuta que segue anexa a este relatório, e na forma do §1º do art. 117 da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017), solicitando o impacto orçamentário e financeiro relativo ao Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2014, na forma de estimativa da diminuição de receita ou do aumento de despesa, ou os subsídios técnicos para realizá-la.

É o voto.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senadora Lídice.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Senadoras e Senadores que concordam fiquem como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, pelo sobrestamento da matéria até envio de resposta a ofício ao Ministério da Saúde.

Passaremos ao item nº 7.

O Senador Flexa se propõe e aceita ser o Relator *ad hoc*.

ITEM 7

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 14, de 2013

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera o art. 7º da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, para ampliar o limite do montante global de operações de crédito que poderão ser realizadas nos exercícios financeiros de 2013 e 2014.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatoria: Senador Roberto Requião

Relatório: Contrário ao projeto.

O Senador Flexa é o Relator *ad hoc.*

Com a palavra o Relator.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Como Relator.) – Presidente, Senador Tasso Jereissati, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, esse relatório do Projeto de Resolução do Senado nº 14, de 2013, do então Senador Rodrigo Rollemberg, é muito tranquilo de proferir o voto, porque ele perdeu o objeto.

O Senador Rollemberg pretendia ampliar o limite do montante de operações de crédito nos exercícios financeiros de 2013 e 2014, e nós estamos em 2018.

Então, passo direto ao voto do parecer muito bem elaborado do Senador Roberto Requião, porque é tão lógico que não há o que ser lido aqui:

Diante do exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Resolução do Senado nº 14, de 2013.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Flexa.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Prejudicado o projeto do Senador Rodrigo Rollemberg.

A matéria vai ao plenário do Senado.

Item 8, de autoria do Senador Ricardo Ferraço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 8

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 22, de 2016

- Não terminativo -

Altera a Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, para vedar prorrogação ou reabertura do prazo para exercício da autorização para contratação de operação de crédito.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatoria: Senador Roberto Requião

Relatório: Favorável ao projeto.

Já que você não teve trabalho, Senador Flexa, para o outro projeto, vou passar esse projeto para V. Exª, que, sendo de autoria do Senador Ricardo Ferraço, deve ser mais complicado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Como Relator.) – Presidente, Senador Tasso, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, esse item 8 da pauta é de autoria do Senador Ricardo Ferraço. Só pelo autor já nem preciso ler o relatório, porque será pela aprovação do projeto. Espero que assim seja, lá ao final do relatório, não é, Senador Ferraço?

O Senador Ferraço apresenta o Projeto de Resolução do Senado nº 22, de 2016, que altera a Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, para vedar prorrogação ou reabertura do prazo para exercício da autorização para contratação de operação de crédito.

O art. 44 da Resolução nº 43, de 2001, que dispõe sobre as operações de crédito dos Estados, Distrito Federal e Municípios, estipula um prazo para contratação de operação de crédito de, no mínimo, 90 dias e, no máximo, 540 dias, a ser definido em função de sua natureza, interna ou externa. As resoluções autorizativas aprovadas estabelecem, usualmente, prazos de 270 e 540 dias, respectivamente para operações internas e externas, contados a partir da vigência da resolução.

Nesse contexto, o art. 1º da proposta acrescenta §3º ao art. 44 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, para vedar a prática de prorrogar o prazo fixado em resoluções autorizativas de abertura de operação de crédito dos entes subnacionais.

O art. 2º constitui a cláusula de vigência, a partir da data de sua publicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na justificação da proposição, o autor informa que “o Senado Federal tem, nos últimos anos, aprovado diversas resoluções prorrogando o prazo para exercício da autorização. Podemos aqui citar as Resoluções nºs 9 e 71, de 2012, e as Resoluções nºs 1, 2 e 3, de 2016”. Isso tem levado a um processo de endividamento dos Estados e Municípios pouco recomendável do ponto de vista da responsabilidade fiscal.

Em face dessa prática, o autor entende que “o prazo máximo estipulado na Resolução nº 43, de 2001, pressupõe que as condições econômicas e fiscais do ente não teriam mudado substancialmente, de forma a invalidar as condições de contratação da operação de crédito. Ao relaxar esse prazo, estamos viabilizando operações de crédito sem o menor critério técnico”.

O projeto foi apresentado e encaminhado a esta Comissão em 13 de abril de 2016, e distribuído ao Senador Roberto Requião em 6 de fevereiro deste ano, para relatá-lo.

Análise.

O Projeto de Resolução do Senado nº 22, de 2016, não apresenta óbices de natureza constitucional, jurídica ou regimental. É competência privativa do Senado Federal dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público federal, conforme o art. 52, VII, da Constituição Federal.

A matéria encontra-se regulamentada pela Resolução nº 43, de 2001, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantia, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências.

O art. 28 dessa Resolução estabelece que são sujeitas à autorização específica do Senado Federal as operações de crédito externo, dentre outras modalidades de operações. Por sua vez, o seu art. 44 normatiza essas resoluções autorizativas, que devem conter informações sobre o valor, objetivo, condições financeiras e prazo para o exercício da autorização.

O prazo estipulado, no caso das operações de crédito externo, é de, no mínimo, 180 dias e, no máximo, de 540 dias. As resoluções autorizativas aprovadas estabelecem, usualmente, um prazo de 540 dias, contados a partir da vigência da resolução. No entanto, como já informado, o Senado Federal tem aprovado resoluções prorrogando ou reabrindo esse prazo, para viabilizar a contratação de operação de crédito por Estados e Municípios.

A prorrogação dessas resoluções autorizativas pode ser questionada por dois aspectos. Primeiramente, a fixação de um prazo máximo para a contratação da operação de crédito pressupõe o entendimento de que a situação econômica e fiscal se mantém inalterada nesse período, de forma a não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

invalidar as condições de contratação da operação de crédito. Uma extensão desse prazo máximo ensejaria a possibilidade de o ente, por exemplo, ter mudado sua situação financeira.

Em segundo lugar, a prorrogação pode ser questionada também por aspectos jurídicos. O art. 44 da Resolução nº 43, de 2001, estipula o prazo para o exercício das autorizações para contratação de operação de crédito. No entanto, nem essa Resolução nem o Regimento Interno desta Casa preveem os institutos da "prorrogação" ou da "reabertura de prazo" como mecanismos passíveis à ampliação do prazo para o exercício das autorizações concedidas. Por outro lado, não há vedação explícita a tal prorrogação de prazo.

Portanto, há razões sólidas para recomendar a vedação a essa prática de prorrogação do prazo para contratação de operações de crédito. Com isso, a situação econômica e fiscal do ente poderia ser reavaliada, aumentando a eficácia do controle do endividamento dos Estados e Municípios pelo Senado Federal.

Passo ao voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 22, de 2016.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Flexa, por sua contribuição a esse projeto.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir...

O Senador Flexa é Relator e discutidor.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Para discutir.) – Quero só fazer uma observação, parabenizando o Senador Ferraço pela autoria do projeto de resolução. Realmente, existe um prazo máximo de 540 dias para que o ente subnacional possa fazer uso do financiamento que foi aprovado pelo Senado. Algumas vezes, ocorre aquilo a que o Senador Ferraço se refere: ultrapassar os 540 dias e ter de pedir prorrogação desse prazo. No Estado do Pará, já ocorreu este problema de termos de prorrogar o prazo para que pudesse ser aprovado. A preocupação do Senador Ferraço tem consistência, porque 540 dias é um prazo longo, e aí podem ter mudado as condições fiscais e financeiras daquele que está beneficiado com o financiamento. No caso do Pará, não houve isso. Houve até uma mudança para melhor, em face da gestão do Governador Simão Jatene.

Então, o projeto é meritório. O parecer do Senador Requião é pela aprovação.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Senador Flexa...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Sr. Presidente, desculpe-me!

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Não, por favor!

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Fale primeiro, porque já vou encaminhar o segundo requerimento.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. Para discutir.) – Falarei muito rapidamente, Sr. Presidente.

É exatamente isso, Senador Flexa. Durante um período, num passado recente, muito recente, em que eram Ministros da Fazenda o Sr. Mantega e o Sr. Arno Augustin, os critérios de responsabilidade fiscal foram absolutamente aviltados, violentados.

As operações de crédito que Estados e Municípios brasileiros fazem, contratam com agências multilaterais internacionais dependem constitucionalmente da liberação e do aval desta Casa, especificamente da Comissão de Assuntos Econômicos.

Houve, por certo, uma enorme banalização, critérios foram alterados, exceções foram se transformando em regra e, na verdade, com a conivência do Senado, desta Casa, a Comissão de Assuntos Econômicos começou a prorrogar essas contratações sem uma nova avaliação da evolução econômica daquele ente federado. Estamos aqui impondo um limite para que esse tipo de operação, em lugar de ser prorrogado, seja reiniciado a partir da nova realidade do ente federado.

Então, é nesse sentido, no sentido de organizar, criar disciplina, regra para que de fato as coisas possam seguir dentro dos limites adequados e como determina a Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado.

Está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Roberto Requião aqui lido pelo Relator *ad hoc* Senador Flexa Ribeiro.

Senadoras e Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto.

A matéria vai ao plenário do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passamos agora à leitura do requerimento da Senadora Lídice da Mata, requerimento de audiência pública para debater o PLS 367 de 2017.

EXTRAPAUTA

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 15, de 2018

- Não terminativo -

Nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, I do Regimento Interno do Senado Federal, solicito a realização de Audiência Pública para debater o teor do PLS 367 de 2017, que altera dispositivos da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991 (Lei Rouanet), para restringir a concessão de incentivo fiscal a projetos que possuam viabilidade comercial, e vedar a aprovação de projetos que incitem a prática de crimes ou atentem contra a moral pública.

Autoria: Senador Humberto Costa e outros.

Deverão ser convidados as seguintes pessoas e representantes de instituições e órgãos públicos:
- Representante do Ministério da Cultura;
- Representante do Ministério da Justiça;
- Paula Lavigne, produtora cultural, associações 342 Artes e Procure Saber;
- João Brant, Instituto Cultura e Democracia;
- Gaudêncio Fidelis, curador da exposição Queermuseu;
- Representante da Fundação Roberto Marinho;
- Representante da Campo da Produção, Eventos e Promoção Ltda.;
- Adriana Mentz Martins, AM Produções.

Aqui está toda a justificativa. Não sei se a Senadora Lídice gostaria de dar alguma palavra.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, eu tive oportunidade de explicar antes. Acho que é um requerimento indispensável para instruir o projeto. Mesmo que ele esteja retirado de pauta, voltará em algum momento.

Então, acho que é fundamental para instruir esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senadora Lídice.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coloco-o em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco-o em votação. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento da Senadora Lídice.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Quando for oportuno, eu gostaria de encaminhar a V. Exª um requerimento verbal.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Requerimento...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senadora.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – O Requerimento 14, por favor, que está na pauta, é de minha autoria também, e é uma coisa muito simples.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O 13?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – É o 14; item 14... Requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – É item 14?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – É.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Requerimento... O.k.

Requerimento da Senadora Lídice da Mata:

> Na qualidade de relatora do Projeto de Lei do Senado nº 452/2017 e, com fundamento no art. 112, §1º, da Lei nº 13.473/2017 [...] [LDO], tendo em vista as disposições do art. 113 do ADCT e dos arts. 16 e 17 da LRF, requeiro, nos termos do §2º do art. 50 da Constituição Federal e [do] art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja solicitado ao Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento Social informações sobre a estimativa do impacto anualizado da implementação das regras contidas no aludido projeto de Lei.

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 13, de 2018

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer ao Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento Social informações sobre a estimativa do impacto anualizado da implementação das regras contidas no Projeto de Lei do Senado nº 452/2017, que visa instituir pensão especial aos acometidos por microcefalia causada pelo vírus da zica, cujo vetor de transmissão seja o mosquito Aedes Aegypti.

Autoria: Senadora Lídice da Mata.

Senadora Lídice, gostaria de se pronunciar?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA. Para encaminhar.) – Rapidamente, Sr. Presidente.

Nós já votamos algo semelhante no relatório da Senadora Gleisi. Trata-se de um projeto que exige uma análise de impacto econômico. E esse projeto tem um mérito muito grande, porque visa instituir pensão especial aos acometidos por microcefalia causada pelo vírus da zika, cujo vetor de transmissão é o mosquito *Aedes aegypti*. Então, é um projeto muito importante, e existem outros projetos na Casa tratando desse assunto.

Eu pretendo fazer emendas, porque estive em contato com mães que foram vítimas dessa situação, e não há entre elas apenas a discussão sobre a microcefalia; existem outras doenças decorrentes do vírus da zika, causando extremo prejuízo à vida dessas crianças, algumas, inclusive, com repercussões mais graves do que a microcefalia. O próprio Senador Lindbergh, que é o autor do projeto – eu já fiz contato com ele –, está aberto a essas mudanças, mas, antes de tudo isso, é necessário fazer uma análise do impacto financeiro dessa medida.

É só isso. Por isso, estamos com esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senadora Lídice.

Em discussão o requerimento da Senadora Lídice. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Senadoras e Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado, então, o requerimento da Senadora Lídice.

Temos aqui o último requerimento, do Senador Armando Monteiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O requerimento é para aprovação da proposta do plano de trabalho de políticas públicas deste ano, que é a questão orçamentária e reflexos econômicos da crise de segurança pública – na questão orçamentária e na questão econômica.

Está sendo distribuído a todos os Senadores, que dele já têm conhecimento.

EXTRAPAUTA

ITEM 18

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 17, de 2018

- Não terminativo -

Proposta Plano de Trabalho. A questão orçamentária e reflexos econômicos da crise da segurança pública.

Autoria: Senador Armando Monteiro.

Pergunto se alguém tem alguma coisa a discutir. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada a proposta do plano de trabalho do Senador Armando Monteiro.

Mais dois requerimentos.

Requerimento do Senador Fernando Bezerra, subscrito também pelo Senador Flexa Ribeiro.

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 16, de 2018

- Não terminativo -

Nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro, em aditamento ao RQE 10/2018, que "Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores, com o tema 'O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

impacto na economia brasileira da recente sobretaxa americana às importações de aço e de alumínio", que sejam incluídos os seguintes convidados:

1) Jose Tavares de Araujo Jr – Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (CINDES);

2) Marcello Estevão – Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda; e

3) Hussein Kalout – Secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República;

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho e outros.

Se alguém quiser discutir...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, eu subscrevi o requerimento do Senador Fernando Bezerra Coelho para aditar esses três nomes de que V. Exª acabou de fazer a leitura, para essa audiência pública em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores, a fim de debater o impacto, na economia brasileira, da sobretaxa nas importações de aço e de alumínio pelos Estados Unidos.

O Presidente Trump, num momento de lucidez, resolveu rever a sobretaxa que impôs a esses produtos brasileiros até maio, parece-me; não foi de forma definitiva. Então, se fosse definitivo, não haveria necessidade de se fazer essa audiência, mas como foi sobrestada a cobrança até maio, que está próximo, então seria interessante que se fizesse realmente a audiência, para aguardar o que irá acontecer, a partir de lá, qual a posição que o Presidente Trump tomará.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento do Senador Flexa juntamente com o Senador Fernando Bezerra.

Tem o requerimento do Senador Armando Monteiro, que versa sobre a mesma questão e fica prejudicado.

Senador Ricardo Ferraço tem a palavra.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, o Senado da República, por meio da Comissão de Assuntos Econômicos, por determinação da Constituição Federal em seu art. 52, tem reservada uma prerrogativa específica. Assim como a Constituição Federal, o nosso Regimento reservou a esta Comissão que anualmente o Senado e especificamente a Comissão de Assuntos Econômicos constitua grupo de trabalho destinado a avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional. Tal incumbência não vem sendo cumprida de modo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sistemático, depende fundamentalmente do nível de comprometimento do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, tanto que, ao longo desses anos todos, uma ou duas vezes a Comissão de Assuntos Econômicos constituiu grupo de trabalho com essa finalidade. V. Exª me designou no ano passado para que nós apresentássemos esse trabalho à Comissão de Assuntos Econômicos.

Para que nós institucionalizemos objetivamente, ano sim e o outro também, o acompanhamento do Sistema Tributário brasileiro, quer dizer, considerando as enormes deformações que atrapalham muito o desenvolvimento econômico e social do nosso País, nós estamos propondo que esta Comissão crie um conselho permanente de avaliação de políticas tributárias, conselho esse que atuará como órgão consultivo da Comissão de Assuntos Econômicos, auxiliando-a no cumprimento de suas atribuições e nas avaliações periódicas do Sistema Tributário Nacional. Esse novo conselho poderá fazer propostas, realizar estudos, organizar debates e colaborar com outras instituições.

O conselho seria, ou será, composto por oito membros designados pelo Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, sendo um representante da Receita Federal, um representante do Confaz, um representante dos Municípios, dois representantes do setor produtivo, além de três cidadãos com notório conhecimento em política tributária. A ideia é que esses oito membros, que em primeiríssimo lugar não farão jus a qualquer tipo de remuneração ou vantagem, de forma a não onerar as nossas contas públicas, possam sistematicamente e voluntariamente fazer essa avaliação para a Comissão de Assuntos Econômicos.

Assim, nós não estaríamos suscetíveis ao comprometimento ou não do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos. No caso de V. Exª, cumprindo a Constituição, V. Exª me designou no ano passado, mas nós teríamos que fazer o mesmo em 2018 e o mesmo em 2019, considerando que o Sistema Tributário brasileiro é um dos maiores adversários do desenvolvimento, da estabilidade econômica, do bom ambiente de negócios, da segurança jurídica.

A ideia é que nós possamos encaminhar coletivamente um projeto de resolução criando essa comissão permanente aqui, subordinada à Comissão de Assuntos Econômicos. Como na semana próxima nós teremos uma audiência pública e estaremos recebendo aqui o Presidente Ilan, do Banco Central, essa é a sugestão que estou apresentando extrapauta à avaliação de V. Exª. É que me parece que este assunto é unânime aqui na Comissão: a necessidade de nós avaliarmos permanentemente esse tema.

A ideia é que, submetendo esse requerimento verbalmente a V. Exª e, eventualmente, a minuta dessa resolução que institui o Conselho de Avaliação de Políticas Tributárias, nós pudéssemos até fazer a aprovação desse projeto de resolução nesta reunião. Nós gostaríamos de tê-lo feito nas reuniões anteriores, mas tivemos audiências públicas. Na semana que vem teremos outra audiência pública. A ideia é que esta Comissão passe a ter esse equipamento, essa assessoria, Senador Flexa, voluntária, composta por representantes, como falei aqui, do setor produtivo, do Confaz, da Receita, dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Municípios e assim por diante, de modo que permanentemente nós possamos contar com essa avaliação, até para obedecer aquilo que determina a Constituição Federal no seu art. 52 e o nosso Regimento Interno, Sr. Presidente.

É o apelo que dirijo a V. Exª, se assim entender.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Ferraço, com certeza não só oportuna, importante. Mais que importante, essencial para o trabalho desta Comissão.

Eu gostaria de entender exatamente qual é a proposta de V. Exª, porque já existe aqui um projeto de resolução, de autoria de V. Exª, requerendo a criação desse conselho.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – A diferença é que, se apresentarmos pela Comissão, vamos ganhar celeridade.

Essa proposta foi apresentada em plenário, mas, se aprovarmos aqui na Comissão, ela vai diretamente da Comissão ao Plenário. Assim, vamos ganhar celeridade, e o projeto de minha autoria que está tramitando perde o objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Então a proposta é que, ao invés desse projeto de resolução, seria um requerimento que nós aprovaríamos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – O requerimento é para que possa constar extrapauta este projeto de resolução, que seria não de iniciativa individual deste ou daquele Senador, mas seria uma iniciativa conjunta, coletiva da Comissão de Assuntos Econômicos, entendendo a necessidade de uma avaliação permanente do Sistema Tributário brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Coloco em votação a proposta do Senador Ricardo Ferraço.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores que concordam fiquem como estão. (*Pausa.*)

Aprovada a proposta do Senador Ricardo Ferraço.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 06 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e dezoito minutos do dia dez de abril de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Tasso Jereissati, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Fernando Bezerra Coelho, Romero Jucá, Waldemir Moka, Airton Sandoval, Jorge Viana, José Pimentel, Acir Gurgacz, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Paulo Rocha, José Agripino, Ataídes Oliveira, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Sérgio Petecão, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin, Wellington Fagundes, Armando Monteiro e Pedro Chaves. Deixam de comparecer os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Garibaldi Alves Filho, Rose de Freitas, Simone Tebet, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Ricardo Ferraço, José Serra, Ronaldo Caiado, Otto Alencar, Omar Aziz, Ciro Nogueira, Lídice da Mata e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Discutir as diretrizes, implementação e perspectivas futuras da política monetária. **Participante:** Ilan Goldfajn, Presidente do Banco Central do Brasil. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Tasso Jereissati

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/04/10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e vinte e quatro minutos do dia dezessete de abril de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Tasso Jereissati, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Garibaldi Alves Filho, Simone Tebet, Valdir Raupp, Fernando Bezerra Coelho, Eduardo Braga, Elmano Férrer, Waldemir Moka, Airton Sandoval, Acir Gurgacz, Ângela Portela, Ricardo Ferraço, José Agripino, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Sérgio Petecão, José Medeiros, Wellington Fagundes, Armando Monteiro, Pedro Chaves, Cidinho Santos e Dário Berger. Deixam de comparecer os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Rose de Freitas, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel, Lindbergh Farias, José Serra, Ronaldo Caiado, Otto Alencar, Omar Aziz, Ciro Nogueira, Lúcia Vânia, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 8ª e 9ª Reunião, que é aprovada. Em seguida, comunica aos membros que a comissão recebeu o seguinte documento para seu conhecimento: Ofício "S" nº 15 de 2018, de 3 de abril de 2018, do Ministério da Fazenda, encaminhando o endereço eletrônico por meio do qual podem ser acessados os demonstrativos das operações de crédito analisadas no âmbito daquele ministério, mensalmente, bem como as tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por ofício circular. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 17, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Solicita autorização para contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até vinte e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América, de principal, entre o Município de Santo André, no Estado de São Paulo, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Mobilidade Urbana Sustentável de Santo André"." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Ricardo Ferraço (*Ad hoc*), substituiu a Senadora Rose de Freitas. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do PRS que apresenta. **Resultado:** O Presidente designa relator "ad hoc" o senador Ricardo Ferraço. A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do projeto de resolução do senado apresentado. Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria (item 24). Antes de passar ao próximo ítem o Presidente da Comissão informa aos presentes a presença do Prefeito de Santo André, Dr. Paulo Serra. **ITEM 2 - MENSAGEM (SF) Nº 19, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 250,000,000.00 (duzentos e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a República Federativa do Brasil (Ministério da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Educação) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se ao Projeto de Apoio à Implementação do Novo Ensino Médio." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Resultado:** O Presidente designa relator "ad hoc" o senador Pedro Chaves. A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do projeto de resolução do senado apresentado. Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria (item 23). **ITEM 3 - MENSAGEM (SF) Nº 20, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do o art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea "d", da Constituição, o nome da Senhora CAROLINA DE ASSIS BARROS, para exercer o cargo de Diretora do Banco Central do Brasil." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Simone Tebet. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** O presidente da comissão, senador Tasso Jereissati, concede vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 350, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e a Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, para definir, como competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade, a defesa da concorrência no Sistema Financeiro Nacional, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Antonio Anastasia. **Relatoria:** Senador Armando Monteiro (*Ad hoc*), substituiu a Senadora Gleisi Hoffmann. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado. Após leitura do relatório, fez uso da palavra os (as) Senadores (as) Pedro Chaves, Waldemir Moka e Fernando Bezerra Coelho. **Resultado:** O Presidente designa relator "ad hoc" o senador Armando Monteiro. A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, nos termos da emenda nº 1 - CAE (Substitutivo). Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria (item 25). **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 94, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Altera o § 3º do art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e dá outras providências." **Autoria:** Deputado Osmar Serraglio. **Relatoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Favorável ao projeto e contrário à Emenda nº 1-CI. Após leitura do relatório, fez uso da palavra os (as) Senadores (as) Waldemir Moka e Dalírio Beber. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto e contrário à emenda nº 1 - CI. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 143, de 2017 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre débitos com a Fazenda Nacional relativos às contribuições previdenciárias de responsabilidade dos Municípios." **Autoria:** Senador Eduardo Amorim. **Relatoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela prejudicialidade do projeto (votação simbólica). **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, pela prejudicialidade do projeto. A matéria vai ao plenário, para as providências previstas no art. 334 do regimento interno do senado federal. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 577, de 2007 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de eventuais calamidades naturais, ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhador rural que exerça sua atividade individualmente ou em regime de economia familiar." **Autoria:** Senador Garibaldi Alves Filho. **Relatoria:** Senador Lindbergh Farias. **Relatório:** Favorável ao projeto com uma subemenda à Emenda nº 1 e uma emenda apresentada. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 193, de 2014 - Não Terminativo -** que: "Fixa o valor unitário dos Cargos Comissionados de Direção das Agências Reguladoras, padrão CD 1 e CD 2." **Autoria:** Senador Lobão Filho. **Relatoria:** Senador Cidinho Santos. **Relatório:** Favorável ao projeto com uma emenda apresentada. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 117, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação nos hospitais da rede pública de pontos com solução antisséptica e placas de orientação para a prevenção de infecções hospitalares." **Autoria:** Deputado Sandes Júnior. **Relatoria:** Senador Cidinho Santos. **Relatório:** Contrário ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 93, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Estabelece o percentual mínimo de cacau nos chocolates e seus derivados, nacionais e importados, comercializados em todo o território nacional e torna obrigatória a informação do percentual total de cacau nos rótulos desses produtos." **Autoria:** Senadora Lídice da Mata. **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 668, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, para mudar a destinação de recursos à Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) e as fontes de recursos do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO)." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatoria:** Senador Pedro Chaves. **Relatório:** Contrário ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 412, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, e o Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967, a fim de permitir e tornar obrigatória a divulgação de dados cadastrais dos ganhadores de prêmios de loterias." **Autoria:** Senador Paulo Bauer. **Relatoria:** Senador Pedro Chaves. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 394, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Altera a lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para estabelecer o reajuste anual do valor per capita do PNAE, definindo o IPCA como índice utilizado para o cálculo do percentual do reajuste." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Senadora Lídice da Mata. **Relatório:** Favorável ao projeto com uma emenda apresentada. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 203, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 4.178/62, sobre funcionamento de estabelecimentos de crédito." **Autoria:** Senador Roberto Muniz. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. **ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 294, de 2014 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional", para dispor sobre a avaliação dos professores na educação básica pública." **Autoria:** Senador Wilson Matos. **Relatoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatório:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. **ITEM 16 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 329, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta o parágrafo único ao art. 47 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, para determinar a priorização das despesas com saúde e educação na execução orçamentária da União, Estados, Distrito Federal e Municípios." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatório:** Favorável à Emenda nº 1 - Plenário. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. **ITEM 17 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 428, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o Plano de Revisão Periódica de Gastos." **Autoria:** Senador José Serra. **Relatoria:** Senador Armando Monteiro. **Relatório:** Favorável ao projeto com três emendas apresentadas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 18 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 656, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera o art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, para fixar novo prazo para a aprovação de projetos beneficiados com redução do imposto sobre a renda e adicionais nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE." **Autoria:** Senador Eunício Oliveira. **Relatoria:** Senador Armando Monteiro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com três emendas apresentadas. Após leitura do relatório, fez uso da palavra os (as) Senadores (as) Simone Tebet, Wilder Morais, Waldemir Moka, Wellington Fagundes, Fernando Bezerra Coelho e José Agripino. **Resultado:** Em Reunião realizada nesta data, a senadora Simone Tebet apresenta duas emendas. O relator senador Armando Monteiro manifesta-se favorável às emendas apresentadas. A comissão aprova o projeto e as emendas nºs 1 a 5 - CAE, por 14 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 19 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 64, de 2014 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná." **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatoria:** Senador Roberto Requião. **Relatório:** Pela prejudicialidade do projeto (votação simbólica). **Resultado:** Adiado. **ITEM 20 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 145, de 2016 - Terminativo -** que: "Dispõe a proibição da comercialização de buzina de pressão à base de gás propano butano, envasado em tubo de aerossol a menores de 18 (dezoito) anos e dá outras providências." **Autoria:** Senador Donizeti Nogueira. **Relatoria:** Senador Pedro Chaves. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 21 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 105, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera o art. 40 da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, que dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, para extinguir os juros e as multas de mora nas execuções fiscais suspensas em razão da não localização de bens do devedor sobre os quais possa recair a penhora." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. **ITEM 22 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 342, de 2017 - Terminativo -** que: "Determina o uso da taxa de câmbio PTAX na conversão para a moeda brasileira do valor de pagamentos feitos em moeda estrangeira por meio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de cartão de crédito." **Autoria:** Senador Paulo Bauer. **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 23 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 18 de 2018** que: "Nos termos regimentais, requeremos urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 19 de 2018, que "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 250,000,000.00 (duzentos e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a República Federativa do Brasil (Ministério da Educação) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se ao Projeto de Apoio à Implementação do Novo Ensino Médio." **Autoria:** Senador Pedro Chaves. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 18/2018 – CAE, de urgência para a matéria. **ITEM EXTRAPAUTA 24 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 19 de 2018** que: "Nos termos regimentais, requeremos urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 17 de 2018, que "Solicita autorização para contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até vinte e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América, de principal, entre o Município de Santo André, no Estado de São Paulo, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Mobilidade Urbana Sustentável de Santo André"." **Autoria:** Senador Airton Sandoval Santana. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 19/2018 – CAE, de urgência para a matéria. **ITEM EXTRAPAUTA 25 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 20 de 2018** que: "Nos termos regimentais, requeremos urgência para o Projeto de Lei do Senado 350 de 2015, que "Altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e a Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, para definir, como competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, a defesa da concorrência no Sistema Financeiro Nacional, e dá outras providências"." **Autoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 20/2018 – CAE, de urgência para a matéria. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Tasso Jereissati

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

(Texto com revisão.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 8ª e 9ª Reuniões.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no Diário do Senado Federal.

Comunico o recebimento do seguinte documento do Ministério da Fazenda, para conhecimento: Ofício "S" nº 15/2018, de 3 de abril de 2018, do Ministério da Fazenda. O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Item nº 1.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 17, de 2018

- Não terminativo -

Solicita autorização para contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até vinte e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América, de principal, entre o Município de Santo André, no Estado de São Paulo, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Mobilidade Urbana Sustentável de Santo André".

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Rose de Freitas

Relatório: Não apresentado.

Pergunto ao ilustre Senador Ricardo Ferraço se ele aceitaria ser Relator ad hoc desta solicitação de empréstimo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Com prazer, Presidente.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Ricardo Ferraço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é submetido à apreciação do Senado Federal o pleito do Município de Santo André, no Estado de São Paulo, por intermédio da Mensagem nº 17, de 2018, solicitando autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Os recursos desta operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Mobilidade Urbana Sustentável de Santo André.

A operação de crédito externo pretendida encontra-se com as suas condições financeiras devidamente incluídas no Sistema de Registro de Operações Financeiras do Banco Central do Brasil sob o nº TA-774993.

Com efeito, ela será contratada com base na taxa de juros Libor trimestral, acrescida de spread, devendo apresentar custo efetivo da ordem de 3,39% a.a., flutuante com a variação da taxa de juros Libor, considerada aceitável pela Coordenação-Geral de Operações de Dívida Pública da Secretaria do Tesouro Nacional.

De imediato, constata-se que a atual situação de endividamento do Município de Santo André comporta a assunção de novas obrigações financeiras advindas com a contratação desse novo empréstimo.

Como ressaltado no Parecer nº 359 da Coordenação-Geral de Operações de Crédito dos Estados e Municípios, complementado pelo seu parecer anexo à mensagem encaminhada ao Senado Federal, o Município de Santo André atende os limites definidos na Resolução nº 40, do Senado Federal, e, em particular, os limites definidos nos incisos I, II e III do art. 7º da Resolução nº 43, que tratam, respectivamente, do montante máximo do comprometimento da receita corrente líquida com amortizações, juros e demais encargos financeiros da dívida consolidada e do montante da dívida consolidada dos Municípios.

Fundamentada nos parâmetros que utiliza para avaliar o risco para a União ao conceder a garantia solicitada, a Secretaria do Tesouro Nacional entendeu que o Município de Santo André apresenta suficiência de contragarantias oferecidas e apresenta capacidade de pagamento para fazer frente a esse acréscimo de endividamento, além do custo favorável que a operação de crédito apresenta, como ressaltado no relatório. Assim, embasada em estudos sobre o comprometimento das transferências federais e das receitas próprias do Município, afirma que há disponibilidade financeira para abertura de obrigações advindas do empréstimo, pois as margens disponíveis apuradas são suficientes para cobrir eventual dívida que venha a ser honrada pela União, conforme consignado na Nota Técnica nº 5, de novembro de 2017, da Coordenação-Geral de Haveres Financeiros.

Ainda nesse contexto, cabe destacar a previsão de oferecimento de contragarantias por parte do Município de Santo André, conforme os termos da Lei Municipal nº 9.711, autorizativa da presente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

operação de crédito. Para tanto, é prevista a formalização de contrato entre o Município e o Tesouro Nacional para a concessão de contragarantias sob a forma de vinculação das receitas a que se referem os arts. 158 e 159, complementados pela receita tributária de que trata o art. 156 e nos termos do art. 157, §4º, todos da Constituição Federal, bem como outras garantias em direito admitidas.

Destaca-se, entretanto, que não há registro de comprometimentos honrados pela União em nome do Município de Santo André nos últimos anos, o que é também um fato muito positivo.

Mais ainda: de acordo com a Coordenação-Geral das Relações e Análises Financeiras dos Estados e Municípios, em sua Nota nº 145, os resultados financeiros obtidos na análise demonstram que o Município possui capacidade de pagamento "B", suficiente, portanto, para fazer frente a encargos da dívida, considerando, inclusive, os da operação de crédito pleiteada. Possui, portanto, uma situação fiscal forte e risco de crédito baixo.

Voto.

O pleito encaminhado pelo Município de Santo André encontra-se de acordo com o que preceituam as resoluções do Senado Federal sobre a matéria, devendo ser concedida a autorização, Sr. Presidente, à luz do marco legal, para a contratação da operação de crédito externo pretendida nos termos do projeto de resolução do Senado.

Portanto, fica o Município de Santo André autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor de até US$25 milhões (vinte e cinco milhões de dólares americanos). Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Mobilidade Urbana Sustentável de Santo André.

É como relato, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Ricardo Ferraço.

A matéria está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Como nós ainda não temos quórum, passaremos ao item seguinte, enquanto aguardamos o quórum neste plenário.

Eu queria salientar a presença entre nós do Prefeito de Santo André, que muito nos honra, o Dr. Paulo Serra. Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 19, DE 2018

- Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$250,000,000.00 (duzentos e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a República Federativa do Brasil (Ministério da Educação) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), cujos recursos destinam-se ao Projeto de Apoio à Implementação do Novo Ensino Médio.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Lúcia Vânia

Relatório: pela aprovação nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

A Relatora não está presente.

Eu perguntaria ao nosso ilustre Senador Pedro Chaves se aceitaria ser o Relator ad hoc desta proposição.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PRB - MS) – Com muito prazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Com a palavra V. Exª, Senador Pedro.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PRB - MS. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, o nosso bom-dia!

Este é um dos projetos mais importantes que já passou por esta Casa. Vai garantir, na verdade, 500 mil alunos em tempo integral nas escolas. Por isso, estamos contraindo esse empréstimo. Já há mais de 60 dias, o nosso ex-Ministro Mendonça Filho mandou para esta Casa o requerimento solicitando-o, mas ele somente foi lido na semana passada, o que trouxe alguns problemas e transtornos em algumas escolas, pois elas já estão com os alunos, e é necessário alocar recursos, para que, na verdade, a gente dê continuidade a esse programa dos alunos em tempo integral nas escolas.

Então, começo a fazer a leitura da matéria, que é muito importante. Trata-se da Mensagem nº 19, de 2018, da Presidência da República (nº 57, de 24 de janeiro de 2018, na origem), que solicita autorização do Senado Federal para que seja contratada operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor total de até

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

US$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos serão destinados ao "Projeto de Apoio à Implementação do Novo Ensino Médio".

Relator ad hoc: Pedro Chaves.

Relatório.

A Mensagem nº 19, de 2018, da Presidência da República (nº 57, de 24 de janeiro de 2018, na origem), ora sob análise desta Comissão, contém pleito para que seja autorizada operação de crédito externo da República Federativa do Brasil junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Os recursos da operação destinam-se ao financiamento parcial do Projeto de Apoio à Implementação do Novo Ensino Médio.

Em termos gerais, o Projeto busca elevar a taxa de conclusão do ensino médio na faixa etária ideal com a aquisição de competências adequadas para o mercado de trabalho, além de fortalecer a capacidade institucional das esferas federal, estadual e distrital para a execução das diretrizes constantes da Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 (Lei do Novo Ensino Médio), que flexibilizou o currículo e implantou a educação em período integral para o ensino médio.

Constituem objetivos específicos do Projeto: I) o aumento do percentual de jovens com até 19 anos que concluíram o ensino médio; II) o aumento do percentual de unidades da Federação que elevaram a nota da Prova Brasil/Saeb no 3º ano do ensino médio; e III) o aumento da taxa de unidades da Federação com capacidade institucional satisfatória para a execução das regras da Lei do Novo Ensino Médio.

O projeto em questão foi considerado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos (Cofiex), na forma da Recomendação nº 01/0123, de 14 de julho de 2017. A operação foi ainda credenciada no Banco Central do Brasil sob o Registro de Operações Financeiras (ROF) de número TA815225.

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN), por meio do Parecer SEI Nº 6/2017/Geope/Codip/Sudip/STN-MF, de 13 de dezembro de 2017, manifestou-se favoravelmente à operação de crédito pretendida, condicionada à verificação pelo Ministério da Fazenda, antes da assinatura dos instrumentos contratuais, do cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso.

Por seu turno, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), por intermédio do Parecer PGFN/COF/Nº 17/2018, de 4 de janeiro de 2018, não apresenta óbices à realização da operação, sujeitando-a à condicionalidade prevista pela STN.

Análise da matéria.

O art. 52, inciso V, da Constituição Federal, confere ao Senado Federal a competência para autorizar operações externas de natureza financeira de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Territórios e dos Municípios. Cabe também a esta Casa dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito dos entes da Federação, conforme o inciso VII desse dispositivo constitucional.

A Resolução do Senado Federal (RSF) nº 48, de 21 de dezembro de 2007, atende essa última previsão constitucional em seus arts. 6º a 8º no tocante às operações de crédito da União. Ademais, em seu art. 11, a referida resolução detalha a instrução do pleito para a realização de operação de crédito externo de responsabilidade da União. Além disso, a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) normatiza o tema, principalmente em seu art. 32.

Consoante a STN, o "Projeto de Apoio à Implementação do Novo Ensino Médio" contará com US$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América) provenientes do BIRD, a serem desembolsados em cinco anos e divididos em dois componentes. O Componente 1, no valor de US$221.000.000,00 (duzentos e vinte e um milhões de dólares dos Estados Unidos da América), destinar-se-á a apoiar a implementação dos novos currículos do ensino médio e a fomentar a plena execução da modalidade de ensino médio em tempo integral. O Componente 2, no valor de US$29.000.000,00 (vinte e nove milhões de dólares dos Estados Unidos da América), destinar-se-á à concessão de assistência técnica aos órgãos envolvidos com a implantação do Novo Ensino Médio.

O custo efetivo da operação, flutuante conforme a variação da taxa Libor de seis meses do dólar dos Estados Unidos da América, mais a margem fixa de 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimos por cento) ao ano, estava situado em 4,31% (quatro inteiros e trinta e um centésimos por cento) ao ano, que era inferior ao custo das emissões da União na mesma moeda na data de referência de 27 de novembro de 2017.

Tanto a STN como o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG) entendem que o projeto de lei orçamentária para o exercício de 2018 contém dotações necessárias e suficientes para o ingresso dos recursos e o pagamento dos encargos. O MPDG também informa que a operação de crédito externo está amparada na Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016, que estabelece o Plano Plurianual para a União no quadriênio 2016-2019. Essas informações constam do Parecer da STN citado anteriormente.

Além do mais, a STN considera que a União cumpriu, no exercício financeiro de 2016 e no exercício então corrente de 2017, a Regra de Ouro das Finanças Públicas, a qual preconiza que, via de regra, é proibida a realização de operações de crédito que superem o montante das despesas de capital. Essa exigência encontra-se, ainda, contida no art. 6º da RSF nº 48, de 2007.

A STN atesta também que há margem para a contratação da operação de crédito em exame, visto que, segundo o Relatório de Gestão Fiscal do 2º quadrimestre de 2017, a União somente havia contratado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

operações de crédito no montante de 13,3% de sua receita corrente líquida (RCL), sendo que o art. 7º da RSF nº 48, de 2007, estipula um limite de 60% da RCL.

De mais a mais, a STN informa o cumprimento das condições necessárias para a instrução do pleito de operação de crédito constantes do art. 11 da RSF nº 48, de 2007. Assim, é descrito que a União cumpriu o piso de gastos com saúde e educação no exercício de 2016, obedeceu aos limites das despesas com pessoal no exercício de 2016 e no período de janeiro a agosto de 2017, não contratou operações de crédito passíveis de serem consideradas nulas ou vedadas pela LRF e publicou tempestivamente os relatórios de cunho fiscal e orçamentário no exercício de 2017.

A PGFN, a seu tempo, frisou que as minutas contratuais não contêm disposição de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis do País, bem assim que implique compensação automática de débitos e créditos, isto é, as vedações impostas pelo art. 8º da RSF nº 48, de 2007, foram devidamente observadas no pleito em análise. Enfim, tanto a STN como a PGFN não apresentam óbices para a autorização do presente pleito, ressalvando-se apenas que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, seja verificado o atendimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso.

Voto do Relator.

Ante o exposto, apresentamos voto favorável à autorização pleiteada na Mensagem nº 19, de 2018, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2018

Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor de até US$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É a República Federativa do Brasil autorizada a contratar operação de crédito externo no valor de até...

(Soa a campainha.)

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PRB - MS) –

... US$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América) junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD.

§1º Os recursos da operação de crédito de que trata o caput destinam-se ao financiamento parcial do "Projeto de Apoio à Implementação do Novo Ensino Médio".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§2º Previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Fazenda verificará e atestará o cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso.

(Soa a campainha.)

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PRB - MS) –

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições...

Um minutinho só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Estou chamando a atenção só para pedir silêncio ao Plenário, porque há um orador falando a respeito de um importante projeto sobre a educação.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PRB - MS) –

I – devedor: República Federativa do Brasil;

II – credor: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD;

IIII – valor: até US$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

IV – modalidade: empréstimo flexível com margem fixa;

V – prazo de desembolso: o prazo final para os desembolsos encerrar-se-á em 31 de dezembro de 2023, salvo se o credor conceder extensão desse prazo após a anuência do Ministério da Fazenda;

VI – cronograma estimativo de desembolso: US$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América) em 2018;

US$ 59.000.000,00 (cinquenta e nove milhões de dólares dos Estados Unidos da América) em 2019; US$ 56.000.000,00 (cinquenta e seis milhões de dólares dos Estados Unidos da América) em 2020; US$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América) em 2021 e [finalmente] US$45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América) em 2022;

VII – amortização: prestação única vencível em 15 de dezembro de 2037;

VIII – juros: calculados com base na taxa LIBOR de seis meses mais uma margem fixa de 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimos por cento) ao ano, a serem pagos em 15 de junho e 15 de dezembro de cada ano;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

IX – conversão: o devedor poderá solicitar conversão de moeda e de taxa de juros em qualquer momento durante a vigência do contrato, conforme disposto contratualmente;

X – comissão de compromisso: 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) ao ano sobre o saldo não desembolsado do empréstimo;

XI – taxa de abertura de crédito: 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) ao ano sobre o montante total do empréstimo, financiada com recursos da própria operação de crédito;

XII – sobretaxa de exposição: 0,5% (cinco décimos por cento) ao ano sobre o produto do excedente ao Limite Padrão de Exposição do País pela razão entre o saldo devedor da presente operação de crédito e todas as operações de crédito em que o devedor tiver contratado ou for garantidor junto ao credor com a cláusula de sobretaxa de exposição.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e as datas dos desembolsos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, assim como os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.

Art. 3º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir da vigência desta Resolução.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão.

Pedro Chaves, Relator ad hoc.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Obrigado, Senador Pedro Chaves.

A matéria está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, nós já temos quórum, coloco em votação.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do projeto de resolução do Senado apresentado.

A matéria...

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PRB - MS) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PRB - MS) – Eu queria colocá-la em regime de urgência devido ao problema...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Foi proposto regime de urgência.

Em discussão. (Pausa.)

Todos concordam.

Regime de urgência. A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PRB - MS. Fora do microfone.) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Pedro Chaves.

Coloco em votação, agora, o item 1, que já foi lido, discutido e que trata do empréstimo ao Município de Santo André, no Estado de São Paulo. A matéria foi discutida. Trata-se de um empréstimo de US$25 milhões entre o Município de Santo André, no Estado de São Paulo, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento para financiamento do Programa de Mobilidade Urbana de Santo André.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado o relatório...

O SR. AIRTON SANDOVAL (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Presidente, eu solicito urgência para a apreciação desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O Senador Airton Sandoval pede urgência.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

O projeto vai, então, ao Plenário do Senado em regime de urgência.

Vamos ao item nº 3.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 20, de 2018

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do o art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea "d", da Constituição, o nome da Senhora CAROLINA DE ASSIS BARROS, para exercer o cargo de Diretora do Banco Central do Brasil.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Simone Tebet

Relatório: Não apresentado

Observações:

1. O relatório será lido nesta reunião, concedida vista coletiva automática, e a apreciação se dará na reunião seguinte.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Compete privativamente à Presidência da República nomear, e ao Senado Federal aprovar, por voto secreto e após arguição pública, o Presidente e os nomes dos demais diretores do Banco Central do Brasil.

Compete a esta Comissão opinar sobre a escolha de diretores do Banco Central do Brasil, nos termos regimentais.

Os diretores serão escolhidos entre brasileiros de ilibada reputação, nos termos da Lei nº 6.045, de 1974.

O currículo anexo à Mensagem Presidencial relata a formação acadêmica e a experiência profissional da Srª Carolina de Assis Barros.

A Srª Carolina de Assis Barros nasceu em 1977. Bacharelou-se em Administração de Empresas com habilitação em Comércio Exterior pelo Centro Universitário UNA, de Belo Horizonte, Minas Gerais, em 1999.

Em 2002, obteve o certificado de MBA em Administração Financeira pela Fundação Getúlio Vargas. Em 2003, obteve o título de Mestre em Administração Pública e Políticas Públicas pela Universidade de York, Reino Unido.

Desde 2000, faz parte do quadro de servidores de carreira do Banco Central do Brasil. Iniciou sua atuação profissional no Banco Central, no Departamento de Planejamento e Orçamento, como Analista (na Divisão de Orçamento), Assessora Júnior (na Consultoria de Custos e Informações Gerenciais) e Assessora Plena (na Consultoria de Planejamento Estratégico).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assumiu os cargos de Chefe de Gabinete do Diretor de Administração (2011 a 2012), Secretária Executiva (2010 a 2011), Chefe do Gabinete da Presidência (2009 a 2011) e Consultora do Diretor de Administração (2004 a 2009). Auxiliou o Diretor de Administração do Banco Central do Brasil a lidar com temas como gestão de pessoas, contabilidade e execução financeira, infraestrutura e gestão patrimonial, segurança, tecnologia da informação, educação corporativa, gestão do meio circulante, e planejamento, orçamento e gestão.

No período em que exerceu a função de Chefe de Gabinete do Presidente do Banco Central do Brasil, participou semanalmente das reuniões da Diretoria Colegiada. Exerce o cargo de Chefe do Departamento de Comunicação do Banco Central desde setembro de 2012.

Durante sua gestão, aumentou a transparência da prestação de contas da autarquia, por meio da página do Banco Central na internet e da elaboração do Relatório de Administração.

Foi representante do Banco Central no Conselho Fiscal da Fundação Banco Central de Previdência Privada (Centrus), no período de agosto de 2013 a novembro de 2014.

Quanto às declarações de cunho pessoal exigidas pelo Regimento, constata-se que não possui parente que exerce ou exerceu atividades, públicas ou privadas, vinculadas a sua atividade profissional; que possui regularidade fiscal nos âmbitos federal, estadual e municipal; que não figura como autora ou ré em nenhuma ação judicial, e que não teve atuação, nos últimos cinco anos, contados retroativamente ao ano em que se deu sua indicação ao cargo de Diretora, em instituição que estava ou está sujeita à fiscalização do Banco Central.

As funções e as atividades desempenhadas, evidenciadas em seu currículo, que se encontra à disposição dos eminentes integrantes desta Comissão, revelam o nível de qualificação profissional e a formação técnica e acadêmica da indicada, ficando, assim, esta Comissão em condições de deliberar sobre a indicação da Srª Carolina de Assis Barros para ser conduzida ao cargo de Diretora do Banco Central do Brasil.

É o relatório que coloco à apreciação dos colegas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senadora Simone Tebet.

Em atendimento ao art. 338, inciso II, alínea "b", do Regimento Interno do Senado Federal, concedo vista coletiva da presente matéria.

Peço a concordância do Plenário porque marcamos uma próxima reunião para às 11h30, para realizar uma sabatina com a Srª Carolina de Assis Barros, indicada ao cargo de Diretora do Banco Central, em apreciação no relatório feito pela Senadora Simone Tebet.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como não existe no nosso Regimento Interno previsão para se fazer uma reunião logo em seguida – existe até, ao contrário, disposição no sentido de que haja um período de cinco dias. Há, porém, um pedido de urgência do Presidente do Banco Central, o Sr. Ilan Goldfajn, em função de que está faltando um membro na diretoria do Banco Central, o que tem dificultado enormemente, até no aspecto legal, algumas decisões. Então, nós nos propusemos a apresentar a esta Comissão a abertura de uma exceção para fazermos a sabatina da Drª Carolina de Assis Barros numa nova reunião que faríamos em seguida.

Gostaríamos de saber se o Plenário concorda com essa exceção. (Pausa.)

Todos concordam.

Portanto, faremos logo em seguida uma reunião extraordinária em que nós faremos a sabatina da Drª Carolina de Assis Barros.

Passo ao item 4, também muito importante.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 350, de 2015

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e a Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, para definir, como competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade, a defesa da concorrência no Sistema Financeiro Nacional, e dá outras providências.

Autoria: Senador Antonio Anastasia.

Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann.

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado.

A Relatora, Senadora Gleisi Hoffmann, não estando presente, delegou ao Senador Armando Monteiro a leitura do relatório como Relator ad hoc.

Senador Armando.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trata-se, realmente, como o Presidente assinalou, de um projeto da maior importância, e eu gostaria, antes mesmo da leitura do relatório, de poder registrar a extraordinária contribuição que foi oferecida pelo Senador Anastasia no projeto original e, agora, com substitutivo muito competentemente formulado, pela Senadora Gleisi Hoffmann. Portanto, nós haveremos, se for essa a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vontade desta Comissão, com a aprovação desta proposta, de definir um marco extraordinariamente adequado para estabelecer um padrão de regulação no sistema bancário, sobretudo na perspectiva da defesa da concorrência e do controle de determinadas práticas que, a rigor, contribuem para que o Brasil ainda tenha distorções nesse ambiente.

Sr. Presidente, o relatório.

Vem à apreciação desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 350, de 2015 - Complementar, de autoria do Senador Antonio Anastasia.

Na justificação, o autor assinala que o objetivo do projeto é positivar a competência compartilhada entre o Banco Central do Brasil e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), cujas atribuições são regidas pela Lei nº 12.529, de 2011, nos casos de fusão e aquisição de instituição financeira. Nos casos em que o Bacen entender pela existência de risco sistêmico, o Cade se absterá de julgar o controle de concentração.

Dessa forma, o Cade terá clara competência para defender a concorrência no setor financeiro ao analisar quaisquer atos de concentração econômica, sem fazer distinção quanto à natureza deles, e ao mesmo tempo, o Banco Central poderá intervir para decidir acerca de casos que envolvam o risco sistêmico à estabilidade do Sistema Financeiro Nacional.

O projeto cuida de matéria inserida na competência legislativa concorrente da União, conforme art. 24, inciso I, da Constituição, que inclui dispor sobre Direito Econômico. Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria e é legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 61 da Lei Maior.

Quanto ao mérito, entendemos que o projeto de lei em exame merece ser aprovado na forma do substitutivo.

A defesa da concorrência no setor financeiro é tema que enseja profundas controvérsias institucionais no cenário nacional. Umas das principais questões diz respeito justamente à definição de competência para o controle de infrações à ordem econômica neste setor.

A divergência sobre a quem compete tal controle teve início na década passada, quando o Cade e o Banco Central exararam decisões contrárias e conflitantes a respeito do tema. Desde então, a autarquia integrante do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência tem afirmado em suas decisões administrativas que o Conselho é competente para reprimir eventuais abusos de poder econômico praticados por instituições financeiras. Por outro lado, o Bacen tem reivindicado competência exclusiva para disciplinar a atuação desses agentes econômicos.

A disputa judicial chegou ao STJ, que, no julgamento do Recurso Especial nº 1.094.218 DF, decidiu que a competência para análise dos atos de concentração relacionados ao Sistema Financeiro Nacional seria exclusiva do Bacen, afirmando que o SFN não “pode subordinar-se a dois organismos regulatórios”.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Embora o julgamento tenha se limitado à aplicação e interpretação das regras jurídicas existentes, a Ministra Relatora do recurso, Eliana Calmon, reconheceu em seu voto a existência de proposições legislativas que têm o objetivo de estabelecer no Brasil um modelo de competências concorrentes para análise de atos de concentração bancária, como alternativa a regimes em que a autoridade de supervisão bancária possui supremacia sobre a autoridade de defesa da concorrência ou vice-versa.

Assim, a despeito da decisão do STJ, a controvérsia permanece aberta.

Atualmente, o Cade continua exercendo a sua função de defesa da concorrência no setor financeiro, como demonstra a recente investigação acerca de possível cartel na definição das taxas de câmbio, iniciada a partir de celebração de acordo de leniência com o banco suíço UBS.

Vale apontar também o processo administrativo aberto pelo Cade que recentemente levou o Banco do Brasil a concordar com o pagamento de multa de R$100 milhões, além de se abster de realizar a prática de exclusividade nos contratos realizados com órgãos públicos relativos à concessão de crédito consignado a servidores.

Nesse panorama, a atuação diuturna das autoridades antitruste é tida, tanto por organizações relevantes quanto pela comunidade científica internacional, como essencial para o desenvolvimento saudável da indústria financeira.

Tanto recomendações elaboradas por fóruns globais quanto textos teóricos recomendam fortemente que os Estados concebam arranjos institucionais que garantam a penetração dos órgãos de defesa da concorrência em campos estratégicos da regulação econômica.

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), instituição de notável reputação na definição de política de concorrência a nível mundial, defende, por exemplo, que as autoridades antitruste têm uma enorme vantagem comparativa na repressão de condutas e no controle de concentrações em setores dinâmicos da economia. Segundo a Organização, esses entes deveriam ter competência exclusiva em tais setores, ou ao menos reter uma competência complementar em conjunto com o ente regulador do mercado.

O Banco Mundial, também em 2008, publicou um trabalho que está inserido dentro de uma iniciativa maior do órgão para entender as consequências e determinantes da competição no setor financeiro. De acordo com este texto, a teoria e estudos levando em conta casos individuais apontam para previsões ambíguas para a relação entre competição no setor bancário e estabilidade financeira – os argumentos em torno de uma relação negativa entre os dois fatores defendem que o excesso de competição pode pressionar as margens de lucro e incentivar a assunção de operações financeiras mais arriscadas. Contudo, estudos envolvendo dados de diversos países apontam para a existência de uma relação positiva entre competição e estabilidade financeira, podendo as fragilidades identificadas serem atribuídas não ao excesso de competição, mas às falhas de regulação. Assim, uma maior atuação dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

órgãos de defesa de concorrência na supervisão do sistema financeiro poderia inclusive ser positiva. Este é o entendimento do Banco Mundial.

Diante das controvérsias no direito nacional e face às ricas contribuições que a experiência estrangeira tem a oferecer, é inegável a possibilidade de aperfeiçoamento do ordenamento jurídico em relação ao combate de infrações à ordem econômica.

Primeiramente, mostra-se extremamente relevante intervenção legislativa que resolva o conflito de competências entre Cade e Bacen, que se traduz atualmente em profunda insegurança jurídica.

De fato, aos administrados não é hoje dada a certeza a respeito de quais entes são responsáveis pelo controle de seus atos, o que prejudica a transparência da intervenção estatal no setor e diminui a previsibilidade de potenciais investidores.

Para endereçar tal questão, é relevante a aprovação da proposição legislativa em comento, na forma de substitutivo.

A proposta de substitutivo ressalta, em vários pontos, a necessidade de cooperação e de articulação, nos termos acima citados, inclusive por meio de acordos de cooperação técnica, fóruns permanentes de comunicação e regulamentos a serem editados conjuntamente por BC e Cade.

Quanto a essa formulação, a atividade de supervisão incumbida ao BC abrange não apenas zelar pela liquidez e solvência das instituições financeiras, mas também fomentar maior eficiência no Sistema Financeiro Nacional (SFN), o que consubstancia a atividade de organização de tal segmento da economia.

Essa atividade de organização abrange variados aspectos relativos às estruturas do SFN, inclusive, e com crucial importância, às estruturas concorrenciais nele presentes, que podem interferir fortemente sobre a natureza, a qualidade e os preços dos serviços financeiros ofertados à população. Diferentemente de outros segmentos, no caso do SFN, há necessidade de autorização do regulador e fiscalizador – nesse caso, o BC – para entrar no mercado, bem como para qualquer alteração societária.

Desse modo, caso não disponha da prerrogativa de analisar e de tomar decisões no tocante às estruturas de concentração e de estímulo à concorrência no SFN, o BC fica impedido de atuar em aspecto de fundamental importância para a atividade de organização e de busca de eficiência para tal segmento da economia, com potenciais prejuízos para a população consumidora de serviços financeiros.

A proposta de substitutivo ao PLS nº 350, de 2015, prevê dupla decisão no tocante a aspectos concorrenciais no âmbito do SFN, de modo que tanto o BC quanto o Cade tenham prerrogativas independentes para atuar em atos de concentração que envolvam instituições financeiras, somente podendo ser concretizadas as operações aprovadas por ambos (duplo sim).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observe-se a esse respeito que, na proposta de substitutivo, as prerrogativas do Cade em matéria concorrencial ficam inteiramente preservadas, de modo que não há qualquer perda no nível de rigor esperado para as ações governamentais em esfera concorrencial.

A esse respeito, é de se esperar, inclusive, o aperfeiçoamento e o aprofundamento de tais medidas, uma vez que o BC e o Cade passarão a atuar de maneira integrada e coordenada nas correspondentes avaliações e decisões, compartilhando bases de dados e expertises, de modo a aperfeiçoar a qualidade técnica de seus procedimentos.

Cabe asseverar, por oportuno, que não está sendo agregada carga regulatória adicional às entidades supervisionadas pelo BC. Todos os atos de concentração já são hoje examinados pelo BC, no tocante aos aspectos societários, prudenciais e de organização do SFN, havendo apenas a mera preservação de tal prerrogativa.

De outra parte, o princípio de articulação e da racionalização trazido pela minuta de substitutivo pode gerar, inclusive, redução da carga regulatória na análise de atos de concentração, uma vez que os processos de racionalização e de articulação a serem implementados pelos dois órgãos poderão mitigar ou mesmo eliminar demandas hoje desnecessariamente impostas de forma dupla às instituições supervisionadas pelo BC.

Como exemplo de tal forma de atuação, podem-se citar os casos da Inglaterra, dos Estados Unidos da América e do Japão. Portanto, atuação coordenada e articulada descrita no substitutivo leva à aderência a boas práticas adotadas em países avançados no campo da regulação bancária e na regulação da concorrência.

Diante do exposto, a minuta de substitutivo delimita as referidas hipóteses de maneira clara e específica, com base nos aspectos técnicos acordados entre o BC e o Cade. Isto confere maior transparência e segurança jurídica aos processos decisórios das duas autarquias, em casos de natureza prudencial.

Adicionalmente, a minuta de substitutivo estipula, de maneira expressa, detalhada e sistemática, os procedimentos, as competências e os passos por meio dos quais o BC e o Cade atuarão nas correspondentes alçadas, quando houver decisão autônoma tomada pelo BC, decorrente de operações de natureza prudencial.

Dessa forma, a minuta de substitutivo:

a) distingue de maneira clara as competências do BC e do Cade no campo da conduta concorrencial;

b) estabelece que a atuação coordenada entre BC e Cade tem como escopo todas as entidades supervisionadas pelo primeiro, e não apenas as instituições financeiras;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

c) define que, antes da imposição de penalidades a entidades supervisionadas pelo BC, o Cade consultará tal autarquia, para que informe se a sanção poderá ensejar danos prudenciais e se há procedimentos administrativos sancionadores ou outras medidas adotadas pelo BC que possam ter relação com as irregularidades em apuração.

No contexto aqui descrito, e já me encaminhando para o final, em linhas gerais, a minuta de substitutivo:

a) ressalta a necessidade de coordenação e de cooperação;

b) disciplina de forma completa e detalhada as condições por meio das quais Cade e o BC deverão atuar em matéria concorrencial, notadamente o tratamento a ser dado às decisões tomadas pelo segundo em casos de natureza prudencial;

c) confere ao BC e ao Cade a possibilidade de atuarem de modo independente, no tocante a atos de concentração não caracterizados por aspectos de natureza prudencial;

d) cria condições para que se amplie a qualidade e a profundidade dos exames de natureza concorrencial de BC e Cade, por congregar a expertise e bases de informações de ambos;

e) preserva a atuação do BC, na atividade de organização do SFN, com vistas a fomentar maior eficiência em tal segmento da economia, sem prejuízo da atuação concorrencial do Cade, tudo em benefício da população que consome serviços financeiros;

f) especifica de maneira expressa as hipóteses em que o BC deve decidir autonomamente atos de concentração, por força de questões de natureza prudencial;

g) elimina riscos de insegurança jurídica, por permitir a revogação do §2º do art. 18 da Lei nº 4.595, de 1964;

h) amplia as bases de informação que poderão ser utilizadas pelo Cade para avaliar as consequências da imposição de sanções a entidades supervisionadas pelo BC; e

i) estabelece procedimentos que estão em linha com práticas internacionais amplamente aceitas, em especial os padrões consagrados pela OCDE.

Nesses termos, a sistemática prevista na minuta de substitutivo do PLS n° 350, de 2015, faz com que todos os atos de concentração relevantes envolvendo instituições financeiras sejam examinados de forma independente pelo BC e pelo Cade, com amplo compartilhamento de informações e de expertise entre as duas autarquias, de modo que, como regra, cada uma delas poderá vetar qualquer operação, bem como estabelecer condições diferenciadas para a aprovação, o que permite a ampliação dos níveis

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de rigor e de consistência técnica das decisões tomadas em esfera concorrencial, trazendo um maior benefício à população, pela garantia de um ambiente com maior concorrência.

Desenho similar foi previsto na minuta de substitutivo relativamente ao exame de conduta concorrencial, na medida em que o Cade terá sempre a possibilidade de obter do BC informações relevantes sobre as consequências de eventuais sanções que venham a ser aplicadas, o que tende a ampliar ainda mais a consistência das decisões tomadas pelas duas autarquias.

Diante do exposto, Sr. Presidente, votamos... É o parecer da Senadora Gleisi. Aliás, eu gostaria de dizer, brilhante parecer da Senadora Gleisi, absolutamente convergente com o tratamento conceitual mais adequado que se poderia dar a esse tema. Eu me sinto, como colega da Senadora nesta Comissão, bastante confortável no sentido de poder destacar essa contribuição extraordinária da Senadora, lembrando que o Senador Anastasia teve também um papel extraordinariamente importante.

Por tudo isso, Sr. Presidente, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica e, no mérito, pela aprovação desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Armando Monteiro.

A matéria está em discussão.

Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PRB - MS. Para discutir.) – Prezado Presidente, Srs. Senadores, eu não poderia deixar de registrar o meu sentimento quanto à aprovação do texto substitutivo do Projeto de Lei do Senado 350, de 2015, de autoria do Senador Antonio Anastasia, atualmente com a relatoria da Senadora Gleisi Hoffmann, ad hoc Armando Monteiro, que foi muito feliz na leitura.

Há quase 30 anos, perdurou controvérsia a respeito da competência das duas instituições para analisar atos de concentração que envolvessem instituições financeiras por terem grande repercussão no Poder Legislativo e no Poder Judiciário. Hoje, nesta Casa faremos um dia histórico, que ficará registrado na memória institucional do Congresso Nacional e do País, pois o texto do substitutivo encerra, de maneira harmônica, a relação das autarquias com aval do Poder Legislativo. O texto do substitutivo reflete, sem dúvida, as melhores práticas internacionais, no que diz respeito à relação da agência reguladora do sistema financeiro nacional e a autoridade antitruste, garantindo, assim, maior segurança jurídica, mais eficiência e capacidade de decisão. A temática prevista no texto prevê que todos os atos de concentração relevantes que envolvam instituições financeiras sejam examinados de forma independente pelo BC e pelo Cade, com compartilhamento de informações e de expertise, o que diminuirá a assimetria de informações, trará menores custos à sociedade e menor potencial de conflito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Finalmente, após esse breve relato, parabenizo o Senador Armando Monteiro pela leitura brilhante e sua equipe, e a Senadora Gleisi pela rápida análise do pleito das autarquias quanto à mudança do texto original, pois a nova proposta ressalta a cooperação e a articulação das instituições, preservando as prerrogativas independentes e visando o melhor para o País.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Pedro Chaves.

Com a palavra o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS. Para discutir.) – Eu realmente acho que esse projeto é muito importante, porque você tem o Cade, que analisa exatamente essa questão de que você não vai criar nenhum cartel, nenhum monopólio, alguma coisa desse tipo. Mas eu acho que o Banco Central tem mais condições de avalizar e avaliar a questão da concentração de recursos ou até a concentração financeira mesmo.

E aí eu teria uma pergunta: a palavra final, em havendo... Porque é possível que haja... Mesmo atuando de forma a um contribuir com o outro, pode ser que, no final, haja ainda alguma divergência. No caso de haver divergência na questão financeira, a palavra final vai ficar com o Banco Central?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Veja, são competências concorrentes em algumas áreas, mas, pelo acordo que foi promovido pelos dois órgãos... É importante assinalar, Senador Moka, que o Cade e o Banco Central estabeleceram um acordo sobre esses limites de competências. Então, quando nós tratarmos de questões prudenciais eminentemente e que envolvam risco sistêmico, ou seja, algo que possa pôr em risco o sistema, a última palavra é do Banco Central sempre, porque diz respeito à higidez e à segurança do sistema. Agora, quando se tratar de qualquer matéria, por exemplo, em que se identifique que haja práticas abusivas, seja em questão de tarifa, de preço, seja até nos aspectos, vamos dizer, de comprometimento da concorrência em alguns segmentos, o Cade poderá, evidentemente, atuar de forma também autônoma.

Então, eu acho que esse modelo consagra um acordo em que se pode, ao mesmo tempo, zelar pela higidez e pela segurança e coibir abusos que, de resto, hoje são identificados exatamente por falta de práticas concorrenciais mais saudáveis.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu me sinto contemplado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Moka.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais quem queira discutir, em votação o relatório da Senadora Gleisi Hoffmann, aqui lido, como Relator ad hoc, pelo Senador Armando Monteiro.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, ao projeto, nos termos da Emenda nº 1, da CAE (Substitutivo).

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Maioria/PMDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. Fora do microfone.) – Por favor.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Maioria/PMDB - PE) – Eu ia fazer uma indagação: qual é o próximo passo do projeto?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Vai ao Plenário.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. Fora do microfone.) – Com o pedido de urgência.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Maioria/PMDB - PE) – Então, com urgência.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Então, há o pedido de urgência. Com a concordância de todos os Senadores, a matéria vai ao Plenário em regime de urgência.

Eu queria parabenizar também o Senador Anastasia, a Senadora Gleisi, o Senador Armando Monteiro por esse importante relatório que nós acabamos de aprovar.

Passo ao item nº 5.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 94, de 2015

- Não terminativo -

Altera o § 3º do art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e dá outras providências.

Autoria: Deputado Osmar Serraglio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatório: Favorável ao projeto e contrário à Emenda nº 1-CI.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura com parecer favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CI.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Maioria/PMDB - PE. Como Relator.) – Vem para análise desta Comissão, nos termos do art. 90, combinado com o art. 99, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, o Projeto de Lei Câmara (PLC) nº 94, de 2015 (na Casa de origem, Projeto de Lei nº 3.848, de 2012) – doravante tratado, neste parecer, apenas como PLC –, que altera o §3º do art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e dá outras providências.

O PLC é composto por dois artigos: o primeiro assegura ao Município de Guaíra, Estado do Paraná, 8% dos royalties devidos pela Empresa Itaipu Binacional aos Municípios e Estados brasileiros diretamente afetados; já o segundo artigo, a cláusula de vigência, estabelece que a lei entrará em vigor na data de sua publicação.

O PLC foi distribuído para a Comissão de Serviços de Infraestrutura, onde foi aprovado com a Emenda nº 1 – CI, modificadora da ementa, e para esta Comissão.

Com relação à constitucionalidade, observa-se que os potenciais de energia hidráulica são bens da União e o seu aproveitamento econômico ensejará participação ou compensação financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios quando essa exploração ocorrer em seus territórios, bem como a órgãos da administração direta da União, de acordo, respectivamente, com o inciso VIII do caput e o §1º do art. 20 da Constituição Federal. Não se trata aqui de matéria sobre a qual recaia reserva de iniciativa, podendo, portanto, a proposição ser apresentada por membro do Congresso Nacional, de acordo com o caput do art. 48 da Constituição Federal. Finalmente, ressalte-se que o PLC não conflita com qualquer dispositivo constitucional.

O PLC atende também ao requisito de juridicidade, tendo em vista que: (i) inova o ordenamento jurídico; (ii) possui os atributos da generalidade e da abstração; (iii) há compatibilidade entre os fins pretendidos e o meio utilizado, isto é, a normatização via edição de lei; e (iv) mostra aderência aos princípios gerais do Direito pátrio.

Acrescente-se, ainda, que não há restrições a fazer quanto à regimentalidade do PLC, que também apresenta boa técnica legislativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de manifestarmo-nos sobre o mérito do PLC, destacamos que a compensação financeira pela exploração de recursos hídricos para fins de geração elétrica visa ressarcir os entes federados pelos impactos causados pelas hidrelétricas, inclusive a impossibilidade de utilização econômica das áreas inundadas pelo reservatório.

A empresa Itaipu Binacional, conforme previsão constante do Tratado de Itaipu e na Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, deve distribuir royalties aos Estados e aos Municípios por ela diretamente afetados e aos órgãos da administração direta da União, bem como aos Estados e Municípios afetados por reservatórios a montante da Usina Hidrelétrica de Itaipu, que contribuem para o incremento de energia nela produzida.

Na distribuição dos royalties, os Estados recebem 45%, os órgãos da União, 10% e os Municípios, 45%. As parcelas referentes aos Estados e Municípios são, ainda, subdivididas em: 85% para os Estados e Municípios diretamente afetados e 15% para os Estados e Municípios afetados por reservatórios a montante da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

O critério para definir o valor de royalties que cada Estado e Município diretamente afetado receberá é a área inundada pelo reservatório. Dessa forma, aqueles Municípios e Estados com maior área inundada receberão mais. É um critério de distribuição que, a princípio, parece justo, contudo desconsidera que nem todas as áreas inundadas têm o mesmo potencial para geração de desenvolvimento econômico nos Municípios.

É justamente a situação verificada no Município de Guaíra, no Paraná.

Nesse Município, se localiza o Salto de Sete Quedas, acidente geográfico de beleza ímpar, que veio a ser submerso quando da formação do Lago de Itaipu. Dessa forma, o Município de Guaíra perdeu sua principal atração, o que ocasionou sensível diminuição da atividade turística.

Portanto, o PLC, ao assegurar 8% dos royalties de Itaipu destinados aos Municípios diretamente afetados para o Município de Guaíra, vem simplesmente corrigir uma injustiça, pois esse Município é, sem dúvida, o mais impactado negativamente em seu potencial econômico.

Com relação à Emenda nº 1 – CI, julgamos que embora atenda aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa, ela é desnecessária.

Sr. Presidente, ante o exposto, nos pronunciamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do PLC nº 94, de 2015, e da Emenda nº 1 – CI, e, no mérito, votamos pela rejeição da Emenda nº 1 – CI, e pela aprovação do PLC nº 94, de 2015.

Só para deixar mais claro ainda o nosso voto, os Municípios que são inundados pelo Lago de Itaipu concordaram em ceder. Portanto, não estamos mexendo nos percentuais de Estados ou da União. Dos valores que são repassados para os Municípios inundados, eles concordaram que pudesse uma parte ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

destinada ao Município de Guaíra, que foi prejudicado ao longo desse tempo todo. Agora, através deste projeto de lei complementar, faz-se justiça.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – A matéria está em discussão.

Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS. Para discutir.) – É só para dar um testemunho.

Eu conheci Guaíra antes de Itaipu e depois. É inegável o que aconteceu. Quer dizer, a principal atração turística do Município de Guaíra simplesmente desapareceu. Então, eu acho muito justo que os outros Municípios concordem com essa distribuição, destinando uma parte dos royalties também para o Município que, no meu entendimento, que coincide com o entendimento do Relator, foi o Município mais prejudicado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Moka.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Dalirio.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC. Para discutir.) – É apenas para reforçar.

A gente sabe que os royalties em função de geração de energia, bem como os decorrentes da extração e exploração de petróleo, têm ido à conta para servir o custeio das despesas das administrações de Municípios e Estados. Bom seria se nós pudéssemos vinculá-los, ou seja, determinar que nenhum recurso de royalties de petróleo ou de energia pudesse ser usado para o custeio das atividades dos Municípios e dos Estados brasileiros e que esse recurso fosse investido na geração de uma nova alternativa econômica para permitir que, de fato, depois, em função dessa nova atividade econômica, houvesse o crescimento da arrecadação e, aí sim, essa arrecadação pudesse ser destinada ao custeio, tanto de pessoal quanto de outras despesas.

Seria importante que nós, de uma vez por todas, eliminássemos aquilo que não está sob a gestão do administrador, tanto em nível municipal quanto estadual, dessas receitas extraordinárias, que são as receitas de royalties de petróleo e de energia elétrica.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Obrigado, Senador Dalirio.

A matéria continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coloco em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório do Senador Bezerra permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto e contrário à Emenda nº 1.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 143, de 2017

- Terminativo -

Dispõe sobre débitos com a Fazenda Nacional relativos às contribuições previdenciárias de responsabilidade dos Municípios.

Autoria: Senador Eduardo Amorim.

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho.

Relatório: Pela prejudicialidade do projeto.

Observações:

1. Conforme disposto na Instrução Normativa nº 5 de 2015, da Secretaria-Geral da Mesa, a apreciação da prejudicialidade da matéria será tomada pelo processo simbólico, por se tratar de questão preliminar ao mérito.

Passo a palavra ao Relator, Senador Fernando Bezerra Coelho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Maioria/PMDB - PE. Como Relator.) – Vem ao exame desta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 143, de 2017, de autoria do Senador Eduardo Amorim, que dispõe sobre débitos com a Fazenda Nacional relativos às contribuições previdenciárias de responsabilidade dos Municípios.

Vou direto à análise, Sr. Presidente.

De acordo com os incisos I e IV do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAE emitir parecer sobre os aspectos econômicos e financeiros das matérias que forem submetidas à sua apreciação, bem como sobre dívida pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No entanto, sendo sua apreciação em caráter terminativo nesta Comissão, examinam-se também a constitucionalidade e a juridicidade da proposição. O art. 48, II, da Constituição Federal de 1988 estabelece que cabe ao Congresso Nacional dispor, mediante sanção presidencial, sobre as matérias de competência da União, especialmente sobre plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito e dívida pública.

Quanto ao mérito, porém, cumpre enfatizar que a matéria objeto do PLS nº 143, de 2017, renegociação das dívidas previdenciárias dos Municípios, foi objeto da Medida Provisória nº 778, de 16 de maio de 2017, aprovada recentemente no Congresso Nacional e já transformada na Lei nº 13.485, de 2 de outubro de 2017, que dispõe sobre o parcelamento de débitos com a Fazenda Nacional relativos às contribuições previdenciárias de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e sobre a revisão da dívida previdenciária dos Municípios pelo Poder Executivo federal; altera a Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999; e dá outras providências.

A matéria contida na proposta ora sob análise foi, em sua totalidade, exaustivamente discutida nesta Casa e na Câmara dos Deputados, quando da tramitação daquela medida provisória, inclusive no que se refere à compensação previdenciária e consta da Lei dela decorrente.

A propósito, a Lei aprovada no Congresso trouxe um artigo inteiro, o art. 11, oriundo de emendas parlamentares, dispondo, exatamente, sobre a revisão da dívida previdenciária dos Municípios, com a implementação do efetivo encontro de contas entre débitos e créditos previdenciários dos Municípios e do Regime Geral de Previdência Social, decorrentes, entre outros, de:

I - valores referentes à compensação financeira entre regimes de previdência de que trata a Lei no 9.796, de 5 de maio de 1999;

II - valores pagos indevidamente a título de contribuição previdenciária dos agentes eletivos federais, estaduais ou municipais prevista na alínea "h" do inciso I do art. 12 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991, declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal;

III - valores prescritos, assim considerados em razão da Súmula Vinculante nº 8 do Supremo Tribunal Federal, que declara inconstitucionais os arts. 45 e 46 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991;

IV - valores referentes às verbas de natureza indenizatória, indevidamente incluídas na base de cálculo para incidência das contribuições previdenciárias, tais como: terço constitucional de férias; horário extraordinário; horário extraordinário incorporado; primeiros quinze dias do auxílio-doença; auxílio-acidente e aviso prévio indenizado;

V - valores pagos incidentes sobre as parcelas indenizatórias na base de cálculo da contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

VI - valores devidos e não pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social referentes ao estoque previdenciário nos termos da Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999, relacionados ao período de outubro de 1988 a junho de 1999;

VII - valores pagos a título de contribuição previdenciária pelos Municípios sobre a remuneração de servidores em comissão que possuem vinculação com o Regime Próprio de Previdência Social no cargo ou emprego de origem;

VIII - valores pagos a título de contribuição previdenciária pelos Municípios sobre a remuneração de agentes políticos que antes da publicação da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, possuíam vínculo funcional com o RPPS na origem;

IX - valores pagos a título de contribuição previdenciária pelos Municípios sobre a remuneração de servidores vinculados ao RPPS.

A matéria objeto do PLS nº 143, de 2017, portanto, já foi contemplada pela legislação superveniente. Assim, consideramos que a proposição está prejudicada, à luz do disposto no art. 334 do RISF.

Como, porém, a declaração da prejudicialidade é uma prerrogativa do Presidente desta Casa, ao mesmo tempo em que cabe a esta Comissão decidir terminativamente sobre a matéria, o voto é pela declaração de prejudicialidade do PLS e o seu subsequente encaminhamento ao Presidente da Casa.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 143, de 2017.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Conforme o disposto na Instrução Normativa nº 5, de 2015, da Secretaria-Geral da Mesa, a apreciação da prejudicialidade da matéria será tomada pelo processo simbólico por se tratar de questão preliminar ao mérito.

A matéria está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

A votação é simbólica, repito, porque é pela prejudicialidade, nos termos do relatório apresentado pelo Senador Fernando Bezerra Coelho.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CAE, pela prejudicialidade do projeto.

A matéria vai ao Plenário para as providências previstas no art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal. (Pausa.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 18

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 656, de 2015

- Terminativo -

Altera o art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, para fixar novo prazo para a aprovação de projetos beneficiados com redução do imposto sobre a renda e adicionais nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

Autoria: Senador Eunício Oliveira.

Relatoria: Senador Armando Monteiro.

Relatório: Pela aprovação do projeto com três emendas apresentadas.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com parecer favorável ao projeto.

2. Em 3/4/2018, foi concedida vista coletiva da matéria.

A Senadora Simone Tebet apresentou duas emendas a esse projeto,

Com a palavra o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu já havia lido o relatório, e a Senadora Simone apresentou essas duas emendas a que V. Exª se referiu.

Se a Senadora quisesse justificar as emendas, eu acho que seria bom para o conhecimento dos nossos pares. Eu as acolherei, mas...

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – É um único parágrafo, Sr. Presidente. As duas emendas estão numa única justificativa.

Nós preservamos o conteúdo originalmente proposto pelo Senador Eunício e pelo Senador Armando, nas emendas que ele apresentou, e propusemos a inclusão no dispositivo da MP de 2001 para estender os benefícios previstos da área de atuação da Sudam e da Sudene à área de atuação da Sudeco.

A outra emenda que apresentamos nessa mesma ocasião tem o mesmo objetivo, para mudar também outros dispositivos de outra lei. Então, na realidade, é para que possam também ser contemplados os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estados integrantes da Sudeco, especificamente Goiás e Mato Grosso do Sul, porque o Distrito Federal está de fora. E Mato Grosso já é contemplado, porque também faz parte da Sudam.

Então, em função disso, nós apresentamos essas duas emendas.

Também a pedido do Senador Armando, nós o fizemos separadamente...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Foi feito separadamente.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – ... não no corpo do texto, porque, se houver qualquer discussão no Governo ou a possibilidade de veto, em hipótese alguma, vai haver prejuízo aos Estados do Norte e do Nordeste.

São as emendas que apresento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE. Fora do microfone.) – Muito obrigado, Senadora.

Com a palavra o Senador Armando.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, então, sigo exatamente essa linha, acolhendo as emendas da Senadora Simone e, ao mesmo tempo, registrando que é um dispositivo autônomo. Quando da apreciação do veto, se houver supervenientemente alguma dificuldade, não haverá prejuízo da renovação para os incentivos da Sudam e da Sudene.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Armando.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Com a palavra o Senador Wilder, que gostaria de discutir.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Social Democrata/DEM - GO. Para discutir.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a redução é aplicada às pessoas jurídicas que têm projetos de instalação, de ampliação, de modernização e de diversificação para o desenvolvimento regional nas áreas de atuação da Sudene e da Sudam. Por isso, venho demonstrar meu apoio à inclusão também da área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco).

No caso do Estado de Goiás e de Mato Grosso do Sul, incentivos dessa natureza irão contribuir muito mais para o desenvolvimento também do nosso Centro-Oeste. A indústria e o agronegócio dessa região têm grande contribuição no avanço da economia nacional. Isso representa a capacidade do agronegócio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

e da força geradora de emprego para a nossa Região Centro-Oeste. Esse fato demonstra que a produção agrícola goiana vem crescendo cada vez mais e vem contribuindo para a melhoria do cenário nacional econômico.

Nesse sentido, Sr. Presidente, defendo a ampliação dos benefícios para a Sudeco, através da aprovação das emendas da Senadora Simone Tebet.

Quero parabenizar o nosso autor, por acatar essa emenda tão importante, tão relevante para o Centro-Oeste.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Wilder.

Não havendo mais quem queira discutir, vamos iniciar a votação.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Quem vota com o Relator, só para lembrar, vota "sim". Quem vota contra o parecer do Relator vota "não". Portanto, quem vota...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – ... vota "sim".

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS. Fora do microfone.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Com a palavra o Senador Moka. O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Enquanto o pessoal está votando, eu gostaria, até para não atrapalhar os companheiros que têm outro compromisso, de reforçar o argumento de que, no caso do Mato Grosso, além do FCO, eles têm também a Sudam. Agora, Mato Grosso do Sul e Goiás o único órgão de fomento que têm é o FCO.

A Senadora Simone teve o bom senso, ao não querer, e não é essa a intenção, prejudicar os Estados do Norte e do Nordeste, de fazer uma emenda que, havendo veto, não vai prejudicar os Estados do Norte e do Nordeste.

Eu só queria dizer que tanto Mato Grosso do Sul como Goiás, aliás, o Centro-Oeste como um todo tem realmente contribuído, e muito, para a economia deste País, tanto que o PIB da Região Centro-Oeste é sempre superior ao PIB nacional, o que representa realmente um estímulo importante.

Então, eu queria argumentar favoravelmente à emenda da Senadora Simone Tebet, dizendo que não há prejuízo para os Estados do Norte e do Nordeste, porque a emenda foi feita de tal forma que, em havendo veto, não vai prejudicar os Estados do Norte e do Nordeste.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Moka.

Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Presidente, eu gostaria aqui, também, em nome do Estado de Mato Grosso, de parabenizar a Senadora Simone Tebet, porque, como disse aqui o Senador Moka, o Centro-Oeste brasileiro tem contribuído muito com a balança comercial – todos os Estados, claro, mas tenho que falar do meu, Mato Grosso, que é o maior produtor de grãos e também o maior produtor de proteína animal, com uma produção cada ano batendo o recorde e também com a produtividade.

São extremamente importantes esses recursos de desenvolvimento regional exatamente porque, como eu sempre tenho dito, o mais importante é a gente, ao emprestar uma linha de desenvolvimento, analisar, acima de tudo, o talento das pessoas, a capacidade inovadora. E é isso que os produtores também têm feito em todo o Centro-Oeste brasileiro.

Quero aqui dar o exemplo da questão da produção do algodão. No Mato Grosso, foi dizimada a produção de algodão. E foram exatamente os produtores rurais que foram ao encontro do governo, à época, Dante de Oliveira, propor um incentivo à produção de algodão. E o Estado, que não produzia nada, depois de o Governo aceitar aquela proposição, os produtores chegaram, com tecnologia e, claro, com a capacidade de produzir. E Mato Grosso, em apenas três anos, transformou-se no maior produtor de algodão do Brasil, respondendo por 54% da produção nacional de algodão, e até hoje esse programa vem se aperfeiçoando, tanto na produção como na produtividade.

Claro que esses recursos são fundamentais, porque acessam a pesquisa. Lá no Mato Grosso, inclusive, os próprios produtores, através desse programa, se juntaram, criaram uma fundação de pesquisa, eles mesmos pagam os royalties para que possam desenvolver pesquisa não só para a produção de algodão, mas foram criados outros fundos. Com isso Mato Grosso hoje é esse exemplo de produção agrícola, principalmente com alta tecnologia de precisão.

Então, eu quero parabenizar a Senadora Simone Tebet por estar acrescentando essa emenda. Acredito que aí vai atender principalmente todas as regiões do Brasil. A Sudene também é extremamente importante, vocês têm grandes programas de desenvolvimento lá que foram feitos exatamente dada essa linha.

Então, aqui nós estamos unindo o Brasil para aquilo que é importante, que é aumentar a produção e aumentar a capacidade de geração de emprego no Brasil.

Parabéns, Senadora!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado.

Senador Fernando Coelho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Maioria/PMDB - PE) – Senador Tasso Jereissati, eu quero, na realidade, trazer uma proposta para V. Exª, como Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, como representante do Estado do Ceará e como uma das lideranças mais importantes do contexto regional e nacional.

Na realidade, essa iniciativa do Senador Armando Monteiro permite a utilização dos recursos que estão depositados na Sudene e na Sudam para os programas de reinvestimento. Não são volumes muito expressivos, mas ajudam neste momento em que a economia busca sua recuperação, sobretudo com a retomada dos investimentos no setor privado.

Mas eu acho que está na hora de a gente tomar uma atitude em nome da Bancada do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste, no sentido de haver um pouco mais de equanimidade quando se tratar da concessão de incentivos fiscais.

Eu digo isso porque a Suframa tem incentivos assegurados até 2035. Os incentivos da Lei de Informática também para a Amazônia, para Zona Franca de Manaus, vão até 2035. E nós da região mais pobre do Brasil, que é a Região Nordeste, ficamos penando aqui no Congresso Nacional, renovando esses incentivos regionais a cada cinco anos. Recentemente, o Congresso Nacional aprovou os incentivos para o Repetro, para a indústria de petróleo e gás, e deu 30 anos. É claro que o desequilíbrio regional não será vencido nos próximos cinco anos.

Então eu sugeriria que, se V. Exª concordasse, pudesse recomendar à assessoria técnica da Comissão de Assuntos Econômicos para que esses incentivos de caráter regional pudessem ter o comando igual ao da Zona Franca de Manaus, pelo mesmo horizonte temporal. Não vamos aqui, a cada cinco anos, ficar discutindo se os incentivos do Nordeste devem ou não ser renovados.

Então, eu acho que é a oportunidade de aproveitarmos a liderança de V. Exª aqui, nesta Comissão, para que a gente possa submeter. Estamos vendo aqui esse espírito de solidariedade nacional, de coesão nacional, a iniciativa da Senadora Simone Tebet de não nos esquecemos dos Estados da Sudeco, notadamente Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

É importante que a gente sinalize para os investidores que essa política de desenvolvimento regional será duradora por um período que possa, digamos assim, permitir a programação e o planejamento de investimentos sequenciados para, de fato, resgatar as condições mínimas para um desenvolvimento mais equilibrado entre as regiões brasileiras.

Essa era a minha sugestão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Fernando Bezerra Coelho, considero a ideia, a sugestão de V. Exª excelente e mais do que oportuna. Existe na nossa região constantemente essa insegurança quanto à duração, quanto ao tempo, a duração desses incentivos. E nós sabemos que a maioria dos investimentos não se matura em cinco anos. Principalmente os investimentos maiores requerem um tempo muito maior de maturação. Eu acho oportuna, e com certeza vamos abraçar a sua ideia.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – É só para me somar, eu acho que o Senador Fernando foi muito feliz. Não é possível que o Nordeste não possa ter um horizonte, no seu regime de incentivos, que seja, vamos dizer, igual ao da Zona Franca; não há razão para que isso não aconteça. Eu acho que o Senador Fernando lembrou que agora, no regime automotivo do Nordeste, nós estamos também nessa luta de mais cinco anos e tal. Ora, isso é um horizonte insuficiente e evidentemente que os nossos indicadores ainda justificarão uma certa longevidade desses incentivos.

Portanto, eu acho que a proposta do Senador Fernando Bezerra é muito oportuna e muito pertinente.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senadora Simone.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Falta apenas mais um para o quórum, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Mais dois.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sim, falta mais um ainda.

Então, eu quero aproveitar para parabenizar o Senador Armando Monteiro pelo relatório e agradecer, porque, depois de muito debate e discussão, ele concluiu conosco que realmente os Estados de Goiás e Mato Grosso do Sul estavam sendo prejudicados nesta questão. Fica o meu agradecimento especial ao Senador Armando e à sua equipe, mas não posso deixar também de parabenizar o Senador Bezerra pela intervenção. Só que ele foi muito modesto, ele está falando apenas de prorrogação igualitária em relação às outras áreas que têm benefícios e incentivos mais prolongados, mas nós não podemos esquecer que o grande problema nosso, o grande problema do País é rediscutir o Pacto Federativo, não só na distribuição regional, mas na distribuição entre entes federados.

Nós temos a União que abriga a maior parte, fica com a maior parte da arrecadação dos encargos tributários, os impostos pagos pela população brasileira. E, quando nós abrimos a Carta Magna, a Constituição, nós vemos que, com exceção de segurança nacional, ensino universitário e algumas competências compartilhadas, a União não tem outra atribuição, enquanto a maioria absoluta dos serviços públicos impostos ausentes para a sociedade, para o benefício da sociedade, ficam sob a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

responsabilidade dos Estados e Municípios que ficam com menos, cinquenta e pouco, não chega a 60%, 54%, talvez, da carga tributária.

Então, nesse sentido, além dessa discussão de um novo Pacto Federativo – eu sei que essa é uma questão para este ano, ano que vem e depois –, eu fico no meio do caminho: entre a questão da prorrogação dos incentivos e não podermos discutir o Pacto Federativo, quem sabe possamos puxar para a ótica econômica e, portanto, para a CAE o Plano Nacional de Desenvolvimento Regional, que é um projeto de autoria do Senador Fernando Bezerra, em relação ao qual já foram feitas inúmeras audiências públicas, sobre o qual já houve inúmeros debates, e há, dentro desse plano, capítulos e seções específicas relacionadas a esta questão dos incentivos e da igualdade em relação ao desenvolvimento regional.

Então, Sr. Presidente, eu acho que V. Exª poderia puxar isso, como grande líder que é não só desta Comissão, mas do Senado Federal. E, por ser um Senador tão atuante do Nordeste, já foi governador, tem mais do que experiência, que seja nossa voz nesse sentido! Já que o Senador Bezerra é autor, modesto e não quer levar adiante, quem sabe V. Exª possa pautar, na agenda do Plenário, a aprovação desse Plano Nacional de Desenvolvimento Regional, porque ele abarca tudo, inclusive essa proibição de tratamentos diferenciados entre regiões.

Eu finalizo, já que agora realmente fechou o quórum com o número 14, não sem antes afirmar categoricamente que, quando nós falamos de desenvolvimento regional e incentivos fiscais, independentemente de a mídia entender e pautar de forma contrária, nós não estamos falando em renúncia fiscal. Ninguém renuncia ao que não tem. Se não tiverem incentivo de 75% de imposto de renda para exploração da atividade econômica no Estado do Nordeste, por exemplo, as indústrias não irão. Então, em vez de a União arrecadar 25% porque houve a isenção de 75%, ela não vai arrecadar nada, porque ninguém soma em cima do nada.

Nesse sentido, o desenvolvimento regional é fundamental, porque é a única forma de os Estados do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste verem a diminuição da desigualdade social, da desigualdade de gênero, da desigualdade de raça. Porque as desigualdades estão entrelaçadas; elas se retroalimentam. Somente quando acabarmos com a desigualdade no desenvolvimento regional nós vamos, definitivamente, igualar socialmente e economicamente os Estados do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste aos Estados do Sul e do Sudeste, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senadora Simone Tebet.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Sr. Presidente, eu acho que nós estamos votando aqui o desfazimento de um nó górdio no momento em que a recessão econômica está posta. E a propriedade da emenda, da sugestão ou da correção de rumos que o Senador Armando Monteiro coloca é oportuníssima, porque recurso para o Nordeste hoje é como agulha em palheiro.

Uma coisa que já existe, a disponibilidade de recursos para reinvestimento das empresas que já mereceram no passado aplicação de incentivos fiscais e que dispunham... Estão acumulando esses recursos gerados por lucro para reinvestimento. As empresas não os estão aplicando porque não estão acreditando no futuro das suas próprias empresas ou da economia do País. Então, o Senador Armando Monteiro encontra, com muita habilidade, uma forma de você fazer girar esse dinheiro que está parado, girar na atividade econômica e nas empresas, destinando 50% dos recursos ou abrindo a possibilidade de 50% desses recursos irem para o giro, desde que os restantes 50% sejam aplicados em ativos fixos da empresa. Ou seja, é uma fórmula engenhosa de você, em cima do que existe, fomentar a aplicação de recursos na atividade da empresa para que ela se fortaleça, se robusteça, possa gerar mais emprego e possa, em função da perspectiva de crescimento da economia, ocupar o seu lugar, ocupar o seu espaço.

Desse modo, eu já votei, e votei com muita satisfação, tanto a matéria como a emenda que está contida na matéria, com cumprimentos ao Senador Armando Monteiro pela oportuníssima correção que faz na matéria original.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Agripino.

Parabenizo o Senador Armando Monteiro.

Acho que todos os Senadores já votaram. Vamos encerrar a votação.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Anuncio o resultado: SIM, 14 votos, favoráveis ao relatório do Senador Armando Monteiro; zero contrários ao relatório.

Parabéns, Senador Armando Monteiro.

A Comissão aprova o projeto e as emendas da Senadora Simone Tebet.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Ele é terminativo na Comissão, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Ele é terminativo.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Terminativo na Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Vai direto ao Plenário.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Fora do microfone.) – Não; vai para a Câmara!

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Vai para a Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Vai ao Plenário para ser lido.

Eu gostaria que os Senadores aqui permanecessem. Conforme anunciado aqui anteriormente...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Senador Tasso – desculpe –, há um projeto importantíssimo do Senador Serra, que está na pauta, o item 17, que terei a satisfação de relatar, se V. Exª permitir, em cinco minutos. É simbólica a votação.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Como se trata de votação simbólica, eu queria aproveitar o quórum para abrir a reunião da sabatina e, na próxima, a gente já faria isso.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Só teria o problema de não ir a Plenário nesta semana, nessa hipótese.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Não, seria votado agora.

Eu vou abrir uma nova reunião agora, e ele entraria extrapauta.

Fica encerrada esta reunião.

(Iniciada às 10 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 04 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às doze horas e quatro minutos do dia dezessete de abril de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Tasso Jereissati, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Garibaldi Alves Filho, Simone Tebet, Valdir Raupp, Fernando Bezerra Coelho, Eduardo Braga, Elmano Férrer, Waldemir Moka, Airton Sandoval, Acir Gurgacz, Ângela Portela, Ricardo Ferraço, José Agripino, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Sérgio Petecão, José Medeiros, Wellington Fagundes, Armando Monteiro, Pedro Chaves, Cidinho Santos, Dário Berger e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Rose de Freitas, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel, Lindbergh Farias, José Serra, Ronaldo Caiado, Otto Alencar, Omar Aziz, Ciro Nogueira, Lúcia Vânia, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 10ª Reunião, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Indicação de autoridade**. **ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 20, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do o art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea "d", da Constituição, o nome da Senhora CAROLINA DE ASSIS BARROS, para exercer o cargo de Diretora do Banco Central do Brasil." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Simone Tebet. **Relatório:** Pronto para deliberação. A indicada Carolina de Assis Barros faz sua exposição e durante a sabatina usam da palavra os(as) Senadores(as) Simone Tebet, Armando Monteiro, Garibaldi Alves Filho e Eduardo Braga. O indicado responde aos questionamentos dos Senadores. **Resultado:** Após a realização da sabatina, a comissão aprova o nome da senhora CAROLINA DE ASSIS BARROS para exercer o cargo de Diretora do Banco Central do Brasil - BACEN, por 15 (quinze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 428, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o Plano de Revisão Periódica de Gastos." **Autoria:** Senador José Serra. **Relatoria:** Senador Armando Monteiro. **Relatório:** Favorável à matéria com 3 emendas que apresenta. **Resultado:** Incluída a matéria como extra-pauta, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 a 3 – CAE. Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria (item 2). **ITEM EXTRAPAUTA 2 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 21 de 2018** que: "Nos termos regimentais, requeremos urgência para o Projeto de Lei do Senado Federal nº 428 de 2017 - Complementar, que "Dispõe sobre o Plano de Revisão Periódica de Gastos"." **Autoria:** Senador Armando Monteiro. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 21/2018 - CAE, de urgência para a matéria. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ECONÔMICOS Nº 22 de 2018 que: "Requeiro com fundamento no inciso II, do art. 93, do Regime Interno do Senado Federal a realização da segunda audiência pública no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos destinada a debater o tema: Inovação e Competição: Novos caminhos para redução dos spreads bancários (custos e margens da intermediação financeira), com a presença dos seguintes convidados: 1. Murilo Portugal - Presidente da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) 2. Marcos Lisboa – Diretor Presidente do Insper; 3. Vinícius Carrasco – Professor da PUC-Rio e Economista-Chefe da Stone; 4. Bruno Magrani - Representante do Nubank - startup brasileira pioneira no segmento de serviços financeiros, inclusive como banco digital." **Autoria:** Senador Armando Monteiro. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 22/2018 - CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 23 de 2018** que: "Requeiro com fundamento no inciso II, do art. 93, do Regime Interno do Senado Federal a realização da terceira audiência pública no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos destinada a debater o tema: Inovação e Competição: Novos caminhos para redução dos spreads bancários (custos e margens da intermediação financeira), com a presença dos seguintes convidados: 1. Otávio Ribeiro Damaso – Diretor de Regulação do Banco Central; 2. João Manoel Pinho de Mello, Secretário de Promoção da Produtividade e Advocacia da Concorrência do Ministério da Fazenda; 3. Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Conselheira do Cade (Conselho Administrativo de Defesa da Concorrência)" **Autoria:** Senador Armando Monteiro. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 23/2018 - CAE. O Presidente lembra que quarta-feira, dia 18, às 14h, haverá audiência pública para discutir aspectos relativos à viabilidade econômica da Rota de Integração Latino-Americana desde o Brasil até o continente asiático, partindo de Mato Grosso do Sul e passando por Paraguai, Argentina e Chile. Nada mais havendo a tratar encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Tasso Jereissati

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

(*Texto com revisão.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Aprovação da ata.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 10ª Reunião.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Realizaremos agora a sabatina com a indicada para o cargo de Diretora do Banco Central do Brasil.

Em atendimento ao art. 38, inciso II, alínea "c", do Regimento Interno, os cidadãos poderão encaminhar informações sobre os indicados e perguntas a eles dirigidas por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, pelo telefone 0800 612211.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 20, de 2018

- Não terminativo -

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea "d", da Constituição, o nome da Srª Carolina de Assis Barros, para exercer o cargo de Diretora do Banco Central do Brasil.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senadora Simone Tebet.

Relatório: Não apresentado.

Observações: *A sabatina da indicada será realizada nesta reunião.*

A indicada já se encontra no recinto da Comissão. Solicito que a Secretaria conduza a indicada ao plenário. (*Pausa.*)

Queria dar as boas-vindas à Srª Carolina de Assis Barros, a quem passo a palavra para que faça uma breve exposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª CAROLINA DE ASSIS BARROS – Exmo Sr. Senador Tasso Jereissati, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal Exmo Sr. Senador Garibaldi Alves...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Perdoe-me por um minuto.

Comunico aos Srs. Senadores que, por sugestão do Senador Fernando Coelho, nós já abriremos o painel para iniciar a votação para que nós possamos aproveitar o quórum aqui.

Por favor.

A SRª CAROLINA DE ASSIS BARROS – Exmo Sr. Senador Tasso Jereissati, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal; Exmo Sr. Senador Garibaldi Alves, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal; Exma Srª Senadora Simone Tebet, Relatora da mensagem relativa à minha indicação; Exmas Srªs Senadoras, Exmos Srs. Senadores, senhoras e senhores, para começar gostaria de agradecer imensamente a confiança em mim depositada pelo Presidente Ilan Goldfajn, ao convidar-me para compor a Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, órgão ao qual tenho orgulho de pertencer, pelo valor inestimável que geram para a sociedade brasileira a manutenção do poder de compra da moeda e um sistema financeiro sólido e eficiente.

Dirijo também meus mais sinceros cumprimentos e agradecimentos ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Michel Temer, pela indicação para ocupar tão relevante cargo na República brasileira.

Embora a responsabilidade seja grande, entendo que disponho dos atributos necessários para o exercício da função de Diretora do Banco Central, em especial da área de administração.

Peço licença para discorrer brevemente sobre minhas trajetórias acadêmica e profissional.

Os últimos 17 anos da minha vida profissional foram dedicados ao trabalho no Banco Central. Nesse período, por cerca de nove anos, atuei na área de administração, contribuindo para que o Banco Central alcançasse sua missão de controlar a inflação e de garantir a estabilidade e a solidez do sistema financeiro.

Iniciei minha atuação na área de planejamento, orçamento e gestão. A natureza dessas atividades relacionadas à gestão e à governança da instituição me proporcionou visão ampla acerca a necessidade de otimizar a utilização dos recursos públicos, com o objetivo de alcançar os melhores resultados em benefício da sociedade brasileira.

Na sequência, por seis anos, atuei como consultora, chefe de gabinete de quatro diretores de administração. Hoje percebo que a experiência acumulada ao longo do exercício dessas funções propiciou reflexão profunda sobre os temas com os quais terei de lidar caso o Senado Federal aprove

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

minha indicação. Tive oportunidade de exercer, por um ano e dois meses, a função de Chefe de Gabinete do Presidente do Banco Central, tendo ocupado cumulativamente a posição de Secretária-Executiva.

Nos últimos seis anos, estive à frente do Departamento de Comunicação, experiência que permitiu aprimorar meu desempenho como líder de equipe e também aprofundar meus conhecimentos em comunicação de política monetária. Nesse período, o Banco Central passou a utilizar as chamadas redes sociais para se comunicar e interagir diretamente com a população, divulgando informações sobre a atuação da autoridade monetária em linguagem simples e acessível ao cidadão comum.

Tenho sólida formação acadêmica, centrada fundamentalmente na área de Administração. Sou graduada em Administração, cursei pós-graduação em Administração Financeira e tenho o título de Mestre em Administração Pública e Políticas Públicas.

Escolhi estudar e me aprofundar em temas relacionados à Administração Pública, pois acredito que a superação das dificuldades enfrentadas pelo nosso País passa obrigatoriamente pela implementação das boas práticas administrativas. Tenho convicção de que a minha formação acadêmica e minha trajetória profissional me habilitam para o desempenho do cargo de Diretora do Banco Central do Brasil, razão pela qual muito apreciaria ter a honra do meu nome aprovado pelo Senado Federal.

Agora dirijo minhas palavras às senhoras e aos senhores para enfatizar meu empenho em atuar para que o Banco Central cumpra a sua missão institucional.

O dinheiro de uma nação representa muito mais do que um instrumento para viabilizar transações econômicas e financeiras. Conforme as senhoras e os senhores já sabem, o real é um elemento de integração e de identidade nacional. O objetivo fundamental do Banco Central do Brasil é justamente garantir o poder de compra da nossa moeda, isto é, lá trabalhamos para que o nosso dinheiro não perca seu valor.

Aqui e agora, perante esta Comissão de Assuntos Econômicos, reafirmo que dedicarei meus melhores esforços para ajudar o Banco Central do Brasil a manter a inflação sob controle. Inflação baixa e estável é a única maneira de garantir que o poder de compra do salário do trabalhador seja preservado.

Conforme todos têm acompanhado, o Comitê de Política Monetária, sob a direção de Ilan Goldfajn, tem conduzido o atual ciclo de relaxamento monetário de forma segura, com expectativas ancoradas, minimizando os riscos, para que o processo desinflacionário seja sustentável ao longo do tempo. Esse é um grande benefício para a sociedade. Reduzir a incerteza sobre o futuro ajuda nas decisões de investimento e de consumo, diminui custos de financiamento, criando melhores condições para o crescimento sustentado da economia. Governo, empresários e famílias sentem-se confiantes no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

futuro e, portanto, investem e geram emprego. Segundo tem afirmado o Presidente Ilan, haverá uma revolução no mercado com a diminuição das taxas, haverá um novo jeito de fazer negócios no País.

Cada vez mais, as brasileiras e os brasileiros têm tido acesso a produtos e serviços financeiros. É o resultado de uma política desenvolvida pelo Banco Central que chamamos de inclusão financeira. Atualmente, são mais de cem milhões de pessoas com conta corrente no País. A solidez dos bancos, das corretoras, das cooperativas e de todo o sistema financeiro, a quem os cidadãos, os comerciantes e os empresários confiam seus valores, é outro grande benefício gerado pela atuação do Banco Central.

Caso eu seja aprovada por esta Casa, comprometo-me a trabalhar também para garantir a solidez e a eficiência do Sistema Financeiro Nacional. Nesse quesito, também estamos bem. Com o fim da recessão, com a inflação sob controle e com a queda da taxa básica de juros, ocorreu, naturalmente, uma redução de riscos à economia. O sistema financeiro também se apresenta sólido e mantém capacidade para absorver perdas em cenários de estresse.

Além de sua missão clássica de controlar a inflação e de garantir a saúde das instituições, o Banco Central apresentou à sociedade uma pauta de trabalho mais ampla. Por meio da Agenda BC+, organizada em quatro pilares de atuação, o Banco Central quer proporcionar à sociedade crédito mais barato, legislação mais moderna, sistema financeiro mais eficiente e mais cidadania financeira. Eu gostaria de citar aqui algumas das principais realizações dessa agenda no ano de 2017, destacando a Taxa de Longo Prazo (TLP), a aprovação do novo marco legal punitivo, a diferenciação de preços no pagamento com cartão de débito e de crédito, a simplificação dos compulsórios e uma maior presença do Banco Central nas mídias sociais. As duas primeiras medidas citadas não lograriam êxito, não lograriam sucesso sem a atuação do Poder Legislativo.

Comprometo-me a trabalhar para que o Banco Central avance ainda mais na implementação das ações da Agenda BC+, com destaque para a pauta legislativa em andamento – Cadastro Positivo, autonomia do Banco Central, depósitos voluntários, duplicata eletrônica, relacionamento BC-Tesouro –, para a qual peço o apoio das senhoras e dos senhores.

Caso eu tenha a honra de ser aprovada pelo Senado Federal, estarei a cargo da área de Administração, que é responsável por recursos humanos, por recursos materiais, pela administração predial, pela gestão financeira e orçamentária, pelo planejamento, pela educação corporativa e pelo provimento de cédulas e moedas ao País.

A área de administração deve contribuir de forma direta para que o Banco Central alcance seus objetivos. Assim, pretendo adotar as melhores práticas de gestão administrativa e de pessoas para dotar o Banco Central com os melhores recursos e os mais capazes e produtivos servidores.

Na qualidade de administradora pública, entendo que o compromisso com o ajuste fiscal das contas públicas exigirá um esforço de todos, o que significa que o Banco Central do futuro deverá fazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais com menos. Para isso, pretendo orientar minha gestão com base em algumas diretrizes: profissionalismo, orientação a resultado, racionalidade e inovação.

Neste momento, permitam-me dirigir especiais palavras aos servidores do Banco Central do Brasil. Srªs Senadoras e Srs. Senadores, trata-se de um corpo funcional valoroso, composto por homens e mulheres com sólida formação acadêmica, aprofundado nível de conhecimento técnico e, sobretudo, que têm orgulho de pertencer ao Banco Central e de contribuir para que a autarquia cumpra sua missão institucional. Aos servidores enfatizo que pretendo administrar com transparência e disposição permanente para o diálogo, buscando sempre trabalhar para manter a atratividade e a valorização da carreira funcional.

Para finalizar, reitero o meu compromisso em atuar para que o Banco Central cumpra sua missão institucional, proporcionando para a sociedade brasileira uma moeda forte e um sistema financeiro sólido. Seria uma honra para mim contar com a aprovação desta Casa para assim fazê-lo na posição de Diretora do Banco Central do Brasil.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Srª Carolina de Assis Barros, por sua explanação à nossa Comissão, aos Srs. Senadores.

Passo a palavra agora ao Srs. Senadores. A Senadora Simone Tebet, como Relatora, tem primeiro a palavra. O Senador Armando Monteiro falará em seguida.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senadora Simone Tebet e Senador Armando Monteiro.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS. Como Relatora.) – Vou ser breve, Sr. Presidente.

Antes de mais nada, inicio parabenizando V. Sª pela indicação a um cargo tão importante e prestigiado que é o cargo de Diretora do Banco Central. Para mim foi uma honra analisar o seu currículo e ser Relatora da sua indicação, começando pelo fato de V. Sª ser mulher. Acho que é importante nós reforçarmos isso, especialmente numa atividade eminentemente masculina, como é a atividade financeira e econômica, como também é a atividade política hoje no País – não chegamos a pouco mais de 10% de mulheres com mandatos eletivos e também, em matéria de gestão econômica e financeira, seja na iniciativa privada, seja nos altos cargos de direção da atividade pública, não sei falar em percentual, mas tenho certeza de que não passamos de 18% a 20%.

Parabenizo V. Sª e quero aqui deixar o testemunho para os colegas de que, no relatório, o que me chamou a atenção é que V. Sª praticamente dedicou toda a sua vida acadêmica e, agora, profissional no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exercício de atividades e de funções dentro do Banco Central, não só na parte orçamentária e financeira, mas também no sentido de dar transparência às atividades do Banco Central, o que é muito importante.

Fico apenas com uma única pergunta, fruto, inclusive, de uma fala de V. Sª, que disse que o Banco Central tem realizado um excelente trabalho, um importante trabalho, com a Agenda BC+ e que essa Agenda BC+ tem quatro grandes pilares. Eu fico com dois. V. Sª apontou o crédito mais barato e a cidadania financeira. Dentro de tudo isso e dentro dessa questão de uma legislação mais moderna e eficiente e de crédito mais barato, a pergunta que eu faço é a que todos os Senadores costumam fazer a todos os sabatinados, que é com relação aos *spreads* bancários. Não vou me delongar nisso, vou direto à pergunta: como V. Sª vê essa problemática e quais soluções vislumbra para que possamos atingir níveis mais compatíveis com as economias mais avançadas?

Essa é a pergunta que deixo a V. Sª, parabenizando-a mais uma vez pela indicação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Queria cumprimentar a Drª Carolina.

Minhas questões dizem respeito à Casa da Moeda, que tenho certeza de que ficará sob sua supervisão.

A primeira observação é a seguinte: a moeda brasileira é uma das mais falsificadas do mundo. Isso ocorre, sobretudo, por falta de investimentos na área de segurança do sistema. É sabido que existem novas tecnologias para aplicar nas cédulas. Então, a pergunta é: por que estamos investindo menos em itens de segurança, sabendo que a falsificação destrói e compromete a imagem da nossa moeda?

Sobre o processo de licitações de moedas. Essa iniciativa está baseada na Lei nº 13.416, cuja exposição de motivos foi de que o Bacen somente compraria fora, quebrando o monopólio local, se houvesse "fundada incerteza" de que a Casa da Moeda do Brasil não poderia produzir. É verdade que a Casa da Moeda, nos últimos anos, vem cumprindo os prazos na produção de meio circulante de forma antecipada? Por que, então, comprar de outros fabricantes se a Casa da Moeda pode produzir com mais segurança? Admitindo esse processo de abertura em relação à possibilidade de compra em outros países, não seria justo considerar uma espécie de reciprocidade, permitindo que a Casa da Moeda pudesse acessar licitações nesses países dos quais o Brasil vai importar eventualmente as cédulas?

A outra questão diz respeito às criptomoedas. Esse mercado tem crescido extraordinariamente ao redor do mundo. Entretanto, apresenta elevada volatilidade, em especial com o bitcoin. Como os bancos centrais de outros países têm regulado esse mercado? Na sua visão, as criptomoedas têm mais características de meio de pagamento ou de ativo financeiro? Na sua avaliação, qual deve ser a principal função a ser ocupada por essa espécie, as criptomoedas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao longo das duas últimas décadas, o Banco Central, como regulador, focou sua atuação na direção de garantir um sistema financeiro hígido e sólido. Por outro lado, observamos um elevado grau de concentração horizontal e vertical. Nessa perspectiva, como vê agora esse acordo do Cade com o Bacen em relação a esse modelo de compartilhamento e de cooperação? E a pergunta é: o Banco está preparado para exercer esse duplo mandato regulatório? Existe normativo suficiente e quadro de pessoal preparado para essas novas funções?

Também gostaria de saber se existe, na sua avaliação, algum dilema entre o objetivo de garantir estabilidade solidez e de um sistema mais competitivo, como todos pretendemos.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Armando Monteiro.

Temos a pergunta...

Senador Garibaldi Alves.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Ilustre representante do Rio Grande do Norte.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Obrigado, Sr. Presidente. V. Exª tem me cumulado de apreço aqui na Comissão. Eu, na verdade, me sinto até um Vice meio displicente.

Eu queria perguntar à senhora como a senhora analisa a autonomia do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Obrigado, Senador Garibaldi.

Para complementar, há uma pergunta de uma telespectadora do Rio de Janeiro, Fernanda Carvalho – deve ser sua amiga, pelo jeito: "Parabéns pelo ótimo trabalho, Carolina! Que sua gestão seja um sucesso! Faz tempo que não há uma mulher em um cargo de direção do Banco Central. O que a senhora fará para mudar isso?"

Com a palavra a futura Diretora do Banco Central, Srª Carolina.

A SRª CAROLINA DE ASSIS BARROS – O senhor me dá autorização para começar a responder pela Srª Fernanda Carvalho?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – A senhora comece por onde quiser. Fique à vontade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª CAROLINA DE ASSIS BARROS – Fernanda, o Banco Central possui diretrizes que estimulam as servidoras do quadro a galgar posições por mérito em suas carreiras. Então, o Banco Central está preocupado com a questão da igualdade de gênero dentro do desempenho das nossas atividades. Caso tenha a honra de ser aprovada por esta Casa, eu me sentirei muito honrada em representar as mulheres do Banco Central. E reitero o meu compromisso com essas diretrizes afirmativas que visam encorajar mulheres a progredirem em suas carreiras pelo mérito.

Senadora Simone Tebet, obrigada pela sua pergunta. Ela me permite esclarecer um pouco a questão do *spread*, quando V. Exª fala sobre crédito mais barato e nos indaga sobre as providências na Agenda BC+ sobre crédito mais barato.

O Presidente Ilan esteve nesta honrosa Comissão na semana passada e pôde explicar que as taxas de juros no País e os *spreads* vêm caindo. Eles não estão caindo na velocidade com que nós do Banco Central gostaríamos. Nós gostaríamos que essa queda já fosse facilmente percebida pelas famílias e pelas empresas.

Como ele também disse, precisamos de muita perseverança, precisamos de muita serenidade, porque é uma agenda ampla de reformas. Nós não vamos resolver isso com retórica, não vamos resolver isso na marra. São problemas históricos, de décadas. Por isso, a gente organizou essa agenda, que é uma forma de externalizar para a sociedade o que a gente busca.

No caso do crédito mais barato, nós temos atuado para melhorar as garantias do sistema financeiro, nós temos trabalhado para diminuir a assimetria de informação. Hoje os potenciais clientes do sistema financeiro conhecem muito pouco das instituições financeiras, e as instituições financeiras também conhecem muito pouco dos seus clientes. Daí a importância do Cadastro Positivo, em que a gente vai poder conhecer o *score* de crédito do cliente e, se ele for bom pagador, a gente vai poder oferecer juros menores. Com relação ainda à questão de redução do custo de crédito, permitam-me comentar um pouco sobre concorrência. Nós realmente acreditamos que precisamos estimular a concorrência. Recentemente, então, tivemos a aprovação da TLP, que fez com que os financiamentos de longo prazo do setor privado se tornassem atrativos. Reduzimos o custo de observância das instituições financeiras pequenas e médias, o que dá mais agilidade, faz com que elas concorram. Temos também as *fintechs*, elas estão surgindo, e o Banco Central tomou a decisão de deixar que elas floresçam, vamos regular apenas quando necessário.

E, não menos importante – eu diria até que é a questão do momento – é a questão dos meios eletrônicos de pagamento. O Senador Armando Monteiro, na semana passada, fez essa indagação ao Presidente Ilan. Começamos um movimento no cartão de crédito para limitar a possibilidade de os clientes do sistema financeiro se estenderem por mais de 30 dias nessa modalidade. Isso permitiu que as taxas de juros caíssem pela metade. Na questão do cartão de débito, trabalhamos para limitar a tarifa de intercâmbio, e isso é só um começo. Vamos continuar aprimorando o cartão de débito. Com relação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao cartão de crédito, gostaria de dizer aos senhores que temos conversado com o segmento, com a indústria de cartões, deixando claro que queremos perseguir taxas melhores para os clientes, menor prazo de repasse aos lojistas e menores tarifas de intercâmbio.

Senadora Simone Tebet, entendo que a questão foi respondida. Eu aproveito a oportunidade para agradecê-la por ter sido minha Relatora e pelas elogiosas palavras no início de sua fala.

Senador Armando Monteiro, V. Exª me trouxe algumas questões muito interessantes: Casa da Moeda, a questão de falsificação de cédulas e moedas, por que comprar de outros fabricantes, trouxe também a questão das criptomoedas e concentração.

Eu gostaria de começar pela questão da Casa da Moeda. V. Exª nos indaga por que estamos investindo menos em segurança. Continuamos investindo da mesma forma. Nós temos uma área técnica no Departamento do Meio Circulante que não só pesquisa tendências em todo o mundo como se desloca para conhecer essas experiências de perto e tem um trabalho muito estreito com a Polícia Federal. Então, reitero que essa atividade não foi prejudicada.

Houve um questionamento sobre compra de outros fabricantes. A Casa da Moeda é uma instituição centenária e presta serviços muito relevantes ao nosso País. Recentemente nós tivemos uma compra de cédulas no exterior em função de uma dificuldade de atendimento, ou seja, havia uma dificuldade no cronograma físico da Casa da Moeda, o que não é corriqueiro. Foi, reitero, uma situação de emergência e, se nós não a sanássemos, haveria grandes problemas relativamente à quantidade de troco disponível – era um momento no País de muitas compras, estávamos no final do ano, Natal. Então, foi uma atitude emergencial. No atual Orçamento, neste exercício, nós dedicaremos 95% do orçamento previsto para a compra de cédulas e moedas para a nossa Casa da Moeda. Este ano haverá uma licitação internacional, que vai cobrir um terço apenas das moedas que serão compradas para todo o ano, mas a Casa da Moeda vai poder participar da licitação sem problema algum.

O senhor também fez uma observação com relação a bitcoin. O Banco Central tem alertado que precisamos tomar cuidado com a aquisição de bitcoins, porque são moedas relativamente novas e que não possuem lastro. O Banco Central tem participado de debates internacionais com outras entidades do sistema financeiro desses países em que a discussão no momento é: o que fazer com o bitcoin? Devemos ou não regular? O Banco Central do Brasil está presente nesses fóruns e está atento. O que a gente recomenda é bastante cuidado, porque a compra do bitcoin envolve remessa de dinheiro para o exterior, e não existe anonimato no sistema financeiro. Então, precisamos tomar cuidado com possíveis irregularidades, porque podemos ser responsabilizados por isso.

Por fim, o senhor me indagou como é que eu vejo o sistema financeiro sólido e a questão da concorrência. São coisas que andam juntas. A solidez do sistema financeiro é algo muito caro para o Banco Central do Brasil. Perseguimos essa meta diuturnamente, e agora estamos na frente para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estimular a concorrência. Há bastante espaço para estimular a concorrência, e muito na linha do que eu comentei ao responder a pergunta da Senadora Simone Tebet.

V. Exª, Senador Garibaldi, pergunta-me sobre autonomia. O que nós do Banco Central defendemos é levar para uma lei o que hoje existe num decreto. Nós temos autonomia de fato; falta-nos autonomia de direito. A autonomia de que dispomos hoje é basicamente autonomia para fazer o manejo da taxa Selic de forma a alcançar a meta definida pelo Conselho Monetário Nacional. Nós entendemos que o nosso mandato fundamental tem que ser estabilidade de preços, porque sem a estabilidade de preços nós não vamos conseguir gerar emprego e renda de forma sustentável, ou seja, a estabilidade de preço deve ser uma condição fundamental.

O Copom hoje já utiliza, nas suas decisões de política monetária, indicadores de emprego e renda, o que faz com que estejamos atentos na hora de tomar as decisões de política monetária.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Drª Carolina de Assis Barros.

Não havendo...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB - AM) – Sr. Presidente, apenas quero cumprimentá-la. Eu cheguei atrasado porque estava presidindo a Comissão de Infraestrutura, mas quero cumprimentar V. Sª e desejar muito sucesso. Ouvi as colocações e as respostas, tanto às indagações do nosso eminente Senador Armando Monteiro, quanto às da nossa eminente Líder Simone Tebet, e quero, portanto, cumprimentá-la.

Aproveito, Sr. Presidente, para destacar, de uma forma bastante elogiosa e veemente, a votação, por unanimidade, a aprovação da prorrogação dos incentivos fiscais da Sudam e da Sudene, bem como a bem construída solução liderada pela nossa Senadora Simone Tebet para a questão da Sudeco.

Eu acho que foi uma construção inteligente, que traz, evidentemente, boas possibilidades de segurança jurídica para o Nordeste, para o Norte e para o Centro-Oeste, num momento em que nós precisamos de perspectivas de investimentos de curto, médio e longo prazo.

Portanto, fiz questão também de vir à Comissão para cumprimentar V. Sª e desejar sucesso nessa nova missão. O nosso Banco Central tem papel fundamental nesse processo de estabilidade da moeda, de estabilidade da economia, de inflação baixa, de perspectivas de juros baixos, para que nós possamos ter uma recuperação na nossa economia mais sustentada e mais acelerada.

Portanto, cumprimento V. Sª e quero cumprimentar a nossa Presidência, na pessoa do nosso Senador Tasso Jereissati, e todos os Senadores por essa votação unânime no dia de hoje sobre Sudam, Sudene e Sudeco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga. Seu voto e sua palavra são sempre importantes nesta Comissão.

Encerrada a discussão, vamos pedir para abrir o painel, para que nós possamos fazer a apuração.

V. Exª foi aprovada por unanimidade nesta Comissão, por 15 votos a 0.

Desta maneira, a matéria vai a Plenário...

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente, solicito urgência para votação ainda hoje em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – A matéria vai ao Plenário do Senado Federal em regime de urgência, solicitada pela Senadora Simone Tebet e aprovada por todos os Senadores aqui.

Muito obrigado.

Parabéns à senhora pela aprovação.

Nós daremos, então, continuidade à nossa reunião.

Senador Armando Monteiro, colocamos, então, como extrapauta o projeto de autoria do Senador José Serra, que dispõe sobre o Plano de Revisão Periódica de Gastos.

EXTRAPAUTA

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 428, de 2017

- Não terminativo -

Dispõe sobre o Plano de Revisão Periódica de Gastos.

Autoria: Senador José Serra

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Favorável à matéria com 3 emendas que apresenta.

Com a palavra o Senador Armando Monteiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, o Plano de Revisão Periódica de Gastos é algo que representa um avanço importante do ponto de vista institucional. É um processo que vários países da OCDE, etc., já adotam, o sistema de reavaliação de gastos. É uma forma inteligente de construir espaço nos orçamentos, que hoje são tão engessados, no sentido de poder fazer economia e zelar por uma maior eficiência do gasto público.

No Brasil, há uma tendência de que os gastos se cristalizem, porque os programas são replicados sem avaliação, muitas vezes, de modo que essa rigidez do orçamento reflete em grande medida essa situação.

Então, eu considero que o projeto do Senador Serra representa uma contribuição muito importante para que nós adotemos também um Plano de Revisão Periódica de Gastos.

Eu gostaria de entrar logo no mérito do projeto, para aplaudir, mais uma vez, a iniciativa do Senador. Com a aprovação deste PLS, o plano de governo que o Presidente da República remete anualmente ao Congresso ganhará maior significado, pois deverá mostrar a visão do Poder Executivo em relação à evolução do endividamento público e às consequências fiscais das diversas políticas públicas e despesas obrigatórias.

É verdade que, por força da LRF, as leis de diretrizes orçamentárias já têm de apresentar anexos contendo informações similares às propostas pelo PLS. Mas o Plano de Revisão Periódica de Gastos inova ao conferir um caráter mais plurianual, contendo projeções de longo prazo e, conforme ressaltamos, maior preocupação com os impactos fiscais das políticas públicas.

Sugerimos, contudo, alterar o inciso II do *caput* do pretendido art. 114-A da Lei nº 4.320, de 1964, que estabelece que o Plano de Revisão Periódica de Gastos deverá conter a avaliação da economicidade e sustentabilidade fiscal das políticas públicas e programas governamentais, incluindo renúncias e incentivos fiscais.

Em um mundo ideal, não teríamos reparos a fazer em relação a essa proposta, mas, na prática, entendemos ser inviável. Há milhares de ações governamentais em curso, de forma que trazer todas essas informações para um único documento iria inchá-lo, correndo-se o risco, inclusive, de perder sua utilidade, pois o excesso de informação retiraria dos Parlamentares (e dos membros da sociedade civil que se dispusessem a analisá-lo) a capacidade de compreensão do documento.

Por esse motivo, estamos propondo emenda no sentido de ser obrigatória a avaliação da economicidade e sustentabilidade fiscal das políticas públicas e programas governamentais no agregado e, individualmente, somente para aquelas políticas que forem mais relevantes.

Então, entendo que seja o imperativo para tornar esse instrumento mais efetivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 428, de 2017 – Complementar, com as três emendas apresentadas.

Era esse, Sr. Presidente, o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Armando.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Armando.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, eu queria requerer urgência, para que fosse apreciado em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Aprovado com urgência o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 a 3 – CAE.

A matéria vai a Plenário em regime de urgência.

Temos mais dois requerimentos a serem votados.

Requerimento do Senador Armando Monteiro.

EXTRAPAUTA

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 22, de 2018

- Não terminativo -

Requeiro com fundamento no inciso II, do art. 93, do Regime Interno do Senado Federal a realização da segunda audiência pública no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos destinada a debater o tema: Inovação e Competição: Novos caminhos para redução dos spreads bancários (custos e margens da intermediação financeira), com a presença dos seguintes convidados:

1. Murilo Portugal - Presidente da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN)

2. Marcos Lisboa – Diretor Presidente do Insper;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

3. Vinícius Carrasco – Professor da PUC-Rio e Economista-Chefe da Stone;

4. Bruno Magrani - Representante do Nubank - startup brasileira pioneira no segmento de serviços financeiros, inclusive como banco digital.

Autoria: Senador Armando Monteiro.

A audiência está marcada para terça-feira que vem, dia 24, às 10h.

Em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nós teremos, na terça-feira, dia 24, no horário da nossa Comissão, essa audiência pública.

EXTRAPAUTA

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 23, de 2018

- Não terminativo -

Requeiro com fundamento no inciso II, do art. 93, do Regime Interno do Senado Federal a realização da terceira audiência pública no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos destinada a debater o tema: Inovação e Competição: Novos caminhos para redução dos spreads bancários (custos e margens da intermediação financeira), com a presença dos seguintes convidados:

1. Otávio Ribeiro Damaso – Diretor de Regulação do Banco Central;

2. João Manoel Pinho de Mello, Secretário de Promoção da Produtividade e Advocacia da Concorrência do Ministério da Fazenda;

3. Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Conselheira do Cade (Conselho Administrativo de Defesa da Concorrência)

Autoria: Senador Armando Monteiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coloco em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento do Senador Armando Monteiro.

Antes de encerrar, eu queria apenas lembrar que, amanhã, quarta-feira, dia 18, às 14h, haverá audiência pública para discutir aspectos relativos à viabilidade econômica da Rota de Integração Latino-Americana desde o Brasil até o continente asiático, partindo de Mato Grosso do Sul e passando por Paraguai, Argentina e Chile. O requerimento de audiência foi da Senadora Simone Tebet. Os convidados serão: o Sr. João Carlos Parkinson de Castro, Coordenador-Geral de Assuntos Econômicos Latino-Americanos e Caribenhos do Ministério das Relações Exteriores do Brasil; o Sr. Manuel María Cáceres, Embaixador da República do Paraguai no Brasil; o Sr. Ednei Marcelo Miglioli, ex-Secretário de Estado de Infraestrutura do Estado de Mato Grosso do Sul; e o Sr. Claudio Antonio Cavol, Presidente do Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas e Logística de Mato Grosso do Sul.

Fica encerrada esta reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 12 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 47 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quatorze horas e sete minutos do dia dezoito de abril de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência da Senadora Simone Tebet, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Roberto Requião, Valdir Raupp, Elmano Férrer, Waldemir Moka, Airton Sandoval, José Pimentel, Acir Gurgacz, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Paulo Rocha, Ronaldo Caiado, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Sérgio Petecão, José Medeiros, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Wellington Fagundes, Pedro Chaves, Cidinho Santos, Eduardo Lopes, Dário Berger, Vicentinho Alves e Wilder Morais. Deixam de comparecer os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Rose de Freitas, Fernando Bezerra Coelho, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, José Serra, José Agripino, Otto Alencar, Omar Aziz, Ciro Nogueira, Lúcia Vânia, Armando Monteiro e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RQE 146/2017, de autoria da Senadora Simone Tebet e Waldemir Moka. **Finalidade:** Discutir aspectos relativos à viabilidade econômica da Rota de Integração Latino-americana desde o Brasil até o continente asiático, partindo de Mato Grosso do Sul e passando pelo Paraguai, Argentina e Chile. **Participantes:** João Carlos Parkinson de Castro, Coordenador-geral de Assuntos Econômicos Latino-americanos e Caribenhos do Ministério das Relações Exteriores do Brasil; Manuel María Cáceres, Embaixador da República do Paraguai no Brasil; Claudio Antonio Cavol, Presidente do Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas e Logística de Mato Grosso do Sul; e Helianey Paulo da Silva, Secretário de Estado de Infraestrutura do Estado de Mato Grosso do Sul. A Presidente concede a palavra aos convidados. Em seguida, fazem uso da palavra os senadores Waldemir Moka, Pedro Chaves e o Deputado José Augusto Curvo. A Presidente informa a presença de Luiz Eduardo Mastalir Machado, Chefe de Gabinete da Secretaria de Relações Institucionais; João Carlos da Silva, Assessor do Ministro de Estado da Secretaria de Governo; Derlei Delevatti, Prefeito de Porto Murtinho – MS e Milton Torres Abrão, Vereador de Porto Murtinho – MS. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e onze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora Simone Tebet

Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/04/18

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

7ª

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e treze minutos do dia vinte e um de março de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Marta Suplicy e José Pimentel, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Hélio José, Waldemir Moka, Airton Sandoval, Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Rose de Freitas, Ângela Portela, Humberto Costa, Paulo Paim, Paulo Rocha, Regina Sousa, Fátima Bezerra, Dalirio Beber, Eduardo Amorim, Maria do Carmo Alves, Flexa Ribeiro, Sérgio Petecão, Ana Amélia, Otto Alencar, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Cidinho Santos, Armando Monteiro, Eduardo Lopes e Ataídes Oliveira. Deixam de comparecer os demais Senadores. A Presidência registra a presença de Ana Maria Maya, assessora da ACT- Promoção de Saúde e Aliança pela Alimentação; e de Renato Barreto, especialista em Políticas Públicas do IDEC- Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Esta Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 305 de 2018, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 303 de 2018, que trata da solicitação de Sua Excelência o Senador Romário para realização de auditoria nos contratos celebrados entre a União e a empresa Octapharma AG, nos termos do Requerimento 121 de 2017 - CAS, aprovado em 30 de agosto de 2017. Conforme o subitem 9.1 do referido Acórdão e os itens 3, 4 e 7 do Voto que o acompanha, a auditoria está prevista para ser concluída neste mês de março. O referido documento ficará à disposição dos Senhores Senadores, na Secretaria desta Comissão, para as Consultas que se fizerem necessárias. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005." Autoria: Deputado Luis Carlos Heinze. Relatoria: Sen. Vanessa Grazziotin. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Não houve manifestação decorrente do Pedido de Vista. A Comissão de Assuntos Sociais decide votar nominalmente o Relatório da Senadora Vanessa Grazziotin (artigo 294 RISF). Aprovado o Relatório por 9 (nove) votos SIM contra 7 (sete) votos NÃO, que passa a constituir Parecer contrário ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente para prosseguimento da tramitação. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 183, de 2017 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre o Sistema Nacional de Emprego (Sine), criado pelo Decreto nº 76.403, de 8 de outubro de 1975." Autoria: Presidência da República. Relatoria: Sen. Armando Monteiro. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para prosseguimento da tramitação. ITEM 3 – TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, de 2017 - Terminativo - que: "Determina que as bulas de medicamentos tragam advertência dirigida aos atletas sobre sua obrigação de consultar a lista atualizada de substâncias e métodos proibidos antes de consumir medicamentos." Autoria: Senador Zeze Perrella. Relatoria: Sen. Airton Sandoval. Relatório: Turno Suplementar. Resultado: Encerrada a discussão em Turno Suplementar sem apresentação de Emendas, o Substitutivo ao Projeto é dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 73, de 2011 - Terminativo - que: "Altera o § 2º do art. 819 da Consolidação das Leis do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o pagamento dos honorários de intérprete judicial." Autoria: Deputado Carlos Bezerra. Relatoria: Sen. Humberto Costa. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 122, de 2013 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a transferência direta de recursos aos beneficiários do Programa Bolsa Família para aquisição de material escolar." Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Sen. Otto Alencar. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1 a 4-CDH-CE-CAE. Resultado: Lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 393, de 2015 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação na internet, com atualização semanal, da lista de espera dos pacientes que serão submetidos a cirurgias médicas eletivas realizadas com recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) e dá outras providências." Autoria: Senador Reguffe. Relatoria: Sen. Otto Alencar. Relatório: Pela aprovação do Projeto, das Emendas 1-CCJ, 4-CCJ, 5-CCJ e das 3 (três) Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 296, de 2016 - Terminativo - que: "Acrescenta o art. 72-A à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, com a finalidade de estabelecer prazo para concessão do salário-maternidade pela Previdência Social." Autoria: Senador Telmário Mota. Relatoria: Sen. Hélio José. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CAS. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 72, de 2017 - Terminativo - que: "Altera os arts. 392 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, 71 e 71-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para majorar o prazo da licença-maternidade, de 120 para 180 dias, e permitir ao pai acompanhar a mãe do nascituro nas consultas e exames durante a gravidez." Autoria: Senadora Rose de Freitas. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. Resultado: Lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 151, de 2017 - Terminativo - que: "Altera os arts. 392, 392-A e 473, III da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer o compartilhamento da licença maternidade e da licença adotante." Autoria: Senadora Rose de Freitas. Relatoria: Sen. Jorge Viana. Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 157, de 2017 - Terminativo - que: "Altera as Leis nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico residente e dá outras providências; e nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, que institui o Programa Mais Médicos, altera as Leis nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e nº 6.932, de 7 de julho de 1981, e dá outras providências, para dispor sobre a assistência psiquiátrica e psicológica a ser oferecida a médicos residentes e a alunos de graduação em Medicina." Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves. Relatoria: Sen. Lídice da Mata. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, de 2017 - Terminativo - que: "Acrescenta parágrafo ao art. 60 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispensar a pessoa vivendo com HIV/aids de avaliação das condições que ensejaram a concessão ou a manutenção do auxílio-doença." Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Sen. Romário. Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 204, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho e 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre a avaliação multidisciplinar e a elaboração de plano de atendimento individualizado para promover a inclusão de pessoas com deficiência." Autoria: Senador Romário. Relatoria: Sen. Paulo Paim (*Ad*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

7ª

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

hoc), substituiu Sen. Lídice da Mata. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Designado Relator "ad hoc" o Senador Paulo Paim em substituição à Senadora Lídice da Mata. Aprovado o Projeto. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 225, de 2017 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a assistência ao paciente com diabetes mellitus no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS." Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatoria: Sen. Paulo Rocha. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado. ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 241, de 2017 - Terminativo - que: "Altera os arts. 392 § 3o da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para que em caso de parto prematuro o período de internação não seja descontado do período da licença maternidade." Autoria: Senadora Rose de Freitas. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CAS. ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 415, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir o uso do FGTS para pagamento de pensão alimentícia pelo trabalhador que não possuir outro recurso líquido disponível." Autoria: Senador Lasier Martins. Relatoria: Sen. Jorge Viana. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. A Presidência faz a leitura das Sugestões de Políticas Públicas para 2018 na Comissão de Assuntos Sociais: Senador Waldemir Moka e Senadora Maria do Carmo Alves - Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras; Senadora Regina Sousa - Controle da dengue, chikungunya, zika e febre amarela; Senadora Marta Suplicy e Senadores Waldemir Moka e Dalirio Beber - A participação do setor filantrópico no modelo de contribuição de políticas públicas de saúde no Brasil; Senador Garibaldi Alves - Políticas públicas de trabalho e previdência social: Competitividade e produtividade; O impacto do eSocial sobre o trabalho, a previdência e a arrecadação; Integração; - Políticas públicas de saúde: Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP); Políticas e estratégias para saúde mental e dependência química; Política Nacional de Regulação do Sistema Único de Saúde (SUS); - Políticas de saúde voltadas para populações vulneráveis ou com necessidades específicas: Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais; Política de saúde indígena; Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas; Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP); Política de saúde para pessoas com deficiências; Política de saúde bucal: Brasil Sorridente; - Efetividade dos novos modelos de gestão do SUS; - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), como modelo de gestão de serviços públicos; Senador Elmano Férrer - Política Nacional sobre Drogas; Senador Humberto Costa - Acompanhar o Orçamento Federal da Saúde, em razão das alterações constitucionais na área do orçamento da saúde e cumprimento das emendas impositivas. ITEM EXTRAPAUTA 16 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 2 de 2018 que: "Nos termos do artigo 96-B, combinado com os artigos 90, inciso IX, e 100 do Regimento Interno do Senado Federal, a Comissão de Assuntos Sociais decide selecionar a seguinte Política Pública do Poder Executivo para avaliação no ano de 2018: Política de Atenção Hospitalar e da Contratualização dos Hospitais Filantrópicos no SUS." Autoria: Senadora Marta Suplicy. Resultado: Lido. A Presidência designa o Senador Dalirio Beber Relator da matéria. ITEM EXTRAPAUTA 17 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 3 de 2018 que: "Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão, para debater a grave situação sobre a compra do medicamento para doenças raras, Aldurazyme (laronidase), Myozyme (alfa-alglicosidase) e Fabrazyme (beta-agalsidase), com representantes das seguintes entidades/empresas: Ministério da Saúde; Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA; Shire, empresa produtora dos medicamentos; Sanofi/Genzyme, empresa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

produtora dos medicamentos; Alexion Pharmaceuticals, empresa produtora dos medicamentos; Global Saúde, empresa declaradas vencedora; Tuttopharma, empresa declaradas vencedora Instituto Vidas Raras – Dra. Regina Próspero, representante dos pacientes Dra. Luciana Loureiro Oliveira - Procuradora da República." Autoria: Senador Humberto Costa e Paulo Paim. Resultado: Lido. Usam da palavra os Senadores Armando Monteiro, Waldemir Moka, Paulo Rocha, Airton Sandoval, Dalirio Beber, Humberto Costa, Paulo Paim, Flexa Ribeiro, Cidinho Santos, Hélio José, Otto Alencar, José Pimentel, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Rose de Freitas, Regina Sousa, Fátima Bezerra, Ana Amélia e a Senadora Marta Suplicy, Presidente desta Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Marta Suplicy

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/03/21

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

7ª

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

A presente reunião será destinada à deliberação de dois itens não terminativos e de 13 itens terminativos, conforme pauta previamente divulgada.

Há um expediente sobre a mesa, que passo a ler neste momento.

Esta Presidência comunica o recebimento do Aviso 305, de 2018, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão 303, de 2018, que trata da solicitação de S. Exª, o Senador Romário, para realização de auditoria nos contratos celebrados entre a União e a empresa Octapharma AG, nos termos do Requerimento 121, de 2017, que é da CAS, aprovado em 30 de agosto de 2017.

Conforme o subitem 9.1 do referido acórdão e os itens 3, 4 e 7 do voto que o acompanha, a auditoria está prevista para ser concluída neste mês de março e informa que o referido documento ficará à disposição dos Srs. Senadores, na Secretaria desta Comissão, para as consultas que se fizerem necessárias.

Vamos fazer agora, em virtude de não termos ainda o quórum para votação, a leitura do item 2, que é de autoria da Presidência da República e uma relatoria do Senador Armando Monteiro.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 183, de 2017

- Não terminativo -

Dispõe sobre o Sistema Nacional de Emprego (Sine), criado pelo Decreto nº 76.403, de 8 de outubro de 1975.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para prosseguimento da tramitação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

- *Votação simbólica.*

Concedo a palavra ao Senador Armando Monteiro para preferir a leitura do seu relatório.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. Como Relator.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em exame nesta Comissão, o Projeto nº 183 tem por finalidade estabelecer um novo marco legal para o Sistema Nacional de Emprego, atualmente disciplinado pelo Decreto nº 76.403.

O projeto não apresenta qualquer problema de constitucionalidade, juridicidade ou regimentalidade.

Com relação ao mérito, somos favoráveis à proposta.

Qualquer país que almeje crescimento econômico sustentável com inclusão social deve priorizar as políticas públicas de emprego.

São elas que amparam os trabalhadores, promovendo assistência financeira temporária, capacitação profissional e realocação no mercado de trabalho. São elas que atendem às demandas das empresas, que buscam profissionais qualificados para o preenchimento das vagas. São elas, igualmente, que beneficiam o Estado, garantindo a arrecadação para o sistema previdenciário, o pagamento de impostos decorrentes do consumo de bens e serviços e a economia de gastos em políticas sociais de transferência de renda, por exemplo.

As políticas públicas de emprego são, portanto, um grande vetor de desenvolvimento para uma sociedade. Fomentá-las representa um desafio prioritário para os gestores públicos, daí a importância da proposta de reestruturação do Sistema Nacional de Emprego, o Sine, objeto do presente projeto.

O Sine foi criado em 1975. Desde então, tem contribuído para intermediar a mão de obra do País. Atualmente, segundo dados do programa do seguro-desemprego, são concedidos benefícios de assistência financeira temporária a quase nove milhões de pessoas. Em 2014, foram 5,5 milhões de encaminhamentos de trabalhadores para entrevistas de emprego. Milhares de profissionais foram matriculados em cursos de qualificação, mais de 670 mil foram alocados em novos postos de trabalho. O sistema tem hoje quase 2.200 postos de atendimento, sendo 560 unidades próprias do Ministério do Trabalho e outras 1.600 unidades decorrentes de parcerias entre a União, os Estados e os Municípios.

Esses dados, contudo, não devem encobrir o fato de que o atendimento prestado hoje demanda aprimoramentos urgentes. Passados mais de quarenta anos da formulação do Sine, é hora de se buscar a modernização do sistema. Faltam normas, padrões de atuação e um modelo de gestão, meu caro Senador Moka, que assegurem efetividade às políticas de emprego.

Hoje o sistema funciona de forma fragmentada, sem integração, com prejuízos evidentes. Um exemplo claro é o repasse de verbas, que é realizado por meio de convênios, instrumento absolutamente inadequado para a execução de políticas sociais de caráter continuado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A descentralização fundo a fundo, como propõe o texto, diminui os trâmites burocráticos e permite a prestação simplificada de contas, meu caro Senador Cidinho, o que dá agilidade e segurança ao sistema. O modelo não é nenhuma novidade e segue o exemplo do que já vem sendo feito há muito tempo no Sistema Único de Assistência Social, o SUAS, e no Sistema Único de Saúde, o SUS.

Importante destacar aqui, Srªs e Srs. Senadores, que a mudança no modelo de repasse não implica de forma alguma qualquer aumento de gastos para o Erário. Assegura somente a manutenção do repasse mínimo aprovado pelo Congresso Nacional na Lei Orçamentária, sem possibilidade de contingenciamento de verbas.

Outro aprimoramento importante é a possibilidade de os gestores do sistema implementarem uma real política de recursos humanos, com bom atendimento aos trabalhadores e às empresas. Hoje, no atual marco legal, não é permitida a realização de concursos, e o atendimento é majoritariamente realizado por terceirizados, com baixa remuneração e alta rotatividade. A perspectiva de contratação de psicólogos, assistentes sociais e outros especialistas sinaliza a profissionalização do sistema com vistas a melhores resultados já no curto prazo.

Os melhores resultados, que tanto esperamos, dependem diretamente de novos instrumentos de gestão, definidos em dispositivos legais mais adequados à realidade atual. Existe hoje um verdadeiro abismo entre o Brasil e os países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento (OCDE) no que se refere a políticas de emprego. Segundo o Ipea, entre 2003 e 2017, eles gastaram em média 41,7% das verbas disponíveis com as chamadas políticas ativas de emprego. Políticas ativas são aquelas que focam na demanda por trabalho e na qualidade da oferta; ou seja, buscam manter o trabalhador no emprego, diminuir o tempo de recolocação no mercado e qualificar o trabalhador. No Brasil, vejam bem, apenas 2,3% dos recursos do setor foram aplicados nessas políticas. A grande maioria, quase a totalidade das verbas foi gasta nas chamadas políticas passivas, voltadas àqueles que já perderam o emprego.

Precisamos aprimorar o gasto público. O fato é que, caros colegas, quando o dinheiro público é bem empregado, o que se vê é economia em favor, naturalmente, do Erário.

Um estudo do Ipea mostrou que, mesmo com todas as falhas atuais, as ações de intermediação de mão de obra de requerentes e beneficiários do seguro-desemprego geraram uma economia de mais de R$43,5 milhões aos cofres públicos apenas entre 2015 e junho de 2016. Esse valor refere-se às parcelas de seguro-desemprego que deixaram de ser pagas após o novo contrato de trabalho. E é o próprio Ipea que afirma que essa economia poderia crescer – e muito – caso o Sine intermedeie uma maior quantidade de trabalhadores.

Fortalecer e organizar as ações do Sistema Nacional de Emprego, como propõe o PLC em tela, significa, de uma só vez, reequilibrar as contas do Fundo de Amparo ao Trabalhador, assegurar a empregabilidade do trabalhador brasileiro e fornecer mão de obra qualificada para o mercado nacional.

Pelo exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 183.

Era esse o parecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Lido o relatório, a matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, nós encerramos a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 183, de 2017.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para prosseguimento da tramitação.

Parabéns, Senador Armando Monteiro, pelo relatório, que não suscitou nenhuma dúvida!

Eu gostaria agora de discutir com os caros membros da Comissão as sugestões de políticas públicas, para batermos o martelo em qual seguiremos.

Está aqui o resumo do que já foi chamado, do que nós já fizemos, de avaliações.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Isso é burocracia. Eu vou direto ao ponto do que foi sugerido, para depois votarmos o Item nº 1 da pauta.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Está bem.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Vou aproveitar o quórum de que necessito para discutir políticas públicas.

No final, acabamos tendo até bastantes sugestões. Primeiro, foi Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras, subscritada pelo Senador Moka e pela Maria do Carmo.

O segundo item...

Isto está por votos ou por quê? Por quantidade de votos? Eu preciso saber os votos.

Ah, quantas pessoas indicaram: varia entre dois, um e três. Não é muito.

Nesse primeiro item foram duas indicações – e, pelo número de pessoas que eu vou ler, a gente sabe.

Senadora Regina Sousa: Controle de dengue, chikungunya, zika e febre amarela.

Senadora Marta, Senador Moka e Senador Dalirio Beber. Quanto a este item que nós tínhamos colocado como a participação do setor filantrópico no modelo de contribuição de políticas públicas de saúde no Brasil, a assessoria do Senado, aqui da CAS, colocou que, como o setor filantrópico não é do Estado, ficaria complicado. Mas, depois, discutindo com eles, conseguimos afunilar para algo que eu achei que ficou muito interessante, que se chamaria Política de Atenção Hospitalar e da Contratualização dos Hospitais Filantrópicos no SUS. Quer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

dizer, nós estudaríamos como é que o SUS contribui – ou pouco contribui – para a manutenção das filantrópicas, e o Relator se debruçaria em como isso poderia ser aprimorado para não ficar na presente situação. Essa é uma das pautas que eu achei bem interessante, porque é recorrente aqui o problema.

Uma pauta sugerida pelo Senador Garibaldi Alves: Políticas Públicas de Trabalho e Previdência Social, na qual ele desmembrou em três aspectos – competitividade e produtividade; impacto social sobre o trabalho: arrecadação da previdência; e integração.

Outra pauta do Senador Garibaldi: Políticas Públicas de Saúde – também desmembrada em: parceria com desenvolvimento produtivo; políticas e estratégias para a saúde mental e dependência química; Política Nacional de Regulação do Sistema Único de Saúde.

Também há outra pauta do Senador Garibaldi: políticas de saúde voltadas para populações vulneráveis ou com necessidades específicas, desmembrada em Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais; política de saúde indígena; Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional; política de saúde para pessoas com deficiência; política de saúde bucal Brasil Sorridente.

Outra pauta também, do Ministro Garibaldi: "Efetividade dos novos modelos de gestão do SUS".

Oitava pauta, do Ministro Garibaldi: "Empresa brasileira de serviços hospitalares como modelo de gestão de serviços públicos".

Agora temos uma outra pauta, que é do Senador Elmano: "Política nacional sobre drogas".

E uma décima pauta, do Senador Humberto Costa: "Acompanhar o orçamento federal da saúde em razão das alterações constitucionais na área do orçamento da saúde e cumprimento das emendas impositivas".

Parece que a Senadora Ana Amélia também queria enviar... Não, desistiu.

Bom, temos dez sugestões. Eu vou abrir para discussão.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. *Fora do microfone*.) – Há um critério: qual a indicação que tem o maior número de Senadores. Senão, nós vamos...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Bom, a que tem maior número... Não é tanto número, tem três indicações, que é minha, de V. Exª e de Dalirio Beber. Então, vou perguntar se todos estão de acordo com essa...

Bom, esse é um critério que sempre foi adotado aqui, mas, como tinha tanta coisa interessante, eu fiquei meio perdida também. Mas eu acho que a questão das filantrópicas é realmente algo que precisa... vai beneficiar todo o País se nós conseguirmos um entendimento maior.

O SR. AIRTON SANDOVAL (PMDB - SP. *Fora do microfone*.) – Eu acho importante esse tema. É muito importante. Eu subscrevo também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

7ª

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Então, temos também o voto para sermos quatro indicando o tema: Senador Airton Sandoval também indica o tema.

Bom, todos concordam? Senadores que concordam com a indicação do tema – como é que ficou o nome? Porque o tema ficou diferente: "Política de atenção hospitalar e da contratualização... O nome é horrível. Vou mudar esse nome: "Filantrópicas e SUS" – pronto, melhor. Dá para entender.

Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está decidida a política pública e é dado como lido o Requerimento 02, de 2018, da CAS, relativo à avaliação neste ano de 2018. O requerimento lido retornará à pauta para votação. Nós temos que escolher o relator então.

Eu sugeriria o Senador Dalirio Beber. Se V. Exª aceitar... Aceita? (*Pausa.*)

Então, será responsável pela relação filantrópicas e SUS o Senador Dalirio Beber. Aprovado por todos.

Então, vamos agora ao item primeiro da pauta.

Antes, eu quero anunciar aqui a presença da assessoria da ACT Promoção da Saúde, Srª Ana Maria Maya, da Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável, e o Sr. Renato Barreto, especialista em políticas públicas do Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor), e da Aliança pela Alimentação também, aqui presentes. Creio que estão aqui pela discussão do tema do nosso primeiro item.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, de 2015

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005.

Autoria: Deputado Luis Carlos Heinze

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Observações:

- Em 13.10.2015, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática aprovou Parecer contrário ao Projeto.

- Em 19.09.2017, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aprovou Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CRA.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

- Em 12.12.2017, o Senador Cidinho Santos apresenta Voto em Separado pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CRA.

- Em 28.02.2018, lidos o Relatório e o Voto em Separado na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista Coletiva ao Projeto nos termos regimentais

- A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente para prosseguimento da tramitação.

- Votação simbólica.

Vamos começar a discussão, porque já foi lido, mas eu poderia dar cinco minutos para a Relatora e cinco minutos para o outro projeto, para que possamos começar a discussão, e depois abrimos para o restante dos Senadores.

Com a palavra a Relatora Vanessa, e depois o Relator Cidinho... O Relator, não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – O voto em separado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – O voto em separado.

Resumo, por favor.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Os cinco minutinhos que V. Exª nos concede estão mais do que bons. Eu fiz questão, na sessão anterior, de proferir a leitura na íntegra do relatório, por conta de ser essa uma questão muito sensível, Presidente Senadora Marta.

Na realidade, o que esse projeto está fazendo é, depois de muito tempo, modificar as regras que regem alimentos que contêm organismos geneticamente modificados, ou seja, os transgênicos. Há algum tempo, quando foi aprovada e foi liberada a produção de produtos transgênicos, por ser essa uma situação extremamente nova, cientificamente ainda pouco conhecida, ficou acertado – e isso foi pacificado – que haveria uma conduta de muito cuidado em torno da matéria a fim de que fosse garantida a segurança alimentar das pessoas e, em segundo lugar, o acesso às informações, para que as pessoas pudessem ter o livre arbítrio de escolher ou não o consumo de medicamentos contendo produtos transgênicos, ou seja, organismos geneticamente modificados.

Então, Srª Presidente, a lei foi aprovada e, na sequência, a própria agência de vigilância estabeleceu um conjunto de regulamentações. Nesse conjunto de regulamentações, há a obrigatoriedade de aposição de um símbolo, que é o símbolo do reconhecimento de que aquele determinado produto contém transgênicos, ou seja, organismos geneticamente modificados. Essa é a regulamentação hoje.

O projeto de lei visa a modificar a atual regulamentação, no meu entendimento dando um passo para trás, um passo que, na nossa compreensão, além de poder ser bastante prejudicial ao conjunto dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

consumidores, porque dificultará o acesso às informações, ainda penaliza os pequenos produtores – não só pequenos, mas principalmente os pequenos. Penaliza aqueles que produzem produtos livres de transgênicos, porque o projeto aqui determina que deve ter no mínimo 1% para conter o símbolo, o que, cientificamente, segundo todos os técnicos que nós ouvimos... Eu, como Relatora, fiz questão de ouvir muitos técnicos na área da saúde, na área da nutrição, e todos eles colocam a dificuldade de se estabelecer esse percentual através de estudo. É por isso que a Anvisa optou: se tem produto geneticamente modificado na composição, entra imediatamente o símbolo. Isso já seria, na minha opinião, um problema sério.

O segundo problema, Senador, é que no §2º do projeto de lei, ele faculta – veja, o que não existia na lei – aos alimentos que não contêm organismo geneticamente modificado, a rotulagem livre de transgenia.

Ou seja, a obrigação – para quem tem produto que não contém transgênico – passa a ser a de apor esse símbolo e esses dizeres nos seus rótulos, só que para que isso seja colocado tem que ter o seguinte: "desde que comprovada a total ausência do alimento através de estudos e análises específicas".

Exatamente, ele impõe àquele que não usa, o pequeno produtor que não usa organismo geneticamente modificado, se quiser colocar que o produto é livre de transgenia, que ele faça um estudo do seu produto para colocar no rótulo.

Então, é duplamente perverso!

Eu peço muito aos meus colegas, eu sei que o objetivo é bom, mas não é a hora de fazer isso. Acho que os estudos estão avançados, nós estamos prejudicando os produtores que ainda insistem, com muita dificuldade, em produzir alimentos livres de transgenia e, sobretudo, os pequenos produtores que, para garantir um espaço no mercado, mais seguro, ainda têm que promover estudos científicos para provar que não estão usando transgênicos, Senadora.

(*Soa a campainha.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Vanessa.

V. Exª coloca com muita clareza a posição.

Com o Senador Cidinho, o substitutivo.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Obrigada, Presidente.

Eu queria e quero discordar da Relatora, a Senadora Vanessa, quando coloca que esse projeto está atendendo pequenos produtores ou que o relatório dela está facilitando. É totalmente ao contrário.

Esse projeto, desta forma como está, vem atender a ONGs internacionais. Ontem recebi um e-mail, em meu gabinete, de uma ONG americana, colocando... Agora, por que essas ONGs americanas não exigem que no litro de leite que o americano bebe ou no frango tenha um "T" bem grande destacando que na origem desse leite a vaca comeu farelo de soja que estava na ração e que era transgênico?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O que nós estamos discutindo aqui é a questão de desvalorizar, em centenas de cidades, os nossos produtos. Nós somos um País exportador de alimentos, nós somos um País reconhecido pela nossa tradição e vocação em produzir, exportar e alimentar o nosso País.

Em nenhum momento está falando que vai se retirar da bula a informação de que na origem contém transgênico. Agora, a partir disso, você colocar um "T" bem grande – que chamam de "tesão" – no produto, para desvalorizar o nosso produto?

Nenhum país do mundo faz isso, não tem a necessidade de se fazer isso. Se fosse assim, um produto que tem sódio, nós teríamos que colocar uma caveira com "S" bem grande dizendo que lá há sódio. Um produto que tenha qualquer outra gordura trans tem que ter um "G" e um "T" bem grandes dizendo que há gordura trans.

Então, a informação se mantém normal, de que este produto, na origem, foi utilizado com transgênico, 1%. É normal.

Agora, nós pegarmos, em nossa embalagem, de um frango, de um pedaço de carne, de um litro de leite, e colocar este "T" grande para desmerecermos os nossos produtos? Não tem necessidade.

Então, esse é o meu relatório. Não vou nem entrar no mérito da discussão sobre o transgênico, se todo mundo... Até hoje nunca foi comprovado que faz mal à saúde, mas é o único ponto que eu tenho de divergência com a Senadora Vanessa, a desnecessidade de colocar um símbolo bem grande em nossos produtos para enviar para o mundo, para desmerecê-los. Além do mais, a questão de ter que fazer uma análise para a segregação, a divisão de matéria prima.

Essa questão que V. Exª falou, Senadora, de livre de transgênicos. Primeiramente, se eu vender um produto, que eu acho diferenciado, eu tenho que comprovar para o meu consumidor que estou vendendo um produto diferenciado.

Se eu estou vendendo aqui um queijo cujo leite foi tirado de vacas criadas nos Alpes Suíços... Então, tenho que colocar na minha embalagem: este leite é diferente. Agora, se eu vou vender um pequeno produto – há pessoas que vendem soja produzida não transgênica... Então, tem que fazer análise e provar: este produto aqui não é transgênico. Há possibilidade porque eu vou cobrar mais caro por isso. Isso é normal. Então, essa é a questão que me separa nessa questão do meu voto e da Vanessa é simplesmente esse fato da questão do tesão. Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada. Foi bastante clara a sua posição, Senador.

Agora o Senador Moka quer discutir. Vamos lá! Depois, a Senadora Rose.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. Para discutir.) – Srª Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, eu era Presidente da Comissão da Agricultura na Câmara quando nós discutimos essa questão dos transgênicos. Na época chegou-se a afirmar que quem consumisse: "Aprovem esse projeto depois vocês vão ver criança nascer sem braço, com defeito". Vejam a maldade do argumento que chegou a ser usado na época da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

discussão dos transgênicos. A transgenia é uma modificação de genoma e que pode ser usada até em remédio. Você pode ter um feijão que tenha uma quantidade maior de ferro. Você pode ter um monte de benefícios. Agora você rotular um alimento que contém transgênico é assim como informar que um determinado alimento contém glúten. Está escrito. Agora você colocar uma marca com um "t" enorme, é quase que dizer: "Perigo, não coma que você vai morrer". É uma diferença tão grande que não se justifica.

Sou favorável a que qualquer tipo de alimento, remédio tenha realmente a composição e se há algum tipo de coisa que possa causar alergia tem que constar. Agora você rotular um alimento com uma marca que você olha e dá um receio de que aquilo vai te fazer mal... E, com disse o Cidinho Santos: "Você come frango, esse frango foi alimentado com milho que muito provavelmente ou na maioria das vezes é transgênico". O boi, se foi alimentado com ração, foi engordado com soja transgênica. Então, não vejo como isso vai melhorar ou vai beneficiar. Então, eu voto com a maior tranquilidade o voto em separado do Senador Cidinho Santos.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Senadora Rose de Freitas, V. Exª gostaria de se manifestar?

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES. Para discutir.) – Srª Presidente, há duas palavras que me deixaram realmente confusa, porque eu sou a favor de que toda informação sobre qualquer produto seja especificada na sua rotulagem. O Senador Cidinho diz assim: "Por que nós vamos depreciar...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Senadora Vanessa, é melhor a senhora prestar atenção porque ela está fazendo um questionamento exatamente do que V. Exª suscitou. Desculpe.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Por que usar a palavra "depreciar"? "Isso vai depreciar o nosso produto." Então, há alguma coisa que não está combinando.

A informação, sempre que necessária, cresce – para mim – o valor do produto diante do cidadão. Ele quer comprar, saber o que está comprando. E hoje o transgênico não é nenhum bicho-papão, há informações suficientes sobre isso para quem utiliza, quem manuseia, quem insere. Acho que na maioria dos medicamentos que nós estamos tomando por aí também há soja modificada, etc.

Mas eu queria dizer que eu sou a favor de que tenha, sim. Com esse "T", desse tamanho, o senhor me apavorou. Qual o tamanho do "T"?

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT. *Fora do microfone*.) – É um tesão. (*Risos.*)

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Ah! Está bem... O senhor me apavorou.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu diria que é mais por força de expressão, Senadora. (*Risos.*)

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Mas ele usou a nomenclatura das palavras.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – É sem proporção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – É a nomenclatura das palavras e não serviria outra coisa, não é, Cidinho?

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Não.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – De jeito nenhum.

Então, eu sou a favor de que haja no rótulo essa identificação de que aquele produto contém transgênico. Portanto, ele é um produto transgênico.

A forma de fazer – se a senhora me permite, Srª Presidente –, a forma de identificar isso pode ser modificada. Realmente, colocar um "T" desse tamanho assusta todo mundo. Pode ser uma coisa de perigo e tudo mais. Mas pode ou deve ser identificado no rótulo o que é que nós estamos consumindo. Essa permissão só nós podemos dar a nós mesmos.

Portanto, eu sou a favor. Não vejo... Assusta-me quando ele diz assim: "Por que nós vamos depreciar o nosso produto lá fora?" Quer dizer que ter a transgenia é depreciar o nosso produto?

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT. *Fora do microfone*.) – Colocar o "T" grande...

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Vamos encontrar a maneira de colocar, mas sou a favor da identidade.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Senador Paulo Rocha com a palavra.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para discutir.) – Sinceramente, cá para nós, é hilário estar discutindo o tamanho do "T". Não é o tamanho do "T", não minimizem a questão. Não é o tamanho do "T". O problema aqui se trata de proteção ao consumidor e proteção à saúde pública. Nós já avançamos nisto, inclusive em remédios: é chamada a atenção para essas situações. Todo mundo sabe que a questão transgênica modifica o produto, e tem que ser chamada a atenção para isso. Isso, inclusive – aquilo que a Vanessa disse – prejudica, sim, os produtos que não são de origem transgênica, porque se proporciona mais propaganda de que este produto é melhor do que aquele, etc., etc.

Então, a questão, Cidinho...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Senadores, temos um Senador com a palavra.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Senador Cidinho, V. Exª inclusive está levando para a gozação com a questão do "T", do tesão. Não é esta a questão, a do tamanho do "T". Se for o tamanho do "T", podemos chegar a um acordo aqui quanto a esse tamanho. Uai?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Uai? Mas não é essa a questão central.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Não se está escondendo informação.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Já existem até sinais quando há perigo. Por exemplo, uma seta meio torta significa perigo de energia; um conjunto de coisas já existem. As pessoas vão buscando legislação capaz...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – V. Exª me concede?

É exatamente isso. Quando você coloca esse "T" dá a impressão de que está consumindo alguma coisa perigosa...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Mas está chamando a atenção.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – ... que não tem nenhuma evidência científica.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Está chamando a atenção.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Faz 20 anos que se usa transgênico e não há nenhum caso – nenhum caso – em que se demonstre cientificamente que dê prejuízo...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – No fundo, no fundo, a proposta do Cidinho é retirar qualquer observação...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... qualquer observação.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – É óbvio, é óbvio, é óbvio.

Então, esse é o central da questão: se mantém ou se não mantém. O tamanho, o tamanho vamos discutir. É questão de proteção de saúde, proteção ao consumidor...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... proteção ao cidadão. Esse é o central do debate, não é o tamanho do "T".

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Senador Paulo Rocha, eu acho que o debate...

Eu dou a palavra novamente ao Relator do substitutivo para que ele se pronuncie.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Vou esclarecer: o meu voto em separado mantém exatamente a informação de que no produto vai constar que esse produto contém transgênico na sua essência, na formulação. Isso vai constar. O que estou retirando é a questão da palavra, do símbolo "T" grande. Não vou falar porque estão falando que estou com gozação com o "T". Então, não vou mais falar dessa forma.

O que estou dizendo é que a informação ao consumidor é uma obrigação, é um direito do consumidor de colocar. Eu estou falando da desnecessidade de colocar o símbolo grande como o "T".

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Senador Paulo Rocha, foi esclarecido?

Vai ser mantida a informação, não existirá o símbolo "T".

Senadora Regina Sousa, que ainda não se pronunciou.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Para discutir.) – Eu acho que é pela linha consumidor também. A informação é como aquelas bulas de remédio que ninguém lê porque a letra é miudinha, precisa de uma lupa para ler. O "T" chama a atenção imediatamente principalmente para as pessoas que não são letradas. A pessoa vai ler uma frase todinha para descobrir que há um componente naquilo lá? É necessidade das pessoas, é o respeito ao consumidor e não sei por que esse medo de haver um "T". Eu sinto como um medo. Quem quiser consumir consome conscientemente, vai saber que está consumindo alguma coisa que é questionável, que ainda está em debate. A pessoa vai saber. Agora, a pessoa compra sem saber porque ninguém vai ler uma frasezinha, com uma letrinha bem miúda. São não sei quantas informações numa lata, por exemplo, de um alimento. Há informação demais, a letra é muito miúda e nem todo mundo consegue ler.

Por isso, que o "T" é importante, é um símbolo que chama a atenção das pessoas.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Passo a palavra, então, à Senadora Vanessa e, depois, acho que podemos votar.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Para discutir.) – Presidente, primeiro eu acho que esse debate nós estamos desenvolvendo aqui é importante para que se tirem dúvidas.

Nós não estamos aqui discutindo um projeto em que a oposição é contra ou que a situação é a favor. Nós estamos discutindo um projeto extremamente técnico.

Na minha opinião e V. Exª me conhece e com quem eu convivo sabe também que há determinadas coisas em que cansei de dar parecer aqui a projetos, Senadora Marta...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Senadores Cidinho, Hélio e Rose, por favor.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – É difícil, eu já cansei de dar pareceres aqui no sentido de fazer com que essa atribuição, a atribuição de regulamentação fique para a Agência de Vigilância Sanitária. Não há necessidade que para tudo a gente faça projeto de lei. Não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

há necessidade, mas pela importância da matéria eu poderia ter rejeitado o projeto e ter dito o seguinte: "Deixa para a Anvisa", mas não. Nós já temos uma regulação. Hoje, qual é a regulamentação? A regulamentação é que todo produto transgênico contenha a letra "T" como símbolo.

A mudança que o projeto determina é que tira essa obrigatoriedade de ter o "T", portanto, ele tira o símbolo e apenas exige que seja colocado na bula, ou seja, lá atrás, na composição do produto, pequeninho. Eu mesma, que não sou tão velha, tenho que pegar uma lupa para ver, porque eu tenho um problema com soja, e não é só a transgênica, mas com qualquer tipo. Então, tenho que ler com uma lupa.

Então, o que eles querem é colocar lá atrás, bem pequeno, que o produto contém transgênico. Mas, o que é pior, Senadora Marta, é que no §2º eles colocam uma punição para aqueles que produzem alimentos, produtos animais ou vegetais, livres de transgênico. Só poderá colocar isso no produto quem tiver um estudo de análise específica. E hoje é livre.

Aliás, ninguém coloca nada, porque o transgênico é identificado. Mas, não. Eles estão... Se a gente prestar atenção, esse projeto parece que não é danoso, mas inverte a lógica. No normal, passa a ser um produto com transgênico e aquele que produz livre de transgênico é que tem que fazer um estudo para colocar lá o seu símbolo e a sua análise.

Então, Presidente Marta, quero dizer o seguinte: não há nada que tenha prejudicado a produção de transgênico no Brasil. Pelo contrário, essa medida que querem adotar pode até prejudicar os nossos produtos exportados, porque hoje o país que compra soja transgênica compra, e o país que não compra quer ter lá a segurança de que está comprando uma soja que não tem transgenia.

Então, acho que em vez de ajudar, prejudica o mercado importante e vigoroso.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não havendo mais...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Srª Presidente, por gentileza.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Senador Hélio José, pois não.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF. Para discutir.) – Srª Presidente, sem dúvida esse é um tema altamente importante na discussão. Uma coisa que a Senadora Grazziotin falou e que me chamou muita a atenção foi com relação ao fato de o pessoal da agricultura familiar ter que pagar para que o produto deles seja colocado como livre de transgenia.

Senadora Grazziotin, por gentileza...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Senadora Vanessa...

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Não é verdade...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Pois é. Isso é o que eu quero que ela nos esclareça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Senadora Vanessa, o Senador Hélio José está fazendo uma pergunta.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Vanessa, por favor. O tema que me chamou muito a atenção foi a sua colocação da necessidade de o pessoal da agricultura familiar ter que pagar para ter a informação de produto livre de transgenia.

Então, seria muito importante nós termos clareza sobre isso, porque já sabemos da dificuldade da agricultura familiar e se isso estiver constando, eu gostaria de sugerir uma emenda supressiva dessa necessidade de se ter que pagar para poder constar essa informação.

Com relação...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Ele não vai ter que pagar, ele vai ter que... Ela vai explicar.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Olha, Senador Hélio José...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – É o §2º do art. 40, que é o modificado.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Seria o §2º do art. 40. Vamos ler...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Senadora Vanessa, para esclarecer a dúvida.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Perfeito. O que diz aqui o §2º do art. 40? O art. 40 é o que trata do rótulo, Presidente, e o §2º diz o seguinte: "Aos alimentos que não contenham organismos geneticamente modificados será facultada a rotulagem 'livre de transgênicos'[...]"

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – "Facultado".

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Sim, mas só na seguinte condição: "[...] comprovada a total ausência no alimento de organismos geneticamente modificados, por meio de análise específica."

Por meio de análise específica... Hoje o ônus cabe a quem produz com transgênicos, porque é preciso colocar lá o símbolo. Os que não produzem não precisam colocar nada. Então, o que diferencia o alimento com transgenia do que não tem transgenia é apenas o símbolo do transgênico. Os demais não têm transgênicos. Mas aqui está-se invertendo e colocando o ônus. Quem quiser colocar que o produto é livre de transgênico vai ter que pagar uma análise para poder colocar isso.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Presidente, esclarecendo esse assunto, nós temos hoje alguns nichos de mercado em que há pessoas que só comem produtos orgânicos. Então, quem produz orgânicos tem que provar... Se ele vai vender orgânicos, ele vai vender mais caro – porque realmente esses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

produtos são mais caros –, ele vai ter que colocar lá "produto orgânico". Então, alguém tem que identificar que aquele produto é orgânico. Se o pequeno produtor vai vender leite, por exemplo, ele não tem necessidade de colocar no rótulo do seu produto nada. Agora, se ele quiser colocar no seu produto, especificamente, que o seu leite, que o farelo de soja que a sua vaca comeu não era transgênico, então, há aí um diferencial nesse produto. Assim, é facultado a ele usar essa informação a seu favor para que possa vender mais caro. Mas aqui não se fala que isso é obrigatória. Fala-se que é facultado utilizar-se disso para agregar valor ao produto, para alcançar o nicho de pessoas que até hoje têm restrição com relação à transgenia.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Mais algum Senador?

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Esclarecido o fato, devo dizer que eu fui Relator desse projeto na CDH. E lá eu dei provimento positivo ao projeto, com a identificação da transgenia. Então, eu não tenho como votar contra o parecer que eu já dei na CDH.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – A gente muda de opinião conforme as circunstâncias...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Claro, claro!

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – ... e os esclarecimentos.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Mas a compreensão da necessidade de haver a identificação da transgenia é importante. Todavia, não precisa haver esse escândalo todo para colocar isso. Eu acho que tem que haver um tamanho adequado, correto, sem espantar nenhum cliente com relação a um produto que tem transgenia positiva e tem transgenia que leva a outros riscos. Então, há produtos em que é atrativo ter a transgenia colocada. Há outros em que não é. Por isso creio que é necessário manter a identificação da transgenia depois de esclarecido esse ponto.

Eu vou votar de acordo com a posição da Senadora Vanessa Grazziotin.

Muito obrigado.

O SR. AIRTON SANDOVAL (PMDB - SP) – Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Senador Airton.

O SR. AIRTON SANDOVAL (PMDB - SP. Para discutir.) – Os argumentos que foram colocados pelo Senador Cidinho são muito importantes e convincentes. Nós já temos, na nossa agricultura e na nossa pecuária, uma série de problemas que têm acontecido por razões de malfeitos ou de outras naturezas e isso tem criado dificuldades para a comercialização dos nossos produtos, inclusive, trazendo prejuízos grandes para o nosso País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, a informação que ele nos traz de colocarmos no rótulo do alimento uma marca negativa, que traz uma imagem negativa para o nosso produto, isso é muito complicado para quem já vive essa situação, Senadora.

(*Soa a campainha.*)

O SR. AIRTON SANDOVAL (PMDB - SP) – Então, no meu voto eu vou acompanhar o substitutivo do Senador Cidinho.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Senadora ...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não, Senador Dalirio.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Apenas para manifestar a minha opinião com relação a esse debate importante que se estabelece hoje aqui na CAS.

Em primeiro lugar, dizer que, de fato, digamos, a manifestação do próprio Senador Moka é no sentido de que, nestes 20 anos, nenhuma comprovação científica houve no sentido de que a transgenia causa, digamos, males à saúde da população.

Por outro lado, digamos, não se está eliminando a obrigação de ter na rotulagem a existência, ou não, de elementos de transgenia. O símbolo é que agride, digamos, aqueles que estão vendo esse produto. Nem todos se atêm à leitura do rótulo e à pesquisa no sentido de ver, digamos, o que a transgenia pode causar ou não, até porque, de fato, até o presente momento nada disso aconteceu.

Portanto, acho que o parecer, o relatório feito pelo Senador Cidinho deve ser aprovado. Por outro lado, também, esse projeto veio da Câmara, onde temos 513 Deputados que representam a sociedade brasileira, e de lá, digamos, ele veio para o Senado já com essa manifestação da maioria dos congressistas da Câmara no sentido de que devesse aprovar essa alteração através desse projeto de lei.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação o relatório da Senadora Vanessa Grazziotin.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Quem discorda levanta a mão.

Nós temos 14...

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Votação nominal, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Votação nominal. (*Pausa.*)

Vamos arrumar o painel. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Vamos esclarecer. Quem vota com a Senadora Grazziotin vota "sim"; quem vota com o substitutivo do Senador Cidinho vota "não". (*Pausa.*)

Não está abrindo o painel. (*Pausa.*)

Abriu.

(*Procede-se à votação.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Srª Presidenta...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Quem fala?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O PT vota "sim".

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não, Senadora.

Quem vota "sim" vota com o relatório da Senadora Vanessa; quem vota "não" vota... (*Pausa.*)

Nós temos...

Todos votaram? (*Pausa.*)

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Presidente, eu quero só dizer que, independentemente do resultado aqui, eu vejo que o PT mobilizou toda a sua equipe, que o PCdoB hoje... Mas essa batalha, independentemente do resultado, não está encerrada aqui. Nós vamos para a Comissão do Meio Ambiente e lá vamos fazer um trabalho também para mostrar esse grande equívoco que se quer colocar, e depois; no plenário também, continuaremos o debate.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Só para V. Exª ter uma ideia de quem é equivocado e o que é que a população pensa, aqui no Senado, naquela pesquisa que se faz habitualmente sobre os projetos, 15 mil pessoas foram contra esse projeto, e apenas quantas?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Oitocentas.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... oitocentas a favor. Só para que se tenha uma ideia do que é que isso representa em termos de opinião pública.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Senador Moka e Senador Paim ainda não votaram.

Já votaram?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Concluiu, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Ainda temos alguém que não votou?

Senador Flexa.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Srª Presidente, enquanto não se acaba de votar, quero cumprimentar o Senador Cidinho Santos, sempre um guerreiro pelas suas causas, dizer que nem sempre todos nós aqui podemos votar com o coração, poderia dizer. É um amigo da gente, mas essa questão aqui é a racionalidade do que eu acredito, por isso que fui Relator na CDH, e mantenho a minha posição...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Acho que todos aqui sabemos.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – ... de ter que ter essa identificação.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não é um voto fácil.

Todos votaram? Acho que agora sim, não é? Flexa votou? (*Pausa.*)

Votou.

Vou encerrar a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Aprovado. (*Palmas.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, contrário ao Projeto de Lei da Câmara 34.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente para prosseguimento da tramitação.

Bom, como temos tantos membros da Comissão presentes, vamos votar. Peço que fiquem mais um pouquinho, para que possamos...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Vamos votar? Nós temos seis lidos. Vamos ver se a gente consegue fazer essa votação.

Vou colocar os lidos de quem está presente: Senador Hélio José, item 7.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Perfeito.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Vamos à votação. Depois há o item da Senadora Maria do Carmo; o item do Romário, que não está; Caiado, que não está, e Rose de Freitas, que está. Vamos lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou ler de quem está presente primeiro, depois os outros.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 296, de 2016

- Terminativo -

Acrescenta o art. 72-A à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, com a finalidade de estabelecer prazo para concessão do salário-maternidade pela Previdência Social.

Autoria: Senador Telmário Mota

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta.

Observações:

- Em 06.09.2017, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.

- Votação nominal.

Ele já foi lido. Alguém gostaria de discutir? É a concessão do salário-maternidade pela Previdência Social, porque hoje demora-se muito para pagar o salário-maternidade, a mulher fica dois, três meses sem receber, e agora esse projeto vem a bom tempo colocar um prazo de 30 dias para que a União pague o salário-maternidade.

Bom, vamos abrir para votação. Ninguém mais quer discutir? (*Pausa.*)

Aberta a votação.

(*Procede-se à votação.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Esse é um dos projetos que foram selecionados para o mês da mulher. (*Pausa.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Está muito devagar a votação. (*Pausa.*)

O Senador Hélio já votou?

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF. *Fora do microfone*.) – Já votei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – A Senadora Regina já votou? O Senador Humberto Costa já votou?

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Com o Relator e com as mulheres brasileiras, voto "sim".

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Já votou.

Airton. (*Pausa.*)

Paulo Rocha. (*Pausa.*)

Flexa está aí ou já saiu?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Falta Dalirio... (*Pausa.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É o seu. É o 14.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Calma. Nós vamos ler os que já foram lidos.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não, lido só há esse. Só há um lido. Faltam dois para ler. Então, vamos ler os lidos; depois, se houver quórum, continuamos. É o 14 que nós vamos ler. (*Pausa.*)

Todos já votaram? (*Pausa.*)

Encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Aprovado por unanimidade o projeto do Senador Telmário Mota, com a relatoria do Senador Hélio, por 15 votos, o Projeto 296, de 2016, com a Emenda nº 1, da CAS.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Vamos agora ao item 14, da Senadora Rose de Freitas, que também já foi lido.

ITEM 14

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

7ª

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 241, de 2017

- Terminativo -

Altera os arts. 392 § 3o da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para que em caso de parto prematuro o período de internação não seja descontado do período da licença maternidade.

Autoria: Senadora Rose de Freitas

Relatoria: Senadora Marta Suplicy

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta.

Observações:

- Em 14.03.2018, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.

- Votação nominal.

Está aberta a votação.

(*Procede-se à votação.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Está também em discussão.

Dou a palavra à Senadora Rose de Freitas, mas já abrimos a votação. Senadora Rose de Freitas, para se manifestar sobre o projeto.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES. Para discutir.) – Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu acho que isso é extremamente importante, porque é difícil que as pessoas possam avaliar que uma criança prematura, com problemas de saúde, fica internada numa UTI, às vezes, dois meses ou três meses, e a mãe sai daquele hospital carregando seu filho ou sua filha com grandes dificuldades de transferir a responsabilidade de cuidar dessa criança a outra pessoa. Muitas vezes, ela não tem nem a quem transferir. Muitas vezes, ela deixa o emprego para cuidar da sua criança ainda fragilizada.

Nós entendemos que essa é a excepcionalidade. Ela não pode penalizar a família como um todo, principalmente os pais, que são responsáveis.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Vou pedir à Senadora para votar, interrompendo-a por um minuto.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT. Para discutir.) – Senadora Presidente, eu votei "sim" em consideração à Senadora Rose. Mas, avaliando a questão prática, a partir do momento em que uma pessoa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

dá à luz, tendo o filho prematuro ou não, automaticamente ela está em licença-maternidade. Então, não teria por que descontar, porque, mesmo se a criança estiver na UTI ou não, mas tudo bem, eu votei "sim" e parabenizo.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não. Mas há um argumento muito forte, Senador. Eu fui a Relatora do projeto também, porque uma criança prematura precisa da mãe muito mais do que uma criança que não seja prematura. Então, é muito de bom senso isso, porque, às vezes, uma criança fica internada quase o tempo da licença da mãe. Aí ela vai para casa, e a mãe vai para o trabalho. É insano. Então, inclusive, em termos econômicos, é uma grande economia para a saúde, porque vai dar confusão.

Senadora Regina, pois não.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Presidente, acho que...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Para discutir.) – Eu queria lamentar a frase do Senador Cidinho. Pelo amor de Deus. Parece que está pensando apenas no lado empresarial. São dias a mais. Criança prematura é como se tivesse dois dias de nascimento, duas datas de nascimento. Porque o período em que...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Por favor, o senhor fala depois.

O período em que ela fica internada é a luta pela sobrevivência. Então, o dia em que ela sai é quase o dia em que ela nasceu, porque aí está garantido que é uma criança saudável, que vai ter condição de sobreviver.

Então, são dias que ficam internadas ou meses.

Não é possível pensar só no lado empresarial. Certamente, está pensando só assim.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Presidente, eu acho que nós estamos com problema, com risco de quórum. As matérias já foram lidas, elas até dispensam esclarecimento, porque elas são tão claras e tão objetivas que, se agilizarmos, conseguimos limpar a pauta. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Item 14, decisão terminativa, Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2017.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

Podemos liberar o painel?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Já foi votado. Pode fechar a discussão.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Em votação o projeto e a emenda, nos termos do relatório apresentado.

Solicito à Secretaria da Comissão que prepare a votação.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP. *Fora do microfone*.) – Acho que já pode encerrar.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Posso encerrar a votação?

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Resultado: aprovado o projeto de lei do Senado.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP. *Fora do microfone*.) – Agora, há que se ver o resultado.

Foi unanimidade. O Cidinho vai votar a favor.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Eu iniciei o processo em andamento.

Encerrada a votação.

Por unanimidade, 14 votos. (*Palmas.*)

Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2017, e a Emenda nº 1-CAS.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Devolvo a Presidência à Senadora Marta.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada. Desculpa a confusão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Voltamos ao item 13.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – O próximo. Vamos para o primeiro da lista, que é lido. O Senador Alencar não está. Hélio José... Quem está? Paulo Rocha.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 225, de 2017

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

7ª

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Dispõe sobre a assistência ao paciente com diabetes mellitus no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

Autoria: Senador Ronaldo Caiado

Relatoria: Senador Paulo Rocha

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- Em 14.03.2018, lido o Relatório e encerrada a discussão na Comissão de Assuntos Sociais, fica adiada a votação da matéria.

- Votação nominal.

Em votação o projeto.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Desculpa. Foi encerrada a discussão já.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu só quero fazer um registro, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A questão do diabetes é muito importante. Quero cumprimentar o autor e o Relator e lembrar que, no dia 14 de novembro, celebra-se anualmente o Dia Mundial do Diabetes. Coincidentemente, essa campanha de conscientização também é conhecida como Novembro Azul, que é o combate à prevenção ao câncer de próstata, nos mesmos moldes do movimento já consolidado, no mesmo mês e cor, em respeito ao câncer de próstata e à saúde do homem.

Nesse sentido, é importante refletir também quais as ações que o Ministério da Saúde tem viabilizado em favor dos pacientes de diabetes. É de grande importância que o Ministério da Saúde participe e contribua para dar visibilidade às iniciativas da campanha Novembro Azul, focadas não apenas no combate ao câncer de próstata, mas também no diabetes.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Aberta a votação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Queria dizer que a Vanessa Pirolo, conselheira da Associação Diabetes Brasil, fez essa solicitação que apresento agora na votação deste projeto do Senador Ronaldo Caiado, que foi muito bem relatado pelo Senador Paulo Rocha.

Vou votar a favor, claro, a respeito desse tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Quem vota com o Relator vota "sim".

Podem votar.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Presidente, mais uma vez, vou votar "sim", mas vou aqui colocar a minha posição, que eu já havia colocado na semana passada. Quando você obriga uma empresa a fazer um exame para identificar, na admissão, que a pessoa que está sendo contratada tem diabetes ou não, e na demissão você também obriga a empresa a fazer um exame demissional sobre o diabetes, eu acho que deveria, baseado naquilo que a Senadora Ana Amélia falou, a empresa ter obrigações de divulgar, de fazer ações. É como se fosse com uma mulher grávida. Se vai fazer um exame admissional na mulher, e ela estiver grávida, a empresa não contrata. Por isso que proibiram o exame admissional para mulheres...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Cidinho, deixe-me esclarecer. O Senador Ronaldo Caiado tem dois projetos que tratam da questão do diabético. Esse que eu relatei obriga o SUS a dispor tratamento diferenciado ao diabético.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Tudo bem.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Não é aquele outro.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Ah tá.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Esse é outro.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Peço escusas. De toda forma, eu ia votar favorável...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – É um projeto importante.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – ... mas há essa preocupação.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Senadora Marta.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Deixe-me só esclarecer. O Senador Cidinho Santos está falando de outro projeto e votou "sim" nesse projeto.

Com a palavra o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu voto "sim".

Realmente, o diabetes é uma doença silenciosa e altamente corrosiva. E há um problema: na maioria dos casos, evolui para problemas principalmente renais. Na maioria das vezes, o diabético termina, se não ocorrer o óbito antes, como um renal crônico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Portanto, é muito importante este projeto. Eu parabenizo o Relator, Paulo Rocha, e o autor, Ronaldo Caiado. É, sem dúvida nenhuma, um avanço importante.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Todos os Senadores já votaram? (*Pausa.*)

Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, Senadora Marta Suplicy, na mesma linha do Senador Moka, o diabetes é uma doença que, assim como a hipertensão, não dá conhecimento se não houver um tratamento ou um acompanhamento de saúde preventiva.

Então, o projeto é importantíssimo, senão o diabético pode tornar-se um renal crônico, que vai para hemodiálise ou para um transplante renal. Portanto, quanto mais atenção nós dermos ao diabético, menos casos de óbitos vamos ter, se Deus quiser.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Já serve para o outro projeto do Senador Caiado, ao qual o Senador Cidinho se referia.

Todos votaram?

O Senador Humberto quer a palavra, ou ainda não votou?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Quero a palavra, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não. Com a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Além de sabedor, como médico, das complicações do diabetes, eu sou também diabético. E, como tal, sei quais são os problemas, as dificuldades, enfim.

Mas eu queria aproveitar esta oportunidade, já que se está falando disso, para registrar algo que já falei no plenário inclusive. Neste Governo, o Ministério da Saúde eliminou uma das pernas do Programa Farmácia Popular. Era aquela em que havia uma farmácia custeada pelo setor público, que vendia todos os medicamentos por mais ou menos 10% do valor de mercado.

E existe a outra perna da Farmácia Popular, chamada Aqui tem Farmácia Popular, que distribui gratuitamente na rede privada medicamentos exatamente para diabetes, hipertensão, asma, e o Ministro da Saúde declarou publicamente – e isso já vem acontecendo – que foram descredenciadas mais de mil farmácias desse Programa Farmácia Popular. E o argumento dele é de que era para economizar. Eu tive oportunidade de dizer que fazia tempo que eu não ouvia uma estupidez tão grande, porque, exatamente como disseram aqui vários Senadores, o medicamento para hipertensão, para diabetes, que a pessoa toma com regularidade, indicado pelo médico, vai evitar exatamente as complicações, que são as mais caras para serem tratadas pelo Sistema Único de Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu inclusive vou apresentar aqui um requerimento, para que o próximo Ministro da Saúde – Deus queira que esse saia logo – venha aqui para a gente discutir essa questão da Farmácia Popular, inclusive sobre essa ideia de jerico de que tirar os medicamentos da Farmácia Popular seria economizar dinheiro.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Senador Humberto Costa.

Está encerrada a votação. Todos já voltaram?

Vamos esperar mais um minuto.

Vou encerrar esta votação e passamos para a próxima.

Aprovado, por unanimidade, o Projeto de Lei 225, de 2017, do Senador Caiado com relatoria do Senador Paulo Rocha.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 204, de 2017

- Terminativo -

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho e 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre a avaliação multidisciplinar e a elaboração de plano de atendimento individualizado para promover a inclusão de pessoas com deficiência.

Autoria: Senador Romário

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- Em 20.09.2017, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa aprovou Parecer favorável ao Projeto.

- Em 14.03.2018, lido "ad hoc" o Relatório pelo Senador Paulo Paim na Comissão de Assuntos Sociais, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.

- Votação nominal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Está em discussão.

O Projeto altera a Lei de nº 13.146, para dispor sobre a avaliação multidisciplinar e a elaboração de plano de atendimento individualizado para promover a inclusão de pessoas com deficiência.

Autoria do Senador Romário e relatoria da Senadora Lídice (*ad hoc*, Senador Paim).

Ele já foi aprovado na Comissão de Direitos Humanos, com parecer favorável. Foi relatado *ad hoc* pelo Senador Paim na nossa Comissão e agora terá votação nominal.

Abrimos para a votação, enquanto o Senador Paim faz um resumo do relatório.

Alguém gostaria de se manifestar?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos aos votos, Srª Presidente.

Fiz o relatório na íntegra do parecer da Senadora Lídice a Mata.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Encerro a discussão.

Em votação.

Quem vota com o Relator, que agora é o Paim, vota "sim".

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Só para pedir a V.Exª que, se possível, hoje, leia o requerimento que eu apresentei para que ele possa ser votado na próxima reunião, que trata de um debate sobre a situação da compra de um medicamento para doenças raras. Nós gostaríamos de fazer essa audiência pública com as empresas para debatermos porque há um risco de desassistência.

Então, eu gostaria que V.Exª lesse o requerimento.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Todos já votaram?

Falta a Senadora Rose.

Votou, Rose? (*Pausa.*)

Encerrada a votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o Relatório, por unanimidade, do Projeto de Lei 204, cuja decisão da Comissão será agora comunicada ao Presidente do Senado para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal.*

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, de 2017

- Terminativo -

Determina que as bulas de medicamentos tragam advertência dirigida aos atletas sobre sua obrigação de consultar a lista atualizada de substâncias e métodos proibidos antes de consumir medicamentos.

Autoria: Senador Zeze Perrella

Relatoria: Senador Airton Sandoval

Relatório: Turno Suplementar

Observações:

- Em 14.03.2018, a Comissão de Assuntos Sociais aprovou, em Turno Único, a Emenda nº 2-CAS (Substitutivo) ao Projeto.

- Ao Substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada apresentação de novo Substitutivo integral.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão em turno suplementar.

Não tendo sido oferecidas emendas até o encerramento da discussão em turno suplementar, o Substitutivo oferecido ao projeto é dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do art. 284, do Regimento Interno do Senado Federal.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se eu puder fazer a leitura do próximo item, Senadora, agradeço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

7ª

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 72, de 2017

- Terminativo -

Altera os arts. 392 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, 71 e 71-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para majorar o prazo da licença-maternidade, de 120 para 180 dias, e permitir ao pai acompanhar a mãe do nascituro nas consultas e exames durante a gravidez.

Autoria: Senadora Rose de Freitas

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta.

Observações: *Votação nominal.*

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Vamos fazer somente a leitura, porque a votação deste projeto é nominal.

Concedo a palavra ao Senador Paim para proferir a leitura de seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Srª Presidenta, Senadora Marta Suplicy, eu vou direto à Análise.

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o disposto no art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão emitir, em caráter terminativo, parecer sobre os projetos de lei que versem sobre matérias atinentes às relações de trabalho e previdência social.

Sob o aspecto formal, não vislumbramos qualquer óbice de natureza jurídica ou constitucional à proposta. A disciplina da matéria é de competência legislativa da União.

A norma proposta não afronta os princípios adotados pela Constituição. Não há, portanto, impedimentos constitucionais formais, nem materiais. Também os requisitos de adequação às regras regimentais foram respeitados.

Quanto ao mérito, não há reparos a fazer, eis que o comando da família, como bem frisou a autora, Senadora Rose de Freitas, nessa proposta, incumbe, em igualdade de condições, ao homem e à mulher.

Sempre no interesse dos filhos, necessário conceder ao pai o direito de acompanhar a mãe nas consultas e exames indispensáveis a uma gravidez saudável. É uma medida que estimula a paternidade responsável,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

inserindo o genitor, desde os primeiros momentos, na rotina de cuidados com o seu filho que está para nascer. Todavia, cumpre-nos ressaltar que, desde o advento da Lei nº 13.257, de 9 de março de 2016, esse direito já tem sido concedido aos empregados em face da adição do novo inciso X do art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho:

> Art. 473 - O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário:
> .....
> X - até 2 (dois) dias para acompanhar consultas médicas e exames complementares durante o período de gravidez de sua esposa ou companheira;
> .....

Quanto ao alongamento do período da licença-maternidade, não é demais ressaltar que, por se tratar esse instituto de um instrumento importante de proteção à saúde e integridade da mulher que, por motivos biológicos, necessita se recuperar do desgaste físico e mental provocados pela gravidez e pelo parto, além de proporcionar convívio por tempo integral junto ao filho durante os primeiros meses de vida, deve ser acolhido por este Parlamento.

Convém lembrar, como diz a nobre Senadora, que o Programa Empresa Cidadã tem proporcionado bons resultados para empresas e trabalhadoras. Estas desempenham suas atividades com mais satisfação, tendo a certeza de poder ficar com seus filhos nos seis primeiros meses de vida, período esse, aliás, que é o recomendando pela Organização Mundial da Saúde e pelo Ministério da Saúde para a amamentação exclusiva.

De acordo com a Sociedade Brasileira de Pediatria, os bebês que ficam seis meses ao lado da mãe têm reduzidas as chances de contrair pneumonia, desenvolver anemia e sofrer com crises de diarreia. O Brasil, como se sabe, gasta somas altíssimas por ano para atender a crianças com doenças que poderiam ser evitadas, caso a amamentação regular tivesse acontecido durante esses primeiros meses de vida.

A medida preconizada pela autora, Senadora Rose de Freitas, pelo presente projeto merece prosperar eis que dá maior efetividade ao art. 6º da Constituição Federal, que trata da proteção à maternidade como cláusula pétrea e impõe ao Estado o dever de executar ações de proteção não apenas endereçadas à gestante, mas, também ao nascituro, que necessita tanta proteção quanto a própria gestante.

A ampliação da licença-maternidade vem também ao encontro da garantia inscrita no art. 7º, inciso XVIII, da Constituição Federal, impondo-se a sua efetiva aplicação no âmbito da iniciativa privada.

Como vimos acima, desnecessário, na presente proposta, assegurar ao empregado poder se ausentar do trabalho, sem prejuízo do salário, para acompanhar a esposa ou companheira em consultas médicas e exames complementares durante o período de gravidez, tendo em vista a Lei nº 13.257, de 2016, já ter assegurado esse direito, razão pela qual apresentamos emenda suprimindo o dispositivo que se pretende introduzir, que estaria repetindo lei já existente.

Pelo exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 72, de 2017, que aqui já discorremos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Rose de Freitas é a autora.

O voto é favorável.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Senador Paim.

Como não podemos fazer a discussão e por falta de quórum para a deliberação de matéria terminativa, ficam adiadas, então, a discussão e a votação da matéria.

Vamos, então, ao item 5 da pauta, estando aqui presente o Relator, Senador Otto Alencar.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 122, DE 2013

- Terminativo -

Dispõe sobre a transferência direta de recursos aos beneficiários do Programa Bolsa Família para aquisição de material escolar.

Autoria: Senadora Lúcia Vânia

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação do projeto e das Emendas nºs 1 a 4-CDH-CE-CAE.

Observações:

- Em 11.12.2013, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa aprovou parecer favorável ao projeto com as Emendas nºs 1 a 4-CDH.

- Em 03.06.2014, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte aprovou parecer favorável ao projeto com as Emendas nºs 1 a 4-CDH-CE.

- Em 05.09.2017, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou parecer favorável ao projeto com as Emendas nºs 1 a 4-CDH-CE-CAE.

- *Votação nominal.* Não temos quórum neste momento, mas podemos fazer a leitura.

Concedo a palavra ao Senador Otto Alencar para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. Como Relator.) – Agradeço a V. Exª, Senadora Marta Suplicy.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Realmente, é um projeto da Senadora Lúcia Vânia de nº 122, de 2013, que dispõe sobre a transferência direta de recursos aos beneficiários do Programa Bolsa Família para aquisição de material escolar.

Pelo exame, o projeto autoriza a União a transferir diretamente recursos aos beneficiários do Programa Bolsa Família para aquisição de material escolar. Para isso, em seu art. 1º esclarece que a lei dispõe sobre a transferência direta de recursos às famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família que tenham em sua composição crianças e adolescentes entre 4 e 17 anos matriculados em escolas públicas.

O art. 2º esclarece que a União fará isso ao incentivar o desenvolvimento de programas de transferência direta de recursos para a aquisição de material escolar, por meio de convênios, conforme o §1º, e do estabelecimento de metas, conforme o §2º.

O art. 3º esclarece que o apoio financeiro da União poderá derivar tanto de verbas destinadas à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, quanto de outros recursos orçamentários.

O art. 4º determina que o auxílio às famílias terá a forma de cartões magnéticos fornecidos aos pais ou responsáveis pelos alunos e alunas; seus parágrafos determinam o uso de tais cartões exclusivamente em estabelecimentos credenciados pelo sistema de ensino; a função exclusiva de cartão de débito para os cartões magnéticos distribuídos, e a possível variabilidade do valor distribuído conforme as etapas da educação básica, modalidades de ensino e custo médio estimado do material escolar em cada unidade da Federação.

O art. 5º, por seu turno, prevê que a estimativa do montante dos gastos implicados pela proposição deverá ser incluída no projeto de lei orçamentária cuja apresentação se der após decorridos 60 dias de publicação da lei em comento.

Por fim, o art. 6º prevê a entrada em vigor da lei na data de sua publicação.

Em suas razões, a autora esclarece que sua inspiração veio de programa complementar adotado pelo Governo do Distrito Federal; esclarece também que outra inspiração, mais distante, é o fato de o sucesso do PBF dever-se também aos programas complementares associados ao programa.

São também intenções da proposição o fortalecimento da autonomia das pessoas, a redução dos custos governamentais, a eliminação do estigma associado ao material escolar doado e o fortalecimento do comércio local.

A proposição foi distribuída, inicialmente, para análise da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Assuntos Sociais, cabendo a esta última a decisão terminativa. Posteriormente, em virtude da aprovação do Requerimento nº 371, de 2013, determinou-se também a análise do PLS nº 122, de 2013, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

A CDH aprovou a matéria com quatro emendas, que corrigem a ementa (nº 1), alteram a redação das cabeças dos arts. 1º e 2º (nº 2 e nº 3) e alteram toda a estrutura do art. 4º da proposição (nº 4), eliminando redundâncias e reorganizando a disposição dos ditames entre o *caput* e parágrafos. Importa dizer que nenhuma das emendas altera o espírito e as ideias principais da proposição em sua forma original.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

As emendas aprovadas pela CDH foram ratificadas pelas comissões, que, a seguir, examinaram e aprovaram a matéria, sempre nos termos dados a ela pela CDH.

Análise.

Conforme o art. 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal, à Comissão de Assuntos Sociais compete examinar proposições que versem sobre a seguridade social, o que torna regimental o seu exame do PLS 122, de 2013.

Não há óbices de constitucionalidade ou de juridicidade ao Projeto de Lei do Senado nº 122, de 2013. Trata-se de proposição que complementa o espírito da legislação em vigor e cujo intuito é o de aperfeiçoar a educação pública brasileira.

Com o final do parágrafo anterior, antecipamos nosso juízo a respeito do mérito da proposição. Não há como negar a qualidade e a boa ideia presentes na proposição, isso, inclusive, em função do método usado para compô-la: a inspiração em boas práticas já aprovadas e em funcionamento.

O projeto vai ao encontro do espírito de igualdade presente na legislação brasileira e na cultura política brasileira dos últimos 30 anos, sendo oportuno, generoso e prático, além de promover a autonomia de cidadãos e cidadãs. As emendas apresentadas não fizeram senão aperfeiçoá-lo, sem negar em nada seu espírito.

Diante disso, nosso voto é pela aprovação do PLS 122, de 2013, com as quatro emendas apresentadas pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e aprovadas também pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte e pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Quero aqui destacar e louvar o espírito público da nobre Senadora Lúcia Vânia de ter a sensibilidade de apresentar um projeto dessa natureza, que, sem nenhuma dúvida, acrescenta muito à educação pública em nosso País.

Esse é o voto.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Realmente, Senador, eu também quero parabenizá-la, porque faz uma diferença enorme para as famílias, principalmente com mais de um filho, adquirirem material escolar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidenta...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – V. Exª me permite só um comentário rápido sobre esse tema?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pode, mas nós não vamos poder fazer a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É só uma consideração de um minuto.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quero cumprimentar também a Senadora Lúcia Vânia. Tive a satisfação de relatar também esse projeto na Comissão de Direitos Humanos, que amplia o Bolsa Família, como disse muito bem V. Exª e o Relator Otto Alencar, também para a compra de material escolar.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu tive essa experiência prática, quando instituí uniforme e material escolar na Prefeitura de São Paulo para um milhão de crianças, e a diferença foi extraordinária.

Em virtude da falta de quórum para deliberação de matérias terminativas, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.

Vamos agora a um projeto, o item 4.

Ah, o Senador saiu. Então, não posso nem... Eu o leria, mas, como ele não está aí, não vou ler. E o requerimento não posso ler, se ele não está presente.

Há algum Senador para subscrever? (*Pausa.*)

O Senador Paim subscreve o requerimento do Senador Humberto Costa.

EXTRAPAUTA

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 3, de 2018

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão, para debater a grave situação sobre a compra do medicamento para doenças raras, Aldurazyme (laronidase), Myozyme (alfa-alglicosidase) e Fabrazyme (beta-agalsidase), com representantes das seguintes entidades/empresas:

- *Ministério da Saúde;*
- *Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA;*
- *Shire, empresa produtora dos medicamentos;*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

• *Sanofi/Genzyme, empresa produtora dos medicamentos;*

• *Alexion Pharmaceuticals, empresa produtora dos medicamentos;*

• *Global Saúde, empresa declaradas vencedora;*

• *Tuttopharma, empresa declaradas vencedora;*

• *Instituto Vidas Raras – Dra. Regina Próspero, representante dos pacientes;*

• *Dra. Luciana Loureiro Oliveira - Procuradora da República.*

Autoria: Senador Humberto Costa e outros

Há nove representantes de entidades. Eu não faço com nove. Então, eu gostaria de saber se poderia reduzir a seis.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu me comprometo a reduzir a seis. Falarei com o Senador e passarei, de imediato, para V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu vou deixar só aprovado o requerimento sem os nomes. E, quando votarmos na semana seguinte, aprovamos, ao mesmo tempo, os nomes. Peço ao Senador Humberto Costa que reduza a seis para podemos ter um aprofundamento da questão.

Lido o requerimento, a matéria retornará à pauta na semana que vem.

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a nossa reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 45 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

8ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE ABRIL DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e trinta e um minutos do dia quatro de abril de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Marta Suplicy e Waldemir Moka, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Hélio José, Elmano Férrer, Airton Sandoval, Valdir Raupp, Paulo Paim, Paulo Rocha, Regina Sousa, Fátima Bezerra, José Pimentel, Jorge Viana, Dalirio Beber, Eduardo Amorim, Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves, Flexa Ribeiro, Ana Amélia, Lídice da Mata, Romário, Vanessa Grazziotin, Cidinho Santos e Dário Berger. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A Presidência comunica o recebimento do Ofício nº 43, de 2017, da Câmara Municipal de Vereadores de Vargem Bonita, Santa Catarina, que encaminha a Moção de Repúdio nº 13, de 2017, pela não revogação da Portaria nº. 2.488, de 2011, do Ministério da Saúde, que regulamenta as atribuições do profissional da Enfermagem. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 130, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para incluir, como requisito para licitação de obras ou serviços, que o vencedor da licitação admita trabalhadores em situação de rua." Autoria: Deputado Paulo Teixeira. Relatoria: Senadora Rose de Freitas. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 464, de 2012 - Não Terminativo - que: "Acrescenta o § 4º no art. 53 da Lei 8078 de 11 de setembro de 1990, para considerar abusiva e consequentemente nula cláusula contratual que prevê cobrança de taxa de cadastro em contratos de financiamento." Autoria: Senador Valdir Raupp. TRAMITA EM CONJUNTO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 360, de 2015 - Não Terminativo – que: "Acrescenta o § 4º ao art. 25 da Lei nº 8.692, de 28 de julho de 1993, que define planos de reajustamento nos contratos de financiamento habitacional no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação e dá outras providências". Autoria: Senador Paulo Paim. TRAMITA EM CONJUNTO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 112, de 2016 - Não Terminativo – que "Acrescenta o § 4º ao art. 25 da Lei nº 8.692, de 28 de julho de 1993, que define planos de reajustamento nos contratos de financiamento habitacional no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação e dá outras providências". Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Davi Alcolumbre. Relatório: Pela aprovação do PLS 464/2012 na forma do Substitutivo que apresenta; e pela declaração de prejudicialidade dos PLS 360/2015 e 112/2016 que tramitam em conjunto. Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 73, de 2011 - Terminativo - que: "Altera o § 2º do art. 819 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



8ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para dispor sobre o pagamento dos honorários de intérprete judicial. " Autoria: Deputado Carlos Bezerra. Relatoria: Senador Humberto Costa (Substituído por *Ad Hoc*). Relatoria *Ad hoc:* Senador Paulo Rocha. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: A Presidência designa Relator "ad hoc" o Senador Paulo Rocha em substituição ao Senador Humberto Costa. Aprovado o Projeto. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 122, de 2013 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a transferência direta de recursos aos beneficiários do Programa Bolsa Família para aquisição de material escolar." Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Senador Otto Alencar. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1 a 4-CDH-CE-CAE. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 393, de 2015 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação na internet, com atualização semanal, da lista de espera dos pacientes que serão submetidos a cirurgias médicas eletivas realizadas com recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) e dá outras providências." Autoria: Senador Reguffe. Relatoria: Senador Otto Alencar. Relatório: Pela aprovação do Projeto, das Emendas 1-CCJ, 4-CCJ, 5-CCJ e das 3 (três) Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 318, de 2016 - Terminativo - que: "Acrescenta art. 879-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regular a declaração da prescrição intercorrente na execução trabalhista, e dá outras providências." Autoria: Senador Cidinho Santos. Relatoria: Senador Romero Jucá. (Substituído por *Ad Hoc*). *Relatoria Ad hoc*: Senador Waldemir Moka. Relatório: Pela declaração de prejudicialidade do Projeto (votação simbólica). Resultado: A Presidência designa Relator "ad hoc" o Senador Waldemir Moka em substituição ao Senador Romero Jucá. Aprovado Parecer pela declaração de prejudicialidade do Projeto. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 72, de 2017 - Terminativo - que: "Altera os arts. 392 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, 71 e 71-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para majorar o prazo da licença-maternidade, de 120 para 180 dias, e permitir ao pai acompanhar a mãe do nascituro nas consultas e exames durante a gravidez." Autoria: Senadora Rose de Freitas. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. Resultado: Aprovados o Projeto e a Emenda nº 1-CAS por 11 (onze) votos SIM e 1 (um) voto NÃO. Vota vencido o Senador Cidinho Santos. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 151, de 2017 - Terminativo - que: "Altera os arts. 392, 392-A e 473, III da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer o compartilhamento da licença maternidade e da licença adotante." Autoria: Senadora Rose de Freitas. Relatoria: Senador Jorge Viana. Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Lido o relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 157, de 2017 - Terminativo - que: "Altera as Leis nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico residente e dá outras providências; e nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, que institui o Programa Mais Médicos, altera as Leis nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e nº 6.932, de 7 de julho de 1981, e dá outras providências, para dispor sobre a assistência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

psiquiátrica e psicológica a ser oferecida a médicos residentes e a alunos de graduação em Medicina." Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves. Relatoria: Senadora Lídice da Mata. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 161, de 2017 - Terminativo - que: "Altera o art. 94 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para dispor sobre o auxílio-inclusão." Autoria: Senador Paulo Bauer. Relatoria: Senador Dalirio Beber. Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, de 2017 - Terminativo - que: "Acrescenta parágrafo ao art. 60 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispensar a pessoa vivendo com HIV/aids de avaliação das condições que ensejaram a concessão ou a manutenção do auxílio-doença." Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Romário (Substituído por *Ad Hoc)*. Relatoria *Ad hoc*: *Senador* Dalirio Beber. Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovada, em turno único, a Emenda nº 1-CAS (SUBSTITUTIVO) ao Projeto. A matéria vai a Turno Suplementar nos termos do artigo 282 combinado com o artigo 92 do Regimento. Poderão ser oferecidas emendas no Turno Suplementar, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 415, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir o uso do FGTS para pagamento de pensão alimentícia pelo trabalhador que não possuir outro recurso líquido disponível." Autoria: Senador Lasier Martins. Relatoria: Senador Jorge Viana. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Lido o relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 442, de 2017 - Terminativo - que: "Altera o art. 392-B da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e o art. 71-B da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para assegurar ao cônjuge ou companheiro o período remanescente de licença-maternidade, quando a mãe não puder usufruí-la, em razão de incapacidade física ou psíquica, e dá outras providências." Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senadora Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das 2 (duas) Emendas que apresenta. Resultado: Lido o relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, de 2018 - Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre a imposição de multa administrativa ao empregador que incorrer na discriminação salarial por motivo de sexo ou etnia e cria o cadastro de empregadores que praticarem a referida discriminação." Autoria: Senador Lindbergh Farias. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Lido o Relatório, a Presidência concede Vista Coletiva ao Projeto nos termos regimentais. ITEM 15 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 2 de 2018 que: "Nos termos do artigo 96-B, combinado com os artigos 90, inciso IX, e 100 do Regimento Interno do Senado Federal, a Comissão de Assuntos Sociais decide selecionar a seguinte Política Pública do Poder Executivo para avaliação no ano de 2018: Política de Atenção Hospitalar e da Contratualização dos Hospitais Filantrópicos no SUS." Autoria: Senadora Marta Suplicy. Relatoria: Senador Dalirio Beber. Resultado: Aprovado. A Presidente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

8ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Marta Suplicy, designa o Senador Dalírio Beber Relator da Política Pública a ser avaliada pela CAS em 2018. ITEM 16 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 3 de 2018 que: "Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão, para debater a grave situação sobre a compra do medicamento para doenças raras, Aldurazyme (laronidase), Myozyme (alfa-alglicosidase) e Fabrazyme (beta-agalsidase), com representantes das seguintes entidades/empresas: Ministério da Saúde; Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA; Shire, empresa produtora dos medicamentos; Sanofi/Genzyme, empresa produtora dos medicamentos; Global Saúde, empresa declaradas vencedora; Alexion Pharmaceuticals, empresa produtora dos medicamentos." Autoria: Senador Humberto Costa e Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 17 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 4 de 2018 que: "Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, para debater os impactos sociais da redução do imposto de importação em calçados esportivos. Para tanto sugiro que sejam convidados: Dr. Heitor Klein – Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados); Senhor Pedro Grendene – Representante do Sindicato das Indústrias de Calçados de Farroupilha/RS; Senhora Marina Carvalho – Presidente da ÁPICE - Associação pela Industria e Comércio Esportivo; Senhora Marcela Carvalho – Representante da Câmara de Comércio Exterior – CAMEX; Dr. Marcos Jorge de Lima – Ministro Interino do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC); Senhor Rogério Aquino – Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias do Setor Têxtil, Vestuário, Couro e Calçados." Autoria: Senadora Ana Amélia. Resultado: Lido. ITEM EXTRAPAUTA 18 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 5 de 2018 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de tratar de proposta de instituição da Semana Nacional de Conscientização sobre a Alergia Alimentar. Para audiência, a ser realizada em data oportuna, sugerimos os seguintes participantes: - Movimento Põe no Rótulo: Movimento social criado e mantido por famílias de crianças com alergia alimentar, que, desde fevereiro de 2014, tem trabalhado para viabilizar uma melhoria na qualidade de vida de quem convive com alergia alimentar, por meio da sensibilização da sociedade para o tema da alergia alimentar; - Associação Brasileira de Alergia e Imunopatologia – ASBAI Sociedade civil de caráter científico e classista dos especialistas em Alergologia e Imunologia Clínica; - Renata Pinotti - Mestre em nutrição humana aplicada pelo PRONUT-USP e autora do livro "Guia do bebê e da criança com alergia ao leite de vaca."; - Erika Campos Gomes - Psicóloga com mestrado pela PUC/SP dedicado ao tema da alergia alimentar (Alergia alimentar em crianças: implicações na vida familiar e no relacionamento fraterno)." Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves. Resultado: Lido. ITEM EXTRAPAUTA 19 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 6 de 2018 que: "Requeiro, com fulcro na Constituição da República Federativa do Brasil, em seu art. 58, § 2º, II, e no Regimento Interno do Senado Federal, nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

arts. 90, II, e 93, II, a realização de audiência pública pela Comissão de Assuntos Sociais, para debater a regulamentação das atividades dos profissionais auxiliares e técnicos em enfermagem que trabalham em Cooperativas e Home Care. Para tanto, sugiro os seguintes convidados Senhor Rogério Abdalla, Secretário de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde; Senhor Carlos Cavalcante de Lacerda, Secretário de Relações do Trabalho; Senhor Jorge Vianna, Presidente da Federação Brasileira dos Profissionais da Enfermagem – FEBRAPEN; Senhor Márcio Lopes de Freitas, Presidente do Sistema OCB; Senhor Manoel Carlos Neri da Silva, Presidente do Conselho Federal de Enfermagem – COFEN." Autoria: Senador Hélio José. Resultado: Lido. ITEM EXTRAPAUTA 20 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 7 de 2018 que: "Em aditamento ao RAS nº 001, de 2018, requeiro, nos termos do art.93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que se incluam, na audiência que instruirá o PLS 360/14 que dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas, autoriza a criação da Comissão Intersetorial de Bebidas e dá outras providências, para determinar que conste o valor energético no rótulo de bebida alcoólica," os seguintes nomes: Representante do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA; Deputado Federal Padre João Carlos Siqueira; e Representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC." Autoria: Senadora Regina Sousa. Resultado: Lido. Usam da palavra os Senadores Waldemir Moka, Dalirio Beber, Hélio José, Paulo Paim, Cidinho Santos, Paulo Rocha, Jorge Viana, as Senadoras Ana Amélia, Maria do Carmo Alves, Regina Sousa, Vanessa Grazziotin, e a Senadora Marta Suplicy, Presidente desta Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Marta Suplicy

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/04/04

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

8ª

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nós temos, na nossa reunião, dois itens não terminativos, doze itens terminativos e dois requerimentos, conforme pauta previamente divulgada.

Há expediente sobre a mesa que passo a ler.

Esta Presidência comunica o recebimento da seguinte informação:

Ofício 43, de 2017, da Câmara Municipal de Vereadores de Vargem Bonita, Santa Catarina, que encaminha a Moção de Repúdio nº 13, de 2017, pela não revogação da Portaria 2.488, de 2011, do Ministério da Saúde, que regulamenta as atribuições do profissional de enfermagem.

O referido documento ficará à disposição na Secretaria desta Comissão para as consultas que se fizerem necessárias. (*Pausa.*)

Há alguns itens que já poderiam ser votados, mas está faltando uma presença para começarmos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Só vou dizer os nomes dos Senadores cujos itens estão prontos para serem votados para ver se eles se animam, se escutarem: Senadora Rose de Freitas é Relatora de um projeto de autoria do Deputado Paulo Teixeira; o Senador Cidinho Santos é autor do item 6 e o Relator é o Senador Romero Jucá, que disse que pode ser *ad hoc*; o item 15 é da autoria da Comissão de Assuntos Sociais; e o item 16 é um requerimento de autoria do Senador Humberto Costa e do Senador Paim. Também podemos lê-lo quando houver mais uma presença.

Pois não, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Eu sei que a Comissão sob o seu comando tem uma orientação sobre requerimento de audiência pública, que se apresenta com prazo regulamentar, é lido e depois aprovado na reunião sequente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Sim.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu fui demanda por uma matéria, Senadora Marta Suplicy. Para alguns temas, eu penso que a exceção se justifica, eventualmente, com a compreensão de todos os colegas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

É um tema crucial para um setor que lá no seu Estado também é importante: a região de Franca, em São Paulo, um centro produtor de calçados.

O Governo está pré-anunciando a reoneração da folha, e esse setor é altamente empregador de mão de obra feminina. No meu Estado é muita mão de obra feminina. Além disso, somada à questão da reoneração, que seria um custo adicional para a indústria calçadista, há a possibilidade da redução do Imposto de Importação de calçados esportivos, os tênis.

Esse setor é um setor complicado, porque há uma concentração de um pequeno número de marcas famosas que não têm fábricas; elas encomendam às fábricas, seja no Vietnã, na China, na Tailândia e no Brasil também. Então, ele praticamente impõe o preço que quer, não consulta quanto custa para a fábrica. E há situações e situações. É diferente o custo de produção no Brasil, na China, no Vietnã, em Cingapura ou na Tailândia.

Então, eu queria ponderar a V. Exª, dada a natureza do assunto, uma decisão da área econômica do Governo que está por sair, para proteger um setor. A minha preocupação é social e econômica também, na medida em que gera desenvolvimento e renda na hora em que a economia está deslanchando.

O setor teve, junto com a área do setor têxtil, que V. Exª conhece, uma melhora nesses últimos meses. Então, se essas duas medidas vierem a ser aplicadas de forma associada, será um desastre para a indústria calçadista.

Então, o que eu estou consultando é se podemos pelo menos fazer a leitura,extrapauta, do requerimento.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – V. Exª gostaria que fosse lido e votado hoje?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não. Pode ser votado na semana que vem. Se pudesse votar hoje, melhor, claro.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Mas aí acho que a gente quebraria muito a regra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Exatamente. Então, por isso peço que se faça apenas a leitura.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu vou perguntar aos Senadores presentes se estão de acordo: a Senadora Maria do Carmo e o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. *Fora do microfone*.) – Eu estou de acordo.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não. Então, vamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

8ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 4, de 2018

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, para debater os impactos sociais da redução do imposto de importação em calçados esportivos.

Para tanto sugiro que sejam convidados:

- Dr. Heitor Klein – Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados)

- Senhor Pedro Grendene – Representante do Sindicato das Indústrias de Calçados de Farroupilha/RS;

- Senhora Marina Carvalho – Presidente da ÁPICE - Associação pela Industria e Comércio Esportivo;

- Senhora Marcela Carvalho – Representante da Câmara de Comércio Exterior – CAMEX;

- Dr. Marcos Jorge de Lima – Ministro Interino do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC);

- Senhor Rogério Aquino – Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias do Setor Têxtil, Vestuário, Couro e Calçados.

Autoria: Senadora Ana Amélia.

Eram sete. Um pouquinho demais, não?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É, nós...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Isso porque nenhum Senador ainda resolveu sugerir um nome.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Nós eliminamos o Ministério da Fazenda para posterior encaminhamento. Então, ficariam seis, conforme é a orientação e a regra da Comissão de Assuntos Sociais, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Como V. Exª mencionou, Senadora Ana Amélia, no Estado de São Paulo, Franca é um grande produtor de calçados. Nós temos um Senador que é de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Franca, e tenho certeza de que ele vai querer sugerir um nome. Então, já quero deixar claro, se houver essa sugestão – porque aqui acho que não há nenhum representante –, nós veremos como fazer para tirarmos um nome para colocar um nome do outro Estado.

Muito obrigada.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone*.) – Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Lido o requerimento, a matéria retornará à pauta para votação. (*Pausa.*)

Pedido da Senadora Maria do Carmo Alves.

ITEM 18

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 5, de 2018

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de tratar de proposta de instituição da Semana Nacional de Conscientização sobre a Alergia Alimentar. Para audiência, a ser realizada em data oportuna, sugerimos os seguintes participantes:

- Movimento Põe no Rótulo: Movimento social criado e mantido por famílias de crianças com alergia alimentar, que, desde fevereiro de 2014, tem trabalhado para viabilizar uma melhoria na qualidade de vida de quem convive com alergia alimentar, por meio da sensibilização da sociedade para o tema da alergia alimentar;

- Associação Brasileira de Alergia e Imunopatologia – ASBAI Sociedade civil de caráter científico e classista dos especialistas em Alergologia e Imunologia Clínica;

- Renata Pinotti - Mestre em nutrição humana aplicada pelo PRONUT-USP e autora do livro "Guia do bebê e da criança com alergia ao leite de vaca.";

- Erika Campos Gomes - Psicóloga com mestrado pela PUC/SP dedicado ao tema da alergia alimentar (Alergia alimentar em crianças: implicações na vida familiar e no relacionamento fraterno).

Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves.

Concedo a palavra à autora para encaminhar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Social Democrata/DEM - SE. Para encaminhar.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, da justificativa.

A alergia alimentar é definida como hipersensibilidade do organismo a algo ingerido, inalado ou tocado, gerando uma resposta do sistema imunológico, que vê como ameaça uma dada substância, no caso, um alimento ou mais.

Apesar do notável aumento de casos em alergia alimentar, não há no Brasil até o momento dados oficiais sobre sua prevalência.

Assim, trabalha-se com a estimativa apresentada pela Associação Brasileira de Alergia e Imunologia, de que a alergia alimentar afetaria entre 6% a 8% das crianças com menos de três anos de idade e entre 2% e 3% da população adulta.

Além do aumento da prevalência, tem-se notado que as alergias têm persistido por mais tempo e que as reações têm sido cada vez mais graves, o que demanda que haja maior atenção ao tema por parte do Estado e conhecimento por parte da sociedade.

Quanto mais informação a população brasileira tiver sobre a alergia alimentar, maior e melhor será o acolhimento de quem convive com a alergia alimentar, que terá mais condições de evitar a ocorrência de reações adversas pelo contato indesejado com os alimentos aos quais tem alergia.

Por tal razão, conscientizar a população sobre a alergia alimentar é importante para que a sociedade tenha conhecimento sobre essa condição, viabilizando que aquele que tem alergia alimentar possa, com segurança, participar de todas as atividades do dia a dia.

A instituição da "Semana Nacional de Conscientização sobre a Alergia Alimentar" é medida que não traz custo ao Estado e tende a criar o ambiente propício à promoção de seminários, ciclos de debates, rodas de conversas, palestras e outros eventos relacionados ao tema, fato que, certamente, resultará em uma maior visibilidade da alergia alimentar.

Destarte, tendo em vista a importância e a relevância do tema, peço o apoio dos nobres pares à aprovação do presente requerimento para que possamos aprofundar o debate sobre a instituição da Semana Nacional de Conscientização sobre a Alergia Alimentar no âmbito do Brasil.

Era o que tinha a dizer.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Senador Maria do Carmo.

Lido o requerimento, a matéria retornará à pauta para votação.

Já temos o quórum? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Falta um.

Então, podemos ler, se o Senador Moka fizer a gentileza de aceitar ser o Relator *ad hoc,* um projeto de autoria do Senador Cidinho Santos e sob relatoria do Senador Jucá, que é pela prejudicialidade. Assim, pelo menos, a gente faz a leitura e, depois, faremos a votação simbólica quando tivermos mais um Senador presente.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Como não, Presidente?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É o item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 318, de 2016

- Terminativo -

Acrescenta art. 879-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regular a declaração da prescrição intercorrente na execução trabalhista, e dá outras providências.

Autoria: Senador Cidinho Santos.

Relatoria: Senador Romero Jucá.

Relatório: Pela declaração de prejudicialidade do Projeto.

Observações:

- *Votação simbólica.*

Depois a votação será simbólica em virtude do voto do Relator.

Concedo a palavra ao Relator *ad hoc*,Waldemir Moka, para proceder à leitura do relatório.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. Como Relator.) – Srª Presidente, eu passo direto à análise.

Nos termos do art. 22, I, da Carta Magna, compete à União legislar privativamente sobre direito do trabalho, motivo pelo qual a disciplina da prescrição intercorrente encontra-se dentro do âmbito normativo do mencionado ente federado.

Além disso, não se trata de matéria afeta à iniciativa privativa do Presidente da República, dos Tribunais Superiores ou do Procurador-Geral da República. Em face disso, aos Parlamentares é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

franqueado, nos termos do art. 48 da Carta Magna, iniciar o processo legislativo sobre a questão em exame.

Não se trata, ainda, de tema cuja inserção no ordenamento jurídico nacional demande a aprovação de lei complementar. A lei ordinária, então, é o instrumento adequado à disciplina do ponto em testilha.

Por fim, os arts. 91, I, e 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal, põem a matéria, terminativamente, no escopo deliberativo desta Comissão.

A aprovação do projeto, entretanto, é obstada pelo art. 334, II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Assim sucede, pois, na tramitação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 38, de 2017, conhecido como "reforma trabalhista". A possibilidade de declaração da prescrição intercorrente foi aprovada por este Congresso Nacional, culminando com a edição da Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017.

No referido diploma normativo, houve a inserção do art. 11-A no bojo da CLT, prevendo medida idêntica àquela tratada no PLS nº 318, de 2016, qual seja, a de que, ultrapassados dois anos sem a prática, por parte do exequente, de ato indispensável ao prosseguimento da execução, poderá o magistrado declarar, de ofício, a prescrição intercorrente.

Com isso, o intuito da proposição, qual seja, o de positivar no ordenamento jurídico nacional o entendimento da Súmula nº 327 do STF, já restou alcançado.

Assim, nos termos do art. 334, II, c/c o art. 133, III, do RISF, em face de prejulgamento da matéria em deliberação recente do Plenário do Senado Federal, recomenda-se que seja declarada a prejudicialidade da proposição, concluindo-se pelo seu arquivamento.

Voto.

Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento do PLS nº 318, de 2017, à Mesa do Senado Federal, para que seja declarada a prejudicialidade da proposição, concluindo-se, consequentemente, pelo seu arquivamento.

Esse relatório é do Senador Romero Jucá.

A Presidente me nomeou Relator *ad hoc*.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Senador Moka.

Lido o relatório, a matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, o relatório passa a constituir o parecer desta Comissão pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 318, de 2016.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação.

Já há quórum. Nós vamos agora apreciar dois requerimentos.

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 2, DE 2018

- Não terminativo -

Nos termos do artigo 96-B, combinado com os artigos 90, inciso IX, e 100 do Regimento Interno do Senado Federal, a Comissão de Assuntos Sociais decide selecionar a seguinte Política Pública do Poder Executivo para avaliação no ano de 2018: Política de Atenção Hospitalar e da Contratualização dos Hospitais Filantrópicos no SUS.

Autoria: Senadora Marta Suplicy

Observações: - *lido em 21.03.2018.*

Trocando em miúdos, nós vamos fazer um mergulho na situação das Santas Casas e dos hospitais filantrópicos.

Esse é um projeto de autoria da nossa Comissão.

Em votação o requerimento.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Conforme enunciado na reunião passada, designo o Senador Dalirio Beber Relator da Avaliação de Política Pública em 2018.

É uma grande responsabilidade, Senador. V. Exª está perfeitamente à altura desta tarefa!

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Agradeço essa indicação. Espero poder corresponder à expectativa não só da Presidente, mas também da Comissão de Assuntos Sociais,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de todos os seus integrantes. Vamos tentar fazer o trabalho e as audiências públicas que forem necessárias, para permitir que possamos produzir um bom documento, que melhore as condições da prestação de serviços de saúde ao Sistema Único através da integração dos nossos hospitais e de outras entidades filantrópicas.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Estaremos todos unidos nessa tarefa.

Há outro requerimento.

Conforme acordado na última reunião, passo à leitura do texto do requerimento com seis convidados indicados pelo Senador Humberto Costa.

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 3, DE 2018

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão, para debater a grave situação sobre a compra dos medicamentos para doenças raras Aldurazyme (laronidase), Myozyme (alfa-alglicosidase) e Fabrazyme (beta-agalsidase), com representantes das seguintes entidades/empresas:

• *Ministério da Saúde;*

• *Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa;*

• *Shire, empresa produtora dos medicamentos;*

• *Sanofi/Genzyme, empresa produtora dos medicamentos;*

• *Alexion Pharmaceuticals, empresa produtora dos medicamentos;*

• *Global Saúde, empresa declarada vencedora;*

• *Tuttopharma, empresa declarada vencedora.*

• *Instituto Vidas Raras – Drª Regina Próspero, representante dos pacientes*

• *Drª Luciana Loureiro Oliveira - Procuradora da República.*

Autoria: Senador Humberto Costa e outros

Observações: - *lido em 21.03.2018.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse requerimento é de autoria do Senador Humberto Costa e do Senador Paim.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agora, vou pedir que se faça a leitura do relatório referente a um projeto de autoria do Senador Paim, que concorda que façamos essa leitura. O Relator *ad hoc*, o Senador Dalirio Beber, também concordou em fazer a relatoria.

É o Projeto de Lei 188, é o item 11.

É uma votação nominal. Provavelmente, não conseguiremos fazê-la neste instante, mas o relatório já fica lido.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, de 2017

- Terminativo -

Acrescenta parágrafo ao art. 60 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispensar a pessoa vivendo com HIV/aids de avaliação das condições que ensejaram a concessão ou a manutenção do auxílio-doença.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Romário

Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Nos termos do artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar.

- Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador que está na função da relatoria *ad hoc*, Senador Dalirio Beber, para proferir a leitura do relatório.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC. Como Relator.) – Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

8ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos diretamente ao relatório. Vem ao exame da Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 188, de 2017, de autoria do Senador Paulo Paim, que pretende excluir as pessoas com HIV/aids da possibilidade de serem convocadas para novo exame pericial para fins de avaliação das condições de saúde que motivaram o recebimento de auxílio-doença.

Análise.

No que tange à constitucionalidade formal, o projeto não padece de vícios, bem como nos aspectos da constitucionalidade material, juridicidade e regimentalidade.

No aspecto formal, o PLS nº 188, de 2017, apresenta um ponto relativo à técnica legislativa, uma vez que ele busca introduzir alterações na mencionada lei: os dispositivos que o projeto busca alterar não correspondem àqueles existentes na Lei nº 8.213, de 1992, com a redação dada pela Lei nº 13.457, de 2017, já que o projeto tomou por base o texto original da medida provisória e não o texto da lei de conversão aprovada.

Com relação ao mérito do projeto, devemos reconhecer que as pessoas vivendo com HIV/aids merecem proteção especial, tendo em vista a grande vulnerabilidade social decorrente dos processos de estigmatização e discriminação a que estão submetidas. Assim, é louvável a preocupação do seu autor, o Senador Paulo Paim, que demonstra grande sensibilidade no trato das causas sociais.

Sabemos que é totalmente possível o resgate da capacidade laborativa das pessoas vivendo com HIV/aids, o que lhes propicia o retorno ao mercado de trabalho. Na maioria das vezes, o que dificulta esse retorno é o estigma e a discriminação, ainda presentes na nossa sociedade.

Atendendo a sugestão do próprio autor da proposição, após ter ouvido setores diretamente interessados na matéria, como o representante da Articulação Nacional de Saúde e Direitos Humanos (ANSDH) – entidade que luta pelos direitos das pessoas que vivem com HIV/aids –, entendemos por bem alterar o teor da proposição, para que ela alcance os beneficiários aposentados por invalidez, em vez daqueles em gozo de auxílio-doença.

Nesse caso, é cabível admitir que, uma vez concedida a aposentadoria por invalidez, o trabalhador que vive com HIV/aids fique isento de reavaliação pericial. Isso porque, para ser aposentado por invalidez, ele já deve ter passado por vários períodos de auxílio-doença, o que atestaria a degradação de sua condição de saúde e a irreversibilidade da condição.

Além disso, o retorno à atividade após a desaposentação compulsória da pessoa que vive com HIV/aids pode ser muito difícil, com consequências bastante danosas para a subsistência dessa pessoa e para a sua qualidade de vida, com possíveis repercussões negativas sobre a sua condição de saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Articulação Nacional de Saúde e Direitos Humanos relata a ocorrência de casos de pessoas vivendo com HIV/aids que estão deixando de tomar a medicação para apresentar piora clínica da doença, pelo medo de perderem a aposentadoria por invalidez.

Diante do exposto, entendemos que a proposição pode ser ainda aprimorada, tanto no seu conteúdo quanto na técnica legislativa, para o que propomos a sua alteração.

Voto.

Pelo exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2017, na forma do seguinte substitutivo:

EMENDA Nº - CAS (SUBSTITUTIVO)
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, DE 2017
Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para dispensar de reavaliação pericial a pessoa com HIV/aids aposentada por invalidez.
O CONGRESSO NACIONAL decreta:
Art. 1º O art. 43 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescido do seguinte §5º:
"Art. 43. .....
.....
§5º É dispensada da avaliação referida no §4º a pessoa com HIV/aids." (NR)
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Este é o relatório do projeto de lei, PLS 188, de autoria do Senador Paulo Paim, que acaba de chegar, e que foi relatado pelo Senador Romário.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para discutir.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Diríamos que é um projeto complexo e vai suscitar muita discussão.

Nós não temos quórum, é terminativo, Senador Paim, que está aqui; não temos quórum, mas podemos fazer a discussão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Então, a matéria entra em discussão.

Pois não, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Para discutir.) – Para discutir, Senadora Marta.

A senhora disse uma coisa certa: suscita a discussão. Por que o que se quer dar num tratamento de uma doença como essa? É que a pessoa tenha, ao máximo, uma vida normal, uma vida tranquila, uma qualidade de vida boa. E evidentemente que o auxílio-doença, nesses casos de uma doença como essa, em que o Brasil conseguiu avançar muito não só na medicação, na quebra de patentes de medicação, mas é bom relembrar isso... E fazemos aí justiça ao Senador Serra, que era Ministro da Saúde à época, vencendo barreiras na área da OMC, do comércio internacional. E isso foi um ganho para o Brasil, que pôde exportar, digamos assim, essa experiência exitosa para outros continentes, para outros países que convivem com a gravidade da aids.

E havia, no meu Estado, no nosso Estado – Senador Paim, que é o autor desse projeto –, no Rio Grande do Sul, em regiões portuárias, por exemplo, Rio Grande, ou regiões metropolitanas localizadas, uma incidência muito elevada de aids. Com os programas de prevenção, com as adoções de medidas de políticas públicas muito adequadas, foi se conseguindo reduzir. Mas, ainda assim, há remanescentes de pessoas que foram contaminadas, e essas demandaram muito. Foram centenas ao meu gabinete pedindo apoio a este projeto.

Então, apesar exatamente dessa questão de não haver avaliação, e, independentemente disso, manter-se o regramento, é preciso entender o aspecto social dessa demanda da sociedade. Então, a todas as pessoas que ligaram para o meu gabinete, tratando dessa matéria e pedindo apoio ao projeto do Senador Paim, agora relatado *ad hoc* pelo Senador Dalirio Beber – o Relator original é o Senador Romário, que conhece muito a área social também –, eu quero dizer que esta é uma matéria importante e que a Comissão precisa examinar também.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu gostaria de lembrar que esta matéria não se refere aos aposentados. Refere-se somente ao...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É auxílio, auxílio-doença.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É, mas é só para os aposentados. É o oposto. Isso está claro.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Para discutir, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Para discutir.) – É exatamente este ponto que preocupa. Eu não sei o que a gente poderia fazer na lei ainda. Ela é terminativa aqui, não é? (*Pausa.*)

Tudo bem. A pessoa tem toda condição de trabalhar, mas a dificuldade que tem em encontrar trabalho... Porque, normalmente, as empresas exigem atestado médico, e as pessoas não aceitam ainda. Há até famílias que não aceitam; há casas, abrigos para pessoas portadoras do HIV, porque as famílias não aceitam. Lá no meu Estado, nós temos esse tipo de instituição. Então, é uma dificuldade.

Preocupou-me aqui a exclusão das pessoas vivendo... Eu sei que é um perigo também as pessoas estarem em condições saudáveis, em condições de trabalhar e não irem por conta desse auxílio, mas eu acho que a gente vai precisar depois se debruçar e pensar em uma forma de evitar isso, porque a discriminação é muito grande com a pessoa. No setor público, é até menos, mas o setor privado discrimina por conta do atestado que tem de estar lá e parece que a pessoa está vivendo com HIV.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidenta, se me permite...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Senadora Regina Sousa.

Agora vamos ao Senador Paim, que é o autor do projeto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Presidenta, Senadora Marta Suplicy, eu vou na linha do nosso querido Relator *ad hoc*, Senador Dalirio Beber, vou na linha também do Senador Romário e vou na linha da brilhante defesa feita aqui pela Senadora Ana Amélia e pela Senadora Regina Sousa.

Eu falava aqui com o meu querido amigo, também, Moka – eu falo com Moka sempre, direto –, e primeiro comentávamos – Senadora Ana Amélia, V. Exª também falou comigo – que votamos, por unanimidade, ontem, aquele projeto que atende a área rural. Votei e repeti hoje para alguém que tinha dúvida, seguindo a orientação sua e do nosso amigo Moka.

Quero dizer que, neste projeto – e a Senadora falou com muita propriedade –, o camarada primeiro vai ter de ser aposentado e, se ele for aposentado por invalidez, aí é que ele não sofrerá mais o constrangimento de declarar, de avaliação, de voltar lá... Já está aposentado.

Como disseram muito bem aqui as duas Senadoras, quando ele já está aposentado por invalidez, devido ao HIV, vai procurar emprego, calcule a exposição! Esse cidadão que ficou lá aposentado três, quatro, cinco, seis, dez, vinte anos e, de repente... A Senadora me lembra aqui também, está me ajudando, da questão do preconceito que existe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, a intenção... Eu sempre digo que, quando a gente apresenta um projeto, é uma demanda que vem de toda a sociedade. O que eles estão pedindo? Primeiro, a Previdência vai analisar se ele merece ser aposentado. Se os peritos entenderem que ele pode e deve se manter aposentado para ter aquele benefício, eu entendo que é um caso que nós tínhamos que olhar com muito carinho. Por isso, quero me somar aqui a todos os Senadores, aos Relatores que têm essa visão clara.

Hoje, Senador, eu confesso que na Comissão de Direitos Humanos – e até me incomodei um pouco com os peritos – o que eu recebo de denúncias de pessoas que morrem e receberam alta... No meu gabinete, eu tive dois. Dois no meu gabinete! Receberam alta dos peritos – os peritos podem me procurar para perguntar o nome, porque eu não vou aqui constranger a família – e foram trabalhar no meu gabinete. O que eu faria? Ou eu demitia o cara, e ele ia morrer na rua, porque não tinha... Era aquele salariozinho ali – salariozinho é modo de dizer, porque para muitos é até um salário bom –, o menor salário que há aqui na Casa. Dois morreram! Dois! Morreram dentro do meu gabinete, porque os peritos deram alta. E, se os peritos tiverem dúvida, é só ligar para mim que eu dou o nome, pego os dados aqui do Senado. Eles receberam alta e morreram.

Então, calculem uma situação como esta: o cidadão com a doença do HIV, aids, já está aposentado, está levando a sua vida tomando aquela bateria de remédios, se mantendo, e de repente descobre que não tem mais o benefício.

Eu acho que é uma... Eu sempre digo, com o carinho que tenho com todos, que no Brasil as políticas humanitárias estão desaparecendo. E não estou aqui acusando Pedro ou Paulo. Estou dizendo que, no geral, a visão humanitária é que nos leva – e levou a todos os Senadores que falaram até o momento – a falar sobre a importância desse projeto. Não é um projeto, eu sempre digo, desse ou daquele Senador, é um projeto da sociedade. As entidades que trabalham, articulam e são solidárias a todos aqueles que têm HIV que pediram para que a gente apresentasse o projeto.

Por isso, concluo – acho que o bom argumento é quando você fala pouco e consegue aprovação. Eu faço um apelo a todos os Senadores pela aprovação do projeto.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Continuamos em discussão. (*Fora do microfone.*)

Algum Senador quer se manifestar?

Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Sobre esse projeto, não; apenas o meu apoio, Senadora. Eu só gostaria de ver a possibilidade, na oportunidade que V. Exª considerar, de fazer a leitura do relatório do item 14, apenas para adiantar, posteriormente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Sim, podemos considerar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidenta, permita-me...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Agora nós temos quórum para votar esse projeto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só me permita, quero fazer uma homenagem – é um segundo. Quero dizer que Renato da Matta, que foi o grande articulador desse projeto, está muito mal no hospital, quase padecendo. Se a lei for aprovada, nós podíamos, simbolicamente, homenageá-lo, claro, no plenário. Se há quórum, eu quero votar – fechei a boca.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu acho que...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas a senhora está aí e me orienta: Paim, fala menos e aprova mais.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Encerrada a discussão.

Em votação o substitutivo, o qual tem preferência regimental.

Solicito à Secretaria da Comissão que prepare a votação.

Quem concorda com o que aqui foi discutido, com o encaminhamento das Senadoras e do Senador Paim, vota "sim".

Aberto... (*Pausa.*)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pode abrir-se o painel.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF. Pela ordem.) – Enquanto votamos aqui, eu só quero elogiar e cumprimentar o nobre Senador Paulo Paim e dizer que o PROS vota "sim", com muita alegria e satisfação, a uma matéria de importância fundamental e capital como essa que ele acabou de relatar.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Depois nós vamos para o item 14.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF. Pela ordem.) – Pela ordem, Srª Presidente.

Eu gostaria, depois, que a senhora lesse o meu requerimento para uma audiência pública sobre *home care* e trabalhos de cooperativas, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu vou ler no final da reunião, Senador.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Está ótimo.

Obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Para aproveitar o quórum, Hélio.

Faltam dois votantes. Quem ainda falta?

(*Continua em processo de votação.*)

Quem falta para votar, então?

Podemos encerrar a votação.

Encerrada.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – O projeto foi aprovado por unanimidade e uma abstenção.

Ah, eu estou faltando, que não voto.

Aprovada em turno único a Emenda nº 1, da CAS, Substitutivo, ao Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2017.

A matéria vai a turno suplementar, nos termos do art. 282 combinado com o art. 92 do Regimento. Poderão ser oferecidas emendas no turno suplementar, vedada apresentação de novo substitutivo integral.

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, de 2018

- Terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre a imposição de multa administrativa ao empregador que incorrer na discriminação salarial por motivo de sexo ou etnia e cria o cadastro de empregadores que praticarem a referida discriminação.

Autoria: Senador Lindbergh Farias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

8ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- Em 14.03.2018, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa aprovou Parecer favorável ao Projeto.

- Votação nominal.

Concedo a palavra à Senadora Vanessa para proferir a leitura do seu relatório.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Como Relatora.) – Eu o farei rapidamente, Srª Presidente, sem comprometer o entendimento do projeto, para ver se ainda haverá condições de votá-lo hoje.

Como V. Exª já relatou, a proposição insere os §§7º a 13 no art. 461 da CLT, para impor ao empregador que incorrer na referida discriminação multa administrativa de 50% (cinquenta por cento) do valor máximo dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social, por empregado discriminado. A citada penalidade será dobrada em caso de reincidência e reduzida pela metade para as micro e pequenas empresas. Além disso, a proposição cria um cadastro de empregadores que incorreram na discriminação em testilha – ou seja, a discriminação de gênero –, impondo a duplicação da penalidade em exame, caso o tomador dos serviços nele permaneça por período igual ou superior a dois anos ou seja incluído em seu bojo por mais de uma vez em um intervalo de cinco anos, contados da primeira inclusão.

Por fim, o projeto de lei estabelece que o empregador inserido na lista em comento ficará sujeito à fiscalização periódica, a fim de verificar a permanência, ou não, de comportamento que se busca combater pela aprovação desta proposição.

Na justificação, o autor informa que a proposição visa a conferir maior efetividade no combate à discriminação salarial em função de etnia ou gênero, tornando realidade a igualdade salarial estabelecida no art. 461 da CLT.

A análise do projeto.

Nos termos do art. 22 da nossa Constituição, incumbe à União legislar privativamente sobre Direito do Trabalho.

A matéria também não se encontra reservada à iniciativa privativa da Presidência da República e tampouco dos tribunais superiores ou do Procurador-Geral da República, portanto é plenamente legal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, a questão analisada neste parecer dispensa a edição de lei complementar para a sua inserção no ordenamento jurídico nacional. A lei ordinária, portanto, é o instrumento adequado para tal.

Portanto, inexiste qualquer impedimento formal à tramitação do PLS 33, de 2018.

Quanto ao mérito, a aprovação deste projeto é imperativa ante o exposto nos arts. 5º, *caput*, e 7º, XXX, da Constituição Federal.

O primeiro dispositivo determina que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, enquanto o segundo veda o pagamento de salários diferenciados em razão de sexo ou cor.

Nessa toada, cabe ao legislador infraconstitucional o estabelecimento de mecanismos que garantam a efetividade do norte traçado pela Constituição Federal.

O art. 461 da CLT, na redação a ele conferida pela Lei 1.723, de 1952, já estabelecia que, sendo idêntico o trabalho, será devido o mesmo salário àqueles que o exercerem, sem qualquer distinção de sexo.

Já a Lei 13.467, de 2017, incluiu a etnia como bem jurídico tutelado pelo referido art. 461, impondo, ainda, ao empregador que descumprisse o comando legal o pagamento de multa judicial, em prol do empregado, de 50% do teto dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

Estabeleceu-se, na chamada reforma trabalhista, o primeiro mecanismo legal visando a conferir efetividade ao comando inserido no *caput* do art. 461, assim como nos artigos da Constituição Federal aqui já relatados.

Entretanto, tímida se afigurou a penalidade imposta ao empregador que comete a discriminação ilícita, o que torna imperioso o aperfeiçoamento dos meios legais destinados a combater prática tão nociva aos direitos dos trabalhadores e aos próprios direitos humanos.

Portanto, o Projeto de Lei nº 33 surge em boa hora, aprimorando, assim, as ferramentas criadas para garantir que a todo o trabalho de igual valor seja devido o mesmo salário.

E aí eu sigo apenas nessa análise mais política em relação ao projeto, Srª Presidente, que é um projeto extremamente oportuno e necessário, para as mulheres principalmente, que são elas as maiores vítimas desta discriminação que ainda se impõe no mundo do trabalho.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2018.

É o relatório.

Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Senadora Vanessa.

Olha eu sou grande defensora dos direitos da igualdade, do combate aos preconceitos, mas o politicamente correto vai acabar engessando a gente. Este é outro projeto para se discutir aqui. E eu acho que há campo para a gente tomar uma decisão correta.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para discutir.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu não estou dizendo o meu lado, só estou dizendo que é mais um projeto complexo no seu desdobramento.

Então vamos ouvir a todos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para discutir, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Ana Amélia também. Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Para discutir.) – Eu acho que a sua manifestação, para quem a conhece há tanto tempo, sabe das suas posições e dessa agenda que V. Exª tem em relação ao direito das mulheres ao acesso ao mercado de trabalho, à igualdade, à inclusão e à não discriminação.

Na verdade, também concordo com a Presidente desta Comissão, Senadora Marta Suplicy. No relatório da Senadora Vanessa Grazziotin desse projeto do Senador Lindbergh Farias existem, Senadora Vanessa, algumas dúvidas sobre a aplicabilidade desse projeto. Ele pode suscitar muita subjetividade. E aí o risco é muito grande, mesmo que se tenha dito que para igual função, se a mulher receber um salário menor... Mas e se a mulher não tiver a experiência que tem um homem que está exercendo aquela função igual? Se ela começou ontem, e já há ali ocupando lugar para a mesma função uma pessoa que tenha cinco ou dois anos de experiência? O critério, qual será?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ah, então a gente tem que ter exatamente esse cuidado na avaliação e na precisão da aplicação da lei, porque senão nós vamos criar um efeito subjetivo numa matéria tão relevante do ponto de vista do alcance que ela tem para a inclusão das mulheres e para evitar injustiças na questão salarial.

Então eu concordo com uma discussão mais profunda disso. Eventualmente uma audiência pública, para trazer empregadores, para trazer as mulheres, o movimento. A relatoria é da Procuradora da Mulher no Senado Federal, a Senadora Vanessa. E trazer esse debate mais amplo, ou simplesmente pedir um pedido de vista para ampliar o debate sobre a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Continua a discussão. Podemos pedir vista, podemos fazer uma audiência ou podemos votar.

A discussão está em aberto.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Senadora, se me permite, como Relatora da matéria, eu até havia sugerido para o Senador Moka, porque o objetivo é esse que a senhora colocou. Nós queremos aprovar mecanismos efetivos no combate à discriminação salarial entre homens e mulheres. Nós precisamos disso.

O Senador Moka veio me perguntar como que isso seria efetivado. O projeto é simples, é muito claro. Seria a partir de uma fiscalização no ambiente de trabalho, ou seja, pela Justiça do Trabalho. Em detectando a discriminação, aplicar-se-ia a multa.

Agora, eu acho que seria importante, sim. Foi solicitada vista. Que nesse período de vista...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não, não foi solicitada vista. Eu coloquei que estamos pensando. Está aberto.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Não, eu entendi que a Senadora Ana Amélia pediu.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não, não. Nós estamos tentando ver se aprofundamos aqui. Ou fazemos uma audiência, pedimos vista. Parece que o Plenário não está disposto a votar esse projeto já.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Não, eu entendi que...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Senadora Regina, vamos ouvir.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Senadora Marta, só para eu concluir, se me permite. Eu tinha entendido que a Senadora Ana Amélia teria pedido vista.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Ela não pediu, Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Tudo bem. Mas então a minha ideia seria a seguinte: vamos marcar para a semana que vem uma audiência pública sobre essa matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não, não vou marcar nada de afogadilho. Há um monte de audiências públicas na frente da de V. Exª. Então esse projeto não é um projeto que precisa ser votado amanhã, não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Não, mas eu não estou sugerindo que seja votado amanhã. Audiência pública semana que vem. Apenas isso, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Sim, mas é exatamente o que eu estou dizendo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Estou falando português aqui.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Nós temos quantos pedidos de audiências públicas? Aqui há duas aprovações de audiências públicas por semana. Não é um projeto de afogadilho esse. Nós podemos fazer audiência pública. V. Exª requeira a audiência pública, e nós marcaremos. Marcaremos o quanto antes, mas há requerimentos na fila.

Senadora, V. Exª quer pedir um requerimento? (*Pausa.*)

Senadora Vanessa, V. Exª solicite agora um requerimento. Nós podemos votar o seu requerimento. Depois, na próxima, votamos as pessoas e entra na fila das audiências públicas, que a gente tem tentado fazer uma vez por semana, às vezes, ou duas por mês. Mas a gente sabe que há um problema sério de quórum. (*Pausa.*)

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Aguardo o seu requerimento.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Para discutir, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Para discutir.) – Eu acho lamentável que a gente... Primeiro, todas as questões das mulheres a gente tem que reunir no mês de março, tirar uma pauta e sair tentando aprovar. Depois se esquece.

Eu não vejo subjetividade nesse projeto. A gente pode ter dificuldade em aplicar, como na maioria das vezes neste País. Neste País, há até um ditado que diz: "Tem que fazer uma lei para cumprir a outra lei."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Aqui é claro. Salários iguais para funções iguais. Muitos países já fazem isso. Se a gente não tiver o amparo da lei para poder cobrar... Sei que não é fácil, porque a gente não tem fiscal... Sabemos que ainda hoje há trabalho escravo neste País. Agora, não é por isso que a gente vai deixar de ter uma lei de combate ao trabalho escravo.

Então, acho lamentável que a gente passe por essa linha. Acho que a gente tinha de aprovar o projeto e aí correr atrás da execução, do cumprimento dele.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – V. Exª fez uma bela defesa. Manifesta-se a favor da audiência?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Espere aí. Quero saber se ela se manifesta a favor da audiência ou se manifesta a favor da votação.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidenta..

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – A gente não tem como votar hoje. Então, acho que o correto é o que a Relatora falou aí, podemos fazer a audiência.

Agora, como a senhora falou mesmo, há uma fila imensa e o projeto vai ficar para março do ano que vem...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não vai, pode ter certeza de que não vai.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – A fila às vezes é tão grande que desatualiza. Acho que daqui um mês ou dois a gente faz.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Srª Presidente, eu vou fazer um pedido de vista, e espero que alguém possa me acompanhar em um pedido de vista coletiva, porque nós vamos ter uma semana e, na semana que vem, tenho a impressão de que nós vamos ter tempo para dar uma olhada. Eu mesmo quero dar uma lida. Confesso que não...

Agora, a audiência pública eu temo realmente porque há outas audiências pedidas e a gente acaba...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Sim, espere aí.

Senadora Vanessa, ele está sugerindo um pedido de vista coletiva – e achei interessante – para as pessoas talvez se aprofundarem, para que conversemos e talvez não precise de audiência pública. Que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

gente aprofunde e tente... Na semana que vem eu tenho o compromisso de colocar na pauta e a gente vê se cabe audiência ou não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Eu concordo. Acho que se não temos tempo para fazer audiência pública, vista. Todos dão uma lida e semana que vem a gente vota.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Quem quer pedir vista junto?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidenta... Presidenta...

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Eu peço vista coletiva.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pronto. Vista coletiva.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidenta.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Pela ordem.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não, Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Antes do pedido de vista, eu queria *ad argumentandum* a intervenção da Senadora Ana Amélia... Como está no calor, eu queria responder um pouco...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu questionei.

A questão aí não é o salário igual apenas porque são homem e mulher, mas porque são funções iguais, competências iguais, funções técnicas iguais, etc.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sim. Senador...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – O que a gente não aceita é o homem estar em uma função e a mulher ao lado dele, com a mesma função, com a mesma competência, e ganharem salários diferentes. Essa é a questão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Presidente, eu quero...

Senador Paulo Rocha...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Talvez o senhor não estivesse aqui quando eu ponderei sobre esse critério para definir essa regra. Eu sempre trabalhei, sempre fui empregada e eu sempre tive essa questão em mente, a questão da valorização.

Quero lhe dizer o seguinte. Vamos tratar objetivamente da matéria: o cargo de engenheiro de uma empresa, um homem e uma mulher. Um engenheiro tem cinco anos de experiência, tem uma especialização nos Estados Unidos ou na USP, em São Paulo, ou no Pará, no seu Estado, e a mulher está chegando, não tem nem um mês de trabalho. Como é que, para o mesmo cargo, para a função de engenheira de uma empresa de construção...

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PRB - MS) – Não é essa a questão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Como é que você vai dar o mesmo salário para uma pessoa que tem experiência e para uma pessoa que está começando? Eu acho que esse é um critério que você tem que avaliar. É a mesma função, só que uma pessoa tem uma experiência, confirmada, e a outra pessoa não tem. Aí, porque é mulher, vai ter que ter o mesmo salário? Essa é a questão. Eu estou falando objetivamente.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF. Pela ordem.) – Srª Presidente, essa é uma questão muito importante. Eu acho que são inadmissíveis para nós, trabalhadores, diferenças salariais que não sejam devidamente justificadas nos planos de cargos e salários das empresas. Praticamente todas as empresas que eu conheço têm um sistema de contratação que obedece seus planos de cargos e salários.

O mérito do projeto, que eu apoio, votaria hoje favoravelmente ao projeto sem nenhum tipo de questão, é que não pode haver discriminação em se tratando de funções iguais, não pode haver salário diferenciado só porque é mulher ou porque é negro ou porque é pobre ou porque é rico. É essa a questão em discussão, no caso específico a questão das mulheres, que têm tanta competência, ou até mais, quanto nós, homens.

Então, acho que está totalmente entendida a situação. O nosso nobre Senador Moka pediu vista. Eu peço vista coletiva para agilizar esse projeto, para podermos debatê-lo com mais tranquilidade e passarmos para o próximo ponto da pauta.

Obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Alguém mais quer se manifestar?

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Pela ordem, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Senador Cidinho.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT. Pela ordem.) – É só para registrar o meu voto "sim" na votação anterior, do 188, de autoria do Senador Romário. Estava preso no trânsito e cheguei atrasado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não.

Pois não, Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – É só para ficar claro o seguinte. Quando eu pedi vista, eu o fiz entendendo que teríamos mais tempo para nos aprofundar na matéria. Eu não tenho nenhuma objeção ao projeto, até porque eu conversei com a Senadora Vanessa e ela colocou uns critérios que me satisfazem. Estou pedindo vista e ainda pedi, Senador Hélio José, para que pedissem vista coletiva para agilizar. Eu não estou... V. Exª disse que estava pedindo vista coletiva para agilizar...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Mas os critérios não estão no projeto. Ou estão? Estão ou não estão no projeto os critérios que foram levantados, como carreira e tempo? Estão no projeto ou não estão? Porque também se pode sentar e reformular um pouco o projeto para deixá-lo mais claro.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Exatamente. Por isso é que eu estou pedindo vista. O pedido de vista vai dar o tempo necessário...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Vai dar.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – ... para que alguém que tenha dúvida... Porque eu acho que o projeto é bom. Eu acho que, realmente, se houver uma ou outra objeção, nós teremos tempo até para apresentar alguma emenda, alguma coisa. Mas eu, em princípio, não tenho dificuldade nenhuma em relação ao projeto.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É, o projeto não tem os critérios estabelecidos. Eu estou vendo aqui. Mas isso nós poderemos discutir no período de vista, até a próxima semana.

Vou pedir, então, aos...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se V. Exª permitir um minuto...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Eu também gostaria de apenas um minuto, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Nós vamos colocar na próxima reunião. Pode até ser o primeiro item de pauta.

Então, que nos reunamos, pensemos, porque senão vamos ter que fazer uma audiência pública e protelar aí. Poderemos não protelar, se tivermos esse entendimento conforme o Plenário está sugerindo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – V. Exª me permite, apenas para cumprimentá-la.

Acho que nós teremos uma semana para cada um entender bem o projeto e, a partir da semana que vem, votaremos. Eu acho que nós não podemos perder essa oportunidade, Senadora Marta.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – O Senador Paim quer completar a fala.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, Presidenta.

Primeiro...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Então, semana que vem voltamos a debater a matéria. E votar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Primeiro, quero dizer que eu entendo aqui que todo mundo, em tese, está a favor do projeto e que há algumas preocupações com detalhes. Então, o pedido de vista vem numa boa hora.

Eu só lembro a todos que há um projeto – eu vou lembrar só para dizer da preocupação em nós acelerarmos – do Deputado Marçal Filho, do PMDB, de 2011. Passou por dezenas de espaços na Câmara, aqui por três comissões, e até hoje não foi votado. Então, acho que esse projeto é mais amplo do que o do Marçal, mas faço aqui minha homenagem também ao Marçal Filho – casualmente eu fui Relator –, e, com esse pedido de vista, nós poderemos chegar a um grande entendimento e mandar esse projeto à Câmara, visto que o da Câmara já está aqui no Senado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Concedo pedido de vista coletiva, nos termos do art. 132, do Regimento. Ficam adiadas a discussão e a votação da matéria para a próxima reunião, da semana que vem.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 72, de 2017

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

8ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera os arts. 392 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, 71 e 71-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para majorar o prazo da licença-maternidade, de 120 para 180 dias, e permitir ao pai acompanhar a mãe do nascituro nas consultas e exames durante a gravidez.

Autoria: Senadora Rose de Freitas

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta.

Observações:

- Em 21.03.2018, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.

- Votação nominal.

Eu vou pedir ao Senador Paim...

Já foi lido o relatório, e a discussão não foi feita. Então, que V. Exª possa...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidenta, eu já li o relatório. Na ementa é muito claro qual é o objetivo, que vai permitir ao pai acompanhar a mãe...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Matéria em discussão, gente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... do nascituro nas consultas e exames durante a gravidez. E ela amplia para 180 dias a licença-maternidade.

Senadora Rose de Freitas, o objetivo é esse.

Faz parte daqueles projetos que foram selecionados no mês das mulheres.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

O projeto e a emenda, nos termos do relatório apresentado... A discussão está encerrada e...

Pode abrir o painel. Iniciar votação; painel aberto.

Em votação o projeto e a emenda nos termos do relatório apresentando.

Solicito à Secretaria abrir para votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

(*Procede-se à votação.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Já está aberto.

Quem vota com o Relator vota "sim".

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Srª Presidente, enquanto a votação continua eu queria fazer uma breve fala.

Sem dúvida, eu vou votar "sim", mas é muito difícil para as empresas e para o Governo em si conseguirem passar desses 120 dias para 180 dias. Já sei que há muita dificuldade para poder fazer. É óbvio que para uma mãe e para um filho é fundamental esse acompanhamento, e por isso eu vou votar "sim" ao projeto.

Eu não sei qual foi a posição da CAE ou qual será a posição do pessoal que vai analisar a economia na questão, mas quanto ao mérito eu vou votar "sim" por essa questão. Tanto é que nós aqui votamos o projeto terminativo, de que fui o Relator, dando 15 dias de prazo para que o INSS realmente pague a licença-maternidade. E esse outro projeto de hoje que aumenta de 120 dias para 180 dias também é altamente meritoso. Por isso é que eu estou votando "sim", com essa preocupação.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não, Senador Cidinho.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT. Pela ordem.) – Eu só tenho uma preocupação: de que aqui nós sempre estamos colocando a conta para as empresas pagarem. Ao mesmo tempo em que nós temos um projeto para votar avaliando essa questão da igualdade salarial, em seguida nós vamos votar um outro projeto aumentando a licença-maternidade, de 120 para 180 dias, e dando o direito do pai acompanhar a senhora esposa em todas as consultas durante o pré-natal. E aí eu pergunto: qual é a empresa que vai querer contratar mulheres dessa forma? Então, a gente acha que vai se criar facilidade, mas vai se criar mais dificuldade.

Então, são essas questões, cujo mérito não vou entrar. Eu vejo que aqui tudo é para jogar para a plateia, para os outros pagarem a conta, e vamos seguindo assim. E é assim que o Brasil vai...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Olha, são só dois dias para acompanhar as consultas, é que haveria essa possibilidade.

Agora, eu acho que nós temos que pensar nisso, porque eu sou feminista, eu apoio as mulheres, mas eu acho que a conta, no momento, está ficando muito complicada. Então, vamos pensar, refletir, porque a ideia do projeto está certa. Existem países em que são seis meses para o homem e seis meses para a mulher.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Agora, a Senadora Regina falou bem, antes: a gente faz a lei e depois briga para dar certo.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Claro, claro.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não sei.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Senadora Marta, eu só queria fazer um comentário: no serviço público já é assim, já funciona assim.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – São 180 dias?

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – São 180 dias (seis meses). Mas para a iniciativa privada, realmente, tinha que ser verificada uma situação mais de razoabilidade em como se fazer essa compensação para as empresas. Por isso é que votei "sim", dando a equiparação com o serviço público, mas os cuidados têm que ser feitos.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Por que para o serviço público é "sim" e para o privado é "não"? Aí nós já vamos fazendo as coisas....

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Por isso é que votei "sim".

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Aí as pessoas reclamam que o serviço público tem privilégio; aí fica complicado...

Realmente, é difícil fazer lei, porque a gente quer ajudar as pessoas, quer ajudar as mulheres, quer ajudar a igualdade, quer combater o preconceito, mas não é só isso: a gente tem que ter uma visão do País, tem que ter uma visão do mundo, tem que ter uma visão do momento em que se encontra – que é de desenvolvimento – este País.

Então é difícil, mas vamos votar. É uma votação nominal.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidenta, permita-me só dizer que o esclarecimento que a senhora deu é muito importante: é até dois dias, durante toda gravidez, em que o pai pode acompanhar.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A senhora já esclareceu, eu só estou reforçando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não havendo mais quem queira votar, encerro a votação.

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Foram 11 SIM; 01 NÃO.

Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 72, de 2017, a Emenda nº 1-CAS.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Srª Presidente, só para cumprimentar a nossa nobre Senadora Rose de Freitas pelo projeto. Só para lembrá-la, pois ela é uma pessoa que não pôde estar aqui hoje, mas merece todo nosso carinho, nosso apoio e nosso respeito.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É uma boa lembrança, pois ela fez inúmeros projetos em relação à mulher, que estão sendo votados agora. Graças ao mês de março, como foi mencionado pela Senadora Regina, nós conseguimos votar algumas coisas. E ela fez projetos de excelência para nós mulheres, para o Brasil.

Agora um projeto do Deputado Carlos Bezerra, com relatoria do Senador Humberto Costa.

Pode ser *ad hoc*? (*Pausa.*)

Então, Senador Paulo Rocha, é o item 3; pode ser o Relator *ad hoc*, com a anuência do Senador Humberto Costa?

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 73, de 2011

- Terminativo -

Altera o § 2º do art. 819 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o pagamento dos honorários de intérprete judicial.

Autoria: Deputado Carlos Bezerra

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatoria *Ad hoc*: Senador Paulo Rocha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

8ª

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- Em 23.08.2017, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou Parecer favorável ao Projeto.

- Votação nominal.

Senador Humberto Costa, não presente, anuiu em a relatoria ser *ad hoc*, do Senador Paulo Rocha.

Concedo a palavra ao Relator *ad hoc* Paulo Rocha, para proferir a leitura do relatório do Senador Humberto Costa.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Como Relator.) – Srª Presidenta, trata-se do Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 2011 (PL nº 5.323, de 2009, na origem), do Deputado Carlos Bezerra, que altera o §2º do art. 819 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o pagamento dos honorários de intérprete judicial.

O projeto destina-se a modificar a atual regra de que cabe à parte interessada o custeio dos honorários do intérprete nomeado pelo juiz para traduzir o depoimento das partes e de testemunhas que foi feito em língua estrangeira ou, no caso de surdo-mudo ou de mudo, em linguagem de sinais. A proposição entende que esse custeio deve pesar sobre os ombros da parte sucumbente, salvo se for beneficiária da justiça gratuita.

O projeto foi inicialmente distribuído para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que opinou pela aprovação da matéria. Veio então a esta Comissão para a decisão terminativa.

O Relator faz uma análise, à luz do art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, e conclui que é da incumbência da CAS tratar de questões relativas a relações de trabalho, o que justifica o exame da matéria.

No mérito, a proposição é irrepreensível e merece aplausos, na medida em que corrige uma injustiça flagrante. É realmente absurdo que o trabalhador, ao necessitar do depoimento de uma testemunha estrangeira, tenha que pagar os honorários do intérprete judicial, quando ele triunfar no processo trabalhista.

Diante da notável sensibilidade de justiça e do espírito social que reveste a matéria, não há outro caminho senão aplaudir a proposição.

O voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Somos, pois, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 2011.

Esse é o voto e o relatório, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Lido o relatório, a matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação o projeto.

Solicito à Secretaria da Comissão que prepare a votação. (*Pausa.*)

Está aberto o painel.

Quem vota com o Relator vota "sim".

(*Procede-se à votação.*)

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu queria só lembrar que há um requerimento meu aí que eu gostaria que fosse lido. Quando terminar a apuração.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Um requerimento.

É só um aditamento de pessoas, para uma audiência pública.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidenta...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Falta um voto.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Enquanto a senhora espera fechar a votação, eu queria dar uma sugestão, pelo fato de os interessados estarem aqui.

Quanto ao item 1, a Relatora não está. Parece que não vem. Quem sabe não seria bom nomear um relator *ad hoc*, para poder ler?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – A Secretária me informa que a Senadora pediu para não nomear um relator *ad hoc*, porque ela gostaria de estar presente. Vamos respeitar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todos votaram?

Sim? Não havendo mais quem queira votar, está encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Aprovado por unanimidade: 11 votaram SIM.

Aprovado o Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 2011.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para a ciência do Plenário e a publicação no *Diário do Senado Federal.*

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Social Democrata/DEM - SE) – Presidente, eu sou autora do item 9.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não temos mais quórum para votação de terminativos. Três, quatro, seis, sete, oito... Aliás, há nove; faltam dois. Vamos ficar atentos: caso entrem dois novamente, porque é fluído... (*Pausa.*)

Houve uma alteração no item 16, nos convidados. Então, eu desconsidero a votação anterior em virtude da atualização na lista de convidados pelos autores.

Passamos à deliberação novamente do Requerimento nº 3.

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 3, DE 2018

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão, para debater a grave situação sobre a compra do medicamento para doenças raras, Aldurazyme (laronidase), Myozyme (alfa-alglicosidase) e Fabrazyme (beta-agalsidase), com representantes das seguintes entidades/empresas:

• *Ministério da Saúde;*

• *Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa;*

• *Shire, empresa produtora dos medicamentos;*

• *Sanofi/Genzyme, empresa produtora dos medicamentos;*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

• *Global Saúde, empresa declaradas vencedora;*

• *Alexion Pharmaceuticals, empresa produtora dos medicamentos.*

Autoria: Senador Humberto Costa e outros

Observações:

- Lido em 21.03.2018.

O requerente mudou alguns representantes e está agora apresentando o Ministério da Saúde; a Anvisa; a Shire, empresa produtora dos medicamentos; a Sanofi/Genzyme, empresa produtora dos medicamentos; a Global Saúde; e (mudou a última, então, tirando uma e colocando outra) a Alexion Pharmaceuticals, empresa produtora dos medicamentos.

Em votação o requerimento.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Há um requerimento do Hélio José, e um da Regina.

EXTRAPAUTA

ITEM 19

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 6, de 2018

- Não terminativo -

Requeiro, com fulcro na Constituição da República Federativa do Brasil, em seu art. 58, § 2º, II, e no Regimento Interno do Senado Federal, nos arts. 90, II, e 93, II, a realização de audiência pública pela Comissão de Assuntos Sociais, para debater a regulamentação das atividades dos profissionais auxiliares e técnicos em enfermagem que trabalham em Cooperativas e Home Care.

Para tanto, sugiro os seguintes convidados:

• *Senhor Rogério Abdalla, Secretário de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde;*

• *Senhor Carlos Cavalcante de Lacerda, Secretário de Relações do Trabalho;*

• *Senhor Jorge Vianna, Presidente da Federação Brasileira dos Profissionais da Enfermagem – FEBRAPEN;*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

• *Senhor Márcio Lopes de Freitas, Presidente do Sistema OCB;*

• *Senhor Manoel Carlos Neri da Silva, Presidente do Conselho Federal de Enfermagem – COFEN.*

Autoria: Senador Hélio José

Nós temos algum projeto que está requerendo essa audiência, Senador?

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – A questão pela qual está se requerendo essa audiência, minha nobre Presidente, primeiro é a regulamentação da forma sobre como está sendo feito esse trabalho de *home care,* em razão do tipo de exploração que está ocorrendo dessa mão de obra. Eu fui procurado por uma série de pessoas e organizações que trabalham no setor. Por isso é que a gente vai fazer esse debate.

Inclusive, por eu ser de Brasília, sugiro que façamos a audiência num dia diferente do dia nosso normal aqui, porque os convidados todos são daqui do Distrito Federal.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não.

O Senador sugeriu os convidados acima.

Lido o requerimento, a matéria retorna à pauta na semana que vem para votação.

EXTRAPAUTA

ITEM 20

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 7, de 2018

- Não terminativo -

Em aditamento ao RAS nº 001, de 2018, requeiro, nos termos do art.93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que se incluam, na audiência que instruirá o PLS 360/14 que dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas, autoriza a criação da Comissão Intersetorial de Bebidas e dá outras providências, para determinar que conste o valor energético no rótulo de bebida alcoólica," os seguintes nomes:

• *Representante do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA;*

• *Deputado Federal Padre João Carlos Siqueira; e*

• *Representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC.*

Autoria: Senadora Regina Sousa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Senadora Regina é a autora e sugere três nomes.

Senadora Regina, eu não lembro quantas pessoas estão indicadas.

É uma audiência nova a de V. Exª ou está aditando?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – A senhora está aditando.

Nós temos aqui tentado manter seis pessoas, para conseguirmos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Está perfeitamente dentro das regras.

Concedo a palavra à autora para encaminhar.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Para encaminhar.) – Eu sou a Relatora deste projeto e, no dia da discussão aqui, acabou que não se votou, e o Senador Dalirio sugeriu a audiência pública. O requerimento de S. Exª sugeriu três nomes, que já foi aprovado, e eu sugiro mais três nomes também, para a gente debater esse assunto.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Perfeito.

Lido o requerimento, a matéria retorna, na próxima semana, à pauta.

Temos aqui o item 12, de autoria do Senador Lasier Martins. Estando o Senador Jorge Viana presente, nós podemos fazer a leitura.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – É sobre um relatório de sua autoria, cujas emendas foram muito bem adaptadas ao projeto original. Se V. Exª pudesse ler também, na próxima reunião votaríamos.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Qual é?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É um projeto de que sou autor e V. Exª é Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu sei. Eu o estava deixando por último, mas tudo bem, se desse tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

8ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 415, de 2017

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir o uso do FGTS para pagamento de pensão alimentícia pelo trabalhador que não possuir outro recurso líquido disponível.

Autoria: Senador Lasier Martins

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- *Votação nominal.*

Não poderemos votá-lo agora, mas podemos fazer a leitura do relatório.

Concedo a palavra ao Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Como Relator.) – Obrigado, Senadora.

Ainda bem que cheguei a tempo. Eu estava numa audiência.

Eu entendo que tanto essa matéria, que é o item 12, quanto o item 8, da Senadora Rose de Freitas, são importantes. Ao item 8 eu até faço uma breve referência, pois tenho a honra de ser Relator e é da maior importância também, porque estendemos a licença para as mulheres grávidas e o compartilhamento com seus companheiros dessa licença. É fundamental, quando houver quórum, deliberarmos sobre ele.

Passo à leitura, então, do item 12, que é de autoria do Senador Lasier Martins, como bem falou V. Exª, Senadora Marta. A decisão é terminativa e ele altera o Projeto de Lei 8.036, de 1990, no art. 20, incluindo pagamento de pensão alimentícia fixada em juízo quando o trabalhador não possuir outro recurso líquido disponível. Ou seja, essencialmente, permite a possibilidade do uso dos recursos do FGTS para pagamento de pensão alimentícia, quando comprovado não haver nenhuma outra renda por parte da pessoa que for demandada pela Justiça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O FGTS é uma poupança compulsória do trabalhador, depositada pelos empregadores em conta aberta na Caixa, em nome dos empregados, 8% do salário funcional, garante os recursos em caso de demissão sem justa causa.

Eu passo ao breve resumo.

Vem a exame da Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei 415, de 2017, de autoria do Senador Lasier Martins. O projeto contém dois artigos. O primeiro modifica o art. 20 da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir o uso do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço para pagamento de pensão alimentícia pelo trabalhador que não possuir outro recurso líquido disponível.

É bom que se diga que nós não estamos aqui abrindo uma alternativa para pagamento. É só nesse caso.

O segundo artigo determina a vigência imediata da lei.

O projeto foi distribuído exclusivamente a esta Comissão de Assuntos Sociais, a quem caberá a decisão terminativa.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposição.

Da análise.

Compete à CAS opinar sobre matérias pertinentes às relações de trabalho, seguridade social e outros assuntos correlatos, nos termos do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal.

A Constituição Federal estabelece que cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União.

No que diz respeito à juridicidade, à regimentalidade e à técnica legislativa, não há óbice.

O mérito.

O projeto tem o objetivo de auxiliar o trabalhador que passa por fortes restrições de renda e que não tem condições de honrar seus compromissos financeiros, como ressalta o autor na justificação da proposição.

As políticas de emprego e renda, infelizmente, não são efetivas a ponto de assegurarem garantias mínimas ao trabalhador que deixa o emprego. Diante disso, o autor propõe possibilidade do uso dos recursos do trabalhador no FGTS para o pagamento de pensão alimentícia determinada em juízo, quando o trabalhador não possuir outro recurso líquido disponível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, são duas condicionantes: tem que ser uma decisão judicial e tem que ficar comprovado que não há nenhuma outra fonte de recurso para o trabalhador, ou, no caso, a trabalhadora, porque, às vezes, também há o contrário.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É um projeto muito interessante mesmo.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – É.

Então, entro na conclusão.

Já há, inclusive, acórdão proferido na Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, em 2014, mas eu faço aqui uma breve referência.

Além dos benefícios econômicos e sociais, certamente, a medida contribuirá para reduzir a judicialização de conflitos envolvendo o pagamento de pensão alimentícia, fenômeno bastante elevado no Brasil.

A maior parte dos processos nas varas de família, Senadora Marta, é relativa a pagamento de pensão alimentícia. Por exemplo, na Defensoria Pública do Rio de Janeiro, em 2016, 80% dos processos no Núcleo da Família eram de ações de alimentos. Em Minas Gerais, o percentual alcançava 90%.

Há também juizados especiais federais, que, em 2014, aceitaram o pedido de uso do FGTS para pagamento de pensão alimentícia.

Então, já temos um precedente praticado pelo juizado de conciliação.

De acordo com o TNU, o rol do art. 20 da Lei 8.036 relaciona a hipótese de saques do FGTS. Além disso, se aprovado, o presente projeto contribuirá sensivelmente para diminuir a prisão civil por atraso de pensão alimentícia no caso de pessoas que realmente estejam numa situação de precariedade por falta de trabalho.

Esse é o meu relatório, Senadora, entendendo que é o tipo de matéria que podemos debater numa Comissão como esta, procurando aperfeiçoar as relações sociais no nosso País.

Eu entendo que é um projeto importante, trazido pelo Senador Lasier Martins, e eu tenho a satisfação de apresentar um relatório favorável a ele.

Peço a V. Exª, se for possível, um esclarecimento sobre o item 8, de autoria da Senadora Rose de Freitas, que trata de matéria fundamental para ser apreciada. Se ainda falta a leitura, que eu possa fazê-la também.

Obrigado, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Esta é uma matéria que realmente consegue ajudar de uma forma que afeta o próprio trabalhador e beneficia a criança. É realmente muito interessante.

Bom, em virtude da falta de quórum para a deliberação de matérias terminativas, ficam adiadas a discussão e a votação deste projeto.

Convido o Senador Moka para a Presidência enquanto vou relatar um projeto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Assumindo a Presidência, concedo a palavra à Relatora Marta Suplicy.

Item 13. Discussão também terminativa.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 442, de 2017

- Terminativo -

Altera o art. 392-B da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e o art. 71-B da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para assegurar ao cônjuge ou companheiro o período remanescente de licença-maternidade, quando a mãe não puder usufruí-la, em razão de incapacidade física ou psíquica, e dá outras providências.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senadora Marta Suplicy

Relatório: Pela aprovação do Projeto e das 2 (duas) Emendas que apresenta.

Observações:

- *Votação nominal.*

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP. Como Relatora.) – Vem a exame desta Comissão, em decisão terminativa, o projeto de lei do Senado de autoria do Senador Paim que altera o art. 392-B da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para assegurar ao cônjuge ou companheiro o período remanescente de licença-maternidade quando a mãe não puder usufruí-la, em razão de incapacidade física ou psíquica, e dá outras providências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 392-B, que se pretende acrescentar à CLT, estabelece que, em caso de morte ou incapacidade física ou psíquica da genitora, é assegurado ao cônjuge ou companheiro empregado o gozo de licença por todo o período de licença-maternidade ou pelo tempo restante a que teria direito a mãe, exceto no caso de falecimento do filho ou de seu abandono.

O período de licença concedido não seria inferior a trinta dias.

Em outra hipótese, no caso de morte ou incapacidade física ou psíquica de mãe sem vínculo trabalhista nos 120 dias seguintes ao parto, o pai terá direito ao período de licença-maternidade remanescente a esse período.

Para ter direito à licença, o empregado deverá informar os fatos ao empregador assim que possível e apresentar atestado médico ou certidão de óbito, conforme o caso, além de informar o período de licença já gozado pela mãe, se assim for o caso.

O art. 2º do PLS altera o art. 71-B da Lei nº 8.213, de julho de 1991, que regula o Plano de Benefícios do Regime Geral de Previdência Social, para incluir nesse dispositivo – abro aspas – a "incapacidade física ou psíquica" da segurada ou segurado, além do óbito, como hipótese para que o cônjuge ou companheiro façam jus ao recebimento por todo o período ou pelo período remanescente do salário-maternidade e será concedido pelo prazo mínimo de trinta dias.

Em caso de morte ou incapacidade da mãe não segurada, o pai segurado terá direito ao período de licença-maternidade remanescente.

Essa disposição aplicar-se-á também ao segurado que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção e também ao ascendente, descendente ou colateral que, em razão da incapacidade física ou mental ou da morte da segurada, obtiver a guarda judicial de recém-nascido.

Na sua justificativa, o autor argumenta que a presença de pelo menos um dos genitores no acompanhamento direto da criança é fundamental para a inserção dela no meio familiar e social. Mas também é fundamental para a mãe se recuperar, se for o caso de ficar doente, com depressão e tudo mais.

Afirma que é em decorrência desse carinho e da atenção dispensada pelos pais que se formam as bases para uma família saudável, que irá se refletir em benefício de toda a sociedade, tornando letra viva o art. 226 da Constituição Federal, que institui a proteção do Estado para a estrutura familiar.

Em suma, a criança tem prioridade absoluta na Constituição Federal. É ela, a criança, o sujeito de direitos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 3º deste PLS estabelece, por fim, que a lei dele decorrente somente entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos financeiros a partir do primeiro dia do exercício subsequente ao de sua publicação.

Não foram apresentadas emendas.

Análise.

Nos termos do art. 90, I, combinado com o art. 100, I e IV, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS discutir e votar o presente projeto.

Alterações promovidas na legislação trabalhista e previdenciária inserem-se no campo das atribuições legislativas da União, nos termos do art. 22.

Normas com esse conteúdo estão entre aquelas de iniciativa comum, previstas no art. 61.

Cabe ao Congresso Nacional legislar sobre o tema, nos termos do art. 48 da mesma Carta. Observados esses pressupostos, a proposição está desprovida de vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade no que se refere aos seus aspectos formais.

Ressalte-se ainda que não se trata de matéria cuja disciplina seja reservada a lei complementar, motivo pelo qual a proposição ora apresentada está adequada para a disciplina da matéria em exame.

No que se refere à conformidade legislativa, a proposição atende às regras estabelecidas.

A propósito do mérito, a proposição em exame apenas aperfeiçoa hipótese já prevista na CLT.

Ressalte-se que, em 2013, foi aprovada a Lei nº 12.873, fruto de projeto de lei de conversão da Medida Provisória nº 619, de 2013, que já incorporou àquela época a possibilidade de o pai empregado (cônjuge ou companheiro) que tenha a qualidade de segurado do RGPS gozar a parte remanescente da licença-gestante e, por via de consequência, fazer jus ao pagamento do salário-maternidade em face do óbito da mãe.

A aprovação dessa legislação significou um avanço social importante e deu à criança, cuja mãe foi a óbito, proteção correspondente à criança de mãe viva.

Assim, o objeto primordial da legislação não é apenas o direito da mulher à referida licença-gestante, mas, também, assegurar a proteção especial ao recém-nascido.

O PLS que ora está em discussão foi inspirado, segundo o autor, no Código do Trabalho de Portugal, em seu art. 42, que trata da concessão de licença parental a um progenitor em caso de impossibilidade de sua fruição pelo outro, titular original do direito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No direito português, portanto, esse benefício é concedido ao cônjuge, em caso de morte ou incapacidade física ou psíquica da mãe.

A nossa legislação já oferece a proteção adicional prevista na CLT e no Plano de Benefícios do RGPS em face da Lei nº 12.873, de 2013, que incorporou normas nesses diplomas legais que asseguraram a continuidade da fruição da licença à gestante e do pagamento do salário-maternidade, mesmo após o óbito da genitora.

Agora, o que se debate nesta proposição, é a extensão desta proteção, inspirada na legislação portuguesa, para assegurar ao cônjuge ou companheiro, desde que segurado do RGPS, o direito ao gozo da parte remanescente da licença à gestante e o pagamento do salário-maternidade, nas hipóteses em que a mãe estiver incapacitada física ou psicologicamente.

O art. 227 da Constituição consigna que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Normas na mesma direção já constam de nossa legislação trabalhista e previdenciária, mas, infelizmente, o benefício está restrito aos casos de morte da titular. O benefício é absolutamente justo. Na ausência da genitora, os cuidados maternais, que não se restringem ao aleitamento, devem ser prestados pelo pai e devem ser assegurados pelo Estado, em benefício da criança. Isso se justifica especialmente nesses casos em que, além de todas as necessidades que um recém-nascido demanda, ainda há a dor decorrente da perda ou da incapacitação da pessoa titular do direito à licença-maternidade.

Também o ECA vai nessa direção.

Cabe, ainda, lembrar que o Código Civil de 2002 estabeleceu no seu art. 1.630 que os filhos estão sujeitos ao poder familiar, enquanto menores, portanto com obrigações repartidas entre pai e mãe. Já o art. 1.634 desse mesmo diploma fixou o seguinte:

> Art. 1.634. Compete a ambos os pais, qualquer que seja a sua situação conjugal, o pleno exercício do poder familiar, que consiste em, quanto aos filhos:
> I - dirigir-lhes a criação e a educação;
> (...)" Por qualquer ótica ou viés legislativo, está claro o dever da mãe e do pai, na condição de cônjuge ou de companheiro ou companheira, inclusive decorrente de relação homoafetiva, na proteção e criação de seus filhos ou de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criança sob guarda, especialmente em momento de maior fragilidade, que é quando recém-nascidos.

Nesse sentido, a proposição faz avançar e qualificar nossa legislação, assegurando maior proteção aos recém-nascidos e assegurando, pela concessão remanescente da licença, os cuidados necessários que os filhos precisam ter quando recém-nascidos, mesmo quando o beneficiário da licença não seja segurado da Previdência Social, mas a pessoa responsável que teria o direito à licença era segurada e não pode exercê-lo.

Ressalte-se, por oportuno, que, diante do falecimento da mãe, restaria ao cônjuge, companheiro ou companheira sobrevivente, ou ainda de descendente, ascendente ou colateral, a obrigação de se dedicar ao recém-nascido, sendo razoável, por esse motivo, que a qualidade de segurado seja aferida a partir do real destinatário do benefício, o que está plenamente harmonizado na proposição, observado o que ressaltamos no parágrafo anterior.

Saliente-se, por último, que se estende aos casos de adoção ou guarda judicial as mesmas diretrizes, o que é absolutamente razoável.

Por fim, propomos duas emendas, com a finalidade única de adequar a redação aos termos deste Parecer.

Voto.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 442, de 2017, com as seguintes emendas:

EMENDA 01 - CAS

O art. 392-B da CLT, alterado pelo art. 1º do PLS nº 442, de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 392-B. Em caso de morte ou incapacidade física ou psíquica da genitora, é assegurado ao cônjuge, companheiro ou companheira, empregado ou empregada, o gozo de licença por todo o período de licença-maternidade ou pelo tempo restante a que teria direito a mãe, exceto no caso de falecimento do filho ou de seu abandono.

§ 1º O período de licença concedido, de que trata o *caput* deste artigo, não será inferior a 30 (trinta) dias.

§ 2º Em caso de morte ou incapacidade física ou psíquica da mãe que não for empregada ou segurada da Previdência Social nos cento e vinte dias seguintes ao parto ou da data da adoção, o pai, companheiro ou companheira, empregado ou empregada, tem direito ao período de licença-maternidade remanescente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§ 3º Para os fins previstos neste artigo, o empregado ou empregada deverá informar os fatos ao empregador, assim que possível, e apresentar atestado médico ou certidão de óbito, conforme o caso, além de informar o período de licença já gozado pela mãe, se for o caso.
§ 4º O direito à licença-maternidade estende-se ao empregado, que na qualidade de cônjuge, companheiro ou companheira, ou ainda na condição de ascendente, descendente ou colateral, obtiver a guarda judicial de recém-nascido ou de menor por adoção.
EMENDA 02 - CAS
O art. 71-B da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, alterado pelo art. 2º do PLS nº 442, de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:
Art.71-B. No caso de incapacidade física ou psíquica ou de falecimento da segurada ou segurado que fizer jus ao recebimento do salário-maternidade, o benefício será pago, por todo o período ou pelo tempo restante a que teria direito, ao cônjuge, companheiro ou companheira, que tenha a qualidade de segurado, exceto no caso de falecimento do filho ou de seu abandono, observadas as normas aplicáveis ao salário-maternidade.
.....
§ 2º O benefício de que trata o *caput* será concedido por um prazo mínimo de trinta dias e pago diretamente pela Previdência Social durante o período devido e será calculado sobre:
§ 3º Aplica-se o disposto neste artigo ao segurado que adotar ou obtiver a guarda judicial para fins de adoção e também ao ascendente, descendente ou colateral que, em razão da incapacidade física ou mental ou da morte da segurada ou segurado, obtiver a guarda judicial de recém-nascido.
§ 4º O direito a licença-maternidade estende-se ao não segurado, que na qualidade de cônjuge, companheiro ou companheira, ou ainda na condição de ascendente, descendente ou colateral, obtiver a guarda judicial de recém-nascido ou de menor por adoção, desde que a pessoa responsável pela criança seja segurada.

Está lido o relatório, mas não podemos colocá-lo em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Em virtude da falta de quórum para deliberação de matérias terminativas, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.

Eu passo a Presidência à Senadora Marta Suplicy.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

8ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 151, DE 2017

- Terminativo -

Altera os arts. 392, 392-A e 473, III da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer o compartilhamento da licença maternidade e da licença adotante.

Autoria: Senadora Rose de Freitas

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Nos termos do artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar.

- Votação nominal.

Então, como não temos quórum neste presente momento, nós vamos fazer somente a leitura do relatório.

Concedo a palavra ao Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente da Comissão, Senadora Marta Suplicy, colega Senador Moka.

Hoje, Senadora, nós estamos em um impasse que tem a ver com isso que nós estamos aprovando. O tratamento das mulheres gestantes vinculado à relação de trabalho, licença, regras trabalhistas. Nós votamos aqui uma reforma trabalhista que de algum jeito nos dividiu. Depois, um grupo de Senadores articulou a aprovação com algumas pendências que viriam na medida provisória, isso veio em medida provisória. Há temas, por exemplo, que estão em discussão ainda, como o local adequado onde uma mulher pode fazer a amamentação do seu neném. E hoje há um impasse, porque, se a Câmara não votar, pode cair essa medida provisória e perder-se o trabalho dos colegas Senadores.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu fiquei com uma dúvida. Eu vou pedir para V. Exª esclarecer. Eu acho que não era o local, era se as mulheres poderiam trabalhar ou não em lugares insalubres. É outra coisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Por isso que eu estou falando...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Ou eu estou enganada?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Não. É para ter um lugar que não seja insalubre. O trabalho já não tem que ter, mas na hora também desse ato, é um dos temas. Inclusive, vários colegas eram favoráveis à reforma trabalhista, conseguiram separar esses itens e falaram: "Olha, esses itens têm que fazer parte da reforma."

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Foram as Deputadas. Eu participei bastante, e elas vieram a nós. Porque as médicas entraram nessa discussão, as enfermeiras, dizendo que uma enfermeira que trabalha numa UTI neonatal...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Isso vale para todas as áreas.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – ... ela não tinha...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Áreas insalubres.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É. Elas queriam que dividisse, porque na hora em que a mulher mais precisa do dinheiro, ela não tinha o recurso do trabalho.

Bom, eu só quis elucidar, porque isso é uma coisa que deu muita discussão.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu estou falando que é meritório por isso, por conta de ter um cuidado especial, independente de que lugar de trabalho possa a pessoa estar, como bem citou V. Exª.

Mas eu estou falando isso porque eu ouvi uma declaração do próprio Presidente Eunício dizendo que o Senado vota a medida provisória a tempo, mas há – parece – uma discussão na Câmara de não trazer essa matéria. E essa matéria que nós estamos discutindo aqui tem um pouco esse sentido de dar um acolhimento maior.

É muito meritório o projeto da Senadora Rose de Freitas, que eu tenho a satisfação de relatar.

Trata-se do Projeto de Lei do Senado (PLS) 151, de 2017, de autoria da Senadora, que modifica a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943, para ampliar a licença-maternidade para 180 dias, permitindo o compartilhamento – isso é uma coisa muito interessante – mesmo nos casos de licença de adoção. Ou seja, pode haver um compartilhamento dessa licença entre a mãe e o pai, o companheiro e a companheira, obviamente cumprindo a mesma licença. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

eu entendo que o cônjuge, o companheiro ou companheira, pode compartilhar até 60 dias dessa licença.

A Senadora Rose trouxe a matéria, a autora do projeto faz uma justificação a partir de levantamento da legislação em diversos países do mundo, no que se refere à disciplina da licença-maternidade e da licença-paternidade. Registra também que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) recomenda um mínimo de quatorze semanas de afastamento, no caso de licença-maternidade, com remuneração não inferior a dois terços do salário, pagos através de seguro social ou fundos públicos. A mesma entidade não estabelece um padrão mínimo recomendável para a licença-paternidade.

Além disso, a autora argumenta que o art. 226 da Constituição Federal aponta a família como base da sociedade brasileira, merecedora de proteção especial do Estado.

Vou para a análise então.

A proposição foi distribuída a esta Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa. Até o momento não houve a apresentação de emendas.

Da análise.

Compete à CAS discutir e votar proposições que versem sobre relação de trabalho, seguridade e previdência social.

Cabe ao Congresso dispor sobre a presente matéria.

A nossa Constituição atribui aos pais, em conjunto, os deveres de assistir, criar e educar os seus filhos menores. Cabe à família, à sociedade e ao Estado assegurar à criança, com absoluta prioridade, o direito à vida.

Vou fazer mais um resumo.

Uma vez estabelecida a cobertura previdenciária para os períodos de compartilhamento da licença-maternidade, perde razão de ser a mudança no art. 473 da CLT que concede o direito de faltar ao trabalho em razão do benefício. As ausências serão tratadas como nos demais casos em que o trabalhador falta ao trabalho em decorrência da cobertura previdenciária.

Como a ampliação e a extensão desse benefício implica custos orçamentários adicionais, a proposição, nos termos em que está redigida, afronta o §5º do art. 195 da Constituição, segundo o qual "nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se isso não bastasse, a Lei de Responsabilidade Fiscal, de 4 de maio de 2000, dispõe, em seu art. 14, que (a) concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições (...).

Logo, a ausência de estimativa sobre o impacto orçamentário da ampliação do benefício previdenciário, que se pretende aprovar, afronta a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Para contornar essa exigência e permitir o respeito ao dispositivo constitucional citado anteriormente, estabelecemos no art. 3º do PLS – eu fiz uma pequena alteração –, a vigência das novas normas para o primeiro dia do exercício financeiro seguinte ao da publicação da nova lei.

Ou seja, eu estou alterando, Senadora Marta, a entrada em vigor da lei para suprir essas duas deficiências que nós identificamos a partir de parecer da consultoria do Senado.

Assim, haverá tempo hábil para a alocação dos recursos necessários ao cumprimento das novas normas.

Posto isso e visando solucionar os entraves constitucionais e jurídicos acima apontados, apresentamos, ao final, emenda substitutiva ao Projeto.

Então, eu faço só essa correção e a proposta prevê que o salário-maternidade é devido à segurada da Previdência Social durante 180 dias, com o início no período entre 28 dias, antes do parto, e a data de ocorrência deste, observadas as situações e condições previstas na legislação, no que concerne à proteção da maternidade, facultado o compartilhamento de até 60 dias desse benefício com o cônjuge, companheiro ou genitor.

Então, esse é o projeto que a Senadora Rose de Freitas apresenta. Eu fiz esse substitutivo e o apresento para fazer aqui na Comissão a discussão e obviamente depois a votação quando tivermos quórum, Presidente Marta.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Senadora Presidente, não é para discutir.

É que foi aprovado – o Senador Jorge Viana não estava aqui – um projeto, salvo melhor juízo, exatamente idêntico a esse que foi lido.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É verdade.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – É exatamente idêntico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu só queria fazer um esclarecimento. Essas matérias podem ser juntadas quando apreciadas no Plenário ou no debate. Mas, vejam bem, o outro não trata de compartilhamento.

A iniciativa da Senadora Rose não está vinculada só ao prazo de 180 dias. Ela traz algo que é interessante. Durante o período de 180 dias pode ter, fica facultado, o compartilhamento com o cônjuge.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Não.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – De até 60 dias.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Olha, teria sido mais interessante se a Mesa tivesse apensado. Mas eles não fazem isso.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Não estava.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Está sim. Está previsto isso.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Desculpe, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Teria sido mais interessante se a Mesa tivesse apensado. Mas eles não fazem isso por um motivo: porque tramita-se de forma diferente. Um pode ser mais rápido do que o outro e, depois, o outro fica prejudicado.

Nenhum dos dois está aprovado ainda. Quer dizer, um está aprovado aqui, não é? Não me lembro bem.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu acho que ficou aprovado esse outro.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Por isso eu até pediria a V. Exª, como Presidente da Comissão, que pudesse olhar, ver as discrepâncias, as diferenças que há, para que não haja uma sobreposição, como levanta e sugere o colega Senador Moka.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu acho que tem sobreposição. Esse é o problema.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu digo que quando se discutir o projeto nós vamos ter prazo até para comparar, mas, salvo melhor juízo, Senador Jorge Viana, eu tenho o maior prazer de aprovar, mas se tiver alguma diferença é mínima, porque ele fala em compartilhamento. Aliás, foi crítica

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

do Senador Cidinho, que disse que nós ficamos criando leis aqui e, daqui a pouco, nós vamos ter dificuldade porque ninguém vai querer admitir uma mulher jovem. Ele fez essa crítica.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Deixem-me dar uma sugestão.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Estou com o outro projeto aqui. Se a senhora permite, Senadora, ele não trata de compartilhamento...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Deixe só eu concluir isso.

A sugestão dada pela Secretaria da Mesa é no seguinte sentido. Geralmente, quando ocorre essa situação, faz-se tramitar, é aprovado ou não é aprovado, porque em algum momento ele vai ficar junto. Então, nós aqui, se V. Exªs concordarem, vamos fazer tramitar e, depois, um vai ser derrubado em algum momento, ou não vai ser, e em algum momento eles vão ser apensados no plenário.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Aliás, o Senador Jorge Viana contorna essa questão da previsão previdenciária, o que eu não vi...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Acho que o outro não tem...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – O outro não tem.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Não tem. Essa é a única coisa que me chamou a atenção.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone*.) – Não, eu conferi com o outro. Não há compartilhamento.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Não há?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone*.) – Então, há duas situações diferentes que talvez possam...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – No seu?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – É.

Veja. Hoje nós temos que trabalhar... Fizemos uma mudança na Constituição com a lei de teto. Temos de adaptar todas as propostas legislativas a essas novas regras fiscais. Eu faço essa adaptação mudando a data de vigência para dar tempo de haver previsão de orçamento, para não ficar inconstitucional.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Está mais completo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – E também a proposta da Senadora Rose, que é meritória, não só mexe no prazo – o outro mexe exclusivamente no prazo de 180 dias –, ela trabalha com a ideia do compartihamento pelo cônjuge. Ou seja, durante o período de 180 dias, a mulher pode trabalhar e o marido ficar cuidando da criança. Isso pode acontecer a partir de um entendimento.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Bem, então, eu acredito que não vamos poder votar hoje nem discutir. Quer dizer, essa discussão vai ter de ser retomada, porque não houve, de fato...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É, eu acho que foi muito bem focada.

Jorge, então retomamos, Senador, na próxima pauta...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É, mas nós vamos ter de conversar. Se chegássemos mais decididos, a discussão fluiria melhor. Vamos conversar com a Senadora Vanessa, sentar para ver como caminhamos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É, mas eu não sei se a gente pode fazer isso aqui. A gente pode fazer um substitutivo aqui também, da Comissão...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Já foi aprovado. Então vai caminhar.

Em virtude da falta de quórum para a deliberação de matérias terminativas, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.

Está encerrada a presente audiência.

(*Iniciada às 9 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 27 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

9ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE ABRIL DE 2018, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e dez minutos do dia quatro de abril de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 9 sob a Presidência dos Senadores Marta Suplicy, Ana Amélia e Dalirio Beber, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Hélio José, Paulo Paim, Fátima Bezerra, José Pimentel, Flexa Ribeiro, Vanessa Grazziotin, Cidinho Santos, Wellington Fagundes e Fernando Bezerra Coelho. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A Presidência registra a presença de Paulo Delgado, Coordenador do CIEE Nacional – Centro de Integração Empresa-Escola; Edna Alegro, Conselheira do CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social; Edson Rogatti, Presidente da Confederação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos; Professora Drª Irmã Adelir Weber, Gestora Administrativa do IASCJ – Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus; e do Deputado Federal Ezequiel Angelo Fonseca. Presentes também na Reunião estão Maria Victoria Paiva, Diretora do Departamento de Certificação de Entidades Beneficentes Assistência Social em Saúde, do Ministério da Saúde; e Maria Amélia Sasaki, Diretora do Departamento da Rede Socioassistencial Privada do Sistema Único de Assistência Social, do Ministério do Desenvolvimento Social Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa (RAS 36/2016), atendendo ao requerimento RAS 36/20167, de autoria da Senadora Ana Amélia. Finalidade: A relevância das Instituições Filantrópicas no cenário nacional e a observância de seus direitos e garantias constitucionais. Participantes: Custódio Pereira, Presidente do Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas - FONIF; Pedro Mello, Pesquisador Sênior da DOM Strategy Partners (representante de: Daniel Domeneghetti, CEO da DOM Strategy Partners); Claudemir Rodrigues Malaquias, Chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda (representante de: Jorge Antonio Deher Rachid, Secretário da Receita Federal do Brasil - Ministério da Fazenda); Brunno Ferreira Gontijo, Coordenador-Geral de Análise e Gestão de Processos e Sistemas do Departamento de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde, do Ministério da Saúde; Douglas Carneiro, Coordenador-Geral de Acompanhamento da Rede Socioassistencial Privada do Sistema Único de Assistência Social, do Ministério do Desenvolvimento Social. Resultado: Audiência Pública realizada. Usam da palavra as Senadoras Ana Amélia e Marta Suplicy, Presidente desta Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e onze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Marta Suplicy

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

9ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

9ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Vamos iniciar a reunião. Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater "a relevância das instituições filantrópicas no cenário nacional" e a observância dos direitos e garantias constitucionais dessas instituições, com o objetivo de proporcionar estabilidade e segurança jurídica ao setor filantrópico, em atendimento ao requerimento feito à CAS de nº 36, de 2016, de iniciativa da Senadora Ana Amélia.

Informo que esta audiência pública é interativa. As pessoas com interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania (www.senado.leg.br/ecidadania) e também do Alô Senado, pelo número 0800-612211.

Para compor a mesa, os nossos ilustres oradores:

Srª Maria Vitória Paiva, Diretora do Departamento de Certificação de Entidades... (*Pausa.*)

Ainda não chegou.

Vamos convidar então os ilustres oradores presentes.

Sr. Douglas Carneiro, Coordenador-Geral de Acompanhamento da Rede Socioassistencial Privada do Sistema Único de Assistência Social, do Ministério do Desenvolvimento Social.

Muito bem-vindo!

Sr. Claudemir Rodrigues Malaquias, Chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Secretaria da Receita Federal do Brasil, representante do Sr. Jorge Antonio Rachid, Secretário da Receita Federal do Ministério da Fazenda.

Como vai? Tudo bem?

Seja bem-vindo!

Sr. Custódio Pereira, Presidente do Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas (Fonif).

Dr. Pedro Mello, pesquisador sênior da DOM Strategy Partners, representante de Daniel Domeneghetti, CEO da DOM Strategy Partners.

Eu vou me retirar e vou dar a Presidência da Comissão e também desta audiência à Senadora Ana Amélia, que foi quem fez esse requerimento.

Desejo uma boa audiência, certamente de um tema extremamente importante, e quero já comentar com todos que o Senador Dalirio Beber foi escolhido Relator do tema que a Comissão ponderou ser o melhor para discutirmos este ano e entregar um relatório no final do ano. O tema escolhido foi: filantrópicas e a sua relação com o SUS. Então, a audiência de hoje, requerida pela Senadora Ana Amélia, tem enorme importância no início desses trabalhos.

Um bom trabalho a todos!

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senadora Marta Suplicy, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal.

Cumprimento o Senador Dalirio Beber, também muito comprometido com as causas sociais e, em especial, com as Santas Casas e hospitais filantrópicos, não só de Santa Catarina, mas do País.

Queria, antes de cumprimentar os nossos palestrantes convidados, agradecer a presença de todos e tantos representantes das Santas Casas que vieram prestigiar a nossa audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Queria também informá-los de que um grupo de cerca de 15 representantes das instituições filantrópicas estão aguardando na recepção para comparecer à audiência. Nós temos um problema – eu gostaria de informá-los –, um problema de segurança, que é determinado pela Polícia do Senado Federal. Então, nesse caso, a Secretária da Comissão, Drª Patrícia, está providenciando uma sala ao lado para que eles possam acompanhar a transmissão desta audiência e acompanhar o desenrolar desses trabalhos. Independentemente disso, mesmo que essa primeira fila seja reservada aos Senadores, ela estará liberada, enquanto os Senadores não chegam, para os participantes, a fim de poderem, com mais comodidade, assistir à nossa audiência pública.

Eu queria dizer também que, ontem, a Confederação das Santas Casas, pelo seu Presidente, o Dr. Rogatti, acompanhado de Deputados e Senadores, teve uma série de audiências importantes aqui em Brasília. Tive a oportunidade de acompanhar, juntamente com a representação do meu Estado, o Rio Grande do Sul, o encontro com o Presidente Eunício Oliveira, quando foi reafirmada a mesma agenda solicitada ao Presidente da Câmara, Rodrigo Maia, no sentido de apressar a regulamentação daquele projeto do Senador José Serra que criou uma linha de crédito especial, com condições facilitadas, para as Santas Casas e também para os hospitais filantrópicos ou comunitários. Então, o nosso trabalho continua sendo feito.

Gostei também de ver sublinhado que, quando se fala em subsídios do valor total de R$2 bilhões, não é a liberação imediata desse valor. Esse valor é um limite, é um teto que existe para o montante das necessidades das Santas Casas, e isso vai podendo ser liberado paulatinamente, dada a emergência que o setor está vivendo nos dias de hoje.

Então, eu queria dizer também que, como nós temos a audiência pública...

Eu pediria à Secretaria mais atenção aqui por causa do nosso começo dos trabalhos.

Às 11 horas, nós teremos uma sessão deliberativa do Congresso Nacional. Quando a sessão começa, necessariamente, por determinação regimental, todos os trabalhos das comissões têm que estar encerrados. Então, nós temos uma limitação de tempo também nas exposições.

Assim, eu queria, já de antemão, agradecer a compreensão de V. Sªs, renovando aí a presença do André Emílio, que é da Federação do Rio Grande do Sul, e também do Edson Rogatti, que preside a Confederação das Santas Casas, como líderes desse sistema tão importante para a saúde pública do nosso País.

Então, eu queria convidar já o Chefe de Estudos Tributários e Aduaneiros da Secretaria da Receita Federal, Dr. Claudemir Rodrigues Malaquias, para fazer uso da palavra.

Daremos 10 minutos a cada expositor para pontuar as questões relacionadas a esse tema tão candente, que é a saúde pública e a necessidade de um subsídio ou de desoneração para o sistema.

Com a palavra o Dr. Claudemir.

O SR. CLAUDEMIR RODRIGUES MALAQUIAS – Bom dia a todos!

Senadora, muito bom dia. Gostaria de cumprimentá-la pela iniciativa de trazer esse tema a debate, autora do requerimento que permitiu que estivéssemos aqui.

Em nome da Receita Federal, gostaria de agradecer o convite e pretendemos trazer aqui, sob o nosso olhar, o enfoque que é tão importante para esse setor, para essas entidades.

Eu queria saber se eu tenho o controle da apresentação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Por favor, a Secretaria providencie aqui o controle remoto para a apresentação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. CLAUDEMIR RODRIGUES MALAQUIAS – Bom, o enfoque que trazemos aqui é a questão da sustentabilidade. Quando nós começamos a discutir sob o aspecto de benefícios tributários, nós temos que pensar na sustentabilidade do regime da previdência. Toda desoneração que afeta as contas da Previdência tem que estar dentro de um conceito teórico, um conceito técnico que garanta a sustentabilidade.

Nós sabemos que a receita previdenciária é originariamente...

Por gentileza. Eu não estou controlando.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O funcionamento aqui... Houve uma pane aqui. Espero que não...

Alguém encostou na energia e deu esse problema. (*Pausa.*)

Está resolvido?

Mas não está funcionando o controle remoto. (*Pausa.*)

O SR. CLAUDEMIR RODRIGUES MALAQUIAS – Perfeito. Isso!

Em regra geral, como eu estava dizendo, a questão da sustentabilidade é importante para discutirmos qualquer benefício em qualquer área que envolva favores fiscais em benefício de qualquer setor ou qualquer política.

E o importante que nós trazemos aqui é que a questão que nós estamos discutindo, primordialmente, é a fonte de receitas previdenciárias. Essa é a preocupação. Em regra geral, a fonte principal de receita é a folha de pagamento, é a folha de salários, mas nós temos exceções.

É; não está funcionando.

Por favor. (*Pausa.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Continua com problema. Queria ver se... Ele está com problemas aqui. Não está funcionando.

O SR. CLAUDEMIR RODRIGUES MALAQUIAS – Quem é que está com o controle? Ele pode passar para mim, eu vou fazendo sinal. (*Pausa.*)

O.k.

Mas nós temos exceções. As exceções, na fonte de receita previdenciária, que não dizem respeito à folha de salários incidem sobre a receita bruta. E, aí, nós temos algumas exceções na própria legislação.

Desculpa, gente. Não adianta. Eu vou falar por aqui mesmo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu peço desculpas, mas é uma falha técnica sobre a qual não temos o controle de administração, Dr. Claudemir.

O SR. CLAUDEMIR RODRIGUES MALAQUIAS – A primeira exceção que nós pontuamos é a tributação que incide sobre a produção rural. Então, esse setor não efetua seus pagamentos previdenciários com base na folha de salários, e sim com base no seu faturamento.

A outra exceção foi trazida pela Lei nº 12.546, que foi a chamada desoneração da folha, que permitiu que determinados setores fizessem a tributação, o pagamento de suas contribuições previdenciárias com base na receita bruta. E esses percentuais que foram definidos representavam uma diminuição da contribuição em relação à respectiva folha de salários. Hoje, esses setores efetuam uma contribuição, há alíquotas que incidem sobre a receita bruta que variam de 1% a 4,5%.

Agora sim, agora que ele vai funcionar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

9ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso! Alíquotas de 1% a 4,5% e isso beneficia hoje 56 setores.

Seguindo.

Essa sistemática representa hoje uma desoneração. E o que é essa desoneração? É o descompasso entre a massa salarial, que, em resumo, é a massa por trás da qual estão todos os trabalhadores que, no futuro, irão se beneficiar dessas receitas previdenciárias. E esse descompasso em relação às contribuições. Esse gráfico mostra justamente isso.

Seguindo, por favor.

Se nós olharmos aqui a evolução da massa salarial desde o ano de 2006, nós vamos ver que a curva é bem ascendente. E, para o crescimento da arrecadação previdenciária, a curva é ascendente, porque estamos tratando de valores nominais, mas não tem o mesmo grau de inclinação que a curva da massa salarial. O que significa isso? Significa que nós tivemos um crescimento muito maior da base principal de arrecadação das receitas previdenciárias em detrimento de uma arrecadação que teve um comportamento mais tímido, isso em função das desonerações nos diversos setores.

Nós estamos dizendo isso porque nós começamos a nossa fala dizendo que o importante para qualquer regime tributário que tenha financiamento, que financie políticas, como é a questão das políticas voltadas às entidades, tem que ter equilíbrio, tem que ter sustentabilidade, ou seja, nós temos que ter a segurança que os nossos professores, que os nossos enfermeiros, que os nossos médicos, que estão nas Santas Casas, que os nossos assistentes sociais que estão nas APAEs, que irão se aposentar, deverão receber os seus salários. É essa a nossa garantia, é essa a nossa preocupação. É por isso que, para nós, quando se inicia o debate da reforma da previdência, o nosso enfoque é também para o lado da receita; deve ser para o lado da receita e não só para o lado dos benefícios. Nós temos que verificar como está distribuída a nossa carga.

Seguinte, por favor.

A renúncia tributária tem um histórico, e esse histórico está marcado aí nesse gráfico. Nós vamos ver que, depois do primeiro movimento de reoneração da folha, ocorrido em 2015, nós recuperamos parcialmente. A curva ainda é declinante em razão do período recessivo que nós enfrentamos. A recessão afeta profundamente a questão do emprego e diretamente a questão da base da contribuição previdenciária, que é a folha de salários.

Podemos seguir?

Na tela seguinte, há dois marcos. Em janeiro de 2015, para os senhores terem uma ideia, foram desonerados R$2,14 bilhões em um único mês. Em novembro de 2017, a renúncia, por conta da reoneração da folha – aquele primeiro movimento que foi feito e agora está se tentando um segundo movimento – nós conseguimos reduzir essa renúncia para R$866 milhões. Isso por quê? Por que o Ministério da Fazenda não gosta de benefício tributário? Não é isso. Isso é porque compromete o equilíbrio fiscal da conta previdenciária. É isso que é o mais importante. É uma conta que não fecha.

Então, essa diminuição faz com que os setores que estão desonerados passem a contribuir um pouquinho mais – que continuem desonerados, mas passem a contribuir um pouquinho mais – para que a sua participação ajude no restabelecimento do equilíbrio da conta previdenciária.

Na sequência, por favor.

Aqui eu tenho as renúncias por entidades. Essa estratificação é uma estratificação estatística. Não corresponde exatamente. Há uma margenzinha aí de erro para mais ou para menos. Essa classificação, que traz os números de 2007 a 2016, trata da renúncia das entidades filantrópicas, as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

chamadas entidades filantrópicas, e nós temos aí, no período de 2015, uma diminuição no valor justamente em razão da questão do período recessivo que afetou esse setor.

Os dados até 2015 são efetivos. Os de 2016 ainda são dados projetados.

Na sequência, eu tenho uma outra tela em que nós trazemos aí a renúncia dessas entidades comparada com a arrecadação dessas entidades. Lembro que a arrecadação aqui corresponde aos valores que foram retidos na folha de salários; não é a contribuição própria, mas é a contribuição dos empregados vinculados às entidades.

Por gentileza.

Em 2007, a arrecadação era em torno de R$1,4 bilhão. Depois, passa para R$1,621 bilhão e vai chegar, em 2016, a R$3,647 bilhões. Já a renúncia tem um patamar crescente bem maior. Nós saímos de R$4,41 bilhões, em 2007, e chegamos a algo em torno de R$10,236 bilhões em 2016.

Então, esses números mostram uma comparação entre aquilo com que efetivamente o setor está participando na conta previdenciária, na arrecadação, e a parte em que está sendo beneficiado.

Na tela seguinte, nós trazemos uma comparação com os demais setores. Se nós pegarmos os números que foram projetados para 2017, a renúncia previdenciária como um todo estava assim distribuída entre os principais beneficiados.

A desoneração da folha deve custar, em 2017 – esse número é projetado –, algo em torno de R$13,3 bilhões. O Simples, a renúncia...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CLAUDEMIR RODRIGUES MALAQUIAS – ... relativa às empresas do Simples, efetivamente têm uma alíquota menor da contribuição previdenciária sobre os seus empregados, algo em torno de R$24 bilhões; as entidades filantrópicas, em torno de R$10 bilhões; a exportação do setor rural, R$6 bilhões; os microempreendedores, mais R$2 bilhões; e as Olimpíadas, que aparecem aí em 2017, também foram desoneradas, em todas aquelas operações que envolveram todo o planejamento das Olimpíadas também tiveram desoneração previdenciária. No total, se nós considerarmos esses itens aí, nós temos R$56 bilhões de desoneração da conta previdenciária.

É essa luz que nós queremos acender em relação à discussão das entidades, ou seja, a discussão não se refere somente a esses setores. Nós temos outras renúncias. Nós temos que verificar as fontes de financiamento da Previdência para discutirmos o mérito de cada um em cada posição.

Na sequência, eu tenho outro dado que é bastante interessante. Nós selecionamos aqui os principais programas de parcelamento que tiveram efeitos na arrecadação previdenciária. Então, para os senhores terem uma ideia, somente o último programa, o Pert, que foi aprovado agora, recentemente, custou para a Previdência R$38,5 bilhões; o Programa de Regularização dos Estados e Municípios, R$12 bilhões; e o Programa de Regularização Rural, R$7,6 bilhões. Todos esses programas de parcelamento construíram essas anistias, ou seja, a conta previdenciária deixou de receber esses valores em razão da desistência de cobrança, em razão das deduções que foram inseridas nos parcelamentos especiais.

Na sequência, nós trazemos aí – e já estou terminando – alguns resultados do trabalho da administração tributária. Vocês sabem que, desde 2007, a cobrança e a fiscalização das receitas previdenciárias passaram para a Receita Federal. Antes eram de competência da Secretaria de Previdência, da secretaria previdenciária, e, agora, nós temos esses resultados. Não sei se os senhores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

podem perceber, mas é sempre um crescente o volume de lançamentos previdenciários como um todo.

Na tela seguinte, nós temos aí o resultado dos lançamentos de ofício junto somente às entidades. Ali nós temos o resultado de toda a cobrança previdenciária, na tela anterior, e, nessa tela, nós temos aí o das entidades. Nós temos aí um crescente.

Na sequência, nós temos ali, na parte mais escura, os lançamentos de ofício de débitos previdenciários; e, na parte mais clara, os créditos e lançamentos de ofício não previdenciários. Dá para perceber que há um crescente aí. Sobretudo em 2007, em 2012, nós temos valores altos de lançamento junto às próprias entidades. Ou seja, nem todas as entidades que pleiteiam os benefícios fazem jus a esses benefícios sob o ponto de vista da lei.

Na tela seguinte, nós nos questionamos. Apresento o questionamento: qual é o desafio que vislumbramos, que temos que enfrentar para o passo seguinte?

O principal desafio, como eu disse no início, é o restabelecimento do equilíbrio, ou seja, se nós queremos sustentabilidade para essa sistemática pela qual nós optamos em estabelecer uma política pública efetiva em relação a essas entidades que exercem um papel em nome do Estado, que, em nome do Estado, não recolhem os tributos, para exercerem esse papel, nós temos que garantir esse sistema, e, para garantir esse sistema, nós temos que fazer uma revisão na conta de receitas previdenciárias, tendo em conta essas distorções hoje existentes que nós demonstramos.

Então, o primeiro passo: uma reformulação da tributação sobre a renda das pessoas físicas e jurídicas. Vocês vão me perguntar: "Mas por que eu tenho que rever a tributação da renda sobre as pessoas físicas e jurídicas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CLAUDEMIR RODRIGUES MALAQUIAS – ... se o problema está na questão previdenciária?" É que, hoje, nós temos uma distorção muito grande, que faz com que profissionais de alta renda constituam uma empresa e diminuam suas contribuições previdenciárias. Esses, que têm capacidade contributiva muito maior, ao se constituírem em empresa – porque a vantagem na tributação sobre a renda dessas pessoas físicas e jurídicas é maior em se prestar o seu serviço na forma de pessoas jurídicas –, fazem um movimento no sentido de que se esvazie a conta previdenciária.

O outro desafio: a reformulação dos benefícios com base na redução do IRPJ e da contribuição social. Da mesma forma, hoje nós temos uma tributação nominal do imposto de renda sobre as empresas com uma alíquota extremamente alta – algo em torno de 34% e que, para o setor financeiro, pode chegar a 44% –, mas, em termos efetivos, essa alíquota é muito baixa, ou seja, os benefícios tributários acabam por reduzir quase que a totalidade da base de cálculo, e temos que rever esses benefícios. Ao rever esses benefícios para a pessoa jurídica, nós vamos ter um equilíbrio maior e não vamos ter tantas pessoas migrando para o segmento da pessoa jurídica e contribuindo mais com pessoas físicas, mantendo assim o equilíbrio da conta previdenciária.

O outro desafio: nós temos que assegurar a efetividade do resultado das entidades. Como demonstramos aqui, nós temos muitas entidades no País que se rotulam como entidades, mas, na verdade, por uma questão de forma jurídica, estão travestidas de entidades com fins lucrativos. Então, embora elas detenham o direito de gozar dos benefícios, o direito formal dos benefícios, na prática, efetivamente, elas não deveriam ter esse direito. Então, nós temos que rever também o nosso rol de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

entidades. Vamos listar essas entidades, vamos verificar se essas entidades realmente estão entregando aquela contrapartida que é exigida em razão do benefício fiscal. E, para isso, nós precisamos agir com firmeza, para excluir as que não estão cumprindo as exigências legais.

Da parte da Receita Federal, eram essas as considerações.

Eu agradeço a atenção de todos. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu agradeço ao Senador Dalirio, porque – e preciso explicar também – eu tive que votar na outra Comissão. Aqui, nós temos que nos virar nos 30 muitas vezes. (*Risos.*)

É um problema até de saúde pública: a insalubridade com que vivemos neste ambiente agitado. Então, fui votar na Comissão de Relações Exteriores, em uma sabatina de um embaixador, e estou retornando.

O Dr. Claudemir veio aqui nos mostrar que não há almoço de graça. O resumo da ópera é esse: sempre que há uma desoneração, há uma sobrecarga para a sociedade. É preciso equilibrar. Eu acho que ali tem um desequilíbrio entre alguns setores, e você tem que estabelecer... Eu acho que as políticas públicas precisam estabelecer prioridades com critérios de interesse social, e o interesse social claramente está aqui representado muito bem pelo sistema.

Eu queria convidar agora também, para fazer uso da palavra, o Dr. Brunno Ferreira Carrijo, Coordenador-Geral de Análise e Gestão de Processos e Sistemas do Departamento de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde, do Ministério da Saúde, também pelo tempo de 10 minutos, agradecendo o Dr. Claudemir pela compreensão dos problemas que tivemos do ponto de vista técnico.

Informo também a todos os senhores que, na sala ao lado, está se dando aquilo que eu havia convencionado: ali estão bem acomodados os acompanhantes que vieram assistir à audiência.

Então, com a palavra o Dr. Brunno.

O SR. BRUNNO FERREIRA CARRIJO – Primeiramente, bom dia a todos.

Sou Brunno Carrijo, Coordenador-Geral do Ministério da Saúde. Sou lá da área de certificação das entidades filantrópicas no Ministério da Saúde e vou dar uma explanação aqui com relação à relevância e à importância do setor filantrópico no Sistema Único de Saúde.

Só em um âmbito mais geral de informação, o Brasil é o único país com mais de 100 milhões de habitantes que assume o desafio de ter um sistema universal, público e gratuito, na saúde pública. Ou seja, é um país que hoje tem uma estimativa de 207 milhões de habitantes, em cinco regiões, 26 Estados, um Distrito Federal e 5.570 Municípios, ou seja, é um país bem extenso, com um PIB *per capita* de US$8 mil, com base em 2015, segundo dados do IBGE.

É um sistema único público, que garante assistência hoje... É um SUS dependente de 160 milhões de usuários. Claro que os outros 47 milhões, mais ou menos, têm o seu plano de saúde, pela ANS, ou seja, garantido pela rede complementar da saúde suplementar. E é garantida essa assistência toda por uma rede própria e complementar, como é definido na Constituição Federal.

Bom; em números gerais, nós temos aí, em 5.476 Municípios, equipes de saúde da família, que têm, mais ou menos, aproximadamente 43 mil equipes até fevereiro de 2018. Noventa por cento do mercado, de vacinas é movimentado pelo SUS. Nós temos aí 3,9 bilhões de atendimentos ambulatoriais – isso no ano de 2017; 243 milhões de consultas médicas no ano de 2017; 11,4 milhões de internações hospitalares realizadas no ano de 2017. Em procedimentos oncológicos, segundo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

dados do SIA, no ambulatório de quimioterapia e radioterapia, 14,8 milhões, e é o maior sistema do mundo em transplantes de órgãos – sistema público.

Mais um desafio do sistema é tentar prevenir a questão do excesso de peso. Hoje, com o Vigitel, está nos 53% da população, 18% de obesidade, 25% de hipertensão e 19% em consumo abusivo de álcool e outras drogas, vamos dizer assim, com a epidemia do *crack*, que temos enfrentado no País.

E a outra questão é acabar com a iniquidade no acesso às ações de serviços de saúde, aprofundar a estratégia de regionalização de saúde, para atuar na desigualdade ao acesso, e consolidar a atenção básica como ordenadora de novo modelo assistencial, ou seja, partindo da assistência da atenção básica para a média e alta complexidade.

Bom, adentrando aí a prerrogativa do conceito constitucional, nós temos, no art. 197 da Constituição, que o sistema será regulado e poderá sê-lo, por meio de terceiros, ou seja, pessoa físicas ou jurídica de direito privado; e, no art. 199, abre-se a prerrogativa de que a assistência à saúde é livre à iniciativa privada. Claro que, para as filantrópicas, nesse caso, no seu §1º, está estabelecido que as instituições privadas poderão participar do sistema, ou seja, da assistência, de forma complementar ao Sistema Único de Saúde, segundo as diretrizes, no entanto, terão preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos. Ou seja, então, a Constituição prevê que é livre à iniciativa privada, porém também aí garantida a preferência da contratação da assistência à saúde pública das entidades filantrópicas e aquelas sem fins lucrativos. Isso, depois, se desdobra-se na Lei 8.080, no Decreto 7.508, na própria Lei 12.101, da filantropia, onde também há a prerrogativa de garantir que a entidade filantrópica atue de forma complementar e preferencial no sistema.

Agora, eu vou, mais ou menos, dar um panorama geral de como essas entidades do terceiro setor atuam, ou seja, entidades privadas sem fins lucrativos, que têm aí o seu certificado, que são chamadas e caracterizadas como filantrópicas, a rede complementar ao sistema.

Então, elas participam do terceiro setor. São principalmente definidas como serviço social autônomo. Nós temos aí o Sarah Kubitschek, a Associação das Pioneiras Sociais, sociedades civis, como a Sociedade Brasileira de Cardiologia, de Nefrologia, que são personalidades jurídicas que defendem uma classe ou um objeto; sociedades beneficentes, que são os hospitais filantrópicos e as unidades ambulatoriais; congregações e ordens religiosas, inclusive a CNBB, as pastorais, que estão aí, também em parceria com o sistema; fundações, organizações sociais, o que já é definido pela lei; e organizações da sociedade civil de interesse público, que são as Oscip. Ou seja, isso tudo é garantido mediante lei, e essa, a definição do próprio cadastro.

No módulo geral, dentro do Sistema de Informações do Ministério da Saúde, nós conseguimos identificar que, hoje, são 7,8 mil estabelecimentos filantrópicos. Desses 7,8, 40% deles prestam serviços diretamente ao Sistema Único de Saúde, ou seja, internação ou atendimento ambulatorial. Esses hospitais ou essas entidades, estabelecimentos de saúde estão em 1.731 Municípios, com unidades filantrópicas. Desses 1,7 mil, 55% da única assistência hospitalar é garantida por uma unidade hospitalar filantrópica, ou seja, nós estamos falando em torno de praticamente mil ou de aproximadamente mil Municípios onde a única unidade hospitalar é um hospital filantrópico. Então, não têm nenhum hospital público.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Doutor, por gentileza. Quando o senhor fala da resposta, quer dizer, da presença do setor filantrópico em hospitais, leitos do SUS e internação, isso é média nacional? Porque tem alguns...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. BRUNNO FERREIRA CARRIJO – Isso é a média nacional.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Porque em alguns setores ele é muito maior.

O SR. BRUNNO FERREIRA CARRIJO – Isso. Eu vou desdobrar aqui um pouquinho.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O.k. Obrigada. **O SR. BRUNNO FERREIRA GONTIJO** – Eu já trouxe esses números também.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

O SR. BRUNNO FERREIRA GONTIJO – Aqui na apresentação só trouxe mais em módulo geral.

O setor filantrópico responde por 30% dos hospitais, 37% dos leitos, e 41%, na média nacional, de internações hospitalares.

Aqui, só uma distribuição geográfica por região, ou seja, como estão distribuídas as unidades filantrópicas que prestam serviços ao Sistema Único de Saúde. Nós temos 60 no Norte, 470 no Nordeste, 166 no Centro-Oeste, 1.337 no Sudeste e 1.150 no Sul.

E aí, desdobrando um pouquinho as informações dessas entidades que prestam serviços ao sistema: 3,1 mil estabelecimentos de saúde prestam serviço ao sistema. A maior concentração está no Sudeste, 42%; e 36% no Sul. Ou seja, praticamente quase 75% da concentração das unidades filantrópicas estão no Sul e Sudeste.

Temos aí que, dos 3,1 mil estabelecimentos, 1,7 mil hospitais prestam serviços ao sistema. Destes, 378 hospitais são 100% SUS, ou seja, a gente está com aproximadamente 400 hospitais com 100% do SUS, e a maioria deles está na Região Nordeste, ou seja, está ali com 45% dos hospitais 100% SUS, ou seja, no sistema.

Distribuição de leitos por natureza jurídica: públicos são 184 mil de um total de 357 mil; 132 mil filantrópicos e 40 mil privados lucrativos – aí a gente está falando privados lucrativos.

Em números de internações, no ano de 2017, de acordo com a última atualização que a gente fez, foram feitas 11,4 milhões de internações hospitalares no SUS; dessas, 51,78% foram para hospitais públicos; 41% das internações para hospitais filantrópicos; e 6,5% para os privados lucrativos. Então, 5,9 milhões de internações públicas, 4,7 em filantrópicas e 0,75 em privadas.

No entanto, isso a gente está falando no aspecto macro. Então, a gente está falando em prestação de internação hospitalar em média e alta complexidade. Quando a gente destaca as especialidades, ou seja, quando a gente fala em alta complexidade – e, aí, estamos falando em cardiologia, oncologia, enfim, nas principais necessidades da sociedade –, estamos falando que essas entidades sobem para um patamar de aproximadamente 58,9%, ou seja, da alta complexidade. Em algumas especialidades, há mais; em algumas, há menos, como, por exemplo, cardiologia...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BRUNNO FERREIRA GONTIJO – ... 64%; 55% das internações e transplantes; 67% em quimioterapia internado; e 67% das cirurgias oncológicas são realizados por hospitais filantrópicos. Então, quando a gente está desdobrando essas informações, há esse panorama.

Já na atenção ambulatorial é diferenciado. Por quê? Porque a atenção básica e a média complexidade normalmente são garantidas pelo Estado. Então, quando a gente fala que o atendimento ambulatorial é garantido pelo Estado, vê-se exatamente essa distorção, ou seja,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

praticamente 7% dos atendimentos ambulatoriais são realizados por um filantrópico; 17 na média e 1%, nessa proporcionalidade, na alta complexidade.

A gente está gerando em torno de 3,9 bilhões de atendimentos ambulatoriais, sendo 3,4 bilhões praticamente públicos; 294 milhões em filantrópicos; 222 milhões em privados e praticamente 200 mil em pessoas físicas, clínicas.

Porém, quando a gente dá destaque a algumas especialidades no ambulatório, por exemplo, quimio e radioterapia ou na parte de transplante, de córnea principalmente, no ambulatório, a gente verifica que o hospital filantrópico garante praticamente 70% da quimio e radioterapia no sistema e 58% na cirurgia de transplante de córnea e tecidos, que está garantido no sistema.

Antes de adentrar nos outros temas, e é isso que a Senadora apontou, realmente, quando a gente fala de proporcionalidade média no Brasil, é 41%; porém, quando a gente falou que, na Região Sul e Sudeste, a densidade de unidades de estabelecimentos filantrópicos é maior, você verifica que o patamar de 41 passa a ser 49 na Região Sudeste...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BRUNNO FERREIRA GONTIJO – ... e passa a ser 64% na Região Sul. Principalmente, a gente dá um destaque para o Estado do Rio Grande do Sul, onde o patamar é 75%, ou seja, a rede de internação hospitalar no Estado do Rio Grande do Sul é 75% garantido por unidades filantrópicas, ou seja, 25% por unidades públicas. Dependendo da distorção, a gente pode aí agravar o Estado como um todo. Então, a gente tem 67% em Santa Catarina, 53% no Paraná, e assim vai nessas proporcionalidades. Nas distorções entre 41, a gente chega a 75% em alguns Estados.

As transferências de recursos feitas pelo Ministério da Saúde às entidades, direta ou indiretamente: pagamento por produção, 12,3 bilhões; incentivos financeiros (IAC, 100% SUS, REHUF) a alguns hospitais que recebem, 2,4 bilhões; convênios, transferência de equipamentos, compras, reformas, essas questões, 526,4 milhões; isenções tributárias, projeção que a gente retirou dos demonstrativos contábeis do PLOA do Ministério da Fazenda, 6,8 bilhões; num total, em 2017, de 22 bilhões em transferências técnicas de recursos às entidades filantrópicas.

Algumas questões em que o Ministério da Saúde sempre atuou, para tentar fortalecer essa rede, olhando esse objeto como uma rede importante para o Sistema Único de Saúde.

Na questão das linhas de crédito, o Ministério sempre trabalhou em parceria com o BNDES, Caixa Econômica e está tentando incorporar o Banco do Brasil. Anteriormente, a gente tinha com o BNDES a questão do programa de atuação conjunta Ministério da Saúde/BNDES, que era o recurso financeiro para reestruturação das unidades filantrópicas. Com a Caixa Econômica, é um consignado em que o Ministério da Saúde estipula uma margem na qual a entidade fatura no período de 12 meses anterior ao da solicitação e pode pegar um financiamento com a Caixa Econômica de até 35% do seu faturamento no sistema.

Ano passado, foi pulicada a Lei nº 13.479, que é o Pró-Santas Casas. Vou concluir rapidamente. São duas linhas de crédito – patrimonial e capital de giro. Foi dito ontem, no evento da Câmara dos Deputados, que é exatamente para tentar suprimir essa dificuldade com as taxas de juros. Na reestruturação patrimonial, carência de dois anos mais 0,5% ao ano no seu giro; na linha de crédito para capital de giro, seis meses de carência, com taxa de juros vinculada à TJLP.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

9ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos 944 entidades que recebem incentivos, temos os programas Pronon e Pronas, com entidades filantrópicas que atuam nessas duas modalidades, oncologia e reabilitação, ou seja, trabalham apresentando projetos para o Ministério, validam e, automaticamente, conseguem captar do mercado valores para executar o objeto.

O PROSUS foi uma moratória dada às entidades filantrópicas, para uma dívida de 15 anos, até março de 2014, dívida adquirida junto à Receita Federal e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Quem entrou na moratória tem um prazo de 15 anos, pagando o tributo corrente, o mesmo valor do tributo corrente abateria na moratória.

A nossa matéria, que realmente a gente trabalha dentro do departamento, é o Cebas. O Cebas iniciou em 2011 e até hoje a gente já recebeu aproximadamente 6,7 mil processos. Desses, 87% já concluídos. Das decisões que a gente já tomou nesses processos, 75% foram deferimentos.

É um panorama geral que a gente traz, mostrando a relevância desse setor para o Sistema Único de Saúde. É um setor importante que garante às vezes até uma assistência quase integral de alguns Estados.

Meus contatos, minha diretora está ali, Drª Victória, que é a diretora do departamento, sempre à disposição para qualquer pergunta ou esclarecimento necessário com relação à certificação.

Muito obrigado.

Bom dia. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Dr. Brunno.

Eu acho que o Dr. Claudemir já conhecia esses dados, mas agora vamos pensar naquilo que custa muito mais caro, que é o atendimento de alta especialidade, por exemplo, a quimioterapia. O câncer é uma doença que está aumentando substancialmente no Brasil. Eu sou de um Estado em que foi mostrado ali o percentual, no Sul do País, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, o papel que as filantrópicas têm nessas áreas de quimioterapia e transplante, que têm custo maior, exatamente aí estão residindo a maior parte dos nossos problemas. Não tenho dúvida de que, com a sensibilidade do Dr. Claudemir, como um técnico que avalia números, isso pode significar o que realmente nós estamos buscando: uma solução. A regulamentação da questão do empréstimo seria uma saída legal, claro, com impacto. Não é, Dr. Claudemir, liberar de imediato. Nós teríamos um acréscimo muito pequeno nas desonerações para um setor crucial. Nós estamos tratando da vida ou da morte das pessoas.

Então, o Dr. Brunno foi muito claro na exposição.

Quero informar a todos os senhores que nós continuamos com problema na segurança do Senado. A Secretaria da Comissão de Assuntos Sociais foi avisada de que viriam cinco pessoas das entidades. O número muito maior das pessoas interessadas que vieram criou um problema, porque é preciso avisar a 1ª Secretaria do Senado, e a sugestão de interromper esta reunião para que as pessoas entrem não me parece adequada para as pessoas que já estão aqui assistindo. Já começamos um trabalho; no Brasil inteiro, esta audiência está sendo transmitida pela rede de televisão, já há perguntas de pessoas de São Paulo. Portanto, penso que a melhor contribuição é continuarmos.

Na próxima audiência que fizermos, eu recomendaria às entidades que coordenam o sistema e sabem da nossa colaboração que avisem previamente a Secretaria, porque aí a gente providencia para evitar o desgaste. Está lá o Dr. Edson Rogatti na frente, sem poder entrar, e a Secretaria da Comissão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de Assuntos Sociais, que tem a responsabilidade de organizar a estrutura operacional de uma audiência pública, o meu gabinete está lá, a assessora do meu gabinete foi para lá tentar viabilizar, além da sala que já está ocupada, que outra sala também seja ocupada. Apenas para dar uma satisfação aos senhores sobre o que estamos enfrentando neste momento.

Eu convido agora para fazer uso da palavra o Dr. Douglas Carneiro.

Enquanto isso, tentamos solucionar, com apoio da Secretaria e do meu gabinete, junto à Secretaria da Mesa, o acesso das pessoas que estão aguardando.

O Dr. Douglas Carneiro é o Coordenador-Geral de Acompanhamento da Rede Socioassistencial Privada do Sistema Único de Assistência Social, do Ministério do Desenvolvimento Social.

Antes de lhe passar a palavra, quero agradecer a presença do meu amigo ex-Deputado Paulo Delgado, que é Coordenador do CIEE Nacional, Centro de Integração Empresa-Escola, e da Drª Edna Alegro, Conselheira do Conselho Nacional de Assistência Social e da Federação Nacional das Associações Pestalozzi. Quero agradecer sua presença aqui também nesta audiência pública.

Com a palavra, pelo mesmo tempo, Dr. Douglas Carneiro.

O SR. DOUGLAS CARNEIRO – Muito obrigado, Senadora.

Bom dia a todos. Eu vou percorrer um pouco com vocês, dando continuidade um pouco à fala do Brunno, do Ministério da Saúde, a visão da assistência social sobre o trabalho dessas organizações da sociedade civil.

O primeiro dado importante é contextualizá-las num bojo maior. Uma estimativa realizada pela Secretaria-Geral da Presidência da República junto com a Fundação Getúlio Vargas e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada identifica hoje no Brasil mais de 400 mil organizações da sociedade civil. Elas são distribuídas de diversas formas, entre elas, organizações religiosas, associações patronais e profissionais, organizações de desenvolvimento e de defesa de direitos. O campo da assistência social alcança em torno de 10% desse número; outras áreas, como cultura, educação, saúde, meio ambiente compõem o cenário e a distribuição dessas organizações.

Então, quando a gente olha para elas como um todo, a gente percebe uma sociedade civil no Brasil que cresceu, se organizou desde a redemocratização, e isso tem um processo muito impactante, principalmente nas políticas públicas, nas políticas sociais. Na maior parte desses setores, essas organizações desenvolvem um trabalho de parceria, junto à Administração Pública, de muita relevância, que exige muita atenção na análise e no entendimento da sua atuação.

Um ponto importante para se destacar são as formas de financiamento dessas organizações. De modo geral, elas possuem fontes diversificadas de recursos, que envolvem recursos de fontes privadas, doações de pessoas físicas, pessoas jurídicas, objetos de cooperação internacional com agências de fomento, de cooperação, inclusive com agências e organizações no próprio País, que desenvolvem e apoiam financeiramente um conjunto de organizações que atuam diretamente no atendimento ao cidadão. Há também contribuições de recursos próprios, que são as contribuições de associados, o trabalho voluntário, que é uma dimensão importante e crítica também, em muitos casos, dessas organizações, porque envolve uma questão de continuidade dos serviços que, por vezes, é muito sensível em diversas políticas, mas que também compõe um tema central nesse caso; a comercialização de mercadorias, produtos e serviços, a realização de eventos, enfim, e investimentos próprios, que aqui envolvem aplicações financeiras, aluguel de propriedades e patrimônios que essas organizações possuem; e, por fim, as fontes de recursos públicos, todos os termos de parcerias, os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

contratos, convênios, as transferências de recursos, aqui incluídas também as isenções e imunidades concedidas, previstas em lei, incluindo Cebas, que é o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Saúde, tema central no debate de hoje. Isso compõe um pouco as fontes.

Boa parte dessas organizações possui fontes diversificadas e não dependem necessariamente de um campo ou outro. Conforme cada serviço e cada atuação, essa concentração tende a estar mais para um lado, mais para outro. Isso pode variar.

Quando a gente olha para a assistência social... Esse mapa indica a distribuição territorial dessas organizações por Município, então, as áreas mais escuras são aqueles Municípios que possuem mais organizações de assistência social. Hoje são mais de 32 mil organizações reconhecidas pelos Conselhos Municipais de Assistência. O Ministério tem acesso a parte dessas informações, esse processo ainda está em desenvolvimento, e elas atuam em mais de 3,8 mil Municípios no Brasil. Então, elas têm alta capilaridade. A gente percebe, pelo mapa, uma expressiva concentração na Região Sul e na Região Sudeste. Isso também guarda relação com a distribuição dos benefícios fiscais. Quando a gente olha as isenções, estudos da própria Receita Federal indicam uma concentração da distribuição dessas isenções nas Regiões Sul e Sudeste, e isso tem efeitos de concentração da distribuição desse benefício. Ou seja, são regiões que possuem, de fato, mais organizações, mas, mesmo numa razão *per capita*, há mais recursos deslocados para essas regiões. Isso tem que ser tema de debate e de atenção também.

Atualmente, pelo Ministério do Desenvolvimento Social, estão certificadas em torno de 5,5 mil organizações, que atuam em 1,9 mil Municípios. Quando a gente olha a razão disso sobre o total de organizações de assistência social, estamos falando de cerca de 15%, 20% das organizações de assistência social certificadas.

Quando olhamos para a capacidade de atendimento e para a distribuição de serviços por oferta socioassistencial, é importante destacar que a assistência social é uma política púbica não contributiva, universal, tem como preceitos e princípios a gratuidade no seu atendimento e, principalmente, foco e atenção em pessoas, famílias, grupos em situação de vulnerabilidade das mais diversas formas: vulnerabilidade vinculada aos ciclos de vida, a condições sociais, então, estamos falando de pessoas com deficiência, pessoas idosas, em situação de rua, crianças e adolescentes, mulheres, jovens com questões na convivência familiar. Isso envolve uma atenção do Estado e também dessas organizações no atendimento direto.

E a gente tem hoje, como principal oferta, mais de cinco mil unidades de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, que se voltam para prevenção de condições de agravo de vulnerabilidades, pessoas expostas a riscos sociais, e os serviços têm condição de acesso e fortalecimento das suas condições familiares, do seu enraizamento social e comunitário, com mais de 215 mil atendimentos registrados. Para todos esses números das barras, aqui são os números de atendimento e, entre parênteses, o número de unidades que prestam esses serviços. Para cada um desses serviços, a gente tem claramente a certeza de que esse número de atendimento é subestimado, aqui a gente está falando de um conjunto de cerca de 12 mil organizações para as quais a gente tem esses dados consolidados. Quando a gente olha para o universo de 32, então, há um hiato, esses números certamente são maiores.

Os Serviços de Proteção Social Especial, para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias, é o segundo item mais frequente em número de atendimentos. E os acolhimentos institucionais voltados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

para crianças e adolescentes e pessoas idosas se destacam na terceira colocação com mais de 53 mil atendimentos, sendo que são mais de duas mil unidades no Brasil.

Um dado importante que começa a dar uma especificidade, no serviço de acolhimento para idosos, por exemplo, mais de 94% das ofertas no Brasil são prestadas por organizações da sociedade civil. Então, há uma expressiva concentração.

Isso se deve por alguns motivos, o primeiro deles por uma trajetória histórica. Historicamente, essas organizações atuam nesses serviços. E há um elemento mais recente: desde o Estatuto do Idoso, essas organizações têm a possibilidade de reter até 70% do benefício previdenciário ou benefício assistencial. Aqui a gente está falando do Benefício de Prestação Continuada (BPC) desses idosos. Estudos indicam que o nível de retenção desses benefícios representa cerca de 40% das receitas dessas organizações, sem contar as isenções fiscais e as parcerias com o Poder Público. Somando isso, apenas por serviços de acolhimento de idosos, o setor público representa cerca de 65% do financiamento dessas organizações.

Então, essa é uma expressão clara da complementariedade de atuação dessas organizações, um ponto importante a ser problematizado também neste debate.

Com isso, há algumas questões atuais candentes. A primeira delas é o desafio na coordenação e na adequação dessas ofertas. Quando a gente olha para essas organizações, boa parte delas atua de forma híbrida, por serem organizações da sociedade civil, elas estão lastreadas nas demandas territoriais e isso envolve, por vezes, interlocução com diversas políticas públicas, e essas organizações fazem essas mediações muitas vezes. Então, quando a gente fala em coordenação aqui, a gente está olhando para o Ministério Público, para as áreas de saúde, educação, cultura, assistência social. Nos territórios, nos Municípios, os esforços disso precisam ser coordenados, e cabe ao Governo Federal ter atenção especial nesse processo, na criação de instrumentos e parâmetros para isso. Nesse sentido, como o Poder Público pode contribuir para o aprimoramento desses serviços e para o acompanhamento da rede de serviços em cada território?

Um segundo ponto relevante é o financiamento desses serviços. Quando a gente olha o panorama, a fala do representante da Receita Federal é muito importante, do ponto de vista da arrecadação, e precisa ser ampliada, no sentido de olhar também para os efeitos e condições de atendimento dos serviços. Como a gente pode avaliar também os efeitos dessas parcerias e dessas isenções sobre os atendimentos. Ao receberem as isenções, essas organizações passam a atender de forma mais qualificada os cidadãos, os usuários? Elas passam a ter um quadro de profissionais mais qualificados?

(*Soa a campainha.*)

O SR. DOUGLAS CARNEIRO – Elas passam a atender mais pessoas? Então, a combinação desse olhar para a arrecadação e um olhar específico para as condições e os parâmetros de cada política social e cada política em tela é importante e fundamental para conciliar e ter esforços de avaliação pelo Governo e pela sociedade civil. A pesquisa encomendada pelo Fórum Nacional de Instituições Filantrópicas, realizada pela consultoria aqui presente, é um caminho nessa direção. Há outros que precisam ser seguidos. Nesse sentido, há um espaço ainda de qualificação e de ampliação desse debate. Isso envolve acesso a dados e informações de forma desagregada, para que tanto ministérios quanto pesquisadores possam tomar essas decisões sobre os sentidos e os efeitos dessas isenções

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

baseados em evidências, quer dizer, a partir tanto da capacidade de atendimento dessas organizações quanto dos efeitos sobre a arrecadação. Com isso, e a nossa hipótese é muito clara, há talvez um reconhecimento de efeitos diferentes em cada setor, em cada segmento, em cada serviço, e isso precisa ser tratado de forma específica.

Um último ponto que vale entender e trazer para o debate é a distinção entre imunidade e isenção. A imunidade é uma matéria constitucional, de certa forma, autodeclaratória; as isenções são previstas em lei, e isso guarda relação com o cumprimento de uma série de requisitos e parâmetros para cada política, para cada setor, para cada área. Com isso, as decisões recentes do Supremo Tribunal Federal, que, na legislação anterior da lei do Cebas, declarou inconstitucional a lei por uma questão de forma... Quer dizer, foi disciplinado, por lei ordinária, um tema de Direito Tributário, o que deveria ter sido feito por lei complementar. Esse é um tema que certamente vai ter consequências para a legislação atual, e tanto os ministérios quanto esta Casa, quanto a sociedade civil devem estar atentos a esse debate para que a próxima legislação dê conta de também trazer instrumentos de avaliação e de acompanhamento dessas organizações nos seus serviços, nos seus parâmetros, para que a gente consiga fortalecer as políticas públicas e reconhecer o caráter complementar executado pela sociedade civil na provisão de serviços sociais.

Muito obrigado.

Coloco-me à disposição. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Dr. Douglas.

Aqui sobressai a clareza da necessidade no setor, que depende não só de políticas públicas, mas, sobretudo, da colaboração da sociedade. Então, a transparência na gestão é muito importante para conseguir essas parcerias naquelas regiões de maior densidade.

Todos que desejarem participar desta audiência pública podem fazê-lo através do Portal e-Cidadania, do *site* www.senado.leg.br/ecidadania, tudo junto, ou através de um telefone, por meio de uma ligação gratuita: 0800-612211.

Já há até perguntas que estão me encaminhando aqui.

Informo que, pela segurança do Senado Federal, a pedido desta Comissão, da Drª Patricia e sua equipe e também do meu gabinete, todos os que estavam aguardando estão liberados e estão entrando. Já liberei o uso dessas primeiras fileiras para serem ocupadas, que, apesar de reservadas aos Senadores, poderão ser usadas, por questão de um espaço menor nas comissões temáticas.

Eu convido agora para fazer uso da palavra o Presidente do Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas (Fonif), o Dr. Custódio Pereira.

O SR. CUSTÓDIO PEREIRA – Eu quero cumprimentar a Mesa, na pessoa da Senadora Ana Amélia, a quem eu quero também reconhecer a possibilidade desta audiência, permitida e requerida pela Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Dr. Custódio, eu preciso lembrar aos senhores que esta audiência foi requerida em 2016, para se ver a fila de audiências que nós temos. Então, 2016. Felizmente estamos realizando antes que a legislatura termine, porque os requerimentos valem na legislatura que está vigendo, no espaço de tempo, que são quatro anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu queria apenas deixar consignado aqui que esta audiência foi requerida em 2016, portanto os problemas continuam inalterados.

Com a palavra o Dr. Custódio.

O SR. CUSTÓDIO PEREIRA – Quero, então, reforçar esse agradecimento, não só pelo empenho da Senadora, mas, principalmente, pelo que a Senadora representa para todos nós, filantrópicas; pelo seu trabalho e tudo.

Quero agradecer, de maneira especial, a todos os presentes, àqueles que estão entrando. Nós tentamos até informá-los de que nós teríamos muitos participantes, mas, infelizmente, não foi possível no momento adequado acomodar a todos; de maneira especial, pelos presentes, eu quero agradecer as irmãs, as irmãs de Santa Marcelina que estão aqui presentes, prestigiando este evento. Registro, por exemplo, Senadora, que só o nosso hospital da congregação, que é o Hospital Santa Marcelina, é um hospital particular que, pela lei antiga, deveria atender a 60%, mas o hospital atende a 88%, quer dizer, muito acima do que a lei, naquele tempo, determinava.

Então, para nós, é um privilégio ter as irmãs aqui. Eu vou tentar fazer uma apresentação rápida, respeitando o pedido da Senadora quanto ao tempo; vou falar rapidamente sobre filantropia e filantrópicas no Brasil; rapidamente também sobre o Fórum e o que representa, porque todos os ministérios são conhecidos, mas o Fórum não é tão conhecido, e, finalmente, tangenciar nos principais dados, nos principais números da pesquisa que foi feita do setor filantrópico.

Primeiro, a Santa Casa de Misericórdia é uma instituição filantrópica que foi fundada em 1551 – 51 anos depois do descobrimento. Eu queria destacar ali que, no finalzinho, está escrito: Braz Cubas conseguiu o alvará real de privilégios, o primeiro obtido... Eu poderia brincar e dizer: o primeiro Cebas obtido no Brasil foi o da Santa Casa de Misericórdia.

Depois, nós temos também o Pátio do Colégio. Nós estamos falando de 1554, uma instituição fundada pelos jesuítas – está aqui o Pe. Tabosa, Vice-Presidente do Fonif, um jesuíta, Presidente dos Jesuítas. Esse colégio foi um colégio filantrópico, que dava educação aos índios e àquela comunidade carente, filantropia, não cobrava nada.

Com isso eu quero dizer que as instituições filantrópicas estão aqui há centenas de anos, fazendo filantropia, independente de normas e tudo. O Mackenzie já dava bolsas para os escravos em 1870.

Então, as instituições filantrópicas no Brasil, especialmente as confessionais, fazem filantropia há 400 ou 500 anos – os jesuítas estão aqui há 500 anos; os beneditinos, há 450 anos; as irmãs aqui estão há 200 anos. Não existiam normas, não existiam leis, e nós já fazíamos filantropia.

Só para vocês terem uma ideia, e comparativamente, os ministérios surgiram muito depois das filantrópicas e, hoje, regulam a filantropia. O mais antigo é o Ministério da Justiça; depois o Ministério da Defesa; o Ministério da Educação. O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) está marcado ali, em 1938, porque inicialmente ele era uma secretaria até chegar ao próprio MDS que existe hoje. E, finalmente, o Ministério da Saúde.

Com isso, as filantrópicas já faziam filantropia independentemente das instituições que, hoje, ajudam no controle e na regulamentação.

Um aspecto importante é que, nesses 500 anos, as instituições filantrópicas nunca se juntaram no sentido de defender os interesses mais elevados daqueles que elas atendem, porque, no final,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

esses são os interesses. Por isso, as instituições filantrópicas sempre priorizaram os seus próprios atendimentos, não tendo tempo para uma articulação coletiva e colegiada.

Outra coisa importante é que, como foi mencionado por vários oradores anteriormente, especialmente o do Ministério da Saúde, as instituições filantrópicas são um importante braço do Governo, que vai a lugares e atinge populações que o Governo não tem condições de atender.

Aí as instituições filantrópicas, num clamor de uma necessidade de se organizarem, em 2013, fizeram um encontro e, em 2015, foi estatuído o Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas.

A visão nossa é ser reconhecido nacionalmente por esta participação – acho que, felizmente, já temos esse reconhecimento – e atuar na defesa dos mais elevados interesses das instituições filantrópicas, que são, como foi dito aqui pelo Dr. Douglas, imunes. Elas não são isentas, elas são imunes. Outra coisa. O nosso lema é: "Unidos por uma causa comum, acolhendo a riqueza da diversidade", porque o Fonif atende à ação social, à educação, à saúde. Dentro da educação temos a saúde e, dentro da saúde, muitas vezes temos educação. Então, esses temas são, muitas vezes, transversais, o que torna difícil até o mapeamento correto dos números.

Finalmente, hoje o Fórum Nacional das Filantrópicas congrega todas as instituições representativas, praticamente... Não conheço nenhuma que possa estar fora. As de educação: ABIEE, que são as evangélicas; a Anec, que são as católicas, está aqui representante da Anec; a Cebraf, que são todas as fundações no Brasil; a Conib, que é a Confederação Israelita do Brasil; a CMB, e está aqui o Rogatti, é o nosso Vice-Presidente, muito atuante – e eu quero agradecer a sua presença, Rogatti, o seu apoio –, que reúne todas as Santas Casas de Misericórdia, e a Febraeda, que é o menor aprendiz. Então, esse é um pouco do Fonif, quer dizer, essa grande representatividade que nós temos hoje.

Nós representamos 9 mil instituições filantrópicas que possuem um Cebas. Esse número muda porque muitos perdem o Cebas, estão recorrendo, mas é o número que nós representamos de instituições filantrópicas das três áreas.

Nós fizemos uma pesquisa, na ocasião, porque houve uma necessidade de ter dados para saber o que nós representávamos. Felizmente, nós não fizemos a pesquisa por causa da reforma, mas, quando chegou a reforma, nós tínhamos a pesquisa pronta, e essa pesquisa foi feita com dados dos três Ministérios e com dados da Receita Federal.

Nós conseguimos esses dados e os sistematizamos, tabulamos os dados dos Ministérios e da Receita Federal e nós, então, compilamos. Aqui está um resumo de toda essa sistematização.

A arrecadação total da previdência – nós vimos no quadro azul – é 348 bilhões. A imunidade que é dada para as filantrópicas representa 2,87%. Portanto, as filantrópicas não são responsáveis pelo problema da previdência. Pelo contrário, as filantrópicas, como eu disse anteriormente, são um importante braço do Governo e, outra, dão um importante retorno a esse investimento ou a esse recurso que é dado às filantrópicas.

Então, daqueles 10 bilhões naquele coração, que é o valor da imunidade, nós, considerando os números que eu mencionei mais a qualidade das filantrópicas... Eu quero dizer o seguinte: por exemplo, na área da educação, as filantrópicas de melhor resultado no Inep são as instituições filantrópicas que formam pessoas com alto nível de qualidade. Então, nós retornamos R$5,92 que dá 60 bilhões de retorno. Quer dizer, nós estamos comprovando que o setor...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. CUSTÓDIO PEREIRA – ... retorna o investimento que foi feito pelo Governo.

Eu não sei os outros setores, nós temos de defender o nosso setor, mas o nosso setor está aqui, apresentando dados científicos do próprio Governo.

Na área da saúde, como foi demonstrado anteriormente, 53% do SUS são atendidos pelas filantrópicas. E, se você coloca as cirurgias de alta complexidade, nós representamos mais de 60% de todo o SUS, no Brasil.

Na educação, nós representamos 31,9% de todas as bolsas, quer dizer, na verdade, temos 31,9% de alunos bolsistas nas melhores instituições de ensino. Na assistência social, nós representamos 62,7%. São números inquestionáveis. Nós fazemos 161 milhões de atendimentos – se a pessoa vai duas vezes, conta-se duas vezes – e representamos 1,3 milhão de empregos diretos.

Estes números são muito interessantes. Na área da saúde, para cada R$1,00 de imunidade, o setor da saúde retorna 7,35. Aí vão dizer: "Bom, mas como pode retornar 7,35?" Nós estamos vendo o problema da saúde, a necessidade de financiamento da saúde, a falta de recursos. O setor de saúde está endividado. Esta é a explicação de por que esse número é tão elevado: porque o setor coloca muito mais recursos do que aqueles que recebe como imunidade. Na área de assistência social, nós estamos dando, para cada R$1,00 de imunidade, 5,73; e, na educação, 3,86. Na média, nós estamos falando de 5,92 vezes a imunidade que nós recebemos.

Como foi mencionado aqui pela saúde...

O SR. CUSTÓDIO PEREIRA – ... 990 Municípios só têm o hospital filantrópico. E outra: 49 são Municípios de extrema pobreza. Dentro desses dados, faltam muitos outros dados que melhoram muito esse resultado. Por exemplo, na educação: qual é a legislação em vigor? É uma bolsa para cada cinco pagantes, não importando se ele paga 10% ou se ele paga 100%; se ele paga 10%, se forem cinco pagantes de 10%, você tem que dar uma bolsa do mesmo jeito. E outra: nós, por exemplo, na Santa Marcelina, temos unidades na Bahia onde nós damos educação, nós damos alimentação, nós damos uniforme, nós damos transporte e nós damos assistência. Tudo isso não está computado nos dados que foram apresentados.

Outra coisa interessante, e com isso estou concluindo, o Semesp fez um estudo de que o ensino superior das instituições filantrópicas melhora a renda do estudante. E a melhora da renda do estudante permite uma arrecadação para o INSS, que dá um saldo positivo de R$1,09 bilhão. Então, se nós pensamos em tirar a filantropia das filantrópicas, eu pergunto para vocês o que seria do nosso País em qualidade, em zelo e em atenção em todas essas áreas.

E, finalizando minha apresentação, respeitando o tempo que me foi concedido, eu queria colocar duas frases sobre educação. "A educação não transforma o mundo. A Educação muda as pessoas. As pessoas transformam o mundo!"

E eu quero dizer que dados estatísticos e científicos também vão nos ajudar a permitir que nós tenhamos uma melhor gestão desses recursos, porque nós, filantrópicos, temos interesse em aprimorar tanto a pesquisa, como a ação.

E finalmente: "A educação faz um povo fácil de ser liderado, mas difícil de ser dirigido; fácil de ser governado, mas impossível de ser escravizado."

Mais uma vez agradeço a todos, especialmente à Senadora Ana Amélia, por esta oportunidade. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada ao Dr. Custódio, que aqui acrescentou não apenas as questões relacionadas à área da saúde, mas à área da educação. Originalmente o debate era sobre a relevância das instituições filantrópicas no sistema educacional e no sistema de saúde. E ele aponta um tema que vai ser suscitado agora, no nosso debate posterior à fala do Dr. Pedro Mello, que é exatamente o endividamento crônico do sistema, quais as saídas para isso também.

Eu queria agradecer, agora, ao Dr. Edson, que estava lá liderando o *habeas corpus*, legítimo, para os participantes. Entenda, Dr. Edson – o senhor conhece a Casa –, que nós funcionamos como uma instituição também hospitalar: nenhuma delas permitiria cem pessoas entrarem; é um problema de segurança. Então, temos que entender as coisas. Eu sou muito seguidora das regras. No sistema de segurança do Senado, eles são muito zelosos, são muito atenciosos. Às vezes, acontecem esses problemas; mas foi solucionado. E a audiência está transcorrendo e todos estão participando.

Eu queria agradecer também a presença da Drª Profª Ir. Adelir Weber, do Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus, da província de São Paulo, Vice-Província Centro-Norte do Brasil. Então, quero agradecer a sua presença e a de todas as outras que estão aqui presentes, dando brilho a esta audiência, que tem um enorme interesse social, dada a relevância que as instituições filantrópicas têm no campo da saúde – eu destacaria primeiro, porque nós não podemos estudar se não estamos com saúde, e vice-versa. Então, da saúde e da educação estamos cuidando aqui.

Passo a palavra, de imediato, ao Pesquisador Sênior da DOM Strategy Partners, representante do Daniel Domeneghetti, CEO da DOM Strategy Partners.

O SR. PEDRO MELLO – Olá! Bom dia a todos, senhores e senhoras, Exmos Senadores e Senadoras, representantes dos ministérios e das instituições de Governo, todos os presentes e aqueles que estão assistindo a essa transmissão da apresentação da pesquisa sobre o setor filantrópico.

Eu sou Pedro Henrique de Mello Antunes, associado da consultoria DOM. Primeiramente, eu queria agradecer a Deus pela oportunidade de estar aqui apresentando essa pesquisa e esses dados, que, sem dúvida, são muito relevantes para a discussão não só da previdência, mas da educação, da saúde e da assistência social no País. Quero agradecer à minha família, minha esposa, Loreta, minhas filhas, Mirela e Beatriz, que me apoiam todos os dias no trabalho que a gente faz pela DOM; e agradecer aos nossos clientes.

A DOM já atua no mercado há mais de 15 anos e, há 10 anos, implementa uma metodologia chamada IAN (Intangible Assets Management), que é a gestão dos ativos intangíveis. A gente atualmente implementa isso em 54 das 100 maiores empresas brasileiras. Para destacar uma empresa: está fazendo a implementação dessa metodologia hoje a Braskem, proativo de sustentabilidade. Principais organizações sociais: a gente implementa essa metodologia para a RNP (Rede Nacional de Ensino e Pesquisa) desde 2012, que é a rede que disponibiliza internet para as instituições de educação, saúde e assistência social. Para o Sesi também, através do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), investimento dessa metodologia para as micro e pequenas empresas. O Sesi do Ceará também, com foco na saúde: como a melhor saúde dos funcionários contribui para a saúde pública do País. Na filantropia, a Afip (Associação Fundo de Incentivo à Pesquisa), que é responsável pela questão ambulatorial em São Paulo, por grande parte dos atendimentos e pelo investimento em pesquisa científica de muitos indicadores que a gente vai ver aqui da relevância da saúde. E, finalmente, o Fonif (Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas), que realmente iniciou esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

trabalho de fotografia do setor, do setor se reconhecer e se entender na sua relevância no País para, a partir daí, começar a distribuir essa informação, a ter uma transparência em passar esses dados, essas estatísticas, essas informações para a sociedade em geral, para que aconteça o entendimento dessa relevância e as decisões possam ser tomadas cada vez mais embasadas nessas informações.

Eu estou representando hoje o Daniel Domeneghetti, que é o sócio-fundador da DOM. Eu sou o Pedro Mello, associado. O Alberto Coelho também participou desse projeto. Então, são as três pessoas que atuaram nessa pesquisa.

Deixo os contatos, caso alguém queira saber mais a fundo sobre a metodologia, pois a gente não vai ter muito tempo para explanar sobre ela. Estão aí o *site* da DOM e o *e-mail*.

Resumidamente, o que essa metodologia? Ela foi publicada em 2003 junto com a Stern Stewart, que é a consultoria que criou a métrica do EVA (*Economic Value Added*). As empresas geram resultados tangíveis e intangíveis, e esse intangível não é contabilizado. Então, quando a empresa tem uma marca, tem uma inovação, tem a qualidade, isso não faz parte do balanço dela, não está constando nos números, mas o mercado precifica o valor da ação dessa empresa maior. Então, você tem esse delta, que é o valor de mercado da empresa menos o patrimônio líquido que ela possui. Essa diferença é, sim, tangível. E, quando a gente fala de educação, saúde e assistência social no Brasil, além do que a lei prevê nessa contrapartida do Cebas – as instituições dão uma bolsa de estudo para cada cinco alunos, 60% dos atendimentos para o SUS e 100% de prestação gratuita –, que é a contrapartida tangível, há o intangível, que é muito grande. O Dr. Custódio comentou muitos pontos. E é isto: não fazem parte do cálculo essas questões, que são, no fundo, o que o beneficiário recebe de valor.

O nosso trabalho é mensurar isso com métricas objetivas. E a dificuldade é que não existem essas métricas. Há algumas indicações de mensuração desse intangível, que a gente pôde coletar. E o trabalho, daqui para a frente – e o fórum vem muito para contribuir com isto –, é dar essas métricas indicadoras, para que essa gestão do intangível faça parte.

Eu vou trazer muitas estatísticas hoje, muitos indicadores. Eu não vou me aprofundar tanto nisso, pois a gente tem um tempo restrito, mas elas vão começar a embasar essas discussões.

Brevemente, há as premissas dessa avaliação feita na pesquisa da contrapartida do setor filantrópico. Ela parte da perspectiva do observador externo. Então, a gente quer olhar como um cidadão comum, que vai avaliar o acesso à informação e a transparência desses dados nas três áreas. Aí acessamos essas bases dos três ministérios e da Receita Federal, para começar a cruzar as informações, partindo da lista dos CNPJs dessas instituições certificadas. Aqui, chamo a atenção para o fato de que a gente foi muito técnico nesse ponto. A gente pegou a lista das instituições que possuem o CNPJ com certificado ativo. Você consegue acessar esses dados no Ministério da Educação através de um sistema e consultar pelo CNPJ. No Ministério da Saúde, também tem o Siscebas, em que você consegue consultar. A gente teve acesso a uma lista que foi compartilhada pelo Ministério com as instituições que possuem exatamente essa certificação ativa. Então, vai haver uma diferença entre os dados que o Dr. Brunno apresentou e os dados que a gente está apresentando. Há uma zona cinza das instituições que são certificadas, mas que não estão ativas, estão recorrendo, perderam o certificado. Então, há aí um percentual que a gente não vai mostrar nesses dados, mas que faz parte do setor filantrópico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E também, na assistência social, acho que há uma ótima transparência. O Dr. Douglas contribuiu muito para o nosso trabalho junto ao fórum. Então, você consegue acessar os processos das instituições certificadas ou não e saber quais têm esses dados disponíveis.

A gente parte das fontes oficiais dos ministérios e adota ferramentas de inteligência para cruzar as informações, mensurar indicadores e publicar esses resultados para a sociedade. Então, no final do dia, qualquer pessoa que tenha acesso à internet consegue baixar esses dados, essas bases de dados dos ministérios, ter acesso a essa lista de instituições, cruzar essas informações através dessas ferramentas e fazer cálculos simples de soma, de média, de conta, para chegar a essa representatividade que a gente vai mostrar aqui. Então, são dados públicos. A gente está mostrando a sistematização, mas qualquer pessoa tem condição de acessar e fazer essa avaliação também.

Então, no fundo, a gente está mensurando aspectos quantitativos de bolsas de estudo, internações hospitalares, leitos para o SUS, procedimentos ambulatoriais e serviços gratuitos que são oferecidos na assistência social e também aspectos qualitativos de representatividade, complexidade da atuação, qualidade na prestação do serviço, investimento em pesquisa e desenvolvimento, reconhecimento por essas instituições, *rankings* e certificações. Enfim, são diversos indicadores mais qualitativos, que contextualizam essa atuação.

A gente gera índices, parâmetros e referências estatísticas sobre a atuação desses setores e instituições. A gente cria parâmetros e réguas nacionais, estaduais e até municipais. Então, se a instituição quer saber como está em relação à média do País, à média do Estado dela, à média do Município dela, se está indo bem ou mal, onde tem oportunidade de melhorar a prestação de serviço, essa é uma contribuição que o Fonif traz, através dessas informações.

Aí, como conclusão, há o cálculo desse retorno tangível ou intangível que as filantrópicas trazem em contrapartida à imunidade constitucional do pagamento da contribuição para a Previdência Social.

Aqui, a gente fez um contorno da avaliação especificamente para o Cebas. Então, a imunidade é a cota patronal. Não está contemplada aqui a imunidade ou isenção do Imposto de Renda, da CSLL e do Cofins. Essa é outra informação, que não cabe julgar, dado que 100% das instituições não têm fins lucrativos. Então, todo esse recurso, seja do Cebas ou não, é reinvestido 100% na atividade e na atuação dessas instituições.

É importante dizer que elas entregam o mesmo nível de serviço tanto no privado quanto no público. Então, as instituições que têm o Cebas atendem também o mercado privado e garantem esse mesmo nível de qualidade. O aluno que tem acesso a uma bolsa de estudo através de um programa de bolsas tem a mesma qualidade de ensino de quem paga essa mensalidade no privado.

Aqui são informações bem breves sobre a representatividade dessa imunidade. Então, há os 20% aí sobre a folha de pagamento. O Dr. Claudemir já explicou bem profundamente essas informações. A imunidade, em 2014, foi de R$10 bilhões, principalmente focada na saúde, com R$5,7 bilhões. Em educação, foi de R$3,8 bilhões e, em assistência social, de quase R$1 bilhão. E há o resultado da pesquisa que foi publicada em 2016, com o retorno do investimento para cada R$1,00 investido. Essa *pizza* está disponível para *download*, para acesso, no *site* do Fonif. Ela também foi anexada ao memorial da ADI 2.028, na decisão do Supremo em relação a imunidade da filantropia. Então, toda a parte mais técnica, de cálculos etc., pode ser acessada nos autos da ação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Aqui estão as fontes. Constam aqui os *links* de onde essas informações foram baixadas, tanto da Receita, nos relatórios de gasto tributário; quanto da educação, na lista das certificadas pelo Siscebas, no Censo Escolar 2016, no Enem 2016. As da educação superior estão no Censo de 2016, no IGC 2015 – o de 2016 não estava disponível; então, a gente usou essa base de 2015 – e no CPC 2016. Quanto às da saúde, o acesso se dá também via Siscebas das entidades certificadas, pelos estabelecimentos do CNES, com dados de 2017...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PEDRO MELLO – ...tanto de estabelecimento quanto da produção ambulatorial e hospitalar.

E, na assistência social, há a lista dos processos de certificação; nesse caso de 2001, há os dados do Censo SUAS da rede privada. O Dr. Douglas pode até me corrigir se existe uma fonte de dados mais atualizada ou não. Ele mostrou dados de 2017. A gente tem dados de 2011, que também mostram essa relevância das instituições filantrópicas.

Daqui para frente, vou apresentar, até de forma bem rápida, esses resultados, que, no fundo, são a sistematização dessas bases, partindo do cruzamento das informações. Então, não vou me aprofundar em nenhuma questão muito específica – até deixo em aberto caso alguém queira questionar alguma questão –, para poder avaliar esses dados e informações.

Então, a gente tem o mesmo formato daqui para frente na apresentação dos dados. Há esse resumo aqui do lado esquerdo do gráfico; ali em cima, qual é a área que está sendo tratada – no caso, educação básica. E há a tabela em que a gente extrai as informações e compara as instituições que possuem Cebas e as que não possuem Cebas. Então, a gente fez esta separação: filantropia de um lado e demais instituições do outro. Aí estão instituições governamentais, privadas, do terceiro setor; todas as demais estão do lado direito. O nosso trabalho é fazer esse comparativo de relevância, de quanto a filantropia representa no total desses dados e informações, para entender o quanto de qualidade também esses dados podem mostrar.

Então, na educação básica, a partir do cruzamento dessas informações, há 3.841 escolas, que empregam 180 mil funcionários. A maioria dessas escolas tem um alto grau de digitalização, com computadores e internet de banda larga. Então, tendem a ter uma qualidade de ensino superior nesse aspecto.

Aqui a gente mostra a distribuição dessas escolas no Brasil.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PEDRO MELLO – As informações delas estão na tabela ao lado. A gente vê que, em termos de volume, não é tão relevante, mas há uma concentração até aqui em baixo, no Sul e no Sudeste: 12% no Rio Grande do Sul, 6% em Santa Catarina, 12% no Paraná, 28% em São Paulo e um pouco menos nos demais Estados.

São 62 mil turmas dos diversos níveis de escolaridade; 25% de todas as turmas especiais, para alunos com deficiência, estão nas filantrópicas; há mais de um milhão de alunos e 1,2 milhão de matrículas; e 251 mil bolsas de estudo foram oferecidas.

Há 332 mil docentes com vínculo ativo, o que mostra a relevância dessas escolas na contratação desses docentes; e 48% superior é a proporção entre docentes com mestrado e doutorado nas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

instituições que possuem Cebas *versus* as demais. Então, há uma tendência maior de haver uma qualificação superior dos docentes.

Esse é um dado muito interessante: a gente fez a avaliação do Enem, trouxe todas as notas do Enem, da avaliação de cada uma das escolas e as compilou, entendendo a visão das que são filantrópicas e das que não são. E a gente percebe aqui as notas brutas de cada critério, mas, em geral, pegando todos esses critérios avaliados no Enem, as notas de cada uma das provas e da redação, você observa que 18% superior, em média, é a nota das instituições que possuem a filantropia; 25% superior é a nota de redação; e 20% superior é a nota na prova de matemática.

Aí também está a distribuição disso por Estado. Mesmo quebrando isso, Estado a Estado, você percebe que é superior a 1. Nesse cálculo de índice, a gente divide a filantropia pelas demais, e, quando o resultado é acima de 1, quer dizer que está gerando valor. Então, em todo o Brasil, as escolas de educação básica filantrópicas geram uma qualidade de ensino superior, mensurado pelos indicadores do Enem.

Falando um pouquinho de educação superior, há 333 instituições de ensino superior, que empregam 70 mil pessoas, e 33% superior é a relação de qualidade na formação dos profissionais.

Aí também está a distribuição dessas instituições de ensino superior no País, com a concentração maior das instituições filantrópicas em São Paulo.

Vou acelerar um pouquinho, dado que meu tempo se encerrou.

Quanto à educação superior, há aí informações financeiras, que basicamente mostram que praticamente toda a receita própria é revertida no investimento da própria instituição, na remuneração dos funcionários, nos encargos, no custeio e também no investimento em pesquisa e desenvolvimento, com R$1 bilhão ao ano. Os dados são de 2016 e mostram os investimentos da filantropia em pesquisa e desenvolvimento.

Estou com um problema nesse passador aqui. Então, vou descontar da apresentação, para poder cobrir todas as áreas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A primeira vítima foi o Dr. Claudemir.

O SR. PEDRO MELLO – Em relação aos cursos, na educação superior, há 5.458 cursos; 1,2 milhão de matrículas, de alunos matriculados; e 200 mil concluintes de ensino superior por ano.

Aqui está a quantidade de matrículas por tipo de curso. Então, 14% de todas as matrículas da Administração, 15% da Pedagogia, 18% da Psicologia, 24% do Direito e 34% da Teologia estão nas filantrópicas.

Há 63 mil docentes com vínculo ativo.

Em termos de financiamento, 664 mil alunos que estudam nessas instituições possuem algum tipo de financiamento estudantil, 221 mil alunos possuem financiamento do Fies – não entram na conta da contrapartida, mas destacamos aqui –, 181 mil que têm bolsa pelo Prouni estudam nas filantrópicas, e 295 mil têm algum tipo de financiamento que é administrado pela própria instituição – esses dois números, sim, compõem a contrapartida de uma bolsa para cada cinco alunos em relação ao Cebas.

Em termos de apoio social, há, enfim, informações de alimentação, de material didático, de transporte. Então, também há esse intangível que é oferecido para os alunos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Meu tempo está esgotado, mas ainda tenho algumas informações além da educação superior que acho importante destacar, como a questão de qualidade do IGC, 14% superior, mostrando, então, o conceito médio da graduação, do mestrado e do doutorado.

Vou só realmente correr os eslaides, mas, como houve uma dificuldade em passar, perdi alguns minutos importantes aqui.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Dr. Pedro, vou lhe dizer que a exposição que você fez dá a ideia clara da relevância que existe. Nós estamos aqui com dois assuntos distintos: um é saúde; o outro é educação. Mas o eixo é a filantropia, que é relevante.

Eu até sugiro ao Dr. Custódio que façamos isso de novo, que tentemos, depois, mais tarde, aprofundar a questão da educação na Comissão de Educação, que teria um alcance mais próprio para isso. Nesta Comissão, penso que nós nos concentrarmos na área da saúde é aquilo que nós vimos perseguindo há muito tempo e que talvez seja mais crônico, porque a pessoa precisa da saúde, ela bate à porta do hospital, e aqui foi reafirmado isso.

E vimos aqui que a questão do endividamento crônico no sistema é um problema grave a ser solucionado.

Como eu disse, alertei a todos que temos hoje uma questão de tempo, porque começa às 11h a nossa sessão deliberativa no plenário do Senado. Então, que nós agora possamos fazer o debate, porque o fundamental, o mais rico, talvez, aconteça agora.

Eu queria, além de saudar a Ir. Maria Inês Vieira Ribeiro, que é Presidente da Conferência dos Religiosos do Brasil, passar a palavra ao Dr. Custódio, para que ele indague da Mesa e das áreas que o senhor considerar mais importante um questionamento para a área seja da Receita Federal, seja do Ministério de Desenvolvimento Social, seja do Ministério da Saúde, para estabelecermos agora um debate bem objetivo, para sairmos desta audiência pública com o nosso dever de casa: o que vamos fazer? Qual é a nossa agenda para levar adiante, através da Comissão de Assuntos Sociais?

Então, com a palavra o Dr. Custódio.

O SR. CUSTÓDIO PEREIRA – Obrigado.

Senadora, o que quisemos trazer aqui, dentro do tema que nos foi dado, foi a relevância das instituições filantrópicas no cenário nacional e a observância de seus direitos e garantias constitucionais. Por isso, nós procuramos trazer, além da saúde, também a educação e a assistência social, que têm um papel importante.

Acho, Senadora, que a grande contribuição com que nós poderíamos sair deste debate é o alinhamento de que nós possamos ter os dados atualizados, sistematizados dos três Ministérios, de forma que, cientificamente, nós possamos tirar conclusões e tomar decisões.

Eu estava comentando aqui com o Dr. Douglas que as filantrópicas foram foco durante a reforma, mas ainda nós não conseguimos resolver as outras isenções de outros setores, de mais de 50 setores, que têm uma isenção – certamente, foi aquilo que foi apresentado pelo Dr. Claudemir. Mas nós entendemos que o mais importante, como a senhora mesma falou na abertura, é o que retorna para a sociedade dessas imunidades e dessas isenções. Se nós soubermos medir cientificamente o que cada isenção ou o que cada imunidade promove para a sociedade, acho que nós poderemos ter um gerenciamento melhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o meu desafio aqui a todos os Ministérios e à Receita Federal é que nós possamos aprofundar nos dados, sistematizá-los com o melhor objetivo, para que, a partir daí, possamos ter o melhor diagnóstico: quem dá o melhor retorno para a sociedade para o mesmo real que é investido.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria saber quem o senhor queria que respondesse a esse questionamento agora. Ou nos coloca isso como dever de casa?

O SR. CUSTÓDIO PEREIRA – Eu tenho a impressão, Senadora, de que há hoje uma divergência de dados. Na hora em que você tenta sistematizar o todo, há uma divergência de dados na Contabilidade Nacional e nos números que são apresentados, no todo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para facilitar, do que foi apresentado aqui nos três, a divergência maior onde está?

O SR. CUSTÓDIO PEREIRA – Eu acho que não há uma divergência maior, acho que há uma falta de sistematização desses dados. Por exemplo, nós falamos que nós somos mais de nove mil instituições filantrópicas. Foi apresentado que nós somos oito mil. Esse dado oscila.

Mas o que quero dizer, Senadora, é que os dados científicos necessários para o perfeito diagnóstico é como um exame de sangue: nós só podemos entender o que está acontecendo se nós tivermos o melhor diagnóstico de cada real que o Governo investe na desoneração ou na imunidade e o que se reverte para a sociedade. Acho, sinceramente, que as filantrópicas, em vez de serem atacadas, deveriam receber mais recursos, mais incentivos, para que pudessem fazer mais, como estão fazendo pelo nosso País.

Então, é uma ideia geral e um desafio de que nós, nos ministérios e na Receita Federal, possamos, juntos, trabalhar nesse assunto e nos aprofundar nos dados e sistematizá-los.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Na sua exposição, o senhor abriu falando da história da filantropia.

O SR. CUSTÓDIO PEREIRA – Pronto!

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O senhor abordou esse tema, e eu, como agente política e como comunicadora que fui durante muito tempo, percebo hoje mais claramente a relevância daquela velha máxima de que a união faz a força.

O senhor admitiu que não havia uma organização institucional de representatividade do sistema da filantropia junto aos órgãos de decisão, sejam federais, seja o próprio setor privado. Imagino que os senhores tenham uma interlocução com as entidades que representam o setor privado e muito mais ainda com o setor público. Então, esse reconhecimento já foi feito.

Percebo hoje já um grau de uniformização, porque, se os senhores falam linguagens diferentes, também para o agente público que vai definir políticas públicas fica difícil estabelecer as prioridades. Então, falo da uniformização do outro lado. Eu não estou aqui advogando pelo setor público. Estou apenas dizendo que eu, como agente pública, como Senadora, às vezes, sou demandada em torno de um tema sobre o qual há posições completamente antagônicas. Como o agente público, como eu, Senadora, que faço clínica geral, como costumo dizer – não sou especialista, não sou médica nem sou também educadora –, vou estabelecer o eixo mais equilibrado para tratar daquele assunto? Paulo Delgado está aqui, foi um Deputado e sabe disso. Esse é um dilema que nós temos. Dentro de uma mesma corporação, níveis diferentes de categorias estão querendo tratamentos diferenciados. Como é que o agente público vai se posicionar naquilo? Se ele atende apenas um lado, ele está contrariando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

o outro lado. Então, para mim, sempre a demanda tem de ser vista do centro: você puxa os dois extremos e traz ao centro.

Então, penso que esse grau já foi vencido numa etapa relevante, mas é preciso muito mais. Além de reafirmar... Acompanhei, como jornalista, o debate daquilo que preconceituosamente se chamava "pilantropia" – o senhor se lembra desse momento. Então, o setor cuidou de se imunizar desse preconceito de alguns setores para os quais, é claro, para lavar as mãos, era melhor tratar preconceituosamente do que assumir a responsabilidade de políticas públicas eficazes com transparência, porque nós tratamos, no caso dos senhores, de recurso público. Quando há uma desoneração, é aquilo que eu disse: não há almoço de graça, alguém está pagando, e quem paga é a sociedade, é o assalariado, é o recurso que sai e que é cada vez mais escasso. Então, os dramas aumentam à medida que, por exemplo, uma escassez de recurso se estabelece.

Por isso, há a necessidade urgente de o setor, seja filantrópico, seja do setor público, tratar da qualidade da gestão, da qualidade do gasto público. Esse é um tema crucial, que leva à bancarrota qualquer sistema, uma empresa privada, uma empresa mal administrada, uma instituição que depende do interesse público. Então, é preciso tratar desse tema da qualidade do gasto.

Felizmente, 50% do Orçamento da União, agora, são impositivos para a saúde. A dificuldade financeira do sistema de saúde é visto no gabinete nosso, em que a maior parte da demanda é para a filantropia, para os hospitais filantrópicos.

O Dr. Edson acompanha a Santa Casa de Porto Alegre e todas as demais do Rio Grande do Sul. Foi aqui demonstrado pelo Dr. Brunno o peso que tem a filantropia no meu Estado, em Santa Catarina ou no Paraná, porque, com uma população de cultura europeia, a instituição comunitária filantrópica ou de voluntariado é muito forte; há uma cultura disso. A maior parte das nossas universidades do Rio Grande do Sul é comunitária. No ensino médio, também há uma participação enorme dessas instituições, na área da educação. Da área da saúde, então, nem se fale!

Então, nós estamos convivendo com dilemas em torno da gestão e da qualidade.

Eu queria agradecer ao Dr. Custódio, porque ele já nos deu aqui a referência.

Nós vamos fazer um acompanhamento pela Comissão, exatamente junto aos ministérios, para tentar corrigir as distorções que existem em relação a dados. Agora, também o próprio Fonif precisa levar isso para os ministérios, pedindo o nosso apoio, porque estaremos sempre prontos aqui a fazer isso.

Eu queria saber se o Dr. Brunno, que é o certificador junto com o Ministério de Desenvolvimento Social, tem alguma sugestão para esse entrosamento maior do sistema.

O SR. BRUNNO FERREIRA CARRIJO – Na verdade, no Ministério da Saúde, na parte de certificação, sem me vangloriar dos méritos, a gente passou por uma auditoria do TCU no ano passado, e, ao final dessa auditoria, o TCU reconheceu que, no Ministério da Saúde, hoje, o processo em si é um processo com 95% de confiabilidade do processo de certificação. Quando falo do processo de certificação, é o processo de certificação e o processo de supervisão, para institucionalizar a questão do sistema, a informação, os processos de trabalho, a organização de fluxo de demanda. Esse processo em si tem refletido um mérito do departamento no sentido de que a gente tornou hoje o processo mais confiável.

Até houve uma fala que foi trazida ao departamento de um dos auditores, em uma palestra, falando exatamente isto: como é que se transforma um cenário negativo, que era a "pilantropia", que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

era a questão do CNAS, em que houve toda a questão da Polícia Federal, com a Operação Fariseu, como transformar esse patamar num processo confiável, qualitativo, quantitativo? A gente tem a prioridade de trabalhar para quem realmente está garantindo assistência à saúde pública neste País.

A gente sempre olhou... Quando a gente assumiu – tenho sete anos de departamento –, a gente sempre tentou trabalhar com efetividade, sabendo que essa rede é importante para o sistema. Então, a gente conseguiu já fazer praticamente três alterações legais, em 2011, em 2013, e agora a gente está na iminência de ver sancionada uma legislação. Com a força da lei, vamos alterar praticamente 400 resultados negativos, que é a questão da ausência de contrato com o gestor do SUS, entidades que prestam 100% da sua capacidade ao sistema. Então, há essa prerrogativa, a gente trabalha com o setor. A gente tem a solicitação deles, para que eles possam contribuir cada vez mais com o processo.

A gente tem uma parceria muito tranquila com o MDS e com o MEC também, ou seja, a gente tem sistematizado nossas informações. O que a gente pode deixar e sempre deixou... Esse é um processo que é, por lei, transparente, não é um processo nosso, é um processo da sociedade, porque tem de haver transparência, que tem de estar evidente nas informações. Então, tudo aquilo que a gente pode fazer a gente disponibiliza. Esse é um ponto que a gente realmente sempre trabalhou e sempre vai trabalhar, que a gente sempre deixou à disposição, não só nas informações. O próprio departamento em si sempre está à disposição. Como a Drª Victória, minha Diretora, fala, as portas estão sempre abertas, agora muito mais, porque a gente não tem nem porta para abrir. Então, é só chegar.

É isto que a gente sempre deixa: a gente está à disposição no que precisar, para poder contribuir para o trabalho do Fonif e no que precisar com o Senado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Dr. Brunno, pela qualidade.

O senhor falou uma palavra: controle social. Hoje, o controle social é muito grande e é uma coisa positiva para a sociedade brasileira, porque o doador, o colaborador, o voluntário precisa saber que ele está trabalhando para uma entidade confiável, uma entidade que tenha o respeito da população.

Eu queria passar a palavra para o Dr. Douglas, também na mesma linha de comentário e da ponderação feita pelo Dr. Custódio.

O SR. DOUGLAS CARNEIRO – Sem dúvida!

Dialogando também com a fala que o Brunno acabou de fazer, houve um aperfeiçoamento na gestão dos processos e da análise da certificação nos três ministérios – isso é reconhecido pelo órgão de controle.

O Ministério de Desenvolvimento Social, em especial, foi reconhecido pelo Prêmio Inovação da Escola Nacional de Administração Pública no ano passado. Então, foi um dos agraciados com uma iniciativa de transformação na gestão do Cebas, que foi reconhecida.

O diálogo entre os ministérios é fundamental. O diálogo inclusive com a Receita Federal precisa avançar também nessa direção para haver mais pontos de contato.

Nesse sentido, há o reconhecimento de que é preciso avançar na avaliação desses instrumentos, quer dizer, avançar na avaliação dos serviços, avançar na avaliação do trabalho dessas organizações. Existem condições hoje tanto de sistemas de informação, bases de dados e repertório de dados para isso. O que falta, o que precisa ser alcançado é uma interlocução, de fato, para fazer essa análise de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

uma forma um pouco mais integrada, convergindo entre os ministérios, com a Receita Federal, com a representação da sociedade civil também.

Nesse sentido, colocamo-nos, de novo, à disposição – eu e minha Diretora, Maria Amélia Sasaki, que está aqui presente também –, no sentido de disponibilizar essas informações e de construir juntos. Acho que é um espaço também para apoiar esse tipo de pesquisa e fomentar pesquisas que saiam do próprio Governo no sentido de ter olhares diferentes sobre esse mesmo tema.

Muito obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Dr. Douglas.

Agora, falo de uma questão que foi levantada subliminarmente pelo Dr. Custódio – aqui o político tem de ler nas entrelinhas –, que são os critérios para definir a desoneração. Qual é o critério para desonerar setores? Vimos, na apresentação do Dr. Claudemir, setores com um índice de desoneração elevado e outros com menor percentual de desoneração ou de benefício fiscal. Então, quero saber agora, Dr. Claudemir, quais são os critérios que a Receita e o Ministério da Fazenda adotam para definir a desoneração nesses casos. Ela é determinada pela força política de cada setor ou é determinada por critérios da contabilidade financeira ou da contabilidade por interesse de políticas públicas que estão sendo executadas no âmbito do Poder Executivo?

O SR. CLAUDEMIR RODRIGUES MALAQUIAS – Obrigado por retornar a palavra.

Senadora, é muito complicado tratar do assunto de definição de políticas públicas e de fontes de financiamento de políticas públicas.

O Ministério da Fazenda tem se pautado sempre em assegurar que toda política pública seja financiada por uma fonte transparente e que o destinatário, o beneficiário dessa política também seja conhecido da sociedade. O que é que não vem ocorrendo nos últimos tempos? Grande parte das desonerações que são implementadas por via de lei, inclusive, traz um rol de beneficiários, e a sociedade não os conhece. É por isso que fica... Quando nós publicamos os números das renúncias – e a Receita é responsável por quantificar e avaliar esses números –, as pessoas têm noção do total das renúncias, do montante, mas não sabem o que aquilo representa individualmente.

Então, só quero fazer uma comparação. Na própria apresentação que eu fiz – como nós passamos muito rápido, talvez a ligação não tenha sido feita –, vimos que, só em 2016, nós autuamos 197 entidades. Essas entidades foram autuadas porque não cumpriram os requisitos legais exigidos. Quando os ministérios setoriais acusam, representam para a Receita que determinada entidade não faz mais direito ao Cebas, cabe, então, à Receita cobrar os tributos. Para vocês terem ideia, dessas 197 empresas, o crédito tributário total lançado foi de quase R$3 bilhões. No ano todo, todas as renúncias, de todas as entidades, ficaram em R$10,5 bilhões. Ou seja, a atuação nossa, hoje, como sociedade, tem de ser – eu acredito – muito mais na governança, nos critérios de concessão do Cebas e nessa agilidade em se revogar o Cebas. Por que é importante a agilidade na revogação do Cebas daquelas que não estão cumprindo as exigências legais? A cobrança dos tributos só pode ser efetivada nos últimos cinco anos. Se nós temos um Cebas que está com processo em suspensão há mais de dez anos, todo aquele tributo que poderia ter sido cobrado não pode ser cobrado.

Então, nós temos uma conta única para suportar todas as renúncias. Essa conta, ano a ano, está encolhendo, ou seja, cada vez menos nós temos uma exigência fiscal maior. A sociedade está crescendo, ou seja, a demanda por esses serviços está crescendo. E, por outro lado, nós não estamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ainda com a energia necessária e com a velocidade necessária – este é o ponto que precisamos avançar – para o restabelecimento da regularidade. Se todas as entidades cumprissem as exigências legais e se, de todas aquelas que não cumprissem, nós tivéssemos condições de cobrar os tributos, o sistema estaria bem mais equilibrado, nós não estaríamos aqui discutindo endividamento excessivo das entidades do setor de saúde.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Esse é um ponto realmente relevante nisso, que é a questão da transparência da administração do recurso. Quer dizer, o recurso público precisa ter essa transparência, porque é a sociedade que paga, e ela também tem o direito de saber para onde está indo esse dinheiro.

Então, eu agradeço.

Eu queria saber do Dr. Pedro Mello, que fez a pesquisa: do que foi dito aqui, Dr. Pedro, além da sugestão apresentada pelo Dr. Custódio e das informações do Dr. Claudemir, do Dr. Brunno e do Dr. Douglas, o que mais de inovação se poderia trazer para consolidar uma agenda positiva para o setor da filantropia, seja na educação, seja na saúde?

O SR. PEDRO MELLO – Perfeito. Agradeço novamente a palavra, Senadora.

Realmente, deu para notar uma melhora na transparência dessas informações. Então, há a lista dessas instituições que possuem a certificação, e há a possibilidade de cruzar esses dados. A gente teve a felicidade de ter feito esse estudo em 2015. Então a gente conseguiu informações mais qualificadas das instituições, e, hoje, pode-se atualizar com mais qualidade. Eu acho que essa transparência acontece.

Acho que, sim, falta essa integração. São bases diferentes, critérios diferentes. Enfim, seria necessária uma normatização para que se olhasse a filantropia da mesma forma nos três eixos. Acho que o trabalho de disponibilizar esses dados para a sociedade de forma geral precisa ser fácil e transparente.

O Fonif está com a iniciativa de construir um observatório da filantropia. Então, a partir desses dados, a gente já pode levar informação no nível até de cada instituição, de Município, de Estado, do País como um todo, e também agregar isso. O fórum tem o papel de entrar em contato com essas instituições e de mostrar a relevância de que elas mostrem o trabalho que elas fazem. Tradicionalmente, não é muito da vocação da filantropia falar, contar o que faz, e acho que isso é importante. Eu acho que é fundamental que os setores se organizem e usem o fórum como um veículo, para que possa haver essa transparência, para, enfim, disponibilizar os balanços e os relatórios de atividade e preencher os formulários de cadastro, trabalho que é feito para, realmente, mostrar esse valor, que é até incomensurável. A gente está falando de saúde, de educação e de assistência social; no fundo, o valor, para quem é o beneficiário, é enorme, é gigantesco.

Então, acho bom esse trabalho de normatizar e de disponibilizar esses dados de forma organizada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço ao Dr. Pedro. Sua explanação foi muito importante, tanto quanto as demais.

Aqui, o Dr. Claudemir deixou claro o que acontece quando se chega ao ponto da execução da dívida, porque ela não teve clareza na documentação.

Parabéns ao fórum, Dr. Custódio, pelo esforço que vem a instituição fazendo! Quanto mais depurado for o sistema, mais compromissado com o interesse social e mais transparente, todos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ganham. Às vezes, é aquela história que todo mundo entende: uma laranja podre, uma só, num conjunto de cem laranjas ou de mil laranjas, vai contaminar. Uma pequena mancha atinge todo o sistema. Então, é este cuidado: é preferível fazer a assepsia do sistema sempre na origem, na base, para que todo o sistema não seja contaminado.

Eu quero cumprimentar o fórum pelo esforço que está fazendo, desde o debate daquilo que falei sobre o preconceito, porque muitos pagaram uma culpa que não tinham. Instituições muito sérias, muito honestas e muito responsáveis acabaram sendo injustamente incluídas no rol daquelas que não exerciam a filantropia adequadamente. Há esse esforço pela transparência, liderado pelo fórum, junto com as entidades todas que estão dentro. Mas é preciso entender que uma andorinha só não faz verão. Aqui a união é fundamental, porque isso também traz para o agente público uma facilidade: a interlocução direta. Quando ele tiver um problema, em vez de buscar o endereço longe, vai ao fórum e diz: "Olha, há este problema aqui, ajude-me a resolver."

Então, eu penso na questão de se facilitar. Aqui a gente percebeu claramente esse esforço que o setor representativo pelo fórum está empenhado em fazer. Há essa própria pesquisa de levantamento de um mapa. Não adianta nós querermos falar das coisas se nós não temos dados confiáveis, sejam da Receita Federal, sejam do Ministério do Desenvolvimento Social, seja do Ministério da Saúde. Então, há tudo isso.

Agora, qual é o pedido? Que haja uma convergência, que essas estatísticas sejam confiáveis. Não adianta você falar sobre um dado que não seja confiável. Todos temos aqui uma responsabilidade, a Fazenda; o Ministério da Saúde; o Ministério do Desenvolvimento Social; nós, na Comissão de Assuntos Sociais; o Senado Federal; e todos os colaboradores.

Eu penso que ela foi muito clara para todos nós.

Eu quero agradecer muito. Mesmo tendo demorado, Dr. Custódio, dois anos para fazer esta audiência pública, eu acho que até valeu, porque, nesse período de 2016 até agora, o sistema mostrou que trabalhou intensamente. Em 2016, o problema era outro, era exatamente o contágio do preconceito do sistema muito malvisto.

Então, quero agradecer muito.

Há uma pergunta aqui de São Paulo. Aqui, ele fala que as instituições filantrópicas – é o Artur Alvim Cury, de São Paulo, que usou a rede – ligam, telefonam para a residência das pessoas. Então, a pessoa se sente desconfortável. Às vezes, a pessoa quer ajudar... Eu não sei se é comum as instituições fazerem esse pedido ou se são outras instituições que, talvez, estejam se valendo da saúde. Se não há controle também, pode ser uma instituição que não esteja filiada ao fórum, não seja do fórum, nem esteja filiada ao sistema e esteja se valendo disso. Veja só, esse é outro problema. Vamos tentar conseguir informação com as empresas de telecomunicações e até com os próprios órgãos fiscalizadores, para sabermos isso. Às vezes, há gente se valendo de uma marca filantrópica, mas sem fazer filantropia adequada. É só um alerta também que nasce desse questionamento. A pessoa se sente desconfortável porque pedem. Eu faço doação. A gente já diz, quando ligam: "Nós já fazemos doação. Obrigada pela ligação." É uma forma de você também participar desse processo.

Quero agradecer muito, novamente, aqui ao Dr. Brunno Ferreira Carrijo, que é Coordenador-Geral de Análise e Gestão de Processos e Sistemas do Departamento de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde, do Ministério da Saúde; ao Dr. Douglas Carneiro, Coordenador-Geral de Acompanhamento da Rede Socioassistencial Privada do Sistema Único de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assistência Social, do Ministério do Desenvolvimento Social; ao Dr. Claudemir Rodrigues Malaquias, Chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Secretaria da Receita Federal do Brasil, representante do Secretário da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda, Dr. Jorge Rachid – agradeço ao Secretário pela colaboração –; ao Presidente do Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas, Dr. Custódio Pereira; e a Pedro Mello, Pesquisador Sênior da DOM *Strategy Partners*, Representante do CEO da mesma empresa.

Ficamos, então, aqui compromissados em continuar abertos a toda a agenda e a toda a demanda da franquia, seja para a saúde, seja para a área de educação e assistência social, que é outro braço da filantropia.

Cumprimento novamente todas as instituições que deram brilho, relevo e atenção a esse tema. A presença maciça de todos que aqui vieram renova a convicção nossa de termos de trabalhar permanentemente e vigilantemente em defesa desse setor, sobretudo das empresas ou das instituições que trabalham com foco na responsabilidade social, na transparência, na boa governança e na responsabilidade, porque o controle social hoje é uma questão muito importante em nosso País.

Agradeço ao nosso Paulo Delgado; ao Deputado Ezequiel, que esteve há pouco aqui também; ao Senador Dalirio Beber; à Senadora Marta Suplicy, Presidente desta Comissão, que abriu esta audiência.

Agradeço à Drª Patrícia e à sua equipe da Secretaria da Comissão de Assuntos Sociais.

Quero dizer que estamos continuamente abertos aqui a esse debate.

Agradeço a todos que vieram aqui, ao Dr. Edson Rogatti e à representação do meu Estado do Rio Grande do Sul.

Agradeço muito a todos os senhores. Continuem dispondo da Comissão de Assuntos Sociais e também do gabinete desta Senadora.

Agradeço à assessoria da Eula, que ajudou a fazer aquilo que o Dr. Edson pediu. Ele estava agoniado, ansiado, pelo tal *habeas corpus* para que todos pudessem estar aqui, para assistir à reunião.

Muito obrigada a todos.

Está encerrada a reunião.

Agora, começa, no plenário do Senado, uma sessão deliberativa, e lá também há matérias que tenho de relatar ou pedir.

Muito obrigada a todos. Que tenham um bom fim de semana!

Que Deus ilumine e abençoe a todos nós!

Muito obrigada. (*Palmas.*)

Obrigada.

(*Iniciada às 9 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 11 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

10ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE ABRIL DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e quarenta minutos do dia onze de abril de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Marta Suplicy, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Hélio José, Waldemir Moka, Airton Sandoval, Valdir Raupp, Romero Jucá, Rose de Freitas, Paulo Paim, Paulo Rocha, Regina Sousa, Fátima Bezerra, José Pimentel, Dalirio Beber, Eduardo Amorim, Maria do Carmo Alves, Flexa Ribeiro, Sérgio Petecão, Ana Amélia, Otto Alencar, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, Armando Monteiro, Lasier Martins, José Medeiros e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 130, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para incluir, como requisito para licitação de obras ou serviços, que o vencedor da licitação admita trabalhadores em situação de rua." Autoria: Deputado Paulo Teixeira. Relatoria: Senadora Rose de Freitas. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. Resultado: Durante a discussão, a Senadora Rose de Freitas faz uma modificação na Emenda apresentada em seu Relatório. Aprovado Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CAS. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para prosseguimento da tramitação. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 433, de 2011 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para modificar regra sobre rescisão contratual por inadimplência. " Autoria: Senador Inácio Arruda. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das 2 (duas) Emendas que apresenta. Resultado: Durante a Reunião, o Senador Romero Jucá apresentou a Emenda nº 1, que foi acolhida pelo Relator. Aprovado Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3-CAS. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 395, de 2017 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a compensação financeira entre os Regimes Próprios de Previdência dos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e dá outras providências." Autoria: Senador Garibaldi Alves Filho. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 453, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera o caput do art. 4º da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, a fim de tornar explícito que o consentimento familiar, no caso de doação de órgãos, tecidos e partes do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

corpo humano para depois da morte, só se faz necessário quando o potencial doador não tenha, em vida, se manifestado expressa e validamente a respeito." Autoria: Senador Lasier Martins. Relatoria: Senador Paulo Rocha. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para prosseguimento da tramitação. ITEM 5 – TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, de 2017 - Terminativo - que: "Acrescenta parágrafo ao art. 60 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispensar a pessoa vivendo com HIV/aids de avaliação das condições que ensejaram a concessão ou a manutenção do auxílio-doença." Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Dalirio Beber (*Ad hoc*), substituiu Senador Romário. Relatório: Turno Suplementar. Resultado: Durante a Reunião, o Senador Romero Jucá apresentou a Emenda nº 2-S, de Turno Suplementar, ao Substitutivo. A Presidente, Senadora Marta Suplicy, retira a matéria de Pauta para análise da Emenda pelo Relator "ad hoc", Senador Dalírio Beber. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, de 2018 - Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre a imposição de multa administrativa ao empregador que incorrer na discriminação salarial por motivo de sexo ou etnia e cria o cadastro de empregadores que praticarem a referida discriminação." Autoria: Senador Lindbergh Farias. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Não houve manifestação decorrente do Pedido de Vista Coletiva. Aprovado o Projeto por 7 (sete) votos SIM e 3 (três) votos NÃO. Votam vencidos os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas e José Pimentel. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 122, de 2013 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a transferência direta de recursos aos beneficiários do Programa Bolsa Família para aquisição de material escolar." Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Senador Otto Alencar. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1 a 4-CDH-CE-CAE. Resultado: Aprovados o Projeto e as Emendas nºs 1 a 4-CDH-CE-CAE-CAS. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 393, de 2015 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação na internet, com atualização semanal, da lista de espera dos pacientes que serão submetidos a cirurgias médicas eletivas realizadas com recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) e dá outras providências." Autoria: Senador Reguffe. Relatoria: Senador Otto Alencar. Relatório: Pela aprovação do Projeto, das Emendas 1-CCJ, 4-CCJ, 5-CCJ e das 3 (três) Emendas que apresenta. Resultado: Aprovados o Projeto e as Emendas nºs 1-CCJ-CAS, 4-CCJ-CAS, 5-CCJ-CAS, 7-CAS, 8-CAS e 9-CAS. Prejudicada a Emenda nº 6, tendo sido seu conteúdo acolhido pelo Relator em seu Relatório. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 392, de 2016 - Terminativo - que: "Altera o inciso I do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada do trabalhador no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) na hipótese de pedido de demissão." Autoria: Senadora Rose de Freitas. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 157, de 2017 - Terminativo - que: "Altera as Leis nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico residente e dá outras providências; e nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, que institui o Programa Mais Médicos, altera as Leis nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e nº 6.932, de 7 de julho de 1981, e dá outras providências, para dispor sobre a assistência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

psiquiátrica e psicológica a ser oferecida a médicos residentes e a alunos de graduação em Medicina." Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves. Relatoria: Senadora Lídice da Mata. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. Resultado: Aprovados o Projeto e a Emenda nº 1-CAS. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 415, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir o uso do FGTS para pagamento de pensão alimentícia pelo trabalhador que não possuir outro recurso líquido disponível." Autoria: Senador Lasier Martins. Relatoria: Senador Jorge Viana. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 442, de 2017 - Terminativo - que: "Altera o art. 392-B da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e o art. 71-B da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para assegurar ao cônjuge ou companheiro o período remanescente de licença-maternidade, quando a mãe não puder usufruí-la, em razão de incapacidade física ou psíquica, e dá outras providências." Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senadora Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das 2 (duas) Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 13 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 4 de 2018 que: "Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, para debater os impactos sociais da redução do imposto de importação em calçados esportivos. Para tanto sugiro que sejam convidados: Dr. Heitor Klein – Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados); Senhora Marina Carvalho – Presidente da ÁPICE - Associação pela Industria e Comércio Esportivo; Senhora Marcela Carvalho – Representante da Câmara de Comércio Exterior – CAMEX; Dr. Marcos Jorge de Lima – Ministro Interino do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC); Senhor Rogério Aquino – Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias do Setor Têxtil, Vestuário, Couro e Calçados; Senhor José Carlos Brigagão do Couto – Presidente do Sindicato das Indústrias de Calçados de Franca, São Paulo." Autoria: Senadora Ana Amélia. Resultado: Aprovado. ITEM 14 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 5 de 2018 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de tratar de proposta de instituição da Semana Nacional de Conscientização sobre a Alergia Alimentar. Para audiência, a ser realizada em data oportuna, sugerimos os seguintes participantes: Movimento Põe no Rótulo: Movimento social criado e mantido por famílias de crianças com alergia alimentar, que, desde fevereiro de 2014, tem trabalhado para viabilizar uma melhoria na qualidade de vida de quem convive com alergia alimentar, por meio da sensibilização da sociedade para o tema da alergia alimentar; Associação Brasileira de Alergia e Imunopatologia – ASBAI Sociedade civil de caráter científico e classista dos especialistas em Alergologia e Imunologia Clínica; Renata Pinotti - Mestre em nutrição humana aplicada pelo PRONUT-USP e autora do livro "Guia do bebê e da criança com alergia ao leite de vaca."; Erika Campos Gomes - Psicóloga com mestrado pela PUC/SP dedicado ao tema da alergia alimentar (Alergia alimentar em crianças: implicações na vida familiar e no relacionamento fraterno)." Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves. Resultado: Aprovado. ITEM 15 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 6 de 2018 que: "Requeiro, com fulcro na Constituição da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



10ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

República Federativa do Brasil, em seu art. 58, § 2º, II, e no Regimento Interno do Senado Federal, nos arts. 90, II, e 93, II, a realização de audiência pública pela Comissão de Assuntos Sociais, para debater a regulamentação das atividades dos profissionais auxiliares e técnicos em enfermagem que trabalham em Cooperativas e Home Care. Para tanto, sugiro os seguintes convidados: Senhor Rogério Abdalla, Secretário de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde; Senhor Carlos Cavalcante de Lacerda, Secretário de Relações do Trabalho; Senhor Jorge Vianna, Presidente da Federação Brasileira dos Profissionais da Enfermagem – FEBRAPEN; Senhor Márcio Lopes de Freitas, Presidente do Sistema OCB; Senhor Manoel Carlos Neri da Silva, Presidente do Conselho Federal de Enfermagem – COFEN; Senhora Dayse Amarilio Donetts Diniz, Presidente do SindEnfermeiro-DF." Autoria: Senador Hélio José. Resultado: Aprovado com a inclusão da convidada: Senhora Dayse Amarilio Donetts Diniz, Presidente do SindEnfermeiro-DF. ITEM 16 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 7 de 2018 que: "Em aditamento ao RAS nº 001, de 2018, requeiro, nos termos do art.93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que se incluam, na audiência que instruirá o PLS 360/14 que dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas, autoriza a criação da Comissão Intersetorial de Bebidas e dá outras providências, para determinar que conste o valor energético no rótulo de bebida alcoólica," os seguintes nomes: Representante do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA e Representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC." Autoria: Senadora Regina Sousa. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 17 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 8 de 2018 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com o objetivo de discutir o Desenvolvimento de Competências Sociais e Suas Implicações para o Mercado de Trabalho no Futuro. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Claudia Costin, Especialista em Políticas Públicas, ex-Secretária Municipal de Educação do Rio de Janeiro; Paula Baptista Jorge Louzano, Diretora da Faculdade de Educação Diego Portales, doutora em Políticas Educacional pela Universidade de Harvard; Naercio Menezes Filho, Professor titular e Coordenador do Centro de Políticas Públicas do Insper (SP)." Autoria: Senadora Marta Suplicy. Resultado: Lido. ITEM EXTRAPAUTA 18 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 9 de 2018 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), com o objetivo de debater a cidadania da população LGBT com foco na terceira idade e no envelhecimento: "O tempo de nossas vidas.". A audiência pública será realizada no formato de seminário, com a denominação de 15º Seminário LGBT do Congresso Nacional. Proponho a presença dos seguintes convidados: Bayard Tonelli; Anyky Lima; João Silvério Trevisan; Laerte Coutinho." Autoria: Senadora Regina Sousa e Senadora Marta Suplicy. Resultado: Lido. Usam da palavra os Senadores Paulo Rocha, Lasier Martins, Waldemir Moka, Paulo Paim, Otto Alencar, Eduardo Amorim, José Pimentel , as Senadoras Rose de Freitas, Vanessa Grazziotin, Regina Sousa, Lídice da Mata e a Senadora Marta Suplicy, Presidente desta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

10ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Marta Suplicy

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

10ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

A presente reunião está destinada à deliberação de quatro itens não terminativos, oito itens terminativos e quatro requerimentos, conforme pauta previamente divulgada.

Vamos começar pelos requerimentos, aguardando a chegada dos relatores dos itens anunciados, que serão votados. Requerimento da CAS. Foi lido no dia 04/04. Durante a leitura desse requerimento, foi acordada a retirada de um nome da lista de oradores, conforme o limite de seis convidados por audiência pública aprovado pelo Plenário desta Comissão.

Ficou retirado, então, o Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda Marcello de Moura Estevão Filho.

Em 9 de abril, foi solicitado pela autora do requerimento, Senadora Ana Amélia, a alteração de nomes da lista de convidados; a substituição de Pedro Grendene, representante do Sindicato das Indústrias de Calçados de Farroupilha, por José Carlos Brigagão do Couto, Presidente do Sindicato das Indústrias de Calçados de Franca, São Paulo.

Foram feitas as alterações.

Passo, então, a ler o que mudou, ficando acordada a sugestão, pela Relatora e os que também queriam indicar, de um número limite de seis.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 4, de 2018

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, para debater os impactos sociais da redução do imposto de importação em calçados esportivos.

Para tanto sugiro que sejam convidados:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

• Dr. Heitor Klein – Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados)

• Senhora Marina Carvalho – Presidente da ÁPICE - Associação pela Industria e Comércio Esportivo;

• Senhora Marcela Carvalho – Representante da Câmara de Comércio Exterior – CAMEX;

• Dr. Marcos Jorge de Lima – Ministro Interino do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC);

• Senhor Rogério Aquino – Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias do Setor Têxtil, Vestuário, Couro e Calçados;

• Senhor José Carlos Brigagão do Couto – Presidente do Sindicato das Indústrias de Calçados de Franca, São Paulo.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Observações: *Lido em 04.04.2018.*

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado com os novos nomes.

Requerimento nº 5.

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 5, de 2018

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de tratar de proposta de instituição da Semana Nacional de Conscientização sobre a Alergia Alimentar. Para audiência, a ser realizada em data oportuna, sugerimos os seguintes participantes:

- Movimento Põe no Rótulo: Movimento social criado e mantido por famílias de crianças com alergia alimentar, que, desde fevereiro de 2014, tem trabalhado para viabilizar uma melhoria na qualidade de vida de quem convive com alergia alimentar, por meio da sensibilização da sociedade para o tema da alergia alimentar;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

- Associação Brasileira de Alergia e Imunopatologia – ASBAI Sociedade civil de caráter científico e classista dos especialistas em Alergologia e Imunologia Clínica;

- Renata Pinotti - Mestre em nutrição humana aplicada pelo PRONUT-USP e autora do livro "Guia do bebê e da criança com alergia ao leite de vaca.";

- Erika Campos Gomes - Psicóloga com mestrado pela PUC/SP dedicado ao tema da alergia alimentar (Alergia alimentar em crianças: implicações na vida familiar e no relacionamento fraterno).

Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves

Observações: *Lido em 04.04.2018.*

Em votação o requerimento da Senadora Maria do Carmo Alves para tratar da questão da alergia alimentar. (*Pausa.*)

Não havendo quem se oponha aos nomes e à audiência, está aprovado.

Requerimento nº 6.

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 6, de 2018

- Não terminativo -

Requeiro, com fulcro na Constituição da República Federativa do Brasil, em seu art. 58, § 2º, II, e no Regimento Interno do Senado Federal, nos arts. 90, II, e 93, II, a realização de audiência pública pela Comissão de Assuntos Sociais, para debater a regulamentação das atividades dos profissionais auxiliares e técnicos em enfermagem que trabalham em Cooperativas e Home Care.

Para tanto, sugiro os seguintes convidados:

• Senhor Rogério Abdalla, Secretário de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde;

• Senhor Carlos Cavalcante de Lacerda, Secretário de Relações do Trabalho;

• Senhor Jorge Vianna, Presidente da Federação Brasileira dos Profissionais da Enfermagem – FEBRAPEN;

• Senhor Márcio Lopes de Freitas, Presidente do Sistema OCB;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

• *Senhor Manoel Carlos Neri da Silva, Presidente do Conselho Federal de Enfermagem – COFEN.*

• *Senhora Dayse Amarilio Donetts Diniz, Presidente do SindEnfermeiro-DF.*

Autoria: Senador Hélio José

Observações: *Lido em 04.04.2018.*

Se os Senadores aprovam os nomes indicados e o tema da audiência, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aqui nós temos – a Senadora Regina está presente e o Senador Paulo Paim também – um problema a resolver, cordialmente, entre nós: o Requerimento nº 7.

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 7, de 2018

- Não terminativo -

Em aditamento ao RAS nº 001, de 2018, requeiro, nos termos do art.93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que se incluam, na audiência que instruirá o PLS 360/14 que dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas, autoriza a criação da Comissão Intersetorial de Bebidas e dá outras providências, para determinar que conste o valor energético no rótulo de bebida alcoólica," os seguintes nomes:

• *Representante do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA e*

• *Representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC.*

Autoria: Senadora Regina Sousa

Observações: *Lido em 04.04.2018.*

O que aconteceu? Qual foi o histórico disso? Esse é um requerimento do Senador Dalirio Beber, que indicou, após um acordo, três nomes; e três nomes seriam indicados pela Senadora Regina Sousa. Quando foi votado, o Senador Paim indicou mais uma pessoa, ficaram quatro, mas não poderiam ser quatro, porque já havia três a serem indicados pela Senadora Regina, conforme o acordo prévio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu pergunto se V. Exª pode retirar o nome indicado, porque são só seis nomes, ou a Senadora Regina retira um nome, ou o Senador Dalirio retira um nome.

Enquanto fazem o acordo, eu retiro de pauta.

Requerimento de minha autoria.

EXTRAPAUTA

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 8, DE 2018

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com o objetivo de discutir o Desenvolvimento de Competências Sociais e Suas Implicações para o Mercado de Trabalho no Futuro. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Claudia Costin, Especialista em Políticas Públicas, ex-Secretária Municipal de Educação do Rio de Janeiro;

2. Paula Baptista Jorge Louzano, Diretora da Faculdade de Educação Diego Portales, doutora em Políticas Educacional pela Universidade de Harvard;

3. Naercio Menezes Filho, Professor titular e Coordenador do Centro de Políticas Públicas do Insper (SP).

Autoria: Senadora Marta Suplicy

Explicando o que é esse pedido de audiência, na verdade, é o interesse para que consigamos debater, entender e aumentar a nossa compreensão de quais serão as habilidades a serem desenvolvidas pelos jovens ou até pelas pessoas mais velhas hoje, mas que vão viver até os 100 anos e vão ter que mudar de trabalho ou continuar no mesmo, para exercer o que, no panorama atual, nós já podemos vislumbrar que vai ser diferente – os empregos que hoje existem não existirão mais – e como deve ser a formação. Por isso o pedido de audiência conjunta com a Educação.

A Claudia Costin é uma pessoa especializada nisso, e os dois, a Drª Paula e o Dr. Naercio, são pessoas nacionalmente conhecidas como pessoas especialistas em pensar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, estamos convidando mais pessoas que não têm receita, mas pessoas que têm grande experiência em *think tanks*, grandes de pensadores que se reúnem no mundo inteiro para pensar isso. É uma oportunidade rara para nós ouvir essas pessoas.

Há três indicados por mim e ainda está aberto para mais três indicações. Espero que indiquem com essa visão de que sejam pessoas com experiências nesse tipo de reflexão.

Lido o requerimento, a matéria volta à pauta na semana que vem.

Item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 453, de 2017

- Não terminativo -

Altera o caput do art. 4º da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, a fim de tornar explícito que o consentimento familiar, no caso de doação de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para depois da morte, só se faz necessário quando o potencial doador não tenha, em vida, se manifestado expressa e validamente a respeito.

Autoria: Senador Lasier Martins

Relatoria: Senador Paulo Rocha

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

- Votação simbólica.

O Senador Lasier não está presente.

Concedo a palavra Paulo Rocha para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Como Relator.) – Srª Presidenta, caros colegas, Senadores e Senadoras, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 453, do Senador Lasier Martins, que altera o *caput* do art. 4º da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, a fim de tornar explícito que o consentimento familiar, no caso de doação de órgãos, tecidos e partes do corpo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

humano para depois da morte, só se faz necessário quando o potencial doador não tenha, em vida, se manifestado expressa e validamente a respeito.

O PLS é constituído de dois artigos. O primeiro promove a alteração do *caput* do art. 4º da Lei nº 9.434, de 1997, para determinar que o consentimento da família para a doação *post mortem* de órgãos e tecidos só é necessário quando não houver manifestação expressa e válida do potencial doador.

O art. 2º, a cláusula de vigência, determina que a lei originada do projeto entre em vigor na data de sua publicação.

Compete à CAS, na forma do inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, dispor sobre o mérito de proposições que digam respeito à proteção e defesa da saúde.

A proposta ora analisada busca alterar a sistemática vigente, para que a manifestação válida e expressa da vontade da pessoa de doar os seus órgãos após a sua morte seja suficiente para considerá-la como doadora de órgãos *post mortem*, dispensando-se, nesses casos, a autorização da família.

Concordamos plenamente com a alteração que o projeto ora sob análise busca introduzir na Lei dos Transplantes. Em nosso entendimento, a medida representa um aperfeiçoamento daquele diploma legal, ao garantir o respeito à autodeterminação da pessoa sobre a disposição de seus próprios órgãos. Com isso, preserva-se o princípio da dignidade humana, tutelado constitucionalmente como princípio fundamental da ordem jurídica brasileira, que alicerça todos os valores e direitos reconhecidos à pessoa humana.

Vale salientar que o consentimento da própria pessoa ou de seu representante legal para a realização de intervenções médicas é uma exigência ética prescrita pelo Código de Ética Médica, que reconhece o paciente como agente de sua própria vontade, capaz de exercer sua autonomia para fazer as próprias escolhas. O Código de Ética garante ao paciente o direito de decidir livremente sobre sua pessoa. Portanto, a manifestação da vontade do paciente, expressa de forma autônoma e, portanto, válida, deve ser respeitada, mesmo após a sua morte.

Diante do exposto, Presidenta, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 453, de 2017.

Esse é o meu voto.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Obrigada.

O relatório está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo discussão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Pois não.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

Quero me congratular com o Senador Paulo Rocha porque, nessa época em que há uma grande carência de doação de órgãos, nós queremos valorizar o aumento de órgãos a serem doados e, principalmente, a autonomia da vontade, o respeito ao desejo do doador.

Eu espero que os nossos pares concordem com a aprovação deste projeto, porque eu entendo que vem a se constituir um avanço a uma necessidade que nós temos no Brasil.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Com certeza, porque, muitas vezes, a pessoa até deixa um documento, e a família não respeita o documento. Isso ocorre frequentemente.

O Senador Moka gostaria de se expressar também.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS. Para discutir.) – De certa forma, a família está emocionalmente afetada. Às vezes, o paciente faleceu por uma doença em que tenha sofrido ou tenha ficado muito tempo com ela. Então, eles acham que aquilo seria mais um sofrimento, quando, na verdade, se trata de uma decisão pessoal daquele paciente.

Eu tenho certeza de que o projeto é oportuno, é justo. Além de tudo, é como se alguém quisesse descumprir um testamento, porque, na verdade, foi a pessoa, o próprio paciente que se colocou como doador de órgãos.

Nós temos sempre que lembrar que essas doações de órgãos acabam fazendo com que outras pessoas continuem tendo vida, porque muitas vezes uma doação, por exemplo, de rim, ou mesmo de fígado, ou de qualquer que seja o órgão vai, no mínimo, melhorar a qualidade de vida de outras pessoas.

Portanto, eu sou, com muita convicção, favorável ao projeto do Deputado Lasier Martins.

Parabenizo o Relator, Deputado Paulo Rocha.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Presidenta, só uma frase, para cumprimentar o meu colega do Estado, Senador...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Perdão, Paulo Rocha. É Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... Lasier Martins, pela iniciativa do projeto, que vai salvar vidas. Só isso.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – É um projeto extremamente meritório...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Por favor...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Pois não, Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. Para discutir.) – Eu queria parabenizar o Senador Lasier Martins. É um projeto correto, porque dá a opção às pessoas de tomar a iniciativa, embora quem trabalhou, como eu trabalhei, muitos anos em pronto-socorro, sabe que, às vezes, o paciente jovem chega e ninguém tem expectativa de sofrer acidente e falecer precocemente. Então depende muito de a família chegar ao pronto-socorro e dizer: "Olha, ele está descerebrado e nós vamos ter que fazer a doação."

Então é um projeto que eu acho importante e que precisa também de divulgação para que as pessoas tomem conhecimento disso, ou seja, aprovado e sancionado, é importante, por exemplo, que o Ministério da Saúde, os órgãos competentes possam mostrar que esse projeto existe, está em vigor, foi sancionado, para que as pessoas possam tomar conhecimento, porque ninguém calcula o dia de voltar para a criação. Eu sei o dia em que a criação me mandou para aqui, foi lá em 28 de agosto de 1947, mas eu não sei o dia em que a criação vai me puxar de novo.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Não entendi bem, mas talvez V. Exª esteja dizendo que o Ministério deveria publicizar o que as pessoas devem fazer, porque agora tem uma garantia de que será executado.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Exatamente. É isso mesmo.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Agora, a pessoa jovem nunca pensa nisso. Essa história do acidente é evidente.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu trabalhei quase vinte anos em pronto-socorro e sei que chegava descerebrado sem condições nenhuma e a família apenas pranteava. O cidadão nem lembrava que tinha que doar os órgãos.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – É verdade isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Encerrada a discussão, os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa agora a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 453, de 2017.

Vai à Comissão de Justiça, em decisão terminativa.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 130, de 2017

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para incluir, como requisito para licitação de obras ou serviços, que o vencedor da licitação admita trabalhadores em situação de rua.

Autoria: Deputado Paulo Teixeira

Relatoria: Senadora Rose de Freitas

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta.

Observações:

- A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para prosseguimento da tramitação.

- Votação simbólica.

Concedo a palavra à Senadora Rose de Freitas para preferir a leitura do seu relatório.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES. Como Relatora.) – Bom dia a todos.

Esse projeto, que eu acho extremamente meritório, tem um alcance social enorme. Eu acho que é nisso que o trabalho desta Comissão avança, construindo formas, encontrando adequação de inclusão social. Trata-se de uma ideia que inspira o consenso tanto dentro da formulação como diante do senso comum que nós temos do processo de inclusão social. Remanescem muitas dúvidas acerca de como garantir a todos o acesso ao mercado de trabalho sobretudo em uma época em que assistimos ao progresso tecnológico extinguir milhares de postos de trabalho. Vemos isso constantemente. E isso leva milhões de trabalhadores à condição de desempregados.

Srª Presidente, nas sábias palavras do autor da proposição, são ainda mais trágicas as consequências do desemprego na vida dos trabalhadores que se encontram em situação de rua.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Esses, sim, estão à margem de qualquer possibilidade de inclusão. Então, essas pessoas veem cada vez mais reduzidas suas chances de entrar no mercado de trabalho e, muitas vezes, são corroídas pelo trágico sentimento de não estarem incluídas, mas menosprezadas, fracassadas e desumanizadas. Provavelmente são todos fatores que levam a outros distúrbios como alcoolismo, depressão, suicídio e tudo mais.

A proposta que nós estamos trazendo aqui, feita pelo nobre autor a quem parabenizo pela iniciativa, faz uma remissão a estudos que apontam essas trágicas consequências que eu citei, de precarização do trabalho, do emprego e da vida dessas pessoas que hoje estão em situação de rua. Após sucessivas tentativas, elas chegam a esse nível, estão sujeitas a lidar com esses sentimentos e, muitas vezes, não têm nenhum auxílio psicológico, o que traz esse desânimo, leva à desesperança. Então, essa iniciativa eu considero uma das mais importantes na área social para que as licitações, os concursos possam incluir pessoas em situação de rua.

Existe, no entanto... Eu queria acrescentar aqui, além da admiração pelo projeto, que a proposta é simples. A previsão de que os editais de licitação de obras e serviços no âmbito da Administração Pública exijam, quando compatível com o objeto da avença, a contratação de trabalhadores em situação de rua em percentual não inferior a 2% do pessoal contratado nós entendemos que sobressai pelo seu potencial enorme de efetividade, a custo praticamente zero para o Poder Público.

Em razão do exposto somos pela aprovação do projeto, mas apenas queríamos fazer uma alteração sugerida por alguns militantes da área de trabalho. Onde consta, onde se lê, Presidente:

> Art. 40. .....
> .....
> §5º O edital de licitação de obras e serviços deverá exigir a contratação de trabalhadores em situação de rua ou de egressos do sistema carcerário, em percentual não inferior a 2% (dois por cento) do pessoal contratado, sempre que o objeto...

Então, em vez de "ou" nós gostaríamos de acrescentar a palavra "e"; além do pessoal em situação de rua, modificar a palavra "ou" por "e". E colocar: "egressos do sistema carcerário em percentual não inferior a 2%".

Esse é o relatório, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Em discussão o relatório do Projeto de Lei da Câmara nº 130. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 130, com a Emenda nº 1 - CAS.

Vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para prosseguimento da sua tramitação.

Item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 433, de 2011

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para modificar regra sobre rescisão contratual por inadimplência.

Autoria: Senador Inácio Arruda

Relatoria: Senador Eduardo Amorim

Relatório: Pela aprovação do Projeto e das 2 (duas) Emendas que apresenta.

Observações:

- Em 19.09.2017, a Comissão de Assuntos Sociais realizou Audiência Pública para instrução da matéria.

- A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

- Votação simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Amorim para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE. Como Relator.) – Obrigada, Srª Presidente.

Bom dia a todos. Bom dia, colegas Senadores. Bom dia a todos aqueles que estão nos acompanhando pela TV e pela Rádio Senado.

Srª Presidente, irei direto à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

10ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Compete à CAS, na forma do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre os temas concernentes à proteção e defesa da saúde, matéria de que trata o projeto sob análise.

Acerca do mérito da proposição – e lembrando que, do ponto de vista da CAS, é preciso ter o foco na dimensão da justiça social –, o principal aspecto a analisar é definir se é justo manter a contagem do prazo de sessenta dias de inadimplência de forma não consecutiva ou se é mais justo exigir que a inadimplência, passível de dar ensejo à rescisão unilateral do contrato, por parte da operadora, seja de sessenta dias consecutivos, conforme a alteração do inciso II do art. 13 proposta pelo PLS no 433, de 2011. A nosso ver, a mudança parece ser socialmente mais justa do que a manutenção da redação atual do dispositivo.

É claro que, se levarmos em consideração o ponto de vista das operadoras, há argumentos contrários à proposta. O mais importante é que a mudança favorece consumidores reiteradamente inadimplentes, que podem permanecer nessa situação por 59 dias, várias vezes, sem receber punição alguma.

Nesse contexto, e considerando que o mercado de planos e seguros privados de assistência à saúde é bastante instável e complexo, com diversas operadoras em situação de insolvência e muitos planos suspensos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), é possível que a medida proposta pelo projeto em análise não seja justa sob o ponto de vista econômico-financeiro, nem benéfica para o mercado de saúde suplementar ou para a sociedade brasileira.

Há que lembrar, contudo, que o ponto de vista econômico-financeiro das operadoras de planos e seguros privados de assistência à saúde sobre a mudança proposta pode e deve ser analisado com profundidade – preferentemente com o apoio de dados solicitados à ANS – durante a apreciação do projeto pela CAE.

Por fim, é preciso levar em consideração a necessidade de fazer ajustes de redação para corrigir o inciso II do art. 13 da Lei de Planos e Seguros Privados de Assistência à Saúde, que hoje vigora com erros que prejudicam substancialmente sua clareza e o tornam ambíguo e impreciso.

Uma das falhas presentes no dispositivo em vigor é o uso de vírgula antes da palavra "desde". Essa redação prejudica a clareza da determinação de que a suspensão ou rescisão requer, ao mesmo tempo e igualmente, tanto o não pagamento por período superior a sessenta dias quanto a comprovada notificação do consumidor no prazo previsto. Eis um caso em que vírgula faz a diferença. Ademais, da forma como está hoje escrito, pode-se ler o dispositivo da seguinte forma: "É vedada a suspensão ou a rescisão do contrato [...] desde que o consumidor seja comprovadamente notificado até o quinquagésimo dia de inadimplência." Porém, certamente, não foi essa a intenção do legislador.

A segunda falha é o próprio uso da palavra "desde", pois essa palavra não combina com o termo salvo presente no dispositivo, que introduz a única hipótese em que a suspensão ou a rescisão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

unilateral pode ocorrer: a redação correta seria "salvo [...] se o consumidor for comprovadamente notificado notificado" [...].

E, por fim, considerando que a suspensão ou rescisão só poderá ocorrer após sessenta dias de falta de pagamento da mensalidade e se o consumidor tiver sido notificado até o quinquagésimo dia, julgamos apropriado que o tempo verbal utilizado indique claramente que a notificação precisa ocorrer no mínimo quinze dias antes da rescisão ou notificação. Por isso, optamos por utilizar as formas verbais "houver sido" e "não houver quitado".

Assim, nosso parecer é pela aprovação do PLS nº 433, de 2011, com duas emendas: I) para adequar a redação da ementa; e II) para atribuir ao inciso II do §1º do art. 13 a redação aqui discutida, com o objetivo de tornar mais acurada a redação do dispositivo.

Portanto, Srª Presidente, colegas Senadores, em vista do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 433, de 2011, com as emendas abaixo apresentadas.

EMENDA Nº - CAS

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 433, de 2011, a seguinte redação:

> "Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos de assistência à saúde, para modificar regra sobre suspensão ou rescisão unilateral do contrato por parte da operadora."

EMENDA Nº - CAS

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 433, de 2011, a seguinte redação:

> "Art. 1º O inciso II do parágrafo único do art. 13 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:
> 'Art. 13.....
> .....
> II – a suspensão ou a rescisão unilateral do contrato, salvo por fraude ou não pagamento da mensalidade por período superior a sessenta dias consecutivos, ressaltando-se que, em qualquer das situações, a suspensão ou rescisão só poderá ocorrer se o consumidor houver sido notificado pessoalmente, com antecedência mínima de quinze dias, e, na situação de não pagamento, se o consumidor não houver quitado o débito até o momento da efetivação da suspensão ou rescisão;
> ....."'(NR)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

É esse o nosso relatório e o nosso voto, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Obrigada, Senador Eduardo Amorim.

Acabou de chegar aqui uma emenda.

Então, vou pedir a V. Exª que... Vamos retirá-lo de pauta para que V. Exª possa avaliar a emenda. Como nós não terminamos a discussão, ainda está no prazo de recebimento de emendas.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE. *Fora do microfone*.) – Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Sim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Presidente, olhando aqui...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Eu não li a emenda.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – ... a emenda, eu vejo que ela não traz grandes modificações no conteúdo. Portanto, se for do interesse de V. Exª, podemos dar continuidade à discussão e à análise, à apreciação do projeto. Eu, portanto, acato a emenda sugerida.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – V. Exª acata a emenda. Então, V. Exª poderia lê-la para que todos tivessem o conhecimento dela.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Leio: "A presente emenda visa resguardar que o prazo de 60 dias consecutivos seja relativo aos últimos 12 meses de contrato vigente e adequar a redação para o prazo de notificação da suspensão ou da rescisão unilateral do contrato, de até o 45º dia de inadimplência, sem alterar a essência da emenda apresentada pela relatoria, que acontece com antecedência mínima de 15 dias.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – É uma emenda do Senador Jucá e foi aceita pelo Relator.

Está aberta a discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório, com as emendas apresentadas.

Os Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei do Senado 433, de 2011, com as Emendas nºs 1 - CAS e 2 - CAS.

Vai agora para a Comissão de Assuntos Econômicos.

E temos que acrescentar a emenda, que chegou neste momento, do Senador Jucá, que foi acolhida pelo Relator.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Pois não, Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Pela ordem.) – Srª Presidente, o Item 6 da pauta é aquele projeto de que nós iniciamos o debate na semana passada e todos concordamos em transferir. Foi concedida vista coletiva e transferido para hoje. Eu acho que nós já estamos com quórum qualificado. Poderíamos abrir o debate.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Nós não temos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Falta um?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Falta um, Senadora. Deixe chegar um e a gente coloca...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – É porque entrou um, mas saiu outro. É verdade. Desculpe-me.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Então, sem quórum, não adianta.

Item 5.

Relator: Dalirio Beber.

Acabou de vir também uma emenda, Senador. O projeto é de autoria do Senador Paim, e acabou de chegar uma emenda.

De quem é a emenda? (*Pausa*.)

Também do Senador Jucá.

Então, o Relator é o Senador Dalirio. Ele não está presente. Ele era *ad hoc*, mas agora é o Relator.

Eu estou retirando de pauta para que ele possa avaliar a emenda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

10ª

(É a seguinte a matéria retirada:

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, de 2017

- Terminativo -

Acrescenta parágrafo ao art. 60 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispensar a pessoa vivendo com HIV/aids de avaliação das condições que ensejaram a concessão ou a manutenção do auxílio-doença.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Romário

Relatório: Turno Suplementar

Observações:

- Em 04.04.2018, a Comissão de Assuntos Sociais aprovou, em Turno Único, a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo) ao Projeto.

- Ao Substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão,

vedada apresentação de novo Substitutivo integral.)

Só temos projetos terminativos.

Vamos esperar um pouquinho.

Quantos Senadores temos? Quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez comigo. Falta um Senador.

Chamem o Senador Otto. Ele saiu um minuto, e me disse para chamar se fosse votar. Por favor.

O Senador Hélio também disse que sairia da outra Comissão e que viria aqui para votar os terminativos.

Item 9.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 392, de 2016

- Terminativo -

Altera o inciso I do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada do trabalhador no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) na hipótese de pedido de demissão.

Autoria: Senadora Rose de Freitas

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *Votação nominal.*

Nós vamos fazer somente a leitura e, neste momento, a discussão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Relatório.

Eu vou lendo até haver quórum. Se der quórum, sintetizo, de imediato.

Vem à análise desta Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei do Senado nº 392.

Vou sintetizar o relatório, já que há quórum, se V. Exª me permitir. Vou sintetizar, porque conheço bem a matéria. E, vou dizer, o projeto é da Senadora Rose de Freitas.

Ela abre a possibilidade para que o trabalhador, também, no caso de pedir demissão, possa retirar o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

É bom lembrar que, na reforma trabalhista recentemente aprovada pelo Congresso, essa possibilidade já foi aberta, mas ele fica com 80%. Então, acho que esse projeto da Senadora – já que o trabalhador pode receber 80%, mediante acordo com o empregador, pedindo ele demissão – vai na mesma linha: que se assegure, então, a esse trabalhador. É uma poupança dele. Eu contribuí dezenas e dezenas de anos, em torno de 20 anos, na iniciativa privada, e sentia essa angústia dos trabalhadores. Quando o trabalhador tinha a possibilidade de ir para outro emprego, aquela poupança ele não podia retirar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mediante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 392, de 2016, na forma em que se apresenta, que, em resumo, é somente isto: o trabalhador pede demissão, leva a sua poupança e vai para o outro emprego.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Em discussão o projeto.

Senador Amorim, por favor, V. Exª está com a palavra.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE. Para discutir.) – É um projeto muito feliz da Senadora Rose e um belíssimo relatório o do Senador Paim. E é justo: se é dele, no tempo necessário, adequado, no tempo que precisa, tendo oportunidade de ir para um emprego melhor, é justo, se é dele, que ele tenha essa oportunidade de sacar, às vezes até para uma necessidade maior, alguma coisa como saúde ou investimento na família. Então, mais do que justo, principalmente em momentos em que a gente vê tantos e tantos escândalos com esses fundos. E quem paga sempre essa conta é o sofrido trabalhador. Então, acho justo.

Parabéns, Senador Paim.

Parabéns à Senadora Rose de Freitas pelo projeto, que conta com meu apoio.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Srª Presidente, eu também...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Senador...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS. Para discutir.) – Eu acho que é uma poupança do trabalhador. Então, essa coisa de que ele só recebe se for demitido me parece injusta. Se ele saiu, a poupança é dele. É claro que ele vai sacar aquilo com que contribuiu. Ele não está sacando nada mais, não há nenhum tipo de subvenção. É um dinheiro que, ao longo do tempo em que trabalhou, ele poupou. Acho justo. Parabenizo a Senadora Rose de Freitas e o Senador Paulo Paim pelo relatório.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação o projeto.

Solicito que se preparem para a votação, para que eu possa iniciá-la.

Quem vota com o Relator vota "sim." (*Pausa.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Presidente, acho que agora o quórum foi estabelecido. Então nós poderíamos passar, com a permissão de V. Exª, ao Item 6?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Vamos ver se a gente faz pela ordem.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Está aberto.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Ah, ainda vamos votar?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Estamos votando já. (*Pausa.*)

Eu vou pôr o 8, Senadora, em votação. (*Pausa.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – E depois o 6?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Presidente, eu inclusive já votei. Eu queria pedir a V. Exª e também aos Senadores e às Senadoras, se pudesse, para colocar dois itens que já foram lidos e de que sou o Relator: o 7 e o 8, este de autoria do Senador Reguffe, já que nós temos quórum, tentamos votar várias vezes, e não conseguimos. Do outro, da Senadora Lúcia Vânia, eu já tinha lido o relatório, com o parecer pela aprovação. Já que temos quórum qualificado, depois da conclusão desta votação, se V. Exª pudesse colocar em votação.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Pois não, Senador. Vamos colocar em votação.

Posso encerrar a votação? (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

Foi aprovado por unanimidade o relatório. A autoria do projeto é da Senadora Rose e o relatório do Senador Paim. Ele segue agora para a Comissão... Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Vamos agora ao item 8, cujo Relator é o Senador Otto Alencar.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 393, de 2015

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

10ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação na internet, com atualização semanal, da lista de espera dos pacientes que serão submetidos a cirurgias médicas eletivas realizadas com recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) e dá outras providências.

Autoria: Senador Reguffe

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação do Projeto, das Emendas 1-CCJ, 4-CCJ, 5-CCJ e das 3 (três) Emendas que apresenta.

Observações:

- Em 03.08.2016, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1-CCJ a 5-CCJ.

- Em 09.10.2017, o Senador Eduardo Amorim apresentou a Emenda nº 6.

- Em 17.10.2017, o Senador Otto Alencar apresentou novo Relatório acolhendo o conteúdo da Emenda do Senador Eduardo Amorim.

- Em 29.11.2017, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.

- Votação nominal.

Lido o relatório – porque já foi lido –, a matéria está...

Houve a discussão dela? Eu não lembro...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Houve a discussão.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Houve já a discussão.

A discussão ainda está aberta. Parece que é um projeto extremamente meritório, porque publiciza as filas de cirurgias. Então nós vamos colocar logo, porque não há mais ninguém querendo...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Queria só... Peço...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – O Relator gostaria de dar uma palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Queria que V. Exª me concedesse a palavra só para eu dar uma orientação sobre o assunto.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Claro.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. Como Relator.) – Esse projeto vai democratizar as cirurgias eletivas nos hospitais públicos, que são hospitais do SUS, na área federal, estadual e municipal.

Acolhi, inclusive, a emenda do nobre Senador Eduardo Amorim. Seria por nominata, mas será, então, pelo código do paciente no hospital, para não dar condição de o nome aparecer na relação. Aparece a matrícula dele no hospital. Então, acolhi a emenda. Com isso, as cirurgias eletivas, aquelas que não são de urgência, obedecerão à ordem de chegada ao hospital, para acabarmos com essa situação de quem indicou, de alguém que está em centésimo ir para primeiro, tirando as chances dos pacientes.

Eu coloquei também uma observação para que o médico, observando um paciente que está com uma cirurgia eletiva – por exemplo de uma hérnia inguino-escrotal – para fazer e que passa a ser um caso de urgência, possa retirá-la, apresentando uma justificativa para a operação imediata.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – O projeto, Senador, parece-me bem redondinho. A emenda do Senador Amorim completa. E ele gostaria de se manifestar.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE. Para discutir.) – Primeiro, Srª Presidente, colegas Senadores, quero agradecer ao Senado Otto Alencar por acatar a emenda.

Permita-me, Senador Otto, dizer que o projeto não só democratiza, mas também torna muito mais transparente e fácil fiscalizar as filas, com toda a certeza, dando garantia constitucional àqueles que estão na fila do direito de personalidade, de privacidade.

Então, agradeço o acolhimento da emenda. Com certeza, como disse a nossa Presidente, o projeto fica bastante redondo e, portanto, surtirá um grande efeito para a sociedade brasileira.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – É um projeto com o qual eu acho que as pessoas, os cidadãos brasileiros vão ficar muito contentes.

Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS. Para discutir.) – Eu só queria dizer o seguinte: realmente é um projeto meritório, um projeto altamente democrático. Ficam com aquela coisa de passarem paciente na frente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O Senador Otto Alencar foi muito feliz porque, muitas vezes, a cirurgia é eletiva, mas durante o processo ela pode tornar-se uma cirurgia de emergência. É comum isso. E aí, desde que o médico mostre que há necessidade realmente, que é uma emergência, será o caso de fazer uma alteração. Mas tem de ter, realmente, uma justificativa, e não simplesmente uma escolha pessoal, o que ficaria muito injusto.

Então, parabéns ao autor, ao Relator pela emenda.

Ficou muito bom o projeto, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Vamos, agora, colocar em votação o projeto e também as emendas, nos termos do relatório que foi apresentado.

Solicito que se prepare a votação para que eu possa iniciá-la.

Os Senadores já podem votar. (*Pausa.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Vamos encerrar a votação. (*Pausa.*)

Encerrada a votação.

Por unanimidade, está aprovado.

Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 393, de 2015, e as Emendas nºs 1-CCJ-CAS, 4-CCJ-CAS, 5-CCJ-CAS, 7-CAS, 8-CAS e 9-CAS.

Prejudicada a Emenda nº 6, tendo sido seu conteúdo acolhido pelo Relator em seu relatório.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*. (*Pausa.*)

Item 6.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. Pela ordem.) – Senadora Marta, pela ordem.

Há o Item 7, que é da Senadora Lúcia Vânia, que eu já tinha lido.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Será o seguinte.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – É o próximo o 7.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – A Senador já havia se comprometido, anteriormente ao seu pedido, na sequência do Item 8, a voltar para o Item 6. Será rapidamente...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. *Fora do microfone.*) – É que eu tenho que ir para a sessão...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Não. Nós ficaremos para o item próximo.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Eu sei, mas se alguém se retirar não poderemos votar, ficaremos lendo o próximo terminativo. Então, se puderem ficar...

Eu não sei se o item é mais polêmico, o Item 6.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Eu acho que não, Senadora, porque, veja bem, inclusive aquela polêmica, Senadora Marta, da reunião passada sobre como seria auferida essa diferenciação salarial, isso já é caso vencido, porque a própria legislação trabalhista que modificou a CLT, essa última que se transformou na Lei 13.467, de 2017, a reforma trabalhista, fala textualmente que, no caso de comprovada a discriminação por motivo de sexo ou etnia, o juiz determinará, além do pagamento das diferenças salariais devidas, multa, em favor do empregado discriminado, no valor de 50% do limite máximo do benefício dos benefícios do Regime Geral da Previdência Social.

Então, o projeto que o Senador Lindbergh apresenta apenas inclui a seguinte questão: em relação à multa, ele duplica. Ele dobra a multa quando houve reincidência de discriminação comprovada e diminui pela metade a multa para as micro e pequenas empresas. Ou seja, ele faz uma dosimetria importante que leva em consideração a condição econômica e financeira das empresas. Ou seja, dobra quando há reincidência pelas empresas e diminui pela metade para as micro e pequenas empresas.

A outra novidade no projeto é que cria a lista dos empregadores que incorrem na discriminação. Apenas isso. Na justificativa, ele mostra que vários países já adotam isso.

Seria uma lista – nós temos a lei que trata da ficha suja, e seria a mesma coisa – em que, anualmente, seriam divulgadas pelo Ministério do Trabalho as empresas que foram pegas e praticam a discriminação. Então, é apenas isso. Não há polêmica. Aquela polêmica levantada na semana passada, portanto, apresenta-se superada já, Presidente.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Pois não, Senador Moka.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Depois, fala a Senadora Rose.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu quero apenas e tão somente fazer um registro.

O que o Senador Lindbergh fez foi, na verdade, ter colocado aqui o que já existe na CLT. A única novidade é que, se houver essa discriminação no mesmo cargo, na mesma função, o empregador é multado em 50% do valor máximo do que seria... Seriam R$2,5 mil. Aí se faz uma dosimetria, como disse a Vanessa, se é reincidente e tal. Com tudo isso eu concordo, Srª Presidente. Com o que não concordo – e acho desnecessário – é em se criar uma lista que eles chamam de "lista negra" ou lista semelhante à lista de trabalho escravo. Com isso eu não concordo.

Eu peço vênia, mas, quando eu li o projeto, senti que o projeto era bom. Eu sou favorável a essa questão. Acho que é um absurdo discriminar. Agora, criar uma lista negra ou uma lista como se fosse de trabalho escravo, eu acho, sinceramente, um exagero. Mas não vou criar nenhum problema para a votação. Apenas vou registrar que não concordo com essa chamada lista negra ou lista de algo semelhante a trabalho escravo. Eu acho que isso é um exagero, que não vai... É completamente desnecessário.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Também tenho dúvidas dessa lista. Eu acho que vou pedir para o relator...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Ela disse que eu não abri a discussão oficialmente.

Então, está aberta a discussão.

O Senador Moka já começou.

O Senador Amorim quer conversar? (*Pausa.*)

Falará Senadora Rose.

Depois, falará a Lídice, a Regina. Então, está tudo certo.

Com a palavra a Senadora Rose.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES. Para discutir.) – Presidente, eu não me sinto à vontade com a questão da lista. Acho que, neste tempo de intolerância, nós estamos pisando em terrenos assim... Já vi coisas que vocês não podem imaginar, no meu Estado, como tacar fogo em fábrica, porque tinham feito uma manifestação sobre a diferença salarial, e todos nós fomos para a porta da fábrica. São funções iguais, salários iguais, e não se discute mais isso. Mas de se fazer uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

lista eu não sou a favor neste momento. Não sou a favor, embora eu saiba – inclusive, isto foi citado aqui – que, no Reino Unido, existe uma lista. Há uma diferença de comportamento e de momentos no Brasil. Neste momento, a um tipo de lista como essa não sou favorável. Fica uma lista negra. Agora estão falando: "Ah, pode ser cor-de-rosa também!" Mas o problema é a lista em si. O projeto é excelente. Acho que poderíamos aprovar o projeto sem a inclusão dessa lista, por enquanto.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Obrigada, Senadora Rose de Freitas.

Com a palavra o Senador Amorim, para fazer sua colocação.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE. Para discutir.) – Presidente, eu faço um questionamento aqui à Relatora, Senadora Vanessa: seria uma dupla penalização para o infrator? Pergunto isso, porque eu concordo... No caso da discriminação salarial, eu acho que, então, ele seria penalizado com a multa e seria penalizado, em seguida, com a lista. Seria isso? Seria uma dupla penalização?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – É.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Estou apenas questionando.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Veja as novidades do projeto. Primeiro, a multa já está na lei, a multa por diferenciação salarial, por sexo e por etnia. Se fosse tão simples assim, se a lei resolvesse, do jeito que está, o problema, as mulheres não receberiam somente 73% do salário dos homens, como recebem hoje, e os negros não receberiam apenas 57% do salário dos brancos. Então, a lei precisa ser ampliada para melhorar o combate a essa discriminação, que a lei já considera ilegal. Então, a lista, qual é? Ele seria inserido na lista após a reincidência. O empregador que reincidir na discriminação tem a multa duplicada, e a multa é diminuída para micro e pequenas empresas, ou seja, o projeto leva em consideração a capacidade também do empregador. Então, na lista, entrariam as empresas que reincidem, ou seja, que têm práticas reiteradas de discriminação.

Aí, veja, gente: já há a lista de ficha suja. Nós, políticos, estamos sujeitos à lista da ficha suja. O Tribunal de Contas dos Estados, periodicamente, divulga isso, inclusive antes da eleição. É lei. A lista de maus pagadores existe. A lista daqueles que descumprem lei ambiental existe. A lista por trabalho escravo existe. Então, por que esta aqui não seria possível, a lista daqueles que também reincidem? Em um primeiro momento, Srs. Senadores, pode até uma empresa praticar a diferença e não ter muito claro que está praticando. Digamos que ela é detectada, que ela é multada. Se reincidir, ela já sabe que está praticando crime e que está mantendo. Então, nesse caso é que entraria na lista.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Na reincidência, aumenta-se a multa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Com a palavra a Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Para discutir.) – Eu acho que a Vanessa já disse tudo. Há lista de tudo, lista de devedores da Previdência, lista de sonegadores. Por que não pode haver essa lista na reincidência? Porque é uma forma de a empresa se cuidar também. Se ela não quer ir para a lista, ela se cuida e paga o salário direitinho, salário igual. As empresas têm o argumento passado aqui, a do homem mais qualificado. Há a mulher mais qualificada também, mas nem por isso a gente vai defender que ela ganhe mais. Se a empresa quiser, ela pode ter uma hierarquia, um plano de carreira, e a pessoa vai ascendendo na empresa. Agora, mantendo-se isso, no ritmo em que está, só em 2047 é que os salários vão ser iguais, porque a mulher tem progredido. A gente não tem isso no setor público, de concurso? Então, esta aqui é uma questão do setor privado. Eu acho que é um alerta para a empresa. Se ela não quer o nome na lista, que ela não pratique salário desigual.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Com a palavra a Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA. Para discutir.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trata-se de um agravamento, sim, daquilo que a lei já propõe. E por que isso? Porque permanece a realidade dos salários diferenciados.

Recentemente, a Catho, que é uma empresa de consultoria, antes do dia 8 de março, fez uma pesquisa sobre os salários de mulheres e homens com as mesmas funções no Brasil. Fez uma pesquisa com 13.161 profissionais. Para os cargos operacionais, a diferença entre os salários chega a 58%, Senadora; para especialistas graduados, a diferença chega a 51,4%; para especialista técnico, a 47,3%; para a área de coordenação, gerência e diretoria, a 46,7%; para os cargos de supervisor e de encarregado, a 28,1%; para analista, a 20,4%; para *trainee* e estagiário, a 16,4%; e, para assistente auxiliar, a 9%.

Nós vivemos numa sociedade cuja cultura machista é hegemônica. A superação dessa realidade só se dará se nós realmente formos estabelecendo leis e punições que inibam a prática.

Pelo menos, quando criamos o cadastro do mau pagador, que todos consideram uma coisa justa, estamos falando do contribuinte, da maioria das pessoas, que não podem pagar. E nós aí protegemos o quê? Protegemos o capital, aquele para quem a maioria está devendo, às vezes até um banco.

Quando se trata do direito da mulher trabalhadora, aí nós criamos uma resistência. Não estou dizendo que haja nenhum conteúdo ou outro ou má intenção do Srs. Senadores. Apenas estou querendo lembrar isto: quando se trata da maioria da população, que é a mulher, que recebe salários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

menores no exercício das mesmas funções, na mesma condição, há uma tradição cultural da sociedade de se manter essa diferenciação. Se nós não estabelecermos uma superação dessa realidade, inclusive transformando isso num registro que seja negativo para a empresa, como há o selo negativo para a empresa que não cumpre a obrigação ambiental, como há o cadastro positivo para os prefeitos que são amigos da criança, que têm prática... Quando a prática é tão majoritária, você não pode estabelecer a cultura simplesmente positiva, tem de estabelecer a negativa.

É por isso que apelo para a compreensão e a sensibilidade de todos os nossos Srs. Senadores e Srªs Senadoras, para que possamos votar esta matéria, que compreendo ser de importância para que a mulher possa superar essa situação de diferenciação salarial no trabalho.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Com a palavra o Senador Moka.

Depois, falará o Senador Paim e, depois, a Senadora Rose.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS. Para discutir.) – Senadora Marta Suplicy, eu vou insistir, até porque os discursos e argumentos podem levar alguns – não estou dizendo que houve essa intenção – desavisados que estão ouvindo a transmissão a entender que eu possa ser contra a multa, a discriminação. Eu acho um absurdo isso, acho um absurdo haver discriminação. Pessoas que exercem o mesmo trabalho e a mesma função, por serem mulheres ou por terem cor diferente, têm um salário menor. Isso é abominável. Eu não concordo com isso.

O que estou questionando é se há a necessidade mesmo de uma lista como essa, porque eu, sinceramente, não vejo isso. Mas já deixei minha posição aqui muito clara no sentido de que eu não acho justo... Acho que o cara tem de ser penalizado. Ele vai pagar R$2,5 mil de multa. Eu só não acho que nós deveríamos fazer essa lista.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – O Senador Paim tem a palavra.

Aí, encerramos a discussão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Presidenta, falarei de forma muito rápida, para aproveitar o quórum.

Eu conheço bem o tema. Eu era relator dessa matéria na CDH. Pediram-me que, naquela semana das mulheres, eu passasse a relatoria para uma mulher. E assim eu fiz, eu a passei para a Senadora Gleisi Hoffmann, que deu o parecer favorável.

Existe, Presidenta, outro projeto que eu relatei e que veio da Câmara nessa mesma linha. Só que esse projeto está no Senado desde 2011, e não se vota.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Este projeto é um pouco mais amplo. Eu acho que o projeto combate todo tipo de preconceito e vai nesta linha: se não se cumprir, vai ter de responder pela discriminação que cometeu.

Por isso, eu faria um apelo para que votássemos a matéria, aproveitando o quórum. Há instâncias outras em que o debate continua, se houver essa vontade dos Senadores, no plenário ou mesmo na Câmara dos Deputados.

Então, aproveitando o quórum, eu pediria a votação.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Senador Paim, este é terminativo e vai à publicação no *Diário do Senado Federal*.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sim, mas pode haver recurso para o plenário. É isso o que eu estou dizendo.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Que pode haver, pode.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode haver a opção. Bastam dez assinaturas, e ele vai para o plenário ou vai para a Câmara.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Sempre pode. Mas eu estou esclarecendo que ele é terminativo e vai à publicação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu sei disso. Por isso eu queria votar com o quórum.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Com a palavra a Senadora Rose.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES. Para discutir.) – Então, a questão aqui, e o Moka teve a preocupação de registrar, é que, com relação a todos os mecanismos de defesa da igualdade das funções e dos salários, nós temos de brigar por eles e fazer preservar inclusive em texto específicos, para que se acabe com essa discriminação. Todo mundo aqui reconhece que existe a discriminação. Portanto, ela tem de ser extinta no escopo da lei.

Eu me baseei, para me posicionar contra a lista, Srª Presidente, no fato de que há neste PLS a imposição da penalidade administrativa dobrada em caso de reincidência. Se você tem uma multa de 50%, no caso de reincidente, ela será de 100%. O empregador que incorrer nessa prática novamente terá de pagar 100% de multa.

Eu não quero aqui me contrapor a uma coisa pela qual historicamente eu luto, desde a Constituinte. Mas eu vejo que hoje seria muito mais importante o mecanismo de existir essa correlação que possa ser exercida judicial e patrimonialmente, porque, à medida que você garante que os efeitos financeiros possam punir aqueles que praticam tal delito, que é absurdo, que fere a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Constituição Federal, nós achamos que a multa dobrada no caso de reincidência já tem o efeito punitivo desejado. Não sei se vai eliminar. Há séculos, nós estamos brigando contra essas discriminações, e elas persistem.

Mas hoje eu votaria pelo texto como ele está, sem a lista.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Desculpe-me. Eu não entendi. Hoje V. Exª votaria como?

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Pelo texto, sem a inclusão da lista.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Sem a lista.

Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Para discutir.) – Srª Presidenta, todos nós temos trabalhado muito para impedir qualquer tipo de discriminação. Na Constituinte de 1988, fizemos um esforço muito grande, incluímos ali uma série de medidas voltadas para isso. Nas matérias infraconstitucionais, temos feito também um conjunto de ações voltado para isso. Estamos multando as micro e pequenas empresas, que são aquelas que geram emprego.

Eu sou daqueles que aprendi na vida que é preferível valorizar os bons atos, para que todos possam praticá-los. Eu acredito que é chegada a hora de nós, no Brasil, mudarmos a nossa cultura. Em vez de nós destacarmos aqueles que não cumprem as suas obrigações, nós deveríamos valorizar aqueles que cumprem as suas obrigações. É corretíssima a ação que valoriza as prefeituras que cumprem todas as políticas voltadas para a criança e para a adolescência. São corretíssimas as medidas por meio das quais o Sebrae tem divulgado os bons empreendedores, para servirem de exemplo.

Está na hora, portanto, Srª Presidenta, com a mesma energia que nós procuramos destacar somente aquilo que não está certo, de podermos voltar a destacar aquilo que dá certo. Isso passará a ser um valor, passará a ser um acréscimo para que todos possam ter os bons exemplos como referência, e não os maus exemplos como forma de achincalhamento.

Portanto, entendo que este mesmo projeto poderia ter o encaminhamento de valorizar os empreendimentos que efetivamente não discriminam de forma alguma. A partir daí, o seu vizinho, aquele que faz concorrência, poderia ter a mesma prática, para superar esse conjunto de irregularidades e de desigualdades que lamentavelmente a quinta população do Planeta ainda pratica, que é o nosso País, o Brasil.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Encerrada a discussão, em votação o Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2018.

Solicito que se prepare a votação, para que eu possa iniciá-la. (*Pausa.*)

Está aberta a votação.

(*Procede-se à votação.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Alcançado o quórum de votação, alguém ainda não votou? (*Pausa.*)

Todos votaram.

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – O projeto foi aprovado com 7 votos SIM e com 3 votos NÃO.

O quórum foi de 11.

Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2018.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Vamos ao item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 122, DE 2013

- Terminativo -

Dispõe sobre a transferência direta de recursos aos beneficiários do Programa Bolsa Família para aquisição de material escolar.

Autoria: Senadora Lúcia Vânia

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: pela aprovação do projeto e das Emendas nºs 1 a 4-CDH-CE-CAE.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

10ª

Observações: - *Em 11.12.2013, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa aprovou parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 4-CDH.*

- Em 03.06.2014, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte aprovou parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 4-CDH-CE.

- Em 05.09.2017, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 4-CDH-CE-CAE.

- Em 21.03.2018, lido o relatório na Comissão de Assuntos Sociais, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.

- Votação nominal.

Esse projeto já foi lido. Foi lido no dia 21.

Senador Hélio, se pudesse votar, porque este é tão simples. Acho que há consenso.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Esse projeto da Senadora Lúcia Vânia é muito importante.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Acho que é um projeto muito simples.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Pela ordem...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – A votação é nominal.

Eu vou abrir a discussão da matéria.

Está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir este belo projeto de aquisição de material escolar, relatado pelo Senador Otto, declaro encerrada a discussão.

Em votação o projeto e as emendas, nos termos do relatório apresentado.

Solicito que se prepare a votação, para que eu possa iniciá-la. (*Pausa.*)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Srª Presidente, enquanto se prepara a votação...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Pois não.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Há um projeto na pauta, o item 10, que é um projeto da Senadora Maria do Carmo, garantindo a estudantes médicos residentes o apoio à assistência psiquiátrica e psicológica, que seria concedida a médicos residentes e a alunos de graduação em Medicina, em função dos casos de depressão e até mesmo de suicídio.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Abriu-se a votação.

(*Procede-se à votação.*)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – O projeto já foi lido e já foi relatado por mim.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Qual é o item, Senadora Lídice?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – É o item 10, por favor. Já foi lido.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – É o próximo.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Na última reunião, eu não estive presente. Ele foi relatado *ad hoc*. Portanto, já foi lido. Eu pediria que pudéssemos votá-lo rapidamente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Pois não.

Caso tenhamos quórum no final desta votação, ele será colocado em votação.

Ela já foi lido. É o item 10.

Faltam alguns votos.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Senador Otto, por favor...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Já votei.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Mas há aqui outro projeto. É só mais um. Esse garante assistência psiquiátrica e psicológica a residentes de Medicina. V. Exª é médico.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Todos votaram? (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

(*Procede-se à apuração.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Pelo contrário, eu sou totalmente a favor.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Aprovado por unanimidade, com 11 votos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – V. Exª, por exemplo, é um homem feminista.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Aprovado o Projeto de Lei do Senado 122, de 2013, e as Emendas nºs 1 a 4, da CDH-CE-CAE-CAS.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 157, DE 2017

- Terminativo -

Altera as Leis nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico residente e dá outras providências; e nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, que institui o Programa Mais Médicos, altera as Leis nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e nº 6.932, de 7 de julho de 1981, e dá outras providências, para dispor sobre a assistência psiquiátrica e psicológica a ser oferecida a médicos residentes e a alunos de graduação em Medicina.

Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

Relatório: pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta.

Observações: *- Em 27.09.2017, lido "ad hoc" pelo Senador Vicentinho Alves, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.*

- Votação nominal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lido o relatório, a matéria está em discussão, porque já foi lida. (*Pausa.*)

A Senadora Lídice ou alguém gostaria...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Vamos votar?

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação o projeto e a emenda, nos termos do relatório apresentado.

Solicito que se prepare a votação, para que eu possa iniciá-la. (*Pausa.*)

Está aberta a votação.

(*Procede-se à votação.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – São 11 votos SIM; NÃO, 0.

Não houve abstenção.

Está aprovado.

Aprovado o Projeto de Lei do Senado 157, de 2017, e a Emenda nº 1, da CAS.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Vamos apreciar o Requerimento nº 7.

Tínhamos o problema de haver muitos convidados, e está sendo retirado um deles.

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 7, DE 2018

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

10ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em aditamento ao RAS nº 001, de 2018, requeiro, nos termos do art.93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que se incluam, na audiência que instruirá o PLS 360/14 que dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas, autoriza a criação da Comissão Intersetorial de Bebidas e dá outras providências, para determinar que conste o valor energético no rótulo de bebida alcoólica," os seguintes nomes:

• *Representante do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e*

• *Representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec).*

Autoria: Senadora Regina Sousa

Observações: *Lido em 04.04.2018.*

Trata-se de aditamento ao Requerimento nº 1, da CAS, que já está aprovado.

Senadora Regina, V. Exª tem a palavra, como Relatora do PLS 360.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – É sobre a audiência?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Não, é sobre a bebida alcoólica.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Mas nós não vamos fazer uma audiência pública?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Sim.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – A gente já combinou. Eu retirei.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Já.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu retirei um nome.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Sim. Então, V. Exª está de acordo com o que foi lido, com os nomes? Foi feito um acordo?

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Pode votar. Estou de acordo. Isso!

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

10ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 18

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 9, de 2018

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), com o objetivo de debater a cidadania da população LGBT com foco na terceira idade e no envelhecimento: "O tempo de nossas vidas.".

A audiência pública será realizada no formato de seminário, com a denominação de 15º Seminário LGBT do Congresso Nacional.

Proponho a presença dos seguintes convidados:

1. Bayard Tonelli;

2. Anyky Lima;

3. João Silvério Trevisan;

4. Laerte Coutinho.

Autoria: Senadora Regina Sousa e outros

O referido seminário vai ser realizado na Câmara dos Deputados e no Senado. Ele é realizado há 14 anos, sempre em colaboração da CAS com a CDH. E, nesta edição, ele vai pautar em primeiro plano a cidadania da população LGBT com foco na terceira idade e no envelhecimento, como relatei.

Lido o requerimento, a matéria retornará à pauta para votação na próxima reunião.

O Requerimento nº 7 não foi votado. Trata-se de aditamento ao RAS nº 001, de 2018. Já foi lido e também é da Senadora Regina Sousa. São os dois nomes que ficaram para o debate das bebidas alcoólicas: o representante do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e o representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor.

Em votação o requerimento.

Quem está de acordo com esses dois nomes permaneça como se encontra. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

10ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estão aprovados os dois nomes, que serão indicados pelos respectivos institutos.

Então, está aprovada essa indicação. (*Pausa.*)

No início desta reunião, tivemos um problema no microfone. Por isso, vou repetir a abertura desta reunião para fins burocráticos.

Declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião está destinada à deliberação de quatro itens não terminativos, oito itens terminativos, quatro requerimentos, conforme pauta previamente divulgada.

Nada mais havendo a declarar, está encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 04 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e vinte e sete minutos do dia dezoito de abril de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Marta Suplicy, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Hélio José, Waldemir Moka, Elmano Férrer, Airton Sandoval, Valdir Raupp, Paulo Paim, Paulo Rocha, Regina Sousa, Fátima Bezerra, Dalirio Beber, Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves, Flexa Ribeiro, Ana Amélia, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Cidinho Santos, Vicentinho Alves, Eduardo Lopes, Wilder Morais e Dário Berger. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A Presidência comunica o recebimento do Ofício nº 534-01, de 2017, da Câmara Municipal de Hortolândia, São Paulo, que encaminha a Moção nº 317, de 2017, de apelo ao Congresso Nacional pela revogação do inciso dois, do artigo quinto, da Lei nº 6.684, de 1979. Trata-se do dispositivo da Lei que regulamenta as profissões de biólogo e de biomédico e que permite ao biomédico realizar serviços de radiografia. O referido documento ficará à disposição na Secretaria desta Comissão, para as Consultas que se fizerem necessárias. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, de 2015 - Não Terminativo - que: "Estabelece a obrigatoriedade de o poder público oferecer exame de acuidade auditiva e visual para os alunos que ingressam no ensino fundamental." Autoria: Deputado Jorge Tadeu Mudalen. Que tramita em conjunto com o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 483, de 2011, de autoria do Senador Vital do Rêgo e com o PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 214, de 2015, de autoria do Deputado Milton Monti. Relatoria: Senador Otto Alencar. Relatório: Pela aprovação do PLC 104/2015, na forma da Emenda nº 1-CE (Substitutivo) com a Subemenda que apresenta; e pela declaração de prejudicialidade do PLC 214/2015 e do PLS 483/2011, que tramitam em conjunto. Resultado: Adiado. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 464, de 2012 - Não Terminativo - que: "Acrescenta o § 4º no art.53 da Lei 8078 de 11 de setembro de 1990, para considerar abusiva e consequentemente nula cláusula contratual que prevê cobrança de taxa de cadastro em contratos de financiamento." Autoria: Senador Valdir Raupp. Que tramita em conjunto com o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 360, de 2015 e com o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 112, de 2016, ambos de autoria do Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Dalirio Beber (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Davi Alcolumbre. Relatório: Pela aprovação do PLS 464/2012 na forma do Substitutivo que apresenta; e pela declaração de prejudicialidade do PLS 360/2015 e do PLS 112/2016, que tramitam em conjunto. Resultado: A Presidência designa Relator "ad hoc" o Senador Dalírio Beber em substituição ao Senador Davi Alcolumbre. Aprovado Parecer favorável ao PLS 464/2012 na forma da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo) e pela declaração de prejudicialidade do PLS 360/2015 e do PLS 112/2016, que tramitam em conjunto. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para prosseguimento da tramitação. ITEM 3 – TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, de 2017 - Terminativo. Ementa do Projeto: "Acrescenta parágrafo ao art. 60 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispensar a pessoa vivendo com HIV/aids de avaliação das condições que ensejaram a concessão ou a manutenção do auxílio-doença." Autoria do Projeto: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Dalirio Beber (*Ad hoc*). Relatório: Turno Suplementar. Resultado: Encerrada a discussão em Turno Suplementar sem apresentação de Emendas, o Substitutivo ao Projeto é dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 565, de 2007 - Terminativo - que: "Acrescenta o § 7º ao art. 6º da Lei nº 10.820 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a vedação de diferenciação nas condições de empréstimo consignado ao aposentado, pensionista e trabalhadores da ativa." Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senadora Rose de Freitas. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CAE. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 332, de 2013 - Terminativo - que: "Torna obrigatória a aferição, a comunicação aos órgãos de vigilância sanitária e a divulgação de indicadores de avaliação das unidades de terapia intensiva públicas e privadas." Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Senador Sérgio Petecão. Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 525, de 2013 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para vedar que o prestador de serviço e o profissional de saúde contratado, credenciado ou cooperado de uma operadora de plano ou seguro privado de assistência à saúde utilize agenda diferenciada para a marcação de consultas, exames e procedimentos ou pratique qualquer discriminação ou diferenciação de prazo de marcação entre o paciente coberto por plano ou seguro e aquele custeado por recursos próprios." Autoria: Senador Pedro Taques. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 742, de 2015 - Terminativo - que: "Estabelece diretrizes gerais sobre a política de atenção à prematuridade." Autoria: Senador Aécio Neves. Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves. Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 148, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para assegurar atendimento voltado ao rastreamento de doenças no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)." Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatório: Pela declaração de prejudicialidade do Projeto (votação simbólica). Resultado: Retirado de pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 299, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, para proibir reutilização de produtos para a saúde não passíveis de reprocessamento." Autoria: Senador Telmário Mota. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatório: Pela aprovação do Projeto e pela rejeição da Emenda nº 1-T. Resultado: Lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

votação da matéria. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 350, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências, para obrigar que os rótulos e as bulas desses produtos alertem sobre a presença de substâncias com o potencial de desencadear reações alérgicas." Autoria: Senador Wellington Fagundes. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 362, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para dispor sobre a regulação do acesso à assistência à saúde." Autoria: Senador Wellington Fagundes. Relatoria: Senador Elmano Férrer. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 93, de 2017 - Terminativo - que: "Altera as Leis nº 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 1991, e nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, para dispor sobre a anotação do estágio na Carteira do Trabalho e da Previdência Social e da inclusão do estagiário como contribuinte individual da Previdência Social." Autoria: Senadora Rose de Freitas. Relatoria: Senador José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. Resultado: Lido o Relatório pelo Senador "ad hoc" Paulo Paim, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 415, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir o uso do FGTS para pagamento de pensão alimentícia pelo trabalhador que não possuir outro recurso líquido disponível." Autoria: Senador Lasier Martins. Relatoria: Senador Jorge Viana. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 14 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 8 de 2018 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com o objetivo de discutir o Desenvolvimento de Competências Sociais e Suas Implicações para o Mercado de Trabalho no Futuro. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Claudia Costin, Especialista em Políticas Públicas, ex-Secretária Municipal de Educação do Rio de Janeiro; Paula Baptista Jorge Louzano, Diretora da Faculdade de Educação Diego Portales, doutora em Políticas Educacional pela Universidade de Harvard; Naercio Menezes Filho, Professor titular e Coordenador do Centro de Políticas Públicas do Insper (SP)." Autoria: Senadora Marta Suplicy. Resultado: Aprovado. ITEM 15 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 9 de 2018 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), com o objetivo de debater a cidadania da população LGBT com foco na terceira idade e no envelhecimento: "O tempo de nossas vidas.". A audiência pública será realizada no formato de seminário, com a denominação de 15º Seminário LGBT do Congresso Nacional. Proponho a presença dos seguintes convidados: Bayard Tonelli; Anyky Lima; João Silvério Trevisan; Laerte Coutinho." Autoria: Senadora Regina Sousa e Senadora Marta Suplicy.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Aprovado. Usam da palavra os Senadores Dalirio Beber, Valdir Raupp, Ronaldo Caiado, Paulo Paim e as Senadoras Vanessa Grazziotin e Marta Suplicy, Presidente desta Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Marta Suplicy

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/04/18

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião está destinada à deliberação de dois itens não terminativos, um item em turno suplementar, dez itens terminativos, dois requerimentos, conforme pauta previamente divulgada.

Há expediente sobre a mesa, que passo a ler.

Esta Presidência comunica o recebimento da seguinte manifestação:

- Ofício nº 534-01, de 2017, da Câmara Municipal de Hortolândia, São Paulo, que encaminha a Moção nº 317, de 2017, de apelo ao Congresso Nacional pela revogação do inciso II do art. 5º da Lei nº 6.684, de 1979. Trata-se do dispositivo da lei que regulamenta as profissões de biólogo e de biomédico e que permite ao biomédico realizar serviços de radiografia.

O referido documento ficará à disposição na Secretaria desta Comissão para as consultas que se fizerem necessárias.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 525, de 2013

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para vedar que o prestador de serviço e o profissional de saúde contratado, credenciado ou cooperado de uma operadora de plano ou seguro privado de assistência à saúde utilize agenda diferenciada para a marcação de consultas, exames e procedimentos ou pratique qualquer discriminação ou diferenciação de prazo de marcação entre o paciente coberto por plano ou seguro e aquele custeado por recursos próprios.

Autoria: Senador Pedro Taques

Relatoria: Senador Valdir Raupp

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Observações:

- Em 19.05.2015, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle aprovou Parecer favorável ao Projeto.

- Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO. Como Relator.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vem para análise desta Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei do Senado nº 525, de 2013, do Senador Pedro Taques, que altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para vedar que o prestador de serviço e o profissional de saúde contratado, credenciado ou cooperado de uma operadora de plano ou seguro privado de assistência à saúde utilize agenda diferenciada para a marcação de consultas, exames e procedimentos ou pratique qualquer discriminação ou diferenciação de prazo de marcação entre o paciente coberto por plano ou seguro e aquele custeado por recursos próprios.

O projeto é constituído por dois artigos. O primeiro deles altera a redação do inciso II do art. 18 da Lei nº 9.656, de 1998, de modo a atingir o objetivo descrito na ementa da proposição. Adicionalmente, promove a redução do limite mínimo de idade para que o beneficiário seja privilegiado na marcação de consultas, exames e quaisquer outros procedimentos no âmbito da saúde suplementar, que passa de 65 para 60 anos.

O art. 2º – cláusula de vigência – determina que a lei eventualmente originada da proposição entre em vigor na data de sua publicação.

Análise.

A apreciação do PLS nº 525, de 2013, pela CAS justifica-se em razão do inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, que confere à Comissão competência para opinar, quanto ao mérito, sobre proposições que versem sobre proteção e defesa da saúde. A competência para proferir decisão em caráter terminativo sobre a matéria está fundamentada, por sua vez, no inciso I do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal. A iniciativa em apreço pretende combater a prática comumente adotada por consultórios médicos e clínicas privadas de oferecer prazos diferenciados para a marcação de consultas, a depender de sua forma de pagamento: se o pagamento for efetuado diretamente pelo paciente ou seu responsável (modalidade denominada *out of pocket* na literatura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

especializada), há disponibilização de vagas em curto espaço de tempo; se o atendimento for cobrado do plano de saúde, o prazo é muito superior.

Tal prática não é de todo surpreendente, visto que os médicos e demais profissionais de saúde tendem a privilegiar o atendimento aos chamados “pacientes particulares”. Essas consultas são remuneradas por valores muitas vezes superiores àqueles pagos pelas operadoras de planos saúde, estimulando os médicos a tentar aumentar o seu percentual de atendimento a esses clientes.

Com efeito, o problema da dificuldade na marcação de consultas, exames e outros procedimentos no âmbito da saúde suplementar é frequente e não mostra sinais de melhora. A principal causa é a baixa remuneração paga pelas operadoras de planos de saúde aos prestadores de serviço, que se sentem desestimulados a atender seus beneficiários.

A nosso ver, contudo, a aprovação do PLS nº 525, de 2013, em nada mudaria essa realidade, visto que nada indica um significativo aumento da oferta de consultas e procedimentos para os beneficiários de planos de saúde decorrente da medida.

Caso a proposição sob análise seja aprovada e convertida em lei, espera-se que os médicos com elevado percentual de pacientes que pagam do próprio bolso deixem de atender os beneficiários de planos de saúde, a fim de não prejudicar sua principal fonte de sustento. Para os médicos que têm poucos clientes "particulares", a adoção da agenda única não vai representar aumento significativo da disponibilidade de vagas para os beneficiários de planos de saúde, pois sua agenda já é majoritariamente ocupada por estes. Tudo continuará como está, exceto para os pacientes que pagam do próprio bolso, que passarão a ter dificuldades na marcação de consultas.

Com efeito, o comando legal proposto impede a adoção de práticas discriminatórias, mas ainda deixa ampla margem de manobra para os profissionais de saúde que atuam no mercado privado. Aqueles que tiverem grande volume de pacientes beneficiários de planos de saúde podem rescindir o contrato com algumas operadoras e, com isso, reduzir a demanda. Alternativamente, podem passar a atender também em outra clínica, que não aceite planos de saúde, a fim de segregar a clientela sem o risco da discriminação e de cometer ato ilícito.

Em resumo, a aprovação do PLS nº 525, de 2013, não resultará, a nosso ver, em significativa melhora do cenário da saúde suplementar no Brasil, marcada pela insatisfação generalizada de beneficiários, operadoras e prestadores de serviço. A demora na marcação de consultas, exames e procedimentos é uma constante e, certamente, não será alterada, visto que os valores pagos aos prestadores pelas operadoras permanecerão pouco convidativos. A medida representará apenas mais um elemento complicador na já turbulenta relação entre a tríade formada por operadora, beneficiário e prestador de serviço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à redução do limite de idade a partir da qual os beneficiários devem ser privilegiados na marcação de consultas, exames e procedimentos, trata-se de mero ajuste às disposições do Estatuto do Idoso, sem qualquer impacto sobre o ordenamento jurídico. Como o estatuto é posterior à Lei dos Planos de Saúde, atualmente vige a idade por ele determinada, ou seja, 60 anos.

Os aspectos relativos à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição foram detidamente analisados no âmbito de sua apreciação pela CMA, que a julgou formalmente apta a ser incorporada ao ordenamento jurídico pátrio. No entanto, considerando as questões relativas ao mérito do projeto, posicionamo-nos contrariamente à sua aprovação.

Voto.

Diante dos argumentos expostos, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 525, de 2013.

Esse é o voto, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Obrigada, Senador Valdir Raupp.

Nós não podemos votar porque a matéria é terminativa e o nosso quórum ainda está em oito. Estamos agora aguardando até termos o quórum de onze para votarmos o que for terminativo.

O Projeto de Lei 525, então, está com sua discussão e sua votação adiadas até termos o quórum. Se tivermos o quórum ainda hoje, nós o votaremos.

Nós teríamos o item do Senador Dalirio, que é simples, é votação simbólica, porque é só turno suplementar, mas também precisa de quórum porque é terminativo. Então, teremos que aguardar um pouquinho.

Faltam dois. Estão a caminho Vanessa, Caiado. Quem mais está a caminho? Senador Amorim. Esperemos mais um pouquinho. Estão todos a caminho; alguém deve chegar. (*Pausa.*)

Eu tenho um requerimento. Ele precisa de quórum?

Ah, chegou o Paim – temos nove. Faltam dois. (*Pausa.*)

Senador Paim, V. Exª poderia ler o item 12, que é um item com relatoria do Senador Pimentel?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Agora.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – *Ad hoc*. Enquanto isso, esperamos o quórum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 93, de 2017

- Terminativo -

Altera as Leis nº 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 1991, e nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, para dispor sobre a anotação do estágio na Carteira do Trabalho e da Previdência Social e da inclusão do estagiário como contribuinte individual da Previdência Social.

Autoria: Senadora Rose de Freitas

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta.

Observações: *Votação nominal.*

Relator *ad hoc*, Senador Paim.

Vamos fazer somente a leitura, que será feita *ad hoc* pelo Senador Paim.

Com a palavra o Senador Paulo Paim, para proferir a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Vem a exame desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 93, de 2017, de autoria da Senadora Rose de Freitas, que altera as Leis nº 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 1991, e nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, para dispor sobre a anotação do estágio na Carteira do Trabalho e da Previdência Social e da inclusão do estagiário como contribuinte individual da Previdência Social.

O projeto tem por objeto tornar obrigatória a anotação do estágio na Carteira do Trabalho e Previdência Social, do estagiário, no campo de anotações gerais e tornar obrigatória a inscrição previdenciária do estagiário, sob regime especial de contribuição e de benefícios.

A matéria foi distribuída à CAS para análise em caráter terminativo, não tendo recebido emendas.

Análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Similarmente, a proposição se encontra no escopo desta Comissão, a teor do disposto no art. 100, I e IV, do Regimento Interno do Senado, dado que dispõe sobre seguridade social e tema correlato ao direito do trabalho.

Não se encontram, ademais, óbices de natureza constitucional ou legal, a matéria – seguridade social e qualificação profissional – encontra-se no rol de temas de competência legislativa da União, nos termos do art. 22, XVI e XXIII, da Constituição Federal. Além disso, não se encontra violada a iniciativa privativa de outro dos Poderes da União, pelo que, tanto do ponto de vista da iniciativa, quanto do processamento, é de competência do Congresso Nacional, por suas duas Casas, originar e aprovar o presente projeto.

Quanto ao mérito, entendemos que o projeto é meritório e representa inequivocamente um avanço para o sistema previdenciário brasileiro e um grande benefício para os estagiários.

Com efeito, o ingresso precoce no sistema previdenciário é reconhecidamente vantajoso para os jovens, dado que permite que comecem a contar seu tempo de contribuição o mais cedo possível.

O projeto, nessa linha, torna obrigatória a inscrição previdenciária que hoje é facultativa, cria uma modalidade de inscrição previdenciária menos onerosa para o segurado e seu contratante, como forma de incentivo à formalização do contrato de estágio.

Em contrapartida, o segurado estagiário terá direito a rol restrito de benefícios: os auxílios-doença e acidentários – mais relevantes para os riscos atuariais que caracterizam pessoas que usualmente estão em sua juventude.

Destarte, inclinamo-nos pela aprovação do projeto, unicamente sugerindo emenda que eleva em dois pontos percentuais a contribuição da entidade contratante, como medida de equidade entre as suas parcelas e a do próprio segurado e como forma de robustecer o financiamento da Previdência para fazer frente às despesas que advirão da adoção da proposta.

Voto.

Do exposto, o voto é pela aprovação do PLS nº 93, de 2017, com a seguinte emenda:

Emenda nº - CAS
Dê-se ao inciso V do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, na forma do art. 2º do PLS nº 93, de 2017, a seguinte redação:
"Art. 2º.....
"Art. 22.....
.....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V – cinco por cento sobre o total do valor pago a título de bolsa ou outra forma de contraprestação aos segurados contribuintes individuais estagiários, excluindo-se os valores pagos a título de auxílio-transporte e auxílio-alimentação.

....." (NR)

De fato, Presidenta, o projeto é meritório. Eu faço questão de fortalecer tanto a iniciativa da nobre Senadora Rose de Freitas como o relatório do Senador Pimentel, que vai melhorar a vida do estagiário, com carteira de trabalho garantida e previdência social.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Obrigada, Senador Paim.

O projeto realmente merece uma discussão aprimorada, pelo seu foco muito importante, mas não podemos fazer a discussão porque é terminativo. Então, sem fazer a discussão, passamos agora para outro item da pauta.

Eu lerei um requerimento, porque tenho receio de que esse quórum saia. Não, o quórum não sai mais.

É um requerimento meu, o de nº 8.

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 8, de 2018

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com o objetivo de discutir o Desenvolvimento de Competências Sociais e Suas Implicações para o Mercado de Trabalho no Futuro. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Claudia Costin, Especialista em Políticas Públicas, ex-Secretária Municipal de Educação do Rio de Janeiro;

2. Paula Baptista Jorge Louzano, Diretora da Faculdade de Educação Diego Portales, doutora em Política Educacional pela Universidade de Harvard;

3. Naercio Menezes Filho, Professor titular e Coordenador do Centro de Políticas Públicas do Insper (SP).

Autoria: Senadora Marta Suplicy.

Observações: *Lido em 11.04.2018.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O requerimento está em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Há outro requerimento, que é da Senadora Regina e também de minha autoria.

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 9, de 2018

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), com o objetivo de debater a cidadania da população LGBT com foco na terceira idade e no envelhecimento: "O tempo de nossas vidas.".

A audiência pública será realizada no formato de seminário, com a denominação de 15º Seminário LGBT do Congresso Nacional.

Proponho a presença dos seguintes convidados:

1. Bayard Tonelli;

2. Anyky Lima;

3. João Silvério Trevisan;

4. Laerte Coutinho.

Autoria: Senadora Regina Sousa e outros.

Observações: *Lido em 11.04.2018.*

A autoria é da Senadora Regina, e eu também o subscrevo.

Em votação o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo comentários nem quem manifeste desaprovação, ele está aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 3

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, de 2017

- Terminativo -

Ementa do Projeto: *Acrescenta parágrafo ao art. 60 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispensar a pessoa vivendo com HIV/aids de avaliação das condições que ensejaram a concessão ou a manutenção do auxílio-doença.*

Autoria do Projeto: Senador Paulo Paim.

Relatoria do Projeto: Senador Romário (Substituído por *Ad Hoc*).

Relatoria *Ad hoc*: Senador Dalirio Beber.

Relatório: Turno Suplementar.

Observações:

- Em 04.04.2018, a Comissão de Assuntos Sociais aprovou, em Turno Único, a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo) ao Projeto.

- Em 11.04.2018, durante o Turno Suplementar, o Senador Romero Jucá apresentou a Emenda nº 2-S.

- Em 12.04.2018, o Senador Romero Jucá apresentou o Requerimento nº 10, de 2018-CAS, de retirada da Emenda nº 2-S.

- Ao Substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada apresentação de novo Substitutivo integral.

É de autoria do Senador Paulo Paim, e a relatoria *ad hoc* é do Senador Dalirio Beber.

Ao substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão em turno suplementar – o que fazemos agora –, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

A matéria está em discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidenta, eu só queria agradecer ao Senador Romero Jucá, que conversou com as entidades e retirou a emenda. Por isso é que o projeto ficou apto à votação.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Pois não.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão em turno suplementar.

Não tendo sido oferecidas emendas até o encerramento da discussão em turno suplementar, o substitutivo oferecido ao projeto é dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidenta, se me permitir, gostaria de ajudar no encaminhamento.

É um projeto, inclusive, que rejeita o meu, mas, como eu me sinto contemplado pelo projeto do Valdir Raupp, se quiserem votar...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Qual é?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É o dois. Rejeita-se o meu e aprova-se o do Valdir Raupp. Ele faz um substitutivo em que contempla, acho, todas as visões. Eu me sinto contemplado, e não é...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Então eu teria que dar *ad hoc,* porque o Senador Davi Alcolumbre não está presente. (*Pausa.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Valdir Raupp, eu...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Espere aí. Há duas coisas: uma é o item 2, que o Senador... Não, o Dalirio... (*Pausa.*)

O seu é o item 2, o de seu interesse.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O item 3 já foi.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Então esse não tem interesse. O seu qual é, Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O item 2.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – O dois. Então vamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ele aprova o projeto do Valdir Raupp, embora tivesse os meus apensados. Quando ele fez o substitutivo, ele contemplou, no meu entendimento...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Eu teria que perguntar ao Senador Dalirio se ele seria *ad hoc,* porque V. Exª é o autor. Seria *ad hoc* pelo Senador Davi Alcolumbre. É o item 2. (*Pausa.*)

Pois não.

Então, tendo aceitado, V. Exª é Relator *ad hoc* – bem-vindo, nosso Vice querido! (*Pausa.*)

Agora ele vai ler um *ad hoc.* (*Pausa.*)

ITEM 2

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 464, de 2012

- Não terminativo -

Acrescenta o § 4º no art.53 da Lei 8078 de 11 de setembro de 1990, para considerar abusiva e consequentemente nula cláusula contratual que prevê cobrança de taxa de cadastro em contratos de financiamento.

Autoria: Senador Valdir Raupp

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 360, de 2015

- Não terminativo -

Acrescenta o § 4º ao art. 25 da Lei nº 8.692, de 28 de julho de 1993, que define planos de reajustamento nos contratos de financiamento habitacional no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação e dá outras providências.

Autoria: Senador Paulo Paim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 112, de 2016

- Não terminativo -

Acrescenta o § 4º ao art. 25 da Lei nº 8.692, de 28 de julho de 1993, que define planos de reajustamento nos contratos de financiamento habitacional no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação e dá outras providências.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Davi Alcolumbre (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Dalirio Beber

Relatório: Pela aprovação do PLS 464/2012 na forma do Substitutivo que apresenta; e pela declaração de prejudicialidade do PLS 360/2015 e do PLS 112/2016, que tramitam em conjunto.

Observações:

- A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para prosseguimento da tramitação.

- Votação simbólica.

Esse projeto terá como Relator *ad hoc* o Senador Dalirio Beber.

Com a palavra o Senador Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC. Como Relator.) – Vêm ao exame da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) os Projetos de Lei do Senado nºs 464, de 2012; 360, de 2015; e 112, de 2016.

O PLS nº 464, de 2012, de autoria do Senador Valdir Raupp, acrescenta o §4º ao art. 53 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), (*Fora do microfone.*) para considerar abusiva, e consequentemente nula, cláusula contratual que preveja cobrança de taxa de cadastro em contratos de financiamento.

Já o PLS nº 360, de 2015, de autoria do Senador Paulo Paim, acrescenta o §4º ao art. 25 da Lei nº 8.692, de 28 de julho de 1993, que define planos de reajustamento nos contratos de financiamento habitacional no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e dá outras providências, para que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cálculo do limite previsto pelo *caput* não sejam cobrados valores do mutuário com o objetivo de ressarcir custos de administração do contrato de financiamento.

Por fim, o PLS nº 112, de 2016, também do Senador Paulo Paim, que reproduz *ipsis litteris* o PLS nº 360, de 2015.

Observe-se que o PLS nº 464, de 2012, em dispositivo único, intenciona acrescentar, ao Código de Defesa do Consumidor, a previsão de que, em contratos de compra e venda de móveis ou imóveis mediante pagamento em prestações, serão nulas as cláusulas que prevejam o pagamento de taxa de cadastro.

O autor observa que a cobrança de taxa de cadastro transfere ao consumidor o ônus do serviço, do que resulta ser imoral.

A proposição, apensada a várias outras, foi submetida ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que concluiu por não examiná-la em particular e desapensá-la, dando-lhe tramitação avulsa. Na sequência, foi à Comissão de Meio Ambiente (CMA) e à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC).

Por sua vez, o PLS nº 360, de 2015, pretende definir, na lei que trata do Sistema Financeiro de Habitação que, em seus financiamentos, ao calcular a taxa efetiva de juros, não sejam cobrados valores com o objetivo de ressarcir custos de administração do contrato de financiamento.

A proposição prevê, ademais, vigência para a data de sua publicação.

Seu autor entende que tragédias familiares ocorrem em razão de ônus injustificáveis aplicados sobre os mutuários de financiamentos, feitos com recursos baratos pelos agentes financeiros. Dessa forma, entende necessária uma redução no custo efetivo dos financiamentos.

Antes do apensamento das três proposições, o PLS nº 360, de 2015, encontrava-se sob análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O PLS nº 112, de 2015, por sua vez, encontrava-se sob a análise desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS). As três proposições tramitam em conjunto em virtude da aprovação do Requerimento nº 348, de 2017, por mim proposto.

As matérias, após passarem pelo crivo da CAS, serão distribuídas às CCJ, CTFC e CAE, nesta última para decisão terminativa.

Análise.

De acordo com os incisos I e IV do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS opinar sobre assistência social e outros assuntos correlatos, o que torna regimental a apreciação das proposições, que tratam de moradia – direito social previsto no *caput* do art. 6º da Constituição Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entendemos que as pretensões contidas nas proposições são louváveis do inicial ponto de vista social no afã de salvaguardar garantias do cidadão-consumidor. Não obstante, carecem de minudente análise – o que faremos a seguir –, de forma a permitir o cotejamento frente à realidade, de forma a não desvirtuar a pretensão original e onerar, ainda mais, o consumidor.

No que tange à cobrança de taxa de cadastro, que o PLS nº 464, de 2012, pretende oportunamente vedar, ela nos parece desarrazoada. Sequer a alegação de que a instituição financeira está "prestando um serviço" ao consultar os dados do consumidor junto aos órgãos de proteção ao crédito se sustenta como argumentação a justificar sua cobrança. Ademais, é inerente à atividade da instituição o risco e, se quiser afastá-lo, é de sua livre deliberação a consulta, não sendo justo transferir o ônus ao consumidor.

Tampouco se justifica sustentar que a supressão da taxa de cadastro importará em insegurança jurídica por previsão contratual. Ora, uma vez vedada em lei, a sua previsão e cobrança deixará de fazer parte dos futuros contratos a serem firmados a partir da sanção da Presidência da República.

No que se refere à Taxa de Administração, não obstante, impõe-se sejam apontadas razões outras a justificar interpretação contrária às pretensões expressas no PLS nº 360, de 2015, e, PLS nº 112, de 2016.

Conforme assente na jurisprudência pátria, reconhecida pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), é legal o poder normativo de órgãos e instituições da Administração Pública. Esse entendimento se espraia para instituições financeiras como o Banco Central do Brasil e órgãos como o Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Conselho Curador do FGTS, razão pela qual o Banco Central do Brasil, na forma do disposto na Lei nº 4.595, de 1964, tornou público, em dezembro de 2010, que o Conselho Monetário Nacional havia editado a Resolução nº 3.932, de 2010. A mencionada resolução alterou e consolidou as normas sobre direcionamento de poupança pelas entidades integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo.

É no Regulamento, mais particularmente no seu art. 14, §1º, inciso II, do anexo à Resolução nº 3.932, de 2010, que se disciplina o direcionamento dos recursos captados em depósito de poupança, onde se encontra o autorizativo de cobrança do mutuário por financiamento imobiliário, de tarifa mensal limitada a R$25,00 por contrato, a título de ressarcimento de custos de administração do contrato.

Ademais, evidencie-se, por pertinência, que os financiamentos realizados pela Caixa, por exemplo, destinados às famílias de baixa renda, decorrem de recursos provenientes do FGTS e, assim, tem no seu Conselho Curador (composto por entidades representativas dos trabalhadores, dos empregadores e representantes do Governo Federal) órgão normatizador e administrador desses recursos que, por sua vez, endossou a cobrança de R$25,00 (Resolução nº 702/2012), de forma a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

padronizar a cobrança e impedir qualquer forma de excesso, com resultados negativos na concessão de financiamentos no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) para essas famílias.

O Conselho Curador, nada mais fez que sedimentar entendimento já consagrado quando da regulamentação da matéria, na edição da Resolução nº 298/1998 (alterando a Resolução CCFGTS nº 289/1998), onde foram definidas as formas de remuneração das operações financeiras realizadas com recursos do FGTS e, entre essas, a taxa de administração, conforme redação ora reproduzida:

> "8.8.1 Remuneração pela operação financeira
> A critério do agente financeiro, poderão ser utilizadas alternativamente, as formas de remuneração previstas neste subitem.
> 8.8.1.1. Taxa de Administração
> A taxa de administração do agente financeiro, a ser cobrada dos tomadores de recursos, terá valor definido conforme segue, sendo seu valor fixado por 12 (doze) meses, ou outro prazo que vier a ser estabelecido pela legislação. (...)"

Inafastável, pois, reconhecer a legalidade da previsão normativa, editada pela autoridade competente, nos termos da legislação específica que rege a matéria que, por sua vez, se insere dentro da necessidade institucional, observando uma demanda técnica para suprir uma lacuna a exigir pronta resolução do respectivo órgão normativo.

Reproduzimos, por oportuno, excerto do voto proferido pelo Ministro João Otávio de Noronha no julgamento do Recurso Especial nº 647.838/RS, DJ de 06.06.2005 – aí vem o recurso todo do Superior Tribunal de Justiça.

Assim, infere-se que a taxa de administração tem claro intento de ressarcir os custos operacionais decorrente da celebração do contrato. Esses custos operacionais, esclareça-se, independem do valor do contrato e do valor financiado.

Os agentes financeiros informam que a supressão da taxa de administração comprometeria a concessão de financiamentos de baixo valor, visto que os custos operacionais, nesse caso, tenderão por absorver o *spread* envolvido, podendo torná-lo, inclusive, negativo. Como independe do valor do contrato e do valor financiado, estes, na inexistência da taxa de administração, seriam elevados a um patamar superior a capacidade de endividamento do tomador mutuário mais pobre.

Em outras palavras, o valor do financiamento vai sendo reduzido pelas amortizações ocorridas pelo pagamento mensal do encargo, o *spread* (diferença entre o que os bancos pagam na captação de recursos e o que eles cobram ao conceder um empréstimo) vai caindo e chega a se tornar negativo, insuficiente, portanto, para cobrir os custos envolvidos na administração dos contratos.

Conforme os argumentos sustentados pelos agentes financeiros, a fixação de tarifas administrativas em contrato de financiamento, além de serem consideradas legais (desde que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pactuadas em contrato de acordo com a regulamentação do Banco Central), possibilitam que pessoas de maior poder aquisitivo viabilizem os menos favorecidos com menores custos, nos financiamentos imobiliários.

Cumpre aduzir, inclusive, que os programas sociais destinados à redução do déficit habitacional do País, que beneficiam as famílias de menor renda, sofrerão significativas alterações em nada positivas, já que os financiamentos passarão a embutir juros maiores, possível redução nos prazos de amortização e aumento do valor mínimo a ser financiado, de forma a compensar os custos envolvidos na administração dos contratos hoje suportados pela taxa de R$25,00, valor esse fixo, desde 2010.

A supressão da taxa de administração, assim, a contrário senso, resultaria em prejuízo social incomensurável, frustrando as pretensões de milhões de brasileiros que ainda sonham com sua casa própria, visto que haveria uma redução na concessão do crédito, pelos Agentes Financeiros, nas operações de imóveis de menor valor.

Some-se a isso que, no caso do FGTS venha a absorver também essa tarifa para as demais faixas de renda, estaremos prejudicando o trabalhador depositante do FGTS em benefício do comprador, que muitas vezes não é cotista do FGTS.

Observe-se que o Banco do Brasil, como sociedade de economia mista que é, por exemplo, também participante no Programa Minha Casa, Minha Vida, não poderá prestar serviços sem contrapartida remuneratória, vedada pelo seu Estatuto. Tal vedação, por conseguinte, obrigará a instituição a compensar, por exemplo, com medidas de restrição de crédito ou mesmo na elevação das taxas de juros remuneratórios.

Se os custos estiverem mencionados de forma explícita e discriminada no contrato, como hoje redigidos, ao invés de serem embutidos na taxa de juros, isso possibilitará que o consumidor os conheça e tenha melhores condições de negociar.

Encontra-se hoje consolidado no Poder Judiciário o entendimento de que é devida a tarifa de administração de contrato quando expressamente prevista no contrato e indemonstrada a abusividade de sua cobrança ou a violação dos princípios da boa-fé e da livre manifestação de vontade das partes.

Rd=esta, pois, evidenciada a legalidade das cobranças das taxas de administração, por haver fonte normativa prevendo sua cobrança, e desde que haja expressa previsão contratual, conforme as boas práticas que regem as relações jurídicas.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em razão de todo o exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 464, de 2012, na forma da Emenda (Substitutiva), e pela prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nºs 360, de 2015, e 112, de 2016.

> EMENDA Nº - CAS (SUBSTITUTIVO)
> PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 464, DE 2012
> Ementa: Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para tornar nula a cobrança de taxa de cadastro em contratos de compra e venda de móveis ou imóveis mediante pagamento em prestações.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para tornar nula a cobrança de taxa de cadastro em contratos de compra e venda de móveis ou imóveis mediante pagamento em prestações.

> Art. 2º O art. 53 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescido do § 4º, com a seguinte redação:
> Art. 53. .....
> .....
> § 4º Nos contratos de que trata o caput, serão nulas as cláusulas que prevejam o pagamento de taxa de cadastro ou equivalente.
> Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Este é o relatório.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Muito obrigada, Senador Dalirio, por ter lido, como Relator *ad hoc*, o Projeto de Lei nº 464.

Nós temos a possibilidade de votá-lo por termos agora quórum, mas está aberta a discussão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidenta, de forma muito rápida...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Eu só quero cumprimentar o Relator, que conversou comigo também; cumprimentar a iniciativa do projeto do Senador Valdir Raupp, e o Relator Davi Alcolumbre.

Eu acho legítimo e correto, porque eu me sinto contemplado no projeto mais antigo. E o mais antigo – e eu sempre defendi isso aqui na Casa – é do Senador Valdir Raupp. Consequentemente, os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

meus outros dois projetos são considerados prejudicados, porque já estão contemplados no projeto do Valdir Raupp, que é mais direto inclusive.

Votarei favoravelmente a esse projeto.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Muito bom o entendimento.

Vamos, então, encerrar a discussão.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao PLS 464/2012, com a Emenda nº 1 da Comissão de Assuntos Sociais (Substitutivo), e pela declaração de prejudicialidade do PLS 360/2015 e do PLS 112/2016, que tramitam em conjunto.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para prosseguimento da tramitação.

Item 8.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 148, de 2016

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para assegurar atendimento voltado ao rastreamento de doenças no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Autoria: Senador Cristovam Buarque.

Relatoria: Senador Ronaldo Caiado.

Relatório: Pela declaração de prejudicialidade do Projeto.

Observações: *Votação simbólica.*

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Presidente, eu vim especificamente para pedir a retirada de pauta da matéria, já que existem alguns dados aqui que eu quero rever.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – O Relator, que é o Senador Ronaldo Caiado, pede a retirada da pauta do item 8 para revisão.

Do item 9, somente a leitura, porque é terminativo.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 299, de 2016

- Terminativo -

Altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, para proibir reutilização de produtos para a saúde não passíveis de reprocessamento.

Autoria: Senador Telmário Mota.

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin.

Relatório: Pela aprovação do Projeto e pela rejeição da Emenda nº 1-T.

Observações:

- Em 10.08.2016, durante o prazo regimental, a Senadora Ana Amélia apresentou a Emenda nº 1-T.

- Votação nominal.

Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin para proferir a leitura do seu relatório.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Como Relatora.) – Muito obrigada, Srª Presidente, Senadora Marta.

Como V. Exª já destacou, o Projeto de Lei do Senado nº 299, de 2016, de iniciativa do Senador Telmário, altera a Lei nº 6.437, que configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, além de dar outras providências, para proibir reutilização de produtos para a saúde não passíveis de reprocessamento.

No art. 1º, acrescenta inciso ao art. 10 da Lei nº 6.437, de 2016, para incluir, no rol de infrações sanitárias, a prática de reutilizar produtos para a saúde, cuja limpeza, desinfecção ou esterilização sejam proibidas por regulamento da autoridade sanitária.

Na justificação, o autor cita reportagem do programa *Fantástico*, da Rede Globo de Televisão, sobre esquema fraudulento instituído para reduzir as despesas das operadoras de planos de saúde

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

envolvidas. Tais empresas recompensavam financeiramente médicos que reaproveitassem indevidamente materiais utilizados em procedimentos cardiológicos invasivos. Diante disso, argumenta que a legislação brasileira necessita ser modificada para, de fato, coibir a reutilização de produtos para saúde de uso único, ou seja, cuja limpeza, desinfecção ou esterilização sejam proibidas.

O projeto que nós estamos analisando será apreciado unicamente por esta Comissão, portanto tem caráter terminativo.

Quanto à análise, Srª Presidente, como todos já tiveram acesso ao relatório, eu vou ler apenas resumidamente as partes que considero mais essenciais.

Trata-se de um projeto, portanto, voltado à proteção da saúde da população na medida em que a reutilização inadequada de materiais cirúrgicos põe em risco a saúde de pacientes. Tal situação nada aceitável certamente tem impactos na taxa de mortalidade desses pacientes, haja vista o alto risco de complicações infecciosas, tal como a temida endocardite bacteriana.

No entanto, é necessário informar que alguns materiais utilizados em procedimentos médicos podem, de fato, ser utilizados com segurança desde que devidamente limpos, desinfetados ou esterilizados.

Esse tema está regulamentado pela Resolução da Diretoria Colegiada nº 156, de 11 de agosto de 2006, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Dentre outras exposições, essa resolução autoriza a Avisa a valer-se de evidências científicas para determinar se o material pode ou não ser processado. Nos termos da mesma resolução, a reutilização de qualquer material que conste da referida é considerada infração sanitária.

Acreditamos ser inócua a modificação proposta em relação à emenda. Acreditamos que não há necessidade do acatamento da emenda por conta de que não teria efetividade alguma, Srª Presidente.

Dessa forma e a despeito de toda a previsão normativa infralegal, observa-se que persistem práticas de reuso de material não passível de reprocessamento. Por esse motivo, somos favoráveis à positivação dessa infração no ordenamento jurídico.

Acreditamos que essa medida, por proporcionar mais respaldo legal à própria Agência Nacional de Vigilância Sanitária, contribuirá para aprimorar efetivamente os processos de fiscalização sobre a qualidade dos produtos no uso da saúde, Srª Presidente.

Portanto, o voto, ante o exposto, é pela rejeição da Emenda nº 1 e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 299, de 2016.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Agradeço a leitura, Senadora Vanessa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós não temos mais pauta, mas eu proporia, se quiséssemos começar essa discussão, a não encerrar para podermos, na hora de votar, continuar, se alguém estiver interessado.

Alguém gostaria de comentar esse projeto?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Eu gostaria.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Pois não, Senador Caiado. Tem a palavra V. Exª.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Presidente, nessa matéria relatada pela Senadora Vanessa Grazziotin, é lógico que a tese que ela levanta é a que todos defendemos e que esperamos, um dia, ser realidade no Brasil, mas hoje vamos ser bem objetivos.

No que diz respeito à hemodiálise: nenhuma clínica hoje sobrevive com o *kit* para fazer as hemodiálises; o valor é totalmente irrisório diante do gasto para que se tenha o material.

Nós temos aí o fechamento da maioria das clínicas de hemodiálise hoje no Brasil. O reajuste do valor é insignificante. A grande maioria reutiliza esse material. É o ideal? Não, de maneira alguma, mas é a triste realidade que nós vivemos hoje. As pessoas, normalmente, têm que se deslocar 200km, 300km no meu Estado de Goiás, até 400km, de dois em dois dias para fazer uma hemodiálise. Então, não havendo a reutilização, essas pessoas, inevitavelmente, vão a óbito, numa taxa alta. Pela não filtragem da urina pelo rim, essas pessoas ficam totalmente inviabilizadas.

Então, é lógico que, pela formação médica e por tudo o que nós sabemos... Esse projeto se enquadra dentro de um país que tem responsabilidade com a área da saúde, mas a realidade nossa e a realidade do interior do País hoje, a não ser para o cidadão que tem dinheiro para pagar o *kit* separadamente para fazer a hemodiálise... Se for pelo SUS, quase que a totalidade é de reutilização. Então, seria importante que pudéssemos também ter, junto com esse projeto, uma consulta ao Ministério da Saúde, só para que eles nos dissessem quais os parâmetros que eles estão usando hoje em relação à hemodiálise, porque isso amanhã poderá fazer com que haja ainda uma dificuldade maior para que essas pessoas, que já são sofredoras.

Eu ouvi um depoimento que me marcou muito, Senadora Vanessa, de um cidadão do nordeste goiano que é obrigado a andar, de dois em dois dias, 400km numa van para fazer hemodiálise. Ele me disse: "Senador, a hemodiálise não tira apenas a impureza do sangue da gente; ela arranca um pedaço da nossa alma cada dia que eu venho aqui." Quer dizer, é um sofrimento sobre-humano: as pessoas são obrigadas a andar 400km de dois em dois dias para fazer hemodiálise.

Os centros estão fechando. Nós não temos hoje centros de hemodiálise e, se nós bloquearmos a reutilização desse material, eu não sei o que vai ser. Então, acho que seria importante que o Ministério da Saúde se posicionasse em relação a isso para que a gente também pudesse atender a essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

demanda, que é cada vez maior, relativamente às doenças crônicas e suas consequências, principalmente do diabetes, que têm provocado insuficiência renal com muita frequência no Brasil, pela falta de eficiência no diagnóstico e no tratamento.

Muito obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Obrigada pela reflexão e pela observação, de extrema importância.

Senadora Vanessa, gostaria de fazer uma observação?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – ... o Senador tem razão, e nós tomamos muito cuidado na hora da elaboração do relatório para que não impuséssemos uma camisa de força ao Poder Público igualando casos que, evidentemente, não são iguais.

Então, o que existe hoje? Há uma resolução da Agência Nacional de Vigilância Sanitária determinando quais produtos, e de que forma, podem ser reutilizados. Isso é norma de saúde e, portanto, é uma lei interna, que tem que ser cumprida.

O que, na realidade, vinha acontecendo é que produtos não passíveis de reutilização estavam sendo reutilizados. O Senador Telmário utilizou como exemplo várias denúncias que foram divulgadas pela grande imprensa brasileira, como, por exemplo, as relativas a cirurgias cardíacas – eu não sei exatamente como isso acontece porque eu não sou médica, como o Senador. Por exemplo, para fazer uma cirurgia de carótida, um aparelho tem que ser utilizado para desviar o fluxo sanguíneo. Então, esse aparelho, por exemplo, dentro das regras da saúde, da Vigilância Sanitária, não são passíveis de reutilização, mas vêm, constantemente, sendo reutilizados.

Então, a lei apenas penaliza. Lembro que a penalidade já há, através de regulamentação infralegal, de menor poder. Então, esse projeto apenas considera a penalidade do ponto de vista da lei em si para esses casos. Obviamente que V. Exª tem toda razão quando fala de pacientes renais que necessitam da hemodiálise. Eu acho que não há nada mais agressivo às pessoas; quem conhece quem faz hemodiálise durante muito tempo sabe como a pessoa, como o corpo da pessoa sofre o trauma. Obviamente é um tratamento caro e que, em determinados casos, precisa, de fato, ser utilizado.

Mas não somos nós, nem a lei, que deverá dizer o que pode e o que não pode. Eu acho que a lei apenas tem que tomar o cuidado para punir aqueles que insistem em infringir as normas sanitárias, que são normas legais de menos poderio, infringir apenas para benefício próprio, para aumentar o seu nível de lucratividade. Então, eu acho que não é um projeto que possa vir a prejudicar qualquer nova metodologia que garanta a inclusão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Senadora, gostaria de colocar algo.

Esse procedimento para hemodiálise, que foi colocado pelo Senador Caiado e para o qual V. Exª colocou uma explicação, está nessa lista? Pergunto porque a Senadora Ana Amélia tinha uma lista do que deveria ou não deveria. Ele está na lista da Anvisa?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Está que pode ser reutilizado...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Reutilizado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Não pode.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Não pode?

Ele diz que não pode, V. Exª diz que pode.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Sim, mas não somos nós, Senadora Marta, que vamos... Acho que o projeto não atinge isso.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Somos sim, porque nós vamos votar.

Somos sim. Nós temos que ter isso esclarecido. Se está na lista da Anvisa que não pode, como é que nós vamos votar esse projeto? Aí, vai ser uma discussão ampla na Comissão, porque, se votarmos...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Sim.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – ... que não pode, muitas pessoas, como esse senhor, cuja história o Senador contou, dos 400 quilômetros que ele anda, nem isso ele vai poder fazer e ele vai morrer, pela situação que o nosso País vive. Então, nós vamos ter que fazer uma reflexão...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Sim.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – ... mais profunda sobre isso. Ainda bem que começamos a discussão hoje. Ela será retomada, e eu espero que nós tenhamos mais alguns médicos, como o Senador Humberto Costa, que foi Ministro...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Perfeito.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – ... muito dedicado a essa questão da hemodiálise em Pernambuco – lembra? Ele também deve ter um aporte importante sobre isso, e nós vamos continuar a discussão, porque não temos a conclusão agora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Eu agradeço pela sensibilidade de V. Exª, porque o nosso objetivo é o mesmo: garantir segurança...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Sim.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – ... no atendimento à saúde e a amplitude no atendimento à saúde. Esse é o objetivo. Não é um projeto que trata apenas de...

(*Interrupção do som.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Cumprimento a sensibilidade de V. Exª, Senadora Marta.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Em virtude da falta de quórum para a deliberação de matérias terminativas, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 24 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e oito minutos do dia vinte de março de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Antonio Anastasia, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Acir Gurgacz, Ângela Portela, Flexa Ribeiro, Maria do Carmo Alves, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin e Armando Monteiro. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Eduardo Braga, Simone Tebet, Marta Suplicy, José Maranhão, Jorge Viana, José Pimentel, Gleisi Hoffmann, Aécio Neves, Ronaldo Caiado, Lasier Martins, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Lúcia Vânia, Randolfe Rodrigues, Eduardo Lopes e Magno Malta. A Presidência registra a presença da Senhora Ilana Trombka, Diretora-Geral do Senado Federal. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da Pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao RQJ 5/2018, de autoria do Senador Antonio Anastasia. Finalidade: Debater os direitos das mulheres e a Constituição de 1988. Participantes: Sra. ELA WIECKO, Subprocuradora-Geral da República e Coordenadora do Comitê Gestor de Gênero e Raça do Ministério Público Federal; Sra. ELOÍSA MACHADO DE ALMEIDA, Professora de Direito da Fundação Getúlio Vargas - FGV (representante de: DAMARES MEDINA, Advogada e Professora na área de Direito Constitucional); e Sr. BEN-HUR VIZA, Juiz de Direito e Coordenador do Núcleo Judiciário da Mulher do TJDFT (representante de: THIAGO ANDRÉ PIEROBOM DE ÁVILA, Promotor de Justiça no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e Titular da 2ª Promotoria de Justiça de Violência Doméstica contra a Mulher). Resultado: Realizada a Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Antonio Anastasia
Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e quatorze minutos do dia vinte e um de março de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Antonio Anastasia e Lasier Martins, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy, Romero Jucá, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Rose de Freitas, José Pimentel, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Hélio José, Ângela Portela, Sérgio Petecão, Aécio Neves, Flexa Ribeiro, Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves, Ricardo Ferraço, Cássio Cunha Lima, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Lúcia Vânia, Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro, Eduardo Lopes, Cidinho Santos e Vicentinho Alves. Registram a presença os Senadores José Medeiros, Paulo Rocha, Ataídes Oliveira e Dário Berger. Usa da palavra o Senador Ataídes Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, José Maranhão, Jorge Viana, Gleisi Hoffmann, Acir Gurgacz, Benedito de Lira, Ciro Nogueira e Magno Malta. A Presidência registra a presença dos Senhores Deputados Federais Leonardo Monteiro, Zé Silva, Caio Narcio e Fábio Ramalho; dos Deputados Estaduais de Minas Gerais Bonifácio Mourão e Celise Laviola; e do Prefeito do Município de Governador Valadares, André Merlo. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 6ª Reunião Extraordinária e da 7ª Reunião Ordinária, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da Pauta: Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 308, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003, com o propósito de fixar o prazo máximo de cinco dias para a notificação compulsória, às autoridades que menciona, dos atos de violência contra a mulher atendida em serviços de saúde públicos e privados." Autoria: Senador Elmano Férrer. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CDH. Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CDH-CCJ. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 233, de 2013 - Terminativo - que: "Altera a Lei n° 11.340, de 7 de agosto de 2006, que Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, para determinar a reserva de vagas gratuitas nos cursos técnicos de formação inicial e continuada, oferecidos pelos Serviços Nacionais de aprendizagem, para mulheres em situação de violência doméstica e familiar." Autoria: Senador Ataídes Oliveira. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto e pela aprovação parcial da Emenda n° 1-CDH-CE, com a subemenda que apresenta, e com uma emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o Projeto e a emenda nº 3-CCJ. Aprovada parcialmente a emenda n° 1-CDH-CE, com a subemenda nº 1-CCJ. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 320, de 2017 - Terminativo - que: "Altera o art. 3º da Lei Nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, para estabelecer concretude ao devido processo legal nos processos administrativos sancionadores." Autoria: Senador Roberto Muniz. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto com seis emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o Projeto e as emendas nº 1-CCJ a 6-CCJ. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nº 64, de 2018 - Terminativo - que: "Disciplina o regime de cumprimento de pena privativa de liberdade da mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência, bem como sobre a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar das mulheres na mesma situação." Autoria: Senadora Simone Tebet. Relatoria: Sen. Fátima Bezerra (Ad hoc), substituiu Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto com seis emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o Projeto e as emendas nº 1-CCJ a 6-CCJ. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 119, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei Maria da Penha), para dispor sobre o uso do “botão do pânico” no cumprimento das medidas protetivas de urgência." Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves. Relatoria: Sen. Simone Tebet (Ad hoc), substituiu Sen. Roberto Requião. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das emendas nº 1-CDH e 2-CDH, com a subemenda que apresenta à emenda nº 2-CDH. Resultado: Aprovado o Projeto e as emendas nº 1-CDH-CCJ e 2-CDH, com a subemenda nº 1-CCJ à emenda nº 2-CDH. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 16, de 2011 - Terminativo - que: "Estabelece que o namoro configura relação íntima de afeto para os efeitos da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha." Autoria: Deputada Elcione Barbalho. Relatoria: Sen. Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 328, de 2013 - Terminativo - que: "Acrescenta parágrafo ao art. 20 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer a necessidade da realização de audiência de admoestação para a soltura dos agressores" Autoria: Senador Pedro Taques. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o Projeto e a emenda nº 1-CCJ. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 197, de 2014 - Terminativo - que: "Altera os arts. 19, 20 e 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha -, a fim de possibilitar a aplicação das medidas protetivas de urgência nela previstas independentemente de sua vinculação a inquérito policial ou a processo penal contra o agressor, e dá outras providências." Autoria: Senador Pedro Taques. Relatoria: Sen. Simone Tebet (Ad hoc), substituiu Sen. Humberto Costa. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovada a Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). Observação: A matéria será submetida a Turno Suplementar, nos termos do art. 282 do RISF. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 283, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica, para tornar a multa à prática de cartel por empresa ou grupo econômico, proporcional ao tempo de duração da infração à ordem econômica; instituir o ressarcimento em dobro aos prejudicados que ingressarem em juízo, ressalvados os réus que assinarem acordo de leniência ou termo de compromisso de cessação de prática, além de outros incentivos ao acordo de leniência, desde que este seja feito mediante apresentação de documentos que permitam ao CADE estimar o dano causado; determina a sustação do termo da prescrição durante a vigência do processo administrativo; e torna a decisão do Plenário do CADE apta a fundamentar a concessão de tutela da evidência." Autoria: Senador Aécio Neves. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Favorável ao Projeto, com três emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão favorável ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Projeto, com as emendas nº 1-CCJ a 3-CCJ. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 275, de 2012 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para tornar obrigatória a divulgação, por emissora de radiodifusão, da razão social e da documentação associada à entidade detentora da outorga." Autoria: Senador Pedro Taques. Relatoria: Sen. Acir Gurgacz. Relatório: Contrário ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 181, de 2017 – Complementar - Não Terminativo - que: "Estabelece a competência da Justiça Eleitoral para julgar ações que versem sobre a validade de atos intrapartidários e dá outras providências." Autoria: Senador Romero Jucá. Relatoria: Sen. Vanessa Grazziotin. Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1, com três emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão favorável ao Projeto e à Emenda nº1-CCJ, com as Emendas nº 2-CCJ a 4-CCJ. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 366, de 2012 – Complementar - Não Terminativo - que: "Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências, para dispor sobre condições de elegibilidade para servidores públicos ativos e dirigentes sindicais. " Autoria: Senador Ivo Cassol. Relatoria: Sen. Magno Malta. Relatório: Contrário ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 148, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 2º da Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007, para incluir os Municípios do Vale do Rio Doce, Estado de Minas Gerais, e Municípios do Estado do Espírito Santo na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene)." Autoria: Deputado José Fernando Aparecido de Oliveira. Relatoria: Sen. José Pimentel. Relatório: Favorável ao Projeto com uma emenda de redação que apresenta e contrário às emendas nº 1 e 2. Resultado: Rejeitado o relatório. Observação: - Em 21/03/2018, foi apresentada a Emenda nº3, de iniciativa do Senador Ricardo Ferraço, que recebeu parecer contrário; - A Presidência designa Relator do Vencido o Senador José Pimentel, nos termos do art. 128 do RISF. ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 459, de 2016 - Terminativo - que: "Regulamenta o art. 37, § 8º, da Constituição Federal, para dispor sobre o contrato de desempenho dos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta." Autoria: Senador Antonio Anastasia. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 193, de 2011 - Terminativo - que: "Altera o art. 320 do Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a aplicação da receita das multas." Autoria: Senador Paulo Davim. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 426, DE 2012 – Terminativo – que, "Altera o art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e o art. 32 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, Lei Orgânica da Saúde, para destinar trinta por cento da receita arrecadada com a cobrança de multas de trânsito ao Sistema Único de Saúde (SUS)". Autoria: Senador Eduardo Amorim. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 426, de 2012, com uma emenda que apresenta, pela rejeição da Emenda nº 1-CAS, e pela rejeição do PLS nº 193, de 2011. Resultado: Aprovado o PLS nº 426, de 2012 e a emenda nº 2-CCJ, e rejeitados o PLS nº 193, de 2011 e a Emenda nº 1-CAS. ITEM 16 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 171, de 2012 - Terminativo - que: "Estabelece procedimento licitatório simplificado para Estados, Municípios e Distrito Federal adquirirem diretamente dos laboratórios fabricantes medicamentos e material penso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hospitalar destinado a suprir as necessidades de abastecimento das Secretarias de Saúde em ações voltadas ao atendimento gratuito da população pela rede pública de saúde, e dá outras providências." Autoria: Senador Ivo Cassol. Relatoria: Sen. Ana Amélia. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovada a Emenda nº 1-CCJ (substitutivo). Observação: A matéria será apreciada em Turno Suplementar, nos termos do art. 282, do RISF. A Presidência registra o voto favorável da Senadora Fátima Bezerra. ITEM 17 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 371, de 2016 - Terminativo - que: " Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que “dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências”, para definir prazo da guarda provisória no procedimento de adoção." Autoria: Senador Aécio Neves. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1-CDH e 2-CDH. Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-CDH-CCJ e 2-CDH-CCJ. ITEM 18 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, de 2012 - Terminativo - que: "Estabelece regras e critérios mínimos para o registro de infrações penais e administrativas pelos órgãos de segurança pública no território nacional." Autoria: Senador Armando Monteiro. Relatoria: Sen. Davi Alcolumbre. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 19 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 135, de 2017 - Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, para possibilitar a arbitragem para a definição dos valores de indenização nas desapropriações por utilidade pública, nas condições que especifica." Autoria: Senador Antonio Anastasia. Relatoria: Sen. Armando Monteiro. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma Emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ. ITEM 20 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 54, de 2017 - Terminativo - que: "Dispõe sobre o regime jurídico da multipropriedade." Autoria: Senador Wilder Morais. Relatoria: Sen. Cidinho Santos (Ad hoc), substituiu Sen. Ricardo Ferraço. Relatório: Pela aprovação do Projeto com quatro Emendas que apresenta e pela rejeição das Emendas n°s 1-T, 2, 3 e 4. Resultado: Aprovado o Projeto e as emendas nº 5-CCJ a 8-CCJ e rejeitadas as emendas n°s 1-T, 2, 3 e 4. ITEM 21 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 84, de 2016 - Terminativo - que: "Dispõe sobre o uso dos cartões de pagamentos pela administração pública direta da União." Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatoria: Sen. Lasier Martins. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das emendas nº 1 a 3, nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovada a Emenda nº 4-CCJ (substitutivo). Observação: A matéria será apreciada em Turno Suplementar, nos termos do art. 282 do RISF. ITEM 22 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 261, de 2014 - Terminativo - que: "Altera o § 3º do art. 3º da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, para tornar facultativa a competência dos Juizados Especiais Cíveis no âmbito da Justiça Federal." Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 23 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 58, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para possibilitar a realização dos exames necessários à obtenção da habilitação para conduzir veículo automotor e elétrico, exceto a prova prática, nos três meses anteriores ao preenchimento do critério da idade." Autoria: Senador Dário Berger. Relatoria: Sen. Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 24 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 60, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para aplicar aos partidos políticos as normas legais sobre responsabilidade objetiva e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

compliance e estimular no plano interno código de conduta e programa de integridade e auditoria." Autoria: Senador Ricardo Ferraço. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 25 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 272, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, a fim de disciplinar com mais precisão condutas consideradas como atos de terrorismo." Autoria: Senador Lasier Martins. Relatoria: Sen. Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 26 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 319, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para possibilitar a remuneração variável do contratado com base em desempenho." Autoria: Senador Tasso Jereissati. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 27 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 173, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, para tornar mais eficiente o processo de exame de pedido de patente pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pela aprovação do Projeto com três emendas que apresenta. Resultado: Retirado de Pauta a pedido do relator. ITEM 28 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 358, de 2015 - Terminativo - que: "Altera os arts. 27 e 288 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar as penas previstas para os adultos que utilizam crianças ou adolescentes para a prática de crimes." Autoria: Senador Raimundo Lira. Relatoria: Sen. Jader Barbalho. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 29 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 97, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei n° 1.081, de 13 de abril de 1950, a fim de limitar o uso de automóveis oficiais para representação oficial, e dá outras providências." Autoria: Deputado Pedro Cunha Lima. Relatoria: Sen. Cássio Cunha Lima. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: A Presidência concede vista ao Senador Sérgio Petecão nos termos regimentais. ITEM 30 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 36, de 2018 - Terminativo - que: "Acrescenta o art. 12-A à Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, para estabelecer que na contagem de prazo para a prática de qualquer ato processual, inclusive para a interposição de recursos, serão computados somente os dias úteis." Autoria: Senador Elber Batalha de Goes. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado o Projeto. ITEM 31 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 98, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a redação dos artigos 147 e 148 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para exigir a avaliação psicológica de todos os motoristas a partir da primeira habilitação." Autoria: Senador Davi Alcolumbre. Relatoria: Sen. Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 32 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 65, de 2014 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, (Estatuto da Cidade), para dispor sobre o consórcio imobiliário como forma de viabilização de planos urbanísticos e instituir a requisição de imóveis para regularização, prevenção e recuperação de áreas insalubres, de risco ou atingidas por desastres." Autoria: Senador Paulo Bauer. Relatoria: Sen. Ronaldo Caiado. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 33 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 2, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 – Lei de Crimes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hediondos – para agravar os critérios para a concessão de progressão de regime a condenados por crime hediondo ou equiparado." Autoria: Senador Raimundo Lira. Relatoria: Sen. Cidinho Santos. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 34 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016 (Marco Legal da Primeira Infância) para dispor sobre os direitos das crianças cujas mães e pais estejam submetidos a medida privativa de liberdade." Autoria: Senadora Regina Sousa. Relatoria: Sen. Vanessa Grazziotin. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: A Presidência concede vista ao Senador Eduardo Lopes nos termos regimentais. ITEM 35 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 157, de 2016 - Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para aumentar a pena do crime de evasão mediante violência contra a pessoa" Autoria: Senador Raimundo Lira. Relatoria: Sen. Cidinho Santos. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Lido o relatório e encerrada a discussão da matéria. ITEM EXTRAPAUTA 36 - OFICIO "S" Nº 12, de 2018 - Não Terminativo - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do inciso IV do art. 130-A da Constituição Federal, a recondução do Juiz Federal VALTER SHUENQUENER DE ARAÚJO, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, ao cargo de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público, no Biênio 2017/2019." Autoria: Supremo Tribunal Federal. Relatoria: Sen. Cidinho Santos (Ad hoc), substituiu Sen. Eduardo Lopes. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Vistas coletivas concedidas nos termos regimentais. ITEM EXTRAPAUTA 37 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 8 de 2018 que: "Requeiro, nos termos do artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2017 - COMPLEMENTAR." Autoria: Senador Romero Jucá. Resultado: Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. ITEM EXTRAPAUTA 38 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 9 de 2018 que: "Requeiro, com base no inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para debater o tema “Flexibilização do Estatuto do Desarmamento”, com a presença dos seguintes convidados: - Sr. Raul Belens Jungmann, Ministro de Estado Extraordinário da Segurança Pública; - Sr. Benedito Gomes Barbosa Junior, especialista em segurança pública e presidente da ONG Movimento Viva Brasil; - Sr. Ivan Contente Marques, Diretor Executivo do Instituto Sou da Paz; - Deputado Federal Rogério Peninha Mendonça, autor do Projeto de Lei nº 3722/2012, que “Disciplina as normas sobre aquisição, posse, porte e circulação de armas de fogo e munições, cominando penalidades e dando providências correlatas”." Autoria: Senador Lasier Martins. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 39 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 10 de 2018 que: "Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública perante esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, com o intuito de instruir matéria sob minha relatoria, Projeto de Decreto Legislativo nº 175, de 2017, que "Convoca plebiscito sobre a revogação do Estatuto do Desarmamento", devendo ser convidados: 1. Sr. Thyago Almeida Pignataro, Administrador e empresário; 2. Representante do Instituto Sou da Paz; 3. Representante do Instituto Igarapé; 4. Sr. Fabrício Rabelo, Centro de Pesquisa em Direito e Segurança." Autoria: Senador Sérgio Petecão. Resultado: Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Antonio Anastasia
Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Bom dia, senhoras e senhores.

Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, e da Ata da 7ª Reunião, Ordinária.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 35.

Nós vamos dar início pelo item 29, e eu farei aqui a leitura do seu chamamento.

ITEM 29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 97, de 2017

- Não terminativo -

Altera a Lei n° 1.081, de 13 de abril de 1950, a fim de limitar o uso de automóveis oficiais para representação oficial, e dá outras providências.

Autoria: Deputado Pedro Cunha Lima

Relatoria: Senador Cássio Cunha Lima

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos e pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.

Concedo a palavra ao eminente Senador Cássio Cunha Lima, nosso ilustre 1º Vice-Presidente, para proferir o seu relatório.

Com a palavra V. Exª.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB. Como Relator.) – Muito obrigado, Senador Antonio Anastasia.

Srªs e Srs. Senadores, passo à leitura do relatório.

Vem ao exame desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 97, de 2017, de autoria do Deputado Pedro Cunha Lima, que "altera a Lei nº 1.081, de 13 de abril de 1950, a fim de limitar o uso de automóveis oficiais para representação oficial, e dá outras providências".

A proposição compõe-se de quatro artigos.

O art. 1º reitera os termos da ementa, dispondo sobre o objetivo do projeto.

Por seu turno, o art. 2º da iniciativa altera o art. 2º da Lei nº 1.081, de 13 de abril de 1950, revogando as alíneas "a" e "b" desse artigo, para estabelecer que o uso dos automóveis oficiais é permitido exclusivamente:

I – à Presidência e Vice-Presidência da República, à Presidência do Senado Federal, à Presidência da Câmara dos Deputados, à Presidência do Supremo Tribunal Federal, a Ministros de Estado, aos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, e ao Chefe de Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, para representação oficial;

II – a quem tenha necessidade imperiosa de afastar-se, repetidamente, em razão do cargo ou função, da sede do serviço respectivo, para fiscalizar, inspecionar, diligenciar, executar ou dirigir trabalhos que exijam o máximo de aproveitamento de tempo.

Já o art. 3º da proposição em tela preceitua que os automóveis atualmente utilizados para representação oficial deverão ser destinados ao uso nas áreas de segurança pública, educação e saúde.

Por fim, o art. 4º prevê a entrada em vigor da lei que se quer aprovar a partir da data da sua publicação.

Na justificação original da proposição apresentada à Câmara dos Deputados está consignado que o uso de veículos oficiais de representação em regra não tem suficiente amparo legal, sendo tal prática comum em todos os Poderes e órgãos.

Por essa razão, a proposta pretende instituir a proibição do uso desses veículos, chamados de representação, de modo a coibir essa prática ilegal, destinando-se os recursos orçados para a aquisição de veículos de representação às áreas de segurança, saúde e educação.

Não há emendas ao presente projeto de lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Análise.

Compete à CCJ opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da presente proposição, nos termos do disposto no art. 101, I, do Regimento Interno do Senado Federal, e também sobre o seu mérito, conforme previsto no art. 101, I, "f", da Carta regimental.

Com relação à constitucionalidade e juridicidade da matéria, registramos que, conforme é sabido, cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência legislativa da União, nos termos do art. 48 da Lei Maior.

Outrossim, a propósito da presente matéria, impõe-se fazer referência ao art. 37, *caput*, da Carta Magna, que preceitua que a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Destacamos, a propósito, que o projeto de lei ora analisado, tem como repositório constitucional em especial o princípio da moralidade inscrito no art. 37 da Constituição, uma vez que o abuso dos automóveis de representação oficial infelizmente ao longo dos anos tem se tornado triste rotina no serviço público.

Ademais, ainda quanto à sustentação constitucional do projeto de lei em discussão, cumpre também fazer referência ao art. 70, *caput*, da Lei Maior, que demanda que os recursos públicos devem ser usados sob o manto da economicidade.

Desse modo, com relação à constitucionalidade do PLC nº 97, de 2017, não há impedimento que obste a sua livre tramitação, antes, a Constituição Federal embasa plenamente a presente proposição, estando também atendidos os requisitos da juridicidade e da regimentalidade.

Por outro lado, no que diz respeito ao mérito, o nosso entendimento é pela aprovação do projeto de lei em pauta, por ser de todo positiva a presente iniciativa, que tem o objetivo de moralizar a utilização dos chamados “carros oficiais” na Administração Pública brasileira.

Com efeito, não podemos permitir a continuidade do uso abusivo dos carros de representação, ainda mais quando vivemos quadra da vida nacional em que se requer e se impõe o rigor fiscal e a economia dos gastos públicos.

E o PLC nº 97, de 2017, dá tratamento adequado à matéria, ao regular de forma correta a utilização dos automóveis de representação, limitando o seu uso permanente aos mais altos cargos da República e aos servidores públicos que tenham necessidade imperiosa de afastar-se, repetidamente, em razão do cargo ou função, da sede do serviço respectivo, para fiscalizar, inspecionar, diligenciar, executar ou dirigir trabalhos que exijam o máximo de aproveitamento de tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, cumpre também emular o disposto na proposição ao estabelecer que os automóveis atualmente utilizados para representação oficial deverão ser destinados ao uso nas áreas de segurança pública, educação e saúde, áreas que hoje mais carecem de recursos públicos.

Passo ao voto.

Ante o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, quanto ao mérito, pela aprovação do PLC nº 97, de 2017.

É este o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Cássio.

Agradeço muito a leitura de V. Exª.

Coloco em discussão a matéria.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Presidente, o senhor me permite?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Com a palavra o Senador Sérgio Petecão.

Com a palavra V. Exª.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Eu gostaria de pedir vista do processo, se possível. É possível, não é?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – É possível, é a primeira leitura do relatório.

Vista concedida ao Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Item 34. Senadora Vanessa.

ITEM 34

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, de 2018

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016 (Marco Legal da Primeira Infância) para dispor sobre os direitos das crianças cujas mães e pais estejam submetidos a medida privativa de liberdade.

Autoria: Senadora Regina Sousa

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

- A matéria será apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa em decisão terminativa.

Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin para proferir seu relatório.

Com a palavra V. Exª. É o item 34.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Como Relatora.) – V. Exª já destacou o conteúdo objetivo do projeto, de autoria da Senadora Regina Sousa, que altera as Leis nº 13.257 e nº 8.069 e o Decreto-Lei nº 3.689, para dispor dos direitos da criança e do adolescente, como V. Exª mencionou.

No Marco Legal da Primeira Infância, a proposição altera os arts. 4º, 11, 13 e 14, com a finalidade de, respectivamente, (1) introduzir na lei princípio socioassistencial da seletividade; (2) dispor sobre dados socioeconômicos a respeito das crianças cujos pais e mães estejam encarcerados; (3) tratar da preferência no atendimento da criança em situação de alta vulnerabilidade em razão do encarceramento de seus genitores e (4), alterar o programa de apoio a famílias, incluindo-se aí a atenção à gestante privada da liberdade e o treinamento dos servidores do sistema prisional. Todas as alterações propostas têm como finalidade destacar o apoio necessário às crianças cujas mães, principalmente, mas também os pais estejam aprisionados.

No Estatuto da Criança e do Adolescente, a matéria introduz novo parágrafo ao art. 9º com o propósito de estabelecer o incentivo à amamentação que deve ser dado à mãe encarcerada, exceto se houver prejuízos à saúde dela ou da criança.

Por fim, a mudança no Código de Processo Penal altera o art. 318 para: (1) alterar o “poderá substituir” da atual legislação para o “substituirá”, no que concerne à troca da prisão preventiva por prisão domiciliar nos casos ali previstos; (2) acrescentar, dentre as hipóteses ali previstas para a prisão domiciliar, a da lactante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na justificação da proposição, a Senadora Regina Sousa destaca que, ante o crescimento da população carcerária feminina, é necessário que o Estado esteja atento a suas necessidades específicas e cuide para que a pena não seja estendida também aos filhos pequenos.

Ressalta, ainda, que são raros os estabelecimentos carcerários dotados com estrutura para receber a mulher gestante, a puérpera e a lactante.

A matéria foi distribuída para análise desta CCJ e, em decisão terminativa, para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Sr. Presidente, eu não farei a leitura na íntegra da análise do projeto, até porque esse é um assunto que foi muito debatido nos últimos dias, porque houve uma decisão do Supremo Tribunal Federal de garantir a liberdade condicional às gestantes, às lactantes e àquelas com filhos menores de 12 anos de idade.

Esse havia sido um direito concedido à esposa do ex-Governador do Estado do Rio de Janeiro, o que suscitou um grande debate na sociedade no seguinte sentido: se ela tem esse direito de ter a liberdade condicionada à prisão domiciliar por ser mãe de crianças menores de 12 anos de idade, isso tem que se estender às demais.

Então, o projeto vem nesse sentido, Sr. Presidente, qual seja, o de garantir na lei esse direito.

A Senadora Simone também tem um projeto que vai na mesma linha. E, portanto, são projetos muito importantes que apenas atualizam a legislação no sentido de garantir o direito das mulheres e das crianças.

Eu gostaria de destacar o que diz o relatório: nós temos de tomar cuidado para que as penas não se estendam às crianças. E o que acontece hoje é isso, ou seja, as penas se estendem às crianças, que são as maiores prejudicadas.

Então, ante o exposto, o voto é pela aprovação do projeto de lei, Sr. Presidente.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pela ordem...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Um minuto, por gentileza! Um pouquinho de ordem na nossa reunião, que está ligeiramente tumultuada.

Com a palavra o Senador Eduardo Lopes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Sr. Presidente, eu peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Só um minuto, por gentileza. Eu só vou fazer a proclamação, colocando a matéria em discussão, para que V. Exª possa pedir vista.

Tendo em vista a leitura do relatório, pelo que agradeço à Senadora Vanessa Grazziotin, coloco em discussão a matéria.

O Senador Eduardo Lopes já solicitou vista da matéria.

Vista concedida ao Senador Eduardo Lopes.

Eu pediria ao eminente Senador Lasier Martins a fineza de assumir a Presidência da Comissão por alguns instantes, uma vez que o próximo item está sob minha relatoria – o item 9.

Estamos nos itens não terminativos na medida em que não temos quórum para os terminativos.

Obrigado, Senador Lasier.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – É um prazer servir a V. Exª.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 283, de 2016

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica, para tornar a multa à prática de cartel por empresa ou grupo econômico, proporcional ao tempo de duração da infração à ordem econômica; instituir o ressarcimento em dobro aos prejudicados que ingressarem em juízo, ressalvados os réus que assinarem acordo de leniência ou termo de compromisso de cessação de prática, além de outros incentivos ao acordo de leniência, desde que este seja feito mediante apresentação de documentos que permitam ao CADE estimar o dano causado; determina a sustação do termo da prescrição durante a vigência do processo administrativo; e torna a decisão do Plenário do CADE apta a fundamentar a concessão de tutela da evidência.

Autoria: Senador Aécio Neves

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao Projeto, com três emendas que apresenta.

Observações:

- A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

O Senador Antonio Anastasia tem a palavra.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, Senador Lasier, pela gentileza de V. Exª.

Passo à análise do tema.

O projeto em análise cuida de matéria inserida na competência legislativa concorrente da União, conforme art. 24, I, da Constituição Federal, o que inclui dispor sobre direito econômico.

Não há norma constitucional que, no aspecto material, esteja em conflito com o teor da proposição em exame. Assim, não se vislumbra óbice algum quanto à constitucionalidade da medida.

Quanto à regimentalidade, cabe destacar que seu trâmite observou o disposto no art. 101, inciso I, do Regimento Interno desta Casa, de acordo com o qual compete à CCJ opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias.

Sobre a juridicidade, observa o projeto os aspectos de: a) inovação; b) efetividade; c) espécie normativa adequada; d) coercitividade; e e) generalidade.

Acerca da técnica legislativa, o projeto observa as regras previstas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Quanto ao mérito, o projeto de lei merece ser aprovado, porém, com duas alterações, objeto das emendas propostas.

Inicialmente, sugere-se a supressão do art. 1º do PLS. Isso porque a alteração pretendida pelo art. 1º do PLS nº 283, de 2016, ao art. 37 da Lei nº 12.529, de 30 de dezembro de 2011, dificultará a imposição de multas pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), uma vez que eleva o tempo de duração do cartel – que é sempre questão de difícil comprovação – à condição de elemento central da dosimetria.

No sistema vigente, o Cade já leva em consideração, quando possível, o tempo de duração da infração, em conjunto com outras variáveis previstas no art. 45 da Lei nº 12.529, de 2011. A redação atual do art. 37, que é muito semelhante àquela encontrada em outras jurisdições com experiência na defesa da concorrência, já permite ao Cade aplicar penalidades rigorosas e diferenciadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por essas razões, é desnecessária a alteração proposta pelo art. 1º do PLS.

Com relação ao art. 2º do PLS, é meritório o pacote de medidas que estimulam a celebração do acordo de leniência, capaz assim de aumentar as informações disponibilizadas ao Cade para o aumento das condenações por violação da lei de defesa da concorrência.

O estímulo à leniência reside justamente no fato de que o infrator leniente que colabore com a investigação, de modo a quantificar exatamente o prejuízo causado, não será obrigado a ressarcir a vítima em dobro, mas apenas no exato montante do dano provocado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Quero pedir ao Plenário um pouquinho de silêncio, o Senador Anastasia não se está conseguindo fazer ouvir.

Por favor, pode prosseguir.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Obrigado, Presidente.

Considera-se adequado o art. 3º do PLS, que facilita a ação judicial repressora ao considerar, de plano, que a decisão plenária do Cade constitui fundamento suficiente para o juiz autorizar a concessão da tutela de evidência.

Por fim, o art. 4º do PLS mostra-se meritório, ao definir que a prescrição das infrações da ordem econômica será suspensa sempre que a investigação do Cade, por inquérito ou processo administrativo, não tiver sido concluída. Essa solução torna mais efetiva a legislação de defesa da concorrência.

No entanto, é possível fazer uma complementação ao texto, inserindo dois parágrafos ao proposto art. 46-A.

Um dos grandes desafios do antitruste nacional é estimular a reparação civil, que é uma realidade posta em jurisdições mais maduras e uma realidade quase nula no Brasil.

Existem diversos óbices ao pleno desenvolvimento das ações de indenização em antitruste no Brasil, entre elas: (i) o prazo curto para seu exercício; (ii) a indefinição a respeito do termo inicial para seu exercício; (iii) a falta de acesso a informações que autorizem a propositura de uma ação com fatos suficientes a ensejar uma condenação; e (iv) a imperiosidade de se preservar o acordo de leniência, que revolucionou a eficácia do antitruste nacional.

O PLS limita-se a definir a suspensão do prazo prescricional durante o processo administrativo.

Desse modo, garante-se aos prejudicados o acesso aos documentos necessários à ação, confere-lhes prazo razoável, e não se colocam em risco os acordos de leniência.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, Sr. Presidente, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2016, com as seguintes emendas, que constam do nosso parecer – por isso, eu me abstenho de lê-las.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Em discussão a matéria.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Senador Aécio.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Para discutir.) – Como autor da proposta, faço aqui uma rapidíssima síntese em relação ao que se trata, já cumprimentando o Relator Antonio Anastasia pelo seu parecer favorável à proposta.

Na verdade, esse projeto de lei altera a Lei nº 12.529, de novembro de 2011, que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, um tema, portanto, Senador Lasier, absolutamente atual. Essa proposta dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica, hoje corriqueiras no País, para tornar a multa para a prática de cartel, feita por empresas ou por eventual grupo econômico, proporcional ao tempo de duração da infração à ordem econômica. Esse projeto institui o ressarcimento em dobro aos prejudicados que ingressarem em juízo, ressalvados os réus que assinarem Acordo de Leniência ou Termo de Compromisso de Cessação dessa prática, além de trazer outros incentivos ao Acordo de Leniência, desde que este seja feito mediante apresentação de documentos que permitam ao Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) estimar o dano ali eventualmente causado por essa empresa ou grupo econômico. Além disso, esse projeto determina a sustação do termo de prescrição durante a vigência do processo administrativo – portanto, enquanto houver a discussão administrativa, cessa-se o prazo de prescrição – e torna a decisão do Plenário do Cade apta a fundamentar a concessão de tutela da evidência do crime cometido.

Na verdade, nossa legislação, se aprovado esse projeto, adequa-se àquilo que há de mais avançado no mundo hoje para inibir, para coibir práticas delituosas feitas por empresas ou por grupos econômicos. Portanto, há toda uma lógica na construção desse projeto. E, portanto, a sua aprovação me parece absolutamente adequada e, sobretudo, oportuna, dado o momento por que passa o País.

Por isso, eu o cumprimento e lhe agradeço, Senador Anastasia, mais uma vez, pela eficiência, pela correção e competência demonstradas no seu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Segue em discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO. Para discutir.) – Presidente Lasier, eu não poderia deixar de fazer aqui um ligeiro registro sobre a importância e a valia desse projeto para o nosso País, para o nosso povo.

Eu presidi a CPMI da JBS, da qual V. Exª também era membro. Ali ficou muito claro o cartel que foi formado pelo grupo JBS e J&F com relação à proteína animal. Sr. Presidente, foi enorme o desastre econômico, financeiro e social em nosso País.

Também há um cartel por aí, do qual não se tem dito, que é o cartel dos bancos. Hoje, nós temos, na verdade, tão somente quatro bancos em nosso País, que detêm todo esse controle financeiro. Veja o caso dos cartões de crédito, que chegam a cobrar em média quase 500% do cartão rotativo. Então, isto é cartel, como também o dos combustíveis.

E eu vejo, Sr. Presidente, que o Cade, como também a Comissão de Valores Mobiliários, falharam nas suas fiscalizações. Por falta de leis? Não, não foi por falta de leis. Mas, esta lei, agora, hoje, de autoria do Senador Aécio e relatoria do competente Senador Anastasia, vai dar, então, mais segurança para o povo brasileiro para que desastres como esses não venham mais a acontecer no nosso País.

Portanto, eu espero que o projeto seja aprovado hoje, seja aprovado nas duas Casas e sancionado o mais brevemente possível, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Eu vou esperar um pouquinho mais pelo silêncio do Plenário para nós podermos continuar discutindo. (*Pausa.*)

Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu pediria verificação de quórum. Eu acho que nós já temos 14 com o Senador Moka, que está ali atrás. Se sim, nós temos sete projetos terminativos da Bancada Feminina que já foram lidos, já foram discutidos e cuja discussão já foi encerrada. Então, em menos de 15 minutos, nós faríamos a votação e aprovaríamos sete projetos da Bancada Feminina. Parece-me que há um Senador na antessala, mas, de qualquer forma, se ainda faltar um, assim que houver os 14, solicitaria que nós pudéssemos interromper a ordem da pauta, porque este é o mês de março, é o mês de aproveitarmos e darmos à sociedade e às mulheres brasileiras um respaldo legislativo quanto àqueles projetos relevantes que interferem na sua vida no dia a dia.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Perfeito. Estamos por uma presença para completar os 14.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Pela ordem.) – Apenas acolho a preocupação da Senadora Simone, ontem já externada no plenário do Senado. Estamos todos aqui para votar essa pauta feminina e gostaria apenas de pedir a reciprocidade da Senadora para que, na sequência, nós possamos dar continuidade a uma votação que foi interrompida, na última semana, no projeto de extrema importância para o Minas Gerais e para o Espírito Santo. Esperamos ter o apoio e a concordância da Senadora e dos demais membros desta Comissão para discuti-lo e votá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Bom, não havendo mais quem queira discutir, vamos para a votação do relatório.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto com as Emendas nºs 1-CCJ e 3-CCJ.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Devolvo a Presidência ao nosso eminente Senador, – uma das figuras mais brilhantes do nosso Senado Federal, o que não me canso de dizer – Antonio Augusto Anastasia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Agradeço ao Senador Lasier a gentileza, como sempre, e a generosidade de seu coração gaúcho e colorado.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Consulto V. Exª, Sr. Presidente, se, não havendo ainda quórum, nós iniciaríamos pela votação do não terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – O Secretário me informa que nós não temos o quórum ainda, eminente Senadora Simone, porque o nosso compromisso, de fato, é com a Bancada. Falta um só. Então, vamos ao item 13 e, tão logo terminemos, vamos à Bancada, aos votos da pauta feminina, que é nossa prioridade.

Item 13.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 148, de 2017

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera o art. 2º da Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007, para incluir os Municípios do Vale do Rio Doce, Estado de Minas Gerais, e Municípios do Estado do Espírito Santo na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

Autoria: Deputado José Fernando Aparecido de Oliveira.

Relatoria: Senador Aécio Neves.

Relatório: Favorável ao Projeto com uma emenda de redação que apresenta e contrário às emendas nº 1 e 2.

Observações:

- Em 07/12/2017, foi apresentada a emenda nº 1, de autoria do Senador Eduardo Amorim;

- Em 29/12/2017, foi apresentada a emenda nº 2, de autoria do Senador Davi Alcolumbre;

- A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos; pela Comissão de Serviços de Infraestrutura e pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

- A Presidência concede vista aos Senadores Armando Monteiro, José Pimentel e Wilder Morais nos termos regimentais.

Em 21/02/2018, a Presidência concedeu vista aos Senadores Armando Monteiro, José Pimentel e Wilder Morais, que até o momento não se manifestaram.

Em 21/03/2018 foi apresentada a Emenda nº 3, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, dependendo de relatório.

Concedo a palavra ao Senador Aécio Neves para proferir o relatório sobre a Emenda nº 3.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, há sobre a mesa uma emenda apresentada pelo Senador Ricardo Ferraço, que propõe acréscimo, no art. 2º do §1º, estabelecendo que quaisquer Municípios criados ou que venham a sê-lo por desmembramento dos entes municipais integrantes da área de atuação da Sudene, de que trata o *caput* deste artigo, serão igualmente considerados como integrantes da sua área de atuação.

No mérito, Sr. Presidente, não há qualquer discordância em relação a essa questão, que me parece já possa ser compreendida como consequência natural, independentemente da sua inclusão no texto do nosso relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou dando parecer contrário à emenda por uma razão objetiva. Esse projeto já foi aprovado pela Câmara dos Deputados; existem inclusive outras demandas da ilustre Senadora Rose de Freitas para a inclusão de outros Municípios do Espírito Santo, o que se justifica, é algo absolutamente adequado. No entanto, já fiz ver à Senadora, que compreendeu, que, se nós não votarmos o projeto nos termos em que ele veio da Câmara dos Deputados, todo esforço que lá ocorreu ao longo de meses e meses de negociação, de discussão, e que culminou com a votação, teria de ser reiniciado.

Portanto, na apresentação de um novo projeto, seja em relação à eventual inclusão de Municípios que estejam ausentes nesse projeto aprovado pela Câmara, ou de salvaguardas, como essa que propõe o Senador Ferraço, nada impede que isso possa estar presente. Já fui, inclusive, informado pela Senadora Rose que ela pretende fazê-lo. Eu sugiro à ilustre Senadora que possa incluir essa proposta, que na verdade estabelece que, em havendo desmembramento de Municípios, o fruto desse desmembramento seja também atendido, como a sede do Município estaria nesse projeto.

Portanto, o parecer é contrário, em razão da necessidade, se fosse incluído, de essa proposta ter que ser votada novamente na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Aécio.

Antes de colocar em discussão, eu queria registrar e agradecer a presença aqui de eminentes Parlamentares do meu Estado de Minas Gerais: o Deputado Federal Leonardo Monteiro – estava sentado em algum lugar aqui; eu não o estou identificando...

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG. *Fora do microfone*.) – Estou aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Ah! Está ali em pé.

Agradeço aos Deputados Estaduais, como o Bonifácio Mourão. O Deputado Federal Zé Silva está aqui; a Deputada Celise; o Prefeito de Valadares, André Merlo, e outros tantos prefeitos que eu cumprimento na pessoa do eminente Prefeito de Valadares. O Deputado Mourão também já cumprimentei.

Nós colocamos em discussão a matéria.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Pela ordem.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Para discutir.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Pela ordem.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Para discutir, Sr. Presidente. Para discutir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pela ordem, primeiro a Senadora Simone e depois o Senador Hélio José; depois, para discutir, o Senador Armando Monteiro.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. Pela ordem.) – Eu sei que se trata de um tema polêmico. Essa discussão não vai se encerrar tão cedo. Nós estaremos aqui para discutir.

O quórum acabou de ser restabelecido. Sete projetos já foram, repito, lidos, discutidos e tiveram encerrada sua discussão. Se nós pudéssemos fazer a votação nominal rapidamente, voltaríamos ao item 13, com a anuência do autor, Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Eu concordo com a Senadora, sem problema algum, reiterando a necessidade da permanência dos Senadores no plenário após a votação desses projetos, porque se trata de uma discussão extremamente importante, não apenas para Minas Gerais, mas também para o Espírito Santo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado.

O Senador Hélio José tinha pedido pela ordem?

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF. Pela ordem.) – Exatamente.

Sr. Presidente, eu só queria colocar a importância desse projeto que o nobre Senador Aécio Neves acabou de relatar para os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, mas, atendendo ao apelo da nossa nobre Senadora Simone e pela importância deste mês, que é o mês em que, inclusive, faço aniversário, que é o mês internacional da mulher, vamos votar esses sete itens e, em seguida, a gente discute.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Suspendemos provisoriamente, por alguns minutos, a discussão. Já está inscrito o Senador Armando Monteiro, como primeiro inscrito.

Vamos votar os projetos, cuja discussão já foi concluída, da pauta feminina, conforme determinação da Presidência do Senado, em função da prioridade que temos neste mês de março – a Senadora Simone é nossa grande orientadora.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 308, de 2016

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003, com o propósito de fixar o prazo máximo de cinco dias para a notificação compulsória, às autoridades que menciona, dos atos de violência contra a mulher atendida em serviços de saúde públicos e privados.

Autoria: Senador Elmano Férrer.

Relatoria: Senadora Simone Tebet.

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CDH.

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa;

- Em 14/03/2018, foi lido o relatório e encerrada a discussão da matéria;

- Votação nominal.

Vou orientar a Secretaria para começarmos a votação.

Antes disso, consulto os Srs. e Srªs Senadoras se podemos realizar votação única para o projeto e para a emenda, nos termos do parecer. Todos de acordo? (*Pausa.*)

Estamos de acordo.

Vamos orientar a Secretaria para abrir a votação no computador, eletronicamente, apesar da minha preferência pela votação nominal tomada oralmente – a tecnologia me venceu uma vez mais!

Os Srs. Senadores já podem votar. (*Pausa.*)

Pois não, Senadora Simone.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Enquanto os Senadores votam, só para lembrar que este projeto é singelo mas dá concretude a uma lei já existente que exige que os hospitais públicos e privados notifiquem casos de violência contra a mulher quando recebem seus pacientes.

O Senador Elmano faz apenas três alterações. Dá um prazo de cinco dias para que seja encaminhada a ficha de notificação, para que seja encaminhada à autoridade policial ou ao Ministério Público. Ou seja, dá concretude à lei que já existe, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senadora Simone.

Senador Eduardo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Sr. Presidente, enquanto os Senadores estão votando, exatamente para reafirmar a posição, inclusive, da Senadora Simone Tebet. Efetivamente, esse projeto de lei vem dar transparência às informações que os hospitais e os órgãos na área de saúde e segurança pública têm e que devem, portanto, acionar os órgãos competentes para fazer a comunicação e a notificação do ato da violência contra a mulher para que nós possamos ter mais transparência e mais eficiência nesse combate, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga.

Falta só um voto para alcançarmos o quórum, falta somente um voto para chegarmos a 14 e encerrarmos.

O Senador Humberto Costa está votando.

O Senador Garibaldi também. (*Pausa.*)

Nós já alcançamos o quórum.

Senador Flexa, peço a gentileza de V. Exª de votar. (*Pausa.*)

Aguardamos tão somente o Senador Flexa para concluir esta votação. (*Pausa.*)

Indago se todos os Srs. Senadores já votaram.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pronto, meu Governador.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Agradeço a votação de todos.

Em deferência à Senadora Marta, evidentemente, neste tema eu não poderia encerrar a votação sem colher o voto de S. Exª. (*Pausa.*)

Declaro encerrada a votação e peço a abertura do resultado pela Secretaria.

O projeto foi aprovado com 19 votos "sim", nenhum "não".

Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CDH-CCJ, a matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No item nº 2, cuja leitura vou fazer, eu vou indagar se nós podemos repetir a votação aqui. Se o Plenário estiver de acordo, eu vou lê-lo e, se nós estivermos de acordo, não vamos precisar votar, nós vamos declarar que estamos de acordo com o seu teor.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 233, de 2013

- Terminativo -

Altera a Lei n° 11.340, de 7 de agosto de 2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, para determinar a reserva de vagas gratuitas nos cursos técnicos de formação inicial e continuada, oferecidos pelos Serviços Nacionais de aprendizagem, para mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira.

Relatoria: Senadora Simone Tebet.

Relatório: Pela aprovação do Projeto e pela aprovação parcial da Emenda n° 1-CDH-CE, com a subemenda que apresenta, e com uma emenda que apresenta.

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte;

- Em 14/03/2018, foi lido o relatório e encerrada a discussão da matéria;

- Votação nominal.

Em 15/10/2015 foi recebida a Emenda nº 2, de iniciativa da Senadora Simone Tebet.

Em 06/02/2016 a autora apresentou requerimento de retirada da emenda.

Em 14/10/2018, foi lido o relatório e encerrada a discussão.

A votação é nominal.

Eu indago das Srªs e dos Srs. Senadores se nós podemos repetir a votação do projeto anterior, dado que esse consta também da pauta dita feminina, relativa à solicitação do Presidente do Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se todos estiverem de acordo, permaneçam como estão.

Nós vamos declarar repetida a votação, com a aprovação, como foi feito na votação anterior.

Todos de acordo? (*Pausa.*)

Está aprovado o projeto, a Emenda nº 3 da CCJ, aprovada parcialmente a Emenda nº1-CDH-CE, com a Subemenda nº 1-CCJ.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

O SR. ELBER BATALHA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não, Senador.

O SR. ELBER BATALHA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Senador, por gentileza, eu gostaria de solicitar aos meus pares que, se fosse possível, continuassem no plenário após a votação dos projetos da Bancada Feminina para que eu leve para o meu Estado a aprovação desse projeto de tanta importância para os advogados, para o Brasil, que é o Projeto de nº 30. Já há um relatório favorável da Senadora Simone Tebet, que, diga-se de passagem, é uma grande Senadora e que tem um grande ídolo na vida dela, que é o seu pai. E eu tive o prazer de conhecer aquele homem. Vocês não poderiam me proporcionar uma despedida mais solene na minha vida do que ter esse projeto aprovado, um projeto de tanta utilidade para os advogados do Brasil e para a sociedade.

Eu agradeceria a V. Exª, se assim for possível.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Batalha. É claro que, em deferência ao pedido de V. Exª – um projeto em que não há polêmica nenhuma –, nós procederemos no mesmo sentido.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 320, de 2017

- Terminativo -

Altera o art. 3º da Lei Nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, para estabelecer concretude ao devido processo legal nos processos administrativos sancionadores.

Autoria: Senador Roberto Muniz.

Relatoria: Senadora Simone Tebet.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do Projeto com seis emendas que apresenta.

Observações:

- Em 14/03/2018, foi lido o relatório e encerrada a discussão da matéria;

- Votação nominal.

Eu consulto as Srªs e os Srs. Senadores se podemos repetir a votação anterior e declarar, portanto, o projeto aprovado.

Aqueles que estão de acordo com esse item, que também consta dessa pauta extraordinária, fiquem como estão. (*Pausa.*)

Está, portanto, aprovado o projeto e as Emendas de nºs 1-CCJ e 6-CCJ.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Srªs e Srs. Senadores, eu peço a atenção dos senhores.

Nós encerramos aquilo que foi lido, os pareceres discutidos da pauta feminina.

O item nº 5 não teve a sua discussão encerrada. Não foi lido ainda.

A Senadora Simone pediu que se verificasse o de nº 7.

Não foi lido também.

Srªs e Srs Senadores, o Senador Batalha já havia me pedido uma deferência para um projeto que ele traz no coração, ele que está no exercício interino da função, projeto que já foi lido, uma matéria em relação à qual não há nenhuma dúvida, que é o item 30, que já foi lido e cuja discussão já foi encerrada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Presidente, Presidente ...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – O senhor está se referindo ao...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Ao item 30.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Ao item 30. É o PLS 36...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Exatamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – ...de autoria de S. Exª, o Senador Elber Batalha, e a Relatora é a Senadora Simone Tebet.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Isso! V. Exª teria alguma observação?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Se V. Exª me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – É uma breve consideração.

Eu tenho minhas ressalvas em relação a essa matéria, principalmente...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Então, só um minuto, só para ganhar tempo, porque nós estamos em uma situação excepcional.

Havendo a dúvida, e ela já está colocada, eu peço ao Senador Elber que compreenda: já que há dúvida, nós voltaremos ao tema em outro momento, já que um Senador coloca essa dúvida. Eu tenho que voltar, portanto, à discussão do que eu suspendi. Havendo a dúvida do Senador Randolfe, é claro que eu tenho de dar a ele a deferência dessa indagação e evitar a votação nesse momento, já que estamos em regime só de unanimidade.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Sr. Presidente...

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Vamos esclarecer o assunto rapidamente para prestigiarmos o nosso Senador Elber, que está encerrando o mandato, e já votar isso.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Ele amanhã se despede do Senado. Acho bom elucidar a dúvida para que a gente possa prestar uma homenagem...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Todos estão de acordo. Vamos colocar em discussão então.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Presidente, permita-me.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Não há impedimento em haver a discussão. Na discussão...

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Ela já foi feita.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Não há impedimento... Não serei eu a colocar impedimento para a votação, Sr. Presidente.

Se V. Exª e o Plenário permitirem, eu tenho somente uma consideração. Vencido sendo, vencido serei. Então, não haveria problema em ser colocado em votação e o meu voto ser colhido em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Nós faremos o seguinte: como a matéria já foi lida e há todo interesse em atender o Senador Batalha exatamente pelo fato de estar deixando a nossa companhia, por uma deferência de colegas naturalmente, vamos colocar em discussão, ouvir o Senador Randolfe e depois votar.

Se porventura o Senador Randolfe ficar vencido, tenho certeza de que não ficará aborrecido.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Com a palavra, portanto, o Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Sr. Presidente, em primeiro lugar todas as homenagens ao Senador Elber Batalha, que na sua passagem aqui conosco...

(*Soa a campainha.*)

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – A concorrência está grande, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Eu peço, por gentileza... Nós estamos com um grande número de convidados, mas isso não significa que possa haver anarquia dentro desta sala.

Então, por gentileza, eu peço de maneira enfática – enfática – o silêncio, o respeito aos Parlamentares. Por gentileza, está havendo um tumulto muito grande até em cima do Senador Randolfe. Os senhores podem recuar um pouco, porque, do contrário, há dificuldade para que haja de fato uma votação tranquila.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Randolfe, tem a palavra V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Obrigado, Presidente.

Inicialmente, Presidente, todas as homenagens ao Senador Elber. A sua passagem pelo Senado foi das mais brilhantes, tem sido das mais brilhantes. Eu quero contribuir para abrilhantar o máximo possível essa sua passagem aqui. A Relatora dessa matéria melhor e mais competente não poderia ter sido. É uma das nossas Senadoras que mais conhecem, em especial matéria de processo judicial, a Senadora Simone.

Eu tenho as minhas ressalvas sobre a matéria, Sr. Presidente. Eu compreendo e, por conta disso inclusive, protocolei um requerimento de audiência pública sobre o tema. Mas me conformo, abrindo-se o debate e sendo eu vencido, a submeter o meu voto aos demais.

As minhas dúvidas, digamos, em relação à matéria são as seguintes. O juizado especial surgiu, adveio ao ordenamento jurídico, Presidente, com um objetivo, e eu posso aqui dar o testemunho do meu Estado do Amapá. No Estado do Amapá, o surgimento dos juizados especiais, com a condução especial da Drª Sueli Pini, então membro da magistratura de primeiro grau e hoje desembargadora, representou uma revolução na Justiça do meu Estado.

O principal sentido e objetivo da Justiça é a devida prestação jurisdicional em tempo célere ao cidadão. Esse é o sentido de haver Justiça. Essa, no meu entender, é a grande contribuição que os juizados especiais vieram a dar desde o advento da lei em relação a isso. Nós modificarmos a contagem do prazo, no meu sentir – eu gostaria de ser convencido do contrário –, compromete a natureza, a vigência e o funcionamento dos juizados especiais como eles surgiram no ordenamento jurídico.

É por conta dessa questão, Sr. Presidente, e com todas as homenagens ao Senador Elber Batalha e com mais homenagens ainda à Senadora Simone, que eu queria apresentar aqui minha dúvida em relação à matéria e a necessidade de que esta matéria seja debatida com mais acuidade, envolvendo os diferentes atores da matéria.

Eu sei que há uma mobilização dos advogados brasileiros, através da Ordem dos Advogados do Brasil, para que se vote essa matéria. É importante aqui ouvirmos, então, a OAB numa audiência pública nesse sentido. Eu sei que há oposição, por outro lado, dos defensores dos juizados especiais. Seria importante ouvir personalidades da área, como a Drª Sueli Pini. Há oposição também de membros do Ministério Público, seria necessário ouvir o Ministério Público.

Então, eu tenho dúvidas que, com toda a competência que tem a Senadora Simone Tebet e com toda competência que se tem neste debate, no calor do debate, aqui acho que não serão sanadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, há disposição para ouvir S. Exª a Relatora, mas insistindo na minha posição, que seria de termos um debate em relação a isso.

Eu queria externar a minha oposição à votação neste momento, mas me submeto, claramente, à condução elegante que V. Exª dá a esta Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Randolfe.

Com a palavra a Relatora, Senadora Simone.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Eu vou ser breve, Sr. Presidente.

Primeiro, agradeço as palavras elogiosas do Senador Randolfe. Ele é, sem dúvida nenhuma, um dos mais zelosos Senadores no que se refere à legislação, a aspectos jurídicos dos projetos. Então, agradeço a contribuição, até porque ele me permite dois esclarecimentos, dois esclarecimentos apenas, Sr. Presidente.

O primeiro é dizer que o Código de Processo Civil já fala em dias úteis. No que se refere à Lei dos Juizados, muitos Estados brasileiros já estão interpretando que o CPC alterou a contagem do prazo também em relação a ela.

Então, primeiro, o projeto do Senador Elber simplesmente sana as dúvidas de interpretação. Segundo, ele equipara a contagem de prazos à nova contagem de prazos do CPC. Mas, mais do que isso, Senador Randolfe, as estatísticas mostram – e isso eu coloquei no meu parecer claramente – que, na realidade, a morosidade crônica da Justiça não se deve a essa contagem de prazo corrido ou útil, porque isso vai dar um dia a mais ou a menos em cada um dos prazos dados. Deve-se justamente à má gestão de recursos humanos; às vezes, há inércia não só do juiz, mas dos servidores da Justiça nos cartórios das varas, ou mesmo até em função até da sobrecarga do trabalho. Não há essa preocupação.

Por fim, Sr. Presidente, eu quero aqui dizer que nós recebemos, por mais de uma vez, telefonemas da Ordem dos Advogados do Brasil, inclusive do presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, que tem interesse. Por quê? E aí eu encerro a minha participação. O Estado de Mato Grosso do Sul, por exemplo, conta como dia útil; o Estado de São Paulo, hipoteticamente, como dia corrido. O que está acontecendo no Brasil? Advogados de outros Estados da Federação estão ou não perdendo prazo em função de os Estados estarem interpretando a lei de forma diferenciada, Sr. Presidente.

Por isso eu acho que este projeto é da mais alta relevância para a Justiça brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senadora Simone, que é Relatora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu indago se mais alguém quer se manifestar. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira se manifestar, encerro a discussão.

Nós vamos colocar em votação este projeto antes de voltar ao projeto que estava suspenso.

Esta matéria é terminativa. Vamos votar no painel.

Eu peço a abertura do painel eletrônico, então, para que os eminentes Senadores possam votar o projeto do Senador Elber Batalha, sendo Relatora a Senadora Simone Tebet.

Os Senadores já podem votar. (*Pausa.*)

Já temos o quórum de 18?

Eu indago se todos os Senadores já votaram.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – A Senadora Vanessa está votando.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – Já votei.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Já votou.

Todos votaram?

Declaro encerrada a votação.

Peço à Secretaria para apurar a votação. (*Pausa.*)

Dezessete votos "sim"; um voto "não".

Está aprovado, Senador Batalha, o projeto.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Parabéns. Com a palavra V. Exª. (*Palmas.*)

O SR. ELBER BATALHA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Eu confesso, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que esta foi a minha maior vitória até hoje na minha vida. Jamais, em tempo algum, pensei que chegasse ao Senado da República depois de uma espera de 16 anos. Mas estou feliz, feliz até demais. Talvez tenha sido, na história do Brasil, na história do Senado da República,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Senador que, em apenas três meses – um mês foi de recesso –, teve um projeto aprovado nesta Comissão terminativa.

Eu estou muito feliz.

Muito obrigado a todos vocês. Não tenho nem condição de sair citando nome por nome: a emoção é maior do que a minha capacidade de falar. Muito obrigado a todos. Eu não tenho como agradecer.

Muito obrigado, Senador Aécio Neves.

Muito obrigado, Senadora Simone Tebet.

Muito obrigado a todos vocês.

Saio daqui feliz e vou levar para o meu povo, para o meu Estado, a informação de que, no Senado da República, há homens e mulheres de bem que trabalham em benefício do povo.

Muito obrigado a todos.

Estou muito feliz. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Batalha.

Agradecemos. E foi com muito gosto e carinho de todos que V. Exª recebe a aprovação deste importante projeto.

Voltamos à discussão do item 13.

Está inscrito o Senador Armando Monteiro.

Com a palavra V. Exª.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é sempre onerosa a posição de quem quer restringir a extensão de benefício num país em que ainda existem imensos desníveis e descompassos do ponto de vista do seu desenvolvimento. No entanto, Sr. Presidente, o repertório de incentivos – e esse repertório tem décadas – esteve sempre centrado numa noção de que você precisava conceder a regiões...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG. *Fazendo soar a campainha*.) – Por gentileza, mais uma vez eu peço silêncio às senhoras e aos senhores.

O Senador Armando Monteiro tem a voz forte, mas nem por isso ele precisa se esforçar, como eu estou fazendo aqui agora, para ser ouvido. Eu pediria silêncio por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não, Senador Armando.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, esse repertório de incentivos que ainda vigora teve uma lógica que, à época, era que isso se conectava com uma visão de uma política nacional de desenvolvimento regional em que, através de alguns incentivos e políticas de caráter extraordinário, você pretendia, exatamente, corrigir desníveis que historicamente foram acumulados no Brasil. Foi essa lógica que orientou a criação dos incentivos, seja na área da Sudene, seja na área da Sudam – não sei se o nobre Senador Eduardo Braga está ainda presente –, e até mesmo a política que resultou no regime da Zona Franca, em Manaus.

Sr. Presidente, à época, sobretudo considerando que o Nordeste está inserido numa região que tem características muito marcadas do chamado Semiárido, do Polígono das Secas, alguns Municípios do Estado de Minas Gerais foram incluídos, exatamente porque tinham características geofísicas e climáticas assemelhadas àquelas da Região Nordeste. Foi exatamente por isso que, à época, considerando a configuração do chamado Polígono das Secas, houve a inclusão de alguns Municípios de Minas Gerais.

Sr. Presidente, ao que se assistiu a partir de então foi a um imenso esforço para que essas regiões, que tinham claramente uma defasagem, pudessem, a partir da oferta de incentivos, estimular um processo fundamental de incentivo à formação de capital e de investimentos físicos.

Sr. Presidente, o balanço de todos esses anos é um balanço importante, mas não chega a ser algo que se identifique como um processo redentor. Tanto é verdade que o Nordeste ainda tem metade da renda nacional, um terço da renda do Sudeste.

Sr. Presidente, esses incentivos ao longo do tempo foram sendo descalibrados, foram perdendo força, exatamente por conta do longo e penoso processo de instabilidade macroeconômica que marcou a vida do País. Ora, fazer uma extensão de incentivos a regiões e Municípios que têm características distintas daquelas que originalmente justificaram a inclusão no Polígono das Secas, a áreas, por exemplo, que têm melhor dotação de infraestrutura em termos relativos, que têm disponibilidade de capital humano, que têm proximidade de mercado consumidor... Sr. Presidente, isso causará uma assimetria, um desequilíbrio e um prejuízo para essas regiões que originalmente mereceram os incentivos.

E, vejam, se aprovássemos, minha cara Senadora Rose, esse projeto aqui, o que dizer a 13 outras proposições legislativas que estão em curso no Congresso Nacional, Senador Humberto Costa? Dentre tantos que eu vou aqui enumerar, existem projetos que pretendem incluir Municípios do Rio de Janeiro, todo o Estado do Espírito Santo e, pasmem, até Municípios brasileiros com menos de 10 mil habitantes,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

inclusive na área da Sudam. Ora, Sr. Presidente, se essa moda pega, nós vamos agora criar, por assim dizer, um processo em que todos os incentivos, que já são limitados, se estenderão às regiões mais desenvolvidas do País. Isso é um paradoxo.

Eu quero registrar aqui quais são esses projetos: o Projeto nº 504, que é um PLS, de Municípios situados nas mesorregiões norte e noroeste do Rio de Janeiro; o 148, que é o de que nós estamos tratando agora; o PLS 276, que pretende incluir, Senador Ferraço, todo o Espírito Santo na área da Sudene; o Projeto de Lei Complementar nº 440, que quer incluir os Municípios de Brasilândia e João Pinheiro na abrangência também desse processo; o Projeto nº 460, que quer incluir Municípios da região norte e noroeste do Rio de Janeiro; o Projeto nº 4.961, que quer incluir todos os Municípios da região norte de Minas Gerais; o Projeto nº 88, que inclui Municípios mineiros que integram a microrregião do médio Rio das Velhas. Em suma, Sr. Presidente, há uma profusão de projetos e de proposições que visam estender esses incentivos.

Quero ainda aduzir que os Municípios de Minas Gerais e do Espírito Santo que serão agora incluídos se essa proposição prosperar têm um PIB *per capita* médio 20% superior à média dos Municípios mineiros que já integram a área da Sudene – 20% superior – e superior à média da maioria dos Estados do Nordeste, inclusive com a presença, Senador Garibaldi, de Municípios como Aracruz e Governador Valadares, com suas características de maior proximidade com os mercados consumidores e de melhor dotação de infraestrutura. Eu pergunto aos senhores: se um empresário tiver a opção de contar com os mesmos incentivos em Governador Valadares, por que irá levar esse empreendimento para Sergipe ou para o Piauí ou para o Rio Grande do Norte?

Portanto, Sr. Presidente, eu jamais teria motivações para poder ter aqui uma posição estreita, egoísta, com um viés regionalista estreito, mas vamos redefinir toda a política nacional de desenvolvimento regional, vamos rediscuti-la. Não faz nenhum sentido, na lógica que presidiu e orientou a criação desses incentivos, sem que se reformule amplamente a política nacional de incentivos, que nós tenhamos agora, artificialmente, um processo de inclusão injustificada.

Quero até fazer justiça ao Senador Aécio.

Meu caro Senador Aécio, quero fazer justiça a V. Exª. Quando V. Exª esteve colocado na condição honrosa de candidato à Presidência da República, nunca defendeu essa tese da extensão dos incentivos fiscais da Sudene a outras regiões do País. Por quê? Porque V. Exª, com a responsabilidade que tem como homem público, naquele momento entendia que a sua visão tinha que se pautar fundamentalmente pela compreensão do que representa o interesse nacional, considerado no seu conjunto. Por isso é que não me recordo, Senador Aécio – posso estar enganado –, tendo este projeto mais de dez anos aqui nesta Casa, de ter visto o então candidato à Presidência da República Aécio Neves defendendo a extensão dos incentivos da Sudene para outras regiões do País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, Sr. Presidente, eu quero reafirmar a minha posição de que, embora respeitando e considerando que Minas é Brasil, nós não podemos estender os incentivos e, a partir desse precedente, aprovar outros tantos projetos, que, ao final, desfigurarão inteiramente a política de incentivos ao Nordeste.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Armando Monteiro.

Eu queria só fazer aqui um pedido para depois de encerrarmos este item da pauta. Como nós estamos hoje, felizmente, com o quórum bom, eu faço um apelo. Nós temos três projetos ainda da pauta feminina cujos relatórios não foram lidos e são terminativos. Nós vamos lê-los rapidamente depois e fazer a votação, porque temos esse compromisso com a Mesa do Senado, com o Presidente Eunício. Então, eu faço aqui um apelo veemente aos eminentes Senadores e Senadoras para que permaneçam no plenário para essas votações, que são importantes.

Dando sequência à discussão, Senadora Rose.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Presidente, só para um esclarecimento.

Quando, na sessão passada, foi pedido que fosse retirado de pauta, nós tínhamos, exatamente, percorrido esse caminho; a discussão estava encerrada, ia passar para o processo de votação e, aí, era onde nós deveríamos retomar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – É porque houve uma emenda. A abertura da emenda permitiu novamente o debate.

Vou devolver a palavra ao Senador Aécio para que conclua aqui o debate e façamos a votação do projeto.

Com a palavra o eminente Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Para discutir.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nós voltamos hoje, portanto, à discussão de um tema que não é novo para este Plenário, não é novo para o Senado Federal e tampouco para a Câmara dos Deputados.

O que se busca, na verdade... É preciso que nós busquemos desmistificar um pouco aquilo que aqui está sendo votado e passemos a ter uma visão um pouco mais nacional, como sugere, de forma muito adequada, o ilustre Senador Armando Monteiro.

Nós, mineiros, Sr. Presidente – sabe V. Exª, ex-Governador do Estado, muito bem disso –, temos alguns orgulhos na nossa trajetória, na nossa história. Um deles foi exatamente ter visto partir de um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mineiro – com a visão nacional e inequívoca que tinha o Presidente Juscelino Kubitschek – a visão clara de que o Brasil precisava dotar-se de instrumentos que visassem à diminuição das já vergonhosas e ainda aviltantes diferenças que nos separam. Portanto, foi com esse sentimento e com essa visão nacional que Juscelino Kubitschek criou a Sudene.

Mas, quando criou a Sudene, ele já percebia que não era possível limitar, na linha geográfica que divide os Estados, a ausência ou não de necessidade desses estímulos, desses incentivos. Tanto que, já no seu nascedouro, a Sudene incorporava, além dos Estados e da totalidade dos Municípios do Nordeste, alguns Municípios do Estado de Minas Gerais. O norte mineiro já era parte integrante da Sudene, em razão da semelhança, de uma certa isonomia que existia do ponto de vista do solo, do ponto de vista climático e, *lato sensu*, da situação econômica e social em relação ao próprio Nordeste.

Mas esse é um processo dinâmico e, ao longo do tempo, ao longo dos anos, incorporações foram feitas de outros Municípios sem que o Nordeste deixasse de ser a região condutora e, na verdade, a maior beneficiária em larga escala dos recursos da Sudene.

Eu tive oportunidade, como Presidente da Câmara, ilustre Senador Armando Monteiro – não sei se V. Exª estava lá nessa época –, de conduzir a inclusão de Municípios do Vale do Mucuri na região da Sudene. Tive, inclusive, por uma deferência do ex-Presidente Fernando Henrique...

(*Soa a campainha.*)

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – ...a oportunidade de, assumindo interinamente a Presidência da República, como Presidente da Câmara, sancionar aquele projeto que incluiu cerca de 40 novos Municípios na região da Sudene. Houve ali alguma perda para as regiões do Nordeste? Absolutamente nenhuma perda.

O que nós estamos buscando fazer agora é atender uma região depreciada economicamente, que vive, além de uma situação histórica de ausência de investimentos – e alio a essa região de Minas alguns Municípios do Estado do Espírito Santo –, problemas dramáticos mais recentes, como as consequências da tragédia da Samarco, que afastou dessa região inúmeras atividades econômicas.

Mas, para que se desmistifique essa questão levantada de que nós estamos aqui, de alguma forma, buscando usurpar recursos que deveriam ser concentrados, exclusivamente, numa determinada região do País, quero dizer o seguinte. Esses argumentos partem de uma lógica equivocada, porque, se fossem válidos, nós teríamos que pensar, ilustres Senadores, em excluir algumas regiões do Nordeste que têm um Produto Interno Bruto muito acima da média daquela própria região. Nós temos Estados do Nordeste, como o Estado de Pernambuco, como se disse aqui na última reunião, pelo mérito dos empreendedores e das suas lideranças políticas, que abarcaram quase metade dos investimentos de todo o conjunto da Sudene nos últimos anos. Fizeram isso em detrimento de outros Estados do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nordeste? Claro que não. Fizeram isso pela ação que conseguiram construir de atração de investimentos em razão da realidade também econômica, das potencialidades econômicas daquela região.

Eu não posso querer trazer para Minas Gerais um investimento do turismo de verão, como, por exemplo, um empreendimento hoteleiro, porque nós não temos praias em Minas Gerais. Ao mesmo tempo, eu tenho que estimular que investimentos na área da mineração, por exemplo, venham para Minas Gerais e para essa região, porque lá está a matéria-prima para essas atividades. E, muitas vezes, não vêm em razão da ausência de incentivos.

Eu quero aqui trazer ao conhecimento dos ilustres Senadores desta Comissão e daqueles que não estão tão familiarizados com o que é hoje a Sudene, ainda enfraquecida – e esse é outro aspecto, Senadora Rose; eu acho que a presença mais efetiva do Espírito Santo e de Minas Gerais nas decisões da Sudene, em vez de enfraquecê-la, haverá de fortalecê-la –, que ela é hoje a gestora de dois fundos: o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste, esses dois fundos – cumprimento aqui o Deputado Fábio Ramalho, que teve um papel muito importante, na Câmara, na aprovação dessa matéria.

Na verdade, quais são os principais incentivos que aqueles Municípios que estiverem integrados a ela passarão a usufruir, como já usufruem aqueles que lá estão? Redução de 75% do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, calculada com base no lucro daquela atividade; isenção do Adicional de Frete de Marinha Mercante incidente sobre máquinas, implementos e matérias-primas; o reinvestimento, que significa redução de 30% do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, em projetos de modernização e de complementação de equipamentos; e também a depreciação incentivada acelerada de bens adquiridos para efeito do cálculo de Imposto de Renda.

Mas eu chamo atenção, em especial – não vou me alongar muito –, para dizer o quão ínfimo seria para o conjunto dos Municípios hoje integrantes da Sudene, em especial para a Região Nordeste, a inclusão desses outros Municípios. Eu volto apenas três anos no tempo.

No ano de 2015, Srªs e Srs. Senadores, a diretoria colegiada da Sudene aprovou 346 pleitos. Vou repetir, ilustres Senadores, Senador Hélio José: no ano de 2015, a diretoria da Sudene aprovou 346 pleitos. Quantos deles em Minas Gerais? Quatro. Num conjunto de investimentos registrados de R$21 bilhões, Minas Gerais participou com ínfimos R$11 milhões, e o Espírito Santo, mais eficiente do que nós, com cerca de R$200 milhões.

Se formos falar em empregos, no ano de 2015, gerados nesses Municípios através dos incentivos proporcionados pela Sudene: foram gerados, Srs. Senadores, 122.680 empregos diretos. Vou repetir: no ano de 2015, os benefícios da Sudene no conjunto daqueles Municípios hoje pertencentes a ela geraram 122.600 empregos diretos. Minas e o Espírito Santo geraram, desses 122 mil, 3,1 mil empregos, menos de 2,5%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Podemos avançar no tempo e chegar ao ano de 2016. No ano de 2016, de um total de R$16 bilhões – aí falo do valor dos investimentos que ali foram registrados –, Minas e o Espírito Santo, somados, chegaram a algo em torno de R$1 bilhão. Se formos falar em empregos diretos: de 117 mil empregos gerados no ano de 2016, Minas Gerais teve 2,5 mil empregos gerados – de 117 mil, 2,5 mil empregos!

E chego ao ano passado, ao ano de 2017: foram 313 pleitos aprovados pela diretoria da Sudene, e Minas Gerais, Senador Armando, teve seis pleitos aprovados. Se somar com o Espírito Santo, são 19 pleitos de um total de 313. Mérito da Região Nordeste, mérito das lideranças empresariais, que se movimentaram e acessaram esses Municípios, até porque há uma questão até cultural nisso. Esses Municípios de Minas não têm, tradicionalmente, a cultura de acessar, por maiores que sejam, os incentivos ou os estímulos que lá vêm sendo feitos nessa direção.

Portanto, ao longo de 2015 e até o ano de 2107, para falar especificamente de Minas Gerais: ele recebeu, na verdade, 0,9% dos incentivos que foram dados ao conjunto da Região Nordeste, somados aos outros Municípios que dela já fazem parte.

Portanto, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, há uma questão, para nós, essencial. O que nós queremos é permitir que essas regiões possam ter, do ponto de vista fiscal, incentivos não que retirem o investimento da Região Nordeste ou do Estado A, B ou C, mas investimentos que ocorreriam ali ou não ocorreriam, em razão da peculiaridade local, em razão dos mercados ali disponíveis, mas em razão, sobretudo, das matérias-primas que, em grande parte, ali se buscam.

Grande parte, praticamente a totalidade desses incentivos, poucos, que Minas obteve, foi no setor de mineração, porque não há como transferir essa matriz, essa matéria-prima, para outras regiões do País.

Não me parece, portanto, eu peço aqui vênia aos ilustres Senadores, que nós possamos ter como argumento a levar a nossa decisão o fato de que existem outros projetos que tramitam na Casa em direção oposta a esse. Se isso fosse uma regra, nós estaríamos aqui impedidos de discutir qualquer tema...

(*Soa a campainha.*)

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – ... porque são inúmeros os projetos que existem nesta Casa distintos daqueles que nós estamos aqui sucessivamente votando.

Compreendo, e faço jus também à preocupação de alguns Senadores, em especial do Senador Armando Monteiro, que defende, como sempre defendeu, a sua região, mas, como uma grande liderança empresarial do País que é, respeitada por todos nós, acredito que poderia ter essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

compreensão de que não se trata de retirar de nenhum Estado brasileiro qualquer benefício; trata-se de incluir – assim como foi feito com o norte de Minas por Juscelino, depois no Vale do Mucuri e do Jequitinhonha – alguns Municípios do Espírito Santo e, agora, do Vale do Rio Doce, depreciados economicamente, dando a eles condições mínimas para retomarem o ciclo de crescimento e de desenvolvimento.

Eu saúdo e agradeço a presença aqui de inúmeras lideranças do Rio Doce que estão presentes nesta Comissão, como o Deputado Leonardo Moreira; o Deputado Bonifácio Mourão; o Prefeito André, de Valadares; o Prefeito Tony, de São José da Safira. Através deles, cumprimento todas as lideranças que aqui vieram, do Marco Aurélio, nosso embaixador do Vale do Rio Doce aqui no Congresso Nacional, pedindo aos Senadores que permitam a Minas e ao Espírito Santo, nas suas regiões ainda excluídas que têm peculiaridades, características que justifiquem sua inclusão nesses benefícios, que possam buscar um futuro de maior desenvolvimento econômico, maior desenvolvimento social, sem que isso venha a ferir, diminuir o potencial de atração de investimentos, sejam eles de agregação de capital ou mesmo de investimentos físicos na Região Nordeste do País.

Encerro, portanto, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, dizendo que é hora de todos nós termos aqui uma visão nacional, de conjunto do País, reiterando que as diferenças que nos separam não podem ser reduzidas ou simplificadas numa definição de fronteiras físicas. Cabe a este Senado, avaliando as circunstâncias, avaliando a realidade que se impõe a todos nós, numa visão mais ampla de Brasil, corrigir distorções, porque o Brasil de hoje não é o Brasil da década de 50, quando a Sudene foi criada. É um Brasil que avançou em muitos aspectos, cresceu economicamente, mas viu as suas diferenças sociais se aprofundarem ao longo desses anos. E é isso que instrumentos como esse da Sudene buscam corrigir.

Portanto, a inclusão desses Municípios de Minas e do Espírito Santo é, na verdade, uma ação absolutamente justa.

Tenho a certeza de que todos aqueles que aprovarem esse projeto se orgulharão de, no futuro, verem que essa região passa a ter uma perspectiva de futuro melhor, ao mesmo tempo em que o Nordeste continua, para a alegria de todos nós, avançando, atraindo investimentos, gerando renda, gerando empregos para sua gente.

Eu faço um apelo aos Srs. Senadores para que nos unamos todos no fortalecimento da Sudene, dos fundos, através da inclusão dos Municípios do Vale do Rio Doce, do norte do Estado do Espírito Santo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Aécio.

Na realidade, vou conceder a palavra ao Senador Pimentel. O Senador Ferraço está se inscrevendo. Serão dados cinco minutos para cada um, porque já está razoável, o Relator já explicou; do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contrário, vamos estender uma discussão *ad aeternum*, e os argumentos já estão bem falados de ambos lados.

A Senadora Rose lembrou bem que já fizemos a discussão na semana passada, mas, como formalmente, não encerramos, então, serão concedidos cinco minutos finais ao Senador Pimentel e cinco minutos ao Senador Ferraço, e vamos votar.

Com a palavra o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Antonio Anastasia.

Quero começar registrando que o Brasil necessita fazer um debate sobre um projeto nacional de desenvolvimento. Em vez de ficarmos tentando tirar de quem já não tem, deveríamos fazer essa discussão mais aprofundada, até porque, neste 2018, o Brasil deverá construir um novo caminho de crescimento econômico, com inclusão social e com distribuição de renda.

Nós temos no Brasil três regiões que têm políticas diferenciadas. Temos a Região Norte, com a Sudam; a Região Nordeste, com a Sudene; e a Região Centro-Oeste, com a Sudeco, que é a mais nova de todas elas.

Eu acho interessante que essas regiões, que também precisam desenvolver-se, mas que estão acima da média das Regiões Norte e Nordeste, em vez de dialogar com a Sudeco, cuja economia, cultura e realidade têm muito mais a ver, resolvem tirar de quem pouco tem, que é o caso concreto do Semiárido nordestino. Nós estamos indo, Sr. Presidente, para o sétimo ano de seca! O nosso Ceará tem menos de 3% de armazenamento de água. Nós estamos iniciando um processo de dessalinização das águas do mar, para ter água para beber, porque já não temos mais.

Ontem, foi dia de São José, 19 de março, padroeiro do meu Ceará, e esperávamos uma boa chuva. Lamentavelmente, tivemos algumas gotas, mas chuva mesmo só tivemos no Estado de São Paulo, com grande inundação na cidade de São Paulo e no Centro-Oeste brasileiro.

Por isso, eu entendo que nós deveríamos não aprovar este projeto, porque estamos tirando exatamente de quem pouco tem, e fazer um debate sobre a Sudeco. Por que não, se as condições dos incentivos fiscais são as mesmas, se a realidade econômica é muito próxima? A única diferença é o FNE, Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, que tem um pouco mais de recursos. Essas regiões do Centro-Oeste vão ao BNDES e têm esse banco como sendo da sua região. Portanto, há outras fontes de financiamento.

Por isso, peço aos meus pares das Regiões Norte e Nordeste – tivemos uma rejeição muito forte por parte das outras regiões – que não façamos esse ato de retirar um pouco daqueles que quase nada têm.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Por isso, voto contra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado.

Com a palavra o derradeiro inscrito, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. *Fora do microfone*.) – Vou declinar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Então, vamos passar à votação.

Tendo em vista que se trata de matéria em que há duas posições claramente antagônicas, vamos votar no painel, para que não haja necessidade de pedido de verificação etc.

Então, vou orientar a Secretaria para abrir o painel. (*Pausa.*)

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, eu queria encaminhar o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Os que votam com o Relator votam "sim", e os que votam de forma contrária votam "não".

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não, Senador Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Quanto à posição do Democratas, eu como Líder de partido que sou... Apesar da posição do Presidente Michel Temer e da Liderança do Governo ser contra, o meu voto será a favor, porque eu conheço realmente as dificuldades por que essas regiões estão passando.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Está registrado, Senador Caiado.

Dezesseis votos...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não, Senador Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Apenas quero registrar e retificar ao Senador Caiado, que anunciou meu voto sem ter falado comigo nem com o Presidente Temer, que há uma orientação do Governo de votar contrariamente, mas que vou votar de forma favorável, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Peço a atenção! Eu peço, por gentileza, a calma do Plenário.

Aproveito para agradecer a presença do Vice-Presidente da Câmara, Deputado Fabinho Ramalho, que está aqui conosco, que é o 1º Vice-Presidente da Câmara; do Deputado Caio Narcio, que vejo aqui também, Deputado Federal; e dos demais Parlamentares. Salvo engano, eu já citei...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – O Deputado José Silva, eu não o citei aqui.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Eu o citei já, agradecendo a presença do Deputado Zé Silva.

Indago se todas as senhoras e os senhores já voltaram.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Vamos aguardar um pouquinho, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – A Senadora Vanessa vai votar. (*Pausa.*)

Indago se todas as Srªs e Srs. Senadores já votaram.

Tendo já votado, eu solicito, então, à Secretaria que abra o painel.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Fabinho, você está me ameaçando! Isso é feio, Fabinho! Vai trabalhar para acabar com a Zona Franca? Não faça isso não, Fabinho!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Votos SIM, 9; NÃO, 11.

Portanto, foi rejeitado o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está designado como Relator do vencido o Senador José Pimentel, que relatará nos termos do art. 128 do Regimento Interno.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Com a palavra o Senador Aécio pela ordem.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, esta é uma Casa democrática, e temos de respeitar o resultado da votação, por mais que eu lamente, até pela visão a meu ver equivocada dos argumentos aqui colocados, mas quero dizer que estou apresentando hoje um novo projeto de lei que estabelece, na verdade, parcialmente, aquilo que aqui hoje foi negado.

Não se tratará mais de acessar os benefícios dos fundos, mas de garantir a esses mesmos Municípios constantes do projeto ora derrotado acesso a incentivos fiscais. Portanto, não se trata mais de acessar recursos dos fundos, mas de garantir, portanto, vamos dizer, um benefício parcial, fazendo com que as isenções de Imposto de Renda e do Fundo da Marinha Mercante possam ainda atender a essa região. Quem sabe para esse projeto nós possamos contar com a generosidade dos Senadores que, infelizmente, não compreenderam a importância desse projeto agora derrotado?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Obrigado.

Eu pediria às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores que permanecessem no plenário. Nós vamos continuar com quórum terminativo, conforme combinado, para a votação dos projetos da pauta feminina.

Vamos fazer uma leitura bem sumária dos relatórios.

O primeiro deles é o item 5.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 119, de 2015

- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei Maria da Penha), para dispor sobre o uso do "botão do pânico" no cumprimento das medidas protetivas de urgência.

Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Roberto Requião

Relatório: pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1-CDH e 2-CDH, com a subemenda que apresenta à Emenda nº 2-CDH.

Observações: - *a matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa;*

- *votação nominal.*

Estou designando como Relatora *ad hoc* a Senadora Simone Tebet.

Senhoras e senhores, por gentileza...

Os próprios Parlamentares agora colaboram para certo tumulto, não é, Senador Pimentel? Mas agora acalmou.

Por gentileza, Senadora Simone.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. Como Relatora.) – Sr. Presidente, atendendo ao apelo dos colegas, em vez de ler o parecer do ilustre Senador Roberto Requião, como Relatora *ad hoc*, eu vou, em 30 segundos explicar. Trata-se apenas de colocar como obrigação o uso de botão do pânico no cumprimento das medidas protetivas de urgência. Essa é uma medida bem-sucedida do Estado do Espírito Santo, em que as mulheres que já foram vítimas de violência ou de ameaça usam de um dispositivo de tecnologia acionado às delegacias e, quando se sentem ameaçadas novamente ou, de alguma forma, violadas no seu direito, utilizam-se desse dispositivo para que imediatamente a força policial possa vir em seu socorro. Então, é um projeto da mais alta relevância.

O parecer do Senador Roberto Requião é pela aprovação do projeto, inclusive das Emendas 1 e 2-CDH, esta última na forma de subemenda.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Nós vamos fazer a discussão e votação de quatro projetos em conjunto.

Então, vamos ao próximo, que faremos a votação em conjunto para facilitar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 197, de 2014

- Terminativo -

Altera os arts. 19, 20 e 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha –, a fim de possibilitar a aplicação das medidas protetivas de urgência nela previstas independentemente de sua vinculação a inquérito policial ou a processo penal contra o agressor, e dá outras providências.

Autoria: Senador Pedro Taques

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações: - *nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar;*

- *votação nominal.*

Antes de dar a palavra ao Senador Humberto Costa, que é o Relator, faço um esclarecimento com relação ao item anterior, que votamos, o referente à Sudene, de relatoria do Senador Aécio Neves. O vencido será redigido pelo Senador Pimentel, e a matéria será ainda apreciada por outras três comissões, as de Infraestrutura, Assuntos Econômicos e Desenvolvimento Regional, e ainda irá ao Plenário para a decisão final.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Agradeço a V. Exª e apenas reitero a necessidade de mobilização mais efetiva nas próximas comissões.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – O Senador Humberto estava aqui há 30 segundos. Então, eu vou pedir que seja Relatora *ad hoc* a Senadora Simone, para ler o relatório do Senador Humberto. Tenho certeza de que ele não vai impor nenhum obstáculo em se tratando de pauta feminina.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente. A pedido, não vou ler, mas basicamente altera os arts. 19, 20 e 22 da Lei Maria da Penha para permitir que, não só no caso de repressão, mas como prevenção à violência, seja permitido levar adiante as medidas protetivas independentemente de inquérito policial.

Na análise, no mérito, é oportuno e conveniente. O projeto é legal, regimental e constitucional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com efeito, nós sabemos da importância desta matéria. Quanto ao art. 19, que é objeto da alteração, ele propõe que as medidas protetivas possam ser requeridas também pelo delegado de polícia. Quanto ao art. 20, que também é objeto de alteração, propõe a substituição da expressão "autoridade" por "delegado".

No voto, ele apresenta o seu substitutivo, alterando os arts. 19, 20 e 22, que ficam da seguinte forma, para encerrar: "Art. 19. As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas pelo juiz, a requerimento do Ministério Público ou do delegado de polícia, ou a pedido da ofendida, ainda que, no âmbito civil e com caráter meramente satisfativo, independentemente da exigência de inquérito policial ou processo penal instaurado pelo agressor."

No art. 20, é dito que, em qualquer fase, caberá a prisão preventiva do agressor, decretada pelo juiz.

Por fim, o art. 22 diz: "Art. 22. Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, ou na sua iminência, nos termos desta lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência, entre outras: [...]."

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão, para que haja a votação conjunta com os próximos dois itens.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 328, de 2013

- Terminativo -

Acrescenta parágrafo ao art. 20 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer a necessidade da realização de audiência de admoestação para a soltura dos agressores

Autoria: Senador Pedro Taques

Relatoria: Senadora Marta Suplicy

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta.

Observações: - *votação nominal.*

Com a palavra a eminente Senadora Marta Suplicy para proferir o seu relatório.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP. Como Relatora.) – Com V. Exª já leu, vou ler simplesmente a justificativa do autor, que diz que o projeto é inspirado em experiência pioneira do magistrado Haddad Campos, que é Juiz da 1ª Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Cuiabá, Mato Grosso.

O projeto não tem vícios de inconstitucionalidade nem de injuridicidade. No mérito, o projeto é conveniente e oportuno.

O objetivo dessa audiência de admoestação é advertir o agressor sobre as consequências do descumprimento das medidas a que estará obrigado. É importante que tenhamos em mente que essa audiência tem lugar apenas na hipótese de revogação da prisão preventiva, que se dá nos termos do art. 316 do Código de Processo Penal, por decisão do mesmo juiz que a decretou. Não se aplica, portanto, aos casos de ordem concessiva de *habeas corpus,* em que há verdadeira cassação do decreto de prisão por ilegalidade.

Na verdade, as pessoas, quando são soltas, não entendem direito o que isso significa, o que podem ou não fazer. Então, essa admoestação vem a calhar, é muito bem-vinda. Acredito que pode ter consequências positivas para o agressor, que saberá o que lhe é restrito, e para a mulher que está sendo vítima de agressões.

Além disso, consideramos conveniente estabelecer um prazo de 48 horas, a contar da decisão de revogação da prisão preventiva, para a realização da audiência de admoestação, pois, sem isso, a liberdade do preso poderia ser obstada pela burocracia das varas judiciais.

Portanto, o voto é pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passo ao derradeiro, antes da votação.

Peço aos Senadores que permaneçam por mais cinco minutos no plenário.

É o Item nº 4, de minha autoria. Vou pedir à Senadora Fátima para ler *ad hoc*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 64, de 2018

- Terminativo -

Disciplina o regime de cumprimento de pena privativa de liberdade da mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência, bem como sobre a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar das mulheres na mesma situação.

Autoria: Senadora Simone Tebet

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: pela aprovação do Projeto com seis emendas que apresenta.

Observações: - *votação nominal.*

Designo a Senadora Fátima para a leitura, por gentileza, para ganharmos tempo. Pode apresentar somente a síntese do voto. Pode ler o resumo, Senadora Fátima, conforme V. Exª solicitou.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Como Relatora.) – Sr. Presidente, o projeto flexibiliza as regras de progressão de regime prisional para a mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoa com deficiência, desde que a detenta não tenha cometido crimes com violência ou grave ameaça à pessoa, não seja reincidente e apresente bom comportamento carcerário. São beneficiadas também gestantes, mães ou responsáveis em prisão preventiva. Nesse caso, a prisão é substituída por prisão domiciliar sem prejuízo da aplicação de outras medidas cautelares.

O Departamento Penitenciário Nacional e os órgãos similares locais acompanharão a execução da pena das mulheres beneficiadas pela progressão especial, monitorando sua integração social e a ocorrência de reincidência.

O Relator, o Senador Anastasia, propõe fazer alterações diretamente na Lei de Execução Penal, no Código de Processo Penal e na Lei de Crimes Hediondos.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, eminente Senadora Fátima Bezerra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Nós vamos colocar em votação agora no painel o item 5, que é o texto e as emendas, e vou solicitar ao Plenário que, estando de acordo, repita essa votação para os itens 7, 8 e 4. Então, vamos colocar em votação o item 5.

As Srªs e os Srs. Senadores podem votar no painel. Os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, enquanto o pessoal está votando, eu gostaria de solicitar a apreciação do item 20, que é o PLS 54, de autoria do Senador Wilder, que trata do regime jurídico da multipropriedade. Ele já foi lido. É só para votar, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Será o próximo.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Obrigado.

E há também a indicação do Juiz Valter Shuenquener para o CNMP. Se pudéssemos ler, poderíamos depois agendar a sabatina dele para depois da Semana Santa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Leremos esse ao final da reunião, Sr. Senador Cidinho.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – O.k.!

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senadora Simone.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. Pela ordem.) – O último item que nós da Bancada feminina estamos solicitando é extrapauta, não terminativo. Nós não precisamos de quórum, precisamos pelo menos ler e encerrar a discussão hoje, para que possamos votar e, depois, ir para o Plenário semana que vem. É um projeto que nós já aprovamos na Casa e que a Câmara alterou. Trata-se da tipificação do crime sexual, inclusive do estupro coletivo, Sr. Presidente. Então, nesse sentido, se nós pudéssemos fazer a votação...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Votaremos hoje.

Falta um voto ainda ali.

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – A Senadora Vanessa, que é da Bancada feminina, não votou ainda.

O Senador Romero está votando.

A Senadora Ana Amélia também não votou ainda, parece. Votou, votou.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não, Senadora Marta.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu queria saber se seria possível também votar ou pelo menos ler o item 15. Ele é terminativo, acho que não há quórum, mas daria para fazer a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Nós vamos tentar agora, com muita calma, apreciar os itens... Eu vou indagar à Secretaria se existe algum item terminativo – temos quórum neste momento – que não esteja na pauta e cujo relatório já tenha sido lido.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não, Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – O item 21 já foi lido.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Ele já foi lido. Desculpe, Presidente. O item 15 já foi lido.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Ele tem emendas, é terminativo. Poderíamos...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Vamos ganhar tempo.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Há o item 20, primeiro que o item 21.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Todos já votaram? Indago se todos já votaram. (*Pausa.*)

Concluída a votação, eu pediria à Secretaria que abrisse, por gentileza, o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Aprovados por 16 votos a favor, o projeto, as emendas e as subemendas aprovados serão encaminhados à Mesa.

Conforme eu disse, vamos declarar o mesmo resultado, proclamar exatamente o mesmo resultado para os itens 4, 7 e 8, com o mesmo resultado.

As Srªs e Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovados.

Estão aprovados, portanto, esses quatro itens que são da pauta feminina.

Vamos ao próximo terminativo com relatório lido, que é o item 17.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – O item 15 está lido e está antes.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Não seria o item 20, Presidente?

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – O item 15 está lido também e está antes.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Senador Anastasia, é o item 20, que eu tinha pedido primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Estão prontos aqui os itens 15, 17, 20.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – E o item 21, Presidente, que trata de cartões corporativos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Se os senhores ficarem aqui, eu lerei todos, e nós votaremos todos. Isso depende de V. Exªs.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – O item 11 também, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – De minha parte, eu fico até as 15h.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, o item 11!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Calma, que nós vamos votar aqui!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Há o item 11, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Vamos aproveitar a presença...

O item 11 é não terminativo, Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Depois...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Vamos aproveitar o quórum e vamos tentar votar os terminativos.

O Senador Cidinho fez um apelo e está olhando aqui com uma cara muito triste. O item 20 é o item dele?

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – É o item 20.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – É o item 20.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Sr. Presidente, vou fazer cara triste também.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Não, é porque ele pediu antes.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Ele já foi lido, já foi...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Já foi lido. Então, vou apresentar o item 20.

Nós vamos conseguir... Se os Senadores ficarem aqui, nós votaremos todos. Peço que permaneçam aqui. Estou achando que vamos ter um quórum bom, não é, Senador Garibaldi? Está todo animado hoje.

ITEM 20

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 54, de 2017

- Terminativo -

Dispõe sobre o regime jurídico da multipropriedade.

Autoria: Senador Wilder Morais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: pela aprovação do Projeto com quatro Emendas que apresenta e pela rejeição das Emendas n°s 1-T, 2, 3 e 4.

Observações: - *em 23/03/2017, foi apresentada a Emenda nº 1-T, de autoria do Senador Airton Sandoval;*

- em 24/03/2017, foram apresentadas as Emendas nºs 2 e 3, de autoria do Senador Davi Alcolumbre;

- em 22/11/2017, foi apresentada a Emenda nº 4, de autoria do Senador Lindbergh Farias.

- em 05/12/2017, foi recebido Relatório do Senador Cidinho Santos, com voto pela rejeição da Emenda nº 4;

- em 06/03/2018, o Senador Cidinho Santos reformula o relatório com voto pela aprovação do Projeto com quatro Emendas que apresenta e pela rejeição das Emendas n°s 1-T, 2, 3 e 4;

- em 07/03/2018, foi lido o relatório e adiada a discussão da matéria;

- votação nominal.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, declaro encerrada a discussão.

Votação nominal.

Determino a abertura do painel para a votação pelas Srªs e Srs. Senadores.

Os Srs. Senadores já podem votar o item 20, que é da relatoria do Senador Cidinho Santos.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – O próximo será o item 15.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Esse projeto, Senadora Fátima, trata-se do regime jurídico da multipropriedade, que oportuniza que pessoas que tenham fração de lotes em hotéis ou em qualquer outra modalidade tenham a sua documentação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – O Senador Armando Monteiro vai nos deixar para a minha tristeza?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Se o Sr. Presidente não permitir, eu...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Eu faço esse apelo, porque, se nós conseguirmos ficar aqui por mais uns 15 minutos, conseguiremos liquidar praticamente quase todos esses itens que os Senadores estão pedindo. É um apelo. Eu sei que V. Exª é dos mais presentes nesta Comissão, e, por isso mesmo, faço esse apelo aqui.

Tratamos do item 14.

Alguém mais falta votar? As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores já votaram?

Vou encerrar a votação.

Esperamos pela Senadora Vanessa.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Aproveito para pedir a V. Exª a inclusão do item 19.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Será votado. Vamos votar tudo *in force*.

A Senadora Vanessa votou? O.k.!

Todos votaram? (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

Peço à Secretaria que abra o painel.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Houve 15 votos a favor; nenhum voto contra.

Está aprovado o projeto, que, portanto, será encaminhado à Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 15

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 193, de 2011

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Altera o art. 320 do Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a aplicação da receita das multas.

Autoria: Senador Paulo Davim

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 426, de 2012

- Terminativo -

Altera o art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e o art. 32 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, Lei Orgânica da Saúde, para destinar trinta por cento da receita arrecadada com a cobrança de multas de trânsito ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Autoria: Senador Eduardo Amorim

Relatoria: Senadora Marta Suplicy

Relatório: pela aprovação do PLS nº 426, de 2012, com uma emenda que apresenta, pela rejeição da Emenda nº 1-CAS, e pela rejeição do PLS nº 193, de 2011.

Observações: - *a matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais;*

- em 07/02/2018, foi lido o relatório e adiada a discussão das matérias;

- votação nominal.

Onde está o relatório?

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Já foi lido o relatório, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Já foi lido?

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – E já foi feita a discussão.

Resumindo, nós rejeitamos um e aceitamos o outro.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – E aumentamos a multa para 30%. Vai haver um fundo especial que vai para a saúde. E não pode ser inserido no total que a saúde tem como dotação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Agradeço-lhe, Senadora.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Podem votar as Srªs Senadoras e os Srªs Senadores.

Está aberto o processo.

Será votação única para os projetos e para as emendas, nos termos do parecer.

Se todos estiverem de acordo, permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Vamos, então, votar no placar. Está aberta a votação.

As Srªs e Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Este é o item 15. O próximo será o item 16, da Senadora Ana Amélia, que também já foi lido.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senador Raupp, pois não.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. Pela ordem.) – Eu queria pedir a retirada de pauta do item 27.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pede a retirada de pauta.

Está deferida a retirada de pauta do item 27.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Obrigado.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – O item 17 também já foi lido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Está na nossa lista aqui em sequência. (*Pausa.*)

É terminativo. Nós estamos na votação dos itens terminativos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todos os Srs. Senadores já votaram? (*Pausa.*)

Falta a Senadora Lúcia Vânia. (*Pausa.*)

Nós estamos com o quórum na pinta. Ninguém pode sair. (*Pausa.*)

Conseguiu votar, Lúcia? (*Pausa.*)

Falta só a Senadora Lúcia Vânia. Parece que houve um problema na máquina. (*Pausa.*)

Pronto! Votou.

Está encerrada a votação.

Peço à Secretaria que abra o resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Aprovado, por 14 votos.

Está aprovado o projeto, que vai ser encaminhado, juntamente com as emendas, à Mesa para as providências cabíveis.

Esse foi o item 15. Agora, vamos ao item 16, terminativo, que também foi lido.

ITEM 16

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 171, de 2012

- Terminativo -

Estabelece procedimento licitatório simplificado para Estados, Municípios e Distrito Federal adquirirem diretamente dos laboratórios fabricantes medicamentos e material penso hospitalar destinado a suprir as necessidades de abastecimento das Secretarias de Saúde em ações voltadas ao atendimento gratuito da população pela rede pública de saúde e dá outras providências.

Autoria: Senador Ivo Cassol

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: pela aprovação do Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações: - *a matéria já foi lida;*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- *houve vista coletiva;*

- *votação nominal.*

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Em votação a matéria, o substitutivo oferecido pela Relatora.

Portanto, as Srªs e Srs. Senadores já podem votar o item 16, da Senadora Ana Amélia.

(Procede-se à votação.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sou a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – O próximo qual vai ser?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não abriu ainda aqui. Tem de abrir, para votarmos o item 16.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Não está aberto ainda? (*Pausa.*)

Está aberto.

(Continua em processo de votação.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Estamos votando o item 16.

Depois, está previsto o item 17, de relatoria da Senadora Simone.

Depois do item 17, é sempre bom dar esperança, vem o item 19, do Senador Armando Monteiro.

Depois, o 21, Senador Lasier.

Vamos torcer para todos permanecerem aqui. Estamos todos aqui ainda em comunhão. São 14.

Todas as Srªs e Srs. Senadores já votaram? (*Pausa.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone*.) – Espera aí, espera aí!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Falta a Senadora Fátima Bezerra. (*Pausa.*)

Agradeço à Senadora Fátima.

Está encerrada a votação.

Ah, não votou ainda, não? Desculpe! É que eu vi 15 ali.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone*.) – Espere aí um momentinho!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Ah, desculpe, Senadora! Peço mil desculpas, porque, quando vi que eram 15...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone*.) – É só um momento.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Mas considero o voto da senhora. Mandarei constar da ata como voto favorável.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Já foi feita a votação.

Será considerado na ata, Senadora Fátima, o seu voto favorável.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – O substitutivo é aprovado e será submetido a turno suplementar nos termos do art. 393.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

O próximo é o item 17.

ITEM 17

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 371, de 2016

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências", para definir prazo da guarda provisória no procedimento de adoção.

Autoria: Senador Aécio Neves

Relatoria: Senadora Simone Tebet

Relatório: pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1-CDH e 2-CDH.

Observações: - *a matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa;*

- *em 28/02/2018, foi lido o relatório e adiada a discussão da matéria;*

- *votação nominal.*

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Vamos abrir o painel para votação. A Secretaria pode abrir o painel.

As Srªs e os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – Não abriu.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Já abriu, sim.

É o item 17, e a Relatora é a Senadora Simone.

O próximo é o item 19, da relatoria do Senador Armando Monteiro, que também já foi lido.

(*Continua em processo de votação.*)

Todos já votaram?

Senadora Fátima, já votou?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone*.) – Um momento!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Desta vez, eu vou esperar com muita calma.

(*Continua em processo de votação.*)

Pronto! Todos os Srs. Senadores já votaram? (*Pausa.*)

Muito bem, está encerrada a votação.

Vamos abrir o placar.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – A Senadora Marta vai embora?

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP. *Fora do microfone*.) – Tenho de ir, porque tenho um compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Ah, que tragédia, Senadora Marta!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Mas é muito rápido. Está na pinta.

Aprovado o projeto e as Emendas nºs 1 e 2.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

É só votar, Senadora Marta. São de três a cinco minutos. É o item do Armando Monteiro, item 19. É tão rápido!

Pode abrir o painel, enquanto eu leio aqui.

ITEM 19

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 135, de 2017

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, para possibilitar a arbitragem para a definição dos valores de indenização nas desapropriações por utilidade pública, nas condições que especifica.

Autoria: Senador Antonio Anastasia

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: pela aprovação do Projeto com uma Emenda que apresenta.

Observações: - *em 14/03/2018, a Presidência concedeu vista ao Senador Humberto Costa, que não se manifestou;*

- *votação nominal.*

Coloco-o em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Faltará só mais um terminativo, e aí eu agradecerei sobremaneira e serei eternamente grato. E vamos aos não-terminativos.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Eu, hoje, sou devedor de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Ao contrário, eu é que sou sempre devedor de V. Exª.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP. *Fora do microfone*.) – Faltam dois.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Faltam dois, mas estão votando ainda.

A Senadora Fátima Bezerra ainda não votou. Ela está distraída no celular, mas sempre atenta à votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pronto? Todos os senhores já votaram?

O Senador Garibaldi está votando.

(*Continua em processo de votação.*)

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Presidente, poderia votar aqui o item 35, do Senador Raimundo Lira, que pediu que fosse votado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Primeiro, vamos até o item 21, para fazer o *tour de force*. Aí vamos ver depois o que temos. Senão, aí também assusta demais.

Todos já votaram?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN. *Fora do microfone*.) – Fechou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Não, não fechou, não. Não encerrei a votação, uai, ainda não.

Peço que seja dada ajuda ao Senador Garibaldi, para ver o que está havendo. (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

Peço que seja aberto o painel.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – São 15 votos a favor.

Aprovado o projeto e a Emenda nº 1-CCJ.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

O último terminativo é o Item 21.

ITEM 21

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 84, de 2016

- Terminativo -

Dispõe sobre o uso dos cartões de pagamentos pela administração pública direta da União.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Ronaldo Caiado

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: pela aprovação do Projeto e das emendas nº 1 a 3, nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações: - *nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar;*

- em 21/02/2018, foi lido o relatório e adiada a discussão da matéria;

- em 28/02/2018, foram apresentadas as Emendas nºs 1 a 3 de autoria da Senadora Marta Suplicy;

- votação nominal.

O Senador Lasier tem de apresentar relatório sobre as Emendas nºs 1 a 3, relatório sumário.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS. Como Relator.) – É apenas meia lauda, Presidente.

De fato, já foi lido há muito tempo. É uma matéria que é discutida há muito tempo, que diz respeito aos cartões corporativos da administração da União.

A Senadora Marta Suplicy apresentou três emendas, e nós acolhemos as três. Passo a lê-las resumidamente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Se foram acolhidas e já foram distribuídas, se o senhor aquiescer...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Então, se dispensa a leitura...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Coloco-o em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco-o em votação.

Peço a abertura do painel para votação, já que as emendas foram acolhidas.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Está em votação o substitutivo, com as emendas da Senadora Marta incluídas.

(*Continua em processo de votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Quem está faltando?

Cadê a Fátima de novo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Então, perdeu o quórum. Falta um.

O Senador Raupp vai votar? Quem não votou ainda?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – O Senador Raupp votou?

Todos os Srs. Senadores já votaram? (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

Peço a abertura do painel.

Segure por um minuto. Dá tempo? (*Pausa.*)

Não, já se encerrou.

Agradeço, Senador Randolfe, a V. Exª pela presença. Conseguimos votar aqui num *tour de force*.

Peço a abertura do resultado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não, Senador Romero.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Pela ordem, Sr. Presidente, apenas quero pedir que o item 11 possa ser votado...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – É o próximo.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – ...tendo em vista que é simbólico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – É o próximo.

Eu pedi já à Secretaria para abrir o resultado. Não sei por que não abriu ainda. A máquina é mais lenta do que nós. (*Pausa.*)

Abriu.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Houve 13 votos a favor.

Está, portanto, aprovado o substitutivo que será submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Portanto, agradeço muito a todos pela votação, nesse esforço concentrado.

Agora vamos aos não terminativos.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 181, de 2017

- Não terminativo -

Estabelece a competência da Justiça Eleitoral para julgar ações que versem sobre a validade de atos intrapartidários e dá outras providências.

Autoria: Senador Romero Jucá

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: favorável ao Projeto e à Emenda nº 1, com três emendas que apresenta.

Observações: - *em 13/11/2017, foi recebida a Emenda nº 1, de iniciativa do Senador Edison Lobão.*

Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin para proferir o seu relatório, em síntese.

Com a palavra V. Exª.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Como Relatora.) – Eu o farei em síntese, não é, Presidente?

Primeiro, o projeto de lei, Sr. Presidente, de autoria do Senador Romero Jucá, é um importante projeto, mais do que oportuno, pois ele confere à Justiça Eleitoral competência para apreciar as ações judiciais que versem sobre disputa intrapartidária. Proíbe, entretanto, manifestação da Justiça Eleitoral acerca da oportunidade ou conveniência de ato partidário.

Também altera ainda o regramento da ação rescisória para:

a) permitir o seu ajuizamento perante o TSE no caso de decisão dessa Corte que rejeite as contas de partido político ou as considere não prestadas;

b) permitir seu ajuizamento perante o TRE no caso de decisão dessa Corte ou de juiz eleitoral de que decorra inelegibilidade, em até 180 dias do trânsito em julgado, bem como no caso de decisão do TSE que rejeite as contas de partido político ou as considere não prestadas;

c) determinar que a decisão do TRE ou do TSE, em qualquer caso, poderá apenas afastar a inelegibilidade, mas não terá o condão de restabelecer o registro, o diploma ou o mandato cassado.

Na justificação, Sr. Presidente, o autor, Senador Jucá, sustenta que a competência da Justiça comum para processar e julgar as ações que tratam de disputas intrapartidárias, observando-se o rito ordinário previsto no Código de Processo Civil, tem causado discrepâncias no sistema, seja pela especialidade da matéria eleitoral, seja pela inadequação dos largos prazos estabelecidos para reger procedimentos que versam sobre matérias com repercussões diretas ou indiretas sobre o processo de realização das eleições.

Cita como exemplo as divergências sobre o controle dos órgãos partidários no seio dos partidos políticos, que projetam consequências sobre a configuração das chapas partidárias às eleições.

No tocante à ação rescisória, o projeto abre a oportunidade de desconstituição de decisões judiciais transitadas em julgado que impliquem rejeição de contas de partidos políticos por meio do ajuizamento de ação rescisória baseada em documento que só esteja disponível ao partido após a prestação de contas.

O projeto recebeu, Sr. Presidente, a Emenda nº 1, de autoria do Senador Edison Lobão, que atribui aos juízes eleitorais competência para apreciar as ações que versem sobre as regras previstas nos estatutos partidários em relação aos seus respectivos filiados, vedando o exame quanto à conveniência e ao mérito da regra questionada. A emenda também estabelece a competência do juízo eleitoral da zona eleitoral ou ao tribunal em que está registrado o órgão partidário ao qual o filiado está vinculado na apreciação dessas ações. E aí, o autor apresenta a justificativa da sua emenda, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na análise, sinalizamos aqui que não há qualquer vício de constitucionalidade, visto que é uma lei complementar, que é a que rege a matéria. Também não há violação da lei quanto às hipóteses nas quais o recurso das decisões cabe ao TRE e ao TSE. A ampliação das hipóteses do cabimento de ação rescisória na Justiça Eleitoral tampouco viola a Constituição Federal. Do mesmo modo, o projeto de lei preserva a autonomia partidária, não fere a autonomia partidária.

Eu faço apenas uma ressalva quanto à competência para apreciar a ação rescisória de decisão da Justiça Eleitoral que rejeite as contas do partido político ou as considere não prestadas. O projeto de lei, possivelmente em razão de erro formal, previu a competência tanto do TSE como do TRE para apreciar tal ação.

Todavia, tendo em vista que o art. 32, §1º, da Lei 9.096 determina que o balanço contábil do órgão nacional será enviado ao TSE e o dos órgãos estaduais aos Regionais para julgamento das contas respectivas, proponho emenda pela qual se reconhece a competência do TSE para apreciar rescisória de decisão da própria Corte acerca da prestação de contas do partido, ao passo que o TRE julgará rescisória de decisão por ele proferida quanto à prestação de contas do partido.

Quanto ao mérito, Sr. Presidente, o projeto é extremamente conveniente e oportuno, visto que a transferência da Justiça Comum para a Justiça Eleitoral na competência para apreciar ações judiciais que versem sobre disputa intrapartidária trará inúmeros benefícios a partidos políticos e aos seus respectivos filiados e, consequentemente, ao processo eleitoral, tendo em vista a maior celeridade e a familiaridade com a matéria por parte dessa Justiça especializada.

Afinal, como registra José Jairo Gomes na obra "Direito Eleitoral", p.53, "nessa seara, a demora exagerada no processo pode significar a nulidade do procedimento jurisdicional".

E aí, segue na análise, Sr. Presidente, e eu já encaminho imediatamente para o voto.

Em razão do exposto, o parecer é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei do Senado 181, de 2017, e, no mérito, pela sua aprovação, acatadas a Emenda nº 1, da CCJ, e as seguintes emendas.

Aí vem a emenda que eu já relatei aqui. Portanto, são três emendas que nós estamos colocando no projeto, Sr. Presidente.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin. Agradeço a V. Exª pela leitura do relatório.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, nós encerramos a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Colocamos em votação o relatório favorável ao projeto e a Emenda nº 1, com três emendas, conforme apresentado pela eminente Relatora.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto e à Emenda nº 1, da CCJ, com as emendas nºs 2 a 4, da CCJ.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Peço urgência para a matéria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) –

EXTRAPAUTA

ITEM 37

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 8, de 2018

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2017 - COMPLEMENTAR.

Autoria: Senador Romero Jucá

Coloco em votação o requerimento de urgência.

Todos os que estão de acordo permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de urgência.

A matéria vai à Mesa.

Vamos ao item 35, tão somente para a leitura, já que não temos mais itens não terminativos com Relatores presentes. Nós não temos Relatores presentes.

Então, vamos à leitura do item 35. Depois temos um item extrapauta, que será votado, não terminativo.

Senador Lasier, será só lido. Desculpe! É o relatório do indicado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Quero só pedir depois um requerimento extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Perfeitamente.

Então, com a palavra o eminente Senador Cidinho, tão somente para a leitura.

ITEM 35

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 157, de 2016

- Terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para aumentar a pena do crime de evasão mediante violência contra a pessoa.

Autoria: Senador Raimundo Lira

Relatoria: Senador Cidinho Santos

Relatório: pela aprovação do Projeto.

Observações: *votação nominal.*

Concedo a palavra ao Senador Cidinho Santos para a leitura do seu relatório.

Com a palavra V. Exª.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Vou diretamente ao relatório.

Vem a esta Comissão para análise, em decisão terminativa, nos termos do art. 101 do Regimento Interno, o Projeto de Lei do Senado nº 157, de 2016, de autoria do Senador Raimundo Lira, que prevê o aumento da pena do crime de evasão mediante violência contra a pessoa.

O PLS promove uma única alteração no Código Penal, elevando a pena do art. 352, para alcançar o patamar de seis meses a dois anos de detenção, além da pena correspondente à violência.

Na justificação, o autor, Senador Raimundo Lira, aponta que: "É preciso que os detentos saibam que a fuga praticada com violência receberá uma punição mais severa. Nos moldes atuais, o crime previsto no art. 352 do Código Penal recebe uma pena de detenção de três meses a um ano. Cremos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a suavidade dessa reprimenda estimula muitos a insistir na prática delitiva. Dessa forma, nossa proposta é aumentar a pena como forma de dissuasão."

Análise.

O direito penal é matéria de competência exclusiva da União, sujeita à plena disposição pelo Poder Legislativo, exemplo vid. os arts. 22, I, e 48, *caput*, da Constituição Federal, nos limites materiais constitucionais.

Não identificamos vícios de injuridicidade ou de inconstitucionalidade no projeto. No mérito, a iniciativa revela-se importante e necessária.

O delito de evasão mediante violência contra a pessoa revela-se cada vez mais frequente, considerando o caos que enfrenta nosso sistema penitenciário, sem a mínima estrutura para garantir que os presos cumpram integralmente a consequência penal dos seus atos. Notícias de fugas são cotidianas, aterrorizando a sociedade e trazendo descrédito à Justiça Criminal, e o preso, quando apreendido, não é sequer punido adequadamente.

O aumento de pena, portanto, corresponde a uma adequação entre a gravidade da conduta e a resposta penal mais acertada. O preso condenado deve saber que faz parte do seu processo ressocializatório e de reparação decorrente do crime a permanência no ambiente prisional. A fuga é um ato de insubordinação em relação ao Estado que lhe condenou e, assim, deve ser reprimida.

Estamos de acordo com o autor, que observa que a pena não tem somente função retributiva, mas serve também para intimidar e conscientizar a sociedade sobre as consequências da conduta ilícita praticada. No caso do crime de fuga mediante violência contra a pessoa, contudo, a pena prevista no art. 352 do Código Penal não tem atendido referida função dissuasória.

Portanto, o meu voto é pela aprovação do projeto de lei de autoria do Senador Raimundo Lira.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado.

Como é terminativo, nós não vamos votá-lo.

Eu coloco em discussão a matéria.

Podemos já encerrar a discussão, pois é uma matéria muito meritória, para aprová-la em momento oportuno. (*Pausa.*)

Encerro a discussão.

Será votada em momento oportuno, quando tivermos o quórum terminativo.

Item extrapauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 36

OFICIO "S" Nº 12, de 2018

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do inciso IV do art. 130-A da Constituição Federal, a recondução do Juiz Federal VALTER SHUENQUENER DE ARAÚJO, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, ao cargo de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público, no Biênio 2017/2019.

Autoria: Supremo Tribunal Federal

Relatoria: Senador Eduardo Lopes

Relatório: pronto para deliberação.

Estou designando, conforme solicitação do próprio Senador Eduardo Lopes, o Senador Cidinho para fazer a leitura.

Nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, esta Presidência comunica às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores que o processo de apreciação de escolha de autoridades será feito em duas etapas. Na primeira, o relator apresentará o relatório à Comissão, com recomendações, se for o caso, para que o indicado apresente informações adicionais, e, após a apresentação e discussão do relatório na primeira etapa, será concedida vista coletiva automaticamente. Na segunda etapa, o indicado será submetido à arguição dos membros da Comissão, e, em seguida, será realizada a votação em escrutínio secreto.

Concedo a palavra ao Senador Cidinho Santos, Relator *ad hoc*, para proferir o seu relatório.

Com a palavra V. Exª, Senador Cidinho.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Vou direto ao relatório.

Chega para o exame desta Comissão a indicação do Juiz Federal Dr. Valter Shuenquener de Araújo, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, em recondução, no biênio 2017/2019, nos termos do art. 130-A, *caput*, e inciso IV, da Constituição Federal. Aprovada pelo Supremo Tribunal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal, a indicação foi encaminhada ao Senado Federal por meio de ofício assinado pela Presidente daquela Corte, Ministra Cármen Lúcia.

Em atendimento às determinações regimentais, esta Comissão de Constituição e Justiça deve promover a sabatina do indicado e avaliar o cumprimento de requisitos de qualificação para o exercício da função almejada.

Para sistematizar essa avaliação, os normativos que regulam a matéria, particularmente o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, e o Ato nº 1, de 17 de outubro de 2007, desta Comissão, demandam do indicado a apresentação de uma série de documentos e declarações, bem como de seu *curriculum vitae*, que já nos foi entregue aqui, e uma argumentação escrita que demonstre afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade.

De plano, podemos asseverar que a documentação que acompanha o Ofício S (OFS) nº 12, de 2018, atende todas as condições fixadas nas normas que mencionamos. Com efeito, o indicado apresentou declaração de inexistência de parentes que exerçam atividades públicas ou privadas vinculadas à sua atividade profissional, esclarecendo que sua mãe é advogada concursada da Caixa Econômica Federal, mas que sua atividade não se vincula à dele como magistrado.

Declara, também, que não tem parente, cônjuge ou companheira que seja servidor ou ocupante de cargo em comissão no Poder Judiciário, bem como que não é integrante do Poder Legislativo em qualquer esfera nem tem cônjuge, companheira ou parente nessa condição.

Quanto ao exercício de atividade, como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais, o indicado declara não ter qualquer participação atualmente, embora tenha participado, entre 2008 e 2009, como sócio de empresa dedicada à realização de cursos preparatórios na área jurídica.

O indicado apresenta declaração de que se encontra em situação regular quanto aos tributos federais, estaduais e municipais, comprovando esse fato por certidões expedidas pelos órgãos específicos.

O Juiz Valter Shuenquener de Araújo apresentou, por fim, a lista de juizados e tribunais onde atuou nos últimos cinco anos.

Aqui está todo o currículo dele, Sr. Presidente, de que eu dispenso a leitura.

Diante do exposto, entendemos que os Srs. Senadores integrantes desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de informações suficientes para deliberar sobre a indicação do Juiz Federal Dr. Valter Shuenquener de Araújo para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Cidinho. Agradeço a leitura do relatório por V. Exª.

Coloco em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

A Presidência concede vista coletiva automática, ficando para reunião futura o processo de arguição do candidato e a respectiva votação.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Presidente, tenho uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Com a palavra V. Exª.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Não poderíamos agendar para o dia 4 de abril a arguição do indicado?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Já agendamos. V. Exª fez a solicitação. Já até assinei o ofício.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Parabéns por sua agilidade! Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – Então, no dia 4, será feita essa arguição.

Nós passamos agora a palavra ao Senador Lasier, que solicita pela ordem a palavra.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente.

Eu queria pedir a votação, Presidente, de um requerimento extrapauta para a realização de uma audiência pública que venha a debater o tema "Flexibilização do Estatuto do Desarmamento".

Requeiro a participação de quatros convidados: Sr. Raul Jungmann, Ministro da Segurança Pública; Sr. Benedito Gomes Barbosa Júnior, especialista em segurança pública e Presidente da ONG Movimento Viva Brasil; Sr. Ivan Contente Marques, Diretor Executivo do Instituto Sou da Paz; e Deputado Federal Rogério Peninha Mendonça, autor do Projeto de Lei 3.222, de 2012, que disciplina as normas sobre aquisição, posse, porte e circulação de armas de fogo e munições, cominando penalidades e dando providências correlatas.

É o pedido de uma audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. Bloco Moderador/PTB - PE) – Senador Lasier, recebo aqui o requerimento de V. Exª. Evidentemente, vamos submetê-lo à apreciação.

E há também, como me informa a Secretaria, um requerimento no mesmo teor do eminente Senador Sérgio Petecão, que, inclusive, é relator de uma matéria que já está pronta para votação aqui, um decreto legislativo de 2017, que também solicita uma audiência pública com o mesmo objeto para discutir a matéria, devendo ser convidados, com a sugestão dele, o Dr.Thyago Almeida Pignataro; um representante do Instituto Sou da Paz; um representante do Instituto Igarapé; e o Sr. Fabrício Rabelo, do Centro de Pesquisa em Direito e Segurança.

Não havendo objeção de V. Exª, eu acharia conveniente aprovarmos os dois. Depois, em comum, V. Exª e o relator da matéria fazem uma só reunião ou as duas separadas.

EXTRAPAUTA

ITEM 38

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 9, de 2018

- Não terminativo -

Requeiro, com base no inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para debater o tema "Flexibilização do Estatuto do Desarmamento", com a presença dos seguintes convidados:

- Sr. Raul Belens Jungmann, Ministro de Estado Extraordinário da Segurança Pública;

- Sr. Benedito Gomes Barbosa Junior, especialista em segurança pública e presidente da ONG Movimento Viva Brasil;

- Sr. Ivan Contente Marques, Diretor Executivo do Instituto Sou da Paz;

- Deputado Federal Rogério Peninha Mendonça, autor do Projeto de Lei nº 3722/2012, que "Disciplina as normas sobre aquisição, posse, porte e circulação de armas de fogo e munições, cominando penalidades e dando providências correlatas".

Autoria: Senador Lasier Martins

EXTRAPAUTA

ITEM 39

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 10, de 2018

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública perante esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, com o intuito de instruir matéria sob minha relatoria, Projeto de Decreto Legislativo nº 175, de 2017, que "Convoca plebiscito sobre a revogação do Estatuto do Desarmamento", devendo ser convidados:

1. Sr. Thyago Almeida Pignataro, administrador e empresário;

2. Representante do Instituto Sou da Paz;

3. Representante do Instituto Igarapé;

4. Sr. Fabrício Rabelo, do Centro de Pesquisa em Direito e Segurança.

Autoria: Senador Sérgio Petecão

Desse modo, coloco em deliberação ambos os requerimentos, o do Senador Lasier e o do Senador Petecão.

Aqueles Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Ambos estão aprovados.

Muito obrigado.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. Bloco Moderador/PTB - PE) – Estamos para concluir, mas, antes de encerrar, eu queria cumprimentar a Secretaria, que me informa que batemos hoje o recorde das aprovações na Legislatura, com 18 projetos, o que é muito positivo, para limparmos a pauta desta CCJ.

Então, cumprimento as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores por esse esforço concentrado que realizamos na data de hoje.

Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – E cumprimentamos pela sua agilidade o Presidente, que soube chegar a esse desfecho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. Bloco Moderador/PTB - PE) – É um esforço conjunto de todos nós.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 27 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE ABRIL DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e dezoito minutos do dia quatro de abril de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Antonio Anastasia, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy, Roberto Requião, Waldemir Moka, Jorge Viana, José Pimentel, Gleisi Hoffmann, Paulo Paim, Acir Gurgacz, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Hélio José, Ângela Portela, Flexa Ribeiro, Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves, Ricardo Ferraço, Eduardo Amorim, Lasier Martins, Benedito de Lira, Ana Amélia, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro e Cidinho Santos. Registram a presença os Senadores Paulo Rocha e Ataídes Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, José Maranhão, Fátima Bezerra, Aécio Neves, Ciro Nogueira, Lúcia Vânia, Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Eduardo Lopes e Magno Malta. A Presidência registra a presença dos Senhores: Erick Venâncio Lima do Nascimento, Lauro Machado Nogueira, Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior e Marcelo Weitzel Rabello de Souza, Conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público; Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho, Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público e Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal; e Sérgio Ricardo de Souza, Juiz de Direito. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 8ª Reunião Extraordinária e da ata da 9ª Reunião Ordinária, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: 1ª Parte - Indicação de autoridade. ITEM 1 - OFICIO "S" Nº 12, de 2018 - Não Terminativo - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do inciso IV do art. 130-A da Constituição Federal, a recondução do Juiz Federal VALTER SHUENQUENER DE ARAÚJO, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, ao cargo de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público, no Biênio 2017/2019." Autoria: Supremo Tribunal Federal. Relatoria: Sen. Eduardo Lopes. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do senhor VALTER SHUENQUENER DE ARAÚJO para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público com 21 (vinte e um) votos favoráveis e 2 (dois) votos contrários. 2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 84, de 2016 - Terminativo - que: "Dispõe sobre o uso dos cartões de pagamentos pela administração pública direta da União." Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatoria: Sen. Lasier Martins. Relatório: Pela aprovação do Substitutivo. Resultado: O Substitutivo é dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do art. 284, do RISF. ITEM 2 – TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 197, de 2014 - Terminativo - que: "Altera os arts. 19, 20 e 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha -, a fim de possibilitar a aplicação das medidas protetivas de urgência nela previstas independentemente de sua vinculação a inquérito policial ou a processo penal contra o agressor, e dá outras providências." Autoria: Senador Pedro Taques. Relatoria: Sen. Simone Tebet (Ad hoc), substituiu Sen. Humberto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Costa. Relatório: Pela aprovação do Substitutivo. Resultado: Adiado. Observação: - Em 02/04/2018, foram apresentadas as Emendas nºs 2-S e 3-S, de iniciativa do Senador Davi Alcolumbre; e a Emenda nº 4-S, de iniciativa do Senador Randolfe Rodrigues; - Em 04/04/2018, foi recebido relatório do Senador Humberto Costa, com voto pela rejeição das Emendas nºs 2-S a 4-S. ITEM 3 - TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 171, de 2012 - Terminativo - que: "Estabelece procedimento licitatório simplificado para Estados, Municípios e Distrito Federal adquirirem diretamente dos laboratórios fabricantes medicamentos e material penso hospitalar destinado a suprir as necessidades de abastecimento das Secretarias de Saúde em ações voltadas ao atendimento gratuito da população pela rede pública de saúde, e dá outras providências." Autoria: Senador Ivo Cassol. Relatoria: Sen. Ana Amélia. Relatório: Pela aprovação da Emenda nº 1-CCJ (substitutivo). Resultado: O Substitutivo é dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do art. 284, do RISF. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 16, de 2011 - Terminativo - que: "Estabelece que o namoro configura relação íntima de afeto para os efeitos da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha." Autoria: Deputada Elcione Barbalho. Relatoria: Sen. Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Retirado de Pauta para reexame. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 157, de 2016 - Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para aumentar a pena do crime de evasão mediante violência contra a pessoa" Autoria: Senador Raimundo Lira. Relatoria: Sen. Cidinho Santos. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 459, de 2016 - Terminativo - que: "Regulamenta o art. 37, § 8º, da Constituição Federal, para dispor sobre o contrato de desempenho dos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta." Autoria: Senador Antonio Anastasia. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto com seis emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 275, de 2012 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para tornar obrigatória a divulgação, por emissora de radiodifusão, da razão social e da documentação associada à entidade detentora da outorga." Autoria: Senador Pedro Taques. Relatoria: Sen. Acir Gurgacz. Relatório: Contrário ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 366, de 2012 – Complementar - Não Terminativo - que: "Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências, para dispor sobre condições de elegibilidade para servidores públicos ativos e dirigentes sindicais. " Autoria: Senador Ivo Cassol. Relatoria: Sen. Magno Malta. Relatório: Contrário ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, de 2012 - Terminativo - que: "Estabelece regras e critérios mínimos para o registro de infrações penais e administrativas pelos órgãos de segurança pública no território nacional." Autoria: Senador Armando Monteiro. Relatoria: Sen. Davi Alcolumbre. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 261, de 2014 - Terminativo - que: "Altera o § 3º do art. 3º da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, para tornar facultativa a competência dos Juizados Especiais Cíveis no âmbito da Justiça Federal." Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda de redação que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 58, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para possibilitar a realização dos exames necessários à obtenção da habilitação para conduzir veículo automotor e elétrico, exceto a prova prática, nos três meses anteriores ao preenchimento do critério da idade." Autoria: Senador Dário Berger. Relatoria: Sen. Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 60, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para aplicar aos partidos políticos as normas legais sobre responsabilidade objetiva e compliance e estimular no plano interno código de conduta e programa de integridade e auditoria." Autoria: Senador Ricardo Ferraço. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 272, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, a fim de disciplinar com mais precisão condutas consideradas como atos de terrorismo." Autoria: Senador Lasier Martins. Relatoria: Sen. Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto com três emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 319, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para possibilitar a remuneração variável do contratado com base em desempenho." Autoria: Senador Tasso Jereissati. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 358, de 2015 - Terminativo - que: "Altera os arts. 27 e 288 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar as penas previstas para os adultos que utilizam crianças ou adolescentes para a prática de crimes." Autoria: Senador Raimundo Lira. Relatoria: Sen. Jader Barbalho. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 16 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 97, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei n° 1.081, de 13 de abril de 1950, a fim de limitar o uso de automóveis oficiais para representação oficial, e dá outras providências." Autoria: Deputado Pedro Cunha Lima. Relatoria: Sen. Cássio Cunha Lima. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. Observação: - Em 04/04/2018, foi apresentado o Voto em Separado do Senador Sérgio Petecão, contrário ao Projeto. ITEM 17 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 65, de 2014 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, (Estatuto da Cidade), para dispor sobre o consórcio imobiliário como forma de viabilização de planos urbanísticos e instituir a requisição de imóveis para regularização, prevenção e recuperação de áreas insalubres, de risco ou atingidas por desastres." Autoria: Senador Paulo Bauer. Relatoria: Sen. Ronaldo Caiado. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 18 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 2, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 – Lei de Crimes Hediondos – para agravar os critérios para a concessão de progressão de regime a condenados por crime hediondo ou equiparado." Autoria: Senador Raimundo Lira. Relatoria: Sen. Cidinho Santos. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 19 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016 (Marco Legal da Primeira Infância) para dispor sobre os direitos das crianças cujas mães e pais estejam submetidos a medida privativa de liberdade." Autoria: Senadora Regina Sousa. Relatoria: Sen. Vanessa Grazziotin. Relatório: Favorável ao Projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Adiado. Observação: - Em 04/04/2018, foi apresentada a emenda nº 1 de autoria do Senador Ricardo Ferraço (dependendo de relatório). ITEM 20 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 76, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009, que disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências, para permitir a sustentação oral do pedido liminar na sessão de julgamento." Autoria: Deputado Carlos Manato. Relatoria: Sen. Ricardo Ferraço. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 21 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 322, de 2011 - Não Terminativo - que: "Proíbe a utilização, a fabricação, a importação, a comercialização e a distribuição de sacolas plásticas que em sua composição química tenham como base o polietileno, o propileno e o polipropileno." Autoria: Senador Eduardo Braga. Relatoria: Sen. Jorge Viana. Relatório: Favorável ao Projeto, com três emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 22 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, de 2014 - Não Terminativo - que: "Estabelece a Política Nacional de Manutenção Predial; cria o Plano de Manutenção Predial; institui a obrigatoriedade de inspeções técnicas visuais e periódicas em edificações públicas ou privadas, residenciais, comerciais, de prestação de serviços, industriais, culturais, esportivas e institucionais, destinadas à conservação e/ou à recuperação da capacidade funcional das edificações; e dá outras providências." Autoria: Deputado Augusto Coutinho. Relatoria: Sen. Romero Jucá. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, e contrário à Emenda nº 1. Resultado: Retirado de Pauta para reexame. ITEM 23 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 248, de 2017 - Não Terminativo - que: "Destina dois por cento da arrecadação bruta mensal das loterias federais aos fundos de segurança pública dos Estados e do Distrito Federal." Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatoria: Sen. Cidinho Santos. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 24 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 166, de 2015 - Não Terminativo - que: "Dá nova redação ao § 7º do art. 115 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro." Autoria: Deputado Valtenir Pereira. Relatoria: Sen. Eduardo Amorim. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 25 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para tornar obrigatório o teste de impacto nos dispositivos de retenção para o transporte de crianças em veículos." Autoria: Deputado Sóstenes Cavalcante. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 26 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 23, de 2014 - Não Terminativo - que: "Determina o registro de veículo pelo guia de turismo que for adquirente de veículo ou que utilizar veículo próprio, de cônjuge ou de dependente, no desempenho de suas atividades profissionais." Autoria: Deputado Otavio Leite. Relatoria: Sen. Ricardo Ferraço. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 27 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 580, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para estabelecer a obrigação de o preso ressarcir o Estado das despesas com a sua manutenção." Autoria: Senador Waldemir Moka. Relatoria: Sen. Ronaldo Caiado. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM EXTRAPAUTA 28 - OFICIO "S" Nº 14, de 2018 - Não Terminativo - que: "Encaminha, para compor o Conselho Nacional de Justiça no Biênio 2018/2020, a indicação do Superior Tribunal de Justiça do Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS, conforme disposto no inciso II e no §

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

5º do art. 103-B da Constituição Federal." Autoria: Superior Tribunal de Justiça. Relatoria: Sen. Benedito de Lira. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: A Presidência concede vista coletiva nos termos regimentais. ITEM EXTRAPAUTA 29 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 11 de 2018 que: "Requeiro, nos termos do artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Ofício “S” nº 12, de 2018." Autoria: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Antonio Anastasia
Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.056821/2018-18

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, e da Ata da 9ª Reunião, Ordinária.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores membros desta Comissão que foi recebido o Aviso nº 134 da Presidência do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 579/2018, que trata de relatório de acompanhamento para avaliar a implementação e os resultados advindos do Plano Nacional de Segurança Pública; bem como o Aviso nº 150 da Presidência do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 437/2018, que trata de auditoria operacional destinada a examinar a gestão dos convênios e contratos de repasse na área de segurança pública firmados entre a União e o Estado do Rio Grande do Norte, entre 2011 e 2016.

Os referidos documentos encontram-se na Secretaria desta Comissão à disposição dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras.

A presente reunião será realizada em duas partes.

A primeira parte destina-se à realização de sabatina e a segunda parte destina-se à deliberação dos itens de 1 a 27.

Cumprimento a Senadora Simone Tebet pela sua presença, nossa Líder do PMDB.

O Senador Lasier já cumprimentei.

Vamos ao item 1.

ITEM 1

OFICIO "S" Nº 12, de 2018

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do inciso IV do art. 130-A da Constituição Federal, a recondução do Juiz Federal Valter Shuenquener de Araújo, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, ao cargo de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público, no Biênio 2017/2019.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Supremo Tribunal Federal.

Relatoria: Senador Eduardo Lopes.

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações: *Em 21/03/2018, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.*

O Senador Cidinho Santos será o Relator *ad hoc*.

Na presente reunião, procederemos à arguição do indicado e à votação do relatório referente à segunda etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades, no âmbito da CCJ.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Desta forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o nº 0800612211.

Convido o indicado, o meritíssimo magistrado e Conselheiro, Dr. Valter Shuenquener de Araújo, para adentrar o nosso recinto e assumir a sua posição à mesa. (*Pausa.*)

Antes de dar a palavra ao nosso eminente sabatinado, quero agradecer e registrar a presença, convidando para que ocupem lugares na nossa bancada, do Sr. Erick Venâncio, eminente Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público; da mesma forma, do Conselheiro daquele órgão, Dr. Lauro Machado Nogueira; bem como, do mesmo Conselho, do Dr. Sérgio Ricardo de Souza.

Cumprimento os eminentes conselheiros e lhes dou as boas-vindas ao plenário da nossa CCJ.

O Dr. Sérgio é do CNJ.

Concedo a palavra ao eminente Dr. Valter Shuenquener de Araújo para sua exposição pelo prazo de 15 minutos, podendo ser prorrogados, caso S. Exª ache necessário. Depois, teremos a sua arguição.

Com a palavra V. Exª.

O SR. VALTER SHUENQUENER DE ARAÚJO – Bom dia a todos.

Inicialmente cumprimento o Presidente e Senador Antonio Anastasia e os demais Senadores presentes, a Senadora Simone Tebet; cumprimento meus ex-colegas do CNMP, o Conselheiro Lauro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nogueira, Conselheiro Erick Venâncio, Dr. Sérgio Ricardo de Souza, que foi colega no CNMP e atualmente é magistrado no Estado do Espírito Santo.

Peço licença para ler rapidamente o que eu diria nem ser meu currículo, mas minha experiência profissional, mas, antes, agradeço a receptividade que eu tive aqui no Senado Federal. Visitei o máximo de Senadores que consegui neste curto espaço de tempo entre a designação da data da sabatina e o dia de hoje e tive uma excelente receptividade. Peço desculpas por não ter conseguido visitar todos em razão de dificuldades de agendas, mas fiz o maior esforço possível para me apresentar e tentar demonstrar a minha vida profissional e o que fiz no CNMP.

Peço licença para rapidamente fazer a leitura do currículo, em atendimento ao disposto no art. 383, inciso I, alínea "c" do Regimento Interno do Senado Federal.

Passo a narrar, de forma sucinta, a minha experiência profissional e formação técnica, com o firme propósito de demonstrar a existência da necessária afinidade intelectual e moral para o exercício do segundo mandato como Conselheiro no Conselho Nacional do Ministério Público.

Eu sou do Rio de Janeiro. Cursei o ensino fundamental no Colégio São Vicente de Paulo, na Zona Sul do Rio de Janeiro. Fiz parte do ensino médio no Estado do Texas, em intercâmbio.

Cumprimento o Senador Ricardo Ferraço.

Graduei-me em Direito na Faculdade da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, onde atualmente sou professor de Direito Administrativo. Assim como o Senador Anastasia, sou administrativista de coração.

Eu fiz mestrado e doutorado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Fiz um período de estudo na Alemanha, doutorado sanduíche, para aprofundamento das pesquisas do meu trabalho.

Antes de ser juiz federal, assim que me formei, fui advogado da Petrobras Distribuidora aproximadamente durante um ano. Trabalhei na Consultoria Jurídica da Petrobras no setor de *oil and gas*, um setor bem específico da consultoria.

Saí em 1999 da Petrobras Distribuidora, porque fui aprovado no concurso para procurador do INSS. Na época era procurador autárquico; depois, procurador federal. Fiquei um ano na Procuradoria do INSS, depois me tornei procurador do Estado do Rio de Janeiro, onde fiquei um curto período.

Estava feliz, porque retornei à minha cidade natal e ficava perto da família, mas, já em 2001, há 17 anos, ingressei na magistratura federal e, desde então, sou juiz federal. Trabalhei no Espírito Santo durante um período, fui juiz em Cachoeiro do Itapemirim, trabalhei no Tribunal Regional da 2ª Região, que compreende o Rio de Janeiro e o Espírito Santo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de vir para Brasília, trabalhava – e ainda trabalho, hoje em dia – como titular de um juizado especial federal na cidade do Rio de Janeiro, um juizado em matéria previdenciária.

Em 2011, eu fui convidado por um Ministro do Supremo para atuar como Juiz auxiliar no Supremo – na verdade, como Juiz instrutor – durante dois anos. Depois, fiquei mais dois como Juiz auxiliar, sempre em razão da matéria Direito Administrativo, Direito Público, que são as minhas especialidades. Depois, fiquei um ano como Juiz auxiliar já de novembro de 2014 a 2015 no Tribunal Superior Eleitoral, antes de assumir o meu primeiro mandato, após ser sabatinado aqui no Senado, no Conselho Nacional do Ministério Público, por indicação do Supremo Tribunal Federal.

Como Conselheiro do CNMP, eu sempre tive a preocupação – até em razão da minha origem na magistratura que foi de uma vaga não de membro do MP, mas de magistrado – de, simultaneamente, preservar a independência funcional do membro do Ministério Público e de evitar que essa independência funcional pudesse servir de uma blindagem, de um escudo para comportamentos desarrazoados. Essa foi uma diretriz que eu tentei seguir ao longo desses dois anos no CNMP.

Lá no CNMP, eu coordenei a Enasp, que é a Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública. Na Enasp, fizemos um trabalho visando à redução dos inquéritos de feminicídios no Brasil, um projeto que tenta identificar os casos de feminicídio e, através dessa separação, promove um aprimoramento da investigação e do oferecimento de denúncias pelo Ministério Público. É um trabalho que foi até bem-sucedido, Senador Eduardo Braga, num curto período de tempo, porque conseguimos reduzir, em aproximadamente três meses, o número de inquéritos pela metade no Brasil inteiro só com essa separação e identificação dos inquéritos.

Antes de encerrar o meu mandato ao final do ano passado no CNMP, eu fui escolhido pelos meus pares para presidir a Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais do Conselho Nacional do Ministério Público e, na Comissão de Direitos Fundamentais, eu tive oportunidade de desenvolver projetos, em conjunto com a União Europeia, voltados para o aprimoramento do Cadastro Nacional de Violência Doméstica, mas, no enfoque também nesse tema de violência doméstica contra a mulher, o CNMP, por força da Lei Maria da Penha, consolida as informações relacionadas à violência doméstica contra a mulher, informações que são remetidas pelo Ministério Público brasileiro.

A ideia que se iniciou no final do ano passado foi a de podermos utilizar esses dados para prevenir futuros crimes, porque, com inteligência artificial, com *Big Data*, com *business intelligence*, conseguimos avaliar os dados estatísticos para saber com que frequência o crime ocorre, em que local ele ocorre... Então, essa foi uma iniciativa que gerou resultados proveitosos no âmbito do CNMP.

Eu queria, como havia prometido, fazer o mais breve possível essa apresentação curricular e destacar que espero, sinceramente, poder contribuir, caso seja aprovado pelos senhores nesta sabatina,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para que o CNMP alcance a sua missão, a missão de controlar, de fiscalizar o Ministério Público na seara administrativa.

Espero poder desenvolver políticas e ações preventivas de aperfeiçoamento do CNMP, que é um órgão, reputo eu, hoje em dia, essencial à garantia do Estado democrático de direito, na medida em que o Ministério Público tem desempenhado um papel, ao lado da Magistratura e do Poder Legislativo, enfim, de diálogo institucional com os outros Poderes. E eu acho que o CNMP pode contribuir para esse diálogo.

Por fim, reitero o meu sentimento de profunda honra por ter sido indicado, por mais uma vez – e, desta vez, à unanimidade dos 11 Ministros do Supremo Tribunal Federal –, para o cargo de Conselheiro do CNMP e, nessas circunstâncias, destaco o meu elevado respeito e admiração pelo Senado Federal, instituição a cujo crivo submeto o meu nome na esperança de poder desempenhar as atribuições do referido cargo.

Reafirmo, por fim, o compromisso de cumprir e fazer cumprir a Constituição da República e as leis do Brasil, bem como o de exercer com dedicação e prontidão as funções que me forem atribuídas.

Fico, portanto, Senador, à disposição para as perguntas que forem feitas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Agradeço ao Dr. Valter pela sua exposição.

Lembro-me, aqui, há dois anos, da sua igualmente brilhante exposição. Naquele momento, tive oportunidade de arguí-lo, o que não poderei fazer agora na condição de Presidente, e, já naquela época, impressionaram-me muito a sua sabedoria e o seu conhecimento.

Percebi aqui – permita-me a observação – que os dois anos de Brasília lhe tornaram os cabelos um pouco mais encanecidos. Naturalmente, o exercício da função com muita responsabilidade acaba levando a esse natural desgaste.

Eu quero, portanto, agradecer e, dando início à nossa sabatina, informar que já está inscrito para as indagações o Senador Lasier Martins.

Continua aberta a lista de inscrições.

Enquanto isso, eu abro para a arguição do Senado Lasier Martins, a quem concedo a palavra.

Meus cumprimentos à Senadora Vanessa.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Antonio Augusto Anastasia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Saúdo o nosso eminente sabatinado, Dr. Valter Shuenquener de Araújo, Juiz Federal e um dos integrantes da Magistratura no Conselho Nacional do Ministério Público.

Eu gostaria de lhe perguntar, Dr. Valter, sobre um tema que está em voga, bastante atual, que se resume a uma crítica histórica de que a legislação penal brasileira e a legislação processual penal brasileira favorecem a impunidade.

A partir daí, gostaria de focar duas questões bem momentâneas: uma, com relação ao foro por prerrogativa de função. Qual é o seu pensamento sobre essa matéria? Trata-se de uma matéria que está por ser decidida tanto no Supremo quanto aqui no Congresso Nacional. E, ainda, qual é a sua opinião com relação à antecipação da execução da pena? Trata-se também de matéria atualíssima.

Essa é a primeira pergunta;

Uma segunda pergunta, Dr. Valter, é com relação a uma notícia, que vem se expandindo, de que o Conselho Nacional do Ministério Púbico gasta demais e que estaria criando despesas com a sua administração, ampliando o quadro de pessoal. Se isso é verdadeiro, qual é o seu pensamento com respeito a esse aumento de gastos com a administração do Conselho?

Na mesma linha, com relação à atuação adequada do órgão, ou seja, se V. Exª entende que o Conselho vem cumprindo rigorosamente o seu papel, obedecendo o princípio da eficiência administrativa. Gostaria também, numa terceira colocação, de saber qual é a sua posição com relação ao auxílio-moradia, outro tema bem palpitante.

Embora tivesse inúmeras outras perguntas, acho que, sabendo a sua posição com relação a esses temas, já teria uma opinião formada com relação a sua colocação e daria oportunidade aos meus colegas, que certamente têm perguntas. Eu sempre procuro ser muito objetivo aqui nas perguntas aos nossos sabatinados.

Então, seriam essas questões: com relação a esse conceito histórico de que a nossa legislação penal e processual favorece a impunidade, as questões do momento, com relação ao foro da prerrogativa de função e a antecipação da execução da pena, bem como essas informações de que o Conselho do Ministério Público vem gastando demais, se isso é verdadeiro, e que posição o senhor poderia adotar como integrante que era e que voltará a ser.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, eminente Senador Lasier Martins.

Antes de dar a palavra para suas respostas ao nosso sabatinado, Dr. Valter Shuenquener, digo que se inscreveu o Senador Armando Monteiro, depois a Senadora Simone Tebet.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra V. Exª.

O SR. VALTER SHUENQUENER DE ARAÚJO – Agradeço as perguntas que foram feitas. Tentarei responder.

Se o senhor me permite, eu vou tentar começar pela segunda, a que me parece um pouco mais fácil de apresentar uma resposta mais objetiva, com relação à existência ou não de uma ampliação de despesa e à observância do princípio da eficiência no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público. Eu não tenho conhecimento de que está ocorrendo uma ampliação excessiva de gastos no âmbito do CNMP. O que eu vejo no âmbito do CNMP é uma necessidade de correição no âmbito nacional de atuação nacional, como é própria de órgãos com atuação nacional. Então, isso acaba exigindo deslocamentos, acaba exigindo atos fora de Brasília que talvez gerem algum tipo de despesa que não é tão comum em outros órgãos que não têm essa característica. Mas eu confesso que realmente não tenho dados para, talvez, esclarecer ao senhor se em algum caso específico teria havido algum excesso ou não, mas, do tempo que eu estive lá, não pude perceber nenhuma desproporção entre a missão do CNMP e as despesas que eram realizadas.

Com relação ao tema extremamente delicado e sensível do auxílio-moradia, antes de ser Juiz Federal, eu ocupei outros cargos. Ocupei o cargo de Procurador do INSS, fui Advogado da Petrobras, fui Procurador do Estado. Como Procurador do Estado, o Rio de Janeiro, já havia o pagamento de auxílio-moradia para quem é Procurador e até em valores superiores aos que são pagos à magistratura. E eu falo isso para dizer que a minha escolha pela magistratura, a magistratura federal, não foi uma escolha visando ao aumento da remuneração, até porque, se eu tivesse ficado nos cargos anteriores, certamente teria uma remuneração melhor do que a que eu percebo atualmente. Realmente eu escolhi por vocação.

A grande controvérsia em relação a esse tema do auxílio-moradia, acredito, tem origem na previsão da Loman, Lei Complementar 35, de 1979, especialmente no art. 65, inciso II, que assegura aos magistrados o direito ao auxílio-moradia. Não é a única lei a tratar do tema. A Lei 8.112, Lei dos Servidores Públicos Federais, também garante o auxílio-moradia. Enfim, inúmeras carreiras do serviço público recebem esse benefício, tido como privilégio, *in natura* ou em espécie. Às vezes, quando não se paga em espécie, o pagamento se dá por meio da cessão do imóvel funcional, o que equivale à concessão do benefício auxílio-moradia *in natura*.

Quando o Supremo Tribunal Federal, ao final de 2014, deferiu uma liminar na Ação Originária 1.773, deferindo o auxílio-moradia, na verdade o que o Supremo Tribunal Federal fez foi estender o benefício a uma diminuta parcela de juízes que ainda não recebia esse valor, que, na maioria dos Estados, já era pago nas Defensorias Públicas, já era pago no Ministério Público. Então, a decisão que fez com que o tema passasse a ser discutido de maneira mais intensa, na verdade, só ampliou, visando à isonomia no âmbito de uma única carreira da Magistratura, esse direito a quem ainda não o recebia,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que era uma parcela pequena diante daquela que já o estava recebendo, exclusivamente com fundamento na Loman.

Talvez, se eu tivesse de dizer se eu concordo, se acho moral o pagamento de auxílio-moradia, por mais que ele seja legal, a resposta que eu, do fundo do coração, daria seria a de que eu preferiria, como juiz, não receber auxílio-moradia e receber os direitos da CLT, porque a CLT acaba sendo mais benéfica do que os direitos que a legislação específica do magistrado prevê.

Essa é uma questão que, certamente, será objeto de muito debate no próprio Supremo Tribunal Federal. Agora, quanto ao tema, está em avaliação um acordo no âmbito da AGU. A própria AGU se dispôs a avaliar essa proposta de acordo. Enfim, é um tema sensível, porque nem todos os trabalhadores brasileiros recebem esse valor, esse direito, mas, em contrapartida, recebem outros. Enfim, acaba que um direito que é previsto em lei gera toda essa celeuma, esse debate.

Em relação à primeira pergunta, ela se desdobra em dois temas específicos. Um deles, inclusive, até está muito na ordem do dia, que é a questão da execução provisória da pena. O que tenho dito e sempre disse sobre esse tema é que existem teses favoráveis aos dois lados. Há uma tese no sentido de que a pena só pode ser executada após o trânsito em julgado, como desdobramento do art. 5º, inciso LVII, da Constituição, que prevê que ninguém será considerado culpado senão após o trânsito em julgado. Aí se faz uma interpretação de que isso significa um impedimento de execução provisória da pena. São argumentos defensáveis, sérios, que já foram adotados pelo Supremo durante largo período da sua história. Num passado mais recente, o Supremo, de 2009 até 2016, ainda que por uma apertada maioria, defendia que ninguém poderia ser preso em razão de uma condenação antes do trânsito em julgado.

E há também o outro argumento, de que a execução provisória seria permitida desde que após a condenação em segundo grau, na medida em que teríamos um exaurimento da instrução probatória e da análise fática dos casos, isso corroborado pela ideia de que os tribunais superiores não costumam reformar as decisões de primeiro e segundo grau; então, já que esse vai ser o desfecho, vamos logo executar provisoriamente essa pena.

Acho que os dois pontos de vista são razoavelmente defensáveis.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Mas a qual tese V. Exª adere?

O SR. VALTER SHUENQUENER DE ARAÚJO – É aí que eu ia chegar.

Ainda que se adote a possibilidade da execução provisória da pena em razão da condenação em segundo grau, isso não significa – e é mais ou menos a linha do que defende o Ministro Alexandre de Moraes –, que todo mundo que seja condenado em segundo grau deverá imediatamente e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

automaticamente ser preso. São duas coisas diferentes. Eu me sensibilizo com a possibilidade da execução provisória da pena mesmo antes do trânsito em julgado, até porque isso não é inédito no mundo, não é uma revolução, enfim, e é até razoável essa interpretação do 557. O que eu não acho razoável é aceitar que um desdobramento automático de uma condenação em segundo grau seja a prisão. Isso eu acho que não poderia ser. Por que não? Porque é possível – e aí eu não estou me referindo a um caso específico, A, B ou C, estou analisando no plano abstrato – que o acórdão recorrido contenha algum tipo de nulidade que exija de um tribunal superior a sua suspensão. E esse é um posicionamento que alguns Ministros do próprio STF, como o Ministro Alexandre de Moraes, têm adotado, que não seria um desdobramento automático da condenação em segundo grau, mas apenas uma possibilidade pelo fato de o réu ter sido condenado em segundo grau, sem que se exija o trânsito em julgado.

E o próprio Supremo tem uma súmula, a Súmula 716, editada já há alguns anos, no sentido de que a progressão do regime de cumprimento da pena pode ocorrer mesmo antes do trânsito em julgado. Essa súmula, portanto, corrobora a possibilidade de se ter essa execução provisória. Agora, de toda forma, é um tema que eu diria que será em parte julgado hoje. Por que eu digo que será em parte julgado hoje, pela tarde, pelo Supremo?

(*Soa a campainha.*)

O SR. VALTER SHUENQUENER DE ARAÚJO – Porque eu imagino que haverá um *backlash* dessa decisão, ou seja, um efeito colateral. Independentemente do resultado do julgamento de hoje, em razão de o tema ser sensível, de haver uma polarização em relação a essa matéria – e, como eu disse ao início, as duas teses são plenamente defensáveis –, algum tipo de efeito – eu não imaginaria qual, jurídico, político ou político-jurídico – decorrerá desse pronunciamento de hoje, isso independentemente do desfecho.

Com relação ao foro por prerrogativa, eu tenho sustentado, até em aula, quando falo em probidade administrativa, que a Constituição previu a prerrogativa de foro. Boa ou ruim, está no Texto Constitucional. Eu fico, digamos assim, preocupado, quando o Poder Judiciário acaba, muitas vezes, fazendo uma releitura do desenho constitucional que possa eventualmente modificar a intenção do Constituinte. Prerrogativa de foro sempre foi associada, até pela sociedade, a algum tipo de impunidade, mas eu tenho muita preocupação com essa generalização na medida em que há casos em que ela se mostra fundamental.

E vou até apresentar para o senhor um caso em que, a meu ver, a prerrogativa de foro vai ser fundamental. Se, eventualmente, um desembargador do Tribunal a que eu pertenço – eu sou Juiz de primeiro grau –, um desembargador federal vier a praticar um crime e se ele tiver de ser julgado na Seção Judiciária em que atuo, como é que vai ficar minha independência funcional para o julgamento de uma autoridade que, amanhã ou depois, vai decidir sobre a minha vida profissional? E mais do que isso:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

se eu o absolver, é porque é corporativismo; se eu o condenar, é porque eu não sou do grupo político dele. Eu acho que isso pode comprometer a imparcialidade – pode; não é que vai comprometer –, mas pode comprometer.

Em alguns casos, portanto, eu tenho essa ideia de que a prerrogativa de foro é necessária. Eu só acho ruim a vulgarização da prerrogativa de foro, porque aí, sim, se poderia comprometer o princípio da isonomia, dando tratamento diferente a pessoas que deveriam se situar no sistema republicano, em posições semelhantes.

Então, eu tenho uma postura que não é de, digamos assim, rejeição completa à prorrogativa do foro, porque eu acho que ela é fundamental em alguns casos. Eu já soube de colegas que tiveram que julgar colegas de concurso em ações de improbidade em que não há prerrogativa de foro, e ficaram numa situação delicada, porque não sabiam... Se se declarassem suspeitos, ficaria esquisito; acabaram julgando, mas... Então, acho que ela é importante em alguns casos muito pontuais.

Eu não sei se abrangi todas as...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Eu agradeço ao Dr. Valter.

Pediria um relativo silêncio. Está até razoável, mas, enquanto ele falava, algum burburinho já ia tomando proporções inadequadas.

Se não houver objeção do eminente Plenário, estão inscritos, por ora, o Senador Armando e a Senadora Simone... O Senador Lindbergh se inscreve agora. Faremos grupos de três para as respostas poderem ser dadas em globo pelo nosso sabatinado. Isso se não houver objeção.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Pela ordem.) – Ouvido o Plenário, Sr. Presidente, V. Exª poderia abrir a votação?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sobre esse assunto, eu sei que o Senador Requião é contrário – ele foi até autor de um requerimento –, mas é natural que prevaleça a vontade da maioria. Então, sendo assim, eu coloco em deliberação para aqueles que desejarem abrir. Mas, antes, dou a palavra ao Senador Requião para sua manifestação.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Na linha, Senador, V. Exª está na do Ministro Barroso agora. É a opinião da maioria; não é mais o Regimento é a lei. Eu quero lembrar que eu fui o autor dessa proposta regimental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – É verdade, mas V. Exª...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Então, eu prefiro a lei à opinião eventual da maioria.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito bem, Senador Requião, mas, na verdade, como tem sido hábito constante desta Comissão, bem como de outras, a realização dessa prática, parece-me, até pelo Direito Consuetudinário, que a norma lamentavelmente está derrogada. Então, deste modo, eu submeto ao Plenário a deliberação.

Aqueles que estão de acordo com a proposta do Senador Flexa permaneçam como estão.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Nessa linha, Senador, a corrupção deve ser homologada também, porque ela está no consueto do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Estão de acordo? (*Pausa.*)

Muito bem. Está aprovado.

Determino à Secretaria que abra a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Com a palavra o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Eu queria cumprimentar o Dr. Valter e dizer-lhe que há hoje um debate na sociedade brasileira sobre o Poder Judiciário, sobre a hipertrofia do Poder Judiciário. Alguns falam até que o Brasil vive um governo de juízes.

Há poucos dias, em um debate, eu diria, em uma polêmica que foi aberta entre o Prof. Conrado Hübner... O Ministro Barroso, ao responder, também em um artigo, essas considerações feitas pelo Prof. Conrado, disse que o Supremo Tribunal Federal teria três papéis: o papel contramajoritário, que de resto todos reconhecem como sendo um papel inerente a uma corte suprema; mas ele aludia, ainda, a um papel representativo e a um papel iluminista. Ao explicar, meu caro Presidente Anastasia, o Ministro Barroso dizia que o papel representativo decorre da constatação de que há um déficit de representação no sistema político e que, muitas vezes, o Poder Judiciário é que tem que interpretar, o Supremo é que tem que ser verdadeiramente o intérprete dos anseios da sociedade e das suas demandas mais legítimas. E o papel iluminista seria representado por uma certa compreensão de que o Supremo tem que fazer a história avançar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, eu lhe confesso, Dr. Valter, que não entendi bem essa avaliação feita pelo Ministro Barroso, que, a meu ver, extrapola em muito aquilo que deve corresponder ao papel da Suprema Corte brasileira. Portanto, quando muitos falam de ativismo, do papel político que alguns juízes vêm assumindo no Brasil, eu diria que uma avaliação como essa do Ministro Barroso, de alguma maneira, nos faz reforçar essa constatação de que muitos assumem hoje um papel político.

Então, eu queria ouvir uma consideração do Dr. Valter sobre essa questão de como ele vê essa avaliação do Ministro Barroso e queria também, neste momento, colocar-lhe um tema recorrente aqui no debate, que é a necessidade de que o Conselho Nacional do Ministério Público e, de resto, os conselhos que foram criados possam permitir uma maior presença da sociedade civil. Porque há uma crítica recorrente de que esses conselhos hoje, de alguma maneira, fortalecem essa visão mais corporativa que tem sido, infelizmente, identificada em algumas posturas desses conselhos, sobretudo, por exemplo, mais recentemente, sobre a própria questão do auxílio-moradia.

Eu até não entendi muito bem quando o Dr. Valter disse que gostaria de ter o regime da CLT. Aí eu lhe pergunto se isso valeria para o instituto da estabilidade? Se isso valeria, por exemplo, para um regime especial de férias que a magistratura tem, e outras tantas coisas que não encontram correspondência na CLT. Portanto, eu gostaria que V. Exª nos colocasse essa questão.

Dr. Valter, para encerrar, eu gostaria também de ouvi-lo sobre uma avaliação muito crítica feita pelo Professor Conrado Hübner, mas que encontra eco hoje na sociedade, em que ele diz o seguinte – eu queria que o senhor comentasse essa avaliação –, que a democracia brasileira depositou no Poder Judiciário parte das esperanças de transformação social trazidas pela Constituição de 1988. A aposta aliou um catálogo de direitos e um repertório de ferramentas processuais de efetivação. Essa espetacular missão, contudo, caiu no colo de magistocratas. E diz ele que a magistocracia é mais nociva do que o temido governo dos juízes, porque os magistocratas não querem tanto nem o ônus de governar e responder por seus atos, pois preferem o gozo discreto dos seus privilégios materiais e de *status*; preferem não ser incomodados em sem condomínio; realizam-se no exercício dos seus micropoderes privados, fora dos holofotes. Ali está sua concepção de vida boa.

A promessa de 88 fracassou e a corporação judicial tem sua fração de responsabilidade. Permaneceu refratária à incorporação de princípios de controle e de transparência à sua estrutura e às suas práticas de institucionais e ampliou modestamente o acesso à justiça e o grau de pluralidade demográfica dos juízes de primeira instância. Resistiu o quanto pôde às mais simples formas de abertura e prestação de contas.

Eu quero dizer que nem todo juiz é um magistocrata. Evidentemente eu incluo V. Exª nesse rol. Mas parece que há hoje uma identificação de uma espécie de um *ethos* institucional na figura de um grande número de juízes que integram o Poder Judiciário. Então, eu gostaria de ouvi-lo sobre essas questões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Antes de passar a palavra ao nosso sabatinado, quero agradecer também a presença entre nós do Dr. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Júnior, que também integra o Conselho Nacional do Ministério Público; o Dr. Marcelo Weitzel Rabello de Souza, igualmente conselheiro daquele órgão; e o Dr. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho, que também é conselheiro e é o nosso Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal.

Agora, conforme combinado, ouviremos três indagações e depois passaremos a palavra ao nosso sabatinado. Então, feita a exposição pelo Senador Armando, a próxima inscrita é a Senadora Simone. Depois será o Senador Lindbergh e as respostas. Então teremos o Senador Requião e o Senador Flexa, por hora.

Senadora Simone, com a palavra V. Exª.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

Srªs Senadoras, Srs. Senadores, cumprimento o nosso sabatinado, Dr. Valter de Araújo, que já conhecemos da outra sabatina.

Quero dizer que é um prazer novamente poder estar na presença de V. Exª, especialmente porque V. Exª, dos sabatinados, tem algo que para este momento importante da história institucional brasileira, principalmente para o Senado, vai ser muito importante para alguns esclarecimentos. Porque V. Exª é um juiz federal que está sendo indicado para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, portanto duas instituições diferentes, e vem justamente de uma indicação de uma instituição que é o Supremo Tribunal Federal que hoje – quando digo hoje não é exatamente o dia 4 de abril – tem sido fruto de debate, até de questionamentos, algo que a meu ver não é nem saudável para a democracia. Saudável seria se tivéssemos um poder supremo do Judiciário inatacável em todos os sentidos. E eu não estou dizendo moralmente, mas no que se refere a suas decisões institucionais e jurídicas.

Daí, na mesma linha do Senador Armando, só que eu vou começar com um caso específico, um exemplo menor para chegar à questão, faço aqui as considerações gerais, e V. Exª pode responder como um todo.

Pergunto a V. Exª, que já tem experiência dentro do Conselho, o que pensa da Resolução 164, de 2017, do Ministério Público, do próprio Conselho Nacional, que estabelece entre outras coisas a possibilidade, e não só a possibilidade, mas determina que os membros do Ministério Público ajam não só no controle concomitante e posterior, mas principalmente no controle prévio dos agentes públicos, especialmente dos prefeitos e governadores, atuando como se gestores fossem e determinando, não só

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

através de termos de ajuste de conduta, que são os chamados TACs, que expedissem procedimentos administrativos prévios, portanto anteriores a atos administrativos que os nossos agentes gestores realizariam.

Digo isso por quê? Porque, embora na teoria possa ser uma atribuição do Ministério Público, ainda que não uma atribuição principal, mas indireto esse controle prévio, na prática o que estamos vendo pela própria motivação dessa resolução são promotores de Justiça entrando na seara da atribuição institucional do Poder Executivo, mais especificamente entrando na atividade discricionária. Estão recomendando políticas públicas para os gestores.

Então, fica a minha pergunta porque, por mais que a resolução tenha tido na sua teoria toda a visão de atender o serviço público e o princípio básico da atividade do Ministério Público, na prática o que estamos vendo é uma ingerência institucional do Ministério Público em relação ao Poder Executivo. Daí complemento a minha pergunta em relação à colocação do Senador Armando Monteiro: nós não estamos vendo aí um embaralhamento das instituições? Nós não estamos vendo aí poderes constituídos entrando na esfera e atribuição de outros poderes? E mais grave, de um poder não constituído pelo voto, que é o Poder Judiciário, se arvorando em atribuições que não são suas e dizendo que nós não teríamos, enquanto poder Legislativo enfraquecido, uma representatividade absoluta e agora relativizada. Palavras deles, não minhas, porque a meu ver soberania é popular e o povo escolhe, bem ou mal, certo ou errado. Nós somos representantes desse mesmo povo.

Então, diante desse embaralhamento das instituições, até que ponto isso é saudável para a democracia.

Hoje, 30 anos após a redemocratização, ao invés de estarmos falando do fortalecimento das instituições, estamos dando dois passos para trás, no mínimo, para falar agora em estabilidade das instituições. Nós não estamos mais preocupados em avançar. Hoje, Senado, Câmara e mesmo o Judiciário e o Executivo, com o que estamos preocupados? Com a rua, com os muros, com a intolerância, com essa criminalização da atividade política. Consequentemente, estamos voltando dois passos atrás para tentar voltar a dar estabilidade às instituições, especialmente aos Poderes constituídos com voto.

Eu faço essa consideração em relação inclusive à fala do Senador Armando, que me move a complementar nesse sentido.

Então, eu gostaria de que, de forma bem objetiva, V. Exª respondesse a essas duas perguntas: o que fazer com essa resolução do Ministério Público? Não é hora de reformular ou de deixar claro para os membros do Ministério Público afinal o que o Conselho Nacional quis dizer? Hoje, nós estamos diante de prefeitos que se sentem tolhidos no seu direito de exercer a sua atividade, com medo de realizar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma atividade que tem obrigação de fazer, porque há uma recomendação de quem nem conhece os fatos determinando que determinados serviços devem ser prestados dessa ou daquela forma.

Da mesma, a visão de V. Exª em relação a essa interpretação, que nem digo que é eclética, da Constituição Federal. Se fosse eclética, ela seria extremamente saudável, porque estaria em torno das melhores ideias e dos melhores dogmas. Eu diria que é uma interpretação heterodoxa, que pode até ser bem-vinda, Senador Anastasia, quando estamos diante de uma interpretação de uma legislação, mas, quando estamos diante da interpretação da Carta Magna, falarmos em interpretação heterodoxa, em que ultrapassamos as normas, os dogmas preconcebidos em momento tumultuado como este, em que temos de aplacar os ânimos, preocupa-me muito.

Eu gostaria que V. Exª pudesse se pronunciar a respeito desses dois itens.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigada, Senadora Simone, como sempre, pelas lúcidas observações.

Passamos ao terceiro deste grupo, antes de devolver a indagação, ao Senador Lindbergh.

O Senador Benedito está fisicamente impedido, provisoriamente. Mas ele vai se mover em instantes, Senador Lindbergh, e vai permitir a V. Exª falar de maneira altaneira, como sempre.

Senador Lindbergh com a palavra, portanto, para sua arguição.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Dr. Valter, eu conheço o senhor, sei da sua capacidade técnica, vou votar favoravelmente à sua indicação, mas quero entrar em temas que são polêmicos aqui.

Primeiramente, em relação ao auxílio-moradia. Não é só auxílio-moradia, Dr. Valter. O senhor sabe que há o auxílio-creche, o auxílio-saúde, tem tudo que é auxílio; são 60 dias de férias, recebendo dois terços de indenização, quando o trabalhador tem 30 de férias, recebendo um terço de indenização; há licença-prêmio, que concede a cada cinco anos 90 dias de folga; há um conjunto de questões; a média salarial – estou falando dos juízes, não, do Ministério Público – do Poder Judiciário é de R$49 mil; nós gastamos 1,4% do PIB com a Justiça enquanto a Alemanha gasta 0,32%.

O Senador Armando foi muito feliz. Não dá para falar de CLT, porque trabalhador, pela CLT, a começar pelas férias, tem 30 dias. Então, primeiro é preciso discutir isso.

Segundo, é preciso também que o CNMP tome providência sobres os excessos, os exageros do Ministério Público. Há procurador que faz campanha política. Esse Deltan Dallagnol é comentarista político, atua politicamente dia a dia.

Agora está havendo uma mobilização de procuradores sobre esse caso que vai ser decidido hoje no Supremo Tribunal Federal, para pressionar o Supremo Tribunal Federal. E nós estamos achando isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

normal? Falo isso, porque estamos criando um clima neste País que não é brincadeira. É uma escalada autoritária, uma escalada fascista.

Eu chamo a atenção aqui sobre a execução da Marielle e do Anderson. Eu chamo a atenção sobre os tiros contra a caravana do Presidente Lula. Isso não veio do nada. Esse é um processo continuado de criminalização da política, que está levando à ascensão desse tipo de discurso.

Senador Anastasia, eu quero chamar a atenção da Comissão sobre a gravidade política do momento que a gente está vivendo. Ontem, William Bonner encerrou o Jornal Nacional lendo dois tuítes do Comandante do Exército General Villas Bôas, que, a meu ver, nesse caso concreto, foi a maior chantagem à Justiça desde a época da ditadura militar. A mesma Rede Globo, que patrocinou o golpe de 1964.

E aqui eu quero chamar a atenção dos senhores, porque estou aqui com um parecer de José Afonso da Silva, que os senhores conhecem. Ele é um dos maiores constitucionalistas deste País, o constitucionalista mais citado em decisões do Supremo Tribunal Federal. Foi filiado ao PSDB, foi secretário do governo Covas. É um parecer muito duro de José Afonso da Silva, de que quero trazer aqui alguns trechos que têm tudo a ver com o debate que a gente faz no dia de hoje.

José Afonso da Silva entende que o fundamento do princípio da presunção de inocência, previsto no inciso LVII do art. 5º da Constituição de 1988, tem um fundamento ético que precisa ser respeitado.

> A regra repousa na convicção ética de que a condenação de um inocente é pior do que a absolvição de um culpado, ao contrário do que vem acontecendo entre nós, e é essa convicção ética que converte a presunção de inocência em direito fundamental constitucionalmente protegido. Isso, por um lado, impõe a concepção de um Direito Penal garantístico repugnante do direito penal de guerra.

Essa é a expressão usada por José Afonso da Silva.

Diz José Afonso: "Julgar contra a Constituição é um ônus que sempre há de pesar muito na consciência dos julgadores, mormente se forem integrantes de uma Corte Constitucional, por isso mesmo são sempre propensos a corrigir rumos."

Conclui o parecer do eminente constitucionalista José Afonso da Silva: "O princípio ou garantia da presunção de inocência tem a extensão que lhe deu o inciso LVII do art. 5º da Constituição Federal, qual seja, até o trânsito em julgado da sentença condenatória. A execução da pena antes disso viola gravemente a Constituição [...]", Senador Anastasia. E eu chamo a atenção para o fato de que estamos tratando aqui de cláusula pétrea. Estamos falando do art. 5º da Constituição, um artigo que é literal.

> Diz ele: "A execução da pena antes disso viola gravemente a Constituição num dos elementos fundamentais do Estado Democrático de Direito, que é um direito individual fundamental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Não é compatível com o inciso LVII do art. 5º da Constituição a tese, firmada pelo Supremo Tribunal Federal no HC nº 126.292 [aquele de 2016], de que a execução provisória de acórdão penal condenatório proferido em grau de apelação, ainda que sujeito a recurso especial ou extraordinário, não compromete o princípio constitucional da presunção de inocência.
> É incompreensível como o grande tribunal, que a Constituição erigiu como o guardião da Constituição, dando-lhe a feição de uma Corte Constitucional, pode emitir uma tal decisão em franco confronto com aquele dispositivo constitucional.

Eu falo tudo isso para dizer o seguinte: eu, sinceramente, estou muito preocupado com os rumos que o País está tomando, com a gravidade da crise política no País. Eu acho que é uma escalada autoritária; eu acho que é uma escalada fascista – a gente pode usar isso – de criminalização total da política.

Eu fico vendo essa decisão do Supremo Tribunal Federal de hoje. O que querem esses que fazem campanha pela prisão do Presidente Lula? Mais radicalização, mais confrontação. Porque vejam: a Constituição é clara! Se você for olhar a Constituição, como bem disse o Prof. José Afonso da Silva, ela é expressa no seu art. 5º, inciso LVII.

Este País tem que se reconciliar com o diálogo. Não é com ameaças como as que foram feitas no dia de ontem. A pressão desmedida da Rede Globo, que está se juntando com grupos de extrema direita, que estão levando o País para o impasse... Nós estamos, há três anos, caminhando para o impasse.

Então, eu faço esta fala aqui, Dr. Valter... Volto a dizer que o respeito muito, conheço o senhor, sei da sua capacidade técnica, mas, hoje, a gente não vive um dia de normalidade. Hoje, a gente vive um dia decisivo na história do País. Por isso, eu até peço desculpas ao Presidente desta Comissão por entrar nesses temas, mas eu acho que, aqui, no dia de hoje, não dá para deixar de tocar em pontos tão importantes para o futuro do País.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Lindbergh.

Com os três Senadores tendo feito as suas arguições, eu passo a palavra ao Dr. Valter Shuenquener, que fará as suas observações sobre as indagações do Senador Armando, da Senadora Simone e do Senador Lindbergh.

Com a palavra V. Exª.

O SR. VALTER SHUENQUENER DE ARAÚJO – Obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço, inicialmente, ao Senador Armando Monteiro, à Senadora Simone Tebet e ao Senador Lindbergh pelas perguntas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou tentar ser o mais objetivo possível e até reunir algumas perguntas. Como a Senadora Simone havia dito, a sua intervenção, a sua colocação se relaciona diretamente com as colocações que foram feitas pelo Senador Armando Monteiro sobre o ativismo judicial.

Eu concordo plenamente. Em razão do magistério na matéria Direito Administrativo, eu tenho dado alguns cursos em prefeituras, em câmaras de vereadores, isso no interior do meu Estado, e eu diria que, em 100% das vezes, quando acaba o curso, às vezes, um curso sobre licitações, sobre princípios da Administração Pública, invariavelmente, ou o prefeito, ou o seu secretariado vêm a mim para fazer a consulta particular, perguntar, e a reclamação frequente é exatamente essa, ou seja, de uma intervenção indevida na gestão do Município acompanhada de um temor, que eu diria até maior do que um temor meramente reverencial, de fazer algo que não conte com a concordância do Ministério Público. Então, eu concordo. Essa referência feita pelo Ministro Barroso é um artigo do *The American Journal of Comparative Law*, que o Ministro Barroso escreveu. E concordo com as suas colocações. Eu acho que não podemos dar a um único Poder esse papel soberano de dizer o que é correto, o que é justo. Até porque, como foi dito aqui, a soberania popular, no primeiro momento, está nas mãos de quem foi eleito. A legitimação do Poder Judiciário vem da fundamentação das suas decisões. E ele não pode se colocar à frente ou como titular da verdade absoluta.

Eu vejo com muita preocupação decisões que geram esse tipo de problema, esse conflito muitas vezes até desnecessário. Hoje em dia é tema da moda na academia litígios estruturais, que são ações movidas, normalmente DPFs, com o intuito de resolver problemas que vêm do Brasil Colônia, como se o Judiciário conseguisse, com uma caneta, de uma hora para a outra, solucionar problema de creche no Brasil, penitenciária. Não vai. Isso faz parte de um diálogo construtivo, de um processo dialógico. E os Poderes devem se relacionar num diálogo institucional o mais estreito possível, até porque, como o Senador Lindbergh muito bem colocou, nós vivemos um momento de crise institucional permanente que acaba colocando o País numa fase de não avançar. As coisas parece que ficam travadas e não há esse avanço, muitas vezes até por uma falta de estreitamento das relações institucionais.

É talvez uma visão um pouco superficial em razão do tempo, mas concordo com essas colocações de que talvez o Judiciário devesse, em todas as esferas até... Às vezes, isso é até pior no âmbito de uma cidade pequena em que, muitas vezes, o promotor janta com o juiz, se conhecem, foram colegas de faculdade e, de repente, vamos supor, não gostam do prefeito. Esse prefeito vai ter uma vida na administração que vai ser complicada. Isso realmente tem ocorrido e é preocupante, porque acaba esvaziando a vontade soberana do povo, que foi a de colocar aquele prefeito no poder. Seja ele bom, seja ele ruim, foi eleito.

Essa resolução do CNMP, concordo também com as críticas feitas, não foi, como bem colocado, o intuito dela, mas é o que pode acontecer... Na verdade, isso vem num movimento de tentativa de transformação do Ministério Público em demandista, em Ministério Público resolutivo, aquele que se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

aproxima da sociedade, faz audiência pública. O problema é que, muitas vezes, esse Ministério Público resolutivo acaba exagerando na dose, começa a postar foto em Facebook, em Instagram, se pronunciando sobre temas que não são da sua competência. Isso para todos os lados. Lá no CNMP, na época em que ainda estava no CNMP, antes do término do mandato, esta era uma preocupação dos Conselheiros e, em especial, do atual Corregedor, toda vez que se depara com um pronunciamento de um membro do Ministério Público que exorbita das suas atribuições, e há também a preocupação em não fazer uma censura prévia, não é esse o objetivo, que ele não faça pronunciamentos que sejam parciais, antecipando julgamentos. Não poderia fazer isso. Então, isso tem sido objeto de reclamação disciplinar.

Recentemente, tomei até conhecimento, não sei em que pé anda atualmente, de que foi instaurada uma reclamação disciplinar contra um membro do MP integrante, se não me engano, da Lava Jato, que havia postado uma notícia que poderia ser interpretada como política até, uma mensagem política. Essa não pode ser a área de atuação do Ministério Público.

O difícil, na prática, no dia a dia do CNMP, é muitas vezes separar, no caso concreto, o que é independência funcional, o que é atividade fim do Ministério Público, do que ultrapassa a sua independência funcional. Essa, talvez, seja a maior dificuldade. Ou seja, quando o CNMP pode impedir alguma medida do Ministério Público, sob o fundamento de que aquilo exorbita das atribuições funcionais daquele membro do Ministério Público? Ou aquilo faz parte e está inserido na atuação funcional? Essa, talvez, a meu ver, seja a maior dificuldade.

Em relação à preocupação sobre a questão da CLT, quando eu falei da CLT, na verdade eu falei me lembrando da época em que eu era advogado da Petrobras, pelos direitos que eu tinha e que parei de receber, como FGTS, adicional noturno, horas extras, vantagens que colegas que fizeram concurso comigo e que ainda continuam na Petrobras possuem, e eles recebem um salário maior que o meu.

Eu não queria também fazer...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Mas, na Petrobras, há um regime especial.

O SR. VALTER SHUENQUENER DE ARAÚJO – Por isso, a lembrança que eu tive da CLT, da época em que eu era celetista na Petrobras.

É óbvio que, como o Senador Lindbergh destacou, não estou aqui dizendo que juiz ganha mal, nada disso. O salário, especialmente diante da nossa realidade, é um salário que é compatível com as atribuições, com a função e com a responsabilidade. Mas eu também não sou, digamos assim, uma pessoa que não veja os outros lados. Acho que há também outras áreas que remuneram tão bem quanto, senão melhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dou aula, às vezes, em cursos preparatórios e eu diria que, de 50 alunos numa turma de um curso preparatório, cinco, no máximo, querem ser juízes, e 45 querem ser procurador de Estado, procurador de Município, tabelião, registrador. Então, a carreira da Magistratura, no meio jurídico – posso afirmar isto com a maior tranquilidade –, não é atrativa financeiramente. Volto a dizer: não é que juiz ganhe mal. Mas não é a que, hoje, atrai os melhores quadros, não é a primeira opção do ponto de vista remuneratório. Por exemplo, os juízes não recebem licença-prêmio. Eles recebem outras vantagens, mas, no meio jurídico, não é essa a carreira com os maiores atrativos remuneratórios.

Por essa razão, fiz a colocação em relação à CLT, ao que me lembrei na época em que trabalhei na Petrobras.

Acho que...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG. *Fora do microfone*.) – Fica a seu critério...

O SR. VALTER SHUENQUENER DE ARAÚJO – Com relação à questão da magistocracia, concordo plenamente. Eu li esse artigo, no final da *Veja*, do Conrado Hübner. Só não concordo com algumas colocações que foram feitas pelo Prof. Conrado Hübner em relação à transparência e ao acesso à Justiça.

Hoje em dia, existe uma preocupação muito grande, no âmbito do Judiciário – não vou generalizar, porque o Brasil é muito grande, mas vejo isso pela Justiça Federal –, com a transparência. Quer dizer, as remunerações são divulgadas, há um controle pela sociedade quase imediato. Enfim, há muita publicidade. No próprio Ministério Público, no CNMP, temos o Transparentômetro. Há um percentual de transparência no âmbito dos Ministérios Públicos. O índice percentual de satisfação é muito elevado.

Então, eu só não concordaria com as colocações que foram feitas pelo Professor em relação à transparência. No passado, era assim, a famosa caixa-preta do Judiciário realmente existia, mas hoje não vejo mais como caixa-preta, porque as informações estão disponíveis, em razão até da Lei de Acesso à Informação.

Também discordo com relação ao que disse sobre o acesso à Justiça, porque, no Brasil, e ingressar sem pagar nada; a pessoa ajuíza uma ação no juizado, enfim, não há obstáculos para o ajuizamento, ainda que a pessoa não tenha um advogado. Em muitos Estados nós temos aí a Defensoria, lá no Rio de Janeiro, por exemplo, muito bem estruturada, é uma referência no Brasil a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. Eu só não concordo com essas duas colocações mencionados no artigo, como se estivéssemos num pedestal, isolados do mundo e sem transparência. Acho que já foi assim, mas já há algum tempo não é mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Agradeço ao Dr. Valter suas colocações.

Dando sequência aos Senadores inscritos...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Dr. Valter, eu fiz vários questionamentos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – O Senador Lindbergh...

O SR. VALTER SHUENQUENER DE ARAÚJO (*Fora do microfone*.) – Ah, desculpe!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Esqueceu o Senador Lindbergh. Desculpe, Senador Lindbergh, ele voltará...

O SR. VALTER SHUENQUENER DE ARAÚJO – Peço perdão ao Senador Lindbergh...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone*.) – Ele lhe fez tantos elogios! (*Risos.*)

O SR. VALTER SHUENQUENER DE ARAÚJO – Eu tenho que agora retribuir. Principalmente porque é do meu Estado...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. VALTER SHUENQUENER DE ARAÚJO – Eu peço desculpas. É um Senador do meu Estado, por quem tenho o maior apreço, ele sabe, já participamos de algumas reuniões em conjunto, tratando dos mais diversos temas.

Em relação à questão de ser comentarista político, eu concordo com V. Exª quando afirma que hoje em dia muitos membros do Ministério Público estão ultrapassando o sinal. Isso é objeto de preocupação do CNMP, e falo disso tranquilamente, porque, como não sou membro do Ministério Público, eu poderia dizer que há um corporativismo, mas não. Não tenho visto isso no CNMP, tanto é que, às vezes, até digo assim: "Mas será que isso aqui não é uma espécie de censura?" Mas não, nós temos demonstrado, de modo geral, entre os Conselheiros, uma preocupação em inibir o excesso em relação a essas manifestações que antecipam julgamentos.

E para mim, até foi estranho quando cheguei ao CNMP, porque na magistratura os juízes são acostumados a... Se bem que isso está mudando hoje em dia, mas, de um modo geral, nós não falamos tanto assim quanto os membros do Ministério Público; mesmo aumentando as falas hoje em dia, essas manifestações são mais escassas. Então, isso me chamou a atenção. Para mim é até interessante ver como isso tem sido apurado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão dos benefícios da magistratura, já tentei responder em relação à CLT.

Com relação – acho que foi sua maior intervenção – à questão da execução provisória da pena, se é possível ou não, eu conheço esse parecer do Prof. José Afonso da Silva, um parecer muito bem fundamentado, muito bem escrito. O Prof. José Afonso da Silva, enfim, é um exemplo de jurista, de intelectual, uma pessoa respeitadíssima, mas, como eu disse, é uma posição defensável, e existe a outra posição. Acho que o Supremo Tribunal Federal vai ter o trabalho de hoje talvez decidir sobre essa questão. E como eu disse ao início, eu acho até que esse debate não se encerra hoje porque, independentemente da decisão que vier a ser tomada pelo Supremo Tribunal Federal, isso vai ter o que os americanos chamam de *backlash*, vai ter um efeito colateral político, jurídico, enfim, que vai exigir no futuro a construção de alguma solução que acomode esse estado de tensão inerente a esse tema.

E eu me lembro aqui de que, na década de 70, a Suprema Corte americana, em 1972, decidiu abolir a pena de morte nos Estados Unidos. Na época, essa decisão tão contundente deu tanta confusão que os Estados começaram a aprovar leis autorizando a pena de morte; e, em 1976, poucos anos depois, a Suprema Corte, com esse efeito de cobrança, teve de se readaptar. Então, é natural esse movimento de oscilação. Então, é natural esse movimento de oscilação tanto de um lado, quanto de outro, e é possível que haja efeitos posteriores a essa decisão que provavelmente será tomada na tarde de hoje.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Dr. Valter, Senador Anastasia, se V. Exª me permite, eu fui Relator aqui de uma CPI sobre o extermínio da juventude. Cabe ao Ministério Público o controle da atividade policial. O Senador Anastasia, que foi governador, conhece muito bem isso.

Infelizmente, nós temos 60 mil assassinatos por ano – 30 mil são jovens, 77% jovens, negros e moradores das periferias. Nós temos a polícia que mais mata, mas a polícia que mais morre também, algo em torno de 500 policiais por ano. A Marielle, antes de morrer, dias antes de morrer, perguntou: "Quantos mais terão que morrer ainda nessa guerra?" E é uma guerra que não adianta nada.

Aí nós temos que fazer aqui uma discussão mais aprofundada sobre a política de regulação da questão das drogas, sobre a reforma das polícias, sobre o ciclo completo. Mas eu queria pedir ao senhor uma ajuda no sentido de forçar os Ministérios Públicos estaduais a exercer seu papel.

Havia um conselheiro do CNMP que era o Conselheiro Fábio George, que fez um trabalho muito próximo aqui com a gente nesse sentido de tentar forçar os Ministérios Públicos estaduais, porque ainda existem no Brasil autos de resistência. E, em autos de resistência, você não investiga um homicídio, quando é feito por uma autoridade policial – ainda existe isso, nós não mudamos a legislação.

Então, eu quero contar com o senhor nessa tarefa de a gente fazer aqui um trabalho conjunto também, para discutir com os Ministérios Públicos estaduais para exercerem, de fato, o seu papel, porque é um genocídio acontecer isso, principalmente com a juventude negra do País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Indago o Senador Armando, a Senadora Simone e o Senador Lindbergh se estão respondidas as perguntas. (*Pausa.*)

Então, passamos ao próximo inscrito, Senador Roberto Requião. Com a palavra V. Exª.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Um Senador estupefato, Presidente Anastasia, e estupefato também em relação a algumas abordagens do nosso sabatinado de hoje. Eu fico aqui pensando: eu tenho certeza de que todas as questões do Direito devem ser discutidas, as opiniões devem ser abertas, os juízes devem construir teses, devem dar opiniões, devem influenciar inclusive mudanças legislativas. O que eles não podem é fazer valer as suas convicções sobre os preceitos estabelecidos pela legislação.

Nós inicialmente, no começo do processo democrático, tínhamos a Ágora grega. A população votava numa praça aberta que era um mercado. Posteriormente, veio o mandato representativo, as questões eram muito grandes, muito complexas, não podiam ser examinados todas numa plenária popular. E o Direito veio se consolidando também: não era mais o Direito resolvido num momento de pânico; era o Estado de direito que se consolidava com o estabelecimento das leis.

Eu tenho muita tranquilidade para indagar a sua opinião, inclusive sobre essa questão do *habeas corpus* do Lula, porque eu, a Senadora Gleisi e o Senador Ferraço, há dois anos, subscrevemos um projeto discutindo o princípio da presunção de inocência e estabelecendo a possibilidade de uma condenação, de uma prisão em segundo grau. Nós estávamos estarrecidos, por exemplo, com a impunidade do Maluf. Mas, nesses dois anos, o que sobreveio foi a tal hermenêutica livre. A legislação não serve mais para nada. A interpretação que o legislador quer dar é a da sua convicção ideológica, da sua visão partidária e programática.

Eu, pessoalmente, desisti desse projeto. E esse projeto foi formulado por nós com a participação e a opinião do Sergio Moro e do Fachin, que ainda não era Ministro do Supremo Tribunal Federal. No entanto, as circunstâncias venceram completamente a oportunidade do projeto, porque a hermenêutica livre não é compatível com a prisão em segunda instância.

Nós temos o Supremo Tribunal, que é o tribunal mais político, o menos corporativo. E o corporativismo é a visão coletiva do individualismo. Veja o que está acontecendo com o Judiciário, você, que vai ao Ministério Público, ao Conselho Nacional do Ministério Público pela segunda vez: auxílio-paletó, auxílio-biblioteca, auxílio-estudos, auxílio-creche... Segunda-feira, no Paraná, por iniciativa do Judiciário, votou-se uma suplementação de 30% no salário de todo juiz que participe de uma câmara. Seria a mesma coisa que nós aqui, Senadores, participando da Comissão de Constituição e Justiça, recebêssemos um terço do nosso salário. E, como nós temos inúmeras comissões e de inúmeras comissões nós participamos, essa gratificação, essa suplementação teria um valor realmente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inacreditável. Um Parlamentar que participasse de uma frente parlamentar receberia também – é uma atividade paralela. E isso, no Paraná, vale para os juízes, agora, aprovado pela Assembleia, e para os promotores também.

Primeira pergunta: como o Conselho Nacional do Ministério Público vai se manifestar a respeito dessa verdadeira barbaridade?

Eu fui o autor, junto com alguns Senadores, de um projeto que hoje é relatado pelo Senador Ferraço, da prisão na segunda instância, mas, se nós fomos os iniciadores disso, é porque nós sabíamos que a Constituição é inviolável. Estávamos preocupados com a inimputabilidade, com o não alcance do Judiciário em relação a alguns crimes, principalmente os famosos crimes do colarinho branco, com o Erário, com o dinheiro público. O pressuposto disso é que nós estávamos respeitando a Constituição.

Como é possível, agora? Na sua voz, por exemplo: "O juiz fulano pensa assim; o ciclano pensa assado." Então, eu estou errado? O que eu vim fazer no Senado da República? Eu deveria ter sido juiz ou promotor, porque daí eu poderia interpretar a lei conforme a minha convicção e, quando eu não gostasse ou tivesse alguma preocupação com a sua aplicação, faria uma greve de fome, um jejum e algumas orações. Nós estamos num caminho completamente errado.

Então, o meu questionamento básico é fundamentalmente em relação a essa hermenêutica livre. Lei é para ser cumprida. A flexibilidade é histórica. As coisas mudam. Existe, na constante mutação dos fatores, que é a quinta unidade da dialética, por exemplo, a possibilidade de uma interpretação renovada. Mas essa criatividade legislativa simplesmente arrasa a existência do Poder Legislativo. O que estamos nós fazendo aqui, se juízes e promotores estabelecem a legislação ao seu gosto? E corporativamente? Confirmo as suas sentenças.

No caso do Lula, no Tribunal do Rio Grande do Sul, a sentença foi aumentada para escapar da prescrição. Nada a ver com a lei, mas com a convicção, com a intenção. Qual é, a seu ver, a posição que deveria tomar o Conselho Nacional do Ministério Público em relação a esses pixulecos?

E o auxílio-moradia, doutor juiz? Ele foi fulminado pela Emenda 19. Não há Lei Lehmann, porque a Constituição não pode superar uma lei, qualquer que seja, complementar ou não. Então, o auxílio-moradia não existe, e quem estabelece salário de servidores públicos, de funcionários públicos é o Congresso Nacional. Isso são subterfúgios corporativos. E esse corporativismo vai desmoralizando progressivamente as instituições: o Ministério Público, o Judiciário. E, por acréscimo, em função da absoluta falta de coragem e de iniciativa, vai fulminando também o Legislativo.

Considerações suas, por meio destas minhas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito...

Pois não, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Perdão. Eu quero colocar uma discordância do meu amigo, Senador Lindbergh Farias, quanto às declarações do Ministro do Exército.

O Ministro do Exército não interferiu no julgamento; ele disse que é a favor do cumprimento da Constituição e do fim da impunidade. Eu não acredito que haja um cidadão brasileiro de verdade que seja contra o cumprimento da Constituição e pela preservação da impunidade de alguns indivíduos que abusam dos seus cargos. É o famoso abuso de autoridade, que também está contemplado por um projeto do qual eu fui Relator e foi aprovado aqui no Senado, nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Roberto Requião.

Nós vamos dar sequência. O próximo inscrito é o Senador Flexa, que não está. Então, nós vamos saltá-lo. Portanto, a próxima inscrita – falamos em blocos de três – é a Senadora Gleisi, a quem darei a palavra em instantes, seguida pelo Senador Humberto Costa.

Nesse período, peço à Senadora Ana Amélia que se sente aqui na Presidência, por um instante, para que eu possa também votar.

Com a palavra V. Exª, Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Sr. Presidente,

Eu, na realidade, quero primeiro cumprimentar o Dr. Valter Araújo. Mas quero manifestar o meu incômodo com esta reunião da CCJ hoje. Aliás, o meu desconforto. Nada a ver com o senhor. É um desconforto pelo momento que nós estamos vivendo. Parece que não há nada de anormal no País, que nós estamos vivendo a normalidade e fazemos uma sabatina de alguém que vai para o CNMP novamente, reconduzido, perguntando sobre questões triviais do dia a dia, importantes, é claro, mas não essenciais.

Obviamente que houve aqui, tanto por parte do Senador Lindbergh como do Senador Requião, falas mais políticas sobre o momento. Mas acho que esta Comissão teria de suspender essa sabatina e a CCJ deveria discutir o momento grave que nós estamos passando no País. Nós estamos vivendo uma deterioração do regime democrático brasileiro, das relações institucionais, das funções dos Poderes da República, e estamos agindo como se nada tivesse acontecido.

Ontem, a Rede Globo de Televisão chegou a uma posição escandalosa de ler um tuíte do General Villas Bôas e, através da publicização desse tuíte e da forma como ela utilizou, pedir, pressionar o Supremo Tribunal Federal para que não vote o *habeas corpus* do Presidente Lula. Aliás, pressionar a sociedade brasileira, dizer à sociedade brasileira que nós corremos o risco ou podemos correr o risco de uma intervenção militar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso é um escândalo. Nós já vivemos isso em 1964, é só pegar a primeira página de *O Globo,* de uns dos dias de abril, em que manifestou apoio à intervenção militar. Será que vamos viver isso de novo? E o Congresso Nacional vai olhar isso como se nada estivesse acontecendo no País? Será que vai precisar uma ação mais contundente contra o Congresso Nacional? Porque a criminalização da política já está dada. Hoje para a sociedade brasileira nenhum político presta. Se se fizer uma enquete hoje no Brasil para fechar o Congresso Nacional, o Congresso Nacional será fechado. Nós sabemos as consequências a que isso leva. Nós vamos permitir que isso aconteça? Vamos ficar aqui discutindo como se nada estivesse ocorrendo no Brasil de gravidade?

Ao que assistimos ontem no Jornal Nacional, em 23 minutos de Jornal Nacional, de pressão em cima do Supremo Tribunal Federal para que não vote o *habeas corpus* do Presidente Lula é injustificável, é uma ameaça à democracia e à sociedade brasileira. Chegaram ao cúmulo de encerrar lendo essa nota, lendo o tuíte.

Eu quero concordar aqui com o Senador Requião, embora eu queira dizer ao Senador Requião o seguinte: "Não há justificativa, Senador Requião, de as Forças Armadas terem posicionamento político sobre posições de quaisquer dos Poderes, nem sobre posições do Supremo Tribunal Federal, nem sobre posições do Executivo." As Forças Armadas têm o seu papel constitucional definido.

Então, eu posso concordar com o General Villas Bôas, primeiro, que nós combatemos a impunidade. Não houve governo neste País que mais fez para combater a corrupção e a impunidade. Eu desafio qualquer membro da CCJ aqui, do Poder Judiciário, do Ministério Público, a dizer qual foi o governo que mandou mais leis para o Congresso Nacional para combater a impunidade e a corrupção. Foram os governos do PT, que deram autonomia ao Ministério Público, autonomia à Polícia Federal, que colocou realmente condições para que se fizessem as investigações. A Lei do Colarinho Branco foi votada no Governo do Presidente Lula. A Lei da Organização Criminosa foi votada no Governo do Presidente Lula. Nós tivemos importantes ações para transparência no Governo do Presidente Lula: o Portal da Transparência; a Lei de Acesso à Informação. Então, quanto a isso, nós concordamos com o General Villas Bôas, nós queremos combater a impunidade, a corrupção e respeitamos a Constituição.

Então, é importante que as Forças Armadas tenham claro que o respeito à Constituição é inclusive elas respeitarem e exercerem o papel que a Constituição lhes estabelece, que é resguardar o Território nacional, a nossa soberania, o mar territorial, o espaço aéreo, é isso que se estabelece para as Forças Armadas. E é importante que, no respeito à Constituição, também esteja a ampla defesa. O inciso LVII do art. 5º, como dito aqui, é cláusula pétrea da Constituição: "Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória." Qual é a última instância senão o Supremo Tribunal Federal?

A votação que o Supremo fez lá atrás em 2016 dizia: poderá haver prisão em segunda instância. E, mesmo assim, foi uma votação apertada. Hoje, muita gente questiona.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Colocaram o *habeas corpus* do Presidente Lula sem antes ter decidido uma questão que deveria ter sido decidida pelo Supremo Tribunal, que é ação direta de constitucionalidade. Aí, estamos vivendo esse clima no Brasil. É um absurdo o que está havendo neste País hoje.

Estamos vivendo uma data que é muito, muito significativa para a nossa democracia. Se nós não tivermos consciência disse e se o Congresso Nacional não fizer essa discussão, daqui a pouco vêm aqui apagar as luzes, como já vimos. E, aí, não adiante gritar, porque, aí, a sociedade brasileira já achou que tem de apagar as luzes do Congresso Nacional, sim, e que Congresso Nacional não vale para nada. Então, ou a gente reage e coloca as coisas nos seus devidos lugares ou nós vamos reviver 1964. Pode ser que em um modelo diferente, sem os tanques nas ruas, mas nós vamos reviver.

É muito grave o que aconteceu ontem, é muito grave o que a Rede Globo fez. Nós temos de votar aqui um repúdio ao que foi o Jornal Nacional ontem. E temos de votar aqui, sim, uma moção, uma resolução, qualquer coisa que diga que a Constituição tem de ser preservada, que o papel do Supremo Tribunal Federal é ser guardião da Carta Magna, e não tentar interpretações. É isso que está em jogo no Brasil.

Por isso, Dr. Valter, é importante que a gente se manifeste aqui. É importante saber sua opinião sobre várias questões, mas, no dia de hoje, é importante que a gente grite aqui dentro do Congresso Nacional sobre o que está acontecendo.

O *habeas corpus* do Presidente Lula pode ser um divisor de águas neste processo. Eu espero que seja, por dois motivos. O primeiro é porque o Presidente é inocente. Foi condenado pelo TRF4 sem provas, ou melhor, sem crime. Até hoje estou me perguntando: qual é o crime do Presidente Lula naquele processo? Se é corrupção passiva, onde está o benefício dado a OAS? Se é corrupção passiva, cadê a posse ou a propriedade do apartamento que dizem que ele recebeu? Em processo penal, tem que haver objetividade, e não houve. O Presidente Lula foi condenado pelo PowerPoint do Dallagnol, muito bem aqui explicitado pelo Senador Requião. Portanto, é um direito dele ter esse *habeas corpus* julgado hoje e ter esse *habeas corpus* concedido, porque ele é inocente e tem direito, pela Constituição, como qualquer cidadão deste País, de levar à última instância a sua defesa. Segundo, porque esse *habeas corpus,* ao ser decidido antes da ação direta de inconstitucionalidade, vai, sim, firmar posicionamento do Supremo Tribunal Federal, em defesa da Constituição Federal ou em contrariedade a ela. E nós queremos que seja em defesa.

Quero lamentar o movimento dos juízes deste País, o movimento dos promotores deste País, do Ministério Público, pedindo ao Supremo Tribunal Federal que se posicione contra a Constituição. Não é possível que magistrados que têm que observar a legislação, as regras a que estão submetidos façam um movimento político. Ninguém é contra qualquer um fazer movimento político, mas então, como disse o Senador Requião, venha para a seara política. Candidate-se e faça o embate, porque é muito fácil estar protegido por um concurso público, com vitaliciedade no cargo, e omitir opiniões. É muito fácil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vi um tuíte agora do ex-Procurador Rodrigo Janot, aliás correto do ponto de vista do estamos vivendo, fazendo o alerta de que nós podemos voltar à situação de 1964. Mas eu quero dizer que o Sr. Rodrigo Janot é responsável também pela situação que estamos vivendo hoje no País, pela forma irresponsável como o Ministério Público tocou vários processos da Lava Jato. E é responsável também pelas entrevistas que deu nos meios de comunicação, levando ao ódio, levando a um punitivismo sem ter provas, achando que falando contra a corrupção e dizendo que todos os políticos são corruptos, sem fazer a diferenciação, nós iríamos levar este País à redenção.

O problema deste País não é O Mecanismo, do Padilha e da Netflix. O problema deste País infelizmente são as oligarquias, a cultura escravocrata, o sistema financeiro, o rentismo, que, aliás, dá guarida à corrupção desde que este País foi fundado.

Agora, o que me estarrece é que geralmente, quando você tem um governo de esquerda popular e progressista, as forças do fascismo e do atraso se empoderam da bandeira de combate à corrupção. Foi assim em 1922 na Itália, assim em 1933 na Alemanha, assim em 1964 no Brasil.

(*Soa a campainha.*)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – E nós vamos deixar ser assim em 2018 no Brasil de novo?

Eu quero fazer um apelo a esta Comissão: nós tínhamos de suspender esta sabatina e discutir o que efetivamente está acontecendo no Brasil. Mais do que isso, nós tínhamos de levar hoje ao plenário do Senado um projeto de resolução, uma manifestação do Congresso Nacional contra o que aconteceu ontem no Jornal Nacional da Rede Globo, sob pena de logo estarmos assistindo ao encerramento dos trabalhos deste Congresso e o apagar das luzes do Congresso Nacional, como já vimos na História.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Agradeço à Senadora Gleisi as ponderações que fez.

O próximo inscrito é o Senador Humberto Costa.

Com a palavra V. Exª.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Dr. Valter, quero antecipar a V. Exª o meu voto favorável à sua recondução ao CNMP. Acho que V. Exª se distinguiu em vários momentos por posições de independência, por posições que são aquelas que nós esperamos daqueles cuja indicação aprovamos aqui e que nem sempre acontecem de fato. Lamentavelmente, temos que reconhecer isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lamento também que a sabatina de V. Exª esteja acontecendo hoje. Apesar da importância que tem esta sabatina e a recondução de V. Exª, vivemos dias extremamente turbulentos no nosso País, talvez o momento mais difícil em todos esses anos de democracia pós-1988 que nós vivenciamos.

Eu aqui também não poderia deixar de manifestar a minha profunda preocupação com os fatos ocorridos no dia de ontem. Esses fatos, sem dúvida, são o resultado de todo um clima que foi construído neste País desde 2014, 2015, quando no Brasil tivemos o ódio sendo semeado de forma permanente, a tolerância com posições autoritárias, posições que agridem a Constituição brasileira.

Todos nós nos lembramos aqui, acampados em frente ao Congresso Nacional com a anuência do ex-Presidente da Câmara Eduardo Cunha, de grupos claramente fascistas defendendo a intervenção militar, defendendo a ditadura, apregoando a violência e uma série de outras ações que aconteceram ao longo de todo esse tempo.

Apesar de eu ter me entendido por alguém com capacidade de compreender a realidade do País ainda jovem, isso já foi, digamos assim, no terceiro período da ditadura militar, por volta dos anos 70, eu fui militante do movimento estudantil, militante de organizações de esquerda, fui fundador do PT e posso afirmar que, apesar de ter sido num momento quando se dizia que havia uma abertura, só quem nunca viveu sob uma ditadura para fazer apologia da ditadura, para desconhecer e não respeitar o que a Constituição brasileira prevê. E o engraçado é que, muitas vezes, os que mais apregoam isso, logicamente, embora não sejam as primeiras vítimas, porque as primeiras vítimas são os lutadores sociais, são os integrantes da esquerda, são os integrantes dos movimentos sociais, são as vítimas imediatas muitas vezes.

Esse bobalhão candidato a Presidente da República, Jair Bolsonaro, se nós tivermos no Brasil uma intervenção militar, vai ser uma das primeiras vítimas – uma das primeiras vítimas! Não haverá eleições para disputar e não haverá respaldo dentro das Forças Armadas, porque os militares, se vierem a chegar ao poder... E acho que não vai acontecer isso, porque a consciência cidadã do Brasil não vai aceitar nenhum tipo de intervenção militar; não vai colocar nenhum tipo de intermediário para gerir o País.

Lembrai-vos de Carlos Lacerda, o maior apoiador da ditadura e uma das suas primeiras vítimas. O próprio Juscelino, coitado, na inocência de imaginar que aquele golpe era simplesmente para restituir a ordem, pensando que depois as eleições aconteceriam e que ele voltaria a ser Presidente da República, depois foi cassado também.

Então, muita gente se esquece disso, muita gente não viveu isso e, por isso, fica alardeando por aí a ideia de intervenção militar.

Lógico que o pronunciamento do General Villas Bôas é... Eu gostaria de ser tão otimista quanto foi o Senador Roberto Requião, mas não sou tão otimista assim, embora eu também não exagere o sentido que tem. E esperamos que ele esteja limitado ao Twitter e que não haja nenhuma consequência dessa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

decisão. Mas, certamente, todos nós temos que estar alertas para isso, temos que manifestar claramente a nossa posição, clara, de defesa da Constituição, de defesa das liberdades democráticas, de defesa da democracia.

Não cabe, por mais justa, por qualquer lado que tenha, uma manifestação de uma pessoa com a responsabilidade que tem o Comandante do Exército num momento como este. E, certamente, essa manifestação seria entendida como uma pressão sobre o Supremo Tribunal Federal.

Que o Supremo possa ter cometido erros, enfim, é natural, mas é a principal instituição de um poder fundamental para a nossa democracia. E disse-o muito bem a Senadora Gleisi Hoffmann: é triste quando nós vemos juízes curtindo posições como essa, quando vemos a manifestação e a mobilização de procuradores e juízes em torno de uma posição política. E este Congresso não pode ficar calado diante disso que está acontecendo no País. Aliás, o Congresso é sempre uma das primeiras vítimas de movimentos como esses. Independentemente do que venha a decidir o Supremo Tribunal Federal, nós temos de respeitar a sua independência, a sua autonomia. Nós temos que garantir o cumprimento daquilo que a Constituição diz, e ela diz muito claramente sobre esse processo.

Se o Supremo Tribunal Federal hoje resolver, mais uma vez, cumprir com a sua responsabilidade de ser guardião da democracia, eu não tenho dúvida de que decidirá pelo que está na letra da Constituição, literalmente na Constituição, que é a inocência até que um processo transite em julgado, portanto, depois da terceira instância. E que isso seja uma importante lição para todos nós. Que nós possamos ter a referência da Constituição, da democracia para todos que aqui estão e que exercem um papel fundamental na sociedade.

Então, quero aqui manifestar a minha indignação com essa manifestação, a minha indignação com a utilização que meios de comunicação têm feito disso. Transformaram algo que é parte de um processo comum, normal dentro do Poder Judiciário, que é a concessão de *habeas corpus*, em uma verdadeira disputa política. Acho que é a primeira vez... Não tenho notícia de que uma Suprema Corte tenha sido cercada por manifestantes a não ser para discutir teses – a não ser para discutir teses –: liberação do aborto, pena de morte ou coisas assim. Mas, para discutir o posicionamento que uma Corte deve ter em relação a um processo judicial, eu acho que é uma situação inusitada no mundo.

Eu espero que hoje o Supremo assuma o seu papel soberano, que aqueles 11 Ministros que estão lá tenham consciência do que é o seu papel institucional e constitucional e que nós tenhamos, de fato, na prática, uma resposta ao que esses órgãos de comunicação tentaram fazer e a essa posição tão equivocada, lamentavelmente, porque todos nós reconhecemos no General Villas Bôas uma pessoa que sempre se pautou pelo respeito à Constituição e por posições moderadas, de ter se proposto a ser o porta-voz dessas inquietações equivocadas dentro das Forças Armadas.

Ditadura, Sr. Presidente, nunca mais!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador (*Falha no microfone.*). O microfone hoje está um pouco rebelde.

Com a conclusão desse bloco de três – Senador Requião, Senadora Gleisi, Senador Humberto Costa –, passo a palavra ao Dr. Valter Shuenquener para suas respostas ao que foi aqui colocado. Com a palavra S. Exª.

O SR. VALTER SHUENQUENER DE ARAÚJO – Queria agradecer ao Senador Requião, à Senadora Gleisi, ao Senador Humberto Costa pelas colocações.

Vou tentar ser bem objetivo em relação às perguntas. Se eventualmente não responder a contento, fico à disposição.

Em relação às ponderações que foram feitas pela Senadora Gleisi, concordo integralmente com o perigo do momento, especialmente quando um general do Exército, uma instituição que está armada, enfim, em razão também da nossa história não tão distante assim, quando ele faz uma manifestação de índole política, seja para que lado for. Eu acho que não é papel das Forças Armadas, como não é papel do Ministério Público nem da magistratura fazer colocações nesse nível de envergadura, especialmente por recursos tecnológicos que atingem o País inteiro de uma hora para a outra e acabam gerando, digamos assim, um conflito, uma possibilidade de conflito até de proporções inimagináveis. Eu acho que não é por aí. Isso pode fazer aparecer soluções mágicas: "Olha, fulano vai resolver o problema do País, ou beltrano."

Pelo que ouvi da declaração, não sei se a intenção do General, como disse o Senador Humberto Costa, foi toda ela... Mas deveria, talvez, evitar isso no posto em que ocupa. Uma fala daquele jeito pode causar, como causou, efeitos drásticos e só gerar mais conflitos.

Em relação à colocação feita pelo Senador Humberto Costa, eu queria reafirmar o meu compromisso de continuar agindo com independência no exercício da função como Conselheiro, se for aprovado na sabatina e pelo Plenário desta Casa. Ao longo desses meus dois anos, eu deparei com processos que, eventualmente, geraram até decisões de repercussão, mas fiz o que eu achava que era correto fazer, como faço na magistratura, independentemente dos efeitos e da repercussão da decisão. Acho que, na vida, temos de ser assim, temos de atuar de acordo com o que achamos que é o mais correto. E pretendo continuar nessa linha.

Quanto à colocação feita até pelo Senador Requião em relação à atuação do CNMP no que diz respeito aos penduricalhos, a esses auxílios, concordo integralmente com o Senador Requião quando menciona a vulgarização de auxílios e de gratificações no âmbito de alguns Estados no que diz respeito a benefícios que não se estendem ao restante da população, aos trabalhadores de modo geral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De que modo o CNMP tem atuado? O que ele pode fazer nesses casos? Normalmente, esses benefícios são concedidos por leis estaduais que não foram declaradas inconstitucionais. Até pouco tempo atrás, até o ano passado, o CNMP não podia afastar um benefício inconstitucional se ele estivesse fundamentado numa lei estadual. Então, por exemplo, às vezes, o CNMP determinava o corte de um benefício, e aí o Ministério Público daquele local dizia: olha, mas esse benefício está previsto na lei tal, e a gente vai continuar a pagar, porque a lei deve prevalecer diante da decisão do Conselho.

Desde o final do ano passado, aliás, desde o início deste ano, o CNMP tem afastado a incidência de algumas leis inconstitucionais com o fundamento de que elas beneficiam com o pagamento de vantagens indevidas. Então, atualmente, o CNMP, quando depara com esse tipo de auxílio – e tem deparado –, tem, de modo geral, cortado esses benefícios, ainda que haja algum fundamento legal.

Eu me lembro de um caso, que não era especificamente referente a benefício – eu ainda estava no CNMP –, de uma lei de um Estado – não me lembro de qual era a Região, não me lembro se era o Nordeste ou o Norte – que criava cargos em comissão para motoristas, o que é inconstitucional, flagrantemente inconstitucional, porque esse tem de ser cargo de concursado, e tudo mais. Aí o CNMP já aplicou seu novo entendimento, afastando aquela lei inconstitucional.

Não é que o CNMP possa declarar uma lei inconstitucional, porque o Supremo Tribunal Federal já afirmou que ele não pode declarar uma lei inconstitucional, mas pode afastar os efeitos de uma lei inconstitucional no caso concreto. E ele tem feito isso, tem cortado, sempre que possível, essas vantagens indevidas.

Quanto ao mérito, acho um absurdo realmente algumas vantagens, como o auxílio-livro e os auxílios que foram mencionados pelo Senador. É que isso, na magistratura federal, não faz parte do rol de benefícios ou de auxílios que os magistrados da União recebem, mas nos Estados, em alguns Estados existem esses benefícios, que são esdrúxulos, muitas vezes – em alguns, não quero generalizar –, e acho que deveriam ser cortados, como V. Exª muito bem colocou.

Eu não sei se...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Indago dos Senadores desse grupo, Senador Requião, Senadora Gleisi, Senador Humberto, se nós podemos dar sequência. (*Pausa.*)

Agradeço.

Vamos seguir com os próximos três.

Estão inscritos agora o Senador Ferraço, a Senadora Vanessa e o Senador Jorge Viana.

Com a palavra V. Exª, Senador Ricardo Ferraço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, cumprimentando V. Exª e o Dr. Valter de Araújo, eu desejo fazer algumas considerações e, ao final, um aprofundamento de um questionamento que quero fazer ao Dr. Valter, relacionado à compreensão e à interpretação da presunção da inocência e de algumas controvérsias que estão relacionadas ao trânsito em julgado e ao duplo grau de jurisdição, que estão consagrados na nossa Constituição.

Mas, antes, eu gostaria, em sentido contrário, de repudiar qualquer tipo de manifestação que possa sinalizar, por parte desta Comissão, algo que possa ir na direção de fazermos qualquer manifestação de censura à imprensa, até porque uma imprensa livre é seguramente um pilar absolutamente essencial da democracia e do Estado do direito democrático.

Eu assisti ao Jornal Nacional ontem, assim como milhões de brasileiros devem ter assistido, e não vi excesso algum. O que vi foi uma matéria pedagogicamente, didaticamente sendo apresentada à população brasileira para que os brasileiros pudessem ter a sua visão crítica, sua massa crítica sobre essa mutação de jurisprudência a que nós estamos assistindo por parte do Supremo Tribunal Federal, mutação essa que tem produzido uma brutal insegurança jurídica, sem considerar que a segurança jurídica precisa ser a norma das normas.

Portanto, vi, por parte do Jornal Nacional, fatos que dialogam com o dia a dia daquilo que está sendo debatido, com o contraditório de posições de idas e vindas, para que a opinião pública possa firmar o seu juízo de valor. Essa é a minha opinião, essa é a minha convicção, e jamais passou pela minha cabeça que esta Comissão pudesse imaginar que nós faríamos aqui um ato de repúdio, quiçá suspender a reunião para manifestar uma censura à imprensa. Isso não tem, não faz o menor sentido, a meu juízo.

A outra coisa, Sr. Presidente, é que eu não vi na manifestação – e aí eu faço coro com o Senador Roberto Requião –, não vi nada, nada, nada além daquilo que poderia ser dito por esse extraordinário brasileiro que é o Gen. Villas Bôas, Comandante do Exército, e resgatei aqui o que ele manifestou publicamente.

Manifesta o Gen. Villas Bôas: "'Asseguro à Nação que o Exército Brasileiro julga compartilhar o anseio de todos os cidadãos de bem de repúdio à impunidade e de respeito à Constituição, à paz social e à democracia, bem como se mantém atento às suas missões institucionais."

Ora, nada mais fez o Comandante do Exército que manifestar respeito à Constituição, respeito à democracia e à missão fundamental das Forças Armadas, no caso aqui do Exército. Eu acho que estão fazendo uma tempestade num copo d'água com relação à manifestação do Comandante do Exército. Sinceramente não vi nada fora da curva.

Para além disso, ele interpreta aquilo que é o sentimento da população brasileira. Num segundo Twitter, afirma o Gen. Villas Bôas: "Nessa situação que vive o Brasil, resta perguntar às instituições e ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

povo quem realmente está pensando no bem do País e das gerações futuras e quem está preocupado apenas com os interesses pessoais."

Portanto, eu estou em linha com aquilo que manifestou aqui o Senador Roberto Requião: não vi nada que não pudesse ser interpretado como o absoluto respeito ao papel das Forças Armadas, respeito à Constituição, à democracia e assim por diante.

Mas chamo atenção, Sr. Presidente, porque, na companhia do Senador Roberto Requião, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, da Senadora Gleisi Hoffmann, do Senador Alvaro Dias, em 24/6/2015, coletivamente fomos subscritores de uma proposta de alteração ao Código de Processo Penal...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Se me permite, só um esclarecimento, Senador Ferraço, é bem rápido.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Pois não, Senadora Gleisi, com prazer.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada.

Eu queria esclarecer ao Senador Requião: eu não subscrevi. Na realidade, meu nome constou do projeto, era uma articulação que veio do Estado do Paraná, inclusive de juízes federais. O Senador Requião me deu o projeto para ler, o nome constava, mas eu não subscrevi. E, na época, falei para ele por que não subscreveria: "Porque não concordo com a prisão em segunda instância. Acho que a Carta Magna, até por ser o art. 5º, como eu disse aqui, cláusula pétrea, não mexeria. Então, só para esclarecer.

Obrigada.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – V. Exª tem naturalmente o legítimo direito, e faz bem em esclarecer, mas o fato é que constava até aqui...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. *Fora do microfone*.) – Datilografado, sim.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – ... o nome de V. Exª como subscritora de uma proposta que foi produzida e formulada pela Associação dos Juízes Federais (Ajufe).

Pasme, Sr. Presidente: essa matéria foi apresentada aqui em 24 de junho de 2015; na condição de Relator, nós entregamos esse relatório em 6/10/2015. Nós estamos em março de 2018, e naturalmente nós não tivemos a coragem de fazer o enfrentamento desta matéria, que já deveria ter constado da pauta da Comissão de Constituição e Justiça.

E, no escopo, no objeto dessa proposta, o que nós estamos defendendo? Que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> nos casos de crimes hediondos, tráfico de drogas, tortura, terrorismo, corrupção, peculato, lavagem de dinheiro ou participação em organização criminosa, após decisão condenatória de tribunal em segunda instância, propõem-se novas regras para a imposição de prisão preventiva ou medida cautelar, devendo o tribunal exigir garantias de que não haverá fuga ou práticas de novas infrações penais e também levar em consideração os antecedentes do condenado, a gravidade e consequências do crime e se houve ou não recuperação do produto ou proventos do crime;

Ou seja, nós estamos propondo a efetividade da decisão em segundo grau. E, na prática, eu não sei explicar por que essa matéria não foi votada ainda na Comissão de Constituição e Justiça. Na verdade, há uma omissão por parte desta Casa e do Parlamento brasileiro. Essa omissão está em ver o Supremo Tribunal Federal, por jurisprudência, que ganha repercussão geral, alterar a Constituição Federal ou mesmo alterar artigos do Código de Processo Penal.

Eu acho que nós estamos diante de uma excepcional oportunidade, Presidente. Qual é a oportunidade? A de priorizarmos esse projeto, para que ele possa ser enfrentado aqui na Comissão de Justiça e, depois, no Plenário do Senado. Aí, sim, nós não estaríamos assistindo às decisões do Supremo Tribunal Federal. Portanto, há uma grave omissão desta Casa em não fazer o enfrentamento de um tema que consta da pauta desta Comissão há quase três anos, o que significa uma brutal ausência de vontade política coletiva para que isso possa acontecer. Ou seja, está evidente a necessidade de nós evoluirmos nesse tema.

Eu aproveito este momento para solicitar a V. Exª, na condição de nosso querido e diligente Presidente...

(*Soa a campainha.*)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Presidente...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – ... para que nós possamos pautar essa matéria e possamos fazer esse debate aqui na Comissão de Justiça em relação a essa controvérsia que se apresenta com grande veemência na conjuntura nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Ferraço...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sim, Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Só para me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não. Perfeitamente.

Vamos dar continuidade.

Eu agradeço a todos, que até agora se mantiveram de modo muito rigoroso no prazo, sem exceção. Então, agradeço a colaboração, já que são muitos inscritos, e peço que continuemos assim até o final. Agradeço muito essa gentileza.

A próxima inscrita é a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Não é para eu estranhar essa observação?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Jamais. É porque eu estava temeroso – vou contar a verdade...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Eu estava temeroso porque o Senador Ferraço, que nós conhecemos, que é um grande orador, costuma se estender um pouco mais, e eu já estava preparado para dar a ele um minuto a mais em razão de a Senadora Gleisi ter falado. Mas ele ficou até aquém. Então, agradeço ao Senador Ferraço. Por isso, eu fiz a menção.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Eu sei.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu vou ficar com esse tempo de crédito.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Fica com o tempo de crédito, que de fato tem o Senador Ferraço.

Com a palavra a Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Obrigada, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, quero cumprimentar o Desembargador Valter – eu não sei ler esse sobrenome aí – Araújo e dizer quer, infelizmente, essa sua sabatina ocorre em um momento de extrema sensibilidade.

Eu diria até, Senador Anastasia, que nós estamos começando a vivenciar o ápice de uma crise que é política, institucional e que já vem de longa data.

Eu ouvi atentamente os Parlamentares que questionaram e me antecederam. Não tive a oportunidade de ouvir a manifestação do Senador Requião, mas ouvi a dos demais. E quero dizer o seguinte: ninguém aqui... Eu, pelo menos, não ouvi ninguém questionar absolutamente nada em relação ao conteúdo da manifestação pública do Gen. Villas Bôas. Aliás, pessoa que não apenas eu conheço. Eu tive a oportunidade de conviver com ele durante muito tempo, sei do nacionalista que é, sei do democrata que é, sei do seu compromisso com a soberania do nosso País e com os direitos humanos. Sei disso.

Então, o conteúdo ninguém critica. Pelo contrário. Um dos primeiros Twitter foi o da Senadora Gleisi Hoffmann, que falou em nome do Partido dos Trabalhadores. Foi uma das primeiras manifestações públicas, reações, que eu vi em relação àquilo. E o que disse a Senadora? Nós temos o mesmo pensamento. Todos somos contra a impunidade e defendemos a Constituição. O que se questiona é exatamente a oportunidade, o contexto no qual o Gen. Villas Bôas publica uma manifestação daquele conteúdo, que abriu espaço para muitas especulações graves, inclusive do próprio ex-Procurador-Geral da República Dr. Janot, que também fez uma publicação remetendo a 1964 e ao perigo que estamos vivendo.

O que mais me preocupa, Sr. Presidente e Desembargador, é o silêncio do Gen. Villas Bôas, que já deveria, na minha opinião, ter vindo a público dizer "estão interpretando mal a minha exposição; estão interpretando mal a minha manifestação". Porque grande parte das interpretações é que houve, por parte dele, que não é uma pessoa qualquer, é o comandante do Exército Brasileiro, pressão e chantagem ao Supremo Tribunal Federal pela decisão que tomará logo mais.

Então, é delicada a situação, Senador Anastasia. É muito delicada. E nós devemos ter a responsabilidade de Parlamentares democraticamente eleitos que fomos, neste momento, para não colocarmos mais lenha na fogueira. Pelo contrário: apagar a fogueira. Mas sem deixar de enxergar e apontando algumas manifestações extremamente equivocadas e perigosas.

Naquelas manifestações de ontem, que foram pífias para o tanto que gastaram... Eu fiz as contas. O meu gabinete fez a conta. Ligamos para cada um dos jornais: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, jornal *O Globo.* Perguntamos o quanto custavam, porque é uma informação pública, aquelas propagandas daquele tamanho? Quase R$1 milhão. Apenas nesses três veículos de comunicação. Quase R$1 milhão! Foi aquela entidade que se denomina Vem Pra Rua que pagou. Deve dizer ao Brasil de onde vem o dinheiro. Dos conglomerados econômicos internacionais, que têm muitos interesses no Brasil?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Certamente. Então, as manifestações foram pífias para o tamanho da mobilização que eles fizeram e para a quantidade de pessoas que esperavam.

Agora, o grave não são as manifestações, o grave é o que fizeram nas manifestações. Não sei se os senhores viram. Mas quem não viu, veja. Queimaram 11 bonecos. E não eram 11 bonecos de nenhum de nós, Senadores ou Deputados Federais. Não. Os 111 Ministros do Supremo Tribunal Federal foram queimados. O que significa isso? Que democracia é essa? Que caminho nós estamos trilhando?

Dr. Valter, desculpe-me. Desembargador, eu falo tudo isso porque acho que V. Sª está sendo indicado para um órgão muito importante. E desculpe-me a minha franqueza e a minha forma direta de falar: tem muita responsabilidade sobre o que está acontecendo no Brasil. Desculpe-me. Porque o Parlamento tem também. Todos conhecem a nossa posição. Nós dizíamos que se fizessem o que fizeram em 2016, com a Presidenta Dilma, de condenar, de tirar alguém da Presidência da República que nenhum crime cometeu, estariam abrindo as portas para os exageros, para a falta de democracia, para tudo isso que estamos vendo.

Agora o Conselho Nacional do Ministério Público, assim como o Conselho Nacional de Justiça, tem grande parcela de culpa com o que está acontecendo no Brasil. Eu trago aqui os exemplos, como um tuíte, outra manifestação pública, do Dr. Dallagnol, seu colega. Seu colega não; ele é procurador, o senhor é desembargador, desculpa.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone*.) – É subordinado ao Conselho.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Exatamente. O senhor está sendo indicado para o Conselho Nacional do Ministério Público.

Veja, o Dr. Dallagnol publicou agora: "Quarta-feira é o dia D [falando do dia de hoje] da luta contra a corrupção na Lava Jato. Uma derrota significará que a maior parte dos corruptos de diferentes partidos, por todo país, jamais serão responsabilizados, na Lava Jato e além. O cenário não é bom. Estarei em jejum, oração e torcendo pelo país." Esse é o procurador que não tem prova, mas tem muita convicção. Esse é o procurador daquela apresentação de PowerPoint que ficou famoso no Brasil inteiro. Mas não é a primeira manifestação pública. O que o Conselho Nacional do Ministério Público fez em relação a ele até hoje? Nada.

Aí vamos lá. Marcelo Bretas, juiz federal no Estado do Rio de Janeiro, publica: "Caro irmão em Cristo, como cidadão brasileiro e temente a Deus, acompanhá-lo-ei em oração, em favor do nosso País e nosso Povo." Um juiz que julga destino de pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos lá. TRF4 – o senhor é do TRF2. Página oficial do Twitter do TRF4, Tribunal Regional Federal da 4ª Região, cuja turma julgou o Presidente Lula. Hoje, 22 curtidas. Quais das curtidas? O *post* do Gen. Villas Bôas. Página oficial, está aqui, curtiu. TRF 4ª Região curtiu o Gen. Villas Bôas em sua manifestação.

Na sequência, o TRF4, depois de muita confusão nas redes, divulgou a seguinte nota, veja Senador Anastasia: "O TRF4 verificou que houve uso indevido da senha do Twitter do TRF4 oficial nos dias 2 e 3 de abril por um servidor que auxilia na administração técnica da página e que curtiu tuítes pensando estar utilizando a conta pessoal." Tenha santa paciência, de ingênuo aqui não há ninguém! Então, confirmando, lá do TRF4.

Agora do mesmo TRF4, senhores, que mantém nos seus quadros a funcionária Srª Daniela Tagliari Kreling Lau, chefe de gabinete do Presidente do TRF 4, que no dia 3 de janeiro, às 17h55min publicou este *banner* no seu Twitter: "Lula, o Brasil inteiro exige sua prisão." Aí: "Ajude Daniela Kreling Lau a conseguir mais apoio. Precisamos de 183 mais assinaturas hoje!" Palavras da chefe de gabinete do Presidente do Tribunal que condenou o Presidente Lula em segunda instância. E o que aconteceu com essa servidora, paga com os nossos recursos, com dinheiro público? Continua lá, no mesmo lugar onde estava antes. E eu pergunto: onde está o Conselho Nacional do Ministério Público? Onde está o Conselho da Magistratura?

Desculpe-me por dizer isso a senhor, mas acho que o senhor precisa ouvir, porque nós estamos vivendo um momento cada vez pior.

(*Soa a campainha.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – O Presidente Lula andou agora – estou concluindo, Senador Anastasia –, como sempre faz há muitos anos. Não é de agora, não é, Senador Jorge Viana? Já fez a Caravana das Águas, lá na nossa região, fará de novo e andou pelo Sul do Brasil. No primeiro dia, foram ovos. No segundo dia, foram pedras. No terceiro dia, foram paus, relhos, que são chicotes. No quarto dia, foi bala.

Sabe por quê? Porque, infelizmente, muita gente aplaudiu. Colega nossa, Senadora, aplaudiu. "Parabéns, Bagé! Parabéns, Santa Maria! Esse é o gaúcho que bota para correr desse jeito!" Com ovos e relho!" A Senadora Ana Amélia disse isso na convenção do seu Partido.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP. *Fora do microfone*.) – Não falou isso.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Falou exatamente isso. Está lá gravado. É só ouvir. Falou exatamente isso.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP. *Fora do microfone*.) – É grave isso!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Pois é. É grave! É isso que estou dizendo. É muito grave! É muito grave!

Então, Desembargador, o que nós esperamos é que haja uma mudança radical, porque ocorre isso rapidamente ou a gente vai viver que tempos futuros? Novamente vamos ter de viver um momento de exceção, um momento de ditadura? É muito complicado.

Quero dizer, Senador Ferraço, que o ouvi com atenção. Acho que V. Exª é sempre muito cioso no que fala e tem muita razão, entretanto a gente analisar aqui a possibilidade de uma mudança, de uma proposta de emenda à Constituição que, de fato, já tramita há muito tempo e que muda a Constituição no que diz respeito ao cumprimento de pena é a prova mais do que cabal de que a Constituição brasileira é clara: ninguém pode iniciar cumprimento de pena antes do trânsito em julgado. Então, não cabe interpretação aí, no nosso entendimento. Se nós defendemos – e defendemos – o cumprimento da Constituição, ninguém, nem o Presidente Lula, deve cumprir pena antes da sua condenação em definitivo.

Aliás, como já foi dito aqui, com o Presidente Lula o que acontece é pior ainda, porque eles utilizam uma justificativa jurídica para punir politicamente uma pessoa, mas uma pessoa que representa um projeto, que não representa a si. Ele representa um projeto, e condena-se alguém por ter a propriedade de um apartamento que nunca teve.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senadora Vanessa, eu peço a conclusão, por favor.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Então, Dr. Valter, o senhor me desculpe.

E peço desculpas também ao Presidente Anastasia, que, como digo, desta Casa, dentre todos nós, eu acho que aquele que tem a maior capacidade de lidar com as diferenças, a grande capacidade.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Obrigado.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Agradeço a benevolência de V. Exª e peço desculpas.

Mas eu acho que este é o grande tema: qual é mesmo o papel? Para que têm servido o Conselho Nacional do Ministério Público e o de Justiça? Para mim, infelizmente, nada. Só têm passado a mão na cabeça de barbaridades.

Essa mulher já era para ter sido demitida a bem do serviço público, mas continua lá trabalhando.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Agradeço à Senadora Vanessa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O próximo inscrito desse bloco de três é o Senador Jorge Viana.

Com a palavra V. Exª, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Cumprimento o Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado nesta reunião, Senador Anastasia; cumprimento também o Juiz Valter Araújo.

Tive o privilégio de conversar com ele e sei que é um bom brasileiro e reúne as condições para bem cumprir o papel de compor e de ser reconduzido ao Conselho Nacional do Ministério Público.

Mas, como já disseram vários colegas, hoje é um dia tenso no nosso País, sinceramente. E nós temos de assumir pelo menos alguns pontos para os quais podem convergir nossas preocupações. É muito tenso.

Eu ontem fiquei muito preocupado. Eu queria ter a tranquilidade do meu colega Ferraço, mas eu não a tenho. Eu queria tê-la, sinceramente, porque estamos vivendo um agravamento de uma crise que não começou agora. Nós vivemos um problema gravíssimo de crise institucional. A visão nossa pode ser diferente, mas os fatos estão se impondo. Eu nunca vi o Congresso Nacional com tão pouco prestígio junto à sociedade como nesses tempos! Nós temos o Presidente da República mais impopular da história do País e que não passou nas urnas tomando as medidas mais duras sem a legitimidade que só as urnas dariam!

E hoje, exatamente hoje, os olhos do País se voltam para o Supremo Tribunal Federal, a mais alta Corte de Justiça, que está longe... Mas eu espero que seja hoje Supremo e poder moderador. Eu acho que todos nós queremos e devemos buscar, com sensatez e responsabilidade, o melhor para o País.

O Supremo hoje... E aí errou inclusive na data. Estou falando isso não para tentar interferir no andamento do Supremo; nós não devemos. Tem de haver independência mesmo, apesar de sofrermos todo tipo de intervenção aqui no Legislativo. O Ministro Marco Aurélio disse que essa questão deveria ter sido resolvida meses atrás, inclusive em dezembro, mas parece uma preparação que não sei se é uma conspiração do mal ou é uma conspiração de uma fase ruim que o País atravessa.

Hoje, ouvindo o rádio, percebi que há rádios de cadeia nacional que estão desde a manhã anunciando: "Venham para a frente do Supremo. Está dividido aqui. Vamos ter os a favor e os contrários. Está tudo tranquilo. A polícia interditou desde a 0h." O dia inteiro convocando para irem para a frente do Supremo. Isso não é bom para o País, não é bom para a democracia. Que Suprema Corte é essa que vai decidir sob todo tipo de pressão?

Temos de trabalhar aqui para preservar o Supremo, porque tenho esperança de que ele seja hoje o poder moderador do País de que tanto nós precisamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Mas eu não posso, Dr. Valter, colegas aqui, Senador Anastasia, deixar de me referir ao episódio que agravou a minha preocupação e trouxe tanta intranquilidade para muita gente. Eu me refiro, sim, aos tuítes do Comandante do Exército. Conheço o Gen. Villas Bôas de muito tempo e sei que é uma pessoa íntegra. Trabalhei com ele quase 20 anos atrás – eu, Governador; ele, ainda nem Comandante Militar da Amazônia. Visitamos aldeias indígenas, subimos os rios. É um grande brasileiro. Sei que ele sabe da responsabilidade que tem, mas todos nós erramos. Acho que o Gen. Villas Bôas ontem errou. O período, o momento em que ele se manifestou, eu acho que não ajudou a pacificar esse enfrentamento de todos contra todos que o País vive. Espero, inclusive, que ele se manifeste, aclarando mais alguns pontos.

Eu li, os colegas também leram, e alguns acham que não há nada de mais. Eu queria, para constar aqui, ler. Diz o Gen. Villas Bôas:

> Asseguro à Nação que o Exército Brasileiro julga compartilhar o anseio de todos os cidadãos de bem de repúdio à impunidade e de respeito à Constituição, à paz social e à democracia, bem como se mantém [e aí vejam que há frases que dão interpretações diferentes] atento a suas missões institucionais.

Ótimo! Está tudo dentro da Constituição. Nenhum problema!

Nessa situação que vive o Brasil, resta perguntar às instituições e ao povo quem realmente está pensando no bem do País e das gerações futuras e quem está preocupado apenas com interesses pessoais.

Então, vejam: se fosse ficar aí – e só estou falando da oportunidade –, aparentemente, nada, mas eu queria que os colegas atentassem para os tuítes que vieram em seguida.

Quando um general fala, quando o Comandante do Exército fala, não é ele que está falando, são os canhões que estão falando; é o poder bélico que está falando. Temos que assumir isso!

Vejam o que fala o Gen. Paulo Chagas, ato contínuo, em referência ao tuíte do General Villas Bôas: "Caro Comandante, amigo e líder, receba a minha respeitosa e emocionada continência. Tenho a espada [e vou repetir: "tenho a espada"] ao lado, a sela equipada, o cavalo trabalhado e aguardo as suas ordens."

Não é só o que o Comandante do Exército falou; é o que os outros falaram. Isso aqui é se preparar para a guerra, para ir para as ruas e usar da força. Mais claro impossível!

Vou ler outro, este do Comandante Militar da Amazônia... Aliás, desculpem, ainda há um outro, de outro general. E vejam que são todos em referência, ato contínuo. Eu li todos e por isso fiquei preocupado: "Mais uma vez o Comandante do Exército expressa as preocupações e os anseios dos cidadãos brasileiros que vestem farda. Estamos juntos, Comandante!"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só mais um, agora do Comandante Militar da Amazônia, o General Miotto: "Comandante [dez asteriscos], estamos juntos na mesma trincheira, pensamos da mesma forma. O Brasil acima de tudo! Aço!"

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Aço ou asco?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Aço: a-ç-o! Aço. Aço, espada!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. *Fora do microfone*.) – É bala!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG. *Fora do microfone*.) – Derivado do minério de ferro.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Foi o que eu li! Eu tenho que trazer para a Comissão de Constituição e Justiça do Senado. A história tem que registrar!

Eu espero que, hoje ainda, o admirável e grande brasileiro Gen. Villas Bôas possa trazer a tranquilidade para o País e dar uma ordem aos seus comandados.

Não há precedente no mundo onde general fale sobre política, sobre instituições que tenha dado bons resultados.

Eu queria tomar uma liberdade ainda maior.

Já que aqui estamos, eu peguei alguns tuítes de jornalistas. Vou ler o de um jornalista reconhecido, que trabalha na Globo News – e eu não sei se ainda trabalha no SBT –, o Kennedy Alencar: "A manifestação do General Villas Bôas [e aí não sou eu falando] é inaceitável numa democracia [a pressão indevida sobre Rosa Weber e o Supremo, também não] [...] Ditadura nunca mais!"

Vou agora para o André Trigueiro, da Rede Globo de televisão, no seu tuíte, ato contínuo:

> Ministro do Exército se manifesta politicamente pelo Twitter na véspera de um julgamento importante no Supremo Tribunal Federal. Se a moda pega, onde isso vai dar? Que cada autoridade cumpra a sua função serenamente, de acordo com a Constituição. Vou ler aqui Lula Falcão: "Quando saíram as gravações com Aécio e Temer, os militares ficaram calados. Talvez isso explique muita coisa."

E quero ler aqui do Chico Pinheiro, que apresenta o Bom Dia, Brasil...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – E já concluo, Sr. Presidente.

Ele pôs no seu Twitter: "Você acreditar ou não, pouca diferença faz. O grave é que outros oficiais de alta patente estão se manifestando. E se dizendo prontos para a luta!" Diz Chico Pinheiro, fazendo referência aos tuítes que eu li de outros importantes líderes do Exército Brasileiro.

Só mais um, Sr. Presidente, por favor, de que quero fazer observação. Aqui, Chico Pinheiro, apresentador do Bom Dia, Brasil, diz:

> Michel Temer, com empresários e políticos na diretoria da Fecomércio-SP: "Em 64, o povo se regozijou, porque, novamente, uma centralização absoluta do poder que, mais uma vez, durou de 64 a 88. (...) não houve golpe de Estado [Michel Temer falou]. Houve um desejo de centralização'."
> Era um anúncio??? [Chico Pinheiro pergunta.]

E a última. O jornalista Chico Pinheiro... E eu concordo com o Senador Ricardo Ferraço: nós não temos aqui que procurar nos indispor ou censurar, mas devemos levantar preocupações, especialmente com concessões públicas. Diz Chico Pinheiro: "Sugiro a leitura de 'As Ilusões Armadas', de Elio Gaspari. Você verá que nunca é oportuna nem pertinente manifestação política de general eivada de ameaças subliminares em momentos de tensão política. Pelo menos, numa Democracia." Diz Chico Pinheiro.

Eu acho que houve, sim, uma manifestação infeliz de um grande brasileiro num momento infeliz, em que o País precisa do nosso esforço para ser pacificado, para fazer com que o País se reencontre com o Estado democrático de direito. E essencialmente isso não se faz numa democracia, faz-se em qualquer outro regime, mas numa democracia, não. Imaginem generais dos Estados Unidos começando a comentar os tuítes do Presidente Trump. Lá o Presidente Trump demite, ameaça, pune, faz guerra por tuíte. Mas ele foi eleito para isso. E lá, se ele não andar bem, a Constituição vai tirá-lo ou o povo vai tirá-lo pelo voto. Mas lá nenhum general, com o poder bélico maior do mundo, faz qualquer tuíte, qualquer manifestação, qualquer ilação, qualquer comentário. O nosso País não pode voltar a esse passado que nos amedronta, esse passado que nos envergonha. O Brasil precisa ser pacificado.

E eu espero sinceramente que o Gen. Villas Bôas, a quem eu tenho em grande conta, possa hoje se manifestar de algum jeito e assumir que, no mínimo, fez uma manifestação, independentemente da sua intenção, que eu sei que não é ruim, no momento errado, que dá margem para interpretações como estão sendo dadas ao longo do dia de hoje no Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concluído esse bloco de três, Senador Ferraço, Senadora Vanessa e Senador Jorge Viana, nós vamos passar, então... Por ora, está inscrita a Senadora Lídice. Indago se algum outro Senador quer se inscrever, porque, se houver a aquiescência...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Exatamente, ela poderia falar, e aí nós concluímos com quatro.

Não havendo, então, encerramos as inscrições com a Senadora Lídice.

V. Exª, então, fará sua ponderação, Senadora Lídice, e aí o Dr. Valter responderá aos quatro.

Todos de acordo? (*Pausa.*)

Com a palavra a Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, colegas, realmente eu creio que a Senadora Vanessa, que me antecedeu, destacou pontos fundamentais para esta sabatina. Quando eu me sentei aqui, tinha pensado em perguntar justamente isso, mas tive que atender a uma demanda da minha Liderança para a assinatura de um documento. Enquanto isso a Senadora chegou e já fez essa questão.

Eu quero acrescentar: sem dúvida nenhuma, nós vivemos numa sociedade espetáculo. Alguns pensadores da cultura falavam de sociedade espetáculo no final da década de 60, bem distante do que nós vivemos hoje, onde as pessoas se fotografam e se põem nas redes sociais em macas de hospitais ou mesmo deitadas na cama de hospital, revelam a sua vida pessoal. Eu não sou psicóloga; a especialista nisso é a Senadora Marta Suplicy, que deve ter uma explicação para isto, a necessidade que as pessoas têm, neste momento, de exibir as suas intimidades nas mais diversas formas.

Mas algumas funções públicas exigem um comportamento diferenciado. Não é possível se imaginar que um promotor possa fazer as manifestações que são feitas pelo Twitter, pelas redes sociais, como, por exemplo, no caso do Promotor Dallagnol. Eu não consigo enxergá-lo mais como um promotor público; eu o vejo muito mais como um militante político em plena ação de sua militância nas redes sociais.

O Marcelo Bretas, idem, tem adesões permanentes, numa manifestação que se equipara à manifestação dos "políticos", entre aspas, que usam as suas redes sociais como forma ou de capitalização de suas ações no Parlamento, ou de manifestações de suas opiniões, as quais foram eleitos para expressá-las.

Além disso, para não ficar, Senadora Vanessa, apenas nas manifestações políticas, partidárias ou ideológicas em relação a este caso, houve o acontecido na semana passada, quando uma magistrada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

simplesmente usou as suas redes sociais para ridicularizar uma professora com síndrome de Down, o que chocou a Nação – chocou a Nação! É um posicionamento que internacionalmente se coloca como uma postura anti-humanitária, anti-inclusiva. É uma coisa que choca pela sua postura de quase desumanidade. E é uma magistrada!

Como V. Exª vê esses comportamentos sem que o Conselho se pronuncie em nenhum momento sobre isso?

Eu acho que nós estamos vivendo um momento muito delicado no Brasil, eu não tenho dúvida disso. E eu não tenho dúvida de que isso tudo se deu quando nós abrimos a Caixa de Pandora com o *impeachment* e deixamos que essas manifestações trouxessem à tona toda a emoção da política, mas não cabe ao Poder Judiciário reproduzir a manifestação da emoção da paixão política. A política tem, na sua essência, esse conteúdo da paixão, mas o Poder Judiciário, não. É preciso que ele exerça uma função realmente de mediação com base na lei.

Eu acredito, como outros que aqui se manifestaram, que essa sociedade espetáculo, que alguns acham que deve ser transmitida em todos os níveis, também deve ter estimulado o Ministro do Exército a uma manifestação via redes sociais, que alguns julgam, pela sua atitude serena, reconhecida por diversos que conviveram e convivem com ele, por seu compromisso nacionalista e democrático, que falava para sua própria base. O negativo é que essa base, ainda nos dias atuais, em pleno século XX, com o esforço de consolidação da democracia que o Brasil faz, possa se manifestar em outra direção.

Eu hoje telefonei para um companheiro, na Bahia, e quando atendeu o telefone, ele disse: "Que preocupante, não é, Lídice? Nós voltamos ao tempo em que ouvimos a manifestação dos generais." É claro que isso é contraditório ao processo democrático. É claro que isso não condiz com as funções constitucionais das Forças Armadas, ainda que esteja o Gen. Villas Bôas com toda boa intenção para conter uma certa manifestação negativa das chamadas forças inferiores, no que diz respeito à sua hierarquia.

O ruim é que exista essa manifestação nestas forças. O ruim é que a gente não consiga separar o joio do trigo, nesse momento, no Brasil. Identificar o que deve ser a manifestação democrática em relação àquilo que não é uma manifestação da democracia.

Eu acho que a democracia está ameaçada no Brasil, porque vejo candidatos a Presidente da República falando em intervenção militar; eu vejo manifestações públicas falando em intervenção militar, em contradição inclusive com o que dizem pensar, porque alguns desses dizem defender o liberalismo econômico, dizem copiar o modelo estadunidense de democracia, que em nenhum momento convive com esse tipo de manifestação.

Então, eu gostaria de ouvir o senhor nessa direção, e creio e espero que seja na defesa real das instituições, porque o Conselho Nacional do Ministério Público e o Conselho Nacional de Justiça não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

podem ser instituições omissas neste momento em que a sociedade brasileira precisa de mediação fora da política e dentro da política.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senadora Lídice.

Encerradas, pois, as considerações e indagações da sabatina, nós passamos ao nosso convidado sabatinado, Dr. Valter, para o bloco que incluiu as ponderações e perguntas dos Senadores Ferraço, Vanessa, Jorge Viana e Lídice.

Então, com a palavra Vossa Excelência.

O SR. VALTER SHUENQUENER DE ARAÚJO – Obrigado, Presidente. Agradeço ao Senador Ferraço, à Senadora Vanessa Grazziotin, ao Senador Jorge Viana e à Senadora Lídice da Mata pelas perguntas, pela arguição.

Acho que é um ponto comum nas colocações que foram feitas essa preocupação com juízos de valor, com manifestações, com a divulgação de informações, seja pelo Exército Brasileiro, através de um General do Exército, seja pelo Ministério Público. Eu comungo dessas preocupações. Acho que o momento não é para esse tipo de manifestação sem análise do mérito. Acho até que, ouvindo as manifestações do Gen. Villas Bôas, por exemplo, fica a dúvida do que realmente foi a intenção original, no sentido de que vai cumprir a Constituição e tudo o mais. Mas o desdobramento dessa manifestação é algo que gera efeitos deletérios. Isso é o que gera a queima de 11 bonecos, é o que gera tiro, é o que gera agressão, chicote. Se as coisas seguirem esse caminho, a gente não sabe onde isso pode parar. Eu também tenho essa preocupação.

Em relação especificamente ao papel do CNMP nesse ambiente de divulgação de ideias pelas redes sociais... Eu particularmente não tenho rede social Instagram, Facebook, porque sei que a minha manifestação numa rede social dessas poderia ter uma conotação distinta daquela que eu imagino que teria. Tive até há uns três anos Facebook. Na mesma hora que eu vi o tipo de problema que eu poderia ter com esse tipo de rede social, eu acabei com tudo isso. Mas sei que alguns colegas da magistratura e do Ministério Público se manifestam dizendo coisas que eu nunca diria. Eu acho que não é apropriado para um magistrado. Eu fico imaginando em outros países a antecipação de julgamento, criação de um contexto em que existe o certo e o errado e quem não for daquele lado está errado, quem é do outro está certo. Eu acho isso perigoso no âmbito da magistratura e do Ministério Público. Isso faz parte da arena política. Isso deve ser evitado.

Há um, dois anos, mais ou menos, o Corregedor do CNMP editou uma recomendação para todo o Ministério Público brasileiro dando o aviso de que esse tema seria objeto de preocupação da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Corregedoria. É um tema novo. Problemas de redes sociais, divulgação de mensagens, enfim, a gente acorda com uma notícia que não existia na noite anterior e aquilo gera uma repercussão inimaginável. Mas o que eu posso dizer é que os casos que estão aparecendo e são casos recentes... Eu até anotei. Houve um caso recente, esse último do Procurador Deltan foi quarta-feira. Se não me engano, na semana passada – eu posso estar enganado quanto à data –, o Corregedor Nacional instaurou uma reclamação disciplinar contra o mesmo Procurador por outra manifestação. Então os casos estão chegando ao CNMP por meio de representações. Isso está começando a ser apurado porque este é um tema novo. E existe um espírito – não integro agora mais o Conselho, porque o mandato já se encerrou – entre os Conselheiros de se preocupar com esse tema e até de evitar esse tipo de manifestação. Já houve sanções, não relacionadas especificamente à Lava Jato, mas em razão de promotores que se manifestaram inadequadamente. Se não me engano houve até uma promotora que tirou um *selfie* numa audiência pública de um juiz dizendo: "Todo o mundo se tranca em casa, porque agora o juiz está liberando todo mundo, todo mundo está nas ruas." Quer dizer, isso é inadequado, a meu ver, para um promotor de justiça.

Ele não pode fazer esse tipo de... Deslegitimar as autoridades constituídas, deslegitimar o processo decisório... Enfim, se ele discorda, ele tem espaço nos autos para recorrer, para se manifestar nos autos. Promotor e juiz que gostam de holofotes estão no lugar errado. Promotor não deve virar celebridade. Isso não é Big Brother, não é para isso. Ele é um agente do Estado que tem seu papel. Ele pode eventualmente, dependendo da repercussão do caso, se manifestar sobre o que já foi apurado, sobre o que ele vai fazer em relação àquele caso, mas nunca, nunca antecipar juízo de valor. Enfim, eu não faço, nunca fiz isso como juiz. Eu acho abominável esse tipo de comportamento, que, de modo geral, nós não vemos em outros países. Isso acabou virando moda no Brasil, seja para que lado for, independentemente de quem é o réu da ocasião.

Eu comungo dessas preocupações. E lá no CNMP eu tenho percebido, e falo até com tranquilidade, porque, como não sou do Ministério Público, eu não estou defendendo aqui uma posição corporativista, mas vejo, entre os membros do CNMP que são oriundos do Ministério Público, essa preocupação, porque eles não adotam esse comportamento. Então, eles se sentem mal quando um promotor se expõe desnecessariamente, como se fosse um Deputado, um Senador. Quer dizer, ele não está ali para isso. Eu acho que são preocupantes essas manifestações. Acho que essa foi a grande linha, a diretriz dessas quatro intervenções. É o que eu penso sobre essas questões.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Agradeço ao eminente Dr. Valter de Araújo as ponderações que fez em resposta.

Indago se todas as Srªs e os Srs. Senadores já manifestaram o seu voto.

A Senadora Vanessa já foi votar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Vota, porque do seu Bloco só está aqui V. Exª.

A senhora já votou?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA. *Fora do microfone*.) – Já, já votei. Votei antes.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Então, vamos aguardar a Senadora Vanessa exercer o seu direito sagrado do voto.

Nesse meio tempo, vamos agradecer ao Dr. Valter. Nós percebemos que de fato os temas hoje foram mais alargados em razão do momento. Mas de todo modo, isso é sempre bom para o debate democrático nesta Comissão, que é extremamente democrática, e assim deve ser o Congresso.

Senadora Marta.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Queria fazer um comentário.

Há muito tempo eu não via uma discussão tão forte e tão correta na nossa Comissão. Infelizmente, acho que o senhor, ao mesmo tempo...

O SR. VALTER SHUENQUENER DE ARAÚJO (*Fora do microfone*.) – Ou felizmente até.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – É, eu ia acabar com isso.

O Juiz Federal Valter Araújo não teve talvez perguntas específicas, porque todas ficaram pequenas em relação ao que hoje foi pautado aqui. Mas foi uma sorte, porque o seu posicionamento nos deixa a todos mais tranquilos em relação ao caos que o Brasil está vivendo, essa situação em que os Poderes não têm mais o limite da sua competência e isso gera confusões do tamanho das que estamos vivendo. Aliás, as palavras do Senador Jorge Viana em relação ao Comandante Villas Bôas... Nós todos aqui nos pronunciamos, os que falaram antes, com palavras de admiração por ele, por sua trajetória, pela sua competência, pela sua simpatia. Todos nós o conhecemos mais ou menos e temos apreço por ele. E é uma infelicidade quando começam os Poderes a entrarem onde não são chamados e não devem se pronunciar a respeito. E isso vem se acelerando no País.

Talvez, se a gente tivesse tido há mais tempo uma reação mais violenta, contundente – não violenta, porque aqui não é um lugar de violência –, nós teríamos outros resultados, porque o que foi citado aqui dessa senhora que faz *e-mails,* se pronuncia em Twitter e trabalha num órgão público, que não poderia se manifestar, ou o Dallagnol, ou o Bretas... Quando eu li aquela história do jejum, eu falei: piraram. Não têm mais noção. É a única coisa que um cidadão normal pode dizer. E fora a televisão, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui foi muito bem colocado, que também escolheu lados. Fico pensando o que eles apoiam, porque não sobra ninguém, mas isso não é um jeito positivo de fazer política. Isso é um jeito muito nocivo, porque descredencia todos. Descredencia o Judiciário quando ficam fazendo aquela barbaridade e, depois, ficam repetindo na televisão ao infinito a falta de compostura, como também a situação do ex-Presidente Lula, em que ficam fazendo programa de 50 minutos contra, como a situação do Presidente Temer, em que ficam pondo por horas e horas coisas que a maioria da população nem aguenta mais ouvir falar e nem entende o que significa. Outro dia ouvi um comentário: "Agora que está indo tudo bem, vai tirar o homem?" Uma pessoa muito simples falou isso. Eu me lembrei até de um *slogan* do Lula: "Deixa o homem trabalhar."

Não estou entrando no mérito, mas o povo está abismado com o que está vendo. Então, isso é uma situação realmente muito perigosa, muito conflitada, muito difícil para o País, que espera que nós todos tenhamos a capacidade de agir com bom senso, não importa o resultado de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senadora Marta. V. Exª pontua muito bem.

Até me congratulo com toda a Comissão porque o debate foi de alto nível e – o mais importante – em clima de cordialidade. Cada qual pôde, no prazo aprazado, determinado, colocar suas ponderações, e o Dr. Valter, que é o magistrado, soube muito bem receber essas ponderações e esclarecer o seu ponto de vista. E, como disse V. Exª, foi muito esclarecedor e tranquilizador por parte do nobre membro da magistratura e também membro do Conselho Nacional do Ministério Público, que já o foi e certamente será reconduzido.

Portanto, indago se todos já manifestaram seu voto. (*Pausa.*)

Já havendo, eu declaro encerrada a votação. Está encerrada a votação.

Determino à Secretaria que faça a gentileza de abrir o resultado da votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Resultado: foram aprovados 21 votos SIM; 2 votos NÃO.

Portanto, está aprovado o nome do Sr. Valter Shuenquener de Araújo por esta Comissão.

A matéria vai ao Plenário.

Eu agradeço e suspendo esta primeira parte da reunião, para seguirmos para a segunda.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Continuaremos a reunião daqui a instantes, só o tempo de despedir do nosso sabatinado.

(*Suspensa às 12 horas e 57 minutos, a reunião é reaberta às 12 horas e 58 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Declaro reaberta a nossa reunião.

Nós, evidentemente, não temos quórum terminativo.

Pediu a palavra, pela ordem, o Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL. Pela ordem.) – Sr. Presidente, encontra-se aqui em minhas mãos – e já passando para a Comissão – o parecer do qual eu gostaria, com a permissão de V. Exª e dos demais colegas, de fazer a leitura, da indicação do Ministro Humberto Martins para o cargo no CNJ. Então, eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Não havendo objeção das Srªs e Srs. Senadores... (*Pausa.*)

Não há. Portanto, item extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 28

OFICIO "S" Nº 14, DE 2018

- Não terminativo -

Encaminha, para compor o Conselho Nacional de Justiça, no Biênio 2018/2020, a indicação do Superior Tribunal de Justiça do Ministro Humberto Eustáquio Soares Martins, conforme disposto no inciso II e no § 5º do art. 103-B da Constituição Federal.

Autoria: Superior Tribunal de Justiça

Relatoria: Senador Benedito de Lira

Relatório: Pronto para deliberação.

Nos termos do art. 383, do Regimento Interno do Senado, essa Presidência comunica as Srªs e Srs. Senadores que o processo de apreciação de escolha de autoridades em comissão será feito em duas etapas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na primeira, o Relator apresentará o relatório à Comissão, com recomendações, se for o caso, para que o indicado apresente informações adicionais, ocasião em que não será exigida a sua presença. Após apresentação e discussão do relatório, na primeira etapa será concedida vista coletiva automaticamente.

Na segunda etapa, o indicado será submetido à arguição dos membros da Comissão, em seguida, será realizada a votação em escrutínio secreto.

Concedo a palavra ao Senador Benedito de Lira, para proferir o seu relatório.

Com a palavra V. Exª.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício... Isso já foi dito por V. Exª, vou entrar no relatório.

Submete-se ao exame desta Comissão a indicação, pelo Superior Tribunal de Justiça, do Ministro Humberto Eustáquio Soares Martins, para integrar o Conselho Nacional de Justiça, na vaga destinada aos membros daquela Corte Superior, nos termos do inciso II do art. 103-B da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004, a Reforma do Judiciário, e da Resolução nº 7, de 27 de abril de 2005.

Na forma da Lei Maior, os membros do Conselho Nacional de Justiça, a quem cabe o controle externo do Poder Judiciário, serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta desta Casa, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução. Cabe a esta Comissão, de acordo com a citada Resolução nº 7, de 2015, e com o Ato nº 1, de 17 de outubro de 2007, proceder à sabatina dos indicados.

O Ministro Humberto Eustáquio Soares Martins encaminhou o seu *curriculum vitae*, que passamos a resumir.

S. Exª graduou-se em Direito pela Universidade Federal de Alagoas, em 1979, tendo também concluído, no ano seguinte, o bacharelado em Administração de Empresas pelo Centro de Estudos Superiores de Maceió.

O indicado atua na magistratura desde 2002, tendo sido, inicialmente, nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, e, desde 2006, exerce o cargo de Ministro do STJ. Integrou, também, como Desembargador, o cargo de Juiz do TRE de Alagoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como membro dessas Cortes, S. Exª exerceu diversos cargos de direção, como os de Presidente da Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Alagoas, Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral do TRE de Alagoas e Presidente da Segunda Turma do STJ neste último Tribunal.

O ilustre magistrado exerce no momento o cargo de vice-Presidente. Ademais, atuou no Ministério Público nos anos de 1979 a 1982, quando foi Promotor de Justiça Adjunto na Comarca de União dos Palmares no Estado de Alagoas.

Ainda no campo das atividades jurídicas, S. Exª ainda militou na advocacia de 1979 a 2002 e exerceu o cargo de Procurador do Estado de Alagoas de 1982 a 2002.

O eminente magistrado também se dedicou à carreira docente de 1992 a 2006, quando foi professor da UFAL. O indicado é também autor de diversos artigos em periódicos especializados e participou de inúmeros eventos científicos em sua área de atuação no Brasil e no exterior.

Foi também agraciado com várias comendas outorgadas por órgãos e entidades públicas e privadas. S. Exª apresentou as declarações exigidas pelo art. 5º da Resolução nº 7, de 2005 e pelo Ato nº 1 de 2007.

O indicado anexou também certidões que demonstram regularidade fiscal no âmbito federal, estadual e municipal. Encontram-se, assim, atendidas todas as exigências dos dois diplomas legais para a instrução do processo.

Diante do exposto, entendemos que os Srs. Senadores e Senadoras integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação para o Conselho Nacional de Justiça.

Esse, Sr. Presidente, é o relato sucinto, porque, quando V. Exª marcar a sabatina, aí nós entraremos com mais abrangência na vida, na atividade profissional, e vamos saber do Ministro quais são as suas ações, o que pretende e o que vai fazer lá no Conselho Nacional de Justiça.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Eu que agradeço ao Senador Benedito Lira a leitura objetiva do relatório de V. Exª, que está em discussão.

Não havendo quem queira discutir é concedida vista coletiva automática, ficando para reunião futura o processo de arguição do candidato e a respectiva votação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Eu queria, se já não foi feito antes, Presidente, Senador Antonio Anastasia, sugerir aos colegas Senadores da Comissão de Constituição e Justiça um encaminhamento mais rápido da indicação do Dr. Valter, cuja sabatina há pouco encerrou-se, para votação no plenário, um encaminhamento para se tornar um processo mais célere, a despeito da situação que estamos aí, um momento complicado da situação política institucional, mas acho que é um trabalho da nossa responsabilidade dar celeridade, até porque o desempenho dele foi muito apropriado aqui na sabatina, na longa sabatina hoje.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado.

Com a palavra o Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu quero concordar com a Senadora Ana Amélia também.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Então, requerimento de urgência apresentado ao Plenário.

Os que estão de acordo permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento de urgência para a votação em Plenário.

Agradeço a ambos os Senadores.

Nós teremos tão somente dois itens, turnos suplementares. Não foram oferecidas emendas. Então, é tão somente uma formalidade.

Será votação simbólica.

2ª PARTE

ITEM 1

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 84, de 2016

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ementa do Projeto: *Dispõe sobre o uso dos cartões de pagamentos pela administração pública direta da União.*

Autoria do Projeto: Senador Ronaldo Caiado

Relatoria do Projeto: Senador Lasier Martins

Relatório: Pela aprovação do Substitutivo.

Observações:

- Em 21/03/2018, foi aprovado o Substitutivo oferecido ao PLS n° 84, de 2016, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal. Ao Substitutivo, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral.

Coloco em discussão a matéria, esclarecendo que só poderão ser oferecidas emendas ao substitutivo até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Resultado: não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado, sem votação, pelo art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Da mesma forma, o item 3.

2ª PARTE

ITEM 3

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 171, de 2012

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ementa do Projeto: *Estabelece procedimento licitatório simplificado para Estados, Municípios e Distrito Federal adquirirem diretamente dos laboratórios fabricantes medicamentos e material penso hospitalar destinado a suprir as necessidades de abastecimento das Secretarias de Saúde em ações voltadas ao atendimento gratuito da população pela rede pública de saúde, e dá outras providências.*

Autoria do Projeto: Senador Ivo Cassol

Relatoria do Projeto: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação da Emenda nº 1-CCJ (substitutivo).

Observações:

- Em 21/03/2018, foi aprovado o Substitutivo oferecido ao PLS n° 171, de 2012, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal. Ao Substitutivo, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral.

Coloco em discussão a matéria, esclarecendo que poderão ser oferecidas emendas ao substitutivo até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Resultado: não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos.

Dou por encerrada a reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 08 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE ABRIL DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e seis minutos do dia onze de abril de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Antonio Anastasia e Flexa Ribeiro, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy, Romero Jucá, Waldemir Moka, Rose de Freitas, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Paim, Acir Gurgacz, Regina Sousa, Hélio José, Ângela Portela, Sérgio Petecão, Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves, Eduardo Amorim, Lasier Martins, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Ana Amélia, Armando Monteiro, Eduardo Lopes, Vicentinho Alves e Wellington Fagundes. Registra a presença o Senador José Medeiros. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, José Maranhão, Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Aécio Neves, Lúcia Vânia, Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A Presidência registra a presença dos Senhores: Laurita Hilário Vaz, Presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ); Mauro Luiz Campbell Marques, Sebastião Alves dos Reis Júnior, Paulo Dias de Moura Ribeiro, Antonio Saldanha Palheiro, Luiz Alberto Gurgel de Faria, Luis Felipe Salomão, Raul Araújo Filho, Marco Aurélio Bellizze Oliveira, Antonio Carlos Ferreira, Ricardo Villas Bôas Cueva, João Otávio de Noronha, Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Reynaldo Soares da Fonseca e Rogerio Schietti Machado Cruz, Ministros do STJ; Henrique de Almeida Ávila, Maria Tereza Uille Gomes, André Luiz Guimarães Godinho e Arnaldo Hossepian Salles Lima Junior, Conselheiros do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); Sergio Zveiter, Deputado Federal pelo DEM/RJ; Roberto Ferreira Rosas, ex-Ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE); Paulo Costa Leite, ex-Ministro do STJ; Fernando Marcelo Mendes, Secretário-Geral da Associação dos Juízes Federais do Brasil (AJUFE); Renata Gil de Alcantara Videira, Presidente da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (AMAERJ); e Carlos Christian Reis Teixeira,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Secretário da Saúde do Estado de Alagoas. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: 1ª Parte - Indicação de autoridade. ITEM 1 - OFICIO "S" Nº 14, de 2018 - Não Terminativo - que: "Encaminha, para compor o Conselho Nacional de Justiça no Biênio 2018/2020, a indicação do Superior Tribunal de Justiça do Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS, conforme disposto no inciso II e no § 5º do art. 103-B da Constituição Federal." Autoria: Superior Tribunal de Justiça. Relatoria: Senador Benedito de Lira. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do senhor HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça com 21 (vinte e um) votos favoráveis e 4 (quatro) votos contrários. Observação: Aprovada a apresentação de Requerimento de Urgência da matéria para o Plenário do Senado. 2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 197, de 2014 - Terminativo - que: "Altera os arts. 19, 20 e 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha -, a fim de possibilitar a aplicação das medidas protetivas de urgência nela previstas independentemente de sua vinculação a inquérito policial ou a processo penal contra o agressor, e dá outras providências." Autoria: Senador Pedro Taques. Relatoria: Senadora Simone Tebet (Ad hoc), substituiu Senador Humberto Costa. Relatório: Pela aprovação do Substitutivo e rejeição das Emendas nº 2-S a 4-S, oferecidas em Turno Suplementar. Resultado: Adiado. Observação: Em 10/04/2018, foi recebida a Emenda nº 5-S, de iniciativa da Senadora Ana Amélia (dependendo de relatório). ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 157, de 2016 - Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para aumentar a pena do crime de evasão mediante violência contra a pessoa" Autoria: Senador Raimundo Lira. Relatoria: Senador Cidinho Santos. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 459, de 2016 - Terminativo - que: "Regulamenta o art. 37, § 8º, da Constituição Federal, para dispor sobre o contrato de desempenho dos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta." Autoria: Senador Antonio Anastasia. Relatoria: Senadora Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto com seis emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 275, de 2012 - Não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terminativo – que: "Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para tornar obrigatória a divulgação, por emissora de radiodifusão, da razão social e da documentação associada à entidade detentora da outorga." Autoria: Senador Pedro Taques. Relatoria: Senador Acir Gurgacz. Relatório: Contrário ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 366, de 2012 – Complementar – Não Terminativo – que: "Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências, para dispor sobre condições de elegibilidade para servidores públicos ativos e dirigentes sindicais." Autoria: Senador Ivo Cassol. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Contrário ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 6 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, de 2012 – Terminativo – que: "Estabelece regras e critérios mínimos para o registro de infrações penais e administrativas pelos órgãos de segurança pública no território nacional." Autoria: Senador Armando Monteiro. Relatoria: Senador Davi Alcolumbre. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 261, de 2014 – Terminativo – que: "Altera o § 3º do art. 3º da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, para tornar facultativa a competência dos Juizados Especiais Cíveis no âmbito da Justiça Federal." Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 8 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 58, de 2017 – Terminativo – que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para possibilitar a realização dos exames necessários à obtenção da habilitação para conduzir veículo automotor e elétrico, exceto a prova prática, nos três meses anteriores ao preenchimento do critério da idade." Autoria: Senador Dário Berger. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 9 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 60, de 2017 – Terminativo – que: "Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para aplicar aos partidos políticos as normas legais sobre responsabilidade objetiva e compliance e estimular no plano interno código de conduta e programa de integridade e auditoria." Autoria: Senador Ricardo Ferraço. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 10 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 272, de 2016 – Terminativo – que: "Altera a Lei nº 13.260, de 16

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de março de 2016, a fim de disciplinar com mais precisão condutas consideradas como atos de terrorismo." Autoria: Senador Lasier Martins. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto com três emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 319, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para possibilitar a remuneração variável do contratado com base em desempenho." Autoria: Senador Tasso Jereissati. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 358, de 2015 - Terminativo - que: "Altera os arts. 27 e 288 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar as penas previstas para os adultos que utilizam crianças ou adolescentes para a prática de crimes." Autoria: Senador Raimundo Lira. Relatoria: Senador Jader Barbalho. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 97, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 1.081, de 13 de abril de 1950, a fim de limitar o uso de automóveis oficiais para representação oficial, e dá outras providências." Autoria: Deputado Pedro Cunha Lima. Relatoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 65, de 2014 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, (Estatuto da Cidade), para dispor sobre o consórcio imobiliário como forma de viabilização de planos urbanísticos e instituir a requisição de imóveis para regularização, prevenção e recuperação de áreas insalubres, de risco ou atingidas por desastres." Autoria: Senador Paulo Bauer. Relatoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 2, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 – Lei de Crimes Hediondos – para agravar os critérios para a concessão de progressão de regime a condenados por crime hediondo ou equiparado." Autoria: Senador Raimundo Lira. Relatoria: Senador Cidinho Santos. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 16 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016 (Marco Legal da Primeira Infância) para dispor sobre os direitos das crianças cujas mães e pais estejam submetidos a medida privativa de liberdade."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senadora Regina Sousa. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 17 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 76, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009, que disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências, para permitir a sustentação oral do pedido liminar na sessão de julgamento." Autoria: Deputado Carlos Manato. Relatoria: Senador Ricardo Ferraço. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 18 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 322, de 2011 - Não Terminativo - que: "Proíbe a utilização, a fabricação, a importação, a comercialização e a distribuição de sacolas plásticas que em sua composição química tenham como base o polietileno, o propileno e o polipropileno." Autoria: Senador Eduardo Braga. Relatoria: Senador Jorge Viana. Relatório: Favorável ao Projeto, com três emendas que apresenta. Resultado: Retirado de Pauta para reexame. ITEM 19 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 248, de 2017 - Não Terminativo - que: "Destina dois por cento da arrecadação bruta mensal das loterias federais aos fundos de segurança pública dos Estados e do Distrito Federal." Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatoria: Senador Cidinho Santos. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 20 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 166, de 2015 - Não Terminativo - que: "Dá nova redação ao § 7º do art. 115 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro." Autoria: Deputado Valtenir Pereira. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 21 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para tornar obrigatório o teste de impacto nos dispositivos de retenção para o transporte de crianças em veículos." Autoria: Deputado Sóstenes Cavalcante. Relatoria: Senadora Simone Tebet. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 22 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 23, de 2014 - Não Terminativo - que: "Determina o registro de veículo pelo guia de turismo que for adquirente de veículo ou que utilizar veículo próprio, de cônjuge ou de dependente, no desempenho de suas atividades profissionais." Autoria: Deputado Otavio Leite. Relatoria: Senador Ricardo Ferraço. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 23 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 580, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Penal, para estabelecer a obrigação de o preso ressarcir o Estado das despesas com a sua manutenção." Autoria: Senador Waldemir Moka. Relatoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 24 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 725, de 2015 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a eleição, pelo Congresso Nacional, do Presidente e do Vice-Presidente da República, na hipótese do art. 81, § 1º, da Constituição Federal." Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto com três emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 25 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, de 2018 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a construção de colônias agrícolas, industriais ou similares nos municípios com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes, exclusivamente para cumprimento de pena privativa de liberdade no regime semiaberto por condenados por crime cometido sem violência ou grave ameaça." Autoria: Senador Eduardo Braga. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM EXTRAPAUTA 26 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 12 de 2018 - que: "Requeiro, nos termos do artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o OFS nº 14, de 2018." Autoria: Senador Benedito de Lira. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flexa Ribeiro
Presidente em exercício da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 10ª reunião Ordinária.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião será realizada em duas partes. A primeira delas destina-se à realização de sabatina; a segunda, à deliberação dos itens de nºs 1 a 25.

ITEM 1

OFICIO "S" Nº 14, de 2018

- Não terminativo -

Encaminha, para compor o Conselho Nacional de Justiça no Biênio 2018/2020, a indicação do Superior Tribunal de Justiça do Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS, conforme disposto no inciso II e no § 5º do art. 103-B da Constituição Federal.

Autoria: Superior Tribunal de Justiça.

Relatoria: Senador Benedito de Lira.

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

- Em 04/04/2018, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

- A Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais.

Na presente reunião, procederemos à arguição do indicado e à votação do relatório, referente à segunda etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades no âmbito da CCJ.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o número 0800-612211.

Solicito aos Senadores Benedito de Lira e Otto Alencar que acompanhem o Ministro Humberto Martins para que possa iniciar sua exposição. (*Pausa.*)

Convido a Exma Ministra Laurita Vaz, Presidente do Superior Tribunal de Justiça, para compor a Mesa.

Registro, com imensa alegria, a presença do Exmo Ministro do STJ, Sr. Mauro Campbell Marques; também do Ministro do STJ, Sr. Sebastião Reis; também do Ministro Paulo Dias de Moura, do STJ; do Ministro Antonio Saldanha, do STJ; do Ministro Gurgel de Faria e do Ministro Paulo Costa Leite, do STJ. Também quero registrar a presença do Sr. Henrique Ávila, Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça; da Srª Maria Tereza Uille Gomes, Conselheira do CNJ; do Sr. Arnaldo Hossepian, Conselheiro do CNJ; do Sr. Roberto Rosas, ex-Ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Já composta a Mesa com o Ministro Humberto Martins e a Ministra Laurita Vaz, podemos, Ministro Humberto, iniciar a sabatina.

Então, primeiro, registro a alegria de tê-lo aqui conosco. V. Exª já esteve aqui na CCJ do Senado Federal quando foi para assumir a função de Ministro do STJ e agora retorna para ser Conselheiro do CNJ. Para nós é uma alegria e uma honra sempre recebê-lo aqui conosco.

Concedo a palavra ao Sr. Humberto Eustáquio Soares Martins para sua exposição por 15 minutos.

Havendo necessidade, Ministro Humberto Martins, V. Exª pode ampliar até concluir a sua fala.

Com a palavra o Ministro Humberto Martins.

O SR. HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS – Exmo Sr. Senador Flexa Ribeiro, Presidente em exercício neste ato solene da Comissão de Constituição e Justiça do Senado; Exmos Srs. Senadores da República e Senadoras da República; Exma Ministra Laurita Vaz, em seu nome estou saudando todos os Ministro presentes e todos os Ministros que me indicaram, por unanimidade, para representar o Tribunal da Cidadania, o STJ, caso escolhido por V. Exªs no orgulhoso e no excelente cargo de Corregedor Nacional do CNJ.

Exmos Conselheiros do Conselho Nacional de Justiça, em nome do Conselheiro Arnaldo, eu quero também saudar todos os Conselheiros que se fazem presentes. Eu também estou saudando todos indistintamente, pela presença, pela participação e, sobretudo, pelo trabalho hercúleo em defesa da Magistratura mas, acima de tudo, em defesa do Brasil, em defesa da cidadania.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também quero agradecer as assessorias do STJ, do meu gabinete, que se fazem presentes a esta ocasião. E quero também agradecer a presença da Ordem dos Advogados do Brasil, da qual eu tive o orgulho e a satisfação de ser presidente por dois mandatos.

Quero agradecer a Procuradoria Nacional e a Procuradoria dos Estados, representadas também pelos seus presidentes. Enfim, eu quero agradecer todos.

Professor Roberto Rosa, em seu nome eu estou saudando todos os doutrinadores e pensadores do Direito, é um intelectual da área jurídica; e saudar todos os cidadãos brasileiros porque eu tenho a responsabilidade de apresentar o meu plano, o que eu penso, o que eu sinto e o que eu irei procurar fazer com o apoio do Poder Judiciário, com o apoio do Parlamento, com o apoio da sociedade em busca de um Poder Judiciário mais viável, mais produtivo, mais qualificado, mas, sobretudo, cada vez mais acreditado pela sociedade.

E aproveito a oportunidade para saudar o meu querido amigo particular João Otávio de Noronha, Corregedor Nacional de Justiça, de quem eu tenho o privilégio de ser amigo particular. Então João Otávio, muito obrigado também pela presença.

Vejo aqui também, como amigo do STJ, mas também pelo TSE e Corregedor, o Ministro Napoleão, também meu particular amigo. E agradeço também em seu nome e em nome também do TSE por se fazer presente nesta ocasião.

Minhas senhoras e meus senhores, quero inicialmente externar a minha satisfação. Satisfação por estar no Senado da República para ser sabatinado por V. Exªs, Senadores e Senadoras do meu País, que representam os diversos Estados da Federação.

Para mim é uma grande honra. Venho a esta Casa, Senador Eduardo, pela segunda vez, mas com muita alegria, com muita satisfação, com muito entusiasmo, porque eu estou na Casa dos Estados brasileiros para prestar um compromisso à Nação, caso referendado por V. Exªs, no sentido de juntos trabalharmos em busca de um Judiciário forte, respeitado, acreditado e viável, mas sempre no interesse maior, o interesse coletivo, o interesse social.

O Judiciário é instrumento do poder, o dono do poder é o cidadão, que recebe o exercício das suas tarefas jurisdicionais.

Por outro lado, eu aproveito este momento para agradecer à Ministra Laurita Vaz e aos pares do STJ pela aprovação unânime do meu nome para ocupar o cargo de Corregedor Nacional do CNJ.

A todos os Ministros do STJ o meu muito obrigado pela confiança, pelo apoio, pela amizade e, sobretudo, pelo crédito que confia o Tribunal de Justiça ao novel indicado, se aprovado, futuro Corregedor do Conselho Nacional de Justiça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dedicarei todas minhas forças, dedicarei o meu desempenho nessa nobre missão, caso o Senado Federal aprove e referende o meu nome.

Como todos sabem, o CNJ tem como missão constitucional zelar pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura, e o seu Corregedor Nacional tem competências e funções específicas: acompanhar reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgão prestadores dos serviços notariais, os cartórios.

É tarefa árdua, bem, bem sei. É tarefa árdua. Mas é missão do corregedor, mais imprescindível para assegurar a autonomia, a transparência, a eficiência do Poder Judiciário brasileiro.

Caso tenha meu nome aprovado, repito, procurarei exercer o cargo com sabedoria, com humildade e com prudência, os três requisitos do verdadeiro juiz. Humildade, prudência, bom senso e boa aplicação das leis usando a sabedoria dos sábios. Essa é a função do verdadeiro juiz, buscando sempre – e buscarei – o diálogo com a Magistratura, o diálogo com a sociedade, o diálogo com o Parlamento, em busca de uma justiça cada vez mais viável, rápida, produtiva e que dê resposta aos anseios e aos litígios dos jurisdicionados brasileiros.

Quero também esclarecer a V. Exªs, quero salientar que a função do corregedor não é uma função exclusivamente de penalidades, não é uma função exclusivamente de afastar juízes. Em minha opinião, a missão do corregedor é bem mais ampla, é uma função que nós chamamos de prevenção. É uma função que tem um planejamento em busca de um Judiciário de qualidade, de um Judiciário respeitado, de um Judiciário que dá resposta com brevidade aos anseios que a sociedade assim estipula e assim precisa.

Por outro lado, fazem-se necessárias atuações de padrões esperados. Mas em minha visão, a atuação da Corregedoria é de um órgão que examina as situações da Magistratura, detecta eventuais falhas, atua para soluções e boas práticas que buscam a melhoria e a modernização das atividades administrativas e jurisdicionais.

Como Corregedor, irei procurar pautar minha atuação em conjunto com o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Presidente do Conselho Nacional de Justiça, trabalhando de mãos dadas, unidos na busca de um Poder Judiciário mais célere, mais efetivo, mais produtivo, em consonância com os anseios dos jurisdicionados e da sociedade.

É essa a nossa missão. É o Judiciário que nós queremos, porque a sociedade busca o Judiciário ideal dentro da condição humana do nosso povo, da nossa gente.

Por outro lado, encararei a minha passagem pela Corregedoria como uma nobre missão, mas como um compromisso; compromisso como verdadeiro cristão que tem fé, cristão que tem esperança,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cristão que tem amor, cristão que tem fraternidade. Essa também é a função do corregedor. É o amigo, é o orientador, é aquele que dialoga no sentido de soluções.

Algumas vezes serei rígido, com o coração muitas vezes partido, quando for determinado na busca de ser implacável, quando ocorrerem desvios de conduta. Mas tenho certeza de que em qualquer instituição e qualquer atividade de classe podem ocorrer desvios, mas os desvios são uma grande minoria. Parece até uma cacofonia: "Uma grande minoria"!

Mas a grande maioria faz o seu trabalho hercúleo; o seu trabalho de dia, de manhã e de noite em busca de um Judiciário que dê resposta com precisão em mais de mil, ou mil e quinhentas, ou mil e seiscentas – a exemplo do STJ – decisões ao mês, de cada Ministro. Mais de 1.500 ou 1.600 decisões o STJ dá, em cada Ministro, perante a Corte da cidadania.

Então, é um trabalho hercúleo, sem dia, sem manhã e sem noite, mas a noite maior, o dia maior, a tarde maior é a cidadania brasileira, é a resposta ao jurisdicionado sobre a prestação dos serviços do Poder Judiciário.

Nessa nova missão, procurarei agir sempre como nos cargos que anteriormente ocupei, com muita determinação, com muita humildade, mas sobretudo com muito planejamento. Sempre procurei trabalhar sabendo o dia do amanhã: o que o corregedor tem em pauta, qual é a sua missão, quais são seus planos de ação.

Apresentei a V. Exªs um planejamento que nós chamamos de projeto de gestão para os dois anos de administração. Mas iremos aperfeiçoar o projeto de gestão no dia a dia, convidando e convocando a Ordem dos Advogados; convocando e convidando, ao mesmo tempo, a Associação dos Magistrados Brasileiros; convocando e convidando também a própria sociedade através de suas entidades de classe. Qual é o Poder Judiciário que nós queremos? Qual é a missão do verdadeiro juiz? Qual deve ser a correlação entre as atividades do juiz e uma prestação jurisdicional célere?

Então, são questões sobre as quais a sociedade, muitas vezes, pergunta, com relação a alguns benefícios que a Magistratura aparentemente possa ter. E há alguns casos sobre os quais se indaga, com relação às férias, com relação a subsídios, com relação a alguns itens, o que nós iremos responder com base na própria Lei Orgânica da Magistratura Nacional e numa nova lei que passará pelo crivo do Senado da República.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM. Pela ordem.) – Presidente, não querendo atrapalhar, mas querendo contribuir com a palestra e a participação na sabatina do nosso eminente Ministro Humberto Martins, eu queria solicitar à Mesa, ouvido o douto Plenário, para que, já havendo precedentes, tendo em vista o currículo do nosso eminente Ministro e a brilhante explanação, V. Exª abrisse a votação,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque nós teremos um processo longo de votação e, logo a seguir, teremos matérias deliberativas aqui na Comissão. E o nosso quórum está flutuando na Comissão.

Era essa a contribuição em um pela ordem a V. Exª, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – O Senador Eduardo Braga solicita que seja aberto o painel para que se possa iniciar a votação. Então, submeto aos Srs. Senadores se concordam com a proposta do Senador Eduardo Braga.

Aqueles que concordarem permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Peço à Secretaria que abra o painel para votação.

E eu aproveito, Ministro Humberto, com a sua licença, para registrar a presença, com muita honra, aqui no plenário da Comissão de Constituição e Justiça, dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça: Luis Felipe Salomão, Raul Araújo, Marco Aurélio Bellizze, Antonio Carlos Ferreira, Villas Bôas Cueva, João Otávio de Noronha, Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves; e também do Deputado Federal do Democratas, do Rio de Janeiro, Sergio Zveiter; do Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, André Godinho; do Sr. Christian Teixeira, Secretário de Estado da Saúde do Estado de Alagoas; da Srª Renata Gil de Alcântara Videira, Presidente da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro; e do Sr. Fernando Mendes, representante da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe).

Ministro Humberto Martins, eu quero também registrar que o Senador Antonio Anastasia, Presidente em exercício da CCJ, encontra-se em audiência com o Senhor Presidente da República e estará vindo daqui a pouco para assumir a presidência da nossa Comissão.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pois não.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, é só para registrar a presença do Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior, Presidente do Tribunal de Justiça de Rondônia, que também está aqui presente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Muito obrigado, Senador Valdir Raupp.

Estão abertas as inscrições. Os Srs. Senadores já podem fazê-las.

O SR. HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS – Permita-me, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pois não.

O SR. HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS – Eu queria, antes de tudo, agradecer a acolhida que, como eu tive na primeira vez, é uma acolhida muito cortês, uma acolhida muito republicana.

Quero agradecer também a proposta do Senador Eduardo Braga referendada por todos, o que demonstra confiança no Superior Tribunal de Justiça. Aqui eu sou simplesmente um representante do Superior Tribunal de Justiça, e o Superior Tribunal de Justiça tem um compromisso, que é o compromisso com a legalidade, o compromisso com a impessoalidade, o compromisso com a cidadania brasileira.

Vou encerrar rapidamente estas palavras dizendo: Judiciário forte, Estado de direito consolidado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Retorno a palavra ao Ministro Humberto Martins.

O SR. HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS – Sr. Presidente, eu vou às conclusões dizendo que os meus planos iniciais para a Corregedoria do CNJ foram apresentados ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado da República dentro dos itens que apresentei rapidamente.

Eles dizem o seguinte. Dentro desses planos, nós iremos traçar alguns caminhos. Dentro desses caminhos traçados, nós iremos falar com relação a juizados especiais; nós vamos também falar com relação às atividades dos magistrados; nós vamos falar sobre as atividades relacionadas aos presídios em conjunto com o Supremo Tribunal Federal e o Conselho Nacional de Justiça; e iremos trabalhar sempre no sentido de apresentar melhores metas para que o Poder Judiciário possa exercer o seu papel com muita efetividade.

Neste ponto, eu destaco a necessidade de examinarmos com muita atenção o processo que nós chamamos, que tanto reclamamos, da morosidade. Dialogar, estipular critérios de avaliação da presença do juiz nas comarcas, também saber as dificuldades com relação ao cumprimento de algumas decisões, reconhecer que muitas das decisões estão atreladas a decisões últimas do Supremo Tribunal Federal, porque os tribunais estão atrelados ao Supremo Tribunal Federal...

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Ministro, falando em morosidade, quero pedir à Mesa que peça à Secretaria que acione os gabinetes dos Srs. Senadores porque nós temos um quórum mínimo a alcançar, de 14 Senadores, na votação e até agora temos 6 Senadores presentes. Além disso, teremos outras matérias a deliberar – sem querer, obviamente, atrapalhar a explanação e a apresentação de V. Exª.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Senador Eduardo Braga, a Secretaria já está orientada a fazer exatamente isso que V. Exª sugeriu.

Retorno a palavra ao Ministro Humberto Martins pedindo desculpas pela interrupção.

O SR. HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS – De modo algum!

Sr. Presidente, eu irei apenas destacar a atuação dos magistrados.

Com relação à atuação dos magistrados, eu digo que um dos grandes reclamos da sociedade brasileira é a morosidade no Poder Judiciário. Os cidadãos que levam seus litígios para o Poder Judiciário invariavelmente reclamam da demora para a solução de seus processos, que, muitas vezes, se alongam por anos até mesmo no âmbito dos juizados especiais, estaduais e federais, que nasceram como uma forma de solução rápida de litígios, mas que hoje estão sobrecarregados de demandas.

Srs. Senadores, é claro que a responsabilidade pela demora no andamento dos processos não pode ser imputada exclusivamente aos juízes. De fato, há em nosso País um grau de litigiosidade imenso. E quero registrar como estatística: em 2016, havia quase 80 milhões de processos em tramitação no Brasil, para um total de pouco mais de 18 mil magistrados – aqui incluídos os magistrados de segundo grau e os ministros dos tribunais superiores.

Naquele mesmo ano, ingressaram 29,4 milhões de processos novos, e foram julgados 30,8 milhões de casos. Em média, cada juiz brasileiro solucionou 1.740 processos anuais. A carga é hercúlea, o juiz muitas vezes não tem manhã, tarde e noite, porque ele tem que decidir, e decidir com rapidez os seus litígios, os litígios que são submetidos ao conhecimento do magistrado.

Entretanto, é imperioso demonstrar para a sociedade todo o trabalho que está sendo por eles desenvolvido, dando transparência a sua atuação. Assim, para garantir a transparência, penso que deve ser desenvolvido mecanismo, inclusive utilizando-se de tecnologia, através de uma instituição de um sistema de informática acessível a qualquer cidadão, em qualquer parte do País, que indique a frequência dos juízes às respectivas varas, possibilitando que as partes e os advogados se programem para mais facilmente ter acesso aos juízes, além de tornar público os horários e também as matérias e cursos frequentados pelos magistrados. Evidentemente em obediência ao critério da Lei Orgânica da Magistratura.

Também vamos falar dos juizados especiais, estaduais e federais, com que temos uma preocupação. Com relação aos tribunais, tanto os estaduais quanto os federais e quanto os do trabalho e os da Justiça militar merecerão especial atenção da Corregedoria Nacional.

Dos serviços notariais e de registro em cartório. Uma das competências específicas da Corregedoria é a fiscalização e o controle dos órgãos prestadores de serviço notariais e de registro que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atuem por delegação do Poder Público. As principais reclamações que tenho recebido, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, sobre os serviços notariais decorrem da ausência ou demora na realização de concurso público para o preenchimento das vagas de cartório em muitos Estados. Também em relação aos cartórios, acredito que devam ser adotadas rotinas para verificação da regularidade fiscal e das obrigações trabalhistas dos empregados dos serviços notariais e de registro.

Srªs e Srs. Senadores, são essas as breves palavras e os iniciais planos que eu apresentei a V. Exªs – e, inclusive, entreguei ao Senador Flexa e a alguns outros Senadores da República: o plano de gestão, o plano de trabalho, a nossa missão e o nosso compromisso.

O que percebo é que, mesmo sendo o CNJ um órgão novo na estrutura do Poder Judiciário brasileiro, muito já foi feito, mas muito ainda há por fazer. Muitas melhorias podem ser implementadas, muitas rotinas de trabalho podem ser adotadas para que o Poder Judiciário melhore a prestação de serviços à população brasileira. Por isso é que foi criado pela Emenda nº 45 o Conselho Nacional de Justiça e a Corregedoria Nacional.

Neste ponto, destaco a necessidade de examinarmos com atenção e com cuidado também a situação dos presídios brasileiros, de competência exclusiva do Presidente do Conselho Nacional de Justiça, mas que terá a colaboração e a atuação desta Corregedoria, que, quando chamada para auxiliar no planejamento e na implementação das ações necessárias pelos Juízes Corregedores de presídios, pode ser de fundamental importância para encontrarmos soluções que melhorem a situação do Sistema Prisional Brasileiro.

Com isso, deve ser chamado o Ministério Público, os Magistrados, os servidores, os advogados públicos e privados, o Parlamento, através do Senado, da Câmara e das Assembleias Legislativas, a OAB, enfim, as entidades de classe e, mais ainda, todos os cidadãos, que são os destinatários finais dos serviços judiciários.

Quero concluir agradecendo a Deus, agradecendo a todos os senhores e senhoras pela confiança, pela acolhida e, sobretudo, pela forma de tratamento, um tratamento de lhaneza, um tratamento de muita fidalguia, pelo que se demonstra a clareza de que as instituições estão funcionando – e funcionando bem – neste País.

Acredito nas instituições, acredito no Poder Judiciário, acredito na cidadania e tenho fé de que, todos juntos, poderemos construir uma nação acreditada, próspera, efetiva, fraterna e de muito amor.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Concluída a exposição do Ministro Humberto Martins, a Presidente Laurita Vaz pede licença para se ausentar em função de compromissos a serem cumpridos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado pela sua presença.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Passo a Presidência ao Senador Antonio Anastasia. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Em primeiro lugar, eu quero agradecer ao Senador Flexa Ribeiro pela gentileza que teve, em razão de audiência presencial onde eu me encontrava, de presidir essa fase da sabatina do eminente Ministro Humberto Martins, a quem cumprimento de modo enfático.

Vamos dar início, agora, à fase de arguição.

Já temos aqui inscritos os Senadores Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Valdir Raupp, Lasier Martins e Eduardo Braga.

Concedo a palavra ao primeiro inscrito, o eminente Relator da indicação do Ministro Humberto, o Senador Benedito de Lira.

Com a palavra V. Exª.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, gostaria de cumprimentar os Ministros do Superior Tribunal de Justiça que aqui se encontram, que vieram prestigiar esta sabatina, a cujo sabatinado, eminente Ministro Humberto Martins, o destino sempre nos aproximou. Como eu dizia, quero cumprimentar os Ministros nas pessoas do Ministro Noronha, Corregedor do Conselho Nacional de Justiça, e do meu prezado amigo Ministro Napoleão Filho.

Meu caro Ministro Humberto, como eu dizia há poucos instantes, o destino sempre nos aproxima.

Lembro-me muito bem quando V. Exª, muito jovem, mas muito afoito, lançou-se candidato a Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Alagoas, e eu, simples e modesto advogado, tive o privilégio de participar da sua eleição.

Logo em seguida, ele andou mais rápido do que os jatos. Foi para o Tribunal de Justiça de Alagoas, Desembargador, e, numa carreira, sem parar, está hoje no Superior Tribunal de Justiça. Por isso, quero cumprimentá-lo, parabenizar V. Exª pelas suas preliminares manifestações e tecer aqui pequenos comentários a respeito.

Penso ser necessário, preliminarmente às questões que pretendo formular ao arguido, fazer um registro, ainda que breve, da vasta, densa e abrangente atividade profissional do Ministro Humberto Soares Martins. Essa atividade perpassa a advocacia privada, como advogado militante em Alagoas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

onde foi também, entre tantas atividades, Conselheiro e Presidente da Seccional da OAB/AL; a magistratura, como membro do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas e atualmente Ministro do Superior Tribunal de Justiça; a advocacia pública, como Procurador do Estado de Alagoas; o Ministério Público, como Procurador de Justiça Adjunto; o magistério, como professor da Universidade Federal de Alagoas.

As questões, Sr. Ministro, que pretendo formular a V. Exª. Em sua carreira jurídica, atuou em todos os polos da atividade jurisdicional do Estado, tendo sido advogado, membro do Ministério Público, membro da advocacia pública e membro do Judiciário. A partir dessa experiência e das atribuições constitucionais do Conselho Nacional de Justiça, indago:

a) Qual a sua avaliação da eficiência e até da necessidade da atuação do Conselho Nacional de Justiça como órgão de controle interno do Poder Judiciário, especificamente durante o último biênio?

b) Qual é a cota de responsabilidade do CNJ, principalmente considerado seu poder normativo e fiscalizatório, na crise do sistema prisional que recentemente explodiu em todo o País?

c) Como V. Exª avalia o controle pelo CNJ da execução da pena?

Antes de formular a próxima pergunta, gostaria que V. Exª considerasse as seguintes premissas:

a) Desde o advento da atual Constituição Federal, o Supremo Tribunal Federal deve ao País o projeto de lei complementar do novo Estatuto da Magistratura Nacional, como manda o art. 39, *caput*, da Carta da República;

b) O atual Estatuto, além de profundamente envelhecido e defasado, tem um viés corporativista, em tudo incompatível com a decência que se quer e se espera de um código disciplinar da magistratura;

c) O Conselho Nacional de Justiça tem competência regulamentar e correcional sobre esses elementos.

1) Qual é a sua opinião sobre essa morosidade do STF em elaborar o projeto desse estatuto, sob os termos do vigente estatuto, cuja pena extrema é a aposentadoria do magistrado com proventos proporcionais?

2) E, principalmente, até onde o Conselho Nacional poderia ir, no uso do poder regulamentar, para superar esse lamentável estado de coisas?

3) No atual cenário institucional, político e criminal pelo qual passa o Brasil, temos visto excessos nítidos no comportamento de magistrados em todos os níveis de jurisdição, em flagrante colisão com as prescrições mais basilares da atuação como membro do Poder Judiciário. Esses excessos verbais, comportamentais deveriam ser combatidos tanto pelos órgãos correcionais dos próprios Tribunais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quanto pelo CNJ, também ele detentor dessa competência administrativa e disciplinar. Como V. Exª vê essa questão? A que se atribui a passividade dos órgãos correcionais diante de tais condutas? Como fica a dignidade e a respeitabilidade do Judiciário nesse quadro fático?

São essas, Sr. Presidente, e meu caro Ministro Humberto Martins, as perguntas.

Tenho aqui algumas perguntas que chegaram do público e vou fazer a leitura.

Do Sr. Sergio Luis Peixoto, de São Paulo: "Ministro, o senhor concorda que um juiz quebre o sigilo telefônico de uma autoridade e distribua a gravação para uma rede de televisão? O senhor concorda que um juiz demonstre publicamente seu apreço por um dos lados de um julgamento que ele próprio preside? Se isso for considerado crime, o senhor concorda com a prisão de juízes que ajam assim?" Essa é a pergunta feita, no e-Cidadania, pelo Sr. Sergio Luis Peixoto, de São Paulo.

Tenho mais duas, Presidente:

Christian Barreto, do Rio de Janeiro. "O CNJ deve rever de forma ligeira essa decisão da audiência de custódia, que só provou que serve para libertar criminosos de alta periculosidade, quem legisla é o congresso, e não o CNJ no que concerne ao sistema penal. Creio que o Ministro Humberto pode contribuir para tal revisão."

Fernanda Carvalho, também do Rio de Janeiro. "Ministro, o senhor concorda com o pagamento de auxílio moradia para todos os juízes? As regras para receber esse benefício devem mudar?"

São três perguntas feitas por cidadãos do País.

Estou satisfeito, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, eminente Relator Senador Benedito de Lira.

Nós vamos, se houver aquiescência do Plenário, fazer aquela tese que já é aqui consagrada de blocos de três indagando.

Eu perguntei ao Ministro Humberto. A ele não há nenhum óbice na resposta abrangente dessas indagações. Até facilita em questões parecidas.

Enquanto isso, eu queria – associando-me ao que já foi dito pelo Presidente Flexa Ribeiro na minha ausência – saudar os eminentes Ministros do STJ aqui presentes, acrescendo a saudação ao Ministro Soares da Fonseca. Não posso deixar de fazer um registro ao meu conterrâneo, Ministro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Noronha, que, aliás, nesta semana, tem um motivo para estar muito feliz, o mesmo motivo pelo qual eu não posso cumprimentá-lo – ele sabe os motivos futebolísticos por tal.

Mas, eminente Ministro Humberto, vamos, então, dar sequência a grupos de três. O próximo será o Senador Ciro Nogueira. Após, o Senador Valdir Raupp.

Agora, sem ser, claro, o Relator, nós vamos solicitar que os eminentes Senadores cumpram o prazo regimental de até dez minutos para suas indagações.

Com a palavra S. Exª o Senador Ciro Nogueira para suas perguntas.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - PI) – Sr. Presidente, eminente Ministro Humberto Martins, gostaria de saudar os Ministros aqui presentes, na pessoa do nosso Ministro Napoleão Maia, saudar os desembargadores aqui presentes na pessoa do meu querido conterrâneo, Desembargador Kássio Marques, eminente piauiense.

Ministro Humberto, acho que já foi descrito aqui pelo nosso Relator, Senador Benedito de Lira, seu extenso currículo. Pela sua experiência, poucos homens do Judiciário têm tanta experiência dos dois lados, tanto como advogado quanto julgando.

Existe uma preocupação hoje que acho que é uma preocupação do País inteiro, principalmente desta Casa, Ministro, sobre o ativismo do Judiciário atualmente. Vou até um pouco mais, sobre a extrema exposição de alguns membros do Judiciário, principalmente antes de julgar determinadas matérias no nosso País. Quando essa exposição vai ao encontro do que a mídia quer, ótimo, existe o aplauso. Mas, o que me preocupa é quando o juiz tem que ir contra a opinião da mídia. E nós temos algumas situações constrangedoras no nosso País de pressões que o Judiciário vem sofrendo. Quanto a isso, nós temos que ter um cuidado muito grande para que as pessoas que estão hoje julgando no nosso País tenham a segurança e a tranquilidade de proferir as suas sentenças. E isso, no nosso ponto de vista, não está acontecendo no nosso País.

Eu queria saber a sua opinião sobre isso. Como se resguardar para que o Judiciário tenha a independência e a segurança para ver como o CNJ pode interferir e resguardar também as pessoas dos nossos juízes nessa matéria.

No mais é fazer a minha homenagem, Ministro. Tenho certeza de que o senhor irá desempenhar brilhantemente a sua função como Corregedor.

Um grande abraço.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Há hora que há uma revolta das máquinas contra os homens.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu agradeço ao Senador Ciro Nogueira pelas ponderações sempre lúcidas do nosso Presidente eminente.

Passamos agora ao terceiro Senador que fará parte da sabatina, eminente Senador Valdir Raupp. Com a palavra S. Exª.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, Senador Anastasia; Exmo Sr. Ministro Humberto, já conhecido nacionalmente. Não preciso aqui ficar falando das qualidades, que também já foram faladas pelos meus antecessores.

Eu conversava, Sr. Presidente, há pouco, com o Presidente do Tribunal de Justiça de Rondônia, que está aqui presente, Walter Waltenberg, que me deu as melhores referências sobre o Ministro Humberto; referências conhecidas no Brasil inteiro. Disse ainda que a magistratura nacional está muito feliz pela escolha de V. Exª para a função de Corregedor Nacional.

A pergunta que eu faria é o que V. Exª acha da imposição do CNJ aos tribunais de um processo eletrônico? Quando o CNJ tiver o melhor processo eletrônico, certamente não haverá necessidade de imposição. E certamente haverá fila na porta do CNJ buscando uma solução gratuita e estável para essa questão do processo eletrônico.

Quanto ao que já foi dito aqui pelos meus colegas, Sr. Presidente, da exposição dos Ministros nas câmeras de televisão, eu já falei isso algumas vezes. Acho que é uma das poucas Cortes do mundo que têm essa exposição direta nos julgamentos, não para o Brasil, mas para o mundo inteiro.

Eu tive oportunidade de conversar com alguns Ministros em particular e eles reconhecem isso, que hoje é difícil voltar atrás, mas foi um erro o nosso País ter criado a TV Justiça do Supremo Tribunal Federal, do CNJ... O Tribunal de Contas da União não quer. Já foi proposto aqui. Uma vez eu lembro que houve uma proposta de criar a TV para o Tribunal de Contas da União e eles disseram: "Pelo amor de Deus, não façam isso."

Já pensou o Tribunal de Contas julgando contas do Brasil inteiro nas câmeras de televisão? Porque não é mais para uma cidade, é para o mundo! Na hora em que o Ministro começa a proferir o seu voto e há discussões muitas vezes acaloradas – isso acontece em qualquer debate –, expõe-se a própria Corte, o próprio tribunal. Além do caso que se está julgando, expõem-se os próprios membros dos tribunais para o mundo. Isso não está sendo bom para o País. Então, não sei o que fazer.

Como já foi dito por alguns Ministros, é difícil voltar atrás nesse caso, para não haver mais a TV Justiça. Mas não está sendo bom para os julgamentos, não está sendo bom para ninguém.

Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, eminente Senador Valdir Raupp, pelas ponderações de V. Exª.

Então, conforme o combinado, bloco de três, nós passaremos agora ao eminente Ministro Humberto Martins, que fará as suas respostas aos eminentes Senadores. Se, depois disso, algum dos três Senadores quiser aduzir mais indagações, nós voltaremos, se houver alguma lacuna, mas eu acredito que não haverá.

Com a palavra S. Exª o Ministro Humberto Martins.

O SR. HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS – Senador Anastasia, inicialmente eu quero agradecer a V. Exª por estar presidindo no momento em que eu estou sendo sabatinado para a devida aprovação ou não como Corregedor. Agradeço a forma e o tratamento como estou sendo recebido na Comissão de Constituição e Justiça. Eu estou agradecendo por esse diálogo, essas ideias que nós iremos aqui desenvolver com os Srs. Senadores da República e as Srªs Senadoras, com relação a algumas indagações dentro do ponto de vista do Ministro Humberto Martins. Evidentemente que não é um ponto de vista coletivo; são pontos de vista doutrinários, alguns pontos de vista que eu sigo no Superior Tribunal de Justiça que, algumas vezes, são concorrentes e divergentes. Por isso que existe o colegiado, existem os tribunais, os tribunais superiores e o Supremo Tribunal Federal, o último a decidir. Evidentemente que vou firmar, com relação às indagações, o que eu penso de uma forma humilde, transparente, dentro das minhas limitações, mas procurando ser honesto com relação ao meu posicionamento jurídico, que é uma responsabilidade que eu tenho, Sr. Deputado, com o Senado da República.

Então, quanto à primeira pergunta que foi transferida a este sabatinado pelo eminente Senador da República Benedito de Lira, com quem tenho uma amizade de muitos, não é de poucos anos; não se pode dizer a idade, para não ficar parecendo que nós somos muito velhos. Mas temos uma amizade no nosso Estado, um relacionamento cortês, um relacionamento sempre em defesa dos interesses maiores, que são os interesses do Estado, os interesses das instituições, os interesses de uma Justiça e de um Poder Judiciário que respondam aos anseios da coletividade alagoana e também agora brasileira no STJ.

Quando fui desembargador, eu me preocupava muito com os interesses do Poder Judiciário, com as atividades e com a missão do Judiciário no Estado de Alagoas. Quando era presidente da Ordem, eu dizia: "Muito bom, o Presidente da Ordem pede tudo em defesa do seu cliente." Quando eu passei a ser juiz, eu dizia: "Eu sou mais limitado, eu só posso tudo na defesa da lei e da Constituição." O advogado pede tudo em defesa do seu cliente, é o princípio da ampla defesa, do contraditório, no sentido de defender as suas teses. Eu sempre digo que o advogado é o construtor das teses; o Ministério Público é o fiscal; e o juiz é o intérprete.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, na verdade, nós temos limitações, mas limitações sadias de interpretar o bom direito, de dar a cada um o que é o seu, de distribuir a justiça. Cada um com o seu papel: a advocacia criando a sua defesa, criando as suas teses; o Ministério Público fiscalizando, corrigindo e opinando com relação a alguns aspectos legais; e também o magistrado julgando e interpretando, no caso do STJ, o direito federal, o direito infraconstitucional e sobretudo como um tribunal de uniformização da jurisprudência.

E eu me pergunto o seguinte: qual seria a tarefa da Corregedoria? Foi a primeira pergunta do Senador Benedito de Lira. Qual seria a missão do Corregedor? Qual o papel do Corregedor?

Para a resposta, vou ao início da Constituição Federal. Quem criou a Corregedoria? Quem criou o Conselho Nacional de Justiça? A Constituição Federal, através da Emenda 45. Quando ela criou, ela criou um Conselho Nacional de Justiça, formado por todas as entidades de classe e sobretudo também da representação do Senado e da Câmara, que representam os Estados e a população brasileira. A sabedoria do legislador, do Constituinte, a sabedoria do Parlamento ao inserir no Conselho Nacional de Justiça todas as entidades, a magistratura, o Ministério Público, o Senado, a Câmara, a Advocacia. Então, todos representando a entidade brasileira, a Federação, o País, por um Poder Judiciário que dê resposta rápida, um Poder Judiciário qualificado, um Poder Judiciário que resolva as demandas, mas com muita legalidade, sobretudo com impessoalidade, mas sempre no respeito à lei e à Constituição. Essa é a nossa bússola, a lei e a Constituição.

E pela Constituição Federal, Srs. Senadores, o art. 103, letra B... Srª Senadora, é um prazer muito grande em vê-la. O art. 103 da Constituição, letra B, no seu §5º, diz que compete ao Corregedor Nacional:

> I – receber as reclamações e denúncias, de quaisquer interessados, relativas aos magistrados e aos serviços judiciários;
> II – exercer funções executivas do Conselho [...]

O que quer dizer isso? O Conselho Nacional, na função inerente aos Corregedores, assim se for aprovado por V. Exªs – Srª Senadora do Amazonas também é meu prazer vê-la –, teria uma atribuição que nós chamamos de receber reclamações. Quando ocorre qualquer coisa que não está devidamente afinada com os interesses da sociedade, seja no campo jurídico, seja no campo de atuação direta, pessoal e profissional do magistrado, compete à Corregedoria receber essas reclamações. Reclamações que posteriormente poderão ser transformadas em denúncias. E elas poderão ser arquivadas, quando não forem procedentes essas reclamações, e poderão ser seguidas através do procedimento administrativo, no sentido de uma investigação maior. Se não existe qualquer ilegalidade, qualquer irregularidade, evidentemente se arquiva. Mas, se existir qualquer desvio de conduta ou procedimento que foge à ética, às boas práticas e os bons princípios da magistratura, se apura. E se na Corregedoria nós seremos exigentes, rigorosos quando ocorrer desvio de conduta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Espero que não ocorra, mas desempenhamos há pouco tempo a missão de Corregedor da Justiça Federal. Nós sabemos que exercemos uma função, Senador Anastasia, estressante, uma função em que existem muitas vezes pressões psicológicas com relação à nossa atividade, mas temos que cumprir a nossa missão, as nossas tarefas, como V. Exªs também têm pressões da própria sociedade. E no Senado cada um no seu papel. Como também o Executivo tem suas pressões. E no Judiciário a sua pressão é que resolva os litígios com transparência, impessoalidade e baseado em dois parâmetros: na lei e na Constituição. E quem interpreta a Constituição no sentido mais amplo é o Supremo Tribunal Federal. A Corregedoria também deve realizar sindicâncias, deve realizar inspeções e correições. Onde? Perante os tribunais, nas varas, para saber como anda a normalidade dos processos, se está havendo qualquer anormalidade, se está havendo qualquer sentido de proteção, como indagaram anteriormente. Poderia haver proteção? Se ocorrer qualquer proteção, evidentemente vamos corrigir esses erros com relação aos desvios de curvas e procurar o bom caminho.

Também compete à Corregedoria executar e fazer executar deliberações do Conselho disciplinando a forma de procedimento dos senhores juízes com relação ao comparecimento nas varas, com relação às metas e às missões que são utilizadas pelo CNJ para alcançar uma Justiça mais célere, que dê resposta ao jurisdicionado, que cumpra o prazo razoável do processo que está na Constituição da República. Ou seja, é o juiz baseado na bússola da lei e da Constituição. O juiz não pode fugir da lei, da Constituição e da impessoalidade, mesmo que muitas vezes...

Imaginem como muitas vezes fica o juiz quando condena as pessoas. O objetivo do ser humano não é condenar, não é punir. O sentido do ser humano é o de amar, de trazer as pessoas e propagar o bem, distribuir a justiça, transformando-a num instrumento de pacificação social. Essa é a nossa função. Nós fomos criados à imagem e semelhança de Deus, então não queremos o ódio, pregamos o amor, pregamos a fé, o amor e a esperança.

Esta é a função da Justiça: dar a cada um o que é seu. Justiça é a constante e perpétua vontade – segundo Ulpiano – de dar cada um ao seu dono. Também se usa a Justiça para dar ao seu dono até numa família. Muitas vezes a gente quer dar a um filho mais e, ao outro, menos, mas temos que dar com igualdade. Este é o papel da Corregedoria: tratar as causas com igualdade, analisar, corrigir, firmar prumos.

Também devemos promover reuniões periódicas. Nós não podemos deixar de exigir o cumprimento de metas, essa é a função do Corregedor.

A segunda pergunta foi com relação à presunção de inocência.

Essa pergunta é uma pergunta cuja resposta hoje é muito exigida, é uma pergunta que a mídia e também os doutrinadores fazem. O que seria a presunção da inocência na Constituição Federal? A presunção da inocência é até a tramitação do último recurso perante o Supremo Tribunal Federal numa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sentença penal condenatória? Ou seria a execução provisória da pena com relação a segundo grau, já que as matérias de fato e provas são dirimidas no primeiro e no segundo graus? É possível executar provisoriamente a pena?

O STJ... Poderia ser uma pergunta, e eu respondo aos senhores: a presunção de inocência, também chamada de estado de inocência, princípio da não culpabilidade, é prevista no art. 5º, LII, da nossa Carta Maior. Quando alguns doutrinadores dizem que a pena poderá ser executada provisoriamente... Porque nós temos também as prisões de caráter cautelar: a prisão em flagrante, a prisão temporária, a prisão preventiva e a prisão decorrente de pronúncia quando se trata da competência do tribunal do júri, mas aí poder-se-ia indagar: e a prisão de execução provisória no segundo grau?

Alguns doutrinadores – e em 2016 o Supremo entendeu assim, aí é o entendimento que se transformou, através de repercussão geral, em súmula, não vinculante, mas serviu de bússola e de parâmetro para os outros tribunais – entendem que, logo após a decisão do segundo grau, com o último recurso no segundo grau, poder-se-ia efetivar a execução provisória da pena.

Aí vem a indagação: poderá. Poder é uma faculdade, não é uma imposição. Evidentemente, cabe a quem julga se vai de imediato executar provisoriamente ou não a pena. Isso é uma corrente que não vou adentrar porque é uma corrente que está no Supremo. O Supremo, por seis a cinco, disse que existe a execução provisória da pena. Mas há uma ação declaratória de constitucionalidade com relação ao art. 283 do Código de Processo Penal, que diz: "Ninguém poderá ser preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, em decorrência de sentença condenatória transitada em julgado [...]". Aí vem novamente a pergunta: é constitucional o art. 283 do CPP ou é inconstitucional? Se tem que aguardar o trânsito em julgado, então, caberão outros recursos.

Mas outros doutrinadores também dizem que a última decisão é o último recurso perante o último tribunal. Evidentemente, se o advogado não recorre, ele perde seu direito de recurso, não é? Então, pode até morrer no segundo grau porque ele não recorreu, logo, transitou em julgado. Mas se houver os recursos dentro dos tempos hábeis, iria até o Supremo Tribunal Federal para ocorrer execução provisória da pena?

Por questão de princípio e da própria Loman, que diz que cabe ao magistrado silenciar quando as decisões estão a ser decididas pelo Supremo Tribunal Federal, eu me resguardo. Apenas digo os dois posicionamentos. Eu tenho adotado, já é do conhecimento de todos, a execução provisória da pena a partir do segundo grau em razão do precedente, mas estou apto a adotar a posição que for adotada pelo Supremo Tribunal Federal. Então, resguardo-me esse direito. Existem duas doutrinas, todas as duas sábias, pensamentos diferentes, por isso existem os doutrinadores, com pensamentos diferentes. Mas chego à conclusão de que a última palavra, que é da Constituição, é do Supremo Tribunal Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A ação declaratória, em breve e muito breve, estará sendo analisada pelo Supremo, e firmaremos um posicionamento, se a execução é a partir do segundo grau, se a execução é a partir do STJ... Porque há uma terceira corrente que diz que, se você terminou as questões de fato e as questões de prova no segundo grau, o STJ pode dirimir. E também é uma questão muito sábia, porque, se houver conflito de interesse de tribunais, se executa no segundo grau ou se aquela questão deve ir para o Supremo, essa questão de direito, de uniformidade é do Superior Tribunal.

Então, você vê que as três questões têm embasamento. Apenas vamos discutir, vamos aguardar, vamos esperar, e temos a certeza de que a solução será realmente uma solução que seja a melhor para o País, melhor para as instituições, mas, sobretudo, melhor para o progresso e a cidadania do nosso País. Então, vamos aguardar.

Com relação a uma outra pergunta que foi encaminhada a mim...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Eu pediria só um pouquinho de silêncio para ouvirmos as respostas do Ministro Humberto

O SR. HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS – Com relação à Loman, que foi uma pergunta feita. Afirmou-se que a Loman está um pouquinho velha, e eu vou mais além: digo que a Loman permanece até hoje rígida porque temos em trabalho, em andamento no Supremo a nova Loman, mas ainda não foi submetida ao Congresso Nacional. A Loman permanece até hoje rígida por uma lei orgânica de 1979, Senador Ciro e Deputado Sergio Zveiter. Desde 1979! A Lei Complementar 37, de 1979, é que fala sobre a Lei Orgânica da Magistratura. E muitas vezes pode gerar perplexidade e problema de ajustamento à nova ordem constitucional. Desde de 1979!

Houve muitos fatos, muitas mudanças nos códigos, muitas formas de procedimento. Temos de atualizar a nova Loman à realidade atual. Naquele tempo não existia o processo da modernização, o processo eletrônico. Hoje temos o processo eletrônico. Não tínhamos os julgamentos através da mídia, através da TV, não tínhamos as redes sociais, não tínhamos o julgamento virtual. A sociedade evoluiu. O Direito é dinâmico. O Direito não é estático. A sociedade evolui. A sociedade progride.

Eu vou ao grande Einstein, que dizia o seguinte: que a mente do homem é uma grande floresta em busca dos melhores frutos. E o melhor fruto aqui é o melhor entendimento jurídico. É o melhor entendimento jurídico esses bons frutos. E esses frutos têm de ser traçados com a sociedade, com o Congresso Nacional, quando for encaminhado o novo projeto da Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

O art. 93 da Constituição diz que o encaminhamento de proposta de alteração da Loman é de iniciativa do Supremo Tribunal Federal. E diz mais: que, desde a Emenda Constitucional 45, vem discutindo intensamente a proposta de atualização a ser encaminhada ao Congresso Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, tenho a certeza – fé, Senador Eduardo Braga, tenho certeza e fé – de que esse tema, a nova Loman, a nova Lei da Magistratura, será um tema sensível não só à Magistratura Nacional, mas também a todo o Congresso Nacional, sensível à sociedade, que o Congresso representa, e bem, os Estados e o povo brasileiro, para se fazer a maior lei orgânica, que atenda os interesses da Magistratura, mas, sobretudo, que dê maior celeridade, maior igualdade, maior justeza àquilo que se julga em favor da cidadania brasileira.

Também temos outra pergunta, que é o que eu acharia com relação à exposição dos magistrados através dos meios de comunicação, da mídia. Particularmente, eu acho... Hoje, temos um princípio que alguns defendem, esse princípio da transparência, que tudo tem de ser transparente, o magistrado tem de mostrar seu ponto de vista. Hoje, na sociedade, cada um passa a ser juiz da sociedade, cada um já entende mais de Direito do que aquele que julga. E isso por quê? Porque hoje empolga as massas, empolga o cidadão, empolga os meios de comunicação saber o pensamento do Ministro Napoleão, do Ministro Mauro Campbell, do Ministro Salomão e de tantos outros colegas. Então, isso sai na mídia. Quando o Ministro Napoleão fala no Eleitoral, tem a mídia, tem a televisão expondo. E dizem: "O Ministro Napoleão eu conheço muito." De onde? Do Ceará? "Não; da televisão." E o Ministro Humberto? "Não conheço, não, porque o STJ não tem mídia." Então, isso depende do juízo de valor. Alguns até acham que a televisão é muito importante porque a sociedade participa ativamente, como no caso da TV Senado, em que a pessoa conhece o Senador: "Senador, eu o vi na televisão ontem." E o Senador fica feliz algumas vezes porque ele o viu: "Falou bem ou mal?" "Falou bem", graças a Deus! Isso depende do juízo de valor de cada um.

Então, não posso dar um posicionamento meu, pessoal. Eu acho que o STJ está no caminho dele. Não tem a televisão correlação com a divulgação imediata do julgamento. E agora, num dos últimos julgamentos, o STJ autorizou que fosse feita a divulgação direta, no dia do julgamento, do próprio plenário. Então, depende da autorização. Isso depende do juízo de valor das pessoas. Uns acham melhor a mídia presente, outros acham melhor... Nos Estados Unidos há uma tradição: antes de se filmar o julgamento, você não sabe nem as decisões, quem foi o juiz que decidiu, sai o resultado. Até dá maior segurança com relação à integridade física do magistrado.

Mas, infelizmente ou não, nós temos que conviver com as realidades e temos que decidir as coisas, seja no Parlamento, seja no Executivo, seja no Judiciário. Algumas vezes agrada, outras desagrada. O que não pode desagradar é a nossa consciência, é o juiz, o magistrado não fugir à lei e à Constituição, não olhar se vai agradar ou desagradar, mas olhar sua consciência jurídica. O que é que está na Constituição? O que eu vou interpretar na Constituição? O que é que eu vou disciplinar com relação a essa lei imaterial? Essa lei é da competência do STJ, eu tenho que decidir. E decidir da melhor maneira, dentro do espírito de justiça, do espírito de equidade, não olhando as pessoas, se são mais importantes ou menos importantes, porque em cada processo repousa uma vida, cada processo é importante para aquele cidadão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vamos agir com muita celeridade. O próprio Rui, lá atrás, dizia que justiça tardia era injustiça, justiça rápida é cidadania. O Rui, naquele tempo! Hoje, ele diria tardíssima, tardíssima! Mas isso porque o número de processos evoluiu. Naquele tempo se julgavam mil, hoje se julga um milhão.

Temos que olhar a complexidade das coisas. Alguns processos demoram menos; outros, em razão da complexidade, demoram mais: pede-se perícia nos Estados Unidos, na Suíça, na Suécia, na França, aí vai demorar muito mais. Outro vai ser resolvido na minha pequena cidade, tão amada, Arapiraca. Seria mais rápido, porque está todo mundo perto. "O Humberto Martins é do Sítio Jenipapo, Antônio da Silva é na casa da Rua da Penha..." Então, todo mundo sabe, as coisas andam mais rápido. Muitas vezes, criticamos sem saber a realidade das coisas.

Então, temos que também reconhecer o trabalho dos magistrados brasileiros em busca de uma justiça mais rápida, em busca de dar resposta ao jurisdicionado, em busca de fazer mais justiça, muitas vezes demorando em razão da complexidade para não se fazer injustiça em razão de uma celeridade que muitas vezes vai trazer o mal para o julgamento daquele processo.

Então, temos que analisar caso a caso. Cada caso é uma vida, em cada processo repousa a esperança e os anseios de cada jurisdicionado.

Por outro lado, quero dizer aos senhores que também houve uma outra pergunta com relação à criação dos tribunais. E eu posso dizer que na criação dos tribunais é muito importante o número de juízes na unidade jurisdicional. Mas não adianta termos poucos juízes e deixarmos de dar respostas em muitas causas. Temos que dar respostas em muitas causas. Então, algumas vezes é necessária a criação de tribunais, a ampliação dos tribunais com relação aos juízes. Isso para quê? Para dar resposta mais rápida à sociedade.

O próprio CNJ, através da Resolução nº 184, ampliou os tribunais, a exemplo de que, em 2013: Tribunais Regionais Federais em Minas Gerais, a terra do Senador Anastasia, na Bahia, no Paraná e no Amazonas. Mandou ampliar: mais cinco tribunais. Mas aí veio uma ação de inconstitucionalidade, a ação em que se alegava vício de iniciativa, e suspenderam. Parou. É aquela história: parou e o tribunal não ampliou. Hoje temos a 1ª Região sufocada com 14 Estados! E a gente diz: "Sr. Corregedor João Noronha, vamos punir, porque o Tribunal da 1ª Região tem desembargador com trinta mil". Vai chegar a cinquenta, se deixar com 14 Estados!

Por quê? Porque o número de recursos no primeiro grau é muito grande e cada vez sobe mais. Daí se diz: "Os juízes não estão trabalhando?" Tem que subir os recursos. E os desembargadores continuam os mesmos, é o mesmo número. Por isso é que os hospitais estão ficando cheios de estresse dos senhores desembargadores: tudo doente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso eu não vou adentrar se o trabalho é hercúleo ou não, porque eu acho muito hercúleo. Muitas vezes eu me acordo e me perguntam: "No que você está pensando?" Eu digo: "Na decisão." Porque aquilo... Quem tem sentimento... Sentença vem de sentimento. Quem tem sentimento é sentença, sentimento. Você se preocupa com aquilo que você vai decidir. E muitas vezes você se preocupa porque há trinta mil processos e não pode dar resultado com rapidez nos trinta mil. Então deve-se ampliar os tribunais. Agora, é preciso obedecer, nessa criação, as limitações financeiras e orçamentárias, porque não adianta criar e não ter recursos para pagar. Mas, dentro dos limites, quem sabe são os senhores, os Congressistas. Sabem dos limites com relação aos orçamentos. Então, cada um no seu papel.

Com essas palavras, espero ter respondido, em poucas pinceladas... Agora, pedindo desculpas e pedindo perdão, porque as limitações da minha resposta são em razão da limitação do próprio sabatinado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Vamos ao próximo bloco.

Agradecendo as respostas do Ministro Humberto Martins, informo que o próximo bloco será composto pelos Senadores Lasier Martins, Eduardo Braga e Eduardo Amorim.

Com a palavra, para suas alegações, o eminente Senador Lasier Martins, pelo prazo de até dez minutos.

Com a palavra V. Exª.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Muito obrigado, Presidente Antonio Anastasia.

Saúdo o Ministro Humberto Martins, um dos mais conhecidos e respeitados magistrados do Brasil.

Saúdo também os eminentes ministros e desembargadores que hoje aqui comparecem para prestigiar o nosso sabatinado e prestigiar esta Comissão.

A minha primeira pergunta ao Ministro Humberto é com base numa publicação, *Justiça em Números*, que traz uma boa notícia: no ano passado, 2017, houve uma redução do acervo processual, isto é, houve mais julgamentos do que ajuizamentos, no Judiciário. E, falando em números: foram ajuizados 19,803 milhões de feitos e foram julgadas 20,737 milhões de ações, em números redondos. A que o Ministro Humberto atribui esse bom resultado, mesmo considerando que o Supremo Tribunal Federal não esteja recebendo os mesmos elogios, considerando seus atrasos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra questão, esta muito recorrente e rumorosa, Ministro, é a que diz respeito ao auxílio-moradia e ao fato de ser sem tributação esse auxílio. Qual é a opinião de V. Exª?

Ainda sobre questões financeiras: como explicar os gastos do Poder Judiciário brasileiro, que, conforme a mesma publicação *Justiça em Números*, em 2016 – isso está na publicação do ano passado – gastou R$84 bilhões com o seu funcionamento, o que equivale a um dos Judiciários mais caros do mundo proporcionalmente a seu PIB. Por que isso? O que dá para fazer?

Uma terceira pergunta, na mesma linha de questionamentos, Ministro Humberto, é quanto a um dado sobre a remuneração média dos magistrados brasileiros. Em 2016, a média foi de R$49 mil por mês, acima do teto remuneratório dos 33,7 mil. Isso é uma distorção ou não?

Outra pergunta, Ministro Humberto, é: qual é a sua opinião sobre o foro privilegiado? Deve acabar ou não? E devo lhe dizer que este Senado Federal da República, por unanimidade, já rejeitou o foro privilegiado, o foro por prerrogativa de função, e lastimamos que esse processo esteja inteiramente estagnado na Câmara dos Deputados. Gostaríamos de saber de V. Exª qual é seu pensamento e, se possível, o que o senhor sente em relação à maioria do Supremo Tribunal Federal, que está também por examinar essa questão.

E trago uma última questão, ficando dentro dos dez minutos solicitados pelo Presidente desta Casa, Senador Antonio Anastasia, e sendo bem objetivo, para nem mesmo atingir os cinco minutos, como é meu hábito, ser bem objetivo. É sobre o critério cronológico dos julgamentos. O Código de Processo Civil estabelece que deverá ser observada preferencialmente a ordem cronológica de conclusão, de instrução, de sentença e acórdãos, mas se tem visto ultimamente fura-filas. O que V. Exª pensa sobre esta obrigação de se seguir a ordem cronológica?

São as minhas perguntas, eminente Ministro Humberto Martins e meu prezado amigo Senador Presidente desta Comissão, Senador Antonio Anastasia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Lasier Martins, agradeço a brevidade e a objetividade das indagações.

Seguindo aqui a nossa pauta, passamos ao eminente Senador Eduardo Braga para as suas ponderações.

Com a palavra V. Exª.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Primeiramente cumprimento V. Exª, Presidente Anastasia, cumprimento o nosso sabatinado, o eminente Ministro Humberto Martins, em cuja figura quero cumprimentar todos os eminentes Ministros do STJ aqui presentes e, de forma muito especial, o nosso conterrâneo, o Ministro Mauro Campbell, que aqui também se faz presente. E, na figura do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mauro, cumprimento todos os representantes da carreira da magistratura que acompanham e prestigiam esta sabatina.

Ministro, a apresentação de V. Exª, no início desta sabatina, e as respostas às indagações anteriores destacaram, de forma bastante enfática, a questão da cidadania e a questão da desigualdade. V. Exª abordou muito rapidamente uma das questões que reputo um dos maiores desafios num país de dimensão continental e que tem na prestação jurisdicional da Justiça uma das formas de cidadania.

Acaba de ser publicado, Sr. Presidente, no *Valor Econômico*, o índice de Gini, pelo IBGE, que mostra exatamente as desigualdades de renda do nosso Brasil. Isso significa dizer que o índice ficou praticamente zerado em função de nós estarmos iniciando uma recuperação econômica. No entanto, as desigualdades de renda entre as regiões mais pobres e as regiões mais ricas se acentuaram.

E por que isso aconteceu? Porque uma das desigualdades que dá a cidadania é exatamente o acesso à Justiça, e um acesso à segunda instância da Justiça. Por exemplo, o Benefício de Prestação Continuada da Previdência Social é um direito do cidadão, mas que precisa, muitas vezes, de uma decisão em primeira ou segunda instância na Justiça Federal. Ora, é inadmissível ou inimaginável que um cidadão no interior do Acre, no interior do Amapá, no interior do Amazonas, que tem 1,583 milhão de quilômetros quadrados, no interior da Bahia, no interior de Goiás, do Maranhão, de Mato Grosso, de Minas Gerais, Estado de V. Exª, no interior do Pará, no interior do Piauí, de Rondônia, de Roraima, de Tocantins, mais o Distrito Federal, que são exatamente os 14 Estados que compõem a 1ª Região do Tribunal Regional Federal, consiga ter acesso à segunda instância, por diversas dificuldades. O processo eletrônico, por exemplo, no interior do meu Estado, onde o acesso à internet é muito difícil, no interior da Amazônia, é muito dificultado.

Então, fica aqui um apelo a V. Exª com relação à criação do Tribunal Regional de Recursos para a Amazônia, tendo em vista que 27 milhões de brasileiros estão exatamente enquadrados no binômio cidadania-desigualdade quando não conseguem acesso à segunda instância. E acho que V. Exª, como Corregedor, terá uma posição importante nesse tema.

Mas queria também, sobre esse tema, Sr. Presidente, fazer outro apelo a V. Exª. Eu reconheço as dificuldades orçamentárias, a escassez orçamentária, mas, nesse quadro de enorme região jurisdicional da 1ª Região, fechar as varas federais de Tefé e de Tabatinga vai agravar ainda mais a desigualdade e agravar ainda mais a distância que nos une na busca de uma cidadania equânime em nosso País.

Eu sei das dificuldades, mas faço um apelo. Tefé e Tabatinga estão exatamente em regiões estratégicas do corredor do narcotráfico. Nós estamos discutindo, a Nação brasileira discute neste momento, a questão da segurança pública. Ora, 70% das drogas que transitam pelo Território nacional advêm de uma fronteira com a Amazônia, que começa no meu Estado e termina lá no Mato Grosso do Sul do nosso companheiro Moka e da nossa companheira Simone Tebet, aqui presentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, deixo um apelo a V. Exª para que a Vara de Tefé e a Vara de Tabatinga sejam vistas como exceções à regra dentro de uma circunstância já bastante dramática, que não foi criada por V. Exª nem foi criada pelo nosso eminente Ministro Noronha. Muito pelo contrário: foi criada por uma resolução de 6 de outubro de 1988, quando se estabeleceu a 1ª Região com sede em Brasília, no Distrito Federal, abrangendo 14 Estados, que vão desde o extremo da Amazônia até os Estados do Nordeste – Piauí por exemplo.

Eu teria uma segunda colocação a fazer a V. Exª, que é com relação ao sistema penal. Eu queria ouvir a opinião de V. Exª sobre uma matéria que tramita nesta Casa e que deverá ser votada. Diz respeito à criação de um novo modelo de política nacional de segurança pública denominado Susp, Sistema Único de Segurança Pública. A nós nos parece que o atual modelo, em que o Estado federado, no lato senso da palavra, dentro do pacto federativo, não tem mais capacidade nem financeira, nem operacional, nem de inteligência e nem de planejamento para o enfrentamento ao crime organizado, que vai além das fronteiras e está organizado em facções criminosas.

Portanto, o enfrentamento da questão da segurança pública passa por uma integração e por uma unificação, união, entre Estado e Município, e por um novo sistema de financiamento que possa dotar esse sistema de segurança de recursos necessários e capazes para equipar, gerar um efetivo, treinar e estabelecer mecanismos eficientes de combate ao crime. É óbvio que o crime não será combatido única e exclusivamente, seja pela Lei de Execução Penal, seja pelo Judiciário ou pelo aparato repressor. É preciso que fortes investimentos na educação aconteçam.

Os números brasileiros são muito distantes: enquanto o Brasil gasta R$3 mil para manter um aluno em escola pública nacional, gasta, para manter um preso no sistema prisional, amontoando seres humanos e formando uma "academia do crime" – entre aspas –, o equivalente, dependendo do Estado, a algo entre R$40 mil e R$ 60 mil, como é o caso do Estado do Amazonas. Ora, é uma diferença brutal: R$3 mil para R$40 mil ou R$3 mil para R$60 mil.

Eu gostaria de ouvir a posição de V. Exª sobre estes três temas: primeiro, a região do TRF; a questão das varas de Tabatinga e Tefé; e a questão do novo Sistema Único de Segurança Pública.

Cumprimento V. Exª pelo brilhantismo de suas colocações e registro que animados estamos pelas luzes que V. Exª traz a esta Comissão no dia de hoje, aproveitando para, em seu nome, prestar homenagem à magistratura brasileira presente nesta reunião da CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passar ao próximo inscrito, quero saudar a presença, agradecendo, do eminente Ministro Rogerio Schietti, igualmente Ministro do egrégio do Superior Tribunal de Justiça, que aqui se encontra para aplaudir o Ministro Humberto Martins.

Para suas indagações, o eminente Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Obrigado, Presidente Senador Anastasia.

Bom-dia a todos os colegas e bom-dia ao Ministro Humberto Martins. Bom-dia aos demais Ministros e a todos os que nos acompanham pelas redes sociais, pela TV e pela Rádio Senado.

Ministro, apenas dois questionamentos. Serei sucinto e com certeza não gastarei todo o tempo que me é permitido, porque eu sei que há muitos mais colegas que estão ansiosos para fazer alguns questionamentos.

O primeiro questionamento que faço, nobre Ministro Humberto Martins – nordestino como eu, estamos unidos pelo Rio São Francisco, Alagoas e Sergipe; portanto conheço um pouco da história de V. Exª –, é o seguinte. O Brasil possui uma média de oito juízes para cada cem mil habitantes, conforme dados elaborados anualmente pelo próprio CNJ. Essa é uma média internacional, segundo informação do próprio órgão, da própria instituição. Em sua opinião, quais as medidas que V. Exª entende que seriam necessárias para reduzir de fato, mesmo, a morosidade da nossa Justiça, uma vez que o número é condizente com o que se prega internacionalmente? Pergunto, pois, como disse a Drª Raquel Dodge, justiça que tarda é justiça falha.

O segundo questionamento que faço, Ministro, tem muito a ver com o que V. Exª já explanou um pouco sobre a realidade que vivemos, mas, quando se trata de Judiciário, o cuidado deve ser redobrado, para que as injustiças realmente não sejam cometidas e os estragos não possam depois ser corrigidos.

É o seguinte. Uma das grandes virtudes do Estado democrático de direito, com toda certeza, é o princípio do contraditório e o da ampla defesa, garantidos na nossa Constituição no art. 5º inciso LV. Mas, no mundo midiático, Ministro, não se permite o contraditório e a ampla defesa. O julgamento, muitas e muitas vezes, vem de forma antecipada e injusta. Quando a justiça se faz ou quando ela se pronuncia, realmente é bem diferente do que previu o mundo midiático.

Vivendo essa realidade midiática, que contribuição pode dar o CNJ, por exemplo, para conciliar estes dois princípios tão essenciais à República e ao Estado democrático de direito: primeiro, o cuidado que se deve ter para não se prejulgar, para não se pré-condenar; e, segundo, sem comprometer o princípio da transparência, tão essencial, realmente, a esse Estado democrático de direito?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vemos muitas vezes julgamento midiático, e esse assusta qualquer um, mas, muitas e muitas vezes, quando se tem um julgamento do Judiciário, ele é bem diferente. Então, como conciliar, Ministro? Que contribuição o CNJ pode dar para não se comprometer a transparência e evitar, muitas vezes, o teatro midiático?

Somente isso, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, eminente Senador Eduardo Amorim.

Passo, então, a palavra ao nosso convidado, Ministro Humberto Martins, para fazer as suas considerações. Com a palavra S. Exª.

O SR. HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS – Eminente Senador, vou responder algumas indagações. Em primeiro lugar, as indagações do Senador Lasier Martins – agradeço, Senador, pelas perguntas de V. Exª, que foram aqui, se eu não fugi, todas anotadas – e também as perguntas do Senador Eduardo Braga e, em terceiro, as perguntas do Senador Eduardo Amorim.

Com relação à pergunta sobre auxílio-moradia – eu já vou à pergunta de número dois –, eu inicio pela própria Constituição da República, sobre o auxílio-moradia com relação a magistrados, porque eu estou falando em razão do Conselho Nacional de Justiça, caso eu seja aprovado. Então, o auxílio-moradia está previsto na Lei Orgânica da Magistratura Nacional. E, em razão da Lei Orgânica da Magistratura Nacional, que já é bem antiga e tem agasalho e apoio na Carta Maior, que é a Carta que disciplina a vida, a estrutura das instituições, sobretudo o relacionamento das pessoas e o maior bem, que é o bem da vida... Quem disciplina tudo isso? A Constituição Federal.

Então, a Constituição Federal, apenas para lembrar, prevê expressamente, no art. 37, inciso X, que os subsídios dos magistrados deverão ser reajustados anualmente – vou partir de uma premissa para chegar a outra. Por outro lado, quando vamos ao auxílio-moradia, este passou a ser mais em cima dos subsídios, mais um *plus* com relação à residência do magistrado. Se o magistrado não tem residência, dentro do previsto pela própria Loman, no art. 65, II – a nova Loman poderá até retirar esse *plus*, porque a nova Loman ainda está para ser pelo Supremo encaminhada ao Congresso Nacional... Diz, além dos vencimentos, que é o subsídio, que falei anteriormente que a Constituição assegura, além dos subsídios, o reajuste anual.

Os magistrados estão reclamando – e outras categorias, não é só a magistratura – que não estão recebendo esse reajuste anual, que está havendo uma defasagem nos subsídios e nos vencimentos não só de magistrados, mas de todos os servidores em geral. E a Loman diz que, além dos vencimentos, poderão ser outorgados aos magistrados, nos termos da lei, as seguintes vantagens: ajuda de custo, moradia para os magistrados nas localidades em que não houver residência oficial. Então, onde não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ocorrer residência oficial, o magistrado não recebe auxílio-moradia. Por quê? Porque ele passa a morar, a exemplo, num apartamento funcional, ele não tem auxílio-moradia.

Alguns locais não têm nem local para o magistrado, não tem residência, ele tem que ficar na cidade vizinha, na cidade melhor, porque não tem nem imóvel para alugar.

Por outro lado, para o magistrado, dentro dos critérios que tem que discutir a sociedade, qual é o salário ideal? Qual é o salário ideal para a magistratura? O que pensa a sociedade da magistratura? A magistratura não deve ter o auxílio-moradia, mas, evidentemente, o que fará o magistrado, muitas vezes, dependendo de determinadas regiões, sem o auxílio-moradia? Como pagar determinados aluguéis se, muitas vezes – aí são indagações das categorias –, com relação aos seus salários, eles estão ainda sem o devido reajuste em razão do próprio processo inflacionário?

Então, vem a Constituição e diz que esses vencimentos poderão ser outorgados aos magistrados, inclusive assegurando a eles auxílio-moradia. Esta discussão foi para o Supremo Tribunal Federal: cabe ou não cabe auxílio-moradia? No Supremo Tribunal Federal, essa discussão teve... Em caráter liminar, foi autorizado o auxílio-moradia. A matéria ficou sendo discutida pela sociedade, mas evidentemente que o auxílio-moradia ainda não tinha sido decidido pelo próprio Supremo Tribunal Federal, e em liminar concedeu-se o auxílio-moradia. Passou-se a pagar o auxílio-moradia pela decisão do Supremo Tribunal Federal. O Supremo interpretou que não eram só os magistrados, porque foi extensivo a outras carreiras jurídicas, a exemplo do próprio Ministério Público. Foi estendida a outras categorias de natureza jurídica.

Evidentemente, foi em razão da especificidade do próprio cargo, porque um juiz teria que ter pelo menos um mínimo necessário. Não vou dizer conforto excessivo, mas o mínimo necessário para o local onde ele possa morar, porque a Loman manda que ele tenha local, principalmente nos tribunais superiores, com sede aqui em Brasília. E concedeu liminarmente o auxílio-moradia.

O que ocorreu? Se discutiu o auxílio-moradia e foi marcado o julgamento em relação a essa matéria. Entendeu o Ministro do Supremo de submetê-la à Câmara de Conciliação da AGU e deve ser objeto de apreciação, após as tratativas da AGU com os magistrados através das associações de entidades de classe, para que seja submetida ao julgamento de mérito pelo Supremo. Por isso é que entendo que é preciso encontrar caminhos.

Os caminhos que a magistratura também tem defendido são com relação àquele reajuste que a gente chamava no passado, que fazia parte do patrimônio de qualquer servidor, que é o adicional por tempo de serviço: quem tem cinco anos, teria 5%; quem tem dez anos, 10%; quem iniciou na carreira tem só o subsídio. Seria a substituição, e isso está sendo dialogado. Seria um meio de substituir o auxílio-moradia pelo que já tinha anteriormente com relação a todos os servidores, que era o ATS (adicional por tempo de serviço). Tem que se conversar quando chegar aqui a nova Loman, quando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

chegar aqui, discutir. Há auxílio-moradia e quais são as outras vantagens? Não deve ter, mas deve ter um subsídio digno e necessário para compensar a atuação tão complexa que é a atuação daquele que faz justiça.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – V. Exª me permite completar a pergunta?

O SR. HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS – Pois não, é um prazer muito grande.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Muito obrigado.

E sobre o caso em que marido e mulher são magistrados, estão na mesma cidade onde atuam e têm casa própria?

O SR. HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS – Pronto, aí é onde está... Eu estou entendendo... A pergunta do senhor é muito pertinente.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Obrigado.

O SR. HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS – O CNJ...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – E a segunda parte, se me permite: na Câmara de Conciliação é quando há divergências. Neste caso aqui, onde estaria a divergência para levar a uma câmara de compensação do TCU?

Obrigado.

O SR. HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS – Primeiro, com relação à câmara de compensação: foi entendimento de Ministro do Supremo e eu não posso contestar ou aplaudir uma decisão que está ainda em nível de conciliação. Foi uma decisão de Ministro do Supremo, e a Loman diz, inclusive, que o magistrado não deve se pronunciar em questões que estão sob julgamento, quanto mais sob julgamento do Supremo. Eu sou Ministro do STJ e, evidentemente, não posso dar minha opinião pessoal dizendo que ela está certa ou errada, apenas entendo que, após esse entendimento do Supremo, o CNJ vai cumprir integralmente.

Por outro lado, o CNJ disciplinou o caso de marido e mulher: só um pode receber; quando tem casa própria, o CNJ decidiu, através da Corregedoria, que pode receber, mesmo tendo casa própria, desde que não more em apartamento funcional. Isso também está sendo decidido no auxílio-moradia numa questão do Supremo Tribunal Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por outro lado, se é correto ou não levar essa questão à Câmara de Conciliação da AGU: foi entendimento adotado pelo relator. Evidentemente que as partes... E a própria AGU, que é a Advocacia Geral da União, vai defender os interesses da União.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – E a tributação, Ministro?

O SR. HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS – Com relação à tributação, evidentemente se encarou... Foi o entendimento que adotaram: ser tratada como verba indenizatória. Aí V. Exª diz "mas é verba indenizatória ou não é verba indenizatória?" Eu não vou adentrar essa discussão, porque, em razão da Loman, estou impedido de fazer frente ou de elogiar as posições do Supremo Tribunal Federal. Se é verba indenizatória, evidentemente não incide o tributo; se faz parte da remuneração ou dos subsídios, incide o tributo.

Essas questões serão discutidas, serão decididas e, evidentemente, com soluções. A sociedade está todos os dias querendo ter uma posição. Estamos aqui no aguardo. Por isso é que o CNJ está pedindo, nas questões dos juízes e dos tribunais... Com exceção do Supremo Tribunal Federal, porque o Supremo não se submete ao CNJ, vai até o Superior Tribunal de Justiça.

Então, até no Superior Tribunal de Justiça – uma segunda pergunta que vou responder de V. Exª – nós temos diminuído progressivamente, quase no sentido de uma queda brusca, o número de processos que tramitam. Os juízes têm aumentado os números relativos à produção de julgamento – isso mesmo reconhecendo que só temos 18 mil magistrados para um país de mais de 200 milhões de habitantes, essa é a realidade.

Também não se pode aumentar os tribunais. O Congresso aprovou cinco tribunais regionais, mas também há o problema do orçamento – o próprio Supremo suspendeu através de uma liminar. Vai ter que se discutir, precisa-se julgar. São aquelas duas portas: querer ter e não poder ter; querer ter, mas não poder pagar. Essas coisas precisam ser conciliadas, é preciso encontrar fórmulas.

Hoje o CNJ está encontrando caminhos para que a Justiça seja mais rápida. Como disse o Senador Eduardo Braga: justiça tardia é injustiça; justiça rápida é cidadania. Querem uma Justiça que dê resposta com rapidez, com qualidade. E essa rapidez tem que ser com a qualidade dos magistrados, inclusive com transparência, inclusive com fidelidade aos autos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma das perguntas: "Mas tem que se basear em quê, na mídia? Tem que se basear nos meios de comunicação, no WhatsApp, nas redes sociais?" Não, o juiz tem que se basear em duas coisas, esta é a bíblia do magistrado: na lei e na Constituição; ele é um intérprete da lei e da Constituição.

Quando se chega à Constituição, o intérprete maior e, em algumas vezes, de forma reflexa, é o Supremo Tribunal Federal; nos outros casos, nós decidimos também que não podemos fugir à Constituição Federal, mas dentro das matérias infraconstitucionais e sempre da lei e da Constituição. Ora agrada, ora desagrada. É como a família: muitas vezes, se dá, e, muitas vezes, se toma. Temos que ter equilíbrio, mas transparência. Para um caso igual, decisão igual; para um caso diferente, decisão diferente.

A interpretação tem que ser a mesma para que a sociedade não diga: "Mas ganhou nesta turma e perdeu na outra, e a matéria é a mesma!" Há vezes em que o advogado fica numa situação até delicada. "Olha, você ganha numa turma, mas perde na outra." Por isso é que existe a divergência e se leva para uma sessão para dirimir essa divergência. E essa divergência sobe e forma a uniformização da jurisprudência, porque não pode haver tratamentos desiguais em matérias iguais. Posteriormente, aquela questão é debatida.

Hoje se fala demais, e eu sou contrário. Deveriam falar bem menos, mas muito mais nos autos; bem menos com relação a nossas opiniões e muito mais nos autos, com relação ao que temos que decidir; ser mais rápidos nos autos e um pouquinho atrasados no sentido da oratória.

Então, muitas vezes se fala, se diz o pensamento, antes de se julgar, e o juiz não pode, em razão do princípio da imparcialidade, adiantar julgamento, não pode, porque cria uma insegurança. "Olha, o resultado vai ser esse. Para o outro, vai ser esse." E, quando não dá: "O que foi que houve? O que foi que houve?" Parece até que está dentro da cabeça de cada julgador. "Então, aqui ele vai julgar assim. Eu tenho certeza." Há gente que até briga, outros apostam: "Vai sair assim." Isso cria uma insegurança, por isso que nós temos o Conselho Nacional de Justiça, cobrando dos senhores magistrados transparência e espírito exclusivo de interpretar a lei e a Constituição.

Também outra pergunta que me foi encaminhada, e eu aqui anotei – vou ver se estou com ela –, foi a pergunta com relação ao foro privilegiado. Com relação ao foro privilegiado, eu digo o seguinte: trata-se, na verdade, de uma medida criada pelo legislador constituinte. Eu fico feliz, porque todas essas iniciativas da sociedade são criadas no Parlamento, é o espírito democrático; o Parlamento é a voz do cidadão brasileiro.

Então, por que foi criado o foro privilegiado e, agora, estão acabando com o foro privilegiado? Porque se achou que não foi um bem, foi um mal. Na época, era um bem, vivíamos em outro sistema, em outro regime etc. O que é um mal hoje pode ser um bem amanhã; o que é um bem amanhã pode ser o mal de hoje. Por isso é que o Direito é dinâmico, o Direito é discussão. Como dizia Norberto Bobbio, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Direito é uma luta em busca da paz, quando a gente dá o direito ao seu dono. Este é o verdadeiro espírito da Justiça: o sentimento de dar a cada um o que é seu, mas dar a cada um sem olhar a quem. A gente não pode ter retrato nem identificação para dar o direito ao seu dono, o direito é impessoal.

Então, essa medida foi criada pelo legislador constituinte para a proteção não dos ocupantes, mas de funções exercidas por detentores de cargos relevantes. Porque você, se ficasse subordinado a ela e não tivesse esse foro, muitas vezes, no primeiro grau, um juiz de uma comarca... Se tivesse inimizade, ele não poderia julgar, ele afastaria aquela autoridade. E entendeu-se na época que daria àquela autoridade o foro privilegiado.

A exemplo: o de os governadores responderem perante o STJ; os ministros do STJ, perante o Supremo Tribunal Federal; os Deputado Federais e os Senadores, perante o Supremo Tribunal Federal. Isso é justo ou não é justo hoje? É uma grande discussão. Eu não vou dizer que é, porque essa discussão, inclusive, ainda está em tramitação. A gente tem que ouvir a sociedade. Eu sou daqueles – fui também presidente da Ordem – que entendem que a sociedade é que tem que transmitir o seu pensamento. O legislador transforma aquele pensamento em lei, transforma em lei aquelas ideias em favor da sociedade. E as leis são para ser interpretadas e não criadas, e não extensivas do que não está na lei.

E veio uma outra pergunta: sobre o ativismo judicial. O ativismo não pode ser regra, é uma exceção; alguns casos de exceção, nunca regra. Por quê? Porque muitas vezes, na interpretação, não fica claro o texto da lei.

Eu vou dar um exemplo. Chegou um caso no Superior Tribunal – e eu aplico raríssimas vezes dando uma interpretação que não seja clara da Constituição – sobre uma pessoa que cometeu um crime; o marido matou a esposa e tinha uma pensão previdenciária do INSS. Em razão de a esposa exercer um cargo relevante, passou a ter aquela pensão para o marido – o marido que tinha matado a esposa. O INSS entrou com uma ação regressiva para desconstituir aquela pensão, mas, na lei, não dizia que desconstituía. E eu interpretei, dentro do ativismo, que não acabaria a pensão, mas não seria do marido. "Ah, mas não houve o trânsito em julgado. E o princípio da inocência? A mulher teve uma briga com o marido..." Mas ainda não tinha terminado o processo. E a pensão iria ficar com quem se tinha uma ação do INSS? Então mandei que fosse transferida para os filhos. A lei não falava para os filhos, mas eu apliquei as regras das causas trabalhistas, acidente de trabalho.

Foi um caso excepcionalíssimo, Senador Eduardo Braga, mas não regra. A regra é interpretar a lei e a Constituição. Mas o juiz, quando chamado, não pode deixar de dar a resposta. Dê mesmo que não esteja tão claro na lei, mas nos princípios gerais do Direito, na doutrina, na jurisprudência. Você não fica exclusivamente pela lei. Você não pode deixar de dar uma resposta quando chamado. Há questões que são da Casa, daqui, mas aí provocam o Judiciário para responder sobre questões internas. O Judiciário vai ter que responder em razão da omissão: não quiseram decidir, provocaram o Judiciário, e a gente não vai deixar de responder. "Mas ele está respondendo numa matéria que não é dele." Algumas vezes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ele poderia devolver: "Não é do meu conhecimento, devolvo. Essa matéria não é do Poder Judiciário, mas, sim, do Poder Legislativo ou do Poder Executivo." Mas muitas vezes o Judiciário é provocado, então a gente tem que analisar caso a caso. Qual é a regra? A lei e a Constituição, Senadores, mas, excepcionalmente, quando provocado e quando a lei deixa obscuridades com relação à interpretação... Mas claríssima... Se a matéria é claríssima e é uma matéria de outro Poder, devolve-se. Se não é dele, o outro Poder que resolva internamente, até para dar autonomia aos Poderes. Muitas vezes o Poder até renuncia ao poder que tem e manda para lá: "O Judiciário que resolva!" Transfere-se um poder que não é do Judiciário. E depois, muitas vezes, se reclama quando vem a resposta um pouco salgada com relação ao que se esperava. Meu pai, que era Procurador de Justiça, dizia o seguinte: "Cada um no seu poder, não transfira o poder que tem porque você começa a perdê-lo. Se é seu, é seu; cada um na sua área de competência."

Outra pergunta que eu também anotei, Senador Anastasia, foi com relação ao foro privilegiado – vou concluir com relação ao foro.

O foro privilegiado... Aqui na Câmara dos Deputados tramita hoje uma PEC que praticamente extingue o foro especial – eu fiz umas anotações sobre uma pesquisa –, ele seria restrito apenas aos chefes de Poder – Presidente da República, Presidente da Câmara, Presidente do Senado etc. –, mas nunca conforme esteja no exercício do cargo, se foi em razão do cargo, se não foi em razão do cargo. É mais restritivo: Presidente da República, Presidente da Câmara, Presidente do Senado. Quanto a isso temos a PEC 10, de 2013, de autoria do Senador Alvaro Dias, relatada pelo Senador Randolfe Rodrigues, já aprovada pelo Senado e tramitando, evidentemente, na Câmara. No entanto, como se trata de uma PEC, fica paralisada – agora vamos também fazer os elogios ao Senado: não é por culpa do Senado nem da Câmara, foi em razão da intervenção federal que pararam as PECs; é princípio da Constituição, então não pode tramitar.

Aqui eu faria pergunta semelhante. Há uma PEC aqui tramitando e o Senador Anastasia deu parecer: o Ministro do STJ na Corregedoria não poderia mais ser sabatinado porque já o foi. Mas parou a PEC, foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça com V. Exª presidindo. Foi aprovada, mas, quando foi para a Câmara, parou. Mas parou por quê? Porque ninguém gosta do Ministro Humberto Martins, vamos sabatiná-lo. Não! É porque para em razão de interesses maiores do Rio de Janeiro. Quando falo em interesses maiores, me refiro a interesses da segurança – para não se pensar num sentido diferente. Então se entendeu que era maior, naquele momento, fazer a intervenção federal.

Também não vou discutir a intervenção federal, até porque ela pode ser objeto de alguma ação, de algum procedimento nos tribunais superiores, não é isso? Com relação à intervenção: se ela é muito ampla, se não é ampla, qual é a forma de pagamento. Essas são discussões nas quais não posso adentrar, até porque não estão na minha seara de competência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas também se parou aqui aquela relativa à ausência de sabatina do corregedor nacional. Mas por quê? Porque ele já foi sabatinado. Mas a gente chega aqui com muita alegria. Por quê? Porque a gente vai dialogar, conversar, trocar ideias, dar o pensamento na grande discussão que faz parte do Parlamento. Um ministro ser chamado pelo Senado para expor algumas ideias é até uma felicidade, ele vem com muita alegria ao Senado da República.

Discutir na Casa dos Estados e na Casa do Povo: o que o senhor pensa disso? Olhe, aqui deixemos um pouquinho parado, porque eu vou adentrar a seara do Supremo, aqui eu não posso. É a mesma coisa que pedir a opinião: "O senhor vai adquirir determinada coisa para o Senado?" "Aí é da competência do Presidente do Senado ou do Secretário-Geral, tenha calma." Então, cada um na sua área de competência.

Mas temos duas funções. Uma é a do Ministro Barroso, Senador Martins, que votou no sentido de se aplicar apenas a crimes cometidos no exercício do cargo, em razão das funções a ele relacionadas.

Essa decisão tem sete votos – sete votos –, dizendo que o foro por prerrogativa de função se aplica apenas ao exercício do cargo em razão de aquela infração ou não ter razão da relação do cargo executado. Por exemplo, se ele está dentro de uma relação do próprio Ministro do STJ, ele vai responder só perante o Supremo; mas se ele atropelou alguém num acidente de trânsito, ele vai responder perante o primeiro grau. Este foi o entendimento da grande maioria do Supremo: em razão do cargo, ele vai ter foro por prerrogativa de função. É mais ampla do que a do Senador Alvaro Dias, que diz que é só para o Presidente do Senado, Presidente da República e Presidente da Câmara.

E também, por último, temos o entendimento do Alexandre de Moraes, que é um pouco diferente. Ele diz que, em razão da prerrogativa, o foro seria em decorrência dos crimes praticados no exercício do cargo, mas alcançando todas as infrações, seja de trânsito, seja ambiental. Se eu cometer um crime ambiental, eu tenho uma fazenda e mandei cortar umas árvores, se for pelo entendimento do Barroso, eu vou responder no primeiro grau, por quê? Porque não está relacionado ao exercício do cargo. Eu cortei umas árvores na fazenda e vou responder por crime ambiental. Se for pelo entendimento do Ministro Alexandre de Moraes, eu respondo perante o Supremo Tribunal Federal.

Espero ter respondido às indagações de V. Exªs.

Mais uma vez agradeço e peço desculpas com relação às minhas limitações.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Sr. Presidente, eu gostaria de perguntar ao Ministro com relação à questão do TRF da 1ª Região, à questão de Tefé e à questão do Susp.

Com relação às questões apresentadas, V. Exª...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS – Com relação aos presídios, é da competência exclusiva do Presidente do Conselho Nacional de Justiça. Em parte eu vou chegar lá.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Não estamos falando de presídios, estamos falando do Sistema Único de Segurança Pública.

O SR. HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS – Sim, mas quando se trata dessa área, dentro das prerrogativas e competências do CNJ e do STJ, a competência é do Presidente do Supremo, que é o Presidente do CNJ. Inclusive eu tive algumas conversas com o que poderá ser o futuro Presidente no sentido de olhar as áreas de competência minha e as áreas de competência do Presidente do Supremo. A nossa está mais relacionada a cartório e atividade dos servidores do Poder Judiciário e a magistrada atuação.

Com relação às duas varas que foram extintas, não é isso?

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Na realidade não foram extintas, elas estariam numa resolução e correndo o risco. Inclusive o Ministro Noronha veio aqui gentilmente até a Bancada para dizer: "Olha, elas não serão extintas." Mas há a questão de nomeações de novas varas, porque é uma área bastante demandada em função da fronteira, Tabatinga fica na fronteira nossa com Colômbia e Peru, e Tefé fica exatamente na confluência dos rios, onde há o grande tráfico de drogas, onde há a grande incidência de crimes de tráfico de drogas e de armas. Além de todas as questões de crimes ambientais que precisam ser julgadas e que estão nessas duas varas. Portanto, manter as duas varas e ampliá-las é fundamental.

O SR. HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS – Eu vou dizer a V. Exª, primeiro, que eu vou seguir, dentro da mesma linha, e agora fico até mais feliz, porque o Ministro Noronha disse a V. Exª que ele também vai dentro dessa linha de mantê-las e, mesmo com a criação de novas varas, essas duas ficariam mantidas dentro das suas áreas de atuação. Então, eu também irei seguir nessa mesma linha, porque a administração é una. A administração é uma só, desde que seja para melhorar, para aperfeiçoar, para dar respostas. Se lá é muito importante, por que vamos acabar, por que vamos separar, por que vamos reduzir? Lógico que não!

E também vamos trabalhar em parceria, mesmo não sendo da competência do Corregedor algumas das varas, que neste caso é, porque se trata de atividade de juiz, seja federal, estadual, trabalhista, militar... No caso é federal, porque é o Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Em se tratando de juízes federais, a competência também é da Corregedoria, e eu estarei, dentro dessa mesma linha, alegando a necessidade da permanência. E V. Exª, como representante não só do Amazonas, mas de todos os Estados, principalmente do Amazonas, terá as portas abertas para levar o melhor entendimento e levar subsídio para o Corregedor. O Corregedor vai ficar também como se fosse uma grande ouvidoria e irá trabalhar em favor dos interesses maiores da própria Justiça. Então, nesse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ponto, pode ficar tranquilo, e mais ainda porque o Corregedor Nacional também está nessa mesma linha.

Eu acho que havia uma última que falava – só para não dizerem que eu não respondi – sobre o princípio do contraditório e da ampla defesa. O contraditório e a ampla defesa são princípios constitucionais. *Due process of law:* a todos é assegurado o direito de defesa; a todos, inclusive àquele que é condenado. Todos têm dignidade, é pessoa humana. Está na Constituição, independentemente de ser culpado ou não. Como é... "Ah, mas não se deu o direito da ampla defesa." Vai-se arguir a nulidade, vai-se recorrer, vai-se ao Supremo Tribunal Federal, e o Supremo Tribunal Federal não pode ter receio. Agora, não pode é um magistrado deixar de assegurar ao acusado o direito de ampla defesa e do contraditório, porque a nossa bússola é a lei e a Constituição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito bem, Ministro! Agradeço muito.

Já é meio-dia e dez e ainda temos vários inscritos, Ministro, para seguir com a sabatina. Eu gostaria aqui de fazer um apelo aos Senadores e ao próprio Ministro que responde com tanto brilho a sabatina, até para ouvirmos todos. Além disso, ainda temos uma pauta, de outros assuntos, ordinária, da nossa Comissão. Sugiro que nós tentemos, todos, ser muito breves. Aí, peço a compreensão do Ministro Humberto também nas suas respostas – a sabedoria dele é muito vasta e acaba que ele apresenta tudo com muita clareza.

Eu passaria a palavra para a próxima pergunta à próxima Senadora inscrita, que é a Senadora Vanessa Grazziotin, depois à Senadora Ana Amélia e ao Senador Otto.

Vamos, então, ouvir a Senadora Vanessa, a quem eu pediria a possibilidade de uma concentração, se possível.

Com a palavra V. Exª.

(*Interrupção do som.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, é exatamente na minha vez que V. Exª faz as observações de forma tão contundente. Foi exatamente assim durante a semana passada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Mas desta vez foi uma coincidência. É que eu fui instado aqui pelos colegas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – É incrível: coincidência só acontece com mulheres, é uma coisa impressionante!

Presidente Senador Anastasia, eu quero cumprimentar aqui V. Exª e cumprimentar o sabatinado de hoje, Ministro Humberto Martins. Até há pouco tivemos a presença também dos Ministros Napoleão e Noronha, que deverá, certamente, substituir V. Exª, Ministro Humberto Martins, no Conselho Nacional de Justiça e, mais ainda, na Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça.

Seguindo, obedecendo, procurando seguir as determinações da nossa Presidência, ele é assim duro, mas benevolente com o tempo, o Senador Anastasia.

Mas vou fazer exatamente o maior esforço aqui para seguir. Primeiro, quero dizer que fico até aliviada, ao ouvir as palavras de V. Exª com as palavras do atual Corregedor, Ministro Noronha, em relação ao futuro das nossas Varas Federais do Estado do Amazonas, do interior do Estado do Amazonas.

O Estado do Amazonas é a maior unidade da Federação. Não vou fazer como fez o Senador que me antecedeu, ou seja, dar aula de geografia, mas todos sabemos das dificuldades da Amazônia e do Amazonas: o maior Estado, aquele que tem o menor número de Municípios. Para chegar de um Município a outro são dias e dias e dias de viagem. E essas duas áreas, esses dois Municípios são extremamente sensíveis, tanto Tabatinga, que faz parte da tríplice fronteira, como Tefé.

Mas o Ministro Noronha nos garantiu, e nós estamos em diálogo com o Poder Judiciário, com a Justiça Federal no nosso Estado do Amazonas, assim como com o Ministério Público, e a preocupação é iminente. Mas hoje ficamos mais tranquilos com a palavra dos senhores de que não haverá fechamento – de que não haverá fechamento, exatamente isso.

Infelizmente, temos sido muito críticas da Emenda à Constituição nº 95, que é a que impõe uma limitação de gastos duríssima para todos os Poderes, apesar até da margem que tem o Poder Judiciário. Mas, nem por isso, tendo uma margem maior o Poder Judiciário do que o Poder Executivo e o Poder Legislativo, nem por isso está livre de ter que fazer as suas economias, os seus cortes. Mas que o corte não se dê naquele que vive lá nos nossos interiores, lá nos rincões da Amazônia. Às vezes, se corta ali, porque eles vivem longe, são poucos e não têm nem a quem reclamar.

Mas, enfim, fico muito feliz e satisfeita com a manifestação de V. Exª.

E quero aqui entrar agora na questão polêmica, Ministro. Na semana passada, a audiência pública – o Presidente Anastasia sabe – foi muito mais... Não vigorosa. Ela teve uma temperatura muito mais elevada do que a audiência de hoje, com V. Exª. Por quê? Porque acontecia, no exato dia em que a imprensa divulgou, uma manifestação, aparentemente neutra em conteúdo, do Ministro da Defesa, mas que foi lida pela sociedade como uma forma de pressão ao Poder Judiciário – como uma forma de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pressão ao Poder Judiciário, que naquele dia analisaria um *habeas corpus*. Então, imagine como foi a sabatina na semana passada.

Mas quero voltar aqui a discutir o momento que estamos vivendo. Apesar de hoje estar mais tranquilo, os problemas, da semana para esta, da semana que se passou para cá, só se ampliaram. Por coincidência, a Senadora Marta estava exatamente ao meu lado, não é, Senadora? Os problemas só se ampliaram.

Eu vou pegar o caso do Presidente Lula. Poderia pegar muitos casos, porque gostei muito, quando V. Exª diz aqui "Para cada caso, decisão igual". Isso é justiça, um peso e uma medida para todos.

A lei é para todos. Isso é o de que mais a gente tem ouvido falar, inclusive para justificar a prisão do ex-Presidente Luiz Inácio da Silva.

Mas nós, como Parlamentares, agentes públicos, e V. Exªs, como magistrados – e V. Exª, que vai para o Conselho Nacional de Justiça, que vai ocupar a Corregedoria, uma das funções mais importantes, precisa muito mais responder do que nós: na prática, não com o "acho isso, acho aquilo", mas com resultados de ações, com resultados de processos.

E, lamentavelmente, Ministro Humberto Martins, a Justiça não tem sido para todos. Não tem! Não tem sido para o Presidente Lula. E isso não é um discurso político. É um discurso baseado na legislação brasileira. A legislação, a Constituição, a nossa lei máxima, foi ferida inúmeras vezes no processo do ex-Presidente.

Primeiro, ninguém será condenado sem provas. Cadê as provas contra o Presidente Lula? Eu tenho aqui um artigo publicado pelo Juiz Cássio Borges. Ele é o Presidente – eu não quero usar palavras minhas –da Associação dos Magistrados do Estado do Amazonas. V. Exª conhece bem o Juiz Cássio. Ele disse o seguinte: "Não vi até agora uma prova de propriedade do tríplex. Não havendo prova de que ele recebeu isso como paga por ato de ofício praticado, não há corrupção passiva". E segue adiante: "A corrupção exige ato de ofício do agente em troca de favor. Para haver corrupção passiva é preciso que o agente seja servidor público ou esteja em exercício de função pública". O Lula não era mais Presidente. E segue ele: "Em suma, Lula está sendo julgado por juiz incompetente, com provas insuficientes e por condutas atípicas". Aí segue falando que é professor de Direito Penal e Constitucional, de formação, Presidente da Associação dos Magistrados do Amazonas (Amazon).

Então, veja, o Presidente foi condenado sem provas.

Segundo, começou a cumprir uma pena sem que houvesse o trânsito em julgado. A Constituição é clara. Anotei aqui as palavras de V. Exª: a obscuridade no texto da lei é o que leva à possibilidade da interpretação. Onde está a obscuridade do texto constitucional (art. 5º, inciso LVII) que trata do trânsito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em julgado? Inciso LVII: "Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória". Onde está a obscuridade?.

Dizem: "ah, mas é a antecipação da pena". Onde está escrito no Código de Processo Penal a possibilidade de antecipação da pena? "Não, mas há uma interpretação". Nada que se interprete pode colidir com a Constituição Federal. Absolutamente nada!

Então, mais um problema aí.

E eu uso também não de minhas palavras, mas das palavras do Ministro Marco Aurélio, já ao final, para quem assistiu, do julgamento do *habeas corpus*. Ele disse: em 2016, Senadora Lídice, quando se mudou a interpretação – foi o Ministro Marco Aurélio quem disse –, foi no calor da Operação Lava Jato.

Mas vejam: a lei está sendo igual para todos? Não. Porque Ministros estão dando decisões singulares, Ministros do Supremo Tribunal Federal, concedendo *habeas corpus*. Então, alguns são presos; outros não são. Não quero nem aqui entrar na seara política maior, do *impeachment*, de Senadores que aqui estão – não quero, não –, de desempates no Poder Judiciário a favor de uns e contra outros para questões mais ou menos parecidas. Não; vamos continuar no caso do Presidente Lula.

Então, utilizam-se disso para determinar que cumpra a pena.

E vejam: ninguém esperava. Eu tenho certeza de que V. Exª também, Ministro Humberto, foi tomado de surpresa com a decisão do Juiz Sérgio Moro de decretar a prisão naquela hora, antes do que todos pensavam, porque ele ainda tinha prazo de recurso naquela instância, no Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Aliás, semana passada, eu mostrei aqui a publicação no Twitter, em janeiro de 2017, do ano passado, da Srª Daniela Tagliari Kreling Lau: "Lula, o Brasil quer a sua prisão." Quem é essa senhora? Ela era chefe de gabinete do Presidente do TRF 4 e continua sendo. O que aconteceu com ela? Ela não devia mais ser, no mínimo.

O TRF 4 curtindo a postagem do Comandante do Exército e, lá no final, depois, quando foi muito criticado, ele coloca uma nota simplória, zombando da inteligência da população brasileira, dizendo que era alguém desautorizado estava manipulando o *site* oficial, e como se isso justificasse.

Mas, enfim, então veja que o Presidente Lula cumpre pena antes mesmo sequer de se esgotarem os recursos naquela instância em que ele foi julgado. Mas o pior não acaba aí, porque parece que, a cada dia, é uma injustiça a mais, o que prova que, infelizmente, no Brasil, a justiça não é para todos. A Justiça está transformando a política, infelizmente, em política de toga também.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Eu concluo, Presidente.

Ontem, nove Governadores e Senadores – o Governador do meu Estado, Flávio Dino, estava nesse grupo, o Governador do Ceará, o Governador de Alagoas, o Governador do Piauí – foram visitar o Presidente Lula, e tiveram o pedido de visita negado. E o que a juíza da execução penal disse? "Que ela não poderia admitir, porque isso contraria as regras da execução penal".

Sobre as regras da execução penal, eu também me valho das palavras do ex-juiz e atual Governador Flávio Dino, que, aliás, foi Secretário-Geral do Conselho Nacional de Justiça, que disse que as regras da execução penal não podem estar acima da Lei nº 7.210, que é a lei que institui a execução penal. E o que diz a lei no art. 40: "Impõe-se a todas as autoridades o respeito à integridade física e moral dos condenados e dos presos provisórios." E no seu inciso X: "Visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos, em dias determinados." O Presidente Lula está proibido. A Justiça é para todos, Dr. Martins? A Justiça é para todos? Está sendo feito justiça no caso do Presidente Lula?

Olha, eu digo isso não é só por conta do Presidente Lula. Porque, se hoje, a justiça não vale por A e o B não briga, amanhã será o B a ser vítima da mesma falta de justiça.

Então, eu me preocupo, Ministro Martins, e me preocupo muito com o destino do nosso País. Repito: não estou aqui fazendo uma fala apaixonada. Até acho que falei menos apaixonadamente do que V. Exª. Não estou aqui fazendo uma fala política. Estou procurando fazer isso com o meu parco conhecimento da lei, porque não sou formada no direito. A minha formação é na área de saúde. Mas, até por ossos do ofício, nós somos obrigados a ler e a estudar até para expressar juízo de valor que tenha o mínimo de embasamento legal.

Então, baseado nisso, Ministro, quero fazer aqui mais do que qualquer outra coisa...V. Exª será o corregedor da Justiça. Ou nós paramos o que está acontecendo no Brasil, nós damos um basta no que está acontecendo no Brasil, ou não sei onde nós vamos chegar.

Repito o que tenho dito no plenário todos os dias: se o Presidente Lula não fosse o primeiro colocado nas pesquisas de intenção de voto, ele não estava sofrendo o que ele está, ele não estava sofrendo.

Eu poderia falar mais coisas...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senadora Vanessa, eu peço que V. Exª conclua.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Pois é, eu ia já concluir dizendo que eu poderia – ouviu, Senador Anastasia –, poderia e tenho aqui ainda muita coisa para abordar, mas eu não quero abusar do tempo, pois há outros colegas que querem falar.

Agradeço o Presidente pela benevolência de me conceder um tempo maior.

E ficam registrados a minha preocupação e o meu apelo ao Sr. Ministro Humberto Martins.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Obrigado, Senadora Vanessa.

Passo à próxima inscrita neste grupo, a Senadora Ana Amélia.

Com a palavra V. Exª.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Caro Presidente, Senador Antonio Anastasia, caro Ministro Humberto Martins, convidados, colegas Senadoras e Senadores, eu quero, em primeiro lugar, fazer um desagravo ao Presidente desta Comissão, Senador Antonio Anastasia, pela forma como a Senadora Vanessa injustamente entendeu que V. Exª estivesse fazendo censura às mulheres.

Senadora Vanessa, o Senador Anastasia tomou a decisão de pedir...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – A senhora não me meça com a sua régua; essa é a sua interpretação...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, senhora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – ... não foi o meu objetivo, e o Senador Anastasia sabe disso.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Mas me deixe terminar. Seja democrata pelo menos em respeito....

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Não, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Seja democrata, Senadora!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – A senhora não está sendo. A senhora quer colocar palavras em minha boca e me colocar contra o Senador Anastasia, e não vai conseguir, porque a nossa amizade é antiga, e o respeito principalmente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Fica difícil falar com quem não quer entender as coisas.

Senador Anastasia, quero dizer, porque o Senador Anastasia, Senadora Vanessa, apenas ponderou sobre o horário instado por uma Senadora mulher. Só isso que eu quis dizer. A Senadora Rose de Freitas.

Sou testemunha disso, por isso é preciso fazer justiça na hora certa e para que a justiça não falhe, porque, se a justiça tarda em não fazer esse reparo agora, seria não justiça.

Eu queria cumprimentar o Desembargador, que aqui usa veemência própria do ambiente político e, no ambiente político, é exatamente essa veemência. Normalmente, vemos os magistrados falando até com a vestimenta própria no rigor do ritual da liturgia do Poder Judiciário.

Aqui foram levantadas algumas questões sobre foro privilegiado e eu voltaria ao tema, apenas indagando prontamente se isso estimula ou não a proteção de denunciados no âmbito político, se ele é benéfico ou não, porque ele pode, na interpretação de alguns, ir para a primeira instância e servir para recursos infindáveis para se chegar a um ponto. Então, o foro privilegiado acabou sendo contaminado pela palavra privilegiado; na verdade, é um foro especial.

Então, é esta avaliação: o senhor é favorável a que se limite também essa...

Na questão relacionada à prisão do ex-Presidente aqui levantada, na verdade, o que aconteceu: não há o que discutir e, quando nós aqui... E o senhor insistiu muito na questão de como o magistrado deve se portar. Ele deve interpretar a lei. Quando discutíamos aqui, nesta CCJ, a questão do abuso de autoridade, um dos pontos centrais foi a hermenêutica, que é exatamente uma prerrogativa própria do magistrado, como ele interpreta a lei, mas a lei, como a Bíblia, suscita interpretações conforme a subjetividade e o entendimento de um magistrado, que deve ser respeitado.

Mas aqui se levantou um caso específico, que é o caso do Presidente Lula, sobre o qual eu não falaria, não fosse o caso citado por minha antecessora, no questionamento a V. Exª. Houve uma decisão de um magistrado, que comanda a Operação Lava Jato, Sergio Moro, e ela foi confirmada por um colegiado de desembargadores da 4ª Região. Se dúvidas houvesse sobre a sentença exarada pelo Magistrado Sergio Moro, um colegiado não teria unanimidade e – não só isso – não teria ampliado a pena por ter compreendido a robustez das provas apresentadas no processo.

Então, eu penso que nós temos que ver as coisas como elas são, e não como nós desejamos que sejam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A manifestação dos desembargadores da 4ª Região em Porto Alegre – lá também fazemos justiça de grande qualidade – foi baseada na lei, na interpretação e nas provas: provas documentais, provas materiais, provas testemunhais, todos os tipos de provas que foram necessários. E, na decretação da prisão, da mesma forma: foi cumprida a lei. Mas a lei não foi respeitada, porque o réu deveria se apresentar às 17h de sexta-feira, e não o fez. Aliás, talvez a magistratura tenha pensado numa declaração de Napoleão Bonaparte, que diz: "Quando o inimigo estiver errando, não o interrompa". Ele só se apresentou mais de 24h depois do horário em que deveria tê-lo feito, ou seja, uma desobediência a uma sentença judicial. Se a lei é igual para todos – essa é a regra, é o mantra que devemos seguir –, as sentenças judiciais têm que ser também respeitadas por todos.

Então, eu queria reafirmar a minha convicção no Poder Judiciário, na Justiça Federal brasileira, no que vem sendo feito em relação ao que a Drª Raquel Dodge fala: a depuração do nosso País nas questões institucionais. Também reafirmo a confiança nas instituições que V. Exª aqui representa muito bem, nas instituições judiciais que nós temos em nosso País – Ministério Público, Polícia Federal –, pela forma republicana como vêm trabalhando em todos os momentos decisivos da vida nacional.

Mas acho que, nessa questão relacionada à insegurança jurídica, mesmo que o CNJ não tenha nenhuma prerrogativa sobre a Suprema Corte, que está acima, também é preciso que os magistrados da Suprema Corte entendam, tenham em mente que, assim como existem prioridades no julgamento de algumas questões de ordem social e pessoal pela Justiça Federal, medidas que impactam sobre a economia, ou sobre agentes econômicos, ou sobre todo o setor social têm também prioridade, porque não é possível que o Supremo tenha demorado 12 anos para deliberar se era ou não constitucional cobrar o Funrural dos produtores rurais brasileiros. Isso gerou uma insegurança enorme, porque, até metade do julgamento, havia o entendimento de que era inconstitucional a cobrança; a partir do meio para adiante, foi considerada constitucional. Então, essa insegurança provocou um passivo extraordinariamente elevado, e, agora, o Congresso é chamado de novo a resolver essa questão.

Então, eu queria ponderar apenas, sabendo, de antemão – e é da natureza –, que V. Exª não tem prerrogativa sobre a Suprema Corte. Mas é uma observação que é necessário fazer para estabelecer à magistratura, em suas diversas instâncias, algumas regras para o entendimento sobre o impacto, porque, no fundo, quem vai pagar isso? O cidadão brasileiro, o mesmo cidadão que sustenta o Poder Judiciário, que sustenta o Ministério Público, a Polícia, que nos sustenta aqui. O dinheiro não nasce, não é inventado; ele é fruto da contribuição, do imposto que o cidadão paga. Portanto, nós temos que ter maior agilidade e maior preocupação com esses aspectos.

E, finalmente, penso também, porque está dependendo da Suprema Corte, que essa questão da insegurança jurídica não pode representar aí uma mudança naquilo que, no ano de 2016, a Suprema Corte entendeu como legal o preceito de prisão em segunda instância, após o julgamento em segunda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

instância. Se na semana que vem houver uma mudança nesses critérios, realmente nós não temos condição de considerar um País sério.

Então, penso que, caro nosso Ministro Humberto Martins, nessas questões, eu tenho clareza sobre esses temas e quero reafirmar aí a minha convicção de que nossas instituições continuarão fortes e firmes e também sou favorável no que V. Exª entendeu: a sociedade brasileira está, dessa forma, transparente, aberta e democrática e, por isso, a transmissão de uma sessão no Supremo nos coloca como o Supremo é, com as suas virtudes e com os seus defeitos, porque ali estamos tratando de pessoas, não estamos tratando de anjos ou de divindades, são pessoas, e pessoas precisam ser reveladas como elas são. Eu acho que, como jornalista que fui, a transparência é um grande remédio para a sociedade brasileira, não só do Congresso, mas também dos demais Poderes.

Muito obrigada ao senhor e sucesso na sua missão tão espinhosa. Continue com essa veemência e, quando sair do Judiciário, venha engrossar as fileiras do poder político.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Agradeço, Senadora Ana Amélia, e passo à Senadora Marta Suplicy para suas ponderações.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu só peço licença, Presidente, pela ordem, com a licença da Senadora Marta, apenas eu preciso... Está aqui a minha assessoria que vai anotar as respostas do Ministro Humberto Martins porque eu estou recebendo o Embaixador do Japão. É um compromisso que eu agendei de uma comitiva de Parlamentares que esteve no Japão em uma visita ao governo daquele país.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Perfeitamente, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, minha assessoria estará aqui.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Agradeço muito a V. Exª, mais uma vez.

Senadora Marta Suplicy, com a palavra V. Exª.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Obrigada, Presidente Antonio Anastasia.

Também cumprimento o sabatinado Humberto Martins.

Como estou sendo a última a perguntar, várias perguntas que eu tinha pensado já foram, mas, com o curto tempo que temos, também isso vem a calhar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou perguntar, primeiro, sobre violência de gênero, especificamente sobre a violência contra as mulheres. No Brasil, uma mulher morre, vítima de feminicídio, a cada uma hora e meia.

No *ranking* da Organização Mundial de Saúde, o Brasil ocupa a quinta posição entre os países onde mais se matam mulheres apenas porque elas são mulheres.

Uma notícia que realmente é estarrecedora – são várias, mas essa daí causou um choque maior – foi que, entre os dias 8 e 9 de abril agora, nós tivemos, em 24 horas, cinco casos de registro de morte de mulheres, entre a noite de domingo e a tarde de segunda-feira: três com facadas, outra com pé de cabra e a quinta um idoso que, com uma meia, matou a mulher.

Então, nós vemos que leis são feitas, a questão de gênero está na pauta de todos os lugares, mas a gente não consegue caminhar.

Por sua vez, o CNJ publicou a Portaria nº 15, de 8 de março de 2017, que institui a Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres no Poder Judiciário.

Nesse sentido, eu gostaria de que V. Sª tratasse sobre a portaria e as possíveis portarias no CNJ no sentido de dar efetividade aos programas de prevenção e combate a todas as formas de violência contra a mulher, porque nós sabemos que programas existem, mas os resultados ainda são pífios.

A outra pergunta também é sobre a questão de gênero. Nós temos conhecimento de que tem crescido substancialmente a quantidade de mulheres que se tornam juízas em nosso País. Segundo dados que vieram a público na Justiça do Trabalho na primeira instância, o número de mulheres teria até suplantado o número de homens. Todavia, nos tribunais, a presença das mulheres ainda é muito pequena, embora já se faça sentir.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA. *Fora do microfone*.) – Senadora Marta, ele está encerrando...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu sei, mas eu estou fazendo uma pergunta, e há uma chacrinha. Parem!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senadora Marta, esclareço a V. Exª que o Senador Maranhão só veio aqui fazer um cumprimento. É claro que a palavra está com V. Exª, e ele mesmo pede escusas por ter interrompido a indagação de V. Exª.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Desculpado. Vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Com a palavra a Senadora Marta Suplicy.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu tenho uma PEC, a PEC nº 8, de 2017. No caso de lista tríplice, a PEC diz o seguinte: ela tem que ser composta por pessoas de ambos os sexos, com, no mínimo, um terço de cada sexo na lista sêxtupla. Esse projeto alcança indicações para tribunais regionais, tribunais de justiça, tribunais superiores e também para o TCU. Eu gostaria de saber a sua posição sobre um projeto desse tipo, que, no nosso entendimento, aumentaria a presença das mulheres, que já mostram sua competência, mas não galgam nem entram nas listas tríplices normalmente.

Outra questão. O CNJ aprovou, em 2013, a Resolução 175, que dispõe sobre o casamento e a união estável homoafetiva. Mais recentemente, esta Comissão do Senado, a CCJ, aprovou projeto de minha autoria, o de nº 612, de 2011 – ano em que o Supremo deliberou sobre a relação homoafetiva, o casamento –, que trata dessa matéria que está pronta para ser incluída na Ordem do Dia do plenário.

Eu gostaria de que V. Exª se posicionasse sobre essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Eu agradeço à Senadora Marta Suplicy.

Estando concluídas as fases das indagações, eminente Ministro Humberto Martins – todos os oradores inscritos e presentes já se manifestaram –, eu, portanto, passo a palavra a V. Exª para a resposta a esses últimos indagantes e para a conclusão final. Peço também a V. Exª a possibilidade de síntese, dado o adiantado da hora, já que ainda haverá a sequência da reunião. Muito obrigado.

O SR. HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS – Sr. Presidente, são três Senadoras: a Senadora Vanessa Grazziotin, a Senadora Ana Amélia e a Senadora Marta Suplicy, na sequência. Pela ordem, vou responder à Vanessa Grazziotin.

Ela fez uma pergunta com relação ao tratamento desigual ou não no cumprimento da pena na questão que foi analisada com referência ao ex-Presidente Lula.

Por exemplo, o STJ – e eu estava no exercício da Presidência – não poderia fugir a uma decisão do Supremo Tribunal Federal, quando o Supremo Tribunal Federal, em repercussão geral, decidiu, com efeito vinculante para os outros tribunais, que a execução da pena se daria após a condenação em segunda instância, em último recurso. Era isso que nós tínhamos lá e que ainda nós temos hoje. Então, eu segui os precedentes e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

Não vou aqui apresentar um ponto de vista, se vai ser mudado, se não vai ser mudado, porque isso compete ao Supremo Tribunal Federal, mas, hoje, está vigorando a decisão de que, após o trânsito em julgado, em sentença condenatória em segundo grau, no último recurso, poderá – poderá – se executar provisoriamente a pena, sem ferir o princípio da presunção da inocência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso é questão teórica, doutrinária e, evidentemente, hermenêutica. A interpretação está se dando. Há razões para aqueles que pensam de um jeito e para aqueles que pensam de outro jeito. Tanto é, que a decisão está muito apertada, por seis a cinco – houve o último *habeas corpus*. E há uma ação declaratória de constitucionalidade, para definir se o art. 283 é inconstitucional, porque fala em trânsito em julgado.

O que estamos em discussão é com relação a se o momento possível para começar a execução da pena é após o segundo grau, com último recurso, ou não. Ou após o último recurso junto ao Supremo Tribunal Federal.

Com relação a essa questão, eu decidi, quando fui chamado ao exercício da Presidência, em um *habeas corpus*, dizer que se cumpriam, com base no Supremo Tribunal Federal, os precedentes do próprio Supremo, que dizia que, após a sentença penal condenatória em segundo grau, no último recurso, cabe a execução provisória da pena, doutrinariamente entendida como se não estivesse ofendendo o princípio da inocência ou o princípio que nós chamamos da não culpabilidade. Então, eu acho que já está a resposta.

A resposta definitiva vai ser dada agora, com a ação declaratória de constitucionalidade, quando o Supremo resolver e dirimir e exaurir este tema. Para todos. Com igualdade. Porque o entendimento do Supremo vai servir para todos os condenados. Não vai servir para A nem para B, porque processo não pode ter capa, como dizem alguns, nem pode ter identidade. Todos são iguais perante a lei.

A interpretação, hoje, está sendo dividida. Por isso é que existe o Colegiado. Uns pensam de um jeito, outros pensam de outro jeito, e o Supremo vai decidir, ou por maioria, ou por unanimidade, ou dizendo que começa a partir do segundo grau, após o último recurso, ou do STJ, porque há dois ministros que votaram também entendendo que essa matéria de prova já foi analisada no segundo grau e poderia, agora, essa divergência, essa questão, ser dirimida no STJ. E, da decisão do STJ, caberia recurso para o Supremo, e a execução seria no STJ. Outros entendem que é a partir da última decisão do Supremo Tribunal Federal.

Peço vênia à Senadora, para me resguardar, porque, evidentemente, está a depender de uma decisão da egrégia Corte, aquela que interpreta, e com muita sabedoria, a Constituição da República.

Com relação a que se falou que eu falo, talvez, com um tom mais empolgado, talvez seja a vida, por ter sido advogado. Como eu já fui presidente da Ordem várias vezes, eu até dizia que o advogado que não fala e que não escreve não é advogado; é metade advogado. O advogado tem que defender seu cliente com veemência, com amor à causa e sempre defendendo dentro de todos os princípios, o que é próprio da ampla defesa – por isso que é assegurado o princípio da ampla defesa e do contraditório. Se, em algumas vezes, o direito dele, aquilo que ele pensava não foi favorável, ele recorre e chega até o último grau, que é o Supremo. Ninguém pode se ofender. O magistrado cumpre a sua tarefa de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interpretar e de julgar, e o último, que o Supremo Tribunal Federal, dá a sua resposta definitiva. O direito de defesa é assegurado a todos. Independentemente de pessoa, de condição social, econômica ou política, todos são iguais.

A pergunta dela foi mais ampla e eu respondi; a segunda pergunta, a segunda questão feita pela Senadora Ana Amélia foi com relação ao foro privilegiado por prerrogativa de função.

Eu já havia respondido anteriormente que o foro estaria restrito aos cargos relevantes exercidos por aquelas autoridades. Hoje já existe correlação restrita aos chefes de Poder – projeto do Senador Alvaro Dias, que se encontra na Câmara, e relatado pelo Senador Randolfe Rodrigues. Eles entendem que deveria ser exclusivamente aos chefes de Poder, mas já temos duas correntes: temos uma do Relator, Ministro Luís Barroso, em que ele entende que deve ser em razão do exercício do cargo, em razão também das funções relacionadas ao cargo...

Por exemplo, se eu cometo um crime ambiental que não tenha relação com a minha atividade de ministro do STJ, vou responder no primeiro grau, na área competente da Justiça Federal, se o crime é federal. Para você ver como a interpretação é ampla. O direito é bonito porque é um debate de consciências e de juízo de valor em cima da hermenêutica, da interpretação.

Aí vem o Ministro Alexandre de Moraes e diz: "Não, vamos dizer que os crimes praticados no exercício do cargo, não só aqueles relacionados ao cargo, mas alcançando todas as infrações penais desde quando esteja naquele cargo." É no sentido mais amplo com relação ao foro privilegiado, que alguns chamam de foro especial ou foro por prerrogativa de função.

Agora, vamos à pergunta da nossa Senadora Marta Suplicy.

Ela fala do feminicídio, que é um homicídio qualificado. A própria legislação penal diz que – em se tratando de crimes que estão relacionados à condição de ser mulher, por ser mulher –, para esses crimes, hoje, há uma qualificadora, uma apenação maior. Por quê? Porque não se concebem, no regime e na atualidade, esses crimes de violência praticados contra a mulher. Veio a Lei Maria da Penha, mas ainda não atingiu o seu ápice no sentido de coibir essa violência, principalmente doméstica, contra as mulheres; violência que, a cada dia, vem se acentuando e isso merece uma resposta imediata, mais aguda, mais rígida, por parte da lei.

E a Lei do Feminicídio veio para ser cumprida. Aqueles que cometerem crime contra as mulheres vão responder, se o homicídio, a morte da mulher, for em razão de ser mulher, tem de responder com penas mais duras. É o que penso: com penas mais duras.

Com relação também à PEC para constar um terço de mulheres nas listas para os tribunais regionais federais, para os tribunais de Justiça – porque, no caso do STJ, não há lista tríplice; e, no caso do Supremo Tribunal Federal, também não. É notável saber jurídico, conduta ilibada; ter mais de 35

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anos e menos de 65 anos, bem como ser sabatinado aqui pelo Senado da República. Mas, com relação a essas listas nos Tribunais Regionais Federais, nos tribunais estaduais e na Justiça do Trabalho, eu sou favorável, porque, na OAB, eu fui o primeiro que, numa diretoria de cinco membros, eu escolhi duas mulheres: a minha secretária-geral e a minha tesoureira. Uma que era o coração da Ordem dos Advogados quando eu fui presidente em Alagoas. E também a outra, que cuidaria das finanças. Quando eu era um pouquinho excessivo nos gastos, ela me repreendia, porque era muito determinada, muito competente e, inclusive, brigava demais pelos direitos da dignidade da pessoa humana.

E hoje tenho o privilégio de dizer que – ainda porque eu deixei a OAB –, a única mulher presidente da Ordem dos Advogados é a de Alagoas.

Então, eles ficam felizes que eu diga que as mulheres têm que exercer todos os cargos, mas em igualdade de competição. Inclusive para que deixem também essas mulheres concorrerem, porque muitas vezes, "ah, porque está faltando, não quiseram concorrer." Não. Hoje temos um número de advogadas muito grande, a exemplo da OAB, estou dando como exemplo. E as mulheres, votando nas mulheres, podem mudar com relação a essas atividades.

Alagoas deu a resposta, escolheu a primeira mulher, que é a única mulher presidente da OAB no Brasil. Fico triste, por exemplo, quando o Tribunal Regional Federal da minha 5ª Região não tem nenhuma mulher fazendo parte do Tribunal Regional Federal. Fico triste. E fico alegre, a exemplo do que eu vou escolher para assessorar juízes auxiliares, porque os juízes auxiliares da Corregedoria Nacional de Justiça, que são em número de oito, vou manter a igualdade, vou escolher quatro mulheres para auxiliar a Corregedoria Nacional de Justiça.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Já valeu, hein? É promessa, e promessa é dívida.

O SR. HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS – Mas não é promessa, é cumprimento, porque sempre defendi, pela capacidade das próprias mulheres no zelo, e sobretudo pela lealdade, em razão da lealdade às suas instituições, em razão da lealdade à sua consciência e da capacidade das próprias mulheres.

E quero encerrar dizendo que fico feliz mais uma vez de voltar aqui...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Falta uma pergunta.

O SR. HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS – Hein?

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Faltou a última.

O SR. HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS – Ah, então foi a última pergunta que foi relacionada aqui. Então não...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Sobre o projeto de casamento que está em pauta no Plenário. Ele foi aprovado por unanimidade aqui nesta Comissão e foi, com recurso, levado para votação em Plenário. O CNJ foi exemplar na sua posição. Eu quero saber a sua posição pessoal.

O SR. HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS – Eu vou dizer a minha posição pessoal. Eu vim da classe dos advogados do Brasil. A pior coisa do homem é negar sua origem. A minha origem, o meu passado e o meu presente nasceram da Ordem dos Advogados. Me formei em Direito, fiz logo concurso, muito novinho, com vinte anos. Eu me formei e fui ser promotor de justiça. E vi que a melhor atividade minha era ser advogado. E fui ser procurador do Estado e depois fui ser presidente da Ordem, por dois mandatos.

Eu sempre defendi que as mulheres, em qualquer posição, tinham que ter as mesmas oportunidades em todos os casos. A pergunta da senhora foi relacionada ao CNJ dando apoio à PEC, porque aqui é uma PEC em trâmite...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Ao casamento homoafetivo.

O SR. HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS – Mas quem vai disciplinar e quem vai defender isso, transformando, na própria Constituição, é o Parlamento. E o Parlamento responde pelos anseios...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Não, não é isso que estou perguntando...

O SR. HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS – Eu pessoalmente sou favorável.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu estou perguntando e quero uma coisa bem específica.

O SR. HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS – Não, eu vou ser específico: eu sou favorável.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Por exemplo, nós tivemos do CNJ uma posição muito clara, quando fez um decreto obrigando os cartórios a cumprir a resolução do Supremo – isso em 2011.

O SR. HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS – O que inclusive foi em razão da edição do próprio Supremo, reconhecido pelo STJ junto à 4ª Turma.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Sim, mas vamos ter outras nessa área. Nós temos os transsexuais, nós temos áreas onde...

O SR. HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS – A pergunta é se eu sou favorável ou contra o quê? Eu vou entender e lhe responder.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu gostaria de saber...

O SR. HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS – O casamento?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – É.

O SR. HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS – Não, eu sou favorável, porque foi inclusive a interpretação que foi dada pelo próprio Supremo Tribunal Federal.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu agradeço.

O SR. HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS – E, inclusive, pelo Conselho Nacional de Justiça. Eu vou dar continuidade ao trabalho, e inclusive ampliar aquilo que o próprio Parlamento pensa. Então serei favorável a todas as iniciativas que partam dos anseios da própria sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Ministro Humberto. Agradeço e cumprimento a eminente Senadora Marta Suplicy.

Encerrada essa fase.

Antes de terminar a votação...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – ... antes de o senhor encerrar, eu peço a palavra pela ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pela ordem, Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL. Pela ordem.) – Sr. Presidente, após o encerramento, quando V. Exª abrir o painel, na hipótese de o Senado ter indicado o Ministro Humberto, eu requeiro o regime de urgência para o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Perfeitamente. No momento oportuno V. Exª vai requerê-lo.

Eu pediria, enquanto isso, à Secretaria para abrir, portanto, o painel.

Indago se todos os Senadores já se manifestaram e se todos já votaram. (*Pausa.*)

Tendo havido a votação de todos, determino, portanto, encerrada a votação.

Vamos abrir o painel.

Enquanto nós abrimos, Ministro Humberto, eu gostaria aqui de fazer um registro. Recebi um telefonema do Presidente da CCJ, Senador Edison Lobão, que se encontra afastado em razão de doença,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no Estado do Maranhão, e ele fez questão de que eu aqui, de público, registrasse o apreço e a admiração por V. Exª. Lamentavelmente, ele não pôde estar aqui conosco neste dia, mas estou, de fato, trazendo por essa palavra o abraço e os cumprimentos de nosso Presidente, Senador Lobão, a V. Exª.

O SR. HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS – Transmita a ele a minha reciprocidade em dobro.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Nós o faremos.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Vamos proclamar o resultado.

Votaram "sim" 21; "não", 4.

Portanto, está confirmado, e nós vamos, portanto, aprovar a escolha do Ministro Humberto Martins.

Aprovada pela Comissão, a matéria vai a Plenário.

Já foi solicitada a palavra pelo Senador Benedito, que vai requerer urgência.

Com a palavra V. Exª.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL. Pela ordem.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu quero cumprimentar o Ministro Humberto por essa maravilhosa explanação que ele fez em resposta a todas as perguntas que lhe foram feitas, ao tempo em que agradeço a V. Exª a gentileza de, na semana próxima passada, ter aceito a leitura do relatório até sem constar da pauta. E, ainda, ao mesmo tempo, quero agradecer a V. Exª a condução desta sabatina.

Ao término desta intervenção, gostaria de requerer a V. Exª regime de urgência para o Plenário do Senado Federal.

Muito obrigado, Presidente.

Parabéns, Ministro!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Obrigado, Senador Benedito.

Eu indago às Srªs e aos Srs. Senadores se estão de acordo com o requerimento de urgência apresentado pelo Senador Benedito de Lira.

As Senadoras e os Senadores que estejam de acordo permaneçam como estão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está aprovado o requerimento.

Tendo em vista a proclamação do resultado, já havendo a reunião concluído o seu objetivo e não havendo mais quórum para outras deliberações, eu encerro a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 54 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e vinte e dois minutos do dia dezoito de abril de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Flexa Ribeiro, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy, Roberto Requião, Waldemir Moka, José Pimentel, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Acir Gurgacz, Humberto Costa, Regina Sousa, Hélio José, Sérgio Petecão, Wilder Morais, Maria do Carmo Alves, Eduardo Amorim, Ronaldo Caiado, Lasier Martins, Benedito de Lira, Ana Amélia, Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro, Eduardo Lopes, Cidinho Santos e Vicentinho Alves. Registram a presença os Senadores Dário Berger, Paulo Rocha e José Medeiros. Usa da palavra o Senador José Medeiros. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Eduardo Braga, José Maranhão, Jorge Viana, Gleisi Hoffmann, Aécio Neves, Antonio Anastasia, Ciro Nogueira, Lúcia Vânia e Magno Malta. A Presidência registra a presença do Senhor Desembargador Eleitoral Carlos Cini Marchionatti, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 11ª Reunião Ordinária, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 – TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 197, de 2014 - Terminativo - que: "Altera os arts. 19, 20 e 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha -, a fim de possibilitar a aplicação das medidas protetivas de urgência nela previstas independentemente de sua vinculação a inquérito policial ou a processo penal contra o agressor, e dá outras providências." Autoria: Senador Pedro Taques. Relatoria: Senador Humberto Costa. Relatório: Pela aprovação do Substitutivo e rejeição das Emendas nº 2-S a 5-S, oferecidas em Turno Suplementar. Resultado: Lido relatório sobre as Emendas nºs 2-S a 5-S. A discussão da matéria fica adiada por falta de quórum. Observação: Em 18/04/2018, foi recebido relatório do Senador Humberto Costa com voto pela aprovação do Substitutivo e pela rejeição das Emendas nºs 2-S a 5-S. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 157, de 2016 - Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para aumentar a pena do crime de evasão mediante violência contra a pessoa" Autoria: Senador Raimundo Lira. Relatoria: Senador Cidinho Santos. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 459, de 2016 - Terminativo - que: "Regulamenta o art. 37, § 8º, da Constituição Federal, para dispor sobre o contrato de desempenho dos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta." Autoria: Senador Antonio Anastasia. Relatoria: Senadora Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto com seis emendas que apresenta. Resultado: Lido o relatório e adiada a discussão da matéria. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 275, de 2012 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para tornar obrigatória a divulgação, por emissora de radiodifusão, da razão social e da documentação associada à entidade detentora da outorga." Autoria: Senador Pedro Taques. Relatoria: Senador Acir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gurgacz. Relatório: Contrário ao Projeto. Resultado: Aprovado o Relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão contrário ao Projeto. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 366, de 2012 - Complementar - Não Terminativo - que: "Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências, para dispor sobre condições de elegibilidade para servidores públicos ativos e dirigentes sindicais. " Autoria: Senador Ivo Cassol. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Contrário ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, de 2012 - Terminativo - que: "Estabelece regras e critérios mínimos para o registro de infrações penais e administrativas pelos órgãos de segurança pública no território nacional." Autoria: Senador Armando Monteiro. Relatoria: Senador Davi Alcolumbre. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três emendas que apresenta. Resultado: Retirado de Pauta em virtude do Senador Davi Alcolumbre deixar de compor a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em 17/04/2018. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 261, de 2014 - Terminativo - que: "Altera o § 3º do art. 3º da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, para tornar facultativa a competência dos Juizados Especiais Cíveis no âmbito da Justiça Federal." Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 58, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para possibilitar a realização dos exames necessários à obtenção da habilitação para conduzir veículo automotor e elétrico, exceto a prova prática, nos três meses anteriores ao preenchimento do critério da idade." Autoria: Senador Dário Berger. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Retirado de pauta a pedido do relator para reexame. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 60, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para aplicar aos partidos políticos as normas legais sobre responsabilidade objetiva e compliance e estimular no plano interno código de conduta e programa de integridade e auditoria." Autoria: Senador Ricardo Ferraço. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 272, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, a fim de disciplinar com mais precisão condutas consideradas como atos de terrorismo." Autoria: Senador Lasier Martins. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto com três emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 319, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para possibilitar a remuneração variável do contratado com base em desempenho." Autoria: Senador Tasso Jereissati. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 358, de 2015 - Terminativo - que: "Altera os arts. 27 e 288 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar as penas previstas para os adultos que utilizam crianças ou adolescentes para a prática de crimes." Autoria: Senador Raimundo Lira. Relatoria: Senador Jader Barbalho. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 97, de 2017 - Não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terminativo - que: "Altera a Lei n° 1.081, de 13 de abril de 1950, a fim de limitar o uso de automóveis oficiais para representação oficial, e dá outras providências." Autoria: Deputado Pedro Cunha Lima. Relatoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 65, de 2014 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, (Estatuto da Cidade), para dispor sobre o consórcio imobiliário como forma de viabilização de planos urbanísticos e instituir a requisição de imóveis para regularização, prevenção e recuperação de áreas insalubres, de risco ou atingidas por desastres." Autoria: Senador Paulo Bauer. Relatoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Retirado de pauta a pedido do relator para reexame. ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 2, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 – Lei de Crimes Hediondos – para agravar os critérios para a concessão de progressão de regime a condenados por crime hediondo ou equiparado." Autoria: Senador Raimundo Lira. Relatoria: Senador Cidinho Santos. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Lido o relatório e adiada a discussão da matéria. ITEM 16 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016 (Marco Legal da Primeira Infância) para dispor sobre os direitos das crianças cujas mães e pais estejam submetidos a medida privativa de liberdade." Autoria: Senadora Regina Sousa. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão favorável ao Projeto. A Comissão rejeita a Emenda nº 1, em votação separada. Votam vencidos os Senadores Eduardo Lopes, Wilder Morais, Ronaldo Caiado e Acir Gurgacz. Observação: - Em 18/04/2018, a relatora se manifestou contrariamente à Emenda nº 1; - Em 18/04/2018, foi aprovado Requerimento de destaque para a Emenda nº 1. ITEM 17 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 76, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009, que disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências, para permitir a sustentação oral do pedido liminar na sessão de julgamento." Autoria: Deputado Carlos Manato. Relatoria: Senador Ricardo Ferraço. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 18 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 248, de 2017 - Não Terminativo - que: "Destina dois por cento da arrecadação bruta mensal das loterias federais aos fundos de segurança pública dos Estados e do Distrito Federal." Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatoria: Senador Cidinho Santos. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: A Presidência concede vista coletiva à Senadora Marta Suplicy e ao Senador Wilder Morais, nos termos regimentais. ITEM 19 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 166, de 2015 - Não Terminativo - que: "Dá nova redação ao § 7º do art. 115 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro." Autoria: Deputado Valtenir Pereira. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 20 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para tornar obrigatório o teste de impacto nos dispositivos de retenção para o transporte de crianças em veículos." Autoria: Deputado Sóstenes Cavalcante. Relatoria: Senadora Simone Tebet. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão favorável ao Projeto. ITEM 21 - PROJETO DE LEI

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

DA CÂMARA Nº 23, de 2014 - Não Terminativo - que: "Determina o registro de veículo pelo guia de turismo que for adquirente de veículo ou que utilizar veículo próprio, de cônjuge ou de dependente, no desempenho de suas atividades profissionais." Autoria: Deputado Otavio Leite. Relatoria: Senador Ricardo Ferraço. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 22 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 580, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para estabelecer a obrigação de o preso ressarcir o Estado das despesas com a sua manutenção." Autoria: Senador Waldemir Moka. Relatoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: A Presidência concede vista coletiva aos Senadores Humberto Costa, Wilder Morais e Benedito de Lira, nos termos regimentais. ITEM 23 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 725, de 2015 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a eleição, pelo Congresso Nacional, do Presidente e do Vice-Presidente da República, na hipótese do art. 81, § 1º, da Constituição Federal." Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto com três emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 24 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, de 2018 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a construção de colônias agrícolas, industriais ou similares nos municípios com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes, exclusivamente para cumprimento de pena privativa de liberdade no regime semiaberto por condenados por crime cometido sem violência ou grave ameaça." Autoria: Senador Eduardo Braga. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Lido o relatório e adiada a discussão da matéria. ITEM 25 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 15, de 2018 - Não Terminativo - que: "Autoriza o Poder Executivo a desapropriar, em favor da União, o imóvel que especifica, cujo domínio direto pertence ao Estado do Rio Grande do Sul." Autoria: Presidência da República. Relatoria: Senador Lasier Martins. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão favorável ao Projeto. Observação: Aprovada a apresentação de Requerimento de Urgência da matéria para o Plenário do Senado. ITEM 26 - PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 5, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera a Resolução do Senado Federal nº 42, de 2016, que cria a Instituição Fiscal Independente no âmbito do Senado Federal." Autoria: Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Relatoria: Senador José Pimentel. Relatório: Favorável ao Projeto com duas emendas de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM EXTRAPAUTA 27 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 183, de 2017 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre o Sistema Nacional de Emprego (Sine), criado pelo Decreto nº 76.403, de 8 de outubro de 1975." Autoria: Presidência da República. Relatoria: Senador Armando Monteiro. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-CCJ (de redação). ITEM EXTRAPAUTA 28 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 13 de 2018 que: "Requeiro, nos termos do artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 2018." Autoria: Senadora Ana Amélia e outros. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 29 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 14 de 2018 que: "Requeiro, nos termos do artigo 312, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado da emenda nº 1 ao Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2018." Autoria: Senador Eduardo Lopes. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Edison Lobão
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 11ª Reunião, Ordinária.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Presidente, pela enorme agenda que temos, a questão do quórum está percorrendo as demais Comissões. Espero que tenhamos o quórum necessário.

O item 25 da pauta de hoje não é terminativo, Senador Acir, de uma matéria muito importante para o Rio Grande do Sul. Eu queria destacar que está aqui presente o Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do nosso Estado, Desembargador Carlos Marchionatti. É uma matéria muito relevante, não se criam vantagens para as categorias, apenas se trata da transferência de um prédio do Estado do Rio Grande do Sul para a Justiça Eleitoral do nosso Estado.

Esse relatório foi feito pelo Senador Lasier Martins e eu gostaria, se possível, com o apoio dos colegas, por não ser terminativo e não haver nenhum contraditório, nenhum conflito de interesse na matéria, que houvesse inversão de pauta para que o item 25 fosse apreciado, independentemente dos demais colegas que queiram também, da mesma forma, fazer inversão de pauta.

Muito obrigada.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a inclusão extrapauta do Projeto de Lei da Câmara nº 183, que estabelece o novo marco legal para o Sistema Nacional de Emprego.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Vou colocar à verificação do Plenário a inversão de ordem pedida pela Senadora Ana Amélia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que concordam com a inversão pedida permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Há também o pedido do Senador Armando Monteiro para inclusão, extrapauta, do Projeto de Lei da Câmara 183, de 2017, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Emprego (Sine).

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Concluo ou é sobre o...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pode concluir. Desculpe-me a intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada a inclusão extrapauta.

Pela ordem, Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO. Pela ordem.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Não o quis atrapalhar. Perdoe-me.

É sobre o item 4, do qual sou Relator e do qual foi pedida vista coletiva. Após a leitura do item 25, solicitada pela Senadora Ana Amélia, se pudéssemos votar o item 4, que já foi lido e ao qual foi concedida vista – seria mesmo para votação –, eu agradeceria.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sem dúvida, Senador Acir Gurgacz.

Nós não temos quórum para entrarmos nos projetos terminativos. É não terminativo o que V. Exª está solicitando. Então, vamos atender a Senadora Ana Amélia, pela inversão, e, depois, V. Exª.

ITEM 25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 15, de 2018

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoriza o Poder Executivo a desapropriar, em favor da União, o imóvel que especifica, cujo domínio direto pertence ao Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Favorável ao Projeto

Concedo a palavra ao Senador Lasier Martins para proferir o relatório.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente Flexa.

Agradeço também a diligência da minha colega Ana Amélia, que pediu a inversão de pauta, até em homenagem ao nosso eminente Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, Desembargador Carlos Marchionatti, que nos dá honra de estar aqui presente, ele que vem acompanhando e se empenhando tanto para a desapropriação de um terreno. Essa desapropriação haverá de facilitar o aumento do imóvel em que deve trabalhar pela Justiça Eleitoral do Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, eu vou, de pronto, à análise, pela simplicidade do projeto, que, como foi dito, diz respeito a uma desapropriação em favor da União do imóvel que especifica, cujo domínio direto pertence ao Estado do Rio Grande do Sul.

Análise.

Compete à CCJ, nos termos do art. 101, dispor sobre a constitucionalidade, a juridicidade, a regimentalidade, a técnica legislativa e o mérito da proposição.

Com relação à constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica, tudo está em perfeita ordem.

Já que não há nenhum óbice a esses itens, vou direto ao mérito.

A possibilidade de desapropriação de bem de Estado-membro pela União, além da expressa previsão legal, é plenamente reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal e leva em consideração a preponderância do interesse nacional, a despeito da inexistência de qualquer hierarquia em nosso sistema federativo. O texto faz referência à matéria do Supremo.

De outro giro, verificamos que a legitimidade da desapropriação pretendida está preservada, eis que já foi editado o decreto de declaração de utilidade pública do imóvel a ser desapropriado – decreto não numerado de 25 de setembro de 2013 –, consoante consta da Exposição de Motivos e também da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parte final do *caput* de art. 1º do projeto, observando-se estritamente, portanto, o que estipula o *caput* do art. 2º e o art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 1941.

Registramos, ainda, que a presente proposição visa a dar cumprimento à exigência contida na parte final do §2º do art. 2º do Decreto-Lei nº 3.365, de 1941, que exige, para a desapropriação de bens dos Estados pela União, a autorização legislativa específica e prévia do Poder Legislativo.

Resta, ainda no âmbito da análise de juridicidade da proposição, dizer que não há nenhuma objeção.

Quanto à regimentalidade da matéria, é a mesma coisa.

No mérito, a matéria merece ser aprovada. O art. 2º da proposição especifica a destinação a ser conferida ao imóvel pela União após sua desapropriação, qual seja a instalação – este é o item explicativo fundamental, Sr. Presidente – da sede do TRE/RS, para o adequado e eficiente desempenho de suas relevantes funções públicas, de natureza administrativa ou judicial, previstas nos arts. 29 e 30 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), sendo a desapropriação caso legítimo prescrito no art. 5º, alínea "m", do Decreto-Lei nº 3.365, de 1941.

Voto.

Em face do exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e regimentalidade do Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 2018, e, no mérito, pela sua aprovação.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Agradeço ao Senador Lasier Martins pelo relatório.

Coloco em discussão a matéria.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, tem a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Nem é para discutir, porque a matéria é muito clara, muito cristalina e direta nos seus princípios. Seguem-se todas as regras do ordenamento jurídico na cessão de um imóvel que pertence ao Estado do Rio Grande do Sul, cedido à União. Então, isso é da relação federativa, é compromisso nosso. O relatório do Senador Lasier Martins é absolutamente completo e claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quero agradecer aos colegas Senadores que acolheram o meu pedido de inversão de pauta, para que essa matéria, que consta do item 25 e que não é terminativa, pudesse ser apreciada pela Comissão.

Agradeço o relatório do Senador Lasier Martins.

Quero dizer à Justiça Eleitoral do Rio Grande do Sul que os Senadores gaúchos estão aqui cumprindo com o seu dever, em favor da boa Justiça.

Obrigada.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Quero saudar, pela presença, o Presidente do TRE do Rio Grande do Sul, o Desembargador Carlos Marchionatti.

Quero dizer que os Senadores do Rio Grande do Sul são defensores de todos os assuntos que dizem respeito aos Estados que aqui representam com muita competência.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente. Eu solicito a V. Exª a inversão da pauta, para apreciarmos o item 22, que trata do PLS 580/2015.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Senador Ronaldo Caiado, vamos concluir esse item 25, e eu coloco também em apreciação a inversão de pauta, apesar de ser um item terminativo e nós não termos ainda quórum presencial.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Perfeito, Sr. Presidente. Eu gostaria apenas de fazer a leitura para irmos já avançando, e depois faremos só a discussão e a votação. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pois não.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para encerrar a questão, o Relator, Senador Lasier Martins, e eu propomos à Mesa da Comissão o encaminhamento, em caráter de urgência, da matéria ao Plenário do Senado Federal. Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Será atendida a solicitação de V. Exªs.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório, favorável ao projeto.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

Rejeitado...

Em votação o requerimento de urgência.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS. *Fora do microfone*.) – Qual é o projeto?

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – É o 25.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a aprovação do requerimento de urgência permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 275, de 2012

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para tornar obrigatória a divulgação, por emissora de radiodifusão, da razão social e da documentação associada à entidade detentora da outorga.

Autoria: Senador Pedro Taques

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

Relatório: Contrário ao Projeto.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- A matéria será apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática em decisão terminativa;

- Em 14/03/2018, a Presidência concedeu vista ao Senador Humberto Costa nos termos regimentais.

O Senador Humberto Costa, até o momento, não se manifestou.

Com a palavra o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esse projeto já foi debatido, discutido, foi lido o relatório, é só mesmo a votação.

Trata-se da obrigatoriedade de as rádios comunitárias, durante todo o dia, divulgarem a razão social da rádio, quais são seus sócios, a documentação associada, a entidade detentora da outorga. Eu entendo que isso é desnecessário, é uma burocracia a mais que estaríamos levando para as rádios comunitárias, sendo que nos *sites* já existem todas as documentações, toda a participação societária. Entendo que é desnecessário nós levarmos mais esse encargo para as rádios comunitárias, que já têm um espaço pequeno para fazer as divulgações dos trabalhos da comunidade, tendo que dividir todo esse espaço das atividades com informações que já são normais e estão nos *sites* das rádios como também no Ministério das Comunicações.

Portanto, nosso parecer é contrário a esse projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Agradeço, Senador Acir Gurgacz. V. Exª já tinha feito a leitura do relatório, mas foi muito bom fazer as considerações para que os Senadores possam, então, votar pela rejeição, como V. Exª propõe no seu voto.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório, contrário ao projeto.

Os Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, contrário ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Vou colocar para a apreciação do Plenário a solicitação do Senador Ronaldo Caiado para a inversão do item 22, Projeto de Lei do Senado nº 580, de 2015, terminativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores que concordam com a inversão permaneçam como se encontram.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pois não, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Eu concordo com a inversão, mas peço a V. Exª que mantenha logo depois o 197, que é um projeto que relato e é o primeiro da pauta, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Vou atender V. Exª, apesar de o item 1 ser terminativo também. Nós não vamos poder votá-lo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Tudo bem. Eu faço a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Mas vamos pelo menos fazer a leitura.

Pela ordem, a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Apenas para não perder a sequência, o Senador Acir Gurgacz fez um relatório pela rejeição a um projeto e eu queria cumprimentá-lo, porque, como jornalista, como comunicadora, simplificar os processos, evitar a excessiva burocracia para emissoras que têm uma natureza social diferente, como são as rádios comunitárias – não dá para você criar uma dificuldade –, é permitir um acesso democrático à comunicação. Então cumprimento o Senador Acir pelo projeto relatado, que beneficia as emissoras comunitárias.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Vou retornar ao item 1, apesar de terminativo, para atender a solicitação do Senador Humberto Costa.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 197, de 2014

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Altera os arts. 19, 20 e 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha -, a fim de possibilitar a aplicação das medidas protetivas de urgência nela previstas independentemente de sua vinculação a inquérito policial ou a processo penal contra o agressor, e dá outras providências.

Autoria: Senador Pedro Taques

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação do Substitutivo e rejeição das emendas nº 2-S a 4-S, oferecidas em Turno Suplementar.

Observações:

- Em 21/03/2018, foi aprovado o Substitutivo oferecido ao PLS n° 197, de 2014, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal. Ao Substitutivo, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral;

- Em 02/04/2018, foram apresentadas as Emendas nº 2-S e n°3-S, de autoria do Senador Davi Alcolumbre;

- Em 02/04/2018, foi apresentada a Emenda nº 4-S, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues;

- Em 10/04/2018, foi recebida a Emenda nº 5-S, de autoria da Senadora Ana Amélia (dependendo de relatório).

A relatoria do projeto é do Senador Humberto Costa, substituído pela Senadora Simone Tebet, como Relatora *ad hoc*.

Devolvo a relatoria ao Senador Humberto Costa e passo a palavra a S. Exª.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relator.) – Agradeço a V. Exª a deferência.

Leio rapidamente o relatório.

Vêm a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para análise em turno suplementar, as Emendas nºs 2/S, 3/S, 4/S e 5/S ao Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 197, de 2014, do Senador Pedro Taques, que altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha).

O PLS propõe a alteração dos arts. 19, 20 e 22 da Lei Maria da Penha para possibilitar a aplicação de medidas protetivas de urgência contra o agressor, independentemente de sua vinculação a inquérito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

policial ou a processo penal. Com isso, permite a concessão de medidas de urgência em casos cíveis e diante da iminência de prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Quando da análise da matéria por esta Comissão, em 21 de março de 2018, foi aprovado o substitutivo apresentado pela Senadora Simone Tebet, que alterou a redação original do projeto para permitir que o delegado de polícia também possa requerer o deferimento de medidas protetivas e para alterar o termo "autoridade policial" por "delegado de polícia". A possibilidade de deferimento de medidas protetivas na iminência de violência doméstica e familiar foi mantida.

No prazo regimental, foram apresentadas as Emendas nos 2/S, 3/S, 4/S e 5/S, as duas primeiras de autoria do Senador Davi Alcolumbre; a terceira, do Senador Randolfe Rodrigues; e a última, da Senadora Ana Amélia. A Emenda nº 2/S suprime do projeto a alteração proposta para o art. 20 da Lei Maria da Penha, a fim de que seja mantida a atual redação do dispositivo. As Emendas nºs 3/S, 4/S e 5/S, por sua vez, propõem a substituição do termo "delegado de polícia" por "autoridade policial".

Análise.

Esta Comissão, no desempenho da competência firmada no art. 101, I, "d", do Regimento Interno do Senado Federal, concluiu pela aprovação do PLS nº 197, nos termos do substitutivo apresentado, o qual, na forma do disposto no art. 282 c/c art. 97 do Regimento Interno, retorna para apreciação em turno suplementar.

Temos que as emendas apresentadas não merecem prosperar.

A nova redação proposta para o art. 20 da Lei Maria da Penha pelo PLS nº 197 substitui a expressão "instrução criminal" por "instrução processual". Essa modificação se alinha com a inovação proposta para o art. 19 da Lei Maria da Penha, que busca permitir que, para além da seara criminal, as medidas protetivas de urgência também possam ser deferidas no âmbito cível, daí porque foi utilizada a expressão mais genérica "instrução criminal". A Emenda nº 2/S, portanto, deve ser...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... prontamente rejeitada.

Da mesma forma, somos contrário à substituição do termo "delegado de polícia" por "autoridade policial". A referência ao "delegado de polícia" nos parece mais adequada, pois se trata de cargo que, por força de lei, é privativo de bacharel em Direito. E no caso de requerimento de medidas protetivas de urgência é necessário que se tenha formação jurídica para que o pedido seja formulado corretamente. Da mesma forma, eventual representação pela prisão preventiva do agressor, afora o Ministério Público, deve restringir-se ao delegado de polícia. Não há como ampliar essa competência a outras autoridades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

policiais, pois são os delegados que investigam os crimes e, por serem bacharéis em Direito, têm condições de verificar de modo apropriado a presença dos requisitos da prisão preventiva.

De mais a mais, a designação "delegado de polícia" está em compasso com leis editadas recentemente e com a linguagem utilizada no Projeto de Reforma do Código de Processo Penal.

Ante o exposto, o nosso voto é pela aprovação do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 197, de 2014,

Ante o exposto, o nosso voto é pela aprovação do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 197, de 2014, e rejeição das Emendas nºs 2/S, 3/S, 4/S e 5/S.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Agradeço, Senador Humberto Costa.

Depois de proferido o relatório sobre as Emendas nºs 2/S a 5/S, vou suspender o encaminhamento do processo até que tenhamos o quórum necessário, por ser terminativo. Eu não vou abrir a discussão para que possam... Inclusive, poderão ser oferecidas emendas ao substitutivo, até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral. Então, vou suspender e vamos retornar ao processo quando tivermos o quórum.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O.k.

Obrigada, Presidente.

Eu iria iniciar a discussão, mas respeito a decisão de V. Exª, que me parece ser mais prudente, em função da economicidade de tempo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Agradeço, Senadora Ana Amélia.

Vamos ao item 22.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pois não, pela ordem, Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Pela ordem.) – Eu não sei, cheguei atrasada. Então, V. Exª com os pares deve ter definido uma ordem aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

solicitada. É porque eu também gostaria de pedir, se possível, a inclusão, na sequência, do item 16 da pauta, que é um projeto que eu relato.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – É não terminativo, Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – É não terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Atendida a inversão de ordem do Senador Ronaldo Caiado, vamos voltar à pauta dos não terminativos. Aí vamos atender o pedido de V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Exatamente, agradeço.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Desculpe, vou apregoar, eu tenho que apregoar aqui, Senador Caiado.

ITEM 22

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 580, de 2015

- Terminativo -

Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para estabelecer a obrigação de o preso ressarcir o Estado das despesas com a sua manutenção.

Autoria: Senador Waldemir Moka

Relatoria: Senador Ronaldo Caiado

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- *Votação nominal*

Concedo a palavra ao Senador Ronaldo Caiado para proferir o seu relatório.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO. Como Relator.) – Relatório, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vem a esta Comissão para exame em decisão terminativa, nos termos do art. 101, II, "d", do Regimento Interno, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 580, de 2015, de autoria do Senador Waldemir Moka, que estabelece a obrigação de o preso ressarcir o Estado das despesas com a sua manutenção.

O PLS altera a Lei nº 7.210, de 1984 – Lei de Execução Penal (LEP) – para prever que o preso que reunir condições econômicas terá a obrigação de ressarcir o Estado das despesas com a sua manutenção no estabelecimento prisional. No caso de não possuir recursos próprios, o condenado valer-se-á do trabalho para esse ressarcimento, na forma do art. 29 da LEP. A indenização do Estado também passa a figurar expressamente como um dever do condenado.

Em sua justificativa, o autor argumenta que se a assistência material fosse suportada pelo preso, sobrariam recursos para serem aplicados na saúde, na educação e na infraestrutura do País.

Até o momento não foram apresentadas emendas ao Projeto nesta Comissão.

Análise.

O direito penitenciário é matéria de competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal, e sujeita à plena disposição pelo Poder Legislativo, *ex vi* dos arts. 24, I e 48, *caput*, da Constituição Federal (CF), nos limites materiais constitucionais.

Não identificamos vícios de injuridicidade ou de inconstitucionalidade no Projeto.

No mérito, temos que a proposta é conveniente e oportuna.

Convém frisar inicialmente que, embora o PLS proponha a modificação da LEP, o ressarcimento de que trata o projeto tem natureza cível, ou seja, não se está falando em punir o condenado mais uma vez pelo crime praticado.

Passando à análise do PLS propriamente dito, verifica-se que a nossa Constituição Federal informa que todos os prejuízos causados ao erário deverão ser ressarcidos (art. 37, §§4º e 5º). O regramento constitucional, além de bastante claro, não excepciona qualquer situação. Assim, devem ser ressarcidos os prejuízos que decorram diretamente do dano causado por um infrator, como a subtração de valores ou destruição de bens, bem como os gastos realizados pelo Poder Público, quando sejam fundados na prática de um ato ilícito, como é o caso do pagamento de uma pensão em razão do homicídio (culposo ou doloso) de uma pessoa ou da própria manutenção de um condenado na prisão.

Importante lembrar que a legislação em vigor já permite, por exemplo, que a Previdência Social seja ressarcida nos casos de ações acidentárias, conforme estabelecem os arts. 120 e 121 da Lei nº 8.213, de 1991. Da mesma forma, o Código Civil assegura a qualquer pessoa, e ao próprio Estado, a reparação dos danos causados pela prática de um ato ilícito civil, conforme dispõem os seus arts. 186 e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

927. Há precedente do Superior Tribunal de Justiça, inclusive, determinando o ressarcimento à Previdência da pensão paga aos dependentes de uma mulher assassinada:

> PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL.
> INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. AÇÃO REGRESSIVA. ASSASSINATO DE SEGURADA PELO EX-MARIDO. RESSARCIMENTO AO INSS PELOS VALORES PAGOS A TÍTULO DE PENSÃO POR MORTE AOS BENEFICIÁRIOS. REPARAÇÃO CIVIL POR ATO ILÍCITO QUE CAUSAR DANO A OUTREM. POSSIBILIDADE.
> [...]
> 4. No caso dos autos, o benefício é devido pela autarquia previdenciária aos filhos da vítima em razão da comprovada relação de dependência e das contribuições previdenciárias recolhidas pela segurada. Logo, o INSS possui legitimidade e interesse para postular o ressarcimento de despesas decorrentes da concessão de benefício previdenciário aos dependentes de segurado, vítima de assassinato.
> 5. O agente que praticou o ato ilícito do qual resultou a morte do segurado deve ressarcir as despesas com o pagamento do benefício previdenciário, mesmo que não se trate de acidente de trabalho, nos termos dos arts. 120 e 121 da Lei nº 8.213/91, c/c os arts. 186 e 927 do Código Civil.
> Recurso especial improvido.
> (Resp 1431150/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/08/2016, DJe 02/02/2017) (grifou-se).

Dessa forma, o ressarcimento das despesas com a manutenção de um preso, sobretudo daqueles que possuem recursos próprios, se mostra medida acertada e necessária, pois se trata de hipótese em que foi praticado um ato ilícito (no caso, o crime cometido pelo condenado), conduta esta que gerou despesas posteriores em desfavor do erário (gastos com o encarceramento).

No que diz respeito ao cálculo do *quantum* a ser pago pelo condenado, lembramos que o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), buscando padronizar a identificação do custo mensal de presos no Brasil, editou a Resolução nº 6, de 29 de junho de 2012, que traz uma série de parâmetros que permitirão o cálculo do montante a ser ressarcido.

Voto.

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 580, de 2015.

Essa é a posição do Relator, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, eu peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Concedido o pedido de vista do Senador Humberto Costa.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. Pela ordem.) – V. Exª vai retomar a ordem da pauta?

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Não, eu vou continuar nos não terminativos. Vamos esperar o quórum.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Vista coletiva, Presidente.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Vista coletiva: Senador Benedito, Senador Wilder.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Mas, se vamos para os não terminativos, poderíamos ir para o item 16, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Vamos já.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Obrigada.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, o item 6 é terminativo. Se V. Exª puder permitir a leitura pelo menos do relatório...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Faremos isso assim que terminarmos...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – O Senador Wilder...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Faltam dois Senadores para completarmos o quórum.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Então, suspendo a apreciação do item 22 até termos o quórum necessário para deliberarmos.

Ah, não, desculpem. Não vamos voltar à discussão agora. O Senador Humberto Costa pediu vista, e outros Senadores, vista coletiva.

Os itens não terminativos:

O item 4 já foi lido.

O item 5: o Senador Magno Malta pediu para adiar. (*Pausa.*)

O item 13: o Relator, Senador Cássio Cunha Lima, ainda não está presente.

O item 14: o Senador Ronaldo Caiado pediu para reexaminar o seu relatório.

Então vamos ao item 16.

ITEM 16

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, de 2018

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016 (Marco Legal da Primeira Infância) para dispor sobre os direitos das crianças cujas mães e pais estejam submetidos a medida privativa de liberdade.

Autoria: Senadora Regina Sousa.

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin.

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

- A matéria será apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa em decisão terminativa.

- Em 21/03/2018, a Presidência concedeu vista ao Senador Eduardo Lopes nos termos regimentais.

- Em 04/04/2018, foi apresentada a emenda nº 1 de autoria do Senador Ricardo Ferraço (dependendo de relatório).

Em 21/03/2018, a Presidência concedeu vista ao Senador Eduardo Lopes, que até o momento não se manifestou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin para proferir o relatório sobre a Emenda nº 1 e sobre o projeto.

Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Como Relatora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

O relatório dessa matéria já foi lido. Eu só queria aqui destacar a importância. Na realidade, esta Comissão já aprovou um projeto que vai nessa mesma linha, que deva se complementar – conheço o projeto de autoria da Senadora Simone Tebet – até através de uma concertação com a própria...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Não, esse é o da Senadora Regina. Estou dizendo que um outro projeto que também trata do assunto já foi aprovado por esta Comissão, o projeto de autoria da Senadora Simone Tebet. Em concertação com a própria autora, Senadora Simone, foi apresentado um recurso para ser analisado no plenário, em decorrência de algumas readaptações que precisam ser feitas.

Esse projeto da Senadora Regina trata daquele tema que recentemente foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal em relação à soltura e ao cumprimento de pena domiciliar por parte de mulheres gestantes, lactantes e que tenham filhos de até 12 anos de idade. Acho que todos os senhores e senhoras lembram quando se gerou uma grande polêmica no Brasil quando à esposa do ex-Governador Sérgio Cabral foi garantida a liberdade, ou seja, o cumprimento de prisão domiciliar por ser mãe de crianças menores de idade. Então, isso fez com que essa reivindicação passasse a ser de toda a sociedade. De fato, o Supremo tomou a decisão.

No entendimento da Senadora Regina, com o qual nós todos corroboramos, e também da Senadora Simone Tebet, precisamos adaptar, atualizar a legislação nesse sentido. E o projeto que a Senadora Regina apresenta é um projeto bastante amplo, que garante de fato o cumprimento da pena em liberdade a essas mulheres porque o entendimento é de que a pessoa que cometeu o crime que tem que receber a pena e não a pena ser extensiva às crianças – o que, na realidade, na prática, era que vinha acontecendo – e assim, o Supremo Tribunal Federal julgou. Ele é um projeto muito abrangente, um projeto muito importante.

A emenda apresentada pelo Senador Ricardo Ferraço, Sr. Presidente, não muda conteúdo, não muda em absolutamente nada o conteúdo, é apenas uma emenda de redação. Ele sugere que a palavra "gênero" que consta do projeto – e nós todos sabemos que gênero é masculino ou feminino – seja substituído por "sexo". Eu acho, Sr. Presidente, que não há a menor necessidade dessa substituição, não há a menor porque historicamente a legislação eleitoral, a legislação brasileira trata de sexo masculino e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

feminino como gênero. Então, não há por que ocorrer essa substituição, mesmo porque os fatores que levam à apresentação das emendas, à busca dessa substituição, não são fatores que se condizem ou que tenham correspondência com a realidade, não são.

Então, quero dizer, Sr. Presidente, que no relatório que eu apresento, por entender que não há mudança substancial nenhuma, apenas uma emenda de redação, não acato a emenda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – O relatório da Senadora Vanessa Grazziotin é pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 1, do Senador Ricardo Ferraço.

Coloco a matéria em discussão.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Senador Eduardo Lopes, para discutir.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ. Para discutir.) – Sr. Presidente, na linha que eu defendo, acho que é importante, sim, ter rejeitado a emenda do Senador Ferraço. É uma emenda que eu também faria. Só não fiz, porque não estava presente na semana passada. Mas acho importante, sim, retirar a expressão "gênero", até porque ela não está plenamente definida. Eu tenho voto em contrário nesse sentido. Onde entram as expressões "identidade" ou "gênero" que sejam sempre retiradas dos projetos.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – V. Exª...

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Vou votar contra.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Vai votar contra ou quer solicitar vista do projeto?

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Já pedi vista.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Já foi concedida vista.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senador...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pois não, Senador Ronaldo Caiado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Para que o Plenário possa entender, o projeto de lei foi acrescido dessa emenda?

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Foi concedida vista.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – O projeto de lei foi acrescido da emenda sobre gênero? É isso?

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ. *Fora do microfone*.) – A retirada da expressão.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Senadora Vanessa Grazziotin, pela ordem.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

No projeto de lei já consta o termo "gênero". A emenda é para retirar e substituir, veja, sem nenhum argumento plausível, nenhum argumento científico, Presidente, nenhum argumento. O que nós estamos vendo é que não dá para a gente continuar nesse debate improdutivo.

Os jornais... Inclusive sugiro que leiam um artigo publicado na *Folha de S.Paulo* no último 16 de abril e que trata dessa questão.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – O problema é que botaram na cabeça alguns setores da sociedade que nenhuma lei pode mais tratar de homem e mulher como um gênero, ao passo que, histórica e cientificamente, homem e mulher são caracterizados como gêneros.

Por exemplo, a lei que estabelece cota de candidatura feminina diz que nenhum gênero pode completar a chapa com percentual acima de 70%. Não é mulher; é gênero. Então, por que essa confusão? Não acrescenta nada retirar a palavra "gênero" e colocar a palavra "sexo", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Retorno a palavra ao Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, a informação é que, no projeto, há a palavra "sexo"; não é a palavra "gênero". Certo? Então, vamos votar pela aprovação do projeto, sem a palavra "gênero". É isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Ela não acatou. É mantendo a palavra "gênero". Ela quer manter a palavra "gênero". Ela quer manter a palavra "gênero". Ela não acatou a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Senador Ronaldo, Senador Eduardo, o relatório da Senadora Vanessa é pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 1, apresentada pelo Senador Ferraço.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Então, permanece no projeto a expressão "gênero".

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – É. Permanece o projeto da ...

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – É isso que nós não queremos. Se já tem homem e mulher, por que colocar "gênero"?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Mas por quê, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Senadora Vanessa, o Senador Eduardo Lopes está com a palavra e está colocando o entendimento dele. Em seguida, não havendo mais quem queria discutir, vamos à votação.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Vamos destacar a emenda, Sr. Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Ele vai destacar a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Senadora Regina Sousa, como autora.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Vamos destacar a emenda e votá-la.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – É preciso que V. Exª apresente um requerimento para destaque da emenda.

Com a palavra a Senadora Regina Sousa, autora do projeto.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Estou impressionada com essa discussão, com essa paranoia aqui com relação à palavra "gênero", porque, na gramática, há a palavra "gênero". Então, não venham me dizer que a Constituição não a acolheu, porque, na gramática brasileira, na língua portuguesa, há a palavra "gênero".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo, qual é o problema? "Ah, é que a Constituição não a acolheu. Lá não há essa palavra." E como nós aprovamos a Lei do Feminicídio? A palavra "feminicídio" é nova, não está no dicionário nem na gramática. Essa é uma palavra nova, e nós aprovamos a Lei do Feminicídio.

Então, eu considero isso uma paranoia, um fundamentalismo religioso, às vezes.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Agradeço à Senadora Regina.

Chegou a solicitação de destaque?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Vou considerar o pedido oral feito, enquanto chega o requerimento aqui.

Coloco em apreciação... (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o requerimento de destaque da Emenda nº 1, para a votação em separado, Senador Eduardo Lopes.

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos à votação do projeto, ressalvada a Emenda nº 1.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório, com parecer favorável da Senadora Vanessa, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

Vamos votar agora a Emenda nº 1.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Quero encaminhar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Para encaminhar, tem a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, Senador Flexa; Srs. Senadores; Senador Eduardo, quero falar com muita franqueza neste momento. Acho que não podemos ficar resumindo ou reduzindo o debate de questões

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

tão importantes, que estão vinculadas à luta das mulheres por mais liberdade e por mais igualdade – é uma luta que combate a violência, que combate a discriminação –, a essa questão de terminologia, gênero ou sexo.

Nós estamos vivendo, Sr. Presidente, uma inflexão, um retrocesso no que diz respeito a essa matéria. Eu, aqui, repito: várias leis brasileiras aprovadas historicamente tratam de homem e de mulher como gênero, gênero masculino e gênero feminino. Nós nunca tivemos problema quanto a isso. De um tempo para cá, Senador Flexa Ribeiro, estamos vivendo muitos problemas. Por exemplo, o Plano Nacional de Educação (PNE), que foi aprovado e discutido em todos os Estados brasileiros, em todos os Municípios, teve a sua maior polêmica resumida a essa questão. Por que isso acontece? Porque determinadas correntes no Brasil querem dizer que nós, as mulheres, quando falamos de feminismo, e não de feminino, e quando nos referimos ao sexo masculino e ao sexo feminino na forma de gênero, estamos querendo subverter a ordem, estamos querendo falar de um tal gênero neutro e, portanto, estamos trabalhando para destruir as famílias brasileiras. Isso nunca existiu, isso não existe. Isso nunca existiu, Senador Flexa Ribeiro. Quando falamos de feminismo, e não de feminino – e quem combate o termo "gênero" combate também o termo "feminismo" –, estamos falando da luta das mulheres por igualdade. Não é a luta da mulher contra o homem, não! É a luta de quem, tanto quanto o homem, trabalha fora, mas ganha menos. É a luta de quem, tanto quanto o homem, contribui para a sociedade, mas não tem voz e não tem espaços no poder, não tem, como os homens, a oportunidade de decidir. Então, essa é a luta das mulheres, é a luta feminista das mulheres.

Quando falamos de gênero, falamos disso também, quando falamos da educação sob a perspectiva de gênero, o que queremos dizer? Que não se pode, por uma questão de sexo, de diferenciação entre homem e mulher, promover uma diferenciação na divisão social do trabalho. Não se pode, pela perspectiva do sexo, fazer isso. Eu e a Senadora Simone agora falávamos, aliás, a Senadora Marta, todas nós aqui temos travado muito esse debate, principalmente com o Senador Magno Malta. Estamos sugerindo ao Senador Magno Malta um debate aberto e franco sobre isso. Nós não queremos nem temos a intenção de destruir família nenhuma. Nenhuma! Quando nós falamos de gênero, nós estamos falando de gênero masculino e gênero feminino. Que não se confunda, porque nós também defendemos a liberdade de escolha e opção sexual por cada um, o que não se confunde com o debate que nós estamos fazendo aqui agora. E, na realidade, quem quer retirar a palavra gênero são os mesmos que querem retirar de todo e qualquer texto a palavra feminismo, demonizar essas palavras, dizendo que nós, as mulheres, lutamos e trabalhamos para destruir a família brasileira.

Eu só quero lembrar que o debate pelo direito do voto para a mulher foi muito marcado exatamente por essa forma. À época, muitos Parlamentares diziam que mulher não podia votar...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – É verdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – ... porque seria a verdadeira destruição da família brasileira, e não é isso! O que destrói a família brasileira é a mulher que é vítima de violência! A violência que a mulher sofre não é na rua, não. Ela sofre daqueles com quem ela convive. Apesar de ela hoje estudar mais, trabalhar fora, ela ainda é vista com inferioridade. Então, o que destrói a família é isso, é a mulher ser tratada e ser vista como um ser inferior, isso destrói a família. Porque, quando um agressor agride a sua companheira, ele está agredindo a mãe de seus filhos, e é toda a família que está sendo agredida.

Então, nós precisamos enfrentar esse debate francamente com quem é contra, porque não há incompatibilidade. Aqui a lei trata de gênero, mas é o gênero masculino e o gênero feminino, ou seja, por trás dessa polêmica, Sr. Presidente, desculpe a franqueza...

(*Soa a campainha.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – ... existe uma tentativa de frear a luta das mulheres pela ocupação de mais espaço, e nós não podemos aceitar.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Agradeço o encaminhamento feito pela Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Pela ordem.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Lopes para o encaminhamento.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Já vou conceder a V. Exª.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, eu considero até inócuo todo esse discurso, pelo seguinte: se já está definido o sexo masculino e feminino, para que o gênero? Porque nós sabemos que, por detrás do gênero, existe a questão de identidade de gênero, que, junto com ela, carrega pensamentos, carrega ideias diferentes daquilo que a própria Constituição diz. A Constituição, o Texto Constitucional não define gênero, define masculino e feminino. Feminismo, eu entendo a luta da mulher pelos seus direitos, contra a violência. Quem é a favor da violência? Claro que não! Sou contra toda forma de violência, principalmente contra a mulher. Agora, se já está homem e mulher, masculino e feminino, para que definir como gênero masculino, gênero feminino? Na verdade, como eu disse, eu acho inócuo tudo isso, porque o feminismo já define por si só que é a luta feminina, e feminino, a gente sabe que é da mulher. Pronto. Agora, o gênero, nós sabemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que por detrás do gênero existe a identidade de gênero, que carrega uma filosofia, carrega um pensamento com que nós não concordamos – e pronto!

Vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Agradeço, Senador Eduardo Lopes.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP. Pela ordem.) – Eu gostaria de parabenizar a Senadora Vanessa Grazziotin pelo brilhante discurso que fez, com começo, meio e fim. Ela tem razão. Nós vimos o despertar dessa paranoia em relação à palavra "gênero" já faz algum tempo, na medida em que a mulher foi adquirindo mais espaço. E tem tudo a ver, principalmente quando se conseguiu eliminar a palavra "gênero" em votações em Câmaras municipais, dizendo que a palavra levaria a uma discussão sobre sexualidade, sobre orientação sexual e tudo mais. Poderá até levar numa discussão sob tolerância, respeito. Pode-se até discutir sobre isso. Mas, na verdade, quando se discute gênero hoje, em qualquer país, em qualquer academia, se discute a mulher e o homem, se discute a situação dos dois. E, nas escolas, isso seria levado para discutir exatamente a questão de desigualdade e de direitos reais, porque, na Constituição, nós a temos sobre homem e mulher.

Discutir esse detalhe neste projeto é absolutamente ridículo, porque o gênero, neste projeto, é limitado simplesmente à questão de gênero na forma como nós feministas a vemos, e tem um pequeno espaço vencedor que vai substituir pela palavra correta. Mas como se teme que isso se amplie numa discussão de maior fundo, como nós gostaríamos de que fosse realizada, com pessoas que estudam isso há muito tempo, não se quer colocar dessa forma porque pode ampliar uma brecha, o que é ridículo, porque nós vamos continuar a insistir em que a questão de gênero hoje, no feminismo, é importante ser discutida, porque é a que vai exatamente no ponto da questão da desigualdade entre homem e mulher.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, o Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, na verdade, o que se está discutindo aqui não é o projeto. Está todo mundo a favor do projeto. O que está se discutido é uma questão subliminar de pano de fundo. Então, penso que não faz a menor diferença trocar essa palavra.

Agora, boa parte do Senado tem, sim, e ouvi aqui até agressões a quem defende sob o ponto de vista religioso, e a gente tem de respeitar, há religiões que têm dificuldade com a palavra, porque acha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que vai abrir, ampliar... A Procuradora, há poucos dias, disse, a Deborah Duprat, que as crianças não pertencem aos pais, que a educação não pertence aos pais, pertence ao Estado, que deve... Enfim, essa discussão toda se amplia para lá.

Penso que a gente poderia muito bem se ater à questão do projeto. E eu vejo que há dificuldade sim.

Foi citado aqui o Senador Magno Malta. Tenho grande respeito pelo Senador Magno Malta, que é uma pessoa que defende suas convicções e, acima de tudo, respeita muito as convicções dos outros.

Agora, eu divirjo da Senadora Marta no que concerne ao discurso da Senadora Vanessa. O discurso da Senadora Vanessa é sorrateiro e buscou uma vertente totalmente diferente. Não se trata aqui de ir contra as lutas das mulheres. Pelo contrário. Neste Senado aqui... Eu, por exemplo, corri o País junto com a Senadora Vanessa para ver se a gente aumentava, ampliava a participação das mulheres na política. Então, não é esse o viés que a Senadora Vanessa colocou aqui, que as pessoas estão discutindo isso aqui contra a luta das mulheres. Pelo contrário. Eu sou totalmente a favor da luta das mulheres e quero mais é que elas tenham maior participação.

Enfim, não tem nada a ver essa discussão aqui da palavra "sexo" contra a luta das mulheres.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Não havendo mais...

Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS. Para encaminhar.) – Eu quero só justificar, inclusive, o meu voto, Sr. Presidente.

Eu acho que, é claro, essa é uma discussão da mais alta relevância. Há inúmeros projetos nesta Casa que se encontram paralisados, projetos fundamentais, não só para as famílias brasileiras, mas para garantirmos os direitos às mulheres e às crianças, por conta desse debate. Está na hora de o enfrentarmos e de termos coragem de ter lado, como cada um está fazendo aqui. Talvez até, através de uma lei infraconstitucional, devamos definir isso para efeitos legais – não no que se refere ao vocábulo do português, porque ele é muito claro: gênero, no vocabulário, no dicionário de português, significa diferença entre homens e mulheres, sexo feminino e sexo masculino, nada mais do que isso. Esse é o significado tradicional da palavra "gênero". Mas temos que enfrentar essa discussão.

Agora, nós temos que votar um projeto. Esse projeto é muito específico, é muito claro. Eu quero repetir aqui o §3º do art. 11. Ele diz: "Os órgãos da execução penal manterão cadastros atualizados contendo dados socioeconômicos a respeito das crianças cujos pais estejam encarcerados, inclusive com recorte de raça e gênero."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na hora de se cadastrar, vai se cadastrar "homem" ou "mulher". Não há como colocar "homossexual"; não há como colocar "transexual". Não é possível que não se entenda isso!

Agora, eu entendo a preocupação dos colegas Senadores. É uma preocupação de todos. A sociedade também se encontra dividida diante dessa polêmica, que precisa ser resolvida. Se, porventura, aqui estivesse, pela autora, a expressão "raça e sexo", eu votaria com essas palavras, porque o projeto é dela. Agora, como aqui está "raça e gênero", o projeto é dela, e não há diferença de gênero e sexo para efeitos desta lei, eu voto com a Senadora Regina Sousa com toda a tranquilidade, porque essa terminologia aqui não vai dar margem a qualquer interpretação dúbia. Ela é clara e objetiva. A interpretação vai ser literal.

Então, peço aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras que reflitam em relação a isso. Aqui não vai haver, repito, alteração naquilo que V. Exªs pensam. E posteriormente nós poderemos discutir essa questão da palavra "gênero", Sr. Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Vamos à votação...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Vamos à votação da Emenda nº...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, veja, como é que a gente pode medir uma democracia? Democracia se mede com a trena da Constituição brasileira. É ela que define os parâmetros. Então, o que se está querendo polemizar é algo que está explícito, ou seja, na Constituição brasileira a palavra é exatamente "sexo". Esse é o termo usado na Constituição brasileira.

Ora, se amanhã essa nova modalidade ou esse novo sentimento... Porque ninguém aqui está sendo contrário a nada que seja defesa da mulher, até porque em nome das mulheres nós defendemos as medidas protetivas por qualquer autoridade policial, e no entanto muitas mulheres não apoiaram isso; acharam que deveria ser só o Poder Judiciário. Então, em relação a tudo que é em benefício da saúde, da segurança, da oportunidade de emprego, todos nós estamos de acordo.

Agora, se nós começarmos a modificar essa terminologia, já que a Constituição brasileira não baliza esse termo aqui, nós precisamos, então, que as pessoas que são defensoras dessa tese e que têm

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma argumentação consistente apresentem uma emenda à Constituição Federal. Aí, sim, seria um balizamento atual das coisas. Do contrário, eu acho que, para seguir aquele rito de uma formatação de um projeto de lei, ele deve ter uma responsabilidade de poder aqui retratar aquilo que existe, o entendimento na Constituição brasileira.

Então, está aqui: "Os órgãos da execução penal manterão cadastros atualizados contendo dados socioeconômicos a respeito das crianças cujos pais estejam encarcerados, inclusive com recorte por raça e por sexo." Aí, perfeito, dá uma leitura factível para todo mundo, todo mundo entende. Agora, se mudar, muda-se a Constituição.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Obrigado, Senador Ronaldo Caiado.

Eu acho que está bem debatida a emenda. Vamos colocá-la em votação.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Sr. Presidente, poderia fazer mais uma consideração, pela ordem?

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Senador Eduardo Lopes.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ. Pela ordem.) – Vamos lembrar que, recentemente, houve aqui na CCJ, e eu colhi assinaturas para levar para o plenário, a questão do crime de injúria – recentemente! O que estava lá? Crime de injúria, porque já existe a lei definido: ninguém pode sofrer preconceito por raça, cor, religião – e colocaram lá também no texto –, por orientação sexual, gênero ou identidade de gênero. Já está lá que ninguém pode sofrer injúria por questão de raça, cor, sexo. Para que, por que gênero e identidade de gênero? Então, é a mesma situação.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Vamos à votação.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Eu gostaria de comentar o que ele falou, porque é explícito.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Vamos votar, Senadora Marta. O tema já está bem discutido.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Mas ele falou, ele falou.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Com a palavra, pela ordem, a Senadora Marta Suplicy.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós não vamos concluir o encaminhamento, porque até a discussão já foi encerrada.

Pela ordem, Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP. Pela ordem.) – É um equívoco, porque, hoje... Se fosse, sei lá, há três décadas, duas talvez, três, e se falasse: "Sexo", seria sexo, mais ou menos, todo mundo entendia a mulher ou o sexo até de outro jeito, era compreensão. O mundo mudou a compreensão, é disso que se trata, porque, se hoje uma pessoa for vilipendiada ou injuriada, porque ela é transexual, a palavra "sexo" não cobre e por isso que, agora, nessa nova visão que é muito já discutida no mundo inteiro e nas leis, tem que ter especificidades para que não possa haver dúvida jurídica. É nesse sentido, porque, senão, nós não teríamos a precisão na lei.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Obrigado, Senadora Marta.

Vamos à votação.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam com o parecer contrário à Emenda nº 1 da Senadora Vanessa Grazziotin permaneçam como se encontram.

Os que concordam...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Os que concordam com o parecer da Senadora Vanessa pela rejeição da emenda permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO. Pela ordem.) – Quem estiver a favor da emenda permaneça como se encontra.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Não senhor! Nós estamos votando o relatório, Senador Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – É a emenda que está sendo votada.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – É o relatório que está sendo votado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Nós estamos votando em separado, Senador Ronaldo Caiado, o relatório pela rejeição, da Senadora Vanessa. Então aqueles que concordam permaneçam como se encontram. Os que não concordam se manifestem.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Tudo bem, Sr. Presidente. Agora, qualquer dúvida, vamos ter que pedir votação nominal, porque então os que estiverem a favor da emenda apresentada vão ter que levantar...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – A mão.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – ... a mão.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Só para se manifestarem.

Então, retomando a votação: os que concordam com o relatório da Senadora Vanessa Grazziotin pela rejeição da Emenda nº 1 permaneçam como se encontram.

Em votação. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório da Senadora Vanessa Grazziotin contra a emenda, com os votos contrários do Senador Ronaldo Caiado...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Verificação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – O Senador...

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Apoio a verificação, Presidente. Apoio a verificação.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – O Senador Wilder Morais, o Senador Acir Gurgacz...

Quem mais se manifestou contrário? (*Pausa.*)

Ah, o Senador Medeiros não é membro. V. Exª só pode usar da palavra.

O Senador Ronaldo Caiado pediu verificação. Já foi dado o apoiamento pelos Senadores Wilder Morais e pelo Senador Eduardo... (*Pausa.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Não tem apoiamento. Deve ser três, além de quem pede. Não há três além de quem pede.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Quem apoia o requerimento por votação nominal do Senador Caiado?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Até agora nós temos o Senador Wilder e o Senador Eduardo Lopes.

O Senador Medeiros não pode se manifestar.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Então não tem apoiamento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Calma, Senadora Vanessa. Nós vamos chegar a... (*Pausa.*)

Senador Caiado, não há apoiamento para a votação nominal.

Então, aprovado o relatório da Senadora Vanessa Grazziotin pela rejeição da Emenda nº 1.

E já votamos a aprovação anterior.

A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos.

ITEM 20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, de 2017

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para tornar obrigatório o teste de impacto nos dispositivos de retenção para o transporte de crianças em veículos.

Autoria: Deputado Sóstenes Cavalcante.

Relatoria: Senadora Simone Tebet.

Relatório: Favorável ao Projeto.

Concedo a palavra à Senadora Simone Tebet para proferir o relatório.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Trata-se de uma matéria que eu reputo importante. Inclusive é um tema que normalmente quem traz a esta Casa é o ilustre Senador Caiado, muito preocupado com essa questão do nosso código nacional de trânsito. Eu mesma tive a oportunidade de relatar alguns projetos ao Código de Trânsito Brasileiro, de autoria do Senador Caiado, mas, basicamente, esse projeto – não preciso ler aqui o relatório – coloca em lei aquilo que é resolução do Inmetro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta é uma questão que nós precisamos também debater nesta Casa: a exacerbação das atribuições dos órgãos públicos em relação às suas atribuições normativas. Muitas vezes, Inmetro, Detran e outros órgãos e autarquias extrapolam, na ausência da lei, as suas atribuições, regulamentando por resolução ou por portaria o que deveria ser feito por lei. Isso cria insegurança jurídica: ora o Inmetro estabelece de uma forma essa questão, ora de outra e, da mesma forma, o Detran. Então, o projeto vem garantir estabilidade.

Ele é composto de três artigos...

(*Soa a campainha.*)

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente, assim eu grito menos.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – A Senadora Simone Tebet está proferindo o seu relatório. Peço silêncio para que ela não seja incomodada.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – O primeiro esclarece o objetivo da lei; o segundo acresce dispositivo estabelecendo que os dispositivos de retenção para transporte de crianças em veículos devem ser certificados por órgão da metrologia legal...

Sr. Presidente, eu estou rouca. Eu estou me recuperando de uma gripe e não estou conseguindo falar num tom acima do meu timbre...

(*Soa a campainha.*)

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Ou eu dou como lido o relatório, Sr. Presidente, e nós vamos à votação... Eu peço realmente, pela primeira vez, a gentileza dos colegas e dos assessores para que façam silêncio. A minha voz está sumindo, eu realmente não estou conseguindo proferir o meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA. *Fazendo soar a campainha*.) – Eu peço aos assessores e aos que estão aqui presentes que façam silêncio. A Senadora Simone Tebet... Não só a Senadora Simone, que está com um problema de rouquidão, mas todos os outros Senadores precisam de silêncio para poderem fazer a leitura de seus relatórios.

Retorno a palavra à Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

De forma bem resumida: na justificação, o autor ressalta que os dispositivos de retenção tornam o transporte de crianças em veículos mais seguro. Entretanto, é preciso certificar os equipamentos para garantir essa segurança do ponto de vista da resistência, qualidade e deformação dos dispositivos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não foram apresentadas emendas no prazo legal.

Análise.

O projeto é constitucional, legal e regimental e, no mérito, é conveniente e oportuno.

Esse dispositivo de retenção é equipamento necessário para garantir a segurança de crianças de até 7 anos de idade em automóveis.

No caso específico de crianças de 0 a 4: não possuem nem altura adequada nem estrutura óssea suficientemente desenvolvida. Não é possível a utilização segura do cinto de segurança do automóvel, razão pela qual os dispositivos de retenção infantis tornam-se fundamentais.

E aqui vem a importância do projeto: é que atualmente a regulamentação dos dispositivos de retenção normalmente é estabelecida apenas em diplomas infralegais. O Inmetro foi o primeiro a tratar do tema, já em 2001; depois, em 2007, houve uma alteração e, nesse vai e vem, ficou essa insegurança jurídica, que não só leva a essa instabilidade como ao excesso de gastos por parte daquele que detém o veículo.

No Brasil – já na última página –, a portaria Inmetro de 2007 contempla os requisitos mínimos. Já em 2008, o Contran regulamentou o assunto especificando de forma diferente.

Esses dispositivos infralegais supracitados têm sido considerados eficazes na redução de lesões e mortes entre crianças menores de 10 anos, razão pela qual nada mais justo e necessário do que transformar o que está nessa resolução ou nessas portarias em lei.

Daí por que, diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 46 de 2017, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Agradeço à Senadora Simone Tebet e coloco em discussão matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório favorável ao projeto.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria solicitar aos Senadores e às Senadoras que permaneçam aqui no recinto da Comissão, faltam dois Senadores para que possamos atingir o quórum para votarmos os terminativos – já tivemos aqui Senadores que vieram, dariam o quórum, mas tiveram que se retirar – para que possamos iniciar a votação dos terminativos.

Vamos ao item extrapauta solicitado pelo Senador Armando Monteiro.

EXTRAPAUTA

ITEM 27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 183, de 2017

- Não terminativo -

Dispõe sobre o Sistema Nacional de Emprego (Sine), criado pelo Decreto nº 76.403, de 8 de outubro de 1975.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Favorável ao Projeto

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais

Autoria, Câmara dos Deputados.

Com a palavra o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a matéria em tela já foi submetida ao exame da Comissão de Assuntos Sociais, onde foi aprovada.

No tocante à constitucionalidade, o projeto se apresenta irretocável. Está no âmbito da competência legislativa; é de iniciativa da Presidência da República, a quem é facultada a apresentação de projeto sobre o novo marco legal do Sine; e a espécie legislativa eleita – qual seja, a lei ordinária – afigura-se adequada para promover a pretendida normatização.

As políticas públicas de emprego são, portanto, um grande vetor de desenvolvimento. Qualquer país que almeje crescimento sustentável com inclusão social deve priorizar as políticas públicas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

emprego. São elas que amparam os trabalhadores, promovendo assistência financeira temporária, capacitação profissional e realocação no mercado de trabalho. São elas que atendem às demandas das empresas que buscam profissionais qualificados para preencher suas vagas.

Esse Sistema Nacional de Emprego foi criado em 1975 e, desde então, tem cumprido um papel importante para intermediar a mão de obra no País.

Anualmente, segundo dados do programa de seguro-desemprego, são concedidos benefícios de assistência financeira temporária a quase 9 milhões de pessoas. Em 2014, foram 5,5 milhões de encaminhamentos para entrevistas de emprego. Milhares de profissionais foram matriculados em cursos de qualificação, quase 700 mil foram alocados em novos postos de trabalho. O sistema tem hoje quase 2.200 postos de atendimento, sendo 560 unidades próprias e outras 1.600 decorrentes de parcerias entre a União, Estados e Municípios.

Esses dados, contudo, não devem encobrir o fato de que o atendimento prestado hoje exige aprimoramentos urgentes. Passados mais 40 anos da formulação do Sine, é hora de se buscar a modernização desse sistema. Faltam normas, padrões de atuação e um modelo de gestão que assegure efetividade a essas políticas de emprego.

Hoje, o sistema funciona de forma fragmentada, sem integração, e os prejuízos são evidentes. Um exemplo claro é o repasse de verbas que é realizado por meio de convênios, instrumento absolutamente inadequado para execução de políticas sociais de caráter continuado. A descentralização, ou seja, a possibilidade de fazer alocação fundo a fundo, como propõe o texto, diminuiu os trâmites burocráticos e permite a prestação simplificada de contas, o que dá agilidade e segurança ao sistema. O modelo não é nenhuma novidade e segue o exemplo do que já vem sendo feito há muito sistema no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e no Sistema Único de Saúde (SUS).

É importante destacar aqui, Srªs e Srs. Senadores, que a mudança no modelo de repasse não implica, de forma alguma, qualquer aumento de gastos para o Erário. Assegura somente a manutenção do repasse mínimo aprovado pelo Congresso Nacional na Lei Orçamentária, sem possibilidade de contingenciamento de verbas.

Outro aprimoramento importante é a possibilidade de os gestores do sistema implementarem uma real política de recursos humanos, com bom atendimento aos trabalhadores e às empresas. Hoje, o marco legal não permite a realização de concurso, e o atendimento é majoritariamente realizado por terceirizados, com baixa remuneração e alta rotatividade. A perspectiva de contratação de psicólogos, assistentes sociais e outros especialistas sinaliza a profissionalização do sistema com vistas a melhores resultados já no curto prazo.

Os melhores resultados que tanto esperamos dependem diretamente de novos instrumentos de gestão, definidos em dispositivos legais mais adequados à realidade atual.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Existe hoje um verdadeiro abismo entre o Brasil e os países da OCDE no que se refere a políticas de emprego. Segundo o Ipea, entre 2013 e 2017, eles gastaram, em média, 41,7% das verbas disponíveis com as chamadas políticas ativas de emprego. Políticas ativas são aquelas que focam na demanda por trabalho e na qualidade da oferta, ou seja, buscam manter o trabalhador no emprego, diminuir o tempo de recolocação no mercado e, por último, qualificar o trabalhador. No Brasil, vejam bem, apenas 2,3% dos recursos foram aplicados nessas políticas. Veja, Senador Flexa, que abismo, que diferença! A grande maioria, quase a totalidade, das verbas foi gasta nas chamadas políticas passivas, voltadas àqueles que já perderam o emprego.

Precisamos aprimorar o gasto público. O fato é, caros colegas, que, quando o dinheiro é bem empregado, o que se vê é economia em favor do Erário. Um estudo do Ipea mostrou que, mesmo com todas as falhas atuais, as ações de intermediação de mão de obra de requerentes/beneficiários do seguro-desemprego geraram uma economia significativa. Esse valor, o valor de R$43,5 milhões, nos cofres públicos, apenas entre julho de 2015 e junho de 2016, refere-se a parcelas de seguro-desemprego que deixaram de ser pagas após o novo contrato de trabalho. E é o próprio Ipea que afirma que essa economia poderia crescer, e muito, caso o Sine intermediasse maior quantidade de trabalhadores.

Fortalecer e organizar as ações do Sistema Nacional de Emprego, como propõe o PLC 183, significa, de uma só vez, reequilibrar as contas do FAT, assegurar a empregabilidade do trabalhador e fornecer mão de obra qualificada para o mercado.

Por fim, Sr. Presidente, sugere-se apenas uma emenda de redação, para deixar claro que não se está criando nenhuma nova despesa, afastando qualquer possível vício de inconstitucionalidade.

Pelo exposto, então, passando ao voto, o nosso voto é pela aprovação do projeto, com a emenda já referida.

Era esse o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Proferido o relatório pelo Senador Armando Monteiro, pela aprovação da matéria, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório, favorável ao projeto.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o parecer favorável do Senador Armando Monteiro, com uma emenda de redação, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, com a emenda de redação.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou solicitar, mais uma vez, que os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras permaneçam no recinto da Comissão.

Ainda há pouco, faltavam dois Senadores para atingirmos o quórum qualificado. Chegaram aqui os Senadores Cidinho e Randolfe, e três Senadores se ausentaram. Então, estávamos precisando de dois; agora, precisamos de três Senadores para atingirmos o quórum qualificado.

Vamos ao item 18.

ITEM 18

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 248, DE 2017

- Não terminativo -

Destina dois por cento da arrecadação bruta mensal das loterias federais aos fundos de segurança pública dos Estados e do Distrito Federal.

Autoria: Senador Ronaldo Caiado

Relatoria: Senador Cidinho Santos

Relatório: favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações: - *a matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.*

Concedo a palavra ao Senador Cidinho Santos para proferir o seu relatório.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Vou direto à análise do projeto, dizendo que chegou aqui mais uma Senadora. Faltam mais dois agora. Faltam dois.

Cabe a esta Comissão, nos termos dos arts. 101 e 91 do Regimento Interno do Senado Federal, apreciar a matéria, tanto sob o aspecto da constitucionalidade quanto sob o prisma do mérito.

A proposição trata de temas relacionados a sistemas de sorteios e a direito financeiro. Ambos estão inseridos na competência legislativa da União, nos termos dos arts. 22, inciso XX, e 24, inciso I, da Constituição Federal.

Outrossim, o tema aqui tratado não está sujeito à reserva de iniciativa. Logo, do ponto de vista formal, o presente projeto é constitucional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do ponto de vista do mérito, o PLS nos parece conveniente e oportuno. Nos últimos anos, o País tem vivido um espiral de violência, com constante crescimento estatístico do crime. Segundo dados divulgados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, apenas no ano de 2015, foram registrados, no País, 58.459 mortes violentas intencionais. No ano de 2016, esse número aumentou para 61.158, um aumento de quase 5%, o que corresponde, em 2016, a 168 assassinatos por dia.

A execução de políticas de segurança pública pelos Estados e Distrito Federal tem sido especialmente difícil, notadamente diante da insuficiência de recursos financeiros. Essa dificuldade tem sido agravada pela atual crise fiscal por que passa a maioria dos entes federativos. O assunto é motivo de bastante preocupação e, nesta Casa, tem merecido atenção especial.

É verdade que o combate ao crime deve acontecer sob diversos enfoques. A presente proposição presta sua contribuição ao proporcionar o incremento dos recursos destinados à segurança pública. É preciso, pois, somar todos os esforços que contribuem para o mesmo fim: reduzir urgente e drasticamente os índices de violência.

Não obstante o seu mérito, entendemos que o projeto comporta aperfeiçoamento.

Constatamos que o alcance da presente proposição será minimizado caso, concomitantemente, não se proceda à desoneração da receita corrente líquida dos Estados e do Distrito Federal. Como se sabe, hoje, esse conceito é parâmetro sobre o qual incide vasta vinculação para o cumprimento de diversas obrigações dos Estados e do Distrito Federal, o que compromete o próprio objeto do projeto de lei.

Nesse sentido, a emenda que propomos não altera o conceito de receita corrente líquida previsto no inciso IV do art. 2º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal, visto que, pelo texto proposto na emenda, os recursos deverão ser, obrigatoriamente, aplicados no aparelhamento dos órgãos de segurança, sendo considerada, portanto, receita de capital.

A propósito, a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, classifica como receita de capital os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado destinados a atender despesas de capital, ou seja, aqui, a receita é classificada de acordo com a despesa a que se destina.

Assim, propomos a emenda a fim de estabelecer expressamente que os recursos de que trata este projeto sejam direcionados exclusivamente no aparelhamento dos órgãos de segurança, sendo, assim, classificados como receitas de capital, não devendo, neste caso, integrar o cálculo da receita corrente líquida, ao amparo da Lei nº 4.320, de 1964.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ante o exposto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do PLS nº 248, de 2017, e, no mérito, pela sua aprovação, com a seguinte emenda:

> EMENDA Nº – CCJ (ao PLS nº 248, de 2017)
> Inclua-se o seguinte art. 4º no Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2017, renumerando-se o atual art. 4º como art. 5º:
> "Art. 4º Os recursos de que trata esta Lei não compõem a receita corrente líquida dos Estados e do Distrito Federal e serão destinados exclusivamente a despesas de capital na segurança pública."

É o voto, Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pois não.

Senador Ronaldo Caiado, pela ordem.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu quero, neste momento, agradecer pelo relatório feito o Senador Cidinho Santos, que, além da análise detalhada que trouxe, acrescentou um ponto que é fundamental para poder excluir esse recurso do cálculo da receita corrente líquida, o que faz com que, realmente, os Estados possam cada vez mais trabalhar com esses 2% da arrecadação bruta mensal das loterias federais aos fundos de segurança pública dos Estados e do Distrito Federal com mais mobilidade e muito mais eficiência, já que, a partir daí, Sr. Presidente, nós vamos, pelo menos, tentar minimizar esse colapso que está ocorrendo hoje na segurança dos Estados.

Esse é um quadro que nos preocupa sobremaneira. Os Estados hoje estão invadidos pelas facções. A necessidade nossa de cada vez mais termos penitenciárias com maior segurança e, ao mesmo tempo, com maior capacidade de isolamento, isso tem um custo alto. Nós precisamos levar essa situação com total prioridade. No meu Estado, Goiás, o crescimento da violência nos últimos anos é em proporção geométrica. A insegurança hoje está instalada. As pessoas se vangloriam de ter milhares de homens armados no País, ameaçam as autoridades nos Municípios menores, não têm o menor receio da máquina do Estado.

O quadro hoje é que, se nós não tivermos uma política capaz de conter este avanço da criminalidade, principalmente dessas facções que comandam a distribuição de drogas com alto poder de arrecadar, nós teremos amanhã uma realidade muito perigosa ou comprometedora ao nosso Estado democrático de direito. É a isso que nós estamos assistindo parcialmente hoje no Rio de Janeiro e a que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assistimos, infelizmente, aqui no entorno de Brasília, no meu Estado de Goiás e em várias outras regiões do País.

Em razão disso, eu pediria a todos os demais Senadores e Senadoras que dessem um apoio especial a essa matéria, já que não precisamos de quórum, pois ela é terminativa apenas na Comissão de Assuntos Econômicos. Eu pediria o apoio dos demais para a aprovação do texto relatado pelo Senador Cidinho Santos e acrescido de emenda que melhorou, e muito, o texto original do projeto apresentado por mim.

Muito obrigado.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Senador Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP. Pela ordem.) – Eu peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Então, não abrirei...

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Vista coletiva, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Não abrirei a discussão em face do pedido de vista da Senadora Marta Suplicy, vista coletiva com o Senador Wilder Morais.

Fica aberta a discussão e concedida vista coletiva.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Senador Wilder Morais.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Social Democrata/DEM - GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, há um projeto tramitando nesta Comissão, de minha autoria, que convoca um plebiscito sobre a revogação do Estatuto do Desarmamento, e houve requerimento para a realização de uma audiência pública. Eu gostaria que V. Exª marcasse essa audiência pública. É importante a audiência pública. Eu pediria à Presidência que marcasse uma data para essa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Senador Wilder, o requerimento está aprovado?

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Está aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu vou deixar que o Senador Anastasia, Presidente da CCJ, marque a audiência pública. V. Exª pode falar com ele. Tenho certeza de que ele a marcará brevemente.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – O.k., Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Nós temos mais um item não terminativo. Trata-se do Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2017, de autoria do Deputado Pedro Cunha Lima. A relatoria é do Senador Cássio Cunha Lima, que não se encontra – hoje está como Presidente do Senado –, cujo relatório é favorável. E há um substitutivo, ou melhor, um voto em separado do Senador Petecão, pela rejeição. Então, eu não vou chamar esse projeto para que os dois Senadores possam estar aqui para a gente discutir os dois votos.

Item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 459, de 2016

- Terminativo -

Regulamenta o art. 37, § 8º, da Constituição Federal, para dispor sobre o contrato de desempenho dos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta.

Autoria: Senador Antonio Anastasia

Relatoria: Senadora Simone Tebet

Relatório: Pela aprovação do Projeto com seis emendas que apresenta

Observações:

- *Votação nominal*

Concedo a palavra à Senadora Simone Tebet para proferir o relatório.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Na realidade, esse parecer já havia sido lido no final do ano, mas, a pedido do autor, nós fizemos uma reformulação do parecer, inclusive incluindo seis emendas. Então, vou direto para a p. 5, onde faço as alterações do parecer já lido. Da p. 1 à p. 5, o parecer é o mesmo e já foi lido nesta Comissão. Eu vou já para a parte em que faço as alterações, no final da p. 5.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Julgamos importante... Primeiro, quero dizer que é um projeto de lei muito importante que regulamenta um artigo da Constituição Federal para dispor sobre o contrato de desempenho dos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta.

Esse contrato de desempenho está muito relacionado também à meritocracia, à agilidade, à transparência, mas principalmente à eficiência da máquina pública. Salvo engano, a ex-Presidente Dilma havia até pensado em um projeto semelhante, que não se se chegou a esta Casa à época.

Então, vamos direto à p. 5 nas alterações que fizemos.

Julgamos importante apresentar emenda ao art. 1º da proposição para prever o alcance da norma para todos os Poderes da União, porque isso é possível e constitucional.

Segunda emenda. A redação do §3º do art. 2º também comporta um pequeno aperfeiçoamento. Originalmente a proposta dispõe que as flexibilidades e autonomias especiais compreendem a ampliação da autonomia gerencial, orçamentária e financeira do supervisionado. Em verdade, essa ampliação não é automática. Trata-se de uma possibilidade. O objetivo da emenda que ora propomos é deixar claro que essa ampliação é possível, mas não obrigatória.

Terceira emenda. O art. 4º da proposição deve ser emendado para constar a necessidade de os Chefes dos Poderes editarem atos normativos definindo os responsáveis pela análise, aprovação e assinatura do contrato, bem como os pré-requisitos gerenciais e critérios técnicos a serem observados para a celebração do contrato de desempenho.

Já na p. 6, apresentamos, também, emenda ao art. 6º, que, em seu inciso I, prevê autorização para concessão de bônus para servidores, de natureza eventual, vinculado ao cumprimento do contrato, a título de prêmio. Essa previsão é inconstitucional, por vício de iniciativa, nos termos regimentais.

De igual forma, merece ser emendado o inciso II do art. 6º. Esse dispositivo prevê, originalmente, as hipóteses de ampliação da autonomia orçamentária.

Quanto ao estabelecido na alínea "a", a norma viola o princípio constitucional da universalidade.

A proposta prevista na alínea "b" do art. 6º da proposição viola o §9º do art. 165 da Constituição.

Na p. 7, a previsão da alínea "c", a seu turno, é desnecessária, porquanto a proposição não alcançará as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

Desta forma, sugere-se nova redação ao inciso II do art. 6º do PLS em análise.

O inciso III do art. 6º prevê que a ampliação da autonomia financeira compreenderá a autorização para o supervisionado promover o empenho integral das despesas relacionadas à execução do contrato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, o art. 12 da proposição dispõe que os créditos orçamentários necessários ao cumprimento do contrato de desempenho devem ser liberados diretamente ao supervisionado, em conformidade com o cronograma de desembolso, o plano plurianual e a lei orçamentária anual.

Além disso, em seu parágrafo único prevê que o contrato obriga, independentemente de autorização administrativa prévia, o empenho integral das despesas relacionadas à sua execução.

Acontece que, atualmente, a Administração Pública convive com forte contingenciamento orçamentário.

Desta forma, somos pela supressão do referido dispositivo, com a consequente renumeração do artigo seguinte.

Diante do exposto, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, votamos pela constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do PLS nº 459, de 2016, e, no mérito, por sua aprovação, na forma das emendas que mencionamos.

Quero aqui parabenizar o Senador Antonio Anastasia, dizer que todas essas alterações contam com o beneplácito e o aval não só do autor da proposição como também já nos adiantamos e ouvimos em alguns dispositivos o próprio Governo que tinha questionamentos, a meu ver, plausíveis quanto à constitucionalidade de alguns dispositivos.

Então, com base nisso, nós temos agora neste momento um projeto apto, Sr. Presidente, a ser debatido e votado nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Proferida a leitura do relatório com o parecer favorável com as emendas, seis emendas apresentadas, suspendo a tramitação do projeto, para que possamos abrir a discussão, quando tivermos o quórum qualificado.

Pela ordem, Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu pediria a V. Exª que, se possível, fizesse pelo menos a leitura do item 6.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Faremos.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – A Senadora Simone está aqui presente. Queria aproveitar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Senador Armando Monteiro, do item 6 a relatoria era do Senador Davi Alcolumbre, que saiu da Comissão. Eu vou deixar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para o Presidente, Senador Antonio Anastasia, fazer a escolha do Senador que vai substituir o Senador Davi Alcolumbre no relatório.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Mas olha, nós entendemos que V. Exª está na plenitude das suas prerrogativas.

Nós temos aqui a possibilidade de contar com uma Senadora extremamente qualificada...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – A Senadora está presente em todas as reuniões da CCJ.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Quanto a este projeto eu pediria... Reitero a V. Exª um apelo, confiando que V. Exª vai exercitar essa sua prerrogativa, para que V. Exª possa consigná-la Relatora *ad hoc.*

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Senadora Simone, V. Exª aceita ser a Relatora *ad hoc* do projeto?

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Presidente, o Senador Armando não pede, ele manda. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – V. Exª ficará como...

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente, para deixar V. Exª muito confortável, posso fazer a leitura *ad hoc* nesse momento, mas com a possibilidade – regimentalmente acho que isso é possível – de o Presidente Anastasia – e V. Exª tem razão nessa cautela – designar novo Relator *ad hoc* ou mesmo designar novo Relator, no momento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Senadora Simone, eu explico o meu desconforto ao apregoar esse item de autoria do Senador Armando Monteiro, porque com a saída do Senador Davi Alcolumbre, o Senador que fizer a leitura não será *ad hoc*, ele vai ser o Relator do projeto. Então, eu gostaria muito, Senador Armando, que a gente fizesse a leitura do seu projeto, mas continuo insistindo em que gostaria de deixar para o Senador Antonio Anastasia fazer o encaminhamento para um novo Senador, que com certeza será a Senadora Simone Tebet, para ser a Relatora, não mais *ad hoc*, do projeto do Senador Armando Monteiro.

Vamos ao item 15.

ITEM 15

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 2, de 2016

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 – Lei de Crimes Hediondos – para agravar os critérios para a concessão de progressão de regime a condenados por crime hediondo ou equiparado.

Autoria: Senador Raimundo Lira

Relatoria: Senador Cidinho Santos

Relatório: Pela aprovação do Projeto

Observações:

- *Votação nominal.*

Com a palavra o Senador Cidinho Santos para proferir o seu relatório.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Primeiramente louvo e parabenizo o projeto do Senador Caiado que eu relatei há pouco e também agora esse projeto do Senador Raimundo Lira. E vou direto à análise.

Análise.

A matéria cinge-se à competência privativa da União para legislar sobre direito penal, podendo a iniciativa partir de qualquer membro do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 22, I, e 61 da Constituição Federal.

A discussão sobre a possibilidade de se impedir a progressão de regime prisional é antiga. A redação original do §1º do art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), previa a imposição de regime integralmente fechado para crimes hediondos. No entanto, referido dispositivo foi declarado inconstitucional pelo plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do HC 82.959/SP.

Nesse julgamento, entendeu-se que a vedação à progressão de regime ofende o princípio da individualização da pena, garantia prevista no artigo 5º, inciso XLVI, da Constituição Federal.

Nada disse, e nem poderia, o Supremo Tribunal Federal sobre o eventual aumento dos interstícios para a progressão de regime de pena, que é matéria sujeita à plena disposição do Congresso Nacional. Tal decisão é, portanto, uma decisão política, ou melhor, uma decisão de política criminal a ser temperada pelo princípio da proporcionalidade.

Os crimes hediondos constituem a mais grave intervenção do indivíduo contra a coletividade e todo o rigor deve ser empregado para a sua mais eficaz prevenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O aumento proposto – de apenas um quinto da pena – é, a nosso sentir, razoável, conveniente e proporcional.

Dessa forma, o meu voto é pela aprovação do projeto de lei de autoria do Senador Raimundo Lira.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Agradeço ao Senador Cidinho.

Feita a leitura do relatório, com voto favorável, pela aprovação do projeto, eu vou suspender a tramitação para que possamos abrir a discussão numa outra reunião, com quórum qualificado.

ITEM 24

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, de 2018

- Terminativo -

Dispõe sobre a construção de colônias agrícolas, industriais ou similares nos municípios com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes, exclusivamente para cumprimento de pena privativa de liberdade no regime semiaberto por condenados por crime cometido sem violência ou grave ameaça.

Autoria: Senador Eduardo Braga.

Relatoria: Senador Valdir Raupp.

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- *Votação nominal*

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nos termos do PLS, a União repassará, mediante convênio, recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) aos Estados para que construam, nos Municípios com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes, até 31 de dezembro de 2020, colônias agrícolas, industriais ou similares, com número total de vagas de, no mínimo, 0,1% (um décimo por cento) da população estimada do Município, destinadas exclusivamente ao cumprimento de pena privativa de liberdade no regime semiaberto por condenados por crime cometido sem violência ou grave ameaça, em conformidade com o disposto no art. 91 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na justificação, o autor registra que, segundo Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen), divulgado em dezembro de 2017, contendo dados referentes a junho de 2016, o Brasil possuía 726.712 pessoas privadas de liberdade, excedendo a capacidade do sistema em 358.663 presos.

Argumenta que, com a construção de colônias agrícolas, industriais ou similares, nos moldes propostos,

> [...] os condenados terão uma oportunidade de reinserção no mercado de trabalho e de ressocialização, por meio do trabalho agrícola ou industrial remunerado. Além disso, evita-se que presos de menor periculosidade tenham contato com presos de maior periculosidade. As colônias, enfim, não serão “universidades do crime".

Estima que, levado a efeito o propósito do projeto, serão criadas 62,6 mil vagas no sistema prisional. Correspondendo ao mesmo número de postos de trabalho de presos.

Não foram oferecidas emendas.

De acordo com o art. 101, I e II, "c" e "d", do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por despacho da Presidência, e também emitir parecer, quanto ao mérito, sobre as matérias de competência da União, entre elas Direito penitenciário.

Não foi encontrada nenhuma inconstitucionalidade no Projeto. A matéria circunscreve-se no âmbito da competência legislativa concorrente da União, nos termos do art. 24, I, da Constituição Federal, sem reserva de iniciativa privativa do Presidente da República (art. 61 da Constituição).

Também não observamos vícios quanto à juridicidade e a regimentalidade.

No mérito, a proposição é conveniente e oportuna.

O PLS dirige-se aos condenados em cumprimento de pena em regime semiaberto por crime cometido sem violência ou grave ameaça, cabendo lembrar que condenados ao regime fechado por crime cometido sem violência ou grave ameaça poderão ocupar vagas nas colônias quando progredirem para regime semiaberto.

A criação de 62,6 mil vagas é um passo importantíssimo e imprescindível para desafogar o sistema prisional.

Além disso, o PLS possibilita que o cumprimento de pena no regime semiaberto ocorra em condições dignas, em que o preso se ocupa com trabalho, o que tende a facilitar sua reinserção social.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2018.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Proferido o relatório do Senador Valdir Raupp, com o parecer favorável pela aprovação do projeto, suspendo a tramitação e não abro a discussão da matéria para que esta possa ser feita numa reunião em que haja quórum para votação nominal.

Não havendo mais nenhum projeto na pauta que não seja terminativo e dos que os Relatores estejam presentes, dou por encerrada a reunião de hoje.

Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Pela ordem, Presidente Flexa Ribeiro.

Hoje, pela manhã, recebi de pelo menos dez diferentes pessoas uma mensagem num vídeo gravado pela Líder e Presidente do Partido dos Trabalhadores transmitido pela TV Al Jazeera, que tem sede no Catar.

Nessa mensagem, a Senadora faz um apelo ao apoiamento pelo que ela considera, que a prisão do ex-Presidente seja uma prisão política e uma perseguição política.

Penso que o fato de terem perdido o poder num processo legítimo de *impeachment* presidido pelo Ministro Ricardo Lewandowski nesta Casa; por um processo que foi iniciado na Justiça Federal, na chamada Operação Lava Jato pelo Juiz Sergio Moro; reafirmado e confirmado pela Justiça Federal da 4ª Região, com sede em Porto Alegre; e decisão tomada por umidade dos desembargadores daquela instância judicial, eu penso que é um equívoco desmerecer, desacreditar o Estado democrático de direito que vive o Brasil. E é um desserviço às instituições brasileiras, que têm operado com um caráter republicano, seja a Polícia Federal na investigação, seja o Ministério Público, a Procuradoria-Geral da República na denúncia encaminhada ao Supremo Tribunal Federal, ou melhor, à Justiça Federal, seja no trabalho exemplar que vem sendo comandado em Curitiba pelo Juiz Sergio Moro.

Do ponto de vista da legalidade, do Estado democrático de direito não há o que discutir a respeito do que foi feito. Espero que agora, com a decisão unânime da Suprema Corte em relação ao Senador Aécio Neves, esse discurso e essa repetição de que é uma perseguição política agora caiam por terra, porque aqui a lei é igual para todos, e ninguém está acima da lei.

Eu fiquei preocupada pelo fato de estar usando uma rede internacional de um Estado que tem... Talvez a tentativa tenha sido pelo fato de terem perdido o apoio popular. As pesquisas feitas pelo Datafolha provam e mostram que a população e a sociedade brasileira apoiam a prisão em segunda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

instância e também consideram que foi correta a prisão do ex-Presidente da República, a despeito de todos os méritos que tenha tido ao longo do tempo em que liderou um partido político.

Foi fundador desse Partido, foi Presidente da República por dois mandatos. Ninguém ignora os aspectos positivos que tenha adotado na sua gestão, mas também não pode tapar os olhos ou fazer vista grossa aos graves equívocos cometidos com a corrupção desmantelada na Operação Lava Jato, envolvendo a maior empresa estatal brasileira, a Petrobras.

O chamado petrolão, também nesse processo, indica claramente que é preciso uma depuração dos sistemas e da relação que há entre o setor público e o setor privado. Eu penso que o fato de ainda estarem na cadeia grandes líderes do setor privado, de grandes empreiteiras é a revelação para a sociedade brasileira de que não só os pobres estão nas penitenciárias e que podem ser condenados, mas também os poderosos, sejam eles do âmbito político ou do âmbito empresarial.

Precisamos entender um país com democracia também com as suas instituições fortalecidas, mas sobretudo respeitadas. E nós aqui, no Congresso, precisamos respeitar o que está sendo feito no nosso Brasil, porque senão nós vamos entrar em uma desordem institucional e não é isso que nós queremos.

Temos pela frente o desafio de uma eleição. Eu só espero que essa exortação feita pela Senadora Presidente do PT não tenha sido para convocar o exército islâmico para vir ao Brasil fazer as operações de proteção ao Partido, que perdeu o poder e agora parece ter perdido também a compostura, o respeito e o apoio popular.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Senadora Ana Amélia, a intervenção de V. Exª é oportuna, e quero me associar a ela. Faço minhas as suas palavras nesta intervenção.

Não havendo mais nenhum projeto a ser deliberado, encerro a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(*Iniciada às 10 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 15 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE MARÇO DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e cinquenta e nove minutos do dia treze de março de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, **sob a Presidência da Senadora Lúcia Vânia**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Marta Suplicy, Valdir Raupp, Hélio José, Simone Tebet, Paulo Paim, Regina Sousa, Acir Gurgacz, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha, Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Ronaldo Caiado, Eduardo Amorim, José Medeiros, Roberto Muniz, Sérgio Petecão, Ana Amélia, Lasier Martins, Lídice da Mata, Elber Batalha, Pedro Chaves, Telmário Mota, Armando Monteiro, Vicentinho Alves, Cidinho Santos, Ataídes Oliveira e Romero Jucá. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Dário Berger, José Maranhão, Edison Lobão, João Alberto Souza, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Roberto Rocha, Ciro Nogueira, Cristovam Buarque, Wellington Fagundes e Eduardo Lopes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 158, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Permite a criação de fundo patrimonial nas instituições federais de ensino superior." **Autoria:** Deputada Bruna Dias Furlan. **Relatoria:** Sen. José Agripino. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de substitutivo que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do Relator, para reexame do Relatório. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 102, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Inclui o tema Educação Alimentar e Nutricional nos conteúdos das disciplinas de Ciências e Biologia dos currículos do ensino fundamental e do ensino médio, respectivamente." **Autoria:** Deputado Lobbe Neto. **Relatoria:** Sen. Pedro Chaves. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda 1-CE (Substitutivo). **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 130, de 2009 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a aplicação de provas e a atribuição de frequência a alunos impossibilitados de comparecer à escola, por motivos de liberdade de consciência e de crença religiosa." **Autoria:** Deputado Rubens Otoni. **Relatoria:** Sen. Pedro Chaves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), com quatro subemendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CCJ-CE (Substitutivo), com as subemendas nº 1-CE a 4-CE. **Observação:** A matéria será incluída na pauta da próxima Reunião, para apreciação em Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 737, de 2015 - Terminativo -** que: "Institui os territórios étnico-educacionais como forma facultativa de organização da educação escolar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indígena." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Sen. Paulo Paim (*Ad hoc*), substituiu Sen. Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 337, de 2012 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para universalizar a adesão de estudantes e instituições de educação superior participantes do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) a fundo de garantia de operações de crédito educativo." **Autoria:** Senador Tomás Correia. **Relatoria:** Sen. Pedro Chaves (*Ad hoc*), substituiu Sen. Ronaldo Caiado. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Rejeitado o Projeto. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 305, de 2017 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional da Resolução de Conflitos." **Autoria:** Senador Edison Lobão. **Relatoria:** Sen. Eduardo Amorim (*Ad hoc*), substituiu Sen. João Alberto Souza. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 720, de 2015 - Terminativo -** que: "Denomina "Rodovia Henrique Herwig" a BR-376, no trecho situado entre São José dos Pinhais e Garuva" **Autoria:** Senador Roberto Requião. **Relatoria:** Sen. Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 1, de 2016 - Terminativo -** que: "Denomina Código Florestal Luiz Henrique da Silveira a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa." **Autoria:** Senador Dalirio Beber. **Relatoria:** Sen. Jorge Viana (*Ad hoc*), substituiu Sen. Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 299, de 2014 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e sobre a obrigatoriedade de seu cálculo para todos os estabelecimentos de educação básica das redes pública e privada." **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatoria:** Sen. Antonio Anastasia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 641, de 2015 - Terminativo -** que: "Denomina "Rodovia Bernardo Sayão" a BR-153 no trecho que vai de Anápolis - GO a Araguaína - TO, a BR-010, no trecho que vai de Araguaína - TO a Santa Maria do Pará - PA e a BR-316 no trecho que vai de Santa Maria do Pará – PA a Belém - PA." **Autoria:** Senador Donizeti Nogueira. **Relatoria:** Sen. Antonio Anastasia (*Ad hoc*), substituiu Sen. Vicentinho Alves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 254, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar que vagas ociosas em instituições de ensino superior sejam preenchidas preferencialmente por pessoas com idade igual ou superior a 60 anos." **Autoria:** Senador Eduardo Amorim. **Relatoria:** Sen. Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 2-CDH. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº 2-CDH-CE. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, de 2013 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a criação do Selo Árvore do Bem, para os Municípios que tenham, no mínimo, uma árvore por habitante na área urbana." **Autoria:** Deputado Ricardo Izar. **Relatoria:** Sen. Regina Sousa. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Concedida vista ao Senador Jorge Viana, nos termos regimentais. **ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 94, de 2011 - Terminativo -** que: "Institui o dia 13 de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

março como "Dia da Batalha do Jenipapo"." **Autoria:** Senador Wellington Dias. **Relatoria:** Sen. Ciro Nogueira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 303, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para extinguir o limite anual individual de deduções de despesas com instrução do contribuinte e de seus dependentes e alimentandos, para efeitos da apuração da base de cálculo do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Relatoria:** Sen. José Medeiros. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do Relator, para reexame do Relatório. **ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 586, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Institui o Sistema de Avaliação de Mérito no Ensino Médio para ingresso nas instituições federais de educação superior." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). **Relatoria:** Sen. Regina Sousa. **Relatório:** Contrário ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 16 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 123, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Confere ao Município de Nova Veneza, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional da Gastronomia Típica Italiana." **Autoria:** Deputada Geovania de Sa Rodrigues. **Relatoria:** Sen. Rose de Freitas. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 64 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal de 1988, do art. 2º da Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010 e do art. 93, inciso II, combinado com o inciso II do art. 102, ambos do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), para instruir o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 464, de 2013, que institui o "Dia Nacional do Celíaco"." **Autoria:** Senador Hélio José. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 18 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 9 de 2018** que: "Requeiro, em aditamento ao Requerimento nº 8/2018, de autoria da senadora Marta Suplicy, que solicita a realização a audiência pública no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal para debater a formação de professores, a inclusão dos convidados abaixo citados: Abilio Afonso Baeta Neves – Presidente da CAPES; Josenilda Maués – Coordenadora do Fórum Nacional dos Coordenadores do PARFOR; Heleno Manoel Gomes Araújo Filho – Presidente da CNTE." **Autoria:** Senador Paulo Rocha. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Lúcia Vânia

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/03/13

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Bom dia a todos e a todas aqui presentes!

Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico o recebimento do Ofício nº 258, de 2018, no qual o Comitê Olímpico Brasileiro encaminha convite para a 19ª Edição do Prêmio Brasil Olímpico, a ser realizada no dia 28 de março, no Rio de Janeiro.

O expediente encontra-se à disposição, na Secretaria desta Comissão, dos Senadores que desejarem acesso ao seu conteúdo.

Fica franqueada a esta Comissão, se houver a manifestação de algum Parlamentar, indicar representante para participar do referido evento.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Pela ordem, Sr. Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF. Pela ordem.) – Srª Presidente, eu estou com um requerimento já há uma certa temporada aqui e eu tenho um compromisso inadiável agora. Esse requerimento trata de uma audiência pública com quatro convidados sobre a questão dos celíacos. Celíacos, para quem não sabe, são as pessoas que têm alergia ao glúten, que causa uma série de problemas às pessoas, afetando o intestino delgado.

Então, eu gostaria que V. Exª, se possível, fizesse a inversão de pauta só para a gente votar esse requerimento. Creio seja unanimidade debater esse assunto tão importante, que cada vez mais afeta as pessoas, que é a questão dos celíacos.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Pergunto aos Srs. Senadores se concordam...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu fiquei com curiosidade, Senador Hélio José: é sobre celíacos.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Isso.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É saúde?

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – É saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É a questão da orientação nos rótulos dos produtos, para evitar que tenham glúten...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Também.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – São pessoas que têm alergia grave, algumas entram em convulsão por causa disso. Eu acho, estamos na Comissão de Educação, que talvez a CAS seja mais própria, porque a CAS é que trata das questões relacionadas à saúde. Nós já discutimos lá, inclusive, tivemos um projeto, eu acho que do Senador Paulo Bauer, em que discutíamos essa questão do "contém glúten" ou "contém glicose" – porque também os diabéticos têm problema em relação à glicose, não é? Então, penso que a CAS seria a adequada, porque a nossa pauta aqui é mais específica. A menos que tenha uma relação com a questão de esporte ou alguma questão relacionada a isso.

É apenas uma dúvida, Senador Hélio José.

Obrigada.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Nobre Presidente, nobre Senadora Ana Amélia, inclusive, até pelos convidados aqui, eu creio que a minha assessoria deva ter protocolado na comissão errada. Era para ser protocolado na CAS e eles protocolaram na Comissão de Educação. Então, quero agradecer V. Exª pela atenção aqui, agradecer a nossa nobre Senadora Lúcia Vânia, e gostaria de solicitar a retirada desse requerimento, que vou encaminhar à CAS, devido à procedência do que foi colocado.

Muito obrigado a V. Exª, Senadora Lúcia Vânia.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Eu gostaria de esclarecer que data comemorativa é atribuição da CE. Realmente, nós temos que analisar o requerimento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Desculpe, eu entendi que era...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Que era mérito, não é?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ...que era mérito. Não, nessa questão...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Não. É uma data comemorativa.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Nessa questão, retiro a minha ponderação.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – E fica, permanece a colocação, Drª Lúcia Vânia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu retiro a minha... Porque, pelo enunciado do Senador Hélio José, é uma audiência pública.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Exato.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Eu também entendi assim.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Acho que o tema é tão simples que nem precisa audiência pública. Eu aprovaria imediatamente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Exato.

Então, é o Dia Nacional do Celíaco. As pessoas ligadas à Federação Nacional das Associações de Celíacos do Brasil (Fenalcebra), o representante da Associação dos Celíacos no Brasil (Acelbra), o representante do Ministério da Saúde e o representante de Gastroenterologia Pediátrica da Universidade de Brasília me solicitaram fazer esse pedido dessa audiência pública. Então gostaria que V. Exª pudesse liberar essa audiência pública.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Eu informo que o requerimento para tratar de data comemorativa precisa ser feito com audiência pública.

[É o seguinte o item aprovado:

ITEM 17
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 64, de 2017
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal de 1988, do art. 2º da Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010 e do art. 93, inciso II, combinado com o inciso II do art. 102, ambos do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), para instruir o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 464, de 2013, que institui o "Dia Nacional do Celíaco".

Autoria: Senador Hélio José]

Vamos ao Item 1.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 158, de 2017
- Não terminativo -

Permite a criação de fundo patrimonial nas instituições federais de ensino superior.

Autoria: Deputada Bruna Dias Furlan

Relatoria: Senador José Agripino

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos de substitutivo que apresenta.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Com a palavra, o Senador Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN. Como Relator.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, essa é uma matéria que reputo da maior importância e caracterizada por uma conotação de modernidade muito profunda. Para se ter uma ideia, nos Estados Unidos, onde a prática

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da filantropia e da doação a organizações não governamentais é arraigada entre a população, as mais importantes universidades dos Estados Unidos possuem fundos bilionários. São os chamados *endowments funds*. Só Harvard tem um patrimônio de US$35 bilhões. Quinhentos e trinta e cinco bilhões é o valor de mercado total dos fundos patrimoniais das universidades americanas, como Stanford, Princeton, Yale etc.

Então, nós estamos tratando de uma coisa do mundo moderno, que dá atenção privilegiada à pesquisa, à ciência e à tecnologia, portanto, ao avanço, a estar na frente do mundo pelo desenvolvimento da ciência e da tecnologia, desenvolvida, claro, com o amparo de doação privada, é um exemplo claro de que esse presente projeto se impõe.

Agora, o que eu quero propor a V. Exª e aos membros da Comissão? Há ainda uma sintonia fina em processo de execução ou de consecução entre áreas do Governo, entre o MEC, mais particularmente a Capes, e a área da Casa Civil da Presidência. Eu conversei, ainda hoje, com representantes da Casa Civil da Presidência, que me fazem um apelo por uma semana de entendimento entre segmentos do Governo.

Eu acho que nada mais natural, muito embora eu esteja com o parecer pronto, do que dar esse tempo para que as partes, no caso, governamentais procurem se entender sobre sutilezas do texto, porque em jogo está o futuro da instalação de um fundo que vai atrair capital privado para desenvolvimento de ciência, tecnologia e inovação. E quanto mais perfeito for o texto, mais eficiente será a ação.

De modo que eu quero propor a V. Exª a retirada de pauta, por uma semana, para que as partes possam completar este processo de negociação e entendimento e a gente possa apresentar à Comissão um texto o menos retocável possível. Pode até ser que haja pedido de vista por parte de segmentos partidários, mas, pelo menos a nível de Governo, que é quem vai implementar a ideia, a matéria estaria redonda e pronta para ser implementada.

É a proposta que faço e a solicitação que faço a V. Exª.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Retirado de pauta.

Com a palavra, a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Eu quero cumprimentar o Senador Agripino pela atitude republicana que tem numa matéria tão relevante quanto essa, como Relator, que faz um substitutivo – o substitutivo, na verdade, é um novo projeto.

Quero apenas fazer um lembrete. Sou autora aqui também de um projeto que trata de fundos patrimoniais, em que foram Relatores – faço questão de enunciar isso –: a Senadora Simone Tebet, na Comissão de Educação, se não me engano também na CCJ, e, por último, na CAE (Comissões de Assuntos Econômicos), o Senador Armando Monteiro, que fez um substitutivo, como faz o Senador Agripino nesse projeto que vem da Câmara dos Deputados. O meu está na Câmara dos Deputados, foi apreciado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero chamar a atenção para o fato de que, nos momentos finais da apreciação do projeto dos fundos patrimoniais, as fundações de apoio, que são instituições também comprometidas com a pesquisa, com a inovação na ciência, na tecnologia... Há milhares de trabalhos feitos nas universidades públicas brasileiras. Existe um organismo chamado Confies, que é o Conselho Nacional das Fundações de Apoio, que é formado por 19 ou 20 instituições desse gênero e que têm esse compromisso. Eu tenho acompanhado esse trabalho.

No substitutivo do Senador Armando Monteiro, não estavam abrigadas as fundações de apoio. Permitia a criação, estabelece até um regramento dos fundos patrimoniais, em dar aumentos, como bem referiu o Senador Agripino, e é uma inovação no Código Civil brasileiro, porque se trata de uma nova instituição de captação de recursos de qualquer natureza para financiar pesquisa e inovação no País.

Feita essa ponderação, hoje pela manhã, a SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), uma instituição insuspeita e que trata também da ciência e da tecnologia, e a própria Embrapa tem interesse, porque poderá ser beneficiada com esse projeto pelo seu alcance... Então, penso que a iniciativa do Senador Agripino traz à luz... Faço também referência ao Senador Lindbergh Farias, que lá no final da apresentação do projeto pelo Senador Armando Monteiro, do relatório, do substitutivo, que teve também o apoio do Senador Anastasia, porque pertenceu a uma fundação de apoio da Universidade Federal de Minas Gerais e por isso conhecia muito bem o trabalho e o funcionamento das fundações de apoio, ele fez uma correção no texto, porque estava vedada a participação dela, para permitir a participação das fundações de apoio. Então, eu penso que a iniciativa do Senador Agripino vem ao encontro desse entendimento de acolher o maior número de colaborações para permitir um aperfeiçoamento.

Que saia daqui, Senador Agripino, como disse V. Exª, um entendimento entre as diversas áreas do Governo. Isso porque Ministério da Ciência e Tecnologia, Gabinete Civil da Presidência, Ministério da Educação, todas essas áreas são relevantes, seu posicionamento nessa matéria que, eu diria, é o antes e o depois da ciência, da pesquisa e da inovação tecnológica em várias áreas.

O projeto que nós mandamos para a Câmara é diferente desse que está no Senado. Esse projeto nosso foi apensado a diversos outros, inclusive a projetos de fundos patrimoniais para esporte e para a cultura. A cultura já tem a Lei Rouanet para dar essa proteção. O esporte eventualmente poderia abrigar isso, mas seria de outra natureza. Nós estamos preocupados com que o Brasil ganhe um patamar de desenvolvimento na área da pesquisa e da tecnologia.

Então, eu agradeço muito ao Senador Agripino pela compreensão que teve e também quero manifestar o meu agradecimento a todos os Senadores que trabalharam nesse projeto que está lá nas mãos da Deputada Flávia Morais.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Eu agradeço à Senadora Ana Amélia as justificações e passo a palavra ao Senador Paim, pela ordem, e à Senadora Marta logo em seguida.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Presidenta, se possível, eu tenho que presidir uma outra comissão, eu sou Relator do item 11, se eu puder sintetizar o relatório, agradeceria muito a V. Exª.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Terminando essa discussão, eu coloco em votação a eleição, Senador.

Senadora Marta.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Primeiro, eu quero me escusar de não estar aqui, porque estava na CCJ quando foi votado e era da minha autoria esse pedido para audiência pública de formação de professores. Nós indicamos e aprovamos cinco nomes. E aí, o Senador Paulo Rocha indicou mais três, absolutamente qualificados e que poderão enriquecer o debate, mas a presença de oito eu acho que não vai enriquecer o debate, vai ficar um desastre. Então, eu pediria a V. Exª para fazer em dois momentos, porque, senão, nós não vamos aproveitar a qualificação dos cinco primeiros nem dos três restantes, que também foram aprovados hoje. Espero que o Senador Paulo Rocha...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Eu concordo com V. Exª. Nós temos feito audiência pública, às vezes, com oito pessoas e é realmente...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu já tive essa experiência na CAS, é muito ruim.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – ... é uma experiência muito ruim. Eu acredito que, como o tema é muito importante, a gente pode fazer duas audiências públicas. Não nos dias normais da comissão, porque nós temos uma série de projetos para serem aprovados, mas podemos fazer em dias alternados.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Pois não, com a palavra.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Na verdade, Senadora Marta, ainda não foi aprovado o meu requerimento. Eu ia pedir uma inversão de pauta. Mas, aproveito então, já provocado por ela, para dizer que, na verdade, a inclusão não é... Eu sei que o número de nomes em um debate só pode prejudicá-lo. No entanto, aqui, a minha intenção foi exatamente incluir os mais interessados no debate sobre a questão do Parfor. Por exemplo, a coordenadora do Fórum Nacional de Coordenadores do Parfor é uma pessoa importante para esse debate ou alguém do CNTE, que é o pessoal da área da organização sindical em relação aos professores. Então, é para a presença dos mais interessados ou, então, do contraditório no debate.

Nós podemos chegar a um acordo aqui. Se a Mesa aceitar fazer em dois momentos, tudo bem. Mas que sejam divididas as representações com os contraditórios nos dois momentos. Ou a gente reduz o número aqui para ficarem seis, sei lá. Eu acrescentaria aqui, porque o mais importante dos meus três é a coordenadora do Fórum Nacional, a coordenadora do Parfor.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Com a palavra a Senadora Marta.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Olha, então podemos... A representante do Fórum Nacional dos Coordenadores, que é o plano nacional de formação de professores, aí ficaríamos com seis. O que você acha, Paulo? Porque eu tinha cinco. Tentaríamos a do plano nacional de formação de professores ou fazemos dois.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone.*) – A Josenilda?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – A Josenilda. Está bom? Então, ficamos com um só. Os cinco primeiros indicados e agora a coordenadora do Fórum Nacional dos Coordenadores do Parfor, a Srª Josenilda Maués. Aí podemos votar.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Eu vou fazer a inversão de pauta primeiro, colocar em votação, primeiro, a inversão de pauta do Senador Paulo Paim. Logo em seguida eu trato desse assunto relativo a essa audiência pública.

Os Srs. Senadores que concordam com a inversão de pauta proposta pelo Senador Paim permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 11 da pauta.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 254, de 2016

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar que vagas ociosas em instituições de ensino superior sejam preenchidas preferencialmente por pessoas com idade igual ou superior a 60 anos.

Autoria: Senador Eduardo Amorim

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 2-CDH.

Observações:

1- Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque;

2- A matéria consta da Pauta desde a Reunião de 05/12/2017.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Srª Presidente, eu tentarei ser muito breve no meu relatório.

É um projeto do Senador Eduardo Amorim que simplesmente pede que as vagas ociosas em instituições de ensino superior sejam preenchidas preferencialmente – claro, depende das universidades – por pessoas com idade igual ou superior a 60 anos.

Eu vou direto para a análise, para ganharmos tempo. Mas, uma vez dando quórum, eu acelero mais ainda se for necessário, Presidenta, porque sei que hoje é um esforço concentrado.

Em face do disposto no art. 102 do Regimento Interno do Senado, cumpre à esta Comissão opinar sobre o mérito de proposições atinentes à área educacional, mormente sobre normas gerais e diretrizes e bases da educação nacional. Em adição, por se tratar de decisão terminativa prevista no art. 91 do mesmo regimento, deve este Colegiado se pronunciar quanto à constitucionalidade e juridicidade da proposição. Nesses termos, resta respeitada, na presente manifestação, a competência regimental desta Comissão.

No que respeita à constitucionalidade da matéria, é assente a legitimidade de iniciativa parlamentar do Senador Eduardo Amorim para a elaboração legislativa de normas gerais da educação nacional, consoante previsão do art. 61 da Constituição Federal. Ademais, a proposição não interfere

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na competência privativa do Presidente da República, tampouco nas prerrogativas que conformam a autonomia universitária prescrita pelo art. 207 da Carta.

No exame, Srª Presidenta, da juridicidade, a proposição observa os critérios de inovação do ordenamento vigente e de adequação às disposições legais que tratam do assunto sob exame. Quanto ao mais, a proposição, *per se*, tende a impulsionar a presença de pessoas de maior idade na educação, com o que se pode...

Está chegando o autor do projeto que tive a satisfação de relatar; e dei o parecer pela aprovação na íntegra, sem nenhuma emenda.

Esse grupo comporta, no Brasil, os piores indicadores educacionais – refiro-me aos idosos. Relativamente, trata-se do grupo com maior percentual de analfabetos e cidadãos com baixa escolaridade.

Nesse sentido, a proposta do nobre Senador Eduardo Amorim é oportuna e relevante. Por um lado, mudanças nas condições gerais de vida e da sociedade, ampliam, cada vez mais, a expectativa de vida de nossa população, o que é uma realidade. De outro, o histórico de negligência educacional e a melhoria pouco expressiva da renda nacional exigem a permanência de muitos idosos no mercado de trabalho – e aí é um espaço para eles se formarem, estando mais qualificados para disputar, já que há uma discriminação natural em relação à idade no mercado de trabalho –, inclusive para fazer frente a demandas básicas associadas à sua condição. Desse modo, seja para melhorar a qualidade de interações sociais que, ao cabo, se convertem em qualidade de vida, seja para viabilizar sua inserção produtiva no mundo do trabalho, a medida alvitrada é virtuosa, especialmente do ponto de vista da educação – e, claro, aqui estamos nos referindo aos idosos. Sendo irrefutável a contribuição da educação para o desenvolvimento humano, que, segundo o consenso vigente, dá-se ao longo de toda a vida, não se pode deixar de ponderar que as políticas de interrupção do processo de reprodução da baixa escolaridade exigem medidas urgentes em relação à população jovem atual. Não à toa, o Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado por meio da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, prevê que tenhamos, até o ano de 2024, não menos do que 33% dos jovens com idade de 18 a 24 anos matriculados na educação superior.

Ora, Srª Presidente, para a consecução desse intento, precisamos duplicar, até o ano de 2024, na educação superior, a inserção de integrantes do grupo etário considerado na idade adequada para frequentar nossas faculdades e universidades. Nesse sentido, em face da escassez de oportunidades educacionais na educação superior, de qualidade e gratuitas, entendemos necessárias a definição e a harmonização da proposição com as prioridades do País, tendo em mente a otimização máxima dos recursos investidos na educação superior.

Concluindo, essa preocupação, expressa na emenda da CDH, constitui, a nosso sentir, uma forma de evitar que o Brasil continue a criar estoques de potenciais candidatos a vagas futuras com amparo na lei consequente à aprovação do projeto de lei que ora se analisa. Por isso mesmo, é de nossa compreensão que o intuito de aproveitar vagas ociosas não apenas impede a elevação do custo de oferta atual, como também cria possibilidades promissoras para um segmento etário cujas dificuldades de acesso à educação superior foram infinitamente superiores às de nossos jovens. Nesse diapasão, a emenda aprovada na CDH, do Senador Cristovam, que limita essas vagas a 20%, corrobora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o mérito da iniciativa, razão por que nos posicionamos, então, a favor de sua acolhida também nesta Comissão.

Por fim, reafirmamos não haver encontrado, no presente exame, qualquer óbice à tramitação do projeto em relação aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Em vista do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 254, do Senador Eduardo Amorim, com a Emenda nº 2, do Senador Cristovam, aprovada na CDH.

É o voto, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Com a palavra o Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Obrigado, Srª Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Destaco que é o autor do projeto.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE. Para discutir.) – Obrigado, Senador Paim. Parabéns pelo belíssimo relatório e pela sensibilidade.

Quero dizer aos colegas Parlamentares – e serei breve, Srª Presidente – que essa ideia surgiu, Senador Paim, depois de visitarmos algumas universidades, especialmente a Universidade Federal de Sergipe, onde nós encontramos diversas pessoas, muitas delas aposentadas, que iam à universidade para pegar matérias isoladas, mas nenhuma delas tinha garantias, Senadora Ana Amélia, de que depois iria receber o seu diploma.

Faziam as matérias isoladas, estudavam, frequentavam o ambiente universitário, exatamente essas vagas ociosas, mas não existe a legalidade, a formalidade, a garantia de que, depois – concluído o curso, por exemplo –, se preenchessem toda a grade do curso de Direito, de Biologia, de Medicina, enfim, receberiam o diploma, porque não entraram pela via normal. As vagas estão ociosas. Muitos estudantes, muitos universitários desistem ao longo do curso, não frequentam o ambiente, e o Governo gasta de todo jeito. As vagas estão ali, mas elas não estão preenchidas.

Então, sensibilizado com essa questão e sabendo que a educação pode transformar qualquer um de nós, independentemente da idade – sou um exemplo vivo disso –, eu realmente acho que essa seria uma forma de dar uma nova oportunidade a essas pessoas que realmente vão para o ambiente universitário para não ficarem ociosas ou deprimidas em suas residências ou ocupando outras atividades, muitas vezes, não laborais. Então, para quem não teve a oportunidade de estudar durante a adolescência, durante a juventude, quem sabe essa seja uma oportunidade que o Poder Público está dando, já que as vagas existem, mas não estão sendo preenchidas.

Para tanto, peço a colaboração e a compreensão de todos, porque esse é um projeto, no meu entender, que valoriza especialmente aquelas pessoas da terceira idade.

Obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Em discussão.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu gostaria de discutir, Senador.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Senador Pedro Chaves e, depois, Senadora Marta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PRB - MS. Para discutir.) – Eu estou vendo uma preocupação em relação ao acesso desses futuros alunos ao processo seletivo: se vai haver um vestibular, um processo seletivo para ingresso, e se isso não contraria a Constituição também.

O Paim já declarou que não há nenhum óbice quanto a isso. Então, seria o caso de a gente aprofundar só a forma de acesso, porque eu vejo alguma dificuldade. Simplesmente nós não podemos matriculá-los, porque isso contraria a própria legislação, a LDB.

Só isso.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Senadora Marta.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP. Para discutir.) – Eu não sei bem ainda a minha posição e não me sinto à vontade. Acho que é complicadíssimo conseguir estabelecer isso no panorama nacional todo. Aprecio o fato de que esse projeto dá uma autonomia à universidade para fazer ou não, mas discordo da posição do Senador Amorim quando diz que há uma possibilidade para o idoso de inserção e tal. Eu acho que isso vai mexer em instituições que têm um planejamento. Se nós colocarmos 20% de idosos, vai ser muito bom para os idosos, eu tenho certeza – inclusive a minha mãe foi fazer vestibular para Pedagogia aos 50 anos, e fez muito bem a ela essa convivência com os jovens; mas foi fazer vestibular.

Então, eu fico pensando se os idosos poderiam ter esse estímulo, Senador, de outra forma, e não entrando na universidade em vagas ociosas. Se querem entrar na universidade, façam vestibular. Ao mesmo tempo, a gente fica com a sensação de que está impedindo os idosos de poderem ter esse benefício. Mas, se eles não têm possibilidade de passar no vestibular, eles vão, de certa forma, estar num desnivelamento com a sala de aula. De um lado, essa proposta é interessante porque eles vão trazer experiências muito diversas, com sua bagagem cultural, o que vai enriquecer enormemente os jovens, mas eles podem também atrapalhar a aula.

Então, eu fico na dúvida sobre esse projeto. Eu não sei se tenho certeza de que isso é uma iniciativa tão interessante. É a minha opinião.

Eu gostaria que a gente debatesse um pouco mais, porque cada um tem uma experiência. Eu não tenho uma ideia pronta. Eu tenho dúvidas.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Para discutir.) – A Senadora Marta pondera o aspecto da origem da lei. A origem da lei foi dentro do espectro do Estatuto do Idoso, para possibilitar ao idoso essa oportunidade.

No Brasil, hoje, pessoas acima de 80 têm preferência na fila do avião. Nós já estamos com nossa taxa de longevidade ampliada, o que é ótimo. Então, essas pessoas poderão fazer a faculdade.

Eu estou já no contrário, Senador Eduardo Amorim. Eu fui procurada agora por dois estudantes de Medicina, o Lucio Guilherme Zorzan e o Walter Ivan Fiuza Guimarães Junior, que estão estudando Medicina na Universidade Politécnica e Artística do Paraguai. A Unila é uma universidade, eu diria, que foi criada pelo governo brasileiro, para atender alunos dos países do Mercosul, da Venezuela, da Bolívia e do Paraguai. Essa universidade funciona em Foz do Iguaçu e tem oito vagas. E esses jovens, que estudam nessa universidade do Paraguai, em Ciudad del Este, gostariam de ocupar essas vagas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

com esse mesmo modelo do que V. Exª faz para os idosos, ocupando as vagas na área da Medicina e da tecnologia. A sede dessa universidade fica em Foz do Iguaçu. Do outro lado, está a Ciudad del Este. E eles não conseguem fazer isso. É claro que eles têm um outro enfoque; são os estudantes de Medicina. E aí vem um outro problema, que é o da questão da proficiência, dos conteúdos, da reciprocidade entre os países na área da Medicina, para dar o reconhecimento de diploma, mas eu trago isso apenas para se ver que, como disse a Senadora Marta, o espectro desse assunto é bem amplo e pode ter avançado e evoluído.

Então, eu queria só fazer o registro, porque eles estão aqui.

Vejam só, esses estudantes vieram aqui para apresentar um projeto que foi aprovado pela OMS... Eles, com o projeto "Conhecendo a Epilepsia", foram classificados num concurso da OMS e da OPAS, que é a Organização Pan-Americana da Saúde. Eles fizeram um trabalho sobre essa questão, um projeto acadêmico e científico que estarão apresentando no 16º Encontro Nacional da Epibrasil. Eles vão apresentar esse projeto que desenvolveram e que foi classificado por essas duas organizações internacionais.

Então, essa é a minha contribuição nesse debate.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Com a palavra o Senador Roberto Muniz e, depois, o Senador Telmário.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA. Para discutir.) – Senadora Presidente Lúcia Vânia, eu queria aqui trazer um olhar diferente do que está sendo abordado.

Eu queria, primeiro, parabenizar o Senador Eduardo Amorim, porque, num País em que não há recursos, salas de aula com cadeiras vagas é jogar água tratada no esgoto; é jogar dinheiro bom em cima de ineficiência.

O que o Senador Amorim traz para a gente é um debate muito mais amplo. Claro que podemos verificar se o idoso tem a condição de acompanhamento do curso, se o jovem tem como acompanhar o curso, mas o que eu acho que o Senador traz, e inova nesta Casa, é dizer o que é que nós vamos fazer com os recursos que nós estamos colocando à disposição da sociedade brasileira e que não estão sendo bem aproveitados pelas instituições.

Quando as cadeiras estão vagas, o professor está ali recebendo por hora/aula. Quando as cadeiras estão vagas, a energia elétrica está sendo disponibilizada para toda a área da sala de aula. Os laboratórios estão sendo disponibilizados para uma quantidade maior de alunos.

Então, eu quero, primeiro, dizer que o que o senhor traz para esse debate – e o relatório do Senador Paim também nos traz – é a possibilidade de a gente começar a enxergar um novo Brasil. É o Brasil que existe e que a gente não consegue aproveitar. Refiro-me à ineficiência dos investimentos públicos e à falta de comprometimento de muitas instituições, porque isso deveria partir das instituições. As instituições deveriam fazer esse debate. Eu entendo que esse debate que o Senador Amorim nos traz tem essa amplitude, principalmente, se a gente somar essa amplitude desse debate e a autonomia que as instituições vão continuar tendo. Quando chegar à instituição, nós vamos ver fluírem e nascerem diversas oportunidades para vários segmentos da sociedade brasileira, que está clamando por uma oportunidade em uma universidade, à qual só tem acesso através do vestibular.

Eu acho que o senhor inova, traz um grande debate para esta Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que começar pelo segmento das pessoas idosas nos traz uma reflexão maior, porque tira a possibilidade de a gente, através do segmento do idoso, criar uma não competitividade junto aos jovens. E isso faz com que as instituições possam promover esse debate internamente.

Então, eu queria dizer que, pela questão da inovação, eu sou favorável ao projeto.

Entendo as questões levantadas pela Senadora Marta, acho que a gente precisa se debruçar, mas também acho que o papel inovador desse seu projeto, Senador Amorim, nos faz acreditar que a gente pode reconstruir o Brasil com esse dinheiro existente. Nós temos dinheiro que está sendo aplicado na educação e não está havendo eficiência nos gastos. Eu acho que é esse o âmago, esse é o sentimento, esse é o *animus* que essa lei provoca no debate nesta Casa e no Congresso Nacional.

Parabéns ao Senador Amorim e ao Senador Paim pelo relatório.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Eu pediria aos Srs. Senadores para serem breves, porque nós temos quórum e precisamos votar algumas matérias que são muito importantes.

Eu quero só fazer uma colocação: o que o Senador Amorim coloca é a Universidade Aberta à Terceira Idade, que permite que a terceira idade tenha acesso à universidade sem o vestibular, mas não tenha o direito ao diploma; é o que ele propõe. Então, já existe a Universidade Aberta, já existe a possibilidade de a terceira idade ter acesso à universidade, embora ela não seja contemplada com o diploma. Ela entra sem o vestibular.

Com a palavra o Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Essa metodologia de você entrar sem vestibular e não ter diploma não adianta, não tem nenhuma utilidade. Sem dúvida, é muito oportuno o projeto de V. Exª para este momento, até porque equaciona, de uma vez só, três situações. Primeiro, é a idade avançada, porque, realmente, a população brasileira, em média, uma idade maior está alcançando; então, isso justifica. O Senador Paulo Paim sabe muito bem disto: para você, com 60 anos de idade, desempregado, sem qualificação, sem profissão definida, achar vaga no mercado de trabalho é uma loucura. Então, acho que isso dá oportunidade para a pessoa.

Acho que até o vestibular não deveria existir. Acho que a pessoa deveria entrar na faculdade pela média, pelo desempenho durante toda a sua vida estudantil. O vestibular hoje é um mercado imensurável em todos os sentidos. Muita gente ganha dinheiro com isso. E, às vezes, a pessoa nem está mais preparada do que outra pessoa que estudou com afinco. Como no ano recebe aquelas orientações-chave, um concurseiro da vida vai lá e acaba passando, apesar de não ser a pessoa mais preparada.

Portanto, não tenho nenhuma dúvida de que um homem com 60 anos que se propõe a estudar, a cursar numa universidade, já tem, sem dúvida, uma grande atitude. E é uma grande oportunidade para que você não fique ocioso, para que você realmente tenha qualidade de vida.

Portanto, eu acho aplausível e oportuno o projeto do Senador Amorim.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Com a palavra o Senador Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT. Para discutir.) – Muito obrigado, Srª Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aproveito para cumprimentar todos os Senadores e todos que nos assistem e também para parabenizar o Senador Eduardo Amorim. Acabei de descobrir aqui que ele é algologista. Aprendi mais uma coisa aqui na Comissão de Educação, eu não sabia que isso existia. Algologista é quem cuida da dor.

Eu tenho a impressão, Senadora Lúcia Vânia, de que a gente poderia ampliar esse projeto. Veja bem, para que serve o vestibular? Para que serve o processo seletivo? Na verdade, como o Estado não dá conta de dar vaga para todo mundo, então faz um processo seletivo. Essa é a grande verdade. Em tese, se você terminou o ensino médio, você estaria apto para entrar na universidade. Mas aí você faz aquele processo seletivo para poder haver aquele funil. Se as vagas estão ociosas, a meu ver faz-se desnecessário o processo seletivo.

Então, a meu ver, a gente poderia ampliar esse projeto do Senador Eduardo Amorim. Em vez de ser só para os idosos, Senador Paulo Paim, fazemos para todos, porque seria uma forma de aquelas pessoas que querem entrar numa universidade poderem frequentar a universidade. Às vezes, o sujeito não vai porque fica com medo: "Ah, eu não dou conta de passar no vestibular!" Poderia começar a frequentar o ambiente universitário. Então, creio que poderíamos fazer essa ampliação no projeto.

A meu ver, concordo totalmente com o Senador Roberto Muniz, que disse que nós já estamos pagando tudo, e, se essa vaga está ociosa, o dinheiro está sendo jogado no mato.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Com a palavra a Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Enquanto se processa o voto, eu gostaria de pedir para a senhora incluir o item 13 na votação. Eu quero justificar o porquê. O Senador Ciro não se encontra, mas eu poderia ler *ad hoc*. É que hoje é o Dia da Batalha do Jenipapo. No meu Estado, está sendo comemorado esse dia. Aqui é só questão de incluir o Dia da Batalha do Jenipapo como fato histórico.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – É terminativo?

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – É.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Senadora Lúcia Vânia...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Pois não.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu fiz o entendimento, enquanto os colegas estão votando, para que eu pudesse fazer um pedido de vista do item 12. Falei até com a Senadora Regina. É possível ainda tentar algo com o Ministério do Meio Ambiente. É uma área em que eu atuo. Quero fazer um pedido de vista, era o que eu queria deixar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque eu também tenho um compromisso. Sei que o quórum terminativo é pequeno, e eu gostaria de que pudéssemos apreciar o projeto do item 8, que trata de dar o nome do Senador Luiz Henrique ao novo Código Florestal. Eu, como um dos Relatores junto com ele, gostaria de ter oportunidade, mas, ao mesmo tempo, estou com reuniões no gabinete. Se V. Exª puder me permitir, eu fico à disposição. Primeiro, faço o pedido de vista do item 12 e, ao mesmo tempo, peço a apreciação do Plenário do item 8.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – A vista está concedida.

Eu coloco em votação a inversão de pauta.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Vamos, então, votar o item 8.

Encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Houve 12 votos SIM; NÃO, 0.

Houve uma abstenção.

Aprovado o projeto e a Emenda nº 2 da CDH, e rejeitada a Emenda nº 1 da CDH, que foi acolhida integralmente pela Emenda nº 2.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Item 8 da pauta.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidenta...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Eu solicito ao Senador...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidenta, a senhora não vai colocar em votação o nosso requerimento que já estava acertado?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Agora, já foi aprovada a inversão de pauta.

Item 8 da pauta.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 1, DE 2016

- Terminativo -

Denomina Código Florestal Luiz Henrique da Silveira a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa.

Autoria: Senador Dalirio Beber

Relatoria: Senador Dário Berger

Relatório: pela aprovação do Projeto.

Observações: *em 28/11/2017, o Relatório foi lido, e a discussão e a votação foram adiadas.*

Eu solicitaria ao Senador Jorge Viana que pudesse proferir o relatório como Relator *ad hoc*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria será, então, relatada pelo Relator *ad hoc*, Senador Jorge Viana, que foi o Relator do Código Florestal.

Portanto, concedo a palavra ao Senador Jorge Viana, para que ele possa ler o relatório.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Como Relator.) – Srª Presidente, colegas Senadoras e Senadores, este é um projeto terminativo, com o qual podemos ajudar a escrever o nome de um colega nosso na história do País e no trabalho que ele com tanto carinho e dedicação conseguiu realizar.

Tive o privilégio de ser amigo do Senador Luiz Henrique e, mais que isso, de conviver com ele, como muitos aqui. Foi um político da República completo. Ele foi Prefeito de sua cidade por várias vezes, Governador do seu Estado por várias vezes, Constituinte. Foi um lutador contra o regime autoritário no Brasil. Foi um dos fundadores do MDB, dirigente de partido, um dos mais próximos amigos de Ulysses Guimarães. Depois, fez uma carreira brilhante também aqui, no Senado. E, lamentavelmente, ainda com tanto para dar de contribuição para o País, faleceu durante esse mandato.

Um dos trabalhos do Senador Luiz Henrique que foi muito marcante – ele também foi objeto de um debate grande quando Governador, tentando mexer na legislação ambiental – foi feito quando nós fomos elaborar o novo Código Florestal aqui, no Senado Federal. Parecia impossível! Ele era Relator em algumas comissões; eu era Relator na comissão de mérito, de Meio Ambiente, e também em outras comissões. Era impossível votar aquela matéria. Isso parecia impossível, porque ela mexe com propriedade da terra, com interesses; mexe com o passado, com o presente e com o futuro.

Nós tínhamos um passivo de 80 milhões de hectares judicializados no País, uma insegurança jurídica tremenda. E juntamos, modéstia à parte, a minha vivência com o tema – sou do Acre, terra de Chico Mendes, trabalhei também no Governo, sou engenheiro florestal – com a dele, que vem do Sul, mas com sensibilidade. Ele falou: "Jorge, eu não quero ser Relator. Eu acho que você tem méritos. Eu quero que nós dois sejamos Relatores. Vamos escrever a quatro mãos o Código Florestal." E assim nós trabalhamos. A Ministra Izabella, na época, falou: "Mas, Jorge..." Era o nosso Governo. E eu falei: "Eu confio plenamente no Senador Luiz Henrique." E foi numa relação de absoluta confiança e transparência que nós construímos essa versão do Código Florestal, que, de alguma maneira, por mais que alguns mais extremados possam questionar, pacificou e deu segurança jurídica.

A palavra final, depois de cinco anos dessa lei, porque ela é de 2012, foi dada agora, há duas semanas, pelo Supremo Tribunal Federal. Não deu tempo nem de eu fazer um discurso no plenário, mas o Supremo validou o novo Código Florestal. Uns ficaram descontentes, porque queriam outras mudanças; outros, também. Mas eu diria que nós temos uma boa lei. Ela pode não ser ótima para determinados setores. Eu mesmo acho que poderíamos ter avançado muito mais em alguns aspectos, mas nem sempre é assim que funciona o Parlamento. A mediação às vezes é o melhor caminho. E foi isso que o Senador Luiz Henrique e eu fizemos.

Então, penso que esse projeto de autoria do Senador Dalirio Beber – que é quem assumiu a vaga do Luiz Henrique –, que tem como Relator Dário Berger, colega nosso que trabalhou também com o Luiz Henrique, colega de Partido, e de que estou tendo a honra, designado por V. Exª, de ser Relator *ad hoc*, merece o nosso voto. O projeto atende à legislação. Ele apenas propõe, numa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

homenagem que acho absolutamente justa, dar a denominação ao novo Código Florestal de Código Florestal Luiz Henrique da Silveira.

Fui designado, na época do falecimento dele – o Presidente da República e os três Poderes estavam representados –, na homenagem feita a ele na sua Joinville, para ser o orador naquele momento. Foi muito difícil fazer aquela homenagem ao Senador Luiz Henrique. Mas aquelas foram palavras que foram colocadas. Aqui nós estamos eternizando o nome dele em uma das legislações mais importantes para o passado, para o presente e para o futuro do Brasil, que é o novo Código Florestal.

Por isso, eu queria parabenizar o Senador Dalirio Beber, que é de Santa Catarina, pela iniciativa. Quero parabenizar o Relator, Senador Dário Berger, pelo relatório.

Peço aqui que todos nós possamos fazer essa homenagem ao Senador Luiz Henrique num tempo tão árido na política, tão difícil, em que se sataniza a política, em que se desmoralizam pessoas às vezes sem prova, a partir de matérias, a partir de indícios. Neste nosso País, que vive uma época de todos contra todos, eu pediria que pudéssemos aqui fazer um gesto para um político que, se não era unanimidade, depois de morto ficou quase unanimidade, porque sempre foi admirado por todos, por todas as forças políticas, pela maneira honesta e séria com que ele conduziu sua vida pública.

Eu acho que é uma bela e justa homenagem. Falo como quem escreveu o novo Código Florestal junto com ele e com a colaboração de todos, Código que foi aprovado por mais de 70 votos no plenário do Senado Federal.

Obrigado.

O meu voto é pela aprovação desse projeto, Srª Presidente.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Cumprimento o Senador Jorge Viana.

Parabenizo V. Exª pelo trabalho. E nada mais justo que V. Exª pudesse relatar esse projeto como Relator *ad hoc*.

Com a palavra o Senador Medeiros e, em seguida, o Senador Armando Monteiro.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Muito obrigado, Srª Presidente.

Faço minhas as palavras do Senador Jorge Viana e acrescento, Senadora Lúcia Vânia, que me lembro do último discurso do Senador Luiz Henrique aqui, no Senado Federal. Ele se insurgia contra uma injustiça que tinha sido cometida com ele. Ele disse o seguinte: "A política é como uma rosa, mas, como uma rosa, ela também tem os seus espinhos. E quis o destino que, após 44 anos, eu fosse espinhado."

Ele estava na sala de estar, assistindo ao Jornal Nacional com seus netos, e saiu a notícia de que ele estava respondendo a um inquérito que tinha sido aberto. Ele tinha virado réu no Supremo Tribunal Federal, sem que ele nem soubesse. Ele não tinha sido intimado ou notificado, nada! E mais, Senadora Lúcia Vânia, nada tinha a ver a questão com ele. Era um engano completo!

Uma das coisas que coloquei na sabatina do então Procurador Janot, na época, foi: como poderia ter acontecido aquilo com uma pessoa como Luiz Henrique da Silveira? E ponderei que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

nenhum brasileiro estava seguro quanto à sua honra, porque honra e moral são valores muito tênues, que demoram uma vida inteira para se construir e segundos para se destruir.

Ele dizia que tudo que ele tinha feito na vida pública era justamente para que não acontecesse aquilo, ver os netos passarem por uma situação daquela. E ele morreu uma semana depois, muito constrangido com isso.

Eu tive a oportunidade, embora por pouco tempo aqui, no Senado – convivi com ele por quatro meses apenas –, de aprender muito com ele. Certa feita – nós estávamos naquela luta política muito grande –, eu me lembro de que eu fazia um discurso e falava: "Essa quadrilha do PT..." E, quando eu desci, ele me chamou carinhosamente e falou: "Meu filho, permita-me chamá-lo de filho, eu vou lhe falar... Eu não vou dizer que não exista quadrilha dentro do PT, mas vou dizer uma coisa: partidos não cometem crimes; pessoas cometem crimes."

Ele sempre era um Senador pronto a aconselhar, a ensinar, porque sabia muito, era um dos Senadores cultos. Por esta Casa, Senadora Lúcia Vânia – V. Exª tem muito mais experiência do que eu –, passaram grandes brasileiros, brasileiros que ajudaram a sustentar este País. Cito Rui Barbosa, Afonso Arinos e tantos outros. E nós podemos colocar, com certeza, Luiz Henrique da Silveira entre esses brasileiros.

Essa é uma pequena homenagem; é singela, mas muito justa. Creio que todos que estão aqui hão de concordar com ela, porque, além de grande político, ele era uma pessoa extremamente digna, um brasileiro daqueles que a merecem. Se houvesse como construir mais um busto naquele túnel do tempo, esse busto teria de ser de Luiz Henrique da Silveira.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Com a palavra o Senador Armando.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Presidente, companheiros, eu não poderia deixar de me associar a essa homenagem.

Eu tive o privilégio de conviver com o Senador Luiz Henrique e dele recebi lições permanentes de espírito público, de decência, de correção. Sobretudo, ele era alguém que tinha civilidade no trato com os companheiros. Portanto, ele cativava todos. Eu diria que a dimensão humana de Luiz Henrique talvez pudesse ser maior ainda do que a sua dimensão política. E, na política, ele teve uma trajetória extraordinariamente bem-sucedida e, eu diria, luminosa.

Lembro, meu caro Senador Jorge Viana – ninguém melhor do que V. Exª para fazer a relatoria desse projeto –, que ele foi Ministro da Ciência e Tecnologia. Como Ministro da Ciência e Tecnologia, ele teve um papel extraordinário, eu diria, na discussão dos instrumentos e do novo arcabouço que pudesse estimular a inovação no Brasil. Lembro também que ele tinha um gosto especial pela cultura. Veja que ele conseguiu levar o Teatro Bolshoi lá para Joinville. Então, era uma figura plural, uma figura de uma extraordinária dimensão, que fez muita falta a esta Casa.

Portanto, quero me associar a essa homenagem, tributando meu reconhecimento a essa figura extraordinária, que deve ser sempre referência e inspiração.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Muniz.

Depois, fala a Senadora Lídice da Mata.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Srª Presidente, pela ordem, se a senhora puder abrir a possibilidade da votação enquanto os Senadores...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Eu vou abrir a votação, mas quero dizer aos Senadores que nós temos ainda alguns projetos aqui. É rapidinho. Nós não vamos nem ler os projetos. É só votar porque já foram lidos.

Com a palavra a Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Srª Presidente, indo na direção dos colegas Senadores que me antecederam, eu quero dizer da minha satisfação de poder votar esse projeto, essa homenagem a Luiz Henrique.

Todos nós que tivemos a oportunidade de conviver com Luiz Henrique, e eu a tive em alguns momentos... Tive também a satisfação de poder debater com ele e de conviver com ele numa viagem que fizemos juntos, com o Senador Jorge Viana também.

Registro que, além do extraordinário político que foi na luta contra o regime autoritário, na organização do seu Estado, como Governador, na organização das agências de desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, que impulsionaram muito o seu desenvolvimento, ele fazia questão de nos presentear com projetos.

Luiz Henrique foi recebido na Eslováquia, comandando uma delegação brasileira, como um chefe de Estado, com toda a estratégia que teve em conseguir levar uma empresa do seu Estado, originária do seu Estado, para aquele país, empresa que era a principal geradora de empregos naquela nação. Portanto, Luiz Henrique ultrapassou os limites do nosso País. Com uma população de origem europeia, do leste europeu, ele conseguiu também realizar grandes feitos que levaram desenvolvimento para outras regiões do mundo.

Era um amigo enorme e querido. E, aqui no Senado Federal, eu me lembro bem, Senador Jorge Viana, do debate que houve, no Código Florestal, a respeito da possibilidade de se regionalizar a autorização de investimentos através do Código. Ele veio com uma posição, veio do seu Estado, tinha feito uma lei regionalizando o processo de autorização. E, durante o debate – esse é um valor extraordinário de um Parlamentar –, ele foi convencido de que a sua posição era uma posição inconstitucional, era incorreta, e abriu mão dela e passou a defender, com o mesmo vigor que defendia essa posição anterior, a posição da qual ele foi convencido. Eu acho que essa é uma demonstração da sua capacidade de dialogar, de rever posicionamentos e, portanto, de construir cenários de futuro. Eu creio que um Parlamentar é essencialmente um negociador e tem de ter essa capacidade que o nosso Senador Luiz Henrique mostrou no governo, negociando os interesses de seu povo, como demonstrou aqui na tarefa de legislar.

Então, quero, mais uma vez, como todos os outros, dar o meu voto com a alegria de estar homenageando esse grande homem público brasileiro e grande amigo que por aqui passou e interferiu na vida de todos nós.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – A Senadora Lídice vota, para encerrar a votação.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Senadora...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Está encerrada a votação.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Ótimo!

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Espere aí.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Pela ordem, Senadora, depois que a senhora anunciar.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Vou confirmar o voto. Um momento, Presidente!

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – SIM, 14; NÃO, 0.

Abstenção: 0.

Aprovado por unanimidade.

Parabéns, Senador Jorge Viana! (*Palmas.*)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu agradeço à senhora, Senadora.

É muito bonito este gesto nosso. Eu esqueci de dizer que o sonho dele era o de que nós escrevêssemos o Código Florestal comentado. Nós estávamos trabalhando a ideia de fazer um livro juntos. Lamentavelmente, não deu tempo de realizarmos.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 130, DE 2009

- Terminativo -

Dispõe sobre a aplicação de provas e a atribuição de frequência a alunos impossibilitados de comparecer à escola, por motivos de liberdade de consciência e de crença religiosa.

Autoria: Deputado Rubens Otoni

Relatoria: Senador Pedro Chaves

Relatório: pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), com quatro subemendas que apresenta.

Observações: *1- se aprovado o substitutivo, a matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal;*

2- foi realizada audiência pública para instrução da matéria em 04/10/2017;

3- em 06/02/2018, foi concedida vista ao Senador Dário Berger, nos termos regimentais.

Com a palavra o Relator, Senador Pedro Chaves.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse relatório já foi lido. Peço só para V. Exª liberá-lo para votação, explicando um pouquinho o projeto.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PRB - MS. Como Relator.) – É um projeto extremamente importante. Trata-se, na verdade, do cumprimento do art. 5º da Constituição Federal, §6º, pela liberdade religiosa. Ninguém pode ser prejudicado nas suas atividades escolares, concursos, pelo fato de estar ligado a determinada religião. Então, eu enfatizei muito esses pontos, eu os elenquei, fiz audiências públicas com diversos representantes das Igrejas Católica, Evangélica, Espírita, inclusive com os judeus. Naquela audiência pública, isso foi muito importante, porque nós chegamos à conclusão de que são possíveis as compensações nas escolas sem comprometer realmente as aprovações de alunos. Vieram até alunos aqui para dar depoimentos.

Então, eu peço encarecidamente aos meus queridos pares que aprovem esse projeto, que é extremamente importante.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, coloco-o em votação.

Podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Foram 13 votos SIM; NÃO, 0.

Abstenção: 0.

Aprovado o projeto.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 737, DE 2015

- Terminativo -

Institui os territórios étnico-educacionais como forma facultativa de organização da educação escolar indígena.

Autoria: Senador Telmário Mota

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: pela aprovação do Projeto.

Observações: *em 07/06/2017, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.*

O relatório já foi lido e discutido.

Consulto os Srs. Senadores se querem discutir. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à votação.*)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – O Senador Paim fica como Relator *ad hoc;* seria só para nominar aqui.

(*Continua em processo de votação.*)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Vamos votar só mais um, só mais um. Espere aí!

Aprovado o projeto.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Vamos ao item 5, também terminativo. Este é o último, prometo para V. Exªs.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 337, DE 2012

- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para universalizar a adesão de estudantes e instituições de educação superior participantes do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) a fundo de garantia de operações de crédito educativo.

Autoria: Senador Tomás Correia

Relatoria: Senador Ronaldo Caiado

Relatório: pela rejeição do Projeto.

Observações: e*m 07/06/2017, o Relatório foi lido, e a discussão e a votação foram adiadas.*

Eu solicitaria ao Senador Pedro Chaves que ficasse como Relator *ad hoc.*

Como o relatório já foi discutido, eu pediria licença a V. Exª para já colocá-lo em votação.

Podem votar.

O relatório é pela rejeição.

(*Procede-se à votação.*)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Este aqui já foi todo lido? Este aqui já foi lido? Todos? (*Pausa.*)

(*Continua em processo de votação.*)

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Senadora, em seguida, poderia pôr em votação o requerimento? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Enquanto aguardamos o Senador que esqueceu de registrar o voto, eu vou colocar o item 18, não terminativo, em votação.

ITEM 18
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 9, DE 2018
- Não terminativo -

Requeiro, em aditamento ao Requerimento nº 8/2018, de autoria da senadora Marta Suplicy, que solicita a realização a audiência pública no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal para debater a formação de professores, a inclusão dos convidados abaixo citados: Abilio Afonso Baeta Neves – Presidente da Capes; Josenilda Maués – Coordenadora do Fórum Nacional dos Coordenadores do Parfor; Heleno Manoel Gomes Araújo Filho – Presidente da CNTE.

Autoria: Senador Paulo Rocha

Não havendo quem queira discutir... Acho que já houve um acordo entre o Senador Paulo Rocha e a Senadora Marta Suplicy. Ele acrescentou o nome de Josenilda Maués, Coordenadora do Fórum Nacional dos Coordenadores do Parfor, na audiência pública, no âmbito desta Comissão, para debater a formação de professores, além da inclusão dos convidados citados. Os já apresentados pela Senadora Marta Suplicy, que já foram aprovados, foram acrescidos do nome de Josenilda Maués, Coordenadora do Fórum Nacional dos Coordenadores do Parfor.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Obrigada, Senadora.

Primeiro, temos de aprová-lo, mas, depois, eu pediria...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Em discussão o requerimento.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu queria saber se V. Exª teria já uma ideia da data, porque V. Exª disse que haveria uma reunião deliberativa.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Eu pediria a V. Exª...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Acho uma ótima ideia.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – ...que a Secretaria, primeiro, entrasse em contato com os expositores, para que pudéssemos adequar a agenda.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Ótimo! Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Item 2 da pauta.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 102, DE 2017
- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclui o tema Educação Alimentar e Nutricional nos conteúdos das disciplinas de Ciências e Biologia dos currículos do ensino fundamental e do ensino médio, respectivamente.

Autoria: Deputado Lobbe Neto

Relatoria: Senador Pedro Chaves

Relatório: favorável ao Projeto, nos termos de substitutivo que apresenta. Concedo a palavra ao Senador Pedro Chaves, para proferir o relatório.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PRB - MS. Como Relator.) – Obrigado, Srª Presidente, Srs. Senadores.

Relatório.

Vem a esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 102, de 2017 (Projeto de Lei 128, de 2007, na Casa de origem), de autoria do Deputado Lobbe Neto.

Vazada em dois artigos, a proposição visa a incluir o tema da educação alimentar e nutricional nos currículos do ensino fundamental e médio. A entrada em vigor da nova lei ocorrerá em 180 dias de sua publicação.

Na Câmara dos Deputados, a proposição foi apreciada na Comissão de Educação e Cultura, em 2009, e na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em 2017, tendo logrado parecer favorável em ambas. Ao chegar ao Senado Federal, a matéria foi distribuída a esta Comissão, não tendo recebido emendas.

Análise.

O PLC nº 102, de 2017, aborda matéria de natureza educacional e está, portanto, sujeito ao exame de mérito da Comissão de Educação, nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal. Compete, ainda, a este Colegiado emitir parecer sobre a constitucionalidade e a juridicidade da proposição em referência, uma vez que, nesta Casa Legislativa, ela foi distribuída unicamente a esta Comissão.

No tocante à constitucionalidade, o projeto de lei cuida de assunto da competência legislativa da União e está de acordo com os preceitos constitucionais relativos às atribuições do Congresso Nacional e à legitimidade da iniciativa legislativa dos Parlamentares. Também estão atendidos os requisitos de juridicidade da proposição em exame.

Relativamente ao mérito, o PLC dispõe sobre tema de grande importância nos tempos atuais, em que o acesso das crianças à alimentação não ocorre apenas no âmbito familiar, mas em muitos espaços sociais, muitas vezes sem orientação de adultos. Em adição, adultos com pouca formação ou com hábitos alimentares inadequados terminam por reforçar o interesse de crianças e adolescentes por uma dieta pouco nutritiva.

O resultado mais visível de uma alimentação inadequada é a obesidade, que, por sua vez, está relacionada a uma série de problemas de saúde, como diabetes e problemas cardíacos, além de consequências negativas para a autoimagem e o bem-estar, principalmente de crianças e adolescentes.

Mesmo se considerarmos que a obesidade não está sempre associada a fatores alimentares (podendo ter causas genéticas ou relacionadas a estilos de vida e metabolismo), controlar o fator alimentação é algo importante para qualquer pessoa, até para aquelas que se julgam dentro do peso adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ademais, a alimentação é para os seres humanos não apenas uma fonte de energia, mas também de saúde, prazer, alegria e sociabilidade. Nesse sentido, ter informações adequadas sobre o assunto é essencial para melhorar a qualidade de vida dos indivíduos.

É nesse ponto que entra a escola, pois os hábitos que são adquiridos na convivência entre os pares têm grande impacto no comportamento de crianças e adolescentes. A par disso, é oportuno que os currículos escolares incluam a temática da alimentação e da nutrição como uma forma de garantir conhecimento sobre o tema e de reforçar hábitos alimentares saudáveis. Sendo esse o objetivo principal da proposição em comento, consideramos a medida merecedora de aprovação por esta Casa Legislativa.

Com relação à técnica legislativa, cabe apontar que a Lei Complementar 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, estabelece que, via de regra, o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei. Por conseguinte, sugerimos uma emenda substitutiva para introduzir a matéria no corpo da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que é a LDB, uma vez que é essa norma o lócus onde se abrigam as disposições sobre currículo da educação básica em nosso País. Voto.

Em razão do exposto, nosso voto é pela aprovação do PLC nº 102, de 2017, na forma da seguinte:

EMENDA Nº -CE (SUBSTITUTIVO)
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 102, DE 2017
Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir o tema transversal da educação alimentar e nutricional nos currículos do ensino fundamental e do ensino médio.
O CONGRESSO NACIONAL decreta:
Art. 1º O art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte §11:
"Art.
26.....
.....
§11. A educação alimentar e nutricional será incluída entre os temas transversais de que trata o §7º." (NR)
Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação.
Sala das Comissões,
Presidente Senadora Lúcia Vânia.
Relator Pedro Chaves.

É o voto.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco-o em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a matéria, que passa a constituir parecer da Comissão de Educação favorável ao projeto nos termos da Emenda nº 1, da Comissão de Educação.

A matéria vai ao Plenário.

Vamos encerrar a votação do item 5.

Está encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – SIM, 02; NÃO, 11.

Abstenção, 0.

O projeto foi rejeitado.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Item 14, não terminativo.

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 303, DE 2017

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para extinguir o limite anual individual de deduções de despesas com instrução do contribuinte e de seus dependentes e alimentandos, para efeitos da apuração da base de cálculo do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física.

Autoria: Senador Lasier Martins

Relatoria: Senador José Medeiros

Relatório: favorável ao Projeto.

Observações: *1- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.*

2- A matéria consta da Pauta desde a Reunião de 06/02/2018.

Não havendo quórum, eu perguntaria ao Senador José Medeiros se ele gostaria de ler o relatório. E deixamos a votação para a próxima... Ah, não! É não terminativo.

Com a palavra o Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT. Como Relator.) – Srª Presidente, o Senador Lasier me pediu para que fosse lido esse relatório. E também o pessoal da Liderança do Governo me disse que eles queriam conversar também com o autor da proposição. Então, eu a retiro de pauta. E aí a gente a coloca na próxima reunião. Está bem?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Foi retirado de pauta por solicitação do Senador José Medeiros.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo aos Srs. Senadores pela presença.

(Iniciada às 11 horas e 59 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 19 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e trinta e seis minutos do dia vinte de março de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, **sob a Presidência da Senadora Marta Suplicy**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Dário Berger, Valdir Raupp, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Humberto Costa, José Pimentel, Paulo Rocha, Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro, Maria do Carmo Alves, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Lasier Martins, Elber Batalha, Telmário Mota, Armando Monteiro e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, José Maranhão, Edison Lobão, João Alberto Souza, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Acir Gurgacz, Roberto Rocha, José Agripino, José Medeiros, Roberto Muniz, Ciro Nogueira, Cristovam Buarque, Lúcia Vânia, Lídice da Mata, Pedro Chaves, Wellington Fagundes e Eduardo Lopes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 130, de 2009 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a aplicação de provas e a atribuição de frequência a alunos impossibilitados de comparecer à escola, por motivos de liberdade de consciência e de crença religiosa." **Autoria:** Deputado Rubens Otoni. **Relatoria:** Sen. Pedro Chaves. **Relatório:** Não foram apresentadas emendas em turno suplementar ao Substitutivo. **Resultado:** Substitutivo definitivamente adotado, nos termos das Subemendas nº 1-CE a 4-CE (sem emendas apresentadas). **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 171, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino." **Autoria:** Deputada Keiko Ota. **Relatoria:** Sen. Simone Tebet. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 67, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Determina a obrigatoriedade do uso de detectores de metal e de gravação contínua de imagens em eventos de qualquer natureza realizados em ginásios e estádios esportivos." **Autoria:** Deputado Jorginho Mello. **Relatoria:** Sen. Dário Berger. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta em 19/03/2018 a pedido do Relator, Senador Dário Berger. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 339, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.722, de 3 de outubro de 2012, que "altera as Leis nos 10.836, de 9 de janeiro de 2004, 12.462, de 4 de agosto de 2011, e 11.977, de 7 de julho de 2009; dispõe sobre o apoio financeiro da União aos Municípios e ao Distrito Federal para ampliação da oferta da educação infantil; e dá outras providências", para estabelecer parâmetros para o apoio financeiro suplementar a ser percebido por Municípios e pelo Distrito Federal, para ampliação da oferta de educação infantil." **Autoria:** Senador Romário. **Relatoria:** Sen. Telmário Mota. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 5**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 305, de 2017 - Terminativo - que: "Institui o Dia Nacional da Resolução de Conflitos." **Autoria:** Senador Edison Lobão. **Relatoria:** Sen. Eduardo Amorim (*Ad hoc*), substituiu Sen. João Alberto Souza. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 720, de 2015 - Terminativo -** que: "Denomina "Rodovia Henrique Herwig" a BR-376, no trecho situado entre São José dos Pinhais e Garuva" **Autoria:** Senador Roberto Requião. **Relatoria:** Sen. Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 299, de 2014 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e sobre a obrigatoriedade de seu cálculo para todos os estabelecimentos de educação básica das redes pública e privada." **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatoria:** Sen. Antonio Anastasia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 641, de 2015 - Terminativo -** que: "Denomina "Rodovia Bernardo Sayão" a BR-153 no trecho que vai de Anápolis - GO a Araguaína - TO, a BR-010, no trecho que vai de Araguaína - TO a Santa Maria do Pará - PA e a BR-316 no trecho que vai de Santa Maria do Pará – PA a Belém - PA." **Autoria:** Senador Donizeti Nogueira. **Relatoria:** Sen. Antonio Anastasia (*Ad hoc*), substituiu Sen. Vicentinho Alves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, de 2013 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a criação do Selo Árvore do Bem, para os Municípios que tenham, no mínimo, uma árvore por habitante na área urbana." **Autoria:** Deputado Ricardo Izar. **Relatoria:** Sen. Regina Sousa. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 94, de 2011 - Terminativo -** que: "Institui o dia 13 de março como "Dia da Batalha do Jenipapo"." **Autoria:** Senador Wellington Dias. **Relatoria:** Sen. Ciro Nogueira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 586, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Institui o Sistema de Avaliação de Mérito no Ensino Médio para ingresso nas instituições federais de educação superior." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). **Relatoria:** Sen. Regina Sousa. **Relatório:** Contrário ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 123, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Confere ao Município de Nova Veneza, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional da Gastronomia Típica Italiana." **Autoria:** Deputada Geovania de Sa Rodrigues. **Relatoria:** Sen. Dário Berger (*Ad hoc*), substituiu Sen. Rose de Freitas. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer Favorável ao Projeto. **ITEM 13 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 10 de 2018** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, para instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 158, de 2017, que permite a criação de fundo patrimonial nas instituições federais de ensino superior." **Autoria:** Senador Lindbergh Farias e Senadora Fátima Bezerra. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 11 de 2018** que: "Nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, do art. 90, inciso V, e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão e Educação, Cultura e Esporte (CE), para discutir o tema da reprovação e da evasão em escolas públicas da educação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

básica." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Durante a discussão, em virtude de solicitação da Senadora Fátima Bezerra, é incluído no presente Requerimento o nome do Sr. Daniel Cara, Coordenador-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. **ITEM 15 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 13 de 2018** que: "Requeiro, nos termos regimentais, a inclusão dos nomes abaixo relacionados entre os convidados para participar da Audiência Pública destinada a instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 158, de 2017, que permite a criação de fundo patrimonial nas instituições federais de ensino superior, conforme o RCE nº 10/2018, de autoria do Senador Lindbergh Farias." **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Durante a discussão, a autora do Requerimento restringe a lista originalmente proposta ao Representante da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FASEP. **ITEM 16 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 14 de 2018** que: "Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para instruir o PLC nº 4, de 2017, de autoria do Deputado Heitor Schuch, que "Institui a Semana Nacional da Agricultura Familiar"." **Autoria:** Senadora Regina Sousa e Senadora Fátima Bezerra. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 15 de 2018** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, para debater a descontinuidade do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR, especialmente em sua modalidade presencial." **Autoria:** Senadora Fátima Bezerra e Senador Jorge Viana. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Marta Suplicy

Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/03/20

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, a qual estou presidindo a convite da sua Presidente, Senadora Lúcia Vânia.

A reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 17.

Informo que o item 3 da pauta, PLC 67, de 2017, foi retirado de pauta a pedido do Relator, Senador Dário Berger, para reexame do relatório.

(É a seguinte a matéria retirada:

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 67, de 2017

- Não terminativo -

Determina a obrigatoriedade do uso de detectores de metal e de gravação contínua de imagens em eventos de qualquer natureza realizados em ginásios e estádios esportivos.

Autoria: Deputado Jorginho Mello

Relatoria: Senador Dário Berger

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda de redação que apresenta.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não, Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Srª Presidenta, eu gostaria de, neste momento, fazer um registro acerca do brutal assassinato de que foi vítima a Vereadora do PSOL, mulher negra e favelada, Marielle Franco.

Na verdade, esse brutal assassinato, Senadora Marta, pretendia silenciá-la, mas não estão conseguindo e nem vão conseguir, porque, hoje, a voz de Marielle ecoa ainda mais forte, ultrapassando as fronteiras do Brasil e sendo ouvida nos mais diversos recantos do Planeta. Hoje, milhões de brasileiros e brasileiras fazem ecoar a voz de Marielle Franco nas ruas e nas redes sociais. Hoje, até mesmo a grande mídia empresarial, que sempre combateu as ideias defendidas por Marielle e fortaleceu o processo de criminalização da pobreza, dos movimentos populares e das lideranças de esquerda, vê-se obrigada a homenagear Marielle Franco, ainda que em busca de capturar a comoção popular para impulsionar propostas que Marielle sempre combateu, como, por exemplo, a intervenção militar no Rio de Janeiro.

As circunstâncias da execução de Marielle Franco e o fato de a munição utilizada na execução ser de um lote pertencente à Polícia Federal, Senadora Marta, exigem imediata e rigorosa apuração do crime, que também representa um violento atentado à democracia, contra a soberania do voto popular, pois Marielle foi eleita, nada mais, nada menos, com o voto de mais de 46 mil eleitoras e eleitores do Rio de Janeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além da imediata e rigorosa apuração do crime, precisamos também exigir punição àqueles e àquelas que, a exemplo da Desembargadora do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro Marilia Castro Neves e do Deputado Federal Alberto Fraga, tentam assassinar a memória de Marielle Franco, difundindo boatos que associam Marielle ao tráfico de drogas e ao crime organizado, numa tentativa de lhes impor uma segunda morte. Isso é condenável! É criminoso o ato tanto dessa Desembargadora como do Deputado Federal Alberto Fraga. São manifestações, Senadora Marta, inadmissíveis, preconceituosas, fruto do processo de fascistização de setores da sociedade brasileira e de instituições do Estado que se deixam pautar pela grande mídia empresarial e por movimentos como o MBL, que recebe financiamento empresarial para propagar *fake news*, mentiras, calúnias e tentar incidir na disputa política em curso no País, mas não vão conseguir.

Quero ainda aqui, Srª Presidenta, destacar que a mencionada Desembargadora Marilia Castro Neves achou pouco e, agora, dias antes do Dia Internacional da síndrome de Down, o que foi que essa mulher fez, Senadora Marta? Protagonizou mais outro episódio lamentável. Através de uma postagem nas redes sociais, simplesmente, a Desembargadora faz chacota de uma notícia que tinha como destaque a jovem Débora Araújo Seabra de Moura – minha conterrânea, Senadora Marta; é potiguar –, a primeira professora, a primeira educadora brasileira com síndrome de Down. Pois bem, o que a Desembargadora fez? Achou pouco, depois de caluniar Marielle, e fez uma nova postagem, desta vez, fazendo chacota de uma notícia que tinha com destaque Débora Araújo Seabra de Moura, a primeira educadora brasileira com síndrome de Down. Quero aqui dizer que o fato de uma pessoa com síndrome de Down ser professora provocou impulsos suicidas na dita Desembargadora. Quero aqui dizer que eu tenho muito orgulho de afirmar que a primeira professora brasileira com síndrome de Down é justamente do meu Estado, o meu querido Rio Grande do Norte. É a Débora Seabra, que tem 36 anos e – que bonito, Senadora Marta! – que não se deixa vencer pelo preconceito.

Em resposta à Desembargadora do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Débora deu uma verdadeira aula de dignidade e de cidadania, aula a que a Desembargadora provavelmente não teve oportunidade de assistir durante sua formação acadêmica. Em carta escrita à mão e postada nas redes sociais, Débora Seabra, como boa professora, dialogou com as dúvidas de Marilia Castro Neves, que perguntou o que Débora ensinava e a quem ensinava. Em tom respeitoso, Débora respondeu – abro aspas –: "Eu ensino muitas coisas para as crianças. A principal é que elas sejam educadas, tenham respeito pelas outras, aceitem as diferenças de cada uma, ajudem a quem precisa mais" – fecho aspas. Débora conclui, portanto, sua carta afirmando que discriminação é crime.

Débora Seabra trabalha há 13 anos como professora assistente em um dos colégios mais tradicionais de Natal, a Escola Doméstica. Débora é ativista, escritora, atriz e recebe convites para realizar palestras não apenas no Brasil, mas também em diversos países. Recebeu, Senadora Marta, em 2015, o Prêmio Darcy Ribeiro, concedido aqui pela Câmara dos Deputados, prêmio esse que, a senhora sabe, é concedido exatamente às pessoas ou entidades que se destacam na defesa da educação, do ensino.

Portanto, eu concluo aqui dizendo...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... com muito orgulho: Débora, você nos representa!

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Vou entrar no item 1, que é o turno suplementar do Projeto de Lei da Câmara nº 130. Depois, nós podemos encerrar e encaminhá-lo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 1
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 130, de 2009
- Terminativo -

Dispõe sobre a aplicação de provas e a atribuição de frequência a alunos impossibilitados de comparecer à escola, por motivos de liberdade de consciência e de crença religiosa.

Autoria: Deputado Rubens Otoni

Relatoria: Senador Pedro Chaves

Relatório: Não foram apresentadas emendas em turno suplementar.

Observações:

Em 13/03/2018, foi aprovado Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2009, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal. Ao Substitutivo, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral.

Como não foram apresentadas emendas em turno suplementar, coloco em discussão. (*Pausa.*)

Como nenhum Senador deseja colocar alguma emenda, não havendo quem queira discutir ou ofertar emenda, nós vamos encerrar a discussão.

O substitutivo é definitivamente adotado, nos termos do art. 282 do RISF, com as quatro Subemendas do Senador Chaves.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Senadora Marta, eu falei aqui com o Senador Telmário e falo aqui com os demais Parlamentares, faço só um pedido a V. Exª, se fosse possível, para passarmos à fase de requerimentos. É que eu faço parte da subcomissão especial que acompanha o Fórum Mundial da Água.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Qual item, Senadora?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente. Há vários Senadores lá. Como faço parte dessa subcomissão especial, eu tenho de voltar para lá, porque estou escalada agora para coordenar uma Mesa, exatamente a partir das 12h. Era só para pedir à senhora, se houver concordância, para que se adiante a fase dos requerimentos.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É o que eu estou fazendo, indo agora para o item 4, que é não terminativo. O Senador Telmário está presente. Exatamente.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito. Eu estou só pedindo que se vá para a fase dos requerimentos. Só isso. Tranquilo. Dos requerimentos. Depois do encaminhamento do Senador Telmário.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Quantos requerimentos nós temos? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Só mais dois.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 339, de 2017
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.722, de 3 de outubro de 2012, que "altera as Leis nºs 10.836, de 9 de janeiro de 2004, 12.462, de 4 de agosto de 2011, e 11.977, de 7 de julho de 2009; dispõe sobre o apoio financeiro da União aos Municípios e ao Distrito Federal para ampliação da oferta da educação infantil; e dá outras providências", para estabelecer parâmetros para o apoio financeiro suplementar a ser percebido por Municípios e pelo Distrito Federal, para ampliação da oferta de educação infantil.

Autoria: Senador Romário

Relatoria: Senador Telmário Mota

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Telmário Mota para proferir o seu relatório.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR. Como Relator.) – Srª Presidenta, eu farei uma síntese desse trabalho.

A proposição visa a recuperar texto anteriormente vetado pelo Presidente da República quando da conversão da Medida Provisória (MPV) nº 729, de 2016, que deu origem à Lei nº 13.348, de 10 de outubro de 2016.

Em síntese, o texto que a proposição pretende reestabelecer objetiva garantir que, no exercício de 2017 e 2018, as transferências suplementares para o Programa Brasil Carinhoso, de que trata a Lei nº 12.722, de 3 de outubro de 2012, terão por base o valor anual mínimo por aluno definido nacionalmente para a educação infantil, conforme o disposto na Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Determina, ademais, que o Distrito Federal e os Municípios que não tenham cumprido metas de atendimento estabelecidas pelos Ministros de Estado do Desenvolvimento Social e Agrário e da Educação farão jus a, no mínimo, vinte e cinco por cento do valor base, por matrícula, enquanto que aqueles que tenham alcançado as referidas metas farão jus a, no mínimo, cinquenta por cento desse valor por matrícula de criança.

Por sua vez, Srª Presidente, ao reestabelecer o art. 112–A, a proposição assegura que, nos anos de 2017 e 2018, o Distrito Federal e os Municípios farão jus, excepcionalmente, a 50% do valor básico, desde que tenham ampliado o número de matrículas em creche de crianças beneficiadas pelo Brasil Carinhoso, que a cobertura dessas matrículas supere 30% em relação ao ano anterior ou, nos Municípios de até vinte mil habitantes, desde que se comprometam a cumprir as metas de atendimento em creches estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE).

Por fim, a proposição prevê a dedução do montante dos novos repasses de valores que o Distrito Federal ou os Municípios tiverem de saldo em conta de recursos repassados para os fins de que trata a futura lei em período superior a doze meses.

No nosso relatório, consideramos que a proposição, ao assegurar condições favoráveis ao repasse dos recursos suplementares para atender às crianças matriculadas em creches, se mostra adequada tanto aos marcos constitucionais e legais em matéria de atendimento à infância, quanto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aos preceitos mais modernos nos campos da educação e do cuidado. Dessa forma, a matéria é oportuna, viável e socialmente necessária.

Por fim, apenas com o objetivo de corrigir pequeno lapso formal, apresentamos emenda de redação ao texto, que é exatamente a seguinte:

EMENDA Nº - CE

Dê-se a seguinte redação ao §1º do art. 4º-B da Lei nº 12.722, de 3 de outubro de 2012, na redação dada pelo art. 1º do Projeto de Lei do Senado n° 339, de 2017:

"Art. 1º .....

Art. 4º-B.....

.....

§ 1º O Distrito Federal ou o Município que não tenha cumprido, de maneira não cumulativa, o previsto nos incisos I e II do *caput* do art. 4º-A, mas já tenha atingido a meta estabelecida no §2º deste artigo, fará jus ao apoio financeiro suplementar de até cinquenta por cento do valor anual mínimo por aluno definido nacionalmente para a educação infantil, nos termos da Lei nº 11.494, de 2007.

....."

Voto.

Tendo em vista o exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado n° 339, de 2017, com a emenda já exposta.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Senador Telmário.

Coloco em discussão a matéria.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Srª Presidenta...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não, Senadora Fátima.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para discutir.) – Senador Telmário, eu queria fazer um apelo a V. Exª se seria possível dialogarmos no sentido de V. Exª retirar essa emenda. Porque o projeto original estabelece o valor anual mínimo de no mínimo 50% do valor anual mínimo por aluno definido nacionalmente para a educação infantil. Esse é o projeto original que nós consideramos como o mais adequado. Inclusive dialoga com a própria base que foi formulada no Fundeb.

E V. Exª está substituindo pela expressão de até 50% do valor anual mínimo por anulo definido nacionalmente para a educação infantil. Ou seja, V. Exª está retirando a palavra.... Veja bem, Senadora Marta, o que eu queria ver com o Senador Telmário é isso, Senador, pensando já nesse desafio, nessa dificuldade que é a questão do Orçamento, a questão do financiamento para os Municípios, porque faz uma diferença a emenda que o Senador Telmário está apresentando.

Daí, Senador, pergunto a V. Exª aqui se seria possível, olhando exatamente para as crianças, olhando para os Municípios, olhando do ponto de vista do financiamento – é só isso –, V. Exª deixar...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não sei, Senadora Fátima, participando ...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... o original. É só isso.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – ... da discussão, acho que o Relator vai poder fazer uma defesa do que ele propõe, mas será que não está relacionado à condição do Erário, e que teríamos mais chance de passar essa possibilidade com até, em vez de 50%? Mas vamos deixar o Relator se posicionar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É, porque isso faz uma diferença grande. Eu me lembro do debate do Fundeb.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Senador Telmário, a Senadora Maria do Carmo também quer se posicionar; depois, V. Exª, como Relator, fecha a discussão.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Social Democrata/DEM - SE) – Senadora Marta, eu pedi vista deste projeto para poder estudá-lo melhor.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – A Senadora está pedindo vista. Então, vista coletiva?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O.k.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Sim, vista coletiva.

Agora é o Requerimento nº 10, subscrito neste instante pela Senadora Fátima Bezerra, que, por favor, pode fazer a leitura do requerimento.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 10, de 2018

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, para instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 158, de 2017, que permite a criação de fundo patrimonial nas instituições federais de ensino superior.

Autoria: Senador Lindbergh Farias

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para encaminhar.) – Só um minutinho, Senadora. (*Pausa.*)

Senadora, é um requerimento do Senador Lindbergh, que eu estou subscrevendo. Estamos solicitando a realização de audiência pública no âmbito da nossa Comissão para tratar do Projeto de Lei nº 158, que vem despertando muito debate e muita polêmica. Eu me refiro a um projeto que trata da criação de fundo patrimonial nas instituições federais de ensino superior.

Consideramos, Senadora Marta, que é oportuno realizar essa audiência pública para aprofundar o debate.

Para tanto, sugerimos convidar o Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, Prof. Emmanuel Tourinho; o Fernando Peregrino, Presidente do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica; o Nilton Brandão, Presidente do Proifes-Federação; o Roberto Gil, Presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif); e o Ildeu de Castro Moreira, Presidente da SBPC.

É isso, Senadora Marta.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Temos um outro requerimento no item 14, de autoria do Senador Telmário Mota, a quem concedo a palavra para a leitura do requerimento.

ITEM 14

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 11, de 2018
- Não terminativo -

Nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, do art. 90, inciso V, e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão e Educação, Cultura e Esporte (CE), para discutir o tema da reprovação e da evasão em escolas públicas da educação básica.

Autoria: Senador Telmário Mota

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR. Para encaminhar.) – Srª Presidente, a audiência pública deverá contar com a participação dos convidados relacionados a seguir: Antonio Cesar Russi Callegari, do Conselho Nacional de Educação (CNE); João Batista Araújo e Oliveira, Presidente do Instituto Alfa e Beto; José Gomes da Silva, Titular da Secretaria de Educação e Desporto do Estado de Roraima; Mariana Leite, Economista e Pesquisadora do IDados – Inteligência Analítica; Priscila Fonseca da Cruz, Presidente-Executiva do Todos pela Educação; Rossieli Soares da Silva, Titular da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC).

No Brasil, a questão da repetência e da evasão escolar assume contornos dramáticos. Para se ter uma ideia, 36% dos jovens brasileiros de 15 anos que fizeram o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa) repetiram uma série ao menos uma vez. Na Coreia do Sul, essa taxa é de apenas 3,6% e na Finlândia, de 3,8%.

Além disso, segundo levantamento feito pelo IDados por meio do Censo Escolar, cerca de 3 milhões de alunos da educação básica foram reprovados em 2016, o que equivale a 10,26% dos estudantes da rede pública. Em Roraima, esse índice é de 8,3% no ensino fundamental e de 11,4%, altíssimo, no ensino médio.

Os prejuízos econômicos dessas taxas são imensos: R$16 bilhões foram perdidos, ou seja, 8% do que foi investido em educação no País não se reverteu em taxas de sucesso e de aprendizagem adequadas. É muito dinheiro jogado fora, dinheiro que é escasso e, portanto, deveria ser melhor aplicado.

Além dos custos econômicos, há também os de ordem social, pois são exatamente os estudantes oriundos das famílias mais pobres que são os maiores prejudicados pela dificuldade estatal de atender à diretriz constitucional da educação de qualidade para todos. Esses meninos e meninas são colocados em salas superlotadas e desconfortáveis, diante de profissionais bem-intencionados, mas muitas vezes despreparados, para aprender temas que não se articulam às suas necessidades em termos de desenvolvimento de competências para enfrentar os desafios da contemporaneidade. Em outras palavras, são recursos escassos e mal aplicados, que não geram retorno e perpetuam o vicioso ciclo da desigualdade.

Precisamos discutir o assunto. O Parlamento não pode ignorar tal situação, sobretudo porque há, nesse caso da repetência e da evasão, expressões plenas do fracasso no campo educacional, evidente descumprimento do que determina a legislação. Citamos, nesse contexto, a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE), cuja Meta 2 prevê, além da universalização do ensino fundamental de nove anos para toda a população de 6 a 14 anos, também a garantia de que pelo menos 95% desses alunos concluam essa etapa na idade recomendada. A Meta 3 também mantém o mesmo espírito, ao prever que não basta a universalização do ensino médio para os jovens entre 15 e 17 anos, mas também é fundamental a garantia de pelo menos 85% de taxa líquida de matrículas nessa etapa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Propomos, assim, a realização de audiência pública sobre o tema, a fim de que seja possível, por meio de discussão qualificada entre especialistas e autoridades, a identificação e o detalhamento da gravidade do cenário, bem como a eventual elaboração, de forma conjunta e colaborativa, de propostas e alternativas que possam contribuir para superá-lo.

Essa, a nossa proposta, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada. É um tema, realmente, bastante significante.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Srª Presidenta...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Deixe-me apenas acabar de ler, Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É que eu havia pedido para discutir. Era apenas para fazer uma sugestão ao Senador.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Está bem. Desculpe-me, então.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Calma, Senadora!

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não; é porque interrompem tanto que a gente acaba tendo que...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Estou querendo exatamente fortalecer o debate cada vez mais, prestigiar a nossa Comissão e defender a educação. Será rápido.

Eu queria, Senador Telmário, fazer dois aditivos: que nós possamos convidar, também, o Prof. Daniel Cara, especialista, Coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, e o Prof. Heleno, Presidente da CNTE.

Só isso, dois aditivos.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu também quero dar uma sugestão.

Já são cinco; se a gente puser mais dois, fica uma reunião que não... Aliás, já são seis, Fátima. Eu acho demais, mas vamos ver o que está pedindo a...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Eu entendo que tudo o que soma não subtrai. Então, dos dois, vamos atender um, porque a gente faz uma Mesa de dois blocos. Fátima, escolha uma dessas pessoas que você acha importante para somar, porque você é oriunda da educação, tem toda uma vida nisso, como também a nossa Presidenta, Marta. Acho que é um debate importante.

Hoje, vi uma matéria do Presidente Temer...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É extremamente relevante, mas acho que a gente precisa dar um tempo para cada um poder falar algo e que justifique a vinda da pessoa aqui. Às vezes, a gente convida oito pessoas, e elas acabam falando dez minutos. Se vêm do Pará, por exemplo, as pessoas ficam sentidas também.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Acho que a minha sugestão, Senadora, exatamente fortalece, porque pluraliza o debate. Primeiro, estou sugerindo...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Bom, aí depende do que a pessoa acha mais importante: pluralizar ou aprofundar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Estou sugerindo uma pessoa que dispensa comentários, pelo reconhecimento e pelo respeito que ele tem no Congresso Nacional, que é Prof. Daniel Cara.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Vamos tornar curto. Ele já disse que aceita uma pessoa. Qual a pessoa que V. Exª sugere?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Neste caso, nós vamos sugerir o Prof. Daniel Cara.

Lamento, porque o outro nome representa exatamente os 2,5 milhões de professores em todo o Brasil. Mas tudo bem.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Mas serão contemplados com os outros seis que estarão aqui. Pode ter certeza disso, Senadora. E há um outro detalhe...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Então, vamos acrescentar o nome.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Complementando, vi uma matéria hoje segundo a qual há uma previsão de que 40% do ensino fundamental seja a distância. Então, se temos evasão com a aula presencial...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Então, vamos acrescentar um.

Sobre essa história do ensino a distância, V. Exª pode pegar esse oitavo nome e colocar mais outros, porque dará um debate muito necessário. Acho que poderíamos ter um requerimento nesse sentido, porque acrescentaria para todos nós.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – A senhora está sugerindo um outro debate?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Um outro debate.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Faremos!

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – O Senador Telmário levantou um tema que hoje está nos jornais...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Está aqui, o que é um absurdo: "Governo Temer quer liberar até 40%do ensino médio a distância."

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu diria que não é bem assim.

Se a senhora ler a matéria inteira do jornal, que eu li, é a possibilidade... Nós não temos como implementar, da forma como seria o ideal, o ensino médio. Então, está-se pensando em complementar dessa forma. Não é nem complementar, é realizar dessa forma, para começarmos a implantar o ensino médio.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vamos fazer o debate, Senadora Marta.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Agora, esse debate...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Já basta a reforma do ensino médio, o quanto desqualificou. Agora é assim: para estudante pobre, vamos oferecer educação de qualquer maneira.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não é assim, Senadora!

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Tudo bem, mas vamos fazer o debate. A senhora tem a sua posição; eu tenho outra. Eu discordo.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu sei. Por isso estou sugerindo o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu acho que isso demonstra, cada vez mais, o descaso do Governo com a educação das classes populares.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Faça o requerimento do debate, e nós o votaremos.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Faremos. O.k, Senadora. Vou fazer o requerimento.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – É um ótimo tema.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Farei um requerimento para ser subscrito por todos.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu assino também. Acho uma ótima ideia.

Agora temos de aprovar os nomes que já foram lidos e mais o do Sr. Daniel Cara, sugerido pela Senadora Fátima.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 15.

ITEM 15
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 13, de 2018
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, a inclusão dos nomes abaixo relacionados entre os convidados para participar da Audiência Pública destinada a instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 158, de 2017, que permite a criação de fundo patrimonial nas instituições federais de ensino superior, conforme o RCE nº 10/2018, de autoria do Senador Lindbergh Farias.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para fazer a leitura do requerimento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Para encaminhar.) – Eu apenas o complemento.

Acho que a Senadora Regina Sousa endossou o requerimento do Senador Lindbergh Farias. É o mesmo assunto. Então, estou acrescentando...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Foi a Fátima? Desculpa! Foi a Fátima.

Estou acrescentando, para tratar sobre o mesmo tema, que é muito relevante, também o representante da Embrapa – é a questão do requerimento sobre o Fundo Patrimonial nas instituições federais de ensino superior e de pesquisa –, o representante da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp)...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Espere aí! É que não estou entendendo.

Nós aprovamos o do Lindbergh, e a Fátima foi...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone.*) – Sim. Ela está fazendo um aditivo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Estou fazendo apenas um aditivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – V. Exª quer acrescentar mais um nome?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Isso.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone*.) – É tranquilo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Foram apresentados quantos nomes, Senadora?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Vamos ver.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone*.) – Cinco.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – São cinco. Então, vamos manter seis. A senhora acrescenta mais um?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, como há só mais um...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu tenho quatro.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu tinha feito várias... Na de pesquisa, há quatro.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Há um, dois, três, quatro, cinco. Seria mais um nome, então.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Só mais um? Então...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Ou, então, podemos fazer outra também.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, tudo bem! Vou, então, sugerir aqui. Haveria o Conselho Nacional dos Sistemas Estaduais de Pesquisa, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo e também o Presidente do Conselho Nacional das Fundações Estaduais...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – V. Exª decide.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Vou optar pela Drª Helena Nader, Presidente de Honra da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É a última aqui.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ela já está aí? Ela não está aí, não é?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Então, vai acrescentar a Drª Helena Nader, Presidente de Honra da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

O resto está aprovado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ela é da SBPC. Os outros...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Vamos, então, votar.

Precisamos aprovar, então, o nome da Drª Helena...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Da SBPC.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – ... no requerimento do Senador Lindbergh, que foi lido aqui, *ad hoc*, pela Senadora Fátima Bezerra.

Qual é o outro? É o item 16.

ITEM 16
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 14, DE 2018
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para instruir o PLC nº 4, de 2017, de autoria do Deputado Heitor Schuch, que "Institui a Semana Nacional da Agricultura Familiar".

Autoria: Senadora Regina Sousa

É de autoria da Senadora Regina Sousa, mas está aqui sendo apresentado...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senadora Marta...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É subscrito pela Senadora Fátima Bezerra, a quem agora peço que faça a leitura do requerimento.

É o item 16.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senadora Marta, peço a palavra pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – É que estou vendo que, no requerimento da Senadora Fátima, que era do Senador Lindbergh e que a Senadora endossou, já está a SBPC.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Ah, já está, sim!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Já está o nome de Ildeu de Castro Moreira.

Então, eu...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – A senhora vai mudar, então?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu acho que é melhor, porque já está prevista a presença da SBPC.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Se já está prevista, é melhor.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Talvez, ela possa ser...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Então, a senhora muda.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, eu incluiria a representante da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Fapesp?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não.

Então, nós vamos ter de votar novamente o requerimento que era de autoria do Senador Lindbergh, relacionado ao Projeto de Lei da Câmara 158, que permite a criação do Fundo Patrimonial nas instituições federais.

Nós aprovamos os cinco nomes que foram indicados pelo Senador Lindbergh. Aprovamos um nome, que agora retiramos, que foi indicado pela Senadora Ana Amélia, que agora muda o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nome para o da representante ou o do representante da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Pois não, Senadora. Voltamos ao item 16.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para encaminhar.) – É de autoria da Senadora Regina, e eu o estou subscrevendo, pedindo uma audiência pública, Senadora Marta, para tratarmos do tema da Semana Nacional da Agricultura Familiar, que é objeto de um projeto de lei que está tramitando aqui no Senado Federal.

Julgamos oportuna a realização dessa audiência pública. Para tanto nós estamos convidando: o Representante da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead); o Representante do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); o Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (Contag); e o Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil (Contraf).

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 17.

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 15, de 2018

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, para debater a descontinuidade do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR, especialmente em sua modalidade presencial.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra e outros.

Senadora Fátima Bezerra e Senador Jorge Viana.

Concedo a palavra à Senadora Fátima Bezerra para a leitura do requerimento. É o número 15 e é o item 17.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para encaminhar.) – Só um momentinho, Senadora.

Requer-se aqui a realização de audiência pública para discutir o Parfor, que vem a ser Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica. O Parfor – que foi criado em 2009, um programa exitoso, vitorioso, voltado para a formação de professores da educação básica, que atuam evidentemente sem formação adequada nas escolas de todo o Brasil – veio em consonância com os arts. 62 e 62-B da LDB, bem como com os artigos do Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016, e com a própria a Meta 15 do Plano Nacional de Educação, que é aquela que estabelece o período para que nós tenhamos todos os professores e professoras não apenas, Senador Dário, com nível superior, mas com a formação adequada à disciplina que ele leciona.

E isso é uma luta em curso no nosso País. Evidentemente que avançamos, até porque nós temos um número hoje bastante elevado de professores que têm, repito, formação de nível superior. O número de professores leigos no País diminuiu muito, mas ainda existe, e não se trata

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

somente disso, de professores leigos, mas se trata ainda de a gente vencer um outro grande desafio, repito, que é a formação adequada para a disciplina que o professor leciona.

Daí porque o Parfor, que foi criado em 2009, cumpriu um papel muito importante. Ele foi implantado em regime de colaboração entre as Capes, envolvendo os Estados, os Municípios, o Distrito Federal, as instituições de educação superior etc. Para se ter uma ideia, segundo dados da própria Capes/MEC, o Parfor atendeu professores oriundos de 3.280 Municípios brasileiros e de 28.925 escolas. Até o final de 2016, o Parfor já havia formado 34.549 professores da educação básica e contava com 36.871 professores cursando uma licenciatura.

De acordo com a Profª Drª Josenilda Maués, Coordenadora do Fórum Nacional dos Coordenadores do Parfor, o não lançamento de edital para o Parfor presencial em 2018 decreta o fim do maior programa de formação de professores que este País já teve e revela o absoluto descaso com a demanda por formação dos professores da Amazônia, por exemplo, que não têm acesso à educação a distância.

Acrescenta ainda que a descontinuidade do Parfor representa um retrocesso na formação de professores da educação básica em nosso País. De acordo com o Censo Escolar da Educação Básica de 2017, cerca de 15% dos professores da educação básica ainda não têm ensino superior. Esse percentual é ainda maior quando também são considerados os professores que têm ensino superior, mas que não possuem formação adequada ou específica na área em que lecionam.

É isso, Senadora.

Consideramos o tema relevante...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Extremamente relevante, principalmente porque, segundo me foi relatado, esses professores vão até as comunidades – os professores – e formam professores nessas comunidades que, depois, se tornam professores dessas comunidades que geralmente só podem ser acessadas por barco. É muito bonito esse programa.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Marta, há os convidados que a gente propôs...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – V. Exª não leu o nome deles?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Posso ler. Quer que eu leia?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pode ler.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Emmanuel Tourinho, Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior; Alessio Costa Lima, Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação; Heleno Araújo Filho, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação; Josenilda Maués, Coordenadora do Fórum Nacional dos Coordenadores do Parfor; João Alfredo Braida, Presidente do Colégio de Pró-Reitores de Graduação das Ifes; Carlos Cezar Modernel Lenuzza, da Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica da Capes.

Acho que vai ser imperdível.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam o queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A pedidos, lemos aqui:

Educação Indígena.

Conferência Nacional reunirá 900 participantes em Brasília.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasília sedia esta semana a 2ª Confederação Nacional de Educação Escolar Indígena (2ª Coneei). Cerca de 900 pessoas são esperadas no evento, que será realizado no Centro Internacional de Convenções de Brasília entre terça-feira, 20, e quinta-feira, 22. O objetivo é construir propostas para a consolidação de uma política nacional de educação escolar indígena, de forma a garantir a essas populações o direito a uma educação específica, diferenciada e multilíngue.

O tema da conferência, "O Sistema Nacional de Educação e a educação escolar indígena: regime de colaboração, participação e autonomia dos povos indígenas", visa dar maior visibilidade e promover a ampliação do diálogo entre os entes federados para a efetivação de um regime de colaboração que favoreça o protagonismo indígena na área da educação.

A diretora de políticas de educação do campo, indígena e para as relações étnico-raciais do MEC, Rita Potiguara, explica que a conferência tem o objetivo de elaborar um documento com a participação de indígenas de todo o País. "Todos os participantes vêm com o compromisso de elaborar um documento que seja representativo, porque os povos indígenas são muito diversos, com uma complexidade enorme. Cada povo tem um projeto de escola e coletividade diferenciadas. Mas aqui serão construídas as linhas gerais que identificam a educação escolar indígena para todos esses povos – o que une as 305 etnias de todo País nesse projeto de educação e de escola", detalha a diretora.

A etapa nacional ocorrerá depois de amplo processo de participação indígena nas discussões realizadas nas 19 etapas regionais realizadas em todo o país, nas quais foram avaliados avanços, impasses e desafios da educação escolar indígena nas 19 etapas regionais realizadas em todo o País.

Cinco eixos norteiam a conferência: organização e gestão da educação escolar indígena, práticas pedagógicas diferenciadas, formação e valorização dos professores, políticas de atendimento e educação superior. Em todo o País existem cerca de 3.200 escolas indígenas.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Marta, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Eu queria solicitar de V. Exª se seria possível a inclusão de um item extrapauta.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Extrapauta, segundo eu fui informada, não é procedimento da Presidente desta Comissão. Então, vou seguir a orientação dela.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Está certo. Está o.k.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Item 12.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 123, de 2017

- Não terminativo -

Confere ao Município de Nova Veneza, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional da Gastronomia Típica Italiana.

Autoria: Deputada Geovania de Sa Rodrigues

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Rose de Freitas
Relatório: Favorável ao Projeto.
Observações:
A matéria constou da Pauta das Reuniões de 06/03/2018 e 13/03/2018.

Vou designar o Senador Dário como Relator *ad hoc*. A Senadora Rose de Freitas pediu para encaminharmos.

Concedo a palavra ao Relator *ad hoc* Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC. Como Relator.) – Srª Presidente, vem à análise desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 123, de 2017 (Projeto de Lei nº 2.042, de 2015, na Casa de origem), de autoria da Deputada Geovania de Sá, que confere ao Município de Nova Veneza, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional da Gastronomia Típica Italiana.

A proposição, em seu art. 1º, determina a adoção da referida homenagem, enquanto o segundo e último artigo estabelece que a lei em que o projeto vier a se transformar entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificação, a autora da matéria argumenta que, com mais de 95% da população descendendo de italianos, o Município de Nova Veneza, como o próprio nome sugere, tem uma relação muito forte com a Itália e está no Estado de Santa Catarina.

Na Casa de origem, a proposição foi aprovada conclusivamente pelas Comissões de Cultura e de Constituição e Justiça e de Cidadania, nos termos do art. 24, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Nesta Casa, a matéria foi encaminhada, unicamente, a esta Comissão, não lhe tendo sido apresentadas emendas no prazo regimental.

Análise, Srª Presidente.

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação apreciar matérias dessa natureza.

Em razão do caráter exclusivo da distribuição a esta Comissão, cumpre também analisar os aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa da matéria.

Relativamente à constitucionalidade do projeto, verifica-se ser concorrente com os Estados e o Distrito Federal a competência da União para legislar sobre cultura, nos termos do art. 24, inciso IX, da Constituição Federal.

A Carta Magna ainda determina que a iniciativa do projeto de lei compete ao Congresso Nacional, nos termos do art. 48, *caput*, por não se tratar de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República, segundo estabelecido no §1º do art. 61, nem de competência exclusiva do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, à luz dos arts. 49, 51 e 52.

A escolha de um projeto de lei ordinária mostra-se apropriada à veiculação do tema, uma vez que a matéria não está reservada pela Constituição à esfera da lei complementar.

Assim, em todos os aspectos, verifica-se a constitucionalidade da iniciativa.

Quanto à juridicidade, a matéria não afronta o ordenamento jurídico nacional.

Da mesma forma, no que concerne à técnica legislativa, o texto do projeto está igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

No que diz respeito ao mérito, a homenagem é justa e oportuna.

O Município de Nova Veneza incluiu em seu calendário turístico gastronômico, desde 2004, a "Festa da Gastronomia Típica Italiana". Durante três dias, a cidade promove *shows* locais e regionais, desfile de famílias e atividades folclóricas, além de muita comida típica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um dos pontos altos da comemoração é o Carnevale di Venezia, ocasião em que foliões mascarados e com fantasias ao estilo veneziano desfilam pelas ruas da cidade. Por ser, em todo o mundo, a única comemoração no estilo realizada fora da Itália, o festejo começou a atrair turistas de todas as nacionalidades, chegando a alcançar a marca histórica média de 200 mil visitantes em quatro dias de evento no mês de junho.

Em razão da grandeza do evento, os restaurantes de Nova Veneza passaram a assumir importância gastronômica nacional, servindo diariamente cerca de 10 mil pratos.

Na Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados, o Relator da matéria considerou que os documentos que integram o dossiê apresentado cumpriram as exigências constantes da Súmula de Recomendações aos Relatores nº 1, de 2013, daquela Comissão, para que, no caso de projeto de lei que pretenda conceder título de Capital Nacional, os relatores analisem o mérito da homenagem, principalmente no que se refere ao reflexo cultural desta, e verifiquem se foi apresentado, pelo autor da iniciativa, algum tipo de documentação comprobatória de que o Município laureado seja, de fato, expoente na atividade que venha a distingui-lo como Capital Nacional.

O objetivo da recomendação é assegurar a veracidade do processo de concessão, por lei, da titulação proposta, assim como a legitimidade, para a população local, da homenagem pretendida.

Por essas razões, é, sem dúvida, pertinente, justa e meritória a iniciativa que pretende conceder ao Município de Nova Veneza o título de Capital Nacional da Gastronomia Típica Italiana.

Em face do exposto, Srª Presidente, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 123, de 2017.

É o relatório, Excelência.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu acho que vou ser contrária. A Capital Nacional da Gastronomia Típica Italiana é São Paulo.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – É São Paulo... (*Risos.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Apesar de ter um carnaval veneziano, que a gente não tem...

Bom, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Presidente, a senhora pode continuar.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Como é?

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – A senhora pode continuar.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não, eu vou continuar. Estou pondo em discussão a matéria.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Mas eu não pretendo discutir, porque penso que Nova Veneza se enquadra perfeitamente na gastronomia italiana, até pelo nome.

É um projeto de que tomei conhecimento agora e, com muito prazer, fiz a leitura do relatório *ad hoc*...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Sabe o que eu vou dizer? São Paulo já é mesmo. Deixem Nova Veneza ter o título.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Isso.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Está bem? (*Risos.*)

Não havendo ninguém contrário, está aprovado o relatório. Nova Veneza vai ser considerada a Capital Nacional da Gastronomia Típica Italiana, e a matéria vai a plenário.

Nada mais havendo, temos uma convocação para o dia 27...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Srª Presidente?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Eu tenho o nº 3 para relatar, que é terminativo.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Ele foi retirado de pauta.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Foi retirado?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Foi.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Quem o retirou?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – O seu gabinete.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – O meu gabinete o retirou de pauta? Sério?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – V. Exª quer mantê-lo em pauta? Nós o mantemos.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Não, então deixe-o retirado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Está bom. Deve ter aparecido alguma coisa nova.

Convoco para o dia 27 de março, terça-feira, em caráter excepcional, às 11h30, reunião extraordinária desta Comissão destinada à deliberação de proposições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 28 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e sete de março de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, **sob as Presidências dos Senadores Pedro Chaves e Lídice da Mata**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Dário Berger, Valdir Raupp, Hélio José, Simone Tebet, Fátima Bezerra, Regina Sousa, Paulo Rocha, Flexa Ribeiro, Maria do Carmo Alves, Ronaldo Caiado, Roberto Muniz, Ana Amélia, Lúcia Vânia, Wellington Fagundes, Telmário Mota, Armando Monteiro e Ataídes Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Marta Suplicy, José Maranhão, Edison Lobão, João Alberto Souza, Ângela Portela, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Acir Gurgacz, Antonio Anastasia, Roberto Rocha, José Agripino, José Medeiros, Ciro Nogueira, Cristovam Buarque e Eduardo Lopes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 248, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Cria o Estatuto do Cigano." **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com nove emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CE a 9-CE. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais e pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 171, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino." **Autoria:** Deputada Keiko Ota. **Relatoria:** Sen. Simone Tebet. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 3 - PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 24, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Resolução nº 15, de 2012, para acrescentar as denominações Chico Mendes, José Antônio Kroeff Lutzenberger e Almirante Ibsen de Gusmão Câmara às categorias Responsabilidade Ambiental, Gestão Sustentável e Inovação Ambiental, respectivamente, do Prêmio Mérito Ambiental." **Autoria:** Senador Fernando Collor. **Relatoria:** Sen. Pedro Chaves. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão Diretora. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 339, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.722, de 3 de outubro de 2012, que "altera as Leis nos 10.836, de 9 de janeiro de 2004, 12.462, de 4 de agosto de 2011, e 11.977, de 7 de julho de 2009; dispõe sobre o apoio financeiro da União aos Municípios e ao Distrito Federal para ampliação da oferta da educação infantil; e dá outras providências", para estabelecer parâmetros para o apoio financeiro suplementar a ser percebido por Municípios e pelo Distrito Federal, para ampliação da oferta de educação infantil." **Autoria:** Senador Romário. **Relatoria:** Sen. Telmário Mota. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CE. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 305, de 2017 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional da Resolução de Conflitos." **Autoria:** Senador Edison Lobão. **Relatoria:** Sen. Eduardo Amorim (*Ad hoc*), substituiu Sen. João Alberto Souza. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 720, de 2015 - Terminativo -** que: "Denomina "Rodovia Henrique Herwig" a BR-376, no trecho situado entre São José dos Pinhais e Garuva" **Autoria:** Senador Roberto Requião. **Relatoria:** Sen. Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 299, de 2014 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e sobre a obrigatoriedade de seu cálculo para todos os estabelecimentos de educação básica das redes pública e privada." **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatoria:** Sen. Antonio Anastasia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 641, de 2015 - Terminativo -** que: "Denomina "Rodovia Bernardo Sayão" a BR-153 no trecho que vai de Anápolis - GO a Araguaína - TO, a BR-010, no trecho que vai de Araguaína - TO a Santa Maria do Pará - PA e a BR-316 no trecho que vai de Santa Maria do Pará – PA a Belém - PA." **Autoria:** Senador Donizeti Nogueira. **Relatoria:** Sen. Antonio Anastasia (*Ad hoc*), substituiu Sen. Vicentinho Alves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, de 2013 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a criação do Selo Árvore do Bem, para os Municípios que tenham, no mínimo, uma árvore por habitante na área urbana." **Autoria:** Deputado Ricardo Izar. **Relatoria:** Sen. Regina Sousa. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 94, de 2011 - Terminativo -** que: "Institui o dia 13 de março como "Dia da Batalha do Jenipapo"." **Autoria:** Senador Wellington Dias. **Relatoria:** Sen. Ciro Nogueira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 586, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Institui o Sistema de Avaliação de Mérito no Ensino Médio para ingresso nas instituições federais de educação superior." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). **Relatoria:** Sen. Regina Sousa. **Relatório:** Contrário ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 16 de 2018** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a importância da instituição do Dia Nacional do Museu." **Autoria:** Senadora Maria do Carmo Alves. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 17 de 2018** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, para debater a proposta de aplicação da educação a distância em 40% (quarenta por cento) da carga horária do ensino médio, em debate no Conselho Nacional de Educação." **Autoria:** Senadora Fátima Bezerra. **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Durante a discussão, em virtude de solicitação do Senador Pedro Chaves, é incluído no presente Requerimento um representante da Federal Nacional das Escolas Particulares. **ITEM 14 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 18 de 2018** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, junto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, do Senado Federal, para debater a isenção às Rádios Comunitárias de pagamento de taxas ao Escritório Central de Arrecadação e Distribuição – Ecad, proposta do Projeto de Lei do Senado, de nº 410, de 2017, em tramitação nesta Comissão." **Autoria:** Senadora Fátima Bezerra. **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Durante a discussão, em virtude de solicitação da Senadora Fátima Bezerra, é incluído no presente Requerimento Domingos Sávio Dresch da Silveira, Subprocurador-Geral da República. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 98, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional do Profissional de Comunicação de Mídia Eletrônica e Mídia Digital." **Autoria:** Deputada Dâmina Pereira. **Relatoria:** Sen. Telmário Mota. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Pedro Chaves

Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/03/27

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico o recebimento da Moção nº 256/2017, na qual a Câmara Municipal de Campinas solicita esforços na liberação de mecanismos legais com finalidade de prevenir mortes por asfixia nas escolas.

O expediente se encontra à disposição na Secretaria desta Comissão aos Senadores que desejarem acesso ao seu conteúdo.

A reunião se destina à deliberação dos Itens de nºs 1 a 14.

Vamos começar pelo item 4.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Pois não.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de registrar, no âmbito da Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal, uma nota assinada por várias entidades que formam o Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio. Essa nota, Sr. Presidente, diz respeito à recente divulgação feita pela imprensa brasileira acerca de uma medida em debate no Conselho Nacional de Educação que diz respeito a permitir que até 40% do ensino médio sejam feitos a distância – V. Exª deve estar acompanhando essa medida que tem causado muito debate.

Pelo caráter polêmico que ela tem, vem repercutindo em toda a imprensa. Há matérias como, por exemplo: "Governo Temer quer liberar até 40% do ensino médio a distância", da *Folha de S.Paulo*; em entrevista o ex-Ministro da Educação diz que "Temer dá um golpe mortal no ensino médio"; "40% do ensino médio a distância precariza e privatiza a educação", artigo do assessor do Senado Bruno Costa. Há matérias no *Brasil de Fato*: "Ensino médio a distância é 'tentativa de privatizar educação'"; "40% do ensino médio a distância: golpe fatal" é o título do artigo assinado pelo Prof. Luiz Carlos de Freitas.

Eu quero aqui, muito rapidamente, Senador Pedro Chaves, ler a nota, repito, assinada por diversas entidades que compõem o Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio.

Essas entidades repudiam a proposta em debate no Conselho Nacional de Educação da aplicação da educação a distância em 40% da carga horária do ensino médio através de parcerias com o setor privado.

Diz o Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio – abre aspas:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> A lei da reforma do ensino médio passou a permitir que fossem utilizados recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) para realização de parcerias com o setor privado, inclusive para que empresas de educação a distância ofertassem cursos nessa modalidade e que seriam usados para a integralização dos currículos dos/das estudantes nesse nível de ensino. O empenho em agradar o empresariado nacional, interlocutor preferencial do MEC, no entanto, eleva essa possibilidade ao extremo ao regulamentar que até 40% do Ensino Médio possa ser feito a distância.

Destaca, ainda, a nota do Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio:

> São amplamente conhecidas as condições de precariedade de grande parte da oferta pública da última etapa educação básica no País, que carece de maiores investimentos. A reforma do ensino médio vai aprofundar essa precariedade, reduzindo o currículo ao mínimo, e agora, induzindo a oferta a distância. A reforma do ensino médio amplia as desigualdades educacionais que marcam o processo formativo da(s) juventude(s) brasileiras e retira dos/das jovens, sobretudo os da escola pública, o direito a uma formação plena, de qualidade, como requer [a nossa Constituição cidadã de 1988], consolidando o processo de *apartheid* social dos mais pobres.

Por fim, exige o Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio que o Governo e o Conselho Nacional de Educação "respeitem as vias tradicionalmente constituídas com vistas à elaboração das normas que regulamentam a educação brasileira", de modo a permitir a participação da sociedade na elaboração e monitoramento das políticas educacionais.

Quero aqui, portanto, Senador Pedro Chaves, somente reforçar que, dada a importância do tema, evidentemente considero que esta Comissão não pode se omitir. Está na pauta hoje, e espero que seja aprovado, um requerimento de nossa autoria para realizarmos um debate, chamando aqui o Conselho Nacional de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Perfeito.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Afinal de contas, é de lá que surge essa proposta, que nós consideramos extremamente inoportuna. Então, está na pauta hoje, repito, o requerimento de nossa autoria para que realizemos esse importante debate.

Finalizo só dizendo que essa nota que acabei de ler, repudiando essa medida em debate no Ministério da Educação que pretende permitir que o ensino médio seja ofertado através do ensino a distância em até 40%, é assinada pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), pela Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope), pela Anpae (Associação Nacional de Política e Administração da Educação), pela Associação Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências (Abrapec), pela Associação Brasileira de Currículo (ABdC), pela Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (Fineduca), pelo CEDES (Centro de Estudos Educação e Sociedade), pela CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), pelo Forumdir (Fórum Nacional de Diretores de Faculdades, Centros de Educação ou Equivalentes das Universidades Públicas Brasileiras), pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação e pela Rede Escola Pública e Universidade.

Portanto, Senador Pedro Chaves, toda a minha solidariedade à nota do Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio repudiando, repito, essa proposta extremamente desastrosa, que é permitir que até 40% do currículo do ensino médio seja ofertado a distância, ao mesmo tempo em que espero aprovar o requerimento para que a Comissão possa fazer o debate acerca do tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Pois não. Eu agradeço muito a sua intervenção, mas gostaria de comunicar a V. Exª que o Ministro, repetidas vezes, tem dito que jamais passariam pelo MEC esses 40% de educação a distância. Ele é radicalmente contra. Então, qualquer iniciativa do Conselho Nacional de Educação não tem o aval do Ministério da Educação. Mas, mesmo assim, eu concordo que haja uma audiência pública ou algum tipo de manifestação para que ratifiquemos esse ponto de vista. Eu, particularmente, também sou radicalmente contra a educação a distância para ensino médio, pela maturidade dos alunos e porque precariza, realmente, a qualidade do ensino.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Pedro Chaves, quero acrescentar que esse é mais um motivo, inclusive – e V. Exª concorda – para que a gente faça aqui o debate, até porque, veja bem, o Ministro se pronunciou na imprensa, creio eu, inclusive em função de toda a repercussão negativa que teve, porque de fato é inimaginável pensar que o ensino médio, que não é uma modalidade qualquer, V. Exª sabe disso...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Lógico.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – É uma das modalidades mais especiais da educação básica, afinal de contas, é aquela modalidade que trata do jovem exatamente na fase da sua adolescência, e simplesmente permitir que o currículo do chamado ensino médio, basicamente a metade dele, Senador Pedro Chaves, possa ser ofertado a distância...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – É inaceitável!

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Isso é inaceitável! É inaceitável! Nós não podemos, especialmente em uma modalidade como essa, substituir o papel do professor.

Evidentemente que a educação a distância, como inovação tecnológica, como tecnologia educacional, é bem vista como complemento...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Exato.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... e não para substituir o professor.

No mais, é importante a gente fazer aqui esse debate. É importante que o Ministro se pronuncie, até porque fica esquisito uma discussão como esta ocorrer no Conselho Nacional de Educação e ele ter dito que não tinha conhecimento, quando o MEC tem assento no Conselho Nacional de Educação através do titular da Secretaria de Educação Básica e exatamente de uma outra secretaria. Então, é meio esquisito o Ministro dizer que não tinha conhecimento desse debate quando, repito, o próprio MEC tem assento no Conselho Nacional de Educação.

Mas o importante é a gente, aqui...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Fazer o debate.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... trazer o debate. E eu espero que a Comissão de Educação aqui do Senado firme, portanto, a sua posição contrária a essa iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Concordo com V. Exª.

Então, vamos ao item 4 da nossa pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 339, de 2017

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.722, de 3 de outubro de 2012, que "altera as Leis nos 10.836, de 9 de janeiro de 2004, 12.462, de 4 de agosto de 2011, e 11.977, de 7 de julho de 2009; dispõe sobre o apoio financeiro da União aos Municípios e ao Distrito Federal para ampliação da oferta da educação infantil; e dá outras providências, para estabelecer parâmetros para o apoio financeiro suplementar a ser percebido por Municípios e pelo Distrito Federal, para ampliação da oferta de educação infantil.

Autoria: Senador Romário.

Relatoria: Senador Telmário Mota.

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

1) Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa;

2) Em 20/03/2018, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais;

3) Em 21/03/2018, o Senador Telmário Mota apresentou Relatório reformulado.

Com a palavra o Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente, esse projeto aqui não é terminativo e o seu relatório já foi lido na íntegra. Entretanto, há só a questão de uma emenda, pois, hoje, nós vamos fazer uma correção, conforme coloco aqui.

Por fim, apenas com o objetivo de corrigir pequeno lapso formal, apresentamos emenda de redação ao texto do art. 4º-B, §1º, e a remissão ao inciso III, que inexiste na referida lei.

Portanto, Sr. Presidente, eu faço um apelo ao Srs. Senadores para que nós aprovemos esse projeto aqui, que é da maior importância socioeconômica.

Como ele segue a sua tramitação, indo daqui para a CAE, lá, naturalmente lá será debatida a questão orçamentária do projeto.

Assim, repito, apelo aos colegas Senadores pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Vou colocar a matéria em discussão.

Já que se trata de assunto financeiro, com aporte da União, a matéria vai à CAE.

Assim, submeto a matéria à apreciação de todos os membros da Comissão de Educação.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão de Educação, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CE.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Vamos agora ao item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 171, DE 2017

- Não terminativo -

Altera o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino.

Autoria: Deputada Keiko Ota

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Simone Tebet
Relatório: favorável ao projeto.
Observações:
A matéria constou da pauta da reunião de 20/03/2018.

Com a palavra, então, a nossa Relatora.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Srªs Senadoras e Srs. Senadores, vem a esta Comissão o PLC 171, de 2017, de autoria da Deputada Keiko Ota. Na realidade, trata-se de uma alteração na LDB, para incluir entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz.

Na justificativa, a autora sustenta que a garantia do combate a todas as formas de violência e a promoção da paz nas escolas devem consistir em valores fundamentais para a educação brasileira. O objetivo da proposição, portanto, é reforçar, no âmbito escolar, as disposições previstas na lei que institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying).

Análise.

Compete a esta Comissão emitir parecer sobre a constitucionalidade e juridicidade da proposição em referência, uma vez que, nesta Casa Legislativa, ela foi distribuída unicamente a esta Comissão. Lembro que, por se tratar de um projeto da Câmara, ele é terminativo no plenário desta Casa.

Não há vícios de constitucionalidade, de regimentalidade nem de legalidade.

Quanto ao mérito, o PLC dispõe sobre tema de grande importância e cada vez mais debatido entre especialistas da educação. Conforme o *Diagnóstico Participativo das Violências nas Escolas*, feito em 2016 pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais em parceria com o Ministério da Educação, 69,7% dos jovens afirmam terem visto algum tipo de agressão dentro da escola. Agressão verbal, discriminação, *bullying*, furto/roubo, ameaças e agressão física são alguns tipos de violências infelizmente presenciados e sofridos dentro das escolas por alunos, professores e funcionários.

Além do sofrimento causado à vítima, estudos comprovam que a violência também tem efeitos negativos sobre o desempenho escolar dos alunos. Nesse sentido, a proposição em análise é bastante meritória, pois não somente busca incluir entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, mas vai além ao responsabilizá-los pela promoção da cultura de paz.

Ademais, o PLC está em sintonia com a legislação já existente e é meritório ao trazer a questão do combate a todas as formas de violência e da promoção da cultura de paz. Acreditamos que a aprovação do projeto terá grande impacto no cumprimento de metas do Plano Nacional de Educação que têm como uma de suas estratégias a garantia de políticas de combate à violência na escola.

Diante do exposto, Sr. Presidente, nós somos pela aprovação da matéria.

Nós precisamos lembrar que esta pauta não só impera no Congresso Nacional desde o ano passado, mas também é a pauta primária de todos os cidadãos brasileiros: o tema relacionado à violência e à insegurança pública no País.

Falamos muito no Senado e no Congresso Nacional, a meu ver, erroneamente, em aumento de pena sem olharmos as verdadeiras causas desse aumento da criminalidade. Uma delas, talvez, seja exatamente esta: a falta que os jovens e as nossas crianças estão tendo na questão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

educacional, dentro da escola, dentro de casa, no sentido da verdadeira promoção da paz. O reflexo da rua vem para dentro de casa. Nós temos de mostrar para a criança e para o adolescente o processo inverso. Talvez esse seja um dos projetos mais relevantes, se nós tivermos realmente condições de implantar de uma forma muito tranquila dentro da escola, com envolvimento não só dos professores e alunos, mas também dos pais e da sociedade. É formar a criança e o cidadão do futuro para uma consciência de paz e não de violência. Mas é um assunto a ser tratado no plenário. Sei que vai ter amplo debate no plenário, não o debate acirrado no sentido de pró e contra, mas no sentido positivo, favorável a esse projeto, Sr. Presidente.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Coloco em discussão a matéria.

Eu gostaria só de comentar que parabenizo a Simone. Como educador, sei exatamente desse problema, que é muito grave. Realmente a cultura da paz, que é uma das pautas da própria ONU, é fundamental que comece no berço, dentro de casa, e se estenda para as escolas. Hoje, na verdade, é um momento difícil. Tenho notado inúmeras denúncias na televisão, principalmente em Mato Grosso do Sul, de violência dentro das escolas. É necessário que haja realmente uma lei que possa coibir esse tipo de ação, que é muito negativa. E ela expõe tudo isso. Eu a parabenizo – viu, Simone? – pelo relatório, que foi perfeito.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da CE, favorável ao projeto.

A matéria vai ao plenário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Sr. Presidente, eu tenho um projeto de que sou Relator. Ele não está na pauta. Trata, nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, de instituir o Dia Nacional do Profissional de Comunicação de Mídia Eletrônica e Mídia Digital. Dá para colocar em pauta, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Dá sim. Eu vou consultar então os Senadores e Senadoras sobre o Requerimento do Senador Telmário Mota para discussão extrapauta do PLC nº 98, de 2017, que institui o Dia Nacional do Profissional de Comunicação de Mídia Eletrônica e Mídia Digital.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam a inclusão extrapauta queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

EXTRAPAUTA
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 98, de 2017
- Não terminativo -

Institui o Dia Nacional do Profissional de Comunicação de Mídia Eletrônica e Mídia Digital.

Autoria: Deputada Dâmina Pereira

Relatoria: Senador Telmário Mota

Com a palavra o Sr. Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, o relatório.

Vem à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 98, de 2017 (Projeto de Lei nº 5.600, de 2016, na Casa de origem), de autoria da Deputada Dâmina Pereira, que propõe seja instituído o Dia Nacional do Profissional de Comunicação de Mídia Eletrônica e Mídia Digital, a ser celebrado em 30 de março.

A proposição, Sr. Presidente, consta de dois dispositivos: o art. 1º estabelece a referida efeméride e o art. 2º propõe que a futura lei entre em vigor na data de sua publicação.

Em sua justificação a autora da matéria destaca a importância do "novo universo do jornalismo brasileiro", composto pelas mídias impressa, eletrônica e virtual, e enfatiza que os profissionais de comunicação de mídia eletrônica e mídia digital merecem mais atenção por parte de todos que pensam no futuro do jornalismo. A autora também esclarece que o dia 30 de março corresponde à data em que se realiza o Fórum Nacional de Comunicação Eletrônica e Digital.

Na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 5.600, de 2016, foi aprovado pelas Comissões de Cultura (CCULT) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

No Senado Federal, o PLC nº 98, de 2017, foi distribuído para a apreciação exclusiva da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Após a análise da CE, a matéria segue para a decisão do Plenário.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

Análise, Sr. Presidente.

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE opinar sobre matérias que versem sobre datas comemorativas, caso do projeto de lei em análise.

O grande desenvolvimento científico e tecnológico está provocando uma revolução no campo das comunicações, que repercute particularmente na circulação das informações.

Nesse contexto, as mídias eletrônica e digital exercem relevante papel. A expressão mídia eletrônica se refere ao conjunto de meios de comunicação que necessita de recursos eletrônicos ou eletromecânicos para que o usuário final tenha acesso aos conteúdos. Mídia digital, por sua vez, constitui o conjunto de veículos e aparelhos de comunicação baseados em tecnologia digital, permitindo a distribuição ou comunicação digital das obras intelectuais escritas, sonoras ou visuais.

Essa nova realidade, Sr. Presidente, que favorece o acesso às comunicações e, consequentemente, às informações, exige profissionais capazes de aliar a competência tecnológica com o conteúdo de qualidade. Assim, o mercado valoriza cada vez mais profissionais formados em áreas como vídeo digital, animação, áudio, *design* de *websites*, *design* gráfico, multimídia interativa, bem como profissionais das áreas de consultoria, educação, artes, mídia (nova e tradicional), comunicação de *marketing* e treinamento.

Como bem enfatiza a autora da matéria, o novo universo da comunicação formou um "contingente humano que já acessa todos os tipos de conteúdo jornalístico, como notícias, comentários, opiniões, campanhas de mobilização, elogios ou críticas políticas, propaganda ideológica de esquerda ou de direita – entre outros conteúdos capazes de influenciar o comportamento político desses cidadãos".

Por essas razões é, sem dúvida, justa, oportuna e meritória a iniciativa, ora em análise, que pretende instituir o "Dia Nacional do Profissional de Mídia Eletrônica e Mídia Digital".

Tendo em vista o caráter exclusivo da distribuição à CE, cabe igualmente a esta Comissão apreciar os aspectos de constitucionalidade e de juridicidade da proposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que tange à constitucionalidade, a iniciativa obedece aos requisitos constitucionais formais para a espécie normativa, além de também não afrontar dispositivos de natureza material da Carta Magna.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, em especial com as determinações da Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que estabelece critérios para a instituição de datas comemorativas. De acordo com essa lei, a apresentação de proposição legislativa que vise a instituir data comemorativa deve vir acompanhada de comprovação da realização de consultas e/ou audiências públicas que atestem a alta significação para os diferentes segmentos profissionais, políticos, religiosos, culturais e étnicos que compõem a sociedade brasileira.

Em atendimento a essa determinação, a autora da matéria juntou à proposição ata de reunião ocorrida em 14 de junho de 2016, em que diversos Estados filiados à Associação Brasileira de Imprensa de Mídia Eletrônica e Digital (ABIME) aprovam consulta que lhes foi apresentada no sentido de se instituir o dia 30 de março como o "Dia Nacional do Profissional de Comunicação de Mídia Eletrônica e Mídia Digital".

No que concerne à técnica legislativa, o texto do projeto está igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001, que dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Sendo assim, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o projeto de lei em questão atende aos aspectos de natureza constitucional, técnica e jurídica.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2017.

Assim, eu encerro o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Eu coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão de Educação, favorável ao projeto.

A matéria vai ao plenário.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente, gostaria, se possível, de solicitar uma inversão de pauta a V. Exª para dois requerimentos de nossa autoria, são os itens 13 e 14.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Pois não.

Autorizo a inversão de pauta solicitada pela nobre Senadora.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Sr. Presidente, pela ordem. Depois da inversão de pauta já devidamente autorizada por V. Exª, gostaria de retornar ao item 1, que é não terminativo nesta Comissão, para eu poder ler o relatório. Está bem?

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Sem problemas.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Item 13.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 13
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 17, de 2018
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, para debater a proposta de aplicação da educação a distância em 40% (quarenta por cento) da carga horária do ensino médio, em debate no Conselho Nacional de Educação.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra

Concedo a palavra à Senadora para a leitura do requerimento de audiência pública.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, conforme já mencionei aqui, no início da nossa reunião, quando li a nota aqui assinada por entidades as mais representativas que fazem parte do Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio, essas entidades repudiam essa iniciativa em debate no Conselho Nacional de Educação, que trata de permitir que até 40% da carga horária do ensino médio seja ofertada através da chamada educação a distância. Igualmente, Senador Pedro Chaves, essas entidades repudiam a iniciativa com relação à EJA, Educação de Jovens e Adultos – eles agora estariam liberando para que até 100% da educação de jovens e adultos pudesse ser feita pelo chamado ensino a distância.

Então, consideramos necessário o debate e estamos propondo essa audiência pública. Naturalmente esperamos contar aqui com a presença do MEC, através do titular da Secretaria de Educação Básica, Prof. Rossieli; do Conselho Nacional de Educação, através do Antonio Callegari, que é o Coordenador da Câmara de Educação Básica do Conselho; do Daniel Cara, que é o Coordenador Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; do Consed – Senador Pedro Chaves, aqui é muito importante, porque representa os secretários estaduais de educação –; e, evidentemente, do Prof. Heleno Araújo, que é Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, entidade que representa mais de 4,5 milhões de professores e professoras, profissionais da educação de todo o País.

Considero, volto a dizer, este debate como sendo da mais alta importância, Senador Pedro Chaves, porque não estamos tratando aqui de uma etapa qualquer da vida do estudante, estamos tratando da educação básica, uma modalidade muito importante que requer mais ainda a presença do professor. Nós tínhamos que levar em consideração que a própria reforma do ensino médio, contestada por mim... V. Exª foi Relator, respeito, mas V. Exª está lembrado que a chamada reforma do ensino médio trouxe consigo o tão propalado programa de política de fomento à implementação de escolas de ensino médio em tempo integral. Como é que fica isso, Senador Pedro Chaves? Quer dizer, qual é o conceito do MEC de escola de ensino médio em tempo integral? Qual é o conceito dele? O conceito dele de escola de ensino médio em tempo integral é uma escola que vai ofertar 60% da carga horária de modo presencial e vai terceirizar 40% para as instituições que ofertam educação a distância. Veja só o senhor como o assunto é delicado, com o assunto requer um debate com muita profundidade e com muita seriedade.

Não vou me alongar mais. Peço só aqui o apoio dos meus pares, porque julgo importante essa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Eu tenho o sentimento de que o MEC não concorda com isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu pediria permissão a V. Exª para incluir mais um órgão, a Fenep, Federação Nacional das Escolas Particulares, para que haja realmente o contraditório.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Então está ótimo.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento, com a inclusão da Fenep.

O próximo requerimento é de autoria da Senadora Fátima Bezerra.

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 18, de 2018

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, junto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, do Senado Federal, para debater a isenção às Rádios Comunitárias de pagamento de taxas ao Escritório Central de Arrecadação e Distribuição – Ecad, proposta do Projeto de Lei do Senado, de nº 410, de 2017, em tramitação nesta Comissão.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra

Concedo a palavra à Senadora Fátima para apresentar seu requerimento.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente, também considero muito importante esse requerimento. Aliás, vai na linha do projeto de lei relatado pelo Senador Telmário Mota que acaba de ser aprovado, que institui o dia do profissional da comunicação eletrônica e digital. Está vendo, Senador Hélio José?

Então, tem tudo a ver com o projeto de lei, tramitando aqui, neste exato momento, na Comissão de Educação do Senado, de autoria do Senador Hélio José, o Projeto de Lei do Senado nº 410, do qual eu tenho a honra de ser a Relatora.

Este projeto, Senador Pedro Chaves, é muito meritório. Ele simplesmente propõe que as rádios comunitárias sejam isentas de pagar os valores mensais referentes à utilização de músicas em suas programações, conforme determina a Lei 9.610, de 1998, que criou o Ecad.

Veja bem, considero o projeto de lei meritório – o Senador Hélio José teve uma grande sensibilidade –, porque nós não estamos aqui também tratando de um tema qualquer; nós estamos tratando de um tema que é a radiodifusão comunitária no nosso País, um país fortemente marcado pela concentração dos meios de comunicação, um verdadeiro monopólio, um verdadeiro oligopólio. É bom aqui ressaltar que os chamados meios de comunicação tradicionais no nosso País estão na mão de quatro, cinco ou seis famílias. Esse é o desenho em nível nacional. Quando a gente vai para as nossas regiões, para os nossos Estados, é esse mesmo desenho. Isso não é saudável, isso não é justo, isso não é democrático, isso, inclusive, não está em acordo com a própria Constituição Federal, de 1988, que trouxe lá o capítulo da democratização dos meios de comunicação, infelizmente até hoje não regulamentado.

E é nesse cenário que surge a radiodifusão comunitária. Só que tem um detalhe, Senador Pedro Chaves: o senhor sabe que essas rádios comunitárias não têm fins lucrativos. Elas não têm fins lucrativos. Portanto, elas apresentam muitas dificuldades financeiras, porque elas não têm os chamados fins lucrativos. Daí nós considerarmos pertinente que elas possam ser isentas do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pagamento do Ecad. Não que nós sejamos contra a cobrança do Ecad, não é, Senador Hélio José? Não se trata disso. Se trata de uma questão de bom senso, de justiça.

Essas rádios comunitárias não têm fins lucrativos, e todo mundo sabe das dificuldades financeiras que elas enfrentam para manter suas atividades; ao mesmo tempo, é desnecessário aqui dizer do papel importante que essas rádios desempenham no desenvolvimento local e regional, levando a informação com seriedade, com isenção e com imparcialidade. Então, para que a própria Comissão de Educação possa ter maiores esclarecimentos acerca do projeto de lei de que eu sou Relatora, que isenta as rádios comunitárias do Ecad, nós estamos propondo a realização dessa audiência pública.

Virão para cá, nós estamos convidando: o coordenador da Abraço (Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária), o Sr. Jeremias dos Santos; o próprio Senador Hélio José nós também estamos convidando para a Mesa, como autor do projeto de lei; o representante, claro, do Ministério da Comunicação, Ciência e Tecnologia; e a Superintendente Executiva do Ecad, a Srª Gloria Braga.

E quero também, desde já, fazer aqui um aditivo, Senador Pedro Chaves. Vou já passar à Mesa o nome de mais um convidado aqui, para participar do debate. É uma audiência que queremos fazer em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Regional aqui do Senado, que eu presido.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Está bem. Gostaria de ratificar o ponto de vista sobre as rádios comunitárias.

Nesse final de semana, visitei diversos Municípios de Mato Grosso do Sul e vi a dificuldade com que elas sobrevivem. Na verdade, elas são colocadas em quartinhos para poder transmitir notícias, prestando serviços relevantes. Não sei como elas conseguem sobreviver, porque elas são sem fins lucrativos e não têm fonte de receita nenhuma.

O Ecad – permita-me dizer – é uma verdadeira caixa-preta. Noto, realmente, que eles cobram valores absurdos, valores diferenciados, sem nenhum referencial. É muito importante que a Superintendência do Ecad venha aqui, para que possamos questionar como é feita essa avaliação e como esses valores são cobrados.

Estou de acordo particularmente, embora não vá votar, mas passo aos Senadores.

Em votação.

Antes de mais nada, Senadora, qual é o nome da pessoa que V. Exª gostaria de citar. Já o incluiria agora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Estou pedindo a minha assessoria neste exato momento, Senador Pedro Chaves.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Senador Pedro Chaves, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Pois não.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF. Pela ordem.) – Como autor do projeto, quero cumprimentar a nobre Senadora Fátima Bezerra e V. Exª também, que esteve visitando e conhecendo. Quero cumprimentar os nossos nobres Senadores Telmário Mota e Dário Berger, que sabem da importância, para as comunicações, das rádios comunitárias em cada Estado, do mérito dessa audiência pública, porque é uma oportunidade de ouvirmos as dificuldades e construirmos uma saída que realmente dê sobrevivência – como V. Exª percebeu – às rádios comunitárias, para que elas façam esse trabalho tão importante de comunicação onde a comunicação não chega, de forma isenta e tranquila.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – É verdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Então, cumprimento a Senadora Fátima Bezerra. Espero que já tenha chegado o nome da outra autoridade que ela gostaria de convidar. Se ela não tiver chegado, Fátima, sugiro que V. Exª coloque o nome do órgão.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Está aqui. Encontramos.

Agradeço a compreensão dos nossos colegas. Trata-se do nome do Subprocurador-Geral da República, o Sr. Domingos Sávio de Oliveira.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Ótimo.

Então, as Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Obrigado, Senadora Fátima Bezerra. Estou muito agradecido.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Pedro Chaves, quero só agradecer a todos e acrescentar que, com relação a essa audiência, a nossa expectativa é de que ela tenha uma boa participação, uma que a Abraço, a associação brasileira que representa as rádios comunitárias, está em processo de mobilização neste exato momento, no sentido de trazer representação da Abraço de todos os Estados.

Vamos fazer uma bonita audiência aqui. Nesse dia, quero apresentar o meu relatório, Senador Pedro Chaves, para que possamos ter o aval do Senado e aprová-lo por unanimidade, se Deus quiser.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Vamos sim. Não tenho dúvida.

Agora vou ao Item 1.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 248, de 2015
- Não terminativo -

Cria o Estatuto do Cigano.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Favorável ao Projeto, com nove emendas que apresenta.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais e pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, cabendo à última a decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Hélio José, para proferir o seu relatório.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF. Como Relator.) – Cumprimento V. Exª, nobre Senador Pedro Chaves, e todos os Senadores aqui presentes. Cumprimento todas as etnias ciganas aqui presentes.

Este projeto já vem há longo tempo sendo discutido nesta Casa. Foi fruto de várias audiências públicas. Espero que o aprovemos hoje aqui de forma não terminativa, para dar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seguimento na CAS e na CDH e para que possamos atender a demanda dessa grande classe de moradores e cidadãos brasileiros que são as nossas etnias ciganas.

Meu nobre Senador Telmário Mota, você, como um bom cigano que é, poderia esperar um pouquinho – eu sei que você é um indígena cigano –, para podermos aprovar, em homenagem a esse povo tão importante.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – O cigano não é indígena; é nômade. Eu preciso ir, pois vou relatar em outra comissão. Mas há público suficiente.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Então, vamos lá.

Rápidas palavras. Depois, vou direto ao voto.

Srªs e Srs. Senadores, na condição de Relator do PLS 248, de 2015, nesta Comissão, o Estatuto do Cigano, gostaria de explicitar alguns temas pertinentes à tramitação do projeto, que é de autoria do nobre Senador Paulo Paim.

Quero destacar que o texto do relatório, com as emendas que proponho, incorporou sugestões de entidades da sociedade civil e de representantes dos povos ciganos, assim como do Governo. Esta é a obra máxima da política e da democracia, o consenso do possível.

A base no projeto inicial foi a minuta enviada em 12 de janeiro de 2015 pela Associação Nacional das Entidades Ciganas, com dispositivos gerais, dispositivos sobre a educação, cultura e saúde, provisões sobre o acesso às terras e à moradia, sobre o tema do trabalho, além da orientação sobre políticas públicas.

Trata-se de um anteprojeto bem consistente, de boa técnica legislativa, muito aos moldes de outros microssistemas jurídicos, como o Estatuto da Igualdade Racial.

As adaptações necessárias foram questões de forma e de competência. Havia temas que eram de alçada do Executivo Federal, por exemplo.

Enfim, nosso primeiro relatório foi favorável, e as emendas apresentadas foram justamente neste sentido: conformar a proposta ao princípio da repartição de poderes.

Eis que recebemos, em agosto de 2015, manifestação do Centro de Referência Cigana, requerendo um ajuste no conceito da população cigana. Nós, então, incorporamos as sugestões e refizemos o art. 1º, adotando formulação similar ao Estatuto do Índio, com a seguinte redação: "Será considerado membro da população cigana aquele que, além de se autodeclarar nessa condição, for reconhecido pela comunidade como tal".

Muito bem.

Em seguida, recebemos sugestão do Governo, que enviou ao Senado Federal ofício solicitando mudanças pontuais. O objetivo dessas mudanças era um texto no mesmo formato do Estatuto da Igualdade Racial. Por exemplo, acrescentamos no art. 1º que a lei tem como pretensão "a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos, individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica."

O Governo ainda sugeriu diversas outras emendas de redação e pelo menos um tópico importante que faltava: a menção a esporte e lazer como direitos sociais dos povos ciganos.

Procurei atender tudo, sempre em constante intercâmbio com o autor da matéria.

Srªs e Srs. Senadores, dizem que a minha Brasília não tem esquinas, mas a verdade é que nós, Parlamentares, trabalhamos numa delas: a esquina da rua da política com a rua dos direitos. E foi dessa forma que procurei atuar, atendendo o Governo, atendendo a comunidade, atendendo todos, aqui neste anteprojeto.

Nós recebemos as demandas da sociedade – esse é o nosso trabalho número um. Nós recebemos as demandas da sociedade – esse é o nosso trabalho número um –, mas também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estamos em um Estado de direito, falamos a língua do Direito e precisamos ouvir os anseios e as recomendações dos juristas e dos profissionais especializados. Todos são bem-vindos para ajudar a alinhavar o projeto. Acho que essa ideia legislativa é muito meritória e há de deixar esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte enriquecida com as atribuições que recebemos e inserimos na proposta.

Mediante isso, vou direto ao voto.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2015, com as seguintes emendas:

Emenda nº 1 - CE

Dê-se ao *caput* do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2015, a seguinte redação:

"Art. 1º Esta Lei institui o Estatuto do Cigano, para garantir à população cigana a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica."

Emenda nº 2 - CE

Dê-se ao inciso I do parágrafo único do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2015, a seguinte redação:

"I – população cigana: conjunto de indivíduos de origem e ascendência cigana que se identificam e são identificados como pertencentes a um grupo étnico cujas características culturais o distinguem da sociedade nacional;"

Emenda nº 3 - CE

Dê-se ao *caput* do art. 4º do Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2015, a seguinte redação:

"Art. 4º A população cigana, sem distinção de sexo, tem direito à educação básica, conforme disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e à participação nas atividades educacionais, culturais e esportivas adequadas a seus interesses, providas tanto pelo Poder Público quanto por particulares."

Essa emenda é do Executivo.

Emenda nº 4 - CE

Dê-se ao inciso I do art. 5º do Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2015, a seguinte redação:

"I – o incentivo à educação básica da população cigana, sem distinção de sexo;"

Emenda nº 5 - CE

"Suprima-se o art. 7º do Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2015, renumerando-se os artigos subsequentes".

Emenda nº 6 - CE

Dê-se ao inciso II do art. 11 do Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2015, a seguinte redação:

"II – a adoção de medidas de prevenção e controle de doenças e de outros agravos;"

Emenda nº 7 - CE

Dê-se ao inciso VIII do art. 11 do Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2015, a seguinte redação:

"VIII – a orientação e a conscientização para prevenção do uso de drogas ilícitas."

Emenda n º 8 - CE

Acrescente-se ao Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2015, no Título II, após o Capítulo III – Da Cultura, o seguinte Capítulo IV – Do Esporte e Lazer, contendo o art. 10, renumerando-se os capítulos e artigos subsequentes:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"CAPÍTULO IV
DO ESPORTE E LAZER
Art. 10. O Poder Público fomentará o pleno acesso da população cigana às práticas esportivas, consolidando o esporte e o lazer como direitos sociais."

Vamos à última emenda.

Emenda nº 9 - CE

Suprima-se o art. 18 do Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2015, renumerando-se o artigo subsequente.

Então, quero dizer que esse trabalho intenso já vem há mais de um ano. Atendemos o Governo, atendemos o Senador Paulo Paim e atendemos a população cigana. Esperamos hoje mandar o projeto para a CAS, para que a gente possa dar celeridade a esse projeto, já que ele não é terminativo aqui.

Muito obrigado, nobre Senador Pedro Chaves.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Eu coloco em discussão a matéria.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Com a palavra a Conselheira Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para discutir.) – Sr. Presidente, quero aqui saudar o Senador Hélio José pelo esforço na formulação do relatório.

Faço uma saudação muito especial ao Senador Paulo Paim, que é o autor da matéria, e uma saudação muito especial também aos ciganos e ciganas aqui presentes, ao povo cigano do Brasil.

Esse projeto de lei é muito importante. Na verdade, ele vem na direção de fazer justiça, de reparar a justiça a um povo, que é o povo cigano, que, historicamente, foi abandonado, desrespeitado e marginalizado. O povo cigano tem uma rica cultura, tem uma rica história e merece, portanto, de acordo com a nossa própria Constituição, ser tratado com dignidade. O Estatuto vem exatamente nessa direção. Nós temos o Estatuto do Idoso, o Estatuto da Criança, o Estatuto do Adolescente. Está na hora, sim, mais do que nunca, do Estatuto dos Povos Ciganos.

Permita-me aqui ainda, Senador Pedro Chaves, também dizer da sensibilidade que o governo do Presidente Lula teve, bem como o governo da Presidenta Dilma, pelo quanto, nesse período, foi possível dar passos para que reivindicações históricas apresentadas pelo povo cigano passassem a ter acolhida por parte do Estado brasileiro.

Então, neste momento – repito –, voto a favor do projeto, Senador Hélio José, sem prejuízo. Ele ainda vai para a CAE, vai para a CDH, até porque o povo cigano tem algumas observações a fazer no projeto de lei...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Para melhorar o texto.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ...para melhorar o texto.

O importante é que, ao final, tenhamos o projeto de lei aprovado, fruto do entendimento dos povos ciganos, expressando aquilo que é o que eles, principalmente, e nós desejamos, que é um estatuto que dialogue, que venha na direção de promover, de garantir ao povo cigano dignidade, respeito e direitos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Obrigado.

Com a palavra agora a Conselheira Lídice da Mata.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone*.) – Senadora Lídice e Senador Pedro Chaves, permitam-me, só para ajudar a assessoria da Mesa, lembrar que falei sobre o Subprocurador-Geral da República, que é o Sr. Domingos Sávio da Silveira.

Desculpa, Lídice!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Com a palavra a Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA. Para discutir.) – Sr. Presidente, apenas quero também parabenizar o Senador Hélio José pelo trabalho realizado nesse período.

Acompanhei, desde o início, a apresentação do projeto feito pelo Senador Paim. É um projeto que exige negociação, que exigiu essa negociação, e o Senador fez a negociação de forma absolutamente correta, atendendo aos pleitos de diversos segmentos, especialmente da população cigana no Brasil.

Portanto, quero aprovar o projeto, mas sem deixar de saudar esses dois companheiros: um teve a iniciativa, e o outro aperfeiçoou o projeto com muito trabalho.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Obrigado.

Continua em discussão...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Obrigado, Senadora Lídice.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado o relatório. (*Palmas.*)

O relatório passa a constituir o parecer da Comissão de Educação, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1-CE a 9-CE.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

Parabéns, então, ao povo cigano!

Eu gostaria de passar a Presidência à nossa querida Senadora Lídice da Mata, porque eu vou ter de relatar um projeto aqui. (*Pausa.*)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Item 3.

ITEM 3

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 24, DE 2017

- Não terminativo -

Altera a Resolução nº 15, de 2012, para acrescentar as denominações Chico Mendes, José Antônio Kroeff Lutzenberger e Almirante Ibsen de Gusmão Câmara às categorias Responsabilidade Ambiental, Gestão Sustentável e Inovação Ambiental, respectivamente, do Prêmio Mérito Ambiental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Fernando Collor
Relatoria: Senador Pedro Chaves
Relatório: favorável ao Projeto.
Observações: *matéria a ser apreciada pela Comissão Diretora.*

Concedo a palavra ao Senador Pedro Chaves, para proferir o seu relatório.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PRB - MS. Como Relator.) – Muito obrigado, Srª Presidente. Relatório.

O Projeto de Resolução do Senado nº 24, de 2017, do Senador Fernando Collor, que altera a Resolução nº 15, de 2012, para acrescentar as denominações Chico Mendes, José Antônio Kroeff Lutzenberger e Almirante Ibsen de Gusmão Câmara às categorias Responsabilidade Ambiental, Gestão Sustentável e Inovação Ambiental, respectivamente, do Prêmio Mérito Ambiental, é submetido ao exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Análise da matéria.

Compete à Comissão de Educação opinar, de acordo como o art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, sobre proposições relativas a homenagens cívicas.

A instituição do Prêmio Mérito Ambiental pelo Senado Federal, por meio da Resolução nº 15, de 2012, representou um importante reconhecimento, pelo Poder Legislativo, da relevância das iniciativas que buscam, em nosso País, defender o meio ambiente e promover o desenvolvimento sustentável.

Destinado a agraciar tanto pessoas naturais como jurídicas, foi definido, pelo art. 4º da Resolução, que o prêmio anual será concedido em três categorias, assim definidas por seus incisos:

I – Responsabilidade Ambiental: iniciativas de proteção ambiental que promovam crescimento econômico e inclusão social na comunidade;

II – Gestão Sustentável: iniciativas de prevenção ou mitigação dos impactos ambientais das atividades humanas;

III – Inovação Ambiental: iniciativas inéditas para o aprimoramento significativo de sistemas, processo ou produtos, com vistas à promoção do desenvolvimento sustentável.

A proposição busca, como já vimos, acrescentar o nome de um dos ilustres ambientalistas referidos a cada uma das três categorias do prêmio. Ao fazê-lo, segue, ainda que de modo original, a tradição já consagrada nesta Casa de reverenciar, em suas premiações, grandes brasileiros ou brasileiras, já falecidos, que se destacaram por uma atuação de grande significado para a nossa sociedade, sendo este o caso do Diploma Bertha Lutz, da Comenda Dom Helder Câmara e de diversos outros prêmios.

Francisco Alves Mendes Filho, o Chico Mendes, nasceu em 1944 e morreu em 1988 na cidade de Xapuri, no Acre. Começou a trabalhar ainda criança como seringueiro, sendo alfabetizado apenas aos 19 anos. Envolvendo-se na luta sindical dos seringueiros, vinculou-a de modo marcante à defesa da floresta.

Ao mesmo tempo em que ingressava na política partidária, sendo eleito vereador para a Câmara de Xapuri em 1977, Chico Mendes ampliava sua visão sobre a questão ambiental e buscava formas inéditas para abordá-la. Assim é que propõe, em 1985, criar uma União dos Povos da Floresta, que buscaria conjugar os interesses de indígenas, seringueiros, castanheiros, pequenos pescadores, quebradeiras de coco babaçu e populações ribeirinhas, por meio da criação de reservas extrativistas. Dois anos depois, apresenta no Senado dos Estados Unidos denúncias sobre projetos financiados por bancos estrangeiros que estavam levando à devastação da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Amazônia. Assim começa a fase de maior projeção de sua luta no exterior, que tem um marco no recebimento do prêmio Global 500, oferecido pelas Nações Unidas. O reconhecimento internacional não foi suficiente para deter seu assassinato, a mando de um fazendeiro, pouco após ter completado 44 anos. Seu nome tem recebido relevantes homenagens, que nele reconhecem um herói e um mártir da causa ambiental e, mais particularmente, da luta em defesa da Floresta Amazônica e de suas populações.

José Antônio Kroeff Lutzenberger nasceu em Porto Alegre em 1926, formando-se como agrônomo especializado em adubos. Em 1970, desiludido com as políticas agrícolas nocivas ao meio ambiente, deixa o emprego em importante empresa química alemã e abraça a luta pela preservação. Ao participar da fundação da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan), tornando-se seu primeiro presidente, Lutzenberger estabelece um marco na luta ambiental do País, ao obter importantes vitórias em defesa do meio ambiente do Rio Grande do Sul.

Em 1976, publica o livro *Manifesto Ecológico Brasileiro: o Fim do Futuro?*, considerado, por Eduardo Viola, a primeira "reflexão global e sistemática sobre a crise ecológica brasileira". Adotando, posteriormente, a concepção de que o planeta Terra consiste em um ser vivo, com identidade própria e imensa complexidade (a chamada hipótese Gaia), o ambientalista irá fundar, em 1987, a Fundação Gaia, que, até hoje, promove ações de educação ambiental e tecnologias ambientalmente compatíveis.

Deve-se destacar ainda, em sua trajetória, o período em que assume a pasta do Meio Ambiente, no Governo Fernando Collor de Melo, quando sua gestão alcança alguns resultados notáveis, tais como a expressiva demarcação de terras indígenas, a definição do conceito de Área de Proteção Ambiental, a legislação sobre a Mata Atlântica e o preparo da Convenção sobre a Diversidade Ecológica.

Tendo recebido relevantes prêmios e homenagens no Brasil e no exterior, a exemplo do Prêmio Nobel Alternativo, da Fundação Right Livelihood, José Lutzenberger participa ativamente da luta pela preservação do meio ambiente, até vir a falecer, em 2002.

O Almirante Ibsen de Gusmão Câmara foi, por sua vez, um dos primeiros brasileiros a dedicar grande parte da vida à causa ambiental, em um momento em que ela se identificava, essencialmente, com a luta pela conservação.

Ao percorrer os rios amazônicos, ainda nos anos 1940, como jovem oficial da Marinha, Ibsen Câmara se sensibiliza com o desmatamento, que já ocorre de modo desregrado, e inicia o contato com organizações conservacionistas. Anos depois, lidera a campanha contra a pesca de baleias no Brasil.

O Almirante Ibsen tornou-se Vice-Chefe do Estado Maior das Forças Armadas no Governo Geisel, quando, na avaliação de Roberto Cavalcanti, "foi capaz de trazer questões ambientais para o centro do governo". Pouco depois, já como militar reformado, passa a presidir a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN) e é, por mais de dez anos, membro do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama).

Sua atuação, embora discreta do ponto de vista da projeção pessoal, é decisiva para a criação de unidades de conservação na Amazônia e das unidades marinhas, tais como a Reserva Biológica Atol das Rocas, em 1979, e a dos Parques Nacionais Marinhos dos Abrolhos, em 1983, e de Fernando de Noronha, em 1987. Além disso, contribuiu, como conselheiro, para a ação de uma dezena de organizações de defesa do meio ambiente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Recebendo significativa homenagem do Ministério do Meio Ambiente em 2013, o Almirante Ibsen de Gusmão Câmara faleceu, ainda lúcido e ativo, no ano seguinte.

Voto.

Com base no exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 24, de 2017.

É o voto, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão de Educação, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão Diretora.

Devolvo a Presidência ao Senador Pedro Chaves, para dar continuidade à reunião.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Muito obrigado, nossa querida Senadora Lídice da Mata, por ter assumido provisoriamente aqui a Presidência.

Meus queridos amigos, Senadores e ouvintes, vamos ao encerramento.

Convoco para o dia 3 de abril, terça-feira, em caráter excepcional, às 11h30, reunião extraordinária desta Comissão, destinada à deliberação de proposições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado pela presença de todos.

(*Iniciada às 11 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 55 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE ABRIL DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e trinta minutos do dia três de abril de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, **sob a Presidência da Senadora Lúcia Vânia**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Raimundo Lira, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa, Acir Gurgacz, José Pimentel, Paulo Rocha, Flexa Ribeiro, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Ronaldo Caiado, José Medeiros, Ana Amélia, Lasier Martins, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Pedro Chaves, Wellington Fagundes, Telmário Mota, Armando Monteiro, Vicentinho Alves, Cidinho Santos e Ataídes Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Dário Berger, Marta Suplicy, José Maranhão, Edison Lobão, João Alberto Souza, Ângela Portela, Lindbergh Farias, Antonio Anastasia, Roberto Rocha, Roberto Muniz, Ciro Nogueira e Eduardo Lopes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 133, de 2014 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, que dispõe sobre importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica, e dá outras providências, para simplificar o procedimento de importação de substâncias sujeitas a controle especial para pesquisa científica e tecnológica." **Autoria:** Senador Alfredo Nascimento. **Relatoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CE. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos e pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 67, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Determina a obrigatoriedade do uso de detectores de metal e de gravação contínua de imagens em eventos de qualquer natureza realizados em ginásios e estádios esportivos." **Autoria:** Deputado Jorginho Mello. **Relatoria:** Senador Dário Berger. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional do Estagiário." **Autoria:** Deputado Jorge Côrte Real. **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 305, de 2017 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional da Resolução de Conflitos." **Autoria:** Senador Edison Lobão. **Relatoria:** Senador Eduardo Amorim (*Ad hoc*), substituiu Senador Eduardo AmorimSenador João Alberto Souza. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 720, de 2015 - Terminativo -** que: "Denomina "Rodovia Henrique Herwig" a BR-376, no trecho situado entre São José dos Pinhais e Garuva" **Autoria:** Senador Roberto Requião. **Relatoria:** Senador Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 299, de 2014 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre o Índice de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desenvolvimento da Educação Básica e sobre a obrigatoriedade de seu cálculo para todos os estabelecimentos de educação básica das redes pública e privada." **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatoria:** Senador Antonio Anastasia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 641, de 2015 - Terminativo -** que: "Denomina "Rodovia Bernardo Sayão" a BR-153 no trecho que vai de Anápolis - GO a Araguaína - TO, a BR-010, no trecho que vai de Araguaína - TO a Santa Maria do Pará - PA e a BR-316 no trecho que vai de Santa Maria do Pará – PA a Belém - PA." **Autoria:** Senador Donizeti Nogueira. **Relatoria:** Senador Antonio Anastasia (*Ad hoc*), substituiu Senador Antonio AnastasiaSenador Vicentinho Alves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, de 2013 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a criação do Selo Árvore do Bem, para os Municípios que tenham, no mínimo, uma árvore por habitante na área urbana." **Autoria:** Deputado Ricardo Izar. **Relatoria:** Senadora Regina Sousa. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 94, de 2011 - Terminativo -** que: "Institui o dia 13 de março como "Dia da Batalha do Jenipapo"." **Autoria:** Senador Wellington Dias. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia (*Ad hoc*), substituiu Senadora Ana Amélia, Senador Ciro Nogueira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Lido o relatório e adiada a discussão e a votação. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 586, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Institui o Sistema de Avaliação de Mérito no Ensino Médio para ingresso nas instituições federais de educação superior." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). **Relatoria:** Senadora Regina Sousa. **Relatório:** Contrário ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer contrário ao Projeto. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 1º da Lei nº 11.327, de 24 de julho de 2006, que "Institui o Dia do Radialista"." **Autoria:** Deputado Andre Moura. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 12 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 16 de 2018** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a importância da instituição do Dia Nacional do Museu." **Autoria:** Senadora Maria do Carmo Alves. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Lúcia Vânia

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Texto com revisão.*)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Bom dia a todos e a todas aqui presentes.

Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Informo que a reunião destina-se à deliberação dos itens de 1 a 12.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, de 2017
- Não terminativo -

Institui o Dia Nacional do Estagiário.
Autoria: Deputado Jorge Côrte Real
Relatoria: Senador Telmário Mota
Relatório: Favorável ao Projeto.

Concedo a palavra ao Senador Telmário Mota, para proferir o seu relatório.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR. Como Relator.) – Obrigado, Srª Presidente.

Vamos ao relatório.

Vem à análise desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 105, de 2017 (Projeto de Lei nº 7.012, de 2013, na Casa de origem), de autoria do Deputado Jorge Côrte Real, que institui o dia 18 de agosto como o Dia Nacional do Estagiário.

A vigência da lei em que vier a se converter o projeto se inicia na data de sua publicação.

Na justificação, o autor do projeto argumenta que, com a fixação da data, pretende homenagear os estudantes brasileiros que buscam um futuro melhor por meio da qualificação profissional, ao mesmo tempo em que busca oferecer à sociedade a oportunidade de discutir possíveis formas para que o instrumento do estágio seja aperfeiçoado em nosso País.

Na Casa de origem, Srª Presidente, a proposição foi aprovada conclusivamente pelas Comissões de Cultura (CCULT) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), nos termos do art. 24, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

Nesta Casa, a matéria foi encaminhada unicamente a esta Comissão, não lhe tendo sido apresentadas emendas no prazo regimental. Após a análise da CE, a matéria segue para a decisão do Plenário.

Análise.

Assim, em todos os aspectos, verifica-se a constitucionalidade da iniciativa.

O projeto se coaduna com a ordem jurídica, em particular com o que determina a Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, a qual fixa o critério para a instituição de datas comemorativas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em atendimento a esse comando, no dia 30 de outubro de 2013, foi realizada audiência pública na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara dos Deputados.

Na ocasião, representantes da União Nacional dos Estudantes (UNE), da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Confederação Nacional do Comércio (CNC) reconheceram a relevância da homenagem e a adequação da data proposta.

Entendemos que a instituição de data anual para comemorar o Dia Nacional do Estagiário tem, portanto, duplo valor: na mesma medida em que homenageia oficialmente os estagiários, oferece à sociedade e aos órgãos encarregados das políticas públicas de educação a oportunidade sistemática de repensar o estágio no Brasil, assinalando experiências bem-sucedidas e discutindo questões relevantes como a necessidade de maior fiscalização do estágio e de mais efetiva proteção aos estagiários.

Portanto, Srª Presidente, vamos ao voto.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2017.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CE, favorável ao projeto.

A matéria vai a plenário.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Pela ordem, a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Depois de serem apresentadas as matérias que estiverem na frente, sou Relatora do Item 11, que é um projeto de lei não terminativo. Há também a Senadora Regina Sousa com relatoria. Se não houver objeção do plenário, peço inversão, pois grande parte das matérias é terminativa.

Obrigada, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Perguntaria à Senadora Regina Sousa se aceita a inversão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não. Ela seria a primeira; eu seria depois dela, porque o meu projeto é não terminativo.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Item 10 da pauta.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 586, de 2015

- Não terminativo -

Institui o Sistema de Avaliação de Mérito no Ensino Médio para ingresso nas instituições federais de educação superior.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Relatoria: Senadora Regina Sousa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Contrário ao Projeto.
Observações: *A matéria consta da pauta desde a Reunião de 13/03/2018.*

Concedo a palavra à Senadora Regina Sousa para proferir o seu relatório.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Como Relatora.) – Relatório.

Vem à análise da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 586, de 2015, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), oriundo da Sugestão (SUG) nº 4, de 2014, aprovada no Programa Senado Jovem Brasileiro.

A iniciativa pretende instituir Sistema de Avaliação de Mérito no Ensino Médio (Siamem) para a seleção de estudantes por instituição federal de educação superior (Ifes). Segundo a proposição, o Siamem consistiria na atribuição de bônus de 15% nos exames de classificação para ingresso em Ifes para os estudantes que, cumulativamente, tiverem cursado todo o ensino médio em escola pública e demonstrado aproveitamento escolar igual ou superior a 70% em cada ano letivo dessa etapa da educação básica.

Na justificativa, destacou-se que, além de ter por objetivo principal facilitar a entrada de alunos de escolas públicas no ensino superior, a iniciativa motivará os estudantes a se dedicarem mais aos estudos durante todo o período escolar e contribuirá para a melhoria do ambiente de ensino-aprendizagem no ensino médio.

A proposição foi distribuída para análise de mérito desta Comissão, não tendo recebido emenda.

Análise.

De acordo com o art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CE opinar sobre matérias que versem sobre normas gerais da educação, como é o caso da proposição em análise.

A promoção da equidade no acesso à educação constitui um dos grandes desafios das políticas públicas. Esse objetivo, além de ser um imperativo de justiça, representa o cumprimento do mandamento inscrito na Constituição Federal, que estipula ser a educação direito de todos e dever do Estado (art. 205), e do princípio, também constitucional, da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (art. 206, inciso I).

Uma vez que os estabelecimentos de ensino possuam liberdade para avaliar seus alunos com o uso de diferentes métodos, a sugestão de bônus para os estudantes que apresentem aproveitamento mínimo de 70% não nos parece critério adequado a ser usado nos processos de seleção para a educação superior. A heterogeneidade nos métodos de avaliação das escolas induziria elemento de desigualdade formal nas condições de acesso aos cursos de graduação. Ademais, cabe supor que alunos com bom aproveitamento escolar no ensino médio tendem a obter melhor desempenho nos processos seletivos, o que tornaria a medida de utilidade duvidosa.

Além disso, com o objetivo de oferecer condições igualitárias de acesso ao ensino superior, foi editada a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio. Essa lei assegura pelo menos 50% das vagas de ingresso para curso e turno aos alunos que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Desse percentual, metade deve ser destinada a estudantes de família com renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo *per capita*, considerando-se, ainda, os estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual a dessas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

categorias na população do ente federativo onde está instalada a instituição, conforme dados do último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Dessa forma, julgamos que a promoção de equidade no acesso à educação superior já se encontra mais bem contemplada na Lei 12.711, de 2012, o que nos leva a não acolher a proposição em apreço.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 586, de 2015.

É o relatório.

Eu acho meritório que os alunos, que são estudantes – eles vieram aqui participar do Senado Jovem –, tenham ideias e participem, da mesma forma que o e-Cidadania tem sido uma porta de entrada de muitas ideias. Mas, além de tudo, a gente tem aí o novo ensino médio entrando em vigor, então não caberia o projeto, até porque tiraria a autonomia das escolas no processo de avaliação. E a gente sabe – eu fui conselheira do Conselho de Educação durante oito anos no meu Estado – que o projeto pedagógico da escola é que determina o sistema de avaliação. Então, tiraria também a autonomia da escola, o que não está no relatório, mas eu quero frisar.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Com a palavra o Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PRB - MS. Para discutir.) – Eu acho esse projeto altamente relevante. Estou plenamente de acordo com a nossa querida Senadora, Relatora Regina. Eu acho que há uma discriminação aí indevida, dificultando, inclusive, os alunos em dificuldade. Nós sabemos que há heterogeneidade nas escolas; nós não podemos seguir apenas o currículo e as notas, porque cada escola adota uma metodologia.

Então, quero me associar ao voto da nossa conselheira Regina.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, contrário ao projeto.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Item 11 da pauta.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, de 2017

- Não terminativo -

Altera o art. 1º da Lei nº 11.327, de 24 de julho de 2006, que "Institui o Dia do Radialista".

Autoria: Deputado Andre Moura

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Favorável ao Projeto.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para proferir o seu relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Como Relatora.) – Cara Presidente, Senadora Lúcia Vânia, caras colegas Senadoras e Senadores, eu quero lhe

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agradecer por ter me designado Relatora, porque, como profissional da comunicação, trabalhando no rádio muito tempo, tenho pela carreira um grande carinho.

Lamento profundamente que o Supremo Tribunal Federal tenha extinguido o diploma de formação para jornalistas em nosso País, contrariando aí regras que havia em vários países. Então, lamento profundamente. Sou formada pela Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), que tem um excelente curso de comunicação social; o da Universidade Federal, da mesma forma; e outras instituições – como Unisinos e tantas outras – têm, da mesma forma, esses cursos.

Então, feita essa análise, eu vou direto aqui, em poucas linhas, a essa iniciativa do Deputado Andre Moura, passando à análise do mérito da proposição que ele faz.

A Lei nº 11.327, de 24 de julho de 2006, estabeleceu o dia 7 de novembro como sendo o Dia do Radialista. Trata-se de homenagem ao músico e radialista Ary Barroso – quem não se lembra dele? –, cujo natalício é naquela data. Ainda que reconheçam a importância do músico para as comunicações e o rádio no Brasil, os radialistas não querem se furtar à responsabilidade pela preservação da história da luta dos trabalhadores por sua regulamentação profissional.

A data ora escolhida para a homenagem alude à publicação do Decreto-Lei nº 7.984, em 21 de setembro de 1945. A história do Dia do Radialista teve início em 1943, no governo de Getúlio Vargas. O então Presidente sancionou norma na qual fixava piso salarial, ou remuneração mínima, para os profissionais da categoria. Consta que, em reunião realizada na Rádio Nacional, decidiu-se por aquela data daquele regulamento – 21 de setembro – para essa celebração. Outras datas foram pensadas para homenagear o rádio e os radialistas, mas não têm, para a categoria, o mesmo peso histórico desta que se busca resgatar, que é, no caso, 21 de setembro. Assim o histórico do projeto e o mérito são para resgatar esse valor histórico.

Então, o voto, pela razão do exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2017, do Deputado Andre Moura

Esse é o voto, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Em discussão a matéria.

Eu gostaria de cumprimentar a Senadora Ana Amélia e de dizer também que, como jornalista, eu concordo inteiramente com essa proposição. É uma justa homenagem àqueles que levam a informação aos mais distantes recantos deste País. Portanto, nada mais justo que eles terem um dia para serem homenageados, eles que homenageiam tantos e quantos por este País afora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu agradeço.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PRB - MS) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Com a palavra o Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PRB - MS. Para discutir.) – Eu também me associo à nossa Senadora Ana Amélia pelo relatório. Ao mesmo tempo, eu lamento profundamente a decisão do STF em relação ao diploma do jornalista. É essencial que haja ou que volte realmente o diploma, a obrigatoriedade da prescrição do diploma para o exercício profissional. É uma profissão importantíssima, formadora de opinião, com técnicas de redação e, além disso, forma a própria cidadania dentro da universidade. É necessário realmente que quem vai escrever, por exemplo, na grande imprensa ou mesmo na pequena imprensa, entenda do problema de ética e de certas posturas fundamentais do jornalista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu realmente concito, hoje mesmo se puder, o STF para que possa rever esse posicionamento. E que os jornalistas se mobilizem, mais uma vez venham a este Senado para que a gente possa reavaliar o que fazer para que volte essa exigência, que eu acho essencial para o exercício profissional.

Obrigado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu agradeço, Srª Presidente, a V. Exª pela manifestação e agradeço a manifestação do Senador Pedro Chaves, que conhece bem a área da educação.

Essa minha defesa é muito contundente. Eu sou também favorável a uma PEC que existe no Senado Federal sobre essa matéria.

No caso da data do Dia do Radialista, a gente poderia ter outras opções a não ser essa, que eu penso que é a mais adequada porque ela trata de resgatar, primeiro, a própria carreira e os direitos dos trabalhadores no rádio. Este é um aspecto importante também: a data de 1945 e a de 1943.

Mas também poderíamos nos lembrar do Landell de Moura, que foi o fundador, o criador do rádio – o Marconi ficou de criador, mas, na verdade, foi um brasileiro, o Pe. Landell de Moura. E nós gaúchos temos uma grande honra de falar nele. Então, eu penso que teríamos outras opções, mas ater-se ao fato histórico, a esse documento, a esse resgate, a esse fortalecimento da categoria do radialista penso que está mais adequado.

Agradeço muito à minha colega jornalista Lúcia Vânia e ao nosso mestre aqui também, Senador Pedro Chaves, que, de educação, como o Senador Cristovam, entende muito dessa matéria. Muito obrigada pelas manifestações de ambos a respeito dessa relatoria.

Cumprimento o autor, Deputado Andre Moura.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham.

Eu perguntaria ao Senador Lasier se ele quer se pronunciar sobre o Dia do Radialista.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Quero apenas saudá-la também, pois soube que a colega e a Ana Amélia... Aliás, com a Ana Amélia trabalhamos 25 anos, juntos. Este seu colega aqui trabalhou na comunicação 50 anos, embora não pareça essa idade. Estamos todos de parabéns.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Em votação a matéria.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao plenário.

Quero aqui estender os meus cumprimentos ao Deputado Andre Moura, autor deste projeto.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 133, de 2014
- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, que dispõe sobre importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica, e dá outras providências, para simplificar o procedimento de importação de substâncias sujeitas a controle especial para pesquisa científica e tecnológica.

Autoria: Senador Alfredo Nascimento

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações: *Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos e pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, cabendo à ultima a decisão terminativa.*

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque para proferir o seu relatório.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF. Como Relator.) – Srª Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, nós não podemos tratar um produto que vai para a pesquisa científica da mesma maneira com que tratamos um sapato, uma roupa, quando importamos, ou um carro. É nesse sentido que já existe uma lei que simplifica a importação de equipamentos para pesquisas científicas e tecnológicas, mas a lei deixou um vazio, que é a importação de substâncias químicas a serem usadas nas pesquisas.

É nesse sentido que o Projeto de Lei do Senado nº 133, de 2014, do Senador Alfredo Nascimento, altera a Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, que dispõe sobre importações de bens destinados a pesquisas científica e tecnológica, para simplificar o procedimento de importação de substâncias sujeitas a controle especial para pesquisas.

O art. 1º do projeto insere o §3º no art. 1º da Lei nº 8.010, de 1990, para determinar a simplificação do procedimento de importação dessas substâncias.

O novo dispositivo compreende ainda condições a serem observadas no processo de importação, que são: emissão prévia e gratuita, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), da Autorização de Importação, com validade de um ano, e de Certificado de Não Objeção para pesquisadores cadastrados pelo CNPq; declaração de responsabilidade do pesquisador, para atestar uso exclusivo sob sua – aí eu conserto um erro que está no texto; no lugar de "e de" é "sob sua" – responsabilidade da substância a ser importada; e, finalmente, a determinação de quantidades máximas das importações definidas em regulamento, para evitar desvio do uso dessas substâncias e até mesmo, quem sabe, um mercado negro para essas substâncias.

O autor justifica que, apesar do visível aumento na demanda por insumos de pesquisa, associado ao crescimento da produção científica brasileira, persistem as dificuldades para aquisição, no exterior, de substâncias indispensáveis para a condução de pesquisas de ponta, notadamente nas áreas de saúde e correlatas. Ainda a seu ver, o País precisa ser ágil no acesso a insumos avançados de pesquisa para que possa, efetivamente, contribuir para o desenvolvimento científico.

Após a análise deste colegiado, a matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos e à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O projeto é relevante para o preenchimento de uma lacuna na legislação.

Nesse sentido, ao enfocar esse aspecto do processo de importação, o projeto tem potencial para alavancar o quadro da pesquisa de última geração e de posicionamento global do País em produção de conhecimento científico. Porém, o projeto se presta, sobretudo, ao enfrentamento de problema crucial que tem afetado, concretamente, o trabalho da comunidade científica brasileira: o desalento com a pesquisa em razão das dificuldades burocráticas para o acesso a tais insumos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De acordo com os resultados do estudo intitulado "Custo Brasil: burocracia e importação para a ciência", realizado em 2014, junto a 165 cientistas de 35 instituições, em 13 Estados, ao mesmo tempo que se declararam dependentes de equipamentos ou insumos externos, os entrevistados registraram que as dificuldades de importação têm levado quase a totalidade deles a alterar os rumos de suas pesquisas e, inclusive, abandoná-las.

A par dessa realidade, a proposição do Senador Nascimento se mostra oportuna para produzir uma inflexão no atual quadro, contribuindo para superação de barreiras à produção de ciências dentro do Brasil.

Por fim, entendemos necessário o aprimoramento da proposição, de modo a excluir do seu conteúdo questões que podem ser definidas por meio de regulamento do Executivo e dos demais atos normativos complementares desse Poder. Para tanto, apresentamos emenda destinada a flexibilizar itens do projeto, como prazos e documentos, cuja previsão expressa em lei poderiam suscitar procedimentos ainda mais rígidos e morosos do que os atualmente vigentes.

Srª Presidente, o meu voto, em vista do exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 133, de 2014, com a emenda a seguir.

EMENDA Nº – CE

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 133 de 2014 a seguinte redação:

"Art. 1º O art. 1º da Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

Art. 1º.....

..... § 3º A importação de substâncias sujeitas a controle especial, inclusive padrões e reagentes analíticos, por pesquisadores credenciados pelo CNPq, será autorizada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária por meio de procedimento simplificado e gratuito, preferencialmente eletrônico, com prazos e quantidades máximas definidos em regulamento, devendo o pesquisador assinar declaração atestando sua responsabilidade sobre a posse e o uso da substância importada.

Esse é o meu voto, Srª Presidente, pela aprovação, com esse adendo no parágrafo 3º.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Em discussão a matéria.

Agradeço ao Senador Cristovam e coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório, acrescido da emenda apresentada pelo Senador Cristovam.

Eu perguntaria aos Srs. Senadores se nós poderíamos votar juntos o relatório e a emenda. (*Pausa.*)

Com a aquiescência dos Srs. Senadores, colocamos, então, em votação o relatório e a emenda apresentada pelo Senador Cristovam Buarque, que se acha no relatório em poder de cada um dos Srs. Senadores.

Os Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Os Srs. Senadores e as Srs. Senadoras que concordam com a emenda permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada a emenda e o relatório.

O relatório passa a constituir parecer da Comissão de Educação, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 da Comissão de Educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Eu pediria à Senadora Ana Amélia para ler o item 9, como Relatora *ad hoc*, uma vez que a Senadora Regina teve que se ausentar para votar na Comissão de Assuntos Econômicos.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 94, DE 2011

- Terminativo -

Institui o dia 13 de março como o Dia da Batalha do Jenipapo.

Autoria: Senador Wellington Dias

Relatoria: Senador Ciro Nogueira (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação do projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

1- Será realizada uma única votação nominal para o projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque;

2- A matéria consta da pauta desde a reunião de 05/12/2017.

Portanto, designo a Senadora Ana Amélia como Relatora *ad hoc,* a quem eu concedo a palavra para a leitura do relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Como Relatora.) – Obrigada, Srª Presidente.

Caros colegas Senadores e Senadoras, eu vou direto à análise, também já com o resumo.

O PLS nº 94, de 2011, pretende instituir o dia 13 de março como o Dia da Batalha do Jenipapo. Desnecessário seria frisar a importância desse evento histórico não apenas para o Piauí, onde ocorreu, mas para todo o País, não fosse ele, tradicionalmente, tão pouco valorizado em nossa historiografia.

A verdade é que o dia 13 de março de 1823 se destaca no processo de nossa Independência, em que foram poucos os conflitos bélicos, como a data em que se travou uma das mais heroicas e patrióticas batalhas por nossa libertação do domínio português. Brasileiros de diversas classes sociais, a maioria deles camponeses do Piauí, aos quais se juntaram maranhenses e cearenses, uniram-se para enfrentar as bem armadas tropas portuguesas, conduzidas pelo General João José da Cunha Fidié. Apesar da derrota do batalhão improvisado, essa luta desigual foi decisiva para enfraquecer as tropas lusas, levando, em pouco tempo, à sua rendição e ao abandono do plano de continuidade do domínio português no Nordeste e Norte do País.

Não há dúvida, assim, de que essa data se reveste de importância histórica e de alto significado para a Nação brasileira.

Consideramos, contudo, que o teor das determinações constantes do parágrafo único ao art. 1º da proposição, que preveem a realização de ações comemorativas e educativas, incluindo a concessão da Medalha Batalha do Jenipapo, sob a responsabilidade do Governo Federal ou com sua participação, adentram esfera de competência privativa do Poder Executivo, consoante o que dispõe a Constituição da República, no art. 84, inciso VI.

> Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:
>
> …….....
>
> VI – dispor, mediante decreto, sobre:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos;

.....

Com a supressão do que foi proposto no parágrafo único do Art. 1º, o PLS nº 94, de 2011, mostra-se adequado no que se refere à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, apresentando consonância, igualmente, com as disposições regimentais.

O voto, dessa forma, e como Relatora *ad hoc,* é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 94, de 2011, juntamente com a da seguinte emenda:

EMENDA Nº - CE

(ao PLS nº 94, de 2011)

Suprima-se o parágrafo único do Art. 1º.

Esse é o voto, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Agradeço à Senadora Ana Amélia.

O relatório é dado como lido e ficam adiadas as discussões e a votação.

Item 12 da pauta.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 16, de 2018

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a importância da instituição do Dia Nacional do Museu.

Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves

Concedo a palavra à Senadora Maria do Carmo para a leitura do seu relatório.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Social Democrata/DEM - SE) – Srª Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a importância da instituição do Dia Nacional do Museu.

Para a audiência ser realizada em data oportuna sugerimos os seguintes participantes: Marcelo Mattos Araujo, Presidente do Instituto Brasileiro de Museus; Maria Ignez Mantovani Franco, do Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus; Rita de Cassia Mattos, Presidente do Conselho Federal de Museologia; Ângela Gutierrez, membro do Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico; e Simone Monteiro Flores, membro do Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus e da Rede de Museus e Coleções Universitárias; Ezio Déda, Diretor Superintendente do Instituto Banese - Museu da Gente Sergipana.

Da justificativa.

O Dia Internacional do Museu é celebrado, em âmbito global, em 18 de maio. O Conselho Internacional de Museus tem lançado, a cada ano, um tema global que incentiva os museus espalhados pelo mundo a realizarem, nesta data, exposições e debates culturais inspirados naquele tema e envolvendo as particularidades de cada país. O dia é celebrado por instituições como a Unesco, que reconhece os museus como promotores do livre fluxo de conhecimento e ideias e como parceiro na construção da paz no imaginário da população global.

Desse modo, convém realizarmos audiência para debater a importância de, a exemplo da data internacional, instituirmos, por lei, o Dia Nacional do Museu. Consideramos que uma data

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nacional prestigiaria e promoveria os museus, tão importantes para expor a diversidade cultural brasileira, promover a tolerância, a educação e a cultura da nossa cidade.

Era o que tinha a dizer.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, coloco em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Comunico à Senadora Maria do Carmo que vamos entrar em contato com os palestrantes e posteriormente vamos indicar a data.

Comunico que, no dia 10 de abril, terça-feira, às 11 horas, será realizada reunião ordinária desta Comissão em forma de audiência pública, destinada a debater o tema "Formação de professores", em atendimento aos Requerimentos nºs 8 e 9, de 2018, da Comissão de Educação, de autoria da Senadora Marta Suplicy e do Senador Paulo Rocha.

Comunico também que hoje, no primeiro período da tarde, será lançado em palácio o projeto sobre a Base Comum Curricular, uma iniciativa do Ministério da Educação. Sem dúvida nenhuma, merece todos os aplausos desta Comissão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo à Senadora Ana Amélia e à Senadora Maria do Carmo.

(*Iniciada às 11 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 08 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e dezenove minutos do dia dez de abril de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, **sob a Presidência da Senadora Marta Suplicy**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Hélio José, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Acir Gurgacz, José Pimentel, Paulo Rocha, Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Ana Amélia, Lúcia Vânia, Pedro Chaves, Wellington Fagundes, Ataídes Oliveira e Romero Jucá. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Dário Berger, José Maranhão, Edison Lobão, João Alberto Souza, Ângela Portela, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Roberto Rocha, José Medeiros, Roberto Muniz, Ciro Nogueira, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Eduardo Lopes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos RCE 8/2018, de autoria da Senadora Marta Suplicy, e RCE 9/2018, de autoria do Senador Paulo Rocha. **Finalidade:** Debater a Formação de Professores, nos termos do RCE nº 8, de 2018, de autoria da Senadora Marta Suplicy, e RCE nº 9, de 2018, de autoria do Senador Paulo Rocha. **Participantes:** Caroline Tavares da Silva, Representante do Movimento Todos pela Educação; Benedito Guimarães Aguiar Neto, Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - Crub; Josenilda Maués, Coordenadora do Fórum Nacional dos Coordenadores do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - Parfor; Evilen Campos, Diretora-Substituta de Formação dos Profissionais da Educação Básica do Ministério da Educação. Malvina Tania Tuttman, Conselheira da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Marta Suplicy

Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/04/10

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião atende aos Requerimentos nºs 8 e 9, de 2018, de minha autoria e de autoria do Senador Paulo Rocha, para a realização de audiência pública, esta destinada a debater o tema: Formação de Professores.

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário da Comissão que acompanhe os convidados e as convidadas para tomarem assento à mesa.

Chamo então a Srª Caroline Tavares da Silva, representante do Movimento Todos pela Educação; a Srª Evilen Campos, Diretora Substituta de Formação dos Profissionais da Educação Básica do Ministério da Educação; a Srª Malvina Tania Tuttman, conselheira da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação; o Sr. Benedito Guimarães Aguiar Neto, Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub); e a Srª Josenilda Maués, Coordenadora do Fórum Nacional dos Coordenadores do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor).

Informo que a audiência tem a cobertura da televisão, pela TV Senado, da Agência Senado, do Jornal do Senado, da Rádio Senado, e contará com os serviços de interatividade com o cidadão pelo Alô Senado, através do telefone 0800-612211 e pelo e-Cidadania, por meio do Portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Agradeço primeiro a participação de todos e de todas, bem como do representante das universidades, porque, para nós, este é um momento extremamente importante. O Brasil hoje começa a discutir o ensino médio e nós sabemos das grandes transformações que isso poderá acarretar para o País.

Na minha opinião, pessoal, o mais importante neste momento é que discutamos a formação dos nossos professores e o que nós desejamos para o Brasil nessa formação, haja vista o que seja o sonho de uma educação mais aprimorada para todos os brasileiros e brasileiras.

Então, vamos dar a palavra, por dez minutos, para cada orador e oradora.

Vamos começar com a Srª Evilen Campos, Diretora Substituta de Formação dos Profissionais da Educação Básica, que é do Ministério da Educação.

Com a palavra a Srª Evilen.

A SRª EVILEN CAMPOS – Obrigada. Bom dia a todos e a todas! Cumprimentando a Senadora Marta, em nome de quem eu cumprimento todos os Senadores aqui presentes, bem como os Secretários Municipais de Educação, que sei que estão aqui presentes, e as equipes técnicas.

Vamos falar um pouco sobre a Política Nacional de Formação de Professores.

Algumas premissas na política, que foi anunciada em outubro de 2017, consideram que a origem socioeconômica do aluno influi no desempenho escolar, mas pode ser compensada pela ação da escola, que o professor é, de longe, o fator que mais pesa no desempenho dos alunos e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que professores bem preparados fazem diferença significativa no desempenho dos alunos. Isso são evidências para a gente de que, entre os fatores que podem ser controlados pela política, o professor é o que tem maior peso na determinação do desempenho dos alunos.

Um pouco dos dados em termos de cenário. Hoje, temos mais de 2 milhões de docentes, sendo 1,6 milhão com licenciatura – não necessariamente na área, na disciplina em que atua –; 488 mil ainda com formação no ensino médio; e apenas 95 mil sem licenciatura, do total de 1,702 milhão.

Aqui, um pouco da capilaridade em termos das instituições formadoras: universidades federais, Rede Federal EPCT, universidades estaduais, municipais e privadas e polos UAB – só para ver um pouco do mapa da capilaridade das formações no Brasil.

Aqui, um pouco do cenário de que os cursos de licenciatura, com dados de 2015, representam apenas 20% dos alunos na educação superior de graduação. A maior parte dessa licenciatura ainda é presencial, e só 38%, a distância.

Continuando um pouco do diagnóstico, em termos de licenciatura, apenas 38% estão na rede pública, e 62%, na rede privada; e, nos cursos de pedagogia, 20%, na rede pública, e 80%, na rede privada.

Sobre o ingresso, na comparação entre os ingressantes da rede pública (Sisu) e do Prouni, estes últimos demonstram desempenho médio mais baixo do que aqueles que se matriculam em instituições públicas, o que denota pior domínio dos conteúdos da educação básica. Então, essas são as médias da pontuação para ingresso nas licenciaturas.

Um pouco do diagnóstico realizado pelo Inep sobre o Indicador de Adequação de Formação Docente, que está aí demonstrado em cinco categorias:

1. Possui licenciatura na mesma disciplina que leciona, ou bacharelado na mesma disciplina com curso de complementação pedagógica concluído;

2. Bacharelado na disciplina correspondente, mas sem licenciatura;

3. Possui licenciatura, mas leciona em área diferente.

As categorias 4 e 5 não são adequadas, definitivamente não adequadas.

Aqui, é só para traçar um pouco o cenário do percentual de docentes efetivos nos anos iniciais da rede por disciplina e adequação da formação. Nos anos iniciais, ainda há uma média de 60% da formação de docentes adequada à etapa em que lecionam. Docentes com licenciatura em Pedagogia ou Bacharelado em Pedagogia com complementação pedagógica: mais de 55% dos professores. Mas, quando se chega aos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio, há uma distorção bem considerável em termos de adequação da formação de docente: melhor situação em Biologia, com quase 80%; mas, em Artes, Sociologia, Filosofia, há um índice bem inadequado em termos da formação e da disciplina que leciona. Em verde escuro, estão os licenciados que atuam em disciplina diferente da licenciatura que possuem.

No resumo do diagnóstico, temos resultados insuficientes dos estudantes; baixa qualidade da formação de professores; currículos extensos que não oferecem atividades práticas; poucos cursos com aprofundamento da formação na educação infantil e no ciclo da alfabetização; e estágios curriculares sem planejamento e sem vinculação clara com as escolas.

Passo a alguns princípios acolhidos pela Política Nacional de Formação que estão na Constituição, na LDB, no Plano Nacional e na Resolução 2, de 2015. Essa política tem uma raiz muito forte nestes princípios: regime de colaboração; fortalecimento das instâncias descentralizadas – as redes, os Estados e os Municípios participam dessa elaboração –; visão mais sistêmica e revisão das formas de gestão do MEC, para que as políticas sejam mais articuladas e em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regime de colaboração com as redes representadas pelo Consed e Undime; articulação da instituição formadora com redes ou escolas de educação básica; BNCC, que é o tema unificador da política, é o carro-chefe de todas as nossas ações hoje; articulação entre teoria e prática – é preciso articular as instituições formadoras com a rede, fazendo com que essa relação seja bem mais estreita; interdisciplinaridade, interculturalidade e contextualização; criatividade e inovação; e formação humana integral.

Portanto, a Política Nacional de Formação possui duas dimensões: a formação inicial e a formação continuada. Eu vou me ater à formação continuada, porque eu estou aqui representando a CEB – esse é o escopo de atuação da CEB.

Em relação à formação continuada, a CEB está com o projeto da Plataforma de Formação Continuada, que é mais uma alternativa da formação continuada de professores, gestores e profissionais de educação. Essa plataforma vai permitir e disponibilizar percursos e trilhas formativas que deem mais flexibilidade e autonomia ao processo de desenvolvimento dos profissionais. Então, o que se pretende? Algumas trilhas formativas são criadas pedagogicamente como trilhas. Se a minha necessidade, hoje, é esclarecer apenas um ponto, como gestora – no caso dos secretários municipais de educação –, com uma trilha formativa sobre financiamento da educação, por exemplo, se eu tiver uma dúvida exclusivamente em orçamento, eu posso entrar numa atividade, num módulo ou num vídeo que resolva o meu problema em relação a isso ou posso fazer um percurso formativo. Então, a plataforma pretende abrigar conteúdos que permitam declarações de conclusão, certificações em parceria com as instituições certificadoras e também a autonomia e a gestão do próprio processo de desenvolvimento. Isso vai ajudar as redes a determinar... Se eu quiser fazer uma formação com a minha rede, eu mesma posso desenhar determinados percursos dentro da plataforma.

Além disso, a própria rede vai poder, em determinado momento, incluir os seus próprios conteúdos em processos formativos em parceria com o Ministério da Educação. Ademais, o Ambiente Colaborativo de Aprendizagem (e-Proinfo), que todos conhecem, está passando por um processo de aperfeiçoamento...

(*Soa a campainha.*)

A SRª EVILEN CAMPOS – ... e também será mais um instrumento à disposição nesse rol.

Esses pontos abarcam todas as etapas da educação e tudo o que nos é precioso hoje em termos de Base, PNLD.

A formação continuada está ligada a mestrados profissionais, a cursos de especialização, à cooperação internacional – todos componentes curriculares da Base –, a itinerários formativos em educação – desde a reforma do ensino médio –, e à Base Nacional Docente, como pressuposto da reforma das licenciaturas.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Agradeço à Srª Evilen Campos.

Vamos agora dar a palavra à Srª Malvina Tania Tuttman, que é Conselheira da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação.

Só para informação: quando a campainha toca, há mais um minuto para falar dentro do prazo dos dez minutos. Se a pessoa estiver no meio da frase, a gente pode dar mais um minuto. A gente tenta não ir além, mas é preciso ter uma certa consideração pela gentileza e pela presença de todos aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª MALVINA TANIA TUTTMAN – Pois não.

Bom dia a todos e a todas.

Tomo a liberdade de cumprimentar a Mesa e todos e todas que estão presentes em nome dos profissionais da educação do nosso País que vêm enfrentando dificuldades de infraestrutura, de cumprimento de piso salarial. Enfim, são muitas questões que precisam ser tratadas quando falamos da questão da formação de professor.

Quando falamos da questão da formação de professor – tenho discutido isto no próprio Conselho Nacional de Educação, como Presidente da Comissão Bicameral de Formação de Professores –, devemos conversar sobre a importância de verificar toda a estrutura de formação inicial e continuada de professores. Eu, por exemplo, muito respeitosamente, senti falta de algo no diagnóstico apresentado pelo Ministério da Educação. Já tive a oportunidade de conversar sobre isso – você, professora, sabe disso – e vou externar a minha posição. Quando se faz um diagnóstico, faz-se um diagnóstico baseado na figura do professor, como se ele fosse o total responsável pelo insucesso ou pelas deficiências que nós temos no momento. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Por favor, eu vou pedir para vocês não se manifestarem, senão vou ter que ficar tocando a campainha. Fica horrível.

A SRª MALVINA TANIA TUTTMAN – Então, sem dúvida alguma, toda uma política de formação de professores é importante, mas não centrada somente na figura do professor.

A formação inicial e a formação continuada têm uma resolução – Resolução nº 2, de 2015, cujo Relator foi o Prof. Luiz Dourado – que foi construída, elaborada de forma republicana, democrática, participativa e, só depois de todo um processo de discussão, foi aprovada pelo Pleno do Conselho Nacional de Educação e homologada pelo Ministro da Educação, como é de praxe.

Bem, essa resolução é um marco fundamental. Por que ela é um marco fundamental? Porque ela resgata toda a história dos movimentos em função da educação, todos os movimentos envolvendo as entidades educacionais, as representações educacionais, incluindo principalmente as representações estudantis.

Nesse sentido, ela define, nessas diretrizes, os cursos iniciais de licenciatura, os cursos para graduandos que não têm licenciatura emergencialmente, para não ter que se discutir a questão do notório saber – essa é uma questão que não temos tempo de aprofundar aqui, mas seria interessante, depois, discutirmos – e os cursos de formação para uma segunda licenciatura, além da formação continuada. Mas a Resolução 2 vai além disso. Ela fala sobre a valorização do professor, e isso é um grande diferencial.

Na resolução, nós temos propostas que já dizem qual seria a Base Nacional Comum. Não estou me referindo à Base Nacional Comum Curricular recentemente aprovada e homologada, mas estou falando de uma Base que o próprio Ministério da Educação coloca como imprescindível para orientar todos os currículos das instituições formadoras.

Eu defendo – e defendo em todos os processos – o movimento participativo. Não acredito que uma política verticalizada possa fazer alterações no chão da escola. É fundamental ouvir as histórias de vida desses profissionais, desses estudantes e suas experiências. Nós temos laboratórios importantíssimos nas escolas que precisam ser considerados e que, muitas vezes, não o são em função de uma política que é verticalizada, certamente na boa intenção de fazer alterações. Mas isso só se faz repercutir efetivamente se essas alterações ou se essas propostas, se essas políticas são construídas de forma coletiva e republicana.

Eu considero que, apesar de o Ministério da Educação, neste momento, colocar como base também, como uma de suas plataformas ou de suas direções a Resolução nº 2, ela talvez não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tenha sido compreendida na sua essência, porque ela já trabalha com a questão do relacionamento entre as instituições formadoras, os entes federados, as redes, as escolas, e passa a ser ou deveria ser um projeto de destaque das instituições formadoras, inclusive, incluído no Plano de Desenvolvimento Institucional. Então, a Resolução nº 2, construída de forma participativa, é percebida como a referência importante para uma política. Eu percebo.

Eu represento o Conselho Nacional de Educação, a Presidência da Câmara da Comissão Bicameral de Formação de Professores, mas, como sou professora há 50 anos neste País, não posso deixar de também falar sobre as minhas experiências e sobre aquilo em que acredito, defendendo que a responsabilidade neste País em relação ao que os números indicam, porque... Na verdade, deixa de fora, omite uma série de questões e compara o incomparável. Nós não podemos comparar escolas que têm assimetrias, regiões do nosso País que não têm condições de infraestrutura, Estados e Municípios que não seguem o plano que prevê o piso salarial e não oferecem condições importantes para os nossos professores.

Então, temos que ter, sim, ao lado de uma formação importante, sólida, teórica e prática. E precisamos prestar atenção porque há um discurso de que a teoria não é importante e que a prática é mais importante. Não. Nós defendemos relação teoria-prática/prática-teoria. É assim que nós acreditamos e muitas das nossas instituições formadoras têm desenvolvido o seu trabalho. É preciso, sem dúvida, rever como as instituições estão formando seus professores, mas não podemos culpabilizar as instituições e, principalmente, os professores, que estão no chão da escola, que não têm nenhuma condição, muitas vezes, de trabalhar...

(*Soa a campainha.*)

A SRª MALVINA TANIA TUTTMAN – ... e que fazem o máximo. A nossa profissão é apaixonante, mas não é um sacerdócio. É uma profissão.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Eu vou pedir de novo.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone.*) – Eu aplaudo com vocês.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Pois é, mas Senadora também não pode aplaudir. Ninguém pode.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Posso.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Não. Fátima, assim vai virar uma balbúrdia. Por favor. Se quiser, eu já leio aqui o que não pode, o que a gente pode fazer. Não vamos fazer isso. Vamos fazer direito. Está indo superbem. Vamos ficar quietos. Vamos começar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Eu estou sendo super, principalmente porque eu concordo com grande parte. Então, não há problema nenhum, mas, mesmo que não concordasse, também tentaria ouvir muito bem a todos.

Agora vamos ao Sr. Benedito Guimarães Aguiar Neto, Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras.

O SR. BENEDITO GUIMARÃES AGUIAR NETO – Bom dia a todos. Quero me congratular com a Senadora Marta Suplicy pela iniciativa de promover esta audiência pública num tema tão importante, que é a formação de professores. Queremos saudar todos os membros aqui, os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

componentes da Mesa, os Parlamentares presentes e todos os professores que participam deste debate.

Como foi mostrado o cenário da educação superior no Brasil, mais voltado para as políticas da educação básica, nós temos um cenário bastante preocupante. Ou seja, ao longo dos anos, nós temos observado no País a ausência de um projeto de Estado para a educação. E educação em todos os níveis. Não me refiro só à educação básica, mas à educação superior também. São políticas que estão estabelecidas, políticas que são modificadas, políticas que são levadas sem um compromisso institucional em termos nacionais para que nós possamos dizer que temos, sim, um projeto de Estado para a educação superior no Brasil. Esse cenário é bastante complicado.

Eu vou me referi mais à educação superior. Quando nós falamos na formação de professores, o papel das universidades é fundamental nas instituições de ensino superior, onde está a responsabilidade pela formação de professores em todos os níveis. Eu percebo que há um compromisso com a educação muito heterogêneo no nosso País. Isso dificulta, inclusive, a política, o estabelecimento das políticas, seja de qual for o governo que entra ou que sai. Mas, no momento em que nós temos um compromisso com a educação, em que a educação é considerada uma mercadoria, nós comprometemos todo um projeto que possa ser concebido de educação para o nosso País. E nós não podemos ficar, naturalmente, de braços cruzados diante dessa realidade. Então, é extremamente importante que eventos como este sejam realizados. Soma-se a isso a ausência, de fato, de compromissos que venham, como nós falamos, de longo prazo e que venham fazer uma diferença realmente significativa.

Uma das coisas que nós percebemos como consequência dessa política de valorização do professor, de valorização da formação do professor é aquilo que se observa quando nós olhamos, segundo o último Censo, um alto índice de evasão nos cursos de Pedagogia e de Licenciatura no nosso País. Nós temos um índice de evasão de 39% nos cursos de Pedagogia. E, se nós observarmos a parte mais especializada, a Licenciaturas em Física, por exemplo, 57,2%. Ou seja, mais da metade daqueles que se propõem a ser professores desistem ao longo do caminho. Em Química, 52,3%. Em Matemática, 52,3%. Esse é o cenário que nós temos, Senadora, que é realmente muito preocupante para nós que temos a missão de formar professores neste País.

Eu gostaria que nós pudéssemos refletir nesta manhã quais seriam as razões que levam a essa evasão tão grande. De fato, nós não podemos culpar o professor por todas as dificuldades da educação, como já foi bem colocado pela Profª Malvina, que nos antecedeu, mas temos que encontrar quais são os caminhos, as soluções e quais são as dificuldades que nós temos que levam a essa evasão muito grande.

Considerando o tempo que nós temos, vamos passar diretamente a algumas considerações sobre a proposta de BNCC em curso, que foi entregue agora para o Conselho Nacional de Educação.

Preocupa-me bastante esse BNCC. Preocupa-me não pela qualidade do projeto que está sendo apresentado ao Conselho Nacional de Educação, mas pelo, nós poderíamos dizer, modelo disruptivo com relação ao que nós temos hoje. É uma mudança completa, radical com relação ao que nós temos hoje à medida que os componentes curriculares numa organização curricular não são mais orientados por disciplinas, que é o modelo hoje, mas são orientados, poderíamos dizer, por eixos ou áreas temáticas, como, por exemplo, linguagens, matemática, ciências humanas e sociais aplicadas e ciências da natureza. E nós percebemos, não obstante de ser uma preocupação importante, que houve uma preocupação muito maior com relação à metodologia, esquecendo-se de que a metodologia tem que ser acompanhada de uma atenção especial na questão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conteúdo. Muitas vezes, nós criticamos a ênfase muito grande ao conteúdo – e eu concordo com isso –, mas ele não pode ser esquecido. Então, se nós analisarmos o BNCC, nós verificamos que houve uma atenção muito grande, talvez muito maior do que deveria ter, em prejuízo à questão mais do conteúdo, no que diz respeito às habilidades esperadas pelo aluno com relação ao processo de formação no ensino básico.

Eu vou só citar aqui alguns exemplos bastante interessantes. Na realidade, linguagens e matemática são apenas dois componentes curriculares. Estou me referindo a componente curricular no sentido amplo. Linguagens e matemática são obrigatórios. Todos os outros estão agora à mercê da escola, do entendimento da escola, o que ela entende como deve ser a questão das ciências humanas e aplicadas, como deve ser essa interdisciplinaridade que deve existir, como também das ciências da natureza. E, quando nós observamos as ciências da natureza, observamos que, neste caso específico, nem as habilidades que são consideradas esperadas para o aluno, a serem desenvolvidas no processo educacional do aluno, são voltadas para a área de conhecimento das ciências da natureza – física, biologia, química. Como nós formaremos professores se já temos exatamente nessas áreas uma evasão muito grande? E agora nós vamos desenvolver uma interdisciplinaridade muito ampla, esquecendo-se de uma formação científica necessária para que possamos, de fato, pensar na aplicação. Pensar na aplicação é importante. Pensar na aplicação, inclusive, em algumas áreas do conhecimento no nosso País é algo em que nós precisamos investir muito, como, por exemplo, na engenharia. Nós não podemos fazer engenharia sem pensar que é uma atuação aplicada. Não existe engenharia que não seja aplicada. Mas como nós podemos formar professores de química, de matemática, de ciências biológicas, de biologia, de química, de física sem que possamos ter uma forte presença do conhecimento científico para que o aluno possa, então, pensar em aplicações?

Eu vou só citar algo que me chamou bastante atenção. Eu gostaria de compartilhar com vocês algumas habilidades que estão aqui citadas na BNCC quando se refere a ciências da natureza. Então, a habilidade esperada seria avaliar tecnologias e possíveis soluções para as demandas que envolvem a geração, o transporte, a distribuição e o consumo de energia elétrica. Isso caberia muito bem numa diretriz curricular de qualquer curso superior, eu diria, até neste caso específico da engenharia, mas, para o ensino médio, nós tentarmos levar os alunos a pensar em aplicações nesse nível, sem o fundamento científico necessário, será um grande prejuízo na formação dos nossos professores.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Eu agradeço as considerações do professor. Depois vou pedir para todos os outros poderem se aprofundar porque, realmente, é bem complicado para que a gente consiga fazer essa nova formação. É muito problema de um lado e de outro.

Agora vamos dar a palavra para a Josenilda Maués, Coordenadora do Fórum Nacional de Coordenadores do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor).

A SRª JOSENILDA MAUÉS – Bom dia a todos os presentes. O Fórum Nacional de Coordenadores Institucionais do Parfor, que reúne os coordenadores de 108 instituições de ensino superior brasileiras, comunitárias e públicas, agradece por este momento de discutir um pouco da formação de professores.

Gostaria de chamar atenção especial para uma dimensão dessa formação, que é a formação dos professores que já se encontram em exercício nas redes públicas neste País e que apresentam ainda um significativo número. Perto de 24% dos docentes em exercício não possuem a formação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em nível superior; alguns possuem, mas não atuam na sua área de formação; e alguns têm apenas bacharelado. Obviamente que esse grupo se concentra nas áreas mais remotas deste País e necessita de uma atenção especial em termos de políticas de formação.

Nós estamos diante de um quadro de reformas que é capitaneado pelas reformas curriculares. E os professores, então, são instados a rever as suas práticas, projetos de formação. Talvez estejamos muito longe de um tempo em que práticas efetivas e projetos efetivos de formação demandem reformas curriculares, o que seria, talvez, desejável.

Eu vou falar especificamente de um programa que vem, desde o ano de 2009, se dedicando a atender, em caráter emergencial, inicialmente, esse conjunto de professores que se encontram às margens das vicinais das rodovias deste País, nas zonas ribeirinhas, nas zonas de remanescentes de quilombolas, nas áreas indígenas, grupos indígenas, ou seja, um conjunto de professores que se espalham em todas as regiões do País.

Esse modelo vem atingindo uma tal capilaridade que ele se faz presente em 508 Municípios da Federação. E ele se faz, diferentemente dos índices de evasão nas demais licenciaturas, com índice de evasão aproximado de 20%. Ou seja, os professores em exercício que têm oportunidade de cursar o ensino superior, uma licenciatura numa universidade pública, não desistem dos cursos. E eles são, em sua maioria, mulheres. As mulheres constituem 80% do contingente de professores em exercício, mulheres com 40 anos ou um pouco mais.

E esse processo, esse programa, é, em grande medida, exitoso, porque ele reconfigurou os projetos de licenciatura. De algum modo, com bastante dificuldade, mas reconfigurou, tornou projetos específicos para atendimento a professores que já são professores, porque ele reconfigurou o tempo de formação, o espaço de formação – onde acontece –, considerando esse grupo específico, que já atua na educação básica.

Esse programa é também, de certa forma, exitoso, porque lidou com tempo e espaço diferentes e mexeu fundamentalmente com os projetos de formação de professores.

Esse projetou instaurou nesses docentes não somente a satisfação de terem uma formação em nível superior, mas um desejo de continuidade dessa formação. Isso está expresso na enorme demanda que se coloca, com mais de 50 mil professores. Colocam na Plataforma Freire dois, em sua nova versão, solicitando cursos de graduação e de especialização em todas as regiões brasileiras.

O que leva então o Parfor a desenvolver uma mobilização nos meses recentes? É que desde o ano de 2015 não mais se abrem turmas para esses grupos.

Nos anos de 2015-2016 tivemos também cortes de recursos, que implicaram a suspensão de parte das atividades em várias unidades da Federação.

Nós tínhamos a perspectiva de um anúncio de uma nova oferta para esses professores, que até o momento não se consubstanciou em algum edital claramente colocado.

Quando do anúncio das medidas apresentadas para a Política Nacional de Formação pelo MEC, no último dia 3 de março, essa demanda ficou parcialmente ou em grande medida subsumida.

O que restou a esse conjunto de professores que se encontram em lugares por vezes isolados, energeticamente, sem acesso à internet? O que restou a esse grupo de professores que demanda por formação?

Restou a esses professores a possibilidade do edital da Universidade Aberta do Brasil, com a oferta de cursos a distância. Devo dizer que esses professores se encontram, em sua maioria, em áreas não cobertas por essa rede. E professores e mulheres com tripla jornada de trabalho não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fariam a formação em nível superior de outra forma que não a praticada pelo programa Parfor. Ou seja: o professor, nas suas férias escolares, no seu recesso escolar, se dirige aos polos de formação e, naquele período, ele fica dedicado a fazer isso, afastado de suas atividades profissionais. E ficam afastadas as mulheres de suas atividades domésticas e outras tantas.

Os planos estratégicos, que são determinados nos fóruns estaduais que coordenam essa ação colegiada desta formação, desta modalidade de formação, indicam ainda, em todo o Território nacional, a necessidade de formação dos professores, tanto em nível inicial quanto em nível continuado.

Então, um silêncio se fez em relação a esse grupo. Eles não serão atendidos pela Universidade Aberta do Brasil. Talvez algum e pequeno número possa atender a isso, mas não serão atendidos por essa modalidade de formação. Ora, nós temos como um dos princípios das diretrizes de 2015, da formação de professores, a equidade no acesso à formação inicial e continuada, garantindo que nós possamos enfrentar, com algum nível de coragem, essas desigualdades regionais, essas desigualdades sociais.

Então, o fórum está aqui, invocando este princípio, o da igualdade. Ou seja, é necessário que, ao lado de Pibid, ao lado de residência pedagógica, ao lado dos editais da OAB, esteja também – e se mantenha – a formação presencial, inicial e continuada a esse contingente de professores que não teriam acesso à formação de um outro modo.

O Parfor, ao longo desses nove anos de atuação, já tem 50 mil professores com nível superior, 50 mil egressos, e temos ainda 22,5 mil professores que estão nas universidades públicas, em diferentes polos, fazendo a formação em nível superior.

O Parfor contribui, em grande medida, para o atingimento da Meta 15 do Plano Nacional de Educação e contribui, ao mesmo tempo, para o cumprimento da Meta 12 do Plano Nacional de Educação, que se volta para aprimorar as relações entre a educação superior e a educação básica, na tentativa de produção de conhecimento inovador.

Esse encontro das universidades com esse público que já é docente cria aquilo que se chama de espaço híbrido, onde o conhecimento acadêmico encontra com os saberes desses professores em formação. E exige tanto que esses professores revejam sua história de formação, sua trajetória de formação, quanto exige que as universidades também se debrucem criticamente sobre os seus programas e projetos de formação, que em muito, ainda, se aproximam do formato do bacharelado. Ou seja, forçam as instituições a, de fato, se aproximarem daquilo que requer uma licença pública para interferir nos processos cognitivos de formação dos jovens e dos adolescentes neste País.

Então, o que queremos e o que desejamos é que isso faça parte não apenas de uma ação emergencial, mas que isso seja parte, de fato, de uma política orgânica, de uma política de Estado que considere que, à revelia dos nossos projetos...

(*Soa a campainha.*)

A SRª JOSENILDA MAUÉS – ... esses professores continuarão ensinando os filhos dos trabalhadores ou filhos daqueles destituídos, em grande parte, dos bens sociais.

É necessário, portanto, que o Orçamento do próximo ano considere isso, considere o fato de que essas mulheres, de que essas professoras que estão nas zonas ribeirinhas, nas áreas mais remotas deste País, têm direito à formação, com uma ação pública do Estado brasileiro.

Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Olha, é sensacional. Até fiquei arrepiada com essa colocação. E pode ter certeza de que esta Comissão vai falar com a Presidente da Comissão, com o apoio também da Senadora Fátima, evidentemente.

Nós vamos todos, juntos, levar ao Ministério que é de uma importância extraordinária, principalmente, como já dizia o Dr. Benedito, que as coisas acontecem, depois param, depois não acontecem mais. E, para um Brasil desse tamanho, essa é uma solução da qual não podemos abdicar, de jeito nenhum.

E muito bonito isso, porque é absolutamente verdadeiro que os que vão ensinar os docentes vão ensinar, mas eles devem aprender muito. Eu estou vendo.

Ah, vou ler os nomes dos que estão presentes. São todos coordenadores institucionais do Fórum Nacional dos Coordenadores do Parfor: Leonor Dias Paini, Rogério Basali, Liliane Afonso de Oliveira, Ocimar Marcelo Souza de Carvalho, Ivanilza Teixeira Barbosa, Roberto Sanches Sobrinho, Márcia Rosane Oliveira de Sena, Maria do Carmo Melo... E aqui temos outras pessoas que estão prestigiando esta audiência, que são: o Pró-Reitor de Graduação da Universidade Federal do Pará, Edmar Tavares da Costa; a Pró-Reitora de Graduação da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Maria do Socorro de Lima Oliveira; o Pró-Reitor de Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora, Cassiano Amorim; a Pró-Reitora de Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Maria das Vitórias Vieira Almeida de Sá; e o Pró-Reitor de Graduação da Universidade Federal do Rio Grande, Renato Duro Dias.

A todos agradeço a presença.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pela ordem, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Pois não, Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Apenas para dizer que, dada a relevância, evidentemente, do tema, a importância que ele tem, só para dar conhecimento de que, para dar continuidade a este debate, nós temos um requerimento já aprovado. E, desta vez, nós queremos também trazer aqui o presidente da Andifes, o presidente também da Undime, que representa os secretários municipais de educação; o representante também da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), que representa mais de 2,5 milhões de professores e trabalhadores da educação, pelo País afora; o Presidente também do Colégio de Pró-Reitores de Graduação, o João Alfredo Braída, e o Carlos Cezar, que é da Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica, da Capes. E, naturalmente, vamos contar de novo com a presença de Josenilda, que é a coordenadora do Fórum.

Então, apenas para falar do tema, da importância que ele tem, e, para dar continuidade, nós temos esse requerimento já aprovado e queremos realizar uma outra jornada de debate.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Muito bem.

Então, a nossa última palestrante, Caroline Tavares da Silva, representante do movimento Todos pela Educação.

A SRª CAROLINE TAVARES DA SILVA – Bom dia a todos, bom dia a todas.

Cumprimento os participantes da Mesa; cumprimento a Senadora Marta Suplicy, em nome de todos os Senadores; cumprimento todos os professores e trabalhadores da educação que estão aqui presentes.

Eu também sou professora. Então, é uma honra, para mim, estar aqui hoje, falando um pouco sobre formação de professor e sobre a profissão do professor de um modo geral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O DNA do Todos pela Educação sempre teve uma preocupação com o professor.

Em 2016, especificamente, nós fizemos uma pesquisa específica sobre formação de professores, e o que percebemos é que, apesar de formação inicial e formação continuada serem muito importantes nesse diálogo sobre formação, também é importante, como a Profª Malvina disse, pensar no professor de uma maneira holística. Então, quem é esse professor, de onde ele vem, como é que nós atraímos melhores professores para a carreira, como é que nós tornamos a carreira do docente mais atraente, para que os jovens queiram se tornar professores, e como é que nós formamos esses professores, mais e melhor, para que eles realmente se sintam suportados pelas políticas educacionais. Afinal de contas, o professor é o elemento central da implementação de políticas públicas no chão da escola. Sem eles, nós não conseguimos desenhar um projeto de políticas educacionais no Brasil.

Eu não estou conseguindo brincar aqui com... (*Pausa.*)

Eu acho que preciso de mais força.

Então, esse *frame*, esse desenho aí que nós fizemos é a representação então do que seria necessário para nós termos professores bem representados, bem formados, bem motivados, para trabalhar nas redes públicas de educação no Brasil.

Então, a primeira coisa que nós precisamos pensar é o problema da atratividade.

Atualmente, a carreira é uma opção razoável para muitos dos jovens, mas nós ainda não atingimos aqueles jovens, por exemplo, com maior pontuação no Enem. O Todos fez uma pesquisa, por exemplo, com jovens de 15 a 19 anos, em 2016. Nós ouvimos 1.551 jovens, e 30 deles disseram que já pensaram... A pergunta era: "Você já, em algum momento da sua vida, pensou em se tornar um professor?" Trinta por cento desses jovens disseram que já pensaram, mas que desistiram da ideia. E os motivos que eles alegaram para terem desistido são a maneira como a sociedade enxerga a profissão do professor, os baixos salários – o que ainda é uma realidade em muitas regiões do Brasil – e o pouco reconhecimento e respeito que a sociedade e os alunos têm com a carreira docente, bem como a carreira docente de uma forma geral, que não é muito atrativa para os professores.

Então, nesse momento, nós percebemos que estamos perdendo 30% de jovens que já pensaram, que queriam ser professores na vida, mas a carreira ainda não é atraente o suficiente para eles.

Quando pensamos, então, no problema da formação inicial, nós vemos, como a Profª Malvina falou, que já temos um marco regulatório, que é Resolução nº 2, que vai na direção certa, de realmente visar à necessidade de se atrelar a teoria à prática, nos cursos de formação de Pedagogia e de licenciatura, mas nós ainda vemos que esse marco regulatório ainda é muito genérico e que ainda precisamos dar mais suporte, para que as instituições de ensino superior consigam entender, então, o que a União entende por essa união entre teoria e prática, como é que isso se realizaria no chão das universidades, para que nós consigamos realmente formar bons professores, que, ao final de sua formação, estejam preparados para adentrar a carreira docente.

Como o Prof. Benedito mesmo disse, muitos alunos de licenciatura e de graduação estão se evadindo dos cursos, e alguns ainda concluem os cursos, mas decidem não continuar na carreira, porque, quando enfrentam a realidade da escola, eles veem que o que aprenderam na universidade não os preparou para os desafios que eles encontram na sala de aula. E isso eu falo por experiência própria: sou formada em Letras, e a diferença da formação que eu tive, no meu curso de licenciatura, com a realidade que eu encontrei, quando eu fui dar aula... É completamente diferente. Eu acabei aprendendo a dar aula dando aula, e não necessariamente no meu curso de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

licenciatura, que deveria ter me ajudado a ser uma melhor profissional. Eu acho que essa é a realidade que vários professores que estão aqui na plateia também conseguem ressoar.

Aqui nós estamos vendo que, a cada cem alunos que ingressam no curso de Pedagogia, 51 concluem o curso – então nós já perdemos alguns no caminho –, e 27 indicam o interesse em levar a docência como principal ocupação. Então, desses cem que ingressaram, apenas 27 decidem ser professores no final da carreira.

Quando pensamos em formação continuada, já estamos pensando no profissional que já ingressou na carreira, que já está numa rede pública e que precisa de suporte tanto para trabalhar com seus alunos no dia a dia da escola, como também para que ele possa reciclar os seus conhecimentos. Afinal de contas, o mundo muda o tempo inteiro, e a educação, mais ainda. É preciso que estejamos preparados para lidar com esses jovens do século XXI. Então, a formação continuada é essencial para o desenvolvimento profissional da carreira docente.

Existem algumas políticas de formação continuada no Brasil que já estão sendo exemplares do ponto de vista de terem características que geram ação transformadora na vida do professor. E que características seriam essas?

Que tenha foco no conteúdo pedagógico, ou seja, por exemplo, se eu for um professor de português, que é o meu caso, que eu saiba português, obviamente, mas que eu também saiba qual a melhor didática para ensinar português aos meus alunos para gerar aprendizagem efetiva.

Que seja uma formação que se foque na aprendizagem ativa, que é aquela que gera real autonomia para o professor não ser apenas o fazedor de tarefas, mas um protagonista na sua carreira e no dia a dia do trabalho com seus alunos.

Que se foque no trabalho colaborativo, porque, hoje em dia, muitos dos professores pensam em sua profissão como uma profissão muito solitária, em que entra para a sala de aula e trabalha sozinho, mas o trabalho colaborativo com os pares é essencial para um bom desenvolvimento docente.

Que tenha uma duração adequada, que seja uma formação que dê tempo para o professor aprender, refletir sobre o que ele aprendeu, praticar, refletir sobre a prática e retomar o aprendizado, todo aquele ciclo que todos os professores aqui conhecem muito bem para uma aprendizagem efetiva.

E, obviamente, que tenha uma coerência sistêmica. Que essa formação continuada também esteja atrelada a como um professor progride na carreira e a todas as outras políticas docentes que estão sendo realizadas nas redes de ensino.

Isso é muito bonito no papel, mas, na realidade, o que vemos é que o professor acaba não tendo tempo para se desenvolver profissionalmente, pois 40% dos professores no Brasil dão aula em mais de uma escola, resultando num cenário em que muitos docentes têm pouco tempo para planejar suas atividades pedagógicas e interagir profissionalmente com seus pares.

Além disso, se comparando, por exemplo, a Singapura, onde há uma educação de qualidade, em Singapura, os professores, por exemplo, têm uma jornada semanal de 36 horas, das quais, 12 horas são dentro de sala de aula dando aula e 19 horas são direcionadas ao planejamento e ao desenvolvimento profissional, o que é bem diferente da realidade da maioria dos professores – pelo menos era bem diferente da minha realidade enquanto eu estava dando aula.

O que eu queria mostrar para vocês, nesta apresentação, bem brevemente, pois, afinal de contas, o nosso tempo está se esgotando, é exatamente que é importante pensar, sim, na formação inicial e na formação continuada dos professores, mas que é muito mais importante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enxergar que o professor, muitas vezes, está tão cheio de demandas ou precisa tanto dar aula em muitos lugares para conseguir complementar o seu...

(*Soa a campainha.*)

A SRª CAROLINE TAVARES DA SILVA – ... salário no final do mês que, se não olharmos o todo de uma maneira sistêmica, vai ser muito difícil conseguir realmente mudanças sistêmicas estruturantes na profissão do professor e na formação profissional.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Muito obrigada.

Eu acho que nós tivemos com essas apresentações um panorama triste, de certa forma, porque ficou para a minha pergunta principal que é, diante da realidade atual, por onde começamos, principalmente, frente à mudança...

Olhem a nossa Presidente, a Senadora Lúcia Vânia. Senadora Lúcia, quer vir assumir?

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Pode continuar.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Na nossa realidade atual, nós estamos muito aquém de tudo que foi falado aqui em relação às necessidades para formar um bom professor, para que ele possa dar conta da regionalidade brasileira e da diferença dos nossos alunos em termos de possibilidade de vida, que leva a uma aprendizagem também diferente.

Agora, há uma lei que passou. Eu acho que o Prof. Benedito colocou com muita clareza algo que me chamou atenção – sabemos que esses índices são muito preocupantes – que é a evasão dos professores em matérias muito importantes, como matemática, química, biologia. Há essa evasão já no curso de formação. Então, nós aprovamos algo, e eu concordo, acho que tinha que mudar o ensino médio. E está aí. Eu ouvi muito apontarem as dificuldades que há, que são inúmeras. Agora, vamos mudar um pouco. Eu vou pedir para cada um usar até cinco minutos para dizer qual o caminho que imagina ser o primeiro a ser focado depois que essa lei foi aprovada. Não vamos debater que a lei não foi discutida, pois a lei está aí. Então, vamos ver como vamos daqui para frente em virtude das críticas todas procedentes que foram feitas e como vamos fazer também, Prof. Benedito, para – é uma pergunta que eu deixo aqui – o aluno se interessar por um curso em que depois o emprego vai ser precário. Então, parece-me, não sendo uma especialista, que, se não mexermos na atratividade da carreira, como vamos conseguir atrair? Eu vejo que, em alguns países, são os melhores alunos que vão – eles, às vezes, não vão pela vida inteira, mas vão por um período –, porque é algo muito digno, muito prestigiado na sociedade os melhores dos melhores passarem alguns anos dando aula, geralmente nos lugares mais carentes e difíceis. Então, eu estou doida para ouvir ideias, porque há uma situação. Vamos às ideias. O que nós podemos fazer?

Aqui é uma Comissão de Educação, nós temos uma Presidente que é a Senadora Lúcia Vânia absolutamente aberta a ideias. A Comissão de Educação tem uma importância muito grande. Temos um Ministro que está entrando, que provavelmente está com os ouvidos abertos. Nós queremos ajudar. Aqui não é para criar óbices, é para criar possibilidades de solução e de discussão, inclusive, internamente dentro do Ministério.

A primeira delas – já vou até fazer a proposta dela para a nossa Presidente – é em relação ao Parfor, que realmente me pareceu um programa que nós não podemos pensar que possa ser descontinuidade, em virtude da sua característica e peculiaridade.

Vamos lá. Até cinco minutos. Não precisam usar tudo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou perguntar à Senadora que chegou...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quero.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Eu estava pensando em depois, para continuar, mas podemos encaminhar suas perguntas, porque aí também já engloba...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu queria sugerir exatamente isto: que a senhora abrisse para o Plenário e depois retorna para a Mesa.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Já está sugerido.

Pois não. Tem o tempo necessário, Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu quero, inicialmente, Senadora Marta, fazer um registro rápido da expressiva mobilização que está sendo realizada agora no MEC, protagonizada por estudantes, professores e técnicos da Universidade de Brasília. Eles estão em luta contra os cortes dos recursos de custeio e de investimento da universidade, ou seja, eles estão em luta em defesa da universidade pública.

Eu quero ainda acrescentar que eu não tenho dúvida de que esse movimento tende a crescer e a se espalhar pelo País, levando em consideração, principalmente, essa política de austeridade inaugurada com a emenda do teto dos gastos, que representa um golpe contra a educação pública de qualidade e socialmente referenciada.

Eu quero ainda aqui também saudar a jornada de lutas dos meus colegas professores e trabalhadores em educação do Rio Grande do Norte, que, neste momento, reivindicam não apenas o cumprimento do piso salarial, mas estão lutando pelas metas do Plano Nacional de Educação, dentre elas, a Meta 15, que é exatamente a meta que trata da formação de professores e, dentro dela, o Parfor.

Eu também quero aqui abraçar cada um e cada uma de vocês e parabenizá-los pelo esforço de mobilização que fizeram, Josenilda, para estar nesta reunião aqui hoje, nesta audiência pública requerida pela Senadora Marta e pelo Senador Paulo Rocha. Eu aqui já mencionei que há outro requerimento aprovado para dar continuidade a este debate. Por quê? Porque este não é um debate qualquer. Nós estamos tratando aqui de um tema fundamental para avançar naquilo que é essencial que é a qualidade da educação.

O Plano Nacional de Educação é a agenda mais importante do País. Vocês sabem que o Plano Nacional de Educação foi fruto de um amplo diálogo, de quatro anos de debate, ouvindo todos os segmentos da sociedade. Hoje, infelizmente, ele está aí completamente ameaçado em função destes tempos que nós estamos vivendo, pois não é só o Parfor que está ameaçado neste exato momento; é o Pibid, é o piso salarial, enfim, são programas e programas importantíssimos no que diz respeito à expansão e ao fortalecimento da educação brasileira. Alguns já foram até extintos, outros estão ameaçados de extinção.

Senadora Marta, nós não podemos aceitar de maneira nenhuma que um programa dessa envergadura – e V. Exª está completamente sensibilizada diante disso... O Parfor se constitui em uma das experiências mais exitosas em matéria de iniciativas voltadas para a formação inicial e continuada por este País afora. Sabem por que ele foi exitoso? Exatamente dentro daquilo que a Profª Josenilda aqui destacou. Ele foi exitoso, porque ele chegou aos rincões deste País, porque ele chegou aos grotões, exatamente onde os professores tinham enormes dificuldades de acesso ao ensino superior. Não brinquem, não. É um programa, Senadora Marta, criado em 2009, em consonância, como V. Exª sabe, com a própria LDB, assim como com a Meta 15 do Plano Nacional de Educação, implantado em regime de colaboração com Capes, Estados, Municípios, Distrito Federal e instituições de educação superior, o que mostra, Senadora Lúcia Vânia, como o regime

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de colaboração, previsto, inclusive, na nossa Constituição, na nossa LDB, funcionou nesse arranjo institucional exitoso que é exatamente o Parfor.

Nós estamos falando de um programa que começou em 2009. Agora, até 2016, sabe a quantos Municípios esse programa já chegou, Senadora Marta? Foram 3.282. Sabe quantas mil escolas? São 28.925 escolas. Até o final de 2016, o Parfor já havia formado 34.549 professores de educação básica e contava com 36.871 professores cursando uma licenciatura.

O fato é que, apesar de o Parfor, repito, já ter beneficiado tantos professores e professoras pelo País afora, levando não só a formação inicial – em que avançamos bastante no País, mas V. Exª sabe que ainda há um percentual de professores que não têm formação superior –, mas tratando de outro tema importantíssimo que é a formação continuada, que é avançar no que diz respeito a ter os professores com a formação adequada para a área em que ele atua... Nesse aspecto, Josenilda destacou aqui: havia mais de 50 mil professores neste exato momento inscritos para fazer o curso do Parfor. Metade desses 50 mil está exatamente onde? Na minha Região Nordeste, no Norte. E o que o MEC faz? O MEC simplesmente ignora! Não, o MEC não pode fazer isso, não. Recentemente, lançam o edital do Pibid e de outros, achavam que a residência pedagógica etc. e tal... O Pibid também ameaçado. O fato – eu vou concluir – é que, até agora, simplesmente, Senadora Lúcia Vânia, o MEC está mudo no que diz respeito à questão do Parfor. Com todo o respeito que eu tenho a Evilen, servidora, sei que ela defende esse programa... Aliás, era para o Secretário de Educação Básica estar aqui nesta mesa. E nós temos que chamar o Ministro, nós temos que convidar o Ministro, que é exatamente o atual Ministro. O que eu quero colocar aqui é o seguinte: até o presente momento, Senadora Marta, não há nenhuma posição do MEC no que diz respeito à questão do Parfor.

Eu pergunto a Josenilda, já fazendo as perguntas: Josenilda, o MEC sinalizou claramente para vocês? Há data? Então, não há absolutamente nada com relação ao MEC no que diz respeito a publicar o edital do Parfor e ao Parfor ter continuidade?

Profª Malvina, eu gostaria de ouvir também a sua opinião, até porque um tema tem a ver com outro, diante de mais este absurdo que é o debate em curso no Conselho Nacional de Educação de permitir que 40% do currículo do ensino médio sejam implementados através do chamado ensino à distância. Isso é uma coisa que está chocando todos nós. Aliás, isso entra em contradição, inclusive, com aquela reforma autoritária do ensino médio que foi aprovada aqui, no Congresso Nacional; entra em contradição, inclusive, com a própria política nacional de fomento à educação em tempo integral tão decantada pelo Ministro. Como é que há, de repente, uma proposta para 40% da grade curricular de uma etapa como a educação básica serem ofertados através do chamado ensino à distância? Queria também que você tecesse considerações, Senadora Marta, porque nos preocupou muito o Ministro Mendonça Filho, ao deixar o Ministério... E desculpem-me, mas eu tenho o direito de dizer por onde ele entrou: pela porta dos fundos, porque o Governo que está aí não é um Governo legítimo...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Aí eu vou pedir para a gente deixar essas terminologias de lado, porque se não fica uma acusação desagradável para todos aqui, principalmente para os que representam o Governo.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu respeito, mas é minha opinião. Eu acho que ele não tem legitimidade mesmo. Entrou pela porta dos fundos. Entrou pela porta dos fundos, mas eu quero só dizer que, na saída dele...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – É para a galera isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não é para a galera, não, é porque é minha posição, minha convicção.

(*Interrupção do som.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Aliás, os tempos que nós estamos vivendo neste exato momento...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Há um limite de educação, por favor.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora, eu estou com a palavra, por favor. A senhora está presidindo a Mesa, mas eu estou com a palavra.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Eu posso tirar a qualquer minuto, como Presidente, mas V. Exª pode falar. Eu só estou pedindo para falar de educação e não fazer adjetivos, só isso.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E eu estou falando de educação, claro. Eu estou falando de educação. Falar de educação é isso mesmo. É o ataque à democracia que permitiu aprovar a Emenda nº 95 e está na raiz deste debate que estamos realizando aqui neste exato momento, que é corte de recursos, que é corte de orçamentos.

Mas eu concluo dizendo o seguinte: que nossa disposição aqui é somar, no sentido de que saídas sejam apresentadas. Daí a importância desse debate aqui na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado, para além de nossas divergências ideológicas ou partidárias – esta Comissão tem a obrigação e o dever. É por isso, Senadora Lúcia Vânia, que nós queremos dar continuidade a esse debate – já falei até com a senhora –, realizando mais uma audiência pública, ao mesmo tempo, Senadora Marta, em que a gente vai traçar daqui uma estratégia para que o Ministério da Educação reveja essa postura de descaso para com a educação de milhares de jovens e crianças pelo Brasil afora e anuncie, o mais urgente possível, o edital para dar continuidade ao Parfor.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Eu acho que nós não teremos nenhum problema com isso, em virtude da sensibilidade da Presidente desta Comissão, de quem pediu a audiência. Foi em uma visita exatamente da Josenilda ao meu gabinete que eu resolvi pedir essa audiência pública, exatamente para que o Parfor fosse ouvido, dada a importância que ele tem na nossa cultura e na nossa educação. Então, todas juntas e todos juntos, membros desta Comissão, iremos ao Ministro fazer esse pedido. Eu tenho certeza de que, em virtude da força da Comissão e dos bons argumentos que levaremos, nós não teremos problemas para que seja feito o edital.

Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Bom dia a todos e a todas aqui presentes. Quero cumprimentar a Senadora Marta e agradecê-la, Senadora, por aqui abrir e presidir esta Comissão, uma vez que eu tinha que estar na Comissão de Assuntos Econômicos, mas eu tenho certeza de que V. Exª tem todas as condições de conduzi-la de forma até melhor do que eu mesma.

Eu quero aqui cumprimentar os expositores, começando pelo Dr. Benedito Guimarães Aguiar Neto, Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras; Caroline Tavares da Silva, representante do Movimento Todos pela Educação; Evilen Campos, Diretora Substituta de Formação e Desenvolvimento dos Profissionais da Educação Básica do Ministério da Educação;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Josenilda Maués, Coordenadora do Fórum Nacional dos Coordenadores do Plano Nacional de Formação de Professores; Malvina Tania Tuttman, Conselheira da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Quero também aproveitar esta oportunidade, Srª Presidente, para cumprimentar e agradecer as presenças de Josina José dos Santos, Secretária Municipal de Educação de Água Fria de Goiás; Sebastião Hércules Rodrigues de Medeiros, Coordenador Geral da Secretaria Municipal de Educação de Água Fria de Goiás; Rejane Mendes Chagas, Secretária Municipal de Educação de Cezarina, Goiás; Elaine Vaniesse Quênia Rodrigues, Técnica da Secretaria de Educação de Cezarina, Goiás; Marta Heloísa Jacinto, Secretária Municipal de Educação de Corumbá de Goiás; Indoselina Fernandes, Coordenadora Pedagógica de Corumbá de Goiás.

Eu quero ressaltar que Goiás está presente pela proximidade.

Maria Goretti Gonzaga, Coordenadora Pedagógica, Corumbá de Goiás; Itamar da Silva, Coordenador Pedagógico, Corumbá de Goiás; Nilza Gonazetti, Secretária Municipal de Educação de Cristalina, Goiás; Valéria de Sá Gôndolo, Coordenadora Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Cristalina; Maria Ivonilda Gomes, Secretária Municipal de Educação de Mimoso de Goiás; Adriana Pereira, Diretora Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Mineiros, Goiás.

Eu quero fazer uma observação. Mineiros deve estar a mais ou menos 400km aqui de Brasília. Então, é preciso ressaltar o esforço da Diretora Pedagógica em estar aqui.

Joice Mesquita Quirino, Coordenadora Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Palmeiras de Goiás; Viviane Almeida Roque, Diretora Escolar Municipal de Palmeiras de Goiás; Nádia Sucarpa, Diretora Escolar Municipal, Palmeiras de Goiás; Elaine Teodoro, Diretora Escolar do Município de Palmeiras de Goiás; Helenice Teixeira Carvalho, Secretária Municipal de Educação de Vicentinópolis, Goiás; Delza Aparecida de Jesus, Gestora de Programas do Município de Vicentinópolis, Goiás; Ondomar Pereira Bessa, Coordenador Pedagógico do Município de Vicentinópolis, Goiás; Januária Siqueira Abreu Dias, Secretária de Educação Municipal de Porangatu, Goiás – essa também é bem distante, extremo norte de Goiás; Roni Márcio da Silva, Professor de Porangatu; Laudelina Osmerina Santos, Professora de Porangatu; e Vera Maria de Rezende, também professora de Porangatu.

Pela presença das Secretárias de Educação do Estado de Goiás, naturalmente pela proximidade e pela ligação que os Municípios têm com esta Comissão, pode-se notar o interesse da categoria em relação ao programa. Eu não tenho dúvidas, e acho que a Presidente Marta colocou muito bem aqui, de que o objetivo desta Comissão é exatamente ajudar a construir alguma coisa de novo, alguma coisa que venha colaborar no sentido de melhorar e de produzir uma educação de qualidade. Nós não temos por objetivo aqui ficar apenas criticando e apontando falhas. Nosso objetivo é ouvir dos senhores, que são especialistas na área de educação, e procurar, através da Comissão, abrir os canais de comunicação entre vocês, profissionais especialistas, e o Ministério da Educação. Por isso, independentemente de partidos, nós abrimos um canal de comunicação constante com o Ministério, onde nós apontamos as dificuldades levantadas aqui e nos colocamos como interlocutores dessas demandas e dessas observações, críticas e alternativas apontadas pelos senhores especialistas.

O que eu tenho observado em todos os programas que nós discutimos aqui, nesta Comissão, é que há, por parte do Ministério, naturalmente com mudança de Governo – isso é normal –, uma avaliação de cada um dos cursos que estão em andamento. Naturalmente, o Ministério tem por obrigação cumprir aquilo que o TCU aponta como deficiência, como dificuldades na operação dos programas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em função disso, eu faria uma pergunta – peço desculpas por não ter ouvido cada um dos expositores – que está muito fundamentada naquilo que o MEC aponta, através dos estudos que são feitos de avaliação de cada projeto. Eu quero aqui saudar como benéfica a posição do MEC no sentido de fazer avaliações de cada um dos programas. Eu acho que isso é uma inovação e é uma coisa muito importante, porque nós temos que fazer com que os recursos da educação não só sejam aumentados, na medida em que a gente pode lutar para que isso aconteça, mas que também esses recursos sejam aplicados com parcimônia, com responsabilidade. Para isso, nada melhor do que a avaliação. E essa avaliação – eu acho que o próprio MEC acompanha a orientação dos movimentos civis em torno da melhoria da educação – é no sentido de promover com muita força essa educação.

A gestão que saiu, e que entra hoje, é uma gestão muito preocupada com isso. Eu acho que é louvável. Talvez isso tenha feito com que nós tivéssemos, nesse período, uma certa morosidade em relação a alguns programas, mas que se tornou necessário em função da reavaliação e reprogramação, e novas formatações de alguns programas.

Eu perguntaria aqui para a Caroline: a Fundação Carlos Chagas realizou, para a Fundação Victor Civita, estudos sobre a formação continuada de professores, a fim de analisar as modalidades e as práticas de formação continuada de professores em Estados e Municípios brasileiros. No relatório final do estudo, publicado em junho de 2011, foram identificadas nas Secretarias de Educação diversas fragilidades nos processos e práticas de formação continuada de professores, tais como: dificuldades de avaliar a aprendizagem dos docentes ao término de sua participação nas ações de treinamento; falhas no acompanhamento do trabalho realizado na sala de aula e na verificação da implantação efetiva das mudanças pretendidas; ausência ou deficiência na regulação e no monitoramento das agências formadoras externas. Acerca disso, indagamos: as percepções do movimento Todos pela Educação corroboram os resultados do estudo? Em que medida as dificuldades apontadas refletem questões relacionadas aos problemas de gestão na esfera educacional e na falta de atratividade na carreira dos docentes? Essa é a pergunta que eu faria, novamente pedindo desculpas aos expositores por não ter podido ouvir a cada um, mas eu terei as notas taquigráficas e, posteriormente, vamos fazer uma avaliação e agradecer a colaboração que os senhores têm dado aqui nesta Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Muito obrigada, Presidente desta Comissão, Senadora Lúcia Vânia.

Nós recebemos algumas perguntas da interatividade, que é o e-Cidadania. Eu vou tentar resumir rapidamente.

Rozania Nunes, do Ceará, quer saber a aplicabilidade da formação – carga horária, modalidade, qualidade, várias coisas. Qual seria a que ela acha que deveria ser, idealmente, no nível de mestrado?

Nilma Moreira da Penha, do Espírito Santo, coloca que "a valorização do profissional da educação deveria começar pela valorização financeira, pois com os salários atuais pagos é uma vergonha exigir deles alguma coisa. Praticamente todos os docentes buscam uma formação básica e a continuada, porém muitas vezes faltam recursos financeiros".

Lourival Divino Faria, de Goiás: "um professor que trabalha em três períodos tem muitas dificuldades para sua formação continuada acontecer. Precisamos maior atenção para professores em exercício da função. Ele não tem valorização profissional financeira. Poderia pelo menos [ter] valorização dos esforços acadêmicos."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Christian Barreto, do Rio de Janeiro: "Temos que investir na melhor formação dos nossos professores, dando oportunidade de os mesmos terem pós-graduação, mestrado, além de enfatizar o ensino isento de paixões ideológicas, pois atualmente formamos militantes, e não alunos com saber em alta, vide os resultados dos testes."

Artur Alvim Cury, de São Paulo: "Tudo bem em pensar na formação dos professores, mas tem projetos como o da redução do preço dos carros para professores e de zerar impostos aos mesmos que são mais importantes e estão em votação aqui no *site* mesmo, além de urgentemente melhorar os salários dos mestres!"

Nós vemos que as preocupações são bem variadas. É interessante que a formação continuada é uma preocupação também de quem nos assiste, que se manifestaram agora, assim como a questão de salários e carreiras.

Então, agora, Senadora Lúcia Vânia, o que nós tínhamos pensado é dar até cinco minutos para que eles respondam as perguntas variadas e façam as considerações.

Vamos começar com o Dr. Benedito, que está ali, o último da mesa.

O SR. BENEDITO GUIMARÃES AGUIAR NETO – Muito bem, de maneira bastante objetiva, acho que o grande desafio que nós temos pela frente é a valorização da formação, seja ela a educação continuada, seja ela a inicial, e também a valorização da profissão. Esse é o ponto de partida.

Enquanto o Estado brasileiro não se conscientizar, a exemplo dos países desenvolvidos, de que a educação é o bem maior de qualquer nação, nós poderemos colocar muita coisa no papel, nós poderemos fazer muitos discursos belos, mas nada vai ser feito. Valorização da profissão e da formação é o caminho que nós devemos seguir.

Muitos programas foram descontinuados ao longo do tempo. Nós poderíamos anunciar vários: Parfor, ameaçado de ser descontinuado; Pibid; PET. O PET é um programa extraordinário. Por que não criar um PET específico para as licenciaturas? O PET – eu tive a oportunidade de fundar o PET há 25 anos, este ano completamos exatamente o grupo que formei há 25 anos – completou 25 anos. O PET é um programa que já existia há cerca de 30 anos, descontinuado. Um programa bem avaliado, é importante que seja avaliado, um programa sempre muito bem avaliado. Em outras áreas, fora um pouco da formação de professores, o programa Reenge, não sei se alguns conhecem aqui. Um programa que deu uma dimensão à formação profissional extraordinária em muitas universidades.

Então, eu reafirmo o que eu disse: não há uma política de Estado neste País voltada para a educação. Educação não tem sido tratada com a seriedade, com o compromisso que o nosso País realmente precisa.

Eu gostaria de colocar, como fomos desafiados, propostas objetivas. Eu gostaria de citar algumas aqui para que os nobres Parlamentares, Senadores, Senadoras aqui presentes, possam avaliar a pertinência e levar a efeito algumas mudanças de que nós precisamos.

Eu referi a BNCC porque eu acho que ainda não se conhece muito bem. Foi, na semana passada, apresentado pelo MEC ao Conselho Nacional de Educação. Se nós não tivermos uma atenção paralela à implantação da BNCC, no que diz respeito à formação dos nossos professores, sobretudo continuada, para os mais de 2 milhões de professores que nós temos no País, vai ser um desastre, vai ser um desastre, porque a proposta é interessante, mas ela é disruptiva com relação ao que nós fazemos hoje, ela é muito inovadora. Eu gostaria de dizer que BNCC não é currículo. BNCC é uma orientação, é uma diretriz, mas, para que nós possamos materializá-la, ela tem que ser transformada em currículo, e isso é um grande desafio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E dessa valorização do professor, há algo que nós precisamos pensar muito nesse sentido, que é uma reformulação da carreira, no sentido de que o professor tenha tempo para preparar o material que é necessário para os desafios dessa nova BNCC, senão vai ficar no papel, vai ficar um faz de conta de que nós temos algo muito avançado, mas infelizmente não vai funcionar.

(*Soa a campainha.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Eu agradeço...

O SR. BENEDITO GUIMARÃES AGUIAR NETO – Só um minutinho.

Essa foi a proposta que eu gostaria de desafiar...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Mais um minuto. Desculpa.

O SR. BENEDITO GUIMARÃES AGUIAR NETO – Tenho um minuto, então?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – É.

O SR. BENEDITO GUIMARÃES AGUIAR NETO – Essa é a proposta que eu gostaria de desafiar para que concretamente se apresentasse uma proposta de reformulação da carreira docente neste País, no sentido de que nós possamos realmente implantar essa proposta que – eu digo mais uma vez – me preocupa: é avançada, é interessante, mas não é de fácil implantação com o que nós temos hoje em termos de educação no nosso País.

Um outro programa que eu gostaria de citar também aqui é um Prouni específico para a área de formação de professores. Isso já foi discutido, eu já tive a oportunidade de participar de discussão nesse sentido com pelo menos três ministros consecutivos – com o Prouni todos eles, inclusive, concordam, mas há aí o desafio para os nossos Parlamentares. Eu ouvi de um dos ministros – não vou falar aqui –, à época: "Se eu levar isso para o Congresso Nacional, eu me receio é que isso seja transformado num monstro." Foram as palavras do ministro, porque realmente mexer naquela lei, que, bem ou mal, está funcionando... Nós vamos criar um outro programa, não é mexer no anterior, embora com algumas críticas que nós tenhamos. Mas criar um Prouni específico para a formação de professores, para atender um contingente de jovens neste País que querem ser, sim, professores, mas que anseiam por melhores condições de trabalho, melhores condições de vida como profissionais de educação.

Então, são essas propostas pontuais em função do tempo que nós temos. Nós que fazemos a universidade e, falando aqui em nome do Conselho de Reitores, estamos abertos ao debate, estamos abertos para receber propostas e apresentar propostas no sentido de que nós possamos contribuir para a melhoria da educação superior no nosso País e consequentemente da educação básica neste País. Nós nos sentimos extremamente desafiados para fazer e contribuir com algo diferente para a educação neste nosso País.

Estamos à disposição para continuar o debate. Em nome do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, estamos à disposição para que nós possamos nos aprofundar neste debate e com propostas concretas, para que nós possamos realmente avançar na direção de mudanças que se fazem necessárias.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Obrigada, professor.

Eu nunca tinha pensado nisso, num Prouni assim, mas sabe que pode ser uma ideia fantástica que pode abrir o interesse pela carreira, porque aí vai ser um Prouni, e depois haverá um comprometimento de ficar tanto tempo na carreira. Mas aí haveria uma carreira interessantíssima, que seria mudada para todos.

Olhe, uma boa ideia!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Deixe-me só acrescentar, Senadora Marta.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Pois não.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – No Fies já há uma linha voltada exatamente 100%, só para esclarecer aqui.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Mas por que não foi...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu sei, só estou colocando que já existem políticas nesse sentido.

O SR. BENEDITO GUIMARÃES AGUIAR NETO – Se me permite, desconfiguraram o Fies.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sim, aí tudo bem, é outra história. Assim como o senhor mencionou quando, na época, o ministro colocou da polêmica, é porque o senhor sabe a polêmica que foi a gente aprovar o Prouni.

O SR. BENEDITO GUIMARÃES AGUIAR NETO – Eu sei, eu sei, eu sei.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É bom lembrar que houve ação, inclusive, na Justiça, para tornar a inconstitucionalidade... Só para acrescentar, porque, no Fies, já houve essa preocupação e havia uma linha, Senadora Marta, voltada exclusivamente para os profissionais de educação.

É um debate a ser feito, porque ele tem razão. Na verdade, o Fies virou um plano piloto, em que pese o esforço de V. Exª. Mas hoje é um plano piloto.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – E o medo que ele traz, o receito, Fátima, é verdadeiro, porque, se faz um projeto aqui, ele vira uma coisa que não é.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu sei.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Então, isso deveria ser... As entidades da educação, as instituições educacionais é que deveriam conversar junto com os professores e todos que têm direito a conversar e ver como fazer isso. Porque eu acho que é a primeira vez que eu pensei alguma coisa que pode dar certo.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Marta, só rapidinho, só para acrescentar, porque eu acho que o Benedito traz um tema que o movimento Todos pela Educação também pautou, que é a questão da discussão da carreira, que passa efetivamente pela atratividade da carreira.

Quando nós fizemos o esforço, Benedito, que nós fizemos no Plano Nacional de Educação de melhoria salarial, inclusive estipulando prazo, nós antecipamos em seis anos a meta, Senadora Marta, que é para equiparar o salário médio dos profissionais da educação básica aos profissionais com formação equivalente, isso porque, na época, você tinha estudos do próprio IBGE que mostravam que a média dos demais profissionais que têm nível superior era em torno de R$3,5 mil. Enquanto isso, os professores, com a mesma formação, tinham uma média salarial em torno de R$1,5 mil, R$1,6 mil. Então, nada mais justo do que nós adotarmos esse parâmetro.

Lembremos que essa meta é para ser cumprida exatamente agora, no sexto ano de vigência do Plano Nacional de Educação, somada a essas metas que estão em debate aqui, neste exato momento, que são as metas que tratam da formação inicial e continuada. Por isso que há a necessidade urgente não de extinguir, mas de manter programas como esses voltados para a formação inicial e continuada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, nós temos um grande problema, que é compatibilizar isso – vou terminar –, Benedito, com a Emenda 95, que congelou os gastos na educação por 20 anos, que tirou o piso mínimo destinado à educação pelos próximos 20 anos.

Eu estou só colocando isso para o efeito do debate.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Eu vou tentar me comportar também, não vou interromper...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito, já terminei.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – ... porque o gostoso, quando a gente está num assunto tão palpitante, é ir trocando as ideias, mas, pela hora, está difícil.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Senadora Marta, deixe-me só fazer uma pergunta ao Prof. Benedito.

O que o senhor falaria de reformulação, o que senhor atribuiria para a reformulação da carreira em relação à Base Curricular?

O SR. BENEDITO GUIMARÃES AGUIAR NETO – Bom, veja só, a Base Curricular, a nova BNCC exige uma dedicação do professor maior do que hoje. Ela exige um maior ritmo, um ritmo diferente, um ritmo mais dinâmico. É inconcebível nós pensarmos em implementar com muita responsabilidade aquilo que está lá sem que o professor tenha tempo para se dedicar ao desenvolvimento das novas metodologias, do material didático, que fará com que aquilo seja uma realidade.

A interdisciplinaridade está presente na BNCC, o que é muito bom. As novas metodologias são requisitadas para que seja essa interdisciplinaridade uma realidade. Então, se o professor não tiver... Foi dado o exemplo aqui. Quem foi que deu o exemplo? Foi você, Carolina. O exemplo de Singapura – eu também conheço também muito bem o sistema de Singapura –, mas, em qualquer país da Europa, o professor tem um tempo dedicado à preparação do seu trabalho, o exercício docente não se resume à atividade em sala de aula.

Na educação superior, nós já resolvemos em parte essa questão, ao criarmos os sistemas de PTPs e PTIs: Professores em Tempo Parcial, que são 20 horas, mas 75% apenas são dedicados à sala de aula; e Professores em Tempo Integral, em que 50% apenas devem ser dedicados em sala de aula. Dar tempo ao professor para pesquisar, para buscar atividades que venham contribuir para o exercício docente para uma educação de qualidade. Isso é fundamental.

Naturalmente, a questão salarial sempre está na pauta, não é? Isso sempre está na pauta e é fundamental a valorização nesse sentido.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Obrigada, professor.

Agora passo a palavra...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pela ordem, Senadora Marta.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Pois não, Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Apenas para pedir a compreensão, pedir compreensão, inclusive porque eu queria escutar os nossos demais convidados, mas infelizmente estourou o horário de um outro compromisso. Mas eu vou pegar depois as notas taquigráficas.

E volto aqui a afirmar perante a Presidente, para nós darmos continuidade, Senadora Marta, a esse debate, fazendo uma nova jornada de audiência pública e esses encaminhamentos de pedir uma audiência junto ao Ministro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Só quero dizer aqui, Caroline, que eu tenho o seguinte pensamento: a juventude brasileira quer ser professora. Eu não concordo com aquela tese de que os jovens não querem ser professores ou professoras. Não é isso, não. O que eles não querem é ser professores e ser tratados, infelizmente, como ainda são no País, sem um patamar de dignidade, de respeito e de valorização.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Pois não, Senadora. Por favor, porque todos têm compromisso de avião também.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Por isso que nós estamos lutando.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Com a palavra a Srª Evilen Campos, que é Diretora de Formação de Gestores e Técnicos da Educação Básica do Ministério da Educação.

A SRª EVILEN CAMPOS – Aproveitando a fala sobre a Base Nacional Comum Curricular, este ano saiu agora a portaria do Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular, que prevê formação em apoio técnico a todas as redes para elaboração ou reelaboração dos seus currículos em função da BNCC, hoje homologada só para a educação infantil e ensino fundamental – por enquanto. Então, o ensino médio segue agora no CNE com as consultas públicas, pelo menos, nas cinco regiões, nos Estados, fora as oitivas previstas – não é, professor?

O programa prevê para o ano de 2018 a formação das equipes técnicas de gestão e currículo dos Estados em regime de colaboração com os Municípios para revisão ou elaboração desses currículos à luz da BNCC e, no ano seguinte, em 2019, já no término de 2018 para 2019, a formação dos professores nos currículos elaborados. Então, o programa prevê para este ano e o ano que vem que, de fato, a Base saia do papel e que o currículo seja elaborado pelas redes, considerando à luz da Base. Isso é uma das ações do bojo de ações.

Alinhadas à Base, nós temos várias outras, que é o próprio Portal Formação, que prevê trilhas formativas também em cima da Base; o próprio PNLD sendo reformulado para que os livros já estejam adequados à Base; Educação Conectada, por exemplo, com uma série de iniciativas tentando resguardar a infraestrutura para fazer com que a tecnologia tenha o seu uso pedagógico nas redes; o Programa Mais Alfabetização, no bojo das ações junto à Política Nacional de Alfabetização, junto com o PNAIC, tentando qualificar um pouco mais a parte da alfabetização em função dos resultados da ANA, em que infelizmente mais de 50% das escolas não tiveram índices suficientes, que é a avaliação 3 e 4 em leitura e em matemática.

Então, continuamos com um grave problema em relação à alfabetização. Nisso, o Programa Mais Alfabetização vem acolhendo a proposta de um apoio aos professores alfabetizadores como assistentes de alfabetização mais a formação para os alfabetizadores e assistentes de alfabetização. Enfim, várias políticas estão sendo postas e foram elaboradas considerando todos os levantamentos que foram feitos em relação aos programas.

O Parfor continua na agenda do Ministro, pode ter certeza disso. Eu acho que é isso, uma agenda com o Ministro e com a Capes, não posso aqui falar sobre.

Então, é uma série de ações conjuntas que estão bem mais articuladas em termos de gestão em prol dessa melhoria, e que tem como base mesmo, neste momento – porque é o que está reunindo todos os esforços –, fazer com que a Base seja implementada de fato. Acho que esse é o primeiro, não como ponto de partida exclusivamente, mas é um dos pontos que precisam ser trabalhados exaustivamente no Ministério nesses dois anos de prazo de implementação da Base, considerando desafios imensos aí em relação ao ensino...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRª EVILEN CAMPOS – ... médio ainda.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Muito obrigada, Evilen. O desafio é grande, mas vamos caminhando. Vamos lá.

Agora a Profª Malvina.

A SRª MALVINA TANIA TUTTMAN – Cinco minutos, sem dúvida, é muito pouco para tantas questões importantes, mas eu estou contemplada, inicialmente, com a importância que esta Casa e que a Comissão está dando, a seriedade com que está tratando essas questões.

Bem, no pouco tempo que temos neste momento, eu queria fazer um comentário muito respeitoso sempre em relação ao trabalho da Evilen e da equipe, que eu conheço, do Ministério da Educação, mas eu queria fazer um destaque. O currículo não é – e ontem falamos isso no Conselho Estadual de Educação – elaborado pelas redes. O currículo é elaborado pelas escolas, porque as escolas têm o seu projeto político pedagógico, e, no bojo desse projeto político pedagógico, com seu marco de referencial – porque cada escola é uma escola –, nós vamos ter um currículo elaborado pelos profissionais daquela escola, ouvindo aquela comunidade.

Então, é importante fazer esse destaque e fazer o destaque, sim, que as redes têm o real papel, o importante papel de discutir, de reunir, de mediar o diálogo entre as escolas daquela rede, seja municipal, seja estadual, no sentido de orientar e de definir caminhos. Mas esses caminhos são de cada escola. Então, o currículo se faz na escola e há que se respeitar os saberes e os fazeres das instituições, que não são poucos, são muitos.

Eu queria falar dos caminhos que foram propostos aqui, enfim, para que possamos pensar. Um caminho, sem dúvida, é rever a Emenda 95, porque uma questão importantíssima, Senadoras, colegas presentes, é a questão do financiamento, do investimento para a educação. O que nós temos percebido? Nós temos percebido que esses mecanismos orçamentários estão diminuindo e muito as possibilidades desse fazer pedagógico nas escolas. E os programas, Senadora? Eu respeito muito a posição que a senhora aqui colocou da avaliação dos programas, mas eu sinto falta dessa avaliação.

Eu concordo com a senhora sobre a fundamental importância da avaliação dos programas, mas eu não vejo que esses programas são avaliados na medida que deveriam ser avaliados, e eles sofrem uma descontinuidade, porque nós vemos... Inclusive eu posso dizer que, no próprio edital da residência pedagógica, no item 13.4, diz lá que poderá haver cancelamento pela Capes da concessão de fomento. Então, qual é a segurança que as instituições formadoras têm no sentido de optar por fazer, implementar...

(*Soa a campainha.*)

A SRª MALVINA TANIA TUTTMAN – ... esse programa e depois ver esse programa descontinuado.

Então, nós precisamos de muito mais política e de programas, como o Parfor, sem dúvida, que vem demonstrando a sua força e o seu atingimento nos vários cantos e recantos do nosso País.

Eu já sei que tenho pouquíssimos minutos, segundos – porque me parece que terminamos agora –, eu quero trazer, para este conjunto de discussões, Paulo Freire, quando ele, no seu livro *À Sombra Desta Mangueira*, diz o seguinte – eu encerro com as palavras de Paulo Freire, porque ele me representa:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Ao falar com tamanha esperança da possibilidade de mudarmos o mundo, não quero dar a impressão de ser um pedagogo lírico ou ingênuo. [...] Reconheço os enormes empecilhos que a "nova ordem" impõe a pedaços mais frágeis do mundo [por isso também importância do Parfor; ele não diz isso, eu que estou colocado] [...] Reconheço a realidade. Reconheço os obstáculos, mas me recuso a acomodar-me em silêncio ou simplesmente tornar-me o eco macio, envergonhado ou cínico do discurso dominante.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Muito obrigada, Profª Malvina.

Eu fiquei com uma pergunta. Vou aproveitar que eu estou na Presidência e fazê-la. É uma dúvida que eu fiquei na sua fala, que o currículo – pelo que eu entendi – não é fechado; a rede dá uma ideia e cada escola faz seu currículo. Isso, no primeiro momento que a senhora falou, achei boa ideia, porque regionalmente isso tem tudo a ver, e tem tudo a ver com o Paulo Freire também.

Depois, se a gente pensa um pouco, mas pode haver escolas que têm certas deficiências de formação e de várias coisas, e se, quando acabarem o curso, esses jovens não tiverem algo, os instrumentos suficientes para estarem no mundo? Eu queria uma reflexão das três que estão faltando. Depois, se o professor quiser falar, mas acho que vamos deixar para as três que ainda não falaram fazer essa reflexão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Sim. A pergunta veio da sua consideração.

A SRª MALVINA TANIA TUTTMAN – Pois não. Obrigada, Senadora.

Eu não sou contrária a uma unidade, a uma luz, porque diretrizes... E eu espero que a Base Nacional Comum Curricular seja uma luz que possa destacar questões fundamentais na formação integral de cada menino, de cada menina, de cada jovem. Eu considero isso. Isso é importante, esse é o papel das secretarias de educação.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Pois é, deixe-me perguntar: se a gente não tiver uma clareza do que seria adequado para os nossos jovens aprenderem, como é que nós vamos fazer a formação de professor – que vai ter que ser mudada, e eu concordo que vai ter que ser totalmente reformulada – se nós não tivermos o que a gente acha que eles tenham de aprender minimamente?

A SRª MALVINA TANIA TUTTMAN – Mas isso está posto, Senadora. A Base Nacional Comum Curricular é uma verdade. Concordemos ou não, ela está aí. O que eu estou trabalhando, a minha ideia é em cima do que está posto. Se eu concordo ou não é outra questão, e eu já me manifestei no momento apropriado, no Conselho Nacional de Educação. Agora estamos vivendo uma outra etapa, a Base Nacional Comum Curricular está posta. Como isso vai ser trabalhado?

Então, a minha discussão é que não seja feito um currículo engessado nas redes, mas que as redes tenham um papel mediador de fazer com que a Base Nacional Comum Curricular possa ser vivenciada a partir de cada escola, com as suas propostas.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Entendi. Eu concordo plenamente.

A SRª MALVINA TANIA TUTTMAN – Muito obrigada pela possibilidade de explicar.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Agora, a Srª Josenilda, do Parfor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª JOSENILDA MAUÉS – Obviamente que as soluções não são muito simples; elas são bastante complexas. Mas eu acho que nós já trouxemos aqui uma hoje: a possibilidade de que esses professores sem formação continuem sendo atendidos por um programa especial, como é o Parfor.

Há um texto, acho que de 2014, da Profª Bernadete Gatti, que fala que reformas ou inovações não ganham fôlego se elas não tiverem a participação qualificada dos professores. Ou seja, a produção desse currículo não ganha fôlego se eles não tiverem condições de dizer também o que pensam, ou de serem formados para dizer o que pensam.

Nós andamos por este País todo formando os professores e vemos, por exemplo, que eles não têm planos, eles não cumprem o piso salarial. É preciso piso salarial, plano de carreira. Os professores que atuam no Parfor que são temporários são distratados pelas prefeituras em plena etapa de formação e são substituídos por novos temporários, que entram sem formação. E, às vezes, como diz o meu reitor, a gente se sente enxugando gelo. Então, é preciso garantir piso salarial, plano de carreira para esses professores.

Eu teria até uma sugestão de que reabram a Plataforma Freire. A Plataforma Freire foi extremamente difícil para os professores, com sérios problemas técnicos.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Muita aplaudida pela plateia.

(*Manifestação da plateia.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Não, não, não. Gente, eu estou – só para quem não está vendo, porque não está passando na televisão – dizendo que vocês estão se manifestando assim. Estou traduzindo. Desculpe.

A SRª JOSENILDA MAUÉS – Ela foi lançada com sérios problemas técnicos. Ela é de difícil acesso aos professores, que têm que preencher um Currículo Lattes. Sabem vocês pesquisadores o que significa, tragicamente, o Currículo Lattes. Então, eles tiveram enorme dificuldades. Eles precisam se deslocar das áreas onde eles estão para chegar a um *cyber* ou a um lugar onde eles possam acessar aquela rede.

Então, reabram a Plataforma Freire e vejam quantos professores, além dos 50.300 que aqui se inscreveram, ainda estão desejosos de terem a formação inicial. Garantam financiamento. A Capes diz que não há recursos para atender a essa demanda. Garantam à Capes, que leva à frente esses programas, os recursos necessários para formar os professores.

Temos uma solução exitosa, que tem 20% de evasão – os pró-reitores aqui presentes sabem que esse nível não é atingido em nenhuma graduação, não é somente nas licenciaturas nas universidades públicas e privadas –, e assumam o trabalho docente como um trabalho complexo, que tem a sua dimensão institucional, a sua dimensão pedagógica, a sua dimensão ético-política, que não se esgota de modo nenhum, o que se chama de notório saber. Então, assumam isso como um trabalho.

São essas, talvez, as sugestões que eu teria a apresentar neste momento.

Como dizia o Prof. Michael Apple, às vezes apresentar respostas faz mais parte do problema do que da solução.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Obrigada.

E agora convido a Srª Caroline Tavares da Silva, que é representante do movimento Todos pela Educação, como última oradora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª CAROLINE TAVARES DA SILVA – Acho que, em primeiro lugar, é importante ressaltar que não há bala de prata – uma coisa só que vai resolver todos os problemas que a gente apontou aqui hoje –, mas é essencial olhar para o professor se se procura uma solução para esse problema.

E, aí, quando eu trago aquelas categorias de lugares que a gente tem que estar olhando para pensar em como reformular a profissão do professor, a gente pense, então, inicialmente em como atrair melhores e mais pessoas para serem professores. Faltam professores capacitados no Brasil, faltam professores mesmo que não capacitados no Brasil. Então, é preciso que a gente atraia mais jovens para a carreira, e, para isso, é preciso, sim, pensar no financeiro, mas, mais do que isso, também pensar em como a carreira é enxergada pela sociedade.

Como a gente viu lá na opinião dos próprios jovens, eles acham que o salário não competitivo com outras carreiras de profissionais graduados é um problema, mas é igualmente um problema a forma como a sociedade enxerga o professor. O jovem quer estar numa profissão onde ele se sinta motivado. Aliás, todos queremos estar numa profissão em que nós nos sintamos motivados e valorizados. Então, a valorização da carreira docente é essencial. Isso passa por uma boa formação inicial, voltando para a ideia de que essa formação inicial tem que efetivamente alinhar a teoria à prática, para que o aluno de graduação não chegue à escola e não faça ideia do que ele vai encontrar lá.

Então, há que se repensar esse curso de formação. Um passo seria rever a Resolução nº 2, que está, repito, indo para a direção certa – mas ainda muito genérica –, para dar mais clareza do que esperamos que esses cursos de licenciatura precisam oferecer para esses profissionais para que eles estejam preparados para educar os jovens e crianças brasileiras.

Outro ponto então que todos mencionaram aqui – e eu vejo a BNCC como uma grande janela de oportunidade – é rever a forma como se faz formação continuada no Brasil. A Senadora Lúcia Vânia disse que existem programas de formação continuada praticamente em todas as secretarias de educação pública estaduais ou municipais do Brasil, porém elas não estão alinhadas com o que é considerado como práticas transformadoras. E aí não há o que inventar. Existem os estudos da Bernadete Gatti, da Gabriela Moriconi, que nos apontam caminhos de quais são as boas práticas de um curso de formação continuada que geram transformação efetiva no trabalho do professor.

Então, eu vejo uma Base Nacional Curricular, como mencionaram o Prof. Benedito e a Evilen, como excelente janela de oportunidade para a gente formar esses professores para que eles sejam capazes de construir os currículos de suas escolas junto às redes públicas de ensino e para que eles sejam capazes de efetivamente cumprir o objetivo da educação, nunca esquecendo que são nos jovens e nas crianças brasileiras em que a gente pensa para formar o nosso futuro. Se a gente pensa que não há bala de prata, mas a gente pode pensar nesses pontos que são sistêmicos. Não há como mexer num só e esquecer os outros. São pontos que precisam andar lado a lado. Claro que cada um tem seu tempo diferente de execução, mas são pontos que precisam andar lado a lado para que lá no final a gente consiga realmente olhar para a educação brasileira e voltar aqui para falar menos de desafios e mais dos casos de sucesso que as redes públicas estão fazendo pelo Brasil afora. Eu acho que é isso.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Eu quero agradecer à Profª Caroline, à representante do Ministério da Educação, Evilen, à Profª Malvina, ao Reitor Benedito e à Profª Josenilda, porque acho que tivemos uma reunião muito enriquecedora com a fala e as discussões que foram suscitadas. Segundo a Senadora Fátima, vai continuar essa discussão. Ficou muito evidente que é exatamente algo que está em construção e que nós temos, sim, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

participar, não só a sociedade civil, mas os professores, e o Senado pode também dar uma contribuição boa.

Eu vou fazer um requerimento na CAS, de que sou Presidente, para uma reunião conjunta com a Educação, Presidente Lúcia Vânia, sobre as habilidades a serem desenvolvidas no século XXI também para o trabalho. CAS junto com a Educação, a gente já dá um passo em relação também ao que estamos discutindo. Porque, nessa formação de currículo, o que vai ser ensinado – provavelmente há muitos especialistas que já dizem isso – não é o que o computador já faz, é pensar, ter capacidade de trabalhar em equipe, capacidade de interatividade. Então, nós vamos chamar as pessoas que se especializam no século XXI na educação, que pode ser muito interessante, para a gente poder ampliar a nossa discussão e interagir muito com o Ministério da Educação para que possamos ter a melhor educação possível nessa nova proposta que veio no tempo certo, mas tem ainda que ser muito trabalhada.

Muito obrigada a cada um de vocês e a todos que vieram aqui nos prestigiar.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Pela ordem. Só um instantinho.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Pois não, Senadora.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO. Pela ordem.) – Eu gostaria de saudar também a presença da Tereza Caroline Lôbo, Secretária de Educação de Pirenópolis. Gostaria de agradecer a presença do MEC, por intermédio da Evilen, agradecer a todos os expositores, dizer da nossa satisfação em recebê-los aqui. A Casa é de vocês. Sempre que entenderem que é importante discutir um assunto, podem sugerir que nós estamos abertos a isso. Quando sentirem que há pontos que precisam ser corrigidos e que não estão sendo entendidos pelo próprio Ministério, a Casa é de vocês.

Quero que vocês sintam que nós estamos aqui para dar cobertura àqueles que se dedicam a vida toda a estudar, avaliar, sentir e colaborar para que a educação seja realmente prioridade neste País.

Portanto, agradeço, mais uma vez, a presença de todos. Agradeço à Presidente Marta pela eficiência, além da colaboração que ela me dá aqui hoje, uma vez que eu tinha que estar na outra comissão.

Finalizando, agradeço a todos os secretários de educação, todos os profissionais de educação do Estado de Goiás que vieram aqui para ouvir esta exposição. Não tenho dúvida de que vão sair daqui muito mais motivados do que vieram.

Solicitaria a V. Exª, Senadora Marta, que submetesse à votação o requerimento porque nós vamos dar, na próxima semana, continuidade a este debate. Então, para não perdermos o fio, vamos fazer na semana seguinte, para que a gente possa depois amarrar. À medida que a gente conseguir a interlocução com o MEC, poderemos dar uma satisfação àquilo que vocês ponderaram aqui.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Muito bem, Presidente da Comissão de Educação, Lúcia Vânia.

Convoco para amanhã, dia 11 de abril, às 9 horas, reunião extraordinária desta Comissão, em forma de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado 401, de 2017, que dispensa da arrecadação de direitos autorais a veiculação de músicas pelas prestadoras do serviço de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

radiodifusão comunitária, em atendimento aos Requerimentos nº 18, de 2018, da Comissão de Educação, e 12, de 2018, da CDR, de autoria da Senadora Fátima Bezerra.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 23 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO (11ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE (10ª REUNIÃO), EM 11 DE ABRIL DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e um minuto do dia onze de abril de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, **sob a Presidência da Senadora Fátima Bezerra**, reúnem-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Marta Suplicy, Valdir Raupp, Hélio José, Ângela Portela, Paulo Paim, Regina Sousa, Humberto Costa, José Pimentel, Paulo Rocha, Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro, Ronaldo Caiado, Eduardo Amorim, José Medeiros, Roberto Muniz, Sérgio Petecão, Ana Amélia, Lasier Martins, Wellington Fagundes, Eduardo Lopes, Paulo Bauer, Vicentinho Alves, Romero Jucá e Waldemir Moka. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Dário Berger, José Maranhão, Edison Lobão, João Alberto Souza, Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Roberto Rocha, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Ciro Nogueira, Cristovam Buarque, Lúcia Vânia, Lídice da Mata e Pedro Chaves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos RDR 12/2018, de autoria da Senadora Fátima Bezerra, do Senador Paulo Rocha e do Senador Hélio José, RCE 18/2018, de autoria da Senadora Fátima Bezerra; para a instrução do PLS 410/2017, de autoria do Senador Hélio José. **Finalidade:** Audiência pública conjunta da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR, com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte - CE, para debater a isenção às Rádios Comunitárias de pagamento de taxas ao Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - Ecad. **Participantes:** Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária (representante de: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.); Geremias dos Santos, Coordenador-Executivo da Abraço Brasil; e Domingos Sávio Dresch da Silveira, Subprocurador-Geral da República (Procuradoria Geral da República). **Resultado:** Realizada. Na oportunidade a Senadora Fátima Bezerra apresenta relatório pela aprovação do PLS 410/2017, com uma emenda. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Fátima Bezerra

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/04/11

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Bom dia!

Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, conjunta com a 10ª Reunião da Comissão da Educação, Cultura e Esporte, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Ao iniciar o nosso expediente, informo que solicitarei, nos termos da Instrução Normativa nº 9, de 2017, a degravação da presente reunião, para que o que aqui for falado pelos convidados e debatido pelos nobres pares fique registrado nos Anais desta Casa.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada a debater a isenção às rádios comunitárias de pagamento de taxas ao Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad), em atendimento ao requerimento de minha autoria e dos Senadores Paulo Rocha e Hélio José, que já se encontra aqui conosco, visando exatamente à instrução do Projeto de Lei nº 415, de 2017, de autoria do Senador Hélio José.

Esse projeto de lei está tramitando atualmente na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, do qual eu tenho a alegria e a honra de ser a Relatora.

O projeto aborda a isenção da cobrança de direitos autorais às rádios comunitárias, que, apesar de funcionarem sem fins lucrativos, estão sendo cobrados pelo Ecad pela veiculação das músicas que retransmitem, valores esses que inviabilizam o funcionamento das rádios.

O assunto, que evidentemente é de máxima importância, já foi debatido inclusive em uma audiência pública realizada na Comissão Senado do Futuro. À época, a proposição foi do Senador Hélio José, autor do projeto de lei. Naquele momento, essa audiência contou com a presença de vocês e do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Bom, nós adotaremos os seguintes procedimentos: cada expositor terá aqui um tempo que nós vamos combinar com a Mesa para fazer sua exposição. Em seguida, nós abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e pelos Senadores inscritos para falarem sobre os assuntos tratados, dispondo cada Senador e cada Senadora de cinco minutos, assegurado igual prazo para resposta. Após isso, poderá ser contraditado pelo prazo máximo de dois minutos, concedendo-se o mesmo tempo para a tréplica. A palavra aos Senadores e às Senadoras será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido.

Antes de formar aqui a Mesa e conceder a palavra aos nossos candidatos, informo que a participação dos cidadãos e das cidadãs em nossa audiência será recebida pelos seguintes canais: pelo portal e-Cidadania, que pode ser acessado a partir do *site* da Comissão, e pelo Alô Senado, cujo telefone é 0800-612211.

Agora nós vamos compor a Mesa. Eu convido aqui, com muita alegria – já se encontra presente –, o Senador Hélio José, que é o autor do projeto de lei. E quero também convidar Geremias dos Santos, que é o Coordenador Executivo da Abraço Brasil. (*Palmas.*)

Cadê o Geremias?

Geremias está dando entrevista para as rádios comunitárias de todo o Brasil.

Bom, queremos convidar também, agradecendo-lhe, desde já, por ter atendido ao nosso convite, Inalda Celina, que é a Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária. (*Palmas.*)

Inalda, seja bem-vinda!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inalda é a Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária e aqui representa o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Queremos aqui também convidar, com muita satisfação, agradecendo-lhe por ter atendido ao nosso convite, Domingos Sávio, que é Subprocurador-Geral da República. (*Palmas.*)

Bom, eu quero, da Mesa, fazer uma saudação muito especial a todos os companheiros e às companheiras aqui presentes por intermédio de Fátima Cruz, militante na luta em defesa das rádios comunitárias, na luta em defesa da comunicação social. Fátima é de Martins, aquela região linda no meu Estado do Rio Grande do Norte. (*Palmas.*)

Quero também aqui saudar Thomas Senna, de Macaíba, e Mariozan.

Cadê Mariozan? (*Pausa.*)

Está aqui também. Ele é lá de São José do Seridó.

Então, permitam-me, em nome dos três, militantes, repito, que têm contribuído, e muito, para a defesa, para o fortalecimento das rádios comunitárias de todo o País...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Thomas é o Presidente da Abraço no nosso Rio Grande do Norte.

Em nome deles e dela, eu quero aqui abraçar cada um e cada uma de vocês e dizer que é muito importante a presença de vocês nesta reunião, porque, como eu já destaquei aqui, nós estamos hoje reunidos para debater um tema que é muito importante para o desenvolvimento cultural, principalmente das...

(*Soa a campainha.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... comunidades periféricas.

É sempre bom lembrar, Senador Hélio José, que as rádios comunitárias contribuem, há décadas, para o desenvolvimento local e regional por meio da veiculação de uma programação construída de forma coletiva, que estimula a participação da população local e a faz refletir sobre a realidade, encontrando, muitas vezes, soluções compartilhadas para questões específicas daquelas comunidades.

São cerca de 4,8 mil emissoras comunitárias licenciadas e, pelo menos, igual número funcionando informalmente – Geremias pode falar desses dados com mais propriedade ainda.

Em um país em que os meios de comunicação estão concentrados nas mãos de meia dúzia de famílias, o papel que essas rádios comunitárias desempenham no Brasil, no processo de democratização da informação, é fundamental para garantir a voz das populações excluídas contra o monopólio da informação. E, mais do que isso, eu diria que as rádios comunitárias não se resumem apenas a ouvir as pessoas das comunidades, mas desempenham um papel muito importante do ponto de vista da valorização da questão da educação, da leitura e da cultura, com um detalhe: esse processo de valorização da educação e da cultura é feito exatamente a partir da realidade local, a partir do ponto de vista local.

Quero aqui, mais uma vez, ressaltar a proposição de autoria do Senador Hélio José, que é o projeto de lei que prevê exatamente a isenção para estas emissoras, as rádios comunitárias, das taxas de direitos autorais pagas ao Ecad pela transmissão de música em suas programações. Nada mais justo, nada mais meritório, por uma razão simples e objetiva: as rádios comunitárias não podem vender publicidade, o que, sem dúvida nenhuma, traz muitas dificuldades para sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

manutenção. Daí por que, repito, a ideia do Senador Hélio José ao apresentar o projeto de lei para isentar as rádios comunitárias de pagarem a taxa do Ecad é uma iniciativa muito louvável – muito louvável!

É importante a gente deixar claro aqui para os que estão nos assistindo neste exato momento. Quando a gente fala da rádio comunitária, a gente está falando de um veículo de comunicação que exerce o ofício da comunicação pautado pela seriedade, pela imparcialidade, pela pluralidade, exerce o ofício da comunicação social movido pelo espírito público, pelo compromisso inquestionável de servir à comunidade, de servir, exatamente, à população.

E aí, minha cara Inalda, representante aqui do Ministério da Ciência, Tecnologia e Comunicações, em um país como o nosso, que não tem apenas o monopólio, mas o oligopólio da chamada mídia corporativa, é um absurdo, de repente, a mídia no Brasil, os meios de comunicação concentrados nas mãos de quatro, cinco, seis famílias. E esse não é um retrato, não é uma realidade apenas nacional. São realidades que se espalham no Rio Grande do Norte, na Paraíba – está entendendo? –, no Nordeste inteiro. As principais emissoras, eu digo, do ponto de vista comercial estão nas mãos, inclusive, de quem? Dos grupos políticos tradicionais, quando não estão nas mãos de setores empresariais que servem exatamente aos interesses desses grupos políticos tradicionais.

Isso é muito grave porque falar de comunicação social significa falar de interesse público. Por isso que a nossa Constituição, em boa hora, colocou lá um capítulo que diz respeito à democratização dos meios de comunicação social. Infelizmente, até hoje nós não tivemos uma correlação de forças políticas favoráveis a regulamentar a Constituição no que diz respeito à democratização dos meios de comunicação social, dado o perfil fisiológico, o perfil conservador, infelizmente, do Congresso Nacional, perfil, inclusive, que se agrava cada vez mais.

Então, feitas essas considerações, quero, portanto, dizer aqui para vocês da alegria de ter sido designada Relatora do projeto de lei.

Antes de passar a palavra para o Senador Hélio José, para homenagear vocês que aqui estão, porque eu sei o quanto a Abraço nacional e a Abraço regional em cada Estado têm trabalhado pelo fortalecimento das rádios comunitárias em todo o País, para homenagear todo o empenho de vocês, inclusive o esforço de estarem hoje aqui em Brasília, eu quero dizer que o meu relatório do projeto de lei do Senador Hélio José já está pronto. O meu parecer é favorável. (*Palmas.*)

Vou ler o parecer hoje no final desta audiência pública. E quero dizer a vocês que já protocolei na Comissão de Educação e Cultura e já estou solicitando à Senadora Lúcia Vânia, que é a Presidente da Comissão, junto com o Senador Hélio José, que ela paute o projeto de lei na próxima terça-feira para a gente aprovar na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal. (*Palmas.*)

Passo a palavra, agora, para o Senador Hélio José, autor do projeto.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Pessoal, bom dia. Quero dizer para vocês...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Hélio José, só para combinar aqui com os senhores. Podemos marcar em torno de dez minutos? Está bom?

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Claro. Dez minutos é mais que suficiente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Tranquilo.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Senhoras e senhores, vocês estão vendo por que o povo do Rio Grande do Norte quer a Senadora Fátima Bezerra como Governadora do Estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Provavelmente, ela está pensando muito se vai ceder a esse apelo do povo do Rio Grande do Norte. Se ela ceder a esse apelo, com certeza, será a nossa Governadora de um Estado tão importante, que é o Rio Grande do Norte. Parabéns, Fátima!

Foi um acerto para nós das rádios comunitárias – e falo como Vice-Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa das Rádios Comunitárias – ter a pessoa certa, correta para relatar para nós esse projeto aqui nesta Casa, primeiro porque é uma pessoa conhecedora do tema, comprometida com o tema e que tem toda a sensibilidade para nos ajudar, o mais breve possível, a pôr fim a essa cobrança injusta, porque muitas vezes as rádios comunitárias não conseguem nem ter o recurso para pagar o aluguel ou a energia que é consumida lá na sua radiodifusão. Então, essa questão vem por uma questão social. E a Fátima é uma pessoa sensível nessa linha.

Quero informar que ontem estive sentado com o Senador Romero Jucá, Líder do Governo, e acertei com S. Exª aquelas pendências com relação à Medida Provisória 747 – vocês lembram? –, porque ele fez o compromisso de que iria estudar conosco outra medida provisória para poder resolver a questão das rádios comunitárias. Lembrei a ele que esse projeto nosso, que a Senadora Fátima Bezerra está relatando, já estava bem adiantado e que há dois outros projetos nossos, que o Senador Otto Alencar está relatando, que tratam da ampliação da potência. Inclusive, ontem fazíamos aqui uma discussão sobre a questão da Amazônia, onde todo mundo sabe o quanto são quilométricas as distâncias de uma cidade para a outra, e que, se não aumentar o sinal, o alcance do sinal, várias e várias comunidades ribeirinhas neste Brasil afora ficam sem receber a comunicação, porque a única comunicação que temos é das rádios comunitárias. Isso serve também para o interior do nosso País e, inclusive, para várias comunidades urbanas. Por isso, o nosso outro projeto que prevê o aumento, a ampliação do sinal, que está com o Senador Otto Alencar, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, que está discutindo e deve fazer o relato; e o outro projeto que amplia de um para até três canais distintos para evitar o sombreamento. Por exemplo, a conurbação. Vou pegar aqui Natal, para homenagear a minha Senadora querida, nossa futura Governadora lá se ela assim o quiser, e Parnamirim, que se chama Eduardo Gomes, uma cidade muito próxima de Natal.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Terceira cidade do Rio Grande do Norte.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Eduardo Gomes é a terceira cidade do Rio Grande do Norte, onde fica o aeroporto.

Então, o que acontece?

Se há uma rádio comunitária em Natal e outra em Eduardo Gomes, o sombreamento de sinal é tão grande, porque é só 98.1 o canal, que não se ouve nem uma nem outra. Então, por isso precisamos ter uma frequência, por exemplo, de 98.1 ou de 103.7, para que as rádios comunitárias se diferenciem, aquelas que sejam vizinhas umas das outras, para não haver sombreamento de sinal.

Então, esses três projetos, contando com este que a Senadora Fátima apresenta, vêm ao encontro dos desejos da nossa Abraço.

Por isso quero saudar aqui o Jeremias, em nome de todos da Abraço nacional, que está aqui presente. (*Palmas.*)

Quero dizer do nosso compromisso nesta questão.

Saúdo a Inalda, em nome do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Sempre tivemos uma sensibilidade muito grande, tanto do Samir quanto do Rodrigo, quanto do nosso Secretário Moisés, que sempre esteve presente nos ajudando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Saúdo também a Anatel, que não está aqui e que sempre também esteve conosco nas audiências públicas.

Saúdo também de forma muito especial o Domingos Sávio. Ele teve de dar uma saidinha, mas o Ministério Público é muito importante nesta situação porque é uma questão até de direitos humanos. Trata-se do direito de a pessoa receber a comunicação precisa que as rádios comunitárias dão.

Eu quero dizer, com relação ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que é muito importante essa abertura de novos PNOs, que é muito importante essa seleção, porque temos uma demanda retraída muito grande. E nós precisamos aproveitar agora para qualificar e resolver este tema tão importante.

Quanto ao Ronaldo Martins, Secretário-Geral da Abraço, que está aqui presente, quero cumprimentá-lo por esta recepção bonita que está aqui, todo mundo com uniforme, camiseta da Abraço, demonstrando, com essa cor laranja mecânica, a luta.

O SR. RONALDO MARTINS (*Fora do microfone.*) – Isso é coisa do Divino.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Coisa do Divino Cândido, nosso Presidente da Abraço aqui do Distrito Federal; do Julimar, nosso representante também da Abraço; do Dyda Makflay – cadê o Dyda Makflay? Está ali, de Santa Maria, radialista tão importante –; do nosso Nelson, da Rádio Terra FM, também lá de Planaltina; do Mateus Moura, que está ali, da Juventude Radialista lá de Brazlândia; da Íris, também de Brazlândia; da nossa querida Pastora Tereza e do Pastor Noval – os dois pastores demonstram o tanto que as igrejas também têm-se envolvido na questão das rádios comunitárias –; do Galvãozinho, lá de Ceilândia, nosso Galvão, nosso grande combatente; do Danúbio – cadê o Danúbio? –, patrono das rádios comunitárias e patrono dos blogues aqui de Brasília. É tanta gente! Quero saudar todos de quem não falei aqui. Do Julimar falei aqui, o Julimar da nossa Rádio Alternativa, de Planaltina, um amigão nosso.

Pessoal, rapidamente, sobre o projeto. O projeto de lei que apresentei ano passado, que é objeto de análise hoje nesta audiência pública, é fruto de uma demanda muito importante de todo o movimento de radiodifusão comunitária que se expressou em várias reuniões que realizamos, de duas audiências públicas que realizamos na Comissão Senado do Futuro e de visitas que realizei em várias rádios comunitárias aqui no Distrito Federal, inclusive falando com a rádio lá de Tianguá, com meu amigo Matheus Moura, que está ali, diretamente do Ceará.

Reconheci desde os primeiros momentos que esse movimento das rádios comunitárias é muito representado pela Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária, Abraço. É uma das experiências de cultura democrática mais importantes que temos vivenciado no Brasil nos últimos anos.

A lei que criou a radiodifusão comunitária, a Lei 9.612, de 1998, representa um marco inegável na democratização da radiodifusão nacional. Mas tem alcance ainda muito maior. A rádio comunitária fala diretamente com o povo, com a comunidade, com a gente do bairro e da rua. São pessoas comuns as que ouvem a rádio comunitária. Pela rádio comunitária circulam informações que não estão e nunca estarão presentes em outros meios de comunicação. As grandes rádios não conseguem falar a língua do povo local nem tocam as músicas dos artistas locais.

As rádios comunitárias, apesar dessa importância na democratização da informação e da cultura, não têm um marco regulatório que permita que se mantenham e cresçam. Há muitas restrições, quer do ponto de vista técnico, quer do ponto de vista financeiro. Elas não têm possibilidade de acesso a recursos nem de vender publicidade. Só podem receber apoio cultural e mesmo assim com restrições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os custos de operação considerável das rádios comunitárias, aliados à escassez de recursos para financiá-los representam uma série ameaça para a sustentabilidade do serviço.

Embora sejam operadas por associações e fundações sem fins lucrativos, a legislação em vigor impede que as emissoras comunitárias possam captar recursos a título de publicidade, causando dificuldades para a manutenção de suas atividades.

Mas existem outros problemas, fruto de um movimento que foi reconhecido pelo Poder Público. Após anos de iniciativa da desobediência civil, ainda pagam caro por esse caráter de resistência cultural. Por qualquer ação vista como um pouco fora das regras da Anatel, são vítimas de multas e ações que promovem prejuízos financeiros àqueles que nada têm, porque mal têm para pagar o aluguel. Por isso vejo os membros desse movimento da radiodifusão comunitária como heróis da cultura popular.

Um dos principais elementos que compõem a planilha de custos das emissoras é a taxa cobrada de direitos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – ... autorais pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição, o Ecad, uma entidade privada que age como se fosse o Estado, mas representa somente alguns artistas.

A legalidade da cobrança dessa taxa tem sido objeto de questionamento judicial pelas rádios comunitárias, que argumentam que a natureza não comercial de suas mantenedoras justificaria a isenção no pagamento desses direitos. Mesmo questionando a legalidade dessas ações de cobrança, que beiram absurdos, as rádios são processadas, e muitas delas são tidas como devedoras de valores que jamais conseguiriam pagar e que seus mantenedores jamais poderão cumprir.

Além disso, os artistas que são difundidos pelas rádios comunitárias jamais viram ou verão um centavo qualquer dos recursos que o Ecad recolhe. São artistas locais, na maioria das vezes somente conhecidos no bairro ou nas proximidades de onde apresentam suas músicas. Isso revolta as rádios. Os artistas e as rádios ficam à mercê e com razão.

Para outros artistas, as rádios comunitárias não representam qualquer afronta monetária a seus direitos autorais, mas para o Ecad talvez seja uma questão de proteção do seu mercado de arrecadação de recursos, porque, para o grande artista nacional, quando uma rádio comunitária apresenta uma música, está inclusive ajudando a difundir, ajudando a vender disco, ajudando a propagar a música.

Então, a rádio comunitária deveria receber taxas exatamente por estar fazendo essa questão, e não ter de pagar à Ecad muito caro.

Este projeto de isenção de taxas do Ecad para as rádios comunitárias é um projeto justo e uma garantia importante de sobrevivência das rádios. Mas ainda precisaremos de mais. Precisaremos de uma política pública que garanta condições de existência e sobrevivência às rádios comunitárias.

Era isso que tinha a dizer, para que a Senadora Fátima Bezerra comece imediatamente a nossa audiência pública.

Só quero cumprimentar o Deputado Pedro Uczai, que esteve aqui conosco desde o início da reunião.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E vai voltar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – E vai voltar. Ele é um Deputado de Santa Catarina, um parceiro das rádios comunitárias também.

Gostaria de cumprimentar o Sr. Ilço Firmino, Presidente da Analc (Associação Nacional dos Líderes Comunitários), que está presente conosco. (*Palmas.*)

Gostaria de cumprimentar a todos os que se deslocaram do Brasil inteiro para cá, em especial a delegação do Rio Grande do Norte, que está aqui com a nossa Senadora guerreira, também defensora das rádios comunitárias, assim como eu, e principalmente a delegação de Brasília, que veio em peso, assim como vários líderes comunitários de Brasília, que estão aqui apoiando essa discussão tão importante.

Muito obrigado a todos.

Vamos à audiência pública com a certeza de dever cumprido, na luta pelos direitos comunitários de comunicação para todo o Brasil poder informar-se.

Muito obrigado.

Um forte abraço. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Antes de passar a palavra à Inalda, que aqui representa o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, queremos registrar, com muita alegria, a presença aqui de: Ronaldo Martins, Secretário-Geral da Abraço Brasil; Divino Cândido, Presidente da Abraço do Distrito Federal; Thomas Senna, Presidente da Abraço lá do meu querido Rio Grande do Norte; Julimar Gonçalves, representante da Abraço do Distrito Federal e Entorno; José Luiz Madeira, Presidente da Abraço de Santa Catarina; Jairo Bispo dos Santos, Presidente da Abraço da Bahia; Rejane Barros, representante da Abraço de Alagoas; Judite Carvalho da Silva, Presidente da Abraço de Minas Gerais. Cadê Minas Gerais? (*Pausa.*)

E Ilço Firmino Neto, Presidente da Associação Nacional dos Líderes Comunitários. Cadê Firmino? (*Pausa.*)

Está aqui.

Bem, com a palavra...

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Senadora, só um instante. Só para avisar o pessoal...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sim.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Queria, pessoal, Jeremias e Ronaldo Martins, que aproveitássemos a vinda de vocês hoje aqui para – não sei se o Senador Romero está aqui –, de repente, antecipar a reunião da semana que vem para hoje, para conversarmos com ele sobre os outros projetos. A Senadora Fátima Bezerra pode até ir conosco.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito. Irei sim.

Com a palavra, agora, a Srª Inalda Celina, representando o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

A SRª INALDA CELINA MADIO – Bom dia!

Queria cumprimentar primeiramente os componentes da Mesa, Senador Hélio José, Senadora Fátima Bezerra, Domingos Sávio e Jeremias. Muito bom dia, senhoras e senhores!

O que eu trouxe aqui em relação a esse assunto é um panorama de como está a radiodifusão no Brasil, até para embasar o posicionamento do Ministério das Comunicações em relação a esse assunto do PL 410. Bem, eu tenho um eslaide com a legislação que rege a rádio comunitária, que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a Lei nº 9.612; depois, no ano passado, entrou a Lei nº 13.424, que trata de renovação; o Decreto 2.615; a Portaria 4.334, de 2015; e, na segunda-feira passada, uma nova Portaria, de nº 1.909, fez algumas alterações na Portaria nº 4.334.

Basicamente, a legislação define a rádio comunitária como serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, operado em potência restrita e cobertura restrita, e é outorgada para associações e fundações sem fins lucrativos. Também é vedada a transmissão de propaganda e publicidade. A única coisa que ela pode fazer é transmitir mensagem institucional, em forma de apoio cultural, dos estabelecimentos que se encontram nessa região.

Hoje, temos, autorizadas e licenciadas no País, 4.830 emissoras. Além disso, temos mais 1.212 processos em análise dentro da minha coordenação, sendo que 270 são de outorga dos editais passados, e mais 942 processos de renovação de outorga. Somente nessa gestão, na última gestão, de 2016 até agora, 2018, já foram publicadas 86 portarias de outorga e 429 portarias de renovação de outorga. É importante frisar que, dentre essas quatro mil, oitocentos e poucas emissoras que temos no Brasil, temos também as comunidades tradicionais, que são os quilombolas, os ribeirinhos, os assentamentos, os hipossuficientes. Estou enfatizando isso até para ilustrar, mais para a frente, o nosso posicionamento.

Essa aqui é a ilustração, o mapa da radiodifusão comunitária no País por Estado, por Região.

Além de todas aquelas outorgas e daqueles processos em andamento, também lançamos recentemente um novo PNO (Plano Nacional de Outorgas), que hoje é feito com critério técnico. Nós cadastramos todas as demonstrações de interesse dos Municípios que querem rádio comunitária, forma-se um novo PNO, a gente faz o cadastramento. Nesse caso, todos os Municípios que constam do novo PNO 2018/2019 fizeram previamente uma demonstração de interesse junto ao Ministério das Comunicações.

Então, a preocupação do Ministério com tudo isso – outorga, análise, lançar PNO... E eu gostaria de ter dado uma notícia bacana para vocês, que seria a publicação do primeiro edital desse PNO, mas, infelizmente, por uma semântica jurídica, teve que voltar, e vai ser publicado amanhã provavelmente, se não acontecer mais nada. É o primeiro edital do ano desse PNO, com 100 Municípios. Esse é o cronograma dos editais desse PNO novo. Amanhã, se Deus quiser, vai ser lançado o primeiro, com cem Municípios e, depois, em maio, julho, setembro, novembro e, aí, em janeiro e março, os últimos dois. Serão sete editais.

Aqui é a ilustração no mapa do novo PNO por Região, por Estado. Além disso, nós fizemos recentemente uma alteração...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Inalda, permita-me só registrar a presença do Senador Wellington Fagundes, do Mato Grosso, que tem sido um defensor aqui, no Congresso Nacional, da luta em prol das rádios comunitárias. Ele tem um compromisso agora, mas voltará a tempo de participar da nossa audiência. E registro a presença aqui entre nós também do Senador José Medeiros, igualmente um Senador que tem colocado o mandato a serviço da luta pelo fortalecimento das rádios comunitárias.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Com a licença de todos aqui, eu gostaria de dizer que, como Deputado, tive a oportunidade de participar da Comissão de Ciência e Tecnologia na Câmara dos Deputados exatamente quando discutíamos essa questão da implantação das rádios e TVs comunitárias, principalmente na questão da Amazônia Legal. E quero repetir aqui, Senadora Fátima Bezerra, o que eu sempre dizia: a importância que representa uma rádio em uma cidade. Muitas cidades brasileiras não tinham uma rádio. Às vezes, muitas comunidades não tinham sequer uma rádio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sempre me referi a um acidente que ocorreu em uma cidade do Mato Grosso, na BR-163, onde chocou-se um ônibus com uma carreta de madeira. Não fosse a presença de uma rádio comunitária para convocar a população junto com o médico para doar sangue, talvez mais de 30 vidas seriam ceifadas. Em menos de uma hora, estava lá o médico agradecendo à população por aquele trabalho feito por uma rádio comunitária. (*Palmas.*)

Então, eu deixo aqui o meu estímulo a vocês – parabenizo a Senadora Fátima Bezerra –, e não só o estímulo, mas o nosso apoio.

Nessa discussão, especificamente, eu creio, Senadora, que o Ecad tem que apresentar mais trabalho para a sociedade, porque a gente não sabe onde esse volume de dinheiro arrecadado é aplicado no Brasil. Então, eu acho que cobrar de uma rádio comunitária que presta um serviço relevante ao desenvolvimento social e econômico a uma comunidade isolada, muitas vezes, seria, a meu ver, um absurdo. Portanto, vamos estar juntos nessa luta.

Aqui eu quero apoiar o trabalho de todos vocês.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradeço ao Senador Wellington Fagundes.

Vamos devolver a palavra agora para a Inalda.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT. *Fora do microfone.*) – Desculpem-me.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Imagine! Com certeza, Senador, teremos aqui o seu apoio integral ao projeto de lei ora em discussão, de autoria do Senador Hélio José, do qual eu sou Relatora, que trata exatamente de isentar as rádios comunitárias do pagamento do Ecad.

Inalda, devolvo a palavra a você.

A SRª INALDA CELINA MADIO – Senadora, obrigada.

Eu estava tentando mostrar aqui o esforço da Administração Pública no fortalecimento da expansão da radiodifusão pública no País através das rádios comunitárias. Então, no limite da lei, o que a gente pode fazer? A gente fez uma desburocratização na legislação, reviu alguns conceitos, alguns procedimentos, elucidou alguns conceitos que não estavam muito claros e tudo isso com o objetivo de atender às políticas públicas. E recentemente, agora, na segunda-feira, a gente fez mais uma modificação na Norma nº 4.334, que é a norma que rege o serviço. No limite da lei, a gente fez tudo o que pôde dentro da nossa competência.

Então, diante de tudo o que eu falei aqui, da necessidade do fortalecimento da radiodifusão pública no País, diante da própria característica do serviço, que é uma rádio FM de baixa potência, prestado por associações ou fundações sem fins lucrativos, pelo fato de não poder fazer publicidade comercial, pelo fato de muitas delas nem apoio cultural conseguir receber por não terem na sua área estabelecimentos comerciais ou industriais, diante de tudo isso, a posição do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações não poderia ser outra a não ser apoiar o Projeto de Lei 410, do Senador Hélio José. (*Palmas.*)

Eu acho que é isso que eu tenho a dizer.

Se alguém tiver alguma dúvida, fico à disposição.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradeço.

Vamos passar imediatamente a palavra a Domingos Sávio, Subprocurador-Geral da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DOMINGOS SÁVIO DRESCH DA SILVEIRA – É uma alegria estar aqui e começo por agradecer o convite, agradecer a Senadora Fátima Bezerra e, especialmente, à Abraço, e ao Joaquim, do Rio Grande do Sul, com quem a gente tem uma atuação e uma luta já de muitos anos. Saúdo a Mesa, portanto, mas especialmente a vocês, que vieram de tudo que é parte deste País e que são, nesta sala e neste momento, as verdadeiras autoridades que merecem e devem ser saudadas.

Eu pertenço ao Ministério Público Federal. E dizer que pertenço ao Ministério Público Federal a uma plateia com comunicadores de rádios comunitárias significa dizer algo talvez um pouco perigoso.

O Ministério Público Federal é uma instituição plural e, dentro dela, como em muitos temas, nós também, no tema da rádio comunitária, somos algozes e somos parceiros. Se pensarmos no aspecto criminal, nós veremos que muitos dos senhores certamente já foram vítimas diretas da ação policial coordenada pelo Ministério Público Federal e pela Polícia Federal, reprimindo e fechando rádios comunitárias. Esse é um tema absolutamente polêmico dentro da instituição e é importante que eu diga isso. Há uma disputa de sentido e significado.

Por outro lado, parte do Ministério Público Federal luta ombro a ombro com vocês pela realização concreta dos princípios constitucionais da democratização da comunicação, que passa concretamente pela efetivação, não só pela autorização formal, mas para que se consiga efetivamente ter meios para cumprir essa missão, que é uma missão pública, da comunicação às comunidades, da comunicação pública que realizam as rádios comunitárias. Portanto, já largo dizendo que a instituição a que pertenço também neste tema se encontra dividida e que, dentro dela, há uma disputa de sentido, uma disputa de olhares diferentes sobre este mesmo tema.

Estivemos juntos na luta pela criação da lei das rádios comunitárias lá atrás. Todos vocês sabem a luta que foi para criar a lei. Criada a lei, verifica-se a lentidão extraordinária que caracteriza e sempre caracterizou o reconhecimento, a outorga e a titulação das rádios comunitárias. Essa foi uma luta em que também o Ministério Público Federal esteve junto.

Hoje temos um leque de questões que passam pelo financiamento, pela questão do sombreamento, por questões técnicas de funcionamento, pelo próprio Plano Nacional de Outorgas da radiocomunicação, pelos critérios ou descritérios na distribuição, na realização e no reconhecimento desse direito. Portanto, em todos esses temas estamos juntos.

E há uma característica, a meu ver, que marca essa luta pela realização do direito à democratização da comunicação, pelo direito do pleno funcionamento das rádios comunitárias. E essa luta é, em tudo, semelhante àquela que se trava contra o latifúndio e a grande propriedade, porque temos aqui, na verdade, em matéria de mídia, a luta contra esse latifúndio invisível, essa forma desigual e perversa de partilha do espectro radioelétrico e das frequências. E isso é algo talvez central para que se possa minimamente afirmar uma democracia neste País. Sem democratização da comunicação, não há efetivamente democracia neste País.

Mas o que nos traz a este debate de hoje, reafirmando o compromisso e a luta do Ministério Público Federal, especialmente da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, é o tema da cobrança, por parte do Ecad, dos direitos autorais. E aqui nesta sala ninguém é contra o autor receber a justa remuneração pela sua criação. Ninguém é contra. Acontece que, quando a gente pensa no direito autoral, a gente pensa em propriedade, na propriedade sobre a criação. E neste País toda propriedade, por princípio constitucional, tem uma função social. Isso vale para o latifúndio, vale para o imóvel urbano, e vale também para a propriedade sobre direitos autorais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Portanto, é preciso que, quando se tratar deste tema, se pense qual é, afinal de contas, a função social da propriedade sobre direitos autorais. E a lei de direito autoral, de alguma forma, trata disso.

É uma pena que a gente tenha que estar aqui reunido, é uma pena que a gente tenha que ter um projeto de lei para alterar a Lei de Direito Autoral, porque bastaria que o Judiciário, notadamente o STJ, ao interpretar e aplicar a Lei de Direito Autoral, o fizesse de uma forma sistemática e coerente com o que nós temos. Ora, se a rádio comunitária, que cumpre um papel público, que não pode ter lucro, que não pode ter receita publicitária, portanto é, em tudo, diferente das emissoras tradicionais, das que usam para ganhar dinheiro os direitos autorais – e aí é justo que elas paguem –, numa interpretação sistemática dessa norma com a Constituição, é absolutamente possível entender como entende, por exemplo, o Tribunal de Justiça do Paraná, que as rádios comunitárias não têm que pagar direito autoral, pela simples razão que elas não estão atrás do ouro. Piratas são os outros que estão atrás do ouro, e não as rádios comunitárias que, indevida e impropriamente, são muitas vezes chamadas de rádios piratas, que derrubam aeronaves, que interferem em sistemas.

A tragédia deste País é que há muito tempo o direito autoral deixou de ser a justa remuneração do criador e passou a ser uma forma de remunerar as grandes corporações e os grandes produtores, notadamente da produção musical, o que nos interessa aqui diretamente. E o pior do pior: o sistema criado para arrecadar é um sistema essencialmente perverso.

Portanto, aqui neste debate se coloca uma falsa polêmica: de um lado, o direito do autor de ser remunerado; e, de outro, o direito da rádio comunitária de difundir e cumprir a sua missão. Só que aqui, concretamente, o direito do autor é o que menos vale, é o que menos está presente. Talvez possamos projetar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DOMINGOS SÁVIO DRESCH DA SILVEIRA – O que é isto? De onde saiu isto aqui? Saiu da página do Ecad. É o *ranking* nacional das músicas que, em 2016 – é o último dado que existe em termos nacionais –, mais receberam direitos autorais. E 2016 não está tão longe assim! Nós lembrávamos o que tocava.

Senadora Fátima Bezerra...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Essas foram as mais tocadas?

O SR. DOMINGOS SÁVIO DRESCH DA SILVEIRA – As mais tocadas, vejam só, as que mais receberam direitos autorais. Eu quero dizer que eu só me lembro da que está em oitavo lugar: R$ 50. Está bem, olhem lá. Se nós olharmos, e está também no *site* do Ecad, quem são as pessoas que mais receberam direitos autorais, vamos ver que Roberto Carlos está em 12º lugar. Aparece curiosamente Erasmo Carlos e um conjunto de personagens que, talvez por ignorância minha, absolutamente não se conhece.

O que isso demonstra? Que o Ecad, na sua ação fiscalizadora de proteção e arrecadação de direitos autorais, tem uma pontaria muito fiel que acerta apenas os pequenos. Se nós pegarmos a jurisprudência do STJ, vamos ver o que está lá discutido judicialmente: a quermesse, a prefeitura, o Carnaval, o pequeno e as rádios comunitárias agora.

Portanto, em nome do direito autoral, na verdade se criou mais um obstáculo ao funcionamento das rádios comunitárias. Se agora eu tenho autorização para funcionar, a Polícia Federal não vai mais bater na minha porta, eu tenho o Ecad, que vai fechar a rádio comunitária,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

porque vai penhorar o radiotransmissor, o pouco de patrimônio que possa existir naquela associação que gera a rádio comunitária. Portanto, é mais um obstáculo e um obstáculo absolutamente perverso, porque é um obstáculo que nem realiza o direito do autor – não realiza decididamente o direito do autor. Arrecada mal e, pior do que arrecadar mal, distribui de forma ainda mais perversa, mas serve de forma muito eficiente para fechar rádios comunitárias. Não é mais a polícia que vai bater na rádio comunitária, não é mais a minha instituição que vai processar o radiocomunicador; é o Ecad que vai autuar e fechar a rádio comunitária.

Nesse sentido, o projeto do Senador Hélio José vem em boa hora, porque coloca no art. 46 da lei de direitos autorais mais uma figura em que não se considera, para fins de cobrança, os direitos autorais. É claro que, ao tocar a música, tem que dizer de quem é, que é o direito à nominação, mas não é obrigado a pagar.

Portanto, o Ministério Público Federal quer reafirmar aqui e assumir com vocês um compromisso. Primeiro, reafirmar o nosso compromisso com a luta pela democratização da comunicação, o que significa dizer reafirmar o nosso compromisso com todas as demandas dos radiocomunicadores, notadamente essas que agora aparecem travestidas de outras formas que são mortais para o funcionamento das rádios comunitárias. A Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos tem um compromisso com a luta pelo efetivo funcionamento e realização das rádios comunitárias, não apenas a outorga, que é uma luta já antiga, mas as condições para funcionar, o que passa pela possibilidade de se flexibilizar a proibição da publicidade, entendendo que ela tem de ser possível, com relação à comunidade, para quem eu comunico.

E, notadamente, há essa luta agora contra essa cobrança, que, a nosso ver, do ponto de vista jurídico, é indevida, porque atenta contra...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DOMINGOS SÁVIO DRESCH DA SILVEIRA – ...a função social do direito autoral.

Portanto, o Ministério Público Federal quer reafirmar com vocês o compromisso com a luta por um Brasil mais democrático, que passa por um Brasil que possa ter rádios comunitárias em maior número.

Eu quero só chamar a atenção, antes de terminar, nestes dez segundos que me faltam... Quero dizer que me chamou especialmente a atenção o fato de o novo PNO (Plano Nacional de Outorgas) para rádios comunitárias não ter uma miserável rádio para o Estado do Acre. Na Região Norte do País, a previsão é de apenas 46 outorgas, e, talvez, essa seja a região em que a presença da rádio comunitária se faça mais significativa, seja mais necessária. São 46 outorgas para todos os Estados do Norte! E também aqui se reproduz essa desigualdade, a desigualdade que importa em mais rádios onde já temos muitas e menos rádios onde temos muito poucas.

Contem com o Ministério Público Federal, contem com a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão também nessa luta contra as cobranças indevidas, porque violadoras da função social do direito autoral, feitas pelo Ecad. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Queremos agradecer a participação de Domingos Sávio, Subprocurador-Geral da República.

Vamos passar a palavra imediatamente ao Senador Humberto Costa, que é do PT, de Pernambuco, e que também é Líder da Bancada da oposição aqui no Senado Federal.

Humberto, desde já, agradeço a sua presença, que é muito importante não só pelo mandato que, com muita honradez, com muito espírito público, com seriedade e com compromisso, V. Exª realiza aqui, representando o povo de Pernambuco, mas também por mais essa missão de Líder da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

oposição no Senado. Digo isso porque esta audiência pública tem como principal objetivo buscar criar no Congresso um campo de apoio e de correlação de forças políticas favoráveis para aprovar o presente projeto de lei aqui em discussão, de autoria do Senador Hélio José, do qual eu tenho a honra de ser Relatora.

Com a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Srª Presidenta; Senador Paulo Rocha; Drª Inalda Celina; Dr. Geremias dos Santos; nosso Subprocurador, Dr. Domingos Sávio; representantes aqui da ABRAÇO e também demais integrantes do Movimento das Rádios Comunitárias, eu tive a oportunidade de ser Relator do projeto que modificou de maneira profunda o sistema de funcionamento do Ecad. Foi uma grande vitória daqueles que produzem cultura no Brasil, que produzem músicas. Esse novo modelo está em processo de implementação, mas já há algumas coisas importantes construídas.

Sem dúvida, esse projeto vem suprir uma lacuna importante. É fundamental que nós possamos ter o direito autoral reconhecido, o criador, remunerado pela sua criação, mas é importante também que tenhamos para aqueles setores que cumprem uma função social importante, como é o caso das rádios comunitárias, que levam a informação do dia a dia para as pessoas nas comunidades, nos pequenos Municípios, que cumprem uma função social fundamental e que, mais do que isso, estão proibidos de buscar algum tipo de apoio, de patrocínio, de outras receitas para o seu funcionamento... Termina sendo algo injusto, algo em que se deixa, inclusive, de aproveitar situações que estão colocadas na própria legislação. No caso de situações como esta, em que nós temos uma função social importante de informação para comunidades que são atingidas por essas rádios comunitárias, é fundamental que essa isenção possa acontecer.

Eu queria aqui tão somente manifestar meu apoio a essa iniciativa, parabenizar o Senador Hélio José, parabenizar a Senadora Fátima Bezerra, que é a Relatora do projeto, e dizer que nós estamos engajados nessa proposta e que vamos trabalhar para que nós possamos, o mais rapidamente possível, aprová-la. E, mais do que isso, acho que é preciso que nós possamos ampliar muito no Brasil a presença das rádios comunitárias. A democratização dos meios de comunicação, que é uma demanda da população brasileira, uma necessidade para a nossa democracia, deve-se fazer também pela via de ampliação daqueles que fazem a comunicação. Precisamos de meios alternativos. A internet já ajudou bastante no sentido dessa democratização, mas, sem dúvida, o rádio ainda é um instrumento fundamental, se não o mais importante, de comunicação com a população. Nada melhor que aquela informação que não busca outro objetivo que não seja o de as pessoas poderem exercer o seu direito seja beneficiada. Então, eu queria manifestar o meu apoio integral.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradeço ao Senador Humberto Costa.

Nós já contamos aqui com a presença do Senador Paulo Rocha, que, inclusive, subscreve o requerimento da presente audiência pública. Contamos também com a presença do Senador Paim, do PT, do Rio Grande do Sul. São dois Senadores que abraçam isso com muita paixão, pelo quanto que eles compreendem o papel importante do ponto de vista da comunicação social que as rádios comunitárias desempenham em todo o País.

Paim, inclusive, recentemente, foi Relator de outro projeto extremamente meritório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E aprovamos por unanimidade. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Foi aprovado por unanimidade. Refiro-me ao projeto de lei que incluiu as rádios comunitárias...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu fui o autor, e a Senadora Lúcia Vânia, por justiça, foi a Relatora. Então, eu peço uma salva de palmas para a Senadora Lúcia Vânia também. Ela é parceira nossa aí. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O.k.!

Esta audiência é conjunta, Senador Paim, com a Comissão de Desenvolvimento Regional, que eu presido, e com a Comissão de Educação, uma vez que o projeto de lei se encontra tramitando na Comissão de Educação.

Eu perguntaria ao Senador Paulo Rocha e ao Senador Paim se poderíamos agora ouvir Geremias e, depois, em seguida, vou facultar a palavra...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É claro! Com certeza!

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Desde já, agradeço também ao Senador Paulo Rocha pelo empenho que ele teve para que esta audiência fosse realizada no dia de hoje.

Com a palavra Geremias, que é o Coordenador Executivo da ABRAÇO Brasil.

Eu quero ainda fazer um registro, com muita satisfação. Alô, se liga, Sergipe! Quem está aqui é Jorge Santana, da ABRAÇO Sergipe. Alô, se liga, Paraná! Está aqui Alonso Félix, da ABRAÇO do Paraná.

Com a palavra Geremias, Coordenador Executivo da ABRAÇO Brasil.

Obrigada, Humberto.

O SR. GEREMIAS DOS SANTOS – Obrigado, Senadora Fátima Bezerra. Obrigado pelas boas notícias, pelas boas novas que a senhora acabou de anunciar, dizendo que o relatório já está pronto, já está na Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Espero que a Presidente, a Senadora Lúcia Vânia, agende o mais rápido possível essa votação.

Eu quero agradecer aqui aos demais Senadores que estão presentes. Talvez, muitos de nossos companheiros que estão aqui e os que nos assistem – neste momento, há companheiros de todas as regiões deste País que assistem à TV Senado – não saibam que há Senadores que, na época em que eram Deputados, tiveram um papel importante na questão da Lei 9.612. O Paulo Paim já estava lá, bem como Paulo Rocha, na década de 90. Eles tiveram uma participação importante, como o próprio Senador Humberto.

Eu quero agradecer aqui a presença da Inalda, representando o Ministério.

Eu tenho o prazer de conhecer o Domingos. O Domingos é muito reconhecido pelos companheiros da ABRAÇO, das rádios comunitárias do Rio Grande do Sul. Na audiência passada, no mês de setembro, sobre o Ecad, infelizmente, por questões de agenda, ele não pôde comparecer, mas hoje ele veio aqui e mostrou um lado importante do Ministério Público Federal, porque, neste momento, há muitas coisas aí em que o Ministério está surpreendendo o Brasil. Então, para nós, essa fala do Domingos foi muito importante.

Nós, Domingos, queremos, sim, uma parceria com o Ministério Público Federal, principalmente com o setor de direitos humanos – não sei como vocês tratam lá, não sei a sigla. Nós queremos essa parceria, até por uma questão que vou colocar aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero lamentar, mais uma vez, a ausência dos representantes do Ecad. Já pela segunda vez, em menos de seis meses, há um debate sobre o Ecad, e o Ecad não comparece, mostrando que não está nem aí para o Parlamento, que está se lixando para o Parlamento. Uma entidade que não comparece a um debate com a sociedade é uma entidade que não acredita na democracia. E me parece que o Ecad tem muito disso, com resquício lá da época da ditadura militar.

Então, para nós, é lamentável esse fato, porque nós queríamos ouvir o Ecad, até porque esta Casa, o Senado Federal, também fez a CPI aqui, e há muitas coisas que faltam ser implementadas e que foram aprovadas no relatório final da CPI.

Antes de entrar na questão do Ecad, eu não poderia deixar de falar aqui sobre a situação das rádios comunitárias neste momento. Nesta semana, na segunda-feira, nós fomos pegos de surpresa pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, pelo Ministro Gilberto Kassab, que publicou uma nova portaria, a Portaria 1.909, do dia 6 de abril, publicada na segunda-feira, anteontem, que nos surpreendeu, porque, primeiro, não houve qualquer discussão com as rádios comunitárias. É uma nova norma, na verdade.

Procurador Domingos, no dia 19 de fevereiro passado, a Lei 9.612 completou 20 anos, e, de lá para cá, cada governo fez uma norma: uns chamavam as rádios de comunitárias para discutir; outros, não; e o atual, muito menos.

Na verdade, parece mais uma Bíblia, porque foram cento e trinta e poucos artigos. Como você consegue fazer cento e trinta e poucos artigos sem discutir com os principais interessados? E há questões lá que me parece que discutiram com a Abert (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão) e que não discutiram conosco.

Então, eu gostaria de convocar vocês do Parlamento aqui para discutir a possibilidade de nós apresentarmos um projeto de decreto legislativo, Senador Paulo Rocha, para nós barrarmos algumas questões que estão nessa nova portaria, nessa nova norma.

Inclusive, nós entendemos que a tendência da sociedade é avançar. No que foi avançado na Portaria 4.334, de 2015, no governo da Dilma, houve discussão; muita coisa avançou, muita coisa não avançou. Neste agora, houve retrocesso. Neste agora, estão preocupados até... A coisa vai arrochar de tal forma, que eles colocaram lá um artigo dizendo que, para quem não quiser mais a rádio comunitária, há até a forma de se dispensar a outorga, como se fosse uma coisa pessoal, como se fosse tão fácil uma comunidade abrir mão do seu principal instrumento, que é uma rádio comunitária. Num País de 5.570 Municípios, 70% deles têm uma população de 5 mil a 20 mil habitantes, onde estão as rádios comunitárias prestando os seus serviços, que são o principal meio de comunicação. Nós temos Municípios brasileiros a que a internet ainda nem chegou ou em que nem a internet dá conta da demanda. Portanto, é a rádio comunitária que está lá fazendo o seu papel, com todas as dificuldades.

Portanto, eu gostaria de convocar, de convidar o Ministério Público Federal, na pessoa do Procurador Domingos, e também o Senado Federal, para nós discutirmos uma saída para essa nova portaria.

E quero dizer que...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Geremias, só um momentinho! Essa portaria é de que data?

O SR. GEREMIAS DOS SANTOS – É de 6 de abril, sexta-feira passada, e foi publicada na segunda-feira.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Está bem. Eu vou depois passar a palavra para a senhora falar sobre a portaria também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GEREMIAS DOS SANTOS – Perfeito.

Não vou entrar em detalhes da portaria aqui, porque, como eu falei, são muitos artigos, mas eu só fiz essas linhas gerais, porque, para nós, que estamos em âmbito nacional coordenando esse processo, a revolta é muito grande, principalmente nessa questão da moradia dos dirigentes. Querem que dirigente more num raio de 1km, sendo que nós já tínhamos convencionado que o dirigente pode morar no Município, principalmente nas comunidades pequenas, onde os dirigentes moram no sítio, moram no povoado afastado. Como se vai fazer?

Então, não vou entrar nisso, porque o debate aqui é sobre Ecad, mas eu gostaria de dizer que esse novo PNO, que o Ministério já anunciou, mas que ainda não publicou – parece-me que vai publicar nos próximos dias o primeiro edital –, não atende as expectativas das rádios comunitárias e muito menos da ABRAÇO Brasil e das ABRAÇOS estaduais. Por quê? Porque, dos 5.570 Municípios, nós temos pouco mais de 1,4 mil Municípios que ainda não têm uma rádio comunitária outorgada. E o Ministério publica um edital, aliás, publica um PNO (Plano Nacional de Outorgas) para rádios comunitárias, contemplando cerca de 347 Municípios que não têm rádios comunitárias, desses 1,4 mil. Isso significa que quase mil Municípios ainda vão ficar, depois de 20 anos da Lei 9.612, sem ter o direito de fazer a comunicação comunitária.

E também o Ministério publica edital para cerca de 365 Municípios que já têm rádio comunitária outorgada. Eu vou citar o meu exemplo: Cuiabá, minha cidade natal, tem quatro rádios outorgadas, numa cidade de cerca de 600 mil habitantes. Foi contemplada Cuiabá, de novo, com edital. Ora, não é isso que nós queremos! Nós queremos, primeiramente, que o Ministério, depois de 20 anos, contemple os 5.570 Municípios, para depois discutir se cabem mais rádios comunitárias nesses Municípios que já as têm. Queremos que o Ministério faça essa discussão, porque não dá mais para nós fazermos 20 anos e não termos nada para comemorar.

Portanto, vou entrar agora na questão do Ecad, mas era essa questão referente ao MCTIC, ao Ministério, sobre a qual não dava para nós ficarmos sem falar, até porque são questões que foram colocadas na portaria.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GEREMIAS DOS SANTOS – Nós discutimos apenas duas questões: a questão do vínculo, para o Ministério colocar essa questão do vínculo político, do vínculo religioso e do vínculo familiar, e a questão da moradia. Não queremos que o Ministério retroaja, queremos que considere que o dirigente de uma rádio comunitária possa morar em qualquer lugar do seu Município.

Então, eram só essas duas questões. De repente, surpreendeu-nos o Ministério fazendo isso aí. E me parece que foi uma época recorde, porque, até fevereiro, quando nós estivemos aqui, não sabíamos disso. Tivemos uma reunião longa, dura, inclusive, tivemos uma discussão pesada, e, em nenhum momento, foi falado para nós que eles estavam redigindo uma nova portaria sobre o aspecto de linhas gerais. Nós achávamos que ia sair uma portaria apenas para tratar dessa questão do vínculo.

Sobre o Ecad, nós queremos dizer, em nome das rádios comunitárias, que nós não somos contra o Ecad, nós não somos contra os compositores, os autores, aqueles que têm o dom que Deus lhes deu. Nós não somos contra. Muito pelo contrário, achamos que têm de receber, sim! Nós não estamos aqui para abrir a caixa-preta do Ecad. A sociedade também precisa saber como o Ecad funciona, mas não queremos discutir essa questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queremos dizer que nós apoiamos esse projeto que o Senador Hélio José apresentou, depois de uma audiência realizada no final de setembro, justamente porque o Ecad é hoje o grande perseguidor das rádios comunitárias. Não é mais a Anatel, não é mais a Polícia Federal, não são mais os setores do Ministério Público Federal. Hoje, é o Ecad, através de ações judiciais. O Ecad fez parceria nos Estados com vários escritórios jurídicos, e eles estão propondo as ações. Cada ação começa com o valor de mais de R$20 mil. Eles pegam os últimos cinco anos e a propõem. E hoje nós temos várias entidades, várias rádios comunitárias com decisões judiciais para pagar ao Ecad, com R$30 mil, com R$33 mil. No Sul, há duas com mais de R$90 mil. Vai pagar como, com o quê? Nós temos companheiros em Minas Gerais que perderam. A entidade perdeu a ação, a entidade não tem grana. Foram olhar a conta bancária, e ela não tinha grana. Foram olhar a conta bancária dele, e também não havia grana. Tomaram o carro dele! Gerou um problema familiar, inclusive. Imagina pegar o seu carro lá! Como vai dividir o carro com a esposa? Então, é essa a situação que está colocada com o Ecad.

A gente sabe que os escritórios jurídicos estão fazendo o papel deles. A gente sabe disso. Eles querem ganhar dinheiro, não estão preocupados se a rádio comunitária está prestando serviço para a comunidade, se a rádio comunitária está arrecadando ou não. Eles não têm essa preocupação. E o pior é que o nosso povo não está sabendo se defender, porque a questão do Ecad, de direitos autorais, não é uma questão de jurisdição da Justiça Estadual. No nosso entendimento, ela é da Justiça Federal. Essas ações que o Ecad está propondo estão na Justiça Estadual. E, por falta de compreensão, os juízes têm julgado, na sua grande maioria, contra as rádios comunitárias, dando esse valor absurdo. O que se vai fazer? Eu já orientei muitos a entregarem a chave para o Ecad, a chave da sede da rádio, porque a maioria é alugada. Entregue a chave! Vai pagar como? Que situação que vai fazer?

Por isso, vou resgatar aqui: nós não somos contra o Ecad. Nós não somos contra você compositor, você autor, você músico, você intérprete. Agora, nós queremos, deste Parlamento, a mudança na lei depois de 20 anos. Nós queremos ter o direito de as rádios comunitárias acessarem verba pública de mídia. A esses milhões que são investidos na mídia pública, aliás, na mídia privada, nós queremos ter acesso. Aí, nós queremos pagar, com muita justiça, ao Ecad. Nós queremos ter acesso à verba pública da prefeitura, da Câmara de Vereadores, do governo do Estado, mas, para isso, nós precisamos alterar a Lei 9.612, porque, quando os Parlamentares criaram essa lei, há 20 anos, também carimbaram as rádios comunitárias para passarem fome. Nós vivemos num País capitalista. Como é que nós vamos pagar a nossa dívida do dia a dia, aluguel, equipamento, internet, telefone, água, energia? Como? E aí vem o Ecad massacrando através de ações!

Eu acho que nós temos de conversar muito com o Ministério Público Federal, na pessoa do Procurador Domingos, sobre essa questão aí. Como a gente faz? Pode nos dar uma orientação principalmente sobre os tribunais de Justiça, porque isso não é, na nossa visão, da jurisdição do TJ, do juiz do Município e dos nossos Estados.

Portanto, com relação ao Ecad, é essa a questão que está colocada para nós.

Nós viemos convocar vocês Senadores para discutirem essa questão sabem por quê? Porque, quando aprovaram a Lei 9.612, na mesma noite ou na mesma tarde, aprovaram a lei do Ecad, a Lei 9.610. Só que, quando aprovaram a lei do Ecad, não existia ainda a rádio comunitária reconhecida pelo Estado brasileiro através dessa lei. Então, minutos depois é que ela foi aprovada. Por isso, talvez, não tenha sido colocado lá que as rádios comunitárias são entidades sem fim lucrativo e, como são proibidas de acessar a verba pública de mídia, não podem, não têm condição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de pagar ao Ecad. Então, talvez, seja por isso. Mas só que aconteceu o seguinte: o primeiro projeto de lei que trata da rádio comunitária e do Ecad...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GEREMIAS DOS SANTOS – ...entrou no dia 5 de dezembro de 1998. Já vão completar 20 anos em que vêm sendo tratados os projetos de lei na Câmara Federal, e esses projetos não saem. Há mais de 24 projetos de lei que tratam sobre Ecad e rádios comunitárias, mas eles não saem! Parece que há um *lobby* muito grande do Ecad dentro da Câmara Federal, porque, depois de 20 anos, a gente não consegue fazer isso.

Para vocês terem uma ideia, há um relatório final...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mas aqui vai sair! (*Palmas.*)

O SR. GEREMIAS DOS SANTOS – Tomara! Tomara!

O último relatório foi apresentado pela Senadora... Não me lembro agora, mas acho que foi a Simone, do Podemos, de São Paulo. Colocaram a rádio comunitária num balaio de gatos no relatório final. Colocaram rádio comunitária junto com hotel, com motel, com ônibus, com terminal de ônibus – ora! –, com igrejas das mais variadas denominações. Com todo o respeito que nós temos a todas essas instituições, mas rádio comunitária é diferente, é muito diferente! Por isso, conversamos com o Senador, depois da audiência, dizendo que esta era a Casa para tratar dessa questão, para se colocarem só as rádios comunitárias.

Nós já temos uma decisão também importante no Estado de Mato Grosso: um juiz decidiu que rádio educativa, por também não ter fins lucrativos, não paga ao Ecad. Essa é uma decisão de primeira instância. Não sabemos o que aconteceu na segunda instância.

Portanto, para encerrar, quero, em nome de todas as rádios comunitárias do Brasil, dizer que estamos bastante contentes, Senadora Fátima Bezerra, com essa novidade, com o fato de a senhora ter sido bastante ágil, dando exemplo para os Deputados Federais.

Para se ter uma ideia, há um projeto de lei de um Deputado Federal do PT do Espírito Santo – não me lembro do nome dele agora –, que apresentou um substitutivo à lei da rádio comunitária, Lei 9.612, no dia 5 de maio de 2015. No mês que vem, vão se completar três anos, e até hoje não há relator. Até hoje, não foi distribuído para um relator. Ora, o que é isso? Vejam como são tratadas as rádios comunitárias na Câmara!

Nós sabemos do nosso desafio para esse projeto ser aprovado na Câmara. Uma pressão enorme nós vamos ter de fazer na Câmara Federal! Depois de se aprovar no Senado, a pressão vai ser muito grande lá.

Portanto, quero agradecer a todos aqui por esse empenho, aos companheiros que vieram de vários Estados. Nós estamos aqui com companheiros do Rio Grande do Norte, de Alagoas, da Bahia, de Minas Gerais, de Santa Catarina, do Distrito Federal, de Mato Grosso, do Paraná e do Pará. Sabemos que isso se deu em cima da hora, sabemos que as passagens voltaram a ser caras. Pobre está tendo dificuldade de novo para andar de ônibus!

Estão aqui também companheiros do Rio Grande do Sul – desculpem! –, de Goiás, de Sergipe. Não falei, desculpem!

Sei que muitos companheiros gostariam de estar presentes aqui, mas há dificuldade, porque as passagens de avião, infelizmente, voltaram a ser como antigamente, dificultando que o pobre, que o trabalhador viaje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas quero agradecer aqui a todos vocês por esse empenho e dizer que, só através da luta, a gente consegue mudar a nossa realidade. Parabéns a vocês!

Parabéns, Senadora! Parabéns, Hélio José! Parabéns, Domingos, por ter aceitado esse convite! Parabéns, Inalda, que se dispôs a vir aqui e a debater!

Quero lamentar, mais uma vez, a ausência dos representantes do Ecad.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nós agradecemos a participação do Geremias, que falou em nome da ABRAÇO.

Vamos facultar a palavra agora ao Senador Paulo Rocha.

Inalda pediu a palavra, mas vou passá-la para o Senador Paulo Rocha. Depois, concedo a palavra a ela.

Senador Paim, quando quiser fazer uso da palavra, por favor, é só solicitar.

Com a palavra o Senador Paulo Rocha, Senador que foi, repito, junto comigo, autor do requerimento da presente audiência pública.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu queria saudar todos e todas e parabenizar a mobilização da ABRAÇO. Vocês sabem que estávamos precisando dessa mobilização. Esta audiência pública tem exatamente esse sentido. E vocês, da ABRAÇO, sabem com quem vocês brigam.

Eu, Paim e outros companheiros estávamos na Câmara Federal quando aprovamos essa lei. Nós conseguimos aprovar essa lei muito aquém da proposta inicial, da proposta daquela questão dos quilowatts, porque fomos obrigados a negociar e a baixar em 50%. Não era essa a proposta de lei que fizemos à época. Por quê? Porque enfrentávamos um *lobby* de quem não queria aprovar e uma pressão muito grande da chamada Abert. Essa é a história da briga que vocês têm com a Abert.

Essas regras, de vez em quando, aparecem exatamente para dificultar mais ainda e para favorecer o monopólio dos grandes grupos na área de comunicação. Foram as rádios comunitárias que deram acesso, num processo democrático, à voz das comunidades.

Vocês sabem, no interior do nosso Estado, como funcionam as rádios. São os caciques, são os donos da cidade que mandam nas rádios e, inclusive, na manipulação da chamada opinião pública, como faz a Rede Globo hoje, manipulando a opinião pública e, inclusive, colocando em xeque a própria democracia. O poder da comunicação é um poder muito forte, que hoje pressiona até Ministro do Supremo para votar dessa ou daquela maneira, conforme a vontade desses grandes grupos monopolistas.

Então, o papel da rádio comunitária é um papel... O papel social da comunicação tem a ver diretamente com a questão da consciência do povo e, portanto, com a democracia no nosso País. É através das rádios comunitárias, lá nos confins, no nosso interior, que se pode ter acesso ao debate da informação.

Então, colocam-se travas, colocam-se dificuldades exatamente para criar condições de a Polícia Federal chegar lá como ela faz: tranca e confisca os equipamentos. Eu não vejo a Polícia Federal fazer nas rádios privadas esse tipo de coisa.

Então, companheiros, o importante é essa mobilização, para pressionar o Congresso Nacional, para avançarmos numa legislação que nos dê exatamente a chamada liberdade de comunicação, a liberdade de imprensa, a liberdade que tem a ver com o estágio da democracia para o qual avançamos no País.

Por isso, isto aqui tem todo o nosso apoio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os companheiros da ABRAÇO sabem que somos militantes nessa causa, desde a época da aprovação da lei aqui.

Não sei se o pessoal da EBC está aqui, a empresa pública de comunicação que foi criada há bem pouco tempo. Esse pessoal tem tanta força, que o atual Governo está reduzindo o tamanho da EBC como entidade de comunicação pública, criada como TV pública, como a TV Brasil etc. Está perseguindo até os profissionais que estavam lá, porque pensam dessa maneira ou de outra, para se contraporem aos donos do monopólio de comunicação no Brasil.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Então, é uma luta árdua.

É bom, Paim, Hélio e Fátima, termos acesso a essa nova portaria que foi agora aplicada.

Drª Inalda, era bom deixar para nós essa portaria aí, para analisarmos item por item, artigo por artigo. Senão, isso vai de encontro àquilo por que a gente está brigando há algum tempo, que é a função social que têm as rádios comunitárias no nosso País.

No interior da Amazônia, no interior do Pará etc, elas têm um papel maior ainda, porque o cidadão lá não tem acesso à informação ou tem acesso ao que é dito pelo monopólio dos grandes grupos econômicos.

Então, temos de defender isso, Hélio, exatamente vinculados a essa questão da democracia do nosso País, da consciência do nosso povo. É um instrumento fundamental para organizar a consciência de um povo injustiçado, desprezado pelos governos, lá nos confins do interior do nosso País.

Por isso, a gente se mobiliza aqui no sentido de dar vazão a isso, para avançarmos numa legislação que crie as condições de as rádios comunitárias não só ampliarem o seu papel, a sua função social, mas também se consolidarem como um instrumento fundamental, em sua função social, da democracia no nosso País. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradecemos a participação do Senador Paulo Rocha.

Quero registrar aqui também, com muita satisfação, a presença entre nós da Senadora Regina Sousa, do PT, do Piauí. (*Palmas.*)

É outro mandato que tem estado muito presente nessa luta pelo fortalecimento das rádios comunitárias não só em seu Estado, mas em todo o País.

Antes de passar a palavra para o Senador Paim, quero aqui, rapidamente, dar conhecimento da participação via o nosso canal e-Cidadania.

A primeira mensagem vem de Benedito Prado, da Bahia. Alô, Benedito! Diz ele: "A forma como vem sendo feita hoje a cobrança das radcom pelo Ecad é impraticável. É uma cobrança de taxa aleatória, sem critério, abusiva. Se as rádios comunitárias não podem entrar em cadeia, não podem receber patrocínio de publicidade do Estado, não devem também pagar essa taxa."

Regiandro da Silva, do Ceará, também manda aqui a sua mensagem: "Existem aproximadamente quatro canais de rádio comunitária nas regiões e nos Estados. Deveria existir uma frequência em cada cidade para poder distanciar umas das outras. Dessa forma, seria resolvida a questão do sombreamento das rádios."

Vamos passar a palavra para o Senador Paim.

Quero, desde já, Senador Hélio José e Senador Paulo Rocha... Depois, vamos passar a palavra para a Inalda e também vamos facultar a palavra para alguns representantes dos Estados aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presentes. Desde já, quero dizer o seguinte, Senador Paim: vamos dar sequência a este debate. Vou apresentar, na próxima reunião da Comissão, um requerimento para fazermos um debate acerca dessa portaria que foi recentemente publicada e desse decreto.

Com a palavra o Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Fátima Bezerra, que preside esta reunião, Relatora desse importante projeto que vai, de fato, garantir... Tenho certeza de que ele será aprovado. Conheço a liderança e o poder de articulação de V. Exª, como conheço muito bem o nobre Senador Hélio José, meu parceiro na CPI da Previdência.

Na CPI da Previdência, Senador Hélio José, V. Exª foi brilhante!

Num primeiro momento, diziam assim: "Mas e aí, tchê? Você e o Hélio José?" Naquela época, ele era do PMDB; hoje, é do PROS. Diziam: "Ele é governo, você é oposição." E eu dizia: "Tenho certeza de que faremos um grande trabalho." E desmascaramos, com o seu relatório, esse papo de que a Previdência está quebrada. Ela é superavitária!

Parabéns, Senador Hélio José! (*Palmas.*)

Eu queria me referir aqui a essa situação e também dar um abraço muito forte na ABRAÇO. Fica, pois, aqui o abraço dado a todos os Estados aqui presentes.

É claro que vou dar um abraço de quatro costados no pessoal do meu Rio Grande do Sul, que deve estar lá atrás.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um abraço de quatro costados! (*Palmas.*)

Quero dizer a eles que está confirmado: estarei no congresso das rádios comunitárias, lá no Rio Grande do Sul, para falar do projeto que aprovamos já na outra Comissão – enalteci aqui o trabalho da Senadora Lúcia Vânia como Relatora –, aquele que vai, de fato, garantir o incentivo às rádios comunitárias pela Lei Rouanet. E ainda, se depender de nós, vamos ampliar isso o máximo possível, como o Geremias colocou aqui muito, muito bem.

Mas quero dizer, Senadora Fátima Bezerra – deixei a senhora para o final, a bem dizer –, que esse projeto que isenta as rádios comunitárias em relação ao Ecad vem já atrasado, e, por isso, V. Exª acelerou a iniciativa do nosso querido e nobre autor do projeto.

A rádio comunitária é aquela que está perto de nós, que está lá na vila, no bairro, que sabe o que acontece no transporte, que sabe da violência, que sabe do que acontece nas escolas, que sabe da dificuldade dos operários, dos trabalhadores, dos sem-teto e dos sem-terra, que sabe do que se passa na favela. É isso que o Brasil tem de ouvir, até para não ficar ouvindo só o que se passa na ilha da fantasia, aqui em Brasília.

Olha, eu tomo a liberdade de pedir uma grande salva de palmas para todas as rádios comunitárias do Brasil, porque merecem. (*Palmas.*)

Vocês cumprem um papel de cidadania!

Este País tem de olhar para a nossa gente, não é, Hélio José? Eu acompanho o trabalho que você está fazendo aqui em Brasília, um belo trabalho.

Eu só posso assegurar a vocês que, no que depender deste Senador, serei sempre um parceiro, um companheiro; quero caminhar junto. Nós temos de valorizar, e muito, as rádios comunitárias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sem vocês – estava aqui o companheiro da Bahia, que já me convidou também para ir ao seu Estado –, olhem essa comunicação que nós temos hoje, esse monopólio! Eu não vou citar o nome de nenhuma grande emissora, mas há esse monopólio lá para cima! Se não fossem, hoje, as rádios comunitárias e a internet, o que seria da nossa jovem democracia?

Eu, quando vou para o meu Rio Grande, em qualquer cidade a que eu chegue e que tem uma rádio comunitária, eles me intimam – e têm de me intimar mesmo: "Venha aqui, Paim, que aqui você fala para o nosso povo." As grandes emissoras não dão espaço, mas não importa; o que importa é que eu tenho o carinho e o abraço – e ABRAÇO é o nome da entidade – das rádios comunitárias. E, é claro, eu ocupo os espaços possíveis.

Em resumo, Hélio, é um grande projeto, que tem de ser ampliado. Temos de acabar com essa história de o Poder Central, independentemente do Governo, olhar apenas para os grandes meios de comunicação e não olhar para aqueles que estão na base, efetivamente dialogando, conversando com o nosso povo e com toda a nossa gente.

Vida longa às rádios comunitárias!

Vida longa à ABRAÇO!

Vida longa a esse belo projeto!

Muito obrigado, Senadora. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Valeu, Senador Paim! V. Exª, como sempre, trouxe a sua palavra, fazendo essa defesa com muito conteúdo, com muito conhecimento de realidade e, como sempre, com muita paixão. É assim que ele se expressa quando defende as causas em que acredita.

Eu vou passar a palavra agora a outra parceira nossa nessa luta, a Senadora Regina Sousa.

Antes, porém, Senadora Regina, permita-me dar voz aqui aos que estão acompanhando a nossa audiência pública através do canal e-Cidadania.

O recado vem, agora, do Maranhão. Bruno Marques de Sousa diz o seguinte: "É claro que seria importante a isenção dos direitos autorais! Há de se respeitar o artista, mas ele também vive das rádios, mesmo as comunitárias, que prestam papel social fundamental para as comunidades."

Flávia Bissolli, de São Paulo, também diz: "Sou a favor da isenção às rádios comunitárias, visto que já não podem vender programação, propagandas, e seus funcionários e locutores são todos voluntários."

Artur Cury, de São Paulo, também diz: "Sou muito a favor do fortalecimento das rádios comunitárias, muito importantes para a sociedade!"

Com a palavra a Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Bom dia a todas e a todos!

Quero cumprimentar os convidados que vieram para este debate importante e quero cumprimentar o Hélio José, que levantou essa questão.

Eu sou conhecedora desta luta desde o início. Eu era presidente do Sindicato dos Bancários em 1990, quando nós criamos a primeira rádio em Teresina, a Rádio Comunitária Primeiro de Maio. Em Teresina, havia todo um movimento palpitante, mas nós não tínhamos acesso aos meios de comunicação. Então, a gente mobilizava os companheiros por meio da Rádio Primeiro de Maio lá no Piauí. Levei muitos empurrões da Polícia Federal em frente à rádio. Quando eles iam fechar a rádio, a gente fazia um cordão humano na frente da rádio para não deixar que a fechassem. Então, eu conheço toda essa história, toda essa luta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Deputado Assis Carvalho também foi um dos pioneiros lá no Piauí para a gente poder trabalhar, assim como o Humberto Coelho.

Então, é justíssimo isto aqui!

É aquela história de que tudo para o pobre é assim: o que se dá com uma mão tira-se com a outra. Autorizou o funcionamento das rádios, mas não se pode ganhar dinheiro. Ora, como é que elas vão sobreviver se não ganharem nada? É uma injustiça! Eu acho até que nós temos de, posteriormente, tentar mexer nessa lei um pouco também, porque, se ela presta um serviço, como é que ela não vai ser remunerada por ele?

A gente chega ao meu Piauí e vê que lá há Municípios onde o único meio de comunicação é a rádio que fica lá no sindicato, que funciona lá dentro do sindicato ou mesmo dentro de uma casinha, em uma salinha.

Mas esse pessoal está se qualificando. Nós temos, em Teresina, no Piauí, um movimento chamado Comradio – não sei se ele é nacional –, que está qualificando as pessoas das rádios comunitárias. Desse modo, agora, as pessoas já estão com postura de profissional; não é mais aquela coisa de improviso. Os meninos e as meninas já são locutores formados, recebem certificados, inclusive. Há um *pool* de rádios lá que se reúne e qualifica os locutores das rádios comunitárias.

Agora, há também as "comunitárias", assim entre aspas. Vejam: eu cheguei a uma cidade onde havia uma rádio comunitária, e eu, é claro, quero falar na rádio. Todas as vezes em que eu viajo, procuro saber onde há rádio. Mas ali disseram: "Tem de falar com o prefeito, porque a rádio é dele." (*Risos.*)

Estava lá: rádio comunitária. Mas eu tinha de falar com o prefeito porque a rádio era dele. É claro que ele não ousou me impedir de falar, mas a gente também tem de ter cuidado com isso. Então, cria-se uma associação, e se monta uma rádio bem mais barata. É bem mais fácil para ele do que pleitear a comercial.

Mas acho que temos de fortalecer as nossas rádios comunitárias. O nosso pessoal dos sindicatos rurais, principalmente, tem fortalecido isso muito. Há muitas rádios dentro dos sindicatos já autorizadas.

Agora, temos um problema aqui na CCT, na Comissão de Ciência e Tecnologia. É uma dificuldade porque os projetos são todos terminativos, e tem de haver quórum qualificado, o que a gente não consegue. Até sugeri um dia para o Presidente que a gente fizesse votação em globo, porque tudo é liberação de rádio. Então, vamos liberar essas rádios. Se formos votar projeto por projeto, não sai nunca. E há muita gente com rádio pronta, no ponto, esperando autorização.

Acho que temos de fazer esse esforço na CCT, Hélio. Hélio, V. Exª faz parte da CCT?

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF. *Fora do microfone*.) – Faço.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então, nós vamos bancar isso lá, para votarmos em globo. Há um monte de relatório concluído, com parecer favorável. Então, a gente precisa de ver isso.

Então é isso, minha gente! Boa sorte para nós, porque também me sinto parte da família ABRAÇO! (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradeço a participação da Senadora Regina.

Vamos passar a palavra à Inalda, que a solicitou.

Em seguida, vou facultar a palavra para o Plenário, para as cinco pessoas já inscritas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Presidente, vou ficar mais um pouquinho, mas eu terei de sair. Há um projeto meu sendo votado na CCJ, e eu tenho de estar lá para fazer a defesa. Senão, a gente é engolido. É um projeto importante para as mulheres prisioneiras, para as grávidas que estão na prisão ou para as lactantes. O tratamento é desumano, e estou com um projeto para humanizar este tratamento.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito bem, Senadora Regina! Conte com nosso apoio.

Com a palavra Inalda Celina, Coordenadora-Geral de Radiodifusão do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

A SRª INALDA CELINA MADIO – Eu queria falar a respeito da Portaria 1.909.

Eu acho que o Geremias, talvez, não tenha entendido direito, porque a Portaria 1.909 não é uma portaria que mudou tudo. Ela mudou alguns itens da Portaria 4.334, que foi amplamente discutida com a ABRAÇO, que foi feita em conjunto. Foi a portaria do século, porque reduziu imensamente o número de documentos, desburocratizou totalmente. Até 2015, a normatização de rádio comunitária era cruel, era cartorial, era um monte de documentos. Era cruel! Temos até hoje processos antigos que ainda estão sendo analisados sob a ótica dessas normas, e é muito ruim. Então, o Ministério das Comunicações, em 2015, juntamente com a ABRAÇO, criou a Portaria 4.334. O.k., Geremias?

E o que acontece? Depois disso, o que aconteceu? No ano passado, veio a Lei 13.424, que trata de renovação de rádio e televisão, em que foi incluída a rádio comunitária. E retornaram para a nossa coordenação quase mil processos de renovação que já tinham ido para a extinção, porque não havia o pedido ou havia o pedido fora do prazo, e essa lei anistiou.

Com esse monte de processos de renovação que voltou para o nosso colo, tivemos de fazer mutirão e fomos analisar. O que aconteceu? A gente começou a perceber que haveria um apagão nas rádios comunitárias, porque já estamos com mais de 300 processos de renovação de rádios comunitárias que estão sendo pegas pelo vínculo político, familiar ou religioso. Então, é como eu disse: em atendimento às políticas públicas, a gente resolveu rever um item da norma 4.334, que dizia que o vínculo era insanável. Administrativamente, não havia recurso. Pegou, já era. E nós pegamos nesse vínculo inclusive emissoras de dirigentes da ABRAÇO regionais que foram lá e conversaram.

Então, não venha dizer, Geremias, que a gente só conversou com a Abert. O que é isso? Eu me senti... Eu achei que foi meio deselegante você dizer isso, porque, na verdade, nós conversamos com a ABRAÇO. A Portaria 1.909 basicamente foi por causa disto: para resolvermos o problema de vínculo. É óbvio que a gente tinha alguns probleminhas de conceituação e de procedimento que a gente aproveitou e resolveu.

Vamos lá! Quanto ao problema da moradia, de que o dirigente tem de morar... Isso não está na norma, isso está na lei. É o art. 7º da Lei 9.612 que diz que o dirigente tem de morar na localidade. A gente tem de trabalhar com essa lei. A lei é essa, está aí desde de 1998. Não é no Executivo que isso vai mudar. Se a lei não está boa, tem de mudar a lei. Mas somos obrigados a trabalhar no limite da lei. Então, a Portaria 1.909 melhorou ainda, porque hoje a gente substituiu uma prova de moradia por uma declaração.

Então, estou chocada ao ver que vocês acharam a Portaria 1.909 ruim. Ela é ótima!

Há a questão da desistência. Por incrível que pareça, a gente recebe, sim, vários pedidos de desistência de outorga, e isso não estava normatizado. É por isso que a gente aproveitou e normatizou agora. Não é que estejamos pedindo para desistir ou ensinando como desistir. Não. É

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque a gente recebe de verdade pedidos de desistência. Então, se existe norma para pedir, tem de haver a norma para desistir também. É só uma burocracia, uma coisa que...

Inclusive, a Advocacia-Geral da União, por meio da Consultoria Jurídica do Ministério, diz o que a gente pode ou não pode fazer em termos de não atravessar a lei nem o regulamento.

(*Soa a campainha.*)

A SRª INALDA CELINA MADIO – Há outra coisa: o serviço de radiodifusão comunitária é o único serviço dentro do Ministério das Comunicações que ainda aceita documento em papel. Estou falando isso para mostrar que a gente considera, sim, a dificuldade que vocês têm com internet. Em alguns lugares, a pessoa precisa ficar dois dias navegando de barco para postar alguma coisa nos Correios. A gente entende isso. Então, até hoje, recebemos e continuaremos recebendo em papel. Nenhum outro serviço recebe mais em papel; é tudo via eletrônica. Falo isso também para esclarecer o que foi dito aqui.

Quanto ao PNO, quero dizer que o PNO atende, sim, a vários Municípios que já têm outorga e atende também a alguns que não têm outorga. Como é elaborado esse PNO? Tecnicamente. Chegam as manifestações de interesse para a gente, a gente monta uma base de dados, e essa base de dados vai montar o PNO, e depois esse PNO vai ser dividido em editais. Já foi feita no passado essa tentativa de colocar em PNO Municípios que não tinham nenhuma outorga, e vários e vários editais quedaram desertos, porque ninguém se interessou. Então, temos um limite. Não adianta lançar PNO para 4 mil, 5 mil Municípios. Temos um limite de análise de processos, temos um limite de pessoal. Não adianta querer dar o passo maior que a perna. A gente tem que trabalhar com a realidade. Quanto mais direitinho, mais bacana, mais certinho o processo chega à mão da gente, mais rápido ele sai. Às vezes falta um documento, falta isso, falta aquilo, você faz exigência, não cumprem. Aí demora. Mas a gente tem de trabalhar com a celeridade processual dentro da nossa realidade.

Então, com essa nova portaria, vão voltar às minhas mãos, e é retrabalho – de novo! –, mais de 300 processos de renovação que já tinham ido embora; vão voltar a minha mão para análise, e a gente vai continuar fazendo, porque a portaria salvou.

É isso que eu queria falar sobre a portaria. Ela não é ruim. Ela é ótima! Eu acho que ela reviu um conceito de vínculo insanável que vai permitir que uma vez, pelo menos, vocês tenham, na renovação, a oportunidade de sanar esse vínculo.

Então, eu queria explicar isso. Foram feitas algumas modificações apenas pontuais. Não foi modificada a norma inteira.

Era isso que eu tinha a dizer.

Se alguém tiver alguma dúvida, estou à disposição.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nós vamos agora facultar a palavra ao Plenário.

Queria só acrescentar, mais uma vez, para a Inalda, que representa aqui o Ministério das Comunicações, que nós vamos fazer uma audiência pública para tratarmos exclusivamente tanto desse decreto como da portaria, com o intuito exatamente de ampliar este debate, até porque medidas a serem adotadas relacionadas à rádio comunitária carecem, sim, de uma ampla e intensa participação das entidades que representam as rádios comunitárias em todo o País, exatamente pelo que elas são, as rádios comunitárias, ou seja, são os seus representantes que conhecem o dia a dia, as dificuldades. E quanto maior for a participação, repito, das entidades que representam as rádios comunitárias em todo o País, maior também a chance de que a gente tenha regulamentos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sejam decretos, sejam outros instrumentos, que atendam as reais necessidades. Isso – entendeu, Inalda? – será elemento de debate nosso.

Eu fico com uma dúvida quando você coloca que, de repente, pela questão do edital, vão ficar mais de mil Municípios fora, porque você alega que em outras ocasiões se publicou o edital e ele foi deserto. Eu acho que, por isso mesmo, porque o edital foi deserto, não devemos desistir, mas devemos, exatamente, insistir, naquela ótica de que o que nós realmente queremos é ampliar cada vez mais a presença da radiodifusão comunitária no nosso País. Mas isso será objeto, evidentemente, repito, de debate, não só aqui hoje, mas principalmente quando da realização dessa audiência pública que nós queremos fazer. E queremos contar com a presença de vocês do Ministério, evidentemente, porque nosso intuito é avançar, aprimorar, no sentido de que tenhamos uma legislação, repito, que dialogue com a realidade das rádios comunitárias e que possa fortalecê-las e promovê-las cada vez mais.

Nós vamos passar agora...

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Srª Presidente, pela ordem um instantinho.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois não.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF. Pela ordem.) – Como autor desse importante projeto, quero agradecer a todos que aqui se manifestaram.

Vou ter de sair, mas quero dizer que, como Vice-Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Canais de Rádios e TVs Comunitárias, acho que estamos cumprindo com o nosso objetivo de levar esse debate a todos do Brasil e chamar atenção para esse importante tema que aqui estamos discutindo.

O Projeto nº 513, de 2017, que trata do aumento da potência e de mais três canais, que está com o Senador Otto Alencar, em fase terminativa... A gente tem de conversar com ele talvez ainda hoje, Ronaldo – ouviu, Geremias? –, ou na próxima semana, para ver se a gente ou faz uma audiência pública para ele já apresentar o relatório, ou vê como ele está querendo fazer aqueles trabalhos. Porque é um projeto importante; é o que salva a Amazônia, salva a comunicação no Pará, como o Senador Paulo Rocha colocou aqui, no interior do Brasil e também nas grandes metrópoles. Então, esse projeto é muito importante.

Nesse projeto de que nós estamos tratando hoje aqui – quero, mais uma vez, antes de sair, saudar a Senadora Fátima Bezerra, saudar a todos os que vão aqui falar –, no Projeto nº 410, de 2017, de minha autoria, muito bem entregue à relatoria da Senadora Fátima Bezerra, essa isenção dessa taxa do Ecad faz uma justiça muito grande.

Quero dizer para a Inalda e para nosso nobre Domingos Sávio, a quem eu quero também agradecer pela sensibilidade do Ministério Público de compreender a justiça desse fato, pelas palavras aqui colocadas... Muito obrigado, nobre Procurador Domingos Sávio! Quero agradecer também à Inalda e a todo o Ministério das Comunicações, ao Moisés, ao Samir e ao Gebrin, que é inclusive meu colega de profissão – porque sou analista de infraestrutura –, e dizer que o Ministério sempre procurou dialogar com a gente da forma mais aberta possível, no sentido construtivo.

A Senadora Fátima Bezerra tem razão em uma questão, quero ponderar: eu acho que nós temos que realmente garantir o máximo possível de possibilidades. Eu sei das limitações que nós, servidores públicos, temos, porque não temos tantos profissionais. Por isso eu, a Fátima e outros brigamos para que servidores públicos sejam contratados, mas nós não podemos limitar e deixar de fora algumas questões fundamentais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Geremias, eu só queria lembrar a todos de que, se nós tivermos condições de ainda hoje conversar com o Senador Jucá sobre a questão do compromisso que ele fez conosco de discutir essa ampliação de potência e essa questão dos canais para evitar o sombreamento...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E a tramitação do nosso projeto.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – ... do nosso projeto, para não haver nenhuma barreira aqui e a coisa agilizar rápido.

Concluindo, eu quero dizer a todos do meu carinho com a nova turma de jovens que vem para a turma da rádio comunitária. Continuem com esse entusiasmo. O que nós pudermos fazer para esse importante sistema de comunicação se perpetuar – ouviram, Ronaldo, Geremias, Divino Cândido? – a gente vai fazer.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Um forte abraço a todos.

Estou indo ao meu gabinete.

Fátima, parabéns! Acho que cumprimos o nosso trabalho hoje.

Quero aqui cumprimentar também o Senador Wellington Fagundes, do Mato Grosso, que esteve conosco, o Senador Paulo Rocha, o Senador Humberto Costa, o Senador Medeiros, todos sensíveis...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – A Senadora Regina, o Senador Paim...

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – ... Senadora Regina Sousa, Senador Paim, Senador Paulo Bauer, do PSDB...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exato.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – ... que foi importante ter passado por aqui; todos preocupados com essa situação.

Um forte abraço a todos. Boa tarde. Estou no meu gabinete. Qualquer coisa, podem me procurar.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O.k. (*Pausa.*)

Por favor.

Vamos agora, rapidamente, passar a palavra, inicialmente para Ronaldo Martins, Secretário-Geral da ABRAÇO, e depois, em seguida, para Thomas Senna. Quero, agora, ouvi-los. Nós vamos destinar três minutos para cada um. Pode ser?

Então, com a palavra, Ronaldo Martins, Secretário-Geral da ABRAÇO.

Depois, Thomas Senna, Julimar e Jairo.

O SR. RONALDO MARTINS – Boa tarde a todos – boa tarde, exatamente; já passaram dois minutos de meio-dia.

Eu quero, primeiro, agradecer a todo mundo. O Jeremias foi brilhante na sua fala. Mas eu quero agradecer ao pessoal do Distrito Federal. Quero começar agradecendo pelo Distrito Federal, que atendeu ao pedido do Senador Hélio José e principalmente da relatoria da Fátima Bezerra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Quero agradecer àqueles companheiros que vieram dos Estados. Muito difícil, Senadora! Muito difícil, passagem cara, mas eles sabem que é muito melhor fazer essa correria, como a gente fala no dia a dia, do que as rádios serem fechadas.

Quero também falar da questão do Ecad. O resumo da ópera é o seguinte, ou a gente resolve essa questão, ou as rádios serão fechadas. Eu ouvi aqui uma fala das pessoas que disseram que agora as rádios não são mais fechadas pela polícia federal, felizmente; nem pelo Ministério das Comunicações. Elas vão sendo fechadas no dia a dia pelo Ecad. Se você não consegue pagar luz, se você não consegue pagar aluguel, mas no dia a dia você consegue promover artista, como está aqui, por exemplo, tocando as músicas que infelizmente toca, como vai dar conta de pagar Ecad? Nós somos sem fins lucrativos! Então, a lei – eu não sei quem disse isto aqui – dá com uma mão e tira com a outra. A lei hoje, infelizmente, está sendo assim. Ou resolve-se a questão do Ecad, ou as rádios fecharão uma por uma.

Outra questão que eu queria falar um pouquinho, aproveitando a representante do Ministério das Comunicações,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RONALDO MARTINS – ... é o seguinte: nós queremos um diálogo franco e aberto. Nós aqui estamos exatamente para crescer. Nós estamos inclusive... Em muitas coisas nós sabemos que podemos ajudar, inclusive na confecção de uma portaria, de uma lei.

Por exemplo, só um reparo: a questão da limitação dos 4km para o representante de rádio. Eu acho que é Município; acho que houve um equívoco. Ali é Município. A rádio pertence a uma cidade A. Isso significa dizer que, se essa cidade tem 6km e esse dirigente mora num raio de 6km, está fora? A gente pode olhar com mais carinho essa questão. Quanto aos 4km, quero dizer que é muito melhor a questão do Município.

Outra questão que eu quero levantar aqui, e serei rápido, é quanto às frequências. Isso foi um avanço, ouviu, Jeremias? Quanto às frequências, eu acho que o que o Ministério fez foi bom. Agora, é preciso colocar isso em prática, porque antes a gente ia à Anatel e dizia: "Não; isso a gente não pode resolver." Agora voltou para o Ministério, e acaba esse sombreamento entre uma rádio e outra, mudando a frequência.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RONALDO MARTINS – Não... Mas concorda. Eu darei o exemplo de duas cidades aqui: Riacho Fundo II e Recanto, que são divididas apenas por um asfalto. Na hora em que a rádio Riacho for para o serviço, vai assinar; e também a do Recanto? Também. Ou seja, isso não terá problema, porque é bom para a rádio. É bom cada um ter sua frequência e acaba o sombreamento.

Então, eram essas palavras, mas principalmente: nós queremos uma porta bem larga! Nós queremos trabalhar juntamente com o Ministério para podermos continuar. Eu sou bem atendido, e a ABRAÇO é bem atendida lá.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RONALDO MARTINS – Nós queremos só fazer justiça. E vamos continuar trabalhando juntos para melhorar cada vez mais a nossa comunicação comunitária.

Obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nós vamos agora, imediatamente, ouvir Thomas Senna, que é Presidente da ABRAÇO do Rio Grande do Norte.

O SR. THOMAS JOSÉ MEDEIROS DE SENNA – Primeiramente, é um momento de muita satisfação estar aqui nesta discussão. Depois, a Senadora Fátima Bezerra é do meu Estado, o Rio Grande do Norte. E eu quero testemunhar aqui, Senadora, que não é de agora que a senhora apoia esse movimento. Desde que a senhora foi Deputada Estadual, a senhora já apoiava a ABRAÇO.

O nosso primeiro Presidente da ABRAÇO foi nosso amigo Fábio Henrique, que começou, plantou essa semente lá no Rio Grande do Norte. E eu venho acompanhando esse momento de muita luta, Procurador. Houve momentos de clandestinidade, de muita repressão, de muita opressão, mas, graças a Deus – faz 20 anos, fui preso, humilhado, execrado do meu Município por querer democratizar a comunicação –, felizmente, essa situação é passado. Agora as dificuldades são realmente grandes.

Já se falou muito em Ecad, mas eu quero trazer um fato, aqui, que aconteceu, Senadora, em uma cidade do Rio Grande do Norte. Eu estou aqui com uma portaria encaminhada pelo Ministério das Comunicações há bem pouco tempo. Trata-se da extinção da outorga da Rádio Currais Novos, do nosso querido Valdinho, um senhor de 65 anos cuja vida é essa rádio, Procurador.

O que ocorre? No Seridó, em Currais Novos, todas as pessoas que nascem ali, a maioria das pessoas é Medeiros. Eu vou citar um exemplo: o Senador que sentou aqui nessa cadeira há bem pouco tempo nasceu em Caicó, é José Medeiros; o Mariozan é Medeiros; eu, Thomas José Medeiros de Senna. O que acontece? A diretoria dele deu um vínculo familiar. O motivo da extinção dessa outorga foi esse. Então, ele não conseguiu resolver. O recurso colocado junto ao Ministério...

(*Soa a campainha.*)

O SR. THOMAS JOSÉ MEDEIROS DE SENNA – ... não foi acatado, D. Inalda.

Então, eu sei da sensibilidade da senhora, eu sei que não é culpa da senhora, mas, como a senhora está representando, eu queria fazer esse apelo em nome da cidade de Currais Novos, do nosso amigo Valdinho, que vem sofrendo muito.

Eu estou aqui tentando ver como colocaremos novamente esse instrumento, essa ferramenta tão importante para a cidade, como era essa rádio comunitária em Currais Novos.

A SRª INALDA CELINA MADIO (*Fora do microfone.*) – Quando foi isso?

O SR. THOMAS JOSÉ MEDEIROS DE SENNA – Olha, o ofício – está aqui o número dele – de extinção chegou agora, há bem pouco tempo, um mês atrás, de extinção de outorga. Então, ele está deprimido. Eu o chamei para vir, mas ele está sofrendo lá na cidade. E eu gostaria de fazer este apelo aqui, em nome da nossa ABRAÇO do Rio Grande do Norte, para que a gente pudesse ter essa sensibilidade de rever esse processo dele, para a gente ver se consegue colocar lá...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vamos fazer o seguinte, Thomas Senna: traga toda essa documentação porque, pelo nosso mandato, vamos encaminhar ao Ministério, à Coordenadoria para a Inalda examinar...

O SR. THOMAS JOSÉ MEDEIROS DE SENNA – Perfeito.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... o que pode ser feito.

A SRª INALDA CELINA MADIO – Eu só queria esclarecer o seguinte: quando a gente constata o vínculo, a nossa análise é objetiva. Então, se houver vínculo até terceiro grau, é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

considerado vínculo familiar, com 50% mais um da composição da diretoria. Isso é uma análise objetiva. Mesmo assim, a gente dá duas instâncias de recurso. Agora pode ser... É renovação, não é? É renovação?

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É renovação.

A SRª INALDA CELINA MADIO – Pode ser, não sei, que esse processo seja um daqueles trezentos e poucos que eu falei que vão voltar para análise. Pode ser.

O SR. THOMAS JOSÉ MEDEIROS DE SENNA – Perfeito.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito. Só para objetivar e destacar a sensibilidade do Thomas Senna, que é o Presidente da ABRAÇO do Rio Grande do Norte, veja a papelada e entre em contato com o nosso Gabinete para a gente fazer a ponte com a Inalda.

O SR. THOMAS JOSÉ MEDEIROS DE SENNA – Senadora, eu gostaria também de agradecer a presença do nosso Senador José Agripino, do Rio Grande do Norte, que também assumiu esse compromisso, lá no Rio Grande do Norte, de votar a favor desse projeto, que é de muita relevância, não só para as rádios comunitárias do nosso Estado, mas para todo o Brasil, Geremias. Então, quero desde já agradecer.

Mais uma vez, essa luta da senhora não é de hoje, é de sempre. Desde 1996, a gente vem lutando pela democratização da comunicação, e eu sou testemunha disso.

Meu muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigada. Eu também ia registrar a presença do Senador José Agripino, do nosso Estado do Rio Grande do Norte. Estava só esperando você terminar de falar.

Senador, quer dar uma palavrinha agora?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Por favor, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois não, com a palavra.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Eu conheço essa disputa entre o Ecad e as rádios – as rádios oficiais, as rádios instaladas – há muito tempo. Existem muitas demandas judiciais entre o Ecad e as rádios, as rádios que têm fim lucrativo. Ora, se existe demanda judicial entre a Ecad e rádios que têm fins lucrativos, eu acho um absurdo que se queira, que o Ecad queira ou ouse cobrar direito autoral sobre rádios comunitárias, que não têm fim lucrativo.

Por essa razão, eu fiz questão de vir aqui para prestar este meu testemunho e dizer que estou absolutamente favorável a esse projeto do Senador Hélio José. As rádios comunitárias, é claro que elas têm que ser observadas com relação ao seu correto funcionamento, ao cumprimento da legislação que regulamenta o funcionamento da rádio comunitária. É evidente que sim. Agora, isso também não significa dizer que se ela, eventualmente... Claro, ela não pode viver só de locutor, de *speaker*. É preciso que exista entretenimento, exista música, exista a prestação do serviço de entretenimento para o usuário da rádio comunitária. E aí a rádio comunitária, que não tem fim lucrativo, pagar percentual ao Ecad pelo uso do entretenimento voltado para o interesse da sociedade eu acho que é demais.

Então, eu quero manifestar claramente. Eu já tinha estado com o Senna, com muitos representantes de rádios comunitários do meu Estado. Já tinha estado com eles e dito a eles o meu posicionamento clarissimamente favorável ao disciplinamento da matéria através do projeto de lei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Senador Hélio José. E eu fiz questão de vir aqui para, com a minha presença, prestar este testemunho e tomar este compromisso. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradecemos a participação do Senador José Agripino. Inclusive, já adianto a S. Exª que eu vou entregar, ao final desta reunião, o meu relatório, obviamente favorável, por considerar a proposta extremamente meritória, oportuna e necessária. Adianto também que estou solicitando à Presidência da Comissão de Educação e Cultura que ele seja pautado o mais brevemente possível. O.k.?

Nós vamos agora passar a palavra a Julimar Gonçalves, representante da ABRAÇO do Distrito Federal e Entorno.

O SR. JULIMAR GONÇALVES DE CARVALHO – Bom dia! Quero agradecer pelo projeto de lei, agradecer à Srª Senadora, ao nosso Presidente Geremias e às demais rádios comunitárias.

Essa história do Ecad já vem há anos perturbando as rádios comunitárias, e acho que este é um momento realmente importante para resolvermos. Porque, se não se resolver eliminar o Ecad das rádios comunitárias, muitas rádios serão fechadas, exatamente por essa questão de justiça local.

Agora, quanto à portaria... Quanto a essa portaria, que já vem da outra, estou em dúvida. Queria perguntar à representante do Ministério sobre essa história de o dirigente morar na localidade a 4km, porque, lá na Lei nº 9.612, parece que ele tinha que morar no Município, na região...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JULIMAR GONÇALVES DE CARVALHO – Por exemplo, eu moro em uma cidade aqui em Planaltina, Distrito Federal, que tem 210 mil habitantes. A rádio fica a 10km da minha casa. Não tem como se colocar todos os dirigentes morando dentro da localidade 4km. Nós temos duas rádios lá na cidade de Planaltina. Eu acharia razoável morar no Município, que seria o correto o dirigente morar no Município, na região. Aqui em Brasília, a gente chama de região administrativa, que são as cidades satélites.

Esse é meu questionamento, essa questão da localidade.

A SRª INALDA CELINA MADIO (*Fora do microfone.*) – Eu posso responder em 30 segundos.

O SR. JULIMAR GONÇALVES DE CARVALHO – Pode até pegar do meu tempo.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Só um momentinho. Termine a sua...

O SR. JULIMAR GONÇALVES DE CARVALHO – Só quero agradecer pela iniciativa.

A Lei nº 9.612 já chegou há 20 anos, e nós já vínhamos lutando antes da lei para podermos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JULIMAR GONÇALVES DE CARVALHO – ... ter rádio comunitária. Nós sofremos muitos processos mesmo, Polícia Federal... E eu quero parabenizar a ABRAÇO atual, a ABRAÇO Brasília, a ABRAÇO dos Estados, a ABRAÇO Brasil, porque nos últimos anos eu estou vendo que há uma luz no fim do túnel. As coisas estão andando.

Eu acho que, com a união da ABRAÇO Nacional, da ABRAÇO dos Estados, as rádios comunitárias – os que estão assistindo à televisão, que são diretores, são membros das rádios comunitárias – precisam participar mais. Nós, unidos, não vamos ficar aqui reclamando da Abert ou de outros; vamos enfrentar, vamos à luta. Porque nós somos quase 5 mil rádios já outorgadas, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

há mais de 10 mil querendo ser outorgadas. Então, precisamos estar unidos, lutando e resolvendo as coisas no Parlamento.

Muito obrigado a todos e a todas. (*Palmas.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Antes de passar a palavra ao Jairo, concedo a palavra à Inalda.

A SRª INALDA CELINA MADIO – Bem rapidinho, só para não ficar dúvida – se bem que a gente vai ter uma reunião à tarde no Ministério, mas vamos lá.

Pontos de transmissão: raio de 1km, concorda? Raio de 1km, certo? Isso significa que a cobertura é de 2km, o diâmetro é de 2km. Só que o sinal não tem um muro que o pare aqui; o sinal vai degradando. Então, a gente dá mais 1km de cada lado. Então, são 4km, para que não haja interferência de uma emissora na outra.

A lei diz – não é a norma – que o dirigente tem que ter residência na área da comunidade atendida. Qual é a área da comunidade atendida? É essa área de 4km.

O SR. JULIMAR GONÇALVES DE CARVALHO (*Fora do microfone*.) – Mas aí a gente tem que mudar!

A SRª INALDA CELINA MADIO – Mas eu não posso ir além da lei.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nós vamos discutir...

A SRª INALDA CELINA MADIO – É só para explicar o porquê desse raciocínio.

Espero que vocês tenham entendido.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O.k. Nós ainda vamos discutir, até porque há um debate a ser feito de como, mesmo isso estando na lei, isso foi tratado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu sei, Inalda, mas nós vamos fazer esse debate, porque é uma questão de interpretação. Isso está na lei, mas, ao que me consta, havia uma flexibilização no tocante a isso.

Se a gente tem feito um esforço para atuar no sentido de eliminar cada vez mais o processo de desburocratização no que diz respeito à questão das rádios comunitárias, então é preciso que a gente tenha sensibilidade exatamente para questões como essas. Porque, se o pensamento do Ministério é esse, repito, de estimular, de incentivar – claro, à luz evidentemente dos regulamentos, da legislação existente –, então a aplicação da lei também depende muito da interpretação.

Mas isso será objeto do debate que nós vamos fazer. Até porque um fato concreto é este, quer dizer, em 2015 havia uma interpretação, e agora há outra? Mas vamos fazer o debate no momento oportuno.

Quero passar, imediatamente, a palavra para Jairo Bispo dos Santos, Presidente da ABRAÇO da Bahia. Depois, falará a Rejane, para encerrarmos a nossa audiência pública.

No encerramento, quero fazer uma foto com todos vocês, entregando oficialmente o nosso parecer favorável ao projeto de lei de autoria do Senador Hélio José.

Jairo, por favor. ABRAÇO da Bahia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAIRO BISPO DOS SANTOS – Em nome da Bahia, eu trago um abraço dos baianos para a Srª Senadora, para toda a Mesa Diretora e para o nosso Presidente, Geremias, por essa luta.

Tenho uma questão do Ecad, mas vou deixar para o final para ganhar um tempo, porque eu quero que a senhora dê essa resposta a todos os que estão nos acompanhando.

Quando a gente fala do MCTIC, foi dito aqui de situações que se confrontam na opinião, na visão do MC. O MC, nossa amiga Drª Inalda, na gestão do Dr. Samir, havia um projeto, Senadora, Geremias – não sei você, Geremias, teve conhecimento de que fizemos parte da comissão da mudança dessa legislação, daquela portaria que diminuía... Nós tínhamos um projeto dentro do Ministério para que, antes do lançamento do PNO, o Ministério, em parceria com as ABRAÇOs de Estados, fosse aos Estados fazer esse lançamento e explicar o que seria necessário para, quando saísse a publicação, dentro de 60 dias, que é o prazo determinado, essas instituições já estivessem com tudo o.k. para ganhar tempo, porque sempre o questionamento é exatamente essa demanda de chegar a documentação errada.

A Drª Inalda está aqui – eu sou da Bahia, Senadora –, Geremias, e ela já nos ligou por duas oportunidades, tentando localizar duas emissoras que não foram localizadas, que eram a única do Município, para não perderem a outorga. Porque pense você esperar esse PNO novamente. Eu quero agradecê-la por isso. Inclusive, eu tenho uma, de Mulungu do Morro, sobre a qual a senhora nos ligou, que está com um indeferimento – é uma das pautas que eu tenho para conversar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAIRO BISPO DOS SANTOS – ... com a senhora referente a essa situação –, que é um formulário que não foi o padrão. Mas eu creio que isso será resolvido. É lá de Mulungu do Morro.

Há um caso de Juazeiro também que não recebeu documento nenhum. A gente vai ver.

Eu quero registrar, Senadora, que nós temos um outro projeto Senador Hélio José, cujo Relator é o nosso Senador da Bahia, Otto Alencar, a quem quero mandar um abraço, sobre o aumento da potência e também o aumento de três canais por cidade, por Município. Isso vai nos ajudar muito. Quero mandar um abraço ao Relator, Otto Alencar, nosso Senador. Contamos com esse apoio. Quero deixar registrado aqui, em nome da Bahia, e para todos os outros Estados, que eu tenho conversado com o Senador, e ele está disposto também a colaborar com essa nossa luta nessa demanda aí.

Quero deixar aqui um questionamento para a Senadora que preside esta reunião, como Presidente da Comissão: qual encaminhamento será tomado nesse momento, após a segunda falta do Ecad numa audiência como essa? Eu me desloquei da Bahia, comprei minha passagem no cartão de crédito, dividida em oito vezes, para poder estar aqui, e é a segunda em que o Ecad, meu caro Domingos, representante da Procuradoria-Geral, não vem e não dá nenhuma satisfação. Pelo menos para nós representantes da ABRAÇO não houve nenhuma satisfação.

Eu queria que a senhora pudesse depois ver qual é o encaminhamento que vai sair, porque, senão, a gente vai marcar dez, e ela não vai vir a nenhuma. Como isso vai ficar? Eu gostaria que a Mesa, depois, pudesse me responder isso.

Um abraço. Obrigado a todos. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Já respondendo rapidamente a você, Jairo, com relação à questão do Ecad, eles mandaram uma justificativa de que não poderiam estar presentes à audiência de hoje. Uma justificativa que não convence de maneira nenhuma, que não justifica, até porque eles receberam o convite desde a semana passada – não foi isso? Quarta-feira da semana passada. Dizer que não houve tempo para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

eles se deslocarem até aqui, Brasília, repito, isso não se sustenta de maneira nenhuma. Infelizmente acho que é uma atitude que revela desprezo, uma falta de respeito com vocês e com o Congresso Nacional.

Mas eu sou muito objetiva. Eu acho que a resposta mais adequada para esse tipo de atitude é a gente agilizar a tramitação e aprovar esse projeto de lei o quanto antes no Senado Federal. (*Palmas.*)

Rejane – a Rejane fala pela ABRAÇO de Alagoas.

A SRª REJANE BARROS (*Fora do microfone.*) – Representando as mulheres aqui.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois é. Não é, Fafá?

A SRª REJANE BARROS – Isso.

Muito bom dia a todos!

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Está representando aqui as mulheres.

A SRª REJANE BARROS – Sim, as mulheres.

Senadora Fátima Bezerra...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Fale o nome das demais mulheres, Rejane.

A SRª REJANE BARROS – Fátima Cruz, do Rio Grande do Norte...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Do Rio Grande do Norte.

A SRª REJANE BARROS – E Judite, de Minas Gerais.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E Judite?

A SRª REJANE BARROS – De Minas Gerais.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O.k.

A SRª REJANE BARROS – Eu me sinto muito honrada em representar as mulheres. O Presidente da ABRAÇO Alagoas, Paulo Bomfim, juntamente com o Atiliano, de Igreja Nova, e Mano, de São José da Tapera – Paulo Bomfim é também da ABRAÇO de São Sebastião – disseram: "Rejane, hoje você fala representando as mulheres." Então, muito obrigada.

Realmente vivemos numa luta muito grande. E sabe qual é o nosso sonho? O nosso sonho é o de poder trabalhar, de poder fazer com que a rádio comunitária seja realmente, de fato, mais democrática. E nós que estamos lá, nós dirigentes lutamos por isso, porque infelizmente, com tudo o que acontece hoje com o Ecad, a gente não pode falar que chega à rádio pela manhã, sai e vai dormir tranquilo totalmente. Não vai, porque, quando se diz que a gente tem que pagar em média, hoje, R$450, nós que lutamos para pagar a energia, que muitas vezes é cortada... E essa é a realidade dos meus amigos País afora. Isso já aconteceu comigo: a energia é cortada, porque eu não tenho R$400 para pagar a energia; eu tenho que ficar esperando cada colaborador, cada sócio se mobilizar. Se eu, que vivo e dirijo uma rádio comunitária em Arapiraca, a segunda maior cidade de Alagoas, passo por essas dificuldades, e os meus amigos do Sertão, onde as pessoas talvez ainda não saibam ou tenham dificuldade de ajudar por não poder? Porque R$10 hoje, às vezes, são até muita coisa para alguém. A gente sabe do desemprego e da situação atual do nosso País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é uma esperança o projeto do Senador Hélio José, com relatoria da Senadora Fátima Bezerra e os votos favoráveis dos demais Senadores.

(*Soa a campainha.*)

A SRª REJANE BARROS – Então, para a gente há uma esperança de que nós vamos conseguir isenção para poder, assim, trabalhar com tranquilidade.

A rádio comunitária hoje tem um papel – como muitos já disseram – fundamental. E nós que estamos lá queremos que, cada vez mais, essa comunicação seja fácil para a população. Vivemos na era digital, mas nem todos. Em quantos lugares, o único meio de comunicação da cidade, dos sítios é uma rádio comunitária? E vejam bem: nem todo cidadão tem acesso às rádios comerciais, às rádios de grande porte; não tem, a gente sabe disso – sejamos sinceros.

Então, pela isenção do Ecad, para que nós possamos ser mais democratas, democratizar os meios de comunicação, e que cada cidade brasileira tenha uma rádio comunitária para a sua população.

Eu sou de Alagoas, represento aqui as mulheres, represento o meu Município e sonho com o dia em que não seremos atormentados pelo medo de um dia ter que entregar a chave a representantes do Ecad por não termos condições de pagar.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Valeu, Rejane!

Bem, conforme eu tinha colocado aqui para vocês, agora eu vou ler aqui o relatório, com o parecer favorável ao projeto de lei de autoria do Senador Hélio José.

Antes disso, eu perguntaria à Mesa se alguém quer alguns minutinhos para suas considerações finais. (*Pausa.*)

O SR. DOMINGOS SÁVIO DRESCH DA SILVEIRA – Eu estava me lembrando de uma música lá do Rio Grande do Sul – eu não vou cantar, não fiquem preocupados. (*Risos.*)

Ela diz: "Ah, seu tocador de rádio, eu queria tanto, mas queria tanto mandar um recado para o meu compadre que está no Rio", e aí vai embora. Eu acho que essa dimensão de uma comunicação que é social, uma comunicação que junta pessoas, que liga e que, em muitos e muitos lugares, é a única possibilidade de falar é aquilo que, concretamente, mais do que em qualquer outra mídia, a rádio comunitária realiza.

O art. 19 da Declaração Universal dos Direitos do Homem fala no direito de comunicação e fala no direito de receber – é isso que, mais ou menos, a gente tem –, mas no direito também de transmitir ideias. Portanto, é um direito de duas mãos; esse direito humano só se realiza por meio de duas mãos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DOMINGOS SÁVIO DRESCH DA SILVEIRA – Dentro do nosso sistema, nas rádios comerciais, nós recebemos, e, em geral, recebemos o que não queremos, e não temos nem a possibilidade de nos rebelar contra o que recebemos. E a rádio comunitária, de uma maneira radical – e a lei tem essa radicalidade, inclusive, na dimensão que dá o direito de resposta –, realiza plenamente esse direito humano previsto no art. 19 da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

O Ecad não substituirá a repressão que vocês enfrentaram no passado. Contem com o Ministério Público Federal na defesa e na luta por esta nova bandeira: direitos autorais têm que ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pagos por aqueles que exploram as criações artísticas, e não por aqueles que as divulgam. Contem com o Ministério Público Federal! (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Geremias.

O SR. GEREMIAS DOS SANTOS – Quero, em nome das rádios comunitárias, agradecer, Senadora, por este importante evento.

Inalda, a vida é isto mesmo: um debate acalorado. E, daqui a pouco, nós vamos ter mais debates. Nós temos uma reunião agendada com o Ministério, e aí nós queremos esmiuçar todos esses cento e poucos artigos.

Domingos, eu fico bastante feliz. Eu acho que saímos daqui bastante alegres, infelizmente sem a presença do Ricardo, mas com a sua presença aqui, que foi fundamental. Nós queremos fazer parceria. Nós achamos que os direitos humanos discutidos por vocês precisam alcançar o nosso público. Nós precisamos ter programas dedicados, nós precisamos desfazer essa grande mentira que a grande mídia propagou ao dizer que defender direitos humanos é defender bandido. Direitos humanos é ter salário decente, é ter emprego, é ter casa, é ter direito à comunicação. (*Palmas.*)

Portanto, nós queremos fazer essa parceria para que todas as rádios comunitárias possam ter programas do setor de direitos humanos do Ministério Público Federal, para que nós possamos melhorar o conhecimento do nosso povo.

Principalmente, Senadora Fátima, o povo precisa ser educado a ler a Constituição. O inciso LVII do art. 5º é bem claro: ninguém poderá ser preso enquanto houver recurso. E o que está acontecendo no Brasil de uns tempos estranhos para cá? Pessoas indo presas; Supremo Tribunal Federal fazendo jogada para que as pessoas... Então, o povo precisa conhecer. O que está acontecendo é um desrespeito à nossa Constituição Federal, e acho que nisso as rádios comunitárias precisam contribuir, porque isso é formação, isso é conhecimento e, principalmente, informação.

Senadora Fátima, eu quero agradecer imensamente à senhora por ter topado assumir essa relatoria. E para nós foi uma surpresa a senhora já vir, na audiência pública, com o relatório pronto. Então, melhor ainda! Nós saímos daqui muito contentes, muito felizes.

E digo para a senhora o seguinte: sei que milhares de pessoas no Rio Grande do Norte estão descontentes com a prisão do maior líder que este País já teve. Quem conhece um pouco de história sabe o que é ser uma liderança no Brasil que veio de uma família de trabalhadores. Eu, que estudei história, sei o que está acontecendo no nosso País. Principalmente o povo do Rio Grande do Norte, com certeza, vai saber agradecer, e acho que o melhor agradecimento que o povo do Rio Grande do Norte pode fazer para o ex-Presidente Lula é eleger a senhora como a próxima Governadora do Rio Grande do Norte.

Obrigado por tudo. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Geremias, obrigada pelas palavras de incentivo e pelas palavras de solidariedade ao ex-Presidente Lula; solidariedade essa que se faz necessária porque o ex-Presidente Lula vem sendo vítima de uma injustiça e de uma crueldade brutais, na medida em que essa prisão é flagrantemente inconstitucional e arbitrária, porque ela se ampara numa sentença condenatória sem provas e, portanto, é desprovida de fundamento do ponto de vista jurídico e do ponto de vista de fundamento técnico. Então, quero só colocar aqui que não se trata de fazer a defesa do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lula pelo Lula; trata-se neste momento de defender o Estado democrático de direito, trata-se neste momento de defender a democracia.

O Presidente Lula está sendo duplamente injustiçado, volto a dizer: primeiro, através de uma sentença que não se sustenta do ponto de vista jurídico nem técnico; e, depois, através de uma prisão derivada dessa sentença – repito – que não tem amparo na Constituição. A Constituição está sendo rasgada, não está sendo observada, pois seu art. 57 assegura a presunção de inocência, dizendo que ninguém pode ser preso antes do trânsito em julgado.

Mas nós sabemos claramente o que está por trás disso. E as rádios comunitárias, com o compromisso que têm de falar a verdade, de expressar a verdade, doa a quem doer, sabem muito bem o que está acontecendo no nosso País. Essa prisão injusta e cruel do Presidente Lula faz parte daquele golpe iniciado em maio de 2016. Trata-se agora de sepultar a soberania do voto popular através de um *impeachment* preventivo, impedindo que aquele que lidera todas as pesquisas de intenção de voto possa ser candidato. Ou seja, querem mais uma vez – repito – atacar a soberania do voto popular, porque, quando as pesquisas expressam a posição do Presidente Lula liderando todas as pesquisas de intenções de voto que têm sido realizadas neste País, isso significa que esse é o desejo da maioria do povo brasileiro. Que se deixe o povo – não é, Geremias? – decidir!

Mas o mais importante é dizer para vocês que nós não nos calaremos diante dessas violências políticas e jurídicas. Não vamos, de maneira nenhuma, nos calar. Muito pelo contrário: cresce essa campanha de solidariedade ao Presidente Lula no Brasil e além do Brasil. Essa campanha cresce e não vai parar até que Lula seja libertado. Esta é a convicção que tem a maioria esmagadora do povo brasileiro: a convicção da inocência do Presidente Lula. É por isso que nós não vamos, de maneira nenhuma – repito –, arrefecer nessa luta, que é uma luta em defesa da democracia e que passa neste momento, sem dúvida nenhuma, pela liberdade do Presidente Lula.

Nós não podemos aceitar que aquele que foi o maior e melhor Presidente que este País já teve, a maior liderança popular da história deste País, um homem cujo legado, Senador Hélio José, é referência não só para o Brasil, mas para o mundo em matéria de políticas de inclusão social... Nós não podemos aceitar que um homem com essa trajetória seja condenado de forma injusta, arbitrária, na medida – repito – em que Lula é inocente.

Então, quero encerrar, passando agora a palavra, rapidamente, para a Inalda fazer suas considerações finais. Por favor.

Agradeço, Inalda, a sua presença aqui, importante e necessária para o debate.

A SRª INALDA CELINA MADIO – Eu é que agradeço pela oportunidade de falar para tanta gente ao mesmo tempo. Eu gostaria de dizer que nós, lá no Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, estaremos sempre de portas abertas. Nós temos lá a Sala do Radiodifusor. Qualquer dificuldade, qualquer problema, é só marcar que nós atenderemos com todo carinho e com todo respeito que a radiodifusão comunitária merece.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigada.

Vamos agora, Senador Hélio José, rapidamente, ler um resumo do meu parecer.

Parecer da Comissão de Educação e Cultura ao Projeto de Lei nº 410, de 2017, do Senador Hélio José, que altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para dispensar da arrecadação de direitos autorais a veiculação de músicas pelas prestadoras do serviço de radiodifusão comunitária.

As rádios comunitárias, desde sua origem, resultaram de um esforço para criar canais de comunicação que não estivessem submetidos a interesses predominantemente comerciais ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mesmo políticos, mas que possibilitassem às pessoas exprimir e trocar, com os membros das comunidades a que pertencem, seus anseios e opiniões, seus valores e criações no amplo âmbito do que chamamos cultura, principalmente nas comunidades menos favorecidas economicamente, onde as rádios comunitárias se desenvolveram e vêm mostrando seu grande potencial comunicativo e educativo.

Embora o reconhecimento normativo tenha representado um passo importante para o desenvolvimento das rádios comunitárias no País, tem havido críticas ao rigor das condições e controles que lhes são impostos.

Lutando para vencer as adversidades decorrentes de seus escassos recursos, especialmente porque não lhes é legalmente permitido obter renda com publicidade ou patrocínio, a não ser sob a forma de apoio cultural de estabelecimentos situados na área da comunidade atendida, o pagamento obrigatório dos direitos autorais ao Ecad consiste em um dos fatores decisivos, se não o principal, que têm inviabilizado e levado ao fechamento um grande número de rádios comunitárias em nosso País.

No mérito, frisamos que, ao viabilizarmos a continuidade da atuação dessas rádios, estaremos agindo de modo muito significativo para ampliar a democratização dos meios de comunicação do País, que apresentam um perfil extremamente concentrado no que se refere à propriedade das emissoras de radiodifusão e televisão.

Tendo em vista o exposto, o meu voto é, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 410, de 2017, de autoria do Senador Hélio José, destacando que elas, as rádios comunitárias, são a mais importante expressão da radiodifusão de natureza pública, vale dizer, mantida sem fins lucrativos pela sociedade civil organizada.

Portanto, é hora de a gente avançar, aprovando o projeto de lei de autoria do Senador Hélio José, porque isso significa mais cultura e mais democratização dos meios de comunicação.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

Convido todos e todas vocês... Não terminou a audiência ainda. Ainda há uma formalidade aqui, Senador Hélio José.

Por se tratar de reunião conjunta da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e da Comissão de Educação e Cultura, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 11ª Reunião da CDR e da 10ª Reunião da Comissão de Educação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal* juntamente com as notas taquigráficas.

Eu quero mais uma vez agradecer a presença dos nossos convidados aqui na Mesa e agradecer, de forma muito especial, a presença de cada um e de cada uma de vocês.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Muito bem.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E eu disse aqui no início – ouviu, Senna? Fátima? Eu disse aqui no início que uma forma de homenagear a luta incansável da ABRAÇO, em nível nacional, bem como da ABRAÇO em todos os Estados – e aqui quero mandar um abraço para Sóter. Sóter está por aí?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O Sóter, aqui de Brasília, é um militante nessa luta há muito tempo em defesa das rádios comunitárias.

Então, eu disse no início que uma forma de homenagear, Geremias, a luta de vocês da ABRAÇO em nível nacional e a luta da ABRAÇO em todos os Estados seria cumprir com o meu dever, com o meu papel, como representante do povo potiguar, como representante do povo brasileiro, que era trazer hoje já pronto o meu parecer pela aprovação do projeto. (*Palmas.*)

E quero, agora, entregá-lo às mãos do representante de vocês – venha para cá, Senador Hélio José; chegue aqui, do outro lado.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF. *Fora do microfone.*) – Do outro lado, com o Geremias, e ao lado do meu nobre Procurador da República.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quero agradecer muito, Domingos, a presença do Ministério Público.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF. *Fora do microfone*.) – Muito importante.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Está aqui o parecer, conforme já adiantei. Já o protocolei na Comissão de Educação e já estou solicitando à Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Educação, a aprovação o mais rápido possível.

É isso.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

Mais cultura, mais democratização para os meios de comunicação! Viva a luta em defesa das rádios comunitárias! (*Palmas.*)

Todos agora para cá, para a nossa foto!

(*Iniciada às 10 horas e 01 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 47 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e dez minutos do dia vinte e um de março de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Ataídes Oliveira, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Airton Sandoval, Dário Berger, Romero Jucá, Paulo Paim, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Sérgio Petecão, Ana Amélia, Vanessa Grazziotin, Randolfe Rodrigues, Cidinho Santos, Ronaldo Caiado, José Pimentel, José Medeiros, Paulo Rocha e Valdir Raupp. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Fátima Bezerra, Regina Sousa, Acir Gurgacz, Davi Alcolumbre, Gladson Cameli, João Capiberibe e Armando Monteiro. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 439, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para tornar obrigatória a aposição de tarja informativa sobre o uso de retoque digital em fotografias de modelos para fins de publicidade." **Autoria:** Senador Gladson Cameli. **Relatoria:** Sen. Ana Amélia. **Relatório:** Não foram apresentadas emendas em turno suplementar. **Resultado:** Substitutivo definitivamente adotado (sem emendas apresentadas). **ITEM 2 - AVISO Nº 57, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Encaminha cópia do Acórdão nº 2973/2016 - TCU - Plenário, que trata de auditoria operacional realizada com o objetivo de avaliar a situação atuarial e financeira dos Regimentos Próprios de Previdência Social (RPPS) de estados, municípios e Distrito Federal (TC-008.368/2016-3)." **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relatoria:** Sen. Airton Sandoval (*Ad hoc*), substituiu Sen. Eduardo Lopes. **Relatório:** Pelo pedido de providências. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CTFC, pelo pedido de providências. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 124, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o tratamento dado aos pontos creditados em nome do consumidor por programas de fidelidade ou redes de programa de fidelidade, instituídos por fornecedores." **Autoria:** Deputado Carlos Bezerra. **Relatoria:** Sen. Airton Sandoval (*Ad hoc*), substituiu Sen. Davi Alcolumbre. **Relatório:** Pela aprovação do PLS 642/2015, com duas emendas de relator e a emenda oferecida pelo Senador Cristovam Buarque, e pela rejeição do PLC 124/2015. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CTFC, pela rejeição do PLC 124/2015 e pela aprovação do PLS 642/2015 com as emendas nºs 1, 2 e 3-CTFC. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 328, de 2014 - Não Terminativo -** que: "Estabelece a obrigatoriedade da publicação de informações acerca da qualidade do produto nos rótulos das embalagens de café torrado em grão, torrado moído e solúvel." **Autoria:** Senador Antonio Aureliano. **Relatoria:** Sen. Airton Sandoval (*Ad*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hoc), substituiu Sen. Fátima Bezerra. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CTFC, pela rejeição do projeto. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 153, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para obrigar as empresas de planos de saúde a oferecer e comercializar planos de saúde individuais aos consumidores." **Autoria:** Senador Reguffe. **Relatoria:** Sen. João Capiberibe. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Lido o relatório e concedida vista ao Senador Airton Sandoval pelo prazo de cinco dias nos termos regimentais. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 356, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e nº 9.991, de 24 de julho de 2000, para incentivar a modernização das instalações do serviço público de distribuição de energia elétrica." **Autoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatoria:** Sen. Dário Berger (*Ad hoc*), substituiu Sen. Gladson Cameli. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CTFC, pela aprovação do projeto com as emendas nºs 1 e 2-CTFC. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 123, de 2011 - Terminativo -** que: "Altera o art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para proibir o bloqueio de terminais móveis utilizados no setor de telecomunicações." **Autoria:** Deputado Arnon Bezerra. **Relatoria:** Sen. Randolfe Rodrigues (*Ad hoc*), substituiu Sen. Gleisi Hoffmann. **Relatório:** Pela prejudicialidade do PLC 123/2011 e do PLS 559/2011 (votação simbólica). **Resultado:** Aprovado o parecer pela prejudicialidade dos projetos. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 545, de 2013 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para vedar a retenção de senha ou documento comprobatório do horário de chegada do consumidor ao estabelecimento do fornecedor ou local de atendimento." **Autoria:** Senador Vicentinho Alves. **Relatoria:** Sen. Wilder Morais. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 6 de 2018** que: "Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos termos do disposto no parágrafo único do art. 102-B e no art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor – CTFC requer ao Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União - CGU a prestação das seguintes informações: (i) Os valores referentes à arrecadação, direta e indireta, de todas as entidades do "Sistema S", no ano de 2017." **Autoria:** Senador Ataídes Oliveira. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 7 de 2018** que: "Com fundamento no art. 71, VII, da Constituição Federal, e nos termos do disposto no parágrafo único do art. 102-B e no art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor – CTFC requer ao Tribunal de Contas da União a prestação das seguintes informações: (i) Os valores referentes à arrecadação, direta e indireta, de todas as entidades do "Sistema S", no ano de 2017." **Autoria:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Ataídes Oliveira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 8 de 2018** que: "Requer, nos termos do inciso V, do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, c/c artigo 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, o comparecimento do Sr. MARCUS VINÍCIUS SEVERO DE SOUZA PEREIRA, Presidente do Conselho de Administração da GEAP Autogestão em Saúde, para prestar os devidos esclarecimentos acerca dos recentes e exorbitantes aumentos nos valores das mensalidades e coparticipação nos planos de saúde dos servidores públicos federais do Poder Executivo." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 9 de 2018** que: "Requer, nos termos regimentais, o aditamento ao RTG nº 06, de 2017, para a inclusão dos seguintes convidados: - Júlio Marcelo de Oliveira, Procurador do Tribunal de Contas da União – TCU; - Jorge Antônio Deher Rachid, Secretário da Receita Federal do Brasil." **Autoria:** Senador Ataídes Oliveira. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Ataídes Oliveira

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/03/21

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Bom dia a todos, bom dia a todas.

Cumprimento o nosso amigo, Senador Airton Sandoval.

Declaro aberta a 4ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federa*l.

Leitura de avisos, ofícios e demais documentos recebidos na Comissão.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos:

- Aviso nº 7, de 2018; Aviso nº 8, de 2018; Ofício nº 11, de 2018; Aviso do TCU (Tribunal de Contas da União) nº 330, de 2018; e Aviso do TCU nº 68, de 2018.

Os documentos lidos foram encaminhados por *e-mail* aos gabinetes de todos os membros, com *link* para acesso ao seu conteúdo, de forma que as Srªs e os Srs. Senadores possam se manifestar, caso assim desejem.

Vamos passar, então, à pauta.

Nós temos aqui alguns projetos não terminativos, e o Senador Airton se dispôs a fazer a relatoria *ad hoc*, mas eu tenho dois requerimentos aqui, Senador Airton, que são de minha autoria, que pedem informações.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 6, de 2018

- Não terminativo -

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos termos do disposto no parágrafo único do art. 102-B e no art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor – CTFC requer ao Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União - CGU a prestação das seguintes informações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(i) Os valores referentes à arrecadação, direta e indireta, de todas as entidades do "Sistema S", no ano de 2017.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira.

E, ainda, um segundo requerimento:

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 7, de 2018

- Não terminativo -

Com fundamento no art. 71, VII, da Constituição Federal, e nos termos do disposto no parágrafo único do art. 102-B e no art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor – CTFC requer ao Tribunal de Contas da União a prestação das seguintes informações:

(i) Os valores referentes à arrecadação, direta e indireta, de todas as entidades do "Sistema S", no ano de 2017.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira.

Coloco os dois requerimentos, primeiramente, em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os aludidos requerimentos.

Vamos, então, ao item 1 da pauta, que é o Projeto do Senado Federal 439, de 2017. Ele é terminativo, mas está turno suplementar do substitutivo oferecido a este projeto.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 439, de 2017

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para tornar obrigatória a aposição de tarja informativa sobre o uso de retoque digital em fotografias de modelos para fins de publicidade.

Autoria: Senador Gladson Cameli.

Relatoria: Senadora Ana Amélia.

Relatório: Não foram apresentadas emendas em turno suplementar.

Observações:

- Em reunião realizada em 14/03/2018, foi aprovado o substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 439/2017, por unanimidade.

- A matéria será examinada em turno suplementar (art. 282). Não sendo oferecidas emendas, o substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação (art.284).

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco-a, encerro a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas no turno suplementar, o substitutivo é dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

O Item 2, não terminativo, Senador Airton, é um aviso, mas precisa de relatoria. Não é isso?

ITEM 2

AVISO Nº 57, de 2016

- Não terminativo -

Encaminha cópia do Acórdão nº 2973/2016 (TCU/Plenário), que trata de auditoria operacional realizada com o objetivo de avaliar a situação atuarial e financeira dos Regimentos Próprios de Previdência Social (RPPS) de Estados, Municípios e Distrito Federal (TC-008.368/2016-3).

Autoria: Tribunal de Contas da União.

Relatoria: Senador Eduardo Lopes.

Relatório: Pelo pedido de providências.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 11/10/2017, 13/12/2017, 28/02/2018, 07/03/2018 e 14/03/2018.

V. Exª, como se dispôs educadamente, fará, então, essa relatoria *ad hoc*.

Com a palavra, Senador.

O SR. AIRTON SANDOVAL (PMDB - SP. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Trata-se do Aviso nº 57, de 2016, de autoria do Tribunal de Contas da União, como V. Sª fez a leitura.

Depois de vários comentários e opiniões, como é um pouco extenso e é do conhecimento da Casa todo o documento, vou direto ao voto.

Pelo exposto, voto por que esta Comissão:

I. nos termos do art. 102-A, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno do Senado Federal, faça chegar ao Tribunal de Contas da União e aos Tribunais de Contas Estaduais e Municipais manifestação de sua satisfação e incentivo em relação ao desenvolvimento de trabalhos conjuntos pelas instituições de controle, tais como o que resultou no Acórdão TCU 2.973/2016 - Plenário, por neles identificar relevante contribuição para a otimização dos recursos públicos aplicados na fiscalização e para a qualidade e efetividade dos resultados das ações de controle;

II. nos termos do art. 102-A, inciso I, alínea "c", do Regimento Interno do Senado Federal, solicite aos Ministros de Estado da Casa Civil e da Fazenda informação atualizada sobre o desenvolvimento e implantação do plano de ação a que se refere o item 9.1 do Acórdão TCU 2.973/2016 – Plenário;

III. nos termos do art. 102-A, inciso I, alínea "c", do Regimento Interno do Senado Federal, solicite à Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda informações sobre os seguintes quesitos relacionados ao processo de regulação e fiscalização dos Regimes Próprios de Previdência Social dos entes subnacionais:

a) avaliação da adequação dos recursos materiais e informacionais hoje disponíveis ao órgão para o exercício das funções de regulação e fiscalização;

b) providências atualmente adotadas para a fiscalização da consistência das bases cadastrais das unidades gestoras do RPPS frente aos cadastros de pessoal dos respectivos entes, bem como da suficiência e consistência das variáveis contidas nas respectivas bases cadastrais para efeitos de subsidiar as avaliações atuariais;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

c) providências atualmente adotadas para monitorar e exigir a realização periódica pelas unidades gestoras de RPPS de censos ou recadastramentos nos termos exigidos pela Lei federal no 10.887/2004, de 18 de junho de 2004, e seus regulamentos;

d) providências atualmente adotadas para monitorar e fiscalizar a implantação e observância dos instrumentos de governança de investimentos, em especial a Política de Investimentos e o Comitê de Investimentos, nos termos exigidos pela Lei federal nº 10.887/2004, de 18 de junho de 2004, e seus regulamentos;

e) providências atualmente adotadas para regular e fiscalizar a consistência entre o registro das provisões matemáticas previdenciárias a longo prazo, nos demonstrativos contábeis dos RPPS e dos entes instituidores, bem como a sua adequação aos valores definidos nos pareceres atuariais;

f) providências atualmente adotadas para criticar e regular a razoabilidade das premissas centrais do cálculo das projeções atuariais (em especial a taxa de juros real e o salário real dos servidores), à luz dos valores efetivamente observados na atuação de cada gestor previdenciário e das projeções reais do cenário macroeconômico;

g) providências atualmente adotadas para criticar e regular a adequação dos cálculos de resultado atuarial e dos consequentes movimentos de descapitalização dos fundos previdenciários pelos entes, a título de utilização de superávit atuarial;

h) providências atualmente adotadas para monitorar a consistência entre as informações registradas nos Demonstrativos de Resultado da Avaliação Atuarial e o inteiro teor dos relatórios correspondentes recebidos dos atuários;

i) dificuldades jurídicas e regulatórias que possam conduzir, na avaliação do órgão, a uma maior frequência da concessão do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), por meio de liminares judiciais; e

j) a identificação de qualquer outra medida legislativa que, na avaliação do órgão, possa ser adotada com vistas a elevar a qualidade e a efetividade do trabalho de regulação e fiscalização dos RPPS.

IV. por fim, após o retorno das solicitações previstas nos itens anteriores, retorne o processado a este Relator, para a análise das informações e a elaboração das proposições que dela decorram.

Sala das Comissões, Senador Ataídes, Presidente, e este Relator, que acaba de fazer a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Obrigado, Senador Airton Sandoval.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Airton, eu me deparei aqui agora com essa pauta e esse acórdão do nosso Tribunal de Contas da União, com relação a esse tema RPPS, os Regimes Próprios de Previdência Social. Aí, eu fui buscar no meu arquivo.

No primeiro semestre de 2013, depois de ter feito, evidentemente, uma bela pesquisa e um bom trabalho, eu fui à tribuna do Senado Federal e comecei o meu discurso, dizendo que eu iria tratar de um assunto que era uma bomba, que o estopim já estava aceso e iria explodir a qualquer momento. Eu acabei, diante de tantas outras coisas que a gente tem nesta Casa no dia a dia... Em 2014, eu acabei sendo candidato ao Governo do meu Estado, o Tocantins, e deixei de lado. Estava aqui agora, enquanto V. Exª estava fazendo a leitura do relatório, revendo esse discurso.

Esse regime próprio de previdência social foi criado através da Lei nº 9.717, de 1998, Emenda Constitucional nº 20, de 1998, Emenda Constitucional nº 41, de 2003, e também a nº 47, de 2005. A coisa é muito mais grave do que nós pensamos. Imagine um prefeito de uma cidade criar o seu próprio fundo de previdência e administrar esses milhões. Aqui, neste relatório, falou-se de cálculo, da situação atuarial desses RPPS, mas isso na verdade nem me preocupa – o que já é muito grave. Eu vou chutar aqui um número, me permita. Hoje nós devemos ter algo em torno de R$400 bilhões em todos os regimes de previdência própria no País. Não estou incluindo aqui o Previ, o Postalis, não. São Municípios, Estados e o Distrito Federal. Esses cálculos atuariais deveriam ser hoje algo muito próximo de R$1 trilhão. Por aí, dá para perceber que já é uma grave situação que nós temos pela frente.

Mas o pior de tudo não é isso; é a corrupção dentro desses fundos. Eu não tenho lembrança se foi em 2014 ou 2015 que, em Goiás, se deflagrou a operação Miqueias. Lá no Tocantins, um prefeito de uma cidade pequena tinha R$507 mil nesse fundo, que é dos associados, que depois, então, vão lá com o seu tempo adquirido para aposentar, bater na porta e ter a sua aposentadoria. Esse prefeito, em plena campanha, foi lá e sacou esses R$507 mil para a sua campanha à reeleição do Município, achando que ia ser reeleito. Não foi reeleito, e esse fundo de R$507 mil...

Para mim, isto aqui foi uma das piores coisas que este Congresso Nacional fez. Estou falando isso aqui e vou voltar a falar na tribuna: eu só quero ver o que vai acontecer, porque é um regime próprio de previdência novo, relativamente novo, acredito, hoje com mais de 15 milhões de associados, que, na hora que baterem na porta para ter a sua aposentadoria, não a terão.

E quem é o responsável por isto aqui? Eu estava olhando aqui. O Governo Federal não tem nenhuma responsabilidade pecuniária. A responsabilidade do Ministério da Previdência é tão somente fiscalizar, orientar, supervisionar, fazer acompanhamentos de auditorias etc., etc. De quem é a responsabilidade financeira? É dos Municípios, dos Estados, da União e do Distrito Federal. Imaginem o tamanho dessa bomba! Lá no Tocantins, por exemplo, há o Igeprev. Tinha que estar todo mundo na cadeia! Desviou-se, já está provado, R$1,2 bilhão desse fundo. Ou seja, as aposentadorias dos nossos servidores estaduais estão comprometidas no Tocantins.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, recentemente, também, na nossa capital, com o PreviPalmas – o mesmo *modus operandi* do nosso Igeprev –, que investiu mais de R$300 milhões em um fundo de investimento que pode ser feito em renda variável de alto risco no Porcão. Investiu mais de R$300 milhões em um fundo de investimento que só tinha um investidor, que era o Igeprev.

Depois de tudo isso, na televisão, no Jornal Nacional, e a Polícia Federal em cima, agora, o Prefeito da capital também investiu R$50 milhões, dos quais, R$30 milhões em um fundo, parece-me que Mauá não sei o quê, e R$20 milhões no Porcão. Ou seja, tem noção da gravidade disso? V. Exª acabou de relatar.

Nós vamos ter que falar sobre isso aqui, isso aqui é uma bomba, mas muito, muito pior do que a nossa previdência, o nosso Regime Geral de Previdência Social. Isso aqui é gravíssimo mesmo. É bom que a imprensa fique sabendo disso. Vou voltar com esse tema, porque o problema não é só o Tocantins, não; é o Brasil. É o Brasil! E nós não estamos falando aqui de fundo Postalis, do Funcef, não. Nós estamos falando é dos fundos criados.

E em relação ao prefeito é o seguinte: é prefeito por quatro anos, sai da política e acabou. Quem vai responder por isso? E o governador? Quem vai responder por isso? E esses associados, que tiraram com muito sacrifício ali os seus 11% do salário?

Nós temos muita coisa para olhar neste País.

Agradeço a V. Exª.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está aprovado o projeto.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, pela tomada de providências em relação à matéria, conforme solicitada pelo Relator.

ITEM 3

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 124, de 2015

- Não terminativo -

Dispõe sobre o tratamento dado aos pontos creditados em nome do consumidor por programas de fidelidade ou redes de programa de fidelidade, instituídos por fornecedores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Deputado Carlos Bezerra.

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 642, de 2015

- Não terminativo -

Estabelece regras a serem observadas pelos programas para incentivo à fidelidade de clientes.

Autoria: Senador Magno Malta.

Relatoria: Senador Davi Alcolumbre.

Relatório: Pela aprovação do PLS 642/2015, com duas emendas de relator e a emenda oferecida pelo Senador Cristovam Buarque, e pela rejeição do PLC 124/2015

Observações:

- *Posteriormente, a matéria segue ao Plenário.*

V. Exª, então, faria *ad hoc* essa relatoria, Senador Airton, por favor?

É o item 3 da pauta.

O SR. AIRTON SANDOVAL (PMDB - SP. Como Relator.) – O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 124, de 2015 (Projeto de Lei nº 4.015, de 2012, na origem), de autoria do Deputado Carlos Bezerra, tem por fim disciplinar o tratamento dos pontos em nome do consumidor em programas de fidelidade.

O art. 1º informa o objetivo do projeto de lei, que consiste em estabelecer normas para o tratamento a ser dado aos pontos acumulados pelo consumidor em programas de fidelidade ou redes de programa de fidelidade, instituídos por fornecedores que atuam no mercado de fidelização.

O *caput* do art. 2º prevê que os pontos creditados em nome do consumidor em programas de fidelidade instituídos por empresas fornecedoras de bens e serviços, bem como por redes de programa de fidelidade, não poderão expirar em prazo inferior a 24 meses contados a partir da data em que foram creditados.

O parágrafo único propõe que, na hipótese de pontos creditados em nome do consumidor em programas de fidelidade oriundos de companhias aéreas decorrentes de trechos efetivamente percorridos, o prazo de expiração não poderá ser inferior a 36 meses, contados a partir da data em que foram creditados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 3º veda a exigência de saldo mínimo para transferência, entre parceiros de certo programa de fidelidade, de pontos que tenham sido creditados em nome do consumidor, a serem utilizados naquele programa, em virtude de sua relação de consumo com o respectivo fornecedor.

O art. 4º dispõe que as empresas que administram programas de fidelidade, que acumulam pontos em nome do consumidor, permutáveis por produtos ou serviços, ficam obrigadas a emitir avisos e alertas aos consumidores com prazo mínimo de 60 dias antes da expiração dos referidos pontos.

O art. 5º fixa penalidade ao fornecedor que infringir o disposto na lei que resultar da aprovação do projeto, devendo este restabelecer a conta do consumidor e creditar os pontos prescritos ou expirados, acrescidos de multa de 20% em pontos.

O art. 6º estipula prazo para o início da vigência da Lei, se aprovada neste Poder e sancionada pela Presidência da República, isto é, entrará em vigor após decorridos 90 dias de sua publicação oficial.

Na justificativa, o autor menciona que devemos atentar para o fato de que os pontos recebidos e acumulados pelo consumidor são originários de seus gastos nas relações de consumo de que participa e, portanto, não são uma benesse em favor deste ou daquele fornecedor.

Há vários argumentos que já são de conhecimento da Casa, Sr. Presidente. Então, eu vou passar direto ao voto do Relator para abreviar a discussão deste projeto.

Voto.

Pelas razões expostas, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade das proposições e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 642, de 2015, com emenda da nossa Comissão, do Senador Cristovam Buarque, na forma das emendas apresentadas, e, pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 2015.

Emenda ao Projeto de Lei do Senado nº 642/2015.

> Dê-se aos incisos I e II e parágrafo único do art. 3º do PLS nº 642, de 2015, respectivamente, acrescentando-se novo inciso III, as seguintes redações:
> "Art. 3º .....
> I - são pessoais, transferíveis tão somente ao cônjuge e aos parentes consanguíneos colaterais, ascendentes e descendentes, e para entidades filantrópicas ou beneficentes de assistência social;
> II - são transferíveis em caso de sucessão ou herança; e
> III – não poderão expirar em prazo inferior a trinta e seis meses, contados a partir da data em que foram creditados, obrigando-se a pessoa jurídica concedente da bonificação a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

informar ao consumidor do vencimento do prazo com, no mínimo, noventa dias de antecedência.
Parágrafo único. Nos casos consubstanciados em conformidade com o disposto no inciso II, a transferência das bonificações para conta em nome de herdeiro(s) ou legatário(s) dar-se-á mediante apresentação de título judicial ou extrajudicial hábil a tal fim."

Emenda ao Projeto de Lei do Senado nº 642/2015.

Acrescente-se novo art. 4º ao PLS nº 642, de 2015, com a redação abaixo, renumerando-se os demais:
"Art. 4º Fica vedada a exigência de saldo mínimo para transferência das bonificações, pontos ou milhas."
.....

É esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Mais uma vez, agradeço V. Exª.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Foi aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CTFC, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 642, de 2015, com três emendas, e pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 2015.

A matéria segue ao Plenário do Senado Federal.

Continuo a agradecer V. Exª por nos ajudar a liberar essa pauta, Senador Airton Sandoval.

Vamos ao item 4 da nossa pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 328, de 2014

- Não terminativo -

Estabelece a obrigatoriedade da publicação de informações acerca da qualidade do produto nos rótulos das embalagens de café torrado em grão, torrado moído e solúvel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Antonio Aureliano.

Relatoria: Senadora Fátima Bezerra.

Relatório: Pela rejeição.

Observações:

- A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 07/03/2018 e 14/03/2018.

- Posteriormente, a matéria será apreciada pela CRA.

V. Exª faria para nós a relatoria *ad hoc*?

Com a palavra, Senador.

O SR. AIRTON SANDOVAL (PMDB - SP. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 328, de 2014, do Senador Antonio Aureliano, que estabelece a obrigatoriedade da publicação de informações acerca da qualidade do produto nos rótulos das embalagens de café torrado em grão, torrado moído e solúvel.

Relatório.

Encontra-se nesta Comissão, para exame e decisão, o Projeto de Lei do Senado nº 328, de 2014, de autoria do Senador Antonio Aureliano, que estabelece a obrigatoriedade da publicação de informações acerca da qualidade do produto nos rótulos das embalagens de café torrado em grão, torrado moído e solúvel.

A proposição é composta por três artigos.

O art. 1º torna obrigatórias, nos rótulos das embalagens do café torrado em grão, torrado moído e solúvel, as seguintes informações: (i) o percentual de cada espécie vegetal presente; (ii) o percentual de grãos pretos, verdes e ardidos na matéria-prima usada no processo de torra; (iii) o percentual de casca de grão e de outros resíduos vegetais oriundos das espécies do gênero *Coffea*; (iv) o teor de umidade no produto final; e (v) a identificação de impurezas e respectivos teores no produto final.

O parágrafo único exclui dessas regras o produto beneficiado em estabelecimentos de terceiros destinados ao consumo do produtor de café; à torra e à moagem de café torrado, realizada por comerciante varejista como atividade acessória; e ao café artesanal.

Análise.

Consoante o disposto no art. 102-A, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão manifestar-se sobre o mérito de assuntos relativos à defesa do consumidor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De imediato, cabe reconhecer a louvável iniciativa do Senador Antonio Aureliano em conferir maior transparência às relações de consumo que envolvam a comercialização de café. Não obstante, existem argumentos contrários à sua aprovação que passaremos a expor.

Por oportuno, assinale-se que o art. 6º, inciso III, do Código de Defesa do Consumidor assegura ao consumidor o direito à informação adequada e clara sobre produtos, especificação correta da quantidade, características, composição, qualidade e riscos que ofereçam, entre outras informações relevantes.

Já o *caput* do art. 31 da lei consumerista impõe aos fornecedores o dever de informar ao consumidor, na oferta e na apresentação de produtos, sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, os riscos que apresentem à saúde do consumidor, além de outros dados, sempre de modo claro, preciso, ostensivo e em língua portuguesa.

Como se depreende, o PLS nº 328, de 2014, está conforme com os referidos dispositivos do CDC.

No entanto, como a proposição aborda minúcias relativas à composição do café, consideramos mais adequado que o disciplinamento da matéria, se pertinente, ocorra por meio de norma infralegal.

Nesse sentido, o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal preceitua que é da competência do Ministro de Estado a expedição de instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos.

Ainda a esse respeito, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente, entre outros temas, sobre produção e consumo (Constituição Federal, art. 24, inciso V) e, segundo o §1º desse artigo, no âmbito da legislação concorrente, a competência da União ficará restrita a estabelecer normas gerais.

Feitas essas considerações, Sr. Presidente, eu vou passar direto ao voto.

Ante o exposto, somos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 328, de 2014.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Mais uma vez, obrigado, Senador Airton.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CTFC pela rejeição do projeto.

A matéria segue para a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Item 5. (*Pausa.*)

Eu tenho um requerimento aqui, Senador.

Agradeço V. Exª por essa disposição, porque não é fácil essa relatoria *ad hoc*.

O SR. AIRTON SANDOVAL (PMDB - SP) – Estamos cumprindo a nossa obrigação, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Agradeço muito.

Há um requerimento que eu coloco em votação.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 9, de 2018

- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, o aditamento ao RTG nº 06, de 2017, para a inclusão dos seguintes convidados: - Júlio Marcelo de Oliveira, Procurador do Tribunal de Contas da União – TCU; - Jorge Antônio Deher Rachid, Secretário da Receita Federal do Brasil.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira

É um requerimento de aditamento ao RTG nº 06, de 2017, para inclusão de convidados em uma audiência pública que faremos aqui no dia 11 de abril, com o Sistema S. Então, nós estamos fazendo um aditamento.

Eu coloco aqui em votação a vinda do Procurador da República Júlio Marcelo de Oliveira, do Tribunal de Contas da União, e também o convite ao Secretário Jorge Antônio Deher Rachid, Secretário da Receita Federal.

Eu coloco em votação o convite que nós estamos fazendo a essas duas autoridades para que possamos aqui, Senador Randolfe, nessa audiência pública, discutir a transparência do Sistema S.

Como autor desse requerimento, eu havia esquecido de convocar o Procurador e também o Dr. Antônio Rachid para falar conosco sobre a transparência do Sistema S.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação. (*Pausa.*)

Está aprovado, então, o aditamento ao RTG nº 06.

Passo a palavra ao Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Presidente, se V. Exª me permite...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Claro! Passo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – No mesmo sentido, Presidente, de audiência pública, eu protocolei agora na Comissão, e solicito a V. Exª, na conveniência de V. Exª, sendo como matéria extrapauta, seja para ser apreciada agora, seja em outro momento, um requerimento de convite para comparecimento nesta Comissão, também para audiência pública, do Sr. Marcus Vinícius Severo de Souza Pereira. Ele é Presidente do Conselho de Administração da Geap – Autogestão em Saúde.

Como V. Exª deve saber, a Geap é o plano de saúde dos servidores públicos. Ela foi concebida pela Administração Pública, com um objetivo: conceder aos servidores públicos um plano de saúde mais socialmente acessível do que os planos de saúde comuns que há no mercado.

Ocorre, Sr. Presidente, que, nos últimos três anos, a avaliação que temos é de que a Geap desvirtuou o seu sentido de objetivo. Para V. Exª ter ideia, a inflação dos últimos três anos foi de 11%; o reajuste do plano de saúde da Geap para os servidores públicos foi de 80%. Então, parece-me que estão desvirtuados, inclusive e concretamente, do objetivo da Geap.

Por isso, considero importante esta Comissão, que cuida da transparência pública e da defesa do consumidor, em especial, ouvir do Sr. Presidente do Conselho de Administração da Geap as razões desse reajuste, nos últimos três anos, muito acima da inflação, do plano de saúde da Geap, e se, de fato, isso não está desvirtuando o seu objetivo.

É o requerimento que submeto ao seu crivo e ao crivo dos colegas Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Quero, Senador Randolfe, primeiramente, parabenizá-lo.

Aos meus 16 anos de idade, eu passei em alguns concursos, entre eles o da Previdência Social. E eu fui, então, associado da Geap. Naquela época, era um plano que funcionava muitíssimo bem. Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não ouvia reclamação dos colegas com relação a esse plano de saúde. Mas deixei a Previdência há mais de 40 anos, e tem havido realmente muitas reclamações.

Hoje, aqui também, nós falamos sobre o problema do RPPS (Regime Próprio de Previdência Social). Isso é uma bomba que vai explodir Brasil afora. São mais de 15 milhões de associados. A União não tem responsabilidade alguma sobre esses fundos de pensão. Só lá no meu Estado, há dois fundos estourados, e Brasil afora. Hoje, há R$400 bilhões – acredito eu – aplicados nesses fundos. Deveria haver hoje algo em torno de R$800 bilhões. Ou seja, não é nem problema do cálculo atuarial. Então, isso é uma bomba e uma coisa que tem certa semelhança com a Geap, não é?

Portanto, quero parabenizá-lo e quero participar dessa audiência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Coloco, então, em votação este requerimento.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 8, de 2018

- Não terminativo -

Requer, nos termos do inciso V, do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, c/c artigo 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, o comparecimento do Sr. MARCUS VINÍCIUS SEVERO DE SOUZA PEREIRA, Presidente do Conselho de Administração da GEAP Autogestão em Saúde, para prestar os devidos esclarecimentos acerca dos recentes e exorbitantes aumentos nos valores das mensalidades e coparticipação nos planos de saúde dos servidores públicos federais do Poder Executivo.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Este requerimento é de autoria do Senador Randolfe.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

O requerimento está aprovado.

Nós temos aqui outros itens não terminativos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Airton se dispôs e fez várias relatorias *ad hoc*. Se tiver algum colega que queira fazer *ad hoc*, nós podemos limpar essa pauta dos não terminativos. Se não, vamos encerrar esta reunião.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC. *Fora do microfone.*) – Eu fico à disposição de V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Da mesma forma, Presidente, estou à inteira disposição de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Agradeço.

Então, vamos ao item 5 da pauta.

Está na tela também.

Senador Randolfe, faz para nós esse item 5, primeiro?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Perfeitamente. Com prazer, Excelência.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 153, de 2017

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para obrigar as empresas de planos de saúde a oferecer e comercializar planos de saúde individuais aos consumidores.

Autoria: Senador Reguffe

Relatoria: Senador João Capiberibe

Relatório: Pela aprovação com uma emenda

Observações:

- Posteriormente, a matéria será apreciada pela CAS.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Com a palavra, o Relator *ad hoc*, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2017, de autoria do Senador Reguffe, que torna obrigatória a comercialização de planos de saúde individuais por parte das operadoras, como foi destacado pelo Sr. Presidente.

De imediato, já passando rapidamente para a análise, Sr. Presidente – estou apanhando aqui, mas acho que eu consigo –, a matéria veiculada não é de iniciativa privativa do Presidente da República.

Quanto à espécie normativa utilizada, verifica-se que a escolha por um projeto de lei ordinária revela-se correta.

No que concerne à juridicidade, a proposição alcança os principais elementos.

Mais adiante: existe uma estratégia de estimular a migração do consumidor dos planos individuais para planos coletivos: os planos coletivos, por apresentarem preços iniciais mais baixos do que os planos individuais de cobertura equivalente, são atrativos para o consumidor.

Ressalte-se, ainda, que, quando os consumidores pretendem contratar um plano de saúde, geralmente são incentivados pelas operadoras a ingressarem no sistema de saúde suplementar mediante planos coletivos. Nesse caso, muitas vezes são induzidos a se unirem a associações ou entidades com as quais não têm qualquer ligação efetiva.

Por essas razões, é meritória a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2017.

Sugerimos, ainda, emenda para autorizar a agência reguladora do setor a condicionar a formação de preços nesse segmento de produto.

Do voto.

Ante o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2017, com a seguinte emenda:

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2017, a seguinte redação:

> "Art. 1º O art. 8º da Lei n.º 9.656, de 3 de junho de 1998, passa a vigorar acrescido dos incisos VIII e IX, assim redigidos:
> 'Art. 8º.....
> .....
> VIII – comercializar planos individuais de assistência à saúde;
> IX – reajustar preços em atenção à variação máxima de preços, existente entre planos coletivos e individuais, fixada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar com base em estudos técnicos.
> ....."'

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este é o parecer, Sr. Presidente, pela aprovação do projeto, com a emenda que acabei de ler.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Com a palavra.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Eu gostaria de fazer uma análise mais profunda desse projeto e requeiro vista do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Agradeço ao Senador Randolfe Rodrigues pela leitura.

Está concedida vista a V. Exª.

Vamos ao item 6 da pauta.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 356, de 2017

- Não terminativo -

Altera as Leis nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e nº 9.991, de 24 de julho de 2000, para incentivar a modernização das instalações do serviço público de distribuição de energia elétrica.

Autoria: Senador Eduardo Braga

Relatoria: Senador Gladson Cameli

Relatório: Pela aprovação com duas emendas

Observações:

- A matéria constou na pauta da reunião do dia 14/03/2018.

- Posteriormente, a matéria será apreciada pela CI.

O nosso querido amigo, o Senador Dário Berger, fará a leitura do relatório como *ad hoc*.

Com a palavra o Senador.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC. Como Relator.) – Bem, Sr. Presidente, o PLS nº 356, de 2017, é composto de três artigos. Essencialmente, insere, no conceito de 'atualidade' no serviço público de distribuição de energia, a modernização de instalações e o monitoramento e gerenciamento do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

transporte de eletricidade em tempo real, com o fluxo de energia elétrica e de informações bidirecionais entre o sistema de fornecimento de energia elétrica e o consumidor final, bem como estabelece como prioridade em programas e projetos de pesquisa e inovação tecnológica do setor de energia elétrica a obtenção de resultados de aplicação prática.

A proposição em análise, Sr. Presidente, foi distribuída às Comissões de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor; de Infraestrutura; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, cabendo à última a decisão terminativa – que é o nosso caso.

A proposição foi encaminhada à presente Comissão para análise.

Então, vamos direto à análise.

O PLS nº 356, de 2017, estriba-se nos termos do art. 22, inciso IV, da Lei Maior, que determina ser competência privativa da União legislar sobre direito de energia.

Não há, igualmente, qualquer restrição no tocante à juridicidade ou à regimentalidade do PLS nº 356, de 2017.

Quanto à técnica legislativa, verifica-se a necessidade de adequação de redação dos arts. 16-A da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e 5º-A da Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000. Também o art. 16-A da 9.427 porque é inserção de artigo, não havendo alteração de redação. No que tange ao art. 5º-A inserido na Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, verifica-se a existência de dispositivo com a mesma numeração, o que demanda a sua alteração para art. 5º-B devido à existência de dispositivo com tal numeração.

Por fim, Sr. Presidente, a criação de regras que tratem da regulamentação de redes inteligentes no Brasil é medida necessária para a gestão de diversos setores do nosso Sistema Interligado Nacional. Ainda, pode-se apontar que é medida necessária para promover maior transparência na gestão de energia, e contribuir para a economicidade do sistema com acesso a uma melhor qualidade de energia. O PLS nº 356, de 2017, é, portanto, meritório.

O voto é o seguinte: em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado Federal nº 356, de 2017, nos termos das emendas que se seguem:

Emenda Nº - CFTC

Suprima-se a expressão "(NR)" ao final do art. 16-A acrescido pelo art. 1º do Projeto de Lei do Senado Federal nº 356, de 2017.

Emenda Nº - CFTC

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Substitua-se o art. 5º-A por art. 5º-B no art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 356, de 2017.

É esse o relatório e são essas as emendas de adequação de redação, Sr. Presidente. É como relato.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Agradeço a V. Exª.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Foi aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CTFC pela aprovação do projeto com duas emendas.

A matéria segue para a Comissão de Infraestrutura.

O item 7 da pauta é um projeto que está pela declaração da prejudicialidade. Ele é terminativo, mas, pelo fato da prejudicialidade, nós podemos também ler o relatório e votar, e o Senador Randolfe já se dispôs a isso.

ITEM 7

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 123, de 2011

- Terminativo -

Altera o art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para proibir o bloqueio de terminais móveis utilizados no setor de telecomunicações.

Autoria: Deputado Arnon Bezerra

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 559, de 2011

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera o art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para estabelecer condicionamentos à oferta de planos de serviços de telecomunicações com "cláusulas de fidelização" do assinante.

Autoria: Senador Jorge Afonso Argello

Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann

Relatório: Pela prejudicialidade do PLC 123/2011 e do PLS 559/2011

Observações:

- As matérias constaram nas pautas das reuniões dos dias 30/08/2017, 11/10/2017, 13/12/2017, 28/02/2018,07/03/2018 e 14/03/2018.

- A votação das matérias será realizada pelo processo simbólico, de acordo com a

Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 5, de 2015;

- Matérias apreciadas pela CCT, com parecer favorável ao PLC 123 de 2011, nos termos da Emenda nº1 - CCT (Substitutivo), e pela rejeição do PLS 559 de 2011, que tramita em conjunto.

O Senador Randolfe Rodrigues fará para nós, então, a relatoria *ad hoc*.

Com a palavra o Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Destaco que este projeto já teve também parecer desfavorável, pela prejudicialidade, na Comissão de Ciência e Tecnologia e na Comissão de Meio Ambiente.

Do ponto de vista do mérito, destacamos que as questões sobre as quais se pretende legislar já se encontram contempladas por regulamentos setoriais da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), em particular pela Resolução nº 632, de 7 de março de 2014, que aprova o Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações.

Relevante, Presidente, apontar que as regras estabelecidas pela Anatel são praticamente idênticas àquelas contidas nas proposições, como se pode observar, em particular, pela leitura dos arts. 57 e 58 do citado RGC.

Dessa maneira, os projetos, relevantes no momento em que foram apresentados, perderam a oportunidade para a sua aprovação. As matérias foram prejudicadas pela regulamentação setorial superveniente, incorrendo na hipótese do art. 334, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, Sr. Presidente, o voto é pela prejudicialidade do PLC nº 123, de 2011, e do PLS nº 559, de 2011, conforme também já se manifestaram as comissões anteriores deste Senado.

Feita a leitura, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Eu agradeço a V. Exª.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Como o relatório é pela prejudicialidade dos projetos, a votação da matéria será realizada pelo processo simbólico, de acordo com a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 5, de 2015.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão pela declaração da prejudicialidade das matérias.

Resta também prejudicada a Emenda nº 1 CCT, substitutivo.

Portanto, não havendo mais nenhum projeto não terminativo, agradeço a atenção e a presteza dos nossos colegas Senadores Airton Sandoval, Randolfe Rodrigues e Dário Berger, e encerro a reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE ABRIL DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e dez minutos do dia quatro de abril de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Ataídes Oliveira, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Airton Sandoval, Dário Berger, Elmano Férrer, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Ana Amélia, Vanessa Grazziotin, Cidinho Santos, Ronaldo Caiado, José Pimentel, Ângela Portela, Paulo Rocha e Valdir Raupp. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Romero Jucá, Regina Sousa, Acir Gurgacz, Davi Alcolumbre, Sérgio Petecão, Gladson Cameli, João Capiberibe e Armando Monteiro. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 10 de 2018** que: "Senhor Presidente Senador Ataídes Oliveira, Ao cumprimentá-lo cordialmente, tenho a satisfação de encaminhar-lhe a indicação de jurista para debater o regime de tributação das entidades do Sistema S, em audiência pública a ser realizada na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor - CTFC, sobre a qual trata o Requerimento nº 6/2017 – CTFC. Saul Tourinho Leal - tema: Regime de tributação e transparência das entidades do Sistema S. Doutor em Direito Constitucional pela PUC/SP. Foi premiado com a bolsa Vice-Chancellor Fellowship pela Universidade de Pretória, para realizar estudos de pós-doutoramento junto ao ICLA, Institute of Comparative Law in Africa. Saul foi clerk do juiz Edwin Cameron, na Corte Constitucional sul-africana e presidiu o Comitê para Relações com a África do Sul, do Conselho Federal da OAB, que lhe outorgou o Troféu de Mérito da Advocacia Raymundo Faoro. É tradutor das obras do jurista Albie Sachs, indicado por Nelson Mandela para a Corte Constitucional. Especialista em Direito Tributário. Advogado em Brasília (Ayres Britto Advogados e Consultores). Sendo o que se solicita para o momento, apresento os meus protestos de elevada estima e distinta consideração." **Autoria:** Senador Dário Berger. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a divulgação, nos estabelecimentos que dispensem medicamentos, da relação dos medicamentos de que trata o § 1º do art. 3º da Lei nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999, e dá outras providências." **Autoria:** Deputada Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Sen. Elmano Férrer. **Relatório:** Pela prejudicialidade. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 106, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta parágrafo único ao art. 22 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para vedar o apelo ao consumo nos estabelecimentos públicos e privados da educação básica." **Autoria:** Deputado Luciano Ducci.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e pela rejeição da emenda oferecida pelo Senador Armando Monteiro. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 326, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento e dá outras providências, para instituir preferência na alocação de recursos federais para a conclusão das obras em andamento nos entes da federação." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Sen. Simone Tebet. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 90, de 2012 - Terminativo -** que: "Altera a redação do § 1º do art. 26 da Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para fixar o início do prazo decadencial do direito do consumidor de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação." **Autoria:** Senador Eduardo Amorim. **Relatoria:** Sen. Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e pela rejeição da emenda oferecida pelo Senador Flexa Ribeiro. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 545, de 2013 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para vedar a retenção de senha ou documento comprobatório do horário de chegada do consumidor ao estabelecimento do fornecedor ou local de atendimento." **Autoria:** Senador Vicentinho Alves. **Relatoria:** Sen. Wilder Morais. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Ataídes Oliveira

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/04/04

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Bom dia a todos!

Declaro aberta a 5ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores e Senadoras a dispensa da leitura e a aprovação da ata reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Passamos, então, à pauta.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 10, DE 2018

- Não terminativo -

Senhor Presidente Senador Ataídes Oliveira,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, tenho a satisfação de encaminhar-lhe a indicação de jurista para debater o regime de tributação das entidades do Sistema S, em audiência pública a ser realizada na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), sobre a qual trata o Requerimento nº 6/2017 – CTFC.

Saul Tourinho Leal - tema: Regime de tributação e transparência das entidades do Sistema S. Doutor em Direito Constitucional pela PUC/SP. Foi premiado com a bolsa Vice-Chancellor Fellowship pela Universidade de Pretória, para realizar estudos de pós-doutoramento junto ao ICLA (Institute of Comparative Law in Africa). Saul foi clerk do juiz Edwin Cameron, na Corte Constitucional sul-africana e presidiu o Comitê para Relações com a África do Sul, do Conselho Federal da OAB, que lhe outorgou o Troféu de Mérito da Advocacia Raymundo Faoro. É tradutor das obras do jurista Albie Sachs, indicado por Nelson Mandela para a Corte Constitucional. Especialista em Direito Tributário. Advogado em Brasília

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Ayres Britto Advogados e Consultores). Sendo o que se solicita para o momento, apresento os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Autoria: Senador Dário Berger

Trata-se, então, de um aditamento ao Requerimento nº 6.

Não há como não fazer continência para o Dr. Saul. O currículo do homem é espetacular mesmo! Ele, sem dúvida alguma, será de extrema importância nessa audiência. É uma pena que o meu inglês seja muito próximo do zero! Se estivesse aqui um Presidente que falasse inglês, ele poderia ter traduzido melhor o currículo do Dr. Saul.

Com o Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – V. Exª foi muito bem e fez a leitura corretamente.

Sr. Presidente, acho que este jurista, o Dr. Saul, vai trazer uma grande contribuição para aquilo que nós desejamos com relação ao Sistema S. O que desejamos é transparência, eficiência, para que possamos ter um posicionamento bastante claro e objetivo desse sistema, que vem suscitando muitas dúvidas e muitas controvérsias ao longo dos últimos tempos, aqui no Senado Federal.

Há de se reconhecer que as entidades têm reconhecimento, e V. Exª reconhece isso. Agora há de se reconhecer também que, se envolve recursos públicos, esses recursos públicos têm de ser expressados de forma objetiva e transparente. Dessa maneira, esse requerimento me dá a impressão de que o Dr. Saul possa dar uma grande contribuição, para que nós possamos elucidar algumas dúvidas que ainda temos com relação ao Sistema S.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Senador Dário, permita-me dar aqui um testemunho. A nossa imprensa é conhecedora desta minha luta com relação à transparência, à gratuidade e ao desvio de finalidade dessas tão importantes entidades do Sistema S, composto pelo Sesc, Senac, Senai e outras.

Eu quero dar este testemunho porque, durante os seis anos em que estou nesta Casa, cheguei a escrever um livro sobre o Sistema S, sobre a caixa-preta do Sistema S, sempre no objetivo maior de trazer exatamente à luz o que V. Exª está colocando, que é a transparência, que é a correção de alguns pontos que estão errados dentro do sistema, como, por exemplo, a arrecadação feita pelo Sesi e pelo Senai diretamente com as grandes indústrias, recolhendo impostos. A Constituição Federal diz que só podem recolher impostos Municípios, Estados, Distrito Federal e União. Isso é só um detalhe. E aí nós estamos falando de R$7 bilhões que eles arrecadam a mais. E, quando nós falamos da arrecadação de todo esse Sistema S sem transparência, nós estamos falando de uma arrecadação anual de R$23 bilhões, ou seja, o quinto maior orçamento da União hoje vai para essas entidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No meu testemunho, quero dizer para V. Exª que, até hoje, nesses seis anos em que estou no Senado Federal, eu nunca encontrei um Senador da República ou uma Senadora da República que chegasse a mim, principalmente numa Comissão como esta, e falasse: "Olha, vamos ouvir o Sistema S. Vamos trazer pessoas aqui para discutirmos esse sistema." A primeira pessoa a fazê-lo, até hoje, foi V. Exª, Senador Dário. Então, eu fico muito feliz em saber que hoje, neste Senado Federal, já há uma pessoa que está preocupada com esses R$23 bilhões de dinheiro público junto a essas entidades, sem transparência.

A gratuidade teria de ser de 100% para qualificar a nossa mão de obra, que é o grande problema do Brasil. Se nós não qualificarmos a nossa mão de obra, não vamos resolver o problema do desemprego no Brasil.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – O único sistema que tem uma avalanche de dinheiro para qualificar essa mão de obra é o Sistema S. E, quando bate à porta do Sebrae um microempresário que está agonizando, já prestes a fechar a sua empresa, por exemplo, para pedir uma ajuda, uma orientação, a primeira coisa que se faz é pedir a ele para ir ao caixa e pagar. O Sebrae tem uma gratuidade aos nossos micro e pequenos empresários, que geram emprego e renda neste País, que não chega a 5% ao ano.

O sistema tem hoje aplicado, no mercado financeiro, mais de R$28 bilhões. Ninguém no Brasil tem esse dinheiro aplicado em banco, nem os próprios bancos têm esse dinheiro próprio aplicado hoje.

Só para se ter mais uma noção, a Confederação Nacional do Comércio (CNC), onde um senhor com 92 anos está há 39 anos no cargo, pegou o dinheiro dos comerciários para qualificar a mão de obra, fez quatro prédios aqui na região norte, por R$750 milhões – acho que aqui há alguém do Sistema S que está até gravando ali –, sem licitação. Pegou esses prédios e os está alugando para a DPU e para a Procuradoria Nacional da Fazenda por R$55 milhões. Ou seja, pegou dinheiro do povo para dar cursos profissionalizantes gratuitos a eles, fez prédios e agora está alugando para o povo novamente. Então, a coisa é gravíssima, mas eles têm um *lobby* dentro do Congresso Nacional que eu nunca vi igual.

Repito: V. Exª está tendo muita coragem em botar o seu nome aqui, em chamar a atenção para a transparência do Sistema S. Eles vão em cima de V. Exª. Pode ter certeza disso. Eles irão procurá-lo e pedir: "Olha, Senador Dário, recue o mais rápido possível." Eles vão fazer isso. Mas eu o conheço.

O que nós estamos querendo aqui não é acabar com o Sistema S. O que nós estamos querendo aqui é cumprir as atribuições que nos conferem, que é zelar pela coisa pública. Este é o papel, além de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criar leis boas para o nosso povo: fiscalizar o dinheiro público, coisa que lamentavelmente, às vezes, não se faz neste Congresso Nacional.

Portanto, dou esse testemunho e fico muito feliz em saber que hoje, no Senado Federal, há uma pessoa que também está preocupada com a transparência desses R$23 bilhões.

O requerimento está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco-o em votação.

Quem o aprova permaneça como se encontra. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Senador Dário, nós não temos mais nenhum item aqui na pauta, porque foi pedido para retirar.

Portanto, encerro a reunião, agradecendo a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE ABRIL DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e vinte e um minutos do dia onze de abril de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Ataídes Oliveira e Airton Sandoval, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Romero Jucá, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Acir Gurgacz, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Sérgio Petecão, Ana Amélia, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro, Eduardo Lopes, Roberto Muniz, José Medeiros, Vicentinho Alves, Paulo Rocha, Wellington Fagundes, Valdir Raupp, Ronaldo Caiado e José Pimentel. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger, Regina Sousa, Davi Alcolumbre, Gladson Cameli, João Capiberibe e Cidinho Santos. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos RTG 6/2017, de autoria do Senador Ataídes Oliveira, RTG 27/2017, de autoria do Senador Ataídes Oliveira, RTG 5/2018, de autoria do Senador Ataídes Oliveira, RTG 9/2018, de autoria do Senador Ataídes Oliveira, e RTG 10/2018, de autoria do Senador Dário Berger. **Finalidade:** Debater a transparência e demais assuntos relacionados ao Sistema "S". **Participantes:** Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria - CNI; Adelmir Santana, Vice-Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - CNC; Fernando Monbelli, Coordenador-Geral de Tributação da Receita Federal do Brasil - RFB; Júlio Marcelo de Oliveira, Procurador do Tribunal de Contas da União - TCU. Saul Tourinho Leal, Advogado no escritório Ayres Britto Consultoria Jurídica e Advocacia. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Ataídes Oliveira

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/04/11

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Bom dia a todos, a todas.

Cumprimento especialmente meu querido amigo tucano, este sábio Senador da República, futuro Governador novamente da nossa grande Minas Gerais, se for da vontade de Deus e do povo.

Cumprimento o Senador Acir Gurgacz.

Cumprimento também o querido amigo Senador Armando Monteiro, Senador tão proativo e competente nesta Casa, e também o amigo tucano Dalirio Beber – nesses dias, eu estava chamado Dário Beber.

Cumprimento o amigo Vice-Presidente desta Comissão de Transparência, Controle e Fiscalização, Airton Sandoval, e o nosso sempre Senador Adelmir, que está aqui conosco também.

Declaro aberta a 6ª Reunião Extraordinária da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião tem por finalidade debater a transparência e demais assuntos relacionados ao Sistema S, em atendimento aos Requerimentos nºs 6 e 27, de 2017, e nºs 5, 9 e 10, de 2018.

A audiência pública será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o Alô Senado, pelo número 0800612211.

Convido, portanto, o Dr. Robson Braga de Andrade – a gente tem conversado muito nestes últimos meses –, Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), para participar. É um prazer tê-lo aqui e ter aceitado nosso convite, Dr. Robson.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido também o Presidente da Fecomércio, ex-Senador, sempre Senador da República, Adelmir Santana, que é Vice-Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Muito obrigado.

Convido o Dr. Fernando Mombelli, Coordenador-Geral de Tributação da Receita Federal do Brasil. Seja bem-vindo, Dr. Fernando.

Convido também e agradeço a disposição do Dr. Júlio Marcelo de Oliveira, Procurador do Tribunal de Contas da União, que tem prestado um bom serviço ao nosso povo e ao nosso País.

Por derradeiro, eu convido o Dr. Saul Tourinho Leal, advogado no escritório Ayres Britto Consultoria Jurídica, que conhece do tema. Agradeço também por ter aceitado nosso convite, Dr. Saul.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, gostaria de fazer um *briefing*, uma pequena exposição.

O requerimento para a realização desta audiência, que é de minha autoria, esclarece que nosso objetivo é debater a transparência e também assuntos correlatos ao Sistema S. Para contextualizar o debate, repito as palavras introdutórias do livro que escrevi, no meado do ano de 2012, do Sistema S, publicado pelo Senado Federal em 2014, disponível também na internet.

Atuo como empresário há longos anos. Quando cheguei a esta Casa, em 2011, ainda como suplente de Senador, como empresário que sou há mais de 30 anos, eu percebi que um dos grandes problemas que agravam o crescimento do nosso País, um dos grandes gargalos, é a qualificação da mão de obra do nosso trabalhador. Nós sabemos que é uma mão de obra até certo ponto desqualificada e de baixa produtividade. Assim sendo, eu fui procurar onde poderíamos encontrar uma saída para resolver esse gargalo. Aí cheguei até as entidades do Sistema S.

Repito: percebi que um dos maiores gargalos do nosso País, que realmente impede o crescimento sustentável, é a deficiência na formação de uma mão de obra qualificada. Quando assumi o mandato no Senado Federal, no primeiro semestre de 2011, comemorava-se o aniversário de 102 anos do ensino médio profissionalizante no País. Na ocasião, durante o meu discurso, defendi o trabalho realizado pelo Sistema S (Sesi, Senai, Senac, Senar, Sesc, Sest, Senat, Sebrae, Sescoop, ABDI e Apex-Brasil), citando que muito mais poderia ter sido feito ao longo desses anos.

Sim, muito mais. Serei sempre um defensor do Sistema S, que foi criado com vistas a promover a qualificação profissional do nosso trabalhador, a educação; a melhoria do bem-estar social, ou seja, saúde e lazer; bem como para a execução de políticas de desenvolvimento industrial e a geração de empregos, em consonância com as políticas de comércio exterior e de eficiência e tecnologia. Os recursos financeiros para a promoção dessas finalidades são oriundos de contribuições sociais, ou seja, tributos criados por lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira finalidade do Sistema S é o treinamento profissionalizante. Sendo assim, resolvi realizar pesquisas extensivas sobre esse tema e constatei que não há, ou melhor, que há pouca transparência sobre a aplicação dos recursos repassados para as entidades que formam o Sistema S. É simplesmente impossível obter informações pelos meios convencionais de pesquisa, como a internet.

Após a edição do livro, as diretrizes orçamentárias federais para 2015 passaram a determinar que os serviços sociais autônomos integrantes do Sistema S divulgassem dados de arrecadação e aplicação de recursos na internet. Mas, na verdade, isso já está contemplado na LDO de 2008 – no seu artigo 6º, se não me falha a memória, a LDO de 2008 já determinava que as entidades do Sistema S fizessem publicação trimestral dos seus balancetes. Contudo, isso não vem acontecendo.

Eu vou mais rapidamente porque eu tive a informação de que o Presidente Robson tem um voo logo no final desta manhã. Eu vou mais diretamente porque a gente ganha tempo.

Pois bem, gente, eu tenho tido a oportunidade de conversar nestes últimos meses com o Presidente da CNI, Dr. Robson, e eu tenho sempre chamado a atenção para essa arrecadação feita diretamente pelo Sesi/Senai.

Nós estamos aqui também... É Laércio não é? Aqui também está um representante do sistema, e é um representante também aqui no Congresso Nacional, um Deputado extremamente atuante. Prazer em tê-lo aqui conosco, Deputado. E aos demais, que eu não cumprimentei aqui, que estejam cumprimentados.

Eu tenho conversado bastante com o Dr. Robson, sobre essa arrecadação feita diretamente pelo Sesi/Senai e que isso representa algo em torno de 56% de toda a arrecadação dessas duas entidades, mas a gente sempre termina em zero a zero, não é Dr. Robson? Eu tentando convencê-lo e ele tentando me convencer. Então, sempre fica empatado no zero a zero.

Também aqui no Senado Federal tenho debatido respeitosamente – às vezes a gente exagera um pouquinho – com esse competente Senador Armando Monteiro. Eu tento convencê-lo, mas acabo não conseguindo, e ele acaba até ficando um pouco raivoso comigo dizendo que eu sou contra o sistema, mas nós temos conversado também. Então, não é uma coisa que aconteceu, mas que está acontecendo agora nesta Casa, e é bom que se diga.

E o segundo ponto é a transparência. Nós temos uma lei da transparência de 2011, temos as LDOs que pedem que se façam as publicações. Portanto, hoje eu gostaria – e nós vamos conversar com todo o Sistema S – de fazer por partes, porque o sistema é grande. Nós temos o sistema comércio, o sistema indústria, o sistema rural, transporte e outros mais. Então, hoje, aqui, nós estamos aqui praticamente com o sistema indústria, mas o representante, Dr. Adelmir, está conosco e também falará para nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou Presidente desta Comissão de Transparência, Controle e Fiscalização e vou permanecer na presidência desta Comissão até ouvirmos todos os nossos convidados. Concluída a fala de cada um, quero fazer as minhas indagações e, daí, eu passo a Presidência desta Comissão para o nosso Vice, o Senador Airton Sandoval, e vou me dirigir a outra tribuna para fazer as perguntas. Portanto...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Permita-me interrompê-lo, mas é porque V. Exª fez, nessa introdução, referência a seus companheiros e aludiu aqui à ideia de que eu pudesse estar raivoso. Eu acho que V. Exª está emitindo um juízo que não é próprio.

Eu quero só dizer que temos, como Parlamentares que somos, a obrigação de assumir diante das questões, inclusive de questões que são de alta responsabilidade, posturas construtivas e, portanto, eu espero que esta reunião produza os resultados que dela se espera, ou seja, uma ampla audiência das entidades que representam o sistema. Além disso, evidentemente, esta audiência pressupõe a inexistência de juízos prévios de valor. Se V. Exª, antes mesmo de ouvi-los, já está emitindo juízos sobre o sistema, me parece que isso fere, em princípio, a ideia do próprio debate.

Quero, portanto, dizer que, embora o debate parlamentar seja sempre um debate acalorado e, às vezes, diante de certas manifestações caiba uma justa indignação, estarei sempre disposto a fazer um debate de alto nível no interesse de que se possa produzir uma contribuição para o aperfeiçoamento do sistema,3 que é o que se pretende.

Quis fazer este registro porque V. Exª me citou nessa abertura.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Eu coaduno perfeitamente com V. Exª. O Dr. Robson está aqui ao lado e sabe que, nesses nossos encontros, eu sempre me dirigi a ele com todo o respeito e com todo o carinho – não é, Dr. Robson? Claro que temos as nossas convicções. Eu não estou aqui fazendo um juízo de valor, mas eu tenho as minhas convicções de que esse sistema tão brilhante e tão importante para o nosso País e para o nosso povo precisa ser debatido.

Portanto, eu gostaria, Dr. Robson, que nós, então, nos ativéssemos a esses dois itens hoje: a transparência e a arrecadação feita diretamente pelo Sesi/Senai.

V. Sª tem dez minutos, mas, se necessário for, pode se prolongar.

Portanto, passo a palavra ao Dr. Robson Andrade.

O SR. ROBSON BRAGA DE ANDRADE – Cumprimento o Exmo Senador Ataídes Oliveira, Presidente desta Comissão; o Senador Armando Monteiro, nosso líder, ex–Presidente da CNI; o Senador Antonio Anastasia, que teve de se ausentar; o Senador Acir Gurgacz, aqui presente, que tenho o prazer de encontrar; o Senador Airton Sandoval; o Senador Dalirio Beber e o Senador Romero Jucá, todos que tenho o prazer de encontrar aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria cumprimentar também meus companheiros aqui presentes: Sérgio Longen, Presidente da Federação das Indústrias de Mato Grosso do Sul; Glauco, Presidente da Federação das Indústrias de Santa Catarina; Paulo Afonso, Vice-Presidente da CNI; e meu dileto companheiro e amigo Deputado Laercio Oliveira.

Eu queria cumprimentar todos da Mesa em nome do Procurador do TCU, o Júlio.

O senhor me deu dez minutos, mas eu havia me preparado para falar quase duas horas, Senador... (*Risos.*)

... porque sou muito tão entusiasmado com o sistema por meio do qual nós, de maneira voluntária, estamos dando uma colaboração ao desenvolvimento do Brasil e da indústria brasileira e tenho muita coisa a dizer.

Quero cumprimentar o Senador Roberto, que acaba de chegar, que também tenho o prazer de encontrar.

Mas, como o senhor pediu para a gente tratar de dois temas, eu vou tratar desses temas, mas gostaria de passar, mesmo que rapidamente, por alguns outros temas.

Acho que tem... Alguém vai apertar ou sou eu?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROBSON BRAGA DE ANDRADE – Bom, aqui é só para mostrar a importância da indústria no Brasil: a indústria contribui com R$1,2 trilhões para a economia brasileira, nós respondemos por 51% das exportações, por 21% do PIB, por 68% dos gastos em pesquisa, por 30% da arrecadação dos impostos e tributos federais, representando 21% do PIB, 30% dos impostos federais, e, quando nós somamos os impostos federais, estaduais e municipais, nós chegamos a 45% da arrecadação, e respondemos por 26% da arrecadação previdenciária.

Aqui: 9,6 milhões de trabalhadores, e os melhores salários são pagos pela indústria. De R$7.374,00 é o salário médio na indústria para aqueles que têm curso superior, e o salário médio para trabalhadores com pelo menos o ensino médio completo é de R$2.291,00 – comparo esse salário com o de R$1.989, do Brasil.

Eu queria só salientar que o nosso modelo está na Constituição, no art. 240, onde está que ficam ressalvadas do disposto no art. 195 as contribuições compulsórias.

Nós tivemos, durante alguns anos, decisões importantíssimas no Supremo Tribunal Federal. Aqui há uma decisão do Ministro Teori Zavascki que fala que nós somos entidades privadas não integrantes da Administração Pública, financiados com recursos do próprio setor produtivo, mas que estamos sujeitos à fiscalização do TCU, apenas quanto ao controle finalístico; uma decisão do Ministro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eros Grau no mesmo sentido, de que os recursos, quando entram nos cofres do Sesi e do Senai são de natureza privada e que a contribuição não integra a receita do Estado; da Ministra Cármen Lúcia no sentido de que os recursos públicos que mantém os sistemas sociais e autônomos advindos de repasses efetuados por órgão previdenciário não integram a receita do Estado. Recentemente, há decisões do Ministro Gilmar Mendes, inclusive relativas à Confederação Nacional do Comércio, de que as entidades do Sistema S têm natureza privada, não integram a Administração Pública direta ou indireta e não se aplicam a elas a observância do disposto na Lei 8.666. Essa é uma decisão muito recente: de agora, 3 de abril de 2018.

Gostaria de mostrar aqui que, de 1942 a 2017, foram capacitadas mais de 73 milhões de pessoas no Sistema Senai. Aqui estou mostrando duas instalações apenas, uma que faz formação na Amazônia – são dois navios – e uma instalação na Bahia, que é o Cimatec, que hoje é o maior centro de pesquisa e de inovação do Brasil, comparado, inclusive, com os laboratórios públicos.

Pesquisa recente efetuada pelo Ibope diz sobre a preferência do empresariado nas contratações: 94% querem contratar pessoas que tiveram aprendizagem; 94% técnicos e 96% com qualificação. A indústria prefere contratar pessoas formadas pelo Senai.

Na última olimpíada, na olimpíada de 2015, o Brasil ficou em primeiro lugar comparado com 62 países. Na olimpíada de 2017, nós ficamos em segundo lugar, competindo com Rússia, China, Coreia, Estados Unidos, França, Alemanha, todos os grandes países. São 62 países que participam dessa competição. É como se fosse uma copa.

O reconhecimento que nós temos, tenho a honra de mostrar: a ONU reconhece o Senai como protagonista em educação na cooperação Sul-Sul; a OIT reconhece o Senai como modelo de educação profissional na América Latina.

Na questão da inovação. Temos parcerias com Stanford, com o MIT, Fraunhofer, com diversos parceiros internacionais. Os institutos Senai de inovação: são 25 institutos nos quais nós estamos investindo R$3 bilhões, em diversos Estados do Brasil, e trabalhando em rede. Institutos de tecnologia: são 57 institutos de tecnologia em diversos Estados brasileiros também.

O Senai em números. Nós temos por ano 2,372 milhões matrículas; 1,313 milhão de ensaios de laboratório; 19 mil empresas atendidas. E para mostrar a nossa capacidade: são 26 mil profissionais no Senai, sendo 19 mil em educação profissional e tecnológica, 2,8 mil em tecnologia e inovação, e 1,088 mil estagiários. Nós temos mais de 80% de pessoas que estão investidas na ponta, para o trabalho finalístico.

Aqui, o Sesi, o que nós trabalhamos, de educação básica continuada (EJA), Sistema de Saúde e Segurança. Quarenta por cento dos nossos professores do Sesi têm 11 anos ou mais de sala de aula e 94% deles são capacitados a cada ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Saúde e segurança no trabalho. Os nossos parceiros internacionais: Niosh, que é a maior referência mundial em segurança e saúde no trabalho; Stanford; Hopkins; diversos parceiros nossos internacionais.

Os números do Sesi: 1,187 milhão de matrículas em educação básica continuada e ações educativas; 4 milhões de pessoas beneficiadas com serviços de saúde e segurança; 1,057 milhão de vacinas; 505 escolas; 539 unidades móveis; 33 mil colaboradores, sendo 18 mil em educação, 9 mil em segurança e saúde, 1,5 mil em cultura e ações sociais e 2,5 mil estagiários.

Nós estamos em mais de 2,7 mil Municípios brasileiros. Aqui o senhor vê a implantação das escolas do Sesi e do Senai no Brasil.

Modelo de financiamento, O financiamento nosso: 1,5%, de acordo com o art. 30 da Lei 8.036, de 1990, para o Sesi; 1% para o Senai e 0,2% para as empresas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBSON BRAGA DE ANDRADE – ... contribuintes com mais de 500 funcionários.

Aqui, eu gostaria de mostrar: o nosso modelo não é um modelo único. O nosso modelo, o financiamento... O senhor vê o seguinte: na França, é sobre a folha de pagamento – de 0,55% até 1,6%, só para a educação, eles não têm o modelo do Sesi –; a Inglaterra, 0,5% sobre a folha de pagamento; a Alemanha, financiamento público e privado que totaliza 11 bilhões de euros, só para a indústria. E Singapura, que está copiando modelos como o nosso: 2,5% sobre a folha de pagamento; África do Sul: 1%...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROBSON BRAGA DE ANDRADE – Compulsório.

Peru: 0,75%; Colômbia: 1,4% do imposto de renda para equidade pago por pessoas jurídicas.

Quanto à alocação dos recursos, como o senhor citou, nós temos: no ano de 2017, os recursos do Sesi e do Senai foram de R$7,9 bilhões, sendo para o Sesi R$4,5 bilhões, e para o Senai R$13,4 bilhões. A arrecadação direta nossa, do Senai: 56%, como o senhor citou na sua fala, e a do Sesi, 52%.

Aqui é como é distribuída essa arrecadação: 75% vão para os Estados; mais 15%, que retornam para os Estados – são para o DN, mas, desses 15%, quase 40% retornam para os Estados; mais 4,7%, que vão para os Estados através de subvenções regulamentares, ficando apenas 4% na CNI e 1,25% no Sesi. E no Senai é: 85% para os DRs, 15% para o DN, sendo que 30% são transferidos para os Estados; mais 8%, transferidos para os Estados através de auxílios regimentais, ficando 2% na CNI.

Aqui é disponibilidade financeira, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As pessoas falam que o sistema tem muitos recursos. Eu quero mostrar aqui, por exemplo, o Sesi, de 2008 a 2017, todas as receitas estão lá. Nós, em 31/12... Lá está 2017, mas há um erro, é 2007. Em 31/12/2007, nós tínhamos um estoque de R$1,697 milhão. Ao longo desses anos, de 2008 a 2017, nós acumulamos mais disponibilidade financeira e chegamos a R$4,5 bilhões no Sesi. Sendo que nesse período, de 2008 a 2017, nós arrecadamos R$38,5 bilhões.

Se o senhor considerar essa disponibilidade de 2008 a 2017 sem considerar o estoque de 2007, ela é de R$2,879 bilhões, valor que corresponde a menos de 10% das receitas totais do sistema. Isso é uma gestão segura, uma gestão eficiente e que permite ao sistema investir e ter segurança para a formação de quase 70 mil trabalhadores.

No caso do Senai, caro Senador Ataídes, a arrecadação de 2008 a 2017 foi de R$28 bilhões – de 2008 a 2017 – e a disponibilidade financeira acumulada nesse período foi de R$2,735 bilhões, o que chega a 9% das receitas.

Então, o que nós fazemos não é acúmulo de disponibilidade financeira. O que nós fazemos é uma gestão responsável dos recursos que nós recebemos. Temos que ter, como qualquer empresa privada, a certeza de que teremos recursos em momentos difíceis, em investimentos em educação, em investimentos em treinamento e formação.

A arrecadação direta, como o senhor citou. Toda a nossa arrecadação direta está embasada em legislação. Nós não temos nenhuma arrecadação direta fora dessa situação.

O Sesi tem o Decreto Presidencial nº 57.375, de 1965, que diz que: "(...) as empresas poderão recolher as suas contribuições diretamente ao Sesi."

O Senai, Decreto Presidencial nº 494, de 1962: "(...) as empresas poderão recolher as suas contribuições diretamente aos cofres do Senai."

Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.071, de 2010:

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBSON BRAGA DE ANDRADE –

> O recolhimento pode ser feito diretamente à entidade ou fundo, se houver previsão legal, mediante convênio celebrado entre um ou outro e a empresa contribuinte. A Receita Federal disponibiliza, em seu manual de GFIP, no item 2.5 – Código Outras Entidades, solução para informação de código quando existir arrecadação direta.

Nota Técnica da Receita Federal do Brasil nº 66, de 2009: "Estão o Sesi e o Senai autorizados por lei a arrecadar as contribuições que lhe são devidas."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parecer nº 333, de 2010, da Procuradoria-Geral da Fazenda: "[Reconheceu] a regularidade da cobrança para o Senai e o Sesi que, de forma direta, promove a cobrança das contribuições que a lei lhes destina."

TCU, Acórdão do Plenário nº 3.214, de 2013: "O fato de o Sesi e o Senai arrecadarem diretamente parte das contribuições que a lei lhes destinou, com base apenas nos Decretos 494, de 1962, e 57.375, de 1965, não teria ofendido o princípio da legalidade tributária."

E o Recurso Especial 735.278, do STJ:

> O SENAI, como pessoa jurídica titular da competência para exigir o pagamento da contribuição social de interesse das categorias profissionais ou econômicas prevista nos arts. 4º do Decreto-Lei 4.048/42 e 1º do Decreto-lei 6.246/44, a par da atribuição de arrecadação e fiscalização cometida ao INSS com fulcro no art. 94 da Lei 8.212/91, tem legitimidade ativa *ad causam* para promover diretamente a ação de cobrança da respectiva contribuição, como previsto no art. 6º, parágrafo único do seu Regimento Interno.

E aqui nós temos dados. Senai: nós usamos 67% da receita líquida da contribuição compulsória para vagas gratuitas em cursos e programa de educação profissional; no Sesi: 20,1% da receita líquida da contribuição compulsória destinam-se a gratuidade na área de educação; 51% da receita líquida da contribuição compulsória do Sesi foram destinados à educação.

Aqui a transparência. Nós temos, quanto à gestão, auditorias do Tribunal de Contas, da Controladoria-Geral da União, do Ministério do Desenvolvimento, de Conselhos Regionais do Sesi/Senai, onde há a participação de representantes do Governo e de representantes dos trabalhadores, da CUT, da Força Sindical, da CGT, da UGT.

No Sesi, é a mesma coisa: conselhos nacionais do Sesi, onde há a participação também de trabalhadores e representantes do Governo.

O nosso Portal de Transparência, Senador, tem todas essas informações, e esse sistema foi elogiado pelo Ministro Weder, do TCU, como sendo um dos melhores sistemas que ele já viu implantado no Brasil de transparência de informações contábeis e informações de execução do sistema de orçamento, todas essas informações. Só falta, em julho de 2018, nós colocarmos o acesso às vagas gratuitas, porque esse é um sistema que está em construção ainda.

Reconhecimento social, pesquisa do IBOPE: 89% avaliam a atuação do Sesi como ótima ou boa e 92% avaliam a atuação do Senai como ótima ou boa.

Eu gostaria... Há um mapa... Eliane, por favor, porque aí eu... Nessa parte da transparência você tem um mapa? Porque não apareceu aqui na minha apresentação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Senador, ali nós temos um mapa. O formato está pequeno porque o sistema não...

Mas eu gostaria que o senhor escolhesse um Estado qualquer para eu lhe mostrar como funciona.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Tocantins.

O SR. ROBSON BRAGA DE ANDRADE – Então, vamos ver o Tocantins.

Transparência do Senai. Aí você tem todas as informações sobre Lei de Diretrizes, Demonstrações, Contratos, Licitações, Gratuidade, Integridade, Dados de Infraestrutura. O senhor que ver, por exemplo, Demonstrações Contábeis? O que gostaria de ver? O senhor pode escolher qualquer um daqueles itens.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Lá no meu Estado, Presidente Robson, eu confesso que, com relação ao sistema indústria, o nosso amigo Roberto Pires tem sido realmente muito transparente no seu trabalho. Eu acabei de ter a informação de que o Rio Grande do Sul ainda não se encontra ... Mas esse é um assunto que vamos...

O SR. ROBSON BRAGA DE ANDRADE – O senhor quer ver o Rio Grande do Sul?

Você pode voltar e mostrar o Rio Grande do Sul?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – O ano de 2017, 2017.

O SR. ROBSON BRAGA DE ANDRADE – Esse é o ano de 2017.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Ok, ok.

O SR. ROBSON BRAGA DE ANDRADE – O senhor vai ver 2017.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – O balanço patrimonial.

O SR. ROBSON BRAGA DE ANDRADE – Vamos ver ali.

Será que não vai entrar, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Vamos diretamente ao balanço patrimonial.

O SR. ROBSON BRAGA DE ANDRADE – Está lá, demonstrações contábeis.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Isso! O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBSON BRAGA DE ANDRADE – Balanço patrimonial.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Por favor.

O SR. ROBSON BRAGA DE ANDRADE – Está aqui o Balanço do Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Puxe o ativo, por favor, da Disponibilidade Financeira.

Estou tendo a informação de que esse é de 2016, Dr. Robson.

O SR. ROBSON BRAGA DE ANDRADE – É de 2016, 2015 e 2016.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – E o de 2017?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA (*Fora do microfone*.) – Agora, no final do mês de abril, depois da aprovação dos conselhos. Cada Estado tem uma aprovação diferente. Então, no Plano de Ação apresentado ao Tribunal de Contas é agora, este mês. Alguns Estados já publicaram porque os seus conselhos já aprovaram.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Por curiosidade, eu quero só ver a disponibilidade lá no Rio Grande do Sul, por favor, no ativo circulante.

O SR. ROBSON BRAGA DE ANDRADE – Caixa e Equivalentes de Caixa.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Adiantamento. E cadê a disponibilidade?

O SR. ROBSON BRAGA DE ANDRADE – Caixa é disponibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Isso! Caixa e equivalente. O.k.

O SR. ROBSON BRAGA DE ANDRADE – Circulante, R$51 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – A disponibilidade é de R$51 milhões ...

O SR. ROBSON BRAGA DE ANDRADE – Do Senai.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Do Senai em 2006?

O SR. ROBSON BRAGA DE ANDRADE – Em 2016.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Em 2016. Tão somente Senai?

O SR. ROBSON BRAGA DE ANDRADE – Tão somente Senai.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Entendido.

O SR. ROBSON BRAGA DE ANDRADE – O senhor tem isso para todos os Estados do Brasil, para todos os Estados, com todas as informações: informação sobre contrato, sobre licitação, quem venceu a concorrência, quais foram os participantes da licitação, as escolas, gratuidade, integridade. Todas aquelas informações o senhor tem – licitações, como eu já falei, dados de atendimento social, dados de infraestrutura.

O sistema nosso, Senador, foi construído e apresentado ao Tribunal de Contas da União, ao Ministro Weder, que estava coordenando esse trabalho e que nos ajudou muito. Certamente a participação do Tribunal foi importante, mas hoje nós temos uma transparência total. A única coisa que falta colocarmos são as vagas gratuitas. Há certa dificuldade para isso, porque nós temos mais de 1,2 mil escolas no Brasil e cada escola tem um número de vagas para determinado número de cursos. Então, é essa a dificuldade com que nós estamos trabalhando, mas o nosso compromisso com o Tribunal de Contas da União é até 30 de junho deste ano. Nós teremos também isso implantado.

Então, o senhor, no seu iPad, pode ver todas as informações do sistema, com toda a transparência, com toda a legalidade, de qualquer Estado que o senhor quiser.

E, como a Eliane falou, nós agora estamos apresentando as contas do ano de 2017. Nem todos os Estados encerraram ainda; alguns já estão encerrados. Aqueles que estão encerrados já estão no sistema, e os que ainda estão encerrando estarão no sistema até 30 de abril – não é isso, Eliane?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Concluído? Agradeço a V. Exª.

O SR. ROBSON BRAGA DE ANDRADE – Concluído.

Gostaria de falar muito mais, mas eu acho que...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – É porque há muita coisa para falar, não é, Dr. Robson?

O SR. ROBSON BRAGA DE ANDRADE – Muito obrigado! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – As informações que o senhor trouxe a nós realmente são de grande valia, sem sombra de dúvida, e eu, em momento algum, deixei de exaltar esse trabalho feito pelo sistema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Sª colocou que a arrecadação feita diretamente pelo Sesi/Senai está sob a tutela de decretos governamentais, de nota técnica da Receita Federal do Brasil, de um acórdão do Tribunal de Contas e também do Superior Tribunal de Justiça, sobre os quais, no momento adequado, eu falarei.

Gostaria de ouvir o Dr. Saul Tourinho Leal.

O SR. SAUL TOURINHO LEAL – Bom dia a todos.

Senador Ataídes Oliveira, é uma honra tanto quanto um privilégio estar hoje nesta audiência pública tratando de um tema tão relevante e tão fundamental para uma nação ainda tão desigual quanto a Nação brasileira, que, ao mesmo tempo em que se desdobra para combater e reduzir desigualdades, também se desdobra para incrementar, sempre que possível, critérios de transparência para todos aqueles que, de alguma maneira, interajam em uma causa que tem relevância pública.

Cumprimentando V. Exª, eu passo à minha exposição, tratando da questão sob a ótica constitucional. Tenho a grata companhia tanto do Procurador Júlio Marcelo quanto do Dr. Fernando, que podem esmiuçar as questões sob uma ótica orçamentária e de fiscalização por parte do Tribunal de Contas e também, na sequência, por parte da Receita Federal.

O meu norte é um norte constitucional. Qual é a diretriz que nós podemos tirar desse binômio, que acho que não são inimigos: o binômio liberdade e o binômio transparência. Como fazê-los conviver, juntos, à luz da Constituição e à luz da interpretação do Supremo Tribunal Federal?

Sr. Presidente, acho que, inicialmente, por não estar aqui em nome do sistema, por não estar aqui em nome do TCU, por não estar aqui em nome da Receita, mas estar na qualificação de jurista, devo dar o testemunho de que entendo o Sistema S como um experimentalismo institucional exitoso, que conseguiu na década de 40, fazer uma transição, necessária ao nosso tempo, de um Brasil rural para um Brasil industrial. Portanto, tenham a minha simpatia pelo sistema.

Vi, Dr. Robson, o senhor fazendo alusão à África do Sul. O Senador Ataídes, nosso Presidente, na aprovação do meu nome, viu que tenho um enorme contato com o país, morei na África do Sul. Lá também houve esse drama, o drama de um país que viu o colapso do *apartheid*, uma comunidade negra sedenta por empregos sem qualificação profissional, e alguém precisou fazer um experimentalismo institucional. Como fazer essa transição e capacitar essa mão de obra? Cada país tem seu modelo. Nós temos o nosso, precisamos defendê-lo e aperfeiçoá-lo, sempre, é natural das instituições.

Passando adiante, acho que, à luz da Constituição, parece pacífico o reconhecimento de que o Sistema S e suas entidades são dotados da natureza jurídica de direito privado. Não são entidades da administração direta, não são entidades da administração indireta, e essa vontade do Constituinte, que recebeu todos os decretos oriundos da década de 40, do chamado "Sistema S originário", foi de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preservar essa liberdade para dar flexibilidade, para dar dinamismo, para assegurar uma governança com certo grau de liberdade de decisão para as entidades do sistema.

Isso tem sido avalizado pelo Supremo Tribunal Federal numa jurisprudência que já vai a quase meio século. Mas, o Supremo faz ressalvas, o Supremo diz, em outras palavras, Senador, que terminamos sendo as causas que abraçamos. O Sistema S abraçou uma causa, uma causa social, e não pode se separar dessa causa social, não pode se distanciar dessa causa social. Daí o chamado controle finalístico. É dizer: está o Sistema S empoderando o trabalhador, engrandecendo o trabalhador ou se distanciando desse primado? Estaria o Sistema S construindo castas refratárias à transparência? Estaria o Sistema S se distanciando de sua essência, sua vocação? Essa ressalva, o Supremo também faz.

Daí eu dizer: a liberdade e a transparência não são inimigas nesse processo. Fixada a premissa de que o Sistema S tem natureza jurídica de direito privado por meio de suas entidades. Isso exorta o ideal de liberdade, que não pode ser desvirtuado. Passo, então, para sua vocação, que é uma vocação, como disse, social. Sendo uma vocação social, havendo o dever de prestar contas, havendo o controle finalístico, Dr. Júlio, é claro que temos aqui dois atores fundamentais no aperfeiçoamento institucional do sistema: o Tribunal de Contas da União, agente necessário, tem feito o seu papel, e também o Congresso Nacional.

Para o constitucionalista, Presidente Ataídes, nenhum documento é mais belo do que a Constituição. E a nossa, por obra dos Constituintes, traz, no seu art. 1º, o comando de que todo poder emana do povo e em seu nome será exercido pelos seus representantes.

São esses atores, Tribunal de Contas e Congresso, agentes necessários ao aperfeiçoamento do sistema. E qual é, segundo a Constituição, o papel de cada um?

O Tribunal de Contas: a prestação de contas e controle finalístico e também um diálogo institucional, diálogo institucional que já tem sido promovido por meio das recomendações, das exortações, das diretrizes, em uma tentativa de aperfeiçoar a boa governança do sistema. É um diálogo que tem de ser franco, mas respeitoso; é um diálogo que tem que ser sério e, ao mesmo tempo, compreensivo. É um diálogo que entenda que o Sistema S é uma instituição necessária ao País, mas que também o Sistema S, tão necessário, precisa ter um fôlego de liberdade para atuar. Não é possível "autarquizar" o Sistema S. O sistema S é de natureza privada.

Em um momento em que o Tribunal de Contas promove esse diálogo – e penso que o tem feito, acho que o tem feito muito bem – institucional que exorte, após as auditorias... E, justiça seja feita, Senador Ataídes, são auditorias que contam com a sua iniciativa, seu tirocínio de encaminhar os ofícios, de exortar, de promover esse engrandecimento institucional. Aqui o Tribunal de Contas cumpre o seu papel e vai até um ponto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E qual é esse ponto? O ponto no qual a própria Constituição reclama intervenção legislativa, o respeito ao princípio da legalidade. É muito difícil um constitucionalista negligenciar o papel do Congresso Nacional ou se afastar do princípio da legalidade.

É que há certos tipos de recomendações que podem desnaturar o sistema, podem, na palavra que eu utilizei, "autarquizar" o sistema. E aqui é necessário respeito à própria configuração e à essência do Sistema S. Daí a participação do Congresso Nacional para, por meio de lei, e somente de lei, promover determinadas mudanças. O Congresso Nacional tem toda liberdade para promover essas mudanças, desde que por meio da legislação. Não há nenhum tipo de vedação a isso.

Feito esse registro, Senador Ataídes, do diálogo institucional do TCU e também da participação do Congresso Nacional no aperfeiçoamento do Sistema S, claro que temos que falar sobre o financiamento do sistema.

O financiamento do sistema também tem base constitucional, seja quando nós analisamos o art. 149 da Constituição, seja no reconhecimento de tudo o que foi construído pelos nossos antecessores, por nossos antepassados, na década de 40 pelo art. 240 da Constituição, seja quando faz a remissão expressa a um dos agentes do sistema, no art. 62 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

E isso é avalizado pelo Supremo Tribunal Federal, que reconhece o modelo de financiamento.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SAUL TOURINHO LEAL – Mas, como se diz, Sr. Senador – aqui é uma coloquialidade que o meu professor, e professor de muitos, Carlos Ayres Britto sempre menciona –, é um olho na missa e o outro no padre. É que nós temos, claro, esse controle finalístico, e o tribunal não se tem furtado – falo no Supremo – de ingressar nele dizendo: "Olha, o Sistema S está necessariamente vinculado à cabeça do 37, por exemplo, para exigir licitação?" Não está – vírgula –, o que não quer dizer que não deva ter um modelo de controle interno guiado pelos princípios licitatórios. O Sistema S tem que estar vinculado à cabeça do 37, no que diz respeito ao concurso público? Não. O que não quer dizer que não deva, igualmente, ter um processo objetivo, transparente para promover esse tipo de contratação. Portanto, é exatamente nessa zona, nessa área tênue, que o Sistema S transita e deve seguir o seu caminho.

Deixo aqui, Sr. Senador Ataídes, exatamente pelo seu papel propositivo e de aperfeiçoamento institucional, acho que relevantíssimo...

Lembrando, mais uma vez, o continente africano, Senador Ataídes, houve uma viagem, ao tempo de um colega de V. Exª e dos Senadores que aqui estão, do Senador Barack Obama, hoje figura emblemática da história da política mundial, mas, ao tempo, Senador, como V. Exªs o são. Ele viajou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

para o país do seu pai, o Quênia, na África. Lá, no Quênia, ele disse: "Olha, acho que o futuro da África é menos homens fortes, a África precisa de menos homens fortes, e mais instituições fortes." Este parece ser o *ethos* do século XXI: instituições fortes. E V. Exª, com sua iniciativa, nos convida a isso; convida-nos a refletir sobre o Sistema S como uma instituição forte.

Exatamente por essa atmosfera confortável em que me sinto, Senador, em estar aqui nesta Casa, para tratar do sistema à luz da Constituição, é que deixo algo propositivo; deixo algo que, eventualmente, possa ser levado em consideração. É porque existe, Dr. Júlio e Dr. Fernando, uma discussão muito grande de que o Sistema S precisa ser transparente porque teria uma – vamos imaginar – natureza tributária nas contribuições parafiscais ou porque seriam recursos públicos. E aí, eventualmente, o Supremo – o Dr. Robson trouxe o precedente, precedente lembrado no Tribunal – diz: não é que seja recurso público, ele não está no Orçamento, isso não é recurso público propriamente dito, mas há, parece, um fundamento diferente para justificar o dever de transparência do sistema, e é um comando diretamente constitucional. É que sendo o sistema um sistema social e não podendo afastar-se do seu *ethos* social, o sistema encontra na Constituição orientações voltadas aos direitos sociais que a todo momento dizem – a todo momento dizem – que nada que é social pode fechar a porta para a participação franca, desembaraçada da comunidade. A comunidade não pode ser privada do acesso direto a tudo que é social.

Trago alguns exemplos, já me encaminhando para o encerramento, Sr. Presidente

Temos aqui o art. 198, III, da Constituição Federal, que fala da saúde. E aí diz: qual a diretriz para que a saúde seja implementada ainda que por pessoa jurídica de direito privado? A Constituição responde: a participação da comunidade – a participação da comunidade.

Na sequência, fala sobre cultura – art. 216, §1º: proteção do patrimônio cultural brasileiro. Na sequência diz: como deve ser feito? Com a colaboração da comunidade – com a colaboração da comunidade.

Na sequência, assistência social – art. 204, inciso II: participação da população. Há vários comandos diretamente constitucionais que exortam o Sistema S a ser transparente, a incrementar suas práticas de boa governança, a se manter fiel à sua vocação, à causa que abraçou. E a causa que abraçou: a causa social. Claro, a partir daí, há uma sinalização de que não devem, de jeito nenhum, essas práticas ser mantidas sob o manto do segredo nem do mistério. Deve mesmo haver transparência. É natural que assim o seja. Razão pela qual, Sr. Senador, Presidente Ataídes, Srs. Senadores, é muito comum ao constitucionalista lembrar e citar menções e lembranças tanto de homens públicos e mulheres públicas, como a menção que fiz aqui a um Senador, como também a presidentes de tribunais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para encerrar, aqui eu lembro, nessa minha parte sobre transparência, que entendo decorrer diretamente da Constituição, por outros fundamentos, a citação sempre de um grande homem público lembrado na literatura, que foi Presidente da Suprema Corte dos Estados Unidos. Em 1914, falando sobre as coisas da República, disse Louis Brandeis: "Nas coisas da República, o melhor desinfetante é a luz do sol." É a transparência, isso é natural. Não são inimigos liberdade e transparência; estão dialogando, estão interagindo. É absolutamente possível, absolutamente possível.

V. Exª gostaria que discorresse brevemente... Posso fazer anotações a respeito?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO. *Fora do microfone*.) – Por favor, por favor.

O SR. SAUL TOURINHO LEAL – O Senador Ataídes me convida, também, a tecer algumas notas em relação ao sistema da arrecadação direta. Penso ser um tema relevante e, naturalmente, me sinto absolutamente à vontade para tratar a respeito.

À luz da Constituição – sempre dizendo que estamos aqui com o Dr. Júlio e Dr. Fernando, que conseguem esmiuçar as questões nas óticas diferentes do Tribunal de Contas e também da Receita –, claro, quando nós tratamos da arrecadação direta,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SAUL TOURINHO LEAL – ...a sinalização quase é a mesma que eu acabei de dizer; uma sinalização de que eu preciso criar instrumentos que facilitem um controle social, uma participação, uma crítica pública, questionamento da comunidade, e isso eu só consigo ter com as informações, isso eu só consigo ter a partir do momento em que atores necessários – a Receita é um agente autorizado – participem desse processo. Isso aqui tem a ver com a transparência.

A forma de arrecadação direta pode, exatamente pelo fato de não contar com o aporte da Receita Federal, que não fica com os recursos, simplesmente os arrecada e os repassa, e, a partir dali, tem um cunho de relevância pública, por mais que não seja orçamento oficial como costuma ser no Orçamento federal, isso incrementa, isso traz ganhos de funcionalidade à Constituição Federal. A participação da Receita traz ganhos de funcionalidade à Constituição Federal na gestão e na interlocução dessa arrecadação.

Todavia, como disse no começo, é preciso refletir, considerando que as entidades são diferentes, que as entidades, todas elas, têm muitas singularidades, a ponto de o Supremo Tribunal Federal, num dos seus precedentes do saudoso Ministro Teori Zavascki, que tragicamente morreu num acidente aéreo, ter destacado a diferença da Apex, destacado a diferença das Pioneiras que estão à frente da Rede Sarah, ter destacado mesmo Sebrae. Então, em razão dessa distinção das entidades,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

novamente que seja uma temática que possa contar com a participação do Congresso por meio de intervenção legislativa.

Sei, Senador, que há legislação tratando da Receita Federal, dando à Receita Federal a competência para fazê-lo. Tanto é que a Receita já o faz em relação a algumas entidades. Agora, essa extensão – claro, estou respondendo a V. Exª pela atenção à Comissão, pelo respeito aos Senadores, e por um pouco de improviso, resgatando o meu estoque constitucional para fornecer uma resposta apropriada – não pode se afastar, penso eu, do princípio da legalidade. Então, pode haver uma extensão, mas essa extensão altera um desenho que foi colocado por meio de decreto-lei que foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988 como se lei o fosse e que, portanto, talvez recomende interações do Congresso Nacional por meio do processo legislativo. Noutras palavras, carece de intervenção legal – nada obstante já haja uma lei que entregue à Receita Federal essa competência.

Então, é o olhar do constitucionalista, o olhar cauteloso que sempre vai requerer, em qualquer redesenho do sistema, intervenção legal, intervenção legislativa, Congresso Nacional funcionando; e, claro, reconhecendo as competências do Tribunal de Contas da União, tanto em promover as auditorias, como tem promovido – o Acórdão nº 699 é célebre em relação a isso –, como tem feito as recomendações.

Sr. Presidente, era a modestíssima contribuição que tentei trazer para esta audiência pública, pela qual eu agradeço muito.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Agradeço V. Sª.

Vamos ouvir o representante, o Vice-Presidente da nossa Confederação Nacional do Comércio, ex-Senador e amigo Adelmir Santana.

Vamos nos ater...

O SR. ADELMIR SANTANA – Senador, permita-me, mas também ouvi atentamente as exposições, que extrapolaram o tempo inicialmente determinado por V. Exª. Eu queria também ter o tempo equivalente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Claro, claro.

O SR. ADELMIR SANTANA – V. Exª já queria me tolher ao dizer: "Vamos nos ater"... (*Risos.*)

Não, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Temos que vender o peixe também. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ADELMIR SANTANA – Claro. Mas não é atender ao meu peixe, é atender à sua solicitação. Por favor. Veja bem, eu não posso falar o enfoque...

Primeiro, eu queria saudar V. Exª, como Presidente desta Comissão, e os digníssimos Senadores que aqui se fizeram presente: Dário; Armando Monteiro; Acir; Airton Sandoval; Romero Jucá; Antonio Anastasia, que já se retirou; a Senadora Lídice da Mata; meu companheiro de CNC, Deputado Laercio Oliveira; enfim, todos os senhores que aqui se fazem presentes e os membros da Mesa.

Não dá para falar em transparência sem fazer uma retrospectiva sob a questão da governança. Quer dizer, não há como você chegar e simplesmente falar em transparência sem mostrar como se dá esse processo de governança corporativa.

Eu queria fazer aqui... Eu não sei como é que vai ser o controle. É daí mesmo? Por favor.

Então, nós sabemos – e será até um pouco repetitivo – que essas instituições se parecem, mas elas têm função social. A função social do Sesc e do Senac é muito clara, definida desde 1946, e essas instituições nasceram como instituições de direito privado – como está ali –, sem fins lucrativos, vinculadas a um sistema sindical e sendo administradas pela Confederação Nacional do Comércio, tal qual o Sesi, e, o Senai, pela Confederação Nacional da Indústria.

Essa transferência de governança corporativa – passe o próximo, pois eu gostaria de fazer um enfoque – é uma definição muito clara. Aí diz o Banco Mundial o que seja isso. Eu não vou fazer a leitura, mas há definições do que é uma governança corporativa, feitas pelo Banco Mundial em 2013, e que se coadunam perfeitamente com o que se faz nessas instituições.

Ainda sobre governança corporativa, eu vou tratar disso aqui, Sr. Presidente, enfocando a liderança, a estratégia e o controle. Inicialmente, sobre a questão dessa mesma governança corporativa, ela é uma liderança que envolve um processo decisório, de que falamos há pouco. Falamos em desenvolvimento dessa liderança, com preceitos estabelecidos não por nós, mas por entidades extremamente representativas. Então, essa liderança corporativa se inicia ou se dá na administração nacional dessas instituições.

Então, a administração nacional do Sesc e do Senac – e é repetitivo porque também se dá assim no Sesi e no Senai – é constituída de um conselho nacional, de um conselho fiscal e de um departamento nacional, sendo que esse conselho fiscal e o conselho nacional têm uma composição tripartite (empresários, trabalhadores e Governo), e com um detalhe: no conselho fiscal, a maioria é de representantes do Governo. E o departamento nacional é o órgão executivo dessa administração nacional.

Essa liderança também ocorre nos conselhos regionais do mesmo modo. Há um conselho regional, há um departamento regional que é o executor das tarefas desse sistema. Também esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conselho regional é constituído tripartite: representantes de empresários, trabalhadores e Governo. Além disso, há uma definição clara do que é essa autonomia administrativa dos regionais. Os departamentos nacionais são órgãos reguladores e tal, mas há uma administração, eu diria autônoma, que se refere ao que se dá nos Estados. É uma administração que é gerida dentro daquele sistema anteriormente citado, mas que é autônoma e seguindo uma orientação normativa dos departamentos nacionais.

Além disso, mais recentemente, sobre essa questão de liderança – além de tudo aquilo que o Robson citou aqui que é comum a nós: os artigos, as leis -, houve uma mudança recente, em 2008, que falou sobre as questões de gratuidade, tanto no Sesc como no Senac, que servem também como atos normativos das nossas ações. Mas nisso tudo, além de todos esses normativos de caráter nacional e de legislações, nós ainda temos uma série de medidas que são tomadas, mostrando que não se faz claramente a vontade de cada um desses gestores. Há regulação através de resoluções, decisões, licitações, contratos. E foi dito aqui pelo nosso jurista que nós não somos obrigados a seguir a administração, mas, até por defesa nossa, nós seguimos isso. Nós não fazemos nenhuma obra, nenhum contrato, dependendo do seu volume, sem seguir a 866. Isso é por garantia, por segurança nossa.

Essa estratégia também, Senador Ataídes, depende da capacidade de análise de cenários que ocorrem em cada Estado, e a gente deixa muito aberto aos Estados, porque existem as particularidades de cada Estado, as questões das decisões em cada uma das unidades federativas.

A estratégia ainda é balizada em planos estratégicos. São feitos planos estratégicos anuais, decenais e são feitos também os orçamentos dos programas; não é simplesmente jogar o dinheiro no regional ou no nacional. Isso tem uma sequência, tem uma ordem. E é uma ordem extremamente estabelecida através do plano estratégico e do orçamento do programa. Esse plano estratégico define objetivos, define as ações, enfim, é uma coisa feita seguindo todo esse processo da legislação e todas aquelas normas. Do mesmo modo, o programa orçamentário ocorre com orçamentos anuais, orçamentos bianuais, enfim, é uma proposição que é aprovada por esses segmentos de que eu falei anteriormente.

A estratégia, ainda – para ficar bem claro –, no Plano Orçamentário Anual. Se os senhores observarem, isso vale tanto para os departamentos nacionais como para os departamentos regionais. Eles preparam essa proposta, esse Plano Orçamentário Anual, e ele é submetido, no caso do nacional, a um conselho nacional, que não é pequeno; é formado por representantes de todas as unidades federativas. E essa composição é constituída levando em conta o número de trabalhadores existente em cada unidade da Federação – no mínimo, um representante; no máximo, três –, para haver uma certa equidade na constituição do departamento nacional. E os conselhos regionais, pelo mesmo critério – aí já há uma definição em lei. De acordo com o tamanho também da existência de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhadores naquela unidade federativa, ele é constituído por seis até, no máximo, doze representantes dos empresários, mais representantes dos trabalhadores e representantes do Governo. Então, aprovam esse preparo desse orçamento esses conselhos, tanto o nacional, como os conselhos estaduais. Depois isso é analisado pelos conselhos fiscais, ou pelo conselho fiscal. Depois é submetido aos departamentos nacionais, que consolidam esse orçamento. E, posteriormente, é aprovado pelo ministério correspondente, que se vincula tanto ao Sesc, como ao Senac, ao Sesi e ao Senai. Então, não é uma coisa que não tenha transparência; é uma coisa muito clara, envolvendo muitas pessoas. Além disso tudo, vêm uma série de anexos – das receitas, dos programas, do quadro comparativo, enfim –, que estão ali, que constituem a peça do planejamento orçamentário anual.

As origens. As origens são idênticas, até os percentuais são parecidos – parecidos, não; iguais. São iguais. Então, as origens são, como disse, uma receita de contribuição do comércio, para o nosso caso – o caso do Sesi, Senai, indústria –, comércio de bens, serviços e turismo, na proporção de 1,5% para atividades do Sesc e 1% para o Senac, isto é, 2,5% da folha de pagamento das empresas vinculadas a esse sistema. Essa forma de custeio vem já desde 1946. Então, foi citado ali o art. 240; eu também o estou citando, mas não vou me alongar, porque é o mesmo princípio. O fato gerador, portanto, desses recursos é a folha de salário dos trabalhadores; é o fato gerador tanto para o 1,5% do Sesc, como para o 1% do Senac.

A origem das receitas – foi muito bem colocado aqui pelo companheiro Robson, foi mostrado por ele atentamente, inclusive os princípios de lei que vinculam isso – vem se perpetuando. A mesma coisa foi dita também pelo nosso jurista, ou seja, em 1988, a Constituição consagrou aquilo que já acontecia anteriormente.

Falando agora de orçamento, apenas para dar uma ideia – claro que nós não vamos trazer aqui os orçamentos desde 1946, mas o orçamento de 2018, falando de orçamento do Senac especificamente. Os senhores observem aí que há o orçamento total – não vou me ater a essas rubricas todas – de R$4,594 bilhões, e isso por ano. É um orçamento, nós não concluímos ainda o ano de 2018, no qual a previsão das receitas de contribuição compulsória ou obrigatória, ou compulsória que vem da parte que vem aqui das folhas de salário, é de R$2,886 bilhões. Então, esse é o orçamento de receitas.

Vejamos as despesas: igual valor. Está aí também mostrado como se dão essas despesas em grandes números. Vejamos as despesas por programas: em que é gasto esse dinheiro do Senac por programa. Nós temos aí, se os senhores observarem, 28,53% na administração. Temos o item 7, que nós chamamos de empregabilidade, que é o orçamento de programa para as atividades finalísticas, a formação, efetivamente, dos trabalhadores, que representa 52,65% das contribuições totais e mais de... Se você pegar só a contribuição compulsória lá, vai ver um percentual extremamente mais elevado sobre isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, as receitas do Sesc. No Sesc é um pouco maior, porque a contribuição é maior: em vez de 1% é 1,5%. Então, vejam o orçamento do Sesc: resume-se a R$7 bilhões, dos quais R$5 bilhões vêm das receitas de contribuições sociais, aquela da fonte que eu falei que incide sobre a folha de salários.

Também, agora – a próxima transparência aí mostra –, as despesas correntes. Mostramos claramente todos os grandes números aí por item de despesas correntes. E a destinação do Sesc por programa: o Sesc atua nesses eixos de saúde, educação, cultura, lazer, que estão enumerados ali. E a administração, porque precisa haver alguém que administre isso, representa apenas 31% das despesas do Sesc; o resto são atividades, como eu disse, finalísticas, os programas que ele administra, voltados para esses eixos de atuação.

Controle. É praticamente o que vai aqui na questão da transparência. O controle é assegurado por meio de processos claros e eficientes, que permitem mitigar riscos, e não conformidades. Esse controle nosso se dá por parâmetros para gestão de recursos. Eu não vou fazer a leitura disso para não tomar o tempo dos senhores, mas há uma série de controles, que são regulados por lei, que nos obrigam a atender a todo esse processo de controle desses gastos.

Ainda em controle, apenas para dar uma noção de como se dá isto: quem prepara esses controles. Do mesmo modo que eu falei, no Senac, é originário nos departamentos regionais e departamentos nacionais; passa pelos conselhos nacionais e regionais, cuja composição é a mesma que eu citei em relação ao Senac, pelos conselhos fiscais, que fazem a auditagem, vai para os departamentos nacionais novamente, tanto nacional como regionais, passa pela área de controle, no caso, o TCU, o CGU e os ministérios correspondentes a cada um deles, Sesc e Senac.

Nesses controles, Sr. Presidente, ainda está, nas prestações de conta, o balanço patrimonial, que é aquilo que o Robson também mostrou e que faz parte do nosso sistema. E isso vem por Estado, por unidade federativa, e também o nacional.

E constam, nesse relatório de gestão, todos esses planejamentos organizacionais,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADELMIR SANTANA – ... desempenho, governança, relacionamento com a sociedade, essa coisa toda.

A transparência propriamente dita, que é um dos objetos desta audiência, o caminho dessas receitas de contribuições sociais, no Senac, falando especificamente. Para onde vai esse dinheiro? Esse dinheiro, como vimos, é arrecadado da folha de salário. Está aí, é uma receita bruta, e nós estamos falando de 2017, que é o exercício findo: R$2,853 bilhões. A Receita Federal tem uma participação nessa arrecadação. Aliás, eu queria que o Rachid estivesse aqui, mas na pessoa do seu representante gostaria de dizer que efetivamente nem presta um bom serviço. Talvez por isso a indústria faça essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

cobrança direta, porque hoje a gente não sabe quem são os nossos contribuintes, quanto é que se paga, quando diminui... Então, é preciso melhorar, inclusive, essa questão dessa prestação de serviço, porque é uma participação extremamente elevada: 3,5% é a arrecadação de recursos que a Receita Federal pega. Essa arrecadação geral, portanto, cai para R$2,753 bilhões, 20% fica com o Departamento Nacional, 80% vai para os Estados, de acordo com o processo de arrecadação de cada Estado. Desses 20%, o Departamento Nacional usa para equalização das questões dos Estados, e há também a participação pela gestão do sistema, que é de 3%. Subvenções aqui se referem, como eu disse, ao processo de equalização. Parte desses recursos volta aos Estados para fazer a equalização, de acordo com o tamanho do Estado, o projeto, o programa, objetivando estar presente no Brasil todo.

Com relação ao Sesc – isso é o Senac –, a receita do Sesc, como eu disse, é um pouco maior, até porque o percentual de arrecadação também é maior: 1,5%. Do mesmo modo, em 2017, foram R$5 bilhões, em números redondos, e o critério é o mesmo: Receita Federal, 3,5%, e 20%, enfim, tudo aquilo que citei sobre o Sesc também ocorre no Senac.

Áreas de atuação do Sesc. Como eu disse, o Sesc tem esses eixos de atuação: educação, saúde, cultura, lazer, assistência aos trabalhadores, a seus dependentes e até à população em geral. Então, esses são os eixos de atuação do Sesc, que eu também não vou aqui descrever, porque acho que são de conhecimento público.

A rede física de atuação do Sesc. Isso aí mostra mais ou menos onde está presente o Sesc, cuja leitura também não se torna necessária. Mas eu chamo a atenção, para os senhores terem uma ideia, para o fato de que hoje nós temos – essa carreta aí é uma carreta de mamografia – 24 carretas dessas espalhadas pelo Brasil. Qualquer governante, ao pôr uma carreta dessa em seu Estado, certamente faria uma propaganda enorme, porque eles têm convênios com os principais hospitais de câncer do Brasil que dão resultado na hora – na hora! A senhora entra lá, faz o exame, e o resultado sai imediatamente; depois vem, claro, um diagnóstico mais apurado. Mas com a ligação direta entre a carreta e esses hospitais especializados. O Sesc está presente em 2,2 mil Municípios. Nós gostaríamos de estar presentes em todos os Municípios brasileiros. Os recursos são pequenos, Senador Ataídes, se fossem maiores, nós estaríamos presentes em todo o Brasil, mas estamos presentes em 2,2 mil Municípios. E nós fazemos essa presença, ainda em outros Municípios – quando não com unidades físicas –, através de outros mecanismos: de carretas, balsas – não navios, mas balsas –, pequenas embarcações, principalmente na região ribeirinha amazônica.

Os grandes números do Sesc: R$1,9 bilhão aplicado no PCG (Programa de Comprometimento e Gratuidade); 133 milhões de atendimentos – estamos falando de 2017. São montantes expressivos, mas são baixos para as necessidades brasileiras. Se houvesse mais recurso, faríamos mais. É isso aí, um dos grandes números.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, temos resultados de 2017 que também são estratosféricos, como o número de atendimentos, mas que, volto a dizer, poderiam ser muito maiores se houvesse mais recursos. E temos programas, como o programa Mesa Brasil, que extrapola os eixos de atuação, mas que foi fundado, apareceu quando se fazia o apelo do Fome Zero, essa coisa toda. Eu queria, talvez, que fosse o único permanente, que permanecesse, já está aí há muitos anos e é feito não com os recursos da contribuição compulsória; é feito através de entendimento entre empresas, o Sesc, com o nome do Sesc, a credibilidade do Sesc, recolhe alimentos e faz doações a entidades, não a pessoas, mas a entidades sociais.

As áreas de atuação do Senac. O Senac, como bem colocou o companheiro Robson, se parece com o Senai, a formação profissional. O Senai, voltado para a indústria; e nós, voltados para as nossas atividades. Então, atuamos nestas áreas de trabalho de educação profissional, desde os ensinos iniciais, os cursos iniciais – há todo um roteiro de cursos –, até, inclusive, pós-graduação. Temos também ambientes pedagógicos especializados que são empresas pedagógicas que nós criamos para dar estágio aos trabalhadores que fazem os cursos regulares, os cursos dentro dos programas, dentro da formação programática. Eles têm que fazer estágio, por exemplo, em restaurante. Aqui mesmo, nós temos uma unidade de formação pedagógica, que é o nosso restaurante, com os nossos estagiários. Há profissionais, mas vêm os estagiários para aprenderem. E, quando eles saem daqui, só de dizerem que fizeram estágio, atendendo ao Senador Armando Monteiro, atendendo ao Senador Ataídes e aos Srs. Senadores, eles já têm emprego fácil; o mercado disputa esses alunos. Do mesmo modo, temos na Câmara dos Deputados, no Supremo Tribunal Federal, no Tribunal de Contas, no Ministério da Justiça, no Ministério Público. São empresas pedagógicas; nós não somos exploradores de restaurantes, até porque os restaurantes são nossos contribuintes, são empresas que estão ali para a formação profissional.

Essas áreas de atuação do Senac, como eu disse, são centros de formação profissional, empresas pedagógicas, centros especializados, unidades de ensino superior, estão aí os números, carretas escolares, balsa-escola e 46 unidades administrativas.

Estamos com o Senac presente em 1,9 mil Municípios brasileiros. Gostaríamos de estar em mais Municípios, mas não há recurso suficiente para estarmos presentes em todos. Além disso, há muitos cursos de educação a distância.

Os grandes números do Senac, também como fizemos com o Sesc, estão aí. Eu também não vou fazer a leitura, para não tornar cansativo, mas são números expressivos, mostrando o que se refere ao exercício de 2017. Somente no PSG, que é o programa de gratuidade, R$1,7 bilhão foram aplicados em cursos gratuitos.

Agora, nem tudo é gratuito. O Senador Ataídes bate muito: "Ah, o curso é muito caro". Nós temos cursos, por exemplo, de *sushi*. Nós temos alunos que não pagam, mas lá há médicos, dentistas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

professores que têm de pagar, porque não é para essa finalidade; a formação profissional é para pessoas que estamos tentando inserir no mercado, mas também não vamos tolher que alguém queira fazer um curso no Senac. Aí tem que pagar, e o custo é real, é um curso que se cobra, numa política de Robin Hood, para poder ajudar os demais que têm curso na gratuidade.

Com relação aos canais de diálogo com a sociedade – a Indústria colocou aqui –, são os mesmos, nós estamos na mesma direção, até nos antecipamos a alguns fatos, às orientações do TCU. Nós temos as redes sociais, o *website*, ouvidoria, controladoria, atendimento ao cliente, sempre com transparência. Eu dou o exemplo de Brasília, do qual sou presidente regional, e temos controladoria há mais de 15 anos. É uma *compliance*, para fazer com que eu não erre, com que nós, os administradores, não erremos, mostrando qual a legislação, como se atua. Temos ouvidoria. Qual o objetivo da ouvidoria? Ouvir a nossa clientela, a população em geral, o que está errado. Serve como uma assessoria para a gestão: "Olha, você está errando aqui, ali", e aí a gente faz os consertos. Então, nós temos esses controles sociais para a população.

O diálogo com a sociedade também se dá através de todas as mídias sociais, tudo que os senhores conhecem. Temos alguns números aí que são do nacional, mas esses números são surpreendentes em cada Estado brasileiro.

Volto a dizer que, quanto à questão da transparência também, o próprio TCU, em 2016, faz referência a isso. Está aí o Acórdão 699/2016, recente, que trata dessa questão e sugere buscar mecanismos de transparência que, em muitos casos, já estão atendidos. Claro que nem todos, certamente, estão nessa mesma linha.

Há uma série de outros documentos, outras maneiras de buscar essa transparência nos vários meios de comunicação e no País inteiro. Esses atos de atuação, Senador, às vezes eu fico me questionando, eu vejo os campos de atuação, por exemplo, do Sesc: educação, saúde e tal. Vou dar um exemplo muito simples. Só aqui no Distrito Federal, na área da cultura, não vou nem pegar São Paulo, nós temos sete salas de teatro que vivem lotadas de pessoas que não teriam acesso a um espetáculo teatral, trabalhadores. Onde está isso? Na Ceilândia, no Gama, em Taguatinga, para atender as pessoas simples, para estimular o aspecto cultural. Se nós pegarmos São Paulo... A ação do Sesc no Distrito Federal, na área da cultura – que me perdoe alguém que seja do Governo local –, é muito maior do que a da Secretaria de Cultura do Distrito Federal, que tem uma ou duas salas de espetáculo quase sempre fechadas, porque o Estado não consegue administrar, como nós o fazemos, essa área cultural. Se nós pegarmos São Paulo, Senador Ataídes, na área cultural – estou falando de cultura, mas isso é válido para saúde, para educação, para esporte, para lazer –, o que se faz na cultura em São Paulo através do Sesc é muito maior do que o que faz todo o Ministério da Cultura no País inteiro. Desculpe-me se houver alguém aqui do Governo Federal, do Ministério da Cultura. Essa é uma realidade palpável vista por todos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Vamos caminhar para o encerramento, amigo Adelmir. Vamos caminhar para o encerramento, por favor.

O SR. ADELMIR SANTANA – Estou com o tempo menor do que o dos meus antecessores, mas, de qualquer modo, concluindo, quero dizer que estamos sempre abertos, dispostos a dar as informações, porque não temos absolutamente nada a esconder, a encobrir. É transparência, e vamos melhorar cada vez mais a questão da transparência nessas unidades.

Muito obrigado a V. Exª. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Eu agradeço e quero fazer uma pequena ressalva aqui. No nosso Estado de Tocantins, lamentavelmente, estamos passando por mais uma cassação de governador e por uma eleição direta. E esse fato nos trouxe um tempo menor de comunicação com a nossa secretaria, devido à complexidade desse tema. Eu tinha dito a eles que nós iríamos fazer por categoria, mas, pelo fato de o amigo Adelmir estar aqui, eu o convidei para participar. Então, não estou querendo justificar a pressa que coloquei, falando tão somente de arrecadação direta ou indireta, mas nós vamos voltar a conversar, se V. Sª assim concordar. Por isso é que hoje nós estamos nos atendo ao Sistema Indústria.

Passo a palavra ao representante da Receita Federal, Dr. Fernando.

O SR. FERNANDO MONBELLI – Exmo Sr. Ataídes Oliveira, digno representante, Presidente desta Mesa, em nome de quem cumprimento os demais integrantes; Exmos Srs. Senadores e Deputados aqui presentes, senhoras e senhores, em primeiro lugar, é importante ressaltar o objetivo e os limites da participação da Receita Federal nesta Mesa.

O escopo da apresentação sobre a qual vou passar a discorrer é exatamente a natureza tributária dessas contribuições parafiscais para as entidades do Sistema S. Ao mesmo tempo, vou explicar o papel desempenhado pela Receita Federal na cobrança desses valores e também a possibilidade de algumas dessas entidades fazerem a dita arrecadação direta por parte desses entes privados.

No título Contribuições para Terceiros, é bom ressaltar que não só as entidades privadas são objeto do escopo desta apresentação e da participação da Receita Federal, mas também outros fundos e órgãos públicos que também são tratados da mesma forma no dispositivo legal que criou a Receita Federal do Brasil.

Dando andamento a esse tema, nós vamos à Lei 11.457, que está em letras pequenas, mas o que é importante dizer é que há uma ressalva expressa, uma diretriz legal de que a Receita Federal, além da cobrança dos tributos a seu cargo, os tributos diretos para a União, tem também a incumbência, fruto da unificação àquela época da Receita Previdenciária com a Receita Federal propriamente dita

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no âmbito da questão do custeio, de arrecadar e de fiscalizar as ditas contribuições previdenciárias constantes das alíneas "a", "b" e "c" da Lei 8.212, que são a contribuição patronal, a contribuição do empregador doméstico e a contribuição do profissional propriamente dito. No art. 3ª, em decorrência também dessa competência para o exercício dessa fiscalização na folha de salários, recebemos também as contribuições devidas a terceiros, exatamente porque faz parte do princípio da eficiência pública que, se há uma mesma base de cálculo, no caso, na maior parte dessas entidades, a própria folha de salários, em que se está fiscalizando a contribuição previdenciária, automaticamente, verificam-se os percentuais devidos a terceiros, fazendo o cotejo para efeito de fiscalização e, depois, de transferência dessas valores. Também é importante consignar, então, que esse papel da Receita Federal foi decorrente da unificação da Receita Federal do Brasil àquela época.

Há uma lista de terceiros que nós colocamos aqui, só para dizer que não são só as entidades privadas que são constantes desse rol. Existem o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que também é considerado um terceiro para esse fim, o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo também – vejam que são fundos públicos e instituição pública que estão no rol dos considerados terceiros para efeito de aplicação de critérios de arrecadação – e o Fundo Aeroviário, de competência da Anac, que também consta ali. A partir desse rol aqui, do item 5 aos demais, há Senai, Senac, Sesi e, na sequência, Sesc, Sebrae, que foi criado posteriormente, e o próprio Senar, cuja criação foi respaldada pelo art. 62 do Ato de Disposições Transitórias da Constituição, criado pela Lei 8.315.

A natureza tributária dessa contribuição parafiscal para esses entes ditos privados decorre da opção de ser albergado no art. 149 da Constituição Federal, que nos fala sobre a contribuição de interesse de categorias profissionais ou econômicas. Ali está o cerne da competência, inclusive uma ressalva expressa a algumas entidades, no caso do art. 240 da nossa Constituição. Então, por serem contribuições compulsórias, elas são consideradas parafiscais, porque não são propriamente do Orçamento da União, mas são de um orçamento em paralelo que é complementar àquelas atividades de Estado, em prol do bem desse rol de categorias que se inserem nessas entidades.

Há também o Sest, o Senat e o Sescoop, integrantes dessa lista de 13 itens.

A participação da Receita tem o percentual de 3,5% do montante arrecadado. Esse percentual é exatamente pela atividade que a Administração faz no controle e verificação desses valores, exatamente para que o Estado, digamos assim, tenha uma recomposição dos seus gastos no sentido de fazer essa fiscalização e arrecadação. O valor de 3,5% está estipulado em lei, uma lei específica, mas, eventualmente, há a ressalva de que ele pode ser alterado especificamente para uma ou outra circunstância, mas a regra geral é o valor de 3,5%.

Esses limites da competência de arrecadação residem na folha, na base da folha dos contribuintes, ou, no caso, por exemplo, do Senar, em que há uma contribuição substitutiva sobre a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

receita bruta, nós vamos ter, então, a incidência dela sobre o faturamento, acompanhando a mesma base de cálculo que é da própria contribuição dita originária, que, no caso, é a contribuição para o Funrural.

E os privilégios dessa cobrança de terceiro se revestem, pela própria lei, das mesmas características e prerrogativas da cobrança normal. Então, quando há cobrança, lançamento e depois encaminhamento à PGFN para inscrição em dívida ativa, há exatamente essa prerrogativa da cobrança executiva judicial, no caso, no sentido de cobrar da mesma forma como se cobram as contribuições previdenciárias. Evidentemente, as destinações, depois, são outras; a destinação é para essas próprias entidades.

Fazem parte do Sistema S aquelas numeradas do item 5 até o 13: Senai, Senac, Sesi, Sesc, Sebrae, Senar, Sest, Senat e Sescoop. São esses os chamados integrantes desse serviço.

Aqui, há um levantamento da arrecadação anual com essas entidades, dos valores que são cobrados da folha e do faturamento que são transferidos para essas entidades. O total para 2016 é de R$16,421 bilhões; para o ano de 2017, R$17,029 bilhões. Só para efeito de comparação, o Orçamento da União para 2016 foi em algo parecido com R$1,2 trilhão e, para o ano de 2017, R$1,3 trilhão. Esses valores não compõem o Orçamento da União, são um orçamento à parte, para o que depois há destinação, como todos sabem.

Aqui, há um gráfico que mostra o escalonamento por comparativo gráfico entre os valores recebidos pelas diversas entidades do Sistema S...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Dr. Fernando, permita-me.

O SR. FERNANDO MONBELLI – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Nesses 17 bi, está incluída a arrecadação direta pelo Sesi/Senai? Não, não é?

O SR. FERNANDO MONBELLI – Não, não está incluída.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – O.k. Obrigado, obrigado.

O SR. FERNANDO MONBELLI – Oportuniza-me também dizer, da fala do nosso representante da CNC, Adelmir Santana, a respeito da questão da transferência na distribuição dos dados. Eu não posso me furtar a dizer que os dados que representam os valores recolhidos...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO MONBELLI – ... pelas empresas a cada uma dessas entidades são sim disponibilizados, são sim informados às respectivas entidades. O que não acontece, que talvez antigamente pudesse acontecer, mas agora não acontece mais, é a questão da distribuição cruzada, por um simples motivo: se eu fizer a distribuição cruzada, eu estou descumprindo a prerrogativa da Receita Federal de proteção ao sigilo fiscal. Esse é o ponto pelo qual a Receita não faz mais a disponibilização cruzada de valores, Sesc para Sesi, Sesi para Senar. Mas as contribuições devidas de terceiros do Senar, ou do Sesc, ou do Senac, individualmente, de cada um da lista das empresas, é, sim, distribuída para os respectivos setores.

Então, aqui está o escalonamento. Como vocês percebem, lá, como a maior parte da curva da contribuição é sobre a folha, nós vamos ter um pico maior representando o mês de dezembro, o décimo terceiro salário, em que há um aumento da folha, natural, e há um recolhimento maior, a título dessa contribuição.

Arrecadação direta, agora. A arrecadação direta tem fundamento nesses dois decretos: o nº 5.735, de dezembro de 1965, e no art. 50 do Decreto nº 494, de 1962. Esses dois decretos regulamentam, publicam o regimento interno de cada uma das entidades: Sesi e Senai. É bom lembrar, e vai aparecer mais adiante, que a criação das próprias entidades foi feita por lei, através do Decreto-Lei nº 4.048, de 1942, e do Decreto nº 4.403, de 1946, que criaram, respectivamente, o Senai e o Sesi. Nesses dispositivos legais que criaram essas duas entidades, já há o caráter compulsório de contribuição das empresas privadas de cada um dos setores a essas entidades. Então, os decretos estão regulamentando uma situação que já decorre desses decretos-leis. Então, sim, tem base legal.

Até 2006 – aqui ele se refere –, uma parte do salário-educação era recolhida ao INSS, e outra parte ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. O Sest e o Senat, embora estejam autorizados expressamente por uma lei a também fazer cobrança direta, ainda não o fizeram, ainda não exerceram essa prerrogativa, que ainda está, então, portanto, só com o Sesi e com o Senai. Explico – vai aparecer mais adiante – que, na verdade, essa cobrança é feita por convênio entre a empresa e a entidade. Não se reveste de caráter de faculdade para a empresa. A empresa não pode simplesmente dizer: "Olha, eu vou resolver recolher diretamente". Não. Ela tem que passar por um convênio e tem que cumprir uma série de requisitos, inclusive capacidade de treinamento, de formação, para dar as devidas contrapartidas para que possa haver essa contribuição direta para a entidade. Então, não há uma compulsoriedade. É um recolhimento facultativo dessa contribuição por parte dessas empresas. Por outro lado – este é um ponto importante –, na própria Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP), nós vamos ter o campo normal em que há a respectiva folha de salários e o devido recolhimento para cada uma das rubricas, codificado, como guia, como confissão dessa dívida. E aquelas que têm a contribuição direta vão fazer, então, uma informação de que o recolhimento delas é diferenciado e vão colocar lá. Evidentemente, a fiscalização, chegando ao local, vai verificar se existe o convênio: "O convênio está aqui, está assinado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está formalizado." Agora, as questões inerentes ao próprio convênio são da entidade. A Receita Federal não vai se imiscuir lá, para verificar se há competência para x ou para y, porque não faz parte da nossa atividade.

Para nós, Receita Federal, como entidade sem fins lucrativos, importa, aí sim em caráter geral, a verificação das condições para que haja isenção para o Imposto de Renda sobre a Pessoa Jurídica, PIS e Cofins, que são aquelas previstas no art. 14 do Código Tributário Nacional, no que se refere, então, à exatidão da sua contabilidade, dos seus demonstrativos, à proibição de distribuição, a qualquer título, desses superávits que são colocados e também à destinação desses recursos aos objetivos sociais. Então, se esses três requisitos forem observados, ela cumpre os requisitos para o cumprimento das isenções como entidade sem fins lucrativos. Isso nada tem a ver com a questão da contribuição direta, vejam bem. É outro enfoque sobre a natureza jurídica dessas entidades.

Aqui se está falando da competência tributária. Está um pouco pequeno aqui, mas é como nós apanhamos essa questão no que diz respeito à possibilidade de essa entidade, como ente privado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO MONBELLI – ...fazer o recolhimento direto, à exigência das pessoas jurídicas para si mesmas.

Nós colocamos que a competência tributária é privativa. Então, o sujeito ativo lá é a União. A competência de instituição dessas contribuições e da intervenção de interesse das categorias profissionais e funcionais é da União, nos termos do art. 149 do CTN, mas as leis deferiram a possibilidade de delegação.

Isso não é novo. Nós tivemos o caso, por exemplo, da contribuição para a OAB, cuja natureza jurídica não é de autarquia. Houve essa discussão, como contribuição para fiscal, e o Supremo Tribunal Federal já disse que há essa possibilidade da cobrança por ela, mesmo sendo de caráter tributário.

Outro exemplo é a contribuição compulsória aos sindicatos, recentemente revogada agora pela reforma trabalhista, também constante, então, dessa possibilidade de recolhimento compulsório. Vejam bem: é aquela compulsória, porque a normal, que foi colocada em assembleia, é facultativa, é particular do próprio sindicato.

Então, a competência tributária é indelegável, mas a questão da administração do tributo e da sua fiscalização pode ser delegada, sim, e pode eventualmente ser revogada por qualquer ato legal que assim entenda que deva ser feito.

Quanto à fundamentação legal, como eu havia referido, há os dois decretos. Lá aparece decreto-lei, mas é decreto. São dois decretos que regulamentam a possibilidade de cobrança direta tanto por parte do Senai como por parte do Sesi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à arrecadação direta, vejam bem aqui os requisitos que são colocados: capacidade empresarial, manutenção dos programas especiais de treinamento, serviços internos voltados à socialização e saúde do trabalhador, equipamentos e instalações adequados ao programa que vai ser desenvolvido. Tudo isso é objeto de verificação pela própria entidade. São circunstâncias e situações especiais ou circunstâncias especiais que são regulamentadas em decreto, ou seja, a entidade é obrigada a seguir esse rito, esse regulamento. Ela não pode simplesmente escolher uma empresa A, B ou C e a ela deferir esse caráter de arrecadação direta. Ela vai ter de cumprir esses requisitos previstos em regulamento. E, assim, por se tratar de serviços técnicos voltados ao desenvolvimento do trabalhador, não estão na seara tributária propriamente dita de análise da Receita Federal.

Eu queria só explicar uma questão que houve e que, talvez, seja abordada pelo Dr. Júlio, que é a questão referente à interpretação da Lei 11.457, porque poderiam caber duas interpretações. Uma seria que, ao regular a administração da Receita Federal das contribuições de terceiros, seriam abarcadas automaticamente todas elas, inclusive as diretas, derrogando, então, as leis anteriores.

Quando houve a primeira tentativa de criação da Super Receita, através da Medida Provisória 258, esta colocava nos seguintes termos: havia no §5º uma exigência de que a Receita Federal só iria administrar essa contribuição de terceiros, de cada uma das entidades, se a entidade repassasse todas as contribuições para a Receita Federal, ou seja, as diretas e as chamadas indiretas pela Receita Federal. Esse foi um requisito que foi colocado na medida provisória, mas fruto... Em primeiro lugar, essa medida provisória caducou, não teve seguimento. Então, não tendo ela seguimento, os seus efeitos se revelam às relações jurídicas estabelecidas no seu período de validade. Então, ela não teve vigência. Uma IN foi publicada para regulamentar esse artigo da medida provisória, mas ela não chegou nem a entrar em vigor, porque a medida provisória caducou antes.

Então, esses são os termos. Essa apresentação vai ficar para os senhores. Não há por que fazer essa leitura, pelo adiantado da hora.

O importante é referir que a Lei 11.457, diferentemente disso, tratou de modo diferente. Ela não disse que todas as receitas têm de ser parte para que a Receita Federal pudesse administrar; simplesmente disse que aquelas receitas de terceiros seriam de administração da Receita Federal. Então, continuaram em vigor, a nosso ver, aqueles recolhimentos, aquelas contribuições ditas diretas.

Essa interpretação é embasada, é fundamentada também nessa possibilidade do Parecer PGFN/CAT 333, de 2010, que diz: "Dessa forma, com base na legislação, na doutrina e na jurisprudência apresentadas [nesse parecer], opinamos pela regularidade da cobrança para o Senai e Sesi que de forma direta promove a arrecadação das contribuições que a lei lhes destina."

E há a jurisprudência; são dois acórdãos. Um é o Resp 1272229/SC, de relatoria do Ministro Humberto Martins, que realmente considerou isso porque, em algum caso em que houve a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

necessidade de se executar alguma dívida, reconheceu-se então a capacidade de atuar pelo polo ativo da cobrança a própria entidade sem fins lucrativos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO MONBELLI – A outra jurisprudência é outro Resp (Recurso Especial), também dispondo dessa mesma forma sobre a arrecadação direta para Sesi e Senai.

Eram essas as considerações que eu queria fazer.

Agradeço a oportunidade e fico à disposição no que couber para posteriores esclarecimentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Agradeço a V. Sª, Dr. Fernando.

Por derradeiro, então, passo a palavra ao Dr. Júlio Marcelo de Oliveira.

O SR. JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA – Bom dia a todos!

Eu gostaria, em primeiro lugar, de agradecer o honroso convite desta Comissão para comparecer a esta audiência pública e de saudar o Presidente da Comissão, Senador Ataídes, os Parlamentares aqui presentes, os Senadores, o Deputado Federal que honra a Comissão com sua presença, todos os integrantes desta distinta Mesa e todos os senhores e senhoras presentes aqui.

O tema é importantíssimo. Eu parabenizo a Comissão e o Senador Ataídes por levantar essa discussão da transparência das entidades do Sistema S, a qual se insere nessa discussão maior por que passa toda a sociedade brasileira sobre a transparência na utilização de todos os recursos públicos. Todos os órgãos da administração direta, todas as entidades da administração indireta e também as entidades do Sistema S têm um dever com a sociedade de transparência na utilização dos seus recursos.

Este Congresso Nacional editou a Lei de Acesso à Informação, uma lei preconizando a transparência, e existe, a meu ver, ainda um período de aprendizado institucional. As instituições estão, umas mais avançadamente e outras mais refratariamente, se adaptando a esse novo paradigma de transparência total. E, no momento em que a sociedade brasileira, a meu ver, passa por uma transição de maior cobrança do cidadão em relação àquilo que é feito com seus recursos – há um questionamento da carga tributária, de quanto se arrecada, de quanto se paga e da qualidade dos serviços prestados, da resposta que o cidadão recebe –, é até, mais do que um dever de cidadania, uma questão estratégica para todas as instituições ser bem transparente, porque a sociedade tem o direito permanente de fazer a discussão sobre qual é a importância, a utilidade de uma instituição, se a sociedade quer manter o financiamento dessa forma ou de outra forma, e essa discussão,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

naturalmente, tem aqui no Congresso Nacional o seu local de ser. Acho que foi o Dr. Adelmir Santana que bem colocou isto: até por uma questão de estratégia, é importante que as entidades desenvolvam o máximo de transparência possível.

É justamente com essa transparência que todos poderão fazer uma avaliação – cada um tem seus critérios, mas o debate favorece a que essa avaliação seja aprimorada, mais técnica, mais científica – sobre a eficiência do gasto de uma instituição, e isso, evidentemente, vale para o Sistema S. É o tema central desta audiência a eficiência do gasto, a eficácia do gasto, a relação custo-benefício das entidades, o percentual de custos administrativos *vis-à-vis* com os custos efetivamente despendidos na sua atividade fim.

A transparência vai dar subsídios para que essa discussão se faça de maneira técnica, desapaixonada, baseada em números. As entidades que já estiverem bem nesses quesitos vão poder mostrar isto orgulhosamente para a sociedade brasileira: "Estamos gastando bem o seu dinheiro." E aquelas que não estão bem nesses requisitos vão ter um incentivo excelente para se aprimorarem. Se estão gastando muito na atividade meio, que reduzam os custos na atividade meio e que apliquem mais na atividade fim, porque é justamente isso que vai ser medido.

O TCU tem tido uma atuação bastante próxima no acompanhamento do Sistema S. Houve esse precedente, aqui já referido pelo Dr. Robson Braga, do Supremo Tribunal Federal, e referido pelos demais participantes também, falando do controle finalístico, que seria o objeto central do controle que se deveria fazer sobre as entidades do Sistema S. Entende o TCU, a meu ver de maneira acertada, que o controle finalístico... Essa é uma expressão que a Constituição não utiliza. Então, ficou um pouco não muito detalhado pelo Supremo o que ele entende efetivamente por controle finalístico. Passou isso no voto do Ministro Teori Zavascki, mas, no caso específico, o que se estava discutindo era a necessidade ou não de se realizarem concursos públicos no Sistema S. O Supremo decidiu que não era necessária a realização de concursos públicos, que o que há de se exigir é a observância daqueles princípios básicos de impessoalidade, moralidade, enfim, que permitam que o sistema recrute empregados com alguma liberdade e eficiência no processo de contratação, mas não se afaste desses princípios que regem a atividade administrativa, que são princípios que têm de estar presentes quando o recurso vem da sociedade.

O TCU, então, entende que o controle finalístico, assim como faz auditorias operacionais ou auditorias de resultado, insere-se nesse escopo em que não se deixa de verificar a legitimidade dos gastos na atividade meio, porque é preciso que haja a adequação desses gastos da atividade meio com a atividade fim, com o atingimento das finalidades, com uma correlação de pertinência e de adequação entre gasto da atividade meio, procedimentos da atividade meio, e a obtenção de resultados e o atingimento de fins. É o que o TCU está chamando de controle compreensivo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

considerando uma nomenclatura adotada pela Intosai, que trata das normas internacionais de auditoria.

No campo da transparência, o TCU tem um acórdão muito importante, que foi referido também aqui, que é o Acórdão 699, de 2016, da relatoria do Ministro Weder. Esse acórdão é um marco na fixação dessa posição do TCU, indutora dessa melhoria da transparência do Sistema S, estabelecendo vários critérios de transparência que deveriam ser adotados, a publicação do orçamento em um nível de desagregação idêntico àquele que é usado para aprovar o orçamento junto aos ministérios correlatos a cada entidade. Estabelece que essa publicação também evidencie, posteriormente, o quanto foi executado, números de atingimento de metas, remuneração de dirigentes e de servidores, faixas salariais, enfim, elementos que permitam que a sociedade saiba como o dinheiro está sendo gasto.

Dispositivos nessa mesma linha têm sido também adotados nas LDOs anuais. Então, além dessa recomendação do TCU, tem havido uma preocupação desta Casa, junto com a Câmara e com o Congresso Nacional, de estabelecer critérios. Tudo isso, acredito eu, faz parte de um processo de aprimoramento institucional das entidades do Sistema S, o que vai nessa linha do que a sociedade brasileira está exigindo cada vez mais de toda a Administração Pública.

Isso é importante. É importante a gente pontuar isso. Vou fazer menção ao caso da Fecomércio no Rio de Janeiro, que é um caso que realmente suscita a preocupação de toda a sociedade brasileira, porque mostra o que pode acontecer quando uma entidade começa a atuar sem transparência, tendo flexibilidade para gerir os recursos muito maior...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA – ...do que entidades da Administração Pública, dispondo de um volume considerável de recursos. Se isso não for feito com transparência, pode haver uma entidade capturada, às vezes, por um grupo dirigente mal-intencionado, que aplica os recursos de forma absolutamente discrepante dos objetivos da entidade, das finalidades a que ela se destina.

Esse caso, hoje, está sendo conduzido na esfera penal, na esfera criminal. São valores que causam espanto, pelo volume, e que mostram o quanto é importante que se tenha todo o cuidado com a transparência na gestão dos recursos que são arrecadados pelo Sistema S. O Sistema S arrecada uma boa quantidade de recursos. A previsão de arrecadação, se não estou errado quanto ao número, é da ordem de R$30 bilhões para este ano. Talvez, tenha havido uma queda por conta da recessão e da queda do número de empregados, mas é um valor considerável, que, do ponto de vista de quem está pagando, integra a carga tributária. Podem dizer: "Não, isso não é conceituado, não integra a arrecadação do Estado. Ele só operacionaliza." O.k., tudo bem, mas, do ponto de vista de quem está pagando, de quem está suportando a carga, é carga tributária, é aquilo que faz parte do esforço de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quem está no setor produtivo de dispor daquele recurso para uma entidade que vai prestar finalidades consideradas importantes, nobres etc., mas que não é ele diretamente que está fazendo, porque é uma arrecadação compulsória.

Então, todos esses cuidados precisam estar presentes, e o caso da Fecomércio é um caso emblemático, para mostrar o risco que existe na má gestão de um volume tão grande de recursos, se não houver realmente um acompanhamento, um controle presente, uma transparência efetiva.

Há um ponto que se revelou importante aqui na discussão da audiência. Não era inicialmente o ponto sobre o qual eu ia falar, mas, tendo em vista todas as abordagens que foram realizadas, fiz aqui um levantamento sobre a questão da arrecadação direta feita pelo Sistema Indústria.

A meu ver, o caso tem sua complexidade do ponto de vista jurídico, porque a previsão vem de um decreto que instituiu...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA – ...o Regimento Interno do Sistema Indústria, e esse Regimento Interno estava previsto no decreto-lei que criou essa contribuição. O decreto-lei não falava da contribuição direta, da arrecadação direta, mas isso se dava por meio do instituto de previdência, o IAPI. Mas o Regimento a previu, e se começou a cobrar, e sempre se cobrou. E aí nós temos essa situação, e, há quase 50 anos, se cobra dessa maneira.

Essa questão foi discutida num processo no Tribunal de Contas da União. A unidade técnica, a Semag, entendeu que essa cobrança careceria de fundamento legal, de base legal, de autorização legal, para que pudesse ser feita dessa forma. No curso do processo, o TCU ouviu a Receita Federal, e, na sua manifestação processual, a Receita entendeu que não haveria falta de norma dando suporte, que a contribuição sistemática estaria consolidada pelo tempo, e não demonstrou interesse em assumir esse papel da arrecadação desse tributo, considerando que seria neutra a arrecadação via Receita ou via direta, que haveria uma neutralidade do ponto de vista da arrecadação. Do ponto de vista do benefício fiscal que haveria para empresas que fazem a arrecadação direta, parece que há um mecanismo em que o Sistema Indústria concede um desconto nessa arrecadação de 5% a 20%, a depender dos requisitos que foram aqui mostrados pelo Dr. Fernando Monbelli.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA – Entendeu a Receita, e assim entendeu também o Ministro Relator no seu voto, o Ministro José Múcio, que, na verdade, não haveria um benefício fiscal, porque a empresa recolhe menos porque ela está antecipando o gasto na sua execução de políticas de preparação profissional para seus empregados ou de assistência social, e que, portanto,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

matematicamente, haveria um resultado neutro. Se ela não fizesse isso, ela arrecadaria, pagaria a arrecadação cheia.

Na minha primeira leitura sobre as normas, eu entenderia que, realmente, também falta o dispositivo legal que autorize a arrecadação direta, mas reconheço que o TCU tem um entendimento sobre isso e que, recentemente, o STJ, em dois acórdãos, reconheceu essa capacidade de cobrança dessa contribuição direta que não foi feita diretamente.

Então, acredito que ou o Judiciário tem de dar uma nova manifestação sobre isso, para manifestar um entendimento diferente, ou o Congresso Nacional pode sanar essa lacuna legislativa, de maneira explícita, estabelecendo a delegação da capacidade tributária da arrecadação dessa contribuição ou estabelecendo explicitamente que isso não pode ser feito. Também o Congresso Nacional tem a faculdade de legislar sobre isso e deixar o assunto indene de qualquer dúvida.

No caso do Sistema Comércio e do Sistema Transporte, há previsão legislativa dessa arrecadação direta, embora esses sistemas não exerçam essa prerrogativa. Mas ela está prevista em lei para esses sistemas. Então, nada impediria que fosse também prevista em lei para o Sistema Indústria. Acho que seria a maneira mais clara e mais simples de se tratar da situação, para não haver dúvidas sobre isso, embora o TCU e esses precedentes do STJ pareçam referendar o sistema assim como está.

Eu queria enfatizar aqui a pertinência da discussão que é suscitada pelo Senador Ataídes, porque é justamente com esse tipo de discussão e de questionamento que as entidades têm a oportunidade para se aprimorarem. Aqueles questionamentos que vêm da sociedade e que vêm por um legítimo representante da sociedade, que é um Senador da República eleito por uma massa expressiva de cidadãos do seu Estado, sobre a legitimidade de gastos ou sobre a legitimidade da forma de arrecadação, são, por si só, motivo de reconhecimento do zelo e do interesse pelo bom emprego dos gastos públicos, dos recursos públicos, e são a base para que a entidade possa se aprimorar. Aqueles questionamentos que podem ser esclarecidos com as normas, com os valores, com a demonstração fática e numérica restam atendidos, e aqueles que porventura não estejam assim tão bem atendidos podem ser aprimorados. Não haverá aprimoramento sem debate.

Chamou-me a atenção, Dr. Adelmir Santana, uma colocação que V. Exª fez, sobre a qual eu, pelo menos, tenho uma visão diferente – eu me permito compartilhá-la muito respeitosamente –, quando se trata da questão das gratuidades ou das cobranças para cursos prestados pelas entidades. V. Exª se referiu ao caso de um curso para se aprender a fazer *sushi* – poderia ser outra atividade qualquer –, que é aberto à comunidade. Nem sempre quem vai fazer o curso é alguém que vai desenvolver uma atividade profissional. Eu já tendo a pensar que essa é uma atividade que discrepa da atividade fim da entidade, porque o objetivo é formar mão de obra, e acaba que aquela pessoa da sociedade local, da comunidade, resta muito bem atendida, fica muito satisfeita com o sistema, mas não agrega na força de produção econômica da sociedade. Às vezes, ela vai fazer aquilo como um *hobby* na sua casa. Já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ouvi também histórias de pessoas que tiveram a oportunidade de fazer um curso de marcenaria no Senai, aqui no Distrito Federal, mas porque era um fã, era um *hobby*, gostava de bricolagem. Então, talvez, haja uma liberalidade na admissão de pessoas que não têm o perfil exato para usufruir de um curso que é tão importante para a formação da mão de obra brasileira, que é escassa de qualificação. Evidentemente, mesmo que ele esteja pagando pelo curso, ele está consumindo capacidade operacional efetiva de a entidade entregar para a sociedade aquele produto, que é a sua atividade fim, sua razão maior de ser.

A pessoa que fez um curso de *sushi*, por *hobby*, ou de bricolagem vai entrar na estatística como alguém que foi preparado pela entidade para o mercado de trabalho; no entanto, ela não tem nenhuma conexão com o mercado de trabalho. Isso acaba gerando, por mais que ela pague o curso, um desperdício de recursos públicos – há toda aquela preparação que se faz para o curso, a alocação de recursos humanos para estarem ali disponíveis, para que o curso seja prestado – e a perda de oportunidade. É um custo de oportunidade que não se recupera jamais.

São essas as considerações que eu queria trazer inicialmente, colocando-me à disposição dos Srs. Senadores, Sr. Presidente, para contribuir para o debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Agradeço ao Dr. Júlio Marcelo.

Eu obtive a informação aqui do nosso secretário que eu tenho...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – V. Exª é o primeiro da lista aqui.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone.*) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Eu tenho a prerrogativa de falar agora sequencialmente, porque sou o autor do requerimento. Depois, fala V. Exª. O segundo é o Senador Acir Gurgacz e, depois, Dalirio Beber. O quarto é Airton Sandoval; o quinto, Senador Roberto Muniz; o sexto, Flexa Ribeiro.

Eu tenho a prerrogativa de me manifestar aqui da mesa, mas acho que é de bom alvitre que eu passe a Presidência para o nosso Vice-Presidente desta Comissão, que é o Senador Airton Sandoval.

Peço ao Senador Airton Sandoval que assuma a Presidência, Senador, para que eu, então, faça as minhas considerações e indagações. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Resolvi ficar ao lado de um tucano, que, assim, eu me sinto mais seguro.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Assumo aqui a Presidência, por determinação do Presidente Ataídes, este grande Senador do Estado do Tocantins, que me vai dar um passe livre para eu entrar no Estado dele muito brevemente, quando for Governador daquele Estado, merecidamente. O Dr. Júlio Marcelo me pediu mais um minuto, porque ele deixou de fazer um esclarecimento. Eu vou conceder-lhe um minuto, para que ele complete o seu pronunciamento.

O SR. JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Peço desculpas pela minha falha. Eu não queria deixar de me referir àquele Acórdão 699, do TCU, a que eu me referi antes, do qual o Ministro Weder foi o Relator. Ele está agora numa etapa de monitoramento, em que o TCU está acompanhando a implementação das diretrizes de transparência pelas entidades do Sistema S.

O relatório da equipe técnica está concluído, e se verifica, realmente, uma heterogeneidade grande dos níveis de transparência das entidades. Há um registro de que há um avanço maior no Sistema Indústria, e isso a gente percebe aqui pelo sistema que foi apresentado, na forma da estruturação das informações e na forma da disponibilidade de acesso dessas informações. O Sistema Comércio também tem feito um importante avanço. E há alguns sistemas, algumas entidades que estão ainda atrás, refratárias, resistindo a implementar no grau recomendado pelo Tribunal, como o Sebrae. O Sebrae tem um registro de que realmente está devedor neste quesito transparência.

Então, eu só queria dar essa satisfação aos senhores do Congresso Nacional de que esse tema está sendo monitorado pelo Tribunal de Contas da União.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Só para a gente ter uma norma correta aqui com relação ao tempo que cada um dos indagadores poderá ter, eu gostaria de ouvir o Plenário na questão desse tempo. Seriam cinco minutos para as questões? Fazemos indagações em conjunto ou individualmente, e os debatedores responderão? Ou fazemos as várias perguntas, as várias indagações, e eles respondem posteriormente? Eu gostaria de ter essa manifestação do Plenário a respeito da melhor forma de conduzirmos esta reunião.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone.*) – São seis inscritos?

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – São seis inscritos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone.*) – Incluindo o Senador Ataídes?

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Incluindo o Senador Ataídes, porque...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone.*) – É um número pequeno. Poderíamos fazer individualmente.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Todo mundo concorda em ser individualmente?

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Eu só colocaria, Sr. Presidente, que, como autor deste requerimento, eu gostaria de ter o tempo suficiente. Prometo não me alongar muito, mas eu gostaria de ter um tempo diferenciado, por ser o autor desses requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Sendo autor do requerimento, tudo bem. Mas eu concordo que, tendo V. Exª um tempo privilegiado, eu também vou ter de conceder aos demais indagadores também esse tempo. Eu vou ser tolerante com relação ao tempo o máximo que me for permitido.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – V. Exª está correto.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Eu concedo, então, a palavra ao autor do requerimento, o Presidente desta Comissão, Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Agradeço, Sr. Presidente.

Mais uma vez, cumprimento o nosso representante da CNC (Confederação Nacional do Comércio), ex-Senador, sempre Senador Adelmir; o nosso Presidente da CNI, Dr. Robson Braga; o Júlio Marcelo, esse grande Procurador do TCU; o Dr. Saul; e também o Dr. Fernando, com quem já estive junto aqui em outras audiências públicas.

Eu obtive a informação há poucos minutos de que esta audiência pública que nós estamos realizando neste dia de hoje está batendo todos os recordes de visibilidade pelos nossos telespectadores. Por aí dá para perceber a importância desse assunto para a nossa sociedade.

Eu tenho aqui, Sr. Presidente, sido visto por diversos colegas nossos e até mesmo pelo Sistema S como o verdadeiro algoz do Sistema S. É difícil quebrar esse conceito, usando, inclusive, o próprio conceito do Monteiro, em que ele diz que é mais fácil quebrar a molécula de um átomo do que mudar a ideia de alguém.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone.*) – É mais fácil desintegrar um átomo do que quebrar um preconceito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – É mais fácil desintegrar um átomo do que quebrar um preconceito. Ele já usou isso aqui certa vez, e eu não esqueci.

Eu quero, *a priori*, dizer que, como empresário que sou há longa data neste País, a minha preocupação não é destruir, denegrir o Sistema S ou acabar com ele. Já falei isso repetidamente, e os senhores vão ver que o meu propósito não é esse. Eu tenho a mais absoluta certeza, Dr. Júlio, de que, um dia, alguém dentro deste Congresso Nacional e o povo brasileiro vão se lembrar deste Senador Ataídes com relação a esse sistema tão importante para o nosso povo. Eu tenho a mais absoluta certeza disso. Eu tenho 58 anos. Peço a Deus que me dê mais 20 anos, 30 anos. Se Ele der, acredito que eu vou ver.

V. Exª colocou, inclusive, o caso da Fecomércio do Rio de Janeiro, para o que tenho chamado a atenção ao longo dos anos, na Presidência, na gestão de Orlando Diniz. Em 2011, eu já vi que ele estava fazendo horrores com o dinheiro público. O resultado está aí: Lava Jato.

Eu ouvi e tenho ouvido sempre carinhosamente o nosso Presidente Robson Braga de Andrade. Eu gostaria de fazer aqui uma leitura, apesar de eu conhecer o sistema. Conheço tanto o sistema, que cheguei a escrever um livro em que, infelizmente, eu tive de colocar *Caixa-Preta do Sistema S*. Não era esse o título que eu queria colocar, mas, pela falta de transparência que eu não consegui... Isto aqui foi em 2011, e a transparência melhorou muito. Isso é fato, isso é verdadeiro. Mas, nesta época aqui, o TCU nos deu, então, aqui, através de uma auditoria que foi feita a nosso pedido, informações prestadas pelo próprio sistema, e essas informações prestadas pelo próprio sistema me deram condições de escrever este livro aqui. Eu gostaria de que ele tivesse outro nome: *Sistema S, o Pai da Profissionalização da Mão de Obra no nosso País*.

Pois bem. Mas aqui...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Fica para o próximo livro de V. Exª.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Mas, só para se ter uma noção melhor do que representa o Sistema S, nós estamos aqui a discutir um orçamento público que é o quinto do nosso País. É o quinto orçamento do nosso País. Essas contribuições sociais, em 2017, somaram R$23 bilhões!

Dr. Júlio, repito: é o quinto orçamento do nosso País.

Mas qual é a natureza jurídica dessas contribuições sociais? O Supremo Tribunal Federal, numa relatoria de Gilmar Mendes, interpretando o art. 149 da nossa Carta Maior, disse: é tributo. É tributo! Se é tributo, então essa arrecadação é tributo. Aqui, isso foi bem colocado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estou com um mapa da CGU (Controladoria-Geral da União) em que, em 2016, o sistema, como um todo, arrecadou R$32,242 bilhões. Só o Sistema Indústria arrecadou R$13,3 bilhões – foram R$13,3 bilhões! – em 2016. O de 2017, infelizmente, ainda não temos esse número. E, desses R$13,3 bilhões que a CGU disse para nós aqui, R$7,5 bilhões foram de arrecadação feita diretamente. Emitiu-se um boleto a determinada grande indústria, e ela foi ao banco e pagou esse boleto. E, lá na GFIP, eles colocaram "000", ou seja, nós não devemos, nós não temos de arrecadar via Siafi, Receita Federal. E o Sistema Comércio arrecadou algo em torno de R$11 bilhões em 2016.

Então, olhe o tamanho da gravidade: em 2015 – não tenho os dados de 2016, por falta de informação mesmo –, a CGU disse que arrecadou, ou melhor – desculpa –, que há uma disponibilidade financeira em todo o sistema de R$17,6 bilhões. Isso se deu em 2014. Eu tenho uma informação derradeira de que o sistema, hoje, tem mais de R$25 bilhões aplicados no mercado financeiro.

Mas o que mais me preocupa é saber que tenho falado muito com a Receita Federal do Brasil – já estivemos aqui com o Dr. Fernando; esta é a segunda vez – e que percebo que a Receita Federal continua dizendo que é legal essa arrecadação. Isso é que me preocupa muito! Isso me preocupa muito.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Vou ler carinhosamente a legislação. Eu o farei carinhosamente. Espero ter...

Eu gostaria, Sr. Presidente, de não ser interrompido, eu gostaria que não houvesse conversas paralelas, Sr. Presidente, porque irei respeitar o contraditório dos meus colegas, como sempre fiz nesta Casa. Sempre agi dessa forma.

Pois bem, com relação à natureza jurídica dessas contribuições, eu já disse o que está no Tribunal Superior Eleitoral: trata-se de tributos.

A criação dessas entidades e fundos, bem como a instituição das contribuições que custeiam suas atividades estão disciplinadas em extensa legislação, parte dela muito antiga, da década de 40, que não foi realizada ou consolidada após a Constituição de 1988, fatos que, por si só, revelam a dimensão da complexidade da aplicação das respectivas normas e consequentes discussões sobre estas.

As empresas pagam as contribuições às instituições do Sistema S com base nas seguintes alíquotas... É o que já foi dito aqui. No caso do Sesi/Senai, são 2,5%, assim também em outras categorias. Nas categorias do comércio, do transporte e do setor rural, são 2,5%. Inclusive, aqui há uma anomalia jurídica: o povo brasileiro paga 0,2% para o Incra. Por que a indústria automobilística tem de pagar 0,2% para o Incra? É só um detalhe que estou colocando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos para a arrecadação direta.

Antes de falar da arrecadação direta, eu gostaria de salientar que há um desvio de finalidade do Sistema S, que tenho dito há longa data, que me preocupa muito, muito, e que está no livro. Há um desvio de finalidade. A finalidade do Sistema S é qualificar mão de obra e levar lazer e saúde. A CNC acabou de construir quatro prédios ali por R$750 milhões. Pegou o dinheiro do povo para qualificar a mão de obra do trabalhador, para levar lazer e saúde, construiu quatro prédios e agora os está alugando para a DPU e para a Procuradoria Nacional da Fazenda Pública por R$52 milhões. Vou repetir: pegou o dinheiro para qualificar mão de obra, construiu o prédio e agora o está alugando para o povo. É desvio de finalidade. Foi para o comércio. Acabou-se a gratuidade, e se cobra praticamente tudo. Não estou me referindo muito ao Sistema Indústria, não, mas ao Sistema Comércio.

Bate à porta, lá em Tocantins, uma senhora, que, para ajudar na renda familiar e na do seu marido e para fazer um curso de cabeleireira, tem de pagar R$1,68 mil, sendo que o sistema tem hoje algo em torno de R$25 bilhões aplicados no mercado financeiro.

Então, o desvio de finalidade é uma coisa extraordinária que está ocorrendo dentro do Sistema S, e isso muito me preocupa.

Vamos para a arrecadação direta.

Conforme a legislação que promoveu a unificação dos Fiscos federais, a Lei 11.457, de 2007, a arrecadação das contribuições de terceiros, tão falada aqui, que está no campo de terceiros na GFIP – bote lá "terceiros" –, somando, parece que dá 5,65%. Juntamente com as contribuições previdenciárias, estão inseridas as contribuições da Receita Federal do Brasil.

Diz o art. 2º:

> Art. 2º Além das competências atribuídas pela legislação vigente à Secretaria da Receita Federal, cabe à Secretaria da Receita Federal do Brasil [vamos lá, Dr. Fernando!] planejar, executar, acompanhar e avaliar as atividades relativas à tributação, fiscalização, arrecadação, cobrança e recolhimento das contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e das contribuições instituídas a título de substituição.

Essa é a Lei 11.457, de 2007, e V. Sª trabalha em cima dela, evidentemente, como um dos grandes representantes da nossa Receita Federal do Brasil.

O art. 3º dessa lei diz o seguinte: "Art. 3º As atribuições de que trata o art. 2º desta Lei se estendem às contribuições devidas a terceiros, assim entendidas outras entidades e fundos, na forma da legislação em vigor, aplicando-se em relação a essas contribuições, no que couber, as disposições desta Lei."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entretanto, é de conhecimento público que o Serviço Social da Indústria (Sesi) e o Senai realizam arrecadação diretamente junto às empresas com as quais foram firmados convênios com o objetivo de viabilizar tal prática.

A delegação da capacidade tributária ativa é pacificamente permitida pelo Código Tributário Nacional, a Lei 5.172/66. É o Código Tributário Nacional. Contudo, tal delegação exige previsão legal, em lei, *stricto sensu*, editada pelo ente dotado de competência para tanto. A delegação realizada por meio de qualquer outro ato normativo, incluindo decreto, não pode, pois, ser considerada válida, ou seja, é indelegável a arrecadação de tributo por entes privados. Qualquer leigo dá conta de ver isso. É indelegável! Só quem pode arrecadar tributo é Município, Estado, Distrito Federal ou União ou quem também de direito público for autorizado. Senão, eu vou arrecadar tributo. Eu, a qualquer momento, vou arrecadar tributo. Está entendendo, Dr. Júlio? Eu vou arrecadar tributo.

O Decreto 494/62, embora editado antes da Constituição Federal de 1988, por ela foi recepcionado, nos termos do seu art. 240. Contudo, naquilo que a contraria, tal decreto perde sua eficácia material e não pode ser aplicado. Como é que um decreto vai suplantar uma lei?

Nesse decreto, o seu art. 50 diz o seguinte: "Art. 50. Visando ao atendimento de situações especiais, determinadas empresas poderão recolher as suas contribuições diretamente aos cofres do Senai." Desse modo, vislumbramos que o disposto no art. 50 do Regimento Interno do Senai viola o ordenamento jurídico vigente, em especial o art. 150, inciso II, da nossa Carta Maior, não servindo, portanto, como fundamento para a arrecadação direta pelo Senai das contribuições a ele devidas. Ou seja, está afrontando a nossa Carta Maior, a nossa Constituição Federal.

Ademais, do modo como está redigido o art. 50 do Regimento Interno do Senai, demandaria o estabelecimento de normativos que disciplinassem as tais situações especiais, bem como os critérios que definissem as empresas que poderiam recolher suas contribuições diretamente ao Senai. Contudo, não foi encontrado, nem no Regimento Interno do Senai, nem na legislação que disciplina a contribuição social devida à entidade, dispositivo nesse sentido. Na falta de tais normativos, o art. 50 dá margem à discricionariedade e ao estabelecimento arbitrário de tratamento diferenciado entre contribuintes em situação equivalente.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, nós temos aí uma disciplina em relação ao tempo? Há algum tempo limite, ou ele é ilimitado?

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Eu ia tomar a seguinte decisão. Mandei computar o tempo que ele ia utilizar. Estão computando o tempo. Esse tempo... Depois disso, eu ia estabelecer um limite de dez minutos para cada um dos posteriores, mas eu...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, permita-me lembrar que V. Exª, com muita equidade, disse que daria a todos o mesmo tempo do Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Sim. Mas é...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Agora, é preciso limitar o tempo do Senador, porque, do contrário, nós não vamos sair daqui hoje. Ou seja, ao reproduzir o tempo do Senador Ataídes, esta sessão vai se estender extraordinariamente. Então, há de se estabelecer um limite de tempo para a intervenção do Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Sr. Presidente, permita-me... Sr. Presidente, permita-me...

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Permito!

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Primeiro, a prerrogativa de estar sentado nessa cadeira e falar é minha. Eu abri mão dessa prerrogativa para vir aqui.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Não!

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Abri mão, abri mão!

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Mas o Presidente da Mesa é que fixa o tempo, a disciplina de tempo.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Sr. Presidente...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Então, V. Exª volta para a Presidência e se autoconcede o tempo que desejar.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Sr. Presidente, o senhor e os nossos ouvintes...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Sr. Presidente, pela ordem!

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – ... percebem que a minha leitura está perturbando. Agora...

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Não, é que precisa haver o tempo.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Eu preciso concluir. Eu não vou demorar, Sr. Presidente. Eu preciso disso. O tema é delicado, Sr. Presidente.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Sr. Presidente, pela ordem!

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Se o senhor colocar aqui que vou ter de parar com a leitura, nós vamos fazer o seguinte: eu retorno para a Mesa e encerro a sessão. Pronto!

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Faça isso, Senador!

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – É tudo o que V. Exª quer!

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Faça isso! Faça isso!

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Sr. Presidente...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Mas não o farei! Não o farei!

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Pela ordem, Presidente!

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Não o farei! Não o farei! Eu sou o Presidente...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Faça isso, Senador Ataídes!

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – É uma questão de encaminhamento, Presidente.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Peço que me retorne a palavra, Sr. Presidente, por favor!

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Sr. Presidente, é uma questão de encaminhamento.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Faça isso!

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Eu vou retornar a palavra a S. Exª, mas antes a Mesa vai decidir o tempo que nós vamos...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – O Dr. Robson teve o tempo que ele quis, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – É uma proposta de encaminhamento, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Eu não posso assistir...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Volte para a Mesa e encerre a sessão, Senador Ataídes.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – ... por tempo indeterminado às pessoas que estão presentes. Eu teria...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Eu vou concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Eu teria de conceder o mesmo tempo aos demais.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Peço um encaminhamento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – A minha ideia era limitar o tempo de todos os que indagarão e participarão do processo depois ao tempo de V. Exª. Só que eu ia fazer da seguinte forma: eu ia limitá-lo em dez minutos e teria tolerância quanto ao limite do tempo que foi usado pelo Senador Ataídes Oliveira.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Ele já falou por 11 minutos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Se não houver nenhuma contrariedade, nenhuma objeção dos presentes...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – ... vai ficar estabelecido dessa forma.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Sr. Presidente, eu quero fazer uma proposta de encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Eu concedo a V. Exª, então, mais cinco minutos. É tempo suficiente para V. Exª?

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Não, não é, Sr. Presidente.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – São cinco minutos para ele concluir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Não é suficiente. O tema é delicado, e eu preciso concluir, Sr. Presidente.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Não pode ser assim.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Permita-me, permita-me...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Não pode ser assim.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – ... porque, senão, eu volto e assumo essa Presidência, Sr. Presidente.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Presidente, por favor...

O senhor não pode ameaçar o Presidente!

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Reassuma a Presidência!

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Deixe-me concluir, Sr. Presidente.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Reassuma a Presidência!

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Não é possível isso. Não é possível! Pelo amor de Deus... E o Regimento da Casa?

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Cinco minutos é tempo suficiente?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Quem estiver no exercício da Presidência...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Por favor, eu quero o Regimento da Casa.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Deixe-me concluir. Deixe-me concluir.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Isso não é possível.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Eu ouço o Senador Flexa Ribeiro, pela ordem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, V. Exª, que preside esta audiência...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Quem preside é V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – ... V. Exª tem que dar os limites a cada um de nós.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Há um Regimento...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – O autor do requerimento tem a preferência, mas... (*Falha na gravação.*)

... de todos os Senadores que compõem a Comissão.

Então, o Senador Ataídes já usou... Eu não marquei o tempo que...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Onze minutos. Onze minutos!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – V. Exª está concedendo mais cinco minutos...

Senador Ataídes, não dá para V. Exª resumir a participação de V. Exª na arguição? Porque após a arguição nós vamos ter a réplica e a tréplica, e V. Exª vai ter mais tempo para usar da palavra.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Sr. Presidente, esse tema é delicado. V. Exª percebe a preocupação dos nossos colegas. Deixe-me continuar, porque é muito importante. Eu estou fazendo uma leitura e vou tentar ser mais breve ainda.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Eu quero saber, Sr. Presidente, se vai haver disciplina de tempo. V. Exª está concedendo tempo adicional. Qual é o tempo adicional?

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Ele usou, até agora, 15 minutos...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Já usou 15...

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Ele já usou 15 minutos. Eu vou conceder mais cinco minutos e vou agir da forma como falei anteriormente.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Sr. Presidente, eu reassumo a Presidência e vou ler.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. AIRTON SANDOVAL (PMDB - SP) – É sua.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – É um...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Meu Deus do céu... Isso é uma coisa absurda!

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Nós não viemos aqui para ouvi-lo...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Absurda! Nunca antes vista aqui no Senado.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Nós não viemos aqui para ouvi-lo. Nós viemos aqui para ouvir os convidados. Certo?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Se V. Exª não quer ouvir, por favor, se retire.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Isso eu faço no exercício da minha prerrogativa como Parlamentar. Ninguém veio aqui para ouvi-lo...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Pelo amor de Deus, Senador!

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Nós viemos aqui para ouvir os audientes.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – V. Exª não pode presidir a Mesa com essa regra.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Mas vai ouvir. Vamos lá.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – V. Exª está contra o Regimento Interno da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Além do já exposto, temos que a lei de introdução ao Código Civil, Decreto-Lei 4.657, de 1942, traz dispositivo que torna revogado qualquer dispositivo que controla, conforme abaixo.

(*Tumulto no recinto.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Vamos sair, porque ninguém veio aqui para ouvi-lo. Certo?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Ou seja...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Vamos nos retirar desta reunião...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Vamos esperar a retirada de V. Exª.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – ... de alguém despreparado para a convivência democrática.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Vamos esperar a retirada. Vamos esperar.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone.*) – Está instrumentalizando a Comissão. Está instrumentalizando a Comissão. Não respeita os seus pares nem esta Casa. Está certo? Ninguém veio ouvi-lo aqui, não! Nós viemos ouvir os audientes que estão aqui.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Eu peço a V. Exª, então, que se retire.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Eu vou continuar lendo. Eu vou continuar lendo. Quem quiser se retirar que se retire, por favor.

Eu vou continuar a leitura. Vou continuar!

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Além do já exposto... Vamos lá: além do já exposto, temos que a lei...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Acha por bem sair? (*Pausa.*)

Esse é o Sistema S.

(*Tumulto no recinto.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Eu vou continuar lendo, eu vou continuar lendo. Eu vou ler!

Dr. Júlio, V. Exª, que é um Procurador da República, que representa os interesses do povo brasileiro... Dá para perceber quem é o Sistema S.

Noventa e oito por cento do Congresso Nacional, lamentavelmente, protegem o sistema. Eu concordo com essa proteção, mas ela tem que ser comedida, e não da forma como a gente acabou de ver aqui. Eu venho debatendo esse tema ao longo dos anos, mas, infelizmente, não tenho tido resultado.

Vou continuar lendo.

Além do já exposto, temos que a Lei de Introdução ao Código Civil, Decreto-Lei nº 4.657/42, traz dispositivo que torna revogado qualquer dispositivo que contrarie a lei mais nova, conforme abaixo:

> Art. 2º Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que a outra a modifique ou revogue.

Ou seja, qualquer decreto anterior já era!

Prossigo:

> §1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

Ou seja, os decretos, com o advento da Lei 11.457, caíram literalmente por terra.

A lei de criação, então, da Receita Federal, a quem eu me refiro, prevê claramente que a arrecadação é de responsabilidade exclusiva da própria Receita Federal, conforme se segue no art. 2º:

> Art. 2º Além das competências atribuídas pela legislação vigente à Secretaria da Receita Federal, cabe à Secretaria da Receita Federal do Brasil planejar, executar, acompanhar, avaliar as atividades relativas à tributação, fiscalização, arrecadação, cobrança e recolhimento das contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" [conforme eu já havia mencionado] [...].

E há também o art. 3º, que trata das contribuições devidas a terceiros.

A arrecadação direta junto às empresas foi objeto de avaliação pelo Tribunal de Contas da União (TCU), na Tomada de Contas nº 030409/2008. A unidade técnica do TCU constatou que a cobrança direta é irregular por ausência de expressa previsão legal nos casos do Sesi e do Senai – o Tribunal de Contas! Vários, mas vários acórdãos, dizem, Dr. Saul, que é ilegal essa cobrança direta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A fundamentação para a cobrança direta das contribuições sociais pelo Sesi e Senai reside apenas no Regimento Interno da instituição, aprovado pelo Decreto 4.494, de 1962, do qual já falamos aqui, que determina, em seu art. 50... Não vou repetir, vamos passar para frente.

A própria Receita Federal do Brasil reconhece, no seu Ofício 601, recente, que a contribuição ao Senai e ao Sesi, da capacidade de arrecadação diretamente às suas contribuições sociais a eles devidas, tem embasamento jurídico apenas nos decretos anteriormente mencionados, argumentando, no entanto, que, "a despeito de tais instrumentos não serem lei em sentido estrito, habilitaram as entidades ao exercício da capacidade tributária ativa por mais de quarenta anos e teriam, portanto, se convalidado pelo tempo [...]".

Olha só! Olha só! A Receita acabou de dizer para nós, agora recentemente, que, pelo costume de 40 anos arrecadando diretamente, passou a ser lei. Então, pronto: um cidadão que mata há 40 anos está hoje, então, amparado pela lei, porque ele está matando há 40 anos.

Eu tenho o maior carinho e respeito pelo Dr. Robson, que está aqui. Ele sabe que eu tenho o maior carinho e respeito. Mas eu estou aqui lutando para ver se a gente faz uma correção para esse sistema tão magnífico continuar prestando serviço ao nosso povo. A Receita Federal do Brasil, no expediente que foi dirigido a mim – 601, de 2017 –, disse: "Olha, o costume está consolidado." Fala mais do que a Lei nº 11.457. Então, pode largar o Congresso Nacional! Vamos deixar que o tempo, então, por si só legisle.

Continuo: "[...] suprindo, assim, o requisito" – argumento que a equipe técnica do Tribunal de Contas da União refuta com a justificativa clara de que a nulidade de um normativo não se convalida com o tempo.

Não sou eu agora; é o Tribunal de Contas da União.

Concordamos plenamente com a opinião da equipe técnica do TCU, pois não faz nenhum sentido dizer que uma prática se tornou legal somente por ser aplicada há muito tempo.

Causa-nos espécie a argumentação da Receita Federal do Brasil acima citada, pois instrução normativa da própria Receita Federal contida na previsão legal diz que é preciso previsão legal. O que é previsão legal? Previsão legal é lei.

A Instrução Normativa 971, de novembro de 2009, da Receita Federal, em seu art. 111, §1º, estabelece, corretamente, que a cobrança direta das contribuições pelas entidades do Sistema S depende de previsão legal. A Receita diz que precisa de previsão legal. Previsão legal é lei.

> Art. 111. A arrecadação da contribuição destinada a terceiro compete à [...] [Receita Federal], que o faz juntamente com as devidas à Previdência Social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

> §1º O recolhimento pode ser feito diretamente à entidade ou fundo, se houver previsão legal.

Ou seja, a Receita Federal, aqui nesta resolução, está dizendo: se houver previsão legal, se houver respaldo legal, pode. O que é respaldo legal? O que é respaldo legal? Eu fiz o curso de Direito na década de 1980 e advoguei por quatro anos só. Respaldo legal para mim é lei. Não há lei! Chamo a atenção para o seguinte termo citado na instrução: "se houver previsão legal" – o que não ocorre no caso em questão.

Ainda pior do que o argumento da Receita Federal é o da cúpula do TCU, que, para manter a arrecadação direta das entidades citadas, manifesta-se dizendo que o caso configura mera omissão legislativa.

Ademais, no Ofício 601, supracitado, a Receita Federal do Brasil cita um recurso especial e um agravo regimental no recurso especial, junto ao Superior Tribunal de Justiça, alegando que tais julgados confirmam. Esse jugado lá – é bom que se diga – diz: arrecadar tão somente as contribuições adicionais. Pode buscar o julgado do Superior Tribunal de Justiça.

Lá diz o seguinte: "Nós não vamos ao mérito. O adicional pode ser cobrado". O adicional é aquela empresa que tem mais de 500 funcionários.

Mostra-se importante acrescentar que o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte... E aqui já foi dito que o Congresso Nacional, legislando, cometeu esse grave erro, dizendo que o Sest e o Senat poderiam recolher diretamente, mas, responsavelmente, eles não estão fazendo esse recolhimento.

Pois bem. O entendimento da equipe técnica do Tribunal de Contas da União e da Consultoria do Senado Federal é de que, caso existisse igual previsão constante de lei no sentido estrito, direcionada ao Sesi e ao Senai, o imbróglio jurídico seria solucionado. Contudo, cabe salientar que a arrecadação direta se mostra claramente antieconômica para a própria entidade que a realiza, pois a Receita Federal do Brasil cobra um percentual de 3,5%.

Primeiro, o Brasil está perdendo 3,5%. Segundo, com isso, não há transparência; com isso, falta o que o Dr. Saul nos falou aqui hoje: falta transparência. Uma vez arrecadando por fora, falta transparência.

E, aqui também, há o benefício tributário diferenciado. Ainda com relação ao Sesi e ao Senai, essas instituições concedem benefícios tributários a algumas empresas, conforme detalhamento abaixo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senai: redução da contribuição a ser paga em razão da dedução das despesas efetuadas pela empresa contribuinte com programas de desenvolvimento de pessoal. Ou seja, descontos são dados a essas empresas que têm convênio.

Sesi: redução da contribuição a ser paga em razão da dedução das despesas efetuadas pela empresa contribuinte com a manutenção de serviços assistenciais prestados pela empresa a seus empregados e respectivos dependentes.

Contudo, tais benefícios podem corresponder a violações do preceito fixado no art. 150, inciso II, da Constituição Federal, que veda a instituição de tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente. Constituem, ademais, claras violações ao preceito do §6º do art. 150 da nossa Constituição Federal, que exige previsão em lei específica para a concessão de qualquer forma de benefício tributário.

O art. 150 da Constituição diz:

> Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:
> .....
> II – instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.

Aqui, da transparência. Eu vou evitar a leitura, mas o art. 70 diz que, em princípio, cabe deixar bem claro que faz parte da obrigação de qualquer entidade que administra recursos públicos prestar contas da utilização desses recursos, conforme previsto na Constituição Federal.

> Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade [e aqui foi citado o art. 37 da nossa Constituição Federal pelo constitucionalista Dr. Saul], legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo o sistema de controle interno de cada Poder.
> Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou [...] [entidade pública], que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.

E aqui, Senador José Medeiros, as confederações recebem parte desse dinheiro. No caso da CNI, recebem 4%. Não presta conta nem ao Tribunal de Contas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 70 está muito claro. É sabido que os entes do Sistema S não estão enquadrados não administração pública direta ou indireta – nós sabemos disso – por serem entidades privadas, porém, são mantidas com recursos públicos. Portanto, deveriam obedecer aos princípios basilares da administração pública, como a legalidade, que já foi mencionada aqui (art. 37).

No intuito de garantir-se o mínimo de transparência ao orçamento das entidades integrantes do Sistema S, foi editado o Decreto 3.334, de 2000, que delega competência ao Ministro do Trabalho e Emprego para aprovar o orçamento do Sesi e tal.

Vamos partir para o fim para não cansar os nossos colegas.

Embora se verifiquem alguns avanços, ao acessar os *sites* das referidas entidades, constata-se que o dever de transparência dos orçamentos das entidades integrantes do Sistema S ainda não é plenamente cumprido por algumas entidades, Dr. Robson, conforme citado no Acórdão 3.214, de 2013, do TCU.

Acrescento que visitamos todos os *sites* das entidades citadas e que algumas delas não estão divulgando sua arrecadação, especificando o montante transferido pela União e o arrecadado diretamente, conforme exigido claramente pela LDO. A nossa LDO de 2018 determinou no seu art. 6º, se eu não estiver enganado, que trimestralmente o Sistema S teria que publicar no *site* da Internet os seus balancetes, coisa que infelizmente algumas entidades não vêm obedecendo.

Além disso, somente o Sesi, o Senai e o Sebrae divulgam as suas demonstrações. É bom que se diga isto: o Sesi, o Senai e o Sebrae têm divulgado as suas contas. No caso do Sesi, tentamos fazer a compilação dos dados contábeis. Entretanto, no *site* de cada um... Porque é feito regionalmente, então nós tivemos uma dificuldade muito grande de consolidar o balanço do Sesi e também do Senai.

Em suma, fica impossível saber quanto foi arrecadado diretamente. Nós temos dito isto aqui. Até para o TCU, se for perguntado quanto o Sistema Sesi/Senai arrecadou, o TCU não sabe. O TCU tem que perguntar para as duas entidades.

É importante salientar que o dever de transparência é imposto a essas entidades, desde a publicação da Lei nº 4.320, de março de 1964, que dispõe o seguinte em seus arts. 107 e 109:

> Art. 107. As entidades autárquicas ou paraestatais [que é o caso], inclusive de previdência social ou investidas de delegação para arrecadação de contribuições parafiscais da União [que é o caso], dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal terão seus orçamentos aprovados por decreto do Poder Executivo, salvo se disposição legal expressamente determinar que o sejam pelo Poder Legislativo.
> .....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Art. 109. Os orçamentos e balanços das entidades compreendidas no art. 107 serão publicados como complemento dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal [...].

Pois bem, eu concordo em que gostaria... E, aqui, ainda, educadamente, o Presidente da Confederação Nacional da Indústria, Dr. Robson Andrade, continua aqui conosco.

Agradeço, Dr. Robson. Peço desculpas se, porventura, exagerei um pouco.

O SR. ADELMIR SANTANA (*Fora do microfone*.) – Também estou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Mas eu vou me referir a V. Sª, pode ter certeza disso. Estou indo por etapa.

Portanto, peço desculpas a V. Sª se, porventura, eu fui indelicado ou cometi algum exagero na minha fala, como também a esse querido amigo, ex-Senador da República, hoje Vice-Presidente da Confederação Nacional do Comércio, por quem tenho o maior carinho e respeito.

Eu gostaria muito que nós fizéssemos um acordo. Eu botei projeto nesta Casa em 2011, criando uma lei geral, Dr. Júlio Marcelo. Coloquei aqui vários projetos, criando uma lei geral para o Sistema, mas não saiu da gaveta, porque é um contra todos. É um contra todos! Chegou aqui o querido Medeiros, e já pediram para ele retirar. São todos contra um. Mas tenho certeza de que um dia todos vão olhar para esse um. Eu tenho uma lei aqui magnífica para regularizar.

Eu gostaria, Dr. Robson – o senhor tem todo o direito à fala –, que a gente sentasse para fazer um acordo, para ver se a gente acaba com essa arrecadação direta. Todos nós estamos perdendo com isso, não é?

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Claro, Dr. Robson, com todo o prazer, o senhor pode fazer o contraditório. Fique à vontade, Dr. Robson.

O SR. ROBSON BRAGA DE ANDRADE – Agradeço ao Senador Ataídes me dar a palavra.

Como o senhor sabe – já o tinha avisado –, tenho um voo agora; vou ter de me ausentar em seguida. O senhor sabe também que estou sempre à disposição para discutir, para conversar.

O objetivo que temos à frente da Confederação Nacional da Indústria é de sempre melhorar a nossa gestão e fazer com que ela traga mais benefícios para a indústria brasileira e para os trabalhadores do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só algumas coisas eu gostaria de colocar aqui, Senador. É o seguinte: primeiro – já lhe disse isso –, a informação da CGU – da CGU – de que nós tivemos uma arrecadação de mais de R$13 bilhões está errada. A arrecadação compulsória do Sesi e do Senai é de R$8 bilhões. O senhor já me entregou esse documento, e eu já lhe disse que essa é uma informação errada da CGU. A arrecadação compulsória do Sistema Sesi e do Sistema Senai, conforme eu lhe apresentei – e deixei uma cópia aqui com o senhor –, é de R$8 bilhões, em 2016, e de R$7,9 bilhões em 2017. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto que eu gostaria de salientar...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – A arrecadação toda, incluindo a direta, Dr. Robson?

O SR. ROBSON BRAGA DE ANDRADE – Incluindo a direta. A direta é 56% no Senai e 52% no Sesi. Mas essa arrecadação toda inclui a direta. E tanto o Tribunal de Contas da União como a CGU, através do nosso *site* ou nas fiscalizações, têm exatamente quais são os valores que nós recebemos na arrecadação direta. Ela não é feita por Estado; ela é centralizada no Senai Nacional e no Sesi Nacional. Então, o senhor sabe perfeitamente, na hora que o senhor quiser, quanto foi de arrecadação direta e quanto foi de indireta.

Por outro lado, o Procurador Júlio falou de um desconto de 5% a 20%. Hoje, o desconto é de 3,5%. É o mesmo valor que cobra a Receita Federal para fazer arrecadação indireta. Esses 3,5%, como falou muito bem o Fernando, seguem alguns critérios. Eu não posso chegar para uma indústria e falar: eu vou te dar arrecadação direta. Para fazer um convênio com uma empresa, ela tem que se responsabilizar por determinados critérios, por determinados procedimentos. E o principal critério é que esse desconto de 3,5% ele é obrigado a aplicar em educação, saúde e segurança do trabalhador. Ele não pode ficar com esse recurso em caixa fazendo parte do seu benefício, do seu lucro. Não; ele tem que ser, obrigatoriamente, aplicado na formação dos trabalhadores. Então, as empresas e o trabalhador têm mais benefício na arrecadação direta do que na arrecadação indireta, porque, na indireta, nós pagamos a Receita Federal por um trabalho que eles fazem de fiscalização, de formalização da arrecadação.

Por outro lado, eu queria dizer também, Senador, que nós temos confiança, certeza, pareceres jurídicos de que nós estamos embasados em legislações, em normas da Receita Federal, do TCU e do próprio STJ, de que nós temos autorização e nós temos condições de fazer a arrecadação direta.

O senhor disse que a área técnica do TCU não concorda. Eu respeito a área técnica do TCU, tenho tido com todos eles um excelente nível de relacionamento e de discussão, mas eu acho que a área técnica do TCU é como a área técnica do Senado: no final, a palavra que vale é a do Senador; como, no TCU, a decisão final é dos Ministros. Aqui, se a área técnica do Senado tem uma posição, mas os Senadores têm outra, prevalece a decisão dos Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E no Tribunal de Contas da União é da mesma forma: prevalece a decisão dos Ministros. No STJ é da mesma forma. Então, nós estamos seguros de que estamos fazendo uma ação apoiada e embasada na legalidade. É claro que, se amanhã o Congresso Nacional vier a mudar, haverá uma mudança. Mas, até lá, nós temos essa condição.

Estou sempre disposto a negociar com o senhor, a discutir, mas, naquilo que nós temos confiança de que estamos certos, não há como negociar. Nós estamos agindo de maneira correta.

Eu lhe agradeço muito por ter me convidado para esta audiência. Foi uma oportunidade muito grande de ouvir o Saul, o Júlio e o Fernando. Para mim, isso foi muito importante, inclusive as suas colocações. O senhor me desculpe por eu ter que sair.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Agradeço muito a V. Sª. Eu vou procurá-lo para nós continuarmos conversando, Dr. Robson.

O SR. ROBSON BRAGA DE ANDRADE – Como eu lhe falei, estou sempre à disposição do senhor para conversarmos.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Vou passar a palavra aos nossos convidados, mas eu queria perguntar, se tenho essa liberdade – e, se o amigo Adelmir quiser responder, fique à vontade –, por que o sistema comércio não arrecada diretamente com as entidades. Por que o senhor não arrecada, ex-Senador Adelmir?

O SR. ADELMIR SANTANA – Porque essa decisão que fez a indústria vem de longe. Nós optamos, para facilitar todos os controles, essas coisas todas, que a cobrança fosse direta pela Receita Federal, que dá, naturalmente... Não é nem motivo de questionamento o volume de recursos, porque é público, passa por uma entidade pública. Não estou aqui criticando a indústria por fazê-lo. Mas nós, nesse aspecto... Nós vimos aqui hoje, por exemplo, nesta reunião, em que se tratava de transparência, que o enfoque efetivamente da transparência foi muito maior na questão da arrecadação direta.

Talvez ao sistema comércio nem fosse interessante ter participado desse evento. Entretanto, Exmo Sr. Senador Ataídes, alguns aspectos foram colocados por V. Exª aqui com relação ao sistema comércio. Entre eles, V. Exª colocou a questão da Fecomércio do Rio de Janeiro. Ora, eu disse lá, na nossa explanação, que todos esses sistemas são autônomos nos Estados, mas são objetos também de uma fiscalização permanente, de um controle pelos departamentos nacional, regionais, conselho fiscal, essa coisa.

Nós temos que entender o País em que vivemos e as complexidades da nossa democracia brasileira. Desde 2012 essa questão de departamento nacional e departamento regional do Rio de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Janeiro é objeto de discussões na Justiça. Em 2002, já se havia detectado, através da ação de um daqueles organismos – no caso, o Conselho Fiscal –, que ali havia problemas. Entretanto, a Justiça sempre deu ganho de causa; até que finalmente, nos últimos dias, concretizou-se essa intervenção no regional do Rio de Janeiro, e, como os senhores colocaram, deu até questão de prisões e vinculações com outras práticas.

O sistema, naturalmente, é muito grande e tem essas coisas. Nem todos são iguais, mas o sistema está vigilante e usou das prerrogativas dessa vigilância para interceder no Rio de Janeiro. É uma luta que vem desde 2012.

V. Exª também falou da questão dos cursos no seu Estado, com relação à formação profissional. Eu disse ali – até dei um exemplo contestado pelo Júlio e tal – que nós não podemos tolher. Se nós temos um equipamento e temos lá cinquenta vagas, por exemplo, e o nosso objetivo sempre é, no caso do Senac, a formação profissional para o mercado, é interessante que haja a ocupação dessas vagas.

A prioridade sempre, até por força de lei, como citei aqui, é a gratuidade, porque tem de haver 77% de alunos gratuitos naquela turma. Mas aparece o Júlio querendo fazer um curso de formação, um dos nossos cursos, o que nos engrandeceria muito, nós não vamos dar a gratuidade para o Júlio, porque a gratuidade está – Dr. Júlio, desculpe-me! – condicionada a alguns parâmetros estabelecidos em lei. Então, tem que pagar: "Olha, o curso custa isso." É uma forma de se aumentar a arrecadação, não apenas a compulsória, mas outro tipo de arrecadação a que nós damos outra denominação.

O senhor citou ainda, com relação ao sistema, a questão de construções de prédios. Ora, é a primeira vez que eu vejo nós criticarmos alguém porque fez uma boa gestão ou porque acumulou arrecadação e construiu para garantir a estabilidade do sistema. Esses recursos dessas construções, Senador, de maneira nenhuma estão vinculados às entidades Sesc/Senac. É outro tipo de arrecadação, é outro tipo de recurso.

Não vou entrar aqui no mérito da necessidade de uma instituição fazer esse tipo de aplicação. Mas eu diria que foi no fulcro e na intenção da permanência, na intenção de fixar uma instituição com meios de vir a se manter no futuro, caso ocorresse, como ocorreu agora, por exemplo, a queda da contribuição obrigatória sindical. Então, é com esses objetivos. Nada tem a ver... Não podemos vincular um prédio, uma obra da Confederação Nacional do Comércio nem das federações estaduais com o Sistema Sesc/Senac, que já são vigiados, são auditados, como coloquei, com todo aquele processo. Não há isso. Isso é, eu diria, uma incompreensão que precisa ser esclarecida.

Quero agradecer.

Desculpe-me, mas eu acho que, ao ir a uma casa, ao ser convidado, naturalmente nós esperamos que os componentes da residência, os componentes da casa nos recebam de forma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ordeira, de forma simpática. Então, quando vi que o entendimento, na Casa, era de repulsa a esta reunião, eu me senti, sinceramente...Eu é que me sinto ofendido com a forma como fomos recebidos aqui, embora nos engrandeça ter a oportunidade de esclarecer as nossas ações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Eu agradeço a V. Exª . Eu também fiquei decepcionado com as atitudes dos colegas. E não são colegas de primeiro mandato; são colegas que eu admiro muito aqui, na Casa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Mas é coisa de Parlamento. No Parlamento, às vezes, acontece.

Eu perguntaria aos nossos convidados, o Dr. Fernando, o Dr. Júlio Marcelo – que, repito, têm prestado um grande serviço à nossa Nação – e o Dr. Saul, se querem fazer uso da palavra.

Quer fazer uso da palavra, Dr. Fernando?

Por favor.

O SR. FERNANDO MONBELLI – Prezado Senador, longe de mim colocar em pauta um debate jurídico sobre a validade ou não dos decretos, sobre a recepção ou não dos decretos. Mas nem o art. 111 da Instrução Normativa nº 971 nem o Ofício 601 da Receita Federal do Brasil infirmam o posicionamento que eu coloquei aqui, o posicionamento da legalidade da instituição dessas cobranças de forma direta.

Veja bem, são dois decretos-leis, um de 1942 e outro de 1946, égide do Estado Novo, égide da Constituição de 1946. Nesse meio tempo, nós tivemos uma Emenda Constitucional em 1969, nós tivemos uma Emenda Constitucional em 1977, as duas por força do Ato Institucional nº 5; nós tivemos, inclusive, discussões e afirmações do Supremo Tribunal Federal sobre a própria natureza dessas contribuições ditas parafiscais, entre 1977 e 1988; e a sua recepção, a sua convalidação ou recepção de natureza tributária pela Constituição Federal de 1988.

Então, esse estudo e essa apreciação jurídica que foi feita foi convalidada pelo próprio parecer da CAT 333, pelas decisões do Superior Tribunal de Justiça e também pelo Acórdão final do TCU. Então, nós nos sentimos confortáveis em operacionalizar isso dessa forma.

Muito obrigado.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Dr. Júlio, é interessante que esses bilhões de reais a que eu me referi como o quinto orçamento da União, eles não compõem – e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui nós estamos com consultores desta Casa, alguns desses doutores consultores, inclusive a nossa Diretora está aqui presente –, esses vinte e tantos bilhões de reais não compõem o Orçamento da União. Olhe o grau de irresponsabilidade que este Congresso Nacional está cometendo! Ou seja, são R$23 bilhões que não compõem... São tributo e não compõem o Orçamento da União.

Com a palavra o Dr. Júlio.

O SR. JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA – Senador Ataídes, mais uma vez eu queria agradecer a oportunidade dessa discussão. Acho que há uma discussão relevante aí sobre a legalidade da cobrança direta, que de alguma forma foi já trabalhada pelo Tribunal de Contas da União, pelo STJ... Acho que é possível que se avance na construção de uma solução que pacifique a questão.

Agora, parece-me que é mais importante, e é o mérito maior audiência, na visão muito respeitosa e modesta minha, discutir efetivamente o nível de transparência dessas entidades. Acho que essa discussão tem que ser estendida para toda a administração pública. São entidades que têm uma arrecadação importante, que têm, portanto, um poder de realização importante. Na minha avaliação, elas fazem bastante pelo País, mas talvez possam fazer mais. E aí a transparência traz elementos para essa discussão. Quanto custa a formação de um cabeleireiro pelo Senac? Quanto custa a formação de um técnico em eletrônica, de um torneiro mecânico ou de alguém mais especializado até, pelo sistema indústria? Quanto custa a formação dessa mão de obra? Seu gasto é eficiente? O gasto é efetivo? A sociedade teria a alternativa de fazer o mesmo com menos, ou mais com menos? Sim? Não? Para isso são necessários números. Então, esta audiência permite que se abra essa discussão.

A gente não pode tratar nenhuma entidade... Sacralizar nenhuma entidade. Todos nós estamos gerindo e custando algo para a sociedade e temos o dever de prestar contas daquilo que fazemos, de quanto custamos e de qual é o retorno que trazemos. Isso vale para o Ministério Público, vale para o Tribunal de Contas, vale para o Congresso, vale para o Poder Judiciário e vale para o Sistema S.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA – Nós não podemos ter nenhum tipo de debate interditado numa democracia, especialmente quanto ao bom uso e à efetividade dos gastos de recursos compulsoriamente arrecadados.

Então, parabenizo V. Exª pela iniciativa. Espero que o debate continue e se aprofunde para que dele surjam apenas aprimoramentos e aportes construtivos para essas entidades.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Agradeço a V. Sª.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só como informação, eu estou há mais de seis anos conversando com o Presidente da Confederação Nacional do Transporte, que organiza e administra o Sest/Senat, o ex-Senador Clésio Andrade. Há mais de seis anos tenho conversado com o Dr. Robson Andrade e também com o Dr. Adelmir. Esta já é, me parece, a terceira ou quarta audiência pública que fazemos para debater esse tema – sabe, Dr. Júlio? –, mas lamentavelmente não há avanços.

Há uma piada de que me lembrei agora, mas não vou falar qual é a nação, senão vão chamar a minha atenção. Um determinado estrangeiro estava na Avenida Paulista dirigindo com o rádio ligado. Aí, de repente, o locutor comunica: "Olha, muito cuidado porque tem um maluco dirigindo na contramão". Aí, esse cidadão estrangeiro falou assim: "Mas como são idiotas. São milhares! São milhares!".

Ou seja, será que eu sou esse motorista que está na contramão? Não, eu não sou. Eu tenho absoluta certeza de que eu não sou esse motorista na contramão.

Quer usar da palavra, Dr. Saul? (*Pausa.*)

Por favor.

O SR. SAUL TOURINHO LEAL – Bem, Senador Ataídes Oliveira, faço uso da palavra já para encerrar, agradecendo novamente a oportunidade de ter estado aqui hoje. Os Parlamentos em todo o mundo se fazem da razão, mas da emoção também. É natural, é típico de democracia. Só em democracias é possível esse debate caloroso e fervoroso em relação a temas que tocam todos nós.

A consideração final que eu faria seria, de fato, um dos pontos dessa discussão: a projeção no tempo em relação aos decretos, posteriormente abalizados pelo Supremo Tribunal Federal, pela Constituição, com o fato novo, em 2007, da Lei 11.457, em que, Senador Ataídes – e essa era a contribuição que eu queria deixar –, na ótica do constitucionalista, há tanto uma derrogação natural da lei ulterior em relação ao disciplinamento anterior, como também há uma necessária derrogação da legislação apenas específica em relação à anterior. Daí que um novo regramento que discipline as competências da Receita Federal do Brasil não estaria especificamente voltado para outros regramentos, também legais, que tocam questões específicas, como, por exemplo, os regramentos do Senai que tratam da arrecadação direta. São projeções que nós fazemos nessa compatibilização de leis anteriores com leis posteriores: a geral derroga a anterior...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SAUL TOURINHO LEAL – ... quando também geral, a não ser que haja uma específica. A específica sempre há de prevalecer.

É interessante, Senador Ataídes, que, quando nós falamos aqui do Regimento Interno, por exemplo, do Senai, pela ótica do investigador jurídico – e tenho a alegria de estar do lado de um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colega advogado, Senador da República –, não é qualquer regimento. Isso é interessante. No meu condomínio há um regimento interno assinado por pessoas comuns como eu. Este regimento foi assinado por Tancredo Neves, exatamente dando uma dimensão e a elevação de todo o sistema.

Há regramentos que disciplinam a arrecadação direta, e por um ato voluntário não se faz; há regramentos que disciplinam a possibilidade da arrecadação direta, e se faz; e há regramentos que não a autorizam. E temos esses três cenários colocados à disposição do Congresso Nacional.

Sou solidário a V. Exª, saiba disso, quanto a essa vontade de aperfeiçoar o modelo. Penso que a intervenção legislativa sempre vai ser necessária. Mas a democracia tem mesmo dessas coisas, tem a sua própria velocidade, e nem sempre esses projetos são aprovados no tempo imediato ou no tempo curto.

Desse modo, reitero o agradecimento. Foi uma manhã extremamente produtiva. Sinto-me com o dever cumprido, pois entreguei ao Senado Federal parte do conhecimento que adquiri na matéria, e o fiz com muito gosto, Senador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Agradeço ao Dr. Fernando, representante da Receita Federal; ao Dr. Júlio Marcelo de Oliveira, Procurador Federal junto ao TCU; e a esse jovem Dr. Saul Tourinho Leal.

Peço desculpas pelo ocorrido nesta audiência pública. Eu disse a princípio que é coisa do Parlamento, mas são inaceitáveis posições dessa natureza.

Não havendo mais nada a tratar, encerro a aludida reunião, agradecendo a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às onze horas e dezesseis minutos do dia dezoito de abril de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Airton Sandoval, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Dário Berger, Elmano Férrer, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Ana Amélia, Wilder Morais, Vanessa Grazziotin, Randolfe Rodrigues, Cidinho Santos, Eduardo Lopes, Vicentinho Alves, Paulo Rocha, José Medeiros, Valdir Raupp, Roberto Requião, Ronaldo Caiado e José Pimentel. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Romero Jucá, Regina Sousa, Acir Gurgacz, Ataídes Oliveira, Davi Alcolumbre, Sérgio Petecão, Gladson Cameli, João Capiberibe e Armando Monteiro. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 14 de 2018** que: "Requer o aditamento, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, do Requerimento nº 8, de 2018-CTFC, que aprovou "o comparecimento do Sr. MARCUS VINÍCIUS SEVERO DE SOUZA PEREIRA, Presidente do Conselho de Administração da GEAP Autogestão em Saúde, para prestar os devidos esclarecimentos acerca dos recentes e exorbitantes aumentos nos valores das mensalidades e coparticipação nos planos de saúde dos servidores públicos federais do Poder Executivo", para incluir a presença do seguinte convidado: Representante da Defensoria Pública da União." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues e Senador Elmano Férrer. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a divulgação, nos estabelecimentos que dispensem medicamentos, da relação dos medicamentos de que trata o § 1º do art. 3º da Lei nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999, e dá outras providências." **Autoria:** Deputada Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Senador Elmano Férrer. **Relatório:** Pela prejudicialidade. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CTFC, pela prejudicialidade do projeto. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 166, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis n°s 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e 9.472, de 16 de julho de 1997, para tornar obrigatória a divulgação de tabela com a evolução do valor da tarifa e do preço praticados pelas concessionárias e prestadoras de serviços públicos." **Autoria:** Deputado Felipe Bornier. **Relatoria:** Senador Cidinho Santos. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CTFC, favorável ao projeto. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 326, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento e dá outras providências, para instituir preferência na alocação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de recursos federais para a conclusão das obras em andamento nos entes da federação." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Senadora Simone Tebet. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 90, de 2012 - Terminativo -** que: "Altera a redação do § 1º do art. 26 da Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para fixar o início do prazo decadencial do direito do consumidor de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação." **Autoria:** Senador Eduardo Amorim. **Relatoria:** Senador Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e pela rejeição da emenda oferecida pelo Senador Flexa Ribeiro. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 545, de 2013 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para vedar a retenção de senha ou documento comprobatório do horário de chegada do consumidor ao estabelecimento do fornecedor ou local de atendimento." **Autoria:** Senador Vicentinho Alves. **Relatoria:** Senador Wilder Morais. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 21, de 2017 - Terminativo -** que: "Torna obrigatória a disponibilização de balanças de precisão em estabelecimentos varejistas que comercializem produtos lacrados a fim de possibilitar a conferência pelos consumidores." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Senador Gladson Cameli. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Airton Sandoval

Vice-Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/04/18

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Bom dia a todos e a todas, cumprimentando todos os presentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Declaro aberta a 7ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa de leitura e aprovação da ata da Reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Passamos ao item 1 da pauta.

Requerimento nº 14, de 2018.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 14, de 2018

- Não terminativo -

Requer o aditamento, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, do Requerimento nº 8, de 2018-CTFC, que aprovou "o comparecimento do Sr. MARCUS VINÍCIUS SEVERO DE SOUZA PEREIRA, Presidente do Conselho de Administração da GEAP Autogestão em Saúde, para prestar os devidos esclarecimentos acerca dos recentes e exorbitantes aumentos nos valores das mensalidades e coparticipação nos planos de saúde dos servidores públicos federais do Poder Executivo", para incluir a presença do seguinte convidado: Representante da Defensoria Pública da União.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues e outros

O requerimento também conta com a participação do Senador Elmano, que está presente.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O item 2.

ITEM 2

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, de 2015

- Não terminativo -

Dispõe sobre a divulgação, nos estabelecimentos que dispensem medicamentos, da relação dos medicamentos de que trata o § 1º do art. 3º da Lei nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999, e dá outras providências.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatoria: Senador Elmano Férrer

Relatório: Pela prejudicialidade

Observações:

- Matéria apreciada pela CAS, com parecer pela prejudicialidade do projeto.

- A matéria constou na pauta da reunião do dia 04/04/2018.

- Posteriormente, a matéria segue ao Plenário.

Com a palavra o Relator.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PI. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, com a permissão de V. Exª e dos demais Senadores presentes, eu me permitiria ler a análise do projeto.

A proposição trata de matéria inserida na competência legislativa da União, conforme o disposto no art. 2º, inciso XII, da Constituição, segundo o qual compete à União legislar concorrentemente com os Estados e o Distrito Federal sobre defesa da saúde.

Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, e a iniciativa parlamentar é legítima, nos termos dos arts. 48 e 61 da Lei Maior.

Quanto à juridicidade, o projeto se afigura irretocável, porquanto: i) o meio eleito irretocável, porquanto: i) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; ii) o assunto nele vertido inova o ordenamento jurídico; iii) possui o atributo da generalidade; iv) se afigura dotado de potencial coercitividade; e v) é compatível com os princípios diretores do sistema de Direito pátrio.

A proposição está redigida em conformidade com a boa técnica legislativa, observando os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao mérito da proposição, concordamos integralmente com o parecer aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais, cujo conteúdo passamos a transcrever.

De fato, o projeto foi apresentado pouco tempo após a edição da Lei nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999, que introduziu o medicamento genérico no País. À época, esse processo ainda não estava consolidado e havia desconfiança e desconhecimento da população em relação a esses fármacos.

Assim, de um lado, havia resistência em dispensar os genéricos nas farmácias, notadamente em virtude da prática antiga e irregular conhecida como "empurroterapia", pela qual os vendedores ofereciam medicamentos similares no lugar dos medicamentos de marca ou dos genéricos, para ganhar comissão dos fabricantes.

De outro, os médicos também não estavam habituados a prescrever utilizando a denominação comum do medicamento – princípio farmacologicamente ativo –, o que dificultava a dispensação do genérico.

Por essas razões, a Lei nº 9.787, de 1999, já previa, em seu art. 4º, a promoção de medidas especiais pelo Poder Executivo relacionadas à dispensação de medicamentos genéricos, com vistas a estimular sua adoção e uso no País.

Essa tarefa foi delegada ao Ministério da Saúde, que ficou encarregado de promover mecanismos que assegurassem ampla comunicação, informação e educação sobre os medicamentos genéricos.

Nesse sentido, a Anvisa, autarquia vinculada ao Ministério da Saúde, editou normas para obrigar os estabelecimentos que comercializam medicamentos a afixar, em local de fácil acesso e visibilidade, a relação dos medicamentos genéricos registrados no País, cominando as penalidades previstas na Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas e dá outras providências, para o descumprimento dessa determinação. A partir de então, a relação atualizada dos medicamentos genéricos passou a ser disponibilizada pela internet.

A primeira resolução da Anvisa editada a esse respeito foi a de nº 45, de 15 de maio de 2000, que estabelece que todas as farmácias, drogarias e estabelecimentos que comercializem medicamentos ficam obrigados a fixar em local de fácil acesso e visibilidade, a relação dos medicamentos genéricos, registrados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nos termos da Lei nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999.

Essa norma foi posteriormente revogada e substituída, sucessivamente, pelas seguintes resoluções, todas da Anvisa: nº 99, de 22 de novembro de 2000; nº 123, de 13 de maio de 2005; e nº 44, de 17 de agosto de 2009, que dispõe sobre boas práticas farmacêuticas para o controle sanitário

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias e dá outras providências.

Desse modo, nota-se que a matéria se encontra adequadamente regulada por meio de norma infralegal editada pela Anvisa, que é a espécie normativa apropriada. Com efeito, de acordo com o §1º do art. 42 da Resolução nº 44, de 2009, da Anvisa, o estabelecimento farmacêutico deve

> manter à disposição dos usuários, em local de fácil visualização e de modo a permitir a imediata identificação, lista atualizada dos medicamentos genéricos comercializados no País, conforme relação divulgada pela Agência e disponibilizada no seu sítio eletrônico no endereço http://www.anvisa.gov.br.

Desse histórico, depreende-se que o objetivo almejado pelo PLC nº 1, de 2015, encontra-se plenamente alcançado, o que pode ser facilmente constatado por uma visita a qualquer farmácia.

Por fim, resta claro que os mais de 15 anos de tramitação na Câmara dos Deputados prejudicaram o projeto de lei, ocasionando a perda de oportunidade da matéria, nos termos do art. 334, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

O voto, Sr. Presidente.

Em vista do exposto, manifestamo-nos pela prejudicialidade do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2015.

Eram esses o relatório e o voto.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Obrigado, Senador Elmano Férrer, pela relatoria, cumprimentando também a autora do projeto, a Senadora Vanessa Grazziotin.

Em discussão o projeto. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão pela declaração de prejudicialidade do projeto.

A matéria segue ao Plenário do Senado Federal.

Passamos, então, ao item 3 da pauta.

ITEM 3

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 166, DE 2017

- Não terminativo -

Altera as Leis n°s 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e 9.472, de 16 de julho de 1997, para tornar obrigatória a divulgação de tabela com a evolução do valor da tarifa e do preço praticados pelas concessionárias e prestadoras de serviços públicos.

Autoria: Deputado Felipe Bornier

Relatoria: Senador Cidinho Santos

Relatório: pela aprovação

Observações:

- Posteriormente, a matéria segue ao Plenário.

Com a palavra o Relator.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Vou direto à análise do projeto.

Conforme o inciso III do art. 102-A do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre assuntos referentes à defesa do consumidor. Por ser a única Comissão a apreciar a matéria, serão analisados também os aspectos formais de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa.

Quanto à constitucionalidade, a matéria é da competência legislativa concorrente da União, Estados e Distrito Federal, nos termos dos incisos V e VIII do art. 24 da Constituição Federal. Ademais, cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, sendo legítima a iniciativa parlamentar, nos termos dos arts. 48 e 61 da Lei Maior.

Em relação à juridicidade, o projeto possui os atributos de novidade, abstração, generalidade e potencial coercibilidade, sendo compatível com o ordenamento jurídico vigente.

No tocante à regimentalidade, a proposição está escrita em termos concisos e claros, dividida em artigos, encimada por ementa e acompanhada de justificação escrita, tudo em conformidade com os arts. 236 a 238 do Regimento Interno do Senado Federal, além de ter sido distribuída à Comissão competente, conforme citado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relativamente à técnica legislativa, a proposição observa as regras da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No mérito, a proposição aperfeiçoa a legislação concernente à prestação dos serviços públicos, assegurando mais direitos ao consumidor, razão pela qual deve ser aprovada.

A proposição legislativa permitirá ao consumidor descobrir com mais facilidade o valor da tarifa cobrada pela prestadora do serviço público, de modo a possibilitar a comparação com o preço cobrado por fornecedores que ofertam os mesmos serviços.

Além disso, a divulgação das informações sobre a tarifa dos serviços nos sítios eletrônicos das concessionárias do serviço público não implicará relevante aumento de custos, que poderiam ser repassados aos consumidores, mas proporcionará aos usuários importante ganho no que se refere à transparência e à prestação de contas daqueles que operam os serviços.

Assim, o meu voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 166, de 2017.

É o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Obrigado, Senador, pelo relatório.

Cumprimento o Deputado, autor, Felipe Bornier.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, pela aprovação do projeto.

A matéria segue ao Plenário do Senado Federal.

Aqui nós encerramos a nossa pauta – em razão do quórum –, porque os demais projetos são terminativos e nós não temos o quórum para votação.

Consulto o Plenário se alguém quer fazer uso da palavra. (*Pausa.*)

Não havendo necessidade do uso da palavra, agradeço a presença de todos, encerrando esta reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE FEVEREIRO DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e dezesseis minutos do dia seis de fevereiro de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Senadores Paulo Paim e Telmário Mota, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Fátima Bezerra, Regina Sousa, Paulo Rocha, Hélio José e Ana Amélia e dos Senadores não membros, José Pimentel e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Marta Suplicy, Ângela Portela, Eduardo Amorim, José Medeiros, João Capiberibe, Romário e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 178/2017, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "O relatório da CPI da Previdência". Participantes: Carlos Silva, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT; Mauro Silva, Representante da UNAFISCO Associação Nacional; Antônio José de Carvalho Araujo, Juiz Federal e Vice-Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil - AJUFE; Paulo Penteado, Assessor Especial da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - CONAMP; Achilles Linhares de Campos Frias, Presidente do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional - SINPROFAZ; Guilherme Guimarães Feliciano, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA; Daro Marcos Piffer, Diretor do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central - SINAL; Luiz Alberto dos Santos, Consultor Legislativo do Senado Federal e Representante da Sociedade Brasileira de Previdência Social – SBPC; Diego Cherulli, Diretor de Assuntos Parlamentares do IBDP e Vice-presidente da Comissão de Seguridade Social da OAB-DF; Edson Carneiro da Silva (Índio), Representante da Intersindical--Central da Classe Trabalhadora; Celso Malhani de Souza, Diretor de Aposentados e Pensionistas da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital - FENAFISCO; José Devanir de Oliveira, Diretor de Assuntos Parlamentares do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil- SINDIFISCO NACIONAL; Saulo Arcangeli, Membro da secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas; Leonardo Trigueiro, Secretaria de Assuntos Legislativos da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB; Graça Costa, Secretária de Relações do Trabalho da CUT Nacional; Paulo Vitor Bento Onório, Representante da EDUCAFRO; e Floriano Martins de Sá Neto, Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP. O presidente concede a palavra para as seguintes pessoas presentes no plenário: Deputado Federal Elvino Bongaz e Frei David Santos OFM, Diretor Executivo da EDUCAFRO. Às treze horas e cinquenta minutos o Senador Paulo Paim passa a presidência ao Senador Telmário Mota. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Hélio José, Telmário Mota e as Senadoras Regina Sousa e Fátima Bezerra. Resultado: Audiência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e trinta minutos; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/02/06

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE FEVEREIRO DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e dezessete minutos do dia sete de fevereiro de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Regina Sousa, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Hélio José, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Paulo Rocha, Ana Amélia, Sérgio Petecão, João Capiberibe, Romário, Telmário Mota e dos Senadores não membros, Vicentinho Alves, Flexa Ribeiro e José Pimentel. Deixam de comparecer os Senadores Marta Suplicy, Eduardo Amorim, José Medeiros e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, de 2011 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Sen. Regina Sousa (Ad hoc), substituiu Sen. Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Resultado: Adiado. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 650, de 2011 - Terminativo - que: "Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 325, de 2015 - Terminativo - que: "Torna obrigatória a manutenção de exemplares do estatuto da criança e adolescente (ECA), do estatuto da Juventude, do estatuto do idoso e do estatuto da igualdade racial nas escolas municipais, estaduais, federais e privadas." Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta, aprovação das Emendas nº 2 e nº 3, do Senador Paulo Paim e prejudicialidade da Emenda nº 1-CE. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 411, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre cão-guia, para garantir às pessoas com deficiência o direito de se fazer acompanhar do cão de assistência em veículos e estabelecimentos de uso coletivo." Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Sen. Regina Sousa (Ad hoc), substituiu Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 648, de 2015 - Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que: "Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para prever a criação de programas de institucionalização da pessoa idosa durante o dia." Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar a obrigatoriedade de oferecimento de serviço de orientação sobre aleitamento materno." Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Sen. Regina Sousa (Ad hoc), substituiu Sen. José Medeiros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, e a Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, para dispor sobre o uso de símbolos desprovidos de caráter pejorativo na identificação de pessoa com deficiência e de idoso." Autoria: Senador Waldemir Moka. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, de 2016 - Terminativo - que: "Autoriza o Poder Executivo a alterar o nome da Fundação Nacional do Índio para “Fundação Nacional dos Povos Indígenas”." Autoria: Senador Telmário Mota. Relatoria: Sen. João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 403, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, para assegurar atendimento prioritário a pessoas com neoplasia maligna que estejam se submetendo a quimioterapia ou radioterapia." Autoria: Senador Romário. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 12, de 2012 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar que as empresas que operem frotas de táxis com vinte ou mais veículos tenham ao menos cinco por cento da frota adaptada para o acesso de pessoas com deficiência." Autoria: Senador Sergio Souza. Relatoria: Sen. Wellington Fagundes. Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto (votação simbólica). Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, de 2012 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, para prever nova modalidade de medida socioeducativa e dá outras providências." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatoria: Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela rejeição do Projeto e da Emenda Substitutiva nº 1-CAS. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 346, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.049, de 18 de maio de 1995, e a Lei nº 13.444, de 11 de maio de 2017, para permitir o registro da condição de “pessoa com deficiência” na Cédula de Identidade e no Documento Nacional de Identidade." Autoria: Senador Hélio José. Relatoria: Sen. Romário. Relatório: Favorável ao Projeto, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

duas Emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CDH. ITEM 13 - SUGESTÃO Nº 15, de 2014 - Não Terminativo - que: "Regular a interrupção voluntária da gravidez, dentro das doze primeiras semanas de gestação, pelo sistema único de saúde." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Sen. Magno Malta. Relatório: Pelo arquivamento da Sugestão. Resultado: Adiado. ITEM 14 - SUGESTÃO Nº 39, de 2017 - Não Terminativo - que: "Voto em cédulas de papel e urnas de lona para eleição de 2018" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Sen. João Capiberibe (Ad hoc), substituiu Sen. Gleisi Hoffmann. Relatório: Pela rejeição da Sugestão. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela rejeição da Sugestão. ITEM 15 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 1 de 2018 que: "Requer, com amparo no Regimento Interno do Senado Federal, o aditamento do RDH 126 de 2017, para que o tema da audiência pública seja: “A instituição do mês de abril como o mês da Conscientização sobre a Doença de Parkinson”." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM 16 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 2 de 2018 que: "Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública par debater sobre: "A Situação dos Aposentados e Pensionistas"." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 17 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 3 de 2018 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um ciclo de audiências públicas, nesta Comissão, para debater “A reforma da previdência”." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 18 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 4 de 2018 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um ciclo de audiências públicas, nesta Comissão, para debater “Democracia e Direitos Humanos”." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 19 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 5 de 2018 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um ciclo de audiências públicas, nesta Comissão, para debater “Discriminação e todo tipo de preconceito”." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 20 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 6 de 2018 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um ciclo de audiências públicas, no âmbito da Subcomissão do Estatuto do Trabalho, para debater “O Estatuto do Trabalho”." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 21 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PARTICIPATIVA Nº 7 de 2018 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e dos art. 90, incisos II e III, e art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública Conjunta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) com a Comissão de Relações Exteriores (CRE), para discutir a situação dos refugiados venezuelanos no estado de Roraima." Autoria: Senador Telmário Mota. Resultado: Aprovado, com a inclusão na lista de convidados do Ministro do Trabalho e do Ministro das Relações Exteriores. ITEM EXTRAPAUTA 22 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 8 de 2018 que: "Nos termos do Art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, para debater a situação dos refugiados e suas consequências para o Brasil." Autoria: Senador João Capiberibe. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 23 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 9 de 2018 que: "Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater “Direito da Saúde da Mulher e Direitos Previdenciários”." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 24 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 10 de 2018 que: "Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater “Aliança dos Povos Indígenas, fortalecendo a autonomia”." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 25 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 11 de 2018 que: "Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater “O prejuízo dos Devedores da Previdência Social e a Reforma da Previdência”." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 26 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 12 de 2018 que: "Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater “A condição dos Trabalhadores Rurais no Brasil e a Reforma da Previdência”." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 27 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 13 de 2018 que: "Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater “Aposentadoria Especial e a Reforma da Previdência”." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 28 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 14 de 2018 que: "Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senado Federal, requer a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater “A Juventude Brasileira e a Reforma da Previdência”." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Romário, Telmário Mota, João Capiberibe e a Senadora Regina Sousa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e dois minutos; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Regina Sousa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/02/07

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Declaro aberta a 2ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Ordinária da 55ª Legislatura.

Vamos aguardar quórum para deliberar, mas nós podemos passar a palavra aos Senadores que queiram usar da palavra enquanto aguardamos o quórum.

Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Srª Presidente, Senadora Regina Sousa, do nosso querido Piauí, que hoje, graças a Deus, oferece àquela população de lá, Senador Paulo Paim, eu acho que três ou quatro universidades de Medicina e outros cursos importantes... O Piauí realmente tem feito um trabalho belíssimo. Lá, inclusive, o Governador dividiu o Piauí em territórios e criou ali os fundos de desenvolvimento sustentável e isso naturalmente agregou mais rapidez aos trabalhos.

Srª Presidente, enquanto a gente aguarda o quórum para que a gente possa começar as votações, hoje eu tenho um requerimento que eu queria até colocar extrapauta, porque o meu Estado de Roraima hoje está sofrendo uma imigração muito forte do povo venezuelano, e também de outros estrangeiros, em função da crise que hoje toma conta da Venezuela. Então, a grande maioria, Senador Paulo Paim, está chegando ao nosso Estado ali exatamente em busca de sobreviver de forma humanitária, por escassez de alimentação, por escassez de remédio, por escassez de trabalho dentro da Venezuela.

E infelizmente a prefeita da capital, que é do PMDB, a Prefeita Teresa Jucá veio aqui, reuniu-se com os ministros, dez ministros, e chegou lá dizendo que teria, para as famílias venezuelanas um salário, uma bolsa, na verdade uma ajuda moradia de R$700 a R$1.200, mais Bolsa Família, mais transporte para aqueles que não quisessem ficar em Roraima. Então, fez algumas ofertas de vantagem, e isso, para quem está ali do outro lado, no sofrimento, na fome, como está o povo venezuelano, caiu ali como uma bomba no sentido de que realmente as pessoas mudassem a rota.

A tendência dos venezuelanos era ir para a Colômbia; mas também, como a Colômbia se saturou, porque são 30 milhões de venezuelanos, pronto. Em Roraima, hoje, nós temos um ingresso da ordem de 500 a 1.000 pessoas por dia.

Então, um Estado pequeno, um Estado que vive... A matriz econômica do Estado de Roraima é o contracheque, lamentavelmente, e que não dá o suporte hoje. Nós não temos instalações para saúde, tanto para a saúde básica, quanto para as hospitalares, de alta...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porque a saúde se divide em alta e baixa tensão, parece. Então, os postos de saúde estão sem poder atender à demanda dos hospitais lotados, os leitos... As escolas não dão suporte à demanda de alunos. E não há moradia; essas pessoas já estão passando fome, e nem emprego também. Os logradouros públicos, ruas e praças estão superlotados, e vive-se ali numa situação subumana.

Então, hoje estamos aqui com um requerimento... Embora ontem, ao usar a tribuna, pressionamos muito o Governo Federal, que está hoje designando uma força-tarefa de alguns ministros – até fui convidado, mas entendi que era desnecessária a minha ida com eles, porque ninguém pode fazer política nesse momento. Acho que esse é o momento de uma conversa direta, franca e objetiva entre Governo Federal, Governo municipal (os que estão atingidos), e Governo estadual para realmente encontrarem uma solução rápida para a grande crise que está sendo instalada entre a Venezuela e o Brasil, na situação que já explicamos. Nem imaginei que o Governo fosse tomar uma decisão imediata, e tomou.

Esse nosso requerimento, Senador Paulo Paim, tem o objetivo de trazer várias pessoas: o representante do Governo do Estado; a Prefeita de Boa Vista; o Prefeito de Pacaraima; um representante da igreja católica; um representante das igrejas evangélicas, que são 50%; o Embaixador da Venezuela; um representante da organização não governamental Fraternidade – Federação Humanitária Internacional; um representante da agência da ONU para refugiados; o representante do Comitê Internacional da Cruz Vermelha. Essas pessoas todas estão sendo convidadas por nós para que elas possam trazer aqui a sua participação e que nós possamos encontrar, numa reunião até conjunta entre a CDH e a Comissão de Relações Exteriores, uma solução que realmente venha a diminuir o clima tenso que se encontra no Estado, principalmente entre aquelas pessoas que acreditam no Brasil e que estão buscando o seu refúgio, a sua proteção, a sua sobrevivência no nosso País.

Eu tinha isso para colocar, Senadora, mas vamos aguardar o quórum para colocarmos em votação.

Quero aqui também parabenizar a Comissão, na pessoa da Presidente e do Senador Paulo Paim, por aquela audiência de ontem, que foi extremamente importante. É a primeira, depois das 31 que foram feitas para a composição da CPI da Previdência. E ontem eu acho que os esclarecimentos dos nossos convidados e tudo o que foi colocado aqui deixou muito claro e bem patente que essa crise que estão dizendo que existe hoje na previdência é uma crise montada, é uma crise forjada, é uma crise que não se fundamenta na verdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não estamos dizendo que a previdência não precisa passar por uma reforma. Tudo precisa, porque a vida é mutável. Diariamente, há fatos novos, mas não na proporção, na dimensão do que estão querendo fazer. Fica muito clara hoje a intenção deste Governo Federal. Diante das ações do Governo Federal, Senador Paim, eu até achei uma colocação, uma frase que o define bem: o carrasco dos pobres. E aí naturalmente pode ser o carrasco dos pobres, dos trabalhadores, das pessoas mais excluídas, que, na grande maioria, compõem este País. Eu digo isso porque a insistência, o formato como o Governo trabalha – como ele trabalhou aquela reforma empresarial que chamaram reforma trabalhista, contra a qual nós três nos posicionamos – essa reforma da previdência que eles propõem, na dimensão em que está aí...

Quer dizer, não se sustenta a fala de que o Brasil quebra, de que a previdência quebra. Dinheiro há muito, os benefícios que eles estão dando aí são muito grandes. Deram agora às petrolíferas internacionais um trilhão, estão dando três bilhões para os prefeitos que apoiam essa proposta indecorosa do Governo Federal e não está havendo a cobrança de quatrocentos e poucos bilhões das empresas que estão devendo. Eles usam esse Refis, a DRU, instrumento que naturalmente implica diretamente a previdência.

Mas, por ouro lado, a gente vê bem qual é a intenção deste Governo, Senador Paulo Paim, Senadora Regina. Quando você vai analisar o orçamento... Eu sempre digo que no orçamento do Executivo está a intenção dele, Senador Paulo Paim. Então, quando ele propõe no orçamento priorizar algumas áreas, demonstra qual é o objetivo daquele Governo. Quando se analisa o orçamento, a LOA do Governo carrasco dos pobres, encontram-se lá já as intenções dele. Ele tira 99% do saneamento básico. Saúde é fundamental para a vida das pessoas, principalmente Brasil afora, onde muitos Municípios não têm nem 10% ou 20% das suas áreas urbanas em saneamento. Por isso, inclusive, há algumas calamidades na área de doenças. Ele mexe 99% no social: na educação, na moradia, na saúde e na vida propriamente dita daqueles que vivem abaixo da extrema pobreza. Tira 86%, Senador Paulo Paim, da educação rural. Ele tira 86% – por incrível que pareça, mesmo percentual – da reforma agrária, ou seja, não dá àqueles que merecem, que querem ficar no campo. A reforma agrária, na verdade, a agricultura familiar é quem coloca a alimentação na mesa da gente. O agronegócio, o grande negócio está mais voltado para a exportação, o pequeno é que realmente emprega no campo, é quem dá vida à economia, é quem acaba realmente fazendo aquela máxima de que quando o homem do campo não planta, a cidade não janta. Mexeu muito na educação, Senadora Regina, mexeu bastante. Por exemplo, da universidade, cortou 44%. De 2015 – que era de 15 bilhões – vai cair agora para 5 bilhões. Quer dizer, 10 bilhões de 2015 para 2018 estão tirando das universidades. E assim sucessivamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os quilombolas e os indígenas resolveram excluir do mapa, tiraram 100% dos recursos de investimento sustentável dos quilombolas e dos povos indígenas – 100%. Tiraram 44% da cultura dos povos indígenas e tiraram 48,7% dos recursos para fiscalizarem as áreas indígenas, para demarcarem as áreas que estão para ser demarcadas e para aqueles povos indígenas que estão isolados.

Então, realmente é um governo que se tornou o grande carrasco dos povos humildes, dos excluídos, principalmente dos mais necessitados.

Eu queria aqui fazer este registro, porque essa, infelizmente, é a realidade, Senador Paulo Paim, que a gente encontra hoje no Brasil.

Obrigado, Senadora Regina.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Telmário, são muitas informações importantes. Inclusive, essa análise aí deve ser passada para a população, para mostrar como ficou o Orçamento. Acho que deve ser feita uma matéria com os principais pontos de como ficou o Orçamento em relação aos pobres, porque, dentro desse Orçamento, não cabe pobre. Essa é a grande realidade no Orçamento de 2018.

Senador Paim, sei que o senhor está pedindo a palavra. Já lhe passo, mas faço uma indagação, se puder responder neste momento. É que o Relator da reforma da previdência estava dando entrevista, apresentando a nova proposta. O senhor tem conhecimento do que ele apresentou de novo?

Com a palavra o Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aproveito para responder à sua pergunta e fazer um rápido comentário ainda sobre a fala do Senador Romário. Quero dizer, Senador Romário, que o senhor está coberto de razão. Senador Telmário! O Romário esteve aqui com a gente há poucos minutos. Terminou se comprometendo para dar o quórum. O gabinete dele fica na parte debaixo, e ele disse que está à disposição lá e que é só chamá-lo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Telmário Mota, primeiro, lembra essa questão da Venezuela: de fato, a audiência pública que ele pede é muito, muito, positiva, vem no momento adequado. Eu acompanhei pelas redes de comunicação, pelas redes sociais, enfim, pela imprensa, a situação em que o seu Estado se encontra. De fato, eu diria que é uma situação quase de calamidade pública, e não é por falta de boa vontade dos agentes públicos, como você. É que, efetivamente, mil pessoas por dia chegando ao Estado, um Estado pequeno. Eu conheço, estive lá a convite do Senador Telmário, e é preciso que se responda isso. Aí, vêm as políticas humanitárias.

Eu, que sempre critico o Governo, acho que foi boa essa iniciativa do Governo, sim, de deslocar uma série de ministros para lá, porque, se eles não vão, a gente critica; se eles vão, a gente não vai criticar, e foi o que você não fez, você apenas disse que a missão vai para ver o que se pode atender. E você chama uma reunião aqui, de responsabilidade do Congresso Nacional para ver em que o Congresso pode atender, nesses milhares e milhares... Deve ter o quê? Falam em 50 mil já, não é?

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR. *Fora do microfone.*) – Quarenta mil...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso. Vai chegar a 70 mil. Então, meus cumprimentos pela iniciativa do requerimento.

Respondendo, Senadora Regina Sousa, nossa Presidenta, eu vou falar do que eu ouvi ontem à noite nas redes de televisão. A que ponto nós chegamos neste País! Olhe só: os Governadores dos Estados querem transferir as dívidas que eles têm com os aposentados e pensionistas nos seus Estados para a União, para a previdência que eles dizem que está quebrada. Eles falam que a previdência está quebrada...

Eu vi uma entrevista, e vou dar o nome aqui. Não é nenhuma acusação. É simplesmente uma... A entrevista que eu vi foi do Ministro Padilha, que diz que o Governo está estudando a proposta. Serão mais de R$500, R$600 bilhões! Eu acho que vai dar mais de R$1 trilhão isso. Já pensou toda a dívida dos Estados que pegaram o dinheiro indevidamente dos fundos dos aposentados e pensionistas? Daqui a um pouco os Municípios vão querer igual, porque, na CPI da Previdência, apareceu isso.

Os Municípios também vão dizer: "Bom, se a dívida do Estado vai toda para a previdência pública..." Virá para o Ministério, agora Secretaria, vai vir para cá, num grande fundo que criariam aqui. Quem vai manter esse fundo? Dizem que a Previdência está falida –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do que eu discordo, naturalmente. Mostramos ontem aqui, num grande evento – o Senador Telmário já falou – e num outro grande evento na Câmara também. Lá, tínhamos em torno de 500 pessoas. Eu presidi a sessão, porque coordeno a Frente Parlamentar Mista, Câmara e Senado, junto com... Eu coordeno em nome do Senado e lá é o Arnaldo Faria de Sá em nome da Câmara. Presidi a sessão. E foi quando terminou a sessão lá... Tivemos uma aqui que foi brilhante, com a presença do Telmário e da Senadora Regina – não é, Senador? –, fizemos um grande debate aqui sobre esse tema.

Mas eu fiquei, à noite, perplexo com essa notícia. Dez governadores se reuniram com o Presidente da Câmara e discutiram essa proposta. Quer dizer, vão passar a conta para quem? Para o trabalhador pagar, da área pública e da área privada, para o trabalhador rural, de quem você falou muito bem aqui, que é quem bota alimentação na nossa mesa, não é? Oitenta por cento dizem que vêm da agricultura familiar, como você falou. É o fim do mundo! É o fim do mundo isso! É muita cara de pau dizer que tem que fazer uma reforma porque a Previdência está falida e, ao mesmo tempo, dizer que há 500 bilhões... Porque primeiro disseram... Eu vi a entrevista: "Olha, recebemos a proposta, vamos estudar."

Com todas as minhas críticas ao Relator lá da Câmara... Vi a entrevista dele. Sabe o que ele disse? E olha que eu não tenho nada com ele... Ele disse: "É uma proposta indecente" – frase do Relator da Câmara. Mas ele tinha que dizer isso mesmo. Como é que ele vai explicar essa reforma que chama servidor público... Na propaganda deles, servidor não gosta de trabalhar, trabalha pouco – eles dizem – ganha muito e se aposenta cedo. É chamar o servidor de vagabundo! São aqueles que tocam o País. Como é que vai ser o atendimento aqui dentro do Congresso? Como é que vai ser na Previdência mesmo, nos postos da Previdência? Como é que vai ser o SUS na saúde? Em todas as áreas... A que ponto chegamos! Tiram do trabalhador para responder aos interesses...

O pior de tudo é o jogo, a malandragem política. Malandragem política, porque dizem o seguinte: esses governadores estariam buscando voto para a reforma. Quer dizer, a dívida é deles, eles não assumem, e ainda vêm aqui – como é que chamam? – garimpar votos vendendo a alma do nosso povo para que a dívida deles seja... É exatamente como fizeram nas áreas das – como você dizia aqui – petroleiras. Aí nem precisa falar, é R$1 trilhão.

Mas, com essa, pessoal, eu fiquei tão indignado, mas tão indignado... A cara de pau desse Governo de dizer que vai estudar ainda a proposta! Tinha que dizer que isso é uma afronta ao povo brasileiro. Vamos discutir, sim, a renegociação da dívida dos Estados, mas querer tirar de quem não tem, tirar do aposentado e do pensionista, tirar da juventude... A gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem que aprofundar esse debate. Essa juventude que está aí vai se aposentar quando com essa reforma? Nunca vai se aposentar. Nunca!

Quem está aí em véspera de se aposentar, com a regra de transição, vai marchar a mulher com mais dez anos, porque vão ser dez anos a mais: sai de 30 anos de contribuição para 40 anos de contribuição; o homem, de 35 para 40. E eles falam que não há prejuízo nenhum!

Por isso é que foi tão assistida pelo povo brasileiro a audiência nossa aqui ontem, Senador. V. Exª esteve aqui durante um longo período, o Senador Telmário fez o encerramento, porque eu fui presidir aquela da Câmara. Tanto a assistência aqui como lá foi uma das maiores que nós tivemos até hoje, porque o povo está acompanhando essa reforma da previdência. O povo quer saber.

E o que ele anunciou até o momento, porque não anunciou tudo... Ele anunciou o seguinte: que vai resolver o problema da Polícia Militar para que a viúva tenha o direito intocável. E o que ele sinalizou, até o momento, é que aquela questão de que, quando morre um, praticamente perde o benefício o outro, porque, hoje, no caso de casal em que os dois trabalham, os dois têm direito ao benefício. Quando morre um, o outro fica com o benefício. Eles, pela forma que estão enjambrando lá, praticamente desaparece. Você vai fazer o cálculo e ver o seguinte: "Bom, é melhor eu abrir mão dessa e ficar com essa." Vai ter que escolher aquela que você achar melhor. A família daquele que contribuiu a vida toda não terá direito a receber. Ora...

Vamos dar o meu exemplo. Vou pegar o exemplo de meus pais, ambos falecidos já. Pai e mãe trabalhavam. Já faleceram. Éramos dez irmãos. Calcule: se essa lei valesse na época, e um dos dois tivesse falecido – já faleceram, não é? –, a renda da família ficaria pela metade. E como é que iria criar os dez filhos? Porque desaparece.. Pela forma como eles fazem, desaparece. E você vai acabar tendo que escolher aquela em que você perde menos entre uma e outra, aquela matemática, aquela engenharia toda que eles inventaram lá.

Por isso, Presidente, eu não tenho nenhuma dúvida de que eles estão tentando tapar o sol com a peneira. Toda hora eles vêm com um remendo aqui, um remendo ali, dando a impressão de que a reforma pode ser aceitável. Ela é inaceitável!

Eu estou convencido de que os Deputados não vão votar essa reforma. Se votarem, não terão os 308 votos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a mobilização é enorme em todo o País. Não pensem que essa população silenciosa que está aí não está olhando isso e não está vendo os dados – os dados que nós mostramos com a CPI da Previdência. O Senador Telmário foi o Vice-Presidente nosso lá, com muito orgulho.

Eu reproduzi uma cartilha. Num primeiro momento, eu fiz 100 mil. Já não tenho mais as 100 mil. É um desespero: todo mundo quer a cartilha, todo mundo quer. Eu estou distribuindo o que é possível e estou liberando para que imprimam, para que as entidades imprimam e cada Deputado e Senador coloque o seu nome ali, na capa: a Senadora Regina Sousa, por exemplo – se ela me permite usar o seu nome –: "CPI da Previdência: aqui está o resultado." Pronto. Digo isso porque a CPI é do Senado, é nossa. Quanto aos Deputados, estou liberando para que eles imprimam também – "CPI da Previdência feita no Senado. Nós somos membros do Congresso." Imprimam. Prefeitos, imprimam; vereadores, enfim, a sociedade tem que tomar conhecimento.

Na verdade, é uma grande picaretagem que eles fazem com o dinheiro da Previdência neste País. E é tanto dinheiro, que os grandes bancos, o sistema financeiro, estão de olho nesse dinheiro.

Eu já expliquei e vou só repetir: os grandes devedores da Previdência são os grandes bancos. Eu não gosto de repetir o nome dos bancos, mas já dei o nome de quatro, cinco, seis, para não deixar alguns de fora. Porque não é só aquela meia dúzia que a gente cita. Eles são os grandes devedores, e eles é que estão de olho. Por isso que é propaganda aqui, é propaganda ali, é propaganda em todo e qualquer espaço na grande mídia, e propagandas mentirosas. Mentem. Mentem vergonhosamente para a população, como se fossem resolver o problema da previdência.

E nós apontamos, no final da cartilha... Olha, é só aprovar uma PEC – casualmente eu a apresentei, eu acho, no ano 2000 ainda – que diga o seguinte: o dinheiro da seguridade, onde está a previdência, a saúde e a assistência, não pode ser destinado para outros fins. Só aprovar isso seria suficiente. É claro que há outras medidas, mas seria para resolver o problema.

Combater a sonegação. Olha, eu recebi um livro de um gaúcho, Prof. Cattani, em que ele fala que a sonegação é pior que a corrupção. Mas por que não falam nisso? Porque são os grandes que sonegam. O trabalhador que está agora nos assistindo, na folha de pagamento dele ali, não tem como sonegar. Quando ele vai comprar no mercado, ele paga, tem que pagar, não tem como sonegar. Se alguém sonega é o grande supermercado, são os grandes deste

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

País; aqueles 5%, que são a nata, são os que mais devem. Chegou a dizer a seguinte expressão o Prof. Cattani... Eu vou dizer aqui: ele é um gênio. Ele disse: "Paim, tu podes dizer onde quiseres que a sonegação chega a ser cem vezes pior que a corrupção". Olha só! Sonegam e não pagam. É uma corrupção. Ele separou o cara que sonega e aquele que rouba direto – é propina para cá, igual a essas quadrilhas montadas no Governo e todo mundo sabe. Então, ele mostra. Ele fez o cálculo: grandes grupos econômicos sonegam mais do que aquilo que foi divulgado no País relativamente à corrupção. Se a corrupção, por exemplo, foi R$100 bilhões, pode botar, no mínimo, cem vezes mais na sonegação. E não aparece, fica tudo ali escondidinho porque é tudo sonegado. Eu disse para ele: "Eu nem boto cem vezes, mas se fossem dez vezes já seria um crime". Se fossem dez vezes, já seria um crime! E, como a senhora disse, Senadora: se somarmos os dois então... Aí é o fim do mundo!

É nessa realidade que nós estamos trabalhando e, por isso, há já uma pesquisa que está sendo divulgada que dá conta de que 90% da população brasileira quando perguntados se votariam em alguém que está diminuindo o seu direito de se aposentar... Mas é claro que vão dizer que não, não é? A pesquisa é clara. A pergunta é esta: "Você estaria nessa reforma?" E todo mundo sabe que ela tira direitos. Para você se aposentar de uma previdência que não é deficitária... Noventa por cento dizem que não votariam em ninguém que lhes retirasse direitos.

Eu tenho feito uma verdadeira peregrinação, tanto no meu Estado como no País, e tenho muita esperança de que essa reforma não há de passar, Presidenta, tenho muita esperança.

Ontem, Presidenta, V. Exª aqui falando comigo... Vou entrar já nos requerimentos, só quis entrar nesse tema porque é o tema que o Brasil está debatendo hoje e, por isso, os eventos de ontem, tanto lá como aqui... Depois usei ainda a tribuna à noite e falei também da previdência. Eu vou entrar agora nos requerimentos, Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Não há quórum para votar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não temos quórum para deliberar ainda. Então vamos só fazer a leitura dos requerimentos, que vão tratar de novo desse tema, a questão da saúde, da previdência, da segurança também – é boa a iniciativa do Presidente da Casa. Saúde, educação e previdência são os grandes temas sobre os quais há preocupação por parte da população. Por isso, Srª Presidente, eu queria deixar lido pelo menos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estou encaminhando hoje um requerimento para discutir a situação também dos aposentados e pensionistas do nosso Brasil – claro, sob a ótica da previdência. Foi um pedido da Cobap (Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas) e também do Mosap (Movimento dos Aposentados e Pensionistas do Serviço Público). Aí vamos discutir que previdência queremos, como está a situação deles e como ficaria o reajuste.

O outro requerimento, Presidenta, vai na linha daquilo que eu falei aqui. É para nós discutirmos essa outra... Já é a quarta versão de reforma da previdência que eles estão apresentando. Há essa em que ele deu uma pincelada ontem, o Relator, mas disse que hoje ou amanhã deve apresentar o que ele está pensando, que seria essa outra meia-sola, que só tira direitos do trabalhador do campo... Trabalhador rural também perde – quero deixar bem claro isso –, o trabalhador urbano perde, área pública e área privada. Todos perdem. Quem mais perde é a mulher. A mulher, então, é a mais prejudicada em todos os sentidos nessa reforma. Então, é um outro requerimento para nós discutirmos que reforma é essa que eles estão propondo.

Estou com outro requerimento, Presidenta, que vai na linha "democracia e direitos humanos". Nós, que amamos tanto a democracia, queremos políticas humanitárias, temos de debater aqui nesta Comissão essa questão proposta aí pelo movimento social.

Estou propondo um outro requerimento que vai debater a discriminação no País e todo tipo de preconceito, essa violência que campeia por este País. Quando há violência, a discriminação vai junto. Por isso é que já existem dados que comprovam que, de cada dez jovens assassinados, oito são negros. E eu diria negros, índios e brancos pobres também. Então, esse é o objetivo.

Nós temos uma preocupação muito grande – eu sei que é de todos nós, Senadores –, que é a questão da reforma trabalhista que fizeram. Há um dado do Ministério do Trabalho que eu achei até que merecia não sei se um sorriso ou lágrimas caindo. Eles dizem o seguinte: "Olha, este mês, pelos nossos estudos, que estamos divulgando, o desemprego nesse período" – não sei qual o período que foi, mas depois da reforma – "não foi tão ruim. Não aumentou o desemprego; não aumentou". Aí eles dizem: "Houve 20 mil demissões e foram contratados outros 20 mil". Foram contratados pelo trabalho intermitente, terceirizado, autônomo exclusivo.

E por que eu vinculo isso ao tempo em que falo da previdência? O trabalho intermitente não vai pagar previdência. Não vai pagar! Você vai trabalhar uma hora aqui, duas horas ali, três horas ali, quatro horas aqui; se trabalhar 17 horas num mês, você vai ter que complementar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre o que você recebeu. Não vai nem dar para pagar a previdência. Você vai ter que gastar mais R$2,5. É um absurdo isso. Esse foi o objetivo fundamental dessa reforma trabalhista, e está aí o resultado: as pessoas perdendo direitos, perdendo direitos e sendo contratadas quase que na informalidade. Quem contratar por trabalho intermitente vai pagar os direitos? Não vai.

Quem vai fiscalizar? Se o Ministério do Trabalho hoje... Se o número de fiscais é um terço daquilo de que precisaríamos e não consegue acompanhar e fiscalizar as empresas, como é que vai fiscalizar quem trabalhou uma hora aqui, uma hora ali, duas horas ali, três horas ali, quatro? Não tem como! Adeus, décimo terceiro, férias, horas extras! Perde tudo: fundo de garantia, previdência. Perde tudo! Por isso, nessa ótica, nós temos esse debate aqui.

O Senador Telmário de novo faz parte desta Comissão, é Vice-Presidente da Comissão. Então, nós vamos construir uma verdadeira CLT. Você, que é do PTB, eu sou do PT, o pessoal do PDT, somos todos do viés trabalhista. Nós queremos construir, com esta Comissão Especial que V. Exª montou e eu fiquei como Relator, Senadora, uma nova proposta para um verdadeiro estatuto do mundo do trabalho, porque esse que existe hoje eu digo que é o estatuto do empregador, é a CLE, "consolidação das leis do empregador" – "e" de empregador, e o "t" sumiu. Nós pretendemos até maio ter uma proposta pronta para o debate na sociedade.

Um dos últimos requerimentos, Senadora – e esse do Senador Telmário tem tudo a ver também, como o de V. Exª também tem, como todos os requerimentos, claro – é o debate sobre a situação dos povos indígenas. Eles estiveram com o Presidente da UGT, o Patah. Fizemos um encontro no Interlegis, e vieram líderes de povos indígenas de todo o País. E achei bonito... E não é a central que eu ajudei a criar, eu ajudei, no fundo... Nós ajudamos todas, mas eu fui diretor executivo foi da CUT. Mas a iniciativa foi da UGT, do Presidente Patah, que criou uma secretaria na sua central para atender aos povos indígenas. Achei muito interessante. Então, ele propôs – e eu sei que vocês assinariam esse requerimento – que a gente faça um debate aqui sobre o fortalecimento da vida, da caminhada dos povos indígenas, e aqui nas suas alianças com o branco, com negros, enfim, com todos os segmentos, fortalecendo...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Posso fazer uma sugestão?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode, agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Teremos o Dia do Índio daqui a alguns dias, não é? Então, essa sessão... Poderíamos fazer uma sessão solene usando o plenário, onde aproveitaríamos para fazer um grande debate...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aproveitar que o Capiberibe chegou...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Com o Capiberibe, que acabou de chegar também.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador que cuida dessa área, que dizem que não dá voto.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Defende...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – As causas são maiores que o voto!

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Exato.

Nós estamos aqui, Senador João Capiberibe... O Senador Paulo Paim está pedindo um requerimento para fazer uma audiência pública para debater a questão dos direitos dos povos indígenas. Como nós vamos ter o Dia do Índio no dia 21 agora, se não me falha a memória, em abril ou ali perto, esse debate poderia ali ser amplamente feito, porque hoje, principalmente com esses recursos que saíram do orçamento, Senador Paulo Paim... Eu não tenho dúvida de que será um debate interessante, porque hoje, a cada dia, o que nós estamos vendo é um cerco, principalmente dos ruralistas e de outras categorias com esse Governo que está aí, um cerceamento de direitos que os povos indígenas ao longo da vida conseguiram conquistar.

Obrigado pelo aparte.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

O Senador Capiberibe em seguida poderá comentar, se assim entender, tanto a questão da previdência, de que nós estamos falando muito aqui, como a questão dos direitos do trabalho e da democracia, assim como da situação dos povos indígenas.

O outro requerimento, Presidenta, que deixarei para votar, se nós conseguirmos votar hoje, é sobre o direito da saúde da mulher...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senador Paim, eu o interrompo para dizer que agora nós temos quórum. Então, já está valendo a leitura dos requerimentos para...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Farei a leitura dos últimos dois.

Direito da saúde da mulher e os direitos previdenciários da mulher. Nós vamos provar, nesta audiência, que é a mulher a que mais perde com a reforma da previdência.

Por fim, a instituição do mês de abril como o mês da conscientização sobre a doença de Parkinson, que avança, e muito, em todo o País.

Concluindo, Presidenta, por sugestão do Senador Pimentel, e seria aqui neste debate da previdência... Ele está disposto a ser painelista, porque ele foi Ministro da Previdência. Ele vai fazer uma exposição sobre a realidade dos grandes devedores. É até algo que a senhora propôs, Senadora. A senhora propôs: "Paim, vamos entrar nos temas." Na sua sugestão – e vamos assinar juntos –, o Senador Pimentel, que foi Ministro, vai mostrar a realidade. Há um dado que ele me deu ontem com que fiquei assustado: só a JBS recebeu mais de um 1 bilhão de prêmio com os Refis. Nem vou falar da dívida que eles têm, pois me parece que é em torno de 3 bilhões – não estou com os dados aqui. O Senador Pimentel está disposto a fazer uma exposição, está fazendo todo o levantamento, e nós faríamos isso, então, aqui.

Na mesma linha que a senhora propôs – nós podíamos fazer requerimento juntos –, nós podíamos fazer, um dia, um debate só sobre o prejuízo para a juventude, como temos aqui para a mulher. E há o prejuízo para os trabalhadores rurais, outra temática que a senhora propôs que achei muito interessante.

É isso, Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paim.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - AP) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Só um instante, Senador Capiberibe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora sim, havendo número regimental – eu não tinha aberto para valer –, declaro aberta a 2ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Pela ordem, Senador Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - AP. Pela ordem.) – Srª Presidente, Srs. Senadores, na pauta do STF desta semana – vai possivelmente a julgamento se não houver mudança – está a questão do decreto que regulamentou a questão das terras quilombolas. Então, temos que estar atentos a isso, porque, se houver uma decisão desfavorável, haverá possibilidade de revisão das terras que já foram homologadas e também, daqui para frente, dificuldade enorme no processo de reconhecimento dos direitos das comunidades afrodescendentes.

Também no dia 21 vai ser a vez do Código Florestal – algumas pendências que o STF vai resolver relativamente ao Código Florestal.

Eu queria cumprimentar todos pelo novo ano, um novo ano que não traz grandes perspectivas de mudança. Estamos ainda nos aprofundando na crise do País, a crise econômica, desemprego, pobreza se expandindo, crise no Judiciário e no Legislativo. Enfim, é uma situação de desesperança para a sociedade brasileira.

Srª Presidente, eu gostaria de incluir, extrapauta, um requerimento em que proponho debater a situação dos refugiados venezuelanos na nossa fronteira com Roraima.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - AP) – Então juntamos dois requerimentos, assinamos extrapauta. Está na mesa.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Consulto o Plenário se está de acordo com a inclusão de requerimentos extrapauta. Quem estiver a favor permaneça como se encontra. (*Pausa.*)

Aprovado.

Então, incluídos os requerimentos extrapauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos começar com os requerimentos da pauta. Temos relatórios não terminativos, mas os Relatores não se encontram. O Senador Romário tem um, o Senador Magno Malta tem outro e a Senadora Gleisi também.

Então, vamos primeiro para os requerimentos que estavam na pauta...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Senador Romário está presente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Ah, está aqui o Senador Romário.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - RJ) – Estou na área.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ele avisou, disse que, dando quórum, ele subiria. Deu quórum e ele chegou.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Desculpa, Senador, eu não tinha visto V. Exª. Realmente eu vi que o senhor tinha entrado, mas depois tinha saído.

Então, vamos ao relatório do Senador. Acho que ninguém está com pressa, parece que acabou o expediente.

Senador Romário com o seu relatório, daí a gente vota.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 346, de 2017

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.049, de 18 de maio de 1995, e a Lei nº 13.444, de 11 de maio de 2017, para permitir o registro da condição de "pessoa com deficiência" na Cédula de Identidade e no Documento Nacional de Identidade.

Autoria: Senador Hélio José.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Romário.

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Concedo a palavra ao Senador Romário para leitura do relatório.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - RJ. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente.

Meu bom-dia a todos, aos três Senadores aqui presentes, meus amigos. Quero desejar um feliz ano novo, 2018, para todos nós. Que possamos juntos, neste Congresso, com muita sabedoria, trabalho e força, tentar ajudar a melhorar nosso País neste ano, porque realmente estamos precisando.

Vou fazer um resumo do PLS 346, de 2017, de autoria do Senador Hélio José, que altera a Lei nº 9.049, de 18 de maio de 1995, e a Lei nº 13.444, de 11 de maio de 2017, para permitir o registro da condição de “pessoa com deficiência” na cédula de identidade e no Documento Nacional de Identidade.

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei do Senado nº 346, de 2017, de autoria do Senador Hélio José, que altera a Lei nº 9.049, de 18 de maio de 1995, e a Lei nº 13.444, de 11 de maio de 2017, para permitir o registro da condição de “pessoa com deficiência” na cédula de identidade e no Documento Nacional de Identidade.

De acordo com o inciso IV do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre proteção e integração social das pessoas com deficiência, o que torna regimental o exame da proposição por esta Comissão.

No nosso entendimento, o PLS é altamente meritório. É chegada a hora de estender à pessoa com deficiência o desembaraço de que gozam as pessoas ditas “normais” na consecução de suas metas e na obtenção de seus direitos no dia a dia. A pronta comprovação da deficiência, em documento tão simples e de ágil apresentação como o são a cédula de identidade e o DNI, abrirá inúmeras portas às pessoas com deficiência, sedentas que estão de inclusão plena.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos a propor apenas duas breves emendas que darão maior precisão à redação do PLS.

As emendas são as seguintes.

EMENDA Nº – CDH

Dê-se, ao § 1º do art. 2º-A da Lei nº 9.049, de 18 de maio de 1995, incluído pelo art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 346, de 2017, a seguinte redação:

Art. 2º-A .....
§ 1º A informação será registrada por meio da expressão "pessoa com deficiência", podendo, a pedido do interessado, ser especificada segundo sua(s) condição(ões) física, auditiva, visual, mental ou intelectual.
.....

A segunda emenda é a mesma emenda, só que em projeto diferente:

EMENDA Nº - CDH

Dê-se, ao § 1º do art. 8º-A da Lei nº 13.444, de 11 de maio de 2017, incluído pelo art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 346, de 2017, a seguinte redação:

Art. 8º-A .....
§ 1º A informação será registrada por meio da expressão "pessoa com deficiência", podendo, a pedido do interessado, ser especificada segundo sua(s) condição(ões) física, auditiva, visual, mental ou intelectual.
.....

Voto.

Em razão do exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 346, de 2017, com essas emendas que foram mencionadas.

Muito obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão o relatório.

Senador Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Srª Presidenta, só uma questão de justiça: eu queria cumprimentar tanto o Senador Hélio José como o Senador Romário.

O Senador Romário aqui tem se tornado quase que... É parceiro em todas as áreas, vota com a gente – eu digo com o povo; não é comigo, é com o povo, vota com o povo sempre – nessa área da pessoa com deficiência. Quando ele apresenta ou relata um projeto, eu sempre dou um destaque, porque digo ao Romário aqui – e nós estamos pela TV para o Brasil todo – que o Estatuto da Pessoa com Deficiência, de nossa autoria, você relatou. Esse linguajar você entende mais do que eu: você pegou a bola, botou no peito e disse: "Não, é comigo, Paim. Pode deixar que eu vou lá e fazer o gol." E fez o gol.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - RJ) – Obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Brasil deve muito a você por ter assumido aquela relatoria e termos conseguido aprovar, e esse projeto vai na mesma linha. Então, fica aqui o meu voto já antecipado.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR. Para discutir.) – Às vezes, você, num simples gesto, ou numa simples dor, ou numa simples causa, ou numa grande atitude, marca a sua vida por onde passa. O Romário marcou a vida dele no futebol e, no Senado, talvez sem muito esforço, ele já justificou o mandato dele de Senador com esse Estatuto – viu, Romário, não tenho dúvida disso.

Hoje, ao olhar o Estatuto, já se olha o mandato que você colocou. É muito importante você, no mandato, poder deixar uma marca de tamanha envergadura como esse Estatuto. Então, quero parabenizá-lo e desejar que você continue sempre com essa iluminação, com essa luz que você tem.

Nesse mesmo sentido, acho que o projeto do Senador Hélio José é pertinente, bem relatado. E, quase nessa mesma linha, nós temos um com relação aos povos indígenas, que faz constar também do RG a identificação da sua etnia, a título até de a tornar conhecida e fazer com que tenham alguns direitos dos povos indígenas protegidos. Então, tem a minha aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - RJ) – Muito obrigado pelas palavras, Senador.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Telmário.

Mais alguém? (*Pausa.*)

Parabéns ao Senador Romário e ao Senador Hélio, sempre trabalhando essa questão importante da pessoa com deficiência.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação o relatório.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável, ao projeto com as Emendas nºs 1 e 2 da CDH.

O projeto segue para análise terminativa na CCJ.

O Senador Capiberibe vai apresentar um relatório *ad hoc.*

Item 14 – é uma sugestão do e-Cidadania.

ITEM 14

SUGESTÃO Nº 39, de 2017

- Não terminativo -

Voto em cédulas de papel e urnas de lona para eleição de 2018

Autoria: Programa e-Cidadania.

Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann.

Relatório: Pela rejeição da Sugestão.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tramitação: CDH.

Nomeio o Senador Capiberibe Relator *ad hoc.*

Concedo a palavra ao Senador Capiberibe para a leitura.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - AP. Como Relator.) – Da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre a Sugestão nº 39, de 2017, do Programa e-Cidadania, que propõe o voto em cédulas de papel e urnas de lona para a eleição de 2018.

Relatório.

A Ideia Legislativa nº 83.675, intitulada "Voto em cédulas de papel e urnas de lona para a eleição de 2018", alcançou, entre 25 de julho e 9 de agosto de 2017, conforme o Memorando nº 71, de 15 de agosto de 2017, da Secretaria de Comissões, mais de 20 mil manifestações de apoio, o que confere a ela, de acordo com o previsto no parágrafo único do art. 6º da Resolução nº 19, de 27 de novembro de 2015, que regulamenta o Programa e-Cidadania, tratamento análogo ao dado às sugestões legislativas previstas no art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal. Encaminhada a esta Comissão, foi identificada como Sugestão nº 39, de 2017, e encontra-se agora sob análise.

A sugestão consiste no retorno à sistemática de votação em cédulas de papel e urnas de lona nas eleições de 2018. Conforme o autor, aprovado o voto impresso acoplado às urnas eletrônicas para essa eleição e considerando o custo das urnas eletrônicas necessárias para atender a essa exigência, o retorno simples ao sistema anterior seria mais fácil e barato que a adaptação do sistema à impressão do voto. Afinal, a cobrança da sociedade incidiria apenas sobre a possibilidade de conferência do resultado mediante recontagem dos votos, algo que o sistema anterior já permitia.

Análise.

Nos termos do parágrafo único do art. 6º da Resolução nº 19, de 2015, combinado com o art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre as ideias legislativas registradas no Programa e-Cidadania.

No que se refere ao mérito, cabe lembrar, inicialmente, que a polêmica em torno da utilização do voto impresso como mecanismo de controle das urnas eletrônicas é antiga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 152 do Código Eleitoral já previa o uso de "máquinas de votar". A Lei nº 9.100, de 29 de setembro de 1995, que regulamentou as eleições de 1996, estabeleceu o uso da urna eletrônica, em caráter experimental, por um terço do eleitorado, distribuído em 57 cidades do País.

A análise é aprofundada, relatando todos os aspectos pelos quais trilhou essa polêmica em torno da urna eletrônica.

A conclusão.

Portanto, salvo melhor juízo, nada justifica o retorno à situação anterior, ainda mais se considerarmos que o problema da conferência dos resultados encontra-se resolvido, por meio da exigência da impressão simultânea a vigorar já nas eleições de 2018. O voto será eletrônico, mas com o comprovante impresso, o que atende essa sugestão.

Portanto, em razão do exposto, manifestamos o nosso voto contrário à Sugestão nº 39, de 2017, devendo a mesma ser arquivada.

Era esse o relatório, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Capiberibe.

Em discussão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Srª Presidente, inclusive pediram para eu relatar, eu poderia relatar, mas sou do mesmo Partido, de modo que eu quero já dar o meu depoimento, acompanhando o Senador Capiberibe, porque ele foi muito feliz na sua argumentação. Esse é um problema que já está resolvido, já que vai haver também a impressão, por matéria já votada na Casa.

Então, foi muito boa a intenção do autor dessa proposta aqui na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, mas diremos a ele que já está atendido, contemplado. Por isso que o Senador Capiberibe e a Senadora Gleisi dão o voto considerando prejudicado, ou seja, não aceitando a sugestão dele.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório pela rejeição da sugestão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH pela rejeição da sugestão.

Agora vamos aos requerimentos, primeiro os da pauta.

ITEM 15

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 1, de 2018

- Não terminativo -

Requer, com amparo no Regimento Interno do Senado Federal, o aditamento do RDH 126 de 2017, para que o tema da audiência pública seja: "A instituição do mês de abril como o mês da Conscientização sobre a Doença de Parkinson".

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se a senhora ler, eu já advogo, porque são tantos... Esse é o primeiro?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – É o primeiro, só mudando o tema da audiência: "A instituição do mês de abril como o mês da Conscientização sobre a Doença de Parkinson".

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidenta, como já fiz a leitura e a defesa de quase todos eles, eu apenas enfatizo que essa é uma doença que avança muito em todo o País. Os familiares dessas pessoas com Doença de Parkinson me procuraram no sentido de que a gente pudesse fazer um debate amplo aqui, para inclusive comprometer mais o próprio Governo, o Ministério da Saúde, enfim, toda a população a encontrar caminhos para a situação em que eles se encontram. Há algumas alternativas já, mas são ainda muito pequenas perto da realidade da Doença de Parkinson.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 1.

ITEM 16

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 2, de 2018

- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para debater sobre: "A Situação dos Aposentados e Pensionistas".

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bem rapidamente, Presidenta, porque eu já advoguei antes. Foi uma iniciativa da Cobap (Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas) e do Mosap, movimento dos aposentados e pensionistas da área pública. Ambos estão muito preocupados com a dita reforma da previdência. Eles têm claro que essa reforma visa acabar com a previdência e entregar para o sistema financeiro. E como fica a situação deles? Se já está mal agora, muito pior vai ficar a partir dessa reforma.

É isso, Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Agora vamos aos extrapauta.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Ah, os extrapauta. Pensei que todos esses requerimentos aqui...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Não, não, tudo bem, porque, Senadora Regina, como eu tinha feito aquela minha fala sobre o meu extrapauta primeiro e, coincidentemente, o Senador João Capiberibe também tem um com a mesma semântica, no mesmo sentido, a gente poderia até colocar em votação e ele também lê o dele, para a gente unificar, para a gente... Se não há nenhuma dificuldade. Posso ler o meu extrapauta aqui?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – O senhor lê o seu; o Senador Capiberibe... E a gente aglutina.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Doze...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Pois é. Como V. Exª já leu o seu, a gente podia fazer em globo depois.

EXTRAPAUTA

ITEM 21

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 7, de 2018

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, e dos art. 90, incisos II e III, e art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública Conjunta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) com a Comissão de Relações Exteriores (CRE), para discutir a situação dos refugiados venezuelanos no estado de Roraima.

Autoria: Senador Telmário Mota

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, no meu requerimento, nós estamos sugerindo que seja convidada a Governadora do Estado de Roraima; a Prefeita de Boa Vista; a Prefeita de Pacaraima, que é a entrada dos venezuelanos – muita gente está ficando por ali –; representante da Igreja Católica de Roraima; representante da Igreja Evangélica, a Omer; o Embaixador da Venezuela; e representante da Organização não-governamental Fraternidade – Federação Humanitária Internacional; representante da Agência da ONU para Refugiados; representante do Comitê Internacional da Cruz Vermelha; e também o representante dos Ministérios, do Ministro da Justiça e das Relações Exteriores.

A justificativa, Srª Presidente, nós já falamos, é que hoje já entram na casa de 600 a mil pessoas por dia. Já consta que 40 mil pessoas dessas estejam no Estado de Roraima. Isso já representa, principalmente na capital, 12% da população e tem causado naturalmente um caos social e econômico. Não há mais leito nos hospitais, não há mais atendimento nos postos, não há escola, não há abrigo, não há emprego, aumenta a criminalidade e, mais grave, a prostituição. E agora muitas dessas pessoas, Senador João Capiberibe, essas organizações, essas facções criminosas estão recrutando, esses venezuelanos, e, lamentavelmente, já levando-as para o crime, utilizando-as no crime. Portanto, é muito grave. A gente, então, pede, faz esse requerimento. Como o Senador João Capiberibe também tem o dele, já poderíamos fazer a aprovação dos dois simultaneamente.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Com a palavra o Senador João Capiberibe para a leitura do seu requerimento, que é de igual teor.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - AP) – Srª Presidente, nos termos do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater a situação dos refugiados e suas consequências para o Brasil.

Eu não estou me limitando aos refugiados venezuelanos, como se pode observar, é mais amplo.

A justificativa.

Segundo a Agência para Refugiados da ONU, o ano de 2015 estabeleceu um recorde, com 65,3 milhões de refugiados e deslocados obrigados a deixar suas casas e seus países de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

origem em consequência de guerra ou como vítimas de perseguições. O Brasil reconheceu um total de 9.552 refugiados de 82 nacionalidades, isso foi até o final de 2016.

Portanto, sugiro, para participar dessa audiência pública: a Srª Isabel Marquez, da Agência da ONU para Refugiados no Brasil (Acnur); a Srª Jurema Werneck, da Anistia Internacional; o Dr. Milton Guran, que é antropólogo; e um representante do Itamaraty – é fundamental que venha, porque qual é o tratamento que o nosso País está dando aos refugiados?

A Europa, nós acompanhamos, está fechando as suas fronteiras já há muitos anos para receber refugiados, e esse é um problema que tensiona a política europeia. E os países como o nosso serão objeto de levas e levas de refugiados que virão nos procurar. O Brasil precisa ter uma política nesse sentido, definir uma política nesse sentido.

Eu acho que há oportunidade nessa audiência pública para trazer a ONU para cá. Eu fui refugiado político e a ONU tem uma *expertise* enorme no trato de refugiados. A Agência Nacional para Refugiados da ONU poderá nos ajudar no sentido de construir políticas para a recepção e o tratamento dessas pessoas que procuram abrigo em nosso País. Há o caso da Venezuela, que é grave. Nós reconhecemos que é muito grave a situação em Roraima em função da pressão exercida pelo refugiado venezuelano.

Então, aproveitamos e vamos unificar e decidir: começa do geral e depois vai ao caso específico ou começa do caso específico e vai ao geral. Isso é uma questão de combinarmos.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador João Capiberibe.

Em discussão os dois requerimentos, que depois vão se tornar um só. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os Requerimentos nº 7 e nº 8, do Senador Telmário e do Senador Capiberibe, que depois vão se juntar e formar um único para a audiência pública.

Vou colocar em votação agora os requerimentos do Senador Paim, que ele já defendeu.

Ah, tem uma leitura de...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Há quatro dos quais eu não fiz a leitura. Acho que nós paramos naquele momento, e eu não fiz a leitura.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então o senhor faz logo e a gente vota em bloco, para não ficar repetindo um por um. Os nºs 11, 12, 13 e 14.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, faço a leitura dos quatro que eu não havia feito naquele primeiro momento.

Um deles é este, em parceria com o Senador Pimentel, que já me apresentou um belíssimo trabalho sobre os devedores da Previdência Social. E ele vai mostrar, inclusive, não só os devedores, mas a questão do Refis. É um trabalho belíssimo do Refis. Eu venho enfatizar esse que ele me deu hoje pela manhã, só. O resto ele vai falar no dia, aqui – que só a JBS com o Refis ganhou mais de R$1 bilhão.

O outro é a aposentadoria especial e a reforma da previdência, Srª Presidenta. Por quê? Professores, metalúrgicos, quem trabalha em fundição, quem trabalha com produto químico, todos terão prejuízo com a reforma da previdência, que praticamente acaba com as aposentadorias especiais.

A condição dos trabalhadores rurais – esse é um pedido da Contag – e a reforma da previdência.

O último é algo em que todos nós não temos aprofundado devidamente: o prejuízo que terá a juventude brasileira com essa reforma da previdência.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão esses últimos requerimentos.

Alguém quer discutir? (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vou colocar em bloco, porque o Senador Paim já leu todos os requerimentos: nºs 3, 4, 5, 6, 9, 10, 11, 12, 13 e 14.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu disse 12, mas era o 14.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Senadores e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos do Senador Paulo Paim, que constituem o relatório da CDH.

Eu queria, antes de encerrar, só fazer um comunicado aos Srs. Senadores e Senadoras.

A Presidência do Senado recebeu o relatório da Anistia Internacional. A Anistia Internacional – acho que todo mundo acompanhou – fez uma campanha, no ano passado: Direitos não se Liquidam. Ela fez toda uma campanha e pegou assinaturas – aqui estão assinaturas do Brasil inteiro, são 20.721 assinaturas – contra esses projetos que retrocedem no direito das pessoas, nos direitos humanos. Eles mandaram para o Presidente da Câmara e para o Presidente do Senado o relatório. Eu vou só ler os itens que eles encaminharam. O Presidente do Senado encaminhou para cá, para a Comissão, o que não caberia... Não é para a Comissão; senão, a própria Anistia teria enviado. São assuntos tratados aqui. E a Anistia pegou e fez a sua campanha Direitos não se Liquidam, contra o retrocesso. Então, eu vou ler só um trecho. Vou falar sobre isso, no plenário, inclusive.

Há todo um arrazoado, e eles resumem no seguinte:

> Escrevo a V.Sa. porque estou alarmada(o) pelas dezenas de propostas legislativas atualmente em curso no Congresso, as quais podem desmantelar os direitos humanos no país e, portanto, violar as obrigações do Brasil em relação aos direitos humanos. Se tais propostas forem aprovadas, os direitos e as vidas de milhares de pessoas estarão em risco. [Eles citam alguns exemplos.]
> • Pessoas que expressem publicamente a sua opinião ou que protestem pacificamente nas ruas poderão ser tratadas como terroristas ou traidoras, caso mudanças na lei antiterrorismo ou outras reformas sejam aprovadas;
> • Os direitos das crianças e adolescentes estarão em risco se o Congresso reduzir a idade penal para que crianças e adolescente sejam julgados como adultos;
> • O direito à saúde reprodutiva das mulheres e meninas também estará em risco se as propostas para expandir a criminalização do aborto forem aprovadas;
> • Povos indígenas e comunidades quilombolas poderão ser privados de suas terras caso os projetos sobre demarcação de terras retirem seus direitos constitucionais; e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> • Os esforços para reduzir níveis elevados e persistentes de violência armada serão negativamente afetados caso as alterações propostas no Estatuto do Desarmamento sejam aprovadas, colocando ainda mais vidas em risco.
> O Congresso deve defender e proteger direitos humanos, de forma a garantir que nenhuma lei ou emenda os restrinja indevidamente. Em vez de limitar o acesso a direitos humanos, o Congresso deve trabalhar para propor novas leis que protejam e promovam direitos humanos para todos e todas no país.
> Instamos os Senhores e Senhoras Parlamentares a desistirem de qualquer esforço para desmantelar proteções já existentes aos direitos humanos e rejeitar qualquer lei ou emenda que coloque em risco os direitos e a vida de brasileiros e brasileiras.

Então, eles se dirigem ao Presidente da Câmara e ao Presidente do Senado para que levem em consideração essa demanda, essa campanha que foi feita com tantas assinaturas. E a gente tem a obrigação de cuidar disso, sim, mas não há ação específica para esta Comissão. A ação seria o Senado retirar de pauta algumas coisas. Então, eu acho que é importante a gente registrar, ficar registrado aqui, e eu pretendo fazer um pronunciamento a respeito.

Lido o documento.

O documento encontra-se na Secretaria da Comissão à disposição dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senador Paulo Paim, com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Primeiro, foi importante a leitura do documento, que vai na linha dos direitos humanos, de que o Governo brasileiro está na contramão. É retirar direitos, retirar direitos! O Brasil é o país do mundo com maior concentração de renda, e esse Governo está na contramão, porque fortalece ainda a concentração de renda.

Eu vi, Srª Presidenta, esse encontro de Davos – assim se pronuncia –, onde estava a nata da elite mundial, a entrevista deles no final. Sabe o que eles estavam dizendo? Que não há saída, que eles têm que pensar em garantir mais direitos para os trabalhadores – entrevista deles –, têm que se preocupar mais com a questão social, com políticas humanitárias, com política de combate à fome. E o Presidente Temer vai para lá e o que ele poderia dizer? Tudo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na contramão, na contramão! A elite do grande capital mundial. Ele consegue ser mais atrasado ainda que esse encontro. Conseguiu! Conseguiu, porque o que ele está fazendo no Brasil: diminuindo investimento em saúde, educação, escola – Bolsa Família, não aceita –, debatendo contra as cotas, essa reforma trabalhista... Essa reforma trabalhista, quando cair a ficha, quando cair a ficha do povo brasileiro de que perderam praticamente tudo que construímos – eu digo o povo construiu, nós, da Era Getúlio até hoje, de geração para geração... Ele conseguiu! Foi lá, veio embora e parece que não aprendeu nada. Voltou para cá com mais gana ainda para tentar estrangular os direitos dos aposentados e pensionistas. É isso que nos deixa indignados, que deixa qualquer um indignado. Para onde vai o Brasil?

Por isso esse documento, por isso ontem aquele abaixo-assinado, no dia em que foi instalado, segunda-feira, em que milhares e milhares de assinaturas foram entregues, em que preencheram aquele corredor todo – eu vi, inclusive, alguns pisando em cima propositadamente, o que é lamentável.

Então, eu quero dizer que foi importante eles terem mandado para cá, pois esta é a Comissão de Direitos Humanos. É claro que nós recebemos e vem na mesma linha daquilo que nós temos falado quase diariamente: a questão dos povos indígenas, o Senador Capiberibe trouxe muito bem a questão do povo quilombola, uma portaria do Ministro do Trabalho que recentemente legalizou o trabalho escravo. Só recuou, porque o Judiciário interveio, senão, não ia recuar. Onde nós estamos neste País?

O Romário nem está aqui, mas quero enfatizar: calculem, senhores e senhoras que estão me assistindo neste momento, se neste Governo fosse votado o Estatuto do Idoso? Não deixariam aprovar. Se fosse votado neste Governo o Estatuto da Igualdade Racial e Social? De jeito nenhum! Estaria engavetado até hoje. Se fossem querer aprovar o Estatuto da Pessoa com Deficiência, não deixariam. Querer aprovar política de salário mínimo, inflação mais PIB? Não deixariam.

Então, a gente olha para trás... Eu chego a dizer, Senador Telmário, eu que fui Constituinte: perto do que está hoje instalado neste Governo e sua maioria aqui, eu tenho saudade do Centrão. E o Centrão era o nosso maior inimigo na época da Constituinte. Mas pelo menos eles tinham posição firme e clara, discutiam e sabiam negociar, tanto que construímos, e eles foram também importantes, a Constituição cidadã, que esse Governo está desmontando.

Eu faço essa fala rápida fortalecendo a leitura que V. Exª fez aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Senadora, quase nessa mesma linha, isso faz a gente concluir, esse relatório e tudo mais que nós temos acompanhado, assistido, e muitas vezes estamos sendo derrotados aqui, que o Governo Temer está se notabilizando como Governo de carrasco aos pobres, do retrocesso às leis trabalhistas e do retrocesso dos direitos sociais. Isso naturalmente sem falar de um governo totalmente inviabilizado pelas denúncias de corrupção. Então, é lamentável que esse Governo a serviço dos rentistas, daqueles que vivem dos lucros dos juros, das aplicações, dos cartões de crédito e dos benefícios concedidos através dos Refis da vida – que o Senador Paulo Paim já citou por duas oportunidades: uma só empresa recebeu um grande benefício de um bilhão, dinheiro a rodo... Então, nós queremos fazer esse registro.

Eu estou pedindo inclusive à minha assessoria para fazer uma leitura desse relatório, para que a gente possa realmente destacar isso em plenário, acompanhando V. Exª.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senador Telmário, verdadeiramente esse é o Governo em que os direitos humanos foram mais atacados, pelo que me lembro, na história. Os ataques aos direitos humanos nesse Governo são violentos e muito rápidos.

Senadora Fátima, nós estamos encerrando. Quer fazer...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu queria, Senadora Regina. V. Exª participou conosco lá da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Eu quero trazer esse tema aqui também, até sugeri tanto a V. Exª quanto ao Senador Paim que a gente pudesse aprovar um requerimento via CDH.

De que se trata, Senador Paim? Trata-se das políticas de convivência com o Semiárido. Eu recebi nesta semana um ofício da Articulação do Semiárido, ASA Potiguar, dando conta simplesmente de que o Rio Grande do Norte foi excluído do plano de trabalho do Governo Federal que trata da construção de cisternas. A despeito de o Rio Grande do Norte, a exemplo de outros Estados, ter participado, e foi aprovado, agora foi excluído. E as informações que circulam é que isso se deve à falta de orçamento.

Isso é um absurdo, porque nós não estamos tratando aqui de uma política qualquer. V. Exª é do Rio Grande do Sul, mas sabe que esse Programa Um Milhão de Cisternas, que foi premiado inclusive internacionalmente, assim como o Bolsa Família, foi fundamental e é fundamental para atender principalmente a populações como as do Semiárido, tendo em vista

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o fenômeno da estiagem que nós, vez por outra, enfrentamos, como estamos enfrentando agora, Senador Paim. São seis anos seguidos de secas. Seis anos! Isso é um absurdo.

É um absurdo, de repente, agora, se é que é isso, por falta de orçamento, simplesmente excluir. E acho que esse problema não é só lá no Rio Grande do Norte. Deve ser com outros Estados também.

Eu dizia, lá na Comissão de Desenvolvimento Regional, que nós, do Nordeste, sabemos muito bem o que significa aquela cisterna perto de casa. Eu, que trago na minha biografia a paisagem dura daquele tempo cruel da seca, porque naquela época não tinha cisterna. Eu acordava 4h da manhã, com minha mãe chamando a mim e a meus irmãos para a gente caminhar léguas e léguas atrás de uma cacimbinha que tivesse um olho d´água para trazer água para casa.

O fato é que, enfim, os governos do PT, sem dúvida nenhuma, criaram muitos programas, ações importantes para amenizar essa questão da convivência com o Semiárido. E o programa de cisternas é um deles, porque, repito, é a cisterna junto à casa para garantir o acesso à água.

Então, eu quero só sugerir isso, Senadora Regina. Eu acho que a Comissão de Direitos Humanos poderia fazer em conjunto e chamar, inclusive, aqui, o Ministro, que é conterrâneo do Senador Paim, para discutir não só o Programa Um Milhão de Cisternas, mas também uma série de outros programas...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Osmar Terra?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sim, o Osmar Terra.

Discutir programas que tinham sido implementados em governos nossos, voltados para a convivência com o Semiárido.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – V. Exª me permite um aparte, só para uma provocação positiva que V. Exª fez?

Eu tenho uma relação pessoal muito boa com Osmar Terra, independentemente de divergências no campo político. E já me comprometo a conversar com ele sobre a data que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vamos marcar, e tenho quase certeza que ele virá. Ele foi sindicalista comigo no passado, criamos juntos a Enclat. Então, fica esse compromisso de minha parte.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Tranquilo, tranquilo.

É isto o que eu quero: depois a gente fazer esse requerimento em conjunto, repito, para discutir não só essa questão do Programa Um Milhão de Cisternas, mas uma série de outras ações voltadas para a convivência no Semiárido, que estão sendo desidratadas ou simplesmente, por ações como essa, extintas, até porque começou com a extinção do próprio Ministério do Desenvolvimento Agrário. O fato é que não dá para tratar literalmente a sede do povo nordestino com tamanha insensibilidade e com um desrespeito como esse.

Segundo, Paim, eu também aqui queria mais uma vez parabenizar V. Exª pelo trabalho competente que fez na condição de Presidente da CPI da Previdência Social. Estendo meus cumprimentos aqui também ao Senador Hélio José, que foi o Relator, e aos demais integrantes da Comissão. Mas, Paim, veja bem, foi um trabalho de fôlego aquele. Você se dedicou vários dias aqui, fez 31 audiências públicas, em seis meses, mais de uma centena de especialistas que foram ouvidos, e eu acho, Senadora Regina, que o mais importante foi, ao final, ele conseguir aprovar o relatório por unanimidade. Unanimidade! O relatório simplesmente desnuda, desmascara todos os dados do Governo. E desmascara em duas coisas fundamentais: primeiro, quando a CPI aqui diz que a Previdência não é superavitária, não, ela não é deficitária, ela é superavitária. A CPI diz que ela é superavitária, até porque os problemas que a CPI apresenta advêm da má gestão, da incompetência, do desvio de recursos, da falta de cobrar dos Refis, e da falta de cobrar dos sonegadores, dos devedores etc.

Outra coisa que se desmonta na CPI é esse discurso falacioso do Governo no que diz respeito a atribuir ao servidor público o alegado rombo das contas da Previdência, chegando ao ponto, como eu disse ontem, Senadora Regina... Esse Governo é tão cínico! Patético. Porque foi patética a ida dele ao programa do Ratinho e ao programa do Sílvio Santos, distribuindo R$50,00. "Quem quer R$50,00 aí?" Por certo é uso do cachimbo. De tanto aliciarem Parlamentares aqui, lá vai ele distribuir dinheiro no programa do Sílvio Santos.

O fato é que é um desrespeito...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu estava assistindo casualmente. Queria ver a fala sobre a Previdência. Esse Governo é tão ruim! Até os marqueteiros são ruins. Como você chega a um programa de televisão, onde você

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está comprando, praticamente, aquele horário para falar, e, simbolicamente, dá R$50,00 para o apresentador? Ah, mas são muitos ruins. Por isso que mentem na televisão e perdem cada dia mais adeptos a essa maldita reforma.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois é. É uma campanha milionária, repito, mentirosa, tentando jogar os servidores públicos contra a opinião pública e vice-versa, propositalmente omitindo da opinião pública como é inclusive a relação do servidor público hoje com a própria Previdência. Primeiro, que o servidor paga contribuição, Paim, de 11%, paga sobre o teto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E querem passar para 14%.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E querem passar para 14. Pois é. Paga inclusive sobre o salário bruto, o servidor público, e não sobre o teto do INSS, como o servidor da iniciativa privada. Depois essa história: "Não, não existe idade mínima no Brasil". Claro que existe idade mínima para mulher. Está tudo na cartilha.

Eu quero só parabenizar e dizer a você que amanhã retornaremos aos nossos Estados. E eu retorno, meu companheiro Senador Paim, mais esperançosa, mais energizada, mais confiante ainda, porque, Senadora Regina, essa terça-feira, com a realização dos atos, tanto aqui na Comissão de Direitos Humanos, como lá na Câmara dos Deputados...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – V. Exª falou em nome da Bancada.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Falei em nome da Bancada, da Bancada do PT, que está firmemente engajada nessa luta. Inclusive a Bancada do PT tem um orgulho imenso do trabalho, repito, que você tem desempenhado, liderando essa trincheira para barrar essa reforma da Previdência pelo caráter nefasto que tem de aprofundar as desigualdades sociais cada vez mais no nosso País.

Eu acho que nós vamos voltar aos nossos Estados nesta quinta-feira, Senadora Regina, com essa disposição renovada, mais ainda, para a luta, porque está crescendo em todo o País não só a rejeição às mentiras do Temer, inclusive no que diz respeito à reforma da Previdência, mas, ao mesmo tempo, um dado fundamental: crescendo a unidade da classe trabalhadora. Isso é essencial em todo o País, essa união que será fundamental, realmente, para barrar essa proposta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao tempo em que, também – não é, Paim? –, quero falar aqui da necessidade de a gente preservar a democracia. E preservar a democracia, neste momento, passa por a gente defender o direito do Presidente Lula de ser candidato. É inaceitável essa condenação injusta, essa perseguição, essa caçada contra o Presidente Lula. Tudo isso com o intuito de concretizarem os objetivos do golpe, a agenda do golpe que, inclusive, tem a reforma da Previdência como a joia da coroa. Na verdade, a condenação do Presidente Lula, que não tem sustentação jurídica nem técnica, obedece somente a um objetivo político, que é inabilitar Lula, tirar Lula da disputa eleitoral de 2018.

Por isso eu quero aqui, Sandra Regina – e também permita-me – agradecer não só à militância do nosso Partido, mas à legião de cidadãos e cidadãs pelo País afora, à legião dos amigos e das amigas do Presidente Lula, aos partidos do campo popular democrático que, independente de questão partidária, neste momento, estão se mobilizando, se colocando contra a condenação do Presidente Lula, porque entendem que este momento é o momento exatamente de defender a questão da democracia.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senadora Fátima.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião da CDH.

Até a próxima semana.

(*Iniciada às 11 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 42 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2018, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e quatorze minutos do dia dezenove de fevereiro de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Deixam de comparecer os Senadores Marta Suplicy, Hélio José, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Regina Sousa, Eduardo Amorim, José Medeiros, Ana Amélia, João Capiberibe, Romário, Magno Malta e Telmário Mota. A reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 157/2017, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "Políticas Públicas de Segurança no Trânsito e Mobilidade Urbana com Ênfase na Mobilidade Ativa (ciclista e pedestre)". Participantes: Bruno Meireles Leite, Coordenador Geral da ONG Rodas da Paz; Vitor Pavarino, Representante da Opas/OMS; Milvo Rossarola, Coordenador de Incidência Legislativa da União dos Ciclistas do Brasil - UCB; Paulo César, Professor da Universidade de Brasília - UnB; Helder Gondim Rocha, Pai do Raul Aragão; Anginaldo Oliveira Vieira, Defensor Nacional dos Direitos Humanos da Defensoria Pública da União; Martha Martorelli, Representante da Secretaria Nacional de Mobilidade Urbana do Ministério da Cidades; Carlos Magno, Coordenador Geral de Planejamento Operacional do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN; Anjuli Tostes, Integrante da Comissão de Direitos Humanos da OAB-DF – Especialista em Gestão Pública; José Maria Reganhan, Professor e Ciclista; e Renata Aragão, mãe de Raul Aragão. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). O Presidente concede a palavra para as seguintes pessoas presentes no plenário: João Vitor, Superintendente da Secretaria de Transportes do Município de Cajazeiras na Paraíba; Patrícia Coimbra, Coordenadora da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social; Flora Aragão Gondin, irmã de Raul Aragão. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezesseis minutos; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://legis.senado.leg.br/comissoes/reuniao?reuniao=7111&codcol=834

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2018, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, AUDITÓRIO PETRÔNIO PORTELA.

Às quatorze horas e quarenta e três minutos do dia dezenove de fevereiro de dois mil e dezoito, no Auditório Petrônio Portela, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Paulo Paim, Lindbergh Farias e do Senador não membro, Humberto Costa. Deixam de comparecer os Senadores Marta Suplicy, Ângela Portela, Regina Sousa, Eduardo Amorim, José Medeiros, Ana Amélia, João Capiberibe, Romário, Magno Malta e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 148/2017, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "A Previdência Social que queremos", com foco no debate sobre a resistência à reforma da previdência ocorrida na Argentina no ano passado e ações estratégicas. Participantes: Julio Durval Fuentes, Presidente da Confederação Latino-americana de Trabalhadores Estaduais - CLATE; Floriano Martins de Sá Neto, Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil - ANFIP; João Domingos, Presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil - CSPB; Charles Alcântara, Presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual e Municipal - FENAFISCO; João Paulo Ribeiro, Representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB; Diego Cherulli, Representante do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário - IBDP; Luiz Legnani, Secretário-Geral da Confederação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos – COBAP; Hugo Melo Filho, Presidente da Associação Latino-Americana de Juízes do Trabalho - ALJT; Anjuli Tostes, Representante da Intersindical; Carlos Silva, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - SINAIT; Rudinei Marques, Presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado – FONACATE; Artur Bueno de Camargo, Coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores – FST; Sérgio Arnoud, Representante da FESSERGS/CSB; e Graça Costa, Secretária de Relações do Trabalho da CUT. O Presidente concede a palavra para as seguintes pessoas: Ricardo de Carvalho Miranda, Representante do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná; Ilva Franca, Coordenadora da Frente Mineira Popular em Defesa da Previdência Social; e Salomão Cunha, Intérprete do Sr. Julio Fuentes. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Lindbergh Farias e Humberto Costa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e quatorze minutos; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/02/19

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE FEVEREIRO DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, AUDITÓRIO PETRÔNIO PORTELA.

Às dez horas e dezessete minutos do dia vinte de fevereiro de dois mil e dezoito, no Auditório Petrônio Portela, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Hélio José, Valdir Raupp, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Regina Sousa, Paulo Rocha, Ana Amélia, Cidinho Santos, Wellington Fagundes e dos Senadores não membro, José Pimentel, Jorge Viana, Dário Berger, Vicentinho Alves e Ataídes Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores Marta Suplicy, Eduardo Amorim, José Medeiros, João Capiberibe, Romário, Magno Malta e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos RDH 2/2018 e RDH 11/2018, ambos de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "A Situação dos Aposentados e Pensionistas" e "O prejuízo dos devedores da Previdência Social e a Reforma da Previdência". Participantes: Senador José Pimentel; Warley Martins Gonçales, Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas - COBAP; Roberto Kupski, Presidente da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais - FEBRAFITE; Edison Guilherme Haubert, Presidente do Movimento dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas - MOSAP; Floriano Martins de Sá Neto, Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP; João Florêncio Pimenta, Representante de todas as Federações da COBAP; Gibran Jordão, Representante da FASUBRA Sindical; Francisco Urbano, Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG; Diego Cherulli, Representante do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário - IBDP; Julio Durval Fuentes, Presidente da Confederação Latino-americana de Trabalhadores Estatais – CLATE; Sérgio Arnoud, Representante da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil - CSPB; José Antônio Fontora, Representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - SINAIT; Waldemiro Livingston de Souza, Presidente da Associação dos Prestadores de Serviço do Senado Federal; Rubens Roriz, Primeiro Vice-Presidente da Federação Nacional dos Auditores Fiscais FENAT; Paulo José da Silva, Coordenador do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário Federal no Estado de Minas Gerais – SITRAEMG; Celso Malhani, Representante da FENAFISCO; José Pedro Kuhn, Presidente da Federação dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas do RS; Rosana Cólen Moreno, Diretora de Previdência da Nova Central Sindical de Trabalhadores; Deputado Federal Glauber Braga;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputado Federal Arnaldo Faria de Sá; Robson de Souza Bittencourt, Presidente da Federação dos Aposentados e Pensionistas de Minas Gerais; José Devanir de Oliveira, Diretor de Assuntos Parlamentares do Sindifisco Nacional; Deputado Federal Gonzaga Patriot; Senador Hélio José; Senadora Fátima Bezerra; Graça Costa, Secretária de Relações do Trabalho da Central Única dos Trabalhadores - CUT; Rosa Maria Jorge, Vice-Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT; e Ricardo Carvalho Miranda, Representante dos Agentes Penitenciários. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Hélio José, José Pimentel e a Senadora Fátima Bezerra. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quarenta minutos; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/02/20

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE FEVEREIRO DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e nove minutos do dia vinte e um de fevereiro de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Regina Sousa e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Marta Suplicy, Hélio José, Valdir Raupp, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Eduardo Amorim, José Medeiros, Ana Amélia, Romário, Telmário Mota, Cidinho Santos e dos não membros, José Pimentel, Eduardo Lopes, Dário Berger, Vicentinho Alves e Jorge Viana. Deixam de comparecer os Senadores João Capiberibe e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas da primeira a quinta Reuniões da CDH e, também, a ata da primeira reunião da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, de 2011 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Sen. Regina Sousa (*Ad hoc*), substituiu Sen. Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Resultado: Adiado. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 650, de 2011 - Terminativo - que: "Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 325, de 2015 - Terminativo - que: "Torna obrigatória a manutenção de exemplares do estatuto da criança e adolescente (ECA), do estatuto da Juventude, do estatuto do idoso e do estatuto da igualdade racial nas escolas municipais, estaduais, federais e privadas." Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta, aprovação das Emendas nº 2 e nº 3, do Senador Paulo Paim e prejudicialidade da Emenda nº 1-CE. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 411, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre cão-guia, para garantir às pessoas com deficiência o direito de se fazer acompanhar do cão de assistência em veículos e estabelecimentos de uso coletivo." Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Sen. Regina Sousa (*Ad hoc*), substituiu Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 648, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para prever a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criação de programas de institucionalização da pessoa idosa durante o dia." Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar a obrigatoriedade de oferecimento de serviço de orientação sobre aleitamento materno." Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Sen. Regina Sousa (*Ad hoc*), substituiu Sen. José Medeiros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, e a Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, para dispor sobre o uso de símbolos desprovidos de caráter pejorativo na identificação de pessoa com deficiência e de idoso." Autoria: Senador Waldemir Moka. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, de 2016 - Terminativo - que: "Autoriza o Poder Executivo a alterar o nome da Fundação Nacional do Índio para “Fundação Nacional dos Povos Indígenas”." Autoria: Senador Telmário Mota. Relatoria: Sen. João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 403, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, para assegurar atendimento prioritário a pessoas com neoplasia maligna que estejam se submetendo a quimioterapia ou radioterapia." Autoria: Senador Romário. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 12, de 2012 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar que as empresas que operem frotas de táxis com vinte ou mais veículos tenham ao menos cinco por cento da frota adaptada para o acesso de pessoas com deficiência." Autoria: Senador Sergio Souza. Relatoria: Sen. Wellington Fagundes. Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto (votação simbólica). Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, de 2012 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, para prever nova modalidade de medida socioeducativa e dá outras providências." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatoria: Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela rejeição do Projeto e da Emenda Substitutiva nº 1-CAS. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 144, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010, para prever a utilização da mediação nos litígios envolvendo alienação parental." Autoria: Senador Dário Berger. Relatoria: Sen. Romário. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, com a Emenda nº 1-CDH. ITEM 13 - SUGESTÃO Nº 15, de 2014 - Não Terminativo - que: "Regular a interrupção voluntária da gravidez, dentro das doze primeiras semanas de gestação, pelo sistema único de saúde." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Sen. Magno Malta. Relatório: Pelo arquivamento da Sugestão. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 14 -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

SUGESTÃO Nº 12, de 2017 - Não Terminativo - que: "Redução da Maioridade Penal para 15 anos em Crimes de Estupro e Assassinato" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Sen. Regina Sousa. Relatório: Pela rejeição da Sugestão. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela rejeição da Sugestão. ITEM 15 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 15 de 2018 que: "Requer nos termos regimentais a realização de Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater os impactos da construção da EF 170 (Ferrogrão) sobre o desenvolvimento regional e sobre a população afetada bem como debater a falta de mecanismos de consulta e participação a população dos municípios diretamente afetados no processo de consulta pública da ANTT." Autoria: Senador Paulo Rocha e Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 16 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 16 de 2018 que: "Requer, nos termos regimentais, o aditamento do Requerimento nº 7 de 2018, para que a audiência pública para discutir a situação dos refugiados venezuelanos no estado de Roraima seja realizada somente na Comissão de Direitos Humanos e Cidadania – CDH." Autoria: Senador Telmário Mota. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 17 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 17 de 2018 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater “Os Cento e Trinta Anos da Abolição da Escravatura e a Escravidão Moderna”." Autoria: Senador Paulo Paim, Senador Telmário Mota e Senador Romário. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 18 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 18 de 2018 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater “A Política Nacional da Pessoa Idosa no Brasil e a proposta contida no Projeto de Lei do Senado n°262 de 2014”." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 19 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 19 de 2018 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater “Reflexões sobre o Dia Mundial de Conscientização do Autismo”.." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 20 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 20 de 2018 que: "Nos termos do art. 76, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a extinção da subcomissão permanente em Defesa da Mulher." Autoria: Senadora Regina Sousa. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 21 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 21 de 2018 que: "Nos termos do art. 73, combinado com o art. 74, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a criação de Subcomissão Temporária visando a proteção de Direitos Humanos na vigência da intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro, estabelecida pelo Decreto Federal nº 9288, de 16 de fevereiro de 2018." Autoria:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Regina Sousa. Às onze horas e cinquenta e um minutos a Senadora Regina Sousa passa a presidência ao Senador Paulo Paim. Às doze horas e um minuto o Senador Paulo Paim devolve a presidência a Senadora Regina Sousa. Fazem uso da palavra a Senadora Regina Sousa e os Senadores Paulo Paim, Telmário Mota e Romário. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e onze minutos; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Regina Sousa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/02/21

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 1ª a 5ª Reunião da CDH e também da Ata da 1ª Reunião da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

O Senador Paim quer fazer uma comunicação?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Srª Presidenta, Senadora Regina Sousa, eu queria primeiro cumprimentar esta Comissão, porque saiu um relatório, e V. Exª deve ter recebido também, do Presidente da Casa, e esta Comissão de Direitos Humanos foi a que mais fez audiências atendendo à população. Eu acho que o papel das Comissões é interagir com o povo brasileiro. Nós chegamos, nesta Comissão – eu tenho a alegria de ser seu Vice –, junto com V. Exª e com os membros que participam aqui de forma ativa, a realizar algo em torno de 156 audiências públicas. A Comissão da Casa que ficou mais próxima disso não chegou a fazer 60 audiências. Isso mostra o trabalho exaustivo dos Senadores desta Comissão, pelo menos daqueles que estão mais presentes, e também o trabalho de todos os profissionais da Comissão, que se dedicaram durante todo o ano que passou à construção desse belo relatório, que é destaque. Quando a gente abre o livro da prestação de contas que o próprio Presidente da Casa fez, a Comissão de Direitos Humanos, em matéria de atividades, é o expoente, eu diria, máximo. Isso para nós é muito bom, pois mostra que estamos aqui para isso. Só nessa área do mundo do trabalho e da previdência, que nos preocupou muito, nós somos a Comissão que, disparadamente, fez o maior número de audiências públicas, que ouviu a população, que ouviu todos os setores.

Por isso, Presidenta, poderíamos dizer neste momento que não vencemos a guerra, mas vencemos uma batalha em favor de todo o povo brasileiro. Eu queria agradecer muito a V. Exª pela forma como tem conduzido os trabalhos desta Comissão. Eu tenho muito orgulho de ser seu Vice-Presidente. V. Exª tem uma visão coletiva, faz um trabalho que aglutina e chama a todos para o bem comum. Eu diria que a Senadora Regina é daquelas que fazem o bem sem olhar a quem, desde que queiram trabalhar.

Eu queria agradecer muito também ao movimento sindical e social, às federações, às confederações, às centrais, aos clubes de pais e mães, aos estudantes, sejam de DCEs, sejam de grêmios estudantis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria agradecer aos juízes; aos promotores; aos procurados que estiveram aqui em todas as oportunidades em que foram convidados; aos presidentes das mais variadas entidades; àqueles que tiveram a ousadia de chamar até grandes mobilizações, greve geral; aos trabalhadores da área pública e da área privada; aos nossos trabalhadores rurais; aos aposentados e aos pensionistas.

Foi um ano de mobilização, e, nesta semana, enfim, o Governo reconheceu que não tem os votos para votar a reforma da previdência e acabou jogando a toalha. Só espero que não haja nenhum golpe aí, espero que Judas não seja solto, porque isso seria uma traição ao povo brasileiro, já que o Presidente da República e seus principais ministros anunciaram que essa reforma da previdência ficará para o ano que vem. Reconheceu que não tinha votos nem na Câmara nem aqui no Senado.

Tivemos greves e paralisações inúmeras no País todo. Eu me lembro da última aqui em Brasília, que ocorreu sob o toque do clarim, eu diria, porque foi cavalaria, foi cachorro. Só não colocaram tanque, mas chamaram o Exército no dia posterior, porque achavam que ia continuar. Houve bomba de efeito moral. Eu estava lá, como também V. Exª, naquela caminhada. Quando nós subimos ao palanque para falar, de helicóptero jogavam bomba de efeito moral. Eu me lembro de que me agarrei a uma toalha e a coloquei no rosto para poder respirar. Mas, enfim, tudo isso faz parte do bom combate. Só estou relatando que foi muito bonita a mobilização que fizemos aqui no Brasil.

Ontem, nós tivemos um grande evento desta Comissão de Direitos Humanos no auditório Petrônio Portela. Fizemos dois eventos, um na segunda e outro na terça, quando foi comentada essa caminhada de um ano de bom combate para evitar a reforma da previdência.

Eu queria, neste momento, mais do que nunca, aproveitando a TV Senado, a Rádio Senado e a Agência Senado, falar um pouco para o povo brasileiro. Essa reforma este ano eles dizem que não vem, mas provavelmente virá no ano que vem. Eu nem sou contra que venha no ano que vem, mas que venha com um Congresso modificado, eu diria – naturalmente, esse Presidente tem de sair e vai sair; ele nem é candidato a nada –, e com um Presidente que tenha compromisso com o povo brasileiro, um Presidente que tenha compromisso com a seguridade social, um Presidente que tenha compromisso com a previdência, um Presidente que não queira entregar a previdência, como eu dizia ontem no Petrônio Portela, para o sistema financeiro, que vai na linha da privatização. Vamos torcer para que isso aconteça. Será um Presidente ou uma Presidenta. Mas que a democracia esteja cada vez mais fortalecida e que o povo saiba votar! Há uma frase antiga que diz: "Ouça sempre a sabedoria popular." Eu entendo que a sabedoria popular há de apontar para uma eleição em 2018 que fortaleça essa linha de pensamento humanitária. Eu sinto que, na política, a visão humanitária cada vez desaparece mais, só pensando no mercado, no mercado, no mercado, no que o mercado diz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu voltei agora da CCJ, onde votei favoravelmente à indicação para Ministro do Tribunal Superior do Trabalho. Alguém lá dizia: "Havia aqueles que diziam que a reforma trabalhista não seria boa para o povo brasileiro. Está aí o resultado." Embora o debate não fosse esse, eu me obriguei a fazer um pequeno aparte. Sem querer tirar o brilho da indicação do magistrado, eu disse: "Olha, vamos debater isso em outro momento."

Vou repetir aqui, só vou pegar o último anúncio do próprio Ministério do Trabalho: 20 mil pessoas foram demitidas agora, recentemente, depois da reforma. Vinte mil foram demitidas, celetistas com carteira assinada, e foram contratados outros 20 mil. Como? Trabalho intermitente, contrato exclusivo e terceirizado. Todos nós sabemos que isso é precarização, é diminuição do salário do nosso povo e da nossa gente. Como não? Por que os juízes, em sua ampla maioria, não estão aceitando essa dita reforma? Sim, as ruas estão sentindo já que essa reforma veio somente para retirar direitos do povo brasileiro, para diminuir salários e para aumentar o lucro dos poderosos. E nós aqui não concordamos.

Por isso, o próprio Carnaval, no Rio de Janeiro – vamos falar, com certeza, aqui hoje da questão do Rio –, deu uma demonstração de ousadia, principalmente a escola de samba Tuiuti, que mostrou a escravidão moderna: 130 anos da Lei Áurea. Agora, com essa reforma trabalhista, eles estavam com a CLT na mão, no peito, com grandes placas, demonstrando que veio a escravidão moderna. Rasgaram a CLT, tirando direitos do nosso povo. Perdeu por um décimo. Eu confesso que, na hora em que eu vi aquele um décimo, eu viajei ao passado. Há alguns anos, fui também homenageado, fui tema de uma escola de samba em Porto Alegre. E perdemos por quanto? Por um décimo, 99,9. Foi um décimo! Eu me lembrei disso e viajei no tempo. É claro que a gente se preocupa quando é uma decisão tomada. Nós estávamos lá em primeiro lugar até o último minuto. Daí aparece um jurado, muda o seu voto e faz exatamente – já estávamos festejando – a mudança, para que nós não fôssemos vitoriosos. É claro que aí houve um viés político.

Mas não quero falar de mim, quero falar da Tuiuti, com um belíssimo enredo. Eu entrei, Senador, com um voto de aplauso à escola de samba de Tuiuti. Pretendo fazer com que eles recebam o voto de aplauso aqui em Brasília. Quero entregá-lo em mão à escola Tuiuti, pela coragem, pela ousadia, pela clareza, ao fazer com que essa festa popular represente também a situação do nosso País para o mundo. Muitos questionam a Beija-Flor. Eu não questiono a Beija-Flor. A Beija-Flor também fez a sua análise política e conjuntural, enfatizando muito a corrupção. Eu, se estivesse lá, votava na Tuiuti, não tenho nenhuma dúvida, mas também sei respeitar aqueles que fizeram outra análise de conjuntura, mas que se calcou mais na questão do combate à corrupção. Todos nós somos favoráveis a combater a corrupção. Não há um brasileiro que não queira combater a corrupção.

Eu queria lembrar o que eu dizia ontem lá no Petrônio Portela, onde estiveram, entre segunda e terça, cerca de duas mil pessoas. Foram dois eventos, que eu tive a alegria de presidir por representação de V. Exª. Foram duas audiências da Comissão de Direitos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Humanos aprovadas aqui. Eu dizia lá que foram datas históricas esses dois dias, porque foi nesta semana que o Governo efetivamente reconheceu que não votaria a reforma. Quer dizer, tirou um peso de cima de milhões de brasileiros. Hoje mesmo, o assunto no Brasil todo, em qualquer lugar a que você chegue, uma escola, uma fábrica, um banco, comércio, clube ou estádio de futebol – são aquelas peladas; quando eu digo estádio, eu me refiro a campo de futebol –, o assunto é a previdência. O sujeito chega e pergunta: "E aí, Paim, vamos conseguir segurar ou não?" Então, hoje a gente pode dizer, com alegria, aqui na Comissão de Direitos Humanos, depois da decisão – é a primeira reunião para votar matéria, porque já tivemos duas já na segunda e na terça-feira –, que a reforma, de fato, foi, como se diz, para o telhado. Não teremos a reforma da previdência. O mérito é do povo brasileiro, de todos aqueles que, de uma forma ou de outra, se dedicaram a essa luta em todo o Brasil.

Fizemos uma homenagem, em que havia, inclusive, o povo da Argentina. Esteve lá um sindicalista da Argentina, falando como é que foi o combate lá. Ele disse algo para nós lá, e depois, à noite, eu jantei com ele. Dizia ele para mim: "Paim, eles falam que nós fomos derrotados. Nós não fomos derrotados na Argentina. Nós botamos, na proporção, mais gente na rua do que em outros momentos de luta do povo argentino e até mais do que aqui no Brasil, pelo número de habitantes da Argentina." As avenidas da Argentina estavam com milhares e milhares de pessoas. E a reforma que eles aprovaram lá, Senadora, como ele me explicava, perto daquilo que eles queriam, foi uma meia-sola. Mas o povo não queria nem aquela meia-sola, que é o que queriam fazer aqui no Brasil.

Então, eu cumprimento aqui o povo argentino pela sua peleia, pelo seu espírito de luta, e também o povo brasileiro, que resistiu. Nós botamos milhares, milhares e milhares – eu diria que foram milhões – de pessoas, em momentos diferentes, nas ruas deste País. Eu me lembro de uma cidade como Santa Rosa em que, numa única tarde, 15 mil pessoas estavam na rua, todos trabalhadores rurais. Cumprimentei muitos trabalhadores rurais, porque, em certo momento, o Governo tentou nos dividir entre urbanos e rurais, e os rurais disseram: "Não, senhor! Nós estamos solidários, a nossa luta vai até o fim enquanto não retirarem essa reforma de pauta."

A mesma coisa foi feita com os servidores públicos. Tentaram fazer uma negociação à parte. Os próprios policiais também não concordaram. Eles estavam ontem no evento, em massa, e ainda disseram: "Se precisar invadir, nós vamos invadir de novo, para garantir democraticamente os nossos direitos."

Então, todos estão de parabéns, os policiais, os professores, os trabalhadores rurais, os estudantes, a juventude, enfim, porque todos seriam atingidos.

Eles insistiam em dizer que não haveria prejuízo. Como não? A mulher ia ter de trabalhar dez anos a mais; em vez de 30 anos, seriam 40 anos de contribuição. Para o homem, no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mínimo, seriam cinco anos a mais; em vez de 35 anos, seriam 40 anos. Todos perderiam. As especiais, então, praticamente desapareceriam.

Com esse recuo, a gente pode hoje, nós que tivemos, sim, uma derrota... Temos de reconhecer quando perdemos, mas temos de saber também, digamos, não fazer uma grande festa, mas dar um sorriso, dar um suspiro a mais quando ganhamos. Eu disse no final: "Banqueiros, essa vocês perderam! A previdência não é do sistema financeiro, é do povo brasileiro. Essa vocês perderam! Vocês podem vir de novo tentando botar a mão, as garras na previdência do povo, mas essa vocês perderam." E vamos executar os grandes devedores, que são principalmente banqueiros.

Terminou num grande momento aquela audiência pública, reconhecendo que foi com um trabalho coletivo de milhões de pessoas que asseguramos este momento. Espero que não venha nenhuma picaretagem, nenhuma malandragem, e que se deixe para o ano que vem.

O trabalho da CPI, Srª Presidenta, não tem como não comentar. O Senador Hélio José esteve lá também. Foi um trabalho de seis meses. Quando apresentamos o requerimento, eles diziam: "Não, você não contará nem com 27 assinaturas." Conseguimos 62 assinaturas. Falei com os Senadores, um por um. É claro que outras pessoas ajudaram, mas fiz questão de falar com os 62. Mesmo aqueles que não assinaram disseram: "Eu estava viajando, eu não estava aqui; senão, eu assinaria." O relatório final foi aprovado por unanimidade. Quero destacar que, inclusive, os Senadores da Base do Governo o aprovaram. O Romero Jucá esteve lá, fez um questionamento em relação a nós indiciarmos o Ministro Meirelles, se não me engano, e o Ministro Padilha. Nós retiramos, os Senadores concordaram e retiraram, e o relatório foi aprovado por unanimidade.

Eu fiz uma cartilha e, inclusive, conversei já com V. Exª. Essa cartilha eu fiz em torno de cem mil. Não há mais nenhuma quase, porque todo mundo quer a cópia. Eu tenho dito: "Olha, entra na página, a cartilha está lá, e reproduzam à vontade."

A verdade da previdência é cruel. É cruel o que fizeram ao longo da história com a previdência brasileira. Nós temos dados ali que demonstram que só a DRU tirou R$1,5 trilhão da seguridade social – só a DRU, aqueles recursos que a União pode deslocar para outros fins. Quando chamamos os representantes dos grandes devedores, o que todos eles diziam? Lembro que o Senador Telmário Mota foi Vice-Presidente da CPI. Todos diziam: "Devo, não nego, não pago. Estou esperando o perdão de novo do Congresso Nacional via os tais de Refis." O Senador Pimentel, ontem, no auditório Petrônio Portela, apresentou o verdadeiro assalto à previdência que é feito via Refis. São bilhões e bilhões! Quase R$1 trilhão sumiu só com Refis. A JBS ganhou R$1 bilhão somente no Refis, por exemplo. Ganhou, ganhou de graça! A dívida dos grandes bancos é assustadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mostramos na própria cartilha – estou dando os números mais chocantes para mim – a apropriação indébita. Isso é caso de polícia, é cadeia. O cara desconta de você, Cristiano, por exemplo, do seu salário, e não repassa para a previdência. São R$30 bilhões por ano! São R$30 bilhões por ano só de apropriação indébita! Enfim, somando tudo, eles desrespeitaram totalmente a Constituição.

Onde é que está a tributação sobre lucro e sobre faturamento de Pis/Pasep e jogos lotéricos, a tributação sobre empregador e empregado? Ali, você vai ver... Se da Constituinte para cá tivessem feito o dever de casa, tivessem já garantido isso... São trilhões de reais! E eles estão falando que vão economizar R$100 bilhões, R$200 bilhões. E o povo brasileiro entendeu essa mensagem.

Então, a questão da previdência... Que venha o novo Governo, vamos sentar e fazer uma reforma de gestão, com fiscalização, com combate à sonegação, com combate à roubalheira. Vamos cobrar os grandes devedores, acabar com a DRU e acabar com o Refis. Esses são alguns exemplos.

Eu apresentei a PEC 24, que diz só o seguinte, isto já resolveria em grande parte o problema: "O dinheiro da seguridade social não pode ser destinado para outros fins." Que se cumpra a Constituição, que se arrecade o que há de direito para esse setor, que é onde está a saúde, a assistência e a previdência. E pronto! E vamos executar quem não paga, mas com a mesma firmeza com que faz a Receita Federal. Se fizerem igual fazem, tenta o senhor não pagar o Imposto de Renda. Não vão para cima de você? Não fazem você pagar? É cadeia. Agora, quem não paga a previdência, não; sempre tem uma historinha para contar, e vai ficando por isso mesmo.

Seja quem for, doa a quem doer, a previdência é do povo brasileiro. Ele paga corretamente, e os picaretas e malandros acabam não contribuindo ou desviando o dinheiro para outros fins.

Era isso, Presidenta. Agradeço a tolerância de V. Exª. Eu tinha de aproveitar, porque é o primeiro momento que eu tenho para comentar um pouco essa batalha de um ano. Nós fomos aos 27 Estados. Estive, inclusive, no seu Estado, a convite de V. Exª. Debatemos a questão da terceirização, a questão daquela maldita reforma trabalhista. Eu digo até hoje que nós vamos reverter. Inclusive, V. Exª montou uma subcomissão aqui, de que sou o Relator, para construir um estatuto do mundo do trabalho e para discutir a previdência. Fomos aos 27 Estados duas vezes. E hoje a gente pode, Senador Telmário, dizer que essa batalha eles perderam para nós. Perdemos muitas para eles, mas essa eles perderam.

Obrigado, Presidenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paim. Quero parabenizá-lo pelo seu papel nessa história toda desse debate. A produção da Comissão tem muito a ver com o senhor.

Eu quero dizer que não participei dessas audiências públicas porque eu estava com uma virose de que agora é que eu estou me recuperando. Então, não fui para as audiências de ontem, mas soube que foram bem importantes, bem grandes.

E também é aquela história: não podemos deixar de ser vigilantes. Dali a gente pode esperar tudo. Inclusive, ele disse que, se conseguisse os 308 votos, suspenderia o decreto, como se fosse uma brincadeira o decreto, e votaria. Então, a gente não pode abandonar, não pode deixar de ser vigilante nessa história. Mas, pelo menos, ganhamos esse *round* aí.

Eu acho que as categorias, principalmente, que passaram por aqui... Esta Comissão é sempre um espaço, um desaguadouro das insatisfações dos segmentos sociais, e a gente acabou produzindo muita coisa no ano de 2017. Vamos, então, começando no ritmo de 2018, porque nós temos aí uma situação bem esquisita no Rio de Janeiro. A gente vai apresentar um requerimento também inclusive sobre isso.

Mas vamos entrar na pauta. Há requerimentos do Senador Telmário. O item 15 da pauta é um requerimento. Depois, a gente volta para os não terminativos. São só dois ou três não terminativos, não é? E a gente faz isso bem rápido, porque, para os terminativos, infelizmente, não há quórum.

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 15, DE 2018

- Não terminativo -

Requer nos termos regimentais a realização de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater os impactos da construção da EF 170 (Ferrogrão) sobre o desenvolvimento regional e sobre a população afetada, bem como debater a falta de mecanismos de consulta e participação da população dos Municípios diretamente afetados no processo de consulta pública da ANTT.

Autoria: Senador Paulo Rocha e outros

É do Senador Paulo Rocha, subscrito pelo Senador Paulo Paim.

Então, o Senador Paulo Paim, para encaminhar, tem a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Presidenta, sua leitura foi precisa. O Senador Paulo Rocha não está aqui, e eu assino em nome dele. Mas esse é o objetivo do requerimento. Fica clara aí a importância dessa audiência pública proposta pelo Senador Paulo Rocha. Eu assinarei embaixo, só para dar validade, já que ele não está aqui. Em todo requerimento, o Senador tem de estar presente. Pronto!

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Depois se vê a data do debate com o Senador Paulo Rocha.

Nós temos requerimentos extrapauta.

Eu gostaria de consultar os Senadores e Senadoras se concordam com a inclusão de requerimentos extrapauta.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado. Temos o Requerimento nº 16, do Senador Telmário Mota.

EXTRAPAUTA

ITEM 16

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 16, DE 2018

- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, o aditamento do Requerimento nº 7, de 2018, para que a audiência pública para discutir a situação dos refugiados venezuelanos no Estado de Roraima seja realizada somente na Comissão de Direitos Humanos e Cidadania – CDH.

Autoria: Senador Telmário Mota

Com a palavra o Senador Telmário Mota, para encaminhar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR. Para encaminhar.) – Srª Presidente, muito obrigado.

Cumprimento o Sr. Senador Paulo Paim.

O requerimento, como V. Exª leu, tem o objetivo de a gente debater aqui, discutir a situação do refugiado venezuelano no Estado de Roraima, para ser realizada a audiência somente nesta Comissão. Antes nós havíamos pedido que ela fosse feita em conjunto, mas agora está sendo feita a solicitação para que ela ocorra só na CDH. Portanto, isso é importante, porque o Estado de Roraima, neste momento, vive à beira de um colapso. Está vivendo, talvez, a pior crise da sua história.

O Presidente Temer mandou ali três ministros, e desastrosamente eles nem queriam sequer descer do avião. Eles queriam que a Governadora fosse se encontrar com eles à porta do avião ou talvez do banheiro, porque foi uma parada técnica. Eles, então, talvez quisessem isso, numa falta de respeito enorme com o nosso Estado! Nós pressionamos muito aqui, fizemos umas três falas na tribuna. Na ocasião, fui muito bem aparteado aqui por alguns Senadores. Os ministros ainda estavam no aeroporto, na Infraero, e de lá resolveram dar uma voltinha em torno de onde o povo venezuelano se encontra. Mas, na prática, nada foi resolvido. Na verdade, essa comissão de ministros, como eu digo, é uma comissão sem missão, pela omissão. E eles iam para o Suriname discutir segurança internacional, quando Roraima grita por esse socorro.

Venho insistindo nisso, Senador Paulo Paim, desde 2016, nos primeiros passos dessa imigração, entendendo que ela ia recrudescer, dado que ninguém vislumbra uma pacificação na Venezuela em curto prazo. Nessa ordem, hoje, a situação é de quase calamidade, já havendo surto de sarampo, uma doença que já estava erradicada no Brasil e no Estado. Já houve um caso ou mais casos. Então, essas pessoas lá estão entregues à própria sorte, estão nas praças públicas, estão nas ruas, não dispõem de infraestrutura, como banheiro, alimentação. Enfim, é lamentável o quadro.

E o Presidente Temer, quando saiu... Eu queria dizer isto aqui, porque é uma Comissão importante, Senadora Regina, Senador Paulo Paim. O Diretor-Geral da Polícia Federal fez aquela infeliz declaração, querendo isentá-lo daquele decreto que ele fez que beneficiou ou não os empresários dos portos, e o inquérito ainda está em andamento. Inclusive, foi feito um pedido ontem de mais 60 dias. O Diretor-Geral estava dizendo que já podia arquivar, que não havia indícios nem nada. Então, isso pegou muito mal. Foi no período de Carnaval, ia ser pauta de todo o Carnaval.

Ele, imediatamente, se deslocou para o Estado de Roraima para tratar da questão venezuelana, criando uma pauta. Na verdade, eu acho que foram duas as razões: primeiro, essa de mudar a pauta da declaração infeliz do Diretor-Geral da Polícia Federal; segundo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como o Presidente da Colômbia ou do Peru foi até a fronteira, ele também precisava fazer esse gesto internacional; e, terceiro, ele precisava ainda tentar conquistar os votos dos Deputados Federais de Roraima – todos eles votam ajoelhados pelos pequenos favores – com relação ao projeto da previdência, tanto é que ele nem ao local foi e ficou só ouvindo. Se fosse só ouvir por ouvir, ele os ouviria aqui, chamaria e ouviria todo mundo.

Nenhuma providência ainda, na prática, foi tomada, a não ser fiscalizações em barreiras e tal. Aqueles que já estão lá dentro desassistidos não veem uma coisa prática. Nós temos até sugerido que usem as instalações. Há um parque de exposição lá que funciona de quatro em quatro anos, com instalação completa, que pode ser utilizado. Há também uma vila olímpica que pouco se utiliza e que, neste momento, pode ser aproveitada. O Estado de Roraima precisa ser compensado, e nós temos insistindo nessa situação.

V. Exª, quando eu cheguei aqui, estava falando da questão da previdência. Sem nenhuma dúvida, Senador Paulo Paim, V. Exª foi aquela andorinha sozinha fazendo verão. Não é fácil, não é fácil! Falo "sozinho" no bom sentido, porque teve o apoio aqui, inclusive, da Senadora Regina e o apoio nosso. V. Exª é aquele escoteiro que está sempre alerta em defesa disso, muito bem informado, com amplo conhecimento de causa. Fala com propriedade e com amor, defendendo uma bandeira que realmente faz parte da sua vida política, construída nesse sentido, e bem construída! Pelo que a gente percebe neste Congresso, hoje dominado pelo poder econômico, as negociatas falam mais alto do que os interesses do povo, lamentavelmente, e V. Exª tem sido sempre um soldado das causas trabalhistas, um homem que usa diuturnamente sua força política para defendê-las. E isso tem logrado êxito, primeiro, com a CPI, em que ninguém acreditava, mas V. Exª conseguiu um número de assinaturas extraordinário.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Sessenta e duas.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Sessenta e duas assinaturas.

Segundo, agora, com essa insistência, quando parecia que eles iam passar o trator, V. Exª, como uma formiguinha, levantou a bandeira e disse: "Não! Trator, não!" Essa é uma demonstração de que, quando você... Eu sempre digo, Senador Paulo Paim, que, entre o sonho e a realidade, há a atitude, há um passo chamado atitude, e V. Exª tem essas atitudes. É um homem que, nesta Casa, tem um comportamento extremamente parlamentar, tem um comportamento extremamente republicano, de muita cortesia. Mas V. Exª sabe ser aguerrido, determinado, e as suas atitudes, naturalmente... Eu quero fazer este depoimento aqui, porque, às vezes, as palavras se perdem, e as pessoas esquecem que, quando se chega a uma vitória, houve algumas batalhas que você perdeu e outras que você ganhou, além de alguns ferimentos, Senadora Regina, que são cicatrizados no meio do caminho e dos quais não se percebe mais a dor. Eu quero fazer essa justiça a V. Exª.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Presidente Temer fez essa intervenção parcial, uma intervenção louca, que eu nunca tinha visto! Ou se faz uma intervenção geral no Estado... Não se pode fazer uma intervenção parcial. Isso criou um constrangimento para o Exército Brasileiro e talvez uma situação extremamente delicada, porque o Exército Brasileiro é uma das poucas instituições no Brasil que gozam da confiança da população. Mas, neste momento, as suas atividades correm um verdadeiro risco, um verdadeiro risco.

Então, quando ele perdeu o jogo, quando Temer perdeu o jogo na questão da previdência, que era a sua pauta, que era o carro-chefe de qualquer coisa dele junto com os rentistas... Ele tinha essa pauta para os rentistas. Ele se colocou bem para a direita, não é centro-direita, não. Ele tem um público para quem trabalha, que são os aplicadores, os que vivem de juros, os que vivem de aplicação, que são os rentistas. Então, ele perdeu o jogo porque ele não conseguiu quórum. Ele, naquele momento, tinha de fazer alguma coisa porque um Presidente da República com 3%... Se quando a Dilma estava com 12%, ele disse que não dava para governar, imagine ele com 3%! Então, ele tem 3%. Se alguém tem 3%, Senador Paulo Paim, a margem de erro é de 3% para cima e de 3% para baixo. Então, ele pode estar até com zero! O Governo dele já está à deriva. É um Governo que não tem mais explicação, que já está ao deus-dará! Daqui a alguns dias, ele estará sozinho no leme porque as aves de rapina e os ratos vão pular do navio dele.

Ele, então, deu esse último golpe de misericórdia. Eu digo, Senadora Regina, que essa intervenção no Rio de Janeiro é um ato para ressuscitar um Governo morto, um Governo que está inócuo. Então, ele aproveitou duas coisas, Senador Paulo Paim. O militar tem uma coisa que é dele, que é a disciplina; ele é muito disciplinado. Quando a pessoa tem disciplina, qualquer missão que um superior lhe dá ela faz questão de cumpri-la, mesmo que seja absurda, como é esse caso especificamente do Rio de Janeiro. Ora, uma decisão dessa, como tudo na vida, tem de ter planejamento, tem de ter estratégia, e ele não deu tempo de o Exército fazer isso e criou situações. Quer dizer, esse ato político dele de tentar crescer na pesquisa... O que ele quer é crescer ou para tentar uma reeleição ou para ser um cabo eleitoral cotado, porque normalmente ele é uma mala sem alça, ninguém o quer nem do lado.

Então, qual é o risco neste momento? Ele colocou o Exército em risco em que situação? Primeiro, quando ele disse que o Exército não tem poder de polícia e coloca sob suspeição todo o sistema de polícia do Estado do Rio de Janeiro, tanto o militar quanto o civil. Ora, se estão em suspeição todos os policiais com poder de polícia e se o Exército não tem poder de polícia, como esse cara vai traçar suas diretrizes?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quem vai fazer a segurança?

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Quem vai fazer as prisões? Quem vai fazer as coisas? Não é verdade? Então, é um fato. O outro, Senadora Regina, é que,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como é uma intervenção federal, as diligências solicitadas têm de ser feitas por um juiz federal, e a polícia que atende às diligências do Governo Federal é a Polícia Federal. E o contingente? A Polícia Federal vai subir ali agora? Estão entendendo?

Então, criou para o Exército Brasileiro uma situação grave, até porque o decreto contraria a Constituição brasileira, se não engano, no art. 36, §1º, no sentido de que é preciso haver condições de execução. E onde estão as condições de execução?

Então, eu queria só fazer esse comentário e agradecer aqui. Nós começamos pela Venezuela e terminamos no Rio de Janeiro. O Senador Romário já está aqui também, fazendo quórum com a gente.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Há mais um requerimento extrapauta, do Senador Paulo Paim.

EXTRAPAUTA

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 17, DE 2018

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "Os Cento e Trinta Anos da Abolição da Escravatura e a Escravidão Moderna".

Autoria: Senador Paulo Paim e outros

Com a palavra o Senador Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor quer que eu leia os três, para o senhor comentar?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode ser.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – É melhor, não é?

EXTRAPAUTA

ITEM 18

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 18, DE 2018

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "A Política Nacional da Pessoa Idosa no Brasil e a proposta contida no Projeto de Lei do Senado n° 262 de 2014".

Autoria: Senador Paulo Paim

EXTRAPAUTA

ITEM 19

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 19, DE 2018

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "Reflexões sobre o Dia Mundial de Conscientização do Autismo".

Autoria: Senador Paulo Paim

Com a palavra o Senador Paim para encaminhar os três requerimentos. A gente votará em bloco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Presidenta, rapidamente, quanto ao primeiro, na verdade, é uma homenagem, Senador Romário, que está aqui, ao Carnaval do Rio de Janeiro. Independentemente das posições, acho que a Tuiuti deu uma aula, foi corajosa, foi brilhante, teve a ousadia de entrar na conjuntura nacional. Estou pedindo aqui – se V. Exª quiser assinar junto, terei o maior orgulho – que a gente, como coautores, discuta sobre os 130 anos da abolição da escravatura e sobre a escravidão moderna, espelhado no que o Carnaval do Rio mostrou e que, hoje, é a realidade brasileira. É nossa intenção, nessa audiência, trazer, inclusive, o autor daquela letra belíssima, convidá-lo para dar um depoimento. Ouvi uma fala dele muito interessante, dizendo: "Às vezes, as pessoas pegam só uma parte do que foi o desfile." Ele poderá falar aqui do conjunto da obra, que vai na linha de melhorar a qualidade de vida do nosso povo, tão sofrido com a escravidão moderna, pegando negros e brancos, lembrando os 130 anos da abolição da escravatura.

Entrei com um voto de aplauso. A intenção é a de, nesse dia, Romário, nós entregarmos juntos – quero a sua parceria – um voto de aplauso, aprovado pelo Senado, à escola de samba.

Era isso, Srª Presidente. Não sei se alguém quer comentar. A defesa é essa.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão.

O Senador Romário está com a palavra.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - RJ. Para discutir.) – Bom dia!

Quero parabenizar o Senador Paim por esse voto de aplauso. Quero ser coautor dessa ideia e dizer que, realmente, o que a Tuiuti mostrou nesse Carnaval foi tudo aquilo que o Brasil precisa saber e ouvir sobre os negros do nosso País.

Então, parabéns à Tuiuti! Parabéns agora ao Senador Paim! Será uma honra poder participar disso aí também.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR. Para discutir.) – Na mesma linha do Senador Romário, quero dizer que o Senador Paulo Paim sempre está ali com a parabólica dele ligada. Neste momento, ele faz uma grande justiça, porque ninguém pode deixar de observar a mensagem que a Tuiuti trouxe, em pleno desfile de Carnaval, aproveitando um momento de alegria, um momento de criatividade, abordando um assunto real, contemporâneo, sério, que a gente realmente está vivendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sem dúvida alguma, vou também pedir aqui para subscrever, junto com Senador Romário, esse requerimento no sentido de que possamos fazer aqui justiça e um debate mais esclarecedor de toda aquela proposta que a gente viu nas passarelas do Sambódromo do Rio de Janeiro.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação os Requerimentos nºs 17, 18 e 19.

Vou só repetir: um deles diz respeito à discussão sobre os 130 anos da abolição da escravatura e a escravidão moderna; o outro se refere à Política Nacional da Pessoa Idosa e à proposta contida no Projeto de Lei do Senado nº 262; e o outro solicita sejam feitas reflexões sobre o Dia Mundial da Conscientização do Autismo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Srª Presidenta, eu queria, de novo, me socorrer aos dois Senadores aqui e a V. Exª também, pois sei que vai assinar junto, sobre o Dia Mundial da Conscientização do Autismo. O Senador Romário tem um trabalho brilhante nessa área. Se ele concordar, nós assinaremos juntos. Aqui, comigo, não há primeiro autor, segundo autor. Seria uma audiência conjunta para discutir o autismo. Se houver a assinatura dos quatro Senadores, se o Senador Romário concordar, nós poderemos fazer um belo evento neste momento tão importante sobre um tema em que V. Exª é especialista aqui.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - RJ) – Concordo. E V. Exª sempre será o primeiro autor.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É por isso que ele é campeão do mundo, e eu não o sou.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Acho que todos nós concordamos. Então, vai ser um requerimento coletivo.

Em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Eu tenho de apresentar um requerimento. Senador Paulo Paim, eu gostaria que o senhor assumisse aqui, como Vice-Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com a palavra a Presidenta, a Senadora Regina Sousa, para apresentar o seu relatório sobre o Requerimento nº 20.

EXTRAPAUTA

ITEM 20

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 20, DE 2018

- Não terminativo -

Nos termos do art. 76, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a extinção da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher.

Autoria: Senadora Regina Sousa

EXTRAPAUTA

ITEM 21

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 21, DE 2018

- Não terminativo -

Nos termos do art. 73, combinado com o art. 74, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a criação de Subcomissão Temporária visando a proteção de Direitos Humanos na vigência da intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro, estabelecida pelo Decreto Federal nº 9288, de 16 de fevereiro de 2018.

Autoria: Senadora Regina Sousa

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Para encaminhar.) – Esse requerimento é extrapauta, exatamente porque surgiu das discussões de ontem sobre a situação do Rio de Janeiro.

Eu acho que, depois de ouvir um general dizer que precisa salvaguardar os soldados para não aparecer Comissão da Verdade depois, a gente fica assustado, porque, quando se quer essa garantia, dá-se a impressão de que se está com a intenção de cometer atrocidade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pois, para não haver Comissão da Verdade, é só não matar, não torturar. Aí não vai haver Comissão da Verdade. Agora, se se fizer isso, é preciso haver.

Então, acho que é preciso que a gente forme aqui, nesta Comissão de Direitos Humanos, uma comissão com três pessoas – a gente vê depois quem quer compor –, para que acompanhe essa situação do Rio em relação à violação dos direitos humanos e, se preciso, inclusive, para que faça diligência. No momento, está muito cedo, mas é para acompanhar. Hoje em dia, felizmente, a gente sabe de tudo que acontece, as coisas vêm para as redes sociais. Que esta Comissão vá colecionando as ações que são consideradas violações dos direitos humanos e que, depois, a gente veja qual o encaminhamento se dará a isso. Então, num primeiro momento, pode-se formar uma comissão com três Senadores ou Senadoras para acompanhar *pari passu* o que acontece no Rio de Janeiro em relação a direitos humanos nessa intervenção federal. É claro, depois, vou apresentar um requerimento para fazermos uma audiência pública mais na frente, depois de mais alguns dias.

Pergunto aos Senadores que estão aqui: quem se propõe a participar?

Acho que o Senador Romário podia ser uma dessas pessoas. Por morar no Rio de Janeiro, podia ser um membro dessa comissão.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - RJ) – Eu?

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Sim.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - RJ) – É claro, Presidente! Eu ia me colocar agora à disposição.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Já temos o primeiro membro.

A gente vê se o Senador Telmário tem interesse, ou o Senador Paim, porque a gente vai...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nós três, nós três. Estamos todos juntos, os três mosqueteiros com a mosqueteira. (*Risos.*)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Uma convocação dessas feita pela Senadora Regina a gente não pode recusar, até porque é para o bem. Vejam vocês que o acompanhamento de uma comissão não tem nenhum sentido de caça às bruxas, não tem nenhum espírito de tentar inviabilizar os trabalhos que ali vão ser realizados, mas serve, sobretudo, para que a gente possa evitar os exageros. Eu entendo o espírito da Senadora Regina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Serve para colaborar.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – É nesse sentido de colaborar, para que, realmente, dentro da legalidade, sejam adotadas todas as providências tanto do ponto de vista de quem está na situação da polícia como do outro lado. Acho que esse é o espírito desta Comissão.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – É verdade. Não é caça às bruxas.

A gente se preocupa diante dos posicionamentos. Uma motivação também que tive foi de Mauro Morelli, que falou umas coisas muito interessantes. Não é a voz oficial da Igreja ainda, mas D. Mauro é um bispo respeitadíssimo. Ele disse que as pessoas falam que é uma coisa muito normal porque não sabem o que é um branco sair à noite na Baixada Fluminense e um negro sair à noite na Baixada Fluminense. Ele, que foi bispo de lá durante 20 anos, sabe o que é isso. Então, já sabe mais ou menos do que está falando, e, por isso, a importância disso.

Para formar essa comissão, eu teria de ter colocado primeiro que a gente teria de extinguir uma das que existem. Eu estou propondo que a gente extinga a Comissão de Defesa da Mulher. Não é um demérito, mas é porque essa Comissão foi formada quando a gente não tinha a Procuradoria, não tinha a Comissão Mista. Agora a gente tem a Procuradoria da Mulher e a Comissão Mista de Combate à Violência Contra a Mulher. Então, ela não tem mais sentido de estar aqui. Estou propondo extinguir essa, para poder criar a nova comissão.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Essa comissão que estamos criando é uma comissão especial de tempo limitado também?

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Exato, é uma subcomissão temporária, enquanto durar o processo.

Então, quem concorda que a gente extinga essa primeira comissão que trata da questão da defesa da mulher, que foi criada na outra Legislatura...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu tenho de colocar em votação.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Ah sim! Desculpa! A gente se empolga e esquece, Senador Paim.

Esse é o requerimento que quero colocar extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos colocá-lo em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Faremos duas votações, a primeira do requerimento e a outra da defesa que ela fez, pela extinção da Subcomissão em Defesa da Mulher.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Eu queria, Senador Paim, fazer uma observação.

Ontem, nós vimos um projeto ímpar. Esse decreto do Presidente Temer é ímpar desde a revolução, desde o processo democrático para cá, e o formato em que ele foi votado nesta Casa ou no Congresso foi um formato de afogadilho. Ontem, vi o Senador Renan com todo o carinho... Acho que ele se assistiu da Constituição brasileira e mostrou que o decreto deixa a desejar em alguns pontos necessários de esclarecimento, pelo menos sobre as condições de execução etc. Acredito que, ao se criar essa subcomissão de acompanhamento dessas atividades, Senadora Regina, não se permite que o Senado dê aí um cheque em branco. De repente, o Senado brasileiro pode ter, ontem, ao aprovar esse decreto, feito um cheque em branco. Esta Comissão pode, neste momento, vir a fazer esse reparo necessário. Portanto, acho que ela é da maior importância, porque é a presença de uma comissão fundamental para os direitos humanos, para a sociedade, para a regulamentação e o respeito dos procedimentos legais, que estará ali presente, quando for chamada.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação.

A primeira votação é referente ao relatório da Senadora.

Os que concordam permaneçam como se encontram.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É referente ao requerimento, ao relatório do seu requerimento.

A segunda votação é sobre a extinção da Subcomissão da Mulher.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram.

Foi muito bem explicado pela Senadora. Na verdade, isso vai fortalecer as outras duas subcomissões que já existem na Casa, como, por exemplo, a Ouvidoria da Mulher. E esta Comissão cumpre um papel especial, os nomes já foram indicados.

Os que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovados.

Senadora, há outro projeto em que V. Exª é Relatora.

ITEM 14

SUGESTÃO Nº 12, DE 2017

- Não terminativo -

Redução da Maioridade Penal para 15 anos em Crimes de Estupro e Assassinato.

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senadora Regina Sousa

Relatório: pela rejeição da Sugestão.

Concedo a palavra a V. Exª para apresentar o seu relatório.

Enquanto V. Exª lê o relatório, eu só vou ali responder uma pergunta de uma entidade e já volto para cá.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Como Relatora.) – Trata-se do parecer da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre a Sugestão nº 12, de 2017, proveniente do programa e-Cidadania, que propõe a redução da maioridade penal para 15 anos em crimes de estupro e assassinato.

Relatório.

Vem a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para análise, a Sugestão nº 12, de 2017, proveniente da Ideia Legislativa nº 65.482, proposta por Rafael Zucco, que propõe a redução da maioridade penal para 15 anos em crimes de estupro e assassinato.

Segundo o proponente, “nos últimos anos, vemos um aumento significativo no número de assassinatos e estupros cometidos por menores de idade devido a certeza de impunidade; convoco a todas as pessoas de bem e uma união de todos movimentos para que aprovemos uma lei que altere o art. 228 da Constituição Federal”. Demais disso, sugere “a mudança do art. 27 do Código Penal de 1940 e do art. 228 da Constituição Federal de 1988 para que possamos responsabilizar criminosos acima de 15 anos em casos de crimes como estupro e assassinato". Sugere também "o endurecimento de penas em casos de sequestro, tortura e assalto a mão armada, haja vista que menores hoje são aliciados justamente por serem inimputáveis, pelo fim da impunidade!”.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conforme o disposto no parágrafo único do art. 6º da Resolução do Senado Federal nº 19, de 2015, a ideia legislativa recebida por meio do portal e-Cidadania que obtiver apoio de 20 mil cidadãos em quatro meses terá tratamento análogo ao dado às sugestões legislativas previstas no art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal e será encaminhada à CDH.

Esse é o contexto. Sob a ótica regimental, tenho por competente esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para a análise da sugestão em comento.

Sob o aspecto constitucional, é comumente defendido que o art. 228 da Constituição Federal faça parte de seu núcleo imutável, as chamadas cláusulas pétreas (art. 60, §4º, IV, da CF). Mas, ainda que assim não fosse, acreditamos que outro óbice está a se impor contra a transformação da presente sugestão em proposição acreditamos que outro óbice está a se impor contra a transformação da presente sugestão em proposição legislativa, sem nenhum demérito ao proponente.

É que a questão da maioridade penal já está sendo debatida no Senado Federal. Com efeito, a Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 2012, já foi objeto de audiência pública perante esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e aguarda deliberação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Já tramitam em conjunto com a PEC nº 33, 2012, as Propostas de Emenda à Constituição nº 74, de 2011; nº 21, de 2013; e nº 115, de 2015. Não há, pois, sentido em acrescer mais uma proposição a essa já extensa lista de iniciativas.

Voto.

Opinamos, por conseguinte, pela rejeição da Sugestão nº 12, de 2017, com as homenagens de estilo aos seus apoiadores, e ao próprio Programa e-Cidadania, que muito tem contribuído para os trabalhos do Senado Federal.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Aqueles que concordam com o relatório apresentado pela Senadora Regina Sousa permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Volto a Presidência dos trabalhos à Senadora Regina Sousa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paim.

Vamos ao projeto do Senador Romário constante do item 12.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 144, DE 2017

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010, para prever a utilização da mediação nos litígios envolvendo alienação parental.

Autoria: Senador Dário Berger

Relatoria: Senador Romário

Relatório: favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações: *tramitação: CDH e terminativo na CCJ.*

Concedo a palavra ao Senador Romário para a leitura do relatório.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - RJ. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente.

O Projeto de Lei do Senado nº 144, de 2017, do Senador Dário Berger, que altera a Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010, para prever a utilização da mediação nos litígios envolvendo alienação parental, reinsere na Lei disposição que constava da forma original com que a hoje Lei nº 12.318 foi enviada à sanção presidencial, tendo sido, entretanto, vetada à época.

Trata-se do instituto da mediação e de sua utilização para a resolução de litígios entre as partes responsáveis por menores sob sua responsabilidade.

Em sua detalhada justificação, o autor chama a atenção para os aspectos benignos da mediação e para o fato de o novo espírito da lei processual contar com o instituto de mediação como um importante elemento de solução de conflitos trazidos ao Poder Judiciário.

Análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito embora o veto presidencial descrito anteriormente tenha pretendido fundar-se em argumentos de inconstitucionalidade e de antijuricidade, não vemos o nexo clamado pelo veto presidencial entre mediação e eventual disponibilização dos direitos inalienáveis de crianças e de adolescentes. Como consequência lógica dessa visão, admitimos também que a mediação pode revestir-se do caráter de "absolutamente indispensável" que devem ter as instituições e autoridades interventoras no conflito, observando que a proposição não prevê a obrigatoriedade do uso da mediação.

Quanto à necessária supervisão do Ministério Público e do juiz sobre o processo de mediação, a proposição incorre na única imperfeição que pudemos detectar: o uso da conjunção alternativa "ou" para referir-se ao fato de que ou o acordo que determinar a mediação, ou o acordo produzido pela mediação, enfim, apenas um deles precisa ser submetido à apreciação do Ministério Público e do juiz.

Para sanear tal problema, proporemos uma emenda.

Vamos para o voto.

Em razão dos argumentos expostos, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 144, de 2007, nos termos da seguinte emenda:

EMENDA Nº – (CDH)

Dê-se ao §3º do proposto art. 9º-A, a ser incluído na Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010, pelo Projeto de Lei do Senado nº 144, de 2017, a seguinte redação:

> "§3º O termo que ajustar o procedimento de mediação e o que dele resultar deverão ser submetidos ao exame do Ministério Público e à homologação judicial."

Esse é o voto pelo projeto.

Era o que eu tinha a dizer, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Romário.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco-o em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Já votamos todos os projetos possíveis. Os outros são terminativos. Então...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Srª Presidenta...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se me permitisse, só para fechar, por uma questão de justiça, eu queria cumprimentar o Dr. Diego Cherulli, que foi quem provocou aquela ação no Supremo. Ele me procurou em pleno fim de semana, eu assinei, junto com o Deputado Arnaldo Faria de Sá, porque ambos coordenamos a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência. Entramos no Supremo, dizendo que não existe – a proibição está na própria Constituição – a possibilidade de o Presidente da República intervir no Rio de Janeiro e a qualquer momento retirar, suspendendo o prazo, que é o dia 31 de dezembro, para votar a reforma da previdência. Essa até seria uma incoerência. Já que ele entendeu que há uma situação de emergência no Rio de Janeiro – entendo que assim o Senador Romário entende, é uma questão de emergência – e que por isso aconteceu, que se dê o devido acompanhamento e a estrutura para esse socorro ao povo do Rio de Janeiro, e não simplesmente suspender a intervenção a qualquer momento só para votar a reforma da previdência e depois deslocar todas as Forças Armadas de novo para o Rio de Janeiro.

Entramos no Supremo. O Ministro Toffoli é o Relator da matéria. Estive com ele ontem à noite. Inclusive, eu não estava aqui no momento da votação da intervenção. Foi uma boa conversa. Sabemos que o próprio Governo já reconhece que ele não pode fazer isso. Já está respondendo ao Supremo, dizendo que a nossa ação perde o objeto, já que não haverá, em hipótese nenhuma, a reforma da previdência.

Foi importante também a declaração do Presidente da Casa, o Senador Eunício Oliveira, que disse que não haverá mais debate nem votação de reforma da previdência aqui no Congresso este ano.

Achei interessante também a declaração, e eu o tenho criticado tanto, do próprio Presidente da Câmara, Deputado Maia.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Rodrigo Maia, exatamente! Há outros Maias lá. Rodrigo Maia disse que não vai ficar brincando agora de aceitar medida provisória ou projetinho por lei ordinária, querendo fazer uma reforma da previdência sem fundamento.

Foi mais ou menos isso que ele disse, que ele não vai participar disso. Isso tranquilizou. Foi esse o comentário que fizemos ontem com o Ministro Toffoli.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, hoje, como eu fiz na abertura, felizmente – ambos os Senadores aqui assinaram a CPI da Previdência, que foi fundamental para esse processo –, a gente pode dizer ao povo brasileiro que, felizmente, esta batalha o povo ganhou, que não haverá reforma da previdência. E vamos fazer o debate na gestão da fiscalização, no combate à sonegação, no combate à corrupção, proibindo desvios e proibindo DRU, apropriação indébita, enfim, aquilo que a CPI apontou no final.

Eu faço essa fala, já iniciei falando sobre isso, porque eu não tinha falado da ação do Supremo. Reconheço o trabalho do advogado que a provocou e também das doze entidades que assinaram em nome de milhares de entidades deste País, que têm o mesmo entendimento que nós temos. Felizmente, essa maldade nós não teremos sobre nós este ano.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paim.

É também importante que a gente aproveite este tempo para ficar vigilante e para tentar fazer andar aquelas proposições que saíram da CPI, porque, se elas não andarem, a previdência realmente vai ter problema. Então, a gente precisa ver, principalmente, a questão da sonegação, a questão da DRU. A gente tem de trabalhar para que aconteça a cobrança.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu recebi um livro de um especialista nessa área. A sua fala foi correta: é a sonegação. Diz ele que a sonegação chega a ser pior do que a corrupção, porque, por vias legais, eles sonegam e não pagam nunca mais. Na corrupção, você ainda vai para cima, prova que eles cometeram um crime e tem como botá-los na cadeia até responderem, mas a sonegação pelas vias ditas legais é mais grave para o rombo da previdência e para o Erário público que a própria corrupção. Ele chegou a usar um termo... Vou dar o nome dele: Dr. Cattani. Ele é especialista nessa área. Ele escreveu o livro *Ricos, podres de ricos* e me deu cópia com autógrafo. Ele diz que a sonegação – é a frase que a senhora usou – é mais grave que tudo neste País. Ele disse que, se nós resolvêssemos só a sonegação, nós teríamos, no mínimo, 100% a mais de investimento nos programas sociais.

Desculpe-me por interromper, mas eu queria valorizar a sua frase.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Com certeza, suas falas são sempre importantes. É isso, a sonegação é um crime. Eles já sonegam sabendo que vai haver uma negociação, um refinanciamento. Então, já é proposital, é pior ainda. A gente tem de ficar atento para isso.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião da Comissão de Direitos Humanos.

(*Iniciada às 11 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 11 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, Extraordinária, DA Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA Ordinária DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 de Fevereiro de 2018, Segunda-feira, NO SENADO FEDERAL, Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6.

Às nove horas e nove minutos do dia vinte e seis de fevereiro de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Deixam de comparecer os Senadores Marta Suplicy, Hélio José, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Regina Sousa, Eduardo Amorim, José Medeiros, Ana Amélia, João Capiberibe, Romário, Magno Malta e Telmário Mota. A reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 4/2018, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "Democracia e Direitos Humanos", com foco na Segurança Pública. Participantes: Everaldo Patriota, Representante da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB; Renan Bortoletto, Representante da Liberun – Direitos Humanos; Gilberto Vieira dos Santos, Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH; Fernando Ferreira Anunciação, Presidente da Federação Nacional Sindical dos Servidores Penitenciários – FENASPEN; Cristina Zackseski, Professora da Universidade de Brasília - UnB; Gabriel de Carvalho Sampaio, Advogado; Helder Jacoby, Representante da Federação Nacional de Agentes Federais de Execução Penal - FENAFEP; Pedro Carriello, Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro; e Gentil Nei Espírito Santo da Silva, Representante da Federação Nacional de Agentes Federais de Execução Penal - FENAFEP. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e dois minutos; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/02/26

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e trinta e quatro minutos do dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Senadores Telmário Mota e Angela Portela, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Hélio José, Valdir Raupp, Fátima Bezerra, Regina Sousa, Paulo Rocha, José Medeiros, Ana Amélia, Cidinho Santos, Wellington Fagundes e dos Senadores não membros, Ataídes Oliveira, Dário Berger e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Marta Suplicy, Eduardo Amorim, João Capiberibe, Romário e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos RDH 7/2018 e RDH 16/2018, ambos de autoria do Senador Telmário Mota. Finalidade: "Discutir a situação dos refugiados venezuelanos no estado de Roraima". Participantes: Priscila Moreto de Paula, Procuradora do Trabalho da 11ª Região no Estado de Roraima; Ana Maria Morreira Bruzzi, Representante da Organização não governamental Fraternidade – Federação Humanitária Internacional; Carolina Sampaio Motta Soares, Conselheira Nacional da Cruz Vermelha Brasileira - CVB; Cláudia Giovannetti Pereira dos Anjos, Assessora para Assuntos sobre Refugiados da Secretaria Nacional de Cidadania do Ministério dos Direitos Humanos; Embaixador Tarcísio de Lima Ferreira Fernandes Costa, Chefe do Departamento da América do Sul Setentrional e Ocidental do Ministério das Relações Exteriores - MRE; Hugo Medeiros Gallo da Silva, Presidente do Conselho Nacional de Imigração – CNIg/MTE; Paulo Sergio Almeida, Oficial de meios de Vida do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados - ACNUR no Brasil; Mariana Bertol Leal, Assessora do Gabinete da Secretária de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde; e Juliano Torquato, Prefeito de Pacaraima. O Presidente concede a palavra para as seguintes pessoas presentes no plenário: Ulisses Amorim, Representante do Ministério da Saúde; Deputado Federal Carlos Andrade; Maíra Nunes, Representante do Instituto Brasileiro de Políticas Públicas-IBRAPP; e Ismael Cesar, Representante da Central Única dos Trabalhadores-CUT. Fazem uso da palavra o Senador Telmário Mota e a Senadora Angela Portela. Às doze horas e vinte e quatro minutos o Senador Telmário Mota passa a presidência a Senadora Angela Portela. Às doze horas e vinte e cinco minutos a Senadora Angela Portela devolve a presidência ao Senador Telmário Mota. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e dois minutos; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Telmário Mota

Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/02/27

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE FEVEREIRO DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às onze horas e quinze minutos do dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Regina Sousa e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Marta Suplicy, Hélio José, Valdir Raupp, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Ana Amélia, Sérgio Petecão, João Capiberibe, Romário, Randolfe Rodrigues, Cidinho Santos e dos Senadores não membros, Vicentinho Alves, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado, José Pimentel e Dário Berger. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Eduardo Amorim, Ciro Nogueira, Magno Malta e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas da sexta a oitava Reuniões da CDH e, também, a ata da segunda reunião da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta, que se divide em duas partes: 1ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, de 2011 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Sen. Regina Sousa (Ad hoc), substituiu Sen. Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Resultado: Adiado. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 650, de 2011 - Terminativo - que: "Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 325, de 2015 - Terminativo - que: "Torna obrigatória a manutenção de exemplares do estatuto da criança e adolescente (ECA), do estatuto da Juventude, do estatuto do idoso e do estatuto da igualdade racial nas escolas municipais, estaduais, federais e privadas." Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta, aprovação das Emendas nº 2 e nº 3, do Senador Paulo Paim e prejudicialidade da Emenda nº 1-CE. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 411, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre cão-guia, para garantir às pessoas com deficiência o direito de se fazer acompanhar do cão de assistência em veículos e estabelecimentos de uso coletivo." Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Sen. Regina Sousa (Ad hoc), substituiu Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 648, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para prever a criação de programas de institucionalização da pessoa idosa durante o dia." Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar a obrigatoriedade de oferecimento de serviço de orientação sobre aleitamento materno." Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Sen. Regina Sousa (Ad hoc), substituiu Sen. José Medeiros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, e a Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, para dispor sobre o uso de símbolos desprovidos de caráter pejorativo na identificação de pessoa com deficiência e de idoso." Autoria: Senador Waldemir Moka. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, de 2016 - Terminativo - que: "Autoriza o Poder Executivo a alterar o nome da Fundação Nacional do Índio para “Fundação Nacional dos Povos Indígenas”." Autoria: Senador Telmário Mota. Relatoria: Sen. João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 403, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, para assegurar atendimento prioritário a pessoas com neoplasia maligna que estejam se submetendo a quimioterapia ou radioterapia." Autoria: Senador Romário. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 12, de 2012 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar que as empresas que operem frotas de táxis com vinte ou mais veículos tenham ao menos cinco por cento da frota adaptada para o acesso de pessoas com deficiência." Autoria: Senador Sergio Souza. Relatoria: Sen. Wellington Fagundes. Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto (votação simbólica). Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, de 2012 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, para prever nova modalidade de medida socioeducativa e dá outras providências." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatoria: Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela rejeição do Projeto e da Emenda Substitutiva nº 1-CAS. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 183, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973." Autoria: Deputado Dr. Jorge Silva. Relatoria: Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 151, de 2014 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, para exigir que os Planos de Atendimento Socioeducativo prevejam metas anuais de desempenho." Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Sen. Telmário Mota. Relatório: Favorável ao Projeto, com duas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 14 - SUGESTÃO Nº 15, de 2014 - Não Terminativo - que: "Regular a interrupção voluntária da gravidez, dentro das doze primeiras semanas de gestação, pelo sistema único de saúde." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Sen. Magno Malta. Relatório: Pelo arquivamento da Sugestão. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 15 - SUGESTÃO Nº 13, de 2017 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre o consumo de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópicas, de uso proscrito, bem como a proteção sanitária e social das pessoas que consomem tais substâncias sem prescrição médica e dá outras providências." Autoria: Instituto da Cannabis. Relatoria: Sen. Sérgio Petecão. Relatório: Pela rejeição da Sugestão. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela rejeição da Sugestão. ITEM 16 - SUGESTÃO Nº 22, de 2017 - Não Terminativo - que: "Inclusão do Biomédico nos programas de Atenção à Saúde (ESF/NASF)" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Sen. Sérgio Petecão. Relatório: Pela rejeição da Sugestão. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela rejeição da Sugestão. ITEM 17 - SUGESTÃO Nº 42, de 2017 - Não Terminativo - que: "Criminalização da LGBTfobia" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Sen. Regina Sousa. Relatório: Pela prejudicialidade da Sugestão. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela prejucialidade da Sugestão. ITEM 18 - SUGESTÃO Nº 50, de 2017 - Não Terminativo - que: "Proibição do ensinamento de ideologia de Gênero nas escolas" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela Rejeição da Sugestão. Resultado: Adiado. ITEM 19 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 22 de 2018 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater “Privatização do Setor Elétrico Nacional e os Direitos Humanos”." Autoria: Senador Paulo Paim e Senadora Regina Sousa. Resultado: Aprovado. ITEM 20 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 23 de 2018 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater “Os advogados sindicais e os desafios para a reconstrução da democracia e dos direitos trabalhistas”." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 21 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 24 de 2018 que: "Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão do Estatuto do Trabalho, para debater “Sistema de Inspeção do Trabalho”." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 22 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 25 de 2018 que: "Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão do Estatuto do Trabalho, para debater “Tutela Necessária do Trabalho Rural e do Trabalho Doméstico”." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 23 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PARTICIPATIVA Nº 26 de 2018 que: "Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão do Estatuto do Trabalho, para debater “Direito Processual do Trabalho”." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 24 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 27 de 2018 que: "Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão do Estatuto do Trabalho, para debater “Organização Sindical, Negociação Coletiva e Direito de Greve”." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 25 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 28 de 2018 que: "Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de um ciclo de audiências públicas, nesta Comissão, para debater “A Segurança Pública no Brasil”." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 26 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 29 de 2018 que: "Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater “Organização e contribuição Sindical”." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 27 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 30 de 2018 que: "Nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requer que seja aprovado por esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, VOTO DE SOLIDARIEDADE às Deputadas Estaduais Ana Paula Lima e Luciane Carminatti da Assembleia Legislativa de Santa Catarina." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. 2ª Parte - Apresentação do relatório dos trabalhos da CDH - 2º período de 2017. Finalidade: Apresentação do Relatório dos Trabalhos da CDH - 2º Período de 2017. Resultado: Relatório apresentado. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim e Sérgio Petecão e a Senadora Regina Sousa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e onze minutos; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Regina Sousa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/02/28

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Bom dia a todos.

Senador Paim, como a segunda parte seria a apresentação do relatório da Comissão, eu vou fazer a inversão até que a gente tenha quórum para deliberar.

Declaro aberta a 9ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A gente volta depois à questão das atas. Agora eu vou fazer a segunda parte, que é apresentar o relatório do segundo semestre da produção da Comissão de Direitos Humanos, para ficar como lido, e a gente poder produzir um caderninho bem acabado para as pessoas.

Relatório da CDH. 2º período de 2017. Biênio 2017-2018.

Neste Biênio 2017-2018, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal está sob a Presidência desta Senadora e Vice-Presidência do Senador Paulo Paim, sendo nosso objetivo dar voz a quem não tem, dar visibilidade aos invisíveis. Para isso, a Comissão trabalhou temas de grande repercussão nacional, incorporando as discussões mais palpitantes da sociedade brasileira e ampliando seu escopo de proteção às minorias.

Ao longo do biênio, a atuação da Comissão será apresentada em quatro relatórios de periodicidade semestral. Este se refere ao segundo semestre de 2017.

Um ponto forte desse período foi a criação da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho (CDHET), sob a Presidência do Senador Telmário Mota e Vice-Presidência do Senador Paulo Paim. Seu objetivo é aprofundar as discussões sobre a reforma trabalhista e construir um projeto de Estatuto do Trabalho que respeite os preceitos constitucionais e valorize de forma equilibrada os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

Para tanto, as reuniões desta Subcomissão foram estruturadas em temas específicos e a compilação das palestras proferidas pelos debatedores convidados será objeto de publicação oficial no primeiro semestre de 2018.

Entre agosto e dezembro de 2017, a CDH e suas Subcomissões realizaram 70 reuniões, entre audiências públicas e reuniões deliberativas, alcançando resultados bastante positivos e de significativa relevância social.

Foram 57 audiências públicas com a finalidade de instruir proposições legislativas ou debater temas instigantes e bastante variados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

À medida que eu vou lendo, ela vai apresentando os dados para quem quiser acompanhar.

Todas essas audiências foram interativas...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidenta, só para o meu entendimento, está muito bom o relatório, pelo que vejo, mas, se houver algum adendo, a gente coloca agora ou deixa para colocar depois, ao final?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Vamos deixar para o final, porque o texto é curto. Eu vou ler, são três páginas. Eu vou lê-lo todo, e você vai anotando e dizendo o que acha que deve acrescentar ou tirar.

Todas essas audiências foram interativas, garantindo a participação popular ao vivo, com perguntas, questionamentos e comentários, por meio do portal e-Cidadania e do Alô Senado. Os internautas tiveram a oportunidade de interagir com os debatedores convidados, incluindo autoridades do Executivo e do Judiciário, acadêmicos, religiosos, artistas, sindicalistas e representantes de movimentos sociais diversos.

As audiências compuseram grandes temas de atuação da CDH: direitos humanos, direitos trabalhistas, estatuto do trabalho, abordando a supressão de direitos decorrente da reforma trabalhista e os fundamentos para a construção de um estatuto do trabalho que atenda aos interesses dos trabalhadores em equilíbrio com os interesses empresariais; reforma previdenciária e seus impactos sobre a vida dos brasileiros, em especial as perdas históricas de direitos dos aposentados, as aposentadorias especiais, as contribuições, a gestão e a Previdência Social que queremos; segmentos vulneráveis e minorias, enfocando o desmonte das políticas públicas relacionadas aos direitos humanos, trabalho escravo, trabalho infantil, povos indígenas, quilombolas e religiões de matriz africana; direitos das pessoas com deficiência, com vistas à acessibilidade e à inclusão da pessoa com deficiência; educação, com foco em universidades e Institutos Federais de Educação, Lei de Aprendizagem, formação de professores e qualificação de profissionais para o trato com a primeira infância; bem como lançamento da Conferência Nacional Popular de Educação (Conape); saúde, discutindo a situação da pesquisa e da legislação relacionadas às células tronco, necessidade de conscientização sobre a neuromielite óptica, as possíveis alterações nas relações de planos de saúde e na regulamentação da profissão de técnico de radiologia, a realização de procedimentos pelo SUS e a descriminalização do cultivo da *cannabis* para uso próprio; economia e meio ambiente, trazendo ao debate a securitização de créditos recebíveis, a situação dos trabalhadores ligados à JBS; a regularização fundiária do Distrito Federal e seu entorno; a agricultura familiar e a reforma agrária, corte orçamentário e desmonte do Incra; sistema de Justiça e encarceramento, enfocando as circunstâncias que levaram à morte do reitor da Universidade de Santa Catarina, a garantia institucional do acesso à Justiça, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

imparcialidade do juiz, o sistema de justiça em âmbito mundial, a polícia penal e as consequências da redução da maioridade penal; outros temas de interesse social, como a criminalização do *funk*, a retirada de direitos dos servidores públicos, a utilização da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) para investigar altas autoridades da República.

Diversas recomendações e questionamentos dessas audiências públicas foram encaminhados às autoridades pertinentes, mediante 30 ofícios da Presidência da CDH. As respostas recebidas foram repassadas aos debatedores que compuseram as mesas das respectivas reuniões e permanecem nos arquivos da Comissão, à disposição de seus membros.

No mesmo período, a Comissão realizou 14 reuniões deliberativas, examinando 124 proposições legislativas, sendo: dez projetos de lei, dos quais oito oriundos do Senado; 15 sugestões legislativas, originárias de cidadãos; e 99 requerimentos de Senadores membros da Comissão.

Além disso, a CDH aprovou quatro emendas de apropriação à Lei Orçamentária Anual, objetivando favorecer o enfrentamento à violência contra as mulheres, a defesa dos direitos humanos, o enfrentamento ao racismo e a promoção da igualdade racial, e a defesa dos direitos da pessoa com deficiência.

Mantendo a tendência ascendente de participação por meio do Portal e-Cidadania do Senado, no segundo semestre de 2017, 18.077 cidadãos apresentaram 12.693 ideias legislativas, que receberam mais de 2 milhões apoios. Destas, 42 ideias receberam mais de 20 mil apoios e se tornaram sugestões legislativas (SUG). Seis dessas sugestões foram convertidas em projeto de lei e uma em proposta de emenda à Constituição (PEC).

Também a participação de estudantes no Programa Senado Jovem Brasileiro, cujas ideias são debatidas e aprovadas no colegiado juvenil, resulta em sugestões legislativas que igualmente iniciam sua tramitação pela CDH. Nesse período, foi convertida em projeto de lei a SUG 02/2016, que "Dispõe sobre o reconhecimento de experiências extraescolares no processo seletivo para ingresso no ensino superior".

Como políticas públicas a serem acompanhadas no ano de 2017, a CDH elegeu as de encarceramento e de erradicação do trabalho escravo, e os relatórios pertinentes devem ser apresentados em 2018, pelos Senadores Ângela Portela e Paulo Rocha, respectivamente.

A Comissão recebeu, no período, diversas denúncias referentes a violações de direitos humanos, que, após análise de pertinência, geraram providências, visando seu esclarecimento e solução.

E, ainda, realizou duas diligências, uma pela Senadora Gleisi Hoffmann, objetivando investigar sobre pessoas em situação de rua em São Paulo, e outra pela Senadora Regina

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sousa, para averiguar as circunstâncias do estupro coletivo seguido de assassinato de uma adolescente em Uruçuí, Piauí.

Nas páginas seguintes, apresentam-se os resultados sistematizados conforme os grandes temas deste período, com as audiências públicas realizadas, as matérias apreciadas e os requerimentos aprovados por tema. Ao final, a listagem de todas as reuniões realizadas em ordem cronológica e a composição da Comissão ao final do segundo semestre de 2017.

É o relatório.

Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Primeiro quero cumprimentar V. Exª e a equipe técnica que elaborou o relatório. É muito preciso e muito bem compilado, para não ficar como aqueles relatórios de 500 páginas, que no fim ninguém lê.

Eu só queria, por uma questão histórica, se assim V. Exª entender, que ali quando bota Presidente Telmário Mota, Vice-Presidente Paulo Paim, Relator do tema, porque, uma vez instalado, o Presidente me indicou como Relator, acertado com V. Exª, e nós pretendemos entregar a primeira versão desse relatório no dia 1º de maio; e depois ajustá-lo, naturalmente com as entidades, para que possamos, então, ampliar esse debate em todo Brasil. É ano eleitoral, mas cada um de nós vai debater no seu Estado. V. Exª vai debater lá no seu Estado; o Telmário debaterá no Estado dele; eu debaterei no Rio Grande do Sul, no sentido de que se vá avançando com esse objetivo.

O Senador Petecão está chegando já aí também, sempre presente aqui na reunião. É um dos que tem colaborado muito com o trabalho da nossa equipe aqui.

É só este detalhe que eu pediria: Vice-Presidente e Relator do tema.

No mais, parabéns à equipe toda pelo trabalho e a esta Comissão, especialmente a V. Exª. Se não fosse essa sua visão de dar espaço para todos, para realizarmos audiências públicas, debates, enfim, nós não teríamos chegado aonde chegamos; o que culminou, inclusive, na vitória da não votação da reforma da previdência.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Agradeço-lhe.

Esse é um trabalho coletivo, com certeza, nosso, da Comissão; e principalmente o senhor tem participação ativa, Senador Paim.

Queria também fazer um reparo, Senador: acho que, na composição da Comissão, vale um comentário sobre a ausência de indicação – quero que conste – de alguns blocos que não indicaram os componentes das comissões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este é o relatório, que vai ser organizado e vai ficar disponível para os membros da Comissão e também na página do Senado. Depois vamos produzir uma publicaçãozinha com o relatório.

Vou comunicar também o recebimento de alguns ofícios que chegam. A gente tem de comunicar para depois irem para o arquivo e ficarem à disposição de todos os Senadores e Senadoras.

Recebemos do Ministério dos Direitos Humanos o Relatório Anual de 2016/2017 sobre o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. É um relatório bem substancial, grande. É importante que tomemos conhecimento de o que o Ministério está nos informando até porque aqui há informações sobre as casas de detenção, que são o nosso grande gargalo neste Brasil de sistema carcerário precário. Então, acho que é importante. Para quem quiser ler, ele está à disposição.

Também recebemos alguns ofícios de câmaras municipais. De Ponta Grossa, por exemplo, solicitando apoio e empenho junto ao Ministério da Educação para que se abstenha de promover, permitir ou inserir ideologia de gênero. A maioria é sobre essa questão ainda. É um debate inacabado, que vai ter de continuar porque, por conta disso, estão voltando as censuras, estão querendo intervir nas escolas, nas universidades, sobre o que está sendo feito, principalmente nas universidades, tirando sua a autonomia. Isso é, inclusive, perigoso. Há muito dessa discussão nas câmaras municipais porque foi o espaço que as pessoas acharam para fazer vigorar essas ideias de escola sem partido, esses negócios que eu considero retrocessos.

Há um da Câmara de Santa Terezinha de Itaipu, também no mesmo sentido. Parece que foi uma rodada de gente que andou por esses Municípios.

Temos aqui da Câmara Municipal de Itaúna do Sul, no Paraná também, sobre conteúdos inadequados para a idade das crianças, aqui falando do Marco Legal da Primeira Infância.

Da Câmara Municipal de Paulo de Faria, em São Paulo, sobre a questão da maconha. É só uma nota de repúdio.

Encaminhamento também de carta aberta sobre a questão do aborto de uma entidade chamada Grupiá, de Santa Catarina também. Está à disposição para leitura dos Senadores.

Chegou também da Assembleia Legislativa de Rondônia um voto de apoio à aprovação da sugestão legislativa que versa sobre a mudança da forma do sistema de governo por meio de referendo. Aqui é aquela história da monarquia. O pessoal coloca as sugestões, e eles mandam os apoios. Estão disponíveis aos Senadores e às Senadoras.

Há mais um?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Este aqui é dos direitos humanos. Depois eu quero dar uma lida neste relatório.

(*Intervenção fora do microfone.*)

(*Interrupção do som.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Nós fizemos um questionamento ao Ministro...

Este aqui está vindo do Tribunal de Contas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Ah, é o meu ofício. Certo. Aí ele respondeu sobre a questão da Universidade Federal de Minas Gerais, da invasão. A gente pediu uma explicação – era mais para saber o fundamento, o porquê de a universidade ter sido invadida –, e eles estão respondendo aqui. Chegou agora e vou ler, mas também fica disponível para cada Senador que queira. Eu vou fazer a leitura porque foi um pedido nosso sobre as contas da universidade: se realmente havia fundamento suficiente para fazer aquela invasão.

(*Interrupção do som.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Vamos começar pelos não terminativos? Então...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Podemos começar pelos não terminativos... O Senador Petecão é Relator...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – A senhora me permite, Presidente?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Quer falar?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Posso falar?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Pode sim. Senador Petecão com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – São o item 15 e o item 16 de minha relatoria. Se a senhora pudesse... Eu não sei se o Senador Paim tem algum projeto aí.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – O.k. Se nós pudéssemos fazer uma inversão, para que a gente pudesse avançar, eu gostaria, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – São dois projetos não terminativos, todos de sugestão do e-Cidadania. Depois a gente vota os outros, porque o Senador Petecão está pedindo prioridade, preferência para os deles. São os itens 15 e 16.

Então, vamos ao Item nº 15, sugestão do e-Cidadania que, se aprovada, vai constituir um projeto para ser apreciado. Se não aprovada, vai para o arquivo.

ITEM 15

SUGESTÃO Nº 13, DE 2017

- Não terminativo -

Dispõe sobre o consumo de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópicas, de uso proscrito, bem como a proteção sanitária e social das pessoas que consomem tais substâncias sem prescrição médica e dá outras providências.

Autoria: Instituto da Cannabis

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Pela rejeição da sugestão

Passo a palavra ao Senador Sérgio Petecão para a leitura do relatório.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Obrigado, Presidente.

Na verdade,...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Nós já tivemos um igual, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC. Como Relator.) – É... Não, este é mais grave. Naquele outro eles pediram só a liberação da maconha, a *Cannabis*. Neste, eles pedem a liberação de todas as drogas.

Eu penso que esse Instituto da Cannabis, esse pessoal não mora no Brasil. Não acredito que, numa crise de segurança desta por que o País está passando, uma violência sem limite, um cidadão desse faz uma sugestão de um projeto deste... Sinceramente... É lamentável, pois o outro projeto ficou aqui, nesta Comissão, e não foi votado – tinha um parecer contrário. A Senadora Marta Suplicy pediu vista, e esse projeto foi aprovado depois, virou um projeto da Comissão e vai tramitar. Isso é um absurdo! Isso até depõe contra a imagem desta Comissão. Tantos temas importantes que eu vejo o Paim trazendo sobre a situação dos nossos servidores, sobre a geração de empregos no nosso País, e nós estamos discutindo aqui liberação de droga!

Presidente, eu tenho aqui um relatório, que, com certeza, é um longo relatório, mas eu sinceramente lamento que nós possamos estar aqui perdendo o nosso tempo para discutir liberação de drogas.

Eu vou ler só o art. 2º. No projeto, o art. 2º estabelece que o consumo, a aquisição e o porte de drogas ilícitas constituem infração administrativa, ou seja, a pessoa que for pega com droga, que vai traficar droga não vai poder ser presa, vai ter só uma repreensão administrativa. Então, isso é um absurdo!

O meu voto.

Pelo exposto, o voto é contrário à aprovação da Sugestão nº 13, de 2017.

Esse é o item 15.

O nosso voto é contrário.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório pela rejeição da sugestão permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH pela rejeição da sugestão.

O item 16 também é do Senador Petecão.

ITEM 16

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

SUGESTÃO Nº 22, de 2017

- Não terminativo -

Inclusão do Biomédico nos programas de Atenção à Saúde (ESF/NASF)

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Pela rejeição da Sugestão

Concedo a palavra ao Senador Petecão para leitura do relatório.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC. Como Relator.) – Na verdade, nós temos aqui também um relatório extenso.

No entendimento aqui da assessoria do Senado, na verdade, este projeto é inconstitucional. Então, o nosso voto é pela rejeição do projeto, Presidente.

Aqui, há uma justificativa longa, mas, se a senhora me permitir, eu gostaria só de ler o voto.

Voto.

Diante do exposto, o nosso voto é pela rejeição da Sugestão nº 22, de 2017.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão o relatório do Senador sobre a Sugestão nº 22. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório lido permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH pela rejeição da sugestão.

Vamos continuar com os não terminativos.

Há o item 19, do Senador Paim.

Requerimentos.

ITEM 19

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 22, de 2018

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "Privatização do Setor Elétrico Nacional e os Direitos Humanos".

Autoria: Senador Paulo Paim e outros

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Srª Presidente, se eu pudesse fazer um comentário.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Com a palavra o Senador Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Esta é uma sugestão de audiência pública que vai na mesma linha, o segundo requerimento, dos advogados da América Latina que estão muito preocupados com essa questão e a importância que têm luz, água, enfim, para o conjunto da população. Então, eles pedem o debate sobre esse tema.

É claro que nós vamos aproveitar, quando debatermos esse tema, para aprofundar o debate sobre a questão, por exemplo, do próprio gás, da própria gasolina. A gasolina nos últimos oito meses teve em torno de 130 aumentos – 130 aumentos –, e o gás praticamente dobrou de preço. Então, ao mesmo tempo em que vamos falar da energia que gera a eletricidade também vamos falar de outros temas, sempre na ótima dos direitos humanos. Esse é o primeiro e, se V. Exª permitir, só quero ler o segundo ainda, porque o segundo também é uma proposta, é claro que a senhora vai anunciar...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu queria subscrever esse da privatização também, se o senhor me permite.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Senador Hélio José também pediu para subscrever.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu já coloco para votar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos um por um que é melhor. Eu prefiro de um por um, e eu comentar cada um, porque vou fazer a defesa, explicar o porquê. Depois, votamos em bloco.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então, item 19.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Não, esse aqui já li o item.

Qual é o próximo?

Item 20.

ITEM 20

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 23, de 2018

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "Os advogados sindicais e os desafios para a reconstrução da democracia e dos direitos trabalhistas".

Autoria: Senador Paulo Paim

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Srª Presidenta, como foi do mesmo grupo de advogados do mundo do trabalho de direitos humanos, eu proponho que essa audiência "Os advogados sindicais e os desafios para a reconstrução da democracia e dos direitos trabalhistas" – inclusive já falamos com eles que concordam com isso – seja num único dia. Eles farão duas mesas, uma vez que são os mesmos grupos que vão falar. V. Exª pode ver que se refere a advogados e advogadas. Eles falarão desse tema e depois falarão da força e da importância da democracia e os direitos trabalhistas. Iniciaríamos às 9h, das 9h às 10h30 uma mesa; e, das 10h30 a 13h, outra mesa. O.k?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Vamos votar esses dois que já estão lidos que são da pauta? Depois eu faço o extrapauta.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, os dois que vão na mesma linha.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então, os dois requerimentos do Senador Paim, itens 19 e 20 que ele já encaminhou.

Em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queria discutir, em votação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os dois requerimentos.

O 22 e o 23 vão a audiências públicas.

Consulto os Srs. e as Srªs Senadoras se concordam com a inclusão de requerimentos extrapauta.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada, então, a inclusão de requerimentos extrapauta.

Temos vários requerimentos do Senador Paim; depois, se o Senador Capiberibe também tiver, nós incluímos.

ITEM 21

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 24, de 2018

- Não terminativo -

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão do Estatuto do Trabalho, para debater "Sistema de Inspeção do Trabalho".

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senado Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Presidenta e Senador Capiberibe, são diversos requerimentos, mas eles têm a ver com a Subcomissão do Estatuto do Trabalho. Nós temos de aprovar aqui para debater lá. Nós, que estamos construindo a nova CLT...

O Senador Telmário é o Presidente dessa Comissão... (*Fora do microfone.*)

... e eu sou o Relator, queremos discutir na Subcomissão do Estatuto do Trabalho. A primeira versão – repito que queremos entregar à sociedade brasileira no mês de maio – é o capítulo correspondente à segurança no trabalho. Por isso, esse sistema de inspeção no trabalho na verdade é como nós vamos redigir, porque eles desmontaram tudo com essa dita

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reforma trabalhista que fizeram. Há um artigo muito interessante que eu li, nesta semana, do advogado, se eu não me engano, Souto Maior. Ele faz parte, inclusive, dessa Comissão, e ele chama "o labirinto da reforma trabalhista". Fizeram um labirinto... Houve um congresso de 600 juízes e tiveram que tirar de lá uma comissão de 60 juízes para estudar o absurdo que é essa reforma trabalhista.

Eu quero até aproveitar o momento para cumprimentar muitos empresários deste País, porque é um labirinto, é uma confusão, é uma anarquia, ninguém está entendendo. Eu diria que grande parte dos empresários não estão sequer olhando mais e continuam pautando o seu caminho pelos direitos assegurados na CLT.

Então, esse sistema de inspeção do trabalho, o combate a todo tipo de acidente, a questão da insalubridade e periculosidade, enfim, o chamado trabalho de alto risco, que é a periculosidade, tudo será debatido nessa audiência pública. Estamos refazendo a CLT.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Item 22.

ITEM 22

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 25, de 2018

- Não terminativo -

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão do Estatuto do Trabalho, para debater "Tutela Necessária do Trabalho Rural e do Trabalho Doméstico".

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Na mesma linha, Srª Presidenta, Senadora Regina Sousa, porque nós temos uma lei específica do trabalho doméstico. Eu sempre elogio muito a ex-Senadora e Deputada Benedita da Silva. Ela foi a grande construtora desde a Constituinte até hoje. É sempre com ela que eu tenho conversado, nós temos conversado sobre o trabalho doméstico.

Pois bem, com a reforma trabalhista, eles não querem mais aplicar aquela lei que foi aprovada com muita batalha e foi sancionada pela Presidenta Dilma, a lei do trabalho doméstico. É uma lei específica, e, segundo os juízes, eles não poderiam alterar essa lei específica do trabalho doméstico. E há algo semelhante para o trabalhador rural, porque eles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

querem aplicar o que fizeram para todo mundo, sem limite. E por isso vamos debater "Tutela Necessária do Trabalho Rural e do Trabalho Doméstico".

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Item nº 23, de 2018, não terminativo.

ITEM 23

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 26, de 2018

- Não terminativo -

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão do Estatuto do Trabalho, para debater "Direito Processual do Trabalho".

Autoria: Senador Paulo Paim

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Na mesma linha, Srª Presidenta, com a anarquia que eles fizeram, eu vou dar um dado agora assustador. Eles falavam: "Não, há 12 milhões de desempregados, 13, 14". Sabe quantos há agora, conforme o IBGE? Vinte e seis milhões. O IBGE divulgou isso nesse fim de semana.

Eu não vou dizer que os 26 milhões foram da reforma para cá, mas grande parte foi, porque eles começam a demitir e a admitir como intermitente, contrato autônomo exclusivo, terceirizado.

Então, na verdade, com esse número de demissões, a insegurança jurídica que se criou e o desespero, nesse mesmo trabalho, 4 milhões de trabalhadores desistiram de buscar trabalho. Por que desistiram? Porque eles foram demitidos, vão pedir um emprego, o camarada diz para eles: "É trabalho intermitente aqui. Tu vais ter 17 horas, por exemplo, por mês", porque ele dá quantas horas quiser. No fim do mês, ele tem de pagar para trabalhar para a Previdência, para ter direito a um salário mínimo. Aí, as pessoas foram desistindo. Então, de fato, eles instalaram um caos no mundo do trabalho.

Na última audiência pública que fizemos em que falaram aqui juízes, procuradores, promotores, enfim, eles estão demitindo por correspondência. A pessoa recebe em casa a rescisão de contrato. Aí, concordou ou não, assina aqui e está feito, responda. Se o cara resolve não aceitar, ele manda procurar o direito na Justiça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A que ponto chegamos! Por isso, o Direito Processual do Trabalho tem de ser aprofundado na Comissão, na construção da nova CLT.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Requerimento nº 27, de 2018, não terminativo.

ITEM 24

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Nº 27, de 2018

- Não terminativo -

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão do Estatuto do Trabalho, para debater "Organização Sindical, Negociação Coletiva e Direito de Greve".

Autoria: Senador Paulo Paim

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Na mesma linha, Srª Presidenta, nesta reforma, eles quiseram acabar com o movimento sindical, o que é um absurdo, uma burrice, eu diria.

Perguntavam-me muito, como eu sou lá do Rio Grande do Sul, de onde veio o termo pelego. O pelego fica entre o cavaleiro e o cavalo para amaciar a queda. Pois bem, surgiu a palavra pelego, transferida de lá – porque normalmente o pelego é feito de couro de ovelha, de carneiro – para a área sindical.

Mas o movimento sindical, no fundo, veio para isto: diminuir o impacto entre empregado e empregador, para ser aquele instrumento de diálogo, de negociação, para não permitir o confronto. Claro que a forma como foi usado o termo pelego é dizendo que aqueles que amorcegavam, que atenuavam, que eram muito complacentes com o mundo do trabalho, na linha do prejuízo para o trabalhador, eram chamados de pelego. Mas esquecer a importância, porque vem da era de Getúlio para cá, do movimento sindical, dos sindicatos, federações, confederações, associações, centrais foi um erro que eles cometeram. Na hora do confronto, vai chamar quem para mediar? Vai direto para a Justiça? Pela forma que eles redigiram, já não pode mais interferir também. Aí, é a lei do cão, a lei do mais forte.

Então, a organização sindical todos os países capitalistas do mundo têm, e eles quiseram destruir o movimento sindical. Por isso que nós, na reconstrução que estamos fazendo da CLT, queremos discutir, sim, a organização sindical, a negociação coletiva e o próprio direito de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

greve. Porque a depender da turba – eu vou dizer turba, não vou dizer nem turma – que elaborou... Todo mundo sabe quem elaborou, e a sede da CNI aqui foi o QG deles. Eles acabaram esculhambando a organização sindical, a negociação coletiva e tentam fragilizar o direito de greve, o que pelo menos está na Constituição, e eles terão dificuldades.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Requerimento nº 28, de 2018.

ITEM 25

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Nº 28, de 2018

- Não terminativo -

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de um ciclo de audiências públicas, nesta Comissão, para debater "A Segurança Pública no Brasil".

Autoria: Senador Paulo Paim

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Essa é uma ideia que nós todos estamos discutindo. Nós já fizemos aqui duas reuniões sobre esse tema, mas, para evitar que tanto V. Exª, como eu, como outros Senadores possam discutir esse tema, nós botamos o termo ciclo de debate. Ciclo de debate sobre a segurança pública no Brasil, para que ninguém venha no futuro dizer que nós estamos fazendo audiência pública sobre a segurança sem o requerimento que proteja todos nós. É no âmbito da própria CDH, e não... Eu acho que V. Exª, se puder, que já falou sobre esse tema... Nós assinaríamos juntos esse requerimento.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Requerimento nº 29, de 2018.

ITEM 26

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Nº 29, de 2018

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "Organização e contribuição Sindical".

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Esse vai na mesma linha do primeiro requerimento quando eu falei da questão sindical, mas fiz questão de fazer um específico, Presidenta, para que conste na nova CLT como vão se manter as entidades sindicais. É uma associação, muito bem, mas vamos definir isso com clareza.

Hoje os empresários têm o Sistema S. É só ver os prédios que o Sistema S assegura para eles nas suas centrais, que são centrais. A Fiesp é uma central de São Paulo; a Fiergs é uma central dos empresários do Rio Grande do Sul. E aqui em Brasília é a mesma coisa. Todos os Estados têm as suas confederações da indústria, do comércio, da área rural, e todos eles têm algum tipo de assistência via Sistema S.

Eu quero debater esse tema. Não estou aqui com nenhuma proposta pronta, mas quero que a organização sindical cumpra o seu papel com a história, como cumpriu durante décadas e décadas. E nós vamos discutir como é que vão se manter as entidades sindicais, já que eles não têm o Sistema S. O Sistema S protege todo o sistema empregador, todo. De uma forma ou de outra, ele protege e são bilhões que são destinados e são descontados, no fundo, da população.

Então, nós queremos debater esse tema. Como hoje nós temos os partidos, que são mantidos por um fundo partidário, temos, por exemplo, a Ordem dos Advogados do Brasil, que é mantida obrigatoriamente por contribuição. Temos diversas organizações que são mantidas por contribuições, como temos também – eu falei aqui já dos partidos políticos – as entidades patronais todas que são mantidas com as devidas contribuições.

Não estou firmando nem um ponto de vista aqui. Quero debater com a sociedade, com empregados, com empregadores, com o Ministério Público, como será a organização e a manutenção das entidades sindicais no nosso País.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Requerimento nº 30, de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 27

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Nº 30, de 2018

- Não terminativo -

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requer que seja aprovado por esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, VOTO DE SOLIDARIEDADE às Deputadas Estaduais Ana Paula Lima e Luciane Carminatti da Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Autoria: Senador Paulo Paim

Autoria do Senador Paulo Paim, a quem concedo a palavra para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Presidente, eu vou ler o requerimento. Já está se aproximando o dia 8 de março, e todos nós sempre defendemos os direitos iguais, o respeito devido e a solidariedade às mulheres.

Eu gostaria muito, inclusive, de que, neste dia 8 de março, a gente aprovasse um projeto, do qual sou relator – já dei o parecer e foi aprovado nas comissões –, que garante à mulher o mesmo salário que o homem, na mesma atividade. Infelizmente, o projeto foi remetido para outra comissão e está lá engavetado.

Gostaria muito que os líderes aqui do Senado assinassem um requerimento de urgência para que esse projeto seja votado, garantindo efetivamente que as mulheres terão o mesmo vencimento que o homem na mesma função. Esse é um princípio que está na Constituição, mas, como não foi regulamentado por lei, não é assegurado. E está comprovado que a mulher, em média, no Brasil, recebe até 30% a menos que o homem, de 20% a 30% que o homem, em média, porque, se for mulher e negra ainda, vai praticamente a metade.

Mas esse caso específico foi um ato, para mim, de desrespeito que aconteceu na Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Então, eu passo – como é bem curto – a fazer a leitura do Voto de Solidariedade.

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja aprovado por esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, voto de solidariedade às Deputadas Estaduais Ana Paula Lima e Luciane Carminatti da Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

As referidas Deputadas foram discriminadas por serem mulheres e os ataques ocorreram durante sessão no plenário da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, nos dias 21 e 22 de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fevereiro de 2016. Quem tiver dúvida, digo, é só recorrer às notas taquigráficas, à filmagem e à gravação do que lá aconteceu.

O fato ocorreu justamente na semana em que comemoramos o voto feminino no Brasil, assegurado em 24 de fevereiro de 1932. O Senado, juntamente com a Câmara Federal, vem produzindo campanhas, debates e seminários para que mais mulheres ocupem espaços importantes de poder e decisão na vida pública.

Portanto, esse tipo de atitude de um Deputado, nos Legislativos, seja onde for, na esfera federal, estadual ou municipal, é uma das formas de intimidar e distanciar as mulheres da vida pública.

Ao adotarem o documento "Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável", em 2015, representantes de 193 Estados-membros da ONU comprometeram-se a tomar medidas ousadas e transformadoras para promover o desenvolvimento sustentável nos próximos 15 anos, sem deixar ninguém para trás – sem deixar ninguém para trás. Mas com atos como esse, discriminando duas Deputadas, é, de fato, um crime contra a humanidade.

Um dos 17 objetivos é o nº 5: igualdade de gênero. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. Esse objetivo inclui garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública. Esse é um dos 17 objetivos, que é o chamado nº 5.

Diante do exposto, peço que aprovem, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, o presente voto de solidariedade para que, quando alguém olhar os anais da história, vai se socorrer lá do que está escrito nos anais daquela assembleia do que aconteceu exatamente nos dias 21 e 22 de fevereiro de 2018.

Assim, diante do exposto, peço que aprovem, nesta Comissão de Direitos Humanos, o presente voto de solidariedade e que o mesmo seja encaminhado às Deputadas Estaduais Ana Paula Lima e Luciane Carminatti, de Santa Catarina.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paim. É outro que eu quero subscrever também.

E agora em discussão os Requerimentos de 24 a 30. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação os requerimentos nºs 24 a 30 em bloco.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os Requerimentos nºs 24 a 30, de autoria do Senador Paulo Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Srª Presidente, se me permitir, já que estamos indo para o final, eu queria fazer dois pequenos registros.

Houve um evento realizado na Assembleia Legislativa em Porto Alegre, presidida pelo Deputado Burmann, que foi um grande encontro estadual, com a participação da Federação dos Aposentados, da Confederação dos Aposentados, com a participação, enfim, de inúmeras entidades no sentido de que o Rio Grande do Sul e todas as suas lideranças que estavam lá presentes, liderados pelo Deputado Burmann, no caso, para o qual fui convidado para ser o palestrante sobre a reforma da previdência.

Eu não pude, mas remeti um vídeo, que foi passado na Assembleia Legislativa. Agradeço muito as palavras de carinho que todos me enviaram. E nós estávamos aqui naquele embate para enterrar definitivamente a reforma da previdência e o conseguimos. Cumprimento, inclusive, V. Exª, porque a reforma da previdência está enterrada, não se vota mais neste ano.

Tivemos ontem com cerca de cem entidades uma audiência com o Presidente Eunício Oliveira, onde ele reafirmou o que já tinha dito, que a reforma da previdência não se vota mais neste ano, e que ele mesmo disse para o Presidente da República – eu diria em exercício, porque para mim ele é passageiro, chegou no final e já está saindo – que essa pauta não tem espaço no Congresso Nacional.

Então, esse evento, que aconteceu antes da decisão da intervenção no Executivo, via Forças Armadas, no Rio de Janeiro, foi importantíssimo. Eu me senti contemplado quando soube da repercussão daquele evento na Assembleia, como outros tantos que realizamos. Mandamos, não só eu, mas outros Parlamentares também, vídeos sobre a importância de derrubarmos a dita reforma da previdência.

Eu tenho usado a expressão "fizemos o bom combate". Vencemos uma batalha; não vencemos a guerra, e sabemos que, no ano que vem, eles voltarão de novo, o mercado voltará para tentar fazer com que o trabalhador se aposente só com 49 anos de contribuição, que era o projeto original, para homens e mulheres, e 65 de idade.

Nós vamos fazer de tudo para que, no ano que vem, essa matéria não seja votada da forma que eu sei que eles pensam, principalmente o sistema financeiro, porque é o sistema financeiro o grande beneficiado, ele e o fundo de pensão privada. Então, aí vai a todo vapor, se aprovassem uma reforma da previdência que iria acabar com o direito praticamente do povo brasileiro de se aposentar. Quando ele percebesse que não se aposentaria, teria de recorrer a um fundo de pensão e ficaria na mão dos banqueiros. A qualquer momento, decretando falência, não existirá mais, porque, nos fundos de pensão, faliu, faliu. É um investimento de risco e desaparece, enfim, tudo aquilo que você, porventura, tenha pagado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só agradeço muito essa mobilização que houve lá, mas quero também deixar registrada aqui na Comissão – esse documento eu não vou ler, mas deixo registrado, porque pretendo fazer a leitura no plenário – a Carta do 3º Fórum Social Mundial da População Idosa e do 2º Fórum Social Mundial das Pessoas com Deficiência. Registro que recebi de Porto Alegre a Carta desse 3º Fórum Mundial, como eu dizia, da Pessoa Idosa e também da Pessoa com Deficiência.

Eu estive presente, Srª Presidenta – o Senador Romário está chegando –, fiz lá a palestra sobre a previdência e a população idosa e vou fazer a leitura no plenário. Só deixo uma introdução: Considerando que o 3º Fórum Social Mundial da População Idosa, de 2018, e o 2º Fórum Social Mundial da Pessoa com Deficiência, de 2018, ambos realizados entre os dias 22 e 26 de janeiro de 2018, na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, 17 anos após a primeira edição, reúne a participação desse setor tão importante da comunidade brasileira.

Por isso, Srª Presidenta – e aqui eu termino –, deixo aqui o registro na íntegra, porque farei a leitura no plenário desse evento, de que eu tive a satisfação de participar como painelista em Porto Alegre, na Assembleia Legislativa.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Será incorporado.

Eu estava me esquecendo de um item do qual eu sou Relatora.

Convido o Senador Paim para presidir. É uma sugestão. É rápido.

Passo, então, a Presidência ao Senador Paulo Paim. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Recebo a presidência da Senadora Regina Sousa, por ser Relatora de um tema, e vamos ao encaminhamento.

ITEM 17

SUGESTÃO Nº 42, de 2017

- Não terminativo -

Criminalização da LGBTfobia

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senadora Regina Sousa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela prejudicialidade da Sugestão.

Concedo a palavra à Senadora Regina Sousa para a leitura do relatório.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Como Relatora.) – Obrigada, Senador.

Da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre a Sugestão nº 42, de 2017, do Programa e-Cidadania, para criminalização da LGBTfobia.

Relatório.

Vem à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, na forma do inciso I do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, a Sugestão nº 42, de 2017, oriunda do Programa e-Cidadania, formulada pelo cidadão Felipe Victor dos Reis, que contou com 25.403 manifestações de apoio entre 19/7/2017 e 19/8/2017, para “criminalização da LGBTfobia”.

Na descrição da proposição, consta que o objetivo é “criminalizar todo tipo de agressão verbal, física, ou psicológica cometida a um LGBT”.

Análise.

Sob a perspectiva regimental acham-se atendidos os requisitos formais de admissibilidade da referida sugestão legislativa. Não se trata, porém, ainda de juízo terminativo sobre a matéria.

O presente parecer da CDH tem caráter preliminar, pois, em conformidade com o disposto no inciso I do parágrafo único do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, as sugestões porventura aprovadas pela CDH serão transformadas em proposições de autoria da Comissão e encaminhadas à Mesa, para tramitação, ouvidas as comissões competentes para o exame de mérito.

Concordamos com o autor da proposição de que é necessária a criação de um tipo penal que previna a ocorrência de homicídios e agressões contra o público LGBT, por isso acolhemos Sugestão Legislativa no mesmo sentido que já está tramitando nesta Casa, desde 19/12/2017, como Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 515, de 2017, de autoria desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Vale registrar que essa proposição originou-se, por sua vez, da Sugestão nº 28, de 2017.

O Projeto de Lei do Senado em questão altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para incluir naquele diploma legal os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de etnia, religião, origem, condição de pessoa idosa ou com deficiência, gênero, sexo, orientação sexual ou identidade de gênero.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, o Projeto de Lei do Senado tem um escopo amplo, contemplando os propósitos da Sugestão nº 42, de 2017, que resta, portanto, prejudicada.

Voto.

Pelo exposto, o voto é pela prejudicialidade da Sugestão nº 42, de 2017.

É o relatório.

Mas eu queria parabenizar o autor da Sugestão, que conseguiu 25 mil assinaturas, adesões. Isso significa que o tema está muito presente no Brasil, sobretudo após um relatório da Anistia Internacional, que dá conta de que 277 pessoas LGBT foram assassinadas só até setembro de 2017. Quer dizer, ainda não há o cômputo até o final do ano. Isso é um por dia, praticamente.

Acho que é um massacre, é uma coisa estúpida você agredir uma pessoa. Você não é obrigado a gostar, a se dar bem, a amar, mas, respeitar. E não pode agredir, matar, inclusive, porque isso aqui foram mortes, fora as agressões que acontecem todo dia, toda hora, na sociedade brasileira altamente preconceituosa em relação a esse tema.

É o relatório, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Só quero cumprimentar V. Exª pelo relatório e os comentários, porque nós, de fato, temos de combater todo tipo de discriminação. E é inegável que nesses países a comunidade LGBT é agredida, é espancada, é assassinada, e, por isso, dos comentários de V. Exª, assino embaixo, na íntegra. Esta Comissão de Direitos Humanos tem, sim, de debater esse tema.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório pela prejudicialidade da sugestão, com os argumentos usados por V. Exª. No mérito, V. Exª foi muito feliz na demonstração.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH pela prejudicialidade dessa sugestão.

Está rejeitada.

Passamos a Presidência à Senadora Regina Sousa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(*Iniciada às 11 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 11 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE MARÇO DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e dez minutos do dia seis de março de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Fernando Bezerra Coelho, Marta Suplicy, Hélio José, Valdir Raupp, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Sérgio Petecão, Cidinho Santos, Wellington Fagundes e do não membro, Jorge Viana. Deixam de comparecer os Senadores Regina Sousa, Eduardo Amorim, Ciro Nogueira, Ana Amélia, João Capiberibe, Romário, Magno Malta e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 4/2018, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "Democracia e Direitos Humanos", com foco na Segurança Pública. Participantes: Marcos Camargo, Perito Criminal Federal e Presidente da Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais - APCF; Carlos Nicodemos Oliveira Silva, Membro da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal da OAB; Herbert Barros, Secretário Nacional de Cidadania Substituto, do Ministério dos Direitos Humanos - MDH; Eduardo Nunes de Queiroz, Defensor Público Federal - representante da Defensoria Pública da União - DPU; Flávia Alves de Oliveira, Policial Rodoviário Federal, representante da - PRF; Tenente Coronel Jucilene Garcez Pires, Representante da Polícia Militar do DF; Daniel de Aquino Ximenes, Diretor de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania SECADI/MEC; Kleber Luiz da Silva Junior, Diretor Geral da Polícia Civil do Distrito Federal; Fernando Ferreira de Anunciação, Presidente da Federação Nacional Sindical dos Servidores Penitenciários - FENASPEN; Edvandir Felix de Paiva, Presidente da Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal - ADPF; Isabel Figueiredo, Advogada - Consultora do Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Flávio Werneck, Presidente do Sindicato dos Policiais Federais no Distrito Federal - SINDIPOL/DF; Luís Antônio de Araújo Boudens, Presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais - FENAPEF; Cristiano Torres, Vice-Presidente do Conselho Nacional de Entidades Representativas de Trabalhadores e Servidores do Sistema Socioeducativo – CONASSE; Marcele Alcântara, Representante da Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Civil – COBRAPOL; e Helder Jacoby, Representante da Federação Nacional de Agentes Federais de Execução Penal - FENAFEP. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/03/06

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE MARÇO DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e trinta e cinco minutos do dia sete de março de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Regina Sousa e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Marta Suplicy, Hélio José, Valdir Raupp, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Ana Amélia, João Capiberibe, Romário, Randolfe Rodrigues, Telmário Mota, Cidinho Santos, Wellington Fagundes e dos Senadores não membros, José Medeiros, Airton Sandoval, Ronaldo Caiado, José Pimentel, Jorge Viana e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Eduardo Amorim, Ciro Nogueira e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas da nona e décima Reuniões da CDH e, também, a ata da terceira reunião da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, de 2011 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Sen. Regina Sousa (Ad hoc), substituiu Sen. Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Resultado: Adiado. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 650, de 2011 - Terminativo - que: "Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 325, de 2015 - Terminativo - que: "Torna obrigatória a manutenção de exemplares do estatuto da criança e adolescente (ECA), do estatuto da Juventude, do estatuto do idoso e do estatuto da igualdade racial nas escolas municipais, estaduais, federais e privadas." Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta, aprovação das Emendas nº 2 e nº 3, do Senador Paulo Paim e prejudicialidade da Emenda nº 1-CE. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 411, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre cão-guia, para garantir às pessoas com deficiência o direito de se fazer acompanhar do cão de assistência em veículos e estabelecimentos de uso coletivo." Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Sen. Regina Sousa (Ad hoc), substituiu Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 648, de 2015 - Terminativo - que: "Altera

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para prever a criação de programas de institucionalização da pessoa idosa durante o dia." Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar a obrigatoriedade de oferecimento de serviço de orientação sobre aleitamento materno." Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Sen. Regina Sousa (Ad hoc), substituiu Sen. José Medeiros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, e a Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, para dispor sobre o uso de símbolos desprovidos de caráter pejorativo na identificação de pessoa com deficiência e de idoso." Autoria: Senador Waldemir Moka. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, de 2016 - Terminativo - que: "Autoriza o Poder Executivo a alterar o nome da Fundação Nacional do Índio para “Fundação Nacional dos Povos Indígenas”." Autoria: Senador Telmário Mota. Relatoria: Sen. João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 403, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, para assegurar atendimento prioritário a pessoas com neoplasia maligna que estejam se submetendo a quimioterapia ou radioterapia." Autoria: Senador Romário. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 12, de 2012 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar que as empresas que operem frotas de táxis com vinte ou mais veículos tenham ao menos cinco por cento da frota adaptada para o acesso de pessoas com deficiência." Autoria: Senador Sergio Souza. Relatoria: Sen. Wellington Fagundes. Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto (votação simbólica). Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, de 2012 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, para prever nova modalidade de medida socioeducativa e dá outras providências." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatoria: Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela rejeição do Projeto e da Emenda Substitutiva nº 1-CAS. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 433, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para estabelecer a obrigação de oferta aos clientes, por parte de hipermercados, supermercados, empórios e aeroportos, de carrinhos de transporte de compras ou de bagagem adaptados para o transporte de crianças com deficiência." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Sen. Romário. Relatório: Pela aprovação com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 183, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973." Autoria: Deputado Dr.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Jorge Silva. Relatoria: Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 151, de 2014 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, para exigir que os Planos de Atendimento Socioeducativo prevejam metas anuais de desempenho." Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Sen. Telmário Mota. Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 15 - SUGESTÃO Nº 15, de 2014 - Não Terminativo - que: "Regular a interrupção voluntária da gravidez, dentro das doze primeiras semanas de gestação, pelo sistema único de saúde." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Sen. Magno Malta. Relatório: Pelo arquivamento da Sugestão. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 16 - SUGESTÃO Nº 50, de 2017 - Não Terminativo - que: "Proibição do ensinamento de ideologia de Gênero nas escolas" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela Rejeição da Sugestão. Resultado: Adiado. ITEM EXTRAPAUTA 17 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 31 de 2018 que: "Requer, nos termos do art. 142, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência na forma de Audiência Pública, no Estado do Rio Grande do Sul, em data a ser definida, com membros desta Comissão, com a finalidade de debater o tema “As Consequências das Reformas Trabalhista e da Previdência”." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 18 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 32 de 2018 que: "Requer , nos termos do art. 142, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência na forma de Audiência Pública, no Estado do Rio Grande do Sul, em data a ser definida, com membros desta Comissão, com a finalidade de debater o tema “A dívida dos Estados e a Reforma Tributária”." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 19 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 33 de 2018 que: "Requer, nos termos do art. 142, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência na forma de Audiência Pública, no Estado do Rio Grande do Sul, em data a ser definida, com membros desta Comissão, com a finalidade de debater o tema “A Segurança Pública”." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 20 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 34 de 2018 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um ciclo de audiências públicas, nesta Comissão, para debater “A carga tributária”." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 21 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 35 de 2018 que: "Requer, nos termos regimentais, um ciclo de audiências públicas para debater "Dívida dos Estados"." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 22 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 36 de 2018 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma Audiência Pública conjunta com a Comissão Senado do Futuro, para debater os direitos das pessoas com diagnóstico de doença renal crônica e das pessoas transplantadas renais e em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quais aspectos a legislação precisa ser atualizada para garantir os direitos sociais e humanos dessas pessoas.." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 23 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 37 de 2018 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, aprovação do evento destinado a comemorar o dia internacional da Pessoa com Síndrome de Down." Autoria: Senador Romário. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 24 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 39 de 2018 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Assédio Moral e Sexual às Mulheres." Autoria: Senadora Regina Sousa. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 25 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 40 de 2018 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater “Questão do desemprego no Brasil”." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Às onze horas e quarenta e cinco minutos a Senadora Regina Sousa passa a presidência ao Senador Paulo Paim. Às onze horas e quarenta e nove minutos o Senador Paulo Paim devolve a presidência a Senadora Regina Sousa. Fazem uso da palavra a Senadora Regina Sousa e os Senadores Paulo Paim e Romário. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Regina Sousa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião, extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Proponho a dispensa de leitura e aprovação das Atas da 9ª a 10ª Reunião da CDH e também a Ata da 3ª Reunião da Subcomissão Temporária do Trabalho.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas as atas citadas.

Consulto as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores se concordam com a inclusão de requerimentos extrapauta.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a inclusão dos requerimentos extrapauta.

ITEM 17

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 31, de 2018

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 142, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência na forma de Audiência Pública, no Estado do Rio Grande do Sul, em data a ser definida, com membros desta Comissão, com a finalidade de debater o tema "As Consequências das Reformas Trabalhista e da Previdência".

Autoria: Senador Paulo Paim

Tem mais, Senador Paulo Paim?

Faço como fiz, o bloco, e você comenta todos. Então, comentários no final.

ITEM 18

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 32, de 2018

- Não terminativo -

Requer , nos termos do art. 142, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência na forma de Audiência Pública, no Estado do Rio Grande do Sul, em data a ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

definida, com membros desta Comissão, com a finalidade de debater o tema "A dívida dos Estados e a Reforma Tributária".

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria:

Relatório:

Observações:

ITEM 19

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 33, de 2018

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 142, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência na forma de Audiência Pública, no Estado do Rio Grande do Sul, em data a ser definida, com membros desta Comissão, com a finalidade de debater o tema "A Segurança Pública".

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria:

Relatório:

Observações:

ITEM 20

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 34, de 2018

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um ciclo de audiências públicas, nesta Comissão, para debater "A carga tributária".

Autoria: Senador Paulo Paim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria:

Relatório:

Observações:

ITEM 21

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 35, de 2018

- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, um ciclo de audiências públicas para debater "Dívida dos Estados".

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria:

Relatório:

Observações:

ITEM 22

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 36, de 2018

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma Audiência Pública conjunta com a Comissão Senado do Futuro, para debater os direitos das pessoas com diagnóstico de doença renal crônica e das pessoas transplantadas renais e em quais aspectos a legislação precisa ser atualizada para garantir os direitos sociais e humanos dessas pessoas.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria:

Relatório:

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item extrapauta.

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 40, de 2018

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de uma Audiência Pública nesta Comissão para debater a questão do desemprego no Brasil.

Todos os requerimentos são do Senador Paulo Paim, do nº 31 ao 40, a quem passo a palavra para fundamentar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bem rápido, Presidenta Regina Sousa.

O primeiro que eu comento... Nós estamos praticamente fechando seis, sete meses da reforma trabalhista, e já dá para, nesse período, medir as consequências nefastas para os trabalhadores e as trabalhadoras do País e, enfim, para toda a sociedade da reforma trabalhista. E nós também aproveitamos para, na mesma oportunidade, aprofundar o debate sobre essa reforma da Previdência, que está em *stand-by*, como a gente diz, está sobrestada devido à intervenção no Rio de Janeiro. Mas temos que sempre estar em estado de alerta.

O segundo, sempre na ótica dos direitos humanos, é a dívida dos Estados e, claro, a própria reforma tributária.

Eu tenho um projeto que trata da dívida dos Estados. Eu vou dar o exemplo do Rio Grande do Sul. Nós tínhamos uma dívida de R$9 bi, pagamos mais de R$20 bi, e estamos devendo R$55 bi, porque eles usaram, para fazer o cálculo para chegar a R$55 bi, praticamente, a inflação da época, que era algo irracional. Agora, se você me diz somente pela atualização pela taxa Selic, não chegaria nunca ao número que se apresenta hoje.

O outro, Srª Presidenta, é uma reivindicação específica do Rio Grande do Sul, que a gente pode transformar numa missão. É para debater a segurança pública lá no meu Estado, que está também na mesma gravidade que os outros Estados do País.

A carga tributária... A Anfip tem um belo projeto de carga tributária, numa visão humanista, que

tributária.

A Anfip tem um belo projeto de carga tributária, numa visão humanista, que nós aproveitaríamos para eles apresentarem aqui neste dia, essa visão da própria reforma tributária.

A dívida dos Estados, eu já comentei, vai na mesma linha, só que o outro é vinculado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este aqui é um requerimento em parceria com o Senador Hélio José, para discutir a situação daqueles que, depois do diagnóstico, ficam já, infelizmente né... Já colocada a seriedade e a responsabilidade de todo o País e do Estado naturalmente com aqueles que têm doença renal crônica e das pessoas transplantadas renais e em quais aspectos a legislação precisa ser atualizada para garantir a eles os direitos.

E por fim seria a questão do desemprego no Brasil. Hoje mesmo eu recebi uma delegação do Rio Grande do Sul, da cidade de Rio Grande. Dizem que mais de 20 mil pessoas, com o sucateamento do polo naval, estão desempregadas lá. Cada dia aumenta mais pessoas nessa situação. Mas o desemprego, que falavam tanto antes, na época dos Governos Dilma e Lula, se falava em 12 milhões de desempregados, hoje ultrapassa 14 milhões. E o último dado do IBGE é assustador. Entre desempregado e aqueles que estão vivendo de bico, nessa função de trabalho intermitente que inventaram na reforma trabalhista e o tal de contrato autônomo, e avançou tanto a terceirização que nesse espaço nós chegamos já a mais de 26 milhões de pessoas, desemprego ou subemprego, 26 milhões de pessoas no País.

Então esse é o objetivo do debate desse último item que eu destaquei.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão os requerimentos.

Não havendo quem queira discutir, em votação. Eu vou ler antes os números porque não estão em sequência.

Então, são os 31, 32, 33, 34, 35, 36 e 40.

Então as Senadoras e Senadores que são a favor permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovados em bloco os requerimentos do Senador Paulo Paim.

Temos o nº 37, requerimento do Senador Romário.

Requer com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, aprovação do evento destinado a comemorar o Dia Internacional da Pessoa com Síndrome de Down.

Autoria Senador Romário, a quem passo a palavra para fundamentar.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - RJ) – Bom dia Presidente, bom dia Senador Paulo Paim, bom dia a todos.

A justificativa deste requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O dia 21/03 é intitulado Dia Internacional da Síndrome de Down. Tal data foi escolhida pelo motivo de a Síndrome de Down ser uma alteração genética no cromossomo 21 que, ao invés de ser formado por um par, é formado por três exemplares no caso das pessoas com Síndrome de Down.

Essa data foi referendada pela Organização das Nações Unidas em seu calendário oficial. Oficialmente estabelecido em 2006 e, amplamente divulgada, essa data tem por finalidade dar visibilidade, Srª Presidente, ao tema, reduzindo a origem do preconceito, que é a falta de informação correta.

Em outras palavras combater o mito, porque teimam em transformar uma diferença num rótulo, numa sociedade cada vez mais sem tempo, sensibilidade ou paciência para o diferente. Sendo assim conto com o apoio da Comissão de Direitos Humanos — CDH, que atua amplamente com este tema e na defesa das pessoas com deficiência no sentido de oficializarmos o evento e conseguirmos o apoio devido junto aos órgãos do Senado Federal.

Muito obrigado, Presidente.

junto aos órgãos do Senado Federal.

Muito obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento do Senador Romário.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Há mais um requerimento.

Convidaria o Senador Paim para presidir. É um requerimento da minha autoria.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - RJ) – Presidente, antes de o Senador Paim assumir a Presidência, gostaria, inclusive, de estender o convite aqui a V. Exª, na próxima quarta-feira, para esse evento. Será de grande relevância a presença de V. Exª.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. *Fora do microfone.*) – Vou ter uma comissão para as 14h.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - RJ) – Muito obrigado. Agradeço, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Depois eu encerro...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E pode contar também com a minha presença. Faço questão de estar presente, Senador Romário.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - RJ) – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Item 24.

ITEM 24

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 39, de 2018

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e do art.

93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Assédio Moral e Sexual às Mulheres.

Autoria: Senadora Regina Sousa

A Relatora é a Presidenta da Comissão, que me convidou para presidir, enquanto apresenta o seu relatório.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então, nós estamos no mês de março, e é costume, hábito até fazer algumas atividades. Está acontecendo agora mesmo uma sessão solene, com as mulheres constituintes.

Um tema que tem crescido na discussão, na evidência, é o assédio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já havia a questão do estupro, que já extrapolou todos os limites, inclusive o estupro coletivo. Há a questão do feminicídio, com mulheres morrendo a cada dia, infelizmente, ainda não notificado. Há muita subnotificação sobre o feminicídio, por isso os números ainda não são reais. Os Estados resistem em tipificar.

O assédio também, agora, tem sido muito... Principalmente, se percebe em ônibus, em transportes coletivos. Nas universidades, as estudantes, as mulheres, têm reclamado muito.

Então, a gente acha que esse é um tema que é preciso começar a debater, para se propor alguma solução que iniba essa ousadia que alguns homens fazem com as mulheres, principalmente nos transportes coletivos e com as estudantes.

É um tema recorrente, que precisa ser debatido. A gente está propondo e depois coloca os convidados e as convidadas, para fazer esse debate.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão.

Só um rápido comentário, Presidente, se me permite. Amanhã é 8 de março. Hoje já, no plenário – V. Exª lembrou –, há um belo evento. O plenário está lotado em homenagem às mulheres.

Mas tenho ouvido de muitas mulheres que elas não querem só homenagens, querem ação.

Por exemplo, há um projeto que está no plenário e que não é de minha autoria, eu só fui Relator. Eu simplesmente assinei embaixo daquilo que veio da Câmara, pedindo a aprovação do projeto. É aquele projeto que garante que a mulher tem que ter os mesmos direitos que o homem, inclusive na questão salarial. É a questão do salário mesmo.

E o projeto está

inclusive na questão salarial, alegação de salário mesmo, e o projeto está engavetado. Nós já o aprovamos aqui, aprovamos em outras Comissões, foi para o Plenário e o Plenário não vota.

Então, eu acho que o Senado tinha que fazer uma demonstração real, efetiva, de afago até, e, aí, sim, de carinho às mulheres, aprovando esse projeto, que só quer garantir o mesmo direito que o homem na mesma função, será com a mesma produtividade, o projeto é claro. Quando comprovado que ela exerce a mesma função, com a mesma qualidade, inclusive, de produção, e não assegurar para ela, se quer o mesmo salário, há multa e vai ter que pagar inclusive o atrasado referente aos anos em que ela foi explorada indevidamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Espero que o Plenário aprove nessa semana.

Alguém mais para discutir?

Se ninguém mais quer discutir, em votação.

Os que concordam com o projeto apresentado, o requerimento apresentado pela Senadora Regina Sousa permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paim.

Não tem...

Há um projeto não terminativo, mas a relatora não está aqui.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta sessão da CDH.

(*Iniciada às 11 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 50 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE MARÇO DE 2018, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e dezenove minutos do dia oito de março de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Fernando Bezerra Coelho, Hélio José, Valdir Raupp, Fátima Bezerra, Romero Jucá, Ronaldo Caiado e José Pimentel. Deixam de comparecer os Senadores Marta Suplicy, Ângela Portela, Regina Sousa, Eduardo Amorim, Ciro Nogueira, Ana Amélia, João Capiberibe, Romário, Magno Malta e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 9/2018, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "Direito da Saúde da Mulher e Direitos Previdenciários". Participantes: Fabiane Kellem Cesário, Supervisora da Residência Médica em Cancerologia e Oncologia Clínica no Hospital de Base do DF; Bruna Pitaluga Peret Ottani, Médica Ginecologista e Obstetra; Joana Jeker dos Anjos, Presidente e Fundadora da Associação de Mulheres Mastectomizadas - RECOMEÇAR - representante da FEMAMA; Vera Jatoba, Diretora do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - SINAIT; Marilane Oliveira Teixeira, Pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho - CESIT/UNICAMP; Aline Inácio, Assistente Social e representante do grupo dos aprovados no concurso do INSS; Ana Maria Costa, Representante do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde - CEBES; Thaís Maia, Presidente da Comissão de Bioética e Biodireito da Associação Brasileira de Advogados e Co-fundadora do Canal Bioéticas; e Nadiva de Oliveira, Copeira do Senado Federal. O Presidente concede a palavra a Senhora Rose Gomes. O Presidente faz os seguintes encaminhamentos: Oficiar ao Ministro da Saúde solicitando informações acerca da disponibilização do medicamento trastuzumabe, por meio do SUS, bem como requerendo providência para que ele seja fornecido a todos os Estados brasileiros; solicitar ao Ministro da Saúde que sejam coletados e divulgados os dados a respeito da incidência de câncer na população brasileira; solicitar reunião com o Presidente da Câmara dos Deputados e a Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama (Femama), para tratar da celeridade para os projetos de lei que tratem da proteção à saúde da mulher, em especial a prevenção e combate ao câncer, a saber: PL 3.437, de 2015; PL 606, de 2015; PL 7.354, de 2017; PL 6.262, de 2013; PDC 383, de 2016; PL 3.169, de 2015; PL 3.870, de 2017; e PL 8.478, de 2017; e oficiar ao Presidente do Senado solicitando celeridade ao Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2011, de autoria do Deputado Marçal Filho e da relatoria do Senador Paulo Paim, que acrescenta o §3º ao art. 401 da CLT, aprovada pelo Decreto 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de estabelecer multa e as devidas providências para combater a diferença de remuneração verificada entre homens e mulheres: homens e mulheres, mesma atividade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mesmo trabalho, mesmo salário. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e quatro minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/03/08

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Primeiro vamos abrir. A senhora fica aí. Não saia daqui. Não abri ainda. Agora que eu vou abrir.

Vamos lá, pessoal! Vamos começar a audiência pública de hoje.

Declaro aberta a 12ª reunião extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 4ª sessão legislativa ordinária da 55ª legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 9, de 2018, de nossa autoria e outros, para debater o tema "8 de Março, Dia da Mulher, Direito da Saúde da Mulher e Direitos Previdenciários e Combate à Violência contra a Mulher", que a gente sabe que é alarmante em todo o País e no mundo também.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que têm interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-cidadania,link www.senado.leg.bre-cidadania e do Alô Senado pelo número 0800 612211.

Eu convidei esta senhora aqui, que há 25 anos trabalha no Congresso. Diz ela que, emocionada e um pouco preocupada até, é a primeira vez que ela senta aqui na mesa ao lado do Presidente para dar bom dia às mulheres de todo o Brasil. Seu nome primeiro...

A SRª NADIVA DE OLIVEIRA – Bom dia a todas as mulheres. Hoje é um dia como todos os outros. Para nós são todos os dias iguais. Tudo de bom. Muitas felicidades para todas nós, nossas mamães, nossas avós, para todas nós.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Seu nome...

A SRª NADIVA DE OLIVEIRA – Meu nome é Nadiva de Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aqui de Brasília?

A SRª NADIVA DE OLIVEIRA – Aqui de Brasília.

A SRª NADIVA DE OLIVEIRA – Aqui de Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Que tem ajudado todos os Senadores e Senadoras o dia todo aqui. Diz que água faz bem. "Toma água,Senador".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª NADIVA DE OLIVEIRA – Muito, muito, muito bem. Água faz muito bem. Eu gosto de fazer meu trabalho. É um trabalho que eu já faço aqui há muitos anos. Eu adoro o meu trabalho, meus companheiros de trabalho, o meu chefe, nosso diretor. É uma equipe maravilhosa. Estou muito feliz por todos esses anos que tenho vivido aqui, que tenho trabalhado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Uma salva de palmas! Simbolizando, eu estou abraçando todas as mulheres do Brasil neste gesto.

Vamos formatar a primeira mesa e a gente vai conversando sobre os temas.

Primeira mesa: 8 de março, Dia Internacional das Mulheres para discutir os temas que eu já elenquei aqui: o direito à saúde, a questão da previdência, o direito ao trabalho, enfim, o combate à violência.

Drª Fabiana Kellem Cesário, supervisora da Residência Médica em Cancerologia e Oncologia, Clínica do Hospital de Base aqui de Brasília. Seja bem-vinda, doutora. Por favor. Drª Bruna Pitaluga Peret Ottani, médica ginecologista e obstetra. Seja bem-vinda também, doutora. Drª Joana Jeker dos Anjos, Presidente e fundadora da Associação de Mulheres Mastectomizadas Recomeçar, representante da Fimama. Seja bem-vinda também.

Vera Jatobá, Diretora do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, Sinat. Seja bem-vinda também. Aqui hoje todo o mundo é doutor e doutora. Bom dia! Seja bem-vinda.

Drª Marilene Oliveira Teixeira, Pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho – Cesit/Unicamp. Tem colaborado muito na formatação do novo Estatuto do Trabalho.

Aline Inácio, Assistente Social e representante do grupo dos Aprovados do concurso do INSS. Seja bem-vinda, Dra Aline também.

Esta é a primeira mesa.

Na segunda mesa teremos: Thaís Maia, Presidente da Comissão de Bioética e Biodireito da Associação Brasileira de Advogados e Cofundadores da Canal Bioética.

Também Dr. Júlio Tostes, representante da Intrasindical Central da Classe Trabalhadora. Está na segunda mesma.

Drª Socorro Rocha, representante da Confederação das Mulheres do Brasil – CMB.

Drª Ana Maria Costa, representante do Centro Brasileiro de Estudo de Saúde - Cebes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

Como uma pequena introdução, eu queria cumprimentar a todos. Eu sou daqueles que também têm essa visão. Todo dia as mulheres deveriam ser não só homenageadas. Falei hoje com uma colega de Santa Catarina, que disse: "Parem de fazer homenagem e aprovem leis que realmente atendam os interesses das mulheres. Enfim, queremos muito mais ação do que só uma flor ou um homenagem ou palavras bonitas".

Por isso eu queria destacar que eu sei que há uma entidade se não me engano da Confederação das Mulheres do Brasil – não sei se a representante chegou –, que tinha um tempo atrás me dado um panfleto sobre uma campanha nacional para aprovar o PL 130. Então, eu conversei com o Deputado que é o autor, Marcelo Filho. Eu sou Relator do Projeto. O projeto está pronto para ser aprovado no plenário do Senado. Por que esse projeto é importante? Ele apenas garante à mulher o mesmo direito que o homem na mesma função. Isso é um princípio e está na Constituição. Mas, se não aprovar a lei, o princípio não é aplicado. Então, nós vamos lançar na Comissão de Direitos Humanos – queremos dar esta notícia junto com todas as entidades – uma campanha nacional para aprovar o PL 130, que garante à mulher o mesmo salário na mesma função que o homem. Hoje todo o mundo sabe que a mulher tem a mesma atividade, faz o mesmo tipo de atividade e ganha em média 30% a menos. Então, nós estamos lançando a campanha pela aprovação, agora incorporando todas as entidades, do PL 130, para que a mulher tenha o mesmo salário que o homem. Nós vamos divulgar cartazes, nas redes sociais e vamos fazer um movimento junto aos Senadores. A Câmara já aprovou o projeto e o aprovou por unanimidade. Agora é hora de o Senado também responder, porque não adianta só fazer sessão de homenagem e não aprovar. Eu diria que este projeto é um dos principais. Claro que ontem aprovamos projeto endurecendo a Lei Maria da Penha. Foi importante. A Câmara também teve duas ou três iniciativas. Agora o Senado tem que aprovar este projeto. Isso para mim é a base para combater a discriminação em relação à mulher na mesma atividade que o homem. Posso contar com vocês todas? Vamos lá então. Firme. Vamos lançar a campanha esta semana ainda a partir de hoje: Trabalho Igual, Salário Igual, Mulher e Homem.

De imediato eu passo a palavra para a Drª Fabiane Kellem Cesário, supervisora da Residência Médica em Cancerologia Clínica no Hospital de Base do DF. Eu só justifico - permita-me, doutora – que a Senadora Regina Souza, que é a Presidenta desta comissão não está aqui hoje porque tem um trabalho como Presidente desta comissão no Estado dela, Piauí, com uma grande atividade das mulheres que ela também coordena. Então ela está lá e me solicitou que eu estivesse aqui, já que eu sou Vice-Presidente da comissão e sou o coordenador aqui no Congresso da Frente Parlamentar dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres. Então estamos juntos na mesma batalha. A violência é um dos pontos que vocês trabalham e debatem para que diminua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um dos pontos que eu sei que vocês debatem e trabalham para que diminua ou para que desapareça de vez.

Drª Fabiana.

A SRª FABIANE KELLEM CESÁRIO – Bom dia a todos!

Gostaria de agradecer ao Senador Paulo Paim e a todos aqui presentes pela oportunidade de falar de um tema empolgante e de parabenizá-las. Somos guerreiras, trabalhamos, e donas de casa. Então, não é para qualquer um.

Sou oncologista clínica e o tema é preocupante. Infelizmente, o número de casos de câncer no mundo está crescendo avassaladoramente. E nas mulheres também, de forma exponencial. Vamos falar rapidamente, aqui, dos três mais incidentes na população feminina.

O câncer de mama, como todos sabem, é o mais prevalente, com índice de letalidade ainda alto. Sabemos que quando descoberto precocemente as chances de cura são reais, porém isso não acontece em países em desenvolvimento como é o nosso caso, ainda.

O câncer de mama nada mais é do que um grupo diferente, heterogêneo, de doenças. Então, é muito comum as pessoas se perguntarem: "Mas a minha vizinha tinha um tumor tão pequeno e morreu tão rápido! Minha prima tinha uma doença enorme, tinha se espalhado pelo corpo, e está viva até hoje." Isso tem um motivo. O motivo é a variabilidade genética, o comportamento do tumor é diferente, independente do tamanho inicial. A consequência é a resposta, ao tratamento, diferente. Então, muitas vezes, o óbvio de que uma doença pequena vai ser curada não acontece; e o de que uma doença muito extensa pode levar ao óbito, tem desfecho diferente.

Aqui a gente vai falar um pouco sobre o que é o câncer. Nada mais é do que a alteração histológica do tecido da mama. Então, começa com uma hiperplasia, que é um inchaço da célula mamária. Essa hiperplasia pode se tornar anormal, atípica, evoluir para um carcinoma *in situ*, que quer dizer localizado, que não ultrapassou a membrana basal do duto mamário, como está aqui na foto e, infelizmente – essa imagem de baixo aqui mostra – evoluir para um carcinoma invasivo, aquele que pode dar metástase. O ductal infiltrante é um tipo histológico que acomete quase 90% de todos os casos.

Falando um pouco sobre a incidência no Brasil e mundo. Sabemos que o de pele, o melanoma, que são os casos de carcinoma (basocelular e epidermóides), são os que mais acometem homens e mulheres no mundo. O de mama vem em segundo lugar. Vinte e cinco por cento do total de casos, no mundo, são de cânceres femininos, o que representa 1,7 milhão de casos por ano, é a quinta causa de mortes, no mundo, chegando a mais de meio milhão de óbitos. Então, é uma causa frequente, a principal causa de morte entre as mulheres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Brasil, o cenário é parecido. Temos algumas mudanças. Por exemplo, ele é o mais incidente em todas as regiões, exceto na Norte, onde o câncer de colo uterino ainda é um problema endêmico. São 57 mil

são 57.960 casos novos no País, dos quais a gente tem uma incidência de 56 casos para cada 100 mil mulheres, com mortalidade elevada, chagando a 12 óbitos para cada 100 mil. Essa foi uma estimativa do Inca – Instituto Nacional do Câncer para 2016. A maior prevalência está nas regiões mais populosas, no Sul e no Sudeste do País.

Esse gráfico mostra a distribuição do câncer de mama por faixa etária. Então, a gente tem aqui embaixo, em amarelo, que a incidência em pacientes jovens, com menos de 30 anos, é pequena. Vai subindo, gradativamente, lá em vermelho. Pacientes com mais de 80 anos têm maior incidência de câncer de mama. Então, idade é um fator de risco para o câncer de mama sim. Como acabei de dizer, a idade é um fator de risco importante. Quanto mais velho, maior a possibilidade de desenvolvimento do câncer de mama.

Temos outros fatores importantes, fatores endócrinos. Então, aquela menstruação – que a gente chama de menarca - precoce, antes dos 12 anos, expõe a mulher a maior tempo de estrógeno e progesterona, hormônios que podem alimentar o câncer de mama, bem como a menopausa com mais de 55 anos. A primeira gravidez tardia. Quem tem filho com mais de 30 anos também tem mais risco de desenvolvimento da doença. Nuliparidade, ausência de gestação, aumenta o risco. Receptor de estrógeno. Então, quem faz uso de reposição hormonal e anticoncepcional oral também tem um risco pequeno, mas aumentado, de surgimento da doença. E obesidade. Esse é um problema alarmante no mundo e no Brasil. Trinta por cento dos tumores estão relacionados ao ganho de peso, à obesidade. Acho que a Drª Bruna vai falar um pouco sobre isso, sobre a importância da qualidade de vida, de perder peso, de atividade física, pelo risco aumentado de câncer de mama. Outros fatores importantes: bebida alcoólica, exposição à radiação e cigarro, quem diria. Por anos houve uma controvérsia: "não, cigarro não tem relação com o câncer de mama". Ano passado, foi publicado num congresso que sim, que o cigarro aumento vários tumores, incluindo o câncer de mama.

Dos fatores genéticos a gente tem alteração genômica nos genes BRCA1 e BRCA2 envolvidos não só no caso de câncer de mama como no caso de câncer de ovário. Quem tem pessoas da família com câncer de mama ou ovário ou caso de câncer de mama masculino, que existe, tem mais chance de desenvolver a doença, principalmente se em idades mais jovens. O caráter hereditário – então, aquilo que a gente herda lá atrás – é de 5 a 10%. Parece pouco, mas é impactante numa população e chega a levar a óbito mais de meio milhão de casos por ano.

Os sintomas são conhecidos de todos. Geralmente, começa com um nódulo duro e indolor, mas pode ter exceções. Uma mama que não tem nódulo, mas que simplesmente ficou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vermelha, edemaciada, inchada. A retração cutânea é um sintoma que acontece, dor local, inversão do mamilo

do mamilo. A gente tem casos de mães que estavam amamentando e que achavam que o peito estava duro do leite. Na verdade, era o tumor crescendo ali. Essa negligência fez a doença crescer. Descamação da pele; secreção papilar numa única mama, seja rosada ou avermelhada, é um sinal de alerta. Essa paciente precisa procurar o ginecologista ou o mastologista o quanto antes. E gânglios, as famosas ínguas palpáveis embaixo da axila, precisam de uma avaliação.

Agora a gente vai falar um pouco deste mês tão importante. Do mês das cores, o mês de combate ao câncer de colo o reto. Ele foi considerado o mês das cores, nada de ausência de cor e sim todas elas. Por que é importante falar nesse assunto? Quanto se pensa em mulher, a gente fala em câncer de mama e de útero, mas o segundo tumor mais prevalente na população feminina é o de colo e reto, não é o de útero. Então, precisamos ficar atentos aos sinais de alerta. É uma doença tratável, curável, que geralmente nasce na presença de um pequeno pólipo, de uma pequena bolinha, na parede interna do intestino. Começa com uma lesão pré-maligna que, ao longo de 5 a 10 anos, pode tornar-se malígna. Então, há a importância da retirada desse pólipo. Temos, em média, 36 mil casos de câncer de colo e reto no Brasil, sendo que 17.380 em homens e 18.980 no sexo feminino. Os óbitos chegam a mais de 15 mil, com uma média comum de 7.387 na população masculina e 8.024 em mulheres.

Os sintomas para os quais a gente tem de ter atenção. Primeiro a idade, mais uma vez, como no câncer de mama, mulheres com mais de 50 anos; anemia indeterminada; perda crônica de sangue; mudança dos hábitos intestinais; perda de peso; fezes pastosas. Ou seja, não tem botão hemorroidário que justifique o sangramento e ainda assim tem sangue nas fezes. É preciso investigação. Dor anal; esforço ineficaz na hora de evacuar. São sinais de alerta.

Falando um pouco, também, da cor lilás, de colo uterino. Acho que a Bruna vai falar bastante. Então, vou dar uma pincelada no assunto. Causado pelo Papiloma Vírus, o famoso HPV, ele é um oncogênico, é um gene que promove o câncer nessa população, entre as mulheres. São alterações celulares chamadas de NIC, são lesões pré-malígnas que podem evoluir para o câncer. O exame preventivo é fundamental, todos sabem. São doenças curáveis quando diagnosticadas de forma precoce, daí a importância do exame periódico. É a quarta causa de morte de mulheres por câncer no Brasil, infelizmente, apesar de ser curativo. Já tivemos um ganho no nosso País. Em 1990, 70% dos casos eram diagnosticados em idade avançada. Hoje, temos 44% das lesões com a doença localizada.

Os sintomas são lentos. Geralmente, a paciente se refere a sangramento, dor no coito sexual, sangramento ou secreção vaginal anormal, dor abdominal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pélvica, dor em abdômen baixo, o que já pode sugerir uma doença avançada.

O tratamento, de um modo geral, para câncer tem de ser individualizado, cada pessoa é uma pessoa. Geralmente engloba cirurgia, radioterapia, quimioterapia e depende do tamanho da doença, depende se ela está localizada ou se ela deu metástase, se se espalhou para alguma parte do corpo. Fatores pessoais são importantes: imaginem uma jovem de 27 anos com câncer de colo uterino querendo engravidar e você propor a histerectomia, a retirada do útero dessa mulher. Então, precisamos individualizar cada caso.

Fatores genéticos eu já citei, para a mama, mas eles são fundamentais também no câncer de colo e reto.

Cirurgia tem que ser feita por especialista, e o Brasil está avançando nisso; então, médico com formação para câncer é que é indicado. Por quê? Não basta simplesmente tirar a lesão, é preciso fazer uma ressecção dos gânglios em volta, é preciso fazer um inventário dessa cavidade, e isso é feito por quem tem formação adequada.

Radioterapia avançou muito nos últimos anos. Temos aparelhos modernos, onde conseguimos com uma taxa mínima de irradiação, atingir, destruir a doença, sem deixar sequela como dermatite, inflamação, xerostomia, que acontecia muito, que é a ausência de lágrima após a radioterapia.

Por fim, a quimioterapia também evoluiu muito, e hoje já entramos no cenário de droga alvo, de imunoterapia, onde não há necessidade de queda de cabelo, baixa de imunidade, e a paciente consegue ter mais qualidade de vida.

Gostaria de agradecer mais uma vez, e feliz Dia Internacional da Mulher para todas nós. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Drª Fabiane Kellem Cesário, Supervisora da Residência Médica em Cancerologia e Oncologia Clínica no Hospital de Base aqui de Brasília.

Parabéns pela palestra, foi importante para nós todos, inclusive, demonstrando que, mesmo o homem pode ter câncer de mama, não é? Vivendo e aprendendo.

Vamos agora à Drª Bruna Pitaluga Peret Ottani, médica ginecologista e obstetra.

A SRª BRUNA PITALUGA PERET OTTANI – Bom dia a todos. Eu gostaria de agradecer o convite desta Comissão e agradecer o Senador por essa oportunidade. Quando me foi feito o convite, eu sou formada em ginecologia e obstetrícia pela UnB e o meu objetivo principal...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª BRUNA PITALUGA PERET OTTANI – ... era falar sobre saúde da mulher, e aí eu queria falar uma coisa mais abrangente: quando a gente fala em saúde da mulher, e outubro, e mês, são todos relacionados a doenças crônicas – câncer é uma doença crônica – e a doenças crônicas degenerativas como Alzheimer e Parkinson. Só que a gente acaba falando sempre de diagnóstico precoce e tratamento, e eu queria falar com vocês um pouquinho sobre prevenção, que é bem diferente do que a gente tem falado aqui. Então, quando eu falo sobre prevenção, eu quero falar o que é que a gente pode fazer para não ter. Não é ter e descobrir, é não ter. É muito mais importante, e o impacto econômico é completamente diferente.

No caso do câncer

de mama, como a Fabiane bem falou, a obesidade hoje é um dos principais fatores de risco. A gente sabe que a mulher obesa... A gordura abdominal transforma os hormônios e aumenta muito a prevalência de um hormônio chamado estrogênio, que é um hormônio que, quando funciona muito bem, é maravilhoso, mas quando é transformado pela gordura tem um comportamento um pouquinho diferente. E esse hormônio, quando captado pela mama, é um fator de risco. Portanto, se a mulher é obesa, somente pela obesidade ela apresenta um risco aumentado de quase dez vezes em relação à mulher não obesa.

E tem uma maneira simples de a gente saber se é obesa ou não, não precisa nem de uma balança: com uma fita métrica em volta da circunferência abdominal, a gente faz a medida da circunferência abdominal da mulher e se essa medida for acima de 80cm – e eu tenho certeza de que mais de 70% da população tem essa medida de circunferência abdominal acima de 80cm, pelos dados, inclusive, da Vigitel, que é um dado de vigilância epidemiológica de obesidade –, isso já faz essa mulher ter um risco aumentado para câncer de mama. Então, obesidade é um fator de risco importante para câncer de mama.

E a gente vai falar de outras coisas também. Sedentarismo: quantas mulheres praticam atividade física regular? A Organização Mundial de Saúde hoje preconiza que 150 minutos por semana – é muito pouco! – já é o suficiente para reduzir a quantidade e a incidência de diagnósticos de câncer – e todos os cânceres, todos, ele abrange todos os tipos de câncer – em mais de 50%. Então, se você pratica uma caminhada 30 minutos três vezes por semana e você, no final de semana, dá mais uma caminhadinha, faz um passeio no lago, faz um *stand-up paddle*, que é tão comum aqui em Brasília, já reduz a sua incidência de câncer em todos os cânceres: mama, intestino, colo de útero, todos.

Então, enquanto a gente falar sobre diagnóstico precoce, a gente está falando de tecnologia, a gente está falando de um custo muito aumentado. Mas, se a gente falar de prevenção, é simples: você precisa de um par de tênis, sair, fazer uma caminhada, pular corda, andar de bicicleta, uma corrida que seja, uma corridinha leve; é melhor do que ficar sentado todos os dias em casa e não fazer nada. E isso é muito mais barato e tem uma incidência de custo para o Estado muito menor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Fabiane falou sobre câncer de intestino, não é interessante? Eu acho isso incrível.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Deixe-me fazer um pequeno comentário, para eu dar uma ...

A SRª BRUNA PITALUGA PERET OTTANI – Faça, faça.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A orientação que as senhoras estão dando aqui, como essa, eu acho muito interessante, eu, que faço força para emagrecer também, viu?

A SRª BRUNA PITALUGA PERET OTTANI – Todos fazemos!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Demonstrando que a obesidade contribui muito para o câncer, né?

A SRª BRUNA PITALUGA PERET OTTANI – Muito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E que um exercício diário, nem que seja dia sim, dia não...

A SRª BRUNA PITALUGA PERET OTTANI – Exatamente isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... ajuda a eliminar toda forma de câncer. O programa, pela TV Senado, pela Agência Senado, pelas redes de comunicação, além de agora estar em toda a internet, depois vai ser reproduzido pela TV Senado para todo o Brasil.

A SRª BRUNA PITALUGA PERET OTTANI – Espero que atinja.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, é importantíssima essa orientação que vocês estão dando neste dia para as mulheres, e para os homens também, porque essa caminhada tem que ser feita juntos.

A SRª BRUNA PITALUGA PERET OTTANI – Com certeza. A gente está falando do Dia das Mulheres, eu estou falando bem da mulher, mas é para todas as pessoas, quer dizer, é uma estatística real para todas as pessoas, e a circunferência abdominal do homem é acima de 88cm, quando já aumentam os riscos de doenças. Não é fácil.

Eu ia falar sobre câncer de intestino, a Fabiane falou, eu sou uma apaixonada por essa história do câncer de intestino, porque o câncer de mama eu acho que tem muita... as pessoas advogam muito sobre câncer de mama, a gente fala muito sobre câncer de mama, mas a gente esquece de falar sobre câncer de intestino, que é a segunda causa de diagnóstico de câncer na mulher, e aumentou absurdamente na última década – ele era a quinta causa há dez anos atrás, ele já está em segunda causa de diagnóstico de câncer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e ele está subindo, assim, numa velocidade absurda, e tem uma explicação para tudo isso. Essa explicação está na nossa alimentação: nós estamos comendo de maneira errada, extremamente equivocada, com alimentos industrializados riquíssimos em elementos químicos que são desconhecidos pelo nosso organismo. Então, a gente esqueceu o que é que a nossa avó comia, os nossos avós comiam, e a gente esqueceu o que é uma alface, o que é uma rúcula, o que é couve, o que é brócolis, e a gente só sabe o que é coxinha, pão de queijo, suco de caixinha e refrigerante. Na nossa casa e da nossa avó, se ela tomasse um copo de Coca-Cola, era uma vez no final do ano, porque Cola-Cola era uma entidade; hoje em dia, as crianças tomam Coca-Cola em mamadeiras, a gente vê isso no *shopping*, crianças menores do que um ano tomando refrigerantes e outros tipos de soda na mamadeira.

Quando um alimento passa pelo intestino, e essa é a explicação em relação a essa mecânica, quando o alimento passa pelo intestino; ele entra pela boca e é digerido pelo sistema digestivo. O que acontece é que o alimento tem que ser reconhecido como uma coisa natural. No entanto, quando a gente come um pé de alface hoje, se esse alimento, se esse pé de alface contém algum tipo de pesticida, esse alimento não é mais reconhecido como natural. Então, se você come hoje um vegetal com pesticida, ele já também não tem essa propriedade natural que o nosso organismo reconhece, e isso estressa o intestino. Imagina aquela pessoa, aquele vizinho, todo dia batendo na sua casa na mesma hora, você começa a ficar meio de saco cheio. E é a mesma coisa que acontece.

Então, quando o intestino fica irritado, fica inflamado, começa a criar anticorpos e começa a se estressar e não reconhecer mais aquele elemento. E aí você come alface no dia seguinte, e ele fala: "Não quero mais". Isso acontece um, dois, três, quatro dias. Aos 40 anos de idade, quantas vezes você já comeu alface com pesticida na sua vida? Ou qualquer outro elemento: ou coxinha, ou pão de queijo, qualquer coisa que não seja reconhecida como um produto natural. Quando isso acontece, ele cria esse anticorpo, e esse anticorpo todo dia vai lá, de pouquinho em pouquinho, mudando. Isso cria uma modificação na parede intestinal, que a gente chama de pólipo, que é uma lesão pré-maligna, e esse pólipo já é um indicativo de alguma coisa que não está dando certo lá dentro – porque se estiver tudo bem, se no intestino estiver tudo bem, não vai ter pólipo.

Então, quando a mulher – falando de todo mundo, mas a gente vai falar porque é o Dia da Mulher – se alimenta de maneira equivocada, ela aumenta a chance de câncer de intestino. E uma pesquisa muito simples, a gente pode fazer uma pesquisa com todas as pessoas que estão aqui: o café da manhã é pão, queijo, manteiga, um presunto, apresuntado, mortadela, um peito de peru e um copo de leite com café. O que é que veio da natureza, daqui? Nada. No lanche, é um salgadinho e um suco de caixinha. O que é que veio da natureza? Nada, de novo. Na hora do almoço o prato do brasileiro tem duas folhas de alface e uma rodela de tomate, um pepino, para quem gosta, uma rodelinha de cebola, arroz, feijão e carne. O que é que a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

teve de nutriente nesse prato? É muito pouco. O lanche da tarde se repete e o lanche da noite se repete.

Isso se repete ao longo de uma vida inteira, e é por isso que nós estamos tendo mais câncer de intestino. Essa é uma estatística mundial, isso não é um privilégio da brasileira, todas as mulheres estão sofrendo com câncer de intestino, e homens também, cada vez a gente diagnostica câncer de intestino numa idade mais precoce. Antes a gente fazia, as organizações mundiais recomendavam que nós fizéssemos, o *screening*, um rastreamento, com a colonoscopia, a partir de 60 anos. Hoje, praticamente todas as mulheres têm algum grau de alteração do ciclo e do ritmo intestinal, principalmente de constipação, que é um fator de risco, como a Drª Fabiane falou muito bem,

e essa constipação já seria um indicativo para fazer pelo menos uma colonoscopia. Mas a colonoscopia é diagnóstico precoce. De novo, eu quero bater na tecla da prevenção. A prevenção é: a alimentação adequada. Simples: é a gente lembrar que ter uma horta no quintal não custa nada. A gente hoje gasta mais dinheiro regando grama do que cuidando do jardim, para criar um pé de alface, um pé de tomate, uma abóbora ou um pepino. E é tão simples fazer isso, não é verdade? Esses vegetais crescem de uma maneira muito mais natural do que a gente ficar regando grama, que é sempre muito mais complicado. Então, o que acontece hoje em países desenvolvidos, quando a gente discute, realmente, prevenção, é exatamente o estímulo às modificações do estilo de vida: estímulo à alimentação correta, que também ajuda na prevenção da obesidade, estímulo à prática da atividade física regular – é melhor 30 minutos, de novo, porque as pessoas ficam pensando que precisam de duas horas para fazer atividade física, "eu não vou para a academia, porque eu não tenho duas horas por dia": é melhor 30 minutos todo dia do que minuto nenhum, nunca. Porque se a gente for esperar ter tempo, a gente nunca vai ter tempo, e vai ter um diagnóstico de uma doença crônico-degenerativa antes desse tempo, e depois a gente tem que correr atrás do prejuízo.

Então, todas as mulheres devem se cuidar em relação à prevenção. Fazer mamografia é caro, fazer colonoscopia é caro, fazer tratamento é caro, isso tem um custo e uma incidência para o Estado. As doenças crônico-degenerativas, apesar do desenvolvimento da tecnologia, não reduziram a sua incidência no mundo.

(*Soa a campainha.*)

A SRª BRUNA PITALUGA PERET OTTANI – Então, nós estamos passando por um mesmo processo que outros países passam. É importante nós falarmos de prevenção, porque, enquanto a gente falar de diagnóstico precoce e exames e tecnologia, a gente não está mudando estatística; continuamos morrendo, continuamos tendo um aumento da incidência dos cânceres, as coisas não estão mudando. O que muda a incidência é a prevenção.

Obrigada. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Drª Bruna Pitaluga Peret Ottani, médica ginecologista e obstetra. E ela enfatizou muito aqui essa questão da alimentação.

A SRª BRUNA PITALUGA PERET OTTANI – Muito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E eu gostei de ouvir. Foi um puxão de orelha...

A SRª BRUNA PITALUGA PERET OTTANI – ... em todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E dizem que principalmente os alimentos embutidos, né?

A SRª BRUNA PITALUGA PERET OTTANI (*Fora do microfone.*) – São muito ruins.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – São muito ruins.

A SRª BRUNA PITALUGA PERET OTTANI (*Fora do microfone.*) – Muito. Eles têm uma substância, o nitrato, e o nitrato é extremamente tóxico ao intestino.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – São os embutidos?

A SRª BRUNA PITALUGA PERET OTTANI – Os embutidos têm uma ...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perguntei a ela sobre os embutidos.

A SRª BRUNA PITALUGA PERET OTTANI – Os embutidos têm umas substâncias, e essas substâncias químicas de conservação são chamadas de nitratos, e eles são extremamente tóxicos. Todos esses derivados de conservação dos alimentos são muito ruins para o nosso organismo. Eles induzem... A célula começa a se multiplicar de maneira muito errada, Senador. Então, quando você come um alimento com muita química envolvida, a célula, em vez de se reproduzir bonitinha, redondinha, ela começa a ficar esquisita, porque o estresse modifica a célula. O estresse não modifica o nosso corpo? A gente não fica ansioso, com taquicardia, não treme? Isso, quando a gente olha para a célula, acontece do mesmo jeito. Ela não tem mais a capacidade de se replicar como deveria, e aí todo dia você comendo embutido – mortadela, apresuntado –, pelo amor de Deus, gente, não pode.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Miojo eu posso?

A SRª BRUNA PITALUGA PERET OTTANI – Também não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É que eu ouvi falar que o Miojo não pode, por isso que eu te provoquei.

A SRª BRUNA PITALUGA PERET OTTANI – Não pode!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A senhora quase disse: "Por amor de Deus, Miojo não!" (*Risos.*)

A SRª BRUNA PITALUGA PERET OTTANI – Os vegetais, todos os vegetais orgânicos, o que você puder comer que seja orgânico, muita alface. Para a mulher, principalmente, um grupo de vegetais que são chamados de crucíferos: brócolis, couve, repolho, aspargos, couve-de-bruxelas, todos esses vegetais que têm um sabor que é um pouquinho mais peculiar, a gente come esses vegetais

depois dá um efeito gastrintestinal, ele dá uma inchadinha. Mas o enxofre liberado nesses vegetais é que é importante para a prevenção do câncer, principalmente para câncer de mama, porque ele desintoxica o fígado e leva esse estrogênio ruim para fora. Lembra que a gente falou do estrogênio, que a circunferência abdominal aumenta a produção de estrogênio? Então, quanto mais a gente comer esses vegetais, melhor é a saúde da mulher. É fundamental. Se a gente pudesse comer um dia brócolis, outro, couve, outro, repolho, um dia um pouquinho de cada... Os nossos filhos não sabem o que é brócolis! Não é verdade? Tem muita casa que a criança olha aquilo ali e não sabe do que se trata.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Fala em rúcula ou *radicchio*, que quem é do Sul sabe: "Ah, isso aqui é amargo, isso aqui eu não quero".

A SRª BRUNA PITALUGA PERET OTTANI – O amargo é ótimo, o amargo é do bem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas depois do plenário, para poder interagir com os nossos convidados.

Por favor, agora Drª Joana Jeker dos Anjos, Presidente e Fundadora da Associação de Mulheres Mastectomizadas - Recomeçar - representante da Femama.

Por favor.

A SRª JOANA JEKER DOS ANJOS – Bom dia, Senador, bom dia a todas presentes aqui. Hoje é o nosso dia, Dia das Mulheres. Todos os dias são, mas hoje em especial o mundo inteiro celebra a nós, mulheres, que somos todas guerreiras, enfim, eu vim aqui representar a Femama, que é a Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama. A Drª Maira Caleffi, que é Presidente da Femama, mastologista, infelizmente não pôde comparecer em virtude de compromissos já agendados anteriormente. Então eu vim representando a Femama. Eu sou Presidente da Recomeçar, que é a Associação de Mulheres

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mastectomizadas de Brasília. Eu tive câncer de mama aos 30 anos de idade, Senador, já faz 10 anos, graças a Deus estou curada, faço meus exames todo ano, mas, enfim, graças a Deus...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E não é só querer fazer como elas dizem, não. Fico só dizendo que eu estou bem, e tal, mas, quando eu olhei, eu achei que você tinha em torno de trinta, no máximo.

A SRª JOANA JEKER DOS ANJOS – Não. Obrigada, obrigada, Senador, mas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Beleza de recuperação! Se cuidou, se recuperou.

A SRª JOANA JEKER DOS ANJOS – Sim, sim. Eu já estou com 41, tive esse diagnóstico muito jovem. Tenho casos de câncer de mama na família – minha mãe, minha tia irmã de minha mãe, minha tia por parte de pai, prima por parte de pai –, então, assim, sou cercada de mulheres que tiveram câncer de mama, então eu, certamente, desde jovem, já fazia o autoexame, já conhecia a minha mama, e eu mesma senti o tumor através do autoexame e procurei o serviço de saúde, tive acesso ao diagnóstico e fui tratada pelo Sistema Único de Saúde, tive essa graça. Quando eu fui diagnosticada eu não morava no Brasil e o meu País me acolheu e, graças ao SUS, que eu sou uma defensora do nosso SUS... (*Palmas.*)

... Eu estou aqui viva...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vida longa ao SUS!

A SRª JOANA JEKER DOS ANJOS – ... e trabalhando, fazendo *ad vox* para que mais mulheres tenham acesso ao tratamento de qualidade, porque eu tive esse acesso a um tratamento digno e de qualidade pelo SUS, e também para que a gente tente fomentar políticas públicas para beneficiar mais e mais pacientes oncológicos. A gente sabe que tem muito a melhorar ainda o nosso SUS.

Então, hoje a nossa fala é sobre uma conquista recente, mas a que, infelizmente, a gente ainda não está tendo acesso. Mas vamos começar primeiro falando sobre a incidência do câncer de mama no Brasil. A Drª Fabiane já falou brilhantemente, então não vou me alongar. Nós estamos aqui por regiões, são 57.960 novos casos por ano. A cada ano, cerca de 57 mil mulheres têm o diagnóstico de câncer de mama no Brasil, é muito grande a incidência. E o que é mais assustador ainda é que 50%, de acordo com o relatório do Tribunal de Contas de 2011, 50% desse diagnóstico é em estágio avançado, é em estágio 3 e 4. As doutoras sabem que isso é muito, muito maléfico para o tratamento. Então, a gente tem que mudar

Essa realidade. Como é que a gente muda? Diagnóstico precoce, campanhas, prevenção, alimentação, como a Doutora falou, que realmente é muito importante, e a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

não dá muita importância a isso, no dia a dia, por diversas razões. A vida é corrida, não temos muito tempo para poder almoçar em casa, acabamos comendo na rua, comemos *fast food*, rápida, que, às vezes, não é de tanta qualidade.

Mas realmente a gente tem que parar e prestar atenção na gente: no que a gente está comendo, no que a gente está fazendo, se está fazendo atividade física. Enfim, se está se cuidando, porque a vida da gente tem muito valor. E a saúde, gente, é um dever do Estado; é um direito de todos e é um dever do Estado. Então, a gente está aqui para melhorar essa saúde pública.

Então, é isso. São 57 mil novos casos de câncer, sendo 50% avançados, em estágios 3 e 4. Quando o câncer já se espalhou, já está com metástase ou então já está localmente avançado.

A mortalidade no SUS, de paciente RER-2...RER-2 é um paciente que tem uma proteína. Não é um percentual tão grande, como pacientes que tiveram câncer hormonal. Mas, enfim, é uma parcela grande da população que necessita de um medicamento que pode salvar vidas. Cada pessoa tem uma importância muito grande. Acho que cada vida vale muito e não tem preço, não tem valor que pague essa vida.

Então, foi feito um estudo com o Dr. Carlos Barrios, com a Drª Mara Caleffi, sobre a morte prematura, no SUS, com pacientes de câncer de mama avançado. Essa pesquisa foi feita com a amostra de 2,8 mil mulheres.

Gente, olhe só que coisa.

À paciente que tem acesso somente à quimioterapia, as vidas salvas em dois anos foram de 808 pacientes. Já os casos de pacientes tratados com quimioterapia mais trastuzumabe – trastuzumabe é esse medicamento que a gente lutou para conseguir e que o SUS agora está fornecendo, cuja portaria vou explicar mais à frente –, com esse medicamento, 1408 vidas poderiam ser salvas. São seiscentas vidas a mais, se você fizer a combinação da quimioterapia e do trastuzumabe. É muita coisa.

Outro medicamento que também foi incorporado recentemente que é o pertuzumabe, que também é para paciente com câncer de mama metastático, se tiver combinação dos três, podem-se salvar muitas vidas ainda – 1576 pacientes.

Então, gente, é muito importante que esse medicamento esteja logo acessível aos pacientes de todo o Brasil para que a gente possa salvar mais e mais vidas no Sistema Único de Saúde.

Então, em 2017, a Conitec lançou uma consulta pública para a incorporação do trastuzumabe. A Femama fez uma campanha muito grande. A Femama tem mais de sessenta associados no Brasil inteiro. São mais de sessenta ONGs. Ela enviou para todas as ONGs

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa informação sobre a consulta pública, passo a passo como se fazia para acessar, para participar, porque a participação popular é muito importante no nosso País. As pessoas não têm noção do quão importante é a participação popular.

Então, houve essa consulta pública. Realmente, a gente foi favorável a isso. A Conitec viu que realmente era necessária a incorporação desse medicamento e houve uma portaria para poder incluir esse medicamento no rol do SUS. A gente fica muito feliz. Mas, infelizmente, o Sistema Único de Saúde, o Ministério da Saúde não está ainda fornecendo, Senador, para todos os Estados.

Então, a gente veio aqui falar disso, porque, já que foi um direito conquistado, através de portaria do Ministério da Saúde, a gente quer que esse direito realmente seja garantido e que as pacientes tenham acesso a esse medicamento, porque elas querem viver. Assim como eu quis viver e tive acesso aos medicamentos necessários, na época, e estou aqui hoje, há muitas mulheres na mesma situação atualmente.

Então, o que diz a Conitec?

Que o prazo é de 180 dias, contados a partir da data de publicação no *Diário Oficial da União*. Então, a gente já está aguardando. Já era para estar disponível no SUS, por esse decreto. Esse prazo de 180 dias já passou. Então, a gente está esperando. Era para estar, desde o dia 25 de janeiro, disponível, Senador.

A Femama solicitou às suas associadas que fossem até o Secretário de Saúde de seus Estados e perguntasse se o medicamento já está sendo oferecido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu já peço aí à Secretaria dos Trabalhos que façamos um requerimento em nome da Comissão de Direitos Humanos, em nome desta audiência pública, cobrando essa medicação, nos moldes que você solicitou aí.

A SRª JOANA JEKER DOS ANJOS – Maravilha. Fico muito feliz, Senador. (*Palmas.*)

A SRª JOANA JEKER DOS ANJOS – As pacientes oncológicas agradecem.

Então, já era para estar disponível esse medicamento. E não está.

Então, essa aqui é uma ação que Femama fez no *World Cancer Day*, no Dia Mundial do Câncer, que é celebrado no dia 4 de fevereiro, e várias ONGs foram até a sua Secretaria de Saúde. Nós da Recomeçar nos reunimos com o Secretário de Estado do DF, o Dr. Humberto, e solicitamos informações acerca do fornecimento do trastuzumabe no Distrito Federal.

A informação que nós obtivemos é a de que o Ministério não está ainda passando esse medicamento, mas que, no Hospital de Base, já é feito esse medicamento para as pacientes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

metastáticas que necessitam. O Base, por uma sensibilidade com relação às pacientes, já está fornecendo, mas a gente quer para o Brasil inteiro. A gente não quer só para o Distrito Federal. A gente quer para o Brasil inteiro, porque tem pacientes metastáticas de câncer de mama RER positivo necessitando desse medicamento.

Então, por que só em poucos Estados? A gente quer para o Brasil inteiro. No nosso Brasil, a gente tem de Norte a Sul...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É quase uma discriminação, não é?

A SRª JOANA JEKER DOS ANJOS – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tem que ser para o todos. É um princípio básico. A gente luta tanto contra qualquer tipo discriminação, como essa de para um Estado sim, para outro, não. Tem que ser assegurado para todos.

A SRª JOANA JEKER DOS ANJOS – É. Não tem que ter dois pesos e duas medidas.

Então, a Femama tem esse esforço de conseguir levar esse medicamento, de monitorar como está o fornecimento dele nos Estados. E o Ministério da Saúde, infelizmente, teve um atraso. Ele não colocou...As ONGs que participaram em diversos Estados. Deixe-me ver se tem o Rio Grande do Sul...Tem o Imama, que é a ONG que a Drª Maira também fundou.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu já visitei lá uma vez.

A SRª JOANA JEKER DOS ANJOS – Então, o Imama fez essa ação também, no Rio Grande do Sul e em diversos Estados, como Paraná, São Paulo.

(*Soa a campainha.*)

A SRª JOANA JEKER DOS ANJOS – Enfim, no Espírito Santo e aqui, no Distrito Federal também, com a Recomeçar.

Então, até quando a gente vai permitir que esse tipo de situação aconteça? Isso não pode. Se tem esse prazo estipulado, tem que ser cumprido, porque a vida tem muito, muito valor.

Então, o que diz a Conitec?

A Conitec diz que, após a decisão de incorporação de uma tecnologia, tem esse prazo de 180 dias, que já passou. Então, por que não está sendo oferecido? Esse prazo é estipulado, Senador, porque se faz necessário para os trâmites operacionais de negociação de preços, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

compra, de distribuição e de elaboração de protocolo clínico, para a orientação de uso racional do medicamento.

Então, o que acontece?

O Ministério passou o prazo de incluir esse medicamento no rol. Então, só agora, em abril, que a gente vai começar, que o Ministério vai começar a disponibilizar esse medicamento, segundo eles informaram. A gente espera que não ultrapasse esse prazo.

Então, o que peço aqui é que a gente tenha mais cuidado com a saúde das pessoas, porque cada vida é muito importante. Se o Ministério finalmente, depois de anos e anos que a gente tenta incorporar esse medicamento, reconhecer que o medicamento é necessário, então...

que se faça realmente a distribuição, para que todos os Estados e os Municípios tenham acesso, não somente no Distrito Federal, que é a capital do Brasil, pois cada Município pequenininho, de Norte a Sul, de Leste a Oeste, necessita também ter acesso.

Eu vou falar aqui também rapidamente.

Já acabou a minha apresentação com relação a esse medicamento...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para informar a todos que são dez minutos com mais cinco. Quando a campainha toca, são mais cinco. Então, você está nesse tempo. Você está no seu tempo.

A SRª JOANA JEKER DOS ANJOS – Estou no tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você tem quatro minutos e quinze segundos.

A SRª JOANA JEKER DOS ANJOS – Então, Senador, ontem foi votado, no plenário da Câmara dos Deputados, um projeto de lei que, inclusive, a recomeçar teve a felicidade de articular por ele. É o Projeto de Lei nº 8478, de autoria da Deputada Gorete Pereira, que está apensado ao Projeto nº 8470, de autoria da Deputada Carmem Zanotto.

Ambos dizem respeito ao registro compulsório do câncer. A Recomeçar, no ano passado inteiro, está com uma campanha – vou pegar aqui o *folder* para mostrar – que é para instituir o Registro Compulsório do Câncer. Inclusive nós conseguimos, Senador, uma portaria para o Distrito Federal, de 11 julho de 2017, que institui o Registro Compulsório do Câncer. Por quê? O câncer é uma doença para a qual a gente não tem dados; a gente tem uma previsão. A gente não tem dado por quê? Porque não é obrigatório você falar sobre cada caso descoberto, que nem as DSTs, que nem a violência doméstica e que você é obrigado a notificá-las. O câncer não é. Só que, com esse projeto de lei, vai ser. Como a gente pode combater uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

doença que a gente não conhece? Sem quantificar, sem saber a data, os diagnósticos, a idade dessa paciente e o tempo que ela está esperando? A gente tem que ter dados do câncer no País. Como a gente quer combater um doença que a gente não conhece?

Então, venho aqui apelar para esta Casa, para o Senado Federal, para que essa pauta seja votada e seja aprovada nesta Casa. Graças a Deus, a gente conseguiu a sensibilidade dos nossos Deputados e foi aprovado, por unanimidade. A gente espera que também o seja aqui, no Senado Federal, que também seja aprovado e que o nosso Presidente também sancione e que vire uma lei ainda este ano. Que a gente não protele para o ano que vem, porque é muito importante que a gente comece a ter uma política pública de qualidade. Para isso, a gente tem que conhecer o cenário. Se a gente não conhecer o cenário, como é que a gente combate? Se a gente não conhecer o inimigo, como é que a gente vai combater o inimigo. E o câncer é um inimigo. E se a gente combater de forma eficiente, a gente consegue matar esse inimigo, não é doutores?

Essa política pública, se a gente conseguir instituí-la, vai melhorar muito o cenário do combate ao câncer no País. Um outro projeto de lei, Senador, que também a gente espera que venha para esta Casa, é o projeto de lei que institui o prazo de trinta dias – é o PL dos trinta dias – para um diagnóstico que salve vidas. Trinta dias entre a suspeita e o diagnóstico do câncer. Ou seja, quando a mulher está com nódulo palpável, ela está no posto de saúde e o médico achou que esse nódulo tem características de malignidade. O que ele vai fazer? Ele vai pedir exames. Ele vai pedir mamografia, ecografia e, a partir do prazo em que ele faz o pedido de exame, são trinta dias para ter o diagnóstico. É possível, Senador, ter o diagnóstico do câncer, no SUS, em trinta dias. Só tem que ter boa vontade dos gestores. É preciso exames e exames o SUS já fornece. É só ter celeridade, é só ter compromisso com a saúde da mulher que a gente consegue o diagnóstico do câncer em trinta dias no Sistema Único de Saúde.

Essa é uma batalha muito grande.

Inclusive, o número do projeto de lei do câncer, que está apensado....

(*Soa a campainha.*)

A SRª JOANA JEKER DOS ANJOS – ...a treze projetos de lei, é o de nº 3752, de 2012. Eu o deixo aqui, para que a gente possa ter uma sensibilização dos nossos Senadores, para nos ajudar nessa luta, que é muito grande para esse projeto de lei virar uma lei.

Realmente, se a gente tiver essas duas leis – Registro do Câncer Compulsório e Diagnóstico do Câncer em trinta dias –, a gente vai salvar muitas, mas muitas vidas, Senador. O senhor não tenha dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª JOANA JEKER DOS ANJOS – Então, é uma luta muito grande, para qual a gente pede o apoio desta Casa.

Não são somente esses. Existem outros projetos de lei. E a gente está tentando, Senador, uma reunião com o Presidente do Senado, o Senador Eunício, e com o Presidente da Câmara, o Deputado Rodrigo, porque há outros projetos de lei importantes também.

Tem um projeto de lei do BRCA I e II, que é aquele exame genético que detecta se você tem probabilidade de desenvolver o câncer. Tem projeto de lei também que fala de mamografia, de ultrassom. São nove projetos de lei. A gente fez um ofício, solicitando uma reunião com os dois Presidentes das Casas, desde o começo do ano, mas, infelizmente, a gente não conseguiu ainda. Só que a gente precisa muito tratar dessas pautas importantes para a saúde da mulher.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos encaminhar as pautas desta reunião. Peço isso à assessoria da Mesa...

A SRª JOANA JEKER DOS ANJOS – Maravilha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ...para que a gente entre em contato com o Presidente do Congresso para que eles sejam recebidos para conversarem e pressionarem democraticamente, a fim de que os processos sejam aprovados.

Nós vamos colaborar com vocês aí. (*Palmas.*)

Eu me comprometo a falar com o Presidente Eunício.

A SRª JOANA JEKER DOS ANJOS – Maravilha, Senador. Isso é muito feliz.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me, só para concluir, dentro da sua fala, que em função do dia 8 de março, já se subentende que março é o mês das mulheres.

A SRª JOANA JEKER DOS ANJOS – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos ver se a gente aprova esse projeto durante o mês de março.

A SRª JOANA JEKER DOS ANJOS – É isso o que a gente quer. Viva! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos trabalhar juntos.

A SRª JOANA JEKER DOS ANJOS – Maravilha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, Senador.

Obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Vamos dar uma salva de palmas para a Drª Joana Jeker dos Anjos, Presidente e fundadora da Associação de Mulheres Mastecnomizadas – Recomeçar, representante da Femama.

Como já fiz algum intervalo e algum comentário, vou passar para a próxima pessoa.

Vou chamar a Drª Vera Jatoba, Diretora do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, Sinait.

Drª Vera, estão me pressionando. Está vendo aquele cidadão de preto ali? Ele está me pressionando porque, na sala 7, só falta um voto para aprovar os nomes de Embaixadores. Então, como eu passar a palavra para você, e, em um minuto, vou ali e volto. É bom falar que você vai falando já. É bom lembrar que aqui...."Ah, estamos falando para nós mesmos." Não é verdade. Nós falamos, no mínimo, para dois milhões de pessoas que estão nos assistindo.

Parabéns a todas que falaram! Sei que as outras não serão diferentes, pois estão dando uma verdadeira aula para o povo brasileiro sobre esse tema, que, em resumo, é a vida das mulheres.

Eu corro e a palavra está com a senhora. O.k? Acendeu o verde é com a senhora. (*Pausa.*)

A SRª VERA JATOBA – Bom dia a todos e a todas especialmente.

Eu queria agradecer ao Senador, em nome do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), por promover esta audiência pública com esse tema extremamente importante, bem como para marcarmos o Dia da Mulher

de inspeção do trabalho. E eu tive a honra de ser uma delas, muitos anos atrás. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem.

A SRª VERA JATOBA – E depois que a gente conquistou, a gente acha que é importante a gente manter. Não é porque a gente quer subjugar ninguém; é porque a gente quer garantir os espaços.

Então o que é que a gente vê aí? Qual é o outro lado da moeda? O serviço doméstico, quase 100% é de mulher. A gente tem uma boa estatística lá no serviço público, na conquista

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do acesso através do concurso, mas em compensação, num dos trabalhos mais vulneráveis e que tem resquícios fortíssimos na nossa cultura do passado, ainda é predominantemente de mulher. Quase 94%...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu acho que esse apito tocando é de mulheres. É um protesto que elas estão fazendo, e provavelmente virão aqui. Sejam bem-vindas. (*Palmas.*)

Se chegarem aqui, vamos aplaudi-las.

A SRª VERA JATOBA – Eu já estou aqui terminando, mesmo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vai, vai, vai.

A SRª VERA JATOBA – Bom, enfim, se a gente, juntando tudo isso...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Elas vêm prestigiar a nossa audiência.

A SRª VERA JATOBA – Ai, que eu estou é feliz agora!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É, vamos lá. (*Palmas.*)

Sejam bem-vindas. A Comissão de Direitos Humanos é de vocês. Eu só estou presidindo porque a Senadora Regina teve que viajar. Aqui vocês fiquem à vontade. Depois vão interagir, inclusive, com as nossas painelistas.

A SRª ROSE GOMES (*Fora do microfone.*) – Senador Paim, desculpa interromper esta importante audiência pública,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aqui vocês não interrompem, aqui vocês mandam. Fala aqui, fala aqui.

A SRª ROSE GOMES – Mas hoje é um dia de protesto, então, diante desta importante audiência, que trata da questão da saúde e da questão da violação dos direitos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já tomaram o microfone do Presidente. (*Risos.*)

A SRª ROSE GOMES – Então é o seguinte: já que nós estamos aqui, deixe-me fazer o trabalho completo. Eu só vou ler aqui o nosso panfleto, que foi preparado pelas trabalhadoras da Câmara e do Senado. As trabalhadoras da Câmara e do Senado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Me deram o meu microfone de volta, viu? Obrigado.

A SRª ROSE GOMES – Estou parecendo uma Senadora aqui assumindo a Presidência, não é? Em protesto.

Bom, então, aproveitando esta oportunidade, em que as mulheres estão reunidas, fazendo o debate em todas as áreas, para combater as desigualdades de gênero e a questão da violência. E aí nós preparamos aqui, as mulheres prepararam esse panfleto, que nós estamos fazendo hoje, aqui dentro e depois lá fora, nas manifestações, e eu quero ler para vocês:

> Por que paramos
> Mulheres em diferentes países do mundo saem às ruas hoje, 8 de março, Dia Internacional da Mulher.
> Em um movimento crescente ano após ano, nós marchamos e colorimos as ruas com nossas denúncias e desejos por mais direitos, por nos querermos vivas, por respeito aos nossos corpos e pela liberdade de sermos o que quisermos.
> Neste ano as mulheres que trabalham no Congresso Nacional, Câmara e Senado, se juntam mais uma vez, e está grande a mobilização mundial para denunciar o machismo. (*Palmas.*)
> Vivenciamos diariamente situações veladas e explícitas de opressão, e com certeza você já deve ter vivido o preconceito, como vamos relatar agora.
> Na reunião de trabalho, aquela ideia que você comentou com seu colega é apresentada por ele
> apresentada por ele com a autoria dele, não lhe dá crédito algum. Em outra reunião, as mulheres sempre interrompidas pelos homens enquanto falam, e ninguém se dá conta disso. (*Risos.*)
> Você foi mais incisiva e firme em suas posições, e imediatamente os homens colocam a culpa na TPM ou nas carências sexuais.
> Sofremos assédio sexual e moral nos corredores do Congresso Nacional e nos gabinetes, e os homens insistem em minimizar as denúncias.
> Mesmo desempenhando as mesmas funções, ganhamos entre 15 e 20% a menos que os homens e ocupamos menos cargos de chefia. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu estou pedindo para aprovar o PL 130, numa campanha que vamos fazer, todo mundo junto.

A SRª ROSE GOMES – Ok, que é a igualdade de salários entre homens e mulheres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, isso.

A SRª ROSE GOMES –

> Para superarmos essas situações de opressão, antes de tudo precisamos nos solidarizar umas com as outras, reconhecendo e acolhendo a colega e companheira de trabalho. Quebrarmos o ciclo de humilhação e abusos.
> Em seguida é preciso denunciar. Não tenha medo. O silêncio alimenta o machismo. Busque maneiras de declarar as suas insatisfações onde achar que deve. É o que fazemos agora.
> Não se cale. Violência contra mulher é crime. Ligue 180.

É isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns pelo manifesto lido aqui. Fiquem todos à vontade aqui. Se quiserem participar do debate, as painelistas vão continuar. Teremos uma segunda Mesa, mas depois vocês podem interagir aqui, com perguntas. E se posicionarem em relação ao tema. O tema aqui é saúde da mulher, previdência e trabalhismo.

A SRª ROSE GOMES – Só para fechar esta fala, eu só queria deixar algumas frases aqui, que têm a ver com o debate da saúde da mulher, que são os nossos gritos de guerra.

O direito de decidir sobre o nosso próprio corpo, o direito ao parto humanizado e o fim da violência obstétrica e direitos sexuais reprodutivos. São direitos de que as mulheres não abrem mão, e nós precisamos do apoio de todos.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Valeu, valeu. Muito bom.

Volto a palavra para a Drª Vera. E vocês são todas convidadas a sentarem e participarem dos debates. Eu sei que depois vocês vão para um outro protesto.

A SRª VERA JATOBA – Bom, gente, fiquei muito feliz de, ao final da minha fala, receber essa visita. Algumas coisas que elas trataram foram exatamente aquilo que a gente estava falando. Então a gente simplesmente está em uníssono. A gente sabe aonde a gente quer chegar, a gente sabe o que a gente quer. Então parabéns para vocês pelo movimento também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, mas eu já estava, já tinha falado, já estava no final. Já falei de algumas estatísticas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tem mais um minuto ainda.

A SRª VERA JATOBA – Tenho mais um minuto.

Eu queria falar de uma hipótese que é a hipótese da discriminação. Essa é, assim, a gente precisa avançar um pouco na área da saúde para enfrentar a questão da discriminação e do adoecimento que ela causa. A gente sabe que o assédio profissional, o assédio moral às mulheres no ambiente de trabalho é maior do que o dos homens. A gente sabe que isso traz adoecimento, sofrimento e às vezes vida que se perde, vida que se anula a partir daí. Então a fragilidade é grande nesse sentido. Então, doutora, por favor, vamos ver.

E a gente, por exemplo, a Auditoria Fiscal precisa de melhores instrumentos, precisa

E a gente, por exemplo, a Auditoria Fiscal precisa de melhores instrumentos, precisa conhecer melhor para poder objetivar o subjetivo.

Sempre, a gente sabe que no passado a mulher era histérica. Era fácil, era doença do útero, não sei o quê, de ela estar histérica, ela tem TPM, bota no hospício. Tira os seus direitos.

(*Soa a campainha.*)

A SRª VERA JATOBA – Então, e assim vai.

E isso, de uma forma diferente hoje, não como naquela época de internar no hospício, ela vem nas formas de discriminação e de assédio moral, que também trazem adoecimento.

E olhem, para revelar isso, as mulheres se envergonham também, porque se sentem frágeis, não é?

Então o que eu queria dizer é que a gente tem que pensar. Vocês imaginem uma hipótese da nossa realidade, da realidade do nosso cotidiano, que faz daquele ser uma mulher. Além de mulher, mãe; além de mãe, negra; e além de mãe negra, solteira. Não é fácil. Isso aqui, a gente sabe que existem muitos outros tipos de discriminação, mas eu queria dizer para vocês que esta reflexão é importante para você ver quantos obstáculos e quantas pedras no caminho.

E para isso eu também convido vocês a pensar no que nos disse Chico César:

Mama África
A minha mãe é mãe solteira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

e tem que fazer mamadeira todo dia
além de trabalhar como empacotadeira nas Casas Bahia.

Mama África tem tanto que fazer
além de cuidar neném
além de fazer denguim
filhinho tem que entender
Mama África vai e vem

Mas não se afasta de você...

Quando Mama sai de casa
seus filhos se olodunzam
rola o maior jazz
Mama tem calo nos pés
(...)

Mama não quer brincar mais
filhinho, dá um tempo
é tanto contratempo
no ritmo da vida de Mama

Mama África
A minha mãe é mãe solteira (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, essa foi Vera Jatobá, diretora do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait).

Agora passo a palavra para a Drª Marilane Oliveira Teixeira, pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (Cesit – Unicamp), que tem nos ajudado muito aqui. Ajudou na reforma da previdência, mas está na construção do novo estatuto do mundo do trabalho, de que eu estou na relatoria, Telmário Mota é o Presidente da Comissão. E já estamos na 18ª reunião.

A palavra é sua.

A SRª MARILANE OLIVEIRA TEIXEIRA – Bom, primeiro queria começar agradecendo o convite do Senador e da sua equipe para estar aqui com vocês hoje. Cumprimentar a Mesa, a todas aqui presentes e a todos que nos assistem pela TV Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sempre é uma honra participar das audiências. Estive aqui recentemente, na última semana inclusive, tratando justamente do tema do novo código do trabalho.

E na qualidade de economista, eu vou trazer mais, assim como a Vera, para a área do trabalho e também eu acho que problematizar algumas questões que também têm muito a ver com as exposições feitas anteriormente, porque elas dialogam entre si. Então isso é muito importante. Entender, por exemplo, em que contexto social, em que sociedade nós estamos Então, é muito importante entender, por exemplo, em que contexto social, em que sociedade nós estamos nos movimentando hoje, como as mulheres estão inseridas e como é difícil para essas mulheres, muitas vezes pobres, de periferia, chefes de família, precarizadas, conseguir ter acesso a uma saúde pública de qualidade, conseguir ter uma percepção de que é importante cuidar da saúde, ter mecanismos de prevenção e, quando vem o adoecimento, saber como lidar com isso. Isso, evidentemente, tem a ver com o projeto de sociedade que nós queremos e o projeto de sociedade que nós defendemos.

Quero cumprimentar todas as mulheres, porque é mais um dia de luta. Estamos celebrando mais um dia de resistência. Todos os dias, estamos nas ruas. Estamos, todos os dias, fazendo movimento, resistindo. O dia 8 de março é uma luta histórica, que é marcada por muitas lutas, por muitas mulheres que caíram, que morreram, que tombaram, para que a gente pudesse celebrar este dia não só com indignação, mas também, de certa forma, respeitando todas aquelas que nos antecederam, em mais de cem anos de luta e de mobilização.

Quero já de antemão pedir desculpa, Senador, porque, logo que eu terminar a minha fala, eu vou ser obrigada a sair. Eu quero pedir desculpa para a próxima que vai falar e também para as Mesas seguintes, porque eu vim de São Paulo para esta Mesa. Às 14h, eu chego a São Paulo e gravo um programa na TVT, que é muito importante, é um veículo de comunicação nosso, fundamental. E depois vou para o 8 de março em São Paulo. Então o dia é longo, não é? (*Palmas.*)

São muitas atividades.

Quero cumprimentar as servidoras públicas que estão aqui, que fizeram a manifestação. Foi fantástico! Conheço o trabalho da Tânia. Ela está conosco num grupo de trabalho de mulheres pela democracia. E a Tânia tem sido uma pessoa fundamental para esse grupo.

Então, meus cumprimentos, Tânia. Fico superfeliz, fico feliz por vocês e pelo panfleto também.

Eu queria falar sobre duas questões aqui. De certa forma, vou falar um pouco sobre que mundo do trabalho é esse em que nós estamos nos movimentando e em que condições as mulheres estão se inserindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesses últimos três anos, infelizmente, dado o nível de retrocessos sociais e econômicos, eles tiveram um impacto muito grande sobre o conjunto da sociedade, sobre as políticas públicas, todas as políticas de assistência, e, em particular, sobre as mulheres, não temos dúvida. Por exemplo, nesses últimos anos, de 2014 a 2017, mais de três milhões de mulheres ingressaram no mercado trabalho, e 95% dessas mulheres eram negras. Noventa e cinco por cento eram negras. Dessas 3,151 milhões de mulheres que ingressaram no mercado de trabalho, apenas 270 mil encontraram ocupação; as demais todas foram se somar às que já estavam desempregadas no período anterior. Dessa forma, a gente chega hoje a um dado que é alarmante. É para toda a classe trabalhadora, mas, como é um dia dedicado ao tema das mulheres, nós temos de destacar as mulheres. Nesses últimos três anos, o desemprego entre as mulheres brancas cresceu 73% e, entre as mulheres negras, 96%. Praticamente dobrou o desemprego nesses últimos três anos. É um dado que nos chama a atenção. Esse desemprego é formado basicamente por mulheres. Se a gente olhar o total de mulheres desempregadas hoje no Brasil, dois terços são mulheres negras.

Por outro lado, há uma propaganda que começa a ganhar peso, patrocinada pela mídia, de que a economia volta a se recuperar e de que, portanto, os empregos voltam a crescer. Só que ninguém fala do perfil desses empregos. De fato, no último período, houve um leve incremento do emprego, só que é um emprego totalmente informal. É o emprego doméstico sem carteira – nem é com carteira! –, é o trabalho por conta própria, é o trabalho sem registro que cresceu para todos, mas principalmente para as mulheres negras.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se me permite, lembro dos debates que fizemos aqui, dos quais você participou sempre.

A SRª MARILANE OLIVEIRA TEIXEIRA – É claro!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só quero lembrar: os poucos que surgiram são terceirizados, intermitentes ou contratos autônomos. É trabalho precarizado.

A SRª MARILANE OLIVEIRA TEIXEIRA – Exatamente! É claro! Exatamente, é o trabalho por conta própria. O que é o trabalho por conta própria? São aquelas mulheres que trabalham em casa, em domicílio. Você conhece bem, não é, Vera? O Sinait tem um trabalho excelente sobre isso que analisa o que é o trabalho em domicílio. É o trabalho para grandes confecções, é o trabalho de preparação de alimentos, para serem vendidos nos bares, restaurantes, lanchonetes. É o trabalho de cabeleireiro. Esse é o trabalho que foi gerado nesse último período.

Por outro lado, há uma queda brutal do ponto de vista dos rendimentos. Então, a gente fica imaginando: para uma mulher, como lidar com essas coisas cotidianas? Eu, inclusive, desconheço estatísticas sobre câncer e várias outras moléstias associadas à classe

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

socioeconômica, mas não tenho dúvida nenhuma de que a sua maior incidência é sobre as mulheres mais pobres e as que têm menos recursos, porque têm menos acesso à informação e têm menos acesso a mecanismos e instrumentos de prevenção.

É claro, pode comentar.

A SRª FABIANE KELLEM CESÁRIO – Só complementando, a incidência não é maior, mas infelizmente o estágio avançado da doença é maior nessa classe.

A SRª MARILANE OLIVEIRA TEIXEIRA – Isso, perfeito! Perfeito, Fabiane! É exatamente isso que eu imagino que aconteça. E é dado por um contexto socioeconômico muito desfavorável.

Hoje, no Brasil, 47% das mulheres negras ganham até um salário mínimo, enquanto, entre os homens brancos, são 17%. Então, você imagine: um salário mínimo é menos de R$1 mil.

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARILANE OLIVEIRA TEIXEIRA – Imagine como é lidar com a sobrevivência no cotidiano, muitas vezes na condição de chefe de família, com rendimento em torno de R$1 mil! Não comentei a estatística das mulheres que recebem até meio salário mínimo.

Isso tem um impacto direto, inclusive, sobre um debate central para nós, que é o debate da previdência. Por exemplo, quando cresce a informalidade, retira-se uma parcela enorme da sociedade, da população, da classe trabalhadora, especialmente as mulheres, da condição de contribuintes. Então, hoje, por exemplo, apenas 30% das pessoas que estão na condição do trabalho por conta própria contribuem; dos que estão sem carteira, 24% contribuem; entre as trabalhadoras domésticas sem carteira, esse percentual é de 14%. Então, um percentual enorme de mulheres não tem absolutamente nenhum acesso à assistência, à previdência social, em coisas básicas. Por exemplo, em um período de gestação, tem de se afastar às vezes do trabalho e não conta com um auxílio ou com um benefício de pelo menos um salário mínimo, sem falar no que isso representa do ponto de vista da perspectiva futura de ter acesso à previdência social.

Nós, aqui nesta Casa, junto com o Senador, que estamos há muito tempo trabalhando o tema da reforma da previdência e da reforma trabalhista, temos insistido muito com isso. Com a reforma trabalhista, não precisa nem de reforma da previdência, porque uma parcela enorme principalmente das mulheres estará necessariamente fora de qualquer possibilidade de acesso à universalização de certos benefícios, porque elas estarão e continuarão nos trabalhos mais precários.

Eu queria fazer um diálogo também, Senador, sobre esse debate muito importante que o senhor, inclusive, introduziu logo no início da sua fala sobre a necessidade de nós termos lei,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

legislação que puna as empresas que praticam discriminação salarial. Eu acho que esse é um tema muito importante, mas o problema da discriminação salarial não se manifesta unicamente, exclusivamente, no ambiente de trabalho. Ele, na verdade, é uma reação a uma condição de inserção das mulheres em outro espaço, que é o espaço reprodutivo e dos afazeres domésticos e das responsabilidades familiares. Nós temos estudos que demonstram que as mulheres se inserem no mercado de trabalho dada a condição desigual de distribuição dos afazeres domésticos. Então, quando falamos estatisticamente em médias salariais, estamos falando em médias salariais, estamos dizendo que as mulheres recebem, em média, 30% menos do que os homens. Eu não estou concluindo com isso, não posso concluir que, no ambiente de trabalho, para as pessoas que realizam as mesmas tarefas, as mulheres recebem 30% a menos. Isso pode até acontecer. Isso também acontece, mas o que acontece é que elas, ao estarem inseridas em condições mais desfavoráveis nos setores mais precários, recebem menos. O engenheiro homem, em uma indústria petroquímica – a indústria petroquímica contrata homens engenheiros, e não mulheres, porque discrimina –, recebe mais do que uma engenheira em uma indústria de confecção e vestuário, por exemplo. Assim também ocorre nas especialidades médicas; a gente sabe muito bem que são especialidades que muitas vezes são socializadas. As mulheres vão para essas áreas, os homens vão para essa área. Da mesma forma, isso se dá em relação à educação: as mulheres estão no ensino básico, fundamental, infantil, e os homens estão nas universidades.

Então, além desse debate em relação à discriminação, nós temos de olhar para a questão das políticas públicas e principalmente para a questão das creches. Nós temos no Brasil hoje 75% das crianças de 0 a 4 anos sem acesso a creches. Uma pesquisa feita recentemente pelo IBGE – e se retoma a divulgação dela agora, por ocasião do dia 8 de março – mostra que 80% dessas crianças de 0 a 4 anos são cuidadas por mulheres e que mais da metade dessas mulheres não estão no mercado de trabalho. Elas não estão no mercado de trabalho porque não têm com quem compartilhar, não há política pública.

Então, uma forma de contribuir para que as mulheres ingressem no mercado de trabalho em condições mais favoráveis, sem dúvida nenhuma, é o tema das políticas públicas. Nesse sentido, Senador, eu acho que a Casa tem um papel fundamental.

Foram reduzidos, de 2014 a 2017, os recursos federais para a educação infantil.

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARILANE OLIVEIRA TEIXEIRA – Se nós compararmos 2017 com 2014, eles reduziram a 17%, ou seja, é como se tivéssemos R$100, em 2014, para a educação infantil e como se, em 2017, nós tivéssemos R$17. Então, despencou. Evidentemente, isso tem um impacto significativo sobre as mulheres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de encerrar, reforçando esse tema do compartilhamento da responsabilidade familiar e do emprego doméstico, porque as estatísticas mostram que, nas famílias com perfil socioeconômico de baixa renda, com até um quarto do salário mínimo, mais da metade das mulheres estão fora do mercado de trabalho. Agora, quando a gente olha para as famílias que recebem acima de cinco salários mínimos, 95% das mulheres estão no mercado de trabalho. Então, nós temos de discutir a questão do ingresso e da permanência das mulheres no mercado de trabalho – são 37 milhões de mulheres no Brasil que poderiam estar no mercado de trabalho e não estão – e, por outro lado, de atacar as causas. E uma delas, sem dúvida nenhuma, diz respeito à má distribuição das responsabilidades familiares.

Com isso, eu encerro, Senador.

Agradeço imensamente, mais uma vez, a oportunidade de estar aqui com vocês, debatendo esse tema tão complexo, tão importante e tão necessário hoje para quem, de fato, acredita numa sociedade mais igualitária, numa sociedade formada por homens e mulheres.

Obrigada. Obrigada aos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Parabéns, Drª Marilane Oliveira Teixeira, Pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit/Unicamp), que nos deu dados aqui inclusive assustadores. Nós últimos três anos, quase dobrou o número de mulheres desempregadas.

A SRª MARILANE OLIVEIRA TEIXEIRA (*Fora do microfone.*) – Exatamente, dobrou o desemprego.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E esse último dado que você deu também...

A SRª MARILANE OLIVEIRA TEIXEIRA (*Fora do microfone.*) – Eu vou deixá-lo com vocês.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Legal! Muito bem!

A SRª ROSE GOMES – Senador Paim, nós vamos nos retirar, porque vamos a outra atividade no Salão Verde da Câmara, onde está havendo uma reunião. Então, nós vamos continuar nossa manifestação aqui dentro. Peço desculpas pela saída.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Peço uma salva de palmas a vocês. (*Palmas.*)

Parabéns pela manifestação!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passamos a palavra agora à Aline Inácio, assistente social e representante do grupo dos aprovados no concurso do INSS.

A SRª ALINE INÁCIO – Bom dia a todas e a todos!

Agradeço, desde já, ao Senador Paulo Paim pela oportunidade de dar voz a uma causa que também diz respeito à questão da saúde, do trabalho, da previdência e da assistência social, já que se fala num tema que está dentro da seguridade social.

Meu nome é Aline Inácio, sou assistente social, moradora de Jaru, Rondônia, que faz divisa com Mato Grosso, Amazonas e Acre. Acho importante dizer isso, porque muita gente confunde quando a gente fala Rondônia. Até perguntam qual é a capital, às vezes confundem com Roraima. É Rondônia, RO.

Nessa data especial, em que se comemora o Dia das Mulheres, eu fiquei aqui ouvindo as demais colegas e imaginando que, três décadas atrás, nós não víamos uma representação tão feminina num espaço em que a mulher ganha voz para lutar por seus direitos, direitos esses que atingem não só a própria figura feminina mas toda uma sociedade, todo um contexto.

Nós vivemos em um cenário atual de desconstrução da política de seguridade social, com ameaças a direitos constitucionalmente construídos. Esse cenário já é uma representação histórica em que o Brasil é construído através de enormes desigualdades sociais e econômicas; por isso, formou-se com um perfil classista, adultocêntrico, racista e machista. E é extremamente violento com crianças, com adolescentes e com mulheres.

Permitam-me usar este espaço privilegiado, em que a mulher ganha voz, para discorrer acerca da violência institucional. É uma violência de que, às vezes, a gente não fala com esse título, mas nós a conhecemos. Faleiros dá este nome de violência institucional. Ele diz que são todas as formas de violência cometidas através das instituições, que deveriam representar, pelo Poder Público, direitos. E, quando essas instituições onde buscamos garantias e direitos não representam essas necessidades, nós temos, então, instalada a violência institucional. É sobre isso que quero falar nesta manhã. Ou seja, violência institucional vem da falta de cuidado dos órgãos e representações que representam o Poder Público, o Estado.

A violência institucional se configura não só contra a mulher, mas, como estamos falando dessa figura, vou me ater a esse segmento. Eu cito como exemplo, porque, neste momento, eu represento milhares de vozes femininas, a Srª Leidjane, mulher, mãe, humilde, jovem, moradora da cidade de Santa Mônica, interior do Paraná, onde me criei – sou paranaense –, que, nesta semana, foi ter seu filho na cidade vizinha de Santa Isabel do Ivaí, no hospital municipal, e que, por negligência médica, por demora no parto, perdeu seu bebê, Lucas. Destaco que, quanto ao profissional que a atendeu, não é o primeiro. É violência institucional. Que tipo de discurso eu poderia fazer para vocês que pode solucionar um caso já instalado? Não há como fazer retornar a vida do Lucas, não há como indenizar a dor que a Leidjane está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sentindo neste momento. Pessoas simples também têm dificuldade de direitos. Se esse profissional continua no papel dele é porque existe uma violência institucional instituída naquele lugar, assim como em tantos outros.

Além desse caso, eu trago a minha experiência pessoal, pois estou representando uma comissão dos aprovados no concurso do INSS. Às vezes, as pessoas não querem falar sobre pessoas que prestam concurso nem sobre aprovados em concurso, mas vejam bem que o concurso do INSS tem suas peculiaridades, porque ele abrange uma gama de segmentos, como eu disse anteriormente, a seguridade social. Então, o INSS é um órgão que representa não só a previdência social mas também a assistência social como política e a saúde pública, a saúde. Então, nós precisamos da atenção do Governo Federal para essa instituição, que também é historicamente prejudicada pelo descaso no atendimento, porque sempre há uma falta enorme de servidores nessas agências.

Inclusive, quero, neste momento, dar voz a todas as mulheres aprovadas no concurso, que esperam pela convocação do Governo Federal, para colocar em prática – nós só queremos trabalhar – as horas dedicadas ao estudo. Nós, como mulheres e mães que cuidamos das nossas casas e dos nossos filhos, trabalhamos fora e estudamos ainda. Vinte e quatro horas é pouco, mas a gente dá conta de fazer essa divisão.

Além disso, nós temos aqueles gastos fixos mensais. Então, nós, de família pobre, de classe média baixa, temos um salário em que estão distribuídos os gastos fixos mensais. Mas a gente precisa tirar de uma conta fixa e remanejar para poder comprar o material de estudo. Isso parece pequeno, mas, quando a gente pensa na enorme quantidade de pessoas que fazem esse investimento, isso não pode ser negado, quando a gente é aprovada em concurso. E é um concurso para um órgão de tamanha importância como o INSS.

Eu quero dizer para vocês que eu represento, neste momento, as mães que esperam pelo direito do acesso à previdência social, como tem saído nas grandes mídias. A mulher que precisa do salário-maternidade e não tem acesso está com o filho crescendo no colo. São tantos gastos imprevisíveis que a gente tem quando nasce um bebê! E a mulher não tem acesso ao seu direito! A mulher que recorre ao salário-maternidade contribuiu no mínimo por dez meses para ter acesso a esse direito, como regra do Regime Geral da Previdência.

Então, por que o Estado demora a atender a necessidade de todos os brasileiros, não colocando pessoas para trabalhar nas agências? Nós não podemos achar que o INSS Digital vai suprir toda essa necessidade, essa demanda, porque pode somente diminuir as filas físicas e deixar uma gama de fila digital, em que as pessoas esperam em casa.

Na minha cidade, Jaru, Rondônia – como sou assistente social, tenho de falar dessa demanda também –, nós não temos assistente social nas agências da previdência de Jaru nem de Ouro Preto, cidade vizinha que fica a 40km. Então, o beneficiário da nossa região, que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

uma região grande de extensão rural, sai da sua casa para vir à cidade, tem dificuldade de acesso, porque faltam técnicos, e vai até Ji-Paraná, a quase 100km. Ele faz gastos que às vezes não tem, porque está parado, para tentar acesso ao benefício. E a profissional que atende em Ji-Paraná, que deveria atender só a sua cidade, atende Ouro Preto, Jaru, toda uma região. Como fica esse profissional no desenvolvimento do seu trabalho no dia a dia? Como fica essa mulher? Geralmente, o quadro maior de assistentes sociais é formado por mulheres.

Então, eu trago a voz das pessoas, não só dos aprovados. Quando o Estado deixa de garantir esse direito às pessoas aprovadas num concurso de tamanha importância, ele está atingindo não só os aprovados mas também todos os brasileiros que precisam dos serviços gerenciados através do INSS. Isso ocorre em todos os lugares.

Eu falo também em nome da D. Maria, de Rondônia – uso um pseudônimo –, que, enquanto fazia tratamento de câncer, buscou uma agência do INSS para tentar o Benefício de Prestação Continuada, um benefício da assistência social, e, por falta do profissional assistente social para emitir laudo social, ela demorou meses na fila, e o benefício foi negado. Então, ela, através da Justiça Federal, tendo de pagar um advogado particular... Nós estamos vendo um aumento da judicialização do Benefício de Prestação Continuada, por falta de atendimento no INSS. Aí há uma sobrecarga para a Justiça Federal, porque outro órgão não atende como deveria. Então, essa mulher, a D. Maria, enquanto fazia tratamento de câncer, com seus cabelos caindo, foi buscar a Justiça Federal para ter acesso a um profissional assistente social e para ter acesso ao Benefício de Prestação Continuada.

O Ministério Público Federal do Estado de Roraima determinou em liminar que todas as agências deveriam ter assistente social, mas isso ainda não foi cumprido.

Estou falando sobre o meu Estado, que é a realidade que conheço – também presto serviço à Justiça Federal, mas não faço parte do quadro –, mas isso representa o Rio de Janeiro, por exemplo, onde o INSS está um caos; representa a situação do Paraná, de onde vim, cuja realidade também conheço; e de todo o Brasil, porque essa configuração é geral.

Então, quero dizer para vocês que, num concurso que custou cerca de R$30 milhões de investimento, até agora só foram convocadas 950 pessoas, um número tão díspar. Com R$30 milhões, convocaram 950 pessoas. Só 950 pessoas não suprem a necessidade de 16 mil servidores. O Tribunal de Contas apontou, através de um estudo técnico, em 2016, que o INSS deveria fazer uma contratação de no mínimo 11 mil, e hoje nós já temos a carência de 16 mil servidores. Nós já estamos vivenciando um colapso nas agências do INSS.

Por isso, como mulher, como representante das mulheres e de todos aqueles que são atingidos por essa negligência, por essa violência institucional, dou voz a essa causa.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª ALINE INÁCIO – Quero citar, inclusive, para embasar a minha fala, Faleiros, que é quem discursa sobre a violência institucional. Ele diz o seguinte: "A carência de pessoal e de equipamentos, as filas de espera, a falta de profissionais no trabalho e outras questões que conduzem ao não atendimento, ao atendimento precário e ao desrespeito dos direitos dos usuários são manifestações da violência institucional (Faleiros, 2012, p.33)."

Então, nós estamos vivendo, através da não contratação, uma violência institucional. Cabe ao Estado, ao Poder Público federal resolver.

Por fim, quero dizer, como estou aqui há 60 dias, em Brasília, lutando por essa causa, que este momento é muito importante para mim, para eu poder falar e dar visibilidade, pois é uma causa abrangente. Nós estamos num contexto desfavorável. No último concurso, nós tivemos um decreto presidencial, da Presidente Dilma, que entendeu essa necessidade. E nós precisaríamos disso neste momento, nós precisamos disso. Então, peço, desde já, que seja pedido ao Ministério do Planejamento que tenha conhecimento da causa, porque já foi emitida a Nota Técnica nº 5, do INSS, explicando todo o contexto com dados, e que também haja um possível despacho presidencial – por que não? –, dada a necessidade do órgão.

Eu saliento que a mulher contemporânea, que eu represento... Estou há 60 dias em Brasília, uma terra estranha para mim, e deixei em casa uma filhinha de quatro anos, preciso retornar. Quero dizer para vocês que, infelizmente, às vezes, a gente precisa abdicar de coisas importantes para lutar por prioridades que afetam e atingem positivamente outras pessoas. Então, estou aqui representando a mulher que luta por espaço, que luta por seus direitos, que não tem medo de lutar mesmo em um espaço que seja contrário às nossas reivindicações. Nós ganhamos voz todas as vezes em que continuamos a tentar construir mecanismos de enfrentamento a desigualdades, injustiças e violência institucional, sobre a qual discursei.

O Dia Internacional da Mulher não se limita a mimos e presentes, mas, mais do que isso, serve para lembrar que a mulher é guerreira e tem força suficiente para lutar por seus ideais. Nós lutamos não só nos bastidores mas também no palco da vida.

A todas as mulheres, um feliz Dia das Mulheres! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Parabéns à Drª Aline Inácio, assistente social e representante do grupo dos aprovados no concurso do INSS.

Seguidamente, Aline, chega a esta Comissão denúncia de agressão a servidores, pela falta de atendimento. Há muita gente na fila, a população está desesperada. É exatamente aquilo de que você veio falar.

Quantos fizeram concurso?

A SRª ALINE INÁCIO – Mais de 2,7 mil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso resolveria em parte essa demanda da população, que está exigindo mais funcionários para atender.

A Polícia, em São Paulo, não lembro em qual cidade – esta é a última denúncia que chegou aqui –, teve de intervir devido à violência que estava acontecendo. Os funcionários não têm culpa, não há funcionários para atender todos.

Fica aqui o nosso compromisso, já tomei nota nas demandas, de fazermos um documento, a partir desta Comissão, ao Ministério do Planejamento, para que haja a contratação desses profissionais concursados.

A SRª ALINE INÁCIO – Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agora eu convido para a Mesa a Drª Thaís Maia, Presidente da Comissão de Bioética e Biodireito da Associação Brasileira de Advogados e cofundadora do Canal Bioéticas.

Convido também – e já peço uma salva de palmas para as duas – Ana Maria Costa, representante do Centro Brasileiro de Estudos Sociais (Cebes). (*Palmas.*)

A SRª ANA MARIA COSTA (*Fora do microfone.*) – É o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É de Estudos de Saúde. Está certo. Falo tanto em social!

Há lugar para as duas. Fiquem à vontade, que há lugar para as duas. Podem ficar à mesa.

De imediato, eu passo a palavra à Drª Ana Maria Costa, representante do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes).

A SRª ANA MARIA COSTA – Bom dia a todos e a todas!

Eu cumprimento toda a Mesa e agradeço ao Senador Paulo Paim esta oportunidade que dá ao Cebes (Centro Brasileiro de Estudos de Saúde) de contribuir com essa reflexão.

O Cebes, para quem não conhece, é uma instituição que surge nos anos 80, que luta pelo direito à saúde, produz estudos acadêmicos, produz uma grande revista, que é a revista *Saúde em Debate*. Existem núcleos de ativistas em todos os Estados brasileiros. É um núcleo que tem uma tradição histórica, porque foi o núcleo que propôs a construção do Sistema Único de Saúde. É ali, com o nosso documento que define a saúde como uma questão para a democracia, que conseguimos convencer os Constituintes, que conseguimos levar à 8ª Conferência Nacional de Saúde a construção do Sistema Único de Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vi que o Sistema Único de Saúde foi mencionado aqui várias vezes. Eu queria dar esse crédito, trazer esse crédito ao movimento da reforma sanitária e ao Cebes, em particular, que foi a instituição que propôs.

Falar nesta Casa sobre saúde e sobre o contexto político, sobre os direitos das mulheres e sobre a Constituição, a conjuntura nacional, é muito importante, especialmente porque nós não estamos falando para inocentes, nós estamos falando para um público não só da televisão, mas particularmente para o público desta Casa, que sabe muito bem para onde está sendo levado o Brasil em termos de direitos.

Nós temos uma crise hoje que não é nacional, que é mundial, que é uma crise inerente ao sistema capitalista. Esse sistema tem insistido em produzir soluções muito nefastas e muito perversas para as populações, grupos e classes sociais mais desfavorecidos, entre esses as mulheres, as mulheres negras, as mulheres de periferia, as mulheres analfabetas, as mulheres não profissionalizadas, de forma particular as empregadas domésticas, as desempregadas.

Então, essa conjuntura hoje, que os economistas chamam de austericídio, é produtora e agravadora das desigualdades sociais. Isso tem muito a ver com saúde.

Eu sou uma médica que não fala de doença. Eu falo de saúde, diferentemente das minhas colegas que me antecederam, porque a produção da saúde é um processo social. Uma sociedade só tem saúde se ela tem qualidade de vida, se ela dispõe de um conjunto de direitos que garanta a ela dignidade.

É muito difícil, nós temos um vício de profissão, minhas queridas colegas que falaram antes, de sermos excessivamente prescritivas. Nós falamos como deve ser, mas nós, antes disso, precisamos pensar e lutar para desmontar o por quê. Por que a população brasileira come mal? Por que nós comemos veneno? Por que nós ingerimos tanto veneno hoje no Brasil? Nós precisamos pensar quem é que induz o Estado brasileiro a ter tanta conivência com a presença de tanto veneno. É assim que vamos combater isso.

E os transgênicos, que não foram falados aqui? Vocês já imaginaram – conhecem, por certo – os estudos que mostram as produções das novas bactérias para promover a digestibilidade desses alimentos transgênicos, que nós estamos aí consumindo fortemente, que estão na nossa mesa, mesmo comendo brócolis, couve e qualquer outra coisa? Então, isso é muito importante.

Ninguém falou aqui do cigarro e da força da indústria fumageira, que produz doença e que está aqui hoje induzindo e manipulando o Estado brasileiro para que não entre em produções de controle do cigarro no Brasil e de redução da presença de mais e mais substâncias danosas dentro do cigarro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E as gorduras e os açúcares, que estão aí livres? E todos esses movimentos que temos tido hoje de redução dos açúcares, de redução das gorduras? redução dos açucares, de redução das gorduras. O próprio Ministério da Saúde, há uns quatro, cinco anos, tentou soltar o guia da alimentação para os brasileiros, que foi elogiado no mundo inteiro, mas ele foi boicotado, desmontado dentro desses interesses da grande indústria.

Nós temos que pensar que saúde envolve um processo individual, sim, que nos convoca para as academias e tudo isso, mas há muito mais que isso, pois a determinação social e econômica da saúde é muito grave.

Você falou de acesso. Ora, nós criamos um sistema único universal, que é um sistema que deveria dar acesso universal pronto e de qualidade para toda a população brasileira. O problema do acesso hoje é a expressão da maior desigualdade, porque as mulheres peregrinam na hora de parir, as mulheres têm porta fechada na hora de fazer pré-natal e identificar uma gravidez de risco e morrem de morte materna. As mulheres têm um retardo do diagnóstico de doenças crônico-degenerativas, como câncer e outras tantas, que impede o diagnóstico oportuno e o tratamento com uma possibilidade de regressão das patologias.

Eu acho que nós precisamos pensar nas questões macroestruturais que estão em torno da saúde. Ora, esta Casa aprovou a PEC 95 que congela os gastos com as políticas sociais e que vai incidir fortemente – já está incidindo – na forma e na possibilidade de o SUS continuar sendo um projeto de cobertura universal. Aliás, nós estamos hoje entregues ao mercado privado da saúde. Hoje, o grande dono do poder da saúde é o capital estrangeiro, são as grandes empresas prestadoras de planos de saúde, que sucumbem o próprio Sistema Único de Saúde à autorização para produção de planos populares de saúde, que nós sabemos que são blefes, que são estelionatos, porque se vende o que não vai ser entregue à população. Então, eu acho que pensar direitos à saúde da população brasileira envolve pensar fortemente as repercussões de todas essas políticas, de todas essas iniciativas macroestruturais que estão postas aí hoje para o Brasil.

É muito importante falar isso para toda a população brasileira, porque nós vamos eleger neste ano novos representantes. É muito importante olhar quem vamos eleger para esta Casa, porque esta Casa tem determinado medidas perversas de retrocesso aos direitos sociais da população brasileira, particularmente as mulheres. Esta Casa tem retrocedido nas questões dos direitos sexuais reprodutivos. Esta Casa tem sido conservadora e não expressa a necessidade, o desejo e a realidade de saúde da população feminina, que continua fazendo aborto clandestino e morrendo em virtude disso. Enquanto isso, nós fazemos vista grossa e, ao contrário, nós também retrocedemos em vista grossa e, ao contrário, nós também retrocedemos em condições que já são tratadas como dentro de uma condição normal, como é, por exemplo, a possibilidade de que o SUS resolva com dignidade, dentro de critérios normativos técnicos do Ministério da Saúde, os casos de abortamento chamados inseguros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANA MARIA COSTA – Hoje, há uma Bancada evangélica que retrocede esses direitos. E nós não podemos deixar sucumbir, deixar que as mulheres sejam vítimas mais uma vez, porque o aborto clandestino, quando malfeito, mata e está matando fortemente, matando um volume de mulheres pobres, negras, periféricas, analfabetas, porque nós que temos condições, quando engravidamos sem desejar, vamos às clínicas e fazemos abortos em condições seguras.

Outra questão. É inadmissível que as mulheres continuem tendo, na hora de parir, a porta fechada das maternidades. E quem são essas mulheres que têm mais dificuldades? São as mulheres negras e pobres. É impossível que a maternidade, sendo uma função social, não tenha um respeito por parte do Estado.

O que é fato, Senador e minhas companheiras, é que as mulheres estão sendo abandonadas pelo Estado no momento em que o Estado mais deveria estar presente, que é o momento de uma crise econômica como hoje, com geração de desemprego tão importante, com aprofundamento das desigualdades sociais, com aprofundamento da pobreza e da miséria, com maior concentração de recursos da riqueza do País na mão de tão poucos. Nessa situação em que o Estado deveria ser mais forte, ele recua e se restringe cada vez mais.

É muito importante que nós nos comprometamos por saúde, por direitos, por direitos sociais. É muito importante dizer que nós temos que resistir, ir para a rua, resistir, lutar, ter consciência, eleger bons e comprometidos representantes, mas, principalmente, temos que mobilizarmos todas neste dia que não é um dia de celebração, mas um dia de mobilização e de luta. Este dia não é um dia em que nós aceitamos ganhar parabéns, nós aceitamos, sim, o reconhecimento de nosso papel como atrizes sociais de uma nova política mais justa, mais igualitária, menos violenta. As mulheres querem dizer que nós estamos presentes e que não toleramos a violência de gênero que se exerce sobre nós. As mulheres morrem, permanente e cotidianamente, por violência de gênero. Nós temos aumentado cada dia mais a presença da violência sexual, a presença dos homicídios. Isso é inadmissível. Nós precisamos inaugurar um novo tempo de punibilidade, uma nova presença de um Estado que tenha, de fato, um papel importante no barramento dessa situação tão perversa.

Nós não toleramos a intolerância contra as mulheres lésbicas, contra os transgêneros, contra a população contra a população de *gays*, lésbicas e transexuais, porque isso é um atraso civilizatório, como já foi dito aqui hoje.

É importante que nós tenhamos a luta da mulher negra como uma luta especial, porque sobre as mulheres negras ainda ocorre uma discriminação racista, perversa, que incide sobre a saúde de forma muito particular, tanto na negação do acesso quanto na dificultação do acesso como na própria hora do cuidado, pois, infelizmente, profissionais de saúde ainda reagem com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discriminação e racismo na hora da realização de um cuidado sobre as mulheres negras. Isso não pode acontecer no nosso País.

Por isso, é importante darmos visibilidade a todas essas condições que hoje submetem as mulheres a tamanha injustiça e humilhação dentro da sociedade brasileira, para que isso possa ser revertido, para que essa consciência possa, de fato, promover o País justo que todas nós queremos.

Eu suponho que o meu tempo já tenha se esgotado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ficou dentro do tempo e ainda tem 1min20.

A SRª ANA MARIA COSTA – Ainda? Então, eu vou aproveitar para fazer a última defesa do Sistema Único de Saúde.

Nós hoje estamos vivendo situações gravíssimas. A presença da mobilização social pelo direito à saúde é muito importante...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANA MARIA COSTA – ... assim como a expansão da consciência da população acerca da defesa do SUS, acerca do SUS como direito, não o SUS ruim, não o SUS que vemos no cotidiano, que nos trata mal, que impede o atendimento, que cria uma desigualdade no atendimento do pronto-socorro ou no acesso ao tratamento de doenças crônicas. É o SUS de qualidade que nós temos que defender. A população brasileira conquistou isso na Constituição e tem que defender isso, porque esse é um direito que não é um direito reconhecido pela própria população quando pensa que o seu projeto de vida é ter um plano de saúde.

Ora, o plano de saúde! Todos os estudos hoje mostram muito bem que a ausência de qualidade dos planos de saúde, que tratam a saúde como uma...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANA MARIA COSTA – ... mercadoria, que só se importam com a garantia de que aquele procedimento, aquele atendimento vai ser pago, tudo isso leva a saúde como uma mercadoria de qualquer mercado, como, de fato, traz essa concepção da saúde como um direito. Vocês já perceberam que, quando chega a um pronto-atendimento privado, a primeira coisa que eles vão perguntar é quem paga, se a carteira está em dia, se o plano autoriza. Quando você vai a um público, fazem o que é preciso fazer. Saúde não se trata como mercadoria, saúde requer outra lógica, que é a lógica do direito.

Por isso, temos que lutar fortemente pelo SUS, que foi uma conquista da sociedade brasileira, uma conquista que vai na contramão de tudo isso que está aí, pois é a única política

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileira universalista que, de fato, faz confronto com o mercado direto. A educação é outra importante, mas sempre conviveu muito bem com o sistema privado e, de uma forma inclusive perversa, se ajustou a ele. São lógicas completamente diferentes. Enquanto, na educação, há uma concorrência desigual de formar competidores mais fortes, na saúde, ao contrário, porque

estão me assistindo agora. E eu sou feminazi, me chamam assim num tom de brincadeira. "Ah, é mi-mi-mi, é mi-mi-mi." Nós temos que entender que o feminismo necessita da participação do homem. Tudo que foi colocado aqui – a mulher que fica sozinha, a mulher que não consegue entrar no mercado de trabalho, a mulher que não consegue estudar, que não se profissionaliza, que não paga INSS, que não contribui –, tudo isso acontece porque ela está sozinha. A responsabilidade paterna hoje o homem não tem, a grande maioria dos homens não tem. Mais de 50% das famílias da classe C são monoparentais sustentadas por mulheres. Então, o homem não é chamado à sua responsabilidade e isso é autorizado pela nossa Constituição desde a certidão de nascimento, porque não é obrigatório que o homem esteja junto. Na França, parece que é obrigatório. O homem tem que estar junto. Aqui não, aqui não é preciso.

(*Soa a campainha.*)

A SRª THAÍS MAIA – Então, desde o nascimento, essa mulher está sozinha com seu filho, não tem com quem deixar. Tudo que vocês comentaram que é refletido na nossa sociedade...

Então, não é uma questão de mi-mi-mi. Nós vivemos hoje uma – podemos chamar – primavera feminista. Não é de agora. Essas reclamações que hoje chegam a público, que conseguem uma publicidade não são recentes, são questões que vêm se arrastando há anos, e hoje existem meios de publicar isso, de inteirar as mulheres a conversarem entre si. Isso vai chegando a público e parece que tudo é muito recente, mas não é recente. As mães, as avós, muito mais do que nós. Elas conquistaram o que vivemos hoje.

Queria fazer essa observação e uma outra observação em relação a como tudo isso é sistêmico. Então, estamos aqui debatendo saúde, debatendo diagnóstico, debatendo direito, mas, desde o início da vida, precisamos, em diversos aspectos da sociedade, em diversas esferas da sociedade, de uma atuação de um Estado responsável, de um Estado que não se isente de responsabilidade.

Por último, eu quero dizer que fiquei extremamente emocionada com a manifestação que houve hoje aqui mais cedo. É uma coisa maravilhosa as mulheres conseguirem conversar entre si, se apoiarem. A questão da sororidade é palavra para o futuro, nós dependemos disto, as mulheres se apoiarem, se colocarem para cima.

E eu volto à questão... Quer dizer, não foi falado aqui, mas há a questão da depressão. Exercício físico é importante, alimentação é importante, mas o fato de a mulher cuidar do seu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lado emocional, que hoje no mundo se encontra em desequilíbrio total, vai impactar em tudo. Homens, cuidem das suas mulheres, elogiem-nas, cuidem delas, porque isso vai ter o impacto na sua vida, na sua família, no trabalho dela, tudo ela vai conseguir fazer melhor. Mulheres, com as suas colegas, eu estou sempre predisposta a elogiar todas as mulheres com quem eu convivo todos os dias, porque eu sei que, às vezes, aquele elogio vai ajudar na autoestima, vai ajudar a pessoa naquele dia. E é uma coisinha, mas muda o dia da pessoa. Ela vai sair dali, e o que mais ali vai ocorrer? Que consequências haverá? Então, busquem cuidar de sua saúde emocional. É muito importante ter uma amiga, ter uma rede de apoio, psicólogo. Enfim, combata a depressão. Depressão também mata, depressão também causa câncer, depressão causa doenças somáticas. Enfim, os prejuízos são enormes e afetam toda a família.

É isso.

Eu agradeço muito.

É isso.

Eu agradeço muito.

Todos os meus contatos estão ali, inclusive o *link* do meu canal. Convido todos vocês a conhecerem. É bem interessante, uma iniciativa bem legal. Deixo o meu *e-mail* também. Estou disponível para qualquer coisa que vocês precisarem.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Drª Thaís Maia, Presidente da Comissão de Bioética e Biodireito da Associação Brasileira de Advogados e Cofundadora do Canal Bioéticas.

Eu vou só fazer alguns encaminhamentos, sem prejuízo de alguém que queira ainda usar da palavra.

Vamos aos encaminhamentos.

Primeiro, oficiar ao Ministro da Saúde solicitando informações acerca da disponibilização do medicamento trastuzumabe, por meio do SUS, bem como requerendo providência para que ele seja fornecido a todos os Estados brasileiros.

Segundo encaminhamento, solicitar ao Ministro da Saúde que sejam coletados e divulgados os dados a respeito da incidência de câncer da população brasileira.

Terceiro, solicitar reunião com o Presidente do Congresso Nacional e a Fenama para tratar da celeridade para os projetos de lei que tratem da proteção à saúde da mulher, em especial a prevenção e combate ao câncer, a saber: PL 152, de 2012; PL 3.437, de 2015; PL

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

606, de 2015; PL 7.354, de 2017; PL 6.262, de 2013; PDC 383, de 2016; PL 3.169, de 2015; PL 3.870, de 2017; e PL 8.478, de 2017. (*Palmas.*)

Também é decisão desta Comissão do dia de hoje oficiar ao Presidente do Congresso Nacional solicitando que dê celeridade ao Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2011, de autoria do Deputado Marçal Filho e da relatoria deste Senador, que acrescenta o §3º ao art. 401 da CLT, aprovada pelo Decreto 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de estabelecer multa e as devidas providências para combater a diferença de remuneração verificada entre homens e mulheres. Homens e mulheres, mesma atividade, mesmo trabalho, mesmo salário.

São esses os encaminhamentos. (*Palmas.*)

Com as palmas, eu dou por aprovados os encaminhamentos e passo a palavra agora para um comentário da Drª Bruna.

A SRª BRUNA PITALUGA PERET OTTANI – Eu só queria acrescentar uma informação na fala da Thaís. O homem não precisa estar presente na certidão de nascimento do filho – isso não é uma obrigatoriedade –, mas, para a mulher fazer uma laqueadura tubária, é preciso. Então, é uma sociedade completamente contraditória, em que a mulher não tem autonomia para decidir sobre a sua contracepção, sendo ela definitiva ou não, porém é uma sociedade que diz para a mulher: "Agora que você tem o filho, você se vira e é você que vai criá-lo."

Então, é importante que nós refaçamos e repensemos a respeito disso, porque sempre estamos falando da consequência. Vocês vão ver que eu vou voltar sempre para a história da prevenção. Ter o câncer é um custo – um custo social, um custo psicológico, um custo, enfim, enorme –, mas a prevenção tem que ser falada. É a mesma coisa do filho: se eu tenho um filho e esse filho não foi desejado, o que me fez ter esse filho? Foi a falta de assistência anterior, e essa falta de assistência encontra muita burocracia nas secretarias de Saúde dos Estados. Trabalhei na Secretaria de Saúde do DF durante dez anos e, até para colocar um DIU, precisávamos de documento assinado.

Então, é para vocês entenderem que nós podemos até falar...

Então, é para vocês entenderem que nós podemos até falar... Eu me preocupo em falar muito sobre isso, quer dizer, como uma mulher chega a ser submetida a um abortamento clandestino? É porque lá atrás ela não teve a assistência que ela deveria. Então, é só para vocês entenderem que certificar um nascimento de um filho é fácil e uma laqueadura tubária é praticamente impossível. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Faltou um item que a assessoria aqui me lembrou. Item cinco: oficiar ao Ministério do Planejamento requerendo informações sobre as razões de não nomeação dos aprovados no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

último concurso para o INSS, solicitando que as nomeações sejam efetuadas com urgência diante da precariedade do atendimento ao público aqui hoje denunciado pela Drª Thaís, se eu não me engano. O.k.? (*Palmas.*)

Com esses encaminhamentos, nós encerramos a audiência pública de hoje, até porque começou o plenário e estão me chamando para que eu esteja no plenário.

Muito, muito obrigado a todos.

Termino só dizendo: vida longa, vida longa a todas as mulheres do Brasil e do mundo! (*Palmas.*)

(*Iniciada às 9 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 54 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE MARÇO DE 2018, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e trinta e três minutos do dia nove de março de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Marta Suplicy, Hélio José, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Regina Sousa, Eduardo Amorim, Ciro Nogueira, Ana Amélia, João Capiberibe, Romário, Magno Malta e Telmário Mota. A reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 34/2018, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Ciclo de Debates sobre: "A Carga Tributária", com foco no imposto de renda. Participantes: Kleber Cabral, Presidente da Associação dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – UNAFISCO; Claudemir Rodrigues Malaquias, Chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Secretaria da Receita Federal do Brasil; Cláudio Márcio Oliveira Damasceno, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil - SINDIFISCO NACIONAL; Charles Alcântara, Presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital - FENAFISCO; Renato da Matta, Representante da Articulação Nacional de Saúde e Direitos Humanos – ANSDH; e Floriano Martins de Sá Neto, Presidente do Conselho Executivo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP. O Presidente concede a palavra a Senhora Tânia Andrade, Assistente Técnico do Senado Federal. O Presidente faz os seguintes encaminhamentos: Encaminhar aos senadores o link do vídeo desta Audiência Pública; e encaminhar ao secretário da Previdência o documento entregue pelo senhor Renato da Matta, solicitando informações e providências cabíveis. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e cinco minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/03/09

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 2018, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e dezenove minutos do dia doze de março de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Marta Suplicy, Hélio José, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Regina Sousa, Eduardo Amorim, Ciro Nogueira, Ana Amélia, João Capiberibe, Romário, Magno Malta e Telmário Mota. A reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos RDH 126/2017 e RDH 1/2018, ambos de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "A instituição do mês de abril como o mês da Conscientização sobre a Doença de Parkinson". Participantes: Danielle Ianzer, Coordenadora do Projeto Vibrar com Parkinson - Projeto de extensão da Universidade Federal de Goiás; Elaine Del Bel, Professora da Universidade de São Paulo - USP/Ribeirão Preto; Nasser Allam, Médico Neurologista - Fundador do Centro de Referência em Transtornos do Movimento, do Distrito Federal; Alexandre Teixeira Marques, Assessor do Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro - SISEJUFE-RJ; Maria Elisa Pimentel Piemonte, Coordenadora da Rede AMPARO de Apoio Neuromat a Amigos e Pessoas com Doença de Parkinson; José Guilherme Schwam Júnior, Médico Neurologista, especialista na Doença de Parkinson; Jaqueline Silva Misael, Representante do Ministério da Saúde; e Raphael Montagner, Ator. O Presidente concede a palavra para as seguintes pessoas presentes no plenário: Marcelo Nobile, Parkinsoniano; Ricardo Titze-De-Almeida, Professor da Universidade de Brasília – UnB; Felipe Mendes, Coordenador do curso de fisioterapia da Universidade de Brasília – UnB; Vanessa Mendes, Servidora da Câmara dos Deputados; e Fabio Manffra, Parkinsoniano. O presidente faz os seguintes encaminhamentos: Oficiar o Ministério de Ciência e Tecnologia para que analise a possibilidade de criar uma Instituição Nacional de Pesquisa para a Doença de Parkinson; Oficiar o Ministério da Saúde e encaminhar as notas taquigráficas desta reunião solicitando atender o encaminhamento apresentado por médicos, pesquisadores e parkinsonianos, no sentido de rever a norma 38/SM, da Farmácia Popular, para que todos os portadores de Parkinson possam retirar medicamentos na farmácia popular sem restrição de idade; e realizar entendimentos no Senado Federal para verificar a possibilidade de retirar o PLS 523/2011 da lista dos projetos constantes do requerimento do senador José Pimentel, que solicita a tramitação em conjunto com o PLS 274/2007 e outros. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e sete minutos; e para constar, eu, Mariana

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/03/12

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a 14ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Esta audiência pública será realizada nos termos dos Requerimentos nºs126 e 1, de 2017 e de 2018, ambos de minha autoria, para debater sobre a instituição do mês de abril como o mês de conscientização sobre a Doença de Parkinson.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. As pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, *link* www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800 612211.

Nós temos duas Mesas. Vamos chamar, de imediato, a primeira Mesa, já que atrasamos um pouquinho.

Convidamos para a Mesa a Srª Danielle Ianzer, Coordenadora do Projeto Vibrar com Parkinson, Projeto de Extensão da Universidade Federal de Goiás.

Seja bem-vinda. (*Palmas.*)

Convidamos, agora, a Srª Elaine Del-Bel, Professora da Universidade de São Paulo, USP/Ribeirão Preto.

Seja bem-vinda também. (*Palmas.*)

Convidamos Nasser Allan, médico neurologista, fundador do Centro de Referência em Transtornos do Movimento, do Distrito Federal.

Seja bem-vindo. (*Palmas.*)

E, nessa Mesa, ainda, Alexandre Teixeira Marques, que representa aqui os servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro (Sisejufe-RJ). (*Palmas.*)

Vou fazer uma pequena introdução sobre o tema, como é de praxe aqui na Comissão.

O objetivo desta audiência de hoje é debatermos a possibilidade, inclusive, da instituição do mês de abril como o mês de conscientização sobre a Doença de Parkinson.

Cabe a nós, nesse momento, apenas uma breve abertura, para que, em seguida, ouçamos os convidados.

O Mal de Parkinson, ou simplesmente Parkinson, é doença crônica e progressiva, resultante da degeneração das células situadas em uma região do cérebro conhecida como substância negra.

É a segunda doença neurodegenerativa mais comum e gera grande impacto na qualidade de vida das pessoas que são acometidas por ela. Trata-se de um mal que não escolhe classe social nem grupos étnicos.

Estima-se uma prevalência de 100 a 200 casos por 100 mil habitantes, o que nos faz deduzir um total na ordem de 200 a 400 mil brasileiros afetados pela doença.

Estamos, portanto, falando de uma parcela significativa da população e, se levarmos em conta os membros das famílias dos pacientes, de parkinsonianos, eles também sofrem suas consequências. Concluímos que se trata de uma doença com impacto social e econômico extremamente grave e, claro, no campo das políticas humanitárias, o que é papel desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A incidência do Parkinson e a sua prevalência aumentam com a idade. Apenas cerca de 10% dos casos iniciam antes dos 45 anos. Quanto às suas causas, na maioria das vezes não se consegue determinar quais são. Estima-se que 10% dos casos podem ter causa genética, mas alguns dos fatores de risco são: envelhecimento, consumo de água de poço, morar no meio rural, atividades agropecuárias, exposição a pesticidas, consumo de vegetais não cozidos, exposição a produtos químicos industriais e trabalhar em indústrias de liga de aço ou com mineração.

Os tremores são os sintomas mais conhecidos da doença, mas é importante ressaltar que uma parte significativa daqueles que têm Doença de Parkinson, provavelmente um em cada três, não apresenta os tremores.

Outros sintomas são: rigidez muscular, constipação, diminuição da sensibilidade olfativa, alterações na fala e na escrita, depressão e outros problemas psicológicos e psiquiátricos.

Enfim, só lembro que no início do mês passado eu apresentei o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2018, com o objetivo de permitir a movimentação da conta vinculada aos trabalhadores no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço àquelas pessoas acometidas com as doenças tanto de Parkinson como de Alzheimer.

De acordo com a nossa proposta, essa possibilidade de saque do FGTS se aplica quando a pessoa que tem Parkinson é o próprio trabalhador ou qualquer um de seus dependentes.

Enfim, essas são algumas iniciativas e, claro, fruto do debate e da exposição dos senhores, que são especialistas na área, para que o povo entenda melhor este tema que preocupa todos nós; e por isso estamos aqui.

Então, independentemente da minha introdução, que foi só uma contribuição para o debate, os senhores que vão aprofundar o tema.

De imediato, eu passo a palavra à Srª Danielle Ianzer, Coordenadora do Projeto Vibrar com Parkinson, Projeto de Extensão da Universidade Federal de Goiás.

São dez minutos, com mais cinco, para cada um.

A SRª DANIELLE IANZER – Bom dia.

Agradeço o convite, Senador.

Eu vou falar um pouquinho... Não, eu ia pedir para passar o vídeo.

Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Estamos a postos. Já me informaram do vídeo.

(Procede-se à execução de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. (*Palmas.*)

A SRª DANIELLE IANZER – Bom, eu vou falar um pouco sobre os impactos da Doença de Parkinson e as demandas e dificuldades dos pacientes.

Apesar de o tempo ser muito curto, teria muita coisa para falar, então, eu tentei reduzir o máximo que deu para poder apresentar para vocês, em tópicos, as coisas mais importantes.

Então, a Doença de Parkinson, os dados que a gente tem sobre ela são que é a segunda doença neurodegenerativa mais comum em todo o mundo, acometendo 0,3% da população

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mundial; então, em torno de cinco milhões de pessoas em todo o mundo. E cerca de 1% a 3% de pessoas acima de 65 anos desenvolvem a doença.

Aqui no Brasil, a estimativa é de que há em torno de 200 a 300 mil casos, mas esse dado vem sendo divulgado há muito tempo e não há nenhum dado atualizado. É uma doença mais comum em homens.

Os dados do IBGE do ano passado levantaram que nós somos 207,7 milhões de brasileiros. Então, fazendo uma estimativa baseada no dado da OMS, de que acomete 0,3% da população, então, no Brasil, nós seríamos em torno de 623 mil pessoas com a doença e, dentro desses casos, 10% de diagnósticos de Parkinson de início precoce, que são pessoas com idade inferior a 45 anos acometidas pela doença. Então, abaixo de 45 anos de idade, começam a sentir os sintomas motores.

Definição clínica da Doença de Parkinson: É uma doença neurológica progressiva que compromete os movimentos, devido à perda de neurônios produtores de dopamina na região da substância negra, responsável pelo controle motor. Mas a Doença de Parkinson é muito mais do que isso. O conceito que a população tem é de que a doença causa somente tremores e acomete somente pessoas idosas, acima de 60 anos, e, na verdade, é uma doença que pode até, em número de sintomas e sinais, ultrapassar 30. Então, é muita coisa.

O dano psicológico que essa doença pode causar é enorme, tanto no paciente quanto nos familiares e cuidadores. E a definição que nós pacientes temos é de que a Doença de Parkinson é um mal, tem esse estigma, um mal, sem cura, em que todos os nossos sonhos e planos estão perdidos e a única coisa que nos resta é definhar e esperar a morte chegar.

Então, assim, nós perdemos todas as nossas perspectivas, o nosso horizonte, o nosso chão, ao receber um diagnóstico de uma doença como a Doença de Parkinson.

Vou apresentar agora algumas dificuldades que nós temos em alguns aspectos.

Então, em relação ao diagnóstico, acontece também de as pessoas que têm a doença demorarem para procurar fazer uma investigação, quando começam a apresentar alguns sinais e sintomas.

Além disso, outra dificuldade é o acesso restrito aos profissionais especializados. Segundo os dados da Academia Brasileira de Neurologia, cadastrados na Academia são mais de quatro mil médicos neurologistas, sendo que, desses quatro mil, apenas 300 são especializados em transtornos do movimento.

Então, o que acontece, também muito comum, são os erros de diagnóstico, que acabam aumentando o tempo para definir, o paciente receber esse diagnóstico, o que acaba comprometendo a sua qualidade de vida. E a falta de humanização na hora de dizer ao paciente que ele tem a doença, na hora de dar esse diagnóstico; e também a falta de informação que é passada para esse paciente durante esse processo do diagnóstico.

Em média, pessoas acima de 60 anos demoram dois anos para receberem o diagnóstico e pessoas com Parkinson precoce, aproximadamente quatro anos.

Em relação ao gerenciamento da doença, as dificuldades, as mais comuns, são: dificuldade no acompanhamento, porque ele é restrito e pouco humanizado; dificuldade de adaptação ao tratamento indicado, porque é uma doença complicada, que necessita de vários tratamentos, não só medicamentoso como complementar, terapêutico; custo elevado para manter o tratamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma pessoa que recebe um salário mínimo, que está hoje em R$954, uma pessoa que precisa ter um tratamento adequado para manter a qualidade de vida, gasta em média de mil a R$2 mil por mês. Então, torna-se impossível ter um tratamento adequado e suficiente para a qualidade de vida.

Abordando o tratamento inadequado e insuficiente. Dificuldades para o acesso às terapias, principalmente na rede pública; limitação na capacidade de atendimento das associações de pacientes e grupos de apoio.

Então, no Brasil, existem várias associações, mas elas também têm dificuldade de se manter e oferecer condições melhores para esses pacientes.

E o excesso de informações contraditórias na internet. Hoje em dia, as pessoas querem saber de alguma coisa, recorrem à internet e lá existem muitas informações que nem sempre são adequadas para essas pessoas.

Então, nesse caso, na questão do gerenciamento, se você não executa um gerenciamento adequado, você acaba favorecendo a progressão da doença e comprometendo a qualidade de vida.

No aspecto familiar, social e profissional, as dificuldades de relacionamento entre os familiares e o paciente, e a aceitação por esses indivíduos, que acabam convivendo com os pacientes, vivem a doença de uma certa forma, mas não têm os sintomas.

Então, é muito complicado. A longo prazo, você precisa de um suporte terapêutico para poder lidar com o impacto emocional que essa doença causa.

O estigma do conceito da doença, então, quando se fala em Parkinson, todo mundo fala Mal de Parkinson. Então, um dos trabalhos que a gente tem feito é trabalhar nesse sentido de tirar o Mal, porque a doença já é pesada suficientemente e a gente não precisa carregar mais esse estigma.

Outra questão muito importante é o isolamento social. Então, os pacientes se sentem inferiorizados, limitados e acabam se restringindo do convívio social. E, quando se arriscam a isso, acabam sofrendo com constrangimentos e discriminação por parte da população, porque ela não tem o conhecimento adequado sobre a doença. Daí a importância de um trabalho de conscientização.

Há restrição para executar as tarefas laborativas no âmbito profissional e dificuldades para recolocação profissional.

Então, muitas pessoas acabam escondendo que têm a doença com medo de perderem os seus empregos no caso do Parkinson precoce ou até pessoas com idade um pouco avançada que ainda trabalham, e quando acabam se expondo, falando no seu trabalho, elas não conseguem uma recolocação no seu emprego. E, aí, a pessoa acaba meio que perdendo a sua identidade.

Sobre direitos e benefícios, restrição aos tratamentos e terapias indicados. O Farmácia Popular oferece alguns medicamentos, outros pelo SUS, mas não são todas as opções de medicamentos que estão disponíveis para nós e há alguns medicamentos que são de alto custo e que acabam prejudicando o tratamento pela dificuldade de acesso a eles.

O atendimento prioritário em locais públicos. Então, principalmente quem tem Parkinson precoce acaba não tendo esse favorecimento, pelo fato de ser jovem, acaba sendo julgado, sofrendo discriminação também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desigualdades para isenção de impostos. Então, há cidades, Municípios em que se tem isenção de IPTU, outros não. A dificuldade para isenção do ICMS e do IPI para compra de carro, para conseguir a isenção do IPVA e do imposto de renda.

E uma coisa que tem prejudicado muito a gente é a dificuldade para a obtenção de auxílio-doença e aposentadoria. Quem tem Parkinson precoce sofre, assim, humilhações durante a perícia na Previdência Social. É algo assustador e, mesmo quando esses pacientes levam os laudos dos seus especialistas pelos quais eles são acompanhados, o perito acaba negando o auxílio-doença, diz que é fingimento, enfim, acaba piorando ainda mais a situação desse paciente.

E, em alguns casos, de pessoas mais idosas, há dificuldade para conseguir aposentadoria.

No caso do precoce é preciso ter dois anos de auxílio-doença para depois ter o direito de solicitar a aposentadoria. Há casos em que a doença avança muito rápido e a pessoa precisa dessa aposentadoria. E eles colocam regras...

(*Soa a campainha.*)

A SRª DANIELLE IANZER – Posso continuar?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso faz parte do jogo. Ou seja, quando há esse sinal V. Sª tem mais cinco minutos. Pode continuar tranquilamente.

A SRª DANIELLE IANZER – Obrigada.

Estava falando das pessoas que têm a doença em estágio mais avançado com Parkinson precoce e não têm acesso ao auxílio-doença.

O acesso ainda é negado ao Fundo de Garantia para o tratamento; restrições para obtenção da carteira de habilitação e em alguns Municípios fiquei sabendo que estão apreendendo a carteira de pessoas com Parkinson, independentemente do estágio da doença, mesmo que a pessoa ainda tenha condições; dificuldades para a obtenção do cartão para vaga especial para estacionamento de veículos. Com tudo isso, a pessoa acaba perdendo a sua dignidade.

Eu trago aqui para vocês algumas perguntas que são muito importantes para nós. Há muitas, mas eu selecionei algumas. Em primeiro lugar, quantos nós somos? Isso porque as estimativas nunca trazem o número real de parkinsonianos no Brasil. Então, é importante a gente saber isso para poder definir metas de auxílio para essas pessoas, de como elaborar programas e projetos de lei.

Como lidar com uma doença que causa tantos sintomas de difícil gerenciamento? Como tratar uma doença que exige uso de diferentes medicamentos e acompanhamento terapêutico com diferentes profissionais da saúde?

Quando se trata de um cidadão de classe média, por exemplo, como manter a sua qualidade de vida se lhe é dificultado o acesso ao tratamento medicamentoso, às terapias, ao auxílio-doença e à aposentadoria? Há, no caso, medicamentos que estão para entrar no mercado e não sai a aprovação deles. Em geral são comercializados em outros países. Há a aprovação desses medicamentos pela FDA, já têm a aprovação na Europa e aqui no Brasil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estão sendo barrados. Então, é preciso haver a facilitação desse processo. Como uma pessoa de baixa renda pode retardar a progressão da doença com tantas dificuldades?

Eu gostaria de agradecer a algumas pessoas, principalmente ao Marcelo Nobile; ao padrinho do projeto, Rafael Montagner; a alguns amigos que têm Parkinson precoce: à Ellen, à Nubia, ao Roberto, à Catia, à Iris, à Marcia, à Elcinara, à Sandra, à Suzana; agradecer também a alguns profissionais que estão aqui presentes e outros não, mas que são parceiros do projeto, como a Drª Andrea Lima, fisioterapeuta; ao Dr. Delson José da Silva, que é meu médico; à Drª Elaine Del-Bel, que está aqui presente; à Drª Ana Moura, neurocirurgiã; ao Dr. José Guilherme, que está aqui também; ao Dr. Pedro Brandão, que não pôde comparecer; ao Dr. Nasser Allan, que também está presente; à Drª Maria Elisa Piemonte, que também vem realizando um trabalho importante, em São Paulo, através da Rede Amparo, com a divulgação voltada para profissionais; mas ela oferece aos pacientes também palestras mensais com informações importantes sobre temas específicos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos a toda essa equipe.

Pode continuar. (*Palmas.*)

A SRª DANIELLE IANZER – Eu peço ao pessoal que estiver a nos assistir que acompanhe o nosso site e se tiverem alguma coisa para nos dizerem, estamos todos ouvidos - contato@vibrarcomparkinson.com.br. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, doutora! (*Palmas.*)

A SRª DANIELLE IANZER – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns pela bela exposição. Como nós estamos ao vivo para todo o Brasil pela TV Senado, pela Rádio Senado e pela Agência Senado, as pessoas vão poder conhecer mais a realidade de quem tem a doença de Parkinson.

Eu vou ler dois questionamentos, porque chegaram diversos. Alguns não entendem bem, mas eu sou obrigado a ler. Então, fiquem tranquilos porque este aqui é um espaço democrático. Por exemplo, não vou fazer crítica, só vou ler, senão vou ter que fazer críticas de alguns e elogios a outros com os quais concordo.

Da Elaine Cristina, do Paraná: "Parabéns pela iniciativa. Só quem tem familiar com Parkinson sabe o quanto é importante debater sobre o assunto. Essa doença requer muitos cuidados, remédios caros; e muitos portadores de Parkinson são mais novos, sim, e não têm direito ao remédio gratuito. Por favor, lembrem-se de todos. Obrigada. É muito importante a audiência para a informação".

Agora vem aquele do qual discordo, mas vou fazer a leitura. É um direito dele expressar o que pensa e eu de discordar.

Fabrício Marques, do Amazonas: "Fico perplexo ao ver essas matérias. Existe um número gigantesco de doenças atualmente [Ele quer dizer que não é só essa. Mas nós fazemos audiência para todos que nos pedem, respondendo educadamente ao Fabrício]. Ficam perdendo tempo para criar isso ou aquilo e depois gastam milhões em campanhas na TV e em impressos referentes ao tal mês. Procurem algo para fazer. Que tal gastar com pesquisa?"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Provavelmente ele nunca teve alguém com doença de Parkinson e outras doenças. Mas é um direito dele.

Marcelo Nobile, do Rio de Janeiro, diz, respondendo ao Fabrício: " Prezado Fabrício, entendo a sua indignação, contudo, faz-se necessária uma conscientização sobre a doença de Parkinson em toda a sociedade, incluindo os Parlamentares". Este aqui já deu uma resposta ao Fabrício.

Daniela Alanze, de Goiás, diz: "Fabrício [Ela diz isso para ele educadamente. Todos foram muito educados. Ele também, mas do seu jeito. Temos que respeitar], a audiência era para tratar das diversas demandas das pessoas com Parkinson, desde tratamentos até terapias, para garantir um mínimo de qualidade de vida e também investimentos em pesquisa, aposentadoria, resgate da dignidade dos pacientes, reinseri-los no convívio social, combater as discriminações".

Vejam que nós temos opiniões aqui para todos os gostos.

Passamos agora a palavra à Professora da Universidade de São Paulo, USP/Ribeirão Preto, Srª Elaine Del-Bel.

A SRª ELAINE DEL BEL (*Fora do microfone.*) – Eu vou falar em pé. Eu sou professora, então, estou acostumada a falar em pé.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

A SRª ELAINE DEL BEL – Obrigada pelo convite, obrigada ao Senador que teve a iniciativa, obrigada às pessoas que eu conheço. Vamos fazer o possível para que tenha muito valor e tenha muito futuro essa iniciativa.

Pode passar o próximo, por favor.

Meu nome é Elaine. Eu trabalho na Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto, mas sou professora de Fisiologia e trabalho com projetos para entender a doença de Parkinson em animais – que é o que é possível se fazer em pesquisa – há mais de 20 anos.

Pode passar o próximo, por favor.

Então, os meus colegas me pediram que eu falasse...

Você pode passar, mas ir para o 1.30 já.

Pediram que eu falasse sobre incentivo ou financiamento para pesquisa. Então, eu quero fazer esta pergunta: O que a investigação científica mundialmente fez por todos nós? Esse é um pequeno filme sobre aquele filme Amadeus e que mostra o compositor, Salieri, quando ele já está velhinho, já está internado numa instituição para doentes mentais, porque queiram ou não, o Parkinson é uma doença neurodegenerativa que vai atingir o sistema nervoso central. Então vejam como os doentes mentais eram tratados. Você pode ver aqui como era isso cem anos atrás. Eram tratados como animais e não existia um futuro para eles. Isso era um doente mental. Nós precisamos saber disso. Por quê?

Você pode ir para a frente, por favor.

Hoje foi a investigação científica que conseguiu drogas, medicamentos para trazer essas pessoas para o convívio diário, para trabalharem, para viverem.

A Dani colocou uma definição... Eu gosto muito do Paulo José, que também é um ator, e esta frase é dele: "É doença degenerativa, progressiva e irreversível. Mas a vida não é muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diferente". Eu sei das dificuldades que vocês têm. Mas nós, pessoas comuns, temos que lutar todos os dias também e isso é muito difícil. E a gente está com vocês nessa luta.

Pode passar, por favor.

Essa doença ganhou notoriedade ou nome, graças a Deus, porque pessoas famosas, como o Papa João Paulo... E a gente vê ali o Cassius Clay, o Muhammad Ali; ele já teve Parkinson e foi por lutar box. Quer dizer, as causas – o que pode causar essa doença – são inúmeras. Além dos sintomas, as causas são inúmeras e incontroláveis. Não existe uma forma de dizer assim: "isso previne". Existe, mas não muitas.

Eu gosto sempre de mostrar, todo o mundo já viu o filme, De Volta para o Futuro; o Michael J. Fox teve a doença de Parkinson precoce e ele, um artista, que poderia ser uma pessoa, vamos dizer, frívola, que não prestasse atenção nas coisas, transformou a doença dele numa causa, que é o que o seu projeto está fazendo e que vocês estão fazendo. Ele criou a Fundação Michael J. Fox para pesquisa para o Parkinson.

Eu sei que não existe até hoje um brasileiro... Ele dá dinheiro para a realização de projetos científicos no mundo inteiro. Até hoje, no Brasil, ninguém conseguiu. O Prof. Ricardo passou na primeira fase. A gente está em contato com eles. Eu sei que um pesquisador no Chile teve um projeto. Isso é para vocês verem o quanto isso é competitivo. Então, não vamos perder a personalidade. Vamos lutar. Essa é que tem que ser a mensagem. (*Palmas*.)

Obrigada.

Eu nem vou falar nisso aqui porque eu acho que a Danielle colocou muito bem, ou seja, Organização Mundial da Saúde, o que é a incidência, é a segunda doença degenerativa mais importante no mundo; e como a família lida com isso, como o paciente lida com isso.

Pode passar, por favor.

Então, o que eu faço, o que fazemos muitos de nós, no laboratório, é trabalhar com os bichinhos. A gente trabalha com camundongos, aqueles pretinhos, e com os ratos Wistar. Mas existem alguns laboratórios – isso já é muito mais difícil – que trabalham com macacos. Por quê? Porque isso é um cérebro de um macaco cortado, e ali é o do ratinho, e nós vamos induzir aquilo que seria o Parkinson experimental, a destruição desses neurônios que produzem dopamina no cérebro deles. Só que trabalhar com macaco, embora ele seja um primata e esteja mais perto do ser humano, é muito caro e muito difícil. Com ratinhos e com camundongos nós conseguimos fazer algumas coisas.

O próximo, por favor.

Eu sempre mostro primeiro uma pessoa que tenha Parkinson para vocês verem os sintomas dela. Mas vamos ver o que a gente consegue fazer com um ratinho num laboratório. Isso é um filme também. Esse é um animalzinho que sofreu lesão, que tem Parkinson, e a gente tratou-o com a Levodopa. E a Levodopa, no início ela é muito boa, é a lua de mel, mas pode provocar movimentos involuntários anormais. Então, não adianta somente ter o diagnóstico do Parkinson. O tratamento não cura. Não existe cura. Existem tratamentos que podem auxiliar, mas que não curam. E outros sintomas podem aparecer. Os pacientes podem falar disso para vocês depois. O que ela é? É uma doença incapacitante. Essas pessoas têm o direito de continuar trabalhando, de continuar produzindo, de continuar participando da força deste País, não é verdade?

Pode passar o próximo, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós temos que pensar em formas de ajudar.

Esse é um filmezinho também.

Esse é o Sr. Alcir.

Pode parar, por favor. Quero falar.

Há alguns anos, nós, trabalhando no laboratório, por um engano, tivemos a felicidade de descobrir que esse medicamento que se chama Doxiciclina, que é um antibiótico, mas que é utilizado no laboratório não como antibiótico, mas como anti-inflamatório, e que nos ratinhos produziu uma melhora, uma proteção, tanto na doença de Parkinson, na sua evolução, quanto nos sintomas desses movimentos involuntários anormais. E a gente acaba sendo muito procurada... E esse foi o motivo pelo qual eu conheci a Danielle, o Marcelo e muitos pacientes.

Esse senhor é um paciente. Ele é, inclusive, amigo do Sr. Sérgio Rouanet, da Lei Rouanet, e os dois, desde o ano passado, estavam numa situação em que não tinham futuro, não tinham esperança. E eles, por iniciativa própria, o que não é aconselhável, pois sempre deve haver orientação médica, iniciaram o tratamento com a Doxiciclina. Bom, podemos conversar mais sobre isso. Trata-se de um filme, de uma entrevista que ele fez para a TV Record, de um programa. Primeiro, ele era todo envergonhado, não queria... Os médicos podem chamar isso de resultados anedóticos, porque não têm um controle científico.

Mas esse senhor, desde o ano passado, é um caso – temos vários casos que a gente pode comentar –de uma pessoa que toma Doxiciclina. O que aconteceu com ele? Vocês vão ver.

Pode mostrar, por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRª ELAINE DEL BEL – Ele começou a comer e quando ele fala "comer" isso não significa que aumentou o apetite, mas que ele conseguiu mastigar e engolir sem engasgar, o que é outro sintoma, pois os doentes não engolem, eles não mastigam. Ele não conseguia no começo, mas depois conseguiu. Outra coisa que o Sr. Alcir conseguiu e que está lá presente é que ele passou a caminhar. Então, ele falava que ele não saia da casa dele, mas que começou a descer para buscar o jornal e começou a se movimentar. Hoje ele escreve, ele fala, ele conversa, e a vida voltou para esse senhor. Isso vai fazer um ano no mês que vem.

Pode parar a exibição, por favor.

Então, a gente tem vários casos, vários depoimentos para contar de pessoas, mas novamente, resultados anedóticos. Esses resultados não têm um controle científico. Então, o neurologista dele hoje receita o antibiótico, porque como ele era acompanhado há muitos anos, ele acompanhou a mudança e hoje ele receita. Por quê? Porque ele está vendo os efeitos.

O próximo, por favor.

Eu fui convidada para vir falar aqui sobre recursos para fazer a pesquisa. Então, os próprios pacientes me cobram. E eu tenho uma lista de mais de quatrocentos e de mensagens que eu recebo: "Quando é que vocês vão realizar um ensaio clínico sobre esta substância, a Doxiciclina, o efeito dela, o que ela faz, como isso está sendo feito?" Muito bem, hoje, em Ribeirão Preto, com o Dr. Vítor Tumas, que é o neurologista responsável pelo Ambulatório de Distúrbios do Movimento, no Hospital de Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão, nós temos um projeto no Comitê de Ética. Isso vai sair. Em poucos meses, nós vamos iniciar esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

estudo. Eu tenho colaboração com laboratórios na França, o Inserm, que é um instituto de investigação científica. Nesse instituto há o Prof. Corvol, que também é responsável pelos... Esse é um instituto onde o neurologista que deu o nome à doença de Parkinson trabalhou. Ele também vai realizar um estudo clínico. E nós temos contato ainda com outro pessoal em Tucumán, na Argentina, onde vão ser realizados estudos clínicos. Agora, esses estudos não vão ser estudos que a gente chama de duplo cego, estudos de acompanhamento de anos, porque isso é necessário para se fazer um estudo de proteção. Por quê? Porque nós não temos recursos. E quando eu falo em recursos é dinheiro não só para comprar medicamentos, mas para trazer esse pessoal. É muito diferente tratar de pacientes e tratar de ratinhos. Cada ratinho tem um comportamento. Mas com os pacientes é mais difícil ainda, porque existe o Parkinson precoce, existe o Parkinson mais, das pessoas com mais idade, existem aqueles que estão doentes há dez anos, aqueles que estão doentes há cinco anos, aqueles que tomam uma dose muito baixa da Levodopa, outros que têm as discinesias, outros não.

Então, na hora de se fazer uma seleção, o número de pacientes para se ter um visto muito sério e aceito pela comunidade científica não somente nacional, mas internacional, é muito grande. É muito, mais de duzentos, quinhentos pacientes. E o seguimento é uma coisa de anos. Isso é realmente muito financiamento para ser esse tipo de coisa, mas nós vamos fazer o que nós podemos.

Agora, eu quero dizer e eu faço questão de dizer que, infelizmente, o corte do Governo para o Ministério da Ciência e Tecnologia é realmente uma infelicidade. Não vou dizer um absurdo, mas é uma infelicidade. Hoje, em relação a 2010, ou seja, o corte foi em torno de 52%. Então, o CNPq, o Conselho Nacional de Pesquisa, que sempre foi a grande entidade de financiamento para o Brasil inteiro, não tem, os pesquisadores não estão recebendo dinheiro, as bolsas estão diminuindo muito. Então, o investimento em ciência e tecnologia, em pesquisa caiu muito neste País. Isso é uma infelicidade para todos nós.

Esse resultado, essa observação que a gente teve com a Doxiciclina, novamente, há vinte anos que eu trabalho com isso, hoje talvez nós consigamos ter uma perspectiva, que precisa ser muito bem investigada e que pode vir a ajudar diretamente o paciente. Mas dizer assim: "A Elaine trabalhou vinte anos procurando a cura", não é isso. Eu procuro entender.

Então, eu tenho um mentor, um professor inglês, que sempre me... Esse relógio foi ele que me deu. A esposa se divorciou e ele se livrou de tudo que a esposa deu para ele, ele me deu o relógio. Tanta raiva que ele tinha dela. Então, ele...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ELAINE DEL BEL – ... mas eu gosto – obrigada, estou terminando – de usar o exemplo dele porque ele fala assim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Fique tranquila porque tem no mínimo mais cinco minutos, pelo seu tempo ainda. No mínimo, não é?

A SRª ELAINE DEL BEL – Muito obrigada. Se você quer entender alguma coisa, se o seu relógio quebra, o que você faz? No começo, você vai lá e bate o relógio, quem sabe ele começa a funcionar novamente. Mas e se ele não funciona? Que é o cérebro do paciente, se ele não funciona? Então, o que é necessário fazer? O que um relojoeiro faz? Ele vai lá, ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

abre o relógio, ele desmonta e depois ele monta. Ele entende todo o circuito, e aí ele consegue consertar.

A pesquisa científica faz isso. Ela vai entender como é que o cérebro funciona, ela vai entender desde o início o que essa morte dos neurônios faz, como é que isso é integrado, o que o nosso cérebro faz para sobreviver. Então, é uma grande esperança. Talvez, talvez – e não existe garantia para isso, mas talvez – o trabalho de doze, catorze horas por dia, que é o nosso trabalho, procurando, tentando entender, consiga trazer coisas para vocês. E não só aqui, trazendo, se juntando à comunidade internacional também.

Pode passar o próximo, por favor.

A doença de Parkinson é muito mais. Essa eu gostaria que você mostrasse. Você pode andar um pouquinho pela metade. Esse é um paciente que tem a doença de Parkinson, eu não vou mostrar, mas ele não anda. Agora, olhem o que essa pessoa parkinsoniana é capaz de fazer quando recebe uma bola.

(*Procede-se à transmissão de vídeo.*)

A SRª ELAINE DEL BEL – Isso. Ele vai fazer embaixadinha e ele é uma pessoa... Olha aí, para começar, está vendo? Tremor, travado. Esse vídeo me foi dado por um neurologista holandês.

O que é a mensagem aqui? Quando a pessoa está doente, quando ela tem a lesão dos neurônios dopaminérgicos, o que ela tem é uma via, como se fosse a rodovia São Paulo-Brasília interrompida. E ele não vai conseguir botar essa via para funcionar mais. Ele não vai se movimentar, ele vai ter um monte de limitações, mas o nosso cérebro... Esse cara deveria ser um jogador de futebol. Ele tinha um circuito que, quando a bola chega no pé dele, ele começa a funcionar.

Então, são coisas que podem ser entendidas, descobertas no nosso cérebro e que vão poder ajudar vocês. Isso é pesquisa básica. Isso é entender o que está acontecendo com o nosso cérebro para tentar evoluir. Só assim nós vamos conseguir ir adiante.

Pode passar o próximo, por favor.

Então, a Organização Mundial da Saúde, se vocês entrarem lá, tem esse grupo saúde para todos. E o que esse grupo preconiza realmente é uma, vamos dizer... Os custos para os serviços de saúde são altíssimos, não é barato. Você contou, a Dani contou o preço do paciente para si, para se sustentar. Agora, imagine o que custa para o sistema de saúde. É muito dinheiro, mas uma parceria entre nós, neurocientistas, entre profissionais da saúde e médicos, assim como outros profissionais, realmente essa interação pode representar o interesse dos pacientes, pode ajudar os pacientes.

Então, eu perguntei...

Pode passar o próximo, por favor.

Eu perguntei para uma colega minha: o que eu faço, o que eu vou mostrar nessa apresentação para sensibilizar as pessoas, para mostrar a importância disso? Eu não posso vir aqui com gráficos, eu não posso vir aqui com resultados experimentais e falar só de ratinhos. Então, a minha cunhada, que é veterinária, falou para mim assim: "As pessoas ficam muito motivadas quando elas veem um animalzinho." Então, isso aqui é minha filha com um cachorrinho de rua, sem raça definida, que ela pegou quase morrendo e está cuidando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que eu gostaria que ficasse na cabeça de vocês, de todos nós, é que isso aqui são os pacientes com doença de Parkinson. Eles ficam indefesos, eles têm que reaprender a viver. Então, a doença faz isso com a gente, faz isso. Não só o Parkinson, muitas outras. Então, nós todos temos muito o que fazer e, em termos de investigação científica, muito, muito mesmo o que fazer...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ELAINE DEL BEL – ... e nós precisamos de financiamento para isso, para ajudar a todos vocês.

Muito obrigada, gente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos à Professora da Universidade de São Paulo – USP/Ribeirão Preto, Profª Elaine Del Bel, que deu aqui uma verdadeira aula para o País. Depois de você ouvir a fala deles, eu tenho certeza de que você mudou de opinião. Estou falando com você, Fabrício. Olha só, todo mundo ficou emocionado com as duas falas aqui, Fabrício. Não tem como. É que às vezes as pessoas vão... Não é o seu caso, Fabrício, acho que você quis ajudar. Mas as pessoas vão perdendo a sensibilidade de políticas humanitárias.

Esse exemplo do cachorrinho foi... Eu, que gosto muito de cachorro também. É pequeno, é grande, comigo não tem nada. Se eu contar que, lá onde eu resido, enfim, e onde eu tenho um escritório, há no mínimo doze cachorros que vão todo dia na porta. Eles vão direitinho pegar comidinha, água, não fazem bagunça nem nada e de noite eles cuidam daquela área.

Só estou pegando um exemplo. As pessoas não têm uma visão humanitária das coisas, claro com a expressão da doença e com todo o ecossistema. Mas, enfim, eu quero dar uma salva de palmas de novo para ambas aqui, para as duas. (*Palmas.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vai, vai poder comentar depois. Agora, nós vamos deixar aqui, depois vai haver os comentários de cada uma de vocês.

Por favor, agora o médico neurologista, fundador do Centro de Referência em Transtornos do Movimento do DF, Dr. Nasser Allam.

O SR. NASSER ALLAM – Bom, em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer o convite da Comissão de Direitos Humanos, na pessoa do Senador Paulo Paim. E gostaria também de parabenizar todos os colegas que estão aqui, que muito contribuem à causa das doenças neurodegenerativas. Não vamos isolar só a doença de Parkinson. Nós temos várias patologias neurodegenerativas que deveriam ter um tratamento também como os pacientes da doença de Parkinson. Por exemplo, os pacientes com coreia de Huntington, como os pacientes com ataxias.

Enfim, são patologias também que são absolutamente desprezadas do ponto de vista de uma legislação que proteja, tendo que sempre recorrer ao Judiciário para que, por analogia, por ser uma patologia semelhante, com o mecanismo degenerativo parecido, consigam ter um suporte do ponto de vista legal, vamos dizer assim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois da palestra da Drª Danielle e da Drª Elaine, fica muito difícil a gente falar mais alguma coisa. Parabéns às apresentações das duas. A Drª Elaine a gente já conhece de longa data...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Por isso nós deixamos o senhor em terceiro lugar porque o senhor vai agora avançar um pouco mais, tenho certeza.

O SR. NASSER ALLAM – A Drª Elaine a gente já conhece de longa data. Nós somos do grupo de Parkinson da Academia Brasileira de Neurologia, do qual o Dr. Vítor é um dos membros, colega.

E, então, eu fiquei pensando o que eu poderia fazer para contribuir nessa plenária de hoje. Obviamente, eu não vou entrar muito em detalhes a respeito de epidemiologia da doença, da fisiopatologia, com relação a aspectos do quadro clínico, mas eu vou levantar algumas questões que são importantes e espero, ao final, contribuir com algumas ideias quanto às quais acho que o Congresso Nacional, principalmente a Comissão Direitos Humanos, possa talvez nos ajudar a fazer com que essas coisas possam ser efetivadas.

Bom, em primeiro lugar, é importante todos saberem que a doença de Parkinson não é uma patologia só do sistema nigroestriatal, não é uma patologia só que envolve sistema dopaminérgico. A doença de Parkinson tem envolvimento de outros sistemas e outros neurotransmissores: a noradrenalina, a acetilcolina, o sistema GABA, o sistema opioide. Então, é uma patologia que envolve outras alterações no curso da doença.

Se a doença de Parkinson fosse só uma doença motora, talvez ficaria até um pouco mais fácil de a gente lidar com o tratamento da doença de Parkinson. Porém, a doença de Parkinson não tem só o envolvimento motor e vocês sabem disso. Existe uma pletora de sintomas, a Drª Danielle já tinha citado mais de trinta sintomas. Realmente, existem inúmeros sintomas não motores da doença de Parkinson. E um dos mais importantes e que compromete muito a qualidade de vida e a evolução da doença são, obviamente, os sintomas cognitivos da doença de Parkinson.

Na doença de Parkinson, mesmo no principiozinho da doença, pacientes recém-diagnosticados já apresentam o que a gente chama de declínio cognitivo leve, já apresentam pequenas alterações cognitivas, além das alterações também do humor. A depressão é muito prevalente nos pacientes com doença de Parkinson.

Então, para a gente entender o paciente com Parkinson, a gente tem que entendê-lo como um todo. E é por isso que, às vezes, o tratamento da doença de Parkinson, principalmente nas fases mais avançadas, é um tratamento difícil porque ele envolve uma polifarmácia, Senador Paulo Paim. Ele envolve vários medicamentos para cada coisinha dessa que vai aparecendo no curso da doença. É constipação, é depressão, é alteração cognitiva, é sialorreia, excesso de salivação, é dificuldade de deglutição, é o transtorno da marcha – a Drª Elaine citou bem esse transtorno da marcha. Nesse exemplo que ela deu, há o exemplo da bicicleta também. O paciente não anda, ele sobe em uma bicicleta e sai pedalando como se fosse um atleta. E há aquelas cinesias paradoxais do Parkinson. Por exemplo, um paciente está acamado, não anda mais, não levanta da cama, pegou fogo na enfermaria dele, ele sai correndo e se manda da enfermaria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essas alterações, esses fenômenos do Parkinson são muito interessantes e, possivelmente, envolvem vias motoras distintas e envolvem neurotransmissores distintos. Muito possivelmente, na questão da marcha, a noradrenalina é uma substância muito envolvida, possivelmente, nesse transtorno de marcha.

Com relação à Doxiciclina, eu acho interessantíssimo seus achados, Drª Elaine, a respeito do produto. E, no momento oportuno, depois da nossa apresentação inicial, eu gostaria de entender um pouco porque me ficou a ideia de que a substância não teria só um efeito neuroprotetor, mas talvez até neurorrestaurador. E isso é que me deixou realmente abismado porque o efeito neuroprotetor é mais fácil de a gente pensar, mas o restaurador... Depois, eu gostaria, que você me esclarecesse um pouco mais.

Mas, de qualquer maneira, com relação ao projeto da Drª Elaine, eu gostaria muito de dar algumas sugestões para ela. Em primeiro lugar, eu acho que eu poderia falar em nome da Academia Brasileira de Neurologia, que o Grupo de Parkinson da Academia Brasileira de Neurologia se dispõe a ajudá-la em um possível estudo multicêntrico, já que você precisa de um n de pacientes grande. E eu acho que a gente poderia humildemente contribuir com seu projeto. E acho que isso talvez até reforçaria um pouco mais um pleito junto ao próprio CNPq.

Em segundo lugar, gostaria aqui de, em nome da Academia também e pessoalmente, solicitar à Comissão de Direitos Humanos e ao Senado Federal que possam obviamente dar suporte a esse pleito absolutamente válido, absolutamente importante no sentido de uma pesquisa de uma instituição nacional e que pode dar um alento no tratamento da doença de Parkinson.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para ajudar já. O Senado não tem condições, mas o seu pedido eu entendi. Pede politicamente, junto ao Executivo, para que isso possa ser fomentado e se torne realidade. Fica aqui esse compromisso.

O SR. NASSER ALLAM – Muito obrigado. Eu acho você entendeu bem a nossa intenção, que é da maior pureza possível. A gente só quer que bons projetos sejam apoiados porque, lamentavelmente, a gente sabe que maus projetos são deferidos e outros ficam para trás, mas não vamos entrar nesse detalhe aqui.

Ao longo desses quase trinta anos em que a gente criou o serviço de Parkinson lá do Hospital de Base, do Centro de Referência de Parkinson aqui de Brasília, o que eu poderia extrair desses quase trinta anos de convivência com a doença de Parkinson? A doença de Parkinson é uma patologia em que, nesses trinta anos, se eu pudesse definir dois grupos de Parkinson, eu poderia definir esses dois grupos da seguinte maneira.

Existe um grupo de parkinsonianos que são aqueles que lidam bem com a doença, que são otimistas, que são menos deprimidos e que têm um bom suporte da família e/ou do Estado. Esse grupo, em geral, independente da forma do Parkinson – porque você sabe que a forma tremorígena tem uma evolução melhor do que a forma rígida, cinética, que é a forma de lentidão –, esse grupo é um grupo que evolui melhor. Esse grupo evolui melhor. E, obviamente, a gente pode extrair várias lições do porquê que esse grupo evolui melhor, independente do tratamento. Isso, obviamente, é um *feeling*, é uma sensação, é fruto da nossa experiência. Nós não temos nada provado com relação a isso, mas me parece uma realidade, que esse grupo vai melhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aquele grupo de pacientes deprimidos, que sucumbem ao diagnóstico, como a Drª Danielle colocou, que não têm suporte familiar e não têm suporte do Estado, esse grupo evolui muito mal, independente do tratamento que seja realizado para ele então.

E qual foi a outra coisa que, ao longo desse tempo todo tratando de parkinsonianos, além de toda a questão da problemática de medicamento, de que não tem acesso, etc. e tal. Eu acho que o maior problema de um serviço de Parkinson que nós temos hoje no Brasil chama-se o suporte de fisioterapia, de fono e de educadores físicos. A gente sabe que a atividade física é...

(*Soa a campainha.*)

O SR. NASSER ALLAM – ... fundamental no tratamento dos pacientes com doença de Parkinson. Isso já está provado, existem vários estudos mostrando que a atividade física é fundamental no tratamento da doença de Parkinson. Eu ousaria dizer até que chega a 40% do tratamento dos pacientes com doença de Parkinson.

Esse tipo de suporte, de uma maneira geral, nossos pacientes parkinsonianos não têm no Brasil, não têm. O Estado não fornece condições para esses nossos pacientes terem o suporte de reabilitação, envolvendo tudo isto: dança, atividade física, exercício, fisioterapia, fono, até mesmo a questão da nutrição, atendimento psicológico em função da prevalência altíssima de quadros de depressão que esses pacientes também têm.

E, obviamente, além do problema financeiro que o Estado brasileiro tem, lamentavelmente o SUS não oferece condições para o tratamento desses pacientes de uma maneira geral. A gente tem que ser criativo, acho que nós brasileiros temos que ter um jogo de cintura miserável para poder lidar com diversas situações.

Drª Elaine sabe bem disso. Imagino o que ela faz para tocar a pesquisa dela lá em Ribeirão Preto.

A SRª ELAINE DEL BEL (*Fora do microfone.*) – Tirar água da pedra.

O SR. NASSER ALLAM – Isso.

Mas muito bem, o que a gente pode fazer então para tentar minimizar, mitigar essa situação?

Um tempo atrás eu fiz um projetinho aqui para a Secretaria de Saúde – lamentavelmente "não deram bola", não foi ouvido –, e esse projeto, que é uma ideia que eu lanço aqui, é o seguinte: já que a gente não tem serviços, condições de contratar todo esse aparato para atender os pacientes com doenças degenerativas, inclusive o paciente com Parkinson, por que não utilizar toda uma estrutura que existe em determinadas cidades?

Poxa vida! Por exemplo, Brasília. Brasília tem n faculdades de Educação Física, n faculdades de fisioterapia, tem centros olímpicos espalhados por toda cidade, tem quatro ou cinco faculdades de Medicina, com alunos... Por que não integrar todas essas pessoas – não vai haver ônus para o Estado – e criar alguns centros de atendimento, de acolhimento desses pacientes utilizando toda essa mão de obra?

Tenho certeza absoluta de que essas faculdades todas – principalmente se tivermos um projeto em nível estadual ou em nível federal, no sentido de organizar, de otimizar essa mão de obra que está totalmente dispersa – poderiam ser otimizadas para o atendimento desses pacientes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que isso é possível, que isso é viável. Claro que vai demandar esforço, vai demandar uma atitude política dos governantes para fazer com que isso se efetive, para possibilitar essa integração de tudo isso que está aí e que pode ser utilizado.

Está aqui o colega da Universidade de Brasília, que faz um trabalho na Universidade de Brasília para os pacientes com Parkinson. Há o pessoal da Educação Física que também faz um trabalho.

Há n escolas de fisioterapia que estão abertas a esse tipo de empreendimento. Isso, inclusive, do ponto de vista da Capes e do próprio Ministério da Educação, há escolas para as quais é importante exercer esse tipo de atividade, para credenciamento, para haver uma nota melhor da escola, etc.

Então, eu lanço essa ideia, Senador Paulo Paim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

O SR. NASSER ALLAM – ... a todos colegas que estão aqui. Eu acho que é uma ideia viável, possível e pode fazer com que a nossa carência de recursos possa ser de certa forma contornada, vamos dizer assim.

No mais, eu me coloco à disposição de todos vocês, da Comissão de Direitos Humanos, da Danielle, da Profª Elaine. Que nosso centro de referência possa ajudar do ponto de vista de atendimento, estruturas e de ideias, enfim, da própria Universidade de Brasília, do Laboratório de Neurociências e Comportamento, que estão à disposição de vocês também. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Nasser Allam, Médico Neurologista, fundador do Centro de Referência em Transtornos do Movimento do Distrito Federal.

Eu disse que o senhor ia avançar um pouco mais. Foi tão aplaudido quanto as duas e avançou apontando... Eu, por exemplo, não tinha claro que o exercício físico era fundamental. Talvez muita gente que esteja assistindo a TV Senado não tivesse essa clareza. Chega a 40%, pelos dados que o senhor colocou. Pode chegar a 40%...

O SR. NASSER ALLAM – O resultado é muito importante no paciente com Parkinson.

A Danielle, que é paciente com Parkinson, talvez possa corroborar, ou não, essa minha...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É algo fácil, que pode ser feito.

É contigo mesmo.

A SRª DANIELLE IANZER – Sobre a atividade física, sim, é muito importante. Para nós, é fundamental manter o movimento, só o medicamento não é suficiente. Lógico, é muito importante, mas é algo que tem que ser combinado. Não só a atividade física; dependendo do estágio da doença, a fisioterapia, a fono.

Eu sempre falo muito sobre a questão da fono, porque... Engasgos, expressão facial, a fala, volume de voz, dicção, tudo acaba sendo muito prejudicado.

Há pacientes que acabam esperando acontecer o prejuízo, o sintoma aparecer para buscar... Então, a doença de Parkinson é uma doença contra a qual você tem que sempre estar jogando na frente para evitar... Não que isso não vá acontecer, mas pode ser protelado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agora, passamos a palavra para o representante do Sindicato dos Servidores das Justiças Federais do Estado do Rio de Janeiro (Sisejufe-RJ), Sr. Alexandre Teixeira Marques.

O SR. ALEXANDRE TEIXEIRA MARQUES – Bom dia. Obrigado, Senador Paulo Paim, por esta iniciativa.

O Sisejufe já tinha feito esse pedido para o senhor há algum tempo, ano passado. O senhor atendeu prontamente, tanto o senhor como seu gabinete...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me até, para o pessoal entender.

Eu não invento audiência pública. Não vou para casa... Eu faço muita audiência pública e alguns acham que eu vou para casa, sonho e de manhã chego aqui e faço uma audiência pública.

É a sociedade que demanda. Todas as audiências públicas... Há uma fila de requerimentos de que eu não dou conta, e faço duas ou três por semana. A média aqui no Congresso é de algo em torno de 50 audiências públicas por ano. Aqui na Comissão é de 170, 180 por ano.

Mas temos que estar aqui. Temos que estar aqui na segunda... Nesta semana, eu estive aqui na sexta-feira. Se tem que estar aqui na segunda, tem que estar aqui na sexta-feira para que isso aconteça.

Foi boa a sua lembrança. Para quem está vendo e ouvindo, não é que eu inventei, eu estou achando uma audiência excelente. Estou aprendendo muito e quem está lá assistindo... No mínimo, são 2 milhões de pessoas que assistem, principalmente na segunda de manhã, porque é TV ao vivo. Nos outros horários, só vai à noite.

Desconto do seu tempo...

O SR. ALEXANDRE TEIXEIRA MARQUES – Não, agradecer. Depois de ouvir a Drª. Elaine, a Drª Danielle e o Dr. Nasser, sobrou para mim fazer esse posicionamento do Sindicato dos Servidores das Justiças Federais (Sisejufe-RJ) sobre essa questão, porque essa doença também acomete o servidor público. Como o doutor falou, ela não tem classe social.

E aí temos também que agradecer ao senhor novamente, porque esta Comissão foi especial na luta contra a reforma da Previdência. Se hoje já é difícil se aposentar o paciente com Parkinson, com a reforma vai ser quase impossível.

Então, a luta do Senador Paim nesta Comissão e nesta Casa foi excepcional. Quero parabenizar o senhor novamente.

Então, Senador Paim, já se falou que a doença é degenerativa, está na portaria do Ministério da Saúde. O doutor também falou da questão do fornecimento de medicamento pela farmácia popular; que foi recentemente, pelo Ministério da Saúde do Governo Temer, colocado limite de idade, para que só quem tem mais idade possa ter acesso ao medicamento, sem ter conhecimento nenhum.

O Ministério da Saúde, o Governo Temer vem fazendo ataque à sociedade, aos direitos. Foi buscar... Fez uma reforma trabalhista, tentou fazer uma reforma da Previdência, reformas em que ele usa os seus ministros, usa a caneta para prejudicar os direitos. Um dos direitos foi na farmácia popular, onde ele impõe limite de idade. Então, quem é acometido com Parkinson menor de idade não pode, porque o Governo fez essa limitação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor já falou do projeto de lei de liberação do FGTS, que o senhor já apresentou. Nós vamos acompanhar e fazer tudo para que...

O direito ao emprego da pessoa acometida de Parkinson. O Marcelo Nobre é funcionário do Sisejufe, também portador da doença, foi quem nos incentivou pedir ao senhor esta audiência pública, ele é um grande funcionário nosso.

Nós temos um projeto de lei no Senado, que está tramitando, que fala da dedução da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Física. Temos que fazer esse projeto andar.

E aí, Senador Paim, o senhor fez nesta Casa e aprovou no Congresso Nacional o Estatuto da Pessoa com Deficiência, por que não colocar a doença de Parkinson como uma deficiência física, com todos os direitos que daquele estatuto aprovado por V. Exª?

Para finalizar, não vou usar os 10 minutos porque eu só vim aqui representar o Sisejufe, quero agradecer também a iniciativa do senhor.

Senador Paim, acho que esta Casa, esta Comissão presidida por V. Exª por duas vezes – agora o senhor é Vice-Presidente e a Senadora Regina é a Presidente – é, sem dúvida, a voz do povo no Congresso Nacional.

Isso não podemos deixar de falar. O Sisejufe tem mais dois requerimentos aguardando agendamento de audiência pública. Agradecemos e sempre que precisarmos estaremos aqui pedindo o apoio de V. Exª.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado pelas palavras carinhosas e respeitosas de incentivo do Alexandre Teixeira Marques, do Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro (Sisejufe-RJ). (*Palmas.*)

A iniciativa foi sua, não é? O seu nome é...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E você tem doença?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quero dar uma salva de palmas para o Marcelo pela iniciativa. (*Palmas.*)

Vocês sabem que eu tenho na família quem tem doença de Parkinson. Já tem uma certa idade, mas advogado, bem resolvido na vida, mas... Então, eu conheço um pouco da luta.

Neste momento, concluímos os trabalhos da Mesa. Vai haver depois o debate. Nós vamos agora para uma segunda Mesa. Peço que vocês voltem para a primeira fila, de preferência.

Vamos chamar uma segunda Mesa e, depois, todos vocês vão ter a oportunidade de interagir entre vocês e com a Presidência.

Muito obrigado a todos.

Uma salva de palmas para a primeira Mesa, pelo brilhantismo que sei que vai continuar agora. (*Palmas.*)

Segunda Mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido a Srª Maria Elisa Pimentel Piemonte, Coordenadora da Rede Amparo de Apoio NeuroMat a Amigos e Pessoas com Doença de Parkinson. (*Palmas.*)

Convidamos o Dr. José Guilherme Schwam Júnior, médico neurologista, especialista na doença de Parkinson.

E convido, com muita satisfação, a Srª Jaqueline Silva Misael, representante do Ministério da Saúde.

Quero cumprimentá-la e pedir uma salva de palmas. (*Palmas.*)

Às vezes, pela importância do tema, eu sempre digo, não é que eu vou querer, já que eu faço quase 200 audiências por ano, que um ministro esteja aqui 200 vezes, esse ou aquele ministro. Mas peço que mandem pelo menos um representante que fale sobre o tema, sobre como o Ministério está vendo.

Quase sempre eles têm mandado, e, quando não mandam, eu reclamo: "Não mandaram um para discutir; não precisava ser o Ministro."

Para quem ligou a TV agora, estou aqui elogiando, porque está aqui, sim, o representante do Ministério da Saúde, que é a Srª Jaqueline Silva Misael.

Convido agora – eu fiquei sabendo que ele é o padrinho, o apoiador –, uma figura pública, um artista, o ator Raphael Montagner. (*Palmas.*)

Seja bem-vindo!

Eu fico muito feliz mesmo quando vem alguém que empresta para as causas a sua imagem perante o povo brasileiro. Isso é muito bom.

Por aqui já passaram diversos artistas, independentemente de emissora. Acho que de todas as emissoras já estiveram aqui, e todos por uma causa nobre. E hoje temos aqui o Raphael.

Passo a palavra, de imediato, a Maria Elisa Pimentel Piemonte, Coordenadora da Rede Amaparo de Apoio NeuroMat a Amigos e Pessoas com Doença de Parkinson.

A SRª MARIA ELISA PIMENTEL PIEMONTE – Bom dia, Senador.

Eu fiquei muito feliz em saber o número de audiências públicas que o senhor tem mantido. Eu acredito que esse seja, na origem da palavra Senado, o momento em que a sociedade vem ao encontro do Senado. O Senado abre as portas para essa sociedade para ouvir, para discutir. Então, quero lhe dar os parabéns não só por esta audiência, mas por todas as audiências que o senhor tem mantido.

Mesmo as pessoas que conhecem pouco dessa dinâmica eu tenho certeza de que ao conhecê-la melhor vão entender que é um momento muito importante de a sociedade vir ao encontro do Senado de uma forma legítima.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu que defendo tanto o direito dos trabalhadores vou pedir uma salva de palmas aos trabalhadores aqui da Comissão... (*Palmas.*)

Olha, para estar aqui de segunda a sexta, segurando junto, não é fácil.

A SRª MARIA ELISA PIMENTEL PIEMONTE – Eu sou professora também, mas, além de ser professora...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – TV Senado, Rádio Senado, Agência Senado, também estão todos cumprimentados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª MARIA ELISA PIMENTEL PIEMONTE – Bom, a mim me coube hoje falar sobre recursos terapêuticos complementares na doença de Parkinson.

Acho que o Dr. Nasser já levantou essa questão. Essa tem sido uma luta nossa, já estivemos aqui em uma audiência pública já há um ano e meio na Câmara, atrás da defesa da inclusão das abordagens não medicamentosas para a doença de Parkinson. Essa tem sido uma luta.

Fico muito feliz de ver que nós temos uma representante do Ministério aqui. Temos feito essa luta junto ao Ministério. Estamos fazendo um projeto piloto em Florianópolis para treinamento de equipe multidisciplinar em pessoas com doença de Parkinson. Então, fico muito feliz, espero que o Ministério abra essa porta e leve para frente essa iniciativa.

Por que o tratamento medicamentoso não é suficiente?

Então, nós temos aqui um pequeno gráfico famoso que mostra... (*Pausa.*)

A gente tem aqui o tempo zero, que é o diagnóstico da doença, e a gente vê que até 20 anos antes do diagnóstico esses neurônios já estavam degenerando e causando uma série de sintomas que são sintomas não motores, como a constipação, distúrbios do sono, depressão, aumento de sonolência diurna.

A partir do diagnóstico, o que nós estamos vendo? Nos próximos 20 anos você começa a ter a evolução de sintomas que não são motores, a inclusão dos sintomas motores que são determinantes para o diagnóstico. Então, só quando os sintomas motores se caracterizam, particularmente a paracinesia é que você diagnostica a doença de Parkinson e, além disso, começam a se somar alguns efeitos colaterais do uso crônico da medicação.

Então, nos próximos 20 anos a gente vai ter a evolução de sintomas não motores; a inclusão dos sintomas motores mais a inclusão de um outro distúrbio que é o uso crônico dessas medicações.

Nós temos aqui um estudo de um grupo da Austrália. Ele fez um levantamento de todos os estudos publicados na literatura relacionados à qualidade de vida de pessoas com doença de Parkinson.

E o que nós vemos? Todos esses quadradinhos em vermelho, depressão, alterações de fala, alterações de deglutição, questões atitudinais, questões psicológicas eles afetam e muito a qualidade de vida. Os números ao lado mostram a proporção disso e, no entanto, não respondem bem à medicação, não respondem bem ao tratamento medicamentoso.

E aqui no Brasil? Aqui no Brasil a Rede Amparo convida todas as pessoas a se credenciarem e a preencherem um formulário espontaneamente, falando sobre elas mesmas. A gente não conhece, acho que essa foi uma questão levantada. O próprio Ministério já identificou que ela não tem informações sobre a doença.

O Senador começou falando que há algumas áreas de risco. No Brasil, a gente não sabe, a gente não tem informação sobre se de fato nas áreas de mineração, nas áreas de agricultura com o uso de pesticida a gente tem um aumento da prevalência dessa doença, nem do ponto de vista para fazer alguma coisa preventiva ou para fazer uma política diferenciada nessas regiões.

Então, o que a gente tem da fonte da Rede Amparo? São pacientes que, pelo Brasil, entraram no nosso *site* e espontaneamente deram as informações. O que que a gente tem? Todos esses sintomas, os quatro primeiros são motores, foram referidos pela população

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileira e não são sintomas motores, não são sintomas que respondem bem à medicação. Então, por isso, só a medicação não funciona, nós precisamos de uma equipe interprofissional, de outros profissionais para trabalhar, por exemplo, dificuldade para engolir, dificuldade para segurar a urina, alteração de fala, alteração de memória, alteração de sono, alteração de humor, alteração sexual, principalmente nessa população de Parkinson mais precoce. Esse problema a gente tem uma dificuldade enorme para abordar no Brasil.

Agora vamos ver. Isso aqui é um gráfico, aqui estão os percentuais, aqui são os profissionais.

Além do médico, você recebe ajuda de outros profissionais da saúde? Era uma das nossas perguntas. Aqui a gente está vendo ginástica e musculação, que estão em salmão e rosa, que, juntos, 25% com 15%, vão dar 40% da nossa amostra. Todas as outras áreas têm menos de 10% de pacientes com Parkinson realizando: fonoaudiologia; acompanhamento psicológico; acompanhamento nutricional; enfermagem é minimo, sendo que a enfermagem fora do Brasil faz um trabalho muito importante, porque, mesmo que o Governo tenha a medicação, como a medicação é muito complexa, o gerenciamento, se não houver uma boa adesão à medicação, uma boa orientação sobre a ingesta dessa medicação, uma boa orientação sobre como gerenciar, ao longo do dia, essa medicação, esse remédio também não alcança o seu melhor efeito. Ou seja, não basta dar essa medicação, você precisa educar a população sobre como usar essa medicação. Isso, fora do Brasil, é um papel importante da enfermagem, mas aqui no Brasil não existe.

Onde você encontrou ajuda desses profissionais da saúde? Vejam só. Novamente nós temos que cerca de 20% encontrou auxílio no serviço público. Todos os outros encontraram auxílio, a gente vê que 45% está na rede privada, ou seja, o paciente menos privilegiado está fora do atendimento interprofissional, ou nas associações de pacientes, que têm feito um trabalho muito importante. Nós temos algumas associações no Brasil que têm oferecido um trabalho interprofissional importante.

Agora vamos para os parceiros de cuidados. A gente não chama mais de cuidador, a gente chama de parceiro de cuidado.

Novamente, aqui é um gráfico com os percentuais. A gente vê o maior impacto, quase 55% dos parceiros de cuidados falaram que a atividade que eles mais têm dificuldade para ajudar os pacientes são apoio emocional, quase com 55%. Na rede pública, não existe apoio psicológico nem para o parceiro de cuidado nem para o paciente, quando muito tem fisioterapia, em alguns poucos casos pode ter fonoaudiologia. Apoio psicológico não entra no modelo SUS para esses pacientes e para esses parceiros de cuidados, sendo que, por exemplo, a gente pode pensar que dar banho num adulto, dar banho num idoso, fisicamente é muito desgastante.

E o que nós vemos é que, para o cuidador, menos de 10% falam que é desafiador, porque depende apenas do esforço físico. Agora, suportar emocionalmente, gerenciar finanças, gerenciar medicação são questões não físicas mas que são muito desafiadoras para o parceiro de cuidado.

Aqui: recebeu orientações de profissionais da saúde para realizá-las? No nosso gráfico, os números são pequenos, mas no nosso último aro são 80% que responderam que não receberam orientações sobre como oferecer cuidado para essa pessoa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que é tão difícil alcançar isso? Aqui também a gente tem outro formulário na Rede Amparo em que os profissionais espontaneamente preenchem as suas informações. E o que nós vemos? A gente vê de novo, 100% é o nosso último aro, que quase 100% identificam que o trabalho interprofissional oferece vantagens tanto para o profissional quanto para a pessoa com doença de Parkinson. Ou seja, o profissional reconhece o valor desse trabalho interprofissional.

E realmente a literatura científica confirma isso. Um estudo recente, uma metanálise em que eles pegam todos os estudos publicados e tentam compilá-los para chegar a uma conclusão, falando então sobre os resultados do trabalho interprofissional na doença de Parkinson. Para quem não está familiarizado, aqui o zero, aqui os resultados a favor, os resultados contra. Como nós podemos ver, a maioria dos resultados mostram fortes evidências a favor do cuidado interprofissional na doença de Parkinson.

A outra pergunta é: você interage com outros profissionais da saúde com quem você compartilha esse cuidado?

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARIA ELISA PIMENTEL PIEMONTE – Nós vimos que a maioria, quase 35% falam que interagem pessoalmente de forma isolada, ou seja, não há espaços, dentro do seu horário de trabalho, não há uma organização para o trabalho interprofissional. Isso depende de uma iniciativa própria do profissional, que sabe que o médico que está atendendo aquele paciente está ali naquele horário e vai lá para conversar com o paciente, para ter alguma informação, ou sabe que ele também está fazendo fono e vai lá para tentar pedir uma informação. Ou seja, o nosso modelo de saúde não preconiza e não favorece esse tipo de interação.

Quais são os principais obstáculos, também respondido por esses profissionais da saúde. De novo, aqui no gráfico, o último aro é 50%. Se nós virmos esses dois pontos aqui: 1 – institucional, as instituições de saúde não viabilizam ações interdisciplinares. Ou seja, há um volume, há uma fila de espera, todos os horários são preenchidos com atendimento e não há horários reservados para atendimento interprofissional nem transdisciplinar, que seriam profissionais atendendo juntos, nem para se discutir o caso, nem para educação, porque não é fácil trabalhar em grupo, então, é necessário educação para isso. O segundo ponto é o ensino. A formação acadêmica prioriza e fragmenta o conhecimento. Ou seja, desde a graduação, nós precisaríamos preconizar o trabalho interprofissional.

Eu levantei algumas barreiras: educação voltada para a assistência uniprofissional; visão fragmentada; falta de conhecimento; ausência de uma linha de cuidado que inclua esses tratamentos; carência de profissionais; e a carência de uma política de investimento e remuneração, que é o nosso assunto aqui hoje. Nós estamos aqui tentando fazer política, política de qualidade, a gente acredita.

A maioria das pessoas que você acompanha estão em estágios intermediários. Novamente aqui, meu último aro é 90%. A gente vê que não está conseguindo atender esse paciente no início, ou seja, a gente não consegue oferecer intervenção precoce para prevenir a instalação dessas alterações, e o paciente com estágio avançado, que está em casa, também não está recebendo cuidados, porque ele tem dificuldade de locomoção e já não vem mais ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

centro de tratamento. Ou seja, a gente está atendendo o intermediário, mas não estamos nem pegando a primeira ponta, que seria preventivo, e estamos abandonando o paciente em estágio avançado, cuja responsabilidade hoje é entregue à família. O Estado não assume nenhuma responsabilidade para essa pessoa em estágio avançado.

Outra repercussão disso... Aqui nós temos uma pergunta interessante para o paciente: quantos médicos você consultou antes de obter o diagnóstico? No gráfico, o aro externo é 30%. Se nós somarmos o verde e o azul, quase 50% dos pacientes tiveram que procurar de quatro a cinco médicos até obter o diagnóstico. Isso é falta de treinamento. A Danielle comentou, entre o número de neurologistas e o número de especialistas, a dificuldade. Isso cria uma dificuldade também epidemiológica, porque a gente não sabe se quem está diagnosticado com Parkinson realmente tem Parkinson, e a academia tem trabalhado muito para isso.

Aqui vemos o que podemos fazer. É outro estudo internacional importante, mostrando que a educação, um programa de três dias de educação, então, é um programa enxuto de três dias, foi capaz de aumentar em 63% a colaboração de um time de trabalho interprofissional. Por isso que a gente acredita que o primeiro passo seja a educação para o trabalho interprofissional.

Como temos colaborado para isso? A Rede Amparo, que, na verdade, é um Cepid patrocinado pela Fapesp, que faz parte do Cepid Neuromat, tenta identificar os principais desafios, por isso esses dados estão compilados aqui; debater as estratégias, que é o que estamos fazendo aqui, debatendo como essas estratégias podem ser implementadas em nível nacional; promover a educação de pessoas; e promover também a educação de profissionais.

Então, toda última segunda-feira do mês nós transmitimos uma palestra ao vivo. Já estamos na 16ª palestra. Agora nós começamos um ciclo itinerante, cada palestra vai ser difundida de um Estado brasileiro. O primeiro foi em Florianópolis, o próximo vai ser no Rio de Janeiro, e, em abril, nós estaremos no Pará.

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARIA ELISA PIMENTEL PIEMONTE – Essas palestras, além da transmissão ao vivo, ficam disponíveis.

Agora a gente começou o que a gente chama de Caravana Amparo, que são rotas de conversas com pacientes com Parkinson pelo Brasil. Já tivemos uma em Salvador, em Florianópolis, e hoje vamos ter uma em Brasília. Hoje, na UnB, 1h da tarde, a gente tem uma roda de conversa com os pacientes, para que eles falem quais são os principais desafios de viver com Parkinson na cidade de Brasília.

E aqui estão os contatos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Maria Elisa Pimentel Piemonte, Coordenadora da Rede Amparo de Apoio NeuroMat a Amigos e Pessoas com Doença de Parkinson, meus parabéns pela beleza da exposição.

José Guilherme Schwam Júnior, médico neurologista, especialista na doença de Parkinson.

O SR. JOSÉ GUILHERME SCHWAM JÚNIOR – Bom dia a todos. É um prazer estar aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coube a mim falar sobre atendimento humanizado e formação dos futuros médicos. Eu que sou disparado o mais jovem presente aqui hoje, é nítido que sou o mais jovem, então, coube a mim falar dos médicos novos, que são quem vão lidar com essa doença também.

Nós mostramos aqui o quadro do Salvador Dalí. A doutora comentou que, nas últimas décadas, ele passou a ter dificuldade na pintura, em decorrência do desenvolvimento da doença de Parkinson. Ele gostava de desenhar relógios, surrealista. De certa forma, o doente com Parkinson tem pressa, então, ele é um pouco inimigo do tempo, o que é bem retratado nesse quadro.

Será que é importante treinar novos médicos? A doutora falou bem agora na palestra anterior. A gente traz um dado norte-americano, publicado na *Neurology*, 2016: a acurácia do diagnóstico por médicos neurologistas foi de 34%. Então, 26% dos pacientes com Parkinson eram diagnosticados de forma errada ou não diagnosticados. Quando o neurologista é especialista em distúrbio do movimento, esse dado sobe para quase 80%. Mesmo assim, 20% dos pacientes com Parkinson, quando passam por especialistas na doença de Parkinson, ainda têm o diagnóstico feito de forma errada ou não diagnosticados. Isso é um dado norte-americano.

Em outro estudo publicado em 2009 por essa sociedade, Movement Disorders Society, foi mostrada acurácia também para se fazer o diagnóstico do paciente com Parkinson. Havia 610 pacientes com a doença de Parkinson, tomando medicação há vários anos; desses, 36, na verdade, não tinham a doença, estavam tomando a medicação de forma equivocada. Isso são dados norte-americanos. Ele traz como resumo geral que lá, nos dados que eles pegaram nessa revisão, até 47% dos pacientes com Parkinson têm o diagnóstico equivocado ou não têm diagnóstico. Quando você pega médicos especialistas em distúrbios de movimento, esse número pode chegar ainda a 25% de erro.

Então, será que é importante – se esses dados são norte-americano, imaginem no Brasil –, treinar novos médicos? Se a gente pegar o dado que a Drª Danielle falou, 1% da população acima de 65 anos tem doença de Parkinson e até 30% desses pacientes não apresentam tremores. Então, nem todo Parkinson treme e nem tudo que treme é Parkinson. Esses pacientes que não tremem são os grandes desafios, são aqueles que vão para o ortopedista, para o fisioterapeuta, para o cirurgião, acabam se operando, e ninguém sabe o que eles têm. Na verdade, têm Parkinson. Talvez, se os médicos fossem um pouco mais bem treinados, isso não aconteceria tanto. Quanto mais tarde o diagnóstico, é claro que é pior. É mais difícil o tratamento medicamentoso, psicológico, com fisioterapia, com fonoaudiólogo. Quanto mais tarde, pior para o paciente. Se a gente for pensar em traumas, é maior a chance de traumas físicos. Ele pode cair mais, ter mais desequilíbrio, fazer uma fratura de fêmur, se internar, ter que se operar. Isso acaba onerando o serviço público. Então, as sequelas físicas, mentais e sociais, quanto mais tardio for o diagnóstico, serão piores. Maiores são os gastos públicos. Por exemplo, aquele paciente que perde a sua produtividade laboral e não se sabe o porquê. Na verdade, ele tem uma limitação física, mas não sabe, porque não recebeu o diagnóstico. E ele pode ser demitido, aumentando o índice de desemprego no País. Então, tudo isso gera um custo muito alto para o Sistema Único de Saúde e para o País de forma geral.

Será que é importante treinar novos médicos? O número de idosos no Brasil cresceu 50% na última década, são os dados atualizados. Em 2027, seremos 38 milhões de idosos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acima de 60 anos. Então, a gente pode estimar, mais ou menos meio milhão de pessoas com doença de Parkinson no País diagnosticadas. Desses, talvez 20 mil terão menos de 50 anos de idade. O grande desafio é tirar da ideia das pessoas e dos médicos que Parkinson é só para pessoa idosa; os jovens também sofrem. Isso é muito complicado.

Então, será que é importante treinar novos médicos? Eu tiro essa interrogação e coloco essa exclamação: é óbvio que é importante treinar os novos médicos! E nós que temos menos experiência, que estamos também na linha de frente, devemos estar muito bem preparados para pegar esse tipo de paciente.

Aqui o treinamento tem que ser feito de forma didática, de forma séria, mas também humanizada. Então, um treinamento com humanização. A OMS diz que saúde não é ausência de doença; é um bem-estar físico, mental e social. Não é não ter uma doença, mas ter uma doença e ser amparado fisicamente, mental e socialmente. Isso é o mais importante. O Parkinson tem, sim, prejuízo físico, mental e social, principalmente se não for diagnosticado precocemente.

O médico, segundo esse psicólogo renomado, conhece com detalhes a farmacologia das drogas que utilizam, os efeitos colaterais, mas não sabem, muitas vezes, como se usar como medicamento. E nós profissionais da saúde devemos saber nos usar como medicamento. A nossa palavra, na hora do diagnóstico, a nossa compaixão, pode ser um tipo de tratamento, não só o remédio. É isso que a gente tem que entender de forma mais ampla. Então, se o médico fizer esse treinamento tentando expor uma base física, tratar esse paciente fisicamente junto com os profissionais de saúde que já são, em geral, mais humanizados, ele pode fazer, sim, um treinamento, um tratamento na parte mental do paciente, assim como as políticas públicas, através da divulgação dessa discussão aqui, importantíssima, de leis, que podem servir para o bem-estar social. Aí nós vamos formar esse tripé que a OMS traz, que é a saúde.

Então, nós devemos cuidar da parte física, mental, e a saúde pública da parte social, para fazer esse tripé relacionado ao conceito básico de saúde. Isso, sim, é saúde.

A gente precisa entender e passar para os nossos pacientes com Parkinson que não adianta sofrer antecipadamente, porque nem sempre o futuro é do jeito que a gente pensa, tão tenebroso. Mesmo que ele seja tenebroso desse jeito, a gente vai ter sofrido duas vezes. Então, não adianta sofrer antecipadamente. Isso passa por nós na hora da compaixão, da conversa, da humanização e do nosso treinamento. Aí a gente tem que saber que, se a gente planta aqui... Um espiritualista, o Divaldo Franco, fala que, se a gente planta uma couve, a gente colhe daqui a três meses, mas se a gente planta uma mangueira, por exemplo, a gente nunca sabe quando vai colher. Mas, na vida, é importante colher. A gente colhe de outros, assim como outrem colhe da gente também. O importante é semear. E semear aqui para nós é semear o amor, a compaixão. Então, sejamos semeadura de um futuro que não é depois, é agora. Então, a gente planta e talvez não vai ver colher, mas alguém por aí está colhendo, assim como nós vamos colher das mangueiras de outras pessoas também.

É só isso que eu tenho para falar para vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dr. José Guilherme Schwam Júnior, médico neurologista, especialista na doença de Parkinson, muito bem, gostei muito da sua fala também. Você usou muito a palavra humanização, a palavra amor, a palavra solidariedade, integração. É o que falta neste País

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hoje. Eu sempre digo que a palavra amor tem só quatro letrinhas e é maior que o universo. Eu acho que o papel que vocês fazem vai nessa linha.

Eu quero dar uma salva de palmas a vocês todos. (*Palmas.*)

Por favor, a Srª Jaqueline Silva Misael, representante do Ministério da Saúde. É uma satisfação recebê-la aqui, na Comissão. Diga ao Ministro que fui Deputado junto com ele e que eu mandei um abraço para ele.

A SRª JAQUELINE SILVA MISAEL – Bom dia a todos os presentes.

Senador Paulo Paim, o senhor agradece a minha presença como representante do Ministério da Saúde, mas eu, em nome do Ministério, é que agradeço a oportunidade de participar desta audiência. Para nós é enriquecedor, e essas audiências fazem com que o Ministério retome o olhar para as nossas políticas públicas.

Os colegas falaram muito bem agora sobre humanização, que é um dos pilares do SUS, e essa discussão hoje é muito rica, porque nos mostra o quanto é importante rever as nossas políticas, enxergar a necessidade do País como um todo e aprimorar a política pública existente.

Gostaria só, de antemão, de solicitar à Coordenadora Maria Elisa a oportunidade de conhecer esse projeto piloto, de Florianópolis – gostaríamos de conhecer – e me colocar à disposição para as demandas que surgirem desta audiência pública para que nós possamos discutir, enxergar um pouco mais as necessidades do País.

Hoje, nós, realmente, não conseguimos enxergar todos os dados de incidência e de prevalência no Brasil, como um todo; temos dados gerais, que são mundiais, e estimativas gerais, mas eu acho que é superimportante conhecer os dados epidemiológicos do Brasil, que somente com esses dados epidemiológicos nós vamos conseguir ter uma política pública mais eficiente no País como um todo, para atender as necessidades dessa população, que, muitas vezes, é negligenciada, e nós entendemos isso.

Então, é uma fala muito mais acolhedora, para acolhermos as demandas e podermos discutir dentro da pasta.

Obrigada pela oportunidade, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Drª Jaqueline Silva Misael, que fala em nome do Ministério da Saúde, se colocando totalmente à disposição para que vocês possam interagir. Ali as portas estão abertas, pelo que eu percebi – e isso é muito bom.

Agora, eu passo a palavra, com enorme satisfação também, ao ator que tem colaborado com a sua imagem, com a sua fala para que mais brasileiros tenham atendimento devido em relação à doença de Parkinson.

Por favor, o ator Raphael Montagner.

O SR. RAPHAEL MONTAGNER – Primeiro, bom dia a todos aqui e aos que estão em casa nos assistindo.

Senador Paim, eu quero agradecer esta oportunidade de poder estar dando este recado, esta mensagem. Não programei nada, não fiz nenhuma apresentação. Eu venho aqui falar da minha experiência de três anos em contato diretamente focado na doença de Parkinson, através do projeto Vibrar com Parkinson, do qual eu sou padrinho.

Eu sou formado em Artes Cênicas e Educação Física também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acredito que, na vida, nada é em vão e eu sempre fui adepto das causas sociais, que é onde nós temos o fortalecimento da alma. Eu acredito muito nisso, porque, como ator, nós brincamos, de uma maneira séria como contador de história, com as emoções, com a tristeza, com a alegria. E nós passamos isso para as pessoas em casa ou num teatro.

Então, por que estou falando isso para fazer um comparativo? Porque quem é adepto da causa social tem um lado mais aflorado dos seus sentimentos; ele pensa além da curva; ele é um pouco mais aguçado, tem uma visão além. Então, é muito importante nós estarmos aqui discutindo, e eu me sinto honrado por estar aqui com grandes profissionais da área da saúde, como pensadores também aqui, que, como antigamente se fazia, se juntavam grandes pensadores e ensinavam a pensar.

Então, o meu enfoque, o que eu me proponho a fazer é voltado para a conscientização de uma coisa muito precária: da base, da base, da base sólida, que é a cultura da informação. As pessoas, no Brasil, não têm a informação do que é o Parkinson, de onde surge. Pensam basicamente, como já foi dito aqui da mesa, que é tremor e é acometido somente a idoso. O Parkinson vai muito além, vai muito além, em vários segmentos numa pessoa.

Portanto, o que eu me proponho a fazer – e, cada vez mais, eu estou engajado neste projeto até pelo entendimento, seja numa entrevista, seja num bate-papo com os colegas de trabalho, num bastidor ou num camarim, se trocando, antes de entrar para fazer uma cena ou não – é, por exemplo: eu vou fazer uma cena com o Senador. Aí eu falo: "Senador, eu sou padrinho de um projeto, Vibrar com Parkinson..." Eu explico, falo tudo o que nossos colegas aqui falaram e eu uso a rede social da pessoa, com um texto pré-moldado, simplesmente para afunilar para o nosso canal Vibrar Parkinson, porque lá se encontram as informações corretas, porque a base de tudo é a informação. O melhor remédio, eu costumo dizer, é a informação.

Então, eu passo esse texto para a pessoa, e, se a pessoa não tiver uma pessoa portadora do Parkinson em casa, o vizinho tem; o vizinho do vizinho tem. Assim, a informação se prolifera.

Eu sinto muita falta, no meu dia a dia, envolvido nos aspectos da gravação ou de uma conversa focada para o Parkinson, que as pessoas não sabem o que é e nem sabem onde procurar, não sabem procurar. E eu enfoco muito isso; uso as redes sociais das pessoas, conversando; elas pegam e usam as outras, e é uma escadinha.

Fico muito feliz em estar aqui hoje, representando e discutindo com todos os meus colegas para eu ter esse entendimento também e para ter o fortalecimento da minha alma como ser humano, porque eu sinto, na vida, em todos os aspectos, que nos falta humanização. O ser humano, hoje, está um pouco cego – e eu falo de mim também. Eu tenho os meus defeitos como muitas outras pessoas. Então, a causa social nos enobrece; de dentro para fora.

Eu fico muito feliz em estar aqui, aprendo muito com todos os colegas, conversando, seja neuro, seja um próprio paciente, enfim, com todos os segmentos, e procuro passar isso da maneira mais clara possível, com o coração.

Então, eu fico muito grato pela Drª Danielle, pelo Marcelo, que eu conheci, que são pessoas incríveis, são parkinsonianos e que me trazem essa realidade efetiva do que é ser um parkinsoniano. Isso mexe muito comigo.

O nosso amigo, neuro, que falou aqui também, disse que existem vários segmentos, vários segmentos, mas a vida me apresentou o Parkinson para conhecer e abraçar esta causa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, estar constantemente com essas pessoas, com a realidade que as acomete e com todas as dificuldades que são inúmeras me enobrece como ser humano, isso me melhora como ator e me faz, como uma pessoa pública, poder transmitir esse recado e ser um radar para poder passar a informação correta.

Eu agradeço estar aqui hoje. Espero ter somado, e somar nem que seja no meu microuniverso, para melhorar o macrouniverso brasileiro, que é tão capenga em tantas coisas... Se eu puder melhorar um tiquinho alguma coisa, nem que seja voltada para a área da saúde ou para uma informação, eu fico muito feliz.

Então, é isso. Eu queria deixar esse recado e agradecer o senhor mais uma vez..

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

O SR. RAPHAEL MONTAGNER – Não tive o prazer de conhecer o senhor e a equipe toda que compõe aqui... É minha primeira vez na Casa, e eu me sinto muito orgulhoso por estar aqui, com essa responsabilidade social muito séria, muito séria.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Raphael Montagner, ator, pela sua sensibilidade. Ele falou aqui em vida, em alma, em coração, em humanização. Meus parabéns! Você foi brilhante, porque você tocou – eu sou muito adepto disso, de fazer as coisas que vêm lá de dentro; cuidar primeiro das questões espirituais, para, depois, olhar para a questão material.

Eu deixo só esse recado já, porque, quando eu entro na internet, o que eu vejo de gente dizendo: "Tem que matar tudo! São tudo bandido!" Mas é meio geral, meio sem limite. É a política do ódio pelo ódio, sem entender que isso não vai levar a nada. Não é uma construção, como eu vejo que vocês estão fazendo aqui...

O SR. RAPHAEL MONTAGNER – Senador, na vida, se nós levarmos tudo olho por olho, um dia todo mundo acaba cego. Então...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Olha, eu gostei dessa. (*Palmas.*)

Parabéns! Parabéns!

O SR. RAPHAEL MONTAGNER – Eu levo isso para a minha vida, em todos os aspectos, e, principalmente, afunilado aqui, para esta causa que nós estamos debatendo.

Eu fico muito feliz em estar aqui, com vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nós é que ficamos felizes por estarmos com você.

Eu sou adepto daquela linha que tem de fazer o bem sem olhar a quem. É uma linha – claro, a frase não é minha, é do mestre maior de todos – que eu tenho gravada comigo: faça o bem sem olhar a quem.

Mas, meus amigos, agora nós estamos num momento de conclusão – é claro que todos terão direito à palavra –, mas eu sempre faço isto também: se alguém do plenário que não usou a palavra, a quiser, está aberta. Só diga o nome.

O SR. MARCELO NOBILE – Marcelo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Cinco minutos, Marcelo, e, se alguém mais quiser, é só entrar na lista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO NOBILE – Eu gostaria de agradecer a participação de todos, e foi muito enriquecedor – mais do que eu imaginava, porque todos os assuntos foram interligados de uma maneira que eu não imaginei. Mas tudo deu certo.

Eu sou parkinsoniano, com diagnóstico aos 43 anos para 44, e o que médico neurologista anterior falou: "O Parkinson não é só tremer; é muito mais que isso. Mexe com o corpo e muito mais com a alma". É muito difícil ter a doença, no começo você não entender o que é, e o médico também não.

E o Ministério da Saúde pode contribuir muito, quando medicamentos – e não apenas só três – estão disponíveis. Eu hoje estou com 47 anos e não tenho acesso à medicação, porque me é negado; porque uma Resolução, SM 38, proíbe a venda lá na ponta. Ela não é disponibilizada, só a partir de 50 anos. E, para eu entrar nesse processo, para tomar apenas o Prolopa, que não é um medicamento apenas, eu tomo seis medicamentos e doze comprimidos por dia. É negado!

Eu acho que a humanização tem que começar do Ministério, tem que ser revista essa norma, obrigatoriamente, e não só um medicamento ou dois, mas todos eles, porque um medicamento custa, em média, R$36. Por que alguns deles estão na área de alto custo, quando poderiam estar na farmácia popular? Por que, há pouco, várias farmácias populares foram descredenciadas? Por quê? Por causa de falta de dinheiro? Então, vamos pensar uma maneira. Nós como sociedade portadora da doença, necessitamos muito do medicamento, necessitamos da fisioterapia, necessitamos de apoio. Isso é o que nos falta.

Eu, graças a Deus, posso dizer que consigo, com os meus recursos, me tratar, mas eu não penso só em mim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Claro, está olhando além.

O SR. MARCELO NOBILE – Além disso, para todos os portadores, principalmente os precoces, que estão à margem da lei. A gente não quer equidade, a gente quer igualdade. É tudo que a gente quer.

E acho que o Ministério da Saúde pode contribuir com isso, a partir da próxima semana, determinando cassar esse tipo de normativa em que você tem que preencher um formulário, esperar um ano para ser deferido para tomar Prolopa, que custa R$40. Será que R$40 tiram a dignidade de uma pessoa? É capaz de tirar, porque o Parkinson não é só tremor e não tem idade. A gente, todo dia, é sofredor de preconceitos. A gente vai ao INSS pedir alguma coisa, é negado. A gente vai à farmácia, é negado. A gente vai à prefeitura pedir uma licença, é negado. A gente vai tirar um carro, porque precisa para fazer fisioterapia, é negado. O parkinsoniano precoce vive de negação, negação a todo momento, e a gente tem que ver isso.

Obrigado, Senador. Foi muito importante a participação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Repita seu nome que eu gostei muito.

O SR. MARCELO NOBILE – Marcelo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns, Marcelo. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos ver se há alguém que não falou e que gostaria de falar. Em seguida, a palavra vai para vocês. Todos que usaram a palavra como painelista vão falar de novo. Todos vocês vão ter oportunidade.

O SR. RICARDO TITZE DE ALMEIDA – Eu quero parabenizar o Senado. É um belíssimo encontro, está sendo um belíssimo encontro tanto no sentido social, da saúde pública, como no sentido acadêmico também, discutir a doença de uma forma que eu considero belíssima, num sentido simples e acessível, mas sem perder a essência, a profundidade, a questão do processo saúde/doença em todas as suas dimensões.

Eu queria explorar um aspecto específico, que está um pouco mais próximo, eu acredito, da fala dos médicos, da Profª Elaine também, que é o seguinte: vamos imaginar que, em média, quando se faz o diagnóstico da doença, já tenha sido perdida metade desses neurônios dopaminérgicos. Para arredondar um pouco as contas, da substância negra, que seria um dos começos da evolução da patologia, ainda temos metade dos neurônios dopaminérgicos viáveis. Qual a oportunidade – nós cientistas ainda não sabemos, porque ainda não se materializou, nós estamos lutando por ela dia e noite – de preservar essas células que ainda estão viáveis, talvez algumas mais sadias, outras, outras um pouco mais doentes – desculpem-me a metáfora aqui –, a viabilidade das células, no que seria a tal terapia neuroprotetora. Vamos preservar esses neurônios que ainda estão vivos, e, quanto aos que morreram, infelizmente, não há o que fazer.

E vamos tentar recuperar este tema neurorestauradora que veio aqui na fala do Dr. Nasser. Seria algo importante. Não são os mortos, mas são aqueles que estão um pouco doentes. Experimentalmente a gente consegue fazer isso em laboratório com sucesso.

E aí a gente tem visto uma série de depoimentos dos médicos sendo procurados pelos seus pacientes com a seguinte questão: "Deixe a doença parada nesse estágio inicial dos pequenos tremores, de algum desconforto; eu só não quero que ela evolua". Então, seria esse um caminho? Eu queria escutar... É uma pergunta mais filosófica que eu estou trazendo aqui, de nós focarmos nessa busca de preservação de viabilidade das células nestes dois caminhos, a neuroproteção ou a neurorestauração, que seria ainda mais evidente. Se vocês apostam nisso? Se dá para a gente passar essa mensagem de esperança? – não uma esperança frívola, mas uma esperança com um embasamento científico, porque nós não podemos gerar falsas expectativas também, temos que andar com o pé no chão, de que há um horizonte pela frente com essas dimensões.

E gostaria de saber se vocês têm alguma aposta, se vocês têm algum olhar sobre esse futuro de uma cura. É tão difícil dizer essa palavra "Parkinson", porque essa é a busca de um nome que a gente viu muitas vezes o Michael J. Fox. É isto: nós queremos a cura para o Parkinson. Nós não vamos parar enquanto nós não encontrarmos a cura ou pelo menos diminuir a velocidade com que a doença evolui, o envolvimento de áreas límbicas, corticais, que vai causando outros problemas não motores como você colocou. Daria para a gente passar essa mensagem? Qual seria o caminho para se alcançar?

E claro que a gente tem que dar os parabéns para a Danielle! Acho fantástico esse movimento! E quero dizer que, para além da questão de mobilizar pessoas e passar a informação, vocês são a nossa motivação. Pode até não parecer aquele cientista no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

laboratório, de jaleco, fazendo experimentos com ratos, desenhando projetos desafiadores para tentar captar um recurso maior, mas a nossa inspiração, principalmente para...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO TITZE DE ALMEIDA – ... esses projetos tecnológicos, vem do paciente, vem da esperança que nós temos também de conseguir uma solução para essa doença. Nós acreditamos que vamos...

Mas eu quero ouvir outras opiniões. Então, se não for possível agora,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, eles vão falar na sequência.

O SR. RICARDO TITZE DE ALMEIDA – ... pode ser no momento seguinte.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Qual o seu nome?

O SR. RICARDO TITZE DE ALMEIDA – Ricardo Titze, eu coordeno o Laboratório de Tecnologias para Terapia Gênica, da UnB. A gente está trabalhando com o desenvolvimento tecnológico de medicamentos baseados em RNA de interferência para o Parkinson – não só para o Parkinson, mas principalmente para ele.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Parabéns! (*Palmas.*)

Só há mais um, porque depois tem que voltar para a rodada da Mesa. É o senhor. Por favor, o seu nome?

O SR. FELIPE AUGUSTO DOS SANTOS MENDES – Eu vou falar rapidamente.

Meu nome é Felipe Mendes, eu sou coordenador do curso de Fisioterapia da Universidade de Brasília, na faculdade de Ceilândia.

Pegando o gancho na fala do Marcelo, que enfrenta como parkinsoniano todas as dificuldades e as negações que ele recebe, eu faço só aqui uma menção como um dos representantes. Nós temos vários projetos cujos representantes estão aqui: a Danielle, a Profª Maria Elisa, e eu também, humildemente, como um coordenador do projeto de extensão universitária Jogando contra o Parkinson, em que nós associamos alunos de graduação, alunos de pós-graduação da nossa faculdade para prestar atendimento às pessoas com doença de Parkinson.

Eu queria fazer um apelo à representante do Ministério da Saúde e ao Estado, na figura do Senador, para que as políticas nacionais possam juntar mais essas forças. Nós somos pontos isolados, nós somos gotas do oceano isoladas e trabalhando em prol de uma causa muito grande e muito importante. Então, que nós pudéssemos ter os projetos em âmbito nacional para que mais pessoas possam ser atendidas e esse sofrimento, toda essa negatividade que é recebida pelos pacientes possam ser minorados.

Então, coloco também, humildemente, o nosso projeto à disposição da população de Brasília. Mas, mais do que isso, peço o apoio também do Estado para que nós possamos não ser uma gota isolada, mas que façamos parte desse oceano de trabalho em prol da doença de Parkinson.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Parabéns pela contribuição! (*Palmas.*)

Eu só vou pedir para aqueles que deram sugestão que passem ali para... A portaria que você falou ou que você sugeriu que fosse revogada; enfim, se tiverem sugestão, passem para a secretaria, que a gente, nos encaminhamentos, remete ao Ministério. E até pelas suas próprias mãos a gente já pode encerrar para você.

Há mais uma pessoa do plenário, ainda. Fique tranquila, que todos irão falar. É cedo ainda: aqui as audiências não terminam antes de 13h, ouviu? E agora são 11h15.

A SRª VANESSA MENDES – Primeiramente, queria cumprimentar todos que aqui estão no plenário e esta Mesa.

Meu nome é Vanessa Mendes, eu sou funcionária aqui da Casa, trabalho na Câmara dos Deputados, e queria parabenizar essa iniciativa brilhante. Talvez a Danielle não saiba: eu sou Vanessa, eu a acompanho.

Eu tenho uma pessoa que eu amo muito, que é muito querida, que eu acompanho e que é parkinsoniana. Há muito tempo eu sinto a falta da informação. Quando a gente descobriu e foi diagnosticado o Parkinson, foi um momento muito difícil. À primeira vista, parece que o mundo vai desabar, e aí é quando você começa a buscar informações. E você encontra na internet tanta coisa que você acha que o mundo realmente acabou.

Então, eu queria parabenizar muito o projeto Vibrar com Parkinson, que eu acompanho assiduamente. Eu e a Danielle, a gente não se conhece pessoalmente, mas já conversamos muito. Talvez ela nem saiba quem eu sou, mas eu acho que ela vai se lembrar: a gente conversa muito pelo WhatsApp, ela me tira várias dúvidas. Então, é brilhante isso, é importante. Eu fico muito feliz de saber que não estamos sozinhos, que são milhares de pessoas que participam, que convivem com isso. E como é importante essa informação! E como eu estou aqui sedenta de informações, sedenta de novidades! A Drª Elaine nos trouxe aqui sobre... Desculpe-me, eu não vou lembrar o nome...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª VANESSA MENDES – Isso.

E a gente fica... O coração bate mais forte quando você ouve isso, não é? Porque, como o Dr. José Guilherme falou, a gente se sensibiliza. E eu acho que o amor é isto: é você que está do lado, é a gente que fica sedenta por algo que venha trazer uma melhor qualidade de vida. Então, parabéns a todos vocês! Obrigada pelas informações. Eu fico muito satisfeita, muito feliz com isso.

Parabéns, Danielle! E obrigada por todas as... Ela me ajuda muito!

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Seu nome?

A SRª VANESSA MENDES – Vanessa Mendes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Vanessa, você fez uma declaração que tem uma simbologia – você foi muito feliz, não é? –, porque é sobre alguém que você ama muito e que, de repente... "Parkinson: e agora o que é que eu faço? O mundo caiu." Aí você foi buscar a informação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso é até bom para aquelas pessoas que não estavam entendendo por que é importante uma audiência como esta, não é? Eu confesso que eu fiquei meio arrepiado e muito feliz. Eu não fico arrepiado à toa, por qualquer coisa, não. É porque eu sinto que esta audiência tem uma energia muito boa, a energia do bem. Numa época de tanta violência, de tanta agressão para todo lado, e aqui um grupo de pessoas sentadas, não havendo diferença aqui ou ali, falando para milhões de pessoas que elas têm que ter esperança, que esperançar é preciso.

Agora eu vou voltar para a Mesa, vou chamar os quatro, depois os outros quatro, para que eles possam expressar a sua última opinião. Mas pode ser daí mesmo.

Só que eu não me esqueci de você – porque há um aqui dizendo: "Ó, estou aqui ainda!". Vai lá, diga o nome e pode usar os teus cinco minutos.

O SR. FÁBIO ANDRÉ BECCO MANFFRA – Primeiramente, bom dia.

Meu nome é Fábio Manffra, eu sou portador da doença de Parkinson desde 2012. Fui diagnosticado com 32 anos e hoje eu estou com 37 anos.

Muitos dos assuntos aqui tratados eu até cito como referência para a minha vida, como a dificuldade, numa perícia médica, de ser reconhecido como um portador de doença de Parkinson. Eu cheguei a ouvir da médica perita ela me perguntando: "Poxa, mas você pratica atividade física: como é que você é incapaz? Como é que você é portador de Parkinson?". Então, a gente vê o desconhecimento de um médico perito acerca do assunto da doença de Parkinson. Na cabeça dela, ela achava que, porque eu pedalo, pratico ciclismo, que é algo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Que o ajuda.

O SR. FÁBIO ANDRÉ BECCO MANFFRA – ... que me ajuda muito e que me fez estar aqui hoje com saúde, com condições de me deslocar até aqui o Senado... Ela desconhece que isso é fundamental para o meu tratamento.

Aqui presentes estão até pessoas interligadas com o meu tratamento: o Dr. Nasser é o meu médico; com o pessoal da UnB, eu participo do projeto Viva Ativo. Então, eu acho fundamental essa interdisciplinaridade, essa interligação de métodos de tratamento – desde o psicólogo, passando pela terapia medicamentosa, até a atividade física. E uma coisa que me preocupa é que eu tenho condições de promover esse tratamento para mim, mas e o cidadão de baixa renda, que não tem condições? Isso é preocupante não só pelo desconhecimento, mas pelo descaso, muitas vezes, dos órgãos públicos com o cidadão de baixa renda.

Eu tive que fazer um cadastro na Farmácia Popular, mandar *e-mail* para o Ministério da Saúde, para a Secretaria de Saúde do Distrito Federal, para ter direito de retirar o medicamento Prolopa na Farmácia Popular através do desconto, porque eu tenho menos de 60 anos. Então, é preocupante não só o desconhecimento, mas o descaso, muitas vezes.

Então, acho que dias como hoje que estão ocorrendo aqui são fundamentais para a gente ter uma melhora de cultura, de país. E espero que possamos ser um grande país perante o mundo.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! (*Palmas.*)

Diga seu nome, de novo.

O SR. FÁBIO ANDRÉ BECCO MANFFRA – Fábio Manffra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Parabéns, Fábio! Bela fala. É preciso momentos como este, porque, senão, é só guerra para todos os lados. Até entre os partidos eu faço as minhas críticas. Mas também não pensem que eu não faço a todos: ainda ontem, num debate, uma pessoa apelou pelo WhatsApp. Todos os partidos têm problemas e nós temos que trabalhar para melhorar, renovar o Congresso e tal, mas numa linha – que eu sempre passo e que vocês sintetizaram aqui – de humanização. Há gente boa em todos os partidos, e há muito problema, eu diria, em todos os partidos. Mas isso é o ser humano, não é? Vocês, mais do que eu, sabem disso. Eu não preciso falar sobre isso aqui.

Eu quero mesmo é ouvir vocês. Nós vamos para a rodada final. Começamos pela primeira Mesa. Neste momento, Danielle Ianzer, Coordenadora do Projeto Vibrar com Parkinson – projeto de extensão da Universidade Federal de Goiás. Eu vou te dar cinco minutos, mas, se precisares, amplio-te um pouquinho, sem problema.

A SRª DANIELLE IANZER – Ah, por favor! Porque eu vou precisar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então vamos lá. Você é que vai dar o tom do tempo de cada um.

A SRª DANIELLE IANZER – Está bem. Obrigada, Senador.

Eu agradeço muito, mesmo, por esta oportunidade que o senhor nos concedeu. E agradeço ao Marcelo, que viabilizou tudo isso, que se mobilizou demais junto com o Alexandre para promover o que está acontecendo hoje.

Ontem, eu estava preparando a minha apresentação e entrei em desespero, porque eu pensei assim: "Será que pode chorar no Senado?"

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode! Eu já chorei aqui. Não tenho vergonha nenhuma.

A SRª DANIELLE IANZER – Eu falei assim: "É uma expectativa muito grande, não só minha, mas de muita gente". (*Palmas.*)

Eu passei seis anos para identificar a minha doença. Foi um sofrimento imenso: eu fazia, fazia exames, e não dava nada; eu não conseguia identificar o que eu tinha. Foi quando, então, eu comecei a rezar para haver uma alteração no meu exame. E aí eu me lembro que minha mãe virou para mim e falou assim: "Você quer ter uma doença?". Eu falei: "Mãe, eu tenho uma doença; eu só não sei o que é, eu preciso identificá-la para poder tratar".

Quando eu recebi o diagnóstico, eu entrei em depressão profunda. Eu só chorava, eu não conseguia falar a palavra "Parkinson". Eu começava a falar "Par...", e já começava a chorar de desespero, porque eu estudei, eu fiz graduação, eu fiz mestrado, doutorado e pós-doutorado, me dediquei muito e pensei: "Não é possível que a minha vida vai acabar desse jeito."

Quando eu comecei a procurar pessoas – procurei em associações –, percebi que não havia pessoas com Parkinson de forma precoce que frequentassem as associações. E eu falei: "Não é possível que o raio caiu só na cabeça do Michael J. Fox e na minha!" – porque, até então, eu só conhecia o caso dele. E aí, através das redes sociais, eu fui identificando outras pessoas.

Na época em que eu idealizei o projeto, eram poucas pessoas, ainda, que se mostravam; não havia o movimento que é hoje – inclusive, acho que ele foi motivado pelo Vibrar. E aí,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando eu idealizei esse projeto, que foi num momento de inspiração que eu digo, eu falei assim: "Nossa! Eu posso. A minha formação, os meus contatos com os pesquisadores, com os médicos são uma oportunidade que eu tenho de ajudar outras pessoas". Aí eu vi nisso um resgate meu: eu queria ajudar outras pessoas, mas, no fim, eu vi que eu estava sendo ajudada, por ver que tantas pessoas estavam passando pelas mesmas situações, mesmas dificuldades por que eu passei. E eu falei assim: "Se eu posso tentar minimizar esse sofrimento, eu vou fazer".

Então, ao longo desses três anos e meio, foram muito sofrimento, muito aprendizado, muita oportunidade, muita experiência. Eu sei que é uma doença muito difícil, eu sempre digo que nada é por acaso. Então, talvez todo esse meu sofrimento, toda essa minha dificuldade foram para poder vivenciar tudo e ter várias experiências neste sentido de como ter uma doença, de como receber um diagnóstico. Porque eu queria tanto um diagnóstico, e, quando eu recebi, eu fiquei péssima porque era um diagnóstico de uma doença sem cura. Quando você recebe um diagnóstico desses, sem estrutura... Eu estava sozinha no consultório, o médico virou para mim e falou: "É, realmente é Parkinson". Ele se virou e começou a prescrever a medicação. Ele falou isso como se eu estivesse com gripe. Tem que existir um cuidado, tem que existir uma maneira. Como o Dr. José Guilherme – eu queria até aproveitar e agradecer muito a sua participação, porque eu a solicitei de última hora, e ele é um profissional excelente, extremamente humanizado, e eu confio muito no seu trabalho – disse: tem que haver essa base; o médico, o profissional da saúde tem que ser uma terapia, tem que se valer como uma terapia para essas pessoas, porque impacta em todos os aspectos da vida, principalmente a questão psicológica, que é fundamental.

Na época em que eu estava com depressão profunda, eu não tinha tantos sintomas como eu tenho hoje, mas as pessoas me olhavam e ficavam com dó: "Nossa, a Danielle está supermal!". E hoje, que eu tenho vários sintomas, as pessoas dizem: "Nossa! Como você melhorou!" – as que me viram lá atrás. Então, foi a forma como eu consegui me posicionar diante da doença. Logicamente, nós precisamos de apoio, nós precisamos de profissionais capacitados, dos familiares, mas nós temos que tentar nos esforçar para nos posicionar positivamente diante da doença. Isso é fundamental. E é o que eu sempre falo para os pacientes que me procuram, que pedem a ajuda do Vibrar, que mandam *e-mails* – espero que estejam vários assistindo –: é importante informar as pessoas.

É lógico que a gente passa por constrangimentos – a gente põe o pé na rua, a gente passa por constrangimento. E não é ser agressivo, as pessoas não têm culpa de não terem acesso ou de não saberem: não existe uma política de conscientização da doença – que é, inclusive, do que a gente está tratando aqui, hoje. Então, aquele senhor me vê, começa a me olhar, e aí, de repente, eu fico constrangida. A questão do medicamento, ele não faz... Ele faz efeito, mas qualquer – quem está aqui pode confirmar – estresse, qualquer ansiedade, ele passa, mesmo que devesse estar fazendo efeito. Então, a questão emocional e psicológica é fundamental, ela determina o sucesso do seu tratamento, e eu tento passar isso para as pessoas.

Posso continuar só mais um pouquinho?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode! Tu tens três minutos e cinquenta segundos, ainda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª DANIELLE IANZER – Então, espere aí, eu vou continuar.

A ajuda do Rafael para a gente foi fundamental também. Ele, usando a imagem dele para ampliar o nível de atuação do projeto. Na época, quando a gente acabou se conhecendo, eu o procurei, porque ele divulgou por conta própria. Eu falei: "Gente, esse é o padrinho ideal que a gente precisa." Eu gostaria muito de ter uma pessoa que fosse engajada, que vestisse a camisa e não que simplesmente mostrasse o rosto quando a gente pedisse uma foto.

Hoje ele falou brilhantemente bem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foi muito bem.

A SRª DANIELLE IANZER – Ele sabe muito sobre a doença. E, na época, lógico, não conhecia nada. Com a nossa convivência, ele foi aprendendo.

Então, houve um dia em que nós saímos, fomos fazer uma visita a um hospital para ver como era o atendimento – um hospital determinado lá em São Paulo. E eu me senti mal, porque foi o dia inteiro visitando, procurando pessoas com Parkinson, e ele tomou a frente. E aí eu vi aquilo e falei: "Nossa, que bacana! Ele não é um paciente, não tem um familiar, mas abraçou realmente a causa e pode falar muito bem sobre o assunto."

E aí eu gostaria, aproveitando também a oportunidade aqui, de pedir para a Jaqueline para ver se existe a possibilidade de promover ou de criar algum trabalho de conscientização pelo Ministério da Saúde: trazer informações, fazer uma página ou ter um espaço no *site* do Ministério para divulgar informações sobre a doença, sobre onde buscar profissionais...

Esta questão, que foi abordada, da integração e da capacitação desses profissionais é fundamental. A gente tem visto aí que as pessoas que nos procuram, geralmente, quando não estão bem, tanto emocionalmente quanto em relação à doença, que pode ter progredido rapidamente... Lógico, não é uma pesquisa; mas, em conversa, praticamente todos os pacientes que não estão bem, estão tratando com monoterapia, só com levodopa. E existem várias ferramentas farmacológicas hoje disponíveis no mercado – lógico que, pelo Ministério da Saúde, nem todas – que podem melhorar a qualidade de vida desses pacientes. E as pessoas não têm informação.

Então, falo assim: "Seu médico é especialista? É especializado em transtorno de movimento? Ele conhece a doença de Parkinson?" Não sabem. Então, teria que ser um trabalho...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agora falta um minuto.

A SRª DANIELLE IANZER – Não... Só mais um pouquinho, Senador, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu te dei dez já. É porque nós temos problema de horário. Eu estou dando dez minutos para cada um.

A SRª DANIELLE IANZER – Mas é que o senhor falou... Desculpa, mas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu vou dar dez minutos para cada um. Eram cinco, eu estou dando dez, para que todos possam fazer seus comentários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª DANIELLE IANZER – Então, vou tentar finalizar aqui rapidinho.

Ao José Guilherme eu já agradeci.

À Drª Elaine: muito obrigada pela sua participação. Desde o ano passado, ela tem sido maravilhosa, acompanhando o projeto. Ela é empenhada; ela não é só uma cientista, simplesmente pela ciência; ela tem amor ao que ela faz e ela sabe da importância do que ela está fazendo no momento, dessa pesquisa, o quanto isso vai impactar positivamente na vida de muita gente.

Ao Dr. Nasser, pela presença e pelas informações. Depois eu também gostaria de conversar com o senhor sobre as possibilidades aí com a Abneuro.

À Drª Elisa agradeço também por ter vindo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode continuar, te dei mais um minuto. Tocou porque é automático agora; depois dos dez, vai de um em um.

A SRª DANIELLE IANZER – Agradeço-lhe pela sua apresentação, pelo trabalho que tem desempenhado. E eu acho que a gente também pode fazer coisas em conjunto, porque eu vi seus resultados da pesquisa. E o projeto também passa questionários, e isso é muito importante para a gente fazer a integração aí. E, fechando, no mês de abril agora, a gente vai fazer um *workshop*, como todo ano a gente tem feito, em Goiânia, voltado para pacientes, familiares e cuidadores, convidando vários profissionais especializados para auxiliar esses pacientes através de informação de qualidade. Este ano, como algo inovador, a gente está trazendo o primeiro encontro multidisciplinar de ligas acadêmicas para tratar sobre a doença de Parkinson, para favorecer e promover a integração na formação desses futuros profissionais.

Então, a gente está com a ideia de montar equipes de alunos de diferentes áreas – médico, fono, fisio, nutricionista, psicólogo, futuros psiquiatras – para ver como eles podem atuar e para conhecerem mais sobre a doença, porque isto é muito importante: a integração e coerência no tratamento dos pacientes. Às vezes, o paciente até tem acesso a vários profissionais, mas eles não interagem. Então, o médico diz às vezes uma coisa, o nutricionista vai lá e muda; ou vice-versa. Então, tem que existir essa integração. Em relação ao emocional também, com o psicólogo, tem que existir essa integração.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Vamos dar uma grande salva de palmas para a Danielle Ianzer, que coordena o Projeto Vibrar com Parkinson, projeto de extensão da Universidade Federal de Goiás (UFG). (*Palmas.*)

Pois não.

A SRª DANIELLE IANZER – Quero só agradecer a presença da Vanessa e do Fábio, porque eles se disponibilizaram a vir aqui.

Agora deu zero.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É que nós temos ainda oito para falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra, agora, à Professora da Universidade de São Paulo, USP/Ribeirão Preto, Profª Elaine Del Bel.

A SRª ELAINE DEL BEL – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já vou tabelar em dez minutos para cada um em vez de cinco.

A SRª ELAINE DEL BEL – Muito bem. Muito obrigada.

Eu estou imensamente feliz de estar aqui. Eu acho que foi um momento que vai continuar, que vai ter continuidade.

Agradeço a todos. Ao senhor, a sua... Não importa que, como ele disse, ele só venha aqui, trabalhe e faça, mas foi uma iniciativa, pela qual eu estou extremamente satisfeita.

Dani, excepcional, excepcional; muito bem. Realmente eu tenho muito amor àquilo que eu faço, muito amor. Pela minha dedicação, eles dizem que eu sou *workaholic*. Não sou nada. Eu acho que sou uma funcionária pública; eu recebo; eu sou Professora da Universidade de São Paulo, de uma faculdade de odontologia. E eu tenho que vestir a camisa. Eu tenho que trabalhar e não só ensinar os alunos. Eu tenho o privilégio de viver no Estado de São Paulo, onde existe uma fundação de amparo à pesquisa. Graças a Deus, o meu laboratório está financiado, diferentemente das pessoas das outras universidades federais, em que o corte da ciência e tecnologia faz com que a vida deles seja terrível. E é gente que tem vontade de trabalhar; não são pessoas preguiçosas. É gente que quer trabalhar e precisa.

Mas eu gostaria de deixar também – como agora eu sei que devem ter muitos pacientes assistindo a esta audiência...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com certeza!

A SRª ELAINE DEL BEL – Eu quero pedir que, por favor, se vocês tiverem interesse em utilizar a doxiciclina, falem com seu médico; não façam loucuras na vida. Nós continuamos nosso trabalho com os ratinhos, com os camundongos. O nosso trabalho é muito sério. Ele não vai parar. Nós estamos conseguindo fazer – espero neste ano ainda – esses ensaios clínicos mais curtos, mas, por favor, discutam com seu médico, falem com seu médico, peçam orientação. E não deixem de tomar o medicamento que ele está receitando para vocês, por favor.

Bom, a segunda coisa é que, novamente, eu sou uma privilegiada, porque um Deputado do Estado de São Paulo, em algum momento, fez com que parte do dinheiro das taxas fosse destinado à pesquisa no Estado de São Paulo. Isso é lei; isso está na Constituição do Estado. Há tentativas de burlar esse esquema, mas, ainda assim, bons projetos existem.

A Fapesp, por favor, só financia 20% dos projetos enviados para ela. Então, não é que conseguimos dinheiro para qualquer coisa, não. É muito competitivo, é muito difícil. Gostaria de dizer que nós precisamos escrever dez projetos e, talvez, consigamos um. É muito esforço nosso. A ciência básica, novamente, precisa desesperadamente de financiamento. Este País já investiu muito dinheiro em ciência e tecnologia. Existe um parque de equipamentos em muitas universidades que não pode ser levado para o lixo; ele tem de ser utilizado. Isso aí não pode ser transformado em nada. Então, esse investimento não pode parar.

Outra coisa: nós somos um País maravilhoso, nós temos de tudo aqui, e nós – as pessoas que estão sendo formadas, não só os médicos, mas todos – temos o direito ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conhecimento. E a ciência básica traz conhecimento. Esse conhecimento é para que, em qualquer lugar, o político, o varredor de rua, o cortador de cana possam entender aquilo que está sendo feito; e não se sentirem envergonhados em nenhum lugar do mundo, porque este País também tem pessoas muito inteligentes. Nós somos todos inteligentes. (*Palmas.*)

Precisamos continuar desenvolvendo projetos, bons projetos, cientificamente embasados e que tragam benefícios para a população. Isso aqui é uma sementinha. E eu espero que ela cresça bastante. Eu devo isso também a todos os meus colegas, professores, pesquisadores; eu devo essa esperança também para os milhares de alunos de graduação, para aqueles que ainda vão fazer mestrado, doutorado, e que vão dedicar sua vida à academia. Por favor, não parem. Nós não vamos parar; nós vamos continuar trabalhando bastante. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Professora da Universidade de São Paulo, USP/Ribeirão Preto, Profª Elaine Del Bel.

A SRª ELAINE DEL BEL – Agradeço a iniciativa, novamente, de todos aqui e a presença de todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vocês é que provocaram a audiência. Meus cumprimentos a todos.

Agora, o médico neurologista, fundador do Centro de Referência em Transtornos do Movimento, do Distrito Federal, Dr. Nasser Allam.

O SR. NASSER ALLAM – Bom, em primeiro lugar, eu gostaria de, mais uma vez, agradecer a oportunidade de estar aqui com todos vocês.

Para ser muito franco, esta reunião aqui hoje me deixou realmente sensibilizado. Já participei de outras reuniões aqui, no Congresso Nacional, e o espírito, a energia que foi passada e criada aqui, durante esta plenária, sinceramente, foi muito diferente de tudo que eu já vivi aqui no Congresso Nacional.

Parabéns à Comissão de Direitos Humanos, ao Senador Paulo Paim, que consegue chegar aqui nas segundas e nas sextas-feiras para exercer o seu trabalho – coisa que não é muito habitual na Casa, infelizmente.

Eu gostaria de dizer, já que temos centenas, milhares de pacientes nos escutando, que acho que a gente deveria finalizar a nossa fala aqui hoje com uma palavra positiva, com uma palavra de esperança, com uma palavra de energia. Para exemplificar isso que estou tentando dizer, vou deixar aqui um testemunho de um paciente que atendo há quase 30 anos com Parkinson, que é o Cel. Patto, que é atualmente o Presidente da Federação Brasileira de Parkinson e que era do capítulo de Brasília.

O Cel. Patto, apesar de 30 anos com Parkinson, é uma pessoa que ainda leva uma vida totalmente funcional, inclusive frequenta aula de boxe atualmente. Então, eu gostaria que nossos parkinsonianos que estão nos ouvindo, Drª Danielle, que, antes de iniciar a sessão, falou da sua apreensão com relação à evolução da sua doença, ficassem com esta palavra de esperança: se a doença de Parkinson for bem conduzida, bem tratada, o paciente pode ter uma vida muito próxima do normal e pode ter uma longevidade muito grande. Antigamente, a expectativa de vida de um parkinsoniano era em torno de dez anos. Isso mudou muito, graças, obviamente, a todas as terapêuticas, a todas as terapêuticas não farmacológicas, à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estimulação cerebral profunda, que é a cirurgia de Parkinson, que ajudou muito no tratamento desses pacientes.

E uma palavra a mais também de uma técnica nova que está sendo utilizada para Parkinson e que pode ser muito efetiva, muito eficiente, por ser uma técnica segura, não invasiva, indolor, que é a neuromodulação cerebral não invasiva, que é a estimulação magnética transcraniana ou a estimulação elétrica corrente contínua. Com esse procedimento, nós, já em Brasília, trabalhamos há aproximadamente 15 anos, mas, há uns quatro ou cinco anos, temos trabalhado efetivamente com essa técnica para pacientes com doença de Parkinson, tanto para parte de humor, depressão, que é uma coisa muito prevalente, como para a parte cognitiva. E também, atualmente, estamos usando para pacientes com discinesia, com resultados bastante promissores, inclusive, um trabalho que está sendo realizado em conjunto com um colega do Hospital Sarah.

Então, para os nossos parkinsonianos que estão nos ouvindo, existem algumas fronteiras, algumas janelas que estão sendo abertas: a doxiciclina, a estimulação magnética transcraniana, enfim, outras alternativas terapêuticas inclusive não farmacológicas que têm sido muito eficientes e que seguramente vão ajudar muito no tratamento dos pacientes com doença de Parkinson.

Aproveitando a presença da Drª Jaqueline, do Ministério da Saúde, eu gostaria de solicitar que o Ministério da Saúde fizesse uma recomendação para que a medicação para os pacientes com doença de Parkinson fosse distribuída de uma maneira não centralizada. O paciente com Parkinson tem muita dificuldade de locomoção. Para ele pegar um ônibus para, por exemplo, sair de uma cidade-satélite e vir ao Plano Piloto para pegar uma medicação, coisa que era queixa corriqueira dos nossos pacientes do Hospital de Base, era um sacrifício muito grande não só do ponto de vista da dificuldade de ele subir em um ônibus, mas da dificuldade financeira de ele pegar um ônibus. Então, eu acho que a descentralização do fornecimento da medicação para os pacientes com doença de Parkinson deveria ser uma meta a ser perseguida não só pelo Ministério da Saúde, como por todas as secretarias de saúde estaduais e municipais. Isso é uma coisa que, a meu ver, não tinha nem cabimento mais a estarmos discutindo aqui. Isto deveria ser uma coisa para lá de resolvida: distribuir medicação de uma maneira descentralizada para a população brasileira.

Outra coisa é com relação a um medicamento que os colegas neurologistas devem ter também certa dificuldade de conseguir. É um medicamento chamado clozapina, que é o Leponex ou Pinazan, nome comerciais dados à clozapina. A clozapina é o único neuroléptico que não tem ação bloqueante dopaminérgica. Portanto, é o único medicamento que não provoca um parkinsonismo nos pacientes que fazem uso. E é um medicamento que, além de não ter ação bloqueante dopaminérgica, é excelente para sono no paciente com Parkinson e tem uma ação também para discinesia e para tremor. Porém, esse medicamento não está liberado no alto custo para pacientes com Parkinson; só para pacientes com quadros psicóticos e esquizofrenia. Então, eu queria solicitar ao Ministério da Saúde que revise, que faça uma revisão da indicação da clozapina para pacientes com doença de Parkinson, para que eles possam obter essa medicação.

Lamentavelmente, o que ocorre, Senador, com alguns medicamentos que o Ministério da Saúde não distribui para determinadas patologias é que isso quase obriga o médico a mentir a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

respeito do diagnóstico do paciente – mentir por uma causa humanitária. Então, eu acho que, para não obrigar um paciente ou um médico a adotar uma atitude extrema como essa, o Ministério deveria rever algumas das indicações de determinados produtos.

Finalizando, eu gostaria de parabenizar a todos. Raphael Montagner, você é um exemplo de que um ator, que é um homem público, pode emprestar a sua profissão para um bem maior da sociedade. Parabéns a você! Muito prazer em conhecê-lo. Danielle, não tenho o que dizer com relação ao seu trabalho. Eu acho que são dignas de todas as honras a sua determinação e a sua força de vontade. Conte com a gente no que você precisar. Sucesso! Tenha certeza de que você vai ter uma vida linda e plena durante toda a sua vida.

(*Soa a campainha.*)

O SR. NASSER ALLAM – Demais colegas, Guilherme, Maria Elisa, Elaine, parabéns pelo trabalho que vocês desenvolvem! O exemplo de vocês é o que faz com que continuemos determinados a ser sempre bons profissionais.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Nasser Allam, médico neurologista, fundador do Centro de Referência em Transtornos do Movimento, do Distrito Federal.

Além de ser muito autêntico e muito direto, ele fez até este depoimento: não nos obriguem a mentir. Eu achei que foi uma fala forte e verdadeira. Não nos obrigue a mentir. Nós não queremos mentir. Então, façam a recomendação que V. Sª solicitou. Meus cumprimentos pelo conjunto da fala.

Já que eu vou ter de passar para os próximos, só há mais dois comentários que foram selecionados.

Helenice da Silva, do Rio de Janeiro: "Parabenizo a CDH por discutir sobre a doença de Parkinson e convidar o Dr. José, que sugeriu o aproveitamento de universitários para atender gratuitamente os parkinsonianos. Uma faculdade de Barra Mansa, no Rio de Janeiro, criou esse projeto e obtém excelentes resultados."

Sandra Chagas, do Rio Grande do Norte: "A luta é grande, não temos tratamento adequado, tudo é difícil para conseguir, muitos pacientes ficam sem atendimento, não há vagas, o SUS diz que disponibiliza os medicamentos essenciais para o tratamento, mas faltam em várias [...] [unidades básicas de saúde]. Precisamos urgentemente que o sistema funcione de verdade, [forte, com coragem, para atender a todos]."

Agora vamos passar a palavra para Alexandre Teixeira Marques, que é sindicalista vinculado ao Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro (Sisejufe-RJ).

O SR. ALEXANDRE TEIXEIRA MARQUES – Sou assessor do sindicato, mas sindicalista também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É sindicalista.

O SR. ALEXANDRE TEIXEIRA MARQUES – Senador, eu queria aqui, primeiro, agradecer à Rede Sarah, que também tem um grande trabalho com o pessoal acometido por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

doença de Parkinson. E é onde o Marcelo faz tratamento no Rio de Janeiro. Agradeço a essa grande rede que vem dando esse apoio.

Senador, acho que esta Casa, esta Comissão e V. Exª... O senhor falou em renovação. Temos de renovar alguns, não todos. O senhor precisa ficar mais oito anos para nos representar muito bem neste Congresso Nacional. Lembro aqui a algumas pessoas que o senhor aprovou, nesta Casa, e trabalhou pelo Estatuto da Igualdade Racial, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, o Estatuto do Idoso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E fui o Relator do Estatuto da Juventude e construtor da política de salário mínimo, inflação mais PIB. Já que você deu gancho, eu vou dizer.

Eu me lembrei da Berenice Piana, do Rio de Janeiro, da lei dos autistas. Ela chegou aqui no Senado e disse: "Olha, andei por toda essa Brasília e disseram que é tu que irias resolver isso." Eu disse: "Não sou governo, eu sou um humilde Senador." "Não, mas aqui vai ser a porta de entrada." E não é que ela acertou? Fizemos uma reunião, vieram os familiares, vieram assessores preparados, construíram a lei dos autistas. Eu só dei o espaço da Comissão e presidi os andamentos. E saiu a lei dos autistas. Daí eu fui para o plenário reconhecendo a história das famílias e não do Parlamentar, e disse que o nome da lei ia ser Lei Berenice Piana. E pegou. Então, são momentos como esse que nos dão uma enorme alegria por estarmos nessa atividade todos os dias.

O SR. ALEXANDRE TEIXEIRA MARQUES – Quando o Marcelo me falou da intenção de fazer esse debate aqui no Congresso Nacional, eu falei: Senador Paulo Paim, não há outro. E assim o fizemos.

Eu estou aqui mais para agradecer o sindicato Sisejufe. A gente não trabalha só com a questão do servidor público. O sindicato tem de ter uma visão não só de umbigo, uma visão só do servidor público federal, mas também de toda a sociedade. E esse é mais um papel do Sisejufe, que tem vários outros trabalhos no Rio de Janeiro, com a sociedade organizada, com o Brasil sem Medo, com vários... A gente tem toda uma rede de organização para passar este momento por que o Brasil passa, especialmente no Rio de Janeiro com uma intervenção militar, que, a meu ver, não se faz necessária neste momento, já se fez há um tempo e ninguém a fez, mas este Governo está fazendo.

Eu não vou usar do meu tempo. Quero agradecer. Principalmente, Senador Paulo Paim, acho que a CDH está de parabéns por essa iniciativa e por todas as que fez até agora. Estaremos aqui presentes sempre que formos chamados.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Alexandre Teixeira Marques, que assessora o Sisejufe (Sindicato dos Servidores das Justiças Federais).

Vamos agora para a última Mesa. De imediato, Maria Elisa Pimentel Piemonte, Coordenadora da Rede Amparo de Apoio NeuroMat a Amigos e Pessoas com Doença de Parkinson.

A SRª MARIA ELISA PIMENTEL PIEMONTE – Vou falar rapidamente para poder fazer bom uso dos meus dez minutos. Como a Danielle, a gente tem muito para falar. Então, com certeza, eu vou esperar a campainha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria retomar o comentário de vários aqui a respeito, por exemplo, dessa questão da progressão da doença. A gente almeja duas coisas para a doença: primeiro, a cura; e, depois, enquanto a gente não consegue a cura, que a gente consiga retardar a evolução da doença. E estão aí as terapias genéticas ou as novas drogas que prometem algum efeito neuroprotetor.

Daí a gente junta, por exemplo, com o que a Danielle falou: "Como será o meu futuro?" Quer dizer, quanto tempo eu foi conseguir levar o Projeto Vibrar, quanto eu vou ter energia para todos os que estão aqui jovens.

Nesse sentido, acho que há a pesquisa básica, que vem avançando muito. Se a gente for ver no Clinical Trials, há várias drogas novas que têm sido testadas, mas há várias que estão sendo testadas. Uma hora a gente vai acertar. Mais dia, menos dia, a gente vai acertar. Mas o que a gente tem de lembrar, é que, por exemplo, o maior número de evidências sobre neuroproteção hoje é com exercício físico, exercício aeróbio, com exercício de alta intensidade.

A evidência de exercício físico como neuroproteção chegou ao nível A. No entanto, a gente não consegue implementar uma política de exercícios físicos para essas pessoas com Parkinson, ou seja, o que a gente já tem hoje a gente não consegue implementar.

Nós temos expectativas para o futuro. E esse é um futuro longo. Até essas trocas serem aprovadas, serem testadas, até os estudos chegarem ao seu último nível e até serem adquiridas e distribuídas, esse é um longo caminho. Para o agora, a gente sabe que o exercício aeróbio, que significa um exercício de alta intensidade, tem um fator protetor com evidência muito forte, e a gente não consegue implementar isso.

Isso me leva para a segunda fala, que é a fala... Acho que, há dois anos, nós fizemos um projeto para o CNPq, na última chamada para distúrbios do movimento, para doenças neurodegenerativas, que houve no CNPq. A gente fez um projeto grande, em nível nacional, que integrava universidades, integrava as associações de pessoas com Parkinson, de pacientes, tentando propor o treinamento, a capacitação da equipe interprofissional para a doença de Parkinson. Nós recebemos o apoio de grandes especialistas tanto da área médica quanto da área não médica aqui no Brasil. Foi um projeto de nove universidades que foi para o CNPq. E recebemos como resposta que não alcançou o nível de prioridade para que fosse contemplado com a verba. Então, o quanto ainda todos os projetos relacionados à capacitação e à educação aqui no Brasil não recebem atenção.

E aqui eu reforço para a Drª Jaqueline que realmente eu tive uma experiência muito frustrante quando o Projeto Amparo fez um ano, em outubro do ano passado. A gente fez um primeiro *workshop* com convidado internacional, com grandes especialistas, trouxemos gente de todas as regiões do Brasil para debater a doença de Parkinson. Eu, como estou numa universidade pública e tenho suporte da Fapesp, ofereci, entrei em toda a rede SUS, falei com os coordenadores, oferecendo a participação gratuita para todo funcionário da rede pública, seja estadual, seja municipal, para que pudessem participar desse treinamento. Eu recebi seis pessoas. E as pessoas me respondiam que não iriam porque não foram dispensadas dos seus locais de trabalho ou não puderam usar os seus bancos de hora para dispensar essa hora. Ou seja, sem um apoio institucional, mesmo que o profissional tenha o desejo de se capacitar, se não houver uma política, você oferece o treinamento de graça, você oferece o treinamento com convidado internacional, a Fapesp financiou tudo isso, o que é dificílimo – todo mundo que trabalha com pesquisa no Brasil sabe o quanto é difícil conseguir recurso para isso –, e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoa não participou porque a chefia não dispensou para que isso contasse como hora trabalhada.

Então, precisa haver uma política. Se não houver uma política, nós vamos continuar nessas iniciativas. A Danielle tem a iniciativa dela, faz um esforço enorme, um esforço pessoal enorme para que isso tenha alguma repercussão; eu faço a minha; o Felipe faz a dele; há tanta gente fazendo, mas, enquanto o Governo, o Estado não assumir o seu papel para unir essa teia, isso não vai acontecer.

Agora, como o meu projeto é financiado pela Fapesp, eu só posso gastar dinheiro no Estado de São Paulo. Então, o que acontece? Agora eu resolvi fazer esse ciclo de palestras itinerantes para quê? Para dar voz aos profissionais de outros Estados. Agora, sou eu que vou. Eu pego todo o meu equipamento, vou até lá, transmito a palestra ao vivo de Florianópolis, do Rio, de Santarém para quê? Porque eu estou levando essa oportunidade para as pessoas com Parkinson poderem falar.

É óbvio que viver com Parkinson em São Paulo é diferente do que viver com Parkinson em Santarém. Aliás, a gente não faz nem ideia de como vivem as pessoas com Parkinson em Santarém, onde os problemas são com curandeirismo, não é não haver remédio. A pessoa não adere à medicação porque ele usa o chá, ele usa o curandeiro. A gente está falando de problema de transporte, o cara tem de pegar barco para ir ao atendimento. Então, eu estou aqui me fazendo de um robin hood, tentando pegar o dinheiro da Fapesp e tentando estender essa iniciativa para o resto do País, mas, na verdade, isso é uma solução tupiniquim para uma iniciativa que devia ser federal, que deveria ser do Ministério da Saúde ou do CNPq. Enquanto a gente não tiver um apoio institucional, isso não vai acontecer.

A experiência internacional mostra que um programa com três dias de treinamento para a equipe interprofissional mudou a realidade do tratamento interprofissional na doença de Parkinson nos Estados Unidos e no Canadá. Eu faço parte de uma instituição, de uma associação internacional de doença de Parkinson, eu sou Presidente da parte não médica da sessão pan-americana. É um programinha de três dias que fez uma diferença enorme no trabalho interprofissional.

A gente tem os profissionais capacitados para fazer isso no Brasil, a gente tem massa crítica para isso. Do que a gente precisa? A gente precisa do apoio, por exemplo, do Ministério para que a gente possa oferecer esse curso de três dias em todas as cidades do Brasil onde há pacientes com Parkinson. Então, ele já está, inclusive, empacotado, ele já tem todo um formato, ou seja, é um passo muito simples. A gente precisa é de suporte para levar esse treinamento. Acho que o caminho realmente é pelo meio das universidades, mas a gente tem já tanto a *expertise* quanto a vontade de fazer isso.

A outra questão também, além da medicação, nessas rotas de conversa que eu tenho feito pelo Brasil e no *workshop* da Rede Amparo também, onde a gente teve uma Mesa com um representante de cada região do Brasil, é um problema de locomoção. Mesmo nos lugares onde você oferece o tratamento, o paciente não consegue chegar porque o acesso é difícil. Em Salvador, numa das nossas rotas de conversa, vários pacientes reclamaram que o motorista do ônibus vai embora e os deixa no ponto. O motorista do ônibus não tem paciência para esperar o paciente com lentificação subir no ônibus. Então, mesmo aquele que tem condição motora ainda passa o constrangimento de ser muito lento. Essa lentificação de movimentos constrange

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

os pacientes, por exemplo, em qualquer fila, em qualquer caixa de supermercado, porque a pessoa que está atrás não está educada, começa a se impacientar com a lentificação daquela pessoa, constrangendo aquela pessoa. Então, nós precisamos de políticas também de educação da população para que conheça o Parkinson, para que acolha o Parkinson e que veja uma pessoa com Parkinson, na verdade, como um parceiro dessa sociedade.

O dia 11 de abril é o Dia Internacional da Doença de Parkinson, e a Rede Amparo está promovendo uma ação que tem como lema: "Eu tenho Parkinson, força e vontade para construir uma sociedade melhor". Ou seja, a gente vai fazer uma ação, em que as pessoas que têm Parkinson vão ao encontro da sociedade, mostrando a sua força transformadora, mostrando que eles são participantes dessa sociedade não só no sentido de receber, mas também como participadores dessa sociedade na construção. A gente tem aqui exemplos maravilhosos de como uma pessoa com Parkinson é capaz de construir, é capaz de contribuir para essa sociedade.

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARIA ELISA PIMENTEL PIEMONTE – A última coisa é que essa oportunidade que a gente está tendo de viajar pelo Brasil e ouvir esses pacientes, essas pessoas com doença de Parkinson é um privilégio, mas precisa também ter um apoio institucional, ou seja, a gente precisa de políticas que respeitem as diferenças regionais, porque, se nós continuarmos com a massa de conhecimento que sai da Região Sudeste – eu estou falando isso, eu estou lá e sou uma privilegiada por isso –, se nós continuarmos pegando os nossos modelos achando que eles vão ser solução para o Brasil inteiro, eles não serão solução para o Brasil inteiro. Então, a gente precisa ampliar isso para o nível nacional. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Meus cumprimentos à Drª Maria Elisa Pimentel Piemonte, Coordenadora da Rede Amparo de Apoio NeuroMat a Amigos e Pessoas com Doença de Parkinson.

Repita aquela frase só que a senhora disse, que eu achei interessante.

A SRª MARIA ELISA PIMENTEL PIEMONTE – Tenho Parkinson, força e vontade para construir uma sociedade melhor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. No meio de tanta desilusão, vale a pena esperançar.

José Guilherme Schwam, médico neurologista, especialista na doença de Parkinson.

O SR. JOSÉ GUILHERME SCHWAM JÚNIOR – Serei um pouco breve.

Quero agradecer o convite que foi nos feito. Quando eu vim, eu achei que seria alguma coisa mais burocrática, ou "burrocrática", mais técnica, científica, uma coisa mais chata e maçante. Realmente eu me surpreendi muito. Foi uma das experiências mais revigorantes que eu tive na minha vida. Eu acho que hoje realmente esse local serviu ao seu verdadeiro intuito, que é de ser a Casa do povo. Acho que uma das coisas de que o povo precisa é disto: receber as pessoas, receber os anseios, as informações, as dúvidas, as angústias, e dar um contraponto. Isso é espetacular. Ter aqui a representante do Ministério da Saúde, que vai poder dar esse *feedback,* é um negócio que realmente revigora muito.

Agradeço à Danielle, que tinha duas opções: ela podia ser passiva no processo da doença, podia se entregar, mas resolveu ser ativa – ativa até demais – e não parou mais. Ela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está voando. E isso ajuda muita gente porque eu acho que só quem tem a doença deve entender. Eu sei a parte técnica, medicamentosa, mas de entender realmente e de sentir eu nunca vou conseguir até que eu tenha ou não a doença. Então, a visão dela, como cientista e como portadora da doença, é importantíssima. Continue vibrando com o Parkinson, não desista nunca, porque através de você milhões de pessoas estão ganhando força. Isso é muito importante.

Só para finalizar, as grandes descobertas da Medicina foram ao acaso. Foi assim com a penicilina e foi assim com a Drª Elaine, ao acaso, sem querer. Quando chegou ao laboratório, provavelmente ia ficar brava com algum mestrando, algum doutorando e, na verdade, foi um acaso que pode mudar a medicina mundial para as pessoas que estão em casa nos ouvindo tenham esperança. A doença de Parkinson é uma doença difícil de aceitar, mas, depois que você aceita e vê as pesquisas que estão saindo, você não pode desistir, você tem de ter esperança.

Algumas doenças são mais tristes. Por exemplo, para a doença de Alzheimer, há 11 anos, não sai medicação nova. No Parkinson, ano após ano, sai. Neste ano, teremos uma medicação nova no Brasil. Então, a gente tem de ter esperança porque, se a gente perder isso, a gente perde o sentido da vida. A vida é ter esperança de um futuro melhor para nós. E eu acho que é isso que hoje a gente está podendo fazer por aqui.

Eu quero agradecer a todos por este momento magnífico na minha vida. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos, Dr. José Guilherme Schwam Júnior, médico neurologista, especialista na doença de Parkinson.

Eu trabalho muito com idosos, tanto que fui o autor do Estatuto do Idoso, brigo muito pela aposentadoria. Dizem: "Tem de fazer o orçamento só para o Paim, porque ele só quer o social". Mas alguém tem de fazer isso aqui dentro para ver aonde vai. Mas eu quero dizer que não é o meu trabalho. Às vezes, a gente não acredita na juventude. Você é um médico jovem. Não sabe a alegria enorme que a gente tem ao ver um médico jovem falar com todo esse potencial, que eu vejo que vem da alma mesmo. Tenho certeza de que vem da alma. Como há médico com idade mais avançada que também faz um excelente trabalho pela sua experiência. Alguns dizem: "Não, Paim. Você devia se preocupar só com as crianças". Eu não consigo. Claro que eu tenho de me preocupar com as crianças, mas não vou me preocupar com os idosos, aqueles que até quase que voltam a ser crianças? Meu pai já faleceu; minha mãe também.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exato.

Eu trabalho com as crianças, sim, muito. Eu trabalho com os adultos – claro. Emprego, renda para mim é fundamental. A educação e a saúde são fundamentais. Mas os idosos também são fundamentais.

Eu sempre lembro aquela história – eu não quero aqui tirar o tempo de vocês. Mas me contaram e eu nunca mais esqueci. Aquela história aconteceu quando eu era moleque ainda. Dizem que estavam o pai e a mãe almoçando e o menino não queria almoçar; estava no chão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazendo um prato de madeira, raspando. Aí, o pai e a mãe perguntam: "Por que ele está fazendo isso? O que é isso? Ele está fazendo um prato de madeira?" "Pois é, o vô sentava nesta mesa aqui e um dia vocês disseram para mim que ele derramava comida e quebrava o prato e vocês o colocaram em um lugar que não está bem... Eu estou preparando o prato de vocês porque, quando vocês envelhecerem, eu vou botar vocês lá também." A criança disse. Então, eu queria dar uma salva de palmas para os jovens, para as crianças e para os idosos. (*Palmas*.)

Essa aproximação de gerações, que você aqui representou muito bem.

Bem, vamos em frente antes que eu também comece a me emocionar e vou te copiar. Então vão dizer que eu te copiei. Mas o momento é bonito.

Jaqueline Silva Misael, Drª Jaqueline, que vem aqui representar o Ministério da Saúde.

A SRª JAQUELINE SILVA MISAEL – Bem, primeiro parabenizo a todos pela responsabilidade com que lidam com o tema e também ao senhor, Senador Paim, pela brilhante condução de hoje.

Eu já participei de outras audiências aqui no Senado e realmente esta audiência tem um caráter ímpar, porque ela traz os problemas existentes para a população acometida pela doença, ela traz essas queixas, essas dificuldades apresentadas pelos pacientes, mas não se encerra nisso. Ela não traz apenas as queixas existentes, mas também é superpropositiva. Então, eu enxergo aqui pessoas que estão trabalhando com o tema, mas que trazem demandas de uma maneira leve, de uma maneira propositiva para que o problema possa ser solucionado, para que a população possa ter acesso ao melhor tratamento, não apenas as pessoas que podem pagar pelo seu medicamento, mas também as pessoas que não têm condição nenhuma para isso.

Eu saio daqui cheia de demandas, mas também feliz por isso, porque são demandas que precisam ser analisadas pelo Ministério. É claro que temos cortes, temos inúmeras dificuldades sendo enfrentadas pelo País, mas elas precisam ser acolhidas e tratadas. Então, saio cheia de demandas, que anotei, mas feliz ao mesmo tempo.

Depois, Senador, sua equipe pode me passar, caso eu tenha esquecido alguma, mas, de maneira geral, foi solicitado que sejam revistos os critérios tanto para recebimento quanto para distribuição de medicamentos, a inclusão da clozapina para os pacientes. Essa solicitação pode ser feita pela Conitec. Eu trabalho na Secretaria de Atenção à Saúde. A nossa Secretaria pode fazer essa solicitação pela Conitec. Então, ela vai ser analisada e, caso seja necessário, será incluída ou não. Isso é uma análise que é feita pela Conitec.

Muito interessante a sua solicitação. É muito importante a solicitação de espaço para informação. Então, dia 11 de abril, que é o dia mundial, eu vou levar essa demanda, e a gente pode verificar a melhor forma como pode ser acolhida, se via *sites*, se por contato com as Secretarias Estaduais de Saúde, se por campanha. Então, nós podemos analisar de que forma pode chegar melhor ao usuário essa conscientização e essa liberação de informações para todos.

Sobre a questão da capilaridade de treinamento, eu acho que uma das possibilidades seria fazer um treinamento ou então essa capilarização via UNA-SUS. A gente pode ter uma conversa um pouco mais próxima para poder levar essa demanda para o Ministério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não sei se eu anotei todas e se consegui compilar as demandas de forma geral, mas estou à disposição. E aí a equipe do Senador pode me trazer mais alguma demanda para que eu possa levar para a pasta.

Muito obrigada a todos novamente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Drª Jaqueline Silva Misael, representante do Ministério da Saúde. Ela foi objetiva, direta, mas estava tomando nota de tudo ali. Quase tudo que nós temos aqui para falar você, doutora, complementou muito bem.

Por favor, agora o nosso querido ator Raphael Montagner, que empresta seu nome para essa causa e tenho certeza até para outras. Com a palavra, por dez minutos.

O SR. RAPHAEL MONTAGNER – Senador Paim e todos os amigos envolvidos aqui profissionais na causa, em prol da causa, eu tenho total certeza e convicção de que, como brasileiros que somos de coração forte, brado retumbante e de passada forte e sempre visualizando o horizonte, somos todos seres humanos. Como a própria palavra diz, é no plural, não é no singular, não é humano. Somos seres humanos. Vivemos em conjunto. E eu tenho certeza de que todos pensam aqui e levam a sua vida para ser vivida com qualidade. E isso que a gente está fazendo hoje aqui é para dar qualidade de vida igual para todos indiferentemente da classe social, da raça, da etnia, da religião. (*Palmas.*)

Então, eu tenho total convicção – de tudo, eu peguei um pouquinho de cada um conversando aqui – de que, com esta semente que foi plantada aqui, nós vamos colher bons frutos com bons profissionais. Nós não precisamos de todos. Nós precisamos de bons e poucos.

E ser hoje padrinho do Vibrar Parkinson, que me afunilou para essa causa tão maior, tão grande e tão significativa que é a condição do parkinsoniano hoje no Brasil, me fez, sim, me tornar um ser humano e eu me torno um ser humano melhor a cada dia por esses aspectos e me faz vibrar. E vibrar é vida e é o que aconteceu hoje aqui com cada profissional, com cada pessoa. Eu acredito que a pessoa em casa também sentiu isso, porque eu trabalho com energia, eu trabalho com pessoas diretamente, como os médicos, como vocês tratam com os pacientes. Então, eu senti isso hoje aqui.

Eu me coloco à total disposição à causa e aos profissionais. E eu só tenho a agradecer a Deus as oportunidades; à minha família, porque eu tive oportunidade de ter a cultura, eu tive a oportunidade de ter um raciocínio lógico hoje, que faz com que eu saiba, ou pelo menos eu tente, distinguir o que é certo, o que é ético, o que não é ético para ser conduzida a vida,

Eu acredito que todos somos capazes de fazer política. E a política não é somente no Senado; é no abrir uma porta, ter uma gentileza; é como faz uma profissional, como a Jaqueline também, que tem o bom senso de escutar outras pessoas e anotar, saber diretamente de onde está vindo o problema. Então, eu acho que todos somos capazes de fazer política, afunilados para o bem da sociedade.

Não é da boca para fora. Todos aqui que falaram, cada um no seu segmento, na sua área, eu tenho certeza de que falaram de dentro para fora. Então, eu fico muito feliz em vibrar com todos aqui. E me coloco à disposição de todos que estão nos assistindo para poder conversar, para poder dar o meu lado humano e o profissional também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fico muito feliz. A arte me proporcionou chegar aqui. Eu nunca imaginei estar aqui hoje, em uma mesa do Senado, representando e falando de uma causa muito importante que é a segunda doença degenerativa do mundo. Eu nunca pensei estar aqui, e a arte me trouxe aqui, a minha sensibilidade. E eu a viro totalmente em prol disso; eu foco como uma flecha e, como eu digo, sempre visualizando um horizonte de uma qualidade de vida melhor voltada para os parkinsonianos. Eu fico muito feliz em estar aqui.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Raphael Montagner, ator, que faz mais uma fala aqui com espírito, alma, coração e vida para apontar que temos que caminhar todos juntos – achei bonito você falar –, independentemente da raça, da cor, da etnia, da orientação sexual, do time de futebol. Há pessoas que querem se matar por causa de um time de futebol. Eu fico louco quando eu vejo aquilo. Mas o que é isso? A que ponto chegou a humanidade, não é? A situação dos migrantes e dos imigrantes. Onde está o lado humano? Todo mundo que vai, na sua religião, ao culto, ou vai à igreja, ou vai aqui, ou vai ali, mas o que é isso, então?

Olha, quero cumprimentar a todos. E eu quero dizer para vocês o seguinte: sem sombra de dúvida, uma das melhores audiências públicas que nós realizamos foi esta. Vocês estão todos de parabéns. Aqui foi dito – e eu também acredito nisso – sobre essa energia que tomou conta de nós todos. Eu sei que em casa também as pessoas estão nos acompanhando na certeza que vale a pena acreditar, vale a pena resistir, vale a pena construir, e a gente pode fazer acontecer. Então, parabéns a todos.

Quanto aos encaminhamentos, a senhora já falou de alguns, que já estão aí na sua mão. Eu vou apenas relatar quatro de que a assessoria tomou nota. Depois que terminar, se houver algum, as pessoas vão ali, e a gente faz em conjunto para encaminhar para o órgão competente.

Oficiar o Ministério da Ciência e Tecnologia para que analise a possibilidade de criação de uma instituição nacional de pesquisa para a doença de Parkinson. Isso foi algo solicitado.

Oficiar o Ministério da Saúde e encaminhar as notas taquigráficas desta reunião, solicitando atender aos encaminhamentos apresentados por médicos, pesquisadores, militantes dessa causa, enfim, os parkinsonianos. Aprendi mais essa, eu não sabia dessa palavra; eu nunca tinha falado e falei hoje, eu só falava doença de Parkinson.

Isso. Muita coisa está com você, que brilhantemente já tomou nota.

Realizar entendimento no Senado Federal para verificar a possibilidade de retirar o PLS 523, de 2011, da lista dos projetos constantes do requerimento do Senador José Pimentel, que solicita a tramitação em conjunto com o PLS 274, de 2017 – é isso mesmo, não é? –, para avançar.

Rever a Norma 38SM – é isso? – da Farmácia Popular para que todos os portadores de Parkinson possam retirar os medicamentos na Farmácia Popular sem restrição da idade. É isso. A gente fala "rever"; na verdade, a intenção deles foi esta: retirar; enfim, que seja arquivada a Norma 38. O.k., pessoal?

Olha, muito, muito obrigado.

Parabéns a todos pela iniciativa. Eu saio daqui – eu digo – melhor do que cheguei, devido a tudo o que eu aprendi com vocês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma salva de palmas para vocês! (*Palmas.*)

Eu queria tirar uma foto. Tudo vai para um livro, depois.

Antes de eu dar por encerrada, eu vou ter que registrar o ponto ali. Empolguei-me com vocês.

Está encerrada a nossa audiência pública, mas eu recebi neste momento ainda uma tulipa.

(*Iniciada às 09 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 27 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e onze minutos do dia quatorze de março de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Regina Sousa e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Marta Suplicy, Hélio José, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Paulo Rocha, Ana Amélia, Sérgio Petecão, Kátia Abreu, João Capiberibe, Romário, Cidinho Santos, Wellington Fagundes e dos Senadores não membros, José Medeiros, Ataídes Oliveira, Romero Jucá, Ronaldo Caiado, José Pimentel e Dário Berger. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Eduardo Amorim, Ciro Nogueira, Magno Malta e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da décima primeira a décima quarta Reuniões da CDH, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, de 2011 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Sen. Regina Sousa (Ad hoc), substituiu Sen. Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Resultado: Adiado. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 650, de 2011 - Terminativo - que: "Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 325, de 2015 - Terminativo - que: "Torna obrigatória a manutenção de exemplares do estatuto da criança e adolescente (ECA), do estatuto da Juventude, do estatuto do idoso e do estatuto da igualdade racial nas escolas municipais, estaduais, federais e privadas." Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta, aprovação das Emendas nº 2 e nº 3, do Senador Paulo Paim e prejudicialidade da Emenda nº 1-CE. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 411, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre cão-guia, para garantir às pessoas com deficiência o direito de se fazer acompanhar do cão de assistência em veículos e estabelecimentos de uso coletivo." Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 648, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prever a criação de programas de institucionalização da pessoa idosa durante o dia." Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar a obrigatoriedade de oferecimento de serviço de orientação sobre aleitamento materno." Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Sen. Regina Sousa (Ad hoc), substituiu Sen. José Medeiros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, e a Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, para dispor sobre o uso de símbolos desprovidos de caráter pejorativo na identificação de pessoa com deficiência e de idoso." Autoria: Senador Waldemir Moka. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, de 2016 - Terminativo - que: "Autoriza o Poder Executivo a alterar o nome da Fundação Nacional do Índio para “Fundação Nacional dos Povos Indígenas”." Autoria: Senador Telmário Mota. Relatoria: Sen. João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 403, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, para assegurar atendimento prioritário a pessoas com neoplasia maligna que estejam se submetendo a quimioterapia ou radioterapia." Autoria: Senador Romário. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 12, de 2012 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar que as empresas que operem frotas de táxis com vinte ou mais veículos tenham ao menos cinco por cento da frota adaptada para o acesso de pessoas com deficiência." Autoria: Senador Sergio Souza. Relatoria: Sen. Wellington Fagundes. Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto (votação simbólica). Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, de 2012 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, para prever nova modalidade de medida socioeducativa e dá outras providências." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatoria: Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela rejeição do Projeto e da Emenda Substitutiva nº 1-CAS. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 433, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para estabelecer a obrigação de oferta aos clientes, por parte de hipermercados, supermercados, empórios e aeroportos, de carrinhos de transporte de compras ou de bagagem adaptados para o transporte de crianças com deficiência." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Sen. Romário. Relatório: Pela aprovação com três Emendas que apresenta. Resultado: Lido o Relatório, adiadas a discussão e votação. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 183, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973." Autoria: Deputado Dr. Jorge Silva. Relatoria: Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 151, de 2014 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, para exigir que os Planos de Atendimento Socioeducativo prevejam metas anuais de desempenho." Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Sen. Telmário Mota. Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre a imposição de multa administrativa ao empregador que incorrer na discriminação salarial por motivo de sexo ou etnia e cria o cadastro de empregadores que praticarem a referida discriminação." Autoria: Senador Lindbergh Farias. Relatoria: Sen. Gleisi Hoffmann. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. ITEM 16 - SUGESTÃO Nº 15, de 2014 - Não Terminativo - que: "Regular a interrupção voluntária da gravidez, dentro das doze primeiras semanas de gestação, pelo sistema único de saúde." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Sen. Magno Malta. Relatório: Pelo arquivamento da Sugestão. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 17 - SUGESTÃO Nº 50, de 2017 - Não Terminativo - que: "Proibição do ensinamento de ideologia de Gênero nas escolas" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela Rejeição da Sugestão. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela rejeição da Sugestão. ITEM 18 - SUGESTÃO Nº 4, de 2015 - Não Terminativo - que: "Proposta de Ideia Legislativa nº 42.385, sob o título de "Dá eficácia ao resultado do Referendo de 2005" (desarmamento)." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Sen. Regina Sousa. Relatório: Pela prejudicialidade da Sugestão. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela prejudicialidade da Sugestão. ITEM 19 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 41 de 2018 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater “Polo Naval do Rio Grande e o desmantelamento da Construção Naval no Brasil”." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM 20 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 42 de 2018 que: "Requer, nos termos do art. 142, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência na forma de Audiência Pública, no Estado do Rio Grande do Sul, em data a ser definida, com membros desta Comissão, com a finalidade de debater o tema “As consequências da instabilidade climática que assola o Rio Grande do Sul”" Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM 21 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 43 de 2018 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater “O Processo Eleitoral de 2018”." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM 22 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 44 de 2018 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão, para debater “A concentração de renda no Brasil”." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM 23 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 45 de 2018 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater “Estatuto do Trabalho e os prejuízos em 6 meses de vigência da Reforma Trabalhista”." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM 24 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 38 de 2018 que: "Requer, nos termos do Art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, para debater o Desmatamento Zero para garantir o futuro socioambiental e econômico do Brasil" Autoria: Senador João Capiberibe. Resultado: Adiado. ITEM EXTRAPAUTA 25 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 144, de 2017 - Não Terminativo - que: "Institui a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas e cria o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas." Autoria: Deputado Duarte Nogueira. Relatoria: Sen. Kátia Abreu. Relatório: Pela aprovação com emendas. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1 a 6-CDH. ITEM EXTRAPAUTA 26 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 369, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre adoção intuitu personae." Autoria: Senador Aécio Neves. Relatoria: Sen. Kátia Abreu. Relatório: Pela aprovação com emendas. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDH. ITEM EXTRAPAUTA 27 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 46 de 2018 que: "Requer, nos termos do art. 142, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência na forma de Audiência Pública, no Estado do Rio Grande do Sul, em data a ser definida, com membros desta Comissão, com a finalidade de debater o tema “Desemprego e o Polo Naval do Rio Grande" Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 28 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 47 de 2018 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater “Desaparecimento, tráfico e abuso sexual de crianças”. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 29 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 48 de 2018 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater o programa de governo “Bolsa Dignidade”." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 30 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 49 de 2018 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater “Violência contra as mulheres no âmbito da Frente Parlamentar Mista dos Homens Contra a Violência às Mulheres”." Autoria: Senador Paulo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Paim. Resultado: Aprovado. Fazem uso da palavra as Senadoras Regina Sousa, Gleisi Hoffamann, Kátia Abreu, Marta Suplicy e Fátima Bezerra e os Senadores Paulo Paim, Romário e José Medeiros. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e nove minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Regina Sousa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/03/14

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Bom dia a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 11ª à 14ª Reuniões da CDH.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas as Atas da 11ª à 14ª Reuniões da CDH.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Pela ordem, Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Pela ordem.) – Eu gostaria de solicitar a inversão de pauta do item 15. Eu sou Relatora desse projeto e gostaria de solicitar a inversão, para que eu pudesse já ler meu relatório.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Inversão concedida, Senadora Gleisi.

ITEM 15

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, de 2018

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre a imposição de multa administrativa ao empregador que incorrer na discriminação salarial por motivo de sexo ou etnia e cria o cadastro de empregadores que praticarem a referida discriminação.

Autoria: Senador Lindbergh Farias

Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações: *Tramitação: CDH e terminativo na CAS.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Gleisi Hoffmann com a palavra, para a leitura do relatório.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Como Relatora.) – Obrigada, Srª Presidenta.

Eu acho de grande relevância nós discutirmos esse projeto hoje aqui na Comissão de Direitos Humanos.

Estamos no mês de março, no qual comemoramos o Dia Internacional da Mulher e sempre é tradição da Casa discutir projetos que façam referência à luta das mulheres e às suas conquistas ou necessidades; e esse projeto do Senador Lindbergh vem exatamente ao encontro desse nosso propósito.

A iniciativa dispõe sobre a imposição de multa administrativa ao empregador que incorrer na discriminação salarial por motivo de sexo ou etnia; e, também, cria o cadastro de empregadores que praticarem a referida discriminação.

Por meio da inserção dos §§ 7º, 8º, 9º, 10, 11 e 12 ao art. 461 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, o projeto passa a prever a imposição de multa administrativa ao empregador, uma vez constatada, pela fiscalização do trabalho, a discriminação por motivo de sexo e etnia. A multa será de 50% do limite máximo de benefícios do Regime Geral de Previdência Social, por empregado discriminado, e será devida em dobro no caso de reincidência.

Além disso, o Ministério do Trabalho elaborará lista de empregadores que incorram na discriminação, que será divulgada anualmente em seu endereço eletrônico. A permanência do empregador, por período igual ou superior a dois anos, na lista, ou a sua reinclusão no período de cinco anos, quadruplicará a multa devida após sua inclusão no mencionado rol. Finalmente, a inclusão na lista sujeita o empregador à fiscalização periódica do Ministério do Trabalho.

Na justificação, o autor informa que, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), mulheres brasileiras ganham cerca de 70% dos rendimentos percebidos por homens. E, se considerarmos o fator racial, negros ganham pouco mais da metade da renda auferida por brancos.

Tanto mulheres quanto pessoas negras em muito superam homens e pessoas brancas nas faixas populacionais que recebem os menores salários. Por tais motivos, a proposição visa a conferir maior efetividade no combate à discriminação salarial em função de etnia ou gênero, aprimorando os mecanismos contidos no art. 461 da Consolidação das Leis do Trabalho, seja pela via da imposição de multa administrativa ao empregador que realiza a prática discriminatória, seja pela criação de uma lista pública de empregadores que desrespeitarem a igualdade de gênero e etnia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposição foi distribuída para a análise da CDH e será posteriormente remetida ao exame, em caráter terminativo, da Comissão de Assuntos Sociais.

Não foram apresentadas emendas.

Nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre proposições que tratem da garantia e promoção dos direitos humanos. Logo, é regimental a análise do projeto por esta Comissão.

Em nossa avaliação, o projeto é meritório, uma vez que busca propor soluções para o enfrentamento de um problema resistente: a discriminação no mercado de trabalho por motivo de gênero e raça. As práticas discriminatórias têm um duplo viés: tanto dificultam o acesso de mulheres e pessoas negras a postos de trabalho mais bem remunerados quanto legitimam diferenças salariais para trabalhadores que executam as mesmas funções, apenas por motivos de gênero e raça. Neste último ponto reside o foco da proposição.

De acordo com o estudo do Ipea mencionado pelo autor do projeto, homens brancos têm os melhores rendimentos médios, seguidos de mulheres brancas, homens negros e mulheres negras.

Nós Parlamentares estamos atentos a esse cenário e já iniciamos uma revisão de nossas leis com o objetivo de eliminar tais distorções. Um exemplo do nosso esforço foi a alteração ao art. 461 da CLT, recém-promovida pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017.

Ao inserir o § 6º no art. 461 da CLT, a nova lei passou a prever uma sanção pecuniária para o empregador que admite a ocorrência de disparidades salariais por motivos de sexo ou etnia. Embora seja positiva a cominação da multa, entendemos que a judicialização do processo de imposição dessa sanção acarreta uma demora indesejada na punição do empregador que discrimina, o que compromete a eficácia da medida no atingimento de seu escopo.

Assim, a previsão de imposição de multa administrativa, de expressivo valor e de rito mais célere de apuração, decerto aumentará o custo esperado de punição das empresas e, dessa forma, serve de desestímulo para a ocorrências de disparidades salariais dentro da organização.

Outra interessante inovação apresentada é a criação de uma lista de empregadores que descumprirem os preceitos do art. 461 da CLT. Já dispomos de um instrumento similar em nosso País, que vem a ser a denominada “lista suja do trabalho escravo”. Essa lista, divulgada pelo Ministério do Trabalho, relaciona os empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo. Sua eficiência no combate ao trabalho escravo foi atestada pela Justiça do Trabalho e por diversas organizações da sociedade civil que militam na área,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como demonstra a intensa campanha contra a sua divulgação, orquestrada por alguns de seus integrantes, que levou inclusive a questionamentos judiciais sobre sua legalidade.

É considerável o impacto social da exposição de empresas cuja governança corporativa não se mostra condizente com normas jurídicas e princípios éticos. Em nossa avaliação, nenhuma empresa desejaria ver sua imagem associada a práticas discriminatórias. Ao contrário, cada vez mais as empresas têm investido em posturas que denotam uma preocupação com sua responsabilidade socioambiental, sendo uma resposta à cobrança do mercado consumidor, que tem se mostrado mais sensível a essas questões.

A divulgação da lista dos empregadores que discriminam mulheres e pessoas negras, bem como a majoração da multa administrativa nas hipóteses de inclusão recorrente na lista ou de reinclusão em tempo menor que cinco anos, consistirão importantes medidas de desencorajamento à adoção de tais práticas dentro das empresas.

Portanto, opinamos pela aprovação de um projeto indiscutivelmente meritório.

Este é o voto, pela aprovação, e é também meu parecer.

Eu queria aqui também agradecer de pronto ao Senador Paim, que era o Relator inicial desse projeto e que, numa deferência ao mês das mulheres, ao mês de março, permitiu que uma mulher, que eu pudesse fazer o relatório. É uma briga e uma luta muito antiga nossa na sociedade. A Senadora Regina sabe disso. Já na Constituição da República nós tínhamos a determinação de que homens e mulheres deveriam ganhar os mesmos salários ao desempenharem as mesmas funções, mas, infelizmente, o preconceito, o machismo, a sociedade patriarcal ainda priva as mulheres de estarem em condições de igualdade com os homens.

Obrigada, Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senadora Gleisi.

Em discussão o projeto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Regina Sousa.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – O mês de março é considerado o mês das mulheres e V. Exª... Primeiro quero agradecer porque esse projeto, como disse muito bem a querida Presidenta Gleisi Hoffmann,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estava comigo porque fui Relator de outro projeto do Deputado Marçal Filho, mas cheguei à conclusão – tranquilamente, Senadora, explico isso – que esse projeto não traz nenhum confronto em relação àquele, porque esse trata gênero, raça, etnia, é bem mais amplo. Por isso, eu entendo que os dois projetos caminham bem. Eu já era Relator daquele e achei mais do que justo que V. Exª relatasse esse projeto do Senador Lindbergh que trata inclusive dessa questão da raça; e todo mundo sabe que eu tenho muito cuidado com essa questão, no combate a todo tipo de preconceito e discriminação.

Fiquei com aquela relatoria e V. Exª, num gesto, naturalmente, ao mesmo tempo, de gentileza, solicitou-o de forma muito tranquila: "Ó Paim, se tu puderes passa para mim esse e fica com esse outro aí" porque esse é do Lindbergh e é o mês das mulheres. E é claro que eu o fiz com a maior satisfação. E quero cumprimentar a iniciativa do Senador Lindbergh e a sua relatoria que, além de exigir que homem e mulher ganhem o mesmo salário, também fazem o contraponto a essa realidade que existe de a mulher negra ganhar um salário bem menor que a mulher branca e ainda muito menor em relação ao homem branco.

Por isso que esse debate é um debate qualificado, de alto nível. Eu estou convicto de que esta Casa poderia deixar de, no dia 8 de março, só jogar flores para as mulheres. Como alguém já disse "mulher quer é atitude". Então, votar um projeto desse quilate, por exemplo. Desde a Constituinte – está correta – as mulheres lutam, e naturalmente os homens que as apoiam, por um projeto desse porte. E a Casa, todo dia 8 de março, faz homenagem, faz homenagem, mas não vota projetos que tratem dessa diferença salarial; e ainda o preconceito de gênero, de raça, enfim, em relação aos vencimentos da mulher e do homem.

Ficam aqui meus comprimentos pela iniciativa do Senador Lindbergh e pelo brilhante relatório da competente Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Continua em discussão a matéria.

Eu quero só aproveitar para parabenizar, Senadora Gleisi. O Lindbergh teve a feliz ideia. No meu discurso de 8 de março eu falei isso: que a gente já cansou. É bom receber flores e bombons, mas cansa na medida em que as flores murcham e vão para o lixo. A gente quer atitude concreta que perdure para sempre. As flores vão para o lixo e a gente quer exatamente essas coisas, porque não é possível. (*Risos.*)

Qual é a razão? A gente sabe a razão: a mulher menstrua, a mulher tem TPM, a mulher engravida. Então, já é um prejuízo porque ainda agora tivemos uma discussão ali sobre um exame médico e, uma pessoa que é declaradamente empresário, pensou do lado dele e esse exame vai acarretar a despesa para a empresa e a empresa pode não contratar a pessoa que tiver diabetes, ou seja, a pessoa pensando só do seu lado empresarial, não pensando do lado da saúde pública, da questão do diabetes, uma doença que mata muita gente silenciosamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a gente precisa trazer essas coisas à tona, pena que é só no mês de março, depois tudo passa, fica adormecido, e só no próximo março que a gente vai ter essa discussão de novo.

Mas temos muitos projetos interessantes. Inclusive eu tenho projetos sobre a questão do transporte das mães da maternidade, quando dão à luz. Em 24 horas vão para casa, subindo em ônibus ou em garupa de moto, com uma criança no braço, uma sacola. Eu tenho um projeto nessa linha para que seja fornecido transporte para essas mulheres. Eu espero que votem. Ele estava na pauta, mas o Relator o tirou na CAS, mas espero que, na próxima semana, ele volte, porque a gente precisa aproveitar esse março para votar tudo que a gente tem aqui de interesse, que não deveria ser interesse só das mulheres, mas infelizmente parece que é interesse só das mulheres.

Senador Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT. Para discutir.) – Senadora Regina, Presidente desta Comissão, só para fazer um registro, já que estamos falando do tema. No Estado de Mato Grosso, este ano, parece que há uma verdadeira epidemia. Já mataram este ano mais de vinte mulheres. Está uma coisa que eu nunca vi. E nós precisamos talvez fazer uma reunião, uma audiência, no Estado, Senador Paim, para tratar desse tema. Tem sido uma preocupação, mortes violentas, com características dos temas que nós temos sempre tratado aqui, que é a violência contra a mulher.

Então, queria fazer esse registro aqui para que a Comissão de Direitos Humanos do Senado ficasse a par do que está acontecendo no Estado de Mato Grosso.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu quero aproveitar para lamentar a sua saída, não estou vendo mais seu nome na...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Mas já estou providenciando a volta, Senadora Regina.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Ah, tá! Animava o debate aqui. Tínhamos muitos embates, e o senhor...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Porque me tiraram...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sempre presente.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – ...mas já estou voltando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Com certeza.

Obrigada.

Alguém mais quer discutir esse projeto?

Não havendo mais quem queira discutir... Como ele é não terminativo, vamos colocar em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório da Senadora Gleisi permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH favorável ao projeto.

O projeto segue para análise na CAS, análise terminativa na CAS.

Seguimos com outros projetos.

A SRª KÁTIA ABREU (S/Partido - TO) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senadora Kátia Abreu.

Bem-vinda!

A SRª KÁTIA ABREU (S/Partido - TO) – Muito obrigada.

Eu gostaria de cumprimentá-la pela sua Presidência, pelo seu trabalho, os colegas Senadores que fazem parte desta Comissão.

Para mim é um prazer, uma alegria poder estar aqui.

Eu gostaria, Srª Presidente, de fazer uma solicitação, se for possível, claro. É uma solicitação extrapauta de dois projetos de lei dos quais sou Relatora, PLC 144 e PLC 369. Um é de autoria do Senador Aécio Neves; outro, do Deputado Alberto Fraga e do Deputado Duarte Nogueira.

Se for possível ler os relatórios, agradeço.

Um trata de adoção e outro do sistema único dos desaparecidos, das pessoas desaparecidas no País.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Consulto os Srs. e as Srªs Senadoras se concordam com a inclusão dos seguintes projetos extrapauta: PLC 144, de 2017; PLS 369, de 2016.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a inclusão dos dois projetos.

Vamos a eles, então.

EXTRAPAUTA

ITEM 25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 144, de 2017

- Não terminativo -

Institui a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas e cria o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas.

Autoria: Deputado Duarte Nogueira

Relatoria: Senadora Kátia Abreu

Relatório: Pela aprovação com emendas.

Concedo a palavra à Senadora Kátia Abreu para a leitura do relatório.

A SRª KÁTIA ABREU (S/Partido - TO. Como Relatora.) – Obrigada, Srª Presidente e aos colegas Senadores também pela aprovação da sua inclusão na pauta.

Nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa opinar sobre proposições que tratem da proteção à pessoa com deficiência, à infância, à juventude e aos idosos. Logo, é regimental a análise do projeto por esta Comissão.

Em nossa avaliação, o projeto é meritório, uma vez que busca propor soluções para o enfrentamento de um grave problema: o desaparecimento de pessoas no Brasil. De acordo com o Relatório Segurança Pública em Números (2017), publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o Brasil registrou 71.796 notificações de pessoas desaparecidas em 2016. Em 10 anos, ao menos 693.076 pessoas foram dadas como desaparecidas, um número estarrecedor.

Composta por 19 artigos, a proposição apresenta interessantes inovações ao arcabouço jurídico do nosso País, algumas das quais destacaremos a seguir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Atualmente, o compartilhamento de informações e a integração de sistemas de informação entre órgãos de segurança pública são realizados no âmbito do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (Sinesp), disciplinado pela Lei nº 12.681, de 2012.

No entanto, identificamos algumas falhas na estruturação desse sistema, no que se refere ao tratamento dos casos de pessoas desaparecidas.

O principal gargalo é a falta de sincronização entre as informações existentes em âmbito local e em âmbito nacional.

É justamente esse ponto que a proposição visa a corrigir, pela via da unificação das informações relativas às pessoas desaparecidas em um só cadastro, de âmbito nacional, a ser gerido por uma autoridade central, mas com o apoio e o compromisso de autoridades locais dos Estados e do Distrito Federal.

No art. 5º, o projeto atribui ao órgão competente a implantação, coordenação e atualização do Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas em cooperação operacional e técnica com os Estados e o DF. Além disso, caberá aos órgãos investigativos a inserção, atualização e validação das informações relacionadas.

No caso, a sincronização das informações é uma interessante premissa do sistema, especialmente em uma época onde tudo acontece com uma velocidade que às vezes sobrepuja a capacidade humana de reação. Julgamos, portanto, positivas as ideias de compartilhamento de dados e de diálogo de experiências entre os diversos órgãos do sistema de segurança pública e demais instituições (Conselho Tutelar e outros), tema que foi tratado no art. 4º, parágrafo único do projeto.

Outro aspecto positivo na proposição vem a ser o acesso público às informações básicas sobre as pessoas desaparecidas, atualmente dificultada em razão da baixa acessibilidade do cidadão à plataforma do Sinesp.

Nesse sentido, o art. 5º trata do Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas, que será composto por um banco de informações públicas (de livre acesso por meio da internet), com informações básicas sobre as pessoas desaparecidas, e dois bancos de informações sigilosas: um deles contendo informações detalhadas sobre a pessoa desaparecida; o outro, informações genéticas da pessoa desaparecida e de seus familiares.

O art. 7º comanda à autoridade central federal e às autoridades centrais estaduais a elaboração de relatório anual, com as estatísticas acerca dos desaparecimentos. De igual forma, o dispositivo revela-se valioso, uma vez que, sem a produção de informações adequadas, não há como formular nem como avaliar a eficácia de políticas públicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Finalmente, outra relevante contribuição do projeto está contida nos arts. 9º e 10, segundo os quais as autoridades policiais somente poderão encerrar as investigações quando localizada a pessoa e poderão, mediante autorização judicial, obter dados sobre a localização de aparelho de telefonia móvel sempre que houver indícios de risco à vida ou à integridade física do desaparecido. São medidas simples, mas que certamente afetarão positivamente o índice de solução dos casos de pessoas desaparecidas em nosso País.

Por esses motivos, somos favoráveis à aprovação do projeto. Apresentamos tão somente algumas emendas de redação com o objetivo de realizar pequenos reparos de técnica legislativa e eliminar eventuais imprecisões e omissões do texto.

Em razão do exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 144, de 2017, com essas emendas de redação.

Muito obrigada, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senadora Kátia Abreu.

Em discussão a matéria.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Presidenta, eu queria cumprimentar tanto o autor do projeto como também a Senadora Kátia Abreu pelo brilhante relatório de um tema que é preocupação de todos nós, que é a questão dos desaparecidos, crianças, adolescentes, adultos, o próprio abuso sexual e até o tráfico de órgãos, que podem acontecer com esses desaparecimentos. Por isso, eu cumprimento o autor, pela iniciativa, e a Relatora, Senadora Kátia, pelo relatório.

E é importante aprovarmos hoje, Srª Presidenta, porque, casualmente, eu estava aqui com uma audiência pública para debater esse tema. Então, já aprovado, já vai para a CCJ, esse projeto pode nos ajudar aqui, devido à agenda, porque sei que é muito concorrida em matéria de audiência, pode ser o parâmetro para que balize mais a todos nós. E tenho certeza de que vamos aprová-lo também na CCJ. Hoje, claro, será aprovado por unanimidade.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Continua em discussão o projeto. (*Pausa*.)

Eu quero só fazer um pequeno comentário também, Senadora. Parabenizá-la pelo relatório e aproveitar para dar, publicamente, as boas-vindas – já havia dito aqui – à Senadora Kátia, que está vindo compor a nossa Comissão, muito produtiva, pois já começa, no primeiro dia, apresentando relatório. E foi ela quem reivindicou esses processos. Eu nem mandei. Mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

há muitos ali para enviar assim compulsoriamente também. Mas foi ela quem pediu esses projetos para relatar.

Aproveito para solicitar para os dois Blocos que estão com muitas vagas, o Bloco do PMDB e o Bloco do PSDB com o PV e com o DEM. Há muitas vagas. Precisamos preencher. Há muitos projetos para votar e muitos terminativos. E, aí, eu acho que, como os partidos reivindicam as vagas, deveriam preenchê-las. Faço esse apelo aos Blocos que ainda não preencheram suas vagas.

Mas, sobre o projeto, eu ouvi uma vez uma pessoa defendendo contra porque ia expor as pessoas que talvez não quisessem ser encontradas. Não é possível. Se ela não quiser ser encontrada, ela vai ser encontrada, mas ela não é obrigada a voltar para o convívio da família se ela não quer. Mas é preciso existir porque, passados três, quatro anos, é mais difícil encontrar as pessoas porque elas vão mudando as características.

Então, esse projeto vem resolver isso também, a questão do banco genético, porque a pessoa muda a fisionomia e precisa fazer exames para comprovar se realmente é a pessoa.

Mas esses desaparecimentos têm fortalecido muito a prostituição. Muitas pessoas são encontradas nas rodovias do Municípios mais longínquos e vão servir à prostituição, inclusive menores.

Neste momento, é muito importante que este projeto prossiga e seja aprovado logo.

A SRª KÁTIA ABREU (S/Partido - TO) – Srª Presidente, apenas para complementar.

Os desaparecidos no Tocantins apenas, um Estado tão jovem, de 2013 a 2015, em três anos, foram mil pessoas. Quatrocentas e vinte três das mil continuam desaparecidas. E o mais triste: 184 são crianças. A maior parte: meninas desaparecidas. São dados da Secretaria de Segurança Pública do Tocantins.

No Brasil, são 190 pessoas desaparecidas por dia. Só no ano passado, como eu disse agora há pouco, 71 mil. Então, em média, 190 pessoas por dia desaparecem. E grande parte também do número nacional são crianças e adolescentes e muitas meninas. A maioria são meninas.

Obrigada, Srª. Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senadora.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação o projeto.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 a 6, da CDH.

O projeto segue para análise na CCJ.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - RJ) – Presidente.

V. Exª colocará o PLL 433 em pauta hoje, para ser lido?

Eu sei que ele é terminativo.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Está na pauta. Terminando aqui o da Senadora Kátia, voltamos para a sequência.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - RJ) – Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Como ele é terminativo, nós vamos votar os não terminativos para aproveitarmos e fazermos andarem.

Item 26.

EXTRAPAUTA

ITEM 26

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 369, de 2016

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre adoção intuitu personae.

Autoria: Senador Aécio Neves

Relatoria: Senadora Kátia Abreu

Relatório: Pela aprovação com emendas

Concedo a palavra à Senadora Kátia Abreu para leitura do relatório.

A SRª KÁTIA ABREU (S/Partido - TO. Como Relatora.) – Muito obrigada, Srª Presidente.

Nós aprovamos, semana passada, se não me engano, algumas alterações no plenário do Senado sobre a questão da adoção, sobre as questões de burocracia, prazos intermináveis. E,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

por mais que a gente mude as leis aqui no Congresso, eu fico muito chocada com o mundo real.

Eu mesma tenho uma comadre. Sou madrinha de um dos adotados. Ela adotou dois irmãos. Primeiro, um; depois, a mãe novamente engravidou, e ela pegou a segunda criança. Quer dizer, ela já tinha sido reconhecida pela primeira adoção, levou quase quatro anos para efetivar o mais velho, e, agora, a própria irmãzinha adotada por ela já está no seu terceiro ano de vida, e ainda não se realizou a adoção definitiva. Então, a burocracia está consumindo a vida das pessoas, seus desejos, seus ideais. É uma coisa impressionante em todas as áreas do País.

Então, este projeto trata também de uma questão importante que não é prevista na lei e que pode inclusive agilizar e, de certa forma, evitar que crianças sejam jogadas no lixo, sejam jogadas em terrenos baldios, sejam colocadas na porta de pessoas. Este projeto me pareceu que pode ajudar nessa questão. Se a mãe, quando constatar a gravidez indesejada, souber quem vai fazer a adoção, talvez ela fique mais tranquila, tenha uma gravidez melhor e não vá fazer nenhuma maldade com o bebê.

Então, vamos lá.

A adoção *intuitu personae,* também chamada de adoção direta, é aquela em que os genitores indicam quem deverá receber a guarda da criança ou adolescente, ou, ainda, aquela em que o adotante manifesta vontade de adotar criança ou adolescente com quem já tem relação de afeto. Por exemplo, esse caso da minha comadre. A mãe que já tem o primeiro filho adotado por essa pessoa poderia ter indicado rapidamente a segunda filha sem maiores trâmites burocráticos.

Não há na lei brasileira, até agora, previsão expressa sobre a possibilidade da adoção *intuitu personae.* Por esse motivo, portanto, é que o PLS em tela foi proposto.

Em regra, o adotante deve estar inscrito em cadastro de adoção a fim de postular a possibilidade de adotar criança ou adolescente. Normalmente, essa fila é para criança que já nasceu; é para criança que está no abrigo, é para criança que está abandonada de alguma forma, que está na creche, ou na casa de pessoas que assumem a criança provisoriamente, temporariamente. Para esse caso, é antecipadamente, principalmente, a pessoa já escolher quem vai adotar.

O §13 do art. 50 do ECA, entretanto, prevê três hipóteses em que se dispensa o registro prévio no cadastro. Além dessas hipóteses, embora não conte com previsão expressa na lei, é certo que a adoção *intuitu personae* verifica-se na prática.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A doutrina e a jurisprudência não são pacíficas quanto à possibilidade legal de se realizar a adoção direta, embora haja jurisprudência favorável a tal tipo de adoção, e, por sua vez, a doutrina pareça ser majoritariamente favorável.

Ao defender a prática da adoção direta, invoca-se, habitualmente, o princípio do melhor interesse da criança ou do adolescente. Essa situação está no STJ. A criança ou o adolescente, de outra maneira, permaneceria sem família por largos anos. Já, ao condenar a prática, habitualmente se alega sua falta de previsão legal, haja vista entender-se que as exceções à obrigatoriedade da inscrição no cadastro previstas no ECA são taxativas, sem admitir outras situações.

Ou seja, se estou escolhendo quem vai adotar, vou ficar isenta da fila – esse que está adotando a criança.

Dessa forma, parece-nos prudente que uma proposição legislativa seja aprovada, de forma a pacificar o entendimento quanto à legalidade da adoção direta. Afinal, não é razoável que se prive a criança ou o adolescente desprovido de afeto da inserção em família conhecida e acolhedora, que se mostre interessada na adoção, a qual conta com o consentimento dos genitores, sempre na forma do art. 45 do ECA.

Portanto, Srª Presidente, diante do exposto, manifesto-me pela aprovação do Projeto de Lei do Senado Federal de autoria do Senador Aécio Neves.

Acredito que é menos uma burocracia, mais uma alternativa. Parece-me que há no Brasil um número, inclusive, um pouco só apenas maior dos que têm vontade de adotar em relação ao de crianças disponíveis para adoção no dia de hoje: de 500 a 600 mil entre pessoas que querem e crianças que estão à disposição. E por que esses encontros entre essas famílias e essas crianças são tão demorados?

Então, acredito que toda situação que nós pudermos fazer para que essas crianças cheguem até um lar é muito importante.

Hoje, no Brasil, há 33 mil pessoas já habilitadas a adotar e 47 mil crianças, no momento, que já foram avaliadas e que estão prontas para a adoção, e infelizmente a burocracia não permite rapidamente esse encontro.

É claro que sei que a família tem que ser avaliada, que a criança tem que ser avaliada, mas isso pode demorar três, quatro, cinco anos, Presidente.

Então, esse é o projeto, esse é o voto.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão a matéria.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Srª Presidenta, Senadora Kátia, quem é o autor mesmo, o Deputado autor?

A SRª KÁTIA ABREU (S/Partido - TO) – É o Senador Aécio Neves.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Senador Aécio Neves.

Eu achei interessante a iniciativa, até porque estou debruçado sobre esse tema, porque sou Relator do Estatuto da Adoção, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues.

E há uma enorme polêmica, porque há duas grandes teses. Um grupo, digamos, majoritário entende que não deve haver estatuto, o que vai na sua linha. Eles entendem que, se se quer alterar, que se faça uma alteração pontual no ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente. E duas correntes de pensamento: uns acham que é fundamental nós levarmos sempre em consideração o interesse da criança; outros entendem que é da criança e da família, da mãe, do pai, enfim.

Mas esse – eu não tinha visto – é um momento novo. Nesse caso, nós podemos conjugar o interesse da família e também o interesse da criança, sabendo, naturalmente, quem vai adotar. E é uma decisão já da família, pelo que percebi. A família decide a mãe, enfim, que gostaria de adotar.

A Senadora Kátia foi muito feliz quando deu o exemplo das duas irmãs, ou dois irmãos, não importa, um casal, que já estavam com uma família, a mãe queria encaminhar para a mesma família e está há quatro anos com esse problema de burocracia, que sabemos que é grave.

Eu me socorro de novo a esta audiência pública. Votaríamos aqui, porque é simbólico, e aproveitaríamos, Senadora Kátia, nesta audiência pública em que vamos discutir inclusive tráfico de criança e adolescente, também esse fato novo, que vai nos dar, vai balizar muito mais o nosso voto na própria CCJ, já que nós todos aqui fizemos parte também da CCJ.

Eu cumprimento a iniciativa, tanto do Senador Aécio Neves, como da Senadora Kátia. E, naturalmente, no debate, nós vamos aprimorando inclusive a defesa desse procedimento que, num primeiro olhar, eu vejo com muita simpatia, que preserva a mãe, a família e também a criança. E com isso nós estaríamos avançando, porque alguém já disse noutro dia, num projeto que nós apresentamos lá na Comissão de Educação, no que eu fui relator, o projeto é do Senador Eduardo Amorim, quando ele diz, aí eu quero ligar a criança com o idoso, que nas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

universidades nós poderíamos, desde que haja entendimento na universidade, as vagas que estão ociosas fossem indicadas para pessoas com mais de 60 anos.

Foi feito lá um belo debate e foi na linha da inovação. Como disse um Senador, se eu não me engano da Bahia, que veio no lugar do Jaques Wagner, ele fez um argumento muito sólido. As cadeiras estão vazias! Luz, água, professores tudo é pago! Por que a gente não ter a ousadia de inovar?

Então nessa linha desse projeto, eu vejo a argumentação do Senador, que ele inova, porque eu não tinha, olha que eu estou debruçado com grupos, discutindo o Estatuto da Adoção, que já, tanto eu como o Senador Randolfe, pela discussão que tivemos, entendemos que é um tema muito delicado e caminha mais nessa linha de fazer mudanças pontuais no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), mas talvez seja preciso – eu estou falando porque a posição majoritária é essa, dos 50 grupos que recebi, 40 deles vão nessa linha – fazer uma mudança pontual, fruto de um grande debate que faremos aqui na Comissão de Direitos Humanos.

Era isso.

O voto é favorável.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paim.

Só para completar, a Senadora Kátia tem razão, é um assunto delicadíssimo, porque a questão do tráfico é muito séria e infelizmente não está escrito na cara quem é do bem e quem é do mal. Mas há uma questão burocrática sobre a qual a senhora realmente tem razão e que é incrível. Ora, se a família já adotou uma criança e quer adotar a segunda, não precisa passar pelos mesmos trâmites. Mas passa! Às vezes a criança é até a irmã. Ela quer levar o irmãozinho para não separar a família.

Eu já vi separarem gêmeos. Dói o coração ver separar gêmeos assim, porque se perdem. São gêmeos e vão se perder na vida, porque vai um para um lugar, outro para outro.

Então esse é um tema delicado em que a gente precisa se debruçar mesmo, mas pelo menos acho que são passos que a gente vai dando e, na medida que a gente sentir que dá errado, vai mudando também, a legislação pode mudar mesmo.

Continua em discussão.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação o relatório da Senadora Kátia.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 da CDH.

O projeto segue para análise terminativa na CCJ.

Nós vamos agora voltar à sequência da pauta. Nós temos projetos não terminativos, inclusive a Senadora Fátima tem dois, mas eu vou passar para o Senador Romário, que ele tem um terminativo e só vai fazer a leitura, porque ele já pediu e também é a sequência aqui o item 12.

O Romário faz a leitura, porque não há quórum; aí depois a gente faz um mutirão para votar esses terminativos, ver se a gente consegue.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 433, de 2017

- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para estabelecer a obrigação de oferta aos clientes, por parte de hipermercados, supermercados, empórios e aeroportos, de carrinhos de transporte de compras ou de bagagem adaptados para o transporte de crianças com deficiência.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima

Relatoria: Senador Romário

Relatório: Pela aprovação com três Emendas que apresenta

Observações: *Tramitação: Terminativo na CDH.*

Relatoria do Senador Romário, a quem eu passo a palavra para a leitura do relatório.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - RJ. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente.

Vem ao exame desta Comissão (CDH) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 433, de 2017, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, assim como V. Exª acabou de citar.

O PLS nº 433, de 2017, torna obrigatório que hipermercados, supermercados, mercados, empórios e aeroportos ofereçam aos clientes carrinhos de transporte de compras ou de bagagem adaptados para o transporte de crianças com deficiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No mérito, estamos de acordo com seu autor.

Seu objetivo principal é evitar que as crianças se vejam privadas de usufruir de um tempo de qualidade com seus pais por causa da deficiência.

Igualmente, tenciona eliminar ou reduzir as barreiras ao transporte, as quais impedem que as crianças com deficiência tenham iguais oportunidades de socialização de que gozam as crianças sem deficiência.

Ainda, pretende viabilizar a própria manutenção da família, pois busca conciliar dois interesses igualmente relevantes: a prestação dos cuidados adequados ao parente com deficiência e a aquisição de bens materiais com os quais será provida a subsistência da família.

No entanto, identificamos alguns aspectos do projeto que merecem uma análise mais apurada. Uma possível desvantagem poderia vir a ser o ainda alto custo de aquisição de tal categoria de equipamentos, pois uma rápida pesquisa na internet revelou um valor aproximado de R$450. Uma solução seria a limitação dos destinatários da regra a estabelecimentos de maior porte, como supermercados e hipermercados, sugestão que fizemos sob a forma de emenda apresentada.

Ressalvamos, ainda, a falta de menção às estações rodoviárias, entre outras modalidades de transporte de passageiros, nas quais grande parte das viagens são realizadas, geralmente em situação ainda mais difícil do que nos aeroportos, pois nelas os passageiros precisam levar a própria bagagem até o veículo no qual viajarão. Por esse motivo, ampliamos o alcance da regra a todas as modalidades de transporte de passageiros. Ainda, remetemos ao regulamento setorial o detalhamento acerca das normas técnicas necessárias à execução da lei de que resultar o projeto.

Estendemos a pessoas em cadeira de rodas e a adolescentes com deficiência o direito de usufruir dos carrinhos adaptados para sua locomoção no interior de supermercados e estabelecimentos congêneres, bem como terminais de transporte de passageiros, uma vez que as dificuldades que os pais de crianças com deficiência enfrentam são igualmente sentidas – provavelmente de forma até agravada – por pais de adolescentes com deficiência e por pessoas em cadeira de rodas.

Pretendemos também assegurar pelo menos um carrinho adaptado à disposição de crianças e adolescentes com deficiência e pessoas com cadeira de rodas em hipermercados, supermercados, clubes de compras e atacados de autosserviços, além de terminais de transporte intermunicipal, interestadual e internacional de passageiros, nas modalidades terrestre, aquaviária e aérea.

Em razão do exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 433, de 2017, com as seguintes emendas:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EMENDA Nº – CDH
Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 433, de 2017, a seguinte redação:
"Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para estabelecer a obrigação de oferta aos clientes, por parte de terminais de transporte de passageiros, hipermercados, supermercados, clubes de compras e atacados de autosserviço, de carrinhos de compras ou de bagagem adaptados para o transporte de crianças e adolescentes com deficiência ou para uso por pessoas em cadeira de rodas."
EMENDA Nº – CDH
Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 433, de 2017, a seguinte redação:
"Art. 1º Esta Lei estabelece a obrigação de oferta aos clientes, por parte de terminais de transporte de passageiros, hipermercados, supermercados, clubes de compras e atacados de autosserviço, de carrinhos de compras ou de bagagem adaptados para o transporte de crianças e adolescentes com deficiência ou para uso por pessoas em cadeira de rodas."
EMENDA Nº – CDH
Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 433, de 2017, a seguinte redação:
"Art. 2º O capítulo IV da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 12-B:
'Art. 12-B. Ficam obrigados a disponibilizar carrinhos de compras ou de transporte de bagagens adaptados para uso por pessoas em cadeira de rodas ou para o transporte de crianças e adolescentes com deficiência:
I – hipermercados, supermercados, clubes de compras e atacados de autosserviço;
II – terminais de transporte intermunicipal, interestadual e internacional de passageiros nas modalidades terrestre, aquaviária e aérea, na forma da regulamentação setorial.
Parágrafo único. Os carrinhos serão ofertados em quantidade proporcional à demanda da clientela, assegurado pelo menos um carrinho de cada tipo por estabelecimento ou terminal.'"

Esse é o voto, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Srª Presidenta...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senador Paulo Paim, para discutir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – ... faço questão de fazer um rápido comentário, até para valorizar iniciativas como essa, tanto do autor como também do Relator.

Senador Romário, primeiro, cumprimentos pelo relatório. V. Exª, além de valorizar o projeto apresentado pelo Senador Cássio Cunha Lima, faz algumas emendas que melhoram ainda mais. Tenho certeza de que o Senador Cássio Cunha Lima, uma vez presente, estaria também endossando o seu parecer.

V. Exª é muito feliz sobre esse tema, V. Exª é um estudioso dessa questão, sempre se preocupando com a acessibilidade, de forma tal que as pessoas com deficiência possam melhorar, cada vez mais, a sua vida, melhorar a qualidade das suas vidas.

E cumprimento também o Senador Cássio Cunha Lima.

Eu faço isso, Senadora Presidenta, porque eu tenho muita clareza, na minha cabeça, de que aqui dentro, independentemente de onde venha a proposta, não pode ser – não é, Senador Romário? – uma disputa político-partidária, seja de quem for a proposta. Se a proposta é uma proposta qualificada como essa e outras... Eu hoje relatei, por exemplo, do Senador Caiado – V. Exª estava lá –, um excelente projeto, que vai beneficiar as pessoas com diabete, uma enorme quantidade em todo o País.

E, agora, esse projeto, pela abrangência que ele vai... "Oferta aos clientes, por parte de hipermercados, supermercados, empórios e aeroportos, de carrinhos de transporte de compras ou de bagagem adaptados para o transporte de crianças com deficiência." Um olhar para as crianças.

Por isso, eu faço questão de destacar aqui o projeto do Senador Cássio Cunha Lima, como também o relatório do Senador Romário.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - RJ) – Muito obrigado, Senador.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paim.

Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir...

Ele não vai ser votado, porque é terminativo. Oportunamente, nós vamos votar o projeto. Será considerado lido e discutido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 17

SUGESTÃO Nº 50, de 2017

- Não terminativo -

Proibição do ensinamento de ideologia de Gênero nas escolas

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senadora Fátima Bezerra

Relatório: Pela Rejeição da Sugestão.

Concedo a palavra à Senadora Fátima Bezerra, para leitura do relatório.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Como Relatora.) – Obrigada, Srª Presidenta.

Srª Presidenta, vamos aqui ao nosso relatório, que, desde já, claro, foi pela rejeição da sugestão.

Do ponto de vista do mérito, a sugestão se coaduna com o cenário de inflexão política que o Brasil sofre desde as crises que levaram ao *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff. Entre os temas do clima de guerra cultural que se instalou no Brasil, uma questão tem se destacado, que é exatamente o ataque de grupos conservadores aos avanços civilizatórios relacionados aos temas da identidade de gênero e da orientação sexual.

Na tentativa de desmontar políticas públicas, de instrumentalizar a perseguição a minorias e de impedir o avanço das pautas progressistas, o discurso reacionário cunhou a expressão “ideologia de gênero”, uma imaginosa fantasia regressista, sem amparo na realidade.

Essa narrativa supõe que haveria uma militância pela mudança de orientação sexual das crianças e adolescentes, que a intenção dos estudos de gênero seria de promover, de forma proselitista, um comportamento sexual não convencional, contra os costumes das famílias.

Acreditar em uma teoria da conspiração como essa é acreditar que são os pais, amigos ou professores que decidem quem vamos amar e a quem vamos direcionar o nosso desejo.

Se conseguirmos entender o contorcionismo teórico do suposto “conceito” de “ideologia de gênero”, quer-se dizer com ele que haveria, portanto, uma conspiração para negar o sexo biológico dos indivíduos e que toda a sexualidade humana seria resultado de uma construção social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na mesma linha, o Poder Público, por meio de suas agências educacionais, estaria doutrinando os indivíduos, desde a mais tenra idade, a trocarem sua identidade de gênero por meio de currículos escolares, materiais didáticos, etc.

Essa leitura, Srª Presidente, conservadora do debate de gênero é, no entanto, falsa, ela é, sim, uma ideologia perversa, pois tenta distorcer, de forma falaciosa, os estudos no campo do gênero e da sexualidade que fundamentaram grandes avanços civilizatórios e as lutas sociais pela igualdade das mulheres e dos direitos dos membros da comunidade de lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, a comunidade LGBT. Estamos aqui, portanto, falando de direitos humanos como direito à vida e à definição de que todos os seres humanos são iguais em dignidade e direitos e que têm a capacidade de gozar os direitos e liberdades, sem distinção de qualquer natureza. Aliás, isso está lá escrito na Constituição.

Em primeiro lugar, a palavra ideologia está mal-empregada no suposto conceito que a sugestão legislativa tenta veicular. Ideologia pode ser considerada um conjunto de ideias de determinado grupo, classe social ou filosofia. Na acepção que preferimos, no entanto, ela é um conjunto de ideias que visa a mascarar determinada realidade, alienando os sujeitos do conhecimento do real e substituindo-o por uma construção falseada deste real. O objetivo de tal falseamento é o de garantir a dominação do grupo portador do discurso ideológico sobre outros grupos sociais.

Nesse sentido, ao contrário do que dizem os grupos conservadores, ideológico é o discurso que visa a perpetuar o machismo, o patriarcalismo, a homofobia, o desrespeito aos direitos dos homossexuais e de todas as pessoas com orientação sexual e identidade de gênero divergentes. Ideologia é não reconhecer o fato de que algumas pessoas não se identificam com o gênero que lhes é atribuído no nascimento e que, muitas vezes, têm seu desejo direcionado para pessoas com o mesmo sexo biológico. Camuflar esta realidade é ideológico, pois visa a reprimir os sujeitos LGBT, impedir-lhes a emergência como cidadãos e participantes da comunidade, além de reservar os benefícios da vida social apenas àqueles que se identificam com a identidade de gênero dominante.

Mas não nos iludamos. Apesar da falsidade teórica e da inexistência de tal ideologia de gênero, o impacto da divulgação e da propagação desta mentira no debate político e educacional é nefasto. Ele impulsiona o avanço contra políticas educativas de educação sexual nas escolas, contra livros didáticos que não estão de acordo com estereótipos de gêneros, contra uma educação fundada no respeito às diferenças e à liberdade para os indivíduos construírem suas vidas sem a violência contra os que são considerados divergentes das trajetórias socialmente naturalizadas.

Em última análise, impõe uma educação pasteurizada, que não toque nos problemas prementes da juventude, que não aceite os humanos como eles são, mas apenas a partir de uma visão intolerante de como eles deveriam ser. Trata-se de uma visão equivocada que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

supõe os estudos de gênero como causadores da diversidade de gênero, quando na verdade eles apenas descrevem uma realidade objetiva encontrada entre os seres humanos.

Essa lógica, Srª Presidente, infelizmente, terminou amputando o Plano Nacional de Educação, aprovado em 2014 – uma das agendas mais importantes do País –, à medida que suprimiram do texto a alusão à palavra gênero. A guerra ideológica que se formou em torno do tema chegou aos debates dos planos de educação estaduais e municipais, com danos inestimáveis à educação brasileira.

Não é apenas no campo da educação, contudo, que a histeria persecutória dos inimigos da suposta ideologia de gênero tem efeitos deletérios. Ela é habilmente utilizada como estratégia política para, semeando o medo entre as famílias, auferir ganhos eleitorais. Trata-se, portanto, de uma forma de manipulação da opinião pública por meio do preconceito e de teorias conspiratórias.

É por isso que dizemos que todo este carnaval em torno do tema visa apenas a conquistar e manter o poder por meio do medo.

É obrigação do Senado Federal impedir que isso continue.

Neste sentido, consideramos completamente desarrazoada a sugestão legislativa em análise, uma vez que ela é objeto desta confusão teórica sobre os termos – abro aspas – "ideologia" – fecho aspas – e – abro aspas –"gênero" – fecho aspas –, além de veicular, de forma subjacente, uma leitura estreita do que significa educação.

Quero aqui mencionar o Ministro Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, em análise preliminar, que concedeu liminar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, refiro-me à Ação de nº 461, relativa à Lei 3.468, de 23 de junho de 2015, do Município de Paranaguá, lá do Paraná, que vedava nas escolas do Município a adoção de políticas de ensino que tratassem de questões relativas a gênero ou orientação sexual.

Em seu voto, o Ministro Barroso foi muito claro. Afirmou que a lei em questão restringe o direito à educação e viola o princípio da proteção integral às crianças e adolescentes, assegurado pela Constituição, e que contribui, segundo o Ministro Barroso, para desinformação.

Disse o Ministro Barroso – abro aspas:

> Não tratar de gênero e de orientação sexual no âmbito do ensino não suprime o gênero e a orientação sexual da experiência humana, apenas contribui para a desinformação das crianças e dos jovens a respeito de tais temas, para a perpetuação de estigmas e do sofrimento que deles decorre.

Fecho aspas – Ministro Barroso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De fato, portanto, nenhuma educação digna deste nome pode omitir-se de tratar assuntos cruciais para a vida das pessoas. O tema da sexualidade humana não pode ser banido da sala de aula sob pena de a educação resumir-se à instrução, sem a perspectiva do pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania, conforme estabelece o art. 205 da Constituição Federal.

A cultura política de direita que medra em nosso País nestes dias tem um tom de coisas fora do lugar, mas que infelizmente ecoa em uma parcela da sociedade saudosa de um passado em que a exclusão não era questionada. Nos últimos anos, no entanto, alcançamos avanços no campo das políticas para as pessoas LGBT e para as mulheres. São avanços que, mesmo considerados ainda insuficientes, precisam ser mantidos e ampliados, o que exige uma educação que não esconda a realidade humana de nossa diversidade sexual. É por isso que nos posicionamos, Srª Presidente, contra o prosseguimento da sugestão em análise.

Em razão do exposto, nosso voto, portanto, é pela rejeição da Sugestão nº 50, de 2017.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Para discutir, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão a matéria.

Para discutir, Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP. Para discutir.) – Acredito que a leitura do relatório da Senadora Fátima Bezerra, pela sua amplitude, enterra definitivamente esse atraso que aqui poderia, por qualquer circunstância, prosseguir. Então, acredito que nós não teríamos nenhuma turbulência aqui na Comissão de Direitos Humanos em virtude do projeto lido e discutido pela Senadora ser bastante amplo. Realmente, nós vivemos neste momento um retrocesso em todos os direitos de cidadania e uma ideologia – como se diz agora – de gênero, que é o atraso do atraso. As palavras do Ministro Barroso são excepcionalmente próprias, muito bem colocadas, exatamente. Ao contrário do que dizem – que vai prejudicar, ou vai criar crianças transexuais ou adolescentes homossexuais, ou todo o resto que dizem –, a não discussão dessas questões vai levar ao sofrimento e à confusão de muitas adolescentes que podiam, ao contrário, ser ajudados.

Hoje ou ontem eu estava lendo no jornal sobre o aumento da gravidez na adolescência na cidade de São Paulo, mas não duvido que isso esteja ocorrendo no País todo, porque se, durante algum tempo nós tivemos a possibilidade de termos educação sexual nas escolas – eu mesmo, como prefeita, tive essa possibilidade, com uma diminuição acentuada de gravidez –, foi porque nós não tínhamos o receio de falar da questão da sexualidade, da questão de gênero, porque a questão de gênero não se refere somente a você ter uma orientação sexual. Muito pelo contrário, a questão de gênero trabalha – e eu lembro muito bem dessa questão da gravidez – a capacidade de uma adolescente saber dizer "não" ou dizer "sim" com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

responsabilidade. Ou seja, nós estamos tirando a juventude a possibilidade de informação. É disso que se trata.

Também tem uma repercussão muito grande você impedir uma discussão de gênero na escola quando você tira a oportunidade de se discutir o que é ser mulher nesta sociedade, e as diferenças que acarretam o gênero de uma pessoa em termos de oportunidade, de tratamento. Não é à toa que nós temos que fazer lei de feminicídio no País. Por quê? Porque as mulheres não estão sendo menos mortas. Ao contrário, agora nós temos dados estatísticos muito mais claros do que acontece com as mulheres em termos de assassinatos. São mortas exatamente por serem mulheres.

Então, Senadora Fátima, o relatório está muito completo e a sugestão vai ser derrubada e enterrada hoje na nossa Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Continua em discussão.

Senador Paim, não?

Eu quero só aproveitar, Senadora Fátima, a leitura do seu relatório para fazer um comunicado muito triste. Primeiro, quero dizer que há uma paranoia quanto à palavra gênero. Criou-se uma paranoia. É como havia contra o comunismo nos anos 70, e que ainda continua. Tem gente ressuscitando a paranoia contra o comunismo. É inexplicável isso. A gente não entende.

Mas quero comunicar um fato triste: meu Estado, infelizmente, é um dos campeões de feminicídio, e mais um aconteceu domingo, na cidade de São Julião. Uma menina ainda, Roseana Silva Pereira, 27 anos, suplente de vereadora do meu Partido, o Partido dos Trabalhadores. Estava no terceiro ano do ensino médio. Tinha dois filhos, um de cinco e outro de oito anos. O marido simplesmente a assassinou. Fugiu, ninguém sabe ainda... O inquérito está andando, está sendo apurado. Mas é só para mostrar a necessidade de nós discutirmos isso. O marido se acha no direito de matar a mulher. Por maior que tenha sido o desentendimento, ele não tem direito sobre a mulher, de tirar a vida, nem de espancar. A gente sabe que o feminicídio tem sintomas. Começa na ameaça, no bate-boca, na ameaça, depois um empurrão, depois a famosa queda da escada, ou escorregão no banheiro...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Posso fazer uma observação sobre isso?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Sim.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu acredito que nós ficamos discutindo pensando que tem a ver com uma visão de que vai incitar a homossexualidade, ou a gravidez – não sei –, relacionado à questão sexual. Mas na verdade, ultimamente eu venho pensando que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

é muito mais longe e profundo do que isso. É referente ao sistema patriarcal, porque se você começa a discutir o que é ser homem e o que é ser mulher, e os direitos inerentes a cada sexo, nós damos, nessa questão dos direitos da mulher, uma alavancada gigantesca, que só pode ser feita através da educação, porque nos lares isso é muito devagar. A subalternidade feminina continua muito forte na nossa sociedade. Agora, se nas escolas começa a ser discutido, nós vamos ter imediatamente um resultado dentro das casas.

A gente tem a experiência em coisas muito pequenas. Por exemplo, eu lembro quando o Senador Cristovam Buarque, em Brasília, começou a discutir a questão de atravessar rua, que tinha faixa – era tão atrasado o Brasil que não tinha faixa para pedestre –, e as crianças começavam a se revoltar quando os pais queriam atravessar fora da faixa; ou a questão do cinto de segurança em São Paulo também; a questão do fumo, quando tem muita propaganda contra o fumo, as crianças começam a falar para os pais, a incomodar os pais se eles ficam fumando; a questão da dengue, quando as crianças pediam para os pais olharem a caixa d'água, ou tirarem aquela planta, pois a escola tinha dito que poderia haver ali um propulsor do vírus.

Então, eu acredito que é na escola. É por isso que há essa pressão tão grande, fantasiada com outros temas, que não são os temas reais dessa preocupação e dessa inserção.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Regina, eu quero aqui também acrescentar essa questão da violência. Primeiro, a violência no geral, que toma conta do País; e depois os seus recortes. Um dos recortes dessa violência, Senadora Marta, é exatamente a violência contra as mulheres, que infelizmente, Senadora Kátia, tem crescido no nosso País. Ontem, por exemplo, foi divulgado um estudo que mostra que o Brasil já acumula 4.473 homicídios dolosos de mulheres em 2017. São 4.473 homicídios, um aumento de 6,5% em relação ao ano anterior, com um detalhe: esse dado aqui, infelizmente, provavelmente, é bem maior por conta da subnotificação, a fragilidade que há no País de ter instrumentos que possam aferir com precisão a questão da violência. Então, provavelmente, repito, esse retrato de 4.473 homicídios dolosos de mulheres em 2017 seja maior.

O meu Estado, Rio Grande do Norte, infelizmente, está liderando o *ranking* de índices de homicídios contra mulheres. São 8,4 a cada 100 mil mulheres.

Eu quero só acrescentar que, em que pesem, como disse no relatório, os avanços que têm havido, Senadora Marta, e V. Exª tem destacado, sim... Há avanços do ponto de vista de respeito aos direitos das mulheres, da diversidade como um todo. Agora, infelizmente, esses avanços ainda são muito insuficientes, tanto é que nós temos que criar mais leis ainda para fortalecer, por exemplo, a chamada Lei Maria da Penha, no sentido de combater a violência contra as mulheres, a impunidade etc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, eu quero aqui colocar o seguinte: eu acho que não havia outra saída para uma Comissão que se intitula de Direitos Humanos senão arquivar uma sugestão desta, que eu lamento. Eu acho que é uma sugestão de uma infelicidade sem tamanho, totalmente despropositada, porque vejam bem: crime seria a escola se omitir de promover uma educação à luz da realidade, à luz da vida como ela é. A escola, mais que qualquer outro espaço depois do espaço da família, tem o dever, a obrigação de levar em consideração o cotidiano, a vida como ela é, a vida como ela acontece. A escola, portanto, não pode se omitir de maneira nenhuma de trabalhar para promover os valores da tolerância, os valores do respeito, os valores da solidariedade, os valores da igualdade. Isso é papel da escola. Por isso, repito, essa sugestão é extremamente inoportuna e infeliz, porque é querer negar à escola o papel que ela deva ter, sobretudo voltada para a promoção desses valores, que são valores civilizatórios, que são valores humanos sagrados para nós, que é o da solidariedade, que é o da paz, que é o do respeito, que é o da tolerância, que é o da justiça e que é o da igualdade de oportunidades e direitos para todos e para todas.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – A Senadora Kátia Abreu com a palavra para discutir.

A SRª KÁTIA ABREU (S/Partido - TO. Para discutir.) – Eu apenas gostaria de complementar as colegas Senadoras. Quantas vezes eu participei de rodas de amigos e amigas em alguns lugares onde existem ainda mulheres que acham alguma desculpa para a violência contra as próprias mulheres? Não cansamos de ouvir: "Fez por merecer", "Deve ter feito por onde"? A violência ainda é desculpada por homens e mulheres. Ou ainda: "Devia saber por que está apanhando". Se nós fôssemos bater em todos os homens que traem as mulheres neste País, tinha que fazer o "Mario da Penho", porque é uma coisa impressionante. Então, não existe desculpa, não existe motivo para essa agressão física. Não existe nenhum argumento que possa justificar.

Nesta semana, há dois dias, eu fiz uma reunião com alguns delegados de polícia, e, lá pelas tantas, falando da violência, homicídio, estrutura, inteligência, um delegado, talvez o mais novo deles, levantou a questão da violência contra a mulher, dizendo que está muitíssimo preocupado, porque é da área de jurisdição da sua delegacia, com o fato de não terem para onde ir as mulheres. Este é o grande problema: não há onde esconder essas mulheres, elas não têm para onde ir. É uma família, como é que sai de casa? A mulher gosta de apanhar? É por isso que ela fica em casa com o agressor? Não; ela não tem trabalho, ela não tem formação, ela não tem emprego, ela não tem onde deixar os meninos, ela não acha creche para trabalhar. Ela mesma é a mãe e a crecheira para o marido trabalhar, às vezes. Então, é alternativa zero, é ficar para apanhar, porque elas não têm como sobreviver, uma vez que elas não têm alternativa e oportunidades para sair de casa, para lutar contra essa aberração.

E, às vezes, elas escondem por vergonha, por timidez: "Como é que eu vou confessar que apanho e fico no mesmo lugar?" Para quem tem as condições, talvez seja inadmissível

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entender como ficar com o homem que bateu nela. Para algumas, é bem mais simples, mas, para a grande maioria, é muito difícil.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senadora Kátia.

Eu quero concluir essa discussão, homenagear o relatório da Senadora Fátima e dedicá-lo à Roseana, minha companheira, 27 anos, sonhava em construir uma agroindústria de bolos e pães para mulheres trabalharem e terem renda. Ela era boleira. (*Palmas.*)

Não havendo mais quem queira discutir, coloco o relatório em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, pela rejeição da sugestão.

Eu vou passar a Presidência ao Senador Paim, porque agora sou Relatora.

Aqui, nós temos o e-Cidadania, em que todas as sugestões vêm para cá. E, ultimamente, tem vindo muito desse tipo. Veio uma para tirar de Paulo Freire o título de patrono da educação. É boa a participação popular, mas tenham ideia das coisas que estão chegando aqui! É importante que participem, que sugiram...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – O que eu acho positivo é que acabamos tendo que fazer uma discussão que traz à pauta os equívocos que chegam através do e-Cidadania.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Gera uma boa discussão. Até audiência pública nós fizemos aqui sobre a questão de Paulo Freire.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP. *Fora do microfone.*) – Foi maravilhoso.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – A Senadora Marta requereu uma audiência, foi muito importante a discussão.

Senador Paim, presida aí por um momento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não, Senadora.

Passemos ao item 18.

ITEM 18

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

SUGESTÃO Nº 4, de 2015

- Não terminativo -

Proposta de Ideia Legislativa nº 42.385, sob o título de "Dá eficácia ao resultado do Referendo de 2005" (desarmamento).

Autoria: Programa e-Cidadania.

Relatoria: Senadora Regina Sousa.

Relatório: Pela prejudicialidade da Sugestão.

Observações: *Tramitação: CDH.*

A Relatora é a Senadora Regina Souza, a quem concedo a palavra para a leitura do seu relatório.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Como Relatora.) – Antes de ler o relatório, eu quero colocar uma questão para nós pensarmos. No e-Cidadania, cresceu muito a participação, vindo muitas sugestões repetidas. Por exemplo, essa de gênero não é a primeira vez. Eu queria que pensássemos numa solução, para não repetir. Se já foi rejeitada, o que se faz? Então, nós temos que discutir com o pessoal do programa e-Cidadania uma forma de dizer que o já foi pautado, que já foi discutido, que já foi rejeitado não possa voltar. Não sei. Estou colocando assim para pensarmos, porque é preciso ver a quantidade de sugestões que há ali, e muitas são repetidas. Então, precisamos tomar uma atitude. Não é preciso ser hoje, mas nós vamos ter que votar uma regulamentação sobre como fazer isso.

O meu relatório.

Da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre a Sugestão nº 4, de 2015, do programa e-Cidadania, proveniente da Ideia Legislativa nº 42.385, que "Dá eficácia ao resultado do Referendo de 2005". É sobre o desarmamento.

Relatório.

Submete-se a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para análise, a Sugestão nº 4, de 2015, proveniente da Ideia Legislativa nº 42.385, proposta por Lucas Silveira em nome de uma associação denominada Instituto Defesa, que reclama a revogação da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 – Estatuto do Desarmamento, ao argumento de que: “A inércia do Legislativo após o referendo de 2005 afronta os pilares da democracia, 60 milhões de brasileiros votaram contra o desarmamento no Brasil e exigem,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

portanto, a imediata revogação da Lei nº 10.826/03, já com um atraso de 10 anos." A sugestão dele é de 2015.

Análise.

Conforme o disposto no parágrafo único do art. 6º da Resolução do Senado Federal nº 19, de 2015, a ideia legislativa recebida por meio do portal e-Cidadania que obtiver apoio de 20 mil cidadãos em quatro meses terá tratamento análogo ao dado às sugestões legislativas previstas no art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal e será encaminhada à CDH.

Embora a preocupação do proponente, o alcance da consulta popular havida em 23 de outubro de 2005 incidiu exclusivamente sobre a vigência do art. 35 da Lei 10.826, de 2003, que proibia a comercialização de arma de fogo e munição em todo o Território nacional, com as ressalvas contidas na própria lei.

O art. 35 do Estatuto de Desarmamento é claro:

> Art. 35. É proibida a comercialização de arma de fogo e munição em todo o território nacional, salvo para as entidades previstas no art. 6º desta Lei.
> §1º Este dispositivo, para entrar em vigor, dependerá de aprovação mediante referendo popular, a ser realizado em outubro de 2005.
> §2º Em caso de aprovação do referendo popular, o disposto neste artigo entrará em vigor na data de publicação de seu resultado pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Não houve reprovação do Estatuto do Desarmamento pelo referendo de 2005, porque não foi esse o objeto da consulta, senão, exclusivamente, a proibição da comercialização de armas de fogo e munição prevista no seu art. 35.

Cabe destacar que o Estatuto do Desarmamento não depende, para sua efetividade, da proibição que foi rejeitada, pois os 34 artigos que a precedem impõem regramento indispensável para evitar a banalização da posse, porte e uso de arma de fogo, objetivo que certamente é buscado pela associação proponente.

Ressalto ainda, conforme mencionado na exposição da Ideia Legislativa nº 42.385, a tramitação na Câmara dos Deputados do PL 3.722/12 que "disciplina as normas sobre aquisição, posse, porte e circulação de armas de fogo e munições, cominando penalidades e dando providências correlatas", de autoria do Deputado Rogério Peninha Mendonça.

Voto.

Pelo exposto, o voto pela prejudicialidade da Sugestão nº 4, de 2015. Já tem um projeto tramitando neste sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação o relatório pela prejudicialidade da sugestão.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, considerando prejudicada a sugestão em tela.

A SRª KÁTIA ABREU (S/Partido - TO) – Srª Presidente, antes de encerrar a reunião, gostaria de usar da palavra, por favor.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Temos alguns requerimentos, mas se a senhora quiser usar da palavra agora...

A SRª KÁTIA ABREU (S/Partido - TO) – Eu gostaria de registrar aqui a minha indignação com relação ao que foi noticiado nestes últimos dois dias sobre a medida provisória do Governo que está vindo por aí e que cria o Bolsa Dignidade. Hoje está inclusive no Radar da *Veja*, da revista *Veja*. Mas também vi em alguns blogs sobre o Bolsa Dignidade.

Eu quero aqui registrar a minha indignação contra essa indignidade do Bolsa Dignidade, porque, na verdade, estou querendo criar o "bolsa peroba", aquele do óleo de peroba para passar na cara de quem não tem escrúpulo. Quem é o governo desse PMDB para falar em Bolsa Dignidade, Srª Presidente? Agora quer ofender as pessoas que recebem o Bolsa Família.

Na verdade, querem dar não sei quantos reais para quem fizer esporte; não sei quantos reais para quem fizer serviço voluntário. Isso, na verdade, é limpar rua, varrer rua, catar lixo, porque isso é obrigação do Estado brasileiro fazer. Como se tivessem que pagar pelo que estão recebendo. Por que não aumenta o Bolsa Família para os jovens do ensino médio não saírem do ensino médio, incentivando-os a frequentarem as escolas? Por que não dá uma bolsa para os pais que se alfabetizarem? Ou seja, aumentaria a sua renda pelo seu nível de alfabetização. Por que não dão uma bolsa para os pais que frequentam as reuniões escolares e que participam da vida na escola?

Olha, Srª Presidente, eu cheguei no meu limite de tolerância com esse pessoal. É uma coisa impressionante o ódio que eles têm das pessoas que recebem o Bolsa Família. E eu só registro isso, sem nenhum proselitismo ou oportunismo. E repito isso todos os dias da minha vida: se alguém na rua, no sinaleiro, pede esmola, se alguém bate na sua porta pedindo alimento porque está com fome, se alguém precisa receber alguma coisa de alguém ou do Estado, não é porque a pessoa quis ou porque é preguiçosa, mas porque não teve a oportunidade criada pelo próprio Estado brasileiro. Então, na verdade, o Estado está apenas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cumprindo com a sua obrigação por ter sido ausente na vida dessa pessoa, por não ter lhe dado qualificação profissional, por não ter lhe dado opções de moradia, por não ter lhe dado emprego suficiente para que ela possa trabalhar. O que faz a pessoa ser pobre ou extremamente pobre não é a vontade própria da pessoa, pelo amor de Deus! Ela está naquela situação porque o Estado falhou de alguma forma.

Não estou atrás de nomes de quem falhou – é uma sucessão de falhas que vêm desde o Império –, mas precisamos corrigir essas distorções e criar um País de oportunidade para que as pessoas não precisem da cesta básica, não precisem do Estado para ganhar o enxoval do bebê, o caixãozinho para enterrar o seu ente querido, que não precise desse complemento de renda porque a pessoa tem as condições próprias de vida, tem as condições próprias de se autossustentar.

Então, não trate isso como esmola. Isso é proteção social, porque o Estado brasileiro deixou essa turma desprotegida. Então, é corrigindo rumos e não piedade e misericórdia de Estado nenhum. Então, não está tirando do bolso dos ricos para dar para os pobres, porque, se o imposto hoje está em todos os produtos de consumo... Quem mais consome no Brasil, Srª Presidente? É pobre ou é rico? Claro que, infelizmente, é o pobre, porque ele é maioria. Então, quem mais paga o imposto, todos os dias, são essas pessoas. Isso não é demagogia. Isso é matemática pura e simples. O imposto é indireto, é no arroz, no feijão, na manteiga, no pão, no sapato, na roupa, no caderno. Em tudo há imposto. Então, como é que diz que essas pessoas não pagam imposto? Então, na verdade, o Estado está devolvendo para aqueles que não têm condições e oportunidades de ter uma vida melhor em que possa se autossustentar.

Então, eu registro, mais uma vez, que, na verdade, nem deviam se chamar Bolsa Escola, Bolsa Família, bolsa misericórdia, bolsa dignidade. Devia se chamar TRPAE (Transferência de Renda por Ausência do Estado). Devia se chamar assim. Devia resumir nessas letras. Tirava o nome de tudo e colocava isso. E bolsa Estado ausente. Era assim que devia se chamar.

Então, desculpe-me aqui desviar o assunto da pauta, mas eu agradeço a oportunidade.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senadora. Parabéns! Eu assino embaixo da sua indignação. Eu acho que este é, definitivamente, um governo que não gosta de pobre. É só olhar o Orçamento, todas as atitudes. Tudo que foi cortado foi cortado em relação aos pobres.

Vamos em frente aqui. Temos agora requerimentos para votar.

ITEM 19

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 41, de 2018

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "Polo Naval do Rio Grande e o desmantelamento da Construção Naval no Brasil".

Autoria: Senador Paulo Paim.

Eu vou ler todos, como a gente sempre faz, para ganhar tempo, e o senhor fala um por um.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, isso.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Próximo item.

ITEM 20

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 42, de 2018

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 142, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência na forma de Audiência Pública, no Estado do Rio Grande do Sul, em data a ser definida, com membros desta Comissão, com a finalidade de debater o tema "As consequências da instabilidade climática que assola o Rio Grande do Sul"

Autoria: Senador Paulo Paim.

ITEM 21

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 43, de 2018

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "O Processo Eleitoral de 2018".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Paulo Paim.

ITEM 22

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 44, de 2018

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "A concentração de renda no Brasil".

Autoria: Senador Paulo Paim.

ITEM 23

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 45, de 2018

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "Estatuto do Trabalho e os prejuízos em 6 meses de vigência da Reforma Trabalhista".

Autoria: Senador Paulo Paim.

Passo a palavra ao Senador Paim para encaminhar seus requerimentos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Srª Presidenta, Senadora Regina Sousa, de fato, o Governo atual, o Governo Temer, acabou com o Polo Naval lá em Rio Grande, que é na cidade de Rio Grande. Mais de 30 mil pessoas demitidas. Há um desespero naquela região. E, por outra ótica, podemos lembrar que esse prejuízo foi para todo o Polo Naval Brasileiro. Hoje as atividades que eram do Polo voltaram a ser feitas no exterior: em Cingapura, na China, enfim. Então, esse é um tema que nós vamos ter que debater. O desemprego aumenta, principalmente, nessas regiões.

Essa foi uma solicitação que me fizeram os trabalhadores que desenvolvem a sua atuação, o seu trabalho em polos navais. Por isso, eu peço... A gente vai convidar a Petrobras,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

convidar membros do Governo, convidar empresários e também trabalhadores para discutir essa questão da desconstrução do Polo Naval no Brasil.

No segundo requerimento, Srª Presidente, em data a ser definida, eu quero debater as consequências – tudo na ótica dos direitos humanos – da situação da seca que assola o Rio Grande do Sul.

Eu recebi ontem aqui uma delegação de prefeitos. Ela poderá se transformar até em uma diligência no Estado. São mais de 50 Municípios que já decretaram estado de calamidade pública. Nas cidades de grande porte, quando você abre a torneira, vem barro, aquela água suja de barro, porque está chegando ao fim dos reservatórios. Então, assim como desemprego para mim é uma questão de direitos humanos, água é uma questão de vida. Teremos, inclusive, amanhã aqui, promovido pelo Senador Jorge Viana, um grande debate sobre a questão da água no Brasil e no mundo.

Eu também trago, Srª Presidenta, para o debate nesta Comissão – tudo em data a ser agendada; e espero que eu possa realizar todas até o fim do ano – a discussão do processo eleitoral de 2018, um tema que, por incrível que pareça, interessa a todos, porque percebo – e faço isso na ótica também dos direitos humanos – que há uma verdadeira campanha pelo voto branco, voto nulo e abstenção. É um equívoco, Srª Presidenta – eu sou obrigado a dizer isso –, daqueles que estão projetando essa campanha. Se com isso eles acham que vão combater a corrupção, não vão, porque quem é corrupto compra o voto. Como ele compra o voto, ele avisa, digamos, para aquela área em que ele quer voto a cabresto que ele dá tanto... Eu soube de uma história: dá um pé de sapato e só dá o outro se ele fizer o número de votos correspondentes àquela região. Há histórias até de que corta cédulas no meio, dá uma parte agora e outra depois, baseado nos votos que ele receba naquela zona eleitoral. Então, uma forma de combater a corrupção, o desvio, o desmando, enfim, a falta de ética é apostar, sim, na democracia. É nós fortalecermos... Eu sempre repito uma frase que não é minha, é do Alceu Collares, que escreveu um poema que diz "O voto é tua única arma", pois é isso que vai fazer a grande transformação e a revolução pela paz, pela democracia, pela liberdade, pela opinião, pela posição de cada um. Logo, não votar é um equívoco enorme. Não estou aqui nem fazendo um discurso partidário. Só estou fazendo aqui um pronunciamento contra a corrupção e a falta de ética tão forte hoje, neste País.

Então, é fundamental que as senhoras e os senhores que estão nos assistindo, neste momento, entendam isso. Vai haver uma campanha feita principalmente capitaneada e patrocinada pelos setores mais corruptos que são manipulados, que são assessorados, que são financiados pelo mercado, para que os senhores e as senhoras não votem.

Aqueles Parlamentares que têm compromisso com causas e não coisas não voltam, porque só voltarão aqueles, então, que são induzidos a votar por um sistema viciado, e que nós podemos aprimorar, falando em quê? Em liberdade, em justiça, em igualdade. Olhem bem a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

história de cada candidato. Se já é Parlamentar, qual é o compromisso que ele fez no período em que esteve seja lá na Câmara de Vereadores – afinal, a eleição não é agora? –, seja para Prefeito, seja para Deputado Estadual, Federal, Senador, Governador e Presidente da República?

Mesmo aqueles novos que estão surgindo – o que é importante –, veja a vida pregressa de cada um. Mas deixar de votar é contribuir para que a corrupção avance ainda mais no nosso País.

Então, eu queria que, na ótica humanitária de políticas humanitárias, não daquele que só prega o ódio pelo ódio – "Eu mato, eu prendo e arrebento; faço e aconteço" –, mas sob a ótica de se fortalecer o próprio processo democrático e de se combater a corrupção.

Outro requerimento que apresento, Srª Presidenta, aqui, para esta comissão, sob a ótica dos direitos humanos, é a concentração de renda no Brasil. É assustador quanto mais se lê sobre esse tema. Quanto maior a concentração, também maior é a corrupção.

Sabe qual é a maior praga deste País? A maior praga deste País, além da corrupção, é a sonegação. Só que as pessoas não falam da sonegação. Mas tem que se falar, sim, da sonegação. A sonegação rouba da União, do povo brasileiro, mais do que a própria corrupção. Bem mais! Pode multiplicar aí. Já falei uma vez que um estudioso da matéria falou que era cem vezes. Eu prefiro ficar com dez vezes.

Então, quero discutir por que o Brasil, com 207 milhões de brasileiros, fica entre os cinco países do mundo com maior concentração de renda. Há dados que dizem que seis famílias têm o correspondente a mais do que a metade de tudo que é produzido neste País e os outros 96%, 95% ficam se digladiando com aquilo que podem dividir com a outra parcela.

Outro requerimento, Srª Presidenta – proveito este momento em que estamos, ao vivo, falando para todo o Brasil –, é sobre a proposta que apresentamos aqui do Estatuto do Trabalho e do espaço em que ele está – sou relator da matéria, por indicação de V. Exª e da Comissão Especial –, bem como do prejuízo, nos primeiros seis meses, da falada reforma trabalhista, e do desastre que ela está sendo.

Ela não gerou um emprego. Pelo contrário, aumentou o desemprego. É só pegar os dados do IBGE. Não adianta uma ou outra emissora mentir para a população. Entre os empregos precarizados, os desempregados e até o trabalho escravo, conforme o IBGE, nós estamos já com 26 milhões de pessoas. Esse não é um dado meu não. Não é do Diap, não é do Dieese, não é de central nenhuma. É do IBGE.

Até um tempo atrás, a gente falava, sei lá, em doze milhões, em treze milhões, e por aí ia. Mas que sejam treze milhões de empregos diretos. E aí? Mas são treze milhões, agora, de empregos totalmente precarizados, como aqueles que recebi dos motoboys de São Paulo, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estão demitindo e os estão contratando como autônomos, como intermitentes. Ou como uma universidade no Rio de Janeiro ou uma também no Rio Grande do Sul, que estão demitindo todos os professores e querendo contratá-los por contrato autônomo ou trabalho intermitente. No comércio, isso avança muito.

Então, quero debater. Vamos ter aqui números. Qual o resultado dos primeiros seis meses da reforma trabalhista?

Eu dizia outro dia e vou repetir agora, Presidenta. Houve um congresso de juízes. Mais de seiscentos juízes aqui chegaram à conclusão de que essa reforma é inaplicável. Aí o Tribunal Superior do Trabalho monta uma comissão de um grupo de juízes para ver como é que vão fazer com esse imbróglio.

Nós temos agora a medida provisória que chegou aqui para ser analisada. São mais de mil emendas. Estou aqui desde a Constituinte e a medida provisória surgiu na Constituinte, em um equívoco dos Constituintes. E eu fui Constituinte. Achávamos que ia passar o Parlamentarismo. Passamos a medida provisória, e passou o presidencialismo. Mas assim mesmo, de lá para cá, nenhuma medida provisória teve mil emendas. Mil emendas! Novecentas e setenta e sete! Mil emendas. Quero saber como essa comissão vai analisar, nesse período que ainda resta – no primeiro período, não houve nem instalação da comissão –, mil emendas. Vamos discutir e vamos levar esse trabalho para a discussão da medida provisória.

A outra medida, Srª Presidenta, é uma diligência mesmo. Essa primeira foi uma audiência pública e essa diligência seria realizada, lá no Rio Grande, para ver a situação do polo.

Por fim, esse requerimento que eu tinha já apresentado e que está na pauta de hoje veio ter uma bela contribuição de um projeto que aqui aprovamos. Iríamos discutir o desaparecimento de crianças, o tráfico de crianças e o abuso sexual de crianças. Eu colocaria também, se V. Exª permitir, a palavra adoção. Há um debate que estou fazendo, apesar de tantas audiências públicas que realizamos neste ano – acho que vai se aproximar de duzentas – e que é um trabalho desta comissão.

Eu estou discutindo o Estatuto, como eu dizia antes, da Adoção com um grupo à parte, fora do horário da Comissão, e é assustador os dados que estão chegando lá nessa questão da adoção. E esse projeto, hoje, aprovado aqui, poderá ser também instrumento desse debate.

Eu teria ainda, Srª Presidenta, se me permitir, inspirado aqui na fala da própria Senadora Kátia Abreu, essa história dessa tal de "Bolsa Dignidade".

Isso não é "Bolsa Dignidade", isso é uma bolsa que é para humilhar os trabalhadores, da forma como foi colocada. Já falo até como foi dito, eu peguei os últimos dados, algo em torno

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de R$20. Mas, R$20, dá o quê? Um prato de comida? Ou pega uma marmitinha, que deve ser R$12, e toma mais um refrigerante para ver.

Então, nós queremos chamar o Governo...

Eu acho que nós temos que debater aqui temas como esse. Não dá! Aí ficam dizendo que a gente só critica o Governo.

Essa tal de "Bolsa Dignidade" diz que virá por medida provisória, mas o que é isso? Então, eu proponho que a gente possa debater também esse tema. Claro, seria um requerimento que não está na pauta.

Aqui foi levantado esse tema e eu fiquei perplexo com os primeiros dados que recebi do que seria essa "Bolsa Dignidade". Quando os institutos de formação – que seria a formação técnica – deveriam ser ampliados para termos mais alunos estudando, preparando-se, como eu fiz, um curso técnico, quando eu consegui deixar de engraxar sapatos e vender na feira livre de Porto Alegre, a partir de um curso técnico foi que eu alavanquei a minha vida.

Então, ao invés de ficarmos discutindo aqui a ampliação dos estudos, um investimento maior no ensino básico, ampliando as cotas, no mínimo cotas, nas universidades para garantir que filho de pobre, como a gente fala, possa ser doutor, a gente quer mudar um sistema que deu certo e está dando certo no mundo, que é a Bolsa Família, e que diversos países já estamos adotando.

Nós queremos acabar naquela lógica, mudou o governo tem que mudar o nome, muda o nome para retirar o mérito do governo anterior para tentar, em uma outra fórmula, piorada pelo que vi até o momento, e inventar a tal de "Bolsa Dignidade", como a Senadora disse bem, é "Bolsa Indignidade".

Mas, também, Srª Presidenta, seria o último, e é o último mesmo, peço, se possível, para discutirmos os temas dentro da agenda da Comissão, sobre essa questão da violência contra as mulheres que cresce a cada dia que passa.

Houve uma iniciativa do Deputado do Rio Grande do Sul, Edegar Pretto, na qual ele criou, para combater a violência, para não falarmos só na Lei Maria da Penha, a Frente Parlamentar dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres. Eu, aqui no Congresso, apresentei essa Frente, fiquei na coordenação dessa Frente.

Então, eu queria que a gente também fizesse aqui para chamar a responsabilidade dos homens em relação a essa violência. Queiramos ou não, a violência contra as mulheres parte, em 99% dos casos, dos homens. Que essa seja uma maneira de debater caminhos para que os homens assumam a sua responsabilidade e saiam dessa linha vergonhosa da covardia de espancar mulheres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, Srª Presidenta, eu proporia que a gente discutisse aqui a violência contra as mulheres no âmbito da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos das Mulheres.

Comprometo-me a trazer, nesse dia, o próprio Deputado Edegar Pretto, do Rio Grande do Sul, que foi Presidente da Assembleia do Estado. Ele tem viajado em muitos lugares, muitos Estados, claro, do País e é chamado a muitos Municípios para debater o tema da Frente Parlamentar. No nosso caso aqui é a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos das Mulheres contra a Violência, chamando os homens para esse debate – Frente Parlamentar Mista dos Homens em Defesa dos Direitos das Mulheres e contra a Violência que elas sofrem.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paim.

Eu vou fazer a votação dos que estavam na pauta, depois eu volto na inclusão extrapauta para votar esses que o senhor já relatou também.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação os requerimentos do Senador Paim de nºs 41, 42, 43, 44 e 45, os quais ele já encaminhou e fundamentou.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Consulto as Srªs e os Srs. Senadores se concordam com a inclusão de requerimento extrapauta. (*Pausa.*)

Aprovada.

EXTRAPAUTA

ITEM 27

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 46, de 2018

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 142, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência na forma de Audiência Pública, no Estado do Rio Grande do Sul, em data a ser definida, com membros desta Comissão, com a finalidade de debater o tema "Desemprego e o Polo Naval do Rio Grande""

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Paulo Paim.

EXTRAPAUTA

ITEM 28

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 47, de 2018

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "Desaparecimento, tráfico e abuso sexual de crianças".

Autoria: Senador Paulo Paim.

EXTRAPAUTA

ITEM 29

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 48, de 2018

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater o programa de governo "Bolsa Dignidade".

Autoria: Senador Paulo Paim.

EXTRAPAUTA

ITEM 30

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 49, de 2018

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "Violência contra as mulheres no âmbito da Frente Parlamentar Mista dos Homens Contra a Violência às Mulheres".

Autoria: Senador Paulo Paim.

Os requerimentos já foram encaminhados.

Em votação.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados mais quatro requerimentos extrapauta.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta sessão da Comissão de Direitos Humanos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Presidenta.

(*Iniciada às 11 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 59 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE MARÇO DE 2018, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e vinte e cinco minutos do dia quinze de março de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Senadores Paulo Paim e Hélio José, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Lindbergh Farias, Eduardo Amorim, José Medeiros, Ana Amélia e José Pimentel. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Marta Suplicy, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Regina Sousa, Ciro Nogueira, João Capiberibe, Romário, Magno Malta e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos RDH 22/2018, de autoria do Senador Paulo Paim e da Senadora Regina Sousa, e RDH 23/2018, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre os temas: "Privatização do Setor Elétrico Nacional e os Direitos Humanos", e "Os advogados sindicais e os desafios para a reconstrução da democracia e dos direitos trabalhistas". Participantes: Maximiliano Nagl Garcez, Presidente da Associação Brasileira de Advogados e Advogadas Sindicais - ABRAS; Felipe Gomes da Silva Vasconcellos, Professor e Secretário Geral Associação Brasileira de Advogados e Advogadas Sindicais - ABRAS; Amanda Aziz, Advogada de refugiados e imigrantes em Vancouver no Canadá e Ex-Presidente da Federação Canadense de Estudantes; Alexandre Tortorella Mandl, Diretor para Defesa da Liberdade Sindical e Direito de Greve da ABRAS; Cecy Marimon Gonçalves, Coordenadora da INTERSUL e Diretora de Política Social do SINERGIA/Florianópolis; Fabíola Latino Antezana, Representante do Coletivo Nacional dos Eletricitários - CNE; Gilberson Ernesto Roman Heredia, Diretor do Movimento dos Atingidos por Represas da Venezuela - MAR Venezuela; Thiago Alves da Silva, Representante do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB; e Egon Heck, Missionário do Conselho Indigenista Missionário - CIMI. O Presidente faz o seguinte encaminhamento: Oficiar o Presidente do Senado informando a moção de apoio desta Audiência Pública para a leitura e instalação imediata da CPI do setor elétrico. Às dez horas e quarenta e seis minutos o Senador Paulo Paim passa a presidência ao Senador Hélio José. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Lindberg Farias e Hélio José. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e quatro minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/03/15

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 2018, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e cinquenta e dois minutos do dia dezesseis de março de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença do Senador Jorge Viana. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Marta Suplicy, Hélio José, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Regina Sousa, Eduardo Amorim, José Medeiros, Ciro Nogueira, Ana Amélia, João Capiberibe, Romário, Magno Malta e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 34/2018, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "A Carga Tributária", com foco na reforma tributária no aspecto social. Participantes: Breno Rocha, Diretor do Sindicato Nacional dos Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil – SINDIRECEITA; e Pedro Egídio Alves de Oliveira, Diretor-Secretário do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil - SINDIFISCO NACIONAL. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim e Jorge Viana. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e seis minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/03/16

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e trinta e um minutos do dia vinte de março de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Ana Amélia, Telmário Mota e do Senador não membro, José Pimentel. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Marta Suplicy, Hélio José, Regina Sousa, Eduardo Amorim, José Medeiros, Ciro Nogueira, João Capiberibe, Romário e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 28/2018, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "A Segurança Pública no Brasil", com foco no projeto de segurança pública e socioeducativo. Participantes: Fábio Félix, Professor da Universidade de Brasília e Pesquisador do Sistema Socioeducativo; Denise Brasil Menezes, 2º Sargento - Policial Militar do Estado de Goiás; Renato Martins Conceição, Sargento - Representante da Associação Nacional de Praças – ANASPRA e da Associação de Cabos e Soldados da Polícia Militar e Bombeiros Militar do Espírito Santo; Berenice Maria Giannella, Secretária Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos – MDH; Romero José da Silva, Conselheiro Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA; Andrecinda Rocha de Morais Pina, Presidente do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal – CDCA/DF; e Renilson Roma, Vice-Presidente do Fórum Nacional Permanente de Praças dos Corpos de Bombeiros Militares e das Policias Militares - FONAP. O Presidente faz o seguinte encaminhamento: Despachar com o Presidente do Senado Federal no sentido de colocar em pauta o PLC 148/2015, que altera o Decreto 667 de 1969, para extinguir a pena de prisão disciplinar para as polícias militares e os corpos de bombeiros militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e quatro minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/03/20

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, AUDITÓRIO PETRÔNIO PORTELA.

Às nove horas e trinta e três minutos do dia vinte e um de março de dois mil e dezoito, no Auditório Petrônio Portela, sob a Presidência do Senador Romário, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Marta Suplicy, Hélio José, Valdir Raupp, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Paulo Rocha, Eduardo Amorim, José Medeiros, Ana Amélia, Sérgio Petecão, Cidinho Santos e dos Senadores não-membros Romero Jucá, Ronaldo Caiado e José Pimentel. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Regina Sousa, Ciro Nogueira, João Capiberibe, Magno Malta e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao Requerimento RDH 37/2018, de autoria do Senador Romário. Finalidade: "Comemorar o Dia Internacional da Pessoa com Síndrome de Down". Participantes: Fernando Moreira Barbosa, Representante da Associação dos Familiares e Amigos do Down de Porto Alegre/RS (AFAD / POA); Lucius Neiva dos Santos, Atleta; e Jéssica Mendes de Figueiredo, Servidora da Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência. O Presidente permite as seguintes apresentações: do grupo musical do projeto da PMDF: musicalização inclusiva, com os músicos: Jonas Ramos Camelo; Lucas Barozi; Roberto Gilson Cardoso de Oliveira; e Carlos Augusto Gontijo. Participações da Senhora Nyedja Genari, contadora de história e que apresenta a história da Síndrome de Down; do Grupo: Inclusive Danço, do Centro de Ensino Especial 1 de Brasília; de modelos da Associação Fashion Inclusivo; de dança cigana por Fernanda Santiago Thomas; da dançarina, Lorena Resende Borges, da associação DFDOWN; e da Banda João de Barro da Apae/DF. Faz uso da palavra o Senador Romário. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Romário

Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/03/21

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e doze minutos do dia vinte e um de março de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Regina Sousa e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Fernando Bezerra Coelho, Marta Suplicy, Hélio José, Valdir Raupp, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha, José Medeiros, Ana Amélia, Sérgio Petecão, Romário, Cidinho Santos, Pedro Chaves e Magno Malta, e dos Senadores não membros, Vicentinho Alves, Wellington Fagundes, Ataídes Oliveira, Romero Jucá, Ronaldo Caiado, José Pimentel, Dário Berger e Jorge Viana. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Amorim, Ciro Nogueira, João Capiberibe e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas da décima quinta a décima nona Reuniões da CDH e, também, a ata da quarta reunião da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta, que se divide em duas partes: 1ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, de 2011 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Sen. Regina Sousa (Ad hoc), substituiu Sen. Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Resultado: Adiado. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 650, de 2011 - Terminativo - que: "Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 325, de 2015 - Terminativo - que: "Torna obrigatória a manutenção de exemplares do estatuto da criança e adolescente (ECA), do estatuto da Juventude, do estatuto do idoso e do estatuto da igualdade racial nas escolas municipais, estaduais, federais e privadas." Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta, aprovação das Emendas nº 2 e nº 3, do Senador Paulo Paim e prejudicialidade da Emenda nº 1-CE. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 411, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre cão-guia, para garantir às pessoas com deficiência o direito de se fazer acompanhar do cão de assistência em veículos e estabelecimentos de uso coletivo." Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 648, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para prever a criação de programas de institucionalização da pessoa idosa durante o dia." Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar a obrigatoriedade de oferecimento de serviço de orientação sobre aleitamento materno." Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Sen. Regina Sousa (Ad hoc), substituiu Sen. José Medeiros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, e a Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, para dispor sobre o uso de símbolos desprovidos de caráter pejorativo na identificação de pessoa com deficiência e de idoso." Autoria: Senador Waldemir Moka. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, de 2016 - Terminativo - que: "Autoriza o Poder Executivo a alterar o nome da Fundação Nacional do Índio para “Fundação Nacional dos Povos Indígenas”." Autoria: Senador Telmário Mota. Relatoria: Sen. João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 403, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, para assegurar atendimento prioritário a pessoas com neoplasia maligna que estejam se submetendo a quimioterapia ou radioterapia." Autoria: Senador Romário. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 433, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para estabelecer a obrigação de oferta aos clientes, por parte de hipermercados, supermercados, empórios e aeroportos, de carrinhos de transporte de compras ou de bagagem adaptados para o transporte de crianças com deficiência." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Sen. Romário. Relatório: Pela aprovação com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 12, de 2012 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar que as empresas que operem frotas de táxis com vinte ou mais veículos tenham ao menos cinco por cento da frota adaptada para o acesso de pessoas com deficiência." Autoria: Senador Sergio Souza. Relatoria: Sen. Wellington Fagundes. Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto (votação simbólica). Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, de 2012 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, para prever nova modalidade de medida socioeducativa e dá outras providências." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatoria: Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela rejeição do Projeto e da Emenda Substitutiva nº 1-CAS. Resultado: Adiado. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, de 2018 - Não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terminativo - que: "Institui o Ano de Valorização e Defesa dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa, em alusão à Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos." Autoria: Deputada Leandre. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 151, de 2014 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, para exigir que os Planos de Atendimento Socioeducativo prevejam metas anuais de desempenho." Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Sen. Telmário Mota. Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 28, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, ampliando situações que tipificam a violência doméstica e familiar contra a mulher, as garantias e meios de proteção da vítima." Autoria: Senador Hélio José. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Pelo arquivamento do Projeto. Resultado: Retirado de pauta, a pedido da relatoria. ITEM 16 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 278, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, para dispor sobre o apoio aos educandos com deficiência nas instituições de ensino." Autoria: Senador Romário. Relatoria: Sen. João Capiberibe. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 17 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 191, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera a redação do art. 2º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha –, para assegurar à mulher as oportunidades e facilidades para viver sem violência, independentemente de sua identidade de gênero." Autoria: Senador Jorge Viana. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. ITEM 18 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 244, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, para estabelecer a reserva de vagas para mulheres em situação de violência doméstica e familiar ou em situação de vulnerabilidade social no quadro de empregados das empresas prestadoras de serviços a terceiros." Autoria: Senadora Rose de Freitas. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CDH. ITEM 19 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 263, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera o caput do art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor que a reserva de vagas nele prevista aplica-se aos beneficiários reabilitados e às pessoas com deficiência, habilitadas, também no preenchimento das funções de confiança na empresa." Autoria: Senador Romário. Relatoria: Sen. João Capiberibe. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 20 - SUGESTÃO Nº 15, de 2014 - Não Terminativo - que: "Regular a interrupção voluntária da gravidez, dentro das doze primeiras semanas de gestação, pelo sistema único de saúde." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Sen. Magno Malta. Relatório: Pelo arquivamento da Sugestão. Resultado: Retirado de pauta, a pedido da relatoria. ITEM 21 - SUGESTÃO Nº 11, de 2016 - Não Terminativo - que: "Sugere Projeto de Lei Ordinária que altera a Lei nº 8.080, de 19 de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências." Autoria: Instituto Oncoguia. Relatoria: Sen. José Medeiros. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 22 - SUGESTÃO Nº 60, de 2017 - Não Terminativo - que: "Escolha de ministros do STF por mérito através de concurso público" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pelo arquivamento da Sugestão. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pelo arquivamento da Sugestão. Aprovado também o encaminhamento para que o texto da SUG 60 de 2017, seja anexado à PEC 52 de 2015, como forma de apoio à matéria. ITEM 23 - SUGESTÃO Nº 61, de 2017 - Não Terminativo - que: "Estatuto da diversidade sexual" Autoria: Comissão Especial da Diversidade Sexual e Gênero da Ordem dos Advogados do Brasil e outros. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. A matéria passa a tramitar como proposição de autoria da CDH. ITEM 24 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 38 de 2018 que: "Requer, nos termos do Art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, para debater o Desmatamento Zero para garantir o futuro socioambiental e econômico do Brasil" Autoria: Senador João Capiberibe. Resultado: Adiado. ITEM EXTRAPAUTA 25 - OFICIO "S" Nº 51, de 2017 - Não Terminativo - que: "Encaminha ao Senado Federal a sentença proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) no Caso Favela Nova Brasília, da qual o Estado brasileiro foi notificado no dia 15 de maio de 2017, bem como o Parecer n. 00151/2017/PGU/AGU. que versa sobre a referida sentença." Autoria: Advocacia-Geral da União. Relatoria: Sen. Regina Sousa. Relatório: Nos termos do PLS que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, que conclui pela apresentação de Projeto de Lei do Senado. A matéria passa a tramitar como proposição de autoria da CDH. ITEM EXTRAPAUTA 26 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 52 de 2018 que: "Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, na forma Seminário, desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado Federal, com o objetivo de debater a "cidadania da população LGBT com foco na terceira idade e no envelhecimento: O tempo de nossas vidas”." Autoria: Senadora Regina Sousa. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 27 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 51 de 2018 que: "Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência na forma de Audiência Pública, no Estado do Rio Grande do Sul, em data a ser definida, com membros desta Comissão, com a finalidade de debater o tema “A crise do setor leiteiro no Rio Grande do Sul”." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 28 -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 53 de 2018 que: "Nos termos do art. 90, inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), requeiro a realização de diligência, in loco, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), destinada a tratar da situação de violação de direitos fundamentais – direito à vida, à existência, direito à moradia, direito à inviolabilidade de domicílio, direito da criança e do adolescente, direito do idoso, principalmente – nas derrubadas promovidas pelo Governo do Distrito Federal no Assentamento 26 de Setembro, situado no Distrito Federal, onde residem cerca de treze mil pessoas, ouvindo a comunidade e as autoridades sobre os problemas e as possíveis soluções para garantir o respeito aos mencionados direitos." Autoria: Senador Hélio José e Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 29 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 54 de 2018 que: "Nos termos do art. 90, inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), requeiro a realização de diligência, in loco, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), destinada a tratar da situação de violação de direitos fundamentais – direito à vida, à existência, direito à moradia, direito à inviolabilidade de domicílio, direito da criança e do adolescente, direito do idoso, principalmente – nas derrubadas promovidas pelo Governo do Distrito Federal no Assentamento Morro da Cruz, situado em São Sebastião, no Distrito Federal, ouvindo a comunidade e as autoridades sobre os problemas e as possíveis soluções para garantir o respeito aos mencionados direitos. Os convidados da referida diligência serão informados posteriormente." Autoria: Senador Hélio José e Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 30 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 55 de 2018 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 338, inciso IV, combinado com o art. 336, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para apreciação do Projeto de Lei da Câmara nº 11 de 2018, que “Institui o Ano de Valorização e Defesa dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa, em alusão à Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos”." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. 2ª Parte - Finalidade: Apresentar e Deliberar Relatórios de Denúncias. Denúncia 1 - Apresentar e deliberar o Relatório sobre a denúncia recebida na CDH sobre suposta invasão de domicílio sem ordem judicial, espancamentos, torturas e prisões ilegais, na cidade de Saquarema, Estado do Rio de Janeiro. EXTRAPAUTA - Denúncia 2 - Apresentar e deliberar o Relatório sobre a denúncia recebida na CDH sobre ameaças de morte a Procurador do Município de Santa Rita do Passa Quatro, Estado de São Paulo. EXTRAPAUTA - Denúncia 3 - Apresentar e deliberar o Relatório sobre a denúncia recebida na CDH da Associação Nacional dos Procuradores Municipais, sobre a morte de Procurador do Município de Chopinzinho, Estado do Paraná. EXTRAPAUTA - Denúncia 4 - Apresentar e deliberar o Relatório sobre a denúncia recebida na CDH sobre violações de direitos humanos que estariam sendo praticadas por agentes da Agência de Fiscalização do Distrito Federal - AGEFIS, durante a retirada de moradores do Setor Habitacional 26 de Setembro, na Administração Vicente Pires-DF. Resultado: Os quatro Relatórios foram aprovados. Fazem uso da palavra as Senadoras Regina

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sousa, Angela Portela e Marta Suplicy e os Senadores Paulo Paim e Magno Malta. Às quinze horas e vinte e três minutos a Senadora Regina Sousa passa a presidência ao Senador Paulo Paim. Às quinze horas e vinte e oito minutos o Senador Paulo Paim devolve a presidência a Senadora Regina Sousa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e dois minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Regina Sousa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/03/21

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Boa tarde!

Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 15ª e 19ª Reuniões da CDH e também da 4ª Reunião da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas as atas.

Vamos começar pelos requerimentos, já que os autores dos relatórios não estão. Mas nós temos projetos... O Senador Paulo Paim tem um.

Projetos não terminativos.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, de 2018

- Não terminativo -

Institui o Ano de Valorização e Defesa dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa, em alusão à Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos.

Autoria: Deputada Leandre

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações: *Tramitação: CDH e CE.*

Passo a palavra ao Senador Paulo Paim, para leitura do seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Srª Presidenta, vem à análise desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 11, de 2018, de autoria da nobre Deputada Leandre, na forma do substitutivo apresentado pela nobre Relatora, Deputada Carmen Zanotto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Projeto em questão institui o ano de 2018 como o Ano da Valorização e Defesa dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa, em alusão ao processo de ratificação pelo Brasil da Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos, concluída no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA), celebrada em Washington, em 15 de junho de 2015.

Em sua justificação, a autora esclarece que o projeto em análise não tem como objetivo criar nova data comemorativa no calendário nacional, mas sim estabelecer um marco que estimule o desenvolvimento de ações em prol dos direitos da pessoa idosa, tendo como fato motivador o processo de ratificação pelo Brasil da Convenção Interamericana sobre Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos, concluída no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA), celebrada em Washington, em 15 de junho de 2015.

O substitutivo anteriormente aprovado pela Câmara dos Deputados, recebido pelo Senado Federal, é constituído por dois artigos. O art. 1º institui o ano de 2018 como o de Valorização da Pessoa Idosa, que se realizará através de palestras, eventos, divulgação da Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos, articulação conjunta entre órgãos da Administração Pública para o incentivo de ações de valorização da pessoa idosa feitas também por meio de material educativo e campanhas publicitárias.

O art. 2º estabelece que a Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Destaca-se ainda que o substitutivo apresentado pela nobre Relatora, na Câmara dos Deputados, Deputada Carmen Zanotto, fez duas alterações em relação a proposição inicial da matéria. Trocou a palavra "ratificação" pela expressão "processo de ratificação, tendo em vista que a Convenção Interamericana sobre Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos ainda não foi ratificada pelo Brasil e aguarda o acordo que tramita na Câmara dos Deputados sob a forma do Projeto de Decreto Legislativo nº 863, de 2017. A Relatora também retirou a atribuição de providência ao Poder Executivo, uma vez que tal atribuição não pode ser dada pelo Poder Legislativo, pois assim seria interferência de um Poder sobre outro.

Análise.

Em 2018, comemoramos os 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, documento internacional que fortaleceu a compreensão de que todos os seres humanos carecem de direitos mínimos e essenciais para que lhes sejam garantidas a liberdade e a autonomia necessária para viverem.

Ainda neste ano de 2018, comemoraremos 15 anos da publicação do Estatuto da Pessoa Idosa, projeto de nossa autoria, aprovado por meio da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.

O Estatuto da Pessoa Idosa é uma conquista histórica do povo brasileiro, uma política de Estado, e não de governo. Compila as leis como a Política Nacional do Idoso, decretos e até

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mesmo portarias, e amplia a proteção ao idoso, com novas conquistas da sociedade. O estatuto estabelece como dever da família, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, o efetivo direito à vida, à saúde, à alimentação, ao transporte, à moradia, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Hoje, o Estatuto do Idoso tem sua redação seguida em alguns países. Foi fruto de um longo debate, por exemplo, num congresso internacional da Espanha, o Estatuto do Idoso aprovado pelo Brasil.

Neste ano de 2018, celebramos o Ano Nacional de Valorização e Promoção dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa para mobilizar a sociedade civil e o Poder Público em torno da pessoa idosa, possibilitando maior reflexão sobre o papel e a realização de um balanço do que já foi concretizado e os desafios. Será também o ano em que ratificaremos a Convenção Interamericana sobre Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos. Portanto, 2018 será revestido de especial atenção aos direitos e as questões que envolvem a vida da pessoa idosa.

É importante salientar que o objetivo da convenção supracitada é o de promover, proteger e assegurar o reconhecimento do pleno gozo e exercício, em condições de igualdade, de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais da pessoa idosa, de modo a contribuir para sua plena inclusão, integração e participação na sociedade.

Cumpre, assim, destacar a grande sensibilidade da Autora do projeto, a nobre Deputada Leandre, e também a louvável presteza e precisão da nobre Relatora na Câmara dos Deputados, a Deputada Carmen Zanotto.

Srª Presidenta, a Defensoria Pública está aqui presente. Eles nos procuraram ainda na semana passada, quando o projeto veio da Câmara, se prontificando a dar todo o apoio a essa iniciativa, no sentido de que 2018 seja de fato o ano de valorização da pessoa idosa. Estou aqui simplificando tudo o que eu li.

Eu falei a eles que o nosso prazo regimental, pela lógica que eu aqui explico, não daria mais para emendar e colocá-los aqui também como participantes na lei que ora aprovamos, que o projeto teria que ser aqui aprovado, ir às comissões com emenda, retornaria para a Câmara, e sabemos como essa história começa, mas não sabemos como termina. É capaz de, em 2019, o projeto estar aprovado definitivamente.

Eles entenderam, não só eles como também o Ministério Público, a Defensoria Pública, entidades como a Cobap, que me pediram se não daria. Eu disse que, infelizmente... Mas a primeira entidade que nos procurou foi a dos defensores públicos, eu disse a todos, e todos entenderam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, entidades que trabalham com pessoas idosas, grupos de terceira idade, federações, confederações, Cobap e outras entidades ligadas a outras centrais também, porque a Cobap é quase uma central, tem uma linha independente, mas existem centrais que têm seus departamentos vinculados à luta da pessoa idosa. Eu disse a eles que nós faríamos de tudo e que conversamos aqui com o Executivo inclusive, que está também apoiando esse projeto. É um projeto que não tem oposição nem situação: é a vontade de todos fazer com que a gente possa, então, aprová-lo, fortalecendo este ano como o Ano de Valorização e Defesa dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa.

Mediante esse grande entendimento, eu acelerei o relatório. Normalmente, o relatório é feito na Consultoria. Nesse relatório, eu falei para o meu gabinete: "Se virem, façam o relatório, peguem da Câmara, para a gente poder votar e chegar a tempo."

Está aqui presente, ela poderia inclusive se identificar no microfone. Alguém filma aí, é só para se identificar como a grande proponente desta proposta.

A SRª MARIA SOCORRO MEDEIRO DE MORAES – Boa tarde a todos e a todas, nobre Senador Paulo Paim!

Eu me chamo Maria Socorro Medeiro de Moraes, sou Secretária Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Pode continuar a filmagem. (*Risos.*)

Bom, é isso, Presidenta. Naturalmente, V. Exª vai agora encaminhar, mas faço um apelo para que a gente vote.

Eu pergunto para a assessoria, porque eles estão com problema de prazo para iniciar toda a mobilização de 2018, porque nós estamos chegando já em abril. Se nós aprovarmos aqui o requerimento de urgência, ele vai direto ao plenário ou é melhor deixar ir para a Comissão de Assuntos Sociais e, de lá...?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – De Educação? O que a assessoria recomenda, tecnicamente, porque eles estão com problema de prazo. Veio da Câmara. Tem que passar pelo plenário?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, eu vou apelar para que, depois de votar, a gente aprove também a urgência, para que ele vá diretamente ao plenário. O.k.?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão o projeto. (*Pausa.*)

Eu quero aproveitar a presença da Defensoria, para dizer que a gente aprovou, ano passado, eu fui a Relatora, a lei que a gente está chamando como a do superidoso, acima de 80 anos, que também está carecendo de publicidade, de uma campanha. Até que para fila pegou, no aeroporto o pessoal chama quem está acima de 80 anos, mas o objetivo mesmo é saúde e processos judiciais. A gente precisa ver se os tribunais estão olhando isso, se estão botando os processos dos idosos acima de 80 anos para cima, porque a lei diz isso.

No meu Estado, houve um mutirão de cirurgia. E eu já fui à Secretaria de Saúde para dizer que há prioridade para os idosos acima de 80 anos, assim como consultas. Eles não podem ficar na fila esperando uma consulta por um ou dois anos. Tem que haver prioridade. Acho que daria também para fazermos uma campanha em cima disso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Regina, se me permite, a sua fala vem num bom momento. O que acontece? Nós estamos no aeroporto e vemos que há uma série de pessoas com 60, 65, 70. Aí o anúncio do moço que ordenas as filas na devida companhia: "Por favor, essa é a fila preferencial, deficientes, gestantes, quem estiver com crianças e pessoas com mais de 80 anos." Aí foram as pessoas com 65, 70 anos para a fila comum.

Então, aproveito este momento para esclarecer que é preferencialmente para as pessoas de 80, mas, na sequência, nessa mesma fila, pessoas com mais de 60 anos. Se não, eles ficam...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em alguns aeroportos em que eu embarco, eles dizem: "Em seguida, pessoas com mais de 60 anos."

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aqui em Brasília, pelo menos nos voos em que vou para o Sul, eles falam: "Fila preferencial para pessoas com mais de 80 anos. Eles não dizem: "Preferencialmente de 80; na sequência, pessoas com mais de 60 anos." É quase que um protesto de alguém que tenha mais de 60. Eu não fiquei na fila, porque era só para 80; também não tenho 80.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – A gente também tem de cobrar isso, é importante.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH favorável ao projeto.

O projeto segue para...

Não, o Senador Paim vai pedir urgência?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu vou pedir a urgência...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Faça verbalmente, depois...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso. Como é um projeto de consenso, tanto o Executivo quanto o Legislativo estão apoiando, não há ninguém questionando esse projeto, por motivo nenhum, porque é custo zero para todos, é só de promoção e valorização do ano de 2018, com referência à pessoa idosa. Então, eu peço que seja aprovado um requerimento de urgência, para que daqui ele vá direto ao plenário, e lá poderemos dar um parecer, conforme indicação do Presidente Eunício.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em votação o requerimento de urgência do Senador Paulo Paim, para que o projeto vá ao plenário.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento. (*Palmas.*)

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Srª Presidente, eu gostaria de parabenizar o Relator, Senador Paulo Paim, por esse importante projeto que institui o Ano da Valorização e Defesa dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa, em alusão à Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos.

O Senador Paulo Paim, aqui na Comissão de Direitos Humanos, tem sido um árduo defensor, com aprovação de projetos de lei importantes ao longo de sua carreira de mais de 30 anos, sempre muito enfático, sempre assegurando os direitos das pessoas idosas, das pessoas com deficiência, das crianças, dos adolescentes, dos negros, das mulheres. Parabéns, Senador Paulo Paim, a sua história é bonita, de respeito aos direitos humanos de todos, neste momento, dos direitos humanos dos idosos!

Srª Presidente, eu gostaria de informar também que há pouco eu estava participando de uma sessão temática aqui no plenário do Senado tratando de *fake news*. Várias autoridades do TSE, do Ministério Público, especialistas na área, mostraram, numa sessão temática

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

convocada pelo Senador Telmário Mota, o quanto é importante o Senado Federal debater esse tema, que vai ser de extrema relevância para as eleições de 2018.

Eu queria citar o exemplo da Vereadora Marielle Franco, que foi brutalmente executada no Rio de Janeiro. Depois de tirarem a vida de Marielle, tentaram também destruir a sua reputação inundando as redes sociais com *fake news* que tentam ofuscar a sua biografia e destruir a sua reputação. É uma prática repugnante, que é muito bom que este Senado Federal traga à discussão, para que se tenha meios de inibir essa prática que é destruidora da reputação das pessoas.

Eu queria só pedir, Senadora, para eu ver os projetos em que eu sou a Relatora, para que eu pudesse fazer a leitura e adiantar esse processo legislativo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidenta, se V. Exª permitir – antes que inicie a nossa querida Senadora Ângela Portela, que sabe o respeito que a gente tem pelo seu trabalho, pela sua história e pela sua dinâmica aqui, sempre defendendo o trabalhador do campo e da cidade, homem e mulher, liberdade de orientação, que é a mesma posição que a senhora defende e eu também defendo, e na mesma linha do que ela falou: por todos aqueles que são, de uma forma ou de outra, discriminados, nós estamos na mesma trincheira e estaremos sempre, além também de defender o direito de todos os trabalhadores –, eu queria, antes de passar para o tema dela, dar aqui os meus cumprimentos à Secretária Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa, ligada ao Ministério dos Direitos Humanos, a Drª Maria Socorro Medeiro de Moraes. Ela me procurou, acho, umas dez vezes. Posso dizer dez vezes?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – "Senador, por favor, precisamos aprovar esse projeto. É de interesse nacional. Já estamos quase na metade de 2018..."

Então, meus cumprimentos pela insistência, e, felizmente, hoje, o projeto foi aprovado, e a gente, quem sabe, vote dentro de, no máximo, 15 dias, indo, definitivamente, para a sanção do Presidente da República.

Cumprimento também a Thaísa Oliveira, ligada à Associação Nacional dos Defensores Públicos, que entendeu e levou a mensagem aos defensores que, por uma questão regimental, nós não acatamos a proposta de emenda, mas sei que estaremos todos nós – todos, todos, todos! – juntos em 2018, fazendo um grande ano, demarcando a importância da pessoa idosa para o nosso País e para o mundo.

Eram só esses dois registros.

Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – E agradecemos pela parte que nos toca, não é, Senador? Nós dois. (*Risos.*)

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Dois sessentões bem inteiros. Não podem ir para a fila dos mais de 80 anos. (*Risos.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Está certo.

Então, o projeto vai para a urgência no plenário.

Vamos para o item 18.

ITEM 18

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 244, de 2017

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, para estabelecer a reserva de vagas para mulheres em situação de violência doméstica e familiar ou em situação de vulnerabilidade social no quadro de empregados das empresas prestadoras de serviços a terceiros.

Autoria: Senadora Rose de Freitas

Relatoria: Senadora Ângela Portela

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta.

Observações: *Tramitação: CDH e terminativo na CAS.*

Concedo a palavra à Senadora Ângela Portela, para leitura de seu relatório.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR. Como Relatora.) – Muito obrigada, Senadora Regina.

A iniciativa tem por finalidade obrigar as empresas prestadoras de serviços a terceiros, com cem ou mais empregados, a reservar uma quota de 5% das suas vagas para contratação de mulheres em situação de violência doméstica e familiar ou em situação de vulnerabilidade social, assim identificadas pela rede socioassistencial. Se aprovada, a lei resultante dessa proposição entra em vigor na data de sua publicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A autora justifica a iniciativa com fundamento nas desigualdades de gênero existentes no mercado de trabalho, sendo as mulheres ligeiramente mais numerosas do que os homens entre as pessoas em idade de trabalhar, mas minoria entre as pessoas ocupadas. Menciona, ainda, que as mulheres em situação de violência doméstica e familiar ou sujeitas a outros fatores de vulnerabilidade dificilmente conseguem romper os ciclos de violência ou de carência nos quais estão envolvidas sem contar com alguma autonomia financeira. Pretende, então, ampliar a oferta de vagas para essas mulheres mediante fixação de quotas de contratação.

A proposição foi distribuída à CDH e à Comissão de Assuntos Sociais, cabendo à última manifestar-se em caráter terminativo.

Na análise, conforme disposto no art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre matérias pertinentes aos direitos das mulheres.

A motivação por trás do PLS nº 244, de 2017, é correta: a autonomia financeira é fundamental para ruptura da dependência econômica e da exclusão social da mulher sujeita a violência ou a outros fatores de vulnerabilidade. A conquista da autonomia pelo trabalho é um dos alicerces para o resgate da dignidade e afirmação dos demais direitos da mulher. Nesse sentido, a proposição é merecedora do nosso aplauso e aprovação.

Porém, ao elaborarmos norma que estabeleça determinado direito, devemos estar atentos à possibilidade de burla por pessoas que, em má-fé, possam tentar fazer jus a esse direito sem preencher os requisitos para seu gozo. Deixar de coibir esse abuso seria enfraquecer a proposição e o seu potencial de inclusão social e de afirmação da dignidade feminina. Para evitar esse risco, propomos remeter a critérios mais seguros do que o mero encaminhamento pela rede socioassistencial.

Aproveitamos a oportunidade para corrigir, por emenda redacional, um erro no art. 1º da proposição, que fala em "mulheres submetidas em situação de violência", quando o certo seria "mulheres submetidas a situação de violência".

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 244, de 2017, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 1 - CDH
Dê-se ao art. 4º-B da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, nos termos do Projeto de Lei do Senado nº 244, de 2017, a seguinte redação:
"Art. 4º-B. .....
.....
Parágrafo único. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a destinar no mínimo 5% (cinco por cento) de suas vagas a mulheres em favor das quais houver sido concedida medida protetiva prevista na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, ou a mulheres em situação de vulnerabilidade social temporária

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assim identificada de acordo com os critérios referidos no art. 22, §1º, da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993."

A outra emenda:

EMENDA Nº 2 -CDH
Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 244, de 2017, a seguinte redação:
Art. 1º Esta Lei estabelece a reserva de vagas para mulheres submetidas a situação de violência ou em situação de vulnerabilidade social no quadro de empregados das empresas prestadoras de serviços a terceiros.

Então, a gente quer aqui parabenizar a Senadora Rose de Freitas, que é Autora desse projeto de lei, e dizer que a nossa intenção era só aprimorar um pouco a proposição, para não deixar muito solto e fixar, naquelas mulheres que estão cumprindo medidas protetivas para terem direito ao 5% das vagas nas empresas prestadoras de serviço com mais de cem funcionários.

A outra é uma emenda redacional que tem um único intuito de aprimorar esse projeto que é tão importante para combater a violência entre as mulheres, para que, entre as mulheres que já são vulnerabilizadas, que já são vitimizadas pela violência doméstica e familiar, elas tenham, com a aprovação desse projeto, uma autonomia financeira e econômica, porque nós sabemos que, na vida real, há muitas mulheres que se submetem à violência doméstica, porque não têm condições de sozinhas – não têm autonomia financeira, não têm trabalho, não têm renda – sustentarem os seus filhos e saírem daquela condição de violência doméstica.

É esse o nosso voto.

Pedimos a aprovação de todos para este projeto.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senadora Ângela.

Em discussão a matéria.

Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Srª Presidenta, eu quero aproveitar a chegada da Senadora Marta Suplicy, porque hoje, na Comissão de Assuntos Sociais, votamos – ela mais do que ninguém pode lembrar – inúmeros projetos que valorizam as mulheres nessa jornada que elas organizaram, vocês organizaram, para que isso acontecesse. Na CCJ, foi a mesma coisa e aqui na Comissão de Direitos Humanos tinha de haver, Senadora Ângela Portela, também um projeto que vá nessa linha da valorização, e aqui não é o caso do combate à violência contra as mulheres, garantindo que, pelo menos, 5% das vagas, como V. Exª discorreu muito bem, Senadora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ângela Portela, o projeto é da Senadora Rose de Freitas, V. Exª é Relatora, sejam asseguradas às mulheres vítimas de violência.

É uma jornada, e eu quero aqui elogiar todas as mulheres do Senado de República pelo trabalho que fizeram, no sentido de que a gente saia só do discurso, principalmente os homens, e que a gente esteja junto com as mulheres em votações importantíssimas como esta.

Eu fiz questão de estar na Comissão de Assuntos Sociais, depois fui também à CCJ e agora estou aqui, porque entendo que o compromisso das mulheres e dos homens tem de ser o mesmo contra todo tipo de violência.

Esse é o comentário que faço em relação ao projeto ora apresentado.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP. Para discutir.) – Bom, eu vou votar a favor, mas não estou tão confortável, porque eu acho que é muita intervenção que a gente realiza ao fazer essas cotas em diferentes tipos de empresas. Dependendo da empresa, pode ser absolutamente complicado pôr 5% de mulheres com situação de violência; podem ser comunidades. Nós temos cidades pequenas até que têm empresa com cem pessoas e que não vai ter 5% de mulheres vítimas, com BO e tudo o que precisa haver. E aí cria uma bela de uma confusão e deixa essa empresa aberta a uma situação na qual é difícil, que não precisaria estar.

Eu acho boa ideia e acho que, não sei se foi hoje na CAS ou na CCJ, a gente aprovou também uma cota para mulheres vítimas de violência. O que eu acredito é que nós temos de pensar, sim, nisso, porque a mulher vítima de violência vai continuar vítima da violência se ela não tiver uma autonomia financeira. Isso é verdade. Agora, eu fico preocupada, porque, às vezes, a gente começa a criar situações que não correspondem ao que é o Brasil em termos de empresas, em termos de mulheres que conseguem fazer queixa, em termos da realidade. Ou talvez V. Exª tenha até razão: vai estimular mais mulheres a fazer queixa para que elas possam pleitear essa possibilidade de vaga não no sentido perverso, mas no sentido de que isso não dificultaria necessariamente a vida, mas poderia até auxiliá-la numa situação difícil e verdadeira.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Senadora Marta, a senhora é uma Parlamentar dedicada a essas questões, e eu quero lhe dizer que defendo e dei voto favorável a este projeto da Senadora Rose de Freitas porque nós vemos tanta omissão do Poder Público em relação à mulher vitimizada que uma proposta desta que destina 5% nas empresas com mais de cem funcionários e para mulheres que estão cumprindo medidas protetivas...

Eu apresentei uma emenda para não permitir que fique muito genérico. Qualquer mulher possa chegar a dizer: "Olha, eu estou sofrendo..."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Desculpe-me, como eu cheguei no meio, eu não peguei a relatoria toda, mas e se não tiver na cidade? Porque eu fiquei pensando... Por exemplo, em São Paulo, há algumas cidades que são pequenas com 40 mil habitantes, 30 mil, e que têm fábricas grandes, com 200, 500 funcionários que, às vezes, não têm nem mulher – mas, tudo bem, eu acho que deveria ter mulher – e, talvez, não haja mulheres com medidas protetivas. E está isso claro no projeto...

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Está isso claro.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – ... que a empresa não é penalizada caso isso não ocorra?

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – O projeto não impõe nenhuma sanção à empresa que não atenda. Era até interessante que houvesse.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Bom, agora vai ficar pior, porque aí que não vai funcionar mesmo. Basta a lei das cotas que a gente fez...

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Não, não há nenhuma sanção. Agora que ele é meritório, é, independentemente de quaisquer problemas que possam surgir, que a senhora possa detectar aí, porque projetos perfeitos são muito difíceis, mas que este projeto é um instrumento que procura assegurar a mulher autonomia financeira para ela sair da condição de vitimizada, isso ele é.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Olha, Senadora, eu acho complicado este projeto.

Eu vou votar a favor por ser um instrumento a mais que a gente tem para poder ajudar a mulher vítima de violência, mas eu acho que todos os problemas permanecem.

Eu vi que ele está indo para a CAS, então a gente vai passar aqui e, na CAS, vai ser deliberado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Srª Presidenta, permite-me um rápido comentário? Talvez seja um detalhe, mas importante.

A emenda que a Senadora Ângela coloca é: "Essa lei estabelece a reserva de vagas para as mulheres submetidas à situação de violência ou em situação de vulnerabilidade no quadro de empregado das empresas prestadoras de serviços a terceiros."

Significa que são as empresas terceirizadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Empresa terceirizada.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ele vai pegar só as empresas terceirizadas, estejam onde estiverem. Só as terceirizadas. Não pega as grandes empresas, com certeza absoluta, porque elas podem ter 10 mil empregados, mas, se terceirizados ela tiver 200, vai ser somente naquelas empresas terceirizadas e não na empresa matriz.

Mas, tudo bem, são ponderações. Vocês, mulheres, mais do que ninguém... Porque é só para empresas de serviços terceirizados, significa...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP. *Fora do microfone*.) – Por que com os terceirizados?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Porque, se você botar aqui, é claro que não passaria, porque eu sei a força que tem o mercado e os empresários. Se vai reservar 5% das vagas gerais das empresas, você vai ter empresa, como você colocou muito bem, com 10 mil empregados. Como é que vai botar 5%? E as empresas que fazem a terceirização são um número muito menor, sendo mais fácil de assegurar a possibilidade de 5% para as prestadoras de serviço e, não, na empresa matriz. Então, atenua a preocupação que V. Exª levantou.

Mas, lá na Comissão de Assuntos Sociais inclusive, se V. Exª quiser me indicar como Relator...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Não, não, não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu faço o estudo lá.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu vou escolher a dedo alguém que faça o debate merecido.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu estou pensando aqui o debate que vai ser.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sempre que há um debate que prestigia as mulheres é um debate a que eu me apresento e me coloco à disposição.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Vamos ser todas as mulheres da Comissão a favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Eu também gostaria, viu?

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Não, não, não. (*Risos.*)

Todas as mulheres da Comissão são a favor do projeto...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com certeza absoluta.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – E vamos criar um bom debate achando algum Senador que seja menos radical, diríamos. (*Risos.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Com certeza, na CAS, vai haver um grande debate, porque a gente tem visto lá que, quando essas questões aparecem, há sempre alguém que pensa pela ótica empresarial.

Então, vai dar um debate na CAS. Se aqui, onde todo mundo é favorável, deu.

Mas eu quero colocar em votação, porque há mais projetos da Senadora Ângela e há três da Senadora Marta para ela apresentar também. Três – não são? – hoje da senhora?

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Há três.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então, há mais um da Ângela e passo para o seu.

Vou colocar em discussão o projeto. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, em votação o projeto.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável, ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2, da CDH.

O projeto segue para análise terminativa na CAS.

ITEM 22

SUGESTÃO Nº 60, de 2017

- Não terminativo -

Escolha de ministros do STF por mérito através de concurso público

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senadora Ângela Portela

Relatório: Pelo arquivamento da Sugestão.

Observações: *Tramitação: CDH.*

Concedo a palavra à Senadora Ângela, para leitura do relatório.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR. Como Relatora.) – Vamos fazer a leitura direto na análise.

Cabe a esta Comissão, nos termos regimentais, opinar sobre a conveniência de transformar a ideia legislativa transformada em sugestão em uma proposição legislativa.

Na espécie, cabe reconhecer a pertinência do entendimento quanto à necessidade do aperfeiçoamento institucional da sistemática de escolha de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Com efeito, são muitas e diversificadas as críticas ao atual sistema de escolha, embora se saiba que o Brasil o adota, em linhas gerais, desde a proclamação da República, quando a nova Constituição, sob influência de Rui Barbosa, buscou inspiração, quanto ao tema, na sistemática adotada na Constituição dos Estados Unidos da América, país referência no sistema presidencialista de governo.

Tanto é verdade que o sistema atual carece de aperfeiçoamentos que existem em exame pelo Senado Federal pelo menos uma dúzia de propostas de emenda à Constituição que, em diferentes perspectivas, propõem a sua alteração.

A esse respeito, foi apresentado o Requerimento nº 189, de 2017, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que solicita, nos termos do art. 250 do Regimento Interno, o apensamento das Propostas de Emenda à Constituição nº 17, 35, 46, 52 e 59, de 2015; 3, 46 e 55, de 2014; 3 e 50, de 2013; e 44 e 58, de 2012, por tratarem de matérias correlatas. O requerimento foi aprovado em março de 2017.

Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, as matérias foram objeto de relatório, de autoria da Senadora Ana Amélia, o qual conclui por um substitutivo. Aprovado em julho de 2017, passou a constituir o parecer da Comissão. Pende agora, portanto, de apreciação pelo Plenário do Senado.

O parecer aprovado pela CCJ contempla diversas alterações na sistemática de escolha de Ministro do STF, entre elas a instituição de um colegiado, de ampla composição, o qual

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

elaboraria uma lista tríplice a ser encaminhada ao Presidente da República, além da vedação da indicação para o STF de quem tenha, nos quatro anos anteriores, ocupado mandato eletivo ou cargo de Procurador-Geral da República, Advogado-Geral da União ou de Ministro de Estado.

Uma das proposições que tramita em conjunto com essas matérias é a Proposta de Emenda à Constituição nº 52, de 2015, de iniciativa do Senador Reguffe e de outros Senadores e Senadoras, que "altera os arts. 49, 52, 73, 75, 84, 101 e 104 da Constituição Federal, para estabelecer que os Ministros do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, do Tribunal de Contas da União, bem como os Conselheiros dos Tribunais de Contas dos Estados e dos Municípios, sejam selecionados mediante concurso público de provas e títulos e nomeados para mandatos de cinco anos".

Como a PEC nº 52, de 2015, que propõe o concurso público como meio de acesso ao cargo de Ministro do STF, além de outros, passou a tramitar em conjunto com as demais, que foram objeto do parecer da CCJ, já aludido, a aprovação de outra PEC, na forma da emenda substitutiva, implica a prejudicialidade dessa iniciativa.

Entretanto, o Senador Reguffe, autor da iniciativa, apresentou o Requerimento nº 1.047, de 2017, que solicita, nos termos regimentais, o desapensamento da PEC nº 52, de 2015, e da nº 44, de 2012, que tramitam em conjunto com as demais, sobre o mesmo objeto, como já relatado. O requerimento, se aprovado, implicará o exame destacado apenas dessas proposições e, além disso, eventual proposta no mesmo sentido lhe seria apensada, para tramitar em conjunto, ou, na hipótese de sua tramitação mais avançada, a nova PEC poderia ser tida como prejudicada.

Ainda no que respeita ao quadro fático cabe anotar, quanto à tramitação de propostas de emenda à Constituição, a decretação, por parte do Presidente da República, de intervenção federal, na área de segurança pública, no Estado do Rio de Janeiro. Sabe-se que a Constituição impede a tramitação de propostas de emenda à Constituição na vigência de intervenção federal, nos termos do §1º de seu art. 60.

Por último, cabe anotar, no plano jurídico-constitucional, quanto à iniciativa de proposta de emenda à Constituição, que nos parece ser admissível o juízo segundo o qual o rol de legitimados para a propositura de tal espécie legislativa é somente aquele a que se referem os incisos I, II e III do art. 60 da Carta Magna, ou seja, apenas um terço dos membros do Senado ou da Câmara, além do Presidente da República e mais de metade das Assembleias Legislativas. Ou seja, esse rol não pode ser ampliado mediante norma infraconstitucional, como as normas regimentais do Senado.

Assim compreendendo, as proposições legislativas que podem ser apresentadas por comissão parlamentar como resultado da apreciação de sugestões nos termos dos artigos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

respectivos do Regimento Interno do Senado não são todas aquelas elencadas no art. 59 da Constituição, uma vez que ali existem proposições de iniciativa privativa do Presidente da República, como a medida provisória ou aquelas que dispõem sobre determinadas matérias, como aquelas referidas nos incisos I e II do art. 61, Constituição Federal, as propostas de emenda à Constituição, inclusive, nesse caso em razão do argumento acima desenvolvido.

Diante dessa realidade fática e jurídica aqui disposta, e, mui especialmente, da existência e tramitação no Senado de uma proposta de emenda à Constituição com idêntico conteúdo daquela que aqui é aventada, associada às restrições constitucionais à iniciativa de propostas de emenda à Constituição, sem mencionar a circunstancial vigência de intervenção federal em nosso País, opinamos no sentido da inoportunidade, no presente quadro legislativo, da apresentação da proposta de emenda à Constituição que aqui se cogita. Em face do exposto, opinamos pela inoportunidade da proposição legislativa referida na sugestão e votamos pelo seu arquivamento.

Esse é o nosso voto.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senadora Ângela.

Em discussão.

Pela ordem, Senadora Marta.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP. Pela ordem.) – Eu queria parabenizar a Senadora pelo relatório, que é bastante amplo e não deixa margem a nenhuma dubiedade sobre a questão.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senadora Marta.

Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Srª Presidente, de forma muito rápida, eu primeiro quero cumprimentar pela iniciativa aqueles que têm participado com inúmeras propostas no programa e-Cidadania.

Há uma preocupação muito grande na sociedade brasileira – e é fato e é real – de que, sobre a indicação de Ministro do Supremo Tribunal Federal, só como exemplo, não pode continuar sendo a última palavra por parte do Presidente da República.

É claro que eu concordo com o relatório apresentado por V. Exª...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É inoportuno. E, como há diversas iniciativas de Senadores da Casa que buscam alternativas para que isso não aconteça mais, é muito positivo.

Mas, claro, eu fico com o relatório, porque o seu relatório foi perfeito e o encaminhamento feito é esse. Mas digo àquele que teve a iniciativa que ela foi boa no sentido de criarmos uma alternativa para que não seja mais o Presidente da República que indique. Aí fica aquela história: "Ah, o ex-Presidente tal teve tantos; o ex-Presidente tal teve tantos..." Aí ficam computando votos pela indicação e não, pela seriedade. Está aí até mesmo a responsabilidade de cada ministro...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu concordo. E é até pior, porque às vezes nós acabamos tendo uma disparidade imensa de capacidades, não é? Agora, ao mesmo tempo, um concurso tem uma parte que é subjetiva. E, quando for apresentado isso, a gente pode também propor que não seja só critério técnico e de competência acadêmica.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Claro.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Porque um juiz do Supremo também tem que ter outras considerações. Se a gente pegar só o pensar técnico, vai ser um desastre absoluto. Então, temos que nos lembrar, na hora em que isso for a voto, de acrescentar uma avaliação subjetiva, feita não sei por quem. Aí seria outra história.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Há concordância.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu quero só fazer um acréscimo, que pode valer para todas as outras sugestões que venham nesse sentido. Elas não estão rejeitadas; estão sendo arquivadas porque já existe algo tramitando. Então, a gente poderia pegar a sugestão e colocar lá no anexo do projeto que está tramitando, só para o autor ou o Relator saberem que houve uma preocupação da sociedade, de 20 mil pessoas. Não prejudica colocar lá junto com a PEC, porque isso é assunto constitucional, inclusive. A CDH teria que fazer um encaminhamento de PEC, pegar assinatura de um terço, aquelas coisas todas, que não seriam necessárias, porque já há várias. Essa 52 está capitaneando, mas há outras que vão ser apensadas. Então, a gente pode colocar lá junto essa sugestão para valorizar também a participação popular das pessoas que fazem esse tipo de sugestão, porque elas não foram rejeitadas por mérito; elas já estão tramitando. Então, pode ser assim também.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH pelo arquivamento da sugestão e pelo encaminhamento dela como anexo à PEC.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidenta, me permite pela ordem?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – A assessoria tinha aqui me alertado, ou me informado, e a Senadora Marta Suplicy também me mostrou aqui, no nosso famoso WhatsApp, que, enfim, a Ministra Cármen Lúcia decidiu, provocada pelo Ministro Marco Aurélio, que vai ser apreciado amanhã à tarde, nesta quinta, o *habeas corpus* solicitado pelos advogados do Presidente Lula.

Casualmente comentávamos hoje pela manhã: votem! O Supremo é para isso. Decidam. Tem direito, tem; não tem, não tem. Então, acho que foi uma bela decisão. Vamos deixar que o Supremo decida na sua amplitude e na sua total independência qual vai ser a posição. Mas a Ministra Cármen Lúcia, com a provocação do Ministro Marco Aurélio, atendeu a um pedido, eu diria até, suprapartidariamente, do Congresso Nacional e da sociedade que assim se manifestou. Votem, seja qual for o resultado.

Então, eu cumprimento a Ministra Presidenta por colocar a matéria em votação.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Poderia ter evitado toda essa polêmica que aconteceu em torno do assunto. Ninguém está pedindo para votar a favor ou contra; está pedindo para votar; porque é uma cautelar.

ITEM 15

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 28, de 2016

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, ampliando situações que tipificam a violência doméstica e familiar contra a mulher, as garantias e meios de proteção da vítima.

Autoria: Senador Hélio José

Relatoria: Senadora Marta Suplicy

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pelo arquivamento do Projeto

Observações: *Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.*

Passo a palavra à Relatora.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP. Como Relatora.) – Senadora, vou pedir para retirá-lo de pauta, porque eu acredito que esse projeto não dá para ser encaminhado dessa forma. Eu vou conversar, então, com o autor sobre o que poderíamos fazer.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então, retirado de pauta o item nº 15.

ITEM 17

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 191, de 2017

- Não terminativo -

Altera a redação do art. 2º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha –, para assegurar à mulher as oportunidades e facilidades para viver sem violência, independentemente de sua identidade de gênero.

Autoria: Senador Jorge Viana

Relatoria: Senadora Marta Suplicy

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações: *Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.*

Concedo a palavra à Senadora Marta para a leitura do relatório.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP. Como Relatora.) – Obrigada.

Vem para o exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 191, de 2017, do Senador Jorge Viana, que objetiva alterar a redação do *caput* do art. 2º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, a Lei Maria da Penha. Para tanto, o art. 1º do PLS acrescenta a expressão "identidade de gênero" ao rol constante no artigo citado – classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

religião –, para ter uma vida digna, afluente e sem violência de qualquer espécie. O art. 2º da proposição determina a entrada em vigor da lei quando de sua publicação.

Em suas razões, o autor clama que a Lei Maria da Penha tem grande significado cultural e pertinência temporal, mas que, ainda assim, não cessa a mudança dos costumes sociais – e estes convergiram para a aceitação da identidade de gênero, levando à percepção da violência sofrida por transexuais e transgêneros, que se identificam como mulheres, como sendo, efetivamente, devida à sua condição feminina. Nessa medida, vê como tarefa do legislador a extensão do alcance da proteção legal às pessoas nessa condição.

Não foram apresentadas emendas perante esta Comissão.

Após o exame por esta CDH, a proposição seguirá para decisão terminativa da CCJ.

Conforme a art. 102-E, incisos III e IV, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CDH o exame de matéria atinente a direitos humanos e a direitos da mulher, o que torna regimental o seu exame do PLS nº 191, de 2017.

Tampouco se observam óbices de constitucionalidade ou de juridicidade.

No que diz respeito ao mérito, acreditamos ser correta a argumentação do autor quanto à evolução dos costumes e da concepção de "direitos" entre nós. Nos últimos trinta anos, o Brasil tem avançado em sua modernização cultural, isto é, na difusão horizontal da crença em que as pessoas têm, todas e qualquer uma, os mesmos direitos fundamentais; e um desses direitos, talvez aquele que contenha em si todos os demais, é o direito ao reconhecimento da identidade que o indivíduo, livremente, atribui a si mesmo. Ademais, quando da violência contra transexuais e transgêneros que se identificam como mulheres, é, de fato, a condição feminina das vítimas que o agressor ataca. A proposição em análise traz à luz, do ponto de vista normativo, justamente esse fato, e o faz com precisão, justiça e oportunidade.

Entre muitos estudiosos, destacamos a definição dada por Breno Rosostolato, psicólogo clínico e professor da Faculdade Santa Marcelina: transgênero é uma pessoa sustentada "pela identidade sexual, ou seja, a maneira como se identifica e se reconhece. Nem sempre o corpo confirma aquilo que ele pensa. É o homem que se vê como mulher, mas o corpo não combina com sua identidade e vice-versa. Os transgêneros são os sexos cerebrais", acrescentando que gênero, masculino ou feminino, erroneamente, é um eufemismo para sexo. "O sexo está ligado ao órgão genital [...] O gênero é o comportamento, postura e atitude que a sociedade espera e que, portanto, é imposto."

Acreditamos, ainda, que a solução encontrada com a alteração da Lei Maria da Penha terá os efeitos desejados, e não apenas do ponto de vista prático, mas também quanto ao aspecto simbólico, vista a natureza de enumeração de princípios que possui o art. 2º, objeto da inserção descrita acima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em conformidade com as razões expostas, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2017.

E aproveito para parabenizar o Senador Jorge Viana pela propriedade e oportunidade do projeto.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senadora Marta.

Em discussão a matéria. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável, ao projeto.

O projeto segue para análise terminativa na CCJ.

ITEM 23

SUGESTÃO Nº 61, de 2017

- Não terminativo -

Estatuto da diversidade sexual

Autoria: Ordem dos Advogados do Brasil

Relatoria: Senadora Marta Suplicy

Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta.

Observações: *Tramitação: CDH.*

Concedo a palavra à Senadora Marta para leitura do relatório.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP. Como Relatora.) – Como é um projeto bastante extenso, Senadora Presidente, eu vou ler somente o relatório e a análise, porque já foi lido e debatido aqui, nesta Comissão.

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa recebeu a Sugestão nº 61, de 2017, patrocinada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e apresentada pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão da Diversidade Sexual e Gênero da OAB, a Aliança Nacional LGBTI e de iniciativa popular, acompanhada de 100 mil assinaturas, que institui o Estatuto da Diversidade Sexual e Gênero.

Conforme justificação oferecida pela OAB, a Sugestão nº 61, de 2017, tem por fundamento os princípios da dignidade da pessoa humana, da igualdade, da liberdade e da não-discriminação, basilares de nosso sistema político e jurídico. Menciona-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar em 2011 a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.277-DF e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 132-RJ, decidiu unanimemente por dar ao art. 1.723 do Código Civil interpretação conforme os princípios constitucionais já mencionados, para desautorizar qualquer entendimento que impeça o reconhecimento da união entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar, estabelecendo, ainda, efeito vinculante e eficácia *erga omnes* dessa decisão. Menciona, oportunamente, que a pertinência da iniciativa da OAB é evidenciada pelo fato de que foram os advogados, ao patrocinar essas causas e tantas outras, os artífices dessas mudanças, pois o Judiciário só age quando é instado a fazê-lo.

Em face desse histórico julgamento, a OAB constituiu sua Comissão Especial da Diversidade Sexual e Gênero, com o intuito de elaborar sugestão de proposição legislativa que acolha plenamente essa importante expansão das fronteiras da cidadania, da autonomia privada, da dignidade, da igualdade e da liberdade. Com ativa participação e relevante contribuição de seccionais da OAB, de movimentos sociais e com o apoio de milhares de pessoas, elaborou-se o texto da sugestão ora apreciada.

Análise.

Conforme disposto no inciso I do art. 102-E do Regimento Interno do Senado, compete à CDH examinar sugestões de atos normativos apresentadas por associações e órgãos de classe, bem como sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil, exceto partidos políticos com representação no Congresso Nacional. Nos termos do inciso I do parágrafo único do mesmo art. 102-E, as sugestões aprovadas pela CDH, em exame preliminar, são transformadas em proposições de autoria da Comissão e encaminhadas à Mesa, para tramitação, ouvidas as Comissões competentes para opinar sobre o seu mérito.

A Ordem dos Advogados do Brasil é organismo de classe, regularmente representado pelo seu Conselho Federal e, inclusive, expressamente mencionada no parágrafo único do art. 5º da Ato da CDH nº 1, de 2006, como exemplo de entidade apta a apresentar a sugestões a este colegiado. O art. 7º, §2º, do mesmo Ato da CDH nº 1, de 2006, fixa a legitimação ativa universal do Conselho Federal da OAB para apresentar sugestões afins a qualquer tema, em razão do amplo papel desse órgão e da entidade que ele representa para a defesa dos direitos humanos e a promoção da cidadania.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O mérito, a constitucionalidade e a juridicidade do projeto de lei resultante da Sugestão nº 61 serão oportunamente apreciados pelas Comissões competentes, ainda que seja desde já tão nítida quanto robusta a constitucionalidade de proposta que vem corroborar entendimento já expressamente fixado por decisão unânime do Supremo Tribunal Federal. A lei tanto pode cristalizar os avanços que já conquistaram espaço na cultura de um povo quanto pode ter papel vanguardista, ao promover e garantir direitos que a razão antecipa aos costumes. No caso da sugestão ora apreciada, vemos essas duas faces de uma lei que consolida a tolerância e o respeito que grande parte da sociedade já acolheu e pratica, mas que é necessária para defender os direitos de minorias contra a intolerância renitente e os costumes retrógrados de grupos bem organizados.

Preenchidos os requisitos regimentais, saudamos a iniciativa da OAB e oferecemos apenas os reparos redacionais e técnicos necessários para adequar o texto ao disposto no RISF e na Lei Complementar 95, de 1998.

Convém salientar que alteramos a ementa da sugestão, ora convertida em proposição, que deve ser concisa e ter a forma de título, como prescreve o art. 5º da Lei Complementar 95, de 1998, não sendo apropriado mencionar todas as leis alteradas, a bem da objetividade e da clareza.

Voto.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação da Sugestão 61, nos termos do seguinte projeto de lei do Senado, para que passe a tramitar como proposição desta CDH.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senadora Marta.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Eu quero só parabenizar a OAB por ter tido essa iniciativa, porque estava mais do que na hora. Era uma demanda da nossa população LGBT, uma demanda muito antiga até. E a OAB teve essa iniciativa, teve essa coragem de trazer o projeto, muito bem feito, inclusive.

Nós fizemos aqui uma recepção bem...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu iria parabenizar V. Exª por ter feito aqui uma extraordinária audiência pública para discussão.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Recepcionamos o projeto com uma forma bem festiva, com a presença de todos os segmentos envolvidos.

E a senhora, pelo relatório, só tenho que parabenizar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que são temas que nós temos que enfrentar. Precisamos enfrentar as coisas com coragem, porque não podemos marginalizar nenhuma pessoa, todo mundo tem que ser tratado igualmente.

Então, é muito importante esse estatuto, mais um estatuto entre tantos que já discutimos, votamos e estamos discutindo ainda.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Pela ordem, posso completar?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Pois não, Senadora.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP. Pela ordem.) – O trabalho, principalmente levado pela Drª Berenice, é extraordinário, é um marco para nós, é um marco para toda a comunidade também LGBTI e é um marco, até eu diria, para o Senado, no sentido de que a tramitação desse projeto vai propiciar, acredito, discussões extremamente importantes. Hoje a sociedade brasileira é bastante radicalizada em relação ao tema. Há ignorância e há *fake news* sobre essa questão.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Com certeza vamos ter um bom debate aqui, na Casa.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação o relatório, favorável à sugestão.

Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável, à sugestão, na forma do projeto de lei do Senado que apresenta.

A matéria passa a tramitar como proposição de autoria da CDH.

Quero registrar a presença da Deputada Carmen Zanotto.

Votamos, ainda agora, um projeto de que a senhora foi Relatora. Aqui, foi Relator o Senador Paim. Já passou, mas, se a senhora quiser usar um minutinho a palavra, é importante.

A SRª CARMEN ZANOTTO (PPS - SC) – Srª Presidente, Senadora Regina, quero agradecer ao Senador Paim em meu nome e em nome da autora desse projeto de lei, Deputada Leandre, e dizer que agora nosso caminho é buscar que ele vá para o plenário em função da importância – e neste ano, porque precisamos ter um ano de valorização e defesa da pessoa idosa.

Quero agradecer a todas as Senadoras e Senadores pela aprovação do belo relatório do Senador Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – E já aprovamos a urgência também. Então, está encaminhado para dar tudo certo.

Obrigada pela presença.

Consulto os Srs. Senadores e Srªs Senadoras...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. Pela ordem.) – Srª Presidente, pela ordem. Eu queria pedir para retirar de pauta o item 15.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – O Senador Magno Malta está retirando de pauta qual? (*Pausa.*)

O item 15.

Está retirado, Senador.

O senhor marque quando quiser que ele volte.

Obrigada.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP. *Fora do microfone.*) – Esse era o meu. Acho que houve alguma confusão.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Era aquele seu? Então, não é o 15 o dele.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. *Fora do microfone.*) – Não é o 15?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senador Magno Malta, o 15 é da Senadora Marta.

É Sugestão nº 15. É o item 20.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Desculpa, é o item 20. Desculpa.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – É o item nº 20.

Está retirado de pauta, Senador. O senhor comunica a assessoria quando quiser que retorne.

(É a seguinte a matéria retirada:

ITEM 20

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

SUGESTÃO Nº 15, de 2014

- Não terminativo -

Regular a interrupção voluntária da gravidez, dentro das doze primeiras semanas de gestação, pelo sistema único de saúde.

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Magno Malta

Relatório: Pelo arquivamento da Sugestão.

Observações: *Tramitação: CDH.*)

Consulto aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras se concordam com a inclusão do Ofício 51, de 2017, extrapauta.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Eu gostaria de que o Senador Paim viesse presidir, porque sou eu que vou relatar.

Esse aqui tem que ser votado, porque tem prazo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos, então, ao item nº 25, não terminativo.

EXTRAPAUTA

ITEM 25

OFICIO "S" Nº 51, de 2017

- Não terminativo -

Encaminha ao Senado Federal a sentença proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) no Caso Favela Nova Brasília, da qual o Estado brasileiro foi notificado no dia 15 de maio de 2017, bem como o Parecer n. 00151/2017/PGU/AGU que versa sobre a referida sentença.

Autoria: Advocacia-Geral da União

Relatoria: Senadora Regina Sousa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Nos termos do PLS que apresenta.

A Relatoria é da Senadora Regina Sousa, a quem eu concedo a palavra neste momento para a leitura do seu relatório.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Como Relatora.) – É um relatório extenso. É uma sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos que a Advocacia-Geral da União encaminhou ao que cabe ao Legislativo.

São dois itens do relatório da Corte Interamericana de Direitos Humanos que se referem ao Legislativo.

Eu não vou ler tudo, porque é muito grande, mas é o item 318, vou dizer do que se trata, e o 319.

> 318. No que se refere à criação de Comissões de Controle Externo no âmbito do Ministério Público, a Corte destaca o papel dessa instituição nas investigações criminais, e seu mandato constitucional de controle externo da atividade policial. Por outro lado, a Corte destaca as seguintes resoluções do Conselho Nacional do Ministério Público [...]: nº 13, de 2 de outubro de 2006, sobre a instauração e tramitação do processo investigativo criminal; nº 20, de 28 de maio de 2007, que disciplina o controle externo da atividade policial por parte do Ministério Público; e nº 129, de 22 de setembro de 2015, sobre o controle externo do Ministério Público em investigações de mortes decorrentes de intervenção policial. Além disso, toma nota do artigo 130-A, da Constituição Federal, que determina que compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros.
> 319. No entanto, embora a Resolução Nº 129 do CNMP determine as medidas a serem adotadas pelo Ministério Público em casos de morte decorrente de intervenção policial, considerando que a violência policial é normalmente investigada pela própria polícia, a Corte [Interamericana] considera necessário que o controle externo do Ministério Público em casos de violência policial se projete além da prática de supervisão à distância das investigações realizadas por delegados da própria polícia. Nesse sentido, é fundamental que em hipóteses de supostas mortes, tortura ou violência sexual decorrentes de intervenção policial em que *prima facie* policiais apareçam como possíveis acusados, o Estado tome as medidas normativas necessárias para que desde a *notitia criminis* se delegue a investigação a um órgão independente e diferente da força policial envolvida no incidente, tais como uma autoridade judicial ou o Ministério Público, assistido por pessoal policial, técnico criminalístico e administrativo alheio ao órgão de segurança a que pertençam os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> possíveis acusados, ou o possível acusado. Para tanto, o Estado deve adotar as medidas necessárias para que esse procedimento seja implementado no prazo de um ano a partir da emissão desta Sentença, em conformidade com as normas de investigação independente mencionadas nos parágrafos 183 a 191 [...].

Há o item também do Ministério Público. Vou ver lá no final.

O certo é que são dois assuntos. O 319 é sobre a questão de o familiar da vítima poder participar da investigação formalmente, podendo, por meio do seu defensor, examinar autos, oferecer informações, juntar provas, formular alegações, entre outras providências que julgar úteis à investigação criminal.

Então, a Corte está recomendando que a gente legisle sobre esse assunto.

Então, a gente está apresentando aqui um relatório propondo legislar sobre o assunto e, para quem quiser ler o relatório da Corte e o relatório apresentado aqui, eles ficam disponíveis também.

Então, pode encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, que conclui pela apresentação de projeto de lei do Senado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, pela apresentação do projeto de lei do Senado. Assim, a matéria passa a tramitar como proposição de autoria da CDH.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Temos dois requerimentos, que seriam votados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Como um é também da Senadora, eu continuo na Presidência.

Consulto às Srªs e aos Srs. Senadores se concordam com a inclusão do requerimento extrapauta.

Coloco em votação a inclusão extrapauta desse requerimento que será lido aqui pela Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Esse requerimento é da população LGBT. Todo ano, já está no 15º, só que tem que passar por aqui, porque, para usar as dependências, mas eles não dão despesa... Todo ano há esse seminário, geralmente conjunto com a Câmara.

É a questão da cidadania LGBT.

Então, estou propondo aqui audiência pública com os convidados. Faz parte de uma programação que já é normal nessa semana, quando se fala da cidadania da população LGBT. E esse ano eles vão enfocar a questão da idade, dos idosos, do tempo na nossa vida – não só na população LGBT, mas o tempo na vida de todo mundo.

Então, o tema é interessante, vamos debater como parte dessa programação, que já é normal, que já é de praxe a população LGBT fazer, promover junto com a Câmara, com o Senado e com outras entidades.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora, eu fiz questão que a senhora apresentasse para as pessoas saberem que matéria está sendo colocada extrapauta.

Então, aqueles que concordam que haja a inclusão extrapauta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Vamos agora ao mérito.

EXTRAPAUTA

ITEM 26

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 52, de 2018

- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, na forma Seminário, desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado Federal, com o objetivo de debater a "cidadania da população LGBT com foco na terceira idade e no envelhecimento: O tempo de nossas vidas".

Autoria: Senadora Regina Sousa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra à Senadora Regina Sousa para encaminhar.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Para encaminhar.) – Pois é, eu acabei encaminhando antes.

Como falei, todo ano há a semana – geralmente é uma semana – da cidadania LGBT, em que se fazem seminários, debates junto com a Câmara e com entidades – normalmente nas dependências da Câmara é que acontecem.

Então, essa audiência pública faz parte da programação, que sempre nos compete aqui, na CDH.

O tema deste ano é a questão da idade, o tempo nas nossas vidas, é a idade, a terceira idade, a história da velhice.

Então, acho um tema interessante para todo mundo e não só para a população LGBT.

Posteriormente a gente marca data, mas estão aí os convidados para debater o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Pronto.

Devolvo a Presidência para a Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então, temos um requerimento que é seu. Está com ele aí? Pode ficar aí.

EXTRAPAUTA

ITEM 27

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 51, de 2018

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência na forma de Audiência Pública, no Estado do Rio Grande do Sul, em data a ser definida, com membros desta Comissão, com a finalidade de debater o tema "A crise do setor leiteiro no Rio Grande do Sul".

Autoria: Senador Paulo Paim.

Com a palavra o Senador Paulo Paim, para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Srª Presidenta, o Rio Grande do Sul, neste momento, passa por duas grandes crises, nesses últimos 15, 20 dias: a seca, que já levou à calamidade pública mais de 50 cidades; e a crise no setor leiteiro.

Eu já fiz depoimentos no Senado falando dessa realidade cruel com o setor leiteiro no Estado e também até em outros Estados e, por iniciativa dos próprios produtores, eles pediram que nós realizássemos, então, a confirmar o dia e a data naturalmente adequados, um debate lá no próprio Estado para que os membros da Comissão percebam e vejam a altura da crise do setor leiteiro no nosso Estado.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de diligência no Rio Grande do Sul.

Nós temos uma segunda parte desta reunião, que é relatório de denúncia.

Como eu sou Relatora, eu gostaria de que o Senador Paim... Eu não vou ler todas, porque não é bom dizer os nomes das pessoas que denunciam, mas eu tenho obrigação de apresentar, para fazer os encaminhamentos devidos.

Então, vamos à segunda parte. Eu sou Relatora, o Senador Paim poderia presidir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não.

Denúncia nº 2, de 2018.

Apresentar e deliberar o Relatório sobre a denúncia recebida na CDH sobre ameaças de morte a Procurador do Município de Santa Rita do Passa Quatro, Estado de São Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra à Senadora Regina Sousa para leitura do relatório.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Como Relatora.) – Então, como falei, denúncias assim chegam aqui e a gente não gosta de divulgar o nome das pessoas que as fizeram, mas estão acontecendo ameaças a um procurador, em função de licitações.

Então, as pessoas começaram a ameaçá-lo e ele fez as denúncias, mas está pedindo também que a CDH o faça a quem de direito. Então nós estamos oficiando alguns órgãos, inclusive a Delegacia do Município, para explicar, dizer como é que anda a investigação, porque a preocupação dele é que não está andando a investigação. Mas eu não vou citar nome, está tudo documentado nas denúncias que chegam aqui.

Então, essa é a nº 2. Vou ler todas, e a gente...

A nº 1 é uma denúncia muito longa, porque está muito bem fundamentada, é sobre uma invasão domiciliar em Niterói, na Delegacia de Niterói, no Município de São Gonçalo. Então, invasão de domicílio sem ordem judicial, espancamentos, torturas e prisões ilegais, na cidade de Saquarema, Estado do Rio de Janeiro. A delegacia é que é de Niterói.

Então, tem uma denúncia muito grande, vasta documentação fotográfica, comprovação de que não tinha mandado, então também está pedindo que a gente faça a denúncia a quem de direito, e a gente está oficiando a Corregedoria de Polícia e ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, solicitando informações acerca das providências adotadas.

Temos a nº 3, que é da Associação Nacional dos Procuradores Municipais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Denúncia nº 3, de 2018. Apresentar e deliberar o Relatório sobre a denúncia recebida na CDH da Associação Nacional dos Procuradores Municipais, sobre a morte de Procurador do Município de Chopinzinho, Estado do Paraná.

Concedo a palavra à Senadora Regina Sousa, para a leitura do relatório.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Como Relatora.) – No mesmo sentido das outras, é da Associação Nacional dos Procuradores Municipais, sobre a morte de Procurador do Município de Chopinzinho, no Estado do Paraná. Eles fazem uma denúncia que, se verdadeira, é grave: mataram um procurador também, na frente dos filhos, das filhas, quando ele chegava do trabalho no dia 16 de março de 2015. A demanda é exatamente porque o processo investigatório não anda e estão pedindo ajuda para que a gente cobre também das instituições que o processo tenha andamento.

Então, nós estamos fazendo também ao Presidente do Tribunal de Justiça e ao juiz competente, a fim de que o denunciado pelo Ministério Público como mandante do crime seja

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

submetido quanto antes a julgamento. Porque já tem mandante e tudo. Então, é pedindo só pressa no processo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos então à Denúncia 4. Apresentar e deliberar o Relatório sobre a denúncia recebida nesta Comissão sobre violações de direitos humanos que estariam sendo praticadas por agentes da Agência de Fiscalização do Distrito Federal – Agefis, durante a retirada de moradores do Setor Habitacional 26 de Setembro, na Administração Vicente Pires-DF.

Com a palavra a Senadora Regina Sousa para a leitura do relatório.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Como Relatora.) – Na mesma linha: todas as denúncias são nesse sentido do abuso de poder, da invasão de casas, de espancamentos, até. Então, Vicente Pires a gente conhece bem...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sim.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – ... e ouve bastante sobre os conflitos que existem por lá, e a pessoa denunciou também aqui esta questão da retirada dos moradores, houve espancamentos, e estão pedindo também que a gente faça a denúncia e cobrança a quem de direito.

Então, nós estamos oficiando também, e, como é aqui em Brasília, até porque nós temos membros desta Comissão aqui em Brasília, dá para acompanhar também, procurar saber, mas cobrar também do Governo do Estado, do próprio Ministério Público do DF, as providências tomadas em relação a esse caso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, vamos à votação dos itens 1, 2, 3 e 4.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paim.

Tem mais algum?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Volto a Presidência para V. Exª e eu solicito já, pois o Senador Hélio José não está aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presente, mas há, se eu não me engano, um ou dois requerimentos de autoria dele que ele pediu que eu subscrevesse para poderem ser aprovados.

São dois requerimentos que têm que ser postos em votação, extrapauta.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então, temos os dois requerimentos, extrapauta. A gente já votou a aceitação. Então, um deles é:

EXTRAPAUTA

ITEM 29

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 54, de 2018

- Não terminativo -

Nos termos do art. 90, inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), requeiro a realização de diligência, in loco, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), destinada a tratar da situação de violação de direitos fundamentais – direito à vida, à existência, direito à moradia, direito à inviolabilidade de domicílio, direito da criança e do adolescente, direito do idoso, principalmente – nas derrubadas promovidas pelo Governo do Distrito Federal no Assentamento Morro da Cruz, situado em São Sebastião, no Distrito Federal, ouvindo a comunidade e as autoridades sobre os problemas e as possíveis soluções para garantir o respeito aos mencionados direitos. Os convidados da referida diligência serão informados posteriormente.

Autoria: Senador Hélio José e outros.

Vou ler os dois, para V. Exª encaminhar.

EXTRAPAUTA

ITEM 28

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 53, de 2018

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do art. 90, inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), requeiro a realização de diligência, in loco, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), destinada a tratar da situação de violação de direitos fundamentais – direito à vida, à existência, direito à moradia, direito à inviolabilidade de domicílio, direito da criança e do adolescente, direito do idoso, principalmente – nas derrubadas promovidas pelo Governo do Distrito Federal no Assentamento 26 de Setembro, situado no Distrito Federal, onde residem cerca de treze mil pessoas, ouvindo a comunidade e as autoridades sobre os problemas e as possíveis soluções para garantir o respeito aos mencionados direitos. Os convidados da referida diligência serão informados posteriormente

Autoria: Senador Hélio José e outros.

Exatamente sobre a denúncia que acabei de ler. Uma das diligências foi lida aqui como denúncia nas questões de terra, conflitos de terra no Distrito Federal.

O Senador Paim, para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Presidenta, a leitura e os seus comentários já dizem a razão de ser desses dois requerimentos de autoria do Senador Hélio José e, portanto, eu só peço a votação de ambos.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação os dois requerimentos do Senador Hélio José, subscritos pelo Senador Paim sobre diligência no Distrito Federal.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião da CDH.

(*Iniciada às 14 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 32 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE FEVEREIRO DE 2018, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, PLENÁRIO DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e cinquenta e dois minutos do dia vinte e dois de fevereiro de dois mil e dezoito, no Plenário do Senado Federal, sob as Presidências dos Senadores Fernando Collor e Jorge Viana, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores João Alberto Souza, Roberto Requião, Fernando Bezerra Coelho, Acir Gurgacz, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Antonio Anastasia, Paulo Bauer e Lasier Martins. Deixam de comparecer os Senadores Edison Lobão, Romero Jucá, Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Ricardo Ferraço, José Agripino, Ana Amélia, Cristovam Buarque e Pedro Chaves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Instalação e Eleição de Subcomissão**. **Finalidade:** Instalação e Eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão Temporária Fórum Mundial da Água. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Audiência Pública com o objetivo de debater a escassez de água e as ameaças à estabilidade da Ordem Internacional, dentro dos preparativos para o 8º Fórum Mundial da Água, que será realizado em Brasília, entre os dias 18 e 23 de março de 2018, em atendimento ao Requerimento nº 44, de 2017, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de autoria dos Senadores Cristovam Buarque e Jorge Viana. **Participantes:** Sr. Ricardo Medeiros de Andrade, Diretor da Agência Nacional de Águas - ANA e Secretário Executivo do 8º Fórum Mundial da Água. Sr. Paulo Sérgio Brêtas de Almeida Salles, Diretor Presidente da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento do Distrito Federal - ADASA e Co-Presidente do Comitê Internacional Organizador do 8º Fórum Mundial da Água. **Resultado:** RESULTADO 1ª PARTE: Subcomissão Temporária Fórum Mundial da Água instalada com a eleição dos Senhores Senadores Jorge Viana e Cristovam Buarque, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão. Também, foram designados os(as) seguintes Senadores(as) para membros desta Subcomissão: Acir Gurgacz, Antonio Anastasia, Ana Amélia, Armando Monteiro, Cristovam Buarque, Davi Alcolumbre, Fátima Bezerra, Fernando Bezerra Coelho, Flexa Ribeiro, Hélio José, Jorge Viana, Lasier Martins, Otto Alencar, Roberto Muniz, Regina Sousa, Reguffe, Vanessa Grazziotin. RESULTADO 2ª PARTE: Audiência Pública Interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Fernando Collor

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/02/22

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Declaro aberta a 1ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional desta Casa da República da 4ª Sessão Legislativa da 55ª Legislatura, em atendimento ao Requerimento nº 44, de 2017, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de autoria de S. Exªs os Srs. Senadores Cristovam Buarque e Jorge Viana.

Exmo Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Eunício Oliveira, que teve de se ausentar, em função dos motivos aqui alegados; Exmo Sr. Ministro das Relações Exteriores, Chanceler Aloysio Nunes Ferreira; Exmo Sr. Governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg; Exmo Sr. Senador Jorge Viana, Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e Presidente da Comissão Mista de Mudanças Climáticas; Exma Srª Deputada Bruna Furlan, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados; Exmos Srªs e Srs. Senadores; Exma Srª Embaixadora da República da Nicarágua, Lorena del Carmen Martínez; S. Exª o Embaixador do Reino Hachemita da Jordânia, Sr. Malek Twal; Sr. Embaixador da República da Sérvia, Veljko Lazic; Exmo Sr. Embaixador do Estado Plurinacional da Bolívia, Sr. José Kinn Franco; Exmo Sr. Embaixador da República da Belarus, Sr. Aleksandr Tserkovsky; Exmo Sr. Embaixador do Reino do Marrocos, Sr. Nabil Adghoghi; Exmo Sr. Diretor Presidente da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento do Distrito Federal (Adasa), Paulo Sérgio Bretas de Almeida Salles; Sr. Presidente da Associação Nacional dos Municípios Sedes de Usinas Hidroelétricas e Alagados, Prefeito Lucimar Antônio Salmória; Srª Presidente do Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu, Srª Prefeita Cleci Rambo Loffi; Sr. Prefeito do Município de Fronteira, Minas Gerais, Marcelo Mendes Passuelo; Sr. Diretor do Departamento de Sustentabilidade Ambiental do Ministério das Relações Exteriores e Coordenador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional do Processo Político Fórum Mundial das Águas, Sr. Ministro Reinaldo Salgado, autoridades aqui presentes, mais de um quarto de século atrás, o Brasil conseguiu fazer ressoar, nos ouvidos da comunidade internacional, a urgência e a importância das demandas ambientais. A consistência do tema levou à Conferência Mundial do Meio Ambiente, a Rio 92, e colocou o nosso País na vanguarda do tema. Ao superar todas as expectativas, o evento converteu-se em um divisor de águas, em um marco das tratativas ambientais. Cerca de 180 chefes de Estado e de Governo compareceram ao encontro e diversos acordos foram assinados, como as convenções internacionais sobre biodiversidade e mudança climática, a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e a Agenda 21.

Na qualidade de Presidente da República, tive a honra e o privilégio de promover e assegurar todo o apoio à Rio 92, e tomar parte nas negociações daquela cúpula. Naquele momento, o mundo dava mostras de ter despertado, afinal, para a ameaça que o cercava, propondo medidas substantivas para enfrentar o problema. Ali, o conceito de desenvolvimento sustentável ganhou projeção, passando a integrar a pauta de qualquer discussão econômica que se propusesse relevante.

Após esse excepcional despertar, veio um novo adormecer de grande parte da comunidade internacional, lamentavelmente. O percurso para uma economia sustentável foi sendo trilhado a passos curtos, com tropeços aqui e acolá.

O Protocolo de Quioto, proposto em 1997, trouxe relativo progresso ao combate à emissão de gases-estufa, mas não conseguiu atingir as metas acordadas.

Por isso, no Senado Federal, a partir de 2009, propus a realização – e me empenhei por ela – de um novo encontro mundial do meio ambiente no Rio de Janeiro em 2012, a Rio+20, 20 anos após a realização da Rio 92, com o objetivo de fazer uma avaliação do que se havia atingido em termos de metas traçadas na conferência de 1992. Na Rio+20, houve a participação do então Senador Rodrigo Rollemberg.

Os resultados ali consignados foram bastante positivos, com a aprovação do princípio do não retrocesso, que teve a sua inspiração baseada na inteligência, na capacidade e na competência do Ministro Herman Benjamin.

Mais recentemente, o acordo climático de Paris, firmado em 2015, sofreu um duro golpe, com a saída dos Estados Unidos do tratado, no ano passado. Essa posição do atual presidente norte-americano é diametralmente oposta à posição adotada pelo então Presidente George Bush em relação à conferência Rio 92. É lamentável.

Adiamentos e atrasos são uma constante quando tratamos da questão ambiental. Agora, teremos a oportunidade de romper com esse padrão no 8º Fórum Mundial da Água.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O evento, a ser realizado em Brasília, no próximo mês de março, como aqui já foi dito, entre os dias 18 e 23, é o maior e mais importante encontro a respeito da água e ocorrerá pela primeira vez no nosso hemisfério sul.

A Capital Federal será palco de 200 sessões de debates, devendo receber mais de 40 mil pessoas de 150 países diferentes. Sem dúvida, uma cúpula de nações, entidades e estudiosos do porte que o tema da água merece.

Por isso, cumprimento S. Exª o Senador Cristovam Buarque, pela proposta de criar, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, esta Subcomissão Temporária dos preparativos do Fórum Mundial da Água. O objetivo é tomar providências e indicar diretrizes para a participação do nosso Parlamento neste encontro.

Congratulo também com S. Exª o Senador Jorge Viana, Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e expressivo defensor da causa ambiental no Congresso Nacional, a quem caberá presidir os trabalhos desta Subcomissão Temporária.

Senhoras e senhores, o Fórum Mundial da Água reveste-se de importância ainda maior pela alarmante e crescente crise hídrica global. Não restam mais dúvidas de que a água, muito em breve, será o petróleo do século XXI, com todas as ocorrências e concorrências que isso deverá trazer no ambiente das relações internacionais, e mesmo da segurança nacional, a começar pelo debate sobre as bases e conceitos do compartilhamento do uso da água e suas reservas.

É nesse contexto que o Senado Federal, por meio da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e agora da sua Subcomissão Temporária do 8º Fórum Mundial da Água, acompanhará de perto todos os debates e decisões a serem tomadas nesse evento.

Assim, agradeço ao Presidente desta Casa, Senador Eunício Oliveira, pelo incondicional apoio à criação da Subcomissão e pela disponibilização para que esta reunião da Comissão de Relações Exteriores fosse realizada aqui, no plenário desta Casa, o que bem reflete a importância do assunto e do papel a ser desempenhado pelo Senado Federal naquele fórum global.

Estendo também meu agradecimento muito especial ao Ministro das Relações Exteriores, Senador e Chanceler Aloysio Nunes Ferreira, parabenizando-o pelo esforço na promoção do 8º Fórum Mundial da Água no Brasil. Muito obrigado, Sr. Ministro.

Do mesmo modo, cumprimento e me congratulo com o Governador do Distrito Federal, Senador Rodrigo Rollemberg, nosso anfitrião no Fórum. Brasília vai ter a felicidade de receber aí cerca de 40 mil pessoas para debater o assunto. Muito orgulho, imagino, o Governador Rodrigo Rollemberg sente neste momento pela realização desse Fórum Mundial da Água aqui em Brasília, ele que tanto trabalhou, junto com o Senador Jorge Viana, enquanto Senador pelo Distrito Federal aqui no Senado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Federal, pela realização deste evento. Enfim, quero parabenizar o Governador Rodrigo Rollemberg por todo o empenho e dedicação na realização desse importante evento internacional em nossa capital.

Desejo a todos muito sucesso, especialmente à Subcomissão Temporária do Fórum Mundial da Água e a toda a organização do encontro, com a certeza de que, ao final, nós daremos conta do recado.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A presente reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que conta com a participação da Subcomissão Temporária Fórum Mundial da Água, tem como objetivo debater a escassez da água e as ameaças à estabilidade da ordem internacional, dentro dos preparativos para o 8º Fórum Mundial da Água, que será realizado em Brasília, entre os dias 18 e 23 de março de 2018.

Cumprimento pelas honrosas presenças de todas as autoridades nesta Mesa de trabalhos e também de todas as autoridades presentes no nosso plenário.

Feitos esses registros, concedo a palavra a S. Exª o Sr. Chanceler e Senador Aloysio Nunes Ferreira, Ministro de Estado das Relações Exteriores, para fazer suas considerações.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, convidados, meu caríssimo amigo e companheiro de tantas lutas pelo meio ambiente, Governador do Distrito Federal, minhas senhoras e meus senhores, o Senador Jorge Viana, quando eu me dirigia para iniciar este discurso, perguntou-me se eu estava com saudade da tribuna. E realmente estou, meu carro Jorge Viana. É este pedaço do Senado ao qual eu sou mais apegado: a tribuna. É a tribuna onde tantas vezes tive ocasião de defender ideias, propostas, combater. A tribuna é permanentemente um desafio. Por mais calejado que seja um orador parlamentar – e eu não sou dos mais –, quando se chega à tribuna, é sempre aquela expectativa um pouco do goleiro na hora do pênalti. A tribuna do discurso, a tribuna do aparte, a tribuna do contra-aparte é a essência da vida parlamentar. Tenho saudade, efetivamente, da tribuna.

A tribuna geralmente é a instância da polêmica, da busca do convencimento, mas, em relação a este tema, Sr. Presidente, não há polêmica. No Senado Federal, há alguns temas que conseguem agregar as disposições, as vontades, as ideias e, praticamente, a unanimidade do Senado. E a defesa do meio ambiente é um desses temas, assim como a defesa nacional, assim como, em grande medida, o tema das relações exteriores, em que, fora um ou outro aspecto mais irritante nas relações internacionais do nosso País, nós temos, ao longo do tempo, tido posições muito convergentes, mesmo nos momentos de maior polarização política. E a minha convivência na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com o Senador Jorge Viana é um exemplo disso, o exemplo de que nesses temas nós podemos perfeitamente – e devemos – estar alinhados e coesos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta Mesa, Sr. Presidente, é uma Mesa muito representativa do engajamento do Senado ao tema ambiental, especialmente o tema dos recursos hídricos.

Vejam V. Exªs que foi o Senador Fernando Collor, o então Presidente Fernando Collor, que tomou a iniciativa ousada, iniciativa que, quando iniciada, quando lançada, gerou tanto ceticismo e que terminou por ser um grande sucesso: a Conferência de 92 no Rio de Janeiro. Essa conferência contribuiu imensamente para que o Brasil fosse hoje considerado uma potência ambiental no mundo, apesar de muita desinformação, desinformação muitas vezes movida por determinados interesses. O Brasil é um país que se orgulha de ter políticas sustentáveis, de cuidar do seu ambiente, de ter em relação a isso hoje uma unanimidade, e esse é um dos grandes atributos da personalidade internacional do nosso País. Eu penso que o ponto inaugural dessa inserção foi exatamente a conferência que V. Exª convocou quando Presidente da República.

Há aqui o Senador Fernando Bezerra e o Senador Jorge Viana que se revezam, já há quatro anos, na Presidência e na relatoria da Comissão sobre Mudanças Climáticas, cujo tema está exatamente no coração da problemática da água. Eles se revezam e fazem um excelente trabalho. Jorge Viana foi, junto a Luiz Henrique, o agregador de um grupo de Senadores responsáveis pela elaboração do Código Florestal brasileiro, motivo de orgulho nosso, em cuja discussão permanentemente o tema da sustentabilidade dos recursos hídricos esteve presente. Eu creio que, de "a" a "z", em todas as normas que estão configuradas e consagradas no Código, a temática da água esteve presente.

O Senador Rollemberg – desculpem, o Governador Rollemberg – também é um homem que fala apaixonadamente sobre o meio ambiente. Foi Presidente da Comissão de Meio Ambiente aqui no Senado, trata das questões ambientais na sua vida cotidiana, dirige os destinos do Distrito Federal num momento de grandes desafios hídricos, como, aliás, recentemente ainda no Nordeste e recentemente no Estado de São Paulo, e é – como Jorge Viana e eu – um veterano no Fórum Mundial da Água. Nós já participamos das duas edições anteriores e, portanto, temos alguma coisa a dizer sobre a organização desse Fórum.

Meus amigos, é um Fórum mundial. O Ministério das Relações Exteriores participa da organização desse evento, apoiando-a, pela sua própria natureza. O nosso Ministério tem participado especialmente na mobilização do segmento político do Fórum. Há outros segmentos, porque o Fórum é diverso. Participam dele várias instâncias governamentais, da sociedade civil, do setor privado, da academia, mas eu diria, Sr. Presidente, que, a par da dimensão regional, da dimensão econômica e de outras dimensões do Fórum, a dimensão política é absolutamente insubstituível, porque, quando se fala nos temas que V. Exª abordou no seu discurso, nos temas que o Presidente desta Casa também delineou na sua fala de abertura, em todas essas questões, nós temos que tomar opções, nós temos que decidir, para garantir, por exemplo, desde a soberania do País no suprimento de águas, desde a colaboração entre os países sobre as águas que muitas vezes configuram fronteiras, pontos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estabilização de ocupação de territórios depois de conflitos por vezes seculares, que essas águas sejam também fator de congraçamento, de utilização comum. Quando se fala em uso sustentável, é preciso discernir quais são as possibilidades de uso que permitam a sua conservação, a sua perpetuação, a garantia da sua qualidade. Tudo isso envolve decisões políticas, que não são apenas de âmbito administrativo, mas que são balizadas pelo trabalho, pela elaboração de leis.

E esta Casa, Sr. Presidente, é uma Casa altamente qualificada para participar de um dos aspectos mais importantes do Fórum, que é o seu segmento parlamentar, porque nós temos a expectativa de que um dos produtos do Fórum seja não apenas o compartilhamento das nossas experiências legislativas, mas também o aperfeiçoamento do arcabouço legislativo brasileiro no rumo da sustentabilidade dos nossos recursos hídricos.

O tema da água, Sr. Presidente, além de ter sido, ao longo desse tempo todo, um tema que congrega opiniões as mais diversas, opiniões políticas as mais diversas, também no campo do Executivo tem tido um tratamento absolutamente constante e imune às divergências políticas dos governos que promovem as alternâncias governamentais.

A Agência Nacional de Águas foi criada no governo do Presidente Fernando Henrique. Eu, na época em que ela foi criada, era o Secretário-Geral da Presidência. E nós tivemos ocasião de congregar, ali na Secretaria-Geral, um número importante de especialistas e de técnicos, como o Prof. Benedito Braga, Dilma Pena, Jerson Kelman, Félix Domingues. Uma vez constituída essa agência, ela se preservou de interesses políticos menores. O seu trabalho, especialmente o seu orçamento e os meios de intervenção, foi preservado, mesmo em momentos em que muitas agências reguladoras passaram por graves restrições que comprometeram o resultado de sua atuação. Nos diferentes governos do PSDB e do PT e agora, no governo atual, a Agência Nacional de Águas vem desenvolvendo um trabalho à altura da importância do seu âmbito de atuação.

Sr. Presidente, eu acabei por me estender. Quando chego à tribuna, vem sempre uma comichão que toma conta de mim, e eu não consigo me ater aos tempos que seriam, digamos, mais adequados para uma sessão desta natureza, mas eu quero agradecer imensamente a cortesia com que fui recebido e dizer a todos que o Ministério das Relações Exteriores está e continuará empenhado para que este Fórum Mundial seja o grande sucesso que todos nós esperamos que venha a acontecer em Brasília.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Agradeço a S. Exª o Ministro Aloysio Nunes Ferreira pelas suas palavras. Concedo a palavra a S. Exª o Sr. Governador Rodrigo Rollemberg, Governador do Distrito Federal, que é um grande anfitrião do Fórum Mundial da Água na sua oitava edição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a permissão do Sr. Governador, eu gostaria de registrar aqui a presença da Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, Deputada Bruna Furlan, a quem convido para fazer parte da Mesa.

Com a palavra S. Exª o Governador do Distrito Federal, Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG – Muito obrigado.

Cumprimento o Presidente desta sessão e Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o Senador Fernando Collor; o amigo Ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira; o Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o Senador Jorge Viana; o representante da Agência Nacional de Águas, o Sr. Ricardo Andrade; o Senador Fernando Bezerra Coelho; a Deputada Bruna Furlan; todos os Senadores já nominados, todos os Embaixadores e Embaixadoras já nominados; o Presidente da Adasa, Paulo Salles; e cumprimento de forma muito especial meus colegas servidores do Senado Federal e todos os presentes.

Eu quero confessar, Jorge, que eu também sinto alguma saudade desta tribuna e, especialmente, deste convívio entre os Senadores e servidores desta Casa, na qual já convivo há muitos anos, como servidor e depois como Senador.

Eu quero dizer da alegria de ver o Senado Federal, mais uma vez, participando, de forma profunda, deste evento tão importante para Brasília, para o Brasil e para o futuro da humanidade que é o 8º Fórum Mundial da Água. E não podia ser diferente. O Senado Federal está na origem da realização do 8º Fórum Mundial da Água em Brasília e no Brasil. Lembro-me de quando, salvo engano em 2012, nós fomos a Marselha, uma comissão da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, em que eu, o Senador Jorge Viana e o Ministro Aloysio Nunes, representando o Senado naquela oportunidade, manifestamos formalmente a disposição e o desejo do Brasil de sediar o 8º Fórum Mundial da Água.

Havia naquele momento a manifestação do então Governador de Brasília, Agnelo Queiroz, do desejo de que se realizasse em Brasília, com um apoio muito forte dos companheiros da ANA, presidida naquele momento por Vicente Andreu, e também um empenho muito forte do Benedito Braga, hoje Presidente do Conselho Mundial da Água, que, naquela ocasião, já fazia parte do Conselho Mundial da Água.

Depois eu tive a oportunidade de receber, como Senador, a comissão que veio visitar Brasília, porque, naquele momento, o Brasil disputava com a Dinamarca para decidir onde seria o fórum. Eu me lembro de que brinquei, aqui, neste plenário; salvo engano, já era o último ano do meu mandato. Eu disse que havia uma possibilidade de que o Fórum acontecesse em Brasília, na condição de eu estar como Governador da cidade, condição essa que acabou acontecendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos uma grande oportunidade com o 8º Fórum Mundial da Água – Brasília e o Brasil – de avançarmos ainda mais na relação com esse bem precioso, que se confunde com a própria vida. E há algumas iniciativas pioneiras que acontecerão no 8º Fórum Mundial da Água, aqui na cidade.

Sob a coordenação do Senador Jorge Viana, nós teremos um encontro de Parlamentares – Parlamentares do mundo todo –, uma arena parlamentar, que vai ser muito importante para essa troca de experiências, de conteúdos, no sentido de avançarmos ainda mais a legislação sobre águas no Brasil e também nas demais unidades da Federação, naquilo que é de responsabilidade dos Estados e dos Municípios.

Mas também teremos uma outra inovação. Nós teremos pela primeira vez um encontro de juristas, para debater do ponto de vista do direito de todos sobre a água. Esse encontro está sendo coordenado pelo Ministro Herman Benjamin, em que também há uma participação muito forte da Procuradora-Geral, Drª Raquel Dodge.

Teremos também encontro de governadores, a oportunidade de que governadores de Regiões diferentes do Brasil, que convivem com problemas diferentes em relação à água, possam manifestar para os brasileiros e para representantes de outros países do mundo as experiências no enfrentamento da questão hídrica, com representantes do Nordeste, do Centro-Oeste e de outras Regiões do País, sob a coordenação do Ministro da Integração Nacional.

Esse tema, como disse, é um tema que se confunde com a própria vida. E hoje ele é responsável por conflitos no mundo todo.

Nós temos um conjunto, um universo muito grande de pessoas que não têm acesso à água em quantidade e em qualidade necessárias para terem uma boa qualidade de vida, para terem uma vida digna. E daí a importância do tema escolhido para o 8º Fórum Mundial, "Compartilhando Água", garantindo-se que possamos ter todos os usos múltiplos garantidos da água e que todos possam se beneficiar da utilização desse recurso tão precioso.

Teremos, é claro, ideias muito diferentes, muito divergentes, e é muito importante que esse conjunto de ideias, que esse debate possa acontecer da forma mais profunda, mais livre possível, para que possamos avançar, do ponto de vista qualitativo, no nosso País. E, claro, também nós queremos que isso aconteça na nossa cidade.

Desde o início da nossa gestão, nós nos preocupamos com a questão hídrica. Vários especialistas vinham, há muitos anos, alertando para a necessidade de investimentos no abastecimento de água no Distrito Federal. Bastou termos três anos seguidos com o volume de águas, o volume de chuvas muito abaixo do normal, para Brasília viver uma crise hídrica sem precedentes, em função da falta de investimentos públicos na captação e no tratamento de água ao longo de pelo menos duas décadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, desde o primeiro mês do nosso Governo, nós tomamos a decisão, apesar de toda a crise econômica e financeira, de fazer investimentos que permitissem garantir para as futuras gerações a segurança hídrica. Hoje, nós temos muita alegria de dizer que já inauguramos duas obras de captação e tratamento de água, uma no Córrego do Bananal, outra no Lago Paranoá, ofertando 1,4 mil litros de água por segundo em todo o sistema de abastecimento da nossa cidade.

Estamos, em parceria com o Estado de Goiás e com o apoio da União, construindo a maior obra de tratamento e captação de água do País neste momento, a estação de Corumbá, que fica pronta até o final do ano, com capacidade de produção de 5,6 mil litros por segundo, 2,8 mil litros para Goiás e 2,8 mil litros para o Distrito Federal. Para que as senhoras e os senhores tenham dimensão do que significa isso, nós estamos falando de 2,8 mil litros por segundo para cada unidade da Federação, quando hoje a Barragem do Descoberto, que abastece dois terços da população de Brasília, está retirando 3,2 mil litros por segundo.

Nós também investimos na democratização do acesso à água no Distrito Federal. Hoje, a orla do Lago Paranoá está absolutamente democratizada para o uso do conjunto da população de Brasília e dos brasileiros e estrangeiros que visitam a nossa cidade.

Ainda também preocupado com a água, agora com os nossos lençóis freáticos, nós desativamos o lixão da Estrutural, o segundo maior lixão do mundo, que há muitos anos servia como uma ferida aberta, exposta em pleno coração do Brasil. A cidade Capital de um país promissor como o Brasil, reconhecida muito rapidamente como Patrimônio Cultural da Humanidade, não poderia conviver com o segundo maior lixão do mundo. Desativamos o lixão, alugamos galpões para fazer centros de triagem, estamos construindo centros de triagem para incorporar esses catadores, de forma digna, ao processo produtivo. Temos problemas que estamos enfrentando, tal a mudança de hábitos e de comportamento, mas o fato é que o lixão da Estrutural está fechado e que nós estamos incorporando os catadores de material reciclável ao processo produtivo, como, aliás, prevê a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Também estamos com um forte programa, com o apoio da Fundação Banco de Brasil, de recuperação das nossas nascentes, priorizando as nascentes da Bacia do Descoberto, que abastece dois terços da população de Brasília.

E estamos fazendo um grande programa de saneamento básico nas comunidades mais carentes do Distrito Federal, como a região do Sol Nascente, que era tratada como a maior favela do Brasil, e nós nunca admitimos que uma comunidade do Distrito Federal fosse tratada como favela, mas sim como uma comunidade carente, carente de infraestrutura, de saneamento básico, de redes de esgoto, de redes de águas fluviais, de água potável. Pois, no nosso Governo, nós estamos fazendo toda a infraestrutura. E agora, no início do mês de março, nós já vamos inaugurar todo o Trecho 1 do Sol

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nascente, com rede de drenagem, rede de águas fluviais, pavimentação, unidade básica de saúde, equipamentos de lazer para aquela população.

E eu não posso, neste momento, deixar de fazer um agradecimento especial ao Senado Federal, e eu o faço em nome de todos os Senadores, mas agradeço especialmente ao Presidente Eunício, agradeço ao Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Tasso Jereissati, agradeço à Relatora, Senadora Lúcia Vânia, ao Senador do Distrito Federal, o Reguffe, também ao Senador Cristovam, que não pôde estar aqui ontem, por motivo de saúde, pela aprovação de um empréstimo de US$100 milhões, do BID, mais de R$330 milhões, para que possamos dar continuidade a esses investimentos de infraestrutura, agora na região do Pôr do Sol, ao lado do Sol Nascente, e, ao mesmo tempo também, recursos para melhorar toda a gestão ambiental do Distrito Federal e para a construção desses centros de triagem, para abrigar definitivamente os catadores de resíduos sólidos no Distrito Federal.

Tenho a convicção de que o 8º Fórum Mundial da Água, em Brasília e no Brasil, com tudo o que nós podemos oferecer da nossa experiência nesse segmento, com toda a nossa diversidade cultural... E vamos oferecer uma farta programação cultural na Vila Cidadã, outra inovação do nosso Fórum. A Vila Cidadã está aberta à população de Brasília, aos brasileiros e estrangeiros, que não vão participar formalmente do Fórum, mas que queiram assistir a muitas experiências do Fórum. Nós acolheremos essas pessoas na Vila Cidadã, também com uma diversificada programação cultural.

E não podemos perder a oportunidade de darmos um salto no tratamento da nossa relação com esse recurso tão precioso que, como disse e faço questão de repetir, se confunde com a própria vida, que é a água. Considero extremamente importante e de um simbolismo muito grande que o Senado Federal tenha criado essa Subcomissão e esteja fazendo, no seu plenário, a poucas semanas da realização do Fórum, este encontro. E espero encontrar os Senadores, os servidores, os brasilienses, os brasileiros e muitos estrangeiros, de vários países do mundo. E aqui conclamo os embaixadores a mobilizarem suas delegações, para que não percamos essa oportunidade histórica de participar do 8º Fórum Mundial da Água, trazendo, de cada um de seus países, de cada uma de suas entidades representativas, a sua contribuição para um mundo melhor, onde tenhamos capacidade de compartilhar democraticamente o acesso à água, em todas as suas utilidades.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Antes de prosseguirmos com a nossa reunião, cumpro a formalidade de proceder à instalação da Subcomissão Temporária dos preparativos do Fórum Mundial da Água.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, não havendo sido registrada outra chapa, a Presidência propõe a eleição, por aclamação, dos Srs. Senadores Jorge Viana e Cristovam Buarque, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente desta Subcomissão. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, declaro eleitos, por aclamação, S. Exªs os Srs. Senadores Jorge Viana e Cristovam Buarque, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão Temporária dos preparativos do Fórum Mundial da Água. (*Palmas.*)

Juntamente com S. Exªs, são membros da Subcomissão S. Exª o Senador Roberto Muniz, S. Exª a Senadora Ana Amélia, S. Exª a Senadora Fátima Bezerra, S. Exª a Senadora Vanessa Grazziotin, S. Exª a Senadora Regina Sousa, S. Exª o Senador Antonio Anastasia, S. Exª o Senador Acir Gurgacz, S. Exª o Senador Armando Monteiro, S. Exª o Senador Fernando Bezerra Coelho, S. Exª o Senador Flexa Ribeiro, S. Exª o Senador Hélio José, S. Exª o Senador Lasier Martins, S. Exª o Senador Otto Alencar, S. Exª o Senador Reguffe e S. Exª o Senador Davi Alcolumbre, que, juntamente com S. Exªs, o Presidente da Subcomissão, Jorge Viana, e seu Vice-Presidente, Sr. Senador Cristovam Buarque, estão formalmente empossados como membros desta Subcomissão.

Passo agora a palavra a S. Exª o Senador Jorge Viana, Presidente eleito da Subcomissão Temporária do Fórum Mundial da Água, para fazer suas considerações iniciais.

Tem V. Exª a palavra, Senador.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente desta sessão e Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, Senador Fernando Collor. E aproveito para agradecer a confiança de V. Exª, na condição de Vice-Presidente dessa Subcomissão, de ter me delegado para ajudar a organizar esta sessão e as tratativas, visando à participação do Congresso brasileiro, especialmente do Senado, no 8º Fórum Mundial da Água.

Eu não posso deixar de registrar minha alegria e satisfação de estar aqui com o colega e amigo Governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg, e com o colega e também amigo Senador Aloysio Nunes, Chanceler neste momento e Senador da República. Ter ouvido os dois colegas aqui falando, ainda há pouco, desta tribuna, me faz também ter saudade de V. Exªs, porque a essência do Parlamento é o debate, o bom debate. E ambos fazem falta nesse bom debate que o Brasil precisa tanto que seja travado no Parlamento.

Com o Senador Aloysio temos uma relação pessoal, construída a partir da convivência aqui no Senado. E o mesmo com o amigo Rodrigo Rollemberg, que hoje é Governador. Juntamo-nos para enfrentar temas importantes, divergimos em alguns momentos, mas eu tenho muita satisfação da construção que fizemos em muitos temas. O mais significativo certamente, do ponto de vista da mudança da legislação, foi o Código Florestal brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exª era o Presidente da Comissão, eu era o Relator, junto com o saudoso Luiz Henrique, amigo irmão que nos deixou, e o Senador Aloysio foi um dos engenheiros que nós mobilizamos para aprovação daquele Código que parecia impossível de ser aprovado. Vejo vários colegas que se empenharam e ajudaram. O Parlamento permite esses encontros e desencontros, especialmente quando nós colocamos diante de todos nós o bem comum, o interesse do País, o interesse nacional, o interesse das pessoas, o interesse da boa sociedade.

Este tema da água nos trouxe aqui nesta sessão. E eu queria aqui cumprimentar e agradecer porque nós estamos falando da participação do Congresso no 8º Fórum Mundial da Água. E a presença da Deputada Bruna Furlan, que preside a Comissão de Relações Exteriores da Câmara, é muito importante, porque simboliza aqui a presença das Deputadas e dos Deputados nesta sessão.

O Senador Fernando Bezerra está ali e não é sem razão. Ele é do Nordeste e tem travado, como já foi dito aqui, boas lutas junto conosco nesta causa de tentar trabalhar o combate à mudança climática, especialmente.

Eu olhei porque o Senador Moka estava ali, mas eu estava querendo ver se S. Exª ainda estava na sessão, porque o Senador Moka foi também fundamental, eu diria, fazendo mediações durante a votação e a decisão que nós tomamos, acertadamente, no Senado do novo Código Florestal. Os resultados provam isso.

E V. Exª talvez não tenha recebido o destaque merecido, mas a história não deixa de registrar quem cumpre bem o seu papel e faz a boa causa.

Eu queria cumprimentar os Srs. Ricardo Andrade e Paulo Salles, Co-Presidente do Fórum e Secretário Executivo do Fórum brasileiro. Daqui a pouco, com a benevolência e com a decisão, já na condição de Presidente dessa Subcomissão, nós vamos ouvi-los, para que possam passar para o Brasil, passar para o Parlamento brasileiro a quantas anda a organização visando à realização deste Fórum. E os senhores são as maiores autoridades. Um preside e o outro está trabalhando, coordenando – aí me refiro a Ricardo Andrade – a execução deste Fórum.

É, sem dúvida, talvez o maior evento que Brasília vai sediar, da sua história, Governador. E você – permita-me chamá-lo assim –, V. Exª esteve comigo, em Marselha, junto com o Senador Aloysio. Naquele momento, o Governador Agnelo candidatou Brasília, candidatou o Brasil – e justiça precisa ser feita, V. Exª já o fez ainda há pouco aqui. E a disputa era com a Dinamarca.

A Dinamarca é sinônimo de um país dos sonhos. Não que não tenha seus problemas, mas há livros fantásticos escritos sobre um país que, repetidas vezes, é tido como um dos países onde se pode ser feliz neste Planeta, pelas políticas sociais, pela maneira como o Estado trabalha e pela maneira como a sociedade... Eu poderia falar, não estudei, não vi, mas são dados que a gente não deixa sair da cabeça para ficar refletindo. Mas, lá, a desigualdade entre as pessoas, entre quem tem menos e quem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

tem mais, não passa de cinco vezes. Que país do mundo tem isso? Cinco vezes! A educação é gratuita para todos, todos estudam numa mesma escola. Lá, se um jovem não se der bem no emprego depois de formado, ele pode dizer: "Ah, eu não gostei dessa profissão de que eu pensei que gostasse." O Estado banca para que ele estude de novo, banca boa parte do salário que ele estava ganhando, até que ele encontre a atividade, a profissão de que ele possa gostar para ajudar o seu país. Que sonhos a gente pode ter? E foi desse país que o Brasil tomou a vez de sediar o Fórum, foi da Dinamarca. E agora, a Dinamarca é a grande ajudadora na realização do Fórum. Vejam como eles funcionam: nenhum ressentimento, toda ajuda!

E, pensando assim, quero agradecer a presença dos embaixadores, dos representantes das embaixadas que nós convidamos, que estão aqui, e das Senadoras e dos Senadores, colegas que estão aqui. Alguns viram os nomes nesta Subcomissão porque muitos querem participar. Essa Comissão não vai deliberar, ela vai juntar quem quer ajudar a fazer do evento parlamentar do 8º Fórum um sucesso.

Nós pretendemos, nós já enviamos mais de mil convites para Parlamentares do mundo inteiro, Parlamentos de 60 países já foram convidados. Isso não teria sido possível se o Presidente Eunício não tivesse me dado a confiança de elaborar convite, de começar a pensar, organizar com tantos que nos estão ajudando.

Ontem, foi o Deputado Átila, a Deputada Bruna Furlan e o Deputado Rocha ao meu gabinete, trabalhando como nós podemos reunir essas entidades todas. O Senador Flexa, que ainda há pouco estava aqui, que é Presidente do Parlatino, todos estão imbuídos num propósito de fazermos deste Fórum – que é o primeiro no hemisfério sul, não é só da América do Sul, é o primeiro do hemisfério sul – um Fórum onde possamos ter enfrentados os desafios que o mundo nos impõe hoje, o Planeta nos impõe hoje.

Água, salvo engano, é o sexto item dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que a Organização das Nações Unidas (ONU) demorou anos para definir – é o sexto. Água é um elemento sinônimo de vida; não há vida sem água. Tanto é que todas as buscas de novos planetas só têm um propósito: saber se têm água. Ar, dá para resolver; água, não; sem água não há vida. E o nosso Planeta é o planeta água.

Eu sei que nós somos questionados por viagens que fazemos, eu também sou e acho que não é sem razão. Nós precisamos mudar, melhorar a maneira nossa de cumprir missões oficiais. E estou fazendo aqui autocrítica ou compartilhando realismo, mas não teria sido possível estar aqui na tribuna hoje, realizando esta sessão se nós não tivéssemos saído do Brasil, trabalhado lá em Marselha, trabalhado lá na Coreia do Sul, como Parlamentares defendendo o Brasil para trazer o Fórum Mundial da Água. Não teria sido possível. Eu, quando tenho missões a cumprir, não tenho vergonha, porque vou para trabalhar. Sempre tenho uma tese comigo: não gosto de perder a viagem, porque sai caro perder a viagem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, sou Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores; durante quatro anos fui Vice-Presidente do Senado. Cumpri muitas missões, repetiria todas elas, porque, em todas elas, nós conseguimos trabalhar, defender o País e trazer para cá também posições importantes.

Estou aqui sendo presidido pelo Senador Fernando Collor.

Senador, Presidente, o senhor trouxe para o Brasil... E eu sei do seu esforço pessoal para trazer os chefes de Estado. Especialmente há uma passagem que a história já registrou: a sua luta para trazer o Presidente dos Estados Unidos. Imaginem a Rio 92 sem o Presidente dos Estados Unidos! Teria sido um fracasso por si só a ausência da mais importante nação, aquela que, de alguma maneira, mesmo sendo tão importante economicamente, também causou grandes danos ambientais ao Planeta, e tem, na sociedade americana, grandes aliados da causa ambiental – é bom que se faça a diferença. Se não estivesse na Rio 92, a Rio 92 seria apenas mais uma conferência.

Eu sei que até ameaça, no bom sentido, V. Exª fez. E trouxe, no dia do aniversário... O Presidente Bush fazia aniversário – são histórias! – no período da realização da Rio 92, e veio passar o aniversário dele no Brasil, porque o Presidente na época, Fernando Collor, o fez entender a importância dessa conferência.

Teria sido fácil convidar o Presidente Obama para vir. Ele é sensível. Ele é parte dessas causas. Mas trazer o Presidente Bush não foi nada fácil. O Trump certamente não viria. Mas eu prefiro lembrar da parte boa, para pensar o futuro também de maneira positiva.

Eu sou do Acre. Fui Prefeito, fui Governador. Eu aprendi a me dedicar mais, porque já era estudante, aqui na UnB, quando houve o I Encontro dos Povos da Floresta, com Chico Mendes; aprendi a transformar a questão ambiental em causa de vida. Eu sou amigo e companheiro da Marina, um ícone, também, da causa do socioambientalismo no Brasil.

Então, para mim, não é que é mais fácil, é que, Senador Moka, eu agradeço a Deus estar no Acre nessa fase da minha vida e ser parte dessa geração, porque é isso que o mundo hoje está discutindo. Aliás, é isto que o mundo hoje está temendo: um desequilíbrio ambiental que altere a temperatura no Planeta e comprometa a vida. Nós estamos falando disso. A agenda no mundo é essa. A mudança climática já está acontecendo.

O meu Estado está vivendo um problema de água. Brasília está vivendo o racionamento. Os números das Nações Unidas são terríveis. A previsão futura é terrível. Nós estamos querendo evitar que a temperatura do Planeta mude. Por que ela muda? Porque nós temos uma intervenção humana que desequilibrou o Planeta. E o veículo desse desequilíbrio é a água. As chuvas ou a falta delas faz com que tenhamos temperaturas diferentes. E é disso que nós estamos falando quando estamos discutindo o Fórum Mundial da Água.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Nações Unidas estimam que, em 2025, 1,8 bilhão de pessoas estejam vivendo em regiões, em países com grave escassez de água, Senador Elmano Férrer e Senador Lasier. Grave escassez! Todos os especialistas dizem que uma das causas dos eventuais conflitos globais será a disputa por água.

A Cidade do Cabo, que eu tive o privilégio de conhecer, está vivendo a ameaça de ter de fazer algo... Trazer água de outros países, enfim, dar uma solução por conta da crise de água.

Alguns anos atrás, Barcelona comprava navios de grande capacidade de transporte de água, para enfrentar uma crise.

Brasília viveu e está vivendo – a cidade que nós moramos; eu moro no Acre e moro aqui – um gravíssimo problema. O Governador, ontem, teve uma audiência comigo e estava dizendo que a expectativa é de que chova um pouco mais, para ficar melhor a situação do que a do ano passado, mas ainda segue em situação de alerta. E grave situação!

Olhem que nós estamos na região das águas. Esse nosso País tem 12% da água doce do Planeta, Senador Moka, V. Exª sabe, o senhor mora no Estado das águas, do Pantanal, da fonte da biodiversidade, fantástica.

Além de 12% da água doce do Planeta, nós temos os dois grandes reservatórios subterrâneos de água. Descobrimos, uma vez, que tínhamos o maior, o Aquífero Guarani, que envolve Argentina, Uruguai, Paraguai e Brasil. Era o maior do mundo, do Planeta, Senador Lasier. Pouco tempo depois – tem gente que nem sabe –, esse é pequeno, não é o maior, o maior é outro, o Aquífero Alter do Chão. Esse que é grande e é 100% no Território brasileiro, no subsolo brasileiro.

Vejam que situação há no nosso País. Estou falando que o problema mais desafiador é o da água, como também o da fome, mudança climática, e o Brasil é o País que mais pode trabalhar isso, debater legislação, debater um compartilhamento, como faz com as águas do Rio Paraná, em Itaipu. Já temos práticas concretas. Há 270 rios no Planeta que são compartilhados – 270 – por países. E o Brasil tem muito, muito mesmo a conhecer, a aprofundar o conhecimento para poder ajudar o Planeta a vencer esse desafio da escassez de água. E a realização desse Fórum é uma oportunidade fantástica que nós temos.

Eu estou satisfeito, porque a pior coisa do mundo é quando a gente se sente inútil ou mal aproveitado. E graças a Deus eu não posso falar isso do meu mandato de Senador. Peguei talvez a relatoria de projetos de extrema dificuldade e conflito. O Código Florestal foi talvez o maior deles, mas o da Lei da Biodiversidade, o da Lei da Ciência e Tecnologia também tive o privilégio de ser Relator, para citar alguns. Mas estar ajudando a realizar este Fórum... Isso aqui não é uma agenda do presente, isso aqui é uma mistura do passado, do presente e do futuro. Nós estamos falando disso, estamos falando de vida, para trás, no tempo atual e no futuro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fico orgulhoso de ver tantas pessoas aqui; de o Presidente Eunício ter aceitado a nossa sugestão de trazer para o plenário do Senado a instalação desta Comissão. Nós estamos trazendo o tema do Fórum para dentro do Congresso.

Ontem eu estava com a Drª Raquel Dodge numa audiência longa e vi a vibração dela. Estive há três dias no Supremo Tribunal Federal com a Presidente Cármen Lúcia; com o Ministro Herman Benjamin, que está nos ajudando sempre, faz parte dessa nossa luta nas boas causas. E vamos fazer eventos envolvendo Parlamentares e juristas do mundo inteiro; Parlamentares, juristas e membros do Ministério Público durante esse período do Fórum, já está acertado. Haverá eventos só dos congressistas, que o Senado e a Câmara coordenam, também eventos mistos no Ministério Público Federal, onde estaremos juntos, ontem acertamos isso, e também uma ação conjunta daqueles que operam as leis com quem faz as leis. Essa é uma ação fantástica.

Espero que o dia 18, no colóquio em que vamos tratar e debater os desafios da água como um direito, seja a base do que nós vamos fazer no dia 20, porque, no dia 20, nós vamos passar o dia inteiro no Fórum, tratando, exclusivamente, do papel do Parlamento na busca de se garantir o direito à água.

Informo aqui a V. Exª, Senador Presidente – já estou exagerando na benevolência do tempo –, que eu apresentei a Proposta de Emenda à Constituição nº 4, de 2018, propondo que se inclua no art. 5º da Constituição a água como um direito. Não está, por incrível que pareça. Não está. Então, já está tramitando na Casa.

Essa é uma questão central, fundamental, que o Fórum vai debater. E eu me antecipei, como trabalho no tema, e já está tramitando. É a PEC nº 4, de 2018, para a qual eu espero ter apoio – já colhi a assinatura dos colegas, de todos – para fazermos tramitar, como um dos legados do 8º Fórum Mundial da Água, porque a história está sendo escrita. E eu quero, não como autoria minha, mas como autoria coletiva, desta Comissão que está sendo instalada hoje, Presidente Fernando Collor, Sr. Governador Rodrigo, já termos um legado: instituirmos, na Constituição, a água como um direito. Isso as Nações Unidas estão propondo, querendo que os países façam. Nós estamos tomando essa iniciativa, porque acho que é fundamental que esteja posto. É por isso que eu falo que é passado, presente e futuro.

E concluo agradecendo a todos que estão se empenhando aqui no Senado Federal. Quero dizer que a equipe de Comunicação do Senado já está trabalhando o tema, na pessoa da Srª Angela, a jornalista Angela, que dirige, é a diretora, mas que envolve todo um conjunto de profissionais da rádio, da TV, de todos os veículos que temos, jornal, enfim, os portais todos. O Senado já incorporou.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Os consultores também, os técnicos, os assessores todos nossos, eu não queria citar, mas do meu gabinete, do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gabinete do Presidente Fernando Collor, e também da Comissão de Relações Exteriores, daqui da Presidência. Nós tivemos reunião com a Diretora Ilana e com o Diretor da Mesa, Bandeira, e todos eles entenderam a dinâmica. E o Senado Federal, hoje, traz o tema e o 8º Fórum para dentro desta Casa, que é a Casa do povo brasileiro, para que, a partir do envolvimento de todos nós, nós possamos fazer não sei se o melhor, mas um dos mais importantes encontros entre os oito já realizados para tratar dos desafios que temos em compartilhar água, em garantir a segurança hídrica para o mundo e para as pessoas. Eu acho que o Brasil é um endereço adequado para isso.

E V. Exª – eu quero só fazer essa ressalva, porque eu pulei um pouquinho – trouxe para cá a Rio 92, a primeira e mais importante conferência, que deu origem a tudo, a todas as COPs que estão acontecendo. E eu ouso falar que, naquela época, V. Exª escolheu para Ministro do Meio Ambiente o Prof. Lutzenberger. Eu sinto falta disso nos governos: que se escolham as pessoas técnicas, pessoas capacitadas, autoridades para conduzir determinadas pastas. Eu acho que, na pessoa dele, na memória dele, ele também ajudou muito a realizar eventos. Nós precisamos disso, nós precisamos encontrar os melhores para nos ajudar a enfrentar os desafios, que são tremendos.

Não existe referência para crise civilizatória. Nós estamos vivendo uma – e eu encerro com isso. Eu não tenho dúvida de que estamos vivendo uma crise civilizatória. O problema é que nós não temos uma crise civilizatória para trás que possa servir de referência para enfrentarmos os problemas agora; não há precedente. Os impérios caíram, mas o que está ameaçado agora é a vida no Planeta, e disso nós não temos referência.

Como disse o Presidente Obama, esta geração é a primeira a sentir os efeitos da mudança climática e desse desafio, mas é também a última que pode fazer alguma coisa. Eu acho que nós Senadores, Senadoras, Parlamentares da Câmara, nós, sociedade brasileira, Governo do Distrito Federal, todos que trabalham, nós estamos tentando fazer alguma coisa para ajudar o Brasil a encontrar, junto com os demais países, o melhor para não vivermos o risco à vida por conta de não sabermos compartilhar esse recurso escasso que é a água.

Muito obrigado pela confiança. E tomara que tenhamos sucesso no 8º Fórum Mundial da Água aqui no Brasil! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Ao tempo em que cumprimento S. Exª o Senador Jorge Viana pela eleição e posse como Presidente da Subcomissão Temporária com vistas aos preparativos para a realização do 8º Fórum Mundial da Água, parabenizando-o também pelas suas palavras, que demonstram todo o seu empenho, todo o seu esforço, toda a sua dedicação para que nós possamos, aqui no Brasil, realizar um Fórum dessa magnitude, que fique marcado nos nossos alfarrábios como um dos mais importantes da causa ambiental já realizados no mundo, tenho a honra de passar a Presidência dos trabalhos a ele, Presidente da Subcomissão, Senador Jorge Viana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado a todos.

Com os senhores, a Presidência do Senador Jorge Viana. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Mais uma vez cumprimento a todos.

Nós estamos na fase final, mas é óbvio que daqui a pouco vou abrir para os colegas Senadores e Senadoras presentes que queiram fazer alguma manifestação.

Eu queria convidar para a mesa o Sr. Paulo Salles e dizer que, nessa fase agora, já como Presidente da Subcomissão parlamentar que pretende organizar no dia 20 a ação parlamentar no Fórum – que tem como objetivo discutir e debater com os colegas de vários países o papel do Parlamento no direito à água –, eu gostaria que o Co-Presidente do Fórum, Paulo Salles, e também o nosso convidado Ricardo Andrade, da Agência Nacional de Águas, pudessem fazer breves esclarecimentos e se posicionar sobre como está o andamento dos preparativos, visando à realização desse Fórum.

Passo a palavra ao Paulo Salles, agradecendo sua presença, para que ele possa fazer suas considerações, nos informando, detalhando um pouco mais o que é o Fórum Mundial da Água e, em seguida, ao Ricardo Andrade, que vai fazer uma explanação sobre como está a organização do Fórum brasileiro.

O SR. PAULO SÉRGIO BRÊTAS DE ALMEIDA SALLES – Em primeiro lugar, quero dizer bom dia a todos.

Agradeço ao Senador Jorge Viana pelas muitas iniciativas e atitudes que tomou para que o Fórum Mundial da Água se tornasse uma realidade no Brasil, como está acontecendo, e por ter a clarividência de constituir, juntamente com o Presidente da Comissão de Relações Exteriores, esta comissão parlamentar que vai tratar do Fórum Mundial da Água.

Queria saudar daqui também o Senador Cristovam, Vice-Presidente da Comissão – embora não esteja presente, é também um parceiro nessa luta que a gente vem travando –, e os demais membros da Comissão, particularmente o Senador Roberto Muniz, que tem estado conosco continuamente e, tenho certeza, terá também um papel junto aos colegas para que esta Comissão faça um grande trabalho.

O Fórum Mundial da Água já foi mencionado, e suas características também foram ressaltadas por todos que me antecederam. Eu vou ser bastante breve e procurar explorar apenas aquilo que considero que sejam os fundamentos desse fórum. É o maior evento sobre água do mundo. Temos que lembrar que as Nações Unidas não têm reuniões desse tipo; essa é uma reunião que nasce do Conselho Mundial da Água, uma associação da sociedade civil sem fins lucrativos que tem sede em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Marselha e que começou em 1997 como uma reunião com cerca de 500 participantes, tendo a 7ª reunião, que ocorreu na Coreia, em 2015, contado com 40 mil participantes. Esse aumento não é apenas numérico: ele é também um aumento de expressividade, de colocação e de capacidade de mobilização política. Por isso, o 8º Fórum acontecendo aqui no Brasil, e pela primeira vez aqui no Hemisfério Sul, é uma grande conquista para nós, brasileiros e brasilienses, e uma grande oportunidade para que possamos discutir os grandes temas da atualidade em busca de soluções, em busca de parcerias, em busca de cooperação.

Nós estamos num contexto em que as mudanças climáticas estão se tornando realidade. Já não há mais dúvida de que o Planeta atravessa variações climáticas graves e, como foi muito bem descrito aqui pelo nosso Senador Jorge Viana, é a água o veículo dessas mudanças. E isso nos coloca, então, numa situação vivida em Brasília pela primeira vez, como também já foi dito aqui, e em muitas partes do País, inclusive a Amazônia do Senador, e que nos dá muitas lições. Talvez a principal lição que nós tenhamos desse momento é que a água não é apenas uma questão ambiental: ela é uma questão também que se espraia para todas as atividades humanas. Um relatório da ONU mostrou que, de todos os empregos do mundo, de cada quatro empregos, três dependem de água e, desses três, dois dependem de muita água. Daí, então, podemos pensar na repercussão que esses problemas hídricos trazem para a sociedade – a perda de produtividade, fissuras na economia, fissuras no tecido social, aumento do desemprego. Enfim, são inúmeras consequências que nós estamos aprendendo a conhecer e a avaliar.

Ressalto aqui o nosso compromisso, ao trazer o Fórum, com os países da América Latina. É uma das coisas mais importantes, como um legado que esse Fórum vai deixar, a participação muito grande dos países da América Latina – e saúdo os Embaixadores que estiverem presentes aqui –, para que a gente tenha realmente uma integração latino-americana. Nós não somos um país de 200 milhões de habitantes; nós somos uma unidade de mais de 400 milhões, compartilhamos a Bacia Amazônica, enfim, nós temos condições que mostram com clareza que nós somos uma unidade, a unidade latino-americana.

Eu queria falar também do significado da nossa proposta e do nosso tema, "Compartilhando Água". Ele já foi citado aqui várias vezes, em diversas situações. Mas eu queria esclarecer que esse tema nasceu da interpretação que fazemos da Lei nº 9.433, de 1997, a nossa Lei das Águas. Estive ontem também com o Ministro Aroldo Cedraz, que foi um Parlamentar que se envolveu ativamente na elaboração e na aprovação dessa lei, e o TCU, liderado por ele nesse aspecto, está entusiasmado também em participar do nosso Fórum.

Bem, olhando para esse tema – compartilhando, compartilhar –, nós vemos que é uma palavra polissêmica e uma palavra que evoca muitas coisas importantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em primeiro lugar, referindo-me ao primeiro artigo da Lei das Águas, que repete o art. 20 da nossa Constituição, a água é um bem de domínio público. Não existe propriedade privada da água. A água é de todos no Brasil. E isso, então, traz à nossa vista a questão do compartilhar a água como elemento físico. O nosso chanceler mencionou a importância das bacias que há nas fronteiras, bacias hidrográficas que têm fronteiras, que constituem fronteiras entre países, e, aqui, os 270 rios que são compartilhados dentro do País também representam, em vários casos, compartilhamento de bacias hidrográficas.

Então, esse compartilhar da água fisicamente tem que ser feito de maneira justa. E a nossa legislação, além dessa justiça, recomenda que nós tratemos a água de outra forma, fazendo uma gestão descentralizada e participativa, com a participação dos comitês de bacias hidrográficas. E isso traz à tona outro aspecto do compartilhamento que é importante: o compartilhamento de responsabilidade sobre a água. Nós temos dito que todos aqueles que bebem água são responsáveis pela água no Brasil. E é essa uma mensagem que nós queremos levar e aprofundar no nosso 8º Fórum.

Além disso, os nossos benefícios, de modo geral, inclusive os econômicos, dependem da água. E aí há outra lição que traz a nossa legislação: o sentimento de compartilhar os benefícios garantindo usos múltiplos da água. A água é para todos os usos, e não existe um setor que tenha exclusividade na exploração da água.

E, finalmente, mas não menos importante, relembramos que compartilhar evoca sentimentos em todos nós. A primeira coisa que é pressuposto para que haja compartilhamento é a existência de um diálogo – pessoas que falam, pessoas que ouvem, pessoas que dão, pessoas que oferecem, pessoas que recebem, pessoas que ganham... Enfim, é preciso dialogar, e essa é uma necessidade muito grande no presente momento.

Eu não queria pensar aqui que a água vai ser o elemento que vai alimentar as guerras. Prefiro pensar que a água vai ser aquilo que vai nos unir no futuro.

Desse diálogo de compartilhamento de responsabilidades, de benefícios e de compartilhamento físico da água, nós vamos tirar experiências com o 8º Fórum, vamos criar elementos de cooperação, vamos buscar aprender e ensinar e dessa forma, creio eu, estaremos garantindo a qualidade e a conservação do meio ambiente necessárias para o ciclo hidrológico, a justiça social que deve presidir as relações da humanidade com a água e o equilíbrio econômico necessário para que a gente possa promover o desenvolvimento – e tudo junto para que esse seja um desenvolvimento sustentável. Esses três pilares essenciais devem estar juntos. E a água oferece para nós todas as condições para que construamos essa sustentabilidade desejada.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO SÉRGIO BRÊTAS DE ALMEIDA SALLES – O nosso compromisso com os objetivos do desenvolvimento sustentável, particularmente com o Objetivo nº 6, é patente. Todas as atividades do fórum, de alguma maneira, estão alinhadas aos ODS.

Com relação ao ODS 6, o fórum vai expressar, de diversas maneiras, por meio de suas sessões, palestras e debates, o compromisso com o direito à água e com o direito ao acesso à água na quantidade e na qualidade necessária para todos, e ao saneamento básico que garante a saúde pública.

Qual seria o legado que nós podemos deixar, depois de todo esse trabalho? Gostaríamos de lembrar que nós não faremos construções, não deixaremos equipamentos, não se trata disso. O maior legado estará nas pessoas que participarão, que se sensibilizarão com o tema da água e que estarão mais próprias ou, digamos assim, poderão falar de uma maneira mais apropriada dos grandes temas da atualidade relacionados com a água.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO SÉRGIO BRÊTAS DE ALMEIDA SALLES – Nós vamos investir em pessoas, na conscientização, no aprendizado de boas práticas, na formação de uma cultura racional e de uma cultura de paz.

O Brasil é um país pacífico tradicionalmente. E vai ser assim que nós vamos levar o nosso Fórum também.

Finalmente, há a questão do compromisso da sustentabilidade, que é um compromisso entre gerações. E assim sendo, remete a nós a finitude das nossas vidas e a necessidade da capacitação das próximas gerações para que eles continuem a construir e a manter a sustentabilidade, e não apenas dos jovens estudantes, aqueles que estão nas escolas sendo educados inicialmente, mas também dos gestores, particularmente os gestores que deverão tomar as rédeas do País, dos Municípios, dos Estados e que devem tomar a água como elemento principal.

Finalmente, Senador, o grande mote e o grande objetivo: tornar a água uma prioridade das políticas públicas.

Agradeço a oportunidade, desejo a todos que participem e que tenham um bom proveito do nosso Fórum.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu queria agradecer e cumprimentar o Paulo Salles, que dirige a Agência de Águas no Distrito Federal, e é Co-Presidente do Fórum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria passar para o Ricardo Andrade e antes fazer um brevíssimo comentário. Queria elogiar a dedicação e a maneira como está sendo tratado e organizado esse Fórum.

Quero dizer também que eu pretendo conversar, estabelecer um diálogo com os que estão organizando, porque eu participei em Marselha e na Coreia do Sul. Acontece também uma espécie de um fórum paralelo ou um fórum alternativo. Entidades não governamentais, pessoas que trabalham com essa temática e que têm um papel fundamental inclusive na cobrança de políticas públicas. Eu pretendo encontrá-los, porque há a preocupação, na realização desse 8º Fórum, de abrir oportunidade para que a sociedade participe, para que as pessoas participem. Isso eu queria elogiar. É caro, há inscrição, mas está sendo criada uma série de alternativas, que vamos ouvir aqui, para garantir a participação.

Quero também que se valorize a presença e a participação de entidades que são tão importantes, que têm um trabalho tão grande, mas que são da sociedade civil e que vão procurar organizar o que a gente chama de fórum alternativo.

Então, acho que é possível haver uma complementação desses dois movimentos, e não um excluir o outro. Estou aqui, como Presidente da Comissão, valorizando também o papel da sociedade civil, organizando um espaço para fazer um debate no linguajar dela, sem talvez aqueles arranjos burocráticos que às vezes nós somos levados a ter que cumprir.

Então, faço essa ressalva, ao mesmo tempo em que digo aos que estão trabalhando que pretendo conversar com eles e, dentro do possível, trabalhar como interlocutor também daqueles que pretendem vir, para dar sua contribuição, mas fazer de uma maneira mais informal, mais adequada talvez ao dia a dia da sociedade, enfim.

Passo agora a palavra para o Ricardo Andrade, que é Diretor da Agência Nacional de Águas e que é o Secretário Executivo do Fórum. Então, ele vai trazer para nós, passar aqui, através dos veículos de comunicação do Senado, como está a organização do Fórum, como as pessoas vão participar, como vai se dar esse Fórum. Acho que a participação dele como uma das primeiras ações desta Comissão é muito importante.

Com a palavra V. Sª.

O SR. RICARDO ANDRADE – Obrigado, Senador Jorge Viana, Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e Presidente da comissão especial temporária para os preparativos do 8º Fórum Mundial da Água; Paulo Salles, colega, companheiro desse grande desafio e esforço de realizar o 8º Fórum Mundial da Água no Brasil; Senadores, Senadoras, demais autoridades.

Permita-me, Senador Jorge Viana, relatar brevemente os esforços que lograram trazer o Fórum para o Brasil e para Brasília.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esses esforços começaram há exatos seis anos. Em 2012, como já foi dito aqui, na cidade de Marselha, autoridades brasileiras e integrantes da sociedade civil presentes ao evento apresentaram a candidatura do Brasil e de Brasília para sediar o 8º Fórum.

Mas é importante, Senador – e o senhor fez referência ao fórum alternativo, conhecendo essa experiência que houve na Turquia, em Marselha, na França, na Coreia... O Brasil, ao apresentar a candidatura, também apresentou algumas condicionantes: a primeira delas foi relativa à participação da sociedade. Solicitamos a possibilidade de construirmos uma proposta de um fórum mais inclusivo do que os que vinham sendo realizados até então, um fórum que permitisse a participação de todos os interessados, em especial dos diferentes segmentos sociais do Brasil, e que tratasse de todos os assuntos sem qualquer restrição.

A segunda condicionante referia-se à agenda política. A solicitação foi que essa agenda fosse liderada pelo País, pelo Brasil, garantindo-se que os temas de interesse nacional estivessem presentes na grade de discussões a ser construída. A terceira referia-se à participação efetiva do País no evento. Pleiteamos que pudéssemos apresentar, de forma destacada, a maneira como o Brasil trata os seus recursos naturais, em especial a água.

Essas condições foram aceitas e incorporadas na proposta brasileira. Mas fomos além, e nós vamos ainda mais. A 8ª edição do Fórum Mundial da Água terá dois espaços distintos: um dedicado aos debates, o espaço do conteúdo. Nesse espaço, que também agrega a Expo, o cidadão brasileiro, senhores, senhoras, terá 50% de desconto no valor das inscrições, e os nossos estudantes, 80% de desconto. Portanto, nós queremos, de fato, um fórum inclusivo.

Mas não ficamos por aí. Nós também criamos um outro espaço, a Feira e a Vila Cidadã, cujo acesso é gratuito a todos os interessados, bastando o simples preenchimento de um cadastro.

A agenda política, Senador, está sendo construída com o apoio do senhor, desde o primeiro momento aqui, e eu quero fazer essa referência e agradecer. Ela está sendo coordenada pelo Ministério das Relações Exteriores e pelo Parlamento brasileiro, que também inovou, incluindo um segmento dedicado às autoridades locais, sob a coordenação da Secretaria de Assuntos Federativos da Presidência da República, e um segmento dedicado à Justiça e aos promotores públicos, como o senhor já citou, cuja organização está sendo coordenada pelo Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Herman Benjamin.

Essas inovações, aliadas ao fato de essa edição ser, pela primeira vez, realizada no hemisfério sul, fazem do 8º Fórum um evento único: pela primeira vez, próximo dos países que necessitam de soluções urgentes para os nossos graves problemas de abastecimento de água e de saneamento básico. Além disso, a experiência de intercâmbio e fortalecimento dos laços de cooperação entre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

países no tema da água motivou a escolha do tema central já citado aqui em diversas oportunidades: "Compartilhando Água".

Para se ter uma ideia, 18% da água doce do mundo circulam no Território brasileiro. Destes, um terço vem de países vizinhos, em especial das bacias compartilhadas com a Amazônia. Reforço, ainda, o fato altamente simbólico de o Distrito Federal, sede do evento, ser o berço das três grandes bacias hidrográficas da América do Sul – São Francisco, Tocantins e Prata.

Compartilhar, Senador, é o primeiro passo para se construir a paz entre os homens e as Nações. Compartilhar benefícios para a água, induzindo o intercâmbio de soluções e boas práticas e, num horizonte mais amplo, a cooperação entre países e instituições. Esse é o grande desafio do 8º Fórum.

Nesse contexto, o Fórum constituiu uma plataforma em que todos serão ouvidos e expressarão seus sentimentos e suas opiniões. É um processo aberto que promove diálogo entre governos, autoridades locais, organizações intergovernamentais, empresas públicas e privadas, jornalistas, academias, profissionais liberais, Parlamentares e, nesta edição, membros do Judiciário. Permite que políticos, que elaboram as leis, escutem os cidadãos que precisam dessas leis para terem acesso à água na qualidade e na quantidade adequada e no tempo certo.

O conteúdo programático do Fórum é composto por cinco processos, que atuam de forma integrada:

- o Processo Temático, que aporta conhecimento;

- o Processo Político, que estabelece metas e compromissos – importante: não vinculantes e não deliberativos;

- o Processo Regional identifica as boas práticas locais e mobiliza interessados, visando compartilhar essas experiências; e

- o Fórum Cidadão mobiliza a sociedade, estimulando a implementação das soluções por meio da ação do cidadão e de experiências locais.

Na nossa proposta, tudo isso está sob o olhar do Grupo Focal Sustentabilidade, garantindo perspectivas do uso sustentável da água em todos os componentes, em todas as discussões e promovendo também um evento sustentável.

Nove temas serão abordados – seis diretos e três transversais. Não ficará nada de fora. Falaremos de:

- clima, abordando segurança hídrica e mudanças climáticas;

- pessoas, água, saneamento e saúde;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- desenvolvimento, água para produção sustentável;

- urbano, gestão integrada de águas urbanas e residuárias;

- ecossistemas, qualidade de água, ecossistemas, biodiversidade;

- financiamento, financiamento para garantir segurança hídrica.

E os transversais:

- compartilhamento – sustentabilidade com o envolvimento de todos os interessados;

- capacitação – educação, ciência, tecnologia, inovação; e

- governança, governança hídrica para cumprir a Agenda de Desenvolvimento 2030.

Aqui também já foi mencionado que pela primeira vez a ONU reconhece a água como elemento importante, definindo uma das suas metas para os objetivos do desenvolvimento sustentável, a Meta 6, que trata exclusivamente da água pela primeira vez.

Um ponto importante: isso tudo está sendo construído com a participação de mais de 60 mil pessoas de mais de seis regiões continentais, subdivididas em 13 sub-regiões, envolvendo mais de 2 mil organizações. A agenda resultante dessa complexa orientação resultou em 283 sessões de debates que irão ocorrer do dia 19 ao dia 22 de março, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, com destaque para o dia 20, quando os Parlamentares estarão o dia inteiro debatendo o tema da água, compartilhando as experiências de todas essas regiões.

Na Expo e na Feira teremos mais de cem expositores representando todos os segmentos da sociedade, mais de 15 países, organizações internacionais e intergovernamentais, empresas públicas e privadas, organizações da sociedade civil, entre outras.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO ANDRADE – Como falei, Senador, na Vila Cidadã teremos algumas atrações. Ela será aberta ao público. Com um simples cadastro se terá acesso.

Cinema: teremos um festival de cinema amador, "A Voz do Cidadão", com curtas metragens de quatro minutos; e profissional, com 48 longas, selecionados entre mais de cem concorrentes, de 18 países.

Mercado de Soluções: exposição para compartilhamento de boas práticas e, importante, experiências replicáveis, com mais de 60 expositores de 15 países.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma arena para debates de cultura e também uma inovação, nós teremos *chefs* no Fórum. Serão mais de 20 opções culinárias nacionais e internacionais selecionadas entre os mais importantes restaurantes de Brasília.

Aqui os números recentes. Até ontem, 21 de fevereiro, a pouco mais de 25 dias do Fórum, mais de 5 mil inscritos, representando já mais de 148 países. Mais de dez chefes de Estado já estão com presença confirmada.

Finalmente, quero agradecer a oportunidade e ressaltar a importância deste momento. Este momento demonstra que o Brasil, em todas as suas instâncias, está comprometido com o tema da água.

Espero vê-los todos no 8º Fórum Mundial da Água. No dia 17, abrem-se a Feira e a Vila e, no dia 18, inicia-se o conteúdo programático no Centro de Convenções. Portanto, aguardo todos. Convido todos para que se façam presentes no Fórum Mundial da Água, de 17 a 23 de março de 2018, na cidade de Brasília e pela primeira vez no hemisfério sul.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu queria cumprimentar e agradecer ao Ricardo Andrade e ao Paulo Salles pela exposição, que estão encarregados da realização do Fórum, com um conjunto de bons servidores e colaboradores, que vão do Ministério das Relações Exteriores, Ministério do Meio Ambiente, Governo do Distrito Federal, Agência Nacional de Águas, enfim. Até muitos estão aqui presentes. Queria agradecer a presença do Senador Kaká Andrade, que está desde cedo aqui e tem uma preocupação também muito grande com a questão da água, especialmente o São Francisco, as políticas que temos. Quero agradecer também ao Senador Elmano Férrer, que também está aqui junto conosco, e passar a palavra para o Senador Lasier, que pediu para fazer uso dela.

Antes ainda, Senador Lasier, com a compreensão, queria muito aqui justificar a ausência do Senador Cristovam. Eu falei com ele hoje. Fez aniversário agora. Ele está acometido de um problema sério de saúde, mas está se recuperando, já está em casa. Falei com ele. Ele gostaria muito de estar aqui. O Cristovam é parte importante desse processo que nós estamos iniciando hoje aqui. Foi sugestão dele a criação dessa Subcomissão na Comissão de Relações Exteriores. Eu o convidei para me ajudar na condição de Vice-Presidente, já que fui indicado para presidir essa Subcomissão. O Senador Aloysio Nunes Ferreira, Chanceler brasileiro, havia indicado meu nome por conta da relação com o tema, mas eu queria aqui falar que o trabalho será feito a partir da semana que vem, com a participação sempre muito fundamental do Senador pelo Distrito Federal, Cristovam Buarque.

O Senador Cristovam está se recuperando. Falei com ele e com sua esposa. Eu espero que, na semana que vem, ele possa estar junto conosco, em plena saúde, mas lhe recomendei, mesmo não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sendo médico, que se recuperasse bem, porque dizem que uma pneumonia mal tratada é pior que a primeira fase dela. Mas ele está se recuperando e vai estar conosco, ajudando a realizar o evento parlamentar durante o 8º Fórum.

Eu passo, imediatamente, ao Senador pelo Rio Grande do Sul, Lasier Martins, para que possa fazer sua saudação.

V. Exª tem a palavra.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Muito obrigado, Presidente Jorge Viana, cumprimentando o Dr. Ricardo de Andrade e o Dr. Paulo Salles, cumprimentando-o pela iniciativa desta audiência pública e também entendendo a ausência do nosso Senador Cristovam, porque estive com ele há poucos dias.

Mas estava acompanhando aqui, Senador Jorge Viana, a descrição do Dr. Ricardo da programação desse magnífico Fórum da Água, que tanto privilegia o Brasil. E acompanhei particularmente quando o Dr. Ricardo disse que nada ficará de fora em torno da água. E falou em tecnologia e falou em inovação. E eu já queria, não pretendendo avançar o sinal, entrar num dos temas que tem me impressionado ultimamente. Pergunto se este tema entrará nas discussões, no debate: a dessalinização.

E por que faço essa pergunta, Dr. Ricardo? Porque exatamente há três semanas, Dr. Ricardo, estive, em companhia justamente do Senador Cristovam e do Senador Alvaro Dias, em Israel, participando de um seminário político.

E digo, entre parênteses, Senador Jorge, que fomos sem nenhum custo para o Senado.

Bom, estivemos fazendo uma visita a uma cidade próxima de Jerusalém, numa enorme usina de dessalinização da água, que seguramente os senhores, a Mesa, já conhecem e muitos dos que estão neste plenário também conhecem, uma usina bem próxima do Mar Mediterrâneo. Ali, descobrimos que 60% da água consumida no Estado de Israel é dessalinizada. Uma grande parcela vai para a indústria, uma outra parcela vai para a agricultura. E todos nós sabemos que hoje o solo de Israel, que foi extremamente desértico durante muito tempo, é extremamente fértil. E tivemos oportunidade de, viajando de helicóptero, perceber os extensos pomares de laranja, de banana, as lavouras de trigo, etc., tudo graças à água.

Mas por que estou perguntando isso? Pensando no nosso Nordeste brasileiro. Pelo gigantismo deste nosso Território, a água acabou sendo mal distribuída, porque o País é grande demais. Sabemos muito bem, há décadas e décadas, o quanto a seca tem castigado o Nordeste.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu pergunto ao Dr. Ricardo, já que é um conhecedor da matéria: nós teremos oportunidade de debater e o que significaria se o Brasil adotasse a tecnologia israelense, que é pioneiro na dessalinização? Teríamos possibilidade de trazer aquela água?

No Estado de Israel, a água é bem dividida. A água que vai para consumo doméstico tem a adição de propriedades minerais, que tornam a água, para o nosso consumo, igual à água natural que nós temos em nossas casas, com o mesmo gosto. Agora, há uma parcela da água dessalinizada que não recebe as propriedades minerais, e essa não serve para toda a agricultura, mas para uma grande parcela da agricultura, entre elas o trigo, os laranjais, etc.

Então, Dr. Ricardo, para arrematar a minha pergunta: nós teremos este tema? E qual é o seu pensamento?

No dia em que nós tivermos a água do mar levada para os sertões do Nordeste, o retorno é certo. Haverá muita produção de alimentos, de que o Brasil é o grande celeiro mundial.

Então, gostaria de um *flash*, de um *avant-première* sobre se será isso possível ou não no nosso debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu cumprimento V. Exª, Senador Lasier. Não sei se o Senador Kaká Andrade gostaria de falar, porque assim esgotaríamos as intervenções do plenário – e, às vezes, não vêm perguntas, apenas posicionamentos – e eu encerraria a presente sessão.

Com a palavra V. Exª, Senador.

O SR. KAKÁ ANDRADE – Inicialmente, eu gostaria de parabenizar V. Exª, que está conduzindo tão brilhantemente este evento, o Dr. Ricardo e o Dr. Salles. A pergunta que eu faço vai exatamente na direção do Rio São Francisco, pois sou um defensor do São Francisco e sou do Estado de Sergipe.

O Rio São Francisco passa por sua pior crise da história. Sobradinho está com 17% apenas da sua reservação. Isso quer dizer que estamos no final do período chuvoso aqui na região, que é a caixa d'água do Brasil, como o senhor muito bem falou. O que será do Rio São Francisco se não houver um dilúvio até o final de março que reponha essa água em Sobradinho e ele dê perenidade ao São Francisco?

Gostaria de saber o seguinte: eu sei que é um fórum mundial, mas o tema Rio São Francisco fará parte do Fórum? E o tema desertificação, que é consequência de uma série de processos que estão acontecendo, inclusive no Nordeste? também implica menor quantidade de água. Então, eu gostaria de saber se esses dois temas, dada a importância da bacia hidrográfica do São Francisco, que passa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por seis Estados, inclusive o Distrito Federal, mais 20 milhões de habitantes, são 2.800km, é o rio da integração nacional. Enfim, a pergunta é: o Rio São Francisco e o tema desertificação farão parte desse importante Fórum?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu agradeço a intervenção do Senador Lasier e do Senador Kaká e passo imediatamente a palavra para o Sr. Ricardo Andrade, já que as perguntas foram dirigidas para ele, a fim de que possa fazer os esclarecimentos, dentro do possível, e responder os questionamentos.

Com a palavra V. Sª.

O SR. RICARDO ANDRADE – Obrigado pelas perguntas. De fato, este é um assunto que também está na nossa pauta.

Nós teremos a dessalinização como solução para o abastecimento e também como discussão sobre tecnologia. Esse tema tem sido muito debatido, principalmente pela queda do valor do custo da energia com a energia eólica.

O Rio Grande do Norte, recentemente, editou um projeto de lei que já permite outorga de dessalinização da água do mar para abastecimento humano. E o Estado do Ceará também está trabalhando no sentido de substituir fontes hídricas, principalmente no setor industrial, com a utilização de dessalinização da água do mar.

Com relação ao Rio São Francisco, nós teremos, sim, Senador, vários debates com relação a esse assunto, e não somente com relação à revitalização do São Francisco e a proteção desse importante manancial, mas também trazendo discussões sobre a transposição do São Francisco, experiências internacionais, compartilhando essas experiências para que a nossa experiência na transposição seja melhor e o mais eficiente possível.

Eu fico à disposição para aprofundar as discussões. Estou sempre à disposição da Subcomissão para, sempre que necessário, vir à Casa e apresentar os esclarecimentos que forem necessários.

A desertificação também está nesse tema, principalmente quando formos tratar de ecossistemas, biodiversidade, preservação e recuperação de nascentes, proteção de aquíferos, enfim, são todos temas extremamente caros e extremamente importantes. O pagamento por serviço ambiental também estará presente no conjunto de 280 sessões durante quatro dias no Centro de Convenções.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria, agradecendo a participação de todos, fazer uma ressalva. Aqui nós também estamos tendo uma reunião diferenciada, que se transformou numa sessão temática. O Alvaro, Secretário da Comissão de Relações Exteriores, está aí com uma dificuldade de fazer as adaptações para que tudo que estamos discutindo e apreciando esteja rigorosamente dentro do que estabelece o Regimento da Casa, porque é assim que funcionamos, não podemos fazer diferente.

Mas eu quero agradecer – mesmo sem ter tido oportunidade, mas, certamente, mais à frente o faremos – aos internautas que vêm pelo e-Cidadania. Refiro-me aqui a Ricardo Vaz, que passou o nome; Pedro Silva; Jesica Freixo e Fernanda Carvalho, todos preocupados com tarifa, com melhor distribuição de água, com sustentabilidade da água, com a preocupação da ocupação urbana. São perguntas muito importantes que, certamente, vão compor os debates que faremos daqui para a frente.

Queria agradecer a todos que nos acompanharam. Foi uma sessão muito especial, por termos aqui o Chanceler, que é um dos responsáveis pela organização, o Senador Aloysio Nunes; o Governador do Distrito Federal, o Rodrigo Rollemberg; por termos o Presidente Eunício; o Presidente da Comissão de Relações Exteriores; a Deputada Bruna Furlan, por termos todos nós aqui participado desta sessão; foi uma maneira de trazermos, de maneira definitiva, o 8º Fórum Mundial da Água para dentro do Congresso. A partir de agora, a nossa responsabilidade é de organizar e construir, naquilo que cabe ao Parlamento brasileiro, o melhor debate, o mais profundo e objetivo debate no sentido de melhorar a legislação, visando garantir água para todos.

Então, agradecendo também aos servidores da Casa, aos consultores, aos assessores, a todos que nos acompanham pela Rádio Senado, TV Senado e aos demais órgãos de comunicação do Senado, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 52 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 38 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE MARÇO DE 2018, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e zero minutos do dia hum de março de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Fernando Collor, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Fernando Bezerra Coelho, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Fátima Bezerra, José Pimentel, Antonio Anastasia, Paulo Bauer, José Agripino, Flexa Ribeiro e Ana Amélia. Deixam de comparecer os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, Acir Gurgacz, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Ricardo Ferraço, Lasier Martins, Cristovam Buarque e Pedro Chaves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 4, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RICARDO GUERRA DE ARAÚJO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Nigéria." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o Relatório, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 2 - MENSAGEM (SF) Nº 5, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JOÃO ANDRÉ PINTO DIAS LIMA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de El Salvador." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Antonio Anastasia (*Ad hoc*), substituiu Senador Antonio AnastasiaSenador Cristovam Buarque. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o Relatório, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 3 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 245, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior, assinado em Brasília, em 19 de março de 2011." **Autoria:** Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN). **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável à matéria. **ITEM 4 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 1 de 2018** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e dos art. 90, incisos II e III, e art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública Conjunta na Comissão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), para discutir a situação dos venezuelanos que têm migrado para o estado de Roraima. Sugiro que para a referida audiência sejam convidadas as seguintes autoridades: Governadora do Estado de Roraima; Prefeito do Município de Pacaraima; Prefeito do Município de Boa Vista; Ministro do Trabalho; Ministro Aloysio Nunes Ferreira Filho – Ministro das Relações Exteriores; Representante da Igreja Católica do Estado de Roraima; Representante da Ordem dos Ministros Evangélicos de Roraima – OMER; Embaixador da Venezuela no Brasil; Representante da Organização não-governamental Fraternidade – Federação Humanitária Internacional; Representante da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR); Representante do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV)." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 5 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 2 de 2018** que: "Nos termos regimentais, requeiro a realização no âmbito desta Comissão, e em continuidade ao realizado em 2017, de um Ciclo de Painéis de Debates intitulado "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?" Os painéis ocorrerão quinzenalmente, ao longo de 2018, às segundas-feiras, às 18 horas, na Sala de Reunião da CRE e, excepcionalmente, sempre que necessário, às quintas-feiras durante a reunião ordinária da Comissão, ou nas segundas-feiras alternadas sem reunião." **Autoria:** Senador Fernando Collor. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fernando Collor

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/03/01

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 4ª Sessão Legislativa da 55ª Legislatura do Senado da República.

Comunicados.

A Organização Marítima Internacional (IMO) comemora, no próximo dia 6 de março, 70 anos da adoção da sua Convenção, no decurso de uma conferência realizada em Genebra, sob os auspícios da Organização das Nações Unidas.

A Organização Marítima Internacional congrega 173 Estados-membros, 65 outras organizações intergovernamentais, com as quais mantém acordos de cooperação em assuntos de interesse comum, e 77 organizações não governamentais com *status* consultivo.

Sendo a maior fonte de regulamentação do transporte marítimo internacional, contribui para garantir que esse setor vital, responsável por mais de 80% do comércio global em volume e mais de 70% em valor, se mantenha seguro, protegido, ambientalmente adequado e eficiente do ponto de vista energético.

Atividades da Subcomissão do Fórum Mundial da Água da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Entre os dias 17 e 23 de março de 2018, Brasília sediará o 8º Fórum Mundial da Água, o maior e mais importante evento sobre o tema em escala mundial.

Vários Chefes de Estado, Ministros, Parlamentares, autoridades, juízes e cientistas de todos os continentes participarão desse evento. A população em geral também poderá participar de diversas atividades do Fórum. Ao todo são esperadas 40 mil pessoas em Brasília, cidade que sediará o encontro.

O Senado Federal participará ativamente desse evento. Mais especificamente durante todo o dia 20 de março haverá a Conferência Parlamentar dentro do Fórum, coordenada por S. Exª o Senador Jorge Viana.

Na oportunidade, parlamentares dos mais diversos países debaterão o papel dos parlamentares e a questão "A Água", tema desse encontro.

É importante assinalar que o requerimento que pede a criação dessa subcomissão, já instalada no âmbito da Comissão de Relações Exteriores, é de autoria de S. Exª o Senador Cristovam Buarque, acompanhado de S. Exª o Senador Jorge Viana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para esse grande evento os parlamentares, Senadores e Deputados Federais, terão a inscrição franqueada pela organização do Fórum e deverão proceder à inscrição no *website worldwaterforum8.org/pt-br*. Esse *site* terá seu endereço disponível pelos instrumentos de comunicação do Senado Federal.

Com o intuito de proceder aos preparativos do Fórum, houve a criação da Subcomissão Temporária do 8º Fórum Mundial da Água no âmbito desta Comissão, sob a presidência de S. Exª o Senador Jorge Viana, e a vice-presidência do Senador Cristovam Buarque, nos termos do requerimento desta Comissão RRE nº 43/2017, aprovado em 14 de dezembro de 2017.

Nesse sentido, no dia 8 de março, próxima quinta-feira, às 9h, no Plenário 7 da Ala Senador Alexandre Costa, haverá audiência pública da Subcomissão do Fórum Mundial da Água, com a presença de autoridades sobre o assunto, para debater assuntos como mudanças climáticas e segurança hídrica e inovações legislativas.

Por fim, aproveitando a presença em Brasília de inúmeros conferencistas internacionais, legisladores, juízes, membros do Ministério Público, professores de Direito Ambiental e estudiosos do tema "água", a Organização dos Estados Americanos (OEA), o Instituto do Direito por um Planeta Verde e a Procuradoria-Geral da República realizarão o Colóquio Latino-Americano do Direito da Água, na sede da PGR, no domingo anterior ao 8º Fórum Mundial, dia 18 de março de 2018, às 14h.

Como disse anteriormente, ao anunciar a criação da subcomissão temporária dos preparativos para o 8º Fórum Mundial da Água, é absolutamente indispensável, antes do início dos trabalhos do Fórum, que se estabeleça com clareza e dentro dos limites que não afetem a soberania e segurança dos países envolvidos o que significa, com exatidão, o conceito de compartilhar.

Entendo eu que se refere ao compartilhamento de experiências anteriores já obtidas em vários países, experiências vitoriosas em vários países, como a transformação da água não potável em água potável e outras iniciativas do gênero. E dentro desse conceito de compartilhamento é que eu entendo, salvo melhor juízo daqueles que estarão participando, que os debates deverão se desenvolver.

O próximo comunicado é uma avaliação deste ano de 2018 na visão de diversos analistas e de fontes como The Economist, Financial Times e outros órgãos.

"2018, um ano nervoso.

A história sugere que a agitação mal começou. Considere a virada do século passado, outra era de rápida globalização e mudanças tecnológicas dramáticas. A Internet das Coisas e a inteligência artificial estão transformando economias agora tanto quanto a eletricidade e as ferrovias as transformaram naquele tempo. A escala da criação de riqueza e o grau de desigualdade são similares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Naquele tempo, como agora, a raiva dos que foram deixados para trás deu origem a um populismo desenfreado na forma de hostilidade direcionada a migrantes e à elite.

No fim do século XIX veio a era progressista. Demorou anos, mas a demanda popular por mudanças ensejou uma transformação radical do equilíbrio entre Estado e mercado, da introdução da tributação progressiva e maior proteção social à legislação antitruste.

Os líderes empresariais terão maior participação na formulação de políticas públicas, especialmente na área tecnológica, na qual os gigantes da indústria norte-americana terão de lutar contra uma crescente ameaça tecnológica conhecida como *techlash*.

As rupturas movidas pela tecnologia irão se intensificar. *Drones* comerciais, carros autônomos, inteligência artificial, computação quântica, transmissão de dados por redes móveis, novos tipos de medicamentos, tudo isso vai avançar.

A engenharia deve ter um papel maior nas discussões climáticas. Se o mundo quer atingir os objetivos definidos pelo Acordo de Paris, os modelos climáticos exigem que até o fim do século a humanidade desenvolva a capacidade de remover da atmosfera os bilhões de toneladas de dióxido de carbono que colocou lá. As intervenções nessa escala são conhecidas como geoengenharia, e os elaboradores de políticas públicas há muito tempo a evitam, mas agora precisam considerá-la com muito mais seriedade.

Os líderes também precisam reconhecer as promessas e os perigos de novas formas de geoengenharia. Elas consistem em tentar esfriar o Planeta por meio do aumento da quantidade de luz solar refletida de volta ao espaço, que pode ser realizada clareando certos tipos de nuvens ou injetando na estratosfera uma fina camada de partículas semelhantes às que são vistas após erupções vulcânicas.

Em 2018, Harvard pretende investigar os efeitos físicos e químicos que essa cobertura de partículas pode ter. É improvável que os objetivos do Acordo de Paris sejam atingidos sem a utilização de abordagens novas, mas, sem uma discussão completa e aberta, nós nunca saberemos. Esta é a geoengenharia.

No campo da economia: a economia mundial entrará em um ritmo respeitável. Ela parecerá quase saudável em 2018. Dez anos depois do começo da Grande Recessão e depois da década de mal-estar econômico que ela gerou, começa a aparecer uma percepção de bem-estar generalizado. A produção global em 2017 cresceu no ritmo mais acelerado desde 2008, mas o ano não chegou a ser otimista. O crescimento global, nas taxas de câmbio do mercado, andou lentamente, ficando em 2,9%, abaixo dos 3%, que já foram considerados medianos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O crescimento em 2018 deve ser ainda menor, ficando em 2,7%, mas isso esconde uma realidade mais encorajadora: todas as grandes economias desenvolvidas e em desenvolvimento estarão crescendo. A América do Norte e a União Europeia crescerão a uma respeitável taxa próxima de 2%. Brasil e Rússia saíram das suas recentes recessões, as economias dos outrora Tigres Asiáticos, como a Indonésia e a Malásia, vão reunir um vigoroso 5% e a Índia vai acelerar a quase 8%. A economia indiana terá o crescimento mais rápido do mundo. Apenas a China, assolada por dívidas, parece genuinamente preocupante, mas os líderes do país alimentarão demanda o suficiente para empurrar o crescimento para quase 6%.

A Zona do Euro tem sido uma surpresa agradável. Ela aguentou duas recessões na década passada e sobreviveu a uma quase ruptura. Agora ela está quase enérgica. Os empréstimos para consumidores estão aumentando, o sentimento econômico está no maior patamar dos últimos dez anos e o desemprego está caindo.

A taxa de desemprego cairá para 8,5% em 2018, quando já esteve em 12% recentemente, em 2013. A Europa não estará explodindo. O envelhecimento da população e baixos investimentos vão segurá-la, e o Brexit paira sobre o futuro da União Europeia em geral, mas o novo ano começará não com um clima de crise, mas de normalidade.

Em relação ao Oriente Médio: os povos do Iraque e da Síria se perguntarão que novos conflitos emergirão após a derrota territorial do Estado Islâmico. O recuo do Estado Islâmico fará com que o foco mude para as milícias curdas, o Hezbollah e a Al Qaeda. Os curdos são a maior minoria da região, que não têm um estado próprio, mas tanto no Iraque quanto na Síria eles se mostraram vitais na luta contra o Estado Islâmico, com ajuda do Ocidente.

Os jihadistas verão na nova rivalidade entre seus inimigos a esperança de um regresso, como fizeram no passado. Alguns dos sobreviventes do Estado Islâmico levarão a violência para seus países natais. Sem o califado físico, muitos serão absorvidos pela Al Qaeda, da qual eles se separaram, que vai se reafirmar como a principal rede jihadista. Prestem atenção na figura que vai ficar cada vez mais proeminente em 2018: Hamza, o filho de Osama bin Laden. Oficialmente o Irã vai se manter comprometido com o acordo nuclear que foi negociado com seis potências mundiais. Sua exportação de petróleo dobrou desde que o acordo foi assinado em junho de 2015. O comércio com a Europa dobrou com o Irã nos primeiros seis meses de 2017.

Israel: Benjamin Netanyahu, o primeiro-ministro israelense, diz que o futuro pertence àqueles que inovam. Ele destaca que 87% das águas residuais de Israel são recicladas, não contando aí as águas dessalinizadas, somente as águas recicladas: 87% das águas residuais de Israel são recicladas. Ele diz que as duas lições que o milagre econômico de Israel tem a dar para o ano de 2018 e além são: "inove ou pereça" e "'inove para criar alianças e promover a paz".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As façanhas tecnológicas de Israel trouxeram muitos novos amigos ao lado da aliança insubstituível – "insubstituível" entre aspas – com os Estados Unidos da América. Israel negociou pactos econômicos com o Japão e a China. As relações com a Índia estão crescendo. Netanyahu visitou a África duas vezes e foi o primeiro chefe de governo israelense a visitar a Austrália e a América Latina. Mas talvez, continua Netanyahu, a mudança mais promissora esteja mais perto de casa. Muitos países árabes não veem Israel como um inimigo, mas como um aliado indispensável na batalha comum contra o islamismo militante. Eles também buscam a tecnologia israelense para ajudar suas economias.

A potencial normalização das relações com os estados árabes pode ajudar a pavimentar o caminho para a paz com os palestinos.

Boas notícias: a Arábia Saudita viverá uma abertura e, eventualmente, vai ganhar um novo rei. O país está mudando, e continuará mudando, hesitantemente, em 2018. O jovem príncipe herdeiro, Mohammad bin Salman, ou MBS, como ele é chamado, está sacudindo o *status quo* social, político e economicamente. A própria ascensão do príncipe rompe com as tradições. MBS, como ele é conhecido, tem grandes ambições para reformar o reino. Essas ambições começam pela economia. O plano do príncipe herdeiro, conhecido como Vision 2030, tem o objetivo de desligar o país da sua dependência das receitas do petróleo, que há muito tempo bancam benefícios generosos e cargos no governo. Para isso, MBS quer cortar subsídios e diversificar a economia.

Confrontado pelo povo descontente, ele voltou atrás em medidas de austeridade em 2017, mas o maior teste para a sua coragem reformista será a venda de 5% da Saudi Arabian Oil Company, a Aramco, a gigante do petróleo, controlada pelo governo. Apesar de estar prevista para 2018, essa venda será adiada. Ademais, a avaliação da Aramco ficará bem abaixo dos US$2 trilhões pelos quais MBS espera, em parte porque a própria interferência do príncipe na companhia preocupa os investidores. Quer dizer, 5% da Aramco é avaliado em US$5 trilhões.

Todas essas mudanças não perturbam somente os clérigos. A realeza também ficou aborrecida com a rápida ascensão de MBS e de sua decisão de dar a outros príncipes jovens posições importantes. O príncipe herdeiro também aumentou as preocupações sobre suas intervenções precipitadas no exterior, como na guerra desastrosa no Iêmen e o isolamento do Qatar.

Ásia: a Ásia e o mundo vão olhar para o abismo nuclear decorrente da diplomacia arriscada da Coreia do Norte. O resultado será um ano de tensão nuclear. Os Estados Unidos não serão mais capazes de fingir. Com as sanções certas e a pressão diplomática, a Coreia do Norte pode ser persuadida a abandonar os seus programas nucleares de mísseis.

Ao contrário, conforme a retórica e a postura militares se enrijecem, o mundo vai olhar para o abismo. Em 2018, ao contrário, Kim Jong-un, o líder do Coreia do Norte, é quem vai tomar todas as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

decisões do lado norte-coreano. Nem a Rússia nem a China, os supostos aliados de Pyongyang, têm influência lá agora. De fato, as relações chinesas com o seu pequeno vizinho chegarão perto do ponto de ruptura.

Japão: o Japão se prepara para uma nova era com a planejada abdicação do Imperador Akihito, que tem 83 anos – completará no ano que vem; melhor dizendo, neste ano de 2018. Então, o Japão se prepara para uma nova era com a planejada abdicação do Imperador Akihito, que tem 83 anos, neste ano de 2018.

Essa perspectiva irá provocar especulações, da Arábia Saudita à Grã-Bretanha, sobre qual dos monarcas vai decidir abdicar: o Rei da Arábia Saudita, Salman bin Abdulaziz Al Saud, com 81 anos, já nomeou seu filho mais novo, Mohammad, como herdeiro; e a Rainha Elizabeth II, já completou 91 anos.

Em relação à China, a China não ficará muito atrás do crescimento da Índia e vai projetar cada vez mais um aumento da confiança global, econômica, política e militarmente sob a recentemente reforçada liderança do Presidente Xi Jinping. De acordo com o correspondente da revista *The Economist* em Beijing, John Parker, Xi anunciou uma nova era, mas não será uma era de reformas no sentido que o Ocidente entende.

Essa nova rodada de reformas com características chinesas significará mais controle do Partido sobre as empresas, mais subsídios industriais conduzidos pelo Estado e fusão e transformação das empresas estatais em campeãs nacionais e supervisão mais firme da economia *on-line*. É duvidoso se isso será bom para a economia como um todo na década vindoura, mas Xi Jinping acredita que isso será bom para o Partido, e essa é a sua prioridade.

Há também um despertar climático na China, de acordo com Hu Shuli, editor-chefe da revista chinesa *Caixin Media*. Segundo ele, a mudança climática alterou a atitude das pessoas. Demorou muito para a China acordar para a mudança climática, mas nos próximos anos o país irá se tornar um líder mundial em enfrentar as causas do aquecimento global. As pessoas passaram da ignorância à luta pelo direito à informação, a tomar a iniciativa e demandar ações governamentais. A China é o maior emissor de dióxido de carbono do mundo. Agora ela está trabalhando para pôr a casa em ordem. O povo chinês agora entendeu o verdadeiro significado da frase "Nós só temos uma Terra".

Graças ao seu tamanho e ao dinamismo das suas *startups*, a China vai liderar a corrida na coleta de grandes quantidades de dados referentes à concentração mental, *mind concentrating*, e monitoramento de pessoas.

Estados Unidos da América.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Edward Carr, editor da revista *The Economist*, acredita que a Coreia do Norte definirá a posição dos Estados Unidos da América no mundo. Sob o comando do novo Presidente, os Estados Unidos da América iriam se concentrar em atingir a grandeza em casa, conforme se libertavam dos custos de tentar sustentar o sistema global que eles próprios construíram após a Segunda Guerra Mundial.

Durante o seu primeiro ano, o líder norte-americano virou em ambas as direções, mas, em 2018, ele terá que fazer uma escolha. A razão para isso é a Coreia do Norte. A busca de Pyongyang por uma bomba nuclear que possa atingir o território continental dos Estados Unidos, o que parece já um fato consumado, testará os instintos mais profundos do líder norte-americano.

Conforme a crise torna-se incontornável, não haverá espaço para ambiguidade. Ele optará por diplomacia ou guerra? Ele honrará suas alianças ou vai deixar seus aliados às margens? Ele vai fortalecer a ordem americana na Ásia, trabalhando com a China, ou ele irá derrubá-la?

O líder norte-americano poderia recorrer à dissuasão e à contenção, como o seu país eventualmente fez com a China quando Mao Tsé-Tung estava adquirindo a bomba na década de 1960, e como Obama fez com o Irã antes que o programa de Teerã estivesse completo, mas isso deixaria cidades norte-americanas vulneráveis a um ataque da Coreia do Norte. Ou ele poderia romper com o passado e usar a força, correndo o risco de entrar em uma guerra e causar perdas de vidas catastróficas na Ásia.

A escolha do líder norte-americano também moldará a relação entre os Estados Unidos da América e a China. Cooperação genuína pode estabelecer as bases para que as duas superpotências trabalhem juntas extensivamente. Ou o regime de Kim Jong-un poderia entrar em colapso e tropas norte-americanas seriam obrigadas a sair da Coreia do Sul – elas estão lá estritamente para proteger o sul do norte –, levando à unificação de uma Coreia que estaria sob influência da China.

No pior dos casos, tropas chinesas e americanas poderiam acabar lutando. Se Trump optar por dissuadir e conter a Coreia do Norte, por honrar suas alianças e por conquistar a confiança da China, ele ainda poderia consolidar o sistema global que personifica a grandeza americana.

Em sua política externa, assim como em muitos outros assuntos, Trump gosta de deixar que as pessoas adivinhem. Porém, o tempo para adivinhar está quase acabando.

É de se notar aqui a bela imagem que todos nós, tenho certeza, guardamos dessas últimas Olimpíadas, quando as duas Coreias se uniram na disputa dos Jogos Olímpicos de Inverno agora, recentemente, na Coreia do Sul. Foi uma demonstração de que realmente no *animus* do povo norte-coreano e do povo sul-coreano existe uma identificação muito forte e o desejo de uma pacificação entre as duas Coreias. Essa foi uma ação diplomática do Governo da Coreia do Norte e do da Coreia do Sul que merece todo o nosso entusiasmo, pretendendo que esse primeiro passo no reencontro das duas Coreias prossiga daqui por diante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em novembro, as eleições de meio de mandato, o *midterm elections*, nos Estados Unidos, quando haverá a renovação total da Casa de Representantes e de metade do Senado, serão vistas como um veredito dos dois primeiros anos da administração do atual Presidente. Elas oferecem aos Democratas a chance de recuperar a maioria na Câmara Baixa.

União Europeia.

A União Europeia começará 2018 no clima mais otimista da década. As energias da União Europeia foram restauradas pela eleição de Emmanuel Macron, Presidente francês, apaixonadamente pró-Europa, e por um sentimento de que a maré cheia de populismo eurocético já passou. Pela primeira vez, em anos, há um cheiro de possibilidade no ar.

Isso se expressará de duas formas: uma agenda assertiva, centralizada em integração e crescimento, e, sob a tutela de Macron, uma agenda protetora, para tirar as presas dos populistas. A Europa poderá ter uma primavera em seu caminho. O quanto vai durar dependerá do sucesso das ambiciosas reformas do Presidente francês em seu país.

Macron emergirá como um equivalente moderno de Teddy Roosevelt, o Presidente norte-americano mais associado à Era Progressista norte-americana, década de 1890 à década de 1920.

Existem fortes semelhanças entre os dois homens: ambos embrulham uma proposta de reformas na retórica de renovação e grandeza nacional. Como Roosevelt, Macron está promovendo um novo tipo de contrato social que encoraja competitividade e empreendedorismo enquanto protege os trabalhadores que saíram perdendo.

Estariam os países da Zona do Euro prontos para uma união bancária em 2018? A Alemanha não estaria muito interessada nisso. Ela se preocupa que seus contribuintes frugais sejam obrigados a arcar com os excessos dos países menos ajustados, mas a ideia tem apoio. Se a Alemanha puder ser aplacada, um sistema de garantia de depósitos em nível europeu ajudaria a espalhar o risco de outro colapso bancário.

No comércio, a União Soviética vai discutir, e, em alguns casos, concluir, negociações de variados graus de ambição com parceiros que incluem Japão, México, Mercosul e Austrália. Também terão início as negociações sobre o comércio com a Grã-Bretanha conforme ela se prepara para deixar a União Europeia. Aguarde por longas reuniões de cúpula no fim de 2018, conforme o fim do prazo para a assinatura de um divórcio se aproxima, a tempo da longa marcha para a ratificação, até março de 2019.

A questão catalã parece ser, dessas, a mais dramática. Os outros países da União Europeia esperam que os governos em Madri e Barcelona se entendam sem mediação, mas podem ser forçados a intervirem se os conflitos derem uma guinada em direção à violência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Alemanha vai concordar com as condições estabelecidas por Macron para um orçamento para a Zona do Euro somente sob a condição de que ele seja pequeno demais para fazer uma diferença. O momento mais simbólico do ano virá em agosto caso o Governo da Grécia consiga sair de seu terceiro resgate da dívida.

Alemanha.

Na Alemanha, a era pós-Merkel se aproxima. Em 2018, o reinado da Chanceler começa a chegar ao fim. Ela pode renunciar mais cedo ao cargo de líder do partido – o que parece improvável, em função das últimas providências que estão sendo tomadas –, que é independente das posições de Chanceler. Essa decisão dela é independente da posição de Chanceler que ela ocupa.

Uma oposição com robustez revigorada confrontará Merkel conforme ela tente tomar decisões sobre questões importantes para a Alemanha e a Europa. O partido de direita-radical, alternativa para a Alemanha como a terceira maior força do Bundestag, será uma presença barulhenta e organizará provocações e manobras para ganhar publicidade, isto é, se não for consumido por disputas internas.

Depois dos 12 anos de administração Merkel, muitos em Berlim enxergam sua eventual saída como uma chance para mudanças, renovação e, talvez, uma reconciliação com os mais de dois milhões de eleitores perdidos pelo CDU/CSU para o partido Liberal Democrático e a AfD nas eleições do ano de 2017.

A negociação para formar um novo governo na Alemanha já se tornou a mais longa da história (passou a última mais longa, de 2013, na quarta-feira, no final do ano passado, 20 de dezembro, quando completou 87 dias desde a eleição sem formação de coligação).

No entanto, o partido alemão, União Democrata-Cristã (CDU), da Chanceler Merkel, aprovou nessa última segunda-feira os termos do acordo de coligação por ela negociado com o Partido Social-Democrata para formar um novo governo alemão.

Na convenção nacional do CDU, realizada em Berlim, o acordo firmado no início de fevereiro foi apoiado por ampla maioria dos filiados ao partido. Agora, o último passo para oficializar a coligação é a aprovação do acordo pelos 460 mil filiados do SPD, que se dará pelo envio de votos pelos correios, e cujo resultado será divulgado nesse domingo, 4 de março.

França.

De acordo com o Sophie Pedder, chefe do escritório da revista *The Economist*, em Paris, Emmanuel Macron busca reformar seu país e o continente europeu. Com a Grã-Bretanha pós-Brexit em recuo e Angela Merkel em suas dificuldades momentâneas, em 2018, Macron prosseguirá sua reivindicação à futura liderança europeia. Recém-saído da sua eleição em maio de 2017, o jovem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

presidente francês buscará, primeiramente, reformar seu próprio país e, então, tentará aproximar-se dos europeus, restaurando a confiança no futuro da União Europeia.

Reformar a França é um pré-requisito para o progresso na Europa. Macron começou a remover regulações do mercado de trabalho quatro meses após ter assumido o seu mandato. Mas ele vai querer ir mais longe. Ao reorganizar o Estado de bem-estar social da França, cortando impostos e outras amarras das empresas, ele quer encorajar o crescimento econômico e a geração de empregos. Ele vai revisar o orçamento para melhorar o treinamento vocacional do país, aumentar o número de vagas em programas de aprendizagem, e revigorar centros de emprego. O seu governo também vai começar uma reforma no sistema previdenciário, modernizar o serviço público e remodelar a educação.

Parece um espelho do que se tem que fazer aqui pelo Brasil.

Ele espera transformar a França não em uma América ou Grã-Bretanha sem regulamentações, mas numa espécie de Escandinávia à *la française.* A reforma da previdência será um bom teste. O sistema francês atual conta com 35 programas, dá a trabalhadores diferentes direitos, carece de transparência e desencoraja a mobilidade profissional.

Itália.

Na Itália, as eleições do próximo domingo, dia 4, para renovação das cadeiras da Câmara dos Deputados, 630 cadeiras, e do Senado, 320 cadeiras, podem dar ao partido anti-*establishment*, *MoVimento 5 Stelle* (Movimento das Cinco Estrelas), o maior número de cadeiras no parlamento. Esse é um movimento que tem crescido muito na Itália. Não terá menos que 25% dos votos nas próximas eleições.

A chave para prever os resultados encontra-se nas novas regras aprovadas pelo parlamento italiano em outubro: dois terços dos membros de cada Câmara – do Senado e da Câmara dos Deputados – serão eleitos pelo voto proporcional; e o terço restante será escolhido pelo voto majoritário nos distritos, com uma vaga cada.

A nova lei também favorece as alianças eleitorais entre partidos. Isso pode prejudicar um dos dois maiores partidos da Itália, o *MoVimento 5 Stelle*, que tem de 25 a 30% dos votos, movimento que nasceu ontem. É incrível isso. Até agora, o partido se recusou a se aliar com os demais. Ele não quer aliança com nenhum partido. Os indecisos chegam a 30%, a maioria composta por mulheres.

O Movimento deve conquistar cadeiras suficientes para impedir a formação de um governo puramente de direita ou de esquerda. O cenário que mais preocupa o mercado é aquele em que o inexperiente *MoVimento 5 Stelle* abandone sua política de não-cooperação e forme uma coligação populista com a xenofóbica *Lega* (a antiga Liga do Norte). As chances de um tal governo parecem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

remotas, e há sinais de que o Movimento fundado pelo comediante Beppe Grillo está adquirindo um apetite pelo poder. Assim como a *Lega* (Liga do Norte), eles atenuaram o seu euroceticismo e o seu candidato para primeiro-ministro é o político profissional de 31 anos de idade, Luigi Di Maio, que claramente foi escolhido para tranquilizar os eleitores convencionais. Um dos resultados possíveis para essas eleições é uma desajeitada coligação entre o Partido Democrático (social-democrata), atualmente no poder, e o *Forza Italia*, de Silvio Berlusconi – um governo que teria dificuldades em concordar sobre as profundas mudanças que o país ainda precisa. Um governo que inclua o *MoVimento 5 Stelle* permanece improvável, mas não é impensável.

Os principais institutos de pesquisa concordam que a única aliança eleitoral com chances de conseguir a maioria absoluta no parlamento é aquela forjada à direita, por Berlusconi. Prometendo endurecimento com relação aos imigrantes ilegais e a adoção de alíquota única para o Imposto de Renda, o ex-primeiro-ministro e seus aliados conseguiram subir nas pesquisas.

O partido de Berlusconi, *Forza Italia*, tem apoio em todo o país, mas apenas 17% das intenções devoto. Para a vitória, ele depende de aliados com fortes bases regionais, que têm a expectativa de obter um bom desempenho nos distritos com voto majoritário, como a *Lega* (a ex-Liga do Norte), com 13% das intenções de voto.

A *Forza Italia* também precisará do apoio da agremiação *Fratelli d'Italia*, um pequeno partido com raízes neofascistas, com forte apoio na região de Roma, e o da aliança de pequenos grupos do extremo sul do país, *Noi con l'Italia,* liderada por ex-membros da antiga democracia cristã. O resultado dessas eleições será decidido por esse grupo do Sul, considerado o curinga do pleito, ou seja, *Noi con l'Italia*.

Berlusconi não pode ser primeiro-ministro devido ao banimento de assumir cargos públicos devido a uma condenação por sonegação de impostos. Mas o atual Presidente do Parlamento Europeu, Antonio Tajani, seria, segundo se especula, o homem considerado por Silvio Berlusconi como sua provável escolha para o cargo de premiê italiano.

Reino Unido.

As negociações do Brexit demandarão decisões difíceis que gerarão crises políticas. Há uma forte possibilidade de um político proeminente vir a renunciar, dadas as divisões dentro do Partido Conservador britânico entre os que querem deixar o Mercado Comum rapidamente e aqueles que querem permanecer nele quanto tempo for possível. As negociações serão lentas, diligentes e, acima de tudo, maçantes.

Theresa May lidera um governo de minoria. Graças à sua performance desastrosa nas eleições, agora ela tem que contar com o pequeno *Democratic Unionist Party*, DUP– Partido Democrático Unionista, da Irlanda do Norte, para governar. Isso colocará o parlamento de volta ao centro da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

política britânica, depois de um longo período com 10, de *Downing Street*, em ascensão. Os conservadores estão no governo há muito tempo, desde 2010. Todos os governos transformam-se em panelas de pressão quando passam muito tempo no poder. O motivo para isso é que as pessoas que não ganham cargos perdem a paciência.

Países europeus fora da União Europeia.

Países europeus fora da União Europeia continuam se mostrando potenciais fontes de instabilidade – não apenas na Rússia, mas também nos Bálcãs Ocidentais, onde as tensões estão altas e poderes externos participam de um complexo jogo geopolítico: a Turquia, deslizando para o autoritarismo, é uma constante dor de cabeça; e a União Europeia pode encerrar as negociações estagnadas para que ela se torne membro do bloco. E as fricções regionais, junto da constante ameaça do terror, também vão acelerar as conversas nascentes da União Europeia sobre cooperação em assuntos de inteligência e defesa.

Rússia.

Alexei Navalny, político oposicionista e candidato às eleições presidenciais, será impedido de concorrer. Ele convocará um boicote das eleições, declarando-as como ilegítimas. Mas de acordo com Noah Sneider, correspondente do *The Economis*t em Moscou, Putin vai ganhar com facilidade agora em março, e garantirá mais seis anos no poder, ao fim dos quais ele terá passado quase um quarto de século no poder.

Esse mandado presidencial é o último que será permitido a Putin, de acordo com a constituição russa. A não ser que ele decida mudar as regras, sua vitória marcará o início da era pós-Putin. A primeira tarefa do novo governo será a reforma econômica. Mesmo tendo se recuperado da recessão de 2014-2016, o velho modelo russo baseado em petróleo se esgotou. Sem mudanças profundas, a Rússia vai encarar anos de crescimento lento. O Kremlin já delegou a vários grupos a preparação dos planos de reforma. Alexei Kudrin, um ex-ministro das Finanças, passou grande parte do ano de 2017 elaborando uma estratégia para impulsionar o crescimento russo e promover a modernização tecnológica. O quarto mandato de Putin começará a se moldar, de forma parecida com o seu terceiro mandato, em meio a uma economia de crescimento lento, uma ideologia conservadora nacionalista e uma posição desafiadora no cenário global. Isso o manterá no comando, mas aumentará a possibilidade de um período problemático quando ele o deixar.

Em artigo na mesma edição da revista *The Economist*, Alexei Navalny prevê que os jovens russos que anseiam por mudanças descobrirão seu próprio poder. Ele destaca que escreve o prognóstico de uma cela. Desde que anunciou a sua candidatura à presidência, ele tem passado um em cada cinco dias na cadeia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele prevê que duas tendências moldarão a Rússia em 2018: a contínua fossilização do pequeno grupo de pessoas que manipula as alavancas do poder e o desenvolvimento da nova geração de cidadãos russos.

Segundo escreveu, a interferência ágil nas campanhas presidenciais de Hillary Clinton e Emmanuel Macron inspirou o Kremlin. As regras da mídia moderna, em que os números de cliques e retuítes importam muito mais que a verdade, foram perfeitamente entendidas. Putin acredita que esse é o seu *soft power*.

Em 2018, veremos a formação de uma nova classe política. Seu núcleo serão pessoas jovens, abaixo dos 35 anos de idade, cuja vida inteira se passou sob o comando de Putin. Tais pessoas não se sentem inspiradas por conservadorismo falso. Eles querem empregos e salários que correspondam a seu nível de educação e a padrões europeus porque eles não duvidam do óbvio: que vivem na Europa. Em 2018, essa nova classe russa vai perceber o seu papel e seu poder, segundo o articulista.

América Latina.

Na América Latina, dois gigantes regionais – Brasil, em outubro, e México, no dia primeiro de julho – terão eleições gerais, que só coincidem a cada 12 anos. Populistas de diferentes matizes vão tentar a sorte em ambos os países. Alguns mercados emergentes também serão uma nova onda populista, notadamente no México, onde Andrés Manuel López Obrador, um veterano radical, saiu ganhando com os longos discursos anti-México por parte do Presidente norte-americano.

A Colômbia também testará a sua política depois da celebração, de acordo com os guerrilheiros das Farc, nas eleições legislativas marcadas agora para este mês, no dia 11 de março, e as presidenciais no dia 27 de maio. Será uma surpresa se, na eleição presidencial da Venezuela, no próximo mês de abril, a posição do ditador Nicolás Maduro for ameaçada.

Em Cuba, haverá uma troca importante de liderança na região. Em 24 de fevereiro de 2018 último, Raúl Castro, 86 anos, se aposentou como presidente. A família Castro governa o país desde 1959, quando a revolução de seu irmão, Fidel Castro, triunfou. Será a primeira vez, desde a revolução, em que Cuba será governada por alguém cujo sobrenome não é Castro. Raul continuará como líder do Partido Comunista cubano, de acordo com a Constituição, até o ano de 2021. Mas, pela primeira vez, desde a revolução, o líder do partido será desprovido de poderes executivos, provavelmente até mesmo do comando do Exército.

A partir de 2018, Cuba terá dois líderes, pelo menos por algum tempo. As grandes questões que eles terão de resolver são: primeiro, se vão acelerar, frear ou reverter o passo da liberalização da economia de Estado cubano; e, depois, se darão mais espaço aos críticos internos do regime e se vão cooperar ou se distanciar dos Estados Unidos, do líder americano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A maioria dos especialistas em assuntos cubanos acredita que o segundo líder, depois de Raúl Castro, vai ser Miguel Díaz-Canel, de 57 anos, atual Primeiro Vice-Presidente de Cuba.

Esse texto foi baseado em vários artigos, de vários periódicos, jornais e revistas, apresentados pelo *The Economist*, *Financial Times*, a Rede BBC e outros veículos de informação.

Agradecendo a paciência de todos pela leitura desse longo comunicado, mas, sendo esta a nossa primeira reunião, seria importante compartilhar com todas as Srªs e os Srs. Senadores as perspectivas que o mundo tem para este ano que se iniciou, de 2018.

Passamos agora à nossa pauta deliberativa.

Item 1.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 4, de 2018

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Sr. Ricardo Guerra de Araújo, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Nigéria.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pronto para deliberação

Observações: *Leitura do relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.*

Passo a palavra a S. Exª o Senador Flexa Ribeiro para proferir o seu relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente, antes do Senador... Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem S. Exª a Senadora...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – É só lembrar que hoje, excepcionalmente – porque sempre a Ordem do Dia da sessão ordinária tem começado às 11h às quintas-feiras –, mudou para as 10h da manhã. Só para alertar V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado pela lembrança, Senadora.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Pela ordem, Sr. Presidente, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem... Perfeitamente. Se eu soubesse disso, não teria lido tanto... Pois não, Senador.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN. Pela ordem.) – É só para cumprimentar V. Exª pelo relatório apresentado com relação à situação no mundo inteiro. Eu tive a iniciativa de pedir a V. Exª e submeter ao Plenário a continuidade desse trabalho, que eu acho que é meritório. Fornece aos membros da Comissão uma visão atualizada da situação no mundo, principalmente na Europa, como V. Exª acabou de colocar, que é modelo para aquilo que deve ser feito ou pelo menos para debate sobre o que deve ser feito.

Então, eu acho que esses depoimentos, esses relatórios que são apresentados na Comissão de Relações Exteriores deveriam ser distribuídos com os Senadores como um todo porque o mundo globalizado passa pelo Brasil ou o Brasil passa pelo mundo globalizado. Então, as informações que são criteriosamente, com muita competência, ajuntadas no relatório precisam chegar ao plenário do Senado como um todo para que os Senadores tenham a consciência de que o mundo está se comportando dessa maneira. E o Brasil passa pelo mundo.

Então, eu insisto com V. Exª. Muita massa cinzenta foi gasta com a preparação desse relatório, que é o primeiro deste ano. Então, é importante que ele seja distribuído com o corpo de Senadores como um todo como uma forma de você possibilitar que os Senadores atualizem seus conhecimentos com relação ao que se passa no mundo.

Eu acabei de estar agora na Espanha, em uma reunião da IDU, que é a Internacional Democrata de centro, que reuniu 36 países, onde esse tipo de assunto era discutido. Nem de longe com a profundidade como esse relatório trouxe, nem de longe, em uma reunião que aconteceu na Espanha reunindo 36 países que falaram... Ásia, África, América, Europa falaram com rápidas pinceladas sobre a situação nos seus países, mas nunca com a profundidade e com a lucidez com que esse relatório foi apresentado.

É o depoimento que quero prestar, com o pedido que faço. Porque deve estar dando muito trabalho para preparar esses relatórios. Então, esse trabalho, essa inteligência, essa mão de obra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qualificada precisa chegar aos restantes Senadores com assento na Casa. É a sugestão que faço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador José Agripino. Foi V. Exª que realmente teve a iniciativa de sugerir que fosse distribuída aos membros desta Comissão a leitura desses comunicados.

Não estou distribuindo para o restante das Srªs e Srs. Senadores porque, não sei, eu me sinto um pouco acanhado, achando que nós queremos de alguma forma influir ou dar opinião. Mas, como é a segunda vez que V. Exª me solicita isso, eu peço então ao secretário que providencie a distribuição a todos os gabinetes das Srªs e Srs. Senadores, pedindo licença para fazer chegar às mãos deles a leitura desses comunicados que fazemos no âmbito da Comissão de Relações Exteriores.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Não se acanhe, Senador Collor, porque o material está de muito boa qualidade. Eu já assisti a vários. Eu vinha ouvindo no rádio agora a caminho da comissão o início da sua leitura e completei a audiência aqui pessoalmente. É de muito boa qualidade, todos os relatórios apresentados por V. Exª são de muito boa qualidade. Não falseiam com a verdade, são informativos, são instrumentos de atualização, de raciocínio, de comportamento do mundo. E eu acho que é material de muito boa qualidade e com toda a procedência para ser entregue e distribuído aos membros do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador José Agripino.

Com a palavra S. Exª o Senador Flexa Ribeiro, para apresentação do seu relatório.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Como Relator.) – Presidente Senador Fernando Collor, essa iniciativa do Senador Agripino pode ser colocada junto aos outros Senadores, que vão receber o material que V. Exª nos traz todas as semanas nas nossas reuniões como sugestão do Senador Agripino e deliberação da Comissão, para que a distribuição seja sem nenhum motivo de V. Exª ficar constrangido por estar distribuindo. Então, faça isto: encaminhe porque é bom para o corpo dos Senadores todos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL. *Fora do microfone*.) – Muito obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Esta Casa é chamada a deliberar sobre a indicação do Sr. Ricardo Guerra de Araújo, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Federal da Nigéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Sr. Ricardo Guerra de Araújo é filho de Nilton de Jesus Araújo e Maura Guerra Araújo e nasceu em Brasília, em 1961.

Em 1983, concluiu o Curso de Preparação, passando a integrar os quadros do Itamaraty no ano seguinte, no posto de Terceiro-Secretário. Ascendeu a Conselheiro em 2004 e a Ministro de Segunda Classe em 2007.

No âmbito do Instituto Rio Branco, em 2006 apresentou e teve aprovada com louvor a sua tese intitulada – aspas: "As Ambições Normativas e a Estratégia Comercial da União Europeia em Negociações de Acordos Preferenciais de Comércio: o Caso do Mercosul" – fecho aspas.

Entre as funções desempenhadas destacam-se as de Segundo-Secretário na Delegação Permanente junto ao GATT/OMC de 1989 a 1992; chefe do setor econômico na Embaixada em Praga, de 1992 a 1995; assistente na Divisão de Política Financeira – DPF, de 1997 a 1999; coordenador das Negociações Comerciais Interregionais Mercosul-EU em Bruxelas, de 2000 a 2003; Secretário-Executivo da delegação brasileira para as reuniões da Comissão Mista Econômica Bilateral Brasil-Alemanha, de 2004 a 2008; chefe dos setores OCDE/Econômico na Embaixada em Paris, de 2008 a 2014; e Encarregado de Negócios e Ministro-Conselheiro na Embaixada em Sófia, de 2014 a 2017.

A indicação é municiada também por um informe sobre o relacionamento bilateral entre Brasil e Nigéria.

A Nigéria, cuja capital é Abuja, é um país de 923,7 mil quilômetros quadrados, onde vivem 188,6 milhões de habitantes. Tem o inglês como língua oficial. Sua população divide-se quase igualmente entre islâmicos e cristãos. Seu PIB calculado como poder de compra em 2017 foi de US$1,1 trilhão, o que lhe propicia renda *per capita* de US$5.933. A expectativa de vida é de 53,1 anos e seu IDH em 2015 foi de 0,527 (posição 152 entre 188 países).

Cuida-se, portanto, de um grande e populoso país africano e rico em petróleo. É organizado em federação de 36 Estados. Adota a república e o presidencialismo. A Constituição, de 1999, estabelece a separação entre os três poderes. O presidente é eleito para mandato de quatro anos e pode ser reeleito apenas uma vez. A Assembleia Nacional é bicameral: o Senado é composto por 109 membros, ao passo que a Câmara conta com 360 Deputados. Os Parlamentares são eleitos para mandato de quatro anos. Apesar dos esforços do governo nigeriano, a corrupção é considerada sistêmica e generalizada pela maioria dos analistas e perpassa diferentes níveis da administração pública, o que gera certa insatisfação popular com a classe política.

O Brasil reconheceu a independência da Nigéria em 1960, ano em que a emancipação do Reino Unido foi proclamada. Em 1961, os dois países estabeleceram relações diplomáticas e, naquele ano, foi criada a Embaixada do Brasil em Lagos, então capital do país. A Nigéria estabeleceu Embaixada no Brasil em 1966.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O país é caracterizado pela divisão entre o Sul – mais desenvolvido e de maioria cristã – e o Norte – região mais pobre e de maioria muçulmana. Há um complexo cenário étnico: mais de 500 grupos étnicos, entre os quais os principais são os iorubás, que ocupam, sobretudo, o sudoeste; os haussá, nortistas e muçulmanos; e os igbo, que vivem principalmente no sudeste e são cristãos. O sistema federativo tem favorecido a integridade territorial, na medida em que alivia demandas que, em um Estado unitário, poderiam se desdobrar em conflitos mais graves. Salienta-se, ainda, a presença do grupo terrorista muçulmano Boko Haram, que continua a perpetrar atentados.

A Nigéria foi, durante muitos anos, o maior parceiro comercial do Brasil na África, em razão das importações de petróleo nigeriano. Entre 2008 e 2015, o Brasil acumulou mais de US$49 bilhões de déficit no comércio com a Nigéria. Com a queda dos preços do petróleo e a redução da demanda brasileira, o comércio bilateral caiu significativamente desde 2015, o que fez cair o déficit comercial de US$8,5 bilhões, em 2014, para US$574 milhões, em 2016.

O interesse do governo nigeriano em contar com o Brasil como parceiro privilegiado tornou-se ainda mais premente diante da nova dependência econômica do país africano em relação à China. A parceria com o Brasil conferiria ao governo nigeriano maior margem de barganha frente à crescente presença chinesa.

Brasil e Nigéria desenvolvem inúmeras atividades de cooperação, como na área de defesa, energética, da agricultura e de alimentos, técnica, cultural, educacional e de serviços aéreos.

O Brasil é o principal parceiro da Nigéria no comércio exterior na América do Sul e o 9º em termos globais. Em 2016, no entanto, o comércio bilateral atingiu somente US$2 bilhões, em função da drástica queda nas importações de petróleo nigeriano pelo Brasil: de US$4,6 bilhões, em 2015, passou-se a apenas US$1,3 bilhão, em 2016 (queda de 72%).

As importações brasileiras da Nigéria, de US$9,5 bilhões, em 2014, caíram para US$4,6 bilhões, em 2015, e para US$1,3 bilhão, em 2016. No entanto, as exportações cresceram 6,5% e atingiram US$731 milhões no período e US$688 milhões, em 2015.

A Nigéria manteve-se como quarto destino das exportações do Brasil à África, após o Egito, a África do Sul e a Argélia, e passou a ser o segundo em importações, depois da Argélia.

Ao final, reporto-me à Secretaria da Comissão para que retifique o nome oficial da República Federal da Nigéria nas ementas apostas à Mensagem, tal como está na Exposição de Motivos do Ministério das Relações Exteriores.

Nada mais podendo ser aduzido nesse informe, que possui o escopo apenas de Relatório para subsidiar a sabatina e os votos dos membros desta Comissão, reitero o grande valor pessoal e profissional do diplomata indicado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Flexa Ribeiro.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383, do Regimento Interno do Senado Federal.

Antes de passar para o item 2, gostaria de agradecer a presença muito honrosa entre nós de S. Exª o Sr. Embaixador do Peru, Sr. Vicente Rojas, do Sr. Deji Okediji, 1º Secretário da Divisão Política da Embaixada dos Estados Unidos da América, e do Sr. Hady Elneil, 2º Secretário do Meio Ambiente, Ciência, Tecnologia e Saúde da Embaixada dos Estados Unidos da América. Muito obrigado a V. Exªs pelas honrosas presenças.

Passando ao item 2 da nossa pauta.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 5, de 2018

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Sr. João André Pinto Dias Lima, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de El Salvador.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pronto para deliberação

Observações: *Leitura do relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.*

Indico como Relator *ad hoc* S. Exª o Senador Antonio Anastasia. O relatório pronto para deliberação.

Com a palavra V. Exª, Senador Antonio Anastasia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srªs Senadoras e Srs. Senadores, cuida-se da indicação que o Presidente da República faz do Sr. João André Pinto Dias Lima, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de El Salvador.

O Sr. João André Pinto Dias Lima, filho de Sebastião Eulálio de Oliveira Lima e Isis Pinto Dias Lima, nasceu em 29 de janeiro de 1957, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Bacharelou-se em Direito pela Universidade de Brasília em 1981 e, no ano seguinte, no Instituto Rio Branco.

O diplomata tornou-se Terceiro-Secretário em 1983, Segundo-Secretário em 1987, Primeiro-Secretário em 1994, Conselheiro em 2002, Ministro de Segunda Classe em 2007 e Ministro de Primeira Classe em 2014.

Entre as funções por ele ocupadas, podem ser destacadas as seguintes: Primeiro-Secretário na Embaixada em Lisboa e na Embaixada em Ottawa; Conselheiro na Embaixada em Roma; Conselheiro e Ministro de Segunda Classe na Embaixada em La Paz; Ministro de Segunda Classe, Cônsul-Geral Adjunto no Consulado-Geral em Chicago; e Embaixador na Embaixada do Brasil em Abuja desde 2013.

Localizado no chamado Triângulo Norte da América Central, assim como Guatemala e Honduras, El Salvador encontra-se em região caracterizada por baixas taxas de desenvolvimento humano, alta incidência do crime organizado e do narcotráfico e elevada emigração. Apesar do quadro de normalidade institucional, desde a restauração da democracia no ano de 1992, sua história recente, entre os anos de 1980 e 1992, foi marcada pela guerra civil. Tem-se verificado alternância de poder entre os dois principais partidos, a Arena, de direita, e a FMLN, de esquerda.

A política externa salvadorenha tradicionalmente se volta para os Estados Unidos da América e a América Central, mas se tem indicado aproximações com Europa, Brasil, China, Índia, Rússia, entre outros.

As relações tradicionalmente amistosas e construtivas entre Brasil e El Salvador ganharam densidade no início do século XXI, no contexto de aproximação do Brasil com a América Central. Ademais, aquele país tornou-se o maior beneficiário da cooperação técnica brasileira na América Central. Hoje o programa bilateral conta com quatro projetos em execução e cinco em fase de assinatura, em setores considerados estratégicos pelo seu governo, como desenvolvimento social, agricultura e saúde.

No que tange às relações comerciais, com balança favorável para o Brasil, pode-se dizer que atingiram seu auge em 2008, com registro de US$252 milhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Houve perda de dinamismo, contudo, em razão da retração das exportações brasileiras. As exportações brasileiras registraram, em 2016, US$87,6 milhões, com redução de 17,55% em relação ao ano anterior. Nas importações, decréscimo de 17% em relação a 2015, com registro de US$5,9 milhões.

Na pauta de exportação, tem se destacado chassis, com motor, para automóveis; carroçarias para automóveis; polímeros de propileno, entre outros.

Sobre financiamentos e investimentos brasileiros em El Salvador, o Itamaraty dá notícia de que o Banco Nacional de Desenvolvimento Social financia três operações comerciais naquele país, no valor total de US$178,3 milhões: vendas de aeronaves da Embraer, de caldeira a vapor e de 37 ônibus da Marcopolo, em operação que poderá chegar a 200 unidades, a US$55 milhões. Além disso, Sr. Presidente, as empresas Queiroz Galvão e Andritz Hydro Inepar concluíram, em 2016, as obras de expansão da hidrelétrica 5 de Noviembre, que teve sua qualidade técnica amplamente reconhecida pelas autoridades do país.

É o relatório apresentado pelo eminente Senador Cristovam Buarque, que tenho o prazer de ler e a ele aderir. É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Antonio Anastasia, pela apresentação do relatório, que coloco agora em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, concedo vista coletiva, de acordo com o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 245, de 2017

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior, assinado em Brasília, em 19 de março de 2011.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação da matéria

Concedo a palavra a S. Exª Senadora Ana Amélia para a leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Como Relatora.) – Caro Presidente Fernando Collor, caros colegas Senadores e Senadoras, queria saudar de modo especial o nosso Embaixador do Peru no Brasil e também a representação dos Estados Unidos nesta reunião.

O relatório tem cinco páginas. Vou reduzir a menos de uma página, pela essência desse tratado que é muito relevante, Sr. Presidente.

Os negociadores desse Acordo lembram, na argumentação, a produtiva cooperação bilateral na exploração e nos usos pacíficos do espaço exterior. Com efeito, as partes se beneficiam mutuamente do Acordo-Quadro de 1996, que expirou no ano passado, bem como de seus ajustes complementares.

Lembro que V. Exª, no preâmbulo, explicou que esse Acordo foi assinado em 2011, mas só em 2018 esta Comissão o aprecia. De novo, voltamos à demora na apreciação desses acordos do Gabinete Civil da Presidência da República. O Itamaraty sofre as consequências desse atraso.

Eu queria, por oportuno, abrir um parágrafo fora da análise, para lembrar que, enquanto o Acordo não entra em vigor, não é possível iniciar novos projetos com os Estados Unidos. A falta de um arcabouço jurídico válido, que ampare a cooperação bilateral, impede a negociação e a execução de quaisquer iniciativas com os Estados Unidos na área espacial, impossibilitando novas parcerias de valor científico e estratégico com o país de maior experiência e potencial no setor da exploração espacial.

No curto prazo, para lembrar os colegas Senadores, o desenvolvimento da ciência espacial brasileira já está sofrendo os impactos da não aprovação deste Acordo. Encontra-se ameaçada nova cooperação entre o Inpe, o ITA e a Nasa para construir, lançar e operar pequeno satélite, essencial para monitorar o clima espacial, que é o projeto Sport (Scintillation Prediction Observations Research Task), e as capacidades desenvolvidas pelo projeto têm explicações que poderão auxiliar o Brasil a evitar graves prejuízos em áreas como agricultura de precisão, exploração marítima de petróleo e navegação, em especial aviação.

O projeto mobilizará no Brasil cerca de 20 pesquisadores doutores e 30 engenheiros em São José dos Campos e Cachoeira Paulista, em São Paulo, e Santa Maria no meu Estado.

Essa é a razão muito importante de estarmos fazendo essa assinatura.

Em atenção a esse contexto, o tratado em apreciação visa a ampliar a estrutura jurídica referente a essa cooperação para facilitar a continuação dessa relação benéfica aos dois países signatários. Nesse sentido, o Legislativo brasileiro deve homenagear a iniciativa mediante a aprovação do Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacional, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 245, de 2017.

Esse é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senadora Ana Amélia, pela leitura de seu relatório, que coloco agora em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco-o em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório ao Projeto de Decreto Legislativo nº 245, de 2017.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as providências de praxe.

Antes de passar ao item 4, requerimento de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, preciso saber se algum Senador...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu só queria lembrar, a propósito, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que o mesmo tema foi debatido na Comissão de Direitos Humanos, por uma iniciativa do Senador Telmário Mota – eu acompanhei e inclusive o Itamaraty esteve presente –, abordando os aspectos todos elencados no relatório.

Apenas para uma lembrança. Não sei se, consultando a Senadora, ainda assim ela considera pertinente a realização, já que houve um debate com transmissão, ao vivo, pela TV Senado, que se deu na segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Perfeitamente.

Eu indago se algum dos Senadores gostaria de subscrever esse requerimento para que ele hoje seja lido.

Se não houver nenhum Senador que queira subscrever junto com a Senadora Vanessa Grazziotin, deixarei para a próxima reunião.

Senador Flexa Ribeiro, pela ordem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Pela ordem.) – Não, Presidente, a Senadora Ana Amélia traz a informação de que já foi feita uma audiência em outra comissão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Certo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Como a Senadora Vanessa não está presente, vamos aguardá-la na próxima reunião...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Perfeitamente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – ... para saber se ela mantém o requerimento ou não.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Perfeitamente. Eu estou de acordo.

Se o Plenário concordar, então, suspendemos a leitura desse requerimento e deixamos para a próxima reunião, antes fazendo uma consulta a S. Exª a Senadora Vanessa Grazziotin, de acordo com a sugestão oferecida por S. Exªs a Senadora Ana Amélia e o Senador Flexa Ribeiro para que assim façamos.

Portanto, último item da pauta.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 2, de 2018

- Não terminativo -

Nos termos regimentais, requeiro a realização no âmbito desta Comissão, e em continuidade ao realizado em 2017, de um Ciclo de Painéis de Debates intitulado "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?"

Os painéis ocorrerão quinzenalmente, ao longo de 2018, às segundas-feiras, às 18 horas, na Sala de Reunião da CRE e, excepcionalmente, sempre que necessário, às quintas-feiras durante a reunião ordinária da Comissão, ou nas segundas-feiras alternadas sem reunião.

Autoria: Senador Fernando Collor

Coloco em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação a matéria.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Com a palavra S. Exª o Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De maneira também muito rápida, antes da conclusão da reunião, é só para dar a notícia de que eu apresentei um requerimento, para deliberação na semana que vem, que trata de um tema muito delicado e que surgiu recentemente, que é a perda da nacionalidade de brasileiros natos, que está sendo ultimada pelo Ministério da Justiça em alguns casos, modificando, inclusive, em razão do Supremo, a interpretação do art. 12 da nossa Constituição.

Eu, inclusive, estou apresentando uma PEC para dar uma nova redação ao art. 12 da Constituição no sentido de que o brasileiro nato, ainda que adquira outra nacionalidade por vontade própria, e não por lei originária, como, por exemplo, no caso da Itália, da Espanha e de Portugal, não perca a nacionalidade brasileira. O que tem ocorrido, especialmente em relação aos Estados Unidos, é que o cidadão brasileiro vai, se instala, adquire a cidadania norte-americana, e agora a interpretação, parece que do Ministério da Justiça, de que ele perde a nacionalidade brasileira. E eu houve um caso recente até, que foi ao Supremo, de uma moça que acabou sendo extraditada.

Então, para, vamos dizer assim, afastar de modo cabal essa dúvida, pelo menos no meu juízo... De Minas Gerais, como V. Exª bem sabe, há um contingente imenso de brasileiros trabalhando de maneira lícita nos Estados Unidos e que adquirem lá a nacionalidade norte-americana. Que eles não percam a nacionalidade brasileira, por óbvio, porque mantêm seus vínculos com o Brasil, e assim pelo mundo afora. O jogador de futebol por razões econômicas adquire, e voltará depois.

Então, é só para dar ciência a V. Exª de que na semana que vem apresentarei um requerimento para uma audiência pública sobre o tema com autoridades, e a PEC, que tramitará quando cessar a intervenção federal e nós pudermos deliberar uma alteração na Constituição para clarear o assunto.

Agradeço muito a atenção de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Perfeitamente, Senador Antonio Anastasia.

Eu acho absolutamente pertinente e oportuna essa sua iniciativa, e estaremos aqui, aguardando na próxima reunião a apresentação do seu requerimento e acompanhando a PEC também, que irá apresentar.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, S. Exª a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – ... só aqui também para aproveitar brevemente. Encaminhei a V. Exª uma correspondência, um ofício,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tratando da questão relacionada ao debate que estamos fazendo no Grupo Parlamentar Brasil-Argentina, que V. Exª preside, dando a indicação do tema, porque já fizemos o primeiro debate e tivemos a honra de ter a presença aqui do Embaixador da Argentina, Carlos Magariños, falando sobre os aspectos relacionados à integração entre os dois países, especialmente com base no acordo fronteiriço firmado pelos dois governos.

Fizemos um debate muito franco, muito amplo, sobre questões regulatórias – a diferenciação –, que foi extremamente positivo. Agora estou propondo, nessa audiência, já com o nome dos convidados, uma questão: como viabilizar o processo de compartilhamento de uma aduana na fronteira, como acontece nos Estados Unidos e Canadá, por exemplo; e a experiência que nós temos lá em São Borja e São Tomé, e também, especialmente, a de maior movimento, a Uruguaiana-Paso de los Libres.

Então, penso que essa matéria agora entra, como a anterior, no campo prático da integração.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Perfeitamente, Senadora Ana Amélia.

Tive notícias também da participação de V. Exª, como sempre brilhante, na última reunião do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Argentina, em que a senhora colocou esse ponto, e que foi aprovado por unanimidade da Comissão, e nós estaremos providenciando para que isso esteja incluído na pauta da nossa reunião conjunta que está por vir.

Com a palavra S. Exª o Senador Fernando Bezerra Coelho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Sr. Presidente, eu quero trazer uma sugestão a V. Exª, para convidar o Ministro das Relações Exteriores Aloysio Nunes para vir a esta Casa relatar os passos que estão sendo dados para a participação do Brasil no âmbito da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Na realidade, o Brasil já apresentou essa proposta de participação há nove meses.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – É verdade.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Normalmente o prazo de avaliação e os procedimentos que a OCDE leva para aprovar a participação de um país membro é de dois anos. Lembro que o México, que a Colômbia, Costa Rica já fazem parte da OCDE, e recentemente a Argentina, o Brasil e o Peru apresentaram as suas candidaturas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho oportuna a vinda do Chanceler, porque essa semana houve notícias de que os Estados Unidos da América se manifestaram contrários à participação brasileira na OCDE.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – É, não são muito entusiastas no momento...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – É.

Então era importante a gente entender...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – É verdade.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – ... qual é a razão desse posicionamento dos Estados Unidos, quais são as dificuldades que o Brasil irá enfrentar para poder materializar essa manifestação do nosso Governo de ser um dos membros desta importante organização.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Perfeito.

As relações entre o Brasil e os Estados Unidos – isso eu digo de minha parte como mero observador, não vai nenhuma informação recebida que não seja da minha própria leitura do cenário – estão frias neste momento. Não sei por que motivo, mas esfriaram.

As visitas, por exemplo, de dignitários americanos, Secretários de Estado, vão à Colômbia, vão à Argentina e não passam pelo Brasil.

Essa questão da OCDE é verdade. Os Estados Unidos não estão com muito boa vontade de facilitar o ingresso do Brasil na OCDE. Temos, aí, na nossa frente, a preferência da Argentina, do próprio Peru, já têm Colômbia e México participando da OCDE.

Agora, recentemente, foi nomeado, indicado um novo representante brasileiro na OCDE, em Paris, que é um Embaixador extremamente qualificado. E nós esperamos que, com o trabalho dele, esses entraves possam ser removidos, porque, afinal, os Estados Unidos constituem um parceiro histórico do Brasil. E nós não podemos deixar que as relações esfriem da maneira como hoje se encontram. Precisamos descobrir quais são os reais motivos desse afastamento temporário, o que eu imagino, mas, enfim, é algo que nos preocupa.

De qualquer maneira, se V. Exª concordar, nós deixaríamos isso para uma oportunidade, tendo em vista a desincompatibilização que está próxima dos Srs. Ministros e, com isso, as agendas dos Ministros que eventualmente deixem os seus cargos para disputar as eleições, que nós deixássemos para depois do dia sete de março.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Sete de abril.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Desculpe, sete de abril.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Eu concordo, é porque as notícias a que eu tenho tido acesso informam que o Chanceler Aloysio Nunes continuaria até o final da gestão. Não sei se é verdade, mas, enfim.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Ah, que bom. Alvíssaras!

O nosso Senador tem sido um Ministro excepcional e ficamos todos muito felizes com essa notícia que V. Exª nos traz de que ele permanecerá à frente do Ministério das Relações Exteriores.

Então, tanto melhor.

Mas eu acredito que ele receberá e, se V. Exª julgar conveniente, nós podemos, inclusive, antes disso, convidar o novo indicado para representante do Brasil na OCDE.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Saber se a agenda dele permite, para que ele venha aqui e responda a essas indagações.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE. *Fora do microfone.*) – Concordo plenamente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Então, aceito isso como um relatório oral, que V. Exª colocará no papel...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Pois não. Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – ... e nós faremos o convite ao Sr. Embaixador recentemente indicado para representar o Brasil em Paris junto à OCDE.

Muito obrigado a V. Exª, Senador.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Perfeitamente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado.

O nome do Embaixador que foi indicado é o Embaixador Carlos Márcio Cozendey, indicado para representante do Brasil junto à OCDE em Paris.

Antes de encerrarmos os trabalhos de hoje, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovada.

Dando seguimento ao nosso ciclo de debates denominado "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?", convoco as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores para nossa próxima reunião, dia 5 de março, segunda-feira, às 18 horas, neste plenário, quando realizaremos o primeiro painel de debates de 2018 sobre o tema "O Sistema Internacional sob o Impacto Trump" – Trump, o Presidente dos Estados Unidos da América.

E, para expor e debater o tema, nós teremos como convidado especial, unicamente, S. Exª o Sr. Embaixador Rubens Ricupero, que aqui estará conosco.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a V. Exªs e um bom dia.

(*Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 10 horas e 23 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE MARÇO DE 2018, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dezoito horas e zero minutos do dia cinco de março de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Fernando Collor, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença do Senador Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, Fernando Bezerra Coelho, Gleisi Hoffmann, Acir Gurgacz, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Antonio Anastasia, Paulo Bauer, Ricardo Ferraço, José Agripino, Lasier Martins, Ana Amélia, Cristovam Buarque e Pedro Chaves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **1º Painel de Debates**. **Finalidade:** Ciclo de Debates "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?" 1º Painel: O Sistema Internacional sob o Impacto Trump. **Participante:** Embaixador Rubens Ricupero. **Resultado:** Audiência Pública Interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezenove horas e vinte e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fernando Collor

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/03/05

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Declaro aberta a 3ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 4ª Sessão Legislativa da 55ª Legislatura do Senado da República.

Hoje daremos seguimento ao nosso Ciclo de Debates, iniciado em 2017, denominado "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?", aprovado por esta Comissão, na forma do Requerimento nº 2, de 2018, em 1º de março deste ano.

Trata-se do nosso 1º Painel, intitulado: "O Sistema Internacional sob o Impacto Trump". Contaremos com a presença, como convidado especial, para fazer a sua exposição, S. Exª o Embaixador Rubens Ricupero, um homem de larga experiência não somente como diplomata, mas também no meio acadêmico e no meio empresarial. Foi nosso civil em Washington em duas oportunidades, uma delas, como Embaixador do Brasil. Foi também nosso representante em Genebra, junto a Unctad, quando teve oportunidade de participar da Rodada Uruguai do então GATT.

Dito isso, passamos à leitura dos comunicados.

O primeiro deles é relacionado ao último debate realizado em 2017, dando continuidade a esse mesmo ciclo. O tema abordado foi: "Um destino natural – o Brasil e seu entorno estratégico (América do Sul, Atlântico Sul e o Continente Antártico)". Participaram como palestrantes o Contra-Almirante André Novis Montenegro, o Embaixador Affonso Emilio de Alencastro Massot e o Dr. Antônio Jorge Ramalho da Rocha.

Nosso entorno estratégico, afirmou o Embaixador Massot, mais do que um destino, é a nossa marca de nascimento, a nossa origem e boa parte da nossa raiz e, por isso mesmo, condicionador do nosso caminhar como nação através dos tempos passados e futuros.

Segundo ele, temos 16.147km de fronteiras terrestres, divididas com 11 países sul-americanos. A política externa do Brasil para a América do Sul necessariamente tangencia o interesse desses Estados e, na sua formulação, deve levá-los sempre em consideração.

Desde antes da nossa independência até o início do século XX, essa relação de vizinhança, lembrou o palestrante, foi conflituosa ou litigiosa.

No correr do século XX, afirmou o Embaixador, houve vontade política para um progressivo desarmamento dos espíritos entre vizinhos, e importantes iniciativas foram tomadas, principalmente no campo econômico multilateral e regional, iniciando um processo de distensão e construção dos alicerces das atuais instituições da América do Sul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a criação da ALALC, em 1960, iniciou-se a tentativa de integração econômica e comercial multilaterais, que anos depois se desdobram na Aladi e, subsequentemente, no Mercosul.

Em que pese a notável importância do relacionamento com os países do nosso entorno e o muito que essa interação com todos contribui de maneira crescente para o comércio intrarregional – dadas as dimensões das respectivas economias e a facilidade do trânsito fronteiriço –, a relação essencial e prioritária, destacou o palestrante, foi e segue sendo a relação com a República Argentina.

A Declaração de Iguaçu deve ser considerada como o embrião do Mercosul, afirmou o Embaixador Massot, pois a partir dela se iniciaria, em ambos os países, um processo de amadurecimento político, econômico e comercial que culminaria com a assinatura, em março de 1991, do Tratado de Assunção entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

O acordo entre Mercosul e União Europeia, em negociação desde 1995 e adormecido por vários anos, lembrou o palestrante, sempre contou com interesse maior por parte do Mercosul. Diante das medidas de cunho unilateral e protecionista que vêm sendo divulgadas pela administração norte-americana, a União Europeia demonstra hoje mais interesse, disse ele, não só como um gesto político de contraponto a essa tendência protecionista do atual Presidente daquele país do norte, tão avessa ao multilateralismo e ao livre comércio, mas também em reação ao Brexit inglês.

O momento, considerou o Embaixador, pode ser oportuno para que se negociem condições bem mais favoráveis aos produtos do Mercosul, procurando ampliar a oferta europeia, nela incluindo, além de produtos industrializados, também uma cooperação de resultados nos setores de inovação, ciência e tecnologia.

Ao mesmo tempo que nos é extremamente importante, asseverou o Embaixador Massot, o regionalismo deve ser prioritário, mas não ao ponto de desequilibrar a nossa política externa, norteada, em primeiro lugar, pela defesa do interesse nacional. A relação com os vizinhos deve ser prioritária e cada vez mais densa e proativa em todos os setores. Porém, por sua dimensão populacional e econômica e por sua escala continental, o destino do nosso País é maior do que o seu entorno geográfico, e esse papel de *global player* devemos procurar consolidar, concluiu o Embaixador Affonso Emilio de Alencastro Massot.

Foi em 2005, informou o Dr. Antônio Jorge Ramalho da Rocha, o outro palestrante, a primeira vez que o conceito de entorno estratégico apareceu num documento oficial brasileiro.

A importância do entorno estratégico, afirmou o palestrante, é entender que estamos falando de um processo, que começa a se consubstanciar, do ponto de vista institucional, normativo e da prática da política externa brasileira, nos anos 70, com a aproximação com a Argentina. Esse processo ganhou corpo ao longo das últimas décadas, culminando no estabelecimento da Unasul, cuja gênese

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

aconteceu aqui em Brasília, no ano 2000, quando pela primeira vez os Presidentes da América do Sul decidem se reunir para saber o que eles querem fazer em conjunto a favor da América do Sul.

Desse encontro de Brasília, se concluiu que era preciso promover a integração, a vertebração do ponto de vista dos transportes da América do Sul, porque, ao longo de 200 anos, estivemos praticamente de costas uns para os outros. De um lado, destacou ele, isso se deu em decorrência da questão histórica, pela maneira como esses países foram inseridos na economia política internacional e, de outro lado, por questões de geografia física, pela Cordilheira dos Andes e pela Floresta Amazônica, obstáculos de difícil transposição.

Uma visão de longo prazo de inserção internacional do Brasil passa pela consolidação da América do Sul como um polo de estabilidade, afirmou o palestrante. Há uma preocupação enorme com o processo de multipolarização que se observa no ambiente internacional, um ambiente profundamente interdependente, marcado pela dispersão de poder e pelo enfraquecimento do multilateralismo e da capacidade de governança global.

Aqui é a única região do mundo que é estável e que não vive a possibilidade de conflitos, lembrou o Dr. Ramalho. Nossos maiores problemas são de segurança pública. Mesmo nesse campo, as soluções passam necessariamente pela cooperação com nossos vizinhos. Vemos um mundo marcado por uma crescente tensão, destacou o Dr. Ramalho, nosso segundo palestrante, decorrente da transferência de poder observada nas últimas décadas, dos governos e dos governantes para os governados.

A América do Sul, destacou ele, com 6% da população, detém 28% da água potável e cinco dos dez países com maior biodiversidade do mundo. A contribuição dessa região é muito relevante, em parte por ser um polo de estabilidade e de paz para o mundo, mas também pelo significado do agronegócio, do ponto de vista da exportação de alimentos e pela importância das fontes de produtos estratégicos minerais e das fontes de energia. As pessoas vão buscar os produtos onde eles estão, e eles estão aqui, asseverou ele.

A atuação brasileira nesse seu entorno estratégico tem sido cautelosa e assertiva, considerou o Dr. Ramalho. Nos últimos 20 ou 30 anos, o Brasil soube ocupar um espaço de liderança com muito cuidado, aumentando o seu protagonismo e hoje contando com 50% do território e da população, responde por 50% do PIB e de tudo o que se importa na América do Sul.

Para garantir os interesses brasileiros nas diversas regiões, deve ser priorizada essa visão de longo prazo, que hoje faz falta no mundo. O Brasil, afirmou o palestrante, tem credibilidade e capacidade de contribuir para uma governança global, não pela imposição, mas através de cooperação e de concertação das ações políticas, assim como pela criação gradual de arcabouços institucionais, como o Tratado de Cooperação Amazônica e as Zopacas, as Zonas de Paz e Cooperação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Atlântico Sul, além da Unasul, União de Nações Sul-Americanas, concluiu o Dr. Jorge Ramalho da Rocha.

A Escola de Sagres, lembrou o Contra-Almirante André Novis Montenegro, desenvolveu importantes conhecimentos náuticos e de navegação, propiciando o evento das grandes navegações, que permitiram a Portugal ter contato com vários povos, evidenciando a importância dos mares como pontes de ligação. A importância do mar, meio em que a Marinha atua, ressaltou ele, o Almirante, decorre tanto dos recursos que oferece quanto de sua função de elemento de ligação entre os povos. Noventa e sete por cento do nosso comércio exterior são feitos pelos portos, pela via marítima, que é também a principal via de comunicação global.

Existem mais de 885 mil quilômetros de cabos submarinos, responsáveis por 99% da transmissão de dados internacionais, em volume bem maior do que os próprios satélites, comparou ele. A Marinha brasileira, informou o palestrante, constituiu um sistema de tráfego marítimo chamado Sistram, ao qual já aderiram a Argentina e a África do Sul, enquanto Chile, Peru e Namíbia estão em tratativas avançadas de adesão.

Em uma iniciativa que congrega os países da América do Sul, junto com a Argentina, o Uruguai e o Paraguai, somos o coordenador-geral do tráfego marítimo na área do Atlântico Sul. São iniciativas, observou ele, que, ao mesmo tempo em que são voltadas para a segurança do tráfego marítimo e a segurança do comércio global, também servem para unir os países. A Marinha do Brasil faz operações combinadas com vários países, verdadeiros exemplos de convivências em que se alinham os pensamentos e são fortalecidos os laços entre as marinhas, concluiu o Contra-Almirante André Novis Montenegro.

Respondendo a questionamentos, o Dr. Jorge Ramalho da Rocha considerou que, embora tenhamos níveis de violência muito elevados na nossa sociedade, conseguimos desenvolver a capacidade de evitar ódios profundos associados à cor da pele, à origem religiosa e à origem territorial das pessoas. A tradição brasileira, disse ele, nunca foi a de erguer barreiras; sempre foi a de construir pontes.

Hoje, observou o Dr. Ramalho, o grande temor de quem realmente entende o que está acontecendo na economia internacional é a rapidez com que a inteligência artificial e a robotização estão se estendendo para uma série de setores econômicos. A ameaça não vem de fora; a ameaça vem dessa modernização tecnológica e do que parece ser, pela primeira vez, um descolamento entre a capacidade de destruição de empregos gerada pela modernização tecnológica de um lado e a capacidade de criação de empregos em outros setores.

Com a revolução industrial e esse arcabouço criado a partir da Segunda Guerra Mundial, ocorreu uma criação de riquezas monumental, acompanhada de uma concentração de renda não só dentro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

dos países mas também entre os países. Esse, disse o Dr. Ramalho, é o desafio a que os sistemas políticos não estão sabendo responder. O Brasil tem se afirmado como um país responsável na construção de uma ordem global melhor, e uma das estratégias, afirmou ele, é o fortalecimento da América do Sul, com a sua identidade política, uma identidade que implica funcionar como um polo de estabilidade e de provisão de paz ao mundo.

Na opinião do Embaixador Massot, o fechamento da economia promove a obsolescência de nossa indústria e de nosso parque industrial. A abertura é necessária, disse ele, pois gera competição, e a competição gera o aperfeiçoamento. Contudo, não pode ser uma abertura total, pois isso gera uma competição desenfreada, mas uma abertura progressiva e dinâmica, que foi o que fez a China. A abertura traz a inovação e a tecnologia, que são os elementos fundamentais nos dias que correm. Assim, não podemos ter um desenvolvimento econômico sustentável sem esses elementos, que se desenvolvem a uma velocidade extraordinária, finalizou o Embaixador Massot.

Peço à Secretaria da Comissão para dar como lida a íntegra do relato que acabei de fazer, da nossa última audiência pública, realizada em fins do ano de 2017.

Um segundo comunicado, sobre a Itália. Após a divulgação dos resultados das eleições parlamentares realizadas ontem, na Itália, a manchete do jornal *La Stampa*, de centro-esquerda, resumiu em uma frase o jargão pelo qual a política daquele país se caracterizou durante anos. "*Vince Di Maio, Italia ingovernabile*." O portal se referia ao líder Luigi Di Maio, do movimento 5 Stelle, cinco estrelas, partido que saiu das urnas como o mais votado, obtendo mais de um terço dos votos, porém sem condições de chegar ao governo, de fazer coligação, porque ele próprio não aceita. O terceiro colocado foi a Lega (ex- Liga Norte, da extrema direita), que obteve 17,5% dos votos, um partido também eurocético e populista, e sem nenhuma experiência anterior no poder. Essa foi uma eleição, segundo o analista da BBC, James Reynolds, em que *outsiders* entraram no *mainstream* da política italiana.

Os líderes desses dois partidos *anti-establishment* já declararam que têm o direito de governar a Itália, mas como nenhum partido e nem coligações de partidos conseguiram obter a maioria necessária, a formação de um governo poderá levar semanas de negociações para a construção de uma aliança.

Luigi Di Maio, de 31 anos, anunciou que seu partido está aberto para negociar uma coligação com outros partidos – isso apesar de sua agremiação ter sempre declarado ser contrária a alianças.

Já o líder da Lega, Matteo Salvini, de 44 anos, declarou que pretende conversar com outros partidos em busca da maioria parlamentar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O ex-Primeiro Ministro Matteo Renzi renunciou à liderança do Partido Democrático, que obteve menos de 20% dos votos, e se encontra atualmente na chefia de governo. Ele afirmou que seu partido não participará de uma coligação com forças antissistema e vai para a oposição.

A aliança entre a Lega e o partido Forza Itália, do ex-Primeiro Ministro Berlusconi, e o Fratelli d'Italia, fascista, deverá ficar com o maior número de cadeiras na Câmara dos Deputados, mas bem distante da maioria necessária. Nessa aliança, a Lega ultrapassou o Forza Itália em número de votos.

A editora de Europa da BBC, Katia Adler, disse que a vitória dos populistas representa um terremoto que será sentido em Bruxelas e na União Europeia, e uma coligação entre o movimento 5 Stelle e a Lega seria um pesadelo para o bloco europeu. Todavia, Salvini disse a jornalistas que seu partido não fará nenhuma coligação com o 5 Stelle. E o 5 Stelle, de sua parte, diz que não fará coligação com nenhum partido.

Os resultados para o Senado também favoreceram os populistas e os partidos de direita. O movimento 5 Stelle deverá conquistar o maior número de cadeiras, mas também não conseguirá a maioria, conforme já havíamos dito.

Como bem resumiu a revista *The Economist*, em artigo intitulado "Povera Italia": mais que uma eleição, esse pleito foi uma pesquisa de opinião.

Por sua vez, na Alemanha, a Chanceler Angela Merkel, após quase seis meses de longas negociações, logrou formar seu quarto governo, repetindo a "grande coligação" de seu partido, o democrata-cristão, com os social-democratas do SPD – a mesma do governo anterior. O programa de governo foi aprovado ontem, por dois terços dos membros do SPD. Os da democracia-cristã já haviam aprovado a coligação na semana passada.

Merkel disse ser importante que o novo governo comece a trabalhar rapidamente, após o período de formação de coligação mais longo da história da Alemanha pós-Segunda Guerra. Ela declarou que trabalhará para garantir empregos e prosperidade na Alemanha, e prometeu ser uma voz forte para seu país dentro da União Europeia.

Agradecendo, mais uma vez, a presença de todos os Embaixadores e representantes de diversas representações diplomáticas do nosso País na nossa reunião do dia de hoje, gostaria de, mais uma vez, dizer que é com muita satisfação e com muita alegria que hoje recebemos S. Exª o Embaixador Rubens Ricupero, um nome por todos conhecido, pela sua alta competência, capacidade de análise, história, conhecimento, que agora acaba de lançar um livro que eu recomendo fortemente a todos aqueles que se interessam por diplomacia, que é um livro alentado sobre a diplomacia e a construção da democracia no Brasil com base na nossa diplomacia. É um livro de muita importância, que vem batendo recorde de vendas em todas as livrarias do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, com muito prazer, eu convido S. Exª o Embaixador Rubens Ricupero para fazer parte da Mesa juntamente com S. Exª a Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, Deputada Bruna Furlan.

Sejam muito bem-vindos! (*Palmas.*)

O livro a que me referi é este: *A Diplomacia na Construção do Brasil: 1750 – 2016*, do Embaixador Rubens Ricupero, que vem batendo recorde de vendas nas livrarias brasileiras.

Realmente, Embaixador, não tínhamos ainda oportunidade de comentar, mas V. Exª está de parabéns pelo trabalho magnífico que conseguiu construir e resumir neste seu livro. Meus parabéns!

Muito obrigado à Presidente da Câmara dos Deputados, Deputada Bruna Furlan, que sempre nos prestigia com a sua presença, ela que é uma das maiores entusiastas da política de relações exteriores que o Brasil empreende.

Muito obrigado também a todos os nossos ouvintes, internautas, aos que assistem, àqueles que ouvem pela rádio, assistem pela TV, acompanham pela internet. A participação de todos é muito importante para o êxito dos nossos debates. Sempre contamos, ao longo dessas audiências públicas, com a participação importantíssima dos nossos internautas, fazendo considerações, emitindo opiniões e também perguntas aos nossos palestrantes. Todos já sabem do nosso endereço: www12.senado.leg.br/ecidadania ou pelos canais naturais, via TV Senado e via Rádio Senado.

É com muito prazer, portanto, que passo a palavra a V. Exª, Sr. Embaixador Rubens Ricupero, para que possa fazer a exposição da nossa audiência de hoje, que trata da ordem internacional diante do primeiro ano do Governo Trump. V. Exª dispõe do tempo que se fizer necessário para expor todas as suas opiniões e considerações.

Muito obrigado pela sua presença, Sr. Embaixador.

O SR. RUBENS RICUPERO – Muito obrigado, Sr. Presidente, Exmo Sr. Senador Fernando Collor de Mello, do qual tive a honra de ser Embaixador em Washington justamente em 1991, logo depois que o Marcílio Marques Moreira veio para ser Ministro da Fazenda no seu Governo.

Saúdo também os Exmos Srs. Senadores, Deputados, Congressistas, membros do corpo diplomático, entre os quais me permito aqui fazer uma especial referência ao meu querido amigo Carlos Magariños, amigo de muitos e muitos anos. Também me honra muito a presença da Exma Srª Deputada Bruna Furlan, Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara.

Eu não trouxe um texto escrito até mesmo para preservar melhor o caráter informal dessa conversa. Mas é claro que eu pensei muito no que eu gostaria de transmitir. E o título que eu pretendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

dar a essa apresentação é justamente o seguinte: maus augúrios para 2018 – a deterioração da conjuntura internacional nos dois primeiros meses deste ano.

Isso é, em resumo, o que eu desejaria transmitir. Isto é, eu vou procurar mostrar como, em pouco tempo, em dois meses, que são os dois primeiros meses deste ano, pelo menos três decisões de extrema gravidade, que foram tomadas em três países que são os centros do poder mundial, indicam uma acentuação da deterioração do clima internacional.

A primeira é a decisão recente das autoridades chinesas de abolirem qualquer limite à recondução do Presidente e do Vice-Presidente. A segunda decisão é a do discurso recente do Presidente Vladimir Putin, na Rússia, que no seu discurso do Estado, da Presidência do Estado da Federação Russa, manifestou a escolha que fez de voltar aos tempos da guerra fria, dedicando bom espaço do discurso à apresentação de armas chamadas "invencíveis", explicitamente apresentadas como ameaça aos Estados Unidos e ao Ocidente. A terceira é, obviamente, a decisão recente do Presidente Trump, depois de longos meses de ameaças e de preparação, de finalmente indicar que ele está disposto, e até desejoso, de iniciar guerras comerciais que ele considera fáceis de vencer. Entre as medidas já incluídas nesse conjunto de atitudes, ele resolveu utilizar um dispositivo, raramente usado, de segurança nacional para aplicar taxas de 25% contra o aço e de 10% contra a importação de alumínio, atingindo inúmeros países, sobretudo o Brasil, que é o segundo maior fornecedor de aço aos Estados Unidos.

O que essas três decisões, embora independentes umas das outras e sem nenhum parentesco entre si, têm em comum é que todas assinalam uma acentuação da deriva do sistema internacional, afastando-se cada vez mais de um sistema baseado em regras, de um sistema de respeito a compromissos assumidos em organismos internacionais de busca de soluções consensuais em direção a um sistema em que cada vez pesa mais o poder, a afirmação unilateral do poder.

É claro que alguns até hão de se surpreender que eu tenha incluído nessa categoria uma medida essencialmente interna, como é a medida chinesa a respeito da eleição do Presidente. Mas eu vou explicar por que essa medida tem um potencial grave internacional, mais além das questões puramente domésticas chinesas.

Obviamente, essa decisão põe fim a um período que vinha praticamente da época de Deng Xiaoping, em que a sucessão na China se havia institucionalizado. Os Presidentes e Primeiros-Ministros se sucediam depois de um prazo já previamente estabelecido; ninguém poderia ficar mais do que dois mandatos. Já havia regras claras para se ver quem seria o sucessor.

Havia não propriamente uma democratização do poder, mas uma institucionalização do poder. Havia-se deixado para trás aquele período, por exemplo, da União Soviética da época do stalinismo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

em que a morte do líder supremo desencadeava um banho de sangue, porque não se sabia como seria feita a sucessão. Foi o caso exatamente que ocorreu depois da morte de Stalin, em 1953.

Aparentemente, havia-se adotado um sistema que pelo menos era previsível. Era um sistema que refletia uma direção colegiada, uma direção coletiva, uma busca de consenso, pelo menos, na direção do Partido Comunista da China – que, os senhores sabem, tem 89 milhões de membros. Portanto, é um partido em que só mesmo nas suas instâncias supremas havia aqueles que tomavam decisões.

Ora, até aí se pode dizer: "Mas o que isso tem a ver com o mundo?" A China já não é o primeiro país, nem o primeiro grande país que escolhe um caminho mais centralizado do poder, porque o sentido dessa decisão é que a partir de agora o Presidente Xi Jinping passa a ser, ao mesmo tempo, o Presidente da China, o Secretário-Geral do Partido Comunista Chinês e o Presidente da Comissão Militar. Portanto, ele enfeixa nas mãos todos os poderes, o poder político institucional; o poder real, que é o do Partido Comunista, e o poder sobre os militares. Ele passa a ser um homem de um poder irrestrito.

Ainda assim, se poderia dizer: mas isso é um problema chinês. Os chineses falam sempre num socialismo com características chinesas. Em que isso afeta o mundo? É que esse episódio não é um episódio isolado, ele vem no bojo de uma evolução que começou, de uns tempos para cá, sobretudo, com a ascensão do Presidente Xi, e que, além de marcar um aumento enorme do poder do Presidente, marca também um instante de afirmação e projeção do poder da China. É um grande momento do nacionalismo chinês.

O 19º Congresso do Partido Comunista Chinês, realizado entre os dias 18 e 24 de outubro de 2017, marca exatamente o momento a partir do qual a China já considera mais ou menos encerrado aquele período de preparação e já se apresta a ter uma posição cada vez mais forte no mundo. Tanto assim que coincide com a posição chinesa, por exemplo, de construir ilhas artificiais, no mar do sul da China, em cima de rochedos de ilhas, inclusive disputadas com vários dos países próximos; coincide também com a disposição chinesa, pela primeira vez na história da República Popular da China, de criar bases militares e navais no exterior. A China acaba de inaugurar uma base militar no corno da África, na parte estratégica da África, que está no ponto de união entre Europa, África, Ásia e Oriente Médio. Foi lá que a China escolheu para construir sua primeira base.

E, ao mesmo tempo, é a culminação de uma evolução que vem representando também um aumento da repressão interna, um aumento dos controles da livre circulação de informações na internet. Portanto, mesmo assim, se poderia dizer que, em si mesmo, isso não representa nenhuma ameaça ao mundo, é um problema dos chineses se eles querem ser governados dessa maneira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A questão, porém, é que essa evolução ocorre justamente no país que tudo indica que se tornará muito em breve a maior economia do mundo e, ao mesmo tempo, com o aumento do seu poder militar, já que ela está multiplicando os gastos em armamentos, não vai demorar muito para que ela não se torne a primeira potência militar, dificilmente isso ocorrerá dada a dianteira dos Estados Unidos, mas ela, pelo menos, atingiria uma certa paridade estratégica.

Então, uma evolução como essa, num país dessa importância para o sistema mundial, evidentemente não pode nos deixar indiferentes. Por quê? Por que nós todos esperávamos, com graus maiores ou menores de esperança, que à medida em que a China se modernizasse, à medida em que ela se tornasse próspera, que sua economia crescesse, ela iria seguir, mais ou menos, o caminho seguido em seu momento pelo Japão, seguido em seu momento pela Coreia do Sul, ela se tornaria mais liberal, pouco a pouco convergiria, sem deixar de lado suas tradições culturais milenares, riquíssimas, que ela, pelo menos, se aproximasse um pouco daquele patrimônio de valores, de ideais, que são os valores da democracia.

Ora, a decisão recente é um balde água gelada nessa expectativa. Vê-se claramente que não é o que vai acontecer, pelo menos, no futuro previsível.

É verdade que a gente deveria ter pensado que nem sempre a prosperidade e a modernização trazem a democratização. Singapura, por exemplo, que é um país admirável, que tem um nível de prosperidade e riqueza enorme, é um país que até hoje conserva certas características de controle. E não é por acaso que Singapura também é um país de cultura predominantemente chinesa.

Então, realmente estamos vendo que aquela expectativa que sobretudo os americanos alimentaram de que a China se tornaria cada vez mais parecida aos países ocidentais em matéria de instituições e de valores, hoje em dia, vamos ser obrigados, pelo menos provisoriamente, a colocar isso entre parênteses.

E o que também inquieta nessa transformação não é só o movimento que está a ocorrer na China, mas também nos Estados Unidos, porque, nos Estados Unidos, de uns tempos para cá, muitos que foram proponentes da aproximação, do engajamento com a China, baseados talvez nessa ilusão de que esse engajamento levaria à democratização do regime chinês, agora estão mudando, muitas vezes para o lado oposto. Por exemplo, em março de 2015, o Council on Foreign Relations, que é a grande instituição de estudo americana, publicou um *special report*, de dois autores, com o título: "Revisando a grande estratégia dos Estados Unidos em relação à China". E o que esse relatório justamente diz, antes até de tudo que aconteceu agora, é de a China não estava evoluindo naquele sentido que se havia esperado e que, portanto, era preciso que a estratégia americana em relação à China repousasse menos em apoio e cooperação e mais em pressão e competição, portanto, buscando já um confronto – confronto no bom sentido, né? Vocês se lembram que a coexistência pacífica, na época de Nikita Kruschev, era uma coexistência que ele mesmo definia como competição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pacífica. Segundo ele, os socialistas iram enterrar os capitalistas não porque os eliminariam com armas, mas ganhariam deles na concorrência econômica, que é o programa que os chineses estão realizando. Os soviéticos falharam nisso, mas os chineses, pelo menos aparentemente, estão a caminho de ter uma esperança de enterrar os capitalistas com as suas próprias regras: ganhar na competição com as próprias normas criadas no GATT, na OMC e nos termos financeiros, e ganhar em uma competição aberta. Pelo menos até agora, eles estão ganhando. Se vão ganhar até o fim, é difícil de dizer.

Ora, essa relação que estar-se tornando cada vez mais conflitiva, a relação da China e dos Estados Unidos, como todo mundo diz e como já virou até um clichê, é a relação que vai definir o século XXI – não é isso? – porque não há outra relação bilateral no mundo dessa importância. Portanto, se o conteúdo dessa relação, em vez de ser de apoio e de cooperação, passar a ser cada vez mais de pressão e de competição, isso significa que o mundo do século XXI vai ter essa característica; ele vai passar mais, cada vez mais, para esse lado. É por isso que a decisão interna causa preocupação.

Eu vou, por enquanto, parar um pouco com a China e vou passar à Rússia.

O discurso da Rússia também, o discurso de Putin do outro dia em si mesmo se poderia até atribuir a uma jactância, a uma bravata. Alguns duvidam que, de fato, os russos já possuam esses mísseis de cruzeiro que eles podem direcionar, evitando os obstáculos e impulsionados por energia nuclear, tudo coisas inéditas que nenhum outro país possui. Há dúvidas se isso, de fato, ocorre, como há dúvidas se eles, de fato, têm minissubmarinos não tripulados que podem levar cargas atômicas. Enfim, uma série de coisas que ele anunciou. Podia-se dizer que isso é uma bravata, se isso fosse apenas um episódio da campanha eleitoral – em que ele vai se reeleger agora. Se bem que ele tem 80% de aprovação, não parece que ele precise fazer muita bravata para ser reeleito, mas também esse discurso se insere em uma sucessão de episódios que vêm de algum tempo.

Vêm, primeiro, da expansão da Otan: contra a promessa que tinha sido feita a Gorbachev, a Otan foi expandida até as fronteiras da Rússia, incorporando os países bálticos, incorporando países que foram parte do império russo no passado. Com isso, evidentemente... Não precisava muito para aumentar a paranoia russa.

Sempre se disse que os russos sofrem da paranoia da segurança porque é um país gigantesco: tem mais de 11 fusos horários, nenhuma fronteira natural, nenhuma proteção de cordilheiras, de mares, de nada. Os russos, por isso mesmo, sempre se sentiram muito ameaçados. Como dizia o nosso Millôr, o fato de que eu sou paranoico não quer dizer que eu não esteja sendo perseguido, e, no caso, de fato, a expansão da Otan pode dar a impressão de ameaça à Rússia nos seus limites, sobretudo porque o Ocidente não foi moderado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Ocidente, em certo momento, não se limitou aos países bálticos, mas quis incorporar, ou namorou a ideia de incorporar, a Geórgia e a Ucrânia, países que faziam parte do Império Russo já havia vários séculos. E, evidentemente, acabou-se fazendo daquele episódio famoso da Ucrânia, das eleições... Hoje em dia se diz que os russos interferem muito nas eleições americanas, mas, naquelas eleições ucranianas, na Revolução Orange, ou laranja, não se pode dizer que o Ocidente não tenha interferido nas eleições, houve muita manipulação também.

Pois bem, naqueles momentos, o que os ocidentais fizeram foi contrariar um ditado que o finado Presidente Jânio Quadros repetia – eu estava aqui na época em que ele era Presidente, fui até a primeira pessoa a chegar ao Congresso Nacional com a notícia da renúncia dele; eu cheguei meia hora antes do Oscar Pedroso Horta, eu estava aqui quando chegou o Oscar. Mas o Jânio, que era mato-grossense, gostava de repetir um provérbio do Pantanal, onde, vocês sabem, se caça onça com lança. Ele dizia assim: "Não se deve chuçar onça com vara curta". Pois os ocidentais chuçaram o urso com vara curtíssima, porque, quando o urso resolveu tomar a Crimeia e, depois, incentivar a revolta na Ucrânia, viu-se que, do lado ocidental, não havia nada, não havia ninguém para reagir. Os ocidentais tiveram muita responsabilidade nisso, mas, enfim, os russos também violaram todas as regras, porque, por mais que eles pudessem dizer que era deles, incorporaram um território contra todas as regras, contra todo o Direito Internacional.

Além disso, a coisa veio se deteriorando, porque aí foram aplicadas sanções pela Europa e pelos Estados Unidos contra a Rússia. Os russos reagiram e, no final, montaram essa operação que está sendo investigada. Ninguém sabe exatamente o que se vai descobrir, até que ponto eles influíram na eleição, mas o fato é que hoje a relação com a Rússia volta a ter cores de neoguerra fria, porque um discurso como aquele do outro dia sobre armamento, sobre ameaça, nem mesmo na época do Kruschev ou de seus sucessores era comum ouvir. Portanto, é mais uma notícia, mais uma indicação negativa.

Finalmente, nós chegamos ao Presidente Trump. Até agora se dizia, com razão, que, em matéria de comércio, tinha sido mais latido do que mordida, que ele tinha latido muito, mas não tinha mordido muito. Ele havia, evidentemente, abandonado o Tratado do Pacífico, o TPA, logo no início, mas o TPA nem tinha sido aprovado pelo Congresso americano. Ameaçou abandonar o Nafta, mas até agora não o abandonou, as negociações prosseguem. No ano passado, no final do ano, ele começou a aplicar as primeiras medidas comerciais concretas, sobretudo aquelas tarifas sobre painéis solares e máquinas de lavar envolvendo a China, a Coreia do Sul, o Canadá e outros países – tarifas sobre a madeira no Canadá também é um assunto antigo. E agora se vê esse problema do aço e do alumínio. Nós estamos vendo que isso pode crescer, porque não se sabe exatamente como vão ser essas medidas. Se houver uma reação, por exemplo, de países recorrendo à Organização Mundial de Comércio e houver um painel que condene os Estados Unidos, provavelmente isso vai levar a um enfrentamento muito sério, porque o Presidente Trump nunca escondeu que não tem muito respeito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

nem muito apreço pela OMC ou pelas regras comerciais. Aí, sim, é que nós teríamos um desafio aberto, frontal, a uma das grandes organizações que têm presidido o mundo nesse pós-guerra.

Eu, portanto, procurei mostrar que houve três decisões nesses últimos dias, nessas últimas semanas – não são decisões antigas, todas elas são desses dois meses antes do dia 1º de março. E o que elas indicam? Indicam que o sistema internacional como um todo está caminhando numa direção inquietante. Ele está caminhando cada vez mais para um terreno de afirmação unilateral do poder.

É claro que o sistema internacional nunca foi um sistema perfeito, ideal, como se imaginaria pela Carta das Nações Unidas. Em todos os momentos, o sistema internacional, que tem nos governado desde o fim da Segunda Guerra Mundial, tem se caracterizado por uma mistura, por uma mescla de alguns elementos baseados no Direito, em normas, em regras, regras livremente negociadas e aceitas, na busca de grandes acordos que formam os regimes internacionais – direitos humanos, meio ambiente, desarmamento, ajuda ao desenvolvimento. Então, essa é a parte luminosa do sistema internacional.

Mas, coincidindo, coexistindo com isso, sempre houve momentos de poder. Por exemplo, a Guerra da Indochina nunca foi submetida à arbitragem das Nações Unidas. Foi uma guerra que, do começo ao fim, ocorreu fora das Nações Unidas. Portanto, mistura de poder com sistema baseado em leis sempre existiu, mas havia um certo equilíbrio, havia um certo equilíbrio com uma preponderância gradual da busca de novas normas através da negociação.

O que é inquietante hoje é que esse equilíbrio está a se romper em favor de um sistema menos preocupado com o internacionalismo, com a busca multilateral de normas que nos governem a todos, porque nós participamos da negociação e da aceitação dessas normas e, cada vez mais, para a afirmação do poder nu e cru daqueles que possuem poder. O sentido último da expressão *America First* é exatamente esse. É a ideia, como se dizia no passado, de que "certo ou errado, sempre o meu país" – *right or wrong, my country*. Quer dizer, o meu país na frente de tudo ainda que esteja errado, ainda que ele esteja contra a lei. E é isso que nós estamos a assistir.

Ora, isso deve nos preocupar, porque nós vivemos há 73 anos sob o império de um regime internacional, de um sistema internacional, criado em grande medida pela liderança esclarecida, iluminada, de Franklin D. Roosevelt no final da guerra. É claro, com muita contribuição dos ingleses, com uma aceitação relutante da parte dos soviéticos, mas basicamente quem criou o mundo em 44 e 45, o Fundo Monetário, o Banco Mundial, mais tarde o acordo do GAT, em 47, e a Carta das Nações Unidas em São Francisco foram os Estados Unidos. O sistema internacional de cunho liberal baseado na aspiração pela democracia, na Declaração dos Direitos Humanos, baseado numa economia livre, numa economia de mercado, tudo isso é obra, em grande parte, dos Estados Unidos. Se não tivesse sido a liderança esclarecida e ativa dos Estados Unidos, isso não teria ocorrido. E isso nos garantiu 73 anos de paz relativa. Houve a guerra do Vietnã, houve as guerras de libertação, mas nunca mais houve

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

uma guerra global. Entre a Primeira e a Segunda Guerra, nós tivemos, a rigor, uma trégua armada: durou apenas vinte anos, se tanto; se considerarmos a anexação da Áustria, o *Anschluss*, se considerarmos a invasão da Checoslováquia, durou até menos do que 20 anos.

Desta vez, há 73 anos, temos um regime sem uma guerra global. Nunca mais se utilizou arma nuclear contra populações civis, como se havia feito em 45 em Hiroshima e em Nagasaki. E isso não é pouca coisa. O sistema internacional, encarnado nas Nações Unidas, no Fundo Monetário, no Banco Mundial e na OMC, tem defeitos graves, porque ele só é aquilo que os países querem que ele seja, mas, apesar disso, ele mostrou uma flexibilidade extraordinária.

No começo de 1970 ou 1971, quando a China Popular reclamou o seu lugar na ONU e os americanos aceitaram... Naquele momento da aproximação, durante a guerra do Vietnã, aceitou-se que a China Popular não só ingressasse na ONU, mas assumisse o posto de membro permanente do Conselho de Segurança. A China acabava de sair da revolução cultural e temia-se que esse ingresso da China fosse representar uma desestabilização do sistema. Nada disso ocorreu. A China está há quase 50 anos no Conselho de Segurança, e com um comportamento muito responsável. Tirando o Tibete e Taiwan, que é quando pisam no calo da China, a China tem tido um comportamento muito correto, apenas também não se voluntaria muito para curar os males do mundo, ela deixa isso aos cuidados dos americanos e de outros. Mas o sistema foi capaz de acomodar a ascensão da China.

Da mesma forma, esse sistema foi capaz de acomodar o colapso da União Soviética, que, num outro sistema internacional, teria dado origem a guerras sanguinolentas, durante anos e anos, porque, no lugar daquele país, passaram a existir 15 países. No entanto, não houve quase violência. A União Soviética cedeu o seu posto à Federação da Rússia. Ela não tem mais 21 milhões de quilômetros quadrados, mas tem 17 milhões de quilômetros quadrados, a Federação Russa.

Poderia ter sido diferente. Por exemplo: se o sistema não tivesse tido a sabedoria de manter a Rússia na mesma posição em que ela estava, apesar de ela ter perdido aquele *status* de superpotência, as coisas teriam sido complicadas. Digamos que tivessem dito: "Agora, vocês saem do Conselho de Segurança". Eles não teriam aceitado.

Então, esse sistema mostrou flexibilidade; mostrou que ele era maleável; mostrou que ele era capaz de acomodar as grandes mudanças internacionais. Mas por quê? Porque se buscou o consenso, buscaram-se soluções através da moderação, através das normas, através da aplicação da Carta das Nações Unidas.

De uns tempos para cá, isso se vem perdendo. Vem se perdendo porque – vejam vocês – a invasão do Iraque, contra a recusa do Conselho de Segurança, é uma violação clara da Carta das Nações Unidas. Eu sempre disse isso quando era Subsecretário Geral das Nações Unidas, junto com o Carlos, quando era eu era Secretário-Geral da Unctad. Recusei-me a assinar papéis em que se aprovava

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

essa resolução, porque, além de ser uma medida ilegal e criminosa, ela foi um dos maiores erros estratégicos da história, porque os americanos estão agora a proclamar que o grande problema do Oriente Médio é a potência iraniana. Mas quem criou a potência iraniana? Quem eliminou o contrapeso, que era o Saddam Hussein no Iraque, à potência iraniana? Não foram os americanos, ao decretarem essa intervenção? Portanto, foi uma intervenção que, além de ilegal, foi estúpida, porque criou uma situação estratégica muito mais grave. Um país como o Iraque tinha todos os defeitos do mundo, menos o terrorismo. Agora existe terrorismo por toda parte. Quem é que semeou o terrorismo no Iraque? De onde vem o ISIS?

Então, é preciso dizer isso, e com contundência, porque os anglo-saxões têm a mania de achar que são os donos da verdade e que tudo o que fizeram sempre foi em favor do benefício da humanidade. E não é verdade, porque eles têm cometido erros colossais, como esse da invasão do Iraque. Então, isso, sem dúvida, abalou a Carta, como a anexação da Crimeia também abalou. É um fato grave, assim como outros movimentos que temos visto.

O que parece particularmente preocupante neste momento é que isso que está acontecendo, essas coisas graves a que estamos assistindo, ocorre num momento em que a economia mundial vai muito bem. Praticamente todos os países do mundo acabaram por sair da crise de 2008, todos estão crescendo. É claro que ainda há muitas sequelas, o desemprego ainda é grande, os salários não foram recuperados, mas as economias estão crescendo. Então, não se pode dizer que isso seja fruto do problema econômico, que seja uma maneira de se afastar, de canalizar o descontentamento.

Também, curiosamente, isso está a ocorrer num momento em que outros problemas sérios de segurança pareciam melhorar. Por exemplo, até no problema da Coreia do Norte, que até recentemente parecia a ameaça mais imediata, depois das Olimpíadas de Inverno, houve uma certa distensão. O governo da Coreia do Norte declarou que estava disposto a negociar. Trump, depois de uma certa reticência, respondeu que também estava, dependendo das condições. Então, era o primeiro sinal de que se estava procurando encontrar uma saída negociada. Da mesma forma, o ISIS, que parecia uma ameaça tão terrível, não acabou, mas perdeu a sua base de Mosul, perdeu a maior parte das suas bases na Síria e está, portanto, em retirada.

Não é curioso, portanto, que, num momento em que a economia melhora, em que alguns desses problemas localizados melhoram, tenhamos essas decisões que são, essas sim, puramente produzidas pelas grandes potências? A decisão chinesa, a decisão russa e a decisão americana são, digamos, produtos genuinamente nacionais, não são importados, são produtos de decisões de cada um desses três países.

Isso, evidentemente, leva-nos a especular sobre o que pode acontecer. Eu quero dizer... Não quero ser aqui um profeta de desgraças, porque, como há um momento atrás eu disse, o sistema internacional nunca foi quimicamente puro. No sistema internacional sempre coexistiram o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

acatamento à regra, a obediência ao direito e a busca de consenso com episódios de poder, de violação unilaterais. Isso sempre houve e sempre haverá enquanto não aprimorarmos o sistema. Então, o fato de que isso está a ocorrer não quer dizer que o sistema que vem do fim da guerra naufragou. Não se trata disso. Apenas quero alertar – e não sou o único – que nós estamos assistindo a uma conjuntura – conjuntura é curto prazo – que ameaça a estrutura. E qual é a estrutura? A estrutura é o sistema internacional baseado em regras, baseado em leis, baseado em consenso, na busca democrática de acordos. Há uma ameaça, não quer dizer que tenha terminado com o sistema.

Isso não é só opinião minha. Assim também pensa um dos maiores teóricos americanos de relações internacionais, o Prof. John Ikenberry, de Princeton, que acabou de escrever um artigo que saiu no *Internacional Affairs*, de Oxford, número de janeiro e fevereiro, sobre a crise do que ele chama "a ordem mundial liberal". Quem entrar na internet com o nome do John Ikenberry pode dar um *load*, porque esse artigo está disponível.

Ao mesmo tempo, um homem que representa o oposto do John Ikenberry, o Prof. Kissinger, do alto dos seus 94 anos, agora mesmo, no dia 25 de janeiro deste ano, fez um depoimento na Comissão do Senado das Forças Armadas (Armed Services Committee) – vocês podem encontrar esse depoimento dele –, diz a mesma coisa. Aliás, algumas das coisas que eu disse aqui eu retirei do texto dele. Ele diz que nós estamos assistindo a uma falência sistêmica do regime multilateral, do regime negociado que havia segurado a paz, e ele dá uma série de prescrições sobre o que se deveria fazer.

Essa percepção de que nós estamos assistindo a uma crise profunda do sistema é muito disseminada hoje em todo o mundo. E, aí, a pergunta que se faz é: o que nós podemos fazer contra isso? Países como os nossos – eu estou falando como brasileiro –, eu digo o Brasil e outros países na sua situação, Argentina, México, África do Sul, Índia, países que não são superpotências e que têm um engajamento multilateral muito grande, para esses países, o primeiro dever é lutar para contrabalançar essa tendência de deriva longe do multinacionalismo, do multilateralismo, e lutar pela defesa das instituições internacionais: lutar pela OMC, lutar pelas negociações da OMC, lutar pela Comissão de Direitos Humanos da ONU, lutar por todos aqueles organismos que fazem parte dos regimes de direitos humanos, de meio ambiente, lutar pelo Acordo de Paris sobre mudança climática. E temos que fazer isso no momento não de uma maneira passiva. Nós estamos assistindo a um desafio dos poderosos, então nós temos que tomar iniciativas do nosso lado, junto com alguns países mais poderosos do que nós. E eu diria que a grande esperança é ainda a União Europeia.

A União Europeia, a meu juízo, foi o fenômeno histórico mais positivo do século XX. Aquele ideal de substituir as rivalidades nacionais por uma grande unidade foi um dos acontecimentos de conteúdo mais nobre e idealista do século XX. Hoje esse ideal se defronta com dificuldades complicadas, mas ainda assim nós temos um núcleo na União Europeia – Alemanha, França e outros países – fiel a isso. A Itália eu não diria, porque embora a Itália tenha sido no passado sempre um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

grande país fiel à unidade, ao ideal da unidade europeia, desde a época de Alcide De Gasperi, e mesmo a Itália tendo sido um dos fundadores da União Europeia, infelizmente, a reação ao fenômeno da imigração, dos refugiados está provocando na Itália um fechamento em si mesma. E, mesmo na União Europeia, nós assistimos a episódios preocupantes: a deriva autoritária na Hungria, a deriva na Polônia, países que também estão se afastando um pouco daquele ideal. Mas ainda, apesar de tudo, a melhor esperança da humanidade se chama União Europeia.

A União Europeia é um conjunto de países que propugna pela obediência a um sistema baseado em leis, é um conjunto de países que ainda valoriza a social-democracia e o crescimento econômico, mas temperado por uma consciência social, com mecanismos de assistência aos vulneráveis, aos desprotegidos. Então, nós precisamos nos aproximar da União Europeia como um parceiro na defesa não de uma abstração, como seria o sistema, mas na defesa de coisas concretas, como, por exemplo, o Acordo Climático de Paris, as negociações da OMC sobre agricultura – aí nós reconhecemos que os europeus estão longe de serem exemplares, mas, se eles quiserem ser coerentes com o que professam, nós esperamos que pelo menos o nosso acordo no Mercosul saia, porque começa a haver sinais inquietantes; agora, esperemos que ele saia, apesar de tudo.

Nós temos que buscar aproximação com o Japão, que também é um país que luta muito pelas regras comerciais, financeiras, de desenvolvimento, de cooperação.

Eu não quero aqui excluir ninguém, mas apenas dizer que nós deveríamos, agora sim, voltar àquele conceito sobre o qual o Presidente Bush pai, no tempo em que fui Embaixador lá, falava muito: as coalizões de geometria variáveis englobando os países que são fieis a certos valores. Por exemplo: coalizão sobre clima, coalizão sobre negociação no caso da agricultura, coalizão em relação à defesa do sistema de solução de controvérsias da OMC – que está sendo ameaçado agora pela decisão americana de vetar a reeleição de um juiz coreano do sul, o que está paralisando todo o processo de renovação do tribunal.

Então, o nosso caminho é esse, porque, para países como os nossos – isto é, países que não são potencias nucleares, países que não têm nenhuma vocação, nenhuma atração pelo discurso do Wladimir Putin, de novas armas destrutivas –, a arma a ser usada é o direito, a diplomacia, a negociação, o consenso multilateral. Sem isso, nós não temos defesa.

Nós temos muito a perder, e já estamos perdendo, com essa história do aço. Aliás, eu estava dizendo ao Senador Fernando Collor que o Brasil, infelizmente, é freguês, como se diz em linguagem futebolística, das punições americanas sobre o aço. Eu, nas vezes em que servi nos Estados Unidos – servi duas vezes –, os americanos estavam nos aplicando sobretarifas ou por direitos compensatórios ou por *antidumping* no caso do aço. Isso nos anos 70, quando eu servi lá, na época do Presidente Nixon, e, depois, nos anos 90, quando fui Embaixador lá. Nós éramos vítimas junto com o Japão e com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a Coreia do Sul, que eram nossos companheiros de infortúnio. Sempre nos aplicavam medidas *antidumping* ou de *countervailing duties*. E agora nós estamos vendo que isso vai se renovar.

Eu queria concluir esta exposição dizendo que não sou, de forma nenhuma, pessimista. Eu não creio que o sistema mundial caminha para o Armagedom, para uma grande guerra que, hoje em dia, seria única, pelo seu poder destrutivo. É preciso lembrar que nós, hoje, além dessas armas todas extraordinárias de que o Putin fala, ainda temos o problema das armas cibernéticas e das armas estacionadas no espaço. Portanto, a destruição que isso poderia causar seria difícil de imaginar. Seria, provavelmente, o fim da civilização humana. Eu não acredito que se chegue a isso.

Agora, é verdade, e é preciso lembrar, que nós estamos em 2018, centenário do final da Primeira Guerra Mundial. No dia 11 de novembro deste ano, vamos comemorar cem anos do armistício. Eu tive um tio que fazia parte da artilharia italiana e que foi ferido, quase morreu, justamente na véspera do armistício. Levou um obus na cabeça. Até o fim da vida ele tinha esse fragmento. Mas fomos muitos os que tivemos familiares... Só da minha família na Itália, eu perdi uns quatro ou cinco parentes na Primeira Guerra Mundial.

A Primeira Guerra Mundial foi uma destruição da qual até hoje a Europa não conseguiu se recuperar inteiramente. Hoje, no centenário dessa catástrofe, têm sido publicados livros que mostram com clareza que, no fundo, nenhum país queria a Primeira Guerra Mundial. Os países foram tropeçando, batendo cabeça, e acabaram mergulhando numa guerra que ninguém escolheu friamente. Esse livro do Christopher Clark, *The Sleepwalkers – Os Sonâmbulos*, traduzido em português –, mostra bem isso, como também um livro que acho até superior ao dele, que é desse grande historiador britânico, mas de origem russa, o Dominic Lieven, que fez uma história de como a Rússia entrou na guerra, apesar de saber que seria o fim do império, que seria um desastre total.

Nós precisamos, então, lembrar que esse sistema que está se configurando, ao se afastar do sistema anterior de negociação, de busca de consenso, é o sistema que vigorava no mundo antes da Guerra de 1914. O sistema da rivalidade das grandes potências, o sistema do multipolarismo, foi o sistema que levou à Guerra de 1914, e levou a ela por erro de cálculo. E é contra esse sistema que nós temos de estar vacinados e de reagir.

As perspectivas, eu digo, infelizmente, não são boas. Elas não são boas, porque nós vemos que os grandes poderes do mundo, e acabei de dizer das decisões chinesa e russa... E os Estados Unidos, que tinham sido o guardião do sistema, que tinham defendido o sistema, pela primeira vez elegeram um presidente que é ativamente hostil ao internacionalismo. Ele é ativamente hostil, não passivamente; ele declara que é contra. Então, nessa obra de resistência, é difícil contar com uma política oficial americana, embora haja muita gente no governo americano que tenha a sabedoria e o bom senso de pensar de maneira diferente da do presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é esta a visão que eu gostaria de passar para vocês: não tenham ilusões. Este ano começa mal. Os auspícios não são bons. É preciso que a política exterior de países fiéis a um sistema baseado em regras se defenda contra esse retrocesso civilizatório.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a S. Exª o Embaixador Rubens Ricupero por essa brilhante conferência que acaba de fazer.

Eu diria que nós, a partir de agora, deveremos acrescentar ao título dos nossos painéis "Estender pontes ou erguer barreiras?" a expressão "descortinar horizontes", que foi o que V. Exª hoje fez aqui para todos nós, descortinou horizontes cuja importância e gravidade muitos de nós ainda não tínhamos percebido.

O tema "O sistema internacional sob o impacto Trump" se desdobrou, como todos nós assistimos, em função dessas duas últimas ações adotadas pelo governo chinês, pelo governo russo e também pelo governo americano. Desse modo, foi uma conferência que nos brindou a todos com muita isenção, com muito conhecimento e com a grande contundência de quem conhece profundamente o sistema internacional, viveu nesse sistema internacional ao longo de toda a sua existência e que, tendo uma vida acadêmica muito profícua, vem aqui hoje nos brindar com a beleza da sua palestra.

Eu gostaria de agradecer a participação dos nossos internautas, que, pelo que entendo, na exposição, na conferência feita por S. Exª o Sr. Embaixador Rubens Ricupero, já tiveram suas perguntas respondidas: João Antônio da Silva, de Pernambuco; Sérgio Luis Peixoto, de São Paulo; Adriano Silva, do Rio de Janeiro; Carlos Suzuki, de São Paulo; Rogerio Marino, de São Paulo; e Angela Busch de Oliveira Savoi, de São Paulo, que representam mais ou menos todas as outras considerações feitas pelos internautas que participaram desta nossa audiência pública no dia de hoje.

Agradeço a todos os Srs. Embaixadores aqui presentes.

Quero dizer a V. Exª, Embaixador Rubens Ricupero, que a sua conferência foi aquela que mais atraiu a atenção do Corpo Diplomático acreditado junto ao nosso País. E eu os citaria nominalmente, começando por S. Exª o Embaixador da Argentina, Sr. Carlos Magariños; S. Exª o Embaixador da França, Sr. Michel Miraillet; S. Exª o Embaixador da Espanha, Sr. Fernando Villalonga; S. Exª o Embaixador de Portugal, Sr. Jorge Tito Vasconcelos Nogueira Dias Cabral; S. Exª a Embaixadora da Nicarágua, Srª Lorena Martínez; S. Exª o Embaixador da Malásia, Sr. Lim Juay Jin; S. Exª o Embaixador do Japão, Sr. Akira Yamada; S. Exª o Embaixador de Luxemburgo, que agora, na semana passada, inaugurou aqui a sua sede, a sua Embaixada – meus cumprimentos a S. Exª e obrigado pela sua presença –, Sr. Carlo Krieger; S. Exª o Embaixador da Macedônia, Sr. Ivica Bocevski; S. Exª o Embaixador da Rússia, Sr. Sergey Akopov; S. Exª o Embaixador da Guiana, Sr. George Wilfred Talbot; S. Exª o Embaixador da Bolívia, Sr.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

José Kinn Franco; S. Exª o Embaixador da Namíbia, Sr. Samuel Sheefeni Nuuyoma; S. Exª o Embaixador do Peru, Sr. Vicente Rojas Escalante; S. Exª o Embaixador da delegação da União Europeia no Brasil, Sr. João Gomes Cravinho – muito obrigado pela presença de V. Exª –; o Ministro Conselheiro da Embaixada do Brasil na Bulgária, Sr. Ricardo Guerra de Araújo; o Ministro Conselheiro da Embaixada do Irã, Sr. Morad Gholami; o Ministro da Embaixada da Tailândia, Sr. Sorasak Samonkraisorakit; o Conselheiro da Embaixada do Marrocos, Sr. Abbah Sidi Sidi; o Conselheiro da Embaixada do Peru, Sr. Carlos Alberto Rios; a Conselheira Política da Embaixada dos Estados Unidos, Srª Kristin Kane; a Primeira Secretária da Delegação da União Europeia no Brasil, Sr. Cécile Merle; a Primeira Secretária da Embaixada da Sérvia, Srª Jelena Blazevic; o Segundo Secretário da Embaixada da Suécia, Sr. Faraz Davani; o Chefe da Assessoria Parlamentar e de Relacionamento Institucional da Aeronáutica, Sr. Brigadeiro Mauricio Augusto Silveira de Medeiros; e a Adida Civil da Embaixada da Rússia, Srª Janna Chekova. A todos os senhores, mais uma vez, a Comissão de Relações Exteriores agradece a presença, sentindo-se esta Comissão muito honrada com a participação de todos.

E faço um agradecimento, mais uma vez, todo especial a S. Exª a Deputada Bruna Furlan, Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados. Muito obrigado a V. Exª e aos Srs. Deputados que V. Exª hoje nesta noite aqui representa.

Está ali, bem atrás, S. Exª o Senador Elmano Férrer. Muito obrigado pela presença, Sr. Senador. Fazia tempo que eu não o via. Já estava com saudades de V. Exª. Muito obrigado pela presença.

Muito obrigado, portanto, a todos os que participaram deste nosso encontro e, mais uma vez, ao Sr. Embaixador Rubens Ricupero, que se esforçou para hoje estar aqui, ele que está com problemas para resolver no Rio de Janeiro. Enfim, fez o compromisso e aqui está. Eu agradeço mais uma vez pelo esforço que V. Sª fez para participar deste nosso encontro na noite de hoje.

Muito obrigado a todos os senhores.

Está encerrada a nossa reunião. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 18 horas, a reunião é encerrada às 19 horas e 28 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE MARÇO DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e trinta e oito minutos do dia sete de março de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Jorge Viana, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Romero Jucá, Fernando Bezerra Coelho, Valdir Raupp, Hélio José, Marta Suplicy, Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim, Antonio Anastasia, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Lasier Martins, Ana Amélia, José Medeiros, Pedro Chaves, Wellington Fagundes, Paulo Rocha, Cidinho Santos, Eduardo Lopes e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Roberto Requião, Gleisi Hoffmann, Acir Gurgacz, Lindbergh Farias, Paulo Bauer, Ricardo Ferraço, José Agripino, Cristovam Buarque e Fernando Collor. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RRE 9/2017, de autoria da Senadora Ana Amélia e do Senador Jorge Viana. **Finalidade:** Audiência Pública para tratar das perspectivas e realidade do Oriente Médio: análises sobre o mundo árabe e as ações extremistas de organizações terroristas e do Estado Islâmico. A Audiência Pública contará com a presença do Excelentíssimo Senhor Yossi Shelley, Embaixador de Israel. **Participante:** Senhor Henrique Cymerman Benarroch, Jornalista e Professor universitário licenciado pela Universidade de Tel Aviv. **Resultado:** Audiência Pública Interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e zero minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jorge Viana

Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/03/07

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Declaro aberta a 4ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 4ª Sessão Legislativa da 55ª Legislatura do Senado da República.

Eu queria aproveitar e já convidar a Senadora Ana Amélia, o Sr. Fernando Lottenberg, o Rabino Michel Schlesinger, o Sr. Ricardo Berkiensztat, Vice-Presidente Executivo da Federação Israelita do Estado de São Paulo, para comporem aqui o Plenário. E convido a minha colega e autora do requerimento que eu tive o privilégio de assinar junto – nós dois fomos autores, a Senadora Ana Amélia e eu – para termos a honra de receber o Professor e Jornalista Henrique Cymerman.

Nós tivemos o privilégio de conhecê-lo quando fomos em uma missão a Israel, ano passado, e tivemos o privilégio de participar de uma palestra com ele. E, logo na volta, a Senadora Ana Amélia e eu entramos com um pedido, com um requerimento, aqui na Comissão de Relações Exteriores do Senado, com o propósito de tentar compartilhar, numa eventual vinda dele ao Brasil, dessa posição ou dessa leitura, dessas observações que ele tem sobre uma das regiões mais importantes do Planeta, do nosso mundo, que é o Oriente Médio. E agora, neste dia, nós estamos tendo a concretização desse propósito.

A presente audiência tem como finalidade tratar das perspectivas e da realidade do Oriente Médio, análise sobre o mundo árabe, ações de grupos extremistas, organizações terroristas e do Estado Islâmico. É um tema muito denso, mas que, talvez, com aquela base que o bom professor tem, e também com a vivência que o Professor e Jornalista Henrique Cymerman tem, ele possa traduzir, como ele fez lá em Israel, essa leitura, sem a densidade que o próprio assunto e tema trazem.

Esta reunião atende ao Requerimento nº 09, de 2017, que a Senadora Ana Amélia, que está aqui ao meu lado, pelo Rio Grande do Sul, e eu apresentamos e foi aprovado, aqui, em uma reunião presidida pelo Presidente desta Comissão, o Senador Fernando Collor. Quero, inclusive, justificar que, por uma questão absolutamente difícil de S. Exª poder superar, ele se faz ausente no dia de hoje. Inclusive, amanhã ele também não estará presidindo e, na condição de Vice-Presidente, me passou a tarefa.

Para esta reunião, contamos então com a presença do Professor e Jornalista Henrique Cymerman, jornalista e professor universitário, licenciado pela Universidade de Tel Aviv. Eu tenho a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

honra de tê-lo aqui ao meu lado e, antes, salvo engano, a Senadora e autora do requerimento quer também, obviamente, fazer uso da palavra.

Senadora Ana Amélia, V. Exª tem a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, caro Presidente desta reunião especial, extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores.

Eu queria agradecer a presença de todos os convidados, em especial ao nosso amigo Fernando Lottenberg, que propiciou ao Senador Jorge Viana que um grupo de Senadores, no ano passado, tivesse a oportunidade de conhecer uma parte relevante da história do mundo, do Estado de Israel, e de conhecer também – tivemos a oportunidade, na mesma programação – Ramala, na Palestina, numa agenda que buscou não apenas fazer a advocacia das causas que o Estado defende – que são justas, são legítimas –, mas também a oportunidade de ver o outro lado, na visita muito produtiva que fizemos a Ramala, com a segunda autoridade, na hierarquia, na Palestina.

O que nos chamou a atenção, quando ouvimos o Prof. Henrique Cymerman, foi o equilíbrio dele, a profundidade das análises, a avaliação muito profunda de todos os temas, e, daquele momento até agora, o Oriente Médio, que poderia ser, digamos, fonte de preocupação... Foram transferidas as preocupações mundiais, e eu tive a oportunidade de, no segundo semestre de 2017, ter ido três vezes à Ásia, e a Ásia está, hoje, muito contaminada com os riscos da questão da explosão nuclear – com as bombas. Primeiro, a Coreia do Norte; e, agora, algumas manifestações do líder soviético.

Então, esse cenário se alterou um pouco, mas as causas que o Prof. Cymerman abordou, naquela ocasião, não perderam a relevante oportunidade.

Então, o objetivo que nós tivemos foi este, ter uma visão de fora da nossa realidade aqui, no Brasil, um País de dimensão continental, um País com muitos desafios a percorrer, com muitos amigos de todos os lados, com o Mercosul também vivendo alguns momentos de tensão... Agora mesmo, na região norte do País, com a questão dos venezuelanos... Mas são desafios que nós, internamente, saberemos contornar.

Eu queria saudar também aqui o Senador Jorge Viana, a nossa Embaixadora que representa o Itamaraty, nas questões do Oriente Médio... Obrigada pela sua presença aqui, pelo prestígio que dá também.

Também saúdo o Embaixador de Israel, Yossi Shelley, porque, quando estivemos lá, houve a indicação do seu nome.

Então, em nome da Embaixadora brasileira do Itamaraty, que representa as duas causas, também quero saudar o Embaixador de Israel no Brasil e o amigo do grupo que foi, Fernando Lottenberg, pela oportunidade de viabilizar a presença, hoje, do Henrique Cymerman.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada, Senador Jorge Viana, também por ter compartilhado dessa iniciativa.

E boas-vindas a Henrique Cymerman.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu queria agradecer as palavras da Senadora Ana Amélia.

Daqui a pouco vou tomar o cuidado de fazer, obviamente, o devido registro dos convidados.

Quero fazer um registro também da presença de um membro titular desta Comissão, que tanto nos ajuda, o Senador Lasier Martins, que está aqui conosco.

E mais uma vez quero agradecer ao Fernando Lottenbergh, Presidente da Confederação Israelita do Brasil (Conib), que possibilitou, de certa forma, que nós, aqui, Senado da República, tivéssemos essa palestra, essa exposição do Professor e Jornalista Henrique Cymerman.

Eu só queria dizer que esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com transmissão pelos canais de comunicação do Senado Federal, podendo a população participar, enviando observações e perguntas aos palestrantes por meio da internet, no Portal e-Cidadania, com endereço www12.senado.leg.br/ecidadania. A participação dos internautas é sempre de extrema valia para todos nós.

A Senadora Ana Amélia ressaltou a missão em que nós estivemos no ano passado. Sabemos que são, como falei, temas sempre densos, mas a organização da nossa missão fez questão de nos levar a conhecer Israel; depois, também fomos à Palestina para nos reunirmos com autoridades da Palestina; e, dessa maneira, tivemos contato também com – como também eu fiz questão de ressaltar aqui – o professor e jornalista Henrique Cymerman. O contato com ele motivou, de certa forma, a ideia de trazê-lo ao Brasil.

E eu fico muito feliz de estar hoje presidindo esta reunião e tendo a honra de passar a palavra a ele.

Ele tem, pelo menos para iniciar, 30 minutos, mas obviamente, depois de alguns questionamentos, teremos o tempo de que ele dispor para discutirmos, volto a repetir, esta questão, que é tão densa e que segue sendo densa e pouco conhecida para nós que estamos aqui ou para muita gente que está do lado, que é discutir a realidade e as perspectivas do Oriente Médio, fazer uma análise sobre o mundo árabe, as ações extremistas de organizações terroristas e o Estado Islâmico. Eu penso que é um tema que já, por si só, nos atrai a atenção e o interesse, porque queremos paz no mundo e, para isso, temos que entender o que acontece neste mundo.

Com a palavra V. Sª.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HENRIQUE CYMERMAN BENARROCH – Boa tarde a todos.

É um prazer estar aqui, Senador Jorge Viana, Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores.

Senadora Ana Amélia, quando a vi em Israel e nos falamos, naquela noite não pensei que tão rapidamente iríamos estar aqui e eu teria o prazer de compartilhar algumas das minhas experiências dos últimos anos com outros Senadores e Deputados.

Entendo que está aqui o Sr. Lasier Martins e outros, que provavelmente estão aqui também, que eu não conheço. Agradeço-lhes estarem aqui presentes.

Como se nota, eu nasci em Portugal. Fui viver em Israel quando era relativamente jovem. Trabalho com diferentes mídias em Israel e no Oriente Médio, em cinco línguas, e ensino, na Universidade IDC Herzliya – hoje declarada universidade –, Governo, Estratégia e Diplomacia.

Sobretudo o que me traz aqui e o que me permitiu fazer, de alguma maneira, essa conferência, essa palestra com os Srs. Senadores que visitaram Israel, foi o fato de que, nos últimos quatro ou cinco anos, eu recorri várias vezes desde Marrocos até o Golfo Pérsico, desde a Tunísia até o Iraque, e concretamente estive três vezes na frente de combate do Estado Islâmico. A última vez foi em junho, na cidade de Mossul, aquela cidade totalmente destruída, de 3 milhões de habitantes, dos quais ficam poucos vivendo ali, no momento em que o Estado Islâmico foi expulso dessa zona.

Mas, antes de que eu conte algumas das experiências e algumas das conversas que eu tive com homens do Estado Islâmico na zona de Mossul, eu quero simplesmente dar algumas pautas de como chegamos aí.

Eu penso e partilho esta opinião de vários analistas internacionais e analistas do Oriente Médio que acreditam que a crise que vivemos no Oriente Médio é provavelmente a maior da história desde os princípios do islã. Quando visitas essas zonas, a ideia que tens é que estás num lugar de desastre; quase um milhão de mortos. Ninguém sabe quantos, mas é um número brutal.

Se nós compararmos, o número de vítimas do conflito árabe-israelense, em 70 anos, é de menos de 100 mil pessoas de todos os lados – e isso é dramático e é trágico. Entendemos que, em um milhão de pessoas, 600 mil pessoas talvez na Síria, em sete anos, é realmente um número brutal. Mas não é só isso.

Entende-se que, à parte da destruição física – só na Síria, metade da população perdeu a sua casa, 11,5 milhões de pessoas; dezenas de quilômetros de casas transformadas em pedras deste tamanho –, à parte de tudo isso, vê-se muitos jovens que não têm trabalho. Hoje, no Oriente Médio, eu acho que essa é uma das bombas-relógio mais importantes. O grau de desemprego que existe no Oriente Médio alcança 80 milhões de pessoas provavelmente e, até 2030, pode chegar a 100 milhões

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de pessoas. No mundo árabe, que controla quase a metade do petróleo e quase a metade do gás do Planeta, apesar de tudo, existe esse problema. E eu penso que, em qualquer acordo futuro, qualquer acordo – que eu desejo que chegue o mais rapidamente possível –, tanto entre israelenses e palestinos quanto entre israelenses e o resto do mundo árabe, é preciso tomar em conta os lados econômicos e o desemprego brutal que existe, que é um efeito desestabilizador da região.

Mas eu descobri outra coisa que me chamou muito atenção, sobretudo no Estado Islâmico: no ano 2017, 2018, voltou a haver escravidão no mundo; voltou a haver escravidão no Oriente Médio. Eu vi mercados de venda de meninas de 13, 12, 9 anos, até 25 anos, como escravas sexuais. Eu vi a venda de meninos de 3 anos, bebês, e de crianças de 7, 8, 9, a maioria deles para transformar-se em soldados, em terroristas. Vi como ensinavam meninos de 3 anos a utilizar armas. São coisas que eu penso...

Alguém comentou comigo, quando eu estava lá e vi tudo isso, que até na época dos nazistas não existiram coisas tão cruéis desse tipo. Houve outras, mas coisas desse tipo não se viram. Também não se viu, na época dos nazistas, um esforço internacional, como o que existiu nos últimos anos, para acabar com esse fenômeno: 74 países uniram forças, países e entidades internacionais, como a Interpol, como a Nato, etc, uniram esforços para tentar acabar com esse fenômeno chamado Estado Islâmico ou Daesh; em árabe: al-Dawla al-Islamiya. É uma organização que tem ninguém sabe quantos, mas eu calculo que não mais de 100 mil homens. E, no entanto, esse esforço enorme internacional não fez por acabar com isso.

Voltando um segundo à escravidão, cada terça-feira publicava o Estado Islâmico, na cidade de Raqqa, na Síria, e em Mossul, fotografia de meninas e de bebês e de crianças que eram vendidos no dia seguinte, nos mercados. Eu consegui que uma pessoa entrasse com um *smartphone* e filmasse imagens de como se vendiam e a que preço se vendiam esses seres humanos. E eu acho que nós no Ocidente, no mundo livre, que temos o privilégio de viver em democracias, não fizemos o suficiente para lutar contra esses fenômenos, contra essa crueldade e essa brutalidade do século XXI, em 2018.

Até que, na Síria e no Iraque, os esforços internacionais fizeram realmente com que o Daesh, o Estado Islâmico, praticamente desaparecesse desses dois países. Mas nós vamos ver que não acaba a história. O Daesh não acabou, ainda está aí, está em outros lugares. E eu vou contar-vos o que os seus homens que estão na prisão me disseram. Mas antes me permitam ir um pouco atrás. Como começa tudo isso? Provavelmente começa muito antes do que eu vos vou dizer, mas o tempo não nos dá para fazer uma análise mais longa. Assim, eu vou começar com as primaveras árabes, eu vou começar com 2011.

Em 2011, arrebentam o que então pensamos que poderia ser a democracia no mundo árabe, da mesma maneira que aconteceu na Europa Oriental quando cai o Muro de Berlim. Não foi exatamente assim. Não é fácil construir democracia. Democracia não começa com eleições, termina com eleições e não é um fenômeno instantâneo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Começam revoluções no mundo árabe. O que leva a essas revoluções? Eu fui para a Praça Tahrir, no Cairo, onde havia manifestações gigantescas, e tentei entender quem começou essas revoluções. E vi dois tipos de pessoas que me chamaram a atenção: muitos jovens, milhões de jovens, muitos estudantes... O Governo, no Egito e em outros países, pagava estudos a estudantes. Eles podiam estar na universidade, mas, quando terminavam os estudos, não tinham trabalho. No Egito, 40% da população vive com menos de US$2 por dia, e falamos de 95 milhões de pessoas – no total, quem sabe, muito em breve, 100 milhões. Um de cada quatro árabes são egípcios. E eles vinham à rua para protestar, para exprimir a sua amargura por essa situação sem esperança, por essa geração perdida, que, em muitos casos, chegará à minha idade sem ter trabalhado um só dia durante as suas vidas. É uma geração perdida. Isso acontece também em alguns países europeus, mas nota-se em muitos países árabes também.

E vi outra população que me chamou muito a atenção. Penso que amanhã é o Dia Internacional da Mulher. Eu vi milhões de mulheres nas ruas. No Egito, há uma mulher que eu quero entrevistar e quero combinar num café. Ela não pode vir falar comigo. Não é moral porque eu sou um homem e ela tem que vir acompanhada por alguém. No entanto, nesses dias, milhões de mulheres invadiram as ruas para pedir liberdade, para pedir igualdade, para pedir o fim da corrupção, para pedir democracia. E eu devo dizer-vos que, se há uma coisa que eu vejo que há em comum no Oriente Médio, entre judeus, cristãos e muçulmanos, é *cherchez la femme*, o papel da mulher. A mulher é, na minha opinião, o agente que vai trazer mais novidades, mais mudanças em todo o Oriente Médio, provavelmente, na próxima geração.

Mas a pergunta é por quê? Não só quem são os protagonistas, o que mudou, nos últimos anos, que levasse toda essa massa humana a protestar nas ruas? Eu penso que há dois fatores. Um é a mídia. Pensem que todos esses países tinham televisões censuradas até metade dos anos 1990, princípio dos anos 2000. As pessoas não sabiam realmente o que acontecia nesses países; mas, de repente, surgem canais via satélite, que saltam a muralha da censura e que contam outra realidade, que põem um espelho em frente aos olhos da população e que falam de corrupção, de violação de direitos humanos, de problemas econômicos, de desemprego. Isso, de alguma maneira, trouxe uma certa consciência à população, sobretudo aos jovens, que antes não eram tão conscientes disso. Mas há outro motivo. E esse outro motivo é talvez uma coisa que nós estamos só no princípio de entender; esse novo fenômeno. Existem, hoje em dia, redes sociais que são um megafono gigante, que estão alterando tudo o que é a vida política, as relações sociais, a psicologia.

Eu trabalho com o Papa Francisco, há quatro anos, em certos projetos. Estive com o Papa Francisco, há pouco tempo, quando ele recebeu Mark Zuckerberg, o inventor do Facebook. Quando ele terminou, comentou sorrindo: "Eu tenho a impressão de que esse rapaz, esse jovem, não entende o que conseguiu inventar, que está mudando o mundo todo e vai mudar ainda mais."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As redes sociais, em países onde não há liberdade de imprensa, são um veículo essencial para entender o que acontece nesses países. Vimos isso nas eleições no Irã, por exemplo; vimos isso quando os jovens no Irã queriam saber o que acontecia na campanha eleitoral. E não eram conscientes porque não podiam ler a verdade nos jornais; mas, nas redes sociais, sim, eles podiam saber o que acontecia no seu país.

Tudo isso alterou essas revoluções árabes, alterou muito da psicologia política e psicologia social dessa região do Oriente Médio. E é assim que, no ano 2014, nós vimos, na cidade de Mossul, um homem chamado Abu Bakr al-Baghdadi, que declara o Estado Islâmico, o Daesh, e pede a todo muçulmano de todo o mundo fidelidade e lhe diz: "Quem não me obedecer, paga um preço."

Eu visitei, várias vezes, essas zonas, na frente de combate com os generais curdos do Exército Peshmerga. Eles, que lutaram contra o Estado Islâmico durante três anos, diziam: "Eles são como Genghis Khan." Genghis Khan, do ano 1210 até 1220 ou 1222, conquistou a Ásia Central e chegou até Pequim. E como ele o fez? Ele fez utilizando a guerra psicológica. Ele matava pessoas, mas deixava sempre alguém vivo para que pudesse contar a sua maldade. Dessa maneira, ele avançava milhares de quilômetros sem resistência.

A mesma coisa fez o Daesh, o Estado Islâmico, com aqueles carros Toyota que todos vimos no princípio da existência da organização, com os quais eles avançavam. Mas eles não deixavam ninguém vivo. Simplesmente eles matavam a cada cidade que chegavam e subiam isso no YouTube, nas redes sociais. E eu vi dezenas, centenas de refugiados, muitos deles cristãos que viviam naquelas zonas do norte do Iraque e do norte da Síria há dois mil anos, que abandonaram as suas casas, deixando as luzes acesas, a comida posta no fogão, levando só os seus documentos e joias, fugindo para campos de refugiados. Eu perguntei a eles: por quê? E eles disseram: "Porque vimos como eles matavam os nossos vizinhos ao chegar à cidade. Nós nem chegamos a vê-los. Metemo-nos no carro e fugimos."

Dessa forma, o Estado Islâmico conquistou a metade da Síria e a metade do Iraque, um território similar à Inglaterra, um fenômeno sem precedentes. E controlou um país chamado Estado Islâmico, um suposto país de nove milhões de habitantes, que, de alguma maneira, era como a máquina do tempo, era como utilizar as tecnologias do século XXI – sem dúvida, as redes sociais – para impor um sistema de vida do século VII, dos princípios do Islã, com uma série de legislação e de leis baseadas na Sharia, que, de alguma maneira, pertencem a outra época da história da humanidade e da história do Islã.

Assim o fizeram e aguentaram durante uns anos, mas começaram a perder, pouco a pouco, devido, sobretudo, às estratégias dessa coalizão de 74 países que os atacaram de forma coordenada. Era impressionante estar em Mossul e ver pilotos de dez países árabes conjuntamente com norte-americanos, alemães, holandeses, Otan, australianos, britânicos, todos juntos numa mesma campanha. E quando eu perguntava ao General Terry Wolff, um dos generais da coalizão norte-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

americana, qual era a sua estratégia, ele respondia que a estratégia deles era: "*drones, loans and phones" – drones*, sabemos. Eles dizem que mataram entre 40 mil e 50 mil membros do Estado Islâmico. Eu vi imagens que não foram difundidas de como, de dia e de noite, homens operadores que se sentavam no Texas, que se sentavam em Nevada, faziam funcionar *drones* para atacar as bases do Estado Islâmico. Ao mesmo tempo, vimos aviões jordanos, vimos aviões dos Emirados Árabes Unidos, de outros países que também participavam nessa campanha, porque todos tinham uma coisa em comum: consideravam essa organização uma ameaça para eles, para a sua própria existência – e é sim o General Barzani o Chefe do Estado-Maior, na atualidade, do *peshmerga*. O general me acompanhou durante vários dias, e chegamos às zonas que eram o Estado-Maior do Estado Islâmico horas depois de que eles tinham abandonado o lugar.

A propósito, eles têm uma obsessão pelos túneis. Construíram uma cidade de túneis debaixo da cidade, e dentro escondiam explosivos, pistolas e até vacas de época da Mesopotâmia – eles queriam vender como antiguidades, antiquários europeus vêm ao mercado negro comprar –, e vendiam por milhares e milhares de dólares esse tipo de objeto de grande valor arqueológico.

Mas ele levou-me a presos do Estado Islâmico e disse-me: "Queres falar com eles, Henrique?". Eu disse: "Claro, mas sem câmaras". "O.k." Mas foi suficiente para poder conversar, sobretudo com um que se chamava Ziad – não sei onde ele está nem sei se está vivo. Ele acabava de ser preso, depois de um combate de 14 horas, tremia da adrenalina – e talvez de outras coisas também; anfetaminas, quem sabe? – e falava com um inglês britânico perfeito.

Perguntei a ele: "Ziad, tu és inglês?". Ele disse: "Não, não, mas os meus pais me fizeram estudar inglês desde que eu era muito pequeno, em Raqqa. E eu queria estudar literatura britânica. Mas um dia chegou o Estado islâmico, e vieram homens só com os olhos de fora e gritaram nos megafones: 'Todos os homens à mesquita, de 16 a 60 anos'. E disseram-nos: 'Quem não vier, cuidado'. E viemos todos, meus amigos, meus primos, meus irmãos, meu pai. E aí eles disseram: 'Vocês têm duas alternativas: ou se unem ao Estado Islâmico e têm um salário de US$100 [que é muito dinheiro nessa zona, nesse momento] e as vossas famílias estão protegidas, ou não. E, se não: '*You are on your own*' [cada um é responsável de si mesmo; como a máfia: *an offer you can't refuse,* exatamente]".

E ele disse que todos se uniram ao Estado Islâmico, obviamente. E eu pensei e disse: "E agora? O que tu pensas? Agora já estás livre, porque és preso da *peshmerga*". Ele disse: "Não, eu agora entendi que o Estado Islâmico tem razão. Eu entendi que vamos lutar por este regime no futuro". Eu disse: "Ziad, vocês já perderam! Vocês já perderam aqui, na Síria, no Iraque". E ele disse: "Vocês não percebem nada no Ocidente. Nós não perdemos, nós ganhamos. Nós ganhamos, porque nossa ideia já está em todos os lugares. Está na Europa, está nos Estados Unidos". E ele ouviu-me falar espanhol antes e disse-me: "Está na América Latina também". E perguntei-lhe: "O que vocês querem conseguir?". Ele disse: "Muito fácil, nós queremos acabar com as fronteiras artificiais de Sykes-Picot".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Agora eu faço um parêntese. Eu entrevistei, durante quatro anos – tenho uma relação relativamente próxima com Omar Bin Laden –, o filho de Osama Bin Laden, que tinha que ser o líder da Al-Qaeda e que depois de 12 anos com o pai, fugiu. Ele disse-me, em Doha, no mês de novembro passado: "Tu não te lembras do que o meu pai disse, como ele explicou os atentados de 11 de setembro?". Ele disse: "Vocês os ocidentais, os *káfer,* os infiéis, destruíram o Oriente Médio quando definiram as fronteiras de maneira artificial e inventaram Estados: inventaram o Iraque, a Síria, o Líbano". E quando eu digo isso ao Ziad, o preso do Estado Islâmico, ele diz-me: "Claro, nós damos a primeira coisa a destruir as fronteiras do Acordo Sykes-Picot, de 1916" – que é quando o Sr. Sykes, britânico, e o Sr. Picot, francês, desenham os mapas do Oriente Médio segundo os seus próprios interesses. Os curdos, que são o maior povo da humanidade sem independência, 45 milhões de pessoas, ficaram divididos em quatro países. E disse-me o Ziad: "Quanto mais iraquiano ou mais sírio tu és, menos muçulmano tu és. Quanto mais francês ou mais belga tu és, menos muçulmano tu és". E depois ele disse-me: "Quando acabarmos com o Sykes-Picot, com as fronteiras artificiais, vamos chegar a al-Quds, a Jerusalém. E depois vamos matar o grande infiel". Quem é o grande infiel? O Papa Francisco. E não sei se repararam, mas o Papa Francisco tem, hoje em dia, muito mais segurança do que tinha no princípio, quando começou a ser Papa, há quatro anos. E por fim, ele disse: "Vamos chegar a al-Ândalus". O que é al-Ândalus? É a Península Ibérica, Espanha e Portugal. Ele disse: "A Península Ibérica é o ápice, é território islâmico, pertence a nós..."

Uau! O tempo passa rápido, não é? Estamos bem? Isso é os meus minutos? O.k.

"... e nós temos que voltar a controlar esse território no qual vivemos durante 700, 800 anos".

Perguntei ao Ziad uma coisa que, no fundo, eu sabia, mas queria ter a certeza disto: "O que vos motiva? O que vai acontecer agora que vocês já não estão na Síria e no Iraque?". E ele respondeu-me no seu inglês perfeito: "Nós vamos aproveitar todos os territórios do mundo e, sobretudo do Oriente Médio, nos quais haja um vazio político, para tentar criar, recriar um Estado islâmico. Isso pode acontecer na Indonésia, na Malásia, no Afeganistão, na Líbia. Nós vamos apoiar-nos no Boko Haram, na Nigéria". E sobretudo ele disse-me: "Ouve bem o que diz Abu Musab al-Suri ". Abu Musab al-Suri é um senhor que, já no ano de 2004, 2005, muito antes do Estado Islâmico, era uma espécie de mentor – existe a palavra "mentor"? – do Al-Qaeda. Ele diz o seguinte a todos os jihadista do mundo: "Ide às cozinhas das vossas mães, peguem numa faca; ide aos carros de vossos pais, peguem nas chaves; e matem infiéis todos os dias, em todos os lugares". Porque é impossível ele organizar atentados como 11 de setembro a cada ano. Portanto, é essencialmente...

E o jihadismo atual, ou seja, a guerra santa atual é essa. E é o que nós vemos nos últimos anos: vemos isso na Europa, vemos isso nos Estados Unidos. Esperemos que não cheguem à América Latina atentados feitos por pessoas que são chamadas de "lobos solitários", que, de alguma maneira, se deixam influenciar pelas teses das mil facas. Chama-se: "A death by a thousand cuts", de Abu Musab

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

al-Suri. A propósito, Abu Musab al-Suri está casado com uma espanhola, que se converteu ao islã, chamada Helena, e tem passaporte espanhol – eu disse isso ao Rei da Espanha. Ele dá voltas pelo mundo, com liberdade, com seu passaporte espanhol. Isso é parte do problema também.

Eu acho que nós do Ocidente não entendemos a gravidade de permitir que pessoas com esse tipo de ideologias gozem de uma liberdade total e possam influenciar outros no mundo, de alguma maneira.

Um detalhe interessante: um sociólogo francês, chamado Olivier Roy, fez um estudo sobre quem são os terroristas que fizeram dezenas de atentados na Bélgica, na Alemanha, na Grã-Bretanha e na França, nos últimos anos, e chegou à conclusão de que 60% deles são filhos de imigrantes que chegaram à Europa para ganhar a vida, para ter um salário, para poder dar uma educação a seus filhos, mas que os filhos, que não se integraram à Europa e perderam o contato com seus países de origem, ficaram no ar de alguma maneira, entre a espada e a parede. Isso é 60% dos terroristas dos últimos três anos, desde a criação do Estado islâmico – quase quatro anos –; 15% são a terceira geração, são os filhos deles, ou seja, os netos dos imigrantes originais, e 25% restante são os menos investigados até hoje – e eu penso que chegou o momento de investigar bem esse fenômeno até jornalística e academicamente –, são os não muçulmanos que se convertem ao islã e que adotam a causa do islã. E alguns deles eu vi no Iraque e na Síria, vindo combater conjuntamente com o Estado islâmico.

Muitos deles, neste momento, voltam para a Europa. O Ministro do Interior alemão, Thomaz de Maizière, que é o homem responsável pela massa de imigração que há neste momento, dizia: "É o nosso pesadelo, porque, quando eles voltam, nós não sabemos se eles abandonaram o islamismo radical ou se eles são antenas e agentes desse islamismo radical, e não podemos pôr um agente secreto ao lado de cada um deles."

O que aconteceu em todos esses anos, meus amigos? O que aconteceu é que cinco países que existiam no Oriente Médio desapareceram. De fato, eles não existem mais como países: a Síria, o Iraque, o Iêmen, a Líbia e também a Somália, apesar de a Somália se tratar de outra questão e de outra história.

A grande pergunta que todos podemos fazer é: então, qual será a nova configuração do mapa? Ninguém tem uma explicação clara, uma possibilidade clara de dizer como será o mapa do Oriente Médio, mas eu suspeito que nós vamos ver uma espécie de balcanização, na qual vamos voltar um pouco à situação de 1916, anterior a Sykes-Picot, quando havia zonas de influência e não só Estados, segundo uma base étnica, religiosa; xiitas com xiitas, sunitas com sunitas; talvez Curdistão independente, talvez Palestina independente. Esperemos que sim. Essa é minha opinião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Tudo isso, provavelmente, é um mapa possível, mas há uma coisa que eu tenho praticamente a certeza: vamos ver que cinco eixos no novo Oriente Médio estão de acordo –, cinco eixos. No primeiro, vão estar lá o Egito, um quarto do mundo árabe.

Falemos um pouco do Egito. O Egito é realmente importante, é como se fosse os Estados Unidos do mundo árabe, é o país do qual saem as séries de televisão, os filmes, os melhores livros, os melhores analistas. Tem influência sobre todo o mundo árabe. Por um lado, a estabilidade do Egito é muito importante. Por outro lado, a Arábia Saudita eu acho que é uma ópera de Verdi em quatro atos.

Uma das personagens mais fascinantes do Oriente Médio, hoje em dia, é um jovem de 32 anos que se chama MBS, Mohammad bin Salman, o filho do Rei Salomão que, de alguma maneira, pode ser responsável por uma autêntica revolução de transformar em muito pouco tempo um Estado que é o mais conservador, provavelmente, do Planeta, num Estado mais moderno; um Estado no qual não havia até agora cinemas nem teatros.

Eu tenho um amigo que é embaixador espanhol lá e que tinha sido embaixador em Israel antes, e ele diz: "Estou aqui há nove meses e tenho *vértigo*, porque cada dia é uma novidade. De repente, veem-se mulheres trabalhando; de repente, falam que as mulheres vão poder conduzir; de repente, há teatros, e agora fazem uma espécie de *shows* em Riad; de repente, os jovens fazem uma festa conjunta, e não há nenhum incidente, homens e mulheres juntos, uma coisa impensável; e, de repente, há certa violência contra certos princípios que, segundo o atual regime, são reacionários e não querem permitir toda essa transformação; e, de repente, há um diálogo até com os inimigos mais furibundos, como é o caso de Israel, que, no passado, era um inimigo, e hoje em dia começa a ter contatos mais ou menos secretos com países como a Arábia Saudita".

O terceiro lugar e quarto são Turquia e Irã, dois países que vivem também um processo de alteração relativamente longo. Bernard Lewis, um estudioso que eu recomendo ler, um homem de 103 anos que está em Princeton, nos Estados Unidos, diz que, dentro de dez anos, a Turquia será o Irã, e o Irã será a Turquia.

A que ele se refere? Ao fato de que, no Irã, há uma classe média que está descontente com o regime ditatorial no qual se pode enforcar um homossexual ou se pode levar à prisão uma mulher porque fala com um homem estranho ou porque não está suficientemente tapada. Também aqui eu vos digo: *cherchez la femme*. As mulheres no Irã vão ter um papel essencial na próxima geração, e, quando eu perguntei ao Prof. Lewis qual era a diferença, por que no Irã ele prevê uma possível democratização ou um passo em frente na próxima geração, mas na Turquia não, ele me explica que no Irã há uma classe média muito grande, enquanto na Turquia há uma elite muito pequena e uma classe mais baixa, mais proletariado, em geral, que é mais fácil de islamizar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E é isso que nós vemos. Vemos um processo na Turquia que começou em 2002, do Presidente, então Primeiro Ministro Erdogan, que está islamizando de forma gradual o país, e quem sabe o que pode acontecer até o ano 2023? Se vamos ver ou não os cem anos de Ataturk com uma república islâmica da Turquia? Se isso é um fato ou não, precisamos esperar e ver, mas a Turquia, o Irã, a Arábia Saudita e o Egito vão estar aí, e o quinto país que vai estar aí é Israel.

Israel celebra agora 70 anos, numa situação que eu diria de enormes êxitos nesses 70 anos. Eu cheguei a Israel relativamente jovem, na universidade, e era outro país, era um país muito mais básico, muito mais simples. Hoje em dia...

Eu quero lhes contar uma conversa com um príncipe saudita, cujo nome não vou dizer, mas que é um homem extremamente importante. Eu lhe perguntei: por que o senhor diz que hoje em dia é possível uma relação com Israel, quando, no século XX, uma das coisas comuns a grande parte do mundo árabe era que não queria Israel; queria destruir Israel? Por que, de repente, agora, esse diálogo? Ele disse-me: "Por três motivos. Um, porque temos inimigos comuns, o Irã e os grupos jihadistas mundiais; dois, porque chegamos à conclusão de que não podemos vencer no campo militar Israel, e vimos isso a partir da guerra de outubro ou Guerra de Yom Kippur, de 1973, quando Israel estava de joelhos e, apesar de tudo, ganhou a guerra. E, em terceiro lugar, o nosso Príncipe Mohammad bin Salman disse o seguinte: 'Imaginem o que podemos fazer com o nosso poder financeiro e a cabeça dos israelenses'.

Isso é o fato de que Israel se transformou num centro mundial de tecnologia, num centro mundial de ciência. Realmente, é um dos países que tem mais empresas na Nasdaq norte-americana de alta tecnologia que todos os países da União Europeia juntos, 28 países. Isso não aconteceu por acaso. Isso aconteceu como produto de um trabalho profundo, de um trabalho muito sério.

Mas eu digo também que Israel tem desafios muito grandes no seu aniversário número 70. Acho que chegou o momento de ter fronteiras reconhecidas. Eu acho que chegou o momento, finalmente, da separação da população palestiniana e de permitir a aplicação dos dois Estados, não porque seja uma situação ideal. Acreditem: não vai ser fácil; vai ser muito complicado, mas a alternativa é muito pior. A alternativa é um Estado binacional que seria uma espécie de Iugoslávia que viveria numa sangria contínua de duas grandes minorias confrontadas uma com a outra. Chegou o momento de criar um Estado palestiniano, provavelmente um Estado desmilitarizado, mas que tenha todos os direitos de que necessita e que viva em paz com Israel, sempre quando Israel possa ter segurança. E a condição prévia para isso é a segurança e que não aconteça na Cisjordânia o que aconteceu em Gaza, em que um grupo, como o grupo Hamas, controla a região e se transforma numa ameaça para a paz em toda a região.

Isso é possível, isso é um interesse comum, eu penso, entre Israel e parte da liderança palestina, mas é preciso que não haja duas Palestinas. É preciso que haja uma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

É verdade que os dois territórios estão separados. Também a Croácia tem dois territórios separados, mas eu penso que é o interesse de todos aqueles que querem paz no Oriente Médio, mas é preciso fazer isso bem.

O grande, grande, grande diplomata israelense Abba Eban dizia que, em Israel, quem não acredita em milagres não é realista. E o que nós vemos agora, eu penso que há dois grandes *game changers*, e eu tenho que concluir, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HENRIQUE CYMERMAN BENARROCH – Estamos bem? O.K

Há dois grandes game changers neste momento, um seria o *deal of the century*, o acordo do século, que está sendo já posto sobre a mesa pela administração Trump, justamente, curiosamente. Justamente o Presidente Trump, em relação a quem tinha todo o mundo tão poucas expectativas, criou uma equipe de pessoas que trabalha já há uns meses num plano.

Eu conheço certos detalhes do plano e posso lhes dizer que vai ser posto sobre a mesa nos próximos meses e há um fator que eu considero essencial: contrariamente às administrações anteriores democratas e republicanas, o Presidente Trump, que é um grande homem de negócios, entendeu que há uma possibilidade de conseguir não um acordo só entre israelenses e palestinos, se não um acordo global no Oriente Médio que inclua elementos econômicos também, que inclua a normalização entre Israel e outros países árabes, desde o Marrocos até a Arábia Saudita, desde a Tunísia até os Emirados, a Jordânia, o Egito, os palestinos, obviamente, permitindo também a criação de um Estado palestino nas zonas da Cisjordânia que lhes correspondem, talvez com intercâmbio de territórios e com Jerusalém como capital partilhada.

Eu acredito... Não sei bem os detalhes sobre Jerusalém, mas eu acredito que esse plano é mais ou menos isso.

Mas, realmente, depois de tantos fracassos... Eu estive na Conferência de Paz de Madrid, em 1991, e acompanho o processo desde esse momento. A minha conclusão – e é uma opinião extremamente subjetiva – falo por mim –, é que a paz bilateral hoje em dia é praticamente impossível. Se não a conseguimos durante um quarto de século, não foi por acaso; é porque as feridas são demasiado profundas e, sobretudo, porque há uma desconfiança enorme de um lado em relação ao outro. Eu penso que nós necessitamos investir de forma sem limites na educação das duas partes, em tentar convencer as duas partes de que a outra deseja a paz, e para isso é preciso educar, o que não se fez suficientemente até hoje, e para isso é preciso ganhar confiança entre os líderes das duas partes, e hoje em dia, infelizmente, se vocês virem as sondagens nos dois lados, na parte israelense e na parte palestina, há um elemento similar, que é o seguinte: ainda há uma maioria que acredita na fórmula dos dois Estados, mas há uma maioria clara que pensa que isso não vai acontecer porque não acredita

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no outro lado e porque não acha que no outro lado haja um interlocutor. Será possível se chegar a esse *deal of the century?* Não é fácil, também porque israelenses e árabes têm relógios diferentes.

Eu participo em tratos – não sei se sabem o que isso é – de negociações alternativas com o mundo árabe já há cinco anos. E um general israelense disse a um alto cargo do mundo árabe há uns dias, há duas semanas, numa das sessões na Europa: "Dentro de três anos, a longo prazo, vamos tentar conseguir isso, isso e isso." E o alto funcionário árabe, também um general, respondeu: "O senhor quer dizer que, dentro de 30 anos, a curto prazo, vamos conseguir isso, isso e isso." Temos relógios muito diferentes. Os israelenses querem paz agora, querem uma coisa instantânea, têm pressa, não têm tempo a perder, e no mundo árabe o ritmo é diferente: procuram a direção correta, como os beduínos que procuram água no deserto. De todas as maneiras, eu penso que as ameaças, como aquelas que eu descrevi no princípio das minhas palavras, unem e devem unir as pessoas de bem, apesar de serem diferentes, contra essas ameaças, que são uma minoria do ponto de vista de porcentagem no mundo muçulmano, mas são uma minoria relativamente grande que pode ameaçar todo o resto.

Samuel Huntington falou do *clash*, do choque de civilizações. Eu penso que, nesse caso, quando falamos contra a Jihad mundial, não é um choque de civilizações, é um choque dentro da civilização muçulmana, que é necessário que a maioria dos muçulmanos, que são gente de bem, gente que quer paz, se confronte com esses radicais que são um problema em primeiro lugar para eles. Não se esqueçam de que 98% das vítimas do Estado Islâmico são muçulmanos.

E quero lembrar um grafite que eu vi no passado, na praça Tahrir, no Cairo, que dizia assim: "O futuro já não é o que era."

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Obrigado, Henrique Cymerman.

Como eu e a Senadora Ana Amélia havíamos criado a expectativa, de fato, ele consegue nos colocar diante de um tema tão denso, tão árido, que é tratar um pouco dos métodos, da ação do Estado Islâmico e também falar com tanta propriedade sobre os desafios que vivemos no Oriente Médio.

Eu queria, aqui, mais uma vez, agradecer a presença do Sr. Embaixador de Israel no Brasil, Yossi Shelley; do Sr. Embaixador da Malásia, Lim Jim, que está aqui nos dando o privilégio de sua presença; do Embaixador do Estado da Líbia, que está aqui conosco; da Srª Embaixadora Gisele Padovan, que nos ajuda no trabalho aqui, que trabalha na Assessoria de Assuntos Federativos do Ministério das Relações Exteriores e termina nos ajudando a conduzir os trabalhos aqui na Comissão de Relações Exteriores; da Srª Embaixadora Ligia Maria, Diretora do Departamento do Oriente Médio do Itamaraty, que está aqui e já foi cumprimentada também pela Senadora Ana Amélia; do Sr. Ahmed Alassad,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro-Conselheiro da Embaixada da Palestina, a quem eu queria agradecer pela presença; do Sr. Raymond Daniel, Conselheiro da Embaixada da Costa do Marfim; da Srª Maria Teresa Di Maio, Conselheira da Embaixada da Itália, e, mais uma vez, agradeço ao Fernando Lottenberg e, na pessoa dele, a todos que nos auxiliaram, e quero fazer o registro, também, da presença do Senador Ricardo Ferraço, que foi nosso colega naquela missão, que está aqui. Ele estava licenciado do mandato, mas amanhã já estará de volta, faz falta aqui, no Senado, pela militância, pela atuação que ele faz.

Eu vou passar agora aos colegas. Certamente, a Senadora Ana Amélia, o Senador Lasier – não sei –, o Senador Ricardo Ferraço... Vamos ouvir num bloco os colegas Senadores, mas eu recebi aqui vários questionamentos daqueles que nos acompanham pelas redes sociais.

O senhor falou muito de rede social também, deixou claro aqui... Nós já sabíamos que o senhor também tem contatos permanentes com o Papa Francisco e tem essa visão muito ampla, porque talvez seja um dos jornalistas do mundo que mais teve contato com os líderes do Estado Islâmico e de outras organizações extremistas.

Mas hoje circula, especialmente aqui, no Instagram, em redes sociais, eu mesmo acompanho para que não fique... O Instagram parece ser a rede social da felicidade. Tudo que aparece ali é lindo, maravilhoso. Eu faço questão também de me pegar... Outro dia a um jornalista estava dizendo isso, de tentar ver o mundo real para que a gente não esqueça desse mundo real. E uma das coisas que mais estão circulando no Brasil hoje são as consequências da guerra na Síria. São crianças, civis, hospitais destruídos... Eu queria que, depois, na volta, no retorno, o senhor pudesse comentar um pouco isto: qual o custo desse enfrentamento? Esse é um aspecto importante dessa destruição toda, desse enfrentamento todo que estamos vendo de longe, talvez sem as informações mais adequadas e precisas. Gostaríamos que pudesse vir um comentário nesse sentido.

Outro aspecto: após esse enfrentamento – o senhor falou um pouco –, o que pode vir depois disso? Uma pulverização desse método de ação lá? Porque nós vimos os carros em Barcelona atropelando e matando pessoas, vimos em cidades francesas, vimos em Londres e em outras partes do mundo. E eu queria que o senhor falasse um pouco mais dessa liderança importante que o mundo tem hoje, porque é um mundo escasso de líderes, que é o Papa Francisco. Como é que ele vê esses tempos atuais? Para ele que fase a civilização está vivendo? Porque eu, particularmente tenho falado também, por onde ando, que talvez estejamos vivendo uma profunda crise civilizatória.

O senhor falou aqui das desigualdades. São 80 milhões de pessoas desempregadas e alguns vão morrer desempregados no mundo árabe, tentando deixar clara a origem do surgimento desses grupos extremistas. Um mundo desigual! As notícias que temos são de que cem pessoas têm mais da metade da riqueza do mundo e a grande maioria, num mundo que vai crescer ainda mais, não tem acesso ao básico, à água, a alimentos, enfim, ou mesmo a um território, ou mesmo a uma pátria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Que o senhor pudesse falar um pouco, aprofundar um pouco mais isso, vinculando esse mundo desigual com o que acontece ali, o que pode seguir acontecendo. De minha parte seriam esses aspectos, mas mais uma vez agradeço a sua presença. Passo imediatamente à Senadora Ana Amélia. O Senador Lasier e o Senador Ricardo Ferraço farão intervenções, certamente fazendo alguns questionamentos.

Eu peço à Secretaria que possa trazer alguns papéis para que o Henrique possa anotar as perguntas, as eventuais perguntas e comentários dos colegas Senadores.

Com a palavra V. Exª, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Queria renovar a saudação a todos os convidados, que nos honram com a presença, mas especialmente ao convidado especialíssimo, Henrique Cymerman, ao retorno do nosso querido Ricardo Ferraço e ao meu conterrâneo Lasier Martins, Senador do nosso Estado.

Eu entro, aqui já aproveitando a deixa do Senador Jorge Viana, fiz a frase aqui: A pobreza parece ser um terreno muito fértil para florescer a semente dessa manipulação de uma sociedade carente, com ideias inaceitáveis no século XXI, que é esse, digamos, retorno ao passado longínquo da escravidão e da exploração daquelas pessoas indefesas, crianças, adolescentes e mulheres, as partes mais frágeis da sociedade.

A minha surpresa é que a fonte das religiões, do Islamismo, do Judaísmo e do Cristianismo é a mesma. E não é a do ódio, não é a da radicalização, não é a do confronto. É o contrário, os próprios líderes muçulmanos que no Brasil são ouvidos quando há cenas de execução de vítimas, que são sequestradas, são executadas com fuzis ou enforcadas, ou decepada a cabeça, em cenas que são transmitidas imediatamente pela a televisão, como é que eles também rejeitam isso, porque isso, de certa forma, contamina uma religião que é uma religião da paz, no caso do islamismo. Então, essa situação.

E como é que o Papa Francisco, na sua convivência, que ações ele, como chefe de Estado – porque ele não é só chefe de uma igreja, ele também tem poder como chefe de Estado de ir junto aos organismos multilaterais e também de fazer a concertação entre árabes e judeus, ou mesmo só entre árabes, ou entre cristãos e muçulmanos – tem no sentido de fazer uma interlocução para a construção ou para o enfrentamento disto que é inaceitável sob todos os aspectos: os aspectos humanos, os aspectos dos direitos humanos, de todas as questões...

Então, eu fico nessa posição e queria também cumprimentá-lo pela forma equilibrada da sua defesa dos direitos de ter dois Estados, que não é uma situação fácil, dois Estados, no caso Palestina e Israel. E a gente percebe lá, ouvindo lideranças israelenses, com as quais tivemos contato, que eles também fazem isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por fim, nessa linha, cumprimentar aquele esforço bilateral – palestinos e judeus – naquela escola de educação compartilhada para a paz que nós visitamos. O professor era um professor árabe e ele falava como, pela educação, você pode construir a paz e o entendimento entre os povos.

São essas as minhas questões.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Obrigado.

Temos mais um colega só que vai fazer intervenção. Aí eu acho que seria o Senador Ricardo Ferraço. Fica só o registro.

O Senador Lasier e logo em seguida o senhor responde.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Muito obrigado Senador Jorge Viana.

Saúdo o Prof. Henrique, agradecendo pela belíssima preleção com que nos brindou, saudando também os diplomatas que nos honram com as suas presenças.

E para quem esteve nessa missão recente, Sr. Henrique – agora está fazendo um mês e uma semana que estivemos lá –, voltando de lá com o interesse muito acrescido pelas coisas que acontecem naquela região.

Eu havia estado em Israel e Amã durante a Guerra do Golfo, em 90, e encontrei agora uma Jerusalém belíssima, requintada, chique, bonita, que me impressionou muito. Mas estivemos também nas zonas perigosas, tanto nas Colinas de Golã, como na Faixa de Gaza e sentindo que do lado de Gaza os perigos são muito grandes porque o Hamas não quer nenhum tipo de acordo, quer simplesmente varrer do mapa Israel. E, do outro lado, a proximidade com a Síria. E me impressionou uma afirmação sua, um prognóstico seu, de que há cinco países daquela região que estão acabando: Síria, Iraque, Líbia, Somália e Iémen. E outros cinco estão se engrandecendo: Egito, Arábia Saudita, Turquia, Irã e Israel.

E aí, respeitando naturalmente também o Estado Palestino, estivemos em Ramallah também, recebidos por uma conselheira das relações exteriores e muito bem tratados, e muitas queixas que parece ser uma coisa muito repetitiva, e sem tomar partido. Afinal nós aqui no Brasil não temos nada que tomar partido com a crise que eles vivem, mas impressionou por exemplo o fato de que há poucas semanas houve uma arremetida em que um caça israelense F-16 foi abatido por baterias antiaéreas da Síria.

E se acreditava que Israel iria reagir atacando a base iraniana de lançamento de *drones* localizada na Síria. E aí algo que pelo menos a mim chamou a atenção, o Irã está instalado na Síria. E o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que se diz lá é que são milhares de *drones*, de mísseis, mirando para Israel e na proximidade ali, na vizinhança, pelas Colinas de Golã.

Mas não houve essa reação de Israel. Israel foi muito sóbrio, muito discreto; perdeu o caça, perdeu vidas, mas não reagiu.

Então, a impressão que se tem – e uma frase que o senhor disse a certa altura – é que Israel não está... Deixe-me só desligar aqui o celular, que está me atrapalhando.

Israel quer paz e tem razão nisso, porque está cercado de inimigos: o Egito lá de um lado, a Síria do outro, o Líbano e o Irã, principalmente, que cresce e toma. E isso combina com a afirmação que o senhor fez de que o Irã está dominando a Síria. A Síria está acabando, e, pelo jeito, dentro de algum tempo, o Irã absorve, engole a Síria.

Aí a pergunta que lhe faço: historicamente Israel é uma nação que vive cercada de perigos. E, com esse crescimento do Irã e com o Hamas lá do outro lado, que é violento e onde há riscos de ataques a todo momento, como o senhor citou, qual é o prognóstico que o senhor faz para Israel, que quer paz, mas que está cercado de tantas ameaças, tantos inimigos?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu queria, antes de passar a palavra, para que ele possa fazer a sua explanação, eu diria, até final, por conta de um problema prático... Já recebi a informação de que ele tem que sair próximo das 16h, mas o Ricardo Ferraço abriu mão, o Senador Ricardo, talvez porque só queira amanhã, a partir de amanhã, exercer o mandato. Mas é um prejuízo para a nossa audiência não ouvi-lo.

Quero registrar... Tínhamos convidado para estar aqui conosco e está aqui na Mesa, a nosso convite, a Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, Deputada Bruna Furlan, e o Deputado Cury. Ambos nos ajudaram. Sejam todos bem-vindos.

Eu vou passar, já que o tempo está escasso – isso é um certo prejuízo, mas, de alguma maneira, já ganhamos muito –, só acrescentando mais um elemento: o senhor é correspondente em cinco línguas, usa mídias convencionais – eu diria assim, porque estamos vivendo... O senhor também falou muito da importância da importância das redes sociais. Se pudesse falar um pouco da importância dessa revolução tecnológica, das redes sociais para tudo isso que a gente falou antes, de como isso vai se dar em relação aos meios convencionais... Isso daria uma outra palestra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, isso ela incluiu... Ela de fato incluiu na...

O SR. HENRIQUE CYMERMAN BENARROCH – Claro que sim. Claro que sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Era isso. Passo imediatamente para o Henrique Cymerman, que é jornalista e professor, para que possa tentar responder – porque são questões muito densas também – e fazer sua explanação final.

O SR. HENRIQUE CYMERMAN BENARROCH – Para mim, quinze minutos na televisão são uma eternidade. Eu vou tentar rapidamente...

Deputada Bruna, bem-vinda. Eu depois lhe faço um resumo.

Vou unir a última pergunta, comentário-pergunta, com a primeira. O que acontece na Síria é provavelmente a maior tragédia da história da humanidade desde a Segunda Guerra Mundial.

O que lá acontece acompanho muito de perto. Acompanho... Há poucos dias, estive num hospital militar israelense, criado ao lado da fronteira, nos montes Golã. E não há ninguém, não há jornalistas lá, ninguém se atreve a ir ali, não sei por que têm medo.

E vejo que estou sozinho na fronteira, numa fronteira que antes era uma fronteira por que passavam mercadorias, pessoas, estudantes, drusos de Israel que vão à Síria e voltam. De repente está tudo morto, e, do outro lado, vejo uma bandeira um pouco esquisita, verde, que me parece de algum grupo islamista, muito perto da fronteira.

E, do lado israelense, há um hospital militar improvisado, com 70 médicos reservistas – muitos deles operam – e enfermeiras. E, de repente, eu vejo que, do outro lado, há um senhor com um telefone, que fala ao telefone, e abre-se a fronteira, e passa uma ambulância. Entra essa ambulância dentro do hospital, e eu entro dentro do hospital e vejo uma menina de 12 anos ferida, porque tinha caído uma bomba não sei donde, a pouca distância da fronteira. E ela é levada, evacuada, por acordo entre as duas partes, aos hospitais israelenses. Ela foi tratada, salvaram-lhe a vida no hospital militar e mandaram-na a um hospital civil.

Mas a pobre menina, que foi educada no sentido de que os israelenses são o demônio, o inimigo máximo, acorda e olha e vê um só médico militar israelense com o uniforme e vê a bandeira de Israel. Ela pensou que tinha morrido e chegado ao inferno.

Imediatamente veio um médico que falava árabe, explicou-lhe o que tinha acontecido, assegurou-lhe que iriam tratá-la e que ela voltaria. E a mãe dela foi trazida depois. E pôs-se com ela a mãe. A mãe, coitada, estava em choque total, não conseguia nem falar.

Mas ela foi tratada, e, depois de quatro dias, devolveram-na à Síria. E os médicos e as enfermeiras choravam quando se despediram. Eles não sabiam o nome dela. Não querem saber o nome dela, porque isso pode complicar a vida dela. Ela é recebida com um número, só com um número.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Infelizmente, o que acontece naquela zona é terrível. E ninguém, quase ninguém faz nada. Não há médicos na Síria, não há enfermeiros; os produtos de anestesia nas operações são levados por muito poucas organizações de ajuda humanitária e por alguns da fronteira da parte de Israel para dentro da Síria. Falta tudo lá.

E, apesar de tudo, o que nós vemos é que a Síria, hoje em dia, está controlada por potências estrangeiras. A Turquia, no norte, tenta controlar os curdos. E nós, mundo livre, deveríamos levantar-nos todos e aplaudir os curdos, pelo que fizeram nos últimos três anos: pagaram com o sangue deles, para tentar parar o Estado Islâmico, essas forças obscuras, e ninguém lhes agradece, ninguém lhes diz absolutamente nada.

Eu falei disso na ONU, em Geneva, há poucos dias, e me aplaudiram. Mas eu disse: não é preciso aplausos, é preciso, realmente, fazer alguma coisa por essa gente, que está pagando com suas vidas por nós.

Depois há o Irã. E, quanto ao Irã, eu quero ser... Não quero falar com propaganda: permitam-me ser o mais apegado aos fatos possível.

A gente fala no Irã e fala do fato de que o Irã tinha um projeto nuclear. No fundo, ainda o tem, mas não o pode pôr em prática, porque assinou um acordo. E fala-se do tema nuclear, isso é muito conhecido.

Mas o que ninguém fala é que o Irã é o país que mais apoia grupos terroristas no Oriente Médio. Apoia o Hezbollah, que é o seu braço no Líbano. Há 150 mil mísseis que cobrem a minha casa em Tel Aviv e que cobrem todo o país. Em qualquer momento, podem lançar e provocar uma guerra – que Deus não queira. É terrível essa guerra, se chegarmos a essa etapa, porque a guerra próxima não vai ser como as guerras anteriores. Lembrem-se do que lhes digo, se isso acontecer. Vai ser muito pior. E depende deles.

E o Hezbollah, que no fundo controla o Líbano, é uma organização iraniana, mas...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS. *Fora do microfone*.) – Só uma perguntinha: não parece que o Irã não ataca, porque, se atacar Israel, os Estados Unidos atacam o Irã?

O SR. HENRIQUE CYMERMAN BENARROCH – Pode ser, mas o problema é que o Irã saiu vencedor dos últimos sete anos de revoluções no mundo árabe.

Por quê? Porque, hoje em dia, o Irã controla o que o Rei da Jordânia chama a Meia-Lua Iraniana. Eles controlam seis países na região: o Irã, a Síria – Assad vive graças ao Irã –, o Líbano, o Iraque – o Iraque tem maioria xiita que depende do Irã –, o Iêmen e Gaza – com o Hamas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ou seja, o Irã hoje em dia é uma potência que ninguém pode ignorar em qualquer medida que tome. E outra coisa de que no Ocidente os meus colegas jornalistas esquecem é que o Irã continua desenvolvendo mísseis que podem cobrir grande parte das capitais europeias e podem alcançar, eles ainda não renunciaram a isso, há um míssil que se chama Shahab-6, que tem 12 mil quilômetros de distância de alcance, que é exatamente a distância entre o Irã e os Estados Unidos.

Ou seja, o Irã tem muitos fatores de instabilidade. Eu sei que dentro do Irã a grande maioria da população está descontente com o regime, mas o regime é um regime brutal e é um regime que tenta ganhar um caráter "ser o líder do mundo muçulmano". E é por isso que o mundo árabe, pragmático, mais moderado, não são regimes ideais para mim, eu prefiro democracias, mas é o que há, eles unem-se para fazer frente a esta ameaça contra eles, que, no fundo, é uma ameaça existencial.

É um foco de instabilidade muito grande. O Irã mandou um *drone* sobre o território israelense para provar as defesas israelenses, às quatro da manhã de um sábado, fim de semana em Israel, no qual eles queriam ver se Israel ia descobrir. E imediatamente descobriram, derrubaram o *drone* e houve os ataques da Força Aérea.

Mas isso não é solução. O Irã está, neste momento, a 40 quilômetros da fronteira israelense e isso é um foco de instabilidade muito grande. E eles têm agora um porto no Mediterrâneo, no Líbano, e isso é outro foco de instabilidade.

A Rússia tem um papel também na Síria. A Rússia controla, de alguma maneira, o Presidente Putin é como um jogador de pôquer com péssimas cartas, com uma crise interna terrível, que consegue maximizar as suas cartas e que conseguiu um lugar ao lado da mesa de negociações, porque está no Porto de Latakia e de Tartus, na Síria, salvou o seu a aliado Assad e diz aos americanos: "Sem mim, vocês não fazem nada. Nós estamos aqui e em qualquer solução, vamos estar presentes na mesa." Ele recebeu presença na Síria por 98 anos. Eles deram os portos e o aeroporto na Síria.

Portanto, a Síria é, realmente, um caso extremamente complicado, muito mais do que Gaza. Em Gaza, o problema o Sr. Senador explicou claramente. O problema é que há uma organização que controla Gaza, que não aceita nenhum tipo de paz, que não aceita a existência de Israel, que se chama Hamas e que quer islamizar a própria Palestina. Eles não querem um Estado palestino laico. Enquanto isso não mudar, enquanto o Hamas não deixar de ser Hamas nesse aspecto, não há nenhuma possibilidade de acordo, porque não vai haver uma liderança unificada palestina.

Eu espero é que a direita israelense não use esse fato como pretexto para não conseguir um acordo, porque eu acho que esse acordo é necessário para Israel. Eu acho que a maioria da população israelense e palestina necessita desse compromisso e o Brasil, igual a outros países do mundo, que são potências, que têm influência e têm boas relações com os dois lados, deve contribuir, não se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

colocando de um dos, se não tentando servir de ponte entre os dois lados, entre as pessoas de bem dos dois lados e deixando à parte todos que são os radicais.

Eu acho que o mundo tem que fazer muito mais pela Síria também e também acho que em Gaza nós israelenses devemos distinguir entre o regime do Hamas e dois milhões de pessoas que têm certos problemas humanitários. Eu posso dizer que ontem me ligou um amigo médico israelense e disse-me: "Ouvi dizer que falta insulina em Gaza." E eu disse: "Como é possível?" E disse ele – ele é um especialista mundial em diabetes –, ele disse: "Insulina para meninos que têm diabetes e para adultos que têm diabetes."

Telefonamos a um general israelense que está na fronteira e ele disse: "Tragam tudo o que quiserem. Amanhã passam 80 mil miligramas – não me lembro se é isso, uma quantidade para três, quatro meses de insulina – para que isso não aconteça."

Não é assim que se deve fazer. Eu estou contente que pudemos contribuir para isso, mas o importante é resolver o problema e que a população de Gaza não tenha que sofrer e ser refém de um regime ditatorial como o regime do Hamas.

E, quanto à Síria, o mundo tem que fazer alguma coisa muito mais séria do que está fazendo. E se há alguém que pode fazer, esse é o Papa Francisco. O Papa Francisco é hoje em dia, na minha opinião, o líder mais global, realmente de mais autoridade moral no mundo. E não é só um líder católico ou só um líder cristão. É um líder mundial.

E é por isso que eu vou ser muito cauteloso no que vou dizer agora, porque isto é transmitido para todos os lugares: neste momento, eu tenho o privilégio, juntamente com outras pessoas, de ajudar o Papa Francisco num projeto, que, quando, este ano, for anunciado, eu espero que possa ajudar a resolver parcialmente parte destes problemas. E esses projetos passam por educação, passam por redes sociais, passam por mídia, porque hoje em dia a grande vitória do Estado Islâmico foi resultado do que eu gosto de chamar, e ensino isso na universidade, do califado digital.

Eles perderam o califado hoje em dia, mas, através da internet, eles criaram uma herança de filmes, de materiais que no futuro serão usados por outros grupos jihadistas, até mesmo se o Daesh, o Estado Islâmico desaparecer. Haverá outros e essa herança vai ser utilizada, e acreditem que essa herança os ajudou a captar dezenas de milhares de jovens muçulmanos, que fugiram da Europa, fugiram de outros lugares do Oriente Médio e se uniram a estes grupos radicais e nós temos que desenvolver uma contranarrativa contra isso. Temos que educar contra o que o Papa Francisco chama a violência em nome de Deus, senão estamos perpetuando este problema durante o século XXI.

Está nas nossas mãos, mas temos que deixar de falar e começar a fazer. E a pergunta é se seremos capazes de fazê-lo ou não. Eu acho e peço a Deus, sendo judeu, que o Papa Francisco tenha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

muita saúde, porque eu acredito que ele pode fazer coisas extraordinárias nos próximos anos e espero que o consiga.

O que é que pode acontecer no mundo do terrorismo? Eu vou lhes dizer: eu acho que o que pode vir a acontecer é o mesmo que aconteceu com os sequestros de aviões nos anos 70 do século passado, ou com a pirataria em séculos anteriores. Como foram resolvidos estes problemas? Com a cooperação internacional mundial, em que realmente os países decidam unir-se e unir esforços contra as forças do mal.

Este terrorismo são as forças do mal, nos ameaçam a todos. Eu não quero dizer coisas que não devo. Mas eu tenho a impressão, por conversas, por investigações e por um livro que acabo de publicar agora em Portugal e que espero que se publique aqui também e que se chama *O Terror entre Nós*, tenho informações de que parte desse terrorismo aponta nesse momento em direção à América Latina, em direção à fronteira entre o Brasil, a Argentina e o Paraguai. Eu recomendo a vocês, como amigos, que investiguem bem esse fenômeno...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HENRIQUE CYMERMAN BENARROCH – ... porque eu não posso estar indo tão longe. Mas, de todas as maneiras, não devemos perder o otimismo. Nós vamos ganhar essa guerra finalmente, todos unidos!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Só uma coisa que acho que faltou a Senadora Ana Amélia e eu colocamos. Com relação ao sequestro de avião, tudo bem, mas num mundo que amplia o fosso entre os que têm muito e os que não têm nada... Acho que faltou essa parte.

O SR. HENRIQUE CYMERMAN BENARROCH – O lado econômico é vital.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Será que é possível vencermos essa guerra com o mundo ficando cada vez mais injusto?

O SR. HENRIQUE CYMERMAN BENARROCH – Senador, não temos outra alternativa. Ninguém pede a nossa opinião. Isso é um fato. Se não fizermos isso, estaremos condenados a viver fenômenos como esse. Entendam bem, o terrorismo não é resultado só da miséria. Há miséria sem terrorismo até mesmo aqui no Brasil, e o terrorismo é também provocado pela miséria, mas há outros fatores de radicalização. A radicalização é um tema para a próxima palestra, se quiserem, porque é preciso tempo. Mas há muitos motivos para isso e deveríamos lutar contra todos eles. Mas o tema da economia me parece vital. Eu posso dizer-lhes que ouço tentativas sérias de investimentos econômicos de organizações internacionais no sentido de tentar se ocuparem desse problema, que é um câncer autêntico, que é o desemprego dos jovens tanto no mundo árabe como no mundo em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

geral. Eu penso que esse é um problema que não se pode desvincular dos temas políticos e dos temas educativos e culturais. Tudo, no fundo, são elementos. E se nós queremos lutar contra isso... Tenho a impressão de que esses temas dos quais estamos falando são a grande guerra do século XXI que nos espera. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Como o Professor mesmo deixou claro, temos à disposição um livro, não aqui, *O Terror entre Nós*; ou seja, a ameaça do terrorismo islâmico ao modo de vida ocidental.

Eu não posso me alongar, senão o Professor perde o voo. Mas eu queria mais uma vez agradecer a presença de todos que nos deram a satisfação de comparecer a esta audiência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado. Quero agradecer a presença do Senador Ricardo Ferraço, do Senador Lasier, da Senadora Ana Amélia, que foi a autora do requerimento junto comigo para que esta reunião acontecesse; agradecer também a presença da Deputada Bruna Furlan, do Deputado Eduardo Cury e de todos os que compõem o corpo diplomático e que estão aqui nos dando a honra de suas presenças. De modo muito especial, mais uma vez, quero agradecer a presença da Conib, do Fernando, e, claro, ao Professor e Jornalista Henrique Cymerman.

A Senadora Ana Amélia parece que queria...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu só queria agradecer muito ao Fernando Lottenberg, da Conib, e também ao Ricardo, da Federação Israelita de São Paulo, que nos acompanharam nessa visita, e também ao Rabino Michel Schlesinger, que veio especialmente de São Paulo nos prestigiar; o Embaixador já foi mencionado, e agradecer ainda a todas as autoridades diplomáticas dos países árabes que vieram nos honrar, dando também um sinal claro de que eles, como o Prof. Henrique, também querem a paz.

Então, nós nos sentimos confortados pela iniciativa. Queremos sempre trabalhar na construção dos mesmos princípios que o Prof. Henrique aqui veio defender, ou seja, um mundo sem ódios, um mundo onde reina a compreensão e a fraternidade, como prega o seu amigo, o Papa Francisco. Agradecer também a presença da Bruna, a nossa Presidente da Comissão de Relações Exteriores, o que é um reforço e mostra a relevância da sua palestra, pela sua visão de mundo, pela sua visão de paz e de humanismo, sobretudo.

Muito obrigada.

O SR. HENRIQUE CYMERMAN BENARROCH – Queridos amigos, é um privilégio ter estado aqui, é um autêntico privilégio. Estou extremamente orgulhoso de ter tido a oportunidade de falar aqui. Agradeço a V. Exªs e estou à disposição no futuro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amigos Senadores, embaixadores do mundo árabe, Embaixador de Israel, temos muito trabalho. Há muito o que fazer e é possível, é possível fazer isso. Temos que unir forças, porque, no fundo, estamos todos no mesmo lado.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu agradeço mais uma vez.

Queria dizer que amanhã, às 9h, teremos uma reunião com sabatina, e também, dando sequência à programação da Subcomissão que trata do 8º Fórum Mundial da Água, teremos debates sobre os desafios que temos no compartilhamento de água.

Não tendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE MARÇO DE 2018, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e onze minutos do dia oito de março de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Jorge Viana e Antonio Anastasia, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Roberto Requião, Romero Jucá, Fernando Bezerra Coelho, Valdir Raupp, Hélio José, Marta Suplicy, Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Lasier Martins, Vanessa Grazziotin e Pedro Chaves. Deixam de comparecer os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Gleisi Hoffmann, Acir Gurgacz, Lindbergh Farias, Paulo Bauer, Ricardo Ferraço, José Agripino, Ana Amélia, Cristovam Buarque e Fernando Collor. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Indicação de Autoridade**. **ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 4, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RICARDO GUERRA DE ARAÚJO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Nigéria." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 2 - MENSAGEM (SF) Nº 5, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JOÃO ANDRÉ PINTO DIAS LIMA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de El Salvador." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Antonio Anastasia (*Ad hoc*), substituiu Senador Antonio AnastasiaSenador Cristovam Buarque. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Audiência Pública, com a participação da Subcomissão Temporária dos Preparativos para o 8º Fórum Mundial da Água, para debater a escassez da água e as ameaças à estabilidade da Ordem Internacional. **Participantes:** Sr. Benedito Braga, Presidente do Conselho Mundial da Água. Embaixador Reinaldo Salgado, Coordenador Político do 8º Fórum Mundial da Água. **Resultado:** Audiência Pública Interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Jorge Viana

Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/03/08

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Não posso iniciar os trabalhos aqui no Senado Federal, que começam neste momento na Comissão de Relações Exteriores, sem lembrar que hoje é dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher. Eu queria cumprimentar todas as senhoras, servidoras, embaixadoras e convidadas que estão aqui conosco e todas as que nos acompanham pela Rádio e pela TV Senado.

O Senado Federal nesta semana tem uma programação especial. Estivemos ontem, numa sessão solene especial em homenagem às mulheres, refletindo sobre os desafios que a questão da mulher nos impõe. Estamos longe de ter uma sociedade em que haja equilíbrio entre os homens e as mulheres. Os problemas são sempre os mesmos: não temos legislações, não temos ainda de maneira adequada as condições que tanto as mulheres quanto os homens devem ter.

Este dia é celebrado no mundo inteiro. Ontem, aqui nesta Comissão, tivemos uma audiência e vimos que há uma parte do mundo em que essa situação é mais grave ainda – isso foi dito aqui por um palestrante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu queria, de maneira muito especial, cumprimentar todas as mulheres brasileiras, cumprimentar todas as servidoras do Senado, cumprimentar os que estão trabalhando, ajudando, inclusive, a fazer uma programação diferente na Rádio Senado, com uma série que está sendo veiculada na TV Senado, enfim, todas as mídias do Senado que estão tratando deste tema, levantando os problemas e os desafios que temos de procurar vencer e superar para que a nossa sociedade seja melhor.

Cumprimento o Senador Anastasia e os demais convidados que estão aqui, mas penso que hoje é um dia em que todos nós devemos refletir sobre essas questões que acabei de apresentar.

Eu sou do Acre. Ontem estava aqui a ex-Deputada Maria Lúcia, que foi homenageada também, de certa forma, representando todas as mulheres do meu Estado.

Acredito que o mundo só será melhor, de fato, quando tivermos vencido essas questões que nos dividem e que deixam o mundo injusto, de maneira até vergonhosa.

O número de mulheres vítimas de violência nos envergonha. Ontem saiu um mapa que mostra que a cada duas horas uma mulher é assassinada no Brasil. Isso é algo chocante. Os assassinatos e a maneira brutal como elas são vitimadas devem chocar a todos nós e também nos tirar de qualquer situação de apenas contemplar ou de ficarmos indiferentes.

Sinceramente, acho que já avançamos bastante nesse aspecto, mas ainda temos muito a fazer. A própria representação das mulheres no Senado é algo que tem de estar sempre presente para o bom funcionamento do Legislativo brasileiro.

Eu queria também dizer que nós estamos apenas a 12 dias do início da Conferência Parlamentar no 8º Fórum Mundial da Água. Eu tenho a satisfação de presidir a Subcomissão que trata do evento parlamentar no Fórum Mundial da Água; o Senador Cristovam, que é membro titular desta Comissão, é o Vice-Presidente. Nós temos aqui o Senador Anastasia, o Senador Fernando Bezerra e um conjunto de colegas que fazem parte dessa Comissão.

Nós teremos dois eventos vinculados à ação parlamentar ou à atividade parlamentar no 8º Fórum Mundial da Água. Um ocorrerá no dia 18 na Procuradoria-Geral da República – a Drª Raquel Dodge pediu para sediar esse evento. Nós vamos ter juristas, membros do Ministério Público e Parlamentares no domingo à tarde participando, na Procuradoria-Geral da República, de uma discussão sobre a água como um direito. E, no dia 20, compondo a programação do Fórum, nós vamos ter, na Arena Parlamentar, que está sendo construída pela organização do Fórum Mundial, o evento parlamentar. Já temos mais de 50 Parlamentares inscritos, entre Parlamentares de outros países e brasileiros. Nós pretendemos, então, fazer lá a discussão com o tema "O papel dos Parlamentos e o direito à água". Então, aproveito para mais uma vez informar que estamos nos aproximando desse importante evento, que pela primeira vez ocorre no hemisfério sul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E hoje, após as sabatinas, nós teremos um debate, Senador Raupp, sobre esse evento. Eu farei, no momento adequado, a apresentação dos nossos convidados, mas, neste momento, eu queria iniciar a primeira parte da nossa reunião. Por conta do funcionamento da Casa, eu peço à Secretaria que, se houver a concordância dos colegas Senadores, possa deixar aberto o processo de votação tão logo se abra a oportunidade de sabatina.

Então, nesta primeira parte da reunião, nós vamos tratar da Mensagem nº 4, de 2018, não terminativa.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 4, de 2018

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RICARDO GUERRA DE ARAÚJO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Nigéria.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

1 - Em 01/03/2018, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;

2 - A arguição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta reunião.

A arguição iniciará tão logo eu apresente o segundo indicado.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 5, de 2018

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JOÃO ANDRÉ PINTO DIAS LIMA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de El Salvador.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senador Cristovam Buarque.

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

1 - Em 01/03/2018, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;

2 - A arguição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta reunião.

Relatoria *ad hoc* do Senador Antonio Anastasia.

Neste momento queria convidar o Embaixador Ricardo Guerra de Araújo e o Embaixador João André Pinto Dias Lima para que possam tomar assento à mesa.

Queria dar as boas-vindas aos Srs. Embaixadores e, mais uma vez, agradecer os nossos convidados.

Passarei a palavra ao Embaixador Ricardo Guerra de Araújo, que está sendo indicado...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... para o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Nigéria.

Passo, pela ordem, ao Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. Pela ordem.) – Cheguei aqui um pouquinho atrasado, e já havia a decisão de V. Exª de que, assim que começasse a exposição dos nossos Embaixadores, como já são Embaixadores, Diplomatas renomados e conhecidos, a gente já poderia ir votando, abrir o painel. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Não havendo objeção, eu tinha, inclusive, feito essa sugestão de que, tão logo iniciássemos a exposição dos Srs. Embaixadores, o painel de votação pudesse ser aberto, como sugere o Senador Valdir Raupp.

Com a palavra V. Sª.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Estou estabelecendo um prazo de até 15 minutos. Penso que é bem razoável para que se possa ter...

Seja bem-vindo, Sr. Ministro!

Estamos já com os dois convidados aqui, para a segunda parte da nossa reunião, para tratarmos do Fórum Mundial da Água.

Com a palavra o Embaixador Ricardo Guerra de Araújo, indicado para a missão de representar o Brasil junto à República da Nigéria.

O SR. RICARDO GUERRA DE ARAÚJO – Muito obrigado.

Bom dia a todos.

Em primeiro lugar, permita-me cumprimentar V. Exª, Sr. Presidente em exercício, e demais membros da distinta Comissão de Relações Exteriores e agradecer a oportunidade que me é dada hoje de submeter a minha nomeação à apreciação de V. Exªs.

Um agradecimento especial ao Relator da minha sabatina, Senador Flexa Ribeiro.

A minha apresentação, Sr. Presidente, será dividida em três partes: a primeira, consagrada ao perfil da Nigéria; a segunda, sobre o relacionamento com o Brasil; e a terceira, sobre um possível programa de trabalho para aquele país.

A Nigéria, Sr. Presidente, é considerada o gigante africano, um país rico em petróleo, gás natural, primeiro produtor de petróleo na África junto com a Angola, décima reserva mundial de petróleo, oitava de gás natural. A Nigéria também é a maior economia, hoje, no continente africano, tendo ultrapassado o PIB da África do Sul em 2015.

Tem também a maior população no continente africano, mais ou menos equivalente à brasileira. As projeções são de que, em quatro ou cinco anos, a população nigeriana deve ultrapassar a população brasileira. Em 2040, a Nigéria deve tornar-se o terceiro país mais populoso do planeta, depois da Índia e da China.

As projeções de crescimento do PIB para a Nigéria, em 2018, giram em torno de 2,5% a 3%.

A Nigéria, além de ser uma grande economia, é também um líder político regional e continental. Sede da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental, é também um ator influente e muito ativo na Organização da União Africana, com sede em Adis Abeba.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Possui um território nove vezes menor do que o brasileiro, mais ou menos equivalente ao da Venezuela. Possui também 250 etnias diferentes, o que torna o país bastante complexo, cujas principais são: Igbo e Yoruba, no sul do país; e Fulani e Hausa, no norte.

O país cresceu, Sr. Presidente, a taxas entre 6% e 7% ao ano até 2015. O Banco Mundial, no ano passado, por exemplo, classificou o país entre as dez maiores economias reformadoras do mundo, em razão dos esforços feitos pelo governo nigeriano de eliminar a burocracia e de facilitar o acesso ao crédito.

Uma palavra sobre o Presidente do país, Muhammadu Burhari. General aposentado, eleito em 2015, já tinha sido Presidente da Nigéria entre 1983 e 1985, por meio de um golpe militar, e foi também destituído por um golpe militar. Considera-se hoje um democrata convicto, tem fama de incorruptível no país, mas vem apresentando problemas de saúde mais ou menos graves, não revelados pela presidência nigeriana. No ano passado, por exemplo, passou praticamente a metade do ano em tratamento médico em Londres, o que evidentemente torna a sua candidatura à reeleição à Presidência da República em 2019 ainda um ponto de interrogação, o que é um fator sempre de instabilidade, sobretudo nesses momentos pré-eleitorais na Nigéria.

O Governo Burhari também criou um plano de médio prazo de recuperação e crescimento econômico com ênfase em investimentos em setores como energia, obviamente, agricultura, infraestrutura, manufaturas, mineração, entre outros. O Governo Burhari também criou uma comissão de combate a crimes financeiros e econômicos e instituiu a denunciação premiada. Há, inclusive, uma demanda nigeriana de cooperação com o Ministério da Justiça nessa área.

A Nigéria é um país em desenvolvimento, com problemas. A partir de 2015, entrou em recessão com a queda do preço do petróleo internacional. Apesar de ser o primeiro PIB africano, hoje é apenas a 18ª renda *per capita* naquele continente. Tem uma infraestrutura extremamente deficitária, uma produção agrícola insuficiente para alimentar uma população equivalente à brasileira. Tem também problema de terrorismo no nordeste do país com o Boko Haram. Infelizmente, ele está sempre na primeira página da imprensa internacional, regularmente.

Aí a gente fala em Boko Haram: são 20 mil pessoas assassinadas, quase 2 milhões de pessoas deslocadas. É um grande problema hoje na Nigéria.

O governo nigeriano também possui militantes armados no Delta do Níger, na região sudeste do país, rica em petróleo e gás natural, que tem inclusive aspirações separatistas – basta lembrar a guerra de Biafra nos anos 60 – e também possui um conflito generalizado pela posse da terra arável, sempre com fundo étnico-religioso.

A Nigéria, Sr. Presidente, é um país extremamente dependente de um único produto de exportação, que é o óleo bruto de petróleo, responsável por 90% das divisas estrangeiras geradas no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

país, 70% da arrecadação fiscal, 10% do PIB e apenas 1,2% da geração de empregos, pois é um setor pouco intensivo em mão de obra.

Vale a pena também mencionar que, apesar de ser um grande produtor, exportador mundial de óleo bruto, a Nigéria é importadora de óleo refinado, pois as refinarias que existem no país não são suficientes para processar o óleo bruto, a Nigéria é obrigada a importar praticamente 90% do seu consumo de óleo refinado.

Sobre o relacionamento com o Brasil, recordem-se, em primeiro lugar, das relações históricas culturais e humanas que existem entre os dois países, desde a época do Brasil Colonial: a influência da cultura iorubá, sobretudo no Estado da Bahia, retratada, sobretudo, nas obras de Jorge Amado, e a influência que teve essa cultura na formação da própria identidade brasileira.

A Nigéria foi, até 2014, o maior parceiro comercial do Brasil na África e estava entre os dez maiores parceiros no mundo, com saldos comerciais, diga-se de passagem, sempre desfavoráveis ao lado brasileiro. Para as senhoras e os senhores terem uma ideia, entre 2008 e 2015, o Brasil acumulou um déficit comercial com a Nigéria de US$50 bilhões – repito, US$50 bilhões. Desde então, houve uma queda desse comércio bilateral em razão, sobretudo, da diminuição da compra brasileira de petróleo nigeriano. Para as senhoras e os senhores terem uma ideia, o comércio bilateral nos dois sentidos passou de US$10,5 bilhões, em 2013, para apenas US$1,5 bilhão no ano passado. A boa notícia é que o comércio hoje está bem mais equilibrado do que era anos atrás e que as exportações brasileiras de semimanufaturados também vêm crescendo nesses últimos anos, gerando em torno de US$700 a US$800 milhões ao ano.

Mencione-se também a existência de restrições comerciais a vendas brasileiras para o mercado nigeriano, sobretudo no setor de carne bovina, de carne de aves, mas também de café solúvel, arroz etc.

O serviço de inteligência comercial do Itamaraty também identificou potencial de vendas brasileiras para aquele mercado, sobretudo no setor de automóveis, calçados, móveis, papéis e cartões, biocombustíveis, leite e creme de leite, entre outros. Foi também identificado um potencial de investimentos brasileiros naquele país no setor de energia, transporte e habitação.

A Nigéria é o terceiro país fonte de turismo para o mercado brasileiro dentro do continente africano, o que não é pouca coisa.

Uma palavra apenas sobre a comunidade brasileira residente na Nigéria. Ela é extremamente reduzida e estimada hoje em 140 nacionais.

Alguns marcos importantes, Sr. Presidente, desse relacionamento bilateral. Começaria lembrando a criação do mecanismo de diálogo estratégico em 2013; a realização da primeira sessão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

no âmbito desse mecanismo, acontecida também em 2013, durante a qual foram criados nove grupos de trabalho, entre os quais: defesa, agricultura, comércio e investimentos, infraestrutura, mineração, entre outros. Mencione-se também a realização do Fórum Empresarial Brasil-Nigéria, em 2017, na cidade de Lagos, durante o qual foram gerados negócios de US$1,5 milhões naquele ano e a expectativa de mais 40 milhões que poderão ser gerados ao longo deste ano. Sublinhe-se também a visita do Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores a Lagos e a Abuja, no ano passado, a primeira em muitos anos, durante a qual foi negociada com o lado nigeriano cooperação na área de energia, na área agropecuária, sempre com foco no agronegócio e na agricultura familiar, na área de indústria e na área de defesa.

A área de defesa, Sr. Presidente, que eu considero uma das mais promissoras desse relacionamento bilateral, juntamente com agricultura, envolve não somente a venda de equipamentos militares para o mercado nigeriano, como por exemplo o Super Tucano, que vai ajudar as forças armadas nigerianas a combater inclusive o Boko Haram no nordeste do País. Há também expectativa de venda do KC-390, o avião brasileiro de transporte de tropas, e outros equipamentos como drones, carros de combate Guarani, radares etc. Há também uma demanda nigeriana de cooperação para treinamento de tropas nigerianas, por exemplo, no combate na selva e na formação de pilotos de helicópteros.

A cooperação educacional também é um item importante desse relacionamento bilateral, envolvendo universidades brasileiras como a USP e a FGV.

E há também um item muito importante, Sr. Presidente: uma demanda nigeriana de maior aproximação parlamentar com o lado brasileiro.

Sobre um possível programa de trabalho, o que vem no topo da agenda é a necessidade de reativar esse mecanismo de diálogo estratégico criado lá em 2013 e a importância de programar a sua segunda sessão, no âmbito desse mecanismo, durante a visita que o Chanceler nigeriano fará ao Brasil em algum momento este ano, durante a qual poder-se-ia negociar, por exemplo, o acordo de cooperação e facilitação de investimento, esse de interesse brasileiro, que viria compensar um pouco a falta de um marco jurídico, de um marco regulatório naquele país. Um acordo também de transferência de pessoas condenadas. Esse também de interesse brasileiro. Só para as senhoras e os senhores saberem, há 330 presos nigerianos no Brasil, aproximadamente, e apenas dois brasileiros presos na Nigéria. Um acordo de educação também seria interessante negociar. Um acordo de cooperação agrícola, no âmbito do Programa Mais Alimentos Internacional, envolvendo, por exemplo, empresas como a Embrapa. Esse de interesse nigeriano.

Haveria também interesse mútuo em reforçar a cooperação policial para combater a emigração ilegal da Nigéria em direção ao Brasil e o tráfico de drogas do Brasil em direção à Nigéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Seria também interessante para o lado brasileiro negociar, evidentemente, uma maior abertura do mercado nigeriano para vendas brasileiras, por exemplo, no setor de carnes. E a cooperação em matéria de defesa, que eu já mencionei, Sr. Presidente, envolvendo empresas como Avibras, Iveco, Embraer. Mas também a intensificação do intercâmbio entre as academias militares e os Ministérios da Defesa dos dois países.

Seria também oportuna, em algum momento este ano, realizar a segunda sessão do festival de cinema brasileiro. A primeira sessão, organizada por meu colega aqui ao lado, em Abuja, no ano passado, teve um grande sucesso de público e evidentemente ajudou a divulgar a cultura brasileira na Nigéria. Sr. Presidente, em conclusão, eu queria dizer que, apesar da queda do comércio bilateral, oriunda sobretudo da diminuição das compras brasileiras de petróleo e da falta de segurança que a Nigéria apresenta, o país continua sendo um mercado atrativo para o Brasil na área agrícola, com ênfase no agronegócio, na agricultura familiar, no setor de infraestrutura e, sobretudo, na área de defesa.

A Nigéria, Sr. Presidente, tem o Brasil em grande estima e tem demandado nossa atenção e cooperação para ajudá-los a modernizar e desenvolver o país.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Cumprimento o Sr. Embaixador, agradeço pela exposição o Embaixador Ricardo Guerra de Araújo.

A coincidência é que, aqui ao lado, o que agora está sendo indicado para El Salvador é Embaixador do Brasil na Nigéria há cinco anos. Então, de fato, estamos aqui com dois especialistas em Nigéria: um que está há cinco anos representando o Brasil em missão e outro que estudou e fez aqui...

O SR. RICARDO GUERRA DE ARAÚJO (*Fora do microfone.*) – Potencial.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Conhecedor potencial.

Achei muito interessante. O senhor fez uma exposição, Sr. Embaixador, pela qual queria cumprimentá-lo – queria informar aos colegas que o painel de votação está aberto –, e gostaria de dizer, como Vice-Presidente e membro desta Comissão Permanente, que se aprende muito aqui na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Eu queria só fazer uma brevíssima observação. É que eu acho que o mundo mudou muito, o mundo está *on-line* hoje, as distâncias não existem mais. Imaginem: há 50 ou 100 anos atrás, a viagem que o Embaixador teria que fazer do Brasil até a Europa, e vice-versa, para representar o nosso País era algo complexo. Hoje em dia, qual é o papel mesmo? Acho que o papel é focar na relação comercial, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relação de cultura e de aproximação que ouvi na exposição de V. Sª aqui. Por mim, eu transformaria, se fosse da minha responsabilidade, todas as embaixadas em escritórios avançados de negócios do País, porque acho que esse é o papel mais importante.

Ele falou aqui que, em dois anos, o saldo comercial favorável à Nigéria em relação ao Brasil foi de US$50 bilhões. Isso é algo extraordinário!

O SR. RICARDO GUERRA DE ARAÚJO (*Fora do microfone.*) – Em sete anos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Desculpe, em sete anos.

É algo extraordinário, e todos nós sabemos que os pontos que foram levantados aqui são, de fato, algo a ser explorado pelo nosso País na relação comercial tanto de venda como de compra, porque o bom negócio é quando os dois lados ganham.

Cumprimento V. Sª e passo imediatamente ao Embaixador João André Pinto Dias Lima, lembrando que, se S. Sª quiser fazer algum comentário para concluirmos a parte da Nigéria, seria muito bem-vindo, já que estamos aqui fazendo a indicação do próximo Embaixador naquele importante país africano.

Com a palavra V. Sª.

O SR. JOÃO ANDRÉ PINTO DIAS LIMA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento os Srs. Senadores e agradeço a oportunidade de estar aqui hoje perante V. Exªs para a análise da indicação de meu nome para a Embaixada em El Salvador.

Faço um especial agradecimento ao Senador Cristovam Buarque por ter sido o meu Relator.

Inicio, portanto, dizendo que El Salvador é o menor país da América continental e o mais densamente povoado. Mal comparando, é como se fosse Sergipe, mas com três vezes a população de Sergipe.

Foi conquistado – é a expressão que a historiografia salvadorenha utiliza, em vez de descoberto – em 1524 e se tornou independente em 1821.

A história de El Salvador é marcada por uma sucessão de governos autoritários e pela luta da maioria da população por melhores condições de vida. Uma oligarquia muito fechada, impermeável a mudanças e que vinha impedindo a inclusão dos diferentes extratos da sociedade predominou até recentemente. Após uma revolta, em 1932, de campesinos, que resultou na morte de quase 30 mil trabalhadores de terra, quase 4% da população àquele momento, e de uma guerra civil, nos anos 80,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que levou 12 anos e provocou a morte de 75 mil pessoas, o país finalmente logrou implementar uma democracia multipartidária e ganhar estabilidade institucional.

A polarização que sempre existiu na sociedade salvadorenha ainda existe, de uma certa forma, mas agora dentro de um quadro institucional com regras democráticas e válidas para todos. A Arena (Aliança Republicana Nacionalista) e a Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional, que se enfrentavam nos anos 80 pelas armas, hoje se enfrentam na Assembleia da República e em eleições.

El Salvador conta com eleições presidenciais a cada 5 anos e eleições legislativas a cada 3, sendo que a Arena, que é o partido conservador, ganhou 4 eleições até 2009, quando a Frente de Libertação Farabundo Martí, de ideologia de esquerda, elegeu seu primeiro Presidente, Mauricio Funes, tendo como Vice-Presidente o atual Presidente Sánchez Cerén, eleito em 2014.

Domingo passado, houve eleições legislativas e o partido da oposição ganhou mais cadeiras ainda – já tinha maioria. Muito provavelmente será um ano muito difícil para o Executivo, porque as próximas eleições presidenciais serão daqui a exatamente um ano. Então, ele terá um ano pela frente com um parlamento, vamos dizer assim, da oposição.

Um tema fundamental quando se fala em El Salvador é a questão da violência. El Salvador e Honduras têm sido o primeiro e o segundo países mais violentos do mundo, com mais mortes violentas nos últimos anos. Na verdade, isso tem que ser visto também num contexto latino-americano. Das 50 cidades mais violentas do mundo, 43 estão na América Latina; dos 10 países mais violentos do mundo, 8 estão na América Latina.

El Salvador sofre com a atuação de gangues muito bem organizadas, estruturadas, que se alimentam de extorsões e de tráfico de drogas. Entre as causas desse fenômeno estão problemas sociais, quantidade, na sociedade, de armas ainda do tempo da guerra civil dos anos 80, muitos ex-combatentes, e o fato de a América Central toda ser passagem da droga da América do Sul em direção aos Estados Unidos – cerca de dois terços da droga que vão em direção aos Estados Unidos passam pela América Central.

Outro tema importante relativamente a El Salvador é a alta taxa de emigração para outros países. Quase metade da população de El Salvador está em outros países, sendo que dois terços dessa população fora de El Salvador está nos Estados Unidos. É uma questão atual e profunda. Segundo recente enquete, 40% das pessoas em El Salvador dizem que gostariam de deixar o país nos próximos anos. Na realidade, 250 pessoas saem diariamente em busca de novos destinos. As remessas desses emigrantes têm um grande impacto social: cerca de um terço dos lares salvadorenhos recebem recursos de parentes vindos do exterior.

Outro tema também em El Salvador é a corrupção. Segundo a Transparência Internacional, nessa última avaliação, El Salvador situa-se no número 112, entre 183 países, na percepção de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

corrupção, e essa percepção vem aumentando um pouco nos últimos anos. Um novo procurador-geral, que assumiu no início de 2016, tem sido muito ativo em casos envolvendo crimes financeiros e de corrupção. Para se ter uma ideia, os últimos três presidentes de El Salvador sofreram ou estão sofrendo ainda ações judiciais por corrupção: Francisco Flores, que foi presidente de 1999 a 2004, faleceu em prisão domiciliar; o seguinte, Elias Saca, de 2004 a 2009, encontra-se preso agora, acusado de corrupção – esses dois da Arena, do partido conservador –; e Mauricio Funes, o anterior presidente, da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional, pediu asilo político e está na Nicarágua desde setembro de 2016, quando começou a ser investigado em El Salvador.

As relações exteriores de El Salvador tradicionalmente se voltam aos Estados Unidos e aos países da sub-região. O atual governo tem relações especiais com Cuba e Venezuela, apesar de não fazer parte formalmente da Alba.

A economia de El Salvador vem crescendo a uma média, nos últimos dez anos, de 2% ao ano, mas mesmo assim tem o menor crescimento entre os países da América Central.

Os principais produtos da área agrícola são café, açúcar, milho, arroz e algodão. Na área industrial, processamento de alimentos, bebidas, químicos, fertilizantes e têxteis.

O país adotou o dólar como moeda corrente desde 2001, o que é muito bom para controlar a inflação, que tem sido baixa, mas não para incentivar essas exportações. Os principais destinos das exportações de El Salvador são os Estados Unidos – quase metade – e os países da sub-região. Os principais produtos importados: matéria-prima, bens de consumo, bens de capital, combustíveis e alimentos. E as principais origens das importações são, de novo, os Estados Unidos, quase 40%, e os países da região, sub-região.

Outro item fundamental para a economia de El Salvador são as remessas, como mencionei, dos emigrantes, que hoje representam praticamente os mesmos recursos da exportação. Na verdade, 80% do que El Salvador arrecada com a exportação, eles arrecadam com as remessas.

Com referência a relações bilaterais, elas foram formalizadas em 1906, são tradicionalmente amistosas e estáveis. No início, o relacionamento entre os dois países era correto, mas não muito intenso. Mas, em meados do século passado, começou a haver um interesse maior em atuação em defesa dos preços do café. As atenções durante os anos 80 ficaram muito focadas na guerra civil de El Salvador. Para o Brasil, as causas mais profundas daquele conflito eram as mazelas do subdesenvolvimento e não questões da guerra fria, e esse entendimento aos poucos prevaleceu e se consagrou nos processos negociadores de contadores de Esquipulas, cujos esforços pacificadores o Brasil respaldou desde o primeiro momento.

Nos últimos anos, as relações se estreitaram ainda mais, com visitas de alto nível, e vêm ganhando densidade muito em função de um programa de cooperação técnica bastante diversificado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que existe com El Salvador. O país é o maior beneficiário da cooperação técnica brasileira na América Central, com projetos em áreas consideradas estratégicas pelo governo salvadorenho, como o desenvolvimento social, planejamento, saúde e agricultura familiar. São projetos importantes pelo impacto social, e o governo salvadorenho vem reconhecendo a relevância da cooperação técnica brasileira para o desenvolvimento do país.

Outro campo que se abre para a cooperação é o da televisão digital. El Salvador adotou, em janeiro de 2017, o padrão nipo-brasileiro. É o quinto país na América Central e o décimo nono no mundo e demonstrou muito interesse na experiência brasileira, na capacitação técnica para o desligamento do sinal analógico e para a implementação da TV digital.

As relações bilaterais passaram por um momento mais delicado em maio de 2016 devido às reações do governo nigeriano ao processo de *impeachment* no Brasil. O Governo brasileiro reagiu em defesa da legalidade do processo e reafirmou o pleno funcionamento das instituições democráticas, e logo no início do ano seguinte, 2017, o ambiente já estava desanuviado. El Salvador, quando anuncia a escolha do padrão nipo-brasileiro de TV, no anúncio, o Presidente da República de El Salvador agradece ao Brasil e ao Japão. Houve a retomada, em seguida, da cooperação bilateral, com a realização de uma reunião do grupo de cooperação técnica, e assim as relações bilaterais foram reconduzidas ao nível amistoso e construtivo de antes. Para enfatizar esse aspecto, o chanceler salvadorenho realizou uma visita ao Brasil em outubro passado e consolidou, vamos dizer, a plena normalização das relações bilaterais.

O comércio com El Salvador tem sido tradicionalmente superavitário, ao contrário da Nigéria, para o Brasil. As exportações brasileiras, que alcançaram seu máximo em 2008, com quase US$250 milhões, chegaram, em 2017, a US$120 milhões, a metade, mas, mesmo assim, um aumento significativo de 37% em relação a 2016, quando foram de apenas US$87 milhões.

O Brasil é o nono fornecedor de El Salvador. Os principais produtos que exporta são carrocerias, motores, veículos, máquinas, café solúvel, milho em grão. E a exportação de El Salvador para o Brasil abarca produtos como peixes, conservas, vestuários e malharia. Apesar dessa grande redução do comércio bilateral, os números atingidos anteriormente mostram o grande potencial das relações comerciais, que poderão voltar a crescer, aliás, como já cresceram de 2016 para 2017.

Quanto a um plano de atuação na Embaixada caso o meu nome seja confirmado por V. Exªs, eu aponto a continuação desse exercício de cooperação, dos projetos de cooperação técnica, que têm sido de fundamental importância para o Brasil e para El Salvador, e aprofundar a cooperação em meio ambiente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

El Salvador, depois do Haiti, é o segundo país com maior degradação ambiental das Américas: erosão de solo, deflorestamento. Eu acho que o Brasil teria muito a oferecer em cooperação nessas áreas. E também, obviamente, em televisão digital...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO ANDRÉ PINTO DIAS LIMA – ... e intensificação da promoção comercial.

Imagino que também muito importante seria intensificar o intercâmbio parlamentar com El Salvador, tendo em vista a atuação cada vez maior dos Parlamentos em termos internacionais.

Muito obrigado. Agradeço, mais uma vez, a atenção de V. Exªs.

Estou, naturalmente, à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Quero cumprimentar o Embaixador João André Pinto Dias Lima pela exposição.

Imediatamente pergunto aos colegas Senadores, mais uma vez informando que a votação está aberta para apreciação das indicações, se querem fazer uso da palavra para algum comentário.

Senador Lasier Martins.

Peço ao Senador Anastasia que assuma a Presidência para que eu possa também dar o meu voto.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Obrigado, Presidente.

Saudamos nossos eminentes Embaixadores e colegas Senadores.

Tenho uma pergunta e uma curiosidade a cada um dos nossos sabatinados de hoje.

Com relação ao nosso Embaixador Ricardo Araújo, que está indo para a Nigéria – como eu cheguei um pouquinho atrasado, hoje enfrentamos um bloqueio de trânsito na entrada do Congresso e tivemos de fazer uma volta muito grande, perdi o comecinho da sua fala –, talvez tenha se referido ao grupo islamita radical Boko Haram, que, pelo que se tem visto no noticiário nos últimos tempos, se transformou em um terror para a Nigéria. Há sequestros de meninas – o noticiário dava conta esta semana de 110 meninas desaparecidas, sequestradas. É uma ameaça permanente à segurança daquela região. Então gostaria de saber – embora também o Embaixador João André Lima pudesse nos informar, porque está saindo de lá, mas, como o Embaixador Ricardo está chegando –: que informações tem ou sabe deste terror que significa o Boko Haram naquela região?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De que modo reage o governo daquele país? Que informações ele tem? Isso se expande ou está sendo contido?

Essa é a minha pergunta, então, ao Embaixador Ricardo de Araújo.

Com relação ao nosso Embaixador João André Lima, que está indo para El Salvador, justamente no dia de hoje, o noticiário está dando conta de que a falta de acordo com o Brasil atrasa o caso de Funes com a Odebrecht em El Salvador. Funes, como se sabe, é o ex-Presidente – foi mencionado pelo Embaixador João André. Mauricio Funes teria sido financiado na sua campanha pela brasileira Odebrecht, e ele está atualmente refugiado na Nicarágua, mas o impasse agora é que a promotoria de Justiça de El Salvador quer um convênio para poder ter acesso às informações, no Brasil, da Odebrecht para confirmar esse financiamento ilegal, dinheiro sujo que teria ido para lá.

Diante desse quadro, como se posiciona o Embaixador? Até onde o Embaixador participa? A impressão que tenho é de que essa intercomunicação ocorre via Embaixada do Brasil em El Salvador.

Então, essa é a minha pergunta.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Agradeço ao Senador Lasier.

Eu quero dar a sugestão de ouvirmos todos os Senadores que queiram se manifestar.

O Senador Anastasia já cedeu a vez para o Senador Hélio José.

Já informo, Senador Hélio, que, daqui a pouco, vamos ter o debate com dois convidados sobre o Fórum Mundial da Água. Sei do empenho de V. Exª e até o cumprimento. O seu nome também está incluído na Comissão, por ser Senador do Distrito Federal e trabalhar essa temática. Passo a palavra a V. Exª e, depois, ao Senador Antônio Anastasia. Com a palavra V. Exª, Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Obrigado, nobre Senador Jorge Viana. Parabéns pela condução dos trabalhos.

Quero cumprimentar também o Ricardo, que está indo para a Nigéria. A colônia da Nigéria no Brasil é muito grande; temos uma relação muito grande com a Nigéria. O padre da minha paróquia, Padre Godwin, é um padre nigeriano. Aqui em Brasília, temos, inclusive, um restaurante com comidas nigerianas muito bacana na Asa Sul. Sabemos quanto a Nigéria tem uma relação amistosa com o Brasil.

A Nigéria é um dos países mais povoados da África e tem uma situação parecida com o Brasil, com muitas desigualdades sociais. Então, o desafio é muito grande.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O João está vindo de lá, não é, João? Você sabe disso, cinco anos na Nigéria. V. Exª, com certeza, demonstrou – estava ouvindo pelo rádio quando estava vindo para cá – bastante conhecimento das problemáticas com relação à balança comercial, com relação à situação Brasil-Nigéria.

Eu, como Vice-Presidente da Frente Parlamentar Mista do Turismo, queria saber o que V. Exª está pensando em fazer para aumentar o fluxo turístico Brasil-Nigéria.

A Nigéria, por ser um país muito pobre, embora tenha bastante petróleo, tem uma solimetria muito alta, altíssima. Eu queria saber o que V. Exª pensa das relações para poder fazer com que as energias alternativas, a energia limpa seja mais bem aproveitada na Nigéria, como a energia fotovoltaica ou a energia eólica. O Brasil hoje é um dos maiores polos exportadores de pás e torres eólicas e aerogeradores do mundo. Teria totais condições de fornecer para a Nigéria, que é uma planície enorme, com muito vento – a endometria da Nigéria é boa. Teria condições de entrar para fazer várias estações de geração de energia eólica e de energia fotovoltaica também. Então, nessa área da energia, seria muito razoável, muito bacana se o senhor, como nosso Embaixador, conseguisse ampliar essas questões.

O Brasil, como bem fala o nosso nobre Presidente Jorge Viana, está vivendo uma séria crise hídrica. Inclusive, aqui no Distrito Federal, estamos com racionamento: um ou dois dias por semana, várias residências têm ficado sem água, mesmo com essa chuva intensa que tem sido dada. Isso é a crise hídrica. Na Nigéria não é diferente: pouquíssima água e coisa e tal.

Então, esse Fórum Mundial da Água, que o nosso nobre Presidente Jorge Viana vai estar coordenando, junto com uma série de grupos internacionais, e que nós aqui vamos fazer, é essencial. Hoje mesmo, na Comissão Senado do Futuro, de que sou Presidente, vai haver um grande debate a respeito disso. Se o Jorge quiser dar uma passadinha lá, será às 17h. Estará lá a Caesb, a Adasa, Saneago, ministérios, todos os envolvidos na questão de crise hídrica, e nós precisamos realmente acentuar...

Então, eu gostaria, para concluir as perguntas para V. Exª, Ricardo: em relação à superação dessa dependência de água que na Nigéria é muito grande, com muita proliferação também de doenças, porque a Nigéria é um país com uma situação de desigualdade muito grande, em que a relação com o Brasil e a *expertise* do Brasil podem contribuir e colaborar com a Nigéria? E o que a *expertise* da Nigéria pode colaborar com o Brasil?

Com relação ao nosso nobre João André, com certeza, El Salvador é um país que vem de muitos confrontos, de uma relação complicada, conflituosa, um país, como você falou, que foi conquistado. É um país importante na América Central, porque é muito povoado. El Salvador está com governo de centro-esquerda. Eu acho que não podemos criminalizar o governo por ele ser de centro-esquerda, direita ou centro. Acho que temos de analisar os governos pelas ações feitas por eles. Você coloca que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o partido conservador de direita acabou de ter uma maioria absoluta na Câmara, o que é um problema, porque realmente o governo vai ter muita dificuldade de governabilidade nesses próximos três anos. Foi a situação que vivemos no Brasil: também vivemos uma crise que acabou levando ao *impeachment*, porque uma maioria tinha sido perdida no Congresso, e a dificuldade foi levando a uma crise, acabou aguçando a crise, muitas vezes até sem uma motivação lógica para que houvesse o *impeachment*. Foi arrumado um subterfúgio para fazer um *impeachment* no Brasil por causa da maioria perdida no Congresso. Pergunto se isso pode, de repente, ocorrer também em El Salvador agora, porque perderam a maioria absoluta no Congresso.

E como é que a gente pode ampliar o fluxo turístico Brasil-El Salvador? Aonde se vai no mundo, há salvadorenho trabalhando na área de cozinha, na área de hotelaria etc. Então, há muito salvadorenho fora. O que nós, Brasil-El Salvador, podemos melhorar no nosso fluxo turístico, no nosso fluxo de negócio?

El Salvador também é muito dependente da questão energética. As duas perguntas que eu fiz para o Ricardo servem para você em relação às energias eólicas e solar e até à própria energia da biomassa. Quanto à energia solar, o Brasil, ainda, lamentavelmente é traço. E o Brasil tem um potencial de 28 mil GW de energia solar, enquanto a matriz energética brasileira é apenas de 172GW. Ou seja, então, isso multiplica a matriz energética brasileira por milhares e milhares de vezes, só o potencial de energia solar que o Brasil tem e que não é explorado. E esses países também, tanto El Salvador quanto Nigéria.

Então, eu quero concluir desejando sucesso a V. Exª, João André, e também a V. Exª, Ricardo Guerra.

Quero dizer ao nosso nobre Presidente que eu vou ao meu gabinete, porque tenho de presidir a questão do Dia Mundial do Rim, que é hoje também, mas vou fazer o possível para dar uma passada aqui para falar no Fórum Mundial da Água. Pode contar comigo. Inclusive, estou fazendo hoje a audiência pública da Comissão Senado do Futuro exatamente para darmos prosseguimento a este trabalho importante do Fórum Mundial da Água, que ele está conduzindo, como Presidente da Comissão Mista de Assuntos Climáticos aqui do Congresso Nacional. O que a gente puder fazer a gente vai fazer.

Só uma pergunta ao meu Presidente: a audiência pública vai ser agora em seguida à sabatina? É isso? (*Pausa.*)

Ok. Já entendi.

Então, muito obrigado a vocês e sucesso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Senador Hélio José, eu queria agradecer e cumprimentá-lo também.

Nós vamos ouvir agora somente o Senador Antonio Anastasia.

Obviamente, temos necessidade de mais um Senador para termos quórum. Ainda falta o Senador Anastasia votar, e o Senador Pedro Chaves está resolvendo um problema de senha e vai voltar. Tão logo o Senador Anastasia possa votar e tenhamos a chegada do Senador Pedro Chaves, em seguida, teremos aqui uma exposição.

Está presente – queria mais uma vez agradecer e já prevenir todos que nos acompanham pela Rádio Senado e pela TV Senado que vamos ter aqui uma exposição dele – o Sr. Benedito Braga, cuja presença já agradeço. Eu sei da dificuldade que ele teve. Ele é Presidente do Conselho Mundial da Água. É um brasileiro que tem um posicionamento importantíssimo e foi fundamental também para que trouxéssemos o Fórum Mundial da Água para o Brasil. Eu pude acompanhar isso nos últimos dois eventos, seja na França, seja na Coreia do Sul. E o Sr. Reinaldo Salgado, Coordenador de Política do 8º Fórum Mundial da Água, também já está presente conosco. É um especialista no assunto, um diplomata e está aqui para também nos ajudar no debate que ocorrerá logo em seguida.

Eu passo ao Senador Anastasia, para que possa fazer os seus questionamentos. Em seguida, vamos ouvir os dois indicados.

Com a palavra V. Exª.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero saudar V. Exª, os nossos Pares e os presentes nesta Comissão e cumprimentar os eminentes Embaixadores Ricardo Guerra e João André Pinto Dias, saudá-los pelas belas e completas exposições, bastante informativas e ricas em detalhes, não só quanto à Nigéria, mas também quanto a El Salvador.

Reitero mais uma vez a certeza de que os quadros de carreira do Itamaraty fornecem elementos do mais alto valor, que bem representam o Brasil no exterior, testemunhas que fomos hoje, inclusive, volto a dizer, da sabatina de ambos.

Bom, dirijo-me primeiro ao Embaixador Ricardo.

Permita-me, eminente Presidente Senador Jorge Viana, na indagação que farei ao Embaixador, saudar aqui a presença de dois conterrâneos mineiros que se apresentaram e são padrinhos do Embaixador Ricardo, a Profª Isabel Vaz e o Dr. Orlando Vaz. No mundo jurídico, a Profª Isabel é minha colega na Faculdade de Direito, Professora de Direito Econômico. Foi Presidente do Cade. O Dr. Orlando, um advogado muito renomado no Estado. A presença deles aqui engrandece esta Comissão e certamente o Dr. Ricardo, que será Embaixador na Nigéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dr. Ricardo, V. Exª, em sua exposição, lembrou muito bem a situação de muita diversidade da Nigéria. Eu, quando criança, me lembro perfeitamente da Guerra de Biafra. Eu era criança ainda e me lembro daquelas cenas que ficaram indeléveis na minha memória, daquelas crianças famélicas. Tanto que, quando a pessoa chegava em casa com fome, falava-se: "Parece que veio de Biafra". Criou-se até uma expressão, porque foi uma coisa tão violenta talvez o que a televisão, nos seus primórdios, aquelas imagens para o Brasil, que aquilo nos chocou muito. Então, pelo resto da vida, é natural que aquilo fique gravado, volto a dizer, de modo irreversível, as imagens da Guerra de Biafra.

Quando vemos agora a Nigéria nessa recomposição econômica – até confesso que não sabia que o PIB nigeriano tinha ultrapassado o da África do Sul –, é algo de se espantar pela realidade da Nigéria e pela realidade da África do Sul, que nós conhecemos. Mas percebe-se, portanto, que estamos diante de um país que é um verdadeiro celeiro de oportunidades para o Brasil. V. Exª bem disse que é um país que exporta milhões em petróleo, mas importa o combustível refinado. Quer dizer, não há uma refinaria. Evidentemente, para qualquer governo em sã consciência lá, o primeiro passo seria construir uma refinaria. Dinheiro não faltará para isso, e quem sabe até em *joint venture* conosco. Então, parece-me que teremos lá oportunidade nessa proximidade política. Evidentemente, o Itamaraty tem muito interesse nisso.

Eu tive a honra de acompanhar o Chanceler Aloysio, no ano passado, numa visita à África Austral, e ele depois fez a visita aos demais países da África Setentrional, onde está a Nigéria. A posição do Brasil é sempre muito simpática e sempre muito bem-vinda. Então, nós temos condições certamente, num país que vai ser a terceira maior população do mundo em poucas décadas, de ter ali o mercado consumidor ávido por alimentos, ávido por produtos de consumo, e não podemos deixar que a China seja a única fornecedora de vestuário, calçados, produtos manufaturados. A nossa indústria certamente tem condições de prover também, até pela nossa proximidade, e, como bem lembraram aqui os que me antecederam, pela identidade que temos, até cultural, com a Nigéria, que é uma nação que, em razão do triste tráfico de escravos que tivemos no passado, lamentavelmente, trouxe uma riqueza muito grande para a nossa cultura, para a formação do povo brasileiro, do Nordeste e do Brasil como um todo, a presença entre nós muito forte da cultura africana, que é muito positiva para a realidade brasileira.

Então, Sr. Embaixador, eu acredito que a Nigéria seja, de fato, a despeito dos problemas que tem, e que não são poucos – V. Exª bem abordou na sua exposição –: é um verdadeiro cadinho de dificuldades, com terrorismo, com problemas de infraestrutura, corrupção endêmica, como sabemos que existe... Uma vez me alertaram – não sei se até hoje é assim – de que, no passado, um professor pesquisador da nossa Universidade Federal de Minas, especialista em leishmaniose, chegou a Lagos. Quando se apresenta no aeroporto, dá o passaporte, o cidadão joga o passaporte no chão: "Cadê o passaporte?" "Eu acabei de entregar ao senhor.". "Não, não há nada disso." Quer dizer, a situação era

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

desse nível. Espero que tenha melhorado. Mas, de fato, há uma preocupação muito grande com a Nigéria.

Tenho certeza de que V. Exª lá levará o seu brilho, a sua inteligência e o que for possível para essa cooperação internacional, inclusive na parte de gestão pública, em que já evoluímos bastante, para acompanhar e ajudar a Nigéria.

Então, quero cumprimentá-lo, saudá-lo. É um diplomata, eminente Presidente Senador Jorge Viana, nascido em Brasília, no ano seguinte à criação da cidade. Então, certamente, é o primeiro Embaixador nascido em Brasília que parece que vai ocupar, na carreira do Itamaraty, salvo engano meu, a função de Embaixador. Dos nascidos em Brasília, acho que V. Exª é o primeiro, o primeiro embaixador brasiliense certamente. Então, já é um dado auspicioso que levará à África uma mensagem do nosso Juscelino: a Capital da Esperança, o sonho de Dom Bosco personificados em V. Exª.

Ao Embaixador João André os meus cumprimentos, igualmente, não só por ter servido num país complexo como foi a Nigéria. Até mesmo em razão do seu sucesso lá, lidera um outro posto complicado também. Então, o senhor está especialista em descascar bons abacaxis.

El Salvador, a despeito de ser muito diverso da Nigéria, como sabemos – não só na questão relativa à posição geográfica, mas até em certa influência continental, não há comparação –, é também um país que tem muitas dificuldades, como V. Exª muito bem relatou na sua exposição. Mas é um País latino e, por isso mesmo, um país com o qual nós temos a obrigação de ter uma relação muito próxima. Mal ou bem, nós, brasileiros, temos essa obrigação, pela posição geopolítica do Brasil, pelo nosso tamanho, pela pujança da nossa economia, pela tradição de nossa diplomacia, de ter uma influência amigável, positiva, pacífica, mas importante, junto aos irmãos latino-americanos. E El Salvador se compõe dentro desse quadro.

Então, tenho a certeza de que V. Exª tentará, em um país que é muito pobre, conhecido por exportar mão de obra, como Hélio José falou muito bem, para vários países, especialmente para os Estados Unidos, identificar ali oportunidades para as empresas brasileiras, para negócios – é um país populoso, como V. Exª bem pontua, por isso mesmo o mercado consumidor é igualmente ávido por nossos produtos –, na tentativa, como V. Exª bem coloca, de cada vez mais aprimorar e melhorar as nossas relações com um país que é muito importante.

Lembro-me também, quando jovem, em 1969, salvo engano, da famosa guerra do futebol entre El Salvador e Honduras, um episódio muito pitoresco. Lasier, que é especialista em futebol, deve lembrar-se desse episódio. Apesar de ele ser mais jovem, nessa época, ele já acompanhava o futebol internacional. Então, é um país que chegou a esse ponto belicoso com o vizinho. Felizmente, também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é coisa do passado lá naquele verdadeiro vulcão da América Central, que no passado era como se fossem os Bálcãs americanos, mas hoje já estão bem mais pacificados.

Então, meu caro Embaixador, felicidades igualmente. Faço votos de que V. Exª consiga aproximar ainda mais as nossas relações com a importante República de El Salvador.

A ambos os meus cumprimentos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Cumprimento o Senador Antonio Anastasia. Claro, temos o Embaixador brasiliense – ele vai votar agora –, o primeiro Embaixador brasiliense provavelmente. Isso também graças à expansão das Minas Gerais, não é, Senador Anastasia?

Quero cumprimentar os conterrâneos do Senador Anastasia e também os parentes, os amigos do Embaixador Ricardo Guerra de Araújo. Sejam bem-vindos todos aqui! Estão prestigiando esta sabatina. Obviamente, faço o mesmo com os que estão acompanhando o Embaixador João André Pinto Dias Lima.

Tenho de fazer uma leitura, por uma questão regimental. Em razão de problemas com a senha do Senador Pedro Chaves, registro a presença do Senador nesta reunião. Obviamente, fazendo esse registro formal na ata desta reunião, que ele prestigia desde o início, fica também valendo o seu voto. São sistemas diferentes, porque temos um pequeno problema apenas no registro da presença dele na Comissão, mas ele pôde já exercer o direito de se posicionar sobre as indicações dos dois sabatinados.

Passo imediatamente a palavra ao Senador Pedro Chaves e aí encerraremos essa parte da reunião. E obviamente vou dar a palavra para os dois indicados.

Com a palavra V. Exª, Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PRB - MS) – Sr. Presidente Jorge Viana, Srs. Senadores, Srs. Embaixadores, nosso bom-dia!

Já tive a oportunidade de, ontem, fazer uma longa entrevista com os dois Embaixadores, Ricardo Guerra e João André, que foram realmente muito felizes. Mas hoje resolvi fazer mais algumas perguntas para complementar o questionamento.

Inicialmente, eu me dirijo ao Dr. Ricardo Guerra.

Recentemente, a Nigéria ultrapassou Angola como maior produtor africano de petróleo. A produção na Nigéria, entretanto, é afetada por ataques terroristas, por grupos armados e pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

instabilidade política interna. Qual tem sido a participação brasileira na economia petroleira nigeriana? Como as crises recentes nos dois países têm afetado esse setor?

Faço a segunda pergunta. Em fevereiro de 2018, integrantes do Governo da Nigéria estiveram em Brasília para conhecer aspectos da proteção social brasileira e para buscar informações sobre experiências exitosas no Brasil na área da alimentação escolar. Em visita à sede do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a delegação participou de palestra sobre a atuação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nas instituições pública de ensino. Referência internacional, o PNAE é o único programa de alimentação escolar no mundo que atende 100% das escolas públicas e inclui todos os níveis de ensino, desde a educação infantil até a educação de jovens e adultos, estendendo-se, inclusive, às escolas indígenas e quilombolas. O PNAE atende a cerca de 41 milhões de estudantes. Um dos desafios do programa é balancear a questão da má nutrição, encontrada em algumas regiões brasileiras, e a da obesidade infantil. Uma das melhoras do programa veio em 2009, quando foi implantada a Lei nº 11.497, de 2009, que determina que, no mínimo, 30% dos recursos repassados a Estados, Municípios e Distrito Federal pelo FNDE para o PNAE devem ser utilizados na compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações. A Nigéria começou com um programa de alimentação similar. Tendo por base o contexto dessa visita, indago a V. Exª sobre todo o panorama da cooperação, em matéria de educação, entre Brasil e Nigéria, sobre o estágio atual e sobre a perspectiva de novos desenvolvimentos bilaterais nessa área.

Faço a terceira e última pergunta. O grupo jihadista Boko Haram, cujo nome significa "educação ocidental é um pecado", conduz, desde 2009, ataques no nordeste da Nigéria, que já mataram mais de 20 mil pessoas. Após o sequestro de 270 garotas, em Chibok, uma campanha mundial, envolvendo até a então Primeira-Dama americana, Michelle Obama, tentou lançar apelos pela libertação das jovens, mas apenas uma parte do grupo foi solta. Em fevereiro de 2018, em outra ação, o grupo sequestrou mais 90 meninas, sendo 76 resgatadas pelo Exército, logo em seguida. Entretanto, muitas ainda continuam desaparecidas. O terror fundamentalista tem-se consolidado na Nigéria até o momento. Pergunto: qual é a situação da sociedade nigeriana? Por que esses grupos se firmaram naquele país? Quais as estratégias nacionais e internacionais que têm sido adotadas para erradicá-los?

Era isso, Embaixador.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu agradeço, Senador Pedro Chaves.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – O Senador Hélio José está com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Já fiz minha intervenção, mas, até para prestigiar um pouco minha assessoria e para falar de um assunto que é atual no Brasil, vou fazer só uma pergunta, se V. Exª permitir, com relação à questão da segurança pública, porque é o assunto que mais está sendo debatido no Brasil hoje. Posso, Presidente, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Com a palavra V. Exª.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Então, sobre a Nigéria, faço uma pergunta ao nosso nobre Ricardo. No tocante aos cidadãos dos respectivos países, indago: há notícia de envolvimento de nacionais brasileiros com o crime organizado local, na Nigéria? Em caso afirmativo, qual o grau de participação e qual o número de brasileiros condenados e presos na Nigéria? Se o senhor souber esses dados...

Sobre os nigerianos em solo brasileiro, há informação comprovada por prisões e condenações de atuações criminosas, sobretudo em relação ao tráfico de entorpecentes. Nessa circunstância, de que maneira os países têm se empenhado para abrandar essa situação?

Com relação a El Salvador, João André, com relação exatamente à segurança pública, as informações prestadas pelo Itamaraty dão conta da existência de 320 brasileiros indocumentados em solo salvadorenho. Soma-se a esse fato a superlativa incidência de crime organizado e do narcotráfico naquele país. Assim, pergunto a V. Exª, nobre Embaixador, qual o motivo da presença em El Salvador de tantos brasileiros em situação de elevada vulnerabilidade? O que tem sido feito para acompanhar a presença ou o eventual trânsito dessas pessoas pela região?

Muito obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Vou pedir, então, ao Embaixador Ricardo Guerra de Araújo que comece a explanação. Houve muitos questionamentos sobre a Nigéria. Mas, quando passar a palavra ao Embaixador João André Pinto Dias, que falará sobre El Salvador, vou pedir a ele que inicie, também – ele é um Embaixador do Brasil na Nigéria – fazendo algum comentário sobre essas questões levantadas pelos colegas Senadores.

Com a palavra, então, o Embaixador Ricardo Guerra de Araújo.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PRB - MS) – Sr. Presidente, faço a pergunta sobre El Salvador depois? Tenho perguntas sobre El Salvador.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – O ideal era que as fizesse agora, para agilizarmos os trabalhos.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PRB - MS) – Vou fazê-las agora, se V. Exª permitir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Por gentileza, Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PRB - MS) – Pois não.

Faço a primeira pergunta para o nosso querido Embaixador João André. A posse do Presidente Temer fez com que o relacionamento bilateral perdesse dinamismo em vista da reação negativa de El Salvador ao *impeachment* da Presidente Dilma. Ao que tudo indica, esse contexto começou a se alterar com a recente visita, em 25/10/2017, do Chanceler Hugo Martínez ao Brasil. Assim sendo, indago: V. Exª poderia dizer qual o motivo da nova aproximação salvadorenha? O que resultou de concreto dessa visita? Quais são os possíveis desdobramentos deste novo momento para as relações bilaterais?

Faço outra pergunta. Considerando que, nos últimos anos, o comércio bilateral registra significativas perdas, pergunto: de que maneira a retomada do crescimento econômico no Brasil pode contribuir para o revigoramento da corrente de comércio entre os dois países? Até que ponto, a juízo de V. Exª, a situação político-ideológica no trato bilateral colaborou para a queda das trocas comerciais entre os dois países?

Era isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu lhe agradeço, Senador Pedro Chaves.

Seguindo a proposta que apresentei, passo a palavra ao Embaixador Ricardo Guerra de Araújo.

Em seguida, o Embaixador João André Pinto Dias Lima também responderá aos questionamentos.

Com a palavra V. Exª.

O SR. RICARDO GUERRA DE ARAÚJO – Obrigado a V. Exª.

Se V. Exª me permite, vou tentar responder às perguntas de V. Exªs de trás para a frente. Vou começar pela última pergunta formulada pelo Senador Pedro Chaves. Depois irei para trás.

Sobre a produção de petróleo, os ataques, a participação brasileira nesse importante setor, o mais poderoso na Nigéria, que é o setor petrolífero, eu diria que a Nigéria é dependente de um único produto de exportação, como eu já tinha dito antes, que se localiza justamente na região sudeste do país, no chamado Delta do Níger, que é a região rica em petróleo e gás natural.

A Petrobras atua, ou vinha atuando, na Nigéria desde 1999 como empresa não operadora em dois blocos, em associação com a empresa francesa Total. Além do mais, havia um projeto de investimento de prospecção de petróleo em águas profundas estimado em termos de US$3 bilhões. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

última notícia de que disponho é a de que, infelizmente, a Petrobras está num processo de desinvestimento no continente africano, incluindo, evidentemente, a Nigéria, para fazer caixa e atender às exigências do Tribunal de Contas da União. Então, a informação que tenho é a de que, infelizmente, a Petrobras está desinvestindo, está vendendo os ativos que tinha, junto com o Banco Pactual – era uma sociedade Petrobras e Banco Pactual –, e está se retirando do país. Isso, evidentemente, não terá implicações maiores no comércio do óleo bruto, mas, evidentemente, em termos de investimento, é uma grande empresa brasileira que, infelizmente, deixa de atuar num importante mercado e num importante produtor e exportador de óleo bruto.

Sobre o programa de mais alimentos na escola e sobre a agricultura familiar, houve, sim, uma manifestação do lado nigeriano para conhecer melhor esse programa. A ideia é a de reativar o mecanismo de diálogo estratégico criado em 2013. Há um grupo de trabalho específico sobre esse tema. A ideia é a de que, quando esse grupo se reunir novamente e quando for realizada a segunda sessão, a gente possa justamente trocar experiências ou informar o lado nigeriano sobre como funciona esse importante programa escolar, de alimentação escolar, brasileiro. Evidentemente, eles têm o maior interesse, dado o tamanho da população daquele país, sobretudo em idade escolar.

Sobre o Boko Haram, infelizmente, é o que a gente mais houve falar da Nigéria na imprensa internacional. Acho que a Nigéria não pode se resumir somente ao Boko Haram, mas, infelizmente, é o que a gente lê nos jornais internacionais praticamente todos os dias. O ataque recente, o sequestro de colegiais também no norte do país, sempre causa um trauma não somente nacional, mas também internacional. O exército nigeriano vem envidando esforços, evidentemente, para contra-arrestar esses permanentes ataques do Boko Haram, sobretudo nessa região nordeste do país. Não é fácil. A última informação que eu tenho é a de que, na votação do orçamento para 2018 no parlamento nigeriano, o governo, o poder executivo, solicitou US$1 bilhão para poder justamente combater esta praga que é o terrorismo sustentado pelo Boko Haram. Parte dessa estratégia é justamente dar mais recursos para que os militares e os policiais nessa região possam combater mais eficientemente o Boko Haram.

Insisto, a região sob ataque é muito localizada no setor nordeste do País, perto da fronteira com o Chade. Algum tempo atrás, o governo nigeriano tinha como política manter a independência em relação ao combate a esse terrorismo. Eles, pouco a pouco, evoluíram nesse pensamento estratégico, resolveram se associar aos países vizinhos, Chade, Camarões, Benin e países vizinhos, e formaram uma espécie de força-tarefa coletiva para serem mais eficazes no combate ao terrorismo. Por quê? Os grupos armados do Boko Haram entravam no país e depois atravessavam a fronteira. As forças armadas nigerianas não conseguiam atravessar a fronteira porque não existia um acordo com o país vizinho. Com a formação dessa força-tarefa coletiva com os países vizinhos, o combate ao Boko Haram se tornou muito mais eficiente. Praticamente, hoje o Boko Haram está reduzido à floresta perto do lago do Chade. Antes, eles ocupavam uma grande extensão territorial dentro do território nigeriano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As forças armadas nigerianas, juntamente com as forças armadas dos países vizinhos, conseguiram, pouco a pouco, expulsar os terroristas do Boko Haram para essa região extrema no nordeste do país.

Repito, esses ataques terroristas são muito localizados. Evidentemente, o que sai na imprensa internacional é como se o país todo estivesse sob a ameaça desse grupo terrorista, o que não é verdade. Falo sob o controle, evidentemente, do meu colega que é Embaixador em Abuja.

Com relação à pergunta do Senador Anastasia, agradeço às suas cordiais palavras e digo que não sei se serei o primeiro Embaixador nascido em Brasília, mas certamente fui o primeiro brasiliense a entrar no Instituto Rio Branco, há muitos anos.

Agradeço a V. Exª as palavras amigas e cordiais que dirigiu a mim.

A guerra de Biafra, evidentemente, entre 1967 e 1970, acho, foi uma das primeiras guerras que a televisão mostrou ao mundo inteiro. Mostrou o horror que foi essa catástrofe dessa guerra civil nigeriana, com mais de dois milhões de mortos, com milhares de pessoas deslocadas. Sobretudo, a maioria das pessoas morreu de fome. Elas não foram mortas durante o conflito, mas morreram de fome por causa do bloqueio que o exército nigeriano, na época, fez em relação à fronteira dessa região sudeste do país.

A guerra, evidentemente, tinha conotações energéticas, porque a região é o Delta do Níger, rica em petróleo e gás natural, que, evidentemente, tinha, e até hoje ainda tem, aspirações separatistas, porque eles acham que os recursos advindos desse importante recurso natural não voltam para a região. Essa é uma eterna discussão entre o governo federal e o governo da região, que, evidentemente, estão sempre discutindo como distribuir melhor a renda advinda desse importante produto.

Sobre as refinarias, evidentemente, existem hoje quatro refinarias estatais no país, mas que operam com uma capacidade ociosa imensa, conseguem produzir menos de 15% do óleo bruto. Por quê? Por falta de manutenção e de maiores investimentos no setor, o que está um pouco ligado à própria sensação de insegurança que as refinarias, que as empresas estrangeiras têm, sobretudo nessa região. Os grupos, os militantes armados que operam nessa região do Delta do Níger chegaram a ser responsáveis pelo desvio de praticamente quase 30% da produção petrolífera nigeriana. Quer dizer, as senhoras e os senhores imaginam o impacto que isso tem na própria economia, que é extremamente dependente de um único produto. Eles desviam esse petróleo para vender no mercado paralelo, e evidentemente o exército nigeriano, o governo nigeriano, procura combater esse tipo de militância armada, porque tem um impacto terrível na própria economia do país.

Mas, mais recentemente, um dos maiores grupos africanos de construção civil, o grupo Dangote, resolveu investir justamente na construção de um polo petroquímico, que é um investimento de aproximadamente US$10 bilhões, justamente para refinar o óleo bruto e tornar o país

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

menos dependente da importação de óleo refinado de petróleo. Na época, a Andrade Gutierrez procurou se associar a essa empresa nesse projeto de investimento, mas essa associação acabou não dando certo, e a Andrade Gutierrez – esta é a última informação que eu tenho – acabou se desligando desse projeto comum.

Da cultura iorubá, Sr. Senador, eu acho que eu não preciso dizer. As obras de Jorge Amado têm vastas referências...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO GUERRA DE ARAÚJO – ...à cultura iorubá, ao óleo de dendê, ao candomblé etc. Então, há um enorme compartilhamento dessa cultura com o Governo brasileiro.

Dou uma última palavra sobre Abuja: Abuja foi muito inspirada no plano urbanístico de Brasília. Quando eles transferiram a capital de Lagos para o centro do país, a intenção era justamente buscar maior equilíbrio regional e étnico-religioso também entre a região norte, muçulmana, e a região sul, de maioria cristã.

Rapidamente, sobre a pergunta do Senador Hélio José, sobre o fluxo turístico – eu já havia dito na minha apresentação inicial, Sr. Presidente, e eu estou de olho no relógio –, a Nigéria já é a terceira maior fonte de turismo em direção ao mercado brasileiro dentro do continente africano.

Sobre uma possível cooperação na área energética, eu diria que o problema de um país como a Nigéria, que tem o petróleo como seu principal produto de exportação, é que grande parte dos investimentos feitos no país acaba se tornando ou se concentra justamente na produção desse único produto, que é um dos dois únicos produtos, o gás natural e o petróleo.

Sobre o Boko Haram, eu acho que eu já respondi.

Só para encerrar, para concluir, Sr. Presidente, eu diria que hoje a grande contribuição que o Brasil pode trazer para a Nigéria está realmente no setor agrícola. No Fórum Empresarial Brasil-Nigéria, que ocorreu em Lagos no ano passado, houve entendimentos de que a Nigéria é demandante de máquinas e equipamentos agrícolas, para justamente modernizar e mecanizar sua agricultura, para poder alimentar tamanha população. Hoje, fala-se que a Abimaq e a Anfavea poderiam exportar até 20 mil tratores para o mercado nigeriano. Então, eu acho que é nesse setor agrícola, com foco no agronegócio, na agricultura familiar, que o Brasil tem um papel fundamental a desempenhar, porque, caso o Brasil não ocupe essa posição, outros países o farão. E eu estou pensando exatamente em países como a China.

Então, temos de assegurar que o Brasil, que é extremamente competitivo nessa área de agronegócio, possa ajudar um país como a Nigéria a se modernizar e a mecanizar sua agricultura,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive, por razões óbvias, por causa de segurança alimentar e de alimentação dessa grande população nigeriana.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Obrigado, Sr. Embaixador Ricardo Guerra de Araújo.

Cumprimento o Senador Requião, que também está nos prestigiando nesta Comissão.

Passo imediatamente... Como ele foi bastante explícito e conseguiu alcançar todos os questionamentos sobre a Nigéria, eu peço, então, por uma questão até de tempo, ao Sr. Embaixador João André Pinto Dias Lima que possa responder às questões relativas a El Salvador.

O SR. JOÃO ANDRÉ PINTO DIAS LIMA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Com relação às questões, que eu muito agradeço, do Senador Pedro Chaves, a visita do Chanceler foi uma visita muito importante, porque foi, vamos dizer assim, considerada quase um relançamento das relações depois daquele esfriamento de maio de 2016. Foram assinados documentos importantes, como a criação de um mecanismo bilateral de consultas políticas no nível de Vice-Ministro, com reuniões a cada dois anos, e também um acordo de cooperação entre academias diplomáticas, além de uma adaptação – é aquela questão da confidencialidade com a nova lei brasileira – do acordo de cooperação e defesa. Foi uma visita importante. Ele mencionou também o grande interesse de El Salvador em receber uma missão empresarial brasileira para ampliar e para intensificar as relações comerciais.

O senhor mencionou a retomada do crescimento brasileiro para a exportação brasileira, que é muito importante, mas muito importante também é a retomada do crescimento de El Salvador. O que fez com que reduzisse, como eu mencionei, de US$250 milhões, que foi o máximo da nossa exportação, em 2008, para US$120 milhões no ano passado foi exatamente, a partir de 2008, a crise internacional, que fez com que os países reduzissem muito suas exportações. Isso se refletiu diretamente com relação à Nigéria também, na relação entre Brasil e Nigéria, e se refletiu na relação entre Brasil e El Salvador. Então, imagino que esse maior crescimento brasileiro e a perspectiva de crescimento de 2,3% de El Salvador neste ano de 2018 são uma boa base para a retomada do comércio bilateral.

O senhor mencionou um assunto ideológico. Eu tenho a impressão de que, no comércio, não se aplicou muito isso. Mais nas relações intragovernamentais, sentiu-se um pouco essa questão em 2016. Em 2017, esse assunto, a rigor, já tinha saído da pauta. A iniciativa da visita do Chanceler salvadorenho é uma boa indicação nesse sentido, de que eles querem retomar a cooperação, pelo menos no nível que estava anteriormente, e a perspectiva é a de que melhore ainda mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado pela sua referência, Senador Anastasia. O senhor mencionou a Guerra do Futebol, de 1969, que foi uma guerra curta, de três ou quatro dias. Guerra do Futebol foi uma expressão utilizada por um repórter polonês muito conhecido na época. Ela se deu naquelas preliminares da Copa do Mundo de 1970: qual país iria para a Copa, El Salvador ou Honduras? Acabou indo El Salvador, que ganhou duas partidas; Honduras só ganhou uma. E foi uma guerra causada mais porque, na época, havia pelo menos 300 mil salvadorenhos trabalhando em Honduras, e, naquele momento, houve uma política restritiva de Honduras, que começou a pedir para o pessoal sair, para as pessoas saírem de Honduras, às vezes até de forma violenta. Isso causou uma revolta muito grande, e daí a guerra, a famosa Guerra do Futebol, em três ou quatro dias. Mesmo assim, de quatro mil a cinco mil civis, sobretudo, faleceram, porque foi uma guerra em que a aviação atuou mais do que as tropas.

O Senador Hélio José mencionou a questão do fluxo turístico de El Salvador para cá, que é muito importante. É muito importante também o fluxo turístico de brasileiros para El Salvador hoje em dia. Eu não sou surfista, mas parece que El Salvador tem uma das melhores praias para a prática do surfe, e há uma quantidade enorme de brasileiros que está indo hoje em dia para lá.

Ele mencionou também a questão dos brasileiros em El Salvador. El Salvador, sim, é como outros países da região: é passagem, muitas vezes, de brasileiros que tentam ingressar nos Estados Unidos. É uma situação importante. Até onde sei, não há nenhum preso brasileiro – ele mencionou isto também – em El Salvador agora. São 320 brasileiros que vivem lá. Basicamente, há os casados com brasileiras ou brasileiros, porque muitos vieram estudar no Brasil e, quando voltaram, voltaram para formar família.

O Senador Lasier mencionou a questão da Lava Jato, das remessas da Odebrecht. Pelo que se sabe, é um tema que está em segredo de justiça, é uma investigação, até porque se refere também a um país estrangeiro. O que consta, baseado em delações ou no que veio a público, é que recursos teriam ido para a eleição em 2009 do Presidente Mauricio Funes. Também há delações da empresa brasileira. Há delações nesse sentido também dos marqueteiros. Como se diz, marqueteiros brasileiros estavam trabalhando na campanha do Presidente Mauricio Funes. É uma questão importante, que está ainda sendo investigada. Ela está sendo investigada lá e está sendo investigada aqui.

Quanto à questão da cooperação, tenho a impressão de que tem a ver com um acordo que nós assinamos em 2008, um acordo de cooperação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO ANDRÉ PINTO DIAS LIMA – ...judiciária em matéria penal. Ele foi promulgado agora, em outubro ou em novembro, no final do ano, pelo Presidente do Senado, e está indo à sanção presidencial, quer dizer, a qualquer momento... E tenho a impressão de que essa cooperação judicial

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está esperando, está no aguardo exatamente desse instrumento para implementar a cooperação propriamente dita, a transferência de informações e de dados sobre a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Nós concluímos, então, a sabatina.

Consulto os Senadores presentes, porque, regimentalmente, deveríamos iniciar neste momento a parte secreta da nossa reunião, mas, se não houver óbice, eu pediria autorização para seguir com a reunião aberta, já que penso que essa é uma parte do Regimento que precisa, inclusive, ser reformada. Mas consulto se não há manifestação contrária no sentido de seguirmos...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Presidente, na verdade...

O SR. PRESIDENTE (Não Identificado) – Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – ...eu sou autor de uma resolução que regula as sabatinas. A votação só poderia ser feita depois da sabatina, mas ela já está completada. Então, nós já não seguimos rito algum. Então, que continue assim. Mas fica aqui o meu protesto. Nós brigamos muito para ter uma resolução que transformasse a sabatina, no Senado, de autoridades – não só as do Itamaraty, mas todas as autoridades – numa coisa mais séria. É evidente que os eleitores que votaram não participaram da sabatina nem ouviram o que tinham os Embaixadores a dizer, o que é uma ligeireza muito ruim para o Senado. Em todo caso, nada tenho a opor a que a reunião seja aberta.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu respeito a opinião de quem eu admiro muito...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Não é opinião, é uma resolução que foi muito difícil de ser aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu o respeito, eu só estou agora... Permita-me V. Exª dizer que respeito a opinião de V. Exª, mas que divirjo dela, porque estou aqui, abri a reunião perto de 9h, vários colegas Senadores acompanharam a sabatina, viram as exposições. O que estamos vivendo agora é a resposta dos Srs. Embaixadores para uma série de questionamentos dos colegas. E, só em casos excepcionais, com a autorização do Plenário, é que nós antecipamos o início da votação, como eu fiz hoje. Eu cumpro o Regimento, Senador Requião.

Eu passo, então, imediatamente... Peço à Secretaria que possa fazer a apuração dos votos dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras.

(*Procede-se à apuração.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – O Sr. Ricardo Guerra de Araújo, indicado para o cargo de Embaixador do Brasil na República da Nigéria, obteve 12 votos SIM, nenhum voto NÃO. Não houve abstenção.

O Sr. Embaixador João André Pinto Dias Lima, indicado para o cargo de Embaixador do Brasil na República de El Salvador, obteve 12 votos SIM, nenhum voto NÃO. Não houve abstenção.

Fica, então, aprovada a indicação dos Srs. Embaixadores para as respectivas missões.

Eu agradeço a presença dos indicados, manifesto meus cumprimentos, desejando-lhes êxito em suas missões, e informo aos Srs. Embaixadores que agora cumpriremos o Regimento, fazendo, obviamente, o encaminhamento da resolução do Plenário desta Comissão ao Plenário do Senado, no tempo regimental.

Agradeço a presença de todos.

Dou como encerrada esta primeira etapa da nossa reunião. (*Pausa.*)

Nós vamos seguir com a reunião. Eu queria informar aos colegas Senadores que nós vamos ter agora a segunda etapa.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu queria, com a compreensão de todos, que pudéssemos otimizar o início da segunda etapa da reunião. Passamos, então, agora, à segunda parte, à audiência pública.

Esta audiência pública conta com a participação da Subcomissão Temporária dos Preparativos para o 8º Fórum Mundial da Água, que tenho a satisfação de presidir, que tem o objetivo de debater o papel do Parlamento e o direito à água. Nesta audiência, nós queremos, a partir da exposição dos nossos convidados, debater a escassez da água e as ameaças à estabilidade da ordem internacional. Todos nós sabemos que é uma questão crucial, importantíssima.

Para isso, eu tenho a honra de convidar e de receber o Sr. Benedito Braga, Presidente do Conselho Mundial da Água, e o Sr. Ministro Reinaldo Salgado, coordenador político do 8º Fórum Mundial da Água, para que possam tomar assento e nos ajudar a fazer este debate.

Mais uma vez, agradecendo a presença de todos, vamos passar imediatamente também às exposições.

Eu quero agradecer, pois nós tínhamos já a intenção de trazer aqui o Sr. Benedito Braga, que é Presidente do Conselho Mundial da Água. Eu o conheço bem, sei do seu papel e do protagonismo que ele tem, levando o nome do Brasil nessa temática. Ele não pôde estar aqui na sessão que fizemos no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

plenário, na instalação da comissão responsável, que tenho a honra de presidir, pela organização da atividade parlamentar no Fórum Mundial da Água, mas hoje ele se dispôs a vir. Penso ser muito importante ouvi-lo falar um pouco sobre a importância do 8º Fórum Mundial da Água, que está acontecendo no Brasil, pela primeira vez no Hemisfério Sul. E, obviamente, depois, vai falar um pouco da nossa intenção, que é debater a escassez da água e a ameaça à estabilidade da ordem internacional. De fato, esse é um desafio tremendo. Água é sinônimo de vida. A sua presença aqui é a oportunidade que temos de ouvir um pouco desse histórico e tentar fazer com que esse tema possa estar presente em todos os países. As Nações Unidas já têm isso como um de seus ODS, ou seja, é um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que está estabelecido na resolução das Nações Unidas, desde 2010, como algo fundamental.

Eu mesmo sou autor de uma proposta de emenda à Constituição que modifica o art. 5º da Constituição e que torna a água um direito humano. Estou propondo isso na Proposta de Emenda à Constituição nº 4, de 2018, Senador Pedro Chaves. Espero, inclusive, que, na tramitação na Casa, quem sabe, o senhor possa ser o Relator, porque acho muito pertinente fazer essa mudança na Constituição. Estou me antecipando um pouco, para que, quem sabe, essa minha proposta de mudança na Constituição possa ficar como um legado desse 8º Fórum Mundial da Água para o nosso País.

Passo imediatamente a palavra para o Dr. Benedito Braga e, em seguida, para o Ministro Reinaldo Salgado, que é o coordenador político do Fórum.

Com a palavra V. Sª.

O SR. BENEDITO BRAGA – Muito obrigado.

Muito obrigado, Sr. Senador Presidente da Comissão.

Srs. Senadores, minhas senhoras, meus senhores, é um prazer muito grande e uma honra estar no Senado Federal para falar desse evento tão importante que acontecerá a partir da próxima semana na cidade de Brasília.

O Fórum Mundial da Água é uma iniciativa do Conselho Mundial da Água, juntamente com um país e uma cidade anfitriã do fórum. Essa ideia de criar um Fórum Mundial da Água data de 20 anos atrás, quando havia uma preocupação, já naquela época, no sentido de que os técnicos faziam seus simpósios e seus congressos e discutiam soluções para os problemas hídricos entre si, mas as soluções, as ideias, as políticas não evoluíam para a sua implementação. Então, a ideia de haver esse fórum foi a de criar um espaço, um local, onde a classe profissional técnica e a classe política participassem e interagissem de forma harmônica, para que essas ideias novas, essas soluções, essas políticas propostas pudessem, então, ser absorvidas pelos políticos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nesse processo de construção desse fórum, nós temos diferentes processos preparatórios: um processo temático, em que as questões hídricas mais relevantes são propostas e discutidas; um processo regional, porque as questões hídricas têm diferentes conotações em diferentes partes o Planeta; um processo político, em que, aí sim, temos o envolvimento das mais altas patentes políticas de um país, como chefes de Estado, Ministros de Estado, Prefeitos, Governadores de países federados e Parlamentares.

A participação parlamentar é extremamente importante nesse processo, porque, em geral, essas convenções internacionais que nós temos têm de ser validadas pelos Parlamentos nacionais para que entrem em ação. No âmbito do nosso Fórum Mundial, a ideia é a de que, com o envolvimento dos Parlamentares, nós vamos fazer um atalho para que eles próprios possam fazer propostas. Nós acabamos de ouvir agora o Senador Jorge Viana, que está fazendo uma proposta de emenda à Constituição para trazer o conceito de água como um direito humano. Isso é um avanço enorme que o nosso País vai ter, sem dúvida nenhuma. Tudo isso advém do envolvimento dos Parlamentares nesse processo do Fórum Mundial da Água. O Senador Jorge Viana já participou de outras edições do fórum, em Marselha e em Gyeongju, na Coreia, e tem desempenhado um papel muito importante, no sentido de trazer essas ideias, para que outros Parlamentares de outros países possam levar essas propostas para os seus Parlamentos nacionais.

Então, neste Fórum de Brasília, o tema central é "Compartilhando Água". O *slogan* do Fórum é "Compartilhando Água". Isso se dá em função de que nós temos mais de 250 bacias hidrográficas que são compartilhadas por dois ou mais países. Sem dúvida nenhuma, a forma como se gerencia a água nessas bacias hidrográficas compartilhadas é uma questão não trivial, porque, ao mesmo tempo em que nós temos de reconhecer a soberania dos Estados nacionais, nós temos também de entender que a água é um recurso que vai além da questão meramente econômica. É um recurso vital. E aí há implicações de segurança nacional, como é o caso da Bacia do Rio Nilo, o caso da Bacia do Tigres e do Eufrates, e por aí afora. No Brasil, nós temos a Bacia Amazônica, onde o Brasil está águas abaixo, e a Bacia do Prata, onde o Brasil está águas acima. Então, nós temos de discutir essas questões da gestão compartilhada dessas águas, com vistas ao reconhecimento da soberania dos Estados Nacionais, o que não é uma tarefa, digamos, trivial. Mas o País, então, resolveu que esse é um tema muito importante, um tema central que se discutirá ao longo dos dias em que vamos ter esse fórum.

Outro tema importante que vamos discutir neste Fórum Mundial de Brasília é a questão das mudanças climáticas e os seus impactos nos recursos hídricos. Por quê? O foco que tem sido dado na discussão das mudanças climáticas nas COPs – e a COP 23 aconteceu agora em Bonn, na Alemanha – tem sido sempre a questão energética, a questão da produção de CO_2, o aquecimento global e a mitigação do problema da mudança climática, que vai ocorrer no espaço de tempo dos próximos cem anos. Enquanto isso, a questão que hoje nós estamos percebendo é a questão da adaptação. Ou seja, as mudanças climáticas afetam, no fundo, as questões da água. Então, quando se fala em mudança

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

climática, implicitamente se fala em água. Por quê? Porque o resultado das mudanças climáticas é uma situação de seca mais longa e uma situação de enchente mais intensa. Então, a questão da mudança climática é uma questão diretamente ligada á água. E aí nós temos de olhar as questões da adaptação, ou seja, como nós vamos nos adaptar, como nós vamos nos tornar mais resilientes a situações extremas como essas que já estamos observando nos dias de hoje. Então, essa é uma questão que vai ser muito discutida.

Outra questão é o financiamento da infraestrutura hídrica, o financiamento dos reservatórios que têm de ser construídos para uso múltiplo das águas, o financiamento do saneamento, como é que nós vamos encarar esse problema futuro.

A questão da urbanização é outro tema importante que nós vamos tratar aqui, porque, para 2050, 70% da população mundial vai viver em cidades, em áreas urbanas, e nós precisamos olhar como é que nós integramos a questão da água no meio ambiente urbano, juntamente com questões de resíduos sólidos, do tratamento dos resíduos sólidos com a questão das inundações; a questão do saneamento no ambiente urbano, que se relaciona com problemas de habitação, e assim por diante. Na questão dos ecossistemas, como é que nós preservamos os nossos ecossistemas. Na questão da água e do saneamento, que formas de saneamentos mais interessantes se mostram para os países menos desenvolvidos.

Então, são todos esses temas que vão ser discutidos, e virão propostas de soluções. E aí nós temos o envolvimento da classe política nesse fórum. O Ministro Salgado vai nos brindar com os desenvolvimentos no âmbito dos Ministros de Estado, das declarações ministeriais. Nós vamos ter declarações dos atores locais, dos Prefeitos, dos Governadores, dos Parlamentares. Ou seja, que comprometimentos poderão ser feitos, no âmbito desses diferentes tomadores de decisão que influenciam diretamente a vida dos cidadãos.

Então, esse é o contexto geral da realização desse fórum, Sr. Presidente.

Eu fico muito satisfeito e muito lisonjeado de poder estar aqui, nesta Comissão. Quero agradecer o seu empenho no envolvimento dos Parlamentares brasileiros nessa discussão internacional que vai acontecer na próxima semana aqui, na cidade de Brasília.

Com isso, encerro minhas palavras e me coloco à inteira disposição para qualquer questionamento que venha a ser feito em seguida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu que lhe agradeço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria, mais uma vez, informar a todos que nos acompanham pela Rádio e TV Senado e pelas mídias do Senado Federal também que nós estamos aqui debatendo, nesta audiência pública, a importância de o Brasil estar realizando, neste mês de março, o 8º Fórum Mundial da Água.

Foi com sacrifício, com a participação de muitos, inclusive com o empenho pessoal do Sr. Benedito Braga, que acabou de fazer a sua exposição, que nós conseguimos trazer o fórum, pela primeira vez, para o hemisfério sul e para o Brasil, País que tem 12% da água doce do Planeta, tem as duas maiores reservas subterrâneas de água – eu me refiro ao Aquífero Guarani e ao Alter do Chão – e um papel importantíssimo a cumprir, quando o tema é mudança climática e também o acesso à água.

Eu passo agora para o Ministro Reinaldo Salgado, para que ele possa fazer a sua exposição. Ele, como já falei, coordena a parte política do fórum. Que ele possa fazer a sua exposição, e depois nós iremos para alguns questionamentos.

Com a palavra V. Exª, a quem agradeço ter vindo nos ajudar a debater esse tema tão importante para a vida no Planeta.

O SR. REINALDO SALGADO – Muito obrigado, Senador. É uma honra estar aqui. V. Exª me honrou com este convite e também com o trabalho conjunto que temos feito em prol do Fórum Mundial da Água.

Dr. Benedito, no fundo, eu me sinto um neófito nesta Mesa, porque eu nunca fui a um Fórum Mundial da Água. Esse é o meu primeiro Fórum Mundial da Água, enquanto os que aqui estão têm uma experiência muito maior de participar diretamente de vários Fóruns Mundiais da Água.

Eu gostaria de louvar também o trabalho do Senado e do Congresso na promoção do fórum, dos debates com o fórum, lembrando que esta Comissão criou uma subcomissão especial sobre o Fórum Mundial da Água, que é presidida por V. Exª, o que dá uma indicação clara de quão importante o tema é para o Senado, para o Congresso como um todo. V. Exª também participou de eventos de divulgação, por exemplo, junto à União Parlamentar Internacional de San Petersburgo. Por isso, somos todos muito gratos sempre.

Como o Dr. Benedito comentou, o Fórum Mundial da Água tem uma característica que eu acredito seja única, na medida em que ele reúne todo tipo de ator. Ou seja, existem os atores políticos, e dentre os atores políticos nós temos os governos nacionais – são quatro subprocessos –, os parlamentares, os juízes e procuradores, pela primeira vez – o juiz Herman Benjamim, do STJ, está liderando esse processo, e será a primeira vez que isso acontecerá –, e também autoridades locais regionais, neste caso, lideradas pela Presidência da República, pela Secretaria de Assuntos Federativos. Mas também há um processo temático, um processo de sustentabilidade, um processo regional, que são processos todos que reúnem atores distintos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, acho que um dos caracteres mais inovadores e únicos do Fórum Mundial da Água é permitir esse debate, que é aberto, é inclusivo, é democrático entre todos os atores que têm algo a dizer sobre água. Acho que essa é uma das características importantes, porque, ao contrário, por exemplo, de convenções e de reuniões formais, ele reúne todo mundo que quer dizer alguma coisa e que tem a dizer alguma coisa. Não necessariamente haverá acordo e consenso, mas é importante que todos possam discutir e dar a sua opinião.

Do ponto de vista do Itamaraty, o foco central desse evento, como, aliás, de quase tudo nessa agenda agora, é o desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento sustentável é o caminho, e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável é o caminho para todos os países, unidos, encontrarem soluções mais adequadas.

Desse ponto de vista, eu entendo o tema do evento, Compartilhando Águas, como muito mais do que compartilhando águas no sentido transfronteiriço da palavra, mas, internamente, na medida em que a água tem múltiplos usos, pois a mesma água que serve para a energia serve para a produção de alimentos, serve para o consumo humano. E todos têm que juntos decidir, nesses múltiplos usos, a divisão adequada, como todos saem ganhando. Isso significa compartilhar experiências exitosas e também – por que não dizer? – experiências que não foram exitosas, para que elas não sejam repetidas.

Então, a expressão "compartilhando", que é o tema do fórum, é muito mais ampla do que só países; é algo que tem a ver com a própria natureza do desenvolvimento sustentável, e, no caso da água, claramente em todos os países, mas especialmente no caso do Brasil, onde, por exemplo, ao contrário de muitos países, quase 80% da geração de energia elétrica, por exemplo, vêm de hidrelétricas, que são os mesmos cursos de rios que depois servem para água potável, servem para a irrigação, etc e tal. Então, isso também é muito importante.

Essas sessões temáticas, que são quase 300, são baseadas essencialmente na Agenda 2030 e em outros instrumentos internacionais relevantes para a área. Eu posso pensar imediatamente no Acordo de Paris, no Marco de Sendai e na Habitat III.

Eu acho que esse é o contexto – agora, indo diretamente ao tema "escassez de água e ameaças à estabilidade da ordem mundial" – que a gente tem que encarar. Das quase 300 sessões que nós teremos no Fórum Mundial da Água, eu fiz no Google um *search* das palavras, e em apenas duas há menção ao conflito e à paz. A gente tem que ter muita clareza, muita prudência e muita cautela sempre que quiser tratar da relação entre água, temas de desenvolvimento sustentável e a paz, a segurança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Da mesma forma que a mudança do clima é algo que tem íntima relação com a água, nós entendemos que esses temas têm que ser tratados sempre sob o prisma do desenvolvimento sustentável.

O Brasil é um líder na área de desenvolvimento sustentável há muito tempo, mas mais reconhecidamente no período presente, tanto pela Rio 92 como pela Rio+20. Embora a gente entenda que, obviamente, existem questões – inclusive em relação à água – que possam contribuir, em alguma medida, para tensões, para conflito, para instabilidade em certas circunstâncias, eu acho difícil, do ponto de vista do Governo brasileiro, entender que a água em si e as questões da água em si são necessariamente uma ameaça à paz e à segurança internacional. Eu não consigo me lembrar de um único conflito desses grandes em que a água tenha sido o evento que o lançou. Isso não quer dizer que não existam enormes problemas ligados a isso, mas, dificilmente, esses grandes eventos foram ocasionados por um problema de escassez de água – como elemento central, eu digo.

A nossa preocupação, muitas vezes, de assegurar que a gente continue tratando temas de desenvolvimento sustentável sob o prisma de desenvolvimento sustentável é porque existe uma tendência – não apenas em temas relacionados à água, mas também a diversos outros temas – a uma securitização da agenda de desenvolvimento de tratar tudo sob o prisma de paz e segurança. Primeiro, é uma mesa à que o Brasil não necessariamente se senta, então, isso já é ruim. Segundo, isso tende a não examinar, muitas vezes, as causas, tende a focar em outros temas que são complexos e exigem, para o tratamento, uma complexidade muito grande. Por outro lado, é óbvio que o acesso à água é uma questão concreta e grave em áreas sujeitas a conflitos e também que esses conflitos se traduzem ou têm consequências muito precisas, muito graves no acesso à água e em todas as outras questões. Por exemplo, quando há conflitos, há deslocamento de pessoas, há refugiados. Como garantir acesso à água a esses refugiados que estão em campos, muitas vezes, de refugiados, como, por exemplo, na Jordânia, que já é um país que tem um problema de escassez hídrica muito importante?

Resumindo muito brevemente, diante de uma questão dessa complexidade, sempre nós devemos preferir a lógica da cooperação, uma lógica da cooperação que inclusive deu excelentes resultados na América do Sul, onde nós já tivemos hipóteses de conflitos, por exemplo, com a Argentina, na década de 70, que foram resolvidos, por exemplo, com acordo tripartite para a utilização de Corpus e de Itaipu muito exitosamente. Nós temos o Comitê Interministerial da Bacia do Prata, temos o Tratado de Cooperação Amazônica. Essa sempre é a lógica que deve ser, enfim, o foco das atenções, sem prejuízo, naturalmente, de que essas questões pontuais, muitas vezes ocasionadas por conflitos – não necessariamente a água é a causa do conflito –, também tenham que ser tratadas de forma muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cito só um exemplo, que eu ouvi ontem, de um relato de uma embaixada brasileira no exterior. Está em análise agora um *pool* de financiamento para uma usina de dessalinização em Gaza, e aparentemente já existe um acordo com o governo de Israel para permitir que os equipamentos necessários passem e cheguem a Gaza, numa área que talvez seja a área de complexidade política mais importante do mundo.

Finalmente, sem querer ocupar muito o tempo, acho que uma questão totalmente distinta – e esta, sim, tem a ver com paz e segurança, sobretudo – é uma questão que, infelizmente e crescentemente, ocorre no mundo: o fato de que instalações de água, de água potável, de irrigações, muitas vezes, são alvos de ataques em conflitos. Claramente, esse é um problema de paz e segurança; é um problema não apenas de paz e segurança internacional, mas de violações concretas de regras específicas do Direito Humanitário Internacional e das Convenções de Genebra sobre os direitos de guerra. Aí, sim, eu acho que é essencialmente um problema de segurança e é essencialmente algo que nós temos que, permanentemente, enfim, defender: a necessidade de respeitar as obrigações internacionais de não atacar, não destruir, não remover ou inutilizar esses depósitos de água potável. Então, isso é efetivamente extremamente importante.

Paro por aqui, Senador, e estarei disposto a responder as perguntas, naturalmente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Quero agradecer ao Ministro Reinaldo Salgado, que coordena a parte política do 8º Fórum Mundial da Água e que fez sua exposição.

Nós agora vamos rapidamente ouvir... O Senador Pedro Chaves está inscrito e também o Senador Hélio José, e eu queria fazer breves comentários.

Quero dizer que nós estamos tratando do tema aqui, por decisão do próprio Presidente Eunício – nós sugerimos ao Presidente desta Comissão, Senador Collor –, com muita responsabilidade e procurando dar a ele visibilidade e aprofundar o debate sobre a questão da água.

Nós somos legisladores. Essa é uma oportunidade que o Brasil tem de receber pessoas de dezenas de países, especialistas de dezenas de países, a ponto de o Senado Federal, em suas diferentes áreas, se organizar. O setor de comunicação do Senado mesmo criou um grupo de trabalho. Eu quero agradecer à Angela, que é a Secretária; à Diretora-Geral, Ilana; ao Bandeira, Diretor da Mesa; e ao Presidente Eunício, porque me ajudaram a fazer com que o Senado, de fato, valorize e priorize a participação parlamentar nesse fórum e na discussão também no Senado do tema do Fórum Mundial da Água.

Programas especiais estão criados; pessoas tanto da Rádio como da TV estão voltadas a aprofundar e a levantar esse debate. E o que nós estamos fazendo aqui hoje, também, é mais uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reunião da Subcomissão, que prepara a participação parlamentar no fórum com pessoas que já fizeram aqui suas exposições.

Eu queria pedir – antes de passar a palavra aos colegas também – que o Sr. Benedito Braga, que está, desde a origem, na organização desses fóruns, desde Haia... Ele me falava que, em 2000, começou sua participação mais direta, seu envolvimento em Haia, buscando organizar uma maneira de o mundo permanentemente debater a questão da água. E, hoje, ele é Secretário de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo. Eu gostaria de ouvi-lo também um pouco, fazendo uma espécie de comparativo – porque o nosso papel aqui é legislar – entre a legislação brasileira relativa à água, seja o direito à água, seja o direito ao reuso, seja o direito ao acesso à água, e a legislação de outros países. Que países têm referência de legislação que o mundo deveria adotar? Eu pediria que pudesse falar um pouco dessa distância.

Nós temos avaliações feitas de que, até 2025, poderemos ter 1,8 bilhão de pessoas vivendo a escassez de água, não tendo direito ao acesso à água. Isso é muito grave, porque água é sinônimo ou de saúde, ou de doença. Esse parece ser um recurso, no caso de um país tropical como o nosso, que sobra, que é abundante. Em Brasília mesmo, em São Paulo mesmo... São Paulo é uma cidade que nasceu dentro da Mata Atlântica, ou seja, de um manancial de água e viveu uma crise de racionamento de água tremenda. Brasília foi implantada nas regiões das nascentes também. Aqui há períodos em que parece que a água é abundante ou um problema, e nós estamos vivendo a escassez de água também. Ou seja, num país em que há 12% de água doce, com a maior reserva subterrânea, nós temos um seriíssimo problema de acesso à água. Eu queria que o senhor, com sua experiência, pudesse falar um pouco sobre isso, fazendo sempre um paralelo e dizendo como alguns países já conseguiram equacionar essa questão.

Se puder, também lhe peço para falar... O tema do fórum é "Compartilhando Água", mas isso também é motivo... Como nós vamos trabalhar isso a partir das Nações Unidas? Eu sei que há 270 rios que são compartilhados no mundo hoje – há mais de 270, mas 270 são compartilhados pelos países: nascem num lugar, têm foz em outro, e todos fazem uso.

Lá no Acre, um dos meus projetos de vida é cuidar da recomposição das nascentes do Rio Acre. Ele atende oito Municípios, nasce em Assis Brasil, na fronteira com o Peru, e a foz fica no Amazonas, logo depois da divisa do Acre com o Amazonas, em Boca do Acre, onde deságua no Purus. Mas oito Municípios, incluindo a capital, dependem desse rio. Eu estou associando o meu trabalho no Código Florestal, que agora está todo digitalizado, com a identificação das nascentes, numa parceria com Sebastião Salgado, que adotou tecnologia no Instituto Terra para analisar como trazer de volta as nascentes que estão morrendo – há milhares no Doce, no São Francisco –, a um projeto de vida.

Então, eu queria que o senhor pudesse falar um pouco sobre isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E pediria ao Reinaldo também que falasse, do ponto de vista da articulação internacional – você é um diplomata –, sobre como nós poderemos ter um avanço nessa área, aproveitando como legado o 8º Fórum Mundial da Água.

Eu passo a palavra ao Senador Pedro Chaves, para que possa fazer também seus comentários, seus questionamentos, e, em seguida, ao Senador Hélio José. Depois, ouviremos os nossos convidados.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PRB - MS) – Quero cumprimentar o nosso Presidente, Jorge Viana, e o Hélio, nosso Senador.

Agradeço a presença do Sr. Benedito Braga, Presidente do Conselho Mundial da Água, que estará à frente do fórum em Brasília, e do Embaixador Reinaldo Salgado. Acho que essa participação é extremante importante.

O Fórum Mundial de Água, maior evento global sobre água, ocorre a cada três anos, e, na sua oitava edição, de 18 a 23 de março, aqui em Brasília, receberá autoridades, especialistas, lideranças locais, acadêmicos, técnicos e interessados em todo o mundo para debater o tema "Compartilhando Água" e buscar soluções para garantir essa segurança hídrica da população em um contexto de mudanças climáticas globais.

Pela primeira vez, o fórum prevê, em sua estrutura, um subprocesso para juízes e procuradores do Ministério Público de vários países discutirem questões jurídicas relacionadas à aplicação da legislação ambiental e de recursos hídricos. Além disso, o fórum se torna mais inclusivo com a criação da feira e da Vila Cidadã, espaços com acesso gratuito para capacitação, interação e entretenimentos dos visitantes do fórum.

Em face do tema central do 8º Fórum "Compartilhando Água" e das novidades que surgem neste ano, pergunto: primeiro, considerando a relação direta entre o tema da água e as mudanças climáticas, de que maneira o Conselho Mundial da Água tem participado das Conferências das Partes (COPs), da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima? O Conselho Mundial da Água pretende prestar apoio aos países em desenvolvimento na implementação de suas Contribuições Nacionalmente Determinadas –iNDCs, em inglês –, em especial nas medidas de adaptação às alterações climáticas que se relacionam com segurança hídrica? Essa é a primeira pergunta.

A segunda é: quais as expectativas sobre a participação dos juízes e procuradores do Ministério Público no âmbito do processo político? Como está a mobilização dessas autoridades no nível internacional? E quais os temas principais a serem debatidos?

Era isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Senador Pedro Chaves, eu queria agradecer-lhe.

Passo a palavra, em seguida, ao Senador Hélio José, para que ele também possa fazer seus questionamentos.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Sr. Presidente, mais uma vez, eu o cumprimento pela direção dos trabalhos e pela oportunidade dessa discussão tão fundamental para a vida, que é a questão da água.

Quero cumprimentar o nosso nobre Sr. Benedito Braga, Presidente do Conselho Mundial da Água. Cumprimento-o também pelo trabalho extraordinário feito durante a crise hídrica em São Paulo. Quero dizer a V. Sª que, conversando com S. Exª o Sr. Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, um pessoal de São Paulo ficou de vir, em uma oportunidade, à Comissão Senado do Futuro para a gente poder discutir a questão do futuro da água no Brasil e analisar as soluções que foram depreendidas da grave crise por que vocês passaram no Estado de São Paulo. Então, eu quero, depois, numa oportunidade, acertar com o senhor para que a gente consiga, haja vista a conversa já avançada com o Governador de São Paulo, garantir que a equipe da Prefeitura possa vir debater conosco, porque Brasília tem passado por uma séria crise com relação à água.

Meu nobre Embaixador Reinaldo Salgado, que está coordenando o 8º Fórum Mundial da Água, não tenha dúvida de que essa é uma tarefa muito importante para todos nós. A escolha de Brasília para sediar esse 8º Fórum Mundial da Água foi muito oportuna. Brasília tem passado por uma seriíssima crise hídrica. Inclusive eu gostaria, Sr. Benedito e Sr. Reinaldo, de convidá-los, caso V. Sªs tenham a oportunidade, para estarem presentes hoje, às cinco da tarde, na Comissão Senado do Futuro, cujo tema da reunião é exatamente a crise hídrica e as soluções futuras para a situação. A audiência será transmitida ao vivo. Se o Dr. Benedito e também o Dr. Reinaldo tiverem a oportunidade de vir fazer uma breve participação de dez minutinhos na Comissão, às cinco da tarde, no Plenário 15, será uma honra para nós contar com a participação de vocês nesse momento tão oportuno da discussão do 8º Fórum.

O Distrito Federal, meus nobres palestrantes, nos últimos dois anos, tem passado por grave crise hídrica devido aos baixos níveis dos principais reservatórios que abastecem a sua população, ensejando rodízio no abastecimento de água, racionamentos, tarifas de água mais elevadas e restrições para alguns usos, como, por exemplo, irrigação.

Recentemente, em novembro de 2017, o reservatório do Descoberto, responsável pelo abastecimento de 65% da população do DF, chegou, nobre Benedito, a 5,3% do seu volume útil, ameaçando a segurança hídrica e alimentar da Capital brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Bacia Hidrográfica do Rio Descoberto abriga, ao mesmo tempo, o principal reservatório de água, uma Área de Proteção Ambiental (APA) e um dos principais polos produtores de hortaliças do DF. Essa ocupação agrícola na Bacia do Descoberto se deu, em grande parte, devido à criação de assentamos rurais pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Os conflitos pelo uso de água na região poderiam ser minimizados caso houvesse uma melhor coordenação entre as políticas agrícola, ambiental, de saneamento, de uso e ocupação do solo e também de reforma agrária.

Considerando a crise de água no DF e considerando que a governança é um dos temas transversais previstos no processo temático do 8º Fórum Mundial da Água, pergunta-se:

1) Nos países em que se observam recorrentes crises de água, quais têm sido as estratégias para o enfrentamento e para a adaptação a esses eventos? Essa resposta é importante, porque, em Brasília, estão batendo cabeça, e até agora, mesmo com tanta chuva, nós ainda continuamos com o racionamento de água em um ou dois dias por semana. O Conselho Mundial da Água possui ou pretende criar algum fundo para apoiar ações relacionadas à segurança hídrica em países em desenvolvimento? Essa é outra situação fundamental.

2) De que maneira o Distrito Federal poderia aprimorar sua governança hídrica? Acho que o Dr. Benedito, com as experiências de São Paulo, pode muito bem nos ajudar, colaborando com sua opinião sobre esse tema, e também o Dr. Reinaldo.

3) Quais países e cidades, na opinião dos senhores, seriam bons modelos de governança hídrica e de coordenação entre diferentes políticas públicas?

Então, essas perguntas eu queria passar para a Mesa por escrito, por favor, se possível. Inclusive, quero entregar também dois cartões meus, com meu WhatsApp e meu telefone, para o Dr. Benedito e para o Dr. Reinaldo. Se possível, gostaria de que, depois, as respostas fossem encaminhadas para mim, como Senador do Distrito Federal, por escrito, porque aqui o tempo é curto, e essas perguntas são fundamentais para nós do Distrito Federal. Peço que tirem cópia para mim, para eu dar uma para cada palestrante.

Quero dizer a V. Sª e a S. Exª o Sr. Embaixador que, por compromissos inadiáveis – está havendo agora uma sessão da mulher, e o meu gabinete está todo reunido no Interlegis, porque eu sou de Brasília, por causa do Dia Internacional da Mulher –, eu vou ter que me ausentar, mas vou acompanhar todas as respostas pelo sistema de TV do Senado. E, se puderem estar presentes hoje na nossa audiência, às 17h, no Plenário 15, com certeza abrirei a audiência dando a palavra a vocês para falarem sobre a importância do 8º Fórum Mundial e também sobre as experiências exitosas em São Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Jorge Viana, mais uma vez te agradecendo, meu nobre Senador, e te cumprimentando, para mim é uma honra estar fazendo parte da organização que V. Exª está conduzindo, desse debate no Fórum Mundial das Águas. Com o meu gabinete, que está aqui, no Distrito Federal, no que puder colaborar com V. Exª, o senhor pode contar, e também V. Exª, Embaixador Reinaldo, e V. Sª, Dr. Benedito Braga, no sentido de colaborarmos para que o fórum ocorra da melhor forma possível. Muito obrigado a vocês.

Vou aguardar essas respostas, se possível por escrito, pelo meu *e-mail* ou pelo meu WhatsApp, e também vou acompanhar aqui.

Muito obrigado, e um forte abraço a vocês.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Obrigado, Senador Hélio José.

Eu vou fazer uma inversão e passar a palavra para o Ministro Reinaldo Salgado, para que ele possa fazer algum posicionamento sobre as questões que foram levantadas e também fazer suas considerações finais. E, em uma homenagem ao Dr. Benedito Braga, ele fará o encerramento, mais uma vez dizendo que é uma honra para nós termos os senhores aqui.

Esse programa estava ao vivo até recentemente, na Rádio e TV Senado – ele será reprisado nos espaços de comunicação do Senado Federal –, e compõe aquilo que o Senado resolveu fazer, que é um conjunto de debates e discussões, visando à participação do Parlamento brasileiro no 8º Fórum Mundial da Água.

Com a palavra V. Sª, Ministro Reinaldo Salgado.

O SR. REINALDO SALGADO – Obrigado, Senador, pela correção.

Muito rapidamente, então, eu deixaria, talvez, com a Mesa o programa tentativo da conferência de juízes e procuradores, que eu acredito que seja uma das perguntas que foram feitas. Eu poderia até, enfim, ir passo a passo, mas acho que o Senador Hélio José talvez poderia acompanhar – está um pouco rabiscado aqui, mas eu acho que ainda assim é possível.

Quanto aos temas dos juízes, eu acho que o mais importante é que se trata de uma participação de altíssimo nível de juízes de cortes superiores, que acho que são 30 ou 40 de todos os países do mundo. Eu entendo, pelo que eu vi aqui, com abertura inclusive da Presidente do STF, Cármen Lúcia, que há temas como florestas, relações de florestas, mudança do clima, direito internacional e relação com a água, que foi uma das perguntas que o Senador Pedro Chaves acho que tinha feito, e ele também, infelizmente, acho que teve que sair.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que a grande parte das perguntas, na realidade, são para especialistas, enfim, em crises hídricas e assuntos internos. Eu não sou um especialista disso. O Dr. Benedito, que, sim, teve que gerir uma crise hídrica, certamente terá as melhores respostas.

O mais importante, e acho que isso vale como mensagem final, é que existe uma inter-relação de água com absolutamente tudo, especialmente em países como Brasil, em que os usos são múltiplos e têm que ser compartilhados. O meu entendimento é que sempre ter uma discussão inclusiva, com a participação de todos os atores, leva às melhores soluções. Existe uma tendência da regulação brasileira – o Dr. Benedito poderá explicar mais sobre isso – de encarar sempre essas questões como problemas de bacia e tentar ver as bacias como uma unidade de planejamento, o que facilita esse tipo de cooperação.

E, no campo internacional, existem, obviamente, questões que são extremamente graves de acesso à água, inclusive de acesso ao direito humano à água, e há que se dar, sim, sempre, a melhor atenção possível a isso, mas sempre dentro do contexto de buscar soluções construtivas e não coercitivas. Esse acho que é o melhor caminho a seguir.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu queria passar a palavra, então, imediatamente, ao Dr. Benedito Braga, dizendo que no final eu vou expor, mas nós estamos trabalhando juntos – o Ministro Herman Benjamin, eu e a Drª Raquel Dodge – e vamos fazer um evento no dia 18, um colóquio com Parlamentares, membros do Ministério Público do Brasil e convidados, e também do Judiciário. Isso será no domingo à tarde, na Procuradoria-Geral da República. E no dia 20, em um evento parlamentar, nós também vamos ter um momento, o que eu estou organizando com os colegas, em que nós vamos ter também uma participação conjunta de juristas e de membros do Ministério Público e do Parlamento, buscando uma sintonia entre os operadores do Direito e legisladores, na intenção de fazer uma boa colaboração e deixar, quem sabe, um legado importante nesse 8º Fórum Mundial da Água.

Então, eu passo a palavra agora, para os seus posicionamentos em relação aos questionamentos que foram feitos e suas considerações finais, ao Dr. Benedito Braga.

O SR. BENEDITO BRAGA – Muito obrigado, Senador.

Eu gostaria de endereçar a questão que o senhor colocou de início, sobre legislação. O Brasil realmente se destaca no mundo em termos de ter uma legislação de recursos hídricos muito avançada. Inclusive, o nosso modelo serviu para alguns países que hoje têm uma legislação muito boa, como a África do Sul. A África do Sul se inspirou na lei brasileira para fazer a sua legislação de recursos hídricos. Outros países também dispõem de legislações específicas, como, por exemplo, o México, que tem uma legislação também bastante avançada e já de longa data estabelecida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A nossa legislação tem essa particularidade de reconhecer a bacia hidrográfica como unidade de planejamento e gestão e tem a característica de possibilitar a gestão participativa, ou seja, os cidadãos podem, a partir dos comitês de bacia hidrográfica, ter voz e ter poder de decisão, inclusive em termos importantes, como o valor da cobrança pelo uso da água no âmbito da bacia hidrográfica.

Então, o nosso País se destaca e tem uma Agência Nacional de Águas, que também foi fruto de uma legislação do ano 2000, com a criação dessa agência, para a implementação da Política Nacional de gerenciamento de Recursos Hídricos, de maneira que isso, inclusive, qualificou o Brasil para sediar o 8º Fórum Mundial da Água. Então, é isso, com relação à legislação e ao papel que o nosso País tem no mundo hoje em termos de legislação.

Das questões levantadas pelo Senador Pedro Chaves, o Ministro Reinaldo Salgado já endereçou a questão dos juízes. Eu vou endereçar a questão da mudança climática e do papel do Conselho.

O Conselho Mundial da Água tem se envolvido muito ativamente nas COPs – na COP do Marrocos e na COP agora de Bonn –, criando o Dia da Água. Pela primeira vez, no Marrocos, nós conseguimos, junto ao governo do Marrocos, viabilizar uma discussão sobre como aumentar a nossa capacidade de adaptação às mudanças climáticas, e discutindo a questão da água. Então, estamos firmes. Temos um comitê específico tratando dessa questão de mudança climática no âmbito do Conselho Mundial da Água.

Com relação às questões levantadas pelo Senador Hélio José – sem dúvida nenhuma, vamos depois responder de uma forma mais sistemática para ele – há essa questão da crise hídrica e de quais são as opções que nós temos. Basicamente nós temos que atuar nos dois lados da equação: no lado do aumento da disponibilidade e no lado da gestão da demanda. Ou seja, nós temos que ter uma demanda mais racional, mais eficiente, ou seja, temos que incentivar as pessoas a reduzirem o uso, o desperdício de água, para que sejam eficientes, seja no âmbito doméstico, seja no âmbito da irrigação, da produção dos alimentos, e temos que aumentar a nossa capacidade de reservação de água.

Por que isso? Porque, com as mudanças climáticas, nós temos uma variabilidade maior do clima, ou seja, nós temos espaços de tempo mais longos, com chuvas abaixo da média, e isso faz com que, quando nós temos as chuvas mais intensas, que acontecem também em espaço de tempo mais curto, essa água adicional tem que ser guardada em algum lugar para ser utilizada posteriormente. Então, nós temos que aumentar nossa capacidade de reservação de água, aumentar a nossa infraestrutura hídrica. Sem dúvida nenhuma, isso traz impactos ao meio ambiente, mas essas formas de construção de barragens têm que ser feitas levando em conta esses impactos, no sentido de minimizar esses impactos dessas intervenções e criar também o que nós chamamos de infraestrutura redundante.

No caso de São Paulo, durante a crise hídrica, nós criamos transferências de água de um sistema para outro, de maneira intermitente. Quer dizer, somente na situação em que nós estávamos em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

situação de crise, o sistema funciona. É mais ou menos semelhante ao que nós temos no setor elétrico. O nosso sistema, no setor elétrico, é basicamente hidroelétrico, mas nós temos também as termoelétricas, que não são acionadas toda hora. E é uma redundância de oferta de energia que fica para ser utilizada em situações de baixa hídrica. No setor hídrico, ele mesmo, esse conceito foi utilizado em São Paulo. Então, nós temos transferências que são feitas somente em épocas em que um determinado sistema recebe água de outro sistema que tem mais disponibilidade. Recebe essa água quando? Só quando ele está em situação muito crítica e, na maior parte do tempo, esse sistema fica parado, não há operação de bombeamento para lá. Então, esse tipo, que nós chamamos de infraestrutura redundante, também deve ser considerado.

E temos que tentar reduzir as perdas nos sistemas de abastecimento. Os sistemas urbanos têm perdas hoje da ordem de 30%, 40%. Em alguns lugares, 50% da água são perdidos por vazamentos, por acessos ilegais, por furto, e isso tem que ser combatido da forma mais intensa possível, porque, na medida em que nós reduzimos essas perdas, nós estamos minimizando a necessidade de aumento de infraestrutura que traz impactos ambientais, sociais e assim por diante.

Bem, eu acho que com isso tratei das questões levantadas pelos nobres Senadores. Vou, então, encerrar, agradecendo de novo a gentileza do seu convite, que muito me honrou em poder estar aqui, no Senado Federal, para tratar do 8º Fórum Mundial da Água.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu agradeço as palavras do Dr. Benedito Braga, Secretário de Saneamento e Recursos Hídricos de São Paulo e Presidente do Conselho Mundial da Água, por ter vindo a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado e também por participar dessa parte da audiência aqui associada à Subcomissão que eu tenho a honra de presidir. Sou Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores, mas presido, tendo como auxiliar o Senador Cristovam – que só não está aqui por questões também de saúde, que ele está se recuperando –, a subcomissão criada com o propósito de coordenar a participação parlamentar brasileira no 8º Fórum Mundial da Água.

Eu também queria agradecer ao Ministro Reinaldo Salgado pela sua vinda, sua exposição, sua colaboração.

Hoje à tarde, eu vou me encontrar com um representante do fórum paralelo, o Fama. Eu participei junto com o atual Chanceler Aloysio Nunes. Nós fizemos questão, em Marselha e também lá na Coreia, de ir junto com entidades, organizações da sociedade civil que também trabalham essa problemática. Acho que um desafio que nós temos aí é de estar sempre em sintonia com o cidadão, com as organizações da sociedade, com as instituições que tratam desse tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Espero que aqui, no Brasil, também se possa fazer algo nesse sentido, que tenha essa harmonia, porque, se a água é sinônimo de vida, se a água está escassa, obviamente ela virou também algo que tem um efeito comercial, de mercado, importante, e isso traz preocupações, porque, se uma parcela da população não tem acesso à água com qualidade e, ao mesmo tempo, tem um custo elevado, nós temos que ter políticas públicas que trabalhem isso, e o papel e a participação da sociedade são fundamentais.

Eu fiz já a ressalva, mas o Senador Cristovam tinha pedido – e eu, antes de receber a sua solicitação, já o tinha feito. Ele se justifica, porque está se recuperando de uma pneumonia, mas vai participar ativamente do processo, e tem ajudado já intensamente.

Então, eu queria fazer essas observações de que todos nós temos aí agora uma oportunidade, no País da biodiversidade, País das águas, País de um clima tropical fantástico, de um povo como o nosso, de acolhermos bem esse debate aqui, em Brasília, e darmos uma contribuição, quem sabe, como procuramos dar no Acordo do Clima, mas agora também no direito à água, para que a água não vire, como alguns analistas preveem, o foco dos conflitos do futuro – não será mais o petróleo, mas a água, dizem alguns analistas. E, se o mundo seguir nessa marcha, de um modelo de produção e consumo insustentável, com a exclusão social, uns tendo mais e a grande maioria tendo menos e até não tendo nem o mínimo necessário para uma vida digna, certamente a água estará no centro desses conflitos.

Então, quero aqui também, antes de encerrar os nossos trabalhos, propor a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores. (*Pausa.*)

Não havendo manifestação dos Senadores, está aprovada.

Queria convocar, ainda, todos para a próxima reunião deliberativa, agendada para o dia 15 de março de 2018 e, mais uma vez, dizer e convidar a todos para que possam participar do 8º Fórum Mundial da Água, que começa no dia 18 de março, aqui, em Brasília, e vai até o dia 23, e dos eventos parlamentares em que nós estamos trabalhando, que têm parceria com o evento do Judiciário, dos juristas, coordenado pelo Ministro Herman Benjamin e também com a participação da Drª Raquel Dodge, que será no dia 18, à tarde, lá na Procuradoria-Geral da República, a partir das 14h. O nosso evento será a partir das 9h, no local onde nós vamos ter a realização do fórum, na arena parlamentar, no Ulysses Guimarães, aqui, em Brasília.

Então, é muito importante. Nós já temos mais de 50 Parlamentares inscritos no evento parlamentar e acreditamos que esse número tende a crescer entre os representantes de vários partidos. A recém-eleita Presidente da União Interparlamentar, a Senadora Gabriela, mexicana, assumiu o compromisso de estar aqui conosco, e isso é uma conquista. Nós fizemos uma gestão para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que ela pudesse vir. Ela representa a mais antiga organização parlamentar do mundo e já vai se fazer presente aqui também.

Quero, mais uma vez, agradecer a participação, o acompanhamento de todos, que nos seguiram pela Rádio, pela TV Senado e pelas mídias do Senado, e especialmente aos convidados que colaboraram com essa audiência.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado a todos.

(*Iniciada às 9 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 51 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE MARÇO DE 2018, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às oito horas e cinquenta e nove minutos do dia quinze de março de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Fernando Collor, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Hélio José, Marta Suplicy, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Paim, Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro, Lasier Martins, Ana Amélia, José Medeiros, Cristovam Buarque, Armando Monteiro e Eduardo Amorim. Deixam de comparecer os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, Fernando Bezerra Coelho, Gleisi Hoffmann, Acir Gurgacz, Lindbergh Farias, Paulo Bauer, Ricardo Ferraço, José Agripino e Pedro Chaves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 8, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora VIVIAN LOSS SANMARTIN, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Cameroun e, cumulativamente, na República do Chade." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório, fica concedida vista coletiva nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 398, de 2014 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a pesquisa e lavra de recursos minerais em faixa de fronteira de que trata o art. 176, § 1º, da Constituição Federal." **Autoria:** Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). **Relatoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela aprovação, com 01 (uma) emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 3 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 4 de 2018** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater A perda de nacionalidade brasileira. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: o Secretário Nacional de Justiça; o Secretário-Geral das Relações Exteriores." **Autoria:** Senador Antonio Anastasia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 5 de 2018** que: "Requeiro, nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que seja convidado a comparecer a esta Comissão o Senhor Carlos Márcio Bicalho Cozendey, Ministro de Primeira Classe da Carreira Diplomática, representante do Brasil na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), para tratar da iminente entrada do país no citado organismo internacional e seus impactos." **Autoria:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Fernando Bezerra Coelho e Senadora Ana Amélia. **Resultado:** Lido. **ITEM 5 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 6 de 2018** que: "Requeiro, nos termos regimentais, incluir, além das autoridades convidadas no Requerimento nº 8 de 2017 – CRE, que solicita realização de audiência pública para debate do tráfico de drogas, armas e pessoas nas áreas de fronteira, em razão da guerra entre facções nos estados fronteiriços, os seguintes convidados: O Sr. Prefeito do Município de Tabatinga-AM, SAUL BEMERGUY; O Sr. Prefeito do Município de Benjamin Constant-AM." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin e Senador Jorge Viana. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 10 de 2018** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para instruir o Projeto de Lei do Senado 398 de 2014 que "dispõe sobre a pesquisa e lavra de recursos minerais em faixa de fronteira de que trata o art. 176, § 1º, da Constituição Federal. " Os convidados serão indicados oportunamente." **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Resultado:** Lido. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 7 de 2018** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, com o tema "O impacto na economia brasileira da recente sobretaxa americana às importações de aço e de alumínio", com a participação dos seguintes especialistas no tema: i. Alexandre de Campos Lyra, Presidente do Instituto Aço Brasil; ii. Marco Polo de Mello Lopes, Diretor-Executivo do Instituto Aço Brasil; iii. Mauro Borges Lemos, ex-Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil; iv. Dr. Mariano Francisco Laplane, Professor da Universidade Estadual de Campinas." **Autoria:** Senador Lindbergh Farias, Senadora Ana Amélia, Senador Jorge Viana e Senador Armando Monteiro. **Resultado:** Lido. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 9 de 2018** que: "Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº, 7 de 2018- CRE aprovado em, que a audiência pública nesta Comissão em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, com o tema: "O impacto na economia brasileira da recente sobretaxa americana às importações de aço e de alumínio", inclua como convidados: Sr. Roberto Gianetti da Fonseca, Presidente da Kaduna Consultoria e Ex-Secretário Executivo da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) e Ex-presidente da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex) Sr. José Augusto Fernandes, Diretor de Políticas e Estratégias da CNI Sr. Milton Rego, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Alumínio." **Autoria:** Senador Armando Monteiro, Senador Jorge Viana e Senadora Ana Amélia. **Resultado:** Lido. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 11 de 2018** que: "Requeiro, nos termos dos arts. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado-RISF, a realização de Audiência Pública pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), para debater a situação atual e as perspectivas das relações comerciais entre o Brasil e o Catar. Para tanto, sugiro sejam convidados: Embaixador do Catar no Brasil, Sr. Mohammed Ahmed

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hassan Alhayki; Representante do Ministério das Relações Exteriores; Representante da Secretaria de Governo Federal." **Autoria:** Senador Hélio José. **Resultado:** Lido. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 12 de 2018** que: "Requer VOTO DE PESAR e apresentação de condolências às famílias pelo falecimento da vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco e de seu motorista Anderson Pedro Gomes" **Autoria:** Senador Jorge Viana. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fernando Collor

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/03/15

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 4ª Sessão Legislativa da 55ª Legislatura do Senado da República.

Expediente recebido.

Esta Comissão recebeu expediente da Embaixada da República da Turquia, datada de 20 de fevereiro de 2018, por meio da qual o Embaixador Ali Kaya Savut encaminha para conhecimento carta do Sr. Mehmet Babaoglu, Presidente da Comissão da Agricultura, Silvicultura e Assuntos Rurais da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Grande Assembleia Turca, a respeito da Operação Olive Branch (Ramo de Oliveira), em curso na Síria pelos militares da Turquia.

De acordo com a referida carta, a Operação Olive Branch teve início na segunda quinzena de janeiro deste ano em função da "deterioração da segurança ao longo da fronteira do sul da Turquia com a Síria."

Para o governo turco, a decisão de executar a operação "baseou-se no direito da Turquia de autodefesa, conforme estipulado no artigo 51 da Carta das Nações Unidas, bem como a responsabilidade atribuída aos Estados-membros na luta coletiva contra o terrorismo internacional", de acordo com resoluções do Conselho de Segurança da ONU.

O documento esclarece ainda que a Turquia hospeda quase três milhões e meio de refugiados sírios e, portanto, cumpre sua "responsabilidade".

Comunicado em relação à Rússia.

O primeiro turno das eleições presidenciais da Rússia ocorrerá neste domingo, dia 18, e as principais pesquisas de intenção de votos apontam para uma vitória do atual presidente, Vladimir Putin, do Partido Rússia Unida, que está concorrendo para seu segundo mandato consecutivo e o quarto mandato como presidente russo.

Putin vai concorrer contra outros sete candidatos, mas de acordo com o instituto de pesquisas estatal ele tem mais de 70% das intenções de voto. O candidato que está em segundo lugar nas pesquisas, o empresário Pavel Grudinin, do Partido Comunista, tem apenas 6,9%. Interessante citar que esse empresário Pavel Grudinin, do Partido Comunista, é um bilionário russo. É a convivência de um comunista com o que há de mais radical no capitalismo internacional.

Na Rússia, o segundo turno só ocorre se nenhum candidato conseguir no mínimo 50% dos votos, mas de acordo com a rede norte-americana CNN o partido do atual presidente espera um resultado "70-70" nessa eleição, isto é: 70% de comparecimento com 70% dos votos em Putin, para contra-atacar acusações ocidentais de que a Rússia é uma autocracia".

Alexei Navalny, um advogado e ativista político que se especializou em denunciar a corrupção e organizar protestos no país, considerado o mais influente opositor político de Putin, foi proibido de concorrer nas eleições após ter sido condenado, em 2014, pela prática de crimes econômicos. Ele afirma que a acusação é politicamente motivada e pediu aos seus apoiadores que boicotem o pleito.

Estados Unidos.

O Presidente dos Estados Unidos anunciou, na terça-feira, a demissão de Rex Tillerson do cargo de Secretário de Estado do país. Para ocupar o lugar de Tillerson, o Presidente nomeou Mike Pompeo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atual Diretor da Agência Central de Inteligência, que será substituído no comando geral da agência por Gina Haspel, Vice-Diretora. A decisão do líder norte-americano pegou até o próprio Tillerson de surpresa. De acordo com o *The New York Times*, o Secretário de Estado foi informado da decisão por um assessor, que lhe mostrou a publicação feita pelo Presidente no seu Twitter.

Tillerson afirmou, na tarde de terça, que delegará imediatamente todas as suas responsabilidades ao atual Subsecretário de Estado, John Sullivan, e que irá abandonar o cargo permanentemente no final deste mês. Em um pronunciamento, ele destacou vitórias em vários assuntos em que havia discordado do Presidente, como nas relações com a Coreia do Norte e as políticas para o sudeste asiático.

Mike Pompeo, um ex-Deputado, havia assumido a direção da CIA em janeiro do ano passado. De acordo com o jornal britânico *Financial Times*, durante o último ano, Pompeo tornou-se um membro importante dos *briefings* diários da inteligência para o Presidente e logo transformou-se num dos assessores favoritos do Salão Oval.

Como exemplos desse padrão, a revista *The Economist* cita que Tillerson havia insistido para que o Presidente norte-americano não abandonasse o Acordo de Paris, não apoiasse a campanha saudita de sanções contra o Catar e não mudasse a Embaixada norte-americana em Israel de Tel Aviv para Jerusalém – uma pessoa de bom senso. Tillerson também aconselhava o Presidente a não abandonar o acordo nuclear com o Irã, o que, segundo a revista, torna-se ainda mais provável: Mike Pompeo já defendeu a anulação do acordo.

Segundo o comentarista do jornal *Financial Times*, Edward Luce, o Presidente confunde discordância com deslealdade, e Tillerson não escondia as diferenças que tinha com o líder norte-americano. Para Luce, Tillerson era uma das pessoas que enfrentavam o líder norte-americano na Casa Branca. Na terça-feira, o Presidente disse estar mais perto de ter o gabinete que quer.

Gina Haspel, a primeira mulher a comandar a CIA, no lugar de Mike Pompeo, deve enfrentar críticas por ter supervisionado uma prisão secreta da CIA, na Tailândia, onde presos eram supostamente submetidos a tortura. Ela pode enfrentar oposição de democratas e republicanos na sabatina do Senado em que se decidirá sua escolha para o cargo.

Encontro Estados Unidos/Coreia do Norte.

O Presidente dos Estados Unidos, que aceitou a proposta de reunir-se com o líder norte-coreano, manifestada por Kim Jong-un durante um histórico encontro com delegação de alto nível do Governo da Coreia do Sul, afirmou que esse encontro pode produzir o maior negócio para o mundo – é preciso saber que tipo de negócio é esse a que ele se refere, talvez pela tradução não muito correta que foi feita. Enfim, críticos alertaram que, se as discussões forem mal, as duas nações estarão em uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

posição pior do que a de antes – sem dúvida. Até hoje, nenhum Presidente dos Estados Unidos se encontrou com o líder norte-coreano durante seu mandato.

Tal cúpula há muito tempo, anteriormente, só foi considerada possível após grandes concessões por parte dos norte-coreanos, mas, de acordo com relatos, Trump aceitou a oferta assim que ela lhe foi transmitida pela delegação da Coreia do Sul após reunir-se – esta delegação – com Kim Jong-un, na semana passada.

Dois membros da delegação sul-coreana informarão aos líderes da China e do Japão sobre as negociações com a Coreia do Norte. O principal conselheiro de segurança do Presidente sul-coreano, Moon Jae-in, se reunirá com o Presidente Xi Jinping enquanto Suh Hoon, chefe da agência de inteligência sul-coreana, irá a Tóquio para se encontrar com o Primeiro-Ministro Shinzo Abe.

Ouvido pelo jornal britânico *Financial Times*, o pesquisador do Korea Institute for National Unification, Cho Han-beom, enfatiza que a posse de armas nucleares sempre foi considerada uma grande conquista de Kim Jong-un. Para o especialista, se os norte-coreanos anunciarem que estão buscando a desnuclearização, Kim arrisca perder a sua autoridade, assim como a legitimidade de seu regime. Para o pesquisador, uma mudança drástica de atitude em relação à Coreia do Sul e aos Estados Unidos seria um vexame, segundo o termo por ele utilizado, para Kim.

Ainda não foi definida a data para a reunião dos líderes norte-americanos e norte-coreanos, apesar de as previsões iniciais terem indicado a sua realização no final de maio. Por outro lado, o encontro histórico entre os dois líderes das duas Coreias poderá ocorrer, segundo o gabinete do Presidente da Coreia do Sul, Moon Jae-in, na aldeia de Panmonjeom, localizada no Paralelo 38, que é exatamente o paralelo que divide as duas Coreias na zona desmilitarizada.

Em relação ao Reino Unido, a Primeira-Ministra britânica, Theresa May, anunciou ontem que vai expulsar 23 diplomatas russos do Reino Unido. May disse que os diplomatas, que terão o prazo de uma semana para deixar o Reino Unido, foram identificados como agentes não declarados de inteligência. Essa é a maior expulsão desse tipo conduzida pelo Reino Unido desde 1985, quando 31 diplomatas foram expulsos após a deserção do agente duplo Oleg Gordievsky.

Além do anúncio da Primeira-Ministra britânica, um porta-voz de Vladimir Putin afirmou que Moscou não aceitaria as acusações infundadas que foram apresentadas contra o país nem, muito menos, a linguagem do ultimato. O Ministro dos Negócios Estrangeiros russo chamou a decisão de Theresa May de uma provocação grosseira sem precedentes e afirmou que o governo britânico prejudicou a relação dos dois países ao anunciar um conjunto de medidas hostis. A porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Rússia, Maria Zakharova, informou que Moscou tomará medidas simétricas apropriadas à situação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O governo russo nega a acusação de envenenar o ex-espião. Sergei Skripal e sua filha continuam em estado grave mais de 10 dias depois de terem sido encontrados envenenados em um parque na cidade de Salisbury. O policial que prestou socorro aos demais também está internado, mas em condição estável.

As medidas do Reino Unido já receberam o apoio dos Estados Unidos, da Otan e de vários países da União Europeia, mas a França, uma voz de bom senso, afirmou que aguardaria por conclusões definitivas antes de anunciar a sua posição, de acordo com o porta-voz do governo francês, Benjamin Griveaux.

O próximo comunicado é sobre a audiência pública que tivemos aqui na Comissão de Relações Exteriores com o Prof. Henrique Cymerman. Foi presidida essa reunião por S. Exª o Senador Jorge Viana, Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional desta Casa. Foi realmente muito exitosa essa palestra, essa audiência pública promovida pela Comissão, tendo como convidado o Prof. Henrique Cymerman. E eu passo a fazer um breve relato de como se passou.

Realizou-se, no último dia 7 de março, em atendimento ao Requerimento nº 9, de autoria de S. Exªs a Senadora Ana Amélia e o Senador Jorge Viana, audiência pública interativa com o Professor e Jornalista Henrique Cymerman Benarroch, para debater o tema "Perspectivas e realidade do Oriente Médio: análises sobre o mundo árabe e as ações extremistas de organizações terroristas e do Estado Islâmico".

Nos últimos quatro ou cinco anos, informou o Prof. Cymerman, disse ele: "Eu recorri várias vezes desde Marrocos até o Golfo Pérsico, desde a Tunísia até o Iraque, e estive três vezes na frente de combate do Estado Islâmico. Eu partilho da opinião de vários analistas internacionais e do Oriente Médio que acreditam que a crise que vivemos no Oriente Médio é provavelmente a maior da história desde os princípios do islã." Ao visitar essas zonas, ressaltou ele, a ideia que se tem é de um total desastre: ninguém sabe quantos, mas são quase um milhão de mortos.

Com o Estado Islâmico, em 2017, 2018, voltou a haver escravidão no Oriente Médio. Eu vi, relatou o jornalista, mercados de venda de meninas de 9, 12, até 25 anos, como escravas; também a venda de meninos de 3 anos, de bebês, e de crianças de 8, 9 anos, a maioria deles para transformar-se em soldados, em terroristas; vi como lhes ensinavam a utilizar armas. E 74 países e entidades internacionais, continua o jornalista, como a Interpol e a Otan, uniram esforços para tentar acabar com esse fenômeno chamado Estado Islâmico ou Daesh. É uma organização que ninguém sabe quantos integrantes possui, mas eu calculo que não mais de 100 mil homens, disse ele – cem mil homens é um exército. No entanto, esse esforço internacional enorme não fez por acabar com isso.

Democracia não começa com eleições, não é um fenômeno instantâneo, termina com eleições, mas não é fácil construir, avaliou o palestrante. O fenômeno provavelmente se iniciou muito antes,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas, em 2011, arrebentam no mundo árabe várias revoluções. Acreditamos que, da mesma maneira que aconteceu na Europa Oriental quando caiu o Muro de Berlim, poderia ser a democratização do mundo árabe, mas não foi exatamente assim. Fui para a Praça Tahrir, no Cairo, onde havia manifestações gigantescas, e dois tipos de pessoas me chamaram a atenção, disse ele: milhares de jovens, muitos estudantes, e milhares de mulheres.

Eles vinham à rua para protestar, para exprimir a sua amargura por essa situação sem esperança, por essa geração perdida, que, em muitos casos, chegará à minha idade – continua falando o professor e jornalista, discorrendo – sem ter trabalhado um só dia durante as suas vidas. Se há uma coisa que eu vejo que há em comum no Oriente Médio, entre judeus, cristãos e muçulmanos, é o papel da mulher. Creio que, em todo o Oriente Médio, será provavelmente a mulher o agente que na próxima geração vai trazer mais novidades, mais mudanças.

Dois fatores, observou o palestrante, levaram toda essa massa humana a protestar nas ruas: a mídia e as redes sociais.

Continuando, disse ele que "um novo fenômeno que estamos apenas principiando a entender é esse megafone gigante [é uma expressão utilizada por ele] representado pelas redes sociais, que estão alterando tudo: a vida política, as relações sociais, a psicologia. O Papa Francisco, referindo-se a Mark Zuckerberg, o inventor do Facebook, fez a seguinte observação: 'Tenho a impressão de que esse rapaz não entende o que conseguiu inventar, que está mudando o mundo todo e vai mudar ainda mais.'".

Essa é a opinião do Papa Francisco sobre Zuckerberg, fundador do Facebook.

Continuando, o Professor diz que, "em 2014, na cidade de Mossul, vimos um homem chamado Abu Bakr al-Baghdadi declarar o Estado Islâmico, o Daesh, pedir aos muçulmanos de todo o mundo fidelidade e dizer: 'Quem não me obedecer pagará um preço.'"

Os generais curdos do Exército Peshmerga, que lutaram contra o Estado Islâmico durante três anos, lembrou o jornalista, diziam: "Eles são como Genghis Khan." O Daesh não deixava ninguém vivo, ressaltou ele, mas publicava suas atrocidades nas redes sociais, no YouTube, levando centenas de refugiados, muitos deles cristãos que viviam naquelas zonas do norte do Iraque e do norte da Síria há dois mil anos, a abandonarem as suas casas, levando só os seus documentos e joias, fugindo para campos de refugiados.

Dessa forma, disse o palestrante, o Estado Islâmico conquistou metade da Síria e metade do Iraque, um território similar à Inglaterra, e controlou um país chamado Estado Islâmico, um suposto país de nove milhões de habitantes. Assim, disse ele, aguentaram durante alguns anos, mas começaram a perder [os do Estado Islâmico], pouco a pouco, sobretudo devido às estratégias dessa coalizão de 74 países que os atacaram de forma coordenada. Era impressionante, destacou o Professor, estar em Mossul e ver pilotos de dez países árabes conjuntamente com norte-americanos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

alemães, holandeses, Otan, australianos, britânicos, todos juntos numa mesma campanha. Todos tinham algo em comum: consideravam essa organização uma ameaça para a sua própria existência.

"Conversei com um integrante do Estado Islâmico, chamado Ziad, que acabava de ser preso", relatou o palestrante. Perguntei se era inglês, e ele disse: "Não, mas os meus pais me fizeram estudar inglês desde que eu era muito pequeno, em Raqqa. Eu queria estudar literatura britânica, mas um dia chegou o Estado Islâmico, vieram homens só com os olhos de fora e gritaram nos megafones: 'Todos os homens à mesquita, de 16 a 60 anos.' E disseram-nos: 'Quem não vier, cuidado.' Viemos todos, meus amigos, meus primos, meus irmãos, meu pai, e eles disseram: 'Vocês têm duas alternativas: ou se unem ao Estado Islâmico e têm um salário de US$100 [que é muito dinheiro nessa zona, nesse momento, segundo o Professor] e as vossas famílias estão protegidas, ou não. E, se não: 'You are on your own' [cada um é responsável por si mesmo; como a máfia: uma oferta irrecusável]." Todos se uniram ao Estado Islâmico.

"Agora, que vocês perderam, que já estás livre, porque és preso da Peshmerga, o que tu pensas?", perguntou o nosso palestrante a Ziad. Ele respondeu: "Não, eu agora entendi que o Estado Islâmico tem razão, entendi que vamos lutar por este regime no futuro. Vocês no Ocidente não percebem nada. Nós não perdemos, nós ganhamos, porque nossa ideia já está em todos os lugares, está na Europa, nos Estados Unidos e também na América Latina." Perguntou a ele o Professor: "O que vocês querem conseguir?" Ele disse: "Muito fácil, nós queremos acabar com as fronteiras artificiais de Sykes-Picot, de 1916, que é quando o Sr. Sykes, britânico, e o Sr. Picot, francês, desenharam os mapas do Oriente Médio segundo os seus próprios interesses.

Ziad, aditou o palestrante, disse ainda: "Quando acabarmos com as fronteiras artificiais, vamos chegar a al-Quds, a Jerusalém, e depois vamos matar o grande infiel, o Papa Francisco. Vamos chegar a al-Ândalus, a Península Ibérica, que é o ápice, pertence a nós, é território islâmico no qual vivemos durante 700, 800 anos e que temos que voltar a controlar."

O sociólogo francês Olivier Roy, destacou o Sr. Cymerman, fez um estudo sobre quem são os terroristas que nos últimos anos fizeram dezenas de atentados na Bélgica, na Alemanha, na Grã-Bretanha e na França. Concluiu que 60% deles são filhos de imigrantes que chegaram à Europa para ganhar a vida, mas que os filhos não se integraram à Europa e perderam o contato com seus países de origem [...]; 15% são a terceira geração, são os filhos deles[...]; e, os 25% restantes – os menos investigados até hoje – são os não muçulmanos que se convertem e que adotam a causa do islã.

Nos últimos anos, afirmou o professor Cymerman, cinco países que existiam no Oriente Médio desapareceram: a Síria, o Iraque, o Iêmen, a Líbia e também a Somália não existem mais como países. Qual será a nova configuração do mapa ninguém sabe dizer, mas eu suspeito que vamos ver uma espécie de balcanização, na qual vamos voltar um pouco à situação de 1916, anterior a Sykes-Picot,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando havia não só Estados, mas zonas de influência segundo uma base étnica, religiosa; xiitas com xiitas, sunitas com sunitas; talvez um Curdistão independente, talvez a Palestina independente.

Esse é um mapa possível, considerou o palestrante, mas tenho praticamente a certeza de que vamos ver cinco eixos principais no novo Oriente Médio: Egito, Arábia Saudita, Irã, Turquia e Israel.

Bernard Lewis, citou o jornalista Cymerman, um estudioso de 103 anos que está em Princeton, diz que, dentro de dez anos, a Turquia será o Irã, e o Irã será a Turquia. No Irã ele prevê uma possível democratização, ou um passo à frente na próxima geração, principalmente pelo papel das mulheres, mas na Turquia não.

Ao questionar um príncipe saudita sobre as razões de considerar possível uma relação com Israel, quando, no século XX, grande parte do mundo árabe queria destruir o Estado israelita, o questionado citou três motivos, relatou ele: um, porque temos inimigos comuns, o Irã e os grupos jihadistas mundiais; dois, porque chegamos à conclusão de que não podemos vencer Israel no campo militar; e três, porque o nosso Príncipe Mohammad bin Salman disse o seguinte: "Imaginem o que podemos fazer com o nosso poder financeiro e a cabeça dos israelenses."

Israel se transformou num centro mundial de tecnologia, de ciência e inovação, disse o palestrante, mas tem desafios muito grandes no seu aniversário de 70 anos. Acho que chegou o momento de ter fronteiras reconhecidas, da separação da população palestiniana e de permitir a aplicação dos dois Estados. Não que seja uma situação ideal, mas a alternativa é muito pior. A alternativa, explicou ele, é um Estado binacional, que seria uma espécie de Iugoslávia que viveria numa sangria contínua de duas grandes minorias confrontadas uma com a outra.

Segundo ainda o palestrante, o Presidente norte-americano, que é um grande homem de negócios, criou uma equipe de pessoas que trabalha já há algum tempo num plano que vai ser posto sobre a mesa nos próximos meses. Ele entendeu que há uma possibilidade de conseguir não um acordo só entre israelenses e palestinos, mas um acordo global no Oriente Médio, que inclua também elementos econômicos. Seria o Deal of the Century, o Acordo do Século, afirmou ele, incluindo a normalização entre Israel e outros países árabes, desde o Marrocos até a Arábia Saudita; desde a Tunísia até os Emirados, a Jordânia, o Egito e, obviamente, permitindo também a criação de um Estado palestino nas zonas da Cisjordânia que lhes correspondem, talvez com intercâmbio de territórios e com Jerusalém como capital partilhada.

Em resposta a questionamentos, o palestrante considerou os acontecimentos na Síria provavelmente a maior tragédia da História da humanidade desde a Segunda Guerra Mundial. A Síria, hoje, está controlada por potências estrangeiras. No norte, a Turquia tenta controlar os curdos. O mundo livre, afirmou ele, deveria levantar e aplaudir os curdos, pelo que fizeram nos últimos três anos:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pagaram com seu sangue para tentar parar o Estado Islâmico, essas forças obscuras, e ninguém lhes agradece, ninguém lhes diz absolutamente nada.

O Irã, afirmou o palestrante, é o país que mais apoia grupos terroristas no Oriente Médio. Apoia o Hezbollah, que é o seu braço no Líbano. O problema é que o Irã saiu vencedor dos últimos sete anos de revoluções no mundo árabe e controla seis países na região, o que o Rei da Jordânia chama a Meia-Lua Iraniana: o Irã; a Síria, Assad vive graças ao Irã; o Líbano; o Iraque, tem maioria xiita que depende do Irã; o Iêmen; e Gaza, com o Hamas.

O Irã está a 40km da fronteira israelense e tem agora um porto no Mediterrâneo, no Líbano, e isso é outro foco de instabilidade, asseverou o palestrante.

O problema de Gaza é que é controlada por uma organização que se chama Hamas, que não aceita nenhum tipo de paz, não aceita a existência de Israel, e que quer islamizar a própria Palestina. Enquanto o Hamas não deixar de ser Hamas nesse aspecto, não há nenhuma possibilidade de acordo, porque não vai haver uma liderança palestina unificada.

Quanto à Síria, considerou o professor, o mundo tem que fazer alguma coisa muito mais séria do que está fazendo. Se há alguém que pode fazer algo, é o Papa Francisco, que é hoje em dia o líder mais global, de maior autoridade moral no mundo. O Papa tem projetos que passam por educação, passam por redes sociais, passam por mídia, porque a grande vitória do Estado Islâmico, destacou o palestrante, foi resultado do que eu chamo de califado digital. Eles perderam o califado político, mas, através da internet, eles criaram uma herança de filmes, de materiais que no futuro serão usados por outros grupos jihadistas, até mesmo se o Daesh, o Estado Islâmico, desaparecer. Temos que desenvolver uma contranarrativa, educar contra o que o Papa Francisco chama a violência em nome de Deus, senão, concluiu ele, estaremos perpetuando este problema durante o século XXI.

Este terrorismo nos ameaça a todos, são as forças do mal. Tenho informações, asseverou o jornalista, de que parte desse terrorismo aponta nesse momento em direção à América Latina, em direção à fronteira entre o Brasil, a Argentina e o Paraguai. O terrorismo não é resultado só da miséria. Mas o tema da economia, segundo ele, parece vital, no sentido de tentar superar esse problema, que é um autêntico câncer, que é o desemprego dos jovens tanto no mundo árabe como no mundo em geral.

Esses, finalizou o jornalista e professor Henrique Cymerman, são problemas que não se podem desvincular dos temas políticos e dos temas educativos e culturais, pois são a grande guerra do século XXI que nos espera – concluiu o nosso palestrante.

Solicito à Secretaria da Comissão que dê como lido na íntegra este relato que acabo de fazer de forma resumida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos aqui algumas outras informações sobre eleições no mundo de modo geral.

Nos dias 12 e 13 de janeiro – esta é uma outra informação – houve eleições na República Checa. O segundo turno foi nos dias 26 e 27 também de janeiro. Foi reeleito Milos Zeman no segundo turno, recebendo 51,8% dos votos, contra Jiri Drahos, antigo Presidente da Academia de Ciências.

Em 10 de fevereiro ocorreram as eleições do partido político Sinn Féin, um dos partidos mais antigos da Irlanda do Norte. Com posição republicana e esquerdista, considerado o braço político do IRA, elegeu Mary Lou McDonald como sua Presidente, um cargo que é deixado pelo líder histórico Gerry Adams.

Em 4 de março houve eleições legislativas na Itália, como já foi aqui falado em reunião anterior, com um crescimento muito grande do MoVimento 5 Stelle, que tem como candidato Luigi Di Maio, mas que não quer fazer coligação com nenhum partido para a formação do novo governo. Estão em tratativas para que isso ocorra.

Em 11 de março, eleições legislativas em Cuba. Os cubanos votaram pelo candidato de seu Município para que integrem as Assembleias Provinciais e a Assembleia Nacional (Parlamento). A Assembleia formada se reunirá pela primeira vez no dia 19 de abril. Nessa data, os representantes apontam 31 membros para o Conselho de Estado, que seleciona, entre eles – membros do Conselho de Estado –, o novo Presidente, o Primeiro Vice-Presidente e os outros cinco Vice-Presidentes, entre outros cargos. A partir do resultado dessa eleição, sairá o nome do sucessor de Raúl Castro.

Em 11 de março ocorreram as eleições na Colômbia. Sob a liderança do ex-Presidente Álvaro Uribe, a direita colombiana venceu as eleições legislativas – coligados os partidos Centro Democrático, Mudança Radical, Partido Conservador e agremiações cristãs.

As eleições na Rússia, aqui já referidas, ocorrerão no dia 18 de março, e o segundo turno, no dia 8 de abril. O Presidente Putin é amplo favorito.

As eleições presidenciais no Egito vão ocorrer nos dias 26 a 28 de março, e o segundo turno, entre 24 e 26 de abril. O líder do Partido Al Ghad, Musa Mustafa Musa, é o único que competirá com o atual Presidente egípcio Abdel Fattah al-Sisi, que concorre a um novo mandato.

A aposentadoria do líder cubano Raúl Castro está marcada para 19 de abril.

As eleições gerais no Paraguai ocorrerão agora, dia 22 de abril. O candidato do Partido Colorado está com ampla vantagem.

A abdicação do Imperador Akihito, do Japão, está marcada para 30 de abril.

As eleições legislativas no Líbano ocorrerão no dia 6 de maio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As eleições legislativas no Iraque ocorrerão em 12 de maio.

As eleições presidenciais na Colômbia ocorrerão em 27 de maio.

As eleições gerais no México ocorrerão no dia 3 de junho.

Em 31 de agosto de 2018 é o fim do prazo para o resgate da dívida da Grécia.

As Eleições Legislativas nos Estados Unidos ocorrerão em 6 de novembro.

No dia 7 de outubro são as eleições no Brasil, não é isso? Em 7 de outubro, no primeiro domingo do mês de outubro.

Apenas para informações das eleições que ocorrem ao redor do mundo.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR FERNANDO COLLOR.

(*Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.*)

Matéria referida:

– Audiência com o Jornalista Henrique Cymerman

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Passamos agora à nossa pauta deliberativa.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 8, de 2018

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora VIVIAN LOSS SANMARTIN, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Cameroun e, cumulativamente, na República do Chade.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pronto para deliberação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

Leitura do relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Cristovam Buarque para apresentação do seu relatório.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu gostaria de termos tempo para um debate sobre uma das frases de sua fala, a que disse o príncipe da Arábia Saudita, de que eles têm dinheiro, petróleo, e Israel tem inteligência, tecnologia e ciência. Isso aqui é uma verdade.

Para mim, um dos paradoxos do mundo de hoje é como isso não se consegue fazer, como não se consegue juntar inteligência com riqueza para melhorar o bem-estar de todos: palestinos, israelenses, etc. Realmente, para mim é difícil a gente explicar, embora saiba ser a causa dos preconceitos, dos milhares de anos de acúmulo de ressentimentos.

Mas, de fato, se a gente fosse criar um conceito de acúmulo de inteligência *per capita*, Israel deveria ser o país do mundo inteiro com mais acúmulo de inteligência *per capita*. Nenhum país tem tanto acúmulo de pessoas brilhantes, ciência e tecnologia quanto Israel. Mas a gente não vê essa inteligência conseguindo formular uma estratégia de longo prazo para a paz.

A inteligência de Israel conseguiu de fato uma coisa surpreendente: criar um sistema de segurança que funciona. E funciona muito bem um sistema de segurança. Mas de uma estratégia de paz a gente está carente, no mundo.

Eu li recentemente um livro de um escritor americano que diz que só a força vai resolver. A força que ele diz é de fora da região para dentro. Tem que empurrar israelenses e palestinos para que cheguem à paz, ou seja, Estados Unidos, Comunidade Econômica Europeia. Eu, sinceramente, não acredito que isso vá conseguir. Tinha que se descobrir algo que permitisse. Pode ser mania, mas eu creio que vem não da diplomacia, não das armas, nem da política; virá da cultura e da educação. Só um programa de longuíssimo prazo de educação das crianças na Palestina e em Israel é que talvez consiga criar uma consciência, uma mentalidade que junte mais do que separe.

Então, essa frase me tocou porque é muito oportuna. Falta usar a inteligência acumulada.

Só para dar uma ideia do que é estoque de inteligência, ontem o estoque de inteligência do mundo diminuiu com a morte do grande cientista Stephen Hawking. Diminuiu o estoque de inteligência. Virão outros, claro, mas hoje a gente tem um estoque de inteligência mundial menor que anteontem. Então, seria preciso que Israel, que tem mais estoque de inteligência do que todos os outros, tentasse construir uma estratégia de paz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muitos já tentaram lá. Eu li recentemente a autobiografia do Shimon Peres, em que ele mostra como se chegou perto, mas aí veio um terrorista e fez uma daquelas maluquices, criou-se um clima de raiva em todas as sociedades e parou todo o caminho da paz. Algo talvez tenha de ser feito para que o príncipe, cujo nome nunca sei dizer e que está fazendo uma revolução no país, consiga, talvez, incentivar essa saída. Mas isso é para outro debate.

Vou ler o meu parecer sobre a Embaixadora Vivian Loss Sanmartin.

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, a Srª Vivian Loss Sanmartin, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, é indicada para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Cameroun e, cumulativamente, na República do Chade.

Ela é filha de Zeniro José Sanmartin e de Maria Edi Loss Sanmartin, e nasceu em Porto Alegre – RS, em 12 de maio de 1965. Nasceu em Porto Alegre e, por isso, a Senadora Ana Amélia já está a postos.

Ela graduou-se em Letras, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul em 1990 e concluiu o Curso de Preparação à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco em 1993, após o que ingressou na carreira diplomática no posto de Terceiro Secretário. Ainda no âmbito do Instituto Rio Branco, realizou o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, em 2003; e o Curso de Altos Estudos, em 2009, quando apresentou tese intitulada "A terceira nacionalização do setor de hidrocarbonetos na Bolívia: repercussão sobre a integração gasífera no Cone Sul e a atuação diplomática brasileira na região".

Por essa introdução, pode-se perceber a formação da Embaixadora, que é absolutamente preparada.

Na carreira, em 2007, ascendeu ao posto de Conselheira e, em 2010, ao de Ministra de Segunda Classe.

Na carreira exerceu, entre outros, os seguintes cargos: Terceira e Segunda-Secretária na Embaixada em Moscou, onde foi chefe dos setores cultural e de imprensa, entre 1997 e 1999; Segunda-Secretária na Missão junto à Comunidade Econômica Europeia, em Bruxelas, de 1999 a 2003, onde foi responsável pelos setores de política interna e externa da União Europeia e pela coordenação das relações América Latina e Caribe-União Europeia; Segunda e Primeira-Secretária na Embaixada em Assunção; Chefe da Divisão de Recursos Energéticos Não-Renováveis, de 2007 a 2008; Conselheira na Embaixada em Buenos Aires, de 2008 a 2012, onde foi chefe do setor de energia e chefe do Secom; e Ministra-Conselheira na Embaixada do Brasil em Viena, de 2012 até o presente, onde tem exercido as funções de Chefe da Chancelaria e responsável pela coordenação dos setores de administração, de política interna e externa; cultural e de educação; de imprensa; consular, entre outras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Ministério das Relações Exteriores anexou, como é praxe, à mensagem presidencial sumário executivo sobre as Repúblicas do Cameroun e do Chade.

O documento apresentado dá notícia histórica do relacionamento bilateral entre Brasil com os dois países, bem como oferece amplo leque de informações sobre o Cameroun, com destaque para as relacionadas com o intercâmbio comercial entre o Brasil e esses países.

Eu não vou ler os detalhes, que podem ser conseguidos em qualquer enciclopédia sobre a República do Cameroun. Basta lembrar que o país é banhado pelo Atlântico, logo, é um vizinho do Brasil, está do outro lado, e que tem fronteiras com a Nigéria, o Chade, a República Centro-Africana, a República do Congo, o Gabão e a Guiné Equatorial, ou seja, uma posição muito estratégica nesse lado de cá da África.

É um país que historicamente tem estabilidade, embora atualmente conviva com fatores de instabilidade, como, por exemplo, a atuação do grupo terrorista Boko Haram no norte e as demandas secessionistas de duas regiões anglófonas, situadas no noroeste do país, que não aceitam o fato de ser um país francófono. Nos últimos meses, a tensão vem crescendo nas regiões anglófonas, com diversas greves, protestos e prisões de líderes. A população anglófona do país queixa-se de marginalização e opressão, o que a torna o maior reduto da oposição. O Grande Norte do país é, por sua vez, a área que mais sofre com os ataques do grupo Boko Haram, cuja base está na Nigéria. Para fazer face a esse desafio, Cameroun, Nigéria, Níger e Chade constituíram a Força Tarefa Conjunta Multinacional, atuando, assim, de maneira coordenada no combate ao terrorismo.

É nesse quadro que a nossa Embaixadora estará nos representando.

O Brasil reconheceu a independência do Cameroun logo em 1960 e, em 1982, inaugurou sua Embaixada.

Os projetos de cooperação técnica com o Cameroun têm amparo legal no Acordo de Cooperação Técnica entre o seu Governo e o Governo da República Federativa do Brasil.

O Governo camaronês vem manifestando clara preferência por diversificar sua cooperação internacional. A Marinha do Brasil, por sua vez, tem se mostrado disposta a considerar formas de apoiar os esforços do Governo do Cameroun... É preciso lembrar uma coisa que eu descobri um dia desses: a Marinha brasileira tem tal influência em alguns países da África no lado do Atlântico que na Namíbia as palavras de comando para os soldados são em português, porque foram oficiais da Marinha brasileira que formaram a Marinha da Namíbia. Eu soube disso recentemente.

Aqui é importante dizer que é um país que tem uma situação grave de insegurança alimentar, o Cameroun. Em 2012, o Brasil doou 3.550 toneladas de arroz, com valor total estimado, não pequeno,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em US$2,241 milhões. Tem havido um crescimento expressivo do intercâmbio bilateral em relação aos nossos dois países.

Sobre a República do Chade, eu não vou tomar muito tempo para ler aqui, tendo em vista que são dados muito genéricos que foram extraídos de enciclopédias e também do documento que o Itamaraty enviou.

O importante é que os projetos de cooperação técnica com o Chade têm amparo legal no ajuste complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comissão da União Africana para Implementação de Projetos Inovadores.

A importância do comércio bilateral é marginal entre os nossos dois países, mas esperemos que a Embaixadora consiga aumentar o intercâmbio entre países que temos que considerar que são irmãos pela origem racial do Brasil, com tanta influência africana, e pela proximidade. Temos apenas um pequeno rio no meio chamado Atlântico, separando-nos.

Com isso, Sr. Presidente, eu dou por lido o meu relatório relacionado à indicação da Srª Vivian Loss Sanmartin, Ministra de Segunda Classe da Carreira Diplomática, para a Embaixadora nesses dois países: basicamente no Cameroun e, cumulativamente, na República do Chade.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Cristovam Buarque, pela apresentação do seu relatório, que coloco agora em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 398, de 2014

- Não terminativo -

Dispõe sobre a pesquisa e lavra de recursos minerais em faixa de fronteira de que trata o art. 176, § 1º, da Constituição Federal.

Autoria: Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho.

Relatório: Pela aprovação, com 01 (uma) emenda que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

S. Exª o Senador Fernando Bezerra Coelho não se encontra presente.

Eu pergunto se algum Senador deseja subscrever esse requerimento. Se não, deixamos para leitura e deliberação na próxima reunião.

Pela ordem, com a palavra S. Exª o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, Srªs e Srs. Senadores, eu encaminhei à Mesa um requerimento para que possamos fazer uma audiência pública para discutirmos a questão da exploração de minérios em faixa de fronteira.

Eu, quando fui Relator do novo Código Mineral, por via de uma medida provisória que, lamentavelmente, perdeu validade por decurso de prazo, cheguei a colocar, também ali, a questão da exploração mineral em faixa de fronteira. Embora a tenha retirado, em função da dificuldade que tive no trânsito com o governo, acredito que seja um momento importante de se discutir em profundidade a questão. Inclusive, eu li aqui, no projeto da Comissão de Infraestrutura, que um dos objetivos é que haja nos Municípios de fronteira a possibilidade de melhoria do seu IDH, melhoria da sua economia e do fortalecimento também da área.

Então, eu queria propor que se fizesse uma audiência pública, conjunta inclusive – Comissão de Relações Exteriores e Comissão de Infraestrutura –, e os convidados poderíamos definir *a posteriori*, para que possamos, efetivamente, dar uma posição do Congresso Nacional em relação a essa exploração. Também, Presidente, não coloquei, quando fiz o relatório, mas me deu vontade de colocar, e é um outro debate que nós vamos ter que abrir mais dia menos dia, a exploração de minérios em áreas indígenas. Também não há como não avançar na discussão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Flexa.

Eu indagaria a V. Exª, Senador, se tem alguma sugestão em relação a esse projeto de lei do Senado de autoria de S. Exª o Senador Fernando Bezerra Coelho. De alguma forma interfere na apreciação desse projeto de autoria do Senador Fernando Bezerra Coelho esse seu requerimento ou são complementares?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sr. Presidente, pelo que li aqui do relatório, até conversei com o Senador Anastasia, hoje, a legislação, a aprovação pelo Conselho de Defesa Nacional determina a efetiva exploração. Pelo projeto é opinativa. Ela muda de categoria a posição do Conselho de Defesa Nacional. Essa é a alteração ao que me parece, à primeira vista. Não sei se o Senador Anastasia encontrou mais alguma outra posição aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acredito que, se nós fizéssemos a audiência pública, poderíamos enriquecer o projeto. Só não pus aí, até porque me parece que o Senador Fernando Bezerra também iria fazer essa solicitação, mas ele não está presente e também não conversei com ele. A gente poderia, na próxima reunião, conversar com o Senador Fernando Bezerra, saber se ele quer fazer a leitura do relatório ou esperar que se faça a audiência antes da leitura do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Perfeitamente.

Então eu peço à Secretaria desta Comissão que entre em contato com a assessoria de S. Exª o Senador Fernando Bezerra Coelho para saber se ele concordaria em postergar a apreciação do seu projeto de lei para que antes realizássemos essa audiência pública solicitada por requerimento por S. Exª o Senador Flexa Ribeiro.

Pela ordem, S. Exª o Senador Antonio Anastasia. Em seguida, S. Exª o Senador Hélio José.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, na realidade, é tão somente para corroborar o que, há pouco, manifestou o Senador Flexa Ribeiro.

O projeto de lei de iniciativa da Comissão de Infraestrutura é interessante, porque adapta o texto à Constituição de 1988. V. Exª imagine: 30 anos depois, ainda se mantém na lei ordinária o texto anterior, que é de 1979, e determina a manifestação obrigatória prévia do então Conselho de Segurança Nacional. E a Constituição fala em "opinar". Então, o texto sugerido pela Comissão se limita a dar a redação consoante a norma constitucional e aproveita uma emenda do Senador Fernando Coelho e também autoriza, dentro de regras, é claro, que haja participação estrangeira, dentro de limites, na exploração em Municípios limítrofes.

Eu entendo que a posição do Senador Flexa é cautelosa e adequada, porque o tema é um tema sempre muito discutido. Certamente esse debate vai enriquecer o projeto, que tem sempre nosso apoiamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Antonio Anastasia.

Passo, então, à leitura do requerimento apresentado à Mesa por S. Exª o Senador Flexa Ribeiro.

EXTRAPAUTA

ITEM 6

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 10, de 2018

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para instruir o Projeto de Lei do Senado 398 de 2014 que "dispõe sobre a pesquisa e lavra de recursos minerais em faixa de fronteira de que trata o art. 176, § 1º, da Constituição Federal." Os convidados serão indicados oportunamente.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

É exatamente o projeto de lei de autoria de S. Exª o Senador Fernando Bezerra Coelho.

Justificação:

> O Projeto de Lei do Senado 398 de 2014, de autoria da Comissão de Infraestrutura, tem a elogiável preocupação com os municípios de faixa de fronteira que se possuem IDH abaixo de seus Estados e vê na atividade minerária, importante setor de promoção de atividades produtivas, a possibilidade de levar o progresso, melhorar a renda e a qualidade de vida da população que vive nesta região. Meritório, portanto, o projeto, contudo, não se pode dizer que não há problemas associados à atividade de mineração.
> Por este motivo, sugiro uma Audiência Pública para debatermos o assunto e melhor instruir o citado projeto que se encontra na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Essa é a leitura do requerimento.

Indago... Normalmente, o que fazemos é a leitura do requerimento numa reunião, levando-o para a pauta da próxima reunião, para a sua votação.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Muito bem!

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Indago aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras se estão de acordo com a continuação dessa praxe. (*Pausa.*)

Aprovado.

Então, o requerimento será levado à apreciação dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras na nossa próxima reunião.

Tudo bem, Senador?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Tudo bem!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Seja muito bem-vindo mais uma vez a esta Comissão!

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu queria só falar pela ordem depois.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pois não. Primeiro, fala o Senador Flexa, que é o autor do requerimento, e o Senador Hélio José. Em seguida, falará V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Serei bastante rápido, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Por favor!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Só quero declarar que sou a favor do projeto. Acho que nós temos de fazer essa exploração dos minérios nas faixas de fronteira. Sou a favor, mas precisamos discutir como fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Perfeitamente! Ficou bem entendida a posição de V. Exª, Senador Flexa. Muito obrigado.

Com a palavra S. Exª o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Sr. Presidente, meus cumprimentos a V. Exª, aos colegas de Bancada, aos nobres Senadores da República.

A primeira questão, Sr. Presidente, é que nós estamos no mês de março, em que se comemora o Dia Internacional da Mulher. É o mês em que tive a honra de Deus me conceder a vida. Sou nascido no dia 9 de março, fiz meu aniversário na última sexta-feira.

Ontem, lamentavelmente, houve o assassinato da Vereadora Marielle Franco, do PSOL, uma pessoa de 38 anos, no Rio de Janeiro. Essa ativista foi assassinada a tiros na noite dessa quarta-feira no Rio de Janeiro. Foi mais uma página triste da nossa história. Era negra, excluída, vinda de uma favela. Ela se colocou na sociedade em posição de destaque para poder requerer, batalhar e brigar por uma sociedade mais igualitária, mais fraterna, que denuncie os descasos, os descaminhos, as desgovernanças, essas coisas todas. De repente, a nobre Vereadora Marielle Franco se vê frente a frente com os poderosos, que não querem...

Nobre Senador Armando Monteiro – V. Exª é uma pessoa por quem tenho o maior carinho e respeito –, ontem, perdemos uma militante política que não era do meu Partido. Eu não a conhecia, nunca falei uma palavra com ela, mas sei que era uma militância ativa. Por isso, a classe artística e todas as pessoas do Rio de Janeiro estão profundamente preocupadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós testemunhamos nesta Casa aqui uma intervenção feita muito em cima da hora, sem um planejamento devido em longo prazo, mas que todos nós aprovamos porque achamos que a violência chegou a tal ponto de descalabro que seria importante a intervenção no Rio de Janeiro. E acabamos aprovando a intervenção, o decreto de intervenção.

Mas me parece que as coisas não estão chegando a um ponto de equilíbrio. Essa questão, essa homenagem eu sei que está um pouco fora de contexto aqui na Comissão de Relações Exteriores, mas é gritante e importante a gente homenagear a Marielle Franco pela luta das brasileiras e dos brasileiros pela igualdade em questão, já que nós estamos na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde tratamos dos diversos países na relação com o Brasil e sabemos questões, inclusive que V. Exª leu hoje aqui – ouvi quando estava vindo de carro – sobre o Oriente Médio, o mundo afora de violações de direitos humanos e violação da vida. Então, não é admissível que esta Comissão não se pronuncie, independentemente de questão partidária, sobre a violência contra essa jovem de 38 anos, que foi vítima.

Além disso, Sr. Presidente, queria requerer extrapauta que V. Exª lesse um requerimento de minha autoria, que trata – eu, que estive viajando ao Catar – da importância das relações Brasil e Catar. Estive lá, vi como está a situação do Catar. Passei lá uma semana, conversei com os vários xeiques, como os vários ministros, com o governo do Catar, com brasileiros no Catar e com a Embaixada do Catar, numa missão oficial acertada pela Embaixada brasileira e pela Embaixada do Catar.

Eu gostaria de propor – se V. Exª puder hoje, extrapauta, ler o requerimento para a gente deliberar na próxima semana, evidentemente, conforme praxe de V. Exª – que fizéssemos uma audiência pública dando oportunidade a que com o Sr. Embaixador do Catar no Brasil, Sr. Mohammed Ahmed Hassan Alhayki; o senhor representante do Ministério das Relações Exteriores do Brasil e o senhor representante da Casa Civil – já que o Brasil tinha uma viagem programada para o Catar e essa viagem teve que ser cancelada – pudéssemos conversar como é que andam as relações bilaterais Brasil-Catar e déssemos oportunidade para que todos possam estar falando sobre essa questão. Que a gente que esteve lá visitando e outros também – V. Exª tem viajado e acompanhado bastante a situação do mundo – pudéssemos debater esse importante tema aqui na nossa Comissão.

Então, eu já protocolei – já cedo avisei – o meu requerimento. Gostaria de pedir a V. Exª que, se possível, acolhesse extrapauta a leitura do requerimento para que a gente pudesse, de repente, deliberar na próxima reunião da nossa Comissão.

Muito obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – A Mesa, então, aguarda o requerimento de V. Exª para a leitura, depois de ouvido o Plenário sobre a possibilidade de fazê-lo hoje ainda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra S. Exª o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente, queria cumprimentá-lo, cumprimentar a colega Senadora Ana Amélia, os demais colegas.

De fato, eu não posso – eu tenho pelo menos duas questões para pôr, pedindo a compreensão de todos – eu não podia começar voltando ao plenário, ao Senado Federal, sem fazer referência a essa tragédia de ontem à noite no Rio de Janeiro, em que uma Parlamentar Marielle Franco, do PSOL, foi executada, segundo noticiário da imprensa, com cinco tiros, quatro na cabeça. O próprio noticiário do Rio de Janeiro fala que a assessora que sobreviveu deu um depoimento de cinco horas, e que os atiradores, os executores sabiam perfeitamente a posição da Vereadora no carro da Parlamentar – no carro! É uma situação muito mais grave ainda, porque o Estado do Rio de Janeiro está sob uma intervenção militar na área da segurança, algo que nós discutimos durante esse último mês.

E eu não estou aqui fazendo nenhuma ilação, nem poderíamos fazer; só estou aqui fazendo um registro. Aqui é a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, é o Congresso Nacional, é o Senado da República, e uma Parlamentar foi executada. Ela tinha um posicionamento que confrontava as milícias no Rio de Janeiro, denunciava abuso de algumas autoridades. Então, certamente pode haver algum vínculo com a denúncia.

E a ousadia dessa execução, a barbaridade dessa execução certamente nos leva a uma reflexão de que as organizações criminosas estão mais vivas do que nunca e mais ousadas do que nunca, porque o Estado está sob uma intervenção das Forças Armadas e, mesmo assim, no centro da cidade, uma Parlamentar é executada, algo que não só chama a atenção de toda a sociedade brasileira, uma jovem Parlamentar, cheia de ideais, querendo um país melhor para todos.

E, certamente, hoje às 11h, vai haver um ato na Câmara dos Deputados; eu espero participar em respeito à memória dela. E eu queria fazer esse registro aqui, com um voto de pesar para seus familiares. Eu quero, então, formalizar um ato de pesar aqui na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, porque eu penso que é importante. Certamente todos nós estamos muito atingidos também por isso, como está toda a sociedade brasileira. É lamentável que, no afã de buscarmos paz, a gente ainda tenha que, no meio do caminho, encontrar situações como essa.

Espero que não tenha sido por conta das opiniões que ela tinha, a posição crítica que ela tinha. Mas, segundo o noticiário, todas as indicações que a imprensa relata e de que a polícia fala é no sentido de que foi, de fato, uma execução, uma execução de uma Parlamentar. Não importa se é da Câmara, se é da Assembleia; é uma Parlamentar eleita pelo voto popular que foi executada ontem e, de alguma maneira, isso só nos faz ficar ainda mais preocupados com a situação de segurança em todo o País, em todo o Território nacional. Eu faço esse registro, porque certamente é o desejo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todos nós aqui hoje nos somarmos aos seus familiares, aos seus companheiros de Partido, enfim, seus colegas de luta lá no Rio de Janeiro.

E, Presidente, eu queria também aqui, de alguma maneira... Eu vi que no relatório de V. Exª, que é tão completo sempre, nós tivemos, nos últimos dez dias, uma posição do Governo americano, porque eu não sei, aí eu queria só compartilhar a minha preocupação e ver como é que V. Exª poderia encaminhar. Nós tivemos aqui uma extraordinária audiência com o brasileiro Roberto Azevêdo, da Organização Mundial do Comércio, no ano passado aqui; todos os anos nós o trazemos aqui. E nos deu aqui exemplos extraordinários dos conflitos que o mundo tem na área do comércio. Mas o Governo americano adotou uma medida recentemente, aliás, duas, que eu queria citar.

Começou há dez dias com a medida da taxação de aço. E ontem eu ouvi o Governo brasileiro dizendo que provavelmente vai recorrer à Organização Mundial do Comércio. Está-se esgotando o prazo de negociação para um entendimento bilateral.

Eu não lembro se V. Exª conseguiu pôr isso – pelo menos na parte que eu ouvi; hoje não consegui chegar a tempo – no seu relatório de hoje, o qual V. Exª faz sempre. Mas eu acho que essa é uma questão em que nós devemos talvez ter um desdobramento aqui, na Comissão, porque nós estamos falando de Defesa Nacional também. Nós estamos falando que a Comissão aqui sempre fez uma discussão sobre políticas protecionistas que, de alguma maneira, podem levar a conflitos, podem levar a enfrentamentos, e essa ação do governo americano é muito complexa. Ela afeta... Ela meio que aponta para um futuro mais conflituoso no mundo.

E o último episódio que eu vi foi que o Presidente Trump foi visitar os protótipos de muro. Ele saiu de Washington e foi lá, próximo à fronteira do México, ver os tipos de muro, a modelagem do muro que ele vai construir em três mil quilômetros de fronteira com o México.

É claro que não estou querendo trazer para cá um problema, mas, quando os Estados Unidos apontam que vão para um caminho, no protecionismo, na situação com os imigrantes, isso certamente afeta o mundo inteiro. Essa medida do aço, por exemplo, afeta diretamente a indústria do Brasil – está aqui o Senador Armando, que presidiu o setor –, que já anda muito mal. A indústria brasileira não consegue se levantar, se erguer. Mesmo com sinais de alguma recuperação da economia, isso vem sempre do agronegócio ou da atividade agrícola, da agricultura familiar, mas nunca da indústria. Então, eu ponho esse assunto em pauta.

Inclusive, esta semana, salvo engano, estava lá em São Paulo o Sr. Roberto Azevêdo. Talvez devêssemos antecipar um pouco, pois todo ano o convidamos, para que ele possa vir aqui, quem sabe, para uma audiência. Seria de muita oportunidade, se ele ainda estiver no Brasil, aproveitarmos a presença dele e, quem sabe, fazermos um debate aqui no Senado com ele, que é a pessoa que talvez possa melhor traduzir as consequências que podemos ter no mundo inteiro, e especialmente no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nosso País, em decorrência dessa medida, que é muito danosa para o Brasil, mas que afeta o comércio e pode abrir um horizonte que nós não sabemos onde pode dar. Então, esse é um aspecto.

Por último, quero dizer que ontem nós realizamos aqui também a última audiência da Subcomissão para a qual fui indicado por V. Exª e que tive a honra de presidir, trazendo os representantes do fórum alternativo. Porque, no fundo, nós temos dois fóruns: o fórum institucional, das organizações, das corporações, das instituições; e o fórum alternativo. Eu mesmo e o Senador Aloysio Nunes, quando ainda participava comigo, nos últimos dois, fizemos questão de ir ao alternativo, que é a voz da sociedade. E eu achei por bem, e os colegas da Comissão também, de convidá-los para virem aqui. Então, nós fizemos três audiências: uma de que V. Exª participou, no plenário; uma outra que fizemos aqui com o Presidente do Fórum Mundial da Água e também alguns convidados, discutindo o fórum; e ontem encerramos a nossa participação, o nosso trabalho, pelo menos nesse aspecto das audiências, com a realização do debate com aqueles que estão organizando o Fórum Alternativo Mundial, o chamado FAMA 2018.

Eu queria dizer que nós vamos ter o nosso evento no dia 20, mas haverá um colóquio, organizado pelo Ministério Público Federal, no dia 19, na Procuradoria-Geral da República, para o que também a nossa Comissão está sendo convidada. Mas a abertura do fórum foi mudada, será no Itamaraty, num ambiente fechado – aí é uma decisão do Governo –, na segunda-feira pela manhã. E o nosso evento será no dia 20, ao longo do dia, com abertura às 9 horas. A última informação é que nós já devemos ter em torno de cem Parlamentares inscritos.

É um número bastante razoável, Senador Cristovam, que teve um problema de saúde; mas eu fiz questão de incluir o nome de V. Exª nos eventos todos, por ser daqui do Distrito Federal. Incluí o Senador Hélio José e o Senador Reguffe também, e boa parte dos colegas que estão aqui. E acho que é uma oportunidade muito importante que nós temos para debater a questão da água como um direito, a água como um tema estratégico para a vida e para as boas relações dos países no Planeta.

Então, estou só aqui prestando contas e lembrando a todos que no dia 20 seria de muita importância que tivéssemos os colegas participando do evento parlamentar: o papel do Parlamento e o direito à água, que vai ocorrer no espaço principal do 8º Fórum Mundial da Água, no que se chama de arena parlamentar.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Jorge Viana.

E gostaria – acho que faço coro com a opinião de todos os integrantes desta Comissão – de cumprimentar V. Exª pela forma correta, brilhante com que vem conduzindo os trabalhos da Subcomissão desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com vistas ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acompanhamento da realização do 8º Fórum Mundial da Água, que será realizado aqui em Brasília, como disse V. Exª, a partir do próximo dia 18.

Parabéns a V. Exª, Senador Jorge Viana, por tudo aquilo que V. Exª vem conseguindo em termos de mobilizar a opinião pública mundial no sentido de estar presente nesse fórum, que sem dúvida nenhuma trará algumas luzes sobre a correta utilização e o compartilhamento soberano das águas no mundo.

Em segundo lugar, quando V. Exª traz a questão dos Estados Unidos em relação especificamente à taxação do aço, não somente cria problemas para o Brasil, mas também para os próprios Estados Unidos, porque haverá desemprego nos Estados Unidos, já que o nosso aço, quando chega lá, sofre uma série de beneficiamentos. E já está havendo reação do próprio setor siderúrgico norte-americano contra essa taxação.

Somente para que V. Exª e nós todos percebamos a importância desse gesto – a importância no sentido negativo – da demissão, pelo Twitter, do Secretário de Estado Tillerson, o Presidente norte-americano o demitiu porque ele, Tillerson, defendia o seguinte, que o governo americano não abandonasse o Acordo de Paris. E o Presidente americano acabou abandonando o Acordo de Paris.

Tillerson defendia que não apoiasse, o governo americano, a campanha contra o Catar, e não mudasse a embaixada norte-americana em Israel de Tel Aviv para Jerusalém. Também aconselhava o presidente a não abandonar o acordo nuclear com o Irã. Enfim, então tudo o que Tillerson defendia ia na direção do bom senso.

E agora, com essa exoneração dele pelo Twitter, nós ficamos ainda mais preocupados com essas medidas voluntaristas, personalistas que o presidente americano vem adotando, máxime com essa questão em relação ao aço, com a taxação de 25% do dia para a noite, sem fazer nenhuma consulta prévia, sem nenhuma consideração com o restante do mundo, não é nem com o Brasil, é com o restante do mundo. Nós não sabemos onde isso vai parar.

Acredito que a sugestão de V. Exª seja muito oportuna. Se o diretor-geral da Organização Mundial do Comércio ainda estiver no Brasil, eu já pedi para fazer um contato para convidá-lo para fazer mais uma avaliação desse quadro aqui na Comissão. E, se ele não estiver, no primeiro momento em que ele puder, que ele venha aqui para discutirmos essa questão.

O terceiro ponto. Sobre o voto de pesar que V. Exª apresentou pela morte trágica da Vereadora do Rio de Janeiro, eu aguardo que chegue aqui à Mesa para que eu possa colocar em votação, com a Senadora Ana Amélia também subscrevendo juntamente com V. Exª e também com o Senador Hélio José, que, diga-se de passagem, foi o primeiro a levantar o assunto aqui na Comissão. Muito obrigado a V. Exª.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Faremos coletivamente, Presidente, se V. Exª permitir.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Perfeitamente.

Então, será uma moção coletiva de toda a Comissão de Relações Exteriores.

Com a palavra, pela ordem, S. Exª a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Brevemente, Presidente, caros colegas Senadores, é indiscutível que esse atentado que vitimou covardemente a Vereadora Marielle Franco, do PSOL, do Rio de Janeiro, atinge as instituições e confirma exatamente que ela lutava com poderosos inimigos. Ela foi executada.

E pouco mais de 21h, quando ela foi assassinada, as primeiras informações da investigação da polícia demonstravam que não se tratava de um assalto, era uma execução. Execução é um crime premeditado. E como disse o Senador Jorge Viana, o depoimento da secretária e assessora dela, que foi ferida, mas não gravemente, porque depôs durante 5 horas, confirma exatamente essa primeira percepção da Polícia Civil do Rio de Janeiro de que se tratava de uma execução, tal a precisão do ataque, nove tiros na cabeça, um alvo direto para matar mesmo, uma execução.

Então, isso confirma a providência tomada do que se está chamando de intervenção militar, mas que, na verdade, é uma intervenção federal no dispositivo constitucional. E a briga contra a chamada milícia – intervenção que o Ministro da Defesa e os ministros estão executando a pedido do governador do Rio de Janeiro – confirma exatamente todas as suspeitas da operação absolutamente inaceitável desses grupos de milícias que vão tomando conta do Estado do Rio de Janeiro. E isso não acontece só do Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro é apenas a vitrine, porque é a cidade mais conhecida, a cidade que todos nós amamos, de que todos nós gostamos, e está vivendo a sua crise mais perversa, porque é exatamente a tomada do Estado pelo crime organizado.

Dito isso, também endosso a manifestação do Senador Jorge Viana e do Senador Hélio José a respeito dessa homenagem à Parlamentar que, independentemente de questão partidária, é uma questão institucional. Ela representa o Parlamento, ela foi eleita, ela representa os eleitores do Rio de Janeiro na Câmara de Vereadores que é a Casa inicial da democracia.

Queria também salientar, Presidente, que, nessa questão do comércio, a onda e a fúria protecionista estão em todo o mundo. Nós temos de nos preparar para isso. E não estamos livres sequer no Mercosul. Na última audiência que houve aqui do nosso Grupo Parlamentar Brasil-Argentina, que V. Exª criou e preside, percebemos claramente que, sob o manto da regulação interna dos países, se escondem medidas protecionistas graves. É o caso, por exemplo, da erva-mate. Vou lhe falar porque essa é uma questão que interessa ao Rio Grande do Sul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Waldemir Moka defende a agricultura, e é precisamente neste campo da regulação que agora se esconde. Primeiro, havia as salva-guardas de defesa da proteção do trabalho infantil, as salva-guardas ambientais, que escondiam o manto da sobretaxa, que era a questão financeira e fiscal. Agora não. Agora, você cria uma nova forma de protecionismo escondida sobre a questão regulatória, proteção que está claramente identificada. Então, nós temos de combater no fórum adequado, na Organização Mundial do Comércio, que proíbe, por exemplo, o estabelecimento de cotas entre países.

Como disse V. Exª – e concordo plenamente –, Trump deu um tiro no pé com a questão do aço, porque quem mais vai sofrer as consequências será a indústria automobilística americana, a começar por ela, que é muito forte. Lá estão grupos europeus, japoneses e asiáticos trabalhando, com fábricas instaladas; eles terão enormes dificuldades. Então, ele vai ter de resolver um problema interno de um discurso protecionista que ele fez na campanha. Agora, ele está diante deste dilema grave: briga com seu principal assessor e briga com a indústria americana na questão do aço.

Então, temos de colocar essa questão no âmbito da disputa comercial. Na lei do comércio é toma lá, dá cá. Não há outra conversa, Presidente Collor. V. Exª experimentou isso, quando reconheceu que os nossos carros eram carroças nos anos 90. E dali em diante as coisas mudaram.

Por fim, eu queria agradecer a V. Exª pela rapidez com que V. Exª, juntamente com o Secretário da Comissão de Relações Exteriores, o Alvaro, e toda equipe da CRE, trataram de um requerimento que eu e o Senador Jorge Viana fizemos para ouvirmos aqui o Prof. Henrique Cymerman, que fez uma palestra extraordinária. Estavam aqui representantes dos países árabes; representantes do Governo de Israel, o Embaixador; e várias autoridades da diplomacia brasileira e a Embaixadora que representa o Oriente Médio. Nós tivemos uma aula de um professor, de um catedrático, de um especialista e de um pacifista, sobretudo, porque ele, como um judeu, disse e aposta sempre na possibilidade de construir a paz entre árabes e judeus. É conselheiro do Papa Francisco. Então, foi uma excelente oportunidade. Agradecemos muito a V. Exª, que, prontamente, ao ser acionado no domingo, no domingo mesmo determinou à Secretaria que tomasse as providências para, na quarta-feira, ouvirmos o professor.

Agradeço também ao nosso Presidente da Conib, que veio aqui e fez a sugestão de trazer o professor, que tem uma agenda muito complicada tanto quanto a de Roberto Azevêdo, da OMC. Então, agradeço ao Fernando Lottenberg, que estava aqui conosco e trouxe o Prof. Henrique Cymerman.

Muito obrigada, em nome do Senador Jorge Viana, pela palestra, que foi extraordinária.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Pela ordem também, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senadora Ana Amélia.

Desculpe-me, Senador Anastasia. O Senador Cristovam havia solicitado anteriormente.

Em seguida, após o Senador Cristovam, S. Exª o Senador Anastasia; depois o Senador Armando Monteiro.

Senador Cristovam, com a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF. Pela ordem.) – Vou tentar ser muito rápido.

Primeiro, fico satisfeito de constatar aqui uma mudança de cultura no Brasil. Quando o senhor começou a falar em reduzir tarifas no Brasil, o senhor foi tratado como alguém que estava contra o desenvolvimento brasileiro. Hoje a luta contra tarifas é uma unanimidade no País. Uma mudança radical de cultura. Nós éramos campeões de tarifas. Se isso que o Trump está fazendo hoje tivesse sido feito 20 anos atrás, o Brasil estaria comemorando e querendo impor tarifas aos produtos americanos, em vez de estarmos lutando para que ele tire as tarifas que nos está impondo. Essa é uma realidade que acontece, a cultura muda, ajustando-se àquilo que é mais importante e melhor para o funcionamento da economia.

Eu espero que outra mudança cultural aconteça: a mudança de que a justiça social não se faz em cima de economias ineficientes. O primeiro compromisso de quem quer justiça social é lutar para que a economia seja eficiente. Não basta a economia eficiente para fazer justiça social, mas é uma condição absolutamente necessária, e a Venezuela é o melhor exemplo. Ou então, se não quiserem a Venezuela, comparemos Argentina e Chile, e vamos ver que, com políticas que desorganizam a economia, por melhores que sejam as intenções, depois o povo paga com inflação e com desemprego. A eficiência é uma condição fundamental na economia para fazer justiça na sociedade.

Então, acho que é um pouco de homenagem também ao seu papel na mudança da cultura brasileira de fechamento para abertura.

Segundo, sobre o falecimento da nossa colega no Rio de Janeiro. Ela é nossa colega, ela é uma Parlamentar como nós, por isso tem tudo a ver. Mas uma razão adicional para ter tudo a ver é que nós estamos na Comissão de Defesa Nacional. Há décadas, talvez duas, nós estamos numa guerra civil social. Esse gesto pode ser o primeiro de uma guerra civil política, dependendo do que a polícia apure. Se é de fato um atentado, como tudo indica, é de uma gravidade total, porque pode ser o primeiro. Pode não ser um atentado, pode ser o primeiro sobre as instituições políticas. O que aconteceu ali não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foram tiros na Vereadora, foram tiros na democracia. Ela faleceu e a democracia ficou muito arranhada e assustada. Isso pode se repetir, e agora, no período eleitoral, ainda mais, as pessoas se organizarem para se livrarem dos adversários políticos usando assassinato.

Então, tem tudo a ver com esta Comissão, por isso eu assino esse voto de pesar, esse manifesto do Senador Jorge, do Senador Hélio, que foi o primeiro, de fato, a falar. E eu fico satisfeito de poder subscrevê-lo, embora muito triste por estar subscrevendo algo referente a uma tragédia familiar, uma jovem política desaparecer no início da sua carreira, e ao mesmo tempo um arranhão muito profundo na democracia brasileira. Esse voto de pesar é uma obrigação que nós temos que fazer.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Cristovam Buarque.

Pela ordem, com a palavra S. Exª o Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Pela ordem.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Na nossa pauta, relativamente ao item 3, que é o próximo, eu sou o autor – e me parece que o único presente. Assim, como eu tenho outro compromisso e estou aqui desde as 9h, eu rogaria a V. Exª que colocássemos em deliberação o item 3, que segue na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Perfeitamente. Assim o farei, ouvido o Plenário.

Se V. Exªs concordarem, imediatamente passaremos à leitura do item 3 da pauta, por solicitação do Senador Antonio Anastasia.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente tendo em vista a solicitação do Senador Anastasia, eu aguardarei então a votação, mas a minha intervenção diz respeito a um requerimento que o Senador Lindbergh havia encaminhado e que nós – eu e o Senador Jorge – também subscrevemos, sobre a questão do aço.

Entretanto, eu fico mais confortável se o Senador Anastasia tiver a precedência que ele sempre merece.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Armando Monteiro.

Passamos então, imediatamente, à leitura e análise do item 3.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 4, de 2018

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a perda de nacionalidade brasileira. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: o Secretário Nacional de Justiça; o Secretário-Geral das Relações Exteriores.

Autoria: Senador Antonio Anastasia.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação a matéria.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Voltamos, agora com a palavra pela ordem, a S. Exª o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o Senador Lindbergh, a meu ver de forma muito oportuna, requereu uma audiência conjunta desta Comissão e da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o impacto na economia brasileira dessa sobretaxa imposta ao aço pelos Estados Unidos.

Eu queria também manifestar a V. Exª que, a par de estarmos endossando o requerimento – o Senador Jorge Viana e eu –, eu fiz um aditamento, sugerindo mais três nomes para que participassem dessa audiência.

No requerimento de origem, o Senador Lindbergh lembra a necessidade de ouvirmos os representantes do Instituto Aço Brasil – o presidente do conselho e o presidente da diretoria executiva; um ex-Ministro do Desenvolvimento, o Sr. Mauro Borges; e um professor da Universidade de Campinas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou aditando o requerimento para lembrar os nomes do Roberto Giannetti da Fonseca, que é alguém que foi Secretário da Camex e que preside a Kaduna; do Sr. José Augusto Coelho Fernandes, que é diretor de política e estratégia da CNI; e um representante também da indústria de alumínio, que não estava aqui indicado, o Sr. Milton Rego.

Eu quero, Sr. Presidente, até reforçando a sua avaliação, que me pareceu muito adequada, lembrar que setores expressivos da indústria americana se utilizam dos semiacabados que são exportados, as placas que são exportadas, que são laminadas lá nos Estados Unidos, e que, de resto, ajudam a dar competitividade a vários segmentos da indústria americana, como bem lembrou V. Exª, não apenas do setor automotivo, mas do setor de bens de capital e do setor metalúrgico. Trata-se, pois, de uma medida, a meu ver, que fere frontalmente os próprios interesses da indústria americana.O Trump olhou estritamente o segmento da produção primária siderúrgica, mas não pôde perceber que, ao longo dessa extensa cadeia, há um imenso prejuízo.

Evidentemente que o impacto dessa medida no Brasil é muito relevante. Nós exportamos 5 milhões de toneladas para o mercado americano, sendo 3,5 milhões de semiacabados. Isso representa 30% das exportações brasileiras.

Ademais, Sr. Presidente, está aqui no requerimento do nobre Senador Lindbergh um argumento que me parece muito importante: é que, ao longo dos últimos nove anos, o Brasil acumulou um déficit com o comércio americano de quase US$50 bilhões, ou seja, os Estados Unidos têm superávit ao longo de quase todo esse período, à exceção do ano de 2017, que foi um ano atípico. Então, não há, evidentemente, nada que possa justificar uma medida dessa natureza, que causa, sem dúvida, seriíssimos prejuízos à indústria brasileira.

Assim, eu quero me somar a essa iniciativa do Senador Lindbergh, com o requerimento em que aditei sugestões de nomes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Armando Monteiro.

Com a palavra S. Exª a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Armando Monteiro, eu quero subscrever a adição desses novos nomes, dizendo que eu sou de um Estado em que o setor metalmecânico tem um peso extraordinário, inclusive na produção de semielaborados, que também são exportados. É um Estado produtor e exportador. De fato, esse argumento do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desequilíbrio comercial bilateral se justifica mais do que qualquer coisa, entre outros argumentos. Mas aquilo foi um tiro no pé que o Presidente americano deu à própria indústria americana, não só do setor automotivo, a que eu referi, mas também, como bem lembrado pelo Senador Monteiro, do setor de bens de capital.

Então, me associo e deixo de indicar nomes, porque acho que agora ficou completa a área de governo e a área do setor privado. Eu me associo e subscrevo também os dois requerimentos, do Senador Lindbergh e do Senador Armando Monteiro.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senadora Ana Amélia.

Realmente, em relação a isso, apenas me juntando a tudo aquilo que foi falado já sobre essa sobretaxação do aço, eu acredito que, se o Presidente norte-americano, ele que demora doze segundos para assinar um decreto, qualquer decreto – se os senhores notarem, se as senhoras notarem, são doze segundos o que ele demora para apor sua assinatura num documento –, se ele pensasse dez segundos na bobagem que cometeu, não teria feito o que fez. Faria uma enorme economia para o mundo, para o comercio internacional e para os próprios Estados Unidos da América.

Então, nós temos aqui um requerimento apresentado por S. Exª o Senador Lindbergh Farias. Ele não está presente, mas seu requerimento está sendo subscrito agora por S. Exªs o Senador Armando Monteiro, a Senadora Ana Amélia e também pelo Senador Jorge Viana, com o aditamento apresentado também por S. Exªs aqui já citadas ao requerimento do Senador Lindbergh Farias, que agora passa a ser um requerimento conjunto dos Senadores citados.

Então, passo a ler o requerimento.

EXTRAPAUTA

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 7, DE 2018

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, com o tema "O impacto na economia brasileira da recente sobretaxa americana às importações de aço e de alumínio", com a participação dos seguintes especialistas no tema: i. Alexandre de Campos Lyra, Presidente do Instituto Aço Brasil; ii. Marco Polo de Mello Lopes, Diretor-Executivo do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Instituto Aço Brasil; iii. Mauro Borges Lemos, ex-Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil; iv. Dr. Mariano Francisco Laplane, Professor da Universidade Estadual de Campinas.

Autoria: Senador Lindbergh Farias

A autoria é dos Senadores já referidos: Lindbergh Farias, Armando Monteiro, Ana Amélia e Jorge Viana.

Juntamente a esse requerimento foi aditado... Vou colocá-lo como o mesmo requerimento. O aditamento foi apresentado por S. Exªs os Senadores Armando Monteiro, Ana Amélia e Jorge Viana, submetendo à deliberação deste Plenário o aditamento do Requerimento nº 9 ao Requerimento nº 7, de autoria dos Senadores Lindbergh Farias, Armando Monteiro, Ana Amélia e Jorge Viana.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 9, DE 2018

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 7, de 2018-CRE, que, na audiência pública desta Comissão, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, com o tema "O impacto na economia brasileira da recente sobretaxa americana às importações de aço e de alumínio", incluam-se os convidados: Sr. Roberto Gianetti da Fonseca, Presidente da Kaduna Consultoria e Ex-Secretário Executivo da Câmara de Comércio Exterior (Camex) e ex-Presidente da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex); Sr. José Augusto Fernandes, Diretor de Políticas e Estratégias da CNI; Sr. Milton Rego, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Alumínio.

Autoria: Senador Armando Monteiro

Feita a leitura desses dois requerimentos, coloco-os imediatamente em pauta, para, na nossa próxima reunião, ser discutida a matéria e para ela ser colocada em votação.

Então, feito o aditamento, por favor, peço à Secretaria que promova esse acréscimo.

Temos aqui o requerimento de S. Exª o Senador Hélio José.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 11, de 2018

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requeiro, nos termos dos arts. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado (RISF), a realização de audiência pública pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), para debater a situação atual e as perspectivas das relações comerciais entre o Brasil e o Catar.

Autoria: Senador Hélio José

Para tanto, sugere sejam convidados o Embaixador do Catar no Brasil, o Sr. Mohammed Ahmed Hassan Alhayki; um representante do Ministério das Relações Exteriores; e um representante da Casa Civil.

O requerimento passa a fazer parte da pauta da nossa próxima reunião.

O item 2...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF. *Fora do microfone.*) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado a V. Exª.

O item 2 já foi referido, com a presença do Senador Flexa Ribeiro. Trata-se do PLS 398, de 2014.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 398, DE 2014

- Não terminativo -

Dispõe sobre a pesquisa e lavra de recursos minerais em faixa de fronteira de que trata o art. 176, §1º, da Constituição Federal.

Autoria: Comissão de Serviços de Infraestrutura

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatório: pela aprovação, com 01 (uma) emenda que apresenta.

É de autoria do Senador Fernando Bezerra Coelho. Pela ausência de S. Exª o Senador, tendo em vista a realização de audiência pública proposta por S. Exª o Senador Flexa Ribeiro, fica sobrestado esse requerimento. Seja pela ausência do Senador autor do requerimento, seja pela ponderação aqui apresentada pelo Senador Flexa Ribeiro, ele será avaliado na nossa próxima reunião.

ITEM 4

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 5, DE 2018

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que seja convidado a comparecer a esta Comissão o Sr. Carlos Márcio Bicalho Cozendey, Ministro de Primeira Classe da Carreira Diplomática, representante do Brasil na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), para tratar da iminente entrada do país no citado organismo internacional e seus impactos.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Também é de autoria do Senador Fernando Bezerra Coelho. Não estando ele presente, fica pautado para a nossa próxima reunião, dependendo da presença de S. Exª na reunião. É um requerimento em que ele sugere seja convidado o representante do Brasil na OCDE, para tratar da iminente entrada do nosso País naquele organismo internacional.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 6, de 2018

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, incluir, além das autoridades convidadas no Requerimento nº 8 de 2017 – CRE, que solicita realização de audiência pública para debate do tráfico de drogas, armas e pessoas nas áreas de fronteira, em razão da guerra entre facções nos estados fronteiriços, os seguintes convidados: O Sr. Prefeito do Município de Tabatinga-AM, SAUL BEMERGUY; O Sr. Prefeito do Município de Benjamin Constant-AM.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Requerimento de autoria de S. Exª a Senadora Vanessa Grazziotin. Não estando a autora presente, fica pautado para a nossa próxima reunião. O requerimento solicita a realização de audiência pública para debate do tráfico de drogas.

Fico aguardando a moção de pesar apresentada...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, S. Exª o Senador Jorge Viana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Pela ordem.) – Nós temos aqui uma minuta do que seria o requerimento de voto de pesar apresentando condolências à família pelo falecimento da Vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco.

Eu penso que ele passa a ganhar a dimensão de ser um requerimento ou um voto de pesar coletivo, como o Senador Hélio José trouxe num primeiro momento, a Senadora Ana Amélia, o Senador Cristovam, todos nós, incluindo V. Exª.

E aqui descrevemos que ela era uma legisladora... Claro, primeiro embasando no Regimento Interno do Senado Federal, fazendo referência à data e ao horário, que foi às 21h30 dessa última quarta-feira, dia 14. A legisladora era uma socióloga de 38 anos, nascida no Complexo da Maré, uma das áreas mais violentas da cidade. Era a Relatora da comissão do Conselho criado para fiscalizar as operações policiais após o início da intervenção no Rio de Janeiro.

Recentemente, nas redes sociais, Marielle questionou outro homicídio de um jovem que pode entrar na conta de milícias, Matheus Melo, saindo da igreja. E ela falava: "Quantos jovens precisarão morrer para que essa guerra aos pobres acabe?"

Cheia de ideais, era uma jovem Parlamentar que lutava por um mundo melhor, especialmente pelos direitos das mulheres e dos negros.

Ela foi brutalmente assassinada, com quatro tiros na cabeça. A polícia trabalha com indícios de execução. Preferimos pôr nestes termos – como disse a Senadora Ana Amélia: Tendo em vista o grave crime que tirou a vida da Parlamentar, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) entende que esse assassinato é um atentado à democracia. Ao mesmo tempo em que repudia e pede uma investigação rigorosa sobre o crime, esta Comissão apresenta esta nota de pesar aos seus familiares, amigos e companheiros de luta.

Eu acrescentei a frase do Senador Cristovam "como um atentado à democracia" o assassinato dela.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Perfeitamente, Senador Jorge Viana, que apresentou a moção de pesar pelo trágico falecimento da Vereadora Marielle Franco, do Rio de Janeiro, ocorrido ontem à noite.

Coloco em votação essa moção de pesar a todos os familiares, a todos os senhores representantes da Câmara Municipal do Rio de Janeiro; a toda a classe política que, de alguma forma, se sente também atingida com esse trágico desaparecimento da Srª Vereadora Marielle Franco; e a todos aqueles que participam dos movimentos sociais aos quais ela estava engajada em vida também, que sejam contemplados com esse voto de pesar que hoje estamos aprovando aqui na Comissão de Relações Exteriores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a moção de pesar pelo falecimento da Vereadora Marielle Franco.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, S. Exª a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Eu quero subscrever o item 4, que é um requerimento do Senador Fernando Bezerra, que trata de um tema que V. Exª certamente conhece, sabe. O requerimento está na mão da Secretaria. Então, se V. Exª puder, eu o subscrevo para efeito de confirmar a presença de um requerente junto, na reunião da Comissão de Relações Exteriores para efeito de leitura do relatório e eventual aprovação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Perfeitamente, Senadora Ana Amélia.

Então, passo à leitura do item 4, Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nº 5, de 2018, que é assinado originalmente por S. Exª o Senador Fernando Bezerra Coelho. Por ele não estar aqui presente, foi colocada a leitura para a próxima reunião, mas, diante da subscrição que faz a esse requerimento S. Exª a Senadora Ana Amélia, eu passo à leitura deste requerimento.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 5, de 2018

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que seja convidado a comparecer a esta Comissão o Senhor Carlos Márcio Bicalho Cozendey, Ministro de Primeira Classe da Carreira Diplomática, representante do Brasil na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), para tratar da iminente entrada do país no citado organismo internacional e seus impactos.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria de S. Exª a Senadora Ana Amélia, que o subscreve, estando presente aqui na reunião. E coloco, então, para a pauta da nossa próxima reunião, quando será discutida e votada a presente matéria.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos de hoje, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Dando seguimento ao nosso Ciclo de Debates denominado "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?", convoco as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores para a nossa próxima reunião, dia 19 de março, segunda-feira, às 18h, neste plenário, quando realizaremos o 2º Painel de Debates de 2018, sob o tema "Europa: o surgimento do Macronismo, Populismo e Nacionalismo. Movimento Exit – separatismo [em relação à questão da Catalunha mais especificamente] e migração [em relação à questão do fenômeno migratório, em relação à Alemanha e de modo geral]".

Para expor e debater o tema, teremos como convidados o Professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) Leonardo Nelmi Trevisan, Doutor em Ciências Políticas pela Universidade de São Paulo, Pós-Doutor pela University of London; e o Professor do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB) Mário Drumond Coelho, Mestre em Ciência Política pela Universidade de Brasília, Mestre em Direito Internacional pela University of Heidelberg, na Alemanha.

Não havendo mais nada a tratar, agradecendo a V. Exªs pela presença na reunião de hoje, declaro encerrada a nossa reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal.

Muito bom dia a todos!

(*Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 10 horas e 43 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2018, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dezessete horas e cinquenta e nove minutos do dia dezenove de março de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Fernando Collor, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Paulo Paim e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, Fernando Bezerra Coelho, Gleisi Hoffmann, Acir Gurgacz, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Antonio Anastasia, Paulo Bauer, Ricardo Ferraço, José Agripino, Lasier Martins, Ana Amélia, Cristovam Buarque e Pedro Chaves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **2º Painel de Debates**. **Finalidade:** Ciclo de Debates "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?" 2º Painel: Europa Discutindo sobre: - O surgimento do Macronismo, Populismo e Nacionalismo. - Movimento Exit - Separatismo (Catalunha) e Migração (Alemanha). **Participantes:** Dr. Leonardo Nelmi Trevisan, Professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP. Sr. Mário Drumond Coelho, Professor do Centro Universitário de Brasília - UniCEUB. **Resultado:** Audiência Pública Interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezenove horas e vinte e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fernando Collor

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/03/19

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Declaro aberta a 7ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 4ª Sessão Legislativa da 55ª Legislatura do Senado da República.

Hoje daremos seguimento ao Ciclo de Debates denominado "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?", baseado no Requerimento nº 2, de 2018, aprovado por esta Comissão no dia 1º de março deste ano.

Hoje estaremos realizando o 2º Painel, intitulado Europa. Discutindo sobre o macronismo, o populismo, o nacionalismo, o movimento e*xit* – separatismo da Catalunha e a questão da migração relacionada à Alemanha.

Antes de iniciarmos esta segunda palestra do nosso ciclo, passo a ler o comunicado relacionado à primeira audiência pública, que teve a participação de S. Exª o Embaixador Rubens Ricupero.

Dando continuidade, portanto, a audiências públicas, realizou-se, no dia 5 de março último, de 2018, o 1º Painel deste ano abordando o tema "O Sistema Internacional sob o impacto Trump".

Participou como palestrante o Embaixador Rubens Ricupero.

Começa ele: "Maus augúrios para 2018. A deterioração da conjuntura internacional nos dois primeiros meses deste ano. É isso, em resumo, o que desejo transmitir", afirmou o Sr. Embaixador, reiniciando sua exposição.

Nos dois primeiros meses deste ano, pelo menos três decisões de extrema gravidade, tomadas em três países que são os centros do poder mundial indicam uma acentuação da deterioração do clima internacional. A primeira, disse ele, é a decisão recente das autoridades chinesas de abolirem qualquer limite à recondução do Presidente e do Vice-Presidente. A segunda decisão é do Presidente Vladimir Putin, que, no seu discurso da Presidência do Estado da Federação da Rússia, manifestou a escolha que fez de voltar aos tempos da guerra fria, dedicando bom espaço do tempo à apresentação de armas chamadas invencíveis, explicitamente apresentadas como ameaça aos Estados Unidos e ao Ocidente. Segundo o Embaixador Ricupero, a terceira é a decisão recente do Presidente Trump, que finalmente indicou que está disposto a iniciar guerras comerciais, que considera fáceis de vencer, adotando, entre outras medidas, a aplicação das taxas de importação de 25% sobre o aço e de 10% sobre o alumínio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante notar que agora a guerra comercial está sendo avaliada segundo a ótica do presidente americano: se essa guerra comercial é fácil de vencer ou não, sem interessar o objeto da guerra. É apenas avaliação. Se há guerra, é fácil vencer ou não é? Então, se é fácil vencer, vamos guerrear. É isso que deixa implícita a mensagem do senhor presidente norte-americano. Então, adotou, entre outras medidas, aplicação de taxas de importação de 25% sobre o aço e de 10% sobre o alumínio, atingindo diversos países, sobretudo – frisou o palestrante – o próprio Brasil.

Essas três decisões, considerou o Embaixador, embora independentes umas das outras, assinalam uma acentuação da deriva do sistema internacional, afastando-se cada vez mais de um sistema baseado em regras de respeito a compromissos assumidos em organismos internacionais de busca de soluções consensuais em direção a um sistema em que cada vez pesa mais a afirmação unilateral do poder.

O Presidente Xi Jinping passa a ser um homem de poder irrestrito – segundo o Sr. Embaixador –; enfeixa nas mãos todos os poderes: o poder político institucional; o poder real, que é o do Partido Comunista; e o poder sobre os militares. Não é um fato isolado, afirmou o Embaixador Ricupero. Vem no bojo de uma evolução que começou com a ascensão do Presidente Xi, e que, além de marcar um aumento enorme do poder do Presidente, marca também um momento de afirmação do nacionalismo chinês e de projeção do poder da China. É a culminação, disse o Embaixador Ricupero, de uma evolução que vem representando também um aumento da repressão interna e um aumento dos controles da livre circulação de informações na internet. Essa evolução ocorre justamente no país que, tudo indica, se tornará muito em breve a maior economia do mundo. Ao mesmo tempo, ocorre um significativo aumento do seu poder militar, já que a China está multiplicando os gastos em armamentos.

O que inquieta nessa transformação, explicou o palestrante, não é só o movimento que ocorre na China, mas também o que ocorre nos Estados Unidos. Muitos daqueles que foram proponentes da aproximação, do engajamento com a China, talvez baseados nessa ilusão de que esse engajamento levaria à democratização do regime chinês, agora estão mudando, muitas vezes adotando posição contrária.

A relação da China com os Estados Unidos é a que vai definir o século XXI, porque não há no mundo, asseverou o Embaixador, outra relação bilateral dessa importância. Tornando-se cada vez mais conflitiva – e se o conteúdo dessa relação, em vez de ser de apoio e de cooperação, passar a ser cada vez mais de pressão e de competição – isso significa que o mundo do século XXI vai ter essa característica.

Já o discurso de Putin, em si mesmo, poderia até ser atribuído a uma jactância, a uma bravata, considerou o palestrante. Também esse discurso se insere em uma sucessão de episódios que vêm de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

algum tempo. Vêm, primeiro, afirmou ele, da expansão da Otan até as fronteiras da Rússia, incorporando os países bálticos, incorporando países que foram parte do império russo no passado.

Os russos sempre se sentiram muito ameaçados e, no caso, de fato, a expansão da Otan pode dar a impressão de ameaça à Rússia nos seus limites.

Hoje em dia, disse o palestrante, se diz que os russos interferem muito nas eleições americanas, mas, na Revolução Orange, não se pode dizer que o Ocidente não tenha interferido nas eleições ucranianas.

O fato é que hoje a relação com a Rússia volta a ter cores de neo-Guerra Fria, porque, destacou ele, nem mesmo na época do Kruschev ou de seus sucessores, era comum ouvir um discurso como aquele do Putin sobre armamento, sobre ameaça.

O Presidente Trump, lembrou o palestrante, começou, no ano passado a aplicar as primeiras medidas comerciais concretas, sobretudo aquelas tarifas sobre painéis solares e máquinas de lavar, envolvendo a China, a Coreia do Sul, o Canadá e outros países. Agora surge esse problema do aço e do alumínio. Estamos vendo que isso pode crescer. Se houver uma reação de países recorrendo à Organização Mundial de Comércio (OMC) e houver um painel que condene os Estados Unidos, provavelmente isso vai levar a um enfrentamento muito sério, asseverou ele. O Presidente Trump nunca escondeu que não tem muito respeito pelas regras comerciais, nem muito apreço pela OMC, uma das grandes organizações que têm presidido o mundo nesse pós-guerra.

Essas três decisões dessas últimas semanas, alertou o Embaixador, indicam que o sistema internacional como um todo está caminhando numa direção inquietante, está caminhando cada vez mais para um terreno de afirmação unilateral do poder.

Mistura de poder com sistema baseado em leis sempre existiu, enfatizou o palestrante, mas havia um certo equilíbrio, com uma preponderância gradual da busca de novas normas através da negociação. O que é inquietante hoje é que esse equilíbrio está a se romper em favor de um sistema menos preocupado com o internacionalismo, com a busca multilateral de normas que nos governem a todos, porque nós participamos da negociação e da aceitação dessas normas e, com isso, cada vez mais, para a afirmação do poder nu e cru daqueles que possuem poder.

O sistema internacional de cunho liberal baseado na aspiração pela democracia, na Declaração dos Direitos Humanos, baseado numa economia livre, numa economia de mercado, tudo isso é obra, em grande parte, destacou o Embaixador, dos Estados Unidos. E isso nos garantiu 73 anos de paz relativa, sem uma guerra global.

De uns tempos para cá, isso vem se perdendo, asseverou o Embaixador Ricupero. A invasão do Iraque, contra a recusa do Conselho de Segurança, foi uma violação clara da Carta das Nações Unidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além de ser uma medida ilegal e criminosa, foi um dos maiores erros estratégicos da história, porque os americanos agora proclamam que o grande problema do Oriente Médio é a potência iraniana. A invasão eliminou o contrapeso, que era o Saddam Hussein no Iraque, criando uma situação estratégica muito mais grave, segundo o palestrante.

O sistema internacional, continua ele, nunca foi quimicamente puro, sempre coexistiram o acatamento à regra, a obediência ao direito e a busca de consenso com episódios de poder, de violações unilaterais. Não quer dizer, destacou o Embaixador, que o sistema que vem do fim da guerra naufragou. Apenas, disse ele, querer alertar que estamos assistindo a uma conjuntura que ameaça a estrutura, ameaça o sistema internacional baseado em regras, baseado em leis, baseado em consenso, na busca democrática de acordos.

Países como Brasil, Argentina, México, África do Sul e Índia, que não são superpotências e que têm um engajamento multilateral muito grande, considerou o Embaixador, têm como primeiro dever lutar para contrabalançar essa tendência de deriva para longe do multilateralismo.

Estamos assistindo a um desafio dos poderosos, disse ele, então precisamos fazer isso de uma maneira não passiva, temos que tomar iniciativas junto com alguns países mais poderosos do que nós.

Eu diria que a grande esperança, destacou o palestrante, ainda é a União Europeia. A União Europeia foi o fenômeno histórico mais positivo do século XX, segundo ele. Aquele ideal de substituir as rivalidades nacionais por uma grande unidade foi um dos acontecimentos de conteúdo mais nobre e idealista do século XX.

Precisamos nos aproximar da União Europeia na defesa de coisas concretas, a exemplo do Acordo Climático de Paris e das negociações da OMC sobre agricultura. Esperamos, apesar de que começam a surgir sinais inquietantes, alertou ele, que o nosso acordo do Mercosul com a União Europeia pelo menos saia. E já não é sem tempo. Nosso caminho é esse, afirmou o palestrante. Sem isso, não temos defesa, temos muito a perder, e já estamos perdendo, a exemplo dessa história do aço.

O Brasil, infelizmente, sempre sofreu com as punições americanas sobre o aço. Nos anos 70 e, depois, nos anos 90, lembrou ele, éramos vítimas junto com o Japão e com a Coreia do Sul. Sempre nos aplicavam medidas *antidumping* ou de *countervailing duties*, e agora estamos vendo que isso vai se renovar.

Não sou pessimista, asseverou o Embaixador, não creio que o sistema mundial caminha para o armagedom, para uma grande guerra que, pelo seu poder destrutivo, seria única. Estamos em 2018, centenário do final da Primeira Guerra Mundial, que causou uma destruição da qual até hoje a Europa não conseguiu se recuperar inteiramente. Precisamos lembrar, alertou ele, que esse sistema que está se configurando, ao se afastar do sistema anterior de negociação, de busca de consenso, é o sistema que vigorava no mundo antes da Guerra de 1914.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É contra esse sistema, afirmou o palestrante, que nós temos de estar vacinados e de reagir. As perspectivas não são boas, porque vemos que os grandes poderes do mundo, principalmente os Estados Unidos, que sempre defenderam e foram o grande guardião do sistema, pela primeira vez elegeram um presidente que é declarada e ativamente hostil ao internacionalismo. É preciso que a política exterior de países fiéis a um sistema baseado em regras se defenda contra esse retrocesso civilizatório, finalizou o Embaixador Ricupero.

Solicito à Secretaria da Comissão que dê como lida a íntegra deste comunicado.

Iniciando a pauta da noite de hoje e agradecendo, mais uma vez, às senhoras e aos senhores que nos assistem, sobretudo os nossos internautas, vamos dar início ao 2º Painel de Debates deste ano, intitulado: "Europa: discutindo sobre o surgimento do macronismo, populismo, nacionalismo, movimento *exit* – separatismo (Catalunha) e migração (Alemanha)".

Participam como conferencistas o Professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) Leonardo Nelmi Trevisan, Doutor em Ciências Políticas pela Universidade de São Paulo, Pós-Doutor pela University of London; e o Professor do Centro Universitário de Brasília Mário Drumond Coelho, mestre em Ciência Política pela Universidade de Brasília, Mestre em Direito Internacional pela University of Heidelberg, na Alemanha. Gostaria de cumprimentá-los e convidá-los para fazer parte desta Mesa, agradecendo antecipadamente a presença de cada um, por terem aceitado este nosso convite. (*Pausa.*)

Dando início à nossa audiência, vamos ouvir o Prof. Dr. Leonardo Nelmi Trevisan, como disse, Doutor em Ciências Políticas pela Universidade de São Paulo e Pós-Doutor pela University of London.

Tem V. Sª a palavra, professor.

O SR. LEONARDO NELMI TREVISAN – Boa tarde a todos.

Primeiramente, gostaria de agradecer o convite feito pelo Presidente da Comissão e pelos demais membros da Comissão para falar sobre esse tema.

Eu preparei alguns eslaides, de forma que nós pudéssemos aproveitar o tempo da forma mais rápida possível.

Observando a quantidade... Eu sou um professor, e todos os professores falam muito. Se nós não tomarmos cuidado, falamos demais. Então, o eslaide toma conta de mim. Eu tento, pelo menos.

Pode passar o primeiro eslaide.

Quando discutimos a sequência de todos aqueles temas sobre os quais temos de falar de algum modo – o macronismo, o aparecimento dos nacionalismos, o aparecimento de certas atitudes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

separatistas –, esse processo coloca em xeque, na minha visão, a ideia dos interesses do Ocidente, que nós construímos lentamente no mundo ocidental.

Se os senhores observarem, todo o sentido pelo qual a história recente da humanidade avançou foi pelo Atlântico Norte. O nosso problema é que os riscos políticos que mencionamos no título desta palestra, que é bastante abrangente, com diferentes ações, crescem e avançam exatamente atacando isso que costumeiramente é chamado de interesses do Ocidente.

Se nós olharmos para esses interesses, eles tiveram uma forte resiliência, uma forte resistência, especialmente ao longo de toda a Segunda Guerra Mundial. Os resultados a Segunda Guerra Mundial, os resultados da guerra fria, o fim da União Soviética, todas essas diferentes situações históricas de algum modo se caracterizaram por uma resiliência, por uma resistência da ideia de ocidente. A ideia de ocidente resistiu a si mesma, à própria lógica da globalização, à lógica da concorrência a globalização.

O que está acontecendo – eu acho que é muito feliz este tema de nós misturarmos diferentes situações para entendermos um processo – que leva a uma discussão com esta, a uma discussão em que nós temos um fator de desrupção bem forte, como é o caso do Brexit, em que os ingleses escolhem o caminho da separação do contexto europeu, e em que encontramos os Estados Unidos falando claramente – e não é apenas o governo Trump que fala isto; há fortes presenças dessa mentalidade na realidade do *establishment* político norte-americano – de uma discussão com a aproximação com a Otan?

Como consequência desse fato, nós temos de reconhecer que a realidade do novo governo russo – falo novo porque foi reeleito ontem – é que ele percebeu uma sequência de janela de oportunidades. Talvez, ao decorrer disso, possamos entender melhor do que falamos.

Vamos ao próximo eslaide.

Este é o ponto: afinal de contas, o que querem os europeus? Nós temos um projeto Europa que começa a emitir sinais de que estava em risco. Se nós olharmos para a história, veremos que o projeto Europa, o encontro de Roma, a Conferência de Roma de 1957, deu início a uma ideia de Europa que foi adquirindo um crescente avanço. Esse avanço começa nos últimos anos, nos últimos quatro ou cinco anos para ser um pouco rigoroso, a ter alguns enfrentamentos, enfrentamentos bastante significativos.

O primeiro desses enfrentamentos é um risco econômico que de alguma forma apareceu quando o projeto europeu foi contaminado pela crise do *subprime* norte-americano, pela crise oriunda da quebra dos bancos americanos em 2008. Esse risco diminuiu. De alguma forma, o Banco Central Europeu conseguiu manter o euro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Todos os que estão nesta sala são capazes de lembrar que nós tivemos, há dois ou três anos, não poucas opiniões garantindo o final do euro. Se nós olharmos para essa realidade, nós vamos observar que o Banco Central Europeu foi muito feliz na política de fazer sobreviver o euro, de manter o euro, de comprar, de alguma forma, todos os riscos em torno do euro e de mantê-lo à tona. Mais do que isso: ele foi capaz, de alguma forma, de dar um tom econômico a essa recuperação. Esse processo diminuiu os riscos econômicos em relação ao projeto Europa, à situação da zona do euro, mas não atenuou os riscos políticos. Ao contrário, os riscos políticos foram crescentes e de alguma forma ganharam uma essência eleitoral bastante problemática.

O primeiro desses fatos é a volta, em todo o continente europeu, do espectro nacionalista. A visão multilateral, uma visão de Europa começa a enfrentar uma forte contestação. Essa contestação vem dessa expressão que eu costumo chamar de "giro das expectativas".

A Europa vive, há pelo menos uma década, a constatação de que o euro e o contexto europeu andam, ou percorrem, ou cercam, a duas velocidades. Uma velocidade tem o avanço cristalino, forte no contexto europeu, da Europa do norte, e uma outra velocidade, menor, tem a Europa do sul. A crise de 2008, os resultados da crise de 2008 deixaram isso muito flagrante, até alguns acrônimos bastante pejorativos nasceram na forma de você explicar esse atraso de uma Europa.

Convém todos nós lembrarmos que a ideia de Europa era a ideia de que o Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento funcionaria como um grande ativador de um desenvolvimento comum, nada na Europa ficaria para trás. O que nós vimos na Grécia, em Portugal, na Espanha, em partes da Itália e em partes da Europa do leste foi uma sofrida realidade, muito distante de um sonho europeu. A Europa de Hamburgo, a Europa de Berlim, a Europa de Paris, do Arche de la Défense, não era a Europa da Andaluzia. De alguma forma, quando nós olhamos para essa situação, criou-se um giro nas expectativas, e um giro nas expectativas bastante problemático. Esse giro nas expectativas teve um componente político forte, um componente político bastante denso. Esse componente aparece com o renascimento de certos radicalismos bastante perigosos.

A volta desses radicalismos bastante perigosos teve expressões fortes, por exemplo, na França e na Holanda. Havia uma expectativa de que, nas duas últimas eleições nesses países, teriam vitória políticos com um radicalismo mais voltado ao conservadorismo, a uma linha do conservadorismo extremado à direita, abandonando o centro-direita. Não foi o que aconteceu na França e na Holanda. Marie Le Pen, na França, e Geert Wilders, na Holanda, perderam as eleições para um contexto novo, diferente, mas, de alguma forma, esta ideia está presente. O que fica preocupante é que aparece essa mesma ideia daquele giro das expectativas de que eu falava antes a contaminar certas situações que têm conteúdos diferentes e perigosos.

Repito: é muito feliz o tema desta palestra, porque coloca próximo aquilo que eu chamo de a incógnita da Catalunha, aquilo que eu chamo da surpresa dentro do eleitorado alemão. O que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

vimos nas últimas duas eleições na Catalunha foi uma situação absolutamente nova. Nós tivemos uma posição de centro-direita, de uma direita nacionalista sendo apoiada por uma extrema esquerda, ambas contestando a ideia de Europa e lutando por um nacionalismo catalão, apesar de todos os riscos dessa atitude econômica em relação ao projeto europeu. Eu sou muito claro quando eu noto o aviso dado pelo Banco Central Europeu à Catalunha: no dia seguinte à independência catalã, o Euro não vale mais, com todas as consequências que isso tiver. Mesmo assim, nas duas últimas eleições, uma junção de atitudes extremadas ganhou a eleição. Esse fato está bastante próximo. E se ele está próximo na realidade espanhola, ele está próximo na surpresa alemã.

Martin Wolf, o principal analista do *Financial Times*, um homem absolutamente distante de qualquer extremo, tem alertado constantemente em artigos para o risco dessa surpresa alemã. Não é preciso ir mais longe. Se nós somarmos os votos do Alternativa para a Alemanha, que abarca perigosas atitudes, inclusive bastante radicalizadas, à direita, se nós somarmos os votos desse partido com os votos do partido de esquerda alemã, ambos lutando contra a ideia de Europa, eles já ultrapassam 25%.

Não são poucos os analistas que relembram os anos 30. Se nós olharmos para esse contexto, esses 25% são superiores aos votos dos sociais-democratas alemães e estão apenas sete pontos abaixo da junção CDU, do partido da Chanceler Angela Merkel. Esse fato sinaliza que a liderança da Primeira-Ministra, da Chanceler Angela Merkel ganhou um limite forte. Esse limite forte, de algum modo assustadoramente forte, está expresso na discussão profunda que há de ser feita sobre a expectativa de Europa que Angela Merkel sinalizava.

Quanto ao tema da imigração, que tantos problemas traz à Europa, Angela Merkel foi para a eleição com uma visão acolhedora dessa realidade, enfrentando esse processo. Chamo a atenção de todos para o apoio decisivo a essa política da Federação das Indústrias Alemãs, das diferentes indústrias alemãs – é algo muito próximo à nossa CNI, digamos, dessa forma malcomparada –, que apoiaram a política de imigração. Mesmo assim, com esse apoio do empresariado alemão, Angela Merkel teve forte contestação, como os números provam. Esses dados sinalizam que nós temos uma Europa em movimento, não necessariamente para o lado multilateral.

Eu separei esta capa, porque acho que aqui está uma discussão. Esta capa da revista *The Economist* é uma capa histórica, é a capa feita na semana da eleição de Angela Merkel. Ainda não tínhamos o resultado da eleição, e a *The Economist* fez essa capa. Acho que todos que estão nesta sala reconhecem a importância dessa revista, com 160 anos de existência. A revista *The Economist* sinaliza com isso uma ideia exata daqueles riscos de que nós falávamos. Nessa *The Economist* está expresso, de algum modo, de que Europa nós estamos querendo falar. A capa da revista *The Economist* é feliz ao mostrar uma jovem Europa do Presidente Macron, uma jovem Europa que é liberal, *en marche*, como ele mesmo diz, empreendedora, de alguma forma renovadora, com uma forte visão liberal. Observem,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

na capa da *The Economist*, que Angela Merkel está ao fundo, quase fora do foco, fora do proscênio, olhando para a ascensão desse novo poder. Nós estamos falando de um PIB alemão que é mais que o dobro do PIB francês. Nesta situação, como ela está colocada aqui, fica bem claro que há duas escolhas para a Europa. Macron pretendia se aproximar de Merkel ou se aproximar dos limites eleitorais de Merkel para adquirir uma projeção. O que essa capa sinaliza é que nós temos duas visões de Europa, que abarcam todos os temas que nós mostramos: o nacionalismo, os *exits*, as atitudes separatistas. Nós temos uma Europa que prega a austeridade, nós temos uma Europa forte que prega uma visão de Estado austero e nós temos uma Europa de uma outra realidade, de um Estado protetor, às vezes, como alguns críticos falam, usando essa expressão, um Estado gastador. Duas visões da Europa para resolver os problemas de que nós falávamos no eslaide anterior.

Na prática, o que Macron efetivamente propõe como essa jovem Europa? Por que acertadamente a Comissão chama a atenção para o macronismo? Esse título que está nesse eslaide, "O que Macron 'pensa' que quer", esse título – desculpem, senão isso é plágio –, eu tirei de uma manchete do *Le Monde*. Logo depois da vitória do Macron, o *Le Monde* deu esta manchete: "O que Macron 'pensa' que quer". Quando o tempo passou, quatro meses depois, em setembro, próximo da eleição alemã, Macron lançou esses dez pontos.

Se nós olharmos com muita clareza todas as questões colocadas para este encontro, elas estão abarcadas exatamente na proposta que Macron oferece para a ideia de Europa. Macron pede para a Europa duas realidades: ousadia e o fim das guerras civis. E ele pede esse mesmo processo concentrando essa dupla realidade nesses pontos que estão expostos aí. Por questão de tempo, nós não podemos discutir todos, mas nós podemos centrar fogo em três deles, que são essenciais.

Primeiro, a ideia de um orçamento europeu não mutualista, não protecionista, mas, sim, um orçamento europeu com outra visão de Parlamento Europeu. Não é uma discussão de Estados Unidos e Europa, é uma outra realidade, mas é uma discussão de um mundo europeu que tem uma mesma dinâmica da relação... É a tarefa do Banco Central Europeu ganhando uma dimensão política. É isso que ele pede.

O segundo ponto, que é muito forte e que merece toda a atenção, é o pedido dele de uma política comum de defesa, coisa que a Europa sequer sonhava. Isso tem muito a ver com a atenção que alguns líderes europeus notam de uma realidade nova e perigosa, que é o olhar daquilo que eu chamei de janelas de oportunidade do Sr. Putin.

O terceiro ponto são as fronteiras, uma política de fronteiras que seja do bloco europeu. Na prática, é uma revisão moderna, pluralista da lógica de Schengen. Essa ideia me parece interessante de se discutir, e este é o foro apropriado. De alguma forma, esses dez pontos têm forte impacto na ideia que a Europa tem de convivência com o mundo. Se algum dos senhores olhar para mim e disser que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

talvez entre esses dez pontos nós tenhamos uma outra forma de negociar um acordo Mercosul/União Europeia, eu concordarei inteiramente.

Esses pontos sinalizam uma mudança de expectativa. De alguma forma, quando nós olhamos para esse processo e acompanhamos esse processo, nós temos que entender que tanto na questão do orçamento comum, na questão das fronteiras e na questão, é claro, de uma política comum de defesa, nós estamos rediscutindo aquela dinâmica que a capa da *The Economist* deixou tão clara. Não é mais apenas uma discussão entre a Europa austera e a Europa protetora. Se alguns dos senhores levantar que isso tem a ver com o formato novo da coalizão do novo governo alemão, com mais espaço para os sociais-democratas numa lógica de controle tradicional de centro-direita alemã, nós estamos indo nesse caminho.

De alguma forma há uma discussão sobre as duas Europas: a Europa moderna e a Europa lenta, que de algum modo estão presentes nesse processo. Há um esquecimento. Digamos desta forma: há algo que não foi tocado nesses dez pontos e que me parece essencial; e é proposital. Se procurarmos, nesses dez pontos, o drama da demografia europeia, nós não encontraremos.

Todos nós que estamos aqui sabemos que a maioria dos estados europeus vive um drama de crescimento vegetativo negativo. Não é só a Itália, a Alemanha também tem. Não é tão dramático, mas é muito próximo do drama do crescimento vegetativo negativo que o Japão enfrenta.

Não há possibilidade de nós... A Europa tem consciência, como assinalou um cardeal italiano, de que o nosso futuro passa pelos bebês imigrantes, porque nós precisamos de força de trabalho. Essa discussão, que não está subjacente aqui, fica mais facilitada quando olhamos para esses dez pontos.

De algum modo, esse processo aproxima Macron da nova Berlim, da Berlim da coalizão. Aproxima uma ideia de Europa menos pessimista, mas de alguma forma mais próxima dos problemas que felizmente nós estamos discutindo aqui. De algum modo, quando nós olhamos para essa realidade – vamos mais um –, nós temos esse problema a complementar, a enfrentar essa dinâmica mais otimista. Nós temos uma agonia do Ocidente enquanto aliança. Isso é um fato!

O fato um é que depois de 2008, quer nós gostemos ou não da ideia, como reconhece o *Financial Times* sucessivamente, em editoriais, está mais pobre. E ele está mais pobre porque a classe média de alguma forma foi muito atingida, em todos os países europeus e norte-americanos, pela crise de 2008. Os investimentos estão mais fracos, e o crescimento está ocorrendo, mas é um crescimento sem inflação. Esse é um ponto.

A meta perseguida pelo Banco Central e o Europeu era de uma inflação de pelo menos 2% ao ano. Os economistas são pessoas estranhas; eles nos falam da doença, que a inflação é uma doença, mas parece que precisam dela. É exatamente isso! O mundo europeu vive hoje...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou falando da última decisão, a qual foi divulgada há uma semana, do Eurostat, que é uma espécie de IBGE da realidade europeia, mostrando que há um recuo na inflação na Europa.

A inflação média dos 27 países europeus voltou para 1,4% quando, no ano passado, ela estava em 1,8%. Isso é um sinal de que há um crescimento concentrado e não um crescimento com consumo. Isso é um problema, isso não é uma solução. Qualquer economista, seja de que linha for, vai chamar a atenção para que este fato é um crescimento fragilizado. O Banco Central Europeu imediatamente reagiu a isso, dizendo que vai atrasar aquele processo de diminuir o *quantitative easing,* aquele processo de comprar títulos públicos para injetar dinheiro na economia. Ele pretendia sair do mercado e não sairá com tanta rapidez. A realidade sinaliza esse processo, isso é um risco.

De alguma forma, quando nós olhamos para a extrema dificuldade de conversa entre os blocos Estados Unidos e Europa, entre os blocos Japão e Estados Unidos e observamos a aproximação do contexto japonês com o contexto europeu – todos que estão aqui lembrem-se de que há quatro meses o Japão firmou um acordo de intenções para um acordo bastante semelhante ao com o Mercosul com a unidade europeia –, esses sinais, de alguma forma, mostram que a ideia do Ocidente está fragilizada. Há, de algum modo, neste cenário um dado bastante preocupante, que é o formato absolutamente indefinido da Brexit. A Inglaterra não se entende sobre qual Brexit ela pretende. É tradicional, já tem meses, o editorial absolutamente grave feito pela *The Economist* definindo a Primeira-Ministra inglesa como "Theresa Maybe". A ironia é típica, brutal e mortal. É uma "Theresa Talvez", ela não sabe exatamente o quanto e o como negociar com o contexto europeu, e isso é assustador.

De algum modo, esses fatos sinalizam a realidade dois desse processo, que é a difícil relação da Rússia com o continente europeu. Na prática, os europeus acordaram que eles foram – entre aspas – "abandonados" pelos americanos para resolverem eles mesmos o problema com o Putin. Observem o sinal de hoje, o quanto a Inglaterra está sozinha para defender seu território de Londres contra os assassinatos premeditados.

Não saiu nenhuma condenação maior de Putin dos outros países. A discussão está proposta logo pelo que vem abaixo: ainda com o Obama – com a discussão na era Obama –, Bruxelas – leia-se o centro do Mercado Comum Europeu – avisou Washington sobre os limites das sanções. O inverno na Europa depende do gás russo – ponto –, todos nós sabemos disso. De algum modo, há uma grande, uma enorme ligação por um novo gasoduto, e esse gasoduto elimina Polônia e elimina Ucrânia, vai pelo Norte, pelos Bálticos o gasoduto Nord Stream 2. As relações são muito fortes, a indústria europeia precisa muito disso para fazer sanções contra o contexto russo. De algum modo, o Ocidente, como aliança, ficou sob ameaça. É difícil discutir separatismo nesse processo, fragiliza.

Mais um, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse contexto, não é possível que se fale, frente a essa realidade, sem uma discussão de cenários, não é possível. Nós temos que discutir cenários. Nós não temos a verdade, nós discutimos o que é possível ver. E o que a teoria dos cenários nos sugere é que nós tenhamos um primeiro cenário para discutir essa sequência de temas, que é um cenário que nós poderíamos definir como morno. Nesse cenário morno, há uma convivência alegre, um casamento de interesses, de alguma forma, com a hostilidade da globalização, uma convivência. Há hostilidade à globalização, mas não muito. Há um movimento de sístoles e diástoles quanto ao contexto global na realidade europeia; ora nos aproximamos, ora nos afastamos, num movimento exatamente como é o movimento cardíaco, de sístole e diástole, de jorrar sangue e recolher. Movimento com o aço, com os limites do aço na Europa é exatamente o momento de sístole, pode haver o de diástole.

Nesse contexto, nós temos que ver que, de algum modo, há um avanço cauteloso à espera da China. A China como contraposição, como um cenário novo, como uma nova realidade para esse contexto. Eu estava ouvindo as frases do Sr. Presidente e observei o cuidado com que as reuniões passadas falavam da concentração de poder na mão de Xi Jinping. É exatamente isso que nós estamos vivendo aqui. Nós esperamos uma China, e uma China que concentra poder e não divide. Esse cenário é morno.

Nós temos, de alguma forma, um cenário de maior fragilidade em que, de algum modo, nós temos uma intermediação alemã que se agrava. A Alemanha não consegue, de algum modo, impor limites decisórios para esse processo, enfraquecendo inclusive o Projeto Macron.

De algum modo, quando nós olhamos para essa realidade, nós observamos que aquela frase do *Le Monde* era perfeita: "O que é que o Macron pensa que quer?" A realidade, depois de quase um ano no poder: não é o mesmo Macron de maio de 2017, é um outro. E é um outro Macron que olha para a realidade com o contexto de que nem tudo que ele imaginava aconteceu. Por exemplo, o desemprego na França continua rondando os dois dígitos.

Quando olhamos para esse contexto e olhamos para a realidade nova, política, da Merkel, dá um frio na espinha, porque a Merkel precisou sacrificar os postos que eram da democracia cristã, da CDU, para acolher a ambição dos sociais-democratas. Isso terá peso. Se ocorrer uma nova eleição na Alemanha, todos os institutos sugerem e indicam a Alternativa para a Alemanha, o partido radicalizado, ganhará a eleição dos sociais-democratas.

Esse cenário mais tenso sinaliza, de alguma forma, uma maior proximidade de Putin com os inimigos da ideia de Europa. Isso é real.

Por mais que a gente goste, por mais que a gente não goste, o *El País*, o tradicional jornal liberal espanhol, conquistou um furo inacreditável, mostrando os vínculos e as visitas de líderes da Catalunha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ao Kremlin. Nós temos que reconhecer que isso aconteceu, do mesmo jeito que o Kremlin recebeu e emprestou dinheiro para Marine Le Pen. Esse fato é real.

De algum modo, quando nós olhamos para este contexto, nós temos que ter uma ideia de uma perda de protagonismo. A Europa está deixando de ser aquilo que era a máxima, que vem desde das lógicas Huntington, ou, de alguma forma, um gigante econômico e um anão militar. Se este é o cenário mais frágil, nós temos um cenário mais tenso, e, no cenário mais tenso, Trump, de algum modo, busca um fator externo para poder governar melhor – e aí eu não vou entrar no mérito dessa questão, porque, senão, seria outra observação –, mas a atitude de Trump de separar a Coreia de Irã é um pouco ingênua. A demissão de Rex Tillerson sinaliza o quanto o Governo americano fez uma escolha não necessariamente pacifista em relação à realidade. Se nós olharmos para isso, esse é o cenário mais tenso neste processo, e ele se distancia. O cenário de Trump, de alguma forma, ao adotar, agravar uma guerra comercial abre ainda mais uma distância ainda maior com o contexto europeu, com o contexto do projeto europeu.

Para não avançarmos mais e ficarmos dentro do meu tempo, a proximidade do Putin daquilo que é o novo quadro geoenergético do mundo deveria fazer com que, de algum modo, a gente repensasse esse contexto e a felicidade de um debate como esse, que é necessário. Quando nós olhamos para esse conceito geoenergético, nós observamos que falamos da importância de que o verdadeiro calor no inverno europeu é o gás russo. Nós falamos de um novo gasoduto pelos países bálticos; nós não falamos apenas nesse cerco para essa ideia de Europa – por favor, o último eslaide –; nós falamos desta realidade, que por aqui andou muito pouco.

Esta foto é uma foto de outubro do ano passado, da visita do octogenário Rei Saudita, Salman bin Abdulaziz, que visita Moscou e faz a assinatura de um contrato de compra de armas russas – o general que está ali no fundo sabe do que eu estou falando –, armas russas de 3 bilhões, inclusive, o sistema de defesa aérea dos S-400. A decisão na guerra síria foi dada pelo S-400. A partir do momento em que ele chegou lá, o equilíbrio foi para o lado russo. Isso não é nenhuma novidade. É caro demais você colocar um F-18, que custa quase US$150 milhões, contra um míssil que custa menos de US$50 mil e é tão eficiente quanto.

Esta realidade sinaliza que esses dois homens que estão aí são donos de mais de 40% da oferta de petróleo: um tem 10 milhões de barris, e o outro tem 11 milhões. O russo, à frente, guia. E eles de algum modo, quando estão juntos, sinalizam uma rocada – para usar a expressão do jogo de xadrez – terrível no contexto europeu. Essa rocada sinaliza para nós, para terminar, que talvez nós estejamos discutindo a reedição de um fenômeno que o mundo já conheceu.

Eu chamo atenção para o conhecido historiador francês Fernand Braudel, que escreveu um livro sobre a decadência do Mediterrâneo, o famoso *Mare Nostrum* dos romanos. O livro chama-se "O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Filipe II". É um livro dos anos 60 em que ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

descreve o que acontece quando as potências novas chegaram e desalojaram potências antigas que eram donas do Mediterrâneo. A importância do Mediterrâneo passa para o Atlântico, essa é a essência da tese, essa é a ideia.

Nesta lógica, podemos estar assistindo hoje à superação, à ultrapassagem do Atlântico Norte como o eixo – e foi por isso que eu falei na noção de aliança, da noção de interesse do Ocidente – sendo substituído por um outro mar: o Pacífico Sul talvez seja hoje, decididamente, o cenário que ultrapassa o velho continente. O mundo europeu talvez enfrente um contexto novo e que ele não conhecia.

Não é bom, não é conveniente. A nossa história, o nosso jeito, o nosso sentido de democracia dependeu desse contexto. Eu não acho isso conveniente.

Muito obrigado pela atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado ao Prof. Leonardo Nelmi Trevisan pela sua bela exposição sobre o tema que nos faz hoje nesta audiência pública.

Passo a palavra ao Prof. Mário Drumond Coelho, mestre em Ciência Política pela Universidade de Brasília e mestre em Direito Internacional pela University of Heidelberg.

O SR. MÁRIO DRUMOND COELHO – Obrigado, Presidente.

Em primeiro lugar, agradeço que foi feito ao UniCeub, nossa instituição, e agradecer também a presença do Prof. Trevisan.

Que maravilha que foi a sua exposição, Professor! Nós aprendemos muito nesta última hora.

Ficou evidente que o Prof. Trevisan fez uma análise mais ampla, abordando diversos temas que integram precisamente a pauta da reunião de hoje.

Eu peço licença ao Presidente, porque eu gostaria de fazer uma análise mais específica em relação ao processo de separatismo da Catalunha, porque talvez a gente possa contribuir no sentido de trazer dados específicos em relação a um tema que está dentro deste caleidoscópio temático que nós temos aqui hoje, em que, obviamente, todos os temas são relevantes. O Prof. Trevisan se referiu à questão da Catalunha como uma incógnita. Esta palavra é perfeita, porque ela sugere a incidência de uma dúvida, vamos dizer assim: qual é o futuro da Catalunha num sentido mais específico? Mas também é importante lembrar qual é o futuro da Espanha nesse processo.

Por definição, o separatismo compreende um movimento de determinados grupos nacionais que buscam a separação do território do Estado, por motivações várias – podem ser motivações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

políticas, econômicas, linguísticas, eventualmente religiosas, culturais etc. De qualquer modo, apenas do ponto de vista conceitual, não é possível compreender a lógica do separatismo divorciada da lógica daquele Estado unitário que vai sofrer com o processo de exclusão de determinada fração do seu território. Em outras palavras, é impossível falar do separatismo catalão se nós não falarmos também dos efeitos que isso eventualmente produziria sobre a unidade espanhola. Em outras palavras, a minha premissa é que não é possível falar do separatismo, no caso específico da Catalunha, como se fosse um termo isolado, ou seja, divorciado da realidade constitucional da Espanha – é aonde eu gostaria de chegar.

Nós sabemos que a experiência constitucional espanhola mais recente data de 1978, a Constituição que foi produto de um amplo consenso junto à sociedade espanhola, naquela época num processo de redemocratização do país. Tecnicamente, esse é um dado importante e devemos levar em consideração o seguinte: embora tecnicamente a Espanha não seja uma federação, o tipo de organização de poder que a Constituição espanhola implementou em 1978 se aproxima muito da lógica federalista. Em outras palavras, as unidades menores do espaço territorial espanhol gozam de ampla autonomia.

Isso é curioso, porque, embora não sejam Estados no sentido técnico da palavra, as comunidades autônomas gozam de uma autonomia às vezes maior do que a de Estados federados em determinadas federações do mundo, embora tecnicamente a Espanha não seja uma federação. Nós sabemos que a Espanha é, nos termos do que preconiza a sua Constituição, um Estado democrático de direito que funciona a partir de um regime monárquico/parlamentarista. Quer dizer, em síntese, a Espanha é uma monarquia parlamentarista com uma Constituição escrita em 1978, que conferiu um elevadíssimo nível de autogoverno às províncias. E a Catalunha, obviamente, é apenas uma dessas comunidades autônomas.

É importante também ter isso em mente, porque a Espanha, do ponto de vista do território europeu, pode ser considerada como um país de dimensões médias. A Espanha tem 17 comunidades autônomas que gozam, repito, de ampla autonomia administrativa, política e financeira, e a Espanha também tem duas cidades que possuem o *status* singular de cidades autônomas, Ceuta e Melilla. Então, basicamente, você tem um país dividido em 19 regiões, todas com os seus estatutos de autonomia, o que, do ponto de vista prático, significa mais ou menos que cada comunidade autônoma possui um ordenamento jurídico, fruto dessa descentralização, que confere uma série de competências para as comunidades autônomas, competências legislativas, executivas, administrativas etc. É importante lembrar que esse processo separatista da Catalunha, claro, possui razões históricas que datam talvez do século XIV. A *Generalitat*, que é o nome que o sistema catalão tem, significa basicamente o sistema de autogoverno da Catalunha. Essa *Generalitat* começou a funcionar no século XIV, quer dizer, a vocação do autogoverno realmente é extraordinária. Isso é impossível negar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tive oportunidade, hoje, de presentear o Prof. Trevisan com uma cópia do Estatuto de Autonomia do País Basco, que eu comprei em Bilbau em 2009. Quando a gente dedica 30, 40 minutos para esses documentos, percebe um alto nível de autogoverno, inclusive envolvendo matérias fiscais, matérias de todo tipo. Depois vou pedir licença para fazer a leitura breve de um pedacinho aqui do Estatuto de Autonomia da Catalunha para que nós possamos ter ideia do nível dessa autonomia.

É claro que evidentemente isso não bastou para parcela da classe política da Catalunha. Para entender esse processo de separatismo que, por definição, é um processo multifacetado, talvez nós pudéssemos, no primeiro momento, compreender que esse processo de separação ou esse movimento separatista possui um aspecto jurídico, legal que não pode ser desprezado. Eu digo isso porque me refiro, obviamente, do ponto de vista mais amplo, àquilo que determina a Constituição espanhola.

Embora a Espanha não seja uma federação do ponto de vista conceitual, a Constituição espanhola reza que a Espanha é uma nação que tem uma unidade indissolúvel. Essa expressão é curiosa porque muito se assemelha à própria expressão que a Constituição brasileira usa quando diz que a União é indissolúvel. Então, embora as províncias autônomas, as comunidades autônomas espanholas não sejam estáveis no sentido estrito da palavra, elas fazem parte, vamos dizer assim, de um agregado maior que é justamente o Estado espanhol, considerado como uma unidade indissolúvel.

Tudo isso é para dizer o seguinte: que no ano passado, vocês sabem, o nível de tensão aumentou muito, e a Catalunha acabou por realizar o famoso referendo que produziu, para dizer o mínimo, um desgaste muito grande dentro da sociedade espanhola, não só em relação aos demais espanhóis, mas também em relação a boa parte da comunidade da própria Catalunha.

A Espanha é um país complexo, extraordinário, a ponto de a Constituição espanhola reconhecer expressamente isso. A Constituição espanhola diz que a Espanha é uma nação com diferentes povos, e esse plural não é acidental. A Espanha é uma nação de diferentes línguas, e esse plural não é acidental. Basta saber que provavelmente, numa escala maior ou menor, você vai ter sempre uma cultura muito específica em cada região, seja o País Basco, seja a Catalunha, a região central de Madri, Castilla e León, Navarra, as Ilhas Baleares, enfim, a Galiza, a Andaluzia, Murcia, Astúrias, La Rioja, enfim, é absolutamente fascinante, do ponto de vista da experiência histórica, esse arranjo constitucional que foi construído em 1978.

Agora, do ponto de vista objetivo, o que é que nós podemos dizer que aconteceu no ano passado? Houve o referendo. Esse referendo – isto é importante destacar – foi organizado pelas autoridades da Catalunha mediante a aprovação no Parlamento catalão de uma lei. E, talvez, a partir disso, a gente possa compreender a dinâmica da legalidade ou da ilegalidade de todo esse processo. O Parlamento catalão aprovou, no ano passado, a chamada Lei do Referendo, que é a Lei nº 19/2007.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O que preconizava, o que determinava, o que disciplinava basicamente essa lei? A lei institucionalizava o funcionamento do referendo, e assim foi feito. O Parlamento catalão, gozando de sua autonomia legislativa, fez aprovar a lei e levou adiante o funcionamento do referendo. Ocorre que, no dia seguinte ou, talvez, no mesmo dia, o que vou chamar de Governo Central de Madri, que a Constituição espanhola chama de Estado Espanhol, reagiu imediatamente. O Presidente do Governo, que nós chamamos de Primeiro-Ministro, Mariano Rajoy, enfrentou a questão, buscando a solução judicial, e levou a questão ao Supremo Tribunal espanhol. Fazendo uma breve síntese, o que disse a Suprema Corte espanhola? Disse que a lei que organizou o referendo era integralmente inconstitucional. E disse mais: que o referendo em si mesmo era inconstitucional.

De forma objetiva, nós podemos dizer o seguinte: o Tribunal constitucional, quando foi examinar a questão do separatismo, especificamente a questão do referendo, cuidou de examinar três questões que são cruciais para entender esse processo. Digo isso em relação àquilo que determina a Constituição espanhola. Em primeiro lugar – aqui vou fazer uma exposição breve, Presidente, em relação àquilo que a Suprema Corte espanhola falou –, disse a Suprema Corte espanhola que o Parlamento catalão não tinha competência para organizar o referendo. Essa questão, embora seja uma questão formal, é relevante, porque diz respeito justamente à distribuição dos poderes dentro do território espanhol. A competência para organizar referendos é competência exclusiva do poder central, conforme preconiza a Constituição espanhola. Mesmo assim, a lei foi aprovada. Esta foi a primeira questão, a questão da competência.

A segunda questão, talvez ainda mais grave, diz respeito a vícios que a sentença chama de procedimentais, ao modo pelo qual o Parlamento da Catalunha fez tramitar e aprovar a lei que disciplinou o referendo. É curioso, porque, no dia em que essa lei tramitou e foi aprovada no Parlamento da Catalunha, todo o processo se deu em 11 horas, o que é sintomático, dada a gravidade do assunto, mostrando, talvez, que os procedimentos legislativos não estavam sendo observados. Isso é grave de qualquer ponto de vista, inclusive no tocante ao direito que as minorias têm dentro do Parlamento espanhol.

O que houve, em termos práticos – a expressão é da sentença da Suprema Corte espanhola –, foi um simulacro – essa palavra é muito forte – em relação ao procedimento que se deu dentro de um prazo muito curto, de 11 horas, praticamente sem nenhuma oportunidade de manifestação das minorias dentro do Parlamento catalão, que, nós sabemos, é integrado por uma maioria pró-independência.

O Parlamento catalão é unicameral, tem 135 cadeiras. Hoje, 70 dessas 135 cadeiras, ou seja, uma maioria absoluta, são compostas por três partidos que são pró-independência: o CUP, o ERC e o Junts per Catalunya. Ou seja, é inegável que há uma maioria pró-independência dentro do Parlamento da Catalunha. Isso é um dado objetivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MÁRIO DRUMOND COELHO – Real, perfeito. Não significa, entretanto, que o procedimento legislativo em relação à aprovação daquela lei devesse ocorrer do modo como ocorreu. Então, a Suprema Corte espanhola chama atenção também para o fato de que a Lei nº 19, de 2017, foi aprovada em total desacordo com o próprio Regimento Interno do Parlamento. Isso é preciso deixar claro, para que nós tenhamos uma dimensão do tamanho do problema, problemas de competência, e me referi agora aos problemas procedimentais.

Por fim, mais relevante ainda, talvez, foi o exame que a Suprema Corte espanhola fez em relação ao mérito da lei, ou seja, de que modo o conteúdo da lei, quer dizer, seu aspecto substantivo estaria ou não em desacordo com a Constituição espanhola. E aí é importante destacar o seguinte: a Suprema Corte espanhola diz que a lei que organizou o referendo na Catalunha ataca a Constituição espanhola em três pontos. Primeiro, ela viola a soberania do povo espanhol. E é importante abrir um parêntese aqui, que é o de que um argumento sempre utilizado pelos defensores do separatismo na Catalunha é o seguinte: o povo catalão deseja valer-se do seu direito à autodeterminação dos povos. Essa seria, vamos dizer, a premissa fundamental que vai produzir tudo na sequência de fatos e eventos que vão culminar com o referendo que foi organizado no ano passado. Agora, existe um problema nessa premissa, e o próprio Tribunal Constitucional diz isto: a soberania não pertence ao povo da Catalunha, a soberania pertence, pela própria Constituição, à totalidade do povo espanhol. Isso é relevante ter em mente. Quer dizer, não é possível raciocinar apenas em termos de Catalunha, como eu disse no começo. E a totalidade da Espanha, o que pensam os outros espanhóis?

Essa Constituição espanhola de 1978 – eu tenho aqui comigo uma terceira edição, comprada em Madri, num antiquário – é interessante, porque logo de cara, logo no seu início, ela reconhece cabalmente essa autonomia das províncias espanholas. Então, já em 1978 – e, claro, muito antes disso –, a classe política espanhola entendia e compreendia que era necessário que as comunidades autônomas gozassem de ampla autonomia, a chamada vocação do autogoverno.

O que diz a Constituição espanhola em relação à sua soberania? Exatamente isso que eu falei: a soberania recai ou repousa sobre a totalidade da população espanhola. E obviamente você não pode falar de soberania do povo da Andaluzia, ou soberania do povo de Navarra, ou soberania do povo da Catalunha; no máximo, nós podemos reconhecer que existe uma autonomia de todos esses povos – a própria Constituição espanhola garante isso.

O segundo ponto abordado pela sentença espanhola diz respeito ao fato de que a lei que organizou o referendo atentava contra a unidade do território espanhol, o que obviamente possui conexão com a lógica da própria soberania espanhola. E o terceiro, também grave: que a lei violava o princípio da supremacia da Constituição na Espanha. Eu estou tentando fazer aqui uma breve síntese dos três pontos principais que, no mérito, dizem respeito à sentença da Suprema Corte, a Sentença

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

117, ou seja, o referendo violava a soberania espanhola, o referendo violava a unidade do território espanhol e o referendo violava a supremacia da Constituição.

Eu tenho aqui, Presidente, e tomei a liberdade de trazer, uma cópia justamente dessa Lei nº 19, que, vamos dizer assim, é o embrião de toda a polêmica em relação ao processo do referendo. A lei possui um preâmbulo enorme e, na melhor tradição do Direito escrito, vai sendo articulada de artigo em artigo, especificando determinadas questões. Vejam que interessante o que diz o art. 1º da Lei 19, que organizou o referendo na Catalunha no passado, quando foi feita a consulta ao cidadão da Catalunha, se este gostaria de ter ou não a Catalunha como um Estado independente, abraçando o modelo republicano. O primeiro artigo da lei diz: "Esta Lei regula a celebração do referendo de autodeterminação vinculante sobre a independência da Catalunha [...]", etc. Como falei, o Parlamento da Catalunha não é competente para regular a celebração de referendos.

O art. 2º, e aí a premissa falsa, diz: "O povo da Catalunha é um sujeito político soberano [...]". Não é isso, essa é uma premissa falsa. Sujeito político soberano na Espanha é o povo espanhol na sua totalidade.

Art. 3º: "O Parlamento da Catalunha atua como representante da soberania do povo da Catalunha." Quer dizer, vejam a técnica induzindo ao erro. O povo catalão não é soberano; soberano é o povo espanhol na sua totalidade. E é óbvio que a questão aqui não é meramente conceitual e muito menos de nomenclatura; é uma questão gravíssima que diz respeito à possibilidade igualmente grave de você ter parte do território do Estado espanhol sendo separado da sua totalidade.

E aqui surge outra questão interessante em relação a esse processo que coloca o seguinte: a lei aprovada no Parlamento da Catalunha, num de seus dispositivos, diz que essa lei está acima de qualquer outra naquilo que lhe for conflitante. Imaginem a loucura: você aprova uma lei no Parlamento em que afasta, no caso concreto, a própria juridicidade da Constituição espanhola. Enfim, são essas algumas questões que acho que são relevantes de serem colocadas para que todos possam compreender, vamos dizer, o aspecto institucional que envolveu o referendo do ano passado.

Além disso, Presidente, eu gostaria aqui, respeitando o tempo ...

Toda essa discussão sobre separatismo envolve também uma informação mínima sobre o grau de autonomia dessas comunidades autônomas. Nós sabemos que, no Brasil, a nossa Federação, como qualquer federação no mundo, divide as competências basicamente entre o poder central, a União, e os poderes periféricos, que são os nossos Estados, as nossas unidades subnacionais. Na Espanha, embora não seja tecnicamente uma federação, a constituição espanhola também tratou de fazer a mesma coisa: há as competências exclusivas do poder central espanhol, em Madri, e há residualmente os poderes ou as competências das unidades parciais, que são precisamente as comunidades autônomas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apenas para vocês terem uma ideia do altíssimo grau de descentralização do sistema espanhol, eu separei aqui 12 matérias que dizem respeito ao alto Governo e à própria capacidade de legislar da Catalunha e de basicamente todas as comunidades autônomas. O art. 116 do Estatuto de Autonomia da Catalunha diz que há competências exclusivas da Catalunha – observem, porque vamos fazer o paralelo: imaginem que fossem competências exclusivas do Estado de Pernambuco, do Estado do Maranhão ou do Estado do Paraná.

A Catalunha tem competência exclusiva em matéria de comércio, incluída a ordenação administrativa e atividade comercial; a Catalunha tem competência exclusiva em matéria de consumo, incluída a defesa dos direitos dos consumidores e a fixação de aplicação dos procedimentos administrativos; a Catalunha tem competência exclusiva sobre cooperativas, incluída a organização e o funcionamento dessas entidades – não é pouco! –; a Catalunha tem competência exclusiva sobre a cultura, incluídas as medidas relativas à produção, distribuição de livros e publicações, à regulação e à inspeção de salas de exibição cinematográfica e à qualificação dos filmes; a Catalunha possui competência exclusiva em matéria de proteção civil, incluídas a regulação, a planificação e a execução de medidas relativas às emergências e à segurança civil;

Todas essas competências estão elencadas no Estatuto de Autonomia da Catalunha. São dezenas de autonomias, dezenas de matérias exclusivas.

A Catalunha tem competência exclusiva em matéria do desporto, incluída a fixação do regime jurídico das federações, dos clubes e das entidades catalãs que promovem e organizam a prática do esporte; a Catalunha tem competência exclusiva sobre jogos, apostas e cassinos no território da Catalunha, incluída a criação e autorização dos jogos e apostas de sua regulação; a Catalunha tem competência exclusiva em matéria de serviços sociais, incluída a regulação e ordenação das entidades dos serviços, estabelecimentos públicos e privados que prestam esses serviços sociais; a Catalunha tem competência exclusiva sobre transportes terrestres de passageiros e de mercadorias, incluída a regulação específica do transporte turístico, escolar, sanitário, funerário e de mercadorias perigosas ou perecíveis.

Vou finalizar.

A Catalunha possui competência exclusiva em matéria de turismo, incluídas a regulação e a classificação das empresas e dos estabelecimentos turísticos.

Finalmente, a Catalunha tem competência exclusiva em matéria de universidades e ensino universitário, incluído o poder de decisão quanto à criação de universidades públicas e quanto à autorização de funcionamento das universidades privadas.

Eu selecionei – e obviamente o critério é arbitrário – 12 dessas competências exclusivas da Catalunha. São muitas outras, todas elencadas no Estatuto de Autonomia da Catalunha. Procurei aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enfatizar e demonstrar que esse grau de autogoverno das comunidades espanholas é elevadíssimo, embora se possa discutir sempre, de modo legítimo, se tal nível de autogoverno pode ou não ser maior ou menor. Essa é, obviamente, uma das pretensões do Parlamento da Catalunha em relação à questão do separatismo. Muitos defendem na Espanha, como modo de solução para a controvérsia, uma reforma no texto constitucional espanhol, de modo que as competências do poder central fossem exaustivamente elencadas e de forma que as competências das comunidades autônomas também fossem exaustivamente elencadas, para que não houvesse mais a controvérsia em relação àquilo que as comunidades autônomas podem ou não fazer. Não me parece, entretanto, que seja o problema do separatismo na Catalunha um problema de falta de autogoverno. Ao contrário: a leitura desses 12 pontos revela esse altíssimo nível de autonomia local. A Espanha é um país curioso, porque, além das competências centrais, além das competências das 17 comunidades autônomas, você ainda tem a autonomia de quase 8 mil – um pouco mais de 8 mil – entidades locais, que seriam equivalentes aos Municípios no Brasil. O modelo de governança da Espanha é altamente descentralizado, e isso fica evidente quando nós fazemos algum tipo de leitura, mínima que seja, do próprio texto da Constituição espanhola ou do próprio texto das comunidades autônomas.

Presidente, obrigado. Era essa a minha contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado ao Prof. Mário Drumond Coelho, ele que é Mestre em Ciência Política pela Universidade de Brasília e Mestre em Direito Internacional pela Universidade de Heidelberg.

Eu gostaria de anotar a presença muito honrosa nesta audiência pública dos Srs. Ministros Conselheiro da Embaixada da França, Sr. Gilles Pecassou; do Sr. Primeiro Secretário da Embaixada da Espanha, Sr. Ernesto Heredero del Campo; da Srª Primeira Secretária da Delegação da União Europeia no Brasil, Srª Cécile Merle; do Sr. Terceiro Secretário da Embaixada da Rússia, Sr. Denis Shimanchuk; do Sr. Chefe da Missão Adjunto da Embaixada da Irlanda, Sr. Declan Heery; da Srª Embaixadora Gisela Padovan, do Ministério das Relações Exteriores, da Assessoria de Assuntos Federativos e Parlamentares do Ministério das Relações Exteriores; e do Sr. Adido Civil da Embaixada da Espanha, Sr. José López Malo. Muito obrigado a V. Sªs pela presença na noite de hoje.

Ao mesmo tempo, agradeço a participação dos nossos internautas – Sérgio Luís Peixoto, de São Paulo; Adriano Silva, do Rio de Janeiro; Vânia Maria Framback Araújo dos Santos, do Rio de Janeiro; CVS Posto Avançado, do Rio de Janeiro; Guilherme Freitas, do Maranhão; Luís Salgado, de São Paulo; Roberto Garcia, também de São Paulo – pela participação que tiveram na noite de hoje com seus comentários e sugestões. Muito obrigado aos nossos internautas por essa participação sempre ativa e inspiradora para os nossos debates.

Antes de encerrar os nossos trabalhos, gostaria de agradecer mais uma vez a participação das Srªs e dos Srs. Senadores, das autoridades aqui presentes, muito especialmente aos nossos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conferencistas da noite de hoje: o Professor da PUC/SP, Leonardo Nelmi Trevisan – muito obrigado pela presença de V. Sª – e o Professor Mário Drumond Coelho, da Unidade de Brasília – muito obrigado também a V. Sª pela presença na noite de hoje.

Informo que o 3º Painel ocorrerá no dia 02 de abril, segunda-feira, às 18h, neste plenário, quando será abordado o tema: "América Latina: Eleições Regionais e suas Consequências para a Integração e os Acordos Mercosul-União Europeia". Para expor e debater o tema, teremos como convidados o Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, Alcides Costa Vaz, doutor em sociologia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, e a Professora do Centro Universitário de Brasília, UniCEUB, Elisa Ribeiro Pinchemel, doutora e mestre em Ciências Sociais, pelo Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas da Universidade de Brasília.

Gostaria também de convocar S. Exªs as Srªs e os Srs. Senadores membros desta Comissão para a nossa próxima reunião, agendada para o dia 21 de março, quarta-feira, às 14h, neste plenário.

Trata-se da audiência pública da reunião da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, conjunta com o Grupo Parlamentar Brasil-Marrocos do Senado Federal, que recepcionará Parlamentares marroquinos, membros do Grupo Parlamentar Marrocos-Brasil da Câmara dos Conselheiros do Reino do Marrocos, com o objetivo de discutir temas de interesse comum no âmbito bilateral.

A reunião contará com a presença de S. Exªs, o Conselheiro Abdessamad Kayouh, Primeiro Vice-Presidente da Câmara dos Conselheiros do Reino do Marrocos, encarregado da diplomacia parlamentar, além do Sr. Conselheiro Abdelatif Abdouh, Presidente do Grupo de Amizade Marrocos-Brasil; do Sr. Conselheiro Mohamed Razama, Relator do Grupo de Amizade Marrocos-Brasil e Presidente também da Comissão de Relações Exteriores, Defesa Nacional, Fronteiras e Territórios Marroquinos ocupados na Câmara dos Conselheiros; do Sr. Conselheiro Mohamed Addal, membro do Grupo Parlamentar, e de S. Exª o Embaixador do Marrocos no Brasil, Sr. Nabil Adghoghi.

Agradecendo mais uma vez a presença de todos, principalmente dos nossos conferencistas, como aqui já foi feito, desejo a todos uma boa noite e dou por encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 18 horas, a reunião é encerrada às 19 horas e 27 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e vinte e quatro minutos do dia vinte e um de março de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Fernando Collor, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Romero Jucá, Fernando Bezerra Coelho, Valdir Raupp, Hélio José, Acir Gurgacz, Jorge Viana, Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim, Antonio Anastasia, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Lasier Martins, Ana Amélia, José Medeiros, Cristovam Buarque, Vanessa Grazziotin, Pedro Chaves, Wellington Fagundes, Sérgio Petecão, Wilder Morais, Dário Berger, Vicentinho Alves, Paulo Rocha, Cidinho Santos e Ataídes Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Roberto Requião, Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Bauer, Ricardo Ferraço e José Agripino. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa com o Grupo Parlamentar Brasil-Marrocos**. **Finalidade:** Audiência Pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional conjunta com o Grupo Parlamentar Brasil – Marrocos (Senado Federal/Câmara dos Deputados) com a presença de Parlamentares Marroquinos e Membros que compõem o Grupo Parlamentar Marrocos - Brasil da Câmara dos Conselheiros do Reino do Marrocos, com o objetivo de discutir temas de interesse comum no âmbito bilateral. A reunião contará com a presença do Excelentíssimo Embaixador do Marrocos, Senhor Nabil Adghoghi. **Participantes:** Senhor Conselheiro Abdessamad KAYOUH, Primeiro Vice-Presidente da Câmara dos Conselheiros do Reino do Marrocos e Encarregado da Diplomacia Parlamentar; Senhor Conselheiro Abdelatif ABDOUH, Presidente do Grupo de Amizade Marrocos – Brasil; Senhor Mohamed RAZAMA, Relator do Grupo de Amizade Marrocos – Brasil e Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Defesa Nacional, Fronteiras e Territórios Marroquinos Ocupados na Câmara dos Conselheiros.; Senhor Conselheiro Mohamed ADDAL, Membro do Grupo Parlamentar: Constitucional Democrático e Social; Senhora Bouchra BOUDCHICHE, Diretora para Américas na Chancelaria Marroquina. Professor Dudão, Prefeito da Cidade de Mazagão (Amapá). **Resultado:** Audiência Pública Interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Fernando Collor

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/03/21

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, conjunta com a 1ª Reunião de 2018 do Grupo Parlamentar Brasil-Marrocos, com a presença de S. Exªs os Srs. Parlamentares marroquinos e membros que compõem o Grupo Parlamentar de Amizade Marrocos-Brasil da Câmara dos Conselheiros do Reino do Marrocos, com o objetivo de discutir temas do interesse comum no âmbito bilateral.

Inicialmente, gostaria de agradecer a presença de todas as senhoras, senhores e autoridades aqui presentes por prestigiarem este nosso evento.

Temos a honra, eu e o Senador Cristovam Buarque, que é Presidente do Grupo de Amizade Brasil-Marrocos, de receber como convidados especiais para esta reunião a Comitiva da Câmara dos Conselheiros do Reino do Marrocos e também os integrantes do Grupo Parlamentar Marrocos-Brasil, S. Exª o Conselheiro Abdessamad Kayouh, Primeiro Vice-Presidente da Câmara dos Conselheiros do Reino do Marrocos e encarregado da diplomacia parlamentar; o Sr. Conselheiro Abdelatif Abdouh, Presidente do Grupo de Amizade Marrocos-Brasil; o Sr. Conselheiro Mohamed Razama, Relator do Grupo de Amizade Marrocos-Brasil e Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Defesa Nacional, Fronteiras e Territórios Marroquinos Ocupados na Câmara dos Conselheiros; o Sr. Conselheiro Mohamed Addal, membro do Grupo Parlamentar; o Embaixador do Reino do Marrocos no Brasil, Nabil Adghoghi; e a Srª Bouchra Boudchiche, Diretora para Américas na Chancelaria Marroquina, os quais convido para o plenário, onde já se encontram presentes, dando as nossas melhores boas-vindas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Iniciando a nossa reunião, tenho a honra de passar a palavra a S. Exª o Senador Cristovam Buarque, Presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Marrocos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Boa tarde a cada uma e a cada um.

Quero cumprimentar o Embaixador Nabil e, por intermédio dele, a todos os que nos dão a honra de estarem aqui no Senado, vindos do Marrocos, para darmos início formalmente a algo que espero deixe uma marca duradoura e profunda nas relações entre o Brasil e o Reino do Marrocos.

Eu fui indicado pelo Presidente Senador Collor para ser o Presidente desse grupo de amizade. Quero dizer que eu faço parte de outros grupos de amizade entre o Parlamento brasileiro e o Parlamento de outros países, mas nenhum me traz mais expectativa de uma grande cooperação do que esse.

A tradição é de que esses grupos de cooperação entre Parlamentos fiquem restritos a pequenos gestos simbólicos. Dessa vez, entretanto, no caso do Marrocos, eu estou convencido de que vamos ter mais do que uma aliança, uma cooperação, mais do que um simples bloco. Nós vamos ter uma relação de amizade muito forte com resultados concretos.

Por exemplo, a cooperação econômica. Nós podemos ampliar o trabalho nosso, de Parlamentares, levando os nossos debates para os empresários brasileiros, para o Poder Executivo brasileiro nas áreas de economia.

Na área da cultura – que eu acredito seja aquela em que mais podemos fazer sem necessidade do Poder Executivo –, creio que podemos incentivar intercâmbio entre universidades, entre artistas. Temos a sorte de ter um ex-Ministro do artesanato entre os Parlamentares que aqui estão conosco, na formalização deste nosso bloco de cooperação.

No turismo, creio que nós podemos ser porta-vozes do incentivo para o intercâmbio de turismo entre o Brasil e o Marrocos. Não sei se os Parlamentares sabem, mas o Embaixador Nabil certamente, que, além do futebol e do Carnaval, uma mania brasileira são as novelas, as telenovelas. Já tivemos telenovelas se passando no Marrocos e, durante meses, os brasileiros viveram uma hora por dia no Marrocos, acompanhando aquela história que ali se passava. Desde aquela novela, temos uma atração muito grande, como turistas, pelo Marrocos.

Mas também devemos explorar a história comum dos dois países. Aqui está um prefeito para mostrar essa cooperação, com a vinda, há algumas décadas, não mais de um século, de marroquinos para o Brasil – interessante que a maior parte de judeus –, que vieram para cá, fundaram cidade, incentivaram o comércio e deixaram uma marca, gerações de brasileiros de hoje carregam na origem o Marrocos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tudo isso faz com que esse nosso encontro seja o primeiro de muitos para pôr em contato direto o Senado brasileiro com o Parlamento marroquino e, através de nós, com o Brasil e o Marrocos, com os dois povos.

Quero agradecer muito ao Embaixador Nabil, ao Presidente Collor, que estejamos aqui dando início, de fato, a algo que já temos feito através das boas confraternizações que o Embaixador organiza, seja no dia do aniversário do rei, seja quando ele nos convida para essa coisa maravilhosa que é a culinária marroquina.

Fica aqui, portanto, a minha satisfação de ser o coordenador desse Grupo de Amizade entre o Parlamento brasileiro e o Parlamento marroquino. Temos diante de nós uma boa tarefa, a tarefa de aumentar o grau de relações entre nossos povos, e eu quero dar a minha contribuição.

Obrigado ao Embaixador Nabil.

Obrigado a cada um dos Parlamentares.

Obrigado ao Senador Presidente Collor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Cristovam Buarque, Presidente do Grupo de Amizade Brasil-Marrocos, por suas palavras.

Tenho a satisfação de passar a palavra agora a S. Exª o Sr. Conselheiro Abdelatif Abdouh, Presidente do Grupo de Amizade Marrocos-Brasil, para as suas palavras iniciais.

O SR. ABDELATIF ABDOUH (*Tradução consecutiva.*) – Boa tarde a todos.

Honrado Senador Fernando Collor, Presidente da Comissão de Relações Exteriores; honrado Senador Cristovam Buarque, Presidente do Grupo de Amizade Brasil-Marrocos; honorável Conselheiro Primeiro Vice-Presidente da Câmara de Conselheiros do Reino do Marrocos e Encarregado da Diplomacia Parlamentar, Abdessamad Kayouh; S. Exª Nabil Adghoghi, Embaixador do Reino do Marrocos no Brasil; honorável Senador e Conselheiro membro do Grupo de Amizade entre Marrocos e Brasil, senhoras e senhores, é com grande prazer que estamos reunidos hoje com os nossos amigos, Presidente e Membros do Grupo de Amizade Brasil-Marrocos.

Em nome do Grupo de Amizade e da Câmara de Conselheiros, meus sinceros agradecimentos ao Senador Collor, Presidente da Comissão de Relações Exteriores, por sua determinação em atuar na reafirmação das relações dos países em nível parlamentar. É uma convicção que temos, assim como o Primeiro Vice-Presidente da Câmara de Conselheiros: dar um novo alento à cooperação parlamentar como correia de transmissão entre os dois países.

Não deixarei de agradecer muito ao meu amigo Senador Buarque, Presidente do Grupo de Amizade, por sua amável indicação dirigida aos homólogos marroquinos para termos esta sessão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalho comum em um âmbito de troca de culturas, num espaço de trocas e de debates frutíferos, para desenvolver e consolidar as relações bilaterais entre as duas instituições legislativas e, graças à dinamização da ação do Grupo de Amizade, intensificar o diálogo entre Parlamentares dos dois países em questões e temas de interesse comum.

Marrocos e Brasil têm uma relação secular, desde a abertura de um consulado brasileiro em Tânger em 1894. Este ano celebramos o centésimo aniversário do estabelecimento das relações diplomáticas entre nossos dois países. Nossas relações nos deixam convencidos de que os brasileiros compartilham valores de cumplicidade e respeito mútuo com o Marrocos.

O Marrocos foi o primeiro país africano que reconheceu a independência do Brasil. Respeitamos igualmente o Brasil e os brasileiros, porque o Brasil foi um dos primeiros países da América Latina a felicitar o Marrocos em sua volta para a União Africana. Desde o início, os países não deixaram de reafirmar a sua determinação em forjar uma parceria estratégica, baseada no diálogo político e na convergência de pontos de vista em questões internacionais, para fazermos uma cooperação Sul-Sul solidária.

Em vista da posição geográfica do Brasil e do Marrocos, tanto na África quanto na América Latina, da vinculação deles com a tolerância, com a paz, com a segurança e com a estabilidade, os dois países compartilham a ambição comum de permanecerem juntos em projetos concretos no âmbito da cooperação triangular. O Marrocos e o Brasil têm pontos comuns e querem aproveitar a oportunidade em matéria de investimentos e exportação de fosfatos, levando-se em conta a ambição do Brasil de diversificar seus parceiros comerciais, notadamente com o Mercosul e também com o BRICS, que abrange a Índia, a África do Sul, o Brasil... Os parceiros marroquinos e brasileiros, empresas, reiteraram a vontade de criar parcerias solidárias entre os dois países, desenvolver a cooperação, especialmente a marítima e a de turismo, sem esquecer a parte cultural, que tem importância capital na troca de experiências.

Se olharmos de perto o estado das relações econômicas, culturais, acadêmicas e científicas entre os dois países, veremos que há grande possibilidade de complementariedade, o que podemos aproveitar para criarmos parcerias tanto no intercâmbio de visitas acadêmicas quanto... Como dois grupos de amizade parlamentar, entre a Câmara dos Conselheiros e o Senado, pensamos que podemos desenvolver a cooperação entre os dois países amigos, contribuindo, assim, para a promoção de uma cultura bilateral entre os dois países, por meio da organização de eventos bilaterais sobre vários temas, enfatizando o patrimônio dos países na base de projetos concretos entre os dois países.

Neste capítulo, quero enfatizar que, como Presidente do Grupo de Amizade e membro do Grupo de Amizade, temos essa determinação e esse compromisso de que a irmanação entre duas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grandes cidades, Marraquexe e São Paulo, ocorra. Como Presidente do Grupo de Amizade, reitero minha determinação e meu compromisso em buscar a assinatura da irmanação entre os dois países.

Sou originário da cidade de Marraquexe e fui, antes, prefeito dessa cidade. Sou atualmente membro do Conselho dessa cidade e tentarei concretizar nos próximos dias a assinatura, mas convido o lado brasileiro a tomar todas as posições necessárias, do seu lado, para concretizar essa assinatura, notadamente ao nível da cidade de São Paulo.

Aproveito a oportunidade da presença do Prefeito da cidade de Mazagão e proponho, como Grupo de Amizade, pensar na possibilidade de assinar uma irmanação entre a cidade de El Jadida e a de Mazagão, que são vinculadas por uma história comum, uma vez que Mazagão foi colonizada pelos portugueses, depois os cidadãos se deslocaram para uma das regiões da Amazônia, no Brasil. Por isso, eu convido cordialmente o Prefeito de Mazagão para interferir na concretização dessa irmanação.

Portanto, estou convencido de que o papel do Grupo de Amizade é primordial na implementação dos planos de ação e da troca de referências e visitas entre os dois lados. Essas posições foram reiteradas e foram circunscritas num memorando de entendimento que vamos firmar hoje entre o Presidente do Senado Federal brasileiro e o Primeiro Vice-Presidente da Câmara de Conselheiros do Marrocos no fim desta sessão de trabalho comum. Isso dará um impulso para o fortalecimento das relações parlamentares entre as duas instituições, baseadas no respeito e na confiança mútua entre os dois países amigos.

Nossa ação será feita, ao longo do tempo, em cooperação com S. Exª o Sr. Embaixador de Marrocos no Brasil. Agradeço, desde já, os esforços que ele tem empreendido para dar uma imagem satisfatória e esclarecedora sobre o Reino do Marrocos e do seu patrimônio cultural.

Não posso deixar de agradecer também a S. Exª o Sr. José Humberto, Embaixador da República do Brasil em Marrocos, que assume o compromisso de impulsionar essas cooperações. Ressalto o fato de que ele faz questão de estar presente em muitos eventos e conferências sobre as relações bilaterais, notadamente naquelas que ele mesmo mediou, em que ele era o principal conferencista.

Isso foi organizado pelo Instituto de Estudos Estratégicos, em 17 de janeiro, para tratar sobre as perspectivas de relações entre Brasil e Marrocos, na presença do antigo Embaixador, do ex-Embaixador, de acadêmicos e também de economistas do Centro de Pesquisa.

Como Presidente e membro do Grupo de Amizade, temos de apoiar todas as ações em favor de uma boa e efetiva cooperação bilateral.

De fato, ocorreu uma troca entres os dois Grupos de Amizade. Nós tínhamos feito um plano de ação, que mandamos para o grupo brasileiro. Estudamos e aceitamos todas as propostas feitas pelos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

amigos brasileiros e pudemos ter uma versão avançada e concisa desse plano de ação, que nós nos comprometemos a cumprir.

Propomos que o Grupo de Amizade Brasil-Marrocos tenha sua próxima reunião em Rabat, o que será uma oportunidade para determinar esse plano de ação de forma definitiva e para estabelecer as próximas etapas, que serão levadas em consideração na concretização do plano de ação.

Reitero minha profunda gratidão, os meus agradecimentos, pela realização desta sessão de trabalho comum. Espero que possamos continuar estes debates no Reino do Marrocos, *insha'Allah*, se Deus quiser!

Agradeço a sua compreensão. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a S. Exª o Conselheiro Abdelatif Abdouh, Presidente do Grupo de Amizade Marrocos-Brasil, pelas suas palavras e pela forma precisa e ampla com que ele nos brindou com suas palavras na tarde de hoje.

Tenho a honra, ao tempo em que anuncio a presença entre nós do Deputado Federal André Abdon, do Estado do Amapá, de passar a palavra a S. Exª o Prefeito de Mazagão, no Estado do Amapá, João da Silva Costa, também conhecido como Professor Dudão.

Tem V. Exª a palavra.

O SR. JOÃO DA SILVA COSTA – Um boa-tarde especial a todos!

Quero cumprimentar de forma especial os nossos dois Senadores, Cristovam Buarque e Fernando Collor de Mello.

É uma honra imensa participar de um evento histórico como este, no qual recebemos membros do reino marroquino aqui.

Sintam-se cumprimentados de forma emocionante, de forma emocionada, ao tratar desse assunto das nossas cidades.

Falo da relação entre os dois países, e nada melhor que começar pelos pontos comuns. E aí temos a história de dois povos.

Falo da origem da minha cidade, da história de El Jadida. A minha cidade vive... É uma coisa muito marcante a realidade histórica da qual se originou a nossa cidade. Portugal tinha uma colônia na costa da África, onde está El Jadida hoje, e resolveu desativar essa cidade por causa de inúmeros problemas e confrontos religiosos. Decidiu transferir a cidade para a Europa novamente. Mas, chegando à Europa o povo da cidade que havia sido transferida – eram cerca de 340 famílias –, era muito custoso para Portugal manter essa colônia lá também. E aí decidiram... Quando essas famílias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

foram convencidas a irem para a Europa, elas acharam que ficariam em Portugal, mas, com o tempo, Portugal não as aceitava. Não dava mais para aceitá-las, porque havia uma fusão de brancos, negros, escravos. E aí Portugal decidiu, planejou, tomou a decisão política de transferir as pessoas e as famílias daquela cidade para a América, onde estava a sua colônia, que era o Brasil.

Aí tudo foi planejado: o povo inteiro da cidade embarcou em cinco ou seis navios e atravessou o Atlântico, com suas riquezas, com suas tradições, com seus costumes, com sua cultura. Eles chegaram ao Rio de Janeiro, à Bahia, e acharam que iam ficar por aqui. Mas não! Eles foram sempre induzidos a irem para outro local. Chegaram ao Pará e acharam que ficariam no Pará. Também lhes foi dito que haveria mais uma saga, mais uma vez: teriam de atravessar o Rio Amazonas e ir para o Amapá, que, naquele momento, estava sendo disputado por alguns países. Era necessário para Portugal defender o Amapá, a colônia do Amapá. Quando eles chegaram lá, havia a Fortaleza de São José, que estava sendo construída há 12 anos. Era um forte para defender o Estado. Eles acharam que ficariam lá, mas não, mais uma vez, foram levados para o Alto Amazonas, para defenderem a Amazônia na outra parte, oposta ao local onde estava a Fortaleza. Eles foram alojados lá, foram isolados por quatro rios: o Rio Ajudante; o Rio Mazagão, que é o Beija-Flor; o Rio Vila Nova; e o Rio Matapi. Com isso, a cidade não prosperou. Após dez anos em que estavam lá, uma epidemia de doenças amazônicas afetou o povo de lá, e o povo começou a fugir, os negros começaram a fugir. Na época, em 1769, em 1770, quando eles chegaram lá, eles ainda eram escravos. E aí, diante das doenças e das dificuldades, eles não prosperaram. Não foi dado apoio por parte de Portugal. Assim, muitas famílias fugiram das doenças e das dificuldades. A cidade não prosperou, e se passaram anos, anos e anos.

Já em 1915, há 103 anos, outra decisão política foi tomada: criar uma nova Mazagão. Assim como El Jadida tem a história dela, quando foi criada uma nova cidade, também em Mazagão foi decidido criar uma nova cidade: Mazagão Novo ou Mazaganópolis. Algumas famílias foram levadas para lá, outras não aceitaram. Mas a cidade de Mazagão Velho, que é a Mazagão que foi transferida, sempre resistiu. Sempre alguma família grande decidia: "Vamos ficar." E a cidade nunca progrediu economicamente, nunca cresceu, mas sempre permaneceu. Hoje, Mazagão Velho tem, em média, 400 famílias. É distrito de Mazagão Novo. O Município inteiro tem uma média de 20 mil habitantes. Para vocês verem como a cidade foi habitada por blocos: 50% da população, 10 mil pessoas, estão na sede ou em Mazagão Novo; em Mazagão Velho, há 400 famílias, mais ou menos dois mil habitantes.

Na cidade, já foram fazendo as pontes. Em 2016, fizeram a última ponte. Hoje, na cidade, o bloqueio pelos rios foi superado. Iniciou-se um projeto turístico lá. A cidade de Mazagão Velho é considerada berço da cultura, porque ela traz consigo toda essa história, desde El Jadida até a atualidade. E o povo que veio de lá trouxe as suas riquezas, a sua religiosidade, os seus credos, as suas crenças.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, em Mazagão Velho, eles vivem momentos especiais na cultura do povo de lá. Eles trouxeram de lá a Festa de São Tiago. Foi um marco. Eles representam na forma de dramatização, ao vivo. É a maior festa cultural do Estado do Amapá. Eles chegaram lá em 1770 e, sete anos depois, começaram, todos os anos, a comemorar, no dia 25 de julho, a Festa de São Tiago, revivendo fatos. Surgiram dois heróis na luta entre mouros e cristãos: São Tiago e São Jorge. E aí a história é contada.

Hoje, a nossa cidade, a nossa pequena cidade, o distrito de Mazagão Velho, é considerada berço da cultura. A gente comemora o aniversário de forma especial. Lá nós temos um momento especial. Nós comemoramos agora, no dia 23 de janeiro, o aniversário de Mazagão Velho. São 248 anos, são quase dois séculos e meio de história, de cultura e de tradição.

Nós, neste momento, representamos isso lá. Há o Pavilhão Nacional, onde são levantadas as bandeiras do povo. Lá, no Pavilhão Nacional, são levantadas, são hasteadas as bandeiras do Brasil, do Estado do Amapá, do Município de Mazagão, do Marrocos e de Portugal. É contada a história de forma especial.

Acho que a importância cultural dos nossos povos, as nossas histórias similares, a nossa irmandade merecem ser relembradas, devem ser evidenciadas nessa relação.

Em Mazagão, hoje, a gente agradece o convite para fazer parte do Grupo de Amizade entre os nossos dois países. Quero dizer que a gente sente muita honra e emoção por estar presente neste evento de vocês, neste evento nosso.

Eu gostaria de concluir a minha fala, agradecendo a todas as pessoas e parabenizando-as por este evento.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Nossos cumprimentos a S. Exª o Prefeito de Mazagão, o Professor Dudão, João da Silva Costa, por suas palavras tão emocionadas e tão elucidativas de uma parte da nossa história que incorpora definitivamente a tradição marroquina com a cultura brasileira, o que nos traz muita alegria, muita felicidade e esperança de um futuro cada vez mais promissor nas nossas relações.

Muito obrigado, portanto, mais uma vez, a S. Exª o Prefeito de Mazagão, João da Silva Costa, o Professor Dudão.

Agora, com muita honra, passo a palavra a S. Exª o Sr. Conselheiro Abdessamad Kayouh, Primeiro Vice-Presidente da Câmara de Conselheiros do Reino do Marrocos e Encarregado da Diplomacia Parlamentar, para fazer suas considerações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ABDESSAMAD KAYOUH (*Tradução simultânea.*) – Presidente Collor, Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado brasileiro, grande amigo do Marrocos; honorável Senador Cristovam Buarque, Presidente do Grupo de Amizade Marrocos-Brasil e amigo de Marrocos há tanto tempo; honorável Conselheiro Abdelatif e Presidente do Grupo de Amizade Marrocos-Brasil; honorável Prefeito de Mazagão; honorável Sr. Nabil, Embaixador de Sua Majestade o Rei em Brasília; honorável Conselheiro do Grupo de Amizade na Câmara dos Conselheiros; senhoras e senhores, tenho imenso prazer e queria começar a minha intervenção, depois da fala do Sr. Silva, que expôs uma parte da história que não se vincula, que não se liga.

É com muita emoção que o ouvi e tive a impressão de viver algo e de estar rescrevendo a história. Tenho certeza de que hoje, na nossa reunião neste edifício, estamos rescrevendo a história, porque sempre pensei que as instituições, embora atuem cada uma em uma área geográfica, só podem ser aproximadas pelos homens. Os homens criaram a história.

Antes de qualquer propósito, desejo agradecer sinceramente pelas marcas de atenção dos membros da delegação da Câmara dos Conselheiros. Para mim também fomos objeto de marcas de atenção e quero citar especialmente o meu amigo e Presidente Collor, Presidente da Comissão de Relações Exteriores, pela sua determinação em levantar as relações entre as duas instituições legislativas dos nossos países, em cooperação aprofundada e duradoura.

Aproveito a oportunidade para felicitar a República Federativa do Brasil, particularmente o Senado Federal, na pessoa do seu Presidente, Eunício Oliveira, e na do Senador Viana também, pela boa amizade e pela organização do Fórum Mundial da Água e da Conferência Parlamentar realizada, o que enfatizou o papel dos Parlamentos para garantir o direito à água e a sua gestão.

As relações circulares entre o Reino do Marrocos e a República Federativa do Brasil são excelentes, notadamente no plano político, desde a visita de Sua Majestade o Rei Mohammed VI – que Deus o tenha em sua assistência –, que veio em 2004, dinamizando a relação bilateral em várias áreas de interesse comum e de reforço da cooperação entre as duas partes no âmbito das duas instâncias internacionais. Isso depois do testemunho das duas partes na recepção, hoje pela manhã, pelo Ministro das Relações Exteriores do Brasil, felicitando também o apoio recíproco e regular entre Marrocos e Brasil e a convergência de visão em várias questões internacionais e regionais de interesse comum.

Caro Presidente, as relações econômicas e comerciais melhoraram muito entre os dois países, mas quanto às potencialidades, como também as complementariedades que existem nos dois países, especialmente na área alimentar, questão difundida ontem pelo Ministro da Agricultura durante a recepção, mostramos que o Marrocos e Brasil podem ser complementares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Normalmente, não cabe receio a nenhuma das duas partes. Quando se trata de agricultura e de economia, sempre há receios, mas saibam que vocês estão geograficamente instalados no sul do Planeta, no hemisfério sul, e nós estamos no hemisfério norte. O que vocês produzem não produzimos atualmente e não produziremos dentro de seis meses. Então, logicamente, nunca teremos interferência e nunca teremos concorrência entre os dois, mas os produtos que vocês não produzem agora nós podemos produzir, isto é, podemos reforçar esses vínculos e haver complementariedade ao invés de concorrência.

Há uma questão que eu quero expor aos nossos amigos do Grupo de Amizade como mensagem forte, porque podemos fazer muitas coisas juntos, no entanto, as potencialidades complementares, como acabo de dizer na parte de energia renovável, em cuja logística o Marrocos saiu na frente na África, sabendo que temos apenas três linhas que chegam ao Brasil, como a de Algeciras e a de Tanger Med, que é um dos grandes portos da Europa e pode receber navios de todo tamanho – e só são 12 dias de viagem entre os dois países –, isso é um potencial. Quando da visita do Senador Collor, foi discutido como aprofundar essa questão do transporte marítimo, uma vez que temos duas ligações cotidianas da Air Moroc para São Paulo e para o Rio de Janeiro.

Então, cabe a nós, políticos, representantes das nações, encontrar meios para aproximar os dois países. Claro, só há um marítimo; temos de procurar os homens de negócios dos dois países, uma plataforma para impulsionar essas transações. Esse tema foi debatido no Grupo de Amizade, antes de vir, e o debatemos com o Ministério dos Transportes e das Relações Exteriores também. Portanto, peço que, da sua parte, façam essa discussão, para que, no nosso próximo encontro no Marrocos, se Deus quiser, seja o principal tema.

E o turismo também. Como sabemos, o Marrocos é bem conhecido, graças às suas cidades imperiais. Vemos que o turismo brasileiro é cada vez mais presente no Marrocos. Se fizermos uma irmanação entre Mazagão e El Jadida, tenho certeza de que haverá pessoas do Marrocos que virão procurar seus ancestrais e do outro lado também. Isso seria fantástico. Se conseguirmos fazer isso, teremos feito uma coisa extraordinária.

No fim dos encontros que tivemos com oficiais brasileiros, estamos mais convencidos ainda de que devemos reforçar essas relações econômicas bilaterais, concluindo várias parcerias e a organização de fóruns econômicos entre os dois países.

A Câmara dos Conselheiros, Sr. Presidente, pela sua composição plural de homens de negócios, de representantes das categorias profissionais e das coletividades locais, participa dessa vontade comum de reforçar a cooperação bilateral, notadamente em sua vertente parlamentar.

Felicito o compromisso do Grupo de Amizade, chefiado pelo meu amigo e colega Abdouh e pelo Senador Razama, que é também Presidente da Comissão de Relações Exteriores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Infelizmente dois de nossos colegas não puderam vir conosco, mas estou certo de que compartilhariam as minhas palavras.

Agradeço ao Embaixador do Reino do Marrocos no Brasil e ao Embaixador do Brasil em Rabat, o Sr. Humberto, pelo seu engajamento constante para o reforço dessa cooperação bilateral baseada no respeito mútuo.

Não vou falar mais dos campos de cooperação no Grupo de Amizade. Terão tempo para pensar e implementar suas reflexões, em conformidade com o memorando de entendimento, que terei o prazer de assinar com S. Exª o Presidente do Senado Federal do Brasil, Eunício Oliveira, ao final desta reunião.

É nosso dever também construir esta quarta ponte. O Sr. Prefeito falou de três pontes, e temos de construir a quarta ponte, uma ponte direta entre Brasil e Marrocos.

Agradeço pela atenção.

E viva a amizade entre Marrocos e Brasil! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Agradeço a participação de S. Exª o Conselheiro Abdessamad Kayouh, as suas palavras tão eloquentes e tão precisas também, inclusive já estabelecendo – eu gostaria de deixar assinalado, com a permissão de S. Exª o Presidente do Grupo de Amizade Brasil-Marrocos – a importância de nós discutirmos a relevância do transporte marítimo entre o Brasil e o Marrocos.

Isso significa dizer que cabe ao nosso Grupo de Amizade Brasil-Marrocos entrar logo em contato com o Ministério dos Transportes, com a Secretaria dos Portos, enfim, com as autoridades de comércio exterior do Brasil para nós, já quando da segunda reunião dos dois grupos de amizade que será realizada em data a ser marcada, mas bem proximamente, lá no Marrocos, em Rabat, possamos levar alguma coisa de consistente para oferecer como resposta àquilo que nos foi demandado hoje tanto por S. Exª o Conselheiro Abdouh e por S. Exª o Conselheiro e Primeiro Vice-Presidente da Câmara dos Conselheiros do Reino do Marrocos Abdessamad Kayouh.

É muito importante que pela Secretaria desta Comissão de Relações Exteriores, também com a permissão de S. Exª o Senador Cristovam Buarque, Presidente do Grupo Brasil-Marrocos, isso seja levado a ponto, que faça este comunicado ao Embaixador do Brasil no Marrocos, o Embaixador Humberto de Brito, para que ele possa colaborar também neste processo e neste projeto.

S. Exª o Senador Cristovam Buarque, Presidente do Grupo de Amizade Brasil-Marrocos, pede a palavra?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Não? Desculpe-me.

Apenas está lembrando S. Exª o Senador Cristovam Buarque que o Prefeito de Mazagão, o Professor Dudão, trouxe para nos oferecer um breve filme que conta um pouco a história que ele aqui já nos relatou.

Então, por favor.

Com a palavra o Prefeito de Mazagão.

O SR. JOÃO DA SILVA COSTA – Como era costume dos nossos ancestrais, os primeiros habitantes de Mazagão enterravam os primeiros que morreram lá na igreja. E, cerca de dez, quinze anos atrás, houve um projeto dos arqueólogos em Mazagão, e foram retirados da terra os primeiros de Mazagão. Hoje, há estruturas ósseas de 54 pessoas. Os primeiros habitantes estão em uma espécie de urna de vidro, e a população e o turista têm acesso.

Essa quarta ponte de que ele falou é muito importante, porque a gente vai criar uma linha direta para iniciar esse intercâmbio cultural e turístico lá por Mazagão.

A gente trouxe uma amostra da Festa de São Tiago, do aniversário de Mazagão e da religiosidade de lá.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado, Sr.João da Silva Costa, Professor Dudão.

Mais uma vez agradeço também, entre nós, a presença de S. Exª o Deputado Federal André Abdon, que é do Estado do Amapá.

Vamos agora à exibição do vídeo.

(Procede-se à exibição de vídeo.) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito bem!

Pela ordem, S. Exª a Senadora Ana Amélia, membro integrante da Comissão de Relações Exteriores e também do Grupo de Amizade Brasil-Marrocos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Caro Presidente, distintos convidados que representam o Reino do Marrocos, o Parlamento do Marrocos, é uma honra muito grande que possamos, nesta Comissão de Relações Exteriores, exercer aquilo que se convenciona chamar de diplomacia parlamentar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A representação marroquina está exercendo na plenitude esse ativismo de um relacionamento bilateral, com grandes impactos na relação econômica entre o Brasil e o Reino do Marrocos, na área da infraestrutura logística, no tráfego marítimo, mencionado pelo nosso Presidente, nas novas linhas aéreas, que já são hoje bastante intensas entre São Paulo e Casablanca, Rio de Janeiro e Casablanca, e agora imagina-se uma linha Fortaleza-Casablanca, que pode ampliar ainda mais esse relacionamento.

Há também o interesse do encontro que tiveram as autoridades marroquinas com o Presidente Temer em relação a eventuais entendimentos no âmbito do Mercosul. Penso que nossas economias podem ser complementares em muitos aspectos e devemos buscar isso.

Senador Cristovam, que é também nosso colega, nosso Presidente do grupo, quero dizer que estamos aqui disponíveis.

O Rio Grande do Sul tem uma agenda também importante; nosso Embaixador já esteve em Porto Alegre. É um Estado de uma indústria diversificada: metalomecânica, de eletromotores, de têxteis e em uma série de outras áreas. A agricultura é muito forte, com soja, arroz – queremos exportar o arroz. Não podemos fazer cuscuz, porque não é nossa especialidade, o cuscuz marroquino, produzir a farinha, embora gostaríamos de fazê-lo, mas temos muitas outras coisas. Temos agora a produção de azeite, temos produção de bebidas, vinhos, espumantes de qualidade, queijos, laticínios. Somos concorrentes em alguns tipos de produtos, mas seremos complementares em outros tipos de produtos.

E saúdo a bela representação, a bela conquista do Marrocos para disputar a Copa do Mundo, vencendo duas seleções importantes. (*Palmas.*)

Só espero que não faça o Brasil dançar uma música marroquina. Que tenhamos aí um embate esportivo muito importante.

Cumprimento o Prefeito de Mazagão. Achei muito interessante a criatividade, Prefeito, é muito relevante na hora em que o senhor quer vender, no bom sentido, o que o senhor tem de melhor. Essa é uma questão cultural, e a cultura é o que nós chamamos de economia criativa. Através dessa economia, desse empenho dos senhores pode-se levar, como se diz, o distante Mazagão, no Amapá, tanto quanto São Paulo ou Alagoas, do nosso Presidente, ou o Distrito Federal, do nosso Senador Cristovam, ou o meu Rio Grande também, à integração maior. É um continente gigante o nosso Brasil, e o Marrocos tem muito a nos ensinar e nós temos muito com que cooperar.

E também fico feliz, porque como sou uma Senadora muito vinculada ao setor agropecuário, é interesse do Reino do Marrocos, do Governo desse país o intercâmbio com a Embrapa.

A Embrapa é uma zona de excelência muito importante, que nos orgulha muito, uma empresa estatal criada nos anos 70, e ela está prestando serviços inestimáveis ao desenvolvimento da produção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agropecuária do nosso País. Com a mesma área, nós estamos aumentando em 48% a produção; enquanto a área cultivada aumentou 10% ou 20%, a produção e a produtividade aumentaram 48%. Então, isso é fruto de tecnologia. Hoje, 68% da produção agropecuária brasileira resulta de tecnologia.

Então, ficamos muito felizes.

Bem-vindos hoje e sempre ao nosso País! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senadora Ana Amélia, pela sua sempre pertinente participação nos nossos trabalhos, sobretudo com o conhecimento tão aprofundado que tem no campo das relações exteriores, muito particularmente quando diz respeito à relação bilateral Brasil-Marrocos.

Antes de encerrarmos nossos trabalhos, eu gostaria de agradecer mais uma vez às Srªs e Srs. Senadores aqui presentes, a S. Exª o Sr. Deputado Federal André Abdon, do Amapá; a S. Exª o Sr. Prefeito de Mazagão, João da Silva Costa, Professor Dudão, que nos trouxe muita emoção nas suas palavras.

Agradeço especialmente a S. Exª, meu amigo, Conselheiro Abdessamad Kayouh, Primeiro Vice-Presidente da Câmara dos Conselheiros do Reino do Marrocos e encarregado da diplomacia parlamentar; a S. Exª o Sr. Conselheiro Abdelatif Abdouh, Presidente do Grupo de Amizade Marrocos-Brasil; a S. Exª o Sr. Conselheiro Mohamed Razama, Relator do Grupo de Amizade Marrocos-Brasil e Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Defesa Nacional, Fronteiras e Territórios Marroquinos Ocupados na Câmara dos Conselheiros; a S. Exª o Sr. Conselheiro Mohamed Addal, membro do Grupo Parlamentar; a S. Exª o Embaixador do Marrocos no Brasil, Sr. Nabil Adghoghi, e a Srª Bouchra Boudchiche, Diretora para Américas na Chancelaria Marroquina.

Antes de encerrarmos nossos trabalhos, eu gostaria de propor a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião para fins de publicidade no *Diário do Senado Federal*.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, S. Exª a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Eu só queria fazer uma referência, uma vez que cheguei com a reunião já em andamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que remete também à relevância do Marrocos o fato de Marrocos ter sediado o 1º Fórum Mundial da Água em 1997. Estamos sediando agora em Brasília. Depois do Marrocos, as edições seguintes foram em Haia, na Holanda; Quioto, no Japão; Cidade do México; Istambul; Marselha, na França, e duas cidades na Coreia do Sul. Então, Marrocos sediou a primeira reunião global das Nações Unidas para esse debate e agora estamos sediando a última aqui, no Brasil. Isso aconteceu em 1997. Para se ver o quão relevante é essa relação entre os nossos países.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senadora Ana Amélia.

Essa sua lembrança é muito oportuna porque há que se ajuntar também a essa lembrança de S. Exª a Senadora Ana Amélia que foi nessa oportunidade, durante a primeira reunião, que foi criado o Prêmio Hassan II, o Rei do Marrocos de então. Foi estabelecido esse prêmio que, até hoje, em todas essas reuniões, todas essas cimeiras a respeito da água, é entregue ao melhor trabalho que é apresentado para fazer com que a água seja entendida como fonte de vida, e não como fonte de desperdício – e hoje estamos encarando as dificuldades decorrentes dessa ação. E o Prêmio Hassan II foi concedido agora, nesta edição do Fórum Mundial da Água, entregue por S. Exª o Chefe de Governo Othmani, que esteve aqui presente pessoalmente para fazer essa entrega à OCDE, que foi quem ganhou o prêmio, no valor de US$100 mil. O valor é importante, sem dúvida, mas muito mais importante é a forma muito séria, muito responsável e muito percuciente com que a escolha do vencedor é feita por autoridades marroquinas.

Portanto, mais uma vez eu quero me associar a S. Exª a Senadora Ana Amélia e a S. Exª o Senador Cristovam Buarque nos cumprimentos à delegação marroquina por ter feito se representar em tão alto nível na realização do 8º Fórum Mundial da Água.

Lembro a todos os participantes desta reunião que, seguindo imediatamente nosso encontro de agora, haverá a reunião, esse encontro no gabinete do Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, Senador Eunício Oliveira, para a assinatura do Memorando de Entendimento entre o Senado Federal do Brasil e a Câmara dos Conselheiros do Reino do Marrocos. Esse memorando é extremamente importante porque, como o Senador Cristovam Buarque havia já lembrado, através de um grupo de amizade entre dois países, entre o Brasil e países amigos, pela primeira vez está sendo assinado um memorando de entendimento entre as duas Casas Legislativas. E tudo isso com um programa predefinido, com objetivos bem delineados, o que demonstra a seriedade com que os Parlamentos do Marrocos e do Brasil, especificamente a Chambre des Conseillers do Marrocos e o Senado da República, vêm dando a esse entendimento feito via diplomacia parlamentar entre o Marrocos e o Brasil. Portanto, mais uma vez, muito obrigado a todos que compareceram a esta reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E passo a palavra, para encerrar nossos trabalhos, a S. Exª o Senador Cristovam Buarque, Presidente do Grupo de Amizade Brasil-Marrocos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Eu quero apenas, no encerramento, dizer da satisfação de estarmos aqui participando de algo que pode trazer um salto na cooperação entre os dois países. Vocês já têm um excelente Embaixador, nós também temos um muito bom Embaixador em Rabat, mas agora esse grupo de amizade pode servir de assessoria aos Embaixadores e levar adiante uma cooperação a mais intensa possível, de tal maneira que o Brasil seja uma imensa Mazagão. (*Risos*.)

Que todo o Brasil seja uma cidade que tem olhos e abraços para o Marrocos.

Muito obrigado a todas, a todos.

Está encerrada a reunião. (*Palmas*.)

(*Iniciada às 14 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 57 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2018, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e zero minutos do dia vinte e dois de março de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Fernando Collor e Jorge Viana, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Fernando Bezerra Coelho, Hélio José, José Pimentel, Paulo Paim, Paulo Bauer, Flexa Ribeiro, Lasier Martins, Ana Amélia, Cristovam Buarque e Pedro Chaves. Deixam de comparecer os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, Gleisi Hoffmann, Acir Gurgacz, Lindbergh Farias, Antonio Anastasia, Ricardo Ferraço e José Agripino. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Indicação de Autoridade**. **ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 8, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora VIVIAN LOSS SANMARTIN, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Cameroun e, cumulativamente, na República do Chade." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 9, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor FERNANDO SIMAS MAGALHÃES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 2 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 17, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai para a Construção de uma Ponte Rodoviária Internacional sobre o Rio Paraguai entre as Cidades de Porto Murtinho e Carmelo Peralta, assinado em Brasília, em 8 de junho de 2016." **Autoria:** Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (RBPM). **Relatoria:** Senador Pedro Chaves. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 3 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 5 de 2018** que: "Requeiro, nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que seja convidado a comparecer a esta Comissão o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senhor Carlos Márcio Bicalho Cozendey, Ministro de Primeira Classe da Carreira Diplomática, representante do Brasil na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), para tratar da iminente entrada do país no citado organismo internacional e seus impactos." **Autoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho e Senadora Ana Amélia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 6 de 2018** que: "Requeiro, nos termos regimentais, incluir, além das autoridades convidadas no Requerimento nº 8 de 2017 – CRE, que solicita realização de audiência pública para debate do tráfico de drogas, armas e pessoas nas áreas de fronteira, em razão da guerra entre facções nos estados fronteiriços, os seguintes convidados: O Sr. Prefeito do Município de Tabatinga-AM, SAUL BEMERGUY; O Sr. Prefeito do Município de Benjamin Constant-AM." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin e Senador Jorge Viana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 7 de 2018** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, com o tema "O impacto na economia brasileira da recente sobretaxa americana às importações de aço e de alumínio", com a participação dos seguintes especialistas no tema: i. Alexandre de Campos Lyra, Presidente do Instituto Aço Brasil; ii. Marco Polo de Mello Lopes, Diretor-Executivo do Instituto Aço Brasil; iii. Mauro Borges Lemos, ex-Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil; iv. Dr. Mariano Francisco Laplane, Professor da Universidade Estadual de Campinas." **Autoria:** Senador Lindbergh Farias, Senadora Ana Amélia, Senador Jorge Viana e Senador Armando Monteiro. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 6 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 9 de 2018** que: "Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº, 7 de 2018- CRE aprovado em, que a audiência pública nesta Comissão em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, com o tema: "O impacto na economia brasileira da recente sobretaxa americana às importações de aço e de alumínio", inclua como convidados: Sr. Roberto Gianetti da Fonseca, Presidente da Kaduna Consultoria e Ex-Secretário Executivo da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) e Ex-presidente da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex) Sr. José Augusto Fernandes, Diretor de Políticas e Estratégias da CNI Sr. Milton Rego, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Alumínio." **Autoria:** Senador Armando Monteiro, Senador Jorge Viana e Senadora Ana Amélia. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 7 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 10 de 2018** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para instruir o Projeto de Lei do Senado 398 de 2014 que "dispõe sobre a pesquisa e lavra de recursos minerais em faixa de fronteira de que trata o art. 176, § 1º, da Constituição Federal. " Os convidados serão indicados oportunamente." **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Resultado:** Aprovado o Requerimento, com a indicação dos seguintes nomes como convidados para a Audiência Pública: Ministro de Minas e Energia, Sr. Fernando Coelho Filho; Ministro da Defesa, Sr. Joaquim Silva e Luna; Ministro Chefe do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gabinete de Segurança Institucional, Sr. Sergio Etchegoyen; Ministro Extraordinário da Segurança Pública, Sr. Raul Jungmann; Representante do IBRAM (Instituto Brasileiro de Mineração). **ITEM 8 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 11 de 2018** que: "Requeiro, nos termos dos arts. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado-RISF, a realização de Audiência Pública pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), para debater a situação atual e as perspectivas das relações comerciais entre o Brasil e o Catar. Para tanto, sugiro sejam convidados: Embaixador do Catar no Brasil, Sr. Mohammed Ahmed Hassan Alhayki; Representante do Ministério das Relações Exteriores; Representante da Secretaria de Governo Federal." **Autoria:** Senador Hélio José. **Resultado:** Aprovado o Requerimento, com a substituição do "Representante da Casa Civil" por "Representante da Secretária de Governo Federal". Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fernando Collor

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/03/22

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Leitura de comunicados.

Sobre o Peru: como já é do conhecimento de V. Exªs, o Presidente do Peru, Pedro Pablo Kuczynski, renunciou ontem ao cargo. Após acusações de compra de votos durante sua campanha, por ele negadas, PPK, como é conhecido, afirmou que não quer ser um obstáculo para o desenvolvimento do país.

Os líderes partidários no Congresso peruano aceitaram a renúncia do Presidente, que deveria enfrentar hoje um voto por seu impedimento.

O Presidente, de 79 anos, sobreviveu a um voto de impedimento em dezembro passado.

Dirigindo-se à nação, Pedro Pablo Kuczynski rejeitou categoricamente as acusações, que chamou de infundadas, reafirmando seu compromisso com um país honesto, moral e justo para todos.

Em relação à Cambridge Analytica e Facebook: num escândalo de dimensões planetárias de uso indevido de dados pessoais de usuários de redes sociais, a firma britânica de consultoria política Cambridge Analytica disse que não tem nenhuma ligação com a universidade de mesmo nome. A firma hoje está sendo investigada no mundo todo por ter usado dados pessoais de cerca de 50 milhões de usuários do Facebook para influenciar o resultado de eleições mundo afora, entre elas, o referendo do Brexit e as eleições presidenciais norte-americanas em 2016. A extensão do problema, entretanto, tem escala mundial, uma vez que a consultoria atuou em mais de cem campanhas nos cinco continentes.

O Facebook também está sendo questionado, e seu fundador, Mark Zuckerberg, admitiu que a rede social cometeu erros que permitiram a exploração de dados de milhões de seus usuários pela firma de consultoria política, a Cambridge Analytica, companhia que é acusada do uso impróprio desses dados em benefício de seus clientes.

Zuckerberg admitiu, em nota, a ocorrência de uma quebra de confiança e disse que lamenta o ocorrido, tendo prometido tomar medidas contra esse tipo de uso de dados.

A empresa teve acesso a esses dados em 2014 por meio de um questionário elaborado pelo pesquisador Aleksandr Kogan, da Universidade de Cambridge, que convidava usuários a descobrirem o tipo de sua personalidade. De acordo com o ex-funcionário da Analytica Christopher Wylie, o questionário permitiu que fossem coletados não apenas os dados dos usuários que responderam ao teste, cerca de 270 mil, mas também os de sua rede de amigos, sem seu conhecimento explícito. Esses dados teriam sido vendidos para a Cambridge Analytica, que os usou para traçar perfis psicológicos dos usuários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Cambridge Analytica suspendeu o seu chefe executivo, o britânico Alexander Nix, que foi filmado pelo programa Channel 4 numa investigação da Rede BBC mostrando a um repórter da emissora como a firma influenciava o resultado de eleições no mundo usando táticas clandestinas, como campanhas de difamação e divulgação de notícias falsas, agora chamadas de *fake news*, com o objetivo de desacreditar políticos *on-line*.

Em seu portfólio, a Cambridge Analytica e sua empresa-mãe, a Strategic Communications Laboratories, afirmam ter trabalhado em mais de cem eleições ao redor do mundo – cem eleições! Na Europa, eles afirmam ter atuado na República Checa, na Itália e na Ucrânia, afirmando até mesmo que a sua campanha ajudou no sucesso da Revolução Laranja, de 2004. No Quênia, a empresa afirma ter atuado nas bem-sucedidas campanhas de Uhuru Kenyatta à presidência em 2013 e em 2017, com pesquisas para entender as questões que preocupam os eleitores. Mas Mark Turnbull, executivo da empresa, foi filmado pelo programa Channel 4 da BBC afirmando que a atuação da consultoria foi mais abrangente. De acordo com ele, a Analytica mudou a imagem do partido duas vezes, escreveu o seu manifesto, fez pesquisas, análises e mandou mensagens. O principal partido de oposição do Quênia está pedindo uma investigação completa da atuação da empresa.

De acordo com a agência de notícias Bloomberg, representantes da CA Ponte, uma parceria entre a Cambridge Analytica e a consultoria brasileira Ponte Estratégia, entraram em contato com representantes de três potenciais candidatos às eleições presidenciais do Brasil. O diretor dessa parceria, André Torretta, disse ao jornal espanhol *El País* ter sido abordado pelo *staff* de dois candidatos a Presidente brasileiros, mas que não chegou a um acordo com nenhum deles.

A Analytica também afirma ter atuado no México, na Índia e na Malásia, entre outros países.

Esse é um assunto que vai ainda, no meu entender, render muito nos noticiários.

Sobre a Rússia.

O Presidente Vladimir Putin vai liderar a Rússia por mais seis anos após conseguir uma vitória por larga margem nas eleições realizadas no país no último domingo. De acordo com os resultados oficiais, Putin, que governa a Rússia como Presidente ou Primeiro-Ministro desde 1999, conseguiu mais de 76% dos votos. Discursando em Moscou, Putin disse que os eleitores reconheceram as conquistas dos últimos anos. O segundo colocado, o bilionário e empresário comunista Pavel Grudinin, que concorria pelo Partido Comunista, conquistou apenas 12% dos votos.

A dimensão dessa vitória, que já era esperada de acordo com pesquisas eleitorais, é maior do que a da última eleição, em que Putin se elegeu com 64% dos votos.

A eleição de domingo foi também a primeira realizada na Crimeia, desde que região foi anexada pela Rússia, em março de 2014. A anexação da Crimeia e da cidade de Sebastopol à Federação russa é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

um processo de incorporação da República da Crimeia, reivindicada pela Ucrânia como república autônoma da Crimeia e cidade de Sebastopol, como subdivisões federais da Federação russa. A anexação foi amargamente contestada por Kiev e ampliou as tensões entre a Rússia e os países ocidentais. Cidadãos russos vivendo na Ucrânia não puderam votar porque o acesso às missões diplomáticas russas em Kiev foi bloqueado pelo governo ucraniano.

Sobre o Brexit.

Os principais negociadores do Brexit, Michel Barnier, pela União Europeia, e David Davis, pelo Reino Unido, anunciaram, na segunda-feira, um acordo sobre o período de transição da saída do Reino Unido daquele bloco de países, que irá de 29 de março próximo até 31 de dezembro de 2020. Nesse período, os britânicos continuarão com os mesmos benefícios de hoje no mercado comum e na união aduaneira europeia, enquanto ficam livres para negociar novos acordos comerciais que entrarão em vigor apenas em 2020. O período de transição começa dois anos após a notificação da intenção de deixar o bloco, apresentada pelos britânicos ao Conselho Europeu, no dia 29 de março de 2017, e terá a duração de 21 meses.

O anúncio foi feito às vésperas de uma cúpula europeia que ocorre hoje e amanhã, na qual os dirigentes dos 27 países-membros do bloco devem aprovar sua posição comum nas negociações comerciais do Brexit. Tanto o Reino Unido quanto a União Europeia esperam que o acordo seja assinado durante o encontro. Os negociadores esperam também que, se esse acordo de transição for aprovado, as negociações poderão se concentrar no tipo de relação futura permanente entre os dois lados, com o objetivo de chegar a termo até o fim do outono britânico, em novembro, para dar tempo a que os países-membros da União Europeia e o Reino Unido o ratifiquem antes do dia 29 de março de 2019.

Sobre a China.

Uma novidade é a indicação do Vice-Presidente. O Congresso Nacional do Povo, o Parlamento chinês, aprovou, por unanimidade, a nomeação de Xi Jinping para seu segundo mandato como Presidente da China, como já tomamos conhecimento largamente, e nomeou Wang Qishan, ex-prefeito de Pequim e encarregado de liderar as investigações anticorrupção do país, Vice-Presidente.

Analistas acreditam que a escolha de Wang Qishan pode mudar a importância do papel do Vice-Presidente. Wang foi negociador chefe de comércio com os Estados Unidos em 2009, durante o Governo de Hu Jintao, e sua experiência é significativa, dados os recentes planos do Presidente dos Estados Unidos para o comércio com a China.

A esse respeito a administração Trump planeja anunciar, hoje ainda, sanções contra a China, após determinar que o país está encorajando o roubo e a transferência de propriedade intelectual de firmas norte-americanas" [mas que linguajar!]. A Casa Branca afirma que as medidas serão tomadas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"após anos de negociações que não foram capazes de produzir mudanças" dessa prática por parte dos chineses. As ações a serem tomadas devem incluir a imposição de tarifas, entre outras medidas, que podem levar a uma guerra comercial mais amplas entre os dois países. [Guerra comercial esta que o líder norte-americano diz ser boa, porque sempre se pode ganhar. É uma declaração bem simplória].

Hua Po, comentarista de política chinesa, disse à agencia de notícias France-Presse que a nomeação pode ser parte da estratégia de Xi Jinping para enfrentar os Estados Unidos economicamente. Xi e Wang, atual eleito Vice-Presidente, "podem elaborar a solução para a tempestade que está se formando com os Estados Unidos sobre 'desequilíbrios' e 'tarifas'", opina o comentarista.

Passando ao nosso primeiro item da pauta de hoje.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 8, de 2018

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora VIVIAN LOSS SANMARTIN, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Cameroun e, cumulativamente, na República do Chade.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1 - Em 15/03/2018, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Convido para que tome assento à mesa a Srª Embaixadora Vivian Loss Sanmartin para a sua sabatina de hoje. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dando as boas-vindas à Srª Embaixadora a esta Comissão, concedo a ela a palavra, indicada que está sendo para Embaixadora da República do Cameroun e, cumulativamente, como já foi aqui explicitado, para a República do Chade.

V. Sª dispõe de 15 minutos para a sua exposição.

A SRª VIVIAN LOSS SANMARTIN – Muito obrigada.

Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, Sr. Relator – acho que ainda não chegou – Cristovam Buarque, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, Embaixadora Gisela Padovan, prezados colegas, é uma honra para mim estar aqui diante desta Comissão, pela primeira vez, para ser sabatinada para representar o Brasil junto à República de Cameroun e, cumulativamente, à do Chade.

Eu queria registrar meu agradecimento ao Presidente Michel Temer e ao Ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes, pela indicação que muito me honra. Espero poder merecer a aprovação de V. Exªs.

Sr. Presidente, tendo em conta a limitação de tempo, eu vou fazer uma breve apresentação do país, de Cameroun. Falarei da relação bilateral e, rapidamente, do meu plano de trabalho, caso, evidentemente, eu mereça a aprovação de V. Exªs. Depois, passarei brevemente a falar de Chade.

Ex-colônia alemã, ex-protetorado franco-britânico, Cameroun é uma república semipresidencialista, governada desde 1982 pelo Movimento Democrático do Povo de Cameroun (RDCP). Aliás, o Presidente do país, Paul Biya, está no seu sexto mandato, e se especula que ele vai concorrer a um novo mandato nas eleições presidenciais que terão lugar em outubro deste ano.

Cameroun é conhecido como "a África em miniatura" pela grande diversidade geográfica, étnica e cultural. É um país – não sei se temos o mapa; não – que fica na fronteira entre a África Central, a África Ocidental e a África Oriental e que tem uma posição estratégica, ficando na frente do Golfo da Guiné, nessa região.

Desde a década de 70, Cameroun desfruta de estabilidade política e tranquilidade social pouco comuns na África, mas esse quadro tem se alterado nos últimos anos em função da atuação do grupo terrorista Boko Haram no norte do país e, desde o ano passado, do movimento separatista nas duas regiões anglófonas.

Cameroun também tem ganhado importância geopolítica crescente em função dos conflitos no seu entorno. Para os senhores terem ideia, hoje Cameroun abriga em torno de 350 mil refugiados provenientes do Sudão, da República Centro-Africana e da Nigéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Potências ocidentais, como França e Estados Unidos, têm prestado crescente atenção a Cameroun, em função do interesse em combater o terrorismo, e têm prestado assistência militar e financeira crescente ao país.

Em termos econômicos, é importante ressaltar que, desde 1994, Cameroun tem crescido ininterruptamente, a taxas, inclusive, acima da média africana. O país é considerado como a locomotiva da CEEAC (Comunidade Econômica dos Estados da África Central), e se estima que continuará crescendo a uma taxa de 4,5% ao ano até 2020, puxado pelos investimentos em infraestrutura. Ainda assim, é um país de renda média baixa. Não é um país com um desenvolvimento significativo.

O país possui a economia mais diversificada da África Central. Produz petróleo, mas as reservas de Cameroun são declinantes, e, por isso, o país teve de se diversificar. O resto do PIB camaronês é gerado pela pecuária, pela agricultura, pela pesca, pela indústria e por serviços. O país fornece alimentos para Guiné e para todos os países do entorno, principalmente para a Nigéria, e exporta, principalmente, além do petróleo, cacau, madeira, borracha, alumínio, café, entre outros produtos primários.

Cameroun, além disso, tem o segundo maior potencial hidrelétrico da África, que ainda é muito pouco aproveitado, e uma das maiores reservas de gás natural da África Subsaariana.

Por fim, Douala, como os senhores podem ver no mapa, é o porto, que é um *hub* logístico dessa região, de onde saem suprimentos para os países sem acesso ao mar, os países vizinhos, e por onde escoa também a produção desses países.

O governo do Presidente Paul Biya está realizando um ambicioso programa de investimentos em infraestrutura com o objetivo de superar os gargalos ao desenvolvimento do país: construção de rodovias, hidrelétricas e, principalmente, um novo porto de águas profundas ao sul de Douala, na cidade de Kribi, que deve reforçar essa vocação de *hub* logístico do Cameroun.

No particular, eu gostaria de ressaltar que do Porto de Kribi sairá, proximamente, um cabo submarino de fibra ótica que vai ligar Kribi a Fortaleza, no Brasil. É um projeto muito importante e que deve ser inaugurado em setembro próximo.

Apesar de todas as vantagens naturais, Cameroun padece de um ambiente de negócios pouco favorável, excessiva burocracia, corrupção, baixa capacitação laboral, baixa produtividade agrícola, enfim, de todos esses desafios ao incremento de países de menor desenvolvimento relativo.

Sobre a relação com o Brasil, lembro que reabrimos a Embaixada em Iaundê em 2005 e, desde então, tem-se procurado uma crescente aproximação e um adensamento das relações com Cameroun. O diálogo político é excelente, muito fluido, e a Embaixada do Brasil tem acesso às mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

altas instâncias decisórias no país. O desafio é traduzir esse ativo político em oportunidades para empresas brasileiras e maior cooperação bilateral.

O Brasil é o único país das Américas que tem embaixada residente em Iaundê, além dos Estados Unidos, e a nosso favor conta grande simpatia pelo nosso País e uma grande identidade cultural.

O nosso comércio bilateral teve um crescimento expressivo desde o ano 2000 e, no ano passado, foi de algo em torno de 93 milhões. Nós exportamos para Cameroun basicamente dois produtos: óxido de alumínio e açúcar refinado; e importamos do país folheados de madeira e borracha natural. Evidentemente, essa pauta pode ser diversificada e o fluxo comercial tem condições de ser incrementado. Diversas empresas brasileiras estão atualmente prospectando negócios no Cameroun.

Em termos de cooperação, eu gostaria de ressaltar que o governo do Cameroun tem manifestado muito interesse em aumentar a cooperação com o Brasil nas mais variadas áreas: agricultura, capacitação, defesa, energia. Existem, hoje, alguns projetos, poucos, em andamento e diversos que poderiam ser elaborados.

Eu gostaria aqui de destacar a cooperação na área de defesa que está recém-iniciada, mas que é muito promissora. O governo camaronês encaminhou, no começo deste ano, ao Governo brasileiro um projeto de acordo de cooperação na área de defesa. A contraproposta brasileira seguiu esta semana para Iaundê. É importante que esse acordo possa ser assinado porque ele vai estabelecer o marco jurídico para as relações, para a cooperação entre o Brasil e o Cameroun.

Além disso, está em exame pelo governo do Cameroun, desde 2013, a compra de Super Tucanos A-29 pela Força Aérea do Cameroun. Se esse negócio se concretizar, e eu espero que se concretize, isso vai abrir possibilidades, por exemplo, para cooperação na área de formação de pilotos.

Por fim, eu queria destacar que a Marinha do Brasil tem uma parceria com a Marinha do Cameroun, desde 2015, principalmente no que se refere ao patrulhamento e à segurança no Atlântico Sul. Em julho deste ano, irá para Iaundê um oficial da Marinha que vai trabalhar no Centro Inter-regional de Coordenação na Luta contra a Pirataria no Golfo da Guiné, que foi criado em 2013 e cuja sede é em Iaundê. Lá ele terá uma missão de dois anos, para ajudar a montar esse centro.

Em termos de planos de trabalho, eu intencionaria, naturalmente, se for aprovada pela Comissão, estruturar minha gestão em torno de três eixos. Diplomacia pública e cultural, ou seja, continuar o trabalho de divulgar a realidade brasileira e a cultura, no Cameroun; tornar o Brasil mais conhecido, e reforçar a interlocução com as instâncias decisórias do governo camaronês e também com a sociedade camaronesa, que são fundamentais para que se identifiquem oportunidades de negócio, realizar parcerias e estabelecer uma presença maior do Brasil nesse país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro eixo seria a diplomacia comercial, ou seja, dar seguimento ao trabalho que foi iniciado pelo Secom de prospectar oportunidades de negócios para empresas brasileiras, encontrar nichos de exportação para produtos brasileiros e evidentemente prestar o apoio às empresas brasileiras que desejem realizar negócios no país.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PRB - MS) – Peço licença à Embaixadora.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, S. Exª o Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PRB - MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu pediria autorização a V. Exª e à Embaixadora que permitam a abertura do painel para votação.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – S. Exª o Senador Pedro Chaves solicita que seja aberta a cabine de votação para recolher o voto das Srªs e dos Srs. Senadores.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Solicito à Secretaria da Comissão que por favor abra o painel.

Muito obrigado.

Desculpe, Srª Embaixadora. Pode continuar a sua exposição.

A SRª VIVIAN LOSS SANMARTIN – Obrigada, Presidente.

Eu acho que ainda tenho cinco minutos. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL. *Fora do microfone.*) – É isso.

A SRª VIVIAN LOSS SANMARTIN – Obrigada.

Então, só para terminar, o terceiro eixo seria a diplomacia da cooperação. É muito importante termos mais projetos de cooperação com Cameroun. Há demanda nas mais variadas áreas. Eu posso depois falar sobre alguns projetos.

A cooperação vai de mãos dadas também com os negócios, uma porta abre a outra, e, além disso, nós não só estaremos ajudando um país africano a se desenvolver, mas também exportando nosso *know-how*, nossos serviços e produtos para esse país.

Falando um pouquinho, agora, do Chade, é um país de menor desenvolvimento relativo, ex-colônia francesa, sem acesso ao mar e tem uma história, infelizmente, marcada pela instabilidade e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelos conflitos. O país tem metade do território desértico e a principal fonte de renda da população chadiana é a agricultura tradicional.

O petróleo é o maior produto de exportação, responde hoje por cerca de 70% das receitas do país e tem nos Estados Unidos o principal comprador. Aliás, o petróleo chadiano escoa por um oleoduto que sai de Jamena e vai até o Porto de Douala. Ou seja, é interesse dos Estados Unidos principalmente de que este país se mantenha estável para que essa produção siga escoando normalmente.

As relações diplomáticas do Brasil com o Chade foram estabelecidas em 1996, em cumulatividade com a embaixada em Iaundê. O chadiano tem muito interesse em estreitar essas relações. Eles veem no Brasil um modelo a ser seguido que pode orientar o país, ajudar o país no seu processo de desenvolvimento, como um país que já superou os desafios que o Chade hoje tem.

Atualmente nós temos dois projetos com o Chade. Um projeto na área de agricultura, na área de algodão, que se chama Cotton-4+Togo, que visa a melhorar a produtividade do algodão no Chade e nos outros países que fazem parte do projeto.

Além desse projeto, há um projeto de estabelecimento de um criadouro, abatedouro de aves no Cameroun, visando a aumentar a segurança alimentar do país e diversificar também a produção. Esse projeto foi solicitado pelo governo do Chade e está sendo elaborado em parceria com a empresa paranaense Globoaves. A embaixada tem acompanhado de perto esse projeto que se espera possa vir a ser concluído ainda este ano.

Acho que vou parar por aqui para dar tempo para as perguntas. Naturalmente estou à disposição dos senhores e das senhoras para responder a qualquer indagação sobre as relações bilaterais entre Brasil e Cameroun e também com o Chade.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Sª, Srª Embaixadora Vivian Loss Sanmartin, pela sua exposição.

Como primeiro Senador inscrito, S. Exª o Relator, Senador Cristovam Buarque. Em seguida, o Senador Pedro Chaves. Depois, o Senador Lasier e a Senadora Ana Amélia.

Com a palavra S. Exª o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Presidente, eu sugiro que pode passar inicialmente para os outros. Eu quero falar depois.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Atendendo solicitação de S. Exª o Senador Cristovam Buarque, passo a palavra a S. Exª o Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PRB - MS) – Srª Embaixadora Vivian, muito prazer.

Sr. Presidente Fernando Collor, formulo duas perguntas em relação à nossa sabatina.

Primeiro, o Cameroun vive uma grave crise política envolvendo dois Estados anglófonos do país. Paralelamente, verifica-se uma escalada de ações repressivas e de censura contra os secessionistas.

O governo do Presidente Paul Biya, no poder desde 1982, não demonstrou ser capaz de administrar a crise. Ainda assim, o sistema político camaronês é considerado aberto para os padrões africanos.

Na visão de V. Sª, quais dos dois quadros correspondem à verdade? A ideia de que a sociedade camaronesa convive com razoável grau de equilíbrio político ou o conturbado cenário de possível fundação de um Estado da Amazônia, que congregaria aquelas regiões de língua inglesa reunidas nos anos 60 ao Cameroun francófono?

A segunda é: a importância estratégica de Cameroun, em seu contexto regional, aumentou ultimamente, visto que a estabilidade política do país se tornou fundamental para frear a ramificação de conflitos na República Centro-Africana (RCA). No Nordeste da Nigéria, no Sudão do Sul e na República Democrática do Congo, esse conflito desenvolve uma série de atividades ilícitas em regiões fronteiriças voltadas para sustentar grupos armados extremistas e terroristas. Pergunto: como avalia o Itamaraty as relações do Brasil com Cameroun nesse quadro? Há interesse da parte do Governo brasileiro em cooperar com Cameroun na área de segurança e defesa?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Pedro Chaves.

Com a palavra S. Exª o Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Obrigado, Presidente Collor.

Bem, antes de mais nada, eu tenho uma satisfação especial em saudar uma conterrânea. A Embaixadora Vivian Sanmartin é de Porto Alegre, tem a sua formação universitária na PUC, tem os seus familiares radicados em Porto Alegre, e tem uma vasta experiência diplomática sempre em países adiantados, democracias evoluídas: Moscou, Bruxelas, Londres, Buenos Aires. E agora vai para um país

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que está entre os chamados de Terceiro Mundo, e Camarões, que, há 38 anos, tem um ditador, Paul Biya.

E aí eu tenho uma curiosidade: como é que essa porto-alegrense com tanta experiência diplomática se depara, depois da convivência com países de primeiríssimo mundo, e vai para Camaroun, que, inclusive, vive um período pré-eleitoral pelo que o noticiário dá conta – eu estava lendo agora notícias da *Deutsche Welle*, que tenho aqui à mão –, e há muitas restrições ao trabalho da imprensa. A imprensa praticamente não pode fazer cobertura eleitoral, embora alguns órgãos de imprensa já estejam transgredindo. Diz a notícia que lá há 500 jornais, uma centena de emissoras de rádio e televisões, e há conflitos com relação à liberdade de expressão. Então, como é que uma Embaixadora brasileira enfrenta essa situação? Como é que ela desempenha o seu papel?

Por outro lado, numa questão mais prática e diretamente relacionada aos nossos interesses, Camaroun é um país que precisa de importação de máquinas, de bens de capital, equipamentos agrícolas, industrializados. E nós no Brasil temos potencial e muito particularmente no Rio Grande do Sul, cujo potencial a Embaixadora Vivian conhece bem, nas fábricas de equipamentos agrícolas, ônibus, tratores etc. Poderá se desenvolver ainda mais uma inter-relação comercial com aquele país?

Num resumo bem objetivo, é isso que eu gostaria de ouvir.

E repito: com grande alegria, vemos uma diplomata saída de Porto Alegre e já com tão bons trabalhos pelo mundo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado a V. Exª, Senador Lasier Martins.

E passo a palavra agora a S. Exª a Senadora Ana Amélia.

Desculpem aqui esse tempinho que eu estou levando para falar, é porque não está funcionando direito aqui o microfone.

Muito obrigado.

Com a palavra V. Exª, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu consulto se o Relator da sabatina à Embaixadora Vivian, o Senador Cristovam, vai...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Ele solicitou falar por último.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Mais uma vez, a República de Piratini dá sua contribuição à diplomacia brasileira. É verdade, Bagé, por exemplo, é parte da República de Piratini.

Cara Embaixadora, como as questões essenciais, a relação econômica mencionada já pelos Senadores é descontinuada, ela não tem uma estabilidade. Isso também mostra as dificuldades econômicas dessa região que a senhora irá representar. É preciso também uma forma mais eficaz dos organismos nossos que podem colaborar. A questão agrícola é uma delas, a Embrapa é um agente importante.

Ontem, tivemos uma belíssima cerimônia de acordos com o Marrocos, liderados pelo Senador Cristovam e Presidente Fernando Collor, com uma delegação robusta que veio visitar o Brasil. A primeira conferência mundial de águas, o 1º Fórum Mundial da Água, em 1997, foi no Marrocos, e agora estamos fazendo no Brasil. Então, essa identidade... O Marrocos é um país em que o ativismo econômico pode ser ampliado na questão de logística: transporte marítimo e transporte aéreo. Já há dois voos direto para Casablanca, um parte do Rio e outro parte de São Paulo. Agora, possivelmente um de Fortaleza, que é o interesse dos marroquinos, que têm no turismo também um grande foco.

As condições econômicas e sociais da região que a senhora vai representar também são bastante sensíveis, muito frágeis. Isso justifica certamente essa descontinuidade. Mas penso que nosso Estado do Rio Grande do Sul tem no setor de bens de capital, máquinas e implementos agrícolas, transporte coletivo, ônibus – várias empresas lideradas sobretudo pela Marcopolo, em Caxias do Sul –, carrocerias de caminhões... Então há uma área de atuação logística de grande expressão. Até por conhecer a senhora essa realidade, creio que possa nos aproximar. A própria Embrapa, como ente, pode fazer cooperação na área da produção agropecuária.

Mas eu agora tenho uma curiosidade – talvez o espírito de repórter não tenha morrido em mim, graças a Deus! –: como é, para a vida de uma diplomata mulher, sair da desenvolvida Viena, da Áustria, e ir a um país africano com tantas carências, com tantas dificuldades? Como é a vida pessoal? Como essa experiência enriquece? De que forma ela enriquece não apenas o conhecimento, mas também a tolerância, a compreensão das desigualdades, sejam elas sociais, religiosas, culturais e assim por diante? É uma curiosidade de um detalhe que traz mais o aspecto humano do que propriamente o aspecto da diplomacia em si.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado a V. Exª, Senadora Ana Amélia.

Passo a palavra a S. Exª o Senador Flexa Ribeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente Senador Fernando Collor, Srª Embaixadora Vivian Sanmartin, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, os dois Senadores conterrâneos da Embaixadora, Senador Lasier e Senadora Ana Amélia, já participaram seus questionamentos, lembrando sempre que a nossa Embaixadora passou em serviços em Moscou, Bruxelas, Buenos Aires, e o Senador Lasier esqueceu Viena, de onde ela está vindo agora para assumir a Embaixada em Cameroun.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Paraguai!

Eu vejo aqui, no relatório do Senador Cristovam, que houve uma descontinuidade na representação brasileira em Cameroun: em 1999, ela foi fechada. Ela foi inaugurada em 1982, em 1999 foi fechada, em 2005 foi reaberta. Qual o motivo dessa descontinuidade da representação brasileira em Cameroun? E como V. Sª vai fazer para aumentar a relação comercial e cultural entre Cameroun e o Brasil?

Pelo relatório aqui, tem-se conhecimento da dificuldade que Cameroun passa pela ação do grupo terrorista Boko Haram no norte e também por um grupo separatista que atua naquele país.

Quero, ao final, agradecer à Embaixadora a visita que nos fez ao gabinete – conversamos na sua passagem por lá – e desejar que S. Sª tenha total êxito na sua nova missão. É o primeiro posto de Embaixadora que ela vai ter agora, em Cameroun. Tenho certeza de que vai ser também exitoso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Flexa Ribeiro.

O último Senador inscrito é S. Exª o Senador Cristovam Buarque, que é autor do relatório que nos traz hoje a Embaixadora Vivian Sanmartin à sabatina desta Comissão.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Srs. Senadores, Srªs Senadoras, Srª Embaixadora, Presidente Collor, o senhor sabe como eu tenho prazer em ser Relator dessas sabatinas, até porque diversos dos Embaixadores da atual geração foram meus alunos no Instituto Rio Branco, então eu os reencontro. Não é o caso da Embaixadora Vivian, que é jovem demais para isso, mas nesse caso eu tive uma satisfação maior porque ele representa o que é na verdade o papel da diplomacia de um país e o que é a função da diplomacia em uma pessoa, no sentido de estarmos, o Brasil, presentes em todos os lugares.

Aqui de vez em quando há um grande debate se devemos ou não ter Embaixada nos países pequenos. Eu sempre digo que se tem uma bandeira, se tem um governo, se tem um território, a gente deve estar presente, até porque, nas Nações Unidas, o voto, em muitas das discussões, é igualitário. Não é quando tem que passar pelo Conselho de Segurança. Eu fico satisfeito de ver o Brasil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com posição em Viena e em Iaundê, sem esquecer que ela atuará também no Chade. Para que tenham ideia de aonde está indo a Embaixadora, o Chade tem renda *per capita* de pouco mais que a metade da de Camarões – isso é para verem como está indo para uma região de extrema pobreza.

Eu acho que a diplomacia brasileira, sempre que tiver recursos, e não falo nem financeiros, mas em número de diplomatas... Mas, segundo: na vida de um diplomata ou de uma diplomata é preciso estar disposto, ou disposta, a ir de Viena para Iaundê com o desafio nos olhos, como ela demonstrou na conversa que tivemos, com o ânimo, com a alegria de quem vai cumprir o seu papel de representar o Brasil.

Então, eu fiz com muita satisfação este meu parecer, também pela carreira brilhante que ela tem tido ao longo dos anos em que é nossa diplomata. Eu fico satisfeito, porque vamos estar presentes nessa área do mundo, e com uma embaixadora desse porte. E, quando falo desse porte, não é só por ser preparada, mas por amar o que vai fazer. Às vezes vejo diplomata que não tem amor pelo lugar onde está, pela posição onde está. Ao mesmo tempo, vejo outros em situações muito difíceis e que estão ali torcendo para que aquele país dê certo e, na medida do possível, contando com a contribuição do Brasil.

Sobre as perguntas, já que estamos numa sabatina: eu queria mais fazer algumas sugestões.

Eu creio que, de fato, como a senhora mesma falou, seu papel é divulgar o Brasil, mas eu gostaria, na medida que fosse possível, que se divulgasse a África no Brasil: mandar material e, da maneira que for possível, aproveitar o ponto de observação em que vai estar para que nós possamos conhecer melhor essa região do mundo.

Eu confesso que não sei exatamente, mas creio que podemos imaginar que muitos dos brasileiros têm DNA vindo de Camarões. O Chade está um pouco mais para dentro, talvez não, mas, sem dúvida alguma... É porque foi dessa região que vieram os escravos que ajudaram a fazer o Brasil, inclusive biologicamente. Então, é importante criar isso. A gente precisa parar de pensar que Camarões é apenas um time de futebol na Copa do Mundo, ainda que, de fato, tenha a característica de ser um grande time em geral.

Segundo: buscar ajudar – aí com outros diplomatas brasileiros – a cooperação Sul-Sul, que é algo fundamental. Hoje quem cuida da cooperação Sul-Sul nas Nações Unidas é uma pessoa que gosta muito do Brasil, que morou no Brasil, que é o argentino Chediek. Ele cuida da cooperação Sul-Sul em Nova York, está querendo revolucionar e está conseguindo fazer muitas coisas. Então, sua posição, obviamente junto com outros diplomatas da região, seria incentivar a cooperação Sul-Sul.

No caso do Brasil, lógico, a senhora mesma falou, há possibilidades de intercâmbio econômico, mas eu insisto que embaixador não é apenas, nem sobretudo, caixeiro viajante, mas promotor da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

cooperação cultural por exemplo, que é mais barata e fácil de se fazer – trazer cantores, levar cantores, filmes no caso do Brasil. Essa é uma coisa importante.

Finalmente, eu quero dizer que hoje, com a globalização, os problemas são globais, independentemente do país. O Cameroun, por exemplo, tem o problema do terrorismo, que é um problema mundial. Então, a nossa Embaixada vai estar em um lugar em que tem informações a fornecer, posições a tomar – no caso, o Brasil, não a Embaixada.

Migração é um problema que passa por ali totalmente. Como escutei a senhora falando, Camarões também tem o problema de receber imigrantes. Para mim, foi uma surpresa que venham da Nigéria, que é um país muito mais rico, pelo menos do ponto de vista global, social.

O problema da ecologia tem a ver, o problema da pobreza e da luta... Minorar os problemas da pobreza tem tudo a ver. E aí, temos inclusive algumas experiências brasileiras que podem ajudar. Há certas propostas e medidas tomadas no Brasil nos últimos anos que podem ajudar.

Então, o problema global faz com que os problemas fiquem todos globais, perpassem todos os países, estejam em todos os países. Então, não há mais embaixada... Não vou dizer importante ou não, porque, de fato, há embaixadas com que a gente tem de estar muito mais conectado, como é o caso do Paraguai, onde a senhora esteve como Secretária. O Paraguai tem uma relação diferente com o Brasil, como Washington, como Londres. É verdade que tem importância maior, mas não há nenhuma sem importância. Então, a senhora está indo para um país importante como qualquer outro.

Finalmente, Senador Collor, eu costumo dizer que, se um diplomata quer melhorar o seu currículo, é melhor que ele vá para a Europa, mas, se quer melhorar sua biografia, é melhor que vá para o Chade, para o Camarões. É aí que a gente constrói uma biografia, mesmo que seja difícil construir o currículo aí, comparado com Viena, comparado com Genebra.

Eu fico satisfeito de estar aqui, de ter feito o relatório que permitiu esta sabatina. Digo que espero, sim, que o Brasil tenha incremento com a África, graças a sua presença em um dos países. Mas tenho certeza de que sua biografia vai melhorar dentro do Ministério das Relações Exteriores e do Brasil.

Parabéns pela nova posição!

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Cristovam Buarque.

Passo a palavra agora a S. Exª o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente, primeiro um pedido de informação a V. Exª.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Após a sabatina, teremos o momento da reunião?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Sim. Após a sabatina, teremos a reunião.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Então, neste momento após a sabatina, eu queria tratar um pouco da nossa participação no 8º Fórum Mundial da Água, que se encerra amanhã. Então, vou aguardar o momento adequado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Haverá oportunidade, Senador.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Mas quero, neste momento especificamente, pedir desculpas ao colega Cristovam, que pediu para falar por último. Eu tive de votar e estou falando após as palavras dele. Mas achei que foi oportuno também.

Primeiro, eu queria concordar com o colega Senador Cristovam, que é professor e Relator, quando ele fala que, se alguém da carreira diplomática quer fazer uma biografia que possa ser muito lida e servir de referência para outras gerações, de fato, tem de servir em lugares como para o que a senhora está indo. Isso é muito bonito e tem um significado enorme também essa simbologia que o Senador Cristovam traz.

Acho que o mundo inteiro – especialmente nós, aqui nas Américas – tem uma dívida que talvez nunca paguemos à África. Isso vem dos Estados Unidos, desde o Canadá até a América do Sul.

Mas as teorias todas que falam da origem do *Homo sapiens* se referem também à África. Então, é um continente de que o mundo inteiro tem de cuidar. Ali está a origem, o nosso DNA está ali, salvo análises e pesquisas dos cientistas.

Eu tive oportunidade de participar de uma conferência, antes mesmo de ser Senador e antes de ser Governador, na República de Camarões. E aí nós estamos falando de Cameroun. Esse já é um outro problema. Eu não sei por que não falamos Camarões mesmo. Talvez seja mais adequado, principalmente tratando-se da África portuguesa. Para nós, é importante.

Eu queria cumprimentá-la por essa missão, depois de ter passado – acompanhei também pela Rádio Senado – em países tão importantes, mas acho que essa sua ida a Camarões, que cresceu muito do ponto de vista até do nosso envolvimento com o futebol e com a história toda cultural, tem um significado muito grande. Acho que todos os brasileiros que vão em missão à África teriam de – e procuramos fazer isso aqui na sabatina do Senado –, de alguma maneira, trabalhar objetivamente para que essa aproximação entre Brasil e África cresça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu me lembro bem de que o Presidente Lula conseguiu fazer algo extraordinário como Presidente da República. Ele fez muitas viagens. Independentemente dos regimes de governo da África, em que se tem uma situação completamente diferente, há países que são de tribos importantes e que eles mesmos encontram uma maneira de lidar... Temos situações gravíssimas de genocídio também ocorrendo naquele continente. Mas nós não podemos esperar que a situação política esteja estabelecida para depois concretizarmos nossas relações. Vamos ter de conviver com essa realidade e procurar, inclusive, ajudar no que for possível.

A ida, naquela época, do Presidente Lula à África foi uma coisa muito bonita, e me emocionou muito o fato de ele ter ido visitar os lugares onde era feito o embarque dos escravos. O nosso país foi o último a decretar o fim da escravidão. Nós temos de lembrar isso sempre que possível para mostrar o quanto, há mais de cem anos, estávamos pegando caminhos errados, e pensarmos nisso hoje. Foi muito emocionante aquilo tudo.

Eu queria concluir esse pequeno comentário dizendo que há uma tendência de elitizarmos as relações internacionais. Então, só vale se for na Europa, só vale se for com as grandes nações. Acho que também, de novo, o Presidente Lula, na sua época, estabeleceu relações diplomáticas, abriu embaixadas em vários países, e isso foi muito importante do ponto de vista comercial e do ponto de vista do papel que o Brasil quer desempenhar diante do mundo.

Participei de um debate aqui, Senador Presidente Collor, quando V. Exª ainda não era Presidente desta Comissão, em que estavam presentes dois Embaixadores importantes, Samuel Pinheiro Guimarães e Rubens Barbosa. A discussão era sobre comércio exterior. Um criticava, dizendo que havia sido um erro o fato de o Brasil ter aberto embaixadas em tantos países, e o Embaixador Samuel dizia que isso tinha sido acertado. Aí, como a discussão era sobre comércio, fiz um estudo durante o debate, Senador Cristovam, e vi que, durante os oito anos de governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, por quem tenho muito respeito, o saldo comercial da política exterior – o embaixador, na época, dizia que essa era a coisa mais acertada do mundo, pois fortalecia as relações com os países ricos – tinha sido de US$30 bilhões favorável ao Brasil e que, no governo do Presidente Lula, que "tinha feito tudo errado do ponto de vista da diplomacia", abrindo embaixadas, procurando trabalhar com os países mais pobres e em desenvolvimento, o saldo tinha sido de US$330 bilhões favorável ao Brasil. Eu falei isso aqui. Falei: "Mas, então, a diplomacia equivocada trouxe um saldo comercial de US$330 bilhões na balança comercial durante os oitos anos de governo do Presidente Lula." Estava sendo feito um paralelo. Foi interessante o debate. E, no outro governo – tudo bem que havia crise econômica ou o que seja –, só houve um saldo de US$30 bilhões. E o fato concreto é que qualquer estudo que se faça mostra que foi muito acertado nós termos estabelecido relações diplomáticas, com presença brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu queria que a senhora, que tem muita experiência, fizesse um comentário sobre a importância disso. Será que o Roberto Azevêdo estaria na Organização Mundial do Comércio se não tivéssemos o apoio desses países pobres com os quais estabelecemos relações e nos quais abrimos embaixadas? Certamente, não!

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF. *Fora do microfone*.) – E a FAO?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Na FAO, o Graziano teria sido reeleito?

Aliás, temos uma sub-representação nas Nações Unidas, com pouquíssimos cargos. Eu gostaria que a senhora fizesse também um comentário sobre isso. A senhora serviu em lugares importantes.

Acho isso ruim. O Brasil precisa ter representação. Há grandes brasileiros, pessoas com experiência extraordinária, mas somos sub-representados na ocupação dos cargos, seja do ponto vista percentual, seja do ponto de vista das funções. Hoje, uma brasileira é chefe de gabinete do Secretário-Geral das Nações Unidas; é uma brasileira. Estava conosco na conferência Manoel Sobral, que ocupa um cargo – ontem, ele estava coordenando toda a celebração do Dia Internacional das Florestas – nas Nações Unidas. Mas ficam três ou quatro servidores num universo de centenas de cargos nas Nações Unidas. Então, o Brasil precisa também crescer nesse ponto.

Por último, já que eu estava falando desse aspecto comercial, Presidente Fernando Collor e colega Senadora Ana Amélia, que não cumprimentei, mas que está aqui, eu não sei se nós não deveríamos... Se eu tivesse o poder de decisão, eu apontaria nesse caminho, certamente, porque a representação diplomática do Brasil lá fora tem simbologia, tem significado. Há todo um trabalho a ser feito. Mas o mundo mudou, o mundo está *on-line*. Não sei se nós não deveríamos, como fazem os Estados Unidos e outros países, apostar um pouco mais na parte econômica, para as embaixadas serem mais fortemente um escritório avançado de promoção de negócios entre o Brasil e o país onde temos representação.

Eu sinto falta de metas estabelecidas, de um plano estabelecido, país a país. Se eu fosse Chanceler, eu cobraria de cada Embaixador ou Embaixadora qual o plano. Se vai servir durante dois anos, a relação de comércio é essa, a nossa pretensão é de que seja qual? E isso com metas, com números estabelecidos para serem alcançados. Certamente, com isso, tudo mais aconteceria: promoção cultural, relação social etc., tudo vem junto, porque é o comércio que puxa também as relações. Daqui a pouco, é gente indo, gente vindo... Eu não vejo o lado econômico apenas com os cifrões da conta; eu o vejo como um negócio, como algo que acontece, relações que são estabelecidas, e o resto vem junto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria também um comentário sobre se não deveríamos ampliar a importância da busca por um aumento na relação comercial e econômica entre Brasil e, por exemplo, Camarões, que nós vimos aqui. Até porque, se isso for estabelecido, fica uma coisa bem mais objetiva: os Ministérios terão que ajudar, que socorrer a Embaixada, socorrer o Embaixador, o Itamaraty também.

Eu sinto falta disso ainda no nosso País por parte do Governo central brasileiro.

Obrigado e meus cumprimentos à senhora. Desejo-lhe sucesso.

Já votei e não tenho dúvidas de que teremos uma grande Embaixadora do Brasil na República dos Camarões e também no Chade.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Jorge Viana, a quem convido a assumir a Presidência dos trabalhos. (*Pausa.*)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu gostaria de fazer uso da palavra. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Salvo engano, o Senador Hélio José pediu a palavra.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu queria só cumprimentar a Senadora Ana Amélia, o Senador Lasier e o Senador Paulo Paim, porque temos aqui uma conterrânea de V. Exªs, uma gaúcha de Porto Alegre, e os três Senadores do Rio Grande do Sul vieram prestigiar a indicação da Embaixadora Vivian Loss.

Então, parabéns!

Esse é o Rio Grande unido celebrando as senhoras do Rio Grande que, como profissionais, estão auxiliando o Brasil mundo afora.

Passo a palavra ao Senador Hélio José, que é o último orador inscrito.

Eu não sei se V. Exª quer, depois, fazer um cumprimento...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Após o Senador Hélio José então.

Com a palavra o Senador Hélio José e, depois, vamos passar a palavra à nossa Embaixadora para que ela, obviamente, faça os seus comentários finais. Em seguida, faremos a apuração dos votos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF. Pela ordem.) – Quero cumprimentar V. Exª, Senador Jorge Viana, pela condução dos trabalhos. Cumprimentando a Srª Vivian Loss, eu cumprimento a população do Rio Grande do Sul.

Quero dizer que eu falaria aqui até em nome do Senador Paulo Paim, o que seria uma honra para mim, isto é, estar aqui apoiando, conversando, dialogando com a nobre Embaixadora.

O desafio realmente é um desafio grande. O Chade é uma das economias mais pobres do mundo, com um IDH baixíssimo. Camarões é um país que o Brasil começou a conhecer a partir da Copa do Mundo, com os jogadores Roger Milla, Nikono e muitos atletas camaroneses pelo mundo afora. Contudo, é uma república ainda um tanto exótica para nós brasileiros.

Eu sou Vice-Presidente da Frente Parlamentar do Turismo e acho que há desafios.

Eu gostaria até de ouvi-la, Drª Vivian, sobre o que a senhora poderia fazer no sentido de promover um pouco mais o turismo brasileiro e a integração turística entre Camarões e Brasil, entre Chade e Brasil.

No Chade se poderia testemunhar e ver o Saara, porque grande parte do Chade está no Saara, e em Camarões se veriam as tribos, as organizações. E no Brasil eles veriam essa imensidão brasileira maravilhosa. Então, no turismo teríamos grande possibilidade de aumentar o intercâmbio entre nossos povos.

Outra questão. Eu, como Presidente da Frente Parlamentar Mista da Infraestrutura, posso dizer para a senhora que o futuro são as energias alternativas, as fontes energéticas que aproveitam o potencial da natureza e sejam permanentes, mesmo intermitentes como são algumas delas.

Chade e Camarões, que com certeza passam muita dificuldade energética, como passamos aqui, são regiões privilegiadas quanto à energia eólica, que é a energia dos ventos, e o Brasil tem uma das indústrias mais desenvolvidas do mundo de construção de torres e aerogeradores, com relação à energia eólica, o que poderia ser uma ótima forma de colaboração mútua e de venda de produtos nossos para essas duas regiões.

Quanto à energia solar, o Brasil ainda está na idade da pedra por questões de boicote, principalmente das pessoas no Ministério de Minas e Energia, que não fazem com que a coisa ande, lamentavelmente. Não é uma questão do Ministro de hoje ou de ontem.

Eu sou servidor do Ministério de Minas e Energia, trabalhei dez anos lá como responsável pelo monitoramento do sistema elétrico nacional. Há um grande boicote com relação à energia solar o tempo inteiro, no Brasil, porque o pessoal, principalmente das térmicas, não a quer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil tem um potencial de 28,5 mil gigawatts em energia solar. A matriz elétrica brasileira são 172 gigawatts, segundo dados informativos da Aneel. E a gente precisa ter compromisso.

Quando eu estava na CMO, a Comissão Mista de Orçamento, por exemplo, em Belo Monte – a senhora inclusive foi protagonista de um blecaute, ontem, no Brasil, causado em subestação daquela região –, nós tínhamos provado por "a" e "b" que dos 40 bilhões gastos para fazer os linhões e a usina de Belo Monte, se usássemos apenas 20 bilhões, nós conseguiríamos gerar uma energia firme do valor da energia não firme Belo Monte, que é de 12,5 gigas. Então, teríamos condições de gerar os 12,5 gigas investindo em energia solar, energias alternativas, biomassa e energia eólica, no Brasil, com apenas 20 bilhões, a metade do valor, e com maior qualidade.

Mas o Brasil é assim o País das desigualdades, que muitas vezes não enxerga o lado real. Por isso estamos aqui protocolando uma CPI do setor elétrico para provar por "a" e "b", como provamos na CPI da Previdência, que o Governo estava errado.

Eu fui o Relator da CPI da Previdência. E o seu nobre conterrâneo eu queria que fosse Presidente do Brasil pelo nosso Partido. Nós já o convidamos a se filiar ao PROS para ser candidato a Presidente do Brasil.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – É porque ele é muito amigo meu. Então, ele faz um acolhimento porque é um orgulho para qualquer brasileiro.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – A minha turma dos meus amigos do PT não quer liberá-lo para ele ser candidato a Presidente do Brasil.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu estou com pena da Embaixadora, com essa tese, agora, da energia.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Com certeza o nosso Senador Paulo Paim será um Senador reeleito pelo Rio Grande do Sul.

Eu gostaria de ter condição de pegar um jatinho aqui e ter dois votos para ir lá e votar em V. Exª. Eu votaria aqui, no senhor, em nós. (*Risos*.)

Quero dizer que, com relação ao Chade e a Camarões, que têm uma solimetria muito elevada, é importante que se discuta de forma bem adequada a questão da energia solar, fotovoltaica. E nós, no Brasil, estamos na Idade da Pedra, e o Chade e Camarões mais na Idade da Pedra do que o Brasil; teríamos que ver mutuamente o que poderia nos ajudar nessa questão. Então, eu queria ver o que poderíamos fazer com relação a isso, minha nobre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para concluir, nobre Embaixadora, desejo a V. Sª sucesso. Realmente não é fácil sair de Viena para ir para esses lugares – laundê –, mas acho que V. Sª está preparada para isso, representa bem o nosso Brasil.

Eu não tenho dúvida de que um dos acertos importantes do Governo Lula foi abrir embaixadas. Eu acho que todos os países, os 156 países do mundo – não sei se é o número correto –, deveriam ter uma embaixada brasileira que divulgasse o turismo, que fizesse as relações, que de fato tivesse condições e recursos para vender o nosso potencial. Porque a gente chega às embaixadas mundo afora e a gente fica até deprimido de ver a total falta de apoio, de recursos, de investimento para que o Brasil tivesse a sua imagem bem vendida lá fora.

Além do mais, a senhora que é uma jovem, de repente o esposo da senhora é um servidor público brasileiro que não poderia ser requisitado pelo Itamaraty para colaborar na nossa embaixada, e fica um problema familiar. Lembro-me muito bem do meu amigo Paulo que está na Nova Zelândia, em Wellington – eu estive lá –, cuja esposa é professora universitária, uma pessoa que poderia estar colaborando sobremaneira na bilateralidade brasileira e não tem condição, porque há uma legislação retrógrada que não permite que o servidor público seja requisitado para colaborar com o esposo ou com a esposa que seja titular da embaixada.

Quero desejar sucesso e falar para a senhora que o meu gabinete, o gabinete 19 aqui na Teotônio Vilela, está à disposição para colaborar com essas relações. Conte conosco.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Muito obrigado, Senador Hélio José.

Passo ao Senador Paulo Paim para fazer um complemento.

Em seguida, à Srª Vivian Loss, porque nós temos, após esta sabatina, que deliberar sobre um conjunto de requerimentos, que não são polêmicos, mas são importantes.

Com a palavra V. Exª, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente e querido amigo, Senador Jorge Viana, eu queria aqui cumprimentar a Embaixadora Vivian Loss Sanmartin. V. Sª é um orgulho para Bagé, para o Rio Grande e naturalmente para o Brasil.

Tenho certeza de que a votação aqui será por unanimidade. Quando eu vinha para cá, dei uma olhadinha no currículo, e não precisava ler o seu currículo porque o nosso querido Senador Cristovam Buarque – que bom que está de volta, estava afastado; eu liguei para ele, fiquei preocupado, mas agora está de volta – fez um brilhante relatório que está naturalmente à altura da nossa Embaixadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tenho certeza de que a República de Camaroun, a República de Chade vai ter uma pessoa excelente lá, uma embaixadora da melhor qualidade. Isso é bom para eles e para nós, nas relações diplomáticas no campo internacional.

Termino dizendo que já votei – e o fiz com muito orgulho – o relatório do meu amigo Senador Cristovam Buarque.

O Senador Hélio José fez aqui uma exposição bem dizer sobre a realidade dos países onde V. Sª vai assumir esse importante cargo. O Senador Hélio José é um Senador muito preparado, e eu percebi isso na CPI da Previdência. Então, o relatório e a opinião que ele deu aqui sobre o trabalho de V. Exª eu tenho certeza de que só vão contribuir para o engrandecimento de todos nós.

Eu fico lhe dizendo vida longa, querida Embaixadora Vivian Loss Sanmartin.

O mundo precisa de você.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Cumprimentando o Senador Cristovam, que foi o Relator, eu passo, então, a palavra rapidamente para a Embaixadora poder – foram vários questionamentos – fazer, quem sabe, uma resposta sobre o que foi questionado e fazer também suas considerações finais. Com a palavra V. Sª.

A SRª VIVIAN LOSS SANMARTIN – Obrigada, Senador.

Bom, em primeiro lugar, eu queria agradecer todo o apoio, os elogios, que não sei se realmente mereço. Espero fazer jus à expectativa dos senhores. E agradeço pelas perguntas, que são extremamente interessantes. Eu vou tentar ser breve, apesar de haver muito o que dizer.

Então, vou começar, pela ordem, pela pergunta do Senador Pedro Chaves sobre a crise política, unidade ou separação. Realmente, essa situação é bastante complexa. Na verdade, eu não sei se os senhores têm o conhecimento de que tudo isso começou com uma reivindicação pacífica com relação à língua inglesa, porque o Cameroun é bilíngue oficialmente, e são duas as regiões que falam inglês como língua principal. E tudo isso começou com os professores e com os advogados que reivindicavam que as aulas em inglês fossem ministradas; os advogados reivindicavam que a lei, *Common Law*, fosse aplicada e que houvesse tradução dos documentos oficiais para o inglês, o que parece que não vinha sendo respeitado. E, quanto aos professores, havia uma reclamação de que muitos professores iam para essas regiões, e não eram fluentes em inglês. Então, no ano passado, isso começou como uma coisa pacífica, mas a atuação repressiva do Governo Central acabou criando uma animosidade e até fortalecendo um movimento separatista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na verdade, o Cameroun é um país unitário; não é uma federação. Existe essa demanda por mais federalismo, pelos recursos, para se poder administrar os recursos dessas duas regiões. E isso também está no âmbito dessa questão: os recursos hoje são administrados pelo Governo Central.

Então, eu acho que a evolução desse assunto vai ser extremamente importante neste ano de 2018, com as eleições que nós vamos ter, legislativas, inclusive, não só presidenciais. E é uma questão central, quer dizer, ou o Governo Central dá mais autonomia, resolve os problemas de marginalização dessa população, ou, então, a gente pode eventualmente ter um conflito sério no Cameroun.

Importância estratégica do Cameroun. O senhor tinha perguntado sobre as relações no quadro de cooperação na área de segurança e defesa, não é? Então, eu acho que o Brasil tem muito a contribuir com o Cameroun. Eu tinha mencionado a questão das aeronaves. Na verdade, esse projeto de comprar os Super Tucanos surgiu no bojo da crise com o Boko Haram. Naquela época, a crise estava mais intensa, e o governo camaronês estava procurando reforçar a sua força aérea justamente para ter equipamentos de combate naquela região.

Essa situação se modificou um pouco, inclusive porque os americanos agora estão muito mais presentes no Cameroun. Eles têm uma base militar em Garoua e têm fornecido equipamento para o exército do Cameroun, inclusive *drones*. A informação que a gente tem é de que a necessidade premente de comprar esses aviões arrefeceu um pouco, mas isso não quer dizer que não esteja havendo uma negociação, porque eu acho que é importante para a Força Aérea do Cameroun. Eles têm interesse nesse avião porque é considerado melhor avião para a força aérea.

Então, naturalmente, vou procurar seguir apoiando as conversas entre a Embraer Defesa, o Ministério da Defesa e o governo do Cameroun, porque isso abrirá portas também para n outros serviços: venda de equipamentos militares, apoio e cooperação.

Então, acho que é uma área extremamente importante, numa região que, como os senhores bem disseram, é uma região conflagrada, é uma região que tem vários conflitos no seu entorno. Então, essa área de segurança é fundamental.

O Senador Lasier Martins fez uma pergunta sobre a mudança da Áustria para o Cameroun. Enfim, faz parte da vida diplomática, Senador. Eu acho que tive uma experiência muito gratificante na Áustria e nos outros lugares onde eu servi. Acho que chegou o momento de ter um novo desafio, saindo um pouco da zona de conforto, porque a gente acaba se acostumando com as coisas boas, enfim, com uma cultura que é parecida com a nossa, com menos dificuldades. Eu acho que é fundamental para o diplomata conhecer lugares onde as coisas não são assim tão fáceis, mas onde há um terreno muito fértil para aprofundar as relações com o Brasil. Uma coisa que eu acho importante destacar é que os países africanos – no caso, o Cameroun e também o Chade – veem com extrema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

simpatia a presença do Brasil. A impressão que dá é de que, se nós pudéssemos estar mais presentes, eles nos acolheriam com muita satisfação.

Como a nossa capacidade de estar em todos esses países é limitada por questões orçamentárias, enfim, a gente faz nosso trabalho de formiguinha. Mas tenho certeza de que qualquer iniciativa de cooperação com o Cameroun será bem recebida e vai render dividendos para o nosso País, inclusive no que se refere a comércio, a investimentos.

O senhor tinha falado de nichos de exportação. Creio que a Senadora Ana Amélia também falou um pouco disso.

De fato, a nossa pauta é muito pouco diversificada e há possibilidades de ampliar essa pauta. Inclusive, foi feito um estudo pelo Itamaraty. Tenho aqui vários itens para os quais nós poderíamos encontrar mercado no Cameroun. Por exemplo, arroz, que é uma coisa produzida no meu Estado; automóveis; pneumáticos; tratores; turbinas hidráulicas; máquinas niveladoras, escavadoras... Há possibilidade de esses produtos ocuparem mercado.

Atualmente, pelo estudo, o grande concorrente é a China e alguns outros países. Por exemplo, no caso de automóveis, o grande concorrente do Brasil, que exporta uma pequena quantidade, é a África do Sul. Então, trata-se de ir desbravando esses espaços, de ir encontrando oportunidades e de ter uma presença constante no terreno. É um pouco essa a ideia, quer dizer não basta você realizar uma missão, ir lá com alguns empresários, ter algum contato e depois a coisa não ter continuidade.

Todos os países que estão no Cameroun agora têm presença antiga, principalmente a França, mas há outros que já estão ocupando espaço. A China é o caso mais evidente. E esses países investem pesadamente nesse tipo de coisa, em mandar missões, em prestar assistência técnica e com isso garantir o seu espaço. Então, temos que fazer a mesma coisa se nós queremos realmente passar a vender mais para o Cameroun.

A Senadora Ana Amélia falou da descontinuidade das relações. Eu acho que é um pouco nesse sentido. Eu acho que, pegando um pouco a pergunta do Senador que falou sobre fechamento da Embaixada, é um pouco isso o problema. Nós abrimos a Embaixada no Cameroun em 1982 e a fechamos em 1999. A informação que eu tenho é de que foi por razões econômicas. O Brasil passou por uma crise importante em 1999, e fechou-se essa Embaixada, assim como outras na África. E, durante o Governo do Presidente Lula, reabriu-se a Embaixada em Iaundê. Então, é todo um trabalho de reaproximação, porque se você não está no país, é muito mais difícil ter essa presença, ver oportunidade de negócios, abrir caminhos sem estar no terreno.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Embaixadora... Pela ordem, Sr. Presidente. Apenas, só para aproveitar o gancho...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone*.) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Então, chegando lá, dê essa prioridade ao arroz, porque é um produto alimentício, a nossa produção está com excedente, há uma queda nos mercados asiáticos, mundiais, uma queda de consumo de arroz, que é altamente protegido em toda a Ásia.

A SRª VIVIAN LOSS SANMARTIN – Sim.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – China, Japão, Tailândia, Vietnã. E nós temos condições de excedentes exportáveis; no momento os custos de produção não cobrem o preço que o agricultor recebe pelo produto. Então, acho que essa prioridade é a mais fácil também, a venda para o Cameroun. A senhora, que conhece bem essa realidade, pode até, a nosso pedido, dar uma prioridade a essa exportação de arroz para lá.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Muito bem, Senadora Ana Amélia. Agora voltamos para a Embaixadora Vivian.

A SRª VIVIAN LOSS SANMARTIN – De fato, Senadora, estou vendo aqui, tenho os dados aqui diante de mim: a Tailândia é o principal exportador, nosso concorrente. Nós não exportamos nada de arroz ainda para o país, mas evidentemente é um nicho importante, o país importa esses cereais, não produz, então é algo a que tem a que ser dada atenção.

A Senadora estava falando também da Marcopolo e da Embrapa. A Marcopolo já está prospectando negócios lá, já há algum tempo. Desde 2014, 2015, eles queriam fornecer ônibus para a copa de voleibol feminino que aconteceu em 2016. Perderam para uma empresa portuguesa, mas continuam engajados em obter um contrato para a construção de um BRT em Iaundê. Então, a empresa está lá, buscando oportunidade de negócios. A minha informação é de que a gente tem prestado todo o apoio possível. A mesma coisa com relação à Embrapa: um dos projetos que nós temos atualmente com Cameroun é na área do algodão. A Embrapa deve enviar uma missão para o país ainda neste primeiro semestre, em parceria com a nossa ABC, a nossa Agência Brasileira de Cooperação, para, justamente, ajudar o país a aumentar a produtividade do algodão.

A senhora havia perguntado como é a vida de um diplomata mulher, como é sair de Viena para um país de menor desenvolvimento.

Eu queria aqui fazer uma referência muito especial ao meu marido, que tem me acompanhado ao longo de todos esses anos com sacrifício de sua própria carreira, indo para qualquer lugar comigo. Quando recebemos esse convite para ir para Cameroun, nós conversamos longamente, conversamos com os meninos, e decidimos aceitar. E ele foi o primeiro a dizer: "Vamos aceitar, é bom para a sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

carreira, é uma experiência nova, a gente vai sair do que a gente já conhece." Ele está muito entusiasmado; ele é antropólogo e, então, ele está muito entusiasmado. Eu tenho que dizer: é fundamental... A vida de uma diplomata mulher não é exatamente fácil, por conta dessas dificuldades familiares, mas eu tenho tido o apoio do meu marido sempre e queria fazer aqui este registro.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone*.) – Parabéns para o seu marido.

A SRª VIVIAN LOSS SANMARTIN – Obrigada!

Sobre descontinuidade, eu acho que já comentei, Senador. Eu acho que, a partir de agora, a gente vai tentar manter essa continuidade.

Eu me lembro de ter lido no relatório de gestão do meu antecessor que, quando o Brasil resolveu fechar a Embaixada em Cameroun, foi um choque para o governo local, foi muito mal visto, mal recebido, e é sempre assim. Quer dizer, se a gente abre uma embaixada, a gente tem que continuar com ela aberta. Então, eu acho – talvez até respondendo a sua pergunta, Senador Jorge Viana – que foi acertado, sim, abrir essas embaixadas na África. O que se diz hoje, e acho isso muito importante, é que a África é a próxima fronteira do capitalismo e do desenvolvimento. As pessoas veem muito os conflitos, as dificuldades, mas o fato é o seguinte: é um continente que tem hoje cerca de 300 milhões de pessoas na classe média, é um continente riquíssimo em recursos, é um continente com gente jovem, é um continente com gente entusiasmada. Eu tenho lido coisas extraordinárias sobre...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Se a senhora me permite dizer: não é à toa que os chineses...

A SRª VIVIAN LOSS SANMARTIN – Estão lá.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – É impressionante o investimento que a China está fazendo na África: junta-se o mundo inteiro e não e chega perto do que eles estão fazendo.

A SRª VIVIAN LOSS SANMARTIN – É.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Então, só para colaborar com a sua...

A SRª VIVIAN LOSS SANMARTIN – É verdade. Os chineses planejam investir agora, de 2015 a 2020, se não estou enganada, 60 bilhões na África, e há hoje algo como 300 projetos de investimento em infraestrutura chineses nos países africanos. Ou seja, é uma presença avassaladora em todas as frentes, não só porque eles querem recursos da África, mas também porque eles querem mercados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, evidentemente, a gente não vai concorrer com a China, mas a gente tem de tentar ocupar o nosso espaço. Eles já estão fazendo isso e outros países, tanto desenvolvidos como em desenvolvimento, como a Índia e a Turquia, estão já na África buscando oportunidades de negócios. Então, acho que a gente tem de dar muita atenção para isso.

O Senador Cristovam Buarque falou de divulgar a África no Brasil também. De fato, acho que a África ainda é um continente muito desconhecido. Apesar de toda nossa herança cultural, ainda é um pouco desconhecido. Acho que as pessoas veem o continente como um todo e não têm noção de que são 54 países, muito diversos. Eu acho que é importante também que haja essa interação cultural.

Eu queria fazer referência aqui a uma coisa muito interessante, que é intenção do Governo do Cameroun de lançar a candidatura do Porto de Bimbia à patrimônio cultural da humanidade na Unesco. Desse porto, partiam os navios negreiros que iam para o Cais do Valongo, no Rio de Janeiro. Então, já existe uma solicitação de auxílio brasileiro do especialista que trabalhou nessa candidatura brasileira para que auxilie o Cameroun a montar a sua candidatura. É um porto que vai ser objeto de escavações. Então, a ideia é justamente resgatar essa memória, porque dali saiu um a boa parte da população africana que veio parar no Brasil, que foi trazida para cá como escrava.

Outra coisa muito importante e que eu acho fundamental é a divulgação do português. Temos hoje na Embaixada um curso de português. É pequeno ainda, com alguns alunos. Foi montado dentro da própria Embaixada. Existe um interesse muito grande da universidade em estabelecer o português como língua ensinada nos cursos de tradução e interpretação. Por quê? Porque o português é uma das línguas da União Africana, e há um interesse em formar pessoas para trabalhar como intérpretes, como tradutores e também para haver mais interlocução com os países lusófonos. É uma questão de negócios também. Então, uma das coisas que vou tentar fazer é obter bolsas para que professores camaroneses possam vir ao Brasil para serem formados como professores de língua portuguesa e possam voltar e passar a lecionar na universidade, no Cameroun, e, com isso, gerar toda uma dinâmica de maior divulgação do português e da nossa cultura.

O senhor falou também na cooperação Sul-Sul. Acho que é fundamental a gente avançar nessa seara. A minha experiência em Viena foi muito rica no sentido de trabalhar com a pessoa da UNIDO, Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial. Eu estive comentando, falando com eles que eu gostaria de levar para o Cameroun um projeto pelo qual eu tenho um grande carinho, que seria levar o biogás brasileiro para o Cameroun. Eu já conversei com o pessoal lá. Entra nessa área de energias renováveis, porque existem condições similares para que se implemente um projeto desses no meio rural no Cameroun. A gente pode fazer uma cooperação Sul-Sul triangular com a UNIDO, que os daria toda assistência técnica. Então, tenho conversado com o pessoal do Centro de Energias Renováveis do Paraná, que também me deu apoio; disseram que querem fazer alguma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coisa. Então, são várias avenidas de cooperação que a gente pode abrir: parceria Sul-Sul, cooperação triangular com agência das Nações Unidas, que eu pretendo explorar.

Depois, o Senador Jorge Viana havia falado do comércio. O comércio com Cameroun realmente pode aumentar, mas a gente precisa ter essa presença lá, identificando oportunidades.

O senhor mencionou a atuação do Brasil em países africanos. De fato, nós temos embaixadas em boa parte dos países africanos hoje. Poderia ser melhor, sim. Poderíamos ter mais apoio, mais gente, mais recursos. Eu espero que isso venha a ocorrer, porque sempre queremos fazer melhor. Então, nós vemos as oportunidades, vemos que há demanda, queremos fazer, e, às vezes, somos muito poucos, temos poucos recursos.

Eu me esqueci de mencionar também que agora temos uma parceria com a Apex. Os senhores sabem que a Apex agora está subordinada ao Ministério das Relações Exteriores, e tem havido um grande esforço do Departamento de Promoção Comercial justamente para tornar mais eficiente a nossa atuação econômica.

Respondendo a uma pergunta de como podemos tornar a nossa atuação econômica mais eficiente, eu acho que é juntando esforços, como vem sendo feito, aumentando a inteligência comercial, realizando missões, fazendo *road shows* e esse tipo de coisas. É um trabalho de formiga, no fundo, mas é um trabalho que outros países fazem muito bem e não há por que não o fazermos também.

Respondendo à pergunta do Senador Hélio José sobre a questão das energias alternativas, eu acho que já mencionei o projeto do biogás, que acho fundamental. Na área eólica, eu não conheço nenhum projeto ainda. Entendo que Cameroun tenha apostado na energia solar também. Ele é um país que tem muito potencial hidrelétrico. Então, nessa área, nós também podemos trabalhar com eles, que querem ampliar – inclusive, estão agora em construção três centrais hidrelétricas –, porque uma das ambições de Cameroun é se tornar uma espécie de fornecedor de energia para o seu entorno, fazendo essa integração energética. Então, há muito espaço para cooperação.

(*Soa a campainha.*)

A SRª VIVIAN LOSS SANMARTIN – Acho que devo terminar. Não sei se consegui responder a todas as perguntas.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Obrigado, Srª Embaixadora Vivian Loss Sanmartin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como sempre falamos aqui, o Itamaraty dispõe de quadros de excelência, e isso é bom para o nosso País.

Eu consulto a Senadora e os Senadores se continuaremos a reunião aberta para fazer a apuração dos votos, método que, aliás, temos adotado.

Eu tenho de fazer obrigatoriamente a consulta, tendo em vista o Regimento apontar num outro sentido, mas o Plenário é soberano. Se há uma manifestação positiva dos colegas Senadores, fica aprovada a condução.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Dando sequência à reunião aberta, solicito à Secretaria, já que os Senadores e a Senadora já proferiram os votos, que se proceda à apuração dos votos no painel.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – A Srª Embaixadora Vivian Loss Sanmartin é indicada para o cargo na República de Camarões, cumulativamente com o cargo na República do Chade.

São 12 Senadores e Senadoras votando.

Foram 12 votos SIM; nenhum voto NÃO.

Não houve abstenção.

Fica, assim, então, aprovada na Comissão a indicação de V. Exª.

Penso que podemos pedir urgência para a condução do processo. Faço esse pedido, de ofício, à Secretaria da Mesa, para que fique disponível para o Plenário a apreciação da indicação de V. Exª.

Parabenizo-a e lhe agradeço, desejando-lhe uma boa missão brasileira em Camarões e no Chade.

A SRª VIVIAN LOSS SANMARTIN – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Obrigado.

Caros colegas Senadores e Senadoras, certamente, vamos ter de esperar aqui dois minutinhos. Ela já se retirou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria dar sequência à segunda parte da reunião deliberativa desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal.

Hoje, dia 22, é o Dia Mundial da Água. Amanhã teremos o encerramento do Fórum Mundial da Água. Em algum momento da reunião, vou fazer referência também ao evento que realizamos, que contou com a presença de Senadores. Foi uma conferência durante o dia inteiro. Na parte da tarde, houve uma extraordinária soma de esforços com membros do Judiciário brasileiro e de outros países, com membros do Ministério Público brasileiro e do de outros países e com Parlamentares brasileiros e de outros países. Foram 134 Parlamentares que se inscreveram no evento parlamentar, que tive o privilégio de ajudar a organizar e a conduzir, de 20 países diferentes.

Fizemos um manifesto. Hoje vou ler no plenário do Senado o manifesto parlamentar.

Amanhã haverá o encerramento do Fórum Mundial da Água. Fui convidado para fazer uma das falas de encerramento. Nós vamos realizar, durante a manhã inteira, de 9h ao meio-dia, a sessão de encerramento. Eu estarei prestando contas e apresentando o Manifesto Parlamentar amanhã, pela manhã, no encerramento do 8º Fórum Mundial da Água. Aviso que o próximo, daqui a três anos, será realizado em Senegal, país do continente africano, que hoje foi objeto de debate aqui.

O item 1 trata da Mensagem nº 9, do Senado Federal.

2ª PARTE

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 9, DE 2018

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Sr. FERNANDO SIMAS MAGALHÃES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos (OEA).

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: pronto para deliberação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações: *nesta reunião, será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.*

Senador Cristovam, V. Exª faria a leitura do relatório sobre essa indicação?

Logo após, leremos um projeto de decreto legislativo que tem como Relator o Senador Pedro Chaves.

Vamos, então, à leitura, que será feita pelo Relator, Senador Cristovam Buarque.

V. Exª tem a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, estamos aqui para opinar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República fez do Sr. Fernando Simas Magalhães, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o importante cargo de Representante Embaixador do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos.

O currículo do Embaixador Fernando Simas Magalhães, elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores indica que o indicado é filho de Fernando Paulo Simas Magalhães e Tercilia Fava Simas Magalhães, tendo nascido na cidade do México, embora seja brasileiro nato, como prevê o art. 129, inciso II, da Constituição de 1946. Graduou-se no Curso de Preparação à Carreira Diplomática em 1979 e foi aprovado no Curso de Aperfeiçoamento Diplomático em 1984.

Faço aqui uma referência pessoal: nesse Curso de Preparação à Carreira Diplomática, eu tive o privilégio de ser um dos seus professores.

Em 1998, foi aprovado no Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, com a tese "Cúpula das Américas de 1994 – papel negociador do Brasil, em busca de uma agenda hemisférica". Vejam, que de 1994 para cá, já são muitos anos, e ele fez um trabalho que tem tudo a ver com a função que vai exercer agora – "Cúpula das Américas de 1994 – papel negociador do Brasil, em busca de uma agenda hemisférica". E, agora, S. Exª vai para a OEA.

Tornou-se Terceiro Secretário em 1980, Segundo Secretário em 1982 e Primeiro-Secretário, por merecimento, em 1987. Foi promovido a Conselheiro, em 1994; a Ministro de Segunda Classe, em 1999; e a Ministro de Primeira Classe, em 2008, todos por merecimento.

Entre as funções desempenhadas no Ministério das Relações Exteriores destacam-se as de Coordenador Executivo do Departamento das Américas (1992-1993); Chefe da Divisão da América Meridional-II (1999-2001); Diretor do Departamento da África (2007-2010); Subsecretário-Geral de Política I (2015-2016); Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos Multilaterais, Europa e América do Norte (2016). No campo acadêmico foi Professor–assistente de Temas de Política Internacional do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Instituto Rio Branco (1992) e Vice-Presidente da Banca Examinadora do LVIII Curso de Altos Estudos do mesmo Instituto (2013).

Em missões no Exterior, serviu, entre outras, na Embaixada do Brasil em Madri como Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios (2003-2005); na Missão junto à Organização dos Estados Americanos como Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios (2005-2007); e na Embaixada em Quito, como Embaixador (2010-2015).

Foi agraciado com diversas condecorações como a Medalha Mérito Santos Dumont, Medalha do Pacificador, Ordem Nacional ao Mérito, Ordem ao Mérito Naval, Ordem de Rio Branco (Brasil, Grande Oficial, 2002) e Ordem do Mérito Civil, na Espanha.

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial sumário executivo sobre a Organização dos Estados Americanos. O documento apresentado dá notícia histórica da instituição multilateral, bem como oferece amplo leque de outras informações.

Cabe lembrar que a OEA foi fundada em 5 de maio de 1948, tendo o Brasil sido um dos membros fundadores. Seus principais órgãos são a Assembleia-Geral, a Reunião de Ministros das Relações Exteriores, o Conselho Permanente e o Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral. São membros todos os 35 países das Américas, com exceção de Cuba. A Venezuela denunciou a Carta da OEA em 2017.

A Organização é liderada por um Secretário-Geral. É a mais antiga organização regional em atividade e sucede as Conferências Pan-Americanas e a União Pan-Americana (1910).

O Brasil é signatário de inúmeros tratados, convenções e declarações interamericanas nas mais diversas áreas.

O Brasil participa também de diversas iniciativas de cooperação no âmbito da OEA, como o Grupo de Amigos do Haiti, fórum específico onde são tratados tradicionalmente assuntos referentes àquele país, e a Missão de Apoio ao processo de Paz na Colômbia.

A Missão Permanente do Brasil junto à OEA tem por responsabilidade representar o nosso País junto àquela organização.

Em 2018, quando celebraremos os 70 anos de existência da OEA, será celebrada a VIII Cúpula das Américas, a realizar-se em abril, em Lima. Cabe lembrar, agora, que no próximo mês, quando será realizada a Cúpula das Américas, o Peru estará no processo de substituir o seu presidente, que renunciou ontem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Interessante que o tema da conferência das Américas será, Senador Lasier, "Governabilidade democrática frente à corrupção". E a gente vê que no Peru, onde será realizada, a governabilidade democrática está ameaçada por denúncias de corrupção do presidente que renunciou.

Em outubro está previsto o recebimento, pelo Brasil, pela primeira vez em sua história, de missão de observação eleitoral da OEA, por ocasião das eleições gerais que realizaremos.

Diante do exposto, Sr. Presidente, estimo que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial do Embaixador – porque já é Embaixador e exerceu essa função por cinco anos, em Quito – Fernando Simas Magalhães.

Tive grande prazer por ter sido o Relator do relatório dessa sua indicação.

Este é o meu parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu agradeço e cumprimento o Senador Cristovam. Penso que nós, como temos feito, vamos conceder vista coletiva, como fazemos, para que a matéria esteja em condição de ser trazida para o plenário.

Item 2.

Eu queria dizer à Senadora Ana Amélia que temos um conjunto de requerimentos que discute as medidas protecionistas americanas, que nós vamos apreciar daqui a pouquinho.

2ª PARTE

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 17, de 2018

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai para a Construção de uma Ponte Rodoviária Internacional sobre o Rio Paraguai entre as Cidades de Porto Murtinho e Carmelo Peralta, assinado em Brasília, em 8 de junho de 2016.

Autoria: Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

Relatoria: Senador Pedro Chaves

Relatório: Pela aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Senador Pedro Chaves para proferir o seu posicionamento pelo seu relatório.

Com a palavra V. Exª.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PRB - MS. Como Relator.) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o nosso bom-dia.

É um sonho antigo de Mato Grosso do Sul criar o corredor bioceânico que liga Porto Murtinho, em Mato Grosso do Sul, até o Chile, dando saída para o Oceano Pacífico, o que abreviaria 8 mil quilômetros para o transporte de soja, milho, todos os produtos que nós exportamos para a China e países do Oriente. Não só Mato Grosso do Sul será beneficiado como todo o Brasil central. Então, esse corredor bioceânico é fundamental.

Nós estamos fazendo convênio com o Paraguai, com a Argentina, com o Chile, com o Peru e inclusive com a Bolívia para que ele seja uma realidade.

Essa ponte já é sonhada por muitos, e nós, do Brasil, estamos angustiados porque estava demorando mesmo. Felizmente chegou o momento de nós relatarmos esse projeto para construção dessa ponte, que será binacional e que vai permitir que se dê continuidade a esse corredor bioceânico, que é essencial para a economia do Mato Grosso do Sul, principalmente na área do agronegócio.

Com muito prazer, faço a leitura do parecer.

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 2018, da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai para a Construção de uma Ponte Rodoviária Internacional sobre o Rio Paraguai entre as Cidades de Porto Murtinho e Carmelo Peralta, assinado em Brasília, em 8 de junho de 2016.

Relatório.

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, o Chefe do Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 77, de 2017, submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Paraguaia para a Construção de uma Ponte Rodoviária Internacional sobre o Rio Paraguai entre as Cidades de Porto Murtinho e Carmelo Peralta, firmado em Brasília, em 8 de junho de 2016. Acompanha o referido texto a Exposição de Motivos EMI nº 00048/2017 MRE MTPA MP, assinada eletronicamente pelo então Ministro José Serra, das Relações Exteriores, pelos Ministros Maurício Quintella Malta Lessa, dos Transportes, Portos e Aviação Civil e Dyogo Henrique de Oliveira, do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O texto do referido ato internacional foi inicialmente apreciado e aprovado pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, por tratar de matéria de interesse daquele bloco regional, que elaborou o projeto de decreto legislativo decorrente da Mensagem Presidencial. Aprovado pela Câmara dos Deputados, o projeto veio ao Senado Federal onde foi encaminhado a esse colegiado e a mim distribuído para relatar.

O acordo em comento tem por objeto dar prosseguimento, com a brevidade requerida, às atividades referentes à construção de uma ponte rodoviária internacional sobre o Rio Paraguai, para unir as cidades de Porto Murtinho, no Brasil, e Carmelo Peralta, no Paraguai, incluída a infraestrutura complementar necessária, seus respectivos acessos e postos de fronteira.

O Artigo II 2 do ato internacional em questão determina a criação de uma Comissão Mista Brasileiro-Paraguaia, integrada por representantes de cada país, porém desprovida de personalidade jurídica própria. Determina, ademais, que os entes executores das ações relativas ao Acordo serão, pela Parte brasileira, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), vinculado ao Ministério dos Transportes do Brasil. E, pela Parte paraguaia, o Ministério de Obras Públicas e Comunicações (MOPC).

O Artigo III prevê as Competências da Comissão Mista, entre elas as de encomendar ao DNIT e ao MOPC os documentos necessários à elaboração dos termos de referência relativos aos aspectos físicos, ambientais, técnicos, legais e econômico-financeiros dos estudos, dos projetos de engenharia e dos Editais de Binacionais de Bases e Condições para a construção e supervisão da obra da ponte, nos termos da legislação interna de cada país.

Cabe-lhe, ainda, aprovar os Editais Binacionais de Bases e Condições e demais documentos necessários para a construção da ponte; adjudicar o resultado da licitação da obra da ponte e acompanhar a supervisão da construção da ponte até o seu término e monitorar sua conservação e manutenção mediante vistorias, a serem executadas pelos entes executores. Prevê ainda, o Artigo III, que cada Parte será responsável pelas despesas decorrentes de sua representação na Comissão Mista.

Segundo o Artigo IV, os custos decorrentes da elaboração dos estudos, projetos e construção serão compartilhados igualmente pelas Partes.

Os procedimentos licitatórios da ponte serão consubstanciados em Editais Binacionais de Bases e Condições, devendo as obras ser executadas exclusivamente por empresas estabelecidas no Brasil e/ou no Paraguai, cuja participação se dará conforme as respectivas legislações nacionais. O dispositivo determina ainda que cada Parte ficará responsável pelas respectivas obras complementares, os acessos à ponte e a postos de fronteira, arcando, ademais, com os custos referentes às desapropriações necessárias à implantação das obras em seus respectivos territórios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Finalmente, o Artigo V contém as cláusulas de praxe nos tratados internacionais, referentes à vigência do pactuado, solução de eventuais controvérsias, que serão dirimidas pela via diplomática, e sobre denúncia do Acordo, estipulando que qualquer uma das Partes poderá notificar a outra de sua decisão de denunciá-lo, sendo que a denúncia surtirá efeito três meses após a data do recebimento da notificação.

Análise da matéria.

Cuida-se aqui de instrumento internacional de grande relevância, a possibilitar a realização das ações necessárias ao prosseguimento da construção de uma ponte sobre o Rio Paraguai entre as cidades de Porto Murtinho, no Estado do Mato Grosso do Sul, e Carmelo Peralta, no Departamento de Alto Paraguay, no Paraguai.

É digna de nota a previsão, pelo Artigo IV, do compartilhamento, pelas Partes signatárias, em montantes iguais, dos custos decorrentes da elaboração dos estudos, projetos e da construção da ponte sobre o Rio Paraguai.

Merece destaque ainda o estipulado com relação aos procedimentos licitatórios da ponte, que estarão consubstanciados em Editais Binacionais de Bases e Condições, devendo as obras ser executadas exclusivamente por empresas estabelecidas no Brasil e/ou no Paraguai, cuja participação se dará conforme as respectivas legislações nacionais.

No tocante às obras complementares, acessos à ponte e postos de fronteira, o Acordo atribui a responsabilidade a cada uma das Partes, que deverão também arcar com os custos referentes às desapropriações necessárias à implantação das obras em seus respectivos territórios.

Conforme assinala a Exposição de Motivos que acompanha a matéria, a construção da ponte atenderá ao interesse recíproco em desenvolver a necessária infraestrutura visando à integração viária dos territórios brasileiro e paraguaio. Contribuirá, ademais, para promover o desenvolvimento sustentável na região fronteiriça entre Brasil e Paraguai.

Em suma, o instrumento internacional em exame coaduna-se, perfeitamente, com o interesse do Brasil em atribuir prioridade absoluta à integração física sul-americana e, no caso do presente Acordo com a República do Paraguai, ao estreitamento de seus laços com os parceiros do Mercosul.

Voto do Relator.

Com base no exposto, voto pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 2018, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai para a Construção de uma Ponte Rodoviária Internacional sobre o Rio Paraguai entre as Cidades de Porto Murtinho e Carmelo Peralta, assinado em Brasília, em 8 de junho de 2016.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sala da Comissão, 22 de março de 2018.

Relator Pedro Chaves e Presidente Jorge Viana.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Obrigado, Senador Pedro Chaves.

Ponho em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo oradores inscritos para discutir, ponho em apreciação, para votação, o relatório lido, com parecer do Senador Pedro Chaves.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, favorável, ao Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 2018.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as providências.

Está pedindo pela ordem a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Apenas para cumprimentar o Senador Pedro Chaves pelo relatório, como representante aqui desse Estado que nós queremos tão bem, o Mato Grosso do Sul – Porto Murtinho é considerada a última guardiã do Rio Paraguai, chamado também de porta sul do Pantanal sul-mato-grossense – pela relevância dessa iniciativa. Nós, do Rio Grande do Sul, que estamos pleiteando a terceira ponte sobre o Rio Uruguai com Argentina, sabemos a relevância para o processo de integração dentro do Mercosul, o significado de uma ponte como essa que está sendo proposta nesse acordo bilateral.

Renovo o desejo de que os dois projetos – que são desenvolvidos bilateralmente pelos dois países – possam se concretizar o mais brevemente possível, e, da mesma, de que a terceira ponte sobre o Rio Uruguai também possa ter êxito nas negociações que avançam, estamos discutindo na Bancada. Já temos uma muito importante, entre Uruguaiana e Paso de los Libres, na Argentina; a segunda ponte foi entre São Borja e Santo Tomé; e agora temos uma terceira ponte, que é a discussão lá, em Porto Xavier e Porto Mauá. São as duas cidades que postulam junto às suas respectivas congêneres em relação ao lado argentino. Essas são as duas cidades gaúchas; do lado argentino é San Javier e Porto Mauá. Também há a outra cidade lateral que vai disputar a preferência por essa terceira ponte que está fase de análise dos dois governos.

Era esse o comentário, cumprimentando o Senador Pedro Chaves pelo relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Muito obrigado. Cumprimento a Senadora Ana Amélia. Penso que ela faz também um pouco daquilo que todos nós gostaríamos de fazer – temos um conjunto de matérias para aprovar – que é cumprimentar o Senador e amigo Pedro Chaves, Relator de um projeto que vai materializar essa relação que existe. Lá no Acre, nós fizemos uma pequena ponte sobre o Rio Acre, ligando o Estado do Acre com Pando, na Bolívia, Brasileia com Cobija, foi a primeira ponte entre os dois países, construída na época do governo do Presidente Lula. Fizemos também uma outra, na época do governo do Presidente Fernando Henrique, ligando o Acre a Madre de Dios, no Peru. Isso muda completamente a relação de vizinhos.

Então, tem muita simbologia e é muito importante o relatório de V. Exª, Senador Pedro Chaves.

2ª PARTE

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 5, de 2018

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que seja convidado a comparecer a esta Comissão o Senhor Carlos Márcio Bicalho Cozendey, Ministro de Primeira Classe da Carreira Diplomática, representante do Brasil na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), para tratar da iminente entrada do país no citado organismo internacional e seus impactos.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho e outros.

Observações:

O Requerimento foi lido em 15/03/2018.

O requerimento é de autoria da Senadora Ana Amélia e Fernando Bezerra.

Eu vou colocar em discussão. (*Pausa.*)

Se não há oradores inscritos, coloco em votação o requerimento. (*Pausa.*)

Não há manifestação contrária, então, fica aprovado o requerimento que propõe a vinda do Sr. Carlos Márcio Bicalho Cozendey, Ministro de Primeira Classe, para participar de um debate nesta Comissão sobre a entrada do Brasil na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou dar uma parada porque conheço um pouco a história do nosso querido Senador Moka, e ele certamente também tem alguma palavra a nos passar sobre esse relatório que nós estamos aprovando aqui, esse projeto de decreto legislativo que foi relatado pelo Senador Pedro Chaves, que vai ao Plenário.

Senador Moka, que trabalha tanto por essa integração, acho que é justo que paremos um pouquinho a apreciação dos demais requerimentos para passar a palavra para V. Exª.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem, só um instantinho. O Senador Paulo Paim estava precisando da minha presença no plenário para abrir a sessão. Depois da intervenção do Moka, se possível, peço deliberarmos o item 8, que é um requerimento bem pequenininho, autoexplicativo, sobre a questão do Catar, que coloquei na semana passada, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Por gentileza, pode encaminhá-lo para a Secretaria e eu ponho já em apreciação.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Com a palavra nosso colega, Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Obrigado, Presidente Jorge Viana.

Quero agradecer essa oportunidade, cumprimentar todos os membros da Comissão de Relações Exteriores, em especial o Relator, Pedro Chaves, e quero dizer: isso tramitou na Câmara, ficou parado, Senador Jorge Viana, um tempo enorme, foi necessário ir lá praticamente buscar pessoalmente o projeto para trazê-lo, e aqui, em uma semana, veja a agilidade! Eu agradeço ao Presidente Fernando Collor. Eu liguei para o Presidente Fernando Collor, ele imediatamente designou Relator o Senador Pedro Chaves, que é do nosso Estado.

Porto Murtinho fica na minha região, região sudoeste do Estado. Nós já fizemos uma audiência pública inclusive com o Prefeito de Iquique aqui. Na época, trouxe o Prefeito de Porto Murtinho – era o Heitor –, que era um defensor disso aí. Então, é para dizer da importância... Sabem qual é o investimento que vai ser do Brasil? Metade de uma ponte, metade de uma ponte no Rio Paraguai, e nós vamos abrir para escoar toda a produção de parte do Mato Grosso – acredito que de Rondonópolis para baixo – e do Mato Grosso do Sul, alcançando o Pacífico com a economia de 10 mil milhas marítimas. Imaginem o preço do produto que nós vamos poder colocar, a competitividade do nosso produto!

Então, agradeço ao companheiro Pedro Chaves pela forma como ele pegou e, na mesma semana, fez o relatório. Agradeço também ao Senador Hélio José, à Senadora Ana Amélia, ao Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cristovam e ao Senador Lasier pela aprovação. Isto aqui representa para Mato Grosso do Sul a alternativa do chamado Corredor Bioceânico. Nós vamos ter acesso ao continente asiático e os nossos produtos chegarão com preços muito mais competitivos.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Na sua pessoa quero agradecer também o Presidente Fernando Collor.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Na condição de Vice-Presidente desta Comissão, agora presidindo os trabalhos na ausência do Presidente Fernando Collor, lembro que, desde quando ainda contávamos nesta Comissão com o Senador Luiz Henrique da Silveira, de saudosa memória, nosso querido e bom Senador e amigo de todos, depois sob a direção do hoje Chanceler Aloysio Nunes, nós tomamos uma decisão aqui, Senador Moka – V. Exª tem razão –, de tratar como prioridade os acordos internacionais e os decretos legislativos promovendo acordos.

Impossível! Senador Cristovam, nós pegamos caso para relatar de décadas, quer dizer, décadas e décadas. Assina-se um acordo internacional e não se delibera. Isso aconteceu a ponto de o Senador Luiz Henrique ter apresentado uma proposta para que não tramitasse na Câmara. Claro que não foi adiante, mas, realmente, havia um problema seriíssimo, porque na Câmara passa por várias comissões, e nós achávamos que poderia, como aqui, passar na Comissão de Relações Exteriores. Lá não, lá passa, eu acho, por três comissões e, às vezes, um governo vai e assina uma cooperação, tomam-se medidas importantes, mas sem eficácia alguma, por não terem ainda apreciação do Legislativo. Então, esse é um exemplo que V. Exª pôs. É algo muito importante, cheio de simbologia. Cumprimento V. Exª, Senador Moka, por ter trabalhado na busca da aprovação desse decreto legislativo que tão bem foi relatado pelo Senador Pedro Chaves. Mas aqui, na Comissão, nós temos uma decisão tomada: não se passam 15 dias sem a apreciação de qualquer medida nesse sentido, porque nós sabemos da premência, da urgência dessas medidas.

Parabéns, Senador Moka.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É para cumprimentar a opinião emitida por V. Exª, que era uma espécie de mantra na agenda do nosso querido e saudoso Luiz Henrique, o chamado *fast track*, que os Estados Unidos acabaram adotando para agilizar.

Mas nós temos dois erros de origem: um erro de origem no Regimento da Câmara, que faz essa tramitação se tornar muito burocrática – é o primeiro. É uma matéria muito pertinente, eu diria, à Comissão de Relações Exteriores, que é também muito ativa na Câmara, e poderia ela ter a competência para isso. Esse é um primeiro dado. Isso é do ponto de vista nosso, do Poder Legislativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E há uma questão séria no Poder Executivo. A minha compreensão – e posso estar equivocada – é que, quando um Presidente da República firma um acordo com o Paraguai, com o Uruguai ou com a Argentina, isso no nosso âmbito, ou com qualquer país, ele já tem, ao firmar esse acordo, previamente a aquiescência dos diversos ministérios envolvidos naquele tema específico. Se é o caso de uma ponte, então é a infraestrutura e o impacto regional disso. Então, seria consultar os governos dos dois Estados antes de se fazer a assinatura. Depois da assinatura, é apenas e tão somente a confirmação.

O que acontece? Não só há essa burocracia; ele é submetido, antes de chegar aqui, antes de ser encaminhado pela Casa Civil, a todos os ministérios para que se manifestem. E, às vezes, Senador Cristovam e caros colegas Senadores Moka, Pedro Chaves, Lasier, Hélio José e Jorge Viana, há um problema na relação bilateral que esbarra na questão sanitária, e o Ministério da Saúde não assina, e ele emperra no Ministério da Saúde. Se há uma questão no Ministério da Agricultura por uma razão qualquer, fica lá parado. E aí fica meses em dado ministério e tem de parar outros meses em outro ministério.

Então, de fato, há um equívoco do ponto de vista da agilidade que não é só do ponto de vista legislativo. Ele é também da estrutura da confecção desses acordos internacionais.

Acho que a diplomacia brasileira paga um preço que não seria dela; a diplomacia brasileira, acho que a nossa Casa de Rio Branco, o Itamaraty, até é penalizada.

Às vezes, sou acionada para tirar um projeto que está na Câmara para vir para cá. É um trabalho, é incrível isso que o Senador Moka fez, pedir para botar na pauta uma matéria que interessa a Porto Murtinho, do Estado do Mato Grosso do Sul.

O Presidente Collor está sendo extremamente ágil quando é demandado sobre essas questões, e nós também, da mesma forma.

Então, quero só trazer o tema à tona e cumprimentar o senhor por ter-se lembrado do *fast track*. E ficar dez anos um acordo! Mas a razão dessa demora está nesse processo extremamente burocrático e que atrapalha inclusive o próprio exercício da diplomacia brasileira, seja a diplomacia convencional, seja a diplomacia parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Muito bem.

Acho muito importante a intervenção da Senadora Ana Amélia, porque ela traz algo que, Senador Cristovam e colegas Senadores, é muito sério. Vejam, vivemos em uma República Federativa, que tem um Presidente eleito, que assina um acordo internacional, e o Governo, o Executivo não tem consenso sobre aquele acordo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Houve casos em que ficaram dez anos ministérios brigando uns com os outros sobre acordos já assinados, quem sabe criando algum mecanismo – e a Senadora Ana Amélia traz apropriadamente isso, porque, senão, fica parecendo que é o Legislativo. Houve casos de atraso – a Câmara tem um procedimento muito burocrático que poderia ser aperfeiçoado –, mas houve casos gravíssimos de não haver consenso, haver uma verdadeira disputa de opiniões dentro do Governo, e não chegarem aqui os acordos internacionais. Então, é melhor que não se assine, porque, qual a imagem que fica para um país cujo Presidente da República vai à África, vai à Europa, vai à Europa e assina um acordo internacional, e esse acordo fica no papel, não acontece?

Então, quem sabe, não deveríamos definir algo assim: o Presidente da República só assina algo quando houver consenso dentro do seu Governo. Havendo consenso, imediatamente viria para o Legislativo. Certamente, em pouco tempo, a matéria seria apreciada e, se houvesse a concordância da maioria, aprovada.

Acho que isso é ainda um processo que precisa de um aperfeiçoamento, e eu falo isso em respeito à memória do Senador Luiz Henrique, que trabalhou tanto para que isso pudesse acontecer, mas ainda não aconteceu. Não temos nenhum acordo internacional, nenhum decreto legislativo nesse sentido...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pendente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... pendente aqui no Senado, mas temos muitos nos escaninhos do Palácio do Planalto...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Casa Civil.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... na Casa Civil, nos ministérios e também ainda na Câmara dos Deputados.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A minha memória deu uma rateada quando falei sobre as pontes que já temos sobre o Rio Uruguai. Agora é Porto Xavier, do lado do Território brasileiro, do lado gaúcho, no Rio Grande, e, do lado oposto, na Argentina, é San Javier; Porto Mauá, do lado do Território brasileiro, fica também sobre o Rio Uruguai, e, do outro lado é Alba Posse, que é um Município argentino. Eles disputam essa ponte. Porto Xavier está com o peso político maior dos Municípios que estão pleiteando essa terceira ponte sobre o Rio Uruguai.

Parabéns aos sul-mato-grossenses!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Coloco em apreciação o item 5 da pauta, de que eu já tinha feito a leitura. É um requerimento de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autoria do Senador Fernando Bezerra e da Senadora Ana Amélia para termos aqui um debate sobre a participação do Brasil para a Organização da Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado. A matéria está aprovada.

Requerimento...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Pela ordem.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Os próximos itens, Senador Jorge Viana, são dois requerimentos que têm relação direta e de que também participei – V. Exª estava aqui – do Senador Lindbergh Farias e do Senador Armando Monteiro.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Nós quatro.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu tive o cuidado porque os dois se referem à questão do embargo ou sobretaxa que o Governo Trump aplicou sobre o aço e o alumínio brasileiros. Como foi, digamos, sobrestada a decisão em relação... O Brasil foi tirado da lista de protecionismo, quer dizer, o Governo americano voltou atrás, eu consultei a assessoria dos dois Senadores, liguei para os gabinetes dos Senadores Lindbergh Farias e Armando Monteiro e perguntei se eles entendiam que poderíamos reexaminar o tema. Os dois gabinetes, com igual racionalidade, ponderaram que não votemos hoje – eu também sugeri isso –, mas votemos na próxima quinta-feira o requerimento porque eles terão tempo de consultar os agentes econômicos, a indústria que produz o aço e que vende o alumínio, se eles querem continuar com o debate sobre o assunto, porque pode ter perdido a sua razão de existir em função da alteração da conduta do Governo americano.

Então, eu proponho... Como é que se diz?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Retirarmos da pauta.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sobrestar esses dois requerimentos para votarmos na próxima reunião, com a aquiescência dos dois gabinetes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria de que a Secretaria da Comissão ponderasse sobre isso e os encaminhasse hoje mesmo aos dois gabinetes para que eles consultem os convidados que foram indicados se vale debater sob outro ângulo, e faríamos então a audiência pública proposta.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – No fundo, fomos nós quatro: V. Exª, Senadora Ana Amélia, o Senador Lindbergh Farias, o Senador Armando Monteiro, e eu, que também sou autor dos dois requerimentos.

Eu acho que é uma ponderação adequada que estamos fazendo. Tiraríamos da pauta o item 5 e o item 6 e os deixaríamos na Secretaria, esperando que tenhamos mais clareza sobre essa questão, além de informar os eventuais convidados de que vamos, num momento adequado, deliberar sobre esses dois requerimentos.

Acato a sugestão da Senadora Ana Amélia, como autor também.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E os dois gabinetes foram consultados.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Concordo com ela. Faço isso também a partir da informação dela, levando em conta a posição do meu colega Senador Lindbergh e também do nosso colega Senador Armando Monteiro.

(São as seguintes as matérias retiradas:

2ª PARTE

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 7, de 2018

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, com o tema "O impacto na economia brasileira da recente sobretaxa americana às importações de aço e de alumínio", com a participação dos seguintes especialistas no tema: i. Alexandre de Campos Lyra, Presidente do Instituto Aço Brasil; ii. Marco Polo de Mello Lopes, Diretor-Executivo do Instituto Aço Brasil; iii. Mauro Borges Lemos, ex-Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil; iv. Dr. Mariano Francisco Laplane, Professor da Universidade Estadual de Campinas.

Autoria: Senador Lindbergh Farias e outros.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Requerimento foi lido em 15/03/2018.

2ª PARTE

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 9, de 2018

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, em

aditamento ao Requerimento nº, 7 de 2018- CRE aprovado em, que a audiência pública nesta Comissão em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, com o tema: "O impacto na economia brasileira da recente sobretaxa americana às importações de aço e de alumínio", inclua como convidados: Sr. Roberto Gianetti da Fonseca, Presidente da Kaduna Consultoria e Ex-Secretário Executivo da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) e Ex-presidente da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex) Sr. José Augusto Fernandes, Diretor de Políticas e Estratégias da CNI Sr. Milton Rego, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Alumínio.

Autoria: Senador Armando Monteiro e outros.

Observações:

O Requerimento foi lido em 15/03/2018.

)

Ponho em apreciação, como solicitou o nosso colega Senador Hélio José, que tinha apresentado um requerimento, que já constava aqui como Requerimento 11.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF. *Fora do microfone.*) – Perfeito!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Senador, V. Exª fez uma pequena alteração.

Então, faço a inversão de pauta: item 8.

2ª PARTE

ITEM 8

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 11, DE 2018

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos dos arts. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado (RISF), a realização de audiência pública pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), para debater a situação atual e as perspectivas das relações comerciais entre o Brasil e o Catar.

Autoria: Senador Hélio José.

Observações: *o Requerimento foi lido em 15/03/2018.*

O Senador faz uma alteração, propondo, sugerindo o convite ao Embaixador do Catar no Brasil, Mohammed Ahmed; ao representante do Ministério das Relações Exteriores; e ao representante da Secretaria-Geral da Presidência da República. Essa é a proposta do Senador Hélio José.

Coloco em apreciação o requerimento.

O Senador Cristovam pede a palavra.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Apenas quero dar todo o apoio, primeiro, à ideia em si – creio que o Catar merece que façamos uma audiência como essa – e, segundo, ao convite para o Embaixador do Catar no Brasil, que é um dos mais expressivos Embaixadores da comunidade de Embaixadores do Brasil. Então, expresso meu apoio à proposta do Senador Hélio.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Fico agradecido, nobre Senador Cristovam Buarque e nobre Senador Jorge Viana.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Não havendo manifestação contrária, está aprovado o requerimento.

Fica, obviamente, a cargo da Secretaria o entendimento com a direção da Comissão sobre a oportunidade de realização dessa audiência pública.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – O item 4 trata de um requerimento da Senadora Vanessa Grazziotin que eu também assino junto com ela; sou autor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2 ª PARTE

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 6, DE 2018

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, incluir, além das autoridades convidadas no Requerimento nº 8, de 2017 – CRE, que solicita realização de audiência pública para debate do tráfico de drogas, armas e pessoas nas áreas de fronteira, em razão da guerra entre facções nos Estados fronteiriços, os seguintes convidados: o Sr. Prefeito do Município de Tabatinga-AM, SAUL BEMERGUY; e o Sr. Prefeito do Município de Benjamin Constant-AM.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin.

Eu subscrevi o requerimento, por solicitação da autora.

Não havendo objeção, eu o ponho em apreciação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Vamos ao item 7.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu só consulto se não seria conveniente haver alguém da Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – É um adendo. Já há...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Se já há um convidado, ótimo!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Ela só está acrescentando mais duas pessoas. Para esclarecer, ela está trazendo dois prefeitos, mas já há um conjunto de convidados no Requerimento nº 8.

2ª PARTE

ITEM 7

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 10, DE 2018

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 398, de 2014, que "dispõe sobre a pesquisa e lavra de recursos minerais em faixa de fronteira", de que trata o art. 176, §1º, da Constituição Federal. Os convidados serão indicados oportunamente.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro.

Observações: *o Requerimento foi lido em 15/03/2018.*

Trata-se de um requerimento do Senador Flexa Ribeiro propondo que tenhamos uma audiência pública aqui.

Acrescento que os Srs. Senadores Flexa Ribeiro e Fernando Bezerra Coelho apresentaram uma lista de convidados para a referida audiência, a saber:

- Ministro de Minas e Energia. Sr. Fernando Coelho Filho;

- Ministro da Defesa, Sr. Joaquim Silva e Luna;

- Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, General Sergio Westphalen Etchegoyen;

- Ministro Extraordinário da Segurança Pública, Raul Jungmann; e

- Representante do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram).

Essa é a sugestão que os colegas apresentam.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo inscritos para discutir, coloco em votação a matéria.

Em votação.

As Srªs e os Srs, Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Amanhã, aqui em Brasília, nós teremos o encerramento do 8º Fórum Mundial da Água, e eu queria, por fim, agradecer a todos, a V. Exª, Senador Cristovam, que é Vice-Presidente da Subcomissão,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

juntamente comigo, e à Senadora Ana Amélia, que é membro também dessa Subcomissão que criamos por iniciativa de V. Exª, que foi muito acertada.

Amanhã, como disse, nós teremos a sessão de encerramento do Fórum, e eu fui convidado a fazer uso da palavra, a fazer uma fala. É um fórum internacional e nós vamos ter, das 9h da manhã até o meio-dia, a sessão de encerramento, quando eu devo participar do processo político, mais precisamente às 10h30, dentro da sessão de encerramento do Processo Político, fazendo uma fala e prestando contas do trabalho que fizemos na Conferência Parlamentar que realizamos no dia 20.

Hoje é o Dia Mundial da Água (dia 22); ontem foi o Dia Mundial das Florestas (dia 21); e, amanhã, o Brasil encerra o 8º Fórum Mundial da Água, que foi, do meu ponto de vista, um sucesso em termos da participação do público de Brasília e do número de inscritos. Foram mais de 85 mil pessoas que passaram por esse grande evento que mobilizou as opiniões, que está presente nos noticiários brasileiros há mais de uma semana.

Tomara que tenhamos um legado e que esse legado traga mudanças a essa marcha de uma certa insensatez, ou de absoluta insensatez, que nós estamos vivendo, eis que se amplia o número daqueles que não têm acesso à água.

V. Exª participou comigo do colóquio domingo à tarde, num sacrifício de sua parte por conta do seu estado de saúde, em recuperação ainda, mas foi muito importante. Refiro-me ao colóquio que teve lugar na Procuradoria-Geral da República, onde estivemos, a convite da Procuradora-Geral Raquel Dodge e do Ministro Herman Benjamin – eu também estava ajudando nesse evento –, reunidos com juízes, membros das Cortes Supremas de vários países, membros do Ministério Público e Parlamentares, num diálogo – o debate transcorreu até às 19h – entre aqueles que fazem as leis e aqueles que operam as leis, pensando e discutindo o cenário do acesso à água, discutindo a água como um direito humano.

Volto a afirmar: eu tenho uma proposta de emenda à Constituição, a de nº 4, de 2018, que inclui, no art. 5º da Constituição, a água como um direito humano. Vejam que as Nações Unidas só deliberaram sobre essa matéria, Senador Cristovam, em 2010. Foi nesse ano que as Nações Unidas baixaram uma resolução tratando a água e o saneamento como direitos humanos, mais especialmente o acesso à água potável como um direito humano. E quando definiu os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), o de nº 6 é água e saneamento; então, como objetivo com prazo a ser alcançado. Mas nós temos seriíssimos problemas no Brasil, racionamento aqui em Brasília, e não tenho nenhuma dúvida de que a ausência de líderes mundiais importantes mostra um certo descaso do mundo.

Nós não tivemos nenhum líder de país significativo aqui. Tivemos dez líderes... Não estou menosprezando os que vieram, mas parece que fica claro que como o problema de escassez de água

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

está sempre nas regiões mais pobres do mundo, como o problema do saneamento está sempre nas populações mais pobres do mundo, parece que isso não entra na agenda dos países mais ricos. Mas as Nações Unidas afirmam que, com a mudança climática, nós precisaremos investir muito dinheiro, que ninguém sabe de onde virá, para a resiliência, para a adaptação das grandes cidades, dos países em desenvolvimento à mudança do clima.

Mudança do clima tem uma relação direta com água e tem também uma relação direta com a atividade humana, com o modelo de produção e consumo que nós estabelecemos, que é absolutamente insustentável. E é insustentável porque alguns têm muito e a maioria tem quase nada. É insustentável porque destrói os recursos naturais por um modelo de sociedade que consome energia além do que o Planeta suporta. É insustentável porque a água é mais consumida no mundo para produzir alimentos, mas é desperdiçada e devolvida para os mananciais contaminada, na maioria dos casos; envenenada, na maioria dos casos.

Então, é muito sério nós estarmos aqui... Somos a Comissão de Defesa Nacional também. E que bom que V. Exª está aqui, Senador Cristovam, porque estou tendo o privilégio... Eu vou pedir para constar nos *Anais* da Casa o manifesto parlamentar que nós aprovamos, que estimula que todos os Parlamentos do mundo inteiro tratem a água como um direito humano; tratem o saneamento como um direito da civilização, para podermos chamar de civilização.

E volto a dizer que as Nações Unidas afirmam, os estudos da comunidade científica, social afirmam que 700 milhões de habitantes do Planeta, nos próximos anos, procurarão migrar dos seus países, das suas regiões, em busca de água, pela falta do básico, que é água e saneamento. Significa o quê? Um problemão para os países desenvolvidos que não participaram, com seus líderes maiores, aqui da conferência, mas deverão tratar desse tema, nem que seja a partir das consequências dele.

Havia 60 Ministros de Meio Ambiente em Brasília. Sessenta! Eu participei da sessão. Havia chefes de Estado, governadores, comunidade científica. Eu fui ao fórum alternativo, no Parque de Exposições, no Parque da Cidade, em Brasília. Ali está a voz da sociedade, dizendo que não querem água como uma mercadoria.

Eu reproduzo aqui, antes de passar para V. Exª a palavra, o que eu ouvi na UnB, no sábado passado, na Assembleia Popular das Águas, da sociedade civil do Brasil e do mundo, eles cantando, eles fazendo discursos, eles apresentando teses.

O Ministro Herman Benjamin, que fez uso da palavra, falou: "Tudo aquilo que é essencial à vida, ao ser humano, não pode ser tratado como uma simples mercadoria." E nós estamos diante dessa situação. A água virou uma mercadoria, antes mesmo de chegar a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, se todos tivessem acesso à água, se todos tivessem água potável e há alguém que quer comercializar algo a mais, eu até me calaria e apoiaria, se fosse o caso; mas nós estamos falando de escassez absoluta.

O senhor é nordestino, são sete anos de seca, Senador; sete anos de seca. Um grande problema em São Paulo, a maior cidade das Américas, América do Sul e América Central. Nós temos racionamento em Brasília, e parece que não aprendemos que essa situação é fruto da atividade humana, da maneira como estabelecemos nossa relação com a água, que é tão essencial à vida no Planeta.

Então, para mim, acho que todos nós vamos ter uma responsabilidade muito grande depois de sediarmos o 8º Fórum Mundial da Água, mudando a educação, trabalhando com nossas crianças, com nossos professores e tomando atitudes políticas no sentido de dar oportunidade a todos de ter água, que significa saúde, significa cidadania.

Passo a palavra a V. Exª, dizendo que fiquei muito honrado com a indicação da criação da comissão, que foi muito acertada e que veio de V. Exª, Senador Cristovam, como também com o privilégio de coordenar e presidir a sessão, que foi um sucesso.

E não posso deixar de registrar o empenho do Alvaro, nosso Secretário-Geral da Comissão, que com o apoio de todos fez um trabalho extraordinário; de toda a estrutura do Senado Federal que o Presidente Eunício pôs à disposição; da Angela, de todos da comunicação; da Diretora-Geral, Drª Ilana; do Bandeira; do apoio. Um dos eventos mais interessantes que nós tivemos, dos 300, foi a Conferência Parlamentar, que nós fizemos lá. A mais prestigiada, eu posso dizer assim. Foi construída a Arena Parlamentar, e nós tivemos uma parte da sessão com o Judiciário, o Ministério Público e o Parlamento, e foi extraordinário.

Fui convidado pela coordenação para amanhã fazer uma fala final, dentre os vários que vão falar, na sessão de encerramento do 8º Fórum Mundial da Água, o que para mim é um privilégio.

Eu agradeço e faço esse registro aqui.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR JORGE VIANA.

(*Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.*)

Matéria referida:

– Manifesto dos Parlamentares

8º Fórum Mundial da Água

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conferência sobre o Papel dos Parlamentos e o Direito à Água

MANIFESTO DOS PARLAMENTARES

Nós, representantes dos parlamentos, participantes do 8º Fórum Mundial da Água, reunidos em Brasília para debater "O papel dos Parlamentos e o Direito à Água", em 20 de março de 2018, reconhecemos a importância do esforço dos parlamentares para garantir segurança hídrica, universalização do acesso a água potável, eliminação das desigualdades e promoção do desenvolvimento sustentável. Nesse contexto recordamos que:

a) A água é elemento essencial para a manutenção da vida no Planeta, com dignidade, qualidade e saúde, para o desenvolvimento de todos, a eliminação das desigualdades, o equilíbrio dos ecossistemas, a produção de alimentos, a geração de energia limpa e o transporte.

b) O acesso à água potável e ao saneamento é um direito humano reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU), conforme Resolução 64/292 de 2010, e sua universalização justa e equitativa é uma das metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 6, que deve ser atingido por meio de políticas públicas e marcos legislativos adequados para garantir segurança hídrica e a progressiva eliminação de desigualdades, cabendo a todos os países garantir esse direito internamente.

c) Como a população global e o consumo de água estão em crescimento e persistem práticas não equitativas, o acesso a fontes de água potável está cada vez mais oneroso e complexo. Todos os países devem reverter essa tendência negativa e tornar a visão do ODS uma realidade para todos. Os países em desenvolvimento necessitam priorizar o direito a água potável e saneamento, mas precisam contar com a cooperação internacional para garantir esse direito humano. Por outro lado, os países desenvolvidos têm enorme potencial de redução de sua pegada hídrica.

d) A colaboração multilateral e o estabelecimento de parcerias nos níveis nacional e global – entre parlamentos, governos, sociedade civil, instituições acadêmicas, organizações internacionais e o setor privado – são essenciais para garantir que o ODS nº 6 seja alcançado em 2030.

e) O Acordo de Paris, firmado em 2015, e as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs, na sigla em inglês) são de enorme relevância para o combate ao aquecimento global, cujos efeitos impactam os regimes hidrológicos, tornam menos previsíveis as estimativas de disponibilidade hídrica

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e aumentam a incidência de eventos extremos como secas e inundações, consequentemente a insegurança alimentar, as migrações e a paz.

f) A boa governança hídrica se fundamenta em processos participativos e democráticos que precisam dar mais valor às decisões tomadas em âmbito nacional e internacional. As águas devem ser compartilhadas interna e externamente pelas nações de forma pacífica, justa e soberana.

g) É preciso ainda compartilhar inovações, experiências, soluções – sempre mais baratas – baseadas na natureza, políticas públicas, marcos legislativos e boas práticas desenvolvidas em cada um dos países participantes para assegurar eficiência na utilização da água, na resiliência e adaptação à alteração climática, bem como na solução dos desafios da gestão e utilização da água, nos planos ambiental, social, econômico, cultural e educacional.

Nós, representantes dos parlamentos, participantes do 8º Fórum Mundial da Água, reunidos na conferência para debater "O papel dos Parlamentos e o Direito à Água", em Brasília, comprometemo-nos a apoiar as seguintes iniciativas para concretizar o direito humano a água e saneamento:

1. Requerer que a segurança hídrica e o saneamento sejam prioridades na alocação de recursos, orçamentários e não orçamentários, nacionais e internacionais, destinados a países com dificuldades no acesso a água potável e saneamento. Instar os demais a cooperar, inclusive por meio de infraestrutura hídrica e transferência de tecnologias, sobretudo para as populações mais vulneráveis, as populações tradicionais, os povos indígenas e tribais.

2. Incentivar as organizações internacionais a incrementar a proporção dos seus orçamentos na concretização dos direitos humanos à água e ao saneamento, bem como atuar para que a aplicação dos recursos do Fundo de Adaptação às mudanças climáticas priorize investimentos em água e saneamento. Disponibilizar mais financiamentos em condições favoráveis para resolver problemas relacionados a água e saneamento.

3. Promover a adoção do necessário quadro legislativo e de políticas públicas para assegurar a governança hídrica, o usufruto do direito humano a água potável e saneamento, e trabalhar para a implementação e fiscalização de políticas públicas que aprimorem o uso racional da água, a eficiência hídrica nos processos produtivos e a pesquisa e inovação nas áreas de água e saneamento.

4. Apoiar a ratificação e a implementação de acordos internacionais nos temas ambiental, florestal, água e saneamento, com vistas a integrar o esforço global no combate à mudança do clima e contra a destruição das florestas, a poluição do meio ambiente e dos recursos hídricos e assegurar a proteção dos direitos das populações mais vulneráveis. Sobretudo, apoiar políticas de enfrentamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos efeitos da mudança do clima relacionadas à segurança hídrica, de modo a diminuir a vulnerabilidade das populações humanas e dos ecossistemas.

5. Defender o desenvolvimento sustentável, de modo que o uso de água pelos setores agrícola, industrial e urbano seja eficiente e equitativo, minimizando desperdícios e impactos negativos a águas superficiais e subterrâneas. É preciso ainda internalizar os impactos socioambientais negativos nos custos de produção.

6. Assegurar a progressiva eliminação das desigualdades no cumprimento dos direitos humanos à água e saneamento, garantido prioridade na alocação de recursos direcionados para as populações mais vulneráveis.

7. Promover debates e conferências com a sociedade civil sobre água e saneamento para compartilhar experiências de uso e gestão da água; melhorar o nível da decisão das políticas públicas, assegurando a participação significativa da sociedade civil e de instituições de ensino e pesquisa; inserir o tema água e saneamento de forma transversal na educação básica.

8. Garantir participação ampla de organizações da sociedade civil para ampliar a compreensão dos atuais desafios na eliminação das desigualdades, concretizando os direitos a água potável e saneamento por meio de políticas para aprimorar a segurança hídrica.

9. Fomentar a segurança jurídica e econômica necessária ao fortalecimento dos setores público e privado responsáveis pelos serviços de abastecimento de água e de saneamento, com foco em universalização, transparência e modicidade tarifária; garantir transparência e controle social sobre os serviços de abastecimento de água potável e de saneamento.

10. Fortalecer a Rede Internacional de Parlamentares pela Água por meio do apoio na cooperação entre os países com vistas à solução dos problemas que dizem respeito a água e saneamento, ao compartilhamento de melhores práticas legislativas, bem como à iniciativa e aperfeiçoamento de proposições legislativas relacionadas a água. Liderar as negociações sobre cooperação, políticas públicas e orçamento público.

11. Assegurar o debate nos Parlamentos para que o direito humano à água potável e ao saneamento seja incluído na legislação nacional, na Constituição ou em norma infraconstitucional.

Em conclusão, nós, representantes dos parlamentos, participantes do 8º Fórum Mundial da Água, acordamos em implementar as seguintes iniciativas de forma colaborativa:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

• Comprometemo-nos a adotar as ações estabelecidas neste Manifesto, para fortalecer o papel dos Parlamentos na universalização do direito humano à água potável e ao saneamento.

• Reforçamos a necessidade de priorizar medidas de enfrentamento à mudança do clima que se relacionem à segurança hídrica, proteção das florestas, incorporando a água como componente central das ações de adaptação.

• Comprometemo-nos a colaborar globalmente com os múltiplos parceiros que promovem a concretização do ODS nº 6 e a garantia ao direito humano a água potável e saneamento.

• Requeremos que os representantes de nossos países apoiem junto à Assembleia Geral das Nações Unidas as propostas contidas neste Manifesto, no Acordo de Paris e na cúpula "Um Planeta".

Às vésperas do Dia Mundial das Florestas, 21 de março, e do Dia Mundial da Água, 22 de março, nós, representantes dos parlamentos, participantes do 8º Fórum Mundial da Água, apresentamos, por meio deste Manifesto, contribuições para o alcance da universalização do acesso à água potável e ao saneamento e nos comprometemos a implementá-las.

Este Manifesto alinha-se com o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas e com as metas firmadas no Acordo de Paris.

Brasília, 20 de março de 2018

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Passo a palavra para o Senador Cristovam fazer as suas considerações também.

Obrigado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Presidente, em primeiro lugar, quero dizer que, durante o Fórum da Água, deu água no meu pulmão e eu fiquei impedido de participar como gostaria.

Em vez de faltar água, sobrou água, só que no lugar errado.

Mas fico feliz de ter visto a sua participação, a sua presença, o seu empenho.

Nós estivemos juntos naquela tarde no Ministério Público...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Domingo à tarde.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Domingo à tarde, eu consegui ir, e quero lembrar que é fundamental a luta pelo direito à água e também pela responsabilidade com a água.

É preciso que cada casa tenha direito a receber água, mas que nenhuma casa tenha direito de deixar a torneira aberta. E ficar lavando carro como se lava, quando se joga fora a água... É preciso dar o direito e a responsabilidade à água, que se pode resumir na palavra consciência. É preciso criar um clima de consciência com a água.

E o senhor tem toda razão quando lembra que isso tem tudo a ver com a crise mundial do clima, que tem tudo a ver água e clima. Mas eu quero lembrar, e o senhor teve um papel nisso, que tem tudo a ver floresta e água, floresta e mudanças climáticas. Foi no seu governo no Acre, não sei se pessoalmente pelo senhor ou por qualquer outra pessoa, que foi criado o termo florestania...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Foi no meu governo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – ... para substituir cidadania.

Eu evoluí depois para planetania no lugar de cidadania e de florestania. Cidadania é a responsabilidade e a participação na cidade. Florestania é um salto adiante nisso, que é a participação e a responsabilidade com as florestas, e eu creio que é o que a gente deve ter é em relação ao Planeta inteiro.

E aí a sua fala me faz lembrar de que nós corremos o risco de, na próxima semana, terça-feira, darmos um voto aqui que é o contrário do que esse fórum buscou, que é o contrário do que o mundo precisa. Nós corremos o risco, na próxima terça-feira, de abrirmos a possibilidade de plantar cana de açúcar, implantar usinas de açúcar, que geram resíduos, apesar de todos os avanços no tratamento deles. É um contrassenso que, durante o Fórum da Água, durante o racionamento de água na Capital do Brasil – e, ao mesmo tempo, em São Paulo quase houve isso, pouco tempo atrás –, nós estejamos dando um passo atrás.

É tão importante respeitar as florestas quanto os direitos humanos: floresta tem direito, porque ela faz o direito humano chegar. Senão, não vai haver direito à água, não vai haver direito a clima, nem à comida. É um equívoco que o Senado cometerá se, terça-feira, votarmos a favor disso.

Aí dizem os que argumentam a favor: "Mas é só nos lugares...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Degradados.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – ... degradados."

Primeiro...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Quem degradou?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Quem degradou? Mas aí vamos passar. Segundo, se está degradado, deveríamos é ter um meio para recuperar, e não para legitimar a degradação. Terceiro, vai ser um incentivo à degradação de novas áreas para que se plante cana. E, daqui a pouco, virá um novo projeto para as novas áreas degradadas. É um crime que nós cometeremos se aprovarmos essa ideia, com o argumento de que gera renda, com o argumento de que gera PIB. Há outras maneiras de gerar tudo isso.

Então, terça-feira, nós temos uma responsabilidade muito grande de não deixarmos que passe essa proposta. Floresta é floresta; cana é cana; e eu diria até, comida é comida. Agora, se estivesse faltando lugar para produzir comida, até que se discute, sim. Todo matuto, todo camponês, todo índio tem direito a derrubar uma árvore para colocar ali uma plantação de macaxeira. Agora, destruir uma floresta inteira para produzir açúcar, jogando resíduos nos rios, criando usinas, isso é um crime que estaremos cometendo, é um crime contra a humanidade. Crime contra a humanidade não é só tortura; é também a destruição do meio ambiente, que vai inviabilizar a vida de nossas crianças quando elas forem adultas.

Então, foi bom o senhor trazer esse assunto. Eu o parabenizo pela sua atividade nesses dias, foi uma atividade muito intensa e muito produtiva. O Senado esteve presente no fórum, agora é preciso que o Senado esteja presente, zelando pelo Planeta.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Muito obrigado, Senador Cristovam, pelas palavras de que não sei se sou merecedor, mas foi uma ação que nós fizemos com a ajuda de tantos.

E eu quero agradecer o privilégio. Eu não pude ir para o Acre no final de semana passado, porque eu entendo que há horas em que existe um tema em os compromissos têm que ser para todos. E, quando nós estamos tendo o privilégio de discutir o Planeta Terra, discutir algo que é tão essencial à vida, como a água, uma legislação de água, eu penso que a melhor maneira de trabalhar, e o lugar adequado para estar trabalhando, é como nós fizemos nesta semana aqui. Eu cumprimento V. Exª.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E peço, então, aqui que possamos ter incluída a aprovação da ata.

Convido para, na próxima semana... Na próxima semana teremos a Semana Santa, então, nós não teremos... Oportunamente, será feito o convite para os colegas que compõem a Comissão de Relações Exteriores se fazerem presentes numa reunião após a Semana Santa.

Declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 36 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE ABRIL DE 2018, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dezoito horas e zero minutos do dia dois de abril de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença do Senador Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, Fernando Bezerra Coelho, Gleisi Hoffmann, Acir Gurgacz, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Antonio Anastasia, Paulo Bauer, Ricardo Ferraço, José Agripino, Lasier Martins, Cristovam Buarque, Fernando Collor e Pedro Chaves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Ciclo de Debates "O Brasil e a Ordem nternacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?" 3º Painel: "América Latina: Eleições Regionais e suas consequências para a integração e os acordos (Mercosul e União Europeia)". **Participantes:** Doutor Alcides Costa Vaz, Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília/UNB - Doutor em Sociologia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP. Doutora Gleisse Ribeiro Alves, Professora do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB) - Doutora em Direito pela Universidade Nancy 2 (França) e Mestre em Direito das Relações Internacionais pelo Centro Universitário de Brasília (UniCEUB). **Resultado:** Audiência Pública Interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezenove horas e vinte e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Ana Amélia

Presidente Eventual da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/04/02

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Declaro aberta a 10ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 4ª Sessão Legislativa da 55ª Legislatura do Senado da República.

Hoje daremos seguimento ao nosso ciclo de debates denominado "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?", aprovado por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional na forma do Requerimento nº 2, de 2018, desta Comissão, no dia 1º de março de 2018.

Trata-se do 3º Painel intitulado "América Latina: eleições regionais e suas consequências para a integração e os acordos (Mercosul e União Europeia)".

Dando continuidade ao ciclo de audiências públicas denominado "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?", esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional realizou, na segunda-feira, dia 19 de março, o segundo painel deste ano abordando o tema "Europa, o Surgimento do Macronismo, Populismo e Nacionalismo – Movimento *Exit* – Separatismo (Catalunha) e Migração (Alemanha)", em que participaram como palestrantes os Professores Leonardo Nelmi Trevisan e Mário Drumond Coelho. Determino à Secretaria da Comissão dar como lido o relato na sua íntegra.

Iniciando nossa pauta de hoje e agradecendo às senhoras e aos senhores aqui presentes, conforme já anunciado, hoje cumpriremos mais uma etapa do ciclo de debates denominado "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?", aprovado por esta Comissão na forma do Requerimento nº 2, de 2018.

Nesse terceiro painel de debates do ano, o tema abordado será "América Latina: eleições regionais e suas consequências para a integração e os acordos (Mercosul e União Europeia)". Participam como conferencistas o Professor de Relações Internacionais da Universidade de Brasília/UnB, que eu convido para estar aqui conosco, Prof. Alcides Costa Vaz, Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP); e a Professora de Direito Internacional do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), Gleisse Ribeiro Alves, Doutora em Direito pela Universidade Nancy 2, França, os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quais eu gostaria de cumprimentar e convidar para fazerem parte desta Mesa, agradecendo antecipadamente a presença de cada um e dando nossas boas-vindas.

Muito obrigada, Profª Drª Gleisse. Obrigada por estar aqui conosco e pela gentileza.

Prof. Dr. Alcides, muito obrigada pela sua gentileza.

Creio que foram convidados para estar no comando do nosso Presidente, o Senador Fernando Collor. Aqui nós temos, então, a apresentação deste tema que faz parte da agenda de hoje, sobre as eleições regionais e suas consequências para a integração dos acordos (Mercosul e União Europeia).

Então, vamos dar preferência às damas, à Profª Gleisse, para fazer a abertura desse tema. Temos de 15 minutos a 20 minutos para a sua exposição e depois fazemos o debate.

Agradecemos muito a presença de todos que nos dão a honra de suas presenças, como a representação do Itamaraty e outros convidados que estão entre nós.

A SRª GLEISSE RIBEIRO ALVES – Eu agradeço mais uma vez o convite. Obrigada, Srª Presidente, Exma Srª Senadora Ana Amélia, por mais esta oportunidade. É uma forma de termos como debater o que muita gente discute na Academia.

Obrigada! Também saúdo pela presença os Exmos Congressistas aqui presentes.

De forma muito especial eu também gostaria de cumprimentar os colegas professores que me assistem neste momento, o Prof. Alcides, que me dá a honra de tê-lo como debatedor. Isso é muito interessante porque vem enriquecer mais ainda o debate.

De forma especial também quero agradecer aos alunos, porque, através deles, a gente cria o debate e os grupos de estudo nas instituições pelas quais passei, trabalhando sempre temas... Não necessariamente tratamos só da América Latina, mas, principalmente, damos um foco muito grande para a União Europeia.

Estávamos ali justamente comentando este tema América Latina, eleições, quais serão as consequências futuras e o grande desafio com a questão iniciada neste debate, para pensar sobre quais são os horizontes possíveis. Qual é o horizonte vindouro para a América Latina após essas eleições? E justamente o grupo de debate propõe que saibamos se devemos erguer barreiras ou pontes.

A minha explanação vem justamente pensar muito mais em cenários. Criar perspectiva ou definir aqui eleições ou como será realmente a América Latina é um grande desafio. E proponho muito mais outra visão, pensando muito mais em outro teórico chamado Pierre Bourdieu, para compreender como é esse ambiente. Então, na América Latina, independentemente dos atores que irão atuar, dos futuros eleitos, eles devem compreender principalmente qual o cenário já preestabelecido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na primeira parte da minha explanação, cabe inicialmente fazer essa breve exposição, para compreendermos o que é o cenário internacional, o sistema internacional atual. Daí, então, na segunda parte, justamente falaremos de quais são essas perspectivas possíveis para a América Latina. Será que nós temos grandes perspectivas? Então, vamos pensar justamente nesses dois eixos aqui dessa explanação.

Iniciando logo essa primeira parte, o que nós pensamos é que esse sistema internacional vislumbrado logo após a Segunda Guerra Mundial está justamente em crise. É uma crise do internacionalismo liberal. O que isso significa? Significa que este grande polo de poder que nós tínhamos como eixo, Estados Unidos e seus aliados, está em declínio. Está em declínio, mas não em total desaparecimento ainda. É isso que a gente precisa compreender para construir essa perspectiva futura. Então, é uma ordem internacional que está multifacetada.

Hoje nós temos uma orientação em três pilares principais. Presume-se uma abertura econômica. Houve muitas criações de instituições internacionais, instituições muitas vezes multilaterais. E há o terceiro pilar dessa base do sistema internacional: nós temos uma cooperação muito mais para a manutenção da segurança e da solidariedade democrática. Nesse ínterim, várias organizações internacionais foram criadas. Aqui cito duas pontualmente, que levarão ao debate um pouco mais na frente. Cito, de forma muito expressiva, a Organização Mundial do Comércio e a Organização Regional da União Europeia. São duas organizações criadas nesse momento. A ONU também teve uma parte importante nessa manutenção da paz, mas, mais na frente, vocês vão entender por que meu eixo de debate e de reflexão é relativo muito mais à União Europeia e à OMC.

Ao longo desse processo, nós tivemos vários outros atores, principalmente países da América Latina que fizeram essas transições ou tentam fazer – isso é o que eu mais defendo – essa transição democrática para se integrar nesse sistema internacional, pautado, então, nesse primeiro momento, nessa economia de mercado.

O que prevaleceu durante um bom tempo foi essa ordem liberal. Justamente o que tivemos, então? Esses fundamentos dessa ordem hegemônica pós-guerra estão enfraquecendo. E há o fim dessa ordem internacional liberal. Isso não sou somente eu que digo, mas também vários profissionais teóricos da área de relações internacionais. Aí corroboro muito a ideia do Prof. John Ikenberry, que traz justamente essa crescente diminuição do poder de atuação de alguns Estados e principalmente da velha tríade que nós tínhamos: Estados Unidos, Europa e Japão. Esses pilares estão sendo reformulados. O grande problema é: qual é a arquitetura mundial que tomará esse lugar? Há uma considerável incerteza sobre o que ficará no lugar desses três grandes que estruturaram essa ordem mundial liberal, que está em declínio.

De forma a pensar que é uma das poucas questões que nós temos na atualidade, principalmente para profissionais de relações internacionais conseguirem se congregar num único

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

posicionamento, o grande posicionamento é: o sistema liberal, realmente, como foi preconizado, está em declínio. E o que nós teremos, então? Qual é a conjuntura internacional? Ou seja, quais são os polos? O que nós teremos daqui para frente?

Aí temos de pensar em três grandes dimensões possíveis: uma dimensão seria a questão do internacionalismo, para manter justamente essas instituições internacionais pautadas muito no aspecto jurídico de cada instituição; um processo de integração é a segunda dimensão; e a terceira dimensão é a questão do imperialismo.

Para ilustrar um pouco como esse sistema está organizado, eu corroboro muito as ideias apresentadas no último colóquio que tivemos na França, pela Geopolitics, um evento que aconteceu em Grenoble, agora em março de 2018, em que o Prof. Pascal Boniface, que é Diretor do Institut de Relations Internationales et Stratégiques, traçou, pelos estudos que têm sido feitos nesse centro de pesquisa, qual a perspectiva, quais as considerações futuras que há para esse sistema internacional. O que ele assinala, mais uma vez, que não é surpresa para ninguém, é que esse sistema liberal está em crise.

O que nós temos, então? Temos um eixo em que podemos seguir um unilateralismo, seguido principalmente por decisões preconizadas por três grandes polos: China, Estados Unidos e Rússia. E nós temos uma segunda possibilidade, então, de outro eixo sendo estruturado muito mais ainda nesse ínterim onde há organizações internacionais, onde há o direito internacional como fonte principal ainda de estabelecimento dessas bases, fazendo frente – digamos assim – a essas decisões unilaterais de China, Estados Unidos e Rússia.

Estávamos, há pouco, enquanto aguardávamos, justamente comentando as questões de estratégia dessa questão americana. Pensamos muito nas palavras do Prof. Boniface, quando ele diz que a estratégia americana é de manutenção do poder. É o que vislumbramos muito nas teorias de relações internacionais. Todas as vezes que temos uma potência que está em ascensão e outra que está em declínio, há sempre o embate. É o embate daquela que está saindo do poder tentando se manter e da nova tentando recuperar polos de poder. Nós temos esse embate na política americana, que é muito voltada para a estratégia de provocar tensão e de buscar políticas que sejam muito mais direcionadas para os seus eleitores e, principalmente, para uma política de fomento à guerra comercial. Então, não é mais o liberalismo, mas, todas as vezes que eu preciso me proteger, eu me utilizo das instituições que eu criei. Hoje mesmo, ouvi no discurso que justamente a China tem determinados bloqueios comerciais americanos porque precisa respeitar a propriedade intelectual. Então, se é um sistema que está em declínio, por que eu ainda me sirvo do sistema internacional?

Então, nesse sistema internacional, nós temos estes polos: ações de países que tentam se manter no poder, ações de países que estão ascendendo e, no meio disso tudo, instituições como a União Europeia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pela minha própria formação, pautada muito mais nos aspectos jurídicos, nós vamos ver qual é essa perspectiva possível para a América Latina. A América Latina passa por várias mudanças, por mudanças políticas. Muitas vezes, nós tivemos esse exercício da esquerda ascendendo ao poder, principalmente no ano de 2000. Agora está em declínio. Mas o que isso tudo significa? Quais são as consequências? Quais são as perspectivas para essa América Latina? Meu polo de defesa é justamente este: não importa o que virá na América Latina, o que importa é que nós já temos um sistema internacional preestabelecido, com eixos de estrutura entre políticas muito mais voltadas para as questões chinesas, em que a Rússia busca muito mais fazer frente a esse capitalismo e estabelecer suas políticas e em que há decisões puramente ainda unilaterais americanas para se manter no poder.

Qual é a outra perspectiva? A outra perspectiva são outros países que lideram ou que ainda estão nessa busca por lutas democráticas. E o grande polo que nós temos hoje, para pensar em instituições para fazerem frente justamente a essas decisões puramente unilaterais, é a União Europeia. Em que sentido? No sentido institucional. "A União Europeia está desfalecendo." A União Europeia está tendo dificuldades. E aí temos de observar justamente os aspectos atuais. O que nós tivemos na França? O que que nós tivemos na Alemanha? O que está sendo sinalizado é que a União Europeia, nas suas bases institucionais, permanecerá. E para isso, quando observamos muito o Mercosul, temos de nos atentar, não se desfazendo do Mercosul. O Mercosul ainda está num processo, um processo em que a União Europeia já está há mais de 50 anos, que estabeleceu como base, justamente na sua estrutura, a primazia do direito, da democracia. E o que é essa primazia do direito e da democracia? É pautada em instituições que hoje conseguem manter uma instituição chamada União Europeia.

O que nós vamos verificar é que as previsões justamente são de que o Reino Unido sai da União Europeia. Mas ela se desfalece completamente? Não é o que está sendo sinalizado, porque os dois eixos e polos de poder que sustentam a União Europeia permanecem e ainda querem manter suas bases democráticas.

A gente começa a pensar: o que nós temos, então, numa estrutura de sistema internacional em que a América Latina vai se inserir? São esses polos de poder. Erguer pontes? Erguer barreiras? Isso depende do que cada um que estiver no seu núcleo de poder quer como objetivo. Se ele quer decisões unilaterais, vai se aliar a Estados Unidos, à China e à Rússia. Aí o que nós fazemos, qual é o movimento por essas buscas democráticas não é bem a base que devemos defender. Se queremos defender bases democráticas, a opção ainda é a União Europeia. Por quê? Porque há esses pilares. E, se observarmos o Mercosul, veremos que ele caminha muito buscando essas bases que foram estruturadas e estabelecidos na União Europeia.

Há desafios? É claro que sim, há muitos! Mas são as opções. No meu ponto de vista, pelo que a gente debate e pelo que defendo muito no pós-doutorado também, é justamente isso. Hoje, nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

temos democracias ou temos instituições e países que se utilizaram muito desse sistema internacional, que se utilizaram muito da OMC, por exemplo, para galgar um desenvolvimento. E vão abrir mão de tudo isso? Não é bem isso em que acredito. Então, são instituições, países, por exemplo, como a Índia, que vão se estruturar muito mais, que se estruturam e que têm buscado esse desenvolvimento econômico muito mais pautado em políticas comerciais, políticas comerciais desenvolvidas no âmbito da Organização Mundial do Comércio.

E o que foi sinalizado com a permanência da OMC é justamente o quê? Os polos, nessa primazia do direito, são os que permanecem e, a meu ver, são os que permanecerão ainda no sistema internacional. Cabe à América Latina justamente saber e se posicionar: quais são as estratégias? Erguer pontes? No meu ponto de vista, sim. Há muito mais possibilidades de se aderir a isso ou de participar muito mais dessas instituições, como, por exemplo, a União Europeia. Pode-se perguntar: "Mas como a União Europeia pode atuar?"

Tivemos já vários casos práticos em que as instituições europeias conseguem muito bem fazer frente ao poderio americano, fazer frente ao poderio de grandes corporações multinacionais. É o que nós vimos com a Microsoft, é o que nós vimos com o Google e o que vemos agora também com o Facebook.

Então, minha defesa, pela minha própria formação, é a de que as instituições jurídicas, sim, permanecerão, e cabe à América Latina escolher, então, nesse novo desafio, que aliados ela buscará: a primazia do direito e da democracia ou a primazia de decisões unilaterais.

Eram essas as minhas considerações. Buscar as perspectivas, buscar conjecturas aqui e dizer o que vai ser feito na América Latina é complicado, porque ninguém tem bola mágica.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É muito complicado.

A SRª GLEISSE RIBEIRO ALVES – Mas, ao trazer perspectivas, eu acho que fico muito mais nesse aspecto positivo de que nós temos, sim, possibilidades e saídas.

Muito obrigada, mais uma vez, pela oportunidade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Prof. Gleisse, porque foi bastante clara e objetiva.

Vamos passar, de imediato, a palavra ao Dr. Alcides Costa Vaz, da mesma forma e pelo mesmo tempo.

Depois, a gente estabelece o debate aqui, inclusive com a participação e o compartilhamento da plateia, se houver interesse.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALCIDES COSTA VAZ – Muito boa tarde e boa noite a todos e a todas!

Inicialmente, quero agradecer esse honroso convite, na pessoa da Senadora Ana Amélia, na Presidência desta Comissão, e saudar os Parlamentares, os representantes do Ministério das Relações Exteriores e de outras instâncias ministeriais aqui presentes e todos os demais presentes.

Nós tivemos, na fala da Profª Gleisse, um panorama global, antecipando algumas tendências globais. Dentro disso, eu gostaria de usar este breve tempo para ousar arriscar alguns palpites em relação ao cenário político regional e sobre os desdobramentos eventuais desse cenário para a integração no âmbito do Mercosul e das perspectivas do acordo Mercosul-União Europeia, que ainda está por vir. Há pouco mais de 20 anos, estamos esperando esse acordo acontecer, desde que as negociações foram mandatadas, em 1995, e iniciadas em 1997.

Mas, fazendo esse recorte mais do geral ao particular, eu destacaria, sim, da fala anterior, essa ideia da prevalência de algumas dinâmicas políticas no sistema global, principalmente aquelas que têm a ver com o declínio da ordem liberal, que têm a ver com essa prevalência de considerações de natureza mais geopolítica e da securitização dos temas globais em detrimento das questões de desenvolvimento e de desenvolvimento econômico, ou seja, a primazia do político na agenda global com distintos matizes. Também isso está permeado por uma profunda crise do multilateralismo, ao que se soma – não vou me estender sobre isso por ser já um tema que vem sendo intensamente discutido e debatido – o fortalecimento das direitas, tendo como contrapartida o enfraquecimento das esquerdas.

Estou sinalizando esses aspectos porque, em certo sentido, minha visão é a de que, no panorama político regional, tal como já se encaminhou e parece estar se encaminhando, se observarmos o ciclo eleitoral que se avizinha de forma mais imediata, as opções que surgem dentro desse panorama, de alguma forma, colocam certo descompasso entre o panorama regional e as dinâmicas globais. Vou tentar explicar isso rapidamente.

Se olharmos o panorama político-regional, o que nós vemos? Apesar da chamada ascensão das direitas e declínio das esquerdas, nós não assistimos ainda à hegemonia das direitas. Temos uma região politicamente dividida. Essa divisão, se nós observarmos principalmente a América do Sul, é mais clara. Evidentemente, há um claro enfraquecimento e fragmentação das esquerdas, o que também contribui, é um fator que se soma para a chamada ascensão gradual da direita.

Esse movimento ainda está em curso, e o ciclo eleitoral que temos diante de nós, principalmente na América do Sul, lança algumas questões interessantes para a nossa consideração. Por exemplo, poderíamos dizer que essa virada à direita está já em um estado bastante adiantado – eu não diria efetivado, mas bastante adiantado – na Argentina, do Macri. Tivemos agora, recentemente, eleição de Sebastián Piñera, no Chile, que vem fazendo uma alternância entre direita e esquerda com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

os mesmos protagonistas. Por força até da Constituição, esse ciclo vai se encerrar, mas Sebastián Piñera está eleito Presidente do Chile, também empossado. O Brasil está sob a Presidência de Michel Temer, da direita. Nós temos uma eleição se avizinhando agora, em outubro, e há uma grande incerteza ainda sobre o desenlace e o desfecho dessa eleição. No Peru, houve a renúncia de um presidente liberal, mas que chega ao poder também com o apoio da esquerda; é importante lembrar isso no cenário peruano. Ou seja, a ascensão da direita tem matizes, possui matizes claros, não é um fenômeno homogêneo e articulado regionalmente.

Há perspectivas de vitórias da direita no Paraguai, nas eleições agora em abril. Há um cenário muito polarizado e incerto na Colômbia, apesar de que, nas eleições legislativas, a direita, representada pelo movimento do ex-Presidente Uribe, saiu-se vitoriosa, e agora há dois candidatos, Gustavo Petro e Iván Duque, polarizando esquerda e direita, e as pesquisas dão uma posição bastante igualitária entre ambos. Há ainda uma grande incerteza com relação à Colômbia. Assistimos ainda ao Uruguai, à Bolívia e à Venezuela dirigidos por presidentes que estão apoiados por forças de esquerda. No Equador também, muito embora haja uma cisão importante entre o Presidente Lenín Moreno e o seu antecessor Rafael Correa, mostra-se um pouco essa fragmentação, que é bastante característica no espectro de esquerda nos países e regionalmente.

Ou seja, com esse panorama, do ponto de vista analítico, eu diria que é quase uma grande simplificação, uma grande imprecisão falarmos de uma hegemonia de direita inconteste na nossa região.

Esse fenômeno de ascensão das direitas e de enfraquecimento e fragmentação das esquerdas já mostrou seus impactos imediatos para o regionalismo, que é o que nos convoca aqui, parece-me, a considerarmos de forma mais detida. Claramente, implicou o arrefecimento da ênfase que foi prestada ao regionalismo político durante a ascensão e a hegemonia das forças de esquerda na América do Sul, de onde vieram iniciativas como a Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), a União de Nações Sul-Americana de Nações (Unasul), a Celac, a Alba. São todos exemplos dessa proatividade que se deu ao regionalismo na sua dimensão política. Sob a égide dos governos de esquerda, isso claramente arrefeceu, quando não propriamente estancou.

Em contraposição a isso, há uma clara ênfase no regionalismo comercial, a ideia de resgatar, de alguma forma, os objetivos originais no caso do Mercosul. No caso da Comunidade Andina de Nações, é um bloco que está em franco estancamento, em franca paralisia, por questões não propriamente econômicas, mas políticas, há cerca de uma década propriamente.

Mas há uma ênfase no regionalismo comercial, eu não diria econômico, a despeito de, nos discursos, nós encontrarmos, mais recentemente, muita ênfase no que seria o resgate dos objetivos fundacionais, no caso do Mercosul, em particular. Eu insisto no comercial, porque é onde a agenda está neste momento. Se nós examinarmos a agenda das últimas presidências *pro tempore* do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mercosul, pelo menos, de 1997 até o presente, as duas últimas e a atual, nós vamos enxergar claramente a prevalência de temas comerciais. Por que eu não digo econômico? Porque essa tentativa de resgate dos objetivos fundacionais não se traduziu ainda numa agenda nesse campo. Não se cogita sequer discutir ou rediscutir, por exemplo, os objetivos do Tratado de Assunção, que eram muito mais ambiciosos do que a agenda puramente comercial. Não se fala disso há muito tempo.

Isso me coloca a perspectiva de que essa ênfase no regionalismo comercial está desprovida de incentivos que, no passado, vieram de outros espaços de negociação comercial. Houve um momento em que estávamos negociando simultaneamente dentro do Mercosul, no marco da Alca, no marco dos acordos União Europeia-Mercosul, no marco da OMC. Ou seja, essa estrutura, essa ambiência nas quais os temas comerciais estavam em franca evidência não existe hoje? Ao contrário, as negociações multilaterais estão onde estão, relegadas ao ostracismo no âmbito da Organização Mundial do Comércio. Dentro dos principais blocos comerciais e entre eles, também isso existe, observamos esse mesmo arrefecimento. Então, daí não vem um grande incentivo a isso, e tampouco há referências claras diretas nesse esforço de revigorar comercialmente, no caso, o próprio Mercosul, no seu sentido original.

Parece-me que são – vamos dizer assim – os blocos... No caso, o próprio Mercosul eu figuraria hoje mais ou menos como um corpo sem alma, no sentido de que falta a ele um direcionamento. Ou seja, qual é o grande projeto comum que vincula os países-membros do Mercosul no campo econômico? Há uma concepção mais pragmática no campo comercial, na tentativa de restaurar a credibilidade e a saúde comercial da própria normativa e dos próprios instrumentos e resgatar essa ótica comercial. Vemos isso, por exemplo, muito espelhado nas agendas. A agenda da Presidência *pro tempore* da Argentina conteve elementos como o Protocolo de Cooperação e Facilitação de Investimentos Intra-Mercosul, o acordo de ação para tornar fluido o comércio entre a zona, um plano de ação para o fortalecimento do Mercosul comercial e o posicionamento da agenda externa com as negociações da União Europeia. A isso veio, em seguida, a Presidência *pro tempore* brasileira. Olhem os temas: Protocolo de Contratações Públicas do Mercosul; tratamento efetivo dos entraves ao comércio intrabloco; uma abordagem mais pragmática de regulamentos técnicos, sanitários, fitossanitários; agenda para pequenas e médias empresas; serviços e indicações geográficas; comércio eletrônico; facilitação de comércio; direito do consumidor; e alguns acordos importantes. É uma agenda nitidamente comercial. Isso vem nesse contexto em que forças de direita chegam, assumem essa agenda, colocam praticamente *on the sidelines* toda a agenda política do bloco, tal como ela havia sido trabalhada e manejada em períodos imediatamente anteriores.

Há a expectativa de que, com a redução das barreiras comerciais internas, se possa advir ou extrair o benefício de um revigoramento do próprio bloco, para restaurar a sua própria credibilidade. Acho que essa é a aposta que é feita neste momento. Só que isso ocorre em um contexto em que também a importância relativa do comércio intrabloco para os países-membros é decrescente. Os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

países sul-americanos, eu diria quase todos, estão procurando opções para além da própria região. Boa parte do dinamismo dos seus respectivos eixos de comércio exterior está respondendo, cada vez mais, a oportunidades extrarregionais do que àquelas que encontram ainda dentro do próprio Mercosul. Eu diria que aqui é um pouco como aquela teoria dos rendimentos decrescentes que a gente estuda nos manuais de Economia.

Nós podemos aumentar muito o esforço, o capital político nas negociações comerciais intrablocos, obteremos alguns resultados, mas, vamos dizer assim, a consequência econômica desses acordos tende a ser de uma importância relativa menor. Por quê? Porque a fração do comércio à qual ela se reporta, comércio intrabloco, também tem uma presença decrescente em termos de importância nas agendas, na composição dos fluxos de comércio exterior dos respectivos países. É um esforço necessário – é um esforço necessário, insisto nisso –, mas os benefícios econômicos a serem auferidos tendem a se mostrar cada vez mais limitados por uma questão estrutural que responde justamente à importância relativa do próprio Mercosul, em termos de comércio exterior, para os seus países-membros.

Digo algumas palavras sobre as negociações com a União Europeia.

Sem dúvida nenhuma, ao longo desses últimos meses, o calendário político regional e a perspectiva de ciclos eleitorais contribuíram para acelerar as negociações do final do ano passado até o presente, mas esse calendário político não coloca incentivos diretos para a superação dos obstáculos, para se chegar a um acordo final. Ou seja, há uma tentativa agora mais circunstancial novamente de concluir essas negociações antes das eleições presidenciais no Brasil e antes das eleições parlamentares na União Europeia. É desejável concluir antes. Então, há um *timing* aí que é favorecido por esse ciclo político.

Ao mesmo tempo, as questões de fundo que ainda impedem o fechamento do acordo passam a ser jogadas agora em seu próprio mérito e têm a ver justamente com as barganhas intersetoriais envolvendo, de um lado, principalmente a entrada de carne bovina dos países sul-americanos no mercado europeu e, de outro lado, as questões mais importantes para os países europeus, que têm a ver com serviços, investimentos, quer dizer, uma questão de fundo que vem se desenhando ao longo de toda essa negociação e que, de fato, se tornou o ponto de dissenso fundamental. Então, elas agora estão jogadas em seu próprio mérito. Já que não há, hoje, nenhuma perspectiva de vinculá-las à eventual obtenção de resultados no plano multilateral ou em outros exercícios negociadores, resta aos representantes de Mercosul e União Europeia encontrar finalmente um ponto de convergência que permita conciliar as demandas em áreas distintas.

Em conclusão, para não me alongar muito sobre os dois temas, eu diria que, primeiro, a ênfase na dimensão comercial a que nós assistimos agora, que vem impulsionada pela mudança no panorama político regional, não é suficiente para revigorar o regionalismo econômico. Dá um fôlego;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

permite, vamos dizer, retirar alguns escolhos em matéria de entraves sobretudo não tarifários da agenda, retomar questões antigas relativamente ao funcionamento da união aduaneira. Houve algum progresso nesse último ano e meio nesse campo, mas insisto nisto: esse benefício é tangível, é real, mas tende a ser cada vez mais limitado.

Por isso não acredito que essa ênfase nessa dimensão puramente comercial seja suficiente para revitalizar o regionalismo econômico e o marco do Mercosul em particular. É um processo que está desprovido de um sentido teleológico maior, essa figura que eu diria que é um corpo sem alma, porque você não sabe propriamente o que está conduzindo, o que orienta, qual o pano de fundo comum, os interesses comuns, as ambições dos países, no campo econômico, que podem se realizar por meio do Mercosul. É a prevalência de um pragmatismo que encontra, no campo comercial, seu espaço de manifestação, seu espaço de protagonismo, e permite principalmente o movimento político que, entendo, é muito mais jogado para dentro dos países do que para o contexto regional. Qual é esse movimento político? Um distanciamento crítico desses governos em relação aos movimentos anteriores, aqueles liderados sob a égide da hegemonia das esquerdas na última década. Permite esse distanciamento crítico, permite a ideia de que estamos retomando as origens, estamos atuando de forma mais pragmática, menos ideológica, mas eu insistiria nesta ideia final: o fôlego aqui é muito pequeno. Teremos um benefício dessa agenda comercial por algum tempo, não o suficiente para resgatar esses processos.

Era isso.

Muito obrigado pela atenção.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Prof. Alcides Costa Vaz.

Quero, antes de fazer algumas provocações aqui, agradecer muito a presença honrosa do Embaixador da Malásia, Lim Juay Jin, e do Embaixador da República da Belarus, Aleksandr Tserkovsky. Muito obrigada pela presença. Também agradeço a Jelena Blazevic, Primeira-Secretária da Embaixada da Sérvia, que também nos dá muita honra, e da Embaixadora Gisela Padovan, que representa aqui o Ministério das Relações Exteriores, da Assessoria de Assuntos Federativos e Parlamentares do Itamaraty. A todos e aos demais obrigada pela presença.

Prestei muita atenção nas exposições dos nossos convidados, ilustres acadêmicos – têm uma formação acadêmica. Talvez, pela minha formação como jornalista, sou mais de buscar o lide da informação e o trato direto de o quê, como e por quê.

Eu cheguei esta manhã de Lima. Estava em Lima, no Peru. Cheguei de manhã, e o senhor fez assim: "Uau!" Uau, mas eu não dormi esta noite. Estou ainda sonada, porque pegamos uma turbulência. O voo saiu de Lima – são duas horas a menos – para Porto Alegre, um voo direto de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quatro horas; e, de Porto Alegre a Brasília, mais duas horas e meia. E uma pessoa ao meu lado – eu, morrendo de sono – passou o tempo todo falando sobre bitcoin, uma coisa completamente... (*Risos.*)

Mas aproveitei para, mesmo com sono, ouvi-la.

Por que falei de Lima? Porque até há pouco tempo, e estão aqui dois especialistas, víamos a América Latina como um cenário de instabilidade política e institucional nos países. Eu vou todo ano a Lima, gosto muito dessa cidade, aliás, do Peru todo, mas de Lima em particular. E é fácil, porque temos esse voo direto. Então, quando há um feriado de três dias, é bom para refrescar e ver aquele país. Eu estava lá no debate do PPK com a Keiko Fujimori. Assisti ao debate. E ele já não é mais Presidente; foi eleito, já renunciou. E o Peru está numa calma como se nada tivesse acontecido. Assumiu o Vice-Presidente, e o país com uma serenidade institucional. Então, eu acho que esse é um lado muito importante para a estabilidade institucional da região. Mesmo com os focos, as situações que nós estamos vivendo com o caso Venezuela, com o caso da ousadia do Uribe em relação a trazer as Farcs para dentro do *establishment* institucional, a gente percebe um novo desenho importante.

O Prof. Alcides insistiu muito na questão ideológica, da esquerda perdendo espaço para a direita, mas prefiro aquela palavra que o senhor usou depois: pragmatismo.

Hoje os blocos... A senhora falou uma coisa, deu força também às instituições multilaterais, falou da Europa, da força da OMC, que está fragilizada. As coisas não estão acontecendo porque os blocos, as regiões do mundo hoje e a própria Europa, com a questão do separatismo na Espanha, com a saída da Inglaterra da União Europeia, o Brexit, que deu uma nova mudada no cenário europeu... Então, não é bem uma consolidação, mas uma nova estruturação diante de um quadro provocado também pela excessiva migração que está ocorrendo na Europa e esse peso, que é uma realidade nova. Esse é um lado.

Por outro lado, Prof. Alcides, a palavra que eu gosto é: pragmatismo. A Ásia, e aqui está o nosso Embaixador da Malásia, está vivendo um momento – eu estive três vezes na Ásia no segundo semestre de 2017 – e um cenário, com a força da China, o vigor econômico estratégico e geopolítico da China, com as relações, às vezes, que a gente não consegue divisar bem com China e Rússia, a posição da China com Coreia do Norte; isso está dando, digamos, um eixo para a Ásia diferente do que tínhamos até há pouco tempo. O Japão, por exemplo, que é a terceira maior economia do mundo, hoje fica perplexo, os japoneses, com o que está acontecendo, porque a China, por razões históricas... O Japão tem uma atitude muito comedida, muito conservadora – e digo a palavra "conservadora" não no sentido ideológico, mas de tomada de decisões; só o faz quando tem segurança –, e a China, não; a China está chegando e alterando as relações. Altera no Panamá e em todas as regiões do Globo. Então, a China está com uma outra perspectiva de pragmatismo – não sei se de dominação, mas a economia está em primeiro lugar – e está ocupando espaços em tudo que é lugar, inclusive aqui na região. Então, eu queria colocar esse lado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Concordo com o senhor que o Mercosul ficou muito restrito à questão comercial, a uma união aduaneira que não avançou. Sinceramente, não avançou. Eu era jornalista quando acompanhava isso, essa história de Mercosul e União Europeia. E, aí, se você olhar o cenário Mercosul, os acordos feitos até agora foram muito pequenos, pouco significativos. Agora, há este novo cenário: a Argentina está com a visão mais semelhante ao Brasil, que são os maiores parceiros, dando um novo eixo de entendimento possível de chegar com a União Europeia, mas são conflitantes os nossos interesses no campo agrícola, então, essa força que aparentemente ganha o Mercosul perde na essência, naquilo que o senhor fala do tratado Mercosul. Perdeu aquilo que era importante e conveniente do ponto de vista institucional.

Então, dentro do que ouvi agora, como nós, com essa fragilização regional aqui, sem termos avançado em acordos do Mercosul com outros países ou outros blocos, podemos superar esse novo desenho que se faz no mundo, com a Ásia e com outros países? Nós vamos ficar aqui, ainda – como se diz? – tolhidos no nosso limite geográfico, geopolítico, esperando que as coisas caiam do céu? Parece. Não há uma ação tão enérgica como está acontecendo na Ásia, por exemplo. Com um movimento muito, muito intenso e com uma economia mudando muito, os planos chineses são muito impressionantes.

Assim, eu queria ver, com esse cenário, o que sobra para nós.

Dirijo-me à professora e, depois, ao Dr. Alcides.

A SRª GLEISSE RIBEIRO ALVES – Muito obrigada pela provocação, pela intervenção. Essa é a parte mais interessante, por isso que eu me detive exatamente nos 20 minutos, porque depois vêm os questionamentos, que é a parte mais interessante.

A senhora levantou dois pontos fundamentais, que é justamente o que eu havia falado: a China é um dos grandes núcleos de ascensão econômica. Então, a questão de como nos posicionarmos está justamente em saber quais são os atores que nós temos para negociar.

O Prof. Alcides disse muito bem como o Mercosul não tem... "É um corpo sem alma". Isso é muito interessante, porque diz justamente o contrário do que é a União Europeia. É o que eu disse: a União Europeia sofre uma reformulação, mas a União Europeia tem alma, tem estrutura, os membros têm objetivos comuns. Grupos querem separar, mas ela tem estrutura para se manter, o que a gente não tem ainda no Mercosul, ou seja, essa estrutura institucional de como forçar países que querem sair... "Tudo bem; vocês são soberanos, mas nós temos força e instrumentos, de certa forma, para coibir esses movimentos".

Claro que as negociações estão em torno de criar uma perspectiva ainda muito incipiente, mas as prerrogativas que nós teremos com o Reino Unido ainda são muito pequenas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Separação na Espanha? Sim; mas está havendo movimentos para coibir tudo isso.

Então, o que nós temos? Nós temos essas estruturas de que nós temos de nos aproximar. E por quê? Porque nós temos ideologias comuns: pensar nas questões institucionais, nas questões democráticas.

O Mercosul tenta muito copiar a União Europeia, mas não definiu uma identidade. Qual é a identidade? É criar um mercado comum? Sim, mas um mercado comum pautado em qual produto principal? É a questão agrícola? Pois, então, vamos nos direcionar para a questão agrícola.

É aproveitar esse sistema internacional, como muitos países asiáticos aproveitaram. A China conseguiu chegar aonde chegou utilizando-se das ferramentas que nós lhe demos – ferramentas institucionais como a OMC –, aproveitando-se um sistema onde eu posso explorar o comércio sem respeitar regras – isso quando ela entra na OMC em 2000. O que a Rússia faz na OMC? Não é um país liberal, mas aproveita o sistema. Vou aproveitar, compreender esse sistema e me valer dessas oportunidades. A América Latina tem que aproveitar isso. Qual é o cenário que está estruturado? É uma China que quer cooperar? Pois eu vou cooperar e vou aproveitar. É o Mercosul?

Nós temos de criar uma identidade. A identidade não é simplesmente nacionalidade, não são simplesmente placas de carros, mas o que nós queremos negociar. O que nós queremos estabelecer como produto fundamental? Não é criar ou tentar criar líderes unitários. A grande questão da União Europeia é – e os estudos assim o demonstram: há uma fragmentação? Sim, há uma fragmentação. Mas e depois da União Europeia, se não a tivermos? É voltar às questões unilaterais, onde cada país age unilateralmente? Isso é voltar à guerra. Eles vivem um processo de paz há 70 anos. Tudo bem; está em crise, mas o que temos para substituir? Ainda não conhecemos.

Então, a questão na América Latina é muito bem conhecer quais são esses atores, quais são essas possibilidades e oportunidades. É o que eu digo muito: o Brasil tem muitas oportunidades. Então, é saber ser esse líder e atuar justamente em vários campos, que é o que os países asiáticos fazem muito bem. Eles atuam, trabalham com a União Europeia, trabalham dentro do sistema da OMC, respeitando o que tem de ser respeitado. "Se não me cobram, por que eu vou cumprir?"

Então, é utilizar muito bem; é saber utilizar todo esse sistema internacional, esse cenário internacional para observar essas políticas. Mas muito do problema da América e, principalmente, o nosso aqui, no âmbito do Mercosul, infelizmente, não são as instituições, não é o Mercosul que não tem excelentes tratados ou a forma como são redigidos, mas é a aplicabilidade. E por que não há efetividade? Porque nós estamos em processos históricos diferentes. É preciso, ainda, uma base muito sólida nacional. O que o Brasil tem como política? O que a Argentina tem como política? Buscam muito mais não a ideologia como havia na União Europeia, uma ideologia comum: "Vamos nos unir para evitar a guerra e buscar esse crescimento. Vamos nos unir para buscar o crescimento". O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mercosul é uma união jurídica, mas, de fato, não existe. Cada vez mais, os atores tentam ser líderes. Com essa busca desenfreada por liderança, não se cria uma identidade do que nós vamos comercializar, do que nós vamos ter como ideologia para chegar a uma União Europeia e conseguir negociar. Quais são os nossos objetivos? Lá há objetivos muito bem classificados, qual é a base da União Europeia. É disso que nós precisamos, no meu ponto de vista, tentar estabelecer.

As instituições estão enfraquecidas, o processo é enfraquecido, mas não há nada ainda que o substitua completamente. Então, é esse o cenário que nós temos: é saber lidar, muitas vezes, ainda com esse cenário que está em transição.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Prof. Alcides.

O SR. ALCIDES COSTA VAZ – Eu parto de duas premissas para responder a sua provocação, Senadora. A primeira: há uma disjuntiva, a meu ver muito clara, entre as dinâmicas políticas globais e essa tendência que se apresentou na nossa região de valorizar o regionalismo comercial.

Isso sinaliza, em primeiro lugar, que esse é o campo que nos restou. Frente às dinâmicas políticas globais, a nossa capacidade de presença e de incidência é muito baixa, e a região se desarticulou, a região se fragmentou. O pano de fundo, o movimento político que emana desses processos eleitorais não devolveu ainda um sentido, não produziu um sentido mínimo de coesão regional. Então, nós estamos comparecendo, frente a esse cenário, de uma forma bastante dividida, de uma forma bastante fragmentada.

O campo do comércio é um campo muito importante. Não podemos negligenciar a importância do comércio internacional, do comércio exterior para os países, mas temos que reconhecer que a importância relativa do Mercosul nesse cenário também é decrescente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Professor...

O SR. ALCIDES COSTA VAZ – Mas é nesse campo que nós estamos colocando as nossas apostas? Sim, mas colocando de forma fragmentada. À exceção da negociação com a União Europeia, nós não estamos embarcados em nenhum outro exercício significativo nesse campo. Isso é que eu acho bastante inquietante.

Em tese, quais seriam as nossas opções? Tentar valorizar o multilateral? Precisaríamos estar unidos, coesos em relação a isso. E não há um movimento nessa direção. Construir aproximações seletivas com os principais polos, com os Estados Unidos, com a China, com o Japão, com a União Europeia? Também não forma parte, hoje, de uma discussão política em nível regional, nem mesmo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

dentro do próprio Mercosul. Revigorar o regionalismo? Foi essa a resposta parcial com essa característica sobre a qual eu tenho insistido, ou seja, ela é muito limitada.

O que prevalece, o que parece prevalecer, infelizmente, a meu ver, são as respostas individuais, isto é, a prevalência de orientações individuais.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Professor, outra provocação: quando a gente olha o cenário global, a pergunta é: não estaria a nossa região, o Mercosul, em primeiro lugar, padecendo desse mal?

Quando o senhor olha o cenário mundial, o senhor vê figuras aparecendo como lideranças, com um protagonismo muito expressivo. O senhor vê o Putin, o senhor vê o Trump e o senhor vê o Xi Jinping. Essas figuras estão no radar. Então, pergunto: nós não estamos padecendo também de uma falta de protagonismo, de lideranças políticas para dar um empuxo maior a isso, seja no campo da diplomacia, das relações exteriores, de política externa ou mesmo de capacidade, eu diria, de um fortalecimento maior do bloco do Mercosul para uma agenda mais densa, melhor do que ficar nessa briga interna de se vender leite para lá, carne para cá, ou seja, nós brigarmos internamente, professor?

O SR. ALCIDES COSTA VAZ – É sempre muito tentador nós pensarmos em termos de lideranças atribuindo isso a uma figura que seja capaz de...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu não falo em "populismo" ou "não populismo", mas, pelo menos, ter uma...

O SR. ALCIDES COSTA VAZ – Não, não; eu não digo populismo, mas de personalismo, de personificar essa liderança em alguém que seja capaz de comunicar, de galvanizar a atenção, que tenha influência suficiente para arregimentar esforços e convocar uma agenda.

Eu acho que o que falta mais...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É a agenda mesmo.

O SR. ALCIDES COSTA VAZ – É um projeto; um projeto mínimo que vincule a região.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Mas quem faz projeto?

O SR. ALCIDES COSTA VAZ – Isso não...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Mas quem faz projeto?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALCIDES COSTA VAZ – São pessoas, são lideranças.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Isso!

O SR. ALCIDES COSTA VAZ – E o que nós temos hoje – volto à parte inicial desta apresentação – é que o nosso cenário político regional...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É pobre.

O SR. ALCIDES COSTA VAZ – ... está polarizado. Ele dificulta, hoje, o reconhecimento de uma proposta ou de uma figura que convoque ou tenha a capacidade de convocatória em bases convergentes. Eu não vejo, nesse cenário político de hoje, quais dessas lideranças que estão ou que poderão vir a estar no poder na nossa região, num futuro imediato, com essa capacidade de convocatória.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E isso não seria também resultado das próprias circunstâncias internas de cada país?

Todos aqui, nesse cenário de que o senhor falou há pouco, temos eleições este ano. Então, há um discurso interno, uma explicação interna para justificar algumas políticas que são de fortalecimento interno do País, o que, muitas vezes, é conflitante com um discurso de conjunto do Mercosul. O Macri, possivelmente, precisará, do ponto de vista político, dar um recado para o povo dele – como o Trump faz lá, com o seu protecionismo – e ficar, digamos assim, um pouco refém dessa agenda interna, o que limita também o Mercosul de ter, nesse contexto mais amplo, mais geral, uma agenda mais global fora dos limites exclusivos da questão comercial.

O SR. ALCIDES COSTA VAZ – Eu não tenho muitas dúvidas de que o regionalismo, hoje, o discurso em torno do regionalismo, nessa sua configuração comercial, é fortemente caudatário de injunções políticas domésticas.

Como eu disse, é uma agenda necessária, é uma agenda que oferece essa possibilidade de diferenciação em relação a projetos anteriores – e isso joga muito mais para dentro que para fora –, mas não é uma agenda que assenta bases para um projeto econômico regional mais ambicioso, um projeto que sinalize formas de respostas, de posicionamento frente a esses desafios globais, a essas transformações globais. Eu acho que, vamos dizer assim, é uma dimensão muito limitada, acanhada mesmo, para fazer frente à magnitude dos desafios políticos que são os grandes desafios que nós confrontamos em termos globais no mundo contemporâneo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Profª Gleisse, o que, na sua opinião, falta nessa construção e o que está emperrando esse acordo Mercosul/União Europeia, tão desejado, tão falado, tão cantado em prosa e verso e nunca realizado?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª GLEISSE RIBEIRO ALVES – Traçar esse diagnóstico não parece nada simples, mas é só pensar no que é estrutura de pilares principais. Como você estabelece um acordo com algo de que não sabe qual o direcionamento, para onde ele caminha? Então, você impõe as suas regras. A União Europeia quer muito o aspecto comercial agrícola brasileiro; então, ela tem as suas políticas já muito bem definidas e não abre mão de nada disso.

Então, como o Prof. Alcides muito bem disse, enquanto o Mercosul não estabelecer o que ele quer como objetivo e qual é o parâmetro principal, quais as suas políticas principais, é difícil você ter um acordo, é difícil você ter uma negociação, porque você tem uma negociação com pesos completamente diferentes. Há uma União Europeia que sabe muito bem o que quer, que tem as suas bases muito bem estabelecidas.

E nós não podemos nos esquecer, de novo: os pilares da União Europeia são a primazia do direito e a primazia da democracia. Uma cláusula básica do Mercosul também é a democracia, mas há uma diferença muito grande quando eu falo dessas instituições europeias. Se há um conflito – e aí ainda há uma dificuldade dentro do Bloco Europeu, a questão econômica... Mas, se eu tenho um país que está em dificuldade, não é deixar desfalecer, mas é tentar ajudar.

Aquele que se rebela... A gente fala muito do Reino Unido, que está saindo, mas nunca foi projeto do Reino Unido ser da União Europeia, não era a base inicial, ele não tinha como fundamento principal, não era o discurso, nunca foi muito da sua política interna, tanto é que ele nunca se integrou completamente. O Reino Unido entra na União Europeia em 1973, quando justamente percebe que estar fora desse bloco é meio complicado, mas não fica totalmente integrado.

Então, há lá apoios institucionais que tentam manter uma união no bloco. O Mercosul precisa achar esse elo em comum, qual o elo comum, qual é a agenda comum para tentar estabelecer, a partir daí, um polo de negociações e levar isso frente aos outros países.

Quando você se senta para negociar, é cada um com o seu polo e com a sua visão individualista. Isso é complicado para um bloco regional. Você não tem, realmente, uma estrutura única, você não tem as bases do que são os pilares, essa primazia do direito, ou seja, uma efetividade completa das normas no Mercosul. Então, como negociar um mercado comum se não existe um mercado comum? Como é que eu estabeleço bases com o Mercosul em questões democráticas, que é o pilar também para a União Europeia?

Então, se você não tem essas estruturas principais, a cada vez que se tenta negociar, há o recuo; a cada vez que se tentar negociar um acordo que está avançando, nós temos recuos, mas os recuos são os nossos problemas internos, e que fazem parte.

Eu digo muito que, depois que eu estudei na Europa, eu percebi que isso faz parte da evolução dos Estados. Essas instituições se organizarem democraticamente não é um processo simples. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

para estabelecer bases com uma estrutura já preestabelecida, como há as bases da União Europeia, que sabe muito bem o que quer do Brasil e principalmente do Mercosul, o que a gente precisa definir é: o que nós queremos com a União Europeia? O que nós queremos com os parceiros, como, por exemplo, Rússia; como, por exemplo, China. Definir muito bem isso; não políticas somente nacionais, mas se há políticas para o bloco. E não há essa discussão. Não há essa discussão nem de política comum da questão agrícola, que é um ponto importante. E o que muito há em embate com a União Europeia é a questão agrícola. Se nós não temos uma política unitária, como é que nós vamos conseguir negociar mais amplamente?

Então, esses polos são o desafio do que nós temos aqui para a América; tentar achar justamente esse elo comum. E é possível – é possível! Temos que continuar acreditando.

Algumas perspectivas o professor já delineou aqui. Nós temos a parte de serviço muito bem desenvolvida. A senhora está falando de bitcoins. O que mais nós temos são as negociações aqui. Quanto à parte tecnológica do Brasil, por mais que pensemos que não há uma grande expressividade, nós temos, sim, um sistema financeiro em que a parte tecnológica é muito bem desenvolvida. Então, nós temos consumidores para esses serviços, e há uma boa quantidade do que nós poderíamos negociar, sim, com a União Europeia. Não podemos ficar somente em questão comercial e agrícola. Nós temos outras agendas e outras capacidades, sim, em que poderíamos pensar, mas é como definir e estruturar isso, muito positivamente.

Acho que seria um pouco esse o delineamento.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O senhor acredita em que prazo...? O senhor tem uma visão positiva, realista ou qual é a sua visão para Mercosul-União Europeia?

O SR. ALCIDES COSTA VAZ – Eu estava em Bruxelas em março de 2010, circunstancialmente, quando houve uma dessas várias retomadas de negociação desse acordo e debaixo de uma expectativa de que "agora vai; agora temos apoio..."

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Em 2010! Faz oito anos!

O SR. ALCIDES COSTA VAZ – Março de 2010. (*Risos.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Faz oito anos só, uma década quase!

O SR. ALCIDES COSTA VAZ – Eu me lembro direitinho disso e de todo o ambiente de otimismo que existia em relação a isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agora vai!

O SR. ALCIDES COSTA VAZ – A gente aprende a ficar mais cauteloso, sobretudo porque as questões que restam sobre a mesa tocam, às vezes, no mesmo campo. Nossas demandas estão no campo da agricultura, sobretudo em cotas para a entrada de carnes. Os países do Mercosul estão pleiteando que haja uma redução tarifária significativa para pelo menos 200 mil toneladas. A União Europeia diz: "Isso é inaceitável. Podemos oferecer 70." Ou seja, quase três vezes menos do que isto. Eles estão falando muito de serviços marítimos, regras de origem, indicações geográficas, investimentos...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Mais de lá para cá do que daqui para lá.

O SR. ALCIDES COSTA VAZ – ... acesso para lácteos – eles também têm demandas no campo da agricultura em relação ao Mercosul. Então, vamos dizer assim, é um acerto que está num plano técnico, é possível de se fazer no plano técnico, mas há muito tempo essas questões estão na agenda.

Qual é o fator que pressiona por um desenlace rápido dessas negociações? Todos os fatores que pareciam convocar para uma pressão dessa natureza eram conjunturais, e a conjuntura muda. Eu não sei, eu não sou muito otimista em dizer: "Olha, este ano, sai!" Não vejo o que pressionaria.

Há uma janela de oportunidade? O testemunho dos negociadores, daqueles que têm acompanhado diz que há possibilidade de um interesse genuíno em, talvez, criar condições de harmonizar posições em torno dessas questões, que são as que estão sobre a mesa neste momento. Boa parte desses esforços fenece nessa dimensão técnica. Pode até haver a vontade política lá em cima, mas, muitas vezes, os negociadores aqui embaixo não têm respaldo suficiente para poder gerar proposições que possam ser consideradas para uma deliberação política. Eu não estou acompanhando isso de lupa, mas me reservo, vamos dizer assim, a um certo ceticismo. Nesses 20 anos...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A sua cautela é muito prudente. O Prof. Alcides é prudente, porque não é fácil.

Agora, na verdade, eu lembro que, na ideia original do Mercosul, chegou-se, nos anos 80, a se falar numa moeda comum. Havia até o nome da moeda: gaucho – imagine! A União Europeia tem a sua própria moeda, mas isso, no Mercosul, acabou.

A ideia original era a de que os países juntassem as suas complementariedades econômicas e produzissem para terceiros mercados. Com o tamanho do mercado do Brasil, o mercado consumidor do Brasil passou a ser, digamos, o mais próximo para se explorar. Para que você vai buscar a Europa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

se, do lado, há o Brasil, com um mercado, claro que com problemas – num ano, cresce; no outro ano, não cresce a economia –, mas que é um grande, um gigantesco mercado? O mesmo mercado pelo qual a Europa tem ânsia e desejo e todo mundo quer, principalmente pelo consumo, está aqui dentro.

Então, esse problema criou... Eu sou do Rio Grande do Sul, e nós, no Rio Grande do Sul, temos, com os nossos vizinhos, uma peleia constante. O senhor falou do leite, dos lácteos, que a Europa quer, é evidente. Mas nós estamos brigando por causa do leite, porque o Uruguai desovou o seu estoque de leite no Brasil, os preços caíram, e o setor está arrasado. Então, esse problema interno entre os países dessa união aduaneira está limitado a isso.

E aqui também nós estamos debatendo uma outra questão: a proteção interna com regulações internas. No conceito da OMC, os regulamentos internos têm, digamos, prevalência sobre as relações multilaterais. Então, por exemplo – de novo, sobre o Rio Grande do Sul, e agora eu tenho que puxar para o meu país amigo –, quanto à erva-mate, a Argentina tem uma regulação que inviabiliza qualquer negociação de erva-mate, porque ela encontrou lá uma análise química de que há um problema químico, de que a infusão do chimarrão, da água quente na erva, não elimina o risco tóxico da erva-mate. Mas o que é isso? É uma proteção. Veio uma especialista aqui, uma professora aqui falar e foi muito clara: é a cobertura legal para o protecionismo de que os países estão se valendo. Não é, Prof. Alcides?

Então, isso é uma coisa também... Quer dizer, como é que nós vamos superar isso, se nós não estamos nos entendendo aqui dentro?

O SR. ALCIDES COSTA VAZ – Claro, há muito pouca coesão interna, e há o componente do cenário de ambiente dessas negociações, que também, vamos dizer, não contribui muito. Nós não estamos assistindo a um contexto favorável a exercícios de liberalização comercial; nós estamos assistindo a um momento de recrudescimento de protecionismos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Isso.

O SR. ALCIDES COSTA VAZ – Então, quer dizer, para você concluir esse acordo nesse ambiente, poderia dizer: "Puxa, que bom, é uma contratendência importante, e com isso nós nos equipamos melhor." Mas o próprio ânimo da União Europeia, diante das suas próprias vicissitudes internas, dos seus próprios desafios internos, aumenta muito a sensibilidade para setores como, por exemplo, no próprio caso da agricultura – Irlanda, Polônia, França...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sim, somos concorrentes: na França, o frango...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALCIDES COSTA VAZ – Vamos dizer assim, com um ambiente político conturbado na própria União, perguntam-se: "Nós vamos fechar acordos que envolvem esses setores e temos que fazer concessões aqui ao Mercosul?"

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sim. Como é que vai ficar? Uma concessão interna, com o discurso interno do Macri...

O SR. ALCIDES COSTA VAZ – Sim, é a mesma situação que V. Exª narrou aqui em relação ao Mercosul. Quer dizer, ocorre do lado de lá também.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sim, claro, claro.

O SR. ALCIDES COSTA VAZ – Então, se os ventos estivessem soprando a favor dos impulsos liberalizantes no comércio internacional, muito bem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Mas não estão.

O SR. ALCIDES COSTA VAZ – Não estão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não estão; pelo contrário.

O SR. ALCIDES COSTA VAZ – Não estão. Então, acho que isso também incorpora um pouco mais essa dose de ceticismo – pode ser esta a palavra, mas eu diria...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pragmatismo, realismo.

O SR. ALCIDES COSTA VAZ – Vamos ter cautela. Vamos ter cautela com relação a eventual desfecho dessas negociações.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A senhora é também realista, cautelosa, Profª Gleisse, quanto a essa projeção, depois que o Dr. Alcides falou sobre o "agora vai", em 2010? (*Risos.*)

Nós estamos em 2018, entrando em 2019, e ainda não saiu.

A SRª GLEISSE RIBEIRO ALVES – Ser realista, realmente, como todos estão falando, dentro das prospecções. Como é que eu vou conseguir negociar algo se eu não tenho a minha base estruturada? Como é que eu vou conseguir negociar algo no Mercosul se todas as políticas nacionais que compõem o Mercosul estão em plena mutação?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O que eu salientei muito foi com relação às instituições. Estão em fragilidade? Claro que estão, mas é necessário verificar cada um desses polos. São frágeis, mas quem é mais frágil: União Europeia ou Mercosul? Não estou falando em termos de potências, de quantidade de países, mas em termos institucionais.

Então, lá estão sofrendo dificuldades? Sim, há uma nova mudança de paradigma. Negociar algo sem saber como será a própria estrutura interna da União Europeia é complicado. Negociar com o Mercosul, que não tem ainda as bases, pelo menos as governamentais, todas bem estruturadas também é complicado. Porque não se pode esquecer: é um bloco regional, mas que perpassa também pelas aplicações locais.

Como bem ilustrado, a crise no Mercosul existe desde quando se iniciou. A primeira crise não foi do bloco Mercosul com um agente externo. A primeira crise foi a crise do frango. Então, foi propriamente dentro do bloco.

Então, o primeiro ponto é você tentar pensar... E uso muito a União Europeia nos meus exemplos, por quê? Porque é o bloco mais desenvolvido. E como é que eles se estruturaram? Eles se consolidaram gradualmente, em cada tema. Então, se temos uma dificuldade na agricultura, como é que nós podemos nos consolidar?

E aqui eu saliento algo muito interessante que já tem ocorrido no Mercosul, embora muitos ainda não acreditem, que é a participação da sociedade civil. Então, a própria agricultura, os próprios agricultores tendo uma possibilidade de participar das reuniões já é um primeiro ponto, para, pelo menos, identificarem-se quais são as nossas necessidades imediatas. O que a agricultura está querendo negociar? O que esse polo, em cada país nacionalmente, consegue ou não negociar?

Este é um ponto importante: tentar realmente estabelecer e, como o professor diz, deixar o tempo realmente, os ventos, que venham novos ventos. Mas esses novos ventos só virão quando as bases políticas se estabelecerem, as eleições realmente tiverem sido concretizadas, e tivermos a completa noção de que cenário nós teremos, inclusive na União Europeia. Que cenários nós teremos? Será que realmente... Não é algo que se negocia tão rápido. As negociações para a saída do Reino Unido se iniciaram há pouco tempo; a saída ou o acordo efetivo serão só até 2019, mas as políticas ainda serão implementadas. Não é uma saída imediata.

Então, é preciso observar como essas instituições vão reagir e, principalmente...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone.*) – Sem falar no arrependimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª GLEISSE RIBEIRO ALVES – E aí é que vem justamente o peso agora. O que será? Será um arrependimento realmente ou será uma boa decisão? Então, ainda não há esse parâmetro completo, porque ele depende justamente de qual será a imposição, enfim. Sofrerá muitas sanções? Vamos ver.

Então, é algo a se observar. Mas o principal, como falei, para a América e para o Brasil, é entender esses cenários. Entender esses cenários e tentar se posicionar sobre o que é o objetivo de cada um. O objetivo da União Europeia agora é tentar se estabelecer. Um acordo sair por agora é complicado, porque nem internamente eles conseguem ainda ter uma política mais consolidada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Como foi referido agora, Profª Gleisse e também Prof. Alcides, as eleições que estão acontecendo na região também podem, de alguma maneira, impactar para frente ou para trás nesse processo do acordo famoso com a União Europeia?

O SR. ALCIDES COSTA VAZ – Não creio, não creio. Acho que o impacto maior é esse no sentido de uma ênfase na dimensão comercial que já se instalou. Vamos dizer que o Brasil se mantenha na atual orientação política, que o Paraguai também o faça, que eventualmente a Colômbia também o faça, ou seja, que esse aspecto do direito se fortaleça. Eu acho que essa concepção mais pragmática em direção ao comércio também vai se confirmar e, talvez, aí, sim, um incentivo maior, a acelerar negociações ou buscar uma condição de um desfecho, pode se desenhar, mas não vai ser um elemento determinante. Eu acho que o x da questão maior é no plano técnico neste momento: encontrar propostas que sejam politicamente aceitáveis para os respectivos setores domésticos. É onde está o jogo neste momento.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Professor, eu faço uma digressão, porque o senhor insistiu muito na questão ideológica, de esquerda ou direita, liberalismo – a professora falou muito do liberalismo, mas o senhor também. O que aconteceu para essa mudança de cenário ideológico na região? Qual foi a posição das sociedades em relação aos governos ditos de esquerda?

O SR. ALCIDES COSTA VAZ – Eu acho que o esgotamento de opções. Parece-me, por exemplo, no caso do Brasil, para falarmos aqui de algo que...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Está em curso.

O SR. ALCIDES COSTA VAZ – ... está em curso, a despeito dos avanços sociais logrados também no campo econômico, houve um momento em que a fórmula se esgotou.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Se esgarçou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALCIDES COSTA VAZ – A fórmula se esgotou, e os governos não foram capazes de oferecer algo distinto, porque foi mais do mesmo. E esse mais do mesmo, de fato, provocou um engessamento, um esgotamento.

Agora, em cada país, também há injunções específicas em cada caso. V. Exª falou do caso peruano, que não foi bem um caso de fracasso de esquerdas, porque ali não havia essa caracterização tão clara...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eram todos do mesmo lado; ideologicamente falando, do mesmo lado.

O SR. ALCIDES COSTA VAZ – Sim, mas, ali, a fórmula era muito mais ser anti-Fujimori, numa oposição ao fujimorismo, do que...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sim, era uma ideologia mais...

O SR. ALCIDES COSTA VAZ – E, dentro disso, quer dizer, há uma espécie de um acrisolamento, mais o tema da corrupção.

No caso do Chile, eu recordo bem que, quando a Michelle Bachelet assumiu o seu primeiro mandato, de início, enfrentou uma crise com os estudantes.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu me lembro disso.

O SR. ALCIDES COSTA VAZ – Quando ela assumiu o segundo mandato, a questão estava lá.

Quer dizer, foi um país que, a despeito de toda hegemonia da Concertación, desde a transição democrática até então, até a eleição do Sebastián Piñera...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Estava sempre acesa.

O SR. ALCIDES COSTA VAZ – Muitas das vicissitudes sociais do Chile estavam, de certa forma, abafadas por essa visão de que se tratava de um país com uma economia pujante, um modelo liberal e tudo, mas muitas mazelas sociais no Chile estavam presentes. Quer dizer, aquele modelo também não deu uma resposta satisfatória a essas questões.

Penso que seja muito isto: a dificuldade em gerar respostas consentâneas, ser responsivo a desafios que, embora não sejam propriamente novos, assumem expressões que se diferem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E numa sociedade muito mais demandante, muito mais ativa, com todos os instrumentos que tem hoje, por exemplo, das mídias sociais, de tudo isso.

O SR. ALCIDES COSTA VAZ – Claro. E não podemos ser ingênuos: o mesmo risco correm os governos de direita.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Claro.

O SR. ALCIDES COSTA VAZ – O de não de serem capazes também...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – De darem respostas.

O SR. ALCIDES COSTA VAZ – ... de ser responsivos a esses desafios. Ou seja, vai sempre haver o discurso de mais do mesmo. É em parte a crítica que estou fazendo aqui, com relação a essa dimensão do regionalismo, a essa ênfase ao regionalismo puramente comercial: mais do mesmo. É necessário? É necessário. É importante? É importante. Não se trata de discutir isso. Mas não estão gerando proposições que estejam à altura desses desafios políticos e econômicos com que nós estamos confrontando neste momento. Essa posição está circunscrita a isto: às perspectivas do regionalismo.

Penso que estamos assistindo a um fenômeno semelhante nessa escala regional, agora sob um outro matiz ideológico, com o agravante de um quadro de fragmentação bastante pronunciado.

Isto é o que mais me preocupa: nós abdicamos da região.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Em favor de...?

O SR. ALCIDES COSTA VAZ – Até este momento, em favor de uma postura pretensamente pragmática, voltada para uma dimensão comercial, que pode render alguns dividendos políticos de curto prazo e alguns benefícios econômicos no curto prazo, mas sem muito fôlego para ir mais adiante por aquela razão que eu apontei.

Tudo isso está apontando para o comércio intrarregional.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com essa visão bastante, eu diria, correta do professor sobre as interrogações geradas aqui inclusive, no nosso País, penso que nós podemos encerrar, dizendo o seguinte, perguntando à senhora: nós estamos a seis meses das eleições, e, com esse cenário – acho que este seja o ponto de interrogação –, é possível hoje, a seis ou sete meses das eleições, dizer que estaremos estendendo mais pontes, ou erguendo mais barreiras, o Brasil dentro do Mercosul ou fora do Mercosul?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Essa pergunta é para a senhora e para o senhor também.

A SRª GLEISSE RIBEIRO ALVES – Erguer mais pontes depende de com quem, assim como erguer mais barreiras.

Então, intrabloco, realmente...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, mas estou do ponto de vista da eleição no Brasil.

A SRª GLEISSE RIBEIRO ALVES – Isso. De eleição no Brasil, mas, com relação à eleição no Brasil, erguer mais pontes de quê? Das consequências futuras?

Então, quanto a erguer mais pontes, concordo que, independente do cenário político que nós tivermos, políticas de Estado deverão ser estabelecidas, políticas de pensar nas estruturas, ou seja, se vamos defender o regional ou se não vamos defender o regional. Pensar num cenário onde não há um posicionamento é muito complicado, porque, quanto a isso, já estamos à deriva há muito tempo. Chegou o momento em que, agora, realmente, quem o assumir...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É a hora da verdade.

A SRª GLEISSE RIBEIRO ALVES – ... tem que se posicionar, porque o mundo já se tornou posicionado. Ou o Brasil toma o direcionamento e decide o que atacar – não é preciso ser uma única escolha, mas que se tenha muito claramente a quem eu vou me endereçar. Vou negociar com Rússia? Em que aspecto? Vou negociar com China? Em que aspecto? Com União Europeia? Em que aspecto? É preciso saber muito bem se colocar, o que o Brasil realmente deixa muito de fazer ao longo dos últimos anos. Não é posicionar-se somente no aspecto comercial. Sociedade internacional não é somente o aspecto comercial, mas há uma agenda muito mais vasta e ampla. É saber muito bem como se posicionar com cada um desses atores.

O que vejo muito bem é isto: países outros, como Índia, por exemplo, se posicionaram, decidiram e estão galgando, caminhando. Não estou dizendo que acabaram as disparidades sociais, mas, em condições econômicas, eles têm avançado, e muitos deles são países asiáticos. É saber posicionar-se e ter uma política de Estado permanente. Não estamos falando de políticas que mudam realmente a cada quatro ou oito anos ou uma década. Não é isso. Política de Estado precisa ser permanente. É um projeto que precisa ser pensado com muito mais cuidado. É regionalismo? Então, vamos nos dedicar ao regionalismo. Não é regionalismo? Então, qual é a outra política? O importante é que nos dediquemos de uma forma mais pontual e com mais continuidade. Acho que é isso que falta muito em nosso País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E isso requer mais um refinamento no trato dessas questões.

A SRª GLEISSE RIBEIRO ALVES – No trato justamente dessas questões. Saber muito o que nós temos e nos conhecermos. Conhecemos e temos muitos potenciais. Então, é saber muito bem posicionar cada um desses potenciais.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E definir claramente as prioridades nesse cenário.

Professor, então, desses seis meses que faltam, que cenário o senhor vê, já que, com relação ao Mercosul, o senhor é muito realista?

O SR. ALCIDES COSTA VAZ – Olha, se estender pontes significa um esforço de superar esse quadro de fragmentação regional, eu iria nessa direção, mas reconhecendo também que, até o presente, dentro dessa configuração política que se vem esboçando na região, desse desenho ainda não surgiram os elementos para a constituição sequer de um diálogo político regional sobre o lugar que a região deverá ter para as nossas economias, para os nossos desígnios políticos, para o enfrentamento dos desafios globais. Quer dizer: isso não está posto. Estamos diante apenas de, eu diria, um vácuo. Então, se erguer pontes é algo no sentido de superar esse vácuo, eu iria por essa direção.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada.

O SR. ALCIDES COSTA VAZ – Mas eu não vejo isso, não reconheço isso ainda neste momento.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, ainda não. É muito cedo.

O SR. ALCIDES COSTA VAZ – Tudo está no plano das intenções, das expectativas, não da realidade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É verdade. Muito obrigada.

Eu não falei no início – não sei se a Secretaria da Comissão recebeu –, mas normalmente nesses debates há sempre a participação popular em algumas questões.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ah, o sistema ficou fora do ar. Pensei que fossem só as companhias aéreas, mas no Senado também o sistema está fora do ar. Então, somos vítimas também dos fenômenos.

Aliás, aconteceu de tudo hoje, até terremoto. Houve alguns sismos por aqui – acho que começaram na Colômbia. Houve na Bolívia, em São Paulo, em Brasília... Está acontecendo de tudo em Brasília.

Então, por falta do sistema, que caiu, a Secretaria não pôde contar com a participação popular de sempre, com a interatividade.

Eu queria agradecer muito a todos. Não sei se há alguém na plateia com interesse em alguma questão. Mas os nossos dois convidados foram muito didáticos. O preparo acadêmico dos nossos dois convidados dispensa qualquer referência adicional sobre a qualidade, competência e a capacidade de avaliação dos cenários e, em particular, do tema que nós estamos aqui abordando, que é: Mercosul-União Europeia. Estender pontes ou erguer barreiras? O Brasil e a ordem internacional.

Então, eu agradeço novamente muito a participação do Professor de Relações Internacionais da UnB, Alcides Costa Vaz, Doutor em Sociologia pela USP, e da Professora de Direito Internacional do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), Gleisse Ribeiro Alves, que é Doutora em Direito pela Universidade de Nancy, na França.

Queria agradecer muito, em nome da Comissão de Relações Exteriores, ao nosso Presidente, o Senador Fernando Collor, que criou este ambiente de debates, que tem sido extremamente produtivo e também elucidativo.

Agradeço de modo muito especial a audiência que nós tivemos através da transmissão da TV Senado, dos veículos de comunicação do Senado Federal e a honrosa presença do Embaixador Aleksandr Tserkovsky, Embaixador da República de Belarus; do Embaixador da Malásia, Sr. Lim Juay Jin; e da Embaixadora Gisela Padovan, do Ministério das Relações Exteriores; da Primeira-Secretária da Embaixada da Sérvia, Srª Jelena Blazevic; e das assessorias dos Ministérios da Defesa e das Relações Exteriores.

Agradeço também à Secretaria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional pelo acompanhamento e pelo apoio técnico.

A todos os senhores, muito obrigada. Muito obrigada, professora e professor, pela valiosa colaboração que deram.

Está encerrada a reunião de debate desta segunda-feira.

Muito obrigada a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Iniciada às 18 horas, a reunião é encerrada às 19 horas e 29 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE ABRIL DE 2018, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e zero minutos do dia cinco de abril de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Fernando Collor e Flexa Ribeiro, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Fernando Bezerra Coelho, Hélio José, Marta Suplicy, Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim, Antonio Anastasia, Lasier Martins, Ana Amélia, Cristovam Buarque, Vanessa Grazziotin, Wellington Fagundes e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, Gleisi Hoffmann, Acir Gurgacz, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Paulo Bauer, Ricardo Ferraço, José Agripino e Pedro Chaves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Indicação de Autoridade**. **ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 9, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor FERNANDO SIMAS MAGALHÃES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 11, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor FRANCISCO CARLOS RAMALHO DE CARVALHO CHAGAS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Albânia." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 2 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 189, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto assinado em Brasília, em 20 de fevereiro de 2014, do "Protocolo Alterando a Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Noruega Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Capital, celebrada em Brasília, em 21 de agosto de 1980"." **Autoria:** Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN). **Relatoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável à matéria. **ITEM 3 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 7, de 2018 -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não Terminativo - que: "Aprova o texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República da Costa Rica sobre Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Civil, assinado em Brasília, em 4 de abril de 2011." **Autoria:** Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN). **Relatoria:** Senador Lasier Martins (*Ad hoc*), substituiu Senador Lasier MartinsSenadora Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável à matéria. **ITEM 4 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 12, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru, assinado em Lima, em 11 de dezembro de 2009." **Autoria:** Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN). **Relatoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho (*Ad hoc*), substituiu Senador Fernando Bezerra CoelhoSenador Antonio Anastasia. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável à matéria. **ITEM 5 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 14, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre a República Federativa do Brasil e a República da Índia, celebrado em Brasília, em 15 de outubro de 2013." **Autoria:** Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN). **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Senador Flexa RibeiroSenador Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável à matéria. **ITEM 6 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 15, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Emirados Árabes Unidos Referente à Cooperação no Campo da Defesa, assinado em Brasília, em 22 de abril de 2014." **Autoria:** Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN). **Relatoria:** Senador Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável à matéria. **ITEM 7 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 18, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre Assistência Mútua Administrativa em Matéria Aduaneira, celebrado no Rio de Janeiro, em 21 de junho de 2012." **Autoria:** Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN). **Relatoria:** Senador Cristovam Buarque (*Ad hoc*), substituiu Senador Cristovam BuarqueSenadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável à matéria. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dez minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Fernando Collor

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/04/05

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 4ª Sessão Legislativa da 55ª Legislatura do Senado da República.

Passo à leitura de comunicados.

O primeiro deles: China e Estados Unidos.

Em mais uma escalada das tensões comerciais entre a China e os Estados Unidos, o governo norte-americano divulgou na manhã de ontem uma lista com mais de 1,3 mil produtos chineses sobre os quais pode ser aplicada uma tarifa de 25%. Em resposta, os chineses divulgaram, poucas horas depois, planos para aumentar a tarifa de importação de 106 produtos dos Estados Unidos, entre os quais estão soja, carne, uísque, carros e produtos químicos.

O Vice-Ministro das Finanças chinês, Zhu Guangyao, disse em uma coletiva de imprensa ontem que "a China nunca sucumbirá à pressão externa". A nova tarifa chinesa sobre produtos americanos também será de 25%, mas o anúncio do governo chinês não deixou claro quando ela entra em vigor.

As tensões comerciais entre os dois países começaram a se intensificar mês passado, quando o Presidente dos Estados Unidos ameaçou impor mais de US$60 bilhões ao ano em tarifas à China por supostas violações de propriedade intelectual. O governo chinês já havia divulgado, na última segunda-feira, dia 26 de março, que planejava taxar 128 produtos importados dos Estados Unidos como retaliação às sobretaxas impostas sobre o alumínio e o aço, anunciadas no início do mês passado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De acordo com o jornal norte-americano *The New York Times*, o objetivo dos Estados Unidos foi atingir as indústrias de tecnologia de ponta da China, que o país busca liderar, como parte do plano Made in China 2025 – que aponta dez áreas em que a China deve investir para se tornar uma potência industrial avançada, entre elas a robótica, energia renovável, biomedicina, tecnologia da informação, entre outras.

Para Song Guoyou, Vice-Chefe do Centro de Estudos Americanos da Universidade de Fudan, na China, este é um "momento-chave" para que os Estados Unidos e a China alcancem novos acordos em áreas que incluem propriedade intelectual e a abertura de seus mercados. Se eles não alcançarem esse acordo, opina o professor, o comércio mundial vai oscilar ainda mais.

Apesar de ter impactado as bolsas de valores do mundo – a Dow Jones, por exemplo, caiu 0,6% na manhã de ontem –, essa nova rodada de tarifas ainda não interfere em grande parte do comércio entre a China e os Estados Unidos, estimado em US$650 bilhões por ano, mas economistas temem que a disputa se intensifique e ameace uma relação comercial que é essencial para a economia mundial. A China já acionou a Organização Mundial do Comércio (OMC) contra as tarifas americanas, mas também corre o risco de ser criticada pela OMC devido às retaliações, também decretadas unilateralmente.

Sobre tropas americanas na Síria.

A porta-voz da Casa Branca, Sarah Huckabee Sanders, afirmou ontem que os Estados Unidos estão determinados a continuar lutando contra o Estado Islâmico na Síria, indicando que o Presidente norte-americano voltou atrás na posição que expressou em uma coletiva de imprensa na terça-feira, quando declarou que "está na hora de [os mais de dois mil militares americanos na Síria] voltarem para casa".

De acordo com o comunicado lido pela porta-voz, "os Estados Unidos e seus aliados se mantém determinados a eliminar a pequena presença do Estado Islâmico" que restou na Síria. O comunicado indica que os principais conselheiros militares do Presidente norte-americano o convenceram que manter as forças americanas na Síria é crucial para derrotar o Estado Islâmico e garantir que ele não se levante novamente na região.

Autoridades do Pentágono se posicionaram contra uma retirada imediata das tropas da Síria, apontando, como precedente, que o surgimento do Estado Islâmico foi facilitado pela retirada das tropas americanas do Iraque, imposta pelo ex-Presidente Barack Obama. O Gen. Joseph Votel, chefe do Comando Central dos Estados Unidos, disse, durante uma coletiva de imprensa em Washington, na terça-feira, que muito progresso foi feito nos últimos anos na Síria, mas considera que a parte difícil do trabalho ainda está por vir. De acordo com o Gen. Votel, "estabilizar a região, consolidar nossas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vitórias, trazer as pessoas de volta às suas casas, encarar as questões de reconstrução a longo prazo", entre outros, são assuntos que ainda precisam ser resolvidos na Síria.

Sobre o Egito.

O Presidente egípcio Abdel Fattah al-Sissi foi reeleito para um segundo mandato nas eleições que ocorreram nos dias 26 e 28 de março. De acordo com os resultados oficiais, al-Sissi obteve 97% dos votos válidos – mesma porcentagem que obteve nas eleições de 2014 – em uma eleição que teve 41% de comparecimento.

O resultado era amplamente esperado, e o principal oponente do Presidente, Musa Mustafa Musa, que anteriormente já havia apoiado a reeleição de al-Sissi, conquistou menos de 3% dos votos válidos. Cerca de 7% das cédulas eleitorais foram consideradas como nulas.

Abdel Fattah al-Sissi era o chefe das Forças Armadas do Egito em 2013, quando o Presidente Mohammed Morsi foi deposto, e se aposentou da carreira militar para concorrer à presidência em 2014.

Passo agora a nossa pauta do dia de hoje.

Temos como primeiro item:

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 9, de 2018

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor FERNANDO SIMAS MAGALHÃES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senador Cristovam Buarque.

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

1 - Em 22/03/2018, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Em primeiro lugar, convido para que tome assento à mesa S. Exª o Sr. Embaixador Fernando Simas Magalhães, apresentando-lhe desde já as nossas melhores boas-vindas. (*Pausa.*)

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, S. Exª o Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Pela ordem.) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, com toda vênia, eu solicitaria, se possível, quando se iniciasse a sabatina, se V. Exª aquiescer e o Plenário também concordar, a abertura da votação, tendo em vista alguns compromissos na data de hoje. Se possível, tão logo comece, e se V. Exª estiver de acordo, eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Perfeitamente, Senador Antonio Anastasia.

S. Exª solicita que seja aberto o sistema de votação eletrônica para a votação do Sr. Embaixador hoje sabatinado.

S. Exªs Srªs e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Peço, por gentileza, à Secretaria da Mesa Diretora dos trabalhos da Comissão de Relações Exteriores que providencie a abertura do sistema eletrônico para a votação.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, S. Exª a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Pela ordem.) – Se V. Exª me permite, primeiro quero pedir desculpas ao Embaixador Dr. Fernando Magalhães e aos meus pares porque não vou ter condições de ficar durante a reunião, mas vou ter a oportunidade de manifestar o meu voto. Já estive com o Embaixador, é uma alegria tê-lo aqui. E neste momento tão difícil por que passa o nosso País, debater política internacional é muito importante, muito bom.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente Collor, se V. Exª me permite... É que esta é a última oportunidade que tenho para falar hoje antes do meu retorno a meu Estado.

Ontem nós tivemos uma decisão significativa para o Brasil, que, sem dúvida nenhuma, vai mexer substancialmente não só no próximo pleito eleitoral, mas com o futuro do Brasil, eu não tenho dúvida nenhuma, porque a pessoa que impetrou o *habeas corpus* no dia de ontem, além de ser um ex-Presidente da República, é aquele mais bem posicionado em todas as pesquisas eleitorais.

Claro, todos conhecem o nosso posicionamento: nós temos o entendimento de que o que existe no Brasil hoje é uma perseguição contra o Presidente Lula, que foi julgado individualmente, singularmente, depois num colegiado de três membros, e condenado por um crime que não cometeu.

Entendemos que a nossa Constituição e, portanto, a democracia e o próprio Estado de direito correm risco. A Constituição é clara – e a gente viu muito ontem no julgamento – em seu art. 5º, inciso LVII, quando afirma que ninguém – exatamente esse termo – pode iniciar o cumprimento de pena ou ser considerado culpado antes do trânsito em julgado. E isso é muito claro, não cabe interpretação. O que seria trânsito em julgado? Trânsito em julgado é trânsito em julgado e ponto. Não tem que dizer que leite não é leite, que leite é café com leite, e nem que dois mais dois não são quatro, é claro que dois mais dois são quatro.

Enfim, além desse problema, há outro, também constitucional: é que ninguém pode ser condenado sem prova. O Presidente Lula foi condenado sem prova – o Presidente Collor pode falar muito bem dessas questões –, foi condenado sem prova. Aliás, o apartamento foi a leilão; se alguém precisar de um imóvel que vá buscar o apartamento, aquele que seria da propina que ele teria recebido.

Eu apenas registro isso porque é conhecida a nossa opinião. Nós temos o entendimento de que o Presidente Lula apenas paga por um projeto que defende e representa. É isso que estamos sofrendo no Brasil. Ele paga por isso, porque, no fundamental, a penalização ao Lula é para barrar um projeto de Brasil. É lamentável isso, porque todo e qualquer projeto tem que ser barrado pelo voto democrático, pela decisão livre e soberana da população brasileira, e é isso que está em jogo no País.

Mas, Presidente Collor, quero dizer que o meu partido, embora conte com a pré-candidatura de Manoela d'Ávila à Presidência da República, tem sido muito solidário ao Presidente Lula, porque entende que a defesa dele é a própria defesa da democracia e do Estado de direito.

E quero dizer, ainda, que a decisão de ontem não é derradeira. O Supremo Tribunal Federal, pelo que vimos – e conversávamos sobre isso – deve, em breve, analisar uma questão muito maior do que o *habeas corpus*, que são as ADCs.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu ouvia pela Rádio Senado, ainda quando vinha para cá, a observação de um colega Senador sobre o julgamento de ontem. Ele dizia: "Nós não podemos ficar nessa insegurança jurídica". Exato! Não podemos! Por isso mesmo, o Supremo Tribunal Federal tem que julgar as diversas ações declaratórias de constitucionalidade que lá estão, uma delas da OAB – e todos sabem das posições políticas da atual diretoria da OAB –, que ingressou com essa ação porque também entende que não é passível de interpretações esse dispositivo constitucional sobre o cumprimento da pena.

Então, eu acho que nós, no Senado Federal – e ontem houve um debate muito duro no plenário –, precisamos buscar a segurança, e através dessa votação, quem sabe, a gente comece a colocar um pouco mais o País nos trilhos.

Esta é a Comissão de Defesa Nacional, presidida brilhantemente, não pela primeira vez, pelo nosso querido Presidente Collor. Ontem, a grande polêmica no Brasil foi a manifestação do Comandante do Exército, o nosso querido amigo a quem todos respeitamos e admiramos. A sua manifestação não continha nenhum absurdo, pelo contrário. Com o conteúdo todos nós estamos de acordo. O problema foi a oportunidade, o contexto em que foi feita e o tipo de especulação que gerou, o tipo de notícia que gerou.

Então, Presidente Collor, eu peço mil desculpas a V. Exª, ao nosso sabatinado do dia de hoje e aos nossos pares, mas levantei isso, Presidente Collor, porque, como V. Exª tem debatido tudo aqui nesta Comissão, eu acho que nós precisamos também debater isso, precisamos debater a defesa nacional, a segurança nacional, que passa, necessariamente, pelo reforço da democracia brasileira neste momento tão conturbado que o País vive.

Eu ainda não tenho uma ideia clara sobre que tipo de debate, mas nós precisamos, através desta Comissão, Presidente Collor, dialogar com as Forças Armadas, dialogar com a sociedade brasileira e dialogar com o mundo. O Brasil é notícia no mundo, e não podemos deixar que toda a nossa história e o nosso brilhante futuro sejam manchados por um momento tão delicado como este que nós vivemos.

Agradeço a oportunidade, Presidente Collor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senadora Vanessa Grazziotin.

A sua colocação no sentido de que esta Comissão abranja mais alguns temas que estejam na ordem do dia, sobretudo quando ela pode se inter-relacionar com a questão das relações exteriores e da defesa nacional, é bastante procedente, e estaremos trabalhando em torno dessa possibilidade.

Muito obrigado a V. Exª.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora passo a palavra a S. Exª o Embaixador Fernando Simas Magalhães, por 15 minutos, para a sua exposição.

O SR. FERNANDO SIMAS MAGALHÃES – Bom dia, Sr. Presidente, Srs. Senadores, queridos companheiros e colaboradores do Ministério que hoje fazem a gentileza de me acompanhar também aqui, neste momento tão importante dentro da minha carreira.

Eu estou especialmente honrado de comparecer à Comissão de Relações Exteriores para o que é a segunda sabatina em minha carreira diplomática, na condição de Ministro de Primeira Classe. Eu fui sabatinado pela primeira vez em 2010, quando fui designado chefe da nossa missão em Quito, no Equador, onde fiquei por cinco anos, entre 2010 e 2015.

Queria manifestar brevemente o meu agradecimento especial ao Presidente da República, Michel Temer, e ao Ministro Aloysio Nunes pela honrosa indicação do meu nome, que está ora submetido aqui ao crivo constitucional e republicano da Comissão, para chefiar a nossa missão junto à Organização dos Estados Americanos, que tem sede na cidade de Washington.

Eu sou especialmente grato ao senhor, Presidente Collor, e também ao Vice-Presidente, Jorge Viana, e à Senadora Ana Amélia, ao Senador Pedro Chaves, ao Senador Fernando Bezerra, ao Senador Lasier Martins, ao Senador Antonio Anastasia e ao Senador Flexa Ribeiro, que, em meio aos pesados encargos da agenda legislativa e de suas tarefas parlamentares, procuraram e conseguiram dedicar-me um pequeno tempo, valioso, de orientação com vistas a esta audiência.

E, finalmente, uma palavra muito especial de reconhecimento e de amizade ao Senador Cristovam Buarque, que é o generoso Relator de minha indicação, a quem eu conheci ainda aluno do Instituto Rio Branco, já nos idos dos anos 70, e que, desde então, voltei a reencontrar em diferentes ocasiões. E eu sempre me beneficiei de um convívio muito proveitoso e enriquecedor em todos os planos, pessoal e profissional.

Presidente, se o senhor me permite, eu gostaria de apresentar também uma pequena nota pessoal de minha parte.

Em julho do próximo, vamos completar já 40 anos dos exames iniciais que eu prestei em 1978, com vista ao ingresso na carreira diplomática. Eu era, então, um jovem de 20 anos, aluno de Engenharia da Universidade Católica no Rio de Janeiro, vivendo ainda os tempos duros e incertos que antecederam a redemocratização. E eu encontrei, na Casa de Rio Branco, esse forte apelo de uma carreira de Estado e o incentivo da promessa de viver uma plena reinserção do Brasil no concerto das nações, porque, já desde aquele momento, se vislumbravam as oportunidades de reconstruir e renovar as credenciais democráticas do Brasil pela trilha da sua projeção externa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E devo confessar, nesses 40 anos de exercício profissional, eu não vi, em nenhum momento, frustrado aqueles sonhos de juventude, o impulso de contribuir para o serviço público para que a presença internacional do nosso País atenda às demandas e aos interesses estratégicos nacionais. E, nesse período, passei por diferentes governos, por diferentes e legítimas compreensões, tanto do momento interno quanto do momento externo, mas eu sempre encontrei no Ministério das Relações Exteriores um espaço desafiador, criativo, independente e democrático para deixar uma pequena marca pessoal nas atividades que me foram confiadas. Eu sou grato por todas essas oportunidades que tive e não poderia deixar de fazer este registro aqui, Presidente.

E, como indicado, em meu currículo de vida, que foi distribuído aos Srs. Senadores e membros da Comissão, eu considero que, nesse período, pude, felizmente, acumular experiência, conhecimentos, que agora vão se provar necessários, e eu acho que até mesmo indispensáveis, para a chefia da nossa missão, caso, naturalmente, eu venha a receber o honroso beneplácito do Senado Federal.

O próximo ponto. Eu rapidamente gostaria de falar um pouco da Organização dos Estados Americanos em uma perspectiva história e também de novos desafios que se apresentam.

Em 5 de maio próximo, exatamente dentro de um mês, será celebrado o 70º aniversário da fundação da Organização dos Estados Americanos. É a Organização que foi sucessora das Conferências Pan-Americanas e da União Pan-Americana, de 1910. E trata-se, Presidente, da mais antiga Organização regional em operação: congrega os 35 países das Américas e do Caribe, cujos órgãos principais, princípios e propósitos fundacionais estão consignados na chamada Carta de Bogotá, de 1948.

O ano de criação, 1948, nos remete, naturalmente, a um período histórico muito preciso, delimitado no pós-Segunda Guerra Mundial, às portas da Guerra Fria. A Organização, nesse contexto, nasceu, é claro, dentro de uma dinâmica de enfrentamento entre blocos e ideologias e foi marcada por essa lógica própria daquele tempo, de uma demarcação geográfica de esferas de influência.

A própria noção de defesa hemisférica – e não nos esqueçamos aqui do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, de 1947 – trazia esse vezo de uma aliança sob liderança da grande potência continental, os Estados Unidos da América. É natural, assim – embora não trate aqui de nenhuma forma nem de avalizar nem de pacificar o que foram as consequências negativas desse momento histórico –, que nós tenhamos experimentado, no seio da organização, momentos de forte debate, de questionamento desse viés histórico. É um questionamento próprio dos embates do século XX, do qual talvez tenha sido, simbolicamente, seu maior exemplo o afastamento de Cuba da Organização, em 1962, e que foi revertido em 2009. Cuba é hoje membro pleno da Organização, apenas voluntariamente não participa das suas atividades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A queda do muro de Berlim e a distensão estratégica que se seguiu ao fim da União Soviética – aliás, abrindo parênteses, eu tive a honra, como jovem Secretário, de receber V. Exª como Presidente eleito na visita que fez a Moscou, logo após as eleições – são processos que abriram caminho para, já dentro de uma concepção de multipolaridade, de recurso engenhoso, as ferramentas do chamado "poder brando", que a Organização procurasse encontrar novas funcionalidades de interesse amplo dos Estados-membros, porque já estavam, então, atenuadas essas características de forte predomínio da influência norte-americana e já se verificava uma maior diversidade e pluralidade de representações políticas no hemisfério, aí incluída naturalmente a própria redemocratização do nosso País.

Eu cito alguns poucos exemplos dessa fase de transição, tão importante, tais como: o fim do ciclo de conflitos na América Central; a assinatura do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), a realização da 1ª Cúpula das Américas, em Miami, em dezembro de 1994; o início das Conferências de Ministros de Defesa das Américas, em 1995. Não posso tampouco deixar de recordar aqui a ilustre figura do Embaixador João Clemente Baena Soares, Secretário-Geral da Organização entre 1984 e 1994.

Mais recentemente, e sobretudo a partir de 2015, verificou-se um patente esforço de modernização da Organização, tratando de levá-la a funcionar dentro de critérios de racionalidade programática, de sustentabilidade financeira e de uma gestão por resultado. Mas devemos ter em conta, em qualquer caso, que estamos falando de uma estrutura relativamente enxuta de funcionários – pouco mais de 500 funcionários – e de um orçamento que é modesto sob qualquer prisma – é da ordem de grandeza de US$85 milhões anuais. O Brasil, nessa organização, tem um papel importante: é o segundo maior contribuinte do orçamento regular, com uma cota de US$10,5 milhões por ano.

Como ponto final da minha apresentação, gostaria de falar rapidamente do que são os quatro pilares da sustentação estratégica da Organização e a sua própria visão estratégica de trabalho.

A visão estratégica da Organização dos Estados Americanos foi aprovada em 2014 e, se o senhor me permite, são cinco linhas e eu vou lê-las citando, abrindo aspas:

> "A OEA é o fórum hemisférico de caráter político integrado por todos os países das Américas que, em condições de igualdade e de maneira interdependente, fortalece a democracia, promove e protege os direitos humanos, incentiva o desenvolvimento integral, e fomenta a segurança multidimensional, [sempre] em benefício do bem-estar com justiça e inclusão social dos povos das Américas."

Fim da citação.

Ademais da Carta da OEA de 1948, entre os documentos constitutivos da Organização, eu gostaria ainda de referir-me à Convenção Americana de Direitos Humanos, de 1969, à Carta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Democrática Interamericana, de 2001, e à Carta Social das Américas, de 2012. São documentos que constituem hoje o pilar de trabalho da Organização.

No esforço diplomático que melhor serve aos interesses do Brasil, é claro que será sempre preciso ao Chefe da Missão e ao Governo brasileiro modular e adaptar a nossa atuação às diferentes geometrias que conformam esse espaço hemisférico da Organização dos Estados Americanos, havendo, como seria de se esperar, uma significativa diferenciação de prioridades e demandas, sejam aquelas dos Estados insulares caribenhos, sejam aquelas dos Estados da América Central ou da América do Sul ou da América do Norte.

E mesmo em face de tais perspectivas onde há diferenças, e essas perspectivas nem sempre convergentes – e há claras assimetrias de poder também, que são próprias do nosso continente –, a verdade é que nós devemos continuar a recorrer à noção de que essa organização constitui uma plataforma essencialmente funcional e benéfica à projeção dos objetivos permanentes da política externa brasileira.

E agora falo rapidamente dos quatro pilares, para encerrar.

No pilar da democracia resta claro, Presidente, em vista mesmo dos propósitos essenciais da Organização, que seguirá a ter um imenso simbolismo e a provocar uma repercussão sistêmica geral, que a Organização certamente vai se constituir sempre e complementarmente em uma fonte de legitimidade diante dos múltiplos desafios da governança democrática e dos embates políticos que são próprios da região.

Tal é o caso, por exemplo, das missões de observação eleitoral, área de notável competência técnica da Organização, que são levadas à frente, como aquela, por certo, Sr. Presidente, que ocorrerá pela primeira vez no Brasil nas eleições vindouras de 2018, segundo o convênio de colaboração subscrito entre o Tribunal Superior Eleitoral e o Departamento de Cooperação e Observação Eleitoral dos Estados Americanos.

Também quero falar um pouco da atuação do Conselho Permanente diante daqueles casos que são trazidos ao abrigo da Carta Democrática Interamericana, como é a própria situação da Venezuela, para citar um entre tantos outros casos que são examinados. É verdade que o Conselho continua a enfrentar limitações conjunturais que se antepõem ao próprio trabalho da Organização.

Permitam-me deixar constada aqui a candidatura do Consultor Jurídico do Itamaraty, Dr. George Rodrigo Bandeira Galindo ao cargo de membro da Comissão Jurídica Interamericana nas eleições que se realizarão em junho próximo. O Consultor Jurídico do Itamaraty substituirá na Comissão Jurídica o Embaixador Baena Soares, que cumpriu dois mandatos. A Comissão tem sede no Rio de Janeiro, e o Brasil sempre teve um membro com assento na Comissão Jurídica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No pilar dos direitos humanos, e aí, claro, sempre respeitadas a independência e a autonomia do sistema interamericano de direitos humanos... Esse pilar tem, historicamente, representado um porto seguro para diferentes peticionários, individualmente ou em representação das organizações da sociedade civil, e particularmente naqueles momentos em que há fortes restrições das garantias individuais e das liberdades fundamentais, e vai continuar a constituir-se em uma das principais conquistas da ação política e jurídica interamericana.

O sistema constituído pela Comissão e pela Corte, em que pese não haver sido alcançada ainda a sua universalidade, é fonte jurisprudencial de avanços notáveis no campo, complementado por suas atividades de difusão e promoção e abarcando temas tão diversos como são os direitos políticos e sociais, econômicos e culturais, a liberdade de expressão e de imprensa, a violência contra as mulheres, os direitos dos povos indígenas e dos migrantes, os sistemas carcerários, os direitos LGBTI, entre tantos outros. O Brasil figura, e sempre figurou, como um ativo usuário do Sistema de Casos e Petições da Organização dos Estados Americanos e no âmbito da Convenção Americana de Direitos Humanos.

Registro aqui a eleição, em 2017, da Drª Flávia Piovesan, anteriormente Secretária de Direitos Humanos do Governo do Presidente Temer, como nova Comissária do Brasil na Comissão Interamericana de Direitos Humanos. É um cargo exercido a título pessoal. Também anoto a cooperação do Conselho Nacional de Justiça com a Comissão no tema das audiências de custódia.

Finalmente, o pilar de desenvolvimento integral, que é de maior abrangência e que também é vítima de uma certa dispersão de mandatos. É onde se concentram os principais objetivos econômicos, sociais, culturais, educacionais, científicos e tecnológicos sob a condução do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral. Dentro de recursos que são escassos e limitados, esse pilar ressente-se ainda da ausência de um financiamento adequado. Paradoxalmente, contudo, é aquele que melhor expressa uma justa aspiração de superação da pobreza extrema nas Américas.

Faço especial menção aqui à cooperação educacional que é empreendida ao abrigo desse Conselho, onde Brasil se destaca como patrocinador, através de seu Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras, de um alto número de bolsas de estudo em cursos de mestrado e de pós-graduação – foram 2,3 mil bolsas integrais entre 2011 e 2017.

A dimensionar-se de igual forma, a cooperação estreita com a Organização Pan-Americana de Saúde... (*Pausa.*)

Anoto ainda a indicação, em setembro de 2017, do Dr. Maurício Rands, nosso compatriota, ex-Deputado Federal pelo Estado de Pernambuco, como Secretário de Acesso a Direitos e Equidade. Lembro que recentemente ele empreendeu uma visita ao Brasil a convite do Governo para traçar um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diagnóstico da situação da fronteira do Estado de Roraima com a Venezuela e ver de que forma a Organização pode ajudar a mitigar aquela crítica situação que estamos vendo na nossa fronteira norte.

O pilar de segurança multidimensional – para concluir – abre também outro leque de possibilidades para a cooperação interamericana pela abordagem de temas que se relacionam à segurança pública e cidadã ou, ainda, espraiando-se também pela temática da cooperação jurídica e policial entre os Estados. A Organização também tem incidência nas questões clássicas propriamente de defesa, doutrinárias ou programáticas, inclusive por intermédio da sua importante representação militar na Junta Interamericana de Defesa.

Deve ser resguardada a separação natural que há entre as duas agendas: segurança pública e as questões do domínio militar *stricto sensu*, mas também acho que devemos admitir que ocasionalmente haverá uma imbricação inevitável de uma agenda e da outra, conforme dispõem as legislações nacionais nesse campo e, tal como temos visto, o próprio emprego das Forças Armadas em situações de violência e de insegurança pública, como inclusive tem sido o caso com as operações de garantia da lei e da ordem no Brasil.

Em qualquer caso, à guisa de ilustração, eu indico o excepcional trabalho da OEA em matéria de desminagem humanitária. Eu mesmo, no Equador, fui testemunha do trabalho corajoso empreendido pelos nossos batalhões de desminagem na fronteira entre o Peru e o Equador, e também estão atuando na Colômbia. Há também o trabalho contra o tráfico de pessoas, o uso de drogas, contra o terrorismo, entre outros pontos que são expressivos do enfrentamento dessas chamadas novas ameaças, a exemplo, inclusive, também da segurança cibernética.

A cidadã brasileira Paulina Duarte hoje é a Chefe do Departamento de Segurança Pública da Organização dos Estados Americanos. Antes disso ela foi Secretária Nacional Antidrogas do governo brasileiro.

Para concluir, o desafio que me coloco, caso minha indicação venha a ser aprovada, como espero que seja, é o de promover uma aplicação equilibrada e harmoniosa desses quatro pilares aos quais me referi, pois eu continuo a ver como interesse central do Brasil que o País se coloque numa posição de equidistância que atenda as demandas das atividades técnicas que são empreendidas pela Organização, mas que também atenda os interesses nacionais estratégicos dos Estados-membros.

O Brasil sempre será visto como um agente conciliador, construtor de consensos, com facilidade de trânsito e promotor de uma concertação hemisférica que seja pautada pela defesa da democracia, independência, soberania, promoção e proteção dos direitos humanos, nos termos dos instrumentos constitutivos a que me referi.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu me coloco à disposição para os comentários e esclarecimentos adicionais que sejam de interesse dos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Sr. Embaixador Fernando Simas Magalhães, por sua exposição.

Passo aos Srs. Senadores inscritos, com preferência dada a S. Exª o Sr. Relator, Senador Cristovam Buarque, e, em seguida, ao Sr. Senador Lasier Martins.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Sr. Presidente, eu não tenho pressa de falar. Então, se algum outro quiser falar antes de mim, não há nenhum problema, até porque alguns têm que viajar, e eu não tenho que viajar. (*Risos.*)

Senador Flexa, quer falar antes?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Não. Eu aceito também. Estava dizendo que eu não tenho necessidade de falar antes, mas aceito. Nenhum vai viajar, então, não tem problema.

Eu quero, Senador Collor, antes de tocar no assunto, com muita satisfação e orgulho até da sabatina do Fernando Simas, fazer uma referência à fala da Senadora Vanessa. Quero apoiar a ideia dela de nós fazermos aqui um debate sobre o que está acontecendo no Brasil, eu diria a defesa da paz nas eleições, e eu devo dizer que apresentei essa proposta ao Plenário do Senado. Eu acho que seria interessante fazer esse debate aqui, é mais fácil do que fazê-lo no plenário. Além disso, há uma coisa que eu gostaria de ver, que é a presidência pelo senhor, que foi... Eu ia dizer "vítima". Não vou dizer que foi vítima, mas passou pelo problema do *impeachment*. (*Risos.*)

E ficou oito anos sem poder se candidatar.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – É verdade.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Eu ia falar isso para a Senadora Vanessa ouvir, mas ela teve de viajar – por isso ofereci a oportunidade a outros de falarem antes.

Então, eu quero apoiar. E seria interessante debatermos como trazer a paz para esse processo eleitoral.

Tive curiosidade, um dia desses, meu caro Flexa, de ver a lista dos que votaram no seu *impeachment*, Presidente. Todos do PT votaram na Câmara, e o único Senador do PT, o Suplicy, também. Hoje chamam de golpistas os que votaram no *impeachment* da Presidente Dilma. Eles foram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

golpistas? Qual é a diferença entre os dois *impeachments*? Todos, sem exceção! Nem fiquei com essa lista, mas é fácil: é só entrar no computador para ver a lista.

Então, seria interessante fazer um debate não sobre isto de que estou falando, mas sobre a questão da paz nessas eleições, o que, aliás, tem a ver também com as perguntas que vou fazer.

Dito isso, fica aqui o meu apoio à sugestão da Senadora Vanessa de debatermos isso nesta Comissão.

Quero dizer da minha satisfação e do meu orgulho de contar aqui com a presença de Fernando Simas, que foi meu aluno muitos anos atrás, quando ele era muito jovem, e eu era jovem. (*Risos.*)

Mantivemos relações durante todo esse tempo, até porque ele faz parte de uma geração que acho que vai dar muita contribuição ainda ao Brasil. Houve uma geração mais antiga de diplomatas que já se foi ou quase se foi. E há essa geração de Marcos Galvão, que é o Secretário-Geral, e de Ricardo Neiva. É uma lista muito grande que foi ou da turma dele ou da outra turma para a qual dei aula.

Tenho muita satisfação e orgulho e lhe agradeço por ter feito essa referência.

Quero aqui trazer algumas sugestões e comentários em relação ao papel que o senhor vai ter na OEA.

A primeira coisa é uma curiosidade: como vai ser o tempo Trump na OEA? Nós tivemos um problema, um abalo na OEA depois da Revolução Cubana. Tivemos um abalo. E, agora, o Trump vai representar isso? Não vai representar isso porque ele não tem interesse ou não tem força, ou porque ele vai ter um período tão curto que a instituição é superior?

Agora, a outra coisa é quase uma sugestão: que a OEA faça uma reflexão, se é que não está fazendo, sobre por que a América Latina está ficando para trás em relação à Ásia. Quarenta anos atrás, Senador Collor, estávamos melhores que a Ásia. Hoje, tirando os países em guerra civil grave, praticamente todos os países da Ásia estão em situação melhor que a nossa. Onde é que nós erramos? O que nós deixamos de fazer? O que nós fizemos de errado?

Pessoalmente, eu acho que, se a gente for olhar, foi o cuidado que eles tiveram com educação, ciência e tecnologia e com eficiência econômica. Não adianta querer fazer coisas com educação se não houver eficiência econômica. Chávez tentou fazer coisas na educação – a gente pode até reclamar do conteúdo que ele dava – e fracassou. Se olharmos os imigrantes da Venezuela que estão chegando a Roraima, veremos que não há um analfabeto. De fato, ele fez um exercício importante de alfabetização. Mas eles estão vindo para cá na miséria, porque se descuidou da eficiência econômica e da democracia também – quanto à democracia, creio, é uma unanimidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a ineficiência econômica – e o Flexa é preocupado com isso – e a educação foram os dois pontos. Quando a gente compara, por exemplo, Colômbia e Venezuela, vê como a eficiência econômica é importante. Quando a gente compara Chile com Argentina, vê como a eficiência econômica é importante. Se não se tomar cuidado, daqui a um tempo a gente vai comparar Paraguai e Brasil – a favor do Paraguai.

Por falar em Paraguai, o Embaixador do Brasil no Paraguai é irmão do Fernando Simas, o Embaixador Simas.

Pois bem, onde é que nós erramos? Ou não erramos? Talvez seja uma falha minha, mas eu creio que esses países asiáticos, especialmente a Coreia do Sul, mas também a China e a Índia, com toda a sua dimensão, têm feitos gestos que estão nos deixando para trás. Esse seria um bom desafio para a OEA refletir.

Outra reflexão também é como a OEA pode ajudar no enfrentamento dos grandes problemas planetários. Nós continuamos trabalhando cada problema isoladamente e nacionalmente. Acho que hoje não dá para enfrentar, por exemplo, migração, droga, meio ambiente, desigualdade e pobreza país por país, e nem problema por problema. Os problemas estão atravessando suas próprias fronteiras: migração tem a ver com pobreza diretamente; droga tem a ver com democracia; tudo tem a ver. E hoje eles cortam as fronteiras nacionais. A OEA pode ser um bom lugar para se analisar como encontrar soluções para os grandes problemas, que são transnacionais e trans-setoriais. Eu cito apenas migração, droga, meio ambiente, desigualdade, demografia, democracia, instabilidade fiscal, mas há outros também.

Finalmente, eu gostaria de saber o que a gente vai fazer – a família latino-americana, através da OEA – em relação à Venezuela. Ou não há o que fazer? Eu sou contra a intervenção, mas também sou contra a omissão. Onde estaria o meio-termo entre não ser omisso e não ser intervencionista?

E, dentro disso, porque de certa maneira tem a ver... O senhor vai estar lá em um momento importante, porque é a primeira vez que o Brasil pede à OEA, se não me engano, para observar as eleições de 2018. Eu estou curioso para saber como nós vamos ter, desta vez, observadores estrangeiros da OEA acompanhando as nossas eleições.

Essas eram as perguntas que eu tinha a fazer, as colocações.

Quero dizer que desejo muita sorte para o senhor, mas estou absolutamente tranquilo, porque o Brasil vai estar muito bem representado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Cristovam Buarque.

Passo a palavra a S. Exª o Senador Lasier Martins.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Muito obrigado, Presidente Collor.

Saúdo o nosso eminente Embaixador Fernando Magalhães, que tive a honra de receber ontem à tarde no gabinete.

O Senador Cristovam já nos economizou bastante com o pedido de manifestações sobre temas abrangentes, mas muito interessantes, sobre os quais seguramente o Embaixador Fernando saberá discorrer dentro do tempo possível e com a síntese adequada para nosso conhecimento. Então, eu quero encaixar duas perguntinhas, Embaixador Fernando, uma delas sobre a Venezuela.

Como se compatibiliza essa situação? Eu atento estava quando V. Exª falou do primeiro pilar – a OEA tem quatro pilares –, que é o pilar da democracia, da defesa, da proteção dos direitos humanos contra políticas de tortura, contra fraudes em processos eleitorais, coisas que têm acontecido na Venezuela. Então, mesmo sabendo que há divergências internas e que não se alcança o número legal para a suspensão da Venezuela da OEA – é um pedido do Governo brasileiro e sobre isso tem se pronunciado constantemente o nosso Chanceler e companheiro de Senado, Aloysio Nunes –, a verdade é que isso não se concretiza. Nós estamos na teoria. Na prática, não se cumpre esse pilar fundamental da OEA, que é punir aqueles que não cumprem as regras, as cartas que protegem direitos humanos.

Uma segunda pergunta é com relação às nossas eleições de outubro, para as quais o Superior Tribunal Eleitoral está convidando um observador da OEA, sob a alegação de que é para a OEA constatar a solidez do nosso processo eletrônico, do nosso processo eleitoral. No entanto, Embaixador Fernando Magalhães, nós temos uma lei, há dois anos, que determina o voto impresso. Essa lei foi vetada pela então Presidente Dilma, mas o Congresso Nacional, por ampla margem de votos, derrubou o veto. E não se cumpre essa lei que obriga a adoção do voto impresso. Gostaria de saber se essa matéria pode ser levada também para análise da OEA e que procedimento nós devemos adotar para que ela chegue lá e para que se discuta esse tema, que é muito importante. Consideramos que ainda há tempo para exigirmos isso do Tribunal Superior Eleitoral, que pouco ou nada fez até agora a respeito e chegou até mesmo a dizer que não tem recursos, quando nas audiências públicas que nós tivemos – e eu fui um autor de um requerimento de duas audiências públicas – foi constatado que das 600 mil urnas que nós temos no Brasil para as eleições de outubro, 450 delas já possuem a acoplagem para a impressora. Assim, o que há ainda para ser gasto nisso é muito pouco. E não se cumpre uma lei. Há um descumprimento da lei por um tribunal que tem a obrigação de dar o exemplo. Então, gostaria de saber se isso pode ser levado para discussão na OEA.

Essas são as duas perguntas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Lasier Martins.

Passo a palavra agora a S. Exª o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, Sr. Embaixador Fernando Simas Magalhães, Srs. Senadores, primeiro quero agradecer ao Embaixador a visita que fez ao nosso gabinete ontem para que pudéssemos conversar um pouco sobre a sua indicação para a OEA.

V. Exª, em sua fala, fez referência ao Embaixador João Clemente Baena Soares, paraense de nascimento que foi Secretário-Geral da OEA por dez anos. Antes de deixar o cargo de Secretário-Geral, ele fez questão de a última reunião da OEA ser em Belém do Pará. Isso ocorreu no ano de 1994, quando, por uma coincidência divina, eu diria, eu estava Senador e o filho do Embaixador João Clemente Baena Soares era indicado para Embaixador do Brasil na República Dominicana. Eu fui o Relator do Embaixador Baena Soares, filho de João Clemente Baena Soares. V. Exª fez referência a esse brasileiro e paraense que honra a todos nós.

Sr. Embaixador, quando o Presidente Collor solicitou ao Senador Cristovam que fizesse os questionamentos como Relator, ele quis abrir a precedência para os outros Senadores, mas eu disse não, para que pudéssemos ouvi-lo, pois o Senador Cristovam é professor em tempo integral de todos nós. Então, quando ele fez os seus questionamentos, como disse o Senador Lasier, ele já esgotou a matéria. Então, a gente fica em uma situação meio... É só para acompanhar, Senador. Faço meus também os seus questionamentos.

Mas eu queria só fazer um aditamento, Embaixador.

Já foi dito pelo Senador Lasier que o Tribunal Superior Eleitoral solicitou um membro para acompanhar o processo eleitoral de outubro de 2018. A OEA tem a participação de 34 países membros. Só sete não tiveram ainda o acompanhamento das suas eleições por um observador indicado pela OEA. O Brasil o terá agora, nessas eleições próximas.

O Senador Lasier foi o autor do decreto para que houvesse o voto impresso no processo eleitoral. Eu acompanho o Senador Lasier. Sou defensor do voto impresso e não sei por que não se adotou o voto impresso, porque o voto impresso não deixa de manter o voto secreto, porque a comprovação do voto vai para uma urna separada e só será aberta se houver solicitação de recontagem ou de alguma dúvida em relação ao processo.

O Senador Anastasia teve que se retirar – falou com o nosso Presidente –, pois ele foi a uma reunião com o Ministro Fux, no TSE, para tratar exatamente da questão do voto impresso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lamentavelmente, acredito que não haverá mais tempo hábil para que ele possa ser adotado, mas esperamos que, na próxima, já tenhamos implantado o voto impresso.

Eu perguntaria, então – já que vamos ter o observador da OEA e o senhor já estará como representante do Brasil na OEA –, como é que V. Exª considera que esse observador pode contribuir para o processo eleitoral que se avizinha.

Outra pergunta. A Cúpula das Américas é uma reunião de alto nível entre os Chefes de Estado do continente americano, criada pela OEA. Vamos ter a 8ª Cúpula das Américas agora, proximamente, em Lima, no Peru, de 13 a 14 de abril, praticamente na próxima semana. O Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, irá participar da Cúpula e depois visitará a Colômbia. Eu perguntaria... Parece-nos, e eu gostaria de ouvir a sua opinião, que há um desinteresse sem precedentes do governo americano com relação aos países da América Latina. Como é que esse "desinteresse" – entre aspas – tem se refletido na OEA e qual é a avaliação que a diplomacia brasileira faz desse cenário geopolítico?

Eram essas as questões.

Desejo a V. Exª uma missão exitosa, que sei que terá, e que seja sempre, como é, abençoado por Deus.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Flexa Ribeiro, por sua intervenção.

Passo a palavra a S. Exª o Senador Fernando Bezerra Coelho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Sr. Presidente, caro Embaixador Fernando Simas.

Acho que a fala, que tivemos a alegria de ouvir há pouco, do Embaixador Fernando Simas deixou clara a capacidade, o talento, a trajetória exemplar que o Embaixador percorreu no nosso Itamaraty.

Quero aqui consignar um testemunho. Quando Ministro de Estado da Integração Nacional, tive a oportunidade de fazer uma visita ao Equador e, nessa visita, tive a alegria de poder receber a colaboração, o apoio e a ajuda para o sucesso da nossa visita àquele país, quando estávamos desenvolvendo conhecimento sobre a implantação de perímetros de irrigação lá no Equador, o que foi muito importante para trazer subsídios para a política nacional de irrigação. Portanto, quero fazer o registro dessa passagem na minha vida como representante do Brasil, uma visita de Estado em que pude contar com o talento e com a colaboração do Embaixador Fernando Simas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero também registrar aqui a honrosa visita que o Embaixador fez ao meu gabinete.

Como já foi colocado aqui, Sr. Presidente, os que me precederam praticamente esgotaram a pauta de perguntas.

Queria apenas sublinhar três pontos, que já estão aí anotados pelo Sr. Embaixador, mas acho que uma palavra sobre essa 8ª Cúpula das Américas seria muito importante, pois seriam informações adicionais sobre as expectativas para essa Cúpula das Américas, em que contexto ela está se realizando, sobretudo em função da presença do Presidente Trump.

Queria também aqui sublinhar a questão da Venezuela, que já foi colocada pelo Senador Lasier, e, aprofundando um pouco mais, saber se existe realmente um antagonismo entre os países que formam o Grupo de Lima – Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru –, se esse grupo de países se contrapõe aos países caribenhos em relação à questão venezuelana. E que passos, eventualmente, a OEA poderia dar para encaminhar a superação dos problemas que estão sendo vivenciados. Nós brasileiros já estamos enfrentando a repercussão dos graves problemas, tendo em vista a onda migratória que estamos recebendo no nosso País.

Finalmente, um terceiro ponto sobre o qual eu gostaria também de ouvir uma palavra do Sr. Embaixador: um certo silêncio da OEA em relação às posições tomadas pelo Presidente Trump em relação a essas questões migratórias, notadamente a questão do muro entre os Estados Unidos e o México. Pelo menos, no noticiário que nos chega e nos relatos que são feitos pelo nosso Presidente, a gente não tem ouvido uma palavra da OEA sobre esse conflito. Inclusive, a questão do muro vai ter repercussões profundas na eleição mexicana. Então, como o Sr. Embaixador avalia se está havendo ou não esse silêncio por parte da OEA em relação a essa questão? E aí as críticas que estão associadas a esse silêncio: que a OEA, de certa forma, presta uma certa subserviência, submissão aos Estados Unidos, onde sua sede está sediada. Então, gostaria de ouvir um pouco se existe uma dependência excessiva dos Estados Unidos na condução da agenda da OEA.

São essas três perguntas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Fernando Bezerra Coelho.

Passo agora a palavra a S. Exª o Sr. Embaixador Fernando Simas Magalhães para oferecer as respostas a essas perguntas feitas por S. Exªs os Senadores.

O SR. FERNANDO SIMAS MAGALHÃES – Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em primeiro lugar, agradeço o amplo espectro do interesse manifestado aqui pelos temas que são próprios da OEA, pelas perguntas formuladas e pela oportunidade de ampliar um pouco a consideração sobre cada um dos temas mencionados. Acho que vou procurar responder pela ordem para facilitar a condução deste momento da sabatina.

Refiro-me, então, inicialmente às colocações do Senador Cristovam Buarque, por quem tenho grande amizade e respeito. A primeira colocação foi relativa à administração do Presidente Trump em relação à Organização dos Estados Americanos, implicações no sentido mais amplo para essa convivência que há dentro da organização entre os países menores e a grande potência continental. Isso, de certa forma, toca também no ponto levantado pelo Senador Fernando Bezerra Coelho.

Não há dúvida de que a administração Trump está nos trazendo algumas surpresas, digamos assim, dentro do que se poderia esperar de uma administração vinda com origem no Partido Republicano dos Estados Unidos.

Sem dúvida, há uma questão de estilo, e há uma questão também de fundo, que tem sido um desafio para todos nós na administração do dia a dia das relações, no caso do Brasil, com esse que é um grande parceiro nosso comercial, de investimentos, de colaboração em áreas tão diferentes, como indústria da defesa, ciência e tecnologia, segurança e controle da criminalidade organizada transnacional. Os Estados Unidos são um grande parceiro do Brasil, não há nenhuma dúvida, e é dentro desse critério que também isso se traduz na nossa articulação com os Estados Unidos como membro da Organização dos Estados Americanos.

Eu me referi aqui, de uma maneira rápida, inicialmente, à questão da forte influência dos Estados Unidos na própria origem da Organização. Isso se deu num determinado momento histórico, e havia razões para tanto. O mundo estava dividido entre dois grandes blocos, e havia uma rivalidade de natureza ideológica muito clara.

Eu tratei de mostrar um pouco como a Organização está fazendo esse esforço de transitar em direção a uma capacidade de atuação mais autônoma e com uma relação de maior isonomia entre os seus Estados-membros e procurando desenvolver uma visão estratégica como pilares de atuação, que trazem um certo equilíbrio e que trazem uma normalização, digamos assim, se é possível usar a expressão, para a convivência onde ainda há assimetrias dentro da Organização.

Vou citar um exemplo, que talvez seja o de natureza mais concreta, que é o exemplo da própria distribuição dos encargos orçamentários da Organização. Não só a Organização tem sede em Washington, mas até hoje os Estados Unidos ainda são responsáveis por uma parcela expressivamente maior de contribuição ao orçamento regular do que os demais Estados-membros – da ordem de 60%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como parte desse processo de transitar para uma melhor distribuição do peso e dos encargos dentro da Organização, o próprio orçamento está sendo revisto, para que haja uma diminuição desse peso e uma melhor distribuição entre os Estados-membros, porque, simbolicamente, isso também é importante, faz parte desse processo de transição e de reequilíbrio, de rebalancear a presença dos Estados-membros dentro da Organização.

Agora, não há dúvida de que o papel trazido pela administração Trump em relação à região está cheio de desafios. O senhor mesmo, Senador Cristovam, mencionou, o senhor também: hoje a questão da migração e da relação dos Estados Unidos com o México tem trazido um certo tensionamento, e, embora pareça, à primeira vista, que possa haver um silêncio da Organização, na verdade, a resposta está se dando por canais mais sutis, que são próprios da forma de atuação parlamentar e colegiada dentro de um órgão como é a Organização dos Estados Americanos.

Mas lhe dou como resposta o exemplo de tratar de atuar na questão dos direitos humanos dessas populações que são migrantes e que chegam, em grande número, até a fronteira dos Estados Unidos, procurando evitar qualquer forma de discriminação em razão da situação migratória, procurando garantir os direitos dos migrantes, em particular, das crianças e dos adolescentes, não perdendo de vista que uma grande parte desses migrantes chegam até as fronteiras dos Estados Unidos desacompanhados, são crianças, são menores de idade. E também há situações de gênero que são próprias do fenômeno migratório. A Organização tem feito uma atuação, através dos seus órgãos, para procurar mitigar, examinar, analisar e tratar de reverter situações que possam ser de maior discriminação em relação às populações de migrantes.

No âmbito do Conselho Permanente, embora não tenha havido um exame propriamente dito do tema da construção do muro – que foi um elemento forte da campanha do Presidente Trump –, a verdade é que nós temos sempre nos referido à importância de que não se criem barreiras artificiais que sejam indicativas de uma atitude ou discriminatória, ou de xenofobia, ou, simplesmente, preconceituosa em relação a essa mobilidade humana que é muito própria da nossa região e que, certamente, é um fenômeno que não será revertido rapidamente.

Já que estamos falando do tema migratório, quero aproveitar para responder também perguntas que foram levantadas aqui sobre o impacto da situação da Venezuela para o Brasil e para região. Eu aqui fiz menção, durante a intervenção inicial, à visita que foi feita pelo nosso compatriota, o Dr. Maurício Rands, no âmbito de termos de referência muito precisos da Organização dos Estados Americanos, para vir até o Brasil visitar a fronteira de Roraima com a Venezuela e de procurar fazer um diagnóstico e examinar qual é a possível atuação da Organização para atender aquele caso específico.

É um fenômeno migratório de características variadas. A migração de venezuelanos em direção ao Brasil se dá porque há dificuldades humanitárias muito patentes hoje, na Venezuela, problemas de desabastecimento, problemas de saúde, problemas de alimentação que têm provocado uma chegada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grande de venezuelanos até o Brasil em busca de aliviar situações familiares bastante dramáticas, que nós temos visto.

O país que tem recebido a maior onda migratória venezuelana, na verdade, é a Colômbia, onde hoje há mais de 600 mil venezuelanos no território daquele país. E nós, inclusive, sob condução do Ministro Aloysio Nunes e por instrução do Presidente, instituímos um mecanismo de colaboração sobre essa situação migratória, entre o Brasil e a Colômbia, para o exame das práticas que têm sido usadas em termos documentais, em termos de emissão de vistos de residência, para procurar entender o fenômeno e procurar resolvê-lo da melhor forma possível.

Nós também, com a ajuda da Agência das Nações Unidas para Refugiados, o Alto Comissariado das Nações Unidas, temos procurado o estabelecimento de políticas específicas dirigidas a essa população, que mantém o caráter aberto da Nação brasileira à imigração, mas que também tratem de atender as demandas concretas, sobretudo, a questão da grande pressão que foi aplicada sobre os serviços públicos no Estado de Roraima, que, realmente, não tem as melhores condições para atender a um influxo dessa magnitude em curto espaço de tempo.

Presidente, eu tive a satisfação de ser parte da missão, integrada pelo senhor também, que fez uma visita ao Estado de Roraima e que procurou conhecer de perto o fenômeno que se está verificando naquela fronteira.

Eu acredito que – para concluir a avaliação sobre o Trump –, não há dúvida de que, e relacionado ao caso da Venezuela, o Governo norte-americano tem elevado o tom de suas críticas ao Governo do Presidente Maduro e tem adotado sanções individualmente contra personalidades do Governo do Presidente Maduro, sanções que são focalizadas em determinados aspectos – facilidades de viagem em direção aos Estados Unidos, ou o congelamento de ativos financeiros e de outra ordem.

O Grupo de Lima é um subproduto – e o Senador Lasier se referiu a esse tema – da impossibilidade que se verificou na reunião de consultas dos chanceleres das Américas, em maio do ano passado, de chegarem a um termo deliberativo que fosse conclusivo a respeito do exame da situação da Venezuela.

A Organização tem as ferramentas necessárias para se dirigir aos Estados-membros e para abordar questões específicas relativas à governança democrática. Um desses instrumentos é a Carta Democrática Interamericana, adotada em 2001, mas não é o único. A própria Carta da Organização deixa muito claro que a democracia é uma condição para a convivência hemisférica dos Estados.

Essas ferramentas, no entanto, dentro do que dispõe a Carta Democrática Interamericana, são aplicadas numa escala progressiva. O art. 21 permitiria, de fato, Senador, que fosse examinada uma proposta eventual de suspensão da Venezuela da Organização, mas para isso teria que haver uma votação qualificada, votação de dois terços dos Estados-membros. Aí, foi o que nós comentamos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ontem, em algumas das visitas que eu realizei, sobre a dificuldade de chegar a esses números para a adoção de uma resolução deliberativa nesses termos.

O Grupo de Lima, portanto, surgiu de países que têm um pensamento semelhante em relação à situação da Venezuela e que querem manifestar uma intenção de contribuição e de solidariedade em relação ao povo da Venezuela, para que haja uma saída negociada em condições de diálogo entre a oposição e o Governo e para que se possa chegar a um calendário eleitoral e à realização de eleições em condições que recolham a legitimidade popular que é indispensável.

Na minha opinião, tem havido progresso nesse sentido e, mesmo dentro da Organização, nós hoje já temos conseguido tratar da situação da Venezuela com um sentido mais claro de olhar sobre o funcionamento da Assembleia Nacional, eleita em 2015, o funcionamento das autoridades eleitorais venezuelanas, a representação dos partidos políticos, a questão dos presos políticos no país.

Então, acho que a Organização está ganhando algum terreno, e o Grupo de Lima foi um fenômeno, foi um fator importante nesse sentido.

O Senador Cristovam Buarque falou se haveria... Claro, somos todos contra a intervenção, naturalmente. A Organização não está se omitindo. Por outro lado, em fevereiro último, pudemos adotar uma resolução específica no Conselho Permanente da Organização relativa à situação venezuelana.

E o mais importante aqui é que não há nenhuma omissão da Organização. Ao contrário, o que há hoje, na verdade, é uma omissão da Venezuela em relação a suas obrigações como Estado-membro da OEA. É nesse sentido que vejo que nós temos que qualificar o nosso debate, o nosso diálogo sobre esse tema.

A Venezuela, contrariada pelas observações que tem recebido de parte do Secretário-Geral da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, decidiu se retirar da Organização.

Em maio de 2019 se cumprirá o prazo para que a Venezuela deixe de ser membro da Organização. Eles pediram a sua saída, em maio de 2017, e em dois anos o prazo se cumprirá.

Da mesma forma, a Venezuela se retirou do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, portanto, não é uma omissão da Organização. Na verdade, eu vejo isso mais como uma omissão do Governo da Venezuela em relação às suas obrigações como Estado parte desses documentos hemisféricos.

Em relação às eleições e à missão de observação, eu acho necessário esclarecer que dentro da Organização há um departamento de cooperação eleitoral que exerce um trabalho de natureza técnica e que está aberto à interação entre as autoridades eleitorais e este departamento. É um departamento que atua não propriamente no sentido de interferir no funcionamento, seja da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

legislação, seja das autoridades eleitorais, mas é uma cooperação de natureza do ato eleitoral, por exemplo: visita à abertura das urnas, cumprimento das obrigações dos mesários, computação dos votos, consolidação dos votos. E é nesse contexto que essa cooperação ocorre. Eu tenho certeza de que no futuro, naturalmente – eu considero relevante que tenha sido subscrito esse acordo de colaboração –, esse diálogo vai propiciar oportunidades para tratar de todas as questões relevantes à realização das eleições no Brasil, tanto agora em 2018 como no futuro também.

Senador Fernando Bezerra, eu recebi com grande honra a sua visita ao Equador na condição de Ministro da Integração Nacional. Foi um momento importante aquele em que nós estávamos reconstruindo de certa forma os laços de amizade e de trabalho com o governo equatoriano. Para a questão da irrigação, do controle de inundações, da utilização de áreas inundadas também para produção agrícola, o senhor trouxe a experiência brasileira. E aquele foi um momento importante da minha missão no Equador.

Eu já respondi a sua pergunta tanto sobre o Grupo de Lima, quanto sobre a onda migratória e a questão do muro. Só para concluir, na sua intervenção, eu não vejo propriamente que, dentro da Organização, apesar da forte presença norte-americana, a gente possa caracterizar essa convivência como uma relação de subserviência.

Na verdade, acho que nós temos que fazer um uso inteligente, um uso moderno do fato de que essa é a única organização onde todos nós estamos numa interação direta, numa interface direta com o Governo dos Estados Unidos, assim como com o Governo do Canadá também.

E essa plataforma nos dá um canal, que é próprio da Organização dos Estados Americanos, de uma atuação colegiada com os Estados Unidos. Não há nenhum outro espaço dessa natureza, exceto talvez a Cúpula das Américas que se reúne a cada três anos aproximadamente, mas que tem uma natureza mais assim de encontro de chefes de Estado e não permite esse diálogo permanente como é o caso da Organização dos Estados Americanos.

E, para concluir, voltando ao Senador Cristovam Buarque...

Perdão, Senador Flexa Ribeiro, o senhor sabe, eu lhe disse, que eu tenho um fraco pelo Estado do Pará também, minha avó era paraense. E de fato o Secretário-Geral, Embaixador Baena Soares, realizou uma importante reunião que resultou na aprovação da Convenção de Belém do Pará, que é um importante mecanismo de combate à violência contra a mulher nas Américas.

Voltando, finalmente, ao Senador Cristovam Buarque, aos grandes problemas planetários, eu acho que, digamos, a Organização não trata de grandes temas globais, como poderia ser a mudança do clima, por exemplo, ou o desarmamento nuclear, ou a não proliferação dos regimes nucleares, mas, pontualmente, eu vejo, sim, uma capacidade de construir consensos dentro da Organização que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sejam adequados e sejam passíveis de serem transferidos a uma atuação fora da própria Organização e que se transfira em relação a um palco de atuação global, como o sistema das Nações Unidas.

Então, há, sim, uma capacidade de atuação da Organização dentro, pontualmente, de certos temas que tem implicações sistêmicas e mais gerais. Em particular, tudo que foi feito dentro da Organização em matéria de combate à corrupção, modernização da gestão pública, combate à criminalidade organizada transnacional, agendas desenvolvidas dentro da Organização dos Estados Americanos, são posições do conjunto de países das Américas que têm relevância mais ampla além do nosso continente.

Se o senhor quiser, eu posso ampliar um pouco essas considerações, mas eu acho que, em benefício do tempo, eu encerraria aqui.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Embaixador Fernando Simas Magalhães.

Eu indagaria a S. Exªs os Srs. Senadores se ficou, na ótica de V. Exªs, faltando algum tema a ser abordado nas respostas. (*Pausa.*)

Muito bem.

Então, muito obrigado a V. Exª pelas respostas dadas às indagações formuladas pelos Srs. Senadores.

Eu consulto as Srªs e os Srs. Senadores se nós podemos continuar com a reunião no sistema aberto ou não.

S. Exªs que aprovam que continuemos com esta reunião em regime aberto permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Então, continuamos com a nossa reunião aberta.

Eu solicito agora à Secretaria da Comissão que proceda à apuração dos votos conferidos ao sabatinado da manhã de hoje.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Onze Srs. Senadores presentes à votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Declaro aprovado o nome de S. Exª o Sr. Embaixador Fernando Simas Magalhães, pela unanimidade dos votos desta Comissão, indicado ao cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos.

Agradeço a presença de V. Exª, Sr. Embaixador, e manifesto... (*Palmas.*)

... nossos cumprimentos, desejando-lhe êxito em sua missão.

As palmas são mais do que merecidas.

Parabéns! (*Pausa.*)

Passamos agora à segunda parte da pauta para deliberação de matérias.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 11, de 2018

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor FRANCISCO CARLOS RAMALHO DE CARVALHO CHAGAS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Albânia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Nesta Reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Flexa Ribeiro para apresentação de seu relatório.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, quero primeiro agradecer a V. Exª pela indicação da minha pessoa para relatar a indicação do Sr. Embaixador Francisco Carlos Ramalho de Carvalho Chagas para Embaixador do Brasil junto à República da Albânia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Srs. Senadores, a Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

Nesse sentido, esta Casa legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Sr. Francisco Carlos Ramalho de Carvalho Chagas, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Albânia.

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, em razão de preceito regimental, o indicado é filho de Fernando Carvalho Chagas e Carmen Ramalho de Carvalho Chagas, tendo nascido em 27 de abril de 1958, no Rio de Janeiro. Graduou-se no Curso de Preparação à Carreira Diplomática em 1981 e foi aprovado no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 1986. Em 2011, foi também aprovado no Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco – CAE – com a tese "Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira – perspectiva externa e o papel do Itamaraty".

Tornou-se Terceiro-Secretário, em 1981; Segundo-Secretário, em 1984, e Primeiro-Secretário, em 1991. Foi promovido a Conselheiro, em 1998, e a Ministro de Segunda Classe, em 2011.

Entre as funções desempenhadas no Ministério das Relações Exteriores, destacam-se as de Assessor e Coordenador Executivo da Secretaria-Geral Executiva (1990-1991); Chefe da Divisão de Assistência Consular (1999-2000); Chefe da Divisão Econômica da América do Sul (2006-2009) e Coordenador-Geral de Modernização (2009-2013). Na Presidência da República foi Secretário-Geral Adjunto, em 1992.

Em missões no Exterior, foi Cônsul-Geral Adjunto em Chicago (1993-1996) e serviu nas Embaixadas em Tóquio (2000-20003) e em Buenos Aires (2003-2006). Seu mais recente posto é na Embaixada em Budapeste, como Ministro-Conselheiro, a partir de 2013.

Foi agraciado com diversas condecorações, como a Ordem de Rio Branco (Brasil, Comendador); Ordem de Isabel a Católica (Espanha, Comendador); Ordem do Libertador San Martín (Argentina, Oficial); Ordem Francisco de Miranda (Venezuela, 3ª Classe); Ordem da Rosa Branca (Finlândia, Cavaleiro); e Ordem Nacional do Mérito (França, Cavaleiro).

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial sumário executivo sobre a República da Albânia. O documento apresentado dá notícia da localização geográfica daquele país, que faz fronteira com Montenegro, Kosovo, Macedônia e Grécia, bem como oferece amplo leque de outras informações.

Segundo o documento, a Albânia conta com uma população de cerca de três milhões de pessoas e uma área total de 28.748km^2. Fez parte do Império Otomano por mais de 400 anos, tendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conquistado sua independência em 1912. Seu Produto Interno Bruto (PIB) somou US$13 bilhões, em 2017, e o PIB *per capita* alcançou US$4.146 no mesmo ano. Possui alto índice de alfabetização, da ordem de 97,6%.

No tocante às relações bilaterais, Brasil e Albânia estabeleceram relações diplomáticas, em 4 de abril de 1964, no contexto da "Política Externa Independente" do Governo Jânio Quadros. Porém, somente em 1985 foi solicitado *agrément* para o primeiro embaixador da Albânia no Brasil, residente em Buenos Aires. A Embaixada brasileira na Albânia, por sua vez, foi criada no mesmo ano, porém somente foi instalada em 2010, em retribuição à abertura da Embaixada permanente da Albânia em Brasília, em julho de 2009.

Na Albânia há uma pequena comunidade brasileira residente (não mais do que 50 pessoas), constituída, na sua maioria, de funcionários pentecostais ou evangélicos e suas famílias. Também alguns brasileiros ligados ao futebol, jogadores ou treinadores, são periodicamente contratados por times albaneses, mas tendem a não permanecer por muito tempo no país.

No que diz respeito às relações exteriores da Albânia, em junho de 2014, o país foi reconhecido oficialmente como candidato à adesão à União Europeia. Na ocasião, o Conselho de Ministros da União Europeia ressaltou, entretanto, haver muito ainda a ser feito com relação ao cumprimento das metas de adequação daquele país ao modelo europeu, destacando a necessidade de reformas na administração pública e no Poder Judiciário e de combate à corrupção e ao crime organizado. Frisou também que a Albânia também terá de reforçar a independência, a transparência e a responsabilidade do Poder Judiciário, de modo a oferecer segurança jurídica aos investidores locais e estrangeiros.

Destacou, ademais, a sua expectativa de que a Albânia contenha a tendência migratória para os países da União.

Sua relação com os Estados Unidos é, em alguns aspectos, mais forte do que com a Europa. Em 1999, o Presidente Clinton teve papel fundamental no processo que levou a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) a desencadear a campanha militar contra a Sérvia, em defesa da população de etnia albanesa da região do Kosovo. A Albânia é hoje membro da Otan e participou de suas forças no Afeganistão. Está também alinhada aos Estados Unidos ao deixar de aceitar a jurisdição do Tribunal Penal Internacional de Haia e ao aceitar conceder asilo a prisioneiros de Guantánamo.

Por outro lado, o apoio à independência do Kosovo é central para a ação diplomática albanesa. O material enviado pelo Itamaraty recorda que, até o momento, a Albânia é um país onde o islã e o Cristianismo convivem harmonicamente, graças ao longo período em que o país foi declaradamente laico.

No tocante ao intercâmbio comercial bilateral, em 2017, o Brasil exportou US$44,7 milhões para a Albânia e importou apenas US$1,1 milhão, com saldo na balança comercial da ordem de US$43,6

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

milhões. O Brasil exporta para a Albânia carne de frango e suína; açúcar refinado; carne bovina congelada; café em grãos, etc.

A informação encaminhada pelo Itamaraty a esta Casa sobre a Albânia dá conta de que há espaço para maior aproveitamento de oportunidades e ampliação e diversificação da pauta nas trocas bilaterais. Desde a abertura de sua embaixada em Brasília, em 2009, a Albânia tem manifestado interesse em que o Brasil utilize a posição deste país nos Balcãs para promover a penetração de produtos brasileiros nos mercados de toda a região, funcionando como uma "plataforma para o Mediterrâneo". Ademais, estima que o crescimento da cooperação e integração interbalcânica, verificado nos últimos anos, daria oportunidades a empresas brasileiras em diversos setores, como os da construção civil (infraestrutura), agrícola (mecanização), têxtil, energético, alimentício e outros.

Diante do exposto, estimo que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Flexa Ribeiro.

Coloco em discussão o relatório apresentado por S. Exª, o Senador Flexa Ribeiro. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, concedo vista coletiva, de acordo com o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 189, de 2017

- Não terminativo -

Aprova o texto assinado em Brasília, em 20 de fevereiro de 2014, do "Protocolo Alterando a Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Noruega Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Capital, celebrada em Brasília, em 21 de agosto de 1980".

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatório: Pela aprovação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra a S. Exª, o Senador Fernando Bezerra Coelho, para apresentação de seu relatório.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, conforme o art. 103, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais.

Sobre o Projeto de Decreto Legislativo em apreço, registramos que não há vícios no que diz respeito a sua juridicidade. Inexistem, por igual, vícios de constitucionalidade sobre a proposição, uma vez que observa o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal (CF).

A temática do Acordo reveste-se de extrema relevância para o relacionamento bilateral entre os dois países. E mais, ela se insere no âmbito de preocupação da comunidade internacional na busca por maior transparência fiscal. Nesse sentido, a nova redação dada ao art. 27 da referida Convenção proporciona maior cooperação entre as administrações tributárias envolvidas, com vistas a evitar a dupla tributação e a combater o planejamento tributário abusivo.

O voto, Sr. Presidente.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, voto pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 189, de 2017.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Fernando Bezerra Coelho, pela apresentação do seu relatório, que coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 189, de 2017.

A matéria segue para a Secretaria-Geral da Mesa tomar as devidas providências.

ITEM 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 7, de 2018

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República da Costa Rica sobre Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Civil, assinado em Brasília, em 4 de abril de 2011.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, da Câmara dos Deputados

Relatoria: S. Exª a Senadora Vanessa Grazziotin

Indico S. Exª o Senador Lasier Martins como Relator *ad hoc* da matéria.

Tem a palavra V. Exª, Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS. Como Relator.) – Obrigado, Presidente Collor.

Então, de fato, se trata de um acordo entre a República Federativa do Brasil e a República da Costa Rica sobre Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Civil, assinado em Brasília, em 4 de abril de 2011.

Como o relatório está na internet, eu vou ler apenas um item que me parece importante e que diz respeito ao contexto desse acordo.

O objetivo é a intensificação, entre o Brasil e a Costa Rica, da cooperação jurídica em matéria civil (art. 1º), aí compreendidos, segundo o art. 2º:

I) comunicação de atos processuais, como citações e notificações;

II) produção e transmissão de provas, inclusive provas periciais;

III) obtenção e execução de medidas de urgência ou cautelares;

IV) obtenção e execução de medidas executórias, tais como penhora de bens e embargo de salários, a imposição de gravame em bens e valores e a cobrança da obrigação de pagar alimentos;

V) divisão e restituição de ativos;

VI) realização de audiências;

VII) obtenção de informações referentes a suas legislações, seus regulamentos e suas decisões judiciais;

VIII) revisão do montante da prestação de alimentos imposta por decisão anterior;

IX) prestação de qualquer outra forma de cooperação jurídica internacional não proibida pela legislação das partes.

Passo à análise, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto não apresenta vício de inconstitucionalidade, tendo sua tramitação observado o disposto nos arts. 49 da Constituição, etc.

No mérito, cumpre destacar que está resguardada a ordem pública, pois caso o pedido de cooperação por um dos Estados atente contra a ordem pública do outro, poderá haver recusa.

No capítulo referente ao acesso à Justiça, resta determinado que os nacionais de um Estado terão, no outro Estado, acesso aos tribunais em igualdade de condições com seus nacionais, com mesmos direitos e obrigações nos procedimentos judiciais, sendo-lhes, inclusive, ofertada assistência judiciária gratuita.

Vale mencionar que este instrumento bilateral, nesse ponto, reforça o texto constitucional, cujo art. 5º prevê que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade. Tal dispositivo deve ser interpretado de forma ampla, uma vez que ele veda expressamente distinções de qualquer natureza, incluindo, evidentemente, a proibição de discriminação por nacionalidade. Para que se alcance tal igualdade é indispensável que se garanta o acesso do estrangeiro a nosso Poder Judiciário.

Não é demais lembrar que o Estado brasileiro, ao constitucionalizar, por meio do citado art. 5º da Constituição, princípios enumerados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, assumiu compromisso de assegurar a igualdade entre os indivíduos.

Devemos lembrar que o Poder Judiciário é o meio para se solucionar conflitos de interesses que inevitavelmente surgem em decorrência do convívio social. No entanto, a existência de incongruências entre os sistemas jurídicos de um e outro país poderá inviabilizar, em determinadas situações, a efetiva prestação jurisdicional. O presente Acordo, ao prever normas sobre acesso à Justiça, obtenção de provas, entre outras, visa justamente a minimizar os riscos de incompatibilidades ou conflitos de leis que possam constituir obstáculo para que se alcance prestação jurisdicional satisfatória.

Por derradeiro, não custa deixar registrado que nesses tempos de globalização e intensa mobilidade humana e de recursos materiais, a única alternativa para a melhor prestação de todos os serviços públicos, e não apenas a Justiça, é o aperfeiçoamento da cooperação interestatal, uma vez que os efeitos dos atos e fatos jurídicos cada vez menos se restringem aos limites territoriais.

Voto.

Por todo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 2018.

É o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Lasier Martins, Relator *ad hoc* da matéria, que apresentou o seu relatório, que coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o referido relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 2018.

A matéria segue para a Secretaria-Geral da Mesa para as providências devidas.

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 12, de 2018

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru, assinado em Lima, em 11 de dezembro de 2009.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pela aprovação

Indico S. Exª o Senador Fernando Bezerra Coelho como Relator *ad hoc* da matéria.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em atenção ao disposto do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, que estabelece a atribuição exclusiva do Congresso Nacional para aprovar os atos internacionais, o Poder Executivo enviou às Casas Legislativas a Mensagem nº 205, de 6 de maio de 2016, solicitando a apreciação do Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru, assinado em Lima, em 11 de dezembro de 2009.

Na Câmara dos Deputados, a Mensagem foi aprovada em Plenário no dia 8 de março de 2018, na forma do Projeto de Decreto Legislativo formulado e aprovado pela sua Comissão de Relações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Exteriores e de Defesa Nacional, após confirmação das comissões de Constituição e Justiça e Cidadania e de Viação e Transportes.

No Senado Federal, a proposição foi distribuída a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, na qual cumpriu os prazos regimentais, sendo em seguida distribuída para o Exmo Sr. Senador Antonio Anastasia.

O Acordo em tela, Sr. Presidente, ao promover um melhor ordenamento dos serviços de transporte aéreo entre os dois países, favorece um maior intercâmbio e estreita nossos laços bilaterais. O objetivo de acordos desse tipo tem sido, em múltiplas frentes, ordenar os serviços de transportes aéreos, de forma a trazer efeitos benéficos nos campos do comércio e turismo. A conclusão do Acordo, segundo o Itamaraty, deverá contribuir para a intensificação dos fluxos comerciais de cargas e passageiros na América do Sul, representando um passo adicional no esforço de adensamento das relações entre Brasil e Peru.

Nas tratativas foi possível lograr a inclusão de dispositivos de particular interesse para o País, à luz da política aerocomercial exterior traçada pelas autoridades aeronáuticas ao longo dos últimos anos.

Especificamente, além do regime de liberdade adotado, destacam-se os seguintes pontos no Acordo:

a) Art. 3º: institui o princípio da multidesignação de empresas pelas Partes, normalmente difícil de ser negociado, dado o receio existente quanto ao surgimento de quadro de desvantagem no tráfego multilateral;

b) Art. 6º: incorpora o tema da segurança da aviação civil no Acordo conforme prescrição recorrente da OACI a todos seus Estados integrantes.

c) Art. 12: referente a direitos alfandegários, reflete os recentes entendimentos da Secretaria da Receita Federal a respeito do tratamento da questão fiscal em acordos aéreos;

E, por último.

d) Art. 13: sobre conversão e remessas de receitas, também em linha com as recomendações do Banco Central para acordos do gênero.

A questão da remissão de débitos tributários por parte de empresas aéreas tem constituído tema recorrente nos encontros de alto nível para acordos de aviação e encontrou, por meio do presente Acordo, encaminhamento condizente com o dinamismo das relações econômico-comerciais bilaterais e com a necessidade de intensificação do intercâmbio turístico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O tratado em apreço estabelece que, respeitado o princípio da reciprocidade, os pactuantes isentarão as empresas aéreas de direitos aduaneiros, emolumentos de inspeção e outros direitos ou impostos sobre aeronaves, combustíveis, e outros itens da atividade aeroviária, incluindo provisões de bordo.

No ato internacional são prescritas, por igual, as condições de conversão e remessa de lucros para o exterior pelas empresas aéreas, com isenção de encargos administrativos e cambiais, exceto os normalmente cobrados pelos bancos para sua execução.

O Acordo não implica concessão de benefícios fiscais ou tratamento tributário privilegiado em relação às concessões normais às demais empresas de transporte aéreo nacionais e internacionais, motivo pelo qual não conflita com as normas de finanças públicas em vigor.

Não obstante a previsão da múltipla designação de empresas aéreas, as Partes não se olvidaram de assegurar igualdade de oportunidade e justiça para que as empresas aéreas designadas operem seus serviços nas rotas especificadas em igualdade de condições.

O Acordo, que está vazado em 27 artigos e um Anexo sobre Quadro de Rotas, que apresentam boa solução técnica, dentro dos cânones do direito internacional. É de se salientar que o presente acordo pode contribuir para maior integração em nosso continente e multiplicar o intercâmbio comercial e de passageiros entre Brasil e Peru e terceiros países, o que, ao cabo, favorece nossos interesses de integração no hemisfério.

Voto, Sr. Presidente.

Por todo o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 2018.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Fernando Bezerra Coelho, pela apresentação do relatório.

Coloco-o agora em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o referido relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, favorável ao Decreto Legislativo nº 12, de 2018.

A matéria segue para a Secretaria-Geral da Mesa para as providências que couberem.

ITEM 5

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 14, de 2018

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre a República Federativa do Brasil e a República da Índia, celebrado em Brasília, em 15 de outubro de 2013.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Pela aprovação

Indico S. Exª o Senador Flexa Ribeiro como Relator *ad hoc* e passo-lhe imediatamente a palavra para apresentação do relatório.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Como Relator.) – Presidente, Senador Fernando Collor, Srs. Senadores, com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 457, de 17 de agosto de 2016, submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre a República Federativa do Brasil e a República da Índia, celebrado em Brasília, em 15 de outubro de 2013.

O Acordo foi inicialmente apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o Projeto de Decreto Legislativo decorrente da Mensagem, formulado por sua Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Nesta Casa, a proposição foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde me coube a relatoria.

Cuida-se de um acordo de cooperação na área de execução penal entre dois países que possuem razoável intercâmbio comercial, com potencial para crescer muito, e ainda incipiente relacionamento cultural e turístico. Seu objetivo é permitir, caso haja vontade do condenado, o seu traslado para o país de origem, com todas as vantagens humanitárias, sociais e econômicas que a medida pode propiciar.

Tal característica está bem registrada na Exposição de Motivos dos Ministros de Relações Exteriores e da Justiça, anexada à Mensagem Presidencial, onde estatui que foi "firmado com o intuito de reaproximar do indivíduo detido em Estado estrangeiro de seus familiares e de seu ambiente social e cultural, ao permitir-lhe cumprir pena em próprio país. Inscreve-se, portanto, em um sentido amplo de assistência jurídica, pois favorece a reinserção social das pessoas condenadas, um dos objetivos precípuos do cumprimento da pena para o ordenamento jurídico pátrio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O tratado tem 19 artigos nos quais se estabelecem as condições para as transferências dos presos e para a execução de penas.

O art. 1º define os termos para a aplicação do Acordo. No art. 2º está o princípio geral de que a solicitação da transferência pode ser expressa pela pessoa objeto da condenação ou da execução e pode ser formulada tanto perante o Estado Remetente como perante o Estado Recebedor.

No art. 3º estão as condições de transferência.

O art. 4º dispõe sobre a obrigação de prestar informações recíprocas quando os listados acordem a transferência.

No art. 6º está a importante regra sobre o consentimento da pessoa condenada e a possibilidade de que esse consentimento seja verificado pelo Estado Recebedor.

Digno de menção é o disposto no art. 8º que garante ao Estado de Condenação a retenção da jurisdição exclusiva com relação à natureza jurídica e duração da pena, não podendo a mesma ser agravada pela sua natureza ou duração pelo Estado Recebedor.

O transporte da pessoa condenada será de responsabilidade do Estado recebedor conforme o artigo 9º.

Os artigos finais dispõem sobre a vigência e condições de entrada em vigor de denúncia e solução de controvérsias, valendo destacar que o mesmo se aplicará à execução de penas impostas antes e depois da sua entrada em vigor (art. 16) e continuará a ser aplicado para a execução de pena de pessoas que tenham sido transferidas ao amparo desse Acordo antes da data de eventual denúncia (art. 19).

Análise, Sr. Presidente.

Para o Ministério da Justiça, cooperação jurídica internacional é, em sentido amplo, "o intercâmbio internacional para o cumprimento extraterritorial de medidas processuais do Poder Judiciário de outro Estado". É consequência do fato de o Poder Judiciário sofrer uma limitação territorial em sua jurisdição, o que decorre do princípio da soberania do Estado. Torna-se necessário assim "pedir ao Poder Judiciário de outro Estado que o auxilie nos casos em que suas necessidades transbordem de suas fronteiras para as daquele".

Presentemente, a cooperação internacional evoluiu e também engloba a atuação administrativa do Estado, em modalidades de contato direto com os demais entes estaduais.

Tal é o caso do presente Acordo que se insere no quadro de outros instrumentos internacionais análogos que o Brasil tem firmado com nações amigas, como Argentina, Canadá, Espanha, Reino Unido, Chile, Paraguai entre outros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao normatizar a cooperação entre as Justiças dos dois países no que tange à matéria de transferência de pessoas condenadas, o acordo insere-se no contexto da parceria estratégica entre o Brasil e a Índia, consubstanciada em diferentes mecanismos de crescente relevância mundial, como o agrupamento Brics e o foro Ibas, suprindo essa carência no âmbito de um relacionamento que o Brasil pretende seja bastante pródigo em relação internacional.

O voto, Sr. Presidente.

Com base no exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do País a ratificação do tratado em apreço, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 84, de 2016.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – É nº 14, Senador?

Projeto de Decreto Legislativo nº 14.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Está com um erro aqui, mas...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – O papel que foi entregue ao senhor está equivocado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Agradeço a V.Exª, Presidente, e faço a correção. Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 2016.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – De 2018.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Também é outro erro aqui. Agradeço novamente. É 2018 a data.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – O problema está na cópia entregue a V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado, Senador.

Coloco em discussão o relatório apresentado por S. Exª o Senador Flexa Ribeiro, referente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 2018. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 2018.

A matéria segue à Secretaria-Geral da Mesa, para as providências devidas.

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 15, DE 2018

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Emirados Árabes Unidos Referente à Cooperação no Campo da Defesa, assinado em Brasília, em 22 de abril de 2014.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: pela aprovação.

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Lasier Martins para a apresentação do seu relatório.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS. Como Relator.) – Obrigado, Presidente Fernando Collor.

Esse Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Emirados Árabes Unidos Referente à Cooperação no Campo da Defesa contém 13 artigos, mas vou me limitar, Sr. Presidente e colegas, ao art. 2º, porque ali está a essência desse acordo.

São elencadas como áreas de cooperação: a) indústrias de defesa; b) transferência de tecnologia de defesa; c) instrução e treinamento militar; d) apoio logístico; e) armamento, produtos de defesa, equipamentos e serviços; f) desenvolvimento, estudos e pesquisas científicas em assuntos de defesa; g) missões de manutenção da paz das Nações Unidas; h) gerenciamento de crises e emergências; i) intercâmbio de informações militares; j) serviços de saúde no âmbito militar; k) legislação e história militar; l) topografia militar; m) assuntos de meio ambiente e poluição relacionados a instalações militares; e n) outras áreas a serem acordadas posteriormente.

Passo para a análise, que é relativamente sucinta.

Na Exposição de Motivos da Mensagem, EMI nº 00207/2016 MRE MD, assinada em conjunto pelos Ministros das Relações Exteriores e da Defesa, é destacado que o Acordo "deverá constituir marco importante na cooperação bilateral na área de defesa. Contribuirá, ademais, para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estabelecimento de novo patamar de relacionamento entre os dois países. Ressalto, por oportuno, que o Acordo contém cláusula expressa de garantias, que assegura respeito aos princípios de igualdade soberana dos Estados, de integridade e inviolabilidade territorial e de não intervenção nos assuntos internos de outros Estados, em consonância com o estabelecido pelo art. 4º da Constituição Federal".

É de se destacar, em primeiro lugar, que o Acordo em tela é o primeiro do gênero com um país do Oriente Médio.

As relações entre o Brasil e os Emirados Árabes Unidos foram estabelecidas formalmente em 1974. A Embaixada do Brasil em Abu Dhabi foi instalada em 1978. Em 1991, os Emirados instalaram sua Embaixada em Brasília, a primeira na América Latina. Entre essas áreas de cooperação do Acordo, destacaríamos aquelas ligadas à indústria de defesa e à transferência de tecnologia de defesa. É patente a necessidade de diversificação de parceiros nesse campo, tendo em vista a dificuldade de desenvolvimento autônomo desse tipo de tecnologia e da inconveniência de se confiar em apenas um ou poucos parceiros internacionais.

É importante ressaltar também as formas de cooperação previstas no Acordo, que procuram envolver também atividades e população civil nas atividades.

Merece registrar, por fim, que, cuidando-se de uma nação árabe, houve toda uma preocupação em assegurar o respeito às regras e tradições para as atividades de cooperação nos países anfitriões, de modo a assegurar, previamente, quaisquer incidentes nesse campo.

É relevante para o papel de destaque que o Brasil pretende ocupar no cenário internacional que o nosso País adira a medidas que colaborem com a segurança e a paz globais. Nesse sentido, acordos como esse trabalham não apenas para o desenvolvimento tecnológico no campo da defesa, como também para fortalecer as alianças e os entendimentos tão necessários para o alcance da paz duradoura.

Aduza-se, também, que nenhum dos objetivos do Acordo ou dos procedimentos para sua implementação ofende a soberania nacional ou põe em risco a posição de defesa da paz adotada pelo Brasil na comunidade internacional, merecendo ser ressaltada a disciplina relativa ao tratamento de informações sigilosas, que permite a cada Estado-parte notificar o outro Estado da necessidade de preservar o sigilo de informações, tendo em vista questões de defesa nacional, no plano internacional.

Em relação ao procedimento de denúncia do Acordo, a forma adotada – mera notificação com prazo de carência para produção de efeitos – está em conformidade com o respeito à soberania dos Estados-partes. Por sua vez, o condicionamento da entrada em vigor do Acordo às normas internas de cada país mostra-se, igualmente, em harmonia com o princípio de respeito à soberania estatal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As cláusulas pactuadas no Acordo não implicam risco à defesa ou soberania do Brasil. Ao contrário, elas são favoráveis ao sistema de defesa nacional e causam reflexos positivos para a imagem do Brasil no plano internacional, razão pela qual o Congresso Nacional deve se mostrar favorável à ratificação deste Acordo.

Voto.

Por todo o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 15, de 2018.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Grato a V. Exª, Senador Lasier Martins, pela apresentação de seu relatório, que coloco em discussão.

Para discutir, tem a palavra S. Exª, o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF. Para discutir.) – É menos para discutir, mais para fazer um comentário: é impossível a gente ver um acordo desses sem lembrar, com orgulho, aquilo de que a Embraer é capaz e, ao mesmo tempo, como surgiu a Embraer, um produto que vem da educação, que vem da ciência e da tecnologia. E também, talvez, um dia, a gente possa fazer o seguinte discurso: para onde vai a Embraer?

Eu tenho lido as ideias de um acordo ou de um convênio – alguns chamam de compra, eu não chamo assim – com a Boeing. Eu não chamo compra, de jeito nenhum! Talvez, seja uma tendência inevitável essa cooperação internacional querer fechar-se. Isso pode levar ao mesmo desastre que teria ocorrido se tivesse mantido a Embraer estatal. A Embraer é um grande exemplo de que, sem a estatal, ela não existiria. Se continuasse estatal, ela não progrediria. Então, foi correto quando foi criada sob a forma estatal, e foi correta a privatização da maneira como foi feita.

A mesma coisa é saber como será a sobrevivência de empresas como ela na globalização que nós temos hoje, sobretudo, de produtos que exigem alta tecnologia. Até não sei se se pode chamar de nacional qualquer dessas empresas de aviação. Nenhuma! O motor é feito em um lugar; o parafuso, em outro; a fuzilaria, noutro; o *software*, em outro.

Então, talvez, valesse a pena, um dia, debatermos isso sem preconceitos, porque terminam matando o avanço. Este aqui é um exemplo de como o Brasil é capaz de fazer coisas e de disputar mercado internacionalmente.

Então, parabenizo, pelo parecer, o Senador Lasier e voto pela aprovação. Mas eu não queria deixar de fazer esse comentário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Cristovam Buarque.

Com a permissão de V. Exªs, eu me permitiria fazer algum comentário adjacente à sua afirmação ou à sua intervenção em relação a isso.

A situação da Embraer ficou muito frágil quando houve esse acordo de integração entre a Airbus e a Bombardier. A Bombardier é o nosso principal – S. Exª o Senador Lasier a conhece e já a visitou, inclusive – concorrente. Naturalmente, associando-se a Bombardier à Airbus, isso deixaria a Embraer, caso não se procurasse entendimento com outra companhia também de porte transnacional, como a Boeing, inteiramente fora do mercado. Desse modo, não é, nada mais, nada menos, do que se adaptar a um momento, às circunstâncias em que nós estamos vivendo, sem prejuízo nenhum para o Brasil, sem prejuízo nenhum para a própria Embraer. Ao contrário, ela irá lucrar com isso.

Mas V. Exª tem toda a razão quando sugere que nós sempre estejamos discutindo questões como essas.

Portanto, continua em discussão a matéria apresentada, o relatório apresentado por S. Exª o Senador Lasier Martins. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, coloco-o em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 15, de 2018.

A matéria segue para a Secretaria-Geral da Mesa.

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 18, DE 2018

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre Assistência Mútua Administrativa em Matéria Aduaneira, celebrado no Rio de Janeiro, em 21 de junho de 2012.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senadora Ana Amélia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: pela aprovação.

Indico como Relator *ad hoc* S. Exª o Senador Cristovam Buarque, que tem agora a palavra para a apresentação do relatório.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, o Governo submete ao Congresso Nacional o texto de Acordo entre o Governo da República Popular da China e o Governo da República Federativa do Brasil sobre a Assistência Mútua Administrativa em Matéria Aduaneira, celebrado no Rio de Janeiro, em 21 de junho de 2012.

O tratado em apreço visa, como assinala a Exposição de Motivos, a promover a cooperação entre as administrações aduaneiras de cada parte.

O texto tem 19 artigos. O primeiro define o sentido dos termos a serem utilizados. A expressão, por exemplo, "legislações aduaneiras" refere-se a disposições legais e administrativas aplicáveis ou exigíveis pelas administrações da parte contratante relacionadas à importação. O termo "pessoa", por exemplo, refere-se tanto à pessoa física quanto à pessoa jurídica. "Funcionário" é qualquer funcionário administrativo. A administração aduaneira que requer assistência é chamada de "administração requerente".

O artigo seguinte estabelece algumas importantes ressalvas, vedando a arrecadação pela administração aduaneira de qualquer das partes contratantes de direitos aduaneiros, tributos, taxas ou qualquer outro montante, em nome da administração aduaneira da outra parte.

O art. 3º define o âmbito da assistência aduaneira, no intuito de assegurar a aplicação adequada da legislação aduaneira e a prevenção, a investigação e a repressão de infrações aduaneiras relacionadas à recuperação, à observância de medidas de proibição, à aplicação das regras concernentes, à prevenção e repressão de infrações aduaneiras.

As informações a serem comunicadas por uma parte à outra, seja a pedido ou por iniciativa própria, são aquelas relacionadas, por exemplo, a novas técnicas, novas tendências, métodos, mercadorias conhecidas por terem sido objeto de infrações aduaneiras, pessoas conhecidas por terem cometido infração aduaneira em qualquer dos países e quaisquer outros dados que possam auxiliar a outra administração aduaneira.

O art 5º permite que a administração requerente, caso tenha razão para duvidar da informação prestada pela administração requerida, poderá solicitar maiores informações.

Segundo determina o art 6º, a administração aduaneira de uma parte deverá fornecer à outra parte, por iniciativa própria ou a pedido, informação a respeito de atividades planejadas, em curso ou concluídas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entre os tipos especiais de assistência elencados pelo art. 7º, encontram-se aqueles envolvendo informações sobre mercadorias, locais reconhecidamente usados ou suspeitos de estarem sendo usados em conexão com o cometimento de uma infração, meios de transporte reconhecidamente usados ou suspeitos de estarem sendo usados para burlar atividades quer poderiam estar ligadas ao tráfico ilícito de drogas narcóticas e substâncias psicotrópicas.

O art. 8º determina que a administração requerida deverá fornecer informação para auxiliar a administração da outra parte.

Os procedimentos para a assistência estão contidos no Capítulo VI.

O Capítulo VII diz respeito à execução de pedidos.

O art. 11 trata do sigilo da informação.

O art. 12 resguarda a soberania.

O Capítulo X contém dois artigos que tratam da presença de funcionários no território aduaneiro da outra parte.

Com a finalidade da implementação do avençado, as administrações aduaneiras deverão comunicar-se diretamente e envidar esforços, por acordo mútuo, para solucionar problemas ou questionamentos que surgirem da interpretação ou implementação do ato internacional ora sob exame.

Quanto à denúncia que possa surgir, esta será feita por meio de notificação com a utilização dos canais diplomáticos e produzirá efeitos três meses após a data da notificação.

Análise.

Cuida-se aqui de instrumento internacional da maior relevância.

O acordo sob exame prevê a troca de informações entre as autoridades aduaneiras.

É patente o interesse brasileiro nesse tipo de instrumento internacional bilateral.

É importante assinalar que o instrumento em apreço resguarda a soberania nacional.

Ademais, o presente acordo coaduna-se perfeitamente com o momento histórico que vivemos, em um cenário globalizado a requerer estreita cooperação entre os países na troca de informações para a facilitação do comércio, para a repressão dos ilícitos aduaneiros e o combate ao crime de tráfico de drogas, visando a proteger nossas respectivas sociedades.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com base no exposto, voto pela aprovação do texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, que foi assinado no dia 21 de junho de 2012, no Rio de Janeiro, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 2018.

Eu concluo apenas dizendo que, diante dos riscos de guerra, como temos visto, entre Estados Unidos e China, guerra de tarifas, guerra aduaneira, fica mais importante ainda um acordo como esse.

Parabenizo, porque, embora tenha sido assinado em 2012, por incrível que pareça, seis anos não são um período longo para analisar certos acordos quando têm chegado aqui. Aproveito para parabenizar. Eu vi aqui o *fast track* de aprovação de muitos acordos e de muitos decretos legislativos nesta manhã.

Meu parecer é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Cristovam Buarque, pela apresentação do relatório, que coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o referido relatório.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 2018.

A matéria segue à Secretaria-Geral da Mesa.

Antes de encerrar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Convoco ainda as Srªs e Srs. Senadores membros desta Comissão para a nossa próxima reunião deliberativa, agendada para o dia 12 de abril de 2018, ao tempo em que, nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a presente reunião.

Um bom dia!

(*Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 11 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE ABRIL DE 2018, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e zero minutos do dia doze de abril de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Fernando Collor, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Hélio José, Marta Suplicy, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Fátima Bezerra, José Pimentel, Antonio Anastasia, Paulo Bauer, José Agripino, Flexa Ribeiro, Lasier Martins, Ana Amélia, José Medeiros, Gladson Cameli, Vanessa Grazziotin, Wellington Fagundes e Armando Monteiro. Deixam de comparecer os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, Fernando Bezerra Coelho, Gleisi Hoffmann, Acir Gurgacz, Ricardo Ferraço, Cristovam Buarque e Pedro Chaves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Indicação de Autoridade**. **ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 11, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor FRANCISCO CARLOS RAMALHO DE CARVALHO CHAGAS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Albânia." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pronto para Deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 16, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Coreia." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório, é concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 2 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 6, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal Democrática do Nepal, assinado em Brasília, em 3 de agosto de 2011." **Autoria:** Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN). **Relatoria:** Senador Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão favorável à matéria. **ITEM 3 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 8, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo sobre Mandado Mercosul de Captura e Procedimentos de Entrega entre os Estados Partes do Mercosul e Estados Associados, assinado na XL Reunião Ordinária do Conselho do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mercado Comum, realizada em Foz do Iguaçu, Paraná, em 16 de dezembro de 2010." **Autoria:** Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (RBPM). **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão favorável à matéria. **ITEM 4 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 11, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto das Emendas à Convenção sobre o Regulamento Internacional para Evitar Abalroamentos no Mar, 1972, adotadas pela Resolução A.1085 (28) da 28ª Assembleia da Organização Marítima Internacional." **Autoria:** Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN). **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão favorável à matéria. **ITEM 5 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 13, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália, assinado em Brasília, em 21 de abril de 2010." **Autoria:** Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN). **Relatoria:** Senador Antonio Anastasia. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão favorável à matéria. **ITEM 6 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 19, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e a República da Colômbia, assinado em Bogotá, em 9 de outubro de 2015." **Autoria:** Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN). **Relatoria:** Senador Armando Monteiro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão favorável à matéria. **ITEM 7 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 26, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos Mexicanos, assinado na Cidade do México, em 26 de maio de 2015." **Autoria:** Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN). **Relatoria:** Senador Antonio Anastasia. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão favorável à matéria. **ITEM 8 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 27, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, com Relação a Curaçao, Referente a Transporte Aéreo entre Brasil e Curaçao, celebrado em Brasília, em 3 de dezembro de 2013." **Autoria:** Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN). **Relatoria:** Senador Antonio Anastasia. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão favorável à matéria. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - MENSAGEM (SF) Nº 15, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor CLAUDIO FREDERICO DE MATOS ARRUDA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Jorge Viana. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório, é concedida vista coletiva, nos termos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 11, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Institui o Grupo Parlamentar de Amizade Brasil- Reino da Arábia Saudita" **Autoria:** Senador Fernando Collor. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Designada Relatora a Senhora Senadora Ana Amélia, é aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão favorável à matéria. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 14 de 2018** que: "Nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência na tramitação do Projeto de Resolução do Senado nº 11, de 2018, que "institui o Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Reino da Arábia Saudita", para que se proceda à deliberação da matéria pelo Plenário desta Casa." **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 15 de 2018** que: "Voto de congratulações e solidariedade aos governos da República Popular Democrática da Coreia e da República da Coreia, pelo histórico encontro a ser realizado entre seus líderes no próximo dia 27 de abril de 2018, na cidade de Panmunjon, na zona desmilitarizada entre os dois países." **Autoria:** Senador Fernando Collor. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 16 de 2018** que: "Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, o encaminhamento de voto de solidariedade ao povo e ao Governo do México, em razão das recentes notícias sobre a decisão do Presidente dos Estados Unidos da América, Donald Trump, de concretizar a construção de um muro ao longo da fronteira de seu país com o México." **Autoria:** Senador Jorge Viana. **Resultado:** Lido. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fernando Collor

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/04/12

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 4ª Sessão Legislativa da 55ª Legislatura do Senado da República.

Leitura de expedientes.

Requerimento nº 15, de 2018, desta Comissão.

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro o voto de congratulações e solidariedade aos Governos da República Popular Democrática da Coreia e da República da Coreia, pelo histórico encontro a ser realizado entre seus líderes no próximo dia 27 de abril de 2018, na cidade de Panmunjon, na Zona Desmilitarizada entre os dois países, desejando, em nome desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, o pleno êxito nas negociações a seres tratadas naquela oportunidade e, principalmente, na aproximação política entre as duas nações.

Justificação do requerimento.

Este será o primeiro encontro em mais de dez anos entre os líderes das Coreias do Sul e do Norte. O anúncio da reunião entre o líder da Coreia do Norte, Kim Jong-un, e da Coreia do Sul, Moon Jae-in, foi feito em 29 de março último, um dia depois do encontro entre Kim Jong-un e o presidente chinês, Xi Jinping. No encontro em Pequim, o líder norte-coreano repetiu sua oferta de desnuclearizar a península coreana.

Esta será a terceira vez na história em que os líderes das duas Coreias se reúnem, desde a assinatura do armistício que deu fim à guerra das Coreias em 1953. A última cúpula entre o então líder norte-coreano, Kim Jong-un, e o ex-presidente sul-coreano, Roh Moo-hyun, foi realizada em 2007, na capital da Coreia do Norte, Pyongyang. A única outra cúpula entre os dois Estados ocorreu também em Pyongyang no ano 2000.

Por essas razões e pela importância histórica desse encontro, no qual a comunidade internacional deposita grande esperança, submeto o presente requerimento à deliberação desta Comissão.

Assino eu próprio, Senador Fernando Collor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusão de item extrapauta.

Nos termos do *caput* do art. 4º do Ato nº 7, de 2017, desta Comissão, que versa sobre situações extraordinárias para inclusão de matéria extrapauta e não havendo objeção do Plenário desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, determino à Secretaria que tome as providências requeridas para inclusão na pauta da presente reunião do Requerimento nº 15, de 2018, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que:

> Nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro o voto de congratulações e solidariedade aos Governos da República Popular Democrática da Coreia e da República da Coreia, pelo histórico encontro a ser realizado entre seus líderes no próximo dia 27 de abril de 2018, na cidade de Panmunjon, na Zona Desmilitarizada entre os dois países, desejando, em nome desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, o pleno êxito nas negociações a seres tratadas naquela oportunidade e, principalmente, na aproximação política entre as duas nações.

Inclusão de item extrapauta.

Considerando o Projeto de Resolução do Senado nº 11, de 2018, que visa a criar, no âmbito do Congresso Nacional, um grupo parlamentar de amizade entre o Brasil e o Reino da Arábia Saudita e tendo em vista a iminente visita de importante comitiva do Reino da Arábia Saudita ao Brasil, a realizar-se na semana de 23 a 26 de abril do ano corrente, faz-se necessária a aprovação do presente projeto de resolução, de forma que o grupo parlamentar esteja instalado e possa proceder à sua reunião com a delegação visitante ainda naquele período.

Assim, nos termos do *caput* do art. 4º do Ato nº 7, de 2017, desta Comissão, que versa sobre situações extraordinárias para a inclusão de matéria extrapauta e não havendo objeção do Plenário desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, determino à Secretaria que tome as providências requeridas para a inclusão, na pauta da presente reunião, do Projeto de Resolução nº 11, de 2018, que institui o Grupo Parlamentar de Amizade Brasil/Reino da Arábia Saudita.

Comunicados.

Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos.

Em extensa missão oficial realizada no final de março e início deste mês no Reino da Arábia Saudita e nos Emirados Árabes Unidos, a convite dos Conselhos Consultivos, que são os parlamentos daqueles países, pude constatar a importância, cada vez maior, das nossas relações bilaterais, assim como do interesse de ambos os lados em fortalecer os laços de cooperação.

Como pude observar nos importantes encontros que mantive em Riade com parlamentares do Conselho Consultivo, o parlamento saudita, com o Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros, Dr.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nizar bin Obaid Al-Madani, com o Príncipe Al-Waleed bin Talal bin Abdul Aziz, investidor e empresário internacionalmente influente, com alguns dos principais empresários sauditas e com membros do corpo diplomático acreditados naquele país, além do Embaixador e diplomata de nossa representação em Riade, o país encontra-se no momento em que o Príncipe herdeiro Mohammad bin Salman busca revitalizar a economia e, simultaneamente, promover a imagem de um reino mais moderno, com a adoção de reformas sociais aceleradas e sem precedentes.

Nos últimos quatro anos, a capital, Riade, transformou-se num gigantesco canteiro de obras, com construções simultâneas de linhas de metrô, amplas avenidas e viadutos e dezenas de edifícios, lado a lado com moderníssimos prédios já em funcionamento. A paisagem muda rapidamente a olhos vistos.

O Estado saudita, construído ao longo da segunda metade do século XX, desfruta da prosperidade interna trazida pela indústria petrolífera. No cenário externo, ocupa posição única, principalmente em virtude de abrigar os dois locais mais sagrados do Islã, de ser a maior economia árabe do mundo, de sua relevância no mercado energético mundial e de ter importante papel geopolítico regional.

Apesar de poder contar com esses importantes ativos, a sociedade saudita também possui desafios e contradições ainda por equacionar, seja na seara das relações sociais e religiosas, na formação de uma economia menos dependente no petróleo, na racionalização e abertura da estrutura estatal ou em diversas outras questões legadas pela história do país.

O jovem príncipe herdeiro Mohammed bin Salman – conhecido por suas iniciais, MbS – é o responsável pela implementação da Visão 2030, programa de desenvolvimento nacional que pretende modernizar a economia saudita e tornar majoritárias as atividades econômicas independentes da indústria de hidrocarbonetos. Além de ser o Ministro da Defesa, Bin Salman ocupa, também, papel central na política externa saudita. Credita-se ao príncipe herdeiro, ainda, recentes medidas liberalizantes adotadas pelo governo em questões sociais e culturais. Em seus pronunciamentos públicos, bin Salman busca assumir o papel de face modernizadora da família Al Saud, bem como de representante da juventude saudita (60% da população saudita tem até 29 anos de idade). É um número que impressiona. E o Príncipe bin Salman tem 32 anos. O acúmulo de poderes por um jovem príncipe é fato inédito na história saudita: Mohammed bin Salman é, hoje, a principal força política no país.

Outra iniciativa calcada na Visão 2030 diz respeito à criação de novas zonas econômicas especiais. Quatro exemplos anunciados são: a Rei Abdullah (entre Meca e Medina, servindo como posto marítimo) – Rei Abdullah é o nome do porto –, a Knowledge (em Medina, pretendendo consolidar-se como *hub* tecnológico e criar 20.000 empregos), a Príncipe Abdulaziz bin Mousead (em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hail, como *hub* de transporte terrestre) e a Jazan (centro industrial com usinas elétricas e de dessalinização, ao sul de Jedá).

Porém, o projeto mais audacioso nesse domínio até o momento é o da construção da cidade denominada Neom (do latim, *neo*, que é: novo, acrescido da primeira letra da palavra árabe *mostaqbal*, que é: futuro), anunciado pelo príncipe Mohammed bin Salman em outubro do ano passado. A cidade de Neom deverá estender-se por uma área de 26.500km² junto ao Mar Vermelho e ao Golfo de Aqaba, nas fronteiras com o Egito e com a Jordânia, e contar com leis tributária e trabalhista próprias e com sistema judiciário autônomo (o que pretende tornar o projeto mais atrativo para investidores estrangeiros). Os investimentos na cidade deverão centrar-se em setores considerados "fundamentais para o futuro da civilização humana", incluindo energias renováveis e água; transporte; biotecnologias; alimentação; ciências técnicas e digitais; industrialização avançada; informação e produção midiática; e entretenimento. Prevê-se que a cidade seja abastecida somente por energia eólica e solar e servida em grande parte pelo trabalho de robôs.

A fase inicial de sua construção está orçada em US$500 bilhões, provenientes do Saudi Arabia Public Investment Fund (PIF) e de investidores estrangeiros. A conclusão da primeira fase do projeto está prevista para 2025.

A parte da missão oficial dedicada à visita aos Emirados Árabes Unidos, também marcada por encontros da mais alta relevância, revestiu-se de grata surpresa: o país está mirando o futuro, como nenhum outro, investindo em educação e novas tecnologias, em projetos impressionantemente ambiciosos.

Ainda em Dubai, mantive encontros com o vice-presidente e outros representantes do Conselho Nacional Federal, seguido de visita à sede do Parlamento, na capital Abu Dhabi. São 20 os membros do Conselho, presidido atualmente por uma mulher – e administrado por um corpo de apenas 200 funcionários. Desde 2007 – isso é algo impressionante – não se imprime mais nenhum documento no Parlamento, seja de caráter legislativo, seja administrativo ou burocrático! O país está introduzindo a adoção de *no paper* – isso significa sem papel – também nas escolas, e o Wi-Fi é gratuito em todo o território!

Em outubro do ano passado, o primeiro-ministro Mohammed Al Maktoum anunciou mudanças que apontam para o reforço das áreas de inovação tecnológica e digital, mediante a criação de três ministérios. Algo impressionante também é isso. Dentro do escopo da inovação tecnológica e digital, criou três ministérios: o primeiro deles de Inteligência Artificial, o segundo de Ciências Avançadas e o terceiro de Segurança Alimentar.

As mudanças foram justificadas como parte do lançamento do Plano Centenário 2071, iniciativa que tem por objetivo transformar os Emirados em país líder em matéria de inteligência artificial e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvimento de soluções tecnológicas para o mundo urbano globalizado, fazendo disso um dos pilares de sua projeção internacional. Planeja-se o futuro em 2071, enquanto no Brasil, infelizmente, não conseguimos sequer estabelecer um plano para daqui a cinco anos. E registre-se que o Presidente do grupo de amizade Parlamentar Brasil-Emirados Árabes – a Presidência desse grupo é de S. Exª o Senador Flexa Ribeiro – muito tem contribuído para o estreitamento das nossas relações bilaterais.

No encontro que mantive com o Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional, Anwar bin Mohammed Gargash, além de discutirmos temas relevantes do cenário internacional e de nossa relação bilateral – que os Emirados têm interesse em reforçar, segundo informou-me o Ministro – foi-me apresentada a grande maquete da Expo 2020, que será realizada em Dubai, com o tema "Conectando mentes, criando o futuro".

Na reunião com o Ministro de Estado da Defesa, Mohammed bin Ahmed Al Bowardi, assisti a uma apresentação de amplo quadro sobre os conflitos regionais, especialmente o do Iêmen e a contínua luta contra o terrorismo. Os emiráticos também mostraram interesse no cargueiro militar KC-390, da Embraer, que deverá fazer novos testes naquele país, nos próximos meses.

Também é política prioritária transformar Abu Dhabi em um polo de desenvolvimento, estudo e implementação de energias renováveis. O emirado sedia, em um complexo denominado Masdar City, além da sede da Agência Internacional de Energias Renováveis (Irena), o Instituto Masdar, centro de pesquisa em energias renováveis resultado de cooperação entre a Companhia Masdar, controlada pelo fundo de investimento emirático Mubadala, a Universidade Khalifa e o Massachussets Institute of Technology (MIT), nos Estados Unidos.

Em janeiro último, o Brasil anunciou sua decisão de iniciar o processo de adesão à Irena, que teve seu estatuto aprovado em 2009. A organização conta com 156 membros e 25 países em processo de adesão. Fui recebido pela diretoria da Agência, que proporcionou amplo conhecimento de suas atividades e projetos de cooperação no mundo.

A visita ao Instituto Masdar transportou-nos para o futuro. A cidade toda é movida por energia solar, inclusive os ônibus coletivos e o veículo que chamam de Trânsito Rápido Pessoal, que circula dentro do Instituto, sem motorista, movido a baterias de lítio alimentadas por energia solar – só vendo para acreditar. A cidade, cujo projeto de energia limpa iniciou-se há apenas 11 anos, é livre de CO_2, e adota a metodologia de construções sustentáveis para seus prédios, onde moram pesquisadores de vários países do mundo, todos dedicados à pesquisa sobre inovação, nos mais variados campos.

A economia continua, no entanto, dependente da exportação de hidrocarbonetos (oficialmente, 30% do PIB é gerado diretamente do petróleo e derivados). Por essa razão, o governo emirático tem se empenhado em diversificar a economia e reduzir sua dependência do petróleo. Os Emirados pretendem chegar a 2050 com metade de sua matriz energética baseada em fontes limpas e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

renováveis, sendo 44% solar e 6% nuclear, enquanto a metade fóssil seria composta de 38% de gás natural e 12% de carvão "limpo", baseado em tecnologia de captura e estocagem de carbono. Simultaneamente, os Emirados investem em tecnologias menos intensivas em energia, buscando eficiência energética por meio de prédios inteligentes, e melhorias nos sistemas de ar condicionado, como pude ver em Masdar City.

A renda advinda da indústria de hidrocarbonetos permitiu investimentos pioneiros em infraestrutura e serviços, tornando o país, em poucas gerações, em um dos principais centros financeiros, comerciais e empresariais da região, um *hub* logístico de ponta e um destino turístico popular. As últimas décadas têm visto esforço de diversificação econômica, mediante a criação de diversos fundos de investimento.

A prosperidade dos Emirados atrai intenso fluxo de imigrantes, os quais representam entre 80% e 85% dos habitantes do país, que abriga a maior comunidade brasileira na Península Arábica, estimada entre seis mil e nove mil cidadãos – principalmente por profissionais qualificados e suas famílias.

Outro comunicado sobre o conflito no Iêmen.

Em missão oficial recente ao Reino da Arábia Saudita, tomei conhecimento, ao chegar à capital saudi-árabe, do lançamento, na antevéspera, de três mísseis balísticos contra Riade. Os mísseis foram lançados pelos rebeldes houthis do Iêmen e o ataque marca o aniversário de três anos do conflito iemenita, constituindo-se na mais grave agressão contra o território do Reino saudita até o momento.

Há três anos, a Coligação Árabe para restaurar a legitimidade no Iêmen foi formalmente anunciada em declaração conjunta da Liga de Estados Árabes, em Riade, no dia 2 de abril de 2015.

Arábia Saudita, Bahrain, Catar, Emirados Árabes Unidos e Kuaite firmaram o documento, com o qual se comprometeram também Egito, Jordânia, Marrocos, Senegal e Sudão. A Coligação tem como objetivo restaurar ao Governo do Iêmen o Presidente deposto, Abdo Raboo Mansour Hadi, atualmente exilado na Arábia Saudita).

Destroços daqueles mísseis balísticos interceptados pelas forças sauditas em Riade – ou seja, eles não chegaram a alcançar a capital da Arábia Saudita – atingiram áreas residenciais da cidade e partes de um míssil caíram sobre a casa de uma família egípcia, resultando em uma morte e dois feridos graves.

O clarão e o estrondo das explosões, bem como as perceptíveis ondas de choque, puderam ser sentidos no Bairro Diplomático de Riade, onde estão localizadas a Embaixada do Brasil e as residências funcionais. O incidente causou preocupação junto à comunidade brasileira presente na Arábia Saudita e aos diplomatas e funcionários lotados na Embaixada do Brasil em Riade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Até o momento, vários países já emitiram nota condenando o ataque de mísseis contra Riade: Estados Unidos, Reino Unido, Itália, França, Alemanha, Turquia, Líbano, Argélia, Emirados Árabes Unidos, Jordânia, Bahrain, Kuaite, Paquistão, Rússia, Sudão, Bangladesh, Noruega, México, Cingapura, Catar, Liga Árabe e União Europeia – e a lista não é exaustiva.

Adicionalmente, tanto o Secretário-Geral das Nações Unidas quanto o Conselho de Segurança das Nações Unidas também se manifestaram repudiando o ataque. Em nota divulgada no último dia 4 de abril, o Itamaraty reafirmou seu apoio aos esforços das Nações Unidas no sentido de encontrar uma solução negociada para o conflito e conclamou as partes a cessarem as hostilidades com vistas à retomada de negociações de paz no Iêmen. Com relação aos mais recentes agravamentos das hostilidades, o Governo brasileiro reiterou seu repúdio aos atos de violação do direito internacional originados do conflito e reafirmou a necessidade de pleno respeito aos princípios e propósitos da Carta das Nações Unidas e ao direito internacional humanitário.

Contudo, o Brasil não chegou a condenar, especificamente, os ataques realizados contra populações civis em Riade e nem manifestou sua preocupação com a proliferação de tecnologia de mísseis na região, sobretudo, para grupos não-estatais. É crescente a inquietação quanto à propagação do uso de mísseis por agentes e grupos rebeldes fora do controle dos Estados nacionais.

Nessa escalada do já complexo conflito iemenita, é digno de nota que o ataque tenha ocorrido no momento em que o príncipe herdeiro e Ministro da Defesa, Mohammed bin Salman Al-Saud, conhecido, como já dito aqui, como MbS em seu país, realiza importante visita de Estado aos Estados Unidos, em um périplo internacional que se iniciou no Reino Unido.

A atuação da Coligação Árabe em território iemenita foi solicitada pelo próprio Presidente iemenita perante o Conselho de Segurança das Nações Unidas e a Liga Árabe, para proteger o Iêmen e deter a agressão houthi (milícia xiita fundamentalista que representa 5% da população do país e tomou a capital Sanaa e cerca de dez províncias ocidentais, que correspondem aproximadamente à área da República Árabe do Iêmen pré-unificação, se autodeclarando como o novo governo legítimo do Iêmen).

A Coligação contaria, ainda, com a legitimação da Resolução 2216, de 2015, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que declarou a ilegitimidade do regime houthi e enquadrou a crise no capítulo VII da Carta das Nações Unidas, o que tecnicamente possibilitaria o uso de recursos militares para "restabelecer a paz e segurança internacional". A atuação da coligação é direcionada sobretudo ao enfrentamento das forças houthis e, mais recentemente, ao movimento separatista no sul do país.

Não bastasse a complexidade dos problemas naquela região, o que se seguiu à intervenção árabe no Iêmen foi um conflito que rapidamente adquiriu contornos de guerra de guerrilha, com avanços e recuos constantes ao longo de todo o território, deixando elevado grau de destruição e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

baixas, como resultado de dano colateral atribuído a todas as partes envolvidas. O conflito iemenita tem cobrado da Arábia Saudita um alto preço humano, material e político.

Eu pediria ao Secretário da Comissão que desse como lido o restante desse comunicado relacionado ao Iêmen.

Gostaria também que desse como lido, já que é do conhecimento de todos, o comunicado sobre o lamentável ataque ocorrido na Síria com armas químicas e as providências que vêm sendo tomadas no âmbito internacional, o que também é do conhecimento de V. Exªs.

Como um fato novo, sobre eleições na Hungria. O partido eurocético e de direita Fidesz, de Viktor Orban, Primeiro-Ministro da Hungria, conquistou uma vitória esmagadora nas eleições do último domingo, dia 8 de abril, com as projeções indicando que o Partido obterá 133 das 199 cadeiras do Parlamento, equivalente a mais de dois terços do total, garantindo a Orban seu terceiro mandato consecutivo como Primeiro-Ministro do país.

Com uma campanha apoiada no discurso anti-imigração e anti-União Europeia, Viktor Orban disse, em um discurso a seus partidários no domingo, que a vitória dava aos húngaros a oportunidade de "defenderem a si mesmos e à Hungria".

O comparecimento nas eleições chegou a 69%, um recorde no país. Com 93% dos votos apurados, o segundo lugar deve ficar com o Partido Jobbik, nacionalista. Em terceiro ficaram os socialistas e em quarto o LMP, principal partido verde da Hungria.

Segundo analistas políticos em Budapeste, a posição de Viktor Orban frente à União Europeia será fortalecida por essa ampla vitória, que deve encorajar os outros partidos nacionalistas do continente.

Também peço ao Secretário desta Comissão que dê como lido o final desta nota sobre as eleições do último domingo ocorridas na Hungria bem como sobre a questão da Coreia do Norte, não há nenhuma novidade além daquela que já foi colocada aqui no requerimento lido no início da nossa reunião.

E passamos agora à primeira parte da nossa pauta: indicação de autoridade.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 11, de 2018

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Sr. Francisco Carlos Ramalho de Carvalho Chagas, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Albânia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pronto para Deliberação

Observações:

1 - Em 05/04/2018, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Convido para que tome assento à Mesa o Sr. Embaixador Francisco Carlos Ramalho de Carvalho Chagas para a sua sabatina regulamentar. (*Pausa.*)

Ao lado de lhe dar as melhores boas-vindas, em nome desta Comissão, Sr. Embaixador, passo-lhe a palavra por um período de 15 minutos para a sua explanação. **O SR. FRANCISCO CARLOS RAMALHO DE CARVALHO CHAGAS** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srªs Senadoras, Srs. Senadores, é uma honra comparecer à Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal para apresentar o plano de trabalho que desejaria desenvolver caso venha a merecer o beneplácito de V. Exªs, a indicação do meu nome como Embaixador do Brasil na Albânia.

Gostaria de, inicialmente, agradecer a Sua Excelência o Senhor Presidente da República Michel Temer e a S. Exª o Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, pela confiança que em mim depositaram.

Agradeço também muito especialmente ao Senador Flexa Ribeiro, que muito me honra como Relator de minha Mensagem e cujas observações certamente serão de grande valia para o desempenho da minha função, caso venha a ser aprovado por V. Exªs.

Eu gostaria de fazer uma explanação em três partes: falar primeiro da Albânia, de sua inserção internacional; depois, das nossas relações com a Albânia; e a seguir de algumas ideias, pontos para o desenvolvimento no meu programa de trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Albânia, o povo albanês tem muito orgulho de uma cultura milenar cuja origem se perde na história. O albanês é uma das poucas línguas que não têm sua origem estabelecida entre as línguas indo-europeias, dando, portanto, ideia da antiguidade desse povo.

A história da Albânia foi marcada, nos últimos séculos, principalmente pelo longo período de ocupação, uma vez que a Albânia, a região pertenceu ao Império Otomano, por cerca de 500 anos, e isso marcou evidentemente toda aquela região dos Bálcãs.

A Albânia se localiza, como sabemos, no sudoeste da Península Balcânica; tem como vizinhos, Montenegro, Sérvia e Macedônia, alguns dos países que integravam originalmente a lugoslávia – anteriormente a lugoslávia – e também a Grécia. No caso da Sérvia, a fronteira se dá com a Província do Kosovo, que se declarou independente em 2008, mas cuja independência o Brasil não reconhece; é um dos países que não reconhece.

A Albânia foi palco, no século XX, das duas principais conflagrações desse século, da Primeira Guerra, da Segunda Guerra.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Pela ordem. Desculpe-me, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Com licença, Sr. Embaixador.

Pela ordem, S. Exª a Senadora Marta Suplicy. **A SRª MARTA SUPLICY** (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Eu, a Senadora Vanessa e a Senadora Ana Amélia temos um compromisso e precisamos sair. Se pudesse abrir o painel... Não poderemos participar de toda a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – S. Exª a Senadora Marta Suplicy solicita a abertura do painel para iniciarmos o processo de votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Determino à Secretaria desta Comissão que abra o processo de votação.

Pela ordem, S. Exª a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Pela ordem.) – É apenas para registrar rapidamente que nós três, com toda a Bancada feminina, temos uma audiência com a Ministra Rosa Weber, que é relatora de uma consulta que fizemos perante o Tribunal Superior Eleitoral sobre a aplicação dos recursos da campanha eleitoral para as mulheres. Nós já tivemos uma grande vitória, que foi a determinação, pelo Supremo, de que 30% dos recursos do Fundo Partidário destinados às campanhas eleitorais têm de ser dirigidos às mulheres. Nós estamos questionando se o mesmo vale para esse fundo eleitoral criado recentemente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa é a razão da nossa ausência. Pedimos desculpas ao senhor e ao nosso Embaixador.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Por favor. Desejamos êxito nessa missão de V. Exªs.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem também, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, S. Exª a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Eu aproveito a oportunidade, porque a Senadora Marta e a Senadora Vanessa... Peço-lhes que me representem, porque tenho uma relatoria aqui que trata do Mercosul, e eu, como Senadora do Estado do Rio Grande do Sul, não posso faltar a esse compromisso. Então, havendo condição de tempo, ao término da sessão ainda, chegarei lá – está marcada para as 10 horas. Então, com muito prazer, eu delego essa representação às duas Senadoras.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Fica feito o registro de V. Exª, Senadora Ana Amélia.

Com a palavra, por favor, o Sr. Embaixador Francisco Carlos de Carvalho Chagas.

O SR. FRANCISCO CARLOS RAMALHO DE CARVALHO CHAGAS – Obrigado, Sr. Presidente.

Bem, continuo.

A Albânia, no século XX, foi palco, como eu dizia, dos dois principais conflitos desse período.

Ao final da Segunda Guerra Mundial, chega ao poder o grupo de *partisans* liderados por Enver Hoxha, que estabelece um regime comunista no país que vai durar até 1990 – portanto, de 1944 a 1985, enquanto foi vivo o ditador, e mais até os anos 90, até 1990. Nesse período, a Albânia passou por sucessivas alianças estratégicas: primeiro com a Iugoslávia de Tito; depois com a União Soviética de Stalin; mais adiante, sucessivamente, com a China de Mao.

Quando a China começou a se abrir, no final dos anos 70, a Albânia se viu mais isolada do que já era, um regime fechado. Essa situação leva a Albânia... Quando cai o muro de Berlim, quando ocorre o desaparecimento da Cortina de Ferro na Europa, a Albânia não estava preparada para a modernidade. Os outros países da região tampouco, mas o caso da Albânia era especialmente marcante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há um período de turbulências nesses primeiros dez anos e, a partir dos anos 2000, a Albânia passa por um processo progressivo e rápido de modernização. Demonstra isso o fato de, em 2000, ter ingressado na OMC; em 2008, na Otan; e, em 2014, ter tido aceita a sua candidatura ao ingresso na União Europeia.

Há um processo que está em curso, um processo bastante interessante sobre o qual eu poderia, eventualmente, se for do interesse dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras, comentar no momento das perguntas, se assim desejarem.

Essa adesão à Europa, esse processo de adesão à Europa é o ponto talvez principal de atuação externa da Albânia no momento. Conta com o consenso de todos os países europeus. Há uma expectativa de que a Albânia e os países dos Bálcãs, que são europeus, são considerados europeus, portanto, ingressem na União.

As nossas relações com a Albânia se desenvolvem de maneira muito positiva. O estabelecimento das relações ocorreu em 1961. A intensificação das relações veio a acontecer a partir de 2009, com a abertura da Embaixada da Albânia em Brasília, seguida da abertura da nossa Embaixada em Tirana, em 2010.

Nós temos um comércio bilateral concentrado essencialmente nas exportações brasileiras de produtos básicos – carne de frango, carne suína, carne bovina, café – da ordem de US$45 a US$47 milhões anuais. Da parte albanesa, o comércio é bastante limitado, da ordem de US$1,5 milhão. Além disso, temos alguns importantes acordos com a Albânia de cooperação econômica, de cooperação na formação de diplomatas, inclusive, um acordo de aviação civil que está ainda em tramitação e um acordo de consultas políticas.

As ideias que eu pretendo desenvolver, caso aprovado por V. Exªs, durante a minha gestão têm como ponto inicial talvez o acompanhamento desse processo de adesão da Albânia e dos demais países da região à União Europeia. A expectativa é a de que, através da nossa Embaixada e também da Embaixada em Sófia e da Embaixada em Sarajevo, que são as três embaixadas que nós temos naquela região, de forma coordenada nós possamos acompanhar esse processo.

Há uma ideia muito precisa de que estabelecendo um melhor relacionamento com esses países, nós teremos condições de aproveitar melhor, a partir do ingresso desses países na União Europeia, estabelecendo com eles uma maior aproximação anterior. Um dos elementos dessa aproximação poderia ser, como já inclusive recomendou o Ministro Aloysio recentemente, uma aproximação do Mercosul com o tratado de comércio da Europa Central, que, enfim, é um acordo de livre comércio que reúne os países daquela região e que é uma base para posterior ingresso deles na União Europeia. Uma aproximação prévia do Mercosul com essa região, através de uma aproximação do acordo, seria de nosso interesse. E, além disso, desenvolver perspectivas na área de cooperação agrícola, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cooperação técnica, de combate a ilícitos transnacionais, tráfico de drogas, que são temas muito importantes para a Albânia no seu processo de adesão à União Europeia.

Também na área de turismo, acredito eu que nós temos muito a fazer. A Albânia tem um potencial de oferta turística muito grande.

Há da parte albanesa um interesse muito forte de, nesse processo de progressiva incorporação à União Europeia, oferecer-se como plataforma de acesso aos demais países da região. Eles contam com infraestrutura para tanto.

É até importante mencionar que a posição estratégica da Albânia – a costa da Albânia está a 75km da costa italiana – é o ponto mais estreito entre os Bálcãs e a Itália.

Imagino eu que seria muito proveitoso se nós pudéssemos desenvolver essa aproximação através desse acordo por intermédio do Mercosul.

É importante lembrar, concluindo as minhas palavras, que Brasília é a única capital em que a Albânia conta com Embaixada em toda América Latina; o Brasil é o único país latino-americano com representação na Albânia neste momento. Acho que isso mostra o interessa da Albânia pelo Brasil e também o nosso interesse em desenvolver relações com aquele país.

Muito obrigado, senhores.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Sr. Embaixador Francisco Carlos de Carvalho Chagas, pela sua sucinta, mas muito proveitosa exposição.

Pela ordem dos inscritos, passo a palavra a S. Exª o Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Muito obrigado, Presidente Fernando Collor.

Cumprimento o Embaixador Francisco Carlos Chagas.

Não sei se não ouvi, mas qual é a população da Albânia, só para orientar-me?

O SR. FRANCISCO CARLOS RAMALHO DE CARVALHO CHAGAS – Três milhões.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Atualmente há um movimento da Albânia no sentido de ingressar na União Europeia. Por seus contatos lá, qual é a perspectiva? Está mais a favor? É mais possível ou menos possível?

Uma segunda pergunta: que negociações nós temos, que trocas de mercadorias há entre Brasil e Albânia?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Como segundo orador inscrito, S. Exª o Senador Flexa Ribeiro, para fazer sua arguição.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, Senador Fernando Collor; Sr. Embaixador Francisco Carlos Ramalho de Carvalho Chagas; Srªs Senadoras, Srs. Senadores, primeiro quero agradecer ao Presidente Fernando Collor por ter nos dado a honra de relatar a indicação de V. Exª para a Embaixada do Brasil na Albânia. Depois, quero agradecer a V. Exª a visita que fez ao nosso gabinete, oportunidade em que pudemos conversar sobre as ações que V. Exª irá desempenhar neste novo posto de representação do Brasil.

Desejo, primeiramente, sucesso na sua missão e que ela seja abençoada por Deus em todos os seus momentos.

Na conversa que tivemos, eu fiquei curioso de obter uma informação de V. Exª. Há informação de que a população da Albânia, conforme relatório do Banco Mundial, tem 70% de pobres.

E, quando se vai para um outro indicador importante, temos a informação de que é de 97% o nível de alfabetização na Albânia.

Com uma população de três milhões de habitantes, a Albânia registra um PIB relativamente baixo, de US$13 bilhões, com uma corrente de comércio com o Brasil da ordem de US$41,2 milhões, praticamente todo no sentido do Brasil para a Albânia, sendo apenas de um pouco mais de US$1 milhão no sentido contrário.

Então, eu queria que V. Exª pudesse nos esclarecer exatamente como ocorreu esse alto índice... Nós não temos aqui ainda o Senador Cristovam Buarque, que deve estar chegando, ele que é o Senador que nós todos respeitamos como o nosso mentor na área de educação, mas esse índice de 97,3% de alfabetização de uma população em que 70% dos seus habitantes vive em nível de pobreza é algo de se estudar, até para se saber como é que conseguiram essa proeza.

Uma outra questão, Sr. Embaixador.

Conversamos também sobre a possibilidade de a Albânia ingressar na União Europeia. Então, eu perguntaria: qual é essa possibilidade e como V. Exª vê, se proximamente ou se a médio prazo, essa entrada da Albânia na União Europeia? Quais as vantagens que o país teria? Como isso influenciaria também no estreitamento de relações comerciais com o nosso País, ou seja, sendo a Albânia membro da União Europeia? E qual a posição, qual o papel da Rússia na região?

A região está pacificada. Então, eu perguntaria: podem eclodir novos conflitos na região?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eram essas as questões que eu gostaria que V. Exª nos esclarecesse.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Flexa Ribeiro, que é o Relator da indicação do Sr. Embaixador Francisco Carlos de Carvalho Chagas para ocupar a nossa Embaixada em Tirana, na Albânia.

Continuando a lista de inscritos, concedo a palavra a S. Exª a Senadora Vanessa Grazziotin e, em seguida, a S. Exª a Senadora Ana Amélia.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor de Mello, eu não vou fazer, Embaixador Francisco Chagas, nenhum questionamento, até porque terei de me retirar e seria indelicado de minha parte questionar e não ouvir.

Então, eu apenas pedi a palavra para desejar ao senhor um bom trabalho na Albânia e que seja muito eficaz essa aliança entre os nossos países.

Apesar de ser um país tão pequeno, é um país muito simbólico e que marcou muito, Presidente Collor, a minha formação política, porque, em 1961, a Albânia rompeu com a União Soviética. Com isso, os partidos comunistas do mundo inteiro sofreram rachas. Aqui mesmo, no Brasil, o Partido Comunista Brasileiro ficou com a União Soviética e o Partido Comunista do Brasil seguiu outras experiências. E tínhamos uma relação muito próxima com a Albânia. É interessante isso, porque depois, com o passar do tempo, a gente foi vendo alguns problemas. Enfim, muitos dos nossos companheiros moraram na Albânia durante muito tempo, estudaram na Albânia.

Senador Flexa, esse nível de cultura da população, sem dúvida nenhuma, advém desse período. Entretanto, se, por um lado, houve esse grande avanço, por outro lado, houve problemas significativos que nós temos que reconhecer, como o fechamento, a falta do desenvolvimento do país, enfim.

Quero apenas contar algo muito interessante, Presidente Collor: um membro do meu Partido, muito estudioso, jornalista, escritor, viveu alguns anos na Albânia e, no final da década de 80, escreveu um livro sobre a Albânia como o último bastião: *O Bastião Albanês*. E logo quando ele estava lançando o livro, a Albânia caiu também. Então, foi muito interessante isso. É Bernardo Joffily o nome do escritor. É um livro que vale a pena ser lido.

Então, quero apenas desejar ao Embaixador Francisco muito sucesso.

Sem dúvida nenhuma, é um país bastante diferenciado. Conversávamos aqui eu e a Senadora Ana Amélia sobre qual é a língua. É a língua deles. Eles têm, de fato, uma independência, têm uma cultura muito individualizada. É muito interessante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Espero poder ter a oportunidade de visitá-lo numas férias que certamente poderei tirar durante a sua estada lá.

Então, muito obrigada.

Obrigada, Presidente Collor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senadora Vanessa Grazziotin.

S. Exª a Senadora Ana Amélia tem a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Presidente, Senador Fernando Collor.

Caro Embaixador Francisco Chagas, no final da sua exposição, o senhor mencionou um aspecto geográfico, que a proximidade física entre a Albânia e a Itália é bem pequena relativamente à posição. Eu estava lendo alguma informação a respeito de, sendo tão próxima, não ser na Itália que os albaneses querem asilo, mas sim na França. Há algum motivo especial para isso? Porque o número de albaneses que, em 2017, pediram asilo à França foi de mais de 100 mil. Então, essa foi a minha curiosidade quando falei com a Senadora Vanessa sobre a língua, se era pela afinidade, pela facilidade da língua, mas, tendo o país uma língua própria, qual a razão disso?

A decisão da Albânia de fazer uma transferência da sua embaixada, que estava em Buenos Aires, para Brasília teve um motivo especial de aproximação ou foi decorrente de alguma ação do Governo brasileiro, da diplomacia brasileira, que levou a essa decisão?

Finalmente, essa questão de se já superou aquilo que eles não viam com bons olhos: o Brasil não ter reconhecido a independência do Kosovo na região, o que era um desejo da Albânia. E que caminhos, dentro da economia, o senhor falou muito da questão agrícola aqui na relação que veio, ou que possibilidades temos em relação a um país com tantas carências como a Albânia.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senadora Ana Amélia.

Passo a palavra a S. Exª o Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eminente Embaixador Carvalho Chagas, em primeiro quero cumprimentá-lo pela exposição de V. Exª, muito clara, sendo Embaixador num país que acaba tendo um certo papel – digamos assim – quase mítico na consciência imaginária do povo brasileiro e mesmo da cultura ocidental.

A Albânia, como V. Exª bem disse, é um país muito antigo. Tribos albanesas, ciosas da sua liberdade, resistiram não só a todos os impérios, desde o Império Romano, passando por todos, até o tempo dos otomanos. Exatamente esse furor pela liberdade montanhesa dos albaneses é que permitiu a manutenção da sua identidade e felizmente também permitiu que a Albânia seja um país que, de modo muito interessante, tem a convivência, hoje, em regime de paz, da religião cristã com a religião muçulmana. A Albânia é um exemplo, nesse caso, para o mundo, porque ali não há radicalismo, há um ambiente de muita pacificação.

Aliás o Império Otomano, Sr. Presidente, como V. Exª bem conhece, foi caracterizado por isso, ele permitia, sob o pálio da porta de Constantinopla, que houvesse a convivência muito harmônica entre as diversas religiões, a despeito de o sultão ser também califa do islamismo.

Mas é um país tão interessante! A Senadora Vanessa foi muito feliz aqui, porque ela é Senadora do PCdoB, e havia a famosa linha albanesa que também ajudou a construir toda essa imagem exótica, distante e um pouco – volto a dizer – mítica e fechada da Albânia.

Por isso mesmo, quando agora as relações diplomáticas se aprofundam entre o Brasil e a Albânia, evidentemente é um posto importante, estratégico, tendo em vista que a Albânia se abre ao mundo, especialmente dentro da Comunidade Europeia, com a sua pretensão de integrar aquela união, e dentro de uma região que sempre foi o barril de pólvora, no caso da Europa, mas que felizmente, nos últimos anos, após a separação dos estados iugoslavos, tem se tornado mais calma e mais tranquila.

V. Exª, no último posto, pelo que vi aqui, salvo engano estava em Budapeste, por isso mesmo muito próximo da Hungria e já conhecedor pleno daquela realidade. Eu queria, portanto, cumprimentá-lo, desejar boa sorte, e acrescer tão somente aderindo à indagação feita pelo eminente Senador Flexa Ribeiro, seu Relator, que indagou da influência e participação da Rússia, que sempre foi muito forte nos Bálcãs, em razão da etnia eslava, que não é da Albânia mas está presente em toda península.

Eu queria indagar qual seria o relacionamento atual com a Itália, tendo em vista que no passado a Itália já ocupou a Albânia, no século passado. E eu comentava com V. Exª, no nosso encontro, Presidente Collor, da figura folclórica até do antigo Rei Zogu, que governou a Albânia na década de 30 e nem era reconhecido pelas casas reais europeias. Mas foi rei, a seu modo e a seu tempo, antes da invasão italiana. E depois da proximidade física, existe uma identidade muito grande entre os dois

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

países. Mas se hoje as relações estão normalizadas? E se seria a Itália, talvez, também uma grande porta de entrada?

Pelas nossas relações com a Itália, que são as mais fraternas, se também haveria auxílio por essa parte, na medida em que nós precisamos, como aqui foi dito, adensar as relações econômicas, e a Albânia poderia servir como um grande porto de entrada para investimentos do Brasil naquela região balcânica.

Então, meus cumprimentos e boa sorte a V. Exª, no posto em Tirana.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Antonio Anastasia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É uma aula. É uma aula!

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Sem dúvida.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – É um privilégio participar desta Comissão e ser brindado por essa aula magna.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – É verdade, Senador Armando Monteiro. É verdade. E com uma clareza cristalina. E simples. Brota com uma naturalidade total.

Parabéns, Senador Antonio Anastasia.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Com a palavra V. Exª, Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Depois dessa aula pouco restaria, mas, de qualquer forma, eu queria, cumprimentando o Embaixador, dizer que, evidentemente, considerando a dimensão da economia albanesa e uma modestíssima corrente de comércio, como V. Exª referiu, acho que a perspectiva econômica se situa muito mais na perspectiva do aproveitamento da Albânia de uma inserção de empresas brasileiras como uma plataforma para o Mediterrâneo e para que se possa, a partir daí, estabelecer o marco de maior cooperação interbalcânica naquela região toda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria que o Embaixador pudesse nos dizer como ele vê essa perspectiva de inserção das empresas brasileiras nessa região, na expectativa de que essa plataforma possa se constituir algo interessante para o nosso intercâmbio comercial.

Era isso.

Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Armando Monteiro. Agora passo a palavra S. Exª Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Quero cumprimentar S. Exª Senador Fernando Collor pela direção dos trabalhos e o Sr. Francisco Carlos Ramalho de Carvalho Chagas por esse posto importante que vai assumir. Cumprimento-o pela elegância e pela tranquilidade do diálogo que fez com todos nós e por esse posto importante.

A Albânia, realmente, por tudo que foi falado aqui, é um país altamente diferente, que as pessoas têm um sentimento, um desejo de conhecer, ver como é que a sua estada lá nesses próximos períodos pode colaborar no sentido de ampliar a questão turística Brasil-Albânia e Albânia-Brasil, o que pode ser feito nessa linha.

Eu tive a oportunidade de estar nos Bálcãs, tanto na Bósnia e Herzegovina quanto na Croácia e quanto na Eslovênia e na Sérvia, andei aquilo tudo por ali. Montenegro também, só não fui só à Macedônia. Mas eu posso ver o tanto que a Albânia, naquele beco ali, é importante para todo mundo. Então, eu creio que seja uma região que tem um potencial energético enorme, com baixíssima exploração. Olhando a Bósnia e Herzegovina, com uma endometria enorme, o Brasil sendo âncora mundial na questão da energia eólica, que hoje é de 10% da matriz energética brasileira, a gente poderia colaborar muito com a Albânia e Albânia também conosco adquirindo equipamentos, principalmente aerogeradores e torres de geração de energia eólica. Com certeza, para eles que querem entrar no Mercado Comum Europeu, é fundamental cumprir a meta da COP 21, de geração de energias alternativas.

Então, a gente teria condições de ampliar negócios tanto com relação à energia eólica quanto com relação à energia da biomassa, porque há um desperdício enorme de biomassa. Eu vejo pela outra região dos Bálcãs que eu conheci – não conheci ainda a Albânia, espero um dia ter a oportunidade de visitá-lo também. É muito forte para quem conhece a história brasileira, o Anastasia muito bem aqui relatou parte, que a curiosidade que nos cerca pela Albânia, um país que é menor do que o Distrito Federal. Eu sou Senador pelo DF, aqui nós temos quatro milhões de habitantes e há dois milhões e pouco de albaneses que estão no mundo inteiro espalhados, marcando sua presença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, queria saber de V. Exª as contribuições que V. Exª pode dar, como nosso Embaixador lá, no sentido de nos ajudar a ampliar nosso mercado nessa região dos Bálcãs, estando na Albânia, ali, perto da Grécia, perto de todos os Bálcãs, na questão do turismo e na questão das energias e para o intercâmbio geral mesmo, até em nível cultural.

Sucesso ao senhor e que Deus o ilumine nessa caminhada!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Hélio José.

Agora, passo a palavra ao Sr. Embaixador Francisco Carlos de Carvalho Chagas para responder às indagações formuladas por S. Exªs.

O SR. FRANCISCO CARLOS RAMALHO DE CARVALHO CHAGAS – Muito obrigado, Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores.

Em primeiro lugar, respondendo às indagações do Senador Lasier Martins, as possibilidades de adesão da Albânia à União Europeia dependem muito de um esforço, que se considera muito grande, que será necessário o país fazer para superar várias dificuldades. Há todo um elenco de medidas que precisam ser adotadas pelo país para que essa candidatura tenha sucesso. É fato que o importante a marcar nesse aspecto é que há um empenho, uma dedicação, um esforço europeu de contribuir para que esse trabalho aconteça.

Nós temos naquela região cinco países que pretenderiam aderir à União Europeia: Montenegro, Sérvia, Kosovo, se nós considerarmos Kosovo isoladamente, Macedônia e Albânia. O processo de Montenegro e Sérvia já vem bem avançado: já tem 30 dos 32 capítulos negociados. O caso da Albânia... Desculpem, eu esqueci de citar a Bósnia. A Bósnia e Herzegovina também é candidata. A Albânia vem num segundo momento, vamos dizer assim, num segundo estágio, talvez, de avanço, assim como a Macedônia. A Bósnia tem problemas internos sérios, ainda, a resolver, de relacionamento entre as comunidades do país, e o Kosovo talvez seja o que está mais distante no momento por conta da solução do problema da sua independência, do reconhecimento da sua independência pela Sérvia, quer dizer, a negociação do que é necessário.

É interessante notar que, de todos esses países que eu mencionei, cada um deles tem algum problema com os seus vizinhos, com um ou mais dos seus vizinhos. O único que não tem essa situação hoje é a Albânia, quer dizer, a Albânia vive em paz com seus vizinhos. Claro que ela tem, sim, um interesse muito grande em relação ao Kosovo, 90% da população do Kosovo é albanesa, e 25% na Macedônia, portanto, esses dois países são muito próximos à Albânia. Então, a ideia é de que seja

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

possível acompanhar esse trabalho e fortalecê-lo – e aí eu espero estar também contribuindo para responder a algumas das perguntas dos demais Srs. Senadores.

A presença brasileira num país como a Albânia pode-se fazer mediante um esforço coordenado com outros países da região, com outras embaixadas nossas na região, buscando aumentar essa nossa presença com vistas ao que nós esperamos que venha a acontecer.

O horizonte traçado pela União Europeia é de 2025, mas isso é apenas indicativo, insiste em dizer que é indicativo, mas há uma expectativa de que, a essa altura, pelo menos Sérvia e Montenegro consigam ingressar; os demais países iriam posteriormente. De qualquer forma, é um processo que se considera inevitável, é um compromisso europeu. Os Bálcãs são Europa, os países europeus assumem essa realidade por laços culturais, enfim, pela história, pela necessidade de preservar essa identidade europeia desses países.

Nesse aspecto, talvez já mencionando também outra pergunta, há a questão da Rússia, a presença da Rússia. A Albânia fez uma opção clara desde o momento em que, no final do regime comunista, fez essa sua opção pelo ingresso na OTAN; aproximou-se, portanto, da Aliança Atlântica. A Rússia, como bem foi assinalado, é um país que tem a sua proximidade determinada pela condição de país próximo aos eslavos, dos demais países daquela região, coisa que não é a realidade albanesa, ou seja, a Albânia não é um país com população de origem eslava; os albaneses são albaneses, eles fazem muita questão de marcar essa questão.

Quanto às observações feitas pelo Senador Flexa Ribeiro, realmente, Senador, é uma dessas questões que merece uma reflexão: como é possível que um país que tenha índices tão elevados de pobreza possa contar com 97% de alfabetização? Com um PIB... Um dos aspectos é que, efetivamente no período comunista, não se pode negar que houve um esforço pela educação, houve investimento sério na Albânia para garantir a educação. É um dos pontos positivos daquele período.

Mas há um traço cultural que é fundamental: o albanês é extremamente orgulhoso da sua cultura e da sua língua. O albanês era proibido no Império Otomano. E, quando a Albânia alcança a sua independência, em 1912, uma das coisas que o movimento nacionalista albanês fez questão de difundir foi o ensino do albanês para as crianças albanesas. Isso teve o seu resultado, o seu efeito, ou seja, as crianças foram alfabetizadas no país. Então, houve esse elemento, vamos dizer assim, de nacionalismo por trás de um movimento que levou a essa situação.

Creio eu que o senhor tenha também perguntado sobre a perspectiva da nossa pauta de exportações, do nosso comércio com a Albânia. Nós precisamos fazer um esforço para identificar outras áreas em que nós poderíamos ampliar a nossa presença no mercado. Nós temos que ter presente que evidentemente é um mercado pequeno, modesto. Porém, é fato também que esse empenho albanês, esse interesse albanês em servir de plataforma para os demais países da região

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pode ser muito bem aproveitado, como lembrou o Senador. Nós temos a ideia de que um acordo de investimentos seria, por exemplo, um elemento inicial importante para que nós pudéssemos ter uma maior presença de empresas brasileiras.

Estou tentando procurar mencionar... O risco de conflitos na região, que continua existindo. Mas é interessante notar porque a Europa se coloca na posição de que ela não quer importar problemas; ela quer exportar soluções. Essa é a posição da Comissão Europeia no momento em relação aos Bálcãs, ou seja, esses países todos têm consciência de que, se eles não encontrarem uma forma de encaminhar as suas diferenças e os seus conflitos, alguns deles, é verdade, históricos, essa adesão à União Europeia, que todos reconhecem como fundamental, não vai ser possível; vai sendo adiada com o tempo, na medida em que eles não consigam. Então, a questão do...

Nós temos até mesmo a disputa sobre a questão do nome da Macedônia, que é questionado pela Grécia. Oficialmente a Macedônia é ainda conhecida como Former Yugoslav Republic of Macedonia (Fyrom), porque a Grécia não admite que a Macedônia use esse nome. Recentemente houve uma disputa, inclusive, quando o Governo da Macedônia deu o nome de Alexandre, o Grande, para o aeroporto da capital, e houve pressão grega para que esse nome fosse mudado. Quer dizer, esse nível de dificuldade nós podemos identificar.

Mas há um esforço... No momento, por exemplo, a Grécia e a Macedônia estão se reunindo, estabelecendo lá reuniões. Recentemente, o Primeiro-Ministro grego esteve na Macedônia para negociações. Ou seja, há um esforço que se espera que tenha bons resultados.

A Senadora Grazziotin mencionou também a questão da educação, e eu espero ter oportunidade de ler o livro que ela mencionou.

À Senadora Ana Amélia, cuja presença hoje, aqui muito me honra, eu gostaria de dizer que, sim, é verdade, há uma grande comunidade albanesa na Itália; há laços entre a Itália e a Albânia que remontam, inclusive, ao período de ocupação otomana, do início da ocupação otomana, grande; houve uma migração forte de albaneses para a Itália. Tive a oportunidade, ontem, inclusive, de comentar com o Senador Anastasia que houve famílias albanesas, de origem albanesa, que se estabeleceram na Calábria, em cidades, comunidades majoritariamente albanesas, mas que, no século XIX, vieram para o Brasil. Há famílias – e eu sei pelo menos de uma família, que é a da minha mulher, que é de origem albanesa – que foram no século XV para a Itália e depois para o sul de Minas, como eu comentei ontem com o Senador. Então, esse contato é uma realidade: a Itália é o principal parceiro econômico da Albânia; já foi presença no protetorado. Durante a crise de 1997, quando estourou a crise da pirâmide financeira, que foi a grande crise que assolou a Albânia no final dos anos 90, foram tropas italianas pelas Nações Unidas, que ingressaram no País, para pacificar o País. Portanto, essa relação é muito forte. Naturalmente que, quando se nota esse interesse por migrar para a França, ele se dá também para outros países. Quer dizer, há interesse, há movimento migratório para a Suíça, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

a Alemanha, para outros países. O fenômeno migratório nos Bálcãs é um dos pontos principais do processo de negociação do ingresso desses países na União Europeia. Há uma expectativa de que esses países estejam em condições de contribuir com o seu desenvolvimento para diminuir a eventual saída de pessoas desses países.

A transferência da embaixada da Argentina para o Brasil efetivamente se deu pelo reconhecimento, por parte da Albânia, de que havia a perspectiva de um relacionamento mais produtivo com o Brasil do que, acredito eu, na avaliação albanesa naquele momento, com a Argentina. Não quero fazer comparações nem entrar em questões sobre a decisão em si, mas o fato é que ela ocorreu e foi muito positiva. A partir dela, nós, inclusive, nos lançamos a uma resposta positiva a essa iniciativa albanesa, abrindo a nossa embaixada, estabelecendo esse maior relacionamento. Desde então, nós já recebemos a visita de três chanceleres albaneses que vieram ao Brasil nesse período. Nós temos procurado desenvolver esse relacionamento.

A questão da independência do Kosovo, efetivamente, é uma questão bastante complexa. O ponto de vista do Governo brasileiro, do não reconhecimento, centra-se no fato de que o Brasil sustenta, como sustentou no momento em que houve a declaração da independência, que ela foi uma declaração unilateral. Havia, e há, uma decisão do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que o Brasil integrava naquele momento, a expectativa de que a Sérvia e o Kosovo negociem a forma em que se daria uma eventual separação do Kosovo. O Brasil não está, evidentemente, sozinho nessa posição, essa posição é compartilhada por vários outros países, pela Rússia, pela China, pela Espanha, pela Argentina. Então, essa é a questão. Naturalmente que a Albânia tem interesse em estimular o reconhecimento do Kosovo, por conta de sua relação muito estreita com aquele país, mas a Albânia também compreende a posição dos países que ainda não reconheceram o Kosovo.

A perspectiva de cooperação, ou melhor, de ampliação da nossa presença na Albânia, se dá, acredito eu, através da agricultura. Acredito que nós possamos encontrar mecanismos de cooperação na área agrícola que possam interessar aos albaneses e que sirvam também de base para uma maior presença de nossa parte.

A Albânia hoje, por exemplo, tem um grande problema na produção de maconha, e essa situação é uma das questões do processo de adesão. A possibilidade de substituição do cultivo é um tema muito importante hoje para a Albânia.

Pois não.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

Essa maconha é consumida internamente ou vendida...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FRANCISCO CARLOS RAMALHO DE CARVALHO CHAGAS – Não, é para a exportação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para exportação...

O SR. FRANCISCO CARLOS RAMALHO DE CARVALHO CHAGAS – Basicamente...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... para a Europa?

O SR. FRANCISCO CARLOS RAMALHO DE CARVALHO CHAGAS – Essencialmente para a Europa. Quer dizer, há uma... Porque o clima mediterrâneo permitiu, no caso da Albânia, o desenvolvimento da cultura, e naturalmente nós sabemos que, enfim, há questões de rentabilidade. Há um esforço albanês nesse sentido, com participação americana, com participação europeia, e eu acredito que nós possamos, que o Brasil possa oferecer também uma contribuição nesse sentido.

Ao Senador Anastasia, evidentemente, eu não tenho... Enfim, só posso agradecer pela aula que nos deu a todos. Efetivamente, Senador, quanto à referência de V. Exª ao ambiente de convivência das religiões na Albânia, ele não se limita à Albânia – é interessante notar –, porque essa convivência existe também no Kosovo, onde há uma maioria de população muçulmana, mas albanesa. Então, a Albânia é um exemplo nesse particular.

A relação com a Itália, conforme já mencionei, é uma relação muito estreita, muito próxima. A Itália é o principal parceiro comercial da Albânia, continua sendo. Essa relação se desenvolve, e há muito interesse italiano, naturalmente, também no processo de adesão da Albânia à União Europeia.

O Senador Armando Monteiro menciona a questão da inserção de empresas brasileiras. Efetivamente, é fato, há um interesse albanês na nossa presença lá e na utilização do país como plataforma para os demais países da região. Acredito que uma eventual negociação de um acordo de investimentos seria muito positiva nesse sentido, e eu tenho essa ideia, enfim, como um dos pontos a desenvolver, Senador. Eu acredito que há uma disposição. Portanto, se há interesse albanês em que nós utilizemos o país, haverá interesse albanês em oferecer condições para que as empresas possam investir e atuar no país.

É verdade que esse é um dos pontos que está merecendo atenção no processo de adesão à União Europeia, ou seja, a reforma da legislação albanesa de forma a garantir direitos...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone.*) – Aos investidores.

O SR. FRANCISCO CARLOS RAMALHO DE CARVALHO CHAGAS – ... de investimentos – exatamente, Senador. Isso é algo que está em processo de discussão, e nós esperamos... Os albaneses sabem o quanto isso é importante para eles.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Hélio José, eu agradeço também as suas palavras. Como o senhor bem mencionou, o turismo é um elemento fundamental. Se nós considerarmos todo o período em que a Albânia esteve fechada, se houve algo que não se desenvolveu na Albânia foi o turismo. Isso tem tido um crescimento muito grande nos últimos anos, e nós acreditamos que exista uma forma e, enfim, que existirá interesse em estreitar um entendimento com o Brasil nessa área.

Eu tenho muito presente também a questão das energias renováveis. A Europa tem, como o senhor bem mencionou, Senador, legislação que exige observância de mecanismos de utilização de energia. Já houve um processo de transformação, recente, nesses últimos anos, na Albânia, na transição para a utilização do gás para a produção de energia elétrica.

Eu acredito que haverá, evidentemente, interesse albanês em também promover outras áreas.

O senhor mencionou o intercâmbio cultural. É verdade que há uma grande curiosidade albanesa em relação ao Brasil. O Brasil tem essa característica de *soft power* como todos nós sabemos, é um País simpático e atrai a atenção naturalmente.

Não sei, Sr. Presidente, se teria atendido suficientemente às perguntas de V. Exªs.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Indago às Srªs e aos Srs. Senadores se estão satisfeitos com as respostas oferecidas pelo Sr. Embaixador. (*Pausa.*)

Declaro encerrado o processo de votação.

Indago às Srªs e aos Srs. Senadores se podemos continuar com nossa reunião aberta.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam que continuemos com a nossa reunião no sistema aberto permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Solicito à Secretaria desta Comissão para que proceda à apuração dos votos oferecidos.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Comunico, então, o resultado da votação da indicação do Sr. Embaixador Francisco Carlos Ramalho de Carvalho Chagas, indicado para o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Albânia: 11 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção.

Desejo, em nome de toda Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, os melhores votos de êxito na nova função que passa a exercer, depois de ouvido o Plenário desta Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradecendo sua presença, manifesto, mais uma vez, meus votos de sucesso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, S. Exª o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Pela ordem.) – Só para pedir a V. Exª que tramite o processo em regime de urgência ao plenário, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Desculpe.

Eu quero retificar aqui o resultado proclamado: 11 votantes, 10 votos SIM, 1 voto NÃO.

Retifico o que havia dito anteriormente, mas está aprovado o Sr. Embaixador Francisco Carlos Ramalho de Carvalho Chagas para Embaixador do Brasil junto à República da Albânia nesta Comissão.

Por gentileza, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Só pedi a V. Exª que o processo tramite em regime de urgência para o plenário.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Perfeitamente.

Eu solicito à Secretaria que faça a tramitação em regime de urgência, segundo solicitação de S. Exª o Senador Flexa Ribeiro.

Pela ordem, S. Exª Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Pela ordem.) – Presidente, queria cumprimentar todos e dizer que fico contente. Não fiz nenhuma intervenção, porque me senti contemplado pelos questionamentos dos colegas.

Mais uma vez fica evidente a importância de termos essas sabatinas e discutirmos um pouco o que se passa no mundo.

Eu queria fazer um pedido a V. Exª, se for possível.

Eu preparei, V. Exª me designou Relator da indicação do Sr. Claudio Frederico de Matos Arruda para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino Unido, Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.

E eu, Sr. Presidente, terei de me ausentar do País na semana que vem, exatamente na quinta-feira, acompanhando o Presidente do Congresso e do nosso Senado, Senador Eunício Oliveira, juntamente com o Senador Anastasia, em missão oficial ao Japão. Desse modo, como disse, não poderei estar aqui na próxima quinta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, solicito, se for possível, que, ao longo desta reunião da Comissão, eu possa fazer a leitura do meu relatório, pelo menos, já que eu não posso fazê-lo.

Já dei entrada na Secretaria, antecipei-me; tive, inclusive, uma reunião com o indicado.

Assim, se for possível, gostaria de pedir a compreensão dos colegas e de V. Exª para que eu possa fazer a leitura do meu relatório, que, obviamente, será apreciado de acordo com o calendário que V. Exª apresentar.

Outro ponto seria pedir, também se possível e pelo mesmo motivo... O colega e ex-Senador Eduardo Suplicy me solicitou, sempre procurando dar a sua colaboração – e eu transformei essa solicitação em um requerimento –, que apresentássemos um voto de solidariedade ao México por conta da construção do muro que o governo Trump pretende levar a efeito ou que já está em vias de concretizar.

Trata-se de um requerimento onde eu peço que haja, por parte de todos os países, uma manifestação de solidariedade ao México, obviamente por conta da construção desse muro.

É o que peço, Sr. Presidente, para ver se é possível, ao longo desta reunião, também fazer a leitura desse requerimento. Óbvio que não seria... A deliberação dele ocorreria, caso ocorresse, na oportunidade em que V. Exª entender pertinente. Mas eu apenas gostaria de fazer a leitura dessas duas matérias, ou seja, tanto do requerimento como da indicação, se fosse possível.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Eu indago se o processado... Entendo que o processado já se encontra na Secretaria. Isso em relação à indicação.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Fiz questão de encaminhar; então, já está na Secretaria. Seria apenas a leitura aqui sem a respectiva deliberação, nos dois casos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Vou submeter à deliberação do Plenário.

S. Exª o Senador Jorge Viana, em função de viagem oficial, conforme ele anunciou, acompanhando S. Exª o Sr. Presidente da Casa, solicita que seja dada a oportunidade da leitura – ele que é o Relator – da indicação para ocupar a Embaixada do Brasil no Reino Unido.

Então, S. Exª faria a leitura do seu relatório extrapauta nesta reunião, ficando a sabatina para ser marcada posteriormente.

Eu indago das Srªs e dos Srs. Senadores se estão de acordo com a inclusão extrapauta solicitada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

V. Exª poderá, então, ler o seu parecer ao final da pauta já colocada, bem como, eu entendo, o requerimento, cuja deliberação se dará em reunião posterior.

Obrigado a V. Exª.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Agradeço a V. Exª e aos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – V. Exª, Senadora Ana Amélia, tem alguma...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Era sobre o requerimento em tela, mas como será analisado posteriormente, em outra oportunidade, eu levantaria as questões depois, uma vez que esse tema pode ter dupla interpretação: uma solidariedade a um país e uma condenação a outro país.

Então, se isso está expresso, nós temos que examinar com atenção.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Entrará na discussão quando da apreciação do requerimento.

Obrigado a V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Com a palavra S. Exª o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu pediria a V. Exª, ouvido o Plenário, se poderíamos fazer uma inversão de pauta para que eu possa fazer a leitura do item 3.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – V. Exª tem o item 1, não é? V. Exª é Relator do item 1, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Não.

Então, estou com a pauta errada aqui.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Claro que é.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.056821/2018-18

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Desculpa... **O SR. PRESIDENTE** (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Então, V. Exª tem a relatoria do item 1 da pauta.

Passo a palavra a V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu pediria a inversão do item 4, para que eu possa fazer a leitura em seguida ao item 1.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – S. Exª o Senador Flexa Ribeiro solicita inversão de pauta.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Não. S. Exª solicita que o item 4 passe a ser o item 2 da pauta.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Então tem V. Exª a palavra, Senador Flexa Ribeiro.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 16, de 2018

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Sr. Luís Henrique Sobreira Lopes, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Coreia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pronto para deliberação

Observações: *Nesta Reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.*

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Flexa Ribeiro para proferir o seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, é submetida ao exame desta Casa a indicação que o Excelentíssimo Senhor Presidente da República faz do Sr. Luís Henrique Sobreira Lopes, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Coreia.

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente e deliberar, por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo do diplomata.

O Senhor Luís Henrique Sobreira Lopes, nascido em 28 de setembro de 1958, na cidade do Rio de Janeiro-RJ, é filho de Jair Baptista Lopes e Rita Vilela Sobreira Lopes.

Concluiu o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco em 1979 e ingressou na carreira, no posto de Terceiro-Secretário, no ano seguinte. Ainda no âmbito do Instituto Rio Branco, atendeu os cursos de Aperfeiçoamento Diplomático (CAD) e de Altos Estudos (CAE), tendo defendido, neste último, a tese intitulada "O Brasil e a febre aftosa na América do Sul: um chamado concreto à liderança."

O diplomata indicado tornou-se Primeiro-Secretário em 1989; Conselheiro, em 1996; Ministro de Segunda Classe, em 2005; e Ministro de Primeira Classe, em 2014. Todas as promoções foram por merecimento.

Ao longo de sua carreira, desempenhou diversas funções. Merecem destaque as de Segundo e Primeiro Secretário na Embaixada em Ottawa (1989-1993); Conselheiro na Embaixada em Washington (1997-2001); Conselheiro e Encarregado de Negócios na Embaixada em Montevidéu (2001-2003); Conselheiro na Embaixada em La Paz (2003-2005); Coordenador-Geral de Ensino e Diretor-Geral Adjunto do Instituto Rio Branco (2005-2007); Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios na Missão junto à CEE, em Bruxelas (2007-2010); Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios na Missão junto à UE, em Bruxelas (2010-2013); Chefe de delegação na III Reunião do Conselho de Governadores da Fundação EU-LAC, em Bruxelas (2012); Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios na Embaixada em Roma (2013-2014); Assessor Especial da Secretaria-Geral das Relações Exteriores (2014-2016); Coordenador-Geral do Grupo de Trabalho de Organização de Eventos (2015-2016); e Diretor do Departamento da África, de 2016 até o presente.

Foi chefe de delegação ainda de diversas e importantes missões brasileiras ao longo de sua profícua carreira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Sr. Luís Henrique Sobreira Lopes fez jus a importantes condecorações, a saber: Ordem Alauíta, do Marrocos, grau de Cavaleiro; Ordem de Isabel, a Católica, da Espanha, grau de Cavaleiro; Insígnia da Ordem da Águia Azteca, do México; Ordem do Infante Dom Henrique, de Portugal, grau de Oficial; Ordem Nacional do Mérito, da França, grau de Cavaleiro; Ordem de Rio Branco, do Brasil, grau de Cavaleiro; Ordem ao Mérito da República, da Itália, grau de Oficial; Ordem Militar de Cristo, de Portugal, grau de Cavaleiro; Ordem do Mérito Federal, da Alemanha, grau de Oficial; Ordem do Mérito Aeronáutico, do Brasil, grau de Oficial; Ordem da Rosa Branca, da Finlândia, grau de Comendador; e Medalha Mérito Tamandaré, do Brasil.

Ainda em observância às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República da Coreia, o qual informa acerca das relações bilaterais com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos do país, suas políticas interna e externa, e economia.

A República da Coreia tem superfície de 99.678km² e população de 50,3 milhões de habitantes. Seu produto interno bruto calculado em poder de compra em 2016 ficou em US$1,87 trilhão. O que lhe confere renda *per capita* em poder de compra de US$36,53 mil. Seu índice de desenvolvimento humano está em 0,901, o que a coloca em 18º lugar entre 188 países. Ainda nessa síntese socioeconômica, registre-se que a expectativa de vida naquele país é de 82,1 anos e que o índice de desemprego, em 2016, foi de 3,7%.

A Coreia do Sul é, hoje, um dos mais prósperos países do mundo, ocupando a 11ª posição entre as economias mundiais e quarta na Ásia. Desempenha, ademais, papel de destaque na geopolítica regional, tendo em vista sua proximidade da China, da Rússia e do Japão, além de sua fronteira terrestre com a Coreia do Norte. As constantes tensões na região, decorrentes da Guerra da Coreia (1950-1953), que dividiu a Península Coreana após o fim do domínio colonial japonês, marcam as políticas interna e externa do país.

As relações diplomáticas entre o Brasil e a Coreia do Sul (República da Coreia) foram estabelecidas em 1959. O Brasil foi o oitavo País do mundo e o primeiro latino-americano a reconhecer oficialmente o país. Por sua vez, a República da Coreia abriu, em 1962, no Rio de Janeiro, sua primeira embaixada na América Latina. Em 1965, o Brasil abriu sua embaixada em Seul.

As relações Brasil-Coreia do Sul foram progressivamente ganhando densidade com a celebração de diferentes instrumentos bilaterais: Acordo de Comércio, em 1963; Acordo Cultural, em 1966; Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda, em 1989 (alterada por Protocolo de 2015); Acordo sobre Cooperação nos Campos da Ciência e Tecnologia, em 1991; Acordo para Serviços Aéreos entre seus Respectivos Territórios e Além, em 1992; Tratado de Extradição, em 1995; Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo, em 1996;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acordo sobre Isenção de Vistos e Acordo para Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Nuclear, ambos em 2011; Acordo sobre Assistência Judiciária Mútua em Matéria Penal, em 2002; Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa, em 2006; e Acordo de Previdência Social, em 2012.

O Brasil e a Coreia do Sul mantêm diversas instâncias de diálogo bilateral: Mecanismo de Consultas Políticas; Fórum Brasil-Coreia; Comitê Consultivo Agrícola; Comissão Mista de Ciência Tecnologia e Inovação; Comitê Conjunto de Promoção de Comércio e Investimentos e Cooperação Industrial; e Mecanismo de Consultas sobre Recursos Energéticos e Minerais.

Há três grupos parlamentares dedicados à Coreia do Sul: (a) Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Coreia do Sul, criado em 1984 e presidido pelo Deputado Claudio Cajado (DEM/BA); (b) Frente Parlamentar Mista pelo Fortalecimento das Relações Brasil-Coreia do Sul, criado em 2015 e presidida pelo Deputado Raimundo de Matos (PSDB/CE); e (c) Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Coreia do Sul no Senado, criado em 2017.

Estima-se que a comunidade brasileira na Coreia do Sul seja de cerca de 1.400 pessoas. O contingente populacional de coreanos e descendentes no Brasil, estabelecidos principalmente na cidade de São Paulo, é estimado em cerca de 50 mil pessoas. O Brasil conta com a 3ª maior população coreana fora da Ásia e a 11ª no mundo. A Coreia do Sul mantém um Consulado-Geral em São Paulo (estabelecido em 1968) e, desde janeiro de 2018, um Consulado Honorário no Rio de Janeiro. O Brasil, por sua vez, mantém setor consular em sua Embaixada em Seul e dois Consulados Honorários na Coreia do Sul, ambos estabelecidos em 2011: em Busan, no Sul do país, e em Incheon, região portuária próxima à capital.

A política externa sul-coreana é marcada pela aliança político-militar com os Estados Unidos, pelas relações com os vizinhos do Nordeste Asiático (China e Japão) e pela persistência na Península Coreana de um armistício, já que tratado de paz que pusesse fim à Guerra da Coreia (1950-1953) nunca foi assinado.

Para o governo do atual Presidente, Moon Jae-in, a distensão em curso na Península Coreana representa uma grande vitória, já que tradicionalmente defende o chamado "enfoque em duas vias" para as relações intercoreanas. Para o Presidente Moon Jae-in, a continuidade das sanções em resposta às ações belicosas da República Popular Democrática da Coreia (Coreia do Norte) deve dar-se paralelamente à retomada do diálogo.

A política externa sul-coreana também se caracteriza por viés econômico voltado ao comércio internacional e à negociação de Acordos de Livre-Comércio (ALC). O país possui, atualmente, acordos com parceiros que correspondem a cerca de 76% do PIB mundial (incluindo China, Estados Unidos e União Europeia) e está em conversações para firmar pactos com Indonésia, Israel, Japão, Malásia,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

México, Conselho de Cooperação do Golfo, além de acordo trilateral Coreia-China-Japão e da Parceria Econômica Compreensiva Regional (RCEP).

A Coreia do Sul é importante parceiro comercial do Brasil na Ásia. Nos últimos anos, o intercâmbio bilateral intensificou-se significativamente, tendo atingido, em 2016 e em 2017, volume de comércio de cerca de US$8,3 bilhões. O país é o terceiro maior parceiro comercial do Brasil na Ásia, atrás apenas da China e do Japão. O Brasil, por sua vez, é o segundo maior parceiro comercial da Coreia do Sul na América Latina, após o México. Apesar do forte intercâmbio bilateral, o Brasil acumula sucessivos déficits com a Coreia do Sul – de US$2,5 bilhões em 2016 e de US$1,4 bilhão em 2017.

O Brasil tem especial interesse na obtenção de maior abertura do mercado sul-coreano para os produtos agrícolas nacionais. O Brasil é o maior fornecedor externo de frango para a Coreia do Sul, com 85% do mercado local, mas deve enfrentar crescente concorrência de terceiros países: o mercado foi reaberto para a Tailândia no fim de 2016, e as tarifas para os Estados Unidos e a União Europeia serão significativamente diminuídas, em decorrência da assinatura de acordos de livre comércio. Há interesse em exportar carne bovina e suína brasileira, mas o mercado sul-coreano permanece fechado aos produtos brasileiros em razão de barreiras sanitárias.

Estão em curso tratativas entre a Coreia do Sul e os países do Mercosul para lançamento de negociações de acordo comercial. O Diálogo Exploratório entre o Mercosul e a República da Coreia foi concluído em março de 2017. Definiram-se parâmetros para negociação de futuro acordo comercial por ocasião de visita de delegação sul-coreana a Buenos Aires.

O estoque de investimentos sul-coreanos no Brasil totaliza US$3 bilhões. Em 2017, o fluxo anual de investimentos sul-coreanos no país totalizou US$454 milhões.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste relatório.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado a V. Exª, Senador Flexa Ribeiro, pela apresentação de seu relatório, que coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, na forma do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

O item seguinte da pauta passa a ser o item 4, conforme deliberação do Plenário, por proposição de S. Exª o Senador Flexa Ribeiro.

2ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 11, de 2018

- Não terminativo -

Aprova o texto das Emendas à Convenção sobre o Regulamento Internacional para Evitar Abalroamentos no Mar, 1972, adotadas pela Resolução A.1085 (28) da 28ª Assembleia da Organização Marítima Internacional.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação.

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Flexa Ribeiro para apresentação do seu relatório.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, é submetido ao exame desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 11, de 2018, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, decorrente de Mensagem Presidencial nº 133, de 7 de abril de 2016, que encaminha o texto das Emendas à Convenção sobre o Regulamento Internacional para Evitar Abalroamentos no Mar, 1972, adotadas pela Resolução A.1085 (28) da 28ª Assembleia da Organização Marítima Internacional.

Adotadas pela Resolução A.1085 (28) da 28ª Assembleia da Organização Marítima Internacional, as referidas emendas têm como propósito adequar o novo texto da Convenção, a fim de que a realização da Auditoria de um Estado membro, no que concerne aos assuntos daquele instrumento internacional, seja efetuada observando os dispositivos do Código de Implementação dos Instrumentos da OMI (Código III), aprovado pela Resolução A.1070(28).

As emendas encontram-se no Anexo à Convenção. A regra 39 contém definições, estabelecendo que "auditoria" significa um processo sistemático, independente e documentado para obter provas da auditoria e avaliá-la objetivamente a fim de determinar o grau de cumprimento dos critérios de auditoria. O Código de Implementação significa Código de Implementação de Instrumentos da IMO (Código III), adotado pela Organização por meio da Resolução A 1070(28). Finalmente, "Padrão de Auditoria" significa o Código de Implementação.

A Regra 40 determina às Partes Contratantes utilizar os dispositivos do Código de Implementação na execução das suas obrigações e responsabilidades, contidas na Convenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Regra 41 versa sobre a verificação do cumprimento, estipulando que as Partes devem estar sujeitas a auditorias periódicas pela Organização, de acordo com o Padrão de Auditoria, a fim de verificar o cumprimento e implementação da Convenção. Atribui ao Secretário-Geral da Organização a responsabilidade pela administração do esquema de Auditoria, com base nas diretrizes elaboradas pela Organização. Também atribui responsabilidade às Partes Contratantes, de facilitar a condução da auditoria e a implementação de um programa de ação para encaminhar os resultados, com base nas diretrizes elaboradas pela Organização. Dispõe ainda que a Auditoria de todas as Partes Contratantes deve ser baseada em um cronograma geral elaborado pelo Secretário-Geral da Organização, levando em conta as diretrizes por ela elaboradas e conduzida em intervalos periódicos, sempre tendo em conta as diretrizes elaboradas pela Organização.

Análise.

A proposição não apresenta vício de constitucionalidade. Ela está de acordo com o art. 49, I, e o art. 84, VIII, ambos da Constituição Federal.

Tampouco padece de vícios quanto à sua juridicidade.

A análise sucinta das emendas a serem internalizadas no ordenamento jurídico pátrio não revela quaisquer óbices à sua aprovação pelo Congresso Nacional. O que se busca é aumentar o nível de segurança da navegação marítima, por meio da adoção de uma série de regras destinadas a prevenir a ocorrência de acidentes. É importante assinalar que desde a sua assinatura pelos Países membros, a referida Convenção recebeu várias emendas com o fito de adequá-la aos avanços da tecnologia e ao aumento do número de viagens e de embarcações.

As emendas agora propostas visam obrigar as Partes signatárias da Convenção a se submeterem a auditorias periódicas para a verificação do cumprimento das regras estabelecidas pela Convenção. Tais auditorias serão realizadas pela Organização Marítima Internacional.

Em suma, as emendas em exame buscam aperfeiçoar o arcabouço normativo aplicado à navegação marítima e, assim, torná-la mais segura em todo o mundo.

O voto. Sr. Presidente, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídica e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2018.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado a V. Exª, Senador Flexa Ribeiro, pela apresentação do relatório, que coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório e favorável ao Decreto Legislativo nº 11, de 2018, a matéria segue para a Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Próximo item.

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 6, de 2018

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal Democrática do Nepal, assinado em Brasília, em 3 de agosto de 2011.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Pela aprovação

Concedo a palavra a V. Exª, Senador Lasier Martins, para proferir o seu relatório.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente, Fernando Collor.

Srªs Senadoras e Srs. Senadores, de fato, trata do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal Democrática do Nepal, assinado em Brasília, em 3 de agosto de 2011.

Fiz um resumo bem sucinto, Sr. Presidente, do relatório, cuja análise também não é longa.

Então, são poucos artigos do Acordo, e vou ler uma ou duas frases de cada um para situar os colegas sobre o tratamento desse Acordo.

É um Acordo Básico de Cooperação Técnica que tem por objetivo promover a cooperação técnica nas áreas consideradas prioritárias pelas Partes Contratantes.

Por exemplo, o Artigo II do ato internacional em questão determina que a implementação do Acordo deverá ser feita mediante Programas Executivos, que fundamentarão ações de cooperação técnica, detalhadas em programas, projetos e atividades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já o Artigo III prevê a realização de reuniões entre representantes das Partes, para tratar de aspectos relacionados às ações de cooperação técnica.

Segundo determina o Artigo IV, caberá às Partes garantir que documentos e informações decorrentes da implementação do Acordo não sejam divulgados nem transmitidos a terceiros sem o consentimento da outra Parte.

O Artigo V garante ao pessoal enviado pela outra Parte o apoio logístico necessário à sua instalação e transporte, acesso à informação indispensável para o cumprimento de suas funções, bem como outras facilidades a serem definidas nos Programas Executivos.

O Artigo VI elenca as vantagens a serem concedidas por cada Parte signatária ao pessoal que vier a viajar de um país a outro.

O Artigo VII dispõe que o pessoal enviado de uma Parte à outra no âmbito do Acordo em apreço atuará em função do estabelecido em cada programa, projeto e atividade e estará sujeito às leis e aos regulamentos vigentes no território do país anfitrião, sem prejuízo do disposto no artigo anterior.

Os bens, equipamentos ou outros itens fornecidos por uma Parte à outra para a execução de programas, projetos e atividades no âmbito do Acordo em pauta serão isentos de taxas, impostos e demais gravames de importação e de exportação.

O Artigo IX trata da vigência do Acordo, por cinco anos, sendo automaticamente prorrogado por períodos iguais e sucessivos.

Vamos à análise.

Cuida-se aqui de relevante instrumento internacional firmado entre Brasil e Nepal a possibilitar a realização de ações de cooperação técnica em áreas consideradas prioritárias pelas Partes.

Trata-se do primeiro instrumento assinado entre os dois países no campo da cooperação técnica, que poderá incluir programas, projetos e atividades de cooperação técnica aprovadas por ambas as Partes.

Observe-se que o Artigo X, nº 2, prevê a eventual modificação do Acordo, pelo consentimento mútuo, por escrito e por via diplomática. Nesse sentido, cabe lembrar que o parágrafo único do Decreto Legislativo elaborado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados e aprovado pelo Plenário daquela Casa, que ora vem a este colegiado, sujeita à aprovação do Congresso Nacional, como de praxe, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, quaisquer atos que possam resultar em revisão do Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em suma, o instrumento internacional em exame coaduna-se, perfeitamente, com o interesse do Brasil em fomentar seu progresso econômico por meio da cooperação com outras nações em semelhante estágio de desenvolvimento, de modo a estimular o progresso técnico e o desenvolvimento sustentável de ambos os países.

Voto.

Com base no exposto, voto pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 2018, que aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Nepal, assinado em Brasília, em 3 de agosto de 2011.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Lasier Martins, pela apresentação de seu relatório, que coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação do relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores favoráveis permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 2018.

A matéria segue para a Secretaria-Geral da Mesa.

Vamos ao próximo item da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 8, de 2018

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo sobre Mandado Mercosul de Captura e Procedimentos de Entrega entre os Estados Partes do Mercosul e Estados Associados, assinado na XL Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum, realizada em Foz do Iguaçu, Paraná, em 16 de dezembro de 2010.

Autoria: Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.

Relatoria: Senadora Ana Amélia.

Relatório: Pela aprovação.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para a apresentação de seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Como Relatora.) – Sr. Presidente e caros colegas Senadores, em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que recebi um contato telefônico do Presidente do Parlamento Mercosul, Deputado Celso Russomanno, fazendo empenho sobre essa matéria.

Da mesma forma, também recebi no meu gabinete a visita dos Procuradores da República Carlos Bruno Ferreira da Silva e Denise Neves Abade. Eles apresentaram, no mês de março, um estudo sobre os impactos positivos, não só do ponto de vista jurídico, mas também técnico, desse acordo internacional no âmbito do Mercosul para acelerar a captura e a entrega de quem cometer crimes ou infringir a lei nos países integrantes do bloco.

Então, de acordo com o documento que me foi entregue, o acordo sob minha relatoria pretende acelerar a captura e a entrega de criminosos especialmente nas áreas da fronteira. E o meu Estado é bastante vulnerável nesses aspectos. Portanto, é uma atenção maior sobre isso, ampliando a segurança dos países do Mercosul.

No documento um detalhe também é que a cooperação jurídica vai exigir um maior engajamento do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos demais operadores do Direito sobre a proteção dos direitos fundamentais dos investigados, acusados e sentenciados. Eu precisava dar essa informação sobre a relevância disso.

Como farei o relatório e às 11h começa uma sessão plenária deliberativa – eu imagino –, o relatório está entregue a todos os Senadores, e eu vou direto à análise desse acordo, fazendo também a supressão de alguns itens para agilizar também a deliberação, já que temos ainda outros temas na pauta, o que ajudará também aos demais Senadores que têm relatórios.

Então, vou direto à análise.

O acordo pretende fortalecer os mecanismos de cooperação entre as partes na luta contra o crime transnacional ao estabelecer e regulamentar o Mandado Mercosul de Captura, que permitirá diminuir o tempo de tramitação dos processos de captura e entrega de pessoas que estejam sendo procuradas pela Justiça de seu país de origem e que estejam em outra nação do bloco.

Cuida-se de um acordo misto, tanto para transferência de pessoas a serem processadas (extradição) quanto de pessoas condenadas para cumprir pena, a exemplo de vários tratados de um ou de outro tipo mantidos pelo Brasil com diversos países.

Não se trata, portanto, de um acordo puramente do gênero extradição. Ele visa, sobremaneira, aparelhar o Mercosul, que se pretende um bloco de alta densidade integrativa, de instrumento mais ágil para procedimentos investigativos criminais e para execução de pena privativa de liberdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entra-se em novo estágio de acordos de cooperação em matéria penal, destinados a compor um quadro de relacionamento internacional favorável e compatível com a fluidez e rapidez que a criminalidade transnacional vem adquirindo.

Importante ressaltar que o Brasil, além dos tratados de extradição clássicos que mantém com muitos países, também já firmou alguns acordos amplos de cooperação em matéria penal, que envolvem além do pedido de pessoas investigadas, troca de todo tipo de outros elementos de investigação, como documentos e atos processuais.

O Brasil também é parte de acordos de cooperação em matéria penal, envolvendo puramente a troca de elementos de investigação e de informação entre os sistemas policiais e judiciais.

Por último, ainda nessa família de tratados, o Brasil mantém acordos para transferência de pessoas já condenadas, para cumprirem suas penas nos seus países de origem.

Desenho esse quadro para destacar que o acordo ora em apreço representa um novo patamar de normatização da entrega de pessoas sob investigação e já condenadas no âmbito dos Estados Partes e Associados do Mercosul, que se pretende mais expedito e simplificado por inserir-se numa área de integração potente.

No sistema do Mercosul, o bloco já dispõe de diversos acordos de cooperação em matéria penal. Relembrem-se, notadamente o Acordo de Extradição entre os Estados Partes do Mercosul, o Acordo de Extradição entre os Estados Partes do Mercosul e a República da Bolívia e a República do Chile, ambos de dezembro de 1998, e o Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre os Estados Partes do Mercosul, de 2004.

Aliados a tais tradicionais acordos, cite-se ainda outro relevante instrumento de cooperação em matéria penal contemplando o auxílio direto, firmado no âmbito do Mercosul: o Protocolo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais, de 1996.

Há, por fim, o Acordo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais entre os Estados Partes do Mercosul a República da Bolívia e a República do Chile, firmado em Buenos Aires em 18 de fevereiro de 2002 e promulgado em 12 de novembro de 2014. Esse instrumento do Mercosul visa a disciplinar as regras para a cooperação multilateral no âmbito do Mercosul e de dois dos Estados Associados (Bolívia e Chile) na prevenção do crime e persecução penal. E, importante salientar, seu Capítulo III reporta-se às formas de assistência judiciária possíveis, enumerando: notificação, entrega de documentos oficiais, devolução de documentos e elementos de prova, testemunho a ser colhido no Estado requerido, testemunho no Estado requerente, traslado de pessoas sujeitas a procedimento penal, salvo-conduto, localização ou identificação de pessoas, entrega de documentos, custódia e disposição de bens, autenticação de documentos, consultas e outras medidas de cooperação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao que se depreende, que o novo acordo, ora em análise, pretende erigir-se em novo paradigma para os objetivos já almejados pelos instrumentos anteriores. E verificamos que o texto transmite justamente seu caráter essencialmente operacional e de agilidade para os mecanismos de entrega de pessoas sob investigação ou condenadas, dotando-se de todas as ressalvas técnicas e políticas para esse tipo de cooperação.

No acordo em análise, com sua descrição tópica apresentada, demonstra-se incontestável o mérito da cooperação entre Estados Partes e Associados do Mercosul para a persecução criminal e cumprimento de condenação penal.

Vou mais ao final.

Foi a partir desse fenômeno que, em 2004, a União Europeia, é preciso lembrar, implementou o mandado de detenção europeu, análogo ao presente Mandado Mercosul de Captura (MMC) – então, estamos seguindo o modelo pré-existente na União Europeia – que veio a substituir diversos procedimentos extradicionais daquele bloco.

Depois de mais de dez anos de sua vigência, o mandado de detenção europeu (European Arrest Warrant – EAW) vem obtendo avaliações positivas, sem embargo de algumas críticas. O tempo médio de entrega de uma pessoa procurada para responder a processo judicial ou cumprir pena privativa de liberdade na União Europeia caiu de cerca de um ano para 48 dias.

A exemplo da União Europeia, vieram instrumentos similares na Comunidade do Caribe (Caricom) e no Sistema de Integração Centroamericana (Sica) e o Mandado Mercosul de Captura, que ora analisamos.

Vou à p. 13.

Em um exame simplificado, verifica-se que os Estados Partes e Associados do Mercosul adotaram neste Acordo sobre Mandado Mercosul de Captura e Procedimentos de Entrega uma abordagem cautelosa e incremental, de forma a acomodar possíveis conflitos do novo instrumento com as práticas e legislações penais nacionais, o que não impedirá que ele se aprofunde e se alargue à medida que o processo de integração se aperfeiçoe.

Vale dizer que essa posição cuidadosa decorre inclusive de uma reflexão sobre a experiência europeia, em que, em alguns aspectos, houve a banalização do uso do instituto, ao contemplar crimes menores, que deveriam ser objeto de outras medidas de cooperação.

Por todas essas virtudes, mostra-se, com clareza, a pertinência do Acordo em tela para integrar o arcabouço normativo do Mercosul. Ademais de aperfeiçoar institucionalmente o bloco, contribui sobremaneira para o combate à criminalidade, ao, como vimos, dotar-se das mais modernas técnicas de cooperação em matéria penal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voto.

Ante todo o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 2018.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senadora Ana Amélia, pela apresentação do relatório, que coloco agora em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 2018.

A matéria segue à Secretaria-Geral da Mesa.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Com a palavra, pela ordem, S. Exª o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu solicitaria uma inversão de pauta, de modo que o item 6 pudesse ser lido agora. Eu contei, desde já, com a compreensão do nobre Senador Antonio Anastasia, que é o Relator de três matérias que teriam agora, pela ordem, a preferência.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Perfeitamente.

Submeto à deliberação do Plenário a inversão de pauta de acordo com o que foi solicitado por S. Exª o Senador Armando Monteiro.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Logo em seguida, por permuta já acordada entre S. Exª o Senador Jorge Viana e S. Exª o Senador Antonio Anastasia, o item extrapauta aprovado nesta reunião, de autoria de S. Exª o Senador Jorge Viana, passa a ser o próximo item depois daquele relatado por S. Exª o Senador Armando Monteiro, que tem agora a palavra.

ITEM 6

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 19, de 2018

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e a República da Colômbia, assinado em Bogotá, em 9 de outubro de 2015.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Relatoria: Senador Armando Monteiro.

Relatório: Pela aprovação.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, trata-se da mensagem do Executivo que submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia, assinado em Bogotá, em 9 de outubro de 2015.

Sr. Presidente, eu tenho a satisfação de registrar que esse acordo foi assinado à época em que ocupava o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Creio que é um instrumento muito importante para a dinamização das nossas relações, especialmente para a ampliação dos fluxos de investimento e de comércio entre os dois países.

Sabem V. Exª e os nossos colegas que o comércio com a Colômbia vem sendo incrementado. Nós temos já uma corrente de comércio expressiva, e os fluxos de investimento também vêm crescendo. Por exemplo, no período de 2013 a 2017, a Colômbia investiu quase US$600 milhões no Brasil, seja em setores expressivos como a fabricação de resinas, seja na área de extração de petróleo e gás, seja em fábricas de tubos e acessórios de material plástico.

Conforme destaca a Exposição de Motivos, o Protocolo em apreço foi negociado em consultas com o setor privado, representando, portanto, um novo modelo de acordo de investimentos.

Essa nova geração de acordos, Sr. Presidente, está assentada sobre três pilares: mitigação de riscos; governança institucional e agendas temáticas para cooperação e facilitação dos investimentos.

O acordo em tela prevê diversas medidas destinas à redução da exposição do investidor a riscos, evitando consequentemente a configuração de situações que possam conduzir a uma controvérsia entre investidor e Estado receptor.

Diferentemente das demais versões do ACFI, o acordo assinado com a Colômbia inclui um compromisso das Partes visando à prevenção e combate à corrupção, lavagem de dinheiro e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

financiamento do terrorismo, bem como artigo sobre meio ambiente, saúde e legislação trabalhista. Este último artigo tem por intuito evitar que as partes estimulem o investimento por meio da redução de padrões de legislação trabalhista, ambiental, de saúde e de segurança nacional.

A proposta possui como um de seus principais elementos o estabelecimento de pontos focais, ou *ombudsmen*, em cada Estado Parte, além da criação de um Comitê Conjunto com diversas competências. Essas instâncias podem ser consideradas o núcleo institucional do acordo, pois garantem a concretização dos compromissos firmados e contribuem para o fortalecimento do diálogo entre as partes em matéria de investimentos.

Com respeito ao mecanismo de arbitragem entre Estados, assim como o instrumento que foi recentemente assinado com o México, o texto negociado com a Colômbia contém normas procedimentais detalhadas para a condução da arbitragem. As partes poderão constituir um tribunal arbitral específico para a controvérsia ou optar, de comum acordo, por submetê-la a uma instituição arbitral permanente ou a outro mecanismo para solução de controvérsias. Em qualquer hipótese, deverão ser observadas as regras de designação de árbitros, prazos, deliberação, indenização e custos processuais.

Esse acordo também integra a previsão para o estabelecimento de agendas de cooperação e facilitação de investimentos em áreas com potencial para o fomento de um ambiente mais dinâmico e se constitui um elemento estratégico para o maior adensamento das relações entre o Mercosul e os países da Aliança do Pacífico.

O texto, portanto, negociado com a Colômbia inclui agendas específicas de cooperação para promoção de alianças estratégicas visando à estruturação de cadeias produtivas, além de agenda sobre investimentos em logística e transporte. Espera-se, assim, obter resultados concretos para melhoria de condições de realização de negócios na região.

Em suma, o instrumento em exame coaduna-se, perfeitamente, com o interesse do Brasil em estimular a cooperação e o desenvolvimento das relações econômicas entre esses dois blocos.

Portanto, Sr. Presidente, com base no exposto, voto pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 19, que aprova o texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia

Era esse, Sr. Presidente, o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Armando Monteiro, que acaba de apresentar o seu relatório referente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 19, que coloco agora em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 2018.

A matéria segue para a Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

O próximo item, conforme já anunciado, em permuta feita entre S. Exªs o Senador Jorge Viana e o Senador Antonio Anastasia, passa a ser o item extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 9

MENSAGEM (SF) Nº 15, de 2018

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Sr. Claudio Frederico de Matos Arruda, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Pronto para deliberação.

Passo a palavra a V. Exª, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero agradecer ao Senador Anastasia pela contribuição, já que tenho uma audiência agora às 11h30 e é muito importante poder fazer a leitura, como foi acordada e também aprovada pelo Plenário. Eu farei a leitura desse relatório e de um requerimento também. Obviamente que as duas matérias serão discutidas e passarão por deliberação quando oportunamente V. Exª agendar nesta Comissão.

Passo à leitura do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente, que é o caso.

Nesse sentido, esta Casa legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor Claudio Frederico de Matos Arruda, conhecido como Fred Arruda, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.

O indicado nasceu em 20 de setembro de 1957, no mesmo dia em que eu, dois anos antes. Também sou do dia 20 de setembro. Nasceu em Fortaleza. Formou-se em Economia pela Universidade de Brasília em 1979 e ingressou no Curso de Preparação à Carreira Diplomática em 1980. Foi aprovado no Curso de Aperfeiçoamento Diplomático, em 1987.

Acho que agora vou pedir para ele comemorar os dois aniversários e eu me incluir, se ele for aprovado e estiver Embaixador. É muito mais econômico.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Tem que ser no Rio Grande, porque é 20 de setembro.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu sou de 20 de setembro e ele também.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E 20 de setembro é a data da Farroupilha. A data gaúcha.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Poxa vida! É, mas o nosso vínculo com o Rio Grande é sempre muito grande...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A nossa data nacional.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... por conta do Plácido de Castro, nosso herói e herói da Pátria também.

Em 2004, foi aprovado no Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco. E, veja, eu faço aqui uma ressalva e depois, no final do meu relatório, voltarei a esse tema. A tese apresentada pelo Diplomata Claudio Frederico de Matos Arruda é "O Senado Federal e as relações exteriores". Então, eu destaco porque, de fato, ele tem uma aproximação, por conta do seu trabalho, com o papel do Senado, ou do Parlamento, para ser mais exato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tornou-se 3º Secretário, em 1981; 2º Secretário, em 1985; e 1º Secretário, em 1991. Foi promovido a Conselheiro, em 1997, a Ministro de Segunda Classe, em 2006 e a Ministro de Primeira Classe, em 2010, todas as promoções por merecimento.

Entre as funções que desempenhou, ele atuou no Ministério das Relações Exteriores, bem como em outros órgãos governamentais em Brasília, destacam-se as de Assistente na Divisão de Produtos de Base do Itamaraty (1981-1985); Chefe da Assessoria para Assuntos Parlamentares – e aqui já destaco – do Gabinete do Ministro da Justiça (1991-1992); Coordenador Executivo do Departamento do Serviço Exterior do Itamaraty (1992); Assessor do Secretário-Geral das Relações Exteriores (1996); Chefe do Cerimonial da Presidência do Senado Federal (1997-2001), sob a Presidência do Senador Antonio Carlos Magalhães; Assessor Técnico da Presidência da Câmara dos Deputados (2009-2010), sob a Presidência do então Deputado Federal Michel Temer; Chefe da Assessoria Diplomática da Vice-Presidência da República (2011-2014) e, desde 2016, Assessor-Chefe da Assessoria Especial do Presidente da República.

No Exterior, o indicado serviu, entre outros postos, na Embaixada em Montevidéu (1985-1988); na Missão do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos (OEA), em Washington (1988-1991); na Delegação Permanente junto às Organizações Internacionais sediadas em Genebra (1993-1995); na Embaixada em Ottawa (2001-2004); no Consulado-Geral em Nova York, como Cônsul-Geral Adjunto (2004-2009); e Representante Permanente do Brasil junto aos Organismos Internacionais sediados em Londres, como a Organização Internacional do Café, Organização Internacional do Açúcar, Organização Internacional do Cacau, Organização Marítima Internacional, Comissão Internacional da Baleia e Organização Internacional de Comunicações Móveis via Satélite (2014-2016).

Em 2002, chefiou a delegação brasileira à Reunião do Processo de Kimberley (ONU) sobre diamantes de conflito, em Ottawa.

Tem várias condecorações, que, certamente, constam no relatório e que eu não entendo seja tão necessário apresentar.

O Ministério das Relações Exteriores anexou também à mensagem presidencial sumário executivo, do qual não acho necessário fazer a leitura, já que teremos uma sabatina, sobre o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.

Eu passaria, Sr. Presidente, então, a fazer um brevíssimo destaque, em que trago alguns posicionamentos sobre o Reino Unido.

No que diz respeito a assuntos consulares, o documento do Itamaraty registra que a comunidade brasileira no Reino Unido é estimada em cerca de 180 mil pessoas – a maior da Europa. Além do Consulado-Geral em Londres atendem ao público brasileiro quatro consulados honorários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No tocante à política interna, o principal tema são as negociações em curso para a saída do Reino Unido da União Europeia, após a decisão plebiscitária de junho de 2016, pela qual o eleitorado britânico optou, por estreita maioria (51,9%), por se retirar do bloco europeu. Uma vez concluídas as negociações, terá início o período no qual o Reino Unido já não mais será formalmente membro da União Europeia. Contudo, está acordado que, durante esse período, continuará a vigorar no país a normativa comunitária, bem como os acordos concluídos com terceiros países. Assim, será assegurada estabilidade no campo das relações comerciais e econômicas, embora, juridicamente, o Reino Unido não mais tenha voz nem voto nos fóruns decisórios da União Europeia.

Detentor da sexta maior economia do mundo, representando 4% do PIB global, o Reino Unido parece haver sentido o impacto da saída do bloco europeu, tendo seu PIB avançado apenas 1,7% em 2017.

Faço um último destaque. Ressalto que o Embaixador Claudio Frederico é hoje um dos diplomatas brasileiros que mais conhece sobre o Parlamento por conta do seu envolvimento tanto na Câmara como no Senado. E, além disso, em sua tese no Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, "O Senado Federal e as relações exteriores", ele explora bem como nós podemos trabalhar para intensificar, no Parlamento brasileiro, a política externa.

Diante do exposto, estimo que os integrantes desta Comissão possuem elementos, após a leitura do relatório que apresento oralmente neste momento, para deliberar sobre a indicação presidencial.

É este o meu relatório, Sr. Presidente.

Agradeço por ter feito a leitura nesta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Jorge Viana, pela apresentação do seu relatório, que coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Passo a palavra a V. Exª para leitura do seu requerimento.

EXTRAPAUTA

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 16, de 2018

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, o encaminhamento de voto de solidariedade ao povo e ao Governo do México, em razão das recentes notícias sobre a decisão do Presidente dos Estados Unidos da América, Donald Trump, de concretizar a construção de um muro ao longo da fronteira de seu país com o México.

Autoria: Senador Jorge Viana

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente, volto a repetir: esse requerimento que apresento é uma sugestão do nosso ex-colega Senador Eduardo Suplicy.

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal o encaminhamento de voto de solidariedade ao povo e ao Governo mexicano em razão das recentes notícias sobre a decisão do Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de concretizar a construção de um muro ao longo da fronteira do seu país com o México.

O Presidente Trump enviou mensagem ao Congresso no dia 5 de janeiro de 2018 pedindo US$18 bilhões para a construção de um muro na fronteira com o México. Ele também pediu verba para a contratação de 10 mil agentes imigratórios e outros serviços de tecnologia, totalizando US$33 bilhões ao longo de dez anos para ações de segurança na fronteira.

Ao mesmo tempo em que propomos o presente voto de solidariedade, pedimos para que todas as nações da América Latina e Caribe, assim como Canadá, exerçam uma ação solidária, unindo os respectivos Congressos Nacionais e Governos ao México para também se posicionarem solidariamente contra a construção do muro. Esse muro irá segregar ainda mais os povos dos dois países e representa ação contrária ao espírito de união e de solidariedade aos povos da América Latina.

Nos termos regimentais, após a sua aprovação, requeiro, em nome do Senado Federal da República Federativa do Brasil, o encaminhamento do presente voto de solidariedade aos Estados Unidos Mexicanos para a sua devida ciência e publicidade.

Obrigado.

É esse o meu relatório, o qual peço que, no momento oportuno, V. Exª possa pôr em discussão em reunião futura, quando V. Exª entender pertinente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado pela apresentação de seu relatório, Senador Jorge Viana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peço à Secretaria da Mesa que coloque na pauta da nossa próxima reunião para discussão e deliberação.

Passando agora aos itens seguintes, nós temos três itens que têm como Relator S. Exª o Senador Antonio Anastasia.

Quanto a esses três itens, coloco, sob a aquiescência de V. Exª, se não poderiam ser apreciados em conjunto. Eu farei a leitura dos três e V. Exª, Senador Antonio Anastasia, decidirá conforme lhe parecer mais conveniente.

ITEM 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 13, de 2018

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália, assinado em Brasília, em 21 de abril de 2010.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Relatoria: Senador Antonio Anastasia.

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 26, de 2018

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos Mexicanos, assinado na Cidade do México, em 26 de maio de 2015.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Relatoria: Senador Antonio Anastasia.

Relatório: Pela aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 27, de 2018

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, com relação a Curaçao, Referente a Transporte Aéreo entre Brasil e Curaçao, celebrado em Brasília, em 3 de dezembro de 2013.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Relatoria: Senador Antonio Anastasia.

Relatório: Pela aprovação.

Concedo a palavra a V. Exª, Senador Antonio Anastasia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, agradecendo a delicadeza do nosso colega Antonio Anastasia, que é sempre de uma atenção e de uma cordialidade com os colegas extraordinária, eu gostaria de dizer que havia combinado com S. Exª, que tem três relatorias seguidas, conforme V. Exª acaba de apregoar, de fazer duas referências – e V. Exª é parte também desse processo. A primeira delas é sobre a visita da comitiva do Parlamento australiano, nesta semana, na terça-feira ao Senado Federal.

Na condição de Presidente do Grupo Parlamentar Brasil/Austrália, tive a honra de recepcionar, durante essa visita, os integrantes – seis Deputados e seis Senadores –, liderados pelo Senador Scott Ryan, que é o atual Presidente do Senado da Austrália, e acompanhados pelo Embaixador John Richardson.

Eu os recebi num almoço no Senado Federal. Posteriormente, estivemos no seu gabinete, numa visita em que a cordialidade foi extraordinária, o seu conhecimento, a forma como acolheu todos os integrantes da comitiva australiana. Posteriormente, o Presidente do Senado, Senador Eunício Oliveira, da mesma forma, no gabinete da Presidência, recebeu a comitiva australiana, e ali foram reafirmados, num verdadeiro exercício da chamada diplomacia parlamentar, os interesses bilaterais para o estreitamento das relações de dois países que, mesmo distantes, têm muito em comum em vários temas, especialmente os temas relacionados ao fortalecimento da democracia, ao respeito às

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

instituições, às questões da educação, da inclusão, do desenvolvimento econômico e também áreas em que a Austrália pode representar para o Brasil grande interesse.

Levei-os também a conhecer o plenário da Câmara – eles estiveram no plenário do Senado Federal –, e eles ficaram muito bem impressionados com a beleza do nosso Parlamento, do nosso Senado. Eu, particularmente, conheço o congresso australiano, na capital Camberra, e há um detalhe: no nosso plenário, a luz é artificial; no caso da Austrália, é luz natural. E é curioso notar que há sobre a cadeira da rainha, que tem assento no parlamento, uma claraboia pela qual a luz natural ilumina a cadeira. É muito interessante. E a cidade de Camberra é muito parecida com Brasília, porque é uma cidade que fica em um descampado, eu diria; então, o clima é parecido com o de Brasília, é um clima seco, e é muito semelhante a Brasília também por ser uma cidade nova a capital australiana.

De qualquer modo, então, eu queria agradecer a V. Exª pela forma como recebeu essa comitiva. Eles gostaram muito e reafirmaram o agradecimento. Vale registrar que eles só escolheram dois países para visitar na América Latina, que foram precisamente o Brasil e o Chile, de onde partiriam depois em seu retorno à Austrália. Então, agradeço a V. Exª por essa cordialidade a essa comitiva que foi tão bem sucedida na visita aqui.

Também preciso mencionar, Presidente, ao ensejo de o Senador Anastasia hoje estar embarcando na comitiva do Presidente Eunício Oliveira para uma visita oficial ao Senado do Japão, que eu tive a honra de liderar uma comitiva brasileira de Parlamentares, composta por seis Deputados Federais de vários Estados, de vários partidos, a convite do governo japonês, em uma visita àquele país na primeira semana de dezembro de 2017. E foi uma visita extremamente produtiva.

Nós estivemos em Tóquio, onde fomos recebidos pelo príncipe herdeiro. Nós tivemos contato com as principais autoridades japonesas, dando uma visão da realidade na Ásia. Os japoneses têm muita preocupação, no caso do comércio internacional, com a China, que está avançando fortemente em todas as regiões do Planeta, e também com a questão da paz na região em relação à Coreia do Norte e os eventuais riscos futuros que possam advir de um eventual conflito armado. E isso porque o Japão fica no centro desses conflitos.

Então, fomos recebidos lá em um programa extraordinariamente competente. Depois estivemos em Nagoia, onde fomos recebidos pela representação brasileira em Nagoia, pelo pessoal do nosso consulado, e, em Tóquio, pelo Embaixador André Corrêa do Lago, que nos recebeu cordialmente também na Embaixada.

Integraram essa comitiva os Deputados Adilton Sachetti (PRB-MT), Geraldo Resende (PSDB-MS), Rômulo Gouveia (PSD-PB), Vitor Lippi (PSDB-SP), Laercio Oliveira (PP-SE), Vanderlei Macris (PSDB-SP) e a Srª Mirella Suzuki, que é do gabinete da Deputada Keiko Ota.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estivemos, também em Nagoia, em visita a uma escola pública em que brasileiros estudam. Nagoia é o lugar onde mais brasileiros estão trabalhando. E, depois, fomos a Hiroshima conhecer o museu, eu diria, do Holocausto, da bomba atômica, daquelas cenas muito impressionantes, e falamos com uma sobrevivente de Hiroshima, uma senhora de 88 anos. Ainda visitamos a Ilha de Miyajima, que é um lugar de templos milenares que tem o Japão.

Eu queria dizer que o Embaixador Akira Yamada, do Japão, que esteve ontem nesse almoço que eu ofereci junto com os Parlamentares, acompanhado do Ministro Kazuhiro Fujimura, do Secretário Kazuu Wakaeda e de Roberto Jaimmy, que é o intérprete, é do programa Juntos!, que é o programa que o Japão faz com outros países para a integração. Eles ponderaram que estão muito felizes pelo fato de o Brasil ter dado voto favorável a que Osaka seja sede da Expo 2025 – a próxima vai ser em Dubai em 2020. Então, para 2025, Osaka é candidata e o Brasil já deu seu apoio. Porém, o voto brasileiro não será considerado porque o Brasil está em débito com o Bureau Internacional de Exposições. É uma dívida de 100 mil euros e, sem esse pagamento, Presidente... É lamentável, não é esse o primeiro caso que temos em organismos internacionais. Então, sem esse pagamento, o voto não terá validade, e isso precisa ser feito, esse pagamento, até meados deste ano, previamente à votação. Então, estamos diante desse dilema. O esforço de trabalhar pela diplomacia parlamentar esbarra nessas circunstâncias burocráticas e financeiras. Seria muito importante que fosse resolvida essa questão. É um pedido, um apelo que a gente faz em nome da relação com o Japão: o pagamento dessa dívida que o Brasil tem.

Então, é preciso que o Congresso brasileiro aprove a lei que regulamenta a implementação da convenção sobre exposições internacionais, essa convenção do Bureau. Tem que aprovar o Congresso. O projeto ainda está em estudo pelo Governo, pelo Poder Executivo, e não foi encaminhado ao Congresso. Esse é o primeiro ponto.

O segundo é pagar essa contribuição, como eu disse. Nós estamos correndo contra o tempo, porque terá que acontecer antes do final deste ano essa votação.

É um apelo que faço em nome dos interesses bilaterais Brasil e Japão, precisamente para atender essa visita que farão. Já transfiro ao Senador Anastasia, junto ao Presidente do Senado, porque esse tema, possivelmente, está na agenda também, nos contatos oficiais que terá a comitiva brasileira no Japão.

Agradeço a V. Exª mais uma vez em relação à comitiva da Austrália e às providências eventuais que possamos tomar em relação a isso.

O Japão, com Osaka, disputou com a Rússia e o Azerbaijão a sede da Expo 2025.

Muito obrigada, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, Senador Anastasia.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senadora Ana Amélia.

Meus cumprimentos a V. Exª, como Presidente do Grupo de Amizade Parlamentar Brasil-Austrália, pela proficiência com que V. Exª sempre se há nessas empreitadas difíceis, trabalhosas, mas muito agradáveis e muito recompensadoras, de recepcionar delegações que nos visitam. Realmente, foi uma delegação de alto nível que nos visitou representando o Parlamento australiano e que teve em V. Exª o apoio indispensável para que saíssem daqui com impressão extremamente favorável sobre o funcionamento do nosso Congresso, sobre a democracia brasileira e, sobretudo, em relação ao reforço nas nossas relações bilaterais.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É importante destacar, Presidente, aproveitando o gancho...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Por favor.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... o apoio que o Senado e as suas instituições – segurança, apoio cerimonial – ofereceram, especialmente o Ministério das Relações Exteriores, pela sua relação com a Embaixada da Austrália no Brasil. Então, reforço esse agradecimento.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Perfeitamente; agradecimento que também fazemos, em nome da Comissão de Relações Exteriores, aos bons préstimos sempre do Gabinete de S. Exª o Presidente desta Casa, Senador Eunício Oliveira, e do Ministério das Relações Exteriores.

Ao mesmo tempo, em relação à solicitação que faz V. Exª no que diz respeito à Expo 2025, em Osaka, no Japão, no que tange a essa dívida de um montante extremamente baixo diante dos outros débitos que o Brasil tem junto a organismos internacionais, eu gostaria de sugerir que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal endossasse a solicitação de V. Exª e oficiasse essa solicitação a quem de direito; no caso, ao Ministro das Relações Exteriores, ou melhor, ao Presidente da República – começando pelo Presidente da República – e ao Ministério das Relações Exteriores, para que o Presidente da República determine ao Ministério do Planejamento que encontre uma dotação orçamentária para fazer o cumprimento desta, que é uma obrigação de um país como o Brasil, que, exercendo o multilateralismo e fazendo parte de vários organismos internacionais, tem no *soft power* que exerce a sua grande força. E o *soft power* necessita, pelo menos, da quitação dessas dívidas que o País tem em relação a esses organismos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Fica, portanto, endossado pela Comissão de Relações Exteriores.

Vamos providenciar o ofício a S. Exªs.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito importante, Sr. Presidente. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senadora Ana Amélia.

Agora, passo a palavra a S. Exª o Senador Antonio Anastasia, Relator do Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 2018, do Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 2018, e do Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2018, para apresentar o seu relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores.

Como V. Exª apregoou, os três itens têm o mesmo objeto, na medida em que tratam todos eles de projetos de decreto legislativo que versam sobre acordos aéreos entre o Brasil e as nações especificadas.

O primeiro deles trata de Acordo de Serviços Aéreos entre o Brasil e a Austrália, assinado em 2010.

O documento esclarece que o acordo "tem o fito de incrementar os laços de amizade, entendimento e cooperação entre os dois países signatários, consequências esperadas do estabelecimento de um marco legal para a operação de serviços aéreos entre os territórios de Brasil e Austrália", o que ainda não temos de modo direto.

O texto ministerial registra, também, que o referido ato internacional – composto de preâmbulo e 24 artigos – contribuirá "para o adensamento das relações bilaterais nas esferas do comércio, do turismo, da cooperação, entre outras", entre Brasil e Austrália, e determina de fato que há o interesse das partes para contribuir para o progresso da aviação civil internacional.

O relatório descreve esses 24 artigos.

Não houve emendas no prazo regimental, e o projeto já foi aprovado na Câmara dos Deputados, vindo, então, a esta Comissão.

No caso desse projeto, portanto, inexistem vícios no que diz respeito à juridicidade. Não há também vícios de constitucionalidade sobre a proposição, uma vez que se observa o disposto na Constituição Federal, especialmente no art. 49, inciso I, e no art. 84, inciso VIII, da nossa Carta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação ao Texto Constitucional, o tratado em análise enquadra-se, de tal ou qual maneira, no comando que estabelece que o Brasil rege as relações internacionais pelo princípio da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

Tendo em vista essa observação, esse tratado visa a ampliar a estrutura jurídica atinente ao serviço de transporte aéreo entre as Partes, para facilitar a continuação da relação mutualmente benéfica.

Nesse sentido, é válido registrar que os maiores favorecidos por esse acordo entre Brasil e Austrália serão os usuários de transporte público por aeronaves de passageiros, bagagem, carga e mala postal. E essa circunstância há, por si só, de incrementar a economia, o comércio e o turismo entre as partes.

Nesse caso, em relação ao Decreto Legislativo nº 13, de 2018, nosso voto é exatamente favorável, tendo em vista ser o Decreto conveniente e oportuno aos interesses nacionais e igualmente constitucional, jurídico e regimental.

O item... Nós vamos apresentar, se V. Exª, pelo que percebi... Em bloco os três? Ou V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Como V. Exª julgar conveniente.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Parece-me que seria, se V. Exª estiver de acordo, em bloco, porque os temas são os mesmos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Perfeitamente.

Muito obrigado a V. Exª.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Eu que agradeço a V. Exª.

O próximo item é o 7. Também se trata de um projeto de decreto legislativo, esse de nº 26, que tem por objeto o acordo de serviços aéreos entre o Brasil e os Estados Unidos Mexicanos, assinado em 26 de maio de 2015.

O Poder Executivo encaminhou às Casas legislativas a Mensagem nº 574, solicitando a apreciação desse acordo com o México.

Cuida-se de um acordo internacional bilateral sobre aviação, fundamentado principalmente em duas vertentes: estabelecer as bases para os direitos das companhias aéreas dos dois países de sobrevoar e fazer escalas de voos internacionais, para embarcar e desembarcar passageiros, cargas e malas postais, e o tratamento das questões administrativas, financeiras e tributárias incidentes, entre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as quais as de compensação de dívidas fiscais incidentes nas operações de conversão e remessa de receitas.

Traz ainda as obrigações relativas à segurança das operações aeroviárias.

Nesse caso, o acordo é composto de 26 artigos, além do preâmbulo, e o relatório faz a especificação do conteúdo de cada um.

Na análise, nós temos que o acordo em tela, ao promover um melhor ordenamento dos serviços de transporte aéreo entre os dois países, favorece um maior intercâmbio e estreita nossos laços bilaterais. O objetivo de acordos desse tipo tem sido, em múltiplas frentes, ordenar os serviços de transportes aéreos, de forma a trazer benefícios nos campos do comércio e turismo. A conclusão do acordo, segundo o Itamaraty, deverá contribuir para a intensificação dos fluxos comerciais de cargas e passageiros entre o Brasil e México que já existem. É sabido o interesse que o Brasil tem em incrementar a integração e o intercâmbio no âmbito da América Latina.

O acordo com o México, que ora apreciamos, segue o paradigma do acordo-modelo de serviços aéreos da Organização da Aviação Civil Internacional e de diversos outros instrumentos de mesma natureza que o Brasil tem concluído nos últimos anos, seja atualizando acordos vigentes, seja estabelecendo um regime convencional com Estados ainda não contemplados por enlaces bilaterais.

De maneira geral, tais acordos disciplinam os serviços aéreos internacionais entre os territórios das partes, estabelecendo uma série de provisões operacionais.

Nesse caso, o acordo entre Brasil e México alinha-se com a modalidade de acordos de serviços aéreos do tipo "céus abertos", aliás, como aprovamos recentemente com os Estados Unidos da América, com a previsão de liberdade tarifária e flexibilidade na definição do número e trajeto de voos semanais para as empresas aéreas contempladas dentro de um quadro de rotas que deverá ser definido pela Anac e pela respectiva autoridade aeronáutica mexicana.

No campo da segurança operacional e da segurança da aviação, o acordo estipula como piso os requisitos mínimos estabelecidos pela OACI, a organização internacional, definindo um conjunto de procedimentos de consultas mútuas e inspeções de avaliação, de modo a garantir o cumprimento efetivo dos protocolos de segurança.

Não obstante a previsão da múltipla designação de empresas aéreas, as partes não se olvidaram de assegurar igualdade de oportunidade e justiça, para que as empresas aéreas designadas operem seus serviços nas rotas especificadas em condições de igualdade.

Resta salientar que o presente acordo pode contribuir muito para maior integração e para multiplicar o intercâmbio comercial e de passageiros entre Brasil e México e terceiros países, o que, ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cabo, favorece nossos interesses de maior flexibilidade e liberdade de fluxo de turistas para o Brasil e de cidadãos e bens brasileiros para o exterior.

Esse acordo, como disse, com seus 26 artigos e um Anexo, tem também um Quadro de Rotas e apresenta boa solução técnica, dentro dos cânones do Direito Internacional, além de ser constitucional e conveniente aos interesses internacionais.

Igualmente, nesse caso, Sr. Presidente, nosso parecer é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 26.

E, por derradeiro, o Projeto de Decreto Legislativo nº 27, como V. Exª apregoou, que trata do mesmo acordo, com mesma natureza, entre o Brasil e o Reino dos Países Baixos, mas com relação, em especial, a Curaçao, o qual foi celebrado em 3 de dezembro de 2013.

De acordo com os termos da exposição de motivos, assinada pelos Ministros respectivos da área, esse acordo tem o propósito de incrementar os laços de amizade, entendimento e cooperação entre os dois países signatários, que certamente contribuirão para o adensamento das relações bilaterais nas esferas do comércio, do turismo, da cooperação, entre outras.

Esse projeto, nº 27, aprova o referido tratado, que conta com 23 artigos e um Anexo, porém condiciona à nova aprovação do Congresso Nacional "quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional".

Não foram oferecidas emendas à semelhança dos outros dois.

Análise.

A proposição não apresenta vício de constitucionalidade, estando de acordo com o art. 49, I, e com o art. 84, VIII, ambos da Constituição Federal.

Não há vícios quanto à juridicidade.

A seguir, há o rol de cada um desses artigos que compõem os 23 artigos, que tratam basicamente de direitos conferidos pelas partes às empresas aéreas por elas designados, para operar serviços aéreos internacionais nas rotas especificadas.

Da mesma forma, o acordo tem por objeto a segurança operacional entre as partes, estabelecendo procedimentos de realização de consultas; da mesma forma, a proteção da segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita; da mesma forma, artigos que tratam das tarifas aeronáuticas e de direitos alfandegários e que tratam das oportunidades comerciais a serem bilateralmente facilitadas. Da mesma forma, ele dispõe sobre as políticas e práticas sobre a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concorrência ou modificações respectivas, identificando as autoridades responsáveis por sua aplicação.

O acordo determina ainda que as partes signatárias determinem a frequência e a capacidade de serviço de transporte aéreo internacional entre as partes a ser ofertada; da mesma forma, a previsão de horários de voos das empresas aéreas designadas.

Desse modo, trata, de modo geral, das cláusulas de praxe determinadas pela Organização Internacional da Aviação Civil, como também das regras de registro nesse organismo, vigência e denúncia.

Ainda consta o Quadro de rotas a serem operadas pelas empresas aéreas designadas pelas partes.

Portanto, por tudo isso, Sr. Presidente, o tratado em análise segue os padrões de tratados congêneres e possui a virtude de intensificar relações turísticas e comerciais, bem como garantir a segurança necessária aos serviços aéreos internacionais.

Desse modo, no voto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 27, à semelhança dos anteriores.

São os pareceres, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Antonio Anastasia, pelo seu exaustivo trabalho na questão dos acordos sobre serviços aéreos, que V. Exª vem relatando nesta Comissão.

Coloco agora em discussão os relatórios apresentados por S. Exª o Senador Antonio Anastasia, respectivamente, Projeto de Decreto Legislativo nº 13, de 2018, Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 2018, Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2018.

Em discussão os relatórios apresentados por S. Exª. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação os respectivos relatórios já aqui anunciados.

As Srªs e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os relatórios, favoráveis ao Projeto de Decreto Legislativo nº 13, ao Projeto de Decreto Legislativo nº 26 e ao Projeto de Decreto Legislativo nº 27, todos eles de 2018.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado a V. Exª, Senador Antonio Anastasia.

Passamos agora aos itens extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 10

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 11, de 2018

- Não terminativo -

Institui o Grupo Parlamentar de Amizade Brasil/Reino da Arábia Saudita.

Autoria: Senador Fernando Collor.

Relatoria: Senadora Ana Amélia.

Designo S. Exª a Senadora Ana Amélia para relatar a matéria.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Como Relatora.) – Eu o farei, Presidente, mas é que havia tantos documentos aqui comigo. Eu estava não só com o relatório que fiz a respeito do acordo Mercosul para a questão da captura, mas também com o documento do grupo, por isso agora estou recebendo...

É com muito prazer que apresento este relatório, este parecer do projeto de iniciativa de V. Exª, o Projeto de Resolução do Senado, como V. Exª bem mencionou, que institui o Grupo Parlamentar de Amizade Brasil/Reino da Arábia Saudita.

Vem a esta Comissão o Projeto de Resolução do Senado nº 11, de autoria de V. Exª, Senador Fernando Collor, que institui o Grupo Parlamentar de Amizade Brasil/Reino da Arábia Saudita.

A proposição em epígrafe institui como serviço de cooperação interparlamentar o Grupo Parlamentar de Amizade Brasil/Reino da Arábia Saudita, a ser integrado por membros do Congresso Nacional que a ele livremente aderirem. Sua finalidade é incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre seus Poderes Legislativos (arts. 1º e 2º).

O art. 3º ilustra os meios pelos quais se dará a cooperação interparlamentar: visitas recíprocas; realização de seminários, simpósios, debates, conferências, estudos e encontros de natureza política, jurídica, social, tecnológica, científica, ambiental, cultural, educacional, econômica e financeira, indispensáveis à análise, à compreensão, ao encaminhamento e à solução de problemas, visando ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvimento das relações bilaterais; intercâmbio de experiências parlamentares; e outras atividades compatíveis com os objetivos do Grupo.

O art. 4º dispõe que o Grupo Parlamentar reger-se-á pelo seu regulamento interno ou, na falta desse, pela decisão da maioria absoluta de seus membros fundadores, respeitadas as disposições legais e regimentais em vigor.

A justificação do projeto ressalta que o Reino da Arábia Saudita é o principal parceiro comercial do Brasil no Oriente Médio e no norte da África, sendo o segundo maior fornecedor de petróleo ao Brasil, atrás apenas da Nigéria. Ainda, destaca o largo potencial para incremento das relações comerciais, dadas as complementaridades produtivas entre os dois países. Dessa forma, a criação do Grupo Parlamentar de Amizade certamente proporcionará uma maior integração entre os Parlamentos.

Análise.

Do ponto de vista da sua admissibilidade, o PRS nº 11, de 2018, cumpre todas as exigências. A proposição não afronta dispositivo constitucional, é compatível com as normas regimentais da Casa e atende ao requisito da juridicidade.

Ademais, o texto adota, em linhas gerais, as mesmas atribuições de grupos dessa natureza. Nesse sentido, ele não destoa da prática desta Casa no tocante à matéria.

É evidente que a atuação de grupos parlamentares formalmente compostos com o objetivo de fortalecer as relações bilaterais já existentes tem sido exitosa na prática parlamentar brasileira, possibilitando o conhecimento mútuo dos respectivos Parlamentos, a troca de experiências em matéria de soluções de problemas e de aprendizado sobre os diferentes traços culturais a caracterizar cada um dos países.

Diante disso, a formação do Grupo Parlamentar de Amizade permitirá maior interação entre membros dos Poderes Legislativos de ambos os países, incentivando também suas relações bilaterais.

Voto.

Pelo exposto, sou favorável ao Projeto de Resolução do Senado nº 11, de 2018.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senadora Ana Amélia, pela apresentação do seu relatório, que coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, favorável ao Projeto de Resolução do Senado nº 11, de 2018.

Ainda submeto à deliberação deste Plenário o Requerimento nº 14, de 2018.

EXTRAPAUTA

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA

NACIONAL Nº 14 de 2018

Nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência na tramitação do Projeto de Resolução do Senado nº 11, de 2018, que "institui o Grupo Parlamentar de Amizade Brasil/Reino da Arábia Saudita", para que se proceda à deliberação da matéria pelo Plenário desta Casa.

Autoria: Senadora Ana Amélia.

Em votação o requerimento de urgência.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria segue para a Secretaria-Geral da Mesa.

O próximo item extrapauta é um requerimento, conforme anunciado no início desta nossa reunião de hoje.

EXTRAPAUTA

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA

NACIONAL Nº 15 de 2018

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro voto de congratulações e solidariedade aos governos da República Popular Democrática da Coreia e da República da Coreia, pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

histórico encontro a ser realizado entre seus líderes no próximo dia 27 de abril de 2018, na cidade de Panmunjon, na zona desmilitarizada entre os dois países.

Autoria: Senador Fernando Collor.

Ao ensejo, desde já, reafirmamos o nosso desejo, em nome desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, de pleno êxito nas negociações a serem tratadas naquela oportunidade e, principalmente, na aproximação política entre as duas nações.

Coloco em discussão a matéria.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Para discutir, S. Exª a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Para discutir.) – Caro Presidente Fernando Collor, como jornalista, tive a oportunidade e o privilégio de ter acompanhado uma visita oficial do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso àquela região, à zona desmilitarizada, controlada pelas Nações Unidas.

Bem na fronteira dos dois países, há uma vigilância permanente militar, dos dois lados. Foi uma experiência extraordinariamente rica. E penso que, dada a circunstância em que as tensões são atenuadas... E permitiu-se isso através do esporte. Foi o encontro que, eu diria, atenuou as tensões da região. E isso é extremamente importante não apenas para aquela região do planeta, mas para todo mundo. É a possibilidade de compreendermos que é possível, sim, baixar a guarda do radicalismo e das tensões e que com o humanismo, a integração e o respeito mútuo, a despeito das divergências ideológicas, religiosas e tudo mais, pode-se conviver em paz.

Então, é realmente saudável e quero cumprimentar a V. Exª por esta iniciativa e esta manifestação formal, oficial da Comissão de Relações Exteriores. Acho que é um compromisso que nós todos temos que aplaudir e desejar êxito nesse intento de pacificação naquela região, que é tão importante para todos nós. O mundo vai sair ganhando se ela for bem sucedida.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senadora Ana Amélia, pelos seus comentários, os quais endosso plenamente e acho também que toda a Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que nós desejamos que haja no mundo é a possibilidade, pelo diálogo e pela busca de consenso, de encontrarmos bases para construir a paz. E não em um mundo conflagrado como este em que nós estamos hoje vivendo.

Agradeço a V. Exª as suas palavras.

Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria segue, então, à Secretaria-Geral da Mesa para as providências de praxe.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Dando seguimento ao nosso ciclo de debates denominado "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?", convoco as Srªs e os Srs. Senadores para a nossa reunião, no dia 16 de abril, segunda-feira, às 18 horas, neste plenário, quando realizaremos o IV Painel de Debates de 2018, sobre o tema "África, a influência chinesa, a integração regional e o desenvolvimento econômico – a África de que não se fala".

Para expor e debater o tema teremos como convidados o Dr. José Manuel Gonçalves, professor do Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense; e a Drª Ana Lúcia Danilevicz Pereira, professora de Relações Internacionais da Universidade do Rio Grande do Sul e Coordenadora do Centro Brasileiro de Estudos Africanos.

Nada mais havendo a tratar, agradecendo a participação de todas as Srªs e os Srs. Senadores, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 58 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 2018, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dezoito horas e quinze minutos do dia dezesseis de abril de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença do Senador Valdir Raupp. Deixam de comparecer os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, Fernando Bezerra Coelho, Gleisi Hoffmann, Acir Gurgacz, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Antonio Anastasia, Paulo Bauer, Ricardo Ferraço, José Agripino, Lasier Martins, Ana Amélia, Fernando Collor e Pedro Chaves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Ciclo de Debates "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?" 4º Painel: "África: A Influência Chinesa, A Integração Regional e o Desenvolvimento Econômico - A África de que não se fala.". **Participantes:** Prof. Dr. José Manuel Gonçalves, Professor do Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense (INEST/UFF). Profª. Drª. Analúcia Danilevicz Pereira, Professora de Relações Internacionais da Universidade do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Coordenadora do Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA). **Resultado:** Audiência Pública Interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte horas e trinta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Cristovam Buarque

Presidente Eventual da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/04/16

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Boa noite a cada uma e a cada um.

É com prazer e responsabilidade que eu substituo o Senador Presidente Collor de Melo nesta solenidade.

Devo dizer que quando o Senador Collor iniciou esse ciclo, em outra época, quando ele foi Presidente desta Comissão quatro anos atrás, ele iniciou esse ciclo de debates com o nome de O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?

Devo dizer que isso foi iniciado creio que três anos antes do Trump, não se falava no Trump. E de certa maneira já se previu que a política externa, a política internacional iria oscilar no futuro entre "erguer barreiras ou estender pontes".

Foram muitos os debates, e hoje nós temos um que, a meu ver, estava faltando, que é sobre a África. Fizemos muitos debates sobre a China, sobre a Europa, sobre os Estados Unidos, sobre a Comunidade Econômica Europeia, mas faltava um sobre a África.

E o tema escolhido, a meu ver, é muito interessante. Eu próprio tenho trabalhado nisso – durante a Mesa, eu direi por que e em que eu tenho trabalhado. Mas é a ideia da influência chinesa na África, a integração regional e o desenvolvimento econômico. Ou seja, a integração regional na África, o desenvolvimento econômico na África e a influência chinesa, tema pelo que, a meu ver, o mundo inteiro deve ter curiosidade.

E colocaram um subtítulo poético, que eu achei muito bonito: A África de que não se fala. Nós costumamos falar da África da pobreza, da África da guerra civil em alguns lugares, da África de problemas, mas raramente de outras Áfricas, que é essa sobre a qual a gente quer ouvir.

Para participar dessa noite, como conferencista, nós temos o Dr. José Manuel Gonçalves, a quem eu chamo. (*Pausa.*)

O Prof. Dr. José Manuel Gonçalves é professor do Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense. Eu agradeço muito a presença dele, um velho conhecido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido a Drª Analúcia Danilevicz Pereira, que é professora de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e coordenadora do Centro Brasileiro de Estudos Africanos (Cebrafrica). (*Pausa.*)

Professora, muito obrigado por ter vindo.

Cumprimento os dois, a quem passo a palavra daqui a pouco.

Antes quero informar que este evento é transmitido, ao vivo, pela TV Senado, que tem uma excelente audiência, e é aberto ao debate público. Todos os que estão assistindo podem entrar em contato conosco, fazer perguntas, por meio da internet, no Portal e-Cidadania, cujo endereço é www12.senado.leg.br/ecidadania. Acrescento, ainda, que é possível acompanhar, ao vivo, a nossa reunião pela TV Senado, e a participação dos internautas é sempre de extrema valia para nossos trabalhos e bem-vinda.

Esclareço que cada conferencista disporá de vinte minutos para sua exposição inicial. Mas eu logo aviso que não cortarei se se estenderem mais. Nós não podemos sacrificar a riqueza por causa do tempo. Então, são vinte minutos. Provavelmente tocará uma campainha automaticamente, apenas para vocês ficarem alertas.

Após as suas falas, será aberta a palavra. Os palestrantes terão o mesmo tempo para responder as perguntas. Durante a fase de debate, transmitiremos aos expositores as observações e as perguntas que chegarem dos internautas. Ao mesmo tempo, eu prepararei algumas perguntas.

Antes de passar a palavra, eu quero dizer que temos aqui algumas presenças ilustres a que agradeço muito.

Alguns amigos como o Embaixador da Palestina, Sr. Ibrahim Mohamed Khalil Alzeben, que aqui está. Muito obrigado.

A Embaixadora do Senegal, Srª Fatoumata Binetou Rassoul Correa.

O Embaixador da Jordânia, outro amigo, Sr. Malek Eid Otalla Twal. Grande amigo do Brasil e amigo nosso.

O Embaixador do Marrocos, outro grande amigo, Sr. Nabil Adghoghi. Sempre tenho dificuldades na pronúncia.

O Embaixador da Bolívia, com quem já tive uma longa conversa visitando-o, uma vez, Sr. José Kinn Franco.

E a Embaixadora da Nicarágua, Srª Lorena Martínez. Muito obrigado pela presença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passo, então, a palavra, na ordem que chamei, ao Prof. Dr. José Manuel Gonçalves.

O SR. DR. JOSÉ MANUEL GONÇALVES – Senador, muito obrigado, mais uma vez, pelo convite.

É a segunda vez que eu estou nesta Comissão, sempre falando da África, uma África que é minha paixão desde que nasci, porque eu nasci na África. Tenho dupla nacionalidade, angolana e brasileira, e vou só fazer uma pequena referência: eu participei da luta pela independência de Angola e das outras então colônias portuguesas. E eu queria, então, fazer uma referência especial, que não é discriminatória a ninguém, à Embaixadora Fatoumata Correa, porque uma parte do meu exílio foi no Senegal. O Senegal era importante para nós em virtude da fronteira com a Guiné-Bissau – era muito importante. Estudei na Universidade de Dakar, que se chamava Universidade de Dakar e agora se chama Cheikh Anta Diop. Então, é com grande prazer que eu, novamente, venho. Tenho, inclusive, uma filha nascida em Dakar. Eu teria que fazer uma saudação especial à senhora.

Dito isso, o continente africano, aquele da luta pelas independências, sofreu várias transformações a partir de 1990. E, com o limite de tempo que nós temos aqui, logicamente, não vamos fazer o histórico do continente, mas vamos dizer que a partir de 1990 começou a se definir aquilo que a gente às vezes chama de segunda independência, ou seja, a democratização da África.

Com movimentos sociais bastante importantes é claro que os processos de democratização, vários deles, estão em andamento, a maior parte deles está em andamento, uns muito mais adiantados que os outros... O Senegal, por exemplo, já com uma tradição muito maior, porque vinha de antes com o multipartidarismo, antes mesmo desta altura. Mas eu queria chamar uma primeira atenção, antes de a gente falar de todos os temas, dos três subtemas que temos aqui em pauta, para sublinhar o fato de que a África é o continente mais pobre e é, simultaneamente, o continente mais fragmentado, e uma coisa está relacionada com a outra.

A fragmentação da África nos leva a uma constatação, e não é só pelos economistas, pois qualquer pessoa que olhe o continente africano sabe que talvez metade dos países africanos em termos individuais não é viável economicamente. Já vamos ver o que é viável. Mas não são viáveis, e nós assistimos a dois processos que conduziram a isso. O primeiro foi o processo de Berlim, no século XIX, quando os europeus fragmentaram a África, mas, depois, em 1960, sobretudo nos países de língua francesa, se assistiu ao fenômeno de balcanização da África. Havia duas grandes colônias, a África Ocidental Francesa e a África Equatorial Francesa, e isso redundou em 13 países, que têm um elo comum, que são as uniões monetárias, o franco CFA, que é comum a todos. Houve tentativas de fazer, por exemplo, um partido federalista para a África Ocidental, que era, na altura, uma das teses importantes do Presidente Senghor, do Senegal, e, afinal, acabaram fazendo uma federação só com Mali, e mesmo isso não resistiu à história.

Então, temos um continente fragmentado, e essa fragmentação do continente, eu...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Infelizmente, nós já verificamos que o laser não funciona.

Eu chamaria a atenção, então, para o mapa, para explicar que, se, realmente, metade dos países africanos, pela sua dimensão, estreita dimensão, mercados muito pequenos e, em simultâneo, pouca riqueza na maior parte deles, o que dá um desequilíbrio muito grande com um grupo pequeno de países muito ricos, a proposta, o projeto de integração regional é absolutamente vital para a África. E é por isso que, em termos operacionais, dividimos o continente em macrorregiões.

São cinco as macrorregiões, com nomes geográficos: África do Norte, está fácil, é o Magrebe, mais a Líbia e o Egito, África do Oeste. Portanto, toda a parte virada para cá ainda está com alguns problemas para resolver em termos de fronteira, mas que basicamente vai da Mauritânia até a Nigéria, com uma entrada para o Níger e para o Malí, que são dois países importantes. Eu digo Malí e não Mali, porque eu já estive no Malí e é assim que se pronuncia lá. Parece-me que Mali é uma pronúncia meio "gringa". Nada contra o inglês, mas realmente não é assim que se pronuncia. Vou manter o Malí. E depois a África Central, que pega a República Democrática do Congo e sobe um pouco até o Chade; África Oriental, que vem desde o Corno de África até o Sudão e a Tanzânia; e depois a África Austral. Região rica mesmo dessas cincos é a África Austral. As outras todas têm problemas, umas mais, outras menos. Na África do Norte, nós temos o Egito, que joga em dois tabuleiros, na África e na Ásia. A própria Etiópia, que está no Mar Vermelho, tem uma posição semelhante. Inclusive, há um documento do Ministério das Relações Exteriores em Adis Abeba – estive lá há pouco tempo –, em que se diz que a política interna etíope sofre mais influência do Oriente Médio do que do resto da África. Há uma tensão na Etiópia, pois lá está a sede da União Africana, para verem o impacto do Mar Vermelho, impacto histórico, impacto que vem dos tempos bíblicos até hoje, com dois estreitos fundamentais, o Bab al-Mandeb e depois o Canal de Suez em cima. Enfim, no caso da África Austral, temos o chamado escândalo geológico, porque é isso que tem feito a África Austral. Isso quer dizer que as matérias-primas presentes na África Austral fizeram a África do Sul, sem dúvida, que é um país, como sabem, membro dos BRICS, que tem um nível de desenvolvimento muito acima do resto do continente. Isso nos leva, então, a falar do conjunto das economias.

Nesse momento, o Produto Interno Bruto da África toda – há vários cálculos –, em PPP, está entre US$5 trilhões e US$6 trilhões, a África toda, o que é pouco, sobretudo se considerarmos que a Nigéria representa US$1 trilhão, o Egito outro US$1 trilhão, e a África do Sul, US$800 bilhões.

Aqui se fica com a impressão de que as economias da Nigéria e do Egito são maiores do que a da África do Sul, mas só são maiores, não são mais importantes. Em economia, às vezes, o maior não é o mais importante. Por quê? Porque a economia da Nigéria depende do petróleo e do comércio, que é desenvolvido por 200 milhões de pessoas. Isso promove um PIB enorme. Mas significa que é uma economia que é pouco diversificada e onde o Produto Interno Bruto *per capita* é muito baixo. Não que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

eu acredite muito no Produto Interno Bruto *per capita*, mas isso me traduz um pouco a exiguidade do mercado interno. Esse é um ponto importante para nós discutirmos aqui.

O Egito também é um país que vive em grande parte do petróleo. Tanto o Egito quanto a Nigéria sofreram bastante com a queda dos preços. O Egito tem uma tradição agrícola, ao longo do Nilo. Portanto, 98% da população do Egito vive ao longo do Nilo. Tem uma tradição que foi muito importante em certo momento para a revolução industrial na Inglaterra, que era a cultura do algodão, e depois um grande comércio. Quer dizer, é uma civilização milenar,"trimilenar", onde realmente a atividade comercial é muito importante.

A África do Sul, que tem um PIB um pouco menor, é muito mais diversificada. Quer dizer, é um país que produz energia nuclear, que tem uma boa central. A Central de Koeberg é em Cape Town. É um país que produz 400 mil viaturas para exportação, de sete marcas diferentes. Ou seja, uma economia muito mais diversificada.

A agricultura sul-africana, a agricultura comercial, em termos de reforma agrária neste momento, está sendo muito debatida. A agricultura sul-africana, em termos de modernização, se compara a dos Estados Unidos. Então, por essa razão, houve muita discussão. Conforme sabem, houve muita discussão em torno, por um lado – aliás, um objetivo do Brasil também –, de ter acesso ao Conselho de Segurança como membro permanente, embora não com direito de veto. E outros países africanos contestam isso em relação à África do Sul.

O outro problema é que realmente a África do Sul tem uma ligação, tem uma iniciação no mercado mundial muito maior do que os outros, embora, neste momento, o Egito esteja caminhando com muita intensidade nesse sentido.

A Nigéria, como vários outros países africanos – ultimamente, entraram dois muito fortes nessa campanha –, tem um problema sério para resolver dentro, que é o problema da corrupção. A corrupção, em vários países africanos, chega a representar 20% do Produto Interno Bruto, um cálculo aproximado. Isso reduz muito a capacidade de investimento, a capacidade de atuação. Agora, dois países também entraram junto com a Nigéria em campanhas seríssimas, nas quais se deposita muita esperança, que é a Angola e o Zimbábue, com mudanças de governo promovidas, aliás, por dentro dos próprios regimes, o que significa que os regimes são reformáveis do interior.

Esse quadro que eu estou aqui descrevendo leva a entender que, primeiro, a África precisa mobilizar uma sequência de recursos, porque se constatou, em relação só à dívida do continente africano, que o dinheiro africano que está fora da África paga a dívida. Não quer dizer que seja prioritário pagar a dívida? Não é. Há coisas para fazer antes muito mais importantes, mas os déficits em capital, que é uma característica de qualquer país africano, incluindo a África do Sul, poderiam ser muito reduzidos se capitais africanos que estão fora – muitos deles de forma delinquente – voltassem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

para o continente. É o caso de Angola. O governo angolano, neste momento, tem uma campanha de fazer regressar. Já conseguiu regressar algum, mas é claro que isso levanta problemas. Só para terem ideia, no caso de Angola, pensa-se que fora de Angola há um total de US$6 bilhões, o que é equivalente ao orçamento de um ano, orçamento do Estado, que está fora do país. Isso tem um poder de multiplicação enorme se voltar.

Ora, os países africanos têm, de certa forma, alguns dos problemas que aparecem na América Latina, sobretudo a África Austral, que é a grande dependência de bens primários. E mesmo vários modelos... No caso concreto do Brasil, por exemplo, houve período de grande crescimento, o grande ciclo de crescimento que o Brasil teve, e, depois, o modelo entrou em colapso. Entrou em colapso porque depende muito do mercado mundial, depende dos preços do mercado mundial. E os países da América Latina e da África não têm nenhum controle sobre o mecanismo de fixação de preços. Então, sofrem os preços. Já os asiáticos têm esse controle, pelo volume, inclusive, de aquisições.

Ora, aqui um novo relacionamento que se estabeleceu desde o começo do século XXI, que é o relacionamento com a China, um relacionamento emblemático, que faz parte aqui do nosso programa de hoje. Ele é emblemático porque envolve o Brasil... Também nós estamos aqui para falar com franqueza. Portanto, a China, a Índia e o Brasil foram considerados como três grandes parceiros da África, digamos, em torno do ano de 2010. Era uma certeza quase absoluta de que esses três países iriam realmente funcionar em termos de grandes trocas, de grande equilíbrio e de troca igual. Porque realmente a África... E é uma teoria até de um economista que já faleceu, que falava muito que a África era vítima dos contratos desiguais.

Esses contratos desiguais estavam ligados à deterioração dos termos de troca e estavam baseados numa coisa: as potências coloniais entravam na África, usavam mão de obra muito barata e faziam extrativismo, ou seja, depenavam a África, tiravam as matérias-primas, sem investimento industrial.

E, quando os BRICS entram nesse... A Rússia nunca entrou muito. Tenho outra opinião sobre a presença da Rússia nos BRICS, mas isso sai um pouco aqui da nossa matéria. Vou deixar isso de lado.

Mas, sobretudo, o Brasil, a Índia e a China eram países dos quais se esperava um comportamento diferente, e infelizmente eles têm o mesmo comportamento.

Por exemplo, um país como a China é o maior parceiro comercial de toda a África, inclusive com uma presença muito importante, uma presença demográfica, no continente africano. Fala-se em 300 mil cidadãos chineses no conjunto da África.

Vamos notar que os portugueses, para colocar 300 mil europeus em Angola, demoraram cinco séculos, e a China fez isso em dez anos, de maneira que... Mas a política chinesa e, em grande parte, da Índia e do Brasil é a aquisição de matérias-primas, ou seja, não contribui em nada para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

desenvolvimento da África e, ainda por cima, reduz o potencial de matérias-primas do continente africano.

O que seria realmente interessante – o governo sul-africano tem reclamado muito disto – é que, onde existe indústria, esses países também comprassem produtos industriais africanos e que investissem onde não existe.

Por exemplo, há grandes empresas construtoras da China e do Brasil, presentes em Angola. Vou dar um exemplo concreto, com o qual tenho trabalhado. E não se conhece...

São obras gigantescas. Por exemplo, só uma barragem que existe em Angola é uma barragem que sozinha custou quase US$2 bilhões. É claro que isso foi um pouco encarecido pelos fatores de segurança, pela guerra, mas é uma grande barragem.

Há uma outra em construção, que se chama Barragem do Renascimento Etíope, que está sendo feita na Etiópia, no Rio Nilo, e que está dando problemas com o Egito.

A presença... Os executantes, os construtores, seja da parte de equipamento e máquina, seja da parte de construção civil, nunca construíram uma fábrica de cimento nesses países. O cimento é importado dos países. E mais: as empresas que atuam nessas áreas de infraestrutura levam grande parte do seu próprio pessoal, não contribuem nem pela criação...

Então, isso dá lugar a muita crítica local, e eu gostaria que os nossos centros de decisão soubessem que essa é uma impressão que existe.

Agora, ultimamente, com a crise que se estabeleceu, não exatamente em 2008 ou em 2010, foi já um pouquinho depois... Em 2008 e em 2010, foram duas crises de funcionamento do sistema: em 2008, no setor privado norte-americano; em 2010, no setor público europeu.

Mas, a partir de 2012, começou a se sentir um grande abalo no que diz respeito às matérias-primas, as *commodities*. Então, realmente, a África passou a vender muito menos, e várias empresas passaram a considerar – empresas, por exemplo, de construção – que os mercados africanos eram menos interessantes, porque a África tinha menos dinheiro para pagar contratos. E vários projetos, então, ficaram parados.

Sublinho, no entanto, que a China sempre se preocupou, foi a que se preocupou mais em manter obras de infraestrutura na África. Olhando mais de perto essas obras de infraestrutura – umas são de reparação, de manutenção, outras são obras novas –, elas têm também o mesmo significado que tinham no período colonial.

Ora, no período colonial, se a gente olhar para a África, verifica que as grandes rodovias e as grandes ferrovias, sobretudo, começam no interior, num ponto de produção de matérias-primas, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

terminam no porto. Elas são feitas para escoamento, e não há ligações dentro dos países. Por exemplo, no caso de Angola, há três ferrovias que vão todas do interior para o litoral, não há uma única ligação norte-sul.

Então, quer dizer, a África, neste momento, está numa situação, e é uma espécie de desafio do continente, de encontrar meios próprios, e um deles é esse, junto com o combate à corrupção para que o capital africano que está fora volte, para que a África possa, realmente, investir seriamente nela própria, porque os interesses internacionais na África não são interesses que possam coincidir sistematicamente com os do desenvolvimento, e, talvez, criar uma correlação de forças que obrigue a uma nova leitura.

Essa nova leitura é um pouco feita com os investidores sul-africanos. É interessante que a África do Sul, em termos de investimento, por exemplo, industrial, ou nos grandes serviços, proporcionalmente, investe mais do que a China e do que os países da Europa.

Ficam por resolver, e isto, provavelmente, no debate, vai dar lugar a várias perguntas, alguns aspectos institucionais nessas macrorregiões, que, de um modo geral, muita gente estranha, porque se ocupam mais de política do que de economia. E se ocupam mais de política do que de economia pela simples razão de que há muito problema institucional para resolver na África, sem o que as regras do jogo não podem ser estabelecidas. E, então, aí, fica-se com a dificuldade de definir uma linha de atuação econômica sem garantias. Por exemplo, determinados países como a Guiné Equatorial, com regime ditatorial, em que para você investir ali tem que pagar propina em proporções que ultrapassam algumas daquelas de que nós tivemos conhecimento no Brasil, e um nível de concentração de riqueza muito maior na mão de uma família.

Temos, então, uma faixa, só para concluir, muito perigosa de conflito – os conflitos africanos são diferentes –, que começa no Atlântico, na Mauritânia, e vai até a Somália, portanto, encostando no Oceano Índico, no Mar Vermelho, que é a chamada guerra terrorista ou guerra jihadista, como dizemos no continente, com o agravante de que não é só no Sahel, porque baixa um pouquinho para a Nigéria e pega o Boko Haram, e agora está chegando na República Centro-Africana.

Só vou concluir com um elemento: os grandes conflitos internos na África, todos eles têm sido resolvidos com intervenções exteriores. Portanto, as missões de manutenção de paz são fundamentais. Há vários tipos de manutenção de paz, há o *peacekeeping*, há o *peacemaking* e há *peace-enforcement*. Neste momento, na República Centro-Africana, vive-se um clima de *peace-enforcement*, a obrigação de manter paz. Uma parte dos atores estão contra o processo de paz.

O outro caso é República Democrática do Congo, no seu leste, na região dos grandes lagos. Nesse caso do Congo, o Brasil teve participação e um outro país latino-americano também, que está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito presente, que é o Uruguai, e, no caso da República Centro-Africana, o Brasil foi convidado, aceitou e esta semana disse que não podia ir, porque não tinha dinheiro.

Do ponto de vista financeiro interno do Brasil, é perfeitamente plausível. Do ponto de vista internacional, se liga a recusa do Brasil ao fato de que, na semana passada, grupos guerrilheiros da República Centro-Africana atacaram forças da Nações Unidas e mataram alguns capacetes azuis. Então, que o Brasil estaria com receio de ter que pagar um preço alto.

Bom, esses são os elementos assim, muito rapidamente, para a gente debater. Ficaram mais dúvidas, espero eu, do que afirmações em si e, Senador, muito obrigado.

Eu passei um pouquinho, desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Não, podia ter passado até mais, como eu lhe disse.

Eu quero dizer que eu já anotei nove perguntas, fora as que chegarão, mas vou deixar para o final.

Eu quero passar a palavra agora à Drª Analúcia Pereira.

A SRª ANALÚCIA DANILEVICZ PEREIRA – Boa noite a todos.

Cumprimento o Dr. José Manoel, Senador Cristovam Buarque, todos os presentes. Gostaria de agradecer o convite para hoje vir aqui discutir sobre um tema que me é caro, já um tema de pesquisa de alguns anos, que contribuiu para a formação de um núcleo de pesquisa, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que conta com o apoio de outros pesquisadores nacionais, mas também de pesquisadores internacionais, africanistas que, num esforço de formar uma rede, colaboram com a tentativa de uma compreensão mais adequada sobre os processos africanos.

Parece-me que no Brasil, na América Latina de uma maneira geral, nós temos um desconhecimento profundo sobre a realidade africana. Tão próximos historicamente, mas tão distantes em termos de conhecimento mútuo. Parece-me que nos últimos tempos estamos acelerando esse processo de conhecimento mútuo e aperfeiçoando um pouco mais a compreensão sobre a realidade africana.

Eu gostaria de, num primeiro momento, apresentar alguns fundamentos que me parecem importante para compreender a África e a importância da África no mundo, a importância da África para o Brasil, para a China, para a Índia, ou seja, para os novos atores que hoje tenham atuado no continente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alguns fundamentos muito básicos, mas que são considerações gerais, que eu acho que são considerações importantes, e depois alguns fundamentos – vamos dizer assim – teóricos para entender um pouco melhor essa realidade. No que diz respeito a algumas características gerais, alguns pontos que me parecem fundamentais.

Nós estamos falando de um continente com uma população reduzida, se comparado a outros espaços mundiais. Nós estamos falando de apenas 14% da população mundial – 14% da população mundial em 20% da superfície terrestre, ou seja, um grande espaço mundial com uma população reduzida. Nós estamos falando de 54 Estados, jovens Estados. E aqui que me parece um aspecto crucial: nós estamos falando em Estados ainda em construção, são Estados muito jovens.

O processo de descolonização africana aconteceu em três grandes ondas sucessivas, ondas, nos anos 1950, nos anos 1960, e a partir dos anos 1970, mas temos que considerar, por exemplo, que o fim do *apartheid,* na África do Sul, ocorre só nos anos 1990, assim como a independência da Namíbia. Então, realmente, nós estamos falando de Estados muito jovens. E se nós considerarmos isso, nós temos que considerar uma série de desafios que esses Estados enfrentam, seja em termos de desenvolvimento econômico, resultantes de – vamos dizer assim – um equilíbrio político interno, e que só é possível a partir de uma coesão social.

Então, os desafios são desafios de Estados que estão em construção. Muito embora hoje nós já possamos falar em potências africanas – podemos falar em potências africanas. Então, são aspectos que eu acho importante considerar. Estamos falando, portanto, de aproximadamente 27% dos membros das Nações Unidas.

Há, sim, uma importância política mundial muito grande. E eu acho que nós temos que considerar, sim, que hoje nós estamos falando de um novo espaço estratégico em termos internacionais. Se, no final do séc. XIX, a África assumiu uma importância estratégica nos marcos da expansão capitalista europeia que, a partir da política econômica e imperialista, utiliza o colonialismo como a sua principal ferramenta, hoje, no séc. XXI, no início do séc. XXI, essa nova importância estratégica se dá em novos marcos: nós não estamos mais falando de espaços que vão se tornar espaços coloniais, nós estamos falando de Estados independentes e de Estados que, portanto, estão forjando ali toda as suas estruturas internas, sejam elas econômicas, políticas, institucionais, sociais, e por aí vai.

Então, acho que esse aspecto é importante para que nós possamos entender quais são as causas, ainda de algumas regiões subdesenvolvidas, principais dos desafios econômicos e de modernização econômica desses Estados. Mas principalmente nós temos que pensar que essa nova realidade vai acontecer a partir de uma opção africana, que evidentemente está condicionada também a agentes históricos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós não podemos esquecer que, ao longo do processo de descolonização, o ambiente internacional teve um peso fundamental sobre a independência desses países – primeiro, pela manutenção do poder de algumas antigas metrópoles coloniais, a exemplo da França, que mantém a sua presença, inclusive organizando as dinâmicas econômicas de uma vasta região africana, num esquema neocolonial –, mas temos que considerar também que outros atores passaram a atuar no espaço africano, a exemplo dos Estados Unidos, à época a União Soviética, e que isso definiu, ou pelo menos condicionou, as dinâmicas de independência. Se alguns países se mantiveram ligados à estrutura do capitalismo sob a perspectiva neocolonial, outros tentaram desafiar essa realidade e encabeçaram projetos de independência que esboçaram – vamos dizer assim – uma via autonomista, eu diria. Se isso conduziu ao sucesso ou não, temos que discutir apresentando as mudanças no próprio sistema internacional.

Com o fim da Guerra Fria, esses atores externos que atuavam no espaço africano se desengajaram de uma forma bem substantiva, e a África entrou numa nova fase – vamos dizer assim – de marginalização, que levou a uma série de conflitos, à intensificação de conflitos, seja nos anos 80, mas fundamentalmente nos anos 90, que muitos autores chamam de segunda década perdida.

Os anos 90 foram importantes até porque os africanos tiveram que encontrar novos desafios: encontraram novos desafios e também encontraram novas alternativas. Se essa segunda década perdida foi uma década de marginalização e de empobrecimento, que é, em boa medida, resultante das opções que os africanos tiveram nos anos 80, ou seja, os empréstimos junto ao FMI, Banco Mundial, os chamados ajustes estruturais, que, de fato, empobreceram substancialmente muitos países, por outro lado, os anos 90, por causa dos conflitos e das crises também, como eu disse, levaram a outras alternativas. E essas alternativas E essas alternativas ficaram muito mais claras no contexto dos anos 2000, fundamentalmente a partir da inflexão sistêmica, vamos dizer assim. A partir dos atentados de 11 de setembro de 2001, os focos das atenções mudaram, e um novo tipo de interação internacional também iniciou de forma bastante ativa.

Então, eu gostaria de lembrar que, a partir dos anos 2000, processos muito positivos ocorreram na África. Os resultados não ocorrem em curto prazo. Isso vai demandar um tempo histórico, importante para que algumas dessas realidades se consolidem.

Mas eu gostaria de chamar a atenção, por exemplo, para a própria aproximação dos africanos com as chamadas então potências emergências. Eu sei que esse conceito é um conceito bastante discutido, debatido, ambíguo, mas é importante pensar no tipo de relacionamento que neste momento se inicia. E gostaria de lembrar que também não é um início, vamos dizer assim, original. Vamos falar assim numa retomada de uma relação com o Brasil, que já tinha um conteúdo importante desde os anos 70; numa retomada das relações com a China, que também já tinham um conteúdo importante, eu diria até anterior, desde os anos 50, quando os chineses, de uma certa forma,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estabeleceram um novo tipo de relação com a África a partir das formulações do Chu En-Lai em torno dos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica, que levaram a um protagonismo da China no contexto da Conferência de Bandung e por aí vai.

Ou seja, não são relações novas, mas elas são qualitativamente transformadas a partir dos anos 2000, assim como uma agenda africana construída de uma forma mais assertiva, vamos dizer assim.

Então, eu gostaria de lembrar do papel da transformação da organização da Unidade Africana em União Africana, do fato de a União Africana construir o seu conselho de segurança e hoje, sim, participar das missões de paz na África, muitas delas evidentemente em parceria com a ONU por uma questão de financiamento ainda. Mas há uma atuação, há uma percepção muito clara de que os conflitos africanos precisam ser resolvidos pelos africanos. Há o Nepad, enfim, e uma série de associações. No caso da China, eu gostaria de chamar a atenção para a constituição da Focac, do Fórum de Cooperação África/China.

Eu acho que esses são processos positivos, porque o que deve ser analisado é o perfil dessa cooperação. Nenhum tipo de cooperação é uma cooperação que vá produzir resultados em curto prazo. Mas eu acho que nós temos de analisar o perfil dessa cooperação, o que essa cooperação pode produzir a médio e longo prazo.

Parece-me que o que ocorre em relação à China vai nessa direção.

Eu não consigo ver ou não consigo concordar com a ideia de que a China tem uma ação predatória na África. Eu acho que os desafios existem, as contradições vão evidentemente surgir, mas os resultados dessa cooperação é que me parece que têm de ser analisados. Evidentemente, a presença chinesa na África diz de um projeto estratégico da China, não tenho dúvida disso. E esse projeto estratégico está intimamente ligado ao projeto nacional chinês de desenvolvimento nacional. Portanto, nós estamos falando de uma relação que está condicionada, sim, a uma realidade política, econômica e estratégica.

O que eu vejo como resultado dessa cooperação é a China buscando ali recursos, que são recursos importantes para o seu próprio desenvolvimento e para a sua própria interação internacional, mas vejo também uma contrapartida, que é uma contrapartida definida pelos Governos africanos. Eu não vejo, nesse esquema de cooperação, as condicionalidades impostas pela Cooperação Norte-Sul, por exemplo, que é a tradicional cooperação estabelecida no espaço africano. Eu vejo, sim, as possibilidades de desenvolvimento, como fruto dessa cooperação, seja na contrapartida chinesa, no que diz respeito à construção de infraestrutura na África...

É interessante: muitas vezes nós não lembramos, por exemplo, que um país como Moçambique ainda não tem um sistema de transporte coletivo, não tinha ainda avenidas de ligação, de um ponto a outro da cidade, as quais foram recentemente finalizadas, num acordo de cooperação com os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chineses. A cidade está toda interligada e, gradativamente, vai ser possível, então, desenvolver um sistema de transporte.

Estou dando só um exemplo, aqui, muito básico daquilo que acaba se tornando central para que esses Estados, internamente, consigam estabelecer ali as suas bases, para a construção ou edificação de setores importantes e estratégicos para o seu próprio desenvolvimento, assim como a cooperação técnica com o Brasil permitiu, em muitos casos, a formação de recursos humanos, a formação de pessoal, de profissionais capazes de, então, atuar nesses setores.

Então, eu acho que, nessa perspectiva, nós temos que avaliar que estamos falando de um novo tipo de cooperação, que os resultados virão em longo prazo, mas que também não estão imunes a todos os problemas que vão surgir. Muitas vezes são problemas que produzem algum tipo de mudança social, algum impacto social, o que também me parece que faz parte desse processo.

Eu não sei se já me estendi demais, mas eu também, então, deixo outras questões...

(*Interrupção do som.*)

A SRª ANALÚCIA DANILEVICZ PEREIRA – Ainda tenho cinco minutos, mas...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Podemos usar depois também.

A SRª ANALÚCIA DANILEVICZ PEREIRA – Podemos usar depois também.

Então, muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Bem, antes de ler as perguntas que chegaram pela internet e antes mesmo de fazer algumas que eu coloquei, eu quero cumprimentar aqui as presenças, que muito nos orgulham, do Conselheiro da Embaixada de Belarus, Sr. Alexander Shkatulov; do Conselheiro da Embaixada do Marrocos, o nosso amigo Abbah Sidi Sidi; do Primeiro-Secretário da Embaixada do Kuaite, Sr. Abdulaziz Alazemi; e da nossa Embaixadora brasileira Gisela Padovan, que representa o Itamaraty aqui no Congresso Nacional.

Eu vou começar por poucas perguntas relacionadas à África e à China e guardo para depois algumas perguntas de curiosidade pessoal sobre a África.

A primeira, que me interessa muito e que eu venho trabalhando e tentando levantar, mas nem sempre consigo com clareza, é se a China vai conseguir produzir, na África, o que hoje importa do Brasil. Ou seja, se é possível que, sobretudo, Moçambique, Tanzânia, naquela região, eles consigam terra para produzir soja, na metade da distância do Mato Grosso até a China. Essa é uma pergunta que me preocupa muito, até porque o Brasil internamente já sofreu substituição e empobreceu grandes regiões de repente. Cito um exemplo, no norte do Brasil, onde hoje é o Pará e o Amazonas, havia uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

produção de borracha e era uma região riquíssima, as maiores fortunas do Brasil estavam ali, levaram a borracha para a Malásia e aquela região caiu.

Eu sou de uma região riquíssima em açúcar: Pernambuco. O açúcar foi para São Paulo e o Nordeste definhou. O algodão quando foi levado para ser produzido no sul dos Estados Unidos e no Caribe... Ou seja, o Brasil tem uma experiência de perder desenvolvimento por transferência de lugar onde se faz a produção. Então, a pergunta é esta – eu tentei levantar isso e não consigo com clareza –: um, se a terra é propícia; dois, se a China tem interesse.

Nesses meus estudos, cheguei até a escutar que a África não vai ser usada para isso, porque a China vai conseguir produzir soja na Sibéria e, em vez de ir de barco, vai de trem; que haveria acordos com a Rússia para que... Graças, inclusive, ao aquecimento global, o aumento da temperatura no sul da Sibéria permitiria isso.

Então, a minha pergunta é: existe essa possibilidade de a África ser transformada no celeiro da China graças a investimentos chineses?

A segunda é: se a influência chinesa... A Profª Analúcia, de certa maneira, respondeu quando falou que não eram predatórios – eu não vou chamar colonização – os investimentos. Mas, de qualquer maneira, vem uma pergunta, porque eu já ouvi de africanos que a influência chinesa é mais perversa do que foi a ocidental, não a do século XIX, de *Coração das Trevas* – o meu Vargas Llosa escreveu um livro belíssimo sobre isso –, mas comparada com a dos anos 50 em diante no Brasil. A minha pergunta: é verdade ou não isso? Porque chegam lá os contêineres até com chinesinhos, eles produzem, constroem a represa, como essa da Etiópia, vão embora e não deixam nada. É a minha pergunta.

A outra pergunta é se eles têm cooperação regional, por exemplo, com o Banco Africano de Desenvolvimento, ou é apenas com o país e sem uma visão global.

E, finalmente, a última das perguntas deste momento – guardarei as outras para depois – é se algum país está mais amarrado à China do que outro, lembrando aos que estão assistindo que a gente fala da África como se fosse uma coisa unitária. A África é mais diversa do que a América Latina. A América Latina é quase um só idioma; a América Latina é uma religião – ou mais ou menos, com pouca diferença –; a América Latina tem uma unidade. A África é de uma diversidade riquíssima na geografia, na cultura; e riquíssima na literatura, por exemplo, que é uma coisa que, no Brasil, sabe-se pouco.

Eu não tenho a menor dúvida de que o próximo Prêmio Nobel de Língua Portuguesa será um africano. Eu não sei se angolano ou moçambicano...

O SR. JOSÉ MANUEL GONÇALVES (*Fora do microfone.*) – Ou cabo-verdiano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Sim; ou cabo-verdiano! Mas certamente existe uma ebulição de literatura maior na África.

E eu falo: no Sudão há, no Egito há. Aliás, enquanto a gente falava, eu estava tentando levantar aqui os Prêmios Nobel. Eu acho que é mais ou menos o mesmo número de Prêmio Nobel na América Latina e na África. Mas eu acho que há... A África é uma região muito diversa e com uma riqueza muito grande.

Então, ficam essas quatro perguntas relacionadas especificamente sobre o tema, que é o tema China e África – e, obviamente, Brasil.

Por favor, Professor.

O SR. JOSÉ MANUEL GONÇALVES – Para responder a essas quatro perguntas e centrando no papel da China na África, há, desde logo, uma consideração teórica geral de que os círculos mais críticos, os círculos de renovação da política africana – tanto situados na oposição, quanto em vários poderes renovadores – recusam a palavra cooperação.

A palavra cooperação foi inventada pelos franceses e depois adotada pelos ingleses para encobrir o relacionamento entre o norte e o sul, que é um relacionamento normal. Mas o que faz... Qual é a diferença entre uma exportação e importação? Entre investimentos com repatriamento de capitais, entre – sei lá, vamos admitir assim – a França com a América Latina e depois com a África?

A palavra cooperação procura, ela mesma, encobrir uma política de neocolonização. Portanto, quando se fala nessas relações da Europa em relação aos chamados emergentes – eu sublinho aos chamados emergentes; há muita dúvida se isso existe –, é a mesma coisa. O que há são relações econômicas internacionais em que, como já dizia Adam Schmidt, é o interesse que conta – começa aí. Tanto que não há nenhum tipo de... Aliás, a não ser nos discursos muito diplomáticos, ninguém fala muito em cooperação com os emergentes.

Embora as considerações da Profª Analúcia sejam interessantes, é curioso que todos os países, todos os grandes países que trabalham com África – Inglaterra, França, Estados Unidos, Japão, Índia e China – fazem fóruns entre a África e seus países. A França, então, é uma coisa tremenda. E é claro que os novos países que entraram na África começaram a fazer a mesma coisa.

Há um fórum, o clube de Tóquio, por exemplo, que fala em investimentos monumentais na África – que não são falsos –; quando a gente vai ver, 95% é de extração. É sempre esse mesmo problema; e esse tem que ser resolvido.

Quanto à agricultura, portanto, a Costa Leste, sobretudo, Moçambique, neste momento, está sendo transformada numa área de grande produção agrícola para a África do Sul, para o conjunto da África Austral. Por quê? Porque a África do Sul, ao contrário do que muita gente pensa, tem déficits

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

enormes, inclusive em água. A cidade de Cape Town, neste momento, vive em uma situação de racionamento. A solução para isso não está nos rios sul-africanos, está fora. Está no Zambeze, que está lá em cima, na fronteira da Zâmbia com o Zimbábue; está no Okavango, que vai desde Angola até o Kubango. E a África do Sul considera que a produção alimentar nos países que têm muita água pode ser uma solução para o conjunto da África Austral. A agricultura sul-africana atingiu seu máximo.

Até aqui, que a gente conheça, não há nenhum grande projeto, do tipo que o Senador falou, na África do Leste, por exemplo, para a produção de soja. Foram levantadas algumas ideias em Moçambique, na Tanzânia e em Angola. Não se conhece nenhum investimento concreto nessa matéria. A construção, o criar de uma massa de produção de cereais, tal como o Brasil produz neste momento, significaria um processo evolutivo de 25 anos. Não se faz de um momento para o outro. Ou seja, a substituição do Brasil como produtor nessa matéria pelo continente africano é problemática duas vezes: pelo tempo e pelo fato de que, se essa produção for feita na África, com o déficit alimentar que há lá, ela será absorvida localmente.

Esse é, digamos, o quadro geral dessas perguntas. Eu me esqueci da última pergunta que o senhor fez. Me desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Mais de uma, não? Se a influência chinesa é perversa... De uma certa maneira, responde.

O SR. JOSÉ MANUEL GONÇALVES – Eu já tinha dito que sim.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Se há cooperação regional ou só nacional, se a China negocia com o Banco de Desenvolvimento Africano, e finalmente se há algum país mais estreito com a China do que outro.

O SR. JOSÉ MANUEL GONÇALVES – Nesse último aspecto, a China joga muito no equilíbrio, ou seja, não há grandes desequilíbrios em matéria de relacionamento com a China. A China tem uma visão sobre o continente africano, o que pode tirar da África e o que pode deixar na África, e inclusive países muito pequenos são objetos de interesse por parte da China, porque a China viu uma coisa que o Brasil também já viu: é que são 54 países. Se você vai à pauta de importação e de exportação, eles fazem 0,01% de países como o Brasil, de países como a China, mas se você somar os 54... Por exemplo, para o Brasil, a África, na sua soma, tem relações comerciais mais importantes do que tem com o Japão, exatamente porque fazem essa soma. A China também faz essa leitura. São 54 países, mas na soma, para a China é um. É fundamental.

Daí essa organização que esses países todos, os grandes atores internacionais, fazem com a África, os famosos fóruns, as famosas assembleias. Prometem várias coisas, e quando a gente vai ler, onde é que está a prática? A prática é que conta. Onde é que está o investimento? Para onde ele é orientado?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando se trata, por exemplo, de empréstimos, a vantagem que a China tem em relação aos outros é que a taxa de juros é mais baixa, mas é com taxa de juros também. Por exemplo, no caso concreto de Angola, os empréstimos, neste momento, vão a US$9 bi, e é claro que os juros são muito mais baixos do que os do mercado de capitais. Mas a resposta, que é o reforço dos mercados internos africanos, não é feita, e não é feita ao mesmo tempo em que matéria prima sai. Fazendo as contas, há um processo de predação nesse processo. Isso é fundamental.

A China tem uma outra particularidade: realmente, o capital privado chinês entra muito em vários bancos africanos, portanto com uma presença muito forte nos bancos da África do Sul. Realmente, o Banco Africano de Desenvolvimento se beneficiou um pouco com isso – não muito, mas se beneficiou um pouco. E essa é uma tendência que a China pretende acentuar por duas vias: ou o banco dos BRICS funciona, e é duvidoso que funcione... Mas, se não funciona, há o Banco da Ásia, que a China já criou. E, aí sim, eles vão intervir nos mercados financeiros africanos com muita intensidade. Pararam um pouco nos últimos dois anos, mas estavam fazendo isso.

No caso concreto de Angola: eles se abstiveram de entrar nos bancos angolanos porque os bancos angolanos foram criticados – há um processo que está sendo feito agora no quadro do Estado angolano, com a nova presidência em Angola, de submeter os bancos a testes de estresse, como se faz na Europa, e colocá-los como bancos que funcionem e não apenas como um canal de colocar dinheiro fora por parte da elite predatória. Então, a China levou em consideração as críticas que se faziam nos bancos ocidentais aos bancos angolanos, não se introduziu lá. Ou seja, a China, que está construindo um modelo capitalista, leva também em consideração o que o grande mercado está fazendo.

O que neste momento é realmente crucial na discussão é o seguinte: primeiro, vamos parar com essa impostura de dizer que o relacionamento, todo relacionamento, com a África é cooperação. Não é. É um relacionamento que dá lucro a alguém, e dá mais lucro para fora do que para dentro. Esse é um ponto. O segundo ponto, que é realmente vital: os países emergentes. Em que a África do Sul – estamos vendo internamente – é mais emergente, por exemplo, do que o Marrocos? O Marrocos neste momento tem uma política muito ativa em relação à África Subsaariana, com várias visitas do atual Rei do Marrocos, várias visitas, várias, a vários países africanos, e reintegração do Marrocos na União Africana – por causa da questão do Saara, esteve bastante afastado. Ou seja, há países da África do Norte e países do extremo sul da África que podem, todos eles, igualmente ser considerados como emergentes. Aí está a discussão, que é: por que só consideram a África do Sul como país emergente? Tem aparecido neste momento em várias faculdades, até em partidos políticos, sobretudo de esquerda, a contestação de que realmente a noção de emergente não existe, a não ser na Ásia, porque nos outros países o que aconteceu foi um ciclo de crescimento – o Brasil é apontado como exemplo disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Obrigado, Professor.

Professora.

A SRª ANALÚCIA DANILEVICZ PEREIRA – O senhor tem toda razão, porque a literatura africana é extremamente interessante, e nós pouco a conhecemos aqui no Brasil. Uma curiosidade: boa parte das obras que eu tenho são de editoras portuguesas, não são de editoras brasileiras. É uma pena isso, porque realmente é uma literatura fabulosa.

Sem dúvida, nós estamos falando de um continente diverso. Este é outro erro que costumamos cometer: pensar a África como um conjunto homogêneo. Não é. Há uma diversidade muito grande e, nas próprias relações interafricanas, essa diversidade emerge com uma força tremenda.

No que diz respeito à agricultura, há uma curiosidade que fundamenta um pouco o meu argumento de que estamos falando de relações entre Estados, seja da China com Estados africanos, seja dos Estados africanos entre si. Eu tive oportunidade, no ano passado, de ministrar um curso em Moçambique resultante de um programa de cooperação – desculpe, Professor, mas é um programa de cooperação do Brasil com o Instituto Superior de Relações Internacionais de Maputo – no qual nós estamos formando um quadro importante de professores doutores para o instituto, que pretende se transformar em universidade. Em certa ocasião, uma aluna de mestrado me perguntou: que tipo de ajuda o Brasil poderia dar a Moçambique? A sua pergunta significava ajuda financeira. Eu respondi a ela que a ajuda não necessariamente se converte em dinheiro oferecido ao governo de Moçambique, mas ela se converte numa série de acordos que beneficiam ambos os lados. Então, eu não elimino a ideia de que a cooperação possa existir – ela existe –, mas ela pode se apresentar das mais diferentes formas, travestidas de cooperação inclusive, ainda numa relação de imposições, condicionalidades e, principalmente, de imposição de subserviência ao interlocutor mais frágil. Eu acho que é importante diferenciar isso.

Nessa mesma ocasião, tive oportunidade de estar na fronteira de Moçambique com a África do Sul e entendi que ali havia um conflito importante entre dois Estados africanos, evidentemente não um conflito aberto, mas um conflito de interesses, porque os sul-africanos haviam desviado parte da água que chegaria às plantações moçambicanas, que irrigaria essas plantações. Então, a diferença na fronteira de Moçambique com a África do Sul era algo impressionante. De um lado se avistavam campos e campos e campos cultivados e, do outro lado, uma pobreza absoluta naquela fronteira. Os moçambicanos se ressentiam bastante dessa relação com os sul-africanos. Eles se ressentiam de políticas como, por exemplo, ter de importar produtos alimentícios da África do Sul, produtos que são produzidos no norte de Moçambique, mas que não podem ser vendidos no centro e no sul de Moçambique.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, há uma série de questões que tem de ser analisadas que não dizem respeito exclusivamente a uma relação externa que imponha uma realidade que coloque os africanos numa condição de inferioridade. Há problemas interestatais que são importantes e que dizem justamente das relações entre os Estados e das possibilidades de se criar ali uma interação mais equilibrada.

Desculpe, deixe eu seguir aqui as suas questões, Senador.

Influência predatória. Eu vou insistir: eu não considero a relação da China na África como uma relação predatória. Eu tive oportunidade, uns anos atrás, de ir a um pequeno país africano, a Guiné Equatorial, e algo me chamou muito a atenção. Estive, infelizmente, só na capital, não pude conhecer outras localidades, e a capital, evidentemente, é numa zona insular. A infraestrutura era uma coisa impressionante, e não era só a infraestrutura dos prédios públicos, inclusive do prédio do Ministério das Relações Exteriores em Malabo – a arquitetura chinesa está ali presente inclusive –, mas a construção de hospitais, a construção de escolas. Ou seja, mais uma vez, é dar base mínima para que um país possa construir e avançar no seu projeto de desenvolvimento.

Mas, ao mesmo tempo, a maior parte dos produtos alimentícios consumidos, seja nos supermercados ou nos hotéis... Importam-se frutas enlatadas! Importam-se enlatados! De onde? Da França. Importa-se leite. De onde? Da França. Ou seja, a própria capacidade produtiva do país resulta de uma pressão importante que está ligada a um tipo de relação que... Essa região africana, e não só a região da África ocidental e da África equatorial... A presença francesa se expande para outras regiões, mas, vejam, não é uma presença que seja alvo de crítica. Ninguém critica o fato de que exista um conjunto de países que utilizam o chamado franco CFA, uma conversão que é decidida na França, conversão de moeda. Ninguém critica o fato de haver uma presença militar francesa para emprego ali, para atuar a favor de um determinado grupo que, enfim, seja também de interesse político que fique no poder ou que caia do poder.

Então, eu acho um pouco pesado demais não colocarmos na balança aquilo que impacta as efetivas condições de desenvolvimento de um país e aquilo que bloqueia o desenvolvimento de um país. Não me parece que a presença chinesa na África bloqueie o desenvolvimento ou o potencial de desenvolvimento dos africanos, porque isso diz de relações que são relações entre Estados independentes e garantidas por uma série de princípios. Mais uma vez eu digo: não são relações perfeitas e que não se traduzam também em possíveis problemas, mas existem alguns princípios que são respeitados.

E qual me parece ser o principal desses princípios? O respeito à política interna desses países, à ordem que ali está estabelecida. Aliás, até quando os chineses fazem isso, também são alvo de crítica – "estão se relacionando com regimes tais." Então, acho que temos de pensar sob esta perspectiva: a presença chinesa bloqueia o desenvolvimento africano ou não?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRª ANALÚCIA DANILEVICZ PEREIRA – A última questão: algum país está mais amarrado à China?

Eu acredito que haja parceiros tradicionais. Logo no início dos anos 50, quando se iniciou o processo de independência dos países do norte da África, alguns países logo se aproximaram da China. Portanto, há parceiros mais tradicionais e outros que são parceiros mais recentes, mas eu não diria que haja um que se atrele mais à China. Parece-me que os chineses, realmente, expandiram sua presença por vários países, sejam eles maiores ou menores, e isso é uma realidade que não foi percebida nos anos 90, mas hoje vem produzindo uma reação que se está dando, inclusive, no plano militar, securitário.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Mas é mais na África Subsaariana.

A SRª ANALÚCIA DANILEVICZ PEREIRA – É, a região do Sahel hoje é uma região absolutamente militarizada, com presença externa. Não vamos esquecer que, logo depois da crise de 2008, houve uma série de movimentos importantes ali, a reativação da Quarta Frota no Atlântico Sul, a criação do Africom, o Comando para a África. Nenhum país africano aceitou sediar o Africom. A sede do Africom, se não estou enganada, é em Stuttgart, na Alemanha.

Então, vejam, é um novo jogo, existe um novo jogo, e essa reação, que eu chamaria uma reação euroamericana, está, sim, condicionada pela presença chinesa, mas esteve também condicionada pela presença brasileira. Eu acho que a política africana do Brasil teve um peso internacional importante, e muitas vezes nós não nos damos conta disso, desse papel desempenhado uns anos atrás.

E a Índia também está lá presente, a gente não pode esquecer. Nós falamos muito da China, mas os maiores compradores de terras na África são os indianos. Os indianos compram terras na África.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Mas eles compram para produzir alimentos.

A SRª ANALÚCIA DANILEVICZ PEREIRA – Compram para produzir alimentos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Então, amanhã, podem substituir o Brasil.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ MANUEL GONÇALVES – Na Namíbia, por exemplo, no norte da Namíbia, foi comprada em grande maioria, inclusive com produção de laticínios, foi investimento de alguns dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

emires dos Emirados; o norte da Namíbia todo, inclusive é por lá que eles entram um pouco em Angola.

Doutora, eu só queria sublinhar o seguinte. Nesse quadro do novo pensamento africano, que é um elemento sobre o qual a gente vai ter de falar aqui e que passa muito pela literatura... Inclusive, nos países onde não tem havido muita liberdade para se fazer pesquisas em sociologia, economia ou política, atua-se através da literatura. Eu mesmo passei por esse processo. Tive de falar de uma guerra sob a forma de romance, porque, se não fosse assim, vinte pessoas iriam ser presas, se eu utilizasse o método de pesquisa em ciências sociais. A Chimamanda Adichie, da Nigéria, para falar da guerra do Biafra, fez um romance. Há uma escola de pensamento agora que está, inclusive, baseada em Dakar, chama-se Les Ateliers de la Pensée, que começou com um seminário na cidade de São Luís.

A França é muito criticada, ninguém diz. A China é criticada porque é comparada com os ocidentais, mas a crítica inicial é contra os ocidentais. Mas, neste momento, é muito provável que a França – pelo menos Emmanuel Macron prometeu isso em Uagadugu – retifique as regras do franco CFA. A crítica se tornou tão forte que está dentro dos próprios governos. O comportamento chinês quando se fala nisso é... Se o comportamento das antigas potências coloniais continua a ser um comportamento de dominação, o comportamento chinês é calcado em cima disso, é voltado para o extrativismo.

O exemplo que veio da Guiné Equatorial é um exemplo muito importante em dois níveis. O primeiro: a construção de Malabo, a construção de edifícios públicos. Tudo isso é pago pela economia da Guiné Equatorial, não é pago pela China. A China é o executante. Às vezes empresta dinheiro, mas faz ajuda ligada, como todos fazem, sem dúvida. Quer dizer, emprestam dinheiro para que uma empresa própria vá fazer algo. Este é o caso de Angola: eu acompanhei, durante muito tempo, a construção de uma estrada no extremo sul de Angola e não havia um único operário angolano na estrada. Era uma empresa chinesa com uma produtividade altíssima, com dinheiro emprestado pela China. Angola fica com a estrada, mas paga a estrada. No caso de Malabo, também.

E depois, há um outro problema interno muito sério que a doutora apontou, é a quantidade de importações que há na África de o que a África pode produzir. O que isso significa? Significa que o setor ligado à importação e à exportação nos países africanos, aquela burguesia, aquela elite local está interessada nisso, porque é assim que ela exporta capital. Por exemplo, no caso de Angola agora, o novo Presidente já criticou várias vezes isso, dizendo que: "Olha, essa história de começarem a pedir nos bancos montanhas de dinheiro para importar coisas que a gente vai fazer aqui vai acabar. Vai-se ter de produzir internamente, fazer o investimento aqui." E a constatação que se fez foi de que 60% do capital de Angola no exterior foi feito com sobrefaturações em que havia a intenção de liberada de importar para colocar dinheiro fora. Esse é o desafio, esse é o problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Uma pergunta: essas empresas chinesas que constroem estradas são empresas estatais ou privadas?

O SR. JOSÉ MANUEL GONÇALVES – As duas coisas, há as duas coisas

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Há as empreiteiras chinesas...

O SR. JOSÉ MANUEL GONÇALVES – No caso de Angola, por exemplo... Eu, inclusive, penso que o governo chinês procura equilibrar para não dar a impressão de que o estatal está acima do privado, no sentido de que não deixa funcionar o privado. Há empresas angolanas que fazem acordo direto com linha de crédito chinesa, direto com empresas chinesas. Podem escolher a empresa. Por exemplo, para os acordos de empréstimos, houve um do qual lembro-me bem da negociação, era de 2 bilhões para utilizar como quisesse. Por exemplo, o empréstimo agora que o Brasil fez de 1,3 bilhões pelo BNDES à Angola para obras de infraestrutura é para ser executado por empresas do Brasil. Elas não são mencionadas; quer dizer, Angola pode escolher quem quiser.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Professora, mais algum comentário ou não?

A SRª ANALÚCIA DANILEVICZ PEREIRA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Eu vou ler aqui algumas perguntas que nos chegaram; depois leio outras que eu fiz.

O Sr. Marcos Aurelio Behr da Rocha, daqui do Distrito Federal, mandou a seguinte mensagem: "Permeada por países de ascendência islâmica que repudiam a influência do ocidente, a África se mostra mais suscetível às influências do Oriente. Deste modo, a influência do Brasil no continente fica limitada aos países que falam o Português, como Angola, Guiné-Bissau, Moçambique." Faltou São Tomé e Príncipe.

Então, essa é uma colocação que ele faz que eu deixo aqui no ar. Realmente, essa influência chinesa tem a ver com a ascendência islâmica nos países africanos ou não?

O Fred Almeida, que é do Pará, faz a seguinte pergunta: "Acredito que o Brasil sofre mais influência chinesa que a África. [É interessante o que ele está dizendo, acredito que o Brasil é mais influenciado pela China do que a própria África.] Quase tudo que compramos hoje é fabricado na China! Existe influência maior que essa?" Para que comentem.

Sergio Luis Peixoto: "A III Guerra Mundial já está programada há muito tempo – aguardemos! Há abrigos subterrâneos para os ricos – o principal fica nos Ozarks, EUA. Essa guerra faz parte de um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

antigo projeto nazista de dominação do planeta. Desta vez, eles terão vitória certa, infelizmente." Bem, aqui não trata do assunto nosso de África nem da China.

Querem fazer algum comentário?

A SRª ANALÚCIA DANILEVICZ PEREIRA – Eu gostaria de fazer.

A influência do Brasil na África não se limita aos países de língua portuguesa, quando nós pensarmos numa influência. Tivemos uma política muito oscilante em relação à África. Se nós considerarmos esse histórico recente, a partir desse processo de independência nos anos 60, tivemos um embrião de uma política africana, eu diria, com a política externa independente, mas uma percepção estratégica só nos anos 70, pouco mais de uma década depois, principalmente a partir do reconhecimento do – que não foi fácil – do governo do MPLA pelo governo brasileiro.

Mas, a partir daí, nós tivemos uma ação estratégica, uma visão estratégica de o que a África representava. Daí a ideia de uma fronteira estendida, e a costa ocidental africana passou a ser espaço de atuação brasileiro.

Com a retomada de uma política, vamos dizer assim, mais ativa... Tivemos ali um esvaziamento nos anos 90, mas, a partir dos anos 2000, com a retomada de uma nova percepção da África como espaço estratégico, a atuação brasileira ampliou para outros espaços e programas sociais brasileiros foram replicados na África em espaços que não são os espaços tradicionais ou, pelo menos, os espaços dos países de língua portuguesa. Há programas que se estenderam a pequenos países do Golfo da Guiné, e por aí vai.

Eu acho que o Brasil tentou projetar sua atuação também para outras regiões da costa oriental. Não vamos esquecer que Moçambique está desse outro lado. Então, em termos de interação, também é uma região mais difícil de o Brasil acessar.

Só esse comentário que eu gostaria de fazer, porque as relações do Brasil, ao longo dos anos, a partir de 2003 em diante, se ampliaram bastante para outras regiões que não são só os países de língua portuguesa, embora eles sejam vistos como um eixo prioritário.

Eu gostaria de concordar com o comentário do espectador sobre a influência chinesa no Brasil. Eu diria que é a influência chinesa no mundo. Há coisas interessantíssimas como, por exemplo, em alguns em alguns países europeus, pequenas empresas chinesas, por exemplo, de vestuário se estabelecem e copiam o *design* das grandes referências, produzem a um custo muito mais baixo e atingem um outro mercado, que não é o mercado dos padrões mais altos. Eu acho que essa foi a grande percepção dos chineses. O que eles produzem é para um mercado que foi abandonado em décadas anteriores pela transformação da própria atividade produtiva industrial. Eu acho que nós precisamos decifrar um pouquinho mais a estratégia dos chineses porque, sem sombra de dúvida, foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

com a ocupação desses mercados abandonados que os chineses se projetaram mundialmente. E aí, hoje, no Brasil nós não podemos pensar em consumir algo que lá pelas tantas não tenha sido produzido pelos chineses.

Eu acho que a China tem de ser decifrada. Nós precisamos entender a China, porque, se nós não entendemos a China, também não vamos conseguir construir uma estratégia que se equipare a essa atuação chinesa no mundo.

O SR. JOSÉ MANUEL GONÇALVES – Quanto à primeira pergunta, se realmente a existência do Islã na África Ocidental e Oriental ao longo do Sahel favoreceu a China: não, a China não faz política baseada em religiões. Mas, a região autônoma islâmica da própria China é muito vigiada pelas autoridades chinesas. Já houve, inclusive, atentados terroristas que não tinham ligação internacional, era um jihadismo local. Mas a China tem precaução com isso de tal forma que a militarização do Sahel – a que a professora se referiu com muita propriedade... O Sahel é uma das zonas mais militarizadas do mundo. A gente chega ao aeroporto de Ouagadougou, de Niamey ou de Bamako e estão cheios de drones, uma quantidade enorme, e tropas ocidentais ou tropas das Nações Unidas. A China não tem soldados ali, mas apoia esse esquema. Quando houve a invasão francesa no norte do Mali, a China votou a favor. Com tudo que for para combater o jihadismo a China concorda.

Agora, dizer que a influência chinesa no Brasil é superior à da África, vamos ver as coisas. Primeiro ninguém pode pôr em causa que a China se tornou uma grande potência rapidamente. Há o fenômeno da aceleração da história. Por exemplo, a Europa levou 500 anos para fazer determinadas coisas que os americanos fizeram em 150, e a China faz em 50. Pode aparecer mais alguém, um dia desses, que vai fazer em 25. Então, há esse fenômeno, desde logo. Agora, o que é interessante constatarmos é que, dada a fragilidade... Porque, atenção, na África se leva muito a sério essa discussão sobre os emergentes porque há a consciência de que dos 49 países mais pobres do mundo, dos PMA (Países Menos Avançados) – uma designação diplomática das Nações Unidas para não se dizer mais atrasado –, 45 são africanos.

Então, quer dizer, qualquer investimento, qualquer capital, qualquer compra que alguém faça tem um peso proporcional muito alto. Por exemplo, São Tomé e Príncipe – um caso que eu conheço bem –, durante muito tempo tinha relações com Taiwan e, de repente, verificou que a China poderia colocar lá o dobro do dinheiro. Para comprar o quê? Para comprar cacau e para fazer essas obras que está fazendo ali ao lado, em Malabo. Então, pronto, proporcionalmente o peso da China na África é muito maior do que no Brasil.

Segundo problema: o Brasil tem produtos que podem concorrer com os produtos chineses. A África quase não tem. Tem a África do Sul, por exemplo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E, enfim, o terceiro problema que colocaram muito bem: a China é muito criticada por vender produtos de baixo preço. A China joga mesmo nesse mercado, quer dizer, fornece produtos que realmente têm menos qualidade que os ocidentais, mas que são mais acessíveis a esses mercados.

Por exemplo, um caso concreto, os livros. Um dia, estava lançando um livro meu no rol de entrada da Rádio Nacional, em Luanda, e eu ia assinar os autógrafos. Imaginem o que aconteceu? Não tinha caneta, esqueci. Mas não tive problema nenhum, atravessei a rua, fui falar com o garoto que vendia canetas chinesas e para comprar a caneta chinesa eu tinha o equivalente a US$1, com o qual comprei quatro canetas chinesas. Se eu tivesse de entrar numa papelaria e comprar aquelas canetas que vêm de Portugal, o dólar não chegava para nada, nem para a carga da caneta.

Então, quer dizer, a China tem esta capacidade: ela joga no mercado produtos que têm menos qualidade, têm piores acabamentos, acabam mais rápido, são incomparavelmente mais baratos, e isso, sim, dá competitividade.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – O Embaixador quer fazer uma pergunta?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Por favor, fique à vontade.

O SR. NABIL ADGHOGHI – Muito obrigado, Sr. Senador. Quero saudar os professores, sou Nabil Adghoghi, Embaixador do Marrocos aqui no Brasil.

Só gostaria de fazer um comentário sobre tudo o que foi dito agora pelos dois professores de uma maneira muito pertinente e apropriada: paralelamente a essa dinâmica que a África está vivendo de tentar se inserir na globalização de uma maneira competitiva, focada numa relação com a China, com o Japão, com a União Europeia, com a Ásia, dentro do processo Ásia com a América do Sul, paralelamente a essa dinâmica, há uma dinâmica interna, própria muito importante que o professor destacou, que, no Marrocos, por exemplo, 35% do lucro dos bancos marroquinos são realizados na África hoje em dia.

E tenho dois exemplos muito interessantes nesse aspecto: o Marrocos e a Etiópia assinaram, ano passado, uma parceria em termos de fabricação de adubos e fertilizantes para o Marrocos dentro da Etiópia, para que a Etiópia atinja sua autossuficiência nesses aspectos em 2023, daqui a cinco anos, com o investimento de US$2,5 bilhões. Esse é o primeiro aspecto. Em termos de segurança alimentar, é muito importante a agricultura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O segundo aspecto, um projeto que o Marrocos e a Nigéria estão tentando lançar de construir um gasoduto de Lagos até Casablanca, um gasoduto que vai alimentar toda a fachada atlântica do seu país da África Ocidental. Isso que vai mudar o panorama, a fisionomia energética da África Ocidental.

O mais importante nesse aspecto é que o setor privado da África é que está tomando conta dessa agenda econômica; não são mais governos que decidem entre si, mas o setor privado. Isso dá maior segurança. Quando o setor privado investe US$1, ele vai tentar manter a viabilidade, já estuda a viabilidade de um investimento e vai tentar manter, apesar das mudanças políticas. É um fator muito importante que estamos vivendo hoje em dia na África, o setor privado tem mais protagonismo na agenda econômica do país.

A ideia é de que, da mesma maneira que o aço e o carvão ajudaram a fazer a União Europeia nos anos 50, a complementaridade energética e a agricultura podem fazer emergir essa nova África do século XXI, em que haverá complementaridade. É óbvio que não se pode fazer isso sem se inserir na globalização; é óbvio que há presença histórica aqui muito criticada, como as zonas em que a presença de uma potência é mais predatória que a outra. Enfim, esse debate não tem fim. Mas o mais importante é que, paralelamente a essa dinâmica de globalização e de abertura, há uma agenda propriamente africana. Esse é um fator muito importante.

O segundo elemento que eu gostaria de destacar é que, quando a gente vê o Brasil, a fachada atlântica do seu País é totalmente aberta para o Atlântico Sul. Nesse Atlântico Sul, justamente existe a África. Nesse espaço, temos a Convenção do Marrocos, que pode se constituir um novo polo econômico.

Hoje em dia, é um polo muito frágil em termos de segurança, porque há pirataria marítima no Golfo da Guiné, há muitos desafios, tráfico de drogas, entre as duas fachadas do Atlântico, mas há espaço para mais complementariedade e para uma nova filosofia de parceria Sul-Sul, porque o *soft power* do Brasil é muito apreciado no mundo, sobretudo na África. Acho que há o espaço para uma presença mais expressiva, mais ambiciosa ainda do Brasil na África.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Primeiro, um comentário, Embaixador.

É por causa desse *soft power* brasileiro que eu sou contra o Brasil ter uma cadeira permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. No dia em que nós tivermos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – ... que votar sobre intervenção num país ou outro esse *soft power* começa a perder a sua mística, digamos assim.

Eu tenho algumas perguntas que eu achei muito interessantes, que vêm de fora.

O SR. JOSÉ MANUEL GONÇALVES – Se V. Exª me permite, o que o Embaixador falou tem elementos muito importantes no aspecto energético. Portanto, dos 54 países africanos, 45 capitais não têm abastecimento de energia elétrica constante.

Em Luanda, cidade onde eu nasci, no cômputo do ano, o abastecimento público, vejam bem que já há essa expressão, de energia elétrica cobre 20% dos dias do ano. Portanto, a burguesia, a elite, dispõe nos seus prédios de geradores próprios, o que dá um gasto monumental, porque, por menor que seja um gerador, ele custa US$10 mil. A soma do dinheiro que essa elite gasta para ter energia, independente, daria para fazer um programa energético nacional.

Portanto, um projeto entre a Nigéria e o Marrocos de gasoduto é acompanhado de um outro projeto que está parado, porque há guerra no caminho, que é uma ligação de energia elétrica do Cabo ao Cairo. Ou seja, pegar a velha teoria britânica do Cecil Rhodes, o império britânico do Cabo ao Cairo, e desta vez fazer uma grande ligação elétrica onde a empresa elétrica do Egito, que é fortíssima, com a Eskom da África do Sul, faria e controlaria o desenvolvimento industrial de todo o caminho. O problema é a guerra no Sudão do Sul. Aí não passa ninguém.

Então, o conflito está parando isso, mas há realmente essa preocupação de vamos nos voltar para dentro o mais possível, vamos fazer investimento e vamos começar a fazer infraestrutura para nós. Não é fazer estradas para levar ferro para fora ou carvão, vamos fazer energia elétrica. Esse é o ponto.

Essa sua observação foi muito boa.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Eu fui motivado por isso, depois eu leio a pergunta da Camila Castro Kowalski.

Professor, o Brasil faz isso não com energia elétrica, mas faz com a escola, por exemplo. A elite prefere pagar uma escola privada para os seus filhos do que pagar o que for necessário para que o Estado brasileiro ofereça escola pública para todos. Faz com o serviço de saúde.

Então, eu digo isso para trazer aqui uma questão que eu tinha anotado. Eu durante muitos anos sou fascinado pela comparação entre Brasil e África do Sul, desde que eu li um livro de um jornalista que faleceu há dois anos, sul-africano, de que não lembro o nome, mas o título é *The Mind of South Africa*, a mente sul-africana, um livro que me tocou profundamente. E eu vi uma semelhança profunda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

entre a mente sul-africana do Apartheid e a mente brasileira da apartação, como eu passei a chamar e até escrevi sobre isso.

A mente sul-africana é do Apartheid racial; a brasileira, social. Uma é explícita, a outra é implícita – até porque lá se podia explicitar pela cor da pele, aqui não se podia. Então, aqui fizeram por quem tem dinheiro ou quem não tem dinheiro, mas a segregação funciona de uma maneira parecida.

Lá foi preciso um regime autoritário do Apartheid, aqui foi preciso um regime militar político. Aqui a gente fez a democracia, lá eles acabaram as leis do Apartheid. Aqui nós começamos programas de atendimento às massas, tímidos, mas começamos. Hoje, quase todas as crianças estão na escola, embora não sejam boas. Criamos um programa de transferência de renda, que acabou com a fome, lá também foi sendo feito. Os dois parecem estar em caminhos de desagregação; há violência na África do Sul, o caos político na África do Sul; aqui se fez *impeachment*, lá acabam de fazer *impeachment* também com o Zuma.

A minha pergunta é: de fato, a desagregação social pode caminhar na África do Sul para uma crise de proporção congolesa, de proporção, não vou dizer Síria, porque a Síria tem um caráter militar, mas de proporção como o Congo e outros países que se desagregam, que alguns temem que pode estar caminhando o Brasil também para isso? Vocês acham que há esse risco ou a África em breve se reencontra, brancos e negros, e constroem uma sociedade estável?

O SR. JOSÉ MANUEL GONÇALVES – Eu não acredito que nem Brasil nem África do Sul vão se desagregar. São países que vivem períodos curtos de crescimento, ciclos curtos, vão até dez anos – no Brasil a gente pode observar a Revolução de 30, JK, depois agora caiu de novo. Na África do Sul também é a mesma coisa.

Na África do Sul realmente os diversos grupos raciais, porque continuam a falar em grupos raciais, estão de costas voltadas uns para os outros. Não se discriminam, mas não há contato. Há uma lei na África do Sul que mantém o Apartheid não sei por quantos anos, que é a lei da separação por bairros. E o Apartheid fazia as pessoas comprarem as casas. Acabou o Apartheid e como é que se faz? Vão obrigar as pessoas a venderem casas?

O único bairro, por exemplo, Joanesburgo, o único bairro multirracial é o bairro da alta burguesia. Negros muito ricos compraram casas em bairros muito ricos. Por exemplo, Sandton, nesse momento, o bairro onde o Mandela tinha uma casa, onde ele faleceu. Qual é o branco que vai comprar uma casa no Soweto? Quer dizer, não há essa hipótese. Essa separação é uma separação que vão mantê-la por muito tempo.

No entanto, aquela ideia de fazer um Estado separado branco – a extrema direita está falando sobre isso – é absolutamente impossível, porque a população branca depende da mão de obra da população negra. Por outro lado, a população negra, neste momento, depende do capital que está na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mão dos brancos. Esse fato, neste momento, com o Cyril Ramaphosa, o novo Presidente da África do Sul, está sendo trabalhado no sentido de fortalecer laços de caráter econômico, acreditando que é a base material do país que vai determinar todo o resto e vamos jogar no longo prazo, vamos jogar em seguida.

Houve uma jogada muito inteligente no *impeachment* do Jacob Zuma. Quem tirou o Jacob Zuma foi o próprio Partido dele, que se adiantou, que não deixou ninguém fazer nada e continua dono do jogo e vai ganhar as próximas eleições, até acima daquilo que se pensava. O ANC neste momento é uma aliança de forças políticas que vão desde os liberais aos marxistas. E essa frente tem como expressão um grande empresário que foi sindicalista. Quer dizer, a África do Sul tem tido a sorte de encontrar sempre alguém que atua como uma força resultante. O Apartheid, quando quis, quando entrou em colapso – e quem é que vai me substituir? –, encontrou na prisão uma pessoa para fazer isso, que foi o Nelson Mandela. E agora o ANC, que precisa ter uma capacidade de diálogo com o capital e com a força de trabalho, também encontrou um ex-sindicalista que é milionário hoje. Então, a África do Sul deve ter Deus por trás nessas coisas todas.

Agora, o que acontece é que, tanto no Brasil quanto na África do Sul, a história comum dos dois vai muito longe, ela começa nos anos 30. A industrialização no Brasil e na África do Sul se faz ao mesmo tempo, tudo consequência da crise de 1929, aliás, na Argentina também. Há assim uma série de coincidências.

Senador, eu acho, inclusive, que a problemática racial do Brasil parece com a da África do Sul, não é só social não.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Eu também.

O SR. JOSÉ MANUEL GONÇALVES – Quer dizer, no Brasil, há o prolongamento do sistema baseado na discriminação racial, não estou dizendo preconceito, é discriminação mesmo, redução de oportunidade, ausência de negros nos centros de decisão. Quando se vê um, bate palmas, fica assim...

A África do Sul resolveu esse problema. Em termos de representação, isso existe. Agora, a separação no Brasil não me parece assim tão melhor do que da África do Sul. A diferença é que os sul-africanos fizeram, o Apartheid fez uma jurisprudência nessa matéria que tornou o regime odioso. Enquanto que aqui foi pelo sistema português, fazendo racismo, mas dizendo que não fazia. Por exemplo, o racismo que eu vi na África do Sul quando conheci a África do Sul era o mesmo que eu tinha visto quando criança em Angola, era a mesma coisa.

Então, não sei se não há ainda mais semelhanças entre os dois, somando-se o fato de que as duas economias entraram perto do colapso. Os dois modelos falharam feio. O Brasil foi para recessão. A África do Sul não foi para a recessão, mas está perto. Crescimento de 0,8% com 25% de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

desempregados. Você precisa de 3% para criar novos empregos; se isso não é recessão, andamos perto. Ainda por cima com o risco de que os 0,8% sejam manipulação.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Os nossos condomínios fechados e certos *shoppings centers* exclusivos não são uma forma nítida de Apartheid?

O SR. JOSÉ MANUEL GONÇALVES – É como eles fazem lá.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Mas social. Um negro rico consegue entrar.

O SR. JOSÉ MANUEL GONÇALVES – O problema, Senador, é: quantos negros ricos conseguem entrar?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Raríssimos. É verdade.

O SR. JOSÉ MANUEL GONÇALVES – Esse é o problema.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Então, se disfarça.

O SR. JOSÉ MANUEL GONÇALVES – Há mais negros ricos na África do Sul do que aqui.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – A escola, vamos ver se estão de acordo. Pelo que estudei nessas comparações, as escolas das crianças negras em Soweto, durante o Apartheid, eram melhores do que as escolas dos pobres brasileiros no Nordeste. Não é verdade?

A SRª ANALÚCIA DANILEVICZ PEREIRA – Há alguns aspectos que poderíamos explorar. Porque comparar Brasil e África do Sul é o mesmo... Se nós podemos comparar, há outras coisas que são incomparáveis.

Porque há um componente na evolução política e econômica da África do Sul que eu acho que não há no Brasil, que foi o fato da institucionalização de um regime segregacionista. Mas a institucionalização de um regime segregacionista, em 1948, foi resultado de séculos de segregação. Então, na verdade, ali só se legitimou uma realidade que já existia.

Mas, quando esse regime entrou em crise, teve o apogeu de desenvolvimento o regime do Partido Nacional nos anos 70, mas, nos anos 80, justamente no contexto das grandes mudanças internacionais, em que a África do Sul já não era mais aquele bastião anticomunista tão importante no Sul da África, o regime teve que se reformular. E, ao se reformular, ele passou a abrir uma série de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brechas, e houve a cooptação de setores da maioria negra, que foi ocupando posições, vamos dizer assim, chave nessa reestruturação. Vale lembrar a própria organização dos bantustões na qual os chefes locais tinham seus privilégios diante da grande maioria.

Então, há ali, vamos dizer assim, um jogo que muito claramente está vinculado à manutenção de uma estrutura econômica controlada pela minoria branca. E o fim do Apartheid não representou o fim desse controle. Sem sombra de dúvida, nós vamos ter uma mudança política importante, mas foi uma mudança negociada. E eu não quero tirar o mérito, a importância do fim do Apartheid, mas nós temos que lembrar que houve, sim, uma grande mudança política.

O CNA assume a posição "hegemônica", entre aspas, no cenário político sul-africano, mas a estrutura econômica não mudou de mãos de forma substantiva. Se ações afirmativas no sentido de criar uma classe média negra acontecerem, uma classe empresarial acontecer, nós vamos ver, sim, uma classe de negros empoderados, vamos dizer assim, mas a grande maioria da população não sofreu com mudanças estruturais mais substantivas.

Está certo que nós temos que considerar que – aqui estou computando 300 anos de segregação – isso vá se converter em mudanças aparentes num curto prazo. Talvez, para resolver o problema do desemprego estrutural na África do Sul, nós tenhamos que esperar 50 anos, mas eu acho importante chamar a atenção para isso.

Se nós pensarmos nas escolas, ao longo do regime do Apartheid e com o tipo de formação que os negros recebiam, hoje na África do Sul há uma dificuldade para haver professores para dar aula nessas escolas. Então, é um problema estrutural tamanho que em 20, vinte e poucos anos do fim do Apartheid não vai ser resolvido rapidamente.

No Brasil, nós temos também problemas estruturais importantíssimos, mas nós temos um avanço que precisaria ser reconhecido e que nós não poderíamos perder, na nossa perspectiva, que é o fato de o nosso Estado não ser racista. Nós podemos ter uma sociedade racista, mas nós não temos um Estado racista. E esse Estado deveria ter políticas claras no sentido da diluição das desigualdades sociais. E já está em tempo disso, sobretudo quando nós pensamos na história da construção do Estado brasileiro. Nós já deveríamos ter resolvido muitos desses problemas estruturais. Mas eu acho que essa é uma diferença significativa. Talvez, nós estejamos mais atrasados no sentido de diluição dessas desigualdades pelo tempo que nós temos na frente daquilo que viveu a África do Sul recentemente.

Seriam essas as minhas ponderações.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – No Brasil, bastaria a escola ser boa para todos que já resolveria isso. Se a escola fosse de qualidade igual, nós teríamos uma sociedade sem esse preconceito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou ler aqui as perguntas e vou fazer ainda um último questionamento meu para que vocês possam responder ao final.

De Camila Castro Kowalski para o Prof. José Manuel Gonçalves: "O senhor mencionou a característica 'extrativista' das potências coloniais na África no período imperial. Como o senhor classificaria a atuação do Reino Unido e da França hoje, na região? O senhor acha que seria possível comparar à atuação do Brasil [na África com a do Reino Unido e da França, do ponto de vista, eu imagino, do extrativismo]?"

E ainda uma pergunta da Camila para a Profª Analúcia: "Poderia comentar a importância do Atlântico Sul para o Brasil, tanto em termos estratégicos quanto comerciais, e a importância das relações Brasil-África neste sentido?"

Há uma pergunta aqui do Orlando Padilha, do Paraná, que é parecida com a que eu havia feito. Então, já foi respondida, ou seja, se era possível plantar soja na África.

A pergunta do Milton Pokorny eu acho importante ler, porque ele tem uma experiência pessoal na África. Eu não o conheço. Ele diz aqui: "Como evitar que as verbas repassadas para projetos na África sejam desviadas?" Por exemplo, pela corrupção, eu imagino. "Tenho conhecimento de que a China administra diretamente os projetos que patrocina para evitar esse problema de desvio do dinheiro." Aí ele diz aqui uma coisa que eu achei interessante: "Estive no Burundi trabalhando como médico. Vi equipes de médicos atuando no hospital em que trabalhei [médicos chineses]. Portanto, a China tem se mostrado um verdadeiro parceiro da África e, com isso, tem crescido a sua influência naquele continente, sem se envolver na política em si." Quero dizer ao Milton que o Brasil tem um programa parecido, o Mais Médicos, que considero um dos grandes programas que o governo anterior fez.

E a minha pergunta, para que fique algo, porque, como se diz por aí, não deve haver lanche gratuito: o que vocês recomendam para a política externa brasileira em relação à África? Aqui é o Congresso; nós não fazemos diretamente a política, mas ali está uma Embaixadora do Itamaraty, e essa mesa nós a levaremos para o Itamaraty. O que os senhores recomendam para que o Brasil tenha uma política melhor em relação à África?

O Presidente Lula, devo reconhecer, teve uma política de relações, a meu ver, muito positiva no intercâmbio dele próprio, com o seu carisma, mas eu não sei se, como política externa, ficou alguma coisa ou não. Então, o que, daqui para a frente, a gente deve fazer para melhorar as nossas relações com os irmãos africanos? Afinal de contas, este é um país africano também pela sua formação étnica e cultural.

O SR. JOSÉ MANUEL GONÇALVES – Segunda população negra do mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – A segunda população negra?

O SR. JOSÉ MANUEL GONÇALVES – Depois da Nigéria.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – E mesmo nós, brancos – se é que eu posso me chamar de branco –, somos negros também na cabeça.

O SR. JOSÉ MANUEL GONÇALVES – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Então, como é que a gente, que é um país africano, pode se relacionar melhor, nas ações do Governo, com a África?

Com essas perguntas, poderão se despedir. E ainda: depois, eu vou querer uma assessoria de vocês para aprofundar os meus interesses na África.

O SR. JOSÉ MANUEL GONÇALVES – Bom, quanto à pergunta da nossa ouvinte-telespectadora sobre o papel e a orientação do Reino Unido e da França, posso asseverar que a orientação econômica é a mesma do tempo colonial. Os agentes administrativos é que mudaram. As soberanias... Mudou a cor da bandeira, mudou a cor do Presidente, que antes era chamado governador. Há uma mudança que não tocou a base material. O relacionamento da África com o mundo é um relacionamento de origem colonial. Portanto, a África continua sendo, do ponto de vista econômico, um continente que tem muita matéria-prima e onde há, agora, uma classe média que já pode consumir alguns produtos que vêm desses países.

A posição do Brasil é exatamente essa. Portanto, durante todo esse período, inclusive durante uma fase de reforço das relações do Brasil com a África, foi o período em que isso mais apareceu. As empresas do Brasil... Eu me lembro, inclusive de duas campanhas fortíssimas contra a Vale do Rio Doce: uma em relação à bauxita da Guiné Conacri, e não da Guiné-Bissau, e outra na própria África do Sul, onde houve uma greve contra a Vale do Rio Doce desencadeada pela Cosatto.

Portanto, todos os países que seguem, que têm uma política de desenvolvimento industrial, como é o caso da China e como é o caso da Índia, mas que têm déficit de matéria-prima, estão interessados na África em virtude das matérias-primas africanas e, logicamente, têm precauções de caráter político, têm, vamos dizer assim, até uma história política a defender e, por exemplo, aparecem médicos... Mas todos eles colocam lá médicos! Os franceses enchem a África de médicos! Inclusive, quem não quiser fazer serviço militar na França, substituindo isso por uma ação que eles chamam de cooperação, é liberado do serviço militar. Eu me lembro disso no Senegal – a Embaixadora já foi –, mas é um número que, inclusive, pesa. Portanto, todos eles fazem essa aparente política social, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

justificar a política principal, que é, até agora e desde sempre, desde o final do século XIX, baseada em um ponto: a África tem matéria-prima. É isso!

Agora, em alguns países, como é o caso da África do Sul, onde, apesar do racismo, houve um desenvolvimento autocentrado, ou seja, em que a burguesia branca da África do Sul tinha necessidade, ela própria, para se desenvolver, de fazer uma política que não fosse exatamente uma política apenas colonial, mas promoveu colonialismo interno, dominou uma população dentro do território que estava à sua disposição. E, no final, quando a panela de pressão estava muito alta, rapidamente – eles tinham um mês para isso, e essa é mais uma das provas do crime – então, o Apartheid promoveu algumas mudanças, desde o momento em que a luta se aproximou da fronteira deles, com a independência de Angola e de Moçambique, alterando a correlação de forças, a partir de 1974, 1975, começaram a fazer uma política reformista, melhoraram o ensino em Soweto, por exemplo, e criaram uma classe média que nós calculávamos, em 1994, quando Mandela chegou ao poder, em 4 milhões de pessoas. Isso, com o tipo de família urbana da África do Sul, dá, mais ou menos, 800 mil famílias, e esse número seria, hoje, de 6 milhões. Essa questão define classe média como no Brasil.

Houve um momento no Brasil em que se definia classe média a partir de uma renda de R$1,2 mil, um operário mais bem pago. Na África do Sul também fizeram um pouco isso, mas, depois, tiveram mais cuidado, porque o Statistics South Africa, o serviço de estatística, é mais cauteloso. Parece que a classe média negra sul-africana seria composta, então, por seis milhões de pessoas.

O mercado interno sul-africano está composto da seguinte forma: seis milhões de negros, dois milhões de mestiços, um milhão de indianos e cinco milhões de brancos; e, depois, fica fora disso o resto da população de 50 a 60 milhões, neste momento, consoante os cálculos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Só uma pergunta: todos os brancos podem ser considerados de classe média?

O SR. JOSÉ MANUEL GONÇALVES – Todos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Não há pobres?

O SR. JOSÉ MANUEL GONÇALVES – O número de pobres é residual. Portanto, os últimos levantamentos indicam de cinco a seis mil pobres brancos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Mil?

O SR. JOSÉ MANUEL GONÇALVES – Sim; de cinco a seis mil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Jacob Zuma era muito próximo, tinha muitos amigos africâneres e ele foi a uma espécie de favela, junto de Pretória, de brancos africâneres, onde constatou que havia cerca de 200 famílias. E era a maior!

Portanto, o desemprego entre os brancos é de 2%; no conjunto da população é de 25%; e, se forem considerados só os jovens, é de 40%. Quer dizer, realmente, a fratura é racial, continua sendo racial. Inclusive, os mecanismos de combate à pobreza entre os brancos são muito mais fortes do que entre os negros. E isso vem do tempo do *apartheid*, quando os de língua inglesa eram muito ricos e os de línguas africanas eram muito pobres. E foi o Partido Nacional, que depois se queixou da política de ações afirmativas, que fez a ação afirmativa quando tomou o poder. Favoreceu o seu grupo.

Agora, é claro que o Reino Unido e a França, para concluir a resposta à nossa telespectadora, alteraram alguns elementos na sua conduta, ou seja, eles procuram, de certa forma, associar-se a agentes locais. Há um número de empresas mistas, francesas e inglesas com locais. No caso do Senegal e no caso da Costa do Marfim, essas empresas existem. No período colonial, não existiam. Mas, enfim, é um aspecto que é secundário, quer dizer, basicamente é o extrativismo é que domina o continente africano e é isso que em todas as faculdades.... Eu estudei na Universidade de Cape Town e, desde logo, ainda em 1994, quando se deu a queda do *apartheid*, uma das coisas que a gente mais discutia na faculdade era mesmo isso: vamos acabar com o extrativismo.

Na África do Sul, eles já diziam ter diminuído, porque o peso da exportação do ouro significava 11% das exportações totais, enquanto que as exportações industriais iam a 30%. Portanto, isso é que definiria o país como emergente.

No caso do Brasil, também é mais ou menos esse o aspecto. Mas é o que a gente pode dizer.

Agora, em relação ao nosso ouvinte que falou da sua experiência no Burundi, realmente o número de médicos que existe no continente africano – médicos estrangeiros, que estão como voluntários ou que são contratados pelos próprios governos –, é alto, de todas as nacionalidades. Inclusive, médicos cubanos, em grande número, em vários países africanos. E são médicos baratos, não são médicos formados do mesmo tipo dos franceses. Alguns dizem até que são apenas técnicos em medicina, mas prestam serviço, sobretudo em zonas rurais, onde não havia nada.

Então, quer dizer, esse é um fenômeno, um apoio que há lá.

Olha, para sugerir uma política do Brasil específica para a África, Senador, nós temos que nos sentar e conversar muito. (*Risos.*)

Mas a gente pode começar por dizer o seguinte: o grande problema que nós temos debatido – e há pouco falei do Atelier de la Pensée, lá em Dakar... Temos duas instituições em Dakar: o Codesria e esse ateliê, onde a gente discute muito, e a grande conclusão é a seguinte: África não tem os recursos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

humanos para explorar os seus recursos naturais, o que a vulnerabiliza e permite esse extrativismo. Se tivéssemos, isso não aconteceria.

Então, se o Brasil quiser investir muito – e o senhor é um grande partidário da escola, fez uma campanha presidencial tendo isso como programa –, tem que se bater por isso. Ou seja, uma cooperação nessa área o Brasil pode fazer.

Há elementos que têm de ser desenvolvidos. Nos países de língua portuguesa, o Brasil pode entrar em qualquer área de formação.

Há uma entidade brasileira muito bem vista na África e da qual ninguém fala, que é a Embrapa. Eu fui encontrar a Embrapa no Deserto do Kalahari, em projetos da Namíbia. Eles têm uma base muito forte. Aliás, têm duas: uma forte em Gana e, depois, uma segunda no Mali, e com muita coragem, porque não saíram de lá durante a guerra, o que, na África, já pega bem, porque os outros evacuam todo o seu pessoal e vão embora. A Embrapa ficou o tempo todo em Bamako durante esse período.

Então, esse é o primeiro ponto para a gente estudar a cooperação. Aí, seria cooperação mesmo, quer dizer, atuar no domínio do desenvolvimento dos recursos humanos para que a África possa, ela mesma, explorar os seus recursos naturais.

Em segundo lugar, aprovar um código de conduta para as empresas brasileiras na África. Há que se acabar com essa história daquela corrupção que está lá, que, às vezes, é mais acentuada que a que está aqui, só que ainda não se tocou nisso. Quando tocarem, vai ser um escândalo daqueles!

E, simultaneamente, ter uma política mais correta em relação à contratação de pessoal local. A Vale do Rio Doce era acusada pela Cosatto, na África do Sul, de praticar salários para os operários africanos da ordem de 50% daqueles que pagava aos operários do Brasil. Eu nunca verifiquei se essa acusação era verdadeira ou se tinha base.

Enfim, há aqui três ou quatro pontos que são importantes.

Se o Brasil, realmente, reduzir o número das suas representações diplomáticas na África, então, terá que ter embaixadores com peso, quer dizer, não é colocar apenas uma burocracia espalhada e ficar nas capitais. Há que haver realmente um contato direto e explorar então o *soft power,* como o Embaixador do Marrocos falou. Aí, o Brasil é forte e é forte através de duas coisas que se chamam CBF e Rede Globo. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Muito obrigado, Professor.

Professora, com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª ANALÚCIA DANILEVICZ PEREIRA – Pois bem, sobre as relações Brasil/África, o Atlântico Sul nos liga à África e nos ligou historicamente à África. Nós estávamos falando, agora mesmo, das questões do Brasil como um país africano. Sem dúvida, a diáspora africana é importante para a constituição social do Brasil, no entanto esse mesmo oceano que nos ligou à África... Vejam, ligou-nos à África no período colonial, muitas vezes, sem a tutela portuguesa. E essa conexão é evidentemente caracterizada pelo comércio de escravos, mas também por um intenso comércio de todo tipo de mercadorias. Ou seja, é no sentido da interação. Nós tínhamos uma interação muito forte durante todo o período colonial.

Quando o colonialismo se iniciou no continente africano, no final do século XIX, no contexto da partilha da África, da Conferência de Berlim, o Atlântico Sul foi bloqueado nessas relações, principalmente com o avanço britânico, que controlou – e controla ainda hoje – espaços estratégicos na região, que vão ali de um conjunto de ilhas seguindo até em direção ao Pacífico, com as Falklands, Malvinas, mas também em direção ao Índico. Ou seja, o Oceano Atlântico Sul hoje ainda é um oceano controlado por forças e por potências extrarregionais.

Esse bloqueio nos afastou da África por um longo período, talvez não tão longo quanto aquele que nos aproximou, mas por um período em que muitas mudanças se processaram tanto no Brasil como no espaço africano. Do final do século XIX, pelo menos, até o final da Segunda Guerra Mundial, a África estava em boa medida fechada para o mundo controlada por suas metrópoles europeias. E esse distanciamento foi um distanciamento, parece-me, fundamental para que se estabelecesse uma visão desse espaço como um espaço estratégico tanto para o Brasil quanto para a África.

Acho que a consolidação, vamos dizer assim, de fato, de uma visão estratégica foi tardia para o Brasil, porque nós estamos falando da constituição de um espaço que é um espaço geopolítico, sem sombra de dúvida, tão importante para o Brasil quanto importante para a África, mas é um espaço geoeconômico com uma enormidade de recursos de todo o tipo que beneficiaria tanto o Brasil quanto o espaço africano. Estou me referindo ao Brasil, mas, de uma maneira geral, aos países costeiros tanto na América do Sul quanto na África. E, mais do que isso, nós podemos falar, sim, num espaço – eu acho que o professor se referiu anteriormente – que é um espaço que pode vir a se tornar um polo de desenvolvimento que beneficiaria tanto a costa sul-americana quanto o espaço africano de uma maneira geral.

Então, nós temos que pensar nessa interação por meio de uma perspectiva estratégica hoje. Sem sombra de dúvida, esse é um espaço ameaçado. E, quando falo ameaçado, eu estou me referindo a ameaças securitárias, que dizem respeito à capacidade de defesa tanto do espaço americano quanto do espaço africano. São crimes de todo o tipo que podem acontecer, e crimes transnacionais. A presença de forças extrarregionais militarizadas na região me parece que é um problema; a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

organização de forças extrarregionais que venham atuar nessa região também me parece um problema, porque nós estamos falando de uma região extremamente rica.

Então, a percepção desse espaço como um espaço estratégico faz com que o Brasil – e aí já entra uma segunda questão – necessariamente, obrigatoriamente, se pretende garantir um projeto nacional... E, quando eu falo em garantir um projeto nacional, quero dizer o seguinte: nós temos uma concepção de nação? Nós somos um país africano ou nós somos brasileiros? Porque essa é a nossa herança, mas como é que nós construímos uma ideia de nação? Quem somos nós brasileiros?

Eu acho que nós temos que fazer uma pergunta. Nós corremos sério risco de uma divisão social profunda no Brasil, com base em elementos que estão longe de garantir uma identidade nacional, e isso me preocupa, preocupa-me muito: se nós somos uma nação, qual é o nosso interesse como nação? Ou seja, o que nos estimula a pensar na ideia de interesse nacional?

E o interesse nacional tem que ser garantido por um poder nacional. E aí nós temos não só as nossas forças como importantes e necessárias para a defesa do nosso projeto, do nosso território, do nosso espaço de atuação, mas muito mais do que isso ou tão importantes quanto são os recursos humanos que este País pode formar, porque a base desse poder nacional diz respeito ao nosso controle sobre ciência e tecnologia e formação de pessoas capazes de pensar este País de uma maneira geral. Então, se nós queremos construir isso, nós temos que pensar na África como espaço estratégico, porque, sim, está ligada a uma ideia de fronteira, se considerarmos o espaço geopolítico no qual o Brasil se insere. Portanto, é prioritário, assim como a América do Sul.

É nesse sentido que eu acho que a África tem que ser pensada pelo Brasil. Nós temos que ter uma política africana consistente, mas nós só vamos tê-la se nós tivermos muito claro qual é o nosso projeto. E o nosso projeto está, sim, ligado à ideia de uma coesão nacional – não, de uma fratura nacional – e de uma clara concepção de desenvolvimento. Senão, Senador, vai ficar difícil.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Vai ficar difícil.

A SRª ANALÚCIA DANILEVICZ PEREIRA – É isso.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Eu diria: quem somos nós e o que queremos ser no futuro.

A SRª ANALÚCIA DANILEVICZ PEREIRA (*Fora do microfone.*) – E o que queremos ser, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Diga-me uma coisa: quantos centros brasileiros de estudos africanos há nas universidades brasileiras?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª ANALÚCIA DANILEVICZ PEREIRA – Senador, essa é uma curiosidade. Houve, sim, centros importantes no Brasil e centros de referência. E qual foi, talvez, o maior problema desses centros? Quando agências de fomento internacionais passaram a financiar os projetos de pesquisa. No momento em que nós temos agências internacionais financiando esses projetos de pesquisa, nós fazemos as pesquisas que nos são encomendadas. Então, tivemos esse problema no Brasil.

O nosso centro na Universidade Federal do Rio Grande do Sul é um centro relativamente recente, mas nós temos um movimento intenso de pesquisa tanto por parte dos professores envolvidos quanto dos alunos no nível de graduação e no nível de pós-graduação, mestrado e doutorado. Nós temos um *site* que divulga o nosso trabalho, na medida do possível. Nós não temos financiamento nenhum, nós lidamos com os recursos das universidades destinados às universidades federais e, nem sempre, esses recursos chegam à pesquisa propriamente dita. Então, nós construímos, de uma forma muito pessoal, muitas vezes, essas atividades.

E seria interessante consultar, porque nós divulgamos nesse *site*, no *menu* Biblioteca, todos os trabalhos de conclusão de curso, todas as dissertações de mestrado e todas as teses de doutorado defendidas sobre temas africanos. Então, ali eu diria que nós temos uma boa contribuição, se consultada, sobre o que temos discutido especialmente na Universidade Federal, no centro especificamente, sobre a realidade africana, porque o nosso foco é, sem dúvida, apesar de ser um centro multidisciplinar, na África contemporânea e nas relações com o Brasil e na Cooperação Sul-Sul.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – O nosso núcleo da UnB, da Universidade de Brasília, foi criado 32 anos atrás, quando eu era reitor, deve ser um dos mais antigos.

A SRª ANALÚCIA DANILEVICZ PEREIRA – Provavelmente.

O SR. JOSÉ MANUEL GONÇALVES – Senador, eu só queria acrescentar sobre a noção de multidisciplinar. Há uma crítica agora internacional muito forte no que se refere à noção de estudos africanos. Os estudos africanos seriam – de acordo com o novo pensamento africano, que é o pensamento do afrocosmopolitismo – a continuação dos estudos coloniais com um novo nome.

Pronto, o Embaixador já sorriu, já conhece o debate.

E, na França, esse debate que começou na África incidiu tão rapidamente que eles mudaram o nome de vários centros. O famoso Centre d´Étude d´Afrique Noire de Bordeaux chama-se África no Mundo hoje.

E a proposta que nós estamos fazendo a todos os centros é justamente de se chamarem Centro de Estudos Multidisciplinares sobre a África, porque além da suspeita de ser continuação de estudo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

coloniais, há uma espécie de segregacionismo. Por que, para a Europa, para a América Latina estuda-se Sociologia, História, e, para a África, criaram uma disciplina específica?

Há uma crítica que vai muito longe feita por Stanislas Adotevi, que é togolês, mora em Burkina Faso e criou a noção dos "negrólogos", que é uma piada que ele faz com os antropólogos, com os sociólogos, que seriam os "negrólogos" também.

E eu passei por uma experiência, uns anos atrás, em que, no mesmo ano, fui convidado para um debate sobre o Banco de Reserva da África do Sul, estudos financeiros. E fui convidado para um debate em Dakar do Banco Central da África do Oeste, estudos africanos. Qual é a diferença? É que o Banco de Reserva de África do Sul é dirigido por brancos, e o outro é dirigido por negros.

Quer dizer, há aqui realmente uma racificação dessa matéria e há a criação de uma disciplina especial para a África, como se a África fosse fora do mundo, fosse fora da humanidade. Então, se olharmos, centros de estudos africanos na África praticamente não há nenhum; é fora da África que isso existe. E a designação de estudos africanos terá que ser, então, adaptada a essa nova visão, a essa nova crítica.

Na semana passada, de quarta a sexta, no Rio de Janeiro, teve lugar o Encontro da Associação Brasileira de Estudos Africanos. Apesar dessas minhas posições, eu estava lá, fui convidado, dirigi uma Mesa e deixamos essa crítica. De maneira que, já nessa nova perspectiva da aproximação com a África, atenção, porque a expressão "estudos africanos" pode aparecer como uma expressão paternalista dado o debate que está em andamento.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Eu temo que isso seja mais uma questão semântica. Quando nós criamos aqui o Núcleo de Estudos Africanos, criamos o Núcleo de Estudos do Brasil, que coordenei por muitos anos.

O SR. JOSÉ MANUEL GONÇALVES – O debate está assim.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Criamos também o Núcleo de Estudos da Europa; criamos um dos Estados Unidos, um da Ásia. Então, a ideia era criar núcleos de estudos por região e por país até. Eu temo que fique aí uma questão...

O SR. DR. JOSÉ MANUEL GONÇALVES – O debate está assim.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Sim, mas é bom o debate. É preciso haver um lugar onde se reúnam pessoas de diferentes áreas de conhecimento para discutir temas.

O SR. JOSÉ MANUEL GONÇALVES – A noção do multidisciplinar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª ANALÚCIA DANILEVICZ PEREIRA – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Claro, tem que ser multidisciplinar. E é óbvio que o Brasil é um tema; a África é um tema; a Europa é um tema; a China hoje é um tema, criamos o Núcleo de Estudos da China, e isso há mais de 30 anos.

O SR. JOSÉ MANUEL GONÇALVES – Sim, mas não se chama de estudos chineses, não. Essa que é a diferença. Há o passado dos estudos coloniais que marca muito essas coisas.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – No nosso caso, aqui é África, não é africanos; estudos da África. Pode ser.

O SR. NABIL ADGHOGHI (*Fora do microfone.*) – Mas há essa percepção justamente do orientalismo; na Europa, se cuida do orientalismo. É como uma forma de paternalidade.

O SR. JOSÉ MANUEL GONÇALVES – Exatamente.

O Edward Said sublinha isso muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Mas o Said, em relação à Palestina? Em relação ao orientalismo.

O SR. JOSÉ MANUEL GONÇALVES – Não, em relação ao orientalismo. É que essa história do africanismo começa muito mal, começa no século XIX. O africanismo era uma expressão, era a ponta de lança do colonialismo.

A SRª ANALÚCIA DANILEVICZ PEREIRA – Se me permite, Senador, só um rápido comentário. Recentemente, já é o segundo ano, nós começamos a editar a *Revista Brasileira de Estudos Africanos*. É uma revista jovem, mas o que tem chamado atenção é que a maior parte dos artigos é de africanos. Então, nós temos ali um conjunto de artigos e a grande parte são publicações de africanos que submetem artigos à nossa revista. Parece-me que isso, de uma certa forma, reflete aquilo que foi a nossa proposta inicial de pensar a África por ela mesma, entender a África por meio da sua realidade e não, de uma visão eurocêntrica, ou anglo-saxônica da realidade africana, ou mesmo chinesa; uma visão brasileira da realidade africana.

Nós, pensadores brasileiros também temos que entender a África. Por quê? Porque a África é importante para nós, não só pela nossa história, mas pela nossa posição política internacional. Então, nós temos um foco, sim, em estudos históricos, sociológicos, das relações interafricanas, da relação da África no sistema internacional de uma maneira geral, ou seja, o nosso interesse pela África para entender a realidade africana por meio da quebra, parece-me, dos principais estereótipos que envolvem a visão que se tem da África.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Essa é a palavra: estereótipo; essa é a palavra. O que o Said critica é que se fez um estereótipo do Oriente. Então, não era verdade, não era o que eles pensavam de uma forma folclórica até.

O SR. JOSÉ MANUEL GONÇALVES – Mas o ideal no Brasil seria inserir a África. Por exemplo, quando se trabalha a economia, ter exemplos africanos. Quando se trata da História Universal, a África some, não existe aqui no Brasil, faz-se uma coisa à parte. Na hora em que se começa a fazer à parte, eu tenho um nome para isso, todos nós temos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Quanto à História mesmo, as pessoas acham que a História da África é de agora; a História da África tem milhares de anos e com grandes "potências", entre aspas, mas com grandes nações no passado. E aí eu não resisto a uma pergunta, já que estamos falando no passado e de grandes civilizações: o que está acontecendo hoje no Zimbábue, onde houve uma grande civilização no passado e que está...?

O SR. JOSÉ MANUEL GONÇALVES – Está num processo de mudança.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – De mudança.

O SR. JOSÉ MANUEL GONÇALVES – É um outro processo de mudança interessante, porque é igual ao da África do Sul. Quer dizer, muda por dentro, com o partido no poder. Tirou-se o Robert Mugabe, fez-se pressão – aí houve pressão militar; na África do Sul, não houve. Fez-se pressão militar, tirou-se o Robert Mugabe e colocou-se o seu próprio Vice-Presidente, quer dizer, continuou dono do jogo, vai ganhar as eleições.

Agora, do ponto de vista cultural, sobre aquela famosa história do que se chamaria o Império Monomopata, tudo isso aparece neste momento como símbolos realmente do passado, porque o sistema de ensino do Zimbábue foi um dos que mais sofreu durante o período.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Eles tinham uma das melhores universidades da África.

O SR. JOSÉ MANUEL GONÇALVES – Num certo momento, sim. Logo após a queda do racismo, houve um período de dez anos em que a universidade era excelente. Houve alguns amigos, o próprio Reitor, que depois faleceu, mas, ultimamente... Por exemplo, pouco antes da queda do Robert Mugabe, houve um escândalo lá dentro com a esposa do Robert Mugabe.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Dentro da universidade?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ MANUEL GONÇALVES – Da universidade. A esposa do Presidente da República matriculou-se na universidade para fazer um PhD e recebeu o PhD em três meses. E agora há um inquérito em cima disso para tentar recuperar a Universidade do Zimbábue. A Universidade de Harare, depois da queda do *apartheid*, estabeleceu relações muito fortes com a Universidade de Cape Town e com uma das universidades de Joanesburgo, mas depois deixou de ter contato. Agora, provavelmente, vai refazer tudo isso.

As universidades mais fracas na África são as de língua portuguesa.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – E, na África do Sul, as universidades continuam boas?

O SR. JOSÉ MANUEL GONÇALVES – Essas sim. Elas são criticadas em certas matrizes, mas, por exemplo, a Universidade de Cape Town – isso é uma constatação grave –, no *ranking* mais lido, que é o Times Higher Education, está no lugar 156 no mundo. A melhor do Brasil, que é a USP, está no 258. É uma diferença monumental de Cape Town para as outras. Das dez melhores universidades africanas, nove são sul-africanas. A única que não é sul-africana é a de Alexandria, no Egito. Há universidade dos antigos banquistões que aparecem nas listas africanas muito acima de Maputo e Luanda. Isso é uma coisa que a gente tem dito muito em Luanda. Nas eleições, falava-se muito nesse aspecto, ou seja, que o sistema de ensino sul-africano... Os sul-africanos, o ANC procurou manter duas coisas: na área econômica, ele não conseguiu tocar muito; tentou, mas não deu. Agora, na educação e nas forças armadas, não quis mexer, não quis mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Mas as universidades são plurirraciais?

O SR. JOSÉ MANUEL GONÇALVES – São plurirraciais. A Universidade de Cape Town já desrespeitava o *apartheid.*

Por exemplo, eu cheguei à Universidade de Cape Town em 1994. Os estudantes negros que estavam no terceiro ano não entraram naquele ano de 1994, já estavam lá. Há um time de futebol da Wits em Joanesburgo que era um time multirracial no campeonato profissional sul-africano. As universidades desrespeitavam o *apartheid* a partir dos incidentes do Soweto. Portanto, a partir 1979, começou uma transgressão nacional.

A Universidade de Cape Town fica numa colina e em frente há um grande bairro que é o maior bairro mestiço da África do Sul. A África do Sul, país do *apartheid*, é o que tem mais mestiços na África, quatro milhões. As relações sexuais entre pessoas de raças diferentes dava prisão na África do Sul. Estávamos conversando, éramos quatro e um disse: "É impressionante!" Noventa por cento dos mestiços sul-africanos são descendentes de mestiços, mas 10% não o são; tinham nascido recentemente produto de relações inter-raciais. E 10% são 400 mil, o que é muita é muita

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

transgressão! Quer dizer, não é uma relação sexual que produz um filho. São muitas transgressões. Então, estava aquela sociedade toda transgredindo, e havia um Estado racista em cima; estava pendurado e acabou caindo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Eu gostaria de continuar este debate, mas já está na hora.

Quero agradecer muito a presença do senhor e dos embaixadores que aqui estiveram.

A transmissão foi ao vivo e depois se repete isso diversas vezes. Vai criar um bom impacto na busca de trazer para o Brasil o sentimento da importância da África.

Muito obrigado ao senhor e à senhora. (*Pausa.*)

Tenho de fazer agora uma parte burocrática: está encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 18 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 20 horas e 36 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2018, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às oito horas e cinquenta e nove minutos do dia dezenove de abril de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Fernando Collor, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Roberto Requião, Fernando Bezerra Coelho, Hélio José, José Pimentel, Paulo Paim, José Agripino, Cássio Cunha Lima, Flexa Ribeiro, Lasier Martins, Ana Amélia, Cristovam Buarque, Wellington Fagundes e Armando Monteiro. Deixam de comparecer os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Romero Jucá, Gleisi Hoffmann, Acir Gurgacz, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Antonio Anastasia, Paulo Bauer, Ricardo Ferraço e Pedro Chaves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores e desta reunião, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em três partes: **1ª Parte - Indicação de Autoridade**. **ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 16, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Coreia." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 10, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora MÁRCIA DONNER ABREU, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República do Cazaquistão, e, cumulativamente, junto à República do Turcomenistão e à República Quirguiz." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Pedro Chaves. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 2 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 25, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte para o Intercâmbio de Informações Relativas a Tributos, celebrado em Brasília, em 28 de setembro de 2012." **Autoria:** Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN). **Relatoria:** Senador Lasier Martins (*Ad hoc*), substituiu Senador Lasier MartinsSenador Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 3 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 179, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Confederação Suíça para o Intercâmbio de Informações sobre Matéria Tributária, assinado em Brasília, em 23 de novembro de 2015." **Autoria:** Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN). **Relatoria:** Senador Armando Monteiro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **3ª Parte - Instalação de Grupo Parlamentar**. **Finalidade:** Reunião de instalação do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil - Reino da Arábia Saudita conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. **Resultado:** Instalado o Grupo Parlamentar de Amizade Brasil - Reino da Arábia Saudita, é aprovado seu Estatuto e eleita por aclamação sua Comissão Executiva, na seguinte forma: Presidente de Honra: Senador Eunício Oliveira Presidente: Senadora Ana Amélia Vice-Presidente: Senador Fernando Collor. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fernando Collor

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/04/19

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 4ª Sessão Legislativa da 55ª Legislatura do Senado da República.

Comunicados.

Cuba.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O atual Vice-Presidente de Cuba, Miguel Diaz-Canel, foi escolhido ontem pela Assembleia Nacional do Poder Popular, o Parlamento Cubano, como sucessor do atual Presidente Raúl Castro, marcando a primeira vez, desde a Revolução Cubana, em que o líder de Cuba não será um membro da família Castro.

Miguel Diaz-Canel deve assumir oficialmente o posto de Presidente de Cuba na tarde de hoje, dia 19. Raúl Castro, que é Presidente de Cuba desde 2006, continuará no comando do Partido Comunista de Cuba até 2021, de onde exercerá grande influência na política cubana e apoiará o seu sucessor. Essa é a primeira vez em que a presidência e a liderança do Partido Comunista não serão exercidas pela mesma pessoa.

Miguel Diaz-Canel era relativamente pouco conhecido quando assumiu, em 2013, a 1ª Vice-Presidência do Conselho de Estado de Cuba, mas, desde então, tornou-se o braço direito de Raúl Castro. Nascido em 1960, um ano depois da vitória da revolução, quando foi deposto o ditador Fulgêncio Batista, Díaz-Canel não faz parte da geração revolucionária que fundou o atual regime cubano.

Segundo analistas políticos, a chegada da geração pós-revolucionária agora ao poder sugere uma mudança de estilo e cria expectativas sobre o futuro governo, mas não está claro se os novos líderes vão preencher essas expectativas. Engenheiro elétrico por formação, Díaz-Canel é mais liberal que outros membros do Partido Comunista. Em 2013, acalmou o furor causado pela censura aos blogs de estudantes críticos ao governo. Encontrou-se com os censurados na frente da imprensa e disse que, na era da internet, “proibir algo é quase uma ilusão”.

Sua elevação à Presidência é parte de uma troca geracional mais ampla. Vários octogenários conservadores, como José Ramón Machado Ventura, que era Primeiro Vice-Presidente antes de Díaz-Canel assumir o posto, e Ramiro Valdés, ex-Ministro do Interior, provavelmente deixarão o Conselho de Estado. Díaz-Canel também deverá substituir ministros.

Na opinião dos especialistas, o novo Presidente precisa fazer reformas urgentes, especialmente no campo econômico, para aprofundar a abertura dirigida por Raúl Castro nos últimos anos.

Coreia do Norte.

O presidente dos Estados Unidos revelou, ontem, que o chefe da Agência de inteligência norte-americana (CIA), Mike Pompeo – nomeado recentemente para o cargo de Secretário de Estado – fez uma visita secreta à Coreia de Norte e falou com o líder norte-coreano, Kim Jong-un. A visita de Pompeo foi parte do esforço para lançar as bases do anunciado encontro histórico entre os líderes da Coreia do Norte e dos Estados Unidos. Nascido em 1960, um ano depois da vitória da revolução, quando foi deposto o ditador Fulgêncio Batista, Díaz-Canel não faz parte da geração revolucionária que fundou o atual regime cubano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo analistas políticos, a chegada da geração pós-revolucionária agora ao poder sugere uma mudança de estilo e cria expectativas sobre o futuro governo, mas não está claro se os novos líderes vão preencher essas expectativas. Engenheiro elétrico por formação, Díaz-Canel é mais liberal que outros membros do Partido Comunista. Em 2013, acalmou o furor causado pela censura aos blogues de estudantes críticos ao governo. Encontrou-se com os censurados na frente da imprensa e disse que, na era da internet, abro aspas, “proibir algo é quase uma ilusão”, fecho aspas.

Sua elevação à Presidência é parte de uma troca geracional mais ampla. Vários octogenários conservadores, como José Ramón Machado Ventura, que era Primeiro Vice-Presidente antes de Díaz-Canel assumir o posto, e Ramiro Valdés, ex-Ministro do Interior, provavelmente deixarão o Conselho de Estado. Díaz-Canel também deverá substituir ministros.

Na opinião dos especialistas, o novo Presidente precisa fazer reformas urgentes, especialmente no campo econômico, para aprofundar a abertura dirigida por Raúl Castro nos últimos anos.

Coreia do Norte.

O Presidente dos Estados Unidos revelou, ontem, que o chefe da Agência de inteligência norte-americana (CIA), Mike Pompeo – nomeado recentemente para o cargo de Secretário de Estado –, fez uma visita secreta à Coreia de Norte e falou com o líder norte-coreano, Kim Jong-un. A visita de Pompeo foi parte do esforço para lançar as bases do anunciado encontro histórico entre os líderes da Coreia do Norte e dos Estados Unidos.

O Presidente declarou, em uma publicação no Twitter, que Pompeo está construindo uma "boa relação" com o líder da Coreia do Norte e que as conversas entre os dois transcorreram muito suavemente. De acordo com ele, os preparativos para a cúpula com Kim Jong-un estão em andamento, mas não foram dadas mais informações.

Essa visita é o contato de mais alto nível entre os dois países desde o ano 2000, quando a então secretária de Estado, Madeleine Albright, encontrou-se com Kim Jong-il, pai de Kim Jong-un.

A notícia sobre esse encontro ocorre na mesma semana em que a Coreia do Sul anunciou que gostaria de discutir um tratado de paz para substituir o armistício assinado em 1953 e dar um fim definitivo à Guerra das Coreias, durante o encontro bilateral entre os líderes dos dois países, marcado para sexta-feira da próxima semana, dia 27 de abril.

Sobre a Cúpula das Américas.

A oitava Cúpula das Américas, encerrada em Lima, no Peru, no último sábado, foi marcada por discussões sobre a inibição da corrupção, pela crítica ao atual regime venezuelano e pela ausência de um presidente norte-americano, pela primeira vez, nos 24 anos de história da Cúpula.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O encontro foi aberto pelo Presidente peruano Martín Vizcarra, com um discurso no qual revelou que sete a cada dez cidadãos do Hemisfério Sul não confiam em seus governos, e mais da metade avalia como ruim o desempenho das autoridades no combate à corrupção. O Secretário-geral da Organização dos Estados Americanos, Luis Almagro, disse que é "graças à democracia que o problema da corrupção se ventila com maior franqueza", urgindo os líderes presentes a combaterem a corrupção, "e não o sistema democrático".

Em seu discurso na sessão plenária, o Presidente Michel Temer destacou a ajuda brasileira aos milhares de refugiados venezuelanos no País. O Presidente argentino, Maurício Macri, fez críticas duras ao regime de Nicolás Maduro, afirmando que a Argentina não vai reconhecer o resultado das eleições na Venezuela, e pediu que os países das Américas trabalhem juntos para encontrar uma solução pacífica para a crise humanitária no país.

O Presidente norte-americano anunciou sua ausência três dias antes do início da Cúpula, com a justificativa de que precisava monitorar as ações militares na Síria, e, em seu lugar, compareceu o Vice-Presidente os Estados Unidos, Mike Pence. O Vice-Presidente também criticou a Venezuela e disse que os Estados Unidos promoverão mais sanções contra o país, instando os países do mundo a "reconhecerem que a Venezuela é uma ditadura". Pence também anunciou uma ajuda adicional de US$16 milhões para os refugiados venezuelanos.

O Presidente boliviano, Evo Morales, e o Chanceler cubano, Bruno Rodríguez, defenderam a Venezuela das críticas. Morales disse que os Estados Unidos são uma "ameaça à liberdade e à paz", afirmando que eles "são o maior poluidor do mundo" – eles, Estados Unidos da América – e que deram as costas para o Acordo de Paris. Rodríguez acusou a atual administração norte-americana de promover "ódio, divisão, egoísmo, calúnia, racismo, xenofobia e mentiras", afirmando que a aproximação entre os dois países, iniciada no governo Obama, foi revertida.

Após a Cúpula, 16 países, entre eles o Brasil, assinaram uma declaração sobre a situação na Venezuela, na qual expressam preocupação com a crise política, econômica, social e humanitária no país, e pedem, entre outros, para que o país realize eleições que incluam “a participação de todos os atores políticos venezuelanos”.

A palavra de ordem desta oitava edição da Cúpula das Américas foi o combate à corrupção, com a assinatura de uma Declaração Conjunta intitulada “Governabilidade democrática frente à corrupção”. Dos 57 itens que compõem a Declaração, a palavra “corrupção” aparece em 29.

China e Rússia *versus* Estados Unidos.

Tanto em Mar-a-Lago, seu clube de golfe na Flórida, quanto na Cidade Proibida de Pequim, locais de seus dois encontros com o líder chinês Xi Jinping, no ano passado, o Presidente norte-americano fez questão de ressaltar a estreita amizade que ele construiu com o Presidente chinês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, com a publicação do documento sobre a estratégia de segurança nacional do governo norte-americano, em dezembro último, o mundo tomou conhecimento de que a China, na versão oficial dos Estados Unidos, é um país rival, não um amigo. Essa nova classificação transmite uma mensagem clara sobre a alteração da posição americana em relação a uma China em ascensão, uma China que não esconde seu plano de aumentar significativamente sua Marinha, de se tornar uma autoridade regional e de expandir sua influência no exterior por meio de uma estratégia de investimentos estatais maciços.

Logo após a publicação da nova estratégia, a China condenou a "mentalidade de Guerra Fria" da Casa Branca. O documento, de 55 páginas, rotula China e Rússia como "potências rivais" e enumera uma série de potenciais ameaças que os dois países representam. A nova política de segurança nacional acusa Beijing e outros governos de estarem determinados a desafiar o poderio norte-americano.

O Ministério de Negócios Estrangeiros da China criticou o relatório, dizendo que Washington deveria "abandonar [essas] noções antiquadas". A porta-voz da diplomacia chinesa, Hua Chunying, disse que "nenhum país ou relatório será bem-sucedido ao distorcer os fatos ou espalhar calúnia maliciosa", exortando os Estados Unidos a pararem de distorcer as intenções estratégicas da China e a abandonarem as ideias antiquadas ligadas à mentalidade de Guerra Fria e ao jogo de soma zero".

A Rússia também respondeu ao documento que detalha a nova estratégia de segurança nacional dos Estados Unidos, afirmando que "não pode aceitar" ser tratada como uma ameaça e criticando o que chamou de "caráter imperialista" das novas diretrizes. O relatório diz que Rússia e China "desafiam os interesses, a influência e o poderio americano, tentando erodir a prosperidade e a segurança americana", acrescentando que essas duas potências estão "determinadas a tornar as economias menos livres e menos justas, a expandir seus exércitos, e a controlar informação para reprimir suas sociedades e expandir suas influências"

A nova estratégia contém uma série de alegações sobre as duas potências, das quais destaco algumas. Ou seja, a nova estratégia americana, segundo o documento oficial americano, publicado no último mês de dezembro, contém uma série de alegações sobre as duas potências, China e Rússia, das quais enumero algumas:

Diz o relatório norte-americano oficial que China e Rússia "estão desenvolvendo armas avançadas", "que podem ameaçar os Estados Unidos";

Competidores como a China "roubam propriedade intelectual dos Estados Unidos com um valor estimado em centenas de bilhões de dólares";

China e Rússia estão investindo no mundo em desenvolvimento para "expandir sua influência e conquistar vantagens competitivas" sobre os Estados Unidos;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na Europa, a China está ganhando terreno "expandido suas práticas comerciais injustas e investindo em indústrias-chave";

Continua o relatório norte-americano.

A China também "busca atrair a América Central para sua esfera de influência por meio de investimentos e empréstimos liderados pelo Estado".

Algumas das alegações já haviam sido feitas anteriormente, mas o novo documento as classifica como parte de uma batalha por dominância. Ou seja, nós estamos assistindo aí ao protagonismo de três potências que não estão se entendendo, Rússia, China e Estados Unidos, e isso gera maior instabilidade para o Planeta.

Algumas das alegações já haviam sido feitas anteriormente, mas o novo documento as classifica como parte de uma batalha por dominância, como dizia.

Ainda segundo a nova política de segurança nacional da atual administração norte-americana, "a China quer, diz o documento, moldar um mundo que é a antítese da vontade dos Estados Unidos na região do Indo-pacífico. Quer expandir o alcance de seu modelo econômico movido pelo Estado e reorganizar a região a seu favor". Por sua vez, diz o documento, a Rússia busca restaurar seu *status* de grande potência e estabelecer uma esfera de influência próxima às suas fronteiras.

Diz ainda o texto – e eu cito – que, "por décadas, as políticas norte-americanas foram enraizadas na crença de que o apoio à ascensão chinesa e à sua integração à ordem mundial pós-guerra iria liberalizar a China. Ao contrário do que esperávamos, a China expandiu seu próprio poder às custas da soberania de terceiros. A China coleta e usa dados em uma escala inigualável, e amplia as características de seu sistema autoritário, incluindo a corrupção e o uso da vigilância. Ela está construindo o mais capaz e mais bem-financiado exército do mundo, depois dos Estados Unidos. Tudo isso segundo o relatório oficial do governo norte-americano. Seu arsenal nuclear está crescendo e diversificando-se. Parte da modernização militar e da expansão econômica da China deve-se ao acesso à economia de inovação dos Estados Unidos, incluindo as melhores universidades do país, que estão entre as melhores do mundo".

Registra também o documento que "a Rússia tem como objetivo enfraquecer a influência norte-americana no mundo e separar os Estados Unidos de seus aliados e parceiros". A política estratégica de segurança nacional do atual governo norte-americano alega que a Rússia enxerga a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e a União Europeia como ameaças. E afirma que a Rússia "está investindo em novas tecnologias militares, incluindo sistemas nucleares que permanecem sendo a mais significativa ameaça existencial aos Estados Unidos, e [investindo em] tecnologia cibernética desestabilizante".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acreditam os estrategistas da Casa Branca que, por meio de formas modernizadas de táticas subversivas, a Rússia interfere com os assuntos políticos internos de nações ao redor do mundo. E que a combinação da ambição russa com a sua crescente tecnologia militar cria uma fronteira instável na Eurásia, onde o risco de conflitos devido a erros de cálculo da Rússia está crescendo.

Documentos sobre estratégia nacional são corriqueiramente publicados sem muita cerimônia, mas o Presidente norte-americano optou por um evento especial para marcar o lançamento da nova estratégia. Em sua fala, ele disse que os Estados Unidos enfrentam uma nova era de competição, e que a China e a Rússia eram as principais ameaças à dominância econômica dos Estados Unidos da América.

Seguindo-se às trocas de críticas após a publicação da estratégia de Segurança Nacional por parte dos Estados Unidos da América, as tensões comerciais entre este país e a China começaram a se intensificar em março, quando o Presidente dos Estados Unidos ameaçou impor àquele país mais de US$60 bilhões ao ano em sobretaxas por supostas violações de propriedade intelectual. O governo chinês já havia divulgado, no final de março, que planejava taxar 128 produtos importados dos Estados Unidos, em retaliação às sobretaxas impostas sobre o alumínio e o aço, anunciadas pelos norte-americanos.

O Presidente revelou os "quatro pilares" de seu novo plano: um, proteger a pátria; dois, promover a prosperidade norte-americana; três, demonstrar a paz através da força e, quatro, expandir a influência dos Estados Unidos no mundo. O documento sugere um retorno à promessa de campanha do republicano, conhecida como America First. Em seu discurso, o líder norte-americano aludiu à sua vitória eleitoral, dizendo que, em 2016, os eleitores decidiram "tornar a América grande de novo". E que, agora, ele tem o orgulho de relatar que "a América está voltando e a América está voltando com força".

Como lembrou o correspondente da BBC em Xangai, Robin Brant, o documento enfatiza a segurança econômica, mas não reconhece as mudanças climáticas como uma ameaça à segurança nacional, ao recordar a declaração do ex-Presidente Barack Obama, em 2015, segundo a qual as mudanças climáticas são, abro aspas, "uma ameaça urgente e crescente à segurança nacional [dos Estados Unidos]", fecho aspas.

Dando início à nossa pauta da reunião de hoje, temos como primeiro item Mensagem (SF) nº 16, de 2018.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 16, de 2018

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Coreia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1 - Em 12/04/2018, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Convido para que tome assento à Mesa, desejando-lhe, em nome da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, as nossas melhores boas-vindas, o Sr. Embaixador Luís Henrique Sobreira Lopes. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Passo a palavra a S. Exª o Embaixador Luís Henrique Sobreira Lopes para, em 15 minutos, fazer a sua explanação sobre a indicação que acaba de receber para ser o nosso Embaixador na República da Coreia. Tem V. Exª a palavra.

O SR. LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES – Muito obrigado, Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, tenho o privilégio de ter a minha indicação – na minha primeira missão como chefe de missão diplomática do Brasil no exterior – para a República da Coreia, na nossa Embaixada em Seul.

Gostaria de iniciar fazendo um pequeno resumo da história dessa parte da península coreana de 1945 para cá.

A rendição do Japão na Segunda Guerra Mundial, em agosto de 45, marcou para a península coreana dois fatos: de um lado um esperado, que era a conclusão da ocupação japonesa, que por 35 anos já se estendia sobre o território da península; de outro lado, a divisão do país por conta de entendimentos e desentendimentos entre as potências, na época, na Conferência do Cairo, de 1943, e de Potsdam e Yalta, em 1945. Por conta desses entendimentos, ficou determinado que as tropas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

japonesas deveriam apresentar sua rendição no norte do país às tropas soviéticas e, no sul, às tropas americanas. Com isso, estabeleceu-se uma fronteira entre os dois países ao longo do paralelo 38, Norte. Também por conta de iniciativa norte-americana, as Nações Unidas foram acionadas, na época, e determinaram, por resolução da Assembleia Geral, que deveriam ser convocadas eleições nacionais para a formação de uma assembleia nacional e, num período de transição inicial, um governo militar garantiria a administração do país. Posteriormente, num formato de tutela, quatro potências mundiais (os Estados Unidos, a União Soviética, o Reino Unido e a República da China, naquele momento) garantiriam, por um período de cinco anos, a administração do país.

Esse acordo foi parcialmente rejeitado por alguns atores coreanos e a União Soviética também nunca concordou com a decisão das Nações Unidas de criar uma comissão que supervisionaria as eleições na península. Portanto, não permitiu que essa comissão passasse a fronteira, o paralelo 38, e fizesse esse exercício também na parte norte da Península.

O que aconteceu, então, é que, paralelamente, nas duas partes da Coreia, houve iniciativas promovidas e apoiadas pelos Estados Unidos e pela União Soviética, respectivamente, para que de alguma maneira se cumprisse a determinação das Nações Unidas. No caso da Coreia do Sul houve eleições para cumprir o que dizia a resolução das Nações Unidas.

Foi criada, eleita uma assembleia nacional que adotou uma Constituição para a parte sul do país e o líder do governo provisório coreano, que funcionou durante a guerra, no exílio, na China, e que tinha organizado tropas coreanas para participarem do esforço de combate ao Japão, durante o período da guerra, retornou ao país – o governo que estava no exílio. O Presidente desse governo, que depois se tornou o primeiro Presidente da Coreia do Sul, Syngman Rhee, foi eleito presidente dessa assembleia e, posteriormente, primeiro Presidente da Coreia do Sul.

Isso aconteceu, portanto, a proclamação da República da Coreia com o apoio norte-americano, no dia 15 de agosto de 1948. Em dezembro do mesmo ano, a Assembleia Geral da ONU reconheceu esse governo como o único governo legal da Coreia.

Paralelamente, do lado norte, desde fevereiro de 47, havia sido criada uma assembleia popular suprema, nos moldes soviéticos. O avô do atual líder da Coreia do Norte, Kim Il-sung, fundador da Coreia do Norte, que tinha retornado à Coreia junto com as tropas soviéticas, em 1945, foi eleitor Primeiro Secretário do Comitê Central do Partido Comunista da Coreia do Norte, naquele momento. Essa assembleia elegeu seus membros e adotou uma Constituição para o País, em 1948 também.

No dia 3 de setembro de 48, mais precisamente, foi proclamada a República Popular Democrática da Coreia, conhecida como Coreia do Norte, com capital em Pyongyang. A Coreia do Sul já adotou como capital Seul. No dia 12 de outubro de 48, a União Soviética reconheceu esse governo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como o único governo legal da Coreia. A partir daí, as histórias dos dois países, das duas unidades que se criaram a partir da divisão, começaram a funcionar paralelamente.

É curioso mencionar isso porque a Coreia vinha de um período de mil anos de unidade nacional. A península era uma só unidade, um estado monárquico que, com duas dinastias consecutivas, administrou a península integralmente durante mil anos, do século X ao século XX, ao início do século XX, quando o Japão ocupou a península.

Então, é importante perceber porque é uma história milenar de tradições milenares, inclusive, no que se refere, especialmente, à valorização da educação e dos aspectos culturais envolvidos nisso.

Entre dezembro de 1948 e junho de 1949, as forças soviéticas e americanas saíram do território da Coreia – os territórios dos respectivos aliados –, deixando para trás apenas alguns assessores militares. Injetaram, também, muitos recursos, fundos, para o auxílio tanto do desenvolvimento quanto auxílio militar para esses dois países.

Em 25 de junho de 1950, portanto pouco mais de dois anos depois da partição, forças norte-coreanas consideravelmente superiores, tanto em termos de número quanto em termo de capacidade, atravessaram o Paralelo 38 e entraram no território da Coreia do Sul com o objetivo de forçar obter a reunificação do país pela força.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Embaixador, quero apenas fazer um pedido ao Presidente dos nossos trabalhos, como é praxe. É possível já abrir o painel?

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Com a licença do Sr. Embaixador Luís Henrique Sobreira Lopes, atendo à solicitação do Senador Lasier Martins e consulto as Srªs e os Srs. Senadores sobre se concordam com a abertura do painel de votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Peço à Secretaria que providencie a abertura do painel.

Devolvo a palavra ao Embaixador Luís Henrique Sobreira Lopes.

O SR. LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES – Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, as forças coreanas invadiram o território da Coreia do Sul para procurar a reunificação do país, enfim, para obter a reunificação pela força. E com a força que tinham conseguiram avançar pelo território sul-coreano até o sul do país, chegando às imediações de Busan, no sul do país.

Naturalmente, logo em seguida, as autoridades sul-coreanas pediram socorro às autoridades americanas e forças americanas entraram no país pelo oeste, na altura de Incheon, ao lado de Seul, surpreenderam as tropas norte-coreanas, que não esperavam essa movimentação por ali, e conseguiram repelir as forças norte-coreanas. Entraram pelo território da Coreia do Norte, ocuparam Pyongyang e foram até a fronteira com a China.

Nesse momento, a China interveio na guerra com um 1,2 milhão de soldados que conseguiram, de novo, levar as tropas, tanto sul-coreanas quanto americanas, para o sul. Voltaram a ocupar Seul, foram um pouquinho mais ao sul de Seul, mas os americanos conseguiram, novamente, trazer as tropas até a anterior fronteira, o Paralelo 38 Norte.

Essa guerra durou três anos e um mês. Foi uma guerra muito sangrenta em que morreram mais de 4 milhões de pessoas. Alcançou-se um armistício, em 1953, mas até hoje as duas Coreias mantêm um estado de guerra latente. Elas não têm, formalmente, uma paz declarada até hoje.

Do ponto de vista interno da Coreia do Sul – eu já havia mencionado essas características deles de valorização da educação –, acho que o principal fator que contribuiu para que hoje a Coreia seja a 11ª economia do mundo foi justamente o investimento que os governos, os sucessivos governos, inclusive no período militar e inclusive durante a Guerra da Coreia, fizeram em educação.

Nos primeiros anos do país, até a década de 60, valorizavam a universalização e a obrigatoriedade da educação primária. E também, paralelamente, a erradicação do analfabetismo de pessoas acima de 12 anos que não tinham tido acesso, anteriormente, à educação primária. Esse foi um momento muito bem-sucedido dessa política sul-coreana. Tanto assim que o número de alunos, quer dizer a proporção de inscritos nas escolas primárias em 1945, que era em torno de 54%, aumentou, já em 1959, para 96%, mesma taxa que alcançou o índice de alfabetizados na Coreia do Sul.

Com o sucesso dessa campanha inicial, nas décadas de 60 a 80, o Governo passou a investir na universalização, também, do ensino secundário e do ensino vocacional, com incentivos à educação vocacional no campo da ciência e da tecnologia. E sempre isso foi também um fator constante nas administrações coreanas quando faltavam ou se escasseavam os recursos públicos para investimento, sempre com o apoio do setor privado. O setor privado sempre contribuiu.

Ao longo da história da Coreia, à medida que a Coreia foi se desenvolvendo, a participação do Governo foi diminuindo e a participação do setor privado foi aumentando. Hoje, mais de 70% dos recursos aplicados em educação, na Coreia, são do setor privado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nessa segunda fase já das políticas de educação, eles começaram a, paralelamente, desenvolver planos quinquenais de desenvolvimento do país, de desenvolvimento econômico do país, que tinham muita interligação. O tempo todo a preocupação com educação estava ligada à produção do país, ao desenvolvimento econômico do país, com a participação daqueles grandes conglomerados coreanas que nós conhecemos hoje em dia. Enfim, são os principais motores da economia coreana.

Outro fator muito importante também...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES – Já terminou o meu tempo?

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Fique à vontade.

O SR. LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES – Outro fator muito importante também, além do investimento em educação, foi o investimento em pesquisa e desenvolvimento.

No início do processo de desenvolvimento da Coreia eles aplicavam muitos recursos na compra de tecnologia de outros países que já tinham provado que essa tecnologia funcionava, que já tinha sido bem-sucedida em outros países. Compravam mesmo, eles não tinham problema nenhum com isso, eles não iam recriar a roda. Eles simplesmente adotaram essa política de comprar. À medida que se desenvolveram e que se tornaram competidores daqueles países daqueles países de quem compravam a tecnologia, essa tecnologia passou a escassear-se. Eles, então – já vinham fazendo isso há algum tempo -, intensificaram o investimento em pesquisa e desenvolvimento. E isso também foi um outro fator importantíssimo para o desenvolvimento da Coreia.

O crescimento econômico da Coreia, ao longo dos anos 60 e 70, durante muitos desses anos, ficou nos dois dígitos. Foi um crescimento rapidíssimo, muito intenso, e continuou a taxas mais moderadas nos anos 80 e 90, até que houve a crise asiática de 1997/1998. O PIB do país chegou a cair 7% em 1998. Foi uma crise muito profunda. Eles imediatamente enfrentaram essa crise com políticas – inclusive com o apoio do FMI – e retomaram o crescimento. Já antes, um pouco antes da crise, em 1996, tinham conseguido entrar para a OCDE, que é o clube dos países ricos. Depois dessa crise, em 2004, o PIB do país superou a marca do trilhão de dólares, pela primeira vez. Desde então, continua crescendo. Hoje, como eu disse, já é a 11ª economia do mundo, com um PIB, no ano passado, de US$1,5 trilhão.

No campo comercial, paralelamente, a política da Coreia e a preocupação da Coreia sempre foi a de negociação de acordos de livre comércio com todas as partes do mundo. Hoje a Coreia do Sul tem 16 acordos de livre comércio, com os mais importantes parceiros coreanos, que cobrem 70% do PIB mundial já – esses acordos que eles montaram com outros países são com países que detêm 70% do PIB mundial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A política externa deles é muito delimitada pela situação geopolítica, portanto a Coreia do Norte é a principal preocupação. Ao longo da história, houve já dois encontros entre o líder da Coreia do Norte e o Presidente da Coreia do Sul – o primeiro em 2000, quando o Presidente sul-coreano, que promoveu esse encontro, recebeu o Nobel da Paz, e, mais recentemente, ainda com o pai do atual Presidente, houve um segundo encontro. Agora, como disse o Presidente há pouco, no dia 27 de abril, vão ter um novo encontro o Kim Jong-un e o atual Presidente coreano.

Bom, nesse aspecto da política externa, naturalmente, os Estados Unidos, como garantidores da soberania coreana, até hoje são uma presença militar importante na Coreia do Sul. Desde que se encerrou a Guerra da Coreia tem sido assim, são parceiros muito importantes, estratégicos, para a Coreia do Sul. A China e o Japão são os dois principais parceiros comerciais da Coreia do Sul e têm também relações muito intensas com os dois países, embora nem sempre fáceis. Há muitos aspectos ainda do passado que influenciam essas relações e, às vezes, precisam ser contornados.

Naturalmente que o Sudeste Asiático, a Rússia e a região do Pacífico, pela proximidade geográfica, são também prioridades da política externa da Coreia do Sul, assim como as relações com a União Europeia, por sua importância, por seu relevo econômico e político.

As relações diplomáticas com o Brasil foram estabelecidas em 1959 e as Embaixadas, nas respectivas capitais, inauguradas na década de 60. Inicialmente, as relações eram pouco expressivas, mas, com o passar do tempo, com o desenvolvimento da Coreia e o do Brasil, uma série de acordos foi sendo assinada, já a partir dos primeiros anos 70, e hoje temos um marco jurídico importante, com dezenas de acordos entre os dois países nas mais diversas áreas: comercial, cultural, turismo, ciência e tecnologia.

O acordo de ciência e tecnologia eu acho que ganha um relevo especial, porque tem sido, junto com os fluxos comerciais, um balizador das relações do Brasil com a Coreia do Sul. Hoje em dia, instituições de pesquisa de alto nível do Brasil e da Coreia, em diversos setores importantes para as pesquisas, tem acordos, memorandos de entendimento para o desenvolvimento conjunto de pesquisa e desenvolvimento de produtos e serviços nessas áreas.

A Comissão Mista Brasil-Coreia sobre Ciência e Tecnologia, que foi criada por esse acordo, definiu os interesses prioritários de lado a lado. No caso do Brasil, os principais interesses são cooperação em nanotecnologia, semicondutores e *software*, energia nuclear, biotecnologia, eletroeletrônica e tecnologias limpas. Do lado da Coreia do Sul, os biocombustíveis, as comunicações ópticas – 4G, TV digital –, energia nuclear também e mineração. Esses são os principais campos da nossa cooperação em ciência e tecnologia.

A visita que em 2015 a antiga Presidente Park realizou ao Brasil coroou um intercâmbio intenso de visitas de alto nível entre o Brasil e a Coreia, que começou no final da década de 90 e se estendeu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo início desse século, e hoje nós temos diversos mecanismos de consulta bilateral na área política: Fórum Brasil-Coreia, Comitê Consultivo Agrícola, essa Comissão de Ciência e Tecnologia que eu mencionei, um comitê de promoção do comércio e dos investimentos entre os dois países, um outro comitê para a cooperação industrial e também para recursos energéticos e minerais.

No âmbito parlamentar, há dois grupos de amizade Brasil-Coreia: existe o grupo de amizade parlamentar e existe uma frente parlamentar mista para o fortalecimento das relações dos dois países.

O Brasil conta, entre nós aqui, com uma comunidade de coreanos e de descendentes de coreanos de cerca de 50 mil pessoas. É uma importante comunidade que participa da nossa nacionalidade.

Do ponto de vista cultural, a Coreia se destacou muito e conseguiu uma atenção especial, um relevo especial no mundo, ao organizar grandes eventos esportivos, como as Olimpíadas de 1988, a Copa do Mundo em conjunto com o Japão em 2002, e este ano as Olimpíadas de Inverno, que tiveram como marca – enfim, eu acho que é o mais importante para o resto do mundo – a entrada no estádio das duas delegações coreanas sob uma única bandeira, que não era nem de um nem de outro, mas era uma bandeira comum que eles escolheram. Foi uma cena que marcou o mundo inteiro.

O Brasil é o segundo maior parceiro comercial da Coreia do Sul na América Latina, e a Coreia é o terceiro maior parceiro comercial do Brasil na Ásia. O intercâmbio comercial nos dois sentidos monta a US$8,3 bilhões nos dois últimos anos. Nós temos tido esse mesmo nível de comércio bilateral – sempre deficitário para o Brasil. A diferença do valor agregado dos produtos que nós exportamos para lá e o que nós importamos deles é fator decisivo para isso.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone.*) – É abissal.

O SR. LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES – É abissal, é verdade. Então, isso é um fator importante.

Nós exportamos principalmente produtos primários, enfim, aquela pauta tradicional. Minério de ferro, café, milho, soja são os principais produtos da nossa pauta de exportação, e importamos máquinas, automóveis, produtos tecnologicamente avançados, eletrodomésticos, etc. Então, um desafio importante que nós temos pela frente é o de tentar encontrar uma maneira de reduzir esse desequilíbrio e superar, principalmente, algumas barreiras, porque o sistema interno coreano impõe uma série de barreiras sanitárias a produtos de interesse nosso. Por exemplo, a carne bovina brasileira não consegue entrar na Coreia do Sul, não há maneiras. Nós temos tentado gestões e negociações, e tudo isso, mas até hoje não conseguimos, ainda por conta da febre aftosa, que nós, já há tantos anos, não temos; embora ainda com o *status* de livre com vacinação. O único Estado que é livre sem vacinação é Santa Catarina, que conseguiu, finalmente, estes dias – deve ser anunciado na semana

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que vem – a autorização para exportação de carne suína a partir deste mês para lá. Foi uma grande evolução, aliás.

O estoque de investimentos coreanos, que eu não quero deixar de mencionar também, no Brasil, é considerável: são mais de US$3 bilhões. As principais empresas coreanas do ramo automobilístico, de aparelhos eletrônicos, produtos químicos, de industrialização do látex, de maquinário pesado, siderúrgico e de semicondutores estão presentes no Brasil.

Há uma preocupação, uma vontade de aproximação da Coreia do Sul com os países latino-americanos que tem sido muito visível a partir da assinatura de um acordo de livre comércio com os países centro-americanos. Há reuniões anuais dos Chanceleres do quarteto da Celac (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos) com o Chanceler da Coreia do Sul. À margem da Assembleia Geral da ONU, há também aquele Fórum de Cooperação América Latina-Ásia do Leste, cujo secretariado virtual tem sede em Seul e é coordenado, pelo lado da Ásia do Leste, pela Coreia do Sul. E mais recentemente, temos, naturalmente, a decisão de iniciar negociações comerciais entre o Mercosul e a Coreia do Sul para o estabelecimento de um acordo, cujo formato ainda será definido ao longo das negociações.

A reunião dos Chanceleres do Mercosul com o Chanceler da Coreia em Seul está prevista, em princípio, para o dia 25 de maio.

Então, simplesmente para concluir, eu gostaria de citar como principais projetos e desafios imediatos de uma futura missão minha em Seul, caso venha a ser aprovado aqui, além da continuidade e do aprofundamento da bem-sucedida cooperação que nós temos tido com a Coreia do Sul, especialmente nos campos científico e tecnológico, seria procurar obter essa liberalização do comércio para os produtos de nosso interesse, sobretudo no agronegócio; o incremento de iniciativas de difusão cultural – hoje nós criamos um Espaço Brasil no âmbito das instalações da nossa Embaixada, é um espaço multifuncional, muito amplo, que permite todo tipo de manifestação artístico-cultural, desde a apresentação de música, lançamentos de livros, exposições de arte, enfim podemos usar isso. Hoje há uma carência de instituições que se dedicam à difusão da cultura do Brasil lá. São quatro centros universitários que têm um programa de língua portuguesa. Fora isso, há um centro cultural Brasil-Coreia, que aparentemente, pelo que eu consegui perceber, está a ponto de ser fechado. Eu não sei quem mantém esse centro, mas não deve continuar por muito tempo. Esse espaço vai um pouco suprir essas carências que têm sido verificadas.

E há também uma iniciativa nova do atual Governo coreano, que pode abrir oportunidades para empresas brasileiras, e eu acho que é outro projeto que nós poderíamos enfrentar, que é no campo do meio ambiente. A Coreia tem um problema sério de poluição nas grandes cidades, de presença acima dos níveis permitidos pela OMS de partículas finas no ar. O atual Presidente lançou um programa que visa dobrar a participação de energias renováveis não nucleares na matriz energética sul-coreana até

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2030, substituir usinas de carvão por gás natural e diminuir emissões de carbono em 40% até 2022 e, em 58% até 2030, para cumprir as metas do Acordo de Paris de mudanças climáticas.

Eu vou parar por aqui, Presidente, para permitir que se inicie o debate. Eu acho que eu me estendi.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Agradeço ao Sr. Embaixador Luís Henrique Sobreira Lopes pelas informações que V. Exª nos deu em relação ao país cuja Embaixada V. Exª vai assumir.

Dando prosseguimento às arguições, eu concedo a palavra à Senadora Ana Amélia, primeira inscrita para arguir.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Caro Presidente Senador Flexa Ribeiro, colegas Senadores. Caro Embaixador Luís Henrique Sobreira Lopes, obrigada pela exposição feita, que retrata não só a relação bilateral, mas a situação da Coreia do Sul contemporânea, um país que hoje continua sendo um modelo de referência em desenvolvimento; um país muito pobre, que venceu desafios extraordinários, e hoje, especialmente na área da educação, que o nosso mestre aqui, Cristovam Buarque, também já conhece.

Esse desequilíbrio comercial a que V. Exª se refere é conveniente, e eu penso que V. Exª o terá como primeiro desafio de representar, comandar uma Embaixada brasileira, como revelou na abertura dessa sabatina. É extraordinário, porque vai encontrar um ambiente completamente diferente; eu, há alguns meses, estive na Ásia e mudou completamente – positivamente – o nível de tensão na região.

Havia um grande risco com a questão da posição da Coreia do Norte, e hoje já estou revendo o meu conceito sobre o líder Kim Jong-un: eu estou achando que ele é um estrategista, porque ele caminhou numa direção para chegar a outra direção, completamente oposta, que é do entendimento e da concertação. Quer dizer, a união com a Coreia do Sul, as Olimpíadas foram um sinal emblemático. E agora, também, o Presidente americano mandar um emissário para conversar e ter um encontro com a Coreia do Norte eu acho que é um sinalizador, para mim, auspicioso. Espero que o líder norte-coreano esteja sendo sincero nessa caminhada, porque ele ganha um espaço internacional e uma visibilidade que até agora era circunscrita e preconceituosamente vista. Então, V. Exª terá essa missão de acompanhar e nos transmitir aqui o que é que está, de fato, acontecendo naquele país, com tantos desafios que tem pela frente.

Também queria dizer a V. Exª que essa questão do desequilíbrio comercial Brasil-Coreia do Sul é significativa, e exatamente pesa sobre aqueles produtos, as chamadas *commodities*: sejam minérios, sejam a questão agrícola: soja, café e os demais. No caso da carne – também é uma *commodity* –, o senhor falou muito bem, há uma expectativa agora, anunciada pelo Ministro Blairo Maggi, de retomada da abertura do mercado sul-coreano à carne suína brasileira procedente de Santa Catarina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

De fato, os países hoje, não apenas a Coreia, estão usando os embargos – não os tarifários, que a OMC proíbe – de natureza regulatória interna, que são soberanos perante a questão tarifária, as questões do comércio global, das regras da OMC – também a questão das barreiras sanitárias entra nesse rol do protecionismo. É claro que, quando um mercado como a Coreia do Sul precisa de alimentos, tem que também fazer um entendimento.

Hoje Santa Catarina é livre de aftosa sem vacinação, foi a única excepcionalidade que a OIE aceitou, porque Santa Catarina está no território brasileiro – ela não é uma ilha; ela está integrada, ao Norte, pelo Paraná e, ao Sul, pelo Rio Grande do Sul, que também são produtores de carne suína de alta qualidade. Então, tomara que essa abertura seja também para os outros Estados, como o Rio Grande do Sul, que é um grande produtor, de alta qualidade, de carne suína, de frangos e carne bovina.

Então, penso que V. Exª vai, certamente, ajudar e auxiliar nisso. A pergunta que eu lhe faço é: quais as iniciativas brasileiras que poderíamos tomar para romper essa barreira, considerando que o esforço interno já vem sendo feito pelo Ministério da Agricultura e pelo próprio Governo brasileiro nessa relação? O relacionamento bilateral deve ser intensificado nessa composição.

Saúdo o retorno do nosso Presidente Fernando Collor.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senadora Ana Amélia.

Agradeço a S. Exª o Senador Flexa Ribeiro pela Presidência que exerceu agora há pouco e o cumprimento não somente por ser o Relator do indicado, mas também por ser o Presidente do Grupo de Amizade Brasil-Coreia do Sul.

Passo a palavra ao próximo Senador inscrito, S. Exª o Senador Lasier Martins. Com a palavra.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Muito obrigado, Presidente Collor.

Cumprimento o Embaixador Luís Henrique Lopes; cumprimento-o também por estar sendo designado para um país que nós invejamos muito. A exposição que o Embaixador nos fez foi tão ampla, tão minuciosa, que deixou uma margem pequena para perguntas, mostrando um profundo conhecimento do país para onde vai, e, se não estou enganado, é pela primeira vez a sua incursão a um país da Ásia. V. Exª já esteve cumprindo missões na Europa, na América do Norte, mas está indo para lá, para um país que nós mencionamos a todo momento que deveria ser um modelo para nós, brasileiros, porque eles estiveram, há 40 anos, atrás de nós no terreno econômico e hoje estão incomparavelmente muito à frente. Nós consumimos de lá produtos de alta tecnologia: automóveis,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produtos eletrônicos, conforme V. Exª descreveu, enquanto o pouco que temos para oferecer, nesse grande desequilíbrio da balança, são, praticamente, apenas *commodities*.

Mas esteve agora há pouco aqui em Brasília o Primeiro-Ministro Lee Nak-yeon, para participar do Fórum Mundial da Água. Eu pergunto a V. Exª se, já sabendo que estava designado para lá, chegou a tomar contato, na visita que o Primeiro-Ministro coreano fez ao Presidente Temer, se já houve alguma tratativa, alguma especulação no plano econômico, que interessa às duas nações, e renovando um pedido com relação a esse relacionamento bilateral: o que é que nos resta, para negociar com eles, de proveito para o Brasil?

São as minhas duas perguntas, aplaudindo a citação que V. Exª fez, numa síntese muito correta, do binômio que nós não conseguimos adotar e causa do desenvolvimento deles: o binômio educação-produção. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Lasier Martins.

Passo a palavra a S. Exª o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Sr. Presidente, Sr. Embaixador, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, a Coreia é um dos exemplos de sucesso desses últimos 50 anos. Eu sempre uso defender investimentos em educação no Brasil, mas eu quero ir por outro lado: só educação não teria feito isso. Eu gostaria que o Embaixador ajudasse a entender o que foi mais, além da educação, que fez da Coreia o sucesso que é, do ponto de vista de civilização – que é a economia, a cultura, o bem-estar. Pelo menos duas pernas a gente tem que usar para caminhar para o futuro: educação e estabilidade econômica. Não é, Senador Armando?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone.*) – É verdade.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Sem estabilidade econômica não há possibilidade de sucesso. Cuba, por exemplo, nem só por problemas internos, mas também pelo bloqueio, é um exemplo de investimento em educação que não dá o resultado do ponto de vista do bem-estar geral, da riqueza.

Então, que outras coisas, do ponto de vista da política econômica ajudou a Coreia a chegar onde está? Foram os investimentos estatais? Foram aqueles grandes conglomerados que o Estado faria e que o Brasil tentou, mas não deu certo. Foi liberdade comercial absoluta ou foi protecionismo?

Então, a segunda perna que a gente não vê aqui, que é a perna da política econômica, o que ela tem de especial?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à educação, eu queria lhe fazer um pedido: que o senhor tentasse organizar, não para essa geração que está terminando este ano os seus mandatos, como eu, mas para a geração dos próximos Senadores, um seminário na Coreia do Sul para que eles se convençam de como a educação e estabilidade econômica são importantes. Porque alguns querem tanto a educação que querem que o País sacrifique sua estabilidade monetária para investir em educação.

Eu sempre digo que prefiro um processo mais longo, demorado, sem ferir a estabilidade fiscal do que gastar mais dinheiro do que pode no bom nome da educação.

Então, vamos organizar, Senador Collor – o senhor é bom para organizar essas coisas – uma visita de um grupo de Senadores que possam ir à Coreia com uma finalidade: serem convencidos e trazerem para cá como a Coreia fez, não só com a educação, mas também com a parte econômica.

Nós tendemos a nos iludir.

Aqui mesmo, num documento que pedi sobre esta reunião, lembra que o Brasil ocupa o 8º lugar entre as maiores economias do mundo, e a Coreia o 11º, atrás do Brasil. Quando vai para a renda *per capita*, a nossa é US$15 mil; a deles, US$36 mil. O que vale é a *per capita*, do ponto de vista do bem-estar da população, da riqueza. O PIB pode ser um bom indicador do tamanho do País, mas não do bem-estar do País. Cabe lembrar que 40 anos atrás era o contrário; a nossa renda *per capita* era duas vezes a coreana. Hoje, é a metade da Coreana.

Então, essa é a ideia.

O que eles fizeram do ponto de vista de política econômica? Foi abertura? Foi protecionismo? Foi intervencionismo? O que que foi?

A outra coisa que quero saber é como tem sido – porque aqui, por mais que a gente procure, não sabe detalhes – a reação na Coreia do Sul da prisão da ex-Presidente da República, que foi destituída por um *impeachment* e, poucos meses depois, foi presa provisoriamente e depois foi condenada e está presa atualmente. Houve contestações públicas contra a decisão do Judiciário ou não houve contestações? Foi uma coisa simples, tranquila?

Sobre a carne, eu queria fazer uma pergunta sobre o fato de eles não deixarem a carne. Isso é uma proteção sanitária pela má qualidade nossa ou é o uso das condições sanitárias como desculpas para proteger contra a importação? Pelo que eu saiba, eles não produzem tanta carne, não é isso? Então, eles não teriam necessidade desse uso de desculpas.

Dito isso, eu fico satisfeito pelo antigo conhecimento que nós temos e por saber que o senhor vai estar como o nosso Embaixador na Coreia do Sul. Creio que poderá muito ajudar os que tomam decisões aqui, no País, como nós – o Requião, eu, o Collor, todos nós, Parlamentares –, para entender o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que faz com que a Coreia avance tanto. É a educação e o que mais? Porque só a educação não resolveria.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Cristovam Buarque.

Passo a palavra agora a S. Exª o Senador Armando Monteiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, S. Exª o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Solicito a V. Exª que faça a minha inscrição, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pois não, Senador Flexa Ribeiro. V. Exª está inscrito, depois do Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Eu queria cumprimentar o Embaixador e dizer que lamento ter chegado um pouco atrasado. Portanto, há sempre o risco de que as minhas perguntas possam já ter sido contempladas na sua exposição.

Mas eu queria colocar como primeira questão, Embaixador, o fato de que nós temos, por assim dizer, um déficit estrutural na nossa balança comercial com a Coreia. Em dez anos, mais ou menos, a gente acumula um déficit de mais de US$20 bilhões. A nossa corrente de comércio vem perdendo um pouco de dinamismo. Nós já tivemos uma corrente de comércio próxima de 15 bilhões, e hoje, nos últimos anos, ela alcança 8 bilhões, mais ou menos. A nossa pauta de exportação está muito concentrada em produtos básicos, extremamente concentrada em produtos básicos.

Então, eu queria saber inicialmente o que o Embaixador vislumbra, nessa perspectiva do acordo Mercosul-Coreia do Sul, como elemento que possa conduzir-nos a uma posição de maior equilíbrio nessas trocas entre Brasil e Coreia.

A outra pergunta diz respeito à indústria naval. O Brasil promoveu imenso esforço para relançar a indústria naval. A nossa colega, Senadora Ana Amélia, sabe dos percalços e das dificuldades que essa indústria hoje experimenta no Brasil. Primeiro porque, em toda ela, esse relançamento se apoiou unicamente numa forte dependência das encomendas da Petrobras. E com o redimensionamento de toda essa demanda, os nossos estaleiros – em Pernambuco, existe um estaleiro que é uma referência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hoje, o Estaleiro Atlântico Sul –, toda essa indústria está desafiada agora a encontrar novos caminhos e, evidentemente, a exportação é um deles.

A Coreia sabidamente é um país que tem grande *expertise* nessa área. Nós já fizemos inclusive parcerias para a transferência de tecnologia. Lá mesmo, no Estaleiro Atlântico Sul, nós temos uma curva de aprendizagem que tem proporcionado ganhos de produtividade fantásticos nestes últimos anos.

Mas a pergunta é: como nós podemos, de alguma forma, construir um processo de integração, com vistas a terceiros mercados, por exemplo, com a Coreia? Como é que o Embaixador vê essa perspectiva?

O outro ponto diz respeito a essa questão sempre muito discutida do modelo educacional coreano. O Brasil assume agora a possibilidade, sobretudo o compromisso, de promover uma reforma no ensino médio.

Eu indagaria do Embaixador como é que o modelo coreano, o modelo educacional coreano poderia, de alguma maneira, nos orientar, especialmente no que seria o ensino médio ou o ensino técnico, como elemento fundamental para esse processo de grande transformação da economia coreana.

Finalmente, eu gostaria também de ouvir algo do Embaixador sobre a política industrial da Coreia. A política industrial da Coreia tem um viés exportador. Graças a isso, a Coreia criou uma indústria muito competitiva, porque ela tem um mercado doméstico pequeno e toda a estratégia de desenvolvimento se deu na exportação, diferentemente do Brasil, que tem um mercado doméstico mais expressivo e a política industrial nossa tem um viés mais protetivo. Ou seja, nós temos tarifas médias altas ainda.

Então, eu pergunto: nessa perspectiva de uma reformulação da nossa política industrial, como a experiência da Coreia poderia representar uma referência aqui para o País?

Eram essas as questões.

Eu agradeço ao Sr. Embaixador.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Grato a V. Exª, Senador Armando Monteiro.

Passo a palavra agora a S. Exª o Senador Flexa Ribeiro, que é o Presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Coreia do Sul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, Senador Fernando Collor, Sr. Embaixador Luís Henrique Lopes, Srª Senadora, Srs. Senadores, primeiro quero agradecer a V. Exª, Presidente Collor, por ter me concedido a honra de ser o Relator da indicação do Sr. Embaixador para a Embaixada na Coreia do Sul.

Depois, como informa V. Exª acerca do Grupo de Amizade Brasil-Coreia do Sul, apresentei o projeto de resolução em 2015 e ele foi promulgado em 2017, aprovado, mas não foi instalado ainda. Então, eu até pediria a V. Exª – estamos até instalando o grupo do Reino da Arábia Saudita – que nós possamos fazer, em uma próxima reunião, a instalação também do Grupo de Amizade Brasil-Coreia do Sul.

Sr. Embaixador, a sua exposição foi bastante completa e, como já dissemos nas outras vezes, ao fazermos os questionamentos depois de vários Senadores, a pauta está quase que esgotada. Mas eu vou insistir num ponto que foi aqui colocado com muita ênfase por V. Exª e levantado, como sempre, pelo Senador Cristovam Buarque e secundado pelo Senador Armando.

Com relação ao ensino, V. Exª colocou e todos nós conhecemos que o desenvolvimento de todos esses países asiáticos foi feito em cima da educação, mas não foi só da educação, foi a educação visando ao desenvolvimento econômico e social do país.

Eu perguntaria... O Senador Armando já lhe perguntou como funciona o ensino médio e o ensino tecnológico na Coreia. Eu pediria, se fosse possível, que V. Exª desse a todos nós uma informação. V. Exª colocou, na sua exposição, que 70% do ensino da Coreia é privado, que o Governo tem saído, ao longo do tempo, dessa ação e deixado para o setor privado.

Como é que funciona, então, o ensino, como o nosso aqui, nas três esferas: no fundamental, no médio e no superior? Melhor dizendo: no básico, no fundamental e no superior, como é que funciona na Coreia?

O Presidente da Coreia do Sul, na semana próxima, no dia 27, fará uma visita ao Presidente da Coreia do Norte. Essa visita será praticamente na fronteira. Mas já é um avanço muito grande, porque, partindo da guerra que eles travaram lá na década de 50, permaneceram sem entendimento, ao longo desse tempo todo, e a abertura agora está acontecendo.

A Senadora Ana Amélia, ao se referir ao Presidente da Coreia do Norte, disse que esperava essas ações de abertura, que ele está sinalizando, inclusive com uma próxima visita aos Estados Unidos. Ficaram se digladiando, pelo Twitter, o Presidente...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O Trump e Kim Jong-un.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – ... Trump e o Kim Jong-un, o Presidente da Coreia do Norte. Eles agora ficaram discutindo quem bombardearia primeiro, um ou outro, e todo mundo...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... com medo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – É, com medo de que pudesse começar uma batalha sem precedentes numa época como essa.

Então, eu pediria a opinião de V. Exª se nessa visita, se nesse encontro dos dois líderes há realmente esse clima de confiança entre as duas Coreias que possa ocasionar um *upgrade* ou uma melhora nas relações entre o sul e o norte e também se o Presidente da Coreia do Sul poderia servir de mediador entre o Presidente da Coreia do Norte e o Presidente dos Estados Unidos da América. Isso é importante.

Também foi citada pelo Senador Armando a abertura da relação comercial que está sendo proposta da Coreia com o Mercosul, inclusive com a instalação, com a criação de uma área de livre comércio entre ambos. Então, essa criação da área de livre comércio facilitaria ao Brasil fazer exportações que pudessem diminuir ou inverter a ordem da balança comercial, que é contrária ao nosso País?

A Coreia do Sul também, desde 2016, enfrenta dificuldades nas suas relações com a China, que é o seu principal parceiro comercial. Houve o *impeachment* da Presidente Park Geun-hye em 2016. Eu perguntaria a V. Exª se esse processo de mudança da Presidente, quando ocorreu o *impeachment* para o atual Presidente... Parece-me, pelo que nós vimos aqui, que ele correu com tranquilidade. Não houve nenhum problema de levantamento, diferentemente do que está aqui, porque estão achando que é uma prisão política, quando não é. Mas existem movimentações ainda só, se Deus quiser, verbalizadas.

Mas se, após essa mudança no quadro dos Presidentes da Coreia do Sul, haverá, então, uma retomada do crescimento da Coreia.

Eram essas as perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Grato a V. Exª, Senador Flexa Ribeiro.

Agora, passo a palavra ao Sr. Embaixador Luís Henrique Sobreira Lopes para as respostas às perguntas que foram formuladas.

O SR. LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES – Bom, eu agradeço aos integrantes desta Comissão, à Srª Senadora e aos Srs. Senadores, pelas perguntas que me dão a oportunidade de tocar em alguns temas, que realmente eu optei por não mencionar na minha apresentação inicial, embora eu tivesse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

incluído no meu texto, por questão mesmo do tempo disponível para apresentação. Eu não queria me estender muito mais do que já me tinha estendido.

Enfim, eu pretendo tratar dos diversos e realmente muito importantes temas demandados pela Srª e pelos Srs. Senadores. Não vou seguir uma ordem específica. Sei que mais de um mencionou, por exemplo, a questão da educação, a questão do comércio, e tudo isso. Então, vou tentar tratar desses temas na medida em que eu leia aqui as perguntas que foram feitas.

Na questão da negociação comercial, que se inicia, no mês que vem, entre os países do Mercosul e a Coreia, nós tínhamos, já no ano passado, concluído os entendimentos preliminares que levaram posteriormente à concessão do mandato negociador por parte da Camex, nossa Câmara de Comércio Exterior.

Os Ministros integrantes da Camex promoveram primeiro uma consulta interna para a elaboração de um estudo sobre os impactos dessa negociação na economia brasileira. Esses estudos concluíram que os ganhos potenciais de uma negociação, de um acordo desses, no setor do agronegócio, são realmente muito importantes, desde que, naturalmente, a Coreia se disponha a flexibilizar, vamos dizer, a sua legislação protecionista em relação a determinados produtos e a liberalizar o comércio desses produtos. Eu digo isso em relação ao agronegócio.

No campo industrial, identificou-se uma resistência um pouco maior do Brasil justamente pela preocupação com a competição com indústrias consideradas provavelmente mais avançadas que as nossas e com aquilo que essa competição poderia provocar na nossa indústria.

Então, há esses dois aspectos.

Como o nosso comércio tem sido muito complementar nesse aspecto porque nós importamos produtos industriais e exportamos produtos do agronegócio, se houver realmente essa liberalização... Aliás, o tipo de acordo que nós vamos negociar ainda não foi estabelecido por esse mandato. O mandato permite a negociação comercial com a Coreia e a definição do tipo de acordo – até onde esse acordo vai; se ele vai ser mais restritivo ou mais liberalizante. Isso vai ser definido ao longo... O mandato dá essa permissão aos negociadores de definirem ao longo do processo.

Mas eu tenho a impressão de que o acordo pode, sim, contribuir, sem dúvida, para que nós consigamos uma redução. Eu não diria uma reversão completa, como o Senador Flexa Ribeiro perguntou, mas haveria a possibilidade de uma redução considerável, se as negociações forem bem-sucedidas, desse desequilíbrio da balança comercial hoje existente.

As restrições – se não me engano, o Senador Cristovam Buarque e a Senadora Ana Amélia haviam mencionado esse aspecto – que os coreanos impõem à entrada de carne brasileira bovina no mercado coreano são de natureza sanitária. Eu tenho a impressão de que são usadas, de certa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

maneira... Não há meramente a preocupação sanitária; não há claramente um risco assim tão grande. Acho praticamente negligenciável que o Brasil exporte febre aftosa nas exportações brasileiras de carne, já que nem é carne com osso que nós exportamos, de maneira que esse risco é mínimo. Eu tenho a impressão, então, de que há, por trás disso, uma preocupação em proteger a produção doméstica.

O agronegócio na Coreia corresponde a apenas 2% da economia coreana, mas é muito valorizado por eles. A manutenção dessa pequena produção agrícola coreana...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES – ... em toda a Ásia, é sempre um assunto muito delicado. Por menor que seja a importância do setor para a economia, o agronegócio é muito valorizado, e eles tentem protegê-lo de todas as maneiras. Então, há – eu acho – um aspecto protecionista, sim – e não só de preocupação sanitária –, envolvido nessas barreiras à entrada de carne brasileira, por exemplo. Eles fazem isso, de vez em quando, também com café, com alguns produtos que teriam problemas fitossanitários. De vez em quando, eles levantam esses problemas e tal, mas, na verdade...

Eles fazem isso, de vez em quando também, com café, com alguns produtos que teriam problemas fitossanitários. De vez em quando, eles levantam esses problemas e tal, mas, na verdade...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente, só para completar o raciocínio...

(*Interrupção do som.*)

Na verdade, a cada dia, os brasileiros (*Fora do microfone.*) consomem mais produtos coreanos na área de informática, de telecomunicações e de automóveis hoje. A indústria coreana de automóveis está tendo um mercado extraordinário no Brasil. Então, esse caminho não está sendo de duas vias; ele está sendo de uma só.

O SR. LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES – Não.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Só vem de lá para cá.

Obrigada, Presidente.

O SR. LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES – Um pouco para amenizar essa nossa preocupação constante, que nós sempre transmitimos a eles, da tentativa de reequilibrar, eles sempre vêm com a seguinte alegação: "De outro lado, nós investimentos no País. Nós temos 3 bilhões de investimentos, e isso compensa um pouco." Eu não acho que seja um argumento que justifique o nosso desequilíbrio comercial, mas eles tentam usá-lo como um fator, do ponto de vista deles, que possa amenizar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

existência desse desequilíbrio. Enfim, nós não podemos nunca aceitar isso como sendo verdade. Esse é um aspecto.

Na parte de educação, eu acho que eles adotaram um processo lá... A educação é valorizada na Coreia como uma herança cultural milenar deles. Isso é uma tradição milenar cultural na Coreia e – eu acho – em muitos países da Ásia também. Mas, na Coreia, sempre a educação foi valorizada não apenas como uma maneira de desenvolver as habilidades pessoais de cada indivíduo, mas também como uma maneira de honrar os ancestrais e como uma maneira de contribuir – isso está enraizado na cultura coreana – para o desenvolvimento do país e para a sociedade, para o progresso da sociedade como um todo. Essa é uma preocupação constante.

Eu me referi, conforme mencionou o Senador Flexa Ribeiro, à questão da participação do setor privado nos investimentos da educação na Coreia, mas, na verdade, a responsabilidade pela educação na Coreia é do governo. Eles assumiram completamente a responsabilidade por garantir que os coreanos tenham acesso tanto à educação primária quanto à educação secundária, e, mais recentemente, aumentou a preocupação também com o acesso à universidade.

Na medida em que o país foi se desenvolvendo e como todo esse processo de promoção da educação na Coreia sempre foi muito atrelado aos diversos programas de desenvolvimento econômico do país – não há dissociação entre os programas de desenvolvimento econômico coreanos e os programas de promoção da educação e de universalização, pois andam sempre muito em conjunto –, a participação do setor privado foi crescendo.

Hoje em dia, a proporção dos recursos... Foi isto que eu quis dizer na minha apresentação: não são instituições privadas que garantem a educação, pelo menos no nível primário e no secundário, mas são recursos privados que financiam, hoje em dia, principalmente, as escolas. As escolas ainda são construídas pelo governo, ainda são responsabilidade do governo, mas todo esse esforço é financiado hoje, grandemente, como eu mencionei – cerca de 70% –, pelo setor privado. Há também um programa muito importante de valorização dos professores, de formação e aperfeiçoamento dos professores que vão justamente ensinar os alunos.

Por conta do conjunto de programas de educação e de programas de desenvolvimento, há sempre a preocupação em criar oportunidades para que os estudantes aprendam os temas, as matérias que tenham interesse, depois, para o emprego em determinadas atividades. Por isso, as próprias empresas, esses grandes conglomerados que existem na Coreia promovem programas de estágio e mesmo de mestrados e de aperfeiçoamento de pós-graduação nas próprias empresas, no contexto do próprio grupo empresarial que eles têm. Isso é um aspecto muito importante.

No campo da política interna, houve aqui uma pergunta – ou mais de uma até – sobre a reação e sobre como se deu esse processo de *impeachment* e, posteriormente, de prisão da Presidente Park. É

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

importante mencionar que a redemocratização na Coreia... Até os anos 80, a Coreia foi governada por presidentes militares, por um regime militar. Eles se alternavam no poder, mas eram todos generais, que eram responsáveis pela administração do país. Apenas em 1987, a Constituição de 1987 promoveu a democratização e a multipartidarização da Coreia.

As práticas que eram adotadas pela administração anteriormente envolviam muito... Talvez houvesse uma intimidade excessiva entre o poder político e o poder dos grandes conglomerados. Então, havia – isto é uma coisa que permaneceu até recentemente – uma prática generalizada de recebimento de determinados favores da parte do setor privado pelos responsáveis pelo Poder Público e de retribuição financeira desses favores. Desse modo, com a redemocratização, isso começou a ser investigado.

Existe um processo muito importante na Coreia, neste momento, de combate à corrupção. Os quatro ex-Presidentes coreanos vivos estão ou na cadeia, ou condenados e esperando a sentença que vai determinar o período em que eles vão ficar na cadeia – os quatro ex-Presidentes da Coreia vivos estão nessa situação! A última foi a Presidente Park, que acaba de ser condenada. Talvez tenha sido, de todos... Esta é a percepção dos coreanos: numa pesquisa que foi refeita recentemente, 80% dos coreanos apoiam esse tipo de atividade, de processo e de avaliação e investigação das atividades de corrupção, alegada a corrupção que há entre os presidentes, os administradores públicos e esses grandes conglomerados – 80% apoiam. Talvez a política que tenha tido um apoio maior da opinião pública e uma simpatia maior da opinião pública em relação à sua condenação ou não – aí é a opinião pública defendendo, talvez, uma posição mais leniente – tenha sido a da Presidente Park. Mas, mesmo assim, a maioria dos coreanos apoia esse processo e acha que as práticas do passado não podem perdurar num país que hoje é uma das economias mais dinâmicas e mais modernas do mundo. São práticas que já não se justificam nos dias de hoje na visão dos coreanos.

Portanto, esse processo conta com o apoio da opinião pública e é feito dentro das regras democráticas também, porque os Poderes funcionam na Coreia – o Legislativo, que é unicameral, e o Judiciário funcionam. Alegam alguns críticos que o fato de os membros do Judiciário terem um mandato... Não é como na maioria dos países. Os juízes não são vitalícios; eles são nomeados pelos governos e têm um mandato mais ou menos coincidente com o do governo que está no poder. Então, isso pode também permitir algum tipo de crítica de que aqueles que estão lá são simpáticos ao governo do momento e, portanto, não vão ter muitos incentivos a promover qualquer tipo de investigação ou de punição de eventuais atos ilícitos cometidos por eles. Mas o fato é que há uma crescente posição da opinião pública favorável a que esse tipo de atividade seja definitivamente erradicada da política coreana. É um processo recente. Portanto, ainda precisa ser aperfeiçoado.

Voltando ao comércio, realmente nós tivemos fluxos comerciais bilaterais muito mais relevantes e importantes num passado recente. Chegamos, como disse o Senador Armando Monteiro, a quase

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

US$15 bilhões de fluxos bilaterais. Houve uma redução decorrente, principalmente, da nossa profunda crise, da recessão, a mais profunda que nós já tivemos. Reduzimos as importações muito dramaticamente, e especialmente isso contribuiu para a redução do comércio. Mas são fatores conjunturais que certamente vão ser superados, e, em breve, poderemos retomar também esses fluxos com a ajuda de um eventual acordo comercial no âmbito do Mercosul.

Como o modelo coreano pode orientar a nossa política de reforma industrial? O modelo coreano é muito especial. Os grandes conglomerados, os *chaebols*, que são os motores principais da economia coreana, abarcam diversos setores de atuação econômica e sufocam um pouco o desenvolvimento de pequenas e médias empresas.

O sistema coreano, hoje, é baseado nisto: numa concentração grande de poder econômico nas mãos de grandes conglomerados em detrimento do desenvolvimento de pequenas e médias empresas que realmente não conseguem prosperar muito no âmbito desse sistema concentrador, digamos assim. Então, eu não sei. Poderemos tirar algumas lições, imagino – é preciso estudar –, mas não necessariamente lições positivas. Eu não sei.

O modelo exportador de todo esse processo de industrialização pode ser uma faca de dois gumes, porque a dependência coreana do comércio externo pode levar... Quaisquer variações, quaisquer pequenas alterações ou crises que afetem o comércio internacional afetarão mais severamente a economia de um país mais dependente do comércio externo. Portanto, o atual Presidente da Coreia tem promovido estudos para mudar um pouco os parâmetros dessa política econômica e promover um pouco mais o consumo interno, como um fator de desenvolvimento econômico, em vez de simplesmente manter a dependência do comércio externo para que o desenvolvimento se faça.

As taxas de crescimento hoje da economia são mais realistas na Coreia. Ninguém mais pode esperar que a economia coreana volte a crescer no ritmo dos anos 70, quando era uma economia muito pequena, muito pobre, que cresceu rapidamente, e, por isso, as taxas eram mais impressionantes. Mas, hoje, como um país já desenvolvido que deixou de ser um país recipiendário de assistência e passou a ser um país doador – é um país totalmente industrializado –, já não se pode esperar uma taxa de crescimento extraordinária, como eles vinham tendo até recentemente. Eles estão dentro da média; a taxa de crescimento hoje está dentro da média dos demais países da OCDE. Eles não estão nem acima nem abaixo; eles estão entre os 2% e 3% de crescimento anual, e espera-se que eles continuem assim. Não há perspectiva de mudança disso ou de volta àqueles antigos padrões de crescimento.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES – Bom, quanto às relações com a Coreia do Norte, realmente a iniciativa de promover esse encontro entre os dois Líderes é muito importante e deve produzir alguns resultados. Eu acho que a atitude do Líder da Coreia do Norte de desenvolver todos esses testes nucleares, de armas nucleares e missilísticos que tem feito criou para ele um trunfo negociador importante. Eu acho que ele conseguiu a atenção do mundo para a importância do país, uma importância que ele criou com esse investimento em detrimento de em outros setores da economia. Aparentemente, a população norte-coreana carece de uma série de outros, inclusive de alimentação adequada, por conta dos investimentos maciços em armamentos de destruição em massa e mísseis. Esse vai ser o terceiro encontro entre o Líder da Coreia do Norte e o Presidente da Coreia do Sul. O primeiro foi em 2000, o segundo em 2007, e agora este. No primeiro, o Presidente da Coreia do Sul ganhou o Nobel da paz por conta disso, dessa iniciativa; é uma coisa importante.

Agora, se a Coreia do Sul pode ou não ser um mediador para os entendimentos com os Estados Unidos, eu acho que talvez seja mais difícil, porque a Coreia do Norte naturalmente tem uma posição muito pró Estados Unidos. E não necessariamente vai ser vista como um ator imparcial por parte da Coreia do Norte ser esse mediador. Certamente exercerá algum papel, eu acho, de incentivo, pelo menos do ponto de vista dos norte-americanos, mas dificilmente poderá ser sede desse encontro. Dizem, especulam que o encontro que está previsto para o mês de maio entre o Presidente Trump e o Líder norte-coreano será provavelmente na China, mas ainda não foi definido o lugar. Sem dúvida, é uma iniciativa de distensão muito importante e pode levar a algum progresso para o restabelecimento de canais de comunicação importantes entre os dois países da península.

Desculpe por ter me estendido.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Embaixador Luís Henrique Sobreira Lopes.

Eu indago se as Srªs e os Srs. Senadores estão satisfeitos.

Pela ordem, S. Exª o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Embaixador Luís Henrique, é para uma preocupação tópica que eu gostaria de ter um posicionamento de V. Exª ou uma informação quando lá estiver – eu tenho certeza de que vai ser aprovado e vai exercer o seu posto. Estou, neste momento, relatando um projeto de lei que cria um fundo de investimento privado nas universidades do Brasil. Hoje os recursos para desenvolvimento de ciência e tecnologia são muito concentrados no Ministério da Educação e Cultura (MEC), mais especificamente na Capes ou em órgãos como CNPq.

Há um projeto de lei que reputo da maior importância, que está em tramitação, polêmico, envolvendo discussões entre a Casa Civil e as universidades, a Capes, etc., que cria a possibilidade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as unidades universitárias, sejam privadas, sejam públicas, criarem o seu próprio fundo e administrarem o seu próprio fundo de absorção de capital privado para desenvolvimento de ciência e tecnologia. Eu acredito que a Coreia tenha passado por esse estágio, tenha superado e tenha encontrado o caminho de convivência entre investimento privado no setor público e no setor privado, e que o direcionamento de recursos públicos vai continuar e vai ser acrescido de recursos privados que foram, digamos, desburocratizados para serem locados em universidades e serem administrados por universidades.

Eu tenho certeza de que, Embaixador... Há 15 anos, eu estava em Miami, e, andando por aquele estacionamento de automóveis imensos, eu ficava observando os carros americanos, europeus. E um ou outro carro coreano, naquele tempo era o Hyundai, esses carros eram vistos como veículos de terceira ou quarta categoria na época. Hoje você chega a toda parte do mundo – Alemanha, países da Europa, na América do Sul nem se fala, na América do Norte –, e vê que os carros coreanos, por uma questão de custo-benefício, invadiram o mercado. É claro que isso é produto de desenvolvimento tecnológico decorrente de procedimentos como esses que nós estamos perseguindo neste momento no Brasil.

Eu não sei se V. Exª teria, neste momento, elementos para nos clarear, nos dar luzes sobre como é que a Coreia agiu ao longo do tempo nesse mister. Se não tiver, em lá chegando, gostaria que pudesse nos municiar, até porque esta discussão está em curso, e haveria tempo de absorvermos elementos preciosos de quem agiu bem, com correção e já experimentou sucesso no que diz respeito a investimento com capital privado em ciência e tecnologia nas suas universidades.

É a colocação que faço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador José Agripino.

Eu indago se S. Exª a Senadora Ana Amélia deseja fazer algum comentário.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – S. Exª o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF. Sem revisão do orador.) – Quero cumprimentar V. Exª, Senador Fernando Collor, pela direção dos trabalhos, e o Sr. Luís Henrique Sobreira Lopes, nosso Embaixador indicado para servir na Coreia do Sul.

Quero dizer que são muito importantes nossas relações com a Coreia do Sul. Tivemos um jantar recentemente, lá na Embaixada, onde conversávamos, até trocávamos ideias sobre a importância de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma delegação brasileira ir à Coreia, e acabou não se viabilizando essa questão. Eu creio que devamos retomar essa discussão.

Indiscutivelmente, na minha visão, o processo eleitoral na Coreia do Sul, onde o Presidente com viés socialista, um viés mais do povo, ganha as eleições, acho que vai ser um avanço com relação à população da Coreia do Sul e que as situações de desigualdades e as situações de exploração serão diminuídas. Queria saber quais são suas expectativas com relação a essa questão dessa mudança política do conservadorismo e da direita para um governo de centro-esquerda, um governo que realmente possa ter uma abertura mais estratégica para a população coreana.

Com relação à posição estratégica da Coreia na Ásia, a onde ela está, com China, Japão, posicionada naquele lugar, essa questão toda dessa tentativa de diálogo da Coreia do Norte com Coreia do Sul e com os Estados Unidos, etc., é muito importante para tentar pacificar o mundo neste momento de tantas questões. Como o senhor vê que o Brasil poderia colaborar mais, inclusive com sua experiência e participação nessa questão dessa interface de pacificar essa região tão complicada para que não fiquemos aqui, todo mundo, sobressaltado com algumas possibilidades de conflitos e de dificultar mais a nossa economia?

Eu aqui não posso deixar um Embaixador da importância de V. Exª, que está indo para a Coreia, sair sem conversar sobre a questão do turismo. O Brasil é um país que tem uma ótima relação com a Coreia do Sul, mas precisamos ampliar mais o nosso fluxo turístico, porque eu acho que o grande investimento que o Brasil – acho que ninguém enxergou isso ainda – poderia fazer seria aumentar, duplicar ou triplicar, talvez, o nosso PIB com o turismo. Teria que ter investimentos estruturantes para isso. Como é que o senhor vê a possibilidade de nós aumentarmos o fluxo turístico dos coreanos do sul para o Brasil?

Outra questão é o intercâmbio tecnológico e cultural.

Indiscutivelmente, o atraso brasileiro com relação à tecnologia é um problema muito grave, que leva o País, que é o maior produtor do mundo de silício, a estar na idade da pedra com relação, por exemplo, à questão da exploração da energia solar, da energia fotovoltaica, para se fazer *chip* com alta qualidade para poder fazer inversão de energia de contínua para alternada ou para depurar o silício de tal forma que ele possa captar de forma correta a energia provinda do sol. Está certo? Então, essa baixa tecnologia brasileira tem feito com que esse produto fique muito caro aqui, no Brasil. Consequentemente, a baixa qualidade chinesa – é o inverso na Coreia, que tem alta qualidade tecnológica – invade o mercado e dá problema para nós como um todo, porque os preços são baixos, mas com baixa qualidade, o que atrapalha a questão da concorrência, atrapalha a questão de se fazer uma coisa mais séria com relação a isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje mesmo, vemos isso aí. Eu protocolei a CPI do setor elétrico, que já era para ter sido instalada aqui, no Congresso Nacional, com 52 assinaturas. Até hoje, não sei por que a Casa continua empurrando com a barriga, sem ler o pedido de 52 Senadores desta Casa para se fazer a CPI do setor elétrico, para se provar, por "a", "b", "c" e "d", o enriquecimento muitas vezes ilícito das pessoas que trabalham com a energia poluente, com as energias do petróleo, com a energia do carvão etc. e tal, em detrimento da energia solar. E há outras questões que levam a essa privatização, que só vai aumentar o preço da energia, tal qual o pronunciamento do Presidente da Aneel.

Esta Casa não lê, Presidente Collor – desculpa este aparte –, o nosso pedido de instalação da CPI do setor elétrico. O senhor também assinou conosco o pedido dessa CPI. Nós precisamos que ela seja instalada, porque vamos provar, como provamos no caso da previdência brasileira, que a proposta não é uma proposta que é para o bem da nossa Nação. Querer destruir a Eletrobras para entregar o controle na mão de outros não seria a melhor situação, como estão querendo fazer.

Para tentar encaminhar, porque precisamos concluir nossa reunião, eu queria ver com o senhor como é que nós poderíamos melhorar o nosso intercâmbio tecnológico com as nossas universidades, com a Coreia. Como o senhor poderia colaborar com isso? Como é que a nossa indústria automobilística poderia pegar o exemplo de qualidade, o exemplo de durabilidade, o exemplo de custo-benefício que a Coreia tem com relação aos seus veículos, que são de excelente qualidade, tanto os da Coreia quanto os do Japão, para poderem os nossos também terem essa qualidade e essa tecnologia que muitas vezes faltam aqui? Se eles têm um sistema que garante preço aliado à qualidade e à durabilidade, por que não nós aqui também termos a mesma situação?

Para concluir, quero desejar a V. Exª sucesso. Que consigamos, de fato, fazer a visita de um grupo de Parlamentares brasileiros à Coreia no intuito de fazermos esse intercâmbio! Eu sou o Presidente da Frente Parlamentar Mista da Infraestrutura. Sabemos que, na área de mobilidade urbana, na área de construções e, principalmente, na área de trens, a Coreia tem muito o que apresentar para o Brasil; poderíamos fazer um ótimo intercâmbio nessa área também.

Muito obrigado, Sr. Presidente Collor. O senhor me desculpe eu ter de me retirar, lamentavelmente, por causa de uma reunião no Ministério, mas vou pegar essas respostas via TV. Está bom? Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Hélio José, pela sua sempre muito presente participação.

Passo agora a palavra, não havendo por parte das Srªs e Srs. Senadores nenhuma objeção, para finalizar a sua sabatina, ao Sr. Embaixador Luís Henrique Sobreira Lopes.

V. Exª dispõe de dez minutos, por favor, Embaixador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES – Obrigado, Presidente.

Eu vou comentar, agradecendo o comentário do Senador José Agripino, e vou responder um pouco a consulta dele. Eu não tenho dúvidas de que o modelo desenvolvido de educação vocacional ligada à formação de mão de obra para as grandes indústrias coreanas pode servir de inspiração, sem dúvida, para a criação de fundos privados que possam vir a complementar os investimentos públicos na educação brasileira. Sem dúvida nenhuma, o modelo coreano se baseou...

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF. *Fora do microfone.*) – Foi um prazer!

O SR. LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES – Muito obrigado, Senador.

Então, certamente, temos muito a nos inspirar nesse modelo coreano. As empresas coreanas, como eu disse, o modelo de desenvolvimento econômico coreano sempre foi desenvolvido em paralelo aos modelos de promoção da educação nos diversos níveis, na Coreia. Então, nos níveis mais elevados de educação superior, as empresas coreanas promovem praticamente cursos inteiros de formação de mão de obra, enfim, de educação e de investimento em pesquisa e desenvolvimento, sempre dentro do contexto dos programas de desenvolvimento da educação coreana. Então, é o desenvolvimento econômico sempre caminhando junto com o desenvolvimento da educação, de maneira que eu acho que haverá muito – posso tentar obter os dados que eu puder conseguir sobre esse modelo coreano e compartilhar com o senhor e com o Senado – em que nós possamos nos inspirar nesse modelo coreano de desenvolvimento da educação com recursos privados.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Só para esclarecer melhor, Embaixador, a grande discussão que se coloca hoje no Brasil e que está retardando a aprovação é a disputa pelos recursos privados para investimento em ciência e tecnologia entre o setor público, digamos a Capes, e o Conselho de Reitores quer de universidades privadas, quer de universidades públicas, que dividem e vão dividir o bolo de recursos.

Então, como é que a Coreia teria administrado isso? Na Coreia, a iniciativa pública antecedeu-se. É claro que eles se anteciparam no tempo, devem ter destinado recursos graúdos do orçamento do governo para o desenvolvimento de ciência e tecnologia, e, com a evolução dos meios da economia, da indústria, principalmente, ocorreu algo que ocorreu nos Estados Unidos. Os grandes provedores das universidades famosas dos Estados Unidos, provedores de recursos privados para financiamento da ciência e tecnologia, são empresas, são empresas poderosas. Stanford, Harvard etc. contam com recursos graúdos de grandes empresários que têm por mentalidade e por conceito quase uma obrigação perante a sociedade de destinar parte dos seus lucros para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, isso ocorreu nos Estados Unidos, está pacificado; ocorreu na Coreia, deve ter ocorrido e deve estar pacificado. Nós estamos vivendo este momento e temos de reunir a maior quantidade possível de experiências exitosas para que não precisemos inventar a roda. É essa a preocupação.

O SR. LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES – É, eu entendo isso, Senador, e gostaria de reforçar que, na Coreia, realmente, existe essa preocupação. As universidades coreanas são essencialmente privadas. Só muito recentemente é que o governo começou a promover programas de valorização de cursos técnicos, formadores de mão de obra para as indústrias mais tecnologicamente avançadas, mas, como foi a última etapa desse processo paulatino de valorização da educação na história coreana, já foi em uma etapa em que o setor público se retirava um pouco como o maior financiador dos programas de educação e já transferia o que já era assumido principalmente pelos interesses privados, que são claramente direcionados ao desenvolvimento das indústrias nos diferentes setores.

Portanto, cada setor da economia terá suas instituições de ensino superior patrocinadas pelos diferentes conglomerados e pelas diferentes indústrias para a formação de técnicos e de profissionais direcionados para aquela atividade dos conglomerados. Enfim, é uma experiência, eu acho, até um pouco diferente da americana, porque não são universidades gerais, são instituições direcionadas para a formação de técnicos e de profissionais ligados a determinado setor da economia.

Não sei se...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES – Com relação aos comentários do Senador Hélio José, uma coisa que se verifica muito na história coreana é que, quando os presidentes que são do partido que tem viés mais conservador estão no poder, as tensões com a Coreia do Norte são mais visíveis do que quando – como é o atual presidente – o governo é de uma tendência mais liberal. Todas as vezes em que houve, por exemplo, encontros entre os líderes dos dois países, esses encontros se deram na gestão de um governo do partido liberal, e não do partido conservador. Como se sabe, por coincidência ou não, foi durante o governo da Presidente Park, que era de tendência conservadora, que as tensões mais estiveram à flor da pele e que houve todos esses testes nucleares e missilísticos desenvolvidos pela Coreia do Norte. E, agora, mal o governo novo começou, já temos iniciativas importantes de distensão novamente, e a programação de um próximo encontro entre os dois líderes até o final deste mês. Eu acho que isso tem sido uma marca da história e está se repetindo neste momento.

Naturalmente, com relação já à parte de turismo, a presença dessa comunidade importantíssima coreana no Brasil – são mais de 50 mil, como mencionei na minha apresentação – é um fator de estímulo a que coreanos venham ao Brasil, ainda que seja para visitar seus parentes. Certamente, haverá, entre a comunidade de familiares de coreanos presentes no Brasil, o interesse de conhecer o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

país para onde eles foram. Isso já é um incentivo. Mas nós temos também um acordo de cooperação na área de turismo que está em vigor e que deve exercer algum papel também nessa área de promoção de turismo entre os dois países. É um dos marcos jurídicos do nosso relacionamento. Nós temos praticamente acordos em todas as áreas.

No campo da ciência e tecnologia, a Coreia nos vê como tecnologicamente avançados em determinados setores. Eu acho que o Brasil não é atrasado em todos os setores tecnologicamente. A tecnologia desenvolvida no Brasil em alguns setores é reconhecida em várias partes do mundo, inclusive na Coreia. Tanto é assim que essa nossa cooperação em ciência e tecnologia, que foi promovida pela assinatura do acordo nesses campos, tem permitido a associação de setores que são vistos na Coreia como tecnologicamente avançados e de setores também tecnologicamente avançados na Coreia para a promoção de pesquisa e desenvolvimento naqueles setores. Eu citei alguns que estão contemplados no acordo, como nanotecnologia, biotecnologia, biocombustíveis, TV digital, energia nuclear, semicondutores, que são setores que interessam tanto ao Brasil quanto à Coreia, que, portanto, são vistos pelos dois lados como setores em que há avanço seja de um lado, seja de outro ou de ambos e que permitem que essa cooperação se desenvolva.

Então, eu acho que, no cômputo geral, pode ser que a Coreia tenha conseguido avanços mais significativos que o Brasil nesse campo, mas não é em todos os setores que nós estamos tão atrasados assim. A nossa evolução tecnológica tem sido reconhecida pelos nossos parceiros no exterior, em alguns setores principalmente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Grato a V. Exª, Sr. Embaixador Luís Henrique Sobreira Lopes, pelas respostas oferecidas aos Srs. Senadores e à Srª Senadora.

Eu consulto o Plenário sobre se mantemos a reunião aberta ou fechada.

A Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam que permaneçamos com a reunião aberta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu solicito à Secretaria desta Comissão que proclame na tela o resultado da votação feita ao indicado para representar o nosso País na Coreia do Sul, para representar o Estado brasileiro na Coreia do Sul.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Total de votos: 13 votantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi aprovado por 12 votos S. Exª o Embaixador Luís Henrique Sobreira Lopes, indicado ao cargo de Embaixador na Coreia do Sul.

Nossos cumprimentos a V. Exª e os votos de um exitoso posto naquele país, com que tanto o Brasil deseja estreitar ainda mais as suas relações. Seja V. Exª bem-sucedido!

O SR. LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES (*Fora do microfone.*) – Muito obrigado. (*Pausa.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Os telespectadores, Presidente, devem estar curiosos sobre essa conversa que não saiu no ar, porque estava ao vivo a televisão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – É verdade, é verdade!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Por favor, pela ordem, tem a palavra S. Exª Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Só quero anunciar que está presente na nossa reunião da Comissão de Relações Exteriores o Secretário de Agricultura da cidade de Santa Maria, no coração do Rio Grande, Cel. Almeida Rosa, e o assessor de projetos. Eles estão aqui assistindo à reunião. Então, quero saudá-los.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – É a terra das tradições gaúchas, do Centro de Tradições Gaúchas (CTG). É Santa Maria, não é?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, Santa Maria é uma cidade universitária, no centro do Rio Grande, no coração do Rio Grande.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Mas não é Santa Maria que é também conhecida pelo Centro de Tradições Gaúchas?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, Santa Maria é mais conhecida como cidade universitária, porque lá foi instalada uma das primeiras universidades federais do Rio Grande do Sul. A segunda maior universidade federal é de Santa Maria, muito importante, porque está no centro do Estado. E criaram ramificações de *campi* espalhados em vários Municípios.

O CTG está no Brasil inteiro, Presidente Collor, não só em Santa Maria, mas também em Porto Alegre. Até nós teremos uma sessão especial para o CTG 35, que vai fazer 70 anos. Nós vamos fazer uma celebração, porque nós gaúchos temos grande orgulho das nossas tradições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, obrigada ao senhor.

E há uma cidade que se chama Lindolfo Collor, em homenagem ao seu avô.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – É verdade.

Sejam, então, os senhores e as senhoras muito bem-vindos a esta Comissão!

Eu gostaria também de registrar aqui hoje a presença do Presidente em exercício do Senado Federal, o Senador Cássio Cunha Lima, que veio prestigiar com sua presença a nossa reunião de hoje. Os nossos agradecimentos a ele por esse gesto.

Passamos agora à segunda parte da pauta, para a deliberação de matérias.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 10, DE 2018

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Srª MÁRCIA DONNER ABREU, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República do Cazaquistão e, cumulativamente, junto à República do Turcomenistão e à República Quirguiz.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Pedro Chaves

Relatório: pronto para deliberação.

Observações: *nesta reunião, será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.*

Indico S. Exª o Senador Cristovam Buarque como Relator *ad hoc* dessa matéria.

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF. Como Relator.) – Sr. Presidente, o Presidente da República submeteu à apreciação do Senado Federal a indicação da Srª Márcia Donner Abreu, que é Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério de Relações Exteriores, para o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República do Cazaquistão e, cumulativamente, junto à República do Turcomenistão e à República Quirguiz.

Atendendo ao preceito regimental, o Ministério elaborou currículo da diplomata, do qual extraímos o seguinte: nascida em Florianópolis, filha de Alcides Abreu e Sara Donner Abreu, bacharelada em Direito pela Faculdade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro. Ingressou na carreira em 1987, após ter concluído o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco. Concluiu também os cursos de Aperfeiçoamento Diplomático (1996) e de Altos Estudos (2005), quando defendeu a tese "Rompendo o Duopólio Estados Unidos-União Europeia na Organização Mundial do Comércio: o G20 e as Negociações Multilaterais Agrícolas". Não consegui ler esse documento, mas fiquei muito curioso pelo tema que ela abordou em 2005. Ascendeu ao cargo de Conselheira em 2004 e ao de Ministra de Segunda Classe em 2008.

Já desempenhou importantes cargos na Chancelaria e no exterior: assessora e Subchefe da Divisão de Serviços e Temas Financeiros (1999 a 2001); Coordenadora Nacional de Comércio de Serviços (2000 a 2001); Primeira-Secretária e Conselheira na Embaixada em Washington (2001 a 2005); Conselheira na Embaixada em Pequim (2005 a 2007); Chefe da Divisão de Negociações Extra-Regionais do Mercosul (2007 a 2009); Ministra-Conselheira e Delegada Permanente Adjunta na Delegação Permanente do Brasil junto à Unesco, em Paris (2009 a 2011); e Ministra-Conselheira, Representante Permanente Adjunta e Encarregada de Negócios na ausência dos titulares na Delegação Permanente do Brasil junto à OMC e outras Organizações Econômicas Internacionais, em Genebra, de 2012 até o presente.

Importa para este relatório trazer algumas informações sobre esses países.

Independente da antiga União Soviética em 1991, o Cazaquistão é a única das cinco repúblicas da Ásia Central que não experimentou violência política, étnica, social ou religiosa no período pós-soviético. Tal estabilidade pode ser atribuída particularmente a dois fatores: (i) existência de significativas reservas de gás e petróleo que atraem dezenas de bilhões de dólares em investimento direto estrangeiro; e (ii) a maneira pragmática pela qual se procura implantar as regras capitalistas no país, mantendo alto nível de coesão social.

É um país, Senador Collor, que tem coesão e rumo, duas coisas de que o Brasil anda carente.

O Cazaquistão possui o maior território dos cinco países da Ásia Central e a nona superfície territorial do mundo. Com localização estratégica e longas fronteiras com Rússia e China, beneficia-se ainda da estabilidade político-social para consolidar-se como nação líder da região.

O país possui as maiores reservas do mundo de chumbo, tungstênio e urânio; a segunda maior reserva de prata e de zinco; a terceira maior reserva de magnésio; além de depósitos significativos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

cobre, ouro e minério de ferro. O governo busca implementar um programa de diversificação industrial de modo a reduzir a dependência do país em relação ao petróleo.

Por esses aspectos, o Cazaquistão constitui área prioritária da ação política externa brasileira na Ásia Central, situação que tende a se consolidar. O Presidente Nazarbayev visitou o Brasil em 2007, e o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou o Cazaquistão em junho de 2009.

O intercâmbio apresentou um pico de US$190 milhões em 2011, decaindo paulatinamente em seguida até o valor US$58 milhões de dólares em 2017, com déficit de US$48 milhões para o Brasil.

Além das vantagens comerciais, a sintonia de opiniões entre Brasil e Cazaquistão em fóruns multilaterais é significativa, especialmente em temas como meio ambiente, desarmamento e não proliferação de armas nucleares. Cabe lembrar que o Cazaquistão tem uma razão muito especial para ser radical contra a proliferação, pois foi o país que mais sofreu por experiências nucleares da União Soviética. Grandes regiões até hoje são inóspitas por conta da explosão de bombas nucleares experimentalmente.

O Cazaquistão manifestou expressamente, em 2007, apoio ao pleito brasileiro a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Sobre isso, Sr. Presidente, talvez valesse a pena um dia a gente debater aqui se esse é um pleito correto ou não para uma estratégia de longo prazo brasileira. Eu, pessoalmente, concordo com quase tudo que a política externa brasileira tem feito ao longo de décadas, mas tenho muitas dúvidas quanto a isso. Eu acho que nós vamos ter a ilusão de um *real power*, e o Brasil vai perder muito do *soft power* de simpatia no mundo quando sentar no Conselho de Segurança com uma cadeira permanente. Além de que eu acho que não vai conseguir. Mais fácil seria o Brasil lutar, embora quixotescamente, para acabar com os membros permanentes; todos os membros seriam rotativos. Pode ser uma batalha quixotesca, mas teria muita simpatia no mundo e tem uma lógica.

O Cazaquistão considera o Brasil importante e promissor parceiro estratégico e tem interesse na experiência brasileira nos setores de alta tecnologia, agricultura, bens de capital e indústria leve.

Mudo para o Turcomenistão, que se tornou independente também da União Soviética em 1991. Com grande parte de seu território dominado por um deserto, tem sua economia apoiada na riqueza de recursos energéticos e na agricultura irrigada intensiva do algodão.

O estabelecimento de relações bilaterais entre o Brasil e o Turcomenistão foi realizado por meio de um protocolo assinado em 3 de abril de 1996.

O comércio bilateral ainda é pouco significativo – nem vale a pena darmos os números. Nos últimos dois anos, as exportações brasileiras têm se concentrado em preparações alimentícias de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bovinos, escavadeiras, carne suína congelada, carne bovina desossada, preparados de confeitaria e aparelhos de cozinha.

O ambiente de negócios naquele país é ainda considerado difícil e a economia continua muito dominada por monopólios estatais.

A República Quirguiz é a segunda menor em área e em população da Ásia Central. Um país pequeno, mas o estabelecimento de relações bilaterais entre o Brasil e essa República foi realizado por meio de um protocolo assinado em 1993. As relações políticas têm sido historicamente cordiais, embora incipientes.

Essas são as informações, Sr. Presidente, que, a meu ver, permitem a esta Comissão sabatinar a ilustre diplomata e votar a indicação presidencial.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado a V. Exª, Senador Cristovam Buarque, pela apresentação do relatório, que coloco agora em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, concedo vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 25, de 2018

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte para o Intercâmbio de Informações Relativas a Tributos, celebrado em Brasília, em 28 de setembro de 2012.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação

Indico como Relator *ad hoc* S. Exª o Senador Lasier Martins, a quem passo agora a palavra.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS. Como Relator.) – Obrigado, Presidente Collor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Repetindo, trata-se do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte para o Intercâmbio de Informações Relativas a Tributos, celebrado em Brasília, em 28 de setembro de 2012.

O texto já foi apreciado e aprovado nas comissões da Câmara, inclusive na CCJ de lá, tendo recebido aprovação nos itens de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa.

O tratado, com 14 artigos, visa, como assinala a exposição de motivos, combater a fraude e a evasão fiscal, assim como reduzir o espaço para a prática de elisão ou planejamento fiscal.

Passo, então, à análise.

O acordo sob exame prevê a troca de informações entre as autoridades tributárias das partes contratantes sobre assuntos de sua competência, com o intuito de favorecer as ações de fiscalização e de combate à sonegação fiscal. Visa também assegurar à administração tributária instrumentos mais eficazes destinados a coibir a prática de atos lesivos à ordem tributária, com reflexos positivos sobre o nível da arrecadação.

É importante destacar, no âmbito deste parecer, que a legislação interna referente a sigilo fiscal e bancário é plenamente preservada à luz do ato internacional em exame.

Como bem assinala a Exposição do Motivos do ministério, a assinatura deste tipo de acordo de troca de informações com o Reino Unido reveste-se de particular importância, tanto pela magnitude das relações comerciais entre os dois países como também pelo grande volume de investimentos britânicos presentes no Brasil.

Cabe observar, ademais, que o texto do acordo em pauta atende aos interesses do País ao buscar prevenir a evasão fiscal e demais condutas ilícitas praticadas pelos contribuintes.

O voto, com base no exposto, é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 2018.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Grato a V. Exª, Senador Lasier Martins, pela apresentação do relatório, que coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria segue à Secretaria-Geral da Mesa para que tome as providências cabíveis.

ITEM 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 179, de 2017

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça para o Intercâmbio de Informações sobre Matéria Tributária, assinado em Brasília, em 23 de novembro de 2015.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Pela aprovação

Passo a palavra a S. Exª o Senador Armando Monteiro, para proferir o seu relatório.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, para ganhar tempo, é um acordo da mesma natureza, da mesma espécie do acordo do item 2.

Sabe V. Exª que há agora, na comunidade internacional, uma grande preocupação em combater as práticas de elisão e de evasão fiscal, e, diante disso, há uma busca de maior transparência. Eu creio que, com a Suíça, por todas as razões, esse é um acordo muito oportuno, muito relevante, de modo que se busquem também informações para possibilitar a construção de acordos que evitem a dupla tributação, garantindo maior isonomia ao investidor brasileiro no exterior.

Por todas essas razões, creio ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais.

Por tudo isso, eu voto pela aprovação da proposta.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Armando Monteiro, pela precisão e pela concisão do seu relatório, bem relatado agora há pouco.

Coloco em votação o relatório apresentado por S. Exª o Senador Armando Monteiro. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 179, de 2017.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as providências que couberem.

Terceira parte da nossa pauta de hoje: instalação do Grupo Parlamentar Brasil-Reino da Arábia Saudita.

O Grupo Parlamentar Brasil-Reino da Arábia Saudita...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, o Sr. Embaixador Luís Henrique Lopes...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Um abraço e muito obrigado.

Obrigado, Senador.

O Grupo Parlamentar Brasil-Reino da Arábia Saudita foi criado na presente Legislatura, por meio do Projeto de Resolução nº 11, de 2018, de minha autoria, Senador Fernando Collor, e transformado na Resolução nº 3, de 2018, do Senado Federal.

As relações entre o Brasil e o Reino da Arábia Saudita foram estabelecidas formalmente em 1968 (completam, portanto, 50 anos neste ano de 2018). Em 1973, o Brasil abriu embaixada em Jedá e a Arábia Saudita abriu embaixada em Brasília. Em 1986, quando da transferência da capital Saudita para Riade, a representação diplomática brasileira foi transferida para aquela cidade.

Tradicionalmente voltada para o Oriente Médio e para o eixo Estados Unidos-Europa, a diplomacia saudita tem buscado, recentemente, diversificar suas parcerias políticas, sendo o Brasil o seu principal parceiro natural na América Latina, e sendo a instalação deste Grupo Parlamentar uma efetivação bilateral para essa finalidade.

Há largo potencial para incremento das relações comerciais, dadas as complementaridades produtivas entre os dois países. Devido às condições ambientais sauditas e ao acelerado crescimento populacional vivido pelo país no último meio século (de cerca de 3 milhões de habitantes, em 1950, para mais de 30 milhões atualmente), importações respondem por mais de 70% dos alimentos consumidos no país, havendo potencial para exportações brasileiras de outras *commodities* agrícolas que não a de carne, que é a principal.

O volume de intercâmbio comercial atingiu U$4,5 bilhões em 2017, soma que supera o intercâmbio do Brasil com a maioria de seus vizinhos na América do Sul. A balança tem sido superavitária a favor do Brasil (superávit de U$700 milhões em 2017). As exportações brasileiras para a Arábia Saudita – antes dominadas somente por produtos agrícolas, sobretudo carne e açúcar – desde 2005 passaram a incluir produtos de alto valor agregado, além da exportação de produtos de defesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda assim, predominam os produtos agrícolas, havendo potencial para aumento de venda de grãos, além do já explorado mercado de carnes.

Esse cenário promissor exige um papel mais relevante da parte dos Parlamentos do Brasil e da Arábia Saudita.

O Grupo Parlamentar tem como finalidade incentivar o desenvolvimento das relações bilaterais entre os Poderes Legislativos dos dois países. Para tanto, deverá promover a troca de informações e a ampliação de cooperação interparlamentar, mediante as seguintes atividades:

I – visitas e reuniões parlamentares;

II – realização de seminários, simpósios, debates, conferências, estudos e encontros de natureza política, jurídica, social, tecnológica, científica, ambiental, cultural, educacional, econômica e financeira indispensáveis à análise, à compreensão, ao encaminhamento e à solução de problemas, visando ao desenvolvimento das relações bilaterais;

III – intercâmbio de experiências parlamentares; e

IV – outras atividades compatíveis com os objetivos do grupo.

A presente reunião de instalação do Grupo Parlamentar abrangerá, portanto, a aprovação de seu estatuto e, por consequência, a eleição de sua comissão executiva.

Passo ao item estatuto.

Considerando a necessidade de ajustes no aparato normativo específico que orienta o funcionamento das ações desenvolvidas pelo Grupo Parlamentar Brasil-Reino da Arábia Saudita, submeto à deliberação das Srªs e dos Srs. Senadores o respectivo estatuto do Grupo, na forma apresentada aos Srs. e às Srªs Senadoras membros desta Comissão, cujas cópias já foram distribuídas.

Coloco em discussão o estatuto. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o estatuto.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Informo às Srªs e aos Srs. Senadores que, no momento, tenham interesse em integrar esse Grupo Parlamentar que podem continuar solicitando à Secretaria-Geral da Mesa o formulário de adesão para preenchimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acrescento que, conforme a Resolução nº 14, de 2015, em seu art. 6º, §§6º e 7º, compete à Secretaria-Geral da Mesa, na forma de sua estrutura administrativa, secretariar as reuniões e dar apoio administrativo aos grupos e às frentes parlamentares internacionais, cabendo à Secretaria de Apoio aos Órgãos do Parlamento (Saop), na pessoa do João Pedro de Souza Lobo Caetano, coordenar a execução dos trabalhos.

Informo que a chapa recebida até o presente momento – chapa para presidir e coordenar o Grupo de Amizade Brasil-Reino da Arábia Saudita – figura com a seguinte composição: Presidente de Honra, S. Exª o Senador Eunício Oliveira; Presidente, S. Exª a Senadora Ana Amélia; Vice-Presidente, Senador Fernando Collor.

Como membros da Comissão que fazem parte da chapa: S. Exªs os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Jorge Viana, Antonio Anastasia, Ana Amélia – já citada –, eu próprio – já também citado –, Senador Flexa Ribeiro, Senadora Vanessa Grazziotin e Senador Armando Monteiro.

Consulto às Srªs e aos Srs. Senadores se podemos proceder à eleição por aclamação. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, declaro então eleita, por aclamação, a Comissão Executiva, que fica assim composta: Presidente de Honra, S. Exª o Senador Eunício Oliveira; Presidente, S. Exª a Senadora Ana Amélia; Vice-Presidente, Senador Fernando Collor.

Convido, para tomar assento à Mesa dos trabalhos, S. Exª a Senadora Ana Amélia, Presidente eleita do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Reino da Arábia Saudita, a quem vou passar a palavra para que S. Exª faça suas considerações.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Caro Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Fernando Collor, e colegas Senadores membros desse Grupo Parlamentar Brasil-Reino da Arábia Saudita, quero agradecer a V. Exª e aos demais membros desse Grupo, Senador Fernando Collor, primeiramente como Senadora pelo Rio Grande do Sul. O Rio Grande do Sul, desde o século XVIII – de 1860 até os anos 1920 –, acolheu, de braços muito abertos, os imigrantes. Primeiro foram os sírio-libaneses, que saíam de um processo de desenvolvimento da região, de mais urbanização; eram produtores rurais, e vieram por via de Buenos Aires, do porto de Montevidéu. Toda a fronteira do Rio Grande do Sul com a Argentina ou com o Uruguai é bordada por um protagonismo extraordinário, primeiro dos sírio-libaneses, que vieram em maior escala, e posteriormente dos palestinos.

Há uma amizade muito grande com a comunidade árabe no Rio Grande do Sul, que é muito expressiva. E há um dado particular, pessoal, que eu faço questão de destacar: dos 9 aos 12 anos, fui acolhida como dama de companhia de uma família que era do Sr. Camilo Ache, de origem libanesa. Então, a minha experiência e a minha vida na infância... Eu sou descendente de italianos, então substituí a polenta pelo quibe, pela esfirra e pelo tabule. Então, eu tive essa convivência – muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criança ainda – com os hábitos, com a comunidade, com a tradição, com a religião dos cristãos maronitas todos que vieram naquela época.

Então, para mim é uma honra muito grande, também por ter visitado, já como Senadora agora, no exercício da atividade parlamentar, oficialmente, o Líbano e também visitado Ramala, onde está a administração da Palestina. Então, há todo esse acervo de relacionamento.

Tenho grandes amigos na área das comunicações, como a família Badra, em Santana do Livramento, amigos em Porto Alegre que são de origem ou jordaniana, ou palestina, ou sírio-libanesa. Há uma convivência solidária, fraterna que existe lá no Rio Grande do Sul, inclusive entre os árabes e os judeus, e eu penso que nós damos um grande exemplo com essa convivência.

Certa vez, a Embaixadora da Palestina esteve em Santana do Livramento e ficou surpresa com o grau de cordialidade que há naquela fronteira seca – é uma fronteira de apenas uma rua entre Livramento e Rivera no Uruguai. Havia ali uma comunidade palestina forte, mas uma convivência extremamente fraterna e respeitosa entre árabes e judeus.

Eu fico mais ainda gratificada pela responsabilidade que tenho agora nesse desafio de estar liderando esse grupo por um determinado período desta Legislatura. E digo a V. Exª que estou muito feliz, especialmente porque se inicia a nossa atividade precisamente no momento em que uma importante comitiva do Reino da Arábia Saudita vem ao Brasil, o que pode estreitar ainda mais as relações. A diplomacia parlamentar, como diz V. Exª – e eu acho muito correto – tem um papel fundamental no estreitamento dessa relação política, que acaba tendo repercussões no campo econômico, no campo cultural, e isso é uma experiência extraordinária para todos nós.

Como Senadora e mulher, quero também saudar o Reino da Arábia Saudita pelas medidas que o Rei Salman bin Abdulaziz vem tomando no sentido de uma liberalização lenta e gradual. Nós precisamos entender que as mudanças têm que ser feitas respeitando-se a cultura de cada país. Nós ocidentais não podemos interferir em uma cultura milenar, como não podemos influenciar ou querer que a China faça assim ou de outra maneira, que os árabes façam assim, ou os japoneses, os indianos, os indus, os tailandeses. Nós não podemos interferir naquilo que é a essência de uma civilização. Até porque, assim como nós queremos que nos respeitem, nós temos que respeitar as especificidades de cada cultura e de cada tradição milenar, como eu disse. Então, saúdo as iniciativas que vem tomando o Rei Salman bin Abdulaziz, na Arábia Saudita, em relação à participação das mulheres na direção de automóveis – pode ser uma coisa simples, mas sempre há um primeiro passo –, de frequentar os espaços, na abertura dos cinemas... Eu penso que é muito saudável que haja essa modernização e essa abertura, em um processo de ocidentalização também e de democratização dos espaços para as mulheres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, como mulher, Senadora mulher, faço esse registro, o que me aumenta ainda a alegria de estar presidindo esse Grupo Parlamentar, renovando o meu agradecimento a V. Exª pela incumbência que ajudou a me conceder.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senadora Ana Amélia, e os nossos cumprimentos pela sua indicação, escolha e eleição para Presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Reino da Arábia Saudita.

Tenho certeza de que V. Exª haverá de se desincumbir muito bem dessa tarefa, como, aliás, vem demonstrando em todas as áreas a que V. Exª vem se dedicando aqui no Senado da República. Nossos cumprimentos e os votos também para que a visita que está para ser iniciada, de uma importante delegação do Reino da Arábia Saudita ao nosso País, seja extremamente exitosa, já tendo V. Exª como Presidente eleita e empossada do Grupo Parlamentar de amizade Brasil-Reino da Arábia Saudita.

Antes de encerrar os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores a esta reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas. (*Pausa.*)

Desculpem-me. Vou reler, porque aponta uma falha na minha leitura o secretário.

Antes de encerrar os nossos trabalhos, proponho a dispensada da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores e desta reunião.

As Srªs e Srs. os Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Convoco, ainda, as Srªs e os Srs. Senadores membros desta Comissão para a nossa próxima reunião deliberativa, agendada para a próxima quinta-feira, dia 26 de abril de 2018. Será uma reunião muito importante, porque teremos sabatinas de dois senhores embaixadores. E eu peço a atenção das Srªs e dos Srs. Senadores para que estejam presentes, como hoje estiveram presentes aqui no número bem expressivo de 13 Srªs e Srs. Senadores.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião, ficando transferida... Não; não fica nada transferido.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos e um bom dia.

(*Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 37 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e doze minutos do dia vinte de março de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Eduardo Braga, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Paulo Rocha, Acir Gurgacz, Fátima Bezerra, Flexa Ribeiro, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Elmano Férrer, Raimundo Lira, Ângela Portela, Jorge Viana, José Pimentel, Ataídes Oliveira, Ricardo Ferraço, Ronaldo Caiado, Otto Alencar, Wilder Morais, Roberto Muniz, Wellington Fagundes e Pedro Chaves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 11, de 2013 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a aplicação dos recursos originários da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Cide, incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool combustível, atendendo o disposto no § 2º do art. 1º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, cria o Fundo Nacional de Infraestrutura de Transportes - FNIT e dá outras providências, para determinar a aplicação de percentual mínimo do produto de arrecadação da Cide-Combustíveis em projetos de infraestrutura urbana de transportes coletivos não motorizados. " **Autoria:** Senador Antonio Carlos Rodrigues. **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 291, de 2013 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para regular a cobrança pela prestação dos serviços de esgotamento sanitário." **Autoria:** Senador Cyro Miranda. **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, de 2014 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação – SNV, para determinar que os investimentos públicos em infraestrutura e operação dos serviços de transportes sejam regidos por critérios econômicos e dá outras providências." **Autoria:** Senador Alfredo Nascimento. **Relatoria:** Sen. Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, estabelecendo multa a ser paga aos usuários do serviço de energia elétrica aos usuários." **Autoria:** Senador Ronaldo Caiado. **Relatoria:** Sen. Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 224, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para obrigar a instalação, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, sem ônus para os beneficiários,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de equipamentos destinados à geração de energia elétrica própria com base em fonte solar fotovoltaica para injeção na rede elétrica das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica." **Autoria:** Senador Wilder Morais. **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 712, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, para estabelecer meta de participação de fontes renováveis na matriz energética brasileira para o ano de 2040." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatoria:** Sen. Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 795, de 2015 - Terminativo -** que: "Determina o compartilhamento de postes pelas prestadoras de serviço público com os municípios, define os circuitos de iluminação pública como parte integrante de sistemas de distribuição e institui diretrizes para o serviço de iluminação pública; e altera a Lei nº 10.295, de 17 de outubro de 2001, para instituir diretrizes para o uso racional de energia elétrica pelo serviço de iluminação pública." **Autoria:** Senadora Marta Suplicy. **Relatoria:** Sen. Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 253, de 2016 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de equipamentos de energia elétrica renovável em novas construções de residências familiares e de órgãos públicos quando utilizarem financiamento com recursos públicos." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Sen. Jorge Viana. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 107, de 2017 - Terminativo -** que: "Modifica o art. 2º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, que dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, altera as Leis nos 5.655, de 20 de maio de 1971, 8.631, de 4 de março de 1993, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.648, de 27 de maio de 1998, 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências, para incluir, no ambiente de contratação regulada, processos licitatórios de energia elétrica produzida em empreendimentos com mais de um tipo de fonte renovável de geração." **Autoria:** Senador Hélio José. **Relatoria:** Sen. Roberto Muniz. **Relatório:** Pela aprovação, com as emendas nº 1/CMA e 2/CMA. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 428, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, e nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, para estipular que os recursos aplicados no âmbito do Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional – PDAR e do Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC sejam prioritariamente destinados à região da Amazônia Legal." **Autoria:** Senador Jorge Viana. **Relatoria:** Sen. Acir Gurgacz. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Lido o relatório e encerrada a discussão da matéria. **ITEM 11 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 12 de 2018** que: "Requer, a realização de audiência pública para debater as obras de manutenção,conservação e recuperação da BR-319,especificamente acerca dos estudos de impacto ambiental,requisito necessário para a liberação das obras de reasfaltamento da rodovia." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 13 de 2018 que: "Requeiro, nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal de 1988, do art. 2º da Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010 e do art. 93, inciso II, combinado com o inciso II do art. 102, ambos do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), para instruir o Projeto de Lei do Senado n° 291, de 2013, que Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para regular a cobrança pela prestação dos serviços de esgotamento sanitário, com a participação de representantes da Confederação Nacional de Municípios, a serem designados oportunamente." **Autoria:** Senador Hélio José. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 14 de 2018** que: "Requer, nos termos do Art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do Art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública objeto do RQI 63/2017, seja incluído como convidado o senhor José Conrado Santos, Presidente da FIEPA e do Fórum das Entidades Empresariais do Pará." **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 15 de 2018** que: "Requer, nos termos do inciso II, do art. 93, do Regimento Interno, e em aditamento ao Requerimento nº 59, de 2017, já aprovado, incluir no rol de convidados para a audiência pública requerida para discutir a segurança aeroviária brasileira, em particular, na Amazônia, o comandante da Força Aérea Brasileira, Tenente-Brigadeiro-do-Ar Nivaldo Luiz Rossato." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 16 de 2018** que: "Requer, a realização de Audiência Pública para debater a Resolução nº 729 do Conselho Nacional de Trânsito, que estabelece sistema de placas de identificação de veículos no padrão Mercosul, conforme resolução Mercosul nº 33/2014." **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. **Resultado:** Adiado. Fazem uso da palavra a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Valdir Raupp, Acir Gurgacz e Flexa Ribeiro. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e um minuto. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Eduardo Braga

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/03/20

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Antes de falarmos sobre a nota técnica sobre o aviso do TCU, Senador Acir, eu gostaria de abordar três temas de caráter geral, mas que dizem respeito à nossa Comissão diretamente.

Nós estamos no segundo dia do Fórum Mundial da Água, quando o Brasil recepciona a comunidade internacional para debater um dos problemas que, sem nenhuma dúvida, preocupa hoje todos os brasileiros, até mesmo nós da Região Amazônica, que é uma região com uma grande bacia hidrográfica, que tem vivido períodos de estiagem, períodos de secas. E nós temos, como já foi demonstrado aqui nesta Comissão numa audiência pública, uma questão muito séria com relação ao risco hidrológico do mercado livre de energia elétrica no Brasil. Hoje, nada mais nada menos do que R$7 bilhões é o montante do déficit financeiro junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), como foi demonstrado aqui, volto a dizer, do setor do mercado livre, Senador Valdir Raupp.

Amanhã, nós teremos a primeira reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a MP nº 814, que trata, entre outros temas, inclusive na sua justificativa, por cerca de uma lauda e meia, sobre essa questão do déficit hidrológico no ACL.

Vejam que isso, segundo declarações do Rui Altieri, Presidente da Câmara de Comercialização, tem sido o principal motivo da falta de liquidez no setor elétrico para investimentos em programas importantíssimos como o Luz para Todos, que é importante na nossa região, onde ainda temos populações isoladas sem a interligação do Luz para Todos. No Pará, no Amazonas e em Rondônia, ainda nós temos esses problemas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda: é também dos recursos provenientes da liquidação do sistema da Câmara de Comercialização que vêm os recursos para a CDE, que financiam, por exemplo, a questão do subsídio do carvão, a própria CCC, que é fundamental nas nossas regiões, principalmente onde há geração termoelétrica.

A Comissão terá, amanhã, a sua primeira reunião, quando esperamos ter um quórum importante, pois vamos discutir o plano de trabalho. Eu terei, inclusive hoje, um almoço com o Deputado Júlio Lopes, que é o Relator dessa matéria, para que nós possamos abordar a questão do risco hidrológico, que é grave, é séria.

Nós resolvemos, quando estivemos no Ministério, através de uma MP, a questão do risco hidrológico no sistema regulado e também deveríamos ter conseguido resolver no sistema livre, mas a Aneel acabou fazendo uma regulamentação diferente da Lei de Conversão aprovada no Congresso Nacional com relação ao mercado livre, e aquilo que era, àquela altura, um passivo de R$1 bilhão no mercado livre se transformou em R$7 bilhões, a caminho de se tornar um passivo de R$12 bilhões.

E se não for feita uma solução que não onere o consumidor, ajustando, como fizemos da vez anterior, com uma prorrogação de outorga para não onerar o consumidor, o que vai acontecer é que poderemos ter uma situação grave e séria com relação ao impacto na conta de energia elétrica.

Dito isso, eu queria abordar outro tema. O jornal *O Estado de S. Paulo, o* Estadão, publicou, a propósito de outra audiência pública promovida pela Comissão de Infraestrutura, juntamente com a CAE e com a Comissão de Desenvolvimento Regional, a seguinte matéria "Bagagens não derrubam preços dos bilhetes aéreos", reafirmando aquilo que todos os Senadores e todos os brasileiros estão dizendo e contradizendo aquilo que Anac e a Abear tentaram aqui naquela audiência pública mostrar. Mas o que eu destaco é a declaração dada pelas empresas aéreas, que diz o seguinte: "Empresas afirmam que cobrança no despacho das malas cortaria a tarifa aérea [ou seja, diminuiria o preço da passagem], mas agora dizem que item é só um componente do preço."

Apenas para deixar mais uma vez patenteado, um trabalho feito pelo *Estadão* comprova o aumento que houve nas passagens aéreas em vários trechos: Guarulhos-Curitiba, Congonhas-Curitiba, Congonhas-Brasília, Congonhas-Santos Dumont, Guarulhos-Fortaleza. Enfim, há várias tarifas aqui demonstradas, e nós, da Região Norte, seja do Amazonas, do Pará, de Rondônia, de Roraima, do Acre, do Amapá, temos comprovado isso. Falo apenas para reafirmar essa matéria.

Outra questão que eu gostaria de destacar é exatamente sobre uma matéria que consta da pauta de hoje, de autoria do Senador Jorge Viana, com relatoria do Senador Acir Gurgacz, que trata, mais uma vez, da aviação civil na nossa região, ou seja, da aviação regional.

E, mais uma vez, destacando a importância de reforçarmos os recursos. Criamos o PAC da aviação regional, criamos o fundo, colocamos o recurso proveniente de parte da privatização dos aeroportos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concedidos, como Guarulhos, Viracopos, Brasília, Galeão. Colocamos, portanto, mais de cinco bilhões no fundo, que deveria estar resolvendo os problemas dos aeródromos e dos subsídios das passagens na aviação regional.

Decorridos já mais de cinco anos, esses recursos continuam contingenciados.

Portanto, foi uma luta de mais de dez anos para nós criarmos o PAC da aviação regional. Conseguimos criar o PAC da aviação regional, conseguimos criar o fundo para a aviação regional, conseguimos colocar o recurso para a aviação regional, fundamental nas diversas regiões isoladas do Brasil, inclusive no nosso Estado do Amazonas, mas, lamentavelmente, continuamos até o dia de hoje com os recursos contingenciados, sem darmos uma resposta a esse programa.

Portanto, destaco a importância disso. Esse é um projeto não terminativo. Como nós não precisaremos, portanto, do quórum qualificado, nós esperamos poder votar esse projeto. Sugiro, inclusive, que nós façamos uma inversão na pauta, para começarmos por esse projeto, que é não terminativo. Sugiro uma inversão na pauta, para que possamos começar a nossa reunião exatamente por este projeto que reputo ser muito importante, o PLS nº 428, de 2016.

A Senadora Vanessa pede a palavra.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Serei breve.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Em seguida, falará o Senador Flexa Ribeiro, que também pede a palavra.

Com a palavra a Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Serei breve, Senador Eduardo. Eu apenas gostaria, antes de tudo, de ressaltar a importância dos temas que V. Exª destaca nesta Comissão. Sem dúvida, são temas muito importantes que nós teremos de abordar neste próximo período.

Falando disso, Senador, aproveito para dizer que concordo com a inversão da pauta. Acho que precisamos apenas alcançar o número de presenças, o que conseguiremos já, já. Pela relevância do projeto relatado pelo Senador Acir Gurgacz, que ele seja o primeiro ponto.

Eu queria pedir a V. Exª, Senador Eduardo Braga, que pudéssemos votar hoje dois requerimentos que se encontram na pauta, um deles desde o dia 27 de fevereiro. Ele trata da realização de uma audiência pública para debater a questão da Embraer. Nós sabemos da intenção do Governo Federal de abrir mão, de entregar a Embraer para o capital internacional, para o capital americano. Então, acho que é um tema muito importante. Essa seria uma audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A outra nós apresentamos na semana passada, em conjunto, eu e o Senador Gurgacz. Entretanto, ele deixou para votar hoje, exatamente com a presença de V. Exª, até para que possa subscrever o requerimento, assim como o Senador Raupp, para realizarmos uma audiência pública em torno da BR-319, para debatermos a atualização dos Estudos de Impacto Ambiental. A recuperação a gente vem debatendo muito, bem como a manutenção. Nós precisamos que venham aqui e digam em que pé se encontram os Estudos de Impacto Ambiental.

Então, seriam apenas essas audiências, Senador. Peço mil desculpas. Nós estamos na CCJ com um debate sobre mulheres na Constituição brasileira, como parte dos eventos do Mês da Mulher. E temos também o encontro sobre as águas, do qual, imagino, V. Exª deverá participar como Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Eu apenas queria destacar, como eu comentava com o Senador Flexa quando vínhamos caminhando para cá, que estamos seguramente há seis semanas sem conseguir quórum não apenas na Comissão de Serviços de Infraestrutura; nós estamos sentindo isso em diversas comissões. Nós não temos conseguido votar as matérias terminativas na nossa Comissão.

Temos praticamente nos ilimitado a aprovar requerimentos e matérias não terminativas, assim mesmo com dificuldades para cumprir o quórum. Nós sabemos das diversas atividades que nós Parlamentares temos.

Senadora Vanessa, V. Exª chegou ainda há pouco, eu já tinha falado sobre esse tema e acho importante colocar novamente. Amanhã teremos a primeira reunião para aprovação do plano de trabalho da MP 814. A MP 814 é que trata da estruturação não só do gás, mas da estruturação da Amazonas Distribuidora, da estruturação das dívidas, da questão do déficit hidrológico e é lá que eu tenho tentado aprovar uma emenda que possa garantir, no mínimo, estabilidade de dois anos para os trabalhadores do setor elétrico. Veja, seja em Rondônia, seja no Amazonas, seja no Acre, seja em Roraima, seja em Furnas, seja onde for – e o Senador Flexa passou por isso no Estado do Pará –, se nós não tivermos uma garantia ao trabalhador de pelo menos garantir a ele estabilidade por dois anos, além dos direitos trabalhistas...

Há trabalhadores nas nossas regiões que trabalharam na Celpa, por exemplo, 30 anos, e eram de lá de Itaituba. Ora, esse cidadão perdeu o emprego quando da privatização, recebeu a sua indenização e, muito provavelmente, teve muita dificuldade para se recolocar no mercado de trabalho pela idade, pela escassez de alternativas de emprego no interior dos nossos Estados. Se ele tivesse recebido uma compensação pela possível demissão que pudesse haver, uma rede de proteção, ele, ao sair – seja da Ceron, seja da Amazonas Energia, seja de onde fosse –, teria, portanto, uma garantia adicional de um fundo que pudesse garantir a ele uma indenização adicional equivalente a dois anos, com férias proporcionais e com décimo terceiro proporcionais, o que seria uma rede de proteção para os servidores, principalmente nessa região.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós, do Estado do Amazonas, de Rondônia, do Acre, de Roraima, do Piauí, de Alagoas e agora do Amapá, vamos passar por um processo que o Estado do Pará já passou. E a gente sabe o quanto o Pará teve que sofrer para poder fazer os ajustes de transição entre a passagem da concessionária pública para a concessionária privada. Eu já ouvi várias vezes o Senador Flexa fazer discursos sobre esse tema e outros Senadores do Estado do Pará também fazerem discursos sobre esse tema. Eu repito porque se nós da região envolvida não estivermos presentes na Comissão para fazer valer o nosso ponto de vista, nós teremos graves consequências na nossa região. Apenas para deixar um alerta.

Eu vou ouvir V. Exª, mas o Senador Flexa tinha pedido a palavra. Então, pela ordem, o Senador Flexa e, em seguida, o Senador Raupp.

O Senador Flexa permite que V. Exª, portanto, faça a sua colocação.

Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Eu concordo plenamente com V. Exª, Senador Eduardo, Presidente desta Comissão, para assegurar algumas garantias para esses servidores. E Rondônia tem um agravante a mais: a Ceron, hoje Eletrobras Rondônia, não tem fundo de previdência, é a única – a única! – empresa estatal das federalizadas que não tem fundo de previdência. Eu estou trabalhando a mais ou menos uns seis meses e está muito próximo de conseguir aportar em torno de R$70 milhões da Eletrobras, do fundo das federalizadas, para poder garantir a previdência de servidores. Os empregados da Ceron Rondônia não têm garantia...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Mais grave.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – ... de aposentadoria. E há gente lá já praticamente na hora de se aposentar, e não tem fundo de previdência.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Mas devem ter contribuição para o INSS, não é? A contribuição geral tem que ter.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Devem ter alguma coisa, mas eles não têm...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Eles são celetistas, eles têm com certeza contribuição para o regime geral.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Mas a empresa não tem o fundo de previdência. É a única que não tem – é a única que não tem! –, a informação é de que é a única que não tem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – É que algumas empresas têm em função de que vieram do regime que não era o regime CLT. Eu sei, porque, no caso do Amazonas, por exemplo, nessa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eletramazon, não era regime CLT, era regime estatutário. E, portanto, quando migraram, tiveram que migrar com fundo de previdência, porque não fazia parte do regime geral.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Exatamente, a Ceron não tem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Como, no caso da Ceron, eles não têm, mas eles têm com certeza no regime geral. É óbvio que se houver um fundo de previdência, tanto quanto melhor, mas eles são celetistas, a Ceron obrigatoriamente... Senão, ela não vai poder nem ser privatizada. Se não houver a regularidade na contribuição da seguridade social por parte da Ceron, ela não poderá nem ser privatizada. É o caso que está acontecendo em Alagoas.

Em Alagoas, havia uma ação trabalhista antiga movida pelo Sindicato dos Urbanitários, e agora a Eletrobras está tendo que pagar a ação trabalhista, sob pena de que isso fosse um fator impeditivo para a privatização da Ceal. E eu estou destacando isso, Senador Valdir Raupp, porque amanhã começa, com a aprovação do planto de trabalho – a que já tive acesso e que será apresentado pelo eminente Deputado Julio Lopes – que tem a pretensão de não ter um calendário muito acelerado.

Portanto, eu, como Presidente, tenho manifestado, através da minha assessoria – hoje estarei com ele pessoalmente –, a minha preocupação, porque nós estamos tratando, só na Amazonas Distribuidora, de dois mil trabalhadores, além de tratarmos do sistema de abastecimento de energia elétrica de quatro milhões de brasileiros que vivem no Estado do Amazonas. No Estado de Rondônia não é diferente. No Estado do Acre não é diferente. No Estado de Roraima não é diferente.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Mais de um milhão; 1,7 milhão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Portanto, eu quero aqui destacar a importância da nossa presença nas reuniões da Comissão da Medida Provisória nº 814 para que, depois, não passe essa medida provisória sem que a gente possa fazer as colocações pertinentes sobre o tema.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Eu tenho dito, só para encerrar, Sr. Presidente, que sem resolver esse problema da Ceron nós vamos criar dificuldade. Já estive até com o Presidente do BNDES. Estive, semana passada, com o Presidente do BNDES, levei uma representação do Sindicato da Ceron - Eletrobras Rondônia para tratar desse assunto. Hoje mesmo vou ter outra reunião do Sest no Ministério do Planejamento, que é quem cuida dos fundos de previdência das empresas, para tratar desse assunto também. Eu tenho andado bem próximo do sindicato da Eletrobras Rondônia para resolver esses problemas. Se não resolvermos essas questões, nós vamos ter que criar dificuldade.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Eu não sei se apresentaram emenda à 814 sobre esse tema. Estou pedindo apoio aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras, e aproveito a TV Senado também para pedir o apoio dos Deputados e Deputadas Federais, para a aprovação de uma emenda sobre a qual estou conversando com o Governo e com o Relator, para a criação de um fundo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estabilidade por dois anos com os recursos que seriam destinados à União e/ou Eletrobras. Ou seja, sem criar ônus, seja para parcela A da futura tarifa no ciclo tarifário, seja para criar empecilhos outros, nós queremos proteger de alguma maneira pessoas que dedicaram uma vida à manutenção do setor elétrico nos nossos Estados e que hoje poderão ser penalizadas por uma privatização. E a Amazônia não é como Goiás, que privatizou a Celg. Nós já sabemos que vários trabalhadores da Celg foram demitidos. No caso da Celg, na MP 735 – se não me engano o número da MP era esse –, nós aprovamos uma emenda garantindo por dois anos os trabalhadores, e depois o Governo vetou.

Portanto, agora nós estamos avançando para um fundo, para que a gente possa criar esse mecanismo.

Ouço o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem, Sr. Presidente. Nós estaremos juntos nesse debate. Entendo que essa privatização tem que ser muito bem discutida, debatida. Não podemos fazê-la no afogadilho em hipótese alguma. Temos a sorte de ter V. Exª como Presidente da Comissão Mista, que vai mediar bem, vai saber mediar para que a gente possa discutir e garantir não só aos trabalhadores das empresas geradoras e distribuidoras de energia do Norte do País, mas, o que é também muito importante, aos consumidores de energia elétrica da Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Claro.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Nós estamos com um problema sério em Rondônia. Rondônia hoje é um grande produtor de energia, mas tem dificuldade com a energia que está...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – A baixa tensão.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – ...sendo distribuída no Estado porque os linhões não aconteceram.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Dos investimentos de 138 kV para baixo, a distribuidora não conseguiu ter capacidade para investir. E olha que quando Ministro, consegui assinar um decreto – e a Presidente Dilma, à época, assinou e ratificou o decreto – colocando a rede de 138 kV dentro da rede básica, para que pudéssemos fazer leilão de concessão na rede de 138 kV, com resistência de setores da Aneel, com resistência de alguns setores; mas nós conseguimos aprovar esse decreto.

Lamentavelmente, as primeiras obras dessas linhas básicas por regime de concessão ainda não saíram por falta...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Ainda não aconteceram.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Ainda não aconteceram por falta de regulamentação. Ou seja, falta de vontade política.

Então, não adianta nada passar uma linha de 800 kV, ou de 500 kV, ou de 230 kV se não tivermos uma subestação que rebaixe essa linha para baixa tensão, a fim de atender seja as populações, seja os produtores.

A capacidade de investimento e o regime da iniciativa privada, se for fazer esses investimentos, na monta... O Tramo Oeste, no Pará, é um exemplo clássico disso de que nós estamos falando. Nós não conseguíamos estender o Luz para Todos para uma área importante no Estado do Pará porque não conseguíamos levar a linha de alta tensão para o ponto de barramento de distribuição. Com isso, o que acontecia? Nós não conseguíamos chegar com o Luz para Todos, mesmo tendo recursos destinados...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – E energia, não é?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – E energia.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Tendo energia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Tendo energia.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Porque o mais difícil é você produzir energia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Então. Mas volto a dizer que é fundamental! Nós estamos diante de uma janela de oportunidades. Se os Senadores e as Senadoras da nossa região... São sete regiões, sete Estados que terão as suas concessionárias nesse regime de privatização. Elas serão reguladas pelo Congresso em dois momentos: um no PL que está na Câmara dos Deputados, de que o Deputado Aleluia é Relator e o Deputado Hugo Motta é o Presidente da Comissão. Depois virá para o Senado. E outro nesta MP. Só que o que está anunciado pelo Governo é que eles querem soltar o edital agora no mês de abril, por isso esse açodamento com relação ao prazo.

Se nós não cuidarmos de estar presentes... Ninguém é contra, em tese, a privatização; nós somos contra a forma, o modelo e a modelagem que estão querendo fazer, sem discutirmos as características de Rondônia, do Amazonas, do Acre, de Roraima, do Amapá, de Alagoas, do Piauí, que são completamente distintas.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Sem dúvida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – E é fundamental, Senador Acir, Senador Flexa, Senador Raupp, a nossa presença no decorrer dos debates nesta Comissão, para que nós não sejamos tratorados.

Porque os Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras que compõem esta Comissão não são apenas dos Estados alcançados pela MP.

Então, existem Senadores e Parlamentares que vão votar pela tese da privatização, sem discutir o detalhamento e as características peculiares da nossa região. E volto a repetir, o Estado do Pará sofreu uma transição que não foi barata para o povo do Pará, não foi barata para a infraestrutura do Estado do Pará no processo de privatização, até ajustar. Saiu da Celpa, foi para Rede Engenharia, que não conseguiu, teve um impacto tarifário brutal, num primeiro momento, lá no Estado do Pará. E no Estado do Amazonas nós já somos a terceira tarifa do País.

Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, Senador Eduardo Braga, Srs. Senadores, estamos aqui numa reunião da Comissão de Infraestrutura da Região Amazônica, Senadores aqui do Amazonas, de Rondônia, do Pará. Se vamos discutir essas questões, em especial de infraestrutura da nossa região, vamos passar aqui o dia todo tratando disso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Claro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – E é bom que passemos mesmo.

Dois assuntos V. Exª, ao abrir a reunião, trouxe para o debate. Primeiro a questão da aviação regional. É lamentável, Senador Eduardo Braga, que, passados quase quatro anos da aprovação da Medida Provisória 656... Eu fui Relator da 652, em que fiz o programa de desenvolvimento da Aviação Regional.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Participei muito com V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Lamentavelmente, a 652 decaiu por prazo. Na 656, cujo Relator foi o Senador Jucá, nós conseguimos inserir exatamente o texto da minha emenda do relatório da 652. Definimos o que é aviação regional, o que é aeroporto regional, quais os subsídios que deveriam existir na aviação regional para que as tarifas de passagens pudessem ser menores para a nossa região, mas, lamentavelmente, até hoje não foi regulamentada.

Quando a gente vê a Lei Kandir, que é de 1996 e até hoje também não foi regulamentada. Espero que a aviação regional não vá demorar por tanto tempo. Não é possível que isso venha a acontecer. E mais, muitas vezes, no caso da Lei Kandir, a responsabilidade é nossa, do Congresso Nacional. Nós não fizemos o dever de casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu não tenho dúvida, Senador Eduardo Braga, de que é necessário que se faça isso urgentemente. O Governo da Presidente Dilma lançou, com uma pirotecnia, um programa de aeroportos para o Brasil todo, em especial também para a Região Amazônica. Até hoje, já se vão sete, oito anos e não foi iniciado nenhum. Só se faz criar expectativa e não se executa. O que falta, com certeza, para atender às necessidades da nossa região, Senador Acir, é vontade política.

Agora, Senador, nós temos de prestar atenção porque a Amazônia Legal tem nove Estados. Nós somos três Senadores por Estado. Então, nós temos 21 Senadores da Região Amazônica...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Na realidade, três vezes nove são vinte e sete.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Vinte e sete, desculpe. Temos 27 Senadores da Região Amazônica. Se nós nos uníssemos para defender a nossa região, em vez de estarmos discutindo partidariamente projetos outros, com certeza absoluta, teríamos força no Congresso – e a mesma coisa ocorre com os Deputados não na mesma proporção, mas numa proporção que já daria para se fazer ouvir – e colocaríamos as necessidades da nossa região para trazer o desenvolvimento. Não tenho dúvida disso. Basta que nos unamos.

Com relação à energia, a Celpa, que era a empresa estatal de energia no Pará, foi privatizada na década de 90 e foi a melhor coisa que aconteceu para o Pará e para os paraenses. À época da Celpa estatal, o governo do Estado tinha de bancar a folha da Celpa e não recebia o ICMS que era pago pelos usuários, pelos consumidores. Então, a Celpa se apropriava do ICMS, e o governo tinha de bancar a folha.

Houve a privatização, e foi vencedor o Grupo Rede. Lamentavelmente – e V. Exª já antecipou –, houve um problema de gestão do Grupo Rede. Acredito que ele cresceu demais (depois, privatizou a de Mato Grosso também e mais outras), não teve condições de avançar, e foi transferida a solução de mercado para a Equatorial Energia. Hoje a Celpa atende mais de 2 milhões de residências do Pará. V. Exª se referiu a isto, que é importante também: áreas do Pará, regiões do Pará não tinham condições de energia...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Sem querer interrompê-lo, mas o Senador Acir Gurgacz é o único que vai poder ler, em função do nosso quórum – nós só chegamos a oito Senadores e não vamos aumentar o nosso quórum, porque temos exatamente oito Senadores na Casa e sete estão no Fórum Mundial da Água. Portanto, não estarão presentes na Comissão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu concluo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Então, para concluir, para que eu possa passar ao Senador Acir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – É verdade que só agora a margem esquerda do Rio Amazonas começou a ter a energia firme de que o Pará é exportador para o resto do Brasil; só agora. Marajó? Só agora também atravessaram o cabo para levar...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – O cabo subaquático.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – ... energia para lá. E ainda temos regiões no Pará que não têm a energia firme de Tucuruí.

V. Exª citou, com razão, o decreto que V. Exª conseguiu da Presidente Dilma no sentido de que os ramais...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Na realidade, as linhas de alta tensão...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – ... de alta tensão de 138kV...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – ... de 138kV passaram a ser da rede básica.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – ... passariam a ser da rede básica, o que viabilizaria levar energia, por exemplo, para o distrito de Moraes de Almeida, para o garimpo de Creporizão, de Creporizinho. Hoje, o distrito de Moraes Almeida poderia ser um Município em melhores condições que muitos Municípios de Minas e São Paulo, porque lá habitam mais de 20 mil pessoas. Mas nós não conseguimos fazer isso até agora, Senador Eduardo Braga.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – O depoimento de V. Exª só vem a confirmar aquilo que nós falamos: privatizar pode ser bom, mas, se não tomar cuidado com uma série de modelagens, a privatização deixa lacunas importantes na área de investimentos e deixa lacunas importantes na área social.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – É verdade!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – E nós Senadores temos que tomar cuidado para que isso não aconteça.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – E esse cuidado nós já discutimos, inclusive, na questão do saneamento.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone*.) – A exemplo da telefonia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Exatamente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – A modelagem é importante na discussão da privatização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Fundamental! E a hora de nós discutirmos isso é exatamente agora por ocasião da apreciação da MP 814 e no PLS.

Concederei a palavra o Senador Acir Gurgacz para a leitura do item 10.

ITEM 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 428, de 2016
- Não terminativo -

Altera as Leis nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, e nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, para estipular que os recursos aplicados no âmbito do Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional (PDAR) e do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC) sejam prioritariamente destinados à região da Amazônia Legal.

Autoria: Senador Jorge Viana.

Relatoria: Senador Acir Gurgacz.

Relatório: Pela aprovação.

Com a palavra V. Exª.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO. Como Relator.) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga.

O art. 115 da Lei nº 13.097, de 2015, define que aeroporto regional é o aeroporto de pequeno ou médio porte, com movimentação anual (passageiros embarcados e desembarcados) inferior a seiscentos mil passageiros. O parágrafo único do mesmo artigo amplia o limite para considerar como aeroporto regional na Amazônia Legal aqueles com movimento de até oitocentos mil passageiros anuais. O PLS nº 428, de 2015, propõe alterar o referido parágrafo único do art. 115 para estabelecer que, na região da Amazônia Legal, o limite a ser considerado para aeroporto regional será de até um milhão e duzentos mil passageiros por ano.

O PLS em análise propõe também acrescentar o §2º ao art. 118 da Lei nº 13.097, de 2015, para estabelecer que a União deverá determinar a priorização de rotas com origem ou destino na região da Amazônia Legal na determinação dos critérios de alocação de recursos disponibilizados no âmbito do PDAR.

Por fim, o projeto de lei propõe ainda acrescentar o §7º ao art. 63 da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, para estabelecer que na aplicação de recursos do FNAC, particularmente daqueles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

destinados ao desenvolvimento das infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil, a União deverá priorizar os investimentos realizados na região da Amazônia Legal.

A cláusula de vigência define a entrada em vigor imediatamente após a publicação da Lei resultante do projeto.

A justificação informa que o objetivo da iniciativa é estimular o desenvolvimento da aviação civil na região da Amazônia Legal. Ressalta as restrições de acesso por outras modalidades de transporte. Para muitas localidades a única alternativa ao transporte aéreo são embarcações de condições precárias, em viagens que chegam a durar dias.

As modificações propostas permitirão beneficiar maior quantidade de aeroportos da região entre os beneficiados pelo PDAR e priorizar a aplicação dos recursos do FNAC e dos disponibilizados no âmbito do PDAR.

A matéria foi distribuída para esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, onde não recebeu emendas. Seguirá ainda para a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e Comissão de Assuntos Econômicos, cabendo à ultima a decisão terminativa.

Análise.

A matéria diz respeito ao Direito aeronáutico, cuja competência legislativa é privativa da União (art. 22, I, da Constituição Federal), não havendo reserva de iniciativa em favor do Presidente da República. Não há ressalvas, também, quanto à juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa do projeto.

O voto, Sr. Presidente, é pela aprovação do PLS nº 428, de 2016.

Esse é o relatório.

De fato, vamos ter de aguardar quórum para votação.

Agradeço pela oportunidade de poder ler esse relatório, que é da maior importância para a aviação regional, parabenizando o autor, Senador Jorge Viana, pela iniciativa, para que a gente possa avançar com relação ao transporte aéreo na Amazônia Legal. No Brasil inteiro, mas especialmente na nossa Região.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Eu cumprimento V. Exª.

Reafirmo a importância do projeto e concedo a palavra ao Senador Flexa, para discutir a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Para discutir.) – Presidente, Senador Eduardo Braga, Relator, Senador Acir Gurgacz, esse projeto é da maior importância.

Eu só vou fazer uma consulta para verificar: quando eu preparei o relatório da 652, tive exatamente o cuidado de, na Amazônia Legal, aumentar o número de passageiros por aeroportos para que fossem considerados aeroportos regionais, exatamente para atender Santarém, Porto Velho, Macapá, aeroportos que estão elencados neste projeto.

Estou aqui com lei que foi sancionada – falta a regulamentação, lamentavelmente. O art. 115 define o que é aeroporto regional – a medida provisória não trazia essa definição:

> Art. 115. Para os fins desta Lei, considera-se:
> I - aeroporto regional: aeroporto de pequeno ou médio porte, com movimentação anual (passageiros embarcados e desembarcados) inferior a 600.000 (seiscentos mil) passageiros; e
> II - rotas regionais: voos que tenham como origem ou destino aeroporto regional.
> Parágrafo único. Na região da Amazônia Legal, o limite de que trata o inciso I será ampliado para 800.000 (oitocentos mil) passageiros por ano.

Só vou verificar se, na Amazônia Legal, já não está definido para 800 mil. Lembro que, quando fiz o relatório, fiquei preocupado exatamente porque, se não se aumentasse na Amazônia Legal para 800 mil, ficariam de fora aeroportos importantes que a gente queria atender como a aviação regional.

Só queria fazer essa observação. O projeto é importantíssimo. Estando errado nessa verificação que estou fazendo aqui de já ser de 800 mil, nós termos de avançar com esse projeto urgentemente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Parece-me – a assessoria está informando – que, a princípio, está em 800 mil, mas o projeto do Senador Jorge Viana passa...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Para um milhão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – ... para 1,2 milhão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – É um milhão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Parece-me que é 1,2 milhão. Pelo menos é essa a informação que me fornece aqui a assessoria.

O projeto não poderá ser votado. O relator e o autor, inclusive, não estão presentes, porque estão em outra missão. O relator foi para uma audiência no Ministério da Educação, e o Senador Jorge Viana está, neste momento, no Fórum Mundial da Água.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Parece-me que o que eles estão fazendo é aumentando para 1,2 milhão e criando a obrigatoriedade da prioridade para a Amazônia da liberação dos recursos tanto do fundo quanto do programa de investimento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, o projeto está correto. Ele se refere aos aeroportos regionais, com 600 mil, mas já diz que, na Amazônia, são 800 mil e propõe passar para 1,2 milhão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – É isso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Vamos aprovar com urgência esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Eu agradeço a V. Exª.

Como não há mais Senadores inscritos para a discussão, eu encerro a discussão do projeto.

Não podemos votá-lo por falta de quórum.

Mas, antes de encerrarmos, eu gostaria de dar conhecimento de nota técnica encaminhada pelo Tribunal de Contas da União.

A Presidência comunica o recebimento do Memorando nº 5, de 2018, do Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, Senador Ataídes Oliveira. S. Exª encaminha para o conhecimento da Comissão cópia de nota técnica da Consultoria de Orçamento, Fiscalização e Controle do Senado Federal que trata do Aviso 870/2017, do Tribunal de Contas da União.

O Aviso 870/2017 foi encaminhado ao Senado Federal pelo Tribunal de Contas da União em resposta ao Requerimento nº 23, de 2017, desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, de autoria do Senador Acir Gurgacz, que solicitava ao TCU a realização de auditoria no Serviço Social do Transporte e no Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte. O Tribunal, por meio do Acórdão 2.125, de 29 de setembro de 2017, decidiu pela realização de tal auditoria no prazo de 180 dias e comunicou tal decisão ao Senado Federal e ao autor do requerimento, Senador Acir Gurgacz, por meio do Aviso 870/2017, do qual agora damos conhecimento à Comissão de Infraestrutura do Senado.

Cópias dos documentos encontram-se à disposição das Srªs Senadoras e dos Srs. Senadores na Secretaria da Comissão.

Ao encerrarmos, portanto, a nossa reunião no dia de hoje, por falta de quórum para deliberação, convocamos a nova reunião deliberativa na próxima terça-feira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amanhã, teremos audiência pública. Está agendada uma reunião para o dia 21 de março, quarta-feira, às 14h30, no Plenário nº 15, tendo como pauta a realização de audiência pública para discutir a renovação da outorga da ferrovia de Carajás.

Está encerrada a presente reunião.

Convoco uma reunião deliberativa para a próxima terça-feira.

(*Iniciada às 09 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 01 minuto.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e quarenta e oito minutos do dia vinte e um de março de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Flexa Ribeiro, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Fernando Bezerra Coelho, Hélio José, Valdir Raupp, Ângela Portela, José Pimentel, Fátima Bezerra, Ronaldo Caiado, Roberto Muniz, Lasier Martins, Vanessa Grazziotin, Wellington Fagundes, Vicentinho Alves, Pedro Chaves, Ana Amélia, Paulo Paim, José Medeiros, Cidinho Santos, Sérgio Petecão, Romero Jucá e Dário Berger, além do Deputado Federal Joaquim Passarinho. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Braga, Elmano Férrer, Raimundo Lira, Jorge Viana, Paulo Rocha, Acir Gurgacz, Ataídes Oliveira, Ricardo Ferraço, Otto Alencar e Wilder Morais. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos RQI 63/2017, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, e RQI 65/2017, de autoria do Senador Flexa Ribeiro. **Finalidade:** Discutir a renovação da outorga da ferrovia de Carajás. **Participantes:** Tarcísio Gomes de Freitas, Secretário de Coordenação de Projetos da Secretaria-Geral da Presidência da República; Sérgio de Assis Lobo, Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT); Dino Antunes Dias Batista, Secretário de Fomento para Ações de Transportes, do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. Adnan Demachki, Secretário de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia do Estado do Pará. **Resultado:** Audiência pública realizada. Após a exposição dos convidados, fazem uso da palavra o Deputado Federal Joaquim Passarinho e o senhor José Mendonça, Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e cinquenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Flexa Ribeiro

Presidente Eventual da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/03/21

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE ABRIL DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e vinte e um minutos do dia três de abril de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Eduardo Braga, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores José Pimentel, Acir Gurgacz, Regina Sousa, Flexa Ribeiro, Vanessa Grazziotin, Pedro Chaves, Telmário Mota e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Elmano Férrer, Raimundo Lira, Ângela Portela, Jorge Viana, Paulo Rocha, Ataídes Oliveira, Ricardo Ferraço, Ronaldo Caiado, Otto Alencar, Wilder Morais, Roberto Muniz, Wellington Fagundes e Vicentinho Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Lidos os Comunicados da Presidência, passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 11, de 2013 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a aplicação dos recursos originários da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Cide, incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool combustível, atendendo o disposto no § 2º do art. 1º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, cria o Fundo Nacional de Infraestrutura de Transportes - FNIT e dá outras providências, para determinar a aplicação de percentual mínimo do produto de arrecadação da Cide-Combustíveis em projetos de infraestrutura urbana de transportes coletivos não motorizados. " **Autoria:** Senador Antonio Carlos Rodrigues. **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 291, de 2013 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para regular a cobrança pela prestação dos serviços de esgotamento sanitário." **Autoria:** Senador Cyro Miranda. **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, de 2014 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação – SNV, para determinar que os investimentos públicos em infraestrutura e operação dos serviços de transportes sejam regidos por critérios econômicos e dá outras providências." **Autoria:** Senador Alfredo Nascimento. **Relatoria:** Sen. Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, estabelecendo multa a ser paga aos usuários do serviço de energia elétrica aos usuários." **Autoria:** Senador Ronaldo Caiado. **Relatoria:** Sen. Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 224, de 2015 -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para obrigar a instalação, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, sem ônus para os beneficiários, de equipamentos destinados à geração de energia elétrica própria com base em fonte solar fotovoltaica para injeção na rede elétrica das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica." **Autoria:** Senador Wilder Morais. **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 712, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, para estabelecer meta de participação de fontes renováveis na matriz energética brasileira para o ano de 2040." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatoria:** Sen. Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 795, de 2015 - Terminativo -** que: "Determina o compartilhamento de postes pelas prestadoras de serviço público com os municípios, define os circuitos de iluminação pública como parte integrante de sistemas de distribuição e institui diretrizes para o serviço de iluminação pública; e altera a Lei nº 10.295, de 17 de outubro de 2001, para instituir diretrizes para o uso racional de energia elétrica pelo serviço de iluminação pública." **Autoria:** Senadora Marta Suplicy. **Relatoria:** Sen. Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 253, de 2016 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de equipamentos de energia elétrica renovável em novas construções de residências familiares e de órgãos públicos quando utilizarem financiamento com recursos públicos." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Sen. Jorge Viana. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 107, de 2017 - Terminativo -** que: "Modifica o art. 2º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, que dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, altera as Leis nos 5.655, de 20 de maio de 1971, 8.631, de 4 de março de 1993, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.648, de 27 de maio de 1998, 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências, para incluir, no ambiente de contratação regulada, processos licitatórios de energia elétrica produzida em empreendimentos com mais de um tipo de fonte renovável de geração." **Autoria:** Senador Hélio José. **Relatoria:** Sen. Roberto Muniz. **Relatório:** Pela aprovação, com as emendas nº 1/CMA e 2/CMA. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 428, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, e nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, para estipular que os recursos aplicados no âmbito do Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional – PDAR e do Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC sejam prioritariamente destinados à região da Amazônia Legal." **Autoria:** Senador Jorge Viana. **Relatoria:** Sen. Acir Gurgacz. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 12 de 2018** que: "Requer, a realização de audiência pública para debater as obras de manutenção,conservação e recuperação da BR-319,especificamente acerca dos estudos de impacto ambiental,requisito necessário para a liberação das obras de reasfaltamento da rodovia."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 13 de 2018** que: "Requeiro, nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal de 1988, do art. 2º da Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010 e do art. 93, inciso II, combinado com o inciso II do art. 102, ambos do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), para instruir o Projeto de Lei do Senado n° 291, de 2013, que Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para regular a cobrança pela prestação dos serviços de esgotamento sanitário, com a participação de representantes da Confederação Nacional de Municípios, a serem designados oportunamente." **Autoria:** Senador Hélio José. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 15 de 2018** que: "Requer, nos termos do inciso II, do art. 93, do Regimento Interno, e em aditamento ao Requerimento nº 59, de 2017, já aprovado, incluir no rol de convidados para a audiência pública requerida para discutir a segurança aeroviária brasileira, em particular, na Amazônia, o comandante da Força Aérea Brasileira, Tenente-Brigadeiro-do-Ar Nivaldo Luiz Rossato." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 16 de 2018** que: "Requer, a realização de Audiência Pública para debater a Resolução nº 729 do Conselho Nacional de Trânsito, que estabelece sistema de placas de identificação de veículos no padrão Mercosul, conforme resolução Mercosul nº 33/2014." **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 17 de 2018** que: "Requer, nos termos do RISF, que a política pública a ser avaliada pela CI no exercício de 2018 seja o aproveitamento do potencial das vias navegáveis interiores que compõem o Subsistema Aquaviário Federal." **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Resultado:** Adiado. **ITEM 16 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 18 de 2018** que: "Requer a realização de audiência pública, com o intuito de discutir o Plano Nacional de Logística – PNL, que no dia 21 de março de 2018 abriu consulta pública para contribuições do setor produtivo e da sociedade." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes. **Resultado:** Adiado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 19 de 2018** que: "Requer, em aditamento ao RQI nº 04/2018, a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater os impactos da construção da EF-170 (Ferrogrão)." **Autoria:** Senador Paulo Rocha. **Resultado:** Adiado. Fazem uso da palavra a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Flexa Ribeiro e Acir Gurgacz. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Eduardo Braga

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/04/03

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 4ª Sessão Legislativa da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aproveito, Senador Pimentel, para, antes de entrarmos na nossa pauta e enquanto os Senadores chegam para que nós possamos completar o quórum da nossa reunião, ler aqui o comunicado de um aviso do Tribunal de Contas da União.

A Presidência comunica o recebimento do Aviso Circular nº 1, de 2018, do Tribunal de Contas da União, que sumariza evento realizado pelo tribunal nos dias 5 e 6 de outubro de 2017, reunindo diferentes órgãos e entidades públicas e privadas dos setores de energia elétrica, transporte, petróleo e gás, com o objetivo de debater o licenciamento socioambiental e empreendimentos de infraestrutura.

Anexo ao aviso circular, o TCU enviou exemplar da publicação, gerada a partir do encontro, intitulada *Diálogo Público.*

Cópias desses documentos encontram-se à disposição das Srªs e dos Srs. Senadores na Secretaria desta Comissão.

Outro comunicado: aviso do Tribunal de Contas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 130/2018, do Tribunal de Contas da União, que trata de auditoria operacional com vistas a conhecer a estratégia governamental e os riscos envolvidos na exploração e comercialização do minério de nióbio.

Cópias do documento se encontram à disposição das Srªs e dos Srs. Senadores.

Por fim, ofício do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

A Presidência comunica o recebimento do Ofício nº 55/2018, do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, que encaminha, para conhecimento e divulgação, exemplar do *Caderno de Transportes 2017*, que reúne as realizações do setor de transportes no exercício anterior.

O documento, além de estar disponível no portal do banco de informações de transportes do Ministério, pode ser consultado pelas Srªs e Srs. Senadores na Secretaria desta Comissão.

Feitos esses comunicados, registro que, novamente, a nossa pauta possui itens terminativos que requerem quórum qualificado, como é do conhecimento dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras, de modo que estamos impossibilitados de fazer a sua deliberação neste momento.

Nós temos um item não terminativo na pauta (item 10), item este cuja leitura nós podemos fazer, pois ainda temos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Só falta a votação. Então, mesmo assim, não temos ainda o quórum para deliberar neste momento.

Eu franquio a palavra aos Srs. Senadores que tenham algum tema que queiram trazer ao debate neste momento. Se não houver quem deseje fazer uso da palavra, nós suspenderíamos a reunião da nossa Comissão para tentarmos buscar o quórum de deliberação das matérias, convocando novamente a Comissão para se reunir às 10h, na tentativa de, nesses próximos 30 minutos, termos o quórum preenchido de acordo com o Regimento.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Braga, Srs. Senadores, aproveitando a oportunidade que V. Exª dá a todos os membros desta Comissão de Infraestrutura, eu queria trazer ao conhecimento de V. Exªs o requerimento que fiz e encaminhei à Mesa para que a Comissão de Serviços de Infraestrutura possa, após a discussão, considerar como política pública a ser avaliada no exercício de 2018 o sistema aquaviário. Para que possa ser efetivamente implantado o sistema aquaviário, hidroviário no nosso País, em especial, Senador Eduardo Braga, na nossa região, em que os nossos rios são as nossas ruas. Não é possível que se esteja... No

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passado, na década de 50, o País fez uma opção pelo modal rodoviário. E aí ficamos por décadas. Agora há um investimento pesado e, em especial, privado no modal ferroviário, que não é concorrente do rodoviário, eles se complementam. Mas com relação ao sistema hidroviário, todas as vezes, eu espero que haja uma vontade política para que efetivamente isso seja levado como uma política pública, e não vejo isso acontecer.

Então, sugeri e encaminhei um requerimento, Sr. Presidente, para que a Comissão de Serviços de Infraestrutura adote como política pública, no exercício de 2018, a ser aqui discutida a questão do sistema hidroviário em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – O requerimento de V. Exª, Senador Flexa, está numerado como Requerimento nº 17, consta da pauta e nós iremos submetê-lo à discussão e à votação com o nosso apoio, porque, efetivamente, V. Exª tem toda razão. O nosso sistema aquaviário, em todo País e, de forma destacada, na Amazônia brasileira, onde as hidrovias e os rios são o principal meio de deslocamento, seja de passageiro, seja de carga, seja da produção local, é carente de uma infraestrutura mínima para que aqueles rios possam ser dotados de condições aquaviárias de sistema de transporte modal, com inúmeros acidentes que acontecem, falta de sinalização, falta de fiscalização, enfim, nós temos muitas carências nessa área do transporte aquaviário.

Portanto, a iniciativa de V. Exª para que nós possamos incluí-lo como política pública brasileira é extremamente louvável. Acho que esta Comissão dá um passo à frente ao aprovar o requerimento de V. Exª e encaminhá-lo ao Governo para que adote a política para o sistema aquaviário em nível nacional. De todo modo, ainda temos apenas seis Senadores registrados no painel, o que nos impossibilita de fazer qualquer votação.

Ouço o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ontem, nós assistimos – eu não participei – à posse do novo Ministro dos Transportes, o Engenheiro Valter Casimiro, ex-Diretor-Geral do DNIT. Eu gostaria de parabenizá-lo pela ascensão ao Ministério.

Valter conhece muito bem essa área, é funcionário de carreira do DNIT, fez um trabalho importante à frente do DNIT em todas as regiões do País. Ele conhece muito bem a nossa região; esteve, por três vezes, fazendo uma diligência conosco de Porto Velho a Manaus com relação à revitalização e manutenção da BR-319, a todo esse projeto para o reasfaltamento da BR. Portanto, Valter tem um conhecimento amplo dos nossos problemas na Amazônia, na BR-174, na BR-319, na BR-364, que depende de manutenção e de duplicação de Porto Velho a Vilhena e de Porto Velho a Rio Branco também. A BR-429 está dentro do Estado, ligando Presidente Médici a Costa Marques, bem como a BR-425, ligando Porto Velho a Guajará-Mirim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quero só desejar sucesso ao Valter. Assim como ele conhece Rondônia, tenho certeza de que ele conhece os demais Estados da Federação também. Ele tem feito um trabalho importante no DNIT. Desejo a ele todo o sucesso possível.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Faço das palavras do Senador Acir Gurgacz os mais sinceros votos desta Comissão ao novo Ministro, para que ele possa obter sucesso na sua gestão diante do Ministério dos Transportes, que é um Ministério extremamente importante para o País, que tem gargalos históricos na sua infraestrutura de transporte, seja no modal rodoviário, seja no modal ferroviário, seja no modal aquaviário e também nos portos e nos aeroportos. O Ministério dos Transportes hoje acumula, portanto, toda a política pública referente a aeroportos, portos, rodovias, ferrovias, aquavias. Portanto, todos os modais de transporte estão naquele Ministério.

Eu até aproveito, Senador Acir, para dizer que, depois de mais de 20 anos em que estamos lutando pela BR-319, não conseguimos avançar. Como os 400km da BR que estão em pauta estão exatamente dentro do Estado do Amazonas, nós estamos levantando uma questão junto ao Governo Federal, se não era hora de fazer a delegação desses 400km para o Estado do Amazonas, no intuito de, no Estado do Amazonas, podermos avançar com os estudos de impacto ambiental. As áreas e os parques foram demarcados, inclusive com recursos do Governo Federal e do DNIT, já nos idos de 2008, de 2009 e de 2010. O Exército construiu as pontes que estavam sendo necessárias, como também obras de arte e galerias naquela estrada. Foram feitas obras de manutenção do pavimento sem asfalto daquela rodovia. No entanto, numa contradição enorme, nós não conseguimos avançar no licenciamento ambiental, tantos são os impasses, tantas são as demandas geradas pelo Governo Federal, numa rodovia que já foi asfaltada!

Quando eu era jovem, com 18 anos, com 19 anos, podíamos sair da cidade de Manaus, pegando a BR-319, 100% asfaltada, chegando a Porto Velho, e de Porto Velho podendo chegar ao resto do Brasil.

Quando fui governador, as experiências positivas que tive de asfaltamento de rodovias federais foram exatamente quando, àquela época, o Governo Federal fez delegação para o Estado do Amazonas, no caso da BR que liga Boca do Acre a Rio Branco e também no caso da BR que liga Atalaia do Norte a Benjamin Constant. Essas duas BRs foram asfaltadas porque houve delegação por parte do Governo Federal. Fizemos todo o trâmite de aprovação dos estudos de impacto ambiental, aprovamos isso junto ao Ministério Público Federal, junto à Justiça Federal, etc., e estão lá as estradas asfaltadas, sofrendo agora por falta de manutenção. Inclusive o DNIT me parece que agora tomou uma decisão importante de fazer a recuperação da estrada Atalaia-Benjamin Constant.

Mas esta Comissão, por exemplo, aprovou uma emenda para o asfaltamento do trecho Lábrea-Humaitá, que tira do isolamento todo o médio e o alto Purus. Municípios absolutamente isolados, como Lábrea,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pauini, Canutama, deixariam de estar isolados e passariam a ter uma integração de uma fronteira de atividade econômica, etc. Esta Comissão, sensibilizada, aprovou. Ora, se não houver delegação ao Estado, o esforço que esta Comissão teve de aprovar essa emenda será perdido, porque vejam só: o Governo Federal está licitando o EIA/RIMA pela segunda vez – a primeira licitação não deu certo, está licitando pela segunda vez. Só após a licitação do EIA/RIMA, que, segundo as informações do Ministério e do próprio DNIT aconteceriam no ano de 2018, no ano de 2019, se tudo der certo e se apresentarem o EIA/RIMA etc., é que será licitado o projeto executivo da BR-230. Apenas em 2020 será encaminhado para o Ministério do Meio Ambiente para análise do estudo de impacto ambiental o projeto executivo para poder obter a licença ambiental, e somente em 2021 poderíamos imaginar ter a licença... Ora, é um desrespeito muito grande com milhares de brasileiros que vivem nessas regiões.

Portanto, eu faço votos de que o novo Ministro dê uma dinâmica ao Ministério dos Transportes do Brasil e que possa enxergar que esses caminhos precisam efetivamente dar uma resposta importante para o povo brasileiro que vive nessas regiões e que precisam da integração.

Eu digo que, nos mercados maduros, basta que nós tenhamos leilões de concessão e políticas equilibradas de taxa de remuneração de capital, etc., e um pedágio que seja equilibrado e justo para que o capital privado venha e invista, mas, na nossa região, em várias regiões do Estado de Rondônia, em várias regiões do Estado do Acre, até mesmo do Ceará, do nosso Amazonas – meu e da Senadora Vanessa, que está aqui presente, não é assim que funciona porque não são mercados maduros, são mercados emergentes e muitas vezes mercados em que nós estamos precisando criar oportunidades de emprego e renda.

Não deixando de lembrar que boa parte hoje do tráfico de drogas – que é hoje uma das grandes preocupações do nosso País – tem como corredor de entrada as fronteiras dos nossos Estados para o Brasil; e a falta de uma atividade econômica legal estabelecida que possa oferecer emprego e renda para esse povo acaba deixando nosso povo sem alternativa e dando espaço para que a criminalidade e essas atividades marginais ocupem cada vez mais espaço na Amazônia brasileira.

Portanto, eu quero com isso assinar embaixo das palavras do nosso Senador Acir Gurgacz, desejando ao novo Ministro pleno êxito nas suas atividades como Ministro.

Continuamos ainda sem quórum para podermos deliberar mesmo as matérias não terminativas.

Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, na mesma linha de V. Exª e do Senador Acir Gurgacz, eu quero festejar e parabenizar a nomeação do Valter Casimiro como Ministro dos Transportes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já foi dito aqui, o Valter Casimiro é um funcionário de carreira do Ministério dos Transportes dedicado àquele Ministério. Apesar de que, às vezes, por maior boa vontade que ele tenha, os governos não o deixam colocar em prática aquilo que é necessário.

V. Exª fala permanentemente sobre a BR-319. Eu vou até mandar verificar, Senadora Vanessa, qual é a mais antiga, porque o sofrimento é o mesmo no Pará com relação à 230 e à 163, a Santarém-Cuiabá e a Transamazônica.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – Qual o ano delas?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Vou verificar, é isso que estou dizendo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – A nossa foi inaugurada, toda ela asfaltada em 1976.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Mas é o tipo de disputa que eu gostaria até de perder.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Nós também gostaríamos de perder. (*Risos.*)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Quando há aqueles problemas de atoleiros na 163... Hoje passam pela 163 acho que três mil ou quatro mil bitrens de soja, vindos de Sinop, Mato Grosso. Ela não sustenta na parte que não está asfaltada e, na parte que está asfaltada, que não foi preparada para esse tipo de eixo de trem rodoviário com essa carga toda, está se deteriorando. Eu até digo que quando conseguirem concluir o asfaltamento da 163, vão ter que voltar para fazer de novo, porque o trecho inicial está todo deteriorado.

V. Exª fez referência a algumas outras rodovias no Amazonas que foram delegadas ao Estado. O problema da delegação... Houve um Deputado Federal do Pará que transferiu da União uma BR para transformar em PA a ligação que vai de Bragança a Viseu e passa, hoje, pelo Arco Norte, pela costa. Ele fez com a boa intenção de que, com isso...

Não, não. O contrário. Era estadual, e ele federalizou.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – E ele federalizou. Ele fez o contrário.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – O contrário exatamente.

Ele federalizou com a intenção de que, no governo federal, asfaltasse.

Isso foi há 30 ou 40 anos. Se fosse estadual, já teria sido asfaltada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Agora, 30 anos depois é que começaram a fazer o asfaltamento.

V. Exª tem razão. O problema depois da delegação para o Estado é essa manutenção a que V. Exª se referiu, que é preciso já ter a conservação, e, se ela foi delegada, o DNIT se coloca fora. Ele diz: "Toma que o filho é teu. Não é mais meu."

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Mas, veja, nós temos, de qualquer forma, as emendas que os Parlamentares podem alocar. Existe uma luta que eu entendo, no caso de algumas BRs, como a 230 e 319, que seria muito mais fácil se nós já conseguíssemos delegar e tirássemos essa situação do impasse que está acontecendo, porque, veja, só aqui no Senado, eu e a Vanessa vamos completar oito anos lutando pela BR-319; mais oito anos que eu passei no governo lutando pela BR-319; mais quatro anos que nós passamos quando estávamos na Prefeitura de Manaus, lutando pela BR-319; mais quatro anos como Deputado Federal, lutando pela BR-319. E a BR-319, como bem lembrou a Senadora Vanessa, foi asfaltada em 1976. Em 1979, Senador Flexa, eu, jovem, pude pegar um fusquinha, sair de Manaus, passar pelo Estado de Rondônia e chegar até ao Sul do País, com a maior tranquilidade.

Agora, veja, nós estamos absolutamente isolados; temos um polo industrial importante, que representa 4% do PIB industrial brasileiro, e, quando nós temos as grandes secas na Amazônia, e V. Exª sabe o que isso significa, e os períodos agora estão completamente mudados... Por exemplo, o Alto Rio Negro, neste momento, está vivendo uma seca absolutamente atípica, porque nós estamos no mês de abril, e, no Amazonas, há um ditado que diz o seguinte: abril, chuvas mil! Mas só que, neste ano, nós não estamos tendo chuvas mil nas cabeceiras do Rio Negro. O Rio Negro está vazando neste momento. Aquilo que deveria estar enchendo está vazando, neste momento, no Amazonas.

Portanto, não ter uma rodovia é não ter a segurança da interligação, não ter a segurança de que nós estaremos integrados ao sistema brasileiro.

Conseguimos a interligação com o sistema elétrico brasileiro, através do linhão de Tucuruí-Santana-Manaus, e, agora, estamos já na fase final da licitação da linha de rebaixamento para Itacoatiara, Itapiranga, Silves, etc; conseguimos fazer o gasoduto Urucu-Coari-Manaus, mas a danada da BR-319 e a danada da BR-230 são, sinceramente, um desafio; e nós precisamos encontrar um mecanismo para avançar.

Chego à conclusão, como Presidente da Comissão de Infraestrutura, depois de já um ano e três meses à frente da Comissão e lutando com relação a esse tema, de que o único caminho é a delegação. Se nós não delegarmos essas duas BRs para que o Estado... Já que o trecho que precisa ser concluído é 100% dentro do Estado do Amazonas – nós não estamos falando de uma estrada que terá obra interestadual; ela será 100% dentro do Estado do Amazonas – eu não vejo por que o Governo Federal não possa delegar essa competência para o Estado do Amazonas. E o Estado do Amazonas, que é todo interessado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em equacionar de forma responsável, com toda a responsabilidade ambiental, com toda a responsabilidade social etc., pode apresentar os estudos de impacto ambiental ao IPAAM; o IPAAM pode fazer o licenciamento, ir ao Ministério Público Federal, ir à Justiça Federal, construir um termo de ajustamento de conduta com relação a essa obra; e nós podemos tirar o povo de Lábrea, tirar o povo de Humaitá, o povo de Apuí, o povo de Matupi, o povo de Novo Aripuanã, de Manicoré, de Nova Olinda, de Borba do isolamento. Porque é impressionante... Toda a calha do Rio Madeira e toda a calha do Rio Purus estão absolutamente isoladas e abandonadas.

Quero apenas, mais uma vez, desejar ao Dr. Valter muito sucesso na sua caminhada.

Nós continuamos sem quórum. A nossa proposta, portanto, é suspender a reunião por 15 minutos para ver se alcançamos o quórum para podermos deliberar matérias não terminativas e requerimentos e, se alcançarmos o quórum qualificado, podermos, então, deliberar sobre outras matérias.

Eu aproveito para convidar os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que se encontram na Casa, em outras Comissões, para que possam comparecer à Comissão de Infraestrutura porque esta já é a quarta ou a quinta reunião em que nós não alcançamos quórum para deliberar matérias importantes que estão na pauta.

Eu ouço a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Eu serei breve, Senador.

Concordo com o encaminhamento que V. Exª dá. Quero apenas reiterar o pedido que já fizemos em reuniões anteriores de que, assim que se estabelecer o quórum aqui, possamos votar pelo menos dois requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Com certeza!

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Apenas isso.

Em relação ao Dr. Valter, eu gostaria de ser tão otimista quanto V. Exª, mas não posso deixar de reconhecer também o empenho do Dr. Valter em relação a todos os pleitos nossos da Região Norte e do Estado do Amazonas. Seria injustiça de minha parte deixar de reconhecer essa dedicação que o Dr. Valter tem tido conosco. Na comitiva de que participei juntamente com o Senador Acir Gurgacz, na viagem pela BR, no trajeto, lá estava o Dr. Valter, quando Presidente do DNIT. Na última, da mesma forma, lá estava o Dr. Valter.

Isso poderia ser bastante ou muito mais significativo. Mas eu quero lembrar que nós já chegamos a ter um Ministro lá do nosso Estado, do Amazonas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Durante sete anos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – ... durante sete anos, e ele não conseguiu! É algo assim... V. Exª como Governador, eu como Deputada Federal. Eu sei o quanto a Bancada Federal se envolveu nisso, do Senado, mas lamentavelmente não conseguimos. Portanto, eu acho que o melhor caminho, Senador Eduardo Braga, é que continuemos a dar visibilidade à nossa luta. Acho que este é o caminho: manter o diálogo, manter o debate público aberto, para que possamos...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Senadora, eu concordo em número, gênero e grau com V. Exª. E digo mais: quando se está numa luta como essa, temos que ter um plano tático.

Nada mais nada menos do que há vinte anos nós estamos tentando licenciar a BR-319 via Governo Federal – vinte anos! Nós não estamos falando de vinte dias ou de vinte semanas, mas de vinte anos: desde 1998 nós estamos tentando licenciar a BR-319 junto ao Governo Federal. No entanto, parece estar claro que há uma decisão deliberada de não a fazer, porque não é possível que, em vinte anos, não se tenha tido tempo, recursos e condições técnicas para liberar ou deliberar sobre um estudo de impacto ambiental sobre a BR-319 e sobre a BR-230, que são duas BRs fundamentais para resolvermos a questão do Rio Purus e do Rio Madeira.

A minha proposta agora, Senadora, é de que o Governo Federal possa delegar a competência, porque essas áreas estão 100% dentro do Estado do Amazonas, 100% dentro da jurisdição do Estado do Amazonas, e essa seria a única maneira de avançarmos com relação a essas duas BRs.

Até, Senador Flexa, acho que algumas das questões que temos lá no Pará, como, por exemplo, a questão da 163, que já tem um mercado maduro do ponto de vista do escoamento de soja, já é uma realidade; o Porto de Miritituba já é uma realidade; o Porto de Santarém já é uma realidade etc... Eu acho que o movimento de concessão pública da 163 seria, talvez, uma das poucas formas de vermos a 163 se transformar numa rodovia estruturada, capaz de suportar os bitrens que estão passando com soja sobre ela. Porque as informações que tenho, como V. Exª acabou de relatar, são de que aquilo que está asfaltado não está suportando o peso dos bitrens e, obviamente, o trecho que não está asfaltado no período das chuvas vira um verdadeiro atoleiro. E vemos cenas lamentáveis no pico da safra de soja, quando nós deveríamos estar escoando essa soja com mais facilidade por aquela rodovia. Em vez disso, sofremos por não termos estrutura.

E a 163, se não me engano, teve sua execução começada no início dos anos 2000; eu estava no Governo do Estado ainda quando o Governo Federal definiu a 163...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Vem do governo militar, quando ela foi...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Exato, quando ela foi projetada. Mas a obra de asfaltamento, acho, começou em 2005, 2006, por aí. Ou seja, há mais de 10 anos essa estrada, com certeza, está sendo asfaltada, mas não é concluída. E, quando for concluída – não sei se foi o Acir ou se foi V. Exª que disse –, vão ter de fazer tudo de novo, porque o volume de cargas e o tamanho dos bitrens que estão trazendo essa soja para Santarém terão destruído o pavimento da BR-163.

Acho essa BR fundamental para a parte Oeste do Pará; há dois portos importantíssimos para a nossa região e para o Estado do Pará que dependem dela. É uma BR que, do ponto de vista tanto do Estado do Mato Grosso quanto do Estado de Rondônia e até mesmo do Estado do Amazonas, tem um papel importante. Portanto, ela tem viabilidade econômica e tem hoje, do ponto de vista do escoamento de carga, etc., viabilidade para se analisar até mesmo, se for o caso, uma concessão para ver se aquela estrada sai desse ciclo repetitivo de inconclusão, porque, quando a estrada for concluída, vão ter de começar tudo de novo.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Sr. Presidente, para contribuir.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Pois não.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – No Brasil nós temos alguns problemas que são crônicos e intransponíveis. Nós aumentamos a nossa produção agrícola, a iniciativa privada faz um trabalho forte com relação a esse aumento da produtividade, da produção, para que a gente possa exportar cada vez mais.

Isso acontece no nosso Estado de Rondônia, no Estado de Mato Grosso, no Estado de V. Exª, na Zona Franca de Manaus, as indústrias se instalando, e há uma concorrência internacional também com a vinda de novas indústrias, ou a perda de indústrias do Brasil para outros países, e a culpa é exatamente do Governo que não tem investido na infraestrutura mínima, básica, para transportar, seja por portos, hidrovias, aeroportos, ou nas nossas rodovias: a 319; a 174 para Boa Vista; a 364 que está se acabando.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – A 364 também está sofrendo.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Os bitrens que hoje estão transportando toda a safra de Rondônia e de Mato Grosso são importantes, porque, de repente, dá a impressão de que não gostamos da safra. Pelo contrário, a safra é da maior importância, é fundamental para a economia do nosso País, principalmente dos nossos Estados. Agora, da maneira como está, não há como trafegar na BR-364, hoje, pela quantidade de buracos e carretas desviando desses buracos. O asfalto não aguenta a chuva em excesso e a carga em excesso.

Então, está na hora de duplicar essa BR, sob pena de o Brasil estagnar o aumento da sua produtividade, o aumento da exportação, de que nós precisamos. O Brasil precisa exportar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, por exemplo, essa alta de impostos sobre a carne americana para a China é uma oportunidade que o Brasil tem de aumentar a exportação. Nós não temos fiscais sanitários para fazer a fiscalização dos frigoríficos para que possamos exportar. Vários frigoríficos estão prontos para exportar no Estado de Rondônia, mas falta fiscal sanitário para que esse frigorífico possa fazer a exportação dessa carne.

Ora, é a falta de infraestrutura, é a falta de... É uma cesta de problemas que poderiam ser resolvidos facilmente, teoricamente, claro, mas tem que haver uma vontade política para fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Senador Acir...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Nós que somos da iniciativa privada temos essa vontade de fazer acontecer com rapidez. E, no Governo, infelizmente, as coisas são diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – V. Exª me dá oportunidade de novamente dizer o que disse ainda há pouco com relação à questão do Pacto Federativo.

Nós estamos em janelas de oportunidades em alguns setores da economia brasileira e falta emprego no Brasil.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Acabou de sair o número de desempregados no Brasil, que suplantou mais de treze milhões de desempregados, segundo dados do IBGE.

Veja, faltam fiscais sanitários? Faz-se uma delegação com Estado e Municípios e universidades federais e fiscaliza-se, para que não corramos o risco do que aconteceu recentemente com essa Operação Carne Fraca.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – O que eu não consigo compreender é por que nós não fazemos com que o Pacto Federativo seja solidário, construtivo, para agilizar... Nós estamos diante de outra janela de oportunidades: estiagem e seca na Argentina, falta de produção de milho na Argentina, falta de produção de soja na Argentina. Isso vai impactar o preço da soja e do milho no Brasil.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Positivamente para nossa agricultura.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Positivamente para o produtor, mas com consequências de aumento de preço para os produtos internos, porque isso vai aumentar as exportações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – É uma cadeia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Isso é uma cadeia.

Agora, se nós dotarmos de uma infraestrutura mais competente para baixar o custo de transporte no País, para baixar o custo de operação no País, essas janelas de oportunidades vão gerar milhões de empregos, o Brasil terá respostas mais rápidas e a solução para isso muitas vezes é o uso do Pacto Federativo e o uso das academias.

O Brasil tem universidades federais espalhadas em todas as suas unidades. Essas universidades são dotadas muitas vezes com laboratórios que estão subutilizados e até sem recursos, enquanto que a iniciativa privada precisa desses laboratórios. Se houvesse delegação, seria possível fazer funcionar toda essa engrenagem de que o Brasil precisa para gerar emprego, respostas para nossa economia.

Portanto, o que V. Exª está colocando só reforça o argumento de que, para dar respostas a esses gargalos, o Brasil precisa pensar em como fazer ações integradas entre União, Estados e Municípios, para que façamos andar. Isso não é diferente na segurança pública; isso não é diferente na saúde; isso não é diferente na educação, e na infraestrutura também não é diferente. E na questão regulatória, em que precisamos ter a fiscalização sanitária, precisamos ter as liberações etc., para alcançar os mercados, também não é diferente.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Outro grande exemplo que nós temos – V. Exª conhece muito bem – é a produção de energia elétrica no Estado de Rondônia. Hoje nós produzimos energia elétrica, exportamos para vários Estados, mas não conseguimos...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Estado exportador.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – ... utilizar essa energia por conta dos linhões que não têm capacidade para levar energia para as nossas cidades. E aí, sim, também trazendo outro prejuízo enorme, pois indústrias deixam de estar em Rondônia por conta não só do preço da energia, mas também pela qualidade da energia elétrica que chega. Em Vilhena, por exemplo, há várias indústrias do agronegócio querendo se instalar, outras querendo se expandir, mas não têm a qualidade da energia elétrica.

Isso é coisa que acontece só no Brasil, Senador Eduardo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Senador Acir, veja só, V. Exª está tocando num ponto em que a solução regulatória já foi dada.

Quando eu estava no Ministério de Minas e Energia, nós assinamos um decreto estabelecendo que, na Região Amazônica, a linha de 138kV integraria a rede básica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – O que isso significa? Que não seria a Ceron ou a distribuidora de energia do Estado do Acre a responsável única pela construção de linha de 138kV, que é o que necessita ser feito para poder levar energia para diversos Municípios para tirar o gargalo de atração de indústria, agroindústria, etc., para o Estado de Rondônia.

Isso existe desde de 2015. Você sabe quantas linhas dessas foram licitadas ou leiloadas até agora? Nenhuma. Porque a EPE (Empresa de Pesquisa Energética) simplesmente não disponibilizou para leilão em rede básica nenhuma das linhas de 138kV na Amazônia brasileira. Ou seja, mesmo quando a gente tem o Marco Regulatório, mesmo quando a gente pode fazer, não fazemos.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO. *Fora do microfone*.) – As coisas não acontecem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – É.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Aí se pergunta: por que o Brasil de 30 anos... De lá para cá, a nossa diferença com a China aumentou e muito. O Brasil tinha uma tecnologia mais avançada que a China, tinha uma produção industrial mais avançada; hoje é incomparável a diferença.

São essas coisas que não deixam o Brasil avançar; são as nossas BRs, é a nossa energia, são investimentos na educação. Enfim, essas coisas estão travadas. Nós conseguimos, ao longo dos anos, fazer uma engrenagem que, ao invés de ficar azeitada, engraxada, para caminhar mais rápido, parece que entrou uma limalha ali dentro, travou, e não conseguimos avançar nas questões que dependem do Governo, pois a iniciativa privada faz a sua parte, faz os investimentos, mas ficamos sempre dependendo de ações do Governo que acabam não acontecendo e trazendo um prejuízo enorme para todo o Brasil, causando esse desemprego que nós estamos vivendo hoje.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – V. Exª tem toda razão, e eu faço votos... Eu sou um otimista e creio que o Brasil sairá deste processo, desta recessão, de que nós estamos começando a sair, com um aprendizado: se nós não compartilharmos, se nós não delegarmos, se nós não integrarmos, dentro do Pacto Federativo, União, Estado, Municípios, iniciativa pública, iniciativa privada, sabendo diferenciar aquilo que é maduro...

Por exemplo, na 364, há nela trechos que já poderiam ser duplicados. Ela já poderia ser concessão pública e já poderia estar na mão da iniciativa privada, e a inciativa privada investindo, porque há volume de carga e volume de transporte para rentabilizar a rodovia. Enquanto não se faz isso, nós não temos nem mel, nem cumbuca, porque nós não temos nem a estrada, nem a forma como estabelecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Paraguai, por exemplo... Só para encerrar, até porque prorrogamos para as 10h e não chegamos ao quórum, de modo que vamos encerrar a nossa reunião de hoje. Mas vejam: no caso da Zona Franca de Manaus... Nada contra o Paraguai, muito pelo contrário; tenho a maior admiração pelo povo paraguaio, mas, agora, o Paraguai está implantando uma zona franca, chamada Zona Franca de Maquila, a poucos quilômetros de São Paulo, para substituir as importações asiáticas, construindo uma nova ponte, que vai acabar com o gargalo da infraestrutura que separa o Paraguai do Brasil.

As indústrias asiáticas, por sua vez, já começaram a analisar a possibilidade de irem para o Paraguai a fim de exportar para o mercado brasileiro, através do Mercosul, ao invés de irem ou para a Zona Franca de Manaus, ou para outro Estado brasileiro, tendo em vista não apenas a política tributária, mas também a falta de infraestrutura. Ou seja, nós estamos criando problemas que, daqui a pouco, nós não teremos como contornar, porque, com a infraestrutura surgindo ao lado do grande centro consumidor brasileiro...

Da mesma forma, o Paraguai do ponto de vista dos grãos. Os próprios brasileiros estão indo para o Paraguai produzir soja, produzir milho. Com a infraestrutura acontecendo – e o Paraguai vive eleições agora, no mês de abril, em nível presidencial –, nós teremos mais um *player* para discutir e, enquanto isso, nós estamos vivendo, no Brasil, o cenário que debatemos aqui, mais uma vez, na Comissão de Infraestrutura.

São 10h05 e não alcançamos o quórum necessário para a deliberação de matérias não terminativas e terminativas. Portanto, eu declaro encerrada esta reunião.

Antes, porém, de encerrar os nossos trabalhos, agradeço a presença de todos, em especial das Srªs e dos Srs. Senadores, e convoco a nossa próxima reunião, agendada para o dia 5 de abril, quinta-feira, às 10h, neste plenário, ocasião em que será realizada audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 11, de autoria da Senadora Kátia Abreu, destinada à instrução do PLC nº 138, de 2017, que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, para incluir, no anexo da lei, a interligação entre o Rio Preto, localizado no Estado da Bahia, e o Rio Tocantins, destinada a assegurar a navegação desde o Rio São Francisco até o Rio Amazonas.

Está encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 07 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e quatorze minutos do dia dezessete de abril de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Eduardo Braga, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Fernando Bezerra Coelho, Valdir Raupp, Acir Gurgacz, Flexa Ribeiro, Lasier Martins, Vicentinho Alves, Pedro Chaves, Garibaldi Alves Filho, José Medeiros e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Elmano Férrer, Raimundo Lira, Ângela Portela, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha, Ataídes Oliveira, Ricardo Ferraço, Ronaldo Caiado, Otto Alencar, Wilder Morais, Roberto Muniz, Vanessa Grazziotin e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Lidos os comunicados da Presidência, passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RQI 7/2018, de autoria do Senador Valdir Raupp e do Senador Acir Gurgacz. **Finalidade:** Debater as condições da BR-64, no Estado de Rondônia. **Participante:** Valter Casimiro Silveira, Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil. **Resultado:** Audiência pública realizada. Fazem uso da palavra os Senadores Valdir Raupp, Acir Gurgacz, Fernando Bezerra Coelho, Garibaldi Alves Filho, Lasier Martins e Vicentinho Alves. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Eduardo Braga

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/04/17

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/PMDB - AM) – Declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, audiência pública interativa.

Antes de iniciarmos a audiência pública, eu gostaria de informar que a população poderá participar do debate enviando perguntas e comentários ao nosso convidado. Os cidadãos que queiram participar podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando pelo telefone 0800-612211.

Aviso do TCU.

A Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 157, de 2018, do Tribunal de Contas da União, que trata de auditoria realizada no Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte, solicitada ao TCU por esta Comissão, em atendimento ao Requerimento nº 23, de 2017, de autoria do Senador Acir Gurgacz.

Cópias do documento encontram-se à disposição das Srªs e dos Srs. Senadores na Secretaria desta Comissão.

Outro aviso também do Tribunal de Contas da União. A Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 370-GP/TCU, do Tribunal de Contas da União, que trata de auditoria operacional realizada com o objetivo de verificar, por meio de avaliação do Sistema de Bandeiras Tarifárias, na conta de energia elétrica, a efetividade dessa medida como sinal de preços ao consumidor e mecanismo indutor de eficiência nos reajustes tarifários de energia elétrica, bem como a sua condução por parte do Poder Público.

Cópias dos documentos encontram-se à disposição das Srªs e dos Srs. Senadores na Secretaria desta Comissão.

Agora falando propriamente da audiência pública do dia de hoje, temos a satisfação de receber, nesta audiência pública, através do Requerimento nº 7/18, de autoria dos Senadores Valdir Raupp e Acir Gurgacz, o nosso convidado, o Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil, Sr. Valter Casimiro Silveira, a quem convido para que tome assento à Mesa.

Dou as boas-vindas a S. Exª o Ministro Valter Casimiro Silveira e o cumprimento.

Informo ao convidado que teremos, nesta audiência pública, além dos temas tratados pelo requerimento, basicamente a BR-364, que diz respeito ao Estado de Rondônia, obviamente outros temas também inerentes à questão do Ministério, à frente do qual V. Exª está, como o caso, por exemplo, da BR-319, como o caso da questão dos portos e da aviação, que tem grande impacto na aviação regional em nossa região. Portanto, vários aspectos serão abordados.

Eu aproveito esta oportunidade para cumprimentá-lo pela posse e desejar-lhe sucesso na sua caminhada. Sei da história e do currículo que Vª Exª desenvolveu ao longo da sua carreira pública no Ministério, como técnico, como alguém dedicado aos desafios da infraestrutura no País, e todos estamos aqui esperançosos de que V. Exª seja capaz de vencer as barreiras e as dificuldades que o Brasil vem enfrentando na área de infraestrutura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informo a V. Exª que tem, portanto, o prazo de 15 minutos, com tolerância de mais 2 minutos, para fazer a sua apresentação, depois concederemos a palavra, pela ordem, aos autores do requerimento, e, em seguida, este humilde Presidente estará se inscrevendo para também participar do debate.

Com a palavra, então, o nosso eminente Ministro Valter Casimiro da Silveira para sua apresentação.

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – Bom dia, Senadores! Bom dia, Senador Eduardo Braga!

Digo que é mais um prazer voltar aqui à Comissão de Infraestrutura. Considero que é uma oportunidade de podermos fazer a prestação de contas do serviço que desempenhamos à frente do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

Tomei posse há quinze dias, mas todos aqui sabem que, como Diretor-Geral do DNIT, já tinha três anos de caminhada no órgão, e, claro, já tinha participado de várias audiências com os senhores aqui. Então, para mim, é um prazer retornar a esta Comissão para poder fazer esse trabalho, que considero de prestação de contas.

Queria iniciar cumprimentando o nosso Presidente, Senador Eduardo Braga; o Senador Acir Gurgacz, Vice-Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura; o Senador Valdir Raupp, titular da Comissão; assim como os membros titulares da Comissão de Infraestrutura; o nosso Secretário-Executivo Herbert Drummond; o nosso Secretário Nacional de Aviação Civil, Dario Lopes; o Secretário de Política de Integração, Carlos Barros; o Secretário de Transportes Terrestres e Aquaviários interino do Ministério, Sr. Marcos Tavares; o Diretor-Presidente interino da Valec, Anderson Cabral; o nosso Diretor-Geral da ANTT, Mário Rodrigues. Cumprimento também o Diretor-Geral da Antaq, Dr. Mário Povia, os nossos servidores e colaboradores do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, todas as demais autoridades e imprensa local.

Como forma até de prestar conta aqui, o próprio Presidente comentou todos os assuntos que podem ser abordados, fiz questão de mostrar alguns números e alguns dados sobre o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e os limitei ao período de gestão do ex-Ministro Maurício Quintella, que chega há quase dois anos.

Dentro de toda dificuldade que o Ministério dos Transportes tem passado em função das restrições orçamentárias, trago um eslaide para poder falar sobre todos os benefícios que traz o processo de infraestrutura: aumento de eficiência, redução de desigualdade regional, promoção da integração nacional e continental, desenvolvimento de fronteiras agrícolas, geração de empregos e benefícios a contingentes populacionais.

O Ministério, dentro dessa restrição, teve que fazer algumas escolhas e priorizações. Dentro do diagnóstico feito no Ministério – pode passar o eslaide –, ele decidiu retomar alguns empreendimentos que tinham características de pronta entrega e avançar no processo de parceria com investimentos privados. Então, em 2017, o Governo lançou o Programa Avançar, que tem foco na conclusão de obras que já estavam em execução, com alto grau de execução, e que poderiam ser concluídas ou na sua totalidade ou, em alguns trechos, que poderiam ser entregues. E avançar no programa de parcerias, já que a gente sabe que, no Orçamento da União, limitado, um grande esforço foi feito, tendo em conta a lei de limitação de gastos. Então, foi feita essa priorização. Assim, para que a gente pudesse ampliar o processo de investimento privado, foi feita uma nova modelagem das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

concessões alinhada com a expectativa do mercado. E essa revisão já vem apresentando resultados. Nós já temos dados de que houve uma melhora na movimentação de cargas e passageiros, e isso cresce em todos os modais de transporte.

Nós demonstramos, aí dentro dessas premissas, que já conseguimos fazer diversas entregas. Eu cito algumas: a BR-316, pavimentação do trecho de Carié a Canapi, no Estado de Alagoas; a entrega do Aeroporto de Rio Branco; o processo contínuo de dragagem do Rio Madeira; a dragagem do Porto do Rio de Janeiro; duplicação da BR-101 Nordeste, no trecho Maceió-Recife; e a duplicação da Serra do Cafezal na BR-116, São Paulo.

E a gente tem muitas obras para entregar ainda neste ano, como detalho aqui: a BR-101, na Bahia, 30km de duplicação; a duplicação do trecho da BR-386 de Tabaí a Estrela; a reforma da pista do Aeroporto de Foz do Iguaçu; a dragagem do Porto de Paranaguá; o acesso ao Porto de Fortaleza; e o Terminal Hidroviário de Itacoatiara, cuja previsão de entrega é para agora, junho de 2018.

Bom, como eu disse a vocês, a movimentação de cargas e passageiros apresenta números crescentes agora nesse período entre 2016 e 2017. A gente vê que, no transporte aéreo, subiu o número de passageiros transportados, de 109 para 112 milhões. Nós verificamos que o transporte de cargas nos nossos portos cresceu mais de 8%. Nós já tínhamos um crescimento na parte ferroviária, que aumentou mais ainda, de 2% para 6,9%. E o consumo de diesel demonstra também que o transporte rodoviário tem um viés crescente.

Dentro da questão das obras públicas, como foi colocado, nós temos uma limitação orçamentária de R$10 bilhões, quando a necessidade do Ministério seria de, aproximadamente, R$15 bilhões para poder dar conta de, no mínimo, o que é colocado como missão institucional. Daí a arte de priorizar e identificar o que a gente pode entregar o mais rapidamente para a sociedade, garantindo a qualidade da infraestrutura que nós já conquistamos em todo esse longo período de investimento em infraestrutura. Então, hoje, foram liberados R$9 bilhões desses R$10,5 bilhões que nós recebemos. A parte que não está liberada está sob o contingenciamento normal que o Ministério sofre, mas já há a sinalização do Planejamento de que, ao longo do ano, isso será liberado para que o Ministério possa realmente executar os R$10,5 bi do seu orçamento. Nesse contexto, como eu falei, o Governo priorizou o Programa Avançar, que são obras com foco em conclusão ou a manutenção da infraestrutura que já havia sido conquistada ao longo do tempo. Então, dentro do Programa Avançar, na pasta transporte, nós temos aí um rol de obras: 57 ações na parte de rodovia, com a previsão de duplicação de 511km, 970km de construção de novas rodovias e a manutenção da malha, com 52.000km de malha mantida com recursos do Programa Avançar.

Na parte de hidrovias, a previsão está na conclusão de 6 terminais hidroviários, principalmente na região do Estado do Amazonas, 2 correções de leitos nas hidrovias, 2.000km de hidrovias sinalizadas e 1.000km de hidrovias com o processo de manutenção realizado.

Na parte de aeroportos, nós temos 43 ações: 16 recuperações de pista, 22 construções e 5 ações de aquisição de equipamentos.

Nos portos, nós teremos três aumentos de manutenção de profundidade, a dragagem de manutenção dos nossos portos marítimos e oito construções e reforço de berço de atracação.

Na parte de ferrovia, são duas ações, com a construção de quase 900km de linha férrea.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dentro disso, nós já entregamos 13 empreendimentos, dentre os quais relacionamos: a Estação Aduaneira, no Amapá, do Oiapoque; o Aeroporto de Rio Branco; a Pavimentação da Travessia de Tuneiras, no Paraná; o Aeroporto de Correia Pinto, em Santa Catarina, implantação de balizamento noturno; a Modernização do Cais do Porto de Rio Grande, e as demais aí relacionadas com as obras todas detalhadas.

Fazendo a correlação entre rodovias, as premissas adotadas para as rodovias foram: priorizar, inicialmente, toda a manutenção da malha, para que a gente garanta a qualidade do nosso pavimento e de toda a parte de infraestrutura que foi conquistada até agora. Eu demonstro mais para frente que, hoje, 90% da malha está coberta com contratos de manutenção, para que a gente possa garantir um nível de trafegabilidade adequado às nossas rodovias.

O segundo ponto que foi premissa para priorização desses investimentos: obras com elevado grau de execução – e aí a gente pode citar como exemplo a BR-242, em Tocantins, que já tinha um elevado índice de execução, e a gente está, inclusive, entregando alguns trechos já pavimentados para utilização da população.

E, claro, a continuação de obras estratégicas para o escoamento da produção, como o corredor da 163, Mato Grosso e Paraná, que leva toda carga do Mato Grosso para os portos da Região Norte, Miritituba e Santarém. O corredor de integração nacional da BR-101 Nordeste, com a duplicação da 101 Nordeste, e obras para melhoria da mobilidade nos centros urbanos, que a gente chama de eliminação de pontos críticos, travessias urbanas. Cito o exemplo da Travessia de São José do Rio Preto. A gente colocou algumas obras, que foram priorizadas, como exemplo.

Com isso, a gente conseguiu alguns avanços: 780km de rodovias pavimentadas ou duplicadas e 90% da malha federal com contratos de manutenção. Assim, a gente atinge um índice de 88% de rodovias em situação boa ou regular e 12% que ainda precisam ser melhoradas. Quando a gente fala que 89% das rodovias são mantidas, entendam que os 11% que faltam não é por que o DNIT não vai dar manutenção; é porque, por algum problema, os contratos venceram ou tiveram que ser rescindidos, mas vão ser cobertos com contratos de manutenção também. A ideia, a meta é sempre 100% da malha mantida com contratos de manutenção, com contratos de restauração e recuperação mais profunda ou contratos de manutenção como tapa-buracos, uma manutenção mais simples.

Na aviação civil, alguns avanços que a gente atingiu nesse período, com relação à ação do Ministério dos Transportes. Hoje a pesquisa trimestral registra avaliação dos usuários de 91% de satisfação do público que frequenta os nossos aeroportos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – Então, esse índice de satisfação dos usuários no setor aeroportuário vem sempre crescendo.

Com 19 meses consecutivos de queda, a partir de março de 2017, a gente conseguiu inverter a curva de crescimento. A gente tem uma curva crescente de março de 2017 até agora na questão de movimentação de passageiros nos nossos aeroportos. Isso demonstra como o País vem reagindo e crescendo na parte econômica.

O fortalecimento e saneamento da Infraero, que é a nossa empresa de gestão aeroportuária, está fazendo a Infraero voltar a ter resultado positivo. Podem falar que o balanço dela foi negativo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mas o balanço dá negativo por uma mera questão contábil, porque tem que registrar todo o aporte de investimento nos aeroportos, em que ela tem 49% de participação, como despesa. Isso acaba gerando um resultado negativo no balanço, mas o resultado operacional da Infraero hoje é positivo em 500 milhões. O que está demonstrado no balanço da empresa não reflete exatamente o resultado operacional da empresa, é muito mais uma questão contábil do que o reflexo da gestão da Infraero.

Aí, voltou-se a fazer investimentos em aeroportos, como o de Vitória e Rio Branco, que foram entregues. A gente ainda prevê finalizar o aeroporto de Macapá e Juazeiro do Norte ainda este ano, entrega feita pela Infraero.

Na reformulação do Programa de Aviação Regional, que é feita por meio de parcerias dos Estados e Municípios, a gente já tem 58 aeroportos priorizados, sendo 34 Instrumentos de Repasse já assinados, para os Estados e Municípios poderem fazer esses investimentos nas respectivas localidades.

Na parte de portos, houve investimentos portuários em dragagens e em recuperações de berços. E aí estão as ações concluídas. Como ações concluídas, há o alinhamento do Berço 3 do Porto de Itajaí, a dragagem dos Portos de Vitória e do Rio de Janeiro, o reforço do cais do Porto de Santos, a entrega do Berço 108 do Porto do Itaqui. Além disso, em andamento, há diversas dragagens: Paranaguá, Santos, Itajaí e Maceió. E já foi até contratada a dragagem do Porto de Fortaleza, que está previsto iniciarmos no próximo mês.

Foi feito o decreto de regularização portuária para poder viabilizar a desburocratização do processo de concessão e revisão dos contratos. Há 23 contratos de adesão já assinados nesse período de maio a março, que são TUPs (Terminais de Uso Privativo).

Dentro do sistema ferroviário, os principais avanços são a mudança do mecanismo regulatório para que possamos viabilizar a prorrogação de contratos – eu cito aqui como exemplo a previsão de revisão do contrato da Malha Paulista, que vai aumentar a capacidade da ferrovia de 19 milhões de toneladas para 75 milhões de toneladas, o que é um avanço para o setor ferroviário, para que possamos injetar só na Malha Paulista mais de 6 bilhões de investimentos privados, claro, viabilizando todo o escoamento da produção das regiões centro e sul de Mato Grosso para o Porto de Santos; e a estrutura da concessão para Ferrovia Norte-Sul, Ferrogrão e Fiol, cujos processos estão bem adiantados para que possamos lançar essas licitações. Aí mais investimento privado para o setor.

Dentro do setor hidroviário, há a contratação de obras estruturantes, como a dragagem do Rio Madeira, uma dragagem que é contínua de cinco anos, para que não haja interrupção nem diminuição do volume de carga em nenhum período do ano no Rio Madeira. Nós sabemos que vem crescendo o volume de carga para Porto Velho. Ontem mesmo, tivemos a informação de que agora vai subir pela 364 mais um volume grande de algodão para poder ser transportado pelo Rio Madeira. Então, é importante manter a hidrovia do Rio Madeira com um calado garantindo o transporte doze meses por ano com uma barcaça *full*. Iniciamos o derrocamento do Pedral de Nova Avanhandava, no Tietê. Foi feito o contrato para o derrocamento do Pedral do Lourenço. Inclusive, há...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – ... previsão de que, no mês que vem, já começam a fazer os testes de explosão lá para detalhar o projeto executivo do derrocamento do Pedral. E há a previsão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da conclusão de seis terminais hidroviários em Caraurari, Guajará, Ipixuna, Itamarati, Manacapuru e Santarém.

Dentro da questão da Marinha Mercante, foram 138 projetos concluídos pelos contratados de maio até março e mais de 4 bilhões liberados para construção de embarcações e fomento da Marinha Mercante, com geração de empregos dentro do programa da Marinha Mercante. Isso é com relação a recursos públicos. Aí a gente entra no Programa de Parceria de Investimentos. O Governo fez algumas modificações no modelo para que pudesse garantir maior investimento do setor privado e que não tivéssemos os mesmos aspectos que tivemos na etapa 3 do processo de concessão. Hoje a gente está com alguns probleminhas em função de um excesso de financiamento do BNDES e a cobrança de alguns investimentos no curto prazo que as empresas não estão conseguindo cumprir até em função do crescimento do País. O Governo, quando fez as concessões, apostava no crescimento do PIB. Houve um decréscimo, então isso gerou um problema nos contratos de concessão.

(*Soa a campainha.*)

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – A modelagem agora prevê condições de gatilho para os investimentos, e diminuiu a previsão de utilização de oferta pelo BNDES, tentando achar uma segurança jurídica, condições de financiamentos sustentáveis e projeto com elevado grau de maturidade para ser colocado na praça. Então, 14 leilões e prorrogações realizados no setor portuário e aeroportuário demonstram que a gente está tendo um relativo sucesso nessa nova modelagem.

O modelo anterior era baseado em premissas frustradas, como o forte crescimento do PIB e abundante oferta de financiamentos. Então, foi montado o Conselho do PPI para poder garantir a integração de todos os entes nessas reformulações.

Com isso a gente conseguiu fazer 14 prorrogações e leilões nos portos e aeroportos. O que está em vermelho são todos os nossos terminais em que já conseguimos fazer ou a prorrogação ou o leilão; e os quatro azuis são os aeroportos que já foram licitados com êxito: o aeroporto de Fortaleza, o de Salvador, o de Florianópolis e o de Porto Alegre.

No avanço das parcerias dos aeroportos, nós ainda temos 13 aeroportos para serem licitados. A previsão ainda é para este ano. A previsão de investimento é de R$4,7 bilhões, e a demanda, de 18,8 milhões de passageiros por ano. O critério que vai ser utilizado é a maior outorga, sem a participação da Infraero. Como eu falei para vocês, essa participação da Infraero acaba gerando um programa para a Infraero na questão do resultado do balanço. A previsão é maio e dezembro de 2018.

Da mesma forma, na parte de portos, a previsão ainda é de 29 terminais portuários, com investimento previsto em R$3,5 bilhões em todo o País. Aí temos uma relação de todos os portos e terminais em que ainda serão feitas as licitações.

Na parte de ferrovias, nós ainda temos três ferrovias para poder lançar a licitação. Duas estão mais adiantadas, que são a Ferrovia Norte-Sul e a Ferrogrão. Uma que está um pouco mais atrasada é a Fiol. São R$15 bilhões previstos, com critério de maior outorga para a concessão.

Dentro do programa rodovias, são quatro trechos a licitar, com um investimento previsto de 22 bilhões, critério menor tarifa, com prazo de 30 anos. Aí, nós temos quatro segmentos que estão previstos para serem licitados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, com relação ao tema da audiência, que é a BR-364, nós sabemos da importância que tem essa rodovia hoje no escoamento de grãos, principalmente para os Estados de Mato Grosso e de Rondônia, utilizando a rota até Porto Velho para o escoamento via rodoviária e de Porto Velho até Manaus ou Itacoatiara via barcaça para depois seguir num navio de longo curso. Então, hoje, todo o trecho está com a manutenção contratada, ciente o DNIT e o Ministério dos Transportes de que a situação hoje da malha da 364 não é satisfatória. Devido ao volume de chuvas, ela está bem comprometida, o índice de trafegabilidade não está bom. Mas, como ela está toda contratada, a previsão é que, cessando o período de chuva, já se inicie com toda a força, para que nós possamos fazer toda a recuperação da BR-364.

Não falta recurso. E, aí, eu quero até agradecer a Bancada de Rondônia especificamente por ter priorizado os investimentos na BR-364. Foi colocado um recurso expressivo para a manutenção da BR-364. E estamos prevendo a execução de mais de 50km de terceiras faixas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – ... nessa recuperação.

No próximo eslaide, podemos identificar que nós temos alguns trechos onde prevemos a execução de um melhoramento na rodovia. Não é uma duplicação, mas ela facilita muito, garante segurança na questão de ultrapassagem e do fluxo de caminhões na BR. Então, são 22km de terceira faixa no trecho de Pimenta Bueno a Ariquemes, 20km de Vilhena a Pimenta Bueno e mais 8km de Presidente Médici a Jaru, o que totaliza 50km de terceiras faixas.

E por que estamos insistindo nessa questão da terceira faixa? Porque, no projeto de concessão, foi feito um estudo, é claro, um PMI, chamando interessados para fazer o projeto. Uma empresa se prontificou – o nome da empresa é Sanches Tripoloni –, e o estudo não foi aprovado pelos técnicos do Ministério. A esse estudo foram solicitadas, diversas vezes, adequações, para que pudesse ser aprovado pela comissão do PPI, mas ele está sendo rejeitado. É um processo um pouco burocrático, porque você tem que dar direito de defesa à empresa, pedindo as correções. Como não houve essa adequação do projeto, esse projeto está sendo rejeitado e a nossa Empresa de Planejamento e Logística (EPL), que é vinculada ao PPI, está contratando novos estudos para que nós possamos, enfim, entrar com o processo de concessão dessa rodovia.

A previsão é a de que a gente só consiga finalizar esses novos estudos no final de 2018. É lamentável isso, porque teria sido um ganho formidável para o processo de concessão na BR-364...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – ...se a gente pudesse ter aproveitado esses estudos. Infelizmente, como esses estudos são objeto de ressarcimento das empresas que os elaboraram, eles têm de estar dentro do padrão exigido para que a gente possa colocar isso em licitação e para serem aproveitados pela empresa que ganhar a concessão. Como não foi possível isso, o Ministério está rejeitando. Foi feita uma análise pelos técnicos do Ministério com a empresa de planejamento do PPI para poder se chegar a essa conclusão de rejeição dos estudos.

Presidente, era isso que eu tinha para colocar aqui, de forma bem sucinta e breve.

Agradeço a todos pela atenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria também aqui cumprimentar o nosso Diretor interino do DNIT, que eu não havia cumprimentado, Dr. Halpher, que se encontra aqui presente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/PMDB - AM) – Eu queria cumprimentar V. Exª, Dr. Valter, pela objetividade da apresentação, em primeiro lugar, e pela clareza. V. Exª fez uma apresentação objetiva, clara, que mostra aquilo que houve de avanços. Eu tenho certeza de que, agora, o debate haverá de trazer a lume e ao conhecimento da população todas as questões que precisam ser esclarecidas.

Se o Senador Valdir Raupp me permite dizer, já nos chegam aqui duas participações da população a respeito do tema, uma inclusive do Estado de V. Exª e do Senador Acir Gurgacz.

Oscar Costa Borche, de Rondônia, diz o seguinte, Ministro: "Lamentável o estado da BR-364 em Rondônia. O descaso da gestão pública se reflete no número de elevados acidentes e mortes que acontecem no local. Buracos, falta de acostamento em alguns trechos, falta de uma rotatória adequada na entrada para Colorado do Oeste, falta de sinalização."

Diz também o Sr. Artur Alvim Cury, de São Paulo: "Não conheço essa rodovia, mas sei que é muito importante o Poder Público também assumir bem a manutenção dessas importantes rodovias, e não só o poder privado! Fica muito cômodo delegar uma obrigação do Poder Público, pois pagamos muitos impostos." Ou seja, é alguém de São Paulo apoiando a BR-364.

Eu passo a palavra ao Senador Valdir Raupp, como autor do requerimento, e, logo a seguir, ao Acir Gurgacz. Eu sou o primeiro inscrito; depois, o Senador Fernando Bezerra; e, a seguir, o Senador Garibaldi Alves, pela ordem de inscrição.

Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Braga; Sr. Ministro dos Transportes, Valter Casimiro Silveira; Srªs e Srs. Senadores; senhoras e senhores que nos assistem pela TV Senado e que nos ouvem pela Rádio Senado e também pelas redes sociais, é muito bom que alguém com o conhecimento do Ministro Valter Casimiro possa assumir o Ministério dos Transportes.

Que bom seria se todos os ministros, ao assumirem uma pasta, tivessem a experiência, o conhecimento que o Dr. Valter Casimiro tem do órgão! Como funcionário de carreira, começou no setor aquaviário, depois passou para a Direção-Geral do DNIT, por três anos. Então, ele conhece, mais do que ninguém, toda a malha viária do País.

Ele conhece Rondônia também. Já esteve lá umas três vezes, percorrendo as nossas rodovias, nos últimos tempos, desenvolvendo projetos, para poder fazer as melhorias. É uma pena que isso tenha demorado muito! Eu ouvi, certa vez, das próprias palavras do Ministro, que o Ministério dos Transportes e o DNIT, de certa forma, negligenciaram a nossa BR-364. Houve uma negligência com relação a projetos. Quando a BR estava praticamente toda destruída, foram se deparar com o fato de que não havia os projetos suficientes para fazer a sua restauração. Agora, creio que eles já existam. A informação que temos é a de que, neste verão, que começa agora, no mês de abril, para toda a BR, em toda a sua extensão, isso já está contratado, já há um contrato de cobertura, e ele pode, depois, explicar melhor isso aí.

Ele falou muito sobre o Brasil, e não houve tempo para falar um pouco mais sobre Rondônia, sobre a nossa BR-364. Mas eu tenho visitado lá, tenho percorrido de carro a BR, quase todos os fins de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

semana, e, para a nossa alegria, já nos últimos dias, já existem alguns trechos em obra. Desses lotes contratados, da divisa do Mato Grosso até Porto Velho, já há alguns lotes em obra na nossa BR.

Nós não temos problema só na BR-364. Nós temos problema na BR-319, que tem uma parte em Rondônia e a maior parte no Estado do Amazonas. Nós temos problema na BR-421, que vai de Ariquemes até Campo Novo, onde há muito buraco já – espero que esteja sendo contratado também. Temos problema na BR-429, que está em fase de conclusão. Essa BR é muito importante para o Vale do Guaporé, mas já há problema de restauração também, de encabeçamento das pontes. Temos problema na BR-435, e aqui ele falou do trevo de Colorado. Aliás, o Oscar, que nos liga e faz a pergunta, o Oscar, lá de Rondônia, fala desse trevo, que já ceifou algumas vidas, na BR-435, de Vilhena a Colorado do Oeste.

Mas temos problemas também, Sr. Ministro, como V. Exª já disse, no trevo de Chupinguaia, na recuperação das marginais de Itapuã do Oeste, que estão num caos, num verdadeiro caos. Nós falávamos, na antessala, antes de entrar aqui na Comissão, da situação com o Miguel de Souza, que também já foi diretor e atua no Ministério dos Transportes como secretário.

Há a recuperação do prolongamento das marginais de Ariquemes e uma travessia na BR-421, dentro de Ariquemes, que necessita de uma passagem de nível, de um viaduto, para melhorar aquela situação.

Temos as melhorias nas travessias de Presidente Médici, cujo projeto já está pronto. Presidente Médici, há muito tempo, espera uma travessia digna, decente.

Não está aqui na relação, na apresentação de V. Exª, mas há também as travessias de Ouro Preto do Oeste. Eu recebi ofício até do promotor de Justiça de Ouro Preto, dados os acidentes com morte que ocorrem na travessia de Ouro Preto, também com sérios problemas.

Temos a travessia de Pimenta Bueno também. A associação comercial e industrial cobra uma melhoria também nas travessias de Pimenta Bueno, onde há dois viadutos, que ficou com certa deficiência na travessia de um lado para o outro, pois a cidade ficou dividida ao meio.

Essas são as travessias que estamos pedindo.

Há as terceiras faixas, que V. Exª citou e que devem começar agora com os recursos da Bancada. Nós colocamos R$120 milhões de emenda impositiva para a BR-364 e mais R$60 milhões com a emenda da Deputada Marinha Raupp para as terceiras faixas e adequações de pontos críticos da BR.

Eu sei que dinheiro este ano, para se trabalhar o verão inteiro, existe. Se as empresas se dedicarem e se esforçarem com as usinas no trabalho, vamos ter uma rodovia melhorada ainda este ano.

Mas eu queria falar ainda, Sr. Presidente, Srªs e Srs Senadores, da lentidão com que o Brasil – nem falo que é o DNIT ou o Ministério dos Transportes, mas o Brasil, todos os órgãos do Brasil – coloca em prática os projetos, para desenvolver os projetos neste País. Há cinco anos, seis anos, o Primeiro-Ministro da China esteve no Brasil e anunciou a disposição da China em investir US$50 bilhões em projetos de logística e infraestrutura no Brasil. Naquela época, eu já falava que o Brasil não ia dar conta de apresentar os projetos necessários para que esse recurso fosse investido, e não deu outra. Era o governo da Dilma, e, depois, veio o Governo do Presidente Temer. O Ministro Moreira Franco, que agora foi para o Ministério de Minas e Energia, tentou um esforço concentrado por quase dois anos e não conseguiu avançar muita coisa. O fato é que desses US$50 bilhões pouco foi investido. A gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reclama que não há dinheiro, mas há hora em que há dinheiro e em que a gente não consegue investir por falta de projeto.

Quanto à duplicação da BR-364, para encerrar aqui a minha fala, Sr. Ministro, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a informação é a de que, se fosse concedida a duplicação por concessão de 30 anos, a empresa concessionária só ia começar a fazer a duplicação depois de dez anos. Isso não nos interessa! Cobrar pedágio numa rodovia de pista simples para, depois de dez anos, começar a duplicar com pedágio caro? Se a Bancada colocar R$200 milhões por ano, em dez anos, a Bancada federal, o Governo e o DNIT fariam 660km de duplicação.

Eu perguntei ao Ministro quantos milhões custaria um quilômetro de duplicação, e ele falou que seriam R$3 milhões. Está aí: com R$200 milhões por ano, em dez anos, seriam R$2 bilhões, o que daria para duplicar, num esforço da Bancada e do Governo, com emenda impositiva, 660km de duplicação na BR-364. Por que nós vamos dar uma concessão para uma empresa cobrar pedágio durante dez anos e, depois de dez anos, começar a duplicar um quilômetro de estrada? Não nos interessa! Então, é melhor que a gente comece a fazer. E eu peço, neste momento, para encerrar a minha fala, que o Ministério dos Transportes autorize imediatamente a confecção do projeto base, e se pode licitar por RDC. A Bancada – eu conversei com o Senador Acir, que é Vice-Presidente desta Comissão –, tenho certeza, não vai negar uma emenda de R$150 milhões ou de R$200 milhões por ano para começar a duplicar a BR-364.

É um pouco tarde, mas antes tarde do que nunca. É melhor começar agora. E, se for para dar concessão para cobrar pedágio caro sem a duplicação, é melhor a gente ir fazendo com o esforço do nosso País.

Obrigado, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/PMDB - AM) – Eu é que agradeço a V. Exª, aproveitando para cumprimentá-lo pela colocação que abrange não só as questões do Estado de Rondônia, mas as questões da Amazônia e a interligação dos Estados da Amazônia com o Brasil através de Rondônia.

Passo a palavra ao eminente Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Sr. Presidente; Srªs e Srs. Senadores; nosso amigo Valter Casimiro, ex-Diretor-Geral do DNIT e agora nosso Ministro dos Transportes, primeiramente, quero parabenizá-lo pela ascensão. Entendo que foi muito positiva a sua ida para o Ministério em função da sua experiência ao longo da sua vida e à frente do DNIT e também como técnico daquele órgão.

Eu gostaria de me ater à questão da BR-364, Ministro. V. Exª conhece muito bem a BR. O Senador Eduardo, nosso Presidente, também conhece muito bem a BR-364. Essa ligação que foi feita para o transporte de grãos produzidos no Estado de Rondônia, no Estado de Mato Grosso, com a hidrovia do Madeira, na construção do terminal portuário Itaquatiara, propiciou uma transformação muito forte na nossa região. A produção agrícola aumentou muito em função da diminuição do custo do transporte através da hidrovia do Madeira. Isso fez com que as nossas terras em Rondônia valorizassem, as pessoas passaram a olhar Rondônia como alternativa da produção de grãos e da produção de carne, tanto é que Rondônia hoje é o quinto exportador de carne do País em função da sua posição geográfica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Agora, é impressionante, Ministro, a quantidade de caminhões que estão trafegando na BR-364. Eu sei que o senhor a conhece muito bem, já esteve por várias vezes, por estrada, na BR-364, mas, neste momento, a quantidade de caminhões aumentou muito, e a tendência é aumentar ainda mais, principalmente com essa notícia que o senhor nos trouxe agora, com esse novo contrato para o escoamento da produção de algodão de Mato Grosso via hidrovia do Madeira. Isso é ótimo, é positivo para o Brasil, é positivo para Mato Grosso, é positivo para Rondônia também. Isso melhora a economia do nosso Estado e da nossa região e a exportação brasileira.

Aí fica um ponto que nos deixa muito indignados. A iniciativa privada faz a sua parte, faz investimentos altíssimos no aumento da produção, primeiro, no início da produção, porque essa é uma região que não produzia nada. A BR-364 foi inaugurada em 1984, exatamente com a migração de agricultores brasileiros para essa região para tornar esse Estado produtivo. Isso aconteceu rapidamente. Só que a base dessa BR-364 é exatamente de 1984, quando havia uma trafegabilidade pequena, mas, ao longo do tempo, o tráfego aumentou em função dessa maravilha que é a produção agrícola do nosso Estado e do Estado vizinho, Mato Grosso.

Eu entendo que não é possível nós ficarmos aguardando de cinco anos a dez anos para fazer a duplicação e, muito menos, como muito bem colocou o Senador Raupp, fazermos a terceirização e cobrarmos o pedágio sem a duplicação. Nós já dizíamos isso. Fizemos uma audiência pública em Porto Velho e fizemos outra aqui também nesta Comissão, em que nós já colocamos que não aceitamos a cobrança do pedágio sem uma parte da duplicação já realizada.

Já soubemos que foi frustrado o estudo feito pela Sanches. Foi quase um ano de atraso. A empresa gastou um ano para fazer esse estudo; foi praticamente um ano.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Foram dois anos de conversa, mas deu-se início ao PMI há pouco menos de um ano. Perdemos esse tempo todo. E, agora, ficamos sem alternativa; quer dizer, temos alternativa de EPL.

Imagine só, Senador Eduardo Braga, que a produção está crescendo ano a ano – há um crescimento da produtividade acima da ordem de 10% a 12% ao ano –, e, proporcionalmente, o tráfego de caminhões, de carretas, de bitrens também está cada vez maior, o que é importante. Se não houvesse o bitrem, o peso seria menos dimensionado. Então, o bitrem acaba melhorando o impacto que traz a carga sobre a BR. Ao contrário do que muitas pessoas pensam – que o bitrem estraga a BR –, o bitrem estraga menos a BR do que os caminhões antigos.

Não dá para esperar mais a duplicação da BR. Estava praticamente frustrada a construção da ferrovia de Vilhena a Porto Velho, uma ferrovia importantíssima para o Brasil, para Rondônia, porque este Governo, quando entrou, colocou na geladeira a nossa ferrovia, ligando Porto Velho à malha ferroviária brasileira, que ia fazer uma ligação importantíssima entre a Hidrovia do Madeira e a ferrovia brasileira. Não há outra saída para o Brasil. Nós temos de construir ferrovias. Como não houve a ferrovia, ficou-se na expectativa da terceirização para a duplicação da BR-364. Não aconteceu nem uma coisa nem outra.

Agora, eu entendo que tem de ser, Ministro, uma questão de governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí, Senador Eduardo, nosso Presidente, peço a ajuda de V. Exª, para que possamos fazer uma gestão junto à Presidência da República para expor essas questões ou esta questão específica: a importância e o problema da BR-364, que também tem uma ligação forte e direta com o seu Estado por conta da Hidrovia do Madeira. Quanto mais nós transportarmos na BR-364, mais será transportado pela Hidrovia do Madeira, que vai, de forma indireta, também aquecer a economia do Estado do Amazonas e a de Rondônia.

Eu entendo que é uma questão de governo. Nós precisamos da duplicação urgente da BR-364.

É claro que vamos fazer esse trabalho de colocar as emendas, Senador Raupp, ano a ano – as emendas impositivas –, mas levaríamos dez anos para duplicar 600km. Esse trecho de Vilhena a Porto Velho tem 830km, 840km. É muito tempo! Daqui a dez anos, acredito que a produção de grãos vai estar dobrada, aliás, aumentada em quatro vezes – aumentará quatro vezes, daqui a dez anos. Se hoje há engarrafamento de caminhões ao longo da BR, imaginemos nós como será daqui a dez anos.

Então, Ministro Valter, entendo que é uma questão de governo. Nós precisamos tomar uma decisão rápida e clara, porque não se aguenta mais a BR da maneira que está.

Aquilo que o Oscar falou, Ministro, refere-se àquele trevo sobre o qual nós conversamos, em Colorado do Oeste, na BR-364. Ficou acertado que a própria unidade do DNIT faria o alargamento e o acostamento. Não há acostamento para que os caminhões estacionem, aguardando a vez para cruzar a BR e entrar na rodovia que vai a Colorado, Cerejeiras e Pimenteiras, que é outra região em que está aumentando muito a produção de grãos.

Então, só para o senhor lembrar, quero dizer que já ficou conversado no ano passado e neste ano para se fazer pelo menos o alargamento emergencial desse trevo, para acabarem os acidentes.

Então, quero me concentrar apenas nessa questão, Sr. Presidente.

Vamos achar uma alternativa, Senador Eduardo, para que possamos, de fato, achar uma solução definitiva com relação à duplicação da BR. É um problema seriíssimo para a população de Rondônia e, evidentemente, para a produção agrícola do nosso Estado, do Estado vizinho de Mato Grosso e também do seu Estado do Amazonas. Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/PMDB - AM) – Eu é que agradeço a V. Exª e o cumprimento pelas suas colocações.

Efetivamente, a BR-364 se transforma, Ministro Valter, nos próximos anos, na espinha dorsal que ligará a fronteira agrícola brasileira aos mercados maduros. E mais: é uma fronteira que tem responsabilidade ambiental. Todos nós sabemos que, depois do novo Código Florestal e da aplicação das novas tecnologias pelo Governo brasileiro, nós estamos podendo monitorar de uma forma muito mais eficiente e, portanto, podemos ter muito mais confiança nas decisões que adotamos sobre a implementação de políticas de desenvolvimento econômico, social e ambiental de forma sustentável na Amazônia.

Portanto, é preciso compreender que a Amazônia não sobreviverá como uma área de conservação ambiental se ela não tiver uso econômico para que a floresta em pé seja valorizada e, de outro lado, para que nós possamos agregar um produto que é, sem dúvida nenhuma, a grande locomotiva do nosso PIB, que é o agronegócio. Se não fosse o agronegócio, em 2017, o Brasil não teria conseguido, Senador Agripino, ou melhor – desculpa, perdão! –, Senador Garibaldi Alves, fazer a reversão da nossa recessão econômica, tão agravada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro Valter, aqui V. Exª já foi cumprimentado e já foi reconhecido pelo Senador Walter, ou melhor, pelo Senador Valdir Raupp – hoje, estou trocando o nome de todos os colegas – e pelo Senador Acir Gurgacz pela sua vivência, pelo seu conhecimento e pela forma dedicada com que V. Exª se estabeleceu numa carreira no Ministério de Infraestrutura.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO. *Fora do microfone*.) – Presidente, pode me incluir também no reconhecimento ao Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/PMDB - AM) – Quero, portanto, incluir o nosso eminente Senador Vicentinho, pelo Estado de Tocantins, que faz questão também de registrar isso.

Mas veja que um Estado como o Estado do Amazonas, Ministro, tem dimensões continentais e distâncias que são equivalentes ao cruzamento continental da Europa, por exemplo.

Ministro Fernando Bezerra, ir de Boca do Acre, por exemplo, a Manaus de barco é uma aventura, subindo os rios por mais de duas semanas. Descendo os rios, dependendo da época do ano, se estivermos na época da estiagem – os Senadores do Acre sabem bem disso, porque o Rio Purus é um rio muito sinuoso –, nós poderemos até não conseguir chegar.

Portanto, tirar do isolamento essas regiões faz parte da estratégia de integração nacional, obviamente com respeito e cuidado ambiental.

Eu queria fazer algumas colocações para V. Exª sobre a BR-319. Eu, aos 18 anos de idade, pude sair da minha cidade. Hoje, tenho 57 anos, vou fazer 58 anos. Então, praticamente há 40 anos, eu pude sair da minha cidade, Garibaldi, dirigindo um fusquinha com a minha recém tirada Carteira de Motorista, e chegar ao Estado do Rio de Janeiro, dirigindo um fusca. Hoje, o Senador Acir, o Senador Valdir Raupp e todos nós daquela região sabemos que isso é uma aventura, dependendo da época do ano, porque não conseguimos até hoje, em que pesem todos os esforços do Ministro Alfredo Nascimento, ex-Ministro dos Transportes, e V. Exª já àquela altura estava envolvido... Nós estamos, há 20 anos, nada mais, nada menos, tentando licenciar pelo Governo Federal, ambientalmente, 400km que já foram asfaltados.

Então, eu queria ouvir V. Exª sobre o posicionamento quanto à BR-319.

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/PMDB - AM) – Agora, existem outras situações como, por exemplo, a do trecho Atalaia-Benjamin Constant, na Perimetral Norte, que foi delegado para o Estado, que o Estado construiu etc. A estrada é perfeita. Lamentavelmente, os Governos estaduais subsequentes não deram manutenção. Hoje, esse trecho, que tira do isolamento...

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/PMDB - AM) – Eu sei que o Senador Vicentinho está muito entusiasmado com tudo que vem acontecendo em Tocantins e traz essa energia do Centro-Oeste aqui, o que nos alegra muito, porque temos tentado votar matérias aqui, que são matérias, às vezes, nem terminativas, e temos sentido a sua falta aqui na nossa Comissão. Portanto, estamos muito felizes hoje com a sua presença e entusiasmados com a presença do Ministro Valter em nossa audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Mas, Ministro, eu dizia: a BR-317, entre Atalaia do Norte e Benjamin Constant, com 30km de estrada asfaltados, lamentavelmente, também está neste momento intrafegável.

O trecho Boca do Acre-Rio Branco, que foi praticamente todo asfaltado por delegação, um pequeníssimo trecho que passa por terras indígenas, por falta de entendimento com a Funai e por falta de entendimento com os setores ambientais, não conseguimos concluir.

O trecho Lábrea-Humaitá é extremamente importante para tirar do isolamento todo o Médio Purus. Nós, aqui na Comissão, fizemos um esforço, colocamos emenda para darmos início e também temos informações de que estamos apenas nos primórdios. Em outro trecho da BR-230, que é o trecho que interliga Apuí a Humaitá, que, portanto, poderia fechar um arco que traria perspectiva de desenvolvimento sustentável, que daria melhor presença do Estado, até para a fiscalização nessas áreas que são áreas de fronteira do desenvolvimento do agronegócio, lamentavelmente, também não temos conseguido lograr êxitos.

Eu queria um panorama de V. Exª sobre essas questões.

Agora, eu queria abordar outra questão que, na nossa região – e afeta V. Exª –, também tem nos causado grande apreensão, que é a aviação regional.

A aviação regional tem tido problemas não apenas com relação a aeródromos – e V. Exª mostrou aqui as delegações etc. –, mas também com relação – e aí o Ministério de V. Exª tem uma inserção sobre isso, por causa do Fundo da Aviação Regional, que está ligado ao Ministério de V. Exª – ao custo das passagens aéreas no interior do nosso País, na aviação regional. Nós criamos o PAC da aviação regional, criamos o fundo. A concessão dos primeiros aeroportos alimentou esse fundo de recursos. No entanto, continuamos com as passagens mais caras do Brasil no interior do nosso País.

A interligação econômica, comercial, cultural entre Mato Grosso, Rondônia, Amazonas e Acre deve ser feita por via aérea, por via fluvial e por via terrestre, mas hoje o custo de uma passagem aérea... Constantemente, vejo pessoas que, para irem para Boa Vista, fazem da seguinte maneira: pegam um avião, vêm a Brasília e de Brasília vão para Boa Vista. Usualmente, vejo, também nos voos, alguém que está indo de Manaus para Belém ter de passar, muitas vezes, por Brasília; de igual modo, para Rio Branco. Ou seja, essa malha...

Nós discutimos isso com a Anac etc., mas isso não será resolvido se não for pela participação e pela vontade política do Governo, como poder concedente e como formulador de política pública na área da aviação regional. E para as nossas regiões isso é fundamental. Essa é uma forma de integração.

Por fim, eu queria um panorama um pouco mais detalhado de V. Exª com relação à questão dos nossos portos, principalmente no interior. V. Exª colocou os seis que estariam sendo inaugurados, um em Santarém, portanto não no Estado do Amazonas, mas no Estado do Pará. Na apresentação, houve um erro de digitação. Mas há outros cinco no Estado do Amazonas. Mas muitos dos que já foram inaugurados estão com problemas de operação. Nós temos o porto, está lá o porto construído, mas com problemas de operação, de segurança, de atracação etc., com problemas de ajuste e de manutenção, como é o caso, por exemplo, do Porto de Maués. Então, eu queria poder ouvir de V. Exª um panorama sobre isso.

E há mais, concluindo a minha fala: a questão da BR-364. Ora, o BNDES é o Banco de Desenvolvimento Econômico e Social do País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O BNDES não teria condições de, em 90 dias, fazer um plano para que o Ministério pudesse viabilizar a discussão de uma concessão para a BR-364 que viabilizasse, portanto, uma concessão para a duplicação? Ora, se o BNDES é capaz de fazer, no setor elétrico, estudos até para a privatização da Eletrobras no tempo recorde que o Governo apregoa, por que não seria capaz de fazer um estudo de viabilidade econômica para a duplicação daquela que, sem nenhuma dúvida, é a espinha dorsal da interligação, da integração entre o Centro-Oeste, o centro consumidor, os portos de grande escoamento e a grande área de expansão de produção agrícola do País?

Eu vejo que passarmos dois anos na mão da iniciativa privada, discutindo uma duplicação de uma estrada, quando nós temos um banco da envergadura do BNDES, com os técnicos que o BNDES tem, com a capacidade de interatividade que o BNDES tem... Parece-me extremamente lógico e racional que o BNDES estivesse envolvido nessa elaboração e nesse projeto.

Portanto, fica aqui uma pergunta e uma sugestão.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Sr. Presidente, peço aqui para fazer uma pequena intervenção para mudar meu pensamento, assim como falou o Senador Acir. Em quatro, cinco anos, se o Governo Federal disponibilizasse 500 milhões, 600 milhões por ano, que não é muita coisa, se pegasse o que está retido, o que está contingenciado da Suframa, lá de Manaus, que são mais de R$4 bilhões, só isso aí já daria para duplicar a BR-364 de Mato Grosso até Porto Velho, da divisa de Mato Grosso até Porto Velho – em quatro anos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/PMDB - AM) – Mas o que eu digo é que a BR-364 é uma estrada madura do ponto de vista econômico. Estradas maduras do ponto de vista econômico, hoje, com a produção de soja, milho, algodão, etc., no eixo... E mais, o escoamento da produção da Zona Franca de Manaus é feito pela BR-364. Qualquer estudo de viabilidade econômica para a BR-364 hoje não leva apenas em conta o agronegócio daquela região, leva em conta 4% do PIB industrial brasileiro, que está isolado em plena Floresta Amazônica na Zona Franca de Manaus. E isso com certeza melhoraria o custo-benefício.

Eu indago aos Srs. Senadores: temos apenas mais três Senadores inscritos, então, ouviríamos a todos, Ministro, e passaríamos a palavra a V. Exª para que V. Exª pudesse fazer uma colocação respondendo, em 20, 30 minutos, a todas as colocações dos Srs. Senadores, e agradecendo mais uma vez a presença de V. Exª.

Fernando Bezerra com a palavra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Maioria/PMDB - PE) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, eu queria, inicialmente, assim como os meus companheiros de Comissão já fizeram, registrar a alegria com a presença do Ministro Valter Casimiro nesta Comissão, dizer da nossa satisfação em vê-lo ascender à posição de Ministro de Estado do Brasil, agora como Ministro dos Transportes, e dar um testemunho do seu compromisso, do seu trabalho, do seu entusiasmo em relação às questões ligadas ao meu Estado, Pernambuco. Como Diretor Geral do DNIT, sempre encontrei, na Direção Geral do DNIT, o apoio necessário para que pudéssemos discutir e encaminhar soluções para os problemas de infraestrutura do Estado de Pernambuco.

Quero destacar aqui as obras de continuação da BR-101, ligando com a Paraíba, ligando com Alagoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero destacar aqui, recentemente, também, através do Ministro Maurício Quintella, o apoio para a licitação dos terminais no Porto de Suape, notadamente o segundo terminal de contêineres, que agora foi autorizado para a licitação. O Complexo Industrial Portuário é o motor da economia pernambucana. Portanto, essas iniciativas contribuem para alavancar a geração de emprego e de renda no meu Estado.

De forma particular, sou muito agradecido ao Ministro Valter Casimiro, pela sua participação, no que diz respeito à eliminação de pontos críticos nas BRs que cortam a minha cidade natal, que é a cidade de Petrolina. Introduzi emendas no Orçamento da União em 2017 e em 2018, mas, se não houvesse o empenho do DNIT, como houve, para que as obras pudessem ser iniciadas... Agora, elas deverão ser retomadas no curso desta semana, para eliminar problemas de trafegabilidade, sobretudo na Avenida Sete de Setembro e na Avenida Honorato Viana.

Portanto, quero dar aqui o testemunho do carinho, do compromisso e do apoio que tenho recebido para as demandas de interesse do meu Estado.

Eu queria fazer uma breve intervenção, porque, ouvindo aqui o Senador Raupp, o Senador Acir e o nosso Presidente Eduardo Braga em relação a essas questões de logística e de escoamento da produção na direção dos portos do Norte, à necessidade de implantação de ferrovias, de recuperação de rodovias e de duplicação de rodovias existentes, chama-me a atenção e salta aos olhos o fato de que precisamos, talvez, nesta Comissão, propor de forma impositiva que, no Orçamento Geral da União, possamos abrir um espaço para ter uma rubrica mais parruda, como o termo diz, com um maior volume de recursos...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/PMDB - AM. *Fora do microfone.*) – Mais robusta.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Maioria/PMDB - PE) – ...mais robusta, para a elaboração de projetos.

A gente vê aqui que a deficiência dos projetos, a inexistência de projetos tem levado, de certa forma, a uma paralisia nos investimentos. A gente tem de ressalvar que, nesses últimos quatro anos, vivemos uma crise fiscal muito grande no Estado brasileiro, os investimentos caíram, mas o que a gente lamenta é que, quando a economia voltar – e está voltando devagarinho – e quando a gente recuperar a capacidade de investir, a gente não terá projeto. O País não tem projeto! Não tem projeto na área de transporte, não tem projeto na área de recursos hídricos, não tem projeto praticamente em lugar nenhum! E não o tem porque a gente não investe em projetos, não tem uma carteira de projetos.

Então, ouso até perguntar: qual é o volume de recursos que o DNIT tem para investir na sua carteira de projetos, em hidrovias, em rodovias, em ferrovias? Do que ele dispõe?

Aqui mesmo, no debate em torno da BR-364, a gente acabou de assistir a isto: por não haver projeto, fez-se a opção por um PMI. O PMI foi feito, e, infelizmente, quem ganhou apresentou um projeto muito ruim em qualidade, e terminou se perdendo tempo. E aí o problema já nem é do DNIT, mas é da legislação de licitação, que a gente precisa mudar, porque ficam querendo definir a escolha da melhor proposta de projeto por preço. E aí a gente termina perdendo tempo e dinheiro, porque projeto tem de se discutir pela qualidade. Os técnicos do DNIT e os técnicos dos ministérios é que têm de observar o critério subjetivo. Não é uma proposta barata que vai significar uma boa rodovia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vemos a lamentação dos nossos companheiros de Rondônia, do Mato Grosso e do Amazonas de que não andam essas obras, e estamos querendo nos cingir a uma legislação que obrigue a decidir a qualidade de projetos por menor preço! Precisamos dar uma virada de página nisso. Nós estamos vivendo um período muito mal assombrado e precisamos ter coragem de dizer as coisas que são verdadeiras. Nós não vamos ter bons projetos se não tivermos uma carteira de projetos, se não tivermos dinheiro para contratar bons projetos e se não mudarmos a orientação dos tribunais de contas e dos órgãos de fiscalização no sentido de que projeto não pode ser definido apenas pelo critério de preço, deve ser observado o critério técnico, onde possa entrar uma avaliação subjetiva daqueles que entendem. Se não for assim, não vamos a lugar algum.

Portanto, quero parabenizar o Senador Raupp por ter trazido para a pauta da Comissão o debate dessa importante BR, a 364, do ponto de vista do escoamento da produção do agronegócio brasileiro. Acho que é fundamental que possamos aqui nos solidarizar com os nossos companheiros desses Estados, para priorizar a retomada dessas obras e torcer para que, nesse breve período em que o Ministro Valter Casimiro vai estar à frente do Ministério dos Transportes, ele possa, com seu talento e com a sua energia, ajudar a trazer luzes de solução para a conclusão, ou a retomada da restauração, da BR-364.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/PMDB - AM) – Eu agradeço a V. Exª e digo que aqueles que conhecem bem os ministérios sabem os seus atalhos – é o caso do Valter. Com conhecimento dos atalhos, eu acho que nós poderemos fazer mais em menos tempo.

Volto a repetir: nós temos *expertise* na área de infraestrutura no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e nós podemos usá-lo melhor. V. Exª tem toda razão: queremos muitas vezes fazer licitações com base em menor preço para a contratação de projetos, mas temos parceiros que são do setor público que podem se juntar à iniciativa privada para criar uma modelagem mais dinâmica, mais ágil e eficiente para resolver gargalos de infraestrutura.

Eu ouço o Senador Garibaldi, ex-Presidente desta Comissão, que nos honra com a sua presença.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/PMDB - AM) – V. Exª queria se inscrever? É que V. Exª, entusiasmado com a sua chegada, não pediu a inscrição. Eu o faço agora, apenas dizendo que, antes de V. Exª, está inscrito o Senador Garibaldi, o Senador Lasier e, logo em seguida, o Senador Vicentinho.

Com a palavra o Senador Garibaldi.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Eu queria cumprimentar o Senador Eduardo Braga, Presidente desta Comissão; cumprimentar o nosso Ministro Valter Casimiro, Ministro de Estado do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil; cumprimentar os Senadores Valdir Raupp e Acir Gurgacz. E queria cumprimentar os universitários, os amigos aqui desta Comissão, à frente, o Thales. Queria dizer, Sr. Presidente, da expectativa de que tenhamos um avanço na duplicação da BR-304. Esse é um sonho antigo que vai permitir a ligação, com essa duplicação, do Rio Grande do Norte com o Ceará e, de lá, para o Norte do País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E queria dizer da preocupação com relação à Reta Tabajara – o Ministro a conhece muito bem –, que se tem constituído um desafio tanto para o DNIT, para o Ministério dos Transportes, como também para todos nós que representamos o Rio Grande do Norte e realmente conhecemos a precariedade daquele trecho, onde vem, inclusive, aumentando o número de acidentes no nosso Estado.

Então eu perguntaria ao Ministro como estão as gestões no sentido de regularizar os trabalhos da duplicação da Reta Tabajara e da duplicação da BR-304.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/PMDB - AM) – Eu é que agradeço o eminente Senador Garibaldi.

Passo a palavra ao Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Muito obrigado, Presidente Eduardo Braga.

Saúdo e, em tempo ainda, cumprimento o Ministro Valter Casimiro pela investidura no Ministério, ele que sempre foi tão solícito, sempre muito cordial com as nossas visitas enquanto dirigia o DNIT. Conhece muito bem quais são as demandas prioritárias do Rio Grande do Sul, tantas vezes fomos lá, principalmente a prioridade absoluta da BR-116, que liga Porto Alegre ao Município de Rio Grande, ao Porto de Rio Grande, cujas obras, sabe bem o Ministro, estão no anda e para há bastante tempo.

Ministro Valter Casimiro, na próxima sexta-feira à tarde, haverá uma grande reunião com todas as entidades e políticos interessados no Município de Camaquã, para reivindicar pressa, verbas para a BR-116. Como possivelmente estarei presente nessa reunião, que fica bem no meio do caminho entre Porto Alegre e Rio Grande, gostaria de perguntar: que notícia posso levar a eles, nessa reunião da próxima sexta-feira, uma vez que muitos estão acompanhando, neste momento, pela televisão, a sua presença aqui? Também por isso, além de ser integrante desta Comissão, vim aqui para perguntar: o que poderemos levar? Sabemos dos incontáveis pedidos – e hoje a reunião é mais para atender a Região Norte do País –, estamos atentos também a essa grande carência que é a 116, naquele trecho mais exato de Pantano Grande a Rio Grande.

E, neste momento, veio um pedido também de gente que está acompanhando: que possibilidade de verba para BR– 290, da região carbonífera?

Enfim, são os dois pedidos que encaminho ao Ministro para atender a esses grandes apelos de infraestrutura, que são exatamente os pontos centrais da infraestrutura de que o Rio Grande do Sul está precisando.

Obrigado, Presidente Eduardo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/PMDB - AM) – Eu agradeço a V. Exª.

Dizia-me aqui o Ministro que, efetivamente, essa é uma questão importante e, até certo ponto, dramática lá no Estado do Rio Grande do Sul.

Com a palavra o eminente Senador Vicentinho.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Presidente, vou na mesma linha dos colegas Senadores que me antecederam com relação ao Dr. Valter.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dr. Valter Casimiro é servidor de carreira do Ministério e cresceu ali dentro pelo seu mérito, pela sua conduta, pela sua forma de comportamento. Eu tenho muito prazer de ver um brasileiro na condição do Dr. Valter. É como um soldado chegar a general no quartel. Portanto, por mérito. Quero deixar isso registrado aqui pela convivência que nós temos. Hoje, considero-o, inclusive, um grande amigo. E amigo não apenas meu, mas amigo do Tocantins.

A BR-242, Presidente, foi idealizada por Juscelino Kubitschek – seriam a Belém-Brasília e a 242 para ligar o Atlântico ao Pacífico. Na gestão dele, à frente do DNIT, ela andou. Já foi inaugurado o trecho da Bahia, já desceu em Taguatinga e, recentemente, inauguramos vários quilômetros. No final do ano estará pronto até a margem do Rio Javaés, ali em Formoso do Araguaia.

Inauguramos recentemente, com a presença dele, várias travessias urbanas.

O projeto da BR-010 está em pleno andamento, para que no ano que vem sejam reiniciadas suas obras. A BR-010 é muitíssimo importante para o País também.

Há também a BR-235, aquela que sai de Sergipe, passando pelo Tocantins, indo para o Oeste do País. Então, são rodovias importantíssimas e que mudam, inclusive, a lógica do transporte rodoviário, que sempre é Norte-Sul. Começa-se no País haver outra lógica: Leste-Oeste. É importantíssimo para baratear o custo Brasil e para as pessoas.

Com a BR-242, vamos ter o menor trecho entre o Atlântico e o Pacífico. O Mato Grosso vai passar a escoar seus produtos pela Ferrovia Norte-Sul. Para buscar calcário, serão 90km. Hoje, buscam-se a 600km, 500km os insumos para produção de soja. E o custo Brasil vai lá para baixo, vai ficar muito melhor.

O Dr. Valter tem recebido muito bem todos os Parlamentares do Tocantins. Ano passado fui coordenador da Bancada e sempre fui muito bem recebido. Quero deixar isso registrado aqui nesta audiência pública.

Dr. Valter, há três assuntos que ainda estão pendentes. Um é com relação à Araguarina. Já foi assinada a reconstrução do aeroporto de Araguarina. Está ali o Dr. Dario. E eu gostaria também, como o Senador Lasier, de levar para lá a notícia de que dia vamos começar o aeroporto de Araguarina, que já foi assinado, etc.

E também, logo em seguida, que está lá bem adiantado, o Aeroporto de Gurupi, aqui ao sul. São dois importantíssimos aeroportos: um já foi assinado e o outro já está bem encaminhado. E digo isso para a gente levar essa notícia lá para o Estado.

O outro assunto é Paraíso do Tocantins, administrada pelo Dr. Moisés Avelino, ex-governador, uma figura da melhor qualidade que nós temos no MDB de Tocantins. A travessia urbana de que nós sempre tratamos... Estivemos com ele lá ainda quando o senhor estava à frente do DNIT. Paraíso, Sr. Presidente, é o entrocamento para Palmas, é o trevo para Palmas e é a única cidade grande onde ainda não foi realizada a travessia urbana.

O Dr. Valter tem conhecimento? Está dando prioridade?

Vamos ver se a gente leva uma notícia boa lá para Paraíso e para aquela região...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – ...porque o trânsito é muito forte, é muito intenso na Belém-Brasília; e para Palmas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor conhece o trecho *in loco;* esteve lá.

Portanto, registrando essas três reivindicações, deixo aqui o reconhecimento de todos nós tocantinenses pela forma com que V. Sª tem tratado todos os Parlamentares, especialmente o povo do nosso Estado.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/PMDB - AM) – Eu que cumprimento V. Exª.

O Senador Acir pede a palavra, mas, antes, eu queria apenas acrescentar algo que eu acabei esquecendo e pelo que serei muito cobrado lá no Amazonas, Ministro. Refiro-me à questão do Aeroporto Eduardinho, que atende toda a área da aviação regional em nosso Estado.

Como V. Exª sabe, os aviões que atendem o interior do Amazonas não são, na sua grande maioria, jatos da Embraer ou da Boeing, ou da Airbus; não; são ATRs ou aviões menores ainda, como Bandeirante, Brasília etc., e esses aviões não têm acesso a f*inger*. Portanto, pessoas idosas, pessoas do interior, que vêm nesses aviões, acabam tendo que ficar em áreas remotas, tendo que descer as escadas desses aviões, subir em ônibus para, só depois, entrarem no terminal do grande Aeroporto Eduardo Gomes, onde, então, podem ter acesso a suas bagagens – e, como são pessoas do interior, nós sabemos como são essas bagagens. E o aeroporto do Amazonas é um dos aeroportos que tem o melhor custo/benefício em função do volume de cargas que por lá passa.

Portanto, eu queria também ouvi-lo com relação a essa questão.

Eu ouço, agora, o eminente Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Da mesma forma, Ministro, o Governo Federal assinou um termo de compromisso com o Estado de Rondônia da ordem de R$26 milhões para a melhoria dos aeroportos de Rondônia, os aeroportos regionais. É o caso de Vilhena, Cacoal, Ji-Paraná, Ariquemes... Já foram empenhados R$4,5 milhões.

Como é que anda esse processo? Qual é o cronograma da execução dessas obras tão importantes par nós do Estado de Rondônia?

E, como muito bem lembrado pelo Presidente Eduardo Braga, há a questão do BNDES. Se o Governo está privatizando tudo o que pode, então, que tal vender, por exemplo, as ações da Marfrig? Cerca de 30% delas são do BNDES.

Não só da Marfrig, que é hoje a segunda maior indústria mundial em transformação de carne. São alguns bilhões de dólares...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/PMDB - AM) – Com certeza, isso é mais fácil do que privatizar a Eletrobras.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – É mais fácil do que privatizar a Eletrobras. E, ainda: está à disposição; é só colocar no mercado. Por que não fazê-lo?

E não tem só a Marfrig, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/PMDB - AM) – Boa pergunta! Boa pergunta!

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Há tantas outras empresas. Eu acredito que até ações da JBS, que é a primeira no *ranking* mundial do setor. Isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

daria alguns bilhões de dólares que, transformados em reais, dariam alguns bilhões de reais que poderiam ser investidos em infraestrutura no Brasil.

Então, fica aqui a minha sugestão ao Governo para fazer a privatização dessa forma, que é muito mais rápida, mais barata e mais rentável também, porque está no mercado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/PMDB - AM) – Boa pergunta, Senador Acir!

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/PMDB - AM) – Pela ordem, Senador Garibaldi.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, a nossa memória está sendo testada aqui e a coisa está fraca. (*Risos.*)

Eu também me esqueci de falar sobre o Porto de Areia Branca, que é o grande responsável pela exportação do sal que é produzido em Areia Branca. Cerca de 90% da produção de sal do País provém do Rio Grande do Norte.

E ainda, Sr. Presidente, eu me esqueci dos elogios ao Ministro. Só fiz as perguntas... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/PMDB - AM) – Isso é mais grave!

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Isso é mais grave, porque o Ministro merece elogios desde quando eu fui Presidente desta Comissão e pela maneira como recebeu e trata dos assuntos do Rio Grande do Norte.

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA (*Fora do microfone.*) – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/PMDB - AM) – O nosso sempre Ministro Garibaldi Alves traz humor e alegria em suas colocações, sempre eficientes e competentes.

Com a palavra o Ministro Valter para que possa responder aos Srs. Senadores.

Mais uma vez, Ministro, agradeço e cumprimento V. Exª pela ascensão à condição de Ministro e lhe desejo muita sorte ao longo desses meses em que V. Exª estará à frente do Ministério.

Com a palavra o Ministro Valter.

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – Obrigado, mais uma vez, Senador Eduardo Braga.

Eu queria aqui cumprimentar o Senador Garibaldi; cumprimentar o Senador Fernando Bezerra, que precisou sair; cumprimentar o Senador Vicentinho; e cumprimentar o Senador Lasier, parabenizando-o pelo seu aniversário, que transcorreu no sábado próximo passado.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Agradeço pela mensagem, muito gentil.

Obrigado.

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – Eu estava falando com o Senador Eduardo Braga que é uma satisfação estar aqui. Eu me sinto em casa aqui, eu tenho amigos aqui na Comissão de Infraestrutura, que foram constituídos no período em que estive à frente do DNIT. Então, agradeço o carinho com que todos me tratam e as considerações aqui já apresentadas.

Iniciando com as explicações sobre a BR-364, eu lembro que foi colocada ali a dificuldade hoje do Governo – e vou falar aqui especificamente do Ministério dos Transportes – com relação à questão dos recursos públicos para investimento na nossa infraestrutura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Infelizmente, o orçamento disponibilizado ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil é para todas as suas iniciativas. Todas as suas obras de infraestrutura perfazem um total de 10,5 bilhões. Eu diria que a gente precisaria do dobro ou, no mínimo, de 15 para dar frente àquilo que nós estamos em execução hoje no âmbito do Ministério.

E aí, falando aqui especificamente da 364, eu agradeci aqui a toda a Bancada pelo apoio que nos deu com a colocação do orçamento para manutenção, que vai ser suficiente para que a gente priorize hoje a trafegabilidade na 364.

O Senador Acir e o Senador Raupp comentaram aqui o fluxo de caminhões e eu que estive na BR sei a demanda que tem hoje a rodovia no fluxo de cargas de caminhões que saem do Mato Grosso e saem de Rondônia com soja e agora com algodão para Porto Velho, sei da demanda e por isso a gente está priorizando a questão da trafegabilidade com a inclusão de algumas terceiras faixas. Foi até discutindo com toda a Bancada a possibilidade de a gente começar a elaborar o projeto de duplicação, um projeto que a gente entende que vai ficar em torno de R$80 milhões. Eu sei da importância que têm esses projetos para agilizar todo o investimento da infraestrutura. Se não tiver projeto, a gente não vai conseguir fazer nada.

Então, já começamos uma discussão com o Ministério do Planejamento para fazer uma carteira de projetos. Tendo em vista que a gente não tem tantos recursos para fazer investimento. Hoje, daqueles sete bilhões no DNIT para fazer os investimentos de infraestrutura, aproximadamente quatro são para a área de manutenção e o restante para a área de construção. Identificando aqui todas as necessidades que nós temos no País, três bilhões para a área de construção é nada em relação à demanda que há por infraestrutura no País.

Mas a gente sabe da dificuldade e da restrição orçamentária por que passa o País, então, a gente prioriza aquelas obras que a gente consegue hoje integrar ou as que são corredores de exportação, corredores de escoamento da nossa produção. E aí, eu falo da 364 e da 163. A 163 que sai de Mato Grosso e passa pelo Pará para poder levar hoje a carga para os Portos de Miritituba e Santarém, e a 364 que sai também de Mato Grosso para levar a carga para o Estado de Rondônia para lá, por barcaça, ir a Itacoatiara e Manaus.

Então, o Ministério dos Transportes junto com DNIT tem olhado de forma diferenciada para a 364. A ideia agora é investir pesado na manutenção para dar um nível de trafegabilidade ótimo, se não ótimo, bom para a BR, com a inclusão das terceiras faixas, para aí depois começar com o trabalho, se não no primeiro semestre, já no segundo, para a gente começar a tratar da questão do projeto, concomitantemente com a parte da concessão.

Eu já vinha discutindo com alguns Senadores e com alguns membros da Bancada de Rondônia para a gente fazer projetos pequenos de duplicação, para ver se a gente consegue ir avançando aos poucos com essa questão do investimento na 364. O próprio Ministério e o DNIT entendem que não dá para esperar também todo investimento, a gente precisa fazer alguns investimentos nesse tempo curto, para desafogar o fluxo de carretas na 364.

Então, com relação à 364, o Ministério já está com essa visão de começarmos a fazer investimentos. Claro que será preciso o apoio de toda Bancada para destinar recursos, como foi feito nesse ano na questão da manutenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação às travessias urbanas, que tanto foram comentadas aqui... Aí eu coloco Ji-Paraná, Cacoal... Sobre todas essas travessias citadas aqui pelos senhores estão sendo feitos estudos para que façamos melhorias nessas travessias urbanas. Aquelas que dependem apenas de uma avenida lateral, uma rotatória, isso já está sendo feito com o processo de manutenção do Crema.

Para intervenções que precisam de obras vultosas, que dependem de um projeto mais específico e precisam de uma rubrica específica, foi colocada a necessidade de fazer projeto. E dentro dessa carteira que está sendo negociada com o Ministério do Planejamento, negocia-se que seja colocada no PAC uma carteira de projetos que garanta um fôlego para o Ministério dos Transportes, para o DNIT, para a Secretaria de Portos e para a Secretaria de Aviação Civil, para que no futuro, quando tivermos uma folga orçamentária, possamos dispor dessas obras mais rapidamente, sem precisar esperar a elaboração de um projeto. O Ministério do Planejamento já sinalizou isso.

Como eu falei para vocês, nesses quinze dias em que estamos à frente do Ministério já houve essa conversa com o Ministério do Planejamento e foi encaminhada essa proposta de inclusão desses projetos na carteira do PAC, uma carteira mais abrangente em que sejam incluídos esses projetos ainda sem previsão de obra tão cedo. Mas isso já foi sinalizado positivamente pelo Ministério do Planejamento, para que tenhamos essa elaboração mais corrente dentro do Ministério dos Transportes.

Então, as travessias urbanas estão contempladas nessa manutenção, a não ser aquelas travessias que precisam de investimentos maiores, com viadutos, obras de arte que tenham custo maior.

Tenha certeza, Bancada de Rondônia, que o Ministério dos Transportes tem olhado com outros olhos para a BR-364 e tem consciência da sua importância para o escoamento da produção, dentro daquela priorização colocada já com a limitação de recursos. É uma das rodovias que merece um olhar especial do Ministério dos Transportes.

Com relação à BR-319, a primeira demanda do nosso Presidente, eu tive a oportunidade de fazer o percurso da 319 este ano, com o Senador Acir. Nós fizemos a travessia de ônibus, de Porto Velho até Manaus. Por um trabalho de manutenção feito pela superintendência, conseguimos dar trafegabilidade à 319 mesmo no período chuvoso. Infelizmente, pelo volume de chuvas na região, há alguns problemas neste momento.

Eu vinha conversando com o Senador durante a semana passada sobre problemas pontuais que geraram a interrupção do fluxo de carros mais pesados, como ônibus, transportes de passageiros, na 319. Mas eu já entrei em contato com o nosso superintendente, que está mobilizando uma solução com rachão, com pedra, para colocar e manter a trafegabilidade. Sabemos da importância da 319.

Eu, como Diretor-Geral do DNIT, fiz esse percurso três vezes, para sensibilizar não só o Judiciário, mas os órgãos ambientais, quando paralisaram a manutenção da BR-319, para mostrar a importância dessa rodovia. É a única rodovia de ligação de Manaus ao resto do País. Roraima faz ligação com Manaus, mas dependem da 319 para terem ligação rodoviária com o resto do País.

A gente sabe dessa importância, estamos fazendo os estudos exigidos pelos órgãos ambientais, já apresentamos três estudos de viabilidade. No início, a gente até via que era uma questão ideológica. A gente está tentando dialogar com o órgão ambiental para poder ter uma solução mais rápida possível para a gente voltar à pavimentação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pedi para priorizar, pelo DNIT, o trecho de 50km de quem está vindo de Manaus em sentido Rondônia, que já está liberado, com projeto concluído para a gente licitar ainda este ano, para a gente fazer mais 50km.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – É até Igapó-Açu, praticamente.

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – Qualquer trecho de pavimentação que a gente comece a fazer já é um ganho para a 319. A ideia é continuar dando manutenção no trecho não pavimentado para poder manter a trafegabilidade. Há contratos de manutenção para toda ela. A gente tem pressionado as empresas para não deixarem cair a qualidade da rodovia. Claro, a gente sabe que uma rodovia não pavimentada, num período chuvoso, com o fluxo de carros pesados, acaba se deteriorando, mas a ideia é que seja dada essa manutenção.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/PMDB - AM) – Ministro, não seria a ideia de colocar uma balança. Uma das questões que nós estamos tendo para a questão da trafegabilidade é exatamente em decorrência de como a manutenção tem acontecido e pelo fato de a demanda ser reprimida. Então, o que está acontecendo? Existem alguns caminhões que estão trafegando além do limite da capacidade da base que a rodovia tem hoje, o que acaba trazendo esse prejuízo. Talvez uma balança pudesse resolver esse problema.

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – O DNIT já fez o contrato de duas balanças para o Estado do Amazonas; uma vai ficar na 319. Agora, o grande problema da 319 é o período chuvoso, porque a gente limita o peso para 15 toneladas. A gente conta hoje com o apoio da PRF para fazer esse controle do peso no período chuvoso. Quando passa carreta na 319 no período chuvoso, ela não aguenta. A base acaba virando o que a gente viu aí em outros tempos no noticiário: um piscinão. O solo muito encharcado acaba virando um lamaçal.

O DNIT tem observado essas questões e tem tentado manter a trafegabilidade da 319. Eu sei que o ideal é que a gente volte a pavimentá-la. É uma rodovia que foi pavimentada na década de 70, é até um absurdo a gente estar discutindo aqui pavimentá-la. Na verdade, seria recuperar o pavimento que já existiu, seria uma manutenção desse pavimento. Mas a gente tem buscado concluir logo os estudos para reapresentar aos órgãos ambientais para liberarem a questão da pavimentação. Está previsto para este ano a gente já fazer a contratação desses 50km, Senador.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Ministro, eu queria aproveitar a oportunidade para dizer que há um trecho de Porto Velho a Humaitá que está conservado. Mas há uma curva, uma baixada, chamada curva da morte, onde houve várias capotagens de carros. Há duas semanas, perdemos um ex-Deputado Federal, Agnaldo Muniz, pastor da Igreja Assembleia de Deus de Porto Velho, Agnaldo Muniz, nessa curva, vindo do sítio dele, que fica acho que a 60km, 70km... Dá em torno de 20km, 30km de Porto Velho no sentido Humaitá. Várias pessoas, quando ouviram que ele se acidentou lá, já falaram: "Foi lá na curva da morte."

Então, quero pedir para sua equipe ver aquela curva lá, ou tirar a curva, ou levantar o leito, porque dá aquaplanagem; quando chove – e estava chovendo –, a água empoça, e dá aquaplanagem, o carro capota naquela curva lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – Está registrado aqui. Vou pedir para a equipe dar uma olhada lá, ou fazer uma retificação do traçado, ou fazer uma adequação do greide da rodovia, Senador. Obrigado pelo apoio.

Inclusive quero agradecer nossos Senadores; o Senador Acir é um que me municia de informações constantemente da condição do pavimento para poder manter o nível de fiscalização e acompanhamento do trabalho das empresas no trecho, porque é importante que a gente tenha realmente a informação para poder cobrar das empresas a efetividade da manutenção nas nossas rodovias.

Com relação às demais rodovias, Senador, este ano, a gente conseguiu um incremento no orçamento do Amazonas para manutenção de mais de 70 milhões do que vinha acontecendo nos anos anteriores, justamente para poder dar conta da manutenção de todas as rodovias no Estado do Amazonas, a 230, a 317, a 319. A gente via que o valor destinado ao Estado estava insuficiente. Foi feito um incremento considerável no orçamento para que a superintendência pudesse dar resposta a todos os trechos. A gente sabe que, no Amazonas, grande parte das rodovias existentes, que já são poucas, não são pavimentadas, dificultando muito a vida de quem mora no Estado e depende dessas rodovias, as comunidades que estão ali, próximas dessas rodovias. Então, foi feito um incremento considerável no orçamento para que pudesse dar resposta na manutenção dessas rodovias.

Com relação à pavimentação, infelizmente, é uma região em que os órgãos ambientais costumam exigir mais do DNIT do que de outras regiões. Então, a gente tem apresentado estudos de componente indígena. O senhor comentou aqui da 317, que tem um trechinho em que a gente está fazendo estudo ambiental de componente indígena, mas a gente costuma ter uma dificuldade até de entrar na área, de ter autorização para entrar, para poder realizar os estudos, para poder apresentar, e é exigência legal que a gente faça esses estudos. Então, o DNIT já os tem contratados, está em execução. O senhor sabe até melhor do que eu como é essa tratativa com os órgãos ambientais para poder garantir essa trafegabilidade e apresentar esses estudos para que se possa, enfim, pavimentar essas rodovias.

Com relação ao aeroporto Eduardinho, eu já tive uma reunião com o Presidente da Infraero para tratar exatamente dessa questão da destinação. Eu participei da última reunião que a Bancada toda teve com o ex-Ministro Maurício Quintella, fazendo a demanda de não interromper as operações no Eduardinho. Já estou em tratativas com o Presidente da Infraero para ver a melhor forma de fazer isso, e aí, claro, assim que houver uma solução em vista, eu chamo a Bancada para discutir, da mesma forma que a gente vinha fazendo quando estava à frente do DNIT.

A ideia é a gente tomar decisão e apresentar para a Bancada para poder verificar se realmente atende aos anseios da região, porque eu sei que é muito fácil a gente tomar decisão aqui atrás da mesa, em Brasília, sem conhecer a região, os anseios e as peculiaridades de cada região, de cada Estado. Então, me comprometo aqui, quando a gente tiver uma solução, a apresentar isso, chamar a Bancada e apresentar essa solução para vocês, para poder ver se essa solução atende também às demandas do Amazonas.

Com relação à questão das passagens, foi colocada aqui essa questão de regulação, e eu também já comecei as tratativas com a Anac para poder ver o que a gente pode trabalhar para poder melhorar essa regulação. A Anac tem apresentado diversos projetos aqui no Senado para poder

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

melhorar a concorrência das empresas de aviação, abrir mais o mercado, aumentar mais a concorrência para poder melhorar a questão de preço, isso já foi apresentado pelo pessoal da Anac para mim. Uma das ações seria a abertura de capital; o projeto está aqui para ser votado, apreciado pelos senhores. E há outras diversas ações que a Anac tem discutido para poder ver se a gente consegue chegar a equalizar essa questão desse custo das passagens aéreas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/PMDB - AM) – Ministro, só para complementar. Há um fundo que foi criado cuja parte desse fundo seria para subsidiar uma parcela dessas passagens aéreas. O que a Anac está discutindo conosco aqui, tem encaminhado para cá... E aqui houve uma grande audiência pública, para o senhor ter uma ideia, em que a Anac... Ficou claro que a posição dos Senadores...

Veja, nós passamos a cobrar as bagagens, e as passagens continuam aumentando; nós fizemos uma série de adequações de acordo com o que a Anac sugeriu, e as passagens continuam aumentando. Foi criado um fundo para a Aviação Civil, com recursos, inclusive, da concessão de alguns aeroportos e parte desse fundo era para subsídio da aviação regional. No entanto, isso que está a cargo do Ministério, que não depende, portanto, da Anac, nós não conseguimos fazer andar por causa de contingenciamento.

Eu acho que essa é uma boa luta para que o Ministro possa travar, porque traria grandes benefícios para uma região que está absolutamente isolada.

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – Eu me comprometo aqui a estudar esse assunto. Como eu falei, estou há 15 dias. A parte de Aviação Civil sinceramente é um assunto relativamente novo para mim como Ministro, e me comprometo a estudar esse assunto para poder ver o melhor encaminhamento que a gente pode dar para resolver esse problema da questão.

Eu entendo e concordo, eu que tanto trabalhei no Estado do Amazonas, no início da minha carreira no DNIT, eu estava lá como Diretor Aquaviário e sei bem qual é a realidade no Amazonas: o transporte todo é aéreo dentro daquela aviação regional que tem o Estado do Amazonas. E sei do custo que é isso, porque andava, precisava pagar preços exorbitantes na aviação regional para poder andar pelo Estado. Então, me comprometo a ver direitinho essa questão aqui para poder a gente achar uma solução que seja melhor para o País e também para a Região Norte, que eu acho que mais depende dessa aviação regional.

Sobre os portos do interior, o senhor colocou bem aqui que a gente tem alguns problemas com esses terminais. Foram terminais de um programa muito bonito que foi feito pelo Ministério dos Transportes que começou em 2007. O senhor mesmo foi um dos que participou efetivamente da implantação desses terminais. E, hoje, quem faz toda a parte de operação e manutenção desses terminais é o DNIT, por meio da nossa Superintendência Aquaviária lá em Manaus. O recurso que é destinado para a manutenção disso é um recurso de custeio. Eu tenho discutido com o Ministério do Planejamento para a gente poder colocar isso priorizado, porque a gente sabe da necessidade que têm esses terminais no interior do Amazonas. Já pedi para que se fizesse agora uma realocação de recurso para poder fazer um atendimento da operação.

E a questão da operação é somente um dos problemas, porque o senhor mesmo falou, o Porto de Maués não foi concluído, e a gente não consegue, porque não é uma obra do PAC, é uma obra que a gente considera demais, como outras que há. E a gente está brigando junto ao Planejamento para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que voltem essas obras para o PAC, para que a gente possa pelo menos concluir. Quanto ao Porto de Maués, eu sei bem disso, faltam 5%, a ancoragem do terminal e colocar o dermasfalt no flutuante. E infelizmente, como ele não está no PAC, não há dotação específica para isso.

Mas a gente está vigilante com relação a isso e tem um olhar especial. Sabemos da necessidade que tem a população em relação a esses terminais hidroviários. E há o meu compromisso de que a gente vai priorizar essas obras no Estado do Amazonas, para poder concluí-las, e não só o Porto de Maués, mas Jutaí, Santo Antônio do Içá e outros que estão na mesma situação que estes.

Bom, foi citada aqui a possibilidade de a gente utilizar o BNDES nessas parcerias. Ontem, eu já tive uma reunião com o Presidente do BNDES, Dyogo, para a gente poder estreitar essas parcerias com o BNDES. Eu não cheguei a discutir com ele a possibilidade de botar o BNDES para fazer todos esses estudos de viabilidade, mas gostei da ideia e entendo que é uma ideia que pode gerar agilidade no processo de estudo de viabilidade.

Hoje, o BNDES para os projetos de infraestrutura, na parte de rodovias, faz a contratação, mas entendo que ele tem uma equipe muito eficiente, e a gente pode explorar mais o BNDES para poder fazer esses estudos. Então, vou voltar com essas discussões com o Presidente Dyogo para poder ver se a gente consegue fechar essa parceria. Hoje, infelizmente, ele tem contratado, da mesma forma que é a EPL, os outros órgãos do Ministério, para poder fazer os estudos, mas entendo que ele tem toda a capacidade para poder fazer esses estudos de forma mais ágil.

Quanto à Reta Tabajara, Senador Garibaldi, eu me comprometi com a Bancada toda de dar uma posição de quando é que estaria previsto o estudo do projeto. Para quem não sabe o TCU pediu algumas avaliações do projeto de duplicação da Reta Tabajara, e isso acabou retardando o processo de construção. É uma rodovia, Senador Garibaldi – não preciso nem dizer –, que é importantíssima para a chegada a Natal, o trânsito naquela região de Natal.

A equipe me disse que até o dia 15 do mês de maio o projeto vai estar analisado para poder ser apresentado para o TCU. Foi montada uma comissão para poder fazer a reavaliação, conforme a gente tinha combinado com toda a Bancada, e a previsão é que no dia 15 de maio eles entreguem a realização do estudo. No segundo trecho, a gente está fazendo a adequação no projeto para poder licitar – o outro trecho da Reta Tabajara.

Quanto à questão da reforma do porto, a Secretaria de Portos já está atuando para que a gente possa fazer a contratação da recuperação. Eu participei de algumas reuniões, ainda como diretor-geral da Bancada, junto com o Ministro e sei da necessidade de recuperação do Porto de Areia Branca para poder fazer-se o escoamento da produção de sal. Então, eu tenho consciência da necessidade urgente e vou pressionar a SEP para que faça essa licitação o mais rápido possível, Senador.

Com relação à BR-116, Senador Lasier, eu sei da importância que tem a BR. Eu estava comentando aqui com o Presidente, ela é uma das rodovias que hoje mais provoca acidentes no Brasil – não é nem no Rio Grande do Sul, é no Brasil –, e acidentes fatais. Houve diversas audiências públicas aqui, no Senado e na Câmara, para poder tratar dos investimentos da BR-116, tendo em vista a importância que tem essa BR para o Estado do Rio Grande do Sul – ela dá acesso ao Porto de Rio Grande – e a quantidade de acidentes que ocorrem hoje na BR.

Infelizmente, é uma obra difícil porque a região está muito adensada, então é preciso fazer intervenções que levam muito tempo, têm muita interferência urbana. Mas estão todos os lotes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contratados. Há um orçamento de aproximadamente 100 milhões. E aí é o que eu sempre coloco para as Bancadas: a gente tem dado prioridade às obras em que a gente pode conseguir entregar alguma coisa. Então, a gente avalia, dentro dos lotes da BR-116, o que pode ser entregue de imediato para que a gente diminua o desconforto do usuário na rodovia. Nós temos, se não me engano, nove lotes na BR-116; os nove em construção. Então, a gente está priorizando aqueles que a gente consegue entregar. O recurso é pouco para toda a adequação, toda a duplicação. Então, a gente está priorizando, repito, aqueles lotes em que a gente pode entregar alguma coisa para a população para poder diminuir o desconforto do usuário da BR. Isso está sendo feito com a superintendência lá. É um volume de 90 milhões. Eu não tenho aqui de cabeça quais os lotes que serão entregues, mas posso pedir para o pessoal mandar um relatório para o seu gabinete informando quais foram os lotes prioritários na BR-116 e que vão gerar entrega ainda este ano. Porque esses serão os priorizados pelo DNIT na sua execução.

O Senador Vicentinho falou da importância da BR-242. A gente foi mês passado fazer algumas entregas já da duplicação, da pavimentação da BR-242. A gente sabe da importância que tem essa BR – é a ligação do centro do País com o Estado do Mato Grosso – e, claro, a gente tem algumas dificuldades, principalmente de licenciamento ambiental. Eu tenho pedido a todos os Parlamentares para a gente conseguir fazer uma modificação na legislação ambiental para poder facilitar um pouco a parte de infraestrutura. Claro, respeitando o meio ambiente, evitando a degradação do meio ambiente.

Mas é que há alguns entraves. Há uma questão legal que foge até do Ibama, de que não se pode abrir mão: têm de ser feitos estudos que acabam atrasando o processo. A BR-242 é um exemplo, porque, num local de caverna, é preciso fazer um estudo. Foi encontrado um tipo de morcego raro na caverna, o que paralisou... Vai ter de ser feito um estudo por dois anos sobre esse morcego, o que acaba paralisando todo o processo de pavimentação da BR que já estava em curso.

Então, esse tipo de entrave burocrático existente, para se cumprir o que está na legislação ambiental, às vezes, acaba dificultando a evolução das obras de infraestrutura no País. Há uma proposta que, inclusive, foi apresentada pelo Senador Acir e que, talvez, agilize o processo de autorização, para se fazerem melhorias na infraestrutura.

Quanto à questão dos aeroportos, já foram assinados os termos. Na verdade, a SAC faz o convênio e repassa os recursos para os aeroportos regionais, para que, no Estado, o Município faça essas obras de melhoria. Aprova o projeto e repassa os recursos. Isso depende também da agilidade do Estado e do Município para fazerem essa obra. Eu coloquei ali o que já foi repassado para Estados e Municípios.

A obra de Paraíso do Tocantins, que foi citada aqui, é uma obra de eliminação de pontos críticos, como a gente comentou, na BR-364. É uma obra que o DNIT tem priorizado. A gente sabe que pequenas intervenções na rodovia causam um grande benefício para a população, pois a rodovia está passando pela cidade, está cruzando a cidade. Então, essas obras têm tido prioridade no DNIT. São obras pequenas, de valor pequeno, que podem ser facilmente atendidas pelo DNIT. Então, essa é uma prioridade. A gente sabe do reflexo que isso representa para as cidades pelas quais a rodovia passa. A gente tem dado prioridade a essas obras.

Acho que, com isso...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Permita-me fazer uma pergunta, Ministro?

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – É claro!

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Sobre a BR-290, no Rio Grande do Sul, gostaria que o senhor desse uma palavra, porque é a segunda prioridade.

Tenho também uma curiosidade: qual é mesmo o trecho em que os morcegos raros prejudicam as obras? Onde fica isso? Parece que é mais uma história que se insere no folclore brasileiro.

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – Fica na BR-242, na chegada da BR-242, na divisa de Tocantins com a Bahia, na cidade de Formosa.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – E aí o que se pode projetar para isso? Não dá para acabar com os morcegos. Então, essa estrada não vai andar?

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – Não. É o seguinte: antes de fazer o trabalho de pavimentação, é preciso fazer um estudo sobre o morcego. Há uma exigência ambiental que se tem de cumprir. E dá mais ou menos um ano e meio o estudo todo. Então, tem de parar a obrar para se fazer o estudo.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Perfeito.

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – Eu não quero aqui... Não estou falando mal sobre o aspecto do morcego. Acho que realmente tem de se estudar, mas a gente, que está fazendo a obra, não acha muita relação da obra com efetivamente o morcego na caverna.

Eu citei isso como exemplo de alguns entraves da legislação ambiental que acabam emperrando algumas obras que entendemos que são muito importantes para o País. Então, é só um caso que colocamos aqui. Há o exemplo da BR-319, que um dia foi pavimentada. A rodovia, por falta de manutenção do Governo, se deteriorou e, aí, realmente, não há mais pavimento em grande parte desse trecho. Com isso, acaba tendo que passar novamente por todo o processo de licenciamento para ser novamente pavimentada.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Está bem, mas e a 290, que não tem caverna de morcegos?

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – Para a 290 – o pessoal me passou aqui agora –, há R$5 milhões destinados no Orçamento e previsão de quatro lotes a serem executados. Então, com o recurso hoje destinado, o máximo que a gente consegue fazer são melhorias pontuais. E aí eu me comprometo também a verificar onde podem ser feitas essas melhorias pontuais na 290 para poder passar depois para o senhor que tipo de intervenção podemos fazer ainda neste ano.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/PMDB - AM) – Bem, eu quero agradecer ao Ministro Valter Casimiro Silveira. A explanação do Ministro mostra o seu conhecimento operacional e o seu conhecimento do Brasil.

Ministro, eu queria fazer um apelo final a V. Exª.

O Aeroporto de Manaus é um dos aeroportos mais lucrativos do Brasil tendo em vista a sua grande movimentação de cargas, isso o torna extremamente rentável. O fechamento do Eduardinho, que atende o interior do Estado do Amazonas e que atende a aviação regional da Amazônia com a cidade de Manaus, com aeronaves que o grande Eduardo Gomes não está preparado para receber,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem trazido grandes dificuldades. Acho que é uma questão de gestão, acho que é uma questão de adequação do uso do terminal do Eduardinho, e quem está sendo penalizada é, efetivamente, a população.

O Aeroporto de Manaus, como um todo, é um dos mais lucrativos da Infraero, se não for o mais lucrativo depois de Congonhas e Santos Dumont, o que se dá pelo grande volume de carga que opera. Portanto, eu queria fazer um apelo a V. Exª para que pudesse conversar com o pessoal da Infraero, porque essa decisão tem, efetivamente, trazido, para pessoas idosas, para populações indígenas, para caboclos, ribeirinhos e para a integração com a nossa região, uma dificuldade e um transtorno que, muitas vezes, é desumano – são senhoras de idade e senhores de idade que vêm para Manaus, obrigatoriamente, em busca de tratamento de saúde. Eu tenho visto com meus olhos situações bastante desumanas com relação a isso em função da deficiência até dos equipamentos para poder fazer o embarque e o desembarque em ônibus, em vans, em avião. Enfim, é um transtorno que, efetivamente, eu acho que poderia ser evitado.

No mais, é agradecer a V. Exª por ter vindo à nossa Comissão – acho que foi muito importante esta audiência pública –, cumprimentá-lo e desejar-lhe sucesso em sua nova missão.

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – Obrigado.

(*Iniciada às 9 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 24 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quinze horas e quatro minutos do dia vinte de março de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Fátima Bezerra, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Elmano Férrer, Waldemir Moka, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Dário Berger, Humberto Costa, Paulo Rocha, Regina Sousa, Paulo Paim, José Pimentel, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Antonio Anastasia, Lídice da Mata, Wellington Fagundes, Armando Monteiro, Ângela Portela, Vicentinho Alves, Garibaldi Alves Filho e José Agripino. Deixam de comparecer os Senadores Hélio José, Davi Alcolumbre, Sérgio Petecão, Ciro Nogueira e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RDR 1/2018, de autoria da Senadora Fátima Bezerra, do Senador José Pimentel e do Senador Paulo Rocha. **Finalidade:** Avaliar o andamento das obras físicas e sociais que estão sendo realizadas para conclusão do projeto de Integração do Rio São Francisco, principalmente às relacionados ao Eixo-Norte 1 e do Ramal do Apodi que beneficiam os estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba. **Participante:** Ministro Helder Barbalho, Ministro de Estado da Integração Nacional. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Usaram da palavra: os Senadores José Agripino, Raimundo Lira, Lídice da Mata, Cássio Cunha Lima, José Maranhão, Humberto Costa e Garibaldi Alves Filho; e, após aprovação da Comissão, o Deputado Federal Benjamin Maranhão; os Deputados Estaduais: Jeová Campos e Renato Gadelha da Paraíba, Fernando Mineiro do Rio Grande do Norte, e Carlos Matos do Ceará; e os Senhores Arimatéia França, José Procópio de Lucena e José Mairton Figueiredo de França. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezenove horas e vinte e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Fátima Bezerra

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/03/20

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos o nosso expediente, informo que solicitarei, nos termos da Instrução Normativa 09, de 2017, a degravação da presente reunião para que o que aqui for falado pelo Ministro e debatido pelos nobres pares e convidados fique registrado nos *Anais* desta Casa.

O Ministro já está a caminho. Enquanto isso, vou adiantar aqui alguns comunicados.

Comunico aos membros da Comissão que nós estamos solicitando, junto ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, informações sobre a duplicação da BR-304, especificamente o trecho que passa pelo Município de Macaíba, no Rio Grande do Norte.

Também informo que amanhã teremos mais uma audiência pública com a temática da produção de chocolate no Brasil, de iniciativa da Senadora Lídice da Mata.

Quero ainda também adiantar que, dia 4 de abril, realizaremos outra audiência pública para debater a questão da redução orçamentária de recursos da União para a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) e suas consequências para os sistemas de transporte ferroviário urbano de passageiros, metrôs e VLTs. Requerimento de nossa autoria.

O Superintendente da CBTU estará presente, bem como representantes do Ministério das Cidades. E já convidamos os Superintendentes da CBTU de Belo Horizonte, Maceió, Recife, minha querida Natal e João Pessoa.

Quero aqui também adiantar que o 8º Fórum Mundial da Água, que está acontecendo em Brasília e começou no dia 18 de março e vai até o dia 23, tem como tema: Compartilhando Água.

Hoje, inclusive, durante todo o dia, Senador Garibaldi, está sendo realizado exatamente o Fórum com os Parlamentares, e lá estivemos. O tema de hoje é exatamente qual o papel dos Parlamentos em face dessa temática tão importante para a sobrevivência da população, não só do Brasil, como mundial, que é a questão da água, considerando inclusive o problema grave e crescente de escassez hídrica, que assola não só o Brasil, mas o mundo.

Não é à toa que, segundo dados da ONU, nós temos mais de um bilhão de pessoas, das mais de sete bilhões de pessoas que habitam o Planeta, enfrentando problemas ainda para ter acesso à água em matéria de abastecimento, sem contar outros indicadores igualmente graves no que diz respeito ao saneamento ambiental, ao tratamento de esgotos, etc. No Brasil, por exemplo, temos ainda mais de 45% das residências sem o tratamento de esgoto adequado.

Também quero registrar aqui, com muita alegria, o FAMA, que é o Fórum Alternativo Mundial da Água. Inclusive, nós temos alguns convidados aqui que estão participando do FAMA, que trata também da temática da água, e é o fórum alternativo que se realiza em paralelo ao fórum oficial, o Fórum Mundial da Água.

O FAMA, neste momento, está trazendo como tema central o alerta junto à sociedade no que diz respeito à defesa da água como um direito humano básico. E chamo a atenção inclusive para as proposições legislativas em curso que tratam da questão da privatização da Eletrobras e suas subsidiárias, pelo impacto que isso possa trazer para o uso e para a questão da gestão das águas. O lema do Fórum Alternativo Mundial da Água não é à toa que é a água como um direito e não como mercadoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero ainda acrescentar aos senhores e às senhoras que, no âmbito do Senado, foi criada uma subcomissão especial, que é presidida pelo Senador Jorge Viana, com o objetivo exatamente de acompanhar todas as atividades que estão sendo desenvolvidas pelo Fórum Mundial da Água.

Vários Senadores estão integrando essa comissão, inclusive vários Senadores integrantes da CDR. Nós também estamos fazendo parte dessa subcomissão especial que está acompanhando as atividades do Fórum Mundial da Água pelo quanto a CDR aqui tem priorizado o tema da questão da segurança hídrica, tendo como foco principalmente a questão do São Francisco, que será tema do nosso debate daqui a pouco.

Quero ainda aqui, mais uma vez, reforçar o nosso convite junto aos Parlamentares que integram esta Comissão para a apresentação de sugestões de políticas públicas para serem avaliadas pela CDR ao longo deste ano, lembrando que, regimentalmente, o prazo para que nós possamos receber sugestões, no que diz respeito à definição de políticas públicas a serem avaliadas pela CDR no ano de 2018, vai agora até o último dia do mês de março.

A avaliação da política pública, no ano de 2017, foi exatamente sobre segurança hídrica e gestão das águas nas Regiões Norte e Nordeste. E agora, para 2018, nós vamos definir coletivamente aqui, no âmbito da Comissão, qual vai ser a política pública que nós vamos avaliar.

O Ministro está chegando e eu queria, enquanto isso, aqui abrir rapidamente para que a gente pudesse fazer uma breve apresentação dos Parlamentares que aqui já se encontram, como o Senador Raimundo Lira, o Senador Humberto, o Senador Garibaldi, e os demais Parlamentares da Paraíba, meu Estado querido, de origem, e o meu outro Estado amado que me adotou, que é o Rio Grande do Norte. A Assembleia Legislativa também está presente, bem como o Ceará. Da Bancada Federal já temos aqui o Deputado Federal Beto Rosado, o Mairton também, Secretário-Adjunto de Recursos Hídricos, o Procópio, representando aqui a igreja e o Comitê da Bacia do Rio Piancó-Piranhas-Açu.

O Ministro chegou? (*Pausa.*)

Está bem.

Com a palavra o Senador Raimundo Lira.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – Querida Presidente, Fátima Bezerra, paraibana de nascimento, por quem tenho estima e com quem tenho uma relação de amizade muito grande, uma relação de respeito recíproco pela sua capacidade, pelo seu trabalho, eu queria pedir a palavra em primeira mão porque estou me retirando para uma reunião da Executiva Nacional do meu Partido, que está começando agora também, às 15h, mas antes eu gostaria de dizer da preocupação que eu sempre tive com relação a essa questão da crise hídrica do Nordeste brasileiro.

Ações objetivas do ponto de vista parlamentar: quando eu cheguei aqui, junto com o Senador Humberto Costa, na época, fui escolhido Presidente da Comissão de Acompanhamento da Transposição do Rio São Francisco, e o Senador Humberto Costa era o Relator. Na primeira reunião que nós fizemos, nós aprovamos um relatório, escrito pelo Senador Humberto Costa, exatamente provocando a questão do Ramal de Piancó, sobre o qual se falava, mas não existia absolutamente nada; começou a partir desse momento.

Em seguida, foi conseguido um recurso do Banco Mundial para o Ministério para fazer o projeto do Ramal de Piancó e, posteriormente, ele foi incluído, já com adesão das Bancadas do Senado e das Câmaras dos Estados nordestinos, especialmente Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Garibaldi trabalhou muito nessa direção e, inclusive, fez reuniões especiais com Ministros e tudo mais. O fato é que nós tivemos um grande sucesso, na medida em que o Ministério da Integração Nacional passou a considerar, a incluir o Ramal de Piancó não mais como Ramal de Piancó, mas Eixo 3, eixo Piancó, como continuidade já da transposição do Rio São Francisco, Senador Humberto, que deixou de ser uma operação isolada.

No ano passado, nós, a Bancada Federal da Paraíba, colocamos uma emenda impositiva de mais ou menos 26 milhões para o DNOCS, destinados exclusivamente para a aplicação, pelo menos para fazer o início dos trabalhos do Ramal de Piancó.

Aqui quero ressaltar a presença de dois grandes Deputados Estaduais, lutadores pela questão da água e que V. Exª conhece muito bem, os Deputados Jeová Campos e Renato Gadelha, dois grandes lutadores e defensores dessa bandeira da solução de recursos hídricos.

Ainda falando da questão objetiva, no sentido de resolver essa grande questão, no caso da Paraíba, está sendo construído um canal chamado Canal Acauã-Araçagi, Adutor das Vertentes, que vai resolver a questão hídrica de 48 Municípios paraibanos. Incrivelmente, grande parte desses Municípios é no brejo paraibano, onde nunca houve problema de água, e está havendo agora.

Como o Governador é o operador, o executor dessa obra, ele está recebendo periodicamente recursos do Governo Federal. Como ele é reconhecidamente um adversário do Governo Federal, eu tenho sido intermediário junto ao Governo, Senador Humberto Costa, no sentido de liberar essas verbas. A última foi de 35.682.140,77 para a obra não parar, porque a construtora já estava na iminência de parar.

Então, tenho um carinho muito grande por essa questão hídrica, porque água é vida.

Aqui, como legislador, apresentei o PLS nº 429, de 2015, que aumenta para três pontos percentuais a compensação financeira pela exploração de recursos hídricos das hidroelétricas da Bacia do Rio São Francisco, que usam a água do Rio São Francisco para produzir energia. Então, eles vão pagar um percentual de 3% sobre o faturamento bruto para criar um fundo que será administrado pela Codevasf, e aí a revitalização do Rio São Francisco não dependerá mais de recursos do Orçamento nacional. Se vier, muito bem, vem como reforço, mas não como necessidade premente e absoluta.

Esse modelo encontrei na revitalização do Mississipi, nos Estados Unidos. Essa revitalização do Mississipi teve início em 1910 e, desde 1910, Senador Humberto Costa, todos os dias, há o mesmo trabalho de revitalização no Rio Mississipi – segunda, terça, quarta, quinta, sexta, sábado e domingo. Então, não tem feriado nem dia santo, porque existem recursos permanentes de um fundo especial para essa revitalização.

Então, é isto que quero mostrar sobre esse aspecto da questão hídrica, o nosso trabalho e o nosso empenho junto à Bancada do Senado, do Nordeste brasileiro, toda ela empenhada em resolver essa questão hídrica do Nordeste.

Peço licença a V. Exªs para me retirar, bem como aos meus companheiros da Paraíba, Jeová Campos e agora também o meu querido Prefeito Chico Mendes, da cidade de São José de Piranhas, onde nós fomos, há poucos dias, para que ele assinasse a ordem de serviço para que se construísse a adutora de engate rápido de 12km, porque existe a Barragem de Boa Vista a 12km, com aproximadamente 18 milhões de metros cúbicos, e a cidade sem água nas torneiras. Então, foi uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

festa magnífica, com grande receptividade pela população, como sempre é quando nós trabalhamos na direção de resolver a questão da água para o povo nordestino.

Peço licença a V. Exª, pois vou me retirar para uma reunião agora. Agradeço-lhe ter-me proporcionado a palavra para que eu pudesse fazer esse breve relato.

Muito obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Raimundo Lira, antes quero aqui ressaltar o empenho e o compromisso de V. Exª no debate que diz respeito às políticas de desenvolvimento regional, no caso, em foco aqui exatamente a questão da segurança hídrica, que passa pelo projeto de integração de bacias do São Francisco, pelo que ele significa para a população da Paraíba, de Pernambuco, do meu Rio Grande do Norte e do Ceará.

Sou testemunha, repito, do seu empenho. Assim, também quero aqui, mais uma vez, dizer como tem sido importante essa integração das Bancadas, tanto Federal, como Estadual, como, por exemplo, o Deputado Fernando Mineiro, da Assembleia Legislativa do meu Estado, e outros que também têm participado intensamente, como os Deputados Renato Gadelha e Jeová, da Assembleia Legislativa da Paraíba; da Assembleia Legislativa do Ceará, o Deputado Carlos, enfim, numa demonstração do quanto é necessária a união de todos para que, efetivamente, essa obra do São Francisco tenha o seu desfecho final, a sua conclusão, com vistas a atender as necessidades de mais de 12 milhões de habitantes que povoam exatamente o chamado Nordeste setentrional.

Como o Ministro já chegou, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada a ouvirmos, em audiência pública, o Exmo Sr. Ministro de Estado da Integração Nacional, Helder Barbalho, que está conosco, nos termos do art. 397, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, §1º da Constituição Federal.

Ele vem aqui exatamente para falar sobre o andamento das obras físicas e sociais que estão sendo realizadas para a conclusão do projeto de integração do Rio São Francisco, principalmente as relacionadas ao Eixo Norte 1 e as demais obras complementares, como o Ramal do Apodi, o Canal do Piancó, Barragem de Oiticica, etc.

Solicito aos Senadores presentes – Senadores Humberto Costa, Garibaldi e João Alberto – que conduzam o Ministro ao plenário da nossa Comissão para darmos início à nossa audiência pública. (*Pausa.*)

Em conformidade com o art. 398, incisos X e XI, do Regimento Interno do Senado Federal, serão adotados os seguintes procedimentos na presente audiência pública: o Ministro terá meia hora para fazer a sua exposição. Em seguida, abriremos a fase de participação pelos Senadores e Senadoras inscritos, dispondo cada um de cinco minutos, assegurando igual prazo para a resposta, após o que, poderá ser contraditado, pelo prazo máximo de dois minutos, concedendo-se o mesmo tempo para a tréplica.

Quero aqui adiantar, como sempre o faço, que nós também vamos facultar a palavra aos demais convidados, aos Deputados Estaduais que aqui estão, bem como aos representantes das entidades. A palavra será concedida por ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada Partido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero ainda aqui informar que as participações dos cidadãos em nossa audiência serão recebidas nos seguintes canais: Portal e-Cidadania, que pode ser acessado a partir do *site* da Comissão, e também pelo Alô Senado, 0800-612211.

Eu gostaria, Sr. Ministro, inicialmente, de registrar as presenças já dos Senadores Garibaldi Filho, Humberto Costa, João Alberto, Raimundo Lira, José Agripino, que acaba de chegar, Senador Cássio Cunha Lima, e dos Deputados Federais. Já temos aqui a presença do Deputado Federal Beto Rosado, do meu Estado, da Assembleia Legislativa da Paraíba, Deputado Renato Gadelha e Jeová; do Deputado Fernando Mineiro, do meu Estado, da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte; do Deputado Carlos Matos, da Assembleia Legislativa do Ceará. Temos aqui a presença de Mairton, Secretário-Adjunto da Secretaria de Recursos Hídricos do Rio Grande do Norte, meu Estado; o Procópio, representando aqui o Comitê da Bacia do Rio Açu-Piranhas e a igreja, bem como outras autoridades que, ao longo da audiência, nós vamos nominando.

Antes de passar a palavra ao Sr. Ministro, quero, primeiro, agradecer, mais uma vez, a presença aqui do Ministro.

Senador Cássio Cunha Lima, já registrei também a sua presença.

Quero aqui colocar inicialmente que essa audiência pública acontece exatamente no momento em que Brasília está sediando a 8ª edição do Fórum Mundial da Água, bem como o Fórum Alternativo Mundial da Água, que já mencionei aqui, no início dos nossos trabalhos.

O Fórum Mundial da Água e o Fórum Alternativo são duas iniciativas igualmente importantes pela temática de que tratam esses fóruns, que é o direito à água, levando em consideração toda a realidade que vive o mundo, inclusive o nosso País.

Eu já dizia aqui anteriormente que, no Brasil, em matéria de universalização do saneamento básico, nós estamos a léguas e léguas de distância, seja no que diz respeito à questão do tratamento dos resíduos sólidos, do esgotamento sanitário, etc.

Não é à toa que mais de 45% das residências não têm o tratamento de esgoto adequado.

A questão da escassez hídrica, Ministro, também dispensa comentários. Aliás, hoje, há matérias veiculadas nos jornais em que, por exemplo, mais uma vez, o drama do Nordeste está estampado. Segundo matéria aqui, o nível dos reservatórios do Nordeste é considerado crítico. Segundo a Agência Nacional de Águas, é o menor volume de água da série histórica. "A região Nordeste entrou o mês de março [...] com menor volume de água da série histórica armazenada em seus reservatórios", uma média, simplesmente, em torno de 13%. E olhem que, segundo esse estudo da Agência Nacional de Águas, que monitora 400 reservatórios no Nordeste, em 2012, para se ter uma ideia, esse volume era de 66%; veio caindo para 42%, em 2013; 33%, em 2014; 27%, em 2015; 22%, em 2016; 15%, em 2017; e, neste exato momento, repito, a média está em torno de 13%.

Não é à toa que, no meu Estado, a exemplo dos demais Estados do Nordeste, ainda nesta semana, o Governador do Rio Grande do Norte, Ministro, foi obrigado a solicitar novamente decreto de emergência, considerando a situação extremamente crítica pela qual passa o Rio Grande do Norte. Nossos principais reservatórios continuam com a capacidade hídrica extremamente fragilizada. É fato que, no período do Carnaval, choveu, mas é fato também que essas chuvas foram insuficientes, tanto é que o quadro hoje é exatamente este: quadro de escassez hídrica. Os reservatórios estão com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

capacidade totalmente insuficiente, o que justifica, mais ainda, Ministro Helder Barbalho, a realização da presente audiência.

Desde quando nós assumimos a Comissão de Desenvolvimento Regional, no ano passado, nós temos acompanhado de perto as obras físicas e sociais do Projeto de Integração do Rio São Francisco, principalmente as obras do Eixo Norte, uma obra fundamental que vai garantir que as águas do Velho Chico cheguem finalmente ao Rio Grande do Norte, ao Ceará e a parte da Paraíba e de Pernambuco. Enfim, chegará ao Rio Grande do Norte, ao Ceará e, inclusive, a parte da Paraíba, que não foi beneficiada ainda com as águas da transposição.

Nós realizamos, no ano passado, conforme V. Exª é testemunha, várias audiências que contaram, inclusive, com sua presença. Realizamos, no ano passado, a Caravana das Águas, em parceria com as Assembleias Legislativas, com as igrejas. Foi muito importante essa atividade, até para ajudar, em todo momento, de sensibilização à época em curso para que as pendências do ponto de vista judicial fossem removidas e a obra, portanto, fosse retomada, o que de fato aconteceu.

O fato, Sr. Ministro, é que, da última vez que o senhor esteve aqui na Comissão, o senhor nos falava das providências em curso, seja com relação à obra principal, que é o Eixo 1 do Eixo Norte, seja também com relação às obras complementares, como, por exemplo, o Ramal Apodi-Mossoró, o Canal de Piancó, etc. Com relação à obra principal, V. Exª dizia que a obra tinha um calendário acelerado, com a contratação de mais de 2 mil trabalhadores em três turnos, de forma que, naquela ocasião, o senhor dizia, para o Nordeste, que a previsão de conclusão dessa obra seria: no início do ano, as águas chegariam ao Ceará e, até o meio do ano, à Paraíba e ao Rio Grande do Norte.

Por isso, queremos aqui hoje dialogar com V. Exª, deixando, desde já, as seguintes indagações: primeiro, com relação a orçamento, há orçamento suficiente para que as obras sejam concluídas ainda neste ano? Depois, quanto à mobilização dos trabalhadores, esse regime intenso de trabalho continua? Queremos, ainda, Sr. Ministro, deixar para o debate as chamadas obras complementares, como falei: o Ramal do Apodi; a questão do Canal de Piancó; a Barragem de Oiticica, lá na região do Seridó no nosso Estado, que já está em fase bastante avançada – a expectativa de conclusão dessa obra é exatamente 2018. Enfim, esse calendário está mantido também?

Queremos também acrescentar ao debate o tema da questão da revitalização do São Francisco, destacando aqui, Senadora Lídice, um ponto: a Bancada da Bahia aprovou, na LOA de 2018, uma emenda no valor de 100 milhões, e o Governo Federal previu mais cerca de 10 milhões para serem empregados na revitalização do São Francisco. No entanto, segundo informações, o Governo cancelou 30 milhões na ação de revitalização, e os 80 milhões restantes estão bloqueados. Assim como V. Exª, nós já conversamos. A Bancada Federal destinou uma emenda para o início do Ramal Apodi-Mossoró, e, no âmbito desta Comissão, nós destinamos uma emenda de Comissão também voltada para o Ramal Apodi-Mossoró. Em síntese... Também será ponto aqui de debate a iniciativa que o Ministério anunciou recentemente, Ministro, de suspensão de parte das obras lá do São Francisco com relação à Paraíba.

São essas as indagações iniciais que nós apresentamos, e passamos, portanto, a palavra agora a V. Exª.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero convidar a Senadora Lídice da Mata, Vice-Presidente da Comissão, se puder... Quero registrar a presença também aqui do Deputado Federal Felipe Maia, Coordenador da Bancada do Rio Grande do Norte.

O SR. HELDER BARBALHO – Boa tarde, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, Srªs Deputadas, Srs. Deputados.

A todos os membros da Comissão de Desenvolvimento Regional meu agradecimento, mais uma vez, pelo chamado convite, formatado pela Senadora Fátima Bezerra.

Quero cumprimentar a Vice-Presidente, Senadora Lídice, e os demais Senadores aqui presentes e dizer que a mim é muito honroso poder participar, mais uma vez, desta importante Comissão.

Cumprimento os Deputados Estaduais aqui presentes de Estados diversos do Brasil; os colaboradores de governos estaduais aqui presentes também; a assessoria do Senado da República; a imprensa em geral, que cobre a reunião a partir da TV Senado, como também a imprensa dos Estados interessados nesta audiência da Comissão.

Ressalto ser importante a participação neste momento para atualizar esta Comissão, atualizar o Senado da República, o Congresso Nacional a respeito do andamento das obras e ações que estamos realizando para buscar não apenas conviver, mas, acima de tudo, fazer o enfrentamento e buscar a solução para a crise hídrica no nosso País.

Hoje pela manhã, eu tive a oportunidade, participando do Fórum Mundial da Água, que o Brasil tem a honra de receber em Brasília, de conversar sobre os números da seca no País, de conversar sobre a constatação de que a estiagem no Brasil, a seca não mais se resume, exclusivamente, ao Nordeste brasileiro; outras regiões do Brasil passam também a vivenciar a crise hídrica – é fato que sem a aglomeração populacional, como enxergamos nos Estados do Nordeste. Mas, seguramente, além das mais de 900 cidades que hoje experimentam a lamentável condição de seca total ou parcial, todas as regiões, praticamente, do Brasil começam a vivenciar essa realidade, o que nos obriga a termos a capacidade do diálogo e da construção estratégica nacional, com a participação de todos os entes da Federação, seja em nível estadual, seja em nível municipal, para que construamos essas soluções, soluções que, de acordo com o nível e o impacto dessas regiões, vão desde integrações de bacias até buscas pontuais de solução de captação de água que possam ofertar segurança hídrica para as populações locais.

Buscando ser o mais objetivo possível, em face de ter tido já a oportunidade, em outras vezes, de aqui estar, vou focar no que diz respeito às obras estruturantes da Região Nordeste, já que creio que o público principal aqui, não só pela presença senatorial, como também de Deputados Estudais e Deputados Federais, se volte principalmente para a pauta da transposição, e também em homenagem à Senadora Lídice, portanto, eu gostaria de me ater principalmente ao processo de revitalização do Rio São Francisco, para buscar otimizar o tempo.

Nesse sentido, primeiro, quero reforçar a importante constatação de que, passado um ano da inauguração do Eixo Leste, as respostas e repercussões são absolutamente extraordinárias no Estado da Paraíba, particularmente, pois Campina Grande e sua Região Metropolitana já usufruem, de maneira perene e consolidada, da repercussão das obras do Eixo Leste. E nós estamos já agendados para, no próximo dia 22 de março, liberar água do açude Epitácio Pessoa, o Boqueirão, para seguir para o açude de Acauã. Portanto, a previsão é de que, no dia 22, liberemos as águas do açude

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Boqueirão. E, no dia 28 de março, nós vamos liberar água do açude, do Reservatório de Acauã para beneficiar 14 Municípios no entorno do reservatório, ampliando, portanto, a repercussão para o Estado da Paraíba. A partir daí, o encontro com a vertente paraibana, obra... Eu não estou com o equipamento que possa ajudar; eu não sei se...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HELDER BARBALHO – Não pega, não é? Se for possível, então, clicar no Eixo Leste para ilustrar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HELDER BARBALHO – Isso.

Primeiro, no Eixo Leste, rapidamente, está pronta a obra funcional desde março do ano passado, e já temos as repercussões, passado um ano desse benefício.

Você pode voltar, por gentileza.

Agora, onde está verde – pode me ajudar –, nós estamos liberando água do Epitácio Pessoa e encaminhando, a partir do dia 22 de março, para Acauã, que vai beneficiar 14 cidades a partir do dia 28 de março, encontrando com a Vertente Litorânea e garantindo, inclusive, funcionalidade para a Vertente Litorânea, uma obra executada pelo Governo do Estado e financiada pelo Ministério da Integração Nacional, pelo Governo Federal. Portanto, nós estamos consolidando a repercussão do Eixo Leste, lembrando que isso, quando cito a consolidação, favorece a Paraíba, na região leste do Estado.

Outra importante repercussão é a Adutora do Agreste – aí eu pediria que pudesse clicar na Adutora do Agreste. A Adutora do Agreste, da mesma forma, atende o Estado de Pernambuco. Foi-me comprometido, por parte do Governo do Estado – inclusive hoje eu tive uma conversa com o Presidente da Compesa –, que, até o final de abril, estará pronta a etapa que permitirá a funcionalidade da sua primeira etapa, beneficiando 23 Municípios do Estado de Pernambuco. Então, até o final do mês de abril, nós estaremos garantindo funcionalidade para Pernambuco, porque, até o momento, nós estamos liberando de maneira... Você pode voltar. Nós liberamos, inicialmente, para um Município do Eixo Leste apenas e estamos liberando água dos reservatórios de maneira muito pontual. Com as obras da Adutora do Agreste, nós passaremos a ter um volume significativo para o Estado de Pernambuco.

Nós já assinamos a ordem de serviço e já está em confecção o projeto executivo, já que é um RDC integrado do Ramal do Agreste, que é a segunda grande obra estruturante de captação de água no Eixo Leste – pode clicar no Ramal do Agreste –, com licitações concluídas, etc. Nós já demos ordem de serviço para a parte de projeto das obras do Ramal do Agreste e licenciamento ambiental também.

Pode voltar.

Passo agora ao Eixo Norte – você pode clicar no Eixo Norte, por gentileza. No Eixo Norte, é importante que se registre a seguinte questão: dividindo, para que todos tenham clareza, a partir do Reservatório Jati, que é a divisa do Estado de Pernambuco com o Estado do Ceará, até Piranhas, na fronteira, no final do Eixo Norte, já no Estado da Paraíba, essa obra já está funcional. Hoje, se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

tivéssemos água no Reservatório Jati, nós já poderíamos garantir o caminho das águas no rumo da Paraíba e, sequencialmente, no rumo do Rio Grande do Norte.

A Meta 1N, que foi aquela que necessitou de uma nova licitação, é o nosso grande desafio: fazer com que esteja funcional.

Neste momento, nós estamos, em Serra do Livramento... Pode colocar lá, por favor. A água já está aqui, em Serra do Livramento; inclusive, nós vamos liberar água de Serra do Livramento, amanhã, para Mangueira. Então, nós vamos avançar: são mais cerca de 80km para que a água possa chegar até a Estação de Bombeamento nº 3, que é a última estação de bombeamento existente no Eixo Norte. Portanto, nós estaremos concluindo toda a parte de estações de bombeamento, não mais necessitando de obra com essa concepção, ficando apenas obras de engenharia em si, e não mais obras que envolvam a parte elétrica e mecânica.

A nossa previsão: nós tínhamos um cronograma para concluir a Estação de Bombeamento nº 3 até o início do mês de abril, porém nos foi sinalizado por parte da empresa contratada que, até o final do mês de abril, a Estação de Bombeamento nº 3 estará pronta para bombear no rumo do Reservatório Negreiros, Reservatório Milagres.

Outro ponto importante desse fluxo de água é o Túnel Milagres. Você pode apontar, por favor, ali para cima. Isso; Túnel Milagres. No Túnel Milagres, nós ainda necessitamos fazer a perfuração de cerca de 47m para que a água possa passar. Nós estamos avaliando a possibilidade para acelerar a chegada da água até o Reservatório Jati; a possibilidade de engenharia com absoluta segurança, sem qualquer risco de engenharia; a possibilidade de poder fazer a perfuração completa, fazer a passagem de água e encher o Reservatório Jati. Quando o pulmão do Reservatório Jati estiver consolidado, fechamos a comporta do Reservatório Milagres para concluir a parte de reboco necessário para o Túnel Milagres.

Isso, na verdade, só será uma decisão feita quando tivermos com absoluta convicção e certeza, de engenharia, que não terá qualquer tipo de prejuízo.

Qual o benefício disso? Não aguardar detalhes de engenharia que possam nos fazer perder tempo para que a água chegue até o Reservatório Jati. A nossa expectativa é a de que nós estejamos, entre maio e junho, entregando água no Reservatório Jati.

Para acelerar a chegada até o Estado do Ceará, nós deslocamos as bombas que foram emprestadas pela Sabesp e que permitiram a antecipação dos prazos no Eixo Leste. Nós já estamos deslocando-as para o Eixo Norte para que, em face da grande profundidade do Reservatório Jati... O Reservatório Jati está aqui embaixo, é a primeira ilustração aqui do quadro de baixo, como é um reservatório com grande profundidade, demoraria, razoavelmente, um tempo para o enchimento, para liberar água para o Estado do Ceará, para o Cinturão das Águas.

Portanto, a nossa expectativa é de que, chegando, façamos o bombeamento colocando um conjunto de bombas para o Cinturão das Águas e um outro conjunto de bombas para o canal da transposição para que possa avançar no rumo do Reservatório de Porcos, depois Canabrava, Cipó e aí vem embora no caminho natural até que se possa chegar ao final da transposição, na cidade de São José de Piranhas, no Estado da Paraíba.

Pode voltar para o próximo eslaide.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui é uma composição de todas as obras que nós estamos trabalhando. Lembrando que o Cinturão das Águas, a responsabilidade... Eu já falei sobre as obras do Eixo Leste. No caso do Eixo Norte, o Cinturão das Águas já está praticamente pronto. Faltava apenas algumas conclusões nos túneis. É todo por gravidade, então, não tem estação de bombeamento. Isso é uma vantagem do Cinturão das Águas. A previsão é de que nós possamos fazer com que, por 52km, nós façamos adentrar água pelo CAC e beneficiar já o Estado do Ceará.

Nós temos ainda uma carteira do Ramal do Salgado, já com o projeto executivo concluído.

Pode voltar.

E também o Ramal de Entremontes com o projeto básico concluído. Essas são duas carteiras importantes para o Estado do Ceará e que estão no portfólio do Ministério aguardando capacidade orçamentária e financeira para atender além do Cinturão das Águas.

Com relação ao Estado do Rio Grande do Norte, a agenda é o Ramal do Apodi. Nós já concluímos o projeto executivo. Está estimado em R$2,1 bilhões, um investimento significativo. E o Ramal do Piancó...

Aqui é uma ilustração do Ramal do Apodi, que está estimado em R$2,1 bilhões.

Pode voltar lá naquele último quadro. Não, não.

Valor estimado do empreendimento, R$ 2,1 bilhões. Já está pronto o projeto executivo do Ramal do Apodi. Nós precisamos encontrar a solução orçamentária para o Ramal do Apodi.

E, também, a respeito do Ramal do Piancó... Você pode voltar lá.

O Ramal do Piancó: nós estamos com o EVTEA no Banco Mundial. O Banco Mundial tem uma burocracia muito peculiar, e a nossa expectativa é a de que nós estejamos com os estudos conclusos perto do mês de outubro e de que nós estejamos com essas informações consolidadas a respeito do Ramal do Piancó. E, aí, é importante registrar a necessidade, tanto do Ramal do Apodi quanto do Piancó, da composição orçamentária para fazer frente a estas duas importantes obras que compõem a funcionalidade e a efetividade das águas do São Francisco chegando – o Apodi, ao Estado do Rio Grande do Norte, e o Piancó, à região oeste do Estado da Paraíba.

Outro importante cenário que precisa ser colocado: no momento de chegar em São José de Piranhas, nós encontraremos com o Rio Piranhas, e a busca é perenizar o Rio Piranhas com as águas do São Francisco. Estamos debatendo com a Agência Nacional de Águas intervenções necessárias no Rio Piranhas. Essa gestão está com a ANA para, inclusive, decidir qual é o papel efetivo de cada ente, já que é um rio que ultrapassa limites estaduais – ele passa pela Paraíba, chega ao Rio Grande do Norte, Então, há uma discussão se essa intervenção será de responsabilidade do Estado da Paraíba, no território paraibano, depois do Rio Grande do Norte, na responsabilidade do território do Rio Grande do Norte, e a intervenção federal para cooperar nesse sentido. Em relação a essa discussão, nós estamos aguardando a deliberação da Agência Nacional de Águas por compreender que é importante que possamos agir nesse sentido para que não corramos o risco de a água chegar no Rio Piranhas e qualquer interrupção do curso desse rio poder atrasar o caminho das águas. Lembro que é natural, apesar da boa experiência do Rio Paraíba, que haja uma perda de água pela absorção somada à evaporação que já ocorre nos canais da transposição.

Eu creio que, sobre as obras estruturantes, deva estar consolidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria destacar que nós já estamos com 20% de obra no Armando Ribeiro Gonçalves, para preparar o reservatório Armando Ribeiro Gonçalves, que é o principal reservatório do Estado do Rio Grande do Norte, lá em cima, onde vai chegar, na verdade, o Rio Piranhas.

Oiticica: nós estamos com mais de 50% – quando digo nós, me refiro ao Governo do Estado. É uma obra conveniada com o Denocs, e mais de 50% das obras já foram executadas em Oiticica.

Com relação a dois reservatórios importantes da Paraíba, Poções e Camalaú: nós já fechamos com o Ministério Público e com o governo estadual, sincronizando a necessidade das intervenções por parte do Denocs. Já está sob controle o tensionamento que havia e que poderia comprometer, eventualmente, a continuidade da água no Epitácio Pessoa, no reservatório do Boqueirão, mas isso já está contornado e já pactuamos com o Ministério Público estadual e federal no sentido de permitir que haja concomitância das intervenções físicas em Poções e Camalaú sem prejudicar tanto o abastecimento de Campina Grande e da região metropolitana de Campina como também a liberação da água adiante para Acauã, para atender a outras regiões do Estado da Paraíba.

Respondo ao questionamento da Senadora Fátima. Sob o aspecto orçamentário, nós deixamos para o Eixo Norte R$200 milhões em RAP, de 2017 para 2018. Portanto, está garantido esse recurso do Orçamento de 2017 e, para o Orçamento de 2018, mais R$300 milhões. Portanto, não há qualquer risco, qualquer entrave, sob o aspecto orçamentário e financeiro, para a continuidade das obras do Eixo Norte.

Na verdade, o que nós estamos fazendo é cobrando a empresa para que ela possa cumprir com a sua obrigação e com o seu cronograma de prazo, inclusive já tendo esta sido citada, tendo sido notificada pelo Ministério. Nós estamos, inclusive, na fase de dosimetria de penas por atraso de obra. Nós estamos com uma média – para se ter uma ideia, nas obras da transposição, nós já ficamos até três meses entre faturamento e liquidação – de cinco dias entre faturamento, certificação daquilo que foi faturado pelo nosso escritório na obra e a liquidação aqui para o Ministério. É assim exatamente para que nós não tenhamos, por parte do Governo, qualquer instrumento que possa ser utilizado pelos prestadores de serviço e que venha a atrasar o cronograma.

É fato que, dentro do cronograma que estava estabelecido na contratação, a empresa já deveria ter avançado de maneira significativa no andamento dessas obras. Porém, nós estamos nesse processo de gestão perante a prestadora de serviço para que efetivamente possamos adiantar esse cronograma, sabedores que somos das dificuldades hídricas e do sofrimento da população dos Estados envolvidos nas obras de integração do Rio São Francisco.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Só um minutinho.

Exatamente com relação a esse cronograma: o senhor tem condições de dizer hoje para nós, de fato, qual é o calendário mesmo?

O SR. HELDER BARBALHO – Nós tínhamos, inicialmente, trabalhado, quando da contratação... Até porque o contrato com a empresa vai até junho deste ano...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sei, exato.

O SR. HELDER BARBALHO – Portanto, a empresa, quando assinou o contrato com o Ministério, tinha até junho deste ano para estar com a obra concluída.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Por isso é que o senhor anunciava o ano passado que as águas no Ceará no início do ano e, até junho...

O SR. HELDER BARBALHO – Exatamente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... na Paraíba e Rio Grande do Norte.

O SR. HELDER BARBALHO – Com o cronograma que está concluído neste momento, em atividade, a nossa expectativa é que nós estejamos entregando ainda neste semestre as águas ao Ceará, e seguindo o curso, já que o resto está todo pronto, seria só o caminho das águas. E, aí, nós vamos utilizar as bombas cedidas pela Sabesp para perder o menor tempo possível nos reservatórios que estão a partir do reservatório de Jati.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Ou seja, o senhor, então, está aqui na Comissão realmente admitindo que continua trabalhando com o mesmo calendário que tinha sido anunciado ano passado, das águas chegarem até a Paraíba e ao Rio Grande do Norte até junho deste ano. O senhor continua trabalhando com esse calendário.

O SR. HELDER BARBALHO – Não.

Eu quero deixar muito claro aqui que nós entregaremos ainda neste semestre as águas no reservatório de Jati e, portanto, atendendo ao Estado do Ceará, e liberando água, concomitantemente, para o caminho das águas seguirem o curso da transposição do Eixo Norte até o Estado, primeiramente, da Paraíba e, depois, ao Estado do Rio Grande do Norte, precipitando a chegada com a não necessidade de paralisação nos reservatórios que estão adiante. Nós não temos qualquer intervenção a ser feita no Jati até a Paraíba. As obras estão conclusas, apenas para o caminho das águas...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito.

Para ficar claro aqui entre nós: na verdade, no que eu estou insistindo é o seguinte. Aquele calendário com que o senhor trabalhava, que seria até o meio do ano, junho: V. Exª tem condições, trabalha com esse calendário ainda de, até o meio do ano, não só as águas no Ceará, mas se chegariam à Paraíba e até o Rio Grande do Norte? O calendário de até junho deste ano vai ser mantido ou não?

O SR. HELDER BARBALHO – Senadora, sob o aspecto de obras, nós estaremos concluindo as obras ainda este semestre.

Agora, caminho das águas: naturalmente que nós precisamos acompanhar a passagem de água pelos canais que estão prontos e que estarão, obviamente, sendo trabalhados por nós para que não percamos tempo com enchimentos de reservatório para que a água possa chegar até o seu destino final, até o Rio Piranhas.

Outro assunto que eu não abordei foi a questão da revitalização do São Francisco, que é outro ponto importante ...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E, nesse aspecto exatamente, nós indagamos com relação à questão orçamentária. Como é que está isso? Há orçamento assegurado, concreto, para as ações de revitalização do São Francisco? Isso passa, naturalmente, não só pelas intervenções, mas pelo cuidado das nascentes, do desassoreamento etc.,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas a nossa maior preocupação continua com as ações que dizem respeito à questão do saneamento, do tratamento dos esgotos, a questão dos resíduos sólidos, uma vez que a maioria dos Municípios por onde as águas do São Francisco passam são totalmente desassistidos do ponto de vista, repito, do saneamento ambiental.

E o que a gente tem escutado muito, Ministro, é muito anúncio, anuncia isso, anuncia aquilo, mas, efetivamente, de concreto, o que é que existe realmente com relação à questão da revitalização?

O SR. HELDER BARBALHO – Primeiro, é importante registrar que a cultura do anúncio não é uma cultura recente.

O problema da revitalização do São Francisco é que se passaram mais de dez anos da obra e agora é que efetivamente se está debatendo a revitalização do São Francisco, o que deveria ter sido feito quando do início das obras físicas da transposição do Rio São Francisco. O nosso desafio, eu diria, é muito mais financeiro do que orçamentário. Para tal, o Presidente orientou que a equipe do Ministério da Integração, sob a coordenação da Casa Civil, envolvendo o Ibama e o Ministério de Minas e Energia, encontrasse uma solução financeira para fazer suporte à questão orçamentária e pudéssemos viabilizar de maneira sustentável a revitalização do São Francisco.

E aí, além da fonte do orçamento e da receita dos Ministérios e dos órgãos, que de maneira transversal estão envolvidos na revitalização do São Francisco – lembro que não é apenas o Ministério da Integração, nós temos envolvidos a Codevasf, Ibama, Dnit, a Agência Nacional de Águas e tantos outros –, nós estamos trabalhando com dois cenários de maneira prioritária para garantir estes recursos.

Primeiro: a conversão de multas do Ibama. O Presidente já assinou esta determinação há cerca de 15 dias, com o Ministro Sarney e a Presidente do Ibama, Suely, e a conversão das multas do Ibama estará sendo priorizada para utilização na revitalização da Bacia do São Francisco. Além disso, no projeto de lei que está tramitando no Congresso, na discussão para a privatização da Eletrobras, nós disponibilizaremos, por 10 anos, R$350 milhões por ano e, depois dos 10 anos, há uma diminuição desse repasse. Lembro que essas medidas se associam ao orçamento que cada órgão do Governo Federal já possui para a utilização nas ações de revitalização do São Francisco.

Outra questão que é importante e que já está autorizada pelo Presidente da República, e nós já estamos em fase de contratação, é uma EVTEA que possa estudar ...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HELDER BARBALHO – ... a integração entre a Bacia do Tocantins e a Bacia do São Francisco.

Essa é uma alternativa que está em fase de estudos e que pode, ao término da EVTEA, estando consolidadas as viabilidades ambientais, técnicas e econômicas, garantir, Deputado Rômulo, a possibilidade de uma solução além do processo de recarga, além do processo de revitalização em si, conhecido por todos, que nós possamos fazer a integração das bacias e, com essa integração, encontrarmos uma solução definitiva para a oferta hídrica do São Francisco.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Bom, Senadora Lídice, nós vamos passar a palavra a V. Exª como Vice-Presidente aqui da Comissão e,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em seguida vamos, imediatamente, passar a palavra aos Parlamentares inscritos pela ordem de inscrição.

Eu quero registrar a presenta do Senador Elmano Férrer, um Parlamentar muito atuante aqui no tema do desenvolvimento regional.

Quero registrar também a presença do Deputado Rômulo Gouveia, Deputado Federal da Paraíba.

Queremos ainda aqui registrar e agradecer, com muita satisfação, as presenças de Rodrigo e Arimatéia. Arimatéia França é coordenador da Rede dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, e Rodrigo Guimarães de Carvalho é presidente do Comitê de Bacia do Rio Apodi-Mossoró.

Queremos aqui registrar também a presença de Marcílio de Lemos, coordenador da ASA Brasil; de Chico Mendes, o prefeito lá de São José de Piranhas; e de José Procópio de Lucena, Articulador Estadual do Seapac e também representante da Igreja.

Nós vamos imediatamente passar a palavra à Senadora Lídice. Vamos fazer um bloco de três ou, então, ouviremos inicialmente os Senadores, os Parlamentares...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Vou fazer uma sugestão, Presidente. É que a Ordem do Dia daqui a pouco vai começar. Então, é bom que todos façam as perguntas.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito. Então, vou só fazer aqui uma solicitação aos Senadores para que possamos ser o mais objetivos possível, uma vez que também quero facultar a palavra às assembleias legislativas, ao representante do governo do Estado e aos movimentos sociais que estão aqui presentes. O.k.?

Com a palavra a Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Agradeço enormemente à Presidente.

Saúdo o nosso Ministro, jovem Ministro, que tem atendido sempre às demandas desta Comissão no sentido de fazer-se aqui presente, de esclarecer – tem uma voz igual à do seu pai, portanto nos lembra permanentemente a presença do seu querido pai e amigo de todos nós aqui no Senado –, e tem dedicado parte da sua juventude a esse projeto.

E aqui, Ministro – V. Exª sabe, todos sabem –, estão os Estados que discutem e estão interessados nas obras da transposição do Rio São Francisco. E eu, como baiana, sem nenhuma restrição à transposição, coloco a posição da Bahia, que sempre foi a de preocupação com esta obra, antes no Governo do Presidente Lula, agora mais ainda, com a revitalização do rio.

O Governo Federal está vendendo terreno na Lua com a obra da transposição do Rio São Francisco. É que não há rio a ser transposto, o rio está morrendo, o rio está morrendo e não tem recebido recursos para a sua revitalização. Além do que está aqui dito, que já foi destacado aqui, dos R$100 milhões colocados, que é uma bobagem, colocados pela Bancada da Bahia, com o cancelamento de quase R$30 milhões na ação de revitalização e os 70 restantes completamente bloqueados...

Não é só isso. V. Exª mesmo acabou de falar: a justificativa agora do Governo para a privatização da Eletrobras é trocar esse ativo, esse patrimônio construído pelo povo brasileiro que é a Eletrobras, e,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no caso específico, do povo nordestino, a Chesf, trocar por R$9 bilhões em trinta anos, Senador Elmano. Isso significa R$300 milhões por ano, o que é absolutamente irrisório...

(*Soa a campainha.*)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – ... no que diz respeito à salvação do Rio São Francisco.

Todas as contas... O próprio Governo chegou a prever R$7 bilhões em dez anos, e foi considerado pouco pelo Comitê de Bacias do São Francisco. Dez anos, R$7 bilhões, mas agora querem dar R$10 bilhões em trinta anos. Isso é para revitalizar nada! Os senhores estão sendo enganados, porque não haverá água para chegar aos Estados dos senhores. Não adianta chover na nascente do rio se as obras não forem feitas no sentido de desassorear o rio, no sentido do reflorestamento, no sentido, portanto, de também sanear o rio. Não haverá rio!

Outro terreno que se vai vender na Lua é a privatização da Chesf, dando à empresa privatizada a administração, a gestão, de um rio inexistente, um rio que se acaba a cada dia. Quando o Dr. Arraes, no Governo de Fernando Henrique, enviou uma carta solicitando, Senador Humberto, a suspensão da privatização da Chesf anunciada naquele período, nos anos 90, dizia ele o seguinte: os estudiosos falam que, daqui a cinquenta anos, a continuar essa realidade, o rio estará morto.

Pois é, já se passaram vinte anos desde aquela data e não há a expectativa dos especialistas de mais trinta anos de existência do rio. Os especialistas falam em dez anos de existência do rio se nós não tivermos investimentos pesados, e investimentos pesados no valor dos bilhões por ano, para que nós possamos reverter a tendência existente hoje, de morte do Rio São Francisco.

Eu sei da boa intenção do Ministro e acredito nela, mas, em pleno Fórum Mundial da Água no Brasil, em Brasília, quando nós estamos discutindo dois pontos fundamentais, ações de segurança hídrica do ponto de vista da manutenção do Acordo de Paris em relação às mudanças climáticas no que concerne à água, a segurança hídrica e o compartilhamento da água... Ou seja, as águas, com seus múltiplos usos, precisam ter uma gestão compartilhada. E o debate internacional indica que não tenhamos a privatização das águas como possibilidade. É justamente nesse momento que o Brasil anuncia esse passo para trás. Aliás, não é um passo, são trezentos passos para trás quando se anuncia uma privatização querendo enganar os nordestinos com a ideia de que vão privatizar para pegar R$300 milhões e jogar no rio por ano para revitalizar o Rio São Francisco.

Isso não vai acontecer. Não porque o ministro não deseje, não porque o ministro não seja eficiente, mas porque não é suficiente para barrar o processo, já muito desenvolvido, de assoreamento e de morte do Rio São Francisco.

(*Soa a campainha.*)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Portanto, Sr. Presidente, ao finalizar, quero perguntar apenas ao Ministro qual é, afinal de contas...

Eu já ia perguntar a V. Exª o que V. Exª adiantou, que eram esses recursos previstos, porque eu tinha dúvida se eram tão poucos, mas V. Exª afirmou que sim. Mas gostaria de saber qual é o modelo, afinal, que está previsto para essa privatização do sistema Eletrobras. O Ministério de Minas e Energia sequer foi capaz de dizer isso, querem que o Congresso Nacional vote um cheque em branco, um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

modelo que sequer está definido. Mas eu gostaria de ouvir de V. Exª, que é uma parte apenas desse debate, talvez a parte mais frágil do debate, afinal de contas, o que é que o Governo quer. E se trata de um ano eleitoral, em que se aproxima do fim um Governo que sequer foi votado – foi votado para ser vice –, sequer foi votado com um projeto claro sobre essa questão para o Brasil. Como é que se pode privatizar o sistema Eletrobras do Brasil sem passar pelo debate político com a sociedade brasileira, debate que um Presidente da República é obrigado a fazer?

Ora, não é possível, Sr. Presidente! Não é possível, Srª Presidente e Srs. Senadores! Com toda a minha solidariedade ao projeto de transposição, entendo que, sem revitalização, não há transposição. Sem revitalização, estão vendendo um terreno na Lua para o Nordeste brasileiro, que vive ansioso mendigando água para o seu desenvolvimento e que está sendo atingido permanentemente por esse tipo de proposta.

Não à privatização da Eletrobras!

O SR. HELDER BARBALHO – Presidente, eu gostaria, sob o risco de a Senadora ter que ir para a Ordem do Dia... Eu gostaria apenas de esclarecer, até porque sei da sua correção e da sua gentileza para comigo, e não é de hoje. Acho que é importante que deixemos claro que a última coisa a que eu me disporia era vir a esta Comissão, com o respeito que tenho ao Senado da República e ao Congresso Nacional, para trazer qualquer coisa que não fosse a absoluta verdade.

Segundo, quero deixar claro que o processo de privatização, ou de decisão a respeito do setor elétrico, não cabe ao Ministério da Integração Nacional. Coube a mim, na preocupação que tenho com o que V. Exª disse a respeito da necessidade de revitalizarmos o Rio São Francisco... Quando pensamos e discutimos de maneira transversal a construção do plano de revitalização, desde o primeiro momento, precificamos esse plano e estamos dialogando internamente no Governo para viabilizar com o Ministério do Planejamento aquilo que cabe ao Ministério da Integração – as suas, vinculadas – e aquilo que cabe aos demais órgãos do Governo.

A partir da discussão, exatamente pela demanda apresentada por nós da necessidade de haver construção orçamentária e financeira para complementar o orçamento dos órgãos envolvidos, se colocou a vinculação com a privatização da Eletrobras, se colocou que parte dessa receita estaria vinculada para custear o plano, já que o Ministério da Integração, no seu orçamento, não seria capaz de fazer frente aos R$6,9 bilhões que estão estimados até 2026 para a revitalização do Rio São Francisco.

Segundo: é importante registrar que isso é uma agregação. Cada órgão que tem a sua responsabilidade no plano de revitalização do São Francisco...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HELDER BARBALHO – ... tem o seu próprio orçamento. E, nesse orçamento, incluem-se as suas ações. O que se está buscando é garantir receita para conseguir fazer a complementação totalitária a respeito da composição orçamentária e financeira. E, aí, envolve-se não apenas o processo de privatização da Eletrobras, como também as conversões das multas do Ibama.

Esses são dois pontos importantes.

É importante também colocar que a discussão é a Eletrobras. Quanto à privatização do rio: eu acho que temos, para não confundir a opinião pública, esclarecer que o que se discute é a operação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

elétrica, e não quem tem ingerência ou deixa de ter ingerência sobre o rio. No que diz respeito a isso, inclusive, é importante também esclarecer que a operação do São Francisco está sendo estudada pelo BNDES – a operação. Não há absolutamente nenhuma relação com o rio, é operação de gestão, que hoje é feita diretamente pelo Ministério da Integração e será passado para a Codevasf.

E nós estamos discutindo se é mais barato e mais eficiente uma parceria público-privada ou se é mais viável a operação direta pelo Governo Federal através da Codevasf, inclusive com a vinculação de repasse financeiro para custear essa operação dos Estados beneficiados a partir do acordo de 2005, quando à época a outorga da Agência Nacional de Águas estabeleceu qual seria o critério de gestão e de financiamento das águas do São Francisco.

Eu não tenho dúvida, Senadora, de que nós precisamos agir. Estamos atrasados nessa ação. Estabelecer como verdade absoluta que hoje nós estamos vendendo terreno na Lua é desconhecer a mudança e as transformações que já estão acontecendo no Estado da Paraíba. O que nós precisamos é pensar claramente que a verdade de hoje pode não ser a verdade do amanhã. E isso nos obriga a agir hoje para que continuemos a constatar que, com a chegada do São Francisco, as transformações são reais e efetivas e têm construído um novo tempo para as populações que recebem água do São Francisco. E isso poderá estar comprometido se nós não agirmos hoje.

E, para tal, é preciso que todos, de forma coletiva – Congresso Nacional, Poder Executivo, com a fiscalização dos órgãos de controle do Poder Judiciário e do Ministério Público –, encontremos a solução que possa, por um lado, fazer as ações de recarga e de revitalização, que levam determinado tempo, não são imediatas – quando você protege uma nascente, a repercussão da recarga da mesma não é imediata.

Nós precisamos buscar alternativas. É por isso, inclusive, que nós estamos discutindo a possibilidade da integração de bacias, porque nós precisamos trabalhar em todas as frentes que possam permitir, a médio prazo, que tenhamos efetivadas soluções que não comprometam os benefícios que hoje nós já estamos vivenciando com a chegada das águas do São Francisco onde as mesmas estão passando.

Então, eu queria só esclarecer isso de maneira bastante sincera, Senadora. E conte com a minha absoluta solidariedade. Eu sou de um Estado que tem oferta hídrica. Eu sei o que isso representa para cada um de vocês, principalmente a partir do convívio que eu tenho tido com cada um aqui e com as regiões dos senhores. Longe de mim fazer qualquer colocação que não fosse absolutamente dentro da minha preocupação e da orientação do Presidente da República para que busquemos soluções, que não são soluções, em alguns momentos, de entrega imediata, mas para as quais são necessárias iniciativas imediatas.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Sr. Ministro, já que o senhor respondeu imediatamente, eu queria também deixar dois pontos esclarecidos.

O primeiro é que, obviamente, eu sei, até porque estive lá, na chegada das águas da transposição do rio, na Paraíba, e vi a grande festa feita pelo povo. Quando nós dizemos "terreno na Lua", é porque isso não se manterá, e V. Exª sabe disso, tanto que aqui já destacou que, sem as ações de revitalização do Rio São Francisco, essa obra da transposição terá tempo pequeno de vida, porque as ameaças à vida do Rio São Francisco são reais, não são invenções minhas – basta percorrer todo o rio no lado da Bahia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acontece que, com o nível de investimento que está previsto – e eu sei que não é da alçada de V. Exª a decisão sobre o valor, mas V. Exª o anuncia –, mesmo com as multas advindas do Ibama, que nós já tivemos oportunidade de debater aqui com o próprio Ministro Zequinha, não se terá o suficiente para o nível de investimento que é necessário para a revitalização. E isso não é dito por mim, isso é dito por todos os especialistas que atuam nessa área há muitos e muitos e muitos anos.

Então, eu desejo todo o sucesso a V. Exª nesse caminho. Obviamente, sou absolutamente solidária, volto a dizer, com as obras de transposição do rio e lutamos por elas, mas não é uma posição de um Estado que está se sentindo prejudicado. É a posição de um Estado que vive a realidade da morte do Rio São Francisco cotidianamente. E, se nós não tivermos uma ação solidária de entendimento de que a ação principal é a revitalização do rio, nós não teremos o efeito que é necessário para que os nordestinos possam ter direito à água e ao desenvolvimento.

Eu defendo o acesso à água como um direito...

(*Soa a campainha.*)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – ... um direito da população brasileira, e por isso é que defendo a revitalização do Rio São Francisco como o principal projeto a ser feito.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito. E nós também, Senadora Lídice, até porque essa é uma das pautas prioritárias do debate nosso aqui em matéria de segurança hídrica. E o próprio Ministro reconhece isso. Para que o Rio São Francisco dê vida aos irmãos e irmãs do Nordeste, é preciso que esse rio tenha vida. E a vida do rio passa efetivamente por ações concretas, que estão já delineadas, definidas, para poder cuidar exatamente da qualidade dessas águas.

Eu volto aqui a colocar: nós não podemos mais ficar assistindo. De repente, essas cidades não têm esgoto tratado, não têm o lixo tratado, as intervenções que precisam fazer nas matas ciliares etc. Eu quero só colocar...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – No Pará, agora, nós tivemos o desastre da mineradora...

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vou passar a palavra.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vou passar a palavra aos senhores.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu sei, vou passar a palavra aos senhores. É porque é assim mesmo. Isso é uma demonstração de que o debate sobre essa obra não vai terminar quando as águas chegarem ao Rio Grande do Norte, ao Ceará,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

à Paraíba. Esse debate vai continuar por quê? Porque diz respeito a uma etapa fundamental dessa obra, que são as ações de revitalização, e aqui é a Casa do debate.

Evidentemente, há aqueles que concordam e aqueles que discordam. Por exemplo, nós achamos que é um equívoco usar a privatização de uma empresa como a Eletrobras para responder às ações de revitalização. Mas isso será tema de muito debate, que já está sendo feito e que será feito aqui no Congresso Nacional. O foco, aqui e agora, é a questão da obra principal, das obras complementares e das ações de revitalização – não há como dissociar, não há como falar do São Francisco, das obras físicas etc., sem falar das obras sociais e sem falar das ações de revitalização.

Passo agora a palavra, imediatamente, ao Senador Garibaldi Filho. Pela ordem dos inscritos, depois é o Senador Humberto, depois o Senador Cássio e depois o Senador José Agripino.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Srª Presidente Senadora Fátima Bezerra, Srª Vice-Presidente, Senadora Lídice da Mata, Senadores e Senadoras aqui presentes, Deputados Federais, Deputados Estaduais, nosso Senador Elmano Férrer, eu queria cumprimentar todos e dizer que a nossa preocupação é porque o Estado do Rio Grande do Norte realmente precisa receber uma boa notícia com relação ao andamento das obras do Eixo Norte, uma vez que as obras do Eixo Norte ainda não foram concluídas. Nós temos a conclusão de 95% das obras do Eixo Norte, e o nível de conclusão, no trecho da captação do Rio São Francisco até Jati, é de 92,5% da execução operacional. As obras foram retomadas em junho do ano passado pelo consórcio Emsa-Siton, responsável por finalizar esse trecho. Para o pleno funcionamento do projeto de transposição, é fundamental a execução das obras complementares que conduzem as águas de cada eixo para as regiões a serem beneficiadas.

Então, gostaria de saber do Ministro se realmente as obras estão tendo o avanço necessário com relação ao seu calendário. Gostaria de saber com relação ao andamento das obras complementares. Gostaria também de saber do nosso Ministro, que tem se mostrado, diga-se de passagem, muito atento aos interesses dos nossos Estados... O Ministro Hélder Barbalho, só a esta Comissão, já compareceu duas ou três vezes – três vezes só a esta Comissão. Então, ele está sempre disposto a prestar todos os esclarecimentos.

Nós temos o Ramal do Salgado, no Ceará, estimado em cerca de R$691 milhões. Isso faz parte do Eixo Norte. Temos o Cinturão das Águas do Ceará, cuja previsão, na lei orçamentária anual de 2017, é de R$210 milhões. O Ramal do Entremontes, em Pernambuco, tem projeto básico concluído e valor global estimado em R$1,51 bilhão. Há o Ramal do Piancó e o nosso Ramal do Apodi, que o Ministro citou, cujo projeto executivo, em fase de conclusão, tem custo estimado de aproximadamente R$2,7 bilhões. Contudo, ainda não há previsão orçamentária para essas obras.

Gostaria, então, que o Ministro nos tranquilizasse, principalmente diante da notícia de que nós, novamente, poderemos ter um ano irregular em matéria de inverno, pois as previsões, que eram tão generosas no início deste mês de março, agora se apresentam com um caráter de preocupação. Então, nós temos de fazer com que a obra de transposição se torne uma realidade. E essa realidade – nós estamos aqui para ouvi-lo – é uma preocupação não apenas minha, do Senador José Agripino, da Senadora Fátima e dos Deputados Federais. Nós estamos numa expectativa muito grande, porque as pessoas cobram: "A transposição já chegou na Paraíba?" Terminará chegando primeiro ao Ceará do que ao Rio Grande do Norte! Mas o que nós queremos mesmo é que V. Exª nos tranquilize com relação a esse calendário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vamos passar agora ao Senador Humberto Costa. Em seguida, ao Senador Cássio.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Srª Presidenta, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, Sr. Ministro, primeiro acho que é importante ressaltar uma coisa que nós não nos cansamos de fazer.

Vi recentemente uma matéria na *Folha de S. Paulo* falando das maravilhas da transposição do São Francisco, de tudo isso a que V. Exª se referiu, não apenas na Paraíba, mas em todos os Estados e cidades em que a população foi atingida pela transposição. Só esquecia uma coisa básica: que isso foi uma obra praticamente feita, realizada, nos governos do PT. Quantas resistências tiveram de ser superadas no início? Muitos, que hoje fazem festa com a inauguração de trechos, diziam que isso era um sonho, que era um projeto inviável. Hoje a gente, que está no Nordeste, vê a capacidade visionária que Lula teve e à qual Dilma também deu consequência. Essa é uma primeira coisa.

A segunda coisa é a seguinte. Também gostaria de saber de V. Exª quais são, na sua opinião, os efeitos de um processo de privatização da Chesf para esse manejo do rio, do ponto de vista das águas. Não é apenas a questão da revitalização, que realmente é muito importante, mas que não pode ser algo que seja garantido por recursos insuficientes. Além disso, uma das fontes, em tese, é decrescente. A não ser que o Brasil continue a ser um País onde se faz tudo o que há de ilegal e irregular, essa receita de multas aplicadas pelo Ibama deve ser uma fonte decrescente. Nós precisamos de fontes estáveis para garantir isso.

Concordo também com a observação da Senadora Lídice de que o que está previsto como obrigação da eventual empresa que venha a ser dona da Chesf é insuficiente para essa tarefa da revitalização do rio e para a manutenção desse rio vivo depois desse processo.

Mas eu pergunto: quais seriam esses impactos? V. Exª disse que são duas coisas diferentes – a privatização e a questão da utilização da água –, mas a gente sabe que em muitos momentos essas duas coisas são altamente articuladas. A gente tem exemplos em que houve redução da liberação de água para poder viabilizar a produção elétrica. Enfim, não vejo como isso seja...Então, queria ouvir a opinião de V. Exª sobre essa questão.

Por último, V. Exª falou em dois modelos para a gestão. Gostaria de saber se é possível descrever um pouco melhor cada um deles, já que é um processo que está em discussão. Quais são? V. Exª poderia descrever um pouco como funcionaria?

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O.k., Senador Humberto.

Bom, passamos agora ao Senador Cássio.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Senadora Fátima, Senadora Lídice, Ministro Hélder, Senadores e Senadoras presentes, Deputados, disse, em outra oportunidade, que uma das grandes lições que São Francisco de Assis nos deixou é a de que é dando que se recebe. É incrível que, só após a doação que o São Francisco estará fazendo – ou já está fazendo – a outros Estados que não eram banhados por suas águas, o Brasil se mobilizará, sobretudo o Nordeste, para salvar o rio. Então, existe hoje, Senadora Lídice, um reforço na luta histórica da Bahia e de outros Estados pela salvação do rio, que passou a incorporar força também política e social da Paraíba, do Rio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Grande do Norte, de Pernambuco, que já contavam com o rio, do Ceará, para que nós não possamos permitir que a situação, já muito grave, do São Francisco se torne irreversível.

Sou obrigado a trazer um depoimento, neste instante, de que a transposição do São Francisco no seu Eixo Leste salvou uma população de mais de 1 milhão de habitantes do colapso.

Aqui há de se celebrar, também, algo que nem sempre é visto no Brasil, que é a continuidade administrativa. Essa obra foi inicialmente concebida no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, foi iniciada pelo Presidente Lula, teve sequência na gestão da Presidente Dilma e foi concluída – ou está em vias de conclusão definitiva – no período do Presidente Michel Temer. E essa continuidade administrativa se vê em outras obras, inclusive da transposição, como é o caso do Canal Acauã – Araçagi, que foi uma obra concebida ao tempo em que fui Governador, licitada ao tempo em que fui Governador. Teve sequência na gestão do Senador José Maranhão e, agora, está sendo concluída pelo Governador Ricardo Coutinho, numa saudável e salutar continuidade administrativa que deve ser celebrada.

Dentro dessa máxima de que é dando que se recebe, nós vamos nos mobilizar, sim, para evitar o colapso completo do São Francisco, dada a sua importância, já demonstrada de forma concreta: não é apenas uma projeção, não é apenas uma expectativa. A população de Campina Grande e de todo o seu entorno foi salva de um colapso. Não fosse a generosidade do povo baiano, do povo de Minas Gerais e de outros Estados em ceder a água do rio, nós estaríamos hoje vivendo uma catástrofe de grandes proporções porque o Açude Epitácio Pessoa, de Boqueirão, não teve a recarga necessária e foi exatamente a água do São Francisco que salvou a população de Campina Grande e de seu entorno de uma catástrofe efetiva, porque não tínhamos como abastecer aquela população. Portanto, essa luta será constante.

Devo aqui, como já fiz em outras oportunidades, reconhecer o trabalho que o Ministro Hélder vem desenvolvendo. Cheguei a brincar, inclusive, com o Ministro certa feita. Quando ele foi anunciado Ministro da Integração, eu disse: pronto, a transposição foi para o espaço. Veio de um Estado onde sobra água, onde a água é abundante, que é o Estado do Pará. Não vai lançar seus olhos para uma obra importante para o Nordeste como é a do São Francisco. Foi onde me enganei, foi exatamente essa sensibilidade a que o Ministro teve. Deve-se registrar, sempre – apesar das divergências que tenho com o Governo do Presidente Michel Temer, tenho divergências profundas com o Governo –, que faço questão de, mais uma vez, e de forma pública, reiterar a palavra de louvor ao trabalho do Ministro.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Em relação ao Eixo Leste, Ministro, que já é uma realidade, tenho duas preocupações.

Sobre a primeira delas gostaria de ouvi-lo com mais atenção. As informações que estão sendo apresentadas é a de que haverá suspensão do bombeamento, em caráter momentâneo, do Eixo Leste. Ao mesmo tempo em que vai ser suspenso o bombeamento, serão abertas as comportas de Boqueirão para levar água até Acauã, o que é uma necessidade óbvia, para abastecer quatorze outras cidades do baixo e médio Paraíba. Se há um estudo, por parte do Ministério e da própria Agência Nacional de Águas, da conservação regularizada, já que o Açude de Boqueirão (Epitácio Pessoa) não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

teve uma recarga suficiente ainda, por força de chuvas, e o que vem mantendo a vazão regularizada do açude é indiscutivelmente a transposição, se fecham o bombeamento e abrem as comportas, quais são os estudos que estão sendo apresentados pela área técnica do Ministério para a preservação dessa vazão regularizada que evite um novo racionamento, um novo colapso nessa região?

Ainda sobre o Eixo Leste. Uma demanda que venho apresentando de forma constante – e tenho encontrado a habitual solidariedade do Secretário Nacional de Recursos Hídricos, Dr. Antônio de Pádua – diz respeito às comunidades rurais que ficaram isoladas. O Rio Paraíba era um rio seco, passou a ser um rio perene, e comunidades rurais de Monteiro, Camalaú, do Congo, Caraúbas, São Domingos do Cariri e Cabaceiras estão isoladas porque o rio passou a ser perene. No caso de Monteiro e Camalaú, a última informação que recebi do Secretário Antônio de Pádua foi a de que o Ministério estaria cedendo equipamentos e material para as respectivas prefeituras, de Camalaú e do Congo, para que essas prefeituras pudessem promover a construção de passagens molhadas, de pontilhões, de pequenas pontes, enfim, para a solução de engenharia que retire essas populações rurais que estão absolutamente isoladas. Então, é preciso muita atenção a esse aspecto. Volto a reiterar o apelo, o pedido, em nome da população de Monteiro, de Camalaú, do Congo, de Caraúbas, de São Domingos do Cariri, de Cabaceiras, para que essas providências sejam adotadas com urgência.

Por fim, no que diz respeito ao Eixo Norte, a primeira questão que se levanta é a recuperação da Barragem, igualmente conhecida como Boqueirão, de Engenheiro Avidos, em Cajazeiras. É uma porta de entrada do Eixo Norte para o sertão paraibano. Está, desde o primeiro projeto de transposição, a recuperação da Barragem de Engenheiro Avidos, mas essa obra não foi ainda iniciada. Então, era preciso uma providência urgente do Ministério para que a população de Cajazeiras, do próprio Distrito de Boqueirão, pudesse ter a tranquilidade e a segurança de que o Açude Engenheiro Avidos estará pronto para receber essas águas da transposição.

No mais, é o reforço àquilo que vem sendo priorizado pela nossa Bancada na Paraíba: o Ramal Piancó. Inclusive, na nossa emenda de bancada, já destacamos recursos para que a obra do Ramal Piancó possa ser iniciada, se possível, ainda este ano, já que a partir da entrada da água no Ceará será preciso fazer um pequeno canal até Conceição, já na Paraíba. A partir do Açude de Condado, em Conceição, pereniza-se o Rio Piancó para chegar ao complexo de Coremas-Mãe d'Água, que será importante, inclusive, também para o Rio Grande do Norte.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Para o Rio Grande do Norte.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – É uma obra que atenderá a Paraíba e o Rio Grande do Norte, pela importância que o Açude de Coremas- Mãe d'Água tem também para o Estado do Rio Grande do Norte.

Então, para não extrapolar muito o tempo, são essas as questões que levanto. Apenas registro que, não fosse a continuidade administrativa de uma obra que foi iniciada no Governo de Lula, que passou pelo Governo da Presidente Dilma e que está sendo concluída agora no Governo do Presidente Michel Temer, nós estaríamos diante de uma situação muito, muito difícil. Essa continuidade administrativa, naturalmente, é uma necessidade que o Brasil tem e que se verifica em várias outras partes do Brasil, como já apontei no Estado da Paraíba, com a sequência de obras que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foram iniciadas ao tempo em que fui Governador – foram sequenciadas pelo Governador e atual Senador José Maranhão e, agora, pelo atual Governador Ricardo Coutinho.

Agradeço, Ministro, sua atenção e sua presença mais uma vez nesta Comissão e aguardo os esclarecimentos de V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradecemos a participação do Senador Cássio Cunha Lima.

Passo agora a palavra para o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Srª Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, Ministro Hélder Barbalho, inicialmente o meu agradecimento pela sua permanente disponibilidade para vir ao Senado, para receber comissões de Parlamentares, para receber interessados, sejam técnicos, sejam gestores, para esclarecer e para possibilitar o andamento da obra da transposição do São Francisco. Esse reconhecimento, eu tenho que fazer. V. Exª já veio aqui várias vezes e incontáveis vezes recebeu os interessados, sejam da Paraíba, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte ou do Ceará, no seu gabinete. O testemunho que eu posso dar: não há hora para falar sobre esse assunto, e recebe e fala sem tempo.

Mas eu preciso lhe passar algumas informações, ou lhe prestar um depoimento. Eu fui, na última semana, a alguns Municípios do Estado. Fui a Riachuelo, fui a Currais Novos, fui a Equador, fui a Angicos, que ficam em regiões distintas. Antigamente, dez, quinze anos atrás, a gente saía de manhã cedo, e o que atravancava o trânsito das estradas eram as ambulâncias – ambulâncias! Hoje, uma viagem que se faria normalmente em duas horas se faz em três, três e meia: não é mais ambulância, agora é carro-pipa, um atrás do outro.

Senadora Lídice, os caminhões-pipa que estavam levando água para as cidades onde eu estava ou para onde eu estava viajando estavam vindo de Natal ou de Macaíba. Aí eu fico perguntando: e se faltar água na Barragem de Santa Cruz? Se faltar água na Barragem de Açu? Está quase acabando. Como é que fica? Enquanto Natal e Macaíba têm água para transportar via carro-pipa para algumas cidades até o meio do Estado, na ponta do Estado, na tromba do elefante,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – ...não há disponibilidade de água. Então, é desespero.

Nós estamos assistindo no Rio Grande do Norte neste momento é a aflição explícita, pelo fato de o restinho de água que existe em alguns reservatórios, apesar das chuvas do mês de fevereiro, estar se acabando. A única alternativa...

Eu dei várias entrevistas de rádio. A pergunta sistemática – muitas perguntas foram feitas –, a pergunta que mais se repetia, era sobre a transposição do São Francisco, a água que ia garantir o seguro da Barragem do Açu, Armando Ribeiro Gonçalves, e a hipótese – nós falamos muito sobre isso – do seguro água da Barragem de Santa Cruz, lá para dentro.

A notícia que nós temos é que o Eixo Norte está parado, mas não por culpa do Ministério. O Ministério está com orçamento e está com dinheiro, mas parece que há uma caveira de burro enterrada no Eixo Norte, no trecho da transposição que levará água, creio eu, dentro de pouco tempo, espero eu em pouco tempo, para a Barragem de Santa Cruz. Parece que a empresa que ganhou é uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

empresa que não está apetrechada do ponto de vista financeiro e técnico, ou de equipamentos, para realizar a obra, e a gente já suspeitava que isso pudesse vir a acontecer. E, muito embora os pagamentos estejam rigorosamente em dia, a empresa deu com os burros n'água. Me desculpe o linguajar chulo, mas essa é a verdade. Em função disso, nós estamos pagando com aflição. Nós estamos pagando o preço da angústia da obra parada e da água do São Francisco, que já chegou à Paraíba – daí a razão da alegria do Senador Cássio Cunha Lima, com a sua Campina Grande, fora da zona da aflição. Toda a nossa região permanece no esquema da aflição, na faixa da aflição.

A primeira pergunta que eu lhe faço é: dentro das suas conjecturas, quanto é que falta para que o Eixo Norte fique pronto para chegar água à Barragem de Santa Cruz? As obras, porque água é uma questão de vir por etapas até chegar, mas só chega se a obra física estiver pronta. Quanto é que falta, quantos por cento faltam e com quanto de dinheiro se resolve esse problema? E gostaria de saber também se o ministério tem algum plano B para, em função do malogro da empresa, que não está cumprindo seus compromissos, muito embora esteja recebendo suas faturas... Há algum plano B para que esse resto de obra do Eixo Norte, que vai levar água para a Barragem do Açu, seja concluído? Gostaria de saber se existe e em quanto tempo se poderia concluir, tendo em vista que orçamento existe e recurso existe.

O segundo ponto é o famoso Canal Apodi. Vai de São José de Espinharas até José da Penha. Senador Garibaldi, esse ramal, que interessa também aos nossos conterrâneos do Ceará, porque há o Canal do Salgado, que pode sair daí, vai levar a água para a Barragem de Pau dos Ferros e chegará com água à Barragem de Santa Cruz. A região mais seca do Estado é essa. A que está mais...

O Açude de Pau dos Ferros, que é um açude de dezenas de anos, não tem um pingo d'água, zero. E foi um açude que por anos e anos e anos abasteceu muitas cidades, há até perímetro irrigado. Não tem uma gota d'água. Será salvo na hora em que esse Canal Apodi, Espinharas-José da Penha, ficar feito, porque a água vai chegar. E, em chegando pelo leito do Rio Apodi, vai chegar até a Barragem de Santa Cruz. Eu sei que o projeto está pronto; finalmente, pelo menos a etapa do projeto está concluída.

Eu queria saber a perspectiva de licitação, de alocação de recursos e de construção do Canal Apodi, que vai – aí sim – garantir um mínimo de aproveitamento da transposição do São Francisco para o Estado do Rio Grande do Norte.

Eu confesso a V. Exª que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – ... ao ouvir os depoimentos dos pernambucanos, dos cearenses e dos paraibanos, eu fico com inveja, porque eles já provaram o gostinho de parte da água. Nós do Rio Grande do Norte até hoje não provamos absolutamente nada e vivemos de frustração em frustração. De modo que, com muita franqueza, mas agradecendo a sua permanente disponibilidade e boa vontade – pena que esteja saindo do ministério, suponho eu –, gostaria de ter essas informações para que a gente possa pelo menos transmitir ao nosso Estado e possa dar um alento àqueles que estão hoje vivendo a angústia da falta d'água e da falta da fonte d'água de onde puxar até com carro-pipa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O.k.

Depois da participação do Senador José Agripino, nós vamos imediatamente passar para as assembleias. Por favor, agora o Deputado Fernando Mineiro... O Deputado Jeová.

O SR. JEOVÁ CAMPOS – Srª Presidente, primeiro meus parabéns por mais uma audiência pública.

Sr. Ministro, eu gostaria – sei que você está muito ocupado aí na mesa – de olhar no seu olho para parabenizá-lo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JEOVÁ CAMPOS – Jeová Campos.

Quero parabenizá-lo.

V. Exª conhece minha posição sobre o Governo que V. Exª compõe, mas sou obrigado aqui a reconhecer o trabalho de sua equipe, o Dr. Antônio de Pádua, o Luitgards, enfim, a equipe do Ministério que assumiu para si a responsabilidade de destravar os gargalos dessa obra e teve a nossa participação como coadjuvantes. E aí a Senadora Fátima se lembra muito bem da caravana que nós tivemos envolvendo igrejas, OAB e diversas instituições, Senador Cássio, para que o Supremo resolvesse a liberação do litígio judicial.

Sei que V. Exª não teve culpa, mas, lamentavelmente – aí vai a minha pergunta –, a empresa, ou consórcio Emsa-Siton – tenho certeza de que V. Exª há de reconhecer aqui –, não trabalha na velocidade que V. Exª programou e que efetivamente gostaria que estivesse acontecendo. A pergunta é mais ou menos na mesma linha do Senador Cássio: faltam quantos por cento, Sr. Ministro, para o Eixo Norte ser concluído? Em outras palavras, chegando água em Jati, vai para o cinturão do Ceará; se vai para o cinturão do Ceará, de Jati, para chegar a Morros, em São José de Piranhas, é tudo por derivação. Em Morros há uma área, que é um riacho, que chega a Engenheiro Ávidos. De Engenheiro Ávidos, desce pelo Piranhas até o Rio Grande do Norte, Senador José Agripino.

Aí vem a segunda pergunta: como é que está a questão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEOVÁ CAMPOS – ... do canal...

Só mais um minutinho, Senadora, porque eu vim de longe. Esta é bem a trigésima vez que vou a eventos para tratar desse tema.

É o canal que liga Caiçara, em Cajazeiras, a Engenheiro Ávidos. Porque essa água tão cara, vinda de tão longe, tão preciosa que é... Nós não podemos fazer com que essa água seja liberada por um caminho em que o índice de desperdício é muito elevado. E esse canal tão reivindicado pelo Rio Grande do Norte e pela Paraíba... Está há mais de quatro anos essa reivindicação dentro Ministério, Senador Cássio. É muito fácil ali: Caiçara, passando por Padre Levi, para ligar a Engenheiro Ávidos, 5km apenas. Se a gente solta, não tem o leito do rio. Se não tem o leito do rio, é desperdício. Como é que a água vai chegar lá, Senador Garibaldi, do Rio Grande do Norte? É uma outra questão.

Eu não posso deixar aqui, na medida em que o elogiei, de demonstrar certo desconforto, porque V. Exª, no afã da juventude, afirmou que até o mês de agosto seria concluído o projeto técnico

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

referente ao Ramal do Piancó, mas, pelo que V. Exª expôs, parece que vamos ter um retardo de um ano só para o projeto técnico ser elaborado, porque não está pronto ainda.

Antes... E aí eu lamento que V. Exª saia do Ministério – lá na minha Paraíba, muitas vezes se sabe mais as coisas sobre sua vida do que no Pará, pela importância que V. Exª tem dado a essa obra –, a sua saída nos preocupa quanto à questão de solução de continuidade, porque de fato têm sido muitas interrupções e, todas as vezes que se interrompe, você tem uma dificuldade na montagem de equipe, e isso impacta diretamente o empreendimento. Então, gostaria de saber o que V. Exª poderá ultimar para que, de fato, nós não tenhamos impactos nessa obra, tantos quantos já tivemos, e tão esperada que é.

Bom, o Ramal do Piancó. O Senador Cássio fala, eu reafirmo: é uma obra relativamente barata, deve ser em torno de 10% da do Ramal do Apodi.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEOVÁ CAMPOS – É de fácil execução. Por que é que a gente não dá uma abreviada nesse projeto para que possamos de fato licitar este ano?

Finalmente eu gostaria de deixar aqui uma reivindicação, porque sexta-feira eu estava na cidade de Uiraúna com os Senadores da Paraíba, e aqui falamos também de Raimundo Lira. A Barragem Capivara, construída para de fato ser um reservatório para abastecer toda aquela região norte do Estado da Paraíba, limite com Pau dos Ferros, está seca, tem apenas 1%. Vejam só, nós estamos hoje no dia 20 de março e só tem 1%.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEOVÁ CAMPOS – Nove cidades vão entrar em colapso imediatamente. Então para esse eixo do Apodi, se tem como previsão efetiva um ramal, não, uma tomada de água, não só para Lagoa do Arroz, mas também para Capivara.

V. Exª está vendo que as demandas vão surgindo, porque o problema é mais grave do que se desenhou trinta anos atrás. As secas são muito mais presentes, e as chuvas mais distantes.

Ministro, meus parabéns! E parabenizo a sua equipe aqui, Luitgards e Antônio de Pádua, nosso reconhecimento de público pelo trabalho desenvolvido até agora, tentando, enfim, solucionar uma causa de bastante complexidade, eu reconheço isso.

Muito obrigado pela oportunidade dada à Assembleia da Paraíba, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradeço ao Deputado Jeová.

Imediatamente passo ao Deputado Renato Gadelha, também da Paraíba.

Queria fazer só um apelo aqui aos Senadores. Faltam só mais três participarem, e a gente passaria para o Ministro, para ele responder a todas as indagações. É uma forma, evidentemente, de prestigiar e valorizar os que aqui vieram das Assembleias Legislativas, representantes do Governo do Estado etc.

Deputado Renato Gadelha. Em seguida, o Deputado Fernando Mineiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENATO GADELHA – Parabenizo a Senadora Fátima Bezerra pelo trabalho que tem feito em defesa da transposição das águas. Cumprimento a Senadora Lídice da Mata, o Ministro Helder Barbalho, todos os Senadores, Deputados Federais e Estaduais e outras autoridades aqui presentes.

Primeiro agradeço a V. Exª, porque o projeto do Eixo Leste culminou na sua gestão e salvou um milhão de vidas no Estado da Paraíba. E quero dizer que a *Folha de S.Paulo* publicou recentemente uma avaliação desse projeto, depois de um ano, e só tem notícias de sucesso. O Rio Paraíba hoje tem peixes que não habitavam aquele manancial há mais de vinte anos. Nós estamos recuperando a piscicultura no nosso Estado. As populações ribeirinhas, a quem estão permitindo irrigar meio hectare, estão voltando a ter condições de compra, renda e vida digna para os seus familiares.

E quero dizer a V. Exª, V. Exª sabe muito bem que nós temos dois rios São Francisco: o Rio São Francisco abaixo da Barragem de Sobradinho e o Rio São Francisco acima da Barragem de Sobradinho. Acima da Barragem de Sobradinho, o rio está degradado. E começou em 1971, na época da ditadura. O Ministro Paulinelli fez o projeto Jaíba, na região de Janaúba, irrigou 100 mil hectares e tem deixado aquela área sem os seus afluentes do Rio São Francisco. Esse foi o início de tudo. Depois Minas Gerais e a Bahia, com a irrigação exagerada com pivôs centrais,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENATO GADELHA – ... provocou a diminuição do volume do São Francisco.

Mas quero dizer a V. Exª que o São Francisco é um rio que está vivo. Com a chegada do Tocantins, que já é um projeto de V. Exª junto ao Governo Federal, nós não vamos vender terra na lua; nós vamos viver no paraíso. É isso que nós esperamos. E dizer a V. Exª da mesma preocupação do Senador Cássio Cunha Lima com relação ao Piancó, com relação ao afluente da Barragem de Caiçara até Engenheiro Ávidos, que vai permitir o preenchimento da grande caixa d'água da Paraíba, que é Coremas-Mãe d'Água, que também abastece o Rio Grande do Norte. Então é preciso revitalizar o rio acima do Sobradinho.

Mas quero dizer que o Rio São Francisco abaixo de Sobradinho está tão vivo que ainda joga 400 metros cúbicos por segundo no Oceano Atlântico. Esse rio não está morto. Esse rio está vivíssimo. Nós temos a Barragem de Sobradinho, nós temos a Cascata de Paulo Afonso, nós temos Petrolândia, nós temos Itaparica e Xingó. Nesse trecho nós temos mais água do que quando o rio foi descoberto. Agora, é preciso saber que nós estamos num período de estiagem prolongada. O manancial de Sobradinho está sendo recomposto. A partir daí nós não teremos problemas nesse trecho do rio.

Quero agradecer a sua atuação forte para levar essa água da transposição. E a nossa preocupação é que o senhor vai deixar o Ministério. O Pará vai fazer bom uso da sua competência. O Nordeste vai sentir a sua falta. Mas esperamos que V. Exª tenha, dentre os seus comandados, o novo ministro.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradeço ao Deputado Renato Gadelha, bem como ao Deputado Jeová, que representam a Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba.

Passo agora a palavra lá para o meu Estado do Rio Grande do Norte, para o Deputado Estadual Fernando Mineiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO MINEIRO – Senadora Fátima, eu quero primeiro parabenizá-la e a toda a Comissão por mais esta audiência. Há mais ou menos um ano estivemos aqui, é preciso lembrar, fazendo uma audiência tratando dessa mesma temática. O Ministro esteve aqui também. E de lá para cá as coisas andaram. Eu acho que a gente precisa fazer esse resgate, para não ficar apenas se lamentando sobre as dificuldades, concretas e reais, que temos diante de nós.

O fato é que, a partir da decisão e do compromisso do Presidente Lula e da Presidenta Dilma com o povo do Nordeste, nós estamos discutindo aqui como avançar naquilo que andou até agora.

Depois daquela audiência nós tivemos duas coisas que eu quero registrar aqui como importantes do trabalho da Comissão, do trabalho de V. Exª e da mobilização do Nordeste, Pernambuco, Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte, sociedade civil, Parlamentos: a ação da Comissão e o compromisso – é preciso reconhecer – do Ministro em relação a isso. Primeiro a retomada das obras do Eixo Norte. A gente precisa registrar aqui que naquela época, em abril ou março – abril do ano passado –, as obras estavam paralisadas. Eu acho que foi a ação dessa Comissão, Senadora Fátima, que fez com que o Ministro tivesse respaldo, inclusive gerencial e político, para poder assumir o compromisso que assumiu. Eu me lembro de que nós estávamos em Pau dos Ferros quando a senhora recebeu o telefonema do Ministro dizendo que as empresas estavam definidas e as obras seriam retomadas. Isso é uma coisa importante.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FERNANDO MINEIRO – Tinha sido derrubada, eu me lembro disso. Jeová e Gadelha, nós estávamos em Caicó quando a sua equipe nos comunicou a questão da decisão sobre a empresa.

A outra questão é o avanço importante do projeto executivo do Eixo Norte, porque, no nosso Estado, falava-se desse projeto, mas ele não existia. Eu quero ressaltar como um fato que vai marcar, sem dúvida, Ministro, a sua passagem pelo Ministério e, sem dúvida, Senadora Fátima, a ação desta Comissão em prol do Rio Grande do Norte. O Senador Garibaldi e o Senador Agripino certamente concordarão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO MINEIRO – ... com o que nós estamos dizendo aqui.

Agora, eu gostaria de juntar, Ministro, duas questões que me preocupam. Primeiro, para que as águas cheguem ao Piranhas-Açu é preciso que cheguem a Jati. Pela exposição, se não estou enganado, para chegarem a Jati dependem de Milagres e dependem de um pedaço de túnel de mais de noventa e tantos metros. A última discussão que nós tínhamos era de que as obras ficariam prontas em março deste ano. Não era isso? A previsão. O senhor fala agora que é em junho que nós teremos essas águas chegando ali para que elas desçam por gravidade para o Rio Piranhas.

A outra preocupação é a ausência absoluta de dotação orçamentária para a questão do Eixo Norte, no Rio Grande do Norte, Senador Garibaldi, o terceiro eixo, que é a parte do canal Apodi-Mossoró. Senador Garibaldi, isso preocupa porque nós temos projeto executivo, mas não temos nenhum tostão disponível concretamente.

Então, quais seriam as medidas para que a gente possa sair daqui vislumbrando, primeiro, a conclusão – não as águas chegarem a Jati, as obras serem concluídas em Jati? E, segundo, qual é a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perspectiva, Senadores, já que nós vamos entrar na fase, logo mais, de LDO para 2019, para a questão orçamentária?

Gostaria de sugerir o seguinte às Bancadas do Ceará, da Paraíba, do Rio Grande do Norte e de Pernambuco: que nós fizéssemos, Ministro – o senhor talvez até como ex-Ministro já, porque dia 7 de abril está surgindo logo aí –, uma visita à região para analisar a questão dessa obra que interessa a nós, da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Qual o estado dessa obra? Como está lá, concretamente? Uma visita de análise, e de fiscalização – digamos assim – desse calendário. Pareceu-me muito solto: "Olha, nós concluiremos em junho." A gente olha o gráfico, faltam menos de 5%. O detalhe é que 5% podem impedir, e impedem, a chegada aos 100%.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO MINEIRO – Então, gostaria de sugerir, Senadora, que a gente marque uma visita conjunta, até com a presença do Ministro lá, para podermos analisar com a empresa e discutir concretamente isso.

Para concluir, a Funceme hoje anunciou uma preocupação. Nós podemos entrar, ao contrário do que pensávamos, Garibaldi, no sétimo ano de seca no Nordeste, porque as previsões e os dados de chuva de fevereiro e março foram menores do que a média histórica, ao contrário do que todos nós imaginávamos. Então, eu mesmo estava muito alegre, mas, ao visitar muitas vezes o interior do Estado, estou começando a repensar se será mesmo que nós teremos o inverno que esperávamos, Garibaldi. Essa é uma questão.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradeço a participação do Deputado Fernando Mineiro, que tem exercido um papel muito importante de articulador junto à Assembleia Legislativa do meu Estado, Ministro, no acompanhamento da obra do São Francisco.

Mineiro, imediatamente adianto aqui para você que, não obstante essa sua sugestão da presença do Ministro, aproveito desde já, Senador Cássio, para dizer o seguinte: nós vamos dar desdobramento a esse debate fazendo agora audiências públicas na Paraíba e no Rio Grande do Norte.

Desde já solicito ao Ministro, se não for possível pela questão da sua agenda, até porque há a questão da desincompatibilização, nós solicitamos a presença dos secretários do Ministério da Integração Nacional, Senador Garibaldi Filho, para nos acompanhar. Vamos fazer na Paraíba e no Rio Grande do Norte – no Rio Grande do Norte, no oeste, no Seridó –, e, pelo calendário, no Ceará.

Passo a palavra, neste exato momento, ao Deputado Estadual Carlos Matos.

O SR. CARLOS MATOS – Obrigado, Senadora. Eu já ia fazer esse pedido para que o Ceará não ficasse fora porque nós estamos nessa expectativa.

Realmente, o Ministério ganhou uma nova velocidade com o Ministro e a firmeza que ele passa nos dá uma segurança de que as coisas vão acontecer, mas não aconteceram. Ficou agendado para novembro de 2017, e essa data foi postergada. E nós tínhamos a segurança de que aconteceria em maio de 2018, mas nós estamos diante de um risco enorme de não acontecer, com o Ministro na iminência de sair, perdendo a liderança. Esse processo é um risco grave. E, pelo que o Ministro coloca aqui, há aí uma pendência técnica em um túnel de 47 metros, e, se não for resolvida, essa data está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sendo colocada, mas pode ser apenas uma data política, pode não ser técnica, porque as datas já foram adiadas demais para nós confiarmos nelas. Eu esperava aqui hoje ouvir um detalhamento nos dando uma segurança de que a data, de fato, aconteceria. Não estou saindo daqui com essa certeza.

Aí vejo que nós podemos estar diante de um problema que o Ministro, pela velocidade que tem, pelo dinamismo que tem, pelo talento que tem, não tem nada a ver com engenharia; a questão pode ser jurídica e financeira.

Lamentavelmente, a empresa que ganhou a licitação está demonstrando que não tem fôlego financeiro, mas o problema da empresa qual é? É técnico, é gerencial, é financeiro ou é jurídico? Se for financeiro, será que não poderia a equipe jurídica do Ministério analisar uma hipótese de alguém financiar essa empresa para que ela, tendo lastro financeiro, possa concluir a obra e o Ministério transferiria o recurso para essa empresa que financiou e não mais para a Emsa? Porque, assim sendo, nós teremos um lastro financeiro, a empresa abriria mão de receber o dinheiro e iria o crédito para quem estar financiando a obra, porque nós estamos diante... O que seria agora? Qual é o plano B? O Senador Agripino colocou muito bem aqui: e o plano B qual é? Se essa empresa continuar dessa forma, sem ter lastro financeiro, sem ter condição de continuar a obra, o Ministro não estará mais aqui e nós vamos cobrar de quem?

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS MATOS – Então, eu vejo que realmente o plano B é fundamental. Se o problema é esse, a solução financeira – eu acho – poderia ser uma solução.

Não ouvi o Ministro falar do Ramal do Salgado, porque nós vamos receber a água, ela vai percorrer 260 quilômetros até chegar ao Castanhão. Vamos perder muita água. O leito do rio não é definido. Vi só o projeto executivo, mas o Ministro não mencionou nada sobre o Ramal do Salgado.

Então, acho, Ministro, que o senhor está pertinho de fazer o gol, a data não permite talvez que o gol seja feito, mas o senhor está deixando a bola fora do campo. Isso é que preocupa.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Bom, Ministro, só mais duas intervenções: do Dr. Mairton, Secretário Adjunto de Recursos Hídricos, e de José Procópio, para a gente devolver-lhe a palavra.

O SR. JOSÉ MAIRTON FIGUEIREDO DE FRANÇA – Boa tarde, Senadora. Boa tarde, demais Senadores. Boa tarde, Ministro.

Ministro, eu fui contemplado por várias falas anteriores a mim. Então, vou ser bem direto. O senhor falou durante a sua fala da gestão do trecho entre Engenheiro Ávidos, na verdade, entre Caiçaras e Ávidos e entre Ávidos até chegar à divisa com o Rio Grande do Norte.

A nossa preocupação é que, apesar de termos aprendido muito em termos de gestão, com a água do São Francisco passando de Monteiro até o Boqueirão da Paraíba, é um trecho bastante diferente e a diferença está na forma da gestão. De Engenheiro Ávidos até um certo trecho perto de Pombal, nós temos ali um rio estadual de gestão da Aesa, na Paraíba, e, a partir desse trecho, quando ele encontra-se com o Rio Piancó, o Piranhas encontra-se com o Rio Piancó, aí temos a gestão da Agência Nacional de Águas. E algumas conversas já estava havendo entre o Ministério da Integração e a Agência Nacional de Águas com relação a isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente entende que a sua fala e toda a sua explicação têm ligação direta com a obra, com a obra dos canais, o bombeamento, os túneis, os aquedutos etc. Mas existe uma questão muito mais forte, que é essa questão da água do São Francisco, passando pelo leito do Rio Piranhas, com todas aquelas questões de gestão que vão ser consequência disso.

Eu queria saber de V. Exª como é que anda essa questão da recuperação desse trecho, porque nos interessa diretamente, ao Rio Grande do Norte, que esse trecho esteja em boas condições para que possamos, inclusive, estabelecer os instrumentos de medição adequados. Se o Rio Grande do Norte vai pagar por essa água ao chegar na fronteira, queremos a garantia não somente da própria operação da obra, que vai estar, como V. Exª falou, nesse momento – inicialmente da pré-operação, com o Ministério –, em seguida, com a Codevasf, mas também a garantia de que, saindo de Ávidos, vamos ter aquela quantidade de água que nós estamos planejando nos nossos PGAs, lá no Rio Grande do Norte. Essa é uma questão sobre a qual eu gostaria que V. Exª falasse um pouco para...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ MAIRTON FIGUEIREDO DE FRANÇA – ... que possamos entender quem vai fazer essa obra de recuperação da calha do Rio.

A outra questão – e vai ser bem rápida, Senador, eu prometo – é a Barragem de Oiticica.

Nós concluímos uma nota técnica, em 2016, inclusive com a estimativa de recursos necessários para a conclusão final dessa obra, que, desde 2013-2014, está sendo executada.

A minha questão é a seguinte. Em 2016, apresentamos uma nota técnica ao DNOCS, que não nos deu retorno naquele momento; em 2017, graças a sua interlocução com o DNOCS, conseguimos fazer com que o DNOCS andasse. Mas sabemos que hoje o DNOCS passa por dificuldades incríveis por falta de técnicos. O técnico que hoje está analisando a nota técnica é o mesmo e quase o único fiscal que o DNOCS tem para praticamente todas as obras que está executando no momento.

Então, há essa dificuldade. Queria lhe pedir aqui, publicamente, que V. Exª, por meio do DNOCS, conseguisse para nós uma resposta, o mais rápido possível.

Por que eu lhe peço isso? Algumas informações, Ministro, o DNOCS precisa que sejam complementadas pelo Governo do Estado, que é quem executa a obra da Barragem de Oiticica, mas existem muitas outras que já estão definidas. Inclusive, Senadora Fátima, existe uma fundamental, que tem uma ligação direta com a transposição do São Francisco, que é o fato de a água do São Francisco, pelos objetivos originais, ter que chegar a Armando Ribeiro Gonçalves. E ela passará pela Barragem de Oiticica, onde está prevista, inclusive, a construção de uma nova tomada d'água para garantir a gestão dessas águas do PISF até Armando Ribeiro Gonçalves. Isso acrescentaria aí em torno de R$18 milhões ao projeto original da Barragem de Oiticica.

Preocupa-nos, neste momento – e por isso eu lhe peço a intercessão junto ao DNOCS para agilizar esse processo de avaliação da nota técnica –, o fato de que o jogo ainda nem começou. V. Exª sabe que vamos precisar discutir ainda com o Ministro Dyogo a respeito de orçamento, para complementar o orçamento da Barragem de Oiticica.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ MAIRTON FIGUEIREDO DE FRANÇA – São essas questões. Meu tempo acabou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vamos passar a palavra agora a José Procópio de Lucena, que representa aqui o Seapac e o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piancó-Piranhas-Açu.

O SR. JOSÉ PROCÓPIO DE LUCENA – Queremos, em nome do Comitê, do Seapac, agradecer a oportunidade, Senadora Fátima, parabenizá-la pelo trabalho, pela capacidade de mobilização e articulação para esses eventos, e parabenizar a Mesa. O Comitê, os comitês, são os olhos, os ouvidos e o coração da bacia hidrográfica. Não é possível pensar em gestão de água, em discussão de água sem levar em consideração a importância que os comitês têm nesse processo.

Depois, nós parabenizamos a Senadora Lídice da Mata pela discussão da recuperação do Rio São Francisco.

Nós temos o entendimento de que é preciso recuperar a bacia doadora e receptora, todos os rios contribuintes e tributários na bacia doadora e na bacia receptora. Um exemplo: nós liberávamos 5 metros cúbicos de água de Mãe d'Água, de Coremas para o Rio Grande do Norte, mas, para terem uma ideia, só chegam lá embaixo em torno de 15% a 16% no máximo, num trecho de aproximadamente 160km. Isso mostra que, num rio que é maltratado, que está assoreado, que tem obstáculo, a água não anda; ela se infiltra, ela evapora, ela não anda, além dos usos extras. Portanto, é fundamental tratar das nascentes dos rios, de todos os rios, os principais e os rios tributários e contribuintes. É necessário cuidar das matas ciliares desses rios, que não existem mais, e é preciso cuidar dos obstáculos que não deixam a água caminhar. Criam-se verdadeiros alagamares, que ficam parados nos rios, evaporando, e a água não anda.

Nós passamos, durante o período de 2012 para cá, dentro da calha desse rio, 228km, todos os dias, como Presidente do Comitê, vendo o sofrimento dessa água, que não anda. A vegetação tomou conta dos rios, inclusive plantas exóticas, como...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ PROCÓPIO DE LUCENA – ... algarobas e outras, e não se consegue... Ou se faz isso, ou a água não chega. Aliás, a vazão que tem para o Rio Grande do Norte, depois de passar de São Gonçalo – vai para Engenheiro Ávidos e vai para São Gonçalo para poder descer –, entra num rio que é dominialidade do Estado, entra depois num rio que é dominialidade federal, e se junta com uma água que vem de Coremas, que não é do São Francisco.

É um modelo de gestão extremamente complexo. Não há simplicidade nisso. Portanto, é preciso discutir isso com profundidade. Como é que nós vamos tratar disso? Quem vai cuidar desse rio? De quem é a responsabilidade de cuidar desses rios? Tivemos n reuniões no Comitê, e não aparece responsabilidade na gestão dos rios. A água é a ANA; se é para tirar areia, vem para o DNPM; mas, na hora de cuidar de tirar vegetação e obstáculo, não há quem cuide. É preciso discutir isso com profundidade.

Por fim, eu quero falar sobre a Barragem de Oiticica. Nós estamos muito preocupados com a Barragem de Oiticica. Por quê? Essa Barragem de Oiticica...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ PROCÓPIO DE LUCENA – ... é uma barragem estratégica para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte e do Seridó, como Fátima sabe, assim como Mineiro e quem é do Rio Grande do Norte. O que está acontecendo com essa barragem? Essa barragem começou em agosto de 2013. Hoje, as obras físicas estão paradas. A empresa do consórcio parou, porque não está recebendo recurso. Há medição lá de 7,5 milhões, mas não estão recebendo, porque falta a contrapartida do Estado. A nota técnica que está colocada pelo Secretário Mairton está com o DNOCS há dois meses. Discutimos isso bastante. Não chegou ainda nem ao Planejamento e nem ao Ministério da Integração, para que haja, inclusive, um debate político, porque são ampliações de valores da ordem de 311 milhões para 559 milhões. É preciso que isso seja discutido, porque houve muitos acontecimentos. A obra originalmente teve uma série de problemas. Mairton foi um secretário competente e viu a dificuldade que teve a obra. Tiveram que fazer adaptações ambientais, sociais, físicas, técnicas nessa obra. O movimento social articulado... Tivemos que ampliar, inclusive, as agrovilas, porque havia agricultores – 110 famílias – que iam ficar abandonados sem terra. Essas agrovilas não estavam previstas no projeto. As moradias não estavam previstas. Questões ambientais não estavam previstas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ PROCÓPIO DE LUCENA – Portanto, é muita coisa, Senadora. A gente precisa discutir. O Estado do Rio Grande do Norte também tem dificuldades técnicas e competência para fazer e sondar. Portanto, há ainda um impasse nesse caminho, que precisamos solucionar. São 4 mil famílias, Senadora, lá sofrendo, sem esperança, sem saber para onde vão ainda. A obra social das casas... São 185 moradias neste momento. A empresa também vai parar, já comunicou que vai parar. Portanto, para a obra física e para a obra social, que está em curso, porque tem R$39 milhões em conta, mas o Estado não tem a contrapartida, para poder fazer o pagamento da contrapartida e inclusive das medições. Então, nós estamos em um impasse.

Nesse projeto atual, na nota técnica, o Governo pede para não ter contrapartida, o que é lamentável. O Governo do Estado não tem 6% para dar a contrapartida. É preciso que o Brasil saiba disso, que o Rio Grande do Norte passa por uma crise econômica gravíssima, de competência administrativa, que estamos vivendo essa crise. É preciso resolvê-la a partir desse diálogo e desse debate com os Senadores do Rio Grande do Norte, com a Senadora Fátima e com o Ministro, que certamente mostrou que tem interesse em discutir. Mesmo que vá sair para outros caminhos, até lá tem tempo ainda de fazer essa audiência e um debate sobre a Barra de Oiticica. Inclusive eu proponho que seja na Barra de Oiticica a audiência, Senadora, para a gente retomar inclusive aqueles orçamentos da emenda coletiva de vocês, para que a gente garanta recursos para essa obra.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O.k., Procópio, que aqui faz um relato extremamente convincente e concreto. Nada mais oportuno do que fazer esse diálogo aqui, exatamente com a presença do Ministro, para que a gente possa sair daqui com ações concretas para a conclusão da Barragem de Oiticica, que é uma obra muito importante, que faz parte do complexo de integração do projeto do São Francisco. É uma obra sonhada pelo povo do Seridó há décadas.

Antes de passar a palavra para o Ministro, nós vamos agora pedir a Arimateia França, que é Coordenador da Rede dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou pedir, Arimateia, para que você possa ser o mais breve possível, para eu devolver a palavra ao Ministro, para que ele possa responder às indagações que foram apresentadas.

Com a palavra Arimateia.

O SR. ARIMATEIA FRANÇA – Serei breve, Senadora Fátima. Saúdo também os Senadores e os Deputados que aqui estão, da Paraíba.

Quero dizer o seguinte: quando nós discutíamos no fórum pela defesa da transposição do Rio São Francisco, naquele tempo, já levantávamos todas essas preocupações, Cássio, que a Lídice da Mata levantou agora há pouco, e o Procópio também levantou. Quando a gente falava sobre as matas ciliares, que tinha que ter, e que havia dentro do orçamento da transposição recurso destinado para isso... E nós queremos exatamente saber o que significa isso, quanto é isso, como é que vai ser distribuído isso para que os Estados possam ter efetivamente esse papel.

Nós estamos agora no FAMA (Fórum Alternativo Mundial da Água) e esse é o tema que todos os povos aqui do Brasil, esses que são beneficiados do direito estão tratando. E o tema do nosso Fórum é: "Água é direito, e não mercadoria", como está sendo tratada por esse Governo.

Uma preocupação, Srs. Senadores e Deputados, é que não foi só a transposição do Rio São Francisco que minimizou a situação de escassez de água da população. Foi a cisterna de placas que teve um impacto muito positivo e, infelizmente, os recursos estão praticamente zerados. Isso vai impactar, evidentemente, no uso das águas do Rio São Francisco, sobrecarregando-o.

Para concluir. Por exemplo, a minha cidade, como a cidade do Senador Cássio, do Lira, teve praticamente um colapso. A gente precisa ter também nesse projeto, nessa ação, um incentivo para a economia. Passou, Senadora, o momento do caos, do trágico, praticamente trágico, e ninguém mais fala da questão do trato com a água. Isso estava também quando discutíamos essa implementação, exatamente para isso. Então trago aqui o alerta do FAMA com relação a este momento crítico em que nós estamos, que vai impactar, evidentemente, o futuro dos rios.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradeço ao Arimateia pela sua participação.

Passo agora a palavra ao Sr. Ministro para responder às indagações aqui apresentadas e fazer as suas considerações finais.

O SR. HELDER BARBALHO – Eu queria agradecer por todas as intervenções que foram a mim proferidas e que colaboram com este debate. Eu já tive a oportunidade de responder à Senadora Lídice, e prosseguirei fazendo as respostas a partir da manifestação do Senador Garibaldi.

Senador, com relação às obras complementares... Talvez possa até voltar ao painel que mostra todas as obras, para eu possa citar rapidamente uma a uma.

Nós temos as obras que estão em execução, nós temos as obras que estão com o projeto executivo, nós temos as obras que estão contratando EVTEA, e as obras que estão com projetos básicos.

Pode ser o outro espelho, que fala o nome das obras. Continue, por favor. Isso.

O projeto Cinturão das Águas, no CAC. Nós já estamos com ele praticamente pronto, apenas aguardando as águas do reservatório Jati, para poder dar funcionalidade ao mesmo. É preciso concluir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alguns túneis, por parte do Governo do Estado, mas está em concomitância com a agenda da passagem de água.

O Ramal do Entremontes está com o básico concluído. Inclusive, foi questionamento – acho – do Deputado Carlos Matos, talvez, o Ramal do Entremontes e o Ramal do Salgado. Esses dois, nós estamos... O Ramal do Salgado, com projeto executivo, mas nós não temos orçamento para o ano de 2017, o que necessitará de uma discussão, no momento do orçamento de 2019, para garantir recursos para o Ramal do Salgado, para a licitação.

No caso do Ramal de Entremontes, da mesma forma, é necessário que se tenha orçamento, e aí eu recomendarei, mesmo com o curto espaço à frente do Ministério, que possamos fazer um RDC para que seja feita a contratação do projeto executivo, já que ainda não se tem o mesmo apenas com o projeto básico. O Ramal do Apodi está com o projeto executivo concluído. O problema, na verdade, é orçamento para o Ramal do Apodi. Nós fizemos o debate com a Bancada. Disse isto para a Senadora Fátima, disse isso para o Senador Garibaldi e para o Senador Agripino: entendo que, em face de todos os relatos que foram aqui feitos pelos Senadores, e rotineiramente, quando recebo Parlamentares, sejam Deputados Federais, sejam Deputados Estaduais ou representantes de segmentos da sociedade do Rio Grande do Norte, eu estimulo que seja feito um debate com a Bancada para rever as emendas impositivas que foram aprovadas no debate para o exercício 2018. Fora disso, não enxergo qualquer possibilidade de nós licitarmos essa obra, já que não há recursos previstos para a execução da obra. Nós temos o projeto executivo, mas não temos orçamento de 2018 para o Ramal do Apodi. Para não dizer que não temos, hoje nós temos R$1 milhão, um valor que impede a viabilização efetiva. E aí, se não for possível a revisão das emendas impositivas de deliberação da Bancada Federal, que seja planejado para que, no exercício 2019, esteja entre as emendas impositivas a execução do Ramal do Apodi.

Com relação ao ramal...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Ministro, só quero acrescentar rapidamente: V. Exª sabe que nós fizemos toda a defesa, inclusive, de que já neste ano, uma das duas emendas a que a Bancada do Rio Grande do Norte tem direito, as chamadas emendas impositivas, fosse destinada justamente para o Ramal Apodi-Mossoró. Não obstante a Bancada ter apresentado uma emenda, na condição de Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional, das quatro emendas a que nós tínhamos direito, Senador Cássio, uma foi destinada. Contudo, como não são impositivas, nós estamos diante desse problema, que é a necessidade urgente de que essa obra possa ser iniciada. Eu quero aqui mais uma vez só frisar: quando nós defendemos a questão do Ramal Apodi-Mossoró, nós estamos falando simplesmente de uma obra que precisa ser feita, sob pena de as águas do Rio São Francisco, quando chegarem ao nosso Estado, só beneficiarem metade da população do nosso Estado. Sem esse Ramal Apodi-Mossoró, nós vamos ficar com a região oeste, alto oeste, médio oeste, mais de 60 Municípios e – ressalte-se – com Mossoró, que é a segunda cidade em matéria de densidade populacional... Igualmente, nós nos somamos na necessidade imperiosa da questão do canal do Piancó.

Devolvo a palavra para V. Exª, só para reforçar mais uma vez: nós vamos ficar aqui cada vez mais vigilantes e cobrar que esses recursos possam aparecer ainda neste ano de 2018, e esse edital do Ramal Apodi-Mossoró seja lançado ainda em 2018, assim como a luta pelo canal do Piancó.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HELDER BARBALHO – Eu só gostaria de ressaltar que eu compreendo que o Poder Executivo tem as suas responsabilidades e as suas obrigações, mas na relação democrática que nós vivemos hoje e nas atribuições de cada Poder, é fundamental que, além da vigilância na execução das ações do Poder Executivo, eu acho que é muito importante, por todos os depoimentos que eu pude ouvir, desde maio de 2016, quando tive o privilégio de iniciar minha gestão no Ministério da Integração Nacional, ocasião em que recebi a Bancada do Rio Grande do Norte por dezenas e dezenas de vezes.

Agradeço, inclusive, o reconhecimento daqueles que se manifestaram a respeito das experiências que nós tivemos juntos. Eu tenho estimulado que, dentre as duas emendas de bancada do Rio Grande do Norte, uma delas, impositiva, seja para essa obra. Se isso for possível, permitirá que licitemos essa obra ainda no ano de 2018. Hoje, a LDO permite que haja mudança no curso do orçamento. Basta que a Bancada mande um expediente para a CMO e para o Ministério do Planejamento para mudar a priorização. Eu acho que isso é fundamental, porque só enxergo essa alternativa para o ano de 2018, Senadora. Fora disso, a sua vigilância continuará, mas a efetividade da expectativa não se transformará em realidade. Isso com relação ao Ramal do Apodi.

Com relação ao Ramal do Piancó, a Bancada colocou R$23 milhões para o DNOCS e mais R$4 milhões para o Ministério da Integração. Eu conversei já com o Senador Cássio sobre isso, conversei com o Senador Raimundo Lira e conversei com o Senador Maranhão a respeito do tema. Nós estamos vivendo, na verdade, a necessidade de uma tomada de decisão. E eu já pedi que a nossa equipe faça uma consulta ao Banco Mundial a respeito do tempo para a construção do estudo de viabilidade, porque entendo que, face à emergência, nós deveríamos pegar esses recursos, esses R$27 milhões, e investir na confecção imediata do projeto executivo. Acho que esperar o Banco Mundial, com uma burocracia que foge da nossa governança, apresentar um estudo de viabilidade que posteriormente a isso necessitará ou de um RDC, com a confecção do projeto executivo, porque o que está contratado com o Banco Mundial não é projeto executivo, é estudo de viabilidade, eu entendo que, dada a urgência, tendo a aquiescência da Bancada, Senador Cássio, devemos tomar a iniciativa de autorizar o Ministério a contratar o projeto executivo com esses recursos e, a partir daí, nós discutirmos com o Banco Mundial o que vamos fazer com o que está planejado. Já era para o Banco Mundial estar concluindo o EVTEA, mas, lamentavelmente, nós não temos governança sobre ...

Acabei de falar de V. Exª, e falei bem, graças a Deus.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Ministro, enquanto chega o Senador Maranhão ...

O SR. HELDER BARBALHO – Sob pena de o risco ser...

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB. *Fora do microfone*.) – Só podia ser, porque esse nome já estraguei demais.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Presidente, eu peço permissão só para um breve comentário.

Por gentileza, Ministro. Serei muito breve.

Eu acho que, diante das circunstâncias, não há providência mais acertada do que essa. Não se fará uma licitação sem um projeto executivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HELDER BARBALHO – Ou, então, nós vamos ter que fazer um RDC depois do EVTEA. Isso vai fazer com que percamos o ano de 2018.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – O tempo será suficiente para justificar a elaboração do projeto. E a Bancada já tem o compromisso, aí sim, com o projeto pronto para a licitação, de fazer o aporte necessário para a execução da obra propriamente dita.

O SR. HELDER BARBALHO – Eu só pediria, estando dois Senadores aqui, apenas que a Bancada pudesse formalizar a aquiescência disso para não parecer que nós estamos usando um recurso que seria para a obra, consumindo-o no projeto executivo.

O SR. JEOVÁ CAMPOS – Também deve-se orientar nesse caminho a Bancada de Senadores.

O SR. HELDER BARBALHO – Perfeito!

O SR. JEOVÁ CAMPOS – Por causa da urgência.

O SR. HELDER BARBALHO – Senador Maranhão, nós estávamos tratando, na sua ausência, do Ramal do Piancó. A Bancada sinalizou com um montante de R$23 milhões para o DNOCS e mais R$4 milhões para o Ministério da Integração. Nós estamos aguardando que o Banco Mundial possa fazer o EVTEA e, posteriormente ao EVTEA, sinalizar para, em princípio, um RDC integrado que possa permitir projeto executivo e obra, além do processo de licenciamento. Eu entendo que isso seria o mais viável. Chegamos a conversar sobre a possibilidade de utilização desses recursos imediatamente para contratar o projeto executivo, para que não percamos tempo, consumindo o ano de 2018 na confecção do projeto executivo. Isso vai nortear a Bancada para que ela possa garantir recursos para, a partir de 2019, a execução da obra em si. Com isso, inclusive, ganharíamos tempo, porque, se nós não tivermos o projeto executivo, o RDC vai incluir o projeto executivo e aí vai esse tempo que nós conseguiríamos antecipar.

Portanto, estou respondendo ao Senador Garibaldi a respeito das obras complementares, já abordando aqueles que também trataram do Apodi e do Piancó.

Com relação ao Senador Roberto Costa, ele se referiu a rio e privatização. Independentemente de qualquer cenário, a ANA (Agência Nacional de Águas) é que vai estabelecer a regulamentação desse processo. Por isso é que eu acho que não constrói a tentativa, não é o caso aqui, mas, eventualmente, eu escuto falar que o processo de privatização da Eletrobras representa a privatização da água do São Francisco ou o processo de estudo para a gestão da operação do PISF representaria a privatização do rio. Não é o caso. Acho que nós precisamos apartar isso. Acho que a discussão sobre a privatização do sistema elétrico do Brasil é um debate que esta Casa, como também a Casa ao lado, estarão fazendo. Nós estamos preocupados, neste momento, com isto: como viabilizar que as obras possam acontecer. E a preocupação da Senadora Lídice é absolutamente legítima, ou seja, a garantia da oferta hídrica para a efetiva viabilização da doação de água.

Com relação ao modelo, o modelo em que nós estamos colocados neste momento, ou seja, atualmente a gestão da pré–operação feita pelo Ministério da Integração, no momento seguinte, a partir da capacitação da Codevasf para tal, a transferência para que a Codevasf seja a operadora do PISF e, em paralelo a isso – é importante que seja em paralelo, até porque não há conclusão por parte do BNDES –, a perspectiva é da possibilidade de uma Parceria Público Privada.

O que me preocupa, eu deixo isso aqui para esta Casa, desculpem-me, para que este debate possa continuar durante o ano de 2018: a outorga da Agência Nacional de Águas colocava claramente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que, a partir de abril de 2018, ficariam os Estados envolvidos no projeto obrigados a custear a operação da integração do São Francisco a partir de abril. Nós já negociamos com a Agência Nacional de Águas e adiamos isso, uma vez que está vinculado à outorga, para 31 de dezembro de 2018. Portanto, nós temos mais um prazo para essa solução.

É fato que não é justo que um determinado Estado que não está recebendo água pague pela cota que não foi entregue, cota planejada em 2005. A relação é: recebeu, precifica-se o quantitativo que foi recebido e, a partir daí, paga-se proporcional a esse recebimento. Mas é fundamental que essa responsabilidade seja dividida com os Estados sob pena de nós termos problemas futuros com a outorga da água e, pior, problemas futuros de relação federada que comprometa a efetividade do acesso à água para a população. Não é correto com a população do Nordeste que tenhamos água e o impasse de gestão financeira entre o Governo Federal em um determinado Estado possa comprometer a efetividade dessa água.

Então, eu quero chamar a atenção para isso. Isso ultrapassará, claro, o prazo da minha permanência no Ministério da Integração. E é fundamental que, nesse ínterim, entre o primeiro e o segundo semestre de 2018, com uma eleição no meio, em que se muda Governo Federal, em que se mudam governos estaduais, essa discussão possa ser uma discussão de Estado e que, independente de quem seja Presidente da República, independente de quem sejam os governadores, quando chegar 31 de dezembro, nós tenhamos essa solução encaminhada para não corrermos risco de um eventual prejuízo para a população local.

Senador Cássio, com relação à necessidade do fechamento do Boqueirão para as obras de Camalaú e Poções e à liberação da água para Acauã, em todos os estudos que foram feitos por nós junto à Companhia Estadual, com a fiscalização do Ministério Público estadual e federal, a perspectiva é que nós temos dez meses de tranquilidade para Campina Grande e para todos que estão recebendo a água já existente no Boqueirão sem necessidade de recarga. Portanto, nós temos dez meses para concluir a obra de Poções e Camalaú...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – E naturalmente sem racionamento.

O SR. HELDER BARBALHO – Não, não. Sem racionamento algum.

O que estou lhe dizendo é que nós temos dez meses para concluir a obra Poções-Camalaú mesmo com cenário de não haver recarga, e liberando água para Acauã. Portanto, é um prazo seguro que permite que consigamos compatibilizar esse cenário de necessidade.

Nós não temos como – a obra é prevista em quatro meses – não fazer a obra, porque tanto Camalaú quanto Poções, se nós não fizermos as intervenções, Senador Maranhão, nós corremos risco sério de uma eventual ruptura de barragem, o que seria um desastre que nenhum de nós, obviamente, desejamos ou permitiríamos.

Com relação às passagens molhadas, reafirmo o nosso compromisso de garantir a trafegabilidade e cobrarei da equipe neste sentido.

Com relação a Engenheiros Ávidos, o compromisso por parte do DNOCS é de que faz a licitação até o fim deste mês, portanto nesse prazo, e que, em seis meses, nós estaríamos com o reservatório recuperado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Boqueirão está pronto. Nós já podemos, e inclusive a ideia é de que, quando liberemos água em Acauã, inauguremos a revitalização do Boqueirão, que é um compromisso do DNOCS dentro do plano de gestão e da integração do São Francisco, que nós entreguemos e facultemos aos Estados a recepção dos reservatórios e estamos fazendo investimentos em todos esses reservatórios em todos os Estados, estamos fazendo investimento no Ceará, estamos fazendo investimento no Castanhão, estamos fazendo investimento no Armando Ribeiro Gonçalves, Boqueirão, São Gonçalo. Então, estamos com uma agenda importante de recuperação dos reservatórios.

Senador Agripino, é importante que a gente deixe claro que a obra não está parada, a obra do Eixo Norte. É importante, inclusive, que nós façamos reação a qualquer informação dessa natureza, e aqui de maneira muito transparente. À empresa contratada em momento algum faltou orçamento. Como disse, nós deixamos R$200 milhões em RAP para 2018, temos R$300 milhões do orçamento de 2018 sem sofrer contingenciamento, temos pagado as faturas, em média, em cinco dias entre a fratura apresentada e a fatura liquidada. O fato é que a empresa vencedora da obra não tem cumprido com o cronograma que estabeleceu sem contrato, tanto que o contrato da empresa termina em junho. O contrato da empresa termina em junho. E nós temos cobrado insistentemente. Neste momento o engenheiro Pádua, que é o Secretário de Infraestrutura Hídrica, está lá na obra para fazer gestão no sentido de que não tenhamos atrasos. Agora, essa é uma gestão em que nós temos que ter muita sensibilidade, sensibilidade na tomada de decisão.

Aqui foi colocado pelo Carlos Matos, e já respondo neste sentido, que nós estamos avaliando internamente quais medidas podem ser feitas que precipitem a chegada, a entrega e a conclusão da obra. E aí nós temos o cenário: manutenção do contrato, agregação ou fusão que possa permitir um reforço. O que eu não faria e estou trabalhando para evitar é uma nova ruptura de contrato, porque, obviamente, trabalhar com uma nova ruptura de contrato é o pior cenário que pode existir. Necessitaria de uma licitação ou, nesse caso, existem empresas subsequentes, mas necessitaria de desmobilização, verificação de remanescentes de obra, remanescentes de contrato, nova mobilização e, aí, no meu entendimento, o cronograma seria profundamente... Eu acho que esse é o último cenário. Se a empresa eventualmente abandonar a obra ou coisa desse tipo, não temos outro caminho.

Mas eu aposto na tese de que nós temos que fazer a gestão presencial efetiva por parte do Ministério, nós temos que avançar nas cobranças, assegurar orçamentariamente e financeiramente que não haja qualquer dificuldade de liquidação das faturas.

Dou um exemplo para vocês: na fatura do mês de fevereiro – nós estamos no dia 20 de março –, hoje, terça-feira, foi dada entrada pela empresa na última quinta-feira, não é isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HELDER BARBALHO – Quinta-feira eles entregaram a nota fiscal da fatura do mês de fevereiro, quinta-feira passada, dia 15. Na segunda-feira, ontem, nós pagamos essa fatura em que foi dada entrada na quinta-feira.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mas quantos homens estão trabalhando neste exato momento, Ministro?

O SR. HELDER BARBALHO – Próximo de dois mil homens. Então, nós estamos cobrando...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HELDER BARBALHO – Como?

Não, não. Deixa eu lhe dizer. Não há greve. O que houve foi que, na segunda-feira, houve uma mobilização por parte do sindicato local, o engenheiro Pádua está lá, porque a empresa disse que amanhã estará normalizado, por conta do pagamento feito na segunda-feira, feito ontem por nós, por parte da empresa e foi o que nós sinalizamos inclusive para a empresa: nós não estamos devendo nada para vocês, vocês dão entradas na nota na quinta-feira, nós pagamos na segunda, não tem sentido que haja qualquer paralisação ou o que quer que seja. Não há razão para que isso possa acontecer. E nós estamos, portanto, fazendo esse monitoramento para que, como disse o Carlos, possamos fazer o gol. Independente de quem seja, eu acho que nós já chegamos até aqui de maneira muito próxima e não tenho nenhuma dúvida de que nós estaremos cumprindo com aquilo que é possível em termos de prazos para viabilizar que a obra possa ter a sua funcionalidade.

Lembrando, e aí já entrando em outras respostas, nós temos dois pontos críticos nessa obra: a Estação de Bombeamento (EBV-3), que é a última, e o Túnel de Milagres. Resolvidos esses dois pontos, a obra está entregue. O compromisso da empresa é de que até o final de abril entrega a Estação de Bombeamento (EBV-3). Entregando a Estação de Bombeamento (EBV-3), as águas inclusive devem chegar à estação de bombeamento com mais dez dias. Então, entregando a Estação de Bombeamento (EBV-3) no final do mês, bombeando, nós só teremos dois reservatórios até chegar ao Túnel de Milagres, que está com menos de 50 metros para a sua passagem, para a água poder fazer o seu caminho.

Prosseguindo, eu já sinalizei ao Senador Agripino ao responder para o Senador Cássio a respeito do Ramal do Apodi. Já respondi ao Jeová sobre o ritmo das obras. Nós precisamos monitorar, estão aquém daquilo que havia de compromisso, e nós estamos trabalhando no sentido de que a empresa possa acelerar esse ritmo, lembrando que o Governo não deu causa a qualquer atraso nesse sentido.

Ramal Caiçara e Ávidos. Nós estamos aguardando o Ibama sinalizar a respeito dessa intervenção. Assim que tivermos uma posição do Ibama, avançaremos na necessidade dessa intervenção Caiçara e Ávidos.

Permitam-me. Eu acabei só escrevendo Uiraúna.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JEOVÁ CAMPOS – Na verdade, é o manancial de Capivara, que fica no Município de Uiraúna, que abastece nove cidades.

O SR. HELDER BARBALHO – Aí eu recomendaria que você pudesse procurar lá conosco o Ministério para que nós possamos ver quais são as soluções imediatas que podem ser dadas nesse sentido e verificar se seria um processo com a Defesa Civil, quais seriam as intervenções necessárias para garantir o abastecimento da mesma forma como temos feito em outras microrregiões que necessitam de intervenções emergenciais.

Já respondi sobre Ávidos e o Gadelha também fez essa manifestação.

O Deputado Fernando Mineiro colocou a conclusão do Eixo Norte e também do Apodi. Volto a dizer: do Jati até Piranhas nós estamos funcionais; até chegar no Jati temos dois obstáculos, o obstáculo da Estação de Bombeamento (EBV-3) e o obstáculo Milagres. A nossa expectativa é a de que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estejamos, até o mês de junho, fazendo com que as águas possam chegar ao reservatório Jati. No reservatório de Jati, a nossa estratégia é não esperar o enchimento do reservatório e, a partir daí, usar as bombas da Sabesp para fazer duas ligações: uma para o Cinturão das Águas e outra para a continuidade do canal para alimentar a Paraíba e o Rio Grande do Norte.

O SR. RENATO GADELHA – Sr. Ministro, só uma indagação: de Jati até São José de Piranhas não tem mais obra?

O SR. HELDER BARBALHO – Nenhuma obra. Na verdade, são obras complementares apenas. São obras complementares, cerca, ponte, não tem nada a ver com o caminho das águas.

O SR. JEOVÁ CAMPOS – Então, ao mesmo tempo em que vai água para o cinturão do Ceará também vai descer água para São José de Piranhas?

O SR. HELDER BARBALHO – A nossa estratégia é que nós possamos fazer, com o conjunto de bombas da Sabesp, o trabalho de passagem de água para os dois segmentos simultaneamente.

Ao Deputado Carlos Matos já respondi, sobre a alternativa financeira.

Sobre o Ramal do Salgado também já respondi.

Pendência técnica, Carlos. Nós não temos pendência técnica. Na verdade, estamos trabalhando com criatividade gerencial para que possa antecipar o processo. Da mesma forma como agimos com criatividade gerencial e antecipamos o Eixo Leste quando usamos as bombas da Sabesp, nós estamos avaliando a possibilidade da passagem de água no Túnel de Milagres. Então, não há qualquer pendência.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HELDER BARBALHO – Na verdade, eu te direi o seguinte: eu já tenho a resposta. Não há qualquer prejuízo nesse sentido. Eu só preciso saber o seguinte: quando eu chegar com a água no Túnel de Milagres ele já estará com tudo feito, o reboco, a parte estrutural? Se já tiver feito tudo, eu passo adiante, não preciso parar para esperar fazer. Se não estiver, aí eu vou para a tese de passar a água e encher o pulmão do Jati e depois eu volto para fazer o revestimento. Então, na verdade, é apenas o seguinte: no tempo em que eu chegar, esses menos de 50 metros que faltam para atravessar já estarão prontos? Essa é a discussão. Eles tinham se comprometido conosco, dizendo que fariam quatro tiros por dia em cada extremo. Não estão fazendo. Estão fazendo um tiro em cada extremo. Isso dá um metro, não é isso?, mais ou menos um metro por dia. Então, nós estamos trabalhando para que eles possam fazer aquilo com que se comprometeram, que são quatro tiros por dia. Se fizerem quatro tiros por dia em cada lado, não precisará disso, porque estaremos passando água em concomitância com a chegada da água.

O SR. FERNANDO MINEIRO – Ministro, essa questão é central para o Rio Grande do Norte, porque o senhor diz assim: se fizer o túnel, completar o túnel de Milagres e chegar em Jati, chegando em Jati, vai descer por gravidade a despeito de ter aquelas obras complementares. Quando é que nós poderíamos ter uma resposta sobre se realmente será possível ter o túnel ou não? Porque senão a água ficará parada em Milagres. Eu quero poder entender isso aí.

O SR. HELDER BARBALHO – Não, querido, deixa eu lhe dizer, o que estou dizendo é o seguinte: a água vai passar por Jati. Nós só teremos interrupção de água no túnel de Milagres depois de enchimento do pulmão do reservatório Jati.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO MINEIRO – Entendi.

O SR. HELDER BARBALHO – A partir daí, esse pulmão é suficiente para dar perenidade nos dois canais, no canal do Cinturão das Águas e no canal da transposição para seguir para o Rio Grande do Norte. Então, não há qualquer prejuízo para o Rio Grande do Norte ou para qualquer outro Estado.

A decisão é: necessitará depois? Quando chegar a água, nós já teremos água, nós já teremos aberto o túnel de Milagres? Se já tivermos aberto o túnel de Milagres, tudo como antes. Se não tiver aberto, se não estiver concluso, eu passo água, portanto, não há prejuízo de cronograma de água e, depois que eu encher o reservatório Jati, fecho e volto para fazer reboco, mas já estou com o pulmão garantido para continuar o abastecimento.

O SR. FERNANDO MINEIRO – Independente de fazer ou não o túnel?

O SR. HELDER BARBALHO – Independente, porque eu já estou adiante, a água já passou. Entendeu?

O SR. FERNANDO MINEIRO – Sim, sim.

O SR. HELDER BARBALHO – Eu já passei com a água e só tenho que...

O SR. FERNANDO MINEIRO – Como é que ela vai passar sem o túnel? Essa que é a questão.

O SR. HELDER BARBALHO – Não, amigo. Não, não. Ele vai estar perfurado. Só que o projeto final envolve acabamento, entendeu?

Só para recapitular, no caso do Eixo Leste, o que nós fizemos para não perder tempo e, por isso, cumprimos os prazos? Cada reservatório demoraria, tínhamos reservatório que demoraria três meses para encher. O que nós fizemos? Nós fizemos a contenção dentro dos reservatórios para que a água não se espalhasse e passamos água adiante na captação seguinte do canal. Depois que nós conseguimos chegar em Monteiro com a água e perenizou, nós saímos para garantir que os pulmões, que os reservatórios pudessem estar cheios. Foi isso que permitiu que nós fizéssemos. Quer dizer, eu não perco tempo enchendo reservatório. Eu tenho que dar funcionalidade, eu tenho que entregar a água no destino final. Esse é o nosso objetivo.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mas, Ministro, uma pergunta que não quer calar: nesse percurso que V. Exª está exatamente aqui apresentando...

O SR. HELDER BARBALHO – Deixa eu lhe dizer... Só um minutinho, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois não.

O SR. HELDER BARBALHO – Só para não haver dúvida: nós estamos discutindo aqui passagem de água. Isso não pode ser confundido com reparos e revestimento do túnel. Então, a passagem de água estará em qualquer cenário. Eu só verificarei – e a equipe estará verificando – quando é que vai chegar a água da transposição no túnel de Milagres, se nós vamos aguardar fazer todos os revestimentos ou se vamos passar a água.

Eu sou da tese de que nós temos a obrigação de entregar água. Eu não posso perder tempo ao entregar água. Eu acho que isso é a meta central e foi o que deu certo na experiência do Eixo Leste. Se nós tivéssemos esperado todos os reservatórios estarem cheios, seguramente nós teríamos perdido talvez uns seis meses entre março e a entrega da água do Eixo Leste em Monteiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou lhe dar um outro exemplo: se nós fôssemos aguardar as obras de Camalaú e Poções, nós não teríamos chegado com água em Campina Grande a tempo de atender a população local.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mas, Ministro, antes de V. Exª concluir aqui, respondendo a temática da Oiticica, o que eu insisto aqui é no seguinte, naquilo que eu ia dizer, uma pergunta que não quer calar: diante de todo esse percurso que V. Exª aqui termina de apresentar, a pergunta é: quando é que de fato as águas – não são as obras – chegarão à Paraíba e ao Rio Grande do Norte? É preciso que isso aqui fique claro do ponto de vista de uma previsão, naturalmente. Por quê? Porque o calendário anteriormente falava que as águas chegariam ao Ceará no início deste ano. Não foi possível. Nós já estamos caminhando para o final do mês de março, e as águas não chegaram ainda ao Ceará. O senhor dizia que, num prazo de 90 a 120 dias, até o meio do ano, elas chegariam à Paraíba e ao Rio Grande do Norte. Então, diante disso, objetivamente qual é a previsão que V. Exª faz? – do ponto de vista das águas, repito, não da obra. Quando é que essas águas chegariam à Paraíba e ao Rio Grande do Norte?

O SR. HELDER BARBALHO – Senadora, a nossa previsão é a de que até o mês de junho nós estaremos entregando água para o Estado do Ceará. A partir daí, não há qualquer interrupção de obra ou de execução de obra posterior ao reservatório de Jati. É apenas caminho das águas, caminho esse que necessitará da mesma estratégia do Eixo Leste, para que não percamos tempo com o enchimento de reservatórios. Isso eu digo no caminho entre Jati e São José de Piranhas.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Então, exatamente, V. Exª... É isto que a gente quer: primeiro, esclarecer. V. Exª já está trabalhando aqui com um novo calendário. As águas, a previsão das águas para chegarem ao Ceará não é mais no início do ano, conforme o calendário anteriormente divulgado.

O SR. HELDER BARBALHO – Senadora, nós já estamos em final de março.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, eu sei; exatamente; pois é. Eu estou só querendo, primeiro, que fiquem claras aqui as coisas, para que a gente saia daqui com as informações, enfim, com toda fidedignidade. Então, o calendário não é mais no início do ano, que já foi: o senhor agora anuncia aqui que a previsão de as águas chegarem ao Ceará é até junho, correto?

O SR. HELDER BARBALHO – Sim.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E a partir daí o senhor não tem ainda uma previsão concreta de quando é que as águas chegariam à Paraíba e ao Rio Grande do Norte. **O SR. HELDER BARBALHO** – Senadora, a orientação que dei à equipe do Ministério da Integração é a de que nós façamos todos os esforços necessários para não perder tempo em enchimento de reservatórios. Nós não temos mais nenhuma obra a ser feita de Jati até Piranhas, é apenas caminho das águas. Portanto...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu sei, mas esse caminho das águas, Ministro, leva tempo. V. Exª sabe, inclusive, da situação do nosso Estado. Isso já foi objeto de discussão, de reunião com V. Exª e de audiências públicas. Refiro-me à questão da desobstrução do leito do Rio Piranhas-Açu. V. Exª, inclusive, já mencionou aqui as providências que tomou, chamando a ANA, o Governo do Rio Grande do Norte, o próprio Governo da Paraíba etc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, levando em consideração, repito, que o caminho das águas leva tempo, por isso a nossa insistência aqui... Em que pese, é claro, reconhecer todo o empenho e o esforço da sua parte e da sua equipe, a nossa preocupação aqui é do ponto de vista de a gente ter um cenário previsível no que diz respeito à questão da chegada das águas ao Rio Grande do Norte e à Paraíba.

O SR. HELDER BARBALHO – Pela extensão, Senadora, nós estamos falando em 120km até Jati. Não é isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HELDER BARBALHO – Não, não, são 120km até Jati. Então, nós estamos falando de ultrapassar a metade do curso do Eixo Norte, já que o Eixo Norte tem 230km. Nós entregaremos, em Jati, 120km do curso.

Não havendo grande perda nos reservatórios, apesar de serem muitos os reservatórios – temos o Reservatório Porcos, Cana Brava e Cipó, o Reservatório Boi, o outro Reservatório Boi, o Reservatório de Morros, que é o maior, o Cuncas e o Reservatório Caiçara –, nós entendemos que é possível, a partir de junho, com a entrega da água, que nós estejamos com uma estratégia de pelo menos uns quatro meses entre o Reservatório Jati e a entrega da água no reservatório em Piranhas, no último reservatório, que é o Reservatório Caiçara.

Agora, com relação ao Rio Grande do Norte, Senadora, não depende exclusivamente do Ministério da Integração. Nós aguardamos a manifestação da Agência Nacional de Águas, para que ela nos dê a solução a respeito das intervenções necessárias a serem feitas no trecho federal. E, na Paraíba, é necessário que ela as faça no trecho estadual do Rio Piranhas, apesar de que, tirando... Alguém citou aqui que é muito mais complexa a experiência do Rio Paraíba, que foi uma experiência importante no sentido de que nós conseguimos rapidamente fazer a chegada da água. Não durou um mês entre Monteiro e a chegada da água a Boqueirão. Inclusive, havia estudiosos que diziam que a água não chegaria porque a absorção seria muito grande, porque, com a evaporação somada à absorção, não haveria água. Houve muitas manifestações nesse sentido, e o Senador Maranhão presenciou algumas nesse sentido.

Então, compreendo que o importante é nós estabelecermos o prazo para entregar água no Rio Piranhas e até lá termos assegurado a desobstrução do Rio Piranhas, para que possamos entregar até o Estado do Rio Grande do Norte.

O SR. FERNANDO MINEIRO – Perdoa-me, Ministro!

Eu tenho insistido, Senadora Fátima, defendendo o nosso Estado, na seguinte questão. Eu queria sugerir, Senadora, uma reunião do Ministério da Integração com a ANA, com as agências, com a Secretaria do Rio Grande do Norte e com a da Paraíba, para a gente pensar essa questão das obras que são chamadas complementares e que são de responsabilidade estadual, porque senão nós vamos ver a água, Senador Garibaldi, passar pelo Ceará e não chegar ao Rio Grande do Norte.

Estou levantando essa questão há algum tempo. E a gente acaba sem ter uma solução.

Então, eu gostaria de sugerir, Senadora, essa reunião, para a gente trabalhar esses detalhes, porque é extremamente grave a situação.

Nós já andamos pela região e sabemos o quanto há de obstrução. Há um canal que teria de se fazer, pequeno, de 4km ou 5km, até chegar a Ávidos, porque, se for por gravidade, se deixar no leito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do rio, nós passaremos, do meu ponto de vista, talvez, mais de seis meses para chegar, devido ao processo de obstrução e de degradação que há naquela região.

Então, acho que tentaríamos resolver isso de maneira bem rápido.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito!

Mineiro, agradeço a sua gestão, que vem se somar a uma iniciativa já adotada por esta Comissão. O Ministro, no ano passado, esteve aqui, e nós fizemos a solicitação de que fosse constituído um grupo de trabalho, sob a coordenação, como o Mineiro aqui coloca, do Ministério da Integração Nacional. Afinal de contas, nós tínhamos de cobrar do Ministério da Integração Nacional o seu papel, porque cabe a ele articular a ANA, articular o Ministério do Meio Ambiente, articular os Governos estaduais, os comitês etc.

Esse grupo, Mineiro, já foi constituído. O que nós precisamos agora, para reforçar o que você está colocando, é que esse grupo se reúna, retome essa pauta de trabalho, Senador Garibaldi, com urgência. Esse será, inclusive, um dos pontos centrais das audiências públicas que vamos desenvolver nos nossos Estados para mobilizar a sociedade no sentido do envolvimento e do engajamento.

Mas essa questão dessa comissão, o senhor lembra, nós falamos com o senhor no ano passado. A partir daí, o senhor chamou a Agência Nacional das Águas etc. O que nós precisamos agora? Primeiro, que o Ministério da Integração Nacional, repito, assuma o papel de coordenação desse grupo, sob pena de isso não andar de maneira nenhuma. E aí os prejuízos serão irreversíveis.

Ministro, o Procópio queria só...

O SR. HELDER BARBALHO – Peço só um minuto. Eu só gostaria de fazer a defesa do Ministério da Integração. Acho que mais importante que reuniões, mais importante que audiências públicas, que precisam servir para informar a população, para tornar efetiva a demanda que está sendo colocada aqui, foi o que o Ministério da Integração fez quando formalizou para a Agência Nacional de Águas que a Agência Nacional de Águas pudesse manifestar-se a respeito de quem era a responsabilidade, já que ela é o órgão regulador da utilização das águas no nosso País.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Isso foi deliberação exatamente da audiência pública, Ministro, que nós levamos para o senhor.

O SR. HELDER BARBALHO – Senadora, eu só queria colocar isso para V. Exª porque acho que é papel desta Comissão debater à exaustão todos os temas correlatos a esta Comissão. Mas é importante que, além do debate, nós possamos ir para a efetivação daquilo que vai trazer solução, sob pena de nós ficarmos só no debate, só na discussão, sem que haja consequência alguma.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mas a consequência...

O SR. HELDER BARBALHO – Aqui todos querem consequência.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu sei, mas a consequência é exatamente essa, Ministro. Permita-me, por favor, dizer que a consequência é exatamente essa. Essa deliberação saiu dessas audiências públicas, tendo em vista as dificuldades que nós constatamos no que diz respeito à ação do Governo estadual para fazer todo o trabalho de desassoreamento e de desobstrução do Rio Piranhas-Açu. Levamos exatamente a reivindicação para V. Exª e sugerimos a V. Exª, porque, no nosso entendimento, isso é o que cabe, é o mais correto, que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério da Integração Nacional, pelo papel que exerce, chamasse a ANA e fizesse, Senador Garibaldi, esse grupo de trabalho, para que pudesse dar andamento. E o senhor tomou essas providências. É o que estou aqui reforçando.

O SR. HELDER BARBALHO – Mas eu queria recomendar, permita-me...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nós precisamos agora dar continuidade a esse grupo.

O SR. HELDER BARBALHO – Permita-me, Senadora! Eu acho que, para que se busque a efetividade, a Comissão pode ir até a Agência ou chamar a Agência aqui para que possa se manifestar sobre o assunto.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Já a chamei.

O SR. HELDER BARBALHO – Perfeito! Acho que agora é o momento de haver consequência em relação àquilo que está sendo...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu já a chamei.

O SR. HELDER BARBALHO – ...colocado aqui.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mas vou insistir com V. Exª. Eu acho que isso tem de haver uma coordenação, e a coordenação cabe ao Ministério, ao Governo Federal, através do Ministério da Integração Nacional. O grupo de trabalho já está feito, e nós temos de retomá-lo.

Com a palavra o Procópio, para o senhor encerrar.

O SR. JOSÉ PROCÓPIO DE LUCENA – Ministro, só quero tentar contribuir, se é que vai contribuir.

O Comitê se reuniu recentemente. É um Comitê interestadual e, portanto, um Comitê federal. O Presidente desse Comitê hoje é um ex-Diretor da ANA, o Paulo Varella; muitos o conhecem. E, no Comitê, houve um grande debate sobre a situação das águas que estão vindo do Pisf para chegar à Paraíba e ao Rio Grande do Norte, passando de São Gonçalo, entrando num rio que é domínio do Estado. Depois, volta para o Estado e, depois, para a União.

Como o Comitê é um Comitê único, como houve um acordo entre os dois Estados – inclusive, há um decreto do Governo do Estado da Paraíba que foi aprovado na Assembleia –, esse Comitê único, portanto, trata de todos os rios de domínio do Estado e da União de forma articulada. Inclusive, a ANA é parte disso.

Está acordada uma reunião, o mais rapidamente possível, da ANA com o Comitê e com todos nós, inclusive chamando o Ministério para a reunião, porque há um entendimento de que há uma complexidade. Qual a complexidade disso? É que as águas que vêm do Pisf – são 2,3 metros cúbicos por segundo que vão para o Rio Grande do Norte – vão se encontrar com as águas que vêm de Curema-Mãe D'Água, que não são do Pisf, que são águas naturais. Essa água não tem custo; essa outra o tem. E já há um sistema de uso dessa água em toda a calha do rio pelos irrigantes. E os irrigantes estão dizendo: "Eu não quero água do Pisf para irrigar; eu quero a que vem de Mãe D'Água-Curema, que vai se misturar." Como eu faço essa gestão?

O SR. HELDER BARBALHO – Isso já está estabelecido, meu caro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ PROCÓPIO DE LUCENA – Peço só um minuto, Ministro.

Aí o que acontece? Nós fizemos um debate sobre isso. Nesse debate, discutimos o portal de entrada e de chegada dessa água, os custos dela. Como vai passar na Barragem de Oiticica e como está sendo feita a comporta... Não está pronta essa comporta sobre a qual foi falado aqui e que vai fazer a regulação para Armando Ribeiro; isso também não está pronto. Esse rio, só para lembrar... Era muito importante que se soubesse disto. Vou lembrar este dado: nós liberávamos, num trecho de 110km, três mil litros de água por segundo de Curema. Sabe quanto chegava à ponta de Piranhas? Trezentos litros. Veja que são 10%! De três mil litros, só chegavam 300 litros. Por quê? Porque esse rio é um rio largo, diferente inclusive do Paraíba, com outros contornos geográficos, com outras dimensões de largura, de banco de areia e de lagamares; a água fica presa.

Então, aí a pergunta é, e foi o que nós perguntamos: nesse caso, quem vai fazer a desobstrução do rio federal? Quem vai fazer a desobstrução do rio estadual? Como nós vamos construir esse processo?

Para nós isso está claro. Estou no Comitê há quatro anos, conheço esse rio como a palma de minha mão. Esses dois metros cúbicos não chegam ao Rio Grande do Norte, não chegam lá. Liberávamos cinco metros cúbicos, para fazer chegar de 12% a 15% ao Armando Ribeiro. Esses dois metros cúbicos não chegam lá.

Portanto, ou nós chegamos a um entendimento sobre essa gestão... Sou agrônomo, trabalho com isso, sou técnico. Se não houver a recuperação, essa água não chega lá. Ela vai sair da Paraíba, vai fazer o circuito do rio estadual, vai chegar a Pombal e São Bento, vai caminhar ali, talvez, por mais 20km, 30km, e para, não chega. Portanto, aí está um gargalo técnico. Não é um gargalo político, é técnico, que requer um contato político, porque os Estados vão ter de assumir isso. Ou quem vai assumir isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HELDER BARBALHO – Só quero responder ao Arimateia, primeiro.

Peço-lhe só um minutinho. O senhor quer complementar, ou é outra questão? Quero saber se respondo logo a ele ou se espero a sua colocação.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB. *Fora do microfone.*) – Pode responder. Talvez até...

O SR. HELDER BARBALHO – O.k.! Deixe-me colocar...

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB. *Fora do microfone.*) – ...com sua resposta, fique esclarecido que...

O SR. HELDER BARBALHO – Então, eu me recuso a responder, porque faço questão de ouvi-lo. (*Risos.*)

Não quero correr o risco de não ouvi-lo.

Arimateia, só quero colocar duas questões. Primeiro...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone.*) – É o Procópio.

O SR. HELDER BARBALHO – É o Procópio. Desculpe!

Quem é o Arimateia? Ah, está ali o Arimateia! Desculpe!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Procópio, primeiro, com relação ao portal, esse portal vai regular quanto está entrando em cada Estado, lembrando que, em 2005, quando da outorga, estabeleceu-se qual era o quantitativo de metros cúbicos para cada Estado. Se o Estado não utilizar, o mesmo pode tratar com outros Estados a revisão desse percentual. Portanto, isso traz tranquilidade com relação a cada Estado de que ele estará recebendo e pagando proporcionalmente àquilo que está sendo entregue por parte do Governo Federal. Esse é o primeiro ponto.

Aí eu não teria esta dúvida do que é água do São Francisco, do que é água de outro caminho. Obviamente, os produtores rurais não são os que pagarão, quem pagará será o Estado. E o Estado estará internamente discutindo como fazer. E aí ele não vai fazer cobrando especificamente de um cidadão. Ou o Estado vai subsidiar, ou o Estado vai dividir com todos os beneficiários, com todos os usuários, perdão, do Estado, independentemente se a água é do São Francisco ou se não é do São Francisco. Essa é uma equação que cada Estado vai escolher dentro da sua gestão da recepção das águas do São Francisco.

Com relação às intervenções, exatamente pela complexidade – no trecho da Paraíba, há um rio estadual e, em seguida, um rio federal –, a Agência Nacional de Águas está fazendo essa análise e a reportará a nós.

Posso tranquilizar vocês no sentido de que o Ministério da Integração Nacional não se furtará à responsabilidade de assegurar, dentro daquilo que lhe couber, de garantir que as águas possam chegar até o Estado do Rio Grande do Norte, possam chegar até o Estado da Paraíba, para que possamos assegurar que haja efetividade das águas do São Francisco nesses Estados.

O SR. JOSÉ PROCÓPIO DE LUCENA (*Fora do microfone.*) – E a revitalização, quem fará?

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É a...

O SR. HELDER BARBALHO – Da bacia?

O SR. JOSÉ PROCÓPIO DE LUCENA (*Fora do microfone.*) – Será o Governo Federal?

O SR. HELDER BARBALHO – O senhor está se referindo a qual bacia?

O SR. JOSÉ PROCÓPIO DE LUCENA – Eu me refiro à desobstrução desses rios.

O SR. HELDER BARBALHO – Então, foi o que acabei de citar aqui. No momento em que a agência estabelecer qual é a responsabilidade, o Ministério da Integração não se furtará a fazer a execução daquilo que lhe couber.

Espero ter respondido, Senador.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador José Maranhão, se V. Exª puder aguardar mais um pouquinho, para que o Ministro possa concluir aqui a resposta à pergunta de Procópio com relação à Barragem de Oiticica...

O SR. HELDER BARBALHO – Sobre a Barragem de Oiticica, inclusive, já coloquei o Diretor-Geral do DNOCS para conversar com o Mairton. A informação que já me foi reportada é a de que está pronta a nota técnica que envolve Oiticica, que já está sendo encaminhada para o Ministério ainda nesta semana por parte do DNOCS, para que nós consigamos dar uma solução o quanto antes, para que as obras de Oiticica não sejam prejudicadas.

O SR. JOSÉ PROCÓPIO DE LUCENA – Ministro, quanto a isso, se houver a possibilidade de um diálogo com o Estado... Eu disse aqui e vou informar novamente: as obras estão paradas. A obra física

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está parada. Hoje e amanhã, está parada a obra social das moradias, porque as empresas estão sem receber as medições. A notícia que nós temos é a de que o Estado não tem a contrapartida. Aí nós estamos preocupados, porque a obra social e a obra física... Há um acordo extrajudicial que estabelece, inclusive, uma relação entre obra social e obra física. Parando as obras, na verdade, cria-se uma situação de constrangimento. O Estado tem R$39 milhões, que o DNOCS repassou. Os pagamentos não são feitos porque o Estado não tem contrapartida. O que o Estado fez foi solicitar, nessa nota técnica atual, uma dispensa da contrapartida de 6%, mas não o fez em relação ao que já tem em caixa. O Estado não está tendo isso.

Então, nós estamos nessa situação. Começou essa obra em 2013. Está parada. A previsão é a de que ela não continue, porque o Estado não apresenta capacidade de contrapartida. Então, gostaríamos que a União pudesse ter um diálogo, porque estamos parando a obra com dinheiro em caixa. Há um clima de tensão grande na comunidade, com todos os seus direitos parados, sem poder fazer pagamentos, porque não há a contrapartida de 6%.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Com certeza, Ministro.

O SR. HELDER BARBALHO – Só para concluir, Procópio, quero dizer que ainda não tive acesso à nota técnica para poder aqui me manifestar a respeito disso. O Governo Federal tem disponibilizado recursos para a obra. Aquilo que puder fazer, o Governo Federal fará. Agora, dentro da formalidade e da legalidade do processo, nós estaremos indo ao limite disso, para que não haja prejuízo para o Rio Grande do Norte. Sabemos da importância dessa obra. Tenho tratado isso de maneira frequente com o Senador Garibaldi...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Com certeza.

O SR. HELDER BARBALHO – ...com a Senadora Fátima, com o Senador Agripino e com todos aqueles que, no Ministério, nos procuram.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Com a palavra o Senador José Maranhão, para a gente encerrar a nossa audiência pública.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – Primeiro, quero apresentar minhas desculpas a V. Exª, que, em boa hora, teve a iniciativa de montar esta Comissão para estudar, para se pronunciar e para ouvir opiniões sobre um problema que considero o maior problema da Paraíba e de todo o Nordeste setentrional. Não há dúvida nenhuma de que a transposição do São Francisco reacende as esperanças do povo nordestino no seu próprio trabalho. No ano passado, nós tivemos uma lição muito dura em relação à Campina Grande e ao Planalto da Borborema, o chamado compartimento da Borborema.

Eu tive oportunidade e falei – porque eu gosto de falar – daquilo que é verdade. Nós paraibanos, como todos os nordestinos, temos de ser gratos a dois homens, a três, neste processo: o Presidente Lula, que teve a coragem de assumir esse projeto, mas que não pôde concluí-lo; o Presidente Michel Temer, que teve a coragem de propiciar, em tempo recorde, os recursos para que a obra não sofresse solução de continuidade; e o Ministro Helder Barbalho, porque, se não fosse o empenho do Ministro, que está aqui presente, com sua juventude, com seu otimismo realista e, sobretudo, com sua coragem, mesmo com todos esses recursos, ninguém teria a certeza de que a água chegaria à Campina Grande a tempo de salvar a população de uma grande catástrofe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quero aproveitar este momento para fazer esse registro. Mas, ao lado disso, quero voltar aqui a um tema. Quando cheguei a esta reunião – minha viagem da Paraíba para cá terminou me atrasando; por isso, peço minhas desculpas –, o Ministro estava terminando de dar uma explicação sobre o terceiro eixo, o Ramal de Piancó.

Ouvi o querido amigo Procópio registrar que os irrigantes que estão às margens do Piranhas tentam fazer uma divisão quase impossível de separar as águas que vêm do São Francisco, na transposição, das águas naturais. As águas naturais já não são suficientes para atender à demanda de hoje.

Eu me lembro de um fato. Quando assumi o meu primeiro Governo na Paraíba, o açude Curema-Mãe d'Água já tinha 70 anos, desde a sua construção, e não havia uma gota d'água utilizada no abastecimento das cidades. Só Coremas, a menor de todas as cidades, que fica colada ao açude Curema, usava, inclusive, água bruta, sem tratamento nenhum. As outras cidades viviam sofrendo, todos os anos, não só os efeitos da seca, que é cíclica, que ocorre de 8 a 10 anos – esse é mais ou menos o período de seca. Somente com o verão essas cidades já ficavam privadas de abastecimento d´água. Uma cidade como Patos, com uma população de mais de cem mil habitantes, todos os anos, a partir de outubro, novembro e dezembro, ia para o carro-pipa. Era uma lástima o que acontecia! Nós, então, tomamos a iniciativa de fazer um abastecimento d'água a partir de Curema.

A impressão que tenho hoje, que é uma impressão superficial – naturalmente, não tenho os fundamentos técnicos necessários, porque há uma coincidência da seca e da utilização mais intensiva do açude –, é que neste ano secou. No Sistema Curema-Mãe D'Água, um dos açudes secou. Não terá sido pela utilização da água, que está atendendo hoje a 50 cidades e localidades? São 50 cidades e localidades, Ministro, que ficarão sem abastecimento d'água se não houver a construção desse terceiro eixo.

Esse ano passado, houve uma discussão na Bancada sobre a definição de uma das emendas que tornariam obrigatória a aplicação desses recursos para a execução dessa obra. Eu fiz ver que isso poderia ter consequências. Mas o certo é que a Bancada se dividiu entre atender a esse sistema ou atender à manutenção de hospitais que o Governador do Estado, em boa hora, tinha construído e precisavam desse recurso. Restaram apenas R$23 milhões para uma necessidade de R$250 milhões. Na hora da discussão, eu, o Deputado Benjamin, o Senador Cássio, que já saiu, e o Deputado Pedro registramos que a não utilização desses recursos para a construção do terceiro eixo poderia trazer um grande prejuízo para a parte mais seca do Semiárido da Paraíba, para o Sertão exatamente.

Se a água do Eixo Norte passar impávida, sem atender a essa necessidade, os paraibanos vão ter – é boa parte dos paraibanos, porque é uma população muito grande a de todo o Sertão – a convicção de que o Eixo Norte não os atendeu.

Eu ouvi a palavra de V. Exª e já tenho visto, no seu próprio gabinete, o empenho e o interesse; eu não seria ingrato para deixar de reconhecer isso. V. Exª já informou que a elaboração do projeto executivo está a cargo do Banco Mundial, se não me engano, ou a cargo de um órgão do Banco Mundial. Isso nos deixa animados. Mas essa é uma previsão. Inclusive, mesmo com aquela sua decisão de utilizar os escassos R$23 milhões para pagar esse projeto, isso nos deixa apreensivos, preocupados.

Eu consultaria V. Exª nesta hora se não podia pedir uma suplementação de recursos ao Ministério do Planejamento para arcar com a execução dessas obras. Qual é a minha preocupação? O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

senhor vai sair do Ministério, o que para nós não é agradável, pois preferíamos que o senhor ficasse lá, para se candidatar a Governador do seu Estado. Quem virá terá esses mesmos compromissos que V. Exª tem demonstrado, ao longo da execução do Eixo Leste e, agora, do Eixo Norte? Eu não sei. E, talvez, V. Exª nem possa responder isso, porque essa é uma questão mais política do que administrativa, mais política do que técnica.

Então, eu queria deixar registrada aqui a minha preocupação com esse fato, que é importante para a população de 50 cidades na parte mais seca do Estado da Paraíba, exatamente a região de Espinharas e parte do Vale do Sabugi.

O SR. HELDER BARBALHO – Eu só queria dizer, Senador, que, na sua ausência, eu abordei que havia falado com V. Exª anteriormente no Ministério sobre a possibilidade de nós utilizarmos esse recurso para a confecção do projeto executivo, porque o que está sendo colocado, Senador, pelo Banco Mundial é o estudo de viabilidade técnica e econômica. Posteriormente a isso, é óbvio que o estudo de viabilidade é um passo importante, mas isso não suprime a necessidade de nós termos o projeto executivo.

Se nós seguirmos o cronograma que está posto, nós vamos queimar o ano de 2018 na confecção do EVTEA e, a partir daí, com o EVTEA, nós vamos trabalhar, no ano de 2019, em termos de orçamento de 2019, para fazer um RDC para a contratação e a construção do Piancó a partir de 2019.

No meu entendimento, acho que, em face da pressa e da necessidade, devemos utilizar o recurso da emenda impositiva para, no ano de 2018, realizar o projeto executivo. Com o projeto executivo em mão, eu já tenho os efetivos valores de quanto custará e de quanto será necessário de recursos orçamentários para os anos subsequentes e não perco tempo fazendo um RDC, porque aí eu já posso fazer uma licitação direta, uma concorrência pública direta. Portanto, eu entendo que, para ganhar tempo, nós ganharíamos, pelo menos, um semestre com isso se eu tivesse o projeto executivo em mão e não necessitasse da confecção desse projeto executivo posteriormente ao EVTEA, portanto para o ano de 2019.

Se vocês estiverem de acordo com isso, eu comunico a decisão para o Banco Mundial, que terá de, obviamente, dialogar conosco sobre a utilização do convênio com o Banco Mundial para outro objeto. E nós utilizaríamos a emenda para fazer o projeto executivo. Com isso, eu ganho, pelo menos, um semestre, e planejamos, efetivamente, estar em condições de executar obra no ano de 2019, no momento do desbloqueio do orçamento.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – Isso realmente nos deixa um tanto tranquilos – um tanto –, porque nós estamos às portas de uma eleição para Presidente da República e não sabemos quem virá aí, qual a sensibilidade do novo Presidente para esse fato.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu espero que venha quem começou a obra, quem teve a ousadia, a determinação. (*Risos.*)

Mas, Senador, respeito a sua...

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – Deixe-me terminar, para V. Exª não se entusiasmar demais.

Então, não sabemos quem virá aí. Se ocorrer isso, eu estarei tranquilo pelo menos em relação à transposição. Quanto ao resto, vamos discutir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, o que eu quero dizer a V. Exª, Sr. Ministro, e faço questão de registrar é que eu acho que a gratidão é a maior de todas as qualidades. Eu não sei se sou grato, mas eu procuro cultivar isso. Por isso, eu não somente valorizo, mas também reconheço as pessoas que realmente trabalharam por essa obra. Sou um nordestino que nasceu numa zona talvez mais seca do que o Sertão. A minha zona de nascimento é a zona da Presidente da Comissão...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Curimataú.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – A região de Curimataú é a zona mais seca da Paraíba. Talvez, isso tenha me dado mais sensibilidade para essa questão. Eu acho que essa questão é a maior de todas as questões para o Estado da Paraíba, para o Rio Grande do Norte, para o Ceará e também para parte de Pernambuco.

Então, a posição de V. Exª é uma posição que eu reconheço e à qual sou grato. V. Exª está fazendo, dentro das limitações que as circunstâncias impuseram à discussão dessa questão na Bancada, o máximo que pode, mas, se essa obra for prorrogada para o exercício de 2019, eu ficarei muito triste pelas razões que eu já disse. Eu não sei quem é que virá aí como Presidente da República. Não sei se os Presidentes que vierem ou o Presidente que vier vai ter a mesma sensibilidade de Michel e de Lula ou se vai ser igual aos outros para trás. Eu já estava aqui no Congresso e vi três Presidentes fazerem discursos entusiásticos, de compromisso em relação à transposição, mas, na hora da tomada de decisão, baterem pino, desistirem, abandonarem o projeto. Enquanto isso, o Nordeste continuou sofrendo; enquanto isso, o Nordeste foi se desesperando. As nossas esperanças se reascenderam agora, mas eu me preocupo muito com aquelas 50 cidades que estão sendo atendidas hoje pelas águas de Curema-Mãe d'Água. E, neste ano, já faltou água!

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – Neste ano, já faltou água no sistema. Neste ano, mesmo com o abastecimento de água – são 281km de adutoras –, mesmo com isso, muitas famílias deixaram de ter água em casa. Eu temo que isso venha a se repetir, e venha a se repetir até com mais gravidade, não somente para os que estão usando a água para abastecimento, mas também para os que querem usar a água para irrigação, o que é legítimo também. Isso é legítimo também! Não é justo que a Paraíba se contente apenas com água de beber.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – Precisa de água para mover o seu desenvolvimento.

Então, Ministro, eu quero deixar registrado aqui o meu agradecimento às suas posições. Daqui a pouco, V. Exª estará se despedindo do Ministério, mas vai levar sempre a nossa gratidão de paraibanos e de nordestinos pelo que fez.

A Senadora Fátima Bezerra, com esse espírito aguerrido e lutador, mas com muito equilíbrio, já tinha me comunicado dessa iniciativa pessoalmente. Ela não precisava fazê-lo, porque, no *Diário do Congresso*, a gente vê isso, mas ela fez questão de me convidar. Eu quero, mais uma vez, me desculpar, porque cheguei aqui um pouco atrasado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mas chegou.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – Mas cheguei. Antes tarde do que nunca!

O SR. HELDER BARBALHO – Eu só queria, Senadora, esclarecer. Primeiro, quero reconhecer o seu esforço para garantir os recursos do Ramal Piancó. Sei da disputa, sei da discussão, sei do debate que a Bancada fez para a divisão das emendas impositivas e sei que não só V. Exª, mas também o Deputado Benjamin da mesma forma – V. Exª citou o Senador Cássio...

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – O Senador Cássio e o Deputado Pedro...

O SR. HELDER BARBALHO – Citou o Deputado Pedro.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – ...que estavam lá. Fomos nós que votamos.

O SR. HELDER BARBALHO – Então, o que eu quero lhe colocar claramente é: no planejamento do Ministério, através do chamado programa Interáguas, do Banco Mundial, entre os objetos e os produtos contratados com o Banco Mundial, está o EVTEA (Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental) do Ramal Piancó. Por questões burocráticas do Banco Mundial, eles não cumpriram os prazos que estavam preestabelecidos e, neste momento, sinalizam que o ano de 2018 será consumido com esse EVTEA. Portanto, nós só teremos o resultado desse produto para o ano de 2019, o que nos levaria a perder esse recurso, já que nós estaríamos aguardando o resultado dos estudos feitos pelo Banco Mundial.

A minha tese, aproveitando a oportunidade dos recursos que estão colocados por V. Exªs para o Ramal Piancó, é a de que, em vez de eu esperar terminar 2018 e ter o EVTEA e, em 2019, lançar um RDC que compõe projeto executivo, licenciamento e execução de obra, eu faça, no ano de 2018, com esses recursos, a confecção do projeto executivo. Em vez de eu fazer um RDC em 2019, em 2019 eu já faço a licitação por concorrência pública, já com o projeto executivo na mão. No momento em que terminar a licitação, eu começo a obra, em vez de contratar projeto, porque eu já vou ter o projeto contratado em 2018. O senhor entendeu?

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB. *Fora do microfone*.) – Só peço para me esclarecer: V. Exª está falando de todas essas medidas na constância do seu mandato de Ministro ou para o próximo Ministro?

O SR. HELDER BARBALHO – O que eu quero lhe colocar é o seguinte: se iniciarmos o processo de contratação do projeto executivo, com anuência – combinei inclusive com o Senador Cássio e peço a V. Exª apenas um expediente da Bancada me autorizando a fazer isso –, nós teremos condições de iniciar o processo para licitar o projeto executivo. O que eu quero é ganhar tempo.

O SR. BENJAMIN MARANHÃO (SD - PB) – Ministro, para que se entenda, isso é para não perder o recurso da emenda, porque, virado o exercício, está perdido o recurso. Eu acredito que a única saída é aproveitar isso para o projeto executivo; o projeto executivo é complementar dos projetos complexos.

O SR. HELDER BARBALHO – Isso nos causará, Deputado Benjamin, um mal-estar com o Banco Mundial. Porém, eu não tenho necessidade alguma de estar de bem com o Banco Mundial. Tenho de estar de bem com o povo da Paraíba e com a Bancada que prestigia o Ministério e colocou recurso para essa ação. Só que, em face do atraso do Banco Mundial, nós não conseguiremos, na minha visão, até o final do ano, estar com essas informações para iniciar o processo licitatório utilizando essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

emenda. Por isso, eu já sinalizei isso para a minha equipe. A minha equipe, obviamente, alertou que isso vai gerar um problema com o Banco Mundial, mas entendo que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BENJAMIN MARANHÃO (SD - PB) – Isso iria gerar um problema, Ministro, com o povo do Sertão da Paraíba.

O SR. HELDER BARBALHO – Exatamente.

O SR. BENJAMIN MARANHÃO (SD - PB) – Se, mais uma vez, o recurso for perdido, eu acho que...

O SR. HELDER BARBALHO – Nós não podemos trabalhar com esse cenário.

O SR. BENJAMIN MARANHÃO (SD - PB) – Com a concordância do Senador Maranhão e dos demais membros da Bancada, eu acho que é uma coisa que é viável.

O SR. HELDER BARBALHO – Perfeito!

O SR. BENJAMIN MARANHÃO (SD - PB) – Não vai perder os recursos. Imagine só a Bancada ter de enviar um ofício para o Ministério, pedindo mais uma vez o remanejamento para outra obra!

O SR. HELDER BARBALHO – O que eu preciso é apenas da anuência de vocês para utilização, já que o recurso é de vocês.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Com certeza! A sugestão do Ministro é a mais adequada, a mais sensata.

Ministro, nós vamos encerrar. V. Exª ainda tem mais alguma questão a colocar?

O SR. HELDER BARBALHO – Apenas quero agradecer.

O SR. ARIMATEIA FRANÇA (*Fora do microfone.*) – Ministro, rapidamente, eu gostaria que falasse sobre o que havia no orçamento para a recuperação das matas ciliares.

O SR. HELDER BARBALHO – Perdão?

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Fale ao microfone.

O SR. ARIMATEIA FRANÇA – É que, quando a gente discutia a transposição – foi o que eu levantei; é praticamente a mesma coisa que ele colocou –, havia um orçamento específico para a recuperação das matas ciliares, para o plantio de árvores, para a educação, para essa coisa toda, e a gente não está vendo isso de forma mais clara, Ministro.

O SR. HELDER BARBALHO – O nosso foco, neste momento, no processo de revitalização, é a revitalização da Bacia do São Francisco. Esse é o plano prioritário para o ano de 2018.

O SR. ARIMATEIA FRANÇA – Mas não foi isso que a gente debateu tanto, para que isso ocorresse em todo o rio, inclusive chegando à Paraíba, chegando ao Rio Grande do Norte.

O SR. HELDER BARBALHO – Aí nós vamos voltar para o que discutiu a Senadora Lídice da Mata: se nós não cuidarmos de quem está doando água, talvez vocês não tenham o privilégio de debater a desobstrução do rio, para que ele possa se tornar perene, porque não vai haver rio. Então, por isso, nós precisamos priorizar isso, dentro da escassez de recurso que hoje está colocada.

O SR. ARIMATEIA FRANÇA – Compreendo. Compreendo, Ministro, mas esse rio passa a ser um sistema, e esse sistema é um sistema de sustentabilidade. Se a gente não cuidar lá na frente, com certeza, lá atrás, vai ficar sofrendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HELDER BARBALHO – Eu concordo plenamente. Nós estamos falando a mesma coisa. Gerenciar é tomar decisão. E, na tomada de decisão, neste momento, a nossa prioridade é a nascente do rio doador, que é o Rio São Francisco. Então, se nós tivermos condição de atender a todas as bacias – quando eu digo nós, refiro-me ao Governo Federal –, todas as bacias serão atendidas, mas, neste momento, com a escassez, a nossa prioridade é a Bacia do São Francisco.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Bom, Ministro, está terminado? (*Pausa.*)

Nós queremos registrar – eu não tinha registrado ainda – a presença do Deputado Federal Benjamin Maranhão e a do Senador Raimundo Lira, que já participou do início da nossa reunião.

Ministro, agora aqui vamos fazer o fechamento.

Sente-se aqui, Senador Raimundo Lira. Sente-se aqui também.

Eu queria aqui colocar o seguinte, no encerramento da nossa audiência pública. Primeiro, quero agradecer aqui a vinda do Ministro e a participação de todos os nossos convidados e convidadas.

É muito importante aqui a presença das Assembleias Legislativas, a presença dos movimentos sociais, dos comitês.

Como o Procópio aqui ressaltou bem, esses comitês são a voz da população, são a voz da comunidade. São eles que estão lá na ponta, no dia a dia, olhando exatamente qual é a realidade que está colocada concretamente para que a gente possa dar os passos para resolver os problemas.

Segundo, Ministro, quero aqui colocar que, na condição de Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, nós tomamos a decisão, neste ano de 2018, de definir a nossa agenda de atividades com relação ao São Francisco depois que o senhor viesse aqui. Por quê? Porque o senhor é o Ministro da Pasta. Inclusive, reconhecemos o empenho e o esforço que V. Exª tem feito, bem como sua equipe. Todas as Bancadas dos Estados nordestinos têm ressaltado isso. Não podemos aqui, de maneira nenhuma, desconhecer, repito, seu empenho e o esforço da sua equipe.

Terceiro, a partir da sua vinda aqui, nós vamos dar continuidade a este debate, fazendo as audiências públicas nos Estados, fazendo as reuniões. Por quê? Porque essas audiências, primeiro, têm um caráter pedagógico. Elas têm um caráter, Senador José Maranhão, de mobilização. A população precisa acompanhar tudo para fortalecer essa luta. Por quê? Porque há ainda muitos obstáculos pela frente. Em que pesem aqui seu empenho e seu esforço, temos muitos obstáculos pela frente. Por exemplo...

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – Senadora...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sim.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – Eu não posso resistir à tentação de falar.

Quando V. Exª fala de muitos aspectos ainda que teremos de enfrentar em todo o complexo da transposição, um deles é o gerenciamento da transposição.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu sei.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – Já se fala hoje que a Codevasf se apresenta como um órgão para administrar. Eu acho que será um erro gravíssimo entregar a gestão da transposição à Codevasf.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Com certeza!

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – A Codevasf, apesar de ser uma entidade respeitável, um órgão respeitável do Governo, tem outros interesses, que não são os interesses da transposição. É preciso ver isso. E isso é uma questão fundamental.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois é.

Então, só concluindo aqui, veja bem que vamos dar continuidade agora a este debate, fazendo audiências públicas na Paraíba, no Rio Grande do Norte, no Ceará, com o objetivo de envolver a população através dos seus mais diversos representantes, dos segmentos da sociedade. Por quê? Porque, Ministro, não estamos aqui falando de uma obra qualquer. Isso pode parecer óbvio, mas há certos momentos em que o óbvio precisa ser ressaltado cada vez mais. Nós estamos falando aqui de uma obra que é a redenção, do ponto de hídrico, do nosso Nordeste e do nosso Semiárido nordestino.

Sempre digo, Senador Raimundo Lira, que nasci no Curimataú paraibano, onde também nasceu o Senador José Maranhão e que V. Exª conhece muito bem, e, portanto, conheço a seca não por ouvir dizer, conheço a seca não pelo dicionário, não, ou pelo livro de história. Conheço a seca pela realidade, no dia a dia, no cotidiano que tive de vivenciar durante os períodos de estiagens impiedosas que passei no Sertão da Paraíba, como a seca da década de 1970. Portanto, assim como o Presidente Lula, trago no meu corpo as marcas da exclusão social, as marcas da fome, da miséria, da aflição que as secas traziam naquele tempo.

Felizmente, hoje, os impactos já são minimizados, graças às políticas de inclusão social que foram adotadas nesses últimos períodos, inclusive nos governos Lula e Dilma. Temos aqui de reconhecer o Bolsa Família, o Luz para Todos, o Programa Um Milhão de Cisternas, que, inclusive, neste exato momento, está contingenciado. Por exemplo, no Rio Grande do Norte, a ASA (Articulação no Semiárido) do Rio Grande do Norte, assim como a de Minas Gerais, participou de um edital, lançado pelo Ministério do Desenvolvimento Social, foi aprovado o projeto, mas, agora, veio o corte, o contingenciamento. Simplesmente, até o presente momento, isso não foi resolvido. E o Rio Grande do Norte, a exemplo de outros Estados, está excluído das ações do Programa de Um Milhão de Cisternas, que tem tudo a ver com o que estamos falando aqui.

Então, faço essas considerações muito breves, Ministro, para dizer que o São Francisco continuará sendo uma matéria prioritária desta Comissão de Desenvolvimento Regional, até porque é nosso dever, é nossa obrigação.

O que disse aqui o Senador José Maranhão é verdade. Nós reconhecemos o esforço de V. Exª, o empenho de V. Exª. A despeito das divergências, reconhecemos isso e aqui estamos para cobrar o compromisso do Governo Federal em entregar essa obra, assim como temos de reconhecer que, se não fosse o Presidente Lula, nem eu nem o senhor estaríamos conversando aqui, a esta altura do campeonato. É uma obra onde Lula... E temos de fazer justiça à Dilma também! Em que pesem todas as dificuldades que ela enfrentou, como, inclusive, o plano de sabotagem comandado à época por Eduardo Cunha, que sabotou o orçamento, ela fez todo o esforço para a obra não ser contingenciada e deixou mais de 94% da obra concluídos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estamos aqui hoje, portanto, irmanados, unidos, com este objetivo, Senador José Maranhão, de ver essas águas chegando à Paraíba, chegando ao Rio Grande do Norte, chegando ao Ceará, para que elas cumpram com seu objetivo social e humano – falo do ponto de vista humano e social –, para, de repente, dar segurança hídrica, matar a sede de 12 milhões de nordestinos e nordestinas. Só quem sabe o que é se levantar de manhãzinha e, de repente, não ter água para beber é que sabe dimensionar o valor que essa obra tem para perenizar as nossas bacias, para trazer água para os nossos reservatórios.

Então, fica aqui, Ministro, portanto, essa determinação, o compromisso desta Comissão. Para além das nossas divergências partidárias ou ideológicas, estamos aqui irmanados para que essa obra seja entregue, com todos os desafios que ela tem pela frente. Por exemplo, não é só a obra principal. Não quero imaginar ver o sonho do Nordeste se transformar em pesadelo, o que ocorreria se as águas não chegassem à Paraíba, neste ano ainda, e não chegassem ao Rio Grande do Norte. Inclusive, parte delas já chegou à Paraíba, graças a Deus, para socorrer Campina Grande, Monteiro etc! Mas, no meu Estado do Rio Grande de Norte, não chegou um pingo de água, uma gota de água do Projeto de Integração das Bacias do São Francisco.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB. *Fora do microfone.*) – Mas vai chegar!

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vai chegar, Senador Maranhão! Tenho fé e acredito na luta. Sairíamos do sonho para viver um pesadelo se, neste ano, as águas não chegassem à Paraíba, ao Rio Grande do Norte nem ao Ceará. Mas vai chegar! E é por isso que estamos aqui com o olhar atento.

Por exemplo, o Canal do Piancó é fundamental. Quero aqui destacar a atitude do Ministro, a sugestão dele de utilizar a emenda de bancada que os senhores apresentaram, impositiva, para direcioná-la para a execução do projeto executivo.

Mas quero aqui também, Ministro, renovar meu apelo. Não posso ficar esperando indefinidamente pela questão do Ramal Apodi-Mossoró! Não posso esperar! Tenho de insistir! O Canal Apodi-Mossoró significa garantir que a população do meu Estado, como um todo, seja beneficiada pelas águas do São Francisco. Sem o Ramal Apodi-Mossoró, volto a dizer, metade da população do Rio Grande do Norte será excluída. E está lá o retrato do Rio Grande do Norte, bem como o de todo Nordeste: os reservatórios estão praticamente vazios, esgotados, e a capacidade hídrica está abaixo de 13%.

Então, renovo aqui meu apelo, Ministro. Renovo meu apelo para que o Governo Federal envide esforços! Água é vida, é questão de sobrevivência! Peço que envide esforços, para que seja feita uma suplementação. O Ramal Apodi-Mossoró já tem o seu projeto executivo concluído, Senador José Maranhão. Peço que esse edital seja lançado neste ano.

Assim também falo de Oiticica, que o senhor aqui já destacou. Não poderemos chegar, Procópio, ao ano de 2019 sem que Oiticica seja entregue à população do Seridó, à população do Rio Grande do Norte. Não podemos deixar que isso aconteça de maneira nenhuma!

No mais, é evidente que o tema de gestão e uso das águas é um tema polêmico. Acho que o caminho que tem de ser trilhado, do mesmo jeito que o projeto visa a compartilhar as águas, é aquele em que a gestão seja compartilhada, fruto de um debate franco e respeitoso entre Estados, Municípios, representantes do setor empresarial, representantes dos trabalhadores e o Governo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal, Senador José Maranhão. É esse o caminho que deve ser adotado, para que se busque o modelo mais adequado do ponto de vista da gestão e do uso.

Terceiro, há a questão da revitalização. Ministro, no debate sobre a revitalização, a nossa luta, a nossa vigilância, a nossa cobrança está apenas começando, pela consciência que temos de que o Projeto de Integração das Bacias do Rio São Francisco só se sustenta se o rio tiver sustentabilidade, se o rio tiver vida.

É evidente que não vamos aqui tratar desse assunto agora, mas V. Exª sabe que temos uma posição frontalmente contrária a essa ideia de entregar, na Bacia das Almas, a nossa Eletrobras e as suas subsidiárias. Temos clareza de que esse processo de privatização impacta, sim, a questão da gestão das águas, inclusive o Projeto de Integração das Bacias do São Francisco, pelo impacto esperado do ponto de vista de aumento de tarifas de energia, de concentração de lucro das empresas etc.

Enfim, o caminho não pode ser esse, Ministro, não pode ser esse de maneira nenhuma! O caminho, Senador José Maranhão, com certeza, será outro. Será outro o caminho, para que venhamos a ter os recursos assegurados não só para essas obras físicas, mas também para a obra principal e para essas obras complementares. O caminho terá de ser outro. Deve haver determinação, responsabilidade e compromisso político por parte do Governo, para termos os recursos assegurados em curto e médio prazos, para que o projeto de dar vida ao São Francisco, o chamado Projeto de Revitalização, seja levado a efeito.

Então, é com esse sentimento, Ministro, que quero aqui, mais uma vez, destacar o respeito que V. Exª teve sempre por esta Comissão, o seu empenho e esforço e o de sua equipe.

Vamos realizar as audiências públicas, vamos contar com o Ministério da Integração Nacional, bem como com aquele grupo de trabalho que já está formado, com o Ministério do Meio Ambiente, com a ANA e com os Governos estaduais, para darmos continuidade à discussão sobre as medidas efetivas que precisam ser tomadas para que as obras físicas, uma vez concluída a distribuição dessas águas, possam realmente ser feitas, para se dar de beber a quem tem sede, sede de água e, inclusive, de justiça.

O SR. HELDER BARBALHO – Eu queria, Senadora...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois não, Ministro.

O SR. HELDER BARBALHO – Eu já estaria encerrando ou não?

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Já.

O SR. JEOVÁ CAMPOS – Peço-lhe só um segundinho.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Deixe só ele lhe entregar...

O SR. JEOVÁ CAMPOS – Deixe-me só lhe entregar aqui, Sr. Ministro, em suas mãos, um documento do Deputado Benjamin. Sei que V. Exª também será subscritor, assim como o Senador José Maranhão, que conhece muito bem Engenheiro Ávidos.

Para quem não sabe, para surpresa inclusive do Brasil, Engenheiro Ávidos é a terra onde nasceu o Senador Raimundo Lira. Só que há um detalhe: em 1932, foi construída a barragem em Engenheiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ávidos, e essa barragem até hoje não tem uma via de acesso. Apesar de ser a segunda mais importante barragem do curso das águas, não há via de acesso até a barragem por asfalto. A União já fez isso para atender a questão da Barragem de Boa Vista. A Barragem de Boa Vista foi feita. Essa estrada foi construída no ano passado. Essa é, sem dúvida, uma grande conquista para o povo daquela região.

Entreguei isto hoje, para surpreender Raimundo Lira, nas mãos dele, e ele já me fez um ofício. Agora, quero ser o advogado de Raimundo Lira, de José Maranhão, de Benjamin e de Chico Mendes, o Prefeito, para entregar às mãos de V. Exª o pedido de integrar esse pequeno acesso, de apenas 14km, à Barragem de Engenheiro Ávidos, em Cajazeiras, esse tão querido e sonhado projeto de asfaltamento, que sei que é do nosso Senador José Maranhão, do Senador Lira e também – por que não dizer? – do Senador Cássio. Além de ser um ponto importante para fomentar o turismo naquela região, vai beneficiar uma população de mais de 11 mil pessoas.

Agora, Lira, já que você nasceu lá, de forma clemente, subscreva-o com carinho!

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Daqui a pouco, faremos a foto, Deputado Jeová.

Com a palavra o Senador Raimundo Lira.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – Esse é um pleito antigo, o de Engenheiro Ávidos, que pertence ao Município de Cajazeiras. Essa barragem começou em 1932, mas a retomada dessa obra ocorreu em 1942, quando o paraibano Ministro José Américo de Almeida era Ministro de Viação e Obras. Meu pai, como um pequeno empresário, foi participar dessa obra, como pequeno empreiteiro, na época, e tive o privilégio de nascer no Distrito de Engenheiro Ávidos, Município de Cajazeiras. Sempre digo isso com muita honra, com muita dignidade.

Na minha primeira campanha de Senador, fiz um encontro com a população, numa escola. Na frente da escola, não cabia a população toda. E o pleito, naquele momento, foi uma ponte atravessando o Rio Piranhas, porque havia apenas uma ponte de madeira precária, por onde só passava pedestre. Quando o rio estava cheio, não havia passagem de veículos. O pleito foi esse. A primeira dotação do Governo Federal que eu consegui foi exatamente para fazer essa ponte. Essa foi a primeira obra para a qual levei recursos, porque essa foi uma promessa. Naquele momento, de todos os eleitores da cidade, que tinha quase mil eleitores, apenas 13 não votaram em mim. Então, foi um compromisso. E, na cidade de Cajazeiras, uma cidade de porte médio, nas 125 urnas, fui o mais votado.

Então, a gente tem de amar a terra. Da mesma forma, o Maranhão ama, com muito fervor, a cidade de Araruna. Uma das características do nordestino é esse apego às suas origens, como disse a Senadora Fátima.

Mas eu queria falar agora um pouco da revitalização, sobre a qual eu já tinha falado aqui no começo, quando o Ministro não estava presente.

Apresentei um projeto aqui, o de nº 429, de 2015, que já foi aprovado no Senado Federal, que já está na Câmara e que cria um percentual de 3% para as empresas de energia elétrica que usam a água do Rio São Francisco como energia, exatamente para se criar um fundo permanente para a revitalização do Rio São Francisco, para que, dessa forma, daqui a 20 anos, daqui a 25 anos, a gente não tenha o desgosto de ver que o Rio São Francisco já não tem condições de fornecer água para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

revitalização, apesar de ser apenas, a preço de hoje, 1,4% do volume de água destinado à transposição do Rio São Francisco. Mas é importante que ele seja revitalizado. Vários afluentes já não existem mais; nem há mais como restabelecê-los. Então, precisamos fazer esse trabalho.

Quando fiz esse projeto, eu o fiz com base no que aconteceu no Rio Mississipi, nos Estados Unidos, em que, desde 1910, se começou a revitalização, porque se criou um fundo próprio com recurso gerado pelo próprio rio. Desde 1910, começou a revitalização do Rio Mississipi, e nunca parou um dia nem um feriado esse trabalho de revitalização.

Desculpem-me aqueles que já ouviram esse assunto que vou falar, mas quero aqui destacar o trabalho e o empenho do Ministro Helder Barbalho, que, apesar de ser do Norte, onde há possivelmente a maior concentração de água doce do Planeta, entendeu muito bem o que é a falta de água, o que é a crise hídrica do Nordeste brasileiro. Acredito que, dificilmente, um nordestino teria um papel tão importante, com tanto amor, com tanta dedicação, com tanto esforço, com tanta energia dedicada a essa transposição do Rio São Francisco.

Tivemos um momento de crise na Paraíba, com a falta de água na cidade de Campina Grande, com mais de 400 mil habitantes só na área urbana. Era praticamente impossível atender Campina Grande com carro-pipa. O Ministério foi muito claro, muito objetivo, naquele momento, e informou que Campina Grande não tinha o plano "b", só tinha o plano "a", que era a revitalização. Num esforço conjunto da Bancada da Paraíba – o Senador Maranhão acompanhou tudo isso – e da Bancada do Rio Grande do Norte, principalmente dessas duas Bancadas, e de parte da Bancada de Pernambuco, fizemos um trabalho conjunto, e terminou o Governo aprovando uma dotação extra de R$700 milhões naquele momento, para que o Ministério da Integração pudesse desenvolver um trabalho até o limite das possibilidades que existiam. Até então, havia o limite de 70%, e queríamos que chegasse até 100%. E, no dia 5 de fevereiro de 2017, a água chegou à cidade de Monteiro e deu tranquilidade hídrica. A partir daí, a cidade de Campina Grande e mais os 18 Municípios que recebem água do Boqueirão tiveram tranquilidade com esse fornecimento de água.

Então, foi um trabalho conjunto da Bancada, mas houve, sobretudo, um interesse, um empenho no desenvolvimento do trabalho, uma energia desenvolvida pelo Ministro Helder Barbalho. Isso tem de ser destacado. E me desculpem se isso já tinha sido dito aqui, porque é um assunto que deve ser repetido sempre, tanto é que, agora, nos próximos dias, o Ministro vai para João Pessoa para receber o Título de Cidadão Paraibano. Ele vai ser nosso conterrâneo, meu, do Senador Maranhão, do Deputado Benjamin, do Deputado Jeová, do Deputado Renato Gadelha, esses dois lutadores na Assembleia Legislativa pela questão da água na Paraíba – são dois grandes lutadores que têm de ser destacados também.

Então, eram essas considerações que eu ia fazer. Não vou falar mais sobre a transposição, não vou falar mais sobre o Ramal Piancó, hoje é o terceiro eixo, porque tenho certeza de que isso já foi muito falado nesta reunião.

Muito obrigado, Presidente, pela palavra.

O SR. HELDER BARBALHO (*Fora do microfone*.) – Senadora, posso...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois não, Ministro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HELDER BARBALHO – Ao encerrar, eu gostaria apenas de, primeiro, agradecer a oportunidade de ter estado, mais uma vez, nesta Comissão. Esta Comissão é a casa do Ministério da Integração Nacional no Senado da República.

Quero agradecer à Senadora Fátima pelo convite e a todos que participaram, aos Senadores, aos Deputados Federais e Estaduais, aos representantes de movimentos sociais, aos assessores. Talvez, esta seja a minha última participação nesta Comissão na condição de Ministro da Integração Nacional. Eu gostaria de agradecer o convívio e as experiências que pude ter aqui junto com os senhores e senhoras.

Publicamente, quero agradecer ao meu Partido, quero agradecer ao Senador Raimundo Lira e ao Senador Maranhão, que me deram o privilégio de exercer essa função.

Continuarei, até o último dia da minha estada no Ministério da Integração, trabalhando com afinco, aproveitando a oportunidade que a mim está sendo dada pelo Presidente da República, pelo Presidente Michel Temer, de trabalhar com essa agenda tão importante para o nosso País.

Quero dizer, Senadora, que tenho como determinação ideológica e de comportamento buscar sempre assimilar o contraditório para o aperfeiçoamento das nossas ações. Eu tive a oportunidade de ser Ministro da Presidente Dilma. Fui Ministro da Pesca e Aquicultura, fui Ministro dos Portos e hoje estou Ministro da Integração do Presidente Temer. Em todos os momentos que passei como Ministro, sempre busquei conviver e respeitar sejam as críticas, sejam as correções, os elogios e o convívio plural, como hoje nós tivemos oportunidade nesta Comissão e como já fizemos em tantas outras.

Estou certo de que, no momento em que houver a sucessão no Ministério da Integração, nos próximos dias, nas próximas semanas, a agenda que está posta, que está colocada não sofrerá qualquer interrupção, porque é uma agenda que o Presidente da República determinou a mim e determinará a quem vier a me suceder. As obras da transposição são obras absolutamente prioritárias, são as obras mais importantes deste Governo. É uma determinação do Governo concluí-las no ano de 2018.

A agenda que estará colocada, a das obras complementares, como também a da revitalização do São Francisco são agendas de Estado, que independem de que governo vier a seguir, a partir de 2019. Creio que a população nordestina e a representação parlamentar do Nordeste compreendem a sua importância, compreendem o seu tamanho. E sabe o Brasil que essa é uma dívida histórica que o nosso País tem com a população nordestina. Essa conta terá de sempre, a cada instante, ser paga com obras que possam permitir que esses brasileiros tenham segurança hídrica, tenham condição para a sua vida e para o seu consumo, como também para a sua produção.

Fico profundamente feliz de poder, da mesma forma que o Presidente Lula iniciou a obra e que a Presidente Dilma continuou, participar, com o Presidente Temer, da conclusão dessa obra, neste momento histórico, que representa um novo tempo na vida dessas pessoas.

Portanto, agradeço publicamente à Comissão. Eu queria aproveitar e sinceramente agradecer, em nome do Senador Raimundo Lira e em nome do Senador Maranhão, a oportunidade que o meu Partido e, particularmente, a Bancada do Senado a mim oportunizaram e confiaram, para que eu pudesse estar no exercício da condição de Ministro de Estado.

Que Deus me permita, quem sabe, voltar a esta Comissão, seja pelas vontades do meu Estado, como Governador do Estado, ou como cidadão, ou quem sabe um dia colega das senhoras e dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

senhores, como Senador ou como Deputado Federal! Certo estou de que a experiência que tive aqui junto com vocês muito me engrandece. Que eu possa ter outras oportunidades deste convívio!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mais uma vez, aqui agradecemos a presença do Ministro.

Quero dizer que foram mais de quatro horas de audiência pública. Batemos um recorde. Mas fizemos aqui, sem dúvida, como diz o Apóstolo, o bom debate, porque o debate que nós fizemos hoje aqui é um debate que diz respeito à dignidade e à cidadania do povo nordestino, que acalenta este sonho, que começou a se tornar realidade graças ao Presidente Lula, que é o Projeto de Integração da Bacia do Rio São Francisco.

Ministro, mais uma vez, agradeço a disposição de V. Exª, que sempre colaborou aqui com o debate. Quero desejar boa sorte ao senhor. Eu gostaria, no encerramento da nossa audiência pública, de lhe entregar uma cópia da nossa publicação referente à Avaliação de Políticas Públicas do ano de 2017, cujo tema foi "Segurança hídrica e gestão das águas nas Regiões Norte e Nordeste".

Agradecemos, mais uma vez, a presença de todos os Senadores e Deputados, dos nossos convidados, dos representantes dos movimentos sociais populares. Mais uma vez, muito obrigada.

Vamos divulgar posteriormente o calendário de audiências públicas que vamos fazer nos Estados, para acompanhar todo o Projeto de Integração das Bacias do São Francisco, com o foco agora na conclusão da obra principal, que é o Eixo Norte, e das obras complementares.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente audiência pública.

(*Iniciada às 15 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 19 horas e 21 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e dezoito minutos do dia vinte e um de março de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências das Senadoras Fátima Bezerra e Lídice da Mata, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Hélio José, Romero Jucá, Valdir Raupp, Paulo Rocha, Regina Sousa, Paulo Paim, José Pimentel, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Sérgio Petecão, José Medeiros, Elber Batalha, Wellington Fagundes, Cidinho Santos e Ronaldo Caiado. Deixam de comparecer os Senadores Elmano Férrer, Waldemir Moka, João Alberto Souza, Humberto Costa, Davi Alcolumbre, Ciro Nogueira e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa - Primeiro Painel**, atendendo aos requerimentos RDR 2/2018, de autoria da Senadora Lídice da Mata, e RDR 8/2018, de autoria da Senadora Lídice da Mata. **Finalidade:** Debater a produção de chocolate no Brasil. **Participantes:** Antônio Cesar Costa Zugaib, Pesquisador da Ceplac; Jeronimo Rodrigues, Secretário de Desenvolvimento Rural do Estado da Bahia; Cristiano Santana, Secretário Executivo da Associação Cacau Sul Bahia; Guilherme Moura, Presidente da Câmara Setorial do Cacau; Lanns Almeida, Diretor Geral do Instituto Biofábrica de Cacau. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Usaram da palavra os Senadores: Elber Batalha, Flexa Ribeiro, Regina Sousa e Wellington Fagundes. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Fátima Bezerra

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/03/21

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Bom, havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Ao iniciar nosso expediente, informo que solicitarei, nos termos da Instrução Normativa 9, de 2017, a degravação da presente reunião, para que o que aqui for falado pelos convidados e debatido pelos nobres pares fique registrado nos anais desta Casa.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada ao primeiro painel que debaterá a produção de chocolate no Brasil, atendendo ao Requerimento nº 2, de 2018, de autoria da Senadora Lídice da Mata e subscrito por mim.

Esclareço que adotaremos os seguintes procedimentos: cada expositor terá um prazo de até quinze minutos para fazer a sua exposição e em seguida abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e Senadores inscritos, dentro dos assuntos tratados, dispondo cada um de cinco minutos, assegurado o prazo igual para resposta, após o que poderá ser contraditado pelo prazo máximo de dois minutos, concedendo-se o mesmo tempo para a tréplica. A palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido. Quero ainda também aqui ressaltar que a audiência é interativa e os que queiram participar da nossa audiência poderão fazê-lo pelo Portal e-Cidadania, que pode ser acessado a partir do *site* da Comissão, e pelo Alô Senado, 0800-612211.

Eu quero convidar, com muita satisfação, para compor a Mesa neste exato momento, e desde já agradecer aqui a presença, Jerônimo Rodrigues, que é Secretário de Desenvolvimento Rural do Estado da Bahia; o Sr. Guilherme Moura, Presidente da Câmara Setorial do Cacau; o Sr. Antônio Cesar Costa, pesquisador da Ceplac; o Sr. Cristiano Santana, Secretário Executivo da Associação Cacau Sul Bahia.

Queremos registrar a presença do Deputado Federal Davidson Magalhães, lá da Bahia.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Ah, e do Deputado Bebeto, que acaba de chegar. Bebeto, seja muito bem-vindo. Deputado Bebeto, PSB da Bahia, e Davidson, do PCdoB da Bahia.

Antes de convidar a Senadora Lídice para presidir os trabalhos, quero aqui parabenizar a Senadora Lídice pela iniciativa extremamente importante, pelo que representa a cultura do cacau na cadeia produtiva da Bahia, do Brasil e do mundo. Importante porque esse debate traduz a prioridade que a Senadora Lídice tem dado, na sua atuação político-parlamentar, aos temas que dizem respeito à questão do desenvolvimento regional e do desenvolvimento nacional.

A Senadora tem um olhar muito atento, repito, para a questão do tema do desenvolvimento regional, tanto é que, repito, no que diz respeito à questão da agenda do cacau, ela é autora do Projeto de Lei nº 93, de 2015, que estabelece 35% como percentual mínimo de cacau nos chocolates e seus derivados, nacionais e importados, comercializados em todo o território nacional, e torna obrigatória a informação do percentual total de cacau nos rótulos desses produtos.

Então este ciclo de debates que nós vamos fazer hoje, através da Comissão de Desenvolvimento Regional, repito, por iniciativa da Senadora, será um ótimo momento para a gente aprofundar mais ainda a discussão, inclusive em torno do projeto, para construir aqui um ambiente de correlação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

forças políticas favoráveis para que esse projeto seja aprovado, porque ele vai proporcionar avançar, do ponto de vista do fortalecimento da pauta, da questão do cacau, do chocolate, que é muito importante para a Bahia, para o Nordeste e para o Brasil. E há presença dessa pauta em nível mundial. Eu quero também aqui compartilhar, com o Deputado Bebeto e o Deputado Davidson, e aqui com os ilustres representantes do povo baiano que aqui estão fazendo parte da Mesa, a alegria e o orgulho do bem da atuação político-parlamentar da Senadora Lídice. É uma atuação que é exemplo, referência não só para a Bahia e para o Nordeste, mas para o Brasil inteiro; é referência em matéria de seriedade, de honestidade, de espírito público, de idealismo e de preparo; é referência pela história e pela trajetória de vida dela, comprometida com a luta em defesa da democracia, com a luta em defesa do desenvolvimento nacional e regional, com a luta dela em defesa também da educação. Ela é minha parceira nessa área.

Eu tenho a alegria de ser a Relatora de uma proposta de emenda à Constituição de autoria dela que tem como objetivo tornar o Fundeb, que é a política de financiamento mais importante implantada no Brasil nesses últimos 15 anos, iniciativa do então Presidente Lula... O Fundeb, essa política de financiamento importante, essencial para o desenvolvimento da educação básica do País, é objeto hoje de uma proposta de emenda à Constituição, de autoria dela e da qual sou Relatora, que visa a tornar o Fundeb uma política permanente, como assim deve ser; mas, mais do que isso, com o Fundeb nós vamos também poder avançar no tema de financiamento da educação básica, que é um tema fundamental para que Estados e Municípios possam realizar, inclusive, as metas contidas no Plano Nacional de Educação.

Senadora Lídice da Mata, eu quero, com muito prazer, convidá-la agora...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Chegou o Sr. Lanns Almeida, Diretor Geral do Instituto Biofábrica de Cacau.

Com muita alegria, eu chamo agora a Senadora Lídice, que é nossa Vice-Presidente, autora da iniciativa, para que ela coordene os trabalhos.

Bom debate para todos nós.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Bom dia, todos os companheiros, as companheiras, representantes de entidades que acompanham esta audiência e todos aqueles que acompanham os meios de comunicação do Senado Federal.

Através do e-Cidadania, esta audiência pública será acompanhada pelos internautas e também pelos meios de comunicação da Casa.

Eu quero saudar e agradecer a Senadora Fátima Bezerra, Presidente da nossa Comissão, que tem dado um ritmo bastante dinâmico a esta Comissão. Ontem, houve aqui, mais uma vez, uma discussão com a presença do Ministro, que pela terceira vez veio à nossa Comissão para discutir a transposição e a revitalização do Rio São Francisco, um tema que interessa demais também à Bahia, aos baianos e aos nordestinos em geral. Hoje, ela abre este seminário, esta mesa-redonda sobre o cacau. Eu estive há pouco com o Senador Flexa Ribeiro, que é um Senador do Pará envolvido... Ele acaba de chegar. Eu estava falando exatamente sobre o nosso Relator, dizendo que ele estaria aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

durante algum tempo, porque não vai poder estar à tarde. Eu quero saudar a presença do Senador Flexa, que é de um Estado coirmão na produção do chocolate e é o Relator do nosso projeto.

Saúdo o Senador Elber Batalha, querido Senador, que se despede do Senado Federal, que é do meu Partido, PSB, de Sergipe, e estava substituindo o Senador Antonio Carlos Valadares, que foi Presidente desta Comissão também. Para nós é uma grande alegria tê-lo aqui, Senador Elber, que, no seu período no Senado, só nos trouxe alegrias com a sua participação, com a sua agilidade de pensamento político e com o compromisso com o povo brasileiro e com o povo de Sergipe. Inclusive, ontem, já se pronunciou contra o fechamento da Fafen de seu Estado, que, juntamente, com o Estado da Bahia, sofre uma grande ameaça neste momento. E, hoje, nós vamos ter uma mobilização aqui, no Senado, em relação a esse tema, provavelmente com a presença do Governo de Sergipe, e uma reunião da Frente em Defesa da Soberania também, pra debatermos essa questão.

Eu quero saudar aqui os dois Deputados Federais, de Itabuna e Ilhéus: Deputado Bebeto Galvão, também autor de projeto semelhante na Câmara dos Deputados, e o Deputado Davidson Magalhães, também muito atuante, juntamente com Bebeto, na defesa do cacau do nosso Estado. Eu quero dizer que é uma alegria tê-los aqui. Eu sei que, como os Senadores, os Deputados têm uma agenda muito concorrida e estão todos nessa pauta da Bahia com muito compromisso. Contribuíram, lutaram e continuam lutando para que nós possamos avançar também no projeto na Câmara. E que nós possamos avançar aqui, no Senado, e finalmente fazer uma composição disso, agregando todos os sentimentos.

Na Câmara, já houve uma modificação muito profunda do projeto, que, em certa medida, ameaça o conteúdo central dele, mas nós estamos lutando para que isso não ocorra aqui e para que, efetivamente, no final, a Câmara e o Senado possamos negociar um projeto que atenda ao interesse de todos nós. Senador Flexa, antes de passar a palavra, eu quero dizer que está aqui presente também, além do Secretário de Desenvolvimento Rural do Estado da Bahia, que é um secretário legal, muito querido na Bahia, que foi do Ministério do Desenvolvimento Agrário no governo do Presidente Lula, da Presidente Dilma... É um Secretário muito respeitado na Bahia pelos produtores de todas as culturas da Bahia, por sua presença muito enfática na defesa da agricultura baiana, da agricultura familiar, em especial, e do desenvolvimento do nosso produto da Bahia. E, se não me engano, o senhor está acompanhado do Secretário de Desenvolvimento Regional do Pará, não é?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Senadora Lídice da Mata, senhores convidados, sejam bem-vindos à audiência pública da CDR.

Eu quero parabenizar a Senadora Lídice, que é uma batalhadora com relação ao cultivo do cacau e ao fortalecimento da produção.

Está aqui comigo o nosso Secretário Adnan Demachki, de Desenvolvimento do Estado do Pará, que também é um grande incentivador da verticalização do uso do cacau. A Bélgica não tem um pé de cacau e tem o melhor chocolate do mundo. Então, não é possível que, tendo o cacau, exportemos o cacau e não tenhamos aqui o melhor chocolate do mundo, melhor que o da Bélgica. O Secretário Adnan está atraindo para o Estado do Pará várias indústrias de chocolate, para que possamos, então, agregar valores à produção do cacau, verticalizando essa produção. É o que acontece também na Bahia. Vamos juntos. O Pará e a Bahia são os dois Estados maiores produtores de cacau do nosso País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda temos que aumentar essa produção e podemos fazê-lo, porque há áreas e condições propícias para isso.

Esta audiência, com certeza absoluta, será de uma importância muito grande, Senadora Lídice, para que possamos, inclusive, concluir o nosso relatório e colocá-lo em pauta para avançar na questão de valorizar o cultivo do cacau.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Agradeço, novamente, a presença do nosso Senador, chamando a atenção dele para o fato de que há ali uma mesa com diversos produtos do nosso cacau, inclusive chocolate de exportação, *gourmet*, produzido na Bahia, certamente com igual qualidade ao que é produzido no Pará. Agora, com a conquista do selo de origem, nós vamos poder trabalhar muito mais isso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Peço desculpas, Senadora Lídice, de não ter condições de provar o cacau, pois estou de regime. (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Eu quero registrar também aqui que vai haver, na parte da tarde, discutindo todo o processo produtivo na Bahia, também uma discussão sobre os avanços tecnológicos. Estamos aqui com a presença do Secretário de Ciência e Tecnologia da Bahia, Vivaldo Mendonça, que participa à tarde, que é também da região e agrônomo de origem, com muita possibilidade de contribuir com a nossa discussão. E registro que recebi da Secretaria de Educação do nosso Estado uma carta – tendo em vista esse debate que nós estamos travando – lembrando do nosso querido Senador Walter Pinheiro, atual Secretário de Educação. Em seu nome, recebi uma carta do seu Superintendente, Durval Libânio, destacando que a Secretaria de Educação tem dois grandes vetores de organização. Um é a inclusão da tecnologia na escola, o que chamam de sala de aula contextualizada no século XXI. O segundo princípio é o de uma educação contextualizada no território e na sua economia, em que se reafirma a política territorial do Estado da Bahia, visando a proporcionar à comunidade escolar um envolvimento necessário com as questões históricas e culturais dos territórios baianos, sua identidade e pertencimento, destacando-se, assim, ações de empreendedorismo social, em parceria com Ashoka Internacional e Instituto Alana; ações de educação empreendedora em parceria com o Sebrae, com foco em arranjos produtivos territoriais; criação de escritórios territoriais em parceria com a Secretaria de Planejamento do Estado; e as chamadas fábricas escolas, que visam a proporcionar incubação de empreendimentos, com base na cultura econômica local.

Dessa forma, foi inaugurada, em outubro de 2017, a fábrica escola de chocolate, em Gandu; outras, como em Arataca, Ilhéus e Ipiaú, estão previstas. Eu estive, na semana passada, em Arataca, e pude visitar a construção já quase finalizada da escola na Fazenda Boa Vista. São escolas como a de carne do sol, em Itororó, de requeijão, em Santa Bárbara, de tapioca, em Cruz das Almas, entre outras. As fábricas escolas de chocolate, além de aulas práticas para estudantes e formação para trabalhadores, irão proporcionar incubação de empresas e colocação do chocolate na merenda escolar, a partir do cacau fino de agricultores familiares – eu acho que essa é a grande novidade, uma proposta extremamente importante do Governo do Estado e da Secretaria de Educação, que é a inclusão do chocolate na merenda, garantindo, portanto, um mercado adicional ao nosso chocolate –,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em consonância com o que defende seu mandato e com o disposto no Codex Alimentarius, de utilizar o mínimo de 35% de cacau no chocolate servido a nossos estudantes, proporcionando uma melhor alimentação e prevenindo doenças como obesidade infantil, entre outras.

Essa ação é exemplar para os fabricantes de chocolate do País. A Bahia, como o maior Estado produtor de cacau, está fazendo a sua parte, promovendo educação pelo sabor, trabalhando para que nossos jovens tenham bons hábitos alimentares e desenvolvam um paladar a partir de chocolates feitos com amêndoas finas, a partir do padrão criado pela indicação de procedência Cacau Sul da Bahia, conquista recente dos produtores baianos.

Eu quero parabenizar os produtores por essa conquista e o Governo do Estado, o Senador Walter Pinheiro, Secretário de Educação do nosso Estado, por essa ação, que, creio, ajudará muito a nossa luta e o fortalecimento do nosso chocolate fabricado com 30% de teor de amêndoas de cacau.

O SR. ELBER BATALHA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Senadora Lídice.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Pois não, Senador.

O SR. ELBER BATALHA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Eu gostaria de parabenizar V. Exª e dizer que iniciativa como esta orgulha o nosso Partido, orgulha o povo da Bahia e orgulha o povo brasileiro. É uma iniciativa que vai gerar empregos, que vai gerar educação, vai gerar saúde e vai tirar essas crianças da miséria. Realmente, esse projeto de V. Exª vai ser de grande utilidade para o Brasil e para o povo do Nordeste, principalmente. Quero me somar a V. Exª.

Agradeço os momentos que aqui passei, a convivência com V. Exª. Quero dizer a V. Exª que há um ditado – a senhora, como mãe, sabe – que a mãe de minha mãe sempre dizia e eu não me esqueço nunca: "O que a boca do meu filho beija, a minha adoça"; isso aqui eu trago para sempre. A senhora está adoçando a boca das crianças com esse projeto, está trazendo saúde, e, acima de tudo, compreensão com o povo brasileiro e com o povo da Bahia.

Eu agradeço a participação que tive por esses dias aqui com V. Exªs; sinto-me honrado. E eu sei que daqui parte o meu corpo, mas meu coração vai permanecer com vocês.

Muito obrigado. Vou ter que sair agora, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Obrigada pela presença.

O SR. ELBER BATALHA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Mas fico feliz pelos momentos que a senhora me proporcionou neste Senado da República para que eu tivesse uma participação visível e atuante, graças ao esforço que nós tivemos com a sua ajuda, é bom que se frise, e com a ajuda do Senador Antonio Carlos Valadares.

Muito obrigado a todos e agradeço a atenção a mim de todos os funcionários daqui da Comissão, que me trataram com grande carinho e admiração.

Muito obrigado a todos e muito bom dia.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Obrigada, Senador...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Vou ter que sair para a Comissão de Constituição e Justiça, onde vou defender o nosso projeto, que são os prazos em dias úteis da OAB do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado a todos.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Obrigada, Senador. É uma grande honra para nós termos convivido com V. Exª.

Eu só vou aqui... (*Pausa.*)

Eu quero dizer que esta é a Mesa da manhã, que está aqui composta, como já foi anunciada.

Pela tarde, nós vamos ter o segundo painel, que terá como convidados José Vivaldo Souza de Mendonça; Marco Lessa, Presidente da Costa do Cacau, Convention Bureau; Gerson Marques; Patrícia Moles, executiva do mercado de cacau e chocolate do Instituto Arapyaú – esse quero dizer que o nome é muito bonito e lembra Ipiaú, que é uma cidade que mora no meu coração, não posso deixar de registar –; Cristiano Villela, Diretor Executivo do Centro de Inovação do Cacau; Ubiracy Fonseca, Presidente da Associação Brasileira de indústria de Chocolates, Cacau, Amendoim, Balas e Derivados (Abicab), que, na verdade, vai ser representada pelo Diretor Executivo Eduardo Bastos... Está aqui presente? (*Pausa.*)

Ah, certo. O Eduardo pede desculpas, porque não vai poder comparecer. Aliás, ontem o Secretário Vivaldo esteve com a Abicab e me anunciou isso.

Mas eu quero aqui registrar e pedir desculpas aos representantes do IBC, porque, por uma falha da assessoria, que nós tivemos um certo trabalho para fazer – a IBC, desculpe – essa composição de Mesa, consultando os companheiros da Bahia – voltava, acrescentava nome, diminuía nome –, e terminou que, num desses momentos, ela não conseguiu cadastrar, em sua memória, o nome da entidade. Mas nós tivemos a IBC participando da audiência pública que fizemos na Comissão de Assuntos Econômicos, que é onde o projeto está. E esperamos também, em breve, ter novo contato com os representantes moageiros para que a gente possa... Sei que estão trabalhando numa posição de se incorporarem a esse movimento nosso – a Cargill também está aqui presente, acompanhando os nossos trabalhos –, e tenho certeza de que nós haveremos de encontrar um ponto de confluência, de apoio para que essa ação de desenvolvimento do nosso Estado, da nossa região e da produção de chocolate no Brasil possa encontrar um ponto de equilíbrio, de unidade, de unificação.

Vou passar a palavra agora – que já falei demais – para os nossos representantes aqui. Vou conceder a palavra, em primeiro lugar... Porque eles fizeram uma ordem aqui que é diferente da que estava prevista, vai falar, em primeiro lugar, o Sr. Cristiano Santana, Secretário Executivo da Associação Cacau Sul Bahia.

Cristiano.

O SR. CRISTIANO SANTANA – Senadora, em primeiro lugar, bom dia a todos, bom dia ao Plenário, bom dia, Senadora, bom dia à Mesa. A gente gostaria, primeiro, de agradecer a oportunidade de estar aqui expondo o que está acontecendo com o cacau na Bahia e no Brasil. De uma certa forma estamos mais focados na Bahia, mas sabemos dos grandes avanços que a cadeia do cacau vem tendo em todo o País.

Acho importante dar uma contextualizada. Inicialmente, eu sou o Secretário Executivo da Associação Cacau Sul Bahia, que é a entidade detentora do selo de indicação geográfica do sul da Bahia, que é de amêndoas de cacau. Essa entidade é formada por 14 instituições. É uma federação de associações e cooperativas e entidades setoriais, e representa hoje cerca de três mil produtores das regiões extremo sul, baixo sul, sul, litoral sul e médio, Rio das Contas e Vale do Jiquiriçá, que é o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

tamanho da nossa IG, formada por 83 Municípios. Em extensão territorial, é a maior indicação geográfica do País, abrange cinco territórios e foi construída em um processo que durou aproximadamente dez anos. A associação tem três anos de fundada, mas foi o resultado desse processo longo de discussão entre os produtores.

Então, hoje, a gente fica honrado de estar aqui, uma instituição relativamente nova, estamos aí – a Mesa aqui é de peso, estamos à vontade, todos nos conhecemos, mas eu sou, digamos, o caçulinha da turma – então, ficamos honrados de estar aqui.

Bom, hoje a gente enxerga que o processo de qualidade do chocolate passa pelo processo de qualidade da amêndoa, e, por isso, a indicação geográfica hoje tem um regulamento. E é um dos poucos regulamentos do Brasil, hoje, que visa à qualidade em si. A gente sabe que a IN 38 trabalha com a parte de defeitos, para tipificar o cacau, e todos esses trabalhos que vêm sendo feitos na questão de qualidade vão refletir na qualidade do chocolate, já que estamos falando de aumento de teor de cacau no chocolate. A maioria dos chocolates da região já possui o teor acima de 40%, 50% de cacau. Então, eles passam a trabalhar com essa ótica da qualidade do cacau para o chocolate.

Nesse sentido, a gente enxerga que o projeto de lei proposto aqui procura, primeiro, dar um retorno à legislação que já existia. A gente sabe que esse teor foi diminuído, reduzido pelos problemas de crises de vassoura, de disponibilidade de matéria-prima e tal, mas a gente enxerga hoje que a cadeia do cacau vem numa nova guinada já há um bom tempo. Tivemos, lógico, algumas intempéries de clima, mas a agricultura é isso, é uma atividade de risco. E que a gente venha, com esse aumento no percentual de cacau do chocolate, contribuir com a melhoria do produto para o consumidor, em primeiro lugar.

Eu falei de qualidade da amêndoa, que vai refletir no chocolate de alto teor, mas, independentemente da qualidade da amêndoa, há um aumento de qualidade nutricional. E a Cacau Sul Bahia entende que isso é de suma importância para que a gente retorne a ter os padrões que são mundiais, os padrões mínimos mundiais relacionados a percentual de cacau no chocolate.

Só rapidinho. Pois é, o que eu acabei de falar, a qualidade do cacau é importante, mas a gente enxerga que isso vai ter um grande impacto também na questão nutricional.

Além disso, a gente sabe que o grande gargalo que é imposto é a questão da produção de cacau. A gente trabalha hoje com importação, para suprir o mercado interno. Mas, aproveitando aqui nossos amigos do Pará – a gente acompanha o trabalho do Pará, o Pará vem expandindo a área plantada, a produtividade, tem um programa excelente, tive a oportunidade de ir lá para ver, participar do festival do chocolate –, a Bahia hoje vem construindo uma nova narrativa relacionada à questão da cadeia do cacau e chocolate.

Eu queria só – pode passar esse estalide aí, por favor – demonstrar... Só tenho esse eslaide aí, mas eu queria que ficasse gravado na imagem para os senhores e as senhoras que hoje existe uma rede de governança que trabalha toda a parte do cacau e chocolate no sul da Bahia, em que a Associação Cacau Sul Bahia se encontra como articuladora. A indicação geográfica é um tema que permeia em todos os segmentos de produtores, de instituições, como uma coisa boa, uma ferramenta boa de melhoria de desenvolvimento da cadeia. Então, hoje a gente tem todas essas instituições aí que estão listadas, estão engajadas. E faltam instituições, faltam empresas aí, que são a mola mestra – digamos assim – que vai trabalhar na ponta, na comercialização; cooperativas também. A gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enxerga que, em relação à questão de suprimento de matéria-prima, com o trabalho que vem sendo desenvolvido no Pará, Espírito Santo, as iniciativas que há na Bahia com toda essa rede de parceiros, que vai desde instituições governamentais até privadas, em pouco tempo, cinco, seis anos – e, aí, lógico, entram instituições financeiras, financiamento, crédito, etc. –, tem-se plena condição de se aumentar a produção de cacau no País.

Então, nesse sentido, a Cacau Sul Bahia, todos os seus produtores e representantes, apoia o projeto de lei, enxerga como um grande avanço e parabeniza todo mundo que trabalhou e a Senadora por estar encabeçando essa proposta.

Eu acho que, inicialmente, é isso que eu tenho para contribuir.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Obrigada, Cristiano, por sua fala.

Eu quero provocar um pouco a fala também dos outros companheiros e representantes de entidades. Quando nós aprestamos o projeto, num primeiro momento, houve uma certa oposição – oposição que permanece –, cujo um dos argumentos centrais foi dizer que nós queríamos, com esse projeto, um chocolate, estabelecer, como um padrão, um chocolate amargo, e acabar com o chocolate ao leite. Então, eu queria que os que fossem falando, de alguma forma, abordassem também essa questão.

Eu me preocupei e até e trouxe, do Panamá, na última viagem que fiz, uma série de chocolates – e tenho as embalagens –: 41% de chocolate ao leite na embalagem dito. Então, é importante que a gente desmistifique aquilo que está sendo criado como uma referência, um discurso contrário ao projeto, que não corresponde à verdade.

Vamos passar ao segundo expositor.

Para falar, agora, o Dr. Lanns Almeida, que é o Diretor-Geral do Instituto Biofábrica de Cacau na Bahia.

O SR. LANNS ALMEIDA – Bom dia a todas, a todos. Quero dizer da nossa satisfação de estar aqui hoje neste plenário. A Senadora Fátima, que já saiu, junto com a Senadora Lídice, enchem-nos muito de orgulho – viu, Senadora? – e nos dão esperança nesses tempos difíceis de saber que nem tudo está perdido com essas duas Senadoras aí, que se juntam a tantas outras Senadoras, que têm feito um diferencial neste espaço, que, até então, era muito masculinizado. Então, quero dizer da satisfação de a gente estar aqui.

Cumprimento Valnei Pestana – e cumprimento todos que estão nos ouvindo aqui –, médico, trabalha muito tempo com essa questão do cacau como alimento funcional, e, quando fala de chocolate ao leite, ele quase infartou ali, porque... Num dia desses aí é interessante a senhora chamá-lo para fazer uma palestra de o quão importante é o chocolate, o cacau para a alimentação e o quanto ele é bom para a nossa saúde. Diante da pré-reunião que a gente fez, semana passada ou retrasada, lá em Ilhéus, onde estava o Secretário Jerônimo, e também aqui, a quem eu saúdo e parabenizo pelo exercício diferenciado, o Secretário Vivaldo, dois jovens que têm feito um diferencial nas pastas que ocupam, como o nosso governo do Governador Rui Costa, a execução é firme. Então, naquela pré-agenda que a gente fez lá em Ilhéus... E hoje, Senadora, a gente, neste mundo de informação e conhecimento, esta era em que a gente vive, mesmo com algumas *fake news*, que às vezes tentam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

melar um pouco essa questão da informação, mas quando a gente traz – e a senhora teve a coragem de trazer este debate dos 35% de cacau de verdade no que é o chocolate –, a gente precisa diferenciar o que é chocolate e o que é doce com essência de chocolate ou com essência de baunilha. As pessoas não podem, neste mundo moderno ou pós-moderno, estar achando que está comendo, Marco Lessa, algo que não é aquilo que está na embalagem.

Então, a Senadora traz, com toda a responsabilidade que ela tem, mas também com a responsabilidade de quem está consumindo, para saber diferenciar o que é o chocolate, Cristiano, e o que é um doce feito com pasta de amendoim, feito com gordura hidrogenada, ou outras equivalências – porque a gente pegou essa moda do chocolate, que é extremamente importante para a saúde, para a alimentação, Valnei – em que colocam o nome chocolate. Eu acho que não podemos mais, o consumidor, e principalmente nós brasileiros, ser – vou usar um termo um pouco duro – enganados, achando que está comendo algo, que, de fato, não o é. Então, acredito que é extremamente salutar essa discussão.

E a Bahia sai na frente. A gente está indo, Marco Lessa, para a 10ª Edição do Festival Internacional do Chocolate e do Cacau. Nós saímos na vanguarda no Brasil, e mostramos que lá, independente dos outros Estados, a gente já faz chocolate de verdade. E eu acho... Acho, não, tenho certeza absoluta de que o melhor chocolate do mundo é o feito no sul da Bahia, não é feito em outro lugar. Lá a gente come chocolate de verdade. Eu não troco nenhuma dessas marcas internacionais, que são até difíceis de pronunciar, Guilherme Moura, pelos chocolates que estão ali. Aquela amêndoa ali caramelizada com açúcar da flor do coco, que Valnei traz, e todas essas marcas que estão aí, não troco por nenhum chocolate internacional, estrangeiro. Eu, particularmente, não o faço. Nem eu nem minha família.

E, para além de todas essas discussões, o que a gente ainda tem de Mata Atlântica, mesmo que antropizada pela ação do cacau-cabruca, nesse corredor central da Mata Atlântica, esses 7% que sobraram, sobraram por conta da ação da cacauicultura sul baiana. Os sergipanos inovaram, há 270 anos, quando subiram os grandes rios da região sul baiana e entenderam que podia fazer uma agricultura. E, naquela época, não havia a Ceplac, Zugaib, não havia universidade, não havia centro de pesquisa, e eles conseguiram criar o que hoje todo mundo fala na Rio+20, na COP do clima, que é extremamente inovador, a Bahia tem há 270 anos, uma tecnologia que hoje, mesmo com todos os PHDs da UESC, da UFSB, da Ceplac, ninguém nunca conseguiu explicar o que os sergipanos fizeram com aqueles desenhos extremamente harmônicos com a cabruca, e que conseguiram preservar. Já chegou a 600, pouco mais de 600 mil hectares, hoje a gente deve ter aí 370 mil hectares, mas de uma ação com muita inovação, tecnologia e ciência, Secretário Vivaldo.

Então, a gente já fazia, há 270 anos, o que o mundo clama hoje para a questão do desenvolvimento sustentável. A gente produz a água, na cabruca, conserva solo – algo extremamente importante –, produz ar de qualidade, e, acima disso tudo, a gente produz vida. É uma ação da cacauicultura sul baiana intrinsecamente ligada à agricultura familiar. Devam ser aí em torno de 37 mil famílias. Dessas, cinco mil estão em assentamentos, da agricultura de assentamentos do Incra, Cédula da Terra e Crédito Fundiário.

E, Secretário Jerônimo, estava fazendo umas contas simples ontem. Se hoje a gente conseguisse elevar o nosso cacau, a nossa produtividade média, para 50 arrobas por hectare – porque o agricultor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

familiar também tem o cacau, ele não tem só o cacau, como é na questão da soja, da cana, do algodão, em que a pessoa só tem 37 mil, 18 mil, 20 mil, 100 mil hectares de algo, de um único cultivar, de um único plantio; o agricultor familiar tem também o cacau, mas ele tem o açaí, tem a cabruca, tem o cupuaçu, também tem a criação dele, tem a horta, tem cajá, tem uma série de serviços ecossistêmicos –, se a gente conseguir elevar de 12, de 20 arrobas por hectare para 50, Senadora, a gente ultrapassa, só a Bahia, o patamar das 200 mil toneladas. Tirar uma produtividade numa cabruca de 12, de 20, para 50 arrobas por hectare não é difícil; não é fácil, mas também não é difícil. Tirar de 50 para 80 já é um desafio, mas, em tirar de 20 para 50, não há dificuldade.

A gente precisa de uma extensão rural, que é um processo continuado de educação – e eu sei que o Secretário Jerônimo tem-se debruçado sobre isso, tem feito isso –, mas a gente precisa de uma extensão rural que, de fato, entenda profundamente da questão da cabruca. A gente precisa de um crédito diferenciado, porque nós somos diferenciados, nós precisamos de um crédito diferenciado. Acho que o Zugaib vai falar sobre essa questão do crédito. E a gente precisa de uma correção, principalmente à base de gesso, porque nossos solos são ricos, mas a disponibilidade, principalmente dos micronutrientes, fica impedida por conta da ação da acidez do alumínio.

Então, acho que essas são as três principais ações, que eu sei que o Estado tem feito muito com a gente, e têm um impacto na base produtiva, com material genético, seja ele crioulo, seja ele cultivar, mas que tenha capacidade – a Biofábrica tem feito isso – de entregar com qualidade, com regularidade e com quantidade suficiente para impactar na base produtiva. Eu acho que isso aí é um desafio, mas um desafio muito tranquilo de a gente poder galgar e alcançar em médio prazo.

A gente tem um programa, que a gente já apresentou à Senadora – Jerônimo uso esse programa como base das ações dele na cacauicultura –, que é um programa para recuperar 400 mil hectares de cabruca, 200 mil hectares de cabruca e 200 mil hectares de SAF. E as pessoas às vezes falam: "Mas 400 mil é muito!" O Brasil tem um pacto, é signatário de um pacto para recuperar 12 milhões de hectares. Estamos querendo contribuir com 400 mil, porque somos capazes. E a gente não quer fazer piloto de restauração de nascente; a gente quer fazer algo com escala, porque o mesmo trabalho que dá para pensar o pequeno, dá para pensar o grande.

E a gente fez um fluxo de caixa descontado desse programa, Senadora, e a gente viu que, para cada real que o Estado investe na região, ele tem um retorno imediato anual de R$3,87. Gera 300 mil empregos, gera renda, produz vida. Então, a gente tem uma condição – que eu acho que no Brasil nós não temos em outro agroecossistema – de incluir, de fato, principalmente agricultores, de maneira perene e duradoura.

Então, eu acho que na região, eu sempre coloco isso, Guilherme Moura, nós não somos...

A crise não é financeira, porque a base da pirâmide hoje é muito melhor do que há 25 anos, os índices de educação são muito melhores do que há 25 anos. A crise que nós vivemos, infelizmente, foi uma crise de identidade. Essa é a principal crise, que ainda durou até pouco tempo. Eu acho que a gente está conseguindo sair dessa crise, e a gente está conseguindo vencer.

Eu coloco – e aí mais uma vez reforçando o que a Senadora colocou – que quando a gente fala desses 35%, há um livro, que eu acho que é do Veríssimo, *As Mentiras que os Homens Contam*. Nesta época de informação e de conhecimento, a gente precisa trazer à tona essas verdades, e principalmente os consumidores têm que ter certeza do que estão comendo. Há a discussão do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

transgênico, ele precisa saber se é ou não, e ele ter a decisão de ele comer ou não o transgênico. A mesma coisa com o chocolate, ele precisa ter na embalagem dizendo o que ele está comendo, de onde está vindo, e se é de fato ou não aquilo, Valnei, porque o que a gente vê aí nesses festivais todos de que a gente participa, pelo que a gente tem acesso na nossa região com a Chocosul, o que o CIC tem demonstrado de informação, o que a UESC aqui – nós temos hoje quatro engenheiros agrônomos formados na UESC: eu, Ricardinho, Ricardo Dória, Vivaldo Mendonça e Cristiano, então parabenizo a nossa universidade, e a Profª Cássia, a UESC está bem representada, Zugaib também que é professor –, então, a Bahia sai na frente com essa questão do chocolate.

Nós não estamos fazendo experiências nem piloto, Valnei, a gente tem qualidade. Na França, Valnei, ano passado, nos encheu de orgulho, porque uma das maiores estudiosas, experimentadoras de chocolate, de derivados de cacau, fez um pronunciamento – se ela cobrasse por aquele pronunciamento, seria caríssimo – e pediu que gravasse o pronunciamento dela com aquela castanha ali, e ela falou que nunca tinha comido algo que, de fato, conseguiu sentir o gosto e o cheiro do Estado da Bahia. Aquilo ali encheu a gente de muito orgulho.

Então, a gente tem condição de gerar renda, de gerar emprego, de incluir pessoas, de preservar e de conservar o que sobrou da nossa Mata Atlântica e avançar. A gente tem condição, junto com outros Estados, mas principalmente a Bahia tem condição de ajudar e colocar o Brasil de fato como o terceiro, quem sabe segundo maior produtor de cacau do mundo.

Novamente queria agradecer à senhora. Eu que sou neto de Eduardo Amaral, um pequeno produtor rural de Uruçuca, estar aqui hoje falando numa comissão no Senado, na Câmara Alta nossa, não podia ser um convite que não fosse da senhora. Então, orgulha-me muito estar aqui hoje. Parabéns e estamos à disposição naquilo que for para somar.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Muito obrigada, Lanns.

Quando falar, não se esqueçam de que nós estamos diante do Pará, e que eles já deram algumas lições para a gente também aí na produtividade. Então, é bom a gente sentar e ver os desafios.

A Biofábrica, realmente, vem desenvolvendo a sua ação aí na busca de intensificar a nossa produtividade, com grande destaque em nosso Estado.

Passo a palavra a Zugaib, pesquisador da Ceplac, como grande contribuição.

Registro aqui a presença da nossa querida Senadora do Piauí, a Senadora Regina, que é bastante atuante, Regina Sousa, especialmente aqui na nossa Comissão de Desenvolvimento Regional. Agradecemos a sua presença.

E a senhora já recebe aí ao lado um *kit* saúde: cacau, amêndoa de cacau adocicada e chocolate dos produtores mais requintados da Bahia, aí ao seu lado, para sair convencida. E a Drª Cássia está dando aqui também amêndoa premiada para o Senador Flexa chegar lá no Pará e dizer lá no Pará que eles têm que fazer esse *marketing* que nós estamos fazendo, e com a qualidade que nós temos. Muito obrigada.

Vamos, portanto, passar aqui à fala do nosso Dr. Antônio Zugaib.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO CESAR COSTA ZUGAIB – Gostaria de agradecer, inicialmente, o convite formulado pela Senadora Lídice e, ao mesmo tempo, parabenizá-la pelo projeto de lei que está sendo apresento no Senado para aumentar o teor de cacau no chocolate.

Como técnico, eu não sabia um pouco do tempo em que eu iria formular. A apresentação está um pouco longa, mas eu vou procurar ser bastante rápido e objetivo na palestra.

Você não tem como falar... A palestra que me encomendaram foi sobre produção de chocolate no Brasil.

Então, aí é a cadeia chocolate, cacau e chocolate, que é utilizada pela Euromonitor, pela ICCO.

Veja que eu acrescentaria aí mais duas, principalmente a parte de insumos, que não está aí. É uma questão muito importante de você colocar. Eu vou quantificá-la mais tarde. Eu coloquei só para as pessoas que não conhecem um pouco da origem do chocolate, porque ele parte da amêndoa de cacau e tem uma linha, que, por prensagem, chega à manteiga e à torta.

Aqui não há o *laser* – eu pensei que fosse o *laser*.

Por outro lado, ele chega ao chocolate.

Vou ser bastante objetivo. Vou deixar a palestra aí. Quem quiser copiar, fique à vontade.

O mercado internacional hoje é mais acessível, mais demanda, mais competição. Estou falando do mercado internacional.

Em 2014... É bom você falar do mercado internacional um pouco, Senadora, para ter a noção do que nós estamos falando, de chocolate.

Então, vê-se que em 2013 as vendas chegaram a US$86 bilhões, mas se você pegar 2017 – está esse quadro lá na ICCO –, desceu um pouco, mas ainda é bem representativo: US$68 bilhões. Vê-se que as indústrias principais são as dez maiores indústrias que existem no mundo: Estados Unidos, Japão, Suíça... Eu quero brevemente uma brasileira nesse time.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Até porque há uma argentina.

O SR. ANTONIO CESAR COSTA ZUGAIB – Ali já há uma argentina, já há uma argentina.

Hoje a Euromonitor está trabalhando com mais demanda e mais exigência. Então, você tem a oportunidade, tem o crescimento acessível e tem mais competitividade, o que vai dar um maior volume de consumo.

Para você ver, mais saturação, está um pouco já saturado, e está entrando ali mais consciência para a saúde, mais consciência para a saúde ali, com mais competição. Então, dá um declínio um pouco do volume, mas há melhor qualidade do chocolate. E nós estamos caminhando para isso. Nós estamos sendo pioneiros nessa questão da qualidade com o chocolate com alto teor de cacau.

Cem bilhões já foram no futuro, 20 barras, 7,1 milhões. Esses aí são dados globais.

Hoje, esse é o mapa em que você tem o consumo *per capita* de barras de 50g. E veja ali a Europa tendo o maior, depois a Rússia, Estados Unidos, Canadá, e há até ali a parte da Arábia Saudita também – por isso, eu botei o quadro.

Aí o consumo *per capita*, vendo que a Suíça está liderando, depois a Alemanha, a Áustria, a Irlanda, o Reino Unido, Estônia, Noruega, Suíça.

O Brasil está com 1,4kg. Isso foi em 2015. Hoje já estamos com 2,45kg, aumentamos um pouco.

E há a China ali, que é um grande potencial, que está em último lugar e que temos que explorar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Veja que o consumo está se reduzindo em alguns lugares, em alguns países, mas é bem pouquinho – na maioria, está estável.

As maiores moageiras do mundo estão aí: Barry Callebaut na frente, liderando, Cargill, ADM.

E aqui as maiores chocolateiras: Mars liderando, Mondelez, Nestlé, Meiji, Ferrero.

Na cadeia de suprimento melhorada e melhor distribuição, você vê que o Brasil já está ali na preocupação. A Euromonitor já está começando a entrar com o Brasil na ascendente, para o cacau de qualidade.

Mudando o hábito de uma vida – a proeminência crescente do chocolate.

Esse eslaide não foi criado por nós, não. A Euromonitor está ali, eu só fiz traduzir um pouco para facilitar. Mas, se nós virmos muito bem ali quando se fala do Brasil, é ascendente.

Principais países produtores, estamos em terceiro, assim como consumidores também em terceiro.

Mercado nacional agora, vamos tratar no mercado nacional. Isso é só para dar um pouco de produtividade. É bom colocar essa questão de produtividade, de preço, porque, como Lanns disse, nós temos todo o potencial hoje. A Ceplac hoje está com a tecnologia disponível, fazendo a produtividade de acordo com o cliente. Para isso, nós estamos com tecnologia como fertirrigação, como polinização artificial, então é uma tecnologia. Depois vocês podem explorar mais aí, vai ficar aí, mas nós vemos que o valor da produção estava aumentando bem – aqui, de amarelo –, mas deu uma caída.

Esse quadro é importante. Eu botei até em números para vocês analisarem. Veja que há até 2018. Na parte de importação, que é a segunda coluna, no ano passado, foram importadas, Senadora, 61 mil toneladas. Neste ano, já foram importadas 15 mil toneladas.

Veja que, quando eu faço o balanço lá no final, ali é antes da importação, naquelas últimas colunas, e depois da importação, quer dizer, se se estabilizasse aí, seria bom, mas veja: nos anos anteriores, sempre sobra cacau. Então, essa quantidade de cacau que fica no mercado a mais faz com que os preços sejam achatados em âmbito interno. É aquele chamado deságio no preço do cacau. Acontece sempre isso.

Então, seria bom que acontecesse uma cadeia, porque a cadeia produtiva é uma cadeia que tem que visar aos bens de todos os elos, tem que agir harmonicamente. Não existe uma cadeia de cacau e chocolate boa se você tem um elo da cadeia que não esteja bom. Então, é bom que todos estejam bem. Nesse sentido, com uma câmara funcionando bem, a partir dos cálculos, que podem ser dimensionados, a gente pode dizer a quantidade exata de cacau que a gente pode importar para não saturar o mercado. A gente pode sentar à mesa e discutir, e dizer: vamos importar tanto, e não ser uma coisa que sature o mercado.

Esses aí são dados do próprio... Eu fiz questão, ontem, de ligar para o Eduardo, que é Presidente da AIPC. Ele me deu essa tabela. A fonte é AIPC. É um dado importante, mas nesse dado anterior aqui, eu uso o IBGE, a produção do IBGE; e esse dado aqui é uma produção da qual eles têm um controle. São dados menores, de recebimento, apesar de que esses dados de recebimento do cacau são dados que não levam em conta que o cacau é diretamente exportado também, que o cacau pode estar na fazenda sem ser vendido. Mas, de qualquer forma, é um dado que diz o seguinte: que nas moagens, de 218, ele só recebe 162, por isso ele tem condições de importar mais. Você vê que, quando passa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo IBGE, praticamente não existe essa condição de importação. Então, nós estamos direto com o IBGE. A Ceplac está fazendo um trabalho de IBGE. Semana passada mesmo, eu estive lá em Salvador. Nós estamos uniformizando para acabar com essa questão da disparidade. Aquele em amarelo ali, ele me disse: "Olha, Zugaib, está lá, mas eu não confirmo isso, está muito disparate." Aí eu entrei hoje de manhã e procurei pesquisar. Lá no MDIC procurei pesquisar e é quase aquilo ali. Mas quando eu pego o preço médio, eu vejo que o chocolate não recheado está 184, então realmente há alguma coisa errada naquele dado. Ele não é esse 152, é bem menor. Então, deve ter algum erro de digitação.

Aí, dados da Abicab. Você vê que houve um crescimento a partir de 2006. Começou a crescer a produção de chocolate. Nós estamos falando aí da produção de chocolate. Desculpem-me, eu não coloquei, mas é a produção de chocolate que está ali. Você vê que hoje há uma equiparação. O que é produzido é praticamente o que é consumido. O amarelo é o consumo aparente, e o cinza é o que é produzido. Em torno de 709 mil, 710 mil toneladas.

Aí estão os outros dados, da própria Abicab. Há aquela sequência maior. Houve um decréscimo na produção, uma variação, de 2011 para 2016, -13%; o consumo de -11%; a exportação também deu uma caída, e a importação aumentou. Está me preocupando essa importação de chocolate, não pode ser essa quantidade toda – nós temos muito bem capacidade aqui para fazer um chocolate de primeira –: 79.

Aí é um chocolate, agora, sem achocolatados – vou passar mais rápido, porque há muita coisa para saber...

Aí é a concentração que existe...

Olhem: em 1990, 1991, já era concentrado 65%, em 1994, 1996...

E a evolução das principais chocolateiras, no Brasil: a Nestlé está em primeiro; a Mondelez está em segundo, no Brasil; a Hershey... Aí eu já estou falando do Brasil. Não é do mundo.

Aí eu peguei, atualizei para 2015... Aqui está a de 2012, é um trabalho da Euromonitor, eu atualizei... Trinta e três por cento.

A Nestlé ainda é a principal.

Aí, em faturamento...

Aí, são os crescimentos.

É um trabalho do Setea, IBGE... Esse é um trabalho que eu atualizei e no qual a gente vê que há um crescimento do chocolate, aí, em 174%, enquanto as moagens crescem 30 e a produção, 19. Somente 19. Então, nós precisamos aumentar a produção brasileira de cacau. Nós precisamos aumentar a nossa produção brasileira de cacau. Isso é primordial.

Nós precisamos de um programa... Nós temos solos férteis, não só na Bahia, como no Pará, mas a Bahia... A questão...

Você me pediu para falar um pouco sobre crédito. Então, é o seguinte: como eu acabei de falar aqui, nós temos a tecnologia hoje. Nós temos tecnologia até para fazer de 200 a 300 arrobas por hectare. E você pode ir à Bahia, que nós vamos, levamos à fazenda e mostramos.

O que é preciso é crédito, e os créditos estão emperrados, com hipoteca de primeiro e segundo graus. Essas hipotecas, de primeiro e de segundo graus, a maioria, são de pequenos, médios e grandes. Então, esse ponto de estrangulamento precisa ser resolvido, Senador. Esse ponto de estrangulamento do crédito rural precisa ser resolvido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Aí foi um trabalho também da Esalq, quando mensuram 11,35 bilhões.

Eu atualizei um pouco, porque eu incluí ali até insumos, processadores e tal... Hoje falam em 14 bilhões, não é, Senadora? Está em 14 bilhões. Mas eu vou chegar a esse número exato. Estou pesquisando e fazendo uma planilha. Eu estou chegando a quase 24, mas não leve em consideração esses dados totais não – ainda não –, exatos, porque ali eu coloquei "produção, 2 bilhões" – aí é exato, do IBGE... As exportações, aquele cinza ali, do "processamento", é exato. Eu transformei em dólar. O nível de mercado interno também é exato – eu peguei o faturamento das empresas ali... Ali, só a parte de industrialização e distribuição, porque esses aí eu estou checando. Só fiz atualizar os dados deles.

Então, deu em torno de 24 bilhões. Está certo? É uma senhora cadeia de suprimentos aí, uma cadeia de cacau e chocolate, a que nós temos que dar valor e temos que ter orgulho pelo nosso País.

Bom, vamos lá.

O mercado regional.

Agora vamos tratar um pouco da nossa... (*Risos.*)

Então, o mercado regional tem o *gourmet*, há a definição de *gourmet*...

Existe a definição do cacau fino...

Existe essa francesa, do Cirad, que tem que ter aroma de constituição, aroma da própria semente, de fermentação, e a torragem, teor técnico.

E, aí, eu fiz um cálculo... Esse trabalho eu fiz, há muito tempo que eu coloquei na página da Ceplac, em 2005 ou 2006, e, aí, eu atualizei hoje, pegando a produção total. Nós estamos produzindo quase 7 ou 8 mil toneladas de cacau fino. É até uma quantidade boa.

Aí é onde se produz, que tipos são...

Bom, eu quero destacar essa coisa aqui. Eu quero destacar, Senadora, essa questão aí, esse marco inicial.

Nós temos um professor da Universidade Estadual Santa Cruz, o Almir Martins, que também é funcionário da Ceplac – hoje ele está aposentado. Ele fez o pós-doutorado na França. E, quando chegou da França, ele veio com essa ideia: cacau fino. E, aí, trouxe o dono da Valrhona.

Esses dois eslaides que estão aí são do dono da Valrhona, em Ilhéus, numa palestra na Ceplac.

Então, a partir daí, a Ceplac colocou, no seu planejamento estratégico... Está lá: "agregar valor à produção". Está lá, no planejamento dela: "agregar valor à produção". Mas como agregar valor?

Essas foram as estratégias que nós criamos na Ceplac. Quais foram? A diferenciação do produto: produzir um chocolate com alto teor de cacau; treinar os produtores para produzir isso... Para isso, nós fizemos uma fábrica de chocolate, organizamos os produtores em cooperativas, compensamos com aquela cooperativa de Ibicaraí, e tal, deu um trabalho, estão surgindo outras, e as coisas estão caminhando.

O Parque Científico e Tecnológico, sobre o qual o Cristiano deve falar aqui... Existe uma área lá em que a vocação é cacau e chocolate. Começou na Ceplac e hoje já está com todas as universidades, o governo do Estado, todo mundo trabalhando em conjunto, porque isso que é importante, compartilhar informações, para criar o desenvolvimento regional. Isso que é importante.

E, aí, como foi o conceito... Aquele pesquisador que veio da França... Como foi o conceito.

A criação foi essa aqui. A estratégica foi esta: criar um cacau raro, de valor, de difícil imitação e difícil substituição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONIO CESAR COSTA ZUGAIB – Difícil substituição.

Essa aí é, realmente, a questão principal.

Hoje, a mudança desse hábito de consumo parte dessa vantagem, que a gente chama de RBV.

Bom, a partir daí, a Ceplac, junto com outras instituições, começou a fazer trabalho de cacau, de chocolate...

Aqui, Secretário Valnei Pestana: "teor de compostos fenólicos". Nós já estamos fazendo um estudo de TSA, os clones, ali, Cepec, TSH e tal... Aí são os compostos fenólicos, para saber de quais variedades temos mais compostos fenólicos. Então, isso é importante saber.

Você vê que, hoje em dia, o cacau... Eu tenho um trabalho publicado em 2012...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONIO CESAR COSTA ZUGAIB – É o tempo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANTONIO CESAR COSTA ZUGAIB – Treze? Então, eu vou ter que...

É um cacau do Instituto Goethe, que vocês podem pesquisar, que...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANTÔNIO CESAR COSTA ZUGAIB – Eu vou correr.

Aí, são 23 variedades. Outro trabalho de José Luis Pires, que é um grande pesquisador, juntamente com a M. Libânio. Eles estão com sabor, derretimento e tal. Aí é o festival de chocolate que o nosso amigo Marcos Lessa deve saber, porque nós fizemos a exposição dos clones.

Vou passar rápido.

Hoje, eu calculei ali. Ali é a quantidade de acesso que a Ceplac tem; são 24 mil que há no mundo. Nós temos 20% dos acessos que existem no mundo, 20% estão na Ceplac. Eu botei isso para dizer que essa preocupação não é só nossa, não. Está saindo em outros países. Outros países também estão com essas preocupações.

Trabalhos publicados, aumentando as variedades. A variedade genética. Isso é um projeto feito para o mundo quanto a essa questão genética.

A nossa fábrica de chocolate; os treinamentos; os produtores; as quantidades; o cacau de excelência, pois já ganhamos no mundo em primeiro lugar. Já está aí. Já estamos no mapa da ICCO, já estamos lá ganhando prêmios e mais prêmios. Indústrias sendo construídas. Várias marcas de chocolate, mais de 40 marcas de chocolates no sul da Bahia. As tendências; coloquei aqui as tendências futuras dessa área, mas, infelizmente, estou com o meu tempo esgotado. Quanto ao parque, o Cristiano fala mais.

As políticas públicas. Isso aqui é rápido. Bom, eu botei os problemas e a indicação. Luciano, você já falou ali. A indicação geográfica, termo de referência é importante para a gente uniformizar a qualidade.

Nós demos um passo no anterior, Secretário, falando sobre qualidade de polpa, e não fomos adiante. Por que nós não fomos adiante? Porque nós subestimamos a qualidade. Nós temos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uniformizar a qualidade, a qualidade do produto. E o termo de referência é importante para uniformizar a qualidade do chocolate.

O projeto de lei de *markets* é necessário. É necessário esse projeto de *markets;* está aí uma coisa que deve ser incluída dentro da proposta deste encontro.

Aí são as coisas nossas, que os produtores ainda não estão sendo... Então, o preço, agroindústria, cooperativa são coisas importantes. São as políticas públicas que eu acho que devem ser colocadas.

Aí tem muito a ver com a senhora, proposta da senhora, porque para cada... Aí a interpretação é a seguinte: nós precisamos de 2,96 toneladas de derivados para fazer uma tonelada de chocolate. Eu atualizei. Hoje nós estamos precisando de 3,7. Isso quer dizer que nós temos de aumentar o teor de chocolate mesmo, e precisa verificar essa questão.

Então, esse projeto da Senadora é superimportante. Ele está aí, o Relator está ali, o projeto é da Lídice. Está ali, muito importante. Como também o projeto do Evair de Melo, que nasceu com o Deputado, e são diretrizes de incentivo da produção de cacau de qualidade.

Eu também queria que agissem em conjunto para aprovar os dois.

Hoje parece que o Senador Valdir Raupp é o Relator aqui.

Existem mais outros trabalhos pelo Sebrae que foram feitos.

Aqui é questão de políticas macro, que eu vou deixar com a senhora, para que a senhora veja junto com o grupo para traçar uma política.

Essa é a minha participação, a minha contribuição.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Muito obrigada, Dr. Zugaib, pesquisador da Ceplac, por muitos anos de contribuição na produção de cacau na Bahia e no Brasil.

Passo, agora, a palavra para o Dr. Guilherme Moura, Presidente da Câmara Setorial do Cacau, que vai também dar continuidade ao nosso debate, trazendo novas contribuições. E, nesse intervalo, ele me deu uma contribuição aqui para eu provar: uma amêndoa de cacau produzida lá, em Ipiaú.

Está aqui presente – e aproveito para registrar – o Dr. Valnei, que é Secretário de Agricultura da cidade de Ipiaú, cidade onde já morei. Ele também é médico e produz essa amêndoa que foi premiada recentemente, extraordinariamente boa, caramelizada, desidratada e sem torra, o que eu aconselho a quem quiser comer um produto bom.

Antes de o Guilherme falar, permita-me registrar aqui, entre nós, a presença da Drª Eva Chiavon, que foi Secretária da Casa Civil na Bahia e uma das estimuladoras da produção de cacau no sul da Bahia, inclusive acompanhando a primeira fábrica de chocolate na Bahia, feita na agricultura familiar.

Eva teve a possibilidade também de ser Subsecretária da Casa Civil da Presidente Dilma, com o Ministro Jaques Wagner; foi Secretária Executiva do Ministério de Planejamento no governo da Presidente Dilma e, hoje, dá a sua grande contribuição aqui no Senado Federal para as ações em defesa tanto da Bahia quanto do Brasil e dos brasileiros.

Eu agradeço a sua presença.

Pode começar, Guilherme. Quero só avisar que não sou eu que aperto o botão, já é programado. A Presidente diz 15 minutos, nos 15 minutos ele apita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GUILHERME MOURA – Obrigado, Senadora Lídice. Fique tranquila, eu acho que eu vou respeitar o tempo.

Quero agradecer a oportunidade de estar aqui, conversando com vocês, no Senado. É sempre uma honra, um prazer estar falando para esta Casa. Quero saudar todos na figura da senhora, Senadora Lídice, dos Secretários Jeronimo e José Vivaldo, Secretários de Estado da Bahia, meu Estado. E o Governo do Estado da Bahia – inclusive, não a conhecia pessoalmente, Secretária Eva, mas já muito ouvi falar da senhora – é um incentivador. É indiscutível que o Governo da Bahia tem sido um incentivador na questão da agregação de valor no cacau, no fomento à produção de chocolate.

De fato, tem sido essa a bandeira do Governo do Estado da Bahia para o setor, para a região, que, de fato, é uma das estratégias que eu acho que deve ser seguida. Não só essa, mas essa também é uma estratégia que devemos adotar.

Bom, rapidamente, eu vou falar da cadeia, afinal de contas eu sou da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Cacau, um panorama rápido; vou falar um pouco do que o Zugaib falou; ele falou um pouco da cadeia, mas eu vou reforçar alguns pontos.

Eu começo falando, Zugaib, que, de fato, o PIB da cadeia gira em torno de R$23 bilhões. Aquela conta que você fez, terminou acertando, apesar de as manchetes recentes falarem em 14. A Abicab está fazendo um estudo do chocolate para frente, e esse estudo aponta para R$23 bilhões, R$24 bilhões, sendo o PIB da cadeia.

O setor produtivo, Senadora Lídice, junto com a indústria moageira, está tentando fazer o PIB da cadeia dos chocolates para trás, porque uma das coisas que a gente precisa na cadeia é entender quais são os seus números.

Eu vou até falar um pouco disso mais na frente, porque o Zugaib até tocou na questão dos números do IBGE cruzando com os números da associação. Esse é um desafio que a gente tem para vencer, mas vou falar um pouquinho disso lá na frente.

Sobre o Estado da Bahia, que é o meu Estado, eu queria falar rapidamente o seguinte: apesar de toda a desestruturação por que a região passa, ao longo desses anos, e acho que a gente tem evoluído bastante nos últimos, o segmento do cacau ainda é uma peça fundamental no sul da Bahia, ainda é o setor de desenvolvimento, ainda é uma cultura cuja presença, quando vai bem ou vai mal, tem o poder de pender a balança para o bem ou para o mal. Quando o cacau vai mal, como aconteceu nos últimos dois anos, em função de estiagem muito forte, a região sente fortemente.

Eu sou do Município de Camacan, um pequeno Município da região sul, e todo o comércio, todos os segmentos sentem. É visível a quantidade inclusive de estabelecimentos comerciais que fecham ou abrem em função dessa dinâmica do cacau.

O cacau, como eu disse, é extremamente importante. Basta pensar, apesar de todas as dificuldades, que exportamos R$1 bilhão em derivados de cacau, no Estado da Bahia, no ano passado. Então, a gente pensar que toda a produção de cacau converge para a Bahia, que todo o parque moageiro está lá e que a gente é capaz de exportar 1bi faz toda a diferença na balança comercial do Estado. Pensar que o cacau tem tranquilamente vocação para ser o terceiro maior produto agrícola do Estado. Soja e algodão disparados, mas é outra condição, outro tipo de agricultura. E, Secretário Jeronimo, e o Lanns falou sobre isso também, se nós melhorarmos um pouco a produtividade – eu ainda sou mais conservador, amigo –, não precisa nem ir para 50, se a gente for para 30 de média, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

cacau já se posiciona como o segundo maior produto agrícola do Estado da Bahia, como valor bruto de produção.

Então, nós não podemos subestimar o poder do cacau *commodity*, não estou falando do cacau fino ainda, estou falando do cacau *commodity* – que é comercializado ali, que tem uma grande diferenciação, que é a sua liquidez, ele é capaz de ser comercializado ainda no pé, a depender da relação que o produtor tenha direto com a indústria –, então, esse cacau tem um valor muito grande, esse cacau precisa ser recuperado. E é esse cacau, seja na Bahia, seja no Pará, que traz a diferenciação do chocolate brasileiro. Nós somos o que somos e seremos respeitados no mercado internacional porque temos a capacidade de integrar toda a cadeia produtiva do cacau.

Então, só para esgotar a questão econômica, o cacau ainda tem uma relevância econômica muito forte, sem contar a questão social, porque faz uso intensivo de mão de obra, é uma cultura cultivada debaixo de floresta na Bahia e, nos outros Estados, em consórcios com sistemas agroflorestais. Nós temos dificuldade de mecanizar a produção. É um desafio que nós temos: nós temos competitividade para a lavoura, mas jamais seremos o que a pecuária é ou o que os grãos são, aquele trator entrando. Aquilo não existe. O que a gente precisa é encontrar ferramentas que otimizem o trabalho, que façam com que quem está dentro da lavoura tenha uma produtividade maior. Essa estratégia é boa para o produtor tradicional e para o agricultor familiar, porque inclusive traz bem-estar e conforto para quem está trabalhando dentro da propriedade. Mas, mesmo que a gente avance nesse desafio, o cacau ainda será uma cultura de uso intensivo de mão de obra e, portanto, terá um apelo social muito forte.

Eu sou da CNA, sou da Federação de Agricultura da Bahia, e ontem – está acontecendo paralelamente aqui o Fórum Mundial da Água; o mundo está vindo para cá para discutir água – eu estava num painel com o Ministro Blairo, com o Maurício da Embrapa, com o Secretário de Agricultura da Espanha, enfim, estava se discutindo este paradoxo: produção de alimentos, desenvolvimento e preservação do meio ambiente.

E Maurício foi taxativo na questão das estratégias de desenvolvimento que sejam conservacionistas e sejam produtoras de água. Ele foi claro na questão do desenvolvimento dos sistemas agroflorestais, citou claramente o Pará como maior exemplo de sistemas agroflorestais, mas é porque as pessoas não conhecem as cabrucas de cacau que nós temos na Bahia. Nós temos um modelo de desenvolvimento, uma cultura que tem o tripé da sustentabilidade, que é o desenvolvimento econômico, o desenvolvimento social pelo uso intensivo da mão de obra e a questão ambiental fortemente respeitada no modelo de produção. Então, na verdade, o que a gente precisa é aprender a empacotar tudo isso e vender para o Brasil, porque o Brasil não conhece. Eu tenho certeza de que, se o Maurício conhecesse o modelo de produção do cacau-cabruca como conhece o modelo do açaí, ele teria citado o cacau-cabruca e não o açaí, apesar de ambos serem modelos muito sustentáveis.

Aí vem uma oportunidade. Com relação ao novo Código Florestal, nós temos uma estratégia de reflorestamento, que todo mundo do segmento agropecuário vai ter que cumprir. E o cacau se aplica – está sendo fortemente trabalhado isso no Pará, na Bahia já é um avanço a legislação estadual – para restauração em reserva legal e em áreas de APP. Então, a tendência do crescimento do cacau no Estado brasileiro é muito grande, seja porque a Bahia tem estratégias de crescimento da sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produtividade, seja porque o Norte já tem, seja porque novas áreas são incorporadas em atividades que não são tradicionalmente de cacau, mas usarão o cacau como restauro de suas reservas legais em APPs. Então, o Brasil, em pouco tempo, se tornará exportador de cacau.

E essa discussão entre importação e exportação, sobre *drawback*, Senadora, tende a ser superada, porque nós nos tornaremos, em breve, exportadores de cacau, e o cacau passará a ser mais um produto agrícola que ajuda na balança comercial brasileira, como tantos outros. O Brasil tem o desafio de aumentar sua participação no comércio internacional, e nós teremos o prazer de ajudar nessa estratégia.

Mas eu queria dizer que, apesar de tudo isso, o que realmente nos diferencia e diferencia o Brasil do resto do mundo é que o Brasil é o único País que tem toda sua cadeia produtiva presente. Nós somos grandes produtores de cacau, temos tranquilamente condições de nos tornar segundo ou terceiro, apesar de que nossa ambição não é essa. A nossa ambição não é ser o maior produtor de cacau; é dar qualidade de vida, desenvolvimento para as regiões em que produzimos cacau. De qualquer forma, só a alavancagem da produção já nos coloca em posição diferenciada. Mas somos também um grande parque moageiro e somos, éramos, pelo menos, antes da crise, mas retornaremos em breve, o terceiro maior consumidor de chocolate do mundo. Então, temos toda a cadeia produtiva aqui, dentro deste País, e isso nos permite estratégias completamente diferenciadas: trabalhar pesquisa e desenvolvimento como nenhum outro lugar do mundo. Nós temos inclusive um perfil de produção – eu falo do produtor de cacau – diferente dos nossos concorrentes. Além disso, temos a capacidade de integrar a cadeia, de fazer com que o produtor, a indústria moageira e a indústria chocolateira possam trabalhar juntos no desenvolvimento da cadeia.

Obviamente, a gente sabe que, num processo como esse, nem tudo é convergência. Em alguns momentos, existirão divergências. Talvez este tema aqui seja uma divergência para alguns dos elos da cadeia, mas as convergências, pelo menos na situação em que a cadeia produtiva se encontra hoje, são muito maiores que as divergências.

Eu percebo claramente que a própria indústria, que são os grandes *players* globais, mudou o olhar dela para a cadeia produtiva do cacau.

Setenta por cento da produção de cacau é concentrada no continente africano. É uma exposição enorme, seja da questão climática, seja das características da África, que são características socioculturais. Aquilo não deixa de ser um lugar de uma certa instabilidade.

A indústria apostou muito no continente asiático, porque o consumo cresce para lá e, ao mesmo tempo, havia grandes produtores. Mas não deu certo. Com os preços de cacau da forma como se comportaram no mercado recente, o que houve na Ásia foi uma redução e uma substituição de cacau por outras *commodities*.

O que está acontecendo agora? Eles voltaram para a América Latina. Então, a WCF (World Cocoa Foundation) está vindo para cá; escolheu a América Latina para trabalhar. O Brasil vai ser a sede da World Cocoa Foundation aqui na América Latina. Eles farão um evento em outubro para chancelar tudo isso. A própria indústria moageira e a Abicab estão em um processo de aproximação, e eu não tenho dúvida de que hoje... Como Presidente da Câmara Setorial, reputo, inclusive, que a Câmara foi um dos lugares em que houve essa articulação para esse entendimento. Hoje nós estamos com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estratégia conjunta para fazer com que tudo isso que está sendo colocado aqui de alguma forma seja executado.

Então, é muito importante que essa estratégia seja preservada, que entendamos que a cadeia tem maturidade para entender que temos divergências, mas temos muitas convergências. E essas convergências é que farão a diferença nesse momento.

Um exemplo prático. A gente está trabalhando a questão dos números. Foi citada a discrepância de números de IBGE e IPC. Cristiano Vilela está aqui; a gente tem um grupo formado a partir da Câmara Setorial que está discutindo a questão de *BI* (*business intelligence*) para geração de números confiáveis para a cadeia. Procuramos a Embrapa, a Embrapa satélite; procuramos empresas privadas; para, através de uma parceria entre todos os elos, sabermos exatamente qual é o tamanho da área de cacau que nós temos na Bahia e no Brasil, quanto produzimos, e, a partir de números confiáveis, podermos trabalhar estratégias que possam dar certo. Porque, se você não tiver um mínimo de informação, você não consegue nem fazer um planejamento sobre isso.

E aí, de tudo isso – eu vou rapidamente entrar nisto aqui, porque é o objetivo desta audiência pública –, o Brasil tem que liderar o processo de desenvolvimento do cacau e de chocolate no mundo. Não existe outro país no mundo que produza cacau que tenha as condições que o Brasil tem de fazer isso, seja de ambiente institucional, seja de integração dos elos da cadeia, seja de diferencial estratégico.

E aí, Senadora, o projeto de V. Exª vai ao encontro disso que a gente está conversando. O Brasil não pode, pelo seu diferencial, pela capacidade que tem de fazer essa articulação, ter uma legislação hoje com 25% de cacau para ser considerado chocolate. Nós éramos, antes da crise da vassoura, 33. A gente não está pedindo nada de mais não; a gente está pedindo meio que uma volta ao que era no passado. E 35 é o que são os grandes mercados consumidores hoje, Europa, Estados Unidos... Nós éramos o terceiro; mas voltaremos logo. Então, não podemos nós estar trabalhando aqui, tendo o Brasil todos esses diferenciais, com a legislação tão defasada.

Eu acho que o que está sendo proposto de modernização da legislação aproxima o Brasil do resto do mundo e aproxima o Brasil do que o mercado está pedindo. O mercado pede hoje – e aí é o que o Secretário Volnei sempre cita – produtos de melhor qualidade, produtos que tenham a questão da rastreabilidade, produtos que você consuma com transparência – e a questão da rotulagem é tão importante. Tudo isso que o mercado pede o projeto da Senadora aponta.

Então, eu acho que é uma oportunidade, é mais um passo para o Brasil se posicionar nessa vanguarda e nessa liderança para essa discussão.

O cacau, apesar de ser uma *commodity* cotada em bolsa, é muito além disso. Ele é um produto que tem um grande valor agregado, ele é um produto que pode ser trabalhado de diversas formas, basta ver essa amêndoa que o Secretário Volnei cedeu gentilmente para a gente aqui, que foi um sucesso em Paris. Cacau é alimento; cacau é um alimento extremamente nutritivo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME MOURA – Não estou cumprindo minha palavra, mas já estou acabando.

O cacau está completamente alinhado ao Brasil Food Trends 2020, que pede alimento que tenha sensoreabilidade e prazer, saudabilidade e bem-estar, conveniência e praticidade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

confiabilidade e qualidade, sustentabilidade e ética. Então, ele abrange exatamente esses cinco pontos, que são os pontos que foram identificados como a tendência de mercado.

Então, basta a gente ter a sabedoria de trabalhar nosso produto, Senadora, que eu tenho certeza de que, em pouco tempo, a região será outra; e, mais do que isso, o Brasil se reposicionará no mercado mundial, na vanguarda que lhe pertence. A gente não pode aceitar outra condição senão a de liderar o processo de transformação da cadeia produtiva do cacau e de chocolate no mundo.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Muito obrigada, Guilherme, por sua palavra, realmente muito elucidativa sobre a discussão no mercado hoje do cacau, complementando as outras falas. Todas vão complementando uma a outra. E a sua fala realmente chega a um nível de afirmação sobre o que o mercado pede hoje.

Nós temos assistido a isso e convivido realmente com isso, até do ponto de vista internacional. Enquanto antes não se falava, hoje todo mundo quer consumir um chocolate de qualidade. E a importação de chocolate no Brasil é uma demonstração disso. O Brasil tem uma referência de consumo muito do exterior. "Quer um bom chocolate? Compra lá fora." Nós temos que inverter essa lógica. "Quer um bom chocolate? Compra aqui", porque quem produz cacau somos nós e quem produz chocolate de qualidade... Nós vamos provar também que nós temos capacidade para fazer isso e estamos fazendo já.

E nós estamos, pelo menos na Bahia, vendo o crescimento do mercado de chocolate nos principais mercados de consumo mesmo, de consumo popular, nos supermercados, onde está começando a entrar o nosso chocolate.

Portanto, eu sou realmente uma entusiasta do chocolate da Bahia e acredito que nós vamos em breve... Nós começamos essa etapa, essa discussão – eu quero lembrar – com um nível de isolamento muito grande, de rejeição muito grande. Hoje, não; hoje nós já estamos sentindo que mesmo os grandes produtores e os representantes desses grandes produtores já querem sentar à mesa para discutir, porque há uma mudança no quadro do mercado de cacau e de chocolate no mundo.

Senadora Regina, nós agora estamos adotando o chocolate na merenda da Bahia, na merenda escolar. A senhora, que é professora, que foi Secretária de Planejamento do seu Estado, vai nos ajudar a convencer o Governador do Piauí a também adotá-lo, comprando na Bahia a nossa produção de chocolate com 35% de amêndoa, para fortalecer a merenda escolar lá no Piauí.

Agora eu vou passar a palavra ao Sr. Jeronimo Rodrigues, nosso Secretário de Desenvolvimento Rural do Estado da Bahia. Sou uma admiradora e fã do trabalho que ele realiza não apenas no cacau. Estou colada com ele para ver se a gente faz uma promoção maior do umbu, da nossa produção do Sertão, que casa tudo com o chocolate. Você já pensou num bombom de chocolate ou num chocolate com recheio de doce de umbu? Olha que coisa... É de uma...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. *Fora do microfone.*) – Registre a patente. (*Risos.*)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Vou registrar a minha ideia.

Jeronimo.

O SR. JERONIMO RODRIGUES – Numa hora dessas, falar numas coisas gostosas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora, eu quero...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Aliás, o Flexa disse que estava de regime, mas, antes de sair, comeu um chocolate. Não resistiu. (*Risos.*)

O SR. JERONIMO RODRIGUES – Senadora, eu trago um abraço do Governador Rui Costa.

Eu não tenho essa carta dos baianos, principalmente daqueles que são dos territórios produtores de cacau, mas eu trago simbolicamente, com os baianos que compõem esta Mesa, que compõem o Plenário, um abraço especial por essa sua postura grandiosa em trazer para esta Casa... Esta Casa, de fato, é o lugar, o Congresso é o lugar onde temas como este têm que ser aprofundados.

O tema do cacau é um tema de desenvolvimento regional, nacional. Nós ainda temos um dever muito grande e um compromisso de que essa unidade de que a senhora falou há pouco se estenda sobre o Brasil, sobre outros Estados, de que possamos confluir para uma unidade de país, de uma nação produtora de cacau e, como falou o Guilherme, não só no aspecto da quantidade, mas da qualidade.

Então, eu quero, em seu nome, saudar esta Casa, fazer chegar aos seus pares desta Comissão, e aqui, em nome da Senadora Regina, agradecer esta oportunidade de estarmos aqui hoje, em mais um momento, fazendo este debate.

Eu quero também dizer que esse tema, constantemente, nos últimos, eu diria, dez, quinze anos, de uma forma mais articulada, tem sido motivo de diversas reuniões. É claro que a história do cacau na Bahia tem muito mais do que isso, mas, dessa forma como nós estamos tratando na Bahia, tem sido momentos de encontros, por mais que haja – e é necessário que haja – divergências nessa construção.

Eu quero aqui saudar os meus companheiros de Mesa, o Cristiano; o Guilherme, que, mesmo estando na Câmara, tem uma presença muito forte na Faeb; o Zugaib, da Ceplac, do Ministério da Agricultura, uma empresa inteligente e muito responsável pelo que nós somos hoje; e meu companheiro e professor Lanns, que é da Biofábrica. Compartilho aqui com o Vivaldo e com toda a equipe da Secti esta presença. Ainda mando um abraço para Marcos e Dr. Valnei.

Senadora, a gente teve uma responsabilidade... Ontem a gente saiu de uma reunião importante em São Paulo. E, na sexta-feira, com aquela agenda de Ilhéus que a senhora e o Secretário Vivaldo articularam, a gente ficou com a responsabilidade de trazer, aqui do lugar de Governo, do lugar de Estado, as contribuições que nesse tempo nos couber.

Primeiro, é sobre este momento. O relatório de um evento como este tem que traduzir o momento de uma grande transição. É uma transição que estamos... E melhor, nós não assistimos a essa transição, nós a estamos construindo. É uma transição, primeiro, eu diria, do lugar da gente, Marcos.

Eu sou filho do cacau, do Município de Aiquara, que é menor do que o seu Camacan e do que Ipiaú, é quase do tamanho de Ipiaú, Senadora. E nós sempre nos posicionamos na condição de produtor de amêndoa. Nós, no máximo, víamos – estou dizendo no conjunto dos produtores de cacau da Bahia – a saca de cacau subir no caminhão, e depois dali nós não sabíamos para onde ia o cacau. Não sabíamos. Talvez as moageiras já tinham naturalmente essa intenção, mas a região passava despercebida pelo processo da produção do cacau – despercebida. E ia muita mão de obra que não se enxergava na condição de um produtor estratégico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós ainda nos colocamos nos livros e nos vemos assemelhados nas obras de Jorge Amado e de tantos outros, mas não nos colocávamos na condição de um produtor hegemônico, nessa fala grandiosa de Guilherme que nos coloca na condição de um outro patamar. Era uma região em que não havia universidade, era uma região em que não havia estrutura de hospitais, de estradas, de telefonia.

Então, não dá para se discutir o desenvolvimento de uma cadeia indo ao ponto da inovação tecnológica se a região não está compartilhando com este momento. Então, é uma grande transição nesse aspecto da nossa condição de produtor, mas não só de amêndoa.

Um outro é uma transição também, Senadora. E este momento aqui da senhora, que está nos provocando, é uma transição estratégica, é uma transição agroecológica. Nós estamos sendo chamados a garantir que a produção de cacau continue com a preocupação ambiental que a produção de cacau tem. É ecológica, é uma produção agroecológica das nossas nascentes, dos nossos solos, da nossa fauna. Então, nós que somos da região do cacau temos história de comer a jaca durante o trabalho, a cama de mel quando nós fazíamos a extração do cacau. Então, nós tínhamos toda uma rede ali dentro. E essa transição a senhora nos provoca, inclusive na sua fala.

Não se trata apenas de garantir 35% no teor de cacau no chocolate. É muito mais do que isso. E isso nos provoca a interpretar que, quando estamos colocando um teor desses, que, de repente, para outras situações é até vexatório, estamos provocando, nesta Casa aqui, hoje, que tenhamos alimento de qualidade, que não possamos... E até com a transparência que está colocada no texto, de que haja, nas embalagens, as informações necessárias, que o que estejamos comendo não é açúcar, não é elemento transgênico, estamos fazendo aqui uma agenda de segurança alimentar e nutricional. É uma outra transição que estamos fazendo.

E os chocolates, os doces, os bombons que vemos nas gôndolas de mercado, nas vendas, nos comércios, aquilo podia talvez até nos envergonhar, mas fazemos uma transição pacífica, tranquila. Nós não estamos aqui numa disputa de guerra, até porque, com essa provocação do projeto de lei, nós temos a responsabilidade de fazer o que nós estamos fazendo na Bahia. A quantidade de produtos que nós temos... Os eventos, Marcos! Temos eventos – e não é um, não, mas há outros em Ipiaú, em Gandu, em Camacan – de grandiosidade do porte do Salão do Chocolate na França. É claro que ali há investimentos do tamanho que tem que haver para aquele evento mesmo. Mas não passamos vergonha; pelo contrário, dá-nos orgulho ver o festival que fazemos na Bahia, a quantidade e a diversidade de presenças ali. E não estamos fazendo aquilo por disputa para ser maior do que o Salão ou ser maior do que Gramado, não. Não é isso. Ali é uma agenda estratégica nossa.

E a outra transição, Senadora, é a transição – eu diria – de a própria região se ver como autônoma e empoderada. Eu digo que esse ciclo que foi posto aqui... Como eu estou à Mesa com pessoas estudiosas do assunto, eu não vou me dedicar ao tema da inovação tecnológica, das nossas mudas de qualidade porque eu preferiria trazer este debate aqui.

Nós estamos tratando aqui de uma agenda de PIB. Nós estamos fazendo uma agenda aqui de geração de trabalho, de trabalho decente. Nós estamos falando, Senadora, sem preconceito algum ou colocando um contra o outro. Pelo contrário, eu chamo sempre a atenção para podermos nos unificar um pouco mais com o Pará.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E, no caso da Bahia, 80% da produção de cacau é de pequenas propriedades, é de pequenas propriedades, o que facilita enormemente um trabalho de assistência técnica. E, nesse momento, o papel de V. Exª com os seus pares, nesta Casa, com os Deputados que aqui estavam, Davidson e Bebeto, e de outros que estão envolvidos, a nossa Bancada, temos a responsabilidade de fazer chegar um relatório ou um documento ao Governo Federal, é uma expectativa nossa. Nós estamos sem uma estruturação de parceria para assistência técnica. Nós estamos com um vazio enorme no apoio, no suporte financeiro para que a Ceplac e as universidades possam ter condições financeiras, orçamentárias para poder alavancar isso. E o papel de unidade de uma nação não pode ser feito por um Estado apenas; tem que ser feito pela União. É a União, pelo Mapa ou pela Ceplac, que tem que liderar esse processo de nos sentarmos – nós, o Pará, o Espírito Santo, os Estados que estão fazendo essa produção.

Essa agenda aqui não é uma agenda da Bahia, muito embora nós ocupemos um espaço maior, mas eu sei que o chamamento do mandato de V. Exª e desta Comissão não foi só para a Bahia. Nós interpretamos como cadeias estratégicas para o desenvolvimento regional. E nós do Estado da Bahia – eu não vou apresentar; esse material vai ficar para o relatório de V. Exª – o estamos chamando de Cacau Bahia 2035, pensando na Bahia daqui a 17 anos. Como é que a Bahia está se vendo daqui a 17 anos? Pena que a nossa Secretária Nacional Eva teve que sair, mas ela é responsável também por conta disso. E, na nossa agenda – e V. Exª estava presente – de pensar a Bahia daqui a 20 anos, a cadeia do cacau está presente. Fizemos um grande evento lá com empresários, com as empresas moageiras, com as universidades, com o Centro, com as organizações de trabalhadores.

E eu encerro aqui, dizendo o seguinte, Senadora: nós fizemos uma chamada de R$10 milhões para melhorarmos o pós-colheita, que é um desafio para nós. É um desafio para podermos dialogar de igual para igual com a indústria moageira. O IPC coloca um desafio para a região que nós aceitamos – não é isso, Guilherme? –, que é ampliar mais 100 mil toneladas em cinco anos. Ampliar a produção em mais 200 mil toneladas, em 10 anos. Nós acatamos isso. Nós gostaríamos de nos sentar com a indústria numa parte da responsabilidade dela. Que ela pudesse junto conosco financiar a produção de mudas, com a biofábrica. Que pudéssemos financiar pesquisas junto com as universidades, o nosso parque tecnológico, para que possamos dinamizar essa agenda. Que possamos, junto com a indústria, compartilhar a nossa responsabilidade com recurso para assistência técnica. Não se faz uma transformação dessa sem assistência técnica, sem distribuição de mudas, sem inovação tecnológica.

Então, nós acatamos e estamos aguardando essa ação, Vivaldo, que eu acho que vocês fazem muito bem isso junto com a indústria, para podermos garantir que a indústria possa se sentar conosco e dizer: nós vamos colocar um para um, dois para um, em real, e fazemos uma escala de transição para isso.

E a outra provocação não é na produção nem na produtividade, porque nós tratamos muito bem da elevação de produção por área. Guilherme ainda ajudou. Não é preciso chegar a 50, não; se chegamos a 30, 40, do tamanho que for... Mas iríamos levando isso.

E a outra provocação, Senadora, foi do Cima juntamente com a Teia dos Povos. Eles aí nos provocaram, não na produção, exatamente na quantidade da produção. Mas, na área recuperada, 400 mil hectares recuperados e replantados de cacau nos dá um alento. É claro que o que a indústria deseja ver é a amêndoa na indústria – ela está correta –, enquanto o Cima e a Teia dos Povos querem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ver a área recuperada por conta dos objetivos. Nós também acatamos as duas, e estamos dispostos a isso. O Estado, sozinho, não aguenta pagar essa conta. Nós precisamos do Governo Federal. Nós precisamos da contrapartida do agricultor familiar, do grande, das nossas agroindústrias que estão crescendo de forma vertiginosa. O Dr.Valnei aqui, além de produtor, representa os secretários municipais de agricultura, que são importantes para nós. E nós nos colocamos na condição de Governo, Senadora, a dar continuidade a essa agenda, independentemente do processo interno aqui no Senado, para que pudéssemos nos juntar aos nossos irmãos de outros Estados, como por exemplo os do Pará; para que pudéssemos fazer uma agenda positiva com o Espírito Santo e os outros que produzem cacau.

Então, estou me limitando aqui ao tema da provocação de uma política pública organizada que precisa deste Congresso, que precisa das câmaras de Deputados em nível estadual, que depende muito fortemente da pesquisa, da inovação para garantir a qualidade, porque essa é uma agenda muito cara para nós. Nós falamos que a Bahia, que a região...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JERONIMO RODRIGUES – ... do cacau garantiu pagar uma série de contas na história do País, mas eu acho que a conta social que temos que fazer é possível ser feita, dentro de uma escala de planejamento, dentro daquilo que podemos fazer. Se o Governo Federal não está, nesse momento, em condições de fazê-lo, vamos aguardar 2019. Mas nós temos que provocar o Mapa, temos que provocar o MDIC, temos que trabalhar com aquela rede que foi colocada aqui pelo Cristiano nas organizações parceiras.

Então, é com muita felicidade que participamos desta Mesa, de forma muito humilde. Nós de Governo temos prazo de validade; nós temos quatro anos. Esperamos que, com a renovação – se for do desejo do povo baiano –, tenhamos mais quatro anos para poder dar continuidade ao processo, mas um plano para 20 anos à frente é responsabilidade nossa. Não adianta termos quatro ou cinco planos correndo. Aqui, é uma postura de Governo, e estamos discutindo com os nossos Pares.

Então, parabéns à senhora, que Deus a abençoe. É o mês da mulher. Então, em nome da senhora, da Senadora Regina e da professora, quero desejar que este mês seja simbólico para as lutas das mulheres, para a ocupação de fato, para aquilo que vocês...

E amanhã é o Dia Mundial da Água.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JERONIMO RODRIGUES – Essa pauta aqui tem muito a ver conosco, porque a produção de cacau tem muito a ver com as nossas nascentes.

Muito obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Muito obrigada, querido amigo Jerônimo.

Aliás, sobre o Dia Mundial da Água, o Senado tem uma subcomissão que está participando desse Fórum Mundial da Água que acontece aqui. Eu integro essa subcomissão, mas ela é coordenada pelo nosso Senador Jorge Viana, quem eu quero provocar porque ele nos ajudou quando tratamos do meio ambiente, do Código Florestal, desculpe. Ajudou o cacau. Ele foi o Relator, nos ajudou, nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

negociamos com ele, e é uma ideia que estou já há algum tempo, na minha cabeça, alimentando. Falei com ele recentemente e estou esperando, porque este é um ano eleitoral, e as agendas ficam complicadas. Mas eu queria muito levar o Senador Jorge Viana para visitar a nossa região, para ele conhecer todo o processo. Ele está agora à frente dessa discussão da água, para ele ver a relação que existe também da nossa preservação com a nossa proteção das águas, da região. Então, eu creio que é um aliado fundamental.

Ontem, nós tivemos aqui exatamente o debate de que falei antes, a avaliação da política pública sobre segurança hídrica e gestão das águas nas regiões Norte e Nordeste. Tudo isso tem essa empatia com o cacau e a produção de cacau cabruca, que nós desenvolvemos na Bahia.

Eu quero saber se a nossa Senadora quer usar a palavra.

Depois, como disse a vocês – às vocês não sabem –, aqui no Senado, através do e-Cidadania, todas essas nossas audiências são acompanhadas por internautas, e temos aqui já duas questões colocadas pelos internautas sobre a nossa produção de chocolate.

Vamos lá, Senadora Regina Sousa, Senadora pelo Piauí.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Quero inicialmente pedir desculpas, Srª Presidente, porque quarta-feira não é um dia muito bom para nós. A senhora sabe que tem muita votação. Às vezes, somos relatores num projeto, e temos de ficar entrando e saindo.

Também, hoje, o Senador Romário... Hoje é o dia da pessoa com Down. Então, havia uma sessão no auditório, a coisa mais linda, mostrando que a pessoa com Down é diferente, mas que é capaz, mostrando o que eles fazem. Eu tive que ficar lá também um pouco, porque sou Presidente da Comissão de Direitos Humanos, e a audiência pública era da Comissão.

Mas eu quero parabenizar a senhora pelo projeto. Acho que, daqui a alguns anos, vão falar muito que a senhora contribuiu para mudar a pauta econômica deste País, sim, e fazê-lo crescer. Acho que esse é o tipo de projeto que temos de acompanhar para aligeirar, porque infelizmente o processo legislativo é lento. Vocês estão vendo aí que ele é de 2015.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – É.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – É lento demais. Daqui, ainda vai para a Câmara, não é?

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – É.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então, esse é o projeto que tem de ser acompanhado, para ver se aligeira: escolher Relator, está na comissão tal, vai lá, pede alguém para relatar, para ver se anda...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – A nossa esperança é que a gente aprove agora na CAE, e ela vá para a Comissão de Meio Ambiente.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Aí, acho que a gente aprova em regime de urgência na última comissão, para ele ir logo para o plenário, porque vale a pena e acho que sensibiliza qualquer cidadão brasileiro, e os Senadores e Deputados também têm de se interessar por isso.

Mas de chocolate mesmo só entendo como consumidora. Eu sei que ele me acalma. Se eu estou estressada, se eu estou zangada, se eu estou triste, ele me acalma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Esse depoimento é fantástico!

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Tenho uma história sobre isso. Eu era Presidente do PT; aí, quando os funcionários queriam me dar uma má notícia, primeiro, vinham e colocavam chocolate na minha mesa. Eu dizia: "Aí tem coisa". Mas aí eu comia o chocolate, e quando eles vinham eu já estava calma... (*Risos.*)

Aí, eles pegaram essa mania. Quando eles iam reivindicar alguma coisa, levavam um chocolate primeiro para me acalmar.

Então, eu entendo de consumo, mas acho importantíssimo. Estou vendo coisas aqui que eu não sabia, como a questão do colesterol. Eu tenho colesterol alto, tomo remédio permanentemente. E, às vezes, quando a taxa oscila, meu médico pergunta, quando eu faço o exame: "Comeu muito chocolate esses dias?". Então, eu vou dizer para ele que não é tanto assim. Estou vendo aqui que não é tanto o chocolate que faz o meu colesterol subir. Então, eu agradeço... Peço desculpas...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Tem um médico ali atrás, que é Secretário de Agricultura e produtor, e já está balançando a cabeça contra a opinião do seu médico. (*Risos.*)

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então, eu quero agradecer e pedir desculpas também porque eu tenho de sair. Vou presidir uma comissão às 14h. Preciso almoçar e presidir a comissão...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Sem dúvida.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – ...para fazer andar também alguns projetos que estão lá empacados.

Mas parabéns pelo debate. Pena que hoje seja um dia em que pouca gente pode vir para a audiência pública, porque todo mundo está relatando. Eu mesma saí daqui correndo para votar um ali da Sudene, que também precisava ser votado, mas deu quórum.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Mas graças a Deus nós vencemos.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Nós vencemos.

Então, parabéns aí a todos e todas que assistiram, porque acho que aprenderam muito, e, aos senhores expositores, também agradeço. Só é preciso divulgar mais. Até quem sabe meu Estado um dia não vai produzir cacau também, em vez de ficar plantando umas coisas lá que eu não estou gostando, como eucalipto, por exemplo. (*Risos.*)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Muito bem. Eu quero agradecer a presença e a dedicação da Senadora Regina, que tem trazido muita alegria a este Senado, justamente por essa dedicação e por sua competência. Ela saiu para votar.

Realmente, o dia de quarta-feira é um dia muito intenso de votações aqui. Antes de vir aqui, passamos na Comissão de Assuntos Sociais para votar um projeto que, na verdade, pretendia tirar do rótulo dos produtos aquele T de transgênico, substituindo por letras menores o transgênico. Esse era um debate que estava tomando aqui o Senado Federal e que, afinal, perdeu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E este projeto que a Senadora foi votar há pouco é também muito importante para o Nordeste. Eu participei do debate na semana anterior e não pude ir votar, porque estava aqui, mas nós garantimos um quórum que permitiu a votação. Tratava-se, senhores e senhoras, de um projeto que pretendia incluir mais Municípios de Minas e do Espírito Santo no âmbito da Sudene. Não temos nada contra esses dois Estados brasileiros. São irmãos nossos, mas o Nordeste já vive combalido, sem possibilidades de investimento, sem possibilidade e oportunidades, com tão poucos recursos de investimento no nosso pedaço de terra. E, se nós fôssemos dividir mais isso, teríamos mais dificuldades ainda. Então, os incentivos fiscais, que são indispensáveis para os Municípios do Nordeste receberem crédito, precisam estar concentrados aqui.

Quero saudar a presença do Senador Wellington, que nos honra muito estando aqui presente.

Estamos discutindo justamente o mercado da produção de cacau e do chocolate brasileiros – não da Bahia, mas brasileiros –, e, sem dúvida nenhuma, a presença de V. Exª nos ajuda.

Eu quero, antes de passar a palavra a V. Exª, trazer ao conhecimento dos que estão à mesa, para quem quiser responder, especialmente o Guilherme, representante da Câmara Setorial do Cacau e da Faeb, perguntas dos nossos internautas.

Aqui a pergunta de Felipe Guntovitch, de São Paulo:

> Hoje, já há uma preocupação maior com as medidas de segurança na importação que dificultam o *sourcing* de cacau e encarece o produto. Dito isto, como estão endereçando o possível problema de fornecimento de cacau para as empresas de chocolate?

Na temática que nós discutimos até então.

Pedro Silva Abe, de Minas Gerais:

> Por que o chocolate no Brasil é tão caro comparado com outros países do mundo? Nossa produção de cacau não é suficiente para atender a demanda nacional e, inclusive, para exportação? A culpa é dos impostos ou seria ganância dos fabricantes?

Então, os que estão à mesa, inclusive os fabricantes, têm a palavra.

O Guilherme pediu para responder.

O SR. GUILHERME MOURA – Bom, na verdade, Senadora, eu queria começar pela pergunta da questão da importação do *sourcing*, que é do fornecimento de amêndoas de cacau para a indústria.

Bom, para a gente resolver esse problema – e acho que até ajuda a responder a segunda questão– o que existe é um plano de expansão – o Secretário Jerônimo citou o plano –, existe um plano de expansão da produção nacional focado sobretudo na Bahia, no Pará, mas também em outros Estados, como Rondônia e Mato Grosso, para que nós voltemos a exportar cacau. Acontecendo isso, essa questão do *sourcing*, do abastecimento da indústria moageira local, ele está solucionado.

Então, a estratégia, a médio e longo prazos, é você aumentar a produção nacional, é uma coisa...

É até bom, porque essas perguntas permitem à gente citar algumas coisas que a gente não citou antes.

A questão da alavancagem da produção nacional, porque ajuda na questão da defesa fitossanitária... Se você está alavancando a produção nacional, teoricamente, você está aumentando a produtividade dos produtores, melhorando a sua condição, mas é preciso tomar muito cuidado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

porque a alavancagem da produção nacional não pode significar redução do preço interno. O cacau brasileiro hoje tem um ágio sobre a bolsa de Nova York porque é necessário importar cacau para atender ao parque moageiro. Então, eles faziam a conta, tem um custo de importação... Então, tudo que for abaixo desse custo de importação vale a pena pagar como prêmio no mercado interno disputando a amêndoa nacional. Uma vez que a gente passa a exportar, não faz mais sentido essa lógica. Então, teoricamente, esse prêmio deve diminuir ou até acabar.

Então, dito isto, a estratégia de alavancagem da produção nacional é fundamental, mas é preciso ter uma estratégia de abertura de novos mercados para que ela não sirva como um achatamento do preço da amêndoa, do cacau que é pago ao produtor internamente.

Mas, a curto prazo, que é o que importa, como é que a gente trata isso? Bom, o Brasil importa cacau porque a sua produção nacional não é suficiente para atender à demanda da indústria moageira. A discussão, inclusive uma discussão pautada hoje, é de que, apesar da necessidade da indústria moageira de importar cacau para atender ao seu parque, essa importação não pode oferecer, ou o risco disto tem que ser mínimo, a vinda de novas pragas. Então, quem tem que pautar a questão da importação é a defesa fitossanitária. Nós temos duas notas técnicas, da Ceplac e da Adab, que é a agência de defesa da Bahia, alertando para os riscos da Instrução Normativa nº 47, que é a instrução normativa que regula a importação de cacau.

Esse tema foi amplamente discutido na câmara setorial, e já está endereçada ao Ministério da Agricultura toda a revisão da instrução normativa. Dois aspectos da instrução normativa já foram revisados, que são as questões da incineração das sacarias e das análises das amostras de cacau, da mercadoria quando chega ao porto, tanto que... E é importante que se esclareça isto, porque é um tema muito sensível para os produtores da Bahia: a importação de cacau ficou parada no porto por 25 dias porque as análises tiveram que ser endereçadas ao Rio Grande do Sul, porque apenas um laboratório lá tinha a capacidade de fazer as análises que foram requeridas pelo Ministério da Agricultura. Essa é uma oportunidade, por exemplo, para o CIC, que está aqui com o Cristiano, de a gente estar fazendo essas análises lá, é uma oportunidade de estar gerando serviço para o Centro de Inovação do Cacau e, ao mesmo tempo, agilizando o processo de importação, porque a gente não tem nenhum interesse em prejudicar a indústria moageira.

Então, as regras estão sendo revisadas, duas das normas já foram revisadas, mas, ainda assim, a revisão completa da instrução normativa e a revisão das análises dos riscos de praga dos países africanos vão ser colocadas em consulta pública em breve, e a gente espera revisar tudo até o início do segundo semestre deste ano.

Então, dito isto, nós precisamos importar cacau para atende à indústria moageira, mas em nenhum momento, em função das questões econômicas, a gente pode abrir mão das questões fitossanitárias, porque tudo que o Brasil não precisa neste momento é da chegada de nova praga para reverter esse processo de recuperação que a gente está vivendo.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – O Lanns, Presidente da Biofábrica, quer acrescentar algo a essa pergunta.

O SR. LANNS ALMEIDA – Eu concordo com o que o Guilherme colocou, Senadora, mas eu acho que a gente precisa fazer um questionamento: se é tão caro, e eu acho que de fato é – eu acredito no que coloca o meu amigo Eduardo Bachi, representante da EPC, que isto é caríssimo –, trazer um navio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cheio de amêndoa, por que, então, as indústrias também não fomentam a base produtiva do Estado, o que seria muito menos custoso para eles, no fornecimento de muda, no fornecimento de uma extensão rural qualificada, no processamento de um crédito subsidiado? Porque a gente ficar nessa falácia de que é caro, e de fato é, mas também não fazer o papel, não contribuir no processo da base produtiva é fácil.

Então, esta é minha contribuição em relação a essa pergunta.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Muito obrigada.

O SR. ANTÔNIO CESAR COSTA ZUGAIB – Senadora, permita-me só falar um pouquinho.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Pois não.

O SR. ANTÔNIO CESAR COSTA ZUGAIB – É bom colocar que, com relação a esse cacau que era importado, antigamente, a primeira fiscalização era feita no país exportador. Depois, acharam que o custo era maior e trouxeram para o Brasil. Tudo bem, não tem problema nenhum, desde que seja ágil. Não pode demorar uma análise dessa muito tempo. Então, realmente, eu acho que é a grande oportunidade do CIC para agilizar isso. Bem colocado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Muito bom.

Eu vou passar a palavra agora ao Senador Wellington, para, depois, voltar e fazer a outra pergunta de Minas Gerais.

Pois não.

O Senador está degustando nosso chocolate, porque é a obrigação de quem entra aqui.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – E ainda neste horário, Senadora, precisamos de energia.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Exatamente. Já fala com propriedade.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Depois de tantas reuniões, o cérebro já está mandando uma mensagem para o estômago: "Olha, está na hora de almoçar". E o cacau tem essa força de energia. Às vezes, as pessoas não o tratam como alimento, né?

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Exato.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – mas, não, é um grande alimento! Então, eu acho que é importante isso ser registrado aqui.

E quero ainda parabenizar a Senadora, principalmente porque eu também sou filho de baianos – faço questão sempre de colocar – que saiu da Bahia a pé para Mato Grosso. A minha mãe também é baiana. Então, a Bahia faz parte da nossa cultura de vida. E, sempre que possível, vou à Bahia, agora mesmo estive lá na cidade de Santa Maria, onde fomos falar sobre a questão da ferrovia. Aliás, não fomos propriamente discutir com a sociedade, mas fomos olhar o trabalho no sentido da continuidade daquela ferrovia que é muito importante para a Bahia.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Para todos nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sim, para todos nós, mas para a Bahia, em especial, e para o Brasil inteiro. Infraestrutura e logística...

Agora mesmo eu estou saindo do Ministério dos Transportes onde nós estávamos lançando, juntamente com a EPL, a Empresa de Planejamento e Logística do Brasil, um novo PNV, ou seja, todo um estudo feito pela EPL, porque, infelizmente, no Brasil, às vezes, a gente não faz a interconexão de muita coisa e as coisas acabam se perdendo. E por incrível que pareça, temos ainda ferrovias no Brasil que não se encontram de forma mais eficiente com uma estrada. Às vezes, constrói-se uma grande estrada e falta um trecho importante para que aquilo chegue na área de produção.

Eu estive visitando a Bahia, também agora, vendo lá um porto inacabado, quer dizer, muito dinheiro foi investido e, de repente, por falta de planejamento, aquilo não é concluído.

Então, Presidente, eu quero parabenizá-la pelo trabalho aqui, por estar defendendo uma área de extrema importância econômica para a Bahia, e quero falar um pouquinho também do Mato Grosso, porque lá nós produzimos muito pouco cacau, mas a Ceplac – e, aí, eu vou me dirigir a Ceplac – esteve no passado lá com o Jonas Pinheiro, que era Senador e foi um grande incentivador da Ceplac, criando uma unidade lá em Alta Floresta. Mas eu gostaria até que comentassem um pouco como é que está a Ceplac, em nível de Brasil e, principalmente, em nível de Mato Grosso. O que a gente pode fazer? Porque eu fico penso, como lá também havia uma boa uma boa produção, se é questão de pesquisa, enfim, o que está faltando ou o que mais a gente pode fazer nesse sentido de trazer mais importância à Ceplac no nosso Estado, o estado de Mato Grosso?

Mas ainda antes do pesquisador Antônio César falar, que eu vi que ele já está bastante pronto ali, Srª Presidente, eu gostaria também aqui de registrar que hoje é um dia de felicidade muito grande, para mim, em especial, mas também para a minha cidade, porque nós tivemos, hoje, a publicação, no *Diário Oficial da União,* da criação da Universidade Federal de Rondonópolis, a minha cidade natal.

Filho de um baiano que foi à pé, imaginem, ter a felicidade de estar hoje trabalhando em um projeto autorizativo que fiz, ainda como Deputado, e, depois, em um grande trabalho junto à Presidente Dilma no sentido de convencê-la da indicação desse projeto para o Congresso Nacional. Fizemos todo um trabalho, tive a oportunidade de ser Relator aqui, e o aprovamos aqui na Comissão de Educação – e eu quero agradecer à Senadora Lídice da Mata, que também esteve nos ajudando nesse processo, bem como ao Senador Eunício, pois houve também a aprovação no plenário do Senado.

Eu sempre tenho dito, Senadora, que a gente trabalha, luta tanto para construir uma obra, uma ponte, uma estrada... Qualquer obra é muito realizadora para todos nós, porque ela gera o benefício para aquela comunidade. Agora, você ter a oportunidade de participar da criação de uma universidade federal é cuidar das futuras gerações. Então, eu acho que é algo extremamente importante, e aí a gente tem que reconhecer o trabalho.

A Presidente Dilma foi fundamental para isso. O Ministro Mercadante, o Ministro Paim e, claro, agora, o Presidente Michel, que fez o compromisso conosco, que iria sancionar, e, ontem, ele sancionou a lei que, hoje, já está publicada no *Diário Oficial da União*. Assim, eu quero aqui, neste momento, não só trazer a nossa felicidade, mas pedir e contar com mais apoio ainda, porque nós teremos agora que implantar essa Universidade. Então, para isso, teremos que incluir, como uma nova unidade orçamentária. Aproveito para informar que, como Líder do Bloco Moderador, eu já tive a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

oportunidade de ser indicado para, neste ano, também trabalhar na Comissão Mista de Orçamento, e esse será o nosso grande desafio lá na Comissão de Orçamento.

E, até por lá estar também, eu quero falar da Ceplac, porque eu sei que a Ceplac também sempre deve ter as suas dificuldades, como todos os organismos. E, como penso que nós podemos trabalhar juntos nisso também, eu queria ouvir do nosso pesquisador um pouco dessa questão orçamentária também. O que nós podemos fazer? Porque eu acho que a Ceplac pode ajudar muito, como tem ajudado a Bahia, mas pode ajudar muito os Estados da Região Amazônica como um todo.

Então, é também nesse aspecto que eu gostaria, não só de questionar, mas de me colocar à disposição para que a gente, juntamente com a Senadora Lídice, liderando esses esforços, possa fazer esse trabalho conjunto.

Muito obrigado, Senadora, e tenho certeza que esta audiência aqui será importante demais para que se dê prosseguimento a esse projeto de V.Exª e para que a gente consiga também aprová-lo, enfim, e, principalmente, fazer com que, relativamente a essa produção do cacau, o Brasil pode ser, sem dúvida nenhuma, um grande exportador.

Eu tenho certeza que nós podemos, porque nós temos vocação para isso e temos clima para isso. Nós temos tudo. Então, acho que a pesquisa é fundamental e esse trabalho desenvolvido aqui principalmente pela Ceplac.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Sem dúvida nenhuma, e a Universidade de Rondonópolis só vai somar nessa direção.

Eu quero agradecer o apoio de V.Exª e dizer que o nosso projeto está na CAE. O Senador Flexa Ribeiro já preparou um primeiro relatório, mas retirou para fazer umas mudanças. Como não é uma comissão terminativa, eu estou fazendo um apelo ao Presidente da Comissão e ao Senador Flexa Ribeiro que coloque em votação para que a gente avance num processo de debate dentro do Senado. A matéria é terminativa na Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Como eu faço parte das duas como membro titular, estamos juntos.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Pronto! Vai nos ajudar.

Com a palavra o Zugaib.

O SR. ANTÔNIO CESAR COSTA ZUGAIB – Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer ao Senador Wellington pela oportunidade de fazer este pronunciamento relativo à Ceplac e, ao mesmo tempo, parabenizá-lo por essa conquista dessa universidade. É muito importante termos universidades, porque sabemos que conhecimento sempre traz desenvolvimento.

A Ceplac, Senador, como o senhor sabe, desenvolveu muito não só a Bahia como o Brasil, quando teve todas as condições. Agora, imagine um órgão que teve cerca de 4.5 mil funcionários, hoje, estar com algo em torno de 1,5 mil funcionários.

De janeiro de 2017 até hoje, nós já aposentamos 96 funcionários, e a perspectiva é que esse número chegue a 130 até junho. O levantamento foi feito até junho – 130 funcionários aposentando.

Então, a cada dia que passa, a maioria, com abono permanência. Se nós aposentássemos todos que quisessem sair agora aposentados – "estou com vontade de me aposentar" –, só sobrariam 600. Só sobrariam 600.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão orçamentária. Um órgão que já teve, naqueles tempos áureos, quase R$100 milhões; há 10 anos, uma média de R$30 milhões a R$32 milhões; no ano passado, R$16 milhões; e, neste ano, R$15 milhões, não dá para encarar. Não dá para dizer assim que esse órgão está sendo objeto de prioridade dentro do Ministério da Agricultura, dentro do Brasil, porque essa é uma questão primordial.

Nós temos toda a vontade, apesar disso temos conhecimento. Eu dei a palestra aqui, falei que nós temos tecnologia para implantar uma produtividade alta não só na Bahia, mas em todo o Brasil, com fértil irrigação, com polinização artificial. Nós temos a tecnologia, mas hoje estamos precisando de apoio.

E a pergunta realmente foi oportuna, porque a Ceplac está sendo estudada. A Ceplac está sendo reestruturada agora. Foi feito um termo de referência, e foi contratada a Drª Larissa Smith, para fazer esse novo projeto para a Ceplac – um novo projeto para a Ceplac.

Então, nós estamos defendendo um órgão que seja de desenvolvimento regional, um órgão que faça pesquisa, um órgão que faça extensão rural, que possa chegar ao mini, ao pequeno, ao médio, à agricultura familiar. Nós não fazemos distinção nenhuma. Queremos levar todos os produtores à tecnologia.

É isso.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Senadora, acho que é a oportunidade, inclusive, de ter o Ministro Blairo Maggi, que já definiu: não será candidato, ficará como Ministro até o final do ano.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Beleza.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Quero aqui me colocar também, para a gente, quem sabe, marcar uma audiência com ele...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Sim. Nós podemos marcar.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – ... para discutir esse aspecto.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Pensei exatamente isso.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Eu me coloco à disposição. Amanhã, inclusive, vamos à Mato Grosso. Eu posso abordar, e, quem sabe, no dia em que a senhora entender, a gente possa marcar essa audiência.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Exatamente, no sentido não apenas de fortalecer a Ceplac Mato Grosso, mas de discutir um pouco mais essa questão.

E, logo em breve, assim que o Ministro puder, faremos essa audiência, para discutir um pouco mais.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Então, tenho autorização para pedir em nome de V. Exª?

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Tem autorização para pedir em nome da Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou ao segundo questionamento: por que o chocolate no Brasil é tão caro comparado com o de outros países do mundo? Nossa produção de cacau não é suficiente para atender à demanda nacional, inclusive para a exportação? A culpa é dos impostos ou é de...

Marcos, como produtor, fabricante...

O SR. MARCOS LESSA – Senadora, eu vou...

Bom dia a todos. Na verdade, se a gente está discutindo que o percentual é baixo, então a culpa não é do cacau. São outros insumos. Naturalmente, a tributação também tem uma parcela de culpa.

E, quando ele faz a abordagem a respeito do chocolate, provavelmente está falando de chocolate de modo geral, portanto, de chocolate de prateleira, do chocolate que você encontra... A gente encontra chocolate no resto do mundo, na Europa, nos Estados Unidos, mais barato, mas também encontra cerveja mais barata, vinho mais barato, outros produtos mais baratos. De modo geral, ele está encaixado na linha de produtos. Não há um destaque para o chocolate: quando você faz uma viagem, há tributação diferenciada e alguns produtos com algum tipo de incentivo.

Recentemente, em Portugal, nós compramos vinho de €1,50, um vinho de qualidade. Dificilmente, você vai encontrar aqui um vinho de R$6, de qualidade.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Vinho brasileiro?

O SR. MARCOS LESSA – Vinho brasileiro.

Então, há essa questão que influencia.

Como a gente está discutindo onde esses chocolates têm em torno de 22%... Como não há fiscalização, a gente até duvida que há alguns que... Afirmei certa feita que um terço do chocolate do Brasil não pode ser nem chamado de chocolate, e não há como mensurar isso.

Se na embalagem não há percentual, ele pode ter 22%, como pode ter 10%, 15%. Então, por conta disso, não é o principal ingrediente.

Quanto à margem dos fabricantes, aí já é outra discussão um pouco mais aprofundada.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – O.k.

Alguém quer falar sobre esse assunto? (*Pausa.*)

Não.

Então, nós estamos contemplados com essa resposta.

Queria, no entanto, chamar a atenção para o seguinte: é nossa intenção que essas duas audiências façam parte de um plano real de fazer avançar a nossa agenda do chocolate aqui, no Senado.

Então, a primeira medida que eu ia propor já foi proposta pelo Senador Wellington, que nos faz ainda o favor de falar diretamente com o Ministro, já que são do mesmo Estado e vão viajar juntos. Ele nos beneficia com isso.

E vou comunicar à Presidente da Comissão que uma definição da nossa audiência é conversar com o Ministro. É claro que falo isso, voltada para o debate não apenas da produção de chocolate aqui, mas da nossa produção de cacau, porque uma coisa se cruza com a outra.

Mas também acho importante o convencimento do Senador Blairo, que é Ministro, no sentido de dar o seu apoio ao projeto, também, que tramita aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E tenho certeza de que teremos o apoio do Senador Wellington e de outros Senadores que não puderam estar aqui, mas que já se pronunciaram, no primeiro momento do nosso debate, sobre a aprovação do nosso projeto.

Tenho certeza de que muitos dos que são produtores rurais, que aqui estão vinculados à FAEB também, têm e darão apoio ao nosso projeto.

Por isso, a minha confiança em que o projeto, posto em votação na Comissão, terá o apoio da maioria daquela Comissão, para que possa avançar.

Então, quero dizer que esta é uma primeira medida. Nós estamos também buscando falar... Eu já avisei na Comissão, já havia pedido, na última reunião da Comissão, na semana passada, ao Senador Flexa, que hoje já esteve aqui presente.

Após essa presença aqui, já teremos condição de, hoje à tarde, tentar já fechar com o Senador Flexa a data em que ele poderá trazer o projeto de volta para o Plenário da Comissão e também falar com o Senador Presidente da Comissão, o Senador do Ceará, que tem sempre muito boa vontade com todos os assuntos do Nordeste, que é o Senador Tasso Jereissati.

Vamos também tentar que o grupo dos que estão aqui participando hoje deste debate possa conversar com o Senador no sentido de que a gente apresente logo e apresse a votação desse projeto, usando do argumento de que, em não sendo terminativo, e não é terminativo na Comissão, segurar o projeto da Comissão não faz sentido. Essa é uma prática da Casa, de que os projetos não terminativos naquela Comissão passem adiante para que no mérito eles sejam debatidos na Comissão a que lhe concirna o mérito.

Portanto, eu quero agradecer a todos os representantes da produção do cacau e do chocolate da Bahia e do Brasil que estão aqui presentes. Na outra audiência, nós tivemos o cuidado de trazer também representantes, por exemplo, do chocolate de Gramado, trouxemos representantes de produtores também do Pará, mas, nessa discussão do desenvolvimento regional, como parte de uma mobilização da Bahia, que é o principal produtor que está à frente e que, portanto, representa o posicionamento do Brasil nessa questão, nós trouxemos um pouco do trabalho da Bahia para que esse debate, que é filmado, que é transmitido pela TV Senado possa voltar a ser visto e ouvido pela rede de comunicação local.

E quero discutir, estou assumindo o compromisso com vocês aqui de falar – ouviu, Isabel? – com a Diretoria da TV Senado para ver se a gente consegue fazer, no programa dos Estados, da pauta do Estado, fazer um programa especial sobre o cacau da Bahia, conversando, lá, com o Ronaldo, que é um dos jornalistas responsáveis.

Portanto, dado o avançado da hora, nós vamos voltar aqui à tarde. Já temos aqui alguns dos nossos debatedores da tarde que eu quero voltar a lembrar: o Secretário José Vivaldo Souza de Mendonça, Ciência e Tecnologia; Marcos Lessa, que falou há pouco, Presidente da Costa do Cacau Convention Bureau; e Cristiano Vilela, Diretor-Executivo do Centro de Inovação do Cacau, Parque Científico e Tecnológico do Sul da Bahia, porque modernizar tudo isso significa também incorporar ciência, tecnologia e inovação ao nosso produto.

Portanto, um bom intervalo para a gente, para que a gente possa almoçar e acompanhar, na sobremesa, a delícia do chocolate e voltarmos, à tarde, para iniciar o nosso debate, porque ainda temos muito trabalho pela frente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada.

(*Iniciada às 10 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 44 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quinze horas e vinte e cinco minutos do dia vinte e um de março de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências das Senadoras Fátima Bezerra e Lídice da Mata, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Hélio José, Waldemir Moka, Romero Jucá, Valdir Raupp, Dário Berger, Paulo Rocha, Regina Sousa, Paulo Paim, Jorge Viana, José Pimentel, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Antonio Anastasia, Sérgio Petecão, José Medeiros, Elber Batalha, Wellington Fagundes, Vicentinho Alves, Cidinho Santos e Ronaldo Caiado. Deixam de comparecer os Senadores Elmano Férrer, João Alberto Souza, Humberto Costa, Davi Alcolumbre, Ciro Nogueira e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa - Segundo Painel**, atendendo aos requerimentos RDR 2/2018 e RDR 8/2018, ambos de autoria da Senadora Lídice da Mata. **Finalidade:** Debater a produção de chocolate no Brasil. **Participantes:** José Vivaldo Souza de Mendonça, Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia; Marco Lessa, Presidente da Costa do Cacau, Convention Bureau; Ricardo Gomes, Diretor do programa Bahia do Instituto Arapyau (representante de: Patrícia Moles, Executiva do Mercado de Cacau e Chocolate – Instituto Arapyaú); Cristiano Villela, Diretor Executivo do Centro de Inovação do Cacau. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Usaram da palavra a Senadora Fátima Bezerra e após aprovação da Comissão, os Deputados Federais Bebeto e Jorge Solla, bem como o Senhor Valnei Pestana. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 13 de 2018** que: "Requeiro, nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 07/2018-CDR, a inclusão do nome do Professor RÔMULO DANTE ORRICO FILHO, do programa de pós-graduação de engenharia – Engenharia de Transportes da UFRJ, para participar como palestrante da audiência pública que vai debater a redução orçamentária de recursos da União destinados à Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU e suas consequências para os sistemas de transporte ferroviário urbano de passageiros (Metrôs e VLTs), no dia 4 de abril de 2018." **Autoria:** Senadora Fátima Bezerra. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e vinte e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Fátima Bezerra

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/03/21

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Boa tarde.

Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Aprovação da ata.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 5ª, 6ª e 7ª Reuniões da Comissão.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas.

Conforme pauta previamente distribuída e em continuidade aos debates iniciados na manhã de hoje, informo que a presente reunião é destinada ao segundo painel que debaterá a produção de chocolate no Brasil, atendendo aos Requerimentos nºs 2 e 8, de 2018, da CDR, de minha autoria.

Esclareço que adotaremos os mesmos procedimentos da manhã. Cada expositor terá 15 minutos para fazer a sua exposição e, em seguida, abriremos a fase de interpelações pelos Senadores e Senadoras inscritos dentro dos assuntos tratados, dispondo cada um de cinco minutos, assegurado igual prazo para resposta, após o que poderá ser contraditado pelo prazo máximo de dois minutos, concedendo-se o mesmo tempo para a tréplica.

A palavra aos Senadores e às Senadoras será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido.

Antes de conceder a palavra aos convidados, informo que as participações dos cidadãos em nossa audiência serão recebidas, como sempre, pelos seguintes canais: Portal e-Cidadania, que pode ser acessado a partir do *site* da Comissão, e pelo Alô Senado, 0800-612211.

Convido o Sr. José Vivaldo Souza de Mendonça, Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia, para compor a Mesa; o Sr. Marco Lessa, Presidente da Costa do Cacau Convention Bureau; o Sr. Ricardo Gomes, Coordenador do Programa Bahia do Instituto Arapyaú, representando a Srª Patrícia Moles, executiva do mercado de cacau e chocolate do mesmo instituto; Sr. Cristiano Villela, Diretor-Executivo do Centro de Inovação do Cacau.

Justificando as ausências de dois senhores convidados para esta Mesa da tarde, lendo a justificativa do Sr. Gerson Marques:

> A Associação dos Produtores de Chocolate de Origem do Sul da Bahia (Chocosul) comunica à organização do evento "Audiência Pública – Produção de Chocolate no Sul da Bahia" a nossa impossibilidade de atender o referido convite, em virtude de decisão interna da entidade.
>
> Agradecemos e reafirmamos nosso apoio à iniciativa da Exmª Senadora Lídice da Mata.
>
> Atenciosamente,
>
> Chocosul
>
> Gerson Marques.

Da Associação Brasileira da Indústria de Chocolates, Cacau, Amendoim, Balas e Derivados (Abicab):

> Conforme requerimento acima citado e em resposta ao convite para a audiência pública que será realizada no dia 21 de março de 2018, venho comunicá-la que não poderei comparecer por uma agenda de compromissos previamente assumidos para a mesma data.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Certo da compreensão desta Comissão,
Cordialmente,
Ubiracy A. Fonseca
Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Chocolates, Cacau, Amendoim, Balas e Derivados (Abicab).

Eu quero agradecer aos dois senhores convidados que justificaram as suas ausências, dizer que esta Mesa tem uma especial importância, já que, pela manhã, nós tratamos da discussão cacau e chocolate, mas entrando muito na produção de cacau.

Volto a registrar as presenças aqui do Dr. Zugaib, do Dr. Volnei, do Lanns e da Professora Acássia, da UESC, além do Deputado Federal do nosso Estado, da região e do meu Partido, Bebeto Galvão. E o Vereador de Ilhéus – é muita alegria tê-lo aqui –, Vereador Juarez. A sua chegada dá ânimo a Bebeto e a todos nós; e aumenta a pressão de Bebeto para que a gente leve mais coisas para Ilhéus.

Mas eu quero dizer aos senhores que esse painel da tarde é um painel voltado para a discussão sobre chocolate. E nós escolhemos essa data, Bebeto e todos os companheiros, em função justamente de nós estarmos num período muito importante para o consumo do chocolate. Nós estamos a uma semana da Semana Santa, em que todo o Brasil consome chocolate, o mundo inteiro consome chocolate, independentemente da qualidade, mas, especialmente, é um momento, no mercado, de alta no consumo e na venda do chocolate. E nada mais importante do que trazer essa pauta do chocolate produzido no Brasil, e de sua qualidade, justamente no período da Páscoa, para que o consumidor possa também fazer boas opções e, principalmente, possa se inteirar do debate importante que nós temos da produção de chocolate do Brasil.

Nós conquistamos agora o selo de origem para o nosso cacau contribuir com o chocolate e, da parte da manhã para a tarde, nós fizemos dois contatos importantes que resultaram do nosso debate. O primeiro foi a nossa visita coletiva ao Presidente da Casa, que recebeu muito bem o projeto, recebeu muito bem todos os nossos debatedores e se comprometeu de que, chegando ao Plenário o projeto, ele não só o colocará em votação, dizendo-me que a garantia da aprovação depende de meu trabalho e de outros aliados no Plenário, mas terá toda simpatia e aprovação dele. Isso, para nós, é muito importante: conquistar a aprovação, a simpatia e o compromisso do Presidente da Casa.

E o segundo foi o contato que fiz, também nesse intervalo de almoço, com o Senador de Rondônia, Valdir Raupp, que é Relator do projeto que está aqui no Senado, que trata da qualidade da produção de cacau, e foi reivindicado aqui, pela manhã, que nós tivéssemos uma articulação com esse projeto. S. Exª está fora do Senado, estava em algumas audiências, prometeu-me que iria chegar, parece que esteve aqui. Eu pedi a ele que chegasse aqui às 14h30, ele deve ter chegado às 14h30.

Nós não conseguimos iniciar nesse horário, porque, infelizmente, há um novo procedimento, uma nova regra no Senado, e eu não sabia, de que quem vem pela Chapelaria, obrigatoriamente, tem de vir acompanhado de um Parlamentar.

Eu quero pedir desculpas a vocês pelo inconveniente que tiveram de passar para poder conseguir chegar aqui. Isso atrasou a nossa audiência, mas nós vamos continuar, portanto, com aquelas medidas sobre as quais trocamos ideia pela manhã.

Além disso, já com o compromisso do Senador Wellington, que estaria com o Senador Ministro Blairo Maggi, de marcar uma audiência com o ministro para que nós possamos estar com ele para discutir as questões referentes ao cacau e também à discussão do chocolate, e sobre tê-lo como aliado nessa luta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dito isso, vamos iniciar. Não sei se foi combinado pelos senhores alguma prioridade... Se não foi, vou fazer uma escolha aleatória. Começo por essa mão; depois, vai para essa mão. E, assim, o primeiro seria o Marco Lessa; depois, José Vivaldo; depois, Cristiano e, por último, Ricardo Gomes. Se não houver nenhum inconveniente, farei dessa forma. Está bom?

Iniciando, o representante também dos fabricantes de cacau ou de chocolate do nosso Estado.

O SR. MARCO LESSA – Boa tarde a todos. É uma alegria e uma honra muito grande estar aqui.

Quero saudar a todos, saudando a amiga, querida e admirável Senadora Lídice da Mata, que tem feito esse trabalho incrível não só nesse setor, mas em outros também – no nosso, em especial.

A discussão pela manhã foi bastante rica, acho que nos deu uma visão panorâmica do que representa o mercado de cacau no Brasil e no mundo. Naturalmente, é um debate que merece mais discussão. A gente não pode desconsiderar uma cultura de 250 anos e que, nas últimas três décadas, teve que se reinventar no Brasil.

Eu, sempre que vou falar um pouquinho de chocolate, faço um preâmbulo: precisamos ter uma noção do que aconteceu com o chocolate na sua história.

O chocolate, depois que o espanhol Hernán Cortéz trouxe do México para a Europa as amêndoas de cacau e levou como eram feitas, passou por uma série de transformações, recebeu açúcar – era uma bebida feita basicamente do cacau e água quente – para ficar um pouco mais palatável. Depois de algum tempo, veio o leite e, aí, o chocolate ao leite. Ele passou a ser um produto absolutamente desejado e adorado por todos e ganhou o mundo.

Só que nesse período, século XIX, século XX, o chocolate foi remetido quase à categoria de doce, e as pessoas, em função do crescimento do consumo de chocolate *versus* o crescimento do consumo de cacau, já não tinham a percepção de que o protagonista desse doce querido, que não parava de crescer o consumo, era o cacau. Era muito comum perguntar às pessoas e elas não saberem direito como era isso, nunca terem visto o fruto, não entenderem como funciona.

E mais recentemente, talvez há 30, 40 anos, e atualmente, se você perguntasse a uma criança de que era feito o chocolate, talvez ela dissesse que era feito de Nescau, como já aconteceu comigo ao perguntar a uma vendedora de loja de chocolate em Gramado de que era feito o chocolate. "Era de Nescau." E Nescau é feito de quê? De chocolate. Esse negócio não vai acabar nunca, porque um produz o outro. Mas ninguém mencionava cacau e nem compreendia cacau como fruta, porque, *commodity*, tudo era produzido em larga escala, ia para a prateleira, exatamente para as prateleiras de doce dos supermercados. Então, de um modo geral, ninguém compreendia a importância que ele tinha.

No Brasil, isso foi se agravando, se agravou, aliás, com o advento das crises tanto econômicas relacionadas ao cacau à época e à vassoura-de-bruxa, onde houve essa mudança na lei e reduziu-se para 22% a exigência de cacau mínimo para se chamar de chocolate.

Pois bem, diante disso, começou um movimento, naturalmente, no mundo inteiro, e a gente começou a perceber a utilização dos percentuais de cacau nas embalagens de chocolate por duas razões: primeiro, porque você atribuía mais verdade àquele produto e, segundo, porque se começava a perceber o valor nutritivo do cacau. Durante muito tempo, a gente ouvia que o chocolate era vilão: não coma chocolate porque você vai engordar!; não coma chocolate porque o seu colesterol vai aumentar!; não coma chocolate! Era tratado como doce.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCO LESSA – Chocolate dá espinha! Então, era uma percepção completamente equivocada quando você lembra e sabe que ele é feito de cacau, mas, no entanto, quando você via um produto no mercado que não tinha nenhum tipo de controle sobre o seu percentual – podia ter 10, 15, 20% ou nem respeitar a lei –, naturalmente, você estava colocando açúcar, gordura hidrogenada e, inclusive, um pouco de cacau. Pois bem, isso vem mudando, vem mudando drasticamente no mundo inteiro.

E, como foi colocado hoje pela manhã, para não ser repetitivo, o Brasil tem todas as condições de estar na vanguarda no que diz respeito tanto à produção de cacau de qualidade como de chocolate de qualidade.

Para falar aos senhores e lembrar a alguns que são lá da Bahia e do sul da Bahia, em 2009, não tínhamos praticamente nenhuma marca de chocolate com alto teor de cacau naquela região. Surgiu, em 2008, uma marca respeitada e conhecida no Brasil e até no exterior, que é a Amma. A partir de 2009, nós começamos com vários atores um movimento e hoje – eu fiz um levantamento, Senadora, antes de vir para cá – já somos próximos de 70 marcas de chocolate apenas no sul da Bahia, sem considerar as marcas que estão se desenvolvendo com cacau baiano em São Paulo e outras marcas no Pará e em outras partes do País.

Pois bem, alguns gargalos a gente precisa superar. O primeiro deles que eu considero é a tecnologia. Por isso que é providencial estarmos aqui com o Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia, porque precisamos de tecnologia para fazer o processamento. Acabou aquela história de que você precisa de uma grande fábrica para transformar cacau em chocolate. Hoje se compram equipamentos que custam US$600, US$700, naturalmente não em escala industrial, mas você já consegue processar. É possível a gente desenvolver as tecnologias. É possível a gente montar. É possível a gente atrair investimento. Então, a gente precisa diversificar mais a oferta tecnológica para esse processamento para que qualquer produtor de cacau, através de cooperativas, através de associações, ou mesmo o próprio produtor consiga fazer seu chocolate.

Nós temos feito um trabalho muito grande junto à mídia. Nós fizemos um levantamento, no final do ano passado. Até 2016, nós tínhamos mais de R$50 milhões de mídia espontânea falando do cacau, do chocolate com pauta em todos os veículos de comunicação do Brasil, em praticamente todos os veículos – televisão, rádio, jornal, capa, matéria interna –, falando positivamente ou do cacau ou do chocolate ou quanto o chocolate faz bem à saúde ou quanto o chocolate utilizando o cacau cabruca preserva o meio ambiente; ou falando do sul da Bahia como destino turístico, enfim, falando positivamente. E a gente precisa surfar nessa onda, porque, afinal de contas, o mercado, quer queira, quer não, começa a se aclimatar para receber exatamente os aspectos positivos de um projeto como esse.

No turismo nem se fala. As pessoas hoje já não querem mais contemplar, as pessoas querem viver a experiência. Você, naturalmente, vai para um lugar ver um monumento, ver uma paisagem, mas, quando você come um chocolate, tem a possibilidade de ir para uma fazenda de cacau e saber que o chocolate ou é daquela fazenda ou é feito com aquele processo, adentra a mata, vê o quanto é incrível e linda, especificamente a nossa região, a produção do cacau e dali sai com o chocolate, quer dizer, a sua experiência, o seu chocolate – não tenha dúvida disso – vai ficar muito mais saboroso, naturalmente, se considerar os outros aspectos, como eu disse antes: funcionais, sociais, ecológicos, que deixam um produto completo.

Por fim, quando nós começamos a desenvolver o projeto do Festival de Chocolate, na Bahia – o Secretário Jeronimo colocou da importância e valor dele e de outros eventos que acontecem lá e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

também no Pará –, você percebe como, a partir do envolvimento das pessoas, a partir da mídia gerada, o comportamento do consumidor muda completamente.

Em pesquisas feitas do evento, em 2010/2011, pesquisas recentes, é impressionante a quantidade de pessoas mais jovens que já querem comer chocolate com 70% de cacau. Já têm essa compreensão porque descobriram o verdadeiro sabor. E é muito comum, depois de comer um chocolate com alto teor de cacau, você não conseguir mais comer aquela barra de açúcar que era fingida de chocolate que havia antes.

E esse projeto de lei é divisor de águas. Eu digo sempre: se a gente quiser mudar de forma mais rápida, que traga benefício para toda a cadeia, para todo o Estado e para a gente virar um país referência, a gente precisa mudar o mercado consumidor. E não dá para você falar com cada cidadão ou explicar, mesmo porque os produtores de chocolate com alto teor de cacau não têm nem poder aquisitivo para estar fazendo essas ações promocionais tão agressivas e tão fortes como uma grande marca de chocolate, que também pode adotar produtos com alto teor de cacau. Uma coisa não anula a outra.

Mas o projeto de lei muda tudo, muda o comportamento do consumidor. Não é um projeto para simplesmente beneficiar uma cadeia produtiva ou o produtor de cacau ou o produto de chocolate. Ele beneficia a saúde pública. Ele tem relação direta com o produto. Eu costumo dizer: de cada dez pessoas a quem você pergunta se gosta de chocolate, nove dizem que sim, e uma mente, porque é um produto quase unanimidade. Todo mundo adora chocolate. Então, assim, a gente está na mesma esteira do valor agregado do produto gourmet, do produto com alto valor, como aconteceu com o vinho, como vem acontecendo com o café, como vem acontecendo com a cerveja artesanal... No caso da cerveja, do café e do vinho, ainda há uma diferença. A gente não tem nenhuma restrição com relação ao consumo do chocolate. O chocolate não tem nenhuma restrição porque você vai dar para a criança de dois, três anos de idade e até para as pessoas com 120, 130, principalmente se conseguir comer muito chocolate com alto teor de cacau. Então, o espectro é muito maior.

Esse projeto – na verdade, não é nem fazer; é retomar o que já existia, com aqueles 33% – vai nos colocar no patamar do continente americano e do continente europeu, numa tendência internacional de consumo. Sem dúvida, as pessoas buscam saúde, buscam preservação ambiental e buscam prazer. A gente faz um grande serviço à população.

Se a gente vai classificar como "sabor chocolate", "achocolatado" e "chocolate de verdade", naturalmente vamos chegar a essa conclusão depois do projeto aprovado. Mas acho que é de muita responsabilidade dos Senadores, dos Congressistas, dos Deputados que compreendam que muito mais do que beneficiar uma cadeia, o que é importante, é fundamental compreender é que o cacau – o Dr. Valnei é um especialista nesse tema, que vem debatendo e discutindo o assunto – talvez seja um dos alimentos mais completos que existem na natureza.

Isso não é discutido por conta do aspecto que eu coloquei antes, do fato de ele ser uma *commodity*. Ninguém nunca... Uma mesma quantidade de cacau equivale, em flavonoides e antioxidantes, a 1/20 de vinho. Ou seja, você tem 20 vezes mais antioxidantes e flavonoides no cacau do que em uma quantidade equivalente de vinho, que é celebrado como uma bebida excepcional.

Algumas experiências feitas em universidades do mundo inteiro já demonstram que com 60, 90, 120 dias de consumo de chocolate com 70% de cacau, 20 gramas diárias, você tem redução da pressão arterial, aumento do bom colesterol, redução do mal colesterol, vigor...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é muito importante ser considerado esse aspecto, porque talvez seja o mais determinante e foge um pouco do espectro do mercado ou da mercadologia no que diz respeito à disputa entre empresa A, empresa B, empresa C.

Naturalmente, quando você faz uma mudança dessa de embalagem, você tem um custo elevadíssimo. Não é da noite para o dia que uma empresa vai mudar todo o seu plantel, todo seu produto de prateleira, trocando "chocolate" por "não chocolate" ou "achocolatado", mesmo porque ninguém vai ficar muito feliz com isso.

Então, para encerrar, indo de Salvador para Ilhéus num voo da Avianca, eles ofereceram um bombom Sonho de Valsa. A menina disse: "Olha, não servimos refeição, porque o voo é muito curto, mas eu vou dar um chocolate na saída".

Naturalmente, eu conhecia o voo e sabia que não era chocolate; e saindo do avião eu disse: Olha, isso aqui não é chocolate, é um bombom. Ela tomou um susto, deu risada e falou: "Eu estou falando sério... Espere aí, me conte essa história direito".

Eu dei uma explicação. E ela disse: "Da próxima vez, eu vou falar "bombom". É um processo de catequese, mas demostra claramente o desconhecimento da população com relação a isso.

Então, parabéns, Senadora. Parabéns, Senadores e Deputados. Eu acho que a gente tem uma grande oportunidade de fazer um produto que tem essa condição de beneficiar o turismo, de beneficiar uma cadeia produtiva incrível, de preservar e fazer muito bem à saúde da nossa população, e, com isso, nos ajudar a conquistar o mundo inteiro.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Muito obrigada, Marco. Você foi muito claro quanto aos benefícios da nossa produção de chocolate.

Vamos passar adiante agora, com o nosso Secretário José Vivaldo de Mendonça.

O SR. JOSÉ VIVALDO SOUZA DE MENDONÇA – Boa tarde a todos e a todas.

De início, Senadora, quero registrar que é importante iniciar esse debate; até Marco faz uma diferenciação do que é bombom, do que é chocolate. Mas acho que no ambiente político da disputa desse projeto de lei é, inclusive, importante colocar – ontem falei isso ao Presidente da Abicab – que esse projeto de lei não defende a proibição da fabricação dos bombons. Ele só estabelece que para usar o termo chocolate é preciso ter no mínimo 35% de cacau.

E disse mais, que entendia que era quase absurdo que um país que produz amêndoa não pudesse determinar isso, enquanto outros que não têm um pé de cacau utilizam essa forma, como a Europa e os Estados Unidos.

Então, querer impor isso a nós... Quero, inclusive, registrar que o argumento de que é preciso mudar toda a formulação e isso geraria uma série de impactos... Naturalmente no campo da argumentação e do papel, aprendi que papel aceita tudo. E cabeça de gente às vezes inicia uma análise e não considera que o outro lado também pensa.

Então, nessa argumentação é importante deixar claro que é muito mais separar cada um no seu quadrado, como falam no popular. É como se quisessem que a gente considerasse refresco o suco – só para levar para uma outra...

E garantir cacau com alto teor é também garantir a valorização de uma produção e certamente a condição que hoje temos. Isso é algo que nos diferencia e deve ser valorizado.

Na agenda da ciência e tecnologia da Bahia, eu faço essa defesa contundente no sentido de que é preciso constituir uma agenda e projeto ali naturalmente... Essa apresentação será completamente apresentada durante a reunião da câmera setorial, que acontecerá no próximo dia 27, mas traz os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

elementos de toda a agenda que precisa ser construída. Eu digo uma agenda de curto, médio e longo prazo, para que a gente fuja desse quadriênio de a cada ciclo de secretário, ciclo de governo e de pessoas tudo se reiniciar.

E é uma contribuição da Bahia, e é importante registrar isso aqui, Senadora, vide a própria presença no plenário, pela importância que a Bahia dá a esse tema. O Senador do Pará esteve aqui; não vi representação do Espírito Santo; a Senadora do Piauí, inclusive, fez a campanha para que o Piauí plante cacau... Mas ninguém talvez tenha a compreensão e a clareza da importância do cacau para o nosso Estado, como nós mesmos.

Então, a Bahia puxa essa agenda, lidera essa agenda. Esse seu mandato tem um papel estratégico nesse sentido, que se soma ao mandato do Deputado Bebeto, na Câmara, assumindo essa tarefa de defender esse interesse. E hoje, a vinda aqui de dois secretários de Estado, da própria sociedade civil, consolida esse entendimento. A importância que a Ceplac tem para o nosso Estado não tem o mesmo apoio político, percebo, em outros Estados. Mas talvez não compreendam o quão importante é defender essa instituição, que hoje reúne e sedia o maior centro de pesquisa de cacau do mundo.

Inclusive, uma defesa muito contundente que nós fazemos, e é um apelo ao Ministro e também Senador, é para que tenha um olhar especial para esse órgão, que é um braço do Governo Federal e que reúne grande parte da inteligência de cacau e de chocolate no mundo, que tem recebido pouco apoio, baixo orçamento. Inclusive, quero registrar que o orçamento deste ano para a Ceplac é de apenas 15 milhões. Enquanto colocam R$1 bilhão para uma ação emergencial de combate à violência no Rio de Janeiro, negam a nós a possibilidade de combatermos a violência com oportunidade e apoio ao desenvolvimento, o que o cacau e o chocolate podem dar à Bahia. Trezentas mil famílias foram expulsas do campo só na crise do cacau, a partir da década de 90. Essa condição, na nossa região, exige um tratamento diferenciado.

Eu digo que trabalhar a cadeia produtiva e o seu fortalecimento é criar uma estratégia de combate à pobreza, de desenvolvimento regional, em uma região do nosso Estado que reúne o maior contingente de pessoas inscritas no cadastro único, depois da região metropolitana de Salvador. É a região que reúne a maior quantidade de assentamentos rurais do Brasil, em função do declínio da produção e da quantidade de terras que passaram a ser improdutivas ou pouco exploradas, tendo em vista a própria crise.

Eu quero fazer um registro: além da questão da ciência – e vou usar o tempo para isso – é importante pautar, esta Comissão precisa pautar e dar um tratamento diferenciado à questão do crédito rural. Não adianta estar discutindo o alto teor, e é importante isso, não adianta discutir a qualidade da amêndoa, se o produtor não tiver a oportunidade de renovar os recursos. E digo mais, a questão do crédito é uma questão política. Não é uma questão tributária, é uma questão política.

Houve um endividamento em função de políticas. Eu sei que a intenção foi acertar naquele momento, a ciência naquele momento entendia que o pacote tecnológico e o arranjo com o Banco do Brasil era para ser aplicado daquela forma, mas isso criou um endividamento impagável. E muitos se sacrificaram, se desfizeram de patrimônio para garantir que cumpririam e honrariam o compromisso. Mas muitos não têm condições de pagar em função de um erro de Estado, do Estado brasileiro.

Eu fui gerente técnico da ADAB, inclusive foi a primeira função pública que ocupei. Fui gerente técnico da Agência de Defesa Agropecuária da Bahia e sei que ainda hoje existem dificuldades nesse campo. Inclusive, sobre essa decisão, ontem o Secretário Vítor fez essa ressalva e o Governador Rui está atento a isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se a monilíase chegar ao nosso País, será literalmente uma grande crise. A vassoura entrou e devastou. Hoje, nós temos tecnologia para conviver, mas com a monilíase ainda não. Então, é preciso reconhecer que a defesa agropecuária falhou. A defesa agropecuária é um instrumento de Estado. É preciso reconhecer que, naquele momento, o pacote tecnológico não foi eficiente e havia uma imposição: o dinheiro só era liberado se cumprisse o pacote tecnológico. E os produtores assim o fizeram e estão endividados. É preciso que o Estado reconheça que existem instrumentos para isso. Se há operação para salvar banco, se há operação para salvar montadora, se há linha de crédito na Sudene que garante 20 anos de carência para, inclusive, empresas que não são nacionais, como a Fiat, dentre outras operações que são feitas, se há condição, se há recursos vinculados à Sudene do Fundo Constitucional do Nordeste que garante para a Bahia R$8 bilhões, e não tem tomador, fica claro que não falta dinheiro para investir no cacau.

Inclusive ontem foi dito isso à indústria e é preciso reforçar essa situação. A indústria precisa assumir o papel e a tarefa de ajudar na pressão política ao Governo, ao Ministério do Desenvolvimento, ao Ministério da Fazenda, pois a tendência de todo Ministro da Fazenda é ter o coração de gelo. E esse coração de gelo não enxerga que, ao garantir a agenda do desenvolvimento, garante que a economia se refaça. E a economia se refazendo, oportunidades são geradas e a economia se reabastece. E não entende também que o que mais falta ao Governo é tempo, cada dia é um dia a menos. Por isso que as decisões precisam ser ágeis.

A senhora tem feito uma grande tarefa resistindo e insistindo na aprovação desse projeto de lei, pois acredito que a gente vive um momento de transição para um novo tempo da agenda cacau. E a Bahia tem essa tarefa, como eu disse, de liderar o movimento nacional de valorização do cacau brasileiro.

Ontem eu conversava com o Diretor do WCF, da World Cocoa Foundation, Paul Macek, e a indústria reconhece e vai fazer investimento. Na África, eles investiram US$200 milhões nessa repactuação do processo produtivo. Fizeram uma grande agenda mundial de reconhecimento dos impactos disso na recuperação das áreas de floresta na África. Mas eu fiz uma colocação: enquanto eles salvaram a floresta na África, a nossa Mata Atlântica vem sendo destruída, destroçada, substituída por café, por outras culturas, por pasto, em função de uma inviabilização da cultura cacaueira por uma decisão política. É preciso ter uma decisão política de repactuação, porque quando não coloca esse orçamento na Ceplac, é uma decisão política de sabotar para que ela paralise por inanição, enquanto os técnicos se dedicam.

Eu digo que sou fruto do que a Ceplac é capaz de fazer por uma pessoa porque eu fui, com 14 anos, técnico agropecuário, formado pela Escola Média de Agropecuária Regional da Ceplac, que me permitiu, filho de agricultor, que eu ingressasse na Escola de Agronomia. Então, eu sou fruto do que uma universidade é capaz de fazer com uma pessoa, porque foi quem me permitiu estudar em uma universidade pública. Eu sou engenheiro agrônomo, formado pela Universidade Estadual de Santa Cruz e me especializei, ao longo de minha vida profissional, em gestão do desenvolvimento e atuando com políticas públicas.

Aqui há mais três engenheiros agrônomos, formados pela Universidade Estadual de Santa Cruz, e demonstram a capacidade que o arranjo, que nós chamamos de Parque Científico e Tecnológico do Sul da Bahia, é capaz de fazer: a formação de profissionais capazes de interagir com o mundo literalmente.

Eu digo que há gente formada no mundo inteiro que compreende a nossa região, compreende a nossa demanda e digo que é chegado o momento em que essa economia global do cacau e do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

chocolate retribua o que aquela região fez – e faz – pelo mundo, porque não há país neste mundo ou não há pessoa em nenhuma região do mundo que não tenha consumido o cacau produzido na Bahia. Inclusive o grande desafio que temos, a partir desse momento, é a decisão estratégica de agroindustrializar.

É preciso verticalizar, parar de vender *commodities*. Cacau é um dos únicos componentes da economia – vamos assim dizer –, um dos produtos da economia que quem dita o preço é quem compra. Então, eu produzo e quem vai dizer o quanto vai me pagar é quem está comprando. Isso é um absurdo! Inclusive me apresentam dados estatísticos e eu digo que, na estatística, se o Deputado Bebeto comer duas galinhas e eu não comer nenhuma, na média, cada um comeu uma. Então, eu uso esse depoimento mais para quase uma piada no sentido de demonstrar que a estatística auxilia a ciência, mas ela não explica tudo.

Então, é importante reconhecer que as manipulações de informações e desses dados para justificar a queda da bolsa, importa-se cacau para que os estoques reguladores derrubem o preço local... Como disse, quero que me convençam por que não apoiar a produção local e justificar que o Oceano Atlântico sirva de ponte para que essas indústrias locais sejam abastecidas, quando, na verdade, nós temos condições de produzir todo o cacau de que necessitamos e de fato o produzimos. Inclusive me surpreendi com a declaração que eu li no jornal como se a Bahia não tivesse uma capacidade de produção e que este ano o Pará lidera a produção. Eu discordo veementemente.

Tivemos problemas, inclusive nessa Semana Mundial da Água, de abastecimento hídrico em função da própria condição climática. Nossa cultura, grande parte, é em sequeiro, quando, na verdade, a nossa produção continuará a liderar e temos condições plenas de expansão. Como temos feito, a Bahia hoje não planta cacau só na região tradicional de produção, já tem cacau no oeste, tem cacau na Chapada Diamantina, tem cacau em diversas regiões.

É importante que a gente passe, inclusive, a não só pensar em produção em massa; produção das massas é o caminho. Inclusive nós temos a maior quantidade de agricultores familiares com a condição de, junto com médios e grandes produtores, garantir a produção. E é preciso voltar – e aquela região já teve – a ter uma capacidade de estar organizada em cooperativas, verticalizar o processo produtivo.

Inclusive foi ontem apresentado, Senadora, na reunião com a Abicab e com a IPC, na sede da Fiesp, que eles passem a considerar, inclusive que apresentem ao Governo da Bahia quais as condições necessárias para que o parque de produção de chocolate se instale no sul do Estado e se instale na região produtora, porque não é lógico no mundo moderno, em que a logística é mais importante, que todo o processo produtivo de amêndoa vá para São Paulo e quem quiser comprar manteiga de cacau tem que comprar em São Paulo e volta para lá. Quer dizer, é anacrônico, é algo que literalmente mostra como o setor ainda está desorganizado.

Ao mesmo tempo, é importante reconhecer – e aí é uma defesa que nós estamos fazendo, vamos fazer isso e apresentar no dia 27 – que haja uma repactuação do que foi o Instituto do Cacau da Bahia, mas tendo agora o Parque Científico e Tecnológico como nosso braço operacional, que nós voltemos a fazer a classificação das amêndoas e que se passem a gerenciar e sistematizar as informações.

Temos um diálogo para propor ao Senai Cimatec: a publicação e a sistematização do atlas do cacau da Bahia que reúna todas as informações de espacialização e de características climáticas, como fizemos com o atlas solar, como fizemos com o atlas eólico, para garantir que as informações estejam sistematizadas, para que não haja mais esse choque de cada um dizer uma coisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quero finalizar fazendo um apelo para compreensão de que não só os cacauicultores se preocupem com a agenda do cacau, porque o cacau indo bem a região inteira vai bem. Produzindo bem o cacau, nós estamos alimentando o mundo com um alimento de qualidade. Não é só chocolate, é um superalimento com as características que ele tem. O Dr. Valnei diz assim: "Olhe, mastigar uma amêndoa é, literalmente, garantir que seja jorrado detergente no sangue para limpar as artérias", e ele faz uma explicação. Espero ouvi-lo hoje aqui dando essa explicação, porque eu sou engenheiro agrônomo, não sou médico...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ VIVALDO SOUZA DE MENDONÇA – ... mas dizem que engenheiro agrônomo...

Eu fiquei preocupado da outra vez porque eu pensei que essa sirene era por causa do barulho, da conversa; não era, não, é porque o tempo está acabando.

Mas, acelerando, quem não tem cacau plantado no chão que plante um no coração, porque quem tem cacau plantado no coração tem uma lavoura e que essa emoção sirva para nos impulsionar porque eu tenho certeza de que a vitória é certa, Senadora, e que é uma doce e bela missão alimentar o mundo com o alimento, com o fruto que – não tenho dúvidas – semeia vida, semeia esperança, semeia desenvolvimento.

Parabéns a senhora. Que bom que nós temos uma Senadora que possamos chamar de Senadora da terra do cacau e do chocolate!

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Muito obrigada, Secretário Vivaldo, também agrônomo como ele já disse, da região do cacau, que demonstrou isso fazendo quase poesia.

Vamos, então, passar agora à fala do diretor – é porque a cabeça é acostumada a dizer: do Deputado, do Senador, aí me veio Senador e eu tive que segurar um pouco para voltar ao outro registro –, do Sr. Cristiano Villela, Diretor Executivo do Centro de Inovação do Cacau.

O SR. CRISTIANO VILLELA – Primeiramente, boa tarde a todos.

Queria agradecer à Senadora pelo convite. A gente se sente muito honrado em estar nesta bancada discutindo essa temática do cacau e da qualidade de cacau no Brasil.

Eu só queria fazer alguns esclarecimentos e uma contextualização também com relação ao Centro de Inovação do Cacau.

Esse centro, que foi lançado e criado em março de 2017, completando um ano agora, é uma iniciativa do Parque Científico e Tecnológico do Sul da Bahia, uma iniciativa que foi iniciada pela Ceplac, em 2009, discutida pela Universidade Estadual de Santa Cruz e, recentemente, teve a participação da Universidade Federal do Sul da Bahia, que conseguiu criar um parque científico e tecnológico com apoio do Instituto Arapyaú também nesse processo.

O Centro de Inovação do Cacau é um centro hoje totalmente dedicado ao cacau e ao chocolate.

Então, a nossa pauta é para avaliar a qualidade do cacau e do chocolate brasileiro. Nosso foco é a Bahia, mas o intuito é ter esse mapa da qualidade do cacau e do chocolate brasileiro.

Nesse último ano, nesse um ano de CIC, a gente vem trabalhando muito fortemente em mapear a qualidade desse cacau. Então, o CIC hoje funciona prestando serviço ao produtor, ao cacauicultor. Recebemos amostra da Bahia, Espírito Santo, Pará, Estados produtores, para qualificar esse cacau. O nosso grande objetivo é fazer com que o produtor conheça aquilo que ele produz, conheça, por exemplo, que o cacau dele tem alto índice de flavonoides, que tem x percentual de gordura. Então, é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ter conhecimento sobre aquele produtor que ele está comercializando. Só para contextualizar um pouco dessa nossa atuação dentro do cenário do cacau e chocolate.

Eu não queria fazer um discurso muito político e focar um pouco na parte técnica mesmo, como cientista que sou, e trazer alguns pontos dessa discussão com relação ao projeto. Eu concordo com esse percentual de 35%. Eu acho que ele é extremamente importante dentro de toda a cadeia do cacau, como foi apresentado aqui. Não só a cadeia produtiva, a base, mas toda a indústria consegue se beneficiar com a elevação desse percentual para 35%. Mas eu trago algumas ressalvas, principalmente com relação a essa visão holística da cadeia, não olhar só para o campo, não olhar só para o produtor. O produtor precisa entender que isso tem um impacto numa cadeia gigantesca, como já foi dito aqui hoje pelo Zugaib, uma cadeia que pode movimentar mais de R$23 bilhões. Então, é muito dinheiro. Da venda direta desse cacau, R$1 bilhão se transforma nessa cadeia de mais de R$23 bilhões, que envolvem trabalho, famílias, um arcabouço muito complexo.

Então, apesar de concordar com esse percentual, eu acho que vale a pena se debruçar sobre o projeto e ter uma visão mais holística desse processo como um todo, entender em que tempo isso tem que ser executado, de que forma isso tem que ser executado. Mas concordo com o Vivaldo quando ele diz que a gente não pode usar de subterfúgios, por exemplo, o perfil de consumidor, que é o que é dito pelas grandes indústrias, para pautar a questão do chocolate com açúcar, do chocolate doce, porque esse é um perfil do consumidor brasileiro. Nós gostamos de consumidor alimentos doces. Não, isso foi criado, isso foi formado.

Então, a partir desse momento, se você toma a decisão de colocar na embalagem – o que eu acho que é uma ação de primordial importância – o percentual de cacau para que as pessoas consigam ter noção daquilo que estão consumindo, eu acho que isso já provoca uma pequena revolução tanto na base quanto em nível de indústria. Claro que a gente tem que considerar todos os desdobramentos que já foram pontuados aqui com relação a formulações, ao *timing*, ao tempo em que isso vai ser executado. Mas só queria trazer esse ponto.

Entender que se se estabelecerem padrões de chocolate em nível de Brasil o padrão de consideração do chocolate em produto pode ser um risco para o mercado total brasileiro? A lógica que se usou no passado foi reduzir por conta da crise, por não havia demanda.

Então, se a gente estabelece um perfil "alto" ou correto, o verdadeiro chocolate como deveria ser, como o europeu está acostumado a consumir, como o americano está acostumado a consumir, será que isso teria impacto nas importações? São questões que a gente tem de trazer à tona. Será que isso serviria de lastro para fundamentar mais importação de cacau?

Aproveitando esse ponto, ter cuidado, Vivaldo, às vezes quando a gente fala de preço de cacau, de preço interno, a gente entende que o volume interno não dita preço, preço de cacau é *commodity*, é valor de bolsa. O cacau hoje está a R$140 a arroba, se eu não me engano, ou estava ontem, o que dá R$9,33 por quilo, o que vai dar aí uns US$2,7 mil, preço de bolsa. Então, o produtor brasileiro é um dos que mais recebe pelo cacau. Compare com a Costa do Marfim, que menos recebe. Mas por conta do custo do Brasil, um custo elevado. Então, a gente tem que ter cuidado com o uso desses dados também. Temos que ter um pouco mais de cautela quando a gente fala de dados para pautar essa discussão, meio que fazendo um papel de advogado do diabo, me desculpe.

Então, essa questão de valoração do produto, que é uma das frentes em que o CIC tem trabalhado hoje, a gente entende a necessidade de qualificação do produto cacau e da importância que isso tem que ter para a qualidade do chocolate brasileiro. Porque percentual de cacau claro que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

nutricionalmente melhor, mas não é, em termos de qualidade, o melhor. A gente precisa também ter uma pauta específica para a melhoria da qualidade do cacau brasileiro.

Em breve o CIC vai lançar um relatório, que é esse raio-X preliminar, das análises que a gente tem feio no CIC, de todos os territórios brasileiros que produzem cacau. E a qualidade desse cacau – pasmem – é muito ruim em termos de defeito, em termos de contaminantes. Então, a gente tem que elevar um pouco essa barra de qualidade do cacau. E a gente consegue fazer isso. Na Bahia, por exemplo, nós temos ilhas de excelência. São produtores totalmente fora da caixa que produzem cacau de padrão internacional, cacau que corriqueiramente vem recebendo prêmios internacionais, a exemplo do João Tavares e mais recentemente o cacau do Espírito Santo, com o Emir, que recebeu prêmio por reconhecimento da qualidade do seu produto.

Essas questões eu gostaria de trazer à tona desta discussão para a gente ter uma visão mais holística da cadeia como um todo.

Eu gostaria de trazer outro ponto. Não adianta falar de qualidade de cacau, de chocolate especificamente, e, em consequência, a qualidade de cacau, se não houver crédito para o produtor investir em cacau de qualidade. Produzir cacau de qualidade custa um pouco mais caro, mas compensa desde que haja quem pague. Por muito tempo, esta foi uma justificativa do produtor baiano e do produtor de cacau em nível de Brasil: não se produz cacau de qualidade no País, porque não há quem pague por qualidade. A indústria praticava um preço de *commodity* e não existia uma política por precificação para qualidade. Recentemente – vou citar um exemplo –, uma das empresas que entrou no mercado, que é a Dengo do Brasil, que paga hoje de 70% a 100% de ágio em cima de qualidade de cacau. Isso só no sul da Bahia está provocando uma pequena revolução, porque muitos produtores estão se dedicando a produzir um cacau de melhor qualidade e, consequentemente, isso pode, sim, gerar um chocolate de excelente qualidade.

Então, movimentos como esse da Dengo... Estou falando de um caso, mas existem outros, a própria Chor tem o mesmo potencial. Marcos Lessa também já me confessou aqui que paga ágio de 70% em cima de cacau de qualidade, mas precisa fazer a qualificação desse produto, tentar investir mais na qualificação do produto cacau.

Esse tipo de movimento pode, sim, ter um papel muito importante para elevar a qualidade do chocolate brasileiro, porque a gente está acostumado a comer bombons, o açúcar, com baixo percentual de cacau. E garanto aos senhores e às senhoras que quem provar um chocolate de 70% de excelente qualidade nunca mais volta a comer um chocolate adocicado, ou um doce, um bombom que contenha traços de chocolate, às vezes.

Então, essa é uma discussão que eu gostaria também de trazer à tona e compartilhar com os Srs. Senadores e Deputados aqui presentes.

Mas outro ponto que eu gostaria de trazer com relação à produção de chocolate brasileiro é esse movimento de qualidade que se iniciou na Bahia, o movimento Tree to Bar, da árvore à barra, o movimento Bean to Bar, da amêndoa à barra, é um movimento que nasceu nos Estados Unidos, de valoração da amêndoa. Novamente o mercado americano pegando gancho em países produtores, explorando suas origens, seus perfis específicos, e a Bahia, o Pará e o Espírito Santo, com todo esse potencial adormecido.

Então, em 2010, Marcos, foi a primeira marca de chocolate que você falou?

O SR. MARCO LESSA (*Fora do microfone.*) – Em 2008.

O SR. CRISTIANO VILLELA – Em 2008, a Amma surgiu nessa vertente de cacau *bean to bar* e cacau orgânico. Recentemente, o Marco acabou de confessar aqui, na fala anterior dele, mais de 60 ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

70 marcas só no sul da Bahia. É um movimento que cresce vertiginosamente e é um movimento global.

Então, esse movimento de qualidade de cacau não tem mais volta. A gente tem que entender agora que o mundo está valorizando isso. O mundo está valorizando origem. O mundo está valorizando qualidade. Então, esse é um passo que a gente dá à frente e que não tem mais volta. E a indústria está ciente disso.

Se eu faço uma comparação hoje com o mercado *commodity* e o mercado *gourmet*, o mercado *commodity*, 10% de crescimento; o mercado *gourmet*, 20% de crescimento. Só o mercado Bean to Bar americano já tem uma fatia de 5% a 8% do mercado, em termos de consumidores que consomem chocolate de origem, só chocolate rastreado.

E, quando eu falo de chocolate de origem, infelizmente o Brasil não está no mapa. E, fazendo um trocadilho, há mais de cinco anos que o Mapa (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) precisa informar o ICCO (International Cocoa Organization), o órgão responsável, da produção de cacau, da exportação que o Brasil faz. Neste ano, o Brasil exportou, segundo o *site* do Mdic, 750 toneladas de cacau, a mais de US$3 mil a tonelada, o que seria considerado como fino, o cacau *gourmet*, o cacau de alta qualidade. Então, essas ações de colocar o Brasil no mapa precisam ser impulsionadas. A gente precisa fazer pressão para que isso aconteça realmente.

A reunião do ICCO acontece agora em Berlim, em abril, e novamente o Brasil não vai estar no mapa. Novamente, o Brasil não vai aparecer como um país exportador de cacau *gourmet*, de cacau fino.

O que a gente está dizendo com isso?

Que nós não temos qualidade. Que nós não estamos nos preocupando com um cacau de melhor qualidade, um cacau fino, um cacau *gourmet*.

O SR. MARCO LESSA – No mapa de produção tem.

O SR. CRISTIANO VILLELA – No mapa de produção tem. Os dados nós temos. Tudo nós temos, mas isso precisa ser informado para entrar na pauta política do ICCO. É esse o ponto.

E o CIC tem contribuído com isso. Hoje, eu sou consultor *ad hoc* do ICCO, e a gente está fazendo um levantamento de toda a cadeia de cacau no Brasil, para informar o Mapa, para que o Mapa possa informar ao ICCO dessa necessidade.

Isso pode parecer pouco, mas só o fato de o Equador, citando o Equador como exemplo, ter declarado ser um país exportador de cem por cento de cacau fino provoca no Equador todo esse *boom* que a gente viu no mercado *bean to bar que* faz com que empresas venham comprar amêndoa no Equador a um preço superior a US$12 mil a tonelada. E eu não estou aqui contando mentira. Eu tenho dados para provar isso. Preço médio de US$5 mil a tonelada e preço praticado de US$12 mil a tonelada, por ser fino.

Então, infelizmente, o nosso País não está no mapa do cacau fino. A gente tem feito um esforço, o Centro de Inovação do Cacau tem feito um esforço para que isso, esse reconhecimento, aconteça neste ano e no próximo ano.

Ações como Indicação Geográfica estão no mapa do ICCO. Então, é bom deixar isso público aqui, a importância de ações como essa do processo de indicação geográfica, porque é o primeiro regulamento brasileiro que fala sobre qualidade de cacau, que isso está no Regulamento de Uso da Indicação Geográfica. A Instrução Normativa 38 do Mapa aborda defeitos, características para a importação do produto...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CRISTIANO VILLELA – ... não especificamente em qualidade. Esse Regulamento de Uso da Indicação Geográfica é um dos primeiros no Brasil a definir padrões de qualidade.

Então, Senadora, novamente, a gente agradece muito a oportunidade de estar aqui. Nós, o CIC, também somos apoiadores desse percentual, mas só recomendamos cautela e uma visão mais holística na abordagem para entender a cadeia como um todo, essa cadeia de mais de R$23 bilhões.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Muito obrigada, Cristiano, que fez uma fala muito instigadora e meu deu outras ideias também para a gente preparar a audiência com o Mapa.

Quero passar a palavra de retorno ao Secretário José Vivaldo, que a pediu, porque eu acho que ouviu uma citação da fala dele e quer esclarecer.

O SR. JOSÉ VIVALDO SOUZA DE MENDONÇA – Eu até recebo com surpresa, Cristiano, a forma como você aborda. Se você, que é o responsável técnico pelo CIC, diz aqui que nós não temos qualidade, imagine quem dirá, quando você está dedicado realmente a essa agenda! E você ainda como consultor *ad hoc* do ICCO, quando, na verdade, o Zugaib colocou aqui, na verdade, o ICCO reconhecendo.

De fato, eu acho que a própria visão holística que precisa ser adotada, e aí é importante você fazer uma análise da própria forma como você está organizando o seu pensamento... Eu penso que sua carreira profissional anterior foi toda vinculada à Mars. Comemos muito M&M's produzido pela Mars. Eu, inclusive, sou consumidor, esporadicamente, porque eu prefiro agora cacau com alto teor, mas sou consumidor do Snickers, enfim... Inclusive, a Mars produz até Pedigree também. Mas Twix, Milky Way, enfim... Eu sei que você foi dedicado a ela por muitos e muitos anos, mas acho que o momento agora, no CIC, é de justamente referendar o que nós estamos fazendo, e o próprio mercado internacional reconhece que temos qualidade de amêndoa. Não é à toa. E você já foi ao Salão do Chocolate de Paris, pelo menos eu acredito que já tenha ido. E lá nós fomos reconhecidos e premiados ao longo dos oito anos de participação como um produtor de amêndoa de qualidade. Tenho certeza de que você conhece os bastidores da indústria, e também ela classifica e tem... Naturalmente, nós entregamos a terra com ouro dentro, e lá, nessa separação, o filé *mignon* é retirado e serve para o *blend*, para que se produza a massa de qualidade.

Então, é preciso a gente ter cuidado para a arrogância acadêmica, científica, não sobrepor à realidade, porque, senão, a gente vai ficar sendo vítima da síndrome de Gabriela, porque sempre foi assim e será sempre assim. E aí, me perdoe Senadora, mas também recorrendo à poesia da música da Bahia, a gente brinca lá com a síndrome de Gabriela, que eu nasci assim, eu cresci assim e serei sempre assim.

Acho que é o momento agora de a gente se firmar, literalmente, com o reconhecimento do trabalho que vem sendo feito, que não se iniciou com o CIC e nem se findará com o CIC. Desde o tempo em que a Ceplac já classificava cacau tipo A, cacau especial, essa região produz cacau de qualidade. Eu visitei fazendas, inclusive. Essa lógica de acreditar que temos que nos conformar, que a Bolsa é que ditará todas as questões, que você colocou assim: "Temos que nos conformar que é uma *commodity*." Não, pelo contrário, temos mercado de nicho. Se a Bolsa quer pagar menos, nós não vamos vender via Bolsa. Você citou inclusive... Você está se contradizendo, porque você citou a Dengo, por exemplo, que paga 100% a mais. A Barry Callebaut, paga mais, tem cacau com a certificação UTZ, que está sendo exportado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive se nós não produzimos cacau suficiente, como é que nós estamos exportando tantas toneladas de cacau? E cacau de qualidade! Eu visitei uma fazenda em Gandu que inclusive está exportando um cacau saborizado, já com maracujá, para atender o mercado francês.

Eu visitei no Colorado sorveterias com sorvete de cacau, com cacau baiano lá. Imaginem lá em Greeley, no lado... Ou seja, se o mundo consome cacau da Bahia, o CIC chega aqui nesta audiência para dizer que nós não temos qualidade? É contraditório! Inclusive eu quero abordar isso, naturalmente nós não vamos ter tempo hoje, na próxima reunião do conselho do CIC, em que eu faço questão de estar presente, para fazer essa discussão, porque é um órgão que foi criado dentro do contexto para referendar e não para trazer dúvida se nós temos ou não cacau de qualidade. Temos cacau de qualidade, e é preciso que a indústria reconheça dessa forma e o Governo da Bahia estará empenhado e todo esse coletivo em se posicionar.

E talvez, eu acho que essa sua missão, como consultor *ad hoc* do ICCO ou até se consolidando como uma pessoa que represente o interesse da Bahia no ICCO, nos dará condições de você pactuar que nós temos cacau de qualidade e que o CIC será a prova viva de que temos condições, junto com a associação dos chocolates do sul da Bahia, de todo esse coletivo, e eu acredito que o Ricardo falará disso, que nós temos a qualidade suficiente, Senadora, para entregar, como o mundo já reconhece, o melhor cacau do mundo.

Muito obrigado.

O SR. CRISTIANO VILLELA – Só a tréplica.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Só peço uma coisa para a gente contribuir aqui, que seja rápido, vamos dar aí no máximo dois minutos para cada um.

O SR. MARCO LESSA – Eu vou completar uma questão que você falou, Cristiano. Eu acho que toda provocação é bem-vinda porque nos faz pensar sob um ponto de vista diferente, é natural. Só que a gente tem que compreender o seguinte. Primeiro que esse processo com relação ao percentual de cacau ele não precisa ser para o mês que vem, ele pode ser gradativo. Então não significa que não possa, a gente pode se adequar.

Segundo que ele é garantidor. A partir do momento em que eu sei que daqui a dois, três anos eu tenho uma garantia de que vai ter mais chocolate com um percentual mais elevado, eu fico, como produtor, mais motivado a investir mais, fico mais seguro porque eu vou poder, talvez, em paralelo a isso, fazer algumas restrições com relação à importação. Porque é muito cômodo a importação subir ou descer e a indústria ter como importar ao bel-prazer. Então a gente precisa que o Governo intervenha nesse sentido também. É garantidor.

Terceiro, que não vai impedir que se continue fazendo M&M's, os outros chocolates de qualidade ruim, só vai mudar o nome. Não pode chamar de chocolate.

Então, os produtos continuarão nas prateleiras. Eles vão continuar entorpecendo as pessoas com esse doce, transformando em vício, só que elas serão transformadas, portanto nada está invalidando o processo, é só uma questão de adequação.

E, por último, que a gente não pode desconsiderar as indústrias cosméticas e a indústria médica, porque, afinal de contas, também podem consumir cacau.

Então, diante disso, não acho impedimento nenhum; pelo contrário, a gente tem que fortalecer.

O SR. CRISTIANO VILLELA – Secretário...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Só um segundinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos que acabar a Mesa. Depois da Mesa, a gente abre.

É rápido, até porque estamos deixando aqui uma situação delicada, que é o fato de que o Sr. Ricardo não falou ainda, do Instituto Arapyaú.

Então, tenho que voltar aqui ao Cristiano. Depois, a gente volta.

O SR. CRISTIANO VILLELA – Secretário, eu entendo seu ponto também.

O meu ponto não foi dizer que nós não temos qualidade, não foi isso que eu disse.

Novamente, volto exatamente para essa discussão de usar números e às vezes termos que não condizem. O Brasil não está no ICCO. O Brasil é um país produtor de cacau, mas não está na lista de exportador de cacau fino. Isso eu garanto.

O SR. ANTONIO CESAR COSTA ZUGAIB – A não ser, Cristiano, que você tenha tirado, porque eu mostrei o mapa.

O SR. CRISTIANO VILLELA – Não. Veja bem, vamos lá: o Brasil está na lista de país produtor de cacau e é signatário do acordo do ICCO. Mas o Brasil, eu garanto... A gente pode acessar o *site* do ICCO, qualquer um dos senhores pode acessar e vai ver que o Brasil não exporta, não foi informado. Então, é isso.

Quando o CIC fala que o Brasil, Secretário, não tem qualidade, que a gente não tem qualidade, também citei os outros exemplos de que nós temos qualidade.

Vou usar uma frase que o senhor falou: a de que o que a gente faz hoje é exatamente o que está combatendo.

Então, só quis trazer esses pontos, porque também entendo que às vezes a unanimidade é burra. Quis trazer um pouco de discussão, de calor para esta discussão, quis trazer essas provocações...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CRISTIANO VILLELA – ... mas estou totalmente alinhado com esta discussão aqui. O intuito não foi causar nenhuma polêmica, apesar de ter causado.

Quanto ao que o senhor falou, ou seja, que às vezes a gente vende um produto como *commodity* e que lá eles aproveitam o que é o filé *mignon*, é exatamente isso que a gente está fazendo.

Então, a gente está tentando hoje fazer com que o produtor tenha acesso à informação e aprenda a diferenciar aquilo que é o filé *mignon*, aquilo que é carne de segunda e carne de terceira e consiga vender no mercado de nicho.

Então, reconhecemos que há o mercado de nicho. É nosso papel mapear e explorar esse mercado de nicho, mas, novamente, não estamos aqui tentando fazer um contraponto por defesa de empresa. O senhor citou que trabalhei na Mars, não tem nada a ver isso. Isso ficou no passado.

Hoje a gente tem uma agenda voltada para o produtor baiano, voltada para o produto brasileiro, na qualificação do produto cacau. Essa é a bandeira do CIC. E é isto que a gente tem feito: fazer com que o produtor conheça aquilo que tem, para poder vender no mercado de nicho, num mercado de melhor qualidade. E citei aqui João Tavares e Emir como exemplos de produtores que têm, sim, qualidade.

Então, quando o senhor diz que o CIC reconhece que não há qualidade, também não está totalmente correto. Pelo contrário, nós reconhecemos toda essa segmentação no mercado e quisemos trazer apenas aqui essas provocações, apenas isso.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Chamo o Bebeto para coordenar aqui, por alguns minutos rápidos, porque preciso ir ao plenário, para entregar um documento ao Presidente da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Bebeto. PSB - BA) – Obrigado, Senadora.

Depois de réplicas e tréplicas aqui e da fala instigante do Cristiano, vamos passar a palavra ao Ricardo, Coordenador do Programa Arapyaú, pelo tempo definido.

O SR. RICARDO GOMES – Obrigado, Deputado.

Boa tarde a todos e a todas.

Cumprimento a Mesa na pessoa do Deputado Bebeto, aqui substituindo a Senadora Lídice, e reiterar o que foi dito durante todo o dia, ou seja, a importância do projeto de lei da Senadora, que estabelece o percentual mínimo do cacau no chocolate.

Eu acho que o principal beneficiário desse projeto é o consumidor. Isso é indiscutível. Hoje, os consumidores precisam saber que é importante conhecer a origem do produto, haver transparência sobre o que eles estão consumindo. Acho que é isso que o projeto propõe. E acima de tudo deixar claro o benefício que esse alimento pode oferecer ao consumidor. Acho que é pacífico o benefício que o cacau pode gerar para a saúde, principalmente no que se refere à questão cardiovascular. Temos aqui, inclusive, um médico que conhece bem essa questão.

Além do benefício direto ao consumidor, é importante ressaltar o benefício para a economia. Gerar um percentual maior de massa de cacau ao chocolate mexe com toda uma engrenagem. No que se refere à produção, temos hoje em torno de 200 mil toneladas. Se isso acontecer, haverá um estímulo não só no que se refere ao consumo, mas também na questão do campo. Hoje a gente tem um potencial – dados do IPC – no projeto de expansão, que é totalmente possível, em dez anos, a gente crescer pelo menos 200 mil toneladas. Acredito que, assim, a gente sairia da 7ª posição para talvez a 5ª, o que seria um avanço significativo em termos de produtividade.

Quero aproveitar a oportunidade para parabenizar o Pará, que é nossa referência aqui no Brasil em produtividade. Hoje, na Bahia, a produtividade, por hectare, gira em torno de 300, 400 quilos por hectare. Existe todo um potencial de crescimento. Mas, segundo informações, o Pará atinge uma média de 800 a 900 quilos por hectare. Então, isso é algo a se perseguir. Acredito ser totalmente factível chegarmos lá. Até porque no passado, antes da vassoura-de-bruxa, a média regional da Bahia girava em torno de 45 arroubas por hectare, o que é mais ou menos 600 quilos. Então, é algo que já dá um incremento significativo em termos de produção.

Outro ponto importante do projeto da Senadora Lídice é que pode haver impacto direto no desenvolvimento, não só no que se refere ao aumento da produção, ao aumento das lavouras de cacau, mas também em relação à verticalização, à agregação de valor. Hoje aqui foi comentado que já são quase 70 marcas de chocolates de origem lá no sul da Bahia. Isso quer dizer que a gente agregou valor a partir dessa transformação de praticamente 1.000% em cima da matéria-prima. Então, são pequenas empresas que estão surgindo e que estão querendo se posicionar no mercado e agregando valor à matéria-prima. Esse é um ponto de extrema importância. Acima de tudo, dados que a gente possui, inclusive, de relatórios da Mendonça de Barros, apontam a importância da geração de empregos para o setor produtivo, para a base produtiva, principalmente da produção primária, no campo, o que é muito significativo e contribui muito para o desenvolvimento regional.

Outro aspecto importante, porque gera mais uma engrenagem importante, principalmente de produção, de consumo e que vai se reverter em produção, em aumento de novas lavouras, é o impacto no meio ambiente. Lá no sul da Bahia a gente tem uma forma peculiar de produzir cacau.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dados apontam que 67% de todo o cacau do sul da Bahia está no sistema cabruca, no sistema de conservação de ativos ambientais. É importante ressaltar isso.

É importante ressaltar também que o Brasil pactuou na COP 21 reflorestar 12 bilhões de hectares de matas. Isso tem a ver diretamente com a agenda de clima, de fixação de baixo carbono, de sequestro de carbono.

E relatório publicado recentemente pelo terceiro setor apontou que o cacau é um excelente sequestrador de carbono. Dados já dizem que o cacau, no modelo amazônico, pode sequestrar 12,1 toneladas por hectare/ano.

Então, veja só, todo o benefício revertido ao consumidor, gerando impacto na economia, também trazendo o aspecto de saúde, propondo o desenvolvimento regional para toda uma região que hoje é muito carente, realmente, de desenvolvimento, dada toda a crise por que o cacau passou no passado, e, por fim, podendo ajudar uma agenda do País em termos de clima, o que foi pactuado na COP 21.

Então, acho que fica evidente, claro, a importância da proposta da Senadora, que é o gatilho para desencadear todo um processo muito importante, não só para o setor do cacau, mas também para o País. É, sem dúvida, importante considerar que o aumento desse percentual nesse estímulo de aumento de produção vai ser necessário para inovar e pensar novas lavouras.

E sobre o tema, que ficou um pouco polêmico, da qualidade, é claro que nós temos qualidade, isso é indiscutível. Já se citou exemplo aqui de empresas como a Dengo Chocolates que paga incentivo pela qualidade. Então, nós temos qualidade. Eu acho que, talvez, tenha havido uma má interpretação do Cristiano no entendimento, porque eu tenho certeza de que ele quis se referir à escala. Temos que ter escala em qualidade? Temos que ter escala. Temos que ter muitas outras Dengo trabalhando no mercado? Temos que ter muitas Dengo. Eu posso falar, porque eu sou produtor. Para produzir qualidade é necessário haver incentivo, é necessário haver incentivo em cima do pagamento de *commodities*. Sem esse incentivo, é pouco provável.

As pessoas vão produzir *commodity,* e a *commodity* vai continuar existindo. As duas coisas podem coexistir. Agora, evidentemente, o mercado de qualidade posiciona bem o Brasil.

Aumentar para 400 mil toneladas de produção é importante? É importante, mas, no cenário internacional, nós provavelmente nunca seremos mais o grande produtor de cacau, porque é difícil disputar com Costa do Marfim produzindo 12,8 milhões de toneladas. Mas podemos ser referência mundial em produção de cacau de qualidade, em chocolate de qualidade.

Então, esse é um universo que pode ser perseguido, o Brasil precisa estar no *ranking* internacional de ICCO como país produtor de qualidade, porque as exportações já acontecem e, aí, eu faço uma solicitação, e acredito, e tenho certeza disso, que a Ceplac, junto com o Ministério da Agricultura, em parceria com o CIC e com o Governo do Estado, de uma forma cooperada, a gente vai somar esforços e colocar o Brasil, a Bahia, o Pará como referência de produção de qualidade e aparecendo no *ranking* do ICCO.

Por último, eu queria ressaltar também a questão do momento. O setor de chocolates vem passando por uma transformação, uma tendência, que já era da Europa e dos Estados Unidos, de se dar muito valor à concentração de massa de cacau em chocolate. Isso vem chegando ao Brasil, o aumento, *per capita*, por habitantes, de chocolate vem aumentando e é uma tendência global, realmente, ressaltando que, dados, inclusive, de relatórios do Sebrae apontam que o segmento de chocolate de origem e de chocolate *gourmet* vem crescendo dois dígitos, muito acima do chocolate tradicional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, sem dúvidas, é um potencial imenso que nossa região tem, e acho que vem num momento oportuno a discussão do aumento do percentual na massa. E, associado ao PLS da Senadora Lídice, é importante ressaltar que no Senado tramita, só precisa ser colocado em votação, o PLC 7, de 2017, que institui a política nacional de incentivo à produção de cacau de qualidade.

Eu acho que é uma política que é complementar à da Senadora e que, evidentemente, com essa política pública, pode chamar a atenção de órgãos como o CAF, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento, para fomentar o desenvolvimento desse segmento aqui no Brasil.

Existe já uma iniciativa dentro do CAF, que é Iniciativa Latino-Americana do Cacau, onde há recursos para aplicar nesse segmento de cacau de qualidade. E esse PLC 7, de 2017, se instituído, pode atrair recursos e alavancar ainda mais o segmento de cacau e chocolate de qualidade na Bahia, no Pará, no Brasil.

É isso.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Bebeto. PSB - BA) – Obrigado, Ricardo.

Vejam bem, esgotadas as falas dos nossos convidados, a Senadora, como Presidente da Mesa, havia decidido abrir a fala por alguns minutos para as intervenções. E o Zugaib está ali tentando fazer essa intervenção numa réplica, não é, Zugaib?

Nós vamos abrir por dois minutos para os que desejarem falar. Vamos fazer as inscrições, e encerrar esta Mesa.

Zugaib.

O SR. ANTONIO CESAR COSTA ZUGAIB – Vou fazer só duas colocações. A primeira é em relação à questão que o Cristiano colocou sobre o cacau *commodity*. O cacau *commodity* é cotado em bolsa, mas há trabalhos que eu já publiquei provando que quando existe déficit no mercado interno paga-se um ágio e quando existe superávit ou quando se importa cacau para abastecimento do mercado, quando aquelas indústrias ficam cheias de filas de caminhões, logicamente há o deságio no preço do cacau. Essa é a lógica.

Eu queria falar também sobre o que o Ricardo colocou sobre a questão da produtividade no Pará. Você deve estar se referindo à produtividade média, porque tanto no Pará como na Bahia... Você sabe que existe na Bahia fazendas com alta produtividade. Então, a questão não é de tecnologia, a questão é de crédito.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Bebeto. PSB - BA) – O Valnei está inscrito, nosso médico, para fazer uma fala mais larga. Se você me permitir, os dois companheiros que se inscreveram para o tempo limitado de dois minutos concluiriam as suas intervenções e eu passaria a palavra direito para você. Pode ser, Valnei?

O SR. VALNEI PESTANA – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Bebeto. PSB - BA) – Quem se inscreveu foi você? Você fez a inscrição?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Bebeto. PSB - BA) – Então, é o Valnei direto, pelo tempo de cinco minutos.

O SR. VALNEI PESTANA – Boa tarde! Cumprimento a Mesa na pessoa do Deputado Bebeto. A gente tem que parabenizar, agradecer e louvar a Senadora por colocar essas propostas aqui no Senado. Isso para a gente é uma coisa muito rica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero lembrar a fala de Jerônimo, que se referiu à transitoriedade que o cacau está passando. Como o Ricardo também mencionou, nós estamos vivendo um momento histórico agora. Nós não queremos mais vender somente cacau *commodity*. A Bahia pretende produzir também seu próprio chocolate. Isso é possível, sim, a partir das amêndoas de qualidade que hoje são produzidas naquela região.

A gente tem que lembrar essa qualidade, como muitos já citaram e eu volto a falar também, em relação à saúde. Acho que nós temos uma questão elementar para ser tratada no País como um todo, Bebeto, que é a questão da educação em relação à informação sobre o cacau.

Nós ouvimos aqui dois testemunhos interessantes. Um deles disse que não ia comer o chocolate porque estava de dieta, e a outra disse que seu médico reclamou e perguntou se ela estava comendo chocolate porque o colesterol estava aumentando. Ele certamente tem razão, porque eles não estão comendo na verdade chocolate. Estão se utilizando de guloseimas. Eles não estão errados.

Mas a precisamos esclarecer mais para a população – não é, Marques? – em relação ao que se consome. Cacau não engorda, cacau emagrece, cacau produz saciedade e, portanto, diminui sua fome. E, como falaram, como detergente para o sangue, ele baixa colesterol. O flavonoide é doador de hidroxila. Portanto, ele baixa o nosso colesterol ruim. Aquele colesterol que fica preso na parede da artéria volta para o fígado. Ligado ao flavonoide, isso faz com que ele seja quebrado no fígado. Precisamos esclarecer essas coisas à população e diferenciar você comer um chocolate de você comer uma guloseima.

Acho que esse percentual de 25% para 35% é um pleito nosso, mas ainda é pouco, porque, na verdade, vamos continuar utilizando um grande teor de açúcar e, sobretudo, de gordura hidrogenada no chocolate, que é uma coisa terrível. Se vocês forem a um show em praça pública, no sol quente de meio-dia, vocês vão ver o baleiro vendendo uma guloseima a que ele dá o nome de chocolate. Eu ficava impressionado: por que aquilo não derretia, e o meu chocolate ficava derretendo dentro de casa, na temperatura ambiente? Então, aquilo é feito com gordura hidrogenada, e gordura hidrogenada tem alto ponto difusão. Ela suporta um sol quente. Esse tipo de chocolate não deve ser consumido. O chocolate é feito – nós comentávamos há pouco – para derreter a temperatura do corpo. Então, você não precisa morder o chocolate. Você o põe na boca... Eu acho que é uma coisa que a gente precisava, um dia, até fazer isso. Chocolate é feito, Jeronimo, meu Secretário, para ser deliciado na boca. É preciso você olhar seu chocolate – falávamos isso aqui também –, você precisa cheirar seu chocolate, você precisa escutar seu chocolate, porque o chocolate bom produz um som quando você o estala, seja na mão ou seja na boca. Você usa o dente para quebrar o chocolate e não para mordê-lo. E espera, porque, na temperatura do corpo, ele vai derreter. E é possível, então, você degustar um produto feito com cacau de qualidade, como a gente vem tentando fazer lá na Bahia.

Acho que essas coisas em relação à informação sobre cacau e chocolate precisam ser mais difundidas no que diz à saúde das pessoas que consomem. Alguns dos maiores produtores, Cristiano, de câncer que temos hoje na humanidade é açúcar e gordura hidrogenada. São as coisas que estão sendo identificadas no nosso chocolate como sendo produto nosso. E aquilo não é um produto nosso, aquilo é um produto da indústria alimentícia, não é alimento. A gente tem de separar alimento de gênero alimentício. Em relação ao preço do nosso cacau e a qualidade nosso cacau, são nichos...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VALNEI PESTANA – Eu vou concluir. Mas nós conseguimos vender cacau na Europa a R$100 o quilo. Então, existe realmente possibilidade de produzirmos um cacau de boa qualidade e um alimento funcional.

Aumentar cacau de 25% para 35% no chocolate não é questão econômica. Nós não estamos aqui para lamentar. Nós estamos aqui para trazer proposta propositiva, porque é uma questão de saúde pública.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradecemos aqui a participação. Por favor, assessoria aqui da Comissão.

Primeiro, quero dar boa tarde aqui ao Cristiano, Diretor Executivo do Centro de Inovação do Cacau; ao Marco, Presidente da Costa do Cacau; ao Vivaldo, Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação da Bahia; e ao Ricardo, que é o Coordenador do programa do Instituto Arapyaú.

Por favor, assessoria da Comissão. Toda a Mesa já falou. Eu facultaria agora a palavra para o Plenário, mais uma vez registrando aqui a presença de Bebeto e agradecendo aqui, na coordenação dos trabalhos... A Senadora Lídice teve de ir ao plenário agora, em função do encaminhamento de um projeto de lei de autoria dela, mas nós estamos aqui, mais uma vez na Comissão e, ressalto, com muita satisfação, neste exato momento, presidindo esta audiência que consideramos muito relevante. Já parabenizamos a Senadora Lídice, inclusive, pela iniciativa.

Eu vou facultar agora a palavra para o Plenário.

Deputado Bebeto, do PSB da Bahia.

O SR. BEBETO (PSB - BA) – Primeiro, Senadora, quero cumprimentá-la, Presidente da CDR, cumprimentar a nossa querida Senadora Lídice da Mata, os Deputados presentes, o Secretário de Estado José Vivaldo e o querido Secretário Jerônimo, as diversas representações, do CIC Cacau, o Presidente da Costa do Cacau, o amigo Marco Lessa, o Cristiano, o nosso querido amigo Ricardo, filho de uma figura ilustre da nossa cidade, da nossa região, um cacauicultor convicto dos seus próprios desafios; a sua crença no negócio do cacau tem sido extremamente importante assim como a sua atuação para mudar, inclusive para ressignificar a própria política sobre o negócio do cacau na Bahia, desde o manejo até a sua visão da verticalização da produção. Portanto, um abraço ao nosso querido amigo Ozéias, figura por quem todos nós temos um carinho e um apreço pessoal.

Está aqui o Lanns, da Biofábrica, um jovem engenheiro agrônomo, figura da mais alta competência, que tem desenvolvido um trabalho extremamente relevante para a nossa região. Quero parabenizar o Lanns e parabenizar o nosso querido amigo Valnei – não esqueço o nome, Valnei –, Pestana, Valnei de Ipiaú, enfim, a todos e a todas por essa oportunidade de virmos aqui hoje, um dia importante, para realizar um debate em torno da agenda cacau.

É óbvio que pela manhã a intervenção versou em torno da própria produção e da comercialização do cacau, que tem a ver com a própria agenda cacau. Eu tenho dito nesta Casa, quer seja nas comissões temáticas ou mesmo no Plenário da Casa, onde tenho tido a oportunidade – e está aqui o nosso amigo Jorge Solla –, que o cacau tem múltiplas demandas. A agenda cacau tem múltiplas demandas, desde uma questão elementar trazida por todos nós aqui – você próprio, meu caro Vivaldo, a abordou e tem sido por nós largamente debatida – que é a questão dos investimentos.

Nós vivemos uma fase de estagnação dos investimentos, com consequência direta também na produção. E é claro que a vinculação dessa estagnação e a própria renegociação da dívida estão imbricadas e elas devem dialogar entre si porque o Estado, em sua análise final, pela própria imposição que nos vez em fase do pacote tecnológico oferecido como uma condição, e o crédito rural

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

a ele vinculado gerou essa distorção que estamos enfrentando. Essa é uma das agendas que, queiramos ou não, temos debatido na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, pois os projetos que tramitam e que oferecem a possibilidade desse debate em torno da renegociação da dívida da cacauicultura têm sido uma marca que temos trabalhado no âmbito da Casa, mas que, lamentavelmente, não temos tido a reciprocidade do Governo para enxergar o cacau, enxergar os problemas vivenciados pelos próprios agricultores em função dessa dívida que o Estado – na minha opinião, é dívida do Estado com os agricultores do Brasil e da nossa região –, em face da própria indução que fora feita na contração do crédito rural em função do pacote tecnológico, o que gerou o que estamos enfrentando, inclusive a própria vassoura de bruxa. Essa é uma das agendas, é um dos temas da agenda do cacau.

Outra agenda que temos debatido à exaustão é o regime de compensação do *drawback*. É preciso que nós também... E isso conversamos com o Mapa, tivemos oportunidade de conversar com o Blairo, com o MDIC, enfim, com todos, de que era necessário fazer o deferimento por tudo o que o cacau significa, mas também pela excessiva importação que tivemos em qualquer tipo de compensação efetiva ao produtor.

Essa é parte de uma agenda que esta Casa vem tocando na Comissão de Finanças e Tributação e na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados. Nós temos tratado desse tema como parte de uma preocupação permanente do negócio cacau no nosso País.

Há outras agendas que não quero aqui me deter, mas apenas a essas duas para indicar como tem sido positiva essa relação de preocupação dos Parlamentares baianos e da nossa região, ainda que, como disse o Milton na última reunião, com uma sub-representação. Mas mais importante do que a sub-representação é a preocupação com a agenda e fazer com que essa agenda esteja frequentemente presente aos debates desta Casa, às preocupações políticas das nossas representações. E eu digo sub-representado porque temos uma região com quase três milhões de habitantes, mais de dois milhões de habitantes, e com poucos Deputados, a despeito de muitos serem votados na região, que cuidam muito pouco dessa nossa agenda. Ela é central. E tivemos a felicidade de uma convergência de uma Senadora que, não estando presente no dia a dia da nossa região, tem presente na sua atuação político-parlamentar a questão da agenda cacau. É o que Lídice tem feito aqui no Senado e é o que nós estamos fazendo na Câmara.

E quis que nós tivéssemos, já em 2015, a preocupação de, convergentemente, apresentar o nosso projeto, um projeto no Senado e um projeto na Câmara, dispondo, versando sobre o teor da massa de cacau no chocolate, com os mesmos argumentos, os mesmos fundamentos, e não tomarei o tempo de vocês aqui para retratar os benefícios.

O fato é que nós também não podemos nos permitir aceitar facilmente as críticas que nos são imputadas pela AIPC e que vinham sendo um fato determinante de que esse projeto era um projeto que concorreria... Em última análise, era a formulação feita pela própria AIPC que, ao apresentar uma proposta aumentando a massa de cacau no chocolate, forçosamente estaríamos induzindo a indústria a realizar um maior processo de importação, configurando, na minha opinião, uma inverdade porque, entre a produção realizada e a demanda instalada da indústria, verificou-se uma certa equalização que permitiria naturalmente este aumento, mas permitiria, mais do que isso, como disse o próprio Ricardo, que o produtor, com esse aumento e com a puxada que isso poderia significar no aumento da produção, também trabalhasse melhor a própria qualidade das amêndoas, que já são boas, não são amêndoas ruins.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós precisamos acabar com isso. E aí, permita-me dizer também na instigante fala sua, o Centro de Inovação, com o processo de rastreabilidade das nossas amêndoas, identifica e sabe que há amêndoas de alto teor, importantes e de qualidade, e que este é o papel que deve asseverar o próprio Centro de Inovação do Cacau como parte do seu próprio objetivo que é exatamente fazer essa identificação.

Então, acho que nós vivemos um problema, e esta audiência vem no sentido não da contra hegemonia, mas no sentido de afirmar que não há contradição entre você ter o aumento da massa do cacau no chocolate e as empresas, as indústrias chocolateiras continuarem produzindo as suas guloseimas, os seus M&Ms, o que ela desejar produzir; o que nós não podemos é continuar enganando a população, oferecendo uma qualidade duvidosa daquilo que nós consignamos chamar de chocolate quando ele não é chocolate.

Ele tem benefícios que é o benefício para a agricultura, tem benefícios para a saúde, como o Valnei aqui trouxe para nós. Nós não estamos falando de apenas o chocolate como uma guloseima, nós estamos falando como um alimento de alta intensidade, benéfico à vida humana. Nós estamos falando disso. Nós estamos falando da defesa do consumidor, mas nós estamos falando também de uma salvaguarda da própria indústria brasileira – e a IPC deveria observar – sobre muitos dos importados que aqui vêm, às vezes, também não entram na regra, como nós discutimos na IPC, no âmbito da Câmara dos Deputados, sequer obedecendo à diretiva europeia em relação à proporção, ao percentual de 35%; às vezes, chegam sem ter qualquer percentagem de chocolate também, e vocês fazem uma importação.

Então, esses são aspectos que, ao mesmo tempo em que cuida desta relação com o produtor, a relação com os consumidores, se a empresa tivesse um bom juízo, ela estaria associada a esse esforço para o aumento – porque não há contradição; são esforços complementares para o negócio do chocolate. E aí não era fazer uma reserva de mercado ou você estabelecer comercialmente uma vedação da importação, mas era garantir que esses que aqui, às vezes, se consomem, sem qualquer definição de teor de chocolate, do percentual de chocolate, também pudessem vir porque você faria em relação a outros mercados de importados que aqui nós consumimos. Foi um debate que nós fizemos com a IPC e que chegam sem ter a definição do percentual. Seria algo importante, na minha opinião.

Nós estamos em uma fase de definição. No âmbito da Câmara, o projeto sofreu alterações. Nós conversamos com o Relator do projeto no âmbito da Câmara, companheiro inclusive do PT, do Espírito Santo, e foi o possível que ele conseguiu construir. De certa forma, deu uma desfigurada. Você traz aí uma proposta de um gradualismo em relação ao aumento, se vai chegar a 35% e em quanto tempo. Eu acho que o importante é como nós vamos fixar – isso é importante – e, para chegar a essa negociação, acho que a IPC precisa fazer um gesto para o Brasil.

As indústrias Nestlé, a Garoto precisa fazer um gesto, inclusive uma nova trajetória dos seus produtos, considerando inclusive a própria exigência de consumo que há na sociedade brasileira.

Por isso, eu penso que o projeto é meritório. Essa posição de vocês referenda claramente... Não por acaso aquele debate que nós fizemos em Ilhéus, e, no dia seguinte, a *Folha de S.Paulo* trouxe quase que uma página inteira dissecando os mesmos problemas que vocês apresentaram e que nós apresentamos em Ilhéus, que hoje é reproduzido, entre o que são guloseimas, o que é chocolate, e qual o tipo de chocolate que nós vamos comer no Brasil. Não vou aprofundar mais. Lídice já fez o debate. Nós já fizemos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De minha parte, agradeço. Acho que a contribuição decisiva das diversas representações, tanto do Estado quanto dos produtores das representações – o Marco, o Cristiano, o próprio Ricardo, José Vivaldo –, é fundamental.

Constata-se que, na conversa com o Presidente do Senado que vocês tiveram, ele está disposto. Mas a agenda nós precisamos construir nas comissões.

Encerro, minha líder Presidente, Senadora Fátima Bezerra, dizendo que pedimos audiência com o Presidente da Câmara para essa agenda ser parte decisiva das nossas preocupações no âmbito da Câmara dos Deputados.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito, Deputado Bebeto. A ação tem de ter exatamente essa articulação da Câmara e do Senado para que nós possamos ter efetividade.

Concedo agora, com muita satisfação, a palavra ao Deputado Jorge Solla, do PT da Bahia.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA) – Obrigado, Senadora.

Agradeço a oportunidade oferecida pela Senadora Fátima Bezerra. Parabenizo a Senadora Lídice da Mata, nossos Secretários de Estado aqui presentes; em nome deles, Vivaldo e Jerônimo, saúdo todos os demais participantes, e o nosso colega Bebeto.

Não vou me estender muito. Queria apenas, na oportunidade, registrar a importância desta iniciativa. Eu estava brincando ali com o Jerônimo que meu entendimento de chocolate é como consumidor. Eu sou chocólatra inveterado. Se já era antes, depois que eu fiz a cirurgia bariátrica, fiquei mais ainda. Vivaldo também é capaz de gostar de um chocolatezinho, não é?

Mais do que nunca, é importante haver investimentos que permitam aprofundar a cadeia de chocolate, inclusive contribuindo para a geração de emprego.

Aproveito o ensejo para registrar que nosso Estado está mais uma vez sendo ameaçado pelas medidas que este Governo golpista vem tomando, Vivaldo. A destruição não para. Agora a fábrica de fertilizantes de Camaçari está para ser fechada. A refinaria Landulfo Alves, que foi a primeira do Brasil, está trabalhando com 50% da sua capacidade. E o Brasil nunca importou tanto gasolina e óleo diesel como vem importando hoje. Não vou nem falar do estaleiro lá de Matari, porque aquilo é uma coisa criminosa. Para quem não teve oportunidade de conhecer, vale a pena passar lá para entender o desastre que o golpe de Estado vem fazendo neste País. Está se transformando em sucata, Senadora. O maior guindaste na América Latina está virando sucata. Milhares de pessoas desempregadas e um estaleiro inteiro abandonado.

E a mesma coisa querem fazer agora com a fábrica de fertilizantes e estão fazendo com as nossas refinarias. Já que não podem vender a Petrobras inteira, eles estão esquartejando, entregando a preços inexistentes, abrindo mão de cobrar a tecnologia de exploração do pré-sal desenvolvida aqui no Brasil, dando isenção fiscal – uma farra verdadeira –, e querem estender isso a outras áreas da nossa indústria, da nossa produção.

Então, mais do que nunca, é importante apoiar iniciativas...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Esse desmonte, Deputado Jorge Solla, da Petrobras chegou ao meu Estado; aliás, ao Nordeste, não é? É algo condenável, porque as medidas que este Governo vem adotando no campo da Petrobras estão caminhando, de forma acelerada, para o fim da Petrobras no Nordeste, com todo o impacto – imagine, não é? – que isso trará para as populações que habitam nesses Estados, pelo que significa, claro, a Petrobras, do ponto de vista de alavanca e de promoção do desenvolvimento econômico e social das nossas regiões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É por isso que a Frente Parlamentar Mista, da qual V. Exª faz parte, em defesa da soberania nacional, nesse momento está definindo uma série de atividades, um processo de articulação, chamando também a própria Frente Parlamentar Mista em defesa da Petrobras, para que nós possamos organizar um caminho de resistência e de enfrentamento a essa política de caráter entreguista, que emergiu com o Governo ilegítimo que aí está.

Devolvo a palavra a V. Exª.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA) – É, e só lembrando, para quem não sabe ainda, que estamos vivendo um apagão na nossa Região. O Nordeste inteiro está sem energia – o Nordeste inteiro sem energia! E, com certeza, os golpistas vão usar isso para fortalecer a farra e querer fazer com a Eletrobras. Vão dizer que o apagão é por falta de investimento e tem de privatizar para haver investimento, e, aí, entregam a preços vis, que é o que eles sabem fazer muito bem.

Então, só registrar a iniciativa dos nossos parabéns e colocar nossa disposição em contribuir para fortalecer ações que visam ampliar ainda mais a nossa capacidade, especialmente na Bahia, ampliar esse mercado e essa cadeia.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigada, Deputado Jorge Solla.

Pergunto se mais alguém do Plenário quer fazer uso da palavra. (*Pausa.*)

Então, vamos agora devolver a palavra à Mesa.

Quem quer fazer uso da palavra aqui para as suas considerações finais?

Vou começar pelo Sr. Cristiano Villela.

O SR. CRISTIANO VILLELA – Obrigado, Senadora.

É uma pena que o Deputado Bebeto teve de sair. Eu queria só referendar o pronunciamento dele, quando ele fala da questão dos 35% sendo utilizados como moeda de troca para justificar a importação. Foi exatamente esse o ponto que eu quis trazer, quando abordei essa temática.

O meu papel aqui não é defender. Eu não estou defendendo. Que isso fique bem claro. Não trabalho para a AIPC e até acredito que a AIPC tenha interesse sim – é preciso diferenciar o que é a AIPC do que é Abicab: a AIPC são as processadoras, e a Abicab é a chocolateira – em aumentar o percentual de massa de cacau no chocolate, para vender mais liquor. Isso é óbvio, mercadologicamente falando. Mas não vou defender a AIPC porque eu não trabalho para ela.

Então, quando eu trago essas questões de informações relativas ao projeto, até porque a gente está aqui debater o projeto e não para outras temáticas, por isso que eu quis chamar à luz da discussão para alguns pontos que eu julgo importante serem abordados dentro do projeto, é justamente com esta preocupação de que o que a gente está criando aqui não acabe sendo usado de uma outra forma. Foi nesse sentido que eu quis trazer.

E novamente deixar claro quando eu falo na questão da qualidade do cacau brasileiro. Quando eu falo que o Brasil não tem qualidade de uma forma geral é por conta de que a gente vende *commodity*. O grande grosso da comercialização do chocolate brasileiro é *commodity*, estou falando no geral, no grande volume, mas é óbvio que nós temos qualidade e é nesse nicho exatamente que o CIC está atuando. Foi por isto que ele foi criado: para mapear o que o Brasil tem de qualidade; para mapear o que é cacau fino; diferenciar o que o Brasil tem, para colocar isso no mercado.

Muito obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nós agradecemos e vamos passar a palavra, agora, para Marco Lessa, Presidente da Costa do Cacau, mas eu quero chamar agora a Senadora Lídice, autora desta importante audiência pública, para que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ela possa conduzir agora o encerramento aqui do nosso ciclo de debates, que trouxe como tema o cacau, o cacau da Bahia.

Por favor, Senadora Lídice, por favor.

O SR. MARCO LESSA – É importante dois aspectos com relação ao que o Cristiano colocou. De fato a AIPC é uma coisa (Associação das Indústrias Processadoras de Cacau) e a Abicab é outra (Associação Brasileira da Indústria de Chocolates, Cacau, Amendoim, Balas e Derivados), mas é importante também lembrar que a Abicab é a maior cliente da AIPC. Então... (*Fora do microfone.*)

Pois é.

E a outra questão é sobre... Só para ficar muito claro, quando Cristiano fala sobre não ter qualidade não significa que não exista cacau de qualidade. É que, de um modo geral, até pelo fato de a gente ter vivido no momento uma crise sem precedente, tinha uma necessidade de recuperação, até mesmo de sobrevivência, existiu uma produção muito grande de cacau, sendo entregue de qualquer forma, muito sem fermentação. Até, Zugaib, vassoura de bruxa.

Então, isso existiu. A gente tinha uma perda de qualidade muito grande, o que não significa que não exista. Muito pelo contrário. O que a gente pode claramente – e eu acho que aí que é importante o papel que a Ceplac já fez historicamente, o CIC e outras instituições – é dar uma acelerada nesse ponto de melhorar a qualidade, porque o mercado nunca esteve tão comprador como agora.

Para encerrar, quero reafirmar: quando é tratado do percentual, fica parecendo que, da noite para o dia, nós vamos mudar isso, e não é. É um acerto, uma definição. Existe um processo de até estabelecermos que passe dessa forma. Agora, definitivamente, para se chamar chocolate tem de ter o mínimo desse percentual de 35%, o que não significa que vá tirar os outros pseudochocolates ou doces disfarçados da prateleira dos supermercados.

Era isso.

Muito obrigado, Senadora, e boa tarde a todos.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Eu agradeço, mais uma vez.

Pelo que eu vi, eu saí daqui por alguns minutos, correndo, voltei ofegante, para fazer duas coisas: uma, participar do final de uma reunião sobre o anúncio da Petrobras de fechar as fábricas de fertilizantes hidrogenados da Bahia e de Sergipe, com grave repercussão na nossa economia.

E eu vou encaminhar nesta semana à Presidente Fátima Bezerra um requerimento, na próxima reunião nossa, para que a gente possa trazer a um debate aqui na Comissão essa ação da Petrobras que ataca, de forma muito profunda, a indústria baiana, sergipana, paranaense e, por consequência, a economia do agronegócio brasileiro, porque, sem fertilizante, você não tem agronegócio, num país que sustenta o seu PIB na produção agrícola, deixar de ter a possibilidade de produzir o seu próprio fertilizante. Então, essa é uma crise que está atingindo a Bahia, Sergipe, Paraná...

Eu estava numa reunião com as Bancadas desses três Estados, eu tive de passar lá, dar uma palavra, vim correndo, depois tive de acorrer ao Senado, correndo também, por um chamado da Presidência sobre um projeto que estava em pauta e, como Líder do PSB, tive de passar lá para dar minha opinião e voltei correndo aqui. Vi que pegou fogo, pelas informações e pelo que eu estava vendo, porque nós estamos ao vivo e eu estava acompanhando pelo telefone, pelo celular.

Caminhamos agora, para finalizar, para um pedido de Vivaldo, que adora polêmica, mas eu já disse a ele que daria apenas um minuto, para que ele possa concluir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Infelizmente, não ouvi a fala do nosso querido amigo Ricardo, mas espero ter a oportunidade, em breve, de voltarmos a conversar sobre esse assunto, até porque vou anunciar para a Presidente quais as ações que nós fizemos hoje.

O SR. JOSÉ VIVALDO SOUZA DE MENDONÇA – Não é polêmica, Senadora; é o vigor em defender o que nós acreditamos. Certamente a senhora é um grande exemplo e me inspira inclusive essa contundência com que a senhora representa a Bahia e os interesses dela.

Só para fazer um registro de que ontem estive com a Abicab, com a AIPC, e com o Ubiracy, Presidente da Abicab, que tem uma disposição grande ao diálogo. Eu senti realmente um acolhimento e uma postura para estar mediando essa discussão dos entendimentos, com a seguinte compreensão: a força que nos une é muito maior do que a força que nos separa. E com a própria AIPC, com o Eduardo Bastos. Eu faço questão de fazer esse registro, para não ficar como se estivéssemos lidando com adversários; pelo contrário, a gente está lidando com interesses que acredito convergentes. Espero, Cristiano, inclusive que o CIC avance nesse sentido também, para que a gente consiga conciliar os entendimentos.

E quero finalizar com um pensamento de Roberto Evangelista, que diz o seguinte: "Para salvar a lavoura – lavra bem a palavra". Então, a gente tem de ter cuidado com o que diz e a firmeza de garantir que a palavra ajude a lavrar esse novo momento de que vamos salvar essa lavoura.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Muito bem, muito obrigada. Novamente com seu espírito poético, que certamente vai continuar marcando a sua atuação política, muito em breve mais ainda.

Eu quero falar da satisfação de ter podido, no dia de hoje, participar com vocês deste nosso debate, que foi um debate muito intenso. Tudo está gravado, nós vamos tentar fazer com que isso renda mais.

Quero comunicar à Senadora Fátima que nós tivemos aqui a presença do Senador Wellington, que ficou de acertar uma audiência nossa com o Ministro Blairo Maggi, para tratar da continuidade desta agenda com ele.

Estivemos também com o Presidente Eunício, que se comprometeu, chegando ao plenário o nosso projeto, a colocá-lo em pauta e ofereceu apoio ao seu conteúdo, ao seu mérito.

Estamos tentando uma articulação, que já houve aqui, mas infelizmente nós tivemos um problema com a volta dos debates, porque nem eu sabia – e nem eles – que, vindo pela Chapelaria, não poderiam entrar sem a presença de um Parlamentar; e isso atrasou em mais de meia hora a chegada dos demais. Eu volto a pedir desculpas por isso.

E quero agradecer novamente à Senadora Fátima, que tornou possível a data deste debate, porque, no cronograma extenso da Comissão, combinar isso com esta data, que aconteceria hoje, antes da Semana Santa... Eu expliquei a ela a importância de esse debate se dar neste período e ela pôde organizar a pauta de forma a nos contemplar.

Então, quero agradecer a todos e pedir desculpa um pouco a vocês, porque eu sabia que, por ser numa quarta-feira, teríamos dificuldade. Tentei jogar para terça, mas vimos que, pela necessidade de todos os participantes, dos debatedores, seria melhor na quarta – até por conta da Páscoa –, mas é um dia muito intenso de trabalho no Senado de todas as comissões. Eu já recebi diversos Senadores que acompanham essa discussão aqui, no Senado, que me disseram: "Infelizmente hoje eu não pude", por isso, por aquilo... A Senadora Ana Amélia, que chegou a visitar, quando foi Presidente da Comissão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de Agricultura, a nossa região; acabei de falar com o Senador Jorge Viana, que afirmou o seu desejo de ir lá conhecê-la também, até para continuar discutindo conosco a pauta da água.

No entanto, agora, eu quero, agradecendo a todos, dar por encerrado este debate neste momento – é claro que nós vamos continuá-lo. E agradeço a todos que aqui participaram, integraram, fizeram o esforço de vir aqui para defender o nosso cacau, a nossa produção de cacau, a nossa produção de chocolate nesse momento.

O cacau – eu não preciso dizer – é identidade da Bahia; ele está presente na nossa história de diversas maneiras, até na forma de a gente falar. Eu sempre digo que, na Bahia, o bom e o mau, Senadora, é dito pelo cacau. Se vai chover, muitos dizem: "Lá vem cacau"; "O cacau vai cair"; "Lá vem cacau, minha gente." Então, lá na Bahia é assim. Se choveu, dizem: "Vem cacau forte aí." E, se a pessoa ganhar um pouquinho a mais de dinheiro, ganhou "um cacau danado", "está cheio do cacau". É porque o cacau, durante muitos anos na nossa vida econômica, foi a marca central do PIB da Bahia e da identidade da Bahia.

Claro que hoje não é assim. Ainda bem que se diversificou a nossa economia. Nós temos um parque industrial, nós temos o polo petroquímico, nós temos a produção diversificada de produtos agrícolas na Bahia. E queremos, no entanto, manter a nossa produção de cacau, com a importância que tem, e fazer crescer a sua importância nos produtos agrícolas da Bahia e na nossa economia hoje de um novo momento. No turismo, com a visitação das nossas fazendas de cacau, com a estrada do chocolate, com o nosso – e vamos convidar V. Exª para participar, se a senhora puder, porque vai ser candidata ao Governo, não sei vai conseguir – festival de chocolate, que é agora no segundo semestre, no meio das convenções eleitorais, de 18 a 22 de julho. E também participar dessa nova produção, dessa nova inserção do chocolate através do cacau.

Eu queria dar, por último... (*Palmas.*)

Obrigada.

O Ricardo me pediu uma frase, um minuto também para poder continuar a Comissão, porque nós temos de aprovar um requerimento da Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E a Ordem do Dia está começando.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – A Ordem do Dia está começando.

Por favor, Ricardo.

O SR. RICARDO GOMES – Senadora, é só a oportunidade de poder agradecer por a senhora abraçar essa agenda do cacau e do chocolate.

Quero dizer, só por uma curiosidade, que a senhora falou, pela manhã, que arapyaú era um nome bonito, exótico. Arapyaú é, em tupi-guarani, tempo e espaço novo. E, com esse olhar de transformação, é a missão do Arapyaú, no sul da Bahia, contribuir para o desenvolvimento sustentável. A gente acredita que a cadeia do cacau e chocolate é uma dessas frentes que podem realmente trazer transformação para aquela região. A gente acredita também que transformação só acontece em cooperação. E eu acho que hoje é exemplo disso. Hoje aqui há uma representação do terceiro setor, da iniciativa privada, do Governo, e é dessa forma que a gente caminha junto para trazer realmente o sucesso.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – E o Legislativo.

O SR. RICARDO GOMES – E o Legislativo, sem dúvida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Muito obrigada.

Desfaço a Mesa.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Está dada a palavra a V. Exª.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Srª Presidente, rapidamente, claro, mais uma vez, parabenizo a Senadora Lídice da Mata pela iniciativa, sem dúvida nenhuma um debate extremamente importante e relevante para o desenvolvimento econômico e social da Bahia, do Nordeste do Brasil, que foi o tema aqui hoje da cultura do cacau.

Senadora Lídice, eu gostaria de pedir aqui a inclusão extrapauta do Requerimento nº 13, de minha autoria, que é um aditamento a um requerimento nosso já aprovado para trazer a debate, aqui no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional, a questão da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU).

Por que debater esse tema? Porque o Governo Federal recentemente anunciou um corte orçamentário drástico na CBTU, o que pode, Senadora Lídice, inviabilizar completamente o funcionamento, imagine, do sistema ferroviário, do metrô, do VLT, por exemplo, de Recife, Belo Horizonte, Maceió, João Pessoa e Natal.

Estamos falando de transporte, e isso tem tudo a ver com desenvolvimento regional, um direito essencial de locomoção das pessoas. O nosso requerimento é tão somente para incluir também como convidado, para fazer parte dessa importante audiência pública, o Prof. Rômulo Dante Orrico Filho, que é do programa de pós-graduação de Engenharia da UFRJ.

É este o nosso requerimento, Srª Presidente, para incluir, repito, como convidado para participar dessa audiência pública que vai debater o tema da CBTU, o Prof. Rômulo Dante Orrico Filho, que é um especialista nessa área lá da UFRJ.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Senadora, em função do pedido de V. Exª, nós vamos aprovar agora a criação desse segundo espaço deliberativo na reunião de hoje, a partir da audiência. (*Pausa.*)

Não havendo ninguém que tenha observado qualquer obstáculo a isso, está aprovado.

De acordo com a solicitação de V. Exª, eu ponho também em pauta a discussão sobre a inclusão dessa mencionada matéria como item extrapauta. (*Pausa.*)

Não havendo ninguém que a obstaculize, está aprovado. Estamos todos de acordo, incluímos, portanto, no item extrapauta e finalmente passamos a deliberar o requerimento que V. Exª já anunciou e é autoexplicativo, para o Prof. Rômulo Dante Orrico Filho integrar a audiência pública do próximo dia 4 – não é isso? Do próximo dia 4.

Nesse sentido, coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação. (*Pausa.*)

Aprovada.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigada, Srª Presidenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria apenas de acrescentar, Senadora Lídice, que, para essa audiência pública, nós estamos convidando o Superintendente nacional da CBTU, que é o Sr. Jose Marques, bem como os superintendentes da CBTU de Natal, João Pessoa, Belo Horizonte, Maceió, Recife, etc, e agora trazendo também esse professor, que é um especialista e, portanto, tem muito a contribuir com esse debate.

Essa audiência pública vai ser realizada no dia 4 de abril. É uma audiência pública que eu considero da mais alta importância, repito, pelos relevantes serviços em matéria de transporte, de mobilidade urbana que o sistema ferroviário, coordenado pela CBTU, presta à população desses Estados. E nós não podemos aqui aceitar de maneira nenhuma que o Governo Federal anuncie, de forma unilateral, um corte drástico no orçamento. Para se ter uma ideia, o corte é de mais de 50%, e, se esse corte não for redefinido, pode simplesmente inviabilizar por completo o funcionamento dos metrôs, dos VLTs.

E aí fica a pergunta: como vão ficar os moradores que precisam desse sistema de locomoção? Vale ressaltar que os que mais usam esse sistema de transporte são exatamente os moradores das classes populares, de condições, do ponto de vista econômico, mais frágeis.

Então, Senadora Lídice, esse é um tema do qual, com certeza, V. Exª vai estar aqui conosco também...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Sem dúvida.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... participando, porque nós não podemos aceitar essa tesoura de Meirelles e Temer sem limite. Meirelles e Temer não estão nem aí – está entendendo? – para o morador que está lá em Natal, que precisa, repito, do VLT, porque é inclusive uma passagem subsidiada. Eles não estão nem aí para isso de maneira nenhuma. Mas nós estamos! E estamos aqui, portanto, cumprindo o nosso papel como Parlamentar, como representantes dos interesses do nosso povo.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Sem dúvida.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Dia 4 de abril.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Dia 4 de abril, sem dúvida alguma.

Já se iniciou a retomada da Ordem do Dia, por isso nós precisamos encerrar esta reunião, agradecendo a disposição dos convidados em comparecer a nossa Comissão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião e convido a Senadora a ir ao plenário.

(*Iniciada às 15 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 25 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE ABRIL DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e cinquenta e três minutos do dia quatro de abril de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Fátima Bezerra, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Hélio José, Elmano Férrer, Waldemir Moka, Valdir Raupp, Paulo Rocha, Regina Sousa, Paulo Paim, José Pimentel, Flexa Ribeiro, Sérgio Petecão, Lídice da Mata, Telmário Mota, Garibaldi Alves Filho, Cidinho Santos e Ronaldo Caiado. Deixam de comparecer os Senadores João Alberto Souza, Humberto Costa, Ataídes Oliveira, Davi Alcolumbre, Ciro Nogueira e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos RDR 7/2018, de autoria da Senadora Fátima Bezerra, e RDR 13/2018, de autoria da Senadora Fátima Bezerra. **Finalidade:** Audiência pública para debater a redução orçamentária de recursos da União para a Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU e suas consequências para os sistemas de transporte ferroviário urbano de passageiros (Metrôs e VLTs). **Participantes:** Octávio Luiz Leite Bitencourt, Coordenador Geral de Orçamento e Finanças da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA (representante de: Ministério das Cidades); José Marques de Lima, Diretor-Presidente da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU; Teresa Cristina Alves Freire, Gerente Técnico de Orçamento e Gestão da CBTU; Miguel da Silva Marques, Superintendente da CBTU - Regional Belo Horizonte; Paulo José de Mello Barreto, Superintendente da CBTU - Regional João Pessoa; Marcelo de Aguiar Gomes, Superintendente da CBTU - Regional Maceió; Leonardo Gurgel De Faria Diniz, Superintendente da CBTU - Regional Natal; Leonardo Villar Beltrão, Superintendente da CBTU - Regional Recife. Rômulo Dante Orrico Filho, Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. **Resultado:** Audiência pública realizada. Usaram da palavra os Senadores Elmano Férrer, Garibaldi Alves Filho e Lídice da Mata, e após aprovação da Comissão, a Deputada Federal Zenaide Maia e o Deputado Estadual do Rio Grande do Norte Fernando Mineiro. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Fátima Bezerra

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/04/04

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Ao iniciar o nosso expediente, informo que solicitarei, nos termos da Instrução Normativa nº 09, de 2017, a degravação da presente reunião para que o que aqui for falado pelos convidados e debatido pelos nobres pares fique registrado nos *Anais* da nossa Casa.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada a discutir o tema da redução orçamentária de recursos da União para a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) e suas consequências para os sistemas de transporte ferroviário urbano de passageiros (Metrôs e VLTs), atendendo aos Requerimentos nºs 7 e 13, de 2018, CDR, de minha autoria.

Nós vamos destinar um prazo inicial de dez a quinze minutos para os expositores se apresentarem. Em seguida, como é de praxe, vamos abrir para a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos, dentro dos assuntos tratados, dispondo cada um de cinco minutos, assegurado igual prazo para resposta, após o que poderá ser contraditado pelo prazo máximo de dois minutos, concedendo-se o mesmo tempo para a tréplica.

Informo ainda que, claro, a palavra aos Senadores e Senadoras será concedida em ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada Partido.

Quero aqui também, mais uma vez, destacar que a audiência púbica está sendo transmitida pelo *site* da nossa Casa, gravada aqui pela nossa TV Senado. A audiência pode ser acompanhada através do Portal e-Cidadania, que pode ser acessado a partir do *site* da nossa Comissão e também pelo Alô Senado: 0800-612211.

Eu quero, imediatamente, registrar a presença do Senador Garibaldi Filho, da Bancada Federal do nosso Estado; do Senador Elmano Férrer, Parlamentar muito atuante nesta Comissão, Senador pelo Estado do Piauí. Também, com muita satisfação, registro aqui a presença dos meus companheiros, do Deputado Estadual Fernando Mineiro, da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, Parlamentar, inclusive, que vem acompanhando toda essa demanda importante do ponto de vista do povo do Rio Grande do Norte, dos trabalhadores e trabalhadoras, a demanda da questão do transporte público. Igualmente, registro com muita satisfação a presença da Vereadora do Partido dos Trabalhadores da nossa cidade de Natal, a Vereadora Natália, que também tem acompanhado esse debate.

Quero, desde já, agradecer aqui aos superintendentes – por favor, dê-me a relação – que atenderam o nosso convite.

Quero chamar, inicialmente, José Marques de Lima, Diretor-Presidente da nossa CBTU, por favor.

Quero também aqui chamar Leonardo Gurgel de Faria Diniz, Superintendente da Companhia Brasileira de Trens Urbanos da nossa querida Natal, para tomar assento na bancada.

Também, o Sr. Leonardo Villar Beltrão, Superintendente da CBTU – Regional Recife.

De João Pessoa já se encontra? O Paulo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E também o Paulo José de Mello Barreto, por favor, Superintendente da CBTU – Regional João Pessoa.

O Marcelo de Aguiar Gomes, de Maceió também já se encontra presente?

Marcelo, por favor, o.k. CBTU – Regional Maceió.

E Miguel da Silva Marques, Superintendente da CBTU – Regional Belo Horizonte.

A bancada está toda aqui.

Quero, com muita satisfação, para contribuir com o nosso debate, convidar o Prof. Rômulo Dante Filho, Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Nós estamos aguardando ainda a presença do representante do Ministério das Cidades.

Espero que ele possa chegar no decorrer da nossa presente reunião.

Também aqui convido a Teresa Cristina, que é Gerente Técnica de Orçamento e Gestão da CBTU.

Registro aqui também, com satisfação, a presença da Deputada Federal Zenaide Maia, do nosso Estado, da Bancada Federal, que acaba de chegar.

Rapidamente, eu quero primeiro aqui dar as boas-vindas aos nossos convidados, agradecer desde já por vocês terem atendido o nosso convite.

O que move a CDR ao realizar a presente audiência pública é a nossa preocupação no que diz respeito ao papel que o sistema de trens urbanos exerce no nosso País, do ponto de vista social, que é muito importante.

É evidente que nos preocupou e muito a notícia veiculada do corte, Senador Garibaldi Filho, que várias áreas sofreram, dentre elas também a CBTU. Para se ter uma ideia, segundo os dados colhidos pela consultoria legislativa do Senado, no Siga Brasil, se no ano de 2017 as dotações orçamentárias autorizadas especificamente para o funcionamento dos sistemas de transporte ferroviário urbano de passageiros já era pouco – um valor em torno de R$250 milhões –, imagine para 2018 quando o Governo anunciou um corte da ordem, Senador Elmano, de quase 50%, precisamente uma redução de 47%. Ou seja, o que está previsto de investimento é em torno de apenas R$132 milhões.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois é. E o superintendente aqui está atualizando, ele vai falar sobre isso, que é de custeio. Na verdade, ele está dizendo aqui que não são R$132 milhões, é em torno de 140 e poucos milhões de custeio. Para investimento é praticamente zero, são apenas R$30 milhões.

É evidente que um corte dessa envergadura afeta todo o sistema de trens urbanos no nosso País, chegando ao ponto de deixar a gente superpreocupado porque, de repente, o que isso vai implicar? Redução do número de viagens? É essa a alternativa que restará aos superintendentes locais? Vocês vão reduzir o número de viagens? Ou, mais grave ainda, chegarmos ao momento em que de repente o Sistema de Trens Urbanos pararia as suas atividades por falta absoluta de condições para manter o funcionamento.

Por exemplo, em Natal, Senador Garibaldi Filho, a nossa superintendência, a STU, gerenciada aqui por Leonardo, controla uma frota de cinco composições de VLT e duas locomotivas a diesel, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um total de 12 VLTs adquiridos pelo PAC Equipamentos, que infelizmente ainda não foram entregues. Esse é um tema inclusive para conversarmos aqui.

A CBTU, em Natal, atende a região metropolitana, especialmente os Municípios de Extremoz, Ceará-Mirim e Parnamirim. E, mesmo não sendo um sistema de primeiro mundo, é evidente o papel importante que a CBTU desempenha lá em Natal, no que diz respeito à questão da mobilidade urbana. São mais de 13 mil passageiros por dia, com uma passagem com preços inclusivos, em torno de 50 centavos. Essa inclusive é uma das características muito importantes do Sistema de Trens Urbanos, ou seja, a chamada passagem subsidiada, pelo que isso significa para a população, principalmente às populações de baixa renda que são exatamente as que mais precisam do transporte subsidiado, um transporte que tem que ser encarado como um direito, e é assim exatamente que ele deve ser visto.

Eu ainda acrescento aqui que, no caso de Natal, nós temos um projeto de modernização, expansão de rede pronta que foi entregue à CBTU desde 2015. Naquela época, a Presidente Dilma chegou a liberar recursos para as obras e compras de trilhos e equipamentos, mas infelizmente o projeto se encontra paralisado. Isso também será objeto aqui de discussão entre nós.

Enfim, Superintendente José Marques, demais superintendentes, nós estamos aqui exercendo o nosso papel, como Senadores e Senadoras da República. O papel de acompanhar, de fiscalizar as ações, as obras do Governo. Isso aqui não é um tema qualquer para nós, de maneira nenhuma, repito. Isso aqui diz respeito à vida de milhares de pessoas, que têm exatamente no trem o seu meio de locomoção para chegar ao trabalho. Portanto, nós estamos tratando aqui de um direito fundamental das pessoas, de milhares de pessoas, seja em Natal, seja em João Pessoa, seja em Belo Horizonte, seja em Maceió. E nós não podemos, de maneira nenhuma, aceitar que, em nome de uma política de austeridade do Governo, calcada no controle, no chamado teto de gastos – refiro-me à Emenda 95, que infelizmente congelou os gastos nas áreas sociais durante 20 anos –, nós não podemos aqui, de maneira nenhuma, repito, aceitar que, em nome dessa lógica, direitos essenciais das pessoas sejam simplesmente ignorados. Porque, repito, quando a gente fala do trem urbano, quando a gente fala do VLT, estamos aqui falando principalmente dos trabalhadores, dos moradores de baixa renda, daqueles que se levantam sozinhos, que precisam sair das suas casas para chegarem ao local de trabalho, para ter o seu ganha-pão assegurado todo mês. Daí a importância do papel que a CBTU desempenha em todo o País.

Quero aqui declarar, José Marques – e não é de hoje, mas desde há muito tempo –, que nós defendemos o fortalecimento da CBTU, que nós reconhecemos, inclusive, os excelentes quadros que a Companha Brasileira de Trens Urbanos tem em nível nacional, quadros de carreira, dedicados e preparados. E defendemos por quê? Defendemos porque entendemos o caráter, do ponto de vista social, que a CBTU tem pelo que ela desenvolve em matéria, exatamente de transporte como um direito público.

Então, são essas as nossas considerações iniciais.

O que nos move aqui, repito, é exercer o nosso papel de fiscalizar e de cobrar.

Nós não podemos sair desta audiência de hoje, Senador Garibaldi Alves Filho, sem que esse corte absurdo do Governo Federal frente ao orçamento da CBTU seja revisto. O Governo tem que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rever esse corte e esse orçamento tem que ser recomposto. Esta é a finalidade da presente audiência pública.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Pela ordem, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois não.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN. Pela ordem.) – Eu queria deixar aqui uma ressalva com relação à nossa participação, porque, segundo um ditado popular da nossa terra, você não pode, ao mesmo tempo, assobiar e chupar cana. Quer dizer: não se pode fazer duas coisas ao mesmo tempo. E eu já disse à Senadora Fátima que essa audiência que a nossa Bancada tem lá no Ministério do Meio Ambiente é decisiva também, é fundamental, é importante para a pesca industrial do Estado, que, hoje, é a atividade responsável pela criação de muitos empregos.

Então, o meu constrangimento maior é perante a Drª Tereza Cristina, ao Dr. José Marques de Lima – à Senadora Fátima não, porque eu já estou acostumado, inclusive, com o discurso dela –, e ao Sr. Rômulo Dante Orico Filho, que é professor da universidade, por não poder ouvi-los. Eu vou fazer todo um esforço para estar de volta a tempo das conclusões.

Antes, porém, eu manifesto a minha preocupação. Ao chegar aqui, eu tive uma conversa com o nosso conterrâneo, o Sr. Leonardo Gurgel de Faria Diniz, que nos fez um relato do que realmente esse corte orçamentário representa, sobretudo, para os 15 mil passageiros/dia que são transportados na Grande Natal.

Então, trata-se, como disse a Senadora Fátima, de o cobertor ser curto. Se você tem essa eventualidade, esse desafio, você precisa, sobretudo, saber onde vai cortar. E governar – eu já tive oportunidade de ser gestor – é, sobretudo, escolher prioridades, uma vez que você não pode contemplar, ao mesmo tempo, todas as prioridades que você desejaria contemplar.

Então, eu gostaria de deixar aqui a minha preocupação, o meu apelo e o meu pedido de desculpas aos expositores, mas tenho de me encaminhar agora ao Ministério do Meio Ambiente, reafirmando, contudo, que farei todo um esforço para estar de volta aqui para participar desta audiência. Quero ainda cumprimentar a Senadora Fátima pela pauta de hoje, a exemplo de outras pautas que são muito importantes para o nosso Estado, para a nossa região e para o nosso País.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigada, Senador Garibaldi Alves Filho.

Peço, inclusive, que V. Exª possa justificar a nossa ausência a essa audiência no Ministério do Meio Ambiente, uma audiência também de muito interesse e de muita importância para o desenvolvimento do nosso Rio Grande do Norte.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Se a senhora me permite, eu queria cumprimentar o Superintendente, o que não fiz. Não o farei nominalmente porque acho que o Cerimonial irá fazê-lo, mas quero cumprimentar o Deputado Mineiro, que está aqui, e a Vereadora Natália, que também está nos prestigiando hoje nesta Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O.k., Senador. E aguardamos o seu retorno para a fase das conclusões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós passamos a palavra agora, imediatamente, ao Sr. José Marques de Lima, que é o Diretor-Presidente da CBTU.

O SR. JOSÉ MARQUES DE LIMA – Bom dia a todos!

Primeiramente, eu gostaria de agradecer aos Parlamentares presentes, aos Senadores e, em especial, à Senadora Fátima Bezerra pela iniciativa de sempre defender a ferrovia.

Eu conheço a Senadora há bastante tempo. Sou ferroviário de carreira há 32 anos. Fui superintendente em alguns Estados e, hoje, encontro-me lotado no Rio como Diretor-Presidente, administrando a CBTU com cinco colegas superintendentes regionais que atuam em cinco capitais do País, ondem atendem, em média, de três a quatro Municípios por região metropolitana.

Conversando com a Senadora anteontem sobre esta audiência, eu gostaria de registrar que eu disse à Senadora que já tive a sinalização dos Ministérios das Cidades de que nós resolveríamos a questão orçamentária da CBTU até o dia 15 deste mês.

Essa questão orçamentária eu vou tentar passar a todos aqui em números, mas a Senadora colocou um fato importante: esta audiência é importante para que todos que estão aqui presentes conheçam o trabalho e o que nós fazemos na ferrovia no Brasil;

A CBTU tem 34 anos de existência e assumiu o transporte público de passageiros oriundo da Rede Ferroviária. A Rede Ferroviária foi extinta e a CBTU assumiu esse papel fundamental de transportar pessoas sobre trilhos, e é o que nós estamos fazendo há 34 anos.

Essa situação em que a CBTU hoje se encontra com relação à questão orçamentária é uma situação que vem, ao longo do tempo... Nós trabalhamos sempre no fio da navalha com a questão orçamentária, mas, neste ano, isso tomou uma proporção... Houve um corte no orçamento em todo o Executivo, mas, no caso da CBTU, é importante registrar, Senadora, como a senhora já bem colocou, que esse corte afeta diretamente as classes menos favorecidas e que são atendidas pela ferrovia.

Os metrôs das capitais que foram projetados na Região Sudeste atendem a uma demanda reprimida da população que precisa daquele transporte, mas atende, especificamente o metrô de São Paulo e o metrô do Rio, num primeiro momento do seu trabalho...

Quero saudar também o Prof. Rômulo, que é da UFRJ e conhece bem a história da mobilidade no Sudeste do País.

Como dizia, os metrôs atendem a uma demanda das classes A, B e C..

A nossa CBTU foi projetada exatamente no sentido contrário, Senador. Ela atende as classes "c", "d" e "e", salvo em alguns pontos da nossa ferrovia, como são os casos de Belo horizonte e Recife, hoje com a Linha Sul. Mas o início da nossa implantação é para atender a essas classes menos favorecidas.

No caso de três Estados do Nordeste, em João Pessoa, Maceió e Natal, eles especificamente atendem a essa classe, porque tem de haver essa atenção do Estado com o transporte. No caso de Maceió, quando fui superintendente de Maceió e conheci a Senadora, as pessoas descem... Desculpem. Natal tem 52km de ferrovia; Maceió tem 34km. A grande maioria das pessoas, Senadora, que saem da última cidade da região metropolitana de Maceió e que são atendidas pelo trem, se não tiverem o trem para chegarem ao centro para venderem os seus produtos, para trabalharem, não voltam, porque a passagem do modal rodoviário, Professor... O senhor sabe que há uma distância muito grande da nossa... Parece que a passagem do primeiro anel do modal rodoviário hoje em Maceió está em R$3,80; a nossa passagem, R$0,50. Então, aquela população toda que mora ao longo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

da via nas cidades de Rio Largo e Satuba, se o trem não existir... Por diversas vezes, eu vi pessoas ficarem no centro de Maceió, sem condições de voltarem para casa por não haver trem. Quando nós assumimos a superintendência com aquela falta de material rodante... Para quem não atua na área, material rodante é o nosso sistema: o trem e o VLT. Hoje nós temos, ao longo desses últimos 12 anos, um implemento no material rodante da CBTU. Nós duplicamos a nossa quantidade de material rodante. Mas precisamos fazer muito mais, porque há uma demanda reprimida.

No caso de Leonardo, por exemplo, Natal tem 54km de ferrovias e atende a três cidades mais Natal. A demanda reprimida de Natal é imensa. Se nós conseguirmos colocar em prática todo o projeto do PAC que está pronto da CBTU para Natal, hoje, facilmente, com o sistema funcionando, Natal tem condições de transportar 100 mil pessoas por dia.

Em termos de números, a CBTU hoje transporta no Brasil, com Recife, Belo Horizonte e mais as unidades menores, 580 mil pessoas por dia. São 580 mil pessoas que serão afetadas diretamente se esse corte no orçamento permanecer. Já registrei que houve a garantia do Ministério das Cidades de que esse orçamento será reposto. Mas esse corte no orçamento da CBTU... A Senadora perguntou: vocês vão reduzir viagens? Eu tenho aqui os superintendentes técnicos que trabalham comigo... Eles têm uma posição interessante, Senadora. Esse corte na CBTU não reduz viagens. Nós tivemos de colocar isso num determinado plano e dizer que iríamos reduzir viagens, mas, na situação em que houve o corte, nós não operaremos mais. O sistema simplesmente para de funcionar, porque você não tem como aplicar um corte de 50%.

Nós atuamos em duas linhas de operações: trabalhamos com trens, VLTs a diesel, e trabalhamos com metrô de bitola 1.6 elétrico. Então, não temos como aplicar uma redução de quase 50% do orçamento e fazer com que o trem rode 30%, nos casos de Belo Horizonte e Recife. Esse corte não tem como ser aplicado. A verdade é esta: se o orçamento não for reposto, o sistema para. Nós tivemos de tratar isso de uma forma mais suave num primeiro momento, em janeiro, até porque nós iríamos fazer um plano para que pudéssemos operar pelo menos nos horários de pico com essa redução, mas, de janeiro para cá, o consumo do custeio... Só para registrar a questão de valores, o nosso custeio no ano passado foi de R$265 milhões para operar as cinco capitais – R$265 milhões. O nosso custeio hoje está em R$142 milhões. Então, nós precisaríamos repor R$123 milhões para continuar operando. Ou seja, o corte de 50%... Numa conta rápida, a primeira impressão que dá é: com 50%, só rodamos a metade do trem. Chega a Recife... Sem contar – vale o registro – que nós, com R$265 milhões, já operamos no fio da navalha. Os trens estão abarrotados. No caso de João Pessoa, minha terra, que tem um sistema de trens de 32km também, nós só temos um cruzamento. Com o investimento deste ano, conseguimos a aprovação para fazer mais três cruzamentos para que possamos fazer ofertas... Com isso, ficaremos com quatro, para haver demanda, porque, se não tivermos cruzamentos ferroviários, não teremos como ofertar... Podemos ter 20 VLTs, Senadora, na garagem de Natal, 20 VLTs na garagem de João Pessoa, mas, se não houver trilhos para andar e não houver cruzamentos, não teremos como ofertar. Essa demanda reprimida da população está aí. Se houver VLT, se houver metrô, nós termos demanda reprimida para atender e duplicar a quantidade. Quinhentos e setenta mil pessoas por dia é muita gente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se os senhores analisarem o custo da CBTU por número de passageiro transportado, verificarão que ele é um dos menores do País, comparando com os metrôs dos grandes centros como Rio de Janeiro e São Paulo.

Se pegarmos o nosso custo CBTU e dividirmos por essa quantidade de funcionários, vamos ter um custo... Se tirarmos a herança que tivemos de administrar da Rede Ferroviária, porque o nosso custo, no primeiro momento... Quando se entra no Portal da Transparência, encontra-se a CBTU com um valor muito alto – cerca de R$1 bilhão por ano –, mas essa é uma herança que tivemos de administrar por conta da cisão que foi feita nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Essa cisão deixou uma herança para a CBTU e temos de administrar esse passivo até hoje.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ MARQUES DE LIMA – Só para encerrar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ MARQUES DE LIMA – Obrigado, Senadora.

Essa herança que nós administramos eleva os custos da CBTU, mas a CBTU, como empresa única, transportando 570 mil pessoas com o número de funcionários que...

Gostaria só de registrar, e me perdoem a falta de experiência com audiência pública, a presença do representante do nosso sindicato, Romeu, que está representando todos os sindicatos da ferrovia. Os demais não estão aqui porque, neste momento, estão numa mesa de negociação no Rio de Janeiro para o início do dissídio coletivo de 2018. Então, o Romeu está aqui presente e vai transmitir para os demais, Presidente... Ele estaria comigo no Rio, mas eu não podia deixar de atender à convocação da nossa Senadora. Temos lá o pessoal reunido com o Diretor de Administração e Finanças para resolver essa situação do dissídio. Só para registrar. Romeu, obrigado por estar presente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Já que você registrou, quero acrescentar aqui também a presença de Carlos Alberto Cassiano, que é da Federação Nacional de Metroviários; Daniel Carvalho, Diretor do Sindimetro de Minas Gerais; e Carlos Henrique, Gerente-Geral de Planejamento e Orçamento da CBTU,

Pode continuar.

O SR. JOSÉ MARQUES DE LIMA – Obrigado, Senadora.

Então, voltando à questão de números, a CBTU hoje, se tirarmos essa herança que nós temos de administrar, esse passivo da cisão, porque o Senador usou um termo nordestino, a parte boa da CBTU foi privatizada, que é o caso do Rio de Janeiro, e, no Estado de São Paulo, foi estadualizada. No Rio de Janeiro, só para ilustrar, como CBTU, Senadora, nós transportávamos isso 15 anos atrás. Camacho, com precisão, há 15 anos, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ MARQUES DE LIMA – Há 16 anos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ MARQUES DE LIMA – Há 17 anos. Nós chegamos a transportar, Senadora, 1,4 milhão pessoas por dia no Estado do Rio de Janeiro. Hoje, o sistema está privatizado – hoje, 2018 –, o sistema transporta 450 mil pessoas por dia. Eu fico me perguntando onde é que foram parar esses 1,05 milhão, e o crescimento vegetativo da população. É óbvio que a população está pagando um preço alto por essa privatização que houve lá no Rio de Janeiro.

Então, a CBTU ficou administrando cinco Estados, e hoje estamos tentando fazer o nosso papel. E, para fazer o nosso papel com os nossos técnicos, com a nossa categoria hoje, nós somos 5 mil funcionários no Brasil, a gente precisa do apoio da União, precisa do apoio dos Parlamentares. E, para encerrar a minha fala, é esse apoio que não nos é negado através dos Senadores que conhecem a nossa história.

A Senadora Fátima. Eu costumo brincar, às vezes, com algumas pessoas do Rio Grande do Norte, eu a conheço, há bastante tempo – nós temos um engenheiro que trabalha comigo lá do Rio Grande do Norte, que conhece bem a Senadora, mas está hoje comandando a manutenção em Recife –, que, para a Senadora, só falta uma matrícula para ser ferroviária, viu, Senadora? (*Risos.*)

Porque ela conhece ferrovia, ela realmente conhece ferrovia.

Registro aqui: nós temos o Senador Benedito de Lira, que é um ferroviário; eu nunca vi gostar tanto de trem. Na última inauguração que nós fizemos do VLT, o Senador se emocionou. Eu perguntei a ele se, no passado, foi maquinista, porque ele andou na cabine do trem, Senadora, e se emocionou por conta de 2,5km que nós inauguramos. Mas esses 2,5km representam um acesso a uma população em Maceió que só vocês conhecendo para terem ideia do que representam esses 2,5km inaugurados e mais uma estação, nosso Superintendente aqui presente, Marcelo Aguiar.

Então, só para finalizar, Senadora, mais uma vez, eu gostaria de agradecer a todos os presentes, agradecer aos irmãos que eu tive o prazer de conhecer hoje e a todos os Parlamentares pelo apoio que têm dado.

E, para registrar, o Mistério das Cidades já se comprometeu com a CBTU que, até meados de abril, o nosso orçamento está reposto. E vamos ficar no aguardo, Senadora, e manter esta Comissão informada sobre o andamento dessa questão do orçamento.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigada, José Marques.

Nós vamos passar agora, imediatamente, a palavra...

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Maioria/PMDB - PI) – Nobre Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois não, Senador Elmano.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Maioria/PMDB - PI) – Queria pedir a compreensão de V. Exª e dos demais expositores, porque eu tenho que dar o quórum aqui na Comissão de Assuntos Sociais, estão pedindo que eu esteja presente.

Mas eu queria aqui só lamentar, porque creio que outros Senadores que representam tantas capitais listadas aqui que a CBTU... Eu estou me lembrando de Alberto Silva. Alberto Tavares Silva foi um dos engenheiros rodoviários mais importantes, sem desmerecer os demais neste País: criou a Companhia Brasileira de Trens Urbanos, o pré-metrô de Teresina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas ressalto que todas essas linhas férreas são remanescentes da maior parte da rede ferroviária federal. Fizemos muito pouco neste País pelas populações pobres das periferias das grandes capitais. Lamentavelmente, hoje a CBTU sobrevive, como muitas outras instituições, sobretudo aqui do Nordeste. O DNOCS agoniza, a Sudene também, os organismos regionais. E não se tem dado prioridade... Exatamente a nossa Presidente, Fátima Bezerra, tem ressaltado aqui o desprezo, o desinteresse, enfim, por aquelas populações jogadas pelas periferias dos grandes centros urbanos. Exatamente, quanto a essas populações, com todos os programas habitacionais, desde o BNH, este País tem dado esse tratamento desigual às populações que mais precisam.

Então, eu queria só lamentar a minha ausência. Ressalto que temos um pré-metrô em Teresina e também até via remanescente de 70 anos atrás, com trens de cem anos, húngaros. E lamento que não PAC 2, com a Presidente Dilma, nós negociamos, eu era prefeito da capital, sobre rodas, quer dizer, transporte urbano, sobre rodas na prefeitura e sobre trilhos nos Estados. E lá se fez uma negociação. Decorreram oito anos, e não temos ainda o trem que a população merece.

Então, a falta de planejamento é um desmoronamento, é um caos no Estado brasileiro. Tudo isso traduz. O que a gente vê são os transportes agonizando. Os senhores só têm recursos, e mal, para pagar pessoal e o custeio daquele pessoal pobre que paga 50 centavos, lá também são 50 centavos. Então, temos recursos lá que transportam ao todo 4,5 mil, 5 mil pessoas-dia. Na cidade, uma capital de 850 mil habitantes.

Então, é lamentável o que nós estamos presenciando ao longo da nossa história. De cada cem brasileiros, 84 estão nas cidades – 84! –, há processo de urbanização desenfreado. E nunca nos atentamos para os transportes urbanos e coletivos dos grandes centros urbanos, até pequenos, capital de João Pessoa, Teresina, em relação São Paulo, Rio de Janeiro, etc.

Então, eu queria só lamentar ter que sair e ressaltar a importância de vocês profissionais, os engenheiros ferroviários, e todos aqueles que estão voltados para esse setor de transportes urbanos no nosso País. Vejo as dificuldades que têm os remanescentes ainda da Refesa. Claro, muitos estão aposentados, mas defendendo a importância e a prioridade que se deve dar aos transportes urbanos, mas sobretudo aqueles sobre trilhos.

Queria só parabenizar o José Marques pela exposição e pedir desculpas aos demais palestrantes por não estar presente aqui.

Obrigado, Presidente.

Qualquer coisa eu retorno.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Retorne que você será como sempre muito bem-vindo, Senador Elmano.

A Deputada Zenaide quer falar agora ou passo a palavra ao professor?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Está o.k.

Nós vamos agora passar a palavra para o Prof. Rômulo Dante Filho, Professor da UFRJ. Mais uma vez, agradeço aqui por ter atendido o nosso convite, Prof. Rômulo.

Prof. Rômulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RÔMULO DANTE ORRICO FILHO – Sim.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Deixe eu só aproveitar que o representante do Ministério das Cidades chegou, o Sr. Octávio Luiz Leite Bitencourt, que é o Coordenador-Geral de Orçamento e Finanças da Subsecretaria de Planejamento. Por favor, eu o convido aqui para a Mesa.

O SR. RÔMULO DANTE ORRICO FILHO – Bom dia a todos!

Antes eu quero manifestar a minha própria satisfação de estar aqui, de poder falar aqui no Senado, nesta Comissão.

De início, quero parabenizar a Senadora Fátima Bezerra, por quem eu tenho uma grande admiração por toda essa luta pela melhoria da vida da nossa população, em especial daqueles que dependem do transporte público e mais especificamente, neste caso, daqueles que dependem do transporte sobre trilhos.

Cumprimento os Senadores presentes, a Srª Senadora, os membros da Mesa e os demais presentes como um todo.

Eu queria fazer um cumprimento aos usuários do transporte público, que muito me ensinaram na minha vida profissional, na minha vida acadêmica.

Antes de mostrar a primeira transparência, eu queria fazer só uma pequena apresentação. Eu vou me focar mais no aspecto da economia que o sistema de transporte público, notadamente o ferroviário, tem para as cidades, porque – vocês vão ver na primeira ou na segunda transparência – o transporte não tem um fim em si mesmo. É como o elevador de um prédio de 15 andares ou a escada rolante do *shopping*; sem eles não existiria o *shopping*, e ninguém iria subir 15 andares para ir ao dentista sofrer um pouquinho.

A economia da cidade, a economia da produção também está associada ao transporte público, e me surpreende, realmente me surpreende muito não encontrar os setores produtivos brasileiros nesta discussão, não encontrar aqueles que são empregadores, aqueles que são vendedores, comerciantes, aqueles que dependem dos usuários do transporte público para trabalhar, aqueles que dependem do usuário do transporte público para consumir ou comprar seus produtos ou as atividades econômicas como um todo. Eles não estão presentes a esta discussão, porque o transporte é também e em especial um fator de produção. Então, realmente me surpreende essa quase cegueira de um fator de produção tão importante quanto, para a maioria deles, a energia elétrica, a água, o ferro ou o algodão, o que quer que seja.

Vamos começar. Sou baiano, sou filho de italiano e professor. Então, costumo falar muito e vou ter me concentrar para não passar demais do tempo. (*Pausa.*)

Rapidamente, este que fala tem 67 anos, tem praticamente 40 anos de universidade. A minha vida sempre foi o transporte público. Eu trabalhei durante algum tempo como o Secretário de Estado e Administração, mas também como Subsecretário de Transportes da cidade do Rio de Janeiro.

Dentre alguns trabalhos, eu queria citar os dois primeiros que estão aí. Um deles é a discussão do Eixo Mobilidade do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, no qual fiquei responsável – e ainda sou responsável, porque o projeto está em andamento – pelo Eixo Mobilidade. Isso me parece um setor-chave. Como a cidade vai crescer? Como as pessoas da cidade vão ter o seu desenvolvimento apoiado?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E também ajudei o Governo do Estado da Bahia na licitação do metrô de Salvador. Aliás, segundo a Presidente da CPTM, de São Paulo, ninguém no Brasil consegue fazer um metrô com menos de cinco anos; só a Bahia.

E, só para comentar – o Senador Elmano saiu –, o meu primeiro trabalho de metro especificamente foi o plano de estudos de transporte de Teresina, em 1976.

Vamos em frente.

A cidade é a maior invenção humana depois da roda. Eu encho a boca para dizer isso, porque, se nós observarmos, o PIB brasileiro é urbano, e a cidade não vive sem transporte. Eu vou trabalhar nesta minha exposição justamente essa ligação, a importância do transporte, a importância de haver um sistema ferroviário forte e bom e essa integração com a economia urbana, com a sociedade e com as ações sociais das cidades.

As pessoas não vivem sem mobilidade. Nós já conseguimos incluir mobilidade como direito social, porque, sem ela, nenhum dos outros direitos podem ser usufruídos. Ela é imprescindível não só para as famílias, mas para a economia urbana em especial. E mais uma coisa: não se surpreendam, não; grande parte das pessoas acredita que o transporte nas cidades brasileiras é feito por automóvel, e não é. No Rio de Janeiro, dos transportes motorizados, em cada quatro deslocamentos, três são em transporte público coletivos, de qualquer modalidade. Em São Paulo é meio a meio. Belo Horizonte está no caminho errado, porque subiu muito o transporte individual, mas não em Salvador, Recife e Natal. Então, são três a um no rio de janeiro; placar moral: sete a um.

E o transporte, como disse, não tem um fim em si mesmo; o transporte tem o fim de ajudar as pessoas a fazerem o que elas querem fazer na vida.

Como digo, a mobilidade é indispensável para as famílias, é um fator imprescindível para a realização das atividades econômicas, e a rede mais eficiente é a do transporte público. Nossas cidades não podem aguentar mais do que 20% do deslocamento por automóvel. Elas não têm estrutura para isso, e nós não temos dinheiro para isso. Vocês vão ver uma foto adiante de Atlanta e Barcelona, para vermos o que a gente pode fazer. E os bons padrões de coletivos têm de ser excelentes em cima dos individuais.

Pergunto: por que, se saio do meu trabalho do meu trabalho com o meu carro, dou uma paradinha na padaria, compro pão, sigo e vou embora, não tenho de pagar duas passagens? Se eu fizer isso de transporte público, em geral eu tenho de pagar duas passagens, e eu não aumentei em nada o sistema de custo. Então, a gente tem de fazer algo que traga as pessoas, sim, para usar o transporte público.

Vamos em frente.

Isso é só para mostrar o desalento – depois, vou usar a palavra desalinho – do transporte público no Brasil, como ele tem sido abandonado. Isso é a cidade do Rio de Janeiro. Aquela pontinha ali, de 2010 em diante, foi quando assumimos a Secretaria de Transportes e fizemos implantação do bilhete único, uma reformulação. Mas veja a queda de produtividade. Isso acontece no País inteiro, isso significa que se aumentam os custos de todo mundo, aumentam-se os custos de tudo que faz na cidade, e a competitividade das cidades fica caída, fica derrubada.

Mas as cidades mudaram! Essa é outra constatação seriíssima. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muitos lugares seriam definidos como policêntricos, e as cidades não têm mais um único centro. Quando eu saí de Salvador, em 1974, havia duas agências do Banco do Brasil, ambas no centro da cidade, Cidade Baixa e Cidade Alta. Significa que todo mundo ia para o centro fazer qualquer coisa. Hoje, no Rio de Janeiro, só 25% das viagens se dirigem ao Centro. E eu falo o grande Centro ali, da Rodoviária, incluindo a Glória. Significa que existem muito mais opções na vida das pessoas, e a gente tem que cuidar disso e tem que pensar que a cidade seguiu isso e tem que pensar um sistema de transporte que evite que ela se espraie, que fique muito grande e que seja tudo caro.

Quando as pessoas vão morar muito longe, porque querem ou por falta de opção não é somente o tempo de viagem, a distância dela que foi prejudicada, não. É mais asfalto, mais meio-fio, mais fio de telefone, mais tubulação de água, mais tubulação de esgoto, mais transporte de lixo, mais tudo. A cidade fica mais cara. Nós vamos ter uma surpresa com algumas coisas aí.

Aqui é só um exemplo de como as cidades são policêntricas. O Rio de Janeiro, com vários centros; trouxe Natal ali, de propósito.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RÔMULO DANTE ORRICO FILHO – Já acabaram meus 15 minutos?

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, pode continuar.

O SR. RÔMULO DANTE ORRICO FILHO – Salvador, também policêntrica; Belo Horizonte. Todas elas já têm outras lógicas, e a gente não pode deixar que as cidades sigam o caminho do automóvel, porque ela vai ficar enorme e caríssima.

Ali, na mesma escala, Atlanta e Barcelona, olhem a diferença; população parecida, e olhem a diferença de tamanho. Na outra ponta ali, Mumbai, uma cidade toda concentrada em corredor, é um excesso, mas Curitiba também tem uma formatação de corredor. Eu tentei botar Curitiba mais ou menos na mesma escala, você vê que, por si só, Curitiba já é maior do que Barcelona e, nessa data aí, tinha mais ou menos a metade da população. Então, mesmo Curitiba, uma cidade que tem uma história de transporte, também está se expandido. E ali é só Curitiba, não é região metropolitana. Então, temos que ter muito cuidado com essa história de as cidades crescerem. O transporte tem que trabalhar no sentido contrário. Não é só dizer onde colocar escola, é dizer qual é o tipo de transporte que eu boto, onde eu boto, para ligar o que com quê.

Vamos em frente.

Olha aí: Rio de Janeiro e Mumbai na mesma escala, só que Mumbai tem 20 milhões, o Rio tem 12 milhões, região metropolitana. Então, tudo no Rio é muito caro. E isso vai acontecendo com todos as nossas cidades. E, se nós deixarmos, fica mais caro ainda. Então, quando a gente pensa no transporte, a Senadora Fátima tem toda razão quando diz que é um problema social sério. É, sim, porque essa corda vai estourar do lado da camada mais pobre, que é justamente a que mora mais longe, a que vai gastar mais tempo e vai perder a única coisa que ela tem para negociar na vida, que é o tempo. Ela não vive de renda, não vive de aplicação, não joga na Bolsa de Hong Kong. É o tempo dela. E, quando nós desperdiçamos o tempo dessa população, nós estamos sendo muito malvados com essa família, estamos sendo péssimos negociantes da economia, desperdiçando a força de trabalho que temos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, temos que alertar aquela turma que não escuta o viés social, que pelo menos escute o viés econômico. Eu não vou querer ouvir agora... Eu não vou me conter, eu disse que eu não iria falar isso, mas vou falar: há certo tempo, um membro do Governo da área financeira, da área do Tesouro, Joaquim Levy, em Belo Horizonte, examinando os projetos da CBTU, disse: "Para que vocês querem subestação se já têm estação?" Esse era o conhecimento que ele tinha de transporte. Para quem não é do ramo, subestação é elétrica, estação é para entrar gente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone.*) – Minha Nossa Senhora!

O SR. RÔMULO DANTE ORRICO FILHO – "Corta a subestação se já tem a estação." Então, não dá para engolir uma dessa! Não pude segurar! (*Risos.*)

Qual é o destino que a gente escolhe, Atlanta ou Barcelona? Olhem lá. Nós não temos dinheiro para fazer 13 pistas para cada lado, nem gastar uma tonelada de dinheiro em combustível, nem poluir... Podem botar carro elétrico, mas o congestionamento vai continuar. O nosso maior problema no meio ambiente não é só a poluição, é o espaço. O espaço é tão ou mais importante que a poluição. Poluição você filtra, espaço você não filtra. Poluição você tira, bota energia elétrica, espaço não. E se fizer aquele teletransporte de Guerra nas Estrelas, vão pegar o Rio Amazonas e botar no Saara, não vai dar certo.

Agora, ali, são duas imagens, de 1984 e 2016, mas não está funcionando a transição da animação. (*Pausa.*)

Eu não sabia que tinha que converter para PDF. Mas não há problema, a gente avança assim. Ah, olhem lá! Dá para perceber? De 1984 para 2016, olhem a área vermelha como cresceu, a área urbana. Há 30 anos está-se esperando o trem. Como o trem não chega, a população não se concentra em torno das estações, vai ocupando toda a área possível, o ônibus vai pegando, vai transformando tudo isso, e vocês podem ver que os tempos de viagem pioraram muito. Vou passar de novo, ficou bom. Olhem lá.

Então, nós sabemos que as cidades não são mais radiocêntricas, que os destinos são múltiplos, as exigências são outras; e os deslocamentos não são como rios, nem todo mundo que ir para o centro da cidade.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RÔMULO DANTE ORRICO FILHO – Tem que se pensar outras opções, o transporte serve para isso. A gente não pode mais planejar com base nos anos 1970, 1980.

É necessário realizar uma forte mudança estrutural. A Senadora e outros aqui acentuaram o aspecto social do sistema de transporte, o pessoal da CBTU está preocupadíssimo, com toda razão, com o sistema financeiro. Estamos tocando no econômico. Nós temos que criar toda uma sinergia entre as atividades de transporte e as atividades sociais e econômicas no entorno, porque são elas que geram demanda. Então, as escolas, vamos falar com a prefeitura e botar as escolas ali perto. Tem que fazer clínicas de saúde? Bota perto do trem, porque é lá que as pessoas estão, é lá que queremos que elas fiquem, para serem atendidas mais facilmente. De que adianta colocar uma escola lá longe e as pessoas morarem aqui? Bota perto do trem. E essa demanda é que vai gerar receita para cobrir uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

parte dos custos, porque a outra parte dos custos tem que vir da economia como um todo, porque ela que é ativada.

Vamos em frente.

Mobilidade em desalinho. Como está em desalinho? Está lá, de Caxias para Nova Iguaçu, de carro e de trem, olhem o tempo de um, 37 minutos; e 2 horas e 20. Quer dizer, transporte público, duas centralidades, com quase 1 milhão cada, tendo que gastar 2 horas e 20 para elas interagirem? A gente tem que botar uma linha de trem ali no meio, ligando uma com a outra, buscar essa relação. O transporte público tem que chegar antes ou junto com o desenvolvimento. Ele cria um suporte para que o desenvolvimento aconteça.

E muitas decisões estão sendo tomadas de forma completamente equivocada, ou, então, malvada – malvada! A grande maioria da camada mais alta que mora na Barra não trabalha na Barra, trabalha em Copacabana ou no centro da cidade. E a população que trabalha na Barra mora na Zona Norte ou na Zona Oeste. Para quem mora na Barra e trabalha na Zona Sul, o Governador colocou um metrô que custou R$10 bilhões, mas, para quem vai trabalhar na Barra, é um BRT já entupido, já nasceu cheio. Aí me parece que não é só uma questão de escolha, é uma questão de preconceito.

Então, a gente precisa tratar das condições adversas do transporte não motorizado, gente que não usa o transporte público, porque a renda não dá... Isso é oferta de qualidade? É assim que a gente quer que as pessoas andem no transporte público? Não é assim.

E mais, nas camadas mais ricas, 67% é transporte motorizado, somente 4% é transporte a pé; nas camadas mais pobres, metade a pé, metade transporte público. Então, como é que a gente vai atuar? É aí que tem de atuar. A retroalimentação da expansão urbana aumenta essa distância e aumenta os custos de todo mundo, como já falei aqui.

Isto é interessante: o tempo de viagem entre 2003 e 2012. Quanto mais para a esquerda essa curva, mais gente fazendo viagens mais curtas. Entre 2003 e 2012: a Zona Sul está em azul; a Zona Leste, Niterói e São Gonçalo, está em marrom. Olhem o que acontece: na Zona Leste, as viagens com duas horas de duração aumentaram mais 4% – aquele mapinha lá de São Gonçalo que eu mostrei em dois momentos. Houve aumento do tempo de viagem. Duas horas... Passou de quatro para 15% das pessoas, elas viajam mais de duas horas! De uma a duas horas, passou de 45% para 54%. Agora, da Zona Sul, 60% fazem menos de 30 minutos. Então, o investimento, em vez de ser feito na linha de trem Niterói-São Gonçalo, foi feito na linha de trem Leblon-Barra. Essa é uma opção para o desenvolvimento. O cara que vai fazer o investimento escolhe a máquina errada, compra uma coisa que não funciona, o que vai fazer o produto diferente do que ele quer, ou precisa.

Então, trata-se de investir para desenvolver. E, aí, a gente tem de desenvolver o quê? A capacidade de a população produzir, realizar suas atividades sociais, culturais, científicas, o que ela quiser. Isso a gente chama de inclusão social. E quem tem de pagar essa conta? Vocês me perdoem a franqueza: não é só quem usa não, mas quem se beneficia, e nem sempre quem se beneficia está usando; aliás, grande parte dos beneficiados não está usando.

Imaginem, no Rio de Janeiro, tirarmos o transporte público de cena. Vai ser um caos! Isso significa que a existência do transporte público está liberando espaço viário para que os automóveis o usem. Então, os automobilistas são os grandes beneficiados do transporte público, mesmo sem usá-lo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rapidamente – faltam poucas transparências –, a gente tem, na mobilidade inclusiva, de melhorar a eficiência da mobilidade nas cidades. O sistema sobre trilhos é chave nesse processo. Para quê? Para reduzir o custo de produção e de consumo, aumentar as oportunidades de trabalho e de interação social. Para quem? Para os mais pobres. Quando eles não têm nem tempo para conversar ou procurar outro salário, outro emprego, o capital social deles é zero. Se a gente der mais tempo livre para eles, eles podem até buscar uma coisa melhor, integrando políticas públicas de mobilidade com políticas públicas de desenvolvimento.

Então, na hora em que você fala da linha de trem de Natal, que vem e passa por Felipe Camarão, por todos aqueles bairros muito pobres, você está criando oportunidade para essas pessoas. Quando se fala da extensão do trem de Salvador – me orgulho de ter ajudado o metrô... Mas e a linha do subúrbio, por que não vai até Feira de Santana? Porque vão ter de associar a produção econômica, criar, por exemplo, escola de segundo grau nessas cidadezinhas do entorno de Salvador para que a linha de trem... Perto da linha do trem, por que não? Por que a gente não coloca uma escola de segundo grau na antepenúltima estação? Você tem uma demanda de manhã voltando, e você não teve custo adicional nenhum, é demanda líquida. Então, há muita coisa que você pode fazer.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RÔMULO DANTE ORRICO FILHO – Bem, como eu disse, a natureza desse desenvolvimento é a ampliação de oportunidades para essas pessoas e a possibilidade de uso desse seu tempo – estou acabando já.

E o problema alegado usualmente é a falta de dinheiro, é a falta de dinheiro. Por isso é que o viés econômico é muito sério. Normalmente as pessoas não estão vendo a relação entre o desenvolvimento econômico e o investimento em transporte, querem que só a receita daquilo ali resolva. Não vai resolver, não! O que vai resolver é o desenvolvimento que acontece no entorno.

Chegue no metrô de Salvador e olhe para o lado direito e para o lado esquerdo para ver quantos prédios já estão lá. Mesmo antes, quando se anunciou que iria ser feito, já começou o movimento. É isso que faz valer o trem.

Quer fazer a ponte entre Salvador e Itaparica para quê? Para botar fábricas agora em Nazaré das Farinhas, terra do Vampeta, e isso está certo. Por quê? Porque a importância dessas infraestruturas para o crescimento e para o desenvolvimento econômico já está bastante conhecida. Isso é comum na literatura, todo mundo sabe disso. Então, se todos sabem disso, agora temos que colocar em prática, não fechar os olhos.

E a gente tem que pensar o seguinte: o benefício não é aquele imediato, não, é aquele benefício do futuro que você vai conseguir, é ele que justifica você fazer investimento agora. Quando você coloca um bom banheiro em casa é porque você quer saúde boa para a sua família, é aquela despesa do futuro que você vai evitar. Então, o transporte é o benefício que você vai ter no futuro; junto com essa articulação de desenvolvimento é que você vai capitalizar para ter...

Estou finalizando.

Então, o futuro da mobilidade não está associado ao automóvel, como muita gente acredita – nós não temos dinheiro para seguir o caminho americano das grandes cidades –, mas, sim, no transporte público de grande e média capacidade, limpo, de fonte energética limpa, sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O ganho de produtividade do sistema de mobilidade: além de reduzir o custo de transporte para a família, traz ganhos para as atividades econômicas. Eu reitero a minha surpresa de não encontrar os setores econômicos também discutindo e querendo isso, entrando como aliados estratégicos nessa luta, entrando como aliados táticos também nessa disputa que diz respeito à melhoria das condições de competitividade deles, pedem só que se asfalte uma estrada para poder escoar a produção. O PIB é urbano, vai passar pela cidade. Os sistemas são os mais fortes. Eu queria até falar do Maglev. O Maglev é uma tecnologia de levitação magnética, e a minha universidade, a COPPE, tem um veículo de levitação magnética que já faz 200m todos os dias a céu aberto; está à frente dos chineses e dos alemães. Gostaria de convidá-los, de convidar a Srª Senadora para visitar um dia. Está funcionando, é uma tecnologia superavançada.

Eles são os mais importantes por quê? Porque eles ajudam a concentrar a população e adensar. Se alguém chegar a Toronto, subir naquela torre, vai ver que parece uma grama cheia de tufos. Cada tufo daquele são prédios. Embaixo há uma estação de metrô, de trem. A cidade se concentra ali. Você ganha, você economiza. É assim que Tóquio também trabalhou. É assim que toda cidade grande do mundo faz.

Por fim, reduzir esse investimento em sistema de transporte ferroviário é um contrassenso, é rasgar dinheiro esse tipo de ação, é rasgar um investimento feito ao longo da vida, é rasgar a competência técnica adquirida ao longo do tempo, porque nós estamos desperdiçando uma oportunidade de crescimento sustentável e economicamente eficiente.

Enfim, eu queria agradecer.

Estou à disposição.

Muito obrigado, Senadora, pelo convite.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mais uma vez, Prof. Rômulo, quero agradecer, sem dúvida nenhuma, a importante contribuição que acaba de trazer aqui para o nosso debate. Desnecessário dizer do seu preparo, do conhecimento que tem sobre a temática da questão da mobilidade urbana.

Quero aqui, inclusive, agradecer ao Prof. Deilson Tavares, lá da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que foi quem sugeriu ao Deputado Fernando Mineiro e à Vereadora Natália o nome do Prof. Rômulo para contribuir aqui com o nosso debate.

Antes de passar a palavra ao Sr. Octávio, que representa aqui o Ministério das Cidades, na condição de Coordenador-Geral de Orçamento e Finanças, vamos facultar a palavra à Deputada Federal Zenaide Maia, lá do nosso Estado.

A SRª ZENAIDE MAIA (PHS - RN) – Bom dia.

Quero parabenizar a Senadora Fátima Bezerra, o nosso José Marques de Lima, a Drª Teresa Cristina – que bom que a gente tem a academia mostrando isso, Prof. Rômulo! – e o Coordenador-Geral de Orçamento e Finanças do Ministério das Cidades, Dr. Octávio Luiz. E agradeço pela presença do nosso Deputado Estadual Mineiro, da nossa Vereadora Natália e de todos que fazem parte da ferrovia, dos transportes.

Quero dizer o seguinte: esta Comissão, a Senadora Fátima e eu, Zenaide, o que a gente mais tem feito ultimamente no Estado do Rio Grande do Norte é ser chamado por instituições sérias que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tiveram contingenciamento assustador e que estão sem condições de trabalhar, como está aqui a CBTU. Isso é uma realidade que a gente está vendo.

E quero dizer o seguinte, Professor, de tudo que o senhor mostrou aqui: por que o setor produtivo não está aqui? Será que a gente tem de dizer, por exemplo, que não são as classes C, D e E que usam mais precisamente... Eles é que usam esse tipo de transporte porque o custo é menor. Eu sou lá do Rio Grande do Norte e vejo que, por R$0,50, todo mundo quer esperar o trem ou o VLT. Existe uma política, independentemente de cor ou partido, infelizmente, neste Governo, que, se a gente já não tinha os investimentos necessários num país continental para estimular essa produção a ser levada para os lugares, de estímulo direto ao carro e ao setor de transporte público, o tratamento está sendo o mesmo para a educação. Para a educação pública, que é onde a gente sabe que estudam os nossos jovens e crianças – mais de 80% estão nas escolas públicas –, o que a gente está vendo é contingenciamento de recursos, do mesmo jeito que estão contingenciando para o público. Quando é para o público, para a parte social, há o contingenciamento, infelizmente, para as universidades, para os institutos federais. Não existe nenhuma instituição séria neste País que não esteja pedindo socorro. A Polícia Rodoviária Federal está diminuindo suas operações na apreensão de drogas, no combate à prostituição infantil por falta de recursos. Mas eu costumo dizer que é político.

A gente tem essa crise econômica, mas eu acho que ela é muito mais política, porque, quando a gente está aqui nesta Casa, a gente sabe que o investimento econômico é importante, mas sem o social a gente não chega lá. Não é tirando da educação do povo, não é oferecendo uma educação de qualidade para poucos privilegiados, e deixando mais da metade da população sem isso que a gente vai conseguir. Não é tirando, desviando do transporte – tudo isso é uma coisa só que a gente está vendo –, não é diminuindo o acesso à saúde pública deste País que a gente vai ter isso.

Ao mesmo tempo, a gente vê renúncias fiscais de bilhões para gigantes do mercado. Isso a gente vê todos os dias, como foi com a Medida Provisória 795. Os técnicos desta Casa disseram que a renúncia fiscal é de 1 trilhão, mas o Governo diz que é só de 800 bilhões. Não é incentivando a sonegação fiscal que a gente vai resolver.

Então, por isso eu digo que é econômico, mas, na verdade, é político. Não está existindo interesse em defender as classes C, D, E. Eu acho que é como me chamou muito a atenção: a gente está discutindo isso aqui, e não está o setor produtivo, que é de importância fundamental.

Então, quero dizer o seguinte: a vontade é política. Por isso eu digo aqui para quem está me vendo, vocês, técnicos, trabalhadores, que, sem a vontade política, a gente vê que o VLT vai para a zona sul, onde a maioria já tem transporte individual, privativo, e deixa de ir para uma população... Se fosse falar em termos de números, se você tem milhões, 1 milhão de passageiros, é claro que deveria ir para onde tem esse milhão. Mas a pressão é maior para a área... Eu digo isso pelo que vejo em Natal. Tudo que é para a Zona Norte, que hoje tem 400 milhões de habitantes – a Fátima sabe como é isso –, seja um viaduto, seja o que for, é dificílimo. Agora, se for para a Zona Sul da cidade... Não é que a gente não queira que se desenvolva. Que se desenvolvam a duas!

Então, essa vontade política de cobrir a população... Eu digo o seguinte: a gente não pode deixar à deriva justamente os mais carentes e vulneráveis, que são a maioria da população brasileira, e, infelizmente, é o que a gente está vendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, aqui, como Fátima, todos me perguntam: "De que lado você está?" Eu digo: estou do lado dos trabalhadores, do homem, da mulher, do jovem e da criança brasileira.

Eu, como os outros, também tenho de sair, porque sou da comissão que trata da defesa dos deficientes, das pessoas com deficiência. Como sou a 1ª Vice, tenho de estar lá nessa votação.

Quero agradecer a cada um. Foi excelente! Pena que eu não vá ouvir o Dr. Octávio nem a Teresa Cristina! Ouviu, Fátima? Mas deixo aqui o meu recado.

Quero dizer: é vontade política! Ouviu, gente? A área econômica está diretamente ligada à vontade política.

Bom dia!

Vou lá para defender os deficientes, que são quase 25% da população e que, muitas vezes, passam desapercebidos.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigada, Deputada Zenaide. Represente-nos também nesse importante debate que diz respeito aos direitos das pessoas com deficiência!

Quero aqui, mais uma vez, destacar o quanto a Deputada Federal Zenaide Maia tem sido presente aqui, nesta Comissão, que, como o próprio nome diz, é a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Portanto, é dever desta Comissão, é obrigação desta Comissão pautar todos os temas que dizem respeito aos desafios do ponto de vista regional e do ponto de vista do turismo. Coincidentemente, não há um tema que tenha uma ligação tão forte para a promoção do desenvolvimento regional e do turismo que não seja o tema hoje aqui em debate, que é exatamente a questão do transporte público.

Quero aqui registrar, com muita satisfação, a presença entre nós da Senadora Lídice da Mata, que é Vice-Presidente desta Comissão, uma Senadora extremamente atuante, com uma trajetória política extremamente respeitada não só na Bahia, mas em todo o País.

Senadora Lídice, sei que, hoje, quarta-feira, é o dia mais movimentado no Congresso Nacional, porque é exatamente o dia em que funcionam praticamente todas as comissões permanentes da Casa. Por exemplo, agora mesmo, está em funcionamento a Comissão de Assuntos Econômicos, a Comissão de Assuntos Sociais, a CCJ, bem como outras comissões temporárias etc.

Mesmo assim, a Senadora veio aqui, evidentemente para prestigiar o debate, pelo quanto ela considera este tema importante.

Eu perguntaria, Senadora, se quer ouvir agora já o Octávio. Em seguida, eu passaria a palavra a V. Exª. Fique à vontade.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Bom dia, Senadora, já que a senhora me citou!

Bom dia a todos! Quero saudar todos os que estão aqui presentes.

Vou, sem dúvida, ficar aqui para ouvir a fala do Dr. Octávio.

Quero dizer da importância deste debate que travamos aqui hoje. Este debate sobre trens urbanos e sobre a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) é um debate extremamente importante. A CBTU e, no passado, o Geipot, que era o órgão que tratava do transporte no Brasil, geraram para o povo brasileiro intervenções importantes e, eu diria, um grupo de técnicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

especializados em transporte no Brasil que hoje faz muita falta ao País. Ele foi acabado no governo Collor. Mas a Companhia Brasileira de Trens Urbanos mantém, portanto, uma tradição de pensar as cidades e o transporte urbano nas cidades brasileiras, o que é indispensável no Brasil.

Sei da motivação de V. Exª em discutir a diminuição, o corte, a redução orçamentária dos recursos para a CBTU no momento em que o Brasil cresce na sua malha ferroviária urbana.

Então, é um tema em que tenho todo o interesse, mas, como disse a Senadora Fátima, hoje é um dia muito agitado, cheio de atividades na Casa. Acabei de vir da Comissão de Assuntos Sociais e devo ir, depois de ouvir o Dr. Octávio, para a CCJ (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), na qual, hoje, haverá duas fases, uma de votação e a primeira em que ouviremos, faremos a sabatina e votaremos os indicados, no caso, para o Conselho do Ministério Público. Tenho de votar lá. Por isso, já antecipo minhas desculpas pelo momento em que precisar daqui sair.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradeço à Senadora Lídice.

Vamos passar a palavra, imediatamente, ao Octávio, que fala aqui em nome do Ministério das Cidades.

O SR. OCTÁVIO LUIZ LEITE BITENCOURT – Primeiro, eu gostaria de agradecer à Senadora Fátima Bezerra pelo convite.

Aqui, na Comissão, estou representando o Secretário Executivo para falar sobre esse assunto tão interessante e tão importante para o nosso Brasil.

Infelizmente, Senadora...

Aliás, desculpe-me, mas eu gostaria também de desejar um bom dia à Senadora, aos Deputados e aos senhores que compõem esta audiência.

Eu vou me ater mais aos números, porque, na verdade, minha especialidade é esta: os números. Não vou entrar na questão da política, porque a gente sabe que, realmente, a questão do transporte público no País é necessária e importante, como o próprio Prof. Rômulo colocou muito bem na sua intervenção.

Eu gostaria, primeiro, Senadora, de colocar a situação do Ministério das Cidades, em termos do Orçamento Geral da União, em relação às despesas discricionárias. Quando estou falando de despesas discricionárias, estou falando do custeio, das despesas correntes. Evidentemente, no caso da CBTU, elas servem para manter o funcionamento dos sistemas de trens no Nordeste, bem como dos metrôs de Recife e de Belo Horizonte.

O Ministério, no ano passado, em relação às despesas discricionárias, chegou à execução de R$637,2 milhões. Especificamente no caso da CBTU, finalizamos com R$265,5 milhões para essas despesas. Para este ano, no Ministério das Cidades, na época da proposta orçamentária para o PLOA 2018, que se deu no ano passado, nós solicitamos como referencial R$1,464 bilhão. Para a CBTU, estávamos pleiteando R$265,5 milhões, que era um valor idêntico ao da execução de 2017. Com a aprovação da lei orçamentária, esse valor ficou em 334,3 milhões. Então, nós temos aí um déficit enorme em relação a essas despesas discricionárias.

Especificamente em relação à CBTU, de 265,5, nós ficamos com 142,2, praticamente a metade das dotações orçamentárias para essa despesa do Ministério das Cidades. Só CBTU!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Isso o senhor está falando só de investimento, não é?

O SR. OCTÁVIO LUIZ LEITE BITENCOURT – Não; eu estou falando de custeio.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Desculpe, só de custeio.

O SR. OCTÁVIO LUIZ LEITE BITENCOURT – O investimento eu não estou... Não está aqui dentro o investimento.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, eu sei. Exatamente – desculpe, é que eu troquei –, isso é custeio. Quer dizer, de 265 milhões, um corte praticamente de 50%.

O SR. OCTÁVIO LUIZ LEITE BITENCOURT – Cinquenta por cento.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E o senhor, naturalmente, deve ter os valores com relação a investimentos.

O SR. OCTÁVIO LUIZ LEITE BITENCOURT – Os investimentos estão mais voltados para o Programa de Aceleração do Crescimento. No ano passado, foram pleiteados 133 milhões no PLOA do PAC, e este ano esse valor ficou em 33 milhões. Esses 33 milhões são para o metrô de Recife e para a modernização dos sistemas de trens urbanos do Nordeste.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Permita-me interrompê-lo só para, enfim, ampliar o diálogo.

Imagine, Senadora Lídice: o projeto de expansão e modernização do Sistema de Trens Urbanos de Natal, um projeto belíssimo, que o superintendente aqui conhece, foi amplamente discutido – inclusive, foi elogiado pela qualidade do ponto de vista técnico que o projeto apresentava –; orçado em torno de 315 milhões, foi inclusive, na época do governo da Presidenta Dilma, incluído no PAC. Então, veja bem, nós estamos falando de um projeto, assim como João Pessoa tem, como outras capitais têm, estamos falando de um no valor de 315 milhões, e de repente o que o governo destina de investimento para o sistema como um todo são 32 milhões. Isso é, enfim... Octávio, é inaceitável um negócio desses. Por isso a importância deste debate aqui, porque essa realidade não pode continuar de maneira nenhuma.

Aliás, isso é muito grave, porque nós estamos caminhando para a seguinte situação: de um lado, Deputado Fernando Mineiro, o nosso foco aqui é o de cobrar do Governo responsabilidade e respeito para com as populações, no sentido de garantir pelo menos o custeio, para que vocês tenham condições e os trabalhadores tenham segurança de colocar exatamente o sistema de trens urbanos em funcionamento – primeiro isso –; agora, nós não vamos aqui abrir mão, de maneira nenhuma, de forma nenhuma, da questão da expansão do sistema de trens urbanos. Não vamos abrir mão disso! Não vamos abrir mão, de maneira nenhuma, porquanto, Prof. Rômulo, se faz necessário, é uma demanda premente, do ponto de vista de atender à realidade da população, no que diz respeito à questão da mobilidade urbana.

Desculpe – eu voltarei a palavra a V. Sª –, mas é inaceitável um negócio desses. Eu gostaria, inclusive, que a câmera focasse aqui um pouquinho. Olhem só o que nós temos: investimento da CBTU, redução de 95% dos valores autorizados da LOA entre 2012 e 2018. Vejam bem, eu estou falando aqui de investimentos: em 2010, nós tivemos 448,327 milhões; 2012 foi o ano de maior pico,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do ponto de vista de aumento de recursos para investimento, 783 milhões – aqui já começava o PAC 2, não é, José Marques? –; em 2013, 220 milhões; em 2014, 340 milhões; aí, em 2018, 38 milhões, volto a dizer, é o valor de que a CBTU dispõe para o sistema que ela opera nas cinco capitais. Isso é inaceitável! Isso é um desrespeito para com a população. Nós temos que reverter isso aqui.

Mas a palavra, novamente, é concedida a V. Sª.

O SR. OCTÁVIO LUIZ LEITE BITENCOURT – Em relação a esses números que foram colocados aqui na Comissão, qual foi a medida que o Ministério tomou em relação a essas despesas correntes? O Ministro das Cidades, Ministro Alexandre, encaminhou um aviso ministerial solicitando, no caso da CBTU, uma ampliação, um crédito orçamentário para ampliar dotações em mais 122 milhões. Com 142,8 nós chegaríamos aos 265,5 milhões para as despesas correntes. Então, nós estamos com um crédito, e a Portaria nº 10, da Secretaria de Orçamento Federal, diz que o prazo se extingue amanhã. Esse crédito já está no sistema, no Siop, faltando agora uma análise por parte da Secretaria de Orçamento Federal.

É urgente e premente esse aviso, como foi colocado pelo Ministro, até mesmo para o funcionamento desse sistema, porque pode haver uma paralisação dele. Porque o Ministério das Cidades está mantendo, pelo menos nos limites mensais, valores em torno de 21 milhões para essas despesas; se multiplicarmos por 12, o valor vai chegar próximo a esse número que nós estamos pedindo aí, dos 265 milhões. Caso isso não aconteça, a previsão que nós temos lá no Ministério é de que a CBTU só vai conseguir funcionar até julho, com risco de paralisação no sistema.

No entanto, Senadora, é bom colocar o seguinte: a governabilidade dessa aprovação envolve outros ministérios. O Ministério das Cidades fez a solicitação, agora depende dos ministérios da área econômica, que seriam o Ministério do Planejamento e o Ministério da Fazenda. E a gente sabe que este é um ano complicado, porque nós temos o teto de gastos, o espaço fiscal. Quer dizer, é um ano muito complicado. Então, a gente está negociando. Inclusive, o próprio Ministro tem conversado a respeito com o Ministro do Planejamento – até então, o Ministro Dyogo –, e nós também, no nosso nível hierárquico, temos feito várias reuniões com a Secretaria de Orçamento Federal, no nível técnico, colocando essa situação para a aprovação, de imediato, desse crédito. É essa a situação que nós estamos colocando.

E há também essa questão dos investimentos. Eu não sei se a CBTU está negociando essa ampliação dos investimentos no PAC, junto com a Secretaria Nacional de Mobilidade Urbana, até porque, quanto à dotação que está hoje, no Orçamento, nós sabemos que é insuficiente para os investimentos. Eu não sei se o Marques tem feito tratativas junto com a Secretaria Nacional de Mobilidade Urbana.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Bom, nós agradecemos aqui a participação de Octávio, que representou aqui o Ministério das Cidades.

Agradecemos, sem dúvida nenhuma, Octávio, por você trazer aqui as informações precisas, o que aumenta mais ainda a nossa preocupação, porque a responsabilidade que você tem, enquanto servidor... Está trazendo a realidade como ela é. E a realidade, como ela é, é exatamente o que você acaba de expor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se esse corte orçamentário não for revisto, o que é que pode acontecer? Simplesmente todo o sistema de trens urbanos que opera nessas cinco capitais parar, a partir de junho deste ano. Isso é muito grave.

É evidente o que o Octávio aqui colocou: o Ministério das Cidades está fazendo o seu papel. Tanto é, que já expediu um aviso, solicitando ao Ministério do Planejamento que seja recomposto o Orçamento.

Desta audiência aqui, Octávio, vai sair, sim, encaminhamentos, e um dos encaminhamentos que vai sair desta audiência é um documento assinado por todos os Senadores e Senadoras que compõem esta Comissão, no sentido de a gente se somar a vocês na pressão, na luta, na cobrança, na exigência da recomposição desse Orçamento.

Essa tesoura de Meirelles e Temer, pelo amor de Deus, tem que ter limite. Ela tem que ter limite!

Às vezes eu fico aqui, imaginando, Senadora Lídice... Não passa na cabeça desses senhores o que é que significa o trem urbano. Como lá em Natal, Mineiro, carinhosamente chamado "trem do grude". O que é que significa isso, repito, para centenas de pessoas, Leonardo, que moram na Zona Norte, Extremoz, Ceará-Mirim, Parnamirim... O que é que significa isso, repito, do ponto de vista da condição que lhes é assegurada, para que essas pessoas saiam de casa e se dirijam ao seu local de trabalho, para que essas pessoas saiam de casa em busca, exatamente, do seu ganha-pão, em busca da sua sobrevivência.

Então, nós não podemos aceitar isso, de maneira nenhuma.

Eu quero, antes de passar a palavra aqui... Eu vou facultar para os superintendentes e facultar também para os nossos convidados aqui... Eu quero aqui ainda fazer algumas considerações, agradecendo mais uma vez ao Octávio, com relação ao nosso Estado, José Marques, e eu gostaria de dialogar com você um pouco, como superintendente da nossa CBTU.

Veja bem: a Região Metropolitana de Natal – você conhece –, possui uma densidade populacional muito alta e, consequentemente, uma malha viária já totalmente saturada. Quando a gente fala da Região Metropolitana de Natal, nós estamos falando de uma região – não é, Mineiro? – que hoje responde por quase metade da população do Rio Grande do Norte. São 167 Municípios, a Região Metropolitana, repito, responde por quase metade da população e tem uma malha viária já completamente saturada.

Por exemplo, a população que usa diariamente o que nós chamamos carinhosamente de "trem do grude", a que eu já me referi aqui, precisa cada vez mais de um transporte mais moderno, mais eficiente etc.

O VLT que está operando em Natal, integrado com outros modais de transporte, é o caminho mais adequado para solucionar o problema de trânsito da cidade e da região. Por isso, a nossa luta pela implementação do projeto de expansão e modernização do sistema de trens urbanos de Natal. Nós tínhamos tanta clareza do que significa isso que, desde quando assumimos o mandato de Deputada Federal – você é testemunha disto –, nós nos integramos à luta pelo fortalecimento da CBTU e pelo papel que a CBTU teria a cumprir não só no que diz respeito à questão de Natal, mas no que diz respeito à questão de João Pessoa, de Maceió, de Belo Horizonte, de Recife, etc. Essa luta, repito, foi uma luta que nós assumimos desde o início, desde o início mesmo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu lembro, Teresa e Senadora Lídice, que eu dizia muito que eu tinha um sonho. Aliás, nós temos muitos sonhos, e um dos sonhos que eu tinha e continuo tendo até hoje era ver Natal e a Região Metropolitana dispondo desses serviços com conforto, com segurança, que seriam exatamente o nosso metrô e o nosso VLT.

Esse sonho começou a ser realizado, Prof. Rômulo – nós temos aqui que reconhecer –, graças aos governos do PT, aos governos Lula e Dilma. Destaco aqui o fato, em 2012, finalmente, de o projeto de expansão e modernização do sistema de trens urbanos de Natal ter sido concluído. Naquele momento, a Presidenta Dilma incluía o projeto no PAC 2, tanto é que, fruto das negociações, em 2014, a Presidenta Dilma publicou o decreto que liberou recursos suplementares no valor de 53 milhões para a modernização do sistema de trens urbanos de Natal, através do PAC 2 Mobilidade Urbana. Naquela ocasião, nós realizamos várias reuniões. A Ministra do Planejamento, você lembra, era a Ministra Miriam Belchior, o Secretário do PAC era o Dr. Maurício Muniz, o Ministro das Cidades era o Deputado Aguinaldo Ribeiro. Naquela ocasião, repito, muitas reuniões foram realizadas para que o projeto do VLT de Natal fosse incluído no PAC Mobilidade Grandes Cidades. Em 2015, a CBTU antecipou o projeto para estender o VLT até o aeroporto e apresentar propostas já no PAC 3.

Vale ressaltar que esse aditivo que houve ao projeto do VLT, que seria estender o VLT até o aeroporto, foi fruto de uma ampla e profunda discussão envolvendo não só a CBTU como os prefeitos da Grande Natal, o Governo do Estado, DNIT, Inframerica, o mandato do Deputado Fernando Mineiro, que participou na ocasião, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte etc.

Esse projeto – para a gente ter noção da importância dele – ia de Extremoz até o aeroporto – o Leonardo o conhece bem já na condição de Superintendente –, chamado de Linha Roxa, seria a terceira etapa de um projeto macro, iniciado em 2013 com a modernização da rede ferroviária. A segunda etapa do projeto já contemplava um anel ferroviário metropolitano no interior da cidade, tendo uma linha que ia até o *campus* da UFRN.

Na época, Zé Marques – você está lembrado –, três VLTs trafegavam entre Ceará-Mirim, Natal e Parnamirim, em 24 viagens diárias, junto com uma locomotiva antiga que iria parar de viajar em breve. A demanda diária naquele momento chegava a mais de 10 mil passageiros. A CBTU estava esperando, naquela época, a chegada de outras nove máquinas, além das cinco que iriam ser incluídas no projeto que contemplava a linha até o aeroporto.

Hoje, como é que está a situação? A Superintendência de Transporte Urbano lá de Natal dispõe, como estrutura de equipamento de transporte denominado frota, de cinco composições de VLTs – não é isso, Leonardo? – e duas locomotivas a diesel, de um total de doze VLTs adquiridos pelo PAC Equipamentos, mas que até o presente momento ainda não foram entregues. E aqui fica a pergunta, Zé Marques: por que essas locomotivas, por que as outras composições, os outros VLTs, não foram entregues até o presente momento? Eram nove; cinco foram entregues, e nove não foram entregues até o presente momento.

Outro tema sobre o qual nós gostaríamos de dialogar aqui, dentro do projeto de modernização e expansão, são os projetos que dizem respeito às estações. As estações previstas eram 30 novas estações, mas infelizmente, até o presente momento também...

O SR. LEONARDO GURGEL DE FARIA DINIZ (*Fora do microfone*.) – No caso, são sete novas, e realocamento...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente, mas é sobre isso que nós queremos aqui também conversar. Como é que anda isso? Porque, até o presente momento, não andou.

Para este projeto, que era o de expansão e modernização do sistema de trens urbanos de Natal, a previsão orçamentária, como já mencionei aqui, Prof. Rômulo, era de R$311,65 milhões, que estão lá no PAC Mobilidade – desde a época do governo da Presidenta Dilma. E hoje o que nós temos aqui, com o Ministério das Cidades acabando de confirmar, é que para investimentos a CBTU dispõe de apenas R$34 milhões.

Enfim, eu quero aqui colocar a importância desse debate, até porque sei que a mesma aflição por que passa Natal, por que passa a região metropolitana do meu Estado é a mesma que vive Recife, que vive Belo Horizonte, que vive Maceió, que vive João Pessoa.

Volto aqui a colocar para os senhores: o nosso papel aqui, como representantes do povo, é acompanhar, é fiscalizar; nosso papel aqui é envidar esforços, fortalecer todo esse movimento, repito, para que o Governo tenha o mínimo de respeito para com as populações beneficiadas por essas importantes políticas de cunho social, como é a questão do transporte público. Portanto, há urgência de que esse orçamento seja recomposto.

Mas quero aqui também pautar que nós não vamos abrir mão, de maneira nenhuma, meu caro José Marques, Diretor-Presidente da CBTU, do projeto de expansão e modernização do sistema de trens urbanos de Natal e das demais capitais onde a CBTU atua, pela necessidade imperiosa, demonstrada aqui com bastante competência pelo Prof. Rômulo, do ponto de vista de demanda da população, pelo quanto a população carece, pelo quanto a população precisa ter respeitado o direito a um transporte público, repito, com eficiência, com segurança e com conforto.

Então, que fique claro aqui para nós neste debate: de um lado, agora, Senadora Lídice, é o imediato, urgente, que é recompor esse orçamento; mas, ao mesmo tempo, nós queremos dar continuidade junto com vocês a esse debate, para que nós possamos recuperar o projeto de modernização e expansão do sistema de trens urbanos, que foi simplesmente arquivado a partir do Governo Temer, foi para o beleléu, ficaram completamente arquivados os projetos de expansão e modernização.

José Marques quer...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vou passar a palavra a José Marques e depois eu quero abrir aqui para os superintendentes se colocarem. Podemos começar por Recife e vamos seguindo a linha: Natal, Maceió, João Pessoa e Belo Horizonte. Pode ser assim? (*Pausa.*)

Pois não, José Marques.

O SR. JOSÉ MARQUES DE LIMA – Obrigado, Senadora.

Para complementar o que a Senadora colocou e também o nosso colega do Ministério das Cidades: com relação a investimento, a gente continua brigando por investimento, para que a CBTU faça as suas expansões em todas as capitais, Senadora. Natal tem um projeto pronto de R$311 milhões, que foi incluído no PAC, como tem Maceió, como tem João Pessoa, como tem Belo Horizonte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– a gente chama de rabicho ferroviário, para ser tratado nesse investimento – e Recife, que seria a ligação com o Porto de Suape, que é hoje um grande vetor de desenvolvimento da Região Nordeste. Tudo isso está sendo tratado.

Mas, no meio dessa tratativa que a gente está fazendo com a Secretaria de Mobilidade, Octávio, hoje apareceu esse grande problema, que é a questão do orçamento de custeio, porque, para que a gente tenha fôlego e sobreviva, a gente precisa da recomposição do custeio imediatamente.

Você falou até julho. Eu coloquei, um pouco antes de você chegar, a questão do corte do orçamento. Fazendo uma conta chamada de conta de padaria: a metade para em junho. Na prática, não é bem assim que funciona a questão de uma operação do sistema metroferroviário. Eu entendo perfeitamente que você esteja lidando com os números.

Vai começar exatamente por Leonardo – a Senadora vai franquear a palavra a ele. Nós temos um estudo exatamente dessa aplicabilidade da redução do orçamento na operação, de como seria essa paralisação. Essa paralisação acontece muito antes de junho. Na verdade, no nosso estudo – que nós fizemos com todos os técnicos, todos os superintendentes, reunimo-nos em Recife –, com essa redução que nós sofremos, nós teríamos que paralisar o sistema a partir de abril já. Nós fizemos uma reunião em Recife e foi constatado isso.

Eu entendo perfeitamente que você está aplicando a questão do número – cortou aqui 50% automaticamente –, mas a gente está lidando com contratos de energia. Nós temos dois sistemas que consomem 30% desse custeio de cada um deles, em média, com energia de tração, e toda a aplicabilidade dessa redução do orçamento passa por um processo interno, e tem que ser antecipado esse fechamento. E isso foi feito no início do ano. Nós fizemos esse estudo em Recife. Tomamos Recife como base por ser a maior operação – o Miguel também vai participar dessa explanação com relação a esse corte. Então, essa é a questão do orçamento.

A questão dos VLTs, Senadora. Nós temos hoje... Só para registrar – a Senadora lembra bem disso como Deputada –, nós operávamos em Natal, Maceió e João Pessoa com composições de trens da Segunda Guerra Mundial, que transportavam a tropa japonesa. Esse era o nosso sistema de trens urbanos nessas três capitais. Natal tinha uma situação pior, porque Natal tem quase o dobro do tamanho de ferrovia em relação às outras duas – Natal tem 54km de ferrovia, enquanto João Pessoa e Maceió têm 34km e 32km respectivamente. E nós atuávamos em Natal com uma locomotiva. Você imagine: 54km com uma locomotiva indo e uma locomotiva voltando! Nós levávamos 1h20min para levar um usuário de Ceará-Mirim até Natal. Foi um grande desafio para nós, técnicos da CBTU, trabalhar nesse projeto. Esse projeto está lá, estamos com esse projeto pronto.

Daí surgiu a questão do material rodante: vamos primeiro atacar a questão do material rodante. E assim foi. Exatamente naquele momento que a Senadora colocou, o então Ministro das Cidade era o Aguinaldo Ribeiro – o paraibano Aguinaldo Ribeiro estava lá –, que encampou esse projeto para recompor o material rodante – Maceió já o tinha feito num primeiro momento, junto com Recife. Então, foram João Pessoa e Natal.

Até agora foram entregues dez VLTs: cinco para Natal e cinco para Maceió. Em Natal, também houve o incremento de duas locomotivas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ MARQUES DE LIMA – ... duas locomotivas novas. Isso foi uma mudança completa no sistema de transporte público sobre trilho. Mas a gente precisa concluir esse processo, como a Senadora colocou. E estamos em cima desse trabalho, junto com a Secretaria de Mobilidade, para tentar alocar recursos para podermos dar seguimento a ele.

Agora, com R$33 milhões fica difícil a gente ter iniciativa. Por exemplo, para chegar à Linha Roxa, a gente primeiro tem que passar pela Linha Amarela. Não temos nem como discutir Linha Roxa, não temos nem como discutir 11km, Léo, Suape-Cabo, não temos como discutir 2,5km, que Léo me pediu agora. Nós vamos fazer no braço 2,5km, porque...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ MARQUES DE LIMA – Posso continuar?

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pode.

O SR. JOSÉ MARQUES DE LIMA – Os 2,5km que o Léo está trazendo ligam... A última cidade, Léo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ MARQUES DE LIMA – Cajupiranga-Parnamirim são 2,5km apenas de um leito ferroviário que já existe. Os prefeitos se colocaram à disposição para construir as estações que nós desenvolvemos dentro da CBTU.

Eu gostaria de registrar um fato com relação... Octávio, eu sei que você cuida de custeio, mas isso a gente está repassando para o Ministério, os nossos técnicos, o que nós desenvolvemos. As estações da CBTU: nós tivemos agora a inauguração de um trecho do Superintendente Marcelo em Maceió, de uma estação Senadora, que foi desenvolvida pelos técnicos da CBTU, uma estação que hoje custa em média R$2 milhões, menos de R$2 milhões.

As estações projetadas num primeiro momento não chegavam a R$6 milhões, R$7 milhões a preço de 2014. Essas estações que foram desenvolvidas são estações modernas, com toda a estrutura para atender. Nós tivemos a implantação da primeira em Maceió. E essas estações vão ser replicadas nas unidades da CBTU.

Eu gostaria de fazer só um comentário, Prof. Rômulo, porque o senhor colocou muito bem e eu me lembrei daquele fato do trem que fura pedra e sai lá... Eu moro lá naquela região. O trem fura pedra e sai lá do outro lado. E faltou o trem de São Gonçalo. Eu estava passando na estação General Osório e olhei para uma placa que dizia "Expansão do metrô: 3 km" – eu acho; não dá nem 3 quilômetros, dá 2,8 da última estação de General Osório àquela última que existia. E estava lá: "Estação General Osório, expansão do metrô, R$364 milhões". Nesse exato momento – foi um pouco antes da Copa de 2014 –, nós estávamos trabalhando numa estação da CBTU para fazer a estação Cidade da Copa e atender à demanda de uma população que precisava na zona noroeste de Recife, numa cidade chamada Camaragibe, que atenderia a Copa do Mundo e atenderia toda uma comunidade, Cosme e Damião, que pedia diariamente uma estação de metrô lá.

Então eu fiz um comparativo: a estação de metrô da General Osório... Obviamente é preciso ressalvar as devidas proporções, mas você estar andando pela rua e se deparar com uma construção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de uma estação de 364 milhões... A nossa estação custou R$6,2 milhões e ainda devolvemos para a União R$240 mil por conta do custo da estação que na execução... Todas foram acompanhadas e executadas pelos técnicos da CBTU. A estação Cidade da Copa, que não é estação de VLT, é estação de metrô, com operação, com rede aérea... Construímos uma estação com o metrô em operação, nós a colocamos em operação antes da Copa do Mundo, e custou R$6,2 milhões, e ainda devolvemos dinheiro para a União.

Quanto a essa operação Copa do Mundo, vale um registro aqui. Quando terminou a Copa do Mundo, foi feito um balanço pelos Ministérios sobre qual foi o sistema de transporte público que melhor atendeu a Copa do Mundo. Poucas pessoas sabem disso, por mais divulgação... Como funcionário da CBTU de carreira, a gente tem prazer de tentar divulgar ao máximo esta situação: de todo o sistema avaliado pelos Ministérios – isso, inclusive, foi registrado por uma revista de grande repercussão –, o sistema que melhor atendeu a Copa do Mundo foi o sistema de Recife, com uma estação de R$6,2 milhões – e eu havia observado que, no mesmo período, estava sendo construída uma estação por R$364 milhões no Rio de Janeiro.

Eu acredito que os usuários do Nordeste sejam iguais aos usuários do Rio, que mereçam o mesmo tratamento. Eu parto desse princípio. Então, a gente não pode aqui deixar de registrar esse fato, que é uma situação que todos os funcionários da CBTU que lidam com isso... Inclusive, a sede da CBTU é no Rio, e todo o corpo técnico da CBTU trabalha voltado para atender às demandas dessas unidades que precisam desse transporte sobre trilho, desses passageiros mais carentes. Então, essa questão de Natal se replica para João Pessoa, se replica para Maceió, Recife e Belo Horizonte.

Só para registrar a questão do investimento, Senadora: João Pessoa, por exemplo, que é minha terra, minha cidade – é aquilo que falei no início – dentro desse mesmo PAC, tem investimento que é um pouco menor do que o de Natal, gira em torno de R$270 milhões a modernização de João Pessoa. Para fazer só a Via Permanente de João Pessoa, eu precisaria de 65 milhões, para remodelar só a Via Permanente, deixá-la em condições de trafegabilidade. Eu recebi R$2 milhões! Então, não dá para dar início a um processo de modernização com esses valores. Isso tudo está sendo discutido.

Eu quero registrar que o Ministro Valdir passou duas horas comigo quando assumiu o Ministério. Pegou todo o projeto da CBTU, se colocou à disposição e disse que vai colocar todo o corpo técnico para nos ajudar. Agora, é fundamental, antes de qualquer discussão sobre investimento: a gente precisa comer. A nossa fome hoje é exatamente a sobrevivência.

Então, voltando ao assunto do custeio: a nossa paralisação é um pouco antes. Como vai começar por Leonardo, de Recife, porque foi lá que nós desenvolvemos esse trabalho de como aplicar essa redução no sistema, nós chegamos à conclusão de que não dava para parar em junho, por conta dos contratos e de toda a desmobilização que o processo requer.

Senadora, era isso o que eu queria colocar com relação a investimento e a custeio.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nós vamos agora rapidamente passar aos superintendentes regionais.

Vamos começar pelo Leonardo, da CBTU de Recife.

O SR. LEONARDO VILLAR BELTRÃO – Bom dia a todos aqui presentes.

Eu queria primeiro agradecer o convite. Acho que é a primeira vez que os técnicos da CBTU são convidados a participar de uma audiência no Congresso, a primeira vez que os técnicos e os gestores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que estão com a bomba na mão são chamados aqui para colocar a sua situação. Esse pode ser o começo de uma história em que a gente coloca realmente a realidade do que está na ponta. Acho que a gente tem alguma coisa a acrescentar, conhecimento; realmente a gente vive o operacional do dia a dia, a gente sabe a situação por que passam tantos funcionários na briga para levar o sistema nessa situação difícil, assim como dos nossos usuários. A gente atende reclamação da imprensa, dos usuários, a pressão da imprensa local dia a dia, noite. Há dias em que a gente não dorme para responder a imprensa, e a população está consciente do seu direito de ir e vir, que hoje é um direito constitucional. Entendo que só com um meio de transporte adequado a gente vai conseguir atender essa necessidade.

Eu diria até que não existe outro meio de transporte ainda desenvolvido no mundo que seja capaz de fazer esse transporte com qualidade e com baixo custo. Deixar de investir em ferrovia significa impedir que a mobilidade aconteça. Eu acho que a CBTU é especialista nisso, é a única empresa nacional que tem conseguido implementar sistema de metrô a baixo custo.

Os custos para implementar o metrô de Recife são da ordem de R$62 milhões a R$50 milhões por quilômetro. Quando a gente verifica o sistema de metrô do Rio de Janeiro, vê 900 milhões; de São Paulo, 500 milhões por quilômetro. Então, a diferença é brutal.

E por que a CBTU consegue implementar sistemas a baixo custo? Por se antecipar à necessidade da população, porque a gente começa a aproveitar caminhos da rede ferroviária, aproveitar esse sistema. E, se não estivesse a CBTU atenta e aplicando e atendendo justamente nesses locais, as regiões mais pobres, esses sistemas estariam todos já invadidos. E, quando a gente fosse implementar, voltaria a ter altíssimo custo de implementação.

Então, a CBTU não só cumpre um papel social fundamental, que aqui foi posto e que é de conhecimento de toda a população, mas cumpre um dever também de conseguir viabilizar e implementar metrôs a baixo custo, assim como foi feito no passado. Por que a Europa consegue ter uma rede tão grande de metrôs? Porque ela começou cedo.

Então os custos de implementação, quando você aposta, num país, em implementação de ferrovia no início, os custos são muito menores. Por isso, a gente está atrasado, está com esses problemas aqui, esses que a gente está passando.

Então, queria agradecer imensamente seu convite em nome da... É a primeira vez. Isto me deixa emocionado: ver pessoas como a senhora, com o histórico que a senhora tem. E já ouço isso através de Marques, através de Leo. Há muito tempo, vejo os elogios de Marques ao trabalho que a senhora faz lá em prol da ferrovia. Isso me emociona bastante. Eu me emociono quando vejo Benedito de Lira, Aguinaldo Ribeiro e vários outros aqui, esses Parlamentares.

Então, quero agradecer muito aqui a presença de todos vocês. O Professor colocou um negócio muito realista. Então, isso realmente me emociona.

E queria primeiramente agradecer a todos vocês esta participação.

Queria agradecer ao Ministério das Cidades, que tem sido...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEONARDO VILLAR BELTRÃO – Posso continuar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria agradecer ao Ministério das Cidades – em nome dos técnicos, dos Ministros que têm assumido lá –, que tem sido muito parceiro nosso. Eles estão integrados com a gente. Sabem das dificuldades, estão lutando, mas a gente reconhece também as dificuldades que se têm em obter orçamento.

Então, acho que é uma coisa aqui... Começa a se formar um grupo, uma consciência. Isso, porque existe a necessidade da luta política. Sem a luta política, a gente não vai conseguir, daí a importância deste momento aqui para todos nós.

A sociedade hoje, toda ela, sabe desse caminho. O que estou dizendo aqui não é novidade, mas a gente não encontrou ainda o caminho de transformar essa consciência em fato, para que ela seja...

O metrô do Recife é uma situação muito difícil. O que a gente está conseguindo aqui, por incrível que pareça... A gente chegou a este ponto de lutar por isso. O que a gente está conseguindo é não paralisar. E não é manter o metrô nas condições em que tem que ser mantido, até para manter o seu patrimônio: é conseguir fazer que a gente opere o metrô, atendendo às necessidades mínimas dos clientes, porque a degradação que tem o metrô de Recife é muito grande.

A gente tem solicitado ao Ministério das Cidades R$130 milhões para atender... Nós temos uma frota de 15 trens sem nenhuma peça sobressalente. Se a gente começasse a adquirir as peças hoje, elas só iriam chegar daqui a seis meses, um ano. E trens estão parando porque não há peças.

Então, de qualquer maneira, mesmo com esse orçamento, a gente corre o risco de paralisar o sistema por falta de investimento. Há estações sem telhado, há várias situações...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEONARDO VILLAR BELTRÃO – E isso é preocupante para a gente, porque, hoje, para se implementar um metrô como o de Recife, se gastariam R$15 bilhões. É um patrimônio muito grande que se está jogando fora, que pode ser jogado fora por falta de recurso, de alguns milhões.

Então, a gente está preocupado. Existe uma preocupação muito grande de expandir o sistema, mas o que está acontecendo hoje é que a gente está se preocupando em não perder o que a gente tem. A gente tem que avançar e se preocupar com aquilo que temos. Então, essa é a situação real hoje da gente e, por isso, eu acho esta reunião muito importante.

É até importante repetir para o Octávio que a situação de Recife hoje, assim como as demais... Eu estou falando do Recife, mas eu conheço muito bem a realidade de outras, que é a mesma. A situação que se coloca hoje é que a gente está brigando por um orçamento para não paralisar o sistema.

Como já foi colocado até por documentação e tal em relação ao metrô: não se está repondo com esse dinheiro sequer as peças de reposição de que a gente precisa, os sobressalentes de que a gente precisa para operar a frota, e lembro que foi comprada uma frota nova, das mais modernas do País. Pois agora ela está sendo paralisada – hoje já há três tens paralisados – por falta de recursos para comprar os sobressalentes – está dentro de um PET que a gente solicitou, que é para comprar peças sobressalentes. Há estações sem telhado, subestações com problema, a gente tem falta de trilho em alguns locais. Então, o sistema está todo degradado em função de vários anos em que, no orçamento, vem sendo colocado o mínimo, ainda que a gente venha usando criatividade – um desespero de todos os técnicos – para tentar manter o sistema e atender seus usuários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não vou me estender, porque eu estou tomando...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEONARDO VILLAR BELTRÃO – Qualquer detalhe depois eu posso colocar.
Queria, mais uma vez, agradecer a todos vocês.

(*Soa a campainha.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nós é que agradecemos ao Leonardo Villar Beltrão, Superintendente da CBTU em Recife. A gente agradece a sua presença tendo em mente a necessidade e a importância deste debate. Estamos aqui, Leonardo, cumprindo o nosso papel, o nosso dever, a nossa obrigação. Não podemos perder de vista nunca que o transporte público de qualidade é um direito da nossa população. É isso, exatamente, o que nos move nesta luta.

Vamos passar para o outro Leonardo, que é o Leonardo Gurgel de Faria, que é o representante da CBTU do meu Estado, da regional de Natal.

O SR. LEONARDO GURGEL DE FARIA DINIZ – Bom dia a todos.

Eu queria parabenizá-la, Senadora, pela atitude e agradecer o convite para participar desta reunião da Comissão.

Quero também informar que eu sou, assim, uma prova viva, na CBTU, do esforço e do bem-querer que a senhora tem para com todos os ferroviários do Estado. O incentivo dado foi muito grande.

Estamos no mesmo barco, junto com o Presidente. Criou-se uma irmandade entre nós, porque, desde a troca de trilho, empresta trilho, empresta dormente, um falta aqui, outro acolá... Então, todos estamos no mesmo barco.

E quero lembrar também o que o Presidente falou sobre a importância dessa modernização: se nós conseguirmos fazer o básico e darmos nova orientação, sairemos de 15 mil passageiros para 100 mil passageiros por dia, apenas na modernização, sem falar em expansão. Isso permitiria baixar o subsídio do Governo por passageiro.

Nós temos hoje projeto já contratado pela empresa EPC, de Minas Gerais, nosso projeto executivo, já para licitar. Estamos esperando somente os recursos.

Como o Presidente também frisou, nós estamos agora estendendo 2,5 km – tentando, não é, Presidente? – para Parnamirim, onde aumentaremos também, com o mesmo material rodante, o número de passageiros. Ainda existe uma promessa – não sei se a gente vai conseguir cumprir – de começar a modernização em duas estações: faremos as Estações de Soledade 2 e Shopping, para começar, porque essas estações estão caindo, os tetos estão caindo, como o Léo falou, e nós não temos dinheiro para a manutenção predial – só para aquelas coisas urgentes, pois tivemos que cortar para quase zero o orçamento.

As nossas viagens, em certo tempo, aumentaram de 22 para 30. Nós temos uma assiduidade e uma pontualidade muito boas, beirando os 100%, quase 98%. Acontece que, com esse corte do custeio, eu tive lá, no Rio Grande do Norte, de uns seis meses para cá, de cortar algumas viagens feitas aos domingos e feriados – o que nós chamamos de "trem da praia".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, assim, eu queria frisar que esse custeio é de extrema importância para os nossos passageiros, porque, a cada dia que passa, a CBTU é mais lembrada. Muita gente desconhecia a CBTU, mas, a cada dia que passa, devido à questão da segurança, à questão do aumento da passagem de ônibus, de greve de ônibus, a CBTU está ficando mais conhecida.

Por exemplo, para a pessoa vir de Ceará-Mirim para Natal ou até para Parnamirim, ela gasta cinquenta centavos. Para ida e volta, a pessoa que vai trabalhar, estudante e comerciante, gasta R$1, enquanto que, se fosse de ônibus, gastaria quase R$10 – e esse valor, há mais de doze anos, não é modificado, são doze anos sem aumento de passagem.

Então, eu me orgulho de fazer parte da CBTU. Algo que me dá prazer é acordar e, todo dia, ir para a CBTU. Eu queria frisar também que a nossa matéria-prima humana é a melhor possível. Todos são muito qualificados e todos têm muito gosto pelo trabalho.

Finalmente, quero informá-la – a senhora falou da questão da Linha Roxa – de que nós já fizemos o estudo de viabilidade, passaria por São Gonçalo até o aeroporto...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEONARDO GURGEL DE FARIA DINIZ – Mas antes de pensarmos na modernização, de pensarmos na expansão, temos que tomar conta, como o Presidente falou, do nosso custeio. Se pelo menos conseguirmos chegar ao custeio do ano passado, que já era pouco, a gente consegue chegar ao final do ano, senão não dá.

Então, eu queria agradecê-la, Senadora, por tudo o que a senhora tem feito pela ferrovia lá de Natal e de todas as outras unidades.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu quero agradecer mais uma vez, Leonardo, a sua presença na nossa audiência pública.

Vamos passar imediatamente para o Marcelo de Aguiar Gomes, da CBTU regional de Maceió.

Vou até lhe adiantar, Marcelo, que o mandato do Senador Benedito de Lira, que vocês conhecem, tem sido sempre muito atuante nessa luta em defesa da ferrovia, da CBTU.

É evidente que o documento que nós vamos retirar daqui será para colocar claramente ao Governo uma cobrança imperativa de recomposição desse orçamento, com a assinatura dele – não só a assinatura, mas também com a participação dele e de todos os Senadores e Senadoras que integram esta Comissão.

Passo a palavra ao Marcelo.

O SR. MARCELO DE AGUIAR GOMES – Bom dia.

Gostaria de parabenizar a Senadora pela iniciativa e agradecer pelo convite para estar aqui hoje dividindo um pouco as angústias que a gente sofre no dia a dia para atender essa população que tanto precisa desses sistemas de trens funcionando no Brasil.

Eu acho que eu sou aqui o mais antigo da turma – vai fazer sete anos agora que eu estou à frente da CBTU de Maceió – e acompanhei todo esse investimento que foi feito desde 2008. Quando eu iniciei, a CBTU estava caminhando para ser fechada. O José Marques foi o meu primeiro superintendente – quando eu cheguei à CBTU, ele era o superintendente e, depois, foi para outras unidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Maceió, como a senhora falou, graças ao empenho e ao trabalho do Senador Benedito de Lira, saiu na frente nessa modernização, e a gente vem sendo o laboratório da CBTU para todos os demais sistemas, para esse investimento.

Eu gostaria de ressaltar a importância dessa recomposição da nossa LOA para que a gente possa manter o sistema andando no fio da navalha, como colocou o Presidente. Mas não podemos esquecer que nós precisamos demais da continuidade dos investimentos, porque, cada vez que não é feito um investimento, nosso custeio aumenta. Então, a gente precisa que os investimentos em todas as unidades continuem. Só para vocês terem noção, em Maceió, a nossa oficina de manutenção não comporta a manutenção; a gente faz hoje uma manutenção com muita luta. Eu quero agradecer aos técnicos da CBTU, que tiram leite de pedra mesmo para fazer essa manutenção, porque, na oficina, só para vocês terem noção, não cabe um VLT inteiro – a oficina não comporta –, e não foi feito ainda investimento. Isso nos preocupa demais, Senadora, porque a gente não transporta animais; a gente transporta vidas. Maceió, hoje, transporta 225 mil pessoas por mês, e a gente precisa transportar essas pessoas de uma maneira segura. De 10 a 12 mil pessoas por dia precisam ir e voltar para suas casas. Então, está nas nossas mãos a responsabilidade de fazer a manutenção apropriada desse material rodante, o que, infelizmente, a gente não vem conseguindo fazer por conta, como o Leonardo falou, da falta de compra dos sobressalentes. Em Maceió, há hoje oito VLTs em operação. A gente conseguiu obter o sétimo agora, voltando à operação, mas a gente estava só com seis em operação. A gente já está tendo que tirar peças de um trem para colocar em outro para manter o trem andando. É aquele canibalismo. Isto é muito preocupante: a falta de investimentos.

Então, acho que a gente não deve se ater somente à questão do custeio mesmo, não, Senadora. A gente tem que brigar pela continuidade dos investimentos e das estações também. À medida que a gente não faz investimento nas novas estações – em Maceió, conseguiu-se enxugar o custo de implantação das estações –, esse custo também vai aumentando, porque a gente não faz as manutenções devidas. Assim, vão aparecendo vazamentos, vão aparecendo problemas de eletricidade, e isso vai aumentar a questão do custeio.

Eu queria...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Só um dado, se possível, Marcelo. O projeto de Maceió, inicialmente, de expansão e modernização, estava em torno de quanto?

O SR. MARCELO DE AGUIAR GOMES – Primeiramente, foram 170 milhões e, após alguns estudos e novos cálculos, Presidente, após a entrega do projeto executivo, foi para 230 milhões.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Foi liberado quanto de recursos ao longo desse período?

O SR. MARCELO DE AGUIAR GOMES – Lá em Maceió a gente já conseguiu investir em torno de 180 milhões, com a aquisição dos trens, porque lá em Maceió a gente já começou a modernização das estações.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu sei.

O SR. MARCELO DE AGUIAR GOMES – A gente já tem novas estações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O.k. Era só para...

O SR. MARCELO DE AGUIAR GOMES – Então, já foram investidos esses valores, mas já faz um tempo que a gente não consegue dar continuidade a esses investimentos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO DE AGUIAR GOMES – Eu gostaria de ressaltar aqui a expansão que foi feita lá, que o Presidente colocou, na questão do Jaraguá, onde a gente implantou dois quilômetros de via, e a importância para a cidade de Maceió, porque o Jaraguá está muito próximo ao mercado de trabalho de Maceió. Quem conhece Maceió sabe que o mercado de trabalho, em sua grande parte, se concentra em Ponta Verde, Pajuçara, Jatiúca. Então, a gente proporcionou à população que sai lá de Rio Largo, localizado a 32km, que venha disputar o mercado de trabalho com a população ali, não sendo mais necessário pegar um trem e, depois, outro ônibus. Então, foi muito importante.

E não foi só transporte que a gente levou lá para Maceió, para Jaraguá. O Jaraguá é um bairro importante de Maceió, porém a localização da nossa antiga estação era num local que estava uma verdadeira cracolândia. Era um local extremamente degradado, com altos índices de violência. E a gente conseguiu mudar, com a implantação dessa estação, toda a realidade daquele local ali. Então, foi também uma mudança para a cidade de Maceió. E a gente precisa continuar com esses investimentos nas outras unidades.

Agora eu queria colocar um pouco aqui, complementando a exposição do nosso Prof. Rômulo, o quanto a gente está na contramão dos investimentos em questão de ferrovia. Eu peguei aqui um exemplo que acompanho. No México, que é, praticamente, um país semelhante ao Brasil, o metrô da Cidade do México foi inaugurado no mesmo ano do metrô de São Paulo. Hoje o metrô da Cidade do México tem 200km de linha, e o metrô de São Paulo têm só 70. As pessoas passam, em média, 60 dias dentro de um carro em São Paulo. Então, isso é dinheiro que está sendo perdido, porque essas pessoas podiam estar produzindo, e, infelizmente, estão perdendo esse tempo no carro. Se não estiverem produzindo, poderiam estar em sua casa, com sua família, passando mais tempo com seus filhos. Então, isso é muito preocupante. O México investe cerca de 2% do seu PIB em transporte público. O Brasil investe 0,05% do PIB em transporte público. Então, isso é muito preocupante. A gente precisa correr atrás desses investimentos.

Outro dano terrível com a falta da ferrovia no Brasil – já estou me atentando à questão da logística – é a questão do nosso custo hoje pela falta de ferrovia. Em um país continental como o Brasil, a nossa produção, a nossa logística toda é feita por caminhão. Então, isso é um absurdo também. O custo fica bem elevado. E as pessoas não se atentam que não é só a questão do custo de investimento. Há a questão importante das vidas que estão sendo perdidas nas estradas. São 500 mil pessoas que morrem todos os anos no Brasil, e a sua grande maioria devido a acidentes entre carro e caminhões. E ainda há a questão da carga horária dos caminhoneiros, que também foi afetada com aquelas mudanças que ocorreram. Eu entendo que, se houvesse uma ferrovia, se toda essa produção estivesse em trens, teríamos números muito melhores para apresentar.

Aproveito que estamos nesta Comissão que também trata do desenvolvimento do turismo para deixar o seguinte pensamento: vocês já pensaram se houvesse um trem ligando todas as capitais do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nordeste, para a questão do turismo, o quanto seria importante para o crescimento? Quem viaja para fora, quem foi à Europa sabe o prazer que existe ao se deslocar por trem. Fazer uma viagem por trem é fantástico. Temos alguns trens de turismo no sul do Brasil. A ferrovia faz falta para o turismo também.

Não vou me alongar mais. Queria mesmo agradecer. Como o Leonardo falou, esta é a primeira oportunidade que temos. Eu tenho quase sete anos e é a primeira vez que sou convidado.

Queria parabenizar a senhora pela iniciativa, muito importante para todos nós.

Obrigado a todos.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradeço a participação de Marcelo, Superintendente da CBTU Regional Maceió.

Imediatamente vamos ouvir, pela CBTU Regional de João Pessoa, Paulo José de Mello Barreto.

O SR. PAULO JOSÉ DE MELLO BARRETO – Bom dia a todos.

Eu quero começar parabenizando a Senadora Fátima pela iniciativa, parabenizando o nosso Presidente José Marques, que tem sido um guerreiro incansável nessa luta. Isso realmente temos de destacar. Parabenizo nossos apoiadores políticos também, o nosso Senador Benedito de Lira, o nosso Deputado, hoje Líder do Governo, Agnaldo Ribeiro, os demais operadores dos nossos Superintendentes.

Quanto às dificuldades, Senadora, eu acho que já foram muito bem colocadas aqui pelo nosso Presidente José Marques, numa forma, eu diria, didática; da mesma forma, pelo Leonardo, aqui de Natal; pelo Marcelo, fechando aqui com o nosso Miguel.

O nosso sistema é muito semelhante, muito parecido com o de Natal. Nós contemplamos o sistema de João Pessoa. Além da capital, contemplamos mais três Municípios. São Municípios importantes da região metropolitana – Santa Rita, Bayeux e Cabedelo, que é nossa cidade portuária e que há pouco tempo também recebia o trem de carga, pela questão dos navios. Enfim, também foi paralisado.

Com esse corte de orçamento, nós estamos prejudicando também mensalmente 170 mil passageiros. Dá uma média de 7,5 mil passageiros/dia. É mais ou menos – não é, Leonardo? – a mesma quantidade de passageiros que transportamos.

Então, mais uma vez, agradeço a todos, ao nosso Prof. Rômulo, ao nosso amigo Octávio. Tive o prazer de trabalhar com Octávio lá no Ministério das Cidades. Esperamos muito o seu apoio lá, diretamente, junto ao Ministro. Agradeço à Teresa Cristina. Agradeço a todos.

Esperamos que, se Deus quiser, recomponhamos o nosso orçamento, com o apoio de todos nós.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradeço ao Paulo também, que representa aqui a CBTU de João Pessoa.

Imediatamente vamos passar para Miguel da Silva Marques, da CBTU regional de Belo Horizonte.

O SR. MIGUEL DA SILVA MARQUES – Bom dia a todos!

Bom dia, Senadora! Vou reiterar os parabéns que a senhora recebeu aqui, porque eu tive também uma audiência pública lá na Câmara dos Deputados, que foi convocada pelo Deputado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal Diego Andrade, Presidente do PSD em Minas Gerais, uma pessoa que tem nos ajudado muito no Estado quanto a essa questão do metrô.

Eu acredito que nós só vamos ter salvação para o sistema quando os políticos locais de onde nós estamos instalados tiverem esse tipo de atitude de chamar essa discussão, para que venha a haver o olhar de um grupo, de um político, para que nós possamos fazer tudo aquilo de que se necessita, porque metrô não é barato, fazer metrô não é barato. A gente sabe que os Deputados e os Senadores têm as emendas individuais para cidades para as quais eles trabalham, mas o metrô, a CBTU só vai ter desenvolvimento quando houver uma consciência, na minha opinião, de um grupo do Estado, de Deputados e Senadores, chamando a atenção para isso.

Em Belo Horizonte, a gente sai um pouco aqui da turma do Nordeste, nós temos os mesmos problemas. A gente trabalha hoje com 19 estações, temos uma frota de 35 trens, transportamos hoje uma média de 220 mil passageiros dia. Belo Horizonte teve um corte no orçamento de 40 milhões. Nós necessitamos – na verdade nós pedimos isso –, para que a gente pudesse se estabelecer, funcionar e não deixar parar, de 228 milhões. No meio termo, ficou em 97, tivemos um corte de 40, caiu para 57. Então hoje nós necessitamos de algo dessa ordem aí.

Um fato bem levantado por Leonardo: a CBTU, eu a vejo como um tripé. A gente tem o custeio, o investimento e a manutenção. É como se fosse o corpo humano. O custeio, bem falado pelo Presidente, é a alimentação nossa. O corpo humano necessita de água e comida todo dia. É o que a gente está aqui buscando: a água e a comida. Mas nós sabemos que, se não houver um investimento, se não houver uma manutenção do próprio corpo, ele vai parar. O custeio garante o funcionamento, mas o investimento e a manutenção garantem a permanência do sistema.

O sucateamento tem ocorrido em Belo Horizonte, tem ocorrido muito em Recife, e, quanto mais tempo se vê ausente investimento e manutenção, esse sistema está se degradando. Vai chegar uma hora em que ele vai parar, não por ausência do custeio, mas por um infarto mesmo, porque não está tendo o exercício físico de que o corpo precisa. Ou seja, a gente está aqui brigando, passando um remédio numa ferpa que está na pele, mas, se não tirar de lá esse espinho, a gente vai ter um problema de forma permanente.

Eu também não vou me delongar. Eu acho que foi tudo muito bem colocado. Mas acredito que tem que ser deixado claro aqui a emoção que o Leonardo mostrou na fala dele ao chorar, porque ele é um funcionário da casa, é concursado; o nosso Presidente é um funcionário da casa. Essa emoção, esse comprometimento há entre nós também. Quem vive o dia a dia com essa turma sabe que essa empresa não parou ainda pelo comprometimento desses funcionários que estão lá dia após dia. Em Belo Horizonte nós temos casos de pessoas que pegam ali para inventar peça, porque é um sistema tão antigo que empresas que poderiam fornecer não têm atestado para fazer. Então nós temos pessoas comprometidas lá.

A nossa matéria-prima, como o Leonardo falou, tem que ser valorizada sim, porque vejo que hoje o nosso sistema continua por causa de pessoas como o nosso Presidente e o Leonardo, que são pessoas da Casa, que têm um grande comprometimento.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MIGUEL DA SILVA MARQUES – Finalizo novamente parabenizando a senhora e pedindo que cada Parlamentar, de cada Estado, tenha nesta próxima legislatura um comprometimento e um olhar para a nossa Companhia Brasileira de Trens Urbanos, porque ela não merece morrer.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Miguel, agradeço também a sua participação.

Agora, vamos facultar a palavra ao Deputado Fernando Mineiro.

O SR. FERNANDO MINEIRO – Senadora, quero primeiro parabenizá-la pela iniciativa de trazer um tema que é dos mais esquecidos, invisíveis, quando se fala de mobilidade, que é a questão dos trens, do metrô, principalmente porque atinge a parcela mais pobre e também mais invisível da população nessas quatro capitais.

Fiquei muito impressionado com a situação, com a realidade com que estamos nos deparando, que é pior do que aquela sobre a qual vínhamos conversando. Acompanho essa situação lá no Estado, os projetos, a luta que a Senadora Fátima tem feito para modernizar e ampliar o sistema, que é um projeto fantástico. Mas saio daqui muito preocupado, porque se trata de tirar o sistema... Ele está funcionando por aparelho respiratório, então, tentando respirar. E isso à luz do custeio do ano passado. Os 265 milhões foram baseados no ano passado. Não estão inclusos: inflação, custos, aumentos, contratações, despesas que o custeio tem. E tem a metade. Não consegui identificar...

Acho que seria importante, Senadora, que cada superintendência fizesse um quadro de qual é a demanda do custeio específico. Eu sei que, com base no ano passado, nós temos uma volta talvez de uns 140 ou 150, mas seria bom, talvez, para compor um documento final para essa ação que a senhora já anunciou de discutir com a área econômica, saber quanto é o custeio específico de cada superintendência de cada uma das capitais, porque os 145 milhões de déficit são baseados no orçamento que foi executado no ano passado. É provável que seja bem maior este ano, o que é real. Então, é um quadro muito preocupante o dessa situação.

Estou muito impressionado com a questão dos investimentos. Só o projeto de modernização e ampliação de Natal é de 311 milhões, aquele projeto que nós estávamos acompanhando até 2015, 2016. Eu acompanhei várias ações e várias reuniões para tentar saber o impacto dele principalmente na zona norte da cidade.

E aí nós temos um investimento global na CBTU de 38, de 34, global para todas as cinco capitais. Só de Natal... Eu vi que, em João Pessoa, é de 270. E qual é o investimento de cada uma das outras? Em Belo Horizonte, é de quanto o investimento previsto?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FERNANDO MINEIRO – Não tem... A senhora tem?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ MARQUES DE LIMA – Em torno de 150 milhões.

O SR. FERNANDO MINEIRO – Cento e cinquenta milhões só para garantir que não degrade mais.

O SR. MIGUEL DA SILVA MARQUES – Exato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO MINEIRO – Então, só aqui nós temos, rapidamente, 660 milhões nessas três que colocaram. Temos 5%, se houver, da demanda de cada uma das três que estão aqui. Isso é gravíssimo e deixa muito claro qual é a importância da ferrovia no projeto em curso no Brasil. Porque se trata disto, a discussão é: qual o programa, qual o projeto que está sendo implementado no Brasil? E qual o lugar da ferrovia, do transporte público nesse projeto? Se você tem 5% só em três praças previstas, é gravíssimo.

Então, sinceramente, a gente fica até sem muita saída, pela gravidade da situação. Não é grave; é gravíssimo! Pelo custeio e pelo investimento, não tem nem... Eu vim aqui até preparado para a gente retomar a ideia do projeto de expansão e modernização de Natal. Não tem nem como falar sobre isso, porque é um negócio tão absurdo, tão assustador! Não há palavras para a gente poder discutir sobre investimento.

Então, acho que é seriíssima essa questão do custeio. Agora, para investimento, a gente tem que pensar um movimento mais amplo, Senador. A minha sugestão é ter uma pactuação das cinco cidades, das cinco praças, digamos, das superintendências, com o seu mandato e levantar um movimento nacional para reposicionar. Tem que começar mais do que do zero a reposicionar a discussão sobre os investimentos, pelo menos nessas cinco praças.

É o que eu tenho a dizer.

Sinceramente, é muito difícil, pior do que a gente tinha conversado ontem, muito pior.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quero agradecer mais uma vez a participação do Deputado estadual Fernando Mineiro.

Nós vamos partir agora para as conclusões da nossa audiência. Eu vou facultar a palavra à Mesa se quiserem fazer algumas considerações gerais.

Vamos começar pelo José Marques.

O SR. LEONARDO VILLAR BELTRÃO – É que o Marques pediu para colocar uma informação que eu esqueci de citar. Quanto tempo eu operaria com os recursos que a gente tem se não vier o reforço? Na verdade, em 5 de março, a gente tinha feito um estudo de que a partir de 5 de março a gente tinha de paralisar basicamente quase todo o sistema e operar uma única linha, a linha do centro, de segunda a sexta-feira, unicamente no horário de pico. Então, a gente estendeu isso, está gastando, mas a situação está ficando cada vez mais complexa. Neste mês, a gente já não cobre o orçamento para pagar os terceirizados. A gente já começa a ter falta de recursos e, forçosamente, vai começar a parar. Já está havendo falta de pagamento a alguns terceirizados, já está começando movimento de greve, já temos de administrar isso no dia a dia, a paciência dos prestadores de serviço. Já estamos com esse problema *in loco*.

Obrigado.

O SR. FERNANDO MINEIRO – Presidente, a minha sugestão é de que pudéssemos rapidamente, como ele fez, falar qual é a situação, até quando vai, cada um, rapidinho. Recife é esta semana, pelo que eu entendi. E as outras?

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Rapidamente, Belo Horizonte?

O SR. MIGUEL DA SILVA MARQUES – Acompanha Recife.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – João Pessoa?

O SR. JOSÉ MARQUES DE LIMA – Eu acho que, por não terem energia de tração, João Pessoa, Natal e Maceió sobrevivem um pouco mais, mas é uma sobrevida muito pequena, Deputado. Era essa a colocação que eu gostaria de fazer para o Octávio, para ele entender a dinâmica da aplicabilidade da redução. Maio, aproximadamente.

Só um detalhe, o Ministério não só sinalizou a luta, como o Octávio colocou aqui, como também o Secretário Executivo, o Silvani, que é membro do Conselho de Administração da CBTU, disse: "Zé, vamos operar, vamos trabalhar dentro do limite do que estava sendo gasto mês a mês". Num primeiro momento, nós tivemos uma redução drástica, no início do mês. Temos até um quadro do que foi consumido em janeiro e fevereiro.

Então, essa sobrevida inevitavelmente acabará, porque o próprio custeio que foi aprovado acaba literalmente. Então, mesmo com aquilo, como você ponderou, que é perfeito para que a gente, que não parou em março, não pare agora em abril, a gente está gastando no mesmo patamar do que estava gastando o ano passado, um pouco menos, com alguns ajustes que estão sendo feitos.

Esses ajustes, Deputado, têm uma repercussão muito grande, porque, infelizmente, a gente sabe que quando aperta a situação, normalmente, tende a arrebentar do lado do mais fraco. E, por incrível que pareça, nós temos 5.000 funcionários – me permita só mais um minuto, Senadora, para esclarecer, porque isso é importante –, temos 4.850 funcionários concursados de carreira na CBTU, e temos também ferroviários que não são concursados, que prestam serviço terceirizado nas empresas, que hoje, no Brasil, giram em torno de 2.500 pessoas para ajudar esse sistema a funcionar. Esse pessoal não está na folha de pagamento da CBTU, no recurso folha; ele está no recurso custeio. Na hora em que o custeio aperta, onde é que vão cortar primeiro? Então, há funcionários, Senador, que, na hora do corte, já começam a ficar sem receber salário, porque é salário das atividades meio: limpeza, conservação. Então, há toda uma degradação do sistema. Quando há o corte, não é só o sistema que para por falta de operação, energia, óleo diesel, manutenção de via; para também por falta de funcionário.

No início do ano, quando nós tivemos a iniciativa de fazer a reunião para discutir o que foi aprovado, a primeira atitude do superintendente – temos dois superintendentes advogados; nós, o resto, somos técnicos de outras formações da casa –, a maior preocupação dos dois advogados: "Marques, nós vamos começar a gastar o que nós não temos autorização para gastar". A primeira preocupação deles como superintendentes foi disparar o comunicado para as empresas já para prepararem o aviso prévio daqueles funcionários que precisam muito do sistema, de emprego, desse pessoal. E nós precisamos deles. São ferroviários que eu também parabenizo.

A ferrovia não é feita só por funcionários de carreira concursados como eu. Uma prova disso está aqui: três superintendentes que não são de carreira, mas que, como a Senadora Fátima sabe, já têm matrícula há muito tempo, porque defendem a ferrovia juntamente conosco, que há 32, 33 anos, entrei junto com meu amigo Leonardo em Pernambuco, estamos nessa luta, batalhando.

Então, é isto que eu gostaria de registrar: esses funcionários terceirizados são os primeiros a sofrer as consequências dessa redução do custeio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O.k. Nós vamos passar a palavra agora para o Ministério das Cidades. Sr. Octávio, quer fazer uso da palavra ainda?

O SR. OCTÁVIO LUIZ LEITE BITENCOURT – Não.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não.

Então vamos passar a palavra para o Prof. Rômulo.

Mais uma vez eu quero destacar a presença dos companheiros da Federação Nacional dos Metroviários. Agradeço a presença. Não sei se algum de vocês gostaria de fazer uso da palavra.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois não. Venha antes de eu concluir.

Romeu José Machado Neto, Presidente do Sindimetro – Minas Gerais.

O SR. ROMEU JOSÉ MACHADO NETO – Boa tarde a todos.

Agradeço à Senadora a oportunidade e digo que, para tentar resumir a gravidade da situação pela qual a gente está passando, todos estão passando, sindicatos, empresas e movimentos dos trabalhadores, com essa situação, se uniram. A gente caminha sempre em linhas paralelas, mas, nessa situação, nós estamos unidos, tamanha a gravidade da situação não só em relação aos trabalhadores, principalmente os terceirizados, que são, como o Presidente falou, os primeiros atingidos por esses cortes, mas também em relação à população, que é tão castigada com diversas medidas para retirar direitos, já tão perseguida socialmente.

Como o professor colocou muito bem, o problema, a valorização do transporte ferroviário não só beneficia do ponto de vista social, mas econômico, e a gente não consegue entender como os governantes não conseguem enxergar que o investimento, a manutenção do sistema metroferroviário é importante para o desenvolvimento social e econômico do País. Então, esses cortes são de tamanha gravidade...

Quanto a essa possibilidade de paralisação, quero deixar um alerta aqui para os governantes: os movimentos sindicais, os movimentos sociais estão alinhados, estão atentos. Nós não vamos deixar que isso aconteça sem uma reação.

Contamos com o apoio da Senadora, a quem convido para ir a Belo Horizonte, onde será muito bem recebida, porque somos metroviários, para comer um pão de queijo, para podermos caminhar juntos nessa luta que é muito importante, fundamental para a população mais carente da cidade.

Obrigado, Senadora.

Obrigado a todos.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O.k., Romeu. Nós é que agradecemos. É importante o seu recado, a sua mensagem.

Teresa Cristina, que é assessora de orçamento da CBTU, pede a palavra também. Por favor, Teresa.

A SRª TERESA CRISTINA ALVES FREIRE – Boa tarde, gente.

Desculpem-me por não saber me comportar, é a primeira vez que eu participo da Mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu queria me colocar para responder, primeiramente, à pergunta do Deputado.

Hoje, minimamente, do que a CBTU precisaria para manter a atividade da empresa seriam R$580 milhões para uma das peças muito importantes, a espinhal da empresa, que é a manutenção, a compra e a reposição de material, que leva em torno de R$560 milhões minimamente. Os R$260 milhões, se forem recompostos, são uma grande preocupação para a CBTU devido à PEC – desculpem-me não saber o número dela no momento, não estar me lembrando. Nós temos uma PEC que, a partir deste ano, já vai valer. A execução, o gasto deste ano já vai valer como referência para os próximos exercícios orçamentários. Se hoje nós ficarmos na base de R$265 milhões, só vão entrar para o ano que vem R$265 milhões e, no máximo, o IPCA. É uma grande preocupação. Isso está regulado e regularizado através da PEC, que hoje já é uma lei. Desculpem-me por não saber o número.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone.*) – É a Emenda 95.

A SRª TERESA CRISTINA ALVES FREIRE – Isso. Desculpem-me por não saber o número.

Isto me preocupa: a diferença que a gente tem entre R$580 milhões da nossa necessidade dita como ideal – vocês me coloquem, por favor – para manter e operar os 180km. Também estou arrendondando o número, gente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª TERESA CRISTINA ALVES FREIRE – Desculpem-me. São 214km de extensão o que a CBTU tem. Nós temos 214km de extensão e, minimamente, precisaríamos de R$580 milhões. Belo Horizonte, hoje, é um grande problema porque não tem investimento, seguido de Recife, em que o investimento é muito pequeno. As de Natal, João Pessoa e Maceió todo mundo fala que são pequenas, mas, para mim, são enormes, porque têm um grande problema e não sofreram, nesses 34 anos, nenhuma adequação e modernização oriunda da rede ferroviária. Nós transportamos esses 22 mil passageiros no murro! O passageiro espera em torno de uma hora para poder voltar. É muito difícil!

A minha grande preocupação hoje, como técnica de orçamento – a gente gere o orçamento da CBTU, e o investimento reflete na manutenção e na operação do sistema –, é a de a gente ficar com R$265 milhões, e isso vai virar referência. Então, essa é a grande preocupação.

No momento, eu estava querendo colocar – desculpe-me –, eu estava aqui tentando falar sobre a CBTU e sobre o número de todos eles.

Esses são os números de que, hoje, minimamente, a gente precisaria.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradecemos a participação de Teresa Cristina.

Agora, vamos passar a palavra rapidamente para o Prof. Rômulo, Professor da UFRJ, para fazer suas considerações finais.

O SR. RÔMULO DANTE ORRICO FILHO – Serão considerações breves e finais mesmo.

Eu queria somente me solidarizar com vocês por todo o trabalho que têm feito até agora e que, seguramente, farão daqui para frente.

Morei em Nazaré das Farinhas, onde ainda havia trem. Eu pegava o trem até São Roque para pegar o barco para Salvador e pulava no trem para saltar na praça ou o contrário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma luta extremamente importante nesse campo social, que é muito forte e muito sério. Eu fiz questão de acentuar na minha apresentação mais o campo econômico, porque eu tinha certeza de que desse campo social e do campo financeiro vocês entenderiam bem mais do que eu.

Também quero me solidarizar por causa da falta de dinheiro por que nossas universidades estão passando, sim! Os cortes têm sido pesadíssimos. A gente tem feito das tripas coração para sobreviver.

Curiosamente, eu pego aqui na internet a arrecadação do Governo Federal. No ano de 2017, houve somente um aumento de R$155 bilhões. Isso é o que está na internet, é o que a Secretaria do Tesouro informou. Alcançou R$1,34 trilhão. Houve um aumento de pouco mais de 10%. Foi o que aumentou. Então, houve a mais R$155 bilhões. Isso significa que o espaço para discussão sobre esse dinheiro existe. E, como também se falou aqui clara e abertamente, é uma decisão política, é uma questão de decidir a prioridade do uso desse dinheiro. Política é exatamente isto: decidir prioridades, optar por "a", "b", "c", "d", "h", escolhê-las no momento e no espaço.

Fica a minha solidariedade, que também é muito forte. Acho que vocês são capazes de criar e fazer uma manifestação muito mais bem organizada do que eu poderia imaginar. Poderia ser feita alguma coisa, tipo uma manifestação durante uma hora em todo este País, com todo mundo de preto, convidando os usuários para também vestirem preto, mostrando o luto por uma possível morte de algo que é imprescindível. É como você cortar algumas fiações do fígado de alguém e imaginar que ele vai ficar em pé.

Então, mais uma vez, externo minha preocupação com essa situação da mobilidade no Brasil. É preciso ter sempre a esperança de que essa luta que a gente trava aqui sempre terá um saldo positivo e poderá, junto com outras, alcançar melhorias e mudar as condições de transporte das nossas pessoas, que é aquilo por que a gente luta e por que a gente tem trabalhado em termos de políticas públicas de transporte.

A universidade brasileira, pelo menos sob esse meu olhar, tem esse objetivo. Não é ensino, pesquisa e extensão; esses são meios. Um dos objetivos é ajudar a resolver os problemas do Brasil.

Mais uma vez, parabenizo a Senadora Fátima Bezerra, cujo trabalho admiro há muito tempo, e todos vocês, pelo enorme e belo trabalho feito.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vou passar a palavra a José Marques, para fazer suas considerações finais.

O SR. JOSÉ MARQUES DE LIMA – Para finalizar, Senadora, até porque, quando eu peguei a palavra, fiz ainda algumas considerações técnicas, eu gostaria de agradecer aos meus colegas. Como bem disse Leonardo, virou uma irmandade. A dificuldade também gera esse tipo de coisa.

Quero agradecer a todos vocês, colegas do Rio de Janeiro; a vocês que estão dividindo comigo essa batalha, esse pacote de dificuldades. Eu só tenho a agradecer por ter uma equipe como vocês para enfrentar esse problema, porque não está sendo fácil, não. Vocês que convivem comigo no dia a dia sabem que não está sendo fácil enfrentar esse problema, mas com vocês eu tenho um pouco mais de vantagem.

Cada grupo político de cada Estado só tem nos ajudado, Senadora. Cada um se posiciona com seu grupo político e tem feito com que a CBTU tenha uma representação dentro do Parlamento.

Eu queria agradecer a todos os demais presentes, ao sindicato. Como ele bem colocou, às vezes, parece até que estamos em caminhos opostos. Eu não acredito nisso, camarada. Eu não acredito nisso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meu camarada, a gente pode até divergir em alguns momentos, mas, sem empresa, não há sindicato. Então, a gente vai continuar lutando por essa empresa. Tenho a certeza de que vocês também entendem isso muito bem na hora em que se colocam para defender a sobrevivência da empresa. A gente diverge em alguns momentos, porque faz parte do ambiente democrático, mas o objetivo é um só: a sobrevivência e a valorização, cada vez mais.

Eu gostaria de finalizar, primeiro, pedindo... Dizem que não se deve pedir desculpas em determinados eventos, mas eu tenho de fazê-lo pela nossa falta de experiência neste ambiente, neste momento tão delicado que nós estamos vivendo, como gestores da empresa, pela minha emoção e a do meu colega em determinados momentos.

Nós somos ferroviários. Volto a dizer: isso não é bem uma doença – esta não seria a palavra, porque seria uma coisa ruim –, mas é como um vício. Há colegas aqui, como o Camacho, que entram e não saem mais. E há alguns Parlamentares que entram na vida da ferrovia, e fica difícil para eles dela saírem, e nós queremos que eles continuem. É o caso da Senadora Fátima, que eu conheci Deputada, lutando pela ferrovia, e que até hoje não abandonou essa luta; do Senador Benedito de Lira, que conheci Deputado; e de tantos outros, como o Aguinaldo, que não nos abandona. E, mais uma vez, nós vamos precisar dessa força parlamentar para que a CBTU saia dessa situação em que se encontra, deste momento difícil por que nós estamos passando, para que a gente possa oferecer...

Em alguns momentos, a gente coloca nossos funcionários, nossa empresa. E o nosso amigo Romeu colocou uma coisa interessante, falando dos usuários. Os usuários, de tudo isso que nós discutimos como empresa, estão acima. A gente nem fala deles, porque eles são o motivo, vamos dizer assim, a razão da existência da CBTU. Primeiro, vêm os usuários, e depois a empresa tem de existir para atender esses usuários.

Então, com o final dessa empresa, quem vai pagar o preço mais alto é exatamente essa camada mais carente da população que precisa da CBTU.

Então, mais uma vez, Senadora, muito obrigado pela sua atenção com a ferrovia.

Obrigado, Prof. Octávio, que tem sido um parceiro desde sempre e que trabalhou com o Paulo no Ministério. O nosso pessoal da CBTU liga para ele todos os dias, a toda hora, a todo instante, incomodando-o.

Paulo, tenha um pouco de paciência com o nosso pessoal, porque esse pessoal de ferrovia é assim mesmo.

V. Exª precisa ver, Senadora, na frente da empresa, em alguns pontos do Nordeste e no Rio de Janeiro também, os funcionários da velha guarda da rede ferroviária, que se aposentam e que não conseguem ir embora. De vez em quando, eu me deparava, em Recife, quando eu era superintendente, com um monte de funcionário aposentado na empresa. Eu dizia: "Tem de se criar alguma coisa para que essas pessoas fiquem aqui, porque eles não conseguem sair da ferrovia."

Então, é isso, Senadora, a ferrovia é apaixonante, mas é uma luta diária.

Eu gostaria de agradecer a todos os presentes pelo apoio que deram nesta audiência pública.

Eu ia falar de turismo, Senadora, mas a gente está enfrentando um problema tão sério! Mas quero só registrar que a CBTU tem projeto de turismo dentro da própria ferrovia. Nos 214km que nós operamos, nós temos projeto turístico pronto. Em Maceió, há um projeto pronto, que iniciou comigo, e o Marcelo deu continuidade. Mas, para chegar ao turismo, a gente precisa sobreviver, fazer com que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a empresa sobreviva para transportar usuário. Mas até turismo nós temos dentro da CBTU. Faz parte do nosso escopo trabalhar, nos horários de vale, o turismo ferroviário da CBTU.

Então, era isso.

Mais uma vez, obrigado a todos. Obrigado, Senadora. Obrigado a todos os presentes.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nós vamos agora fazer também as nossas considerações finais.

Primeiro, é claro, quero aqui, mais uma vez, agradecer a presença de vocês; da Vereadora Natália, que se encontra aqui presente; do Deputado Estadual Fernando Mineiro; dos Senadores e Senadoras que já passaram por aqui.

Agradeço a presença dos nossos convidados: Rômulo; Octávio, aqui representando o Ministério das Cidades, na condição de Coordenador-Geral de Orçamento e Finanças; Teresa Cristina, trazendo a voz do Orçamento da CBTU – olhe que sofrimento vocês estão passando, exatamente agora, no que diz respeito ao orçamento da CBTU –; José Marques, Diretor-Presidente.

Destaco a presença muito importante aqui dos superintendentes regionais. Isso foi muito importante, para que vocês pudessem aqui, Marcelo, com franqueza, com responsabilidade e com seriedade, dizer exatamente, Miguel, Paulo, Leonardo Gurgel, de Natal, e Leonardo Villar, de Recife, o que está acontecendo, para que pudessem falar a realidade nua e crua.

Como disse aqui o Deputado Fernando Mineiro, a situação é mais grave do que o que nós imaginávamos. Veja bem, se isso não for revisto, as populações que dependem, pelo amor de Deus, desse modal de transporte que é o VLT, que é o trem urbano, para garantir o seu ganha-pão, para garantir a sua sobrevivência... Se não for revisto esse orçamento, essa população vai ficar simplesmente totalmente desamparada. Os senhores falaram isso aqui, com todas as letras! Em Recife, por exemplo, e em Minas, já se corre o risco de o trem parar a partir de agora, do mês de abril. Em Natal, em João Pessoa e em Maceió, se não for resolvida a questão do orçamento, talvez não se chegue a maio, não é, José Marques?

Então, isso é um crime, isso é de uma irresponsabilidade sem tamanho! Nós não podemos aceitar isso de maneira nenhuma!

Quando, ao longo desta audiência, nós dizíamos aqui... Isso está correto, porque o foco desta audiência, meus caros superintendentes, é tratar do imediato. Qual é a urgência agora? A urgência é o socorro orçamentário, a urgência é cobrar do Governo a recomposição mínima do orçamento: em vez de R$142 milhões, teríamos de voltar aos R$265 milhões. Ponto. Agora, ao mesmo tempo, nós, como representantes do povo, não vamos, de maneira nenhuma, abrir mão do nosso papel, que é cobrar do Estado brasileiro, no caso, do Governo Federal, as condições para que esse serviço muito importante seja modernizado, para que ele seja ampliado. Isso significa retomarmos a agenda no que diz respeito aos projetos de expansão e modernização do sistema de trens urbanos do meu Estado, em Natal e na região metropolitana, de Recife, de Maceió, de João Pessoa e de Belo Horizonte. Nós não vamos abrir mão disso, nem devemos!

Veja bem, estamos falamos aqui de Natal, mas estamos falando – volto a dizer – que a realidade de lá vale para as demais capitais. Quando falamos de Natal, estamos falando de Natal e de uma região metropolitana que responde por quase 50% da população. O Leonardo aqui colocou que, em função

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dessas dificuldades orçamentárias, ele já foi obrigado a diminuir a quantidade de viagens que o trem urbano de Natal faz. Ele já foi obrigado a fazê-lo em função dessa dificuldade orçamentária!

Hoje, um trem lá de Natal beneficia cerca de 15 mil pessoas, em Natal, em Ceará-Mirim, em Parnamirim e em Extremoz. O sonho que tínhamos, Prof. Rômulo, e continuamos lutando por ele, era exatamente expandir o sistema de trem urbano lá de Natal pela compreensão que temos de que o trem urbano, o VLT, integrado com outros modais de transporte, é a solução mais viável, o caminho mais adequado para resolvermos as questões da mobilidade urbana, no que diz respeito, inclusive, ao problema de trânsito etc. Isso ninguém discute, de maneira nenhuma.

Repito que a ferrovia, o trem, o VLT é o caminho mais adequado, associado a outros sistemas, a outros modais de transporte, para respondermos a esse desafio contemporâneo que é a malha viária saturada etc., com todas as suas consequências. Por isso, avançou no Brasil a retomada do investimento na questão da ferrovia e no sistema de trem urbano, não sem debate, não sem conflito!

Eu me sinto muito à vontade aqui para falar sobre isso, porque, nos governos do meu Partido, os de Lula e Dilma, havia aqueles que defendiam a privatização imediata da CBTU. Vocês sabem disso! Vocês sabem disso! Mas prevaleceu a sensibilidade de um governo que tinha compromisso com o social, prevaleceu a sensibilidade de um governo que tinha um olhar do ponto de vista desenvolvimentista, prevaleceu a sensibilidade do governo. Ao contrário, no Governo de hoje, infelizmente, os olhos de Temer e de Meirelles só estão voltados para o rentismo, para a banca, para os banqueiros. É disso que se trata!

O que é a Emenda nº 95? A Emenda nº 95 congelou os gastos nas áreas sociais, e nós estamos passando aqui por essa situação! As populações de Natal, da região metropolitana e das demais capitais estão ameaçadas, de repente, de não terem como sair de casa, em busca do seu ganha-pão, em decorrência exatamente dessa política suicida. A Emenda nº 95 congelou os gastos nas áreas sociais por 20 anos, mas não congelou, de maneira nenhuma, os recursos para o pagamento da dívida pública, para engordar a conta dos banqueiros e dos rentistas! Teto para a dívida pública não existe, ou seja, para o pagamento dos banqueiros etc. Isso não existe. Agora, há teto para as políticas sociais! E o transporte público é, sim – assim deve ser tratado –, uma política social, Leonardo. Aí teto existe, meu caro Leonardo, Superintendente de Natal.

Então, quando a gente fala do projeto de modernização e de expansão lá de Natal, nós estamos falando não só de manter em funcionamento o que nós já temos hoje e que presta um relevante serviço. A população da zona norte sabe muito bem o que significa isso, de Extremoz, de Parnamirim. A expansão e a modernização significam exatamente o quê? Uma nova fase, para a gente expandir para São Gonçalo, para São José, para Macaíba e para Nísia Floresta. É um projeto idealizado. Mais do que idealizado, é um projeto pronto. Estão lá R$311 milhões. Mais do que isso, ainda no Governo da Presidente Dilma, já estava tudo pronto para serem liberados R$63 milhões para que vocês pudessem iniciar a modernização e a construção das estações. Eram quatro estações que estavam previstas, a da zona norte, a do *shopping* e mais duas estações, das 20 estações que estão previstas.

Infelizmente, o que aconteceu? Veio o Governo Temer, e tudo isso foi arquivado, tudo isso foi suspenso. São os tempos que estamos vivendo: tempos de retrocesso, tempos de governo que entrou pela porta dos fundos. Dá nisso! Brincar com democracia dá exatamente nisso! Desculpem-me, mas tenho de fazer aqui esse desabafo. O que nós estamos vivendo neste País, neste exato momento, é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consequência do ataque à democracia. Rasgaram a Constituição, entrou um Presidente sem voto, sem legitimidade. E o mais grave é que ele entrou e implementou uma agenda que não foi discutida com a população, uma agenda que, infelizmente, tem significado retrocessos e mais retrocessos, ameaças e mais ameaças, como essa que nós estamos a tratar aqui neste exato momento. De repente, suspende-se um direito fundamental, essencial para a população, para a população mais pobre, que é o transporte público. Daqui a pouco, isso será, exatamente, suspenso. Então, isso é muito, muito, muito grave! É muito, muito grave!

Por trás disso tudo, meus caros superintendentes, representantes dos metroviários de todo o Brasil, através da Federação Nacional, do Sindmetro, que aqui está – José Marques, você, inclusive, que é funcionário de carreira, sabe o que está por trás disso –, está a sanha privatista! De repente, é a retomada dessa onda para privatizar, até porque é essa a agenda que o Governo que aí está tem. É um ataque à soberania nacional, haja vista o que estão fazendo com o nosso pré-sal, entregando-o às multinacionais; haja vista o que estão querendo fazer agora com a Eletrobras, pretendendo entregá-la a preço de banana.

Eu estou só colocando isso para que nós possamos estar atentos para o quanto temos de nos unir no sentido de fortalecer a nossa CBTU, repito, não por uma questão de corporativismo, mas, sim – não é, Prof. Rômulo? –, pelo papel histórico que ela tem a contribuir na defesa de um direito inalienável, que é o direito ao transporte público. Marcelo, você sabe muito bem quem representa a maioria das pessoas que pega o VLT todos os dias em Maceió, assim como em Natal e nas demais capitais!

Então, nós não podemos aceitar isso, Senadora Regina, que acaba de chegar, Senadora do PT, do Piauí, que é muito atuante nesta Comissão, pelo olhar atento que tem aos temas de desenvolvimento regional e aos direitos sociais como um todo. Ela é a nossa Presidenta da Comissão de Direitos Humanos do Senado.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Peço desculpas pela hora, exatamente porque eu estava presidindo a Comissão de Direitos Humanos.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Saibam que é uma lutadora também e uma parceira nossa nessa luta.

Então, José Marques, é lógico que o foco agora, repito, é a gente impedir essa ação criminosa, essa ação irresponsável, que é esse corte orçamentário. Isso tem de ser revisto. Mas, ao mesmo tempo, nós vamos dar continuidade a essa luta junto com vocês, junto com os metroviários, junto com a população, para que retomemos a continuidade, Marcelo, dos projetos de expansão e modernização do sistema de trens urbanos de Belo Horizonte, de João Pessoa, de Maceió, de minha querida Natal e de Recife. É esse o nosso compromisso.

Esse desmonte, esse sucateamento, infelizmente, que está em curso por parte do atual Governo se expressa, José Marques, através de iniciativas como esta de um corte orçamentário brutal. Eu quero aqui mais uma vez mostrar aos que estão nos vendo os investimentos. Olhem o absurdo! A gente sai de R$629 milhões, em 2010, chega a R$743 milhões, em 2011, em investimento, para, em 2017... Aliás, essa não é a tabela. Essa é a tabela da redução que houve de 35% nos valores efetivamente pagos pela CBTU, entre 2011 e 2017, também uma redução drástica! Mas a outra tabelinha que eu tenho é aquela de investimentos que eu já mostrei aqui, para que a população tenha uma ideia. No que diz respeito a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investimentos, a redução é mais brutal ainda, porque nós saímos de R$448 milhões em 2010, chegamos a R$783 milhões em 2012 e a R$38 milhões. É impossível!

Com isto aqui, os projetos tão bem elaborados, que expressam a esperança dessas populações de terem um transporte público com qualidade, simplesmente viram palavra proibida. Como tocar os projetos de expansão e modernização, que, somando as cinco capitais, devem chegar a R$1,5 bilhão, com R$38 milhões? Leonardo, R$38 milhões não dão sequer para construir as estações que estão previstas no processo de modernização do sistema de trens urbanos de Natal. E veja bem que a arrecadação do Governo Federal agora teve um crescimento de 10,7% em que pese toda a crise que aí está!

Eu quero, portanto, aqui, afirmar, repito, que esse desmonte, esse sucateamento em curso, através, Miguel, de iniciativas como essa, que é a de sufocar, do ponto de vista de dizer "não, não há mais dinheiro, não há mais orçamento, vocês que se virem, e principalmente, a população que se lixe", não vai acontecer. Isso não vai acontecer, não! Nós estamos aqui exatamente para juntos impedir exatamente que isso aconteça, porque é nosso papel e nossa obrigação. Repito: esse corte orçamentário é descabido, é inaceitável! E não me venham com essa história de que o Governo não tem dinheiro! O Governo o tem! O que ocorre é que a prioridade deste Governo não é o povo; a prioridade deste Governo é banqueiro, são os grandes empresários.

Desculpem, porque há um momento em que a gente não aguenta de maneira nenhuma!

Mas quero dizer aqui a vocês que considero a audiência de hoje muito importante, muito importante. É claro que saio daqui muito preocupada, mas, ao mesmo tempo, saio daqui com muito mais convicção de a gente desencadear um movimento para tentar reverter essa situação.

Nesse sentido, o que nós vamos fazer? Eu vou procurar todos os Parlamentares dos cinco Estados, Bancada federal e os Senadores, e vou propor uma frente parlamentar em defesa da nossa CBTU. Vamos, sim! E a gente vai ficar em contato com vocês e com os sindicatos, para que vocês nos ajudem nesse processo de mobilização política aqui dentro, envolvendo todos os Senadores e os Deputados e as Deputadas dos cinco Estados.

Junto com isso, Prof. Rômulo – vou pedir, inclusive, para você nos ajudar –, vamos formular um documento bem preciso, bem claro, para ser enviado ao Presidente da República com cópia para os Ministérios do Planejamento, da Fazenda e das Cidades, com cópia, evidentemente, para a CBTU.

Terceiro, já vou, de imediato, pedir aqui à assessoria da Comissão que solicite uma audiência com o Ministério do Planejamento, para, junto com a representação dos Parlamentares... Aí nós vamos entrar em contato com a CBTU também, vamos entrar em contato com a representação dos servidores, dos trabalhadores, para que tenhamos esse diálogo com o Ministério do Planejamento, tudo isso, evidentemente, com vista, neste primeiro momento, à questão do custeio, à questão de recompor o orçamento destinado à CBTU.

Ao mesmo tempo, repito, vamos retomar a luta pela continuidade dos investimentos, tendo como foco os projetos já aprovados que tratam da expansão e modernização do sistema de trens urbanos.

Então, é isso, meus amigos e minhas amigas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, é uma realidade muito dura, sem dúvida nenhuma, e ficamos muito preocupados, mas, ao mesmo tempo, isso aumenta cada vez mais a nossa responsabilidade, para que cada um de nós, no lugar que ocupa, desempenhe o seu papel.

O Prof. Rômulo aqui também colocava – e vamos conversar com a Federação Nacional dos Metroviários – sobre o instrumento que pode ser utilizado, sobre o caminho que pode ser adotado, Daniel, para alertar a sociedade, porque, em última instância, será ela a mais prejudicada. De repente, vai ficar impossibilitada de sair de casa em busca do seu ganha-pão. Por quê? Porque, de repente, o direito ao transporte público está sendo negado a ela. Então, temos de achar um caminho para chamar a sociedade, para chamar a população, para chamar as populações que são as beneficiadas por esse tão importante serviço de transporte público que o sistema de trens urbanos oferece nessas três capitais.

É isso. Agradeço a presença de todos e de todas.

Que, daqui, seja lançado, neste exato momento, esse movimento, um movimento suprapartidário, trazendo os sindicatos, trazendo todo mundo!

Dou, inclusive, uma sugestão que me vem agora à cabeça, aproveitando a presença da Vereadora Natália e do Deputado Estadual Fernando Mineiro: quem levem esse assunto também ao conhecimento das câmaras municipais, das assembleias legislativas, para que, de repente, possam sair de lá moções de apoio a essa nossa luta em defesa da manutenção e do funcionamento do sistema de trens urbanos.

Está encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 09 horas e 54 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 02 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE ABRIL DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às treze horas e oito minutos do dia quatro de abril de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Regina Sousa, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Hélio José, Elmano Férrer, Waldemir Moka, Valdir Raupp, Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Paulo Paim, José Pimentel, Flexa Ribeiro, Sérgio Petecão, Lídice da Mata, Telmário Mota, Garibaldi Alves Filho, Cidinho Santos e Ronaldo Caiado. Deixam de comparecer os Senadores João Alberto Souza, Humberto Costa, Ataídes Oliveira, Davi Alcolumbre, Ciro Nogueira e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 11 de 2018** que: "Requeiro, nos termos do artigo 96-B do Regimento Interno, que a Política Nacional de Segurança de Barragens seja objeto de avaliação por essa Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo no presente ano." **Autoria:** Senador Elmano Férrer. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 12 de 2018** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, junto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, do Senado Federal, para debater a isenção às Rádios Comunitárias de pagamento de taxas ao Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - Ecad." **Autoria:** Senadora Fátima Bezerra, Senador Paulo Rocha e Senador Hélio José. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Altera Lei nº 11.898, de 8 de janeiro de 2009, que Institui o Regime de Tributação Unificada - RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai, para conceder isenção do Imposto de Importação aos insumos, às máquinas e aos equipamentos necessários à produção na Zona Franca Verde." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatoria:** Senador Davi Alcolumbre. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46, de 2012 - Terminativo -** que: "Assegura aos estabelecimentos com atividades na área de turismo rural, ecoturismo e de aventura tarifação de energia elétrica equivalente à classe rural e suas subclasses." **Autoria:** Senador Lauro Antonio. **Relatoria:** Senador Hélio José. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, de 2014 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para definir os critérios de enquadramento de municípios na região do semiárido e para fixar atualização dos limites dessa região a cada cinco anos." **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Senador José Pimentel. **Relatório:** Pela aprovação com a emenda que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 163, de 2015 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre reserva de recurso do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO para o desenvolvimento da Microrregião do Entorno do Distrito Federal." **Autoria:** Senador Ronaldo Caiado. **Relatoria:** Senador José Medeiros. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 331, de 2015 - Terminativo -** que: "Acrescenta o § 7º ao art. 3º da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para destinar percentual de unidades construídas no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV a trabalhadores da construção civil." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Senadora Regina Sousa. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 14 de 2018** que: "Requer a realização de Ciclo de Debates da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), a ser realizada em São Félix do Araguaia – MT, em data ainda a definir, para debater, junto com as autoridades responsáveis, a má prestação de serviços de telefonia e precária cobertura de telefonia móvel na região do Araguaia." **Autoria:** Senador José Medeiros. **Resultado:** Adiado. A Senadora Fátima Bezerra informa que há sobre mesa o Requerimento (RDR) nº 15, de 2018, de sua autoria, e solicita sua inclusão extra pauta. Submetida a inclusão ao Plenário, estando todos de acordo, o item é incluído e passa-se à sua apreciação: **ITEM EXTRAPAUTA 9 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 15 de 2018** que: "Requer que seja realizada, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, nos termos do art. 58, § 2º, II e V da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, Audiências Públicas nas cidades do Rio de janeiro, Brasília e Natal, para debater a proposta de salvaguarda à cultura do Forró, reconhecendo-a como patrimônio imaterial da cultura brasileira." **Autoria:** Senadora Fátima Bezerra. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dezessete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Regina Sousa

Presidente Eventual da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/04/04

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 9ª Reunião da Comissão da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata da última reunião.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada à discussão e votação de matérias.

O item 1 fica adiado, pois o autor não se encontra presente. É um requerimento.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 12, de 2018

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, junto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, do Senado Federal, para debater a isenção às Rádios Comunitárias de pagamento de taxas ao Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - Ecad.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra.

Concedo a palavra à Senadora Fátima Bezerra para encaminhar.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para encaminhar.) – Senadora Regina, trata-se de uma audiência conjunta que nós vamos fazer da CDR com a Comissão da Educação, uma vez que o projeto de lei que trata exatamente da isenção das rádios comunitárias de pagamento da taxa do Ecad encontra-se na Comissão de Educação, e eu sou, inclusive, a Relatora.

A Abraço (Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária) procurou-nos e achamos pertinente realizar esse debate para trazermos mais dados e promover a discussão junto aos Senadores e Senadoras, com vistas – se Deus quiser – a aprovar, o quanto antes, esse meritório projeto de lei, que trata do fortalecimento das rádios comunitárias no nosso País, cujo papel relevante dispensa comentários, no que diz respeito à comunicação social no nosso País. Todos nós sabemos, inclusive, das dificuldades financeiras, Senadora Regina, que essas rádios enfrentam, até porque elas são proibidas de receber publicidade, etc.

Por isso que, repito, é meritória essa proposição de isentá-las dessa taxa de pagamento do Ecad.

Nós estamos propondo aqui, para participar da audiência pública, o Coordenador Executivo da Abraço Brasil, Geremias dos Santos; a Superintendente Executiva do Ecad, a Srª Gloria Braga; o Subprocurador-Geral da República, o Sr. Domingos Sávio da Silveira e também um representante do Ministério da Comunicação, Ciência e Tecnologia. É só.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão a matéria, meritória, diga-se de passagem, porque as rádios comunitárias não têm fins

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lucrativos, e elas precisam sobreviver, porque é uma comunicação alternativa. Há Municípios em que o único meio de comunicação é uma rádio comunitária.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Será cumprida a decisão da Comissão.

Devolvo a Presidência à Senadora... (*Pausa.*)

Os demais itens da pauta estão adiados porque os autores não estão presentes.

Há um item extrapauta.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Regina, eu solicito aqui a inclusão de um item extrapauta, o Requerimento nº 15, para trazer a debate a proposta de salvaguarda à cultura do forró, reconhecendo-a como patrimônio imaterial da cultura brasileira.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Face ao pedido da nobre Senadora Fátima Bezerra, quero informar que há sobre mesa a seguinte matéria, o Requerimento nº 15, de 2018, de autoria da Senadora Fátima.

Primeiro quero consultar se a gente coloca extrapauta.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

EXTRAPAUTA

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 15, de 2018

- Não terminativo -

Requer que seja realizada, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, nos termos do art. 58, § 2º, II e V da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, Audiências Públicas nas cidades do Rio de janeiro, Brasília e Natal, para debater a proposta de salvaguarda à cultura do Forró, reconhecendo-a como patrimônio imaterial da cultura brasileira.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra.

Passo a palavra à Senadora Fátima para encaminhar.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para encaminhar.) – Senadora Regina, para esta audiência pública, nós estamos aqui sugerindo os seguintes convidados: a Presidenta do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), a Srª Kátia Bogéa... E é necessária a presença dela, uma vez que já está em andamento, Senadora Regina, no Iphan, o processo que trata de salvaguarda à cultura do forró, reconhecendo-a como patrimônio imaterial da cultura brasileira. A proposta tem, inclusive, o apoio da Senadora Regina, enfim, dos Senadores do Nordeste, até porque é mais do que justo, mais do que meritório – assim como foi dado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao frevo pernambucano o diploma de patrimônio imaterial da cultura brasileira –, nada mais justo também que o forró tenha esse mesmo tratamento. Dispensa comentários a força do forró, do ponto de vista do seu aspecto cultural – portanto a importância da cultura do forró no desenvolvimento do Nordeste –, como a questão da festa de São João, associada, Senadora Regina, aos desdobramentos do ponto de vista do impacto socioeconômico que a cultura do forró traz, especialmente para o povo nordestino e para todo o País.

Quero, aqui, só fazer uma homenagem ao Fórum Forró de Raiz, através da Associação Balaio Nordeste, ambos sediados na capital paraibana, que lidera esse movimento, Senadora Regina. A Joana, do Balaio, foi quem iniciou todo esse movimento, inicialmente já solicitando ao Departamento de Patrimônio Imaterial do Iphan. Repito, os primeiros passos já foram dados para reconhecimento do forró como patrimônio imaterial da cultura brasileira.

Eu estive, inclusive, na condição de Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional, no ano passado, na Paraíba, em João Pessoa. Realizamos uma audiência pública muito importante, contamos lá com a participação de artistas e produtores, a participação do Secretário Estadual da Cultura da Paraíba, etc. E, naquela ocasião, foi deliberado que nós iríamos dar continuidade a esse debate, via Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a realização de novas audiências públicas.

Portanto, é disso que trata o requerimento aqui, para que a Comissão de Desenvolvimento Regional possa realizar novas audiências públicas para dar continuidade à luta em prol do forró como patrimônio imaterial da cultura brasileira.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Já foi aprovada a inclusão extrapauta.

Então, quero colocar em votação esse meritório requerimento.

Acho que deveriam incluir aí um forrozeiro para, no final, cantar um forró para a gente. (*Risos.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Com certeza, Senadora Regina. Além da senhora, o Senador Elmano, que adora forró também...

Quero só adiantar que já há algumas audiências previstas, e a nossa ideia é de que os Senadores que tenham interesse possam realizar as audiências para tratar do tema lá no seu respectivo Estado para, enfim, agregar, dar visibilidade ao tema e, ao mesmo tempo, juntar a galera do forró de toda a região. No final, nós vamos fazer uma audiência aqui, na CDR. Nesse dia, o forró aqui vai cantar e vai cantar alto mesmo. (*Risos.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Certo.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento da Senadora Fátima Bezerra, Requerimento nº 15.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 13 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 17 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e cinquenta e um minutos do dia dezoito de abril de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Lídice da Mata, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Hélio José, Elmano Férrer, Waldemir Moka, Valdir Raupp, Dário Berger, Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Regina Sousa, Paulo Paim, José Pimentel, Acir Gurgacz, Flexa Ribeiro, José Medeiros, Wilder Morais, Eduardo Lopes, Cidinho Santos, Roberto Requião, Ronaldo Caiado e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores João Alberto Souza, Humberto Costa, Ataídes Oliveira, Davi Alcolumbre, Sérgio Petecão, Ciro Nogueira, Wellington Fagundes e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RDR 3/2018, de autoria da Senadora Lídice da Mata. **Finalidade:** Debater o endividamento e as possíveis soluções para sanar a situação dos produtores de cacau da Bahia. **Participantes:** Ana Amélia de Carvalho Palmeira, Gerente de Divisão da Diretoria de Agronegócios do Banco do Brasil - BB; Jorge Ivan Falcão Costa, Superintendente de Administração e Recuperação de Crédito do Banco do Nordeste (representante de: Diretoria Financeira e de Crédito do Banco do Nordeste - BNB); Nelson Vieira Fraga Filho, Economista e Assessor Legislativo; e Guilherme Galvão, Produtor Rural. **Resultado:** Reunião realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Lídice da Mata

Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/04/18

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 10ª Reunião, o que faremos posteriormente.

Ao iniciar o nosso expediente, informo que solicitarei, nos termos da Instrução Normativa nº 9, de 2017, a degravação da presente reunião, para que o que aqui for falado pelos convidados e debatido pelos nobres pares fique registrado nos Anais desta Casa.

Expediente. Vou ler estes expedientes, que são parte de ofícios da luta da nossa Presidente, Senadora Fátima Bezerra, no acompanhamento das questões relacionadas com o desenvolvimento do seu Estado.

Informamos o recebimento de ofício do Diretor-Geral interino do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), Sr. Halpher Luiggi Mônico Rosa, em resposta ao ofício desta Presidência que solicitou informações sobre a duplicação da BR-304, trecho que passa no Município de Macaíba, no Rio Grande do Norte.

Passo à leitura:

> Srª Senadora Presidente, Fátima Bezerra, refiro-me ao Ofício nº 33, de 2018, por meio do qual V. Exª, na condição de Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, solicita informações sobre a duplicação da BR-304, Rio Grande do Norte, especificamente no trecho que passa pelo Município de Macaíba.
> A esse respeito, informo que o Tribunal de Contas da União (TCU), após fiscalizar o projeto executivo de engenharia e a execução das obras da BR-304, Rio Grande do Norte, emitiu, em abril de 2017, medida cautelar, determinando ao DNIT a suspensão da execução das obras objeto do Contrato TT-939/2015-00.
> Ato seguinte, o DNIT remeteu à Corte de Contas uma nota socioeconômica, demonstrando a elevada importância do empreendimento, oportunidade em que requereu ao TCU liberação das frentes de serviço que não estavam sendo objeto de questionamento pelo Tribunal.
> Nesse sentido, o pleito da autarquia foi atendido por meio do Acórdão nº 1.843/2017-TCU-Plenário, após o qual foram retomadas as frentes de serviço liberadas e constituídas duas comissões técnicas com o objetivo de auxiliar a Superintendência Regional do DNIT, no Estado do Rio Grande do Norte, na análise das soluções técnicas de construção e restauração propostas no projeto executivo revisado.
> Sendo assim, está previsto para o dia 30/05/2018 o encaminhamento ao TCU para análise e deliberação do resultado dos trabalhos das citadas comissões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Respeitosamente,
Halpher Luiggi Mônico Rosa, Diretor interino do DNIT.

É a resposta que dá o DNIT ao encaminhamento de requerimento de informações solicitadas pela Presidente desta Comissão, Senadora Fátima Bezerra, Senadora pelo Estado do Rio Grande do Norte.

Recebemos também ofício do Diretor da Agência Nacional de Águas (ANA), Sr. Ricardo Medeiros de Andrade, parabenizando a Comissão pela elaboração de relatório de avaliação de política pública sobre segurança hídrica e gestão das águas nas Regiões Norte e Nordeste, agradecendo o reconhecimento quanto aos programas daquela agência e registrando que se empenhará no sentido de observar as propostas de encaminhamento constantes no relatório.

Conforme expediente e conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada a debater o endividamento e as possíveis soluções para sanar a situação dos produtores de cacau da Bahia, atendendo ao Requerimento nº 3, de 2018, da CDR, de autoria da Senadora Lídice da Mata.

Esclareço que adotaremos os seguintes procedimentos... Antes de adotar os procedimentos, certa justificativa pela realização desta audiência pública faz-se necessária em frente do já alongado prazo em que esse debate a respeito do endividamento dos produtores de cacau se desenrola na cena política e econômica de nosso País.

Há uma luta constante, medidas provisórias já foram feitas, projetos passaram por esta Casa, mas nenhum conseguiu efetivamente resolver o conjunto das dívidas daquele setor, que teve o seu endividamento originado em função, especialmente, de uma praga que acometeu a plantação de cacau no Brasil, destacadamente na Bahia.

Então, por tudo isso, pela importância que o cacau teve no passado e ainda tem na economia baiana, pela importância da produção de cacau no Brasil, nós, atentos a essa questão, propusemos a realização desta audiência pública.

Cada expositor convidado terá 15 minutos – é praxe na nossa Comissão concedermos esse tempo – para fazer sua exposição. Em seguida, nós abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos dentro do assunto tratado, dispondo cada um de cinco minutos, assegurado igual prazo para resposta, após o que poderá ser contraditado pelo prazo máximo de dois minutos, concedendo-se o mesmo tempo para a tréplica. A palavra do Senador e da Senadora será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada Partido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de conceder a palavra, informo que a participação dos cidadãos, em nossa audiência, será recebida nos seguintes canais: Portal e-Cidadania, que pode ser acessado no *site* da Comissão, e Alô Senado (0800-612211).

Agora, para iniciar, vamos chamar os convidados que comporão esta Mesa.

Iniciamos pela prata da Casa, pelo Sr. Nelson Vieira Fraga Filho, economista e assessor legislativo.

Peço que tome assento.

Convido a Srª Ana Amélia de Carvalho Palmeira, Gerente de Divisão da Diretoria de Agronegócios, representando o Banco do Brasil. Ela é baiana.

Convido o Sr. Jorge Ivan Falcão Costa, Superintendente de Administração e Recuperação de Crédito, representando o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB).

Convido o Sr. Guilherme Galvão, produtor rural, representante dos produtores rurais da Bahia.

Também registro a presença de Lamec Sampaio de Freitas, do Ambiente de Recuperação de Crédito no BNB, e de Suely Carvalho de Oliveira, assessora da Diretoria de Agronegócios do Banco do Brasil.

Vamos iniciar esta rica audiência, não tenho dúvida, que trará a possibilidade de interferência do Senado na discussão a respeito do endividamento dos produtores rurais de cacau na Bahia e no Brasil.

Vocês combinaram alguma ordem de fala?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – O senhor começa?

Então, vamos começar por quem está sentindo na pele o problema e que aqui está representando os produtores rurais.

Concedo a palavra ao Sr. Guilherme Galvão, que tratará da origem dos débitos na cacauicultura.

O SR. GUILHERME GALVÃO – Bom dia, senhores!

Eu queria agradecer primeiramente à Senadora Lídice da Mata, que sempre apoiou a cacauicultura, a chance de eu poder falar aqui para os senhores sobre o endividamento existente na cacauicultura e os entraves que esse endividamento cria no desenvolvimento regional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O problema do cacau não é um problema de governo, é um problema de Estado. A vassoura-de-bruxa foi introduzida criminosamente na Bahia, e disso não temos dúvida, no governo do Presidente Sarney. Passaram os governos do Presidente Collor, do Presidente Itamar Franco e do Presidente Fernando Henrique Cardoso. No governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, iniciou-se o Plano de Recuperação da Lavoura Cacaueira. Não nos restava nenhuma opção a não ser tomar o dinheiro oferecido. O dinheiro foi oferecido a juros de TJLP mais 4% e TJLP mais 6%. Isso gerou meses em que a taxa era de mais de 30% anualizada, com uma inflação praticamente debelada. Um débito tomado em 1996, em 2002 ou em 2003, quando se fez o Pesa, tinha triplicado de valor, com a economia estabilizada, quando o IGP-M subiu menos de 100%. Passaram os dois governos do Presidente Lula e o governo da Presidente Dilma, agora o do Presidente Temer, e temos débitos que, se renegociados, ainda remontarão aos governos dos três próximos Presidentes da República, de 2019 a 2022, de 2023 a 2026 e de 2027 a 2030. Então, não se trata de nenhum problema a ser resolvido por partido A, B ou C. É uma ação de Estado, se quiserem que essa região volte a produzir.

A Bahia chegou a exportar, na década de 70, US$1 bilhão em cacau e derivados, depois de todo o atendimento à demanda interna. Hoje, nós estamos sem atender à demanda interna. Então, a Bahia, já nessa safra, não produziu a quantidade produzida no Pará e em outros Estados produtores. Nós estamos sem atender à demanda interna, precisando fazer importações, importações essas que podem trazer doenças que nós não temos aqui.

Existe um levantamento da Ceplac – a Ceplac foi criada na década de 50 –, existe o ano safra definido entre 1º de maio de um ano e 30 de abril de outro ano. A previsão para a safra de 1º de maio de 2017 a 30 de abril de 2018 é a de que seja a menor safra desde que iniciou a Ceplac. É a terceira safra abaixo de cem mil toneladas e é a pior safra em mais de 60 anos. É o caos instalado na região!

Nós temos um problema de endividamento que impede que haja crédito novo na região. Eu não estava presente, mas o Presidente Fernando Henrique foi à região e disse: "Peçam-me outra coisa, porque o crédito já está resolvido." E havia R$340 milhões para esse Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira da Bahia. Depois, vou passar algumas pranchas explicando isso. O dinheiro nos foi dado, e, no início do Plano Real, nós tomamos o que foi indexado. E os mesmos juros que eram usados para que se inibisse o consumo e para que se debelasse a inflação foram os juros que nós pagamos nos nossos empréstimos. Isso se transformou num montante impraticável.

Sem crédito novo – o problema do endividamento da cacauicultura não foi resolvido –, nós não pudemos melhorar a produção. Hoje, a Ceplac faz uma estimativa de que se gastam R$32 mil do plantio da bananeira ao plantio das mudas até o final do quarto ano. Nenhum dos agricultores tradicionais tem esse dinheiro para colocar na produção. Se o Governo quiser um programa para voltar a desenvolver a região, ele vai ter de resolver esse problema do endividamento, para que se possa abrir novas linhas de crédito para que se aumente a renda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Permitam que eu leia um trecho da nota técnica feita em 2016 sobre a seca:

> Levando-se em conta a área de 547 mil hectares registrada pelo IBGE em 2014 [há duas ou três semanas, houve uma reunião da Câmara Setorial em que a Ceplac apresentou que a área atual é de 439 mil hectares; já baixou bastante por conta de outros problemas], houve uma mortalidade de 53 milhões de pés de cacau, considerando a perda de 76 mil hectares, por causa dessa seca que se deu até 2016; a redução de 1,492 milhão de arrobas ou 22.393 toneladas de cacau; e a redução da renda anual em R$216 milhões.
> Estima-se que a presente crise [a crise da seca] eliminou 15.218 postos de trabalho permanentes no campo. Contudo, esse efeito foi mais agravante tendo em vista que a seca reduziu a produção, levando os agricultores a não mais disporem de recursos financeiros para pagar os salários mais os encargos sociais. Portanto, diminuiu seu efetivo de pessoal. De outro modo, uma parcela dos trabalhadores que labutavam na lavoura em regime de parceria agrícola abandonou suas áreas devido à impossibilidade de obter renda para seu sustento.
> Diante disso, conclui-se que a redução no número de empregados temporários foi muito mais expressiva [estamos falando de 15 mil empregos em 2016]. Nesse cenário de crise, mesmo após o retorno das chuvas, projeta-se uma fase de dificuldades, caracterizada pela retomada lenta da produção e da economia regional, que pode perdurar por mais de dois anos.

Essa nota é de março de 2016, estamos em abril de 2018, e essa safra de 2018 vai ser pior do que a safra do ano anterior, já tendo acabado a seca. Em 2017, choveu normalmente. Mas são culturas de ciclo longo, que geram problemas, e eles previram exatamente o que poderia acontecer e o que aconteceu.

São 439 mil hectares. A região do cacau se caracterizou por pequenas propriedades. Por volta de 80% das propriedades tinham menos de 80 hectares de cacau. E, com a mudança, com as desapropriações havidas nesse período – praticamente não havia assentamentos antes da vassoura-de-bruxa, pelos dados do Incra na última reunião –, nós temos 114.911 hectares na mão de 137 assentamentos. Dividindo um pelo outro, nós temos 838 hectares de média nesses assentamentos. Isso quer dizer que as grandes propriedades da região já não pertencem aos tradicionais proprietários da região. Essas propriedades foram desapropriadas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME GALVÃO – ...ou foram negociadas pela cédula da terra. Se considerarmos que metade dessa área dos assentados é destinada à produção de cacau, eles são proprietários de 13% da área produtiva de cacau.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, como Diretor da APC e depois como Presidente, participei... A Senadora Lídice foi apoiadora. O problema do cacau, do chocolate e do cacau fino gerou a grande política feita pelo Governo na região do cacau. É um projeto de longo prazo que interessa muito, muito mesmo, ao turismo, mas é um programa que não resolve o problema de 98% da produção de cacau da Bahia, mesmo num ano ruim. Temos um levantamento razoável que nos mostra que cacau fino exportado, cacau fino vendido para o Sul, cacau vendido em *nibs* e cacau processado nas 60 fábricas que existem não chegam a 2% da área de cacau. Então, é uma política pública que não atende à totalidade da região, não atende nem aos 13% do que é produzido pelos agricultores familiares, já que eles têm 13% da área.

Nós precisamos de uma política de Estado para resolver o endividamento. Ninguém tem acesso a crédito.

Posso levantar para passar os eslaides?

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA. *Fora do microfone.*) – Pode, é claro!

O SR. GUILHERME GALVÃO – Pronto!

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Tem de pegar o microfone, porque senão não grava.

O SR. GUILHERME GALVÃO – Eu o levo?

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Não, esse fica preso.

O SR. GUILHERME GALVÃO – Então, vou falar daqui.

Concessão de financiamento destinado ao controle da doença vassoura-de-bruxa e à recuperação da produtividade da lavoura cacaueira, este era o objetivo do Plano de Recuperação da Lavoura Cacaueira da Bahia. Os R$340 milhões, por conta dos juros e de outros acréscimos, hoje – nós não temos condições de dizer –, com os títulos, devem chegar perto de R$1 bilhão. O Banco do Nordeste e o Banco Brasil estão à mesa e poderão dar os dados mais novos.

A primeira etapa se deu de junho de 1995 ao final de 1996, e a última etapa terminou em 2003. Por isso, eu falo: foi o governo Fernando Henrique e o governo Lula. Então, não é problema de governo. Nós temos de ver uma solução para uma região que já foi rica.

Nós exportávamos US$1 bilhão e produzíamos para o mercado interno. Hoje, estamos importando. Essa importação pode gerar a entrada de doenças que nós não temos aqui, e a vassoura-de-bruxa já entrou. A vassoura-de-bruxa entrou aqui de maneira criminosa, porque uma pessoa debaixo de um cogumelo, que esporula por volta de 20 milhões de esporos, recebendo uma chuva de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esporos às 4h da manhã ou às 3h, quando ele esporula... Se se pega um avião em Rondônia, levam-se mais de duas horas para se chegar à Bahia, e os esporos estão mortos. Se tomarem meia hora de sol, esses esporos estão mortos. O que houve é que a Defesa Sanitária, pela qual o responsável é o Ministério da Agricultura, deixou que passassem vassouras secas, que entraram na Bahia, foram reproduzidas na região de Buerarema e foram espalhadas.

Não nos cabe acusar, cabe-nos dizer que uma região rica precisa voltar a produzir.

Eu tenho 65 anos. Sou dos mais novos produtores que contrataram o plano de recuperação. A maioria está mais velha que eu. Então, há uma dificuldade, inclusive, de sucessão familiar. Eu já perdi um filho para os Estados Unidos. Fez a universidade lá e mora em São Francisco. O outro está querendo ir para lá. E, na região, tem ficado pouca gente. Por quê? Vai ter prejuízo? Vai tirar dinheiro de outra atividade para colocar no cacau? O cacau está sendo altamente deficitário, e algo precisa ser feito.

Vejam o alcance do que foi o programa de recuperação. Por volta de 25 mil projetos foram feitos para aquela área de 392ha, em cada uma das quatro etapas. E o contratado foi para áreas de 187 mil hectares, de 101 mil hectares, de 99 mil hectares e de 46 mil hectares.

Para contratar esse programa de recuperação, você não podia ter um cheque protestado, um título protestado, um cheque devolvido, não podia ter ação trabalhista, não podia ter nenhum débito fiscal. Os débitos da cacauicultura anteriores à vassoura-de-bruxa eram irrisórios. Eu vou passar duas pranchas para frente só para mostrar isso: os clientes do PRLCB com operações securitizadas eram 257, no valor de R$41 milhões; e os clientes PRLCB com Pesa extra cacau eram 22, no valor de R$24 milhões. Então, se somamos R$24 milhões com R$41 milhões, o total dá R$65 milhões. Para uma cultura que já exportou US$1 bilhão, isso é irrisório. São déficits para pagar em longo prazo, e são pouquíssimos produtores em relação ao número de produtores existentes aqui dos projetos. Quanto aos déficits securitizados, muitos deles já foram pagos, já foram quitados. Quanto ao Pesa, não, porque é complicado, mas, para a securitização, houve leis aí que permitiram descontos bons, e muita gente já quitou.

Vamos lá!

Esse é o Pesa. Infelizmente, membros do Governo desacostumados ou acostumados com a Lei nº 9.138, em que você primeiro fazia a securitização até R$200 mil e depois fazia o Pesa, quando se falava de Pesa Cacau...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME GALVÃO – ...diziam: "Não, é coisa de gente grande."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olhem a primeira linha: até R$10 mil, eu tenho 52 operações e 50 mutuários, com um valor médio contratado de R$8 mil. E ninguém aí deve os R$200 mil de securitização, porque não houve securitização nesse Pesa. Notem que acima de R$1,5 milhão, só há sete produtores. E, na frequência acumulada de R$200 mil a R$500 mil, você atende 93% dos produtores.

É lógico que a vassoura afetou igualmente o pequeno, o médio e o grande. Então, nós precisamos de uma solução. O que acontece? O valor médio é de R$178 mil. É muito pouco! Hoje, uma arroba está custando R$160. Se a gente tivesse uma produção hoje, estaria muito bem.

Agora, por que o Pesa atravanca todos os problemas? Faço um histórico.

Hipoteca em 1º grau - 1ª e 2ª etapas do Plano de Recuperação da Lavoura. O credor é o Banco do Brasil. Transferiu o crédito para o Tesouro Federal, que, como credor privilegiado, pode cobrar pela Dívida Ativa da União. Ressaltamos que a Ceplac afirma em nota técnica que estas etapas não redundaram em nenhum benefício econômico para os produtores, a 1ª e 2ª etapa que geraram o Pesa.

Depois, vem a hipoteca em 2º grau - 3ª e 4ª etapas do PRLCB e CTN. O credor foi o Banco do Nordeste. O Banco do Nordeste não tem a mínima garantia, porque, se o produtor perder para a Dívida Ativa ou para o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste tem um título que não vale nada.

Então, fui quatro vezes, com o Dr. Gerardo Fontelles, ao Banco do Nordeste para resolver esse problema. Isso foi assunto de uma nota técnica, cujas duas páginas finais, as conclusões, foram entregues ao Governador Wagner, para que se tomassem as providências.

O que é que nós queremos? O Banco do Brasil e o Banco do Nordeste estão aí. O Banco do Nordeste vai me emprestar, se eu tenho um Pesa, mesmo estando em dia? Não vai! O Banco do Nordeste ou o Banco do Brasil vão emprestar? Então, não existe nenhuma linha de crédito no Governo que possa cobrir aqueles R$32 mil por hectare. Aí a gente vê aqueles milhões de pés perdidos. Um hectare com R$32 mil são 32 por pé para conduzir por quatro anos. Com cinquenta e poucos milhões daquele dado ali, isso dá mais de R$1,5 bilhão perdidos que os produtores tinham de patrimônio dentro das suas roças. Isso é uma coisa enorme!

Nós estamos cansados de promessas. Essa foi uma promessa anunciada pelo Presidente Lula em 9 de maio de 2008, em Ilhéus. Eu vi e tenho o filme. O Ministro Reinhold Stephanes ainda fez o plano, esse PAC do cacau, com R$2,4 milhões, com R$300 milhões por ano. Depois, o Banco do Nordeste e o Banco do Brasil me dizem quanto foi emprestado para a região entre 2008 e 2016. Praticamente nada! Então, esse é o problema. O dinheiro existiu; o que não existiu foi a condição de o produtor de cacau tomar esse dinheiro.

Esse pessoal que fez o Pesa tem mais de 25% da área de cacau tradicional da Bahia. Esse pessoal acreditou no plano. Eu conheço pessoas que não fizeram nada, não tomaram dinheiro, deixaram a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

roça lá. Há pessoas que contrataram firma de segurança e deixaram lá, tomando conta da roça, para ela não ser invadida. E hoje voltaram a produzir, não têm débito. E como se clonou com materiais muitas vezes ruins... O problema da terceira etapa e da quarta etapa era que não havia materiais muito bons. Havia o material da Ceplac. Eles não tinham quantidade para tudo e usaram materiais que não produzem, que terão de ser trocados. Quem teve dinheiro fez segunda, terceira, quarta clonagem. Hoje há material que produz bem. Então, hoje nós temos condições de realmente recuperar, se houver dinheiro. E é lógico que o banco vai ver se o cliente presta ou não presta, o histórico dele, e vai dar dinheiro ou não dependendo das condições bancárias. O problema é que hoje a gente não pode ter acesso a isso.

Passados quase dez anos, os empréstimos são em valores insignificantes.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME GALVÃO – Esses produtores não obterão créditos do PAC disponibilizados para a região, pois nem o BNB, credor em 2º grau, nem qualquer outro banco emprestará recebendo um imóvel em hipoteca em 3º grau, cuja hipoteca em 1º grau se encontra com a União. Isso fere as normas bancárias.

Muito obrigado.

Precisamos ter uma solução de Estado, porque como está não vai ficar. As políticas existentes não têm solução nem para o mini, nem para o pequeno, nem para o médio, nem para o assentado. Ninguém está satisfeito com o que existe hoje na região, inclusive depois desses dois anos de seca. Precisamos que se faça um programa para resolver o endividamento e um programa para haver novos créditos daqui para a frente.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Quero agradecer ao Guilherme toda exposição que fez enfaticamente, com a paixão que o caracteriza e com a razão daquele que produz. Tudo foi muito bem colocado.

Para tratar do panorama da situação do endividamento, eu concedo a palavra à Srª Ana Amélia, da Diretoria de Agronegócios do Banco do Brasil, que me confessou, Guilherme, que é uma baiana legítima de Remanso. Portanto, já ficamos mais satisfeitos.

O SR. GUILHERME GALVÃO – Há três baianos na Mesa.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Espero que isso tenha algum impacto na questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª ANA AMÉLIA DE CARVALHO PALMEIRA – Meu nome é Ana Amélia, sou funcionária do Banco do Brasil, trabalho na Diretoria de Agronegócios e na carteira dos programas especiais, que, no caso, são Pesa, securitização e crédito fundiário.

Então, com relação a endividamento da carteira, fizemos um panorama com relação só ao endividamento, porque o banco, como mandatário, tem de cumprir as legislações. Então, hoje, quanto ao endividamento da carteira, no âmbito do banco, ela é separada por cacau, que era o financiamento, e pelo Pesa. Então, nós fizemos a separação. Nós temos hoje, como operação, R$966 milhões em relação ao cacau, que é a lavoura cacaueira, e temos R$746 milhões com relação ao Pesa. Dessas dívidas, também temos um montante que está inscrito em dívida ativa, que são das operações de cacau, que é da lavoura cacaueira, de R$209 milhões, e do Pesa – o Pesa é inscrito por parcela –, então, nós temos R$128 milhões, o que dá um total de R$337 milhões de dívidas inscritas em DAU.

Quanto à Lei 13.340, a adesão não tem sido muito grande. Foi muito pouca a adesão na época. E agora houve o veto, e não sabemos ainda, estamos aguardando a definição se vai voltar a operar ou não. Mas, hoje, enquadrados na lei, teríamos R$47,9 milhões em relação ao cacau, à lavoura cacaueira, e R$401 milhões com relação ao Pesa. Não estão enquadrados na lei R$564 milhões, portanto um número bem maior do que o que está previsto na lei. E, no Pesa, são R$698 milhões.

Além disso, há operações de Pesa e de cacau que estão com ação judicial. Então, nós temos 217 operações, o que dá um total de R$202 milhões com ação do Pesa e de R$22,6 milhões com relação ao cacau.

Com esses dados, o que acontece? Com as leis que preveem essa liquidação e os benefícios, então temos, sim, uma dificuldade com relação ao público, que está afetado, porque, como há ação judicial, fica difícil até de o cliente fazer essa liquidação no âmbito do banco. Então, quando há uma ação – o recurso é do Tesouro –, se há uma ação de revisão, ela está sob a condução da AGU, que hoje estaria amparada pela Lei 13.606. E, quanto às ações que estão com ação revisional, se o juiz determinou, não conseguimos nem inscrever em DAU, nem tampouco negociar no âmbito do banco. Então, para essas operações, é necessário que os clientes façam uma ação nos autos, para que possamos receber as dívidas. Talvez, por isso também, tenha havido baixo índice de adesão à lei, em relação à Lei 13.340. Mas nós, como banco, como instituição financeira, temos interesse, sim, de que todos os benefícios sejam concedidos, para permitir que o cliente venha a sanar suas dívidas e conseguir novos créditos. Mas nós somos mandatários e, então, temos de cumprir aquilo que determina a lei.

Então, esse é o panorama que temos. Se houver alguma dúvida que eu possa esclarecer, seria essa. Estamos à disposição para poder dar qualquer subsídio que for necessário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – O Guilherme, nosso representante do produtor rural, pede a possibilidade de lhe perguntar já, e eu vou conceder a palavra a ele, portanto.

A SRª ANA AMÉLIA DE CARVALHO PALMEIRA – Pode ser.

O SR. GUILHERME GALVÃO – Nesse valor do Pesa que você deu, está incluído o valor dos títulos que não são responsabilidade do cliente?

A SRª ANA AMÉLIA DE CARVALHO PALMEIRA – Não, a gente pega o endividamento total, porque o valor do título é corrigido pelo IGP-M, e a gente só tem esse valor no dia do vencimento. Então, não há como a gente fazer um abatimento do valor do título, porque a carteira a gente pega pelo endividamento total.

O SR. GUILHERME GALVÃO – Sim, mas pergunto: você falou de pouco mais de R$600 milhões?

A SRª ANA AMÉLIA DE CARVALHO PALMEIRA – Do endividamento do...

O SR. GUILHERME GALVÃO – É endividamento do Pesa?

A SRª ANA AMÉLIA DE CARVALHO PALMEIRA – ...Pesa, sim. Do Pesa, com o endividamento dele, são R$746 milhões.

O SR. GUILHERME GALVÃO – Sim, mas você tem condições de separar isso do valor do débito...

A SRª ANA AMÉLIA DE CARVALHO PALMEIRA – O que eu tenho é...

O SR. GUILHERME GALVÃO – ...e do valor de parcelas atrasadas? Porque o valor do débito não é responsabilidade nossa. Toda vez em que se fala em débito, incha-se, e o principal do débito do Pesa não é do produtor, porque o produtor tem um título que quem vai quitar é o Tesouro.

A SRª ANA AMÉLIA DE CARVALHO PALMEIRA – Sim.

O SR. GUILHERME GALVÃO – Então, toda vez que se fala em valores astronômicos, o valor do produtor é só a parcela de juros atrasada e, é lógico, as parcelas a vencer.

A SRª ANA AMÉLIA DE CARVALHO PALMEIRA – Sim.

O SR. GUILHERME GALVÃO – O título não é débito nosso.

A SRª ANA AMÉLIA DE CARVALHO PALMEIRA – Não, o título é débito do Tesouro.

O SR. GUILHERME GALVÃO – Do Tesouro. Então, esse valor está com o valor do título e o valor dos juros?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª ANA AMÉLIA DE CARVALHO PALMEIRA – É, o valor é o saldo devedor da operação, é o total do saldo devedor da carteira.

O SR. GUILHERME GALVÃO – Sim.

A SRª ANA AMÉLIA DE CARVALHO PALMEIRA – Porque, como eu expliquei, em relação aos títulos, não há como fazermos um abatimento nesse valor, quando pegamos o endividamento, em função da correção, que é pelo IGP-M. Se o mês for negativo, a correção vai ser menor.

O SR. GUILHERME GALVÃO – Não.

A SRª ANA AMÉLIA DE CARVALHO PALMEIRA – Então, temos de fazer esse paralelo.

O SR. GUILHERME GALVÃO – Só um pouquinho, Ana Amélia. Você tem o valor do débito, que está sendo corrigido pelo IGP-M integral.

A SRª ANA AMÉLIA DE CARVALHO PALMEIRA – Sim.

O SR. GUILHERME GALVÃO – E há o valor das parcelas de juros atrasadas de responsabilidade do produtor. Você teria como ter um valor do débito separado do valor das parcelas? Esse valor do débito, esteja em que valor estiver hoje, no dia em que vencerem os 20 anos do Pesa, o produtor não paga. O produtor só é responsável pelo pagamento dos juros. Não estou falando em vencimento antecipado.

A SRª ANA AMÉLIA DE CARVALHO PALMEIRA – Sim.

O SR. GUILHERME GALVÃO – É que se fala em R$600 milhões. Aí deve haver R$400 milhões, e quem vai pagar é o Tesouro. Então, isso incha o valor do débito. Todo mundo acha que não pode resolver porque pensa que o produtor deve. O produtor deve, mas não vai pagar, porque o Tesouro vai pagar por ele no dia em que completar 20 anos. Então, seria interessante um levantamento que dissesse: o valor do débito é tanto, o Tesouro vai pagar isso e mais alguma coisa, e o valor das parcelas atrasadas é este. O valor das parcelas atrasadas é o que pode ir para a dívida ativa e é o que é de responsabilidade do devedor. O valor do principal não é da responsabilidade do devedor; é da responsabilidade do Tesouro, se ele continuar pagando os juros até a data do vencimento final. Essa é a diferenciação que poderíamos fazer, para saber exatamente... Quando se fala que a agricultura deve R$1 bilhão, é R$1 bilhão, mas R$500 bilhões é o Tesouro que deve; então, não é nosso.

A SRª ANA AMÉLIA DE CARVALHO PALMEIRA – Mas nessa...

O SR. GUILHERME GALVÃO – Então, isso prejudica até se levar esse problema para o Governo ou até Senadores ou Deputados entenderem que esse dinheiro não é débito nosso. Eu comprei um CTN, e esse CTN vai quitar o meu débito com 20 anos. Então, não me interessa esse valor. Ele só me

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interessa para calcular os juros, e esses juros são da responsabilidade do produtor. Esse principal é da responsabilidade do Tesouro, que vai cobrir o débito com 20 anos.

A SRª ANA AMÉLIA DE CARVALHO PALMEIRA – E, neste caso aqui, seriam mais ou menos R$246 milhões, se você fosse fazer mais ou menos assim... Hoje, 37% estão adimplentes. Então, se eu considerar os 37% adimplentes dessa carteira que está aqui, de R$746 milhões, eu teria R$246 milhões.

O SR. GUILHERME GALVÃO – E se se fizesse um levantamento de quantos são os títulos hoje, de qual é o débito e de quais são as parcelas atrasadas? Isso pode ser colocado em duas colunas, para termos condição de saber realmente o que é o débito do produtor e o que é o débito do Governo. Quanto ao CTN, o Governo vai pagar quando chegarem os 20 anos. Eu comprei!

A SRª ANA AMÉLIA DE CARVALHO PALMEIRA – Sim! Colocamos essa carteira, o Pesa aqui, porque o Pesa, a partir de 2002, teve outra configuração, que é o Pesa com risco banco. Nesse caso, quanto aos títulos, o cliente tem de adquirir os títulos e tem de fazer um pagamento.

Então, a gente não quis fazer essa segregação para não ficar mais confusa a informação, porque, de modo geral, os títulos que são... Até 2001, os títulos eram... O banco... No caso, o Tesouro paga, liquida. A partir de 2002, o cliente faz uma recompra, e esse valor tem de ser solicitado também ao Tesouro, para que ele devolva ao cliente. Mas, para isso, tem de haver um pedido de recompra do título.

O SR. GUILHERME GALVÃO – No final do prazo?

A SRª ANA AMÉLIA DE CARVALHO PALMEIRA – No final do prazo também. Então, esse é o porquê de termos colocado esse valor já de forma macro, para não se fazer tanta separação. Mas eu posso pedir um levantamento desses dados em separado. Vou ver se, até o final da audiência, eu consigo passá-los.

O SR. GUILHERME GALVÃO – Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Vamos prosseguir. Pode ser que algum dos outros... Desculpem, estou gripando. Pode ser que alguém possa também dar uma contribuição nessa discussão.

Chamo para falar o Sr. Jorge Ivan Falcão, da Superintendência de Recuperação de Crédito do Banco do Nordeste, que discutirá exatamente isto: o panorama da situação do endividamento.

O SR. JORGE IVAN FALCÃO COSTA – Senadora Lídice da Mata, eu agradeço demais o convite para poder aqui falar das coisas do Banco do Nordeste. Eu queria dizer para a senhora também que fui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

baiano por um tempo. Sou cearense de nascimento, mas trabalhei na região cacaueira, em Ipiaú. Então, essa é uma boa coincidência.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – É uma boa coincidência, porque eu morei em Ipiaú.

Meu pai, por sinal, Drª Ana Amélia, era funcionário do Banco do Brasil, chefe da carteira agrícola do banco naquele período.

Então, eu era muito criança, como também o nosso produtor, mas, certamente, os seus principais clientes eram os produtores de cacau.

O SR. JORGE IVAN FALCÃO COSTA – Eu ainda me lembro até da casa originalmente ocupada pelos gerentes do Banco do Brasil lá.

Antes de eu sair de Ipiaú, a senhora foi eleita prefeita da capital.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA. *Fora do microfone.*) – De Salvador.

O SR. JORGE IVAN FALCÃO COSTA – Exatamente!

Então, eu me lembro muito bem disso. Fui muito feliz na Bahia!

Então, faço uma saudação especial à nossa colega Ana Amélia, ao produtor rural Guilherme Galvão e ao meu amigo Nelson. A todos reafirmo um bom-dia!

Temos uma apresentação aqui, mostrando a situação da atividade econômica como ponto de financiamento do Banco do Nordeste. Ela é muito simples, muito sucinta, só que fazemos questão de ratificar a nossa posição de principal aplicador de política pública para financiamento na Região Nordeste. E é normal, em situações afins, de problemas crônicos de endividamento, obedecermos fielmente, como executor de política pública, ao que é designado pelas resoluções, pelas leis e por tudo o que emana do sistema financeiro e também do Congresso Nacional.

Nós temos aqui operações contratadas com clientes produtores de cacau no Estado da Bahia. Aí eu faço um detalhamento por porte de produtor. Há algo em torno de 6,5 mil clientes atendidos em quase 7 mil operações.

Quanto ao saldo devedor dentro de casa, eu até me espantei – ouviu, Guilherme? – com a pouca atuação que temos tido. E você me explicou, muito apropriadamente, que as pessoas estão completamente incapazes de oferecer uma garantia e de se licitar para tomar financiamento do banco. Mas R$207,5 milhões é muito menos do que o que a gente tem aplicado em atividades menos tradicionais na região. Isso me causou até espanto. Na época em que morei na Bahia, a principal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atividade para que a agência de Ipiaú emprestava dinheiro era o cacau, sim. E a gente tinha grandes clientes, grandes parceiros nesse agronegócio.

As operações contratadas ao amparo do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira da Bahia, dentro da ambiência da Lei 11.775, de 2008, está configurada assim, Senadora: há 1.307 clientes, com quase 1,5 mil operações, com R$137 milhões.

Nelson, não deu para fazer um *fishing* mais apurado do que foi comprado na época do Banco do Brasil, mas a gente sabe que está nesse bojo aí. A gente precisava visitar dossiê por dossiê. Mas, evoluindo essas conversas desta nossa audiência pública, eu prometo fazer um detalhamento mais apurado.

Esse quadro está falando dos clientes produtores de cacau que possuem hoje enquadramento na Lei 13.340, reeditada pela Lei 13.606. Isso se refere aos arts. 1º, 2º e 3º, ouviu, Nelson? Então, nós temos aí, daquele bolo de clientes que apresentamos inicialmente, nesses Municípios que vão de Itabuna a Teixeira de Freitas, Municípios que possuem clientes enquadráveis nos arts. 1º, 2º e 3º da Lei 13.340, 1.618 clientes, 1.817 operações e quase R$26 milhões.

Aí está um apertar de botão para, sendo procurados para a adesão, entregarmos os cálculos e fazermos a renegociação ou a liquidação. Esses cálculos estão todos prontos dentro de casa.

Esses aí, Nelson, são os enquadrados no art. 36. Em que pese já ter passado aquele momento de veto e de promulgação, a gente carece ainda de uma regulamentação. Acho que isso devia ser objeto de um trabalho forte aqui da Casa e de todos nós, para conseguirmos arrancar o mais rápido possível essa regulamentação do Banco Central.

Nós temos 1.433 clientes enquadráveis, com 1.508 operações e quase R$72 milhões de saldo devedor a ser regularizado.

Repito: as normas dentro de casa, Nelson, já estão prontas, como também os cálculos. Se a gente tiver a condição de regulamentação do Banco Central, a gente estará imediatamente condicionado a realizar essas negociações ou liquidações.

Esse quadro aí é ruim, são os clientes não beneficiados por artigo nenhum deste diploma legal que está em vigor, a Lei 13.606. Você vê que está aí minha Ipiaú. Tenho muita saudade daquele lugar! De Ipiaú a Medeiros Neto, são 3.474 clientes, 3.605 operações – é o grande bojo, é muito mais do que a metade, são 60% de tudo – e R$110 milhões. Estão todos no limbo, Guilherme.

O SR. GUILHERME GALVÃO (*Fora do microfone.*) – Nem com o art. 36?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE IVAN FALCÃO COSTA – Nem com o art. 36. É aquela Lei 11.775, que não foi açambarcada pela Lei 13.306. Ela nos desautoriza. Se algo tem de ser feito, precisa ser feito nesse bojo aí.

Há algo para melhorar, talvez, e acho que as condições para a renegociação nos arts. 1º, 2º, 3º e 36 da lei são muito boas. Mas esse pessoal aí não pode ficar de fora. É como se a gente estivesse criando cidadãos de primeira e segunda classe como devedores do banco. Não é isso mesmo?

Você quer complementar agora? (*Pausa.*)

Por favor, Guilherme!

Esse é o último eslaide.

O SR. GUILHERME GALVÃO – Volte aí, por favor.

O problema é que, com a Lei 11.775, você renegociou com 8 anos de carência e com mais 12 anos para pagar. Nós tínhamos, à época, uma nota técnica que reduziu a quantidade de faixas da Lei 11.775. Eram inicialmente cinco faixas. Depois, com o voto da Deputada Federal Lídice, que mudou o voto do PSB – havia um pedido do governador do Estado de tirar as duas faixas, e a liderança do Partido do governador do Estado, que, inclusive, era um baiano, não queria tirar duas faixas, só queria uma –, nós conseguimos ganhar, com o voto contrário do PT e do PSOL. No PSB, a Deputada, à época, quando viu o pedido do Governador Wagner, trocou o voto, e nós conseguimos ganhar esse desconto.

O problema é que esse pedido e essas notas técnicas diziam que nós poderíamos pagar em 12 anos se, nos 8 anos da carência, que já está terminando, houvesse crédito novo. A nota técnica da Ceplac é clara. Mais de 98% pagam com um rédito de 50% se houver crédito novo para chegar à produtividade de 45 arrobas, de 50 arrobas. Neste ano, a produtividade é de 200kg, mas 200kg não dão 13 arrobas. Então, a nota era clara e incisiva: produzindo, tendo crédito novo para produzir de 45 a 50 arrobas, 99% pagam. Alguém não iria pagar, por algum problema, mas isso foi feito.

Nessas operações, nos arts. 1º, 2º e 3º da Lei 13.340, há uma proibição de renegociar aquilo que já foi renegociado pela Lei 11.775. Então, vão começar a vencer... Aliás, já venceram algumas operações. Os produtores não têm condições de pagar, por não terem aumentado a produtividade, por terem tido esse problema da seca, e o Banco vai ter de começar a executar coisas que foram renegociadas. O Presidente colocou R$300 milhões no Plano Safra por ano, e só pegaram R$200 milhões em oito anos! Esse é o problema que tem de ser resolvido. Ou se resolve o problema do endividamento passado, ou não temos solução para o futuro! Esse problema que está aí são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

operações basicamente da Lei 11.775. A gente renegociou, chegou ao final do prazo, mas não tem renda para pagar.

O SR. JORGE IVAN FALCÃO COSTA – Perfeito! Muito obrigado pela intervenção, Guilherme.

Até este momento de seca – estou há pouco tempo na Superintendência de Administração e Recuperação de Crédito, eu estava vivendo a realidade do Semiárido, eu era Superintendente no Estado da Paraíba, onde ainda hoje moram meus pais –, não houve nenhuma acumulação de capital. Eu quero acreditar que é muito parecido com o que aconteceu lá. Neste momento de seca, por mais que lá pareça verdinho e florestado, a baixa densidade pluviométrica faz com que baixem mesmo as produções e as produtividades e com que você não faça acumulação de capital nenhum para fazer ao menos a renegociação. Então, a gente não tinha muita expectativa.

A gente tem uma expectativa boa neste ano, principalmente para o Semiárido, porque a gente retorna aí a uma determinada capacidade de pagar, pelo menos, a entrada, mas a gente reconhece que a baixa procura da Lei 13.340, para ainda haver aquele estoque todinho – este estoque todinho aqui, de 25, quase 26 milhões –, deve-se muito a essa incapacidade do produtor de aportar recurso próprio. Ou ele continua vivo ou ele paga o banco, faz a renegociação com banco. Mas eu acho que a expectativa que a gente tem para este ano, tanto para esse público-alvo aqui, enquadrável no 1, no 2 e no 3 e no art. 36, logo após regulamentado, é de avançar muito.

Queria agradecer, mais uma vez, a oportunidade de ter estado aqui, não sem antes reforçar que, como cumpridor de política pública do Governo Federal, a criação de qualquer novo produto, se isso for o resultado dessas conversas que a gente está tendo aqui em audiência pública, for um produto de crédito novo, ele tem que ser regulamentado por lei ou decidido pelo Conselho Deliberativo dos Estados Nordestinos, da Sudene, para a criação de algo que faça equalizar todo esse problema.

Mas, igualmente à nossa colega Ana Amélia, do Banco do Brasil, a gente se coloca integralmente à disposição para as discussões, para o suporte, para as informações, Nelson e Senadora Lídice. Tudo que estiver ao nosso alcance não teremos esforços poupados para fazê-lo.

Muito obrigado a todos.

Bom dia. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Obrigada pela contribuição objetiva, mas muito rica.

Por último, eu concedo a palavra ao Sr. Nelson Vieira Fraga Filho para tratar da contribuição do Legislativo e identificação de gargalos. É o nosso Consultor do Senado Federal.

O SR. NELSON VIEIRA FRAGA FILHO – Bom dia a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiramente quero agradecer à Senadora Lídice o convite e, em nome dela, já cumprimentar a Ana Amélia, representante do Banco do Brasil, e as mulheres produtoras e todas que aqui se encontram; cumprimentar o meu amigo Guilherme, produtor rural, e, em nome dele, os produtores rurais; e o amigo Jorge Ivan, Superintendente de Administração e Recuperação de Crédito do Banco do Nordeste, com quem nós já tivemos a felicidade de ter uma reunião, na semana passada, no Maranhão – e muito profícua, histórica, muito boa.

Senadora Lídice, o que eu pretendo colocar neste trabalho, nesta apresentação – eu sou Assessor Legislativo, trabalho com o Senador Moka, que é um Senador do Mato Grosso do Sul, parceiro de vocês nas questões do agronegócio –, com a minha participação neste debate, é justamente que eu venho trabalhando nesses assuntos de crédito rural não só da Região Nordeste, do cacau, mas do Brasil como um todo já há algum tempo, tentando contribuir para melhorar as condições do processo legislativo e tornar as propostas que aqui a gente trabalha um pouco mais eficientes e mais eficazes.

Dentro desse conjunto, quero ressaltar o trabalho que o Senado e o Congresso têm feito no processo legislativo, Guilherme, no sentido de buscar solução para o endividamento da cacauicultura baiana. É um processo que não vem com a Lei 13.340, mas que já vem há algum tempo, e já se inicia com a própria normatização do programa.

Como você falou, o programa foi regulamentado por resoluções do Banco Central: começou lá em 1995, com a Resolução 2.165; depois, veio a 2.363/97, e ali havia todos os limites; em 1998, esse limite chegou a ser elevado para 367 milhões, o limite de aplicação; e a última resolução, como você bem colocou, foi a 2.960, em 2002, que foi a última etapa.

Então, nós tivemos aí, num primeiro momento, a Etapa I. Saldos devedores consolidados em 2007: antes da Lei 11.705, nós tínhamos 179,15 milhões nas operações mantidas sob o contrato original. E lá, naquele período, nós tínhamos 274 milhões amparados pelo PESA. Como as resoluções das Etapas III e IV foram contratadas basicamente após 1998, e o PESA tinha uma limitação para operações contratadas até 31 de dezembro de 1998, essas operações, em que a estimativa era de 131 milhões mais 80 (211,31 milhões) em 2007, não teriam o enquadramento no PESA por terem sido contratadas após 1998.

No quadro da frente, dá para se perceber a consolidação em 2008. Foi a última grande lei, que criou diversos mecanismos de renegociação para securitização, PESA, Funcafé, fundos constitucionais, e não só tratou da questão do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, como também instituiu os mecanismos de renegociação de dívida ativa, que foi iniciado em 2008.

Nesse processo, com a Lei 11.775, nós tivemos o art. 7º, inciso V, em que foram negociadas 8.684 operações, na época, de 482 milhões aproximadamente. Era o perfil enquadrado. Nesse momento, foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criada aquela linha de crédito para que o BNB pudesse adquirir as operações do programa do Banco do Brasil.

Houve inúmeros problemas, porque havia operações do PESA que tinham dívida inscrita, Senadora, e essas operações já estavam em garantia com o Banco do Brasil, então o Banco do Nordeste não tinha como fazer a aquisição dessas operações. Por isso, o volume de operações, nessa época, com todo o esforço que foi feito, foi pequeno, porque havia sérios entraves. Sem contar que os descontos das Etapas I e II eram descontos significativos, mas os descontos das Etapas III e IV eram descontos incipientes. Então, o produtor ia assumir uma dívida em que, apesar de longo prazo, ele já vislumbrava a incapacidade de pagamento. Então, precisava ser mais ousado naquele momento.

E o trabalho que a senhora fez para retirar duas faixas – e por isso ficou só com três faixas, ou seja, até 10 mil, de 10 mil até 50 mil, e acima de 50 mil – avançou muito, mas mesmo assim ainda tivemos alguns entraves.

Nesse período, em 2008, o saldo devedor da cacauicultura já era 948 milhões, ou seja, quase 1 bilhão. Se nós considerarmos que o PESA é atualizado com o IGP-M, algumas operações vinham ainda sendo corrigidas com os encargos de normalidade previstos na época, que era TJLP mais 6, esses 948 estariam bem próximos dos números que o Banco do Brasil trouxe somando com o Banco do Nordeste; dá quase 1,5 bilhão – aproximadamente, a grossos dados.

E aí a gente tem um cronograma do esforço que o Congresso tem feito para poder trabalhar a questão da dívida rural em todos os aspectos.

Lá em 2002, com a Lei nº 10.464, nós tivemos um problema, porque ela ficou limitada a agricultura familiar, mini e pequenos produtores. E, como é o volume de recursos que classifica esses produtores para o Banco do Brasil, no que respeita ao crédito rural, nessa época, provavelmente, quem tivesse acima de R$320 mil de receita já seria considerado como médio produtor. E aí ele estaria fora da classificação. Por isso, a lei não alcançou operações do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira, mesmo porque as operações contratadas pelo Banco do Brasil eram derivadas de repasses do BNDES. Então, não são operações com recursos do FNE nem tampouco equalizadas pelo Tesouro. Eram operações vinculadas à TJLP, mais 6%. Então, como não recebiam equalização do Tesouro, nós tínhamos aí um impedimento legal para que o Banco do Brasil, pelo menos nas operações de até R$15 mil, pudesse ter dado uma solução para esse problema.

Lá em 2003, avançou-se mais um pouco com a Lei nº 10.646, mas o alcance dessa lei foi tão insignificativo com as restrições que, cem dias após a publicação dessa lei, ela foi revogada pela Lei nº 10.696, que beneficiou o crédito fundiário, agricultores familiares, mini e pequenos agricultores. Como podem perceber, o médio e o grande produtor não participaram desse processo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E vale destacar o seguinte: dentro da legislação do crédito rural, hoje o que é um grande produtor? É quem obtém renda superior a R$1,6 milhão por ano. Isso mudou para o FNE há quatro anos, pois se adotou a mesma regra da micro e pequena empresa. Hoje um grande produtor, para ser enquadrado como grande produtor dentro do FNE, tem que produzir acima de R$96 milhões. Então, a classificação, nesse momento, de crédito fundiário, agricultor familiar e mini e pequenos produtores, acaba ficando muito restrita porque a renda...

(*Soa a campainha.*)

O SR. NELSON VIEIRA FRAGA FILHO – ... da agricultura nesse processo é pequena quando está fora do contexto do FNE.

E, da mesma forma, o limite de atendimento ficou apenas até R$35 mil. Só pegava recursos do FNE, FAT, recursos mistos do FNE, Pronaf, ou equalizados pelo Tesouro Nacional – lembrando mais uma vez que o Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira da Bahia não é financiado com essas fontes de recursos; é recurso do BNDES não equalizável, não é fonte pública. Então, mais uma vez, em 2003 essas operações não foram beneficiadas.

Em 2006, nós começamos a ter um avanço com a Lei nº 11.322. Mas, da mesma forma, não se alcançou o programa de recuperação, por quê? A fonte de recursos estava limitada a até 35 mil, estendendo até 100 mil, mas ela sempre ficava limitada a FNE, FAT-Proger, ou equalizado pelo Tesouro Nacional, e o programa não tem fonte equalizada.

Nesse período de 2002 até 2006, foram inúmeras as resoluções do Banco Central que permitiram a prorrogação. Ou seja, apesar de não estar contemplada nessa legislação, havia uma ação do Congresso e dos movimentos em suspender os vencimentos das operações. Mas, aí, chegou-se em 2008, esse prazo já estava muito extenso, e você começa a ter um problema com TCU de ficar suspendendo o vencimento sem que seja adotado nenhum procedimento de recuperação dessa dívida.

E aí veio a Lei nº 11.775, que permitiu descontos para liquidação – ali vocês podem perceber que o desconto variava entre 10% e 75% para liquidação, sendo o de 75% para dívidas de até R$10 mil, e o de 10% era o desconto concedido para a Etapa IV, Senadora. Daí a baixa adesão na Lei nº 11.775 para se operar com a Etapa III e a Etapa IV, porque os descontos, realmente, eram insignificantes.

E o avanço da Lei nº 11.775 – de que infelizmente todos os produtores que faziam parte do programa não puderam participar – foi que ela concedeu um novo crédito com recursos do FNE, houve uma redução significativa dos juros, com prazo de 20 anos e até 8 de carência. Isso daria uma possibilidade para o setor se recuperar, mas infelizmente a quantidade de adesão foi pequena por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conta de operações do PESA, segundo grau de garantia etc. Isso tudo impediu esse movimento na época para poder fazer essa conversão.

Em 2008, nós tínhamos operações securitizadas inscritas na DAU, em que os descontos chegavam a até 80% e somente para as operações inscritas. Nesse período o Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira não tinha muitas operações inscritas porque ele estava vindo em processo de suspensão. No banco não havia tantas inscrições. Só a partir de 1998 os produtos começaram a ter acesso a esses modelos.

Em 2010, nós tivemos uma lei que trouxe remissão de dívidas e desconto de até 85% para liquidar na região do Semiárido. Foi a primeira lei específica para o Semiárido e para o Nordeste, que deu desconto de até 85%, mas ela também ficou limitada ao volume de recursos. Ela ficou limitada em até R$35 mil na origem, o que acabou não beneficiando produtores de cacau por conta do volume de recursos que envolvia e por conta das operações, porque operações de securitização e de PESA ficaram excluídas desse processo de liquidação.

Em 2013, nós tivemos a Lei nº 12.844, que também estabeleceu mecanismo de desconto, mas também ficou limitada ao volume de recursos e às fontes. Essa 12.844 ainda ficou mais amarrada, porque ficou apenas vinculada a fontes públicas, e o programa de recuperação não era fonte pública. Então, ficou muito limitado esse alcance, e por isso os produtores de cacau foram se limitando em ter acesso a crédito, porque a dívida estava inadimplente – inscritos em dívida ativa – e eles não tinham disponibilidade de garantia para poder fazer limite e buscar novos financiamentos para poder melhorar a qualidade.

E aí, nós tivemos, em 2016, a Lei nº 13.340, cujos arts. 1º, 2º e 3º contemplam os produtores de cacau. Entretanto, em relação à 13.340, todas aquelas operações do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira que foram adquiridas pelo Banco do Nordeste ficaram de fora; não houve nenhum benefício. Ela foi literalmente excludente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. NELSON VIEIRA FRAGA FILHO – ... mas baseada em que sentido? Lá em 2008, essas operações já tiveram descontos. Então, o que se precisava fazer era tentar balizar novos descontos para poder dar oportunidade para que esses produtores entrassem no processo.

E aí nós tivemos um avanço significativo em relação às outras leis, porque a 13.340 acabou com limite: ela não limitou nem a 35 mil nem a 100 mil; ela pegou todos os produtores, independentemente do valor contratado. E você passou a ter descontos menores para dívidas maiores, acima de 500 mil, e descontos maiores para dívidas menores. Ou seja, foi uma lei que teve um foco socialmente justo, beneficiando com mais descontos os menores e com menos descontos os maiores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós tivemos dois ambientes: desconto para o Semiárido e desconto para fora do Semiárido.

E agora, em relação ao art. 3º, que é onde os produtores do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana se inserem, em grande parte, você tem um alcance limitado...

(*Interrupção do som.*)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Só para registrar a presença da nossa Presidente, a Senadora Fátima Bezerra, que nos visita neste momento em função de outra audiência pública que ela tem ainda hoje, com a presença do Ministro de Integração Nacional.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Lídice, quero dar meu bom dia aos nossos ilustres convidados e convidadas.

Peço a compreensão dos senhores, pois o Ministro de Integração encontra-se, neste exato momento, na Presidência do Senado, e uma das pautas também prioritárias desta Comissão tem sido a questão da segurança hídrica, a questão do São Francisco. Nós temos não só cobrado a conclusão da transposição do São Francisco, mas também feito um debate aqui, que tem tido na Senadora Lídice uma voz muito atuante, muito vigilante no que diz respeito à questão da revitalização do nosso Rio São Francisco. Então, ele se encontra aqui, e eu vou ter que ir à Presidência.

Por fim, quero saudar mais uma vez a Senadora Lídice por mais essa iniciativa, porquanto ela tem pautado os temas que dizem respeito ao desenvolvimento regional do nosso País, especialmente da sua querida Bahia.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Muito obrigada, Senadora.

Voltando a palavra...

O SR. NELSON VIEIRA FRAGA FILHO – Quero cumprimentar a Senadora Fátima Bezerra, que foi companheira – não é, Senadora? – na luta dessa Lei 13.340. A senhora estava coordenando a Bancada do Rio Grande do Norte e participou muito ativa das reuniões com o coordenador da Bancada do Nordeste, Deputado Júlio Cesar. Tenho que fazer esse registro.

Prossigo: outras fontes de recursos. Ali nós estamos tratando, nessa Lei 13.340, de outras fontes de recursos, no seu art. 3º. Nesse sentido, só entram as operações que não são com recurso do FNE e as operações com recursos mistos com o FNE. Então, nesse sentido é que as operações do cacau estão amparadas.

Então, todas aquelas que estão acima de 200 mil, Senadora Lídice, não estão contempladas. Por isso o Banco do Brasil fez uma relação de operações não classificadas, porque 200 mil na origem... Nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos operações do programa que são quatro etapas. Então, como o Guilherme disse, se um produtor contratou uma operação, em 1996, do Programa de Recuperação Lavoura Cacaueira no valor de 100 mil, essa dívida, até a data de consolidação para o PESA, subiu três vezes. Então, ela saiu de 100 mil e passou para 300 mil. Quando esse produtor vai ver o enquadramento, ele deixa de ser enquadrado na lei, porque a dívida do PESA dele é de 300 mil e não a dos 100 mil na origem, de quando ele foi feito. Ou seja, esse produtor que, se apropriando de uma norma legal, procurou estar adimplente com o banco, procurando renegociar, ficou penalizado. Porque aquele produtor que não fez nada está enquadrado, vai ter o benefício para liquidação.

Um outro cenário que a gente observa dentro dos problemas que nós tivemos com a cultura do cacau, incluindo o próprio cenário que o Guilherme colocou, da doença, em que o efeito não foi satisfatório do programa em recuperar a atividade é: como nós temos dois balizadores de rebate – para o Semiárido com descontos que variam de 80% a 95% para até 200 mil, e para fora do Semiárido com esse desconto caindo para 70% a 85% –, os produtores de cacau, como estão fora do Semiárido, estão nessa faixa de desconto menor. Então, para um setor que não está tendo renda, não está tendo aporte de capital para poder fazer a liquidação da dívida, e tendo em vista que grande parte deles vão estar num limite maior de endividamento – porque a origem era 100 mil e, se ele for quitar hoje, ele está com uma dívida para a qual ele vai estar com desconto médio de 75%, enquanto no Semiárido ele teria 85% –, isso também causa uma redução na adesão. Quando você vai para o Semiárido, mesmo com a seca que houve no Semiárido – lembrando que lá na região do cacau houve dois anos de seca também, por isso a redução caiu bastante –, a adesão é um pouco maior, porque você tem grande parte dos produtores com desconto muito maior. Chega até a 95%. Esse é um cenário que a gente pode pensar em construir para tentar uma solução para essa questão da dívida do cacau.

E, ainda, em relação ao cronograma, nós temos a renegociação das operações contratadas até 31 de dezembro, ainda em 2006, que é a renegociação, ou seja, as operações do FNE ainda têm uma possibilidade de adesão com pagamento pequeno – pode ver ali que é 1% para o pequeno produtor rural, 3% para o médio e 5% para o grande –, esse valor rebatido, e ainda de poder refinanciar essa dívida para pagar a primeira em 2021 e a última em 2030. Mas esse refinanciamento não atende as operações que não sejam com recurso do FNE. Então, a única alternativa que resta ao produtor de cacau é quitar. Se ele tivesse possibilidade de enquadrar-se nessa condição, ele teria uma adesão, teria o desencaixe pequeno e teria condição de, pelo menos, prorrogar esse sufoco e conseguir pagar sua dívida. E aí ele teria todas essas condições se ele renegociasse. Como ele está fora do Semiárido, o desconto seria de 35% até 70%, para as dívidas contratadas até 2006, que é o caso do Programa de Recuperação da Lavoura.

Os produtores que estão em dívida ativa, que são os casos em que o Banco do Brasil inscreve, houve um avanço em relação à liquidação. Como o desconto é calculado por inscrição e por faixa de dívida, boa parte dos produtores conseguem ficar enquadrados num desconto maior. Mas a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem um grande problema, conforme a Ana Amélia comentou, para o qual os produtores têm que ficar atentos: há muitas operações que não estão inscritas em dívida ativa da União porque o produtor entrou com demanda judicial e impediu que fosse inscrita. Então, esse produtor, se não tomar a iniciativa de pedir a desistência para inscrever, vai perder o ambiente de renegociação, porque, no caso do PESA, só se pode aderir a esses descontos se estiver inscrito em dívida ativa.

E, assim...

(*Soa a campainha.*)

O SR. NELSON VIEIRA FRAGA FILHO – ... dentro desse processo, houve um problema na Lei 13.340, que são as operações que são de ativos da União e que estavam sendo executadas pela AGU, que também são operações do Banco do Brasil. Foi um outro trabalho que nós fizemos e que na Bahia tem muito problema. Talvez um dos Estados que tenha mais ações na AGU e dívida do Banco do Brasil que não foram inscritas em dívida ativa da União seja a Bahia. E, lá na Bahia, a gente conseguiu avançar na Lei 13.606, que foi sancionada este ano, com os arts. 20 a 24, que estabeleceram as mesmas condições para a AGU dar os descontos para os produtores com dívida em execução pela AGU. Se eu não me engano, no Estado da Bahia, quase 5 mil produtores passaram a ser beneficiados. Isso foi um avanço da Lei 13.606.

O que eu levanto dentro desse processo de renegociação de dívidas e dentro de toda a legislação que saiu? Quais são os questionamentos?

O programa de recuperação foi plenamente atendido com todos os mecanismos implementados até a presente data? Na minha avaliação, não. E os dados do Banco do Brasil comprovam isso.

Quais são os motivos? Quando você limita a fonte pública, você estabelece, na Lei 13.340, condições para todos os produtores, independentemente do valor contratado, não alcança o Banco do Brasil, que o art. 3º limita apenas a 200 mil. Então, quando você pega um contingente de devedores do programa que fizeram PESA, boa parte desses produtores ainda financiou a aquisição do título. Quando você soma os dois contratos, eles ultrapassam 200 mil; então, ficaram fora do processo. É o que eu cito ali. Não pode ser renegociada, ou seja, os rebates se aplicam apenas à liquidação da dívida. É outro problema.

Se o cacau vem sofrendo com renda, como você tem que aportar recurso para liquidar? Então, tinham que pensar, não para todas as operações com recursos privados, mas é um programa específico, com público específico e com resoluções específicas. Então, poder-se-ia pensar num mecanismo de estender a adesão no processo de renegociação, em que o produtor pagaria de 1% a 5%. Em compensação, ele teria sua dívida alongada até 2030, com juros de 3,5% e rebates. Isso seria interessante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Benefício limitado ao somatório das dívidas, que é o que eu citei, em que se soma a dívida original mais a compra do CTN. E, se o produtor tiver uma securitização anterior ao programa – não é, Guilherme? –, você ainda corre o risco de essa securitização interferir no somatório. Então, esse limite de 200 tem sido um entrave sério para essa questão.

E os rebates concedidos para a dívida ativa da União são calculados...

(*Soa a campainha.*)

O SR. NELSON VIEIRA FRAGA FILHO – ... com base numa dívida atualizada; essa dívida atualizada com Selic a partir do vencimento, em que o produtor perdeu todos os bônus. Então, isso acaba fazendo com que o desconto dele seja menor, porque é uma dívida atual e não uma dívida antiga.

Nós temos um problema em relação à dívida ativa, respeitando o que sempre se respeitou nesta Casa, que são as desigualdades regionais. Na dívida ativa, Senadora, o desconto é para todo o Brasil. Então, para quem tem uma dívida de R$15 mil e tem desconto de 95%, tanto faz ele ser do Semiárido ou do Município de Ipiaú ou ser do Município lá de Maringá ou Cascavel; ele tem o mesmo desconto. É um procedimento em que, na Lei 11.775, nós tínhamos um acréscimo de 10% para beneficiar o produtor do Nordeste. É um respeito à desigualdade regional.

Nós conseguimos avançar na Lei 13.606, com aquela segunda fileira ali dos contratos coletivos. Isso é novidade. Nós trabalhamos com 95% de desconto até 35 mil e aumentamos o desconto da última faixa para 75%. Isso foi um avanço para os contratos coletivos. E a grande maioria dos contratos coletivos de cooperativa estão no Nordeste. Já vamos beneficiá-los. Então, essa foi inovação da Lei 13.606 que nós conseguimos discutir com a Procuradoria.

E nós temos a questão do art. 7º da 11.775. Todas as operações que o Banco do Nordeste adquiriu estão desenquadradas, porque a Lei 13.340 é específica nesse ponto. Então, às vezes, os produtores rurais dizem: "O Banco do Nordeste não está enquadrando a minha operação do cacau." Mas não é que ele não está enquadrando porque não quer. Dispositivo legal contido na Lei 13.340 não permite que essas operações sejam enquadradas, com o agravante de que a maioria delas já começou a vencer agora em 2018; acabou a carência.

O SR. JORGE IVAN FALCÃO COSTA (*Fora do microfone.*) – De 136 milhões, há 120 vencidos.

O SR. NELSON VIEIRA FRAGA FILHO – Informação do Banco do Nordeste: de 136 milhões, há 120 já vencidos. Ou seja, a inadimplência demonstra a crise do cacau.

Então, nós precisamos trabalhar para... É evidente que, na Lei 13.606, a gente incluiu o art. 36, que permite a renegociação das dívidas contratadas até 31 de dezembro de 2016, na área de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

abrangência da Sudene, sem decreto de emergência e sem a necessidade de você fazer maiores comprovações para a adesão.

Então, se essa regulamentação sair, pode ser uma válvula de escape para o Banco do Nordeste prorrogar as dívidas do cacau e estabelecer o novo vencimento para 2020 e a última para 2030. Mas com um agravante: não há redução de taxa de juros. Então, se você tiver operações de grandes produtores contratados com 6,75%, ela pode seguir nesse limbo até 2030, o que é uma taxa cara para os atuais níveis de hoje.

(*Soa a campainha.*)

O SR. NELSON VIEIRA FRAGA FILHO – O somatório das dívidas contratadas até o limite de 200 mil tem sido um problema – eu já tinha conversado a respeito com a Ana Amélia e tenho conversado com a Procuradoria e com o próprio Tesouro. O que acontece? A interpretação da Lei 13.340 manda você voltar à origem da dívida. Tanto o normativo da securitização quanto o do PESA falam de alongamento de dívida e ainda registram o contrato original. Em muitos casos, ele ainda trata em forma de aditivo. Ele mantém o contrato antigo e forma o aditivo, mas, na hora de fazer a consolidação da dívida, o banco calcula na data do alongamento. Então, se você tem uma operação de Programa de Recuperação de Lavoura Cacaueira que era de 100 mil e virou 300, se você voltasse aos 100 mil, esse produtor seria beneficiado. Como a base de enquadramento é o PESA... Não porque o Banco do Brasil assim o definiu. É bom deixar claro que isso é uma recomendação do Tesouro Nacional. E estamos dependendo de uma análise do Carf sobre algumas sugestões que nós fizemos para mudar esse entendimento, porque, com essa mudança de entendimento, nós teremos um número muito maior. Eu diria que chegaríamos a quase 70%, 80% dos produtores enquadrados se tivéssemos possibilidade de mudar esse entendimento.

Esse entendimento depende só de decisão administrativa. Se conseguirmos fazer essa mudança de entendimento por norma do Carf, que é o Conselho de Administração Financeira da PGFN, a gente pode flexibilizar, e o Banco do Brasil vai ter muito mais agilidade nesse processo.

Para concluir, como resolver o problema que gera as exclusões? Eu já tentei trabalhar com aquilo que nos interessa.

Uma coisa que me preocupa muito, quando a gente está participando de audiência pública, Senadora, é a gente ter também algumas ações propositivas para colaborar com o seu trabalho.

Trata-se de programa específico para uma atividade, ou seja, são quatro resoluções. Qualquer mecanismo que nós fizermos para permitir melhoria na condição do programa vai ser específico; você vai atender apenas àqueles produtores. Então, a gente não precisa ter o receio de que isso vá se estender a todo o Nordeste. Ele é específico, porque é um programa que foi criado e que foi liberado por quatro resoluções do Banco Central e pela Lei 11.775. Primeiro: permitir que todas as operações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do programa, independentemente da fonte de recurso, possam ser liquidadas nos termos do art. 1º também da Lei 13.340. Ou seja, lá no art. 1º, você estabelece descontos para todas as dívidas, independentemente do valor contratado. Se todos nós reconhecemos que o problema do cacau, essa dívida foi criada por um programa que não produziu efeito positivo, foi inócuo, então foi uma dívida gerada sem evidente resultado positivo. Então, poderíamos tentar trabalhar nesse sentido.

Segundo ponto. Os rebates para o cacau, como o cacau está fora do Semiárido, por conta dos problemas e da seca dos últimos dois anos – se você pegar, inclusive, verá que alguns Municípios, em grande parte da área do cacau, tiveram até decreto de emergência... O que a gente poderia fazer? Equiparar o desconto para o programa ao Semiárido. Você aumentaria 10%. Você pensa que é pouco, mas representa mais do que 50% em relação ao que o produtor vai pagar, financeiramente falando. Isso é uma ação que seria mudança legislativa, mas eu acho que dá para a gente conduzir, porque o público é pequeno e o valor do débito também vai ser pequeno; o impacto, como já temos boa parte em dívida ativa, seria irrelevante.

Em relação à dívida ativa da União, é aquilo que eu falei antes. Em todos os cenários o Nordeste sempre teve um desconto adicional em relação às dívidas dos outros Estados, porque dívida ativa da União nós tratamos do Brasil inteiro, não só as do Nordeste. Como nós temos uma tabela que foi implementada pela 13.606, que estabelece como desconto mínimo 75%, e não 60%, e diminui uma faixa, poderíamos aproveitar esse Anexo IV, que foi criado pela Lei 13.606, e estendê-lo, eu diria, não só ao cacau, mas eu acho que seria justo também para a área da Sudene, porque a Sudene, tirando o Semiárido, merece um tratamento diferente para a dívida ativa. Mas, se a gente conseguir estender para o cacau – você já vai conseguir acertar grande parte dos produtores do cacau, porque boa parte deles está acima de 15 mil, e nós estamos aumentando o limite de 95% para dívidas até 35 mil, o que significa muito para esses produtores...

(*Soa a campainha.*)

O SR. NELSON VIEIRA FRAGA FILHO – E permitir que as operações contratadas ao amparo do FNE do BNB, cujas dívidas foram liquidadas junto ao Banco do Brasil, também possam ser liquidadas ou renegociadas na Lei 13.340.

Evidentemente, a gente precisaria fazer um balizamento dos descontos, porque, lá no início do programa, em 2008, dívidas até 10 mil já tiveram 75% de desconto. Hoje, essas dívidas teriam 95%, então, nós poderíamos apenas encontrar uma margem de desconto adicional para beneficiar esses produtores.

Por que eu digo que eles mereciam isso? Porque todas essas dívidas que o BNB adquiriu, se não as tivesse adquirido, esses produtores estariam beneficiados pela lei hoje, e com 95% de desconto o produtor com até 15 mil, na origem. Então, há como a gente balizar uma tabela para adequar as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dívidas do Banco do Nordeste e com um facilitador: o recurso do FNE; impacto zero para a União. Daria para trabalhar.

E do ponto de vista regulamentar? Há medidas que possam agilizar enquadramento de operações não amparadas? Sim. É o que eu falei antes, no caso do PESA e da securitização, nós precisamos pensar se utilizar a origem da dívida para efeito de enquadramento seria possível via regulamento. A lei é clara: a lei diz que é na origem, tanto que o Banco do Nordeste adota a origem, porque a lei assim estabelece. Mas o entendimento do Tesouro é de que PESA e securitização são novas operações, e não o são. Se você pegar a resolução...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. NELSON VIEIRA FRAGA FILHO – E não é. Tanto a Resolução 2.238 como a Resolução 2.471 tratam de alongamento. E faço questão de manter o contrato original. Tanto que, na operação do PESA, como eu já disse antes, muitas operações foram renegociadas por meio de aditivo; não foram operações novas, mas por meio de aditivo. Ou seja, você tem toda a origem preservada. Daria para a gente trabalhar nisso.

E esse assunto já está sendo discutido com a STN e a PGFN. Eu acho que esta Comissão – viu, Senadora? – poderia chamar essa conversa para poder acertar, porque é um assunto que preocupa o Banco do Nordeste. O Banco do Nordeste tem um entendimento jurídico firmado por conta das outras leis, e, se essa mudança de entendimento da STN prevalecer, o Banco do Nordeste vai ter que reavaliar todos os processos porque o próprio art. 1º, §1º, da Lei 13.340, diz que, independentemente de ter sido renegociado, tem que voltar o cálculo na origem da dívida, inclusive estabelece isso até para o FNE. Ou seja, é algo a que a gente precisa dar uma solução, porque isso ajudaria o Banco do Brasil a enquadrar, pelo menos hoje, só com essa mudança de entendimento, 70% dos produtores.

Eu espero, assim, ter passado...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Agradeço muito.

O SR. NELSON VIEIRA FRAGA FILHO – ... todas as informações, de modo a colaborar com o seu trabalho.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Passou, e de forma muito didática. Agradeço essa contribuição enorme. Acho que, de alguma forma, cada uma dessas sugestões vai atingindo um grau maior de... Porque a situação, depois das exposições, Guilherme, me pareceu aqui um verdadeiro labirinto, porque são situações que nos deixam como um cachorro que corre atrás do rabo. É o limite de 200 mil e... Então, é preciso realmente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu ia fazer justamente esta pergunta: quais são as sugestões que vocês entenderiam como possíveis para irmos tirando os nós, desatando os nós? E eu creio que a contribuição de Nelson para essa fase de desatar os nós foi muito importante. Talvez até nós pudéssemos consolidar isso em um documento, se você nos ajudar. Porque nós poderíamos solicitar uma audiência à Secretaria do Tesouro Nacional, com um determinado nome, para consolidar essa; outra ao Carf; e seguir assim, tratando por partes, acompanhados do Sindicato dos Produtores Rurais ou como eles definirem. Sendo assim, nós iríamos acompanhando essa agenda e, certamente, tendo algumas vitórias. E o que significar também pequenas mudanças legislativas poderia ser acordado neste processo de conversa. E é quando se acorda lá que as coisas andam rápido e conseguimos fazer a aprovação nas duas Casas, porque se trata de algo de interesse das instituições, tanto do Banco do Brasil como do BNB e, especialmente, dos cacauicultores.

Você concorda, Guilherme, que a gente possa caminhar dessa maneira?

O SR. GUILHERME GALVÃO – Os descontos de 95%, se aumentados para a faixa de 35, melhoram sensivelmente. E, se você conseguir sair do limite de 200 mil, vai pegar praticamente todo o mundo. Então, quem quiser manter judicializado mantenha, mas aí tem que fazer a conta para ver se vale a pena esperar 10, 20 ou 30 anos para obter a solução da Justiça. Eu sempre defendi a negociação para que isso pare algum dia. Na Justiça, são 10 anos para sair a decisão na primeira instância – positiva, tem saído. E, na segunda e terceira, vai durar mais quanto? Vai ser para os netos?

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Também, paralelamente a isso, eu imagino que vocês já tenham um levantamento de quantos e quais são os que têm ação na Justiça. O Banco do Brasil deve ter.

A SRª ANA AMÉLIA DE CARVALHO PALMEIRA – Eu dei um panorama da quantidade que temos em valores... (*Fora do microfone.*)

Porque, como há ação judicial no âmbito da PGU que é de execução, e ela não tem essa relação... Nós já tínhamos pedido até para a gente ter essa noção do que estava dentro da carteira com ação judicial e das outras que estão conosco. De qualquer forma, a operação está no âmbito do banco, só que, quando ela está em ação de execução, só a PGU pode agir...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Sim.

A SRª ANA AMÉLIA DE CARVALHO PALMEIRA – No momento em que queremos inscrever, para nós, ela fica suspensa. Então, eu fico com ela suspensa por ação judicial, eu não fico com essa separação. Então, hoje, eu tenho um volume grande de operação nessas duas esferas.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Eu creio que, conseguindo caminhar nessas outras duas áreas, principalmente na supressão do limite –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

obviamente, dessa maneira, negociada –, já haveria como o sindicato entrar na negociação, fazer uma grande reunião com todos aqueles que estão com acordo na Justiça e até com o banco mesmo e buscar um convencimento.

A SRª ANA AMÉLIA DE CARVALHO PALMEIRA – Os que têm buscado o banco a gente já tem orientado. (*Fora do microfone.*)

E a gente já pede: baixe nos autos, que a gente... É só entrar lá nos autos, e a gente, com a decisão dele, do cliente, assinando, tem aceitado. A gente só comunicava, no caso da PGU, quando ela não está em ação de execução. Quando está em ação de execução, só a PGU ou a AGU mesmo que podem tratar do assunto. Agora, quando ela está só em ação revisional, e ele pede esse acordo, tendo um parecer, a gente a submete. E a gente logrou vários êxitos com outras operações no âmbito da Lei 13.340, normal. A mesma coisa a gente fez com poucas operações do cacau. Foram poucas, mas a gente conseguiu fazer algumas.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Está certo.

Nelson, quer fazer alguma consideração final?

O SR. NELSON VIEIRA FRAGA FILHO – Senadora, os esforços que vocês fizeram para aprovar a Lei 13.606, depois a derrubada dos vetos... Eu gostaria de alertar todos do seguinte. No ano passado, por conta da necessidade de subvenção aos recursos privados, o Tesouro Nacional submeteu uma suplementação orçamentária de 1,4 bilhão para atender ao art. 3º da Lei 13.340, que é o que trata de recursos privados que precisam ser subvencionados. Os arts. 1º e 2º são recursos do FNE, o Banco do Nordeste segue normal, porque não tem equalização, mas o art. 3º tinha sido vetado pelo Presidente. O Congresso derrubou esse veto – vocês fizeram um trabalho e derrubaram os vetos –, mas a derrubada do veto em si não vai implicar benefício para os produtores em relação ao art. 3º, porque o art. 3º precisa de subvenção, e, se não houver o pedido para o Tesouro e para o Ministério do Planejamento da suplementação orçamentária, nós vamos nadar e morrer na praia, como aconteceu no ano passado.

No ano passado, o PLN de 1,4 bilhão foi mandado em agosto pelo Tesouro e foi votado no dia 22 de dezembro; quando ele foi sancionado, o Tesouro comunicou aos bancos – acho que o Banco do Brasil recebeu uma notificação do Tesouro – que poderiam contratar com base no art. 3º em janeiro, mas já não havia mais prazo. O art. 3º já tinha expirado.

Eu acho bom alertar sobre isso, porque, às vezes, as pessoas falam que o banco não está contratando, que o banco não está operando com recursos próprios, mas é porque ele depende da subvenção, depende do PLN, e esse PLN que tem que ser submetido a esta Casa para ser apreciado pela Comissão de Orçamento. Senão, vamos ficar o ano todo com o Banco do Brasil aguardando essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autorização, e aí nós não vamos ter... Nós vamos ter o art. 3º publicado – ele já foi publicado hoje, os vetos –, mas não teremos os recursos, e o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste e o Basa, na Amazônia também, que atende à região da Sudam, vão ficar impedidos de operar com as operações de recursos próprios que não sejam FNE...

(*Soa a campainha.*)

O SR. NELSON VIEIRA FRAGA FILHO – ... por falta de suplementação orçamentária. Então, é só fazer esse alerta para que a Srª Senadora continue atenta a isso, já, dentro dessa discussão com o Planejamento e com o próprio Tesouro, verificando essa possibilidade da suplementação orçamentária, para não deixar isso para o final do ano, pois aí não haverá tempo hábil, e os produtores não vão conseguir levantar os recursos. Vai ser mais uma dificuldade.

Mais uma vez, obrigado pela oportunidade.

Peço desculpas pelo tempo...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Nós é que agradecemos...

O SR. NELSON VIEIRA FRAGA FILHO – Eu fui trazendo todas as informações e mais a questão de possíveis soluções. Por isso, o tempo foi um pouco além.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Não, foi o tempo adequado para que chegássemos a alguma conclusão.

Passo a palavra novamente a todos os outros expositores para que possam concluir a sua fala.

O SR. GUILHERME GALVÃO – Nelson, o que foi inscrito na dívida ativa é até julho. Nós estamos no final de abril. A lei diz que negocia até dezembro o que foi inscrito até julho. Nós temos maio, junho e julho, nós temos três meses. Então, essa solução tem que vir rapidamente para que haja tempo hábil para se inscrever. Senão, não participa da lei.

A SRª ANA AMÉLIA DE CARVALHO PALMEIRA – Na verdade, Guilherme, nós estamos inscrevendo, sim, as operações. Estamos tendo uma força-tarefa para inscrever as operações. É claro que essas operações que estão suspensas a gente não consegue fazer por conta da limitação mesmo – já há essas informações –, mas o banco está correndo em todos os aspectos, pedindo pessoal, dando informação, pedindo para divulgar isso aos clientes nas redes. A gente tem feito esse trabalho de divulgar. Se há interesse, o cliente assina dizendo que está disposto a incluir na dívida, e a gente tem feito. A gente não está nem esperando a notificação do sistema – você tem que notificar, mandar, esperar, aguardar uma contranotificação. A gente desenvolveu um modelo específico em que, quando o cliente diz "inscreva a minha dívida" e ele está enquadrado, a gente já pega aquela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autorização e usa aquele modelo como uma autorização que ele já deu, para não perder muito tempo, até porque, anteriormente, ele já foi notificado. Então, a gente tem agilizado todo esse processo para tentar correr, porque é dívida que foi vencida em 31/12/2017 e que pode ser inscrita até 31/07/2018.

O SR. NELSON VIEIRA FRAGA FILHO – Senadora, é só para esclarecer os produtores que estão nos vendo e não conseguem entender.

Depois de vencida a dívida, o banco tem um critério legal que ele tem que observar. Ele tem até 90 dias para comunicar ao produtor que a dívida será inscrita. E, só após esse comunicado, o banco pode inscrever. Então, aquele produtor que não foi notificado – é isso que a Ana está dizendo – não precisa aguardar notificação, porque ele corre o risco de perder o prazo de 31 de julho. Então, aquele que tem parcela do PESA vencida no ano passado, até 31 de dezembro de 2017, já pode procurar o banco e fazer essa manifestação pedindo ao banco que faça a inscrição, porque ele fica dispensado de receber essa notificação que está estabelecida numa portaria do Ministério da Fazenda de 2003. Isso agiliza para o banco e para o produtor. Então, é importante que isso fique registrado e que o produtor fique atento a esses prazos.

O SR. GUILHERME GALVÃO – O problema, Nelson, é o seguinte. Foram débitos até 31 de dezembro de 2017. O PESA venceu em 2 de janeiro de 2018. O banco não recebia, em 2 de janeiro de 2018, com os bônus de adimplência, se não estivesse resolvido o problema na dívida ativa. Então, já é outro problema criado.

A SRª ANA AMÉLIA DE CARVALHO PALMEIRA – Esse problema da dívida ativa é o seguinte. (*Fora do microfone.*)

Há uma portaria da PGFN no sentido de que, se o cliente tem débito com a União, ele, primeiro, precisa quitar esses débitos lá na PGFN para depois vir liquidar junto ao banco.

A gente fez uma consulta perguntando se a gente podia receber e, se ela desse autorização, a gente recebia, mas a gente não teve essa portaria ainda que autorizasse. Mas a maioria dos produtores que estão nessa situação estão indo lá, efetuando o pagamento, e a gente está liquidando, mesmo que seja com atraso, porque ele apresentou e na época a gente não tinha. A gente está concedendo o benefício no caso da parcela que ele fosse pagar. Ele foi pagar a parcela hoje, digamos, mas tinha a dívida inscrita: se ele esteve no banco, ele internalizou um capital x, ele foi à PGFN, pagou e trouxe o comprovante, a gente está liquidando, dando esse desconto, porque aí é uma exigência legal de que, às vezes, ele não tinha conhecimento, então a gente estava autorizando nesses casos.

É claro que isso é feito por caso pontual, porque a gente tem que avaliar se ele esteve no banco, se ele realmente internalizou, porque ele tem que pagar a parcela no vencimento, o bônus é devido no vencimento, mas, para aquele cliente que já fez, a gente tem dado essa orientação e está se fazendo caso a caso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GUILHERME GALVÃO – E há o problema também dos que não podem ser inscritos na dívida ativa. O Nelson estava falando com a Ana Amélia que é importante isso ser visto também e colocado.

O SR. NELSON VIEIRA FRAGA FILHO – Essa questão do pagamento da parcela do PESA somente depois de liquidada a dívida ativa é um problema que a gente tem levantado desde 2008, tanto que em 2008 se concedeu um prazo para que essas parcelas que fossem vencendo fossem liquidadas com desconto. A gente tem tentado fazer isso, e o Governo tem sido resistente.

O que isso provoca? A multiplicação da inadimplência, porque você tem que estar em dia com a dívida ativa, e aí é como o Guilherme falou: em fevereiro venceu, e a grande maioria das parcelas do PESA no Nordeste vence em março, ou seja, todo mundo que não fez a liquidação de dívida ativa em 2017, chegou agora, dia 3 de março, e ficou inadimplente. Aí ele pode regularizar a parcela de 2017, mas não pode regularizar a parcela de 2018, ele sabendo que tem prazo até dezembro de 2018 para acertar a dívida. Então, é uma incoerência e isso acaba multiplicando. Por isso que o PESA, a cada ano, aumenta o número de devedores, e a dívida ativa, que, se em 2008 era de 16 bi com 170 mil produtores, hoje continua com os mesmos 16 bi, com todos aqueles que já liquidaram, e o número de produtores aumentou para 200 mil, ou seja, isso se multiplica. Então, é um assunto que a gente pode ver dentro desse processo.

E, como à dívida ativa só vão operações que foram contratadas até 2001 pelo Banco do Brasil, a gente tem um PESA Cacau, que se estendeu até 2002. Foi um dos poucos programas que teve condições de contratar o PESA até 2002, porque era uma particularidade. Como essas operações não viraram ativos da União, essas operações estão dentro da carteira do Banco do Brasil. Então, nessas operações também os produtores têm que procurar o banco para fazer esse acerto.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Dadas todas essas explicações, passo a palavra ao Sr. Jorge Ivan, para a sua despedida.

O SR. JORGE IVAN FALCÃO COSTA – Muito obrigado, Senadora.

De fato, quero agradecer a oportunidade de estar aqui e dizer que o banco está à disposição, para aquele pessoal que está enquadrável no 1, no 2, no 3 e no 36, porque as agências envolvidas já estão no ponto de receber todos esses mutuários.

Fico na expectativa de que a gente possa, de alguma forma, Senadora, ajudar na celeridade de conseguir a regulamentação do Banco Central para o art. 36. E eu espero mesmo que a gente comece a diminuir essas diferenças para essa grossa maioria dos produtores de cacau que não está atendida por esses regulamentos, por essas leis, para que a gente consiga uma evolução nessas discussões que aqui se iniciam.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Agradeço novamente a todos que aqui contribuíram.

Peço novamente a contribuição não apenas de Nelson, mas de todos vocês nessa caminhada de audiências com o Banco Central, para que nós possamos, com uma nota técnica fundamentando a nossa solicitação da regulamentação, em breve poder ter alguma notícia positiva, e acompanhada por todas as instituições aqui presentes, especialmente pelos representantes.

Eu vou combinar com a Senadora Fátima, que é a nossa Presidente, para imediatamente nós solicitarmos uma audiência em nome da Comissão – ouviu, Marcus? –, para que eu possa, com base nessa documentação, fazer um documento paralelo ao Banco Central e nós iniciarmos imediatamente a conversa sobre a regulamentação do art. 36 e, consequentemente, com todos os outros a respeito de cada um dos assuntos.

A gente pode transformar essa carta geral, essa série de documentos de contribuições que Nelson trouxe num documento único, fazendo uma dissociação de cada assunto e dirigindo-os a cada órgão.

Então, eu agora, tendo que encerrar esta reunião, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 10ª Reunião da Comissão.

Srªs Senadoras e Srs. Senadores que concordam queiram permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Nesse sentido, já tendo lido o expediente recebido, eu, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, com muita esperança de que nós possamos dar seguimento a essa pauta aqui colocada e a essas propostas.

Muito obrigada.

Muito obrigada especialmente ao Dr. Guilherme, representante dos produtores, para que nós possamos continuar a nossa agenda.

(*Iniciada às 9 horas e 51 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 38 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 7ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 27 DE MARÇO DE 2018.

Às onze horas e dezessete minutos do dia vinte e sete de março de dois mil e dezoito, no Plenário 7 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência dos Senadores Ivo Cassol e Valdir Raupp, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Valdir Raupp, Dário Berger, Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Regina Sousa, Eduardo Amorim, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Ivo Cassol, Ana Amélia, Wellington Fagundes, Telmário Mota, Pedro Chaves, José Agripino, José Pimentel e Ataídes Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores Acir Gurgacz, Dalirio Beber, Lasier Martins, Lúcia Vânia e Cidinho Santos. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Por solicitação do Senador Eduardo Amorim, com a anuência do Plenário, a Comissão aprova Extrapauta o seguinte requerimento: ITEM 1: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 9, de 2018 – EMENTA: Requer a realização de audiência pública para debater sobre a informação do fechamento da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados (FAFEN) de Sergipe e da Bahia. Autoria: Senador Eduardo Amorim. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento, com a inclusão dos Governadores de Sergipe e Bahia e dos Prefeitos dos municípios de Laranjeiras (SE) e Camaçari (BA), sugerida pelo autor, Senador Eduardo Amorim. Em seguida, o Senhor Presidente, Senador Ivo Cassol, dá início à Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 5, de 2018, de sua autoria, destinada a debater a situação dos assentamentos promovidos pelo Incra e os conflitos originários por esses assentamentos em terras indígenas, especialmente em áreas como no estado de Rondônia, na região da grande Ariquemes e áreas da Comunidade Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, com a participação do Sr. Cletho Muniz de Brito - Superintendente Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado de Rondônia (INCRA/RO); Sr. Ermogenes Jacinto de Souza - Advogado dos Assentados no Município de Governador Jorge Teixeira (RO); Sr. Franklimberg Ribeiro de Freitas - Presidente da Fundação Nacional do Índio (FUNAI); Sr. Sorrival de Lima - Diretor de Regularização Fundiária na Amazônia Legal da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD). Após a apresentação dos senhores expositores, os Senadores Ivo Cassol e Valdir Raupp e os Deputados Luiz Cláudio (PR/RO) e Lucio Mosquini (PMDB/RO) fazem uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR IVO CASSOL
PRESIDENTE DA CRA

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/03/27

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência dos nobres colegas aqui do plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à audiência pública com finalidade de debater a situação dos assentamentos promovidos pelo Incra e os conflitos agrários por esses assentamentos em terras indígenas, especialmente em áreas como o Estado de Rondônia, na região da Grande Ariquemes e na área da comunidade indígena Uru-Eu-Wau-Wau, em cumprimento ao Requerimento nº 5, de 2018, de autoria do nobre Senador Presidente desta Comissão, Ivo Cassol.

Cumprimento também o Senador Raupp. Quero dizer, Senador Raupp, que, além dos nossos convidados que estão aqui e que vou convidar daqui a pouquinho para a mesa, foi uma alegria. Com certeza V. Exª dormiu pouco esta noite. Eu também dormi pouco, porque nós tivemos de pegar o voo de Porto Velho para cá, depois do trabalho que nós tivemos ontem. É "trabalho" entre aspas, mas na verdade é trabalho. Por mais que, às vezes, Senador Raupp, alguns pensem e falem que político não faz nada, nós, desde as 8h de ontem, andamos na 429, de Costa Marques a Presidente Médici – que seria a linha de transmissão, mas até Alvorada, e, depois de Alvorada, Porto Velho –, dando a ordem de serviço para a construção da linha de transmissão para interligar o nosso sistema da 429. A Eletrobras Rondônia, depois de muito tempo, concluiu os projetos. Com a conclusão dos projetos, vai ser beneficiada a região de Extrema com uma subestação, porque a população de Extrema é muito pacífica, com uma rede que está há mais de dez anos passando por cima da cabeça deles e indo para o Acre, e o pessoal de Extrema, Vista Alegre e Califórnia fica no escuro, só à luz de lampião. Isso não é diferente na cidade de Buritis, não é diferente na cidade de Cujubim e não é diferente também na cidade de Machadinho, como também não é diferente em Alvorada, próxima de Ji-Paraná e Presidente Médici, que está com motor até hoje. Já no caso de São Miguel e de Seringueiras, está interligado com a linha de transmissão que o Grupo Cassol construiu no passado, das usinas lá do Município de Alta Floresta, PCH Cachimbo e Rio Branco, como também São Francisco, Costa Marques e o Distrito São Domingos, que se encontra até hoje só à base de motor.

Então, ontem estivemos lá juntamente com o Senador Raupp, com a Deputada Marinha, o Deputado Luiz Cláudio, o Deputado Lebrão e o Deputado Laerte. Foi um trabalho em conjunto nosso e hoje está se tornando uma realidade. Ontem, foi dada a ordem de serviço para construção das subestações nesses Municípios, e, nos próximos dias, a Eletrobras vai concluir a licitação da linha de transmissão que interligará Médici, da BR-364, até o Município de Costa Marques.

Cumprimento o Senador Raupp e peço sua participação aqui para poder agradecer a recepção que o povo nos deu – o Prefeito Mirandão, lá de Costa Marques; a Prefeita Lebrinha, da cidade de São Francisco; a Prefeita Leonilde, de Seringueira; o Prefeito de São Miguel, Cornelio e o Prefeito Walter, da cidade de Alvorada. Para nós, foi motivo de alegria percorrer aquela BR, especialmente porque aquela 429 era uma cobrança constante. Graças a Deus, de 2011 para cá, nós tivemos também a conquista da 429, com a participação desse nobre Senador, juntamente com vocês, para o asfaltamento daquela rodovia.

A gente só fica triste, Senador Raupp, porque, naquele trecho entre São Miguel e Alvorada, a empresa não fez uma obra com qualidade. A fiscalização do DNIT naquela época... Até houve um pessoal que chegou a ser preso, e o asfalto está pipocando todo. Mas, pelo menos de São Miguel para Costa Marques, o asfalto está sendo feito com qualidade.

Portanto, a participação de V. Exª.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Obrigado, Senador Ivo Cassol, que preside, neste momento, esta Comissão.

Realmente, essas regiões eram mais isoladas no passado, porque hoje já não estão mais isoladas, como a região do Vale do Guaporé, Alvorada, São Miguel, Seringueiras, São Francisco, São Domingos e Costa Marques; e a região também de Guajará-Mirim e Nova Mamoré que tiveram, há dois anos, uma restauração muito boa, de primeira qualidade, da BR-425. A BR-429 foi já praticamente toda pavimentada; falta menos de 5% para ser pavimentada. As pontes estão todas construídas; vão ser agora feitos os pavimentos nas cabeceiras das pontes.

E agora a segunda boa notícia, a grande obra, que é o Linhão, a linha de transmissão de Médici a Costa Marques, e as subestações em todas as cidades, levando energia de boa qualidade.

Então, como disse, aos poucos, essas regiões vão saindo do isolamento e ganhando asfalto, ganhando energia elétrica, ganhando infraestrutura. E olha que aquelas cidades – V. Exª foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

governador também e as conheceu no passado – eram cidades com muita dificuldade, cuja população tinha muita dificuldade não só na área de transporte e energia, mas em tudo. E hoje as cidades estão prósperas. O agronegócio naquela região está prosperando, assim como a região de Pimenteiras, Cabixi, Cerejeiras, Corumbiara, regiões no passado um pouco isoladas; Machadinho d'Oeste, que vai receber também o Linhão; Buritis, que V. Exª já disse; Monte Negro, Campo Novo, Extrema.

Eu só lamento não ter conseguido ainda... Eu já fui relator três vezes do projeto de emancipação de Extrema, e os Presidentes... Já passaram dois, eu quero ver agora o terceiro. Espero que o Presidente Temer não vete, porque nós já aprovamos de novo aqui. Pela terceira vez eu fui o relator. O Flexa Ribeiro é o autor do projeto de emancipação de novos Municípios. É muito pouco. Para um País deste tamanho, criar mais cento e poucos Municípios não é nada, se for contar a quantidade de Municípios que têm os Estados Unidos e outros países do tamanho do Brasil. Está na Câmara esse projeto, aprovado já no Senado.

Eu espero que Extrema, aquela região da Ponta do Abunã, possa ter a coisa que eles mais anseiam. O que eles mais queriam que acontecesse não é nem a energia elétrica – a energia vai chegar também –, mas a emancipação. É a independência daquela região.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Tarilândia também, não é?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Tarilândia, Jaci-Paraná...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – ... o 5º BEC e tantos outros lugares que já merecem a emancipação.

O Deputado Luiz Cláudio nos acompanhou para cumprimentar o povo da 429 pela ordem de serviço que nós demos ontem lá, e V. Exª estava junto também.

O SR. LUIZ CLÁUDIO (PR - RO) – Pois é, Senador Ivo Cassol, Senador Raupp, e todos os convidados desta audiência pública. Estou vendo aqui o Sorrival, que foi da Emater, o nosso Superintendente do Incra, Britão; temos aqui o Prefeito de Jorge Teixeira, Senador, João Paciência; e também há o representante de produtores daquela região, que é o Camilo.

Foi um dia muito produtivo, um dia proveitoso. Nós percorremos de Costa Marques até Alvorada e conseguimos chegar aqui ainda de madrugada. Foi um dia muito importante para Rondônia, Senador Raupp e Senador Ivo Cassol. E, como nós falamos ontem: recursos da ordem de R$500 milhões a fundo perdido, para poder resolver todos os problemas das cidades que ainda são tocadas com energia a óleo diesel, termelétricas. O Estado de Rondônia é um Estado produtor de energia, Senador, e ainda tinha esse problema. Mas agora, com certeza, será resolvido definitivamente. Isso é bom para a agricultura. Nós temos o Programa Luz para Todos. O produtor está cobrando da gente, porque às vezes tem aquela energia monofilar lá na linha, Senador Cassol, mas não está dando mais conta. Os filhos foram casando, ficando na propriedade; eles estão construindo agroindústria, secador de café, e precisam de reforço de energia no campo. Essas regiões lá da 429, da 421 e de Machadinha realmente precisam desse suporte de energia com mais confiança.

Então, o senhor está de parabéns, Senador Cassol; o Senador Raupp e a Deputada Marinha também – estivemos juntos. Foi um dia de sucesso para todos nós, que nos esforçamos muito para conseguir esses recursos. Eu percebi que a população realmente estava muito confiante nesse trabalho que a Bancada se uniu para resolver, principalmente V. Exª, Senador Raupp, eu e a Deputada Marinha. Conseguimos realmente cobrar da Eletrobras, e esses recursos já estão disponíveis para resolver esse problema, que é muito grave ainda no nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Está certo, Deputado Luiz Cláudio.

Convido para compor a Mesa os seguintes convidados: o Presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), General Franklimberg Ribeiro de Freitas. Por gentileza, venha fazer parte da Mesa como nosso convidado.

Também vou convidar para fazer parte o nosso Coordenador-Geral de Identificação e Delimitação da Fundação Nacional do Índio (Funai), o Sr. Gustavo Hamilton de Souza Menezes.

Está presente também?

O SR. FRANKLIMBERG RIBEIRO DE FREITAS (*Fora do microfone.*) – Não está presente, mas eu vou assumir a posição.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Vai assumir a posição. Está certo, desculpe. Foi o pessoal meu aqui que comeu barriga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E para mim também é uma alegria convidar à Mesa o Sr. Ermógenes Jacinto de Souza, advogado que representa todos os assentados do Município de Governador Jorge Teixeira e daquela região de Campo Novo. Por gentileza, venha sentar à mesa também.

Também convido para sentar à mesa eles que fizeram parte de uma administração que deu um resultado extraordinário, na época em que as coisas aconteciam e se faziam. Eu sempre digo que ninguém é bom sozinho. Eu tinha um time bom. O Deputado Federal Luiz Cláudio foi meu Secretário de Agricultura, e eu convido para a Mesa o meu ex-Secretário do Meio Ambiente, Cletho Muniz Brito, que é o nosso Superintendente do Incra em Rondônia.

Quero dizer, Brito, com alegria, que, com a sua participação e também com a do Sorrival, que foi... Olhe a diferença. Convido o Sorrival também a se sentar à mesa. Ele foi um outro técnico agrícola... Não sei se tem alguma outra formação depois disso, mas...

O SR. CLETHO MUNIZ DE BRITO (*Fora do microfone*.) – Engenheiro florestal.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Como?

O SR. CLETHO MUNIZ DE BRITO – Engenheiro florestal.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Engenheiro florestal.

São pessoas que fizeram parte da minha gestão, dos oito anos de Governo, e coisas diferentes de algumas administrações que a gente vê. O Brito, por exemplo, foi Secretário meu praticamente oito anos; o Sorrival foi meu Secretário nos oito anos. O Brito saiu porque era candidato na época, e aí voltou, de novo. Mas era uma administração que tinha a pessoa certa no lugar certo. As coisas aconteciam. É uma alegria ter hoje o Sorrival, que é Diretor de Regularização Fundiária na Amazônia Legal da Subsecretaria de Regularização Fundiária na Amazônia. Então, para nós, é uma alegria, uma satisfação.

E o Cletho Muniz Brito – Brito, como é conhecido em Rondônia – é o nosso Superintendente do Incra.

Eu vou pedir ao nosso Presidente da Funai... Primeiramente, vou colocar para falar o Brito, que é do Incra, porque quem assentou essas famílias no passado...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Nobre colega, Senador Eduardo Amorim, é uma alegria.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Presidente, antes que o Presidente fale, nós apresentamos na semana passada um requerimento. Eu diria que isso é de extrema urgência e importância, porque duas fábricas de fertilizantes, as maiores que nós temos no Brasil, estão sendo fechadas. Hoje as Bancadas de Sergipe e da Bahia estão se reunindo com o Presidente da Petrobras, provavelmente com o Presidente da República, e hoje o Brasil importa 80% de todo o fertilizante que utiliza, mas estão sendo fechadas para passarmos a depender totalmente de outros países, como a Rússia, como a Ucrânia, como a China, para trazer esse fertilizante e corrigir o nosso solo quando necessário.

Eu entendo que um País agrícola como o nosso, e que deverá ser em breve o maior produtor de alimento do Planeta – e esta Comissão é muito importante para que a gente alcance isso –, tem de buscar também a autossuficiência de fertilizantes. Ele tem de buscar a questão de você não depender muito de outros cantos do mundo para produzir. Deus foi generoso e nos deu um solo fértil, mas também nos deu o corretivo necessário que são os fertilizantes que nós podemos produzir aqui e gerar emprego. Se essas fábricas fecharem, Presidente, vai ser o caos não só para Sergipe, não só para a Bahia. Eu diria que estamos indo na contramão...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Do setor agrícola.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – ... do setor agrícola.

Esse requerimento é exatamente para que a gente possa chamar essas pessoas, dizer "não" a esse fechamento e ouvir deles por que querem fechar. "Não, porque aqui existe uma tributação em torno de 8%, Senador Raupp. Paga-se 8% a mais para produzir do que para importar." Paga-se hoje, mas, na hora em que não produzir, teremos alguma garantia de que lá não será mais caro? Será que não dependeremos desse transporte, desses navios, dessas empresas transportadoras para trazer? Ou seja, é incompreensível trazer do outro canto do mundo, do outro lado do Planeta do que produzir aqui.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – E gerando emprego lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – E gerando emprego lá, como se não estivéssemos precisando de emprego, como se não almejássemos ser o maior produtor agrícola do mundo, como estamos sendo.

Então, eu pediria que, antes de começar esta audiência, o senhor pudesse ajudar a aprovar o requerimento para que a gente pudesse fazer essa audiência pública o quanto antes. Perdoe a interrupção.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Com certeza.

Com a concordância dos demais Senadores, coloco em pauta o Requerimento nº 9, de 2018 da CRA.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 9, de 2018

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública para debater sobre a informação do fechamento da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados (FAFEN) de Sergipe e da Bahia.

Autoria: Senador Eduardo Amorim

Requeiro, com base no art. 58, § 2º, incisos II e III, da Constituição Federal, combinado com o art. 93, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam o Presidente da Petrobrás, Pedro Parente; o Ministro da Agricultura, Dr. Blairo Maggi; o Diretor do Sindipetro de Alagoas/Sergipe, Ademar Santos, Coordenador Geral do Sindipetro da Bahia; e o Sr. Deyvid Souza Bacelar da Silva, para, perante esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, informar e debater sobre a informação do fechamento da Fafen (Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados), em Sergipe e na Bahia.

Justificativa.

Recebemos a informação da Petrobras sobre o possível desinvestimento da empresa com o fechamento das unidades da Fafen (Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados) em Sergipe e na Bahia.

Trata-se de uma importante empresa dos Estados de Sergipe e da Bahia, e seu fechamento poderá provocar sérios prejuízos à economia da região, com a extinção de milhares de vagas de empregos e a falência de outras empresas do segmento.

Saliento que o fechamento da Fafen representará uma perda inestimável para o País, já que 48% do fertilizante hidrogenado é produzido em Sergipe, fato que colocará em risco a soberania do povo brasileiro.

Assim, faz-se necessário debater no âmbito desta Comissão as medidas que o governo e a Petrobras devem encontrar para equacionar esse grave problema.

Por tudo, submeto o requerimento à apreciação dos meus pares.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Sr. Presidente..

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Só para acrescentar que, além dessas pessoas já mencionadas por V. Exª, gostaria também que convidássemos o Governador de Sergipe, o Governador da Bahia e os prefeitos dessas duas cidades envolvidas – Laranjeiras, em Sergipe – onde existem as fábricas, para eles contarem um pouco do estrago social que seria feito se essas fábricas viessem a fechar.

Volto a dizer...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Fica consignada...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – ... que, no meu entender, é uma questão de soberania.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Fica consignada a sua solicitação, a inclusão dos governadores e dos prefeitos. Então, que a nossa assessoria já providencie.

Coloco em votação.

Quem concorda permaneça como está. (*Pausa.*)

Portanto, aprovado.

No próximo dia 10, às 11h, já fica marcada essa audiência pública para podermos debater essa situação. Então, está marcada para o próximo dia 10.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Obrigado, Sr. Presidente, pela compreensão.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – O pedido de V. Exª, pela relevância que tem, fica com o nosso aval neste momento.

Passo, neste instante, a palavra ao Superintendente do Incra, em Rondônia, Cletho Muniz de Brito.

O SR. CLETHO MUNIZ DE BRITO – Bom dia a todos.

Neste momento, eu quero cumprimentar S. Exª o Sr. Senador da República Ivo Cassol, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal; cumprimentar S. Exª o Sr. Presidente da Funai, Franklimberg de Freitas; cumprimentar o Dr. Ermogenes, advogado representando aqui os agricultores; cumprimentar Sorrival de Lima, que é nosso amigo de longas datas e hoje está aqui representando a direção maior do programa Terra Legal da Serfal; cumprimentar o nosso amigo, Dr. Cláudio, neste ato representando o Presidente do Incra aqui presente; cumprimentar S. Exª o Sr. Senador da República Valdir Raupp, que nos honra muito com a sua presença ao prestigiar um evento de Rondônia tão importante como esse; S. Exª o Deputado Federal Luiz Cláudio, que está aqui presente também; cumprimentar os demais Senadores e demais Deputados que porventura estejam presentes, os senhores agricultores e os senhores representantes de órgãos aqui presentes.

Fomos convidados e, ao mesmo tempo, convocados para esta importante reunião no dia de hoje, aqui em Brasília, para tratar de um assunto importantíssimo para o Estado de Rondônia.

É importante salientar, Senador Ivo Cassol, que o Estado de Rondônia não tem só esse conflito. Nós temos dezenas de conflitos no Estado de Rondônia que precisam da atenção especial do Poder Público não só do Estado de Rondônia, mas também daqui do poder central de Brasília. Estamos tendo, nos últimos anos, muitas mortes em função da briga pela posse da terra.

Esta reunião, nesta Casa que é o Senado Federal, veio trazer a oportunidade para que o Incra e para que os Srs. Senadores, Srs. Deputados e autoridades possam conhecer um pouco do Estado de Rondônia e o que nós estamos vivendo lá.

Nós vamos tratar especificamente dos conflitos com a área indígena, porém peço permissão ao Senador Ivo Cassol, que é um homem público e atinente a todos os problemas de Rondônia, que vive o dia a dia juntamente com os nossos Senadores, o nosso Senador que está aqui, Valdir Raupp, o Deputado Luiz Cláudio, a Deputada Marinha e os outros Deputados que vivem Rondônia no dia a dia, tanto é que o senhor fez um depoimento aqui hoje de como o senhor conseguiu chegar aqui agora de manhã.

Eu quero dizer que fiz aqui uma pequena apresentação, rapidamente, para os senhores terem uma ideia de parte dos conflitos existentes hoje em Rondônia entre a área indígena Uru-Eu-Wau-Wau e as terras em que foram feitos assentamentos pelo Incra em praticamente duas situações correlatas. Uma diz respeito a um assentamento criado pelo Incra em terras desapropriadas na década de 70 onde foram criados dois assentamentos do Incra, Projetos de Assentamento que hoje estão emancipados que são o PAD Burareiro e o PAD Marechal Dutra, em que foram assentadas mais de seis mil famílias na época da colonização, na época em que o Governo Federal entendeu que era importante colonizar a Amazônia, na época em que o Governo entendeu que era importante fazer de Rondônia um corredor da produção, e esse corredor foi feito.

Quero salientar aos senhores que não conhecem Rondônia que não percam a oportunidade de conhecer, porque, dos 52 Municípios que Rondônia tem, 48 foram criados a partir de um assentamento do Incra. Estou aqui ao lado do nosso ex-Governador, do nosso ex-Prefeito de Rolim de Moura, do nosso atual Senador da República. Ele é originário de uma cidade com o nome Rolim de Moura, em que foi feita uma colonização pelo Incra iniciada no Pico do Paraná em Cacoal que se estendeu para Rolim de Moura.

O Estado de Rondônia tem 52 Municípios e tem 48 Municípios a partir de um assentamento do Incra na década de 70. Hoje estamos vivendo aqui, passados 47 anos, problemas que poderiam ter sido resolvidos – poderiam ter sido resolvidos, deixo isso claro para todos os senhores – há 30 anos, mas a coisa foi se acomodando, se acomodando, deixando para outro dia, deixando para outro dia por se tratar de área indígena, e até hoje nós estamos com esses problemas lá.

Então, vou começar aqui. Foi feito um resumo – esse aqui é um trabalho que tem no máximo oito ou dez lâminas – para os senhores terem uma ideia desse problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O nosso objetivo com relação a essa pequena apresentação é, obviamente, debater a situação dos assentamentos promovidos pelo Incra e os conflitos originados, como eu disse, por esses assentamentos em terras indígenas, especialmente na comunidade indígena Uru-Eu-Wau-Wau.

Quais foram os elementos norteadores dessa situação? Eu trouxe aqui para entregar para o Senador Presidente da Comissão e para os demais interessados uma cópia de um relatório de conflito agrário proposto na redefinição dos limites, no perímetro das áreas em dias enfocando a situação fundiária da terra indígena Uru-Eu-Wau-Wau, região de Ariquemes. Foi feito esse relatório pelo extinto Iteron – Instituto de Terras de Rondônia. É importante salientar que o Instituto de Terras de Rondônia hoje não existe mais, ele foi extinto, mas, quando existiu, estava lotado de técnicos capacitados que tiveram, com muita responsabilidade, a condição de fazer um trabalho e relatar a situação de campo, separando o joio do trigo, o que era Funai e o que era terra de assentamento pelo Incra. Esse relatório na íntegra está aqui e vou deixá-lo com V. Exª para uma discussão da Comissão com os técnicos da Funai.

Também temos aqui uma cópia do relatório de um grupo de trabalho criado para dirimir dúvidas envolvendo a ocupação de terra indígena na Gleba Novo Destino – Setor Oriente. Na época, foi uma situação de que o Incra criou esse assentamento, assentou essas pessoas e, lamentavelmente, por erros de uma coordenada geográfica, chegamos hoje a um problema existente em campo que já poderia ter sido resolvido com um despacho e com um documento que vou deixar para o Senador assinado pela equipe técnica da Funai que fez o levantamento. Na época, inclusive, o Presidente da Funai em Rondônia – que não sei se se designava presidente ou superintendente – era o Nilson Campos Moreira, já falecido, mas ele foi um dos responsáveis pela elaboração desse documento.

Foi criado naquela época um grupo de trabalho e aqui está a portaria do grupo de trabalho, que vou deixar com V. Exª, relatando todos os trabalhos. Nilson Campos Moreira era o Coordenador GTE, que era o nome designado a ele na época, e, não é por que ele já morreu, mas foi um dos melhores técnicos que passaram pelo Estado de Rondônia no que diz respeito a área fundiária e à área agrária.

Nós temos aqui, e vou deixar com V. Exª, um dossiê que foi proferido por esse grupo de trabalho, por essa comissão entre Incra e Funai relacionado à Gleba Novo Destino, cópia do relatório do grupo de trabalho entre a Funai e o Governo do Estado de Rondônia que foi feito na década de 80, em 1988, um relatório de vistoria na divisa da área indígena Uru-Eu-Wau-Wau com a Gleba Novo Destino - Setor Oriente.

Aí estão os técnicos que participaram da comissão, o representante da Funai, o representante da Secretaria de Agricultura do Estado de Rondônia e representante do Incra. Há a finalidade que é levantar para ver os procedimentos, das divergências dos decretos porque um decreto... Antes não era área indígena, era uma área de reserva dos Pacaás Novos e, depois, foi criada por um decreto juntando essa área com a área total dos Pacaás Novos. Foi reeditado o decreto onde houve a divergência de apenas dois minutos, o que criou uma divergência em campo hoje que eu vou passar e mostrar para vocês a seguir.

Esse aqui mostra o documento que nós temos aqui produzido pelo Iteron que é a caracterização elementar de área indígena, a área Uru-Eu-Wau-Wau, seus limites no Marco 2526. Está tudo aqui e vou deixar com V. Exª com relação à contextualização da questão da Funai. A terra indígena Uru-Eu-Wau-Wau foi criada através da Portaria 508, de 1978, três anos depois que o Incra tinha criado os dois assentamentos: PADs Burareiro e Marechal Dutra; quer dizer, o Incra já havia criado um assentamento em cima de terras desapropriadas por interesse público, num processo legal de desapropriação e, depois de três anos, foi editada essa portaria criando a terra indígena de 26/6/1978, como sendo de ocupação dos índios Urupain e Uru-Eu-Wau-Wau, localizada no Município de Guajará-Mirim.

Em 1979, foi criado o Parque Nacional dos Pacaás Novos, Decreto Federal 84.019, de 21/9/1979. Posteriormente, juntou-se essa terra indígena que foi criada em 1978 com esse Parque do Uru-Eu-Wau-Wau e formou uma terra indígena só. Em 9/7/1985, através do Decreto Federal 91.416, declara-se de ocupação indígenas as terras localizadas no Município de Guajará-Mirim, Ariquemes, Costa Marques, Jaru, Ouro Preto, Presidente Médici, Porto Velho, denominada no parágrafo único daquele decreto a área indígena Uru-Eu-Wau-Wau. Quer dizer, juntaram-se as duas áreas e formou-se, em 1985, a maior área, com quase 800 mil hectares de terra.

O Decreto Federal 75.281, de 23/1/1975, declarou de interesse social, para fins de reforma agrária – eu estou falando da terra do Incra para vocês entenderem lá na frente – os seringais Nova Vida, Santa Cruz, Canaã Central, Rio Pardo, São Francisco, Guarani, Pau d'Arco e Massangana. Foi aí

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que foram assentadas, através da desapropriação que o Incra fez nesses seringais, aquelas milhares de famílias na região, perfazendo um total de 533.940 hectares desapropriados pelo Governo Federal através do Incra, registrado desde 1975. Disso têm-se as matrículas em todos os cartórios de registro de imóveis. Estão todas aqui as matrículas, seus números, as sequências das matrículas estão todas aqui. Sobre o número, eu trouxe, para quem quiser tirar dúvidas, os números das matrículas, as folhas dos livros e o cartório de Porto Velho em que foi registrada a primeira matrícula.

Parte dessa área resultou na criação do Projeto de Assentamento Dirigido Burareiro, como eu disse no início, no qual foram assentadas devidamente pelo Incra 1,5 mil famílias de trabalhadores rurais; e, dessas, 105 famílias que são conhecidas na região como associação Aspro 5 ficaram como se estivessem na área interditada pela Funai. Porém, elas estão, de acordo com os nossos decretos, com as nossas divisas, dentro da área do assentamento Burareiro, PAD Burareiro. Aí, existe uma confusão, existe uma briga, uma demanda judicial... Inclusive, nós temos aqui, e eu vou deixar com S. Exª, uma decisão judicial, a última, de 2014, 2015, em que o juiz federal confere àqueles agricultores que estão assentados nessa área de 105 imóveis, que tem 97 títulos expedidos pela Incra e registrados nos devidos cartórios de registro de imóveis, registro de liminar judicial conferindo àqueles assentados, àqueles cidadãos que estão lá até hoje o direito à terra. Existe essa decisão. Agora, obviamente, eu não conheço, a partir dessa decisão liminar, o que a Funai impetrou através dos seus advogados, dos seus procuradores, na Justiça para contestar a decisão judicial.

Encontra-se até hoje afetada pelo decreto da Funai, listado normalmente pelo relatório do extinto Iteron. O relatório do extinto Iteron é completo. Ali tem um cara do governo, tem um cara da Funai, tem um cidadão de cada órgão desse contando a verdadeira história. O relatório do Iteron afirma que, assim, tendo sido aquelas terras desapropriadas antes mesmo de a Funai definir a área indígena Uru-Eu-Wau-Wau, deve aquela área ser excluída do conflito e restituída aos seus legítimos possuidores concessionários do PAD Burareiro, visto que as terras pertenciam ao Incra num processo de desapropriação, porque naquele tempo não havia sido criada ainda a terra indígena, que foi criada posteriormente.

Aí está o mapa para vocês terem uma ideia. Esse mapa aí, obviamente, para quem não conhece...

Deixa eu ver se eu consigo apertar... Onde é a luzinha dele aqui? Eu tirei tudo aqui. Como é que faz? Eu fiz besteira aqui.

É o seguinte: quando... Nesse mapa, vai aparecer a definição exata... Onde está a linha vermelha subindo e fazendo a curva lá em cima...

Eu não mexi.

Se me permitem, eu posso me levantar?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Vamos lá!

O SR. CLETHO MUNIZ DE BRITO – Tá.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Fala alto.

O SR. CLETHO MUNIZ DE BRITO (*Fora do microfone*.) – Isso.

Aqui é o seguinte: isso aqui é o Burareiro. Para vocês terem uma ideia, o PAD Burareiro, um assentamento que foi feito pelo Incra na década de 70...

(*Interrupção do som*.)

O SR. CLETHO MUNIZ DE BRITO (*Fora do microfone*.) – Aí, olha todo o assentamento aqui. Essa aqui foi a área que o Incra desapropriou na época. Foi feito... Eu a trouxe numa escala menor para vocês terem uma ideia da quantidade de imóveis que o Incra assentou nessa região aqui na época para fins de reforma agrária.

Essa outra questão agora... Aqui eu estava falando de quê? PAD Burareiro e PAD Marechal Dutra, que é outra área, uma área que fica próxima de Campo Novo.

Agora, essa área aqui, de que eu vou falar agora, é aquela outra área dos Marcos 25 e 26, que eu acho mais grave ainda, porque foi colocada nos relatórios que estão aí, foi colocada em todas as anotações essa questão dos Marcos 25 e 26. Foi um erro de digitação de uma coordenada, porque era 64 graus, 32 minutos e 1 segundo. Está aí na frente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Cletho, você poderia sentar agora? Porque o microfone fica melhor para gravar, porque o pessoal que está ouvindo em casa...

O SR. CLETHO MUNIZ DE BRITO – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, isso aí agora eu acho que é um dos mais graves que há. Por quê? Porque, apesar de ser uma área pequena, que não representa muita coisa em extensão de área, é uma área que... A própria Funai reconheceu que houve um erro de digitação, mas até hoje não consertou. Então, foi reeditado o decreto, e o decreto foi reeditado com erro, erro de digitação de uma coordenada geográfica de dois minutos de diferença, o que ocorreu com um bocado de famílias aí que estão até hoje com problema com a área deles interditada. Interditada por quê? Por causa de um erro de digitação. E eu vou mostrar para os senhores. Após a edição do Decreto Federal nº 91.416, a Funai, por seu Presidente, através das Portarias 127, de 14 de fevereiro de 1990, e 319, de 4 de setembro de 1990, interdita, temporariamente, para estudos e apresentação de proposta de limites, objetivando a demarcação de terras abarcadas pelo Decreto nº 91.416, de 1985. Essas objetivam também definir o segmento entre os Marcos 25 e 26 no limite Leste do Decreto.

O fato agravante do limite do decreto que veio a ser objeto de estudo das duas portarias que eu retratei para os senhores lá atrás está na demarcação, pois do Marco 25 para o Marco 26 houve um desvio de dois minutos, porquanto a coordenada do Marco 26, na demarcação, desviou para o Leste, adentrando nas terras da União, medida demarcada destinada pelo Incra, definidas como setor Novo Oriente da Gleba Novo Destino, tendo por respaldo o Decreto Federal nº 84.019, de 21 de setembro de 1979, que criou o Parque de Pacaás Novos, que definiu o limite de confrontações. Eu vou mostrar no mapa para os senhores que o Incra deixou entre a área indígena e a área regularizanda uma margem de limite de respeito, para ninguém adentrar na Funai. Está aqui.

O Decreto nº 94.416 englobou o Parque Nacional de Pacaás Novos – como eu disse lá atrás; foi englobado e virou uma área só –, ocasionando uma divergência que tange ao segmento referente à linha reta de, aproximadamente, 43km. A divergência detectada é equivalente a um deslocamento para o sentido Leste de 3,6 mil metros – quer dizer, saiu do ponto zero aqui 3,6 mil metros para lá –, o que causou transtornos de 24 lotes rurais medidos e demarcados pelo Incra nos setores Novo Oriente 1 e 2 da Gleba Novo Destino.

Aqui está... Aí eu estou mostrando para os senhores aqui. Dê licença mais uma vez.

Isso aqui... Rapidamente... Isso aqui é a coisa original. Aqui é o antigo Parque Nacional de Pacaás Novos, antes de virar terra indígena. Quando o Incra demarcou isso aqui... Isso aqui foi uma demarcação em área de plantação fundiária. Isso aqui não é PAD Burareiro e aqui não é assentamento; aqui é regularização fundiária.

Quando o Incra demarcou isso aqui, por uma tomada de preço, contratado o serviço da forma legal, deixou essa margem aqui de limite de respeito, entre o Marco 26 e o Marco 25. Agora, olha o que aconteceu. Olha o que aconteceu aqui. Olhando aquela figura lá, aqui é o Parque Nacional de Pacaás Novos. Aqui está o Marco 25. Aqui, na linha verde, deveria estar o quê? O Marco 26. Na hora de fazer o novo decreto e de digitar, pegaram essa coordenada, que era 64 minutos e 32 segundos, e botaram 64 minutos e 34 segundos. Aí, ela saiu daqui, veio comendo esses lotes todos aqui e chegou aqui.

Isso é uma coisa fácil de resolver. Isso aqui não tem problema, mas está prejudicando todas essas famílias. Além de pegar a área do Decreto 84.019, que é essa aqui, pegou parte dos agricultores, e, onde há os pontos pretos aqui, estão todos titulados, com escritura. Então, isso aí é a grande divergência que há hoje nessa região.

E aí eu quero, assim, finalizar – desculpem-me por ter tomado o tempo –, dizendo o seguinte: há situações no Estado de Rondônia que não é difícil resolver. Eu quero parabenizar o Senador Ivo Cassol, como Presidente desta Comissão, o Senador Valdir Raupp, por Rondônia, o Deputado Luiz Cláudio, a Deputada Marinha e todos que estão participando disso aqui pela coragem de, pela primeira vez, nós estarmos nos sentando aqui, em Brasília, para discutir um assunto deste para defender o interesse de Rondônia.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, nosso amigo Superintendente do Incra de Rondônia, Brito, como é conhecido, não é, Cletho?

O SR. CLETHO MUNIZ DE BRITO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Quero agradecer todas as explanações, a explicação.

Por um erro de digitação – não é, Presidente Frank? –, acabou acontecendo esse transtorno para centenas de famílias. Ao mesmo tempo, a gente busca com V. Exª aqui de que maneira a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

consegue consertar os erros que foram cometidos no passado. Portanto, o senhor tem um desafio pela frente.

Antes de passar a palavra para V. Exª, eu gostaria só de ouvir aqui... Antes, quero cumprimentar o Prefeito João Paciência, do Município de Governador Jorge Teixeira. Prefeito, é uma alegria tê-lo aqui; acompanhado do Paulo José, também presente, e do Camilo Soares. Quem é o Camilo Soares? Só para poder registrar. Paciência, também se levante! Camilo Soares e Paulo José são os dois representantes... O do meio é o Prefeito e os dois são representantes dos assentamentos, que estavam lá dentro, que foram para integrar a Amazônia... Foram atendidos pelo Incra, e, depois, infelizmente, o próprio Governo Federal, que assentou vocês, acabou expulsando vocês. Então, é a situação que estamos tentando buscar para poder consertar.

Portanto, vou passar aqui a palavra para o representante de vocês aí, tanto do Município como dos assentados, o Dr. Ermogenes Jacinto, para que possa ser sucinto nas colocações.

Eu deixei um espaço maior para o Brito, porque, como Superintendente, ele tinha os dados técnicos de coordenadas, decreto, portaria, enfim, tudo, e o senhor pode fazer uma defesa prévia aí da situação.

O SR. ERMOGENES JACINTO DE SOUZA – Exmo Sr. Presidente desta Comissão, Sr. Senador Ivo Cassol, Exmo Senador Valdir Raupp, Exmos Deputados aqui presentes, Sr. Senador, em primeiro lugar, agradeço, então, por esta oportunidade, nesta audiência pública, de tratar desta questão, porque eu fiz um requerimento em nome dos associados lá para desmembrar uma área de 52 mil hectares, aproximadamente, 52,6 mil hectares, da Reserva Indígena Uru-Eu-Wau-Wau.

Eu quero me apresentar antes. Eu sou um modesto advogado, filho de nordestino, nascido no Paraná. Há pouco eu soube que parece que o senhor esteve, passou por Cambé e tal... Eu moro no norte do Paraná. Saí de Rondônia por motivo já da idade avançada da minha mãe e da minha idade também. Vou fazer 60 anos no Sábado de Aleluia agora. E cheguei a Rondônia, Senador Valdir Raupp, na Amazônia brasileira, na época do governo do Presidente Figueiredo. Eu fui funcionário do Getat, que era o Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins.

Então, novinho eu saí do sul do Brasil e fui para a Amazônia brasileira já mexer com questão de terra. E em Rondônia eu estou desde 1994, e parece que é uma sina, parece que é um... Sempre me procuram para me envolver com as questões de conflitos, de terras e tal. Já comecei naquela época.

Sobre essa questão, vou ser sucinto, como o Senador me pediu. Então, eu fiz um requerimento e o protocolei na Casa Civil da Presidência da República, pedindo para desmembrar 52 mil hectares da Reserva Indígena Uru-Eu-Wau-Wau.

A gente não é ingênuo e sabe que é uma questão delicada. Não é fácil, porque hoje essas dimensões territoriais dos índios no Brasil são enormes. Os meus companheiros que vieram junto, meus representados, fizeram um levantamento nos cartórios imobiliários de lá de Rondônia... Eu vi aqui a Matrícula 462 de Costa Marques, a área da reserva é de 661 mil hectares. Pelo levantamento que nós fizemos, a Gleba Uru-Eu-Wau-Wau é de um milhão e oitocentos e setenta e tantos mil hectares. Era de 860 mil ou 870 mil hectares, mas, com o decreto que o nobre representante regional do Incra de Rondônia mencionou ali, que é esse Decreto 91.416, aumentou em um milhão.

Nós temos o privilégio – somos brasileiros e temos o quinto maior País em extensão territorial do mundo – de ser grandes. O Brasil é grande, pode... Teria que haver terra para todos e tudo. Mas lá a gente busca...

Então, como se viu aí, uma matrícula imobiliária, apenas uma, de 661 mil. Matrícula lá do cartório de Jaru, mais, de 351 mil hectares de terra. A Matrícula 1.892 – parece que foi da cidade de Mirante, ou foi retirada lá em Ouro Preto –, 48 mil hectares. Somando tudo isso... E a Matrícula 11.443, Guajará-Mirim, 660 mil hectares de terras, para uma quantidade de indígenas... O levantamento que nós fizemos do IBGE, que é um levantamento de 2010, que fiz ontem, no gabinete do Exmo Sr. Deputado aqui, seria uma população de 608 índios, considerando-se indígenas 215 e os que se declaram não indígenas, 343, e tal.

Desculpem-me fazer essa comparação. Mas vejam bem: quase 2 milhões de hectares. Antes, havia uma questão ainda das áreas de amortecimento e tal, que, além desses 1,8 mil, provavelmente iria ultrapassar 2 milhões de hectares, para um... Veja bem! Como brasileiro, com todo o respeito, corre nas minhas veias também o sangue indígena. É raro ver um brasileiro que não teve uma avó que foi pega a laço, que correu...

Aqui também há sangue indígena, mas acho que essa dimensão, que o Brasil precisa fazer, de um tanto de terra desse para uma quantia, com todo o respeito, eu sei que há estudos culturais dessas civilizações todas aí, desse pessoal, mas existem, por outro lado mil famílias que pretendem,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que requerem, uma quantia que não chega a 4%, 5% dessa dimensão territorial enorme dos índios, e que daria para assentar mil famílias no seu Município, Prefeito Paciência, lá de Jorge Teixeira, que queria produzir, queria desenvolver a região; mil famílias, mil pessoas, quer dizer, vezes cinco, dariam cinco mil famílias dentro do seu Município. Está em jogo aí a questão do princípio constitucional do desenvolvimento da Nação.

Acho que o Brasil não pode se dar ao luxo – desculpe-me colocar essa discussão e esse tipo de raciocínio – de ficar com essas enormes quantias de terra, com todo o respeito, claro, a todos os estudos que se faz dessas civilizações. Mas e o nosso povo? Se você for fazer uma comparação, de seiscentos e poucos índios, ou que haja mil índios, para 2 milhões de hectares, dariam 2 mil hectares para cada índio. O nosso povo quer 21 alqueires, para salvar a pele, salvar a pátria, salvar a vida, a sobrevivência de mil famílias, porque mil famílias, seriam mil vezes cinco, 5 mil pessoas ali para sobreviver. Desculpe fazer isso.

Esse pedido que nós fizemos, que está tramitando, é apenas para trazer a esta audiência pública – que V.Exª deve fazer os encaminhamentos para, em nível regional, haver os levantamentos, que existe esse pessoal cadastrado –, para que seja compreendido isso e para que nessas áreas enormes, nesse caso específico, seja dada a oportunidade de esses nossos cidadãos poderem produzir em cima dessas parcelas de 21 alqueires, Senador.

Era essa a minha palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado pela participação.

Também, com imensa alegria, quero aqui deixar o meu abraço ao ex-Senador Adelmir Santana, Presidente hoje, presidindo aí a Federação do Comércio do Distrito Federal. É uma alegria tê-lo aqui na nossa Casa. Quero cumprimentá-lo.

Quero aproveitar agora, não vou deixar para depois, no segundo bloco, porque o nosso Presidente da Funai, quando falei com ele, por telefone, na semana passada, ele falou: "Cassol, Senador, eu vou lá participar, mas eu tenho um compromisso mais tarde. Então, se puder me liberar mais cedo..." Então, eu vou deixar o Sorrival, para que depois nós possamos dar continuidade, Senador Raupp e Deputado Luiz Cláudio, no segundo bloco.

E, neste primeiro bloco aqui, em que estamos conversando, discutindo essa questão desses erros de digitação, eu queria pedir ao nosso Presidente da Funai que nos ajude – ajude! Eu sei que o senhor tem buscado isso junto à Funai. Quero também mandar um abraço para o seu assessor parlamentar, o Arildo, que sempre acompanha os trabalhos aqui nesta Comissão. E eu queria pedir, Presidente, que o senhor nos ajude a buscar, poder regularizar, porque isso aí, na verdade, não foi uma falha nem minha, nem sua; isso foi uma falha do governo lá atrás e tão simples de corrigir, sem prejudicarmos. Olha, há tanta coisa fácil – não é, Senador Raupp? – que o Governo Federal pode corrigir, e tanta coisa que o Presidente Michel Temer está corrigindo.

E passaram vários governos que falaram tanto em reforma agrária. Me desculpe o governo do PT. Ficou 20 anos vomitando na cabeça do povo brasileiro que ele iria fazer a regularização fundiária, que ele iria fazer o assentamento agrário, que ele... Não fizeram nada! Criaram foi um bolsão de miséria, de pessoas em acampamentos, com uma marmita na mão pedindo esmola, como se aquilo fosse massa de manobra para as eleições, quando na verdade nós podemos regularizar essas pendências, que estão tão fáceis para serem resolvidas.

Nós lá, Senador Raupp – o Luiz Cláudio estava junto na época, o Secretário de Agricultura; o Brito, no Meio Ambiente; o Surrival, na Emater –, resolvemos aquele problema lá do fundo de Brasilândia com Alvorada, um assentamento – não me lembro o nome; não sei se o Luiz Cláudio tem na cabeça –, um conflito que tinha uma invasão de anos. Eu sentei com a proprietária, ela cedeu um pedaço, nós abrimos, regularizamos. Então, é tão fácil buscar; basta o Governo ter vontade.

"Ah, mas vai haver algum ambientalista que virá aqui fazer discurso?" E eu fico muito triste. Eu queria que os atores, os artistas de televisão, antes de falar besteira, eu só queria dizer para vocês, antes de falar besteira, quando se fala da questão ambiental, questão de estudo... Gente, o Brasil ocupa 7,6% do seu Território nacional para agricultura e pecuária; 13%, quase 14% são áreas indígenas; o restante é preservado. Então, parem de fazer discurso de que nós estamos acabando com a Amazônia, que nós estamos acabando, desmatando tudo! Isso não é verdade.

A picanha que vai para a churrasqueira de vocês é produzida com capim. O feijão e o arroz que vão para a mesa dos atores, dos artistas são produzidos onde? Também são produzidos no solo. Então nós temos que parar de fazer discurso demagogo: "Ah, porque agora vai tirar um pedacinho aqui, outro pedaço..." Onde é que se viu isso? Não, o que nós temos que parar é de criar esses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

conflitos, como há aqui no Mato Grosso. O Senador Moka, que é nosso parceiro, Senador Raupp, quantas vezes tentou conciliar aqui para que se evitasse morte entre os proprietários vizinhos das áreas indígenas? Os caras assentados há 130 anos, 150 anos, de pai para filho, de filho para pai, para bisavô, e, no final, agora os descendentes se matando entre si por causa de um pedaço de terra. E vejo da seguinte maneira, Presidente: não temos que estar discutindo aqui para aumentar nenhuma área indígena no Brasil. Aqui tem que se discutir para se poder dar autonomia para os povos indígenas poderem usufruir tanto de recursos minerais, como vegetais, nas suas áreas, para poderem viver com dignidade.

Nós temos a maior jazida de diamante do mundo na Reserva Roosevelt, Presidente. E agora, por incrível que pareça: na área indígena, que é do Almir Suruí, do lado descobriram, também a céu aberto, uma das maiores jazidas de diamante do mundo. Nós estamos sendo roubados; estão levando embora. Aí há um pessoal, os ambientalistas, que são bancados por dólar ou euro – porque ninguém faz isso de graça –, à custa desses outros países, influenciando na nossa economia e na nossa produção mineral, porque eles têm medo de que possamos botar minério, botar produção e, de repente, sermos o maior País do mundo no futuro. Não temos que ter medo de nada.

Então, o que eu vejo... E olha, lá Presidente, quando eu falo da liberação da questão das áreas de manejo florestal, é porque nas áreas indígenas de Rondônia estão saqueando toda a madeira. Aí botaram o Presidente Franklim lá, como Presidente da Funai, e deram para ele um pires, para ele ficar nos Ministérios ou no Governo, pedindo esmola para ele poder ter dinheiro para ele poder fazer alguma coisa lá dentro. A não ser que o senhor esteja tendo muito recurso lá, mas, que eu saiba, o senhor está se arrastando. E os índios, os indígenas, os nossos índios na Amazônia estão fazendo o quê? Eles estão tentando sobreviver de alguma maneira.

Então nós, este cenário, este Congresso, o Governo Federal, está pecando. Desculpe-me o Congresso, mas o Congresso não está fazendo o seu papel, não está agindo. E outra coisa que precisa é o Governo entre si se entender. E muitas vezes acaba não se entendendo, diferentemente do nosso tempo, no governo, em que nós éramos lá de Rondônia, e o Governador e os seus secretários – o Luiz Cláudio também era secretário. Nós sentávamos numa mesa e todo mundo falava a mesma língua, as coisas aconteciam.

E isso, Dr. Franklim... Hoje, com o senhor como Presidente, a Funai melhorou muito, porque antes havia uns xiitas – para não falar nada aqui, e as pessoas dizerem que a gente é grosso, ignorante –, mas havia um pessoal lá que dificultava tudo, para, no fundo, depois vender facilidade.

Essas ONGs, gente – olha vou fazer aqui uma denúncia –, essas ONGs que estão aqui implantadas nesses temas ambientais é tudo esquema. Olha o que estou falando, Presidente de Comissão e Senador da República: é esquema. Vem dinheiro para elas, e os caras que fazem parte dessas ONGs ganham seus R$20 mil ou R$30 mil por mês; sem contar que ganham também passagem aérea, os melhores hotéis, as melhores mordomias, tudo e mais um pouco no meio do caminho. Tudo isso é bancado com dinheiro. E, por incrível que pareça, o Governo Federal bancou essas ONGs muito tempo. E isso tem que acabar.

Me desculpem essas ONGs! Está na hora de esse pessoal começar a suar como o produtor sua na sua lavoura, em todos os lugares. Não sou contra a questão ambiental, temos que preservar, temos que ser conscientes disso. Agora, eu sou contra àqueles que fazem discursos e que nunca tiveram a coragem de plantar um pé de feijão; eles só sabem comprar o feijão no mercado e ainda criticar quem produz. E é o contrário.

Portanto, eu queria pedir essa gentileza ao Presidente – desculpe o desabafo –, que nos ajude a conciliar. A esses produtores, a esses agricultores, nós deveríamos aqui estar dando um título de honra ao mérito, de coragem e de respeito a vocês. E, na verdade, nós estamos fazendo o inverso, muitas vezes tomando o pouco que vocês têm, que não é quase nada.

E o pior disso tudo é que o Governo Federal não indeniza ninguém. Se há um órgão picareta e desonesto é o próprio Governo Federal, porque ele toma as coisas das pessoas, cria, como criaram agora no final do governo da Dilma, um governo irresponsável e incompetente, cria... Nós estávamos, agora a pouquinho, falando aqui, aprovando um requerimento sobre a questão dos fertilizantes: lá na região do Apuí, do 180, no Amazonas, onde há uma jazida grande de fertilizantes, e aí criaram um parque em cima para nós sermos escravos de americano, sermos escravos – desculpe a expressão –, mas não dá para concordar. Eu sou brasileiro e as nossas riquezas nós temos que explorar. Não dá para admitir, não dá para aceitar. E aí criam as áreas, para nos proibir e nós ficarmos importando fertilizantes, Senador Raupp.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Só um minuto, para não tomar tempo aí da fala do general, Presidente da Funai. Nós não estamos aqui a reivindicar nada das reservas indígenas que estão documentadas, decretadas, tituladas. Nós estamos aqui a reivindicar uma área que está fora da área indígena, pelo que o Superintendente do Incra falou, não é Dr. Ermogenes?

Nós não estamos aqui para avançar dentro das reservas indígenas. Eu me lembro de que, numa época, lá em Urupá, já próximo dessa Reserva Uru-Eu-Wau-Wau, havia uma demanda também de que o Conselho Missionário da Funai queria ampliar a reserva para o lado dos produtores rurais. E depois chegaram à conclusão de que não queriam mais e abandonaram, porque era uma área já assentada pelo Incra.

Então, eu vejo que, lá nessa região de Campo Novo e Jorge Teixeira, se a situação for mais ou menos parecida com o que aconteceu... Pode-se até buscar na história, aquela região ali de Urupá, perto de Alvorada, Urupá. A Reserva Uru-Eu-Wau-Wau margeia também a BR-429, num bom pedaço, ela é sobreposta; é de 1,867 milhão de hectares, mas está sobreposta ao Parque Guajará-Mirim, que é um parque enorme, monumental também. Então os índios, além de terem 1,800 milhão de hectares, têm também todo o Parque Guajará-Mirim praticamente para perambular, para usar também, porque é um parque nacional.

Então, se juntar o Parque Guajará, com a área indígena Uru-Eu-Wau-Wau, pode-se chegar a 5 milhões – não tenho aqui esse dado –, deve-se chegar a 5 milhões de hectares.

Então, eu vejo que – realmente o Incra assentou no passado – se isso não estiver dentro do mapa da área, na Funai... Eu sei que a Funai, se tiver decretado, é difícil você demandar contra a Funai, eu sei que é muito difícil. Mas, se a Funai não tiver razão naquilo que ela está... Ela mesma pode chegar à conclusão, abrir mão e dizer: "Não, isso aqui não está dentro da nossa área."

É isso que nós estamos a reivindicar neste momento, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Eu vou passar a palavra, então, para o nosso Presidente.

E obrigado por ter aceitado o nosso convite e estar aqui junto com a gente. Obrigado de coração.

O SR. FRANKLIMBERG RIBEIRO DE FREITAS – Senador Ivo Cassol; Senador Valdir Raupp; Deputado Federal Luiz Cláudio; componentes da Mesa, Dr. Cletho Muniz de Brito; Sr. Sorrival, aqui presente; Sr. Ermogenes, nosso advogado dos assentados do Município de Governador Jorge Teixeira; senhoras e senhores; agricultores, como foi citado aqui anteriormente, presentes; o meu cordial bom dia.

Eu sou o Franklimberg Ribeiro de Freitas, Presidente da Funai. E posso dizer que esses problemas que foram citados aqui, a respeito do órgão indigenista do Estado brasileiro, realmente existem em diversos níveis naturalmente. E temos tido algumas dificuldades, como outros órgãos do Governo em questões orçamentárias, mas estamos cumprindo o nosso papel.

E eu estou aqui acompanhado por três, como eu chamo, universitários da Funai: o Gustavo, o Rutenes e o Briner, que trabalham na Diretoria de Proteção Territorial, que trabalha com esse tema.

E, Senador Ivo Cassol, é bom, eu agradeço a ele a oportunidade de nós virmos conversar sobre esse assunto, até mesmo para que haja um entendimento de como funciona uma parte da política indigenista do Brasil. É muito importante isso. Às vezes, as pessoas não têm o conhecimento e, por não terem conhecimento, às vezes, fazem colocações que não correspondem ao que está previsto, vamos chamar assim, na lei.

E eu agradeço ao Senador pela facilidade com que ele diz: "Isso aqui é muito fácil de resolver!" E já temos 40 anos, e não foi resolvido ainda. Então, eu sou muito transparente, Senador, em dizer isso: se fosse fácil, já tinha sido resolvido. E, em nenhum momento, sobre coisas, ou assuntos, ou temas que chegam à Funai, quando está dentro do nosso alcance resolver, nós nos furtamos de fazê-lo; ajudamos muito.

Este ano, nosso lema da Funai é desenvolvimento sustentável – este ano, Senador! Estamos indo ao encontro de condições para reforçar essas atividades junto às comunidades indígenas.

No que diz respeito aos dois casos que foram citados aqui, muito bem apresentados pelo Dr. Cletho, nós temos: primeiro, quanto ao que rege a regulamentação de uma terra indígena, o assunto está previsto no Decreto 1.775, de 1996. Então, isso é o que se vem tratando. Mas, naturalmente, apesar de ser de 1996, os dados desse decreto praticamente eram os mesmos abordados na legislação anterior. Ponto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, o que que acontece? Esse processo tem diversas fases. Hoje em dia, o nosso decreto está com seis fases de processo: identificação, delimitação, relatórios circunstanciados, portaria declaratória, registro e homologação. Agora, observem bem, com relação às terras indígenas, no Brasil como um todo, hoje nós temos cerca de 450 terras homologadas, ou seja, já houve a assinatura do Senhor Presidente da República, homologando essas terras, e a maior parte dessas terras se encontram na Região Amazônica. Nós temos hoje cerca de 110 terras indígenas que se encontram em estudo e aproximadamente 20 terras indígenas para as quais, por determinação judicial, foram criados grupos de trabalho para que tenham prioridade sobre as demais, porque, quando a Justiça determina, nós só temos que cumprir. Então, esse é um lado. E, no maior lado, que é a outra parte, vamos chamar assim, das 450 terras indígenas, se encontra essa terra indígena Uru-Eu-Wau-Wau.

Já houve um processo completo, que culminou com a assinatura do Senhor Presidente da República, para a homologação da terra. E isso aconteceu em 1984, se eu não me engano; hoje, nós estamos em 2018, buscando rever uma decisão tomada. Claro, é como eu falei anteriormente: quando nós não conhecemos o processo demarcatório, é fácil acontecer isso. Mas nós Funai; nós – o Presidente da Funai, todos os seus diretores e seus servidores – temos limites impostos pela lei.

Eu, como Presidente da Funai, vou dar um exemplo para os senhores. Parceria em terra indígena: ano passado – a gente observa, os indígenas nos procuraram para regulamentar, regularizar aquelas terras que já fazem isso tradicionalmente –, fizemos uma transição, uma proposta de transição. Elaboramos uma portaria, inicialmente era um TAC, elaboramos uma portaria.

Quando foi apresentada essa portaria para um parecer jurídico no Ministério da Justiça, eu fui informado: "Presidente, o senhor está indo de encontro ao Parecer 01, o senhor está indo de encontro à Constituição, o senhor está indo de encontro ao Estatuto do Índio. Isso aí o senhor pode sofrer uma pena de cinco anos de prisão: abuso de autoridade". Então, há determinadas limitações que nós temos de atender também. E havia um interesse em facilitar uma determinada atividade que o Estado brasileiro já vem fazendo em algumas regiões do Brasil, como é o caso dos parecis, aquele excelente exemplo que é o caso dos parecis. E até mesmo o caso dos parecis foi um modelo que nós adotamos para tentar espraiar e criar outras oportunidades para outras terras indígenas. Mas esbarramos. Então, voltamos a um TAC e deixamos a critério.

Mas, voltando aqui ao nosso assunto, que é demarcação: a partir do momento em que houve uma assinatura do Senhor Presidente da República, nós não temos nenhum instrumento para rever esse processo no âmbito da Funai. Na Funai nós ficamos incapacitados: "Não, eu vou revogar a assinatura do Presidente do Brasil e vou fazer um novo processo". Nós não temos esse amparo legal. Até mesmo porque, sobre qualquer outra ação no histórico da Funai – eu perguntei já a servidores mais antigos, mais experientes –, nós não temos essa experiência.

Então, eu acredito – como eu já participei de uma reunião com esse mesmo teor, já, algum tempo atrás, lá na Funai, e dei essa posição – que, se nós tivéssemos, se houvesse uma possibilidade de isso ser levado via legal ao Senhor Presidente da República para que, por parte dele, viesse no sentido contrário, seria outra situação. Mas nós, Funai, ficamos incapacitados de fazer um movimento de um trabalho que já foi executado lá atrás, quando, se julgou que deveria ser homologada e registrada a terra.

E, naturalmente, a gente observa: vemos os dois assentamentos, e o PAD Burareiro, em que constam hoje 105 famílias, e está em processo, está judicializado esse caso. Na realidade, o que é que acontece lá, hoje? Hoje, o processo está judicializado, em um determinado momento o juiz já deu o ganho de causa para a Funai, e a Funai deveria ter tomado determinadas providências; em suma, o caso está parado. Ou seja, a Procuradoria da Funai junto com a Procuradoria do Incra é que estão trabalhando, ou deveriam estar trabalhando, nesse assunto, para tratar do tema. Agora, essa é a situação que a gente observa nesse assentamento, que está com 105 lotes dentro da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, no que diz respeito à Funai.

No que diz respeito àquele outro caso, ao assentamento anterior, já foi citado aqui: já houve a ordem para retirar, e realmente o pessoal que está lá é irregular, inclusive está praticando grilagem, mas por parte do próprio Incra já houve a chamada desintrusão do pessoal que se encontrava no assentamento Nova Floresta.

Bem, então, no que diz respeito a esse primeiro caso, são essas as considerações que eu gostaria de destacar.

Gostaria de fazer um outro parêntese, ainda sobre esse caso: quais são os óbices que hoje a gente observa a respeito desse processo de reversão? A Constituição de 1988 reconhece os direitos aos povos originários. Então, às vezes... Eu entendi aqui, na excelente explanação que o Cletho fez,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que o assentamento foi criado em 1975, mas que naquela época a Funai resolveu, em 1978, reconhecer o povo Uru-Eu-Wau-Wau. Aí vem aquela pergunta: será que o povo Uru-Eu-Wau-Wau só chegou ali em 1978? Eu deixo a interrogação para questionamento, está bom? Então, é uma outra parte que eu gostaria de colocar.

Quanto à parte do erro que houve, sobre aquela coordenada geográfica, eu acredito que, se tenha ocorrido erro, por que não se recorreu na época, para se fazer o acerto disso aí, não é? Ou: em que fase está esse processo, para que se verifique se houve ou não o erro? Então, é um assunto para o qual eu não posso, hoje, dar um parecer aqui, como Presidente da Funai. Eu pergunto aos técnicos se algum deles sabe sobre essa divergência da coordenada, para que possa nos esclarecer, para que possa haver um esclarecimento aqui agora. Alguém tem essa informação aqui agora, por gentileza?

O SR. RUTENES FERNANDES – Nós estávamos aqui conversando, e não temos uma situação bem definida sobre esta questão. Mas nós temos conhecimento, sim, de que houve uma ação judicial e de que ela foi arquivada sem julgamento do mérito. Significa dizer que, sem o julgamento do mérito – e o doutor ali está presente, se eu estiver errado, me corrija –, foi ou por inércia das partes ou por falta de uma ação de alguma das partes ou por ter ficado parado há muito tempo. O juiz arquivou essa ação quanto ao Marco 25-26. É o que nós temos aqui a informar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RUTENES FERNANDES – Só um instante.

O Dr. Briner está me informando aqui também que essa questão está sendo discutida na...

O SR. JOSÉ BRINER (*Fora do microfone.*) – Câmara de Conciliação.

O SR. RUTENES FERNANDES – Na Câmara de Conciliação.

O SR. JOSÉ BRINER – Funai e Incra.

Presidente, quanto a esse assunto também, tem uma ação judicial que está sendo discutida numa Câmara de Conciliação entre Funai e Incra. Acho que até há uma agenda nesta semana para esta discussão.

O SR. FRANKLIMBERG RIBEIRO DE FREITAS – Ótimo. Então, é uma oportunidade ...

O SR. JOSÉ BRINER – Então, é uma decisão judicial também que está seguindo. A Funai tem a defesa dela, e logicamente o Incra também apresenta a defesa dele. Mas há uma ação judicial nesse sentido também.

O SR. FRANKLIMBERG RIBEIRO DE FREITAS – O.k. Então, esse caso aí ainda está em aberto e está com uma decisão na Câmara.

O SR. JOSÉ BRINER – Sim.

O que ocorreu também é que a demarcação seguiu o limite natural, que era a cabeceira de determinado igarapé, de cujo nome não lembro agora. Então, essa divergência de coordenadas é porque a demarcação seguiu o leito natural ali da região. Ela demarcou a cabeceira do igarapé, cuja denominação eu não lembro agora. Não é diferença de coordenadas.

O SR. FRANKLIMBERG RIBEIRO DE FREITAS – Está o.k.

Então, eu entendi: você está dizendo que o limite foi estabelecido como um acidente geográfico, que é o normal acontecer. Quando se estabelece uma coordenada, um paralelo ou um meridiano, realmente a coisa fica difícil. Mas, como está numa Câmara de Conciliação, isso significa que ainda há ações a serem tratadas para a solução do problema, pelo que eu estou tomando conhecimento da parte dos nossos servidores.

Então, Senador, realmente a Funai, naquilo que compete a ela, no que for possível a gente colaborar nós colaboramos, mas nós temos limitações no nosso Estado democrático de direito, que é a legislação que trata do assunto. Então, dessa forma, nós nos colocamos aqui à disposição. Se houver mais alguma observação, nós estamos em condições de tratar aqui com os nossos servidores também. Está bom, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu também queria agradecer a participação dos servidores da Funai.

Quando o nosso General e Presidente da Funai, Franklimberg, falou da questão do tempo e da dificuldade que tem para poder resolver a situação, é que na verdade nos governos passados não houve vontade de se resolver isso, e quem fazia parte da Funai no passado só dificultava. Se você pegar todos os governos passados, o governo entre si não se entendia – e não se entende até hoje em muitos órgãos: não se entende o Ibama com o Ministério do Meio Ambiente, com o DNIT, com a Funai. É tão fácil sentar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu acho o seguinte: aqui nesse Brasil, no nosso Brasil, onde eu sou Senador da República, o que eu vejo é que há muitas leis para dificultar, para depois, em algum lugar, se vender facilidade. E por que que quando eu falo – eu falei antes, no meu desabafo –, por que nessa questão ambiental há muitas das leis? Por quê? Porque esses mesmos que ficam aí defendendo questões ambientalistas têm, por trás, um esquema, uma estrutura; depois se tem que ir lá contratá-los para fazer um projeto nisso, fazer uma coisa e outra. Quer dizer, criam-se dificuldades para se venderem facilidades. Esse é o nosso Brasil, infelizmente. Infelizmente esse é o nosso Brasil.

Agora, cabe a nós, Senado Federal, ao Presidente da República, a Câmara dos Deputados – quero cumprimentar o Lucio Mosquini, nosso Deputado Federal de Rondônia, que é da região de Jaru e de Governador Jorge Teixeira – juntos, Presidente, a partir do momento, por mais que haja uma legislação...

E eu aqui não seria nem bobo e nem besta de querer pedir a V. Exª que passasse por cima de algo, porque, com certeza, o Ministério Público ou qualquer um rejeitado dentro da própria Funai vem e entra com uma ação contra o senhor.

Eu sei, porque eu sou um dos homens de Rondônia ou do Brasil que vai ter processo. Para se ter uma ideia, só em 2016 e 2017, foram arquivados 17 inquéritos contra mim. Por quê? Eu não sou polêmico; eu sou muito verdadeiro, eu sou autêntico, eu enfrento as coisas. E o senhor, pela origem que tem, que é as Forças Armadas, que é o Exército, como General, também tem o mesmo perfil, quer resolver os problemas. E, mesmo a gente fazendo as coisas certas, a gente incomoda. O que a gente não pode é ser como alguns secretários, algum ordenador de despesa ou algum político que fala o seguinte: "Olha, eu não tenho processo, eu não tenho nada". Mas também é um frouxo! Não tem colhão para fazer nada! Não tem coragem para fazer nada!

Eu vejo muito político fazendo discurso demagogo aqui, lá na tribuna do Senado, lá na tribuna da Câmara, Deputado Luiz Cláudio, Deputado Lucio Mosquini, Senador Raupp, também fazendo discurso, mas nunca foi ordenador de despesa. Nunca foi ordenador de despesa, porque, na hora em que for ordenador de despesa, ele tem que definir momentos, ou fazer ou não fazer: se ele não faz, ele toma um processo nas costas; e quando ele faz, ele toma outro, porque fez. Então, estamos sempre naquela situação: se correr o bicho pega e se ficar o bicho come.

O que falta para nós aqui é segurança jurídica. Da mesma maneira, como o senhor falou antes aí sobre a questão de fazer e depois responder, eu queria dizer para o nosso Presidente que não precisa ter medo. Eu sei que o senhor não tem, eu sei da sua preocupação, mas, se há um interesse do Governo em regularizar esses conflitos, nós vamos ter menos demandas, nós vamos ter menos despesa. Infelizmente, se nós pegássemos o setor público e diminuíssemos 50% dos cargos, com certeza o Brasil andaria muito melhor, porque, em muitos setores – eu falo isso com conhecimento, porque fui Prefeito, fui Governador – nós temos muito servidor bom, muitas pessoas competentes, mas há muitos que estão ocupando lugar, dificultando, para poderem valorizar os cargos que têm.

E, na área federal, então, nem se fala. É criando dificuldade para poder... E nós, como o senhor é nomeado, é cargo de confiança, cargo político, a gente enfrenta essas demandas para poder botar as coisas para andar. Muitas vezes, está travado, e aquele que está sentado em cima não quer largar a teta, porque, de alguma maneira, o cara está sendo beneficiado. Então, isso é difícil, mas não é impossível.

Então, o Governo Federal, na pessoa do Presidente Michel Temer, até agora, tem demonstrado que tem enfrentado para poder resolver esses problemas que estavam travando o Brasil.

Vou dar um exemplo para o senhor: Ministro Blairo Maggi, colega nosso, Presidente dessa Comissão, teve coragem e determinação de assumir o Ministério e destravar o Ministério, e ainda não está redondo, mas havia muita legislação que só emperrava e facilitava o ganho de alguns que vinham fazendo um discurso demagógico.

Então, infelizmente, o País hoje vive nesse buraco, está nessa situação, infelizmente, por causa dessa situação. Muita gente criou certas coisas, em certos lugares, para poder ter os benefícios.

Então, lá, na Funai, dentro de toda a estrutura, nós percebemos, em muitas situações, como a de que eu falei agora, há pouco, das ONGs, que não querem largar a teta, porque, de alguma maneira, estão sendo beneficiadas.

Está aí a Noruega, que desmatou 76% da sua área para produção agrícola e pecuária e vem aqui e dá uns troquinhos, vem aqui dar uma Cibalena para o Governo Federal, para impor o que pode e o que não pode fazer no Brasil. Se sou eu o Presidente, eu os mando para o inferno. Desculpe a expressão, não têm que estar dando palpite não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Se há alguém aqui no Brasil que sabe fazer o dever de casa, somos nós brasileiros. Somos nós brasileiros que sabemos fazer o dever de casa. Aqui nós preservamos e aqui nós cuidamos, mas aqui, acima de tudo, nós temos que dar o devido respeito aos nossos produtores, aos nossos agricultores, porque o Exército brasileiro, na época da ditadura, levou o povo brasileiro a ocupar a Amazônia para não entregar a Amazônia.

Nós estamos aqui com o Samuel, um índio da área indígena de Rio Branco – não é, Samuel? –, que vive com dificuldade; há uma riqueza extraordinária que há lá dentro, mas eles não podem nem explorar plano de manejo. Está aqui o Samuel e o Sr. Moreno, que está lá, embaixo; eles são amigos da gente, conhecidos de lá, da região, e que vivem com dificuldade.

Por isso eu vejo, muitas vezes, que o que nós temos que fazer nesse País é acabar, nesses assentamentos, mesmo com os índios...

Olhem o Canadá. No Canadá, os índios são todos empresários, são todos pessoas bem-sucedidas. E aqui não, aqui querem fazer dos índios uma massa de manobra para poderem se perpetuar no poder, como costumaram fazer até hoje. Isso tem que acabar, tem que mudar. O índio é um ser humano, não interessa se é moreno, se pequeno ou se é alto. Ele é um cidadão brasileiro, como eu, como qualquer um outro. A cor não interessa, porque carne de pescoço e porcaria há de tudo quanto é cor. Nó cego e sem-vergonha há em tudo quanto é partido, mas há gente boa em tudo quanto é lado. Então, nós precisamos modificar o sistema para que a gente possa fortalecer.

Desculpe-me, Presidente, mas o senhor tem a preocupação, de um lado, para evitar pepino, dor de cabeça, mas, ao mesmo tempo, como Presidente da Funai – a sua equipe está aí, já falou que tem uma demanda – é tirar aqueles que não são brasileiros, que estão dentro da Funai e que vão lá: "Ah, não pode isso, pode aquilo". É porque a mãe dele não está lá. Se a mãe dele estivesse lá dentro, assentada, a primeira coisa que ele ia querer era que o Governo indenizasse pelo menos para ele sair de lá. Não. O Governo, na ditadura militar, na época dos militares, assentou as famílias lá dentro – em 1975, o que o Brito botou aí, em 1978, é da época dos militares –, Raupp. Depois, veio o governo da democracia, que, infelizmente, se lambuza na corrupção, que é o que aconteceu, e os produtores nem indenizados foram. Não deram um cabrito para eles. Se facilitar, até os cabritos tomaram dos caras lá dentro.

Então, eu fico só triste com isso.

Então, esse é o meu desabafo. É por isso que a gente está aqui.

Lucio Mosquini, quer participar também?

O SR. LUCIO MOSQUINI (PMDB - RO) – Senador Ivo, quero cumprimentar V. Exª por essa importante proposição, cumprimentar o Presidente da Funai, o advogado dos assentados, Sr. Jorge Teixeira, nosso grande Superintendente do Incra de Rondônia, o Brito, o Sorrival e todos os demais colegas, o Luiz Cláudio, o Senador Raupp.

Esse assunto eu conheço muito de perto, Dr. Franklimberg. Eu estive lá no local. Aliás, eu moro na cidade de Jaru, que é onde há os confrontos dessa região. Eu estive lá, reuni-me com eles e, por incrível que pareça, Senador Raupp e Senador Ivo Cassol, poucos dias depois da minha reunião, a Polícia Federal foi lá e fez uma ação.

Não estou aqui dando razão para um ou para outro e muito menos promovendo a invasão de uma área já demarcada para os povos indígenas por agricultor, mas nós temos que trabalhar no limite da lei, usando o princípio da razoabilidade, que é um princípio constitucional.

O que que é razoável? Ora, uma pessoa que está lá, há 20 anos, nesse local, nessa área, agora ter que sair, porque a divisa da reserva indígena afetou a área dele, é razoável? Não, não é razoável. Agora, se nós temos uma área preservada, que não está antropizada, que, mesmo que tenha sido demarcada pelo Incra, está lá com a mata nativa, é razoável que nós façamos essa demarcação.

Então, eu entendo que é um problema que tem que ser enfrentado – tem que ser enfrentado. O povo indígena está lá, precisa da área, e os produtores também estão lá. Agora, o Senador Ivo Cassol – ouviu, Senador? –, o senhor foi muito feliz quando falou o seguinte: quem já foi gestor conhece o sistema, e quem é gestor hoje tem que ter essa coragem de enfrentar os problemas. Passar o problema para frente é a coisa mais fácil do mundo. "Ah, isso aí precisa de uma portaria". Eu não sou porteiro. Quem é o porteiro é você, você que é o gestor aí."

Então, Dr. Frankflimberg, o senhor tem um problema na sua mão para o senhor revolver. Eu entendo que o senhor tem que chamar o Incra, chamar as partes interessadas e usar o princípio da razoabilidade. Não é razoável que as famílias que estão lá fiquem vulneráveis ao Poder Público, a uma decisão nossa. Daqui a uns dias, vai sair no Jornal Nacional quando houver um conflito entre índios e produtores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, eu quero parabenizar o Senador Ivo Cassol por essa audiência e dizer o seguinte: nós estamos para apoiar, mas precisamos defender a área que é do povo indígena e a área de quem planta e colhe naquele local. Eu estive lá. Lá há gente – e eu conheci, fui à casa dele, tenho fotografia com ele – que está lá há 20 anos e agora recebe a notícia de que lá é uma área indígena. Ora, será que o Poder Público não foi tão irresponsável de deixá-lo tanto tempo lá, alimentando a esperança de uma terra?

Eu estive na casa de um cidadão que foi acordado pela Polícia Federal de madrugada para ir depor, porque o madeireiro estava extraindo madeira dele, e ele estava lá há 20 anos.

Então, nós precisamos assumir a parcela de responsabilidade. E eu acho que nesse contexto a Funai deve chamar para si a responsabilidade e até mesmo flexibilizar a área antropizada. Ora, se há uma mata lá, Senador, por que que nós vamos fazer um assentamento na mata? Não, para com isso. Como sempre disse o Senador Raupp: não precisa derrubar mais nada.

Agora, e na área de pasto, na área de café, na área de arroz, na área de feijão, em que já está lá a família há dez, 15, 20 anos? E aí?

Então, eu quero colaborar com a audiência nesta minha fala, dizendo que a Funai tem que chamar a responsabilidade, fazer a demarcação física e não, a demarcação virtual, porque a demarcação virtual, Dr. Franklimberg, é muito fácil, só é no computador. Ela tem que ser demarcada fisicamente. Aqui, é a picada, aqui é o marco, aqui é o rio, e tomar providência para evitar um problema muito maior lá na frente.

Então, eu entendo que está na mão da Funai e do Incra, para que o Incra assuma a sua parcela de responsabilidade.

Muito obrigado, Senador Ivo Cassol.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado pela participação.

Antes de passar a palavra para o Deputado Luiz Cláudio, eu recebi uma mensagem aqui do Sr. Chico Raposo, da cidade de Jaru, que está lá, assistindo, ao vivo, juntamente com a família, e também do meu genro, do Júnior Raposo, em que eles mesmos falam: "Olha, são pessoas que estavam lá dentro, eram clientes também do Grupo Novalar". Há pessoas, como se diz, Presidente, que acabam perdendo até seus compromissos, que têm dificuldade depois para poderem cumprir.

Então, o Sr. Chico da Novalar, o Sr. Chico Raposo, o meu genro, o Júnior Raposo, o Francisco, como é conhecido – mas é Júnior, lá, de Jaru –, fica o nosso abraço aí em nome do nosso Deputado Luiz Cláudio, do Lucio Mosquini e também do Senador Raupp.

E vou passar a palavra para o nosso Deputado Luiz Cláudio.

O SR. LUIZ CLÁUDIO (PR - RO) – Senador Ivo Cassol, primeiramente eu quero reforçar aqui as palavras do Lucio Mosquini, porque o senhor foi muito feliz em fazer essa audiência pública. De maneira nenhuma, eu não entendo que o senhor esteja aqui querendo promover atos irregulares em área indígena. De maneira nenhuma, até porque a explanação do Brito aqui foi muito competente – muito competente, Brito.

Quero te parabenizar. Você apresentou aqui, com fotos, com imagens, dados que reforçam a legitimidade de muitos produtores que estão lá, há mais de 20 anos, como aqui foi abordado.

Então, é uma audiência pública, Senador Ivo Cassol, que está tratando a coisa com muita responsabilidade, mediante a sua apresentação, Brito, aqui, e com a presença do nosso Presidente da Funai e dos seus técnicos. É muito importante. Não sei se o senhor tinha essas informações, mas parabenizo o Brito, que vai encaminhar para o senhor informações importantes.

O Incra tem uma história neste País, é um órgão que foi, também, muito judiado pelo Governo Federal, que não apoiou a questão de orçamentos. Os próprios servidores do Incra hoje reclamam por falta de um plano de carreira, Brito, mas o Incra tem uma história em Rondônia, uma história grande. Quantos servidores do Incra hoje já não morreram até com malária ou por outros problemas, porque enfrentaram a floresta, enfrentaram a Amazônia Legal, para, como diz o nosso Senador Cassol, preservarem as nossas terras brasileiras?

Então, na verdade, essa audiência, Presidente, não é para suprimir área indígena não, de maneira nenhuma. Tanto eu quanto o Senador Cassol, o Senador Raupp e o Lucio Mosquini não temos nenhuma intenção nesse sentido, mas a explanação do Brito reforça aqui a reivindicação dos produtores. São homens, são brasileiros corajosos que foram para lá, sem estradas, sem saúde, sem escola produzir alimento para o povo. E, aí, como o Brito apresentou aqui, com dados de divergência, de pontos de convergência, eu acho que V. Exª aqui, para demonstrar exatamente a sua vontade, é mandar a sua equipe sentar com o Incra e observar bem todas essas informações. E, Senador Cassol,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

se for preciso o Senado e a Câmara irem até a Presidência da República para mudar alguma coisa, eu acho que o Senador está à disposição.

Então, parabéns, Senador Cassol. O senhor é um homem muito verdadeiro. Gosto muito de ouvir as suas palavras, porque soam muito sinceras. E o senhor não pede nada errado não, nada errado, nada ilegal. E é com essa visão que eu participo dessa audiência pública, esperando que daqui saia pelo menos, uma boa vontade de agilizar e resolver esses problemas que são antigos, não são de ontem, não são de hoje. São antigos.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado.

Antes de passar aqui a palavra que o Brito pediu, só para completar, tanto é verdade – o Deputado Luiz Cláudio foi meu Secretário de Agricultura Municipal e Estadual – que, quando eu fui Governador de 2003 a 2010, eu fui convidado pelo João Bravo a ir lá na Terra Indígena Roosevelt, dos Cinta Larga, e eu tentei levar o pessoal da Globo para documentar, para mostrar a riqueza que havia, para poder legalizar. Sabe o que aconteceu, Presidente? Eu fiquei quase oito anos sendo investigado, sendo colocado o meu nome na mídia nacional como se eu fosse um contrabandista de diamante, sem nunca ter visto uma pedra na frente.

Eu fui, uma única vez, lá, na aldeia, junto, porque eu estava com pessoal da Globo em Espigão e eu queria levar o pessoal lá dentro. Resultado: o esquema de quem está por trás com o diamante é tão forte e tão podre – deve ser o mesmo pessoal que está envolvido – que quem passou, por oito anos, tendo que pegar advogado e provar para a sociedade que não tinha nada fui eu. Depois de oito anos, porque distorceram – porque eles botavam atenção em cima do governador; qualquer coisinha era manchete como se o Governador Ivo Cassol fosse beneficiado –, o pessoal até hoje continua extraindo diamante.

E para que eu trabalhava? Para que se legalizasse, porque isso traria divisas para a União, traria divisas para o Estado e traria divisas para o Município. Hoje sabem o que acontece? E lembro-me da Lúcia Tereza, Senador Raupp, nossa Deputada Estadual que faleceu, a querida Prefeita de Espigão d' Oeste, que lutou tanto pela legalização. Sabem o que ficava em Espigão d'Oeste? Só ficava a criminalidade, só ficava a marginalidade, só ficavam os doentes, só ficavam os problemas sociais.

E quando iria acontecer aquele conflito, eu avisei a todas as autoridades federais que ia acontecer um conflito lá dentro. Não tomaram providências, não fizeram nada, e acabaram sendo assassinados 29 garimpeiros lá naquela época.

Então, Deputado Luiz Cláudio, meus problemas são oriundos de enfrentamento, porque eu quero a coisa correta, a coisa certa. É mais fácil a gente fazer a coisa certa do que tentar atender alguém que às vezes pede alguma coisa errada. Eu só trabalho para fazer a coisa correta e certa.

Senador Raupp, pois não. Depois passo para o Luiz.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Só um minutinho.

Eu queria propor, em cima da fala do Deputado Luiz Cláudio, do Deputado Lucio Mosquini e do próprio Presidente Ivo Cassol, por que não fazer uma redemarcação? Vamos ver qual é o meio legal para se fazer isso. Sei que isso custa dinheiro. É preciso ver a forma que se pode trabalhar. A gente pode trabalhar junto ao Governo Federal.

O SR. LUCIO MOSQUINI (PMDB - RO. *Fora do microfone*.) – Em cima dessa área antropizada.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – É, como o Lucio falou, em cima dessa área antropizada. Eu tenho um sítio de cem hectares, lá no Município de Rolim de Moura. Comprei de um casal que havia se separado e que queria vender a terra. Comprei parcelado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Só para lembrar que você é um dos poucos que reflorestou tudo.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Havia 50% de mata e plantei árvores nos outros 50%. Hoje está 100% reflorestado.

Mas o que eu queria dizer é que o sítio ficou lá uns 20 anos com as divisas erradas. E aí descobriu-se que o vizinho do lado tinha feito uma cerca, tipo uma cunha, pegando um grande pedaço do meu sítio. Aí eu combinei com ele pagarmos um agrimensor, demarcar novamente. Ele foi lá e viu que a cerca do vizinho havia entrado numa cunha, entrado e pegado uns cinco hectares do meu sítio. E, numa boa, ele tirou a cerca. Ele foi lá, tirou a cerca, botou-a no lugar certo. Então, ali havia um erro de demarcação. Assim, se houver também um erro de demarcação na reserva indígena Uru-Eu-Wau-Wau, que se corrija esse erro de demarcação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Com a palavra o Brito e depois o Presidente do Incra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. CLETHO MUNIZ DE BRITO – Na realidade, eu quero ser bem rápido.

Em função do que eu ouvi falar aqui tanto de parte do Senador Ivo Cassol como do Senador Raupp, do Deputado Mosquini e do Deputado Luiz Cláudio, Sr. Presidente da Funai, para que não fique nenhum tipo de obstáculo com relação a Rondônia no tocante ao meio ambiente, eu quero dizer para V. Exª que, lá atrás, na década de 1980, Rondônia começou a respeitar o meio ambiente. Isso porque foi o primeiro Estado brasileiro que criou um zoneamento socioecológico e econômico na gestão do então Governador Valdir Raupp, que está aqui na sua frente. Isso serviu de exemplo para o Brasil todo. Depois veio a legislação que determinou o zoneamento para o restante do Brasil. E lá nós temos quase 24 milhões de hectares, dos quais a metade é preservada, 100% preservada. E, contando com as áreas de preservação obrigatória, que são as reservas legais, Rondônia tem hoje quase 65% de áreas protegidas. Nós temos 34,72% de área desmatada em um universo de 12 milhões de hectares.

É importante também o senhor saber que esse cidadão que está ao seu lado, o Senador Ivo Cassol, foi Governador do Estado, e eu tive o privilégio de ser o Secretário do Meio Ambiente do então Governador Ivo Cassol. O senhor não precisa perguntar nem para ele nem para mim, mas peça à sua equipe técnica para levantar, junto ao Sipam, nos últimos dez anos, a linha do desmatamento, da queimada, em Rondônia. Os anos em que menos se desmatou e em que menos se queimou em Rondônia foi quando ele foi governador. Não sou eu que vou provar isso para o senhor; são dados do Sipam.

Nos anos de 2008, de 2009 e de 2010, o desmatamento e as queimadas em Rondônia diminuíram 88% e 82% consecutivamente, desmatamento e queimadas.

Então, parece que as pessoas jogam pedras em nós, lá em Rondônia, porque acham que a gente está desmatando o bioma Amazônia. Mas quem vai lá sabe que não é verdade. O desmatamento ocorre em áreas protegidas, porque o Poder Público não está lá dentro fazendo o dever de casa, cuidando, seja terra indígena, seja terra estadual, seja floresta nacional. Lamentavelmente, elas não são protegidas, como está no decreto de criação delas.

É isso que eu queria dizer para o senhor. Quero dizer que nós, em Rondônia, cuidamos do meio ambiente, sim.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Para encerrar...

O SR. LUIZ CLÁUDIO (PR - RO) – Senador Cassol...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Sim!

O SR. LUIZ CLÁUDIO (PR - RO) – Ninguém vê um ambientalista elogiando esses dados, Brito. Ninguém vê um ambientalista fazendo isso. Não sou contra, mas ninguém elogia esse trabalho que foi feito de preservação, de cuidado, o trabalho que vocês fizeram em campanhas contra as queimadas. Ninguém escuta. Escutam só aqueles ambientalistas radicais, que querem exatamente divulgar só aquilo que não é bom para o Estado.

Então, parabéns, Brito, por mais essa informação!

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Vou aproveitar, Presidente, antes de passar a palavra para o senhor, para dizer que, quando fui governador, havia a Operação Arco de Fogo. Não sei se os técnicos se recordam disso. Na época, foram ao Estado de Rondônia os Senadores Expedito Júnior e Jayme Campos, que estiveram na Assembleia. Veio uma denúncia para mim, com um documento, no sentido de que a participação do Ibama, a participação do Ministério Público Federal, na presença do procurador responsável por aquela área, que ficou lá durante muitos anos... Veio a filmagem autorizando... Isso se deu por que os índios tinham pedido para retirar madeira, alguns. Naquela reunião que eles fizeram dentro da aldeia Suruí, foi pedido que deixassem os índios retirar madeira. E o procurador autorizou que se procedesse a essa ilegalidade, que era a extração da madeira.

Após a retirada da madeira, 60 dias depois, um funcionário da Funai de Cacoal fez um memorando – tenho essa cópia, mas ela não está aqui comigo; eu a tenho no meu gabinete – para o chefe da Funai de Porto Velho nos seguintes termos: "Conforme combinado naquela audiência que tivemos na aldeia Suruí sobre a extração ilegal de madeira, continuo fechando os olhos ou começo a prender todo mundo?" Isso está em um documento, está escrito. Resultado, eu peguei esse documento, peguei a fita. E o Almir Suruí disse o seguinte: "Olha, procurador, eu podia denunciá-lo." Ele falou isso para o procurador federal. Não vou citar o seu nome aqui, porque temos uma séria discussão na Justiça. Isso rendeu para mim uma ação penal que está aí pronta para ser julgada, porque ele diz que eu o difamei, quando, na verdade, eu só peguei os documentos, mandei-os para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

os órgãos responsáveis e tornei isso público. Resultado: tanto o Conselho Nacional do Ministério Público como a Corregedoria do Ministério Público passaram as mãos na cabeça do procurador e disseram que estava tudo certo.

Mas o problema, Presidente, é que, quando o Ministério Público Federal, na pessoa do procurador, autorizou a retirada dessa madeira dentro da área indígena – eu era Governador do Estado de Rondônia; o Brito, Secretário do Meio Ambiente –, isso me criou um problema de corrupção fora da área indígena. Por quê? Porque a madeira saiu de dentro – e está aqui a sua equipe, que sabe disso – e teve de ser esquentada em algum lugar. Tiveram de esquentar essa madeira. Foram esquentar de que maneira? Corrompendo servidores meus e o pessoal que estava do lado de fora. E aí veio o popular MinC, que só jogava para a plateia e para a televisão, porque tinha um quê com a Globo. Ia ao Estado e dizia que o Governador de Rondônia era o que mais autorizava o desmatamento, quando, na verdade, quem era o responsável era o próprio Ministério Público Federal.

Eu fiz essa denúncia, com documento, e esse documento está lá assinado, com firma reconhecida, e está comigo a cópia. Resultado: quem está respondendo a uma ação penal, quem está respondendo a um processo sou eu. Como governador, era obrigação minha, de ofício, denunciar, sob pena de eu estar prevaricando e depois ter de responder por isso. Eu estava com uma fita gravada em que todo mundo aparecia e concordava e também com os depoimentos das pessoas da Funai. Depois o próprio procurador acabou perseguindo essas pessoas, e elas tiveram de sair de Cacoal e ir para outras regiões, como se fossem os culpados da extração ilegal de madeira.

Infelizmente, neste País, a gente vê uma inversão de valores em muitos lugares. Por isso, muitas vezes, alguns se acham intocáveis, mas quero dizer que nem eu, como Senador, estou acima da lei. Mas também órgãos como o Ministério Público, que é o responsável por coibir isso, teriam de dar exemplo, mas não deram. Então, eu só queria frisar isso aqui.

Vou passar a palavra para o senhor, para que possa completar aqui, para depois liberar o senhor.

O SR. FRANKLIMBERG RIBEIRO DE FREITAS – Obrigado, Senador.

Eu gostaria também de esclarecer que, em 1980, tive a oportunidade de atravessar o Estado de Rondônia, pela BR-364, que ainda não se encontrava asfaltada. Fiz uma pausa em Jaru em razão do atoleiro na época. E, hoje, quando eu atravesso a BR-364, vejo a mudança que houve, o progresso que houve na região. Naturalmente, em razão disso, eu gostaria de parabenizar todos aqueles que trabalharam nesse processo. Trata-se de um reconhecimento pessoal do Presidente da Funai.

Com relação à parte, Deputado Lucio Mosquini, que o senhor citou, na Funai, em alguns processos de demarcação de terra indígena, já existe uma flexibilidade quando ela é acordada também com os indígenas. Se, em determinado local, há, por exemplo, uma propriedade e se, em outro local, há uma área de mata que não faz parte do processo, eu já vi alguns casos em que a equipe que trabalha nesse assunto propõe essa flexibilidade, para que se atenda à demanda dos dois lados. Então, isso já existe.

Com relação à parte do processo, eu não sou tão corajoso quanto o Senador, que tem 17 processos. Mas eu já tenho um, porque fui fazer alguma coisa na Funai, e o próprio pessoal da Funai entrou com um processo contra o Presidente. Mas eu continuo trabalhando. Aquilo que eu acho direito...

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Não se preocupe, porque até o final vai haver mais, se ficar muito tempo lá. (*Risos.*)

O SR. FRANKLIMBERG RIBEIRO DE FREITAS – Eu espero que não.

Então, existe isso também.

Só há um detalhe que eu gostaria de esclarecer sobre a parte de desmatamento. A Funai, realmente, tem 13% do Território nacional, e as áreas mais preservadas em termos de meio ambiente, de terras com florestas, são as terras indígenas.

Essa operação foi realizada, a Arco de Fogo, nos idos de 2010, desde Extrema e Novo Aripuanã, passando pelas terras indígenas Zoró e Sete de Setembro. Até mesmo em Cabixi, houve a ação dessas operações, não só essa, como a Hileia Pátria. Por acaso, eu estava como coordenador dessas operações no Comando Militar da Amazônia. Então, posso dizer que conheço bem essa dificuldade da extração ilegal da madeira não só na terra indígena, como também em parques e em outras áreas da região.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Infelizmente, nós gostaríamos de ter mais capacidade para que nossa Coordenação-Geral de Monitoramento Territorial pudesse atuar eficazmente nessas áreas. Mas nós temos algumas limitações.

Para finalizar, no que diz respeito à parte de exploração de diamantes não só dos Suruís quanto dos Cintas-Largas, nós já tivemos duas audiências na Funai em que foram apresentadas essas demandas das etnias, audiências feitas junto com o Ministério Público, com a 6ª Câmara. Se não me engano, nós tínhamos cinco procuradores. Foi explicado para eles o que está previsto na legislação. E o que está previsto na legislação é que a exploração de recursos minerais e de recursos hídricos tem de ser regulamentada pelo Congresso Nacional. Se o Congresso Nacional regulamentar isso aí, com certeza vai haver um atendimento de grande parte ou de parte significativa das reivindicações da população indígena, que quer explorar, que quer fazer o usufruto do seu território.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Agradeço a participação do Presidente da Funai, nosso Gen. Franklimberg de Freitas. Ficam liberados o senhor e a sua equipe, e nós vamos continuar a audiência aqui com a participação ainda do ex-Secretário de Meio Ambiente, do nosso Superintendente do Incra, Cletho Muniz de Brito, o popular Brito, e também do Sr. Sorrival, para nós falarmos um pouquinho sobre a regularização da Terra Legal.

Dr. Franklimberg, obrigado pela gentileza e pelo carinho. Leve a toda a sua equipe o nosso carinho. Que vocês nos ajudem a solucionar esses pequenos problemas!

Eu quero aproveitar para entregar ao Presidente todo o material do Brito, do Incra, sobre as leis, quando foram criadas, quando foram feitas. (*Pausa.*)

Foi também convidado para participar desta audiência pública o nosso grande e eterno... Nós o chamávamos de Superintendente da Emater?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. *Fora do microfone.*) – De Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Era o Secretário Executivo da Emater. Foi, por oito anos consecutivos, Secretário Executivo da Emater o Sorrival, que fez um trabalho extraordinário, na época em que nós tínhamos a distribuição de sementes de milho, de arroz, de feijão. Nessa época, Brito, nós tínhamos as cinco horas de máquinas, nós tínhamos a vacinação das bezerras, das novilhas dos nossos agricultores, vacinação contra a brucelose. Nessa época em que nós tínhamos aquelas cinco horas de máquinas, como falei há pouco, nós tínhamos também o projeto Inseminar e o Pró-Leite. Por incrível que pareça, ficou "lá tinha", "lá tinha", "lá tinha" no nosso tempo. Hoje, infelizmente, acabou tudo isso. Se nós queremos que o Brasil recupere a sua economia, só há um caminho: nós precisamos, sim, fortalecer o setor produtivo, o setor de agricultura.

E nós tivemos a felicidade de que você, oriundo da Emater, viesse a ocupar um cargo importante, que era o de Secretário Nacional do Programa Terra Legal. E agora está ocupando cargo de relevância como Diretor Nacional de Regularização Fundiária da Amazônia Legal e da Subsecretaria de Regularização Fundiária.

Ao mesmo tempo, isso vem para atender a demanda dos nossos produtores quanto à questão da titulação.

O Governo Federal, Brito, infelizmente, está com um débito muito grande com o povo brasileiro, o governo passado. Por quê? Prometeu, por 20 anos, que ia fazer a reforma agrária, que ia fazer isso, que ia fazer aquilo. A primeira coisa que ele fez foi acabar com o Incra. Olha que situação! Quando falo que acabou com o Incra – desculpa a expressão, ao falar que acabou com o Incra –, quero dizer que ele não deu condições para o Incra trabalhar. Aí, no meio do caminho, para justificar a inoperância, a incompetência do governo do Presidente Lula e da Dilma, o que se criou? Criou-se o Terra Legal. Podia ter dado condições para o Incra fazer o trabalho que o Incra fez na época em que nós fomos ocupar a Amazônia para não entregar a Amazônia. Nós fomos ocupar a Amazônia. E isso é verídico, Sorrival.

Sorrival, você foi Secretário Executivo da Emater, e a Emater, no Estado de Rondônia, procede hoje simplesmente ao trabalho de fazer pequenos projetos de financiamento para os agricultores. Com isso, a Emater está conseguindo sobreviver com pequenos projetos de produtores e de agricultores, vivendo de 2% a 3% dos projetos.

Com a documentação, o agricultor não fica só com o direito de pegar R$8 mil, R$10 mil. Ele pode pegar o dinheiro para comprar um trator de pneu, para comprar uma grade aradora, para comprar um triturador, para comprar vaca leiteira ou uma novilha e colocá-las no pasto, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

melhorá-las geneticamente. Por incrível que pareça, Sorrival e Cletho, faz seis anos que o Estado de Rondônia praticamente não aumenta mais...

Júnior, por gentileza, eu queria pedir a colaboração.

Faz seis anos que, em Rondônia, a bacia leiteira continua estagnada. Todos os projetos que a gente tinha na Emater acabaram. Mas, agora, esse cargo não nos pertence, nem a você, nem a mim. Mas, simplesmente, como fiscal do povo...

Deputado Luiz Cláudio, eu gostaria que continuasse aqui. Vai haver votação lá?

O SR. LUIZ CLÁUDIO (PR - RO. *Fora do microfone*.) – Votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Então, aproveita, vá lá, vote e volte aqui para acompanhar.

O SR. LUIZ CLÁUDIO (PR - RO. *Fora do microfone*.) – Eu volto aqui.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Vou aproveitar para falar o seguinte: neste instante, a BR-364 se encontra interditada no Município de Vilhena. Há mais de 80km de congestionamento, de fila.

Os servidores da educação foram enganados pelo Governo atual de Confúcio Moura. Eles foram enganados por oito anos, porque esse governo aí, além de endividar o Estado em mais de R$1 bilhão, deixou de pagar dívida do Beron de mais de R$1,2 bilhão. Foram para a transposição já centenas ou milhares de servidores. E, com toda essa economia, ele não consegue sequer tapar os buracos na cidade de Rondônia. Aprovou o plano de cargos e salários dos servidores da educação, e o salário dos servidores da educação hoje é um dos piores do Brasil.

Então, neste instante, mandaram-me mensagens do povo de Vilhena. Eu deixo um abraço a toda a população de Vilhena, ao Hilário e a todo mundo. Lá há um grande congestionamento. Eles não vão destrancar a BR enquanto o Governador da cooperação, Confúcio Moura, não for lá. Então, eles não vão desinterditar a BR.

Infelizmente, eu não vi, no Estado de Rondônia, Sorrival – nós fizemos muitos programas, e o Brito também –, nenhuma obra executada por esse governo da cooperação com recurso próprio. Não vi nenhuma obra, nenhuma obra! Nem o asfalto de Tarilândia ele conseguiu acabar! Nem o asfalto de Castanheiras ele conseguiu acabar! Nem o de Alta Floresta, em P50, conseguiu terminar! Então, resultado: é um governo que infelizmente criou uma situação drástica para o povo do Estado de Rondônia. Mas a vida da gente continua.

Portanto, nós queríamos aqui ouvir o senhor falar um pouco sobre essa questão. O senhor ocupa essa Pasta tão importante, como Diretor de Regularização Fundiária Nacional do Terra Legal. Quantos são os módulos? Até quanto pode? Quanto não pode? O que pode? E o que não pode? O que é? E o que não é? E quem tem direito?

Agora, pelo que eu sei, Brito, criou-se isso até 2,5 mil hectares. Para quem pode? Isso é o Incra que faz, ou é o Terra Legal que faz?

Vamos esclarecer isso para quem nos está assistindo em casa. Hoje está sendo gravado, está passando pelo YouTube. Está ao vivo no YouTube, mas está sendo gravado. E, na próxima quinta-feira, às 15h30, ele passa na TV Senado e também passa na rádio.

Então, com a palavra nosso convidado que é Diretor-Geral de Regularização Fundiária na Amazônia Legal, Sorrival de Lima.

O SR. SORRIVAL DE LIMA – Boa tarde!

Eu quero cumprimentar aqui com muita alegria o nosso eterno Governador Ivo Cassol, hoje Senador, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Quero cumprimentar com muita alegria aqui o nosso amigo de muitas datas, o Brito, que é Superintendente Regional do Incra de Rondônia e que participou de um time comandado pelo Governador Ivo Cassol.

Eu acho que não era um time, não é, Governador? Era uma seleção de secretários, que realmente eram os melhores e que deram tudo por aquele Estado de Rondônia.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Com certeza!

O SR. SORRIVAL DE LIMA – E Rondônia foi um exemplo. Eu quero dizer para quem não conhece Rondônia: por favor, vamos lá conhecer! Rondônia é o melhor Estado da Federação. Basta dizer que lá traíra é isca, e manga é praga. Então, é fartura, gente, com vontade! Então, vão lá, que vocês vão ver a beleza que é esse Estado de Rondônia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Quero cumprimentar o meu colega que nos acompanha aqui, o Dr. Dumont, que é Coordenador de Regularização Fundiária. O Dumont é o nosso MI, nossa memória institucional. Você pergunta qualquer coisa para o Dumont, e ele está ali.

A gente quer mostrar para vocês aqui um pouco a regularização fundiária na Amazônia Legal e trazer alguns dados.

O Brito falou com muita propriedade que a época do governo de Ivo Cassol, de 2003 até 2010, foi o período de menor desmatamento do nosso Estado. Esses são números, não é, Brito? Isso está aí à disposição de quem quiser. Isso mostra que, para a Amazônia Legal, para reduzir o desmatamento, não é com multa, não é com falácia, é com ação. Precisa ter atitude. E por que a gente reduziu? Porque não havia necessidade de adentrar novas áreas. Havia vários programas ali idealizados pelo nosso Governador Ivo Cassol, como o trabalho de mecanização. E nós conseguimos atingir 100% da classe de produtores rurais do Estado de Rondônia. Foram 100%, gente, de verdade!

Nós tínhamos o Programa Pró-Leite, e a gente saiu de uma produção de 700 mil litros de leite para algo próximo de 3 milhões de litros de leite por dia! Infelizmente, essa produção caiu, quando deveria ter aumentado.

Nós tínhamos a distribuição de calcário, que chegava até a propriedade. Nós tínhamos o programa de piscicultura, e hoje Rondônia figura como um dos primeiros Estados do País em produção de peixe. Nós tínhamos vários outros programas. Para vocês terem ideia, nós tínhamos um programa de semente que era gratuito. Bastava a pessoa devolver... Ela recebia um saco de sementes de 50kg ou de 100kg e devolvia 50kg ou 100kg de grãos. E a gente dividia isso em pequena quantidade e distribuía para a população carente. Então, havia um trabalho social e um trabalho técnico muito interessante.

Outro tema que é interessante – vou voltar a falar disso aqui também – e que tem reduzido o desmatamento na Amazônia Legal é a regularização fundiária. Isso está sendo provado com um estudo feito por institutos bastante reconhecidos. Inclusive, a Universidade do Rio de Janeiro fez esse estudo, bem como o Instituto da Amazônia, que fez também um trabalho interessante e tem mostrado que a regularização fundiária tem reduzido o desmatamento na Amazônia Legal.

E o que é mais interessante é que, quando as áreas são administradas por mulheres, o desmatamento é bem menor. Então, a gente vai convidar algumas mulheres para ir para Rondônia.

Nós somos o Terra Legal. É com esse nome que a gente mais gosta de se apresentar, porque o outro é muito grande: Subsecretaria de Regularização Fundiária da Amazônia Legal. Nós pertencemos à Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República.

Eu vou fazer uma explanação, Senador, bem rápido aqui. Só vou apresentar alguns números, para a gente ter uma ideia da grandeza da Amazônia Legal, para a gente ter noção da importância que tem a regularização fundiária para aquela região.

Infelizmente, a mídia e as demais pessoas, quando tratam da Região Amazônica, querem ver apenas as fragilidades, não é, Brito? Mas se esquecem de comentar as potencialidades dessa região, que são imensas. É uma região bastante produtora. Sem dúvida, a gente precisa de voz ativa, como a do Governador Ivo Cassol, para que as pessoas comecem a olhar a nossa região e, principalmente, o nosso Estado de Rondônia de forma diferente.

Então, esta aqui é a estrutura fundiária da Amazônia Legal. O desafio nosso, do Programa Terra Legal, hoje, é regularizar 57 milhões de hectares nos nove Estados que compõem a nossa Amazônia Legal.

Este aqui é o nosso Programa Terra Legal, que foi criado pela Lei 11.952 e foi alterado pela Lei 13.465. E, agora, na sexta-feira passada, nós tivemos o prazer de ver assinado o Decreto 9.309, que regulamenta o marco legal do nosso Programa Terra Legal.

É interessante, Governador, porque, durante todo o tempo de existência do Terra Legal, eu não sei por que eu costumo dizer que a gente recebeu uma herança um pouco maldita de titulação. Estão titulados apenas pouco mais de 30 mil títulos. Estão entregues apenas pouco mais de 30 mil títulos. E a nossa expectativa para este ano é a de entregar 20 mil CROs e mais 15 mil títulos, num total de 35 mil títulos em apenas um ano, um número maior do que o obtido em todo o tempo de Terra Legal.

Esse é o nosso mapa estratégico. Não preciso comentar para vocês, porque é uma coisa mais técnica.

E está aí a nossa missão: contribuir para a governança fundiária das glebas públicas da Amazônia Legal de forma transparente, por meio do diálogo institucional, favorecendo a segurança

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

jurídica e a inclusão social produtiva. A nossa visão é ser referência nacional e internacional na produção e na governança fundiária na Amazônia Legal.

Esses são os nossos principais produtos, os produtos que nós temos.

Ali nós temos o título, em primeiro lugar, que não reflete apenas um papel. Quando a gente entrega um título, nós estamos entregando também dignidade, nós estamos entregando segurança jurídica, que é aquilo de que mais precisamos naquela região. E nós estamos garantindo a sucessão desse trabalho desenvolvido na área rural, porque quem recebe passa a ser dono, passa depois para seus sucessores.

Nós temos o georreferenciamento. Hoje nós já estamos com mais de 170 mil parcelas georreferenciadas. O georreferenciamento é importante demais e, para mim, é a principal ferramenta de gestão do Governo, porque aí ele passa a ter conhecimento, naquela imensidão da Amazônia, de onde é que está aquela propriedade e, a partir daí, pode acompanhar e desenvolver políticas públicas para a melhoria da região.

Os títulos urbanos, como o senhor sabe, na região da Amazônia Legal, inclusive em Rondônia, onde quase todas as áreas são pertencentes à União, são de fundamental importância.

E há afetação de terras aos órgãos federais: o Incra, para a reforma agrária; o Ibama, por meio do Serviço Florestal Brasileiro; o Instituto Nacional Chico Mendes; a Funai; e também as Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. Prioritariamente, nós destinamos essas áreas, essas terras públicas federais para esses órgãos, quando eles manifestam interesse. E, se não manifestarem interesse, a gente passa a fazer a titulação para as pessoas que estão ocupando.

Esta aqui, Governador, é a nossa engrenagem. Olhe aí: quando recebemos um requerimento, depois de recebermos um requerimento de qualquer gleba pública federal, nós passamos pela consulta de interesse técnico. Falo do interesse desses órgãos que desenvolvem a ação, como o Incra, na questão da social, ou como os demais órgãos que a gente citou, na questão de interesse público. A partir daí, a gente faz o georreferenciamento. Isso aí demora certo tempo, e, às vezes, a gente é um pouco criticado em função disso aí.

Essa aí é a nossa Câmara Técnica de Destinação, composta por vários órgãos da Federação, com a participação, inclusive, do Ministério Público. Hoje, 97% das nossas áreas já estão consultadas na Câmara Técnica.

Esse é um gráfico que mostra o período em que o pessoal começou a pedir regularização e ocupação. Nós temos recebido críticas de que a Lei de Regularização Fundiária é uma lei que beneficia grileiro. Isso é uma inverdade, Governador. Nós vamos mostrar isso daqui para a frente. Eu vou só passar rapidamente aqui para o senhor e mostrar que 95% das áreas que nós regularizamos na Amazônia Legal são de áreas de até quatro módulos fiscais, que são considerados de agricultura familiar. Nós estamos hoje com uma expectativa muito forte de desenvolver um trabalho que possa refletir em título, que possa realmente trazer esse anseio que muita gente deseja.

Aproveito para cumprimentar o Deputado Lucio Mosquini, que foi bastante atuante na reformulação da Lei nº 11.952, essa lei que facilita agora. Ele nos apoiou bastante na questão de preços e também na questão do aumento da quantidade de área a ser regularizada na Amazônia legal. Antigamente, nós regularizávamos de um hectare até 15 módulos fiscais. Agora, a partir da reforma dessa lei, nós passamos a regularizar de um hectare até 2,5 mil hectares. E aí nós fomos bastante criticados. O pessoal falou: "Vocês estão beneficiando grileiros, vocês estão aumentando essas áreas para isso." Eu quero dizer que quem conhece a Amazônia Legal sabe que, em uma área de 2,5 mil hectares, ele só vai poder utilizar algo em torno de 500 hectares; os outros dois mil hectares ele tem de deixar como Reserva Legal, por força de lei. Então, ele passa a ser mais um prestador de serviço ambiental do que qualquer outro rótulo que queiram colar nele.

Então, isso, para nós, é interessante e mostra também que essa área em que nós trabalhamos não é uma área... Uma área de 240 hectares não é para grileiro, é para quem quer produzir. Uma área de 2,5 mil hectares não é para grileiro, é para quem está lá... A pessoa, para receber esse título, tem de estar, no mínimo, há quase dez anos ocupando essa área, porque a data é 22 de julho de 2008, anterior a essa área.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Tire uma dúvida...

O SR. SORRIVAL DE LIMA – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – ...que, provavelmente, o pessoal que está em casa nos assistindo vai ter. Quem tem alguma propriedade em seu nome ou mesmo já teve uma propriedade e não a tem mais tem direito a regularizar a sua área,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

se a tem em outro local? Por exemplo, muita gente vendeu sua propriedade na região de Rolim de Moura, de Pimenta Bueno e de Cacoal e foi para a região de Buriti ou foi para a região de Machadinho. Hoje, até esses dias, dizia-se que não podia. Entendeu? O cara tinha um sítio pequeno e foi pegar uma área um pouquinho maior. Quer dizer, a pessoa que tem terra em seu nome, mesmo que seja pequena ou média, pode fazer outro ou não pode?

O SR. SORRIVAL DE LIMA – Senador, ele pode, sim. Se ele tiver uma propriedade... O limite dele é de até 2,5 mil hectares. Se ele tiver em seu nome uma propriedade de 700 hectares, vamos supor, ele não vai para a regularização fundiária, mas vai para outro instrumento que foi criado, que é a venda direta, desde que ele esteja ocupando essa área desde o ano de 2011. Então, havendo essa ocupação, sem dúvida ele vai poder regularizar. Há uma diferenciação no preço, mas compensa, no caso, para ele. É um preço abaixo de mercado. Lucio Mosquini, o senhor, que também acompanhou essa luta do preço, sabe disso. Então, ele, tranquilamente, vai poder regularizar, sim.

Se alguém que esteja nos ouvindo precisar de alguma informação, pode entrar em contato com o nosso escritório em Rondônia, em toda a região da Amazônia, composta pelos nove Estados.

Então, é mais ou menos isto aqui. Isto aqui é Terra Legal lá, em Rondônia, mas a gente, em um outro momento, apresenta para o senhor.

Eu agradeço muito aqui a participação. Confesso que estou até um pouco emocionado de participar de um evento dessa natureza e agradeço muito ao senhor toda essa oportunidade. Eu estava com uma saudade danada de acordar cedo e dormir tarde, como o senhor sempre falava, para trabalhar por aquele Estado de Rondônia.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Sr. Sorrival. Eu lhe agradeço esse carinho especial e, ao mesmo tempo, peço desculpa, porque eu separei em dois blocos. Por que separei em dois blocos? Porque primeiro discutimos com o Presidente da Funai a questão dessa situação lá de Campo Novo, de Jorge Teixeira – está o prefeito aí, estão os representantes aqui. E depois dessa orientação, Sorrival... Como é o nome do seu parceiro?

O SR. SORRIVAL DE LIMA – Dumont.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Dumont! Deixo o meu abraço aí, Dumont. Continue auxiliando, ajudando o povo do nosso Estado, o povo da Região Amazônica, que precisa regularizar. O que acontece? Nós temos muita linha de crédito, Dumont e Sorrival, do Basa, e sempre está sobrando dinheiro. Sempre está sobrando dinheiro por quê? Com o subsidiado, porque há muitos produtores que poderiam pegar para comprar umas novilhas, melhorar o seu rebanho geneticamente, e não podem por causa dessa situação, porque, quando não têm o documento – isso aconteceu em Campo Novo, naquela região toda –, o Banco do Brasil foi lá e cortou até o pouco que passava.

Mas eu queria fazer uma pergunta aqui para o Brito, se o Brito me permitir.

Brito, eu fiz a pergunta aqui dessa questão do Terra Legal, daqueles que tiveram um título, tiveram um lote na época dado pelo Incra na região de Rolim de Moura, e depois migraram para outros lugares porque a família cresceu – veio genro, veio nora, veio filho, veio neto, quer dizer, veio mais um bocado – e a área ficou pequena. E a pessoa migrou para outra região. Ela vendeu lá, que ganhou mais, e comprou outro mais barato, o que é normal, assim, das pessoas, como foi o 180, que está hoje, como foi em Colniza, 80%, 90% do povo de Rondônia.

E, ao mesmo tempo, o Incra, neste momento... As pessoas que já foram contempladas podem e têm o mesmo direito, ou, se eles saíram de uma área pequena e foram para outra maior... Porque eu entendo o seguinte: as pessoas têm que crescer, não é verdade, Lucio? As pessoas têm que crescer. Cresceram. Bem, então, vão ficar estagnados, sem crescer? Vão ficar parados? Porque eu acho o seguinte: aquele que quer parar no tempo, para no tempo, mas aquele que quer crescer pode também. O Incra tem esse espaço também para poder liberar e autorizar ou não?

O SR. CLETHO MUNIZ DE BRITO – Em primeiro lugar, eu quero agradecer esta oportunidade de estar aqui, na TV Senado, falando para todo o Brasil sobre uma matéria importantíssima como essa, cuja discussão é liderada aqui pelo nosso Senador Ivo Cassol, Presidente da Comissão. Agradeço esta oportunidade de o Incra de Rondônia estar aqui hoje, falando para o Brasil todo.

Agora, eu quero fazer justiça também, porque estou em frente a um cidadão, que é um Deputado Federal, que teve uma participação massiva nessa questão da aprovação da lei. Aproveitando este espaço, em que está o Brasil todo ouvindo, Senador, para responder a sua pergunta, eu quero dizer que o Presidente Temer, nós temos que aplaudir a atitude dele, porque, como Presidente da República, ele teve a coragem de mudar e de atualizar uma legislação que, até

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

então, castigava o nosso agricultor e o cidadão que trabalha para levar comida para a mesa do brasileiro. E o Deputado Lucio Mosquini, que está aqui, por diversas vezes esteve no Incra, brigou, fez tudo para cumprir-se essa alteração da legislação.

Nós temos hoje o quê? Tínhamos a Lei 11.952, que criou o programa Terra Legal, em 2009, que cuidava de regularização fundiária a Amazônia legal. Hoje, o Terra Legal saiu daquela questão de programa e agora é um órgão, que é representado na República, que tem sua função própria. E o Incra cuidava somente dos assentamentos, através de uma legislação que mais impedia do que fazia. Por quê? Porque era regido por quê? Por uma legislação, a Lei 13.001, que cuidava da titulação, e a Lei 8.629, de lá de 1993, que cuidava da parte de reforma agrária, desapropriação, etc. e tal.

O que o Presidente da República fez com os Congressistas brasileiros? Condensaram essa legislação para aprimorar e melhorar a vida do trabalhador. É importante dizer que a Medida Provisória 759 virou a Lei 13.465, de 11 de julho de 2017, que agora foi regulamentada através de três decretos: o Decreto 9.309, que cuida dos interesses do Terra Legal, da Lei 11.952; o Decreto 9.310, que cuida especificamente de regularização fundiária urbana; e o Decreto 9.311, que cuida do Incra, da Lei 8.629 e da Lei 13.001.

E eu quero deixar esses dados aqui, Senador, por quê? Porque muita gente não sabe. O Presidente Temer, nosso Presidente, fez – o Congresso aprovou, o Congresso votou, e ele sancionou – a lei que hoje traz a gratuidade para o agricultor. Antes, essa gratuidade, até um módulo fiscal, que em Rondônia são 60 hectares, na Lei 11.952 estava contemplada para o agricultor que o Terra Legal titulava. E o Congresso Nacional aprovou, e o Presidente da República sancionou para todo o Brasil a gratuidade até um módulo fiscal para o assentado da reforma agrária. Isso pouca gente sabe.

É óbvio, há algumas situações em que o cara, quando recebia o título, estava lá no valor de R$200 mil, R$300 mil para ele pagar, e hoje, se ele for fazer um cálculo simples, pegar um lote, por exemplo, de 60 hectares, que tinha R$300 mil para ele pagar para o Governo Federal, hoje ele faz um cálculo, multiplica 60 por áreas que foram desapropriadas e, em terras públicas da União, não paga um tostão. Você pega um imóvel hoje, que tem um módulo fiscal, 60 hectares, multiplica por R$165,70, você vai pagar apenas R$9 mil, ao contrário de R$300 mil.

Então, o Presidente Temer deu esse presente para o agricultor, e eu estou fazendo questão de falar isto aqui, nesta plenária, que o Brasil todo está ouvindo, porque veio ajudar o agricultor no Brasil todo.

Com relação ao que o senhor perguntou, se o cidadão que tinha um lote e vendeu pode ter outro lote no Incra, é claro que pode! A legislação diz que não pode aquele que vendeu para fazer especulação, mas, se o cara pegou uma doença, pegou uma malária e justificou, através de documento, que ele foi condicionado, em um dado momento, a vender o lote para curar a mulher dele, que estava sofrendo de uma doença igual a um câncer, ou uma malária, ou uma coisa, ele pode, sim, ele tem direito de ser regularizado, desde que passe pelo processo legal.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Participação agora do Deputado Lucio Mosquini.

O SR. LUCIO MOSQUINI (PMDB - RO) – Quero aproveitar a oportunidade para cumprimentar o Sorrival e dizer que o Incra agora instituiu o titulômetro, viu, Senador Ivo Cassol? Agora, há o *site* do Incra; você entra lá e pode cobrar e acompanhar.

Eu queria saber, Sorrival, por que a titulação do Terra Legal é tão lenta, tão devagar? Em Rondônia mesmo é um desastre total, não há título. Esses dias, ia haver uma entrega de títulos lá, e eu fui convidado para ir. Quantos títulos para entregar? Doze! Então, eu quero saber o seguinte: o que falta? Em que o Senado pode ajudar, em que a Câmara pode ajudar? Por que é tão lenta a titulação no Terra Legal?

O SR. SORRIVAL DE LIMA – Deputado, desde a emissão da Medida Provisória 759, já ali no finalzinho, ou melhor, no início de janeiro de 2017, até a data de sexta-feira, 16 de março de 2018, nós não emitimos nenhum título acima de um módulo fiscal em nenhum Estado que compõe a Amazônia Legal. Por quê? Por falta de definição, principalmente na questão da normatização de preços, e de outras normas que precisariam ser editadas.

Nós estamos aí...

O SR. LUCIO MOSQUINI (PMDB - RO. *Fora do microfone*.) – Vocês ficaram dez meses parados?

O SR. SORRIVAL DE LIMA – Mais de um ano sem emitir título acima de um módulo fiscal. Só emitimos título até um módulo fiscal.

O SR. LUCIO MOSQUINI (PMDB - RO. *Fora do microfone*.) – Mas você mostrou que 95% são até um módulo; você mostrou no seu gráfico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. SORRIVAL DE LIMA – Sim, sim, 95%...

O SR. LUCIO MOSQUINI (PMDB - RO. *Fora do microfone*.) – Então, 95% são até um módulo.

O SR. SORRIVAL DE LIMA – ... de todas as áreas são até um módulo fiscal. Até um módulo, não; até quatro módulos fiscais – desculpa. É até quatro módulos a lei. São as áreas que a gente titula. De cem títulos, 95% têm áreas de tamanho variando de um até quatro módulos. Mas, nesse período...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO. *Fora do microfone*.) – Só de um módulo?

O SR. SORRIVAL DE LIMA – Nesse período da edição da medida provisória até a regulamentação, nós só emitimos títulos de até um módulo. A nossa expectativa agora, principalmente com a criação da CRO, é a partir da próxima semana já emitirmos 20 mil CROs em toda a região e mais 15 mil títulos.

Concordo plenamente com o senhor que o sistema é lento. Isso é reflexo de uma herança maldita que recebemos e de uma lei extremamente rígida, que não dava muita brecha. Agora, nós temos brecha para renegociação, nós temos agora um preço mais acessível, nós temos uma legislação mais flexível, e aí nós estamos apostando todas essas fichas em que vamos acelerar esse processo de regularização fundiária.

O SR. LUCIO MOSQUINI (PMDB - RO) – Você vai abrir o titulômetro lá também, no Terra Legal?

O SR. SORRIVAL DE LIMA – É uma ideia que podemos discutir, não é, Dumont?

O SR. LUCIO MOSQUINI (PMDB - RO) – Abrir transparência, mostrar quantos títulos estão emitindo, fazer uma competição mesmo.

O SR. SORRIVAL DE LIMA – Sim, nós temos lá o nosso painel de gestão, que vai mostrar simultaneamente a nossa ação de titulação. Isso não só para os nossos escritórios, mas nós queremos também deixar isso para acesso público.

O SR. LUCIO MOSQUINI (PMDB - RO) – Porque eu acompanho, mês a mês, o titulômetro do Incra, e o Brito está de parabéns, viu, Sorrival? Sem desmerecer para vocês...

O SR. SORRIVAL DE LIMA – Não, tranquilo. Nós vamos...

O SR. LUCIO MOSQUINI (PMDB - RO) – ... mas essa competitividade é saudável.

O SR. SORRIVAL DE LIMA – Ela é salutar! Eu concordo plenamente com o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – É o seguinte: eu vou fazer uma defesa para o Sorrival, mas, na época...

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Eu sei, mas deixe-me falar.

Na época, quando ele era meu secretário, conseguia ter êxito porque eu dava condições. Na época, colocaram o Sorrival no Terra Legal, mas infelizmente os governos não tiveram gestão para poder regulamentar e poder flexibilizar, para poder simplificar. E aí o resultado: ficou amarado, ficou... Quer dizer, até um módulo, em Rondônia, Lucio – está aqui o Deputado Luiz Cláudio –, até um módulo de 60 hectares são muito poucas propriedades. Muito poucas propriedades tinham direito a legalizar, muito poucas, porque a maioria lá... Primeiro, você só pode derrubar 20%. Então, em uma área dessas de 60 hectares, o cara só podia derrubar 12 hectares. Quer dizer, praticamente não tira nem para o sustento. Então, tem que ser uma área de, no mínimo, 100 hectares, de dois módulos para cima. Agora, com o Presidente Temer simplificando a gestão, está-se tornando viável que você possa fazer essa concorrência de que o próprio Mosquini falou.

Portanto, com certeza, você é uma pessoa competente e dinâmica, mas o Governo precisa despachar, o Governo precisa botar as coisas para andar. Se o Governo não botar as coisas para andar, o cara pode ser o melhor do mundo que, infelizmente, as coisas não funcionam.

Deputado Luiz Cláudio, eu queria também dar oportunidade aqui. Nós estávamos tirando as dúvidas do Terra Legal, juntamente com o Sorrival e o Brito também, sobre a questão de documentos e de módulos. Agora, foi liberado. Você participou, em Porto Velho, no dia da entrega dos títulos, juntamente com o Incra, com o Brito e com o Sorrival, e, ao mesmo tempo, Lucio – nós ainda somos mais novos aqui –, digo que, infelizmente, o Governo, para não dizer que andou devagar, andou travado.

Quando eu falei no começo – V. Exª não estava aqui, mas o Deputado Luiz Cláudio e os nossos convidados estavam –, o que eu falei aqui? Eu vou recordar a época da ditadura militar e depois dos governos que vieram, do Itamar, do Collor, que passou e foi cassado, e, depois, Fernando Henrique Cardoso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O PT... Desculpe-me, não estou generalizando, porque há muita gente boa no PT, mas também há muito bandido; há muita gente boa no PMDB, mas também há muito bandido; há muita gente boa no meu PP (Partido Progressista), mas também há muita tranqueira. Então, há em tudo quanto é lugar. Mas o PT estava com a faca e o queijo na mão. Recordo-me que, na época, quando ganhou, em 2002, as eleições o Lula, ele resolvia o problema de todo mundo: ele resolvia o problema da sociedade, dos conflitos agrários, ia assentar todo mundo.

Eu fui Governador oito anos junto com o Presidente Lula. E eu falo para vocês: ele foi dinâmico, ele era simpático – não se pode tirar esse mérito dele –, mas, infelizmente, o Brasil cresceu porque estava preparado para isso. Mas, na reforma agrária em Rondônia, foi uma decepção. Os poucos assentamentos que existiam não tinham estrada. Os poucos assentamentos que existiam não tinham escola. Os poucos assentamentos que existiam nem sequer tinham energia. Quer dizer, o povo estava jogado lá dentro, e o povo tinha que se virar, quando, na verdade, era tão fácil resolver.

Eu ajudei a Presidente Dilma; infelizmente, ela não deu no coro. Não é culpa minha. Estou ajudando, independentemente de questões políticas, o Michel Temer, porque eu torço para que as coisas deem certo, senão o Brasil vai mal. Mas, quer dizer, o PT, na verdade, deixou o povo com a marmita na mão, pedindo esmola e como massa de manobra para poder direcionar na época de eleição. Isso é ruim, porque quem perde é a sociedade num todo.

Portanto, há muitas coisas boas que foram feitas – e eu não estou aqui tirando o mérito das coisas boas –, mas, na questão da reforma agrária, pecou, mas pecou muito.

Então, com a palavra aqui... Depois vou passar para o advogado.

O SR. LUIZ CLÁUDIO (PR - RO) – Senador Cassol, eu quero pedir desculpa. Eu tive que ir à Câmara, mas gostaria de ter...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Aqui é o seguinte: ou vota ou leva falta. E, se levar falta, fica ruim, não é?

O SR. LUIZ CLÁUDIO (PR - RO) – Fica difícil, não é, Lucio?

Eu gostaria de ter ouvido a palestra do Sorrival, mas eu conheço o trabalho e a competência dele, isso é inquestionável.

Agora, eu acho que o Governo Federal errou, Senador Cassol, no caso da regularização fundiária, porque antigamente separou o pessoal do Incra e o do Terra Legal. Agora eles estão se juntando, não é, Brito? Agora estão se juntando. Porque o pessoal do Incra tem tradição, Brito. Você tem uma equipe muito competente em Rondônia, que tem condição – e muito – de avançar nessa questão da regularização fundiária.

Eu fico preocupado, porque às vezes há pessoas que não são da área no Terra Legal. Não é o caso do Sorrival, que é um extensionista, que conhece o campo em Rondônia, fez um bom trabalho como Secretário Executivo da Emater. Mas, às vezes, entra gente no Terra Legal que não tem conhecimento profundo para discutir esse assunto. E eu já começo a enxergar... Para fazer uma denúncia, Sorrival e Brito, eu teria que ter provas, mas eu me preocupo, às vezes, com algumas coisas que poderão acontecer, de alguém colocar dificuldade para, como diz o Senador Cassol, colher facilidade. Já escuto no meio, Sorrival, pessoas sendo, às vezes, até coagidas a querer alguma coisa errada. Então, eu me preocupo com isso, não da parte sua, nem do Brito, do Incra, de maneira nenhuma. Mas é um programa muito interessante. Eu acho que não adianta – eu seria irresponsável, Brito, como Deputado Federal, se o fizesse – colocar uma pessoa no Terra Legal que não fosse do quadro, que não entendesse do assunto. Então, preocupa-me muito, Brito.

O SR. CLETHO MUNIZ DE BRITO – V. Exª me concede um aparte?

É importante o que se está colocando, Senador. O Deputado Luiz Cláudio colocou um assunto importante.

Nós do Incra, em Rondônia, estamos preocupados com o Estado de Rondônia.

Hoje, nós estávamos sentados à mesa conversando – eu, o Sorrival e o Dumont, que são os dois representantes do Terra Legal aqui, em Brasília – e já estamos formulando um termo de cooperação técnica, alguma coisa nesse sentido, para o Incra e o Terra Legal não só trabalharem na mesma casa, mas fazerem a regularização fundiária em conjunto em Rondônia. Então, é bom que o Brasil todo saiba que, em Rondônia, nós estamos afinando o discurso para colocar em prática, para respondermos o que o Deputado Mosquini colocou aqui: quantos títulos o Terra Legal está dando e quantos vai dar. Se somarmos essa força em Rondônia, Incra e Terra Legal, com o mesmo objetivo, nós vamos dar um passo bem mais largo do que o senhor imagina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, respondendo ao senhor, Deputado, com todo o respeito, o senhor pode ter certeza de que, se depender da minha vontade, da vontade do Sorrival e da vontade do Dumont, nós vamos fazer o Incra e o Terra Legal andarem juntos em Rondônia.

O SR. LUIZ CLÁUDIO (PR - RO) – É isso que eu estou abordando aqui, Brito. Eu estou vendo isso agora, eu estou enxergando isso, eu estou acompanhando esse trabalho. Então, eu agora estou acreditando que a coisa vai funcionar mesmo com o Incra e o Terra Legal. Você mesmo é um cara competente no assunto. Você tem pessoas no Incra altamente competentes. E há aqui, em Brasília, também, no Terra Legal, bem como lá, em Rondônia.

Então, eu acho que agora, Senador, temos tudo para acelerar o processo de regularização fundiária. Temos tudo! E, com certeza, Brito, há que se tirar todas as dúvidas, não deixar o produtor desesperado, querendo apressar as coisas e tentando fazer alguma coisa errada. É nesse sentido também que eu falo. Então, eu conheço a integridade e o caráter do Sorrival e o seu. E eu não tenho dúvida de que agora temos tudo para realmente... Eu não sei qual é a meta, se são cinco mil títulos este ano, em Rondônia.

O SR. CLETHO MUNIZ DE BRITO – O Incra vai expedir 3,5 mil títulos nos projetos de assentamento.

O SR. LUIZ CLÁUDIO (PR - RO) – E o Terra Legal, Sorrival?

O SR. SORRIVAL DE LIMA – O Terra Legal, algo próximo de 6 mil; são pouco mais de 5,8 mil.

O SR. LUIZ CLÁUDIO (PR - RO) – Em 2018?

O SR. SORRIVAL DE LIMA – Em 2018.

O SR. LUIZ CLÁUDIO (PR - RO) – Essa meta é possível alcançar?

O SR. SORRIVAL DE LIMA – Nós vamos alcançar, sim.

O SR. LUIZ CLÁUDIO (PR - RO) – Então, parabéns, Brito; parabéns Sorrival. Eu acho que essa integração só vai ajudar o produtor que está precisando regularizar a sua terra.

Portanto, Senador Cassol, é importante esse debate. A gente está aqui para ajudar. E o senhor colocou a emenda no Terra Legal, acho, neste ano para ajudar com recursos, com orçamento – viu, Sorrival?

Então, Brito, conte com a gente aqui. Estamos aqui para ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Com certeza, nós colocamos porque nós queremos que o Terra Legal tenha condições de poder... Eu não sei qual é o valor da emenda porque...

Foi quanto?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Foram 90 milhões? Ficaram no Orçamento 90 milhões? (*Pausa.*)

Então, vamos torcer para que o Governo não contingencie e libere para que a gente possa regularizar os nossos requerentes e proprietários... Quer dizer, os donos, porque proprietário é a partir do momento em que tem o título. Então, proprietário tem o título. Portanto, são 90 milhões que nós fizemos em conjunto, eu e o Deputado Luiz Cláudio, na emenda de Bancada. Foi com o aval dos demais da Bancada, mas cada um direcionou para um lugar, e eu coloquei a minha no Terra Legal.

Vamos conversar com o nosso Advogado Jacinto, para que ele possa encerrar.

O SR. ERMOGENES JACINTO DE SOUZA – Uma intervenção, uma palavra rápida, Senador, para agradecer essa presteza, essa rapidez com que V. Exª convidou e marcou essa reunião extraordinária para tratar desse assunto, porque eu vi o nobre Deputado Mosquini trazer aqui à tona a questão do princípio da razoabilidade, quer dizer, daquilo que é razoável.

O Senador que está ausente colocou também, embora esteja ausente aqui o pessoal da Funai, que não se tratava de nós estarmos requerendo uma área dentro dos perímetros da propriedade da Funai. No nosso caso, é, sim. No requerimento que estamos fazendo de desmembramento a terra é registrada em nome da Funai. Mas o senhor referiu que teve vários inquéritos.

Eu já fui preso por conta dessa questão do Uru-Eu-Wau-Wau e vou contar a história, o motivo. Eu fui contratado como advogado de um senhor fazendeiro lá, o Ailton, irmão do Amós. Ele foi convidado pela Procuradoria da República para ir explicar lá – fazenda, gado, capim, aquela coisa toda.

Eu vi a documentação dele. Ele ia chegar às 9h à Procuradoria da República em Porto Velho, e eu disse a ele: "O senhor vai lá falar, mostre o seu título, diga a sua gleba, a gleba onde o senhor está." Muito bem, eu só acompanhei. Ele começou a falar, e o pessoal do Governo dizendo: "Mas o senhor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

não sabe que aí é do índio, é da Funai?" – aquela coisa toda. E eu queria explicar para ele: "Diga para eles o nome da gleba, o número do título". E não me deixavam falar. Eu, como advogado, fiquei preocupado com aquele negócio. E a situação culminou que eu fui parar lá na Polícia Federal.

Estou colocando isso, porque o Exmo Deputado colocou o princípio da razoabilidade. Nós temos vários princípios. O senhor está aqui, mexe com a Constituição... Há também o princípio da transversalidade, que é isso: o Terra Legal se ajeitar com o Incra, conversar com os outros órgãos do Governo, com o meio ambiente, com a Funai. Há princípios constitucionais que definem isso.

Eu estou colocando isso porque eu vi uma certa colocação, de que aqui não é para tratar de grileiro. Os meus clientes, que são da Aspronof, que são aqueles senhores que estão ali, quando me procuraram disseram: "Há uma demanda. Há um pessoal, daquele pessoal antigo, etc.; são mil famílias". E eu sou obrigado a acreditar que são cidadãos. Eu sou eleitor de Ariquemes. Eles também são lá de Buritis, de Campo Novo e tudo. São cidadãos de bem que estão vindo aqui fazer um pedido a tantas famílias.

E eu creio que sim, porque essa época, quando aconteceu esse fato comigo, foi há quase 15 anos. E me deu um problema sério, um processo na Justiça etc., porque eu queria defender meu cliente, que está nessa zona limítrofe do PAD... Acho que é esse PAD Burareiro, aquelas áreas que estavam naquele limite. Ali era uma perturbação danada. Parece que já politicamente foi resolvido.

Então, por que estou colocando isso? É a questão da cientificidade, de tratar desse assunto com critério. O senhor vai encaminhar outras reuniões daí para frente, etc., para a gente tratar, porque no PA Nova Floresta, que tem o nome, há concentração ilegal nesse PA. Existe uma área enorme, Sr. Sorrival, conforme conversamos ontem, mostrei para o senhor, de 17 mil, 18 mil hectares. Provavelmente, aquilo é terra da União, e está na mão de um só. Se ele tem título, tem documento, para nós não há nenhum problema. Mas é nessas lindes, nessa confrontação. Quer dizer, a terra ficou toda para ele, e o povo ficou sem nada. Desculpe, Deputado, estou colocando isso, porque o senhor conhece aquilo lá também como a palma da sua mão. Eu sou um simples advogado, e estou meio fora de Rondônia. Acompanho porque sou obrigado a defendê-los, porque fui constituído por eles.

Mas o senhor está de parabéns quando coloca isso. O nobre Senador aqui está de parabéns também por tomar essa iniciativa. E o senhor nos encaminhe para nós tentarmos resolver isso no Estado lá.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado.

Quero só fazer a correção. A emenda que foi colocada, dos 90 milhões, é emenda aqui desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e foi proposta por mim. Então, fico feliz de ter colocado 90 milhões, Brito. Não pude atender os dois lados, mas atendi pelo menos um.

Como o Terra Legal, na época, era o mais cogitado, foram, portanto, 90 milhões. Nós vamos trabalhar para começar a liberar, Dumont, para que vocês possam ter recursos, para vocês possam viabilizar esses recursos para poder regularizar as áreas aí.

Nós tivemos a participação do Sr. Bruno Marques de Sousa, do Maranhão. Ele diz que "o Brasil deve aos indígenas respeito e acesso à terra dignamente". Está aí a participação dele.

A Karen Cristina Sobral Bock, de São Paulo: "Demarcação já". Está correta.

Amelia Almeida de Oliveira, do Pará: "Urge o cumprimento das leis vigentes. A demarcação já dos territórios comuns indígenas, quilomobolas e tradicionais".

Luiz Alexandre Velloso Antunes, São Paulo: "Muito triste e revoltante a situação de humilhação e desrespeito em que vivem as tribos indígenas em terras que, na verdade, são deles, que vivem esperando por uma decisão" há muito tempo.

Ao mesmo tempo, quero aqui aproveitar a oportunidade. Nós temos aqui um convite do Ministro da Agricultura e Reforma Agrária, nosso parceiro e companheiro Blairo Maggi, e do Ministro do Meio Ambiente José Sarney Filho:

> Convido para a cerimônia de lançamento do Plataforma ABC, Plataforma multi-institucional de monitoramento da redução de emissões de gases de efeito estufa na agropecuária, e da Plataforma WebAmbiente, no dia 28 de março, quarta-feira, às 10h. Local: Auditório Olacyr de Moraes, na Esplanada dos Ministérios, bloco D, Brasília.

Também um convite do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Maggi:

> Convido para a sessão especial destinada a comemorar a erradicação da febre aftosa do Brasil e o reconhecimento internacional da condição de país livre da doença como parte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

integrante das atividades da Semana Brasil Livre de Febre Aftosa. Data: Dia 02 de abril, segunda-feira, às 11h. Local: Plenário do Senado Federal.

Portanto, quero aqui agradecer...

O SR. CLETHO MUNIZ DE BRITO – Permita-me...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Sim.

O SR. CLETHO MUNIZ DE BRITO – Primeiro, para agradecer ao senhor por ter nos convidado. Acho que eu jamais teria uma oportunidade como a que estou tendo aqui hoje no Senado Federal.

Mas eu queria deixar duas situações aqui gravadas nos *Anais* desta Casa, que são de muita importância para Rondônia e para o Brasil. Primeiro, nós vivemos um momento de conflito agrário em Rondônia iminente e perigoso. Nós temos 106 áreas, hoje, ocupadas em Rondônia com 8.759 famílias debaixo da lona. Pedimos aqui ao senhor, como Senador da República, ao Deputado Mosquini – nós já falamos sobre isso – e ao Deputado Luiz Cláudio para que tentem sensibilizar o Governo Federal, para que ele olhe essa questão da reforma agrária como uma ferramenta positiva; que consiga colocar dinheiro para que o Incra possa fazer as desapropriações com a finalidade de assentar essas famílias que estão há 20 anos lá esperando ser assentadas, como no caso da Morimoto, que o senhor conhece muito bem, porque é próximo da sua terra. Eles estão lá há 20 anos sem ser assentados. Esse é um caso.

O outro caso é que eu nunca poderia trair os meus colegas de trabalho. Porque eu sei que já procuraram o senhor, o Deputado Lucio Mosquini, o Deputado Luiz Cláudio. A nossa equipe veio aqui na semana passada. Eu sou funcionário do Incra e estou pedindo aqui pelo Incra. O funcionário do Incra está passando por uma fase triste: o pior salário da União. Nós temos um projeto que está tramitando, uma medida provisória para que seja implantado o plano de cargos, carreiras e salários dos nossos servidores do Incra. Sei que o senhor é sensível a isso. Quero aproveitar esta Comissão e os senhores que estão aqui para olhar com carinho o plano de cargos, carreira e salários dos servidores do Incra. Pelo amor de Deus, estou pedindo isso para o senhor!

Por fim, quero dizer que o senhor... Eu sempre fui seu fã, sou teu amigo e estou junto aqui. Agradeço ao senhor ter me dado essa oportunidade de vir aqui hoje falar para o Brasil todo sobre o Incra, que eu tenho orgulho de carregar no meu coração.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Com certeza, Brito, vocês estão reivindicando algo justo.

É como eu disse há pouco. Os governos passados discursaram por 20 anos que iam fazer reforma agrária e regularizar, mas a primeira coisa que fizeram foi desestruturar o Incra. Deixaram os servidores do Incra sem o telhado, sem estrutura. Hoje, vocês estão trabalhando, e é isso mesmo que vocês precisam fazer. Continuem lutando em conjunto para que vocês tenham muito mais força, integrados. E nós precisamos muito de vocês ainda, como também precisamos do Terra Legal. No que depender desta Comissão, vocês podem contar com a pessoa do Senador Ivo Cassol. Eu sempre fui muito verdadeiro, e o preço que os servidores do Incra pagaram até hoje é muito caro. Nesses dias, nós estávamos lá entregando uns títulos de terra. Muitos amigos, aqueles que estão se aposentando, que estão indo lá buscar, continuar vivendo com dignidade e respeito, infelizmente, com o tempo, corroeu-se o salário deles. Portanto, como o Deputado Luiz Cláudio disse no começo, o que nós pudermos fazer nós vamos fazer.

Quero agradecer a presença aqui do Sorrival, como Diretor Nacional do Terra Legal – obrigado pelo carinho –, e agradecer ao Brito, assim também conhecido, ambos ex-secretários meus do Estado de Rondônia. É uma alegria tê-los aqui, como também ao Advogado Jacinto, que representa o prefeito João Paciência. Alguém que está em casa pode perguntar: "Quem é o João Paciência?" João Paciência é um senhor calmo, tranquilo, que é o Prefeito da cidade de Jorge Teixeira.

Quero mandar um abraço para todo mundo da região de Jaru. Eu tenho uma filha que está morando em Jaru, a Karine. Ela está feliz da vida porque nos próximos meses vai nos dar mais uma neta. O Sr. Chico e a D. Dalila também estão felizes da vida, assim como minha esposa, Ivone, e o meu genro, uma pessoa extraordinária, carismática, o Júnior Raposo. Deixo o nosso abraço para ele e, em nome dele, quero cumprimentar todos os agricultores e moradores de Colina Verde, de toda aquela região de vocês.

Enfim, a todos os quatro cantos do Estado de Rondônia, o nosso abraço, com a participação do Deputado Lucio Mosquini e também com a participação do eterno homem da agricultura, o Deputado Luiz Cláudio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Um abraço. Obrigado.
Que Deus abençoe a todos, e até a próxima oportunidade.

(*Iniciada às 11 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 8ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 3 DE ABRIL DE 2018.

Às onze horas e dezenove minutos do dia três de abril de dois mil e dezoito, no Plenário 7 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ivo Cassol, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Valdir Raupp, Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Regina Sousa, Acir Gurgacz, Paulo Paim, Dalirio Beber, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Lasier Martins, Ivo Cassol, José Medeiros, Ana Amélia, Wellington Fagundes, Cidinho Santos, Telmário Mota, Pedro Chaves, Ataídes Oliveira, José Pimentel e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Elmano Férrer, Dário Berger, Eduardo Amorim e Lúcia Vânia. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Ivo Cassol, registra com pesar o falecimento do ex-Deputado Agnaldo Muniz, ocorrido no dia primeiro de abril do corrente ano. Em seguida, dá início à Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 31, de 2017, de sua autoria, destinada a debater os investimentos em infraestrutura logística de estradas, visando o escoamento de produção agrícola, haja vista a redução do orçamento em mais de 99% em transporte terrestre, com a participação do Sr. Otto Luiz Burlier da Silveira Filho - Diretor de Programa do Departamento de Infraestrutura de Logística da Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) - representante do Sr. Dyogo Henrique de Oliveira, Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP). Após a apresentação dos senhores expositores, os Senadores Ivo Cassol, José Medeiros, Wellington Fagundes e Valdir Raupp e o Deputado Luiz Cláudio (PR/RO) fazem uso da palavra. O Senhor Presidente, Senador Ivo Cassol, parabeniza o Produtor e Desembargador Walter Waltenberg, Presidente do Tribunal de Justiça de Rondônia, franqueando-lhe a palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e seis minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

SENADOR IVO CASSOL
PRESIDENTE DA CRA

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/04/03

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 9ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 10 DE ABRIL DE 2018.

Às onze horas e dez minutos do dia dez de abril de dois mil e dezoito, no Plenário 7 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência dos Senadores Ivo Cassol, Eduardo Amorim e Wellington Fagundes, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Valdir Raupp, Romero Jucá, Paulo Rocha, Paulo Paim, Dalirio Beber, Eduardo Amorim, Flexa Ribeiro, Ivo Cassol, Ana Amélia, Wellington Fagundes, Pedro Chaves, Sérgio Petecão, Ataídes Oliveira, José Pimentel e Maria do Carmo Alves. Deixam de comparecer os Senadores Elmano Férrer, Dário Berger, Fátima Bezerra, Regina Sousa, Acir Gurgacz, Ronaldo Caiado, Lasier Martins, Lúcia Vânia e Cidinho Santos. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Preliminarmente, com a anuência do Plenário, a Comissão aprova EXTRAPAUTA os seguintes requerimentos aditivos à audiência pública da presente reunião: ITEM 1: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 11, de 2018 – EMENTA: Requer, em aditamento ao Requerimento nº 9, de 2018, aprovado em 27 de março de 2018, a inclusão de um representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) na audiência pública destinada a debater sobre a informação do fechamento da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados (FAFEN) de Sergipe e da Bahia. Autoria: Senador Ivo Cassol. Resultado: Aprovado. ITEM 2: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 12, de 2018 – EMENTA: Requer, em aditamento ao Requerimento nº 9, de 2018-CRA, aprovado em 27 de março de 2018, a inclusão do Senhor Ademar Leal e da Senhora Elizabeth Chagas, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Suplementos Minerais – ASBRAM, na audiência pública destinada a debater sobre a informação do fechamento da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados (FAFEN) de Sergipe e da Bahia. Autoria: Senador Wellington Fagundes. Resultado: Aprovado o Requerimento, subscrito pelo Senador Eduardo Amorim. Em seguida, o Senhor Presidente, Senador Ivo Cassol, dá início à Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 9, de 2018, de autoria do Senador Eduardo Amorim, aditado pelo Requerimento (RRA) nº 11, de 2018, de sua autoria, e Requerimento (RRA) nº 12, de 2018, de autoria dos Senadores Wellington Fagundes e Eduardo Amorim, destinada a debater sobre a informação do fechamento da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados (FAFEN) de Sergipe e da Bahia, com a participação do Sr. Paulo Hagenbeck - Prefeito do Município de Laranjeiras (SE); Sr. José Augusto Carvalho - Secretário do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Estado de Sergipe (SE), representante do Sr. Jackson Barreto de Lima - Governador do Estado de Sergipe (SE); Sr. Jailton Barbosa Matos de Andrade - Diretor do Sindicato dos Petroleiros e Técnico de Operação da Fafen do Estado da Bahia (SINDIPETRO/BA), representante do Sr. Deyvid Souza Bacelar da Silva - Coordenador-Geral do Sindicato dos Petroleiros do Estado da Bahia (SINDIPETRO/BA); Sr. Reginaldo Minaré - Consultor de Biotecnologia da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Sr. Coaraci Nogueira de Castilho - Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), representante do Sr. Blairo Maggi - Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Sr. Edivaldo Soares Leandro - Diretor Colegiado do Sindicato dos Petroleiros dos Estados de Alagoas e Sergipe (SINDIPETRO/AL/SE), representante do Sr. Ademar Santos de Jesus - Diretor Colegiado do Sindicato dos Petroleiros dos Estados de Alagoas e Sergipe (SINDIPETRO AL/SE); Sr. Ademar Leal - Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Suplementos Minerais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

(ASBRAM); Sra. Elizabeth Chagas - Vice-Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Suplementos Minerais (ASBRAM); Sr. Maurício Velloso - Presidente da Comissão de Pecuária da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado de Goiás (FAEG); Sr. João Leão - Vice-Governador do Estado da Bahia (BA), representante do Sr. Rui Costa dos Santos - Governador do Estado da Bahia (BA). Após a apresentação dos senhores expositores, os Senadores Ivo Cassol, Eduardo Amorim, Waldemir Moka, Wellington Fagundes, Otto Alencar, a Senadora Lídice da Mata e o Senhor Paulo Piau – Prefeito do município de Uberaba (MG), fazem uso da palavra. Tendo em vista a solicitação do Senador Wellington Fagundes, a Presidência comunica que os Senadores membros estão autorizados a representar a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nos eventos que ocorram em seus estados. Posteriormente, em razão da ausência do Sr. Pedro Parente - Presidente da Petrobrás, na presente audiência pública, o Senhor Presidente, Senador Ivo Cassol, com apoiamento dos senhores Senadores, submete à apreciação EXTRAPAUTA do seguinte requerimento: ITEM 3: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 13, de 2018 – EMENTA: Requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Ministro de Estado de Minas e Energia, Senhor Moreira Franco, para prestar esclarecimentos acerca do fechamento das Fábricas de Fertilizantes Nitrogenados (FAFEN) nos estados de Sergipe e Bahia. Autoria: Senador Ivo Cassol. Resultado: Aprovado o Requerimento, subscrito pelos Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes, Waldemir Moka, Dalirio Beber e Lídice da Mata. Em seguida, por solicitação do Senador Wellington Fagundes, com a anuência do Plenário, a Comissão aprova EXTRAPAUTA o seguinte requerimento: ITEM 4: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 14, de 2018 – EMENTA: Requer que seja realizado Seminário em Rondonópolis no dia 13 de abril de 2018, para discutir a implantação e a gestão da Universidade Federal de Rondonópolis, debatendo a importância da Universidade para o desenvolvimento regional do Estado de Mato Grosso. Autoria: Senador Wellington Fagundes. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR IVO CASSOL
PRESIDENTE DA CRA

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/04/10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com a finalidade de debater sobre a informação do fechamento da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados (Fafen) de Sergipe e da Bahia, em cumprimento ao requerimento nº 9, de 2018, de autoria do nosso Senador Eduardo Amorim – que alegria cumprimentá-lo, Senador Eduardo Amorim! –, e aos requerimentos de aditamento de autoria dos Senadores Ivo Cassol e Wellington Fagundes.

Comunico a presença dos seguintes convidados:

• Sr. Coaraci Nogueira de Castilho, Chefe de Gabinete do nosso grande amigo, parceiro, Senador da República, Blairo Maggi, Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Leve o nosso abraço para ele. Mais uma vez ele está percorrendo o mundo para valorizar e, ao mesmo tempo, colocar o nosso produto, cada vez mais, no mercado internacional. Então, leve o nosso abraço ao nosso Ministro Blairo Maggi. Leve também o nosso abraço ao Secretário Executivo, nosso parceiro e amigo, que sempre responde pela pasta, o Cel. Novacki; e a você, Castilho, com quem trabalhamos juntos por tanto e tanto tempo aqui. Agora vocês estão lá no setor que mais agrega valor, que mais gera emprego e renda, e que segura as besteiras que o Brasil faz, que é o setor do agronegócio. Então, é uma alegria tê-lo aqui com a gente. O Sr. Coaraci está representando aqui o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

• Sr. José Augusto Carvalho, Secretário do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Estado de Sergipe;

• Sr. Paulo Hagenbeck, Prefeito do Município de Laranjeiras (SE);

• Sr. Edivaldo Soares Leandro, Diretor Colegiado do Sindicato dos Petroleiros dos Estados de Alagoas e Sergipe;

• Sr. Jailton Barbosa Matos de Andrade, Diretor do Sindicato dos Petroleiros do Estado da Bahia e Técnico de Operação da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados da Bahia;

• Sr. Reginaldo Minaré, Consultor de Biotecnologia da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil; e

• Sr. Ademar Leal, Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Suplementos Minerais.

Antes de chamar os nossos convidados para fazer parte da Mesa, tenho aqui nas minhas mãos o Requerimento nº 11, de 2018, em aditamento ao RRA nº 9, de 2018.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 11, DE 2018

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 9, de 2018, aprovado em 27 de março de 2018, a inclusão de um representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) na audiência pública destinada a debater sobre a informação do fechamento da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados (Fafen) de Sergipe e da Bahia.

Autoria: Senador Ivo Cassol.

Então, portanto, é a sugestão deste Presidente.

O representante da CNA se encontra presente ou não? (*Pausa.*)

Então, com a anuência dos demais Senadores, fica aprovado.

Também há sobre a mesa um requerimento do Senador Wellington e do Senador Eduardo Amorim.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 12, DE 2018

- Não terminativo -

Requer, em aditamento ao Requerimento nº 9, de 2018-CRA, aprovado em 27 de março de 2018, a inclusão do Sr. Ademar Leal e da Srª Elizabeth Chagas, respectivamente Presidente e Vice-Presidente da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Associação Brasileira das Indústrias de Suplementos Minerais (Asbram), na audiência pública destinada a debater sobre a informação do fechamento da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados (Fafen) de Sergipe e da Bahia.

Autoria: Senador Wellington Fagundes e outros.

Com o aval dos nossos Senadores, também está aprovado.

Ao mesmo tempo, convido para fazer parte da primeira rodada – como há mais convidados – o Sr. Castilho, Chefe de Gabinete, neste ato representando o nosso grande amigo e grande empreendedor, Senador da República, Blairo Maggi, Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Seja bem-vindo, Castilho!

O SR. COARACI NOGUEIRA DE CASTILHO – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Fique à vontade aqui.

O segundo, o Sr. José Augusto Carvalho, Secretário do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Estado de Sergipe.

Por gentileza, também venha ocupar aqui a Mesa.

Seja bem-vindo! Fique à vontade.

E também convido o Sr. Paulo Hagenbeck, Prefeito do Município de Laranjeiras.

Encontra-se o Sr. Paulo aqui também? (*Pausa.*)

Não chegou? (*Pausa.*)

Não está aqui; está na Câmara.

Então, vamos convidar aqui o Sr. Jailton Barbosa Matos de Andrade, Diretor do Sindicato dos Petroleiros do Estado da Bahia.

Está presente?

Então, por gentileza, ocupe aqui a Mesa, para debater com as demais autoridades presentes.

Nós tivemos o convite, o requerimento...

Pode ficar à vontade; pode ficar aí também... Pode ficar à vontade aí, e seja bem-vindo.

Nós tivemos também o convite ao Presidente da Petrobras, mas, infelizmente, o Presidente da Petrobras, além de não ter disponibilizado ninguém...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – É o prefeito?

Por gentileza, Sr. Prefeito. Dê-nos o privilégio de chorar um pouquinho pelo seu Município e pelo seu Estado, aqui na Mesa, antes que a Petrobras feche a dita empresa.

Então, portanto, Senador Amorim, antes de passar a palavra para o senhor, que é o autor do requerimento, eu vejo com tristeza o desrespeito que o Presidente da Petrobras tem com os cidadãos brasileiros – e não é só com esta Casa, o Senado Federal. Porque, ao mesmo tempo em que as indicações que são ocupadas, mesmo que haja no mercado produtor, a indicação de uma pessoa que é competente, mas esta Comissão do Senado Federal, juntamente aqui com o Secretário de Meio Ambiente, juntamente com o Chefe de Gabinete do Ministério da Agricultura, juntamente com os nossos produtores do Brasil que estão nos acompanhando... É uma falta de respeito que o Presidente da Petrobras não esteja presente.

Os políticos fizeram tanta besteira; e com o que eu mais fico triste, Senador Amorim, é que, esses dias, eu vi colegas nossos...

Ah, vou cumprimentar o Deputado Luiz Cláudio, um eterno defensor da agricultura; foi meu Secretário Municipal de Agricultura, Secretário Estadual de Agricultura, Deputado Estadual e Deputado Federal, e é membro da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados.

Com o que eu fico triste, Senador Amorim e Deputado Luiz Cláudio, é que, pouco dias atrás,...

Senadora Lídice da Mata, seja bem-vinda!

Eu fico triste é porque vejo o discurso, poucos dias atrás, semana passada, de políticos, nossos colegas, representantes, dando discurso demagogo em cima da Petrobras – em cima da Petrobras! E o pessoal não olha para trás; ou, se olha no espelho, não vê a besteira que essas mesmas pessoas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

fizeram em 14 anos de governo. Em 14 anos de governo, montaram uma quadrilha – montaram uma quadrilha! –, roubaram o povo brasileiro, e infelizmente está aí o exemplo da questão de Pasadena.

A Petrobras, quando comprou de Pasadena, foi este Parlamentar o primeiro que pagou... – que pagou, não –, que denunciou o esquema de Pasadena. E eu não sabia que os corruptos e os desonestos estavam ao redor de mim, estavam tão perto de mim. Então, portanto, eu fui duro na época quando.

Nós convidamos o Gabrielli para vir participar aqui e ele veio aqui e deu uma de santinho; e o Cerveró veio aqui também dando uma de santinho.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA. Pela ordem.) – Espere aí! Agora eu gostaria de pedir ao senhor a palavra, pela ordem.

O senhor está atacando pessoas, está atacando José Sergio Gabrielli, ex-Presidente da Petrobras, que é uma pessoa que eu conheço, da Bahia, e que foi meu professor e atuou na Escola de Economia, e que, aliás, depois de todo esse escândalo com a Petrobras, o seu nome não apareceu em nenhum lugar, em nenhum ataque.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – E o Cerveró?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – E o Cerveró?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Eu não sei quem é Cerveró, não tenho nada...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Então, vamos fazer o seguinte...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Eu não tenho nada com esse Cerveró.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Senadora Lídice...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Não conheço Cerveró. Agora, se o senhor vai discutir...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Senadora, eu só fiz a abertura aqui...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – O senhor está discutindo a Fafen...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Não, não, não! Se a senhora já veio querendo arrumar confusão, a senhora arrumou o cara errado!

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Se quer atacar, aí vai ficar complicado!

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Se a senhora já veio querendo arrumar confusão, a senhora arrumou o cara errado!

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Eu arrumei confusão?!

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Vamos parar de discurso demagogo!

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Não, não!

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Eu falei que chamei à Comissão e falei que eu denunciei – eu denunciei! –, e a senhora estava presente quando eu denunciei, o esquema podre que havia, de Pasadena. Eu não falei que ele estava envolvido: eu falei que ele era o Presidente.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – O senhor disse que ele deu de santinho...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Deu de santinho na época...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – "Deu de santinho" é uma agressão!

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Mas eu não falei que ele estava...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – É alguém que está fingindo ser santo.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Então, a senhora me desculpe.

E o Cerveró? A senhora não defende o Cerveró, não? A senhora concorda com tudo que foi feito com a Petrobras?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – O senhor me respeite! O senhor me respeite! Eu não defendo Cerveró nenhum.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – A senhora me respeite também. Se a senhora já chega aqui....

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Agora, o senhor, como Presidente da Comissão, tem que defender, tem que se comportar como Presidente da Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – E eu estou me comportando como Presidente da Comissão!

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – ... e trazer à discussão aquilo para o que ela foi convocada.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Se a senhora quiser defender a bandalheira que fizeram dentro da Petrobras, isso é problema da senhora.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Eu não defendo bandalheira da Petrobras!

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Então acabou.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Eu não defendo bandalheira alguma!

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Então não venha comigo, não!

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Agora, o senhor não pode agredir as pessoas que não conhece.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Ó, eu conheço,...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Sr. Presidente, vamos continuar!

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – ... eu tenho cargo de Senador, e sou fiscal do povo. Quando eu falei...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Presidente, vamos continuar!

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Eu também sou! Eu também sou! Eu também sou!

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Então, a senhora me responda uma coisa...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Eu não quero responder nada ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Ah, não quer, não...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Eu vim aqui para discutir a Fafen. O meu Estado está sendo atacado quando o Presidente Temer determina,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

através do Presidente da Petrobras, o fechamento de duas empresas: uma em Sergipe, outra na Bahia.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Em Sergipe, é a maior empresa.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Foi para isso que nós viemos aqui! Os Senadores da Bahia estão sendo convocados porque a Bancada da Bahia está reunida, discutindo neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Senadora, vamos deixar uma coisa bem clara...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Vamos lá! Vamos lá!

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Nós estivemos com o Presidente da Petrobras discutindo isso, e é isso que nós queremos discutir.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Vamos lá, Presidente! Vamos lá!

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Qual é o...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Presidente, vamos lá!

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Quando eu quero cortar o...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Presidente! Vamos continuar, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO. *Fazendo soar a campainha*.) – Não, eu só quero concluir, porque eu...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Posso me manifestar?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Eu vou passar a palavra para V. Exª.

Eu quero deixar uma coisa bem clara: nós marcamos esta audiência pública para discutir a questão dos fertilizantes. Agora, não venha aqui nenhum Senador, nenhuma Senadora querer culpar esse ou aquele pela atual situação que a Petrobras vive. Nós estamos aqui para discutir, para ver de que maneira essas fábricas não fechem, uma vez que o Brasil precisa de fertilizantes. E não adianta – não adianta! – ...

Eu vou deixar bem claro aqui, Senador: nós vamos aqui debater...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – O senhor não pode dizer isso. Isso é censura sobre a minha fala!

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Eu só estou falando... Eu só vou dizer uma coisa para a senhora.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Pode dizer.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Da mesma maneira que eu sempre a respeitei, eu gostaria da retribuição da senhora.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – E terá. Eu não lhe fiz nenhum desrespeito.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Eu estou aqui falando...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Não lhe fiz nenhum desrespeito.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Eu estou falando: no meu exercício de Senador, eu denunciei a Petrobras pela compra de Pasadena, a compra milionária, o esquema que houve. Tanto é que o Cerveró está na cadeia.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – E eu não tenho nada a ver com isso.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Então a senhora...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Eu não tenho nada a ver com isso.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Presidente, vamos continuar!

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – A senhora fez um discurso aqui muito forte, defendendo...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Presidente, vamos continuar!

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Eu estou aqui para continuar a discussão sobre a Fafen.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Vamos continuar, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Então, então...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – O senhor agrediu...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Não agredi.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Agrediu.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Eu falei que posou de santinho.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – José Sergio Gabrielli.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Eu falei que posou de santinho.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Vamos continuar, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Como é que pode um Presidente de uma empresa igual à Petrobras ver tanto roubo que existe em volta de si e não enxergar para o lado? Desculpe-me: é falta de competência e de seriedade!

Com a palavra o Senador Amorim.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Vamos ficar por aí...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Sr. Presidente, colegas Senadores, todos aqueles que estão no acompanhando pelas redes sociais, pela Rádio Senado, pela TV Senado, realmente, 2018, mais especificamente o mês de março deste ano, ficará marcado na história de Sergipe – marcado de forma ruim, de forma muito triste.

Há poucos dias, o Governador de Sergipe recebeu uma ligação telefônica, na qual o Presidente da Petrobras informava a decisão da estatal de que, ainda neste ano, a Fábrica de Fertilizantes de Nitrogenados, lá de Laranjeiras, seria fechada– ou hibernada, como prefere informar à imprensa.

Um dos principais jornais de Sergipe, na sua edição de terça-feira, dia 20 de março, o *Jornal da Cidade,* trouxe uma manchete – abre aspas –: "Depois da Petrobras anunciar o fechamento da unidade da Fafen em Sergipe, o Sindipetro AL/SE afirma que a Mosaic Fertilizantes, em Rosário do Catete, já demitiu 83 trabalhadores e estaria preparando a demissão de mais 400 pessoas".

De pronto, a Bancada sergipana justamente com a Bancada da Bahia, representantes do parlamento estadual, das assembleias legislativas, das câmaras de vereadores, especialmente de Aracaju, se juntaram, e tivemos uma reunião exatamente com o Presidente da Petrobras, que deu as suas justificativas.

Esta audiência pública que foi requerida tem como objetivo discutirmos saídas para essa situação. E, para debater esse tema no Senado Federal, propus esta audiência com o Ministro da Agricultura, dirigentes da Petrobras, Governadores da Bahia e de Sergipe, representantes sindicais, o Sindipetro, entre outras autoridades aqui presentes.

Entendemos, Sr. Presidente, que a maneira com a qual a Petrobras está tratando essa questão é desrespeitosa, e esse desrespeito fica patente na ausência de algum dirigente da empresa aqui neste momento; e consequentemente é desrespeitoso com o Estado de Sergipe, como com o Estado da Bahia, como com as enormes e inúmeras famílias dos desempregados, o fechamento dessas fábricas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Quanto ao povo sergipano, em verdade, o que temos percebido é uma sequência de desinvestimento da estatal no nosso Estado. Tudo isso é inaceitável, e como eu disse em pronunciamento na semana passada, o impacto socioeconômico é imenso, uma vez que sua consequência acontece em cadeia.

A Petrobras está querendo fechar uma das maiores – senão a maior – empresas no território sergipano. Embora a Presidência da estatal afirme que o Governo do Estado havia sido informado em 2016 – e que continue a bater na tecla do prejuízo de milhões de reais –, é importante que aqui se ressalte que houve uma mudança significativa no preço do gás cobrado à Fafen, que é fornecido pela própria Petrobras a partir de 2014.

Sr. Presidente, colegas Senadores, entre 2013 e 2014 o custo do gás aumentou mais de 120%, e essa elevação na prática transfere o resultado à cadeia do gás – entretanto, reduz o lucro da Fafen –, gás esse extraído, produzido em território sergipano, pois vem do subsolo de Sergipe. Já os preços dos produtos são praticados por paridade internacional e não acompanham a variação interna do custo, principalmente a do gás.

É um absurdo que se tragam fertilizantes da Rússia, da Ucrânia, da China, que chega aqui por um bom preço muito maior do que se fosse produzido no nosso País, onde aqui seria gerado milhares e milhares de empregos, como tem que ocorrido especialmente na Bahia e em Sergipe.

Contudo, colegas Senadores, o sentimento de estranheza ao qual me referi na semana passada persiste. Parece-me que estamos, de fato, na contramão da história: enquanto os Estados Unidos estão reabrindo e investindo em fábrica de fertilizantes hidrogenados, Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de ampliar ainda mais a geração de alimentos e, dessa maneira, se colocar como o maior produtor do mundo de alimentos, nós, que estamos em segundo lugar e que poderíamos estar, muito em breve, Sr. Castilho, em primeiro lugar na produção de alimentos no mundo, nós tratamos de fechar as poucas empresas que temos. Estamos na contramão realmente do progresso e da dignidade tão merecida.

No Brasil, temos mais de 30% do nosso território utilizados como terras cultiváveis. Somos o maior exportador do mundo de soja, de carne bovina, de cana-de-açúcar e de inúmeros outros alimentos. Em quase todas as mesas do mundo há um alimento brasileiro. Portanto, é estratégico, é uma questão de soberania nacional produzirmos fertilizantes aqui, sobretudo os nitrogenados, para a produção de alimentos. É graças à agricultura, é graças à pecuária que a balança comercial tem batido, todos os anos, recordes e mais recordes.

É muito difícil aceitar que em Sergipe temos a maior jazida de potássio do Hemisfério Sul, temos a indústria instalada responsável por 48% do fertilizante hidrogenado produzido no País, e, apesar de importarmos mais de 85%, segundo o próprio Presidente da Petrobras, dos fertilizantes minerais que utilizamos nas nossas lavouras, ainda vamos deixar de produzir o pouco que fabricamos e nos tornar dependentes, mais do que nunca, das importações.

Estamos indo, repito, na contramão de tudo isso, na contramão da dignidade, na contramão de uma agricultura e de uma pecuária fortes. Todo o esforço de empresas como a Embrapa, de cientistas brasileiros, realmente a Petrobras sinaliza em sentido contrário. Imaginem, colegas Senadores, que uma crise mundial ou mesmo de transporte pode desabastecer o mercado agrícola, dado que nossa capacidade de armazenamento não é tão grande.

Sr. Presidente, insisto em dizer que a soberania na agricultura é uma questão de soberania nacional, de sobrevivência, e países com visão estratégica não abrem mão disso.

Lembro-me muito bem de que, em uma das primeiras reuniões do Conselho Político da ex-Presidenta Dilma, alertei para essa questão, já em 2011.

Como exposto, o fechamento da Fafen, seja agora, seja em outubro, tornará o País vulnerável pela total dependência do mercado externo. Assim como foi importante buscarmos a soberania, assim como foi importante buscarmos a autossuficiência em petróleo, entendo que também é fundamental que busquemos a autossuficiência sobretudo de fertilizantes, porque ainda somos um país muito forte na agricultura e na pecuária.

Além disso, em Sergipe, significa uma perda de mais de mil empregos. É uma das maiores fábricas, senão a maior, em território sergipano. No entorno dela, dezenas de outras fábricas também realmente dependem da produção da Fafen.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Portanto, Sr. Presidente e colegas Senadores, o impacto social, o impacto econômico em Sergipe é imensurável não só para os Estados e para o agronegócio, que serão também diretamente prejudicados. Mas aqui vale ressaltar que o fechamento da Fafen em Sergipe e na Bahia vai afetar também, diretamente, a indústria química brasileira, já que a amônia, a ureia e o gás carbônico são matérias-primas utilizadas por esse segmento industrial, sujeito à perda da competitividade, gerando desindustrialização. Até a medicina brasileira é afetada pela não produção de gás carbônico.

Sabemos, Sr. Presidente, que a Petrobras avalia, local por local, o custo da operação e da extração. Entretanto, neste caso, é importante que a estatal considere todo o investimento realizado pelo Estado para a instalação da Fafen, o que faz com que a empresa tenha um grande passivo em Sergipe.

Como bem disse o Deputado Estadual Pastor Antônio, na primeira reunião da Bancada sergipana juntamente com a Bancada da Bahia, com o Governo do Estado de Sergipe e com o Vice-Governador da Bahia, o que tem de ser cobrado neste momento é a função social da empresa, é a função social da Petrobras, absorvendo, em algum momento, o custo a fim de atender à prioridade do Estado. E o Pastor Antônio, não só como representante parlamentar, mas, sobretudo, como funcionário da Petrobras, conhece muito bem essa situação.

A função social precisa ser considerada. Sergipe foi laboratório para a Petrobras, e a Petrobras não pode, de forma nenhuma, fechar as portas ou hibernar a fábrica e dar as costas para o povo brasileiro, especialmente para o povo sergipano e também para a Bahia.

Preocupados que estamos com toda essa situação, buscando encontrar soluções, convocamos uma audiência pública na Comissão de Agricultura – pelo que agradeço aqui ao Presidente da Comissão, Senador Ivo Cassol – para que seja ampliado o debate sobre o desinvestimento da Petrobras em Sergipe, e hoje estaremos mais uma vez juntos, independentemente da cor partidária, cobrando tanto da Petrobras como do Governo Federal a manutenção da Fafen em prol de Sergipe, em prol dos baianos, em prol de todos os brasileiros e – por que não dizer – especialmente dos sergipanos.

Esta é a Casa do diálogo, Sr. Presidente – é por isso que se chama Parlamento –, contudo, não posso deixar de expressar a minha indignação, a minha angústia por não ter nenhum representante da Petrobras. Onde estão eles? Estão muito preocupados com o quê? Cadê os dirigentes da empresa? Será que não é importante realmente uma empresa dessa em nosso País? Não entendo essa ausência da Petrobras, a não ser que ela leve para o descaso o povo brasileiro, a agricultura brasileira, o povo sergipano, o baiano e também – por que não dizer – esta Casa. Será que a Petrobras, mais uma vez, está tratando o Congresso Nacional com descaso? Pelo menos, é isso que estamos vendo sinalizado aqui. Se o Presidente não poderia comparecer, poderia mandar um dirigente, mas a ausência de qualquer dirigente daquela empresa realmente manifesta o descaso não só com o Parlamento, pois manifesta o descaso com a agricultura, manifesta o descaso com os trabalhadores brasileiros, manifesta o descaso com a pecuária brasileira. Realmente, não dá para entender a condução da empresa neste fórum de discussão. Realmente, é lamentável que uma empresa nacional do porte da Petrobras, que, frequentemente, defendemos em inúmeros discursos, em inúmeras falas, nos trate aqui com todo esse descaso, com toda essa ausência, com toda essa omissão. Não ter enviado um representante para debater um tema tão importante para Sergipe e para Alagoas quer dizer realmente que ele não tem nenhuma relevância para a Petrobras. Mas não é dessa maneira que tratamos aquela empresa.

Mesmo assim, espero que esse debate realizado na Comissão de Agricultura do Senado Federal possa contribuir para entrarmos, para buscarmos soluções para evitar um possível fechamento dessas fábricas nos Estados da Bahia e de Sergipe. É triste entender que a Petrobras continua pensando que é melhor gerar emprego lá do outro lado do mundo, na Ucrânia, na Rússia, que gerar empregos aqui no Brasil. Fico realmente triste com a ausência e com a condução da empresa por não ter mandado nenhum dirigente. Mostra que ela realmente não quer nenhum diálogo. Ela não quer conversar, mas, com certeza, baterá às portas talvez em outros momentos.

Então, Presidente, vamos fazer a nossa parte

Senadora Lídice, vamos fazer a nossa parte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Vamos fazer a nossa parte, Senador Ivo Cassol e todos que estão nos acompanhando, mas não vamos permitir que o País passe a ser dependente de uma empresa transportadora de fertilizante, passe a ser dependente da produção de fertilizantes de outros cantos do mundo. Deus foi generoso com o povo brasileiro: colocou todos nós para pisarmos o melhor solo, sobretudo o melhor solo do mundo. Aqui é rico em nitrogenados, aqui é rico em petróleo, em gás, mas, infelizmente, vai na contramão uma decisão como essa da empresa.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Estou indignado por demais com a ausência de qualquer dirigente da empresa numa hora como esta.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Senador Eduardo Amorim. (*Palmas.*)

Com certeza, o desrespeito do Presidente da Petrobras... E eu quero aqui que a Mesa, sob meu comando nesta Presidência, faça já um requerimento, que, com certeza, os nobres colegas Senadores vão querer também assinar. A partir deste instante, nesse meu requerimento já não é mais convite. Aprovamos aqui a convocação do Presidente da Petrobras para vir a esta Comissão.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE. *Fora do microfone.*) – Concordo.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA. *Fora do microfone.*) – Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Vamos convocar! Aqui não se alisa ninguém. Aqui, o que nós queremos é a coisa correta. É um desrespeito, com toda a riqueza que nós temos, Senador – e eu sou solidário ao senhor –, e, ao mesmo tempo, faltando oportunidade – estamos aqui com o Prefeito de Laranjeiras –, faltando oportunidade de emprego, sem contar que a nossa economia é a produção agrícola, é o agronegócio que segura, infelizmente, vamos depender de outros países, de outras regiões do continente.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE. *Fora do microfone.*) – Se não vem por convite, que venha por convocação!

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Não, o convite já está dispensado. Ele não veio por convite. Como Presidente desta Comissão, se eu tiver o aval de vocês, já está aprovada a convocação.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE. *Fora do microfone.*) – Se ele não vem por convite, que venha por convocação!

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Só isso.

Então, estão de acordo?

Coloco em votação.

Quem concorda com a convocação?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – E que esse requerimento, Sr. Presidente, seja, então, da Comissão. V. Exª, como Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Eu fiz como autor, e vocês estão subscrevendo esse convite.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Transformando em da Comissão também.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE. *Fora do microfone.*) – Se não vem por convite, que venha por convocação!

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Então, está aprovado aqui.

Marcelo, todo mundo, está aprovada aqui a convocação do Presidente da Petrobras a esta Comissão de Agricultura, por desrespeito ao povo brasileiro, a este Senado Federal e a esta Comissão.

Com a palavra a Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Bom dia a todos os integrantes da Mesa.

Quero, como Senadora que não integra esta Comissão, mas que vem participar deste debate pela importância que ele tem para a economia do Estado da Bahia, saudar a todos e agradecer pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

presença e por trazer este debate aqui ao Senado, de forma a caracterizar o impacto desse fechamento na economia dos nossos Estados.

Quero, como os dois Senadores que me antecederam, além de votar a favor da convocação do Presidente da Petrobras, registrar o desrespeito da Petrobras com este Senado por aqui não comparecer. Aliás, V. Exª estava comigo, há uma semana, na reunião das duas Bancadas a que compareceu o Presidente da Petrobras.

Foi uma reunião em que houve uma situação constrangedora. Foi organizada pelo Líder do Governo... Por que eu digo que ela foi constrangedora? Porque só poderia entrar convidado. Uma reunião dentro do Parlamento brasileiro... A Abiquim, que é a Associação Brasileira da Indústria Química, não podia participar, porque não tinha seu nome na porta, a Federação das Indústrias da Bahia, a Fecomércio da Bahia não podia participar, os representantes dos trabalhadores, da FUP, também não podiam participar... Foi preciso que os Deputados e Senadores dos dois Estados intermediassem a participação dessas entidades naquele momento na reunião. Então, eu não sei por que a Petrobras exige um debate escondido, um debate de que não participe a sociedade brasileira.

Portanto, quero já deixar também aqui o meu registro de descontentamento com o clima que se criou naquela comissão. A Petrobras é uma empresa do povo brasileiro. Portanto, ela tem que passar pelo debate com a sociedade brasileira.

Vou, aqui, dar referências sobre o impacto dessa questão na Bahia.

O centro petroquímico da Bahia, posteriormente... O antigo Copeb, Conjunto Petroquímico da Bahia, posteriormente Nitrofértil, iniciou em 1971 a produção de amônia, ureia, gás carbônico e hidrogênio em Camaçari, sete anos antes do início da atividade do polo, inaugurado em 1978, sendo, por isso, chamada de semente do polo petroquímico.

A disponibilidade do gás natural, além da amônia, do gás carbônico e do hidrogênio produzidos pela Fafen, foi determinante para a instalação de importantes empresas no Polo de Camaçari, que passaram a utilizar tais insumos como matéria-prima industrial.

Em 1993, a empresa Nitrofértil foi extinta, dentro do programa de privatização do setor de fertilizantes, sendo suas duas fábricas na Bahia e em Sergipe incorporadas à Petrobras, sob a atual denominação de Fábricas de Fertilizantes Nitrogenados Fafen-BA e Fafen-SE, respectivamente.

Ora, àquele período, em 1992, o Presidente do Brasil, Itamar Franco, anunciou essa privatização, e, certamente, o movimento político da Bahia na época, tendo como Deputado o ex-Presidente do Sindicato dos Petroquímicos na Bahia o ex-Ministro Jaques Wagner, esteve com o Presidente e o convenceu de que era inadequada a privatização da Nitrofértil. E aí foi criada, naquele período, com o convite do Deputado Jaques Wagner, que, à época, não era do governo, mas o Presidente o convidou para o anúncio de criação da Fafen e o anúncio de que ela...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Senadora...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – ..., a senhora permite um minuto?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – O seguinte: nós temos um rito aqui, na Comissão. Toda vez que um requerimento é aprovado, é dada a palavra ao autor do requerimento. Então, eu gostaria que a senhora nos compreendesse...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – ..., porque nós temos convidados aqui. Depois, a senhora se inscreve para poder...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Eu já estou inscrita. Peço minha inscrição imediata.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Então, está bem. Para, depois...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – O senhor me passou a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Eu passei por questão de respeito com os colegas.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Agora, como está espichando, eu tenho a obrigação de fazer, porque são os demais Senadores...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Sem dúvida nenhuma, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Eu passo a palavra para os demais. Aí, depois, a senhora...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Eu considerei que a palavra havia sido dada pelo Presidente da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – É porque, como é abertura, a gente dá...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – ... a palavra para os colegas para fazer só um resumo...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Presidente, por favor, eu preciso explicar. V. Exª me interrompeu sob um argumento com que eu concordo, até porque é regimental.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Certo. Obrigado.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – V. Exª me deu a palavra. Então, eu concordo com que o autor do requerimento fale... O Amorim já falou. Eu acho que é outro também... Depois, eu voltarei a tratar do assunto, que é de extremo interesse do meu Estado. Darei a causa, porque é esse interesse, e espero que V. Exª estabeleça o mesmo tempo para todos os Senadores falarem, porque se trata de um debate, um debate em que todos nós temos direitos iguais.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Com certeza, Senadora. Quem sou eu aqui para querer dar privilégio para um ou para outro? Eu, aqui, respeito...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – ..., com certeza, o Estado da senhora e o do Senador Eduardo Amorim, assim como os demais prejudicados da Região Nordeste, que têm um argumento muito mais forte do que nós de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, que somos consumidores de fertilizantes. Então, portanto, nós nos somamos ao Senador Eduardo Amorim e à senhora também na defesa.

Eu queria só, aqui... O meu pessoal, o pessoal da assessoria da Comissão me disse que nós não temos a prerrogativa de convocar o Presidente da Petrobras. Portanto, temos que fazer justiça. Nós estamos aqui para fazer o exercício da legislação, da lei. Mas nós podemos convidar o Ministro de Minas e Energia. Então, num primeiro momento, vamos fazer o seguinte: já que o Presidente da Petrobras não veio, vamos fazer, educadamente, um convite para o novo Ministro de Minas e Energia, para o Ministro que assumiu a Pasta, vir a esta Comissão... Porque a legislação não permite. Então, o artigo... Podemos convocar Ministro, podemos convocar... Mas não de uma empresa.

Portanto, não podemos nos exceder no nosso cargo de fiscal – não é, Senador Amorim?

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Mas, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Eu gostaria de convocar o Presidente da Petrobras.

É o art. 58, inciso III: "... convocar Ministro de Estado para prestar..." Agora, nós não podemos...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Presidente, mas é muito importante que a Comissão expresse...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – A indignação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – ... à direção da empresa a indignação, o seu desagrado, a angústia realmente com o descaso de não enviar ninguém.

Poxa, uma empresa com milhares de funcionários, com centenas de dirigentes...! Que é isso, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Então, nós vamos fazer o seguinte: vamos conversar com esta Comissão... Nós podemos, depois, aprovar o requerimento ao Ministro...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Só...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Sim, Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Só uma sugestão.

Também, no requerimento convidando o Ministro, nós poderíamos sugerir que ele encaminhe, como representante do Ministério de Minas e Energia, o dirigente da Pasta da Petrobras.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Está certinho. Concordo com você.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu estou vendo os representantes aqui... Eu tenho certeza de que o Ministro Blairo Maggi, representado pelo...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Castilho.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – ... Coronel Coaraci aqui, não tem a menor vontade de fechar a indústria de fertilizante.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Com certeza.

Portanto, vamos, primeiro, ouvir o Prefeito do Município de Laranjeiras, Sr. Paulo, para que ele possa explanar aí com cinco minutos.

O microfone está aí, é só apertar o botão e defender aí.

O SR. PAULO HAGENBECK – Bom dia a todos.

Eu queria, aqui, em nome do Presidente da Mesa, Senador Ivo Cassol, saudar toda a Mesa e, em nome do Senador Eduardo Amorim, saudar todos os Senadores e Senadoras, as senhoras e os senhores aqui presentes.

Mais uma vez, estamos aqui. Participamos da outra reunião que nós tivemos lá, que foi com o Líder e, por consequência, o Presidente da Petrobras veio. E o que foi demonstrado lá é que a Petrobras tem uma vontade imensa de fechar uma empresa como a Fafen, tanto na Bahia como em Sergipe, e deixar as duas... Pelo que ele disse lá, há duas sendo construídas. Já houve vários investimentos. E não vai botar para frente.

Eu não consigo ver como uma empresa dessas... Eles alegam que dá prejuízo, mas, pelo que nós vimos lá, é um prejuízo forjado. Se a empresa fechar, o que vai ser pago na Justiça do Trabalho... Eu nunca vi um negócio daqueles. Primeiro, desclassificar a empresa, colocar a empresa lá embaixo e, depois, dizer que vai vender. Quem é que vai comprar um negócio desses? É melhor dar.

Eu não sei. Eu queria formar uma comissão e ir ao Presidente da República, porque isso cabe ao Presidente da República. A Petrobras não quer, porque tem lá os seus negócios; então, toma da Petrobras. A Petrobras doa ao Governo e o Governo faz uma nova empresa.

Há recursos na parte social. Isso é um problema social. Outra coisa: podemos ser o maior produtor de alimentos do mundo. Isso é fácil! Com a quantidade de terras agricultáveis que o Brasil tem, nós podemos ser o maior disparado. Não há dúvida.

Nós vamos ficar dependentes dos malucos lá da Rússia, que diz que o preço da ureia agora vai triplicar? E nós vamos ficar como? Eu acho que o Senado e a Câmara têm que ser mais duros. Temos que mostrar isso ao Presidente, pois pode ser que ele não esteja vendo isso, que ele tem muitos problemas. Mas, por meio das comissões que nós podemos formar, nós temos que mostrar a ele que tem solução.

Tem solução para manter essas duas fábricas. Inclusive abrir uma no Mato Grosso, se não me engano.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – E no Mato Grosso do Sul, em Três Lagoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PAULO HAGENBECK – Então, nós temos que ir atrás para não fechar.

Em Laranjeiras, a Fafen representa no mínimo 30%, fora as indústrias que gravitam lá. E não só em Laranjeiras, mas no Estado de Sergipe. A Bahia é menos, mas é renda, é emprego. E hoje é o que nós precisamos.

Então, eu vejo que há solução. É uma solução política e sem muito prejuízo. Há a parte social que tem que ser vista. Quanto de imposto o Governo Federal também arrecada? Ele pode abrir mão?

Os Governadores, os Prefeitos já disseram que poderiam abrir mão dos impostos. Os prefeitos.. Eu não sei o de Camaçari, mas Laranjeiras está disposta a ajudar essa empresa a continuar.

Eu não vejo problema. O Governo brasileiro não vai ter prejuízo.

Se a Petrobras não quer, tem que vir aqui o Ministro das Minas e Energia, convocar... Já que os Senadores não podem, o Ministro pode mandar o Presidente da Petrobras. Se ele não vier, mande um diretor. Mas eu acho um descaso muito grande o Presidente da Petrobras não querer comparecer, dar uma satisfação. Tudo bem! Não quer, não quer; mas nós temos que cobrar agora é do Presidente Temer. Ele tem que dar uma solução.

Acho que nós, unidos – Senadores, Deputados, Prefeitos –, vamos manter a Fafen funcionando.

O Município de Laranjeiras está à disposição para trabalhar para que a Fafen não feche e que aumente a sua produção. Temos é que aumentar a produção e temos capacidade, porque a agricultura no Brasil está de vento em popa e vai crescer muito.

Muito obrigado a todos.

Estaremos à disposição em Laranjeiras para que não feche nenhuma dessas fábricas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado ao Sr. Prefeito do Município de Laranjeiras.

Com certeza, Paulo, nós aqui, nesta comissão, somos solidários ao senhor e a toda a população que V. Exª. E não só lá, mas o Estado de Sergipe como um todo. Está aí o Secretário José Augusto Carvalho.

É uma alegria, Secretário, estar junto contigo!

Então, de imediato, com a palavra o Sr. Secretário de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia de Sergipe, pelo prazo de oito minutos.

O SR. JOSÉ AUGUSTO CARVALHO – Bom dia, Sr. Presidente! Bom dia, Srs. Senadores!

Eu vou otimizar o tempo, não repetindo o que os outros que me antecederam já disseram.

Uma coisa extremamente relevante que foi citada pelo Senador Amorim: o Brasil importa, hoje, 80% do fertilizante nitrogenado que emprega. Isso coloca o País em insegurança alimentar. Isso tem que ficar marcado. Outra coisa: a ureia para uso na pecuária não é disponível facilmente. Nós temos um rebanho enorme. A falta desse produto pode causar um caos, e esse produto não existe disponível com facilidade no mercado internacional, inclusive pela dificuldade de transporte.

Outro componente importantíssimo, o Arla 32, que é usado na fabricação de diesel para uso em implementos agrícolas, tratores e caminhões, também depende da Fafen. Ou seja, não disponibilizar o Arla como aditivo ao diesel significa prejudicar o meio ambiente.

Uma brincadeira técnica: o gás existe em três estados, ou seja, gasoso, líquido – o gás liquefeito – e o gás sólido, que é a ureia. Para se fabricar a ureia, a única coisa de que se precisa é gás, mais nada. Cerca de 50% do custo da ureia é gás. Ou seja, se nós importamos ureia, estamos importando gás. Quando nós importamos a ureia de fora... Por que não importamos diretamente o gás e fazemos aqui no Brasil a produção? Ou seja, assim, colaboramos para a industrialização do nosso País. Por que trazer o produto pronto? Que se traga o gás, se é que ele falta no Brasil.

Isso tudo no geral.

Falando agora especificamente de Sergipe, temos toda uma cadeia de fertilizantes que se formou no Estado que é decisiva para a economia local. Mas há um detalhe: nós temos a única mina de potássio no Brasil. Sergipe já investiu num porto para gerar condições para fabricação de fertilizantes, os NPK, que todos do mundo agrícola tanto conhecem. Precisamos do fósforo, e Sergipe providenciou um porto, já que não temos o fósforo. O potássio, produzido em Sergipe, e a ureia. Ou seja, se nós tirarmos a ureia desse *mix*, a fabricação de fertilizantes em Sergipe e na Bahia fica inviabilizada, quiçá por logística e transporte, a produção de potássio. Eu vou ter que levar o potássio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

para longe para fazer a mistura e voltar para os centros de consumo dele, ou seja, as fazendas. Então, vê-se que é grande o prejuízo que toda a cadeia vai ter.

Ressalto para os Srs. Senadores que não é apenas a ureia. Vejam que não estou fazendo aqui nenhuma defesa ideológica. Eu estou cuidando apenas da economia do Estado e do meu País. Eu estou enfatizando os prejuízos enormes.

Uma coisa que não faz sentido é trazer a ureia pronta. Se for necessário trazer mais gás, que se traga o gás para industrializar no Brasil. Acho que os pontos fundamentais são esses, ou seja, o enorme prejuízo que certamente vai advir desse fechamento.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Secretário José Augusto.

Vou passar a palavra ao próximo convidado, Jailton Barbosa Matos de Andrade, por cinco minutos.

O SR. JAILTON BARBOSA MATOS DE ANDRADE – Bom dia. Primeiro, quero dizer que é uma honra estar aqui diante de V. Exªs, sobretudo numa Comissão tão importante, que representa uma parcela tão significativa do PIB brasileiro, que é esta Comissão de Agricultura.

Por meio do Presidente, Senador Ivo, quero saudar os Senadores e Senadoras.

Eu queria só continuar a fala da eminente Senadora Lídice, quando ela falava do histórico da Fafen (Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados) da Bahia. A Fafen, de fato, foi criada em 1971. Na época, não existia o Complexo Petroquímico de Camaçari. Esse complexo só foi criado seis anos depois. Então, sendo a semente do polo e naturalmente sendo o complexo integrado, a Fafen serviu de insumo – seus produtos eram e são hoje ainda insumos para outras indústrias do Complexo Petroquímico de Camaçari. E o complexo, como se sabe, é o maior complexo integrado do Hemisfério Sul, para se entender a importância da decisão da Petrobras neste momento.

Então, com o fechamento dessa unidade, dessa fábrica de fertilizantes, que de fato foi a primeira do polo petroquímico, haverá uma demissão, um fechamento em cadeia das indústrias do Complexo Petroquímico de Camaçari, na Bahia. Nós tivemos uma audiência pública em Camaçari, e o diretor operacional da Unigeo, do Grupo Unigeo, esteve lá para nossa surpresa e disse: "Se a Fafen parar de nos entregar amônia, eu vou fechar duas fábricas". Isso de cara. O Grupo Unigeo tem 350 empregados, além dos 700 da Fafen-BA, e mais 750 da Fafen Sergipe.

Então, veja que isso apenas um. A Oxiteno também recebe produtos nossos, e ainda a Carbonor. Se vocês não sabem, a Carbonor é a única fabricante de insumos para o tratamento de hemodiálise, e ela depende do gás carbônico fabricado pela Fafen Bahia. Percebam, então, quão grave é uma decisão do Presidente da Petrobras em fechar essa unidade, de que todas as outras empresas dependem. De fato, é extremamente grave essa decisão.

Quando as empresas afetadas fizeram uma reunião na Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb) para se queixar dessa decisão, a Petrobras, em nota, disse que as empresas seriam satisfeitas por um produto importado, mas nós sabemos – quem é aqui da Bahia sabe – que o nosso Porto de Aratu está saturado e não tem condições. Quem já foi ao Mercado Modelo deve ter visto lá dezenas de navios fundeados. Esses navios estão numa fila virtual aguardando a liberação de um berço de atracação no Porto de Aratu.

Então, como o Presidente da Petrobras agora resolve dizer que as empresas do Polo Petroquímico de Camaçari e, por extensão, as empresas que dependem da fábrica em Sergipe receberão seus produtos lá. Seriam, por exemplo, 200 mil toneladas a mais de ureia – só a ureia fertilizante; não estou falando ainda da ureia pecuária. Só da ureia fertilizante mais 200 mil toneladas num porto que está saturado e onde há filas no terminal de granéis sólidos.

A amônia, por exemplo, a Unigeo diz que vai fechar a unidade.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAILTON BARBOSA MATOS DE ANDRADE – Imagine que, porventura, ela depende desse produto importado. A Fafen não teria condições de suprir de amônia, porque o único berço de atracação para navios de amônia no Porto de Aratu, na Bahia, é dividido com a Braskem, que descarrega a nafta da Nigéria. E a Braskem já se manifestou preocupada com essa nova adesão, ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

seja, uma nova frota de navios descarregando amônia anidra no Porto de Aratu, afetando o desenvolvimento de outras indústrias que dependem daquele único berço de atracação.

Então, essa informação do Presidente de que as empresas ao redor da Fafen Bahia estariam satisfeitas por outros meios é uma falácia, porque a Codeba – Companhia das Docas do Estado da Bahia e o Porto de Aratu não têm condições de receber esses produtos.

Por fim, eu gostaria só de tocar num ponto de que o Secretário falou, que é em relação à Reforce N. É uma ureia pecuária que não é importável, e, portanto, temos representantes da Asbram (Associação Brasileira de Indústrias de Suplementos) aqui agora; a Abiquim (Associação Brasileira da Indústria Química) também se manifestou.

Então é muito preocupante que a Petrobras e, portanto, o Brasil, deixe de fornecer esse insumo para a pecuária, que não é substituível. Ela precisa ser fabricada no Brasil, e a Petrobras é que a fabrica. Isso é extremamente grave e, logo mais... A decisão seria no dia 30 de junho e foi adiada para o dia 30 de outubro, mas, ainda assim, é um risco iminente para a produção agropecuária no País.

Muito obrigado. Estou à disposição para o debate.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Jailton.

Quero também cumprimentar o Senador Moka, o Senador Wellington, também presente, o Senador Dalirio Beber e também o Senador Otto.

Ouvindo já os nossos convidados, quero aqui propor aos novos colegas Senadores fazer uma reflexão se, de repente, não seria importante marcarmos uma audiência com o Presidente da República para discutir esse assunto pessoalmente, porque estou vendo que isso vai ser preciso ação política. Não há outro caminho. Vai ser necessário intervenção política, senão vamos ficar dependentes de outros países nessa questão.

Passo a palavra para o nosso convidado Reginaldo Minaré, Consultor de Biotecnologia da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil.

E convidaria só o meu colega, autor do requerimento, Senador Amorim, para ficar um minuto na Mesa...

O SR. REGINALDO MINARÉ – Bem, boa tarde a todos. Cumprimento o Senador Eduardo Amorim. Agradeço pelo convite feito à CNA, que recebeu essa notícia, primeiro, com espanto. Diante da situação de pouco emprego no Brasil, a região que produz, que detém essas fábricas certamente sofrerá muito.

Um segundo ponto é que foi uma surpresa diante do histórico da Petrobras para esse assunto. Em janeiro de 2014, a Petrobras publicou uma revista em que informava sua disposição para ampliar a produção desses fertilizantes no Brasil. Falava das duas fábricas, da Bahia, do Sergipe, da fábrica no Mato Grosso do Sul, no Paraná e estudava a construção de uma fábrica em Uberlândia e outra em Linhares, no Espírito Santo.

Então, uma revista robusta, com todo esse planejamento, colocando que procurava atender o aumento da necessidade desse fertilizante no Brasil, e, quatro anos depois, vem a notícia de que pretende fechar algumas fábricas e inclusive sair do mercado de fertilizantes. Para uma indústria de bases como essa, quatro anos é um tempo muito pequeno para uma mudança tão grande. Ou houve erro de avaliação no passado, ou há algum erro no presente.

O mercado do gás natural não mudou tanto para tornar inviável, por exemplo, a produção no Brasil.

O Brasil é tradicionalmente um dependente da importação de fertilizantes; aproximadamente 80%, dependendo do ano, são de produto importado. Até hoje não tivemos problema com o desabastecimento de fertilizantes, porém é uma área estratégica: sem esses fertilizantes, ou com esses fertilizantes muito caros, a planilha de custos do agricultor pode ter um impacto significativo. Boa parte dos agricultores hoje, mais do que saber plantar e colher, precisa saber cuidar do controle de custos. Então, se esse insumo que representa, por exemplo, em alguns casos 20% ou um pouco mais – isso falando do NPK – na produção, e aproximadamente um terço seria o custo do nitrogenado, o aumento do preço de fertilizantes no mercado internacional, ou mesmo problema de câmbio, poderia impactar significativamente o custo dos agricultores brasileiros. Então, é importante seja desenvolvida a produção nacional a um custo economicamente viável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Onde estão os gargalos? A Petrobras, mais do que ninguém pode informar a esta Casa onde estão os gargalos. O que poderia ser feito para melhorar?

A agricultura, dentro de uma visão pragmática, teme – e espera que isso não ocorra – que a viabilização da produção no mercado doméstico seja por meio de taxação do importado. Essa é uma solução um pouco difícil para a agricultura. Pode ser interessante para a manutenção dos empregos na região, mas taxar o importado para viabilizar a produção doméstica impacta a planilha de custos dos agricultores. E boa parte dos agricultores trabalha com o produto que tem o preço na bolsa. Ou ele fica dentro do custo que lhe permite vender de uma forma viável, ou ele tem de parar, ou tem prejuízo.

Então, é uma situação que realmente preocupa, principalmente quando se tem a notícia de que pode não ser viável produzir esse insumo no Território Nacional.

(*Soa a campainha.*)

O SR. REGINALDO MINARÉ – Porém, a fala do Diretor de Energia e Gás da Petrobras deixa uma dúvida. Ele fala que essas fábricas ficarão adormecidas, até que um outro investidor que comprar possa ter um modelo de negócio que as viabilize. Qual seria esse modelo de negócio? Se é viável para um, pode ser viável para outro.

Então, é essa modelagem de negócio que seria interessante a Petrobras abrir a esta Casa, para que esta Casa tome as iniciativas necessárias para viabilizar no ambiente doméstico a produção desse fertilizante. Cliente não falta, não é, Senador Moka? Cliente não falta. É um mercado gigantesco e tem cliente. Então, é produzir dentro de um custo que seja acessível, e, para isso, eu acredito que esta Casa tem condições de buscar alternativas.

Era essa a minha fala.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado ao nosso convidado Reginaldo.

Em substituição ao Secretário de Desenvolvimento, José Augusto, se nos permitir, gostaríamos de convidar o Vice-Governador do Estado da Bahia, o Sr. João Leão. Por gentileza, Sr. João Leão, nos dê a honra de fazer parte da Mesa aqui. Se o nosso Senador Otto permitir.

João Leão, do Partido Progressista, nosso Partido, é uma alegria tê-lo aqui junto conosco na nossa Mesa na Comissão de Agricultura do Senado Federal. (*Pausa.*)

Vou passar a palavra para o nosso convidado, representando o nosso Ministro de Agricultura e Pecuária, conhecido por Castilho. O pessoal fala Coaraci. Está certo? (*Pausa.*)

É difícil dobrar um pouco a língua, mas, Castilho, é uma alegria tê-lo aqui junto. Deixo o nosso abraço para o nosso colega Blairo Maggi, um grande parceiro e um grande incentivador do setor produtivo. E, com certeza, da mesma maneira que os novos colegas Senadores estão indignados – não é, Senador Otto? – com o fechamento, o Blairo Maggi não é diferente, porque ele sabe o que é o produto brasileiro importado.

Com a palavra.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu queria dizer que na Bahia há uma cidade de nome Coaraci. Deve ser homenagem ao nosso... (*Risos.*)

... Ministro da Agricultura.

O SR. COARACI NOGUEIRA DE CASTILHO – O significado de Coaraci em tupi-guarani é sol.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois é, da cidade. Eu sei disso, mas lá há uma cidade com o seu nome.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Que bom.

Com a palavra o Sr. Castilho, representando, da Bahia, a cidade de Coaraci.

Tem a palavra por oito minutos.

O SR. COARACI NOGUEIRA DE CASTILHO – É um prazer estar retornando ao Senado Federal, até mesmo como representante do nosso mui digno Senador Blairo Maggi, Ministro da Agricultura, que, neste exato momento, está numa reunião com a União Europeia, discutindo a exportação, mais precisamente com relação a essa última operação da Polícia Federal e a empresa BRF. Então, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ministro acabou de mandar um abraço a todos os Srs. Senadores e ao Presidente desta Comissão, Senador Ivo Cassol.

Na realidade, o Ministro Blairo Maggi foi convidado para participar desta audiência pública e, como o Senador Moka disse, nós viemos aqui apenas para nos solidarizar, para dizer que o Ministério da Agricultura está junto com o nosso Senador Eduardo Amorim, com a Senadora Lídice da Mata, Senador Otto, Senador Moka, Senador Dalirio Beber, para que possamos, em conjunto, fazer um trabalho e sensibilizar não só na área econômica como na área social, referendando o discurso do Senador Eduardo Amorim.

Nós temos de ver nesta hora, neste momento, a área social em que nós estamos, e, como representante do Sr. Ministro Blairo Maggi, não poderia deixar de estar aqui o nosso representante.

O que podemos fazer?

A Secretaria de Defesa Animal poderá, de imediato, como existe a possibilidade de a Petrobras vender as empresas... Se os empresários assim entenderem e comprarem, nós vamos agilizar as documentações necessárias à Secretaria de Defesa Animal do Ministério da Agricultura.

Mas queremos deixar claro aqui que o Ministério da Agricultura é solidário e não poderíamos deixar de estar aqui presentes para defender esta causa nobre, que é não só da Bahia e de Sergipe, mas uma causa do Brasil.

Agradeço e fico à disposição para discutir o assunto.

Muito obrigado a todos e um abraço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado ao nosso convidado Castilho, representando o Ministro Blairo Maggi, que, com certeza, nesta atividade está nos representando em nível mundial, pela importância que tem de colocarmos o nosso produto em outros países. E também não é diferente ele, como produtor, defender o nosso produto extraído da nossa terra, do nosso País e da riqueza que temos aqui sem depender de outros países, porque, infelizmente, Castilho, quando vem de fora, vem em dólar. Aí, quando abaixa, eles não abaixam. Quando o dólar aumenta, aumenta de novo. E quando vem de novo não abaixa. E o setor produtivo, agricultura e pecuária, é que paga esse preço.

Vou passar a palavra para o nosso próximo convidado, Edivaldo Soares Leandro, Diretor Colegiado do Sindicato dos Petroleiros dos Estados de Alagoas e Sergipe.

Por gentileza, cinco minutos.

O SR. EDIVALDO SOARES LEANDRO – Sr. Presidente, gostaria de reivindicar os oito minutos que foram dados a um colega da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Se V. Sª permitir, o Regimento Interno cabe a esta Presidência, e, como eles são representantes do Governo, nós estamos colocando vocês para defenderem a causa, para não serem repetitivos no mesmo assunto.

Portanto, tenho certeza de que, com cinco minutos, você vai conseguir sobrar, explanar e defender a continuidade da produção, sem perder nenhum resumo do seu raciocínio. Com certeza, você vai ter essa oportunidade.

O SR. EDIVALDO SOARES LEANDRO – Ele está me dando dois minutos dele aqui.

Saúdo os colegas da Mesa, saúdo todos do Plenário, saúdo principalmente todos que estão aqui trabalhando para a realização deste evento. É muito importante esse apoio de vocês.

Eu sou de Laranjeiras, Sergipe, cidade natal da fábrica de fertilizantes hidrogenados que nasceu como Nitrofértil. Trago um abraço e um recado da população de Laranjeiras, como dos trabalhadores e trabalhadoras da Fafen, que são responsáveis, tanto a população quanto aqueles trabalhadores, pela resistência que venceu duas tentativas de privatização da Nitrofértil e da Fafen.

Só para vocês terem uma ideia do que isso representa, os trabalhadores da Fafen ganharam uma ação judicial da Petrobras que representava mais ou menos o valor de R$1 milhão para cada trabalhador. E os trabalhadores, junto com o sindicato, abriram mão, inclusive o advogado Cezar Britto, ex-Presidente Nacional da OAB, abriu mão também do que ele receberia, dos honorários; todos abriram mão desses valores, para que a Fafen fosse incorporada à Petrobras, num acordo que garantia que a Fafen não fosse privatizada. Ou seja, só para começar a discussão, estão descumprindo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

um acordo com os trabalhadores e com a população de Laranjeiras quando tentam rasgar um acordo que foi firmado no passado.

Lembrar também, informar quem não sabe e lembrar quem não sabe: a Fafen foi responsável pela construção da Adutora do São Francisco, que garantiu água para Aracaju, capital do Sergipe, água para Laranjeiras e água para a própria Fafen. No entanto, um dos insumos mais caros hoje da Fafen é justamente a água, a água que ela trouxe, e na época não cobrou nada.

Recentemente, aconteceu um acidente numa fonte que fica próxima da Fafen, e a demolição – demolição, não; o desabamento da ponte por onde passava a tubulação da adutora do São Francisco. Nesse acidente, teve a ruptura da adutora, e a população de Aracaju e boa parte da população de Sergipe ficou sem água, por causa da Fafen. A equipe da Fafen conseguiu, em menos de dois dias, recuperar a adutora e garantir a água, com todo o custo, para a Fafen.

A Petrobras foi responsável pela construção do Porto de Sergipe, que garantiria, se o governo de Sergipe quisesse – e não quis –, se o Governo Federal quisesse – e não quis –, a fábrica de potássio, a fábrica de barrilha, com o aproveitamento de todo o potássio, de todo o gás. Ora, se a Petrobras tem gás até para exportar se quiser – nós temos gás até para exportar; nós temos petróleo até para exportar, tanto é que o Brasil, infelizmente, está se tornando, através de grandes empresas multinacionais...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDIVALDO SOARES LEANDRO – ... está importando e exportando óleo cru. O que nós temos que fazer, e aí eu quero deixar esse apelo aqui aos Senadores e a todos que estão aqui: que a gente carregue essa bandeira. A gente tem é que fazer com que a Petrobras, que tem o papel constitucional de abastecer o nosso País de tudo o que ela consegue produzir, e ela o fez com extrema competência e extrema dedicação à população, nós temos – só para concluir – condições de abastecer o nosso País com gasolina em cerca de R$1,00. Nós podemos abastecer a nossa população com gás de cozinha com o preço em torno de, no máximo, R$10,00. Nós podemos baratear, e muito, o preço dos fertilizantes. E a nossa população sabe disso. A gente só não faz isso porque, infelizmente, os governos não querem.

E aqui eu quero, mais uma vez, porque eu já fiz isso na Assembleia Legislativa da Bahia, na Assembleia Legislativa de Sergipe, na audiência pública que houve em Laranjeiras, quando a população de Laranjeiras mandou um recado para o Governo Federal, mandou um recado para Temer e mandou um recado para Pedro Parente... Na audiência pública, a população de Laranjeiras, junto com os Vereadores, junto com o Prefeito, junto com os Deputados que lá estavam, disseram: "Se botarem essa fábrica para hibernar, a população vai ocupar e vai, junto com os trabalhadores, garantir a produção, porque aquele projeto é totalmente viável."

Infelizmente – infelizmente! – desde a época da ditadura, através do Shigeaki Ueki, aquele japonês que foi colocado na Petrobras para começar a sua privatização, todos os governos prejudicaram a Petrobras, todos: Fernando Collor, Fernando Henrique, Lula, Dilma e Temer agora está querendo jogar uma pá de cal. Todos fizeram mal à Petrobras, infelizmente, e é preciso que a gente corrija esse erro. Essa é uma bandeira nacional e este é um ato suprapartidário.

Nós não estamos aqui para defender bandeira de partido nenhum, mas, por exemplo, no caso da Fafen, quem anunciou a venda da Fafen antes de Parente foi o Bendine. O Bendine anunciou, assim que assumiu a Presidência da Petrobras, ele anunciou a venda das Fafens. Infelizmente. E isso aí não é... Eu gostei muito, inclusive eu aprendi muito com algumas informações técnicas que foram apresentadas aqui. Já sabia de algumas e fiquei sabendo muito mais.

E estou mais convencido de que isso não é uma questão técnica nem uma questão econômica. Isso é uma questão política. Vamos mandar um recado daqui do Senado para a população brasileira, que garantiu, inclusive, a existência da Petrobras. Não foi Getúlio Vargas que teve a ideia de construir a Petrobras; aconteceu no Governo dele, mas foi o movimento "O Petróleo é Nosso!", que defendeu...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDIVALDO SOARES LEANDRO – ... a existência da Petrobras e que forçou o Governo de Getúlio Vargas a criar a Petrobras. E acredito, tenho certeza de que foi a maior criação de todos os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

governos de todos os tempos, uma vez que a Petrobras deu todo o retorno e pode dar ainda mais retorno à nossa população brasileira.

Quero parabenizar o Senador Amorim não só pela iniciativa, como pelos dados que apresentaram aqui e pela posição política firme na defesa não apenas da Fafen Sergipe e Fafen Bahia, mas em defesa da Petrobras.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Valeu, Edivaldo Soares. Portanto, deram oito minutos e cinquenta segundos. Portanto, foi atendido. E você fez jus aqui, porque defendeu na verdade toda a população que está sendo afetada do Nordeste. Então, quero dizer para você que é assim a luta; a luta não pode parar, porque, sem comentários, não podemos ficar dependendo de outros países por nada.

Portanto, vamos ao nosso convidado Ademar Leal, Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Suplementos Minerais, que vai passar a palavra depois para... Não há como. Está bem assessorado, não é?

O SR. ADEMAR LEAL – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Depois ele vai passar à Vice-Presidente executiva, Elizabeth Chagas, da Associação Brasileira das Indústrias de Suplementos Minerais. Portanto, eu vou passar a palavra para o Ademar, para que ele passe, então, a palavra para a sua assessora para assuntos minerais.

O SR. ADEMAR LEAL – Está certo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Primeiro, eu gostaria de pedir aí só uns sete minutos, até porque eu vou dividir o tempo com a Beth; entre sete e oito minutos.

Veja bem, a Asbram é a associação que representa 70% das indústrias de suplementos minerais para bovinos no Brasil, e nós estamos muito preocupados com o desabastecimento. No nosso caso, não é escolher. É a falta do nosso produto, que é a ureia pecuária.

Então, nós viemos aqui nos solidarizar. Gostaria de agradecer o nobre Senador Wellington Fagundes, que nos convidou para estar aqui. Muito obrigado pelo apoio, Senador. Seu filho faz parte lá com a gente; o João está aí; muito obrigado, João, pelo seu apoio.

A gente está muito, realmente muito preocupado, pela falta da ureia pecuária. Para vocês terem uma noção, a ureia pecuária, que já é penalizada pelo PIS e Cofins, já custa R$1,6 mil; a ureia agrícola, na faixa de R$1,3 mil – esse é o preço básico em Goiás. E, agora, com esse anúncio, o preço das importadas já está na casa de R$2 mil. Então, na verdade, quem vai pagar a conta vai ser o produtor rural.

E aí, nós temos aqui, neste momento... Eu queria passar a palavra para a Elizabeth Chagas, nossa Vice-Presidente; ela tem 30 anos no mercado de fertilizantes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, se for o caso, eu posso ceder o meu tempo, para que ela possa, então, falar.

A SRª ELIZABETH CHAGAS – Muito obrigada, Senador.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Porque eu acho que é importante vocês falarem.

O SR. ADEMAR LEAL – Muito obrigado, Senador.

A Elizabeth, para vocês entenderem, tem mais de 30 anos de trabalho no segmento de fertilizantes e fez um trabalho muito bacana lá junto com a gente, um trabalho de investigação, um trabalho técnico.

E eu passo a palavra a você, Beth.

A SRª ELIZABETH CHAGAS – Bom, eu cumprimento a todos. Eu não vou nem usar muito cumprimento, para não perder tempo.

Foi com grande surpresa e também certa indignação que recebemos a notícia veiculada pela Petrobras da hibernação das fábricas de fertilizantes localizadas em Sergipe e na Bahia, que chegou ao conhecimento dessa Associação no dia 20 de março de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A Asbram, entidade que congrega as indústrias brasileiras produtoras de suplementos para a pecuária, foi constituída em 1997 por três empresas do setor. Hoje nós temos 70% do mercado brasileiro de produtores de suplemento.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, só... Até porque nós...

(*Interrupção do som.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Eu gostaria de pedir que a doutora viesse à Mesa, até para não mostrar que esta Comissão aqui não prestigia as mulheres. (*Palmas.*)

O SR. ADEMAR LEAL – Perfeitamente. Venha cá, Beth.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Substitua, Beth, o Sr. Ademar, por gentileza.

O SR. ADEMAR LEAL – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Uma solicitação do nobre colega Wellington não há como negar, especialmente porque está presente o João, filho dele. Estivemos ontem no aeroporto embarcando juntos, não é, João? Lá na cidade de Cuiabá.

A SRª ELIZABETH CHAGAS – E João é associado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – É associado? Que bom! Continue defendendo aí, João? Filho de peixe peixinho é.

A SRª ELIZABETH CHAGAS – Bom, então, vamos continuar.

Nós temos como missão incentivar, através de todos os meios apropriados, o uso do suplemento para nutrição animal, demonstrando a importância de sua utilização correta, visando à melhoria dos níveis de produção da agropecuária brasileira e à qualidade de seus produtos, de forma ética e profissional.

Desde a sua fundação, a Asbram tem defendido o estabelecimento e a preservação de um mercado livre, isonômico e comprometido com o desenvolvimento sustentável da pecuária brasileira. Nesse período, a Asbram, acompanhando uma modernização sem precedentes na base industrial e gerencial de nossos associados, tais avanços decorrentes da alta competitividade presente em nosso setor e do crescente nível de exigências da cadeia do alimento, tem demonstrado a capacidade das empresas em alinhar-se com as tendências de futuro, notadamente aquelas relacionadas às boas práticas de fabricação, rastreabilidade e sustentabilidade que o mercado externo quer. Além disso, o setor tem proporcionado inúmeras soluções tecnológicas para o aumento da produtividade e rentabilidade dos pecuaristas, através do desenvolvimento de produtos de nutrição eficazes e seguros, e do atendimento técnico para adequação destas tecnologias nas propriedades rurais nesse Brasil, que é um continente.

Segundo dados do mercado, as duas fábricas de fertilizantes da Petrobras possuem capacidade para produzir 1 milhão de toneladas de amônia e mais 800 mil toneladas de ureia. E, quando falamos em ureia, gostaríamos de lembrar que temos ureia para uso como fertilizante; ureia pecuária, usada na alimentação animal; ureia *premium*, usada na indústria química, que, entre vários usos, é usada na fabricação do Arla 2032, que é um insumo para veículos pesados movidos a diesel, que serve para a redução das emissões ambientais, sem contar outros produtos derivados do próprio processo, tais como o sulfato de amônio, usado na agricultura brasileira.

A unidade da Fafen da Bahia produziu 300 mil toneladas de ureia. Dessas 300 mil, senhores, 70 mil foram ureia pecuária. A da Fafen em Sergipe produziu 340 mil toneladas de ureia. Desse total, 30 mil foram usadas como ureia pecuária.

Em entrevista à imprensa aberta, a Petrobras também coloca que o País já importa hoje 85% da demanda nacional por fertilizantes, o que nos leva a concluir que não haveria problema nenhum de suprir totalmente o mercado com importações. Nós da Asbram refutamos essa posição. O País, sua agricultura e sua indústria, não podem ficar dependentes 100% de importações de produtos tão estratégicos. Além do que, o uso da ureia pecuária, como o próprio nome diz, é usado por empresas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

produtoras de suplementos, que quase não têm acesso às importações, já que foram sempre abastecidas por produtores locais.

Essas empresas todas, juntas, estimamos que entregaram no mercado em 2007 aproximadamente 2,8 milhões toneladas e usamos aproximadamente 250 mil toneladas de ureia pecuária, diferentemente do mercado de fertilizantes, que entregou em 2017 um montante de 34 milhões de toneladas e importou desse montante 26 milhões de toneladas. Para esses importadores importar mais 500 mil toneladas é praticamente nada, e o farão com grande facilidade, já que esses produtores importaram em 2007, para o fertilizante, 4,8 milhões de toneladas de ureia de diferentes países do mundo dos mais diferentes produtores internacionais.

Já quanto aos produtores de suplemento, nós não teremos essa facilidade, tampouco conhecimento. Nós, apesar dos números pequenos de entregas quando comparados aos do setor de fertilizantes, somos gigantes nas exportações, pois o item carnes é o segundo maior item da balança comercial brasileira, lembrando que os suplementos ajudam a pecuária a produzir mais carne e de melhor qualidade. De que adianta termos uma agricultura e uma pecuária que estão entre uma das mais competitivas do mundo se não conseguimos construir uma cadeia de fornecedores locais e agregar valor ao País? É muito triste.

Voltando ao assunto do fechamento dessas fábricas de ureia no Nordeste, esse mercado de ureia pecuária poderia ser muito maior se não tivéssemos o problema da cobrança do PIS/Cofins, que é cobrado somente na ureia pecuária e é isento na ureia agrícola. Entendemos, assim, que nossos associados, por não terem uma experiência em compras internacionais, estarão totalmente vulneráveis às flutuações do câmbio e dos preços e ao desabastecimento ou compra de um grande distribuidor internacional, trazendo também grandes riscos e aumento dos custos dos produtos da cadeia de proteína animal e podendo até gerar uma eventual escassez de insumos básicos.

O Estado de Minas Gerais, grande bacia leiteira deste País, e o Centro-Oeste, grande produtor de carne, têm todo o seu consumo de ureia fornecido por essas duas plantas que a Petrobras nos diz que serão fechadas no próximo ano, tempo não suficiente para que nossos associados se ponham a comprar no mercado internacional. Somos um país sem logística, com portos congestionados gerando altos custos com sobre-estadia aos navios que aqui aportam para descarregar as suas cargas – o conhecido *demurrage* –, custo esse que iria gerar um aumento imediato nos preços de carne e de leite.

E como ficaria o atendimento de 100% da demanda de ureia pecuária, essa pequena gota de água dentro da Petrobras, mas que representa muito para a pauta de importação? Como já lhes explicamos acima, a importação para nós é quase impossível. Além desses transtornos e prejuízos, não se pode deixar de mencionar a perda dos valores do Estado da Bahia e de Sergipe com arrecadação de impostos, empregos e redução do tecido industrial dos Estados.

Mas como ficarão os empregados indiretos da companhia e das demais empresas da cadeia que depende da amônia e da ureia? Vale lembrar também que se encontram em processo de alienação os ativos do Paraná, cuja produção está sendo mantida, e o Projeto de Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul. Soubemos que esse acaba de ser vendido a uma empresa internacional, mas naquela fábrica somente será feita ureia granulada, que não pode ser usada na pecuária, pois para a granulação usa-se formaldeído, daí o uso de nossa ureia ser *prilled*, de outra qualidade.

Por qual razão a empresa não está adotando o mesmo procedimento com as unidades da Bahia e de Sergipe? Não entendemos. Por que está usando critérios diferentes? A China, maior produtor, consumidor e exportador de ureia do mundo, não tem gás natural. Utiliza carvão como matéria-prima, um processo caro e um processo obsoleto, a gente sabe, mas é feito lá.

No caso da Petrobras, que é produtora de gás natural associado ao óleo, cujo custo, sabe-se, é mínimo, como a empresa consegue registrar prejuízo tão elevado? Na Lei do Gás, de 2009, senhores, a empresa obteve o direito de praticar custos de transferências para as unidades de fertilizantes de sua propriedade. Esse prejuízo está sendo calculado com suposições de que a Petrobras estaria comprando gás no mercado? Podemos pensar que sim.

Então, nas seguintes hipóteses, ela está tendo uma gestão inadequada de custo, o que com certeza não condiz com a realidade. O preço de transferência da matéria-prima é intolerável e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

previsão de produção insuficiente de gás natural contraria a bandeira do Governo, que anuncia que nós temos gás em abundância.

A Petrobras também alega...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ELIZABETH CHAGAS – ... que o cenário indica resultados negativos para os próximos dois anos. Será que a Petrobras não acredita nas perspectivas positivas em termos de gás deste País, com possível autossuficiência em um cenário próximo? Esse ponto é contrário a tudo o que o Governo vem anunciando para atrair investimentos na cadeia de óleo e gás para este País.

Entendemos que a Petrobras tem todo o direito de decidir sobre as operações das suas unidades de negócios que estão sob sua gestão e a sua propriedade. Esse direito inclui alienar e até paralisar seus ativos, desde que haja previamente um acordo entre clientes e fornecedores que possuem contrato com essa estatal, que inclui penalidades financeiras em caso de não cumprimento dessas obrigações. Não só isso, a relação entre Petrobras, seus fornecedores e clientes é muito antiga, tendo sido a estatal sempre um exemplo de fornecedor confiável.

Portanto, não é saudável que uma decisão de tamanha envergadura e com consequências tão negativas para a população seja tomada de forma unilateral. A Asbram entende que a Petrobras, por ser o agente dominante, não tem a prerrogativa de tomada de decisões intempestivas e que podem causar enormes danos às empresas clientes de diversas cadeias industriais fornecedoras e a comunidade de um modo geral.

Por fim, é lamentável que, no momento em que a Petrobras anuncia tantas parcerias, inclusive novos investimentos em óleo e gás, esteja virando as suas costas para parceiros antigos como a nossa indústria de suplementos, relembrando que somos geradores de caixa na balança comercial do agro, que tem heroicamente sustentado esse Brasil nos últimos dois anos, em que atravessamos a maior crise política e financeira de nossa história. Senhores, se o fechamento é realmente inevitável, que seja feito não de imediato, mas com um longo prazo, no qual todas as partes possam se manifestar.

Não entramos aqui no item da amônia, que é exportada para a região centro-sul do Brasil para a fabricação de fertilizantes. Todos somos sabedores que somente existem neste País dois portos aptos a manusearem esse produto: o Porto de Aratu e o Terminal Integrador Portuário Luiz Antônio Mesquita, em Santos, antigo TUF (Terminal da Ultrafertil).

E temos também outros produtos que, com a parada das Fafens no Nordeste, iriam causar perdas ao agronegócio brasileiro, como o DEA, produzido pela Oxiteno e usado na fabricação do glifosato da Monsanto. Eu não conheço agricultura sem glifosato.

Senhores, voltemos à ureia pecuária, que é usada por pequenos pecuaristas e empresas pequenas, ao se comparar com gigantes do mercado de fertilizantes. Como ficaremos com o nosso abastecimento? Pensem sobre isso, por favor. Nunca compramos no mercado externo, onde iremos buscar esse produto? Sabemos também das dificuldades que teríamos para registro junto ao Ministério da Agricultura e Abastecimento. Um registro hoje de produto demora mais de um ano.

Só quero lembrar mais uma coisa: estamos à beira da estação da seca, na qual a ureia é uma matéria-prima muito importante na engorda dos animais. O que diremos e o que faremos para evitarmos perdas aos nossos pecuaristas? É para se pensar.

Esse é o recado que nós tínhamos e agradecemos a todos os presentes. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado pela participação.

Vou passar a palavra – para depois ouvirmos o Vice-Governador da Bahia, João Leão – ao Maurício Velloso, que é o Presidente da Comissão de Pecuária da Federação da Agricultura do Estado de Goiás.

Por gentileza, no máximo cinco minutos.

O SR. MAURÍCIO VELLOSO – Muito obrigado, Senador Ivo Cassol.

Muito obrigado a todos os presentes pelo privilégio de estar aqui.

Ademar Leal, Presidente da Asbram, em seu nome gostaria de cumprimentar toda a indústria de suplementos e rações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Sou Presidente da Comissão de Pecuária de Corte do Estado de Goiás, Sr. Presidente, e da Associação Novilho Precoce, também do Estado, membro da Comissão Nacional de Pecuária e membro da Câmara Setorial da Carne.

Eu gostaria de iniciar pedindo a vocês todos que primeiro atentassem para que as reivindicações que foram feitas aqui não se tratam de uma reivindicação de governo, mas, sim, de Estado. O que nós estamos conversando aqui, essas coisas que de repente chegam, e o representante de Alagoas ou da Bahia começa a falar e alguém pode ter a interpretação de que ele está defendendo o bairro dele, o pedacinho: "Ah, é um Estado pequeno." Eu gostaria de que todos atentassem para a repercussão do que estamos falando.

A importância disso se revela de uma forma extraordinária e, ao mesmo tempo, muito delicada. Nós estamos falando da produção de ureia, mas ureia, todos falaram aqui, de fertilizantes e poucos falaram ou talvez menos ainda pessoas tenham compreendido que estamos falando de alimentação de animais ruminantes.

O Brasil não é um país, o Brasil é um continente, e nós temos a maior parte dele sujeita, todo ano, a uma sazonalidade muito severa de clima. Nós não temos chuva ou uma muito ruim distribuição de chuva em grande parte do território nacional. O rebanho bovino, todos vocês já ouviram durante muito tempo, o boi sanfona. Sabe o que significava o boi de sanfona? Animais que comiam bem durante o período das águas e que perdiam ou o peso ganho durante o período das águas ou perdiam a própria vida no período da seca. Esta foi a história da pecuária do Brasil durante muitos anos.

Depois do ingresso da braquiária, mérito da Embrapa, palmas a ela, em seguida a própria pesquisa conseguiu identificar a propriedade da ureia pecuária, da ureia, na verdade, a ser consumida junto com a suplementação mineral ou com as rações de forma que o gado pudesse ter a capacidade de digerir alimento de péssima qualidade, alimento seco, e assim os animais não apenas não perderiam mais o peso, como continuariam a ter ganho de peso, a ter saúde e a ter produtividade.

Então, todos vocês que têm um pouquinho de cabelo grisalho na cabeça hão de se lembrar que, há pouco tempo, nós importamos carne radioativa de Chernobyl. Há alguém aqui que não se lembre disso? Faz muito pouco tempo que nós brasileiros éramos importadores de tudo, principalmente de carne.

Há duas semanas, a União Europeia, que vive cobrando e atirando pedras sobre a produção pecuária brasileira, estava exportando carne bovina vencida há 12 anos. Há dois anos, a França, que também muito nos jogou pedra, estava vendendo carne de cavalo etiquetada como carne bovina. E nós, brasileiros, não fazemos isso hora nenhuma. Nós temos a produção pecuária mais responsável, mais segura e mais saudável de todo o mundo e precisamos nos ufanar disso.

Quando falamos em importação de ureia, Senadora, temos que ter muita responsabilidade, porque a segurança dos alimentos que iremos exportar dependem, necessariamente, da segurança alimentar desta ureia que está sendo ministrada ao nosso rebanho. E eu estou falando para a senhora de um rebanho, que come ureia pecuária, de 170 milhões de cabeças

A nossa produção de leite e a nossa produção de carne dependem necessariamente disso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURÍCIO VELLOSO – Então, eu gostaria que todos vocês atentassem para a responsabilidade necessária sobre isso. São 170 milhões de cabeças que precisam dessa ureia com segurança absoluta da qualidade que está sendo ministrada a ela, porque amanhã vão nos acusar de estar usando ureia, ou ureia agrícola ou ureia com algum produto que ninguém sabe o que é. É importantíssimo que vocês atendem para isso.

Nós estamos falando da segurança dos processos produtivos pecuários brasileiros: carne e leite, sem esquecer que o esforço extraordinário que Abiec tem feito – palmas à Abiec e ao Jorge Camardelli pelo trabalho extraordinário –, crescendo as nossas exportações, e a cada dia que crescem as nossas exportações aumenta o nosso telhado de vidro, aumenta o desejo de todos os nossos opositores a quererem derrubar a produção pecuária brasileira.

Então, por favor, atentem não apenas para os nossos irmãos brasileiros, que estão fazendo um trabalho extraordinário de produção no Estado de Sergipe e Bahia, mas, também, é de se perguntar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

como é que uma fábrica que só produz 10% daquele produto que é utilizado no País, pode dizer que não tem mercado ou que dá prejuízo? Eu queria que a minha fábrica fosse desse jeito, eu queria que o meu mercado fosse dez vezes maior do que aquele que eu produzo. Como é que isso pode dar prejuízo, Senador Ivo? Incompetência? A gente sabe como é que se faz no setor privado: põe na rua e contrata um que preste.

Gente, muito obrigado pela paciência de todos vocês em me ouvirem. É um privilégio. E a pecuária brasileira agradece a atenção que vocês tiveram sobre o nosso setor produtivo.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Muito obrigado pela participação, Maurício. Com certeza, Maurício, isso deve-se à roubalheira que aconteceu dentro da Petrobras. É vergonhoso termos que admitir. Por isso que o povo brasileiro hoje está amargurando e pagando uma conta tão cara. Como você disse, 10% é o que está atendendo o mercado interno. Você imagina estar ocioso 90%? Então, não falta cliente, você tem cliente de sobra. O que falta é seriedade e gestão, independentemente de cor partidária. Obrigado.

Eu só quero também agradecer a presença e a participação aqui do ex-Deputado Federal Paulo Piau, Prefeito, ex-Deputado. Eu não tenho como ceder a palavra, porque o tempo já está esgotado e ainda temos os nossos Senadores também.

Também quero agradecer ao Lázaro, do MAPA, que está junto conosco, participando; ao Daniel também, sempre prestativo conosco. O nosso obrigado a todos vocês que fazem parte, junto com o Castilho, lá com o Ministro.

Eu queria passar a palavra...

O SR. PAULO PIAU NOGUEIRA (*Fora do microfone.*) – Correção, por favor, foi dito aqui Uberlândia, é Uberaba. Sou Prefeito de Uberaba.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Ah, Uberaba, desculpe-me, a falha foi minha.

O SR. PAULO PIAU NOGUEIRA – Só queria dizer uma coisa, Senador, a única coisa que a indústria brasileira quer é igualdade de condições entre o importado e o produto brasileiro. (*Fora do microfone.*)

Só isso, trabalhem nessa direção que nós viabilizamos para a Petrobras ou para qualquer outra industrial.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Prefeito Paulo, pela intervenção, de Uberaba. É um setor de grande produção pecuária e também agrícola.

Vou passar a palavra para o Vice-Governador João Leão, por cinco minutos, para podermos encerrar e passar a palavra aos Senadores.

O SR. JOÃO LEÃO – Será bem rápido.

Primeiro, gostaria de saudar o Senador Ivo Cassol, é um prazer muito grande estar aqui ao lado do Senador do meu Partido, dirigindo esta Comissão de Agricultura.

Gostaria de saudar o Senador baiano Otto Alencar, uma grande figura da Bahia; a Senadora Lídice da Mata, que não fica atrás, uma grande figura neste Senado.

Gostaria de saudar o meu velho companheiro o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Você pode saudar como filho de baianos.

O SR. JOÃO LEÃO – Filho de baianos, de Santa Rita de Cássia.

Gostaria de saudar o Senador Moka; saudar o Senador Eduardo Amorim; saudar o Senador Dalirio Beber; e saudar todos os senhores membros de associações, funcionários da Fafen Bahia e Sergipe.

E digo que o Estado da Bahia, como o Estado de Sergipe, estão muito preocupados com o que está acontecendo. Estas fábricas de fertilizantes, a Fafen Bahia e a Fafen Sergipe, estão situadas em uma região que é muito propícia para a produção desse produto. Nós produzimos ureia, amônia, ureia animal, ureia vegetal, sulfato de amônio e algumas outras coisas mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O que acontece com isso? Nós estamos na boca do porto. Em Sergipe, o porto é praticamente dentro da Fafen Sergipe. O Porto de Aratu está junto da... Tudo vai por tubulação, tudo vai para... E nós temos um grande problema, o nosso problema seria a hibernação dessa fábrica.

Eu sou um pouco dessa área, venho da construção civil e participei muito da construção do Polo Petroquímico de Camaçari, com a minha empresa, prestando serviços, inclusive para a Petrobras. E esses produtos, a ureia, a amônia, o sulfato de amônia, são produtos oxidantes, são produtos em que, realmente, ou você dá um bom manejo e não para de produzir... Digam-me aqui os funcionários dessas empresas, se vocês pararem de produzir, você enferruja a fábrica inteira.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOÃO LEÃO – Que dois anos, minha amiga? São seis meses. Em seis meses aquela fábrica está um caco. E, quanto a essa hibernação, isso é um crime – isso é um crime!

Nós tivemos uma reunião aqui – há cerca de 20 dias, em que estavam presentes também o Deputado Luiz Caetano, de Camaçari, defendendo o nosso Polo Petroquímico, com os Deputados de Sergipe, os Senadores da Bahia, os Senadores de Sergipe –, na qual o nosso Pedro Parente queria dar 60 dias e depois dos 60 dias em diante seria hibernação. Em um convencimento muito grande da Bancada de Sergipe e da Bahia, nós elevamos isso para 120 dias.

Nós recebemos agora o Presidente Temer, na Bahia, na posse do Presidente da Federação das Indústrias do Estado, Ricardo Alban. O Ricardo foi muito incisivo na questão da Fafen Bahia e na questão da Fafen Sergipe. O Presidente ouviu, estava calado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO LEÃO – Eu, como estava sentado ao seu lado, disse: "Presidente, o senhor vai ter que ter a paciência de ouvir." Ele disse: "Leão, não fale de Fafen aqui, porque eu vou chamar o Pedro Parente e vou dizer a ele que a fábrica não vai fechar, que nós vamos tomar. Nós criamos um grupo de trabalho, vamos efetivar esse grupo de trabalho."

Já faz 30 dias que aconteceu essa reunião passada, mais ou menos isso, e até agora nós não recebemos nenhuma comunicação sobre o grupo de trabalho criado. O Governador da Bahia, Rui Costa, os Senadores da Bahia, os Senadores de Sergipe, o Governador de Sergipe e os dois Estados querem participar efetivamente desse grupo de trabalho. E o grupo de trabalho não pode ser só da Petrobras. O grupo de trabalho tem que ser dos funcionários, da sociedade civil, das indústrias, dos compradores. Nós precisamos formar realmente um grupo de trabalho que funcione e que dê uma solução para o problema.

O Brasil que deu certo é o Brasil da agricultura, é o Brasil da pecuária. Então, esse Brasil que deu certo... Hoje, lá na Bahia, no oeste da Bahia, nós produzimos a melhor soja do mundo, a maior produtividade do mundo, graças à Fafen; produzimos o melhor algodão do mundo, graças à Fafen; produzimos o segundo melhor milho do mundo, em produtividade, graças à Fafen! Eu poderia até fazer um comparativo sobre as outras duas fábricas que a Petrobras tem no Mato Grosso, no Mato Grosso do Sul.

Moka, foi bom, eu não quero fechar a do Mato Grosso, não.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA. *Fora do microfone.*) – Não precisa, há espaço para todos. (*Risos.*)

O SR. JOÃO LEÃO – Há espaço, lógico!

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS. *Fora do microfone.*) – E não conseguiria.

O SR. JOÃO LEÃO – E jamais fecharia. Jamais nós, baianos, deixaríamos fechar a fábrica, como nós não vamos deixar fechar a Fafen Bahia e a Fafen Sergipe. (*Palmas.*)

Não vamos deixar!

Agora, vocês vejam bem, o grau de inteligência da Petrobras. Eu estou com duas fábricas na porta do porto, a do Mato Grosso do Sul fica a 2 mil quilômetros de distância. Há alguma coisa errada aí no reino de Satanás – há alguma coisa errada! Não é possível, gente.

O que é? A fábrica não está modernizada? Vamos modernizá-la. A fábrica tem algum problema? Ou será que é a cara feia do povo de Sergipe e do povo da Bahia? Nós somos tão bonitinhos, rapaz, as nossas gabrielas, de Sergipe e da Bahia. Não há sentido essa questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Disseram-me que Pedro Parente aqui, para encerrar Senador Ivo Cassol, pegou a Petrobras destroçada, pegou a Petrobras acabada, e conseguiu salvar a Petrobras. Eu disse em meu discurso: "Vamos colocar um Pedro Parente à frente da Fafen Bahia. Vamos colocar um Pedro Parente à frente da Fafen Sergipe. Se o problema está na Diretoria, vamos mudar a Diretoria." Ora, será que o ético, o certo não seria a Petrobras estar acabada, arrasada, e fechar a Petrobras? Não aconteceu isso, a Petrobras está aí caminhando, se recuperando e tal. Vamos fazer um trabalho com as FAFENs para recuperá-las, a Fafen Bahia e Fafen Sergipe.

Eu acho que as coisas não são tão tenebrosas como dizem, mas a Bahia está aguardando a comissão que foi programada para se fazer.

Queremos, a Fafen Bahia e a Fafen Sergipe, e acreditamos na palavra do Presidente Temer, que disse que não iria fechar nem a Fafen Bahia nem a Fafen Sergipe.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Que bom.

Obrigado ao nosso Vice-Governador João Leão.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Sim.

Vou passar a palavra por escrito. E, primeiro, tenho que passar para o Autor do requerimento. Depois, eu tenho que passar para os membros desta Comissão, que são o Senador Moka e o Senador Wellington, para, depois, a senhora, em seguida, que está inscrita, porque a senhora não faz parte, mas tem o direito de usar também pelo Regimento Interno.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem.

Eu aceito o que está no Regimento, mas só queria lembrar a V. Exª que eu já estava com a palavra dada por V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Mas...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Mas não há problema, não brigarei por isso. Esperarei e falarei no tempo devido.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Senadora, eu lhe dei a palavra no começo por respeito, porque, quando um Senador pede a palavra, e eu sou Senador, a senhora é Senadora, a gente só quer aproveitar o gancho de um colega, como o colega Eduardo Amorim, que está aqui, para poder fortalecer esta audiência pública. Então, só por essa questão.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – E, aí, também está o Senador Otto,...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – ... que também não faz parte, mas também vai fazer uso da palavra.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Mas, Presidente...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Presidente, vamos lá, Presidente. Vamos continuar – vamos continuar!

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Vamos continuar, então. Vamos continuar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Só um minuto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Sim, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu queria dizer a V. Exª que eu acho, em função de ser a única Senadora presente, a mulher que representa a Bahia deveria ter oportunidade de se expressar. Abra uma exceção! V. Exª ficaria como um lorde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Mas eu até... Eu sou cavalheiro, mas é o seguinte:...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Daria a ela para falar, ela teve interrompida a fala dela.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – ... já que as mulheres, todas as mulheres...

Não, não teve, ela não teve a fala interrompida.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Foi interrompida a fala dela.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Acontece o seguinte: as mulheres têm o mesmo direito que os homens e têm as mesmas obrigações. Então, a lei é para todos.

Com a palavra, Eduardo Amorim.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu sei, mas é sempre uma gentileza abrir para as mulheres falarem.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA. *Fora do microfone*.) – Eu esperarei.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Sr. Presidente...

Eu queria que ele estivesse aqui, até para propor.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sem briga.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Senadora, a senhora vai continuar, não é?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA. *Fora do microfone*.) – Claro.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Eu queria que ele estivesse aqui, mas já que ele saiu, mas fica registrado aí.

A ideia é o seguinte: o Governo, o Presidente da Petrobras prometeu lá, na reunião com o Vice-Governador da Bahia, João Leão, o Governador de Sergipe e todos nós, das Bancadas Bahia e Sergipe, e com outros Parlamentares, como já foi dito aqui, que até outubro não fecharia as fábricas. Pois bem, a sugestão que eu dou é de que realmente, para o fim do Governo que aí está, mais dois meses, que isso não aconteça de forma nenhuma neste mandato, que se deixe essa decisão para o próximo governo.

Com certeza – com certeza! –, nenhum outro governo vai cometer essa tragédia, vai cometer esse suicídio, irá na contramão, realmente, do progresso, da prosperidade, sobretudo num país como este, onde ainda são a nossa agricultura e a nossa pecuária que produzem não só o nosso sustento, a nossa comida, mas nós temos o privilégio, por pisar um solo rico e um subsolo mais rico ainda, de fornecer comida para o resto do mundo.

Então, a minha sugestão vai no sentido, Presidente Wellington Fagundes, de que possamos fazer aqui uma reunião, porque a minha preocupação, Otto, é de que, como estamos num ano eleitoral, esse assunto passe a ser esquecido daqui para frente, ele ganhe um banho-maria, para que a gente possa, em nome da Comissão, Sr. Presidente, acatando aí a sua sugestão, que esta Comissão marque uma reunião com o Presidente da República, para que o Presidente da República possa, assim como já disse, verbalmente, para o Vice-Governador da Bahia, essa mesma tranquilidade ele possa dar a todos nós, aos empregados, aos empresários, aos investidores, de que a fábrica, neste Governo, ou melhor, de que as fábricas não fecharão neste Governo e qualquer decisão possa ser tomada no próximo governo, porque eu tenho certeza de que o povo brasileiro não vai assim permitir – o povo brasileiro não vai assim permitir! Se tivermos que trabalhar algumas horas a mais, eu prefiro trabalhar algumas horas a mais, mas eu não entrego a minha independência, a minha autossuficiência, a minha liberdade a nenhum povo, a nenhuma outra gente, seja lá de que canto do mundo for.

Eu acho que o povo brasileiro, se fizerem uma pesquisa, não concordará com que essas fábricas sejam fechadas. Todos nós falamos aqui da importância disso. É uma questão de autossuficiência, é uma questão de soberania. Assim como fomos buscar autossuficiência do petróleo, repito, tão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

quanto, ou talvez até mais importante, Vice-Governador João Leão, é mais importante a gente buscar autossuficiência de comida e de alimento para todo o nosso povo e não só para o nosso povo, porque a gente tem esse privilégio para produzir para o mundo inteiro.

Então, Presidente, peço aqui, a sugestão que deixo é que a Comissão fique responsável, em nome de todos os Senadores, em nome, talvez, até, dos dois Governadores e em nome dos empregados envolvidos, possa marcar uma audiência com o Presidente da República. Não queremos com o Presidente da Petrobras, não. Queremos com o Presidente da República, porque essa é uma decisão política. Chega de números! Se os números estão negativos, a gente vê um propósito nisso. Se a fábrica de Sergipe começou a produzir menos, lógico que vai dar prejuízo. Se a fábrica da Bahia, propositadamente, começou a produzir menos, lógico que vai dar prejuízo.

Então, o que a gente percebe é um desmonte proposital para que haja o argumento de que as fábricas não são lucrativas. (*Palmas.*)

São, sim, e, mais do que isso, não é só agricultura, não é só pecuária, não. Como médico, eu também bem sei que também há uma autossuficiência até para a Medicina. Ora, depender do outro lado do mundo para produzir comida e até para a gente salvar vida, isso é um absurdo, Sr. Presidente.

Então, quero aqui dar minha sugestão, que o senhor fique responsável por essa reunião com o Presidente da República e que ele prometa – e que ele prometa! –, possa prometer que no Governo dele não cometerá esse suicídio, não cometerá essa tragédia.

É isso que precisamos ouvir, Senador Wellington.

Fica aí a nossa sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Senador Eduardo. Eu sou solidário as suas palavras.

O art. 94, §2º, faculta, depois da audiência, para os nossos Senadores, três minutos, mas lógico que a gente abre mais o espaço. Então, eu só gostaria dos colegas aqui...

Então, vou passar, por ordem de inscritos, primeiro, ao Senador Waldemir Moka; depois, ao Senador Wellington Fagundes; e, em respeito à sua solicitação, Senador Otto, primeiro, à Senadora Lídice da Mata, mesmo sendo do seu Estado, mas, primeiro, à Senadora, porque esteve aqui presente e marcou primeiro a...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente, eu tenho uma ligação muito grande com o setor agropecuário. Eu vi aqui o meu amigo Cel. Castilho, aqui, representando o Senador Blairo Maggi. Se há um Ministério que não tem interesse nenhum em fechar fábrica de fertilizantes é exatamente o Ministério da Agricultura. Isso é óbvio.

Quem que é que está faltando aí nessas cadeiras que foram se revezando aí? É o Presidente da Petrobras. Mas a Petrobras sempre foi assim, a Petrobras sempre se julgou acima. Raras vezes, você vê... Com essa história de que você não pode convocar o Presidente da Petrobras, e só o Ministro vinculado a ela, ele nunca vem. Não é de agora, não. Não é o atual. Sempre foi assim.

Eu me lembro, na Comissão Mista do Orçamento. Não dão bola, prestam conta aos acionistas, e não dão bola. Não querem nem saber, por exemplo, do prejuízo que vai dar, sobretudo, a Sergipe e à Bahia o fechamento dessa fábrica. Não querem saber disso. Eles querem saber do final, lá, do balanço, sei lá o que é que é isso.

Mas eu acho que está certo isso aí: nós devemos ir ao Michel Temer, e eu me coloco à disposição da Comissão da Agricultura também, junto com V. Exª para explicar. Agora, seria muito importante que as pessoas que aqui vierem produzissem um documento, explicando, sintetizando os prejuízos que isso vai dar para essa Comissão. É muito importante dizer isso, para que a gente possa deixar na mesa do Presidente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – ... exatamente as consequências do fechamento dessa fábrica lá, em Sergipe.

Eu queria parabenizar o meu amigo Eduardo Amorim, porque ele está aqui, tenazmente, lutando, o pessoal da Bahia também e com razão. Mato Grosso do Sul estava com uma fábrica de fertilizantes em 95% para concluir pela Petrobras. Ela abandonou a construção e nós, a duras penas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

conseguimos fazer uma negociação e um grupo lá, um outro grupo, que não a Petrobras, assumiu o término da obra e vai, prometeu em 60 dias, começar a funcionar.

Ora, nós importamos nitrogênio, fósforo e potássio, o famoso NPK, para a agricultura, a ureia para a engorda da pecuária. Então, não faz sentido, não faz sentido nenhum esse fechamento. Eu queria ser solidário com o pessoal de Sergipe, o pessoal da Bahia, e vou, embora Mato Grosso do Sul esteja contemplado, mas eu acho que essa luta é uma luta do Brasil, ela é muito maior que a luta de um Estado ou de outro.

Quero ser solidário, João Leão, com a luta da Bahia, a luta de Sergipe, Eduardo Amorim, Lídice da Mata, eu queria ser solidário com todo mundo que luta para a manutenção, principalmente, desses produtos que nós importamos, principalmente o potássio. O potássio é uma coisa absurda, e o nitrogênio, como lembrou o Eduardo Amorim, também, na questão da Medicina. Então, fica aqui um companheiro que quer ser solidário na luta e quer estar nessa audiência com o Presidente Michel Temer.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Senador Moka.

Com a palavra, o Senador Wellington Fagundes, pelo tempo regimental.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, eu quero cumprimentá-lo pela nossa audiência pública, assim como ao meu companheiro como Deputado Federal, João Leão, professor aqui, da Casa. O filho dele que já chegou aqui, no primeiro mandato, Relator da Comissão de Orçamento, brilhante como o pai. Então, ficam aqui os meus parabéns ao nosso companheiro, Dr. Castilho. Aliás, ele gosta de ser chamado é de Comandante, Comandante Castilho, representando aqui o nosso Ministro – meu amigo, meu companheiro –, representando aqui o nosso Ministro Blairo Maggi, que está, hoje, em viagem para o exterior, em Bruxelas.

Nós estivemos, a semana passada, lá, na Embrapa, onde tivemos um grande evento, que foi exatamente o lançamento do selo do Brasil isento de febre aftosa com vacinação. Eu acho que é um grande avanço que o País está tendo, não só para melhorar a pecuária brasileira, mas também para a produção de carne de mais qualidade, de possibilidade de ampliarmos as nossas exportações.

Então, eu quero cumprimentar também o nosso Senador Amorim, por propor essa nossa audiência e aqui a Elizabeth Chagas, em nome de todo o setor, de todo o setor de produção da área de rações, e todos aqui que já falaram.

Sr. Presidente, devo registrar que, como médico veterinário, eu trabalhei como profissional no campo quando começou a surgir a ureia pecuária, e, claro, tivemos muitos incidentes. E, naquela época, é importante dizer também, o que aqui a Elizabeth colocou, o perigo que representa acabar a produção de ureia pecuária e se começar a usar aí a pecuária agrícola. Isso pode ser problema sério, tanto para o ser humano, principalmente, na produção de leite.

(*Soa a campainha.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – E esse controle, V. Exª sabe, todos sabem, não é fácil haver lá no campo, enfim. Então, por isso, a produção de ureia pecuária veio exatamente permitir que pudéssemos melhorar muito a qualidade do nosso rebanho e da carne produzida no Brasil.

Então, neste momento em que o Brasil venceu a questão da carne fraca e, aí, a gente fica pensando: "Será que nisso também há estratégia de fora para desestabilizar a nossa capacidade de comercialização?"

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO. *Fora do microfone*.) – Com certeza. Com certeza que tem.

(*Soa a campainha.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – E o Ministro Blairo tem falado isso de forma muito aberta. Então, eu creio que isso é uma questão estratégica para o País o que nós estamos discutindo aqui.

Quanto à forma como nós vamos vencer essa resistência, Sr. Presidente, já se sugeriu aqui falar com o Presidente da República, eu acho que é importante. O Ministro, podemos falar também com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ministro das Minas e Energia. Se for o caso, Sr. Presidente, sugiro, aqui, talvez, até uma Comissão Externa – que possamos propor, mas quero fazer isso em conjunto com a Presidência, através da Comissão –, se for o caso, para ir visitar *in loco*, também, essas fábricas e, até, podemos trazer aqui, com mais consistência, exatamente essa visão, convidando a Asbran, convidando os segmentos, para que a gente possa, e eu tenho certeza de que o Ministério da Agricultura vai estar conosco, para que a gente venha com mais, digamos, detalhamento técnico aqui para que a gente possa, se for o caso, defender isso, tanto da tribuna, como até nas audiências que faremos.

Então, eu quero aqui registrar a importância desta audiência, e aqui não vou me delongar, porque, na área técnica, já foi muito falada a importância que representa tudo isso. Então, eu quero aqui, na verdade, é agradecer a presença de todos que aqui vieram e eu tenho certeza de que esta audiência, e é bom isso aqui ficar claro, porque tudo isso aqui está nos *Anais*, a gente vai trabalhar isso para que a gente faça disso aqui a produção de um documento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – ... até para que nosso trabalho tenha maior resultado.

E eu quero, ainda, Sr. Presidente, só para concluir, como não ultrapassei meu tempo, espero, ainda, dizer que eu apresentei um requerimento agora que é um requerimento para que seja realizado um seminário em Rondonópolis, na minha cidade natal, no dia 13 de abril, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para discutir a implantação e a gestão da Universidade Federal de Rondonópolis, debatendo a importância da universidade para o desenvolvimento regional.

Eu quero dizer que, Sr. Presidente, nós já temos aprovado isso na Comissão de Educação e para esse evento já está confirmada a presença do Ministro Blairo, a presença do Ministro dos Transportes, que será agora, no dia 13.

Portanto, a criação dessa universidade já foi sancionada pelo Presidente da República e nós estamos discutindo agora, porque, claro, essa região é uma região com a vocação principalmente agropecuária. Por isso, eu estou pedindo a inclusão da Comissão, mesmo já sendo na semana, mas a autorização, e a gente aprovando, que eu possa, inclusive, também representar a Comissão de Agricultura. Se o Presidente puder nos dar a satisfação e a honra de estar lá conosco, muito melhor ainda. E eu aproveito aqui, também, para convidar os membros dessa Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Senador Wellington.

Antes de passar a palavra para a nossa Senadora Lídice, com certeza, da mesma maneira, houve o evento, nesse final de semana, no Estado de Goiás, o Senador Caiado solicitou, da Comissão, para que ele pudesse representá-la. Então, qualquer Senador ou Senadora que está presente junto com a gente aqui e tenha um evento no seu Estado da grandeza do que o que você está colocando, com certeza, como Presidente, eu passo, naquele instante do evento, lá, para você representar, o nosso Senador Wellington representar a Comissão de Agricultura como Presidente. Está delegado a vocês, Senadores. Então, está aprovado aí com o aval dos demais Senadores.

Com a palavra, a Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Muito obrigada, Senador Presidente.

Quero saudar meu querido amigo e Vice-Governador do nosso Estado, o nosso querido João Leão, tantas vezes Deputado Federal pela Bahia, que ajudou o Brasil inteiro na Comissão de Orçamento, também na Liderança do Governo, para que nós pudéssemos crescer todos juntos.

Quero saudar os membros desta Comissão, saudar também e agradecer pela participação de todos os convidados aqui. E agradeço, no sentido de que pertenço a um Estado que é diretamente atingido pela decisão unilateral da Petrobras. E por esta audiência pública quero saudar o seu Autor, o Senador de Sergipe, o Senador Amorim, parceiro já dessa nossa discussão, dessa luta, que esteve conosco na audiência pública, na reunião feita entre as duas Bancadas do Senado e da Câmara dos Deputados, de Sergipe e de Bahia, com o Presidente da Petrobras, algum tempo atrás.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E chamo atenção de que esta audiência pública, Vice-Governador João Leão, deixa ainda mais claro o isolamento da posição da Petrobras. Aqui se pronunciam contra o Ministério da Agricultura; aqui trouxe o seu posicionamento a Confederação Nacional da Agricultura, num pronunciamento objetivo, técnico e corretíssimo; aqui se fez presente e se pronunciou a Drª Elizabeth Chagas, com um posicionamento oficial da Associação Brasileira das Indústrias...

(*Soa a campainha.*)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – ... de Suplementos Minerais; aqui está presente, já através de nota, desde a outra audiência, a Associação de Indústrias Químicas do Brasil, também o Governo da Bahia, o Governo de Sergipe, os sindicatos, agora mais ainda a Comissão da Pecuária, destacando também a necessidade da segurança do processo produtivo da pecuária brasileira. Portanto, todos esses são agentes representativos de segmentos que são diretamente atingidos por uma posição da Petrobras absolutamente monocrática: segundo o Presidente da Petrobras anunciou naquela reunião, eles decidiram, em seu planejamento estratégico, acabar com as Fafens; não falaram sequer com o Presidente da República.

Por isso, eu creio, meus queridos pares, Senadores e Senadoras,...

(*Soa a campainha.*)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – ... e vou finalizar, que uma primeira reivindicação é a de que nós possamos ir ao Presidente da República. Nunca se tomou uma posição a respeito de uma empresa com tamanha importância, que atinge tantos segmentos, no Brasil, que não fosse uma decisão política da Presidência da República. Por isso, acho que os nossos governadores devem se dirigir ao Presidente da República para tratar desse assunto, com a participação, é claro, de todos os agentes, especialmente do Parlamento brasileiro.

Segundo, eu queria propor também, caro João Leão, a formação de um grupo de trabalho não restrito à Petrobras, que esse grupo de trabalho fosse do Ministério de Minas e Energia. Portanto, mais amplo, com a participação da Petrobras, mas também com a participação de todos os agentes que aqui já se pronunciaram. Creio que no Ministério de Minas e Energia não está garantido uma visão mais ampla, mais geral.

(*Soa a campainha.*)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Finalmente, quero dizer que a posição que foi tomada, depois da pressão das duas bancadas e que leva essa decisão para outubro, para nós não é ainda uma posição satisfatória. É claro que, levando essa decisão para outubro, nós já teremos o resultado da eleição encaminhado. Isso porque não é possível admitir que nós passamos ter uma decisão monocrática como essa, que atinge de forma tão profunda a economia do Brasil, que ela se dê antes de um processo eleitoral. Em outubro, também não será possível nós termos essa decisão. Então, nós temos que levar essa posição para o Presidente da República, ou seja, solicitar que seja suspensa a decisão em relação à Fafen até que num novo governo essas forças possam sentar e decidir de forma objetiva, sob um novo prisma.

Era o que eu queria dizer a todos os senhores, ressaltando que para a Bahia isso representa um impacto muito forte na economia do nosso Estado e que atinge a existência do Polo Petroquímico, atinge o nosso desenvolvimento industrial, porque a Fafen é produtora de matéria-prima para 15 ou 20 empresas do Polo Petroquímico, além de toda a importância que ela tem para a pecuária baiana, para a agricultura baiana e a agricultura de todo o Brasil.

Eu agradeço a palavra dada pelo Presidente. Mesmo não sendo membro desta Comissão, é facultado a qualquer Senador participar dela, e em nenhum momento fiz nenhum tipo, Senador Otto Alencar, de infringência das regras regimentais desta Comissão. Apenas ressaltei o fato de já ter iniciado minha fala antes, por determinação desta Presidência.

Agradeço ao Presidente, portanto. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado. Mais uma vez, agradeço a participação da Senadora Lídice da Mata.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E, como todos sabem, como Presidente, somos eleitos pelos nobres colegas. Então, a gente, quando vai abrir uma Comissão, costuma abrir para o autor do requerimento. Com certeza, os colegas que querem reforçar a iniciativa do autor... Depois, é lógico, fica a oportunidade.

Eu vou ler, Senador Otto, dois requerimentos, e aprová-los. Aqui eu tenho também várias perguntas do pessoal a Bahia. Como o senhor é um bom baiano, eu vou deixar para o senhor fortalecer a questão em cima dessas perguntas e fechar com chave de ouro os trabalhos desta Comissão.

Eu tenho em mãos e vou ler um requerimento do Senador Wellington Fagundes.

EXTRAPAUTA
ITEM 4
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 14, de 2018
- Não terminativo -

Requer que seja realizado Seminário em Rondonópolis no dia 13 de abril de 2018, para discutir a implantação e a gestão da Universidade Federal de Rondonópolis, debatendo a importância da Universidade para o desenvolvimento regional do Estado de Mato Grosso.

Autoria: Senador Wellington Fagundes

Nos termos do Regimento, requeiro que seja realizado seminário em Rondonópolis, no dia 13 de abril de 2018, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para discutir a implantação da gestão da Universidade Federal de Rondonópolis, debatendo a importância da Universidade para o desenvolvimento regional do Estado do Mato Grosso, com a participação do Comitê Pró-Universidade Federal de Rondonópolis, de representantes do MEC, da UnB, da Universidade do Paraná, e de professores da UFMT e de representantes da comunidade local e de outros especialistas na área de educação. Sala das Comissões.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está, portanto, aprovado o requerimento.

Já delego a V. Exª todo o comando. Está aqui o Marcelo e toda a equipe nossa para que possa dar suporte para o Senador Wellington na cidade de Rondonópolis. Leve o nosso abraço para todos os amigos lá de Rondonópolis por ocasião dessa audiência pública!

Há também o Requerimento de nº 13.

EXTRAPAUTA
ITEM 3
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 13, de 2018
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Ministro de Estado de Minas e Energia, Senhor Moreira Franco, para prestar esclarecimentos acerca do fechamento das Fábricas de Fertilizantes Nitrogenados (FAFEN) nos estados de Sergipe e Bahia.

Autoria: Senador Ivo Cassol

Foi de minha autoria, Senador Otto, logo no começo. Como o Presidente da Petrobras não veio, o requerimento é para que ele fosse convocado. Como o Regimento Interno não nos dá essa regalia, essa autonomia, esse poder, estamos convidando o novo Ministro de Minas e Energia, Moreira Franco, para que possa estar presente nesta Comissão ou possa determinar que o Presidente da Petrobras... O requerimento é de minha autoria, com subscrição dos Senadores Otto, Eduardo Amorim, Waldemir Moka, Wellington Fagundes, Dalirio Beber e também da Senadora Lídice da Mata.

Nós temos aqui a participação da nossa internauta da Bahia, Marcele do Valle, que diz o seguinte: "Fafen, garantir os trabalhadores cujas empresas devem ser fechadas, e, no âmbito da transição, o direito a se inserir num ramo de produção alternativa, necessária para construir uma infraestrutura sustentável." Eu não consegui entender essa pergunta.

Outra pergunta da Marcele do Valle, da Bahia: "Fafen, por uma gestão comum e democrática dos recursos a serviço das necessidades humanas reais, com respeito ao bom funcionamento e à capacidade de renovação dos ecossistemas." O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Mais uma da Marcele: "Uma relação completamente diferente da humanidade com o meio ambiente é uma necessidade urgente. Essa nova relação, baseada num modelo de cuidado, tanto para os seres humanos como para com o meio ambiente, não será simplesmente o resultado de mudanças individuais."

Ana Carolina, de Sergipe: "O Ministério da Agricultura pode incentivar a criação de cooperativas pelos funcionários da Fafen para produção de fertilizantes naturais para abastecer a agricultura familiar?"

Júlio César Fonseca de Souza, do Rio de Janeiro: "Vergonhoso permitir o fechamento dessa fábrica." Otto, é vergonhoso o fechamento dessa fábrica e de tantas outras, porque somos tão dependentes de todos esses fertilizantes para a nossa produção, tanto pecuária como agrícola.

Tiago Anselmo, da Bahia, da sua cidade, Senador Otto, e também do nosso Vice-Governador: " É preciso calma para se julgar um desbalanço nas contas de uma planta industrial. Deve-se levar em conta a conjuntura de um país; os resultados para negócios ligados ao agronegócio não aparecem imediatamente, nem para o positivo nem para o negativo." É verdade. Quando há uma empresa pública como a Petrobras, que tem participação do mercado, ela também tem que pensar no Brasil como um todo.

Há outras perguntas do Tiago.

E também há a participação do Sílvio Roberto Teixeira, do Rio Grande do Norte: "Se está dando prejuízo, deve ser privatizada." Privatizar é uma situação. Cobrir o desmando do que aconteceu durantes tantos anos na Petrobras, sinceramente, não há como tapar o sol com a peneira. Infelizmente, a gente vê isso com tristeza. O que fizeram com a Petrobras, com o Brasil, saquearam a nossa Petrobras, como se a Petrobras aguentasse tantos desaforos. Eu sempre digo que dinheiro não aguenta desaforo.

Com a palavra o Senador Otto, que, gentilmente, cedeu o espaço para a Senadora e para os demais colegas. É uma alegria tê-lo aqui, pois o senhor é uma pessoa que sempre tem trabalhado diuturnamente em todas as Comissões. Eu fico feliz de tê-lo aqui na Comissão de Agricultura, defendendo não só a Bahia, mas também os demais Estados da Região Norte.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu agradeço a V. Exª, Sr. Presidente.

Nós já participamos, na Câmara dos Deputados, de uma reunião em que estava presente o Presidente da Petrobras, Pedro Parente. Estava presente também o Vice-Governador João Leão.

Realmente, essa posição da Petrobras deixou todos nós perplexos, porque é uma política de governo, como todos falaram aqui, do Estado de Sergipe ou da Bahia. A agropecuária e o agronegócio hoje empregam muitas pessoas e são o motor propulsor do desenvolvimento econômico do nosso País.

Neste Congresso Nacional, e aqui no Senado não é diferente, votam-se coisas de interesse do Brasil, como nós temos votado, e eu fico à vontade, porque faço oposição ao Governo desde que ele foi instalado. Eu faço oposição ao Governo, oposição responsável ao Governo que aí está, desde que tomamos posição de votar contra o *impeachment* da Presidente. A minha posição é muito clara aqui no Senado, ou seja, coisas de interesse do Brasil nós votamos.

Agora, é importante que os Senadores tomem consciência de que tem que se fazer um bloco parlamentar no Senado Federal e também na Câmara Federal para discutir o que é de interesse do País e o que é de interesse do Palácio do Planalto, e não votar aquilo que é de interesse do Palácio do Planalto, não contar com o nosso apoio. É preciso respeitar o Parlamento, que está muito desrespeitado.

Agora mesmo, véspera da análise do processo do Presidente Lula, o General Comandante do Exército deu uma declaração de golpe no Brasil, não bastasse o golpe de 1964. Então, é importante que aqui dentro do Senado e na Câmara se tome uma decisão contra essa posição, que é uma posição isolada do Presidente Pedro Parente, pois não é a primeira vez que é contra a Bahia. Na época do Presidente Fernando Henrique Cardoso, eles lutaram muito para que a Ford não fosse para a Bahia, para que não se desse o incentivo do IPI, das contribuições do PIS/Pasep, não se publicasse aquela medida provisória. Foi uma luta muito grande.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E eu pergunto: por que não o Governo? Por que a Petrobras ou o Governo não podem subsidiar a Fafen? Por que não se pode subsidiar o gás? Por que não se pode tirar os 18% que são cobrados do ICMS para baratear? Isso porque 52%, segundo me informam aqui, do custo da Fafen é do gás que é levado para lá. Isso vai gerar emprego e renda no Brasil inteiro.

Outra coisa, é importante para quem está bem empregado na Petrobras, como o Presidente Pedro Parente, saber que é doloroso, dói na carne de um trabalhador que não tem culpa nenhuma pelo desarranjo administrativo dos governos que se sucederam no Brasil ter a perda do seu emprego, ficar desempregado. Essa é uma situação muito grave.

Portanto, eu acho que o Presidente da República, que não tinha conhecimento da decisão do Presidente da Petrobras... Veja a falta de sintonia que existe entre o Presidente da Petrobras e o Presidente da República, que tomou conhecimento depois. E, tomando conhecimento, não há essa história de levar até outubro, não. Isso é política de governo, política estratégica para o Brasil para não ficar dependendo de importação de produtos que nós podemos produzir aqui dentro.

Desmontar a Fafen é crime contra os interesses da Nação. Então, a nossa posição vai ser sempre radical quando houver atitudes dessa natureza. Portanto, nós vamos trabalhar aqui dentro do Senado e não vamos descansar enquanto não houver uma decisão sobre esse assunto. Por que não subsidiar? Por que não tirar os impostos ou contribuições federais? O Governo vai arrecadar menos? Não! Vai gerar mais emprego e renda, mais produção no campo,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – ... mais produção na pecuária, na agricultura, uma produção maior da soja, do algodão lá no oeste da Bahia.

No ano passado, como falou o Vice-Governador João Leão, o Estado da Bahia produziu 6 milhões de toneladas de soja. Sabem por quê? Por causa dos fertilizantes e não é por causa do céu e da chuva.

O nosso amigo Maurício Velloso, se não me engano, falou da questão do boi sanfona, que engordava na época das chuvas e perdia peso no período de estiagem de seis meses, como é o caso aqui do Centro-Oeste. Então, evolui-se tanto na produção e depois vem um burocrata empedernido, que não tem sensibilidade política nenhuma e diz que vai fechar a Fafen. Mas só se não houver homem neste Congresso para lutar contra essa decisão, que é uma decisão equivocada, equivocada, equivocada... (*Palmas.*)

... do Presidente da Petrobras. E, como homem e como Senador, nós vamos lutar muito. E o Governo vai ter uma oposição muito radical nossa aqui dentro do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Senador Otto.

E sou solidário com o senhor, porque, enquanto a Bahia vai produzir, nós, do Estado de Rondônia, precisamos consumir. Não há como escapar. Entre importar e produzir, e gerar emprego e renda aqui, nós precisamos produzir, aproveitar a riqueza que temos. E não é o Sr. Pedro Parente, que ocupa cargo por indicação política, que tem que ter a decisão única num setor tão importante como é a Petrobras.

Eu sei que a situação da Petrobras não é boa, eu sei do desarranjo. E nós acompanhamos aqui, Senador Otto, as badernas que foram feitas, infelizmente, para acomodar muitos partidos políticos que se aproveitaram da situação. O que não pode é, por conta disso, se excluírem, ou se eliminarem as plantas existentes, que já produzem os fertilizantes, fator importante para garantir a nossa soberania nacional.

Sou solidário com essa colocação de V. Exª. Estou junto e misturado, para, onde for preciso, irmos defender a nossa soberania nacional, como Presidente desta Comissão, como produtor, como pecuarista que também sou.

Eu acabei de assinar o ofício, comunicando que o Senador Wellington será o Presidente da Comissão de Agricultura no evento que será realizado na cidade de Rondonópolis.

Com a palavra o Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, não sei se foram citados antes, mas gostaria de agradecer aqui, em nome também da Comissão, ao Sr. Ademar Leal,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que é da Campo Rações Ltda., que é o atual Presidente da Asbram, Associação Brasileira das Indústrias de Suplementos Minerais, gestão 2018-2019; à Elizabeth, que já está aqui conosco; ao Nelson Lopes, Vaccinar, Indústria e Comércio Ltda., ex-Presidente da Asbram; ao Jorge Matsuda, Comércio e Indústria Matsuda Importação e Exportação Ltda., ex-Presidente também da Asbram e uma das grandes empresas brasileiras, eu fui cliente muito tempo dessa empresa, acho que ainda temos relações comerciais; ao Lauriston Bertelli, da Manufaturação de Produtos para Alimentação Animal, Premix Ltda., também uma grande empresa; ao Maurício Velloso, da CNA e Presidente da Faeg.

Quero ainda registrar a presença do meu filho, João Antônio Fagundes, representando a Zootec Indústria e Comércio de Produtos Agropecuários. (*Palmas.*)

Eu acho que ele gostaria de estar aqui na condição de Deputado. Viu, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Mas é questão só de tempo, não é?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Mas, como eu entrei para a vida pública com 33 anos...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Alguém tem que ficar em casa cuidando das coisas, não tem?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – ... e já estou com seis mandatos como Deputado Federal e agora como Senador, eu acho que ele terá tempo ainda, pois é jovem, 29 anos, 30 anos, e dá para esperar um pouquinho. Não é isso, Castilho?

Agradeço a todos vocês e desejo-lhes um bom retorno. Com certeza vamos estar aqui com o Presidente Ivo Cassol nesta luta, porque temos certeza de que isso é importantíssimo para a qualidade do produto, da proteína animal produzida, para a saúde animal, mas também para a saúde da população brasileira e, claro, também no que diz respeito a custos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Senador Wellington.

Portanto, na próxima sexta-feira, dia 13, na cidade de Rondonópolis...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sexta-feira, dia 13, isto dá sorte, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Faça o convite, faça o convite.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Quero aproveitar para fazer o convite a toda a população, inclusive, àqueles que nos assistem, do Mato Grosso, aos companheiros da Comissão. Nós criamos a Universidade Federal de Rondonópolis. Como eu disse, isso já está sancionado. Foi uma luta, como filho daquela cidade.

E eu falo com orgulho, como falou aqui o Senador da Bahia, o meu pai saiu da Bahia para Mato Grosso a pé. Então, hoje construir e edificar, estar lá instalando, criando uma universidade federal... Eu sempre tenho dito, Presidente, que mais do que qualquer obra, construir uma estrada, uma ponte é uma grande realização para todos nós, principalmente para V. Exª, que foi Governador do Estado, mas edificar algo que fica para as futuras gerações, sem dúvida nenhuma, é fundamental, é glorificante, é realizador para todos nós. Portanto, como filho daquela cidade,...

O SR. JOÃO LEÃO – Senador Ivo Cassol...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – ... devo dizer que foi uma luta muito grande. E nessa audiência pública vamos ter praticamente uma comemoração, uma coroação de tudo isso.

Nosso companheiro, João Leão...

O SR. JOÃO LEÃO – Senador Ivo Cassol, eu vivi aqui o trabalho do Senador Wellington Fagundes na Câmara dos Deputados: um grande Deputado, um Deputado baiano, baiano por tradição, que saiu do Município da Barra, lá das margens do Rio São Francisco, e foi para o Mato Grosso. E, no Município da Barra, o copiando, nós criamos lá a Universidade Federal do Oeste da Bahia, onde temos os cursos de Agronomia, Veterinária, Medicina. Então, isso é uma coisa muito importante. Parabéns, Wellington, pelo belo trabalho que você faz aqui para os brasileiros!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 40 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e trinta minutos do dia vinte e sete de março de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Valdir Raupp, Airton Sandoval, Hélio José, Dário Berger, Paulo Rocha, Regina Sousa, Flexa Ribeiro, Pedro Chaves, Wellington Fagundes, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado, José Pimentel e Fátima Bezerra. Deixam de comparecer os Senadores João Alberto Souza, Jorge Viana, Acir Gurgacz, Ricardo Ferraço, José Agripino, Omar Aziz, Randolfe Rodrigues e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 174, de 2017 - Não Terminativo** - que: "Dispõe sobre o fornecimento de programas de computador e jogos eletrônicos." **Autoria:** Deputado Aureo. **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 662, de 2011 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para tornar obrigatória a organização e apresentação adequadas das informações técnicas e dos preços dos serviços de telecomunicações oferecidos aos usuários." **Autoria:** Senadora Ângela Portela. **Relatoria:** Sen. Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com a emenda de redação que apresenta, e pela rejeição das Emendas n.º 1 e 2 da CTFC. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 167, de 2014 - Terminativo -** que: "Autoriza o armazenamento eletrônico dos prontuários dos pacientes." **Autoria:** Senador Roberto Requião. **Relatoria:** Sen. Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº. 1-CAS. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 385, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991, para dispor sobre a composição e o processo de escolha dos membros do Conselho de Comunicação Social, órgão auxiliar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

do Congresso Nacional." **Autoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 285, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, que cria o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações, para estabelecer a aplicação dos recursos do fundo na instalação, custeio e manutenção do bloqueio de sinais de radiocomunicações em estabelecimentos penitenciários e em outros locais em que sua utilização seja exigida por lei." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda n.º 1-CAE (Substitutivo). **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - OFICIO "S" Nº 43, de 2014 - Não Terminativo -** que: "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 25/2014, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO SANTA CRUZ LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Itabuna, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S", nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 5 de 2018** que: "Requer que, durante o ano de 2018, seja avaliada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicações e Informática (CCT) do Senado Federal a "Política Pública promovida pela FINEP ao exercer as atividades estabelecidas na sua criação", com base nos arts. 90, IX, 96-B e 104-C do Regimento Interno do Senado Federal (RISF)." **Autoria:** Senador Otto Alencar. **Resultado:** Aprovado. **Observação:** O Senador Waldemir Moka é designado relator da avaliação de política pública. **ITEM 8 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 66, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO GARBOSA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de São João Nepomuceno, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Gleisi Hoffmann. **Relatório:** Pelo sobrestamento da tramitação do Projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 81, de 2017 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL BOM JESUS para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Gleisi Hoffmann. **Relatório:** Pelo sobrestamento da tramitação do Projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 184, de 2017 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA NOVA ESPERANÇA FM CULTURAL E COMUNICAÇÃO SOCIAL para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Esperança do Sul, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 185, de 2017 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL RIO DOS CEDROS para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 123, de 2017 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à rádio SALAMANCA DE BARBALHA S.A. — a qual foi sucedida pela Rádio Cetama de Barbalha Ltda. — para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média no Município de Barbalha, Estado do Ceará." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Pedro Chaves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 158, de 2017 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INOCENCIENCE DE COMUNICAÇÃO E MARKETING para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Inocência, Estado de Mato Grosso do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Pedro Chaves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

ITEM 14 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 194, de 2017 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga permissão à UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÀS para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Trindade, Estado de Goiás." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Omar Aziz. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 195, de 2017 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga permissão à REDE DE RÁDIO E TELEVISÃO TIRADENTES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Belém, Estado do Pará." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Omar Aziz. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 16 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 142, de 2017 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E CULTURAL DE ESTREITO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Estreito, Estado do Maranhão." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 17 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 201, de 2017 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO VIZINHANÇA FM LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Dois Vizinhos, Estado do Paraná." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Pedro Chaves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 18 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 207, de 2017 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO FM NIQUELÂNDIA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Niquelândia, Estado de Goiás." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Pedro Chaves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 19 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 78, de 2017 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE NOVA MINDA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Japonvar, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Sen. Davi Alcolumbre. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 20 - PROJETO DE**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 79, de 2017 - Terminativo – que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E EDUCACIONAL PADRE DE MAN para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Coronel Fabriciano, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Davi Alcolumbre. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 21 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 84, de 2017 - Terminativo** – que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO CAETANO DO XOPOTÓ para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cipotânea, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Davi Alcolumbre. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 22 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 220, de 2017 - Terminativo** – que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CULTURA DE GUAÍRA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Guaíra, Estado de São Paulo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Regina Sousa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 23 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 208, de 2017 - Terminativo** – que: "Aprova o ato que outorga permissão à TOTAL - COMUNICAÇÃO, PUBLICIDADE E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Irará, Estado da Bahia." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 24 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 239, de 2017 - Terminativo** – que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DA BARRA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Barra, Estado da Bahia." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 25 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 234, de 2017 - Terminativo** – que: "Aprova o ato que outorga permissão à COMUNICAÇÕES MARANHENSES LTDA-ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Olho d'Água das Cunhãs, Estado do Maranhão." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. João Alberto Souza. **Relatório:** Pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 26 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 75, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PADRE CONSTANTINO ZAJKOWSKI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dom Feliciano, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Gleisi Hoffmann. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 27 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 198, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à SOCIEDADE RÁDIO PALMEIRA ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Condor, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quarenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Otto Alencar

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/03/27

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as notas taquigráficas.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 5, de 2018

- Não terminativo -

Requer que, durante o ano de 2018, seja avaliada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicações e Informática (CCT) do Senado Federal a "Política Pública promovida pela FINEP ao exercer as atividades estabelecidas na sua criação", com base nos arts. 90, IX, 96-B e 104-C do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Autoria: Senador Otto Alencar.

A Finep, criada com fundamento no artigo 191 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, de acordo com seu atual Estatuto, previsto no Decreto nº 1.808, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

7 de fevereiro de 1996, tem por finalidade apoiar estudos, projetos e programas de interesse para o desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico do País, considerando as metas e prioridades setoriais estabelecidas nos planos do Governo Federal. De acordo com o artigo segundo do citado Decreto, a Finep também atua como Secretaria Executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). E, nos termos do Decreto nº 8.872, de 10 de outubro de 2016, está vinculada ao Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC)

Visando o atingimento de sua finalidade, a Finep está autorizada a exercer as atividades abaixo elencadas, conforme artigo 4º do Decreto nº 1.808, de 7 de fevereiro de 1996:

I. conceder a pessoas jurídicas financiamento sob a forma de mútuo, de abertura de créditos, ou ainda, de participação no capital respectivo, observadas as disposições legais vigentes;

II. financiar estudos, projetos e programas de interesse para o desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico do País, promovidos por sociedades nacionais no exterior;

III. conceder aval ou fiança;

IV. contratar serviços de consultoria;

V. celebrar convênios e contratos com entidades nacionais ou estrangeiras, públicas ou privadas, e internacionais;

VI. realizar as operações financeiras autorizadas pelo Conselho Monetário Nacional;

VII. captar recursos no País e no exterior;

VIII. conceder subvenções;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

IX. conceder a pessoas jurídicas brasileiras, de direito público ou privado e a pessoas físicas, premiação em dinheiro por concurso que vise ao reconhecimento e ao estímulo das atividades de inovação; e

X. realizar outras operações financeiras.

Também poderá, direta ou indiretamente, realizar estudos e projetos que considere prioritários.

Sua atuação evoluiu desde sua criação e, a partir de 1971, a Finep é a Secretaria Executiva do FNDCT, além de gerenciar recursos para o apoio a toda cadeia de inovação, em diversos setores da economia, por meio da combinação de financiamentos reembolsáveis, não reembolsáveis e de investimento (direto e indireto), provenientes de diferentes fontes – recursos próprios, de terceiros e do orçamento fiscal. A Finep também atua de forma descentralizada através de parcerias com instituições financeiras de desenvolvimento regional e instituições estaduais de apoio.

Precisamos avaliar se a FINEP tem alcançado seus objetivos e levado o desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico para nosso País através da pesquisa científica. Diante disso, propomos que a CCT se dedique, durante o ano de 2018, à avaliação da política, para a qual conto com o apoio dos demais senadores.

Esse foi o requerimento que eu queria esclarecer ao nobre Senador Waldemir Moka, que nós escolhemos para este ano como política pública, para fazer a avaliação do desempenho e das atividades da Finep, política pública voltada para as atividades de financiamento e de estímulo à pesquisa.

Portanto, eu creio que essa avaliação seria importante, até porque nós temos um fundo nacional de ciência e tecnologia, onde existem recursos para a aplicação, e é importante, neste momento em que há dificuldades orçamentárias grandes, momento que o Brasil atravessa e que não é de agora, para o financiamento da pesquisa, da ciência e da tecnologia. Por que não fazer essa política pública, chamar aqui os dirigentes da Finep para que eles possam comparecer ao Senado Federal para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

audiências públicas, para se ver e se observar o desempenho que tem a Finep financiado, já que tem recursos suficientes para esse financiamento?

Eu gostaria muito, pelo compromisso de V. Exª, Senador Waldemir Moka, pelo seu desempenho, por ser um Senador atuante, que representa muito bem o seu Estado, com a história de vida política dedicada à sua coletividade e ao Brasil, que V. Exª pudesse ser o Relator dessa política pública aqui para o ano de 2018. Se V. Exª aceitasse, eu lhe agradeceria muito.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB – MS) – Eu aceito e me sinto honrado com a indicação de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD – BA) – Senador Waldemir Moka, coloco em votação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento que estabelece para o ano de 2018, como política pública a ser avaliada aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia, a Finep e suas atividades na área de ciência e tecnologia.

Agradeço a V. Exª.

Bom, nós hoje temos... Estamos nós dois aqui presentes. Temos aqui muitos projetos, na sua maioria terminativos. Agora nós vamos ter uma reunião para a apreciação de uma medida provisória – eu sou o Presidente que vai ver e rever a política de financiamento dos fundos constitucionais –, nós vamos reabrir agora. Portanto, vou declarar encerrada a sessão, para que eu possa, além disso, presidir os trabalhos relativos à Medida Provisória do Fundo do Nordeste, do Fundo do Centro-Oeste.

Depois disso, também teremos uma reunião que interessa muito ao Estado da Bahia e ao Estado de Sergipe, que é a questão que foi anunciada pela Petrobras do fechamento da Fafen, que é uma indústria da Petrobras, um dos ramos da Petrobras de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

produção de fertilizantes, e o seu fechamento poderá trazer graves e grandes prejuízos ao Estado de Sergipe e ao Estado da Bahia.

O que nós pretendemos é um diálogo com o Governo para que, ao contrário do fechamento, pelo menos o Governo tentasse de alguma forma fazer o levantamento das suas duas plantas e pudesse até levar à privatização. Talvez alguma empresa privada pudesse se interessar por essas plantas, de modo que a produção de fertilizantes no Nordeste pudesse continuar. São duas empresas que geram vários empregos e também muitas possibilidades na utilização da produção da sua matéria-prima para os fertilizantes todos que servem à Região Nordeste, ao oeste da Bahia e a outros Estados brasileiros.

Portanto, agradeço a presença de V. Exª e declaro encerrada a reunião.

Com a palavra, o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB – MS. Sem revisão do orador.) – Só um minutinho.

Presidente, nós temos um projeto, que é aquele que transforma os prontuários, originalmente em papel, em digitalizados. Ele é terminativo, não há como nós o votarmos. O que pediria é que nós, na semana que vem, pudéssemos fazer um esforço, porque eu já tenho parecer do Conselho Federal de Medicina e do Governo do Estado. Quer dizer, é um projeto que não me parece que tenha... E os hospitais têm verdadeiros pavilhões cobertos de caixas com esses prontuários, porque eles são obrigados a permanecer por 20 anos guardados.

Eu também, assim como V. Exª, vou participar dessa medida provisória, por causa dos fundos constitucionais.

Uma boa notícia: hoje, na audiência do Ministro da Casa Civil, ele disse que o Presidente Michel Temer, a pedido de vários Parlamentares, já aceitou discutir e rever essa questão do fechamento dessas importantes indústrias, que, além de tudo, fornecem matéria-prima, o famoso NPK, que faz falta exatamente para o desenvolvimento da agricultura, sobretudo na região oeste da Bahia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Exatamente.

Eu acho que, se o Presidente agir dessa forma, estará sintonizado com os interesses da Bahia, de Sergipe e também de todo o setor do agronegócio, que é um setor que hoje sustenta praticamente o Brasil e que está dando certo. Fechar uma indústria dessa natureza para termos que importar de outros países seria um retrocesso muito grande.

Acho que, nesse caso, a Petrobras precisa rever essa situação, discutir e, quem sabe, fazer um levantamento das plantas de Sergipe e da Bahia e até fazer uma privatização, permitir que ela possa ser entregue à iniciativa privada, porque fechar duas fábricas sem dar nenhuma satisfação aos seus funcionários e pegar de surpresa dois Estados do Brasil onde essas fábricas têm uma relevância muito grande seria algo abrupto e não aceito em hipótese nenhuma. Então, eu até acho que é uma posição muito correta do Presidente da República.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 14 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 41 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE ABRIL DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e quarenta e oito minutos do dia três de abril de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Waldemir Moka e Flexa Ribeiro, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Airton Sandoval, Hélio José, Paulo Rocha, Jorge Viana, Acir Gurgacz, Ângela Portela, Regina Sousa, Ivo Cassol, Pedro Chaves, José Medeiros, Paulo Paim, Cidinho Santos, Wellington Fagundes, Ataídes Oliveira, Romero Jucá, Ronaldo Caiado, José Pimentel, Fátima Bezerra e Lídice da Mata. Deixam de comparecer os Senadores Ricardo Ferraço, José Agripino, Omar Aziz, Otto Alencar, Randolfe Rodrigues e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação das atas da 3ª e da 6ª reunião da CCT, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 174, de 2017 - Não Terminativo** - que: "Dispõe sobre o fornecimento de programas de computador e jogos eletrônicos." **Autoria:** Deputado Aureo. **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 662, de 2011 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para tornar obrigatória a organização e apresentação adequadas das informações técnicas e dos preços dos serviços de telecomunicações oferecidos aos usuários." **Autoria:** Senadora Ângela Portela. **Relatoria:** Sen. Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com a emenda de redação que apresenta, e pela rejeição das Emendas n.º 1 e 2 da CTFC. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 167, de 2014 - Terminativo** - que: "Autoriza o armazenamento eletrônico dos prontuários dos pacientes." **Autoria:** Senador Roberto Requião. **Relatoria:** Sen. Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição da Emenda n.º 1-CAS. Usou da palavra a Senhora Senadora Regina de Souza. **Resultado:** A Comissão aprova a Emenda nº 2-CCT (Substitutivo) oferecida ao Projeto. **Observação:** 1) Ficam prejudicados o Projeto e a Emenda nº 1-CAS, nos termos do art. 300, inciso XVI, do Regimento Interno do Senado Federal; 2) A matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 385, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991, para dispor sobre a composição e o processo de escolha dos membros do Conselho de Comunicação Social, órgão auxiliar do Congresso Nacional." **Autoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - OFICIO "S" Nº 43, de 2014 - Não Terminativo -** que: "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 25/2014, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO SANTA CRUZ LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Itabuna, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S", nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 66, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO GARBOSA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de São João Nepomuceno, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Gleisi Hoffmann. **Relatório:** Pelo sobrestamento da tramitação do Projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Resultado:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Adiado. **ITEM 7 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 81, de 2017 – Terminativo –** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL BOM JESUS para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Gleisi Hoffmann. **Relatório:** Pelo sobrestamento da tramitação do Projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 184, de 2017 – Terminativo –** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA NOVA ESPERANÇA FM CULTURAL E COMUNICAÇÃO SOCIAL para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Esperança do Sul, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 185, de 2017 – Terminativo –** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL RIO DOS CEDROS para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 123, de 2017 – Terminativo –** que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à rádio SALAMANCA DE BARBALHA S.A. — a qual foi sucedida pela Rádio Cetama de Barbalha Ltda. — para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média no Município de Barbalha, Estado do Ceará." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Pedro Chaves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 158, de 2017 – Terminativo –** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INOCENCIENCE DE COMUNICAÇÃO E MARKETING para executar serviço

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de radiodifusão comunitária no Município de Inocência, Estado de Mato Grosso do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Pedro Chaves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 194, de 2017 – Terminativo –** que: "Aprova o ato que outorga permissão à UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÀS para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Trindade, Estado de Goiás." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Omar Aziz. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 195, de 2017 – Terminativo –** que: "Aprova o ato que outorga permissão à REDE DE RÁDIO E TELEVISÃO TIRADENTES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Belém, Estado do Pará." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Omar Aziz. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 142, de 2017 – Terminativo –** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E CULTURAL DE ESTREITO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Estreito, Estado do Maranhão." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 201, de 2017 – Terminativo –** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO VIZINHANÇA FM LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Dois Vizinhos, Estado do Paraná." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Pedro Chaves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 16 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 207, de 2017 – Terminativo –** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO FM NIQUELÂNDIA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Niquelândia, Estado de Goiás." **Autoria:** Comissão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Pedro Chaves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 17 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 78, de 2017 – Terminativo –** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE NOVA MINDA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Japonvar, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Sen. Davi Alcolumbre. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 18 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 79, de 2017 – Terminativo –** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E EDUCACIONAL PADRE DE MAN para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Coronel Fabriciano, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Davi Alcolumbre. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 19 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 84, de 2017 – Terminativo –** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO CAETANO DO XOPOTÓ para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cipotânea, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Davi Alcolumbre. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 20 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 220, de 2017 – Terminativo –** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CULTURA DE GUAÍRA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Guaíra, Estado de São Paulo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Regina Sousa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 21 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 208, de 2017 – Terminativo –** que: "Aprova o ato que outorga permissão à TOTAL – COMUNICAÇÃO, PUBLICIDADE E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Irará, Estado da Bahia." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 22 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 239, de 2017 - Terminativo - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DA BARRA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Barra, Estado da Bahia." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 23 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 234, de 2017 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga permissão à COMUNICAÇÕES MARANHENSES LTDA-ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Olho d'Água das Cunhãs, Estado do Maranhão." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. João Alberto Souza. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 24 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 75, de 2016 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PADRE CONSTANTINO ZAJKOWSKI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dom Feliciano, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Gleisi Hoffmann. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 25 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 198, de 2015 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga permissão à SOCIEDADE RÁDIO PALMEIRA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Condor, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Waldemir Moka

Vice-Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/04/03

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 3ª e da 6ª Reuniões da CCT.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As datas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal* juntamente às notas taquigráficas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Pela ordem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB – PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu pediria a V. Exª, ouvido o Plenário, que nós pudéssemos fazer uma inversão de pauta para que entrássemos diretamente no item 3, um projeto de autoria de V. Exª que trata da questão de digitalização dos prontuários dos hospitais. É da maior importância.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Eu convido o Senador Flexa Ribeiro para que S. Sª possa assumir a Presidência enquanto eu faço um resumo, porque esse projeto já foi lido, mas eu gostaria que os Senadores pudessem ter uma ideia da importância do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Com a palavra o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. Como Relator.) – Srs. Senadores, Srªs Senadoras, o relatório do projeto, que praticamente já sei de cor, já foi lido. Na verdade, eu gostaria de explicá-lo.

Os nossos hospitais são obrigados a manter os prontuários médicos pelo menos por 20 anos. O prontuário é a evolução do paciente, é a prescrição do médico. Isso é importante, porque às vezes você precisa consultar alguma coisa que aconteceu três anos antes, quatro anos antes e precisa ter esses prontuários.

Ocorre que esses prontuários são... O original deles é o que vale, e em papel. Há hospitais em que existem... Há pavilhões inteiros em hospitais só com esses prontuários, porque eles têm obrigatoriamente de ficar por 20 anos à disposição.

O projeto trata exatamente disso. Cria-se uma comissão no hospital, e essa comissão transforma esse prontuário original na forma digital. Se for feito dessa forma, o Conselho Federal...

Eu deixei esse projeto, pelo menos por dois meses, no Conselho Federal. Obtive o texto aprovado pelo Conselho Federal e pelo Ministério da Saúde, mas há uma pressão dos hospitais, porque, na verdade, vamos abrir pavilhões e vamos abrir vagas, porque vamos reduzir o volume desses prontuários a uma coisa eletrônica, bem menor. Não há nem comparação. Agora, para isso valer, é preciso que seja feito dentro dessas regras.

Quero aqui invocar todos vocês, porque tive a maior atenção, tanto que consultei o Conselho Federal de Medicina, o pessoal todo envolvido nisso e, principalmente, ouvi pacientes. Às vezes há pacientes crônicos que ficam realmente... E a gente, vira e mexe, precisa dar uma olhada nesses prontuários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o projeto, na verdade, trata disso. É esse o projeto. Ele é terminativo aqui, na nossa Comissão de Ciência e Tecnologia, e necessitamos votar.

Se o Plenário topar, podemos votar depois todos aqueles projetos que também já foram lidos e que são, na verdade, uma permissão para que as rádios funcionem. Tudo já pronto, com todos os pareceres prontos. Acho que, com isso, teríamos condição de fazer uma pauta.

Então, nós temos aqui um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete. Nós precisamos de mais dois Senadores, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu consulto ao Plenário – nós vamos abrir a discussão agora do projeto de autoria do Senador Waldemir Moka – se eu posso abrir a votação, o painel de votação enquanto discutimos o projeto, da maior importância, do Senador Moka.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Eu entendo que sim, Sr. Presidente; abrir o painel enquanto se discute.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Então, eu peço à Secretaria que abra o painel de votação. Nós temos sete Senadores; faltam apenas dois.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – O Jorge Viana...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – O Jorge Viana está numa comissão aqui ao lado. É só chamá-lo.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Ele disse que viria para votar, não é?

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sim, vem votar.

Então, eu peço que seja aberto o painel, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP – RO. *Fora do microfone*.) – Como eu voto, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB – PA) – Pronto. Quórum completo.

O Viana está aqui ao lado.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB – MS) – O Jorge Viana vem.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB – PA) – Estamos com um problema... Já abriu o painel ou não? (*Pausa.*)

Não, olhe aqui.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT – RO. *Fora do microfone*.) – Já pode votar, Presidente?

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB – MS) – Já pode votar.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB – PA) – Painel aberto.

Em discussão.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB – PA) – A votação está aberta. (*Pausa.*)

Hélio José. *Overbooking* já, Senador. (*Pausa.*)

Continua em discussão o projeto do Senador Waldemir Moka.

Eu vou fazer alguns comentários, se o autor do projeto permitir...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB – MS. *Fora do microfone*.) – Claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) - ... para parabenizá-lo. Já o fiz numa reunião anterior. Acho que o projeto de V. Exª, que manda armazenar eletronicamente os prontuários dos hospitais, é da maior importância. Não há mais como haver aqueles prontuários manuscritos nos hospitais. E, como V. Exª colocou, eles precisam ser guardados por 20 anos.

Agora, Senador Moka, eu espero que não demore muito tempo para que, além do prontuário digitalizado, nós tenhamos a vida de cada um dos brasileiros num *chip*, num cartão que contenha todas as informações dessa pessoa, desde o CPF, carteira de motorista, título de eleitor, tudo que for, e a parte médica a que ele se submeteu, os exames todos, os prontuários todos. Fica muito mais fácil de ele ir a qualquer local do Brasil com aquele *chip*, porque o médico que o atender terá conhecimento da vida dele toda.

Eu gostaria de perguntar a V. Exª qual é a dificuldade para que isso possa ser iniciado. Eu sei que não é fácil colocar de pronto. Também o seu projeto, Senador Moka, poderia ser para os novos prontuários, a partir de agora...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. *Fora do microfone*.) - É assim.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) - ... serem digitais, enquanto se regulariza para trás. É isso?

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. *Fora do microfone*.) - É isso.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) - Então, parabéns!

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) - É exatamente. Daqui para frente nós já vamos ter essa forma digital.

Alguns hospitais já fazem isso, mas eles precisam de uma lei porque, se for colocado na Justiça, só tem validade, juridicamente falando, se aquilo for feito por uma comissão do próprio hospital, com médicos, e com a certeza de que tudo o que foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colocado no prontuário esteja ali de forma digital, para que não se perca nenhuma informação, nem de diagnóstico, nem de prescrição médica...

É claro que isso é um assunto que precisou ser tratado com delicadeza, tanto que eu deixei por dois meses no Conselho Federal de Medicina para que uma equipe olhasse e desse sugestões. Então, o que eu estou trazendo aqui a voto é exatamente um projeto que não é questionado. Eu posso dizer isso.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Senador Moka, V. Exª pode votar. Só falta o voto de qualidade seu.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pois não, Senadora Regina.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu queria aproveitar também para fazer um comentário. Eu acho que já está vindo tarde isso aqui, mas ainda não é o que a gente precisa.

Acho que o Senador Flexa colocou bastante bem que é impossível, no século XXI... O cidadão vai a um médico, e é sempre como se fosse a primeira vez. Ele vai, e o outro médico não sabe nada dele porque não há nada armazenado. É um sistema, não é? O SUS não é o Sistema Único de Saúde? Como é que não tem? E às vezes o outro médico pede um exame que ele fez seis meses atrás e que se podia aproveitar, mas ele não sabe que o paciente foi a outro médico há seis meses. Então, precisa haver um jeito de a gente informatizar melhor o SUS nesse sentido.

Eu acho que o caminho que ele apontou aí, o *chip*... Não sei se é o *chip*, mas alguma coisa tem que ser feita para armazenar a vida de saúde, o uso do sistema de saúde pela pessoa, de modo que qualquer médico que ele vá abra o computador e veja que ele já foi a um médico de coração, que ele já foi a um ortopedista, para poder dali

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para frente ele seguir no que vai fazer com ele. Mas não; sempre que vai ao médico uma pessoa do SUS, parece que vai pela primeira vez.

O meu plano de saúde tem a minha vida. Eu chego lá, o médico abre e diz: "você fez um exame de mamografia tal dia, já está precisando fazer de novo", essas coisas todas. Mas é preciso haver isso no SUS, porque se otimizam as coisas e se evitam algumas despesas desnecessárias se houver a vida da pessoa lá para o médico acompanhar.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB – MS) – Eu concordo, Senadora. Por incrível que pareça, às vezes, a receita de um médico de um Estado não vale para outro Estado. Vejam o absurdo disso!

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB – PA) – Está tramitando um projeto sobre esse tema.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB – MS) – Agora, o que falta é exatamente haver um sistema, que seja um sistema único mesmo, para que, na hora em que – obrigado, Senador Jorge –, como V. Exª disse, se coloque o nome da pessoa, você tenha lá a vida inteira da pessoa: as doenças, as prescrições, enfim.

Mas eu quero agradecer porque nós estamos garantindo um quórum aqui, numa reunião que acho difícil, mas, graças a Deus, os colegas...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB – PA) – Já atingimos o quórum, Senador Moka. Vou esperar o Senador Paulo Rocha exercer o seu voto para que a gente possa encerrar.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – PI) – E estão indo embora. A gente podia votar em bloco essas rádios, porque... Coitado desse pessoal, que está esperando essas rádios. Os relatórios estão todos prontos. A gente já fez isto uma vez aqui, com o Senador Otto: votar em bloco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Essa é a ideia, mas temos que ter quórum.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Mas aí o pessoal foi embora.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – A ideia é exatamente essa.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Todos já votaram? Podemos encerrar a votação? (*Pausa.*)

Encerrada.

Peço à Secretaria que abra o painel, por favor.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Aprovado, por unanimidade, Senador Moka. Parabéns!

Devolvo a Presidência a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Agradecendo ao Senador Flexa Ribeiro, retomo a Presidência. Na verdade, a Presidência é do Senador Otto Alencar. Ele me pediu para que hoje – ele tinha dificuldades em função de compromissos – eu presidisse, na condição de Vice-Presidente.

Nós temos aqui vários projetos. Eu diria que, do item 8 ao 17, os projetos já foram todos lidos. Nós podíamos, num grande acordo, votar em bloco mesmo, porque se trata de permissão de rádios. E só se dá parecer favorável quando há todos os documentos já prontos. Agora, lamentavelmente, nós perdemos o quórum que tínhamos, porque os projetos são terminativos. Eu não sei se vamos conseguir repetir esse quórum aqui, o que eu gostaria muito. Nós temos aqui cinco e precisaríamos de, pelo menos, mais quatro Senadores.

Eu acho que sou obrigado a declarar encerrada a reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pelo menos esse projeto – porque havia uma pressão de todos os hospitais para que o aprovássemos – nós conseguimos aprovar.

(São as seguintes as matérias adiadas:

ITEM 1
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 174, de 2017
– Não terminativo –

Dispõe sobre o fornecimento de programas de computador e jogos eletrônicos.

Autoria: Deputado Aureo

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Observações:

1) A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização, Controle e Defesa do Consumidor;

2) A matéria constou na pauta da reunião do dia 27/03/2018.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 662, de 2011
– Terminativo –

Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para tornar obrigatória a organização e apresentação adequadas das informações técnicas e dos preços dos serviços de telecomunicações oferecidos aos usuários.

Autoria: Senadora Ângela Portela

Relatoria: Senador Paulo Rocha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com a emenda de redação que apresenta, e pela rejeição das Emendas n.º 1 e 2 da CTFC.

Observações:

1) A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, com parecer favorável ao Projeto, com as emendas n.º 1 e 2-CTFC;

2) Em 14/03/2018, foi lido o relatório e discutida a matéria;

3) A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 06/02, 20/02, 27/02, 06/03, 14/03, 20/03 e 27/03/2018.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 385, de 2017

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991, para dispor sobre a composição e o processo de escolha dos membros do Conselho de Comunicação Social, órgão auxiliar do Congresso Nacional.

Autoria: Senador Paulo Rocha

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Observações:

1) Em 06/03/2018, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão;

2) A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 06/03, 14/03, 20/03 e 27/03/2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 5

OFICIO "S" Nº 43, de 2014

- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 25/2014, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO SANTA CRUZ LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Itabuna, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S", nos termos

do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de

Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 27/03/2018.

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 66, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO GARBOSA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de São João Nepomuceno, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pelo sobrestamento da tramitação do Projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 27/03/2018.

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 81, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL BOM JESUS para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann

Relatório: Pelo sobrestamento da tramitação do Projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 27/03/2018.

ITEM 8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 184, de 2017

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA NOVA ESPERANÇA FM CULTURAL E COMUNICAÇÃO SOCIAL para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Esperança do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Dário Berger

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

1) Em 14/03/2018, foi lido o relatório e discutida a matéria;

2) A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 06/02, 20/02, 27/02, 06/03, 14/03, 20/03 e 27/03/2018.

ITEM 9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 185, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL RIO DOS CEDROS para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Dário Berger

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

1) Em 14/03/2018, foi lido o relatório e discutida a matéria;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2) A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 06/02, 20/02, 27/02, 06/03, 14/03, 20/03 e 27/03/2018.

ITEM 10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 123, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à rádio SALAMANCA DE BARBALHA S.A. — a qual foi sucedida pela Rádio Cetama de Barbalha Ltda. — para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média no Município de Barbalha, Estado do Ceará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Pedro Chaves

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

1) Em 14/03/2018, foi lido o relatório e discutida a matéria;

2) A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 06/02, 20/02, 27/02, 06/03, 14/03, 20/03 e 27/03/2018.

ITEM 11

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 158, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INOCENCIENCE DE COMUNICAÇÃO E MARKETING para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Inocência, Estado de Mato Grosso do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Pedro Chaves

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

1) Em 14/03/2018, foi lido o relatório e discutida a matéria;

2) A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 06/02, 20/02, 27/02, 06/03, 14/03, 20/03 e 27/03/2018.

ITEM 12

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 194, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÀS para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Trindade, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Omar Aziz

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

1) Em 20/03/2018, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão;

2) A matéria constou na pauta da reunião do dia 27/03/2018.

ITEM 13

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 195, de 2017

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que outorga permissão à REDE DE RÁDIO E TELEVISÃO TIRADENTES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Belém, Estado do Pará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Omar Aziz

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

1) Em 20/03/2018, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão;

2) A matéria constou na pauta da reunião do dia 27/03/2018.

ITEM 14

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 142, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E CULTURAL DE ESTREITO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Estreito, Estado do Maranhão.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

1) Em 06/03/2018, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão;

2) A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 06/02, 20/02, 27/02, 06/03, 14/03, 20/03 e 27/03/2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 15

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 201, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO VIZINHANÇA FM LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Pedro Chaves

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 20/03 e 27/03/2018.

ITEM 16

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 207, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO FM NIQUELÂNDIA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Niquelândia, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Pedro Chaves

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 20/03 e 27/03/2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 17

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 78, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE NOVA MINDA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Japonvar, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Davi Alcolumbre

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 06/02, 20/02, 27/02, 06/03, 14/03, 20/03 e 27/03/2018.

ITEM 18

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 79, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E EDUCACIONAL PADRE DE MAN para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Coronel Fabriciano, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Davi Alcolumbre

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 06/02, 20/02, 27/02, 06/03, 14/03, 20/03 e 27/03/2018.

ITEM 19

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 84, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO CAETANO DO XOPOTÓ para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cipotânea, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Davi Alcolumbre

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 06/02, 20/02, 27/02, 06/03, 14/03, 20/03 e 27/03/2018.

ITEM 20

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 220, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CULTURA DE GUAÍRA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Guaíra, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senadora Regina Sousa

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 20/03 e 27/03/2018.

ITEM 21

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 208, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à TOTAL - COMUNICAÇÃO, PUBLICIDADE E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Irará, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 27/03/2018.

ITEM 22

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 239, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DA BARRA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Barra, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 27/03/2018.

ITEM 23

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 234, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à COMUNICAÇÕES MARANHENSES LTDA-ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Olho d'Água das Cunhãs, Estado do Maranhão.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador João Alberto Souza

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 27/03/2018.

ITEM 24

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 75, de 2016

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PADRE CONSTANTINO ZAJKOWSKI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dom Feliciano, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 27/03/2018.

ITEM 25

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 198, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à SOCIEDADE RÁDIO PALMEIRA ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Condor, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Observações:

A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 06/02, 20/02, 27/02, 06/03, 14/03, 20/03 e 27/03/2018.

)

Mais uma vez, muito obrigado pela presença de todos os Senadores aqui.

(*Iniciada às 14 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 06 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE ABRIL DE 2018, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dezoito horas e trinta e um minutos do dia nove de abril de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Hélio José, reúne-se a Comissão Senado do Futuro com a presença do Senador Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Davi Alcolumbre, Roberto Muniz, Cristovam Buarque e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RFF 1/2018, de autoria do Senador Hélio José. **Finalidade:** Debater sobre os rumos da economia brasileira. **Participantes:** Profa. Maria Lúcia Fattorelli, Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida (ACD); Dr. Carlos Mussi, Diretor do Escritório da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL, em Brasília; Prof. Julio Miragaya, Presidente do Conselho Federal de Economia (COFECON). Prof. José Luís da Costa Oreiro, Professor do Departamento de Economia da Universidade de Brasília, Pesquisador Nível IB do CNPq e Pesquisador Associado do Centro de Estudos do Novo-Desenvolvimentismo. O senhor Presidente concede a palavra ainda a alguns membros da assistência: Professor Emérito da Universidade de Brasília, Aldo Piavane; Professora Cristina Araujo e Professora Mônica Beraldo **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e um horas e quarenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Hélio José

Presidente da Comissão Senado do Futuro

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/04/09

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 2018, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dezoito horas e dez minutos do dia vinte e três de abril de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Hélio José, reúne-se a Comissão Senado do Futuro com a presença do Senador Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Davi Alcolumbre, Roberto Muniz, Cristovam Buarque e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RFF 1/2018, de autoria do Senador Hélio José. **Finalidade:** Debater sobre as Fronteiras na Educação em continuidade ao ciclo de debates: "2022, O Brasil que queremos". **Participantes:** Prof. José Pacheco, Comunidade de Aprendizagem do Paranoá; Prof. Fredric Michael Litto, Presidente da Associação Brasileira de Educação a Distância - ABED; Profa. Marcia Acioli, Assessora do Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC. Prof. Heitor Gurgulino de Souza, Presidente da Academia Mundial de Artes e Ciências - WAAS. O Senhor Presidente chama para compor a Mesa o Professor Isaac Roitman a quem também concede a palavra. Fizeram uso da palavra ainda Mauro Mendes do Sindicato da FUB, João Marcelo Marques Cunha, estudante da UnB; João Nogueira da Silva, Professor de escola pública do DF e Lúiza Midlej, aluna da rede pública do DF **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte horas e cinquenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Hélio José

Presidente da Comissão Senado do Futuro

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/04/23

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e trinta e sete minutos do dia vinte e cinco de abril de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Hélio José, reúne-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Paulo Rocha, Maria do Carmo Alves, Flexa Ribeiro, Wilder Morais, Cássio Cunha Lima, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado, José Pimentel, Ângela Portela e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os Senadores João Alberto Souza, Lindbergh Farias, Davi Alcolumbre, Roberto Muniz, Cristovam Buarque e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões de nº 1 a 12, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 10 de 2018** que: "Com amparo no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, e nos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão do Senado do Futuro (CSF) com a finalidade de debater a importância da perspectiva futura da paz nos estádios do país." **Autoria:** Senador Hélio José. **Resultado:** Aprovado com a inclusão dos nomes dos convidados a seguir: Promotor Paulo Castilho, do Ministério Público do Estado de São Paulo; Sandro José Neis, Presidente do Conselho Nacional de Procuradores Gerais de Justiça dos Estados e Procurador Geral de Justiça de Santa Catarina; Gislaine Nunes, Liga de Futebol Nacional; Cristiano Barbosa Sampaio, Secretário Adjunto de Segurança Pública do DF; Marcos Antônio Nunes de Oliveira, Comandante Geral da PMDF. **ITEM 2 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 11 de 2018** que: "Requeiro, nos termos dos arts. 93, II, e 104-D do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada Audiência Pública para se discutir o futuro da Universidade de Brasília à luz dos artigos 207 e 218 da Constituição Federal e em vista das restrições que lhe são impostas que podem comprometer a prestação de serviços à comunidade, a qualidade dos cursos oferecidos e a manutenção de pesquisas científicas." **Autoria:** Senador Hélio José. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Hélio José

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Comissão Senado do Futuro

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF) – Bom dia!

Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão Senado do Futuro, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que se realiza nesta data, 25 de abril de 2018.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa de leitura e aprovação das atas das reuniões de nºs 1 a 12.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 10, de 2018

- Não terminativo -

Com amparo no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, e nos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão do Senado do Futuro (CSF) com a finalidade de debater a importância da perspectiva futura da paz nos estádios do país.

Autoria: Senador Hélio José.

Para essa audiência, estamos sugerindo o convite às seguintes autoridades:

- Promotor Paulo Castilho, representante do Ministério Público do Estado de São Paulo;.

- Sr. Sandro José Neis, Presidente do Conselho Nacional de Procuradores Gerais de Justiça dos Estados e Procurador Geral de Justiça de Santa Catarina;

- Srª Gislaine Nunes, representante da Liga de Futebol Nacional;

- Sr. Cristiano Barbosa Sampaio, Secretário Adjunto de Segurança Pública do Distrito Federal; e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Sr. Marcos Antônio Nunes de Oliveira, Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o referido requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado o Requerimento nº 10, de 2018.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 11, de 2018

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos dos arts. 93, II, e 104-D do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada Audiência Pública para se discutir o futuro da Universidade de Brasília à luz dos arts. 207 e 218 da Constituição Federal e em vista das restrições que lhe são impostas que podem comprometer a prestação de serviços à comunidade, a qualidade dos cursos oferecidos e a manutenção de pesquisas científicas.

Autoria: Senador Hélio José.

Para essa importante audiência pública para discutir o futuro da UnB, estamos sugerindo a seguinte lista de convidados:

- o Sr. Ministro de Estado da Educação, Sr. Rossieli Soares da Silva;

- a Magnífica Reitora da Universidade de Brasília, Profª Drª Márcia Abrahão;

- o Prof. Dr. Emmanuel Zagory Tourinho, Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes);

- o Prof. Dr. Ildeu Moreira, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC);

- o Prof. Dr. Virgílio Caixeta Arraes, Presidente da Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (ADUnB);

- a Profª Drª Eblin Joseph Farage, Presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN);

- o Sr. Matheus Barroso, representante dos centros acadêmicos;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Representante da Coordenação Colegiada do Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Universidade de Brasília (Sintfub);

- o Sr. João Marcelo Marques Cunha; e

- o Sr. Mauro Mendes, representante do Comitê em Defesa da Universidade de Brasília.

Eu gostaria também de incluir a Srª Vania Felício, do HUB.

Sala das comissões, Senador Hélio José.

Esta é a lista dos convidados.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação a matéria.

As Srªs. e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A matéria está aprovada.

Aprovado o Requerimento nº 11, de 2018.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a todos os presentes.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 11 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 42 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 6 DE MARÇO DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e quarenta e nove minutos do dia seis de março de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Sérgio Petecão e Cidinho Santos, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Hélio José, Valdir Raupp, Airton Sandoval, Jorge Viana, Paulo Rocha, Ângela Portela, Flexa Ribeiro, Dalirio Beber, Cristovam Buarque, Vanessa Grazziotin e Pedro Chaves; presente ainda o Senador Paulo Paim, não membro. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, João Alberto Souza, Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Ataídes Oliveira, Davi Alcolumbre, Roberto Muniz, João Capiberibe e Wellington Fagundes. O Senhor Presidente comunica o recebimento dos seguintes documentos: 1. Ofício EX nº 689/2017, de 13 de novembro de 2017, da Câmara Municipal de Concórdia - SC, que encaminha o requerimento n° 158/2017, de autoria do Vereador Artêmio Ortigara, para solicitar celeridade na votação do PLS 66/2011; 2. Aviso nº 1.113-Seses-TCU-Plenário, de 11 de dezembro de 2017, que encaminha cópia do Acórdão nº 2.792/2017 proferido pelo Plenário do TCU em 6/12/2017, ao apreciar os autos do processo TC 018.240/2017-8, que trata de solicitação desta Comissão de Meio Ambiente para que o Tribunal preste informações sobre a avaliação dos instrumentos econômicos e técnico-ambientais previstos no Código Florestal; 3. Aviso nº 1.132-Seses-TCU-Plenário, de 11 de dezembro de 2017, que encaminha cópia do Acórdão nº 2.723/2017 proferido pelo Plenário do TCU em 6/12/2017, ao apreciar os autos do processo TC 029.192/2016-1, que trata de Auditoria Operacional no processo de estruturação de grandes empreendimentos hidrelétricos; 4. Aviso nº 1.314-Seses-TCU-Plenário, de 13 de dezembro de 2017, que encaminha cópia do Acórdão nº 2.659/2017 proferido pelo Plenário do TCU em 29/11/2017, ao apreciar os autos do processo TC 007.859/2017-1, que trata de fiscalização realizada na modalidade levantamento, cujo objetivo foi avaliar problemas associados ao planejamento e a implementação das políticas públicas relacionadas às fontes de energias renováveis na matriz energética brasileira; 5. Aviso nº 1.395 – GP/TCU, de 28 de dezembro de 2017, que encaminha, em mídia digital (CD), cópia do Acórdão nº 2.875/2017, acompanhado dos respectivos Relatório e Voto, proferido pelo Plenário do TCU ao apreciar os autos do processo TC 012.402/2017-6, em atendimento ao Requerimento 19/2017 – CMA, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que solicitou informações acerca do grau de comprometimento na segurança de Angra 3, tendo em vista denúncias e investigações sobre irregularidades em empreendimentos na construção da referida usina. A solicitação instrui o PLS 405/2011, do Senador Cristovam Buarque, que pretende suspender, por trinta anos, a construção de novas usinas termonucleares em território nacional e é relatada aqui na CMA pelo Senador Valdir Raupp; 6. Ofício nº 6/2018-OUVI/SFB/MMA, de 24 de janeiro de 2018, que encaminha relatório de apreciações sobre a atuação do Sistema Florestal Brasileiro referente ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2017; 7. Aviso nº 110 – GP/TCU, de 29 de janeiro de 2018, que encaminha, em mídia digital (CD), cópia do Acórdão nº 59/2018, acompanhado dos respectivos Relatório e Voto, proferido pelo Plenário do TCU ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apreciar os autos do processo TC 018.240/2017-8, em atendimento ao Requerimento 27/2017 – CMA, de autoria do Senador Wellington Fagundes, que solicitou informações relacionadas à avaliação dos instrumentos econômicos e técnico-ambientais previstos no Código Florestal, especificamente o Cadastro Ambiental Rural (CAR), as Cotas de Reserva Ambiental (CRA), o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) e os Planos de Regularização Ambiental (PRA), como parte do plano de trabalho aprovado para a avaliação de política pública requerida no Requerimento 13/2017 – CMA; 8. OFS 6/2018 (na origem: Ofício nº 54.443/2017 - MMA, de 26 de dezembro de 2017), que encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Segurança de Barragens 2016, elaborado pela Agência Nacional de Águas (ANA) e apreciado pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH); 9. Aviso nº 193 – GP/TCU, de 22 de fevereiro de 2018, que registra recebimento do Ofício nº 96/2017-CMA/SF, que encaminhou o Requerimento nº 37 de 2017 - CMA, de autoria do Senador Cidinho Santos, para requerer, em complemento ao Relatório de Avaliação de Política Pública referida no RMA nº 16 de 2017, inspeção nos processos, ações e obras relacionados à recuperação de estradas e acessos, bem como contenção de processos erosivos no Parque Nacional da Serra da Canastra, referentes a contratos da CODEVASF que foram afetados por problemas causadores da paralização das obras, implicando graves danos ambientais e econômicos à unidade de conservação e a comunidade de seu entorno. O TCU informa que o referido expediente está sendo tratado com a devida urgência e tramitação preferencial, consoante o disposto no art. 5º, inciso I, da Resolução-TCU nº 215/2008; 10. Ofício Circular nº 002/2018/DIR e 004/2018/DIR, de 3 de janeiro de 2018, do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba – CBH Paranaíba, que encaminha a Moção nº 20/2017, que manifesta insatisfação quanto à forma de indicação à Presidência da Agência Nacional de Águas, gestão 2018-2021, sem ouvir o Conselho Nacional de Recursos Hídricos e os demais componentes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e a Moção nº 21/2017, que protesta quanto à alteração da Lei de Criação da Agência Nacional de Águas, com mudança de suas atribuições, onde se pretende incluir atribuições relacionadas à regulação do setor de saneamento básico, por edição de Medida Provisória, constando também alterações na Lei Federal nº 11.445/2007 – Lei de Saneamento Básico; 11. Ofício nº 422/2017 – GP/SGP, de 11 de dezembro de 2017, da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, que encaminha cópia do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI dos Animais, aprovado pela Resolução nº 14/2017, publicada no Diário Oficial da Assembleia nº 1417, de 5 de dezembro de 2017; 12. Ofício Circular nº 70-MMA, de 30 de janeiro de 2018, do Ministério do Meio Ambiente, que encaminha Moção Conama nº 130, que apoia a implementação dos compromissos estabelecidos na Carta Caiman, assinada pelos Governadores dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - TRAMITAÇÃO CONJUNTA - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 408, de 2012 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para alargar a faixa não edificável ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias." Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. – TRAMITA EM CONJUNTO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 66, de 2014 - Terminativo – "Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para dispor sobre o estabelecimento de faixas não-edificáveis e limitações à edificabilidade em loteamentos urbanos"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Paulo Bauer. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pela rejeição do PLS 408/2012 e pela aprovação do PLS 66/2014, na forma do substitutivo apresentado. Resultado: Adiado. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, de 2015 - Terminativo - que: "Incentiva a aquaponia, pelo uso integrado e sustentável dos recursos hídricos na aquicultura e agricultura." Autoria: Senador Benedito de Lira. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para agravar a pena para quem extrair recursos minerais sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença, ou em desacordo com a obtida." Autoria: Senador Davi Alcolumbre. Relatoria: Sen. Sérgio Petecão. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 537, de 2011 - Terminativo - que: "Estabelece a forma de recolhimento e destinação final de baterias automotivas e industriais, compostas por Chumbo e Ácido Sulfúrico." Autoria: Senador Eduardo Amorim. Relatoria: Sen. Acir Gurgacz. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 2015 - Terminativo - que: "Modifica o Código 20 do Anexo VIII da Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981, acrescido pela Lei no 10.165, de 27 de dezembro de 2000, para excluir a silvicultura do rol de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais." Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Sen. Acir Gurgacz. Relatório: Pela aprovação com a emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para incentivar a dessalinização da água do mar e das águas salobras subterrâneas." Autoria: Senador Eunício Oliveira. Relatoria: Sen. João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC e dá outras providências, para adotar, como compromisso nacional voluntário adicional, ações de adaptação e mitigação de emissão de gases de efeito estufa para os anos de 2025 e 2030." Autoria: Senador Jorge Viana. Relatoria: Sen. João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 79, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a redação do art. 71 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que trata dos prazos do processo administrativo ambiental." Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 75, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para incluir óleos e gorduras de uso culinário como produtos do sistema de logística reversa." Autoria: Senador José Medeiros. Relatoria: Sen. Cristovam Buarque. Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 97, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, para estabelecer a necessidade de anuência do Estado para criação ou alteração de unidades de conservação em seu território." Autoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatoria: Sen. Davi Alcolumbre. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 405, de 2011 - Não Terminativo - que: "Suspende, pelo prazo de trinta anos, a construção de novas usinas termonucleares em território nacional." Autoria: Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cristovam Buarque. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 341, de 2013 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para incentivar o uso integrado dos recursos naturais na atividade de aquicultura conjugada à agricultura." Autoria: Senador Benedito de Lira. Relatoria: Sen. Cidinho Santos. Relatório: Pela aprovação com as Emendas nº 1-CAE e 2-CAE e mais uma que apresenta. Resultado: A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, favorável ao PLS 341/2013 com as Emendas Nos. 1-CAE/CMA, 2-CAE/CMA e 3-CMA. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 284, de 2014 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, para isentar de imposto de renda a emissão de debêntures de sociedade de propósito específico para implementar projetos de desenvolvimento sustentável." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Sen. Sérgio Petecão. Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta. Resultado: A comissão aprova o relatório, que passa a constituir parecer da CMA favorável ao PLS 284/2014, com as Emendas Nos. 1-CMA e 2-CMA. ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 541, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para restringir o registro e uso de agrotóxicos." Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria: Sen. Cidinho Santos. Relatório: Pela rejeição. Resultado: A comissão aprova o relatório, que passa a constituir parecer da CMA contrário ao PLS 541/2015. ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 743, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei 12.305 de 2 de Agosto de 2010 e dá outras providências." Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Sen. Ataídes Oliveira. Relatório: Pela prejudicialidade. Resultado: Adiado. ITEM EXTRAPAUTA 16 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 1 de 2018 que: "Requer a realização de Seminário, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente (CMA), para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 750, de 2011, que dispõe sobre a Política de Gestão e Proteção do Bioma Pantanal, nas Assembleias Legislativas dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, nos municípios de Cuiabá e Campo Grande respectivamente". Autoria: Senador Pedro Chaves. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Sérgio Petecão

Presidente Eventual da Comissão de Meio Ambiente

(Texto com Revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Bom dia todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comunicados da Presidência.

Comunico o recebimento dos seguintes expedientes.

1. Ofício nº 689/2017, de 13 de novembro de 2017, da Câmara Municipal de Concórdia-SC, que encaminha o Requerimento nº 158/2017, de autoria do Vereador Artêmio Ortigara, para solicitar celeridade na votação do Projeto de Lei 66/2011.

2. Aviso nº 1113-Seses-TCU-Plenário, de 11 de dezembro de 2017, que encaminha cópia do Acórdão nº 2.792/2017, proferido pelo Plenário do TCU em 06/12/2017 ao apreciar os autos do Processo TC 018.240/2017-8, que trata de solicitação desta Comissão de Meio Ambiente para que o Tribunal preste informações sobre a avaliação dos instrumentos econômicos e técnico-ambientais previstos no Código Florestal.

3. Aviso nº 1.132-Seses-TCU-Plenário, de 11 de dezembro de 2017, que encaminha cópia do Acórdão nº 2.723/2017, proferido pelo Plenário do TCU em 06/12/2017 ao apreciar os autos do Processo TC 029.192/2016-1, que trata de auditoria operacional no processo de estruturação de grandes empreendimentos hidrelétricos.

4. Aviso nº 1.314-Seses-TCU-Plenário, de 13 de dezembro de 2017, que encaminha cópia do Acórdão nº 2.650/2017, proferido pelo Plenário do TCU em 29/11/2017 ao apreciar os autos do Processo TC 007.859/2017-1, que trata de fiscalização realizada na modalidade levantamento, cujo objetivo foi avaliar problemas associados ao planejamento e a implementação das políticas públicas relacionadas às fontes de energias renováveis na matriz energética brasileira.

5. Aviso nº 1.395 – GP/TCU, de 28 de dezembro de 2017, que encaminha, em mídia digital (CD), cópia do Acórdão 2.875/2017, acompanhado dos respectivos Relatórios e Voto, proferido pelo Plenário do TCU ao apreciar os autos do processo TC 012.402/2017-6, em atendimento ao Requerimento nº 19/2017 – CMA, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que solicitou informações acerca do grau de comprometimento na segurança de Angra 3, tendo em vista denúncias e investigações sobre irregularidades em empreendimentos na construção da referida usina. A solicitação instrui o PLS 405/2011, do Senador Cristovam Buarque, que pretende suspender, por trinta anos, a construção de novas usinas termonucleares em Território nacional e é relatada aqui na CMA pelo Senador Valdir Raupp.

6. Ofício nº 6/2018-OUVI/SFB/MMA, de 24 de janeiro de 2018, que encaminha relatório de apreciações sobre a atuação do Sistema Florestal Brasileiro referente ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2017.

7. Aviso nº 110-GP/TCU, de 29 de janeiro de 2018, que encaminha, em mídia digital (CD), cópia do Acórdão nº 59/2018, acompanhado dos respectivos Relatório e Voto, proferidos pelo Plenário do TCU ao apreciar os autos do Processo TC 018.240/2017-8, em atendimento ao Requerimento 27/2017-CMA, de autoria do Senador Wellington Fagundes, que solicitou informações relacionadas à avaliação dos instrumentos econômicos e técnico-ambientais previstos no Código Florestal, especificamente o Cadastro Ambiental Rural (CAR), as Cotas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Reserva Ambiental (CRA), o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) e os Planos de Regularização Ambiental (PRA), como parte do plano de trabalho aprovado para a avaliação de política requerida no Requerimento 13/2017-CMA.

8. Ofício nº 6/2018 (na origem, Ofício nº 54.443/2017-MMA, de 26 de dezembro de 2017), que encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Segurança de Barragens 2016, elaborado pela Agência Nacional de Águas (ANA) e apreciado pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH).

9. Aviso nº 193 – GP/TCU, de 22 de fevereiro de 2018, que registra recebimento do Ofício nº 96/2017-CMA/SF, que encaminhou o Requerimento nº 37/2017–CMA, de autoria do Senador Cidinho Santos, para requerer, em complemento ao Relatório de Avaliação de Política Pública referido no RMA nº 16, de 2017, inspeção nos processos, ações e obras relacionados à recuperação de estradas e acessos, bem como contenção de processos erosivos no Parque Nacional da Serra da Canastra, referentes a contratos da Codevasf que foram afetados por problemas causadores da paralisação das obras, implicando graves danos ambientais e econômicos à unidade de conservação e à comunidade em seu entorno. O TCU informa que o referido expediente está sendo tratado com a devida urgência e tramitação preferencial, consoante o disposto no art. 5º, inciso I, da Resolução-TCU nº 215/2008.

10. Ofício Circular nº 002/2018/DIR e 004/2018/DIR, de 3 de janeiro de 2018, do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba – CBH Paranaíba, que encaminha a Moção nº 20/2017, que manifesta insatisfação quanto à forma de indicação à Presidência da Agência Nacional de Águas, gestão 2018-2021, sem ouvir o Conselho Nacional de Recursos Hídricos e os demais componentes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e a Moção nº 21/2017, que protesta quanto à alteração da Lei de Criação da Agência Nacional de Águas, com mudança de suas atribuições, onde se pretende incluir atribuições relacionadas à regulação do setor de saneamento básico, por edição de Medida Provisória, constando também alterações na Lei Federal nº 11.445/2007 – Lei de Saneamento Básico.

11. Ofício nº 422/2017 – GP/SGP, de 11 de dezembro de 2017, da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, que encaminha cópia do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI dos Animais, aprovado pela Resolução nº 14/2017, publicada no Diário Oficial da Assembleia nº 1417, de 5 de dezembro de 2017.

12. Ofício Circular nº 70-MMA, de 30 de janeiro de 2018, do Ministério do Meio Ambiente, que encaminha Moção Conama nº 130, que apoia a implementação dos compromissos estabelecidos na Carta Caiman, assinada pelos Governadores dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. (*Pausa.*)

Feita a leitura dos ofícios, nos casos cabíveis, os expedientes foram anexados aos processados das respectivas matérias e publicados no Portal do Senado. Todos eles foram encaminhados aos membros da Comissão por *e-mail* e estão à disposição dos Senadores na Secretaria desta Comissão. Não havendo manifestações no prazo de sete dias, serão arquivados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos suspender a reunião por dez minutos porque alguns colegas Senadores estão a caminho desta Comissão para que nós possamos encaminhar outros expedientes.

Está suspensa a reunião.

(*Suspensa às 12 horas e 03 minutos, a reunião é reaberta às 12 horas e 09 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Declaro reaberta a nossa reunião.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu gostaria de pedir inversão de pauta, de modo que V. Exª colocasse em votação o Item 14, não terminativo, bem como, depois, o item 12.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – O.k.

Consulto aqui a nossa assessoria. (*Pausa.*)

Não havendo nenhum impedimento, consulto também os Srs. Senadores se podemos fazer a inversão da pauta. (*Pausa.*)

Não havendo nenhuma manifestação em contrário, nós vamos fazer a inversão, atendendo o pedido do Senador Cidinho Santos. (*Pausa.*)

Item 14.

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 541, de 2015

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para restringir o registro e uso de agrotóxicos.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatoria: Senador Cidinho Santos

Relatório: Pela rejeição

Observações:

1. Em 6/12/2017, foi lido o relatório. A presidência concedeu vista ao senador Humberto Costa.

2. Em 6/12/2017, após a reunião, o senador João Capiberibe apresentou voto em separado pela aprovação do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

3. Constou da pauta em 6/12 e 12/12/2017.

3. A matéria ainda vai à CAS e à CRA, em decisão terminativa nesta última.

Nós iríamos conceder a palavra ao Senador João Capiberibe para leitura do voto em separado. Ele não está presente.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Será simbólica a votação do relatório apresentado pelo Senador Cidinho Santos.

Os Srs. Senadores que concordam com o relatório se manifestem, e os que forem contra permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 541, de 2015.

A matéria vai à CAS para o prosseguimento da tramitação.

Item 12.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 341, de 2013

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para incentivar o uso integrado dos recursos naturais na atividade de aquicultura conjugada à agricultura.

Autoria: Senador Benedito de Lira

Relatoria: Senador Cidinho Santos

Relatório: Pela aprovação com as Emendas nº 1-CAE e 2-CAE e mais uma que apresenta.

Observações:

1. Em 9/12/2014, a matéria foi apreciada pela CAE, com parecer favorável ao projeto com as Emendas nº 1-CAE e nº 2-CAE;

2. Em 6/12/2017, foi lido o relatório. A presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.

3. Constou da pauta em 6/12 e 12/12/2017;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

4. A matéria ainda vai à CRA, em decisão terminativa.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Convido o nosso ilustre Senador Cidinho para presidir os trabalhos desta Comissão porque, em seguida, nós temos o Item 13, do qual sou Relator.

Gostaria que o senhor assumisse a Presidência, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – Item 13 da pauta.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 284, de 2014

- Não terminativo -

Altera o art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, para isentar de imposto de renda a emissão de debêntures de sociedade de propósito específico para implementar projetos de desenvolvimento sustentável.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta.

Observações:

1. Constou da pauta em 6/12 e 12/12/2017.

2. A matéria vai à CAE, em decisão terminativa.

Passo a palavra ao Senador Sérgio Petecão para proceder a seu voto.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente (CMA), o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 284, de 2014, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que altera o art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, para isentar de imposto de renda a emissão de debêntures de sociedade de propósito específico para implementar projetos de desenvolvimento sustentável.

Vou direto ao voto.

Pelas razões expostas, o voto é pela aprovação do PLS nº 284, de 2014, com as seguintes emendas.

Finalizo, Presidente, dizendo que o nosso voto é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – Em discussão o relatório do Senador Sérgio Petecão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Sérgio Petecão.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 284, de 2014, com as Emendas nºs 1-CMA e 2-CMA.

A matéria vai à Comissão de Assuntos econômicos em decisão terminativa.

Sobre a mesa requerimento de autoria do Senador Pedro Chaves.

Passo a palavra ao Senador Pedro Chaves para que faça a leitura de seu requerimento.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PRB - MS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Com amparo no art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Seminário, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente (CMA), para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 750, de 2011, que dispõe sobre a Política de Gestão de Proteção do Bioma Pantanal, na Assembleia Legislativa dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, nos Municípios de Cuiabá e Campo Grande respectivamente.

Para tanto, serão convidados: representante da Embrapa Pantanal, de Mato Grosso do Sul; e representante da Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento e Produção (Semagro), de Cuiabá.

Justificativa.

É de extrema relevância que o presente requerimento seja aprovado, a fim de que as contribuições oferecidas nos seminários a serem realizados nas cidades de Campo Grande e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cuiabá possam instruir o Projeto de Lei do Senado nº 750, de 2011, que trata da preservação do bioma Pantanal.

O aperfeiçoamento da legislação brasileira sobre normas de preservação e sustentabilidade é de suma importância para o desenvolvimento econômico sustentável. Dessa forma, tal benesse é de interesse direto da sociedade. Precisamos de uma legislação que valorize os aspectos tradicionais produtivos das comunidades pantaneiras, objetivando o uso sustentável e a proteção desse bioma de grande importância para o Brasil e para o mundo.

Nesses termos considerados, pedimos o apoio dos ilustres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala das comissões, 27 de fevereiro de 2018.

Senador Pedro Chaves.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – Parabenizo o Senador Pedro Chaves pela iniciativa.

Eu fui Relator desse projeto na Comissão de Constituição e Justiça, e ele é de fundamental importância para os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul para que tenhamos uma legislação única sobre o bioma Pantanal. Com certeza, aprovado o requerimento, nós estaremos lá em Cuiabá, como também em Campo Grande, prestigiando essa audiência pública e convocando todas as entidades que têm interesse no projeto.

Ontem mesmo recebi de um grupo de produtores algumas preocupações com algumas alterações que querem fazer no projeto, Senador Pedro Chaves. Nós temos agora de dar todo o apoio para que o projeto atenda realmente os interesses dos produtores e também das comunidades que vivem no bioma Pantanal, evidentemente preservando a questão ambiental, mas sem esquecer as pessoas que vivem nesse importante bioma.

O requerimento está em votação.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nós estávamos aguardando o Senador Cristovam, porque ele tinha um relatório a apresentar de um projeto, mas até o momento ele não compareceu.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 21 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC3782B500233539.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.